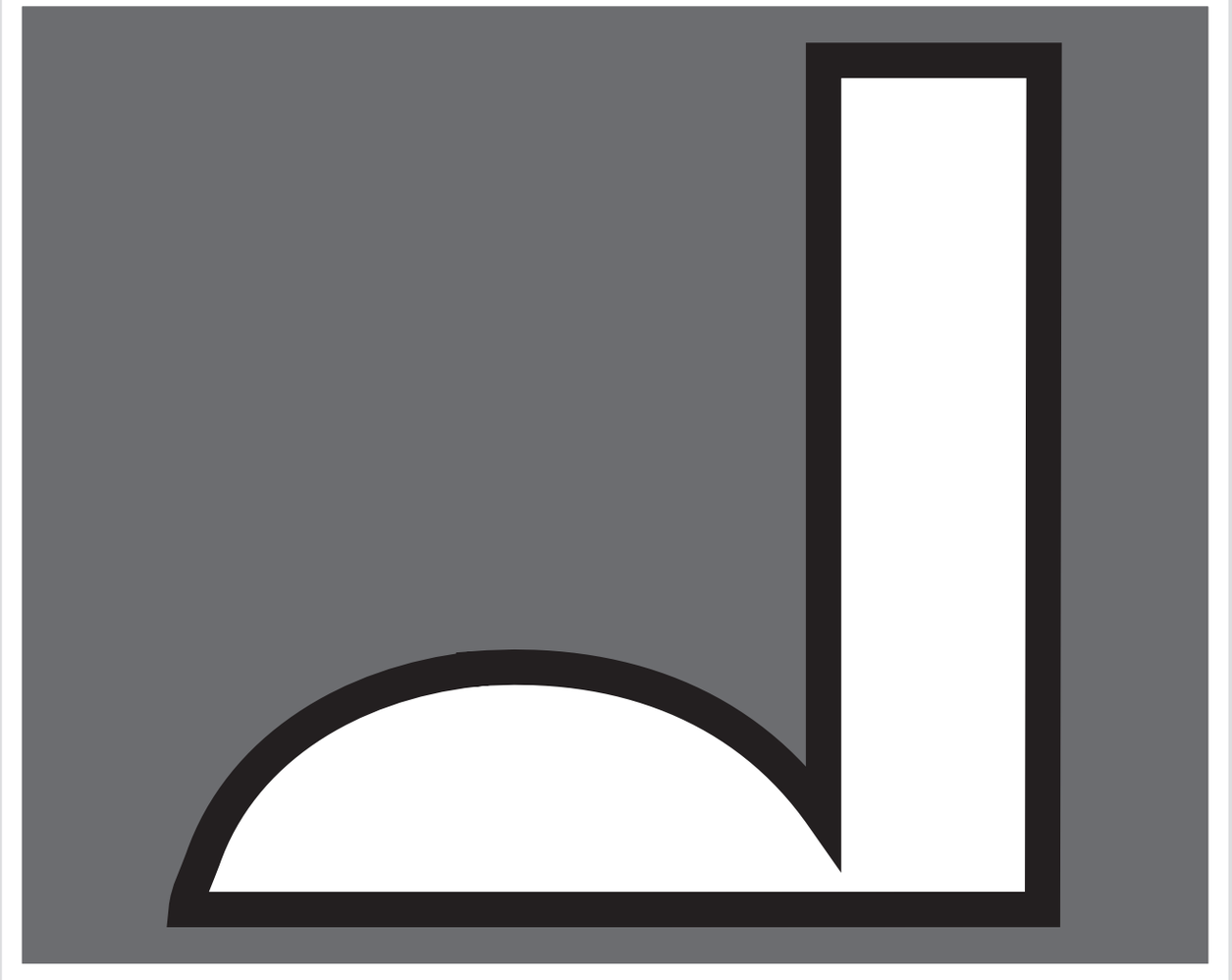
REPÚBLICA FEDERATIVA DO BRASIL



DIÁRIO DO SENADO FEDERAL

SECRETARIA-GERAL DA MESA
3ª SESSÃO LEGISLATIVA ORDINÁRIA DA 54ª LEGISLATURA

Atas de Comissões Permanentes do Senado Federal

ANO LXVIII – SUP. "B" AO Nº 137 – TERÇA-FEIRA, 3 DE SETEMBRO DE 2013 – BRASÍLIA-DF

MESA DO SENADO FEDERAL

PRESIDENTE
Renan Calheiros - (PMDB-AL)
1º VICE-PRESIDENTE
Jorge Viana - (PT-AC)
2º VICE-PRESIDENTE
Romero Jucá - (PMDB-RR)
1º SECRETÁRIO
Flexa Ribeiro - (PSDB-PA)
2ª SECRETÁRIA
Angela Portela - (PT-RR)
3º SECRETÁRIO
Ciro Nogueira - (PP-PI)
4º SECRETÁRIO
João Vicente Claudino - (PTB-PI)
SUPLENTES DE SECRETÁRIO
1º - Magno Malta - (PR-ES)
2º - Jayme Campos - (DEM-MT)
3º - João Durval - (PDT-BA)
4º - Casildo Maldaner - (PMDB-SC)

As notas referentes à Mesa do Senado Federal encontram-se publicadas na Composição do Senado Federal (Vide Sumário).

LIDERANÇAS

Bloco Parlamentar da Maioria (PMDB/PP/PSD/PV) - 28

Líder
Eunício Oliveira - Bloco (62,70)

.....

Líder do PMDB - 20
Eunício Oliveira (62,70)

Vice-Líderes do PMDB
Ricardo Ferraço (105)
Romero Jucá (40,104)
Vital do Rêgo (107)

Líder do PP - 5
Francisco Dornelles (64)

Vice-Líder do PP
Ana Amélia (12,88)

Líder do PSD - 2
Sérgio Petecão (84,87)

Vice-Líder do PSD
Kátia Abreu (11,13,52,60,85)

Líder do PV - 1
Paulo Davim (75)

Bloco Parlamentar União e Força (PTB/PR/PSC/PRB) - 14

Líder
Gim - Bloco (56,58,59)

Vice-Líderes
Alfredo Nascimento (41,66)
Eduardo Amorim (17,47,48,72)
Blairo Maggi (19,51)
Eduardo Lopes (37,45,63,100,109)

.....

Líder do PTB - 6
Gim (56,58,59)

Líder do PR - 6
Alfredo Nascimento (41,66)

Vice-Líder do PR
Antonio Carlos Rodrigues (92)

Líder do PSC - 1
Eduardo Amorim (17,47,48,72)

Líder do PRB - 1
Eduardo Lopes (37,45,63,100,109)

Bloco de Apoio ao Governo (PT/PDT/PSB/PCdoB/PSOL) - 24

Líder
Wellington Dias - Bloco (24,65,90)

Vice-Líderes
Acir Gurgacz (49,55,67,97)
Rodrigo Rollemberg (69,98)
Inácio Arruda (89,99)

.....

Líder do PT - 12
Wellington Dias (24,65,90)

Vice-Líderes do PT
Walter Pinheiro (22,27,93)
Anibal Diniz (25,94)
Paulo Paim (95)
Eduardo Suplicy (96)

Líder do PDT - 5
Acir Gurgacz (49,55,67,97)

Vice-Líder do PDT
Zeze Perrella (86)

Líder do PSB - 4
Rodrigo Rollemberg (69,98)

Vice-Líder do PSB
Lídice da Mata (29,38,82)

Líder do PCdoB - 2
Inácio Arruda (89,99)

Vice-Líder do PCdoB
Vanessa Grazziotin (1,91)

Líder do PSOL - 1
Randolfe Rodrigues (18,76)

Governo

Líder
Eduardo Braga - Governo (39)

Vice-Líderes
Gim (56,58,59)
Benedito de Lira
Lídice da Mata (29,38,82)
Jorge Viana
Vital do Rêgo (107)

Bloco Parlamentar Minoria (PSDB/DEM) - 15

Líder
Mário Couto - Bloco (34,61)

Vice-Líderes
Wilder Morais (101)
Cyro Miranda (31,103)

.....

Líder do PSDB - 11
Aloysio Nunes Ferreira (7,68)

Vice-Líderes do PSDB
Cássio Cunha Lima (74)
Alvaro Dias (78)
Paulo Bauer (5,35,79,80)

Líder do DEM - 4
José Agripino (2,10,14,44,46,77)

Vice-Líder do DEM
Jayme Campos (28,106)

As notas referentes às Lideranças do Senado Federal encontram-se publicadas na Composição do Senado Federal (Vide Sumário).

EXPEDIENTE

Doris Marize Romariz Peixoto
Diretora-Geral do Senado Federal
Florian Augusto Coutinho Madruga
Diretor da Secretaria de Editoração e Publicações
José Farias Maranhão
Coordenador Industrial

Claudia Lyra Nascimento
Secretária-Geral da Mesa do Senado Federal
Rogério de Castro Pastori
Diretor da Secretaria de Registros Legislativos de Plenários e de Elaboração de Diários
Zuleide Spinola Costa da Cunha
Diretora da Secretaria de Taquigráfia e Redação de Debates Legislativos

Impresso sob à responsabilidade da Presidência do Senado Federal. (Art. 48, nº 31, RISF)

ELABORADO PELA SECRETARIA-GERAL DA MESA DO SENADO FEDERAL
SECRETARIA DE REGISTROS LEGISLATIVOS DE
PLENÁRIOS E DE ELABORAÇÃO DE DIÁRIOS

SENADO FEDERAL

SUMÁRIO

1 – SECRETARIA-GERAL DA MESA

1.1 – ATAS DE COMISSÕES PERMANENTES DO SENADO FEDERAL

1.1.1 – Comissão de Assuntos Econômicos – CAE

Ata da 40ª Reunião, Ordinária, realizada em 2 de julho de 2013 00005

Ata da 41ª Reunião, Ordinária, realizada em 9 de julho de 2013 00046

Ata da 42ª Reunião, Extraordinária, realizada em 10 de julho de 2013 00079

Ata da 43ª Reunião, Ordinária, realizada em 16 de julho de 2013 00084

Ata da 44ª Reunião, Extraordinária, realizada em 16 de julho de 2013 00093

Ata da 45ª Reunião, Ordinária, realizada em 6 de agosto de 2013 00101

Ata da 46ª Reunião, Extraordinária, realizada em 13 de agosto de 2013 00125

Ata da 47ª Reunião, Ordinária, realizada em 13 de agosto de 2013 00127

1.1.2 – Comissão de Constituição, Justiça e Cidadania – CCJ

Ata da 41ª Reunião, Extraordinária, realizada em 7 de agosto de 2013 00160

Ata da 42ª Reunião, Ordinária, realizada em 7 de agosto de 2013 00172

1.1.3 – Comissão de Educação, Cultura e Esporte – CE 00192

Ata da 35ª Reunião, Ordinária, realizada em 6 de agosto de 2013 00192

Ata da 36ª Reunião, Extraordinária, realizada em 7 de agosto de 2013 00210

Ata da 37ª Reunião, Ordinária, realizada em 13 de agosto de 2013 00235

Ata da 38ª Reunião, Extraordinária, realizada em 13 de agosto de 2013 00248

Ata da 39ª Reunião, Extraordinária, realizada em 14 de agosto de 2013 00251

1.1.4 – Comissão de Meio Ambiente, Defesa do Consumidor e Fiscalização e Controle – CMA

Ata da 23ª Reunião, Extraordinária, realizada em 6 de agosto de 2013 00275

Ata da 24ª Reunião, Conjunta, realizada em 14 de agosto de 2013 (Realizada em conjunto com a 32ª Reunião da CI) (Publicada no item 1.1.7) ....

Ata da 25ª Reunião, Extraordinária, realizada em 14 de agosto de 2013 00304

Ata da 26ª Reunião, Extraordinária, realizada em 20 de agosto de 2013 00307

1.1.5 – Comissão de Direitos Humanos e Legislação Participativa – CDH

Ata da 34ª Reunião, Extraordinária, realizada em 15 de julho de 2013 00314

1.1.6 – Comissão de Relações Exteriores e Defesa Nacional – CRE

Ata da 26ª Reunião, Ordinária, realizada em 4 de julho de 2013 00357

Ata da 27ª Reunião, Extraordinária, realizada em 9 de julho de 2013 00393

Ata da 28ª Reunião, Conjunta, realizada em 10 de julho de 2013 00421

Ata da 29ª Reunião, Conjunta, realizada em 11 de julho de 2013 00458

Ata da 30ª Reunião, Extraordinária, realizada em 6 de agosto de 2013 00477

1.1.7 – Comissão de Serviços de Infraestrutura – CI

Ata da 19ª Reunião, Extraordinária, realizada em 15 de maio de 2013 00501

Ata da 20ª Reunião, Extraordinária, realizada em 20 de maio de 2013 00519

Ata da 21ª Reunião, Extraordinária, realizada em 22 de maio de 2013 00543

Ata da 22ª Reunião, Extraordinária, realizada em 5 de junho de 2013 00563

Ata da 23ª Reunião, Extraordinária, realizada em 10 de junho de 2013 00598

Ata da 24ª Reunião, Extraordinária, realizada em 12 de junho de 2013 00616
Ata da 25ª Reunião, Extraordinária, realizada em 19 de junho de 2013 00654
Ata da 26ª Reunião, Extraordinária, realizada em 3 de julho de 2013 00687
Ata da 27ª Reunião, Extraordinária, realizada em 8 de julho de 2013 00724
Ata da 28ª Reunião, Extraordinária, realizada em 5 de agosto de 2013 00753
Ata da 29ª Reunião, Extraordinária, realizada em 7 de agosto de 2013 00771
Ata da 30ª Reunião, Extraordinária, realizada em 12 de agosto de 2013 00810
Ata da 31ª Reunião, Extraordinária, realizada em 12 de agosto de 2013 00836
Ata da 32ª Reunião, Conjunta, realizada em 14 de agosto de 2013 00851
Ata da 33ª Reunião, Extraordinária, realizada em 14 de agosto de 2013 00889

1.1.8 – Comissão de Desenvolvimento Regional e Turismo – CDR

Ata da 18ª Reunião, Extraordinária, realizada em 10 de julho de 2013 00891
Ata da 19ª Reunião, Extraordinária, realizada em 14 de agosto de 2013 00917

1.1.9 – Comissão de Agricultura e Reforma Agrária – CRA

Ata da 15ª Reunião, Extraordinária, realizada em 4 de julho de 2013 00928
Ata da 16ª Reunião, Extraordinária, realizada em 8 de agosto de 2013 00945
Ata da 17ª Reunião, Extraordinária, realizada em 14 de agosto de 2013 00979

1.1.10 – Comissão de Ciência, Tecnologia, Inovação, Comunicação e Informática – CCT

Ata da 22ª Reunião, Conjunta, realizada em 10 de julho de 2013 (Realizada em conjunto com a 28ª Reunião da CRE) (Publicada no item 1.1.6)
Ata da 23ª Reunião, Extraordinária, realizada em 11 de julho de 2013 00983
Ata da 24ª Reunião, Conjunta, realizada em 11 de julho de 2013 (Realizada em conjunto com a 29ª Reunião da CRE) (Publicada no item 1.1.6)
Ata da 25ª Reunião, Extraordinária, realizada em 6 de agosto de 2013 00994
Ata da 26ª Reunião, Extraordinária, realizada em 13 de agosto de 2013 01010
Ata da 27ª Reunião, Extraordinária, realizada em 13 de agosto de 2013 01019

COMISSÃO DE ASSUNTOS ECONÔMICOS

ATA DA QUADRAGÉSIMA REUNIÃO, ORDINÁRIA, DA COMISSÃO DE ASSUNTOS ECONÔMICOS DA 3ª SESSÃO LEGISLATIVA ORDINÁRIA DA 54ª LEGISLATURA, REALIZADA EM 2 DE JULHO DE 2013, ÀS 10 HORAS, NA SALA DE REUNIÕES Nº 19 DA ALA ALEXANDRE COSTA, SENADO FEDERAL.

Às dez horas e nove minutos do dia dois de julho do ano de dois mil e treze, na sala número dezenove da Ala Senador Alexandre Costa, sob a Presidência do Senador Lindbergh Farias e do Senador Sérgio Souza, Vice-Presidente da Comissão de Assuntos Econômicos, reúne-se a Comissão de Assuntos Econômicos com a presença dos Senadores Delcídio do Amaral, Eduardo Suplicy, José Pimentel, Vanessa Grazziotin, Pedro Taques, Walter Pinheiro, Jorge Viana, Acir Gurgacz, Inácio Arruda, Randolfe Rodrigues, Eduardo Braga, Sérgio Souza, Valdir Raupp, Roberto Requião, Romero Jucá, Luiz Henrique, Ivo Cassol, Francisco Dornelles, Kátia Abreu, Casildo Maldaner, Eunício Oliveira, Waldemir Moka, Clésio Andrade, Ana Amélia, Aloysio Nunes Ferreira, Alvaro Dias, José Agripino, Jayme Campos, Flexa Ribeiro, Armando Monteiro, Blairo Maggi, Antonio Carlos Rodrigues, Gim, Eduardo Amorim e Vicentinho Alves. Deixam de comparecer os Senadores Humberto Costa, Cristovam Buarque, Rodrigo Rollemberg, Vital do Rêgo, Cyro Miranda, tendo falta justificada em virtude de se encontrar em missão política no exterior, e João Vicente Claudino. A Presidência declara aberta a Reunião, submetendo à Comissão a dispensa da leitura das Atas das 37ª, 38ª e 39ª Reuniões, que são dadas como aprovadas. Em seguida, é dado início à primeira parte da reunião, que tem como objetivo o lançamento da 16ª edição da revista "Em Discussão!", tendo como tema o refinanciamento de dívidas de estados e municípios. A Presidência convida o Sr. Davi Emerich, Diretor da Secretaria Especial de Comunicação Social, e o Sr. João Carlos Teixeira, Editor da Revista "Em Discussão!", para compor a Mesa. Após a apresentação da 16ª edição da revista, o Presidente dá início à apreciação das Matérias constantes da segunda parte da pauta. **Item 1**- Turno Suplementar do Substitutivo oferecido ao Projeto de Lei da Câmara nº 310 de 2009, terminativo, de autoria do Deputado Fernando de Fabinho, que "institui o Regime Especial de Incentivos para o Transporte Coletivo Urbano e Metropolitano de Passageiros – REITUP, condicionado à implantação do bilhete único temporal ou rede integrada de transportes", tendo como relator o Senador Lindbergh Farias. Em 25/6/2013, foi aprovado Substitutivo Integral ao Projeto de Lei da Câmara nº 310 de 2009. De acordo com o art. 282 do Regimento Interno do Senado Federal, a Matéria é submetida a Turno Suplementar. Em 26/6/2013, foram oferecidas ao Substitutivo as Emendas nºs 1, 2 e 3, de autoria do Senador Alvaro Dias. Em 1/07/2013 foram oferecidas ao Substitutivo as Emendas nºs 4, de autoria da Senadora Lúcia Vânia, 5, de autoria do Senador Alvaro Dias, 6 e 7, de autoria do Senador Blairo Maggi, 8 e 9, de autoria do Senador Francisco Dornelles. Em 2/7/2013, foram apresentadas as Emendas nºs 10, 11, 12, 13 e 27, de autoria do Senador Acir Gurgacz; 14, de autoria da Senadora Vanessa Grazziotin; 15, de autoria do Senador Randolfe Rodrigues; 16 e 17, de autoria do Senador Roberto Requião; 18, de autoria da Senadora Kátia Abreu; 19, de autoria da Senadora Ana Amélia; 20, de autoria do Senador Sérgio Souza; 21, de autoria do Senador Francisco Dornelles; 22, de autoria do Senador Walter Pinheiro; 23 e 29, de autoria do Senador Aloysio Nunes Ferreira; 24, de autoria do Senador Alvaro Dias; 25, de autoria do Senador Clésio Andrade; e 26 e 28, de autoria do Senador Blairo Maggi. Em 2/7/2013, o Senador Blairo Maggi retirou as Emendas nºs 7 e 26, de sua autoria. A Presidência convida os Srs. José Fortunati, prefeito da cidade de Porto Alegre e presidente da Frente Nacional de Prefeitos – FNP, Fernando Haddad, prefeito da cidade de São Paulo, e Márcio Lacerda, prefeito da cidade de Belo Horizonte, para compor a Mesa. Usam da palavra os Srs. José Fortunati, Fernando Haddad e Márcio Lacerda. Em seguida o Senador Sérgio Souza assume a Presidência para que o Senador Lindbergh Farias possa relatar as emendas apresentadas. O relator, Senador Lindbergh Farias, oferece parecer sobre as emendas apresentadas, nos seguintes termos: pela aprovação das Emendas nºs 4, 5, 10, 13, 14, 15, 16, 17, 18, 19, 20, 21, 22, 24 e 28 e pela rejeição das Emendas nºs 1, 6, 11, 12, 25, 27 e 29, ficando prejudicadas as Emendas nºs 2, 3, 8, 9 e 23. Após a leitura do relatório, usam da palavra os Senadores Aloysio Nunes Ferreira, Kátia Abreu, Roberto Requião, Vanessa Grazziotin, Alvaro Dias, Eduardo Braga, Randolfe Rodrigues, Blairo Maggi, Ana Amélia, Clésio Andrade, Eduardo Suplicy, Lobão Filho, Casildo Maldaner, Flexa Ribeiro e José Agripino. Encerrada a discussão, colocado em votação, a Comissão rejeita requerimento de destaque, de autoria do Senador José Agripino, para votação em separado do art. 7º do Substitutivo. Ressalvadas as emendas, colocada em votação, a Comissão aprova em turno suplementar a Emenda nº 1-CAE (Substitutivo) por dezoito votos favoráveis, um contrário e nenhuma abstenção. Vota vencido o Senador Aloysio Nunes Ferreira. Em seguida, aprova requerimento, de autoria do Senador Aloysio Nunes Ferreira, de destaque para votação em separado da Emen-

da nº 29. Colocadas em votação, a Comissão aprova as Emendas nºs 4, 5, 10, 13, 14, 15, 16, 17, 18, 19, 20, 21, 22, 24 e 28 por vinte votos favoráveis, nenhum contrário e nenhuma abstenção. Rejeita, ressalvado o destaque, as Emendas nºs 1, 6, 11, 12, 25 e 27 por dezenove votos contrários, um voto favorável e nenhuma abstenção. Vota vencido o Senador Clésio Andrade. Aprova a Emenda nº 29 por dezessete votos favoráveis, três votos contrários e nenhuma abstenção. Votam vencidos os Senadores Eduardo Suplicy, José Pimentel e Lindbergh Farias. Ficam prejudicadas as Emendas nºs 2, 3, 8, 9 e 23. As Emendas nºs 4, 5, 10, 13, 14, 15, 16, 17, 18, 19, 20, 21, 22, 24, 28 e 29, renumeradas, respectivamente, como Emendas nºs 2, 3, 4, 5, 6, 7, 8, 9, 10, 11, 12, 13, 14, 15, 16 e 17-CAE, serão incorporadas ao Substitutivo (Emenda nº 1-CAE). **Item 2**- Mensagem (SF) nº 50 de 2013, não terminativa, de autoria da Presidente da República, que "propõe a autorização da contratação de operação de crédito externo, com garantia da República Federativa do Brasil, entre o Estado do Maranhão e o Bank of America, N.A. (BofAML), no valor de até US$ 661,967,121.34 (seiscentos e sessenta e um milhões, novecentos e sessenta e sete mil, cento e vinte um dólares dos Estados Unidos da América e trinta e quatro centavos) destinados à quitação do Resíduo das Dívidas constituídas pelo Estado em razão das Leis Federais n° 8.727, de 1993 e 9.496, de 1997", tendo como relator o Senador Valdir Raupp, que oferece relatório favorável nos termos do Projeto de Resolução do Senado que apresenta. O Presidente da Comissão, Senador Lindbergh Farias, designa o Senador Roberto Requião relator "ad hoc" da Matéria. Após a leitura do relatório pelo relator "ad hoc", encerrada a discussão colocado em votação, a Comissão aprova o relatório, que passa a constituir o Parecer da CAE, favorável nos termos do Projeto de Resolução do Senado que apresenta. Aprova, também, a apresentação de Requerimento de Urgência para a matéria. **Item 3**- Mensagem (SF) nº 36 de 2013, não terminativa, de autoria da Presidente da República, que "propõe, nos termos do art. 52, incisos V e VII, da Constituição, seja autorizado Acordo de Reestruturação de Dívida a ser assinado entre a República Federativa do Brasil e a República Democrática do Congo (RDC), no valor equivalente a US$ 4,761,470.98 (quatro milhões, setecentos e sessenta e um mil dólares dos Estados Unidos da América e noventa e oito centavos), para o reescalonamento da dívida oficial congolesa para com o Brasil", tendo como relator o Senador Ricardo Ferraço, que oferece relatório favorável nos termos do Projeto de Resolução do Senado que apresenta. Em 25/6/2013, foi concedida Vista Coletiva. Anunciada a Matéria, o Presidente da Comissão designa o Senador José Pimentel relator "ad hoc" da Matéria. Usam da palavra os Senadores Alvaro Dias, Roberto Requião, Cristovam Buarque, Aloysio Nunes Ferreira, Vanessa Grazziotin, Flexa Ribeiro, Kátia Abreu, Pedro Taques, Casildo Maldaner e José Pimentel, relator "ad hoc" da matéria. A matéria é retirada de pauta. **Item 4**- Mensagem (SF) nº 40 de 2013, não terminativa, de autoria da Presidente da República, que "propõe, nos termos do art. 52, incisos V e VII, da Constituição, seja autorizado Contrato de Reescalonamento de Dívida a ser assinado entre a República Federativa do Brasil e a República da Costa do Marfim, no valor de US$ 1,262,856.60 (um milhão, duzentos e sessenta e dois mil, oitocentos e cinquenta e seis dólares dos Estados Unidos da América e sessenta centavos), para o reescalonamento da dívida oficial marfinesa para com o Brasil", tendo como relator o Senador Ricardo Ferraço, que oferece relatório favorável nos termos do Projeto de Resolução do Senado que apresenta. Em 25/6/2013, foi concedida Vista Coletiva. A matéria é retirada de pauta. **Item 5**- Projeto de Lei da Câmara nº 7 de 2013, não terminativo, de autoria da Presidente da República, que "dá nova redação aos arts. 20, 32, 123 e 127-A do Decreto-Lei nº 73, de 21 de novembro de 1966, que dispõe sobre o Sistema Nacional de Seguros Privados, regula as operações de seguros e resseguros e dá outras providências, para dispor sobre a responsabilidade civil dos corretores de seguros e resseguros", tendo como relator o Senador Sérgio Souza, que oferece relatório favorável ao Projeto com a Emenda nº 1 que apresenta. Em 25/6/2013, foi concedida Vista Coletiva. Em 2/7/2013, foi apresentada a Emenda nº 2, de autoria da Senadora Ana Amélia. A apreciação da matéria é adiada. **Item 6**- Projeto de Lei do Senado nº 171 de 2005 – Complementar, não terminativo, de autoria do Senador Pedro Simon, que "dispõe sobre a participação da população e de suas entidades no processo orçamentário", tendo como relator o Senador Cristovam Buarque, que oferece relatório favorável ao Projeto nos termos da Emenda nº 1-CCJ (Substitutivo). A apreciação da matéria é adiada. **Item 7**- Projeto de Lei do Senado nº 105 de 2012, não terminativo, de autoria do Senador Pedro Taques, que "acrescenta parágrafo único ao art. 835 da Lei nº 10.406, de 10 de janeiro de 2002 – Código Civil, prevendo a possibilidade de exoneração da fiança na hipótese de alteração no quadro social da pessoa jurídica afiançada, independentemente do término do prazo contratual", tendo como relator o Senador Wilder Morais, que oferece relatório favorável ao Projeto com as Emendas nºs 1 e 2 que apresenta. A apreciação da matéria é adiada. **Item 8**- Projeto de Lei do Senado nº 300 de 2011, não

terminativo, de autoria do Senador Eunício Oliveira, que "altera a Lei nº 7.492, de 16 de junho de 1986, para prever que furtos e roubos contra instituições financeiras são crimes contra o sistema financeiro nacional e definir a competência da Polícia Federal para a investigação", tendo como relator o Senador Cyro Miranda, que oferece relatório pelo encaminhamento do Projeto à Comissão de Constituição, Justiça e Cidadania. A apreciação da matéria é adiada. **Item 9**- Projeto de Lei do Senado nº 44 de 2013 – Complementar, não terminativo, de autoria do Senador Walter Pinheiro, que "altera a Lei de Responsabilidade Fiscal, Lei Complementar nº 101, de 4 de maio de 2000, para modificar a vedação prevista no art. 42 na execução do orçamento do último exercício do mandato do prefeito municipal", tendo como relator o Senador José Agripino, que oferece relatório contrário ao Projeto. A apreciação da matéria é adiada. **Item 10**- Projeto de Lei do Senado nº 432 de 2012, não terminativo, de autoria da Comissão de Direitos Humanos e Legislação Participativa, que "dispõe sobre a criação da Comissão da Indenização aos Descendentes de Negros Africanos Escravizados no Brasil (DNAEB)", tendo como relator o Senador Eduardo Lopes, que oferece relatório contrário ao Projeto. Em 4/6/2013, foi concedida vista coletiva da matéria. A apreciação da matéria é adiada. **Item 11**- Projeto de Lei do Senado nº 400 de 2012, não terminativo, de autoria do Senador Vital do Rêgo, que "altera a Lei nº 8.630, de 25 de fevereiro de 1993, que dispõe sobre o regime jurídico da exploração dos portos organizados e das instalações portuárias, para eliminar duplicidades de competências regulatórias e concorrenciais sobre os portos", tendo como relator o Senador Aloysio Nunes Ferreira, que oferece relatório pela prejudicialidade do Projeto. A apreciação da matéria é adiada. **Item 12**- Projeto de Lei do Senado nº 369 de 2011, não terminativo, de autoria da Senadora Ana Rita, que "altera o caput do art. 136 da CLT, para determinar que a concessão de férias do trabalhador seja precedida de consulta pelo empregador sobre a data de seu gozo", que tramita em conjunto com o Projeto de Lei do Senado nº 552 de 2011, não terminativo, de autoria do Senador Marcelo Crivella, que "altera o art. 136 da 'Consolidação das Leis do Trabalho', aprovada pelo Decreto-Lei n°. 5.452, de 1° de maio de 1943, e a ele acresce um § 3º, para dispor sobre a concessão de férias dos empregados membros de uma mesma família", tendo como relator o Senador Alvaro Dias, que oferece relatório favorável ao PLS nº 369 de 2011, acatando a Emenda nº 2, nos termos do substitutivo (Emenda nº 3) que apresenta, e pela prejudicialidade do PLS nº 552 de 2011. A apreciação da matéria é adiada. **Item 13**- Projeto de Lei do Senado nº 181 de 2007, não terminativo, de autoria do Senador Paulo Paim, que "altera o Decreto-Lei nº 986, de 21 de outubro de 1969, que institui normas básicas sobre alimentos, e dá outras providências", que tramita em conjunto com o Projeto de Lei do Senado nº 495 de 2007, não terminativo, de autoria do Senador Antonio Carlos Valadares, que "altera o Decreto-Lei nº 986, de 21 de outubro de 1969, que institui normas básicas sobre alimentos, para estabelecer limites máximos de sódio para os produtos alimentícios", com o Projeto de Lei do Senado nº 489 de 2008, não terminativo, de autoria do Senador Cristovam Buarque, que "altera o Decreto-Lei nº 986, de 21 de outubro de 1969, que institui normas básicas sobre alimentos, para determinar que os rótulos das embalagens dos alimentos tragam identificação de cores, de acordo com a composição nutricional", e com o Projeto de Lei do Senado nº 106 de 2011, não terminativo, de autoria do Senador Antonio Carlos Valadares, que "altera o Decreto-Lei nº 986, de 21 de outubro de 1969, que institui normas básicas sobre alimentos, para estabelecer limites máximos de gorduras saturadas, trans e açúcares nos alimentos", tendo como relator o Senador Cyro Miranda, que oferece relatório favorável ao Projeto de Lei do Senado nº 495 de 2007, nos termos do Substitutivo (Emenda nº 1) que apresenta, contrário ao Projeto de Lei do Senado nº 181 de 2007 e pela prejudicialidade dos Projetos de Lei do Senado nº 489 de 2008 e 106 de 2011. A apreciação da matéria é adiada. **Item 14**- Projeto de Lei do Senado nº 455 de 2012, não terminativo, de autoria do Senador Antonio Carlos Valadares, que "altera a Lei nº 9.656, de 3 de junho de 1998, que dispõe sobre os planos e seguros privados de assistência à saúde, para determinar que as operadoras e as pessoas jurídicas que intermedeiem a comercialização de planos de saúde exibam informações relativas a prazos de atendimento e carências em seus sítios eletrônicos", que tramita em conjunto com o Projeto de Lei do Senado nº 456 de 2012, não terminativo, de autoria do Senador Antonio Carlos Valadares, que "altera a Lei nº 9.656, de 3 de junho de 1998, que dispõe sobre os planos e seguros privados de assistência à saúde, para determinar o reembolso integral das despesas efetuadas pelo beneficiário com assistência à saúde nos casos em que especifica", e com o Projeto de Lei do Senado nº 470 de 2012, não terminativo, de autoria do Senador Antonio Carlos Valadares, que "altera a Lei nº 9.656, de 3 de junho de 1998, que dispõe sobre os planos e seguros privados de assistência à saúde, para tornar obrigatória a cobertura de assistência domiciliar decorrente de internação hospitalar, no plano-referência e no plano que inclua internação hospitalar",

tendo como relator o Senador Vital do Rêgo, que oferece relatório favorável ao PLS nº 455 de 2012 nos termos do Substitutivo (Emenda nº 1) que apresenta e contrário aos PLS nºs 456 e 470 de 2012. A apreciação da matéria é adiada. **Item 15**- Projeto de Lei do Senado nº 300 de 2005, terminativo, de autoria do Senador Paulo Paim, que "acrescenta parágrafos ao art. 6º da Lei nº 10.820, de 2003, determinando que a taxa de juros cobrada sobre empréstimos consignados em folha não excedam em 05 pontos percentuais ao ano a taxa básica da economia (taxa Selic)", tendo como relator o Senador Antonio Carlos Rodrigues, que oferece relatório pela aprovação do Projeto. A apreciação da matéria é adiada. **Item 16**- Projeto de Lei do Senado nº 208 de 2010, terminativo, de autoria do Senador Marcelo Crivella, que "estabelece regime especial de parcelamento de tributos federais para a empresa nascente", tendo como relator o Senador Aloysio Nunes Ferreira, que oferece relatório pela rejeição do Projeto. A apreciação da matéria é adiada. **Item 17**- Projeto de Lei do Senado nº 211 de 2009, terminativo, de autoria do Senador Valdir Raupp, que "torna obrigatória a adoção de formato único para os teclados dos terminais de autoatendimento da rede bancária", tendo como relator o Senador Flexa Ribeiro, que oferece relatório pela rejeição do Projeto. A apreciação da matéria é adiada. **Item 18**- Projeto de Lei do Senado nº 325 de 2010, terminativo, de autoria do Senador Cristovam Buarque e outros, que "altera o parágrafo único do art. 5º da Lei nº 11.738, de 16 de julho de 2008, que institui o piso salarial profissional nacional para os profissionais do magistério público da educação básica, para introduzir critério de reajuste anual de seu valor", tendo como relator o Senador José Pimentel, que oferece relatório pela prejudicialidade do Projeto. A apreciação da matéria é adiada. **Item 19**- Projeto de Lei do Senado nº 391 de 2012, terminativo, de autoria do Senador Mário Couto, que "altera a Lei nº 9.249, de 26 de dezembro de 1995, para permitir a dedução no Imposto de Renda da Pessoa Jurídica de direito privado, que empregue pessoa portadora de necessidades especiais e dá outras providências", tendo como relator o Senador Sérgio Souza, que oferece relatório pela rejeição do Projeto. A apreciação da matéria é adiada. **Item 20**- Projeto de Lei do Senado nº 99 de 2009, terminativo, de autoria do Senador Cristovam Buarque, que "determina a inclusão automática na 'malha fina' das declarações do imposto de renda dos contribuintes detentores de mandato eletivo", tendo como relator o Senador Eduardo Suplicy, que oferece relatório pela aprovação do Projeto. Em 4/6/2013, foi concedida vista coletiva da matéria. A apreciação da matéria é adiada. **Item 21**- Projeto de Lei do Senado nº 145 de 2008, terminativo, de autoria do Senador Neuto De Conto, que "altera o art. 35 da Lei nº 9.250, de 26 de dezembro de 1995, para elevar a idade dos dependentes para fins de Imposto de Renda da Pessoa Física", tendo como relator o Senador Benedito de Lira, que oferece relatório pela aprovação do Projeto com a Emenda nº 1 que apresenta. A apreciação da matéria é adiada. Nada mais havendo a tratar, encerra-se a reunião às treze horas e vinte e sete minutos, lavrando eu, Adriana Tavares Sobral de Vito, a presente ata, que, lida e aprovada, será assinada pelos Senhores Presidente e Vice-Presidente e publicada no Diário do Senado Federal, juntamente com a íntegra das notas taquigráficas. – Senador **Lindbergh Farias,** Presidente da Comissão de Assuntos Econômicos. – Senador **Sérgio Souza,** Vice-Presidente no exercício da Presidência da Comissão de Assuntos Econômicos.

(Texto com revisão.)

O SR. PRESIDENTE (Lindbergh Farias. Bloco/PT – RJ) – Declaro aberta a 40ª Reunião da Comissão de Assuntos Econômicos

Antes de iniciarmos os trabalhos, proponho a dispensa da leitura e a aprovação das Atas das 37ª, 38ª e 39ª Reuniões.

O Srs. Senadores que concordam queira permanecer como se encontram.

As atas estão aprovadas e serão publicadas no *Diário do Senado Federal.*

Queria registrar aqui a presença do Presidente da Frente Nacional de Prefeitos, Prefeito de Porto Alegre, Sr. José Fortunati; do Prefeito de Guarulhos, Sebastião Almeida; do Prefeito de Marabá, João Salame; do ex-Prefeito de Joinville, Carlito Merss; da Prefeita de Ribeirão Preto, Dárcy Vera.

Quero anunciar aqui a presença também da nossa Senadora, hoje Deputada Federal, Benedita da Silva.

E vamos começar a primeira parte da reunião com o lançamento da 16ª edição da revista *Em Discussão!*. Essa é a primeira parte da reunião. Na segunda parte, entraremos no item nº 1, que é a discussão do Reitup.

Convido, para fazer parte da mesa, o Sr. Davi Emerich, Diretor da Secretaria Especial de Comunicação Social, e o Sr. João Carlos Teixeira, editor da revista *Em Discussão!,* a fim de fazerem uma breve apresentação de sua 16ª edição, que terá como tema o refinanciamento de dívidas de Estados e Municípios.

Quero dizer aos senhores que esta Comissão de Assuntos Econômicos está enfrentando essa pauta do pacto federativo. Houve uma reunião do Confaz, houve um acordo muito importante acerca da reforma do ICMS. Tivemos um impasse aqui no Senado Federal.

A reforma do ICMS foi aprovada pela Comissão de Assuntos Econômicos, mas não estávamos em condições políticas de levá-la a Plenário.

A partir dessa reunião do Confaz, acho que o quadro é outro. Tanto que, na próxima reunião do dia 9, vamos fazer uma reunião exclusiva com o Coordenador do Confaz, o Secretário-Executivo Interino do Ministério da Fazenda, Dyogo de Oliveira, e o Secretário de Estado da Fazenda do Estado do Maranhão, José Trinchão, para apresentarem aqui esse acordo. A partir desse acordo, achamos que será possível a votação ainda neste semestre no plenário do Senado Federal.

Há outra pauta, Senador Requião, porque estão aqui os prefeitos, sobre a reforma do ISS, projeto do Senador Romero Jucá em que o Relator é o Senador Armando Monteiro.

Quero anunciar aos prefeitos, ao Presidente José Fortunati, que houve uma conversa com o Relator, porque sabemos que haverá uma marcha na outra semana aqui, para ver se conseguimos construir as condições para colocar esse projeto, que é de interesse dos prefeitos brasileiros, na pauta da próxima semana.

Passo a palavra imediatamente para o nosso Diretor da Secretaria Especial de Comunicação Social, Davi Emerich.

O SR. DAVI EMERICH – Senador Presidente da CAE, Senador Lindbergh; Srs. Senadores; nossa sempre Senadora e Deputada Federal Benedita da Silva, a gente sempre fica muito alegre quando a vê em nossa Casa; Prefeito Fortunati; prefeitos presentes; companheiros jornalistas; Flávio, Diretor do jornal; outros companheiros da Comunicação Social.

A gente não quer tomar muito tempo, Presidente. Primeiramente, quero agradecer a generosidade da CAE, uma Comissão que a gente sabe que tem uma pauta muito pesada e expressiva, por ter aberto esse espaço para apresentarmos a revista, que tem, nesse número, um conteúdo praticamente econômico.

Na verdade, esse número da revista *Em Discussão!* Baseia-se nas várias audiências que a CAE realizou. E ela segue um princípio – já está com quase três anos – porque é uma revista temática. Para quem tiver interesse, as fotos das revistas anteriores estão na contracapa. Inclusive, a gente pode encaminhar – se ainda contarmos com ele lá no jornal – para quem tiver interesse em receber algum número atrasado,

Então, essa revista se debruçou sobre o problema da dívida pública. E o objetivo da nossa revista *Em Discussão!* é exatamente preparar os veículos da Casa, as novas demandas do trabalho parlamentar que têm crescido muito rapidamente; quer dizer, o universo de ação parlamentar está exigindo dos meios de comunicação cada vez uma modernização maior para dar conta das informações, para levar essas informações de forma adequada à opinião pública.

E também é uma revista que tem como objetivo dar certa estabilidade na informação, de forma que ela possa ser consultada pela sociedade brasileira durante muito tempo. Então, é uma revista que não perde a atualidade, como um jornal, por exemplo. Então, essa revista pode ser lida por um, por dois anos que as informações estarão perenes. Então, é uma fonte de pesquisa muito importante, não quanto ao seu aspecto gráfico, que realmente tem um limite, mas está para *download* no site do jornal, que pode ser baixado por qualquer interessado.

Nós queremos agradecer à Gráfica, na figura do Florian, que realmente tem sido um parceiro generoso na elaboração da revista; agradecer ao pessoal da Consultoria Legislativa também; e agradecer principalmente aos Senadores, que têm sido a fonte de todas as informações das nossas edições.

Eu queria passar... Eu queria ser rápido e só fazer essa apresentação. Estamos à disposição de todos para definir pautas futuras. O próximo número já definimos, Presidente, que será sobre terras-raras.

Então, a Comunicação agradece à CAE e realmente está muito feliz de estar presente numa reunião tão importante como esta. (*Palmas.)*

O SR. PRESIDENTE (Lindbergh Farias. Bloco/PT- RJ) – Muito obrigado.

Passo a palavra agora para o Sr. João Carlos Teixeira, editor da revista *Em Discussão!*

O SR. JOÃO CARLOS TEIXEIRA – Bom dia a todos! Bom dia, Senador Lindbergh, Presidente da CAE; bom dia, Senadores; Deputada Benedita da Silva; Prefeito José Fortunati; colegas de Senado; diretores da Secs que estão aqui presentes; Diretor Flávio Faria, diretor do jornal ao qual a revista está subordinada.

Bom, em primeiro lugar, como disse o Davi, queria registrar que é uma grande satisfação para a gente poder lançar essa revista no plenário da CAE, o local onde ocorreram os debates que nortearam a elaboração da revista. Esses debates lidaram com um tema específico que está contido num tema maior, a questão do pacto federativo, que, como o Senador Lindbergh colocou na sua fala inicial e também quando assumiu a CAE, é um assunto prioritário hoje colocado no País. E a gente vê que novos acontecimentos sobre esse tema ocorrem a cada momento, como essa última reunião do Confaz, que o Senador Lindbergh acabou de narrar para a gente.

Essa revista é... Como a gente estava falando sobre um tema que está causando bastante mobilização política para ser resolvido, as propostas legislativas estão em discussão dentro do Congresso. O pró-

prio Governo já mandou uma tentativa de mudar os parâmetros de correção das dívidas estaduais. Todas essas informações podem ser encontradas aqui na revista que, nessas 62 páginas, tenta trazer o assunto de uma maneira didática, para que as pessoas possam acompanhá-lo, e também de uma maneira ilustrada, para que a leitura, apesar de o tema ser relativamente árduo de acompanhar, também seja uma leitura leve.

Então, a gente faz exatamente esse tipo de cobertura na revista. A gente faz uma radiografia do problema, traz os últimos números e, no final das contas, fala sobre o trabalho específico do Senado Federal no assunto, que é tentar achar caminhos e soluções para esse problema.

O Davi também falou sobre a questão do público-alvo da revista. Essa revista vai ser distribuída para todas as secretarias estaduais, secretarias municipais de finanças. E a gente tenta fazer com que ela chegue àquelas pessoas que estão envolvidas no assunto e também às pessoas que se interessarem pelo assunto e possam contribuir para que se chegue a um termo razoável sobre o assunto.

A revista *Em Discussão!* – Davi também já falou isso – está na 16ª edição. Já tratamos de assuntos tão diversos como a educação. No número anterior, imediatamente anterior a esse, tratamos do assunto de adoção; e agora vamos para a área de mineração, como disse o Davi. A gente vai falar sobre minerais estratégicos, mais especificamente as terras-raras e todas as questões que estão envolvidas nisso. É uma subcomissão da Comissão de Ciência e Tecnologia que está discutindo esse assunto e que deve trazer um relatório até agosto, que vai coincidir com a data de lançamento da revista.

Bom, sem me alongar mais, eu queria agradecer mais uma vez a oportunidade e agradecer também a toda a equipe que colabora com a revista *Em Discussão!* São profissionais de alto gabarito aqui do Senado.

Então, muito obrigado a todos, bom dia e bom trabalho. (*Palmas.*)

O SR. PRESIDENTE (Lindbergh Farias. Bloco/PT – RJ) – Quero agradecer à Secretaria Especial de Comunicação Social, Sr. David Emerich; a todo mundo que trabalha na confecção da revista *Em Discussão!*; ao seu editor, João Carlos Teixeira; aos membros desta competente Consultoria Legislativa do Senado Federal; e, novamente, anunciar que neste semestre nós achamos possível ainda avançar nos temas do pacto federativo, em especial a reforma do ICMS e do ISS.

Muito obrigado. Agradeço a presença dos senhores. (*Palmas.*)

Entraremos na segunda parte da reunião. Quero citar aqui a presença também da Prefeita de Guarujá, Maria Antonieta de Brito, que é Vice-Presidente da Frente Nacional de Prefeitos; e do Prefeito de Belo Horizonte, que muito nos honra com a presença, Marcio Lacerda.

Nós vamos inverter. Nós vamos começar puxando o segundo item de pauta, que é o empréstimo para o Estado do Maranhão, até porque o projeto do Reitup vai ser votado em caráter terminativo e nós precisamos de um quórum qualificado.

Então, eu queria designar o Senador Roberto Requião como Relator *ad hoc*. Senadora Vanessa, eu estou querendo designar o Senador Roberto Requião como Relator *ad hoc* do item nº 2.

ITEM 2
MENSAGEM (SF) Nº 50, DE 2013
– Não Terminativo –

Propõe a autorização da contratação de operação de crédito externo, com garantia da República Federativa do Brasil, entre o Estado do Maranhão e o Bank of America, N. A. (BofAML), no valor de até US$ 661,967,121.34 (seiscentos e sessenta e um milhões, novecentos e sessenta e sete mil, cento e vinte um dólares dos Estados Unidos da América e trinta e quatro centavos) destinados à quitação do Resíduo das Dívidas constituídas pelo Estado em razão das Leis Federais n° 8.727, de 1993 e 9.496, de 1997.
Autoria: Presidente da República
Relatoria: Senador Valdir Raupp
Relatoria *Ad Hoc*: Senador Roberto Requião.

Foi o Senador Valdir Raupp que me incumbiu de colocar o Senador Roberto Requião como Relator *ad hoc*.

De acordo com a Resolução nº 4.301 do Senado Federal, encontram-se presentes, para acompanhar a apreciação da matéria, o Sr. Eduardo Luiz Gaudard, Gerente de Responsabilidades Financeiras da Secretaria do Tesouro Nacional, Ministério da Fazenda, representando o Tesouro Nacional; o Sr. Marco Antonio Toccolini, representando o Estado do Maranhão, representante do Governo do Estado do Maranhão em Brasília; o Sr. Paulo Eduardo Ronchi, assessor da Secretaria de Estado do Planejamento e Orçamento; e a Srª Maria Leni, auditora da Secretaria de Estado de Planejamento.

Com a palavra, o Relator.

O SR. ROBERTO REQUIÃO (Bloco/PMDB – PR) – O relatório sobre esse empréstimo é de autoria do Senador Valdir Raupp.

Eu, pessoalmente, acredito que nós deveríamos aprová-lo sem mais delongas, até porque esta Comissão tem aprovado todos os empréstimos de uma forma repetitiva que já tem firmado jurisprudência.

Aprovaram um empréstimo absurdo para o Paraná, que até hoje está parado na Secretaria do Tesouro em função do limite da responsabilidade fiscal, pelo fato de os salários terem ultrapassado as possibilidades legais.

De qualquer forma, vamos ao relatório do Senador Valdir Raupp.

O relatório submete à apreciação do Senado o pleito do Maranhão que solicita autorização para contratar operação de crédito externo, com garantia da União, com o Bank of America.

Os recursos dessa operação de crédito destinam-se à quitação do resíduo de dívidas constituídas pelo Estado em razão das Leis Federais n°s 8.727, de 1993, e 9.496, de 1997.

O empréstimo foi credenciado pelo Banco Central do Brasil e suas condições financeiras inseridas no sistema de Registro de Operação Financeira, sob o número TA-652763.

Vamos à análise.

A análise da presente operação de crédito externo fundamenta-se no art. 52, inciso V, VII e VIII da Constituição Federal e visa a verificar o cumprimento das determinações das Resoluções nºs 40 e 43, de 2001, e nº 48, de 2007, todas do Senado Federal, e da Lei de Responsabilidade Fiscal. Essas são as normas que disciplinam os limites e condições para contratação de operações de crédito internas e externas, inclusive com cessão de garantia no âmbito dos três níveis de Governo.

De acordo com os Pareceres nºs 584 e 585, ambos de 28 de maio de 2013, da Coordenação-Geral de Operações de Crédito de Estados e Municípios, ao Estado do Maranhão nessa operação de crédito que, como visto, constitui uma operação de reestruturação e recomposição do principal de suas dívidas com a União não se aplicam os limites de que trata o art. 7ª da Resolução nº 43, de 2001, do Senado Federal, conforme a exceção prevista em seu §7º.

Logicamente está implícito nessa norma do Senado Federal o entendimento de que operações financeiras de reestruturação e recomposição do principal de dívidas nela amparadas devem implicar, necessariamente, melhores e mais favoráveis condições financeiras relativamente às da dívida pré-existente; em consequência, avanço na situação financeira do Estado ou do Município. Caso contrário, ainda que passível de realização, devem-se observar os referidos limites de endividamento. Esse entendimento é referendado pela Procuradoria-Geral da Fazenda Nacional.

A Nota Conjunta Codip/Cogep, de 30 de abril de 2008...

(Soa a campainha.)

O SR. ROBERTO REQUIÃO (Bloco/PMDB – PR) – Presidente, se não houver nenhum interesse do Plenário em ouvir o relatório que estou fazendo na condição de Relator *ad hoc*, dou por encerrado, e V. Exª o coloca em votação. Esta votação vai ter de ser unânime, uma vez que esta Comissão já firmou jurisprudência em conceder esses empréstimos. Nesse caso do empréstimo do Maranhão, não vejo nenhum obstáculo a isso.

Eu dou por encerrado o relatório

O SR. PRESIDENTE (Lindbergh Farias. Bloco / PT – RJ) – Quer ir para a leitura do voto final, Senador Requião?

O SR. ROBERTO REQUIÃO (Bloco/PMDB – PR) – O voto final é favorável.

O SR. PRESIDENTE (Lindbergh Farias. Bloco /PT – RJ) – A matéria está em discussão. (*Pausa.*)

Não havendo quem queira discutir, vamos colocar em votação o relatório.

Em votação o relatório do Relator *ad hoc*, Senador Roberto Requião.

Os Senadores que concordam com o relatório permaneçam como estão. (*Pausa.*)

Aprovado o relatório, que passa a constituir parecer da CAE, favorável, nos termos do PRS apresentado.

O SR. SÉRGIO SOUZA (Bloco/PMDB – PR) – Presidente, peço regime de urgência.

A SRª ANA AMÉLIA (Bloco/PP – RS) – Eu também peço regime de urgência.

O SR. PRESIDENTE (Lindbergh Farias. Bloco /PT – RJ) – Senador Sérgio Souza e Senadora Ana Amélia.

Em votação a apresentação do requerimento de urgência proposto pelos Senadores Sérgio Souza e Ana Amélia.

Os Senadores que concordam com a apresentação do requerimento permaneçam como estão. (*Pausa.*)

Aprovada a apresentação do requerimento de urgência para a matéria que irá para o plenário.

Estamos à espera do quórum. Haverá a votação do Reitub, em caráter terminativo, para a qual é necessário quórum qualificado.

Vamos avançar no item 3, para o qual designo o Senador José Pimentel como Relator *ad hoc.*

ITEM 3
MENSAGEM (SF) Nº 36, DE 2013
– Não Terminativo –

Propõe, nos termos do art. 52, incisos V e VII, da Constituição, seja autorizado Acordo de Reestruturação de Dívida a ser assinado entre a República Federativa do Brasil e a República Democrática do Congo (RDC), no valor equivalente a US$4,761,470.98 (quatro milhões, setecentos e sessenta e um mil dólares dos Estados Unidos da América e noventa e oito centavos), para o reescalonamento da dívida oficial congolesa para com o Brasil.
Autoria: Presidente da República
Relatoria: Senador Ricardo Ferraço
Relatoria *Ad Hoc*: Senador José Pimentel
Relatório: Favorável nos termos do Projeto de Resolução do Senado que apresenta.
Observações: 1. Em 25/6/2013, foi concedida Vista Coletiva.

O relatório já foi lido pelo Relator na 37ª Reunião, realizada em 25 de junho, ocasião em que foi concedida vista coletiva. Consulto o Relator se deseja fazer uso da palavra.

O SR. JOSÉ PIMENTEL (Bloco/PT – CE) – Sr. Presidente, Srªs e Srs. Senadores, mantenho o parecer já apresentado, portanto sem nenhuma alteração.

O SR. PRESIDENTE (Lindbergh Farias. Bloco/PT – RJ) – A matéria está em discussão.

O SR. ALVARO DIAS (Bloco/PSDB – PR) – Sr. Presidente, a matéria diz respeito aos países africanos, não é isso?

O SR. PRESIDENTE (Lindbergh Farias. Bloco/PT – RJ) – Isso, isso, é o item 3.

O SR. ALVARO DIAS (Bloco/PSDB – PR) – Há um requerimento do Senador Aloysio Nunes que sequer foi votado pelo Plenário do Senado. Esse requerimento pede informações ao Ministro da Fazenda sobre a situação da dívida dos países africanos que possuem atraso com o Brasil. Portanto, eu creio, Sr. Presidente, que não só em respeito ao Senador Aloysio, que merece toda consideração desta Casa, mas em respeito ao bom senso...

Nós estamos num momento de revolta popular no Brasil, há uma cobrança em relação a carências visíveis, os serviços públicos de péssima qualidade, há uma escassez de recursos para atender a área de saúde, de segurança, transportes, educação, infraestrutura, e nós estamos fazendo cortesia com outros países. Inclusive com países governados, como citei na última reunião, por um ditador multimilionário, que possui imóveis riquíssimos em Nova York e filhos milionários. Um país, portanto, que deveria cumprir os seus compromissos financeiros com os seus parceiros.

Vou aguardar aqui, Sr. Presidente, para que eu possa falar com... Desculpe aí. Eu estava atrapalhando aqui a conversa.

Então, Sr. Presidente, eu insisto que esta Comissão suspenda a aprovação e aguarde a resposta do Ministro da Fazenda. Há um questionamento ao Ministro da Fazenda sobre essa iniciativa do Governo Federal. O que pede o Senador Aloysio:

> Descrição detalhada da situação econômica e financeira atual de cada um desses países; quais as reformas que foram implementadas ou que estão sendo implementadas atualmente, em cada um desses países, com o objetivo de restaurar as suas situações econômicas e financeiras; histórico de aplicação de medidas de reforma econômica aprovadas pelo Fundo Monetário Internacional; os tipos dos débitos elegíveis para o reescalonamento.

Diz o Senador Aloysio:

> Recentemente chegou a esta Casa Mensagens Presidenciais propondo autorização de reescalonamento de dívidas oficiais de países africanos para com o Brasil.
> Essas propostas teriam como objetivo permitir a retomada dos pagamentos ao Brasil e, assim, regularizar o relacionamento financeiro entre o Brasil e esses países, o que permitiria a abertura de novas possibilidades para o desenvolvimento das relações econômicas e comerciais.
> Ocorre que algumas informações são necessárias para a melhor fundamentação da análise sobre o perfil dessas dívidas e o necessário 'de acordo' para as respectivas propostas de reescalonamento das dívidas.

Nesse momento em que se fala muito em plebiscito no Brasil, Sr. Presidente, eu creio que se nós fizéssemos um plebiscito indagando do povo brasileiro se devemos perdoar dívidas ou não, obviamente, majoritariamente o pronunciamento da população seria pelo não. Então acho que temos que ecoar aqui as aspirações do povo brasileiro.

Primeiramente resolver os problemas internos do País; e depois, se possível, fazer cortesia. Nós não estamos em condições de fazer cortesia. Isso é contraditório. Isso, Sr. Presidente, chega a ser uma afronta às necessidades de setores básicos. Serviços públicos são insuficientes, de péssima qualidade. E nós esta-

mos dispensando o pagamento de dívidas contraídas para conosco.

E o Governo brasileiro continua a fazer empréstimos. O BNDES continua a fazer empréstimos de toda sorte, inclusive empréstimos sigilosos como aqueles anunciados – e até agora não ouvimos nenhuma palavra do Governo a respeito dessa cobrança –, porque o Governo oferece empréstimos sigilosos, com tarja de sigilo, de secreto, a Cuba e a Angola. Nós sequer sabemos qual a modalidade do empréstimo, qual o valor desse empréstimo, quais as taxas de juros que serão praticadas, e qual o objetivo desse empréstimo, onde esses recursos serão aplicados. Isso é inusitado.

Eu, pelo menos, não tenho notícia, na história deste País, de que o Governo brasileiro tenha, através do BNDES, efetuado empréstimo externo com tarja de secreto, de sigiloso, portanto, sem nenhuma transparência, sem nenhum respeito ao povo brasileiro.

Então, há muita contradição, Sr. Presidente, e o mínimo que nós deveríamos fazer nesta hora é suspender a votação desta matéria e aguardar esclarecimentos do Ministro da Fazenda sobre esta matéria e também, aproveitando, Sr. Presidente, esclarecimentos do Governo sobre essa história de empréstimo sigiloso a Cuba e a Angola. Isso, eu repito, é um desrespeito ao povo brasileiro.

O SR. PRESIDENTE (Lindbergh Farias. Bloco/PT – RJ) – Senador Alvaro Dias, o requerimento feito pelo Senador Aloysio Nunes foi ao Plenário do Senado Federal. Aqui, na Comissão de Assuntos Econômicos, nós estamos fazendo o nosso processo. Colocamos na pauta da última reunião, houve um pedido de vista coletivo, e eu pergunto ao relator *ad hoc* se ele está em condições de prestar esses esclarecimentos para nós procedermos a essa votação.

Senador José Pimentel.

O SR. JOSÉ PIMENTEL (Bloco/PT – CE) – Sr. Presidente, eu quero começar registrando que o Senador Ricardo Ferraço, diligente como sempre foi, apresentou o seu parecer; em seguida, pediu um prazo para aguardar que o Tesouro Nacional respondesse um conjunto de quesitos em que ele tinha dúvidas. O Tesouro Nacional respondeu no dia 18 de junho de 2013 aos quesitos formulados pelo Relator, Senador Ricardo Ferraço, que se deu por satisfeito com os esclarecimentos aqui apresentados.

Idêntico requerimento o Líder Aloysio Nunes Ferreira apresentou à Mesa do Senado. Portanto, esses quesitos apresentados à Mesa do Senado serão respondidos à Mesa do Senado, e a sua aprovação nesta Comissão não causa nenhum prejuízo a que o Presidente Renan Calheiros ordene a sua votação em Plenário. Mas, no que diz respeito à instrução deste processo aos esclarecimentos solicitados pelo Senador Ricardo Ferraço, o nosso Relator, foram respondidos no dia 18 de junho, portanto, o parecer está totalmente instruído e esclarecido, Sr. Presidente.

O SR. ALVARO DIAS (Bloco/PSDB – PR) – Presidente?

O SR. PRESIDENTE (Lindbergh Farias. Bloco/PT – RJ) – Senador Alvaro Dias.

O SR. ALVARO DIAS (Bloco/PSDB – PR) – Perde sentido o requerimento do Senador Aloysio se nós votarmos já esta matéria. Nós estamos invertendo prioridade.

O SR. PRESIDENTE (Lindbergh Farias. Bloco/PT – RJ) – Senador Alvaro Dias, é que o requerimento em Plenário... Devo dizer, reforçando os argumentos do Senador Pimentel, que o Senador Ricardo Ferraço retirou esta matéria de pauta por muito tempo, foi atrás de todas as informações no Ministério da Fazenda, na PGFN, então, houve um processo... Houve pedido de vista, Senador Alvaro Dias, e nós temos que avançar nesta pauta. Eu espero a compreensão de V. Exª.

O SR. ALVARO DIAS (Bloco/PSDB – PR) – Sr. Presidente, desde já eu anuncio que vou pedir votação nominal, porque considero fundamental que cada Senador se posicione a respeito desta matéria.

Nós temos que dizer ao povo brasileiro se achamos que está sobrando dinheiro no Brasil, nós podemos rasgar dinheiro público neste País, jogar para o ar, ou se nós podemos realmente fazer cortesia.

Se nós estamos fazendo cortesia com outros países é porque está sobrando dinheiro aqui. Então, acaba essa justificativa do Governo de que não há recursos, de que os recursos são limitados. Nós temos que definir a nossa posição: ou achamos que podemos rasgar dinheiro, jogar para o ar, fazer cortesia com outros países, porque está tudo bem, há um paraíso neste País, e isso que estão fazendo nas ruas é uma brincadeira, estão brincando nas ruas do Brasil! Ou nós pensamos dessa maneira ou votamos contra esta matéria, como forma, inclusive, de corresponder às expectativas do povo deste País.

Eu já antecipo o pedido de votação nominal para essa matéria.

O SR. PRESIDENTE (Lindbergh Farias. Bloco/PT – RJ) – A matéria está em discussão.

Senador Roberto Requião.

O SR. ROBERTO REQUIÃO (Bloco/PMDB – PR) – Todo país do mundo realiza uma política semelhante a nossa política de empréstimos. Os empréstimos que o Brasil está fazendo, essas quase doações, se quiserem assim dizer, destinam-se a compras no mercado interno brasileiro, à contratação de empresas brasileiras. E o nosso Governo não está fazendo nada além do que

uma política comum a todos os países do Planeta. Portanto, não vejo nada de excepcional nesse processo.

O SR. PRESIDENTE (Lindbergh Farias. Bloco/PT – RJ) – Senador Cristovam Buarque.

O SR. ALOYSIO NUNES FERREIRA (Bloco/PSDB – SP) – Pela ordem, Sr. Presidente. Aloysio.

O SR. CRISTOVAM BUARQUE (Bloco/PDT – DF) – Sr. Presidente, eu quero me manifestar na mesma linha do Senador Requião. Tenho sido um crítico ferrenho da política econômica do Governo. Há anos, venho dizendo que essa crise chegaria e chegou.

Eu acho, Senador Alvaro, que não são esses poucos milhões que mudariam a situação da nossa economia, mas mudam muito a nossa relação com países da África, mudam muito a imagem do Brasil em relação aos países da África. E não esqueça que, há poucos anos, nós é que estávamos querendo que perdoassem nossa dívida.

Quanto ao fato de serem ditadores – e é verdade –, eu faço a diferença entre perdoar dívida de um país e perdoar dívida de um ditador. Nós estamos trabalhando com o país.

E, finalmente, no longo prazo das relações do Brasil – a gente tem que olhar 10, 20, 30, 50 anos na frente –, isso melhora, facilita a presença de empresas nossas, de produtos nossos e de uma simpatia desses países sempre que a gente precisar deles em votos nas Nações Unidas.

Por isso, apesar de concordar com a visão do Senador Alvaro de que o Governo é contraditório quando faz isso e aqui dentro faltam recursos para outras coisas, eu votarei a favor, porque acho que isso não faria diferença na situação brasileira, que é grave, e, além disso, beneficiaria o Brasil nas relações internacionais.

O SR. PRESIDENTE (Lindbergh Farias. Bloco/PT – RJ) – Senador Cristovam, muito obrigado.

Com a palavra o Senador Aloysio Nunes Ferreira.

O SR. ALOYSIO NUNES FERREIRA (Bloco/PSDB – SP) – Sr. Presidente, eu acho que perguntar não ofende. O meu requerimento é exatamente uma pergunta dirigida às autoridades do Brasil, às autoridades responsáveis pelas nossas finanças, ao Ministério da Fazenda. Qual é o mal em recebermos a resposta a perguntas que estão na cabeça de todos nós?

Não nos iludamos. Apesar desse discurso da solidariedade com países africanos, todos nós temos enormes dúvidas sobre o destino desse dinheiro, sobre o grau alarmante, o grau wagneriano de corrupção nesses países. Perdoar dívida resultante de quê? Quais são os investimentos que foram feitos?

Quer dizer, eu creio que não há nenhum mal uma Comissão de Assuntos Econômicos do Senado indagar ao Ministério da Fazenda as perguntas que estão aqui no meu requerimento, pedir a descrição detalhada da situação financeira e econômica de cada um desses países e quais são as reformas que foram implementadas ou que estão sendo implementadas atualmente em cada um desses países, com o objetivo de restaurar as suas situações econômicas e financeiras. Senão, nós estaremos, simplesmente, enxugando gelo.

Nós vamos perdoar dívida – podemos até imaginar essa hipótese –, mas nós queremos saber que medidas esses países estão tomando, para que esse perdão da dívida simplesmente não seja dinheiro escorrendo pelo ralo. Nós queremos saber quais são os tipos de débitos que são elegíveis para o reescalonamento; para que está servindo esse reescalonamento?

Será que a Comissão de Assuntos Econômicos do Senado não se interessa por isso? Essas questões são absolutamente indiferentes à Comissão de Assuntos Econômicos, Sr. Presidente? Todos nós Senadores que participamos desta Comissão temos essas mesmas perguntas. Eu creio que fui apenas, digamos assim, depois de ter telepaticamente consultado os meus colegas, sou um porta-voz de todos da Comissão de Assuntos Econômicos. Nós queremos saber, finalmente, para que esse dinheiro, por que esse dinheiro, por que essa medida, a quem ela vai beneficiar. É só isso. Qual é o problema? Isso vai causar uma turbulência nas nossas relações diplomáticas com a África? Vai fechar mercados para o Brasil? Vai impedir que, no próximo pleito para a ocupação de um posto em algum organismo internacional, esses países votem contra nós? O que é isso, Sr. Presidente? Não nos iludamos. Nós sabemos que, atrás disso, provavelmente, há financiamento para obras de empresas brasileiras. Queremos saber, se for o caso até, que empresas são essas.

Dou aparte ao Senador Alvaro Dias.

O SR. ALVARO DIAS (Bloco/PSDB – PR) – Senador Aloysio, o que nós temos que considerar também é que o objetivo do Governo com esse perdão de dívida é conceder novos empréstimos. E precisamos saber por que o Governo deseja perdoar a dívida e conceder novos empréstimos. Qual é a razão. Estamos, evidentemente, Sr. Presidente, não temos condições nem autoridade política e moral de fazer acusações sem provas, mas há indícios de desvios de recursos no exterior. Há, inclusive, insinuação de que esses empréstimos concedidos dessa forma, através de empreiteiras brasileiras, têm proporcionado a corrupção lá fora, tem estimulado a corrupção, o pagamento de propina, as obras que sequer se realizam; os recursos desaparecem e as obras não aparecem. Esse requerimento que o Senador Aloysio apresenta é o mínimo que se pode fazer. Nós não podemos dar cheque em branco nem ao Governo brasileiro e muito menos a

ditaduras. Discordo do Senador Cristovam. Eu não concordo com que o Governo brasileiro, um governo sob a égide da democracia, faça cortesia com países autoritários, com países ditatoriais, que esmagam a sua população, governantes que se enriquecem esmagando o povo. Nós não temos, no meu entendimento, autoridade moral e política para fazer cortesia com essa gente. Obrigado, Senador.

O SR. ALOYSIO NUNES FERREIRA (Bloco/PSDB – SP) – Apenas para concluir, Sr. Presidente.

O meu requerimento, finalmente, foi na linha da transparência. Fala-se tanto em transparência; foi, inclusive, o tema de um dos pactos propostos pela Presidente da República, pacto sobre a transparência. O que nós queremos é exatamente transparência, saber para que vai servir esse dinheiro. Vai servir para resolver algum problema para o povo desse país ou vai servir para que o ditador Kabila compre mais um castelo no Vale do Loire.

O SR. PRESIENTE (Lindbergh Farias. Bloco/PT – RJ) – Senador Aloysio, nós temos dois últimos inscritos. A Senadora Vanessa Grazziotin e o Senador Flexa Ribeiro...

O SR. CRISTOVAM BUARQUE (Bloco/PDT – DF) – Sr. Presidente, eu gostaria de ter um minuto na hora que for possível, ou trinta segundos.

O SR. PRESIENTE (Lindbergh Farias. Bloco/PT – RJ) – Senadora Kátia Abreu... Faço um apelo, porque nós estamos aqui com as presenças, que quero anunciar, do Prefeito de São Paulo, Fernando Haddad, que acaba de chegar, do nosso Senador, Prefeito de Aparecida de Goiânia, Maguito Vilela, que aqui se encontram; já citei vários outros prefeitos. Esta pauta – o Reitup – é muito importante.

Então, faço um apelo. Vamos deixar, Senador Aloysio Nunes, o Item 4 para a próxima reunião, que trata do mesmo assunto, é um outro empréstimo. Mas apelo agora para falas breves, para que possamos entrar em processo de votação, a fim de entrarmos no ponto nº 1, que é o Reitup.

Senadora Vanessa Grazziotin.

A SRª VANESSA GRAZZIOTIN (Bloco/PCdoB – AM) – Eu serei muito breve, Sr. Presidente. Como V. Exª, considero que o debate do Reitup é importante; aliás, eu imaginava até que seria o único ponto da pauta de hoje.

Mas, em relação a esse empréstimo, acho que a preocupação manifesta agora pelos Senadores Aloysio e Alvaro já foi expressa pelo próprio Relator da matéria, Senador Ricardo Ferraço, que apresentou requerimento datado de 5 de junho deste ano de 2013, e a resposta, Sr. Presidente, do Ministério da Fazenda chegou em 18 de junho. Então, creio que as respostas aos questionamentos, tirar as dúvidas, isso já foi feito, essa etapa já foi cumprida.

Concordo com os Senadores que me antecederam que o valor a ser perdoado da dívida não é um valor que impacte negativamente. Não vamos nos esquecer de que o Brasil hoje passa a assumir uma posição importantíssima em âmbito mundial, Sr. Presidente, dirigindo a OMC (Organização Mundial do Comércio), exatamente pela política externa solidária.

Então, quero dizer que voto a favor desse projeto, que considero extremamente justo e que não vai impactar negativamente as finanças de nosso País.

O SR. PRESIDENTE (Lindbergh Farias. Bloco/PT – RJ) – Senador Flexa.

O SR. FLEXA RIBEIRO (Bloco/PSDB – PA) – Presidente, Senador Lindbergh; Srªs Senadoras, Srs. Senadores, apenas serei também bastante breve.

Eu acredito que o Senador Aloysio Nunes Ferreira fala por todos nós no seu requerimento. Nós não podemos, em hipótese nenhuma, aprovar um projeto sem termos essas informações que foram por ele solicitadas. Senadora Vanessa disse, há pouco, que o valor é irrisório. Nós não estamos discutindo o valor, Senadora Vanessa, nós estamos discutindo o mérito, nós estamos discutindo a causa. Nós não podemos votar a favor de perdoar dívidas desses países quando tivemos a informação, através da revista *Veja* de algumas semanas atrás, da forma como os recursos estão desviados. Como disse, há indícios desses desvios nesses países. Então, se o Brasil está querendo perdoar essa dívida, porque me parece que quer conceder novos empréstimos a esses países via BNDES, são mais recursos dos brasileiros, da sociedade brasileira que irão ser desperdiçados.

Não acredito que possamos votar conscientemente pelo perdão dessa dívida. Muito pelo contrário, muito pelo contrário. Se o valor, como disse a Senadora Vanessa, é irrisório, eu quero dizer a V. Exª que, no Brasil por inteiro e em especial no meu Estado do Pará, esses valores são muito importantes. Se forem alocados, por exemplo, para o Arquipélago do Marajó, vão trazer um benefício enorme ao nosso Estado e àquela região, que tem um dos IDHs mais baixos do nosso País.

Vou votar contra o perdão da dívida.

O SR. PRESIDENTE (Lindbergh Farias. Bloco/PT – RJ) – Senador Cristovam Buarque e Senadora Kátia Abreu, os dois últimos.

O SR. CRISTOVAM BUARQUE (Bloco/PDT – DF) – Senador, apenas duas coisas.

O SR. PEDRO TAQUES (Bloco/PDT – MT) – Presidente, eu gostaria de me inscrever. Pedro Taques.

O SR. CRISTOVAM BUARQUE (Bloco/PDT – DF) – Na linha do que falou o Senador Flexa, eu quero dizer que esse dinheiro não existe e que, se a gente não perdoar, eles não vão pagar mesmo. Nós estamos fazendo um gesto que eu acho que é inteligente e ético. Isso é uma coisa, votar a favor do perdão. Outra é sobre as perguntas, sobre o requerimento do Senador Aloysio. Aí eu sou favorável.

Como ele bem disse, perguntar não ofende. Eu acho que seria interessante para nós termos essas informações, mesmo nós que somos favoráveis ao perdão da dívida.

O SR. PRESIDENTE (Lindbergh Farias. Bloco/PT – RJ) – Senador Roberto Requião antes da Senadora Kátia Abreu.

O SR. ROBERTO REQUIÃO (Bloco/PMDB – PR) – Se eu bem entendi, o que o Senador Cristovam propôs foi desvincular uma coisa da outra. Um requerimento de informação, como o que o Senador Aloysio formulou, não é prerrogativa do Congresso Nacional e eu jamais deixaria de votá-lo. Agora, o perdão da dívida, pelas razões já discutidas aqui, deve ser concedido.

O SR. PRESIDENTE (Lindbergh Farias. Bloco/PT – RJ) – É, inclusive nós vamos ter que votar no Plenário. O requerimento é ao Plenário.

Senadora Kátia Abreu. E o último, Senador José Pimentel.

Senadora Kátia. Vou passar para o Senador Pedro Taques enquanto ela está no telefone. Por isso, V. Exª pode falar, Senador.

Senadora Kátia Abreu.

A SRª KÁTIA ABREU (Bloco/PSD – TO) – Sr. Presidente, eu gostaria apenas de repetir aqui uma consideração feita pelo Senador Aloysio a respeito do sistema de governo desses países.

Eu acho que a África é sempre um nome com que nós precisamos ter uma atenção especial. Nós sabemos das dificuldades, nós não podemos abrir mão de transferir tecnologia, de transferir todo tipo de ajuda que não fizer falta ao País. Mas, realmente, fazer qualquer tipo de ajuda a esses países sem um condicionante da mudança do sistema de governo eu acho temerário. A democracia deve ser imposta a esses países que são ajudados. Todo tipo de ajuda financeira deve estar sendo condicionada à questão dos direitos humanos e também do sistema de governo.

Muito obrigada, Sr. Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Lindbergh Farias. Bloco/PT – RJ) – Senador Pedro Taques.

O SR. PEDRO TAQUES (Bloco/PDT – MT) – Sr. Presidente, Srªs e Srs. Senadores, vou acompanhar a manifestação do Senador Aloysio.

Não é possível que nós, a República Federativa do Brasil, continue a fazer esse tipo de perdão sem levar em conta a questão política. Nós aqui vivemos numa Casa política. Temos que levar em conta a questão política, respeito à democracia, aos direitos humanos.

Concordo inteiramente que o Brasil precisa se inserir mais no cenário internacional, no conserto internacional, até para que o setor produtivo do nosso País possa ir para a África também, como existem produtores do Estado de Mato Grosso. Isso faz parte de um conserto do que se denomina de um Estado Constitucional Cooperativo, Sr. Presidente. Agora, desta forma, eu vou votar contrário a este perdão.

O SR. PRESIDENTE (Lindbergh Farias. Bloco/PT – RJ) – Senador Pedro Taques, eu quero fazer um apelo aos senhores aqui. Eu pensava que este ponto iria ser pacífico, mas, pelo grau, continuam abertas as inscrições, Senador Aloysio Nunes...

O SR. INÁCIO ARRUDA (Bloco/PCdoB – CE) – Sr. Presidente, eu quero dar uma opinião breve.

O SR. PRESIDENTE (Lindbergh Farias. Bloco/PT – RJ) – ... Senador Inácio Arruda, Senador Casildo Maldaner, Senador José Pimentel, de forma que, em virtude da discussão que vamos ter, da presença dos prefeitos sobre o Reitup, eu temo que isso atrase muito o andamento da nossa pauta. Então, eu vou, Relator...

O SR. INÁCIO ARRUDA (Bloco/PCdoB – CE) – É uma questão breve, Sr. Presidente. Eu acho que, rapidamente...

O SR. PRESIDENTE (Lindbergh Farias. Bloco/PT – RJ) – Eu estou querendo retirar e voltar à pauta na próxima semana.

O SR. ROBERTO REQUIÃO (Bloco/PMDB – PR) – Senador Lindbergh, a Mesa teria condição de nos informar se esses empréstimos foram feitos no período Lula ou foram feitos no período Fernando Henrique?

O SR. PRESIDENTE (Lindbergh Farias. Bloco/PT – RJ) – Esta Presidência não tem... O Relator *ad hoc* pode ter capacidade de informá-lo.

Mas eu vou retirar de pauta para que voltemos esses assuntos como item 1, na próxima reunião, antes de entrar no debate do Confaz. Depois eu explico isso. Eu temo que arrastemos essa discussão por mais de meia hora, e a discussão do Reitup é muito importante.

O SR. CASILDO MALDANER (Bloco/PMDB – SC) – Eu quero lhe cumprimentar, Sr. Presidente, porque o momento não é oportuno para debater isso. O momento no Brasil não é oportuno para debater a anistia de dívidas para outros países. A Marcha dos Prefeitos vem aí, dos Estados. Não sou contra, em princípio, a solidariedade que se faz com esses países, mas também há necessidade de solidariedade com Estados e Municípios. Eu acho que V. Exª é feliz, está agindo bem

em retirar essa matéria de pauta no momento. Quero lhe cumprimentar, Sr. Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Lindbergh Farias. Bloco/PT – RJ) – Muito obrigado, Senador Casildo Maldaner.

A SRª KÁTIA ABREU (PSD – TO) – Sr. Presidente, pela ordem.

O SR. PRESIDENTE (Lindbergh Farias. Bloco/PT – RJ) – Senadora Kátia Abreu.

A SRª KÁTIA ABREU (PSD – TO) – Eu gostaria apenas de aqui esclarecer uma dúvida: esses financiamentos foram contraídos a partir de 1980 e, em 1990, já começaram as renegociações.

O SR. PRESIDENTE (Lindbergh Farias. Bloco/PT – RJ) – A Senadora Kátia Abreu...

O SR. JOSÉ PIMENTEL (Bloco/PT – CE) – Sr. Presidente, só para concluir.

O SR. PRESIDENTE (Lindbergh Farias. Bloco/PT – RJ) – Senador José Pimentel.

O SR. JOSÉ PIMENTEL (Bloco/PT – CE) – Esses créditos vêm dos nos 80 e destinava à exportação. Já no início dos anos 90, eles foram renegociados, e foi perdoada parte da dívida e dos encargos.

Este Senado Federal, na Resolução nº 17, de 2000, anistiou, no Governo Fernando Henrique Cardoso, parte dessa mesma dívida, que hoje estamos discutindo. Portanto, era uma dívida que envolvia o Clube de Paris, e o Brasil, na época, tinha dificuldades de negociar diretamente, porque era devedor do Clube de Paris e não tinha como resolver a sua parte de dívida. O Clube mediou. E registro: através da Resolução nº 17, do Senado Federal, de 2000, o Congresso Nacional autorizou o perdão de parte da dívida e, particularmente, dos encargos. Agora, estamos concluindo o que o Senado Federal fez em 2000, através da Resolução nº 17.

O SR. PRESIDENTE (Lindbergh Farias. Bloco/PT – RJ) – Muito obrigado. Retirado...

O SR. ALVARO DIAS (Bloco/PSDB – PR) – Presidente, eu quero só cumprimentá-lo pela decisão e registrar: nós deveríamos estabelecer, como preliminar, que país de ditadura não tem apoio.

O SR. PRESIDENTE (Lindbergh Farias. Bloco/PT – RJ) – Vamos, então, ao item 1 da pauta.

ITEM 1
TURNO SUPLEMENTAR DO SUBSTITUTIVO OFERECIDO AO PROJETO DE LEI DA CÂMARA Nº 310, DE 2009
– Terminativo –

Institui o Regime Especial de Incentivos para o Transporte Coletivo Urbano e Metropolitano de Passageiros – Reitup, condicionado à implantação do bilhete único temporal ou rede integrada de transportes.
Autoria do Projeto: Deputado Fernando de Fabinho.
Relatoria do Projeto: Senador Lindbergh Farias.
1. Em 25/6/2013, foi aprovado Substitutivo Integral ao Projeto de Lei da Câmara nº 310, de 2009. De acordo com o art. 282 do Regimento Interno do Senado Federal, a Matéria é submetida a Turno Suplementar;
2. Em 26/6/2013, foram oferecidas ao Substitutivo as Emendas nºs 1, 2 e 3, de autoria do Senador Alvaro Dias.

Em 01/7/2013, foram oferecidas ao Substitutivo as Emendas nºs 4, de autoria da Senadora Lúcia Vânia; 5, de autoria da Senador Alvaro Dias; 6 e 7, de autoria do Senador Blairo Maggi; 8 e 9, de autoria do Senador Francisco Dornelles.

Antes, quero registrar aqui a presença de vários prefeitos. Já citei aqui e vou citar novamente. Queria convidar, antes de iniciarmos a discussão da matéria, para compor a mesa... Estão aqui nos prestigiando o Presidente da Frente Nacional de Prefeitos, José Fortunati; o Prefeito da cidade de Belo Horizonte, Marcio Lacerda; o Prefeito da cidade de São Paulo, Fernando Haddad; e vários outros prefeitos. Já citei aqui o ex-Senador Maguito Vilela, que é Prefeito da cidade de Aparecida de Goiânia; o Prefeito de Guarulhos, Sebastião Almeida; o Prefeito de Marabá, João Salame; o Prefeito de Ribeirão Preto, David Veras, e vou pegar...

O SR. WALTER PINHEIRO (Bloco/PT – BA) – Dárcy Vera.

O SR. PRESIDENTE (Lindbergh Farias. Bloco/PT – RJ) – Dárcy Vera.

Antes de iniciarmos...

ORADORA NÃO IDENTIFICADA (*Fora do microfone*) – A Prefeita de Guarujá, Antonieta.

O SR. PRESIDENTE (Lindbergh Farias. Bloco/PT – RJ) – A Prefeita de Guarujá, Antonieta.

Desculpe-me, mas me perdi um pouco, aqui, com os cartões.

Antes de iniciarmos a nossa discussão, porque foram apresentadas várias emendas – e vou aqui apresentar, da forma mais sintética possível, o nosso relatório –, vou dizer quais as emendas que acolhemos e quais as que rejeitamos.

Eu queria passar aqui para o Presidente da Frente Nacional de Prefeitos, José Fortunati, a palavra.

Quero dizer que está aqui, também, o Deputado Carlos Zarattini, que foi o relator do projeto na Câmara dos Deputados. Sem o Deputado Carlos Zarattini, esse Reitup não teria chegado aqui, neste instante.

Queria passar imediatamente a palavra ao Prefeito de Porto Alegre, porque a Frente Nacional de Prefeitos foi a que batalhou para que esse projeto tramitasse na Câmara dos Deputados e neste Senado Federal.

Então, queria abrir aqui a palavra, antes de iniciarmos os nossos debates, ao Prefeito José Fortunati, de Porto Alegre.

O SR. JOSÉ ALBERTO REUS FORTUNATI – Senador Lindbergh Farias, ao cumprimentá-lo e à Senadora Ana Amélia, quero cumprimentar as nossas Senadoras e Senadores, os meus caros prefeitos e prefeitas, e dizer, de uma forma muito rápida, que os prefeitos que compõem a Frente Nacional de Prefeitos estão aqui fazendo uma solicitação, mais uma vez, de forma veemente, para que esse importante projeto, que institui o Reitup, Regime Especial de Incentivo ao Transporte Urbano de Passageiros, possa ser votado nesta reunião.

Na última reunião da CAE, foram adicionadas várias emendas. Nós temos concordância com praticamente todas elas. Entendemos que elas vêm com um objetivo muito claro, Senador Roberto Requião, o de aperfeiçoar o projeto, de dar maior transparência. Cria a planilha única, que estava fora até o momento desta discussão, nosso Relator Lindbergh, cria a Planilha Única Nacional, que endossamos plenamente.

Entendemos, Senador Eduardo Suplicy, que ela vai poder dar a visibilidade, a transparência em todos os Municípios – o que desejamos – no que diz respeito ao cálculo da tarifa única em todo o País.

Por isso, sem maiores delongas, em nome do nosso Prefeito de São Paulo, Fernando Haddad, do nosso Prefeito Marcio Lacerda, de todas as nossas prefeitas e prefeitos, o pedido que a Frente Nacional de Prefeitos faz é de que esse projeto seja avaliado, votado em caráter terminativo, aqui, na Comissão de Assuntos Econômicos do Senado Federal, para que imediatamente possa voltar à Câmara dos Deputados, ser rapidamente analisado e depois passado para a sanção presidencial.

Muito obrigado, Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Lindbergh Farias. Bloco/PT – RJ) – Muito obrigado, Prefeito José Fortunati.

Passo a palavra ao Prefeito de São Paulo, Fernando Haddad.

O SR. FERNANDO HADDAD – Senador Lindbergh, gostaria de agradecer a V. Exª e de cumprimentá-lo, bem com todos os Senadores e Senadoras presentes e o nosso Presidente da Frente Nacional, que acaba de falar, José Fortunati; e de agradecer a presença dos Senadores e Senadoras.

Eu queria reiterar a fala do Presidente da Frente, lembrando o seguinte: a reunião que tivemos com a Presidenta Dilma foi muito democrática, porque todos nós pudemos nos manifestar. Cinco governadores falaram, um por região, e José Fortunati falou em nome de todos os prefeitos da Frente Nacional.

Nós levamos à sua consideração, Senador Lindbergh, dois pleitos. Uma vez que há o desejo genuíno, da parte da população trabalhadora e dos estudantes, de que se encontrem mecanismos de subsídios à tarifa de transporte público, sobretudo nas regiões metropolitanas, levamos à consideração da Presidenta Dilma duas propostas.

A primeira, a de desoneração adicional dos tributos que incidem sobre o transporte, uma vez que ela mesma já havia dado início a esse processo, desonerando, em um primeiro momento, em dezembro ainda, a quota patronal e, em um segundo momento, o PIS/Cofins, o que representou um ganho para o usuário de mais de 7% de vantagem. Se continuássemos nesse processo, poderíamos angariar ainda mais apoio, porque incide ainda PIS/Cofins sobre alguns insumos e incide ICMS sobre outros insumos. E como o Reitub, esse regime especial, é por adesão, os governadores terão tempo de ajustar as alíquotas de ICMS majorando umas, desonerando outras, para equilibrar suas contas enquanto oferece alternativa.

A segunda proposta, Senador Cristovam, que levamos à consideração da Presidente é ainda mais ousada, porque dá uma resposta estrutural e definitiva para o problema de transporte público no Brasil, que é a utilização da Cide para subsidiar o transporte público, ou seja, é um subsídio cruzado, o transporte individual financiando o transporte público. Nada mais justo que aquele que opte pelo automóvel colabore com o financiamento daquele que opte pelo transporte público, desonerando a infraestrutura das cidades de mais engarrafamento, ou seja, aquele que usa o transporte coletivo recebe um bônus e aquele que opta pelo transporte individual tem o ônus do financiamento.

Essas duas propostas, uma delas essa lei resolve, a outra talvez exija uma emenda constitucional, mas as duas propostas vão ao encontro dos anseios da população por transporte público de mais qualidade e com modicidade tarifária, inclusive com a ampliação da gratuidade.

Então, penso que os prefeitos tiveram muita maturidade de encarar o problema e apresentar alternativas, uma vez que respostas precisam ser dadas àquilo que a população demanda com justiça.

Obrigado, Senadores e Senadoras.

O SR. PRESIDENTE (Lindbergh Farias. Bloco/PT – RJ) – Muito obrigado, Prefeito.

Vou passar para o último prefeito fazer uso da palavra, o Prefeito de Belo Horizonte, Marcio Lacerda.

O SR. MARCIO LACERDA – Muito rapidamente, obrigado, Presidente, meus cumprimentos aos Srs. Senadores e às Srªs Senadoras presentes, colegas prefeitos e prefeitas, a movimentação da Frente Nacional de Prefeitos não está ocorrendo em função dessas manifestações recentes. Tivemos reunião em março passado, com as direções do Senado e da Câmara, uma grande reunião, onde apresentamos diversas questões, principalmente aquelas relativas à necessidade de desonerarmos o transporte público coletivo em nossas cidades.

É preciso colocar à reflexão a necessidade dessa redução, mas, muitas vezes, não se leva em consideração, Presidente, especificamente no caso de Belo Horizonte, que de 1,5 milhão de pessoas transportadas diretamente, 44% têm as suas passagens pagas pelo vale transporte dos empregadores e o limite de incidência do vale transporte na renda da pessoa é de 6%, que é um limite tolerável. Temos 10% a 15% de gratuidades. Então, o grande problema é uma família numerosa que tem vários filhos estudando, que não têm transporte escolar, com uma renda baixa e com várias pessoas pagando uma tarifa de ida e volta durante o dia. Isso vai pesar até mais de 30% no orçamento doméstico.

Temos que pensar também, colegas prefeitos, no sentido de termos também esses subsídios, incluindo o do empregador, feitos de forma equilibrada para beneficiar mais as famílias de menor renda. É um elemento a mais que coloco no debate para próximas etapas após a votação aqui do Reitub.

Obrigado.

O SR. PRESIDENTE (Lindbergh Farias. Bloco/PT – RJ) – Eu passo a Presidência para o Senador Sérgio Souza, porque vou apresentar o nosso relatório e a decisão sobre as emendas que foram apresentadas.

O SR. PRESIDENTE (Sérgio Souza. Bloco/PMDB – PR) – Bom dia a todos, às Srªs e aos Srs. Senadores, a todos os prefeitos e prefeitas que vêm até a Comissão de Assuntos Econômicos do Senado, para debater junto conosco esse importante tema, a quem eu cumprimento em nome do José Fortunati, o Presidente da entidade que representa os Municípios do Brasil, os prefeitos no Brasil, em nome do Fernando Haddad, Prefeito de São Paulo, e também em nome do Marcio Lacerda, Prefeito de Belo Horizonte.

O tema é relevante, o assunto é o do momento. Eu acho que o Congresso Nacional está fazendo a sua parte. Não é um projeto que começou hoje. Começou em 2009, na Câmara dos Deputados, da relatoria do Deputado Zarattini.

Eu peço para levantar um pouquinho o som.

Começou em 2009 esse projeto, o Projeto de Lei da Câmara nº 310, de 2009, de autoria do Deputado Fernando de Fabinho e da relatoria, lá na Câmara, do Deputado Zarattini. Aqui na Comissão de Assuntos Econômicos, a relatoria é do Senador Lindbergh Farias, relatoria iniciada na semana passada. Face ao grande número de emendas e à polêmica que envolve o Brasil atual – e o transporte coletivo é o cerne dessas questões –, houve necessidade de suspendermos a reunião e dedicarmos importante parte da reunião de hoje para debatermos esse tema.

Então, eu passo agora a palavra ao Senador Lindbergh Farias, que é Relator desse projeto, para que faça a análise das emendas apresentadas.

Eu passo a dizer quais são as emendas: as Emendas nºs 1, 2, 3 e 5 apresentadas pelo Senador Álvaro Dias; da Senadora Lúcia Vânia, a Emenda nº 4; do Senador Blairo Maggi, as Emendas nºs 6 e 7; do Senador Francisco Dornelles, as Emendas nºs 8, 9 e 21; do Senador Acir Gurgacz, as Emendas nºs 10, 11, 12 e 13; da Senadora Vanessa Grazziotin, a Emenda nº 14; do Senador Randolfe Rodrigues, a Emenda nº 15; do Senador Roberto Requião, as Emendas nºs 16 e 17; da Senadora Kátia Abreu, a Emenda nº 18; da Senadora Ana Amélia, a Emenda nº 19; e do Senador Sérgio Souza, a Emenda nº 20. E acaba de chegar, do Senador Walter Pinheiro, a Emenda nº 22.

Com a palavra, o Relator do projeto.

O SR. ALOYSIO NUNES FERREIRA (Bloco/PSDB – SP) – Sr. Presidente, pela ordem! Pela ordem, Sr. Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Sérgio Souza. Bloco/PMDB – PR) – Antes, pela ordem, o Senador Aloysio.

O SR. ALOYSIO NUNES FERREIRA (Bloco/PSDB – SP) – Eu apresentei uma emenda que não é mencionada nesse relatório.

O SR. PRESIDENTE (Sérgio Souza. Bloco/PMDB – PR) – Eu peço à assessoria da Presidência que veja a emenda do Senador Aloysio, para que o Relator possa analisá-la, inclusive.

O SR. ALOYSIO NUNES FERREIRA (Bloco/PSDB – SP) – Sim.

O SR. PRESIDENTE (Sérgio Souza. Bloco/PMDB – PR) – Não está aqui no meu rol de emendas.

O SR. ALOYSIO NUNES FERREIRA (Bloco/PSDB – SP) – É pena. Foi apresentada.

O SR. PRESIDENTE (Sérgio Souza. Bloco/PMDB – PR) – A assessoria da Presidência já está providenciando, Senador Aloysio, e enquanto isso, eu passo a palavra ao Senador Lindbergh Farias, para que vá analisando as emendas já mencionadas pela Presidência.

O SR. ALOYSIO NUNES FERREIRA (Bloco/PSDB – SP) – Sr. Presidente, quero esclarecer o senhor.

O SR. PRESIDENTE (Sérgio Souza. Bloco/PMDB – PR) – Pela ordem, Senador Aloysio Nunes.

O SR. ALOYSIO NUNES FERREIRA (Bloco/PSDB – SP) – A ideia da emenda que eu apresentei é muito simples. Ela retoma uma boa parte do projeto substitutivo do Senador Lindbergh, mas diz o seguinte: que os investimentos, assim como as subvenções para redução de tarifa dos entes federados, serão aceitos pela União como forma de pagamento parcial do serviço vincendo da dívida por ela renegociada, nos termos das leis tais e tais. É isso. Abate do serviço da dívida. Aumenta a capacidade de investimento dos Estados e Municípios, que é o que resolve. É o que resolve. O resto é conversa.

O SR. PRESIDENTE (Sérgio Souza. Bloco/PMDB – PR) – Senador Aloysio, a emenda de V. Exª não constava no rol de emendas porque é uma emenda substitutiva e não cabe emenda substitutiva no turno suplementar, mas sou informado pela assessoria da Presidência que acabou de chegar a emenda nominal, alterada, e será autuada como Emenda nº 23; e submeto também à apreciação do Relator, Senador Lindbergh Farias, a quem passo a palavra.

O SR. LINDBERGH FARIAS (Bloco/PT – RJ) – Senador Aloysio Nunes, o pessoal da assessoria já está olhando aqui a emenda. Vamos partir aqui para a análise das emendas.

Farei um breve resumo, muito breve mesmo, porque já discutimos aqui, na semana passada. Estabelecemos com o Reitup – é um projeto que tramita desde 2003 na Câmara dos Deputados e desde 2009 no Senado Federal – a criação de uma coordenação federativa para a lógica das desonerações.

O Governo Federal, a Presidenta Dilma já fez várias desonerações. Fez desoneração do PIS/Cofins incidente sobre tarifas do serviço de transporte público; fez também sobre a Cide; fez também a Contribuição Patronal para a Seguridade Social, que foi reduzida a 2%. Agora, estamos falando de novas desonerações do Governo Federal. O quê? PIS/Cofins, na aquisição de óleo diesel, energia elétrica e bens de capital. Vale reforçar aqui: é um sistema de adesões. Os Estados e Municípios aderem se quiserem. No caso, com a adesão do Estado, também haveria a desoneração do ICMS sobre óleo diesel, sobre energia elétrica e bens de capital; e a prefeitura, com o ISS.

Tenho dito que mais importante do que as desonerações – o que acho e está certo o Deputado Zarattini, quando fala aqui que estamos falando de um plano nacional de mobilidade – é porque colocamos em marcha, primeiro, como condicionantes, a existência de licitações. Para se ter possibilidade de acessar essas desonerações vamos dar um prazo, mas as prefeituras terão que fazer licitações. Hoje, 95% das linhas de ônibus do País não foram licitadas. Quando falamos em qualidade, esse é um elemento fundamental.

É necessária, também, outra condicionante – estamos dando prazo para isso: bilhete único ou sistema integrado de transportes. Não são todas as cidades do Brasil que terão condições de fazer bilhete único, mas sistema integrado de transportes.

Terceiro, Conselho de Transportes, com a participação da sociedade civil.

E, por último, que reputo a mais importante de todas. Esse aqui é o ponto mais importante, a meu ver, Prefeito José Fortunati, desse projeto. Acolhi uma emenda do Senador Roberto Requião, do Senador Randolfe Rodrigues e do Senador Inácio Arruda. Trata-se da transparência. Aqui há um conjunto de regras ligadas à transparência, para que as planilhas sejam divulgadas, publicadas na Internet: garantia de aplicação da Lei de Acesso à Informação – as informações detidas por empresas de transporte coletivo, em razão da existência de contrato de concessão com o Poder Público –; existência de contratação de auditoria externa, proposta também do Senador Roberto Requião. Esse conjunto de medidas na área de transparência é fundamental. O debate nas ruas deste País se coloca dessa forma, inclusive. As pessoas querem saber como é feita a confecção dessas planilhas. Aceitamos, também, uma emenda do Senador Acir Gurgacz, que fala de uma planilha nacional como referência para Estados e Municípios.

Vejam bem, Senhores, é um projeto muito mais completo do que simplesmente falar em desonerações. E fala do laudo técnico para desoneração. Sabemos que neste País muitas desonerações foram feitas, mas aquilo não incidiu na ponta, no resultado final. Aqui, não! Para a desoneração ser feita terá que ser apresentado um laudo técnico, exibição da planilha, divulgação desses números. Acho, sinceramente, esse o ponto mais importante desse projeto.

Vou para análise das emendas.

Emenda 1, do Senador Álvaro Dias.

Somos pela rejeição.

A emenda veda a restituição direta e visa incluir a possibilidade que os créditos tributários concedidos por meio de desoneração federal possam ser utilizados para compensar contribuições previdenciárias. A restituição direta é um mecanismo efetivo de recebimento de créditos decorrentes de desoneração.

Por essa razão, somos pela rejeição. Assim, não há necessidade de estender a compensação dos créditos pela contribuição previdenciária.

Emendas nºs 2 e 3, do Senador Álvaro Dias, e Emendas nº 8, 9, 20 e 21, do Senador Francisco Dornelles.

Na última reunião o Senador Francisco Dornelles fez uma série de ponderações, eu fui ao encontro do Senador para discutir uma a uma dessas ponderações e queremos dizer que somos pela aprovação da Emenda nº 20, que prevê que os subsídios já concedidos no âmbito dos sistemas de bilhete único possam ser computados no cálculo das contrapartidas para desoneração de tributos.

O Senador Francisco Dornelles excluiu o art. 4º, que trata de renúncia fiscal, por desnecessária, uma vez que se aplica independentemente desse dispositivo e por determinação da Lei de Responsabilidade Fiscal, a Lei de Diretrizes Orçamentárias na fixação da renúncia fiscal. Além disso, o art. 4º poderia limitar o alcance das desonerações previstas no regime especial.

Retoma a redação original prevista para o ISS.

Aqui é preciso que se diga, o Senador Francisco Dornelles falava sobre a impossibilidade constitucional de zerarmos o ISS.

A própria Constituição, eu já respondi isso quando tive o encontro com ele, já exclui da vedação a redução de ISS em alíquota inferior a 2%, a setores que não se sujeitam, por sua natureza, a guerra fiscal, como é o caso do transporte coletivo.

Não obstante, retomamos... Em respeito à autonomia municipal, retomamos a lógica do projeto original do Deputado Zarattini, e o projeto agora prevê que o Município vai definir se vai zerar ou se vai definir autonomia do Município e também dos Estados. Poderá reduzir, mas fica preservado... Eu quero dizer que já que o Município de São Paulo cobra 0% de ISS, o Município do Rio de Janeiro cobra 0.01% do ISS. Então, eu não vi problemas quanto à constitucionalidade, mas decidi porque esse é um sistema de adesão, vai ter a lógica de adesão de Municípios e Estados e cabe ao Município e às suas câmaras de vereadores, aos seus prefeitos definir se vão reduzir para 1, para 0,5, para 0,0 e aderir ao sistema.

O Prefeito Marcio Lacerda aqui já disse que a de Belo Horizonte zerou no sábado. Essa é uma tendência que vai acontecer em todo o País, creio eu, Prefeito Marcio Lacerda.

Porto Alegre também zerou ontem.

Somos por sua aprovação na forma da Emenda 20, do Senador Francisco Dornelles, que busca – quero dizer ao Senador Alvaro Dias – o mesmo objetivo da emenda apresentada pelo Senador Alvaro Dias. Eu acolhi a do Senador Francisco Dornelles por ter uma redação mais completa. Mas na verdade são as mesmas emendas apresentadas pelo Senador Alvaro Dias, que ficam prejudicadas. Portanto, essa Emenda nº 3 que trata da questão do subsídio é que está contemplada no mérito do Senador Francisco Dornelles.

Emenda nº 4, da Senadora Lúcia Vânia.

Somos por sua aprovação.

A emenda prevê que o desconto mínimo de 75% nas contas de luz de empresas de transporte coletivo seja compensado por meio da Conta de Desenvolvimento Energético.

O Senador José Agripino também tinha feito uma fala nesse sentido aqui, na reunião passada. Trata-se de fundo formado por contribuições cobradas na conta de luz de todos os brasileiros e por aportes do Tesouro Nacional.

Emenda nº 5, do Senador Alvaro Dias.

Somos pela aprovação.

A emenda possibilita a desoneração sobre parcerias público-privadas.

Emenda nº 6, do Senador Blairo Maggi.

Eu lamento Senador, o mérito é muito justo.

Somos por sua rejeição. A emenda aumenta o percentual de adição de biocombustível ao óleo diesel de 5% para 20%.

Entendemos que a proposta deve ser discutida em foro próprio, não cabendo no âmbito do Reitup, que prevê a desoneração de óleo diesel tal como produzido e regulado atualmente.

Concordo com isso no mérito, mas não dava para condicionar a desoneração ao aumento de 5% para 20%.

Apesar de parabenizar V. Exª pelo mérito...

A SRª KÁTIA ABREU (Bloco/PSD – TO) – Sr. Relator...

O SR. LINDBERGH FARIAS (Bloco/PT – RJ) – Sim.

A SRª KÁTIA ABREU (Bloco/PSD – TO) – Peço a palavra pela ordem, Sr. Presidente.

Mas não daria para isentar o óleo diesel de PIS e Cofins? Porque nós atenderíamos não só o transporte coletivo, mas também a demanda dos caminhoneiros. Os caminhões estão por todo o Brasil, bem como os tratores, as máquinas e implementos. O óleo diesel é usado principalmente, quase 100%, no trabalho duro, para a produção. Então, pelo menos a isenção de PIS e Cofins do combustível em geral...

O SR. LINDBERGH FARIAS (Bloco/PT – RJ) – Estamos fazendo isso para o óleo diesel, mas ligado ao transporte público. Na verdade, o Governo vai regulamentar, mas haverá uma cota disso para cada empresa. Não estamos desonerando o óleo diesel de forma geral, até porque o impacto é muito grande. É um projeto dirigido ao transporte público, Senadora Kátia Abreu.

A SRª KÁTIA ABREU (Bloco/PSD – TO) – Não há como diferenciar isso na bomba, viu?

O SR. LINDBERGH FARIAS (Bloco/PT – RJ) – Não, mas explicarei isso depois.

A SRª KÁTIA ABREU (Bloco/PSD – TO) – Não há como diferenciar o diesel de ônibus, o diesel de caminhão e o de máquinas e implementos. Nós sabemos o que vai acontecer no final.

O SR. LINDBERGH FARIAS (Bloco/PT – RJ) – Eu explico depois, porque há, sim, uma cota por empresas. Vários Estados já fazem isso. Eu explicarei isso mais em frente.

Quanto à Emenda nº 7, do Senador Blairo Maggi, somos por sua rejeição. A emenda propõe a exclusão de pneus e câmaras de ar do rol dos produtos beneficiados com a desoneração, por entender que não será possível promover o controle dessa desoneração. Isso será feito por meio de metas quantitativas, definidas em regulamento, fixando a utilização desses insumos.

Quanto à Emenda nº 16, do Senador Requião, somos por sua aprovação.

A SRª KÁTIA ABREU (Bloco/PSD – TO) – Sr. Presidente, peço a palavra pela ordem.

O SR. PRESIDENTE (Sérgio Souza. Bloco/PMDB – PR) – Pela ordem, tem a palavra a Senadora Kátia Abreu.

A SRª KÁTIA ABREU (Bloco/PSD – TO) – Na questão dos pneus e das câmaras, vai acontecer a mesma coisa.

O SR. BLAIRO MAGGI (Bloco/PR – MT) – Perfeitamente, Senadora.

A SRª KÁTIA ABREU (Bloco/PSD – TO) – Nós estamos aprovando uma lei que não vai dar certo, Senador.

O SR. LINDBERGH FARIAS (Bloco/PT – RJ) – Vamos discutir depois isso.

A SRª KÁTIA ABREU (Bloco/PSD – TO) – Como é que vai saber o vendedor se esse pneu é para ônibus ou para caminhão? Nós sabemos o que vai acontecer!

O SR. LINDBERGH FARIAS (Bloco/PT – RJ) – Cada empresa vai ter uma cota. Eu explicarei isso depois. Eu queria encerrar aqui as emendas e depois...

O SR. BLAIRO MAGGI (Bloco/PR – MT) – Normalmente, quem tem ônibus tem caminhão.

O SR. PRESIDENTE (Sérgio Souza. Bloco/PMDB – PR) – Vamos esperar o Relator terminar o relatório. Ao final, vamos abrir a discussão, e poderão ser colocados todos os pontos pelas Srªs Senadoras e pelos Srs. Senadores.

O SR. LINDBERGH FARIAS (Bloco/PT – RJ) – Emenda nº 16, do Senador Requião. Somos por sua aprovação. A emenda amplia os mecanismos de transparência, ao incluir o balanço patrimonial entre os documentos a serem divulgados pelas empresas, o que já é uma exigência, por exemplo, para as empresas de capital aberto, pela lei das S.A.. A emenda também busca detalhar a forma de aplicação da Lei de Acesso às Empresas de Transporte Coletivo, prevendo que o pedido de informação deverá ser encaminhado por intermédio do órgão público correspondente. Somos pela aprovação.

Emenda nº 17, do Senador Requião. Somos por sua aprovação. A emenda visa a reduzir o corte de 500 mil para 200 mil habitantes para a exigência na elaboração do laudo de redução das tarifas de auditoria externa independente.

A Emenda nº 10, do Senador Acir Gurgacz, prevê participação de empresas que tenham feito parcelamento tributário, o que já está previsto no § 2º do art. 3º. No mérito, portanto, a emenda já está contemplada no texto, razão pela qual somos por sua rejeição. Mas com ela concordamos no mérito.

Emendas nºs 11 e 12, do Senador Acir Gurgacz. Somos por sua rejeição. Essas emendas visam a suprimir os dispositivos correspondentes aos mecanismos de transparência sobre empresas de transporte coletivo. Consideramos esse um aspecto fundamental do projeto, ao incluir mecanismo de controle social sobre o serviço de transporte.

A Emenda nº 13, do Senador Acir Gurgacz, e a Emenda nº 20, do Senador Sérgio Souza, trazem alteração de redação, deixando explícito que incide a alíquota de 2% de contribuição previdenciária sobre o faturamento bruto das empresas. Acolhemos, portanto, ambas as emendas, na forma de aprovação da Emenda nº 20, do Senador Sérgio Souza.

Emenda nº 14, da Senadora Vanessa Grazziotin. Somos pela aprovação. A emenda reduz o corte populacional para a exigência de GPS para 200 mil habitantes, o que consideramos meritório.

Emenda nº 15, do Senador Randolfe Rodrigues. Somos por sua aprovação. A emenda prevê apoio do BNDES ao setor, o que consideramos meritório.

Quanto ao GPS, quase todos, hoje, já têm vindo dessa forma.

Emenda nº 18, da Senadora Kátia Abreu. Somos por sua aprovação. Esta foi uma grande reivindicação dos prefeitos, com os quais conversei também. A emenda fixa regras de transição de dois anos para os Municípios adotarem as contrapartidas do Reitup, como licitação, sistema integrado ou bilhete único.

O que nós vamos fazer?

Do jeito que estava 95% dos Municípios não iam ter desonerações. A partir de agora, do primeiro momento de adesão, tem que entrar as regras de trans-

parência, e os Municípios terão um prazo de dois anos para fazerem licitação e integrarem o seu sistema.

Então, acho que esse é um ponto importante, porque a gente coloca em marcha a organização do sistema, o lançamento de editais para a existência de licitação. É um processo que começa agora e está dado o prazo de dois anos para ser concluído.

Isso da emenda da Senadora Kátia Abreu.

Senadora Ana Amélia – dezenove –: "Somos pela aprovação".

A emenda visa a substituir a expressão – esta é uma mudança a técnica – de "transporte metropolitano" por "transporte de caráter urbano", tecnicamente mais adequado e já consagrado pela Política Nacional de Mobilidade Urbana.

Vinte e dois – Senador Walter Pinheiro –: "Somos por sua aprovação".

A emenda promove ajuste na desoneração do ICMS, excluindo a expressão "até valor integral" – eu, novamente, retomo o projeto do Deputado Carlos Zarattini –, que será substituída pela expressão "até valor equivalente à redução do imposto sobre ICMS", em atenção à autonomia dos Estados no âmbito do Confaz, como bem disse o Senador Francisco Dornelles.

Os Estados, em relação ao Confaz, quero dizer, poderão definir, de forma negocial, o tamanho da desoneração sobre esse imposto. Cabe registrar que a alteração não prejudica a redução das tarifas, pois aprovado convênio autorizativo do Confaz, o Estado, ainda assim, poderá promover a redução integral do imposto de sua competência.

Senador Aloysio Nunes, a gente está respeitando o fato de o meu projeto haver modificado o do Deputado Zarattini; a decisão vai se dar no âmbito de cada Estado e Município: se a desoneração é total, se vai cair para 1%. Essa é uma discussão feita ...

O SR. ALOYSIO NUNES FERREIRA (Bloco/PSDB – SP) – Mas onde é que entra o Confaz aí?

O SR. PRESIDENTE (Lindbergh Farias. Bloco/PT – RJ) – Isso vai ter de passar pelo Confaz. Isso pode ser aprovado. Isso é um instituto que já existe: um convênio autorizativo do Confaz, autorizando cada Estado a definir como quiser a redução no seu Estado. Porque essa não é uma matéria, como disse, que tenha guerra fiscal, mas tem que passar pelo Confaz, porque esse instituto é do convenio autorizativo do Confaz.

Emenda nº 23 do Senador Aloysio Nunes.

A emenda permite que parte do serviço das dívidas dos Estados e Municípios seja compensada por meio de desonerações do Reitup.

Consideramos a emenda prejudica, porque já foi apreciada e rejeitada emenda de igual teor no primeiro turno – Senador Francisco Dornelles.

O SR. ALOYSIO NUNES FERREIRA (Bloco/PSDB – SP) – Qual, heim?

O SR. PRESIDENTE (Lindbergh Farias. Bloco/PT – RJ) – O Senador Francisco Dornelles apresentou essa emenda colocando as questões das dívidas dos Estados e dos Municípios.

O SR. ALOYSIO NUNES FERREIRA (Bloco/PSDB – SP) – Já foi rejeitada.

O SR. PRESIDENTE (Lindbergh Farias. Bloco/PT – RJ) – Já foi rejeitada, Senador Aloysio Nunes.

O SR. ALOYSIO NUNES FERREIRA (Bloco/PSDB – SP) – Eu imagina que as emendas todas seriam analisadas no turno suplementar. Foi essa informação que tive.

O SR. PRESIDENTE (Lindbergh Farias. Bloco/PT – RJ) – Pode ser reexaminada a Emenda nº 23.

O SR. ALOYSIO NUNES FERREIRA (Bloco/PSDB – SP) – É o que eu peço, então, a V. Exª.

O SR. PRESIDENTE (Lindbergh Farias. Bloco/PT – RJ) – Eu a rejeitei e V. Exª conhece a minha posição sobre as dívidas dos Estados e dos Municípios

O SR. ALOYSIO NUNES FERREIRA (Bloco/PSDB – SP) – Então, eu peço o apoio de V. Exª .

O SR. PRESIDENTE (Lindbergh Farias. Bloco/PT – RJ) – Eu só a rejeitei porque, a meu ver, não dar para colocar em um tema complexo como esse do Reitup.

O SR. ALOYSIO NUNES FERREIRA (Bloco/PSDB – SP) – Mas é isso que resolve, Presidente!

O SR. PRESIDENTE (Lindbergh Farias. Bloco/PT – RJ) – Então,...

O SR. ALOYSIO NUNES FERREIRA (Bloco/PSDB – SP) – É isso que resolve. Vamos aumentar a capacidade de investimentos dos Estados e Municípios. De resto, o senhor está tirando recursos dos Estados e dos Municípios.

O SR. PRESIDENTE (Lindbergh Farias. Bloco/PT – RJ) – Nós vamos examiná-la e colocá-la em votação.

Era esse, então, o meu parecer sobre as emendas.

Eu devolvo aqui ao Presidente para conduzir os debates.

O SR. PRESIDENTE (Sérgio Souza. Bloco/PMDB – PR) – Eu vou colocar em discussão a matéria e vamos abrir também a lista daqueles que ...

O SR. BLAIRO MAGGI (Bloco/PR – MT) – Presidente, eu requeiro destaque da Emenda nº 6, por favor.

O SR. PRESIDENTE (Sérgio Souza. Bloco/PMDB – PR) – O destaque tem que ser apresentado através de requerimento forma à Mesa.

O SR. BLAIRO MAGGI (Bloco/PR – MT) – Já está nas mãos do Castilho.

O SR. PRESIDENTE (Sérgio Souza. Bloco/PMDB – PR) – Será considerado, Senador Blairo.

Então, está em discussão o projeto de lei relatado pelo Senador Lindbergh Farias. (*Pausa.)*

Não havendo quem queira discutir... Senador Requião para discutir a matéria.

O SR. ROBERTO REQUIÃO (Bloco/PMDB – PR) – No que diz respeito às desonerações fiscais, o projeto anda muito bem.

Eu, particularmente, acredito na transparência.

Nós deixamos, ou melhor, os prefeitos do Brasil inteiro deixaram de abordar a questão da compatibilidade da planilha com a realidade dos custos.

Quando eu fui prefeito da capital do Paraná, Curitiba, eu criei um sistema de transporte tarifa única, eliminei do cálculo da planilha a depreciação dos veículos e a amortização do capital, porque eu criei um sistema de frota pública e operação privada, ao mesmo tempo em que a tarifa comportava um fundo para a reposição da frota. Por quê? Porque, na verdade, a depreciação e a remuneração da frota que serviriam para a reposição nunca serviam para isso. Cada vez menos ônibus. Nós conseguimos, com esse processo, a menor tarifa do Brasil.

Quando eu ainda era deputado e comecei a tratar da questão do transporte coletivo, eu tive acesso à planilha de Curitiba. Chamou minha atenção o preço dos insumos. As empresas de transporte compravam pneus aos milhares, rolamentos aos milhares, combustível em grande proporção, e os seus preços eram todos elevadíssimos. E esses preços eram uma espécie de conquista da categoria. Quando você reclamava do custo em Curitiba, eles diziam: "Não, mas em Minas Gerais é assim, em Campo Grande é assim também, no Rio Grande do Sul esse preço está vigendo já há alguns anos". Eu olhei o preço absurdo dos pneus, que eram comprados aos milhares, me dirigi a um revendedor singular de pneus, o Hermes Macedo, e comprei, no balcão, pela metade do preço orçado na planilha que comprava milhares de pneus.

Então, eu acredito que a proposta vai muito bem, mas, por parte dos prefeitos, depois de votado e sancionado esse conjunto de medidas que nós estamos tomando, eu acredito que a verificação das planilhas é essencial. Eu não vi ninguém... Só se pede subsídio. Ninguém questiona o preço elevado das planilhas, o absurdo das contas, a tarifa interna de retorno, a remuneração do capital, feita de forma rigorosamente absurda.

Eu conversava, ontem, com um grupo de empresários do transporte do Paraná, meus amigos pessoais, e eles me diziam: "Requião, honestamente, a tarifa do Paraná poderia ser reduzida hoje para R$2,30, mantendo uma lucratividade extraordinária e sem nenhum subsídio caracterizado por redução de impostos". Mas como primeiro passo, me parece que nós estamos andando bem. O projeto do Zarattini é interessante. Mas os prefeitos têm que tornar as planilhas transparentes e começar a discutir o preço desses insumos. E essa fórmula curitibana da frota pública e da operação privada se demonstrou muito interessante. Depois que eu deixei a prefeitura, isso tudo foi desmontado e a tarifa passou a ser aumentada progressivamente. Mas acho, também, Senador Lindbergh, que a proposta do Senador Aloysio Nunes de considerar as desonerações municipais como parte do pagamento da dívida de Municípios e, no caso dos Estados, dos Estados com a União é uma tentativa válida de amortização dessa concentração tributária que nós vivemos hoje com a União assumindo a titularidade quase que da carga inteira dos impostos, lembrando que na Constituição de 1988, a União tinha 80% dos seus recursos de IPI e Imposto de Renda e que esses 80% caíram para 40% com os subsídios dados pela União e, ao mesmo tempo, os impostos não compartilhados subiram de 20% para 60%.

Então, levando em consideração esta situação, a emenda do Senador Aloysio é bastante interessante também, mas eu acredito que estamos dando um bom início a esse processo. Agora, quero aqui, de novo, dizer da minha estranheza de nenhuma prefeitura de capital do Brasil questionar as planilhas, as conquistas da categoria, com superfaturamento dos insumos e dos índices de tarifa interna de retorno, remuneração de capital, depreciação de veículos e equipamentos.

O meu voto, sem sombra de dúvida, será favorável ao projeto, na forma apresentada pelo Relator.

O SR. LINDBERGH FARIAS (Bloco/PT – RJ) – Sr. Presidente, só uma retificação aqui rápida.

O SR. PRESIDENTE (Sérgio Souza. Bloco/PMDB – PR) – Pela ordem, o Relator, Senador Lindbergh.

O SR. LINDBERGH FARIAS (Bloco/PT – RJ) – Quando eu falei do Senador Francisco Dornelles, sobre a Emenda nº 20, eu queria fazer uma retificação, porque, na verdade, a emenda que consideramos aprovada, que promove as alterações já citadas, é a Emenda nº 21.

Senador Francisco Dornelles, foi uma confusão aqui. Ela trata de aproveitar o subsídio já concedido no âmbito do Reitup e adequa a redação do ISS, excluindo a expressão "zero".

A Emenda nº 20, do Senador Sérgio Souza, trata apenas de ajustes de redação para contemplar as desonerações já realizadas pelo Governo do Distrito Federal, da qual somos pela aprovação.

Há também a Emenda nº 10, Senador Acir Gurgacz. Eu gostaria de registrar também que o meu parecer em relação à Emenda nº 10 é pela aprovação. A emen-

da visa a garantir que as empresas que tenham feito parcelamento tributário possam participar do Reitup.

São essas as retificações.

O SR. PRESIDENTE (Sérgio Souza. Bloco/PMDB – PR) – Obrigado, Senador Lindbergh.

O SR. ALVARO DIAS (Bloco/PSDB – PR) – Sr. Presidente, eu queria fazer uma pergunta só ao Relator.

O SR. PRESIDENTE (Sérgio Souza. Bloco/PMDB – PR) – Pela ordem, Senador Alvaro Dias.

O SR. ALVARO DIAS (Bloco/PSDB – PR) – Sr. Relator, Senador Lindbergh, eu gostaria de saber como V. Exª trata a questão da Lei de Responsabilidade Fiscal, se essa proposta não estaria atentando contra o espírito que é essencial da Lei de Responsabilidade Fiscal, ou seja, ao se eliminar uma receita, há que se criar uma alternativa de receita que possa compensar. Eu gostaria que V. Exª explicitasse essa indagação.

O SR. LINDBERGH FARIAS (Bloco/PT – RJ) – Senador Alvaro Dias, eu, nesse caso, segui as orientações do nosso mestre, professor, ministro, Francisco Dornelles, que argumentou que nós deveríamos excluir o art. 4º, que trata da renúncia fiscal, por ser, no entender dele, desnecessário, uma vez que se aplica, independentemente desse dispositivo, por determinação da Lei de Responsabilidade Fiscal, a LDO, na fixação da renúncia fiscal. Além disso, o art. 4º poderia limitar o alcance das desonerações previstas no regime especial. Foi a partir de um diálogo com o Senador Francisco Dornelles que eu acolhi essa emenda de um professor.

O SR. PRESIDENTE (Sérgio Souza. Bloco/PMDB – PR) – Obrigado, Senador Lindbergh Farias.

Próxima inscrita para discutir a matéria é a Senadora Vanessa Grazziotin. Também estão inscritos o Senador Eduardo Braga...

O SR. CRISTOVAM BUARQUE (Bloco/PDT – DF) – Senador Sérgio.

O SR. PRESIDENTE (Sérgio Souza. Bloco/PMDB – PR) – ... o Senador Randolfe, o Senador Blairo, o Senador Cristovam, a Senadora Ana Amélia.

Senadora Vanessa Grazziotin com a palavra.

A SRª VANESSA GRAZZIOTIN (Bloco/PCdoB – AM) – Muito obrigada, Presidente Sérgio.

Primeiro, eu quero aqui, mais uma vez, cumprimentar o Deputado Zarattini e o Senador Lindbergh pela capacidade de diálogo no debate desse projeto.

Grande parte das emendas apresentadas foram emendas aprovadas. Isso é muito importante, para que o projeto possa evoluir e, rapidamente, se transformar numa lei vigorando em todos os Municípios.

Eu fico feliz, porque não é um projeto cujos efeitos vamos ter que aguardar quatro, cinco anos, não. Os efeitos serão quase que imediatos e é isso que a população espera. Eu acho que, Senador Lindbergh, esse é um debate muito importante. Eu creio que aprovar este projeto seria um primeiro passo.

Nós temos que debater aquilo que o Prefeito Haddad colocou aqui e que o Prefeito José Fortunato já havia colocado, numa audiência pública em que debatemos a mobilidade urbana e o transporte coletivo, que são mecanismos de valorização do transporte coletivo no Brasil, porque neste País se prioriza o transporte individual.

(Soa a campainha.)

O SR. PRESIDENTE (Sérgio Souza. Bloco/PMDB – PR) – Peço silêncio ao Plenário. Há uma Senadora usando da palavra.

A SRª VANESSA GRAZZIOTIN (Bloco/PCdoB – AM) – É difícil, mas não tem problema.

Então, eu vejo esse como primeiro passo. Eu acho que nós temos que pensar em alternativas mais duradouras, que mudem o *status* das grandes cidades brasileiras hoje, de tal forma que valorizemos o transporte coletivo. Agora, para valorizar o transporte coletivo tem que haver uma melhoria significativa no sistema.

Então, aquela taxação dos automóveis, para que os recursos sejam revertidos para o transporte coletivo, eu considero fundamental. Eu acho que foi o próprio Prefeito Fortunati que, na sua apresentação, disse que, inclusive, grandes cidades colocaram isso sob plebiscito e que isso obteve um apoio fantástico, magnífico de uma grande maioria.

Mas, Sr. Presidente, quero falar da emenda que apresentei, que considero fundamental, extremamente importante.

O Senador Requião falou basicamente da necessidade de termos transparência. É isso. O projeto não cria apenas os incentivos. Ele vincula os incentivos ao cumprimento de uma série de requisitos que vão melhorar o transporte coletivo e permitir maior transparência.

Então, a planilha, assim como o Conselho, é muito importante. A planilha, principalmente. Eu, na minha época de estudante, trabalhei muito com planilha, estudei muito planilha. Manaus foi a primeira cidade, talvez, a ter o passe estudantil, a meia passagem, e o estabelecimento de uma planilha.

(Soa a campainha.)

A SRª VANESSA GRAZZIOTIN (Bloco/PCdoB – AM) – E nós, estudantes, à época, é que éramos os responsáveis pelo acompanhamento da planilha.

Isso que foi dito pelo Senador Requião é verdade. Você tem que dar transparência para que não haja sobrepreço em relação aos insumos.

Mas não é só transparência, para que se garantam preços reais. Não é só para isso, não. Tem que haver

metodologia moderna, e eu, quando coloco o GPS, o sistema de controle por GPS, isso é fundamental, porque na planilha também é muito fácil colocar uma frota operante de 300 ônibus. Quem garante que os 300 ônibus estão operando? E os 300 ônibus requerem um número maior de servidores, de trabalhadores e de tudo o mais.

Então, estabelecer esses mecanismos inteligentes de controle, eu acho fundamental, porque isso evita a manipulação do sistema. Se você colocar numa planilha "eu tenho um ônibus rodando todo o tempo", o custo da passagem é um. Agora, se você não tem o ônibus rodando naquele tempo registrado, o custo da passagem vai ser outro, menos três, provavelmente.

Então, cumprimento o Relator e agradeço pela aceitação, que considero fundamental.

Quando você tem GPS, e esse mecanismo é inteligente, você pode ter também uma passagem inteligente para que o sistema possa, inclusive, aferir a quantidade das passagens gratuitas, porque hoje não se tem também o que é a gratuidade do idoso, da criança, dentro do transporte coletivo.

É isso.

O SR. PRESIDENTE (Sérgio Souza. Bloco/PMDB – PR) – Obrigado, Senadora Vanessa.

Eu peço mais uma vez ao Plenário para contermos um pouco as conversas, falarmos um pouco mais baixo, porque, se não, não conseguiremos ouvir o Senador ou a Senadora que estiver discutindo a matéria.

O SR. ALVARO DIAS (Bloco/PSDB – PR) – Pela ordem, Sr. Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Sérgio Souza. Bloco/PMDB – PR) – Pela ordem, Senador Alvaro Dias.

O SR. ALVARO DIAS (Bloco/PSDB – PR) – Apenas para informar ao Sr. Relator que encaminhei à Mesa uma modificação à emenda supressiva, uma correção. Por solicitação da área técnica, estou retirando a palavra "salvo". A emenda supressiva fica assim: suprimir a expressão contribuição previdenciária ou restituição direta do inciso III do art. 3º, com redação dada ao projeto.

Portanto, tira só a palavra "salvo" dessa emenda supressiva.

O SR. PRESIDENTE (Sérgio Souza. Bloco/PMDB – PR) – Meu caro Senador Alvaro, a assessoria da Presidência está analisando e, tão logo esteja pronta, nós vamos distribuir ao Relator para que dê parecer.

O SR. LINDBERGH FARIAS (Bloco/PT – RJ) – Darei parecer daqui a pouco, Senador.

O SR. PRESIDENTE (Sérgio Souza. Bloco/PMDB – PR) – Pela ordem dos inscritos, Senador Eduardo Braga.

O SR. EDUARDO BRAGA (Bloco/PMDB – AM) – Sr. Presidente, Sr. Relator, Srs. Prefeitos aqui presentes, Srªs Prefeitas aqui presentes, Srªs Senadoras, primeiro, quero dizer que está quase impossível acompanharmos o relatório e a votação. Eu queria até pedir, Senador Lindbergh, que conversássemos com nossa assessoria, porque está praticamente impossível acompanhar a dinâmica da votação por não estarmos com o relatório, obviamente, pronto. Estamos construindo o relatório ao longo da reunião. Os Srs. Senadores estão alterando as sugestões nas emendas durante o processo, e nós estamos tratando aqui de algo extremamente importante. O texto significará, se acertado, grandes avanços.

Quero dizer que sou daqueles que defendem, por convicção, o Reitup. Já fui Prefeito de Manaus, já governei o Estado do Amazonas. Quando no governo do Estado, o Amazonas foi o primeiro Estado brasileiro a fazer renúncia fiscal de ICMS para óleo diesel do transporte urbano, o que fez com que a Prefeitura fizesse uma adesão com redução de ISS, e isso segurou, no Amazonas, durante muito tempo, os impactos do transporte coletivo.

É necessário também entender que é fundamental que haja parâmetros, com uma tarifa referência, uma planilha referência nacional, e, a partir dessa planilha referência, tarifas e planilhas com as características de cada um dos Municípios.

Com relação a podermos definir a questão das frotas rodantes e o período em que estarão rodando, por meio de um mecanismo tecnológico como o GPS, também é importante, mas creio que o regime que estamos votando é mais importante, Presidente, em que todos, para receberem o benefício, precisam fazer um pacto e uma adesão. Ora, o Governo Federal dará os benefícios fiscais, desde que Estado e Municípios façam o mesmo com relação aos seus tributos. Isso é fundamental, Senador Aloysio. Caso contrário, não haverá, na redução da tarifa, o impacto que os usuários almejam.

Também é preciso haver bastante consciência de que a tarifa, além de impactada pelo volume de investimento, é impactada pelo chamado IPK (Índice de Passageiro por Quilômetro). E aí...

(Intervenção fora do microfone.)

O SR. EDUARDO BRAGA (Bloco/PMDB – AM) – Não, mas é importante o seguinte: o IPK (Índice de Passageiro por Quilômetro) é exatamente o divisor do custo de investimento por quilômetro. Quanto maior o IPK, menor a tarifa; quanto menor o IPK, maior a tarifa.

Portanto, Sr. Presidente, faço esta participação porque vejo que estamos, no afã de dar uma resposta

correndo, para aprontarmos aqui, a várias mãos, um relatório. Precisamos – exatamente isto que eu queria dizer –, ao cabo deste esforço, diferentemente do que aconteceu na última reunião em que votamos, porque tínhamos o turno suplementar no dia de hoje, hoje nós não poderemos votar se não fizermos uma leitura com a cautela necessária, a fim de levar em consideração todos esses fatores.

O Senador Blairo, por exemplo, defende a questão do biodiesel. Isso é extraordinário, mas nem todas as regiões podem ter biodiesel ao mesmo tempo. Existem situações em que alguns desses ônibus chegam com motor a biodiesel em determinadas regiões do Brasil em que ainda não há produção, ainda não há abastecimento desse tipo de combustível, e os ônibus não rodam.

Ou seja, eu queria apenas fazer um apelo. Apoio o Reitup, apoio a ideia, apoio a iniciativa, tenho sido dos primeiros a estar ao lado de V. Exª nesse apoio, e junto ao Governo, convencendo-o de que precisamos avançar nesta reação, mas tenho, Sr. Relator, uma preocupação, porque vejo que estamos votando um relatório que está sendo construído oralmente aqui, ao longo desta reunião. Portanto, gostaria de manifestar aqui a minha preocupação. Eu acho que, ao cabo da análise das emendas, deveríamos suspender a reunião, nem que seja por 15 minutos, para que V. Exª conclua o relatório, distribua o relatório, e nós possamos votá-lo, conhecendo, com clareza e com firmeza, o conteúdo do relatório, Sr. Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Sérgio Souza. Bloco/PMDB – PR) – Obrigado, Senador Eduardo Braga. A Assessoria da Presidência já está providenciando o relatório, que será distribuído em instantes a V. Exª.

Nós percebemos que, enquanto o Relator apresentava o seu relatório, algumas emendas ainda chegavam à Mesa. Por isso está sendo promovida a alteração e, em instantes, estará disponível a V. Exªs.

Com a palavra o Senador Randolfe Rodrigues.

O SR. RANDOLFE RODRIGUES (Bloco/PSOL – AP) – Sr. Presidente, cumprimento os prefeitos aqui presentes; o autor do projeto, Deputado Carlos Zarattini; o Relator, Senador Lindbergh Farias.

Sr. Presidente, a necessidade deste projeto não vem desta Casa; vem das ruas. Por isso, urge aprovarmos este projeto hoje, neste turno suplementar. Não podemos tardar e passar do dia de hoje a votação desta matéria. Porque ela está sendo exigida não por nós Senadores, não por esta Casa, não pelo Parlamento, mas pelas ruas.

Nós estamos debatendo esta matéria já há alguns dias, e o Congresso Nacional já vem debatendo esta matéria há alguns anos. Tardá-la, atrasá-la significa ser destoante; significa se tornar surdo ao que está acontecendo no Brasil; significa fazer de conta que não está acontecendo nada no País; é como se a gente estivesse de costas ao que está acontecendo por todos os cantos do País.

Esta matéria tem que ser aprovada hoje.

Nós amadurecemos. Eu quero cumprimentar o autor da matéria, o Deputado Carlos Zarattini, e o Senador Lindbergh, consoante com os tempos atuais. E não seria diferente, porque V. Exª tem identidade com o que está vindo das ruas, com os tempos atuais, e tem dado a esta matéria o caráter progressivo que ela merece, acatando emendas que abrem as planilhas, obriga a abertura das planilhas; acatando emendas como a Emenda nº 15, que apresentamos, que retoma uma ideia antiga, Senador Lindbergh.

Ainda ontem, conversávamos com a Presidente Dilma sobre algo que já existia nos anos 80, que era o Banco Nacional de Desenvolvimento Econômico e Social financiar, Prefeito Fortunati, os Municípios na aquisição de frotas próprias e renovação das frotas das empresas municipais de transportes urbanos.

V. Exª, Prefeito Fortunati, tem uma ótima experiência em seu Município de uma empresa municipal, a Carris, que é desde D. Pedro I. E a Presidente, ainda ontem, destacava essa ótima experiência que tem em seu Município de empresa pública de transportes urbanos.

Pois bem. Até os anos 80, o BNDES financiava os Municípios para aquisição de frota própria. Ocorre que, dos anos 80 para cá, o BNDES perdeu esse papel, que deve cumprir como Banco Nacional de Desenvolvimento Econômico e Social, de indutor de desenvolvimento, e o papel de um Estado em bem-estar social é garantir o que é bem-estar social. E bem-estar social está assentado em um trinômio: educação, saúde e transporte, e não é à toa o que tem vindo das ruas – educação, saúde e transporte.

Se educação é pública – e diz a Constituição que deve ser gratuita e de qualidade –, se saúde é pública – diz a Constituição e as ruas estão reclamando que tem que ser gratuita e de qualidade –, transporte pode também ser. Não à toa há de se destacar se está vindo um incêndio das ruas.

Ainda ontem, eu conversava com aquele – o Senador Suplicy o conhece muito bem – que talvez tenha sido o fósforo dessa fogueira que está nas ruas, que é o Professor Doutor Engenheiro Lúcio Gregori, que trabalhou na gestão da Prefeita Luiza Erundina e foi autor de uma ideia, então revolucionária na gestão da Prefeita Luiza Erundina, de tarifa zero. É dele a ideia que impulsionou a mobilização do Movimento pelo Passe Livre lá em São Paulo.

Ontem, conversávamos sobre isso, a ideia não é uma utopia e não é uma história de "olha, não cai do céu"; não, alguém paga, mas é assentada em uma ideia concreta, em uma ideia a partir do seguinte: aqueles que mais têm financiam para aqueles que não têm. E daí é assentado o princípio do financiamento da tarifa zero, da gratuidade do transporte coletivo.

Nesse sentido, Senador Lindbergh, e dentro desse princípio – não estou dizendo que o Reitup assegura isso –, mas está assentado nas bases do transporte como direito público, e isso V. Exª está garantindo nesse relatório e, na ideia original, o Deputado Carlos Zarattini concebe no sistema do Reitup.

V. Exª, quando acata a emenda de abrir as planilhas, quando acata a concepção da desoneração e quando restabelece o papel do BNDES de ser agente indutor para o financiamento, restabelece o princípio do que deve ser o transporte público no Brasil: um direito fundamental. Isso é consoante com o que vem das ruas. Por isso, não pode tardar. Consoante com as ruas, é aprovar isso hoje, para já, agora!

O SR. PRESIDENTE (Sérgio Souza. Bloco/PMDB – PR) – Obrigado, Senador Randolfe.

Com a palavra, para discutir a matéria, o Senador Blairo Maggi.

Anuncio, ainda, que estão inscritos a Senadora Ana Amélia, o Senador Eduardo Suplicy, o Senador Aloysio Nunes e o Senador Casildo Maldaner. Agora, também, o Senador Clésio Andrade.

Com a palavra, o Senador Blairo Maggi.

O SR. BLAIRO MAGGI (Bloco/PR – MT) – Sr. Presidente, Srªs Senadoras, Srs. Senadores, Prefeitos aqui presentes, José Fortunato, que é Presidente da Frente, o Márcio Lacerda, as Prefeitas que estão aqui conosco também.

Sr. Presidente, eu quero defender o item 6, que apresentei como emenda, porque, para mim, faz muito sentido, quando nós buscamos uma redução de preços das passagens dos ônibus urbanos e também dos intermunicipais, que nós possamos acoplar um dos melhores programas do governo ainda do Presidente Lula, quando ele foi o grande incentivador do uso do biodiesel na matriz energética brasileira.

Foi criado um programa, que funciona com uma rapidez e uma desenvoltura muito grande. Temos, hoje, mais de 105 mil famílias de agricultores familiares que vivem da produção de oleaginosas para a produção de biodiesel.

O sistema foi montado de maneira que o agricultor familiar que participar desse programa terá direito à empresa produtora de um selo social, selo este que isenta o agricultor do PIS e de Cofins do biodiesel. Portanto, há toda uma engenharia que foi feita, e que funciona muito bem, quando temos a agricultura familiar produzindo, já que 30% de todo o biodiesel brasileiro tem que sair da agricultura familiar para que o sistema funcione com os créditos e com o selo social.

No ano de 2012, já foram adquiridos desses produtores R$2 bilhões de produtos, que, se não fora a presença do programa de biodiesel, esses pequenos produtores não teriam condições de produzir lá nas suas lavouras, Senador Eduardo Braga, porque eles são pequenos produtores, não são competitivos com o mercado que aí está, mas, por receberem a diferença do PIS/Cofins para a produção agrícola, eles se tornam viáveis, ganham dinheiro na sua produção, e os produtores acabam permanecendo na sua atividade.

Por si só isso já justificaria a presença do B20 no Brasil. Mas há mais ainda: a redução da poluição nas cidades é comprovada: de quase 65% a 72% menor a emissão de gases com o biodiesel do que propriamente com o combustível fóssil que nós temos.

Para rebater que não é possível, na cidade de São Paulo – pena que o Prefeito Haddad não está mais aqui –, temos, hoje, dois mil ônibus funcionando com o B20, por decisão da empresa, por ser mais barato, mais econômico e principalmente menos poluente, por não introduzir o enxofre na atmosfera.

A Senadora Kátia me fez aqui uma pergunta, em separado: se nós temos condições, a empresa, melhor dizendo, a indústria brasileira tem condições de produzir o B20?

Senadora, a resposta é: nós temos hoje uma capacidade instalada de produção de biodiesel de 7 bilhões de litros/ano, enquanto nós utilizando apenas 2,7 bilhões de litros. Então, nós temos capacidade de duplicar, de triplicar essa produção de biodiesel sem nenhum investimento. E por que isso foi feito? Por que nós temos uma indústria de maior capacidade? É porque foi anunciado pelo Governo que nós iríamos para o B5, para o B10, B15 e B20, que é o objetivo final. Só que o Governo se enredou na nossa burocracia e não conseguiu mais levar adiante o programa e ficamos no B5. E as indústrias sempre seguem a sinalização de Governo. Por isso o Governo não tem que sinalizar nada que não possa fazer e os investimentos foram feitos. Hoje nós temos uma capacidade ociosa bastante grande. Esse biodiesel, hoje, é distribuído em todos os Municípios e em todas as bombas do Brasil. Nós não teríamos problema de distribuição.

Ora, se melhoramos a agricultura familiar, se temos capacidade industrial, se temos um preço menor do óleo de soja em relação ao óleo *diesel*, só temos benefícios, eu não entendo por que não ir contra a orientação que veio dos fabricantes de motores: "Ah, nós não garantimos!" Claro, eles não garantem nada.

Nós é que precisamos pôr a bandeira na frente e esticar a corda para que eles deem a garantia. Nós não podemos aqui simplesmente rejeitar uma matéria porque o fabricante do motor não se sente à vontade em dar a garantia que tem. Ora, isso a gente resolve para frente. Nós temos tecnologia hoje disponível. É o seguinte: até 30% de biodiesel...

O SR. EDUARDO BRAGA (Bloco/PMDB – AM) – Senador Blairo, V. Exª me permite um aparte?

O SR. BLAIRO MAGGI (Bloco/PR – MT) – Permito, sim, senhor. Só Concluindo, até 30%, nós não precisamos ter nenhuma mudança nos motores que temos atualmente.

Com maior prazer.

O SR. EDUARDO BRAGA (Bloco/PMDB – AM) – Sr. Presidente, Senador Blairo, V. Exª trouxe ao debate informações importantes. Pergunto ao Relator se não seria o caso de acatarmos a emenda do Senador Blairo, estabelecendo um prazo para que, nas regiões mais longínquas, a distribuidora possa assegurar tancagem para o biodiesel, para o B20, a fim de que não haja solução de continuidade no abastecimento, porque os motores para o B20 precisam ser motores específicos. Algumas fábricas de motores precisam, sim – já aconteceu isso inclusive na minha cidade –, alguns motores chegaram e, quando colocaram óleo *diesel* de velha geração ele não funcionou, ele entope, ele tem problemas. Agora, nós já temos no Brasil, sim, fábricas de motores que já estão fabricando motores adequados a esse modelo, que considero correto do ponto de vista ambiental, econômico, do arranjo produtivo. Apenas penso que, acatando a emenda, deveria estabelecer-se um prazo para que as regiões mais longínquas não sejam obrigadas a não cumprir a lei simplesmente porque não há tancagem de B20 naquela região.

Apoio a emenda do Senador Blairo.

O SR. BLAIRO MAGGI (Bloco/PR – MT) – Continuando, Presidente, só para uma orientação: nós não podemos confundir S50 com óleo *diesel* antigo. São coisas diferentes. O biodiesel a partir do óleo de soja não emite enxofre, não emite enxofre.

Senador Eduardo Braga, com todo o respeito a V. Exª, hoje, todos os pontos, todos os postos, todas as bombas no Brasil recebem biodiesel misturado ao *diesel*. São obrigatórios 5%. Aqui nós estamos fazendo para o transporte coletivo. A grande maioria – os Prefeitos estão aqui e podem testemunhar – das empresas não se abastecem em posto comum. Elas se abastecem no seu ponto de abastecimento, mas ela recebe da distribuidora e a Petrobras tem, em todos os lugares, em todos os pontos de distribuição do biodiesel.

O SR. EDUARDO BRAGA (Bloco/PMDB – AM. *Fora do microfone*.) – Mas com 5%.

O SR. BLAIRO MAGGI (Bloco/PR – MT) – Mas não há problema. Nós não estamos fazendo para todo o mundo. Estamos fazendo para aqueles que são usuários de transporte a partir de ônibus coletivo. Então, sinceramente, eu não tenho essa dificuldade, não vejo essa dificuldade de que nós não poderemos abastecer os pontos de distribuição hoje, no Brasil.

Portanto, peço aos colegas que, na votação em destaque, me ajudem a aprovar esse destaque.

Muito obrigado.

O SR. CASILDO MALDANER (Bloco/PMDB – SC) – São Paulo já usa o B20 em dois mil ônibus.

O SR. PRESIDENTE (Sérgio Souza. Bloco/PMDB – PR) – Senador Blairo Maggi, esse é um assunto muito importante. Acho que nós devemos, sim, conversar com o Relator, para ele repensar esse assunto.

O SR. LINDBERGH FARIAS (Bloco/PT – RJ) – A gente está fazendo uma série de consultas, Senador Blairo.

O SR. PRESIDENTE (Sérgio Souza. Bloco/PMDB – PR) – Isso! Sei que o Senador...

O SR. LINDBERGH FARIAS (Bloco/PT – RJ) – O argumento de V. Exª muito me sensibiliza. Estamos fazendo uma série de consultas. Está aqui o Deputado Carlos Zarattini, que foi o Relator e que está à frente dessa discussão na Câmara. Estamos consultando prefeitos. Mas acho que a exposição apresentada por V. Exª foi muito importante. Acho que podemos avançar.

O SR. BLAIRO MAGGI (Bloco/PR – MT) – Quando o Deputado Zarattini apresentou, não tínhamos ainda o biodiesel, que já é uma novidade tecnológica. Tenho a certeza de que ele aceitará.

O SR. PRESIDENTE (Sérgio Souza. Bloco/PMDB – PR) – Senador Blairo, a questão hoje é econômica: o valor da tarifa. E nós sabemos que o biodiesel, hoje, está, inclusive, mais barato do que o diesel. Então, talvez, seja até mesmo uma forma de nós puxarmos para baixo o preço dos combustíveis, que é o que queremos aqui, para as frotas do transporte coletivo.

O SR. CASILDO MALDANER (Bloco/PMDB – SC) – Em São Paulo, dois mil ônibus já usam o biodiesel, o B20.

O SR. PRESIDENTE (Sérgio Souza. Bloco/PMDB – PR) – Há alguns casos. Inclusive, no Paraná, em Curitiba, há o B100. Há ônibus trabalhando 100% com biodiesel. E há ônibus elétricos. E há casos em que são híbridos, inclusive. Há casos assim.

Passo, agora, a palavra à Senadora Ana Amélia, para discutir a matéria.

A SRª ANA AMÉLIA (Bloco/PP – RS) – Eu queria cumprimentar o Relator pelas iniciativas tomadas,

por apressar uma decisão que é fundamental neste momento no País, que está mobilizado. Já reafirmaram alguns oradores que me antecederam a relevância desse tema, que, aliás, foi o motivo pelo qual as cidades se mobilizaram, os brasileiros foram para as ruas. A rapidez com que o Congresso Nacional está agindo mostra a utilidade do Legislativo num processo dessa natureza, dessa envergadura.

Caro Prefeito, meu amigo Presidente da Frente Parlamentar dos Prefeitos, José Fortunati, o senhor foi Deputado Federal constituinte. Nós temos aqui o dever exatamente de valorizar essa ação legislativa, para aperfeiçoar um projeto que é de alto alcance social. E também temos de preparar com maior qualidade a mobilidade urbana em nosso País, que, hoje, está cada vez mais engessada, compromissada, gerando problemas graves aos administradores municipais, que se veem limitados, por um lado, com a situação orçamentária, pela falta de recursos, e, por outro lado, com a dificuldade de promover mudanças na estrutura urbana das cidades.

Recentemente, V. Exª teve um enfrentamento em Porto Alegre para retirar algumas árvores para diminuir o trânsito e ampliar a mobilidade urbana. São os conflitos que têm de ser administrados. E aí sofrem os administradores públicos.

Então, eu queria cumprimentar o Relator, o Senador Lindbergh, por ter suprimido o art. 4º no substitutivo, porque, de fato, a União, a prima rica da Federação brasileira, não pode, discricionariamente ou unilateralmente, estabelecer seus próprios limites no caso da isenção no setor de transportes coletivos urbanos. Isso é muito relevante. Já no processo de FPE, a União desonera e impacta sobre as receitas dos Municípios, o que já é um peso muito negativo sobre as contas dos Municípios.

Assim, eu queria saudar o Relator pela supressão do art. 4º e também pela acolhida da emenda de minha autoria, que é uma emenda que apenas faz um aperfeiçoamento da redação.

Não podemos, como dizia V. Exª, falar em transporte metropolitano, Prefeito Márcio Lacerda, porque existem cidades em Minas Gerais que não estão no âmbito metropolitano, mas que são relevantes, como Betim, por exemplo, Contagem e outras cidades. Não sei se Contagem está no âmbito metropolitano. Mas, no Rio Grande do Sul, Caxias do Sul, Pelotas, Santa Maria ou mesmo Uruguaiana são cidades grandes que não estão no que chamamos de perímetro ou área metropolitana. Então, a supressão da expressão "metropolitana" é extremamente adequada, porque urbano diz muito mais do que metropolitano.

Então, eu queria agradecer ao Senador Lindbergh.

Tenho apenas uma dúvida. Na discussão que fizemos, caro Senador Lindbergh, uma questão foi levantada. Especialmente, tenho interesse nisso, bem como todos os Estados que fazem fronteira com outros países e as cidades gêmeas. Quero saber se foi acolhida, de alguma maneira, a questão relacionada às condições de facilidade do transporte coletivo em relação às cidades gêmeas, que foi uma ponderação apresentada aqui pela Confederação Nacional dos Municípios.

O SR. PRESIDENTE (Sérgio Souza. Bloco/ PMDB – PR) – Obrigado, Senadora Ana Amélia.

Senador Clésio Andrade, para discutir a matéria.

O SR. CLÉSIO ANDRADE (Bloco/PMDB – MG) – Sr. Presidente, Senador Lindbergh, parabéns pelo relatório.

Eu gostaria de fazer duas ponderações, Srªs Senadoras, Srs. Senadores. Uma com relação à Emenda nº 6, que acaba de ser apresentada pelo Senador Blairo Maggi. Eu queria ratificar aqui sempre essa preocupação forte do Senador, principalmente com essa área produtiva. Mas essa emenda vai trazer consequências contrárias ao que esse projeto se propõe, que é redução de custos.

No momento em que se adiciona mais biodiesel numa tecnologia, num motor que não está preparado para receber 20%, nós vamos trazer problemas de gasto de peças. Daí a pouco, vai-se ter que reavaliar a planilha, vai haver mais gastos de manutenção com o veículo, e nós vamos é subir o preço das tarifas.

Então, não é razoável, no momento em que nós estamos tentando trabalhar redução de custos, adicionarmos custos para os transportadores, para que a planilha, no futuro, acabe sendo penalizada. Além disso, o biodiesel é um produto que acaba dependendo da produção, da sazonalidade, do momento, da vontade do Governo de continuar com preço baixo ou não. De repente o Governo resolve mudar o preço do biodiesel. Então, que vantagem vai haver? Nesse momento, ele tem um pequeno ganho; lá na frente, com esse processo todo, o que vai acontecer?

Portanto, eu queria fazer uma colocação para os nossos Senadores aqui com relação à consequência de se elevar para 20% esse biodiesel.

E o segundo ponto, com relação ao art. 10, Senador Lindbergh, eu queria fazer uma ponderação. É muito justo, razoável e até necessário que se tenha acesso às planilhas, e isso tem que ser feito mesmo. Apenas eu entendo que a expressão que foi colocada talvez não tenha sido a mais adequada, porque, na realidade, quem apresenta planilha, quem faz planilha e quem tem planilha é o poder concedente. A concessionária pode ser o poder concedente, pode ser a

empresa operadora, pode ser o metrô; a permissionária pode ser a empresa operadora, pode ser a concessionária. Quer dizer, a expressão "concessionária" fica no meio de uma confusão. Nós temos que definir quem vai apresentar.

Então, minha proposta é no sentido de se substituir essa expressão pelo "poder concedente". Porque o poder concedente é obrigado a apresentar as planilhas, discutir as planilhas e apresentar todo esse processo. Não é quem está aderindo à Reitup, não. O poder concedente é obrigado, e é mesmo. Aí nós temos que reforçar isso.

Então, eu queria fazer essa ponderação.

Estou apresentando a emenda agora mais com relação à expressão, até porque a concessionária fica no meio. Uma hora ela é poder concedente, outra hora é só operadora, outra hora a operadora é o permissionário. Então, o poder concedente é aquele que define: seja prefeitura, seja autarquia, seja empresa pública, seja concessionária. É poder concedente.

O SR. PRESIDENTE (Sérgio Souza. Bloco/ PMDB – PR) – Obrigado, Senador Clésio.

Estou vendo que nós vamos ter uma grande dificuldade, Relator, porque alguns dos Srs. Senadores pedem o relatório para poder analisar. No entanto, as emendas continuam chegando, o relatório não consegue fechar, e já temos, inclusive, destaques de algumas emendas, já rejeitadas pelo Sr. Relator.

Com a palavra o Sr. Relator.

O SR. LINDBERGH FARIAS (Bloco/PT – RJ) – É só para dizer o seguinte: não está tão confuso assim. Há algumas emendas que chegaram agora, mas eu diria que nós temos poucos destaques de votação em separado para fazer. Então, está aqui a Presidência. Quando acabar aqui, acho que dá para apresentarmos. Acho que vamos resumir aqui a duas, no máximo a três votações. Então, não está tão complicado assim.

Chamo a atenção para o tempo. São12h20. Para que possamos votar, temos que acelerar o fim das discussões.

O SR. PRESIDENTE (Sérgio Souza. Bloco/ PMDB – PR) – Então, vou pedir aos oradores ainda inscritos que, se puderem ser um pouco mais concisos, tendo em vista nosso adiantado da hora e porque grande parte do assunto já foi debatido.

Com a palavra o Senador Eduardo Suplicy.

O SR. EDUARDO SUPLICY (Bloco/PT – SP) – Sr. Presidente Sérgio Souza, quero contribuir para a votação imediata e, por isso, quero cumprimentar todos que colaboraram tanto com esse projeto e em atenção a todos os Prefeitos. Nem vou mencioná-los para que a votação se dê com a vontade de todos os Prefeitos aqui presentes, apoiando inteiramente, sobretudo, a transparência que se vai exigir de todos que trabalham no transporte coletivo.

Obrigado.

O SR. PRESIDENTE (Sérgio Souza. Bloco/ PMDB – PR) – Obrigado, Senador Suplicy.

Com a palavra Senador Aloysio Nunes Ferreira.

O SR. ALOYSIO NUNES FERREIRA (Bloco/ PSDB – SP) – Sr. Presidente, eu não sei se a palavra do Relator, de que a coisa não está tão confusa assim, me tranquiliza ou me inquieta, além da inquietude que sinto agora. Porque eu sinto que nós estamos fazendo algo a trouxe-mouxe, como se dizia antigamente, ou seja, às correrias, desordenadamente. De tal maneira que eu tenho receio que nós tenhamos, no final de tudo, uma lei imperfeita. E uma lei imperfeita é de problemática aplicação, para dizer o mínimo.

Eu queria, Sr. Presidente, mencionar algo que é incontestável. É que as nossas cidades, especialmente as grandes cidades, hoje, estão entupidas de automóveis. Entupidas! Podem fazer obras de mobilidade urbana e tal, que, daqui a pouco, esse entupimento volta a ocorrer. Os pontos críticos voltam a aparecer, melhor dizendo.

O que o Governo Federal tem feito ultimamente? Tem dado desoneração tributária, estimulado, portanto, a produção e a comercialização de automóveis, a pretexto de propulsionar o desenvolvimento econômico. Com isso, é um estímulo extra para que os carros, os automóveis e o transporte individual se acumulem cada vez mais nas nossas ruas e avenidas. O entupimento é também de responsabilidade desta política do Governo Federal, que anunciou um pacto de mobilidade urbana em que a participação do Tesouro da União deveria ser de R$10 bilhões. E todos nós sabemos que, segundo dados oficiais, desses R$10 bilhões, apenas R$1 bilhão foi até agora executado, de um pacto de mobilidade urbana anunciado em 2010. Esse é um ponto que eu gostaria de colocar.

Segundo ponto, Sr. Presidente: vamos imaginar, vamos fazer de conta que os prefeitos e as Câmaras Municipais não pudessem, não tivessem autonomia para estabelecer, para tomar medidas na linha de transparência, como as que são saudadas por todos nós, como a criação de um conselho para fiscalizar tarifas – o Prefeito de São Paulo fez isso agora, recentemente –, o escrutínio rigoroso das tarifas de transporte, especialmente no momento do seu reajuste. Imaginemos que o prefeito não possa fazer isso. Vamos fazer de conta que o prefeito não pode fazer isso. Vamos fazer de conta que o prefeito não pode fazer concessões ou permissões de linhas de ônibus, sem licitação. Vamos fazer de conta que a Constituição permitisse. Vamos fazer de conta que os prefeitos não tivessem

autonomia, as Câmaras Municipais, para estabelecer a alíquota do ISS. Façamos de conta, ainda, que algo como o IPK, que foi mencionado pelo Senador Eduardo Braga, fosse irrelevante para a fixação das tarifas, quando nós sabemos que quanto mais baixo o IPK, ou seja, quanto menos produtivo for o sistema, maior a tarifa. E não subindo a tarifa, maior a necessidade de subsídio.

Há muitas pitonisas aí que querem interpretar a chamada "voz das ruas". Cada um ouve o que quiser, como as pitonisas faziam ao pé do Monte Olimpo, na Grécia Antiga. Agora, eu tenho para mim que as pessoas querem andar em ônibus que andem. Vamos pagar tarifa? A ideia da tarifa zero é algo nefelibático. Isso não tem nenhum cabimento. A menos que se queira estatizar o sistema de ônibus. Aliás, o Movimento Passe Livre quer exatamente acabar com o sistema capitalista. Esse é o objetivo deles. Como eu não vejo no horizonte essa possibilidade, e nem desejo, nós teremos que cobrar tarifa, não é?

O que as pessoas querem – agora faço eu também a minha pitonisa – é ônibus que andem, não ônibus que façam em três horas um trajeto que poderia fazer em 40 minutos ou meia hora. Ora, para um ônibus andar, os Municípios têm que ter capacidade de investimento. E depois de ter golpeado as finanças dos Municípios com isenções tributárias, a título de estímulos à economia que não deram resultado nenhum, tirando da parte do Fundo de Participação dos Municípios e também dos Estados receitas que eram dos Estados e dos Municípios, agora, a título de solução para o problema das tarifas, nós estamos propondo novas desonerações. Já o Governo Federal disse, pela voz do Ministro Mantega: "Olha, aqui não! Desoneração extra – adicional, como disse o Prefeito de São Paulo –, nem vem que não tem!" A menos que queiram cortar gastos; coisa que o Governo não faz – reuniu ontem 39 ministros! – ou aumentar impostos, o que faria que todos nós – esse aumento dos impostos – fôssemos caçados a pauladas nas ruas, a pauladas!

Muito bem. Então, querem diminuir tarifa tirando a capacidade de investimento dos Municípios? O Governo Federal não vai dar desoneração de tarifa. E os Governos Estaduais vão reduzir o ICMS do óleo diesel?

Um dado para os senhores: o Governo de São Paulo arrecada hoje, com base no ICMS sobre o combustível, cerca de R$3,5 bilhões. E veja: o Estado de São Paulo tem a menor alíquota de ICMS sobre óleo diesel. Nós arrecadamos três bilhões e pouco e aí está ICMS de diesel para transporte público e também para caminhões, sem esquecer a... Enfim, é este o panorama das finanças de São Paulo.

Vamos imaginar que a parte relativa ao diesel para uso de transporte coletivo represente R$1 bilhão. O Zarattini diz que não. Quanto seria, Zarattini?

(Intervenção fora do microfone.)

O SR. ALOYSIO NUNES FERREIRA (Bloco/PSDB – SP) – Quanto? Não entendi.

O SR. CARLOS ZARATTINI – Acredito que nem 10%, Senador.

O SR. ALOYSIO NUNES FERREIRA (Bloco/PSDB – SP) – Nem 10%. Então, seriam R$350 milhões. E é um quilômetro de metrô. É um quilômetro de metrô! É isso.

O que nós precisamos é metrô, é trem metropolitano, são corredores de ônibus...

O SR. LINDBERGH FARIAS (Bloco/PT – RJ) – O Estado adere se quiser, Senador.

O SR. ALOYSIO NUNES FERREIRA (Bloco/PSDB – SP) – Pois é. Então, nós estamos aqui vendendo ilusões.

O SR. LINDBERGH FARIAS (Bloco/PT – RJ) – Não!

O SR. ALOYSIO NUNES FERREIRA (Bloco/PSDB – SP) – Nós estamos dizendo ao povo o seguinte: tudo isso aqui é faz de conta, porque o Estado dá se quiser. O Município pode dar? Já pode dar. A União não vai dar. Então, o que nós estamos fazendo aqui? Propondo um plebiscito?

Olha, sinceramente, Sr. Presidente, eu não vou entrar nesse faz de conta, não! Eu vejo nisso uma grande operação política, uma enorme operação política, mas os resultados serão pífios, se acontecerem, se acontecerem. Eu quero, sim, recursos para investir.

Que o Governo Federal possa, efetivamente, em colaboração com os Estados e Municípios, fazer as obras do PAC Mobilidade Urbana, essas programadas e outras tantas, e que os Municípios tenham recursos para fazer investimentos em transporte coletivo que transporte gente, que seja capaz de andar e que não fique parado no trânsito, cada vez mais congestionado, das nossas cidades.

O SR. PRESIDENTE (Sérgio Souza. Bloco/PMDB – PR) – Obrigado, Senador Aloysio.

Com a palavra, Senador Casildo Maldaner e, na sequência, como última oradora inscrita, a Senadora Kátia Abreu.

O SR. CASILDO MALDANER (Bloco/PMDB – SC) – Serei breve, Sr. Presidente.

Srs. Prefeitos, caros colegas, eu entendi a preocupação do Senador Aloysio Nunes. Quando da amortização que os Municípios venham a fazer e esses subsídios que eles vão fazer, se nós pudermos fazer com que essa amortização em relação à dívida com

o Governo Federal possa ser contabilizada será uma grande saída. Porque eles vão entrar com os subsídios, e os Municípios e os Estados, na hora em que vão entrar e participar desse processo, se puderem contabilizar isso e amortizar em relação aos compromissos, as dívidas que os mesmos detêm com o Governo Federal, se isso puder entrar nesses cálculos, será uma grande saída para ajudar nos investimentos, para ajudar nessa marcha dos prefeitos, para ajudar nessa agonia que eu estou vivendo. Esse é o ponto um. O ponto dois é a emenda do Blairo Maggi. Onde quisermos, teremos fábricas de biodiesel. Hoje já é compulsório, como disse o Senador Blairo Maggi, 5% misturado ao diesel. Hoje, o preço do biodiesel em relação ao diesel mais ou menos é a mesma coisa. Até inclusive o biodiesel hoje tem um custo menor que o diesel. Uma é que vamos ajudar no controle da balança de exportações para o Brasil; outra, vamos ajudar na descentralização, porque o biodiesel hoje estamos produzindo no interior do Brasil inclusive, em todos os lugares. Isso vai ajudar até a terra do Senador Eduardo Braga. É o cupuaçu, o meio ambiente, as questões de lá que, às vezes, não pode plantar a própria soja, mas há outros produtos que podem plantar na região da Amazônia que podem transformar-se em biodiesel e ser consumido ali mesmo. Isso vai colaborar, e muito. Penso que é o grande momento, mesmo que seja paulatina a implantação disso. Se até 30% não prejudicam os motores, por que não? São Paulo já adota 20% em dois mil ônibus, por que nós não vamos partir para isso? Isso vai ajudar muito o meio ambiente, a saúde. Isso vai ser uma questão revolucionária no Brasil.

Eu digo isso em relação a estes dois temas: o biodiesel e a amortização em relação aos Municípios e aos Estados para a questão dos subsídios que eles venham a empreender nessa mobilidade urbana.

São as considerações breves, Sr. Presidente, que faço, cumprimentando o Senador Lindbergh, que eu sei está procurando captar o melhor para enfrentarmos essas intempéries.

O SR. PRESIDENTE (Sérgio Souza. Bloco/PMDB – PR) – Obrigado, Senador Casildo.

Para discutir a matéria, Senadora Kátia Abreu.

A SRª KÁTIA ABREU (Bloco/PSD – TO) – Sr. Presidente, eu gostaria apenas de dizer da importância e agradecer a aprovação e o fato de o senhor ter acatado a emenda de minha autoria, que dá um prazo, um limite para a implantação desses benefícios e dessas novas regras, que é o bilhete único e também a licitação. Se nós deixarmos aberto, poderemos ter uma postergação, que não é conveniente, nem vai atender aos usuários de ônibus no Brasil.

Então, dois anos é um tempo suficiente para que os Municípios possam se adaptar à Lei de Licitações, que já deveria estar sendo cumprida há muito tempo, e, no caso, a questão do bilhete único e da sistematização do transporte.

Com relação à emenda do Senador Blairo Maggi, na verdade, a preocupação não é com a produção do biodiesel. Ele tem razão. Nós temos produção de biodiesel suficiente no Brasil, inclusive muitas empresas sendo paralisadas por falta de consumo, porque fizemos o B5 e não chegamos ao B20. Enquanto o debate aqui acontecia, eu liguei para algumas empresas de transporte de ônibus para saber se havia algum problema nessa mudança de B5 para B20. Todos garantiram que não – todos com os que eu aqui falei, são três ou quatro empresas –, e que o gasto maior seria no futuro, apenas com a manutenção da bomba injetora, mas que todos estão esperando essa mudança que já está até, na verdade, atrasada.

O que preocupa – e aqui o Líder do Governo, Senador Eduardo Braga tem razão – é com relação aos postos de gasolina. Se as tancagens já estão prontas para receber o B20, porque eles vão continuar recebendo o B5, que as outras frotas vão continuar usando o B5. Mas os postos vão precisar de um pequeno período para adaptar a tancagem ao B20.

Então, eu penso que a sugestão é interessante até um ano. Eu acredito que o mercado capitalista sempre fala mais alto: tendo a obrigatoriedade e a demanda, creio que, em 90 dias, esses tanques poderão ser colocados, mas penso que um ano é uma medida bastante preventiva.

Com relação a inúmeros telefonemas que recebi aqui no sentido de incluir também essa isenção do diesel para tratores, máquinas colheitadeiras no Brasil e caminhões, uma demanda da paralisação de ontem dos caminhões por todo o Brasil, também a desoneração de PIS e Cofins.

E eu queria fazer dar uma explicação: no caso do transporte coletivo, ele vai ficar restrito ao Município. E essa isenção de PIS e Cofins é condicionada a uma adesão do governador do Estado e da Assembléia. Para ganhar essa isenção de PIS e Cofins, o governador vai ter que dar isenção de ICMS, e o Município vai ter que dar a isenção de ISS. Ocorre que para o trânsito de caminhões de um Estado para outro precisa de uma autorização do Confaz e não apenas da concordância dos governadores de Estados. Então, teria que condicionar isso a uma reciprocidade do Confaz no que diz respeito ao ICMS. Quanto a máquinas e tratores, poderia ser mais fácil. As máquinas, dificilmente, saem dos Estados. Assim, poderíamos atender.

Quero apenas lembrar que o consumo de óleo diesel no Brasil é dividido da seguinte forma: apenas 16% para tratores e máquinas agrícolas, o que não gera um impacto tão grande; 5% para transformação e geração de energia; e 75% para transporte de cargas e de passageiros.

Então, tenho a certeza de que essa desoneração dos caminhões... Há uma crítica feita por todos os economistas do País, e com razão. Nós estamos dando isenções, ou o Governo dá as isenções, para setores escolhidos. E precisamos dar isenções sistêmicas, consolidadas, para o setor produtivo em geral. Nós sabemos que a desoneração do diesel em geral vai atender o coração da produção brasileira: o transporte de cargas; o transporte de passageiros – no caso, vai baratear o custo das passagens –; tratores, máquinas e implementos; e geração de energia.

Tenho a certeza de que precisamos caminhar nesta direção: a de isentar o óleo diesel como um todo para todas as cadeias de forma justa e equânime, porque todos têm o mesmo problema, os mesmos custos, durante o período da produção.

Obrigada, Sr. Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Sérgio Souza. Bloco/PMDB – PR) – Obrigado, Senadora Kátia Abreu.

O último inscrito – declaro encerradas as inscrições – é o Senador Flexa Ribeiro.

O SR. FLEXA RIBEIRO (Bloco/PSDB – PA) – Srªs Senadoras, Srs. Senadores, Sr. Presidente, preocupa-me muito a forma confusa como estamos caminhando nesta reunião da CAE. O Presidente e Relator, o Senador Lindbergh, faz um esforço sobre-humano para poder completar ou preparar o seu parecer durante a discussão e apresentação de emendas.

Acredito, Senador Lindbergh, que ninguém seja contra a redução de tarifas para os brasileiros. Ninguém é contra isso. Nós somos contra a forma açodada com que tramita o projeto. Aconteceu, há pouco, no Congresso Nacional, uma discussão muito parecida com essa com relação à redução das tarifas de energia elétrica. Está aí o resultado para a sociedade. Está se mostrando que a forma como foi discutida não foi correta. E aqui foi avisado isso.

Então, não somos contra que haja a redução das tarifas de transporte urbano para os brasileiros. Não somos contra isso.

Agora, quero dizer a V. Exª que o Prefeito Haddad, no início da reunião, fez referências a algumas isenções que o Governo Federal estava concedendo e se referiu, inclusive, à isenção da Cide. Está zerada a alíquota da Cide desde julho de 2012. Desde julho de 2012, não incide a Cide, pela Lei nº 7.764, ou seja, não há como desonerar a Cide, algo que já foi desonerado anteriormente. Inclusive, parte da Cide, dessa contribuição, era transferida aos Estados e tinha como finalidade a manutenção das rodovias. Quer dizer, isso já foi perdido.

Não ouvi nenhuma referência aqui sobre...

O SR. LINDBERGH FARIAS (Bloco/PT – RJ) – O Prefeito não falou da Cide (*Fora do microfone.*). É que V. Exª entendeu mal. O Prefeito Haddad não falou em desonerar a Cide, não. Ela já está desonerada. Ele quer que se cobre, que isso seja transferido para o transporte público.

O SR. FLEXA RIBEIRO (Bloco/PSDB – PA) – Ah, sim! Entendi. Mas, se voltar a cobrar a Cide, vai haver aumento. E aí nós estamos indo num caminho... Não entendi a proposta do Prefeito Haddad.

O SR. LINDBERGH FARIAS (Bloco/PT – RJ) – De qualquer forma, não está em discussão aqui esse tema. É uma proposta.

O SR. FLEXA RIBEIRO (Bloco/PSDB – PA) – Sim, sim. Agora, nós temos de encontrar, isto sim, uma fonte de financiamento para a redução da tarifa. Não há benefícios sem que ocorra custo para esses benefícios.

As prefeituras que defendem o projeto, como nós defendemos... Os governadores, parece-me, não foram ouvidos em relação ao projeto. Então, eu queria só ver qual a fonte que vai subsidiar isso. E aí vou me colocar ao lado do Senador Aloysio Nunes Ferreira, votando no destaque da sua emenda, que destina parte do pagamento dos serviços da dívida dos Estados e Municípios para que possa ser coberta essa proposta de redução ou isenção dos impostos estaduais e municipais.

O SR. PRESIDENTE (Sérgio Souza. Bloco/PMDB – PR) – Obrigado, Senador Flexa Ribeiro.

Encerrada a discussão, passo a palavra ao Relator, Senador Lindbergh Farias, para que analise as Emendas nºs 24, 25, 26, 27 e 28 apresentadas.

Pela ordem, Senador Blairo Maggi.

O SR. BLAIRO MAGGI (Bloco/PR – MT) – Eu vou retirar a Emenda nº 26 e substituí-la pela de nº 28, que teve uma alteração. E aquela outra dos pneus também pode retirar.

O SR. LINDBERGH FARIAS (Bloco/PT – RJ) – Na verdade, Senador Alvaro Dias, eu acolho a emenda de V. Exª, que virou a Emenda nº 24, quando V. Exª fala da vedação da instituição direta, quando corrige esse ponto. Acolho essa emenda e acolho a emenda do Senador Blairo Maggi nos seguintes termos: "Os benefícios do regime especial de que trata essa lei somente será aplicável ao óleo diesel se adicionar na proporção mínima de 20% de biodiesel."

Conversamos com o Deputado Zarattini, que vai haver a tramitação na Câmara, e colocamos aqui que

o disposto do parágrafo anterior entra em vigor em até um ano, a contar da publicação da presente lei.

Nós só vamos ter um destaque de votação em separado aqui.

Então, quero só dizer o seguinte: para quem disse que o clima é de confusão, pode haver discordância quanto ao projeto. O Senador Aloysio Nunes aqui apresentou suas discordâncias.

Aqui, Senador Aloysio Nunes...

O SR. ALOYSIO NUNES FERREIRA (Bloco/PSDB – SP) – Agora estou mais tranquilo.

O SR. LINDBERGH FARIAS (Bloco/PT – RJ) – Desde o começo o debate se encaminhava para esse ponto. Agora, depois de votar o substitutivo, vamos para o debate do seu destaque, que é um destaque importante.

Eu volto a frisar algo que é elementar: ninguém está obrigando os Estados. O Estado adere se quiser, a prefeitura adere se quiser.

Nós participamos de uma negociação com governadores, tanto é que nós tiramos o zero, redução a zero, para facilitar o entendimento no próprio Confaz, aceitando ponderações dos governadores também.

Então, eu só queria registrar isso. Acho que nós podemos votar o substitutivo e, logo depois, vamos para a votação do destaque de votação em separado, apresentado pelo Senador Aloysio Nunes.

Senador José Agripino, sei da preocupação de V. Exª. Quanto à questão da energia elétrica, nós acatamos aqui, de início, uma emenda da Senadora Lúcia Vânia, e eu registrei que V. Exª tinha falado desse assunto na reunião passada também.

Então, eu acho que nós estamos prontos aqui para votar o substitutivo e, depois do substitutivo, irmos para a votação do destaque do Senador Aloysio Nunes.

O SR. PRESIDENTE (Sérgio Souza. Bloco/PMDB – PR) – Consulto o Senador Agripino se ele mantém o destaque com relação à parte do substitutivo.

O SR. JOSÉ AGRIPINO (Bloco/DEM – RN) – Sr. Presidente, eu gostaria de uma explicação do Relator sobre se ele acolhe ou não o mérito da emenda.

O SR. LINDBERGH FARIAS (Bloco/PT – RJ) – Já acatei.

O SR. JOSÉ AGRIPINO (Bloco/DEM – RN) – No que diz respeito à redução...

O SR. LINDBERGH FARIAS (Bloco/PT – RJ) – Não. O que eu acatei foi o seguinte: a emenda da Senadora Lúcia Vânia diz que somos pela aprovação, porque a emenda prevê que o desconto mínimo de 75% nas contas de energia das empresas de transporte coletivo deve ser compensado por meio da Conta de Desenvolvimento Energético. Trata-se de um fundo formado por contribuições cobradas nas contas de luz de todos os brasileiros por aporte do Tesouro Nacional.

Essa foi a forma como nós acolhemos.

O SR. JOSÉ AGRIPINO (Bloco/DEM – RN) – Sr. Presidente, é exatamente sobre isso que quero me manifestar. Não sei se agora ou se na oportunidade em que V. Exª colocar em apreciação o destaque da votação em separado.

Eu tenho um pensamento e queria colocar alguns elementos para compreensão dos membros da Comissão. Não sei se agora ou se na apresentação dos destaques.

O SR. PRESIDENTE (Sérgio Souza. Bloco/PMDB – PR) – Nós vamos votar primeiramente, se o senhor não retirar, o destaque de V. Exª, porque ele suprime parte do substitutivo.

Então, se V. Exª quiser usar da palavra neste momento, é o momento.

O SR. JOSÉ AGRIPINO (Bloco/DEM – RN) – Sr. Presidente, Sr. Relator, Srs. Senadores, Srªs Senadoras, Srs. Prefeitos, eu tenho uma preocupação muito assemelhada à preocupação do Senador Aloysio Nunes.

Eu já fui Prefeito, já lidei com transporte coletivo. Eu fiz, quando fui Prefeito de Natal, em 1979, o primeiro metrô de superfície de capital de porte médio do Brasil. De modo que tenho intimidade com esse assunto. Eu sei como é importante o transporte de massa e como é importante para o transporte coletivo a construção dos corredores de transporte e as avenidas norte-sul e leste-oeste nas cidades.

Eu queria apresentar, para a compreensão dos membros da Comissão, um dado que é a pedra de toque para o problema que o Brasil vive hoje, que é o investimento. O PAC de transportes foi instalado em 2005. Segundo dados do Siafi (Sistema Integrado de Administração Financeira), do Governo Federal – os dados que vou citar são do Siafi, não são da minha cabeça –, coletados entre 2005 e 2013, foram dotados no Orçamento R$8 bilhões para investimentos em transportes, dentro do PAC de transportes. Foram liberados e gastos, dos R$8 bilhões, R$1,2 bilhão – R$1,2 bilhão!

Muito bem, só no Governo da Presidente Dilma, entre 2011 e 2013, foram colocados no Orçamento R$4,978 bilhões e foram efetivamente gastos R$489 milhões. Ou seja, o que estamos conversando é mais ou menos como curar a febre quebrando o termômetro. O problema central está naquilo que o Senador Aloysio colocou com muita propriedade. Eu vivi isso quando fui prefeito muito intensamente. A quantidade de passageiros transportados por ônibus, a velocidade do ônibus, o consumo de pneu, tudo isso decorre da existência e da eficiência do sistema, dos corredores de

transportes coletivos. Se você executa um orçamento, se você consegue alocar e gastar ou consegue efetivamente alocar e gastar e fazer obras, você tem um sistema de transporte coletivo administrável.

Muito bem. Dito isso, vem aí a minha preocupação, a colocação que faço e a razão da minha emenda. Eu me preocupo em nós estarmos tratando de um assunto que aparentemente é da maior importância, até como resposta ao movimento das ruas, mas que pode estar criando um problema adicional.

Explico. A redução de 75% na tarifa de energia elétrica é uma coisa boa para os metrôs, mas vai de encontro a um problema que é seriíssimo. O sistema Eletrobrás, com duas medidas provisórias que foram votadas recentemente, as Medidas Provisórias nºs 577 e 579, teve uma queda no seu valor, uma queda monumental, de mais de R$30 bilhões. Por quê? Houve uma intervenção no sistema. Objetivando o quê? O abaixamento da tarifa. O sistema Eletrobrás desvalorizou-se, descapitalizou-se.

Eu tenho medo de nós estarmos matando a galinha dos ovos de ouro. O sistema Eletrobrás, que guarda as concessionárias, é responsável pela geração e distribuição de energia elétrica. Na medida em que você intervém, mais uma vez, com uma redação de 75% do custo da tarifa, mesmo guardando a remuneração do concessionário para o ano seguinte, você mexe com o sistema regulatório,...

(Soa a campainha.)

O SR. JOSÉ AGRIPINO (Bloco/DEM – RN) – ... você tira a segurança jurídica do sistema investidor, que exige um mínimo de garantia e de permanência para que faça o investimento, para que haja energia elétrica e para que haja concessionários interessados. Na medida em que você mexe – e a minha emenda objetiva manter a credibilidade do sistema –, você pode estar matando a galinha dos ovos de ouro e pode estar tentando curar a febre quebrando o termômetro.

Por essa razão, com os dados que apresento e com a manifestação que faço aos membros da Comissão, é que peço que o destaque seja apreciado e que o voto quanto ao mérito do destaque seja favorável.

O SR. PRESIDENTE (Sérgio Souza. Bloco/PMDB – PR) – Obrigado, Senador Agripino.

Foi apresentado destaque para votação em separado do substitutivo do art. 7º. É esse o destaque do Senador Agripino.

Lembro às Srªs e aos Srs. Senadores que, se aprovado o destaque suprimindo o art. 7º, as Emendas nºs 4 e 8, já acatadas, restarão prejudicadas.

Em votação...

O SR. LINDBERGH FARIAS (Bloco/PT – RJ) – Pela ordem, Sr. Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Sérgio Souza. Bloco/PMDB – PR) – Pela ordem, o Relator, Senador Lindbergh Farias.

O SR. LINDBERGH FARIAS (Bloco/PT – RJ) – Eu só quero encaminhar contra, Senador Agripino. Esse é um ponto muito importante porque terá um impacto muito grande no preço do transporte do metrô, dos trens, o preço da energia elétrica naquele horário de pico é algo que impacta fortemente – volto a dizer que este projeto vem desde 2003 sendo discutido, foram envolvidos nessa discussão. Então, encaminho contra V. Exª. Ninguém perde, porque, na verdade, a gente vai conseguir... Eu acolhi a emenda da Senadora Lúcia Vânia. Então, eu encaminho contra o destaque de votação de V. Exª.

O SR. PRESIDENTE (Sérgio Souza. Bloco/PMDB – PR) – Obrigado, Senador Lindbergh Farias.

Em votação o requerimento de destaque para votação em separado de parte do Substitutivo. Então, nós estamos votando o requerimento de destaque e, uma vez aprovado, aí sim, apreciaremos o destaque.

Os Senadores que concordam com o requerimento permaneçam como se encontram. (*Pausa.*)

Rejeitado.

O SR. ALOYSIO NUNES FERREIRA (Bloco/PSDB – SP) – O que foi rejeitado? Eu quero saber, por favor.

O SR. PRESIDENTE (Sérgio Souza. Bloco/PMDB – PR) – Foi rejeitado o requerimento do Senador Agripino pedindo destaque para votar em separado o art. 7º do Substitutivo.

Agora nós vamos...

O SR. FLEXA RIBEIRO (Bloco/PSDB – PA) – Sr. Presidente, questão de ordem.

O SR. PRESIDENTE (Sérgio Souza. Bloco/PMDB – PR) – Questão de ordem ou pela ordem?

O SR. FLEXA RIBEIRO (Bloco/PSDB – PA) – Questão de ordem.

O SR. PRESIDENTE (Sérgio Souza. Bloco/PMDB – PR) – Para uma questão de ordem, tem a palavra o Senador Flexa Ribeiro.

O SR. FLEXA RIBEIRO (Bloco/PSDB – PA) – Eu recebi aqui, Presidente Sérgio Souza, o texto do Substitutivo do Relator,Senador Lindbergh Farias,aprovado na reunião anterior. No art. 3º, inciso II, o Relator dá ao seu Substitutivo o seguinte texto:

> Art. 3º-.....
> .....
> II – redução a zero da alíquota da Contribuição de Intervenção no Domínio Econômico sobre a comercialização ou importação de

combustíveis – CIDE/Combustíveis, caso de a alíquota geral tenha valor positivo, mediante a concessão de subsídio em valor equivalente à alíquota efetiva integral praticada, na aquisição, de produtor ou importador, de óleo diesel a ser utilizado nos serviços de transporte coletivo público urbano e metropolitano de passageiros, até os limites quantitativos definidos em regulamento;

Como eu disse anteriormente, na votação em primeiro turno, nós estamos zerando algo que já não existe, como eu fiz referência, desde 2012, pela Lei nº 7.764. Então, eu queria que o Relator se pronunciasse em relação ao que nós vamos votar, em segundo turno.

O SR. LINDBERGH FARIAS (Bloco/PT – RJ) – Senador Flexa, com todo respeito a V. Exª, V. Exª é que está equivocado. Não existe isso. A questão da Cide já foi há muito tempo apresentada pelo Governo Federal. Isso está claro!

Nós temos um último destaque, que é o destaque que eu considero o mais importante aqui, que é o do Senador Aloysio Nunes Ferreira, que tem o direito de fazer sua defesa aqui agora, para irmos para o centro do debate. Não vamos entrar em diversionismo a essa hora. Então, Cide não nada a ver. V. Exª leu o relatório errado; só pode ser explicado dessa forma.

O SR. FLEXA RIBEIRO (Bloco/PSDB – PA) – Presidente, quem me entregou o relatório foi a sua assessoria da Secretaria.

O SR. LINDBERGH FARIAS (Bloco/PT – RJ) – Não. Então, a assessoria está...

O SR. FLEXA RIBEIRO (Bloco/PSDB – PA) – Se é o relatório errado, ele me foi entregue pela assessoria da Mesa.

O SR. LINDBERGH FARIAS (Bloco/PT – RJ) – Estar em discussão sobre a Cide aqui agora, pelo amor de Deus! Nós estamos discutindo isso há 15 dias.

O SR. FLEXA RIBEIRO (Bloco/PSDB – PA) – Não, eu não estou discutindo a Cide, Sr. Presidente. Eu quero saber do relatório final.

Então, V. Exª, por favor, encaminhe a mim a cópia do Substitutivo que nós vamos votar. É só isso que eu estou pedindo.

O SR. LINDBERGH FARIAS (Bloco/PT – RJ) – Farei isso.

O SR. FLEXA RIBEIRO (Bloco/PSDB – PA) – Pedi à Mesa e me deram esse documento.

O SR. LINDBERGH FARIAS (Bloco/PT – RJ) – Claro. E faço o apelo a V. Exª para que a gente entre no argumento do destaque do Senador Aloysio, que é um destaque muito importante, relevante...

O SR. FLEXA RIBEIRO (Bloco/PSDB – PA) – Já declarei meu voto favorável ao destaque do Senador Aloysio.

O SR. PRESIDENTE (Sérgio Souza. Bloco/PMDB – PR) – Senador Flexa, há uma emenda que eu vou aceitar como Emenda nº 29, do Senador Aloysio, que vai ser destacada, e nós vamos apreciar inclusive essa questão.

Passo a palavra ao Senador Aloysio. (*Pausa.*)

Nós vamos, primeiro, apreciar o Substitutivo, sem prejuízo dos destaques e, na sequência, eu concedo a palavra ao Senador Aloysio.

Em votação o Substitutivo apresentado pelo Relator, ressalvados os destaques e as emendas apresentados.

A votação é nominal.

Passo a colher o voto das Srªs e dos Srs. Senadores.

Senador Eduardo Suplicy, como vota?

O SR. EDUARDO SUPLICY (Bloco/PT – SP) – Com o Relator, Lindbergh Farias, cumprimentando todos os Prefeitos, o Deputado Carlos Zarattini e todos que colaboraram com esse propósito, Sr. Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Sérgio Souza. Bloco/PMDB – PR) – Senador Pimentel, como vota V. Exª?

O SR. JOSÉ PIMENTEL (Bloco/PT – CE) – Voto "sim", voto com o Relator, Sr. Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Sérgio Souza. Bloco/PMDB – PR) – Senador Lindbergh Farias. Voto conhecido.

Senadora Vanessa Grazziotin, como vota V. Exª?

A SRª VANESSA GRAZZIOTIN (Bloco/PCdoB – AM) – Com a certeza de que essa lei trará benefícios imediatos, nós não estamos aqui só para fazer de conta, não, eu voto com o Relator, Sr. Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Sérgio Souza. Bloco/PMDB – PR) – Obrigado.

Senador Roberto Requião.

O SR. ROBERTO REQUIÃO (Bloco/PMDB – PR) – Com o Relator, nosso candidato ao Governo do Rio de Janeiro.

O SR. PRESIDENTE (Sérgio Souza. Bloco/PMDB – PR) – Senador Romero Jucá.

O Senador Jucá se ausentou momentaneamente.

Senador Luiz Henrique.

O SR. LUIZ HENRIQUE (Bloco/PMDB – SC) – "Sim", Sr. Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Sérgio Souza. Bloco/PMDB – PR) – Senador Francisco Dornelles, como vota V. Exª?

O SR. FRANCISCO DORNELLES (Bloco/PP – RJ) – Com o Relator, com o Senador Lindbergh Farias.

O SR. PRESIDENTE (Sérgio Souza. Bloco/PMDB – PR) – Senadora Kátia Abreu.

A SRª KÁTIA ABREU (Bloco/PSD – TO) – Sr. Presidente, eu voto com o Relator. Aliás, eu gostaria de dizer aos colegas que eu ouvi dizer por aí que ele vai ganhar a eleição com o "pezão" nas costas.

Mas, Sr. Presidente, eu quero votar... Eu que inventei esse *slogan* para ele.

Então, eu quero, Sr. Presidente, votar com o nosso Relator, Lindbergh Farias, e quero também homenagear o Vereador Iratã Abreu, de Palmas, que faz da sua bandeira a mobilidade urbana, o transporte urbano na nossa capital, Palmas.

Muito obrigada.

O SR. PRESIDENTE (Sérgio Souza. Bloco/PMDB – PR) – Obrigado, Senadora Kátia.

Como vota o Senador Aloysio Nunes Ferreira?

O SR. ALOYSIO NUNES FERREIRA (Bloco/PSDB – SP) – Eu voto "não" pelas razões expostas já.

O SR. PRESIDENTE (Sérgio Souza. Bloco/PMDB – PR) – Como vota o Senador Alvaro Dias?

O SR. ALVARO DIAS (Bloco/PSDB – PR) – Eu voto com o Relator, ressalvando o destaque do Senador Aloysio, que considero fundamental.

O SR. PRESIDENTE (Sérgio Souza. Bloco/PMDB – PR) – Como vota S. Exª o Senador Armando Monteiro?

O SR. ARMANDO MONTEIRO (Bloco/PTB – PE) – Com o Relator.

O SR. PRESIDENTE (Sérgio Souza. Bloco/PMDB – PR) – Como vota o Senador Blairo Maggi?

O SR. BLAIRO MAGGI (Bloco/PR – MT) – Com o Relator, cumprimentando o autor também, Deputado Zarattini, e agradecendo ao Relator por ter acolhido a minha emenda. Obrigado.

O SR. PRESIDENTE (Sérgio Souza. Bloco/PMDB – PR) – Como vota o Senador Inácio Arruda?

O SR. INÁCIO ARRUDA (Bloco/PCdoB – CE) – (*Fora do microfone.)* Elogiando o nosso Relator na Câmara e o autor da matéria. Quero registrar e dar o crédito a esse volume de pessoas que se dedicaram ao exame desta matéria, que vem sendo debatida já há muito tempo no Congresso Nacional e que, finalmente, as ruas resolveram colocar na ordem do dia de forma correta.

O SR. PRESIDENTE (Sérgio Souza. Bloco/PMDB – PR) – Obrigado.

Como vota o Senador José Agripino?

O SR. JOSÉ AGRIPINO (Bloco/DEM – RN) – Voto "sim", com o destaque do Senador Aloysio Nunes.

O SR. PRESIDENTE (Sérgio Souza. Bloco/PMDB – PR) – Obrigado.

Como vota o Senador Randolfe Rodrigues?

O SR. RANDOLFE RODRIGUES (Bloco/PSOL – AP) – Com o Relator, cumprimentando o autor.

O SR. PRESIDENTE (Sérgio Souza. Bloco/PMDB – PR) – Como vota S. Exª o Senador Casildo Maldaner?

O SR. CASILDO MALDANER (Bloco/PMDB – SC) – Gostaria de destacar o Deputado Zarattini, que foi o Relator na Câmara dos Deputados. Aqui, sem dúvida alguma, o Senador Lindbergh Farias, não só como Prefeito que foi do Rio, mas ele tem sido, antes Deputado e agora Senador, muito saltitante, irrequieto. Conheci a vida dele assim. Ultimamente, na Comissão de Economia, ele está sendo um grande articulador.

O SR. INÁCIO ARRUDA (Bloco/PCdoB – CE) – Quer dizer que está muito ampla a sua base.

O SR. CASILDO MALDANER (Bloco/PMDB – SC) – Sem dúvida alguma, com grandes projetos pela frente. Meus cumprimentos.

Então, aprovo o relatório do Senador LIndbergh, com a ressalva do destaque do Senador Aloysio Nunes.

O SR. PRESIDENTE (Sérgio Souza. Bloco/PMDB – PR) – Obrigado, Senador Casildo.

Como vota o Senador Clésio Andrade?

O SR. CLÉSIO ANDRADE (Bloco/PMDB – MG) – Com o Relator, Sr. Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Sérgio Souza. Bloco/PMDB – PR) – Como vota S. Exª a Senadora Ana Amélia?

A SRª ANA AMÉLIA (Bloco/PP – RS) – Caro Presidente, eu voto com o Relator, com o destaque do Senador Aloysio, mas eu queria fazer um destaque ao compromisso e ao envolvimento dos Prefeitos que estiveram ao longo de toda essa negociação e articulação e ao acolhimento que deu o Relator para o aperfeiçoamento desta matéria tão relevante para o País.

Então, eu queria, na pessoa do Prefeito José Fortunati, Presidente da Frente Nacional dos Prefeitos, cumprimentar pela ação política que tiveram nesta matéria. Então, apoio não só o Lindbergh, mas o trabalho que fez o Deputado Zarattini na Câmara, com o destaque do Senador Aloysio Nunes Ferreira.

O SR. PRESIDENTE (Sérgio Souza. Bloco/PMDB – PR) – Obrigado.

Como vota o Senador Flexa Ribeiro?

O SR. FLEXA RIBEIRO (Bloco/PSDB – PA) – Voto com o Relator e pedindo apoio dos meus Pares à emenda do Senador Aloysio Nunes Ferreira, para poder viabilizar este projeto, que é importante.

O SR. PRESIDENTE (Sérgio Souza. Bloco/PMDB – PR) – Obrigado, Senador.

Encerrada a votação.

Aprovado, com 18 votos SIM e 01 voto NÃO.

Resta aprovado o substitutivo, sem prejuízo das emendas apresentadas.

Vamos colocar, então, em votação, o requerimento de destaque do Senador Aloysio Nunes Ferreira.

O SR. ALOYSIO NUNES FERREIRA (Bloco/PSDB – SP) – Destaque para a Emenda nº 29, não é isso, Presidente?

O SR. PRESIDENTE (Sérgio Souza. Bloco/PMDB – PR) – Emenda nº 29.

Concedo a palavra ao Senador Aloysio Nunes Ferreira, para que possa se manifestar sobre sua emenda.

O SR. ALOYSIO NUNES FERREIRA (Bloco/PSDB – SP) – Já defendo o destaque e a emenda.

O SR. PRESIDENTE (Sérgio Souza. Bloco/PMDB – PR) – Isso é que é rapidez.

Muito bem. Obrigado, Senador Aloysio.

A emenda acrescenta novo § 6º ao art. 2º da Emenda nº 1 da CAE, que é o substitutivo ao Projeto de Lei nº 310, de 2009, bem como as redações. O § 6º passaria, pela proposição do Senador Aloysio, a ter a seguinte redação:

> §6º Os recursos efetivamente aplicados por Estado, Distrito Federal ou Município, nos termos do caput deste artigo, serão aceitos pela União em pagamento de parte do serviço da dívida por ela negociada com o respectivo ente federado, ao amparo da Lei nº 9.496, de 11 de setembro de 1997, ou da Medida Provisória nº 2.185, de 24 de agosto de 2011, até o limite de 30% do valor citado, serviço vincendo a cada mês, de modo a destinar automaticamente a receita proveniente do refinanciamento para a concessão de auxílio financeiro ao respectivo ente federado, assim alterado o disposto no art. 12 de cada uma das duas leis citadas.

Concedo a palavra ao Relator. E, na sequência, vamos colocar em votação o requerimento de destaque e o destaque, se necessário. (*Pausa.*)

Concedo a palavra ao autor da Emenda nº 29, Senador Aloysio Nunes Ferreira.

O SR. ALOYSIO NUNES FERREIRA (Bloco/PSDB – SP) – Sr. Presidente; Srs. Senadores; Sr. Prefeito; Sr. Deputado, nós tivemos, ainda recentemente – todos nós nos lembramos – uma reunião memorável aqui no Congresso Nacional, promovida pelo Presidente Renan e pelo Presidente Henrique Eduardo Alves, reunindo prefeitos, especialmente os prefeitos das capitais, e os governadores de Estado, todos eles.

Dessa reunião, emergiram quatro pontos. Um deles é exatamente um tratamento à dívida que os Estados contraíram anos atrás e que hoje está tornando as finanças dos Estados e Municípios e dos Municípios devedores inadministráveis, com uma perspectiva a longo prazo de ser uma dúvida absolutamente irresgatável.

É claro que nós devemos estudar, devemos estudar e está em estudo aqui no Congresso, medidas que possam afetar e reduzir o estoque da dívida. Mas os prefeitos que estão aqui presentes – o Prefeito Lacerda, o Prefeito Pimentel – sabem que o fluxo aperta muito. Aquilo que tem que se pagar, as prestações vencidas e vincendas que têm que ser pagas apertam demais, afetam o dia a dia da gestão municipal. Daí por que houve a reivindicação de que também em relação ao fluxo se pudesse adotar alguma medida que transformasse de alguma forma a dívida em benefício para a população, seja em investimento, seja, no caso presente, subsídio à tarifa dos transportes coletivos.

O Senador Luiz Henrique tem sido um apóstolo dessa ideia; não sei quantos discursos o Senador Luiz Henrique, que já foi Prefeito – e bom Prefeito – e Governador – e bom Governador – já fez.

A minha emenda, Sr. Presidente, é muito simples, e o seu texto já foi lido pelo Presidente da reunião. Ela visa a que os recursos efetivamente aplicados pelos Estados, pelo Distrito Federal e pelos Municípios sejam aceitos pela União como pagamento de parte do serviço da dívida renegociada, com um limite de 30% do valor citado, do valor dos serviços vincendo a cada mês.

Essa é uma emenda singela, que eu entendo ser de grande alcance.

Eu votei...

O SR. LUIZ HENRIQUE (Bloco/PMDB – SC) – V. Exª me permite um aparte?

O SR. ALOYSIO NUNES FERREIRA (Bloco/PSDB – SP) – Com todo o prazer, Senador.

O SR. LUIZ HENRIQUE (Bloco/PMDB – SC) – Eu não tenho dúvida de que a asfixia dos Estados e dos Municípios devedores para com a União é uma das matrizes, é uma das raízes das manifestações que se verificaram neste País pela perda da capacidade de investimento do Estado, principalmente dos Estados e dos Municípios em obras, como infraestrutura, segurança, educação, saúde, que são fundamentais avançarem no nosso País.

Por isso, eu apoio com todo o entusiasmo a emenda de V. Exª e peço a todos que a apoiem dentro daquele escopo de que a dívida deixe de ser asfixiadora da capacidade de investimento do nosso País.

O SR. ALOYSIO NUNES FERREIRA (Bloco/PSDB – SP) – Sr. Presidente, apenas para concluir.

A SRª KÁTIA ABREU (Bloco/PSD – TO) – Aloysio... Presidente, pela...

O SR. ALOYSIO NUNES FERREIRA (Bloco/PSDB – SP) – Eu peço o apoio dos meus colegas, das minhas colegas...

A SRª KÁTIA ABREU (Bloco/PSD – TO) – Sugiro 100%, gente; 100%, Aloysio.

O SR. INÁCIO ARRUDA (Bloco/PCdoB – CE) – Há alguma dificuldade da relatoria?

O SR. LINDBERGH FARIAS (Bloco/PT – RJ) – É claro que há.

Eu vou fazer o encaminhamento, Senador Aloysio.

Eu queria explicar o seguinte...

O SR. PRESIDENTE (Sérgio Souza. Bloco/PMDB – PR) – Senador Lindbergh,...

O SR. LINDBERGH FARIAS (Bloco/PT – RJ) – Eu queria explicar aos senhores.

O SR. PRESIDENTE (Sérgio Souza. Bloco/PMDB – PR) –... só para ordenar os trabalhos.

O Senador Aloysio Nunes é autor da Emenda nº 29. A discussão desse projeto já está encerrada. Ele está falando como autor da emenda, que inclusive tem um pedido de destaque.

Eu concedi a palavra ao Senador Aloysio e vou conceder ao Relator.

Se entender que há necessidade de reabrirmos a discussão... Senão, vamos votar.

O SR. LINDBERGH FARIAS (Bloco/PT – RJ) – Não precisa. Senador Aloysio, Senadora Kátia...

O SR. PRESIDENTE (Sérgio Souza. Bloco/PMDB – PR) – Com a palavra o Senador Lindbergh.

O SR. LINDBERGH FARIAS (Bloco/PT – RJ) – Senadora Kátia, primeiro, quero dizer aqui a todos que os senhores sabem das minhas posições sobre a questão da dívida dos Estados. Fiz uma centena de discursos neste plenário, nesta Comissão de Assuntos Econômicos.

Qual é o problema, Senadora Kátia? A discussão da dívida é fundamental. O meu medo, Senador Aloysio, é que nós estamos desse jeito e podemos inviabilizar esse projeto. Por quê? É para isso que eu quero chamar a atenção dos Srs. Senadores.

O Governo Federal abriu mão já do PIS/Cofins sobre o preço da tarifa; da Cide; a contribuição patronal caiu a 2%. Eu sei do esforço que este Relator – eu faço um apelo aos senhores só para entenderem isso...

(Soa a campainha.)

O SR. LINDBERGH FARIAS (Bloco/PT – RJ) – Sei do esforço que este Relator, junto com o Deputado Zarattini, fez no diálogo com o Governo para que o Governo aceitasse novas desonerações. De início, foi muito difícil. O Governo aceitou PIS/Cofins sobre diesel, energia elétrica ,bens e máquinas.

Concretamente, o apelo que eu faço – sei que essa é uma proposta que eu sei que toca em todos os Senadores – é que se aprovarmos desse jeito, o Governo Federal não vai aceitar que coloquem essa conta dos Estados e Municípios neles. Não vai aceitar! Não vai aceitar!

Nós, aqui, mudamos no diálogo com os governadores, nós mudamos, Senador Blairo Maggi. Falávamos em redução a zero do ICMS. Não! Deixamos isso aberto. Cada governador que vai decidir, cada prefeito que vai decidir. A lógica desse projeto é uma colaboração federativa nas desonerações.

Então, esse é um projeto que... No mérito, eu concordo com a discussão da dívida, mas pode haver uma consequência prática. Se aprovarmos desse jeito, nós não vamos ter essa colaboração federativa. Estamos jogando tudo nas mãos da União e podemos enterrar um projeto que é um projeto muito importante e muito interessante.

Então, eu faço um apelo aos senhores porque eu sei que a posição dos senhores é a minha posição sobre a questão da dívida. Mas o meu medo, Senador Aloysio Nunes, é que nós estejamos aqui enterrando um projeto meritório.

O SR. ALOYSIO NUNES FERREIRA (Bloco/PSDB – SP) – Mas, Sr. Presidente – permita-me, Sr. Senador –, tudo aqui que está sendo proposto nesse projeto é algo a ser feito em comum acordo; isso é convênio. A União topa ou não topa. Nós apenas estamos balizando convênios a serem firmados, assim como em relação aos demais itens.

O SR. LINDBERGH FARIAS (Bloco/PT – RJ) – Todos os Estados e Municípios...

O SR. ALOYSIO NUNES FERREIRA (Bloco/PSDB – SP) – V. Exª insistiu bastante na ideia de que o que nós estamos propondo é um balizamento para convênios, que devem ser depois negociados caso a caso.

O SR. LINDBERGH FARIAS (Bloco/PT – RJ) – Claro.

O SR. ALOYSIO NUNES FERREIRA (Bloco/PSDB – SP) – Eu estou propondo mais uma baliza.

O SR. LINDBERGH FARIAS (Bloco/PT – RJ) – Essa baliza joga tudo na União. Todos os Estados e Municípios vão aderir e jogar tudo na União. Esse é o problema que eu tenho aqui.

No mérito, V. Exª sabe que, em relação à dívida, eu concordo com V. Exª. O meu temor aqui é perdermos a chance de aprovarmos um projeto, que vai à Comissão Especial da Câmara para entrar em vigor.

O SR. ALVARO DIAS (Bloco/PSDB – PR) – Senador Lindbergh.

O SR. PRESIDENTE (Sérgio Souza. Bloco/PMDB – PR) – Senador Lindbergh.

O SR. LINDBERGH FARIAS (Bloco/PT – RJ) – Bem, já dei a minha...

O SR. PRESIDENTE (Sérgio Souza. Bloco/PMDB – PR) – Senador Alvaro, eu vou abrir uma lista de inscrições...

O SR. ALVARO DIAS (Bloco/PSDB – PR) – Só para ressaltar essa questão do Senador.

O SR. PRESIDENTE (Sérgio Souza. Bloco/PMDB – PR) – Antes, Senador Alvaro.

O SR. ALVARO DIAS (Bloco/PSDB – PR) – Eu considero essencial a aprovação dessa emenda do Senador Aloysio em razão da Lei de Responsabilidade Fiscal. Trata-se da compensação pela eliminação de uma receita.

A SRª KÁTIA ABREU (Bloco/PSD – TO) – Claro.

O SR. ALVARO DIAS (Bloco/PSDB – PR) – O Município tem uma receita eliminada e, pela Lei de Responsabilidade Fiscal, tem que criar uma alternativa de receita. E essa é uma forma de compensar a eliminação da receita que tem o Município.

Por isso, acho fundamental a aprovação para retirar esse vício da proposta relatada por V. Exª.

Nós estaremos afrontando a Lei de Responsabilidade Fiscal se essa emenda não for aprovada.

A SRª KÁTIA ABREU (Bloco/PSD – TO) – Sr. Presidente, pela ordem.

ORADOR NÃO IDENTIFICADO – Presidente, vamos votar.

A SRª KÁTIA ABREU (Bloco/PSD – TO) – Sr. Presidente, pela ordem. Sr. Presidente, pela ordem.

O SR. PRESIDENTE (Sérgio Souza. Bloco/PMDB – PR) – Pela ordem, a Senadora Kátia Abreu.

Aqueles que quiserem ainda falar sobre o assunto devem se pronunciar para encaminhar a votação. A votação que vamos realizar agora é para verificar se o Plenário aceita ou não o requerimento de destaque do Senador Aloysio Nunes Ferreira. Uma vez aceito, depois nós vamos votar o destaque dessa matéria.

Então, pela ordem de inscritos, primeiramente o Senador Dornelles e, depois, a Senadora Kátia Abreu, para encaminhar a votação.

O SR. FRANCISCO DORNELLES (Bloco/PP – RJ) – Sr. Presidente, em que pese o respeito que eu tenho pelo Senador Lindbergh, meu Líder no Rio de Janeiro, eu votar favoravelmente à proposta do Senador Aloysio, porque eu considero que nós temos que enfrentar o problema da dívida. Na realidade, o que nós estamos fazendo é permitir que uma parte da dívida dos Estados com a União, no que concerne aos juros, seja paga com investimento.

Meu voto favorável, e peço ao Partido para votar nesse sentido.

O SR. PRESIDENTE (Sérgio Souza. Bloco/PMDB – PR) – Obrigado, Senador Dornelles.

Senadora Kátia Abreu.

A SRª KÁTIA ABREU (Bloco/PSD – TO) – Sr. Presidente, Sr. Relator, na verdade, nós estamos vivendo todo esse movimento no País não só pela insatisfação dos serviços públicos dos Estados, mas muito em função da pobreza em que os Municípios se encontram. Os pequenos e médios Municípios estão gerando, sem querer, à Administração Pública essa ausência, essa falta de satisfação justamente pela falta de dinheiro.

Então, o que nós estamos aqui propondo, Sr. Relator? Na verdade, o prefeito vai ficar numa outra dificuldade: ele vai ser pressionado pela sociedade local a aderir à lei. O orçamento dele já está no meio do caminho, e só vai haver mudança orçamentária no ano seguinte. Além disso, essa proposta do Senador Aloysio só está propondo 30%. Se o prefeito quiser aderir, como ele vai tampar o seu orçamento nos outros 70%? Na verdade, se quisermos ser justos com os prefeitos e viabilizar a adesão deles, essa emenda deverá ser de 100% ou nós vamos transferir a dificuldade para os prefeitos do Brasil. Nós vamos colocar a dificuldade no colo deles, e eles não vão ter como aderir, porque vão abrir mão de receita com o orçamento no meio do caminho. Eu chamo a atenção dos colegas. Nós não podemos fazer isso com a empresa, nós não podemos fazer isso com a Administração Pública, porque não é bom enfraquecermos os prefeitos do Brasil.

Eu sugiro que essa emenda seja votada 100%, pelo menos neste ano, porque nós vamos pegar o orçamento no meio do caminho. No ano que vem, podemos até estudar um percentual menor, mas o que fazer com o orçamento?

Então, eu proponho, Senador Aloysio que, pelo menos neste ano, possa haver um pagamento das dívidas públicas de 100%...

O SR. ALOYSIO NUNES FERREIRA (Bloco/PSDB – SP) – Permita-me, Senadora.

A SRª KÁTIA ABREU (Bloco/PSD – TO) – Pois não.

O SR. ALOYSIO NUNES FERREIRA (Bloco/PSDB – SP) – Eu já apresentei emenda e não tenho como modificar o teor.

A SRª KÁTIA ABREU (Bloco/PSD – TO) – Mas o Relator...

O SR. ALOYSIO NUNES FERREIRA (Bloco/PSDB – SP) – Somente o Relator poderia neste momento, regimentalmente.

O SR. PRESIDENTE (Sérgio Souza. Bloco/PMDB – PR) – Não é mais...

A SRª KÁTIA ABREU (Bloco/PSD – TO) – Outra coisa, Relator: com relação à isenção de PIS e Cofins, eu quero aqui lembrar que, de todo o combustível vendido no Brasil, o do transporte coletivo consome 11% apenas. Então, não é uma desoneração tão grande assim para a União. Se colocássemos transporte rodoviário de cargas e de passageiros, aí, sim, o consumo é de 65%, mas não foi uma desoneração assim tão impressionante.

Eu tenho certeza de que os prefeitos precisam desse socorro para finalizar o seu orçamento.

O SR. PRESIDENTE (Sérgio Souza. Bloco/PMDB – PR) – Obrigado, Senadora Kátia Abreu.

Passamos à votação do requerimento de destaque do Senador Aloysio Nunes Ferreira para a Emenda nº 29. Só temos destaque para a Emenda nº 29.

Em votação o requerimento para o destaque da Emenda nº 29.

As Srªs e os Srs. Senadores que concordam com o requerimento do Senador Aloysio Nunes Ferreira permaneçam como se encontram. (*Pausa.*)

Aprovado o requerimento do Senador, vai para a votação do mérito.

Alerto que a votação é nominal.

Com a palavra, o Senador Lindbergh.

O SR. LINDBERGH FARIAS (Bloco/PT – RJ) – Quero só registrar que votei contra. Tenho minha responsabilidade como Relator desse projeto. Entendo as posições, mas queria registrar o meu voto.

O SR. PRESIDENTE (Sérgio Souza. Bloco/PMDB – PR) – Obrigado, Senador Lindbergh.

Informo também que foram retiradas as Emendas nºs 7 e 26.

Vamos colocar em votação as emendas.

Consulto o Plenário se podemos realizar duas votações. Uma para as emendas com parecer favorável do Relator, e outra para as emendas rejeitadas, nesse caso para a emenda...

O SR. ALVARO DIAS (Bloco/PSDB – PR) – Sr. Presidente, apenas uma consulta.

As emendas acolhidas pelo Relator já não estão incluídas no substitutivo? Há necessidade de votação?

O SR. PRESIDENTE (Sérgio Souza. Bloco/PMDB – PR) – Mas precisa ser apreciado, Senador.

O SR. BLAIRO MAGGI (Bloco/PR – MT) – Presidente, pela ordem.

O SR. PRESIDENTE (Sérgio Souza. Bloco/PMDB – PR) – Segundo a assessoria da Presidência, precisamos apreciar o substitutivo.

Pela ordem, Senador Blairo Maggi.

O SR. BLAIRO MAGGI (Bloco/PR – MT) – Só para me certificar. Eu retirei a Emenda nº 26 e no lugar ficou a Emenda nº 28. Confere, Presidente? Ficou a Emenda nº 28 no lugar da Emenda nº 26, não é?

O SR. PRESIDENTE (Sérgio Souza. Bloco/PMDB – PR) – No lugar da Emenda nº 26 a Emenda nº 28. E foi acatada.

O SR. BLAIRO MAGGI (Bloco/PR – MT) – Obrigado.

O SR. PRESIDENTE (Sérgio Souza. Bloco/PMDB – PR) – Em votação as emendas com parecer favorável do Relator.

Em votação as Emendas nºs 4, 5, 13, 14, 15, 16, 17, 18, 19, 20, 22, 24, 25 e 28.

Quem vota com o Relator vota "sim" às emendas.

A votação tem que ser nominal.

A consulta é se votamos todas as emendas em bloco. (*Pausa.)*

Também a Emenda nº 21, bem lembrado, Senador Dornelles.

A votação é nominal.

Passo a colher o voto de V. Exªs.

Como vota o Senador Eduardo Suplicy.

O SR. EDUARDO SUPLICY (Bloco/PT – SP) – Com o Relator, Sr. Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Sérgio Souza. Bloco/PMDB – PR) – Senador Pimentel?

O SR. JOSÉ PIMENTEL (Bloco/PT – CE) – Com o Relator, Sr. Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Sérgio Souza. Bloco/PMDB – PR) – Senadora Vanessa Grazziotin.

A SRª VANESSA GRAZZIOTIN (Bloco/PCdoB – AM) – Com o Relator, Sr. Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Sérgio Souza. Bloco/PMDB – PR) – Senador Roberto Requião.

O SR. ROBERTO REQUIÃO (Bloco/PMDB – PR) – Com o Relator.

O SR. PRESIDENTE (Sérgio Souza. Bloco/PMDB – PR) – Senador Romero Jucá. (*Pausa.*)

Senador Luiz Henrique.

O SR. LUIZ HENRIQUE (Bloco/PMDB – SC) – Com o Relator.

O SR. PRESIDENTE (Sérgio Souza. Bloco/PMDB – PR) – Senador Francisco Dornelles.

O SR. FRANCISCO DORNELLES (Bloco/PP – RJ) – Com o Relator.

O SR. PRESIDENTE (Sérgio Souza. Bloco/PMDB – PR) – Senadora Kátia Abreu.

A SRª KÁTIA ABREU (Bloco/PSD – TO) – Com o Relator.

O SR. PRESIDENTE (Sérgio Souza. Bloco/PMDB – PR) – Senador Aloysio Nunes Ferreira.

O SR. ALOYSIO NUNES FERREIRA (Bloco/PSDB – SP) – "Sim".

O SR. PRESIDENTE (Sérgio Souza. Bloco/PMDB – PR) – Senador Alvaro Dias.

O SR. ALVARO DIAS (Bloco/PSDB – PR) – "Sim".

O SR. PRESIDENTE (Sérgio Souza. Bloco/PMDB – PR) – Senador José Agripino.

O SR. JOSÉ AGRIPINO (Bloco/DEM – RN) – "Sim", com o Relator.

O SR. PRESIDENTE (Sérgio Souza. Bloco/PMDB – PR) – Senador Armando Monteiro.

O SR. ARMANDO MONTEIRO (Bloco/PTB – PE) – Com o Relator.

O SR. PRESIDENTE (Sérgio Souza. Bloco/PMDB – PR) – Senador Blairo Maggi.

O SR. BLAIRO MAGGI (Bloco/PR – MT) – Com o Relator.

O SR. PRESIDENTE (Sérgio Souza. Bloco/PMDB – PR) – Senador Inácio Arruda.

O SR. INÁCIO ARRUDA (Bloco/PCdoB – CE) – Com o Relator.

O SR. PRESIDENTE (Sérgio Souza. Bloco/PMDB – PR) – Senador Randolfe Rodrigues.

O SR. RANDOLFE RODRIGUES (Bloco/PSOL – AP) – Com o Relator.

O SR. PRESIDENTE (Sérgio Souza. Bloco/PMDB – PR) – Senador Casildo Maldaner.

O SR. CASILDO MALDANER (Bloco/PMDB – SC) – Com o Relator.

O SR. PRESIDENTE (Sérgio Souza. Bloco/PMDB – PR) – Senador Waldemir Moka.

O SR. WALDEMIR MOKA (Bloco/PMDB – MS) – Com o Relator, Sr. Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Sérgio Souza. Bloco/PMDB – PR) – Senador Clésio Andrade.

O SR. CLÉSIO ANDRADE (Bloco/PMDB – MG) – Com o Relator, Sr. Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Sérgio Souza. Bloco/PMDB – PR) – Senadora Ana Amélia.

A SRª ANA AMÉLIA (Bloco/PP – RS) – Com o Relator.

O SR. PRESIDENTE (Sérgio Souza. Bloco/PMDB – PR) – Senador Flexa Ribeiro.

O SR. FLEXA RIBEIRO (Bloco/PSDB – PA) – Com o Relator.

O SR. PRESIDENTE (Sérgio Souza. Bloco/PMDB – PR) – Senador Lindbergh voto conhecido.

Foram 20 votos SIM.

Agora vamos votar as emendas que foram rejeitadas pelo Sr. Relator.

As Emendas nºs 4, 5... Na verdade as Emendas nºs 4 e 5 são partes das emendas, porque...

O SR. ALOYSIO NUNES FERREIRA (Bloco/PSDB – SP) – Sr. Presidente, a minha está destacada, a 29, vai ser votada separada, apartada.

O SR. PRESIDENTE (Sérgio Souza. Bloco/PMDB – PR) – É. Ressalvado o destaque da Emenda nº 29.

Em votação as Emendas nºs 1, 10, 11, 12, 25, 27.

A de nº 29 está destacada.

Quem vota com o Relator vota "não".

Passamos à votação.

Quem vota com o Relator vota "não". Relembrando, ressalvada a Emenda nº 29, destacada, do Senador Aloysio Nunes Ferreira.

Como vota o Senador Eduardo Suplicy?

O SR. EDUARDO SUPLICY (Bloco/PT – SP. *Fora do microfone*.) – Com o Relator.

O SR. PRESIDENTE (Sérgio Souza. Bloco/PMDB – PR) – Senador José Pimentel?

O SR. JOSÉ PIMENTEL (Bloco/PT – CE) – Com o Relator, "não".

O SR. PRESIDENTE (Sérgio Souza. Bloco/PMDB – PR) – Senador Lindbergh, voto conhecido.

Senadora Vanessa Grazziotin?

A SRª VANESSA GRAZZIOTIN (Bloco/PCdoB – AM) – "Não".

O SR. PRESIDENTE (Sérgio Souza. Bloco/PMDB – PR) – Senador Roberto Requião?

O SR. ROBERTO REQUIÃO (Bloco/PMDB – PR) – Com o entendimento do douto e ilustre Relator.

O SR. PRESIDENTE (Sérgio Souza. Bloco/PMDB – PR) – Senador Luiz Henrique?

O SR. LUIZ HENRIQUE (Bloco/PMDB – SC) – Com o Relator.

O SR. PRESIDENTE (Sérgio Souza. Bloco/PMDB – PR) – Senador Dornelles?

O SR. FRANCISCO DORNELLES (Bloco/PP – RJ) – Com o Relator.

O SR. PRESIDENTE (Sérgio Souza. Bloco/PMDB – PR) – Senadora Kátia?

A SRª KÁTIA ABREU (Bloco/PSD – TO) – Com o Relator.

O SR. PRESIDENTE (Sérgio Souza. Bloco/PMDB – PR) – Senador Aloysio Nunes Ferreira?

O SR. ALOYSIO NUNES FERREIRA (Bloco/PSDB – SP) – Com o Relator.

O SR. PRESIDENTE (Sérgio Souza. Bloco/PMDB – PR) – Senador Alvaro Dias?

O SR. ALVARO DIAS (Bloco/PSDB – PR) – Com o Relator.

O SR. PRESIDENTE (Sérgio Souza. Bloco/PMDB – PR) – Senador Agripino?

O SR. JOSÉ AGRIPINO (Bloco/DEM – RN) – "Não".

O SR. PRESIDENTE (Sérgio Souza. Bloco/PMDB – PR) – Senador Armando Monteiro?

O SR. ARMANDO MONTEIRO (Bloco/PTB – PE) – Com o Relator.

O SR. PRESIDENTE (Sérgio Souza. Bloco/PMDB – PR) – Senador Blairo Maggi?

O SR. BLAIRO MAGGI (Bloco/PR – MT) – "Não", com o Relator.

O SR. PRESIDENTE (Sérgio Souza. Bloco/PMDB – PR) – Senador Inácio Arruda?

O SR. INÁCIO ARRUDA (Bloco/PCdoB – CE) – Com o Relator.

O SR. PRESIDENTE (Sérgio Souza. Bloco/PMDB – PR) – Senador Randolfe Rodrigues?

O SR. RANDOLFE RODRIGUES (Bloco/PSOL – AP) – Com o Relator, Sr. Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Sérgio Souza. Bloco/PMDB – PR) – Senador Casildo Maldaner?

O SR. CASILDO MALDANER (Bloco/PMDB – SC) – Com o Relator, "não".

O SR. PRESIDENTE (Sérgio Souza. Bloco/PMDB – PR) – Senador Waldemir Moka?

O SR. WALDEMIR MOKA (Bloco/PMDB – MS) – Com o Relator, Sr. Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Sérgio Souza. Bloco/PMDB – PR) – Senador Clésio Andrade?

O SR. CLÉSIO ANDRADE (Bloco/PMDB – MG) – Eu queria esclarecer uma confusão aqui. O Senador Lindbergh aceitou aquela emenda minha, no primeiro pacote? Está agora aqui?

O SR. PRESIDENTE (Sérgio Souza. Bloco/PMDB – PR) – Está. Está sendo rejeitada.

O SR. CLÉSIO ANDRADE (Bloco/PMDB – MG) – Então, voto contra o Relator.

O SR. PRESIDENTE (Sérgio Souza. Bloco/PMDB – PR) – Então, o Senador...

O SR. CLÉSIO ANDRADE (Bloco/PMDB – MG) – Voto "sim".

O SR. PRESIDENTE (Sérgio Souza. Bloco/PMDB – PR) – Vota "sim".

Senadora Ana Amélia?

A SRª ANA AMÉLIA (Bloco/PP – RS) – Com o Relator.

O SR. PRESIDENTE (Sérgio Souza. Bloco/PMDB – PR) – Senador Flexa Ribeiro?

O SR. FLEXA RIBEIRO (Bloco/PSDB – PA) – Com o Relator.

O SR. PRESIDENTE (Sérgio Souza. Bloco/PMDB – PR) – Encerrada a votação, anuncio o resultado.

Foram 20 votantes, 19 NÃO; 1 voto SIM.

Passamos ao destaque.

Em votação o destaque da Emenda nº 29, de autoria do Senador Aloysio Nunes Ferreira.

A votação é da Emenda nº 29.

Repetindo: quem vota com o Relator vota "não"; quem vota pela emenda vota "sim".

Passo a colher o voto de V. Exªs.

Como vota o Senador Eduardo Suplicy?

O SR. EDUARDO SUPLICY (Bloco/PT – SP) – Com o Relator. "Não", Sr. Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Sérgio Souza. Bloco/PMDB – PR) – Senador José Pimentel?

O SR. JOSÉ PIMENTEL (Bloco/PT – CE) – Com o Relator. "Não".

O SR. PRESIDENTE (Sérgio Souza. Bloco/PMDB – PR) – Senador Lindbergh, voto conhecido.

Senadora Vanessa Grazziotin?

A SRª VANESSA GRAZZIOTIN (Bloco/PCdoB – AM) – Apesar de o Senador Aloysio ter votado contra o projeto, Sr. Presidente, quero dizer que voto a favor da emenda dele porque acho justo com Estados e Municípios. Voto "sim".

O SR. PRESIDENTE (Sérgio Souza. Bloco/PMDB – PR) – Como vota o Senador Roberto Requião?

O SR. ROBERTO REQUIÃO (Bloco/PMDB – PR) – Considerando que, no ano passado, o Ministério dos Transportes tinha 17,8 bilhões de verba, conseguiu empenhar 3.800; considerando que a verba de saneamento não chegou ao empenho de 10%; considerando que a emenda do Senador Aloysio ajuda a Presidente a descentralizar os investimentos necessários ao País, que está parado, eu voto com a Presidenta da República, para auxiliá-la, e com a emenda do Senador Aloysio.

O SR. PRESIDENTE (Sérgio Souza. Bloco/PMDB – PR) – Como vota o Senador Luiz Henrique?

O SR. LUIZ HENRIQUE (Bloco/PMDB – SC) – Voto "sim", Sr. Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Sérgio Souza. Bloco/PMDB – PR) – Como vota o Senador Dornelles?

O SR. FRANCISCO DORNELLES (Bloco/PP – RJ. *Fora do microfone.*) – "Sim".

O SR. PRESIDENTE (Sérgio Souza. Bloco/PMDB – PR) – Senadora Kátia Abreu, como vota V. Exª?

A SRª KÁTIA ABREU (Bloco/PSD – TO) – Com o Aloysio Nunes, Sr. Presidente, pelos prefeitos do Brasil.

O SR. PRESIDENTE (Sérgio Souza. Bloco/PMDB – PR) – Senador Aloysio Nunes.

O SR. ALOYSIO NUNES FERREIRA (Bloco/PSDB – SP. *Fora do microfone.*) – "Sim".

O SR. PRESIDENTE (Sérgio Souza. Bloco/PMDB – PR) – Como vota o Senador Alvaro Dias?

O SR. ALVARO DIAS (Bloco/PSDB – PR) – Com o Senador Aloysio, e desejando que, na Câmara dos Deputados, se eleve para 100% para atender a necessidade de compensação a perda de receitas dos Municípios.

O SR. PRESIDENTE (Sérgio Souza. Bloco/PMDB – PR) – Como vota S. Exª o Senador Armando Monteiro?

O SR. ARMANDO MONTEIRO (Bloco/PTB – PE. *Fora do microfone.*) – "Sim".

O SR. PRESIDENTE (Sérgio Souza. Bloco/PMDB – PR) – Como vota S. Exª o Senador Agripino?

O SR. JOSÉ AGRIPINO (Bloco/DEM – RN. *Fora do microfone.*) – "Sim".

O SR. PRESIDENTE (Sérgio Souza. Bloco/PMDB – PR) – Como vota o Senador Blairo Maggi?

O SR. BLAIRO MAGGI (Bloco/PR – MT) – "Sim".

O SR. PRESIDENTE (Sérgio Souza. Bloco/PMDB – PR) – Senador Inácio Arruda, como vota V. Exª?

O SR. INÁCIO ARRUDA (Bloco/PCdoB – CE. *Fora do microfone.*) – Infelizmente, contra o Relator.

O SR. PRESIDENTE (Sérgio Souza. Bloco/PMDB – PR) – Como vota S. Exª o Senador Randolfe Rodrigues?

O SR. INÁCIO ARRUDA (Bloco/PCdoB – CE) – E, pelo sorriso do Zarattini, acho que vamos ampliar as vantagens dos Estados e Municípios na Câmara.

O SR. RANDOLFE RODRIGUES (Bloco/PSOL – AP) – Voto "sim", Sr. Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Sérgio Souza. Bloco/PMDB – PR) – Como vota o Senador Casildo Maldaner?

O SR. CASILDO MALDANER (Bloco/PMDB – SC) – "Sim", Sr. Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Sérgio Souza. Bloco/PMDB – PR) – Senador Waldemir Moka?

O SR. WALDEMIR MOKA (Bloco/PMDB – MS) – Voto "sim", também lamentando que não sejam 100%, Sr. Presidente, mas, na Câmara, vamos corrigir isso.

O SR. PRESIDENTE (Senador Sérgio Souza. Bloco/PMDB – PR) – Como vota S. Exª o Senador Clésio Andrade?

O SR. CLÉSIO ANDRADE (Bloco/PMDB – MG) – "Sim", Sr. Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Senador Sérgio Souza. Bloco/PMDB – PR) – S. Exª a Senadora Ana Amélia?

A SRª ANA AMÉLIA (Bloco/PP – RS) – Com o destaque do Senador Aloysio.

O SR. PRESIDENTE (Senador Sérgio Souza. Bloco/PMDB – PR) – Como vota o Senador Flexa Ribeiro?

O SR. FLEXA RIBEIRO (Bloco/PSDB – PA) – Voto "sim", parabenizando os prefeitos e governadores e o início da revisão do Pacto Federativo. Vamos aumentar, Deputado Zarattini, a 100%, na Câmara, a emenda do Senador Aloysio, que parabenizo pela apresentação.

O SR. PRESIDENTE (Senador Sérgio Souza. Bloco/PMDB – PR) – Obrigado, Senador. Flexa.

Declaro encerrada a votação.

Passamos a anunciar o resultado.

Foram 17 votos SIM; 3 votos NÃO.

Aprovada a Emenda nº 29, que será incorporada ao substitutivo como Emenda nº 1, da CAE. (*Pausa.)* Não? Que será incorporada ao substitutivo.

O SR. LINDBERGH FARIAS (Bloco/PT – RJ) – Senhores, eu quero parabenizar aqui todos os Senadores da Comissão de Assuntos Econômicos.

O SR. PRESIDENTE (Senador Sérgio Souza. Bloco/PMDB – PR) – Eu gostaria de chamar os Prefeitos e as Srªs e os Srs. Senadores para virem até aqui, para fazermos uma foto oficial, pelo momento.

O SR. LINDBERGH FARIAS (Bloco/PT – RJ) – Só rapidamente, Senador Sérgio Souza.

O SR. PRESIDENTE (Senador Sérgio Souza. Bloco/PMDB – PR) – Com a palavra, o Senador Lindbergh.

O SR. LINDBERGH FARIAS (Bloco/PT – RJ) – Olha, eu acho muito importante, Senador Aloysio Nunes, aqui...

O SR. FRANCISCO DORNELLES (Bloco/PP – RJ) – Sr. Presidente, eu queria fazer uma saudação ao grande Senador Lindbergh Farias...

O SR. PRESIDENTE (Senador Sérgio Souza. Bloco/PMDB – PR) – Pela ordem, o Senador Dornelles.

O SR. FRANCISCO DORNELLES (Bloco/PP – RJ) – ... pelo seu brilhante parecer. Estou certo de que, mesmo a emenda do Senador Aloysio, que ele foi obrigado a votar contra, ele recebe, no fundo, com grande satisfação.

O SR. LINDBERGH FARIAS (Bloco/PT – RJ) – Era isso, Senador Aloysio Nunes, que eu queria aqui... só um segundo.

O SR. PRESIDENTE (Senador Sérgio Souza. Bloco/PMDB – PR. *Fazendo soar a campainha*.) – Com a palavra o Relator, Senador Lindbergh.

O SR. LINDBERGH FARIAS (Bloco/PT – RJ) – Era sobre isso que eu queria falar. Eu quero dizer que nós, hoje, tivemos uma vitória nesta Comissão de Assuntos Econômicos.

A aprovação desta emenda do Senador Aloysio Nunes faz parte do jogo, não inviabiliza esse projeto, muito pelo contrário. É uma contribuição que surgiu e que a gente sabe que existe aqui, no debate deste Senado Federal. Então, agora, nós vamos para a Câmara dos Deputados, nós vamos tentar fazer com que esse projeto – está aqui o Deputado Zarattini – seja aprovado com o máximo de velocidade. Acho que é uma vitória de todos os Senadores. Eu tinha minhas posições aqui, como Relator. Não aprovei o relatório na totalidade, mas tenho certeza de que saiu um projeto muito consistente do Senado Federal em direção à Câmara. (*Palmas. Muito bem!)*

O SR. PRESIDENTE (Senador Sérgio Souza. Bloco/PMDB – PR*)* – Obrigado, Senador Lindbergh.

A SRª ANA AMÉLIA (Bloco/PP – RS) –Pela ordem.

O SR. PRESIDENTE (Senador Sérgio Souza. Bloco/PMDB – PR*)* – Então, fica aprovado o presente projeto, e a emenda aprovada fará parte do substitutivo.

Pela ordem, Senadora Ana Amélia.

A SRª ANA AMÉLIA (Bloco/PP – RS) – Eu apenas queria saber se a Ordem do Dia continuará após isso ou está encerrada a Ordem do Dia da Comissão:

O SR. PRESIDENTE (Senador Sérgio Souza. Bloco/PMDB – PR) – Nós vamos encerrar.

Com a palavra, o Senador Aloysio Nunes Ferreira.

O SR. ALOYSIO NUNES FERREIRA (Bloco/PSDB – SP) – Eu quero agradecer imensamente o apoio que tive dos Senadores que votaram. Sei também para que lado o coração do Relator pendia. Sei também. E também de todos aqueles que votaram "não". Sei também. Não pus 100% e queria explicar a razão. Penso que existem outros investimentos que poderiam ser levados em conta na hora do abatimento do serviço da dívida, como saneamento básico, por exemplo. Se botássemos 100% para transporte, nós não teríamos espaço para outras compensações. Foi essa a razão.

Agradeço mais uma vez.

O SR. PRESIDENTE (Senador Sérgio Souza. Bloco/PMDB – PR) – Obrigado, Senador Aloysio Nunes.

Os demais itens da pauta ficam sobrestados.

Está encerrada a reunião da CAE.

(Iniciada às 10 horas e 09 minutos, a reunião é encerrada às 13 horas e 27 minutos.)

ATA DA QUADRAGÉSIMA PRIMEIRA REUNIÃO, ORDINÁRIA, DA COMISSÃO DE ASSUNTOS ECONÔMICOS DA 3ª SESSÃO LEGISLATIVA ORDINÁRIA DA 54ª LEGISLATURA, REALIZADA EM 9 DE JULHO DE 2013, ÀS 10 HORAS, NA SALA DE REUNIÕES Nº 19 DA ALA ALEXANDRE COSTA, SENADO FEDERAL.

Às dez horas e vinte e três minutos do dia nove de julho do ano de dois mil e treze, na sala número dezenove da Ala Senador Alexandre Costa, sob a Presidência do Senador Lindbergh Farias, reúne-se a Comissão de Assuntos Econômicos com a presença dos Senadores Delcídio do Amaral, Eduardo Suplicy, José Pimentel, Cristovam Buarque, Rodrigo Rollemberg, Vanessa Grazziotin, Pedro Taques, Anibal Diniz, Sérgio Souza, Valdir Raupp, Roberto Requião, Romero Jucá, Luiz Henrique, Ivo Cassol, Francisco Dornelles, Kátia Abreu, Casildo Maldaner, Ricardo Ferraço, Waldemir Moka, Ana Amélia, Benedito de Lira, Alvaro Dias, José Agripino, Jayme Campos, Flexa Ribeiro, João Vicente Claudino, Blairo Maggi, Antonio Carlos Rodrigues e Vicentinho Alves, e, ainda, do Senador Wellington Dias. Deixam de comparecer os Senadores Humberto Costa, Eduardo Braga, Vital do Rêgo, Aloysio Nunes Ferreira, Cyro Miranda, tendo falta justificada em virtude de se encontrar em missão política no exterior, e Armando Monteiro. A Presidência declara aberta a Reunião, submetendo à Comissão a dispensa da leitura da Ata da 40ª Reunião, que é dada como aprovada. Em seguida, comunica aos Membros que a Comissão recebeu os seguintes documentos para seu conhecimento: Aviso nº 33 de 2013 (Aviso nº 83/2013-BCB), de 28 de junho de 2013, do Banco Central do Brasil, encaminhando, em cumprimento ao disposto na Lei nº 9.069/95, o demonstrativo das emissões do Real referentes ao mês de maio de 2013, as razões delas determinantes e a posição das reservas internacionais a elas vinculadas; e Aviso nº 34 de 2013 (Aviso nº 202/GMF), de 27 de junho de 2013, do Ministério da Fazenda, encaminhando, em cumprimento ao art. 41 da Resolução do Senado Federal nº 43/01, relatório contendo as características das operações de crédito analisadas no âmbito daquele Ministério no mês de maio de 2013, tabelas demonstrativas da posição de endividamento dos Estados, do Distrito Federal e dos Municípios. Encaminha, ainda, por meio do Anexo 5, comunicação das irregularidades constatadas no período, para atendimento ao art. 24, § 2º, da Resolução do Senado Federal nº 43/01. Os expedientes serão encaminhados aos membros da Comissão por meio de ofício circular. A Presidência dá início à apreciação das Matérias constantes da pauta. **Item 1**- Mensagem (SF) nº 51 de 2013, não terminativa, de autoria da Presidente da República, que "propõe, nos termos do art. 52, incisos V, VII e VIII, da Constituição Federal, seja autorizada a contratação de operação de crédito externo, com garantia da República Federativa do Brasil, entre o Estado de Sergipe e o Banco Interamericano de Desenvolvimento – BID, no valor de até US$ 5,788,000.00 (cinco milhões, setecentos e oitenta e oito mil dólares dos Estados Unidos da América), cujos recursos destinam-se ao financiamento parcial do 'Projeto de Modernização Fazendária do Estado de Sergipe – PROMOFAZ'", tendo como relator o Senador José Pimentel, que oferece relatório favorável nos termos do Projeto de Resolução do Senado que apresenta. Após a leitura do relatório, usam da palavra os Senadores Pedro Taques, Blairo Maggi, José Pimentel, relator da matéria, Jayme Campos, Kátia Abreu, Luiz Henrique, Ricardo Ferraço, Alvaro Dias, Francisco Dornelles e José Agripino. Encerrada a discussão, colocado em votação, a Comissão aprova o relatório, que passa a constituir o parecer da CAE, favorável nos termos do PRS apresentado. Vota vencido o Senador Ricardo Ferraço. Aprova, também, a apresentação de Requerimento de Urgência para a matéria. **Item 2**- Mensagem (SF) nº 52 de 2013, não terminativa, de autoria da Presidente da República, que "propõe, nos termos do art. 52, incisos V, VII e VIII, da Constituição, a autorização da contratação de operação de crédito externo, com garantia da República Federativa do Brasil, entre o Estado de Sergipe e o Fundo Internacional para o Desenvolvimento Agrícola – FIDA, no Valor de até SDR 10.312.201 (dez milhões, trezentos e doze mil e duzentos e um Direitos Especiais de Saque), de principal, cujos recursos destinam-se ao financiamento parcial do 'Projeto de Desenvol-

vimento de Negócios Rurais para Pequenos Produtores – Projeto Dom Távora'", tendo como relator o Senador Humberto Costa, que oferece relatório favorável nos termos do Projeto de Resolução do Senado que apresenta. O Presidente da Comissão, Senador Lindbergh Farias, designa o Senador Eduardo Suplicy relator "ad hoc" da Matéria. Após a leitura do relatório pelo relator "ad hoc", usa da palavra o Senador Francisco Dornelles. Encerrada a discussão, colocado em votação, a Comissão aprova o relatório, que passa a constituir o Parecer da CAE favorável nos termos do Projeto de Resolução do Senado apresentado. Aprova, também, a apresentação de Requerimento de Urgência para a matéria. **Item 3**- Mensagem (SF) nº 53 de 2013, não terminativa, de autoria da Presidente da República, que "propõe, nos termos do art. 52, incisos V, VII e VIII da Constituição, seja autorizada a contratação de operação de crédito externo, com garantia da República Federativa do Brasil, entre o Estado de São Paulo e a Corporação Andina de Fomento – CAF, no valor de até US$ 200,000,000.00 (duzentos milhões de dólares dos Estados Unidos da América), cujos recursos destinam-se ao financiamento parcial do 'Programa de Transporte, Logística e Meio Ambiente'", tendo como relator o Senador Alvaro Dias, que oferece relatório favorável nos termos do Projeto de Resolução do Senado que apresenta. Após a leitura do relatório, usam da palavra os Senadores José Pimentel e Ivo Cassol. Encerrada a discussão, colocado em votação, a Comissão aprova o relatório, que passa a constituir o Parecer da CAE, favorável nos termos do Projeto de Resolução do Senado apresentado. Aprova, também, a apresentação de Requerimento de Urgência para a matéria. **Item 4**- Mensagem (SF) nº 54 de 2013, não terminativa, de autoria da Presidente da República, que "propõe, nos termos do art. 52, incisos V, VII e VIII, da Constituição Federal, seja autorizada a contratação de operação de crédito externo, com garantia da República Federativa do Brasil, entre o Estado de Pernambuco e o Banco Interamericano de Desenvolvimento – BID, no valor de até US$ 550,000,000.00 (quinhentos e cinquenta milhões dólares dos Estados Unidos da América), cujos recursos destinam-se ao financiamento parcial do 'Programa de Desenvolvimento das Políticas Públicas do Estado de Pernambuco II – DPL'", tendo como relator o Senador Rodrigo Rollemberg, que oferece relatório favorável nos termos do Projeto de Resolução do Senado que apresenta. Após a leitura do relatório, encerrada a discussão, colocado em votação, a Comissão aprova o relatório, que passa a constituir o Parecer da CAE favorável nos termos do Projeto de Resolução do Senado apresentado. Aprova, também, a apresentação de Requerimento de Urgência para a matéria. **Item 5**- Mensagem (SF) nº 36 de 2013, não terminativa, de autoria da Presidente da República, que "propõe, nos termos do art. 52, incisos V e VII, da Constituição, seja autorizado Acordo de Reestruturação de Dívida a ser assinado entre a República Federativa do Brasil e a República Democrática do Congo (RDC), no valor equivalente a US$ 4,761,470.98 (quatro milhões, setecentos e sessenta e um mil dólares dos Estados Unidos da América e noventa e oito centavos), para o reescalonamento da dívida oficial congolesa para com o Brasil", tendo como relator "ad hoc" o Senador José Pimentel, que oferece relatório favorável nos termos do Projeto de Resolução do Senado que apresenta. Em 25/6/2013, foi concedida Vista Coletiva. Em 4/7/2013, o Presidente da Comissão designou o Senador José Pimentel relator "ad hoc" em substituição ao Senador Ricardo Ferraço. A apreciação da matéria é adiada. **Item 6**- Mensagem (SF) nº 40 de 2013, não terminativa, de autoria da Presidente da República, que "propõe, nos termos do art. 52, incisos V e VII, da Constituição, seja autorizado Contrato de Reescalonamento de Dívida a ser assinado entre a República Federativa do Brasil e a República da Costa do Marfim, no valor de US$ 1,262,856.60 (um milhão, duzentos e sessenta e dois mil, oitocentos e cinquenta e seis dólares dos Estados Unidos da América e sessenta centavos), para o reescalonamento da dívida oficial marfinesa para com o Brasil", tendo como relator o Senador Ricardo Ferraço, que oferece relatório favorável nos termos do Projeto de Resolução do Senado que apresenta. Em 25/6/2013, foi concedida Vista Coletiva. A apreciação da matéria é adiada. **Item 7**- Projeto de Lei do Senado nº 171 de 2005 – Complementar, não terminativo, de autoria do Senador Pedro Simon, que "dispõe sobre a participação da população e de suas entidades no processo orçamentário", tendo como relator o Senador Cristovam Buarque, que oferece relatório favorável ao Projeto nos termos da Emenda nº 1-CCJ (Substitutivo). O Presidente da Comissão designa o Senador Eduardo Suplicy relator "ad hoc" da Matéria. Após a leitura do relatório pelo relator "ad hoc", encerrada a discussão, colocado em votação, a Comissão aprova o relatório, que passa a constituir o parecer da CAE, favorável ao Projeto nos termos da Emenda nº 1-CCJ-CAE (Substitutivo). **Item 8**- Projeto de Lei do Senado nº 105 de 2012, não terminativo, de autoria do Senador Pedro Taques, que "acrescenta parágrafo único ao art. 835 da Lei nº 10.406, de 10 de janeiro de 2002 – Código Civil –, prevendo a possibilidade de exoneração da fiança na hipótese de alteração no quadro social da pessoa jurídica afiançada, independentemente do término do prazo contratual",

tendo como relator o Senador Wilder Morais, que oferece relatório favorável ao Projeto com as Emendas nºs 1 e 2 que apresenta. A apreciação da matéria é adiada. **Item 9**- Projeto de Lei do Senado nº 44 de 2013 – Complementar, não terminativo, de autoria do Senador Walter Pinheiro, que "altera a Lei de Responsabilidade Fiscal, Lei Complementar nº 101, de 4 de maio de 2000, para modificar a vedação prevista no art. 42 na execução do orçamento do último exercício do mandato do prefeito municipal", tendo como relator o Senador José Agripino, que oferece relatório contrário ao Projeto. A apreciação da matéria é adiada. **Item 10**- Projeto de Lei do Senado nº 432 de 2012, não terminativo, de autoria da Comissão de Direitos Humanos e Legislação Participativa, que "dispõe sobre a criação da Comissão da Indenização aos Descendentes de Negros Africanos Escravizados no Brasil (DNAEB)", tendo como relator o Senador Eduardo Lopes, que oferece relatório contrário ao Projeto. Em 4/6/2013, foi concedida Vista Coletiva da matéria. A apreciação da matéria é adiada. **Item 11**- Projeto de Lei do Senado nº 400 de 2012, não terminativo, de autoria do Senador Vital do Rêgo, que "altera a Lei nº 8.630, de 25 de fevereiro de 1993, que dispõe sobre o regime jurídico da exploração dos portos organizados e das instalações portuárias, para eliminar duplicidades de competências regulatórias e concorrenciais sobre os portos", tendo como relator o Senador Aloysio Nunes Ferreira, que oferece relatório pela prejudicialidade do Projeto. A apreciação da matéria é adiada. **Item 12**- Projeto de Lei do Senado nº 369 de 2011, não terminativo, de autoria da Senadora Ana Rita, que "altera o caput do art. 136 da CLT, para determinar que a concessão de férias do trabalhador seja precedida de consulta pelo empregador sobre a data de seu gozo", que tramita em conjunto com o Projeto de Lei do Senado nº 552 de 2011, não terminativo, de autoria do Senador Marcelo Crivella, que "altera o art. 136 da 'Consolidação das Leis do Trabalho', aprovada pelo Decreto-Lei n°. 5.452, de 1° de maio de 1943, e a ele acresce um § 3º, para dispor sobre a concessão de férias dos empregados membros de uma mesma família", tendo como relator o Senador Alvaro Dias, que oferece relatório favorável ao PLS nº 369 de 2011, acatando a Emenda nº 2, nos termos do substitutivo (Emenda nº 3) que apresenta, e pela prejudicialidade do PLS nº 552 de 2011. A Matéria será apreciada pela Comissão de Assuntos Sociais, em decisão terminativa. Após a leitura do relatório, encerrada a discussão, colocado em votação, a Comissão aprova o relatório, que passa a constituir o parecer da CAE, favorável ao PLS nº 369 de 2011 e à Emenda nº 2 nos termos da Emenda nº 3, renumerada como Emenda nº 1-CAE (Substitutivo) e pela prejudicialidade do PLS nº 552 de 2011. **Item 13**- Mensagem (SF) nº 29 de 2013, não terminativa, de autoria da Presidente da República, que "encaminha a Programação Monetária para o segundo trimestre e para o ano de 2013", tendo como relator o Senador Eduardo Braga, que oferece relatório favorável nos termos do Projeto de Decreto Legislativo que apresenta. O Presidente da Comissão designa o Senador Sérgio Souza relator "ad hoc" da Matéria. Após a leitura do relatório pelo relator "ad hoc", encerrada a discussão, colocado em votação, a Comissão aprova o relatório, que passa a constituir o parecer da CAE, favorável nos termos do PDS apresentado. **Item 14**- Projeto de Lei do Senado nº 300 de 2005, terminativo, de autoria do Senador Paulo Paim, que "acrescenta parágrafos ao art. 6º da Lei nº 10.820, de 2003, determinando que a taxa de juros cobrada sobre empréstimos consignados em folha não excedam em 05 pontos percentuais ao ano a taxa básica da economia (taxa Selic)", tendo como relator o Senador Antonio Carlos Rodrigues, que oferece relatório pela aprovação do Projeto. A apreciação da matéria é adiada. **Item 15**- Projeto de Lei do Senado nº 208 de 2010, terminativo, de autoria do Senador Marcelo Crivella, que "estabelece regime especial de parcelamento de tributos federais para a empresa nascente", tendo como relator o Senador Aloysio Nunes Ferreira, que oferece relatório pela rejeição do Projeto. A apreciação da matéria é adiada. **Item 16**- Projeto de Lei do Senado nº 211 de 2009, terminativo, de autoria do Senador Valdir Raupp, que "torna obrigatória a adoção de formato único para os teclados dos terminais de autoatendimento da rede bancária", tendo como relator o Senador Flexa Ribeiro, que oferece relatório pela rejeição do Projeto. A apreciação da matéria é adiada. **Item 17**- Projeto de Lei do Senado nº 325 de 2010, terminativo, de autoria do Senador Cristovam Buarque e outros, que "altera o parágrafo único do art. 5º da Lei nº 11.738, de 16 de julho de 2008, que institui o piso salarial profissional nacional para os profissionais do magistério público da educação básica, para introduzir critério de reajuste anual de seu valor", tendo como relator o Senador José Pimentel, que oferece relatório pela prejudicialidade do Projeto. A apreciação da matéria é adiada. **Item 18**- Projeto de Lei do Senado nº 391 de 2012, terminativo, de autoria do Senador Mário Couto, que "altera a Lei nº 9.249, de 26 de dezembro de 1995, para permitir a dedução no Imposto de Renda da Pessoa Jurídica de direito privado, que empregue pessoa portadora de necessidades especiais e dá outras providências", tendo como relator o Senador Sérgio Souza, que oferece relatório pela rejeição do Projeto. A apreciação da matéria é adiada. **Item 19**- Projeto de

Lei do Senado nº 99 de 2009, terminativo, de autoria do Senador Cristovam Buarque, que "determina a inclusão automática na 'malha fina' das declarações do imposto de renda dos contribuintes detentores de mandato eletivo", tendo como relator o Senador Eduardo Suplicy, que oferece relatório pela aprovação do Projeto. Em 4/6/2013, foi concedida Vista Coletiva da matéria. A apreciação da matéria é adiada. **Item 20**- Projeto de Lei do Senado nº 145 de 2008, terminativo, de autoria do Senador Neuto De Conto, que "altera o art. 35 da Lei nº 9.250, de 26 de dezembro de 1995, para elevar a idade dos dependentes para fins de Imposto de Renda da Pessoa Física", tendo como relator o Senador Benedito de Lira, que oferece relatório pela aprovação do Projeto com a Emenda nº 1 que apresenta. A apreciação da matéria é adiada. São apreciadas, ainda, as seguintes matérias extrapauta: **Item 21**- Projeto de Lei da Câmara nº 47 de 2013, não terminativo, de autoria da Presidente da República, que "institui a indenização devida a ocupante de cargo efetivo das Carreiras e Planos de Cargos que especifica, em exercício nas unidades situadas em localidades estratégicas vinculadas à prevenção, controle, fiscalização e repressão dos delitos transfronteiriços", tendo como relator o Senador Humberto Costa, que oferece relatório favorável ao Projeto. A Matéria será apreciada pela Comissão de Constituição, Justiça e Cidadania. O Presidente da Comissão designa o Senador Ivo Cassol relator "ad hoc" da Matéria. Após a leitura do relatório pelo relator "ad hoc", usa da palavra o Senador Luiz Henrique. Encerrada a discussão, colocado em votação, A Comissão aprova o relatório, que passa a constituir o Parecer da CAE favorável ao Projeto. **Item 22**- Projeto de Lei da Câmara nº 7 de 2013, não terminativo, de autoria da Presidente da República, que "dá nova redação aos arts. 20, 32, 123 e 127-A do Decreto-Lei nº 73, de 21 de novembro de 1966, que dispõe sobre o Sistema Nacional de Seguros Privados, regula as operações de seguros e resseguros e dá outras providências, para dispor sobre a responsabilidade civil dos corretores de seguros e resseguros", tendo como relator o Senador Sérgio Souza, que oferece relatório favorável ao Projeto com a Emenda nº 1 que apresenta e contrário à Emenda nº 2, de autoria da Senadora Ana Amélia. Após a leitura do relatório, usa da palavra a Senadora Ana Amélia. Encerrada a discussão, colocado em votação, a Comissão aprova o relatório, que passa a constituir o Parecer da CAE, favorável ao Projeto com a Emenda nº 1-CAE e contrário à Emenda nº 2, de autoria da Senadora Ana Amélia. **Item 23**- Requerimento da Comissão de Assuntos Econômicos nº 38 de 2013, de iniciativa do Senador Ivo Cassol, que "requer, nos termos do inciso V do § 2º do art. 58 da Constituição Federal, combinado com o inciso V do art. 90 do Regimento Interno do Senado Federal, que seja convidado o senhor Arno Hugo Augustin Filho, Secretário do Tesouro Nacional, para prestar os devidos esclarecimentos sobre o pior superávit primário desde 1999". Colocado em votação, a Comissão aprova o Requerimento nº 38 de 2013-CAE. **Item 24**- Requerimento da Comissão de Assuntos Econômicos nº 39 de 2013, de iniciativa do Senador Pedro Taques, que "requer, nos termos do art. 90, IX e XIII, do Regimento Interno do Senado Federal, seja enviado ofício de diligência da Comissão de Assuntos Econômicos solicitando ao Secretário de Assuntos Internacionais do Ministério da Fazenda informações relativas aos processos de renegociação de dívida externa com países soberanos, tendo o Brasil como credor, formalizados a partir de 2005 (no âmbito do Clube de Paris ou fora dele)". Colocado em votação, a Comissão aprova o Requerimento nº 39 de 2013-CAE. **Item 25**- Requerimento da Comissão de Assuntos Econômicos nº 40 de 2013, de iniciativa do Senador Lindbergh Farias e outros, que "requer, nos termos do art. 142 do Regimento Interno do Senado Federal, seja remetido à Secretaria do Tesouro Nacional solicitação de informações, a serem prestadas no prazo de trinta dias, a respeito da dívida de Estados, Distrito Federal e Municípios e sobre o processo de renegociação dessa dívida". Colocado em votação, a Comissão aprova o Requerimento nº 40 de 2013-CAE. **Item 26**- Requerimento da Comissão de Assuntos Econômicos nº 41 de 2013, de iniciativa do Senador Pedro Taques e outros, que "requer, nos termos do art. 90, V, do Regimento Interno do Senado Federal, a realização de audiência pública, tendo como convidado o Secretário do Tesouro Nacional". Colocado em votação, a Comissão aprova o Requerimento nº 41 de 2013-CAE. **Item 27**- Requerimento da Comissão de Assuntos Econômicos nº 46 de 2013, de iniciativa do Senador Francisco Dornelles e outros, que "requer, nos termos do art. 90, V, do Regimento Interno do Senado Federal, a realização de audiência pública para fazer um balanço de um ano da atuação do Conselho Administrativo de Defesa Econômica – Cade desde a entrada em vigor da Lei nº 12.529, de 30 de novembro de 2011, tendo como convidado o Presidente da entidade, Vinicius Marques de Carvalho". Colocado em votação, a Comissão aprova o Requerimento nº 46 de 2013-CAE. São lidos e serão apreciados posteriormente os Requerimentos nºs 42, 43, 44 e 45 de 2013. O Requerimento n° 42 de 2013, de iniciativa do Senador Eduardo Suplicy, requer seja convidada a Senhora Wasmália Socorro Barata Bivar, Presidenta do Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística – IBGE, a com-

parecer em reunião da Comissão de Assuntos Econômicos para prestar informações acerca da Metodologia de Cálculo do Produto Interno Bruto – PIB realizada pelo IBGE. O Requerimento n° 43 de 2013, de iniciativa do Senador Francisco Dornelles e outros, requer a realização de audiência pública para debater o mercado de capitais no Brasil, tendo como convidado o Presidente da Comissão de Valores Mobiliários – CVM, senhor Leonardo P. Gomes Pereira. O Requerimento n° 44/2013, de iniciativa do Senador Paulo Bauer e outros, requer a realização de audiência púbica com o propósito de instruir o Projeto de Decreto Legislativo (PDS) nº 275 de 2012, que "susta disposições acerca da apuração do resultado e da utilização de superávit dos planos de benefícios de entidades fechadas de previdência complementar instituídas pela Resolução do Conselho de Gestão da Previdência Complementar nº 26, de 29 de setembro de 2008", tendo como convidados a senhora Isa Musa de Noronha, Presidente da Federação das Associações de Aposentados e Pensionistas do Banco do Brasil – FAABB; o senhor Ruy Brito Pedrosa, Assessor Previdenciário da Associação dos Funcionários Aposentados do Banestado – Afab; o senhor Jaime Mariz de Faria Júnior, Secretário de Políticas de Previdência Complementar do Ministério da Previdência Social; e o senhor José Maria Rabelo, Diretorsuperintendente da Superintendência Nacional de Previdência Complementar – Previc. E o Requerimento n° 45 de 2013, de iniciativa do Senador Anibal Diniz, requer a realização de audiência pública tendo como convidado o Senhor Rogério Studart, Diretor-Executivo do Banco Mundial para Brasil, Colômbia, República Dominicana, Equador, Haiti, Panamá, Filipinas, Suriname e Trinidad e Tobago, para discutir a atual participação do Brasil no Banco Internacional para a Reconstrução e Desenvolvimento (BIRD) – Banco Mundial. Nada mais havendo a tratar, encerra-se a reunião às doze horas e cinquenta e cinco minutos, lavrando eu, Adriana Tavares Sobral de Vito, a presente ata, que, lida e aprovada, será assinada pelo Senhor Presidente e publicada no Diário do Senado Federal, juntamente com a íntegra das notas taquigráficas. **–** Senador **Lindbergh Farias,** Presidente da Comissão de Assuntos Econômicos.

(Texto com revisão.)

O SR. PRESIDENTE (Lindbergh Farias. Bloco/PT – RJ) – Declaro aberta a 41ª Reunião da Comissão de Assuntos Econômicos

Antes de iniciarmos os trabalhos, proponho a dispensa da leitura e a aprovação da Ata da 40ª Reunião.

Os Srs. Senadores que concordam queiram permanecer como se encontram. (*Pausa.*)

A ata está aprovada e será publicada no *Diário do Senado Federal*.

Comunico aos membros que esta Comissão recebeu os seguintes documentos para o seu conhecimento:

Aviso nº 83-BCB, de 28 de junho de 2013, do Banco Central do Brasil, encaminhando, em cumprimento ao disposto na Lei nº 9.069, de 29 de junho de 1995, o demonstrativo das emissões do real referente ao mês de maio de 2013, as razões delas determinantes e a posição das reservas internacionais a elas vinculadas.

Aviso nº 34, de 2013 (Aviso nº 202/GMF/MF-DF), de 27 de junho de 2013, do Ministério da Fazenda, encaminhando, em cumprimento ao art. 41 da Resolução do Senado Federal nº 43/2001, relatório contendo as características das operações de crédito analisadas no âmbito daquele Ministério no mês de maio de 2013, tabelas demonstrativa da posição de endividamento dos Estados, do Distrito Federal e dos Municípios.

Encaminha ainda, por meio do Anexo 5, comunicação das irregularidades constatadas no período, para atendimento ao art. 24, §2º da Resolução do Senado Federal nº 43/01.

Os expedientes serão encaminhados aos membros da Comissão por meio de ofício circular.

Senhores, os quatro primeiros itens de pauta, são mensagens de empréstimos a governos de Estado (dois do Estado de Sergipe, um do Estado de São Paulo, um do Estado de Pernambuco e vai chegar um do Rio Grande do Norte que ainda não chegou). Eu me comprometi, inclusive, com a Governadora de convocar uma reunião extraordinária, talvez, para amanhã, às 14 horas. Os governadores estão nessa correria, inclusive, aqui, chegaram ontem à tarde esses quatro empréstimo nesta Comissão e nós mandamos para consultoria.

O Senador José Pimentel é o relator do primeiro, pediu um minuto para fazer aqui a apresentação do seu relatório. Então eu acho que a gente pode esperar, se é um minuto, porque eu iria propor aqui a inversão de pauta...

O SR. IVO CASSOL (Bloco/PP – RO) – Sr. Presidente, pela ordem.

O SR. PRESIDENTE (Lindbergh Farias. Bloco/PT – RJ) – Senador Ivo Cassol.

O SR. IVO CASSOL (Bloco/PP – RO) – Esta questão dos governadores e esses empréstimos, infelizmente, está virando um caso vergonhoso. O Ministério da Fazenda vem com parecer lá, do Secretário Nacional, Dr. Arno, já autorizando, quando a maioria dos Estados da Federação não tem condições de endividamento. O que o Governo Federal tinha que fazer com esses Estados com deficiência financeira é cobrir o caixa, porque até agora o Governo Federal vem fazendo festa

com chapéu alheio. Quando dá isenção de impostos para os veículos, prejudicando tantos os Municípios – está aí hoje mais cinco mil prefeitos aqui em Brasília –, os governadores e todo mundo com dificuldades e o Governo Federal está facilitando os Estados a quebrarem mais ainda, se arrebentarem mais ainda. Isso é um estupro sem ter direito de fazer o BO. Isso é um absurdo que está acontecendo.

E infelizmente os governadores em vez de se unirem, a exemplo do que fizemos eu, o Senador Blairo Maggi, o Eduardo Braga, lá atrás, que discutimos isso com o Presidente Lula... O que nós precisamos é ajudar esses Estados, especialmente os do Nordeste, os do Norte e do Centro-Oeste que têm dificuldades financeiras com recursos da União a fundo perdido – é fundo achado, porque fundo perdido é aquele que os Estados e Municípios perdem, aquele que diz que vai e nunca chega –, e não os endividando mais ainda. Já estão cobrando um absurdo de juros do passado! E nós aqui estamos convalidando essa irresponsabilidade do Ministério da Fazenda endividando e quebrando mais ainda os Estados do Brasil.

Eu sou contra essa posição, tenho votado favorável, mas sou contra porque infelizmente... Meu Estado, por exemplo, pegou R$1,2 bilhão de financiamento. Sabem como estão usando o dinheiro hoje lá? Não estão pagando a obra que foi contratada, de financiamento, estão usando para pagar serviços prestados, fornecedores e folha de pagamento. Isso é um absurdo gente! Existe coisa errada nisso! Então isso tem que ser averiguada. Por isso que o povo está na rua, porque não está aceitando mais o que está acontecendo hoje com os Municípios da Federação e os Estados. Está todo mundo com pires na mão pedindo esmola aqui para o Governo Federal.

O SR. BLAIRO MAGGI (Bloco/PR – MT) – Pela ordem, Sr. Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Lindbergh Farias. Bloco/PT – RJ) – Pela ordem, Senador Blairo Maggi, depois vou passar a palavra para o Relator Senador José Pimentel.

O SR. BLAIRO MAGGI (Bloco/PR – MT) – Até é bom haver um questionamento ao Relator.

Sr. Presidente, Srs. Senadores, sobre essa questão dos empréstimos, a minha pergunta, o questionamento que eu quero fazer ao Relator Pimentel talvez ele não tenha como explicar, mas que fique o alerta e que possamos levantar o que vem acontecendo.

Eu fui governador por dois mandatos. E, durante os dois mandatos, como governador, eu não consegui nenhum centavo de financiamento. Nos últimos meses do final do meu mandato, abriu-se uma pequena brecha na capacidade de endividamento do Estado e nós tomamos um recurso para a compra de máquinas para as prefeituras, já que fazia mais de dez anos que o Estado não conseguia tomar nenhum recurso emprestado.

Lembro, na época, Ministro Pimentel, o quanto a Secretaria do Tesouro Nacional, o quanto a Fazenda, o quanto a Presidência eram refratárias e restritivas em abrir qualquer espaço na Lei de Responsabilidade Fiscal. Por muitas e muitas vezes, fomos ao Presidente Lula, fizemos apelos aqui, como disse o Senador Ivo Cassol, e não tinha jeito de andar nenhum tipo de empréstimo, nenhum tipo de ajuda aos Estados.

Ao final do mandato do Presidente Lula e ao final dos mandatos dos governadores, o que culminou com a minha saída, a do Ivo Cassol, a do Eduardo Braga e a de tantos outros que foram governadores, a do vice-governador Ferraço, lá do Espírito Santo, nós percebemos que, de repente, não sei se os Estados melhoraram tanto assim as suas economias, mas, como num passe de mágica, os Estados começaram a ter a oportunidade de buscar financiamentos.

No Estado de Mato Grosso, depois que eu encerrei o meu mandato, como eu disse, fiquei quase oito anos sem buscar nenhum centavo, o Governador Silval Barbosa já buscou da União algo como uns R$3 bilhões a R$4 bilhões de financiamento. Todos esses financiamentos são, obviamente, dentro da legalidade, dentro da possibilidade que os Estados têm.

A minha pergunta ao Relator e que talvez tenhamos que levar para frente, meu caro Relator, Ministro Pimentel, é: a STN e o Governo Federal baixaram a guarda? Os requisitos que existiam para dar financiamentos e empréstimos aos Estados, à época em que o Requião foi governador também, foram mudados? Foram alterados ou a nossa economia melhorou a ponto de quem não podia pegar nada, durante oito anos, passou a ter a possibilidade de buscar quantos bilhões quiser, na economia, de empréstimo da Nação brasileira?

Então, nessa pergunta, eu incito o questionamento do Senador Ivo Cassol, que é na mesma direção. Ora, não podia e agora pode. E outra coisa, se pode, se está tudo certo, a STN não mudou, a STN continua tão rígida quanto era de 2003 a 2010, então, se está tão rígida, os nossos Estados melhoraram.

Agora, nós também temos que ter a preocupação e, como disse aqui o Senador Ivo Cassol, não pode pegar empréstimo para pagar salário, não pode pegar empréstimo para usar na despesa do dia a dia. Tem que usar em obras, tem que usar naquilo que possa ser fotografado, que possa ser deixado para o futuro.

Então, o meu questionamento aqui para o Ministro Pimentel, nosso Senador Relator, é isto: o que vem acontecendo? Melhoramos a economia ou houve

uma flexibilização, um relaxamento na Lei de Responsabilidade Fiscal?

O SR. PRESIDENTE (Lindbergh Farias. Bloco/PT – RJ) – Eu vou passar para o Senador José Pimentel, que vai ser o Relator do item 1 da pauta.

Vocês sabem, Senador Blairo Maggi, Senador Ivo Cassol, que nós estamos fazendo um esforço grande, quando chega uma mensagem, de colocar logo na pauta. Os governadores estão preocupados porque nós vamos ter recesso agora. Então, são mensagens de diversos Estados, de diversos partidos.

Eu entendo o pronunciamento do Senador Ivo Cassol, mas eu acho que sabemos da situação de dificuldade dos Estados, neste momento. É preciso que encaremos esse debate aqui com muita paciência. E V. Exª sabe que, se alguém está usando isso para pagar salário, custeio, está cometendo um crime, que tem que ser investigado.

O SR. IVO CASSOL (Bloco/PP – RO) – Só para completar sobre a medida, Sr. Presidente, olha essa farra de empréstimo que o Governo Federal está fazendo com os Estados vai custar caro para o povo brasileiro. Estou falando aqui. Futuramente vai inviabilizar.

Se quer evitar uma crise hoje, eu quero lembrar que no futuro a crise não vai ser gota de suor, vai ser gota de sangue da população de cada Estado. Portanto, o Governo Federal tem que parar de dar incentivos de veículos e de outras coisas. Pelo menos arrecada e distribui esse dinheiro para os Estados terem dinheiro para poder demandar as necessidades que têm.

Eu fiz um requerimento, eu gostaria que constasse em pauta, mas não está, solicitando aqui a presença, a convocação do Secretário Nacional do Ministério da Fazenda, o Sr. Arno não sei do quê, que venha aqui dar explicações, porque quem tem a prerrogativa de autorizar ou não financiamentos somos nós Senadores, e não o Secretário Nacional de Fazenda. Ele está usando prerrogativa que é do Senado.

O SR. PRESIDENTE (Lindbergh Farias. Bloco/PT – RJ) – Senador, vamos lá.

O SR. IVO CASSOL (Bloco/PP – RO) – Então eu não estou nada contra aqui o nosso Pimentel, contra os outros. Infelizmente essa farra aqui no Senado virou praxe. Nós estamos aprovando financiamentos com Estados quebrados, endividados, o que lá na frente infelizmente vai custar caro para o povo brasileiro.

O SR. PRESIDENTE (Lindbergh Farias. Bloco/PT – RJ) – Vamos lá.

ITEM 1
MENSAGEM (SF) Nº 51, DE 2013
– Não Terminativo –

Propõe, nos termos do art. 52, incisos V, VII e VIII, da Constituição Federal, seja autorizada a contratação de operação de crédito externo, com garantia da República Federativa do Brasil, entre o Estado de Sergipe e o Banco Interamericano de Desenvolvimento – BID, no valor de US$ 5,788,000.00 (cinco milhões, setecentos e oitenta e oito mil dólares dos Estados Unidos da América), cujos recursos destinam-se ao financiamento parcial do "Projeto de Modernização Fazendária do Estado de Sergipe – PROMOFAZ".
Autoria: Presidente da República
Relatoria: Senador José Pimentel

De acordo com a Resolução nº 43/01, do Senado Federal, encontra-se presente, para acompanhar a apreciação da matéria, o Sr. Eduardo Luiz Gaudard, Gerente de Responsabilidades Financeiras da Secretaria do Tesouro Nacional, Ministério da Fazenda, representando o Tesouro Nacional.

Com a palavra, o Relator.

O SR. JOSÉ PIMENTEL (Bloco/PT – CE) – Sr. Presidente, Srªs e Srs. Senadores, antes de adentrar o tema específico do empréstimo de US$5 milhões para que o Estado de Sergipe possa modernizar a sua máquina arrecadadora, fazendária do Estado de Sergipe, exatamente para que ele possa arrecadar mais com menos desperdício e sem aumentar a carga tributária, objetivo desse projeto – em seguida nós entraremos no mérito –, em atenção aos nossos pares, às preocupações aqui levantadas, o primeiro registro é que as dívidas externas, tanto dos Estados-membros como da União, reduziram-se bastante, particularmente a da União. A nossa reserva líquida internacional é suficiente para liquidar todos os empréstimos diretos da União, como os empréstimos por ela avalizados, seja no setor público, seja no setor privado, porque boa parte dos empréstimos privados exigem anuência também do Tesouro Nacional.

Portanto, no que diz respeito ao endividamento externo, o esforço de toda a sociedade brasileira, do setor empresarial, dos trabalhadores, aumentando a produtividade, e o momento satisfatório para os produtos que nós exportávamos, permitiu ao Brasil ter hoje uma reserva internacional superior a US$400 bilhões. Esse sistema também contribuiu para que os organismos internacionais, que emprestam com juros bastante razoáveis, voltassem a avalizar e a aprovar os pleitos

dos organismos intranacionais, ou seja, dos Estados-membros e também de uma série de Municípios.

Esses recursos têm, todos eles, finalidade direta. De modo geral se destinam a infraestrutura, a investimentos para geração de mais negócios, conforme tem sido relatado pelos mais diferentes pares nesta Comissão, ou para a modernização do setor arrecadatório. Portanto, não se trata de crédito para custeio. Trata-se de crédito para a infraestrutura do turismo, para a infraestrutura do saneamento básico, um conjunto de infraestruturas. E nesse caso concreto, para a modernização da máquina fazendária do Estado.

Portanto, Sr. Presidente, nós poderíamos, em seguida, fazer uma audiência pública com o Sr. Secretário do Tesouro Nacional exatamente para que pudéssemos aprofundar essa discussão sobre a viabilização desse conjunto de pleitos que estão sendo feitos. Nós poderíamos pensar em fazer essa audiência no início do segundo semestre, no retorno dos trabalhos, após o nosso recesso de 17 a 31 de julho.

Dito isso, Sr. Presidente, vou adentrar no tema específico da mensagem.

Trata-se de pleito do Estado de Sergipe para que seja autorizada operação de crédito externo, com garantia da União, junto ao Banco Interamericano de Desenvolvimento (BID). Os recursos da operação destinam-se ao "Projeto de Modernização Fazendária do Estado de Sergipe".

O programa em questão foi considerado como passível de obtenção de financiamento externo pela Comissão de Financiamentos Externos, na forma da Recomendação nº 1.101, de 24 de abril de 2009, homologada pelo Ministro de Planejamento, Orçamento e Gestão, em 11 de maio de 2009. Portanto, desde 2009 este projeto tramita nos vários órgãos, seja no BID, seja no Governo.

A Secretaria do Tesouro Nacional (STN), do Ministério da Fazenda, prestou as devidas informações sobre as finanças externas da União, bem como analisou as informações referentes ao mutuário, manifestando-se favoravelmente ao oferecimento de garantia pela União, desde que, previamente à assinatura dos instrumentos contratuais, seja formalizado o respectivo contrato de contragarantia, verificada a adimplência do mutuário para com a União e comprovado o cumprimento das condições para o primeiro desembolso, como atestado pelo Parecer nº 491/Copem/STN, de 2013.

O Banco Central do Brasil efetuou o credenciamento da operação, conforme o Ofício nº 289, de 2013.

Já a Procuradoria da Fazenda Nacional, por intermédio do Parecer nº 1.236, de 2013, pronunciou-se pela legalidade das minutas contratuais e regularidade na apresentação dos documentos requeridos pela legislação para o encaminhamento do processo ao Senado Federal para fins de autorização da presente operação de crédito e da correspondente concessão de garantia por parte da União.

Análise.

A STN assim resume o objeto do financiamento visado:

> 3. ... o Projeto pretende viabilizar o fortalecimento da gestão fiscal do Estado, visando ao incremento da receita própria do Estado; aumento na efetividade e qualidade do gasto público; e prover melhores serviços aos cidadãos.
> 4. Os componentes do Programa são: i) integração da gestão fazendária; ii) administração tributária e contencioso fiscal; iii) administração financeira, patrimonial e controle interno da gestão fiscal e iv) gestão de recursos corporativos.
> 5. O Projeto apresenta-se financeiramente como auto-sustentável, uma vez que com os investimentos realizados haverá maior efetividade na arrecadação de tributos e redução de custos operacionais.

O custo total do programa foi estimado em US$7,959 milhões, sendo US$ 5,788 milhões financiados pelo BID e o restante proveniente de contrapartida estadual. A previsão é de que os desembolsos ocorrerão ao longo do quadriênio 2013-2017. A estimativa do serviço da dívida e do custo efetivo médio da operação situa-se em 3,45% ao ano. Trata-se de custo considerado compatível com o custo médio atual de captação do Tesouro Nacional em dólares dos Estados Unidos da América no mercado internacional.

Em resumo, o parecer da STN considerou atendidas as seguintes exigências:

> a) cumprimento, por força de liminar concedida no âmbito da Ação Cível Ordinária nº 1.105 – Sergipe, dos requisitos contidos no art. 32 da Lei Complementar nº 101, de 2000 (Lei de Responsabilidade Fiscal – LRF), e nas Resoluções do Senado Federal nos 40 e 43, de 2001, e 48, de 2007, e alterações subsequentes;
> b) inclusão do programa no plano plurianual do Estado para o período 2012-2015 (Lei Estadual nº 7.331, de 2011) e na lei orçamentária para o exercício de 2013 (Lei Estadual nº 7.589, de 2012);
> c) obtenção de autorização do Poder Legislativo local e oferecimento de contragarantias à União (Leis Estaduais nº 6.413, de 2008, e 6.386, de 2009);

d) pronunciamento favorável à concessão de garantia da União pelo Secretário do Tesouro Nacional, requerido em face da classificação da capacidade de pagamento do Estado de Sergipe, pela Nota n° 843/Corem/STN, de 19 de outubro de 2012, como "C3*", o que significa que o ente não atende aos indicadores de endividamento e de serviço da dívida;

e) cumprimento das metas estabelecidas no programa de ajuste e reestruturação fiscal e não violação do acordo de refinanciamento da dívida pública pernambucana pela União;

f) existência de margem para a concessão, pela União, da garantia pleiteada e de margem suficiente para que o Estado reembolse a União caso esta tenha de honrar o compromisso assumido na condição de garantidora;

g) situação de adimplência com as instituições integrantes do sistema financeiro nacional;

h) não atribuição ao Tesouro Nacional de riscos superiores àqueles normalmente assumidos em operações dessa natureza;

i) observância dos gastos mínimos com saúde e educação e dos limites máximos para as despesas com pessoal;

j) pleno exercício da competência tributária do Estado;

k) não realização de despesas com parcerias público-privadas, dispensando qualquer cotejamento com os limites estabelecidos pela legislação pertinente.

Na avaliação da STN, permanecem pendentes de averiguação (i) a adimplência do ente para com a União (a ser efetuada na forma da Resolução do Senado Federal nº 41, de 2009), (ii) a formalização do contrato de contragarantia e (iii) o cumprimento das condições prévias para o primeiro desembolso (qual seja, a entrada em vigor do regulamento operacional do programa). Cabe ainda frisar que a verificação efetuada de limites e condições vale por 270 dias, a contar de 9 de abril de 2013. Além do mais, a consulta ao Cadastro de Entidades Devedoras Inadimplentes (Cedin), com o registro dos governos estaduais e municipais que não pagam os respectivos precatórios parcelados, nos termos da Emenda Constitucional nº 62, ficou prejudicada em função de deliberação proferida, no âmbito do Conselho Nacional de Justiça (CNJ), em relação ao Processo de Acompanhamento de Cumprimento de Decisão nº 0005633-70.2010.2.00.0000.

A Procuradoria-Geral da Fazenda Nacional, a seu tempo, frisou que a minuta de contrato não contém disposição de natureza política, atentatória à soberania nacional e à ordem pública, contrária à Constituição e às leis do País, bem assim que implique compensação automática de débitos e créditos.

Voto.

Em conclusão, o pleito encaminhado pelo Estado de Sergipe encontra-se de acordo com o que preceituam as Resoluções do Senado Federal nºs 43, de 2001, e 48, de 2007, devendo ser concedida a autorização para a contratação da operação de crédito externo pretendida, nos termos do projeto de resolução já divulgado, Sr. Presidente.

É esse o parecer.

O SR. PRESIDENTE (Lindbergh Farias. Bloco/PT – RJ) – A matéria está em discussão.

O SR. PEDRO TAQUES (Bloco/PDT – MT) – Pela ordem, Sr. Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Lindbergh Farias. Bloco/PT – RJ) – Senador Pedro Taques.

O SR. PEDRO TAQUES (Bloco/PDT – MT) – Sr. Presidente, Srªs e Srs. Senadores, na atual quadra, parece que não está fácil exercer a atribuição parlamentar, mas, no tocante a esses casos aqui, na reunião ordinária do dia 11 de junho, eu fiz uma denúncia de que algumas informações econômico-financeiras básicas para apreciação desses pedidos não constavam do processado. Não constavam. Nós estamos batendo carimbo aqui no que vem do Poder Executivo.

Muito bem. Nas reuniões seguintes e é bom que se diga, em especial nas Mensagens nºs 45 e 46, de 2013, constatei que a instrução teve o cuidado de inserir essas informações, os pareceres de análise da capacidade de pagamento de cada unidade federada no material distribuído aos Senadores.

Faço questão, Sr. Presidente, de reconhecer isso, e com muita satisfação, pois é um passo importante para que nós possamos efetivamente exercer as nossas atribuições.

Registro, também, com satisfação, que V. Exª vem concedendo vista coletiva às matérias cujo relatório não é disponibilizado no prazo hábil. Isso tem sido feito. Agora, nestes casos dos itens 1, 2, 3 e 4, da pauta de hoje, isso não foi feito. Nós tomamos conhecimento dessa documentação ontem à noite. Eu não tenho capacidade técnica – eu gostaria de saber se os Srs. Senadores... – para analisar tudo isso de ontem para hoje.

Então, eu gostaria, Sr. Presidente, de ressaltar, mais uma vez, a importância do Senado da República e desta Comissão de Assuntos Econômicos para analisar matérias iguais a esta. Que possamos fazer a manifestação embasados em dados técnicos, em informações documentadas, e isso não vem sendo feito. A partir do dia 11 de junho, quero ressaltar que V. Exª passou...

Para este caso aqui, nós precisamos nos atentar. Não vou pedir vista desse caso. Quero revelar a V. Exª que não vou pedir vista, mas não é possível que nós possamos analisar situações como essa de madrugada. Não tenho essa condição.

O SR. PRESIDENTE (Lindbergh Farias. Bloco/PT – RJ) – Olha, Senador Pedro Taques, quero dizer que V. Exª está certo no seu pronunciamento.

Há um requerimento do Senador Ivo Cassol aqui para que a gente convide o Secretário do Tesouro Nacional, Arno Augustin. Vou ler esse requerimento hoje. Nós vamos marcar para agosto essa reunião para discutir financiamento de forma geral para os Estados brasileiros, e agradeço a V. Exª em relação ao pedido de vista porque temos de fato uma situação diferente no dia de hoje. Vamos entrar em recesso parlamentar. Nós recebemos aqui ligações de governadores de todos os partidos: do Estado de Sergipe, do Estado de São Paulo, do Estado de Pernambuco. Há um empréstimo do Rio Grande do Norte também, que estou querendo fazer uma reunião extraordinária, porque, de fato, há uma preocupação dos governadores com esse prazo, com a volta do recesso.

Então, concordando com V. Exª, mas sabendo que nós estamos vivendo uma situação extraordinária em virtude desse recesso, eu me comprometo aqui com V. Exª e com o Senador Ivo Cassol a ler o requerimento hoje, votar esse requerimento de convite ao Secretário do Tesouro Nacional e fazermos essa audiência pública com o Secretário do Tesouro Nacional para discutirmos as condições gerais dos empréstimos que estão sendo feitos aos Estados brasileiros, mas é importante que V. Exª deixe registrado esse seu posicionamento aqui.

Agradeço muito a V. Exª por não pedir vista, dada essa situação extraordinária.

Senador Rodrigo Rollemberg. (*Pausa.*)

O SR. BLAIRO MAGGI (Bloco/PR – MT) – Para discutir.

O SR. PRESIDENTE (Lindbergh Farias. Bloco/PT – RJ) – Senador Blairo Maggi.

O SR. BLAIRO MAGGI (Bloco/PR – MT) – Eu não ouvi ou não entendi se o Relator José Pimentel fez alguma consideração sobre o que falei. Senador Pimentel, desculpe-me, mas eu não entendi...

O SR. JOSÉ PIMENTEL (Bloco/PT – CE) – Eu fiz, antes de entrar no debate específico dessa mensagem. O que eu registrei é que a situação da dívida externa do Tesouro Nacional hoje, pegando os haveres, os créditos que o Brasil tem e as obrigações diretas da União e os avales prestados pela União, o saldo é positivo, a favor do Brasil. Por conta dessa situação econômico-financeira do País, os vários organismos internacionais que tinham uma certa reserva em fazer empréstimos aos órgãos brasileiros mudaram.

Esta mensagem – o pleito do Estado de Sergipe – começou a tramitar em 2009, para melhorar a situação arrecadatória e reduzir o desperdício que o Estado tem na máquina arrecadatória, e se destina exatamente a aumentar a receita do Estado, reduzir os custos nessa arrecadação e, consequentemente, ter mais eficácia e mais eficiência na máquina arrecadadora do Estado do Sergipe.

O SR. BLAIRO MAGGI (Bloco/PR – MT) – Sr. Relator.

O SR. PRESIDENTE (Lindbergh Farias. Bloco/PT – RJ) – Senador Blairo Maggi.

O SR. BLAIRO MAGGI (Bloco/PR – MT) – Sr. Relator, José Pimentel, o meu questionamento, claro, não é V. Exª que tem que responder por ele. A minha preocupação não são as contas externas, a relação do País, se ele pode ou não pode emprestar, se ele tem mais capacidade. Até acredito que tenha, nós melhoramos a nossa economia nos últimos anos. Mas a particularidade aqui é se o Estado tem condições de tomar esse empréstimo. A economia nacional melhorou, mas a do Estado, eu não sei. Eu não sou contra os empréstimos, mas eu passei oito anos como governador e não consegui dinheiro emprestado. Eu saio do Governo, troca-se o Governo da República, troca-se a equipe econômica e todo mundo começa a pegar dinheiro. Ora, de um dia para o outro, melhorou a economia de todos os Estados ou mudou a orientação da STN. É isso que o Senado, é isso que nós precisamos saber. Eu não sei o risco que o Estado do Mato Grosso, o risco que os outros Estados estão tendo em tomar esses recursos.

Eu tenho feito a defesa no Estado do Mato Grosso, junto com meus dois colegas, Senadores Pedro Taques e Jayme Campos, de que, se a STN mantém a mesma posição que tinha anteriormente, eu estou absolutamente tranquilo com os empréstimos que foram feitos para Mato Grosso. Agora, a minha preocupação é: mantém ou não? Se não mantém a mesma restrição e a mesma forma dura de fazer a fiscalização, aí nós corremos um risco de ver as contas do Estado em desacordo com a capacidade de arrecadação no futuro, e não só do Mato Grosso. Aqui estou me referindo a todos os Estados da Federação brasileira. E eu não quero que o Brasil, eu não quero que os Estados voltem à situação pré-falimentar lá de 96, noventa e poucos, quando foi feita a Lei de Responsabilidade Fiscal. Nenhum de nós deseja isso. Portanto, é a preocupação que nós temos: se este é o momento da economia real ou é o momento de fazer eleição presidencial.

O SR. JAYME CAMPOS (Bloco/DEM – MT) – Presidente, para discutir a matéria.

O SR. PRESIDENTE (Lindbergh Farias. Bloco/PT – RJ) – Senador Jayme Campos.

O SR. JAYME CAMPOS (Bloco/DEM – MT) – Sr. Presidente, Srªs e Srs. Senadores, ouvi atentamente aqui não só as palavras e os comentários feitos pelo Senador Pedro Taques, pelo Senador Ivo Cassol e pelo Senador Blairo Maggi. Todos já se posicionaram em relação a esse enxame de empréstimos que têm chegado a esta Comissão. Particularmente, eu tenho a sensação de que todos têm razão, pelo fato de que, quando o Senador Ivo Cassol pontuou dizendo que os empréstimos externos do seu Estado, particularmente de Rondônia, estão sendo usados para pagar folha de pagamento e custeio da máquina administrativa, é um absurdo, é um escárnio que estão fazendo em relação a esse empréstimo, sobretudo contra a sociedade do Estado de Rondônia, que ainda é muito carente e depende de investimentos públicos.

Por outro lado, os pedidos de empréstimo que têm passado por esta Comissão têm vindo de forma urgente e urgentíssima. As aprovações aqui estão sendo feitas de forma açodada. Nós não temos tido conhecimento da matéria, até para nos inteirarmos e aqui, de forma muito consciente, votarmos. Não podemos, em hipótese alguma, continuar nesse verdadeiro festival. Esses empréstimos, Sr. Presidente, não podem ser feitos de forma açodada, de afogadilho e, sobretudo, sem responsabilidade.

A Lei de Responsabilidade Fiscal, meu caro e prezado Senador José Pimentel, foi uma das grandes conquistas que nós tivemos em nosso País, colocou um freio em relação aos empréstimos que o Governo Federal permitia aos Estados e Municípios brasileiros. Muitos chegaram à situação pré-falimentar, pois os juros de alguns empréstimos estavam acima da possibilidade de Estados e Municípios.

Os empréstimos têm que ser feitos de forma criteriosa. Não podemos permitir que esses empréstimos sejam, muitas vezes, mal aplicados em obras e organização que não dizem com a realidade do nosso País, sobretudo do nosso Estado.

De maneira que eu quero aqui também pedir a V. Exª que nós tenhamos mais cautela, na medida em que possamos amanhã passar como irresponsáveis, avalizando aquilo que, de fato, não é do interesse de toda a sociedade brasileira, particularmente dos Estados e Municípios que temos acompanhado.

Quando se fala aqui em empréstimo para modernização da máquina arrecadadora – ótimo! – somos favoráveis. Concordo em número, gênero e grau. Agora, não podemos também deixar de aqui ter acesso aos relatórios com antecedência, para termos conhecimento de fato do que estamos votando.

Quero dizer ao ilustre, competente e valoroso Senador José Pimentel: V. Exª disse que nós temos hoje uma reserva de US$400 bilhões, o que permite que os Estados e Municípios contraiam empréstimos, mas não podemos esquecer, meu caro Senador José Pimentel, que o Brasil quitou suas dívidas no mercado internacional. Todavia, a dívida interna brasileira deu um salto, saiu de um trilhão para mais de dois trilhões. Então, nossa dívida interna cresceu muito. Temos de nos precaver para que amanhã ou depois não só os Estados, mas a própria Federação venha a ter dificuldades no cumprimento desses financiamentos.

Sempre foi rígido. Fui governador, como o Blairo disse, e não tive acesso, da mesma forma de V. Exª, Senador Blairo Maggi, a nenhum financiamento. Nos últimos dias do seu governo que V. Exª conseguiu um financiamento, via BNDES, para a compra de equipamentos mecânicos, R$250 milhões, valor insignificante.

Lá atrás, no meu governo, a lei era tão dura que o Tesouro Nacional só queria arrecadar, ou seja, não permitia nenhuma facilidade nem mesmo a repactuação daquela dívida que se tornava impagável.

(Soa a campainha.)

O SR. JAYME CAMPOS (Bloco/DEM – MT) – Estou concluindo, Sr. Presidente.

De maneira que acho que o Tesouro Nacional não pode usar o Tesouro para fazer política. Os empréstimos hoje estão sendo políticos, com todo o respeito aqui, meu Presidente Senador Lindbergh.

Não podemos permitir, sobretudo para investimento em obras que não darão resultado positivo para a população. Particularmente em Mato Grosso, foram feitos agora dois empréstimos, Senadora Kátia: um para a construção do estádio e outro para o famoso VLT, obra que custará aos cofres R$1,6 bilhão. Pergunto: quem vai pagar esse financiamento do VLT, que é inviável para qualquer estudo econômico? Alguns países estavam desativando, como é o caso do próprio Portugal. Agora, gastar com o VLT R$1,6 bilhão numa cidade que conheço muito bem, pois faço parte da região metropolitana – por sinal fui prefeito por três mandatos, conheço a questão da mobilidade urbana, sobretudo a questão tarifária, que os ônibus trafegam em ambas as cidades – é inviável!

São impraticáveis os empréstimos que estão sendo concedidos. Impraticáveis!

Mato Grosso, como bem disse Blairo, contraiu, nesses últimos seis meses, perto de R$5 bilhões. Eu pergunto: quem vai pagar essa conta? O Estado não tem economia suficiente para, nos próximos dez anos,

em qualquer levantamento econômico, para pagar esse financiamento.

De maneira que temos de ter responsabilidade. Caso contrário, os interesses da população serão menores que os interesses políticos que estão sendo, lamentavelmente, feitos nesses últimos tempos com essa avalanche de empréstimos aprovados na Comissão de Assuntos Econômicos.

Muito obrigado, Sr. Presidente.

O SR. PEDRO TAQUES (Bloco/PDT – MT) – Sr. Presidente, pela ordem.

O SR. PRESIDENTE (Lindbergh Farias. Bloco/PT – RJ) – Senador Jayme Campos, antes de passar para o Senador Pedro Taques, quero dizer que chegou outro requerimento, o do Senador Pedro Taques, nos termos do requerimento do Senador Ivo Cassol.

REQUERIMENTO Nº 41, DE 2013-CAE

Requer, nos termos do art. 90, inciso V, do Regimento Interno do Senado Federal, a realização de audiência pública, tendo como convidado o Secretário do Tesouro Nacional, para debater os seguintes temas:

a) balanço das operações externas de natureza financeira de interesse da União, dos Estados, do Distrito Federal, dos Territórios, dos Municípios;

b) situação atual do montante da dívida consolidada da União, dos Estados, do Distrito Federal e dos Municípios;

c) balanço dos limites globais e condições para as operações de crédito externo e interno da União, dos Estados, do Distrito Federal e dos Municípios, de suas autarquias e demais entidades controladas pelo Poder Público Federal;

d) balanço dos limites e condições para concessão de garantia da União em operação de crédito externo e interno.

e) situação atual de endividamento de Estados e Municípios;

f) balanço da política fiscal do Governo Federal.

É outro requerimento que vamos ler hoje.

Senhores, indo no sentido do que falou antes o Senador Pedro Taques, sempre foi praxe, aqui nesta Comissão de Assuntos Econômicos, chegar a mensagem e ser votada no mesmo dia.

Eu me comprometo, Senador Pedro Taques, a construir um ato da Presidência desta Comissão de Assuntos Econômicos no sentido de que, a partir de agosto, quando a mensagem chegar, automaticamente seja concedida vista coletiva e nós só a coloquemos em votação na semana seguinte. Este entendimento pode ser aqui construído de comum acordo, a partir de agosto, sem exceções, como existe na Comissão de Constituição e Justiça, em que várias decisões da Presidência, são recebidas em uma reunião e votados na outra reunião.

Então, indo em direção ao encaminhamento proposto pelo Senador Pedro Taques, esta Mesa acolhe essa sugestão para as proposições a partir do próximo período de agosto.

Com a palavra, o Senador Pedro Taques.

O SR. PEDRO TAQUES (Bloco/PDT – MT) – Sr. Presidente, eu quero concordar com os Senadores Jayme e Maggi. Ninguém é contra o mérito, mas nós precisamos ter informações para que possamos votar.

Vejamos este caso de Sergipe que desde 2009 está tramitando. Desde 2009! Chegou ontem ao Senado da República. Às 20h30, eu tive acesso ao relatório. Eu não tenho condições intelectuais, econômicas para analisar isso de madrugada. Agora, quem tem, parabéns que tenha!

Eu gostaria de saber quem dos Senadores representantes dos Estados aqui na Casa da Federação têm capacidade para saber o potencial de endividamento de cada Estado até dia 30/6, de cada unidade federada. Nós não temos condições de fazer isso. Daí a necessidade, a importância desta audiência, para que nós possamos saber a capacidade de endividamento de cada Estado da Federação. Podemos votar com informações. Se as informações estiverem nos autos, cada Senador certamente não vai ser leviano de votar sem ler e vota com consciência, o que tenho certeza de que os Senadores aqui fazem. Agora, nós precisamos dessas informações. O ideal é isto que V. Exª disse: uma semana, para que nós possamos analisar, não votar aqui rapidamente, porque, depois da porta arrombada, não adianta colocar tramela, não adianta colocar tranca, porque aí a Lei de Responsabilidade Fiscal, que foi uma vitória da sociedade brasileira, será jogada no lixo.

O SR. PRESIDENTE (Lindbergh Farias. Bloco/PT – RJ) – Senadora Kátia Abreu.

A SRª KÁTIA ABREU (Bloco/PSD – TO) – Sr. Presidente, eu gostaria também de reiterar aqui principalmente as palavras do Senador Jayme Campos. Nada contra o mérito, a importância e o sentimento dos governadores ao tomarem esses empréstimos. Eu espero e acredito na boa fé desses governadores quando os encaminham ao Tesouro. Confesso que também não tive tempo de me aprofundar, devido ao horário, mas tenho informações técnicas de que quase todos os pareceres do Tesouro são contrários a esses financiamentos. Seria importante que isso pudesse ser esclarecido, inclusive a vinda aqui do Secretário

Nacional de Tesouro, Arno Augustin, para nos explicar a respeito.

O financiamento é bom; melhor ainda quando se dá conta de pagar o financiamento sem ônus para a população. Com o que fico um pouco preocupada, Sr. Presidente, é que eu conheço o Tocantins, meu Estado, converso com meus colegas, Senadores, e também fico sabendo da situação dos seus Estados, e a situação não está boa para ninguém. Então, é apenas o papel desta Comissão, que é da maior importância, em zelar pelos interesses do Brasil e das suas populações.

O que aconteceu, num período tão curto, que proporcionou uma melhora tão grande na capacidade desse endividamento? Eu tenho certeza de que o requerimento do Senador Cassol, a vinda aqui do Secretário vai ser da maior importância, para que a gente possa esclarecer todas essas dúvidas.

Mas, na realidade, o Senador Luiz Henrique tinha pedido a palavra antes de mim.

O SR. PRESIDENTE (Lindbergh Farias. Bloco/PT – RJ) – Muito obrigado, Senadora Kátia Abreu.

Com a palavra, o Senador Luiz Henrique.

O SR. LUIZ HENRIQUE (Bloco/PMDB – SC) – Sr. Presidente, Srªs e Srs. Senadores, infelizmente houve uma opção equivocada. Em vez de redução dos encargos da dívida, em vez de transformação, como propusemos, de 20% das prestações mensais da dívida dos Estados para com a União serem convertidas em investimentos, aumentando a capacidade dos Estados e dos Municípios devedores em investimentos, optou-se por ampliar o limite de endividamento dos Estados.

Eu quero dar aqui, Sr. Presidente, o meu testemunho. Em oito anos de governo, não contraí nenhum empréstimo. No entanto, pelo ajuste que fizemos, pelas medidas que adotamos, a receita do Estado de Santa Catarina quase triplicou, evoluindo de R$4,76 bilhões para R$13,32 bilhões. O comércio exterior quintuplicou. E, o que é mais importante, o Estado vinha investindo apenas R$200 milhões por ano, e, no meu último ano, já investimos R$1,32 bilhão.

Então, nós estamos com uma equação equivocada. Em vez de ampliar o endividamento dos Estados, o que nós temos é que rapidamente resolver o problema da dívida – reduzir os encargos das dívidas dos Estados; transformar um quinto da dívida em investimentos; realinhar e recompor a Lei Kandir. E este é um fator que vitima os Estados industrializados e os Estados exportadores.

Quando se fez a isenção do ICMS, o Governo Federal devolvia 50% do volume exportado pelos Estados. Essa equação não existe mais. Os Estados devem quantias fabulosas aos exportadores, e isso agrava ainda mais a sua situação de caixa.

Por isso, sem me opor ao caso específico desse pedido de empréstimo externo, eu entendo também que esta Casa deve examinar a questão como um todo: a questão da situação das dificuldades de custeio e investimento dos Estados.

Faço essa intervenção com a experiência de quem governou o Estado de Santa Catarina durante oito anos.

O SR. PRESIDENTE (Lindbergh Farias. Bloco/PT – RJ) – Muito obrigado, Senador Luiz Henrique.

Senador Ricardo Ferraço.

O SR. RICARDO FERRAÇO (Bloco/PMDB – ES) – Sr. Presidente, V. Exª, como nosso Presidente, que tem liderado de maneira extraordinária esta Comissão, julgo que precisa neste momento retirar essas proposta de pauta.

O nível de insegurança e de incerteza é muito grande. Não é possível que três mensagens que tenham chegado ontem à noite possam ser deliberadas por esta Comissão.

Eu acho que nós deveríamos, inclusive, suspender a tramitação de qualquer pedido de empréstimo e, antes, trazermos aqui o Sr. Arno Augustin porque existem muitas dúvidas acerca desses pareceres.

Eu apelo a V. Exª, que deve ser o guardião, que deve proteger as prerrogativas desta Comissão, para que esse tipo de votação não se dê com essa velocidade porque isso coloca em risco não apenas as nossas prerrogativas, mas também as nossas responsabilidades, porque nós estamos abonando, nós estamos avalizando essas operações sem o devido conhecimento.

Então, o apelo que faço a V. Exª, para que nós possamos caminhar com a nossa agenda, é que retiremos de pauta esses pedidos e que possa ser aberto o prazo para que nós possamos conhecer essas operações de crédito. Eu acho que seria mais do que conveniente que nós, ainda, antes do semestre, pudéssemos ter aqui o Secretário Arno Augustin para fazermos o enfrentamento desses temas. Esse me parece ser o papel adequado e responsável da Comissão de Assuntos Econômicos.

Portanto, a sugestão que faço a V. Exª, com máxima vênia, com todo o respeito e admiração que tenho a V. Exª, é que nós suspendamos essa avalanche de operações de crédito, até porque nós precisamos – e eu devo estar apresentando uma proposta nessa dimensão, com esse propósito, com esse objetivo –, se somos nós que aprovamos em última instância a apuração, nós precisamos saber da aplicação desses recursos. É necessário que a Secretaria do Tesouro Nacional informe a esta Comissão, porque a nossa responsabilidade não pode terminar na votação. É precisão que exerçamos um papel de fiscalização na aplicação desses recursos.

É o apelo que dirijo a V. Exª em nome, quero crer, do bom senso para o bom encaminhamento dos trabalhos na Comissão.

O SR. PRESIDENTE (Lindbergh Farias. Bloco/PT – RJ) – Senador Alvaro Dias.

O SR. ALVARO DIAS (Bloco/PSDB – PR) – Sr. Presidente, vou ser bastante sucinto.

Tenho uma posição já registrada a respeito desse assunto. E hoje fico satisfeito de ver providências. Quero aplaudir a iniciativa do Senador Ivo Cassol, seguido pelo Senador Pedro Taques e apoiado por outros Senadores, como Blairo Maggi, Jayme Campos, Luiz Henrique, Kátia Abreu, Ricardo Ferraço.

Nós precisamos realmente mudar o nosso comportamento em relação a empréstimos. Não advogo que retiremos de pauta hoje, porque seria tratar de forma diferente Estados que devem ser tratados igualmente.

Eu próprio recebi depois das 20 horas. Mas isso tem sido assim infelizmente. Recebi depois das 20 horas para relatar. Estou com o relatório pronto, até confortavelmente porque sou relator para um empréstimo para o Estado de São Paulo, que tem potencial econômico para responder por um empréstimo proporcionalmente pequeno.

Mas eu entendo que o Governo brasileiro está tratando muito mal essa questão da dívida. Está tratando irresponsavelmente. Parece-me que estamos preparando uma bomba-relógio de efeito retardado, que pode explodir com consequências imprevisíveis logo mais a frente. Vejo, por exemplo, esta substituição de dívida feita pelo Governo brasileiro, essa permuta da dívida externa pela dívida interna, como um prejuízo irrecuperável para o Brasil. O Governo brasileiro, não posso interpretar as razões, substituiu a dívida externa com taxas de juros menores por dívida interna com taxas de juros maiores, mas significativamente superiores às taxas praticadas quando o País devia para o Fundo Monetário Internacional.

Portanto, eu não entendo como pode o Governo brasileiro tratar a questão da dívida dessa forma. Se nós tivermos em determinado momento a lucidez do Presidente Fernando Henrique Cardoso, ao tomar a iniciativa de encaminhar ao Congresso o projeto da Lei de Responsabilidade Fiscal... Hoje estamos assistindo a um comportamento às avessas daquele, absolutamente confrontante. Não há razão para essa permissividade com relação à divida pública do País. É uma inconsequência, uma insanidade, uma irresponsabilidade. Não se quer aqui punir nem esse e nem aquele Estado.

Ainda na semana passada, aprovamos para o Estado do Maranhão um empréstimo significativo de valores de valores significativos. E nós sabemos que a capacidade de endividamento dessas unidades federativas está comprometida. O próprio Estado do Rio de Janeiro, que é um Estado poderoso, que eu sempre cito como exemplo, porque o nosso Presidente é representante do Rio de Janeiro, de 2008 até agora, concretizou mais de US$3 bilhões em empréstimos externos, além dos empréstimos internos, oriundos de BNDES, Caixa Econômica Federal e Banco do Brasil.

Portanto, isso se chama irresponsabilidade na Administração Pública. E nós temos o dever no Senado, nesta Comissão especialmente, de colocar um freio nisso. Houve um tempo em que um Ministro da Fazenda colocou freio, Maílson da Nóbrega, no governo José Sarney. Interrompeu o processo de empréstimos que eram celebrados com autorizações facilitadas.

Alega-se a excepcionalidade para este ou aquele Estado e concede-se autorização para o empréstimo mesmo sem capacidade de endividamento. É isso que está ocorrendo no nosso País.

Portanto, Sr. Presidente, essas audiências públicas que devemos realizar por sugestão do Senador Ivo Cassol e do Senador Pedro Taques são oportunas, necessárias, eu diria imprescindíveis, para que esta Comissão possa adotar uma postura diferente em relação à dívida pública.

Nós verificamos que alguns Estados possuem mais facilidades que outros. E aí entra o componente político-partidário. E nós não podemos tratar essa questão da dívida dessa forma. Essa é uma questão que interessa ao Brasil, aos brasileiros, e é dessa forma que deve ser tratada.

Portanto, Sr. Presidente, não vou, de forma alguma, propor voto contrário ao Estado de Sergipe. Não é justo que isso seja feito agora. Mas vamos estabelecer, então, o mês de agosto para adotarmos aqui uma nova prática. E não vamos admitir mais essa irresponsabilidade, Sr. Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Lindbergh Farias. Bloco/PT – RJ) – Senador Francisco Dornelles e, depois, o último inscrito, Senador José Agripino Maia.

O SR. FRANCISCO DORNELLES (Bloco/PP – RJ) – Sr. Presidente, Srªs Senadoras e Srs. Senadores, eu quero mostrar minha concordância plena com os requerimentos do Senador Pedro Taques e do Senador Ivo Cassol. Em relação ao requerimento do Senador Pedro Taques, até com a concordância dele, eu acrescentei um adendo para que o Secretário fale também sobre o problema da dívida bruta e da dívida líquida, porque hoje nós estamos num mecanismo ressuscitando a conta movimento. O Tesouro faz empréstimo ao BNDES e à Caixa Econômica, aumenta a dívida bruta, mas não tem nenhum reflexo na dívida líquida, de modo que nós estamos aumentando consideravel-

mente a dívida bruta, os juros são creditados de acordo com a dívida bruta, e nós estamos vivendo uma farsa.

Agora eu queria também, com a plena concordância com a proposta de V. Exª, fazer um apelo aos Senadores para que a nova metodologia para empréstimos externos passe a vigorar a partir de agosto, de modo que nós ainda possamos aprovar essas operações de crédito que vierem a chegar antes do recesso sem mudar as regras que, até então, vigoravam na CAE.

Quanto a essas questões de mudar com efeito retroativo, eu realmente acho que nós temos que evitar. Por isso, acho importante que nós convoquemos o Secretário do Tesouro, que venhamos a pedir maiores esclarecimentos sobre operações, mas que essa nova metodologia seja adotada a partir de agosto, de forma a que nós possamos examinar e votar, se for o caso, as operações de crédito que aqui chegarem até lá.

Muito obrigado, Sr. Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Lindbergh Farias. Bloco/PT – RJ) – Muito obrigado, Senador Francisco Dornelles.

Senador José Agripino Maia.

O SR. JOSÉ AGRIPINO (Bloco/DEM – RN) – Sr. Presidente, Srªs Senadoras e Srs. Senadores, eu gostaria de fazer um comentário muito rápido aqui, à luz do que disse o Senador Ricardo Ferraço, o Senador Jayme Campos, o Senador Alvaro Dias, o Senador Francisco Dornelles.

Eu acho que o rigor da Comissão com relação à apreciação e votação dos empréstimos tem que existir. Essa é uma das nossas funções. Agora, existem empréstimos e empréstimos. Por exemplo, aqui na pauta, está se tratando de empréstimo junto à Comunidade Andina e junto ao Banco Mundial, bem como empréstimos internos, com os quais eu partilho da preocupação colocada aqui pelo Senador Francisco Dornelles – concordo inteiramente –, esse *bypass* que está sendo feito com relação à maquiagem dos números da dívida líquida, da dívida bruta, a tomada de dinheiro do mercado para transferência aos bancos oficiais, em que o Tesouro passa uma taxa de juros maior do que a taxa de juros com que emprestam o mesmo dinheiro, e para maquiar números inclusive.

Agora, existem empréstimos concedidos pelo Banco Mundial, por exemplo, ou pelo Banco Interamericano de Desenvolvimento. São processos de um ano, dois anos, com um filtro em cima do outro, com uma avaliação ultrarrígida feita pelo organismo internacional e pelo Tesouro Nacional, e que são uma alternativa que, neste momento de fluxo cambial desfavorável para o Brasil, é uma coisa que interessa à finança brasileira.

Então, eu gostaria de colocar principalmente ao Senador Ricardo Ferraço essa ponderação com relação à análise dos empréstimos concedidos pelo Banco Mundial ou por organismos internacionais, que já fazem, por si só, uma análise extremamente rigorosa com relação ao plano de aplicação, à concessão do volume de recursos, associado ao rigor do Governo brasileiro na concessão do empréstimo a quem tem efetivas condições de endividamento e de pagamento.

Então, concordo inteiramente com o rigor na apreciação. Agora, existe empréstimo e empréstimo. E, quanto aos empréstimos de organismos internacionais, esses têm que ser vistos por esta Comissão de forma privilegiada, eu diria, de forma privilegiada, porque são empréstimos concedidos mediante uma peneira grossa, média e fina, extremamente rigorosa.

É a ponderação que faço a V. Exªs.

O SR. PRESIDENTE (Lindbergh Farias. Bloco/PT – RJ) – Senador José Agripino Maia, eu vou encaminhar... Acho que esta Comissão mostra um grau de maturidade, uma Comissão formada por muitos ex-governadores, com muita experiência. Creio que há uma preocupação generalizada com a situação fiscal dos Estados brasileiros. O Senador Blairo Maggi indagava se está havendo uma flexibilização nos critérios do Tesouro Nacional.

Então, nós vamos votar esse item nº 1 e, logo em seguida, quero votar esta decisão tomada pela Comissão de Assuntos Econômicos: a partir de agosto, toda mensagem de empréstimo que chegar fica concedida vista coletiva automaticamente. Só na outra terça entrará em votação.

Ao mesmo tempo, devo dizer aos senhores que temos uma regra nesta Comissão, que é a de ler o requerimento numa reunião e votá-lo na outra. Mas, existindo consentimento de todos os Srs. Senadores, poderíamos votar agora, entre o item 1 e o item 2, o requerimento do Senador Pedro Taques, o requerimento do Senador Ivo Cassol e o requerimento que também faço, para reforçar esses requerimentos. Quero lê-lo rapidamente aqui. É o Requerimento nº 40, de 2013-CAE.

Requeiro, nos termos do art. 142, do Regimento Interno do Senado Federal, seja remetida à Secretaria do Tesouro Nacional solicitação de informações, a serem prestadas no prazo de 30 dias, contendo o seguinte conteúdo:

> a) informação por Estado, Distrito Federal e Município (com dívida bancária):
> 1. do saldo, em 30 de julho de 2013, da dívida consolidada;
> 2. do saldo, em 30 de junho de 2013, da dívida contratada e por liberar;
> 3. do saldo, em 30 de junho de 2013, da dívida autorizada, mas ainda não contratada;
> 4. da despesa anual com serviço da dívida projetada para os próximos dez anos (2013-

2023), incluindo as autorizadas e não liberadas, bem como informações sobre receita corrente líquida de cada ente, projetada pelo mesmo período.

b) informações sobre o processo de renegociação das dívidas dos Estados, Distrito Federal e Municípios.

Quero, então, depois...

O SR. LUIZ HENRIQUE (Bloco/PMDB – SC) – Gostaria de propor um adendo.

O SR. PRESIDENTE (Lindbergh Farias. Bloco/PT – RJ) – Pode propor, Senador Luiz Henrique.

O SR. LUIZ HENRIQUE (Bloco/PMDB – SC) – Em que situação está o processo de renegociação da dívida dos Estados?

O SR. PRESIDENTE (Lindbergh Farias. Bloco/PT – RJ) – Vai ser incorporado. Eu falo isso, senhores, porque acho que a gente vai ter que ter aqui, cada Senador que representa aqui seu Estado, nós temos que ter com muita clareza a situação fiscal de cada Estado brasileiro.

A minha proposta é a seguinte. Infelizmente, não acolho, V. Exª sabe da admiração que tenho, Senador Ricardo Ferraço, mas acho que este é um bom procedimento: votaríamos o item 1, abriríamos uma excepcionalidade para votarmos esses requerimentos e a decisão de que, a partir de agosto, aqui, nesta Casa, quando chegar uma mensagem, será concedida vista automaticamente para toda a Comissão e só a votaríamos na outra terça.

O SR. PEDRO TAQUES (Bloco/PDT – MT) – Pela ordem, Sr. Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Lindbergh Farias. Bloco/PT – RJ) – Senador Pedro Taques.

O SR. PEDRO TAQUES (Bloco/PDT – MT) – Essa questão da dívida, dos empréstimos e financiamentos dos Estados, tem uma relação também com o item 5, que foi bem relatado pelo Senador Ferraço, que trata do perdão das dívidas de determinados países. Nós não temos – por isso já estou antecipando, eu tenho um requerimento sobre a mesa de V. Exª, que trata dessas informações em relação ao perdão de dívidas dos países, notadamente os africanos, em obediência ao que foi determinado pelo Clube de Paris, estabelecimento de critérios de governança para que nós possamos conceder esse perdão, já que a Comissão de Assuntos Econômicos é que faz aprovação desses pedidos.

Muito bem. O próximo requerimento, se for possível, está sobre a mesa de V. Exª, se nós pudéssemos em conjunto porque esse tema precisa ser tratado. Nós não temos consolidado quanto já foi perdoado nos últimos cinco anos pela República Federativa do Brasil. Alguém aqui sabe? Ninguém sabe. Então, essa informação é importante para que nós possamos fundamentar próximas determinações desta Comissão de Assuntos Econômicos. Isso, levando em conta o relatório do Senador Ferraço, no item 5 da pauta, que trata desse tema, parece-me que é para a Costa do Marfim. Nós precisamos ter consolidado isso.

O SR. PRESIDENTE (Lindbergh Farias. Bloco/PT – RJ) – Se não houver oposição nenhuma ao Senador, colocaríamos esse requerimento também em votação no conjunto com esses três outros requerimentos, Senador Pedro Taques.

Vamos encaminhar, Senador Ricardo Ferraço?

O que eu queria agora? Votar essa mensagem do item nº 1, antes de passar para a do nº 2, votar a nossa decisão desta Comissão de Assuntos Econômicos, os requerimentos e, depois iríamos para os itens 2, 3, 4 e 5. Na verdade, são cinco empréstimos: dois do Estado de Sergipe, um empréstimo do Estado de São Paulo, um empréstimo do Estado de Pernambuco e um empréstimo do Estado do Rio Grande do Norte, que não chegou, mas eu queria, em virtude do recesso parlamentar, Senador Jayme Campos – os senhores vejam que são empréstimos de governadores dos mais diversos partidos: do DEM, do PSDB, do PT, do PSB – excepcionalizar antes de agosto.

O SR. LUIZ HENRIQUE (Bloco/PMDB – SC) – Em relação a Sergipe, o faremos em homenagem ao grande Governador, companheiro Marcelo Déda, inclusive desejando que ele possa se recuperar da grave situação de saúde que vive. É um é um homem público, foi nosso colega aqui, que exalta a vida pública.

O SR. PRESIDENTE (Lindbergh Farias. Bloco/PT – RJ) – Eu quero me associar a V. Ex. O Governador Marcelo Déda – fui Deputado com ele – é um grande homem público que está enfrentando um momento de dificuldade, mas nós temos certeza de que ele vai conseguir superar e vencer mais este desafio na sua vida.

Em votação o relatório do Senador José Pimentel.

Os Senadores que concordam com o relatório permaneçam como estão. (*Pausa.*)

O SR. RICARDO FERRAÇO (Bloco/PMDB – ES) – Voto contra, Sr. Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Lindbergh Farias. Bloco/PT – RJ) – Voto contra, do Senador Ricardo Ferraço.

O SR. RICARDO FERRAÇO (Bloco/PMDB – ES) – E justifico por que voto contra.

O SR. PRESIDENTE (Lindbergh Farias. Bloco/PT – RJ) – Aprovado o relatório – eu já passo para V. Exª –, que passa a constituir parecer da CAE, favorável, nos termos do PRS apresentado.

O SR. JOSÉ PIMENTEL (Bloco/PT – CE) – Sr. Presidente, eu solicito urgência.

O SR. PRESIDENTE (Lindbergh Farias. Bloco/PT – RJ) – Em votação o requerimento de urgência.

Os Srs. Senadores que concordam com a apresentação do requerimento de urgência permaneçam como estão. *(Pausa.*)

Aprovada a apresentação do requerimento de urgência para a matéria.

Com a palavra, o Senador Ricardo Ferraço.

O SR. RICARDO FERRAÇO (Bloco/PMDB – ES) – Faço, Sr. Presidente, das palavras do Senador Luiz Henrique e das palavras de V. Exª as mesmas homenagens ao excepcional homem público, o Governador Marcelo Déda. Mas considero absolutamente não positivo que esta Comissão possa votar uma operação de crédito que tenha chegado ontem à noite e votada agora, pela manhã. Eu acho que nós estamos alimentando, nós estamos potencializando a ausência das prerrogativas desta Comissão. Por isso, voto contra.

O SR. PRESIDENTE (Lindbergh Farias. Bloco/PT – RJ) – Muito obrigado, Senador Ricardo Ferraço.

Eu queria, agora, antes de entrar no item 2, para o qual vou designar o Senador Eduardo Suplicy Relator *ad hoc*, votar esta decisão da Comissão de Assuntos Econômicos: que, a partir do mês de agosto, mudando um procedimento que acontecia aqui há muitos anos, nesta Comissão de Assuntos Econômicos, quando chegar uma mensagem de empréstimos, vai estar concedida vista coletiva.

Os Srs. Senadores que concordam com essa decisão da Comissão de Assuntos Econômicos permaneçam como se encontram. *(Pausa.)*

Aprovada essa decisão, que passa a vigorar a partir do mês de agosto.

Coloco em votação, também, excepcionalmente, por um acordo de todos aqui, os quatro requerimentos: requerimento do Senador Ivo Cassol; requerimento do Senador Pedro Taques; esse último requerimento que apresentei, que é assinado também pelo Senador Pedro Taques, pelo Senador Luiz Henrique e pelo Senador Francisco Dornelles; e o requerimento do Senador Pedro Taques, esse último que foi apresentado aqui.

Consulto os senhores se é preciso votar um a um ou se poderíamos votar em bloco. Há o conhecimento já de todos os senhores de que se trata esses requerimentos.

Vamos votar em bloco.

O SR. RICARDO FERRAÇO (Bloco/PMDB – ES) – Sr. Presidente...

O SR. PRESIDENTE (Lindbergh Farias. Bloco/PT – RJ) – Senador Ricardo Ferraço.

O SR. RICARDO FERRAÇO (Bloco/PMDB – ES) – Como fui Relator do pedido de renegociação de algumas nações africanas, ainda assim eu saio inconcusso ao requerimento do Senador Pedro Taques, porque em que pese, em meus relatórios, ter feito uma detida análise de cada operação, o que está explicitamente estampado em meus pareceres, realmente, essa posição consolidada de que renegociações fizemos nos últimos anos, isso não consta.

Considero absolutamente pertinente, tempestivo, e manifesto a minha concordância com o requerimento do Senador Pedro Taques, até que essas informações cheguem a esta Comissão, esses temas, essas pautas relacionadas a essas renegociações ficam sobrestadas.

O SR. PEDRO TAQUES (Bloco/PDT – MT) – Pela ordem, Sr. Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Lindbergh Farias. Bloco/PT – RJ) – Senador Pedro Taques.

O SR. PEDRO TAQUES (Bloco/PDT – MT) – Para ser fiel e leal ao que foi escrito no relatório do Senador Ferraço, neste caso aqui, de R$4 milhões para o antigo Zaire, de US$9 milhões de alívio à Costa do Marfim, o relatório do Senador Ferraço trouxe essas informações necessárias.

E também apresentei, Sr. Presidente, um projeto de resolução para alterar a Resolução nº 50, de 1993, para exigir que, dentre as informações prestadas ao Senado para autorização de renegociação de dívida, esteja incluída uma avaliação de risco político e qualidade da governança do país beneficiário. A Resolução nº 50, de 1993, precisa ser alterada para que nós possamos ter essa informação. Já apresentei o projeto de resolução.

O SR. PRESIDENTE (Lindbergh Farias. Bloco/PT – RJ) – Os Srs. Senadores que concordam com a aprovação dos quatro requerimentos, de forma excepcional sendo votados no mesmo dia, permaneçam como se encontram. (*Pausa.*)

Aprovados os requerimentos.

Quero que os senhores saibam, antes de passar para o item 2 da pauta, que acho que foi dado, aqui, um recado pela Comissão de Assuntos Econômicos, recado da demonstração da preocupação com a situação fiscal dos Estados e critérios da Secretaria do Tesouro Nacional. Vamos, a partir dessa reunião no mês de agosto, com o Secretário do Tesouro Nacional, enfrentar esse debate. Esses requerimentos aqui apresentados por esta Comissão pedem a situação detalhada de cada Estado e os Srs. Senadores, a partir dessas informações, vão ter muito mais condição de deliberar sobre o tema.

Acho que a Comissão de Assuntos Econômicos, hoje, se pronunciou de forma muito clara sobre esse tema.

O SR. RODRIGO ROLLEMBERG (Bloco/PSB – DF) – Sr. Presidente, pela ordem.

O SR. PRESIDENTE (Lindbergh Farias. Bloco/PT – RJ) – Senador Rodrigo Rollemberg.

O SR. RODRIGO ROLLEMBERG (Bloco/PSB – DF) – Sr. Presidente, eu sou o Relator do item 4, que é o empréstimo para Pernambuco, e consultei os Relatores dos itens 2 e 3 se eu poderia pedir uma inversão de pauta, porque eu tenho uma reunião de toda a Bancada do Centro-Oeste com o Ministro da Fazenda, Guido Mantega, agora, ao meio-dia. Se for possível, se não houver discordância de nenhum Senador e concordância de V. Exª, eu gostaria de pedir essa inversão.

O SR. PRESIDENTE (Lindbergh Farias. Bloco/PT – RJ) – Claro. Os Senadores Eduardo Suplicy e Alvaro Dias, pelo silêncio, concordam.

Então, passaremos ao item 4.

ITEM 4
MENSAGEM (SF) Nº 54, DE 2013
– Não Terminativo –

Propõe, nos termos do art. 52, incisos V, VII e VIII, da Constituição Federal, seja autorizada a contratação de operação de crédito externo, com garantia da República Federativa do Brasil, entre o Estado de Pernambuco e o Banco Interamericano de Desenvolvimento – BID, no valor de até US$550,000,000.00 (quinhentos e cinquenta milhões dólares dos Estados Unidos da América), cujos recursos destinam-se ao financiamento parcial do "Programa de Desenvolvimento das Políticas Públicas do Estado de Pernambuco II – DPL".

Autoria: Presidente da República

Relatoria: Senador Rodrigo Rollemberg

De acordo com a Resolução nº 43, de 2001, do Senado Federal, encontram-se presentes para acompanhar a apreciação da matéria o Sr. Eduardo Luiz Gaudard, Gerente de Responsabilidades Financeiras da Secretaria do Tesouro Nacional, Ministério da Fazenda, representando o Tesouro Nacional, e o Sr. Carlos Xavier, Gerente Geral de Apoio Técnico da Representação do Estado.

Com a palavra, o Relator, Senador Rodrigo Rollemberg.

O SR. RODRIGO ROLLEMBERG (Bloco/PSB – DF) – Agradecendo, Sr. Presidente, especialmente aos Relatores dos itens 2 e 3 da pauta, trata-se do parecer da Comissão de Assuntos Econômicos sobre a Mensagem nº 54, de 2013 (nº 274, de 2013, na origem), da Presidente da República, que propõe ao Senado Federal seja autorizada a contratação de operação de crédito externo, com a garantia da República Federativa do Brasil, entre o Estado de Pernambuco e o Banco Internacional para Reconstrução e Desenvolvimento (BIRD), no valor de até US$550.000.000,00 (quinhentos e cinquenta milhões de dólares dos Estados Unidos da América), de principal, destinada a financiar o "Programa de Desenvolvimento das Políticas Públicas do Estado de Pernambuco II – DPL".

A análise da presente operação de crédito externo fundamenta-se no art. 52, incisos V, VII e VIII, da Constituição Federal, e visa examinar o cumprimento das determinações das Resoluções nºs 40 e 43, de 2001, e 48, de 2007, todas do Senado Federal, e da Lei de Responsabilidade Fiscal. Essas são as normas que regulam os limites e condições para a contratação de operações de crédito internas e externas, inclusive concessão de garantia, nos três níveis de governo.

De acordo com o Parecer nº 572, de 24 de maio de 2013, da Coordenação-Geral de Operações de Crédito de Estados e Municípios da Secretaria do Tesouro Nacional, o Estado de Pernambuco cumpre os limites e demais condições definidas pelas referidas resoluções. Portanto, atende os requisitos mínimos previstos no art. 32 da Lei de Responsabilidade Fiscal.

Em particular, a operação enquadra-se nos limites definidos nos incisos I, II e III do art. 7º da Resolução nº 43, de 2001, que tratam, respectivamente, do montante anual passível de contratação, do comprometimento máximo da Receita Corrente Líquida com amortizações, juros e demais encargos da dívida consolidada e do montante da dívida consolidada líquida do Estado.

No referido parecer, consta que, já considerado o empréstimo em exame, o Estado de Pernambuco terá nível de endividamento baixo, equivalente a 0,81 vezes a sua Receita Corrente Líquida, comprometendo, tão somente, 40,3% do valor máximo admitido para esse limite de endividamento pela Resolução nº 40, de 2001, que é de 2.

Verifica-se ainda que, com o empréstimo, o montante global de operações realizadas em um exercício determinado, relativamente às projeções da Receita Corrente Líquida, é decrescente até 2018, último ano da projeção realizada, quando atingirá valor desprezível (0,09%).

Já o comprometimento anual da receita corrente líquida do Estado com o serviço de sua dívida será de 7,33% em 2013, com tendência decrescente para o período apurado até 2043. Nesse período, no qual haverá pagamentos previstos da operação pretendida, a média de comprometimento será de 3,53%, bem inferior aos 11,5% fixados como limite máximo pelo Senado Federal.

Fica destacado ainda que, conforme declaração do Chefe do Poder Executivo do Estado de Pernam-

buco, as ações previstas para o Programa estão inseridas no Plano Plurianual para o quadriênio 2012/2015 estabelecido pela Lei Estadual nº 14.532, de 9 de dezembro de 2011.

O orçamento previsto para o exercício financeiro de 2013, conforme a Lei Estadual nº 14.898, de 20 de dezembro de 2012, contempla dotações para o Programa objeto da operação. Há declaração do Governo do Estado informando que o ingresso de recursos relativos à operação e aos encargos da operação de crédito está previsto e contemplado, sendo as dotações suplementadas na ocorrência de eventuais acréscimos.

Com vistas à concessão da garantia da União, submetida ao que determina o art. 40 da Lei de Responsabilidade Fiscal e aos limites e condições previstos nos arts. 9º e 10 da Resolução do Senado Federal nº 48, de 2007, examina-se, em seguida, a situação de adimplência do Estado em relação à União e as contragarantias oferecidas.

Nesse contexto, de imediato cabe destacar que a Lei Estadual nº 14.843, de 22 de novembro de 2012, autoriza o Poder Executivo a contratar operação de crédito externo com o BIRD, no valor de até US$ 550 milhões, e a vincular, como contragarantias à garantia da União, as parcelas necessárias e suficientes das receitas a que se referem os arts. 155, 157 e 159, na forma do § 4º do art. 167, todos da Constituição Federal, e outras garantias em direito admitidas.

Em estudo sobre o comprometimento das transferências federais e receitas próprias do Estado de Pernambuco, a Secretaria do Tesouro Nacional conclui que as contragarantias oferecidas pelo Estado são consideradas suficientes caso a União venha a honrar compromisso assumido na condição de garantidora da operação.

Por sua vez, não há registro de compromissos honrados pela União em nome do Governo do Estado de Pernambuco nos últimos anos, em decorrência de garantias concedidas, estando ainda o Estado adimplente com as instituições integrantes do Sistema Financeiro Nacional. Não há ainda pendências do Estado referentes aos financiamentos e refinanciamentos concedidos pela União.

Ademais, a Secretaria do Tesouro Nacional informa que o Estado cumpre com as metas e os compromissos assumidos no Programa de Ajuste e Reestruturação Fiscal, em conformidade com o disposto na Resolução nº 43, de 2001, do Senado Federal, sendo que a operação pretendida não implica violação do seu acordo de refinanciamento firmado com a União.

Conforme o Relatório de Gestão Fiscal da União para o primeiro quadrimestre de 2013, existe margem para a concessão da pleiteada garantia da União, dentro dos limites estabelecidos pelo Senado Federal, nos termos do art. 9º da Resolução nº 48, de 2007.

A Secretaria do Tesouro Nacional procede ainda a uma avaliação própria acerca da capacidade de pagamento do empréstimo pelo Estado. Ela é aferida nos termos da Portaria MF nº 306, de 2012, e serve de parâmetro para efeito da concessão de garantia da União.

Assim, de acordo com análise consignada na Nota nº 477, de 24 de junho de 2013, da Coordenação-Geral das Relações e Análise Financeira dos Estados e Municípios (Corem) da Secretaria do Tesouro Nacional, o Estado de Pernambuco foi classificado na categoria B. Apresenta, portanto, baixo risco de crédito, além de atender ao indicador de Endividamento e ao indicador de Serviço da Dívida, dispondo, assim, de forte situação fiscal, suficiente para o recebimento de garantia da União.

A PGFN considerou ainda que as condições contratuais são as usualmente estipuladas pelo BIRD em suas operações financeiras, concluindo que foi observado o art. 8º da Resolução nº 48, de 2007, do Senado Federal, que veda disposição contratual de natureza política, atentatória à soberania e à ordem pública, contrária à Constituição e às leis brasileiras ou que implique compensação automática de débitos e créditos.

Registre-se, por fim, que o Estado de Pernambuco cumpre os limites constitucionais para os gastos com pessoal, educação e saúde, e exerce plenamente a sua competência tributária.

Conclui-se, assim, que estão satisfeitos os limites e condições estabelecidos pelas referidas resoluções do Senado Federal que tratam da matéria, assim como as exigências e condições para a prestação de garantia pela União, contidas no art. 40 da Lei de Responsabilidade Fiscal.

Voto.

Ante o exposto, voto pela aprovação do pedido de autorização do Estado de Pernambuco para contratar a operação de crédito externo, nos termos do projeto de resolução a seguir.

O SR. PRESIDENTE (Lindbergh Farias. Bloco/PT – RJ) – A matéria está em discussão. (*Pausa.*)

Não havendo mais quem queira discutir, em votação o relatório do Senador Rodrigo Rollemberg.

Os Senadores que concordam com o relatório permaneçam como estão. (*Pausa.*)

Aprovado o relatório, que passa a constituir o parecer da CAE, favorável, nos termos do PRS apresentado.

O SR. RODRIGO ROLLEMBERG (Bloco/PSB – DF) – Sr. Presidente, solicito a apreciação da urgência da matéria.

O SR. PRESIDENTE (Lindbergh Farias. Bloco/PT – RJ) – Em votação a apresentação do requerimento de urgência proposto pelo Senador Rodrigo Rollemberg.

Os Senadores que concordam com a apresentação do requerimento permaneçam como estão. (*Pausa.*)

Aprovada o requerimento de urgência para a matéria.

Esta Comissão cumprimenta o querido Governador do Estado de Pernambuco, Eduardo Campos.

O SR. LUIZ HENRIQUE (Bloco/PMDB – SC) – Sr. Presidente, pela ordem.

O SR. PRESIDENTE (Lindbergh Farias. Bloco/PT – RJ) – Senador Luiz Henrique.

O SR. LUIZ HENRIQUE (Bloco/PMDB – SC) – Consulto V. Exª se, no caso de Sergipe, já foi também deferida a urgência.

O SR. PRESIDENTE (Lindbergh Farias. Bloco/PT – RJ) – Já.

O SR. LUIZ HENRIQUE (Bloco/PMDB – SC) – Obrigado.

O SR. PRESIDENTE (Lindbergh Farias. Bloco/PT – RJ) – Já foi aprovado o pedido de urgência.

ITEM 2

MENSAGEM (SF) Nº 52, DE 2013
– Não Terminativo –

Propõe, nos termos do art. 52, incisos V, VII e VIII, da Constituição, a autorização da contratação de operação de crédito externo, com garantia da República Federativa do Brasil, entre o Estado de Sergipe e o Fundo Internacional para o Desenvolvimento Agrícola (Fida), no valor de até SDR 10.312.201 (dez milhões, trezentos e doze mil e duzentos e um Direitos Especiais de Saque), de principal, cujos recursos destinam-se ao financiamento parcial do "Projeto de Desenvolvimento de Negócios Rurais para Pequenos Produtores – Projeto Dom Távora".
Autoria: Presidente da República
Relatoria *ad hoc*: Senador Eduardo Suplicy

De acordo com a Resolução nº 4.301 do Senado Federal, encontra-se presente para acompanhar a apreciação da matéria o Sr. Eduardo Luiz Godard, Gerente de Responsabilidades Financeiras da Secretaria do Tesouro Nacional, Ministério da Fazenda, representando o Tesouro Nacional.

Com a palavra, o Relator.

O SR. EDUARDO SUPLICY (Bloco/PT – SP) – Sr. Presidente, Senador Lindbergh Farias...

O SR. FRANCISCO DORNELLES (Bloco/PP – RJ) – Sr. Presidente, pela ordem. Eu queria sugerir ao Senador Suplicy – se V. Exª, logicamente, estiver de acordo – que, como o parecer já é de conhecimento dos Senadores, V. Exª poderia ir direto ao voto.

O SR. PRESIDENTE (Lindbergh Farias. Bloco/PT – RJ) – Exatamente.

O SR. EDUARDO SUPLICY (Bloco/PT – SP) – Vou sintetizá-lo, então, no mínimo como responsabilidade aqui, pelo menos uma parte essencial da análise.

Como ressaltado nos pareceres da Secretaria do Tesouro Nacional, anexos à mensagem, o Estado de Sergipe atende aos limites definidos nas Resoluções nº 40 e nº 43, de 2001, e aos limites definidos nos incisos I, II e III do art. 7º da Resolução nº 43, que tratam, do montante anual de operações de crédito passível de contratação, do montante máximo de comprometimento da receita corrente líquida com amortizações, juros e demais encargos financeiros da dívida consolidada e do montante da dívida consolidada dos Estados e dos Municípios.

Avalio, e inclusive conforme o Senador Luiz Henrique há pouco mencionou, que o Governador Marcelo Déda, que tem sido um homem público de extraordinária responsabilidade e um exemplo para todos nós, terá nessa operação que propiciará empréstimos a pequenos agricultores toda a responsabilidade.

Então, o voto é que o pleito encaminhado pelo Estado de Sergipe encontra-se de acordo com o que preceituam as resoluções do Senado sobre a matéria, devendo ser concedida a autorização para contratação de operação de crédito externo pretendida nos termos do projeto de resolução disponível para todos os Srs. Senadores.

Sr. Presidente, esse é o voto.

O SR. PRESIDENTE (Lindbergh Farias. Bloco/PT – RJ) – A matéria está em discussão.

O SR. IVO CASSOL (Bloco/PP – RO) – Sr. Presidente, eu só queria fazer uma solicitação, para o senhor colocar como extrapauta o Projeto de Lei da Câmara nº 47, que institui a indenização devida a ocupante de cargo efetivo das carreiras e planos de cargos que especifica, em exercício nas unidades situadas em localidades estratégicas vinculadas à prevenção, controle, fiscalização e repressão dos delitos transfronteiriços.

O Relator é o Humberto Costa e, se for o caso, eu me coloco à disposição para ser Relator *ad hoc*, para poder colocar como extrapauta, se fosse possível.

O SR. PRESIDENTE (Lindbergh Farias. Bloco/PT – RJ) – Senador Ivo Cassol, a gente está na discussão do item 2 da pauta. Logo depois, nós avançaremos...

O SR. IVO CASSOL (Bloco/PP – RO) – Mas eu já estou de acordo. Já está todo mundo de acordo com o Relator, portanto já estão puxando para poder produzir aqui nesta Comissão.

O SR. PRESIDENTE (Lindbergh Farias. Bloco/PT – RJ) – A matéria está em discussão. (*Pausa.*)

Não havendo quem queira discutir, vamos colocar em votação o Relatório do Senador Eduardo Suplicy.

Os Senadores que concordam com o relatório permaneçam como estão. (*Pausa.*)

Aprovado o relatório, que passa a constituir o parecer da CAE, favorável nos termos do PRS apresentado.

O SR. EDUARDO SUPLICY (Bloco/PT – SP) – Peço urgência, Sr. Presidente, para que...

O SR. PRESIDENTE (Lindbergh Farias. Bloco/PT – RJ) – Em votação a apresentação do requerimento de urgência proposto pelo Senador Eduardo Suplicy.

Os Senadores que concordam com a apresentação do requerimento permaneçam como estão. (*Pausa.*)

O SR. EDUARDO SUPLICY (Bloco/PT – SP) – Sr. Presidente, também gostaria de...

O SR. PRESIDENTE (Lindbergh Farias. Bloco/PT – RJ) – Aprovada a apresentação de requerimento de urgência para a matéria.

O SR. EDUARDO SUPLICY (Bloco/PT – SP) – Gostaria de salientar que o item 13, sobre a operação de empréstimo para São Paulo, também é muito importante. O Senador Alvaro Dias é o Relator. Gostaria que fosse devidamente considerado também para apreciação nesta reunião, Sr. Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Lindbergh Farias. Bloco/PT – RJ) – Vamos entrar agora nas mensagens e, logo depois, eu examino o extrapauta. Vamos acabar as mensagens agora.

ITEM 3
MENSAGEM (SF) Nº 53, DE 2013
– Não Terminativo –

Propõe, nos termos do art. 52, incisos V, VII e VIII, da Constituição Federal, seja autorizada a contratação de operação de crédito externo, com garantia da República Federativa do Brasil, entre o Estado de São Paulo e a Corporação Andina de Fomento – CAF, no valor de até US$ 200,000,000.00 (duzentos milhões de dólares dos Estados Unidos da América), cujos recursos destinam-se ao financiamento parcial do "Programa de Transporte, Logística e Meio Ambiente".
Autoria: Presidente da República
Relatoria: Senador Alvaro Dias

De acordo com a Resolução nº 43, do Senado Federal, encontram-se presentes, para acompanhar a apreciação da matéria, o Sr. Eduardo Luiz Goudard, Gerente de Responsabilidades Financeiras da Secretaria do Tesouro Nacional, e o Sr. Silvano Gianni, Chefe do Escritório do Governo de São Paulo, em Brasília.

Com a palavra, o Relator, Senador Alvaro Dias.

O SR. ALVARO DIAS (Bloco/PSDB – PR) – Sr. Presidente, resumo. São US$200 milhões. Como V. Exª já enfatizou, trata-se de programa de transporte, logística e meio ambiente. Prevê a recuperação e a ampliação da capacidade de 320 quilômetros de rodovias, divididos em onze trechos já aprovados pelo banco: reconstrução de faixas existentes, capacitação das rodovias, através de duplicação e implantação de terceiras faixas, implantação e recuperação de acostamentos; implantação e remodelação de geometria, de dispositivos de acesso e retorno, tanto em nível como em desnível; recuperação, alargamento e construção de obras de arte, revisão do sistema de drenagem, implantação de ciclovia e passeio de pedestre, implantação de sinalização definitiva.

São Paulo tem capacidade de endividamento e, portanto, o nosso parecer é favorável, Sr. Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Lindbergh Farias. Bloco/PT – RJ) – A matéria está em discussão.

O SR. JOSÉ PIMENTEL (Bloco/PT – CE) – Para discutir, Sr. Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Lindbergh Farias. Bloco/PT – RJ) – Senador José Pimentel.

O SR. JOSÉ PIMENTEL (Bloco/PT – CE) – Sr. Presidente, quero registrar de antemão que votarei favorável, até porque a matéria tem como objetivo melhorar a mobilidade urbana e, quanto maior a cidade, mais problemas temos. Portanto, ela é justa.

No entanto, quero registrar que as restrições que constavam no Estado do Acre e no Estado do Sergipe constam também no Estado de São Paulo. À pág. 457, diz a Secretaria do Tesouro Nacional:

> A Coordenação-Geral de Relações e Análise Financeira de Estados e Municípios da Secretaria do Tesouro Nacional, mediante Nota nº 446, de 17 de junho de 2013, efetuou a análise dos resultados fiscais e risco de crédito do mutuário, implicando na capacidade de pagamento de pontuação "C", que corresponde à situação fiscal, cujos indicadores não atendem aos critérios de elegibilidade para o recebimento da garantia da União.

No entanto, o Sr. Secretário do Tesouro Nacional, da mesma maneira que atuou no Estado do Acre, no Estado de Sergipe, no Estado do Ceará, também atua no Estado de São Paulo, mostrando que não há nenhum privilégio nem tratamento diferenciado.

E quero registrar também quem, quando o debate diz respeito a Estado administrado pelo Partido

dos Trabalhadores, como foi o caso do Acre, foi pedido vista por conta do item "c", e para o Estado Sergipe – acabamos de assistir aqui –, um empréstimo de US$5 bilhões, que tem como objetivo melhorar a arrecadação, há um debate muito duro. Mas, aqui, em relação a esses US$285 milhões, importantes, no mesmo critério, quero registrar o debate que deixamos de fazer.

O meu voto é favorável, Sr. Presidente.

O SR. IVO CASSOL (Bloco/PP – RO) – Só para discutir.

O SR. ALVARO DIAS (Bloco/PSDB – PR) – Sr. Presidente, apenas para dizer ao Senador José Pimentel...

O SR. PRESIDENTE (Lindbergh Farias. Bloco/PT – RJ) – Senador Alvaro Dias e, depois, Senador Ivo Cassol.

O SR. ALVARO DIAS (Bloco/PSDB – PR) – Não debatemos o caso Sergipe, debatemos a questão macro do endividamento público, envolvendo todos os Estados, inclusive São Paulo. Não há aqui nenhuma distinção entre uma unidade da Federação e outra, apenas a preocupação com o endividamento público do País.

O SR. JOSÉ PIMENTEL (Bloco/PT – CE) – Lamentavelmente, no caso do Acre, nobre Senador José Agripino, foi pedido vista.

O SR. IVO CASSOL (Bloco/PP – RO) – Só para concluir, para discutir a matéria.

O SR. PRESIDENTE (Lindbergh Farias. Bloco/PT – RJ) – Senador Ivo Cassol.

O SR. IVO CASSOL (Bloco/PP – RO) – Como fui eu que pedi vista no dia, queria dizer que o caso do Acre é muito mais grave, não é só "C", mas "C" com mais não-sei-o-quê junto; a coisa é mais complicada ainda, são tantas letras para decifrarmos...

Então, a situação do Estado do Acre é bem mais grave. Quando o Acre, na verdade, preserva 90% das suas matas e o Governo Federal não dá uma Cibalena em troca aos Estados da Região Amazônica. Quando falei, não contra o Senador Pimentel, mas para levantar essa questão, Senador, foi em termos gerais. O que eu quis dizer? O Secretário Nacional de Fazenda, o Sr. Arno, me desculpe, é um irresponsável, não merece o cargo que tem. Ele está usando a prerrogativa que é nossa, dos Senadores, de dizer se podemos ou não podemos em condições especiais. Não é o Secretário Nacional que tem de falar isso. Ele tem de se basear nos pareceres dos técnicos e mandar para cá, para nós, sim, aqui, dizermos: vamos ajudar em critérios gerais todos os Estados.

Então, a questão de Sergipe, Senador, não foi isolada, ela é conjuntural, englobada aos demais Estados, quando já se vem praticando essa mesma situação, mesmo nos chegando à última hora, só para dizer amém. Até parece que estamos em um culto e os políticos chegam ao final; quando o pastor diz amém, a gente fala amém. É o que está acontecendo aqui também.

O SR. PRESIDENTE (Lindbergh Farias. Bloco/PT – RJ) – A matéria continua em discussão. (*Pausa.*)

Não havendo mais quem queira discutir, em votação o relatório do Senador Alvaro Dias.

Os Senadores que concordam com o relatório permaneçam como estão. (*Pausa.*)

Aprovado o relatório, que passa a constituir parecer da CAE, favorável, nos termos do PRS apresentado.

O SR. ALVARO DIAS (Bloco/PSDB – PR) – Peço urgência, Sr. Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Lindbergh Farias. Bloco/PT – RJ) – Em votação a apresentação do requerimento de urgência proposto pelo Senador Alvaro Dias.

Os Senadores que concordam com a apresentação do requerimento permaneçam como estão. (*Pausa.*)

Aprovada a apresentação do requerimento de urgência para a matéria.

Senhores, vamos ter ainda a votação dos itens 7 e 12, cujo Relator é o Senador Alvaro Dias e do item 13.

Não temos quórum para entrar nas terminativas. Vamos ter votação desses três pontos.

Há aqui um pedido do Senador Ivo Cassol de inclusão extrapauta de uma matéria. Não é praxe desta Comissão, mas a Presidência vai consultar o Plenário. Ligou-me também o Senador Humberto Costa, que é o Relator, falando da importância desse projeto.

Passo a palavra ao Senador Ivo Cassol, que fará a explicação para que o Plenário possa decidir se colocamos extrapauta ou não.

O SR. IVO CASSOL (Bloco/PP – RO) – Sr. Presidente, agradeço a V. Exª.

A minha solicitação de inclusão desse Projeto de Lei da Câmara nº 47, de 2013, é fundamental para que possamos ajudar, especialmente em relação à instituição de indenização devida a ocupantes de cargos efetivos das carreiras de planos de cargos e salários específicos dos exercícios nas unidades vinculadas em localidades estratégicas, em faixas de fronteiras, nesses lugares mais difíceis, para servirem como estímulo especialmente para podermos ter um controle muito maior.

Portanto, Sr. Presidente, se V. Exª concordar com essa solicitação de inclusão extrapauta, eu ficarei feliz. E uma vez que o próprio relator não está presente, coloco-me à disposição para relatar *ad hoc*, se for o caso, se V. Exª concordar em colocar extrapauta.

O SR. PRESIDENTE (Lindbergh Farias. Bloco/PT – RJ) – Pergunto se algum Senador é contra a inclusão

extrapauta, que iria para o último ponto. Votaríamos os itens nºs 7, 12 e 13 e esse que é o item 21.

Se nenhum Senador se opuser, está incluído extrapauta esse que é o item 21. (*Pausa*.)

ITEM 7
PROJETO DE LEI DO SENADO Nº 171, DE 2005
Complementar
– Não Terminativo –

Dispõe sobre a participação da população e de suas entidades no processo orçamentário.
Autoria: Senador Pedro Simon
Relatoria: Senador Cristovam Buarque
Relatório: Favorável ao Projeto nos termos da Emenda nº 1-CCJ (substitutivo).
Observações:
1. A matéria foi apreciada pela Comissão de Constituição, Justiça e Cidadania, com parecer favorável ao Projeto nos termos da Emenda nº 1-CCJ (substitutivo).

Designo aqui o Senador Eduardo Suplicy como Relator *ad hoc* desse item 7.

O SR. SÉRGIO SOUZA (Bloco/PMDB – PR) – Pela ordem, Sr. Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Lindbergh Farias. Bloco/PT – RJ) – Com a palavra o Senador Sérgio Souza.

O SR. SÉRGIO SOUZA (Bloco/PMDB – PR) – Sr. Presidente, da mesma forma, eu gostaria de requerer extrapauta o Projeto de Lei da Câmara nº 7, de 2013.

Esse projeto de lei já foi lido por mim no dia 25 de junho. Houve pedido de vista coletivo, retornou na semana passada e eu o retirei de pauta para preparar o relatório. A minha assessoria já me encaminhou o relatório e está pronto para ter votado. Não é terminativo e eu requeiro a V. Exª, se possível, votarmos ainda hoje.

Muito obrigado.

O SR. IVO CASSOL (Bloco/PP – RO) – Já foi lido, então, portanto, é só para votação.

O SR. PRESIDENTE (Lindbergh Farias. Bloco/PT – RJ) – Estamos na discussão do item 7 da pauta.

Senador Eduardo Suplicy.

O SR. EDUARDO SUPLICY (Bloco/PT – SP) – Sr. Presidente Lindbergh Farias, em exame nesta Comissão o Projeto de Lei do Senado nº 171, de 2005 – Complementar, de autoria do Senador Pedro Simon, que dispõe sobre a participação da população e de suas entidades no processo orçamentário da União, dos Estados e dos Municípios.

O Projeto determina que os Poderes Executivo e Legislativo promovam e incentivem a participação direta de cidadãos ou de suas entidades legalmente constituídas no processo de elaboração, aprovação e controle de execução do plano plurianual, da lei de diretrizes orçamentárias e das leis orçamentárias anuais.

A participação dar-se-á mediante a realização de audiências públicas e a apresentação de propostas de iniciativa popular, conforme o art. 2º.

Nos termos dos arts. 3º e 4º, durante a elaboração dos referidos projetos de leis, o Poder Executivo organizará as audiências públicas para dar conhecimento público das características e linhas gerais dos projetos e para permitir a apresentação das propostas pelos cidadãos ou por representantes das entidades da sociedade. As audiências públicas, no âmbito das comissões do Poder Legislativo, terão por objetivo instruir os projetos de leis orçamentárias e os relatórios de fiscalização elaborados pelos Tribunais de Contas.

No seu art. 5º, determina a ampla publicidade das audiências públicas realizadas pelos Poderes Executivo e Legislativo. No art. 6º, fixa o prazo de 360 dias para que a União, os Estados, o Distrito Federal e os Municípios aprovem leis com a finalidade de definir a organização e o funcionamento das referidas audiências públicas, bem como a participação dos cidadãos e das entidades interessadas.

O art. 7º estabelece que as propostas aceitas tenham a redução das desigualdades sociais e regionais como objetivo fundamental.

O autor refere-se à iniciativa legislativa que adotou em 1996 sobre a matéria e que ora retoma com a apresentação do presente projeto de lei. Visa ampliar os mecanismos de participação direta dos cidadãos nos processos decisórios de interesse público, para além do plebiscito, do referendo, da iniciativa popular de projetos de lei e da participação em conselhos comunitários. Argumentou Pedro Simon: "Na trilha aberta pela Constituição Federal, compete aos administradores públicos e muito especialmente ao segmento político ampliar o envolvimento da sociedade na condução dos negócios públicos e criar novos instrumentos de participação."

Ao projeto não foram apresentadas emendas.

Na CCJ, foi distribuído a mim, que emiti parecer pela aprovação da matéria, conforme substitutivo aprovado na reunião de 19 de maio de 2010.

Continua a tramitar agora nesta Comissão.

O art. 99 do Regimento fixa as competências desta Comissão e, em seu inciso IV, dispõe que cabe a ela opinar sobre proposições relativas a finanças públicas.

A presente iniciativa legislativa está, segundo o Relator Cristovam Buarque, e estou lendo *ad hoc*, em conformidade com o disposto no art. 61, combinado com o arts. 24 e 48, II, da Constituição Federal, se encontra no rol de matérias sobre as quais cabe ao Congresso.

Quanto à juridicidade, o substitutivo aprovado na CCJ ajusta, de forma mais adequada, o conteúdo do projeto de lei ao ordenamento jurídico vigente.

Com o referido substitutivo, a presente proposta passa a alterar a Lei Complementar nº 101, de 4 de maio de 2000, sobre a realização de audiência em matérias orçamentárias.

Conforme disse o Relator então, Senador Eduardo Suplicy, menciona Cristovam Buarque:

> Restaria, para cumprir os objetivos a que o projeto sob exame se propõe, inserir, na referida Lei de Responsabilidade Fiscal, a exigência da realização de audiências públicas, em todas as fases do processo, no âmbito do Poder Executivo e do Poder Legislativo, como forma de ouvir e acolher as demandas originadas da sociedade civil.

Gostaria de salientar que o Senador Pedro Simon, ao apresentar essa proposição, leva em consideração as experiências pioneiras que aconteceram no Rio Grande do Sul, em especial em Porto Alegre, ao tempo do então Prefeito Olívio Dutra, do Prefeito Tarso Genro, hoje Governador, e dos prefeitos que se seguiram, inclusive o Prefeito José Fortunati – hoje no PDT e antes no PT – que continuam com o procedimento de orçamento participativo, que também se ampliou para a prática do Governo do Estado do Rio Grande do Sul. E, testemunha desses eventos, o Senador Pedro Simon se inspirou para apresentar esta proposição.

Por todas essas razões, considero o projeto relevante e meritório, representando a consolidação e a universalização das experiências de participação popular de maior sucesso na história recente do Brasil – diz o Senador Cristovam Buarque.

Do ponto de vista da melhor técnica legislativa, entendo que o substitutivo aprovado na CCJ aprimora, de fato, o projeto de lei.

Voto.

Diante do exposto, o nosso voto é pela aprovação do Projeto de Lei do Senado nº 171, de 2005-Complementar, nos termos da Emenda nº 1-CCJ (Substitutivo), aprovada ali naquela Comissão.

Obrigado, Senador Presidente Lindbergh Farias.

O SR. PRESIDENTE (Lindbergh Farias. Bloco/PT – RJ) – A matéria está em discussão. (*Pausa.*)

Não havendo mais quem queira discutir, vamos colocar em votação o relatório.

Em votação o relatório do Senador Eduardo Suplicy.

Os Senadores que concordam com o relatório permaneçam como estão. (*Pausa.*)

Aprovado, com uma abstenção, do Senador Francisco Dornelles.

Aprovado o relatório, que passa a constituir o parecer da CAE, favorável ao projeto, nos temos da Emenda nº1-CCJ/CAE substitutivo.

Nós vamos...

O SR. LUIZ HENRIQUE (Bloco/PMDB – SC) – Sr. Presidente, pela ordem.

O SR. PRESIDENTE (Lindbergh Farias. Bloco/PT – RJ) – Pela ordem, o Senador Luiz Henrique.

O SR. LUIZ HENRIQUE (Bloco/PMDB – SC) – Antes de passar ao próximo item da pauta, eu gostaria de considerar, mais uma vez, já que, a partir de agosto, nós vamos entrar em nova fase relativamente aos empréstimos externos, que acabemos também, Sr. Presidente, com esse desperdício de dinheiro que é a impressão desses catataus em cada reunião.

Por outro lado, é preciso que o Prodasen nos dê acesso às matérias em pauta nas Comissões.

Por coerência, eu tentei acessar as matérias da CAE, e o que diz aqui? "Falha na conexão." Então, seria preciso que, durante o recesso, a Casa tomasse a providência de não mais imprimir esses avulsos e de garantir que os Senadores tenham acesso eletrônico à pauta de cada reunião.

Esse é o apelo que eu faço a V. Exª.

O SR. PRESIDENTE (Lindbergh Farias. Bloco/PT – RJ) – Senador Luiz Henrique, eu já solicitei à Mesa e à Secretaria aqui da Comissão de Assuntos Econômicos que tomem todas as providências para que possamos fazer isso. Eu não sei dizer qual o problema que houve com relação à Internet na pauta de hoje, mas V. Exª está coberto de razão. V. Exª está tomando sempre a frente de debates contemporâneos, discussão da sustentabilidade...

O SR. LUIZ HENRIQUE (Bloco/PMDB – SC) – Nós temos um mundo digital, e o Senado, analógico. Não é possível continuarmos assim.

O SR. PRESIDENTE (Lindbergh Farias. Bloco/PT – RJ) – Eu quero reforçar a determinação que fiz à Secretaria desta Comissão, de que traga ao Presidente desta Comissão, numa próxima reunião, como estão as tratativas com a Mesa do Senado Federal, em que pé está essa solicitação que fiz à Secretaria, para que eu possa anunciar aqui aos Srs. Senadores.

Mas V. Exª saiba que tem total apoio desta Presidência. Nós vamos fazer os caminhos necessários para viabilizar essa solicitação de V. Exª.

Senador Luiz Henrique, nós vamos agora para o Item nº 12 da pauta.

O Senador Cristovam Buarque chegou aqui agora, e acabou de ser aprovado o projeto que V. Exª relatou,

Senador Buarque. Foi aprovado seu projeto, e o Senador Eduardo Suplicy foi Relator *ad hoc*...

O SR. CRISTOVAM BUARQUE (Bloco/PDT – DF) – Quero apenas agradecer ao Senador Suplicy pelo trabalho que eu dei a ele.

O SR. PRESIDENTE (Lindbergh Farias. Bloco/PT – RJ) – E nós vamos agora ao Item nº 12.

ITEM 12
TRAMITAÇÃO CONJUNTA
PROJETO DE LEI DO SENADO Nº 369, DE 2011
– Não Terminativo –

Altera o caput do art. 136 da CLT, para determinar que a concessão de férias do trabalhador seja precedida de consulta pelo empregador sobre a data do seu gozo.
Autoria: Senadora Ana Rita.

TRAMITA EM CONJUNTO
PROJETO DE LEI DO SENADO Nº 552, DE 2011
– Não Terminativo –

Altera o art. 136 da Consolidação das Leis do Trabalho, aprovada pelo Decreto-Lei n° 5.452, de 1° de maio de 1943, e a ele acresce um §3º, para dispor sobre a concessão de férias dos empregados membros de uma mesma família.
Autoria: Senador Marcelo Crivella
Relatoria: Senador Alvaro Dias
Relatório: favorável ao PLS nº 369 de 2011, acatando a Emenda nº 2, nos termos do substitutivo (Emenda nº 3) que apresenta, e pela prejudicialidade do PLS nº 522 de 2011
Observações:
1. As matérias serão apreciadas pela Comissão de Assuntos Sociais, em decisão terminativa;
2. Em 20/5/2013, foi apresentada a Emenda nº 2 (Substitutivo), de autoria do Senador José Agripino.

Com a palavra, o Relator, Senador Alvaro Dias.

O SR. ALVARO DIAS (Bloco/PSDB – PR) – Sr. Presidente, vou procurar ser sucinto, embora, talvez, não consiga. Imagino que os Senadores permitirão que o faça dessa maneira.

São dois projetos. O projeto da Senadora Ana Rita visa a obrigar o empregador a consultar o empregado interessado antes de definir a data da concessão das férias, e o Projeto nº 552 pretende garantir o direito de membros da mesma família de gozarem férias na mesma data, mesmo que não trabalhem no mesmo estabelecimento.

O substitutivo apresentado acata o conteúdo de ambas as proposições, e a alteração proposta pela Emenda nº 2, que aprimora o dispositivo que determina o processo de fixação da época de férias do empregado, mantendo a consulta ao interessado, mas eximindo o empregador da necessidade de fundamentar a decisão final.

As matérias serão ainda apreciadas pela Comissão de Assuntos Sociais, em decisão terminativa. Por isso, creio que poderemos aqui aprovar desta forma, a fim de que, na Comissão de Assuntos Sociais, se houver necessidade, ocorra o aprimoramento do substitutivo que estamos apresentando.

Faço a leitura do substitutivo:

EMENDA Nº – CAE (SUBSTITUTIVO)

PROJETO DE LEI DO SENADO Nº 369, DE 2011

Altera o art 136 da Consolidação das Leis do Trabalho, aprovada pelo Decreto-Lei nº 5.452, de 1º de maio de 1943, para dispor sobre a concessão de férias de acordo com as necessidades de trabalho e os interesses dos empregados.

O Congresso Nacional decreta:

Art. 1º O art. 136 do Decreto-Lei nº 5.452, de 1º de maio de 1943, que aprova a Consolidação das Leis do Trabalho – CLT, passa a vigorar com a seguinte redação:

Art. 136. *A época da concessão das férias deverá levar em conta as necessidades do trabalho e os interesses do empregado, mas, inexistindo concordância quanto à definição do período em que serão gozadas ou acordo ou convenção coletiva a respeito, caberá ao empregador a prerrogativa de fixar as datas, dando ciência ao empregado da decisão.*

§ 1º Os membros de uma mesma família terão direito a gozar férias no mesmo período, se assim o desejarem e se disso não resultar prejuízo para o serviço na empresa ou nas empresas em que trabalharem.

§ 2º Para o cumprimento do disposto no § 1º deste artigo, os empregados deverão comprovar, no prazo previsto no art. 135, a opção de concessão das férias do outro ente familiar empregado.

§ 3º O empregado estudante, menor de 18 (dezoito) anos, terá direito a fazer coincidir suas férias com as férias escolares. (NR)

Art. 2º Esta Lei entra em vigor na data de sua publicação.

Portanto, esse é o substitutivo apresentado, aproveitando o conteúdo das duas propostas, especialmente a da Senadora Ana Rita.

O SR. PRESIDENTE (Lindbergh Farias. Bloco/PT – RJ) – Obrigado, Senador Alvaro Dias.

A matéria está em discussão. (*Pausa.*)

Não havendo quem queira discutir, vamos colocar em votação o relatório.

Em votação o relatório do Senador Alvaro Dias.

Os Senadores que concordam com o relatório permaneçam como estão. (*Pausa.*)

Aprovado o relatório, que passa a constituir o Parecer da CAE, favorável, ao PLS nº 369, de 2011, e à Emenda nº 2, nos termos da Emenda nº 3, renumerada como Emenda nº 1 – CAE, e pela prejudicialidade do PLS nº 522, de 2011.

A matéria vai à Comissão de Assuntos Sociais, em decisão terminativa.

O SR. IVO CASSOL (Bloco/PP – RO) – Pela ordem, Sr. Presidente.

Eu gostaria de pedir a inversão de pauta do Projeto de Lei nº 47. Se puder fazer esse favor para mim, eu agradeço.

O SR. PRESIDENTE (Lindbergh Farias. Bloco/PT – RJ) – Se nenhum Senador se opuser, será votado o item extrapauta solicitado pelo Senador Ivo Cassol. É o item 21.

Peço à Secretaria da Comissão que o distribua para todos os Srs. Senadores.

Designo o Senador Ivo Cassol Relator *ad hoc*.

O SR. IVO CASSOL (Bloco/PP – RO) – Obrigado, Sr. Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Lindbergh Farias. Bloco/PT – RJ) – Vamos ter depois o...

O SR. ALVARO DIAS (Bloco/PSDB – PR) – Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Lindbergh Farias. Bloco/PT – RJ) – Senador Alvaro Dias.

O SR. ALVARO DIAS (Bloco/PSDB – PR) – Sr. Presidente, é uma consulta, uma orientação.

As Mensagens 36 e 40 dizem respeito a perdão de dívidas de países africanos. Não deliberaremos na...

O SR. PRESIDENTE (Lindbergh Farias. Bloco/PT – RJ) – Não, o Senador Ricardo Ferraço retirou a partir de um requerimento do Senador Pedro Taques, retirou os dois pontos.

O SR. ALVARO DIAS (Bloco/PSDB – PR) – Muito obrigado, Sr. Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Lindbergh Farias. Bloco/PT – RJ) – Vamos, então, para os itens extrapautas: temos o Item 13, e há uma solicitação do Senador Sérgio Souza para inclusão também de um outro ponto extrapauta, que é o Projeto de Lei da Câmara nº 7, 2013, que dá nova redação aos arts. 20, 32, 123 e 27 do Decreto-Lei nº 73, que dispõe sistema nacional de seguros privados.

Então, na verdade, temos esses três itens. Vou consultar o Plenário para inclusão desse ponto extrapauta.

EXTRAPAUTA

ITEM 21
PROJETO DE LEI DA CÂMARA Nº 47, DE 2013
– Não Terminativo –

Institui a indenização devida a ocupante de cargo efetivo das Carreiras e Planos de Cargos que especifica, em exercício nas unidades situadas em localidades estratégicas vinculadas à prevenção, controle, fiscalização e repressão dos delitos transfronteiriços.
Autoria: Presidente da República
Relatoria: Senador Humberto Costa (Substituído por Ad Hoc)
Relatoria *Ad Hoc*: Senador Ivo Cassol
Relatório: Favorável ao Projeto.
Observações:
1. A Matéria vai à Comissão de Constituição, Justiça e Cidadania.

Com a palavra o Senador Ivo Cassol, que foi designado, aqui, Senador *ad hoc*.

O SR. IVO CASSOL (Bloco/PP – RO) – Obrigado, Sr. Presidente.

Chega a esta Comissão para exame o parecer do Projeto da Câmara nº 47, 2013, nº 4.264, na Casa de origem, o Poder Executivo, que institui indenização devida a ocupante de cargos efetivos das carreiras, planos de cargos, que especifica, em exercício nas unidades situadas em localidades estratégicas, vinculadas à prevenção, controle, fiscalização, repressão dos delitos transfronteiriços.

Em síntese, a indenização instituída pela proposição alcança os servidores públicos em exercício de atividade nas delegacias e postos do Departamento da Polícia Federal, no Departamento da Polícia Rodoviária Federal e unidades da Secretaria da Receita Federal do Brasil, do Ministério da Agricultura, Pecuária, Abastecimento e do Ministério do Trabalho e Emprego, situados em localidades estratégicas. Especificamente, as carreiras e os cargos abrangidos são: carreiras de policiais federais, carreiras de policiais rodoviários federais, carreiras de auditoria da Receita Federal, cargos do plano especial de cargos do Departamento da Polícia Federal, cargos do plano especial de cargos do Departamento da Polícia Rodoviária Federal,

cargos do plano especial de cargos do Ministério da Fazenda, carreira de fiscal federal agropecuário, carreira de auditores fiscais do trabalho.

As localidades estratégicas definidas pela proposição serão definidas por ato do Poder Executivo, por municípios, segundo os critérios de localização em regiões de fronteira, existência de posto de fronteira ou de portos ou aeroportos com movimentação internacional, existência de unidades com o comando operacional sobre postos de fronteira e dificuldade para fixação de efetivos.

A indenização definida será devida por dia de efetivo trabalho nas delegacias, postos e unidades das localidades estratégicas, no valor de R$91,00 por dia, só dias de trabalho, sendo o pagamento devido apenas enquanto durar o exercício ou atividade na localidade, sendo equivalente à jornada de oito horas diárias, admitindo o reajuste proporcional no caso de carga horária maior ou menor prestada no dia.

Finalmente, essa indenização não poderá ser paga cumulativamente com diárias, indenizações ou quaisquer outras parcelas indenizatórias e não está sujeita à indenização de imposto de renda.

Está prevista a produção de efeitos financeiros a partir de janeiro do ano em curso.

É o relatório, Sr. Presidente.

O voto é pela aprovação nesta Comissão do Projeto de Lei nº 47, de 2013.

Obrigado por atender à solicitação.

O SR. PRESIDENTE (Lindbergh Farias. Bloco/PT – RJ) – A matéria está em discussão.

Senador Luiz Henrique.

O SR. LUIZ HENRIQUE (Bloco/PMDB – SC) – Para discutir, Sr. Presidente.

Acho que o projeto é altamente meritório. Na condição de Governador de Estado, criamos um programa semelhante, oferecendo vantagem pecuniária a todo servidor que se dispusesse a deixar a beleza da capital e se deslocar para o interior, principalmente para regiões mais fronteiriças do Estado. Só tenho uma dúvida: se devemos exprimir esse valor de diária de R$91,00 ou se devemos exprimi-la por um indicador, um x por cento do salário mínimo, tendo em vista a erosão monetária que vai ocorrer indiscutivelmente no futuro.

É a única dúvida que eu teria, se nós, para darmos um caráter de atualidade permanente a esse projeto, não deveríamos substituir essa expressão R$91,00 por um indicador que poderia ser calculado como x por cento do salário mínimo regional.

O SR. PRESIDENTE (Lindbergh Farias. Bloco/PT – RJ) – Senador Ivo Cassol.

O SR. IVO CASSOL (Bloco/PP – RO) – Até que a ideia é ótima. O único problema é que, se fizermos isso, automaticamente, esse projeto volta à Câmara novamente. Se não voltasse à Câmara, permanecesse daqui e fosse à Comissão de Constituição e Justiça, poderíamos colocar só a fração dentro do salário mínimo, que atingiria os R$91,00 na data de hoje.

Se isso for permitido por lei, eu não vejo dificuldade nenhuma em colocar tantos por cento do salário mínimo que atinjam exatamente os R$91,00 com data de hoje. Agora, se tiver que voltar à Câmara, daí eu não aconselho que a gente acate.

O SR. LUIZ HENRIQUE (Bloco/PMDB – SC) – Nessa circunstância, eu retiro a minha proposição.

O SR. IVO CASSOL (Bloco/PP – RO) – Mas, ao mesmo tempo, quero que fique registrado na Casa, nesta CAE, que se houver legalidade e sem precisar voltar atrás e nós só substituirmos os R$91,00 por percentual do salário mínimo, como Relator *ad hoc,* eu concordo.

Obrigado.

O SR. PRESIDENTE (Lindbergh Farias. Bloco/PT – RJ) – Essa matéria ainda vai para a CCJ.

Não havendo mais quem queria discutir, vamos colocar em votação o relatório. (*Pausa*.)

Em votação o relatório do Senador Ivo Cassol, sem mudança, do jeito que foi apresentado.

Os Senadores que concordam com o relatório permaneçam como estão. (*Pausa.*)

Aprovado o relatório, que passa a constituir parecer da CAE favorável ao projeto.

A matéria vai à CCJ.

ITEM 13
MENSAGEM (SF) Nº 29, DE 2013
– Não Terminativo –

Encaminha a Programação Monetária para o segundo trimestre e para o ano de 2013.
Autoria: Presidente da República
Relatoria: Senador Eduardo Braga
Relator ad hoc: Senador Sérgio Souza
Relatório: Favorável nos termos do Projeto de Decreto Legislativo que apresenta.

Com a palavra o Relator Sérgio Souza.

O SR. SÉRGIO SOUZA (Bloco/PMDB – PR) – Sr. Presidente, Srªs e Srs. Senadores componentes desta Comissão, em conformidade com o §1º do art. 6º da Lei nº 9.069, de 29 de junho de 1995, que dispõe sobre o Plano Real, a Presidente da República encaminha ao Senado Federal a Programação Monetária para o segundo trimestre de 2013.

Acompanha a Mensagem a Exposição de Motivos nº 23, de 2013, do Presidente do Banco Central, informando que a Programação foi aprovada pelo Conselho Monetário Nacional em sessão de 28 de março de 2013.

O Banco Central do Brasil estima a evolução da base monetária restrita, composta do papel-moeda emitido e das reservas bancárias, da base monetária ampliada, constituída pela base monetária restrita e pelos títulos públicos federais fora da carteira do Banco Central, dos agregados monetários M1, que engloba o papel-moeda em poder do público e os depósitos à vista, e M4, que, além do M1, inclui depósitos a prazo e em títulos de alta liquidez.

Com efeito, após uma análise retrospectiva da conjuntura econômica até o quarto trimestre de 2013, a Programação para o 2º trimestre de 2013 destaca, entre várias projeções, o aumento de 10,7% para o total dos meios de pagamento no conceito de M1 e de 10,1% no conceito de M4, bem como de 9,6% para a base monetária restrita e de 7,1% da base monetária ampliada na variação dos últimos doze meses. Para o ano de 2013, a previsão é de aumento de 7,2% para o M1, de 7,6% para o M4; de 6,2% para a base monetária restrita; e de 9,3% para a base monetária ampliada.

As perspectivas de nossas autoridades monetárias para o segundo trimestre e para o ano de 2013 registram que a persistência de altas taxas de desemprego e de restrições fiscais nas maiores economias desenvolvidas impõe limites a acentuada recuperação da atividade econômica, notadamente na Europa.

Internamente, ressaltam que os indicadores relativos à atividade nos primeiros meses de 2013 sugerem a aceleração do crescimento econômico ao longo do ano, pois as perspectivas para o mercado de crédito ao longo do ano são positivas, decorrentes de taxas de juros em patamares historicamente reduzidas. Observam que o declínio das taxas de juros, associado ao arrefecimento da expansão do crédito, contribuem para a contenção do comprometimento da renda das famílias em que a taxa de inadimplência, embora se mantenha em níveis elevados, estabilizou-se a partir de em meados de 2012, passando a sinalizar maior probabilidade de redução.

No campo fiscal, Sr. Presidente, ressalvam que a redução anual do superávit primário, em 2012, refletiu os desdobramentos da desaceleração da atividade sobre o nível de arrecadação. Os efeitos dos estímulos fiscais e o impacto do crescimento real das despesas primárias ressaltam, no entanto, que mesmo nesse ambiente, o endividamento líquido seguiu em trajetória de queda, favorecido por juros nominais menores.

No campo externo, registram o crescente déficit em transações correntes, mas que seguem financiados pelo fluxo de capitais para investimento direto em ações. Nesse cenário, segundo nossas autoridades monetárias, a inflação, a despeito de pressões sazonais, no primeiro semestre, tendem a retornar à trajetória declinante.

Passo, então, Sr. Presidente, à análise.

Nos termos dos §§ 1º e 2º do art. 6º da Lei nº 9.069, de 1995, cabe a esta Comissão de Assuntos Econômicos emitir parecer sobre a Programação Monetária encaminhada a esta Casa trimestralmente. O parecer servirá de base para aprovação ou rejeição *in totum* da matéria pelo Congresso Nacional, sendo vedada qualquer alteração consoante determinação contida no § 3º do artigo acima mencionado.

Já foi muito debatida nesta Comissão a caducidade do procedimento de aprovação de Programação Monetária pelo Senado Federal. Como resultado desse debate, foi aprovado, no âmbito do Senado Federal, em 2008, o Projeto de Lei do Senado nº 26, de 2000, do Senador Paulo Hartung, ainda em tramitação na Câmara dos Deputados, o PL nº 4.121, de 2008, que prevê, nos termos do substitutivo, o envio do relatório de inflação à CAE em substituição à Programação Monetária. Também foi aprovado, no âmbito da CAE, mas arquivado em 27 de janeiro de 2011, ao final da Legislatura, pelo Senado Federal, o PLS nº 326, de 2013, do Senador Garibaldi Filho, que simplesmente revoga os dispositivos da lei relacionados ao ritual de elaboração e aprovação da Programação Monetária.

Com a adoção do Plano Real, mediante a Lei nº 9.069, de 1995, decorrente da Medida Provisória nº 542, de 1994, o Congresso Nacional passou a participar, de forma mais ativa, na definição de parâmetros e metas relativos à evolução da oferta de moeda e crédito na economia. Com efeito, as autoridades monetárias, além das audiências públicas em Comissões das Casas do Congresso, em conjunto ou separadamente, têm o dever de encaminhar ao Senado Federal a programação monetária para cada trimestre do ano civil.

Do ponto de vista metodológico, cabe frisar que a programação monetária contém estimativas das faixas de variação dos principais agregados monetários nos conceitos de moeda M1 e M4, metas indicativas de sua evolução trimestral e descrição sucinta das perspectivas da economia nacional para o trimestre e para o ano em curso.

Conforme o Banco Central, as projeções são efetuadas com base em modelos econométricos, considerando-se a demanda por componentes dos meios de pagamentos, a evolução do PIB e a trajetória esperada

da taxa básica de juros (Selic), da taxa de câmbio e de inflação, entre outros elementos.

Contudo, com a adoção do regime de metas de inflação, a partir de 1999, sabe-se que a programação da evolução dos agregados monetários deixou de ser instrumento prioritário na formulação e execução da política monetária. Esta visa alcançar e manter as metas de inflação dentro de intervalos de tolerância previamente estabelecidos, e, para tanto, utiliza-se o nível da taxa de juros na economia como o principal instrumento. Nesse sentido, a evolução dos agregados monetários, assim como a expansão do crédito na economia, constitui medida tão somente coadjuvante no processo de controle do nível geral de preços.

Em que pesem as considerações acima, enfatize-se que persiste, em nosso ordenamento jurídico, a determinação do envio da Programação Monetária ao Senado, para que esta Comissão sobre ela se manifeste e cujo parecer servirá de base para a aprovação ou rejeição *in totum* da referida programação pelo Congresso Nacional.

Preocupa-nos o comportamento da inflação acima do centro da meta e muito próxima ao limite estabelecido pelo Conselho Monetário Nacional e a ser observado pelo Banco Central do Brasil.

Acreditamos que o arrefecimento dos preços de produtos agrícolas nos próximos meses, a desoneração dos produtos da cesta básica e o esgotamento do impacto dos aumentos de gastos com educação tendem a favorecer a trajetória declinante da inflação, particularmente em um ambiente de menor variação da taxa de câmbio. Também concordamos com a ideia de que o cumprimento da meta de superávit fiscal em 2013 pode vir a ser um fator facilitador e determinante para o cumprimento da meta de inflação, ainda que acima do centro de 4,5% estabelecido.

A expansão monetária, prevista na Programação Monetária em análise, é menor que a prevista no trimestre anterior e demonstra consistência com as demais medidas monetárias de combate à inflação, particularmente com a discreta variação da taxa básica de juro de curto prazo, base do sistema de metas para a inflação.

Depreende-se assim, Sr. Presidente, que as taxas de expansão monetária projetadas são compatíveis com a meta de inflação estabelecida e com as perspectivas de crescimento real da economia.

Voto.

Pelas razões expostas, voto pela aprovação da Programação Monetária para o primeiro trimestre de 2013, nos termos do seguinte

PROJETO DE DECRETO LEGISLATIVO
Nº , DE 2013

Aprova a Programação Monetária para o 2º trimestre de 2013.

O Congresso Nacional decreta:

Art. 1º Fica aprovada a Programação Monetária para o 2º trimestre de 2013, nos termos da Mensagem nº 29, de 2013, (nº 155, de 2013, na origem), da Presidente da República.

Art. 2º Este Decreto Legislativo entra em vigor na data de sua publicação.

É o relatório e voto, Sr. Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Lindbergh Farias. Bloco/PT – RJ) – A matéria está em discussão. (*Pausa*.)

Não havendo quem queira discutir, vamos colocar em votação o relatório do Senador Sérgio Souza.

Os Senadores que concordam com o relatório permaneçam como estão. (*Pausa*.)

Aprovado o relatório, que passa a constituir o parecer da CAE, favorável, nos termos do projeto de decreto legislativo apresentado.

Antes de entrar no último item da pauta, queria citar aqui a presença do nosso Prefeito de Maricá, Rio de Janeiro, Washington Quaquá; de uma comissão de vereadores, liderados pelo Presidente da Câmara, Fabiano Horta: Adelson Pereira, Frank Costa, Valdevino Silva e Filipe Bittencourt.

Muito nos honra a presença de V. Sªs.

O SR. VALDIR RAUPP (Bloco/PMDB – RO) – Sr. Presidente, pela ordem.

O SR. PRESIDENTE (Lindbergh Farias. Bloco/PT – RJ) – Com a palavra, o Senador Valdir Raupp.

O SR. VALDIR RAUPP (Bloco/PMDB – RO) – Sr. Presidente, eu não estava aqui na hora em que votaram os requerimentos. Entre eles, há um que pede informações sobre a renegociação de dívida com os países africanos. Eu tenho acompanhado isso e entendo que seria muito justo com esses países que estão começando a se desenvolver, diferentemente do Brasil –apesar de ainda termos algumas dificuldades – que é um País hoje entre a 6ª e a 7ª economia do mundo. E esses países estão lá com muitas dificuldades. Isso não significa nada para o Brasil. Essa renúncia que o Brasil está fazendo para esses países africanos não significa absolutamente para a nossa economia.

Então, protelar isso depois de mais de 40 anos e 50 anos acho uma injustiça muito grande com esses países. Se pudessem pedir essas informações do Governo e que viessem rapidamente para atender à solicitação dos Senadores que entraram com esse requerimento com pedido de informações, que é justo. Mas vejo que já devíamos ter votado isso há

muito tempo. Acho que o Senado demora muito. É o Congresso do mundo que mais demora para aprovar acordos internacionais.

Então, eu faço esse apelo a V. Exª.

O SR. PRESIDENTE (Lindbergh Farias. Bloco/PT – RJ) – Eu acolho a solicitação de V. Exª. Essa Presidência vai tomar providências para pedir esclarecimentos, com velocidade, ao Governo. Eu concordo com V. Exª...

O SR. LUIZ HENRIQUE (Bloco/PMDB – SC) – Nessa mesma direção nós já aprovamos na Comissão de Relações Exteriores uma moção ao Governo Federal para que envie os acordos internacionais em regime de urgência, para que eles possam tramitar com a rapidez que isso exige, a fim de que negociações feitas lá fora não acabem desmoralizando o País pela demora, às vezes, de dez anos para aprovação de um desses acordos.

O SR. PRESIDENTE (Lindbergh Farias. Bloco/PT – RJ) – V. Exª será atendido, Senador Valdir Raupp.

Nós temos o último item da pauta, antes de entrar nos requerimentos. É o item 22, extrapauta, do Senador Sérgio Souza.

Não vou querer transformar pedidos em extrapauta como uma praxe aqui. Acho que é muito importante que os Senadores conheçam a pauta antes, se preparem, estudem os temas. Mas abrimos hoje uma exceção para o pedido do Senador Ivo Cassol e submeto ao Plenário, excepcionalmente, em virtude do recesso parlamentar, se os Srs. Senadores concordam com essa inclusão extrapauta.

EXTRAPAUTA

ITEM 22
PROJETO DE LEI DA CÂMARA Nº 7, DE 2013
– Não terminativo –

Dá nova redação aos arts. 20, 32, 123 e 127-A, do Decreto-Lei nº 73, de 21 de novembro de 1966, que dispõe sobre o Sistema Nacional de Seguros Privados, regula as operações de seguros e resseguros e dá outras providências, para dispor sobre responsabilidade civil dos corretores de seguro e resseguros.

Autoria: Presidência da República.

Relatoria: Senador Sérgio Souza.

Relator: Favorável ao projeto, com a emenda nº 1 que apresenta e contrário à emenda nº 2 da Senadora Ana Amélia.

Consulto, primeiramente, os Srs. Senadores se concordam com a inclusão extrapauta da matéria.

Os Srs. Senadores que concordam permaneçam como estão. (*Pausa.*)

Está incluída a matéria e passo imediatamente a palavra ao Relator, Senador Sérgio Souza.

O SR. SÉRGIO SOUZA (Bloco/PMDB – PR) – Sr. Presidente, até para que nossos colegas e os telespectadores entendam, este é um projeto que veio à pauta da Comissão de Assuntos Econômicos no dia 25 de junho. Ele foi relatado por mim, iniciou-se a discussão, houve um pedido de vista coletivo, iniciado pelo Senador Agripino, que conversou comigo, na sequência, sobre a possível alteração de um dispositivo que trocaria a palavra "fiscalização" pela Susep por "acompanhamento".

Isso faz uma alteração de mérito. Conversei com o setor, conversei com minha assessoria, conversei com a Consultoria do Senado e não haveria problema em alterar, mas é uma alteração de mérito e é um projeto de 2005 de iniciativa do então Presidente Luiz Inácio Lula da Silva, que está tramitando há oito anos no Congresso Nacional e que, se fizermos uma alteração de mérito, ele retorna à Câmara dos Deputados e nós não teremos a efetividade que se pretende com este projeto, que passo a explicar.

Conversei com o Senador Agripino, que entendeu as razões; ele ia apresentar uma emenda e acabou não apresentando essa emenda por entender as razões.

A Senadora Ana Amélia apresentou a emenda nº 2 e passo, rapidamente, a justificar o motivo pelo qual meu parecer é pela rejeição.

Não há como acolher a emenda de V. Exª apesar do brilhantismo que lhe é peculiar, Senadora Ana Amélia. O objetivo da proposição é proteger os consumidores dos danos a que expostos ao contratarem seguros por meio de serviços de corretagem. Finalmente, a finalidade desse caso é que está em total sintonia com a submissão da livre iniciativa e de livre exercício da profissão ao respeito pelos direitos dos consumidores, conforme art. 5º, inciso XXXII e art. 170, inciso V, da Constituição da República Federativa do Brasil.

Excluir os corretores, pessoas físicas, da abrangência normativa da proposição em tela é esvaziar a eficácia prática da defesa que se pretende fazer em favor dos consumidores e, lógico, da lei.

Então, Sr. Presidente, o relatório sucinto é no sentido da rejeição da Emenda nº 2, apresentada pela eminente Senadora Ana Amélia, com o respeito que tenho a V. Exª.

É o relatório e o voto, Sr. Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Lindbergh Farias. Bloco/PT – RJ) – A matéria está em discussão.

Senadora Ana Amélia.

A SRª ANA AMÉLIA (Bloco/PP – RS) – Eu queria, caro Presidente Lindbergh Farias elogiar a iniciativa de V. Exª de excepcionalmente entrar uma matéria dessa natureza, que é da iniciativa do Poder Executivo e que já estava há bastante tempo... É uma proteção aos consumidores dos serviços.

Nem sempre a gente é capaz de avaliar adequadamente uma lei e a importância dela. Eu recebi, quando ela foi anunciada, algumas sugestões individualizadas e por isso foi feita a emenda. Mas, na verdade, os líderes do Sindicato dos Corretores de Seguros do Rio Grande do Sul, liderados pelos seus Vice-Presidentes Sérgio Alfredo Petzhold e Ricardo Ferreira Pansera, estiveram reunidos, na semana passada, com o meu chefe de gabinete em Porto Alegre alertando sobre a inconveniência dessa propositura, uma vez que, para a própria categoria, é real e evidente a preservação da qualidade do serviço.

Então, eu queria agradecer V. Exª por ter rejeitado a emenda que, no final, não atenderia o coletivo da categoria dos corretores de seguro. Na verdade, V. Exª me atendeu da mesma forma, Senador Sérgio Souza. Queria cumprimentá-lo pelo relatório.

O SR. SÉRGIO SOUZA (Bloco/PMDB – PR) – Obrigado, Senadora Ana Amélia.

Sr. Presidente, eu gostaria de rapidamente fazer uma consideração sobre o que foi levantado pela Senadora Ana Amélia. O que quer buscar essa lei? Quando se fala em responsabilidade civil do corretor de seguro e também da obrigação de contratar resseguro, quer-se proteger o consumidor brasileira. É prática que os maus corretores às vezes pegam do cidadão os cheques, os primeiros cheques para pagar e não pagam. E quem fica com o prejuízo? O consumidor. Se nós eliminarmos a pessoa física, mantivermos tão somente a pessoa jurídica, o cidadão vai pensar: "Onde eu tenho as garantias do meu direito da minha apólice? É na pessoa jurídica." Então, é prejudicial aos próprios corretores, pessoas físicas.

Eu conversei demoradamente com o Presidente do Sincor-PR, José Antonio de Castro, que me explicou dizendo que, por mais que pareça que é prejudicial à carreira, não o é. É prejudicial aos maus corretores, àqueles que não privam pelo bom trabalho, pela boa prestação de serviço ao consumidor.

Obrigado, Senadora Ana Amélia.

É o relatório e o voto, Sr. Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Lindbergh Farias. Bloco/PT – RJ) – A matéria continua em discussão. (*Pausa.*)

Não havendo mais quem queira discutir, vamos colocar em votação o relatório.

Em votação o relatório do Senador Sérgio Souza.

As Srªs e os Srs. Senadores que o aprovam permaneçam como se encontram. (*Pausa.*)

Aprovado o relatório, que passa a constituir parecer da CAE, favorável ao projeto com a Emenda nº1-CAE e contrário à Emenda nº 2, de autoria da Senadora Ana Amélia.

Requerimentos. Vamos ler os requerimentos.

O primeiro requerimento é do Senador Eduardo Suplicy. Vamos ler e, como acertado, votar na próxima semana.

Só há um requerimento, Srs. Senadores que queríamos, em virtude de a pauta da próxima semana não estar tão cheia, há um requerimento do Senador Francisco Dornelles para que façamos, a partir das 11h30 uma audiência pública de balanço das atividades de um ano de Cade com o seu Presidente, Vinicius Marques de Carvalho. Nesse caso, eu queria pedir excepcionalmente para que nós o aprovássemos, para que a gente pudesse realizar a audiência na próxima terça-feira.

Requerimento n° 42/2013, de iniciativa do Senador Eduardo Suplicy, que requer seja convidada a Senhora Wasmália Socorro Barata Bivar, Presidenta do Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística – IBGE, a comparecer em reunião da Comissão de Assuntos Econômicos para prestar informações acerca da Metodologia de Cálculo do Produto Interno Bruto – PIB realizada pelo IBGE.

Está lido aqui o requerimento do Senador Eduardo Suplicy, que votaremos na próxima semana.

Requerimento nº 43/2013, de iniciativa do Senador Francisco Dornelles e outros, que requer a realização de audiência pública para debater o mercado de capitais no Brasil, tendo como convidado o Presidente da Comissão de Valores Mobiliários – CVM, senhor Leonardo P. Gomes Pereira;

Esse é o requerimento do Senador Francisco Dornelles, que não está aqui, mas está subscrito pela Senadora Ana Amélia.

Senador Paulo Bauer...

O SR. EDUARDO SUPLICY (Bloco/PT – SP) – É sobre o requerimento do Senador Francisco Dornelles para que o Presidente da CVM venha aqui. Eu também o subscrevo se for necessário, porque estou de acordo.

O SR. PRESIDENTE (Lindbergh Farias. Bloco/PT – RJ) – Maravilha. Vamos votar depois de ler esses outros requerimentos.

Requerimento n° 44/2013, de iniciativa do Senador Paulo Bauer e outros, que requer a realização de audiência púbica com o propósito de instruir o Projeto de Decreto Legislativo (PDS) nº 275 de 2012, que "susta disposições acerca da apuração do resultado e da utilização de superávit dos planos de benefícios de entidades fechadas de previdência complementar

instituídas pela Resolução do Conselho de Gestão da Previdência Complementar nº 26, de 29 de setembro de 2008", tendo como convidados a senhora Isa Musa de Noronha, Presidente da Federação das Associações de Aposentados e Pensionistas do Banco do Brasil – FAABB; o senhor Ruy Brito Pedrosa, Assessor Previdenciário da Associação dos Funcionários Aposentados do Banestado – Afab; o senhor Jaime Mariz de Faria Júnior, Secretário de Políticas de Previdência Complementar do Ministério da Previdência Social; e o senhor José Maria Rabelo, Diretorsuperintendente da Superintendência Nacional de Previdência Complementar – Previc;

A Senadora Ana Amélia também subscreve esse requerimento do Senador Paulo Bauer.

Requerimento do Senador Anibal Diniz

Com amparo no art. 58, § 2º, inciso II, da Constituição Federal, e nos arts. 90, inciso II, e 93, inciso II, do Regimento Interno do Senado Federal, requeiro a realização de audiência pública no âmbito da Comissão de Assuntos Econômicos, tendo como convidado o Sr. Rogério Studart, Diretor-Executivo do Banco Mundial para Brasil, Colômbia, República Dominicana, Equador, Haiti, Panamá, Filipinas, Suriname e Trinidad e Tobago, para discutir a atual participação do Brasil no BIRD – Banco Internacional para Reconstrução e Desenvolvimento, Banco Mundial, abordando os seguintes temas:

1 – Papel e evolução recente do Banco Mundial, considerando a conjuntura econômica mundial e a arquitetura financeira de apoio ao desenvolvimento.

2 – Relação entre Brasil e Banco Mundial: De tomador de recursos a protagonista.

3 – As reformas da governança e da estrutura corporativa da instituição e suas consequências para o Brasil.

4 – A necessidade de uma estratégia brasileira para as instituições multilaterais, inclusive envolvendo a criação de novas agências de financiamento.

Quer falar algo, Senador Anibal Diniz?

O SR. ANIBAL DINIZ (Bloco/PT – AC) – Só para tirar uma dúvida. Esse requerimento será votado na próxima reunião?

O SR. PRESIDENTE (Lindbergh Farias. Bloco/PT – RJ) – Exato.

O SR. ANIBAL DINIZ (Bloco/PT – AC) – Perfeito. Esclarecido.

O SR. PRESIDENTE (Lindbergh Farias. Bloco/PT – RJ) – Muito obrigado, Senador Anibal Diniz.

Eu peço, aqui, com a concordância da Comissão, para que votemos o requerimento do Senador Francisco Dornelles, porque está aqui o Senador Eduardo Suplicy e creio que também a Senadora Ana Amélia, para que o façamos na reunião.

ITEM 27
REQUERIMENTO DA COMISSÃO DE ASSUNTOS ECONÔMICOS Nº 46, DE 2013

Requer, nos termos do art. 90, V, do Regimento Interno do Senado Federal, a realização de audiência pública para fazer um balanço de um ano da atuação do Conselho Administrativo de Defesa Econômica (Cade) desde a entrada em vigor da Lei nº 12.529, de 30 de novembro de 2011, tendo como convidado o Presidente da entidade, Vinicius Marques de Carvalho.

Autoria: Senador Francisco Dornelles e outros.

A gente faria uma reunião com a nossa pauta ordinária, de 10h às 11h30, quando começaríamos esse debate.

Com a palavra a Senadora Ana Amélia.

A SRª ANA AMÉLIA (Bloco/PP – RS) – Eu queria apenas reforçar a importância dessa iniciativa do Senador Dornelles e desta Comissão, porque será realizada no âmbito da Comissão de Assuntos Econômicos, porque nós estamos vivendo o momento dos grandes conglomerados, das grandes fusões, incorporações de setores que, às vezes, correm risco para a defesa do consumidor também e da livre concorrência. Eu penso que o Cade é quase uma agência reguladora da defesa do consumidor. Portanto, a presença de seu Presidente aqui terá uma relevância muito grande em nosso trabalho deste primeiro semestre.

Então, será uma conclusão muito importante e relevante a realização, na terça-feira, dessa audiência pública. Já antecipo meus agradecimentos ao Presidente do Cade, que, imagino, aquiesceu em participar aqui, e a V. Exª, em nome do Senador Dornelles, por ter incluído na pauta e votado a realização dessa audiência terça-feira, Senador Lindbergh Farias.

O SR. PRESIDENTE (Lindbergh Farias. Bloco/PT – RJ) – Ele já confirmo a presença – a Secretaria entrou em contato – na próxima terça-feira.

As Srªs e os Srs. Senadores que concordam com o requerimento apresentado pelo Senador Francisco Dornelles, com o apoiamento do Senador Suplicy e da Senadora Ana Amélia, permaneçam como se encontram. (*Pausa.*)

Aprovado.

Antes de encerrar a reunião, anuncio que hoje às 15h, no auditório Petrônio Portella, nós vamos ter a eleição – já anunciando que é um grande acordo nesta Casa – da Subcomissão de Assuntos Municipais vinculada a esta Comissão de Assuntos Econômicos, que será presidida pela Senadora Ana Amélia.

Convido todos os Srs. Senadores para comparecer às 15h. Será um evento muito importante, com a presença de muitos prefeitos, do Presidente da Confederação Nacional dos Municípios, do Presidente desta Casa, Senador Renan Calheiros. Será um evento muito importante em diálogo com a Marcha dos Prefeitos, que está acontecendo agora em Brasília.

Passo a palavra à Senadora Ana Amélia se quiser falar sobre esse tema da Subcomissão de Assuntos Municipais.

A SRª ANA AMÉLIA (Bloco/PP – RS) – Quero apenas agradecer também, Senador Lindbergh Farias – tenho certeza de que os prefeitos do Acre vão estar ali presentes – ao Senador Anibal, que vai estar lá para nos prestigiar também, para prestigiar a causa municipalista. Penso que a iniciativa foi extremamente oportuna no momento em que a Casa da República, o Senado Federal, discute exatamente o Pacto Federativo. Os Municípios são a linha mais frágil do sistema federativo brasileiro e a criação dessa Subcomissão vai dar relevo a uma agenda municipalista.

Queria cumprimentá-lo e especialmente destacar que, pelo fato de ter sido prefeito de uma cidade importante no Estado do Rio de Janeiro, Nova Iguaçu, o Senador Lindbergh Farias tem muito conhecimento de causa. Eu não fui prefeita, meu caro Senador, Presidente Lindbergh Farias, mas eu acompanho as dificuldades dos prefeitos. O nosso Senador Anibal Diniz também, da mesma forma, acompanha-as em seu Estado, um Estado que tem um numero menor de prefeituras ou Municípios, como o meu, que tem quase 500 Municípios que a gente acompanha. São pequenos, médios Municípios que precisam de uma atenção institucional e política muito adequada de nossa parte.

Então, eu queria agradecer V. Exª pela confiança e pelo apoio dos colegas que integram a Comissão de Assuntos Econômicos por me delegarem essa missão, que é bastante importante, relevante e que terá muito comprometimento de minha parte.

Muito obrigada.

O SR. PRESIDENTE (Lindbergh Farias. Bloco/PT – RJ) – Obrigado.

Senador Anibal Diniz.

O SR. ANIBAL DINIZ (Bloco/PT – AC) – Eu queria cumprimentar também o Senador Lindbergh pela felicidade da indicação da Senadora Ana Amélia para essa Subcomissão e, ao mesmo tempo, dizer que esta semana é muito significativa para os prefeitos brasileiros, que vão estar realizando sua marcha a Brasília para mostrar o quanto está sendo difícil governar os Municípios nesse período de crise. Todas as dificuldades recaem sobre os Municípios e é nos Municípios onde as pessoas vivem e podem expressar mais diretamente as suas necessidades, os seus anseios, as suas reivindicações aos dirigentes. Então, os dirigentes municipais, na realidade, devem ser tratados como príncipes, porque são verdadeiramente os que recebem mais diretamente a pressão dos cidadãos.

Acho que esta Subcomissão vai ajudar muito no sentido de identificar esses problemas e fazer um diálogo com o Executivo e com o Parlamento também, porque às vezes, a gente se apressa em aprovar propostas que implicam em maiores custos para os Municípios. A gente tem que tomar todo o cuidado no sentido de proteger o Município para não elevar cada vez mais as suas responsabilidades sem que eles tenham as condições adequadas para atender às demandas da população.

Então essa Subcomissão vai produzir algo de muito positivo para os Municípios e tenho certeza de que todos os prefeitos brasileiros vão receber de bom grado essa boa nova.

O SR. PRESIDENTE (Lindbergh Farias. Bloco/PT – RJ) – Antes de encerrar, Senadora Ana Amélia, devo dizer que os prefeitos dos Municípios brasileiros não poderiam estar melhor representados aqui do que tendo V. Exª na Presidência dessa Subcomissão. Não falo porque estou aqui na sua frente, mas é difícil encontrar Senador tão dedicado quanto V. Exª, com postura firme, corajosa.

Eu fui prefeito e sei o quanto é duro para o governante essas manifestações. Bem falou o Senador Anibal Diniz. As pessoas querem melhora nos serviços públicos, melhora nos serviços de saúde, educação, mobilidade urbana; e batem na casa do prefeito. Eu fui prefeito de um Município de 800 mil habitantes, era um Município grande. Essa era a realidade concreta: as pessoas na porta de minha casa. E tudo acontece ali no Município.

Então, acho que temos grande responsabilidade de construir um novo Pacto Federativo mais equilibrado. Não dá para responder a essa manifestação das ruas sem entender esse desafio. E a gente tem uma pauta, aqui, que estamos tentando avançar nesta Comissão de Assuntos Econômicos, Prefeito Washington Quaquá, em relação à dívida dos Estados, à reforma do ICMS. Mas temos uma pauta relativa às questões municipais, por exemplo, uma nova legislação sobre ISS. Esse é um ponto muito importante.

Nós temos um projeto do Senador Romero Jucá que é um pleito da Frente Nacional de Prefeitos pela aprovação desse projeto. Mas não é um projeto simples, são muitas as contradições que existem. E creio que ninguém melhor do que V. Exª para tentar empurrar essa pauta, que é a pauta dos Municípios brasileiros, a pauta dos prefeitos, a pauta da vida das pessoas.

Então, está de parabéns V. Exª! Está de parabéns o Senado Federal, porque vai haver aqui uma Subcomissão – os senhores verão – com uma Presidente que vai impor um ritmo de trabalho, chamar audiências públicas. Essa Subcomissão tem todo esse poder de marcar as audiências públicas, de impor sua pauta. E acho que aqui vai haver uma dinâmica que satisfará os interesses dos prefeitos e dos Municípios.

Parabéns a V. Exª.

Nada mais havendo a tratar, declaro encerrada a presente reunião.

(*Iniciada às 10 horas e 23 minutos, a reunião é encerrada às 12 horas e 55 minutos.*)

ATA DA QUADRAGÉSIMA SEGUNDA REUNIÃO, EXTRAORDINÁRIA, DA COMISSÃO DE ASSUNTOS ECONÔMICOS DA 3ª SESSÃO LEGISLATIVA ORDINÁRIA DA 54ª LEGISLATURA, REALIZADA EM 10 DE JULHO DE 2013, ÀS 14 HORAS, NA SALA DE REUNIÕES Nº 19 DA ALA ALEXANDRE COSTA, SENADO FEDERAL.

Às quatorze horas e trinta e cinco minutos do dia dez de julho do ano de dois mil e treze, na sala número dezenove da Ala Senador Alexandre Costa, sob a Presidência Eventual da Senadora Ana Amélia, reúne-se a Comissão de Assuntos Econômicos com a presença dos Senadores Eduardo Suplicy, José Pimentel, Humberto Costa, Lindbergh Farias, Antonio Carlos Valadares, Randolfe Rodrigues, Sérgio Souza, Valdir Raupp, Luiz Henrique, Francisco Dornelles, Benedito de Lira, Alvaro Dias, José Agripino, Jayme Campos, Flexa Ribeiro, Lúcia Vânia, Waldemir Moka, Wilder Morais, Antonio Carlos Rodrigues e Vicentinho Alves. Deixam de comparecer os Senadores Delcídio do Amaral, Cristovam Buarque, Rodrigo Rollemberg, Vanessa Grazziotin, Eduardo Braga, Roberto Requião, Vital do Rêgo, Romero Jucá, Ivo Cassol, Kátia Abreu, Aloysio Nunes Ferreira, Cyro Miranda, tendo falta justificada em virtude de se encontrar em missão política no exterior, Armando Monteiro, João Vicente Claudino e Blairo Maggi. A Presidência declara aberta a Reunião e dá início à apreciação das Matérias constantes da pauta. **Item 1**- Mensagem (SF) nº 58 de 2013, não terminativa, de autoria da Presidente da República, que "propõe a autorização da contratação de operação de crédito externo, com garantia da República Federativa do Brasil, entre o Estado do Rio Grande do Norte e o Banco Internacional para Reconstrução e Desenvolvimento – BIRD, no valor de até US$360,000,000.00 (trezentos e sessenta milhões de dólares dos Estados Unidos da América), de principal, cujos recursos destinam-se ao financiamento parcial do 'Projeto Integrado de Desenvolvimento Sustentável do Rio Grande do Norte – RN sustentável', de conformidade com a inclusa Exposição de Motivos do Senhor Ministro de Estado da Fazenda", tendo como relator o Senador Jayme Campos, que oferece relatório favorável nos termos do Projeto de Resolução do Senado que apresenta. Após a leitura do relatório, encerrada a discussão, colocado em votação, a Comissão aprova o relatório, que passa a constituir o Parecer da CAE, favorável nos termos do Projeto de Resolução do Senado apresentado. Aprova, também, a apresentação de Requerimento de Urgência para a matéria. **Item 2**- Mensagem (SF) nº 59 de 2013, não terminativa, de autoria da Presidente da República, que "propõe, nos termos do art. 52, incisos V, VII e VIII, da Constituição Federal, seja autorizada a contratação de operação de crédito externo, com garantia da República Federativa do Brasil, entre o Estado de Goiás e o Banco Interamericano de Desenvolvimento – BID, no valor de até US$ 11,577,000.00 (onze milhões e quinhentos e setenta e sete mil dólares dos Estados Unidos da América), de principal, cujos recursos destinam-se ao financiamento parcial do 'Programa de Modernização da Administração Fazendária do Estado de Goiás – PROFISCO'", tendo como relator o Senador Aloysio Nunes Ferreira, que oferece relatório favorável nos termos do Projeto de Resolução do Senado que apresenta. O Presidente da Comissão designa o Senador Valdir Raupp relator "ad hoc" da Matéria. Após a leitura do relatório pelo relator "ad hoc", encerrada a discussão, colocado em votação, a Comissão aprova o relatório, que passa a constituir o Parecer da CAE favorável nos termos do Projeto de Resolução do Senado apresentado. Aprova, também, a apresentação de Requerimento de Urgência para a matéria. Nada mais havendo a tratar, encerra-se a reunião às quatorze horas e cinquenta e oito minutos, lavrando eu, Adriana Tavares Sobral de Vito, a presente ata, que, lida e aprovada, será assina-

da pela Senhora Presidente Eventual e publicada no Diário do Senado Federal, juntamente com a íntegra das notas taquigráficas.

Senadora Ana Amélia

Presidente Eventual da Comissão de Assuntos Econômicos

(Texto com revisão.)

A SRª PRESIDENTE (Ana Amélia. Bloco/PP – RS) – Boa tarde, senhoras e senhores!

Declaro aberta a 42ª Reunião da Comissão de Assuntos Econômicos, em cuja pauta há dois itens relacionados à solicitação de empréstimos, o item 1 e o item 2, cujos Relatores são os Senadores Jayme Campos e Aloysio Nunes Ferreira.

Tenho a alegria de convidar a nossa Governadora e ex-colega Senadora Rosalba Ciarlini para compor a Mesa, para dar uma demonstração do prestígio que tem a Casa em relação à questão federativa, em relação ao dever que temos com esta agenda não só no que diz respeito aos Estados. Acabamos de votar o FPE, mas ainda temos de votar a questão da renegociação da dívida dos Estados e a questão municipalista, que é o desafio que vamos ter de enfrentar.

Passamos ao item 1 da pauta:

ITEM 1

MENSAGEM (SF) Nº 58, DE 2013

– Não Terminativo –

Propõe a autorização da contratação de operação de crédito externo, com garantia da República Federativa do Brasil, entre o Estado do Rio Grande do Norte e o Banco Internacional para Reconstrução e Desenvolvimento – Bird, no valor de até US$360,000,000.00 (trezentos e sessenta milhões de dólares dos Estados Unidos da América), de principal, cujos recursos destinam-se ao financiamento parcial do "Projeto Integrado de Desenvolvimento Sustentável do Rio Grande do Norte – RN Sustentável", de conformidade com a inclusa Exposição de Motivos do Sr. Ministro de Estado da Fazenda, Guido Mantega.

Autoria: Presidente da República

Relatoria: Senador Jayme Campos

Relatório: Favorável nos termos do projeto de resolução do Senado que apresenta.

Essa autorização vem proposta pela Presidente da República, Dilma Rousseff.

Passo a palavra ao Senador Jayme Campos, que é o Relator dessa matéria.

O SR. JAYME CAMPOS (Bloco/DEM – MT) – Srª Presidente, Senadora Ana Amélia, cumprimento a ilustre amiga Governadora Rosalba Ciarlini, com quem tive a honra de conviver nesta Casa e que, desta feita, nos honra, uma vez mais, com sua presença na Comissão de Assuntos Econômicos.

V. Exª vem aqui tratar dos interesses do seu Estado. Particularmente, eu me sinto lisonjeado por ter sido designado Relator da matéria que vai permitir que seu Estado consiga financiamento da ordem de US$360 milhões para investimento no Projeto Integrado de Desenvolvimento Sustentável do Rio Grande do Norte.

A SRª PRESIDENTE (Ana Amélia. Bloco/PP – RS) – Senador Jayme Campos...

O SR. JAYME CAMPOS (Bloco/DEM – MT) – Pois não, Senadora.

A SRª PRESIDENTE (Ana Amélia. Bloco/PP – RS) – Pelo formalismo regimental, eu preciso informar que, de acordo com a Resolução nº 43, de 2001, do Senado Federal.

Encontram-se presentes para acompanhar a apreciação desta matéria o Sr. Eduardo Luiz Gaudard, Gerente de Responsabilidades Financeiras da Secretaria do Tesouro Nacional do Ministério da Fazenda, representando o Tesouro Nacional, e a Governadora do Estado do Rio Grande do Norte, a nossa colega Rosalba Ciarlini.

Com a palavra o Relator.

O SR. JAYME CAMPOS (Bloco/DEM – MT) – Srª Presidente, o relatório.

A Presidente da República submete à apreciação do Senado Federal pleito do Estado do Rio Grande do Norte que solicita autorização para contratar operação de crédito externo, com garantia da União, com o Banco Internacional para Reconstrução e Desenvolvimento (Bird).

Os recursos dessa operação de crédito destinam-se a financiar o "Projeto Integrado de Desenvolvimento Sustentável do Rio Grande do Norte – RN Sustentável", que tem como objetivo os seguintes investimentos: (i) socioeconômicos sustentáveis voltados à inclusão produtiva, (ii) melhorias no acesso e na qualidade dos serviços de educação, saúde e segurança pública; e (iii) a reorganização e modernização do setor público para fortalecer a prestação de serviços públicos.

O empréstimo pretendido foi credenciado pelo Banco Central do Brasil, e as suas condições financeiras inseridas no sistema de Registro de Operações Financeiras (ROF) sob o número TA652795. Será contratado sob a modalidade de empréstimo com taxa de juros baseada na Libor semestral, acrescida de margem fixa.

Nesse empréstimo, há ainda a possibilidade de que, durante a vigência do contrato, seja solicitada a conversão da moeda, da taxa de juros contratada e o estabelecimento de teto e bandas para flutuação da

taxa de juros. Esses são os instrumentos de cobertura de risco que o Bird oferece no respectivo contrato de empréstimo, cuja contratação importa custos adicionais.

De acordo com cálculos da Secretaria do Tesouro Nacional (STN), o custo efetivo médio do empréstimo será de 3,64% a.a., flutuante conforme a variação da Libor.

Vale destacar que os recursos desse empréstimo correspondem ao total previsto para ser alocado no programa, uma vez que, montante de US$40 milhões, já realizados pelo Estado do Rio Grande do Norte, foram reconhecidos como contrapartida pelo Bird.

Análise.

A análise da presente operação de crédito externo fundamenta-se no art. 52, incisos V, VII e VIII, da Constituição Federal, e visa a examinar o cumprimento das determinações das Resoluções nºs 40 e 43, de 2001, e 48, de 2007, todas do Senado Federal, e da Lei de Responsabilidade Fiscal. Essas são as normas que regulam os limites e condições para a contratação de operações de crédito internas e externas, inclusive concessão de garantia, nos três níveis de governo.

De acordo com o Parecer nº 546, de 17 de maio de 2013, da Coordenação-Geral de Operações de Crédito de Estados e Municípios (Copem) da STN, o Estado do Rio Grande do Norte cumpre os limites e demais condições definidas pelas referidas resoluções. Portanto, atende aos requisitos mínimos previstos no art. 32 da Lei de Responsabilidade Fiscal.

Em particular, a operação enquadra-se nos limites definidos nos incisos I, II e III do art. 7º da Resolução nº 43, de 2001, que tratam, respectivamente, do montante anual passível de contratação, do comprometimento máximo da Receita Corrente Líquida com amortizações, juros e demais encargos da dívida consolidada, e do montante da dívida consolidada líquida do Estado.

Srª Presidente, eu vou ter que ler o relatório. Ainda temos outras matérias para serem votadas. Faltam os Relatores de outros empréstimos previstos para votação, e isso me permite fazer uma leitura quase completa. Já temos conhecimento da matéria, mas compreendam que a nossa obrigação fazemos com muito prazer.

Por sua vez, o Parecer nº 706, de 27 de junho de 2013, também da Copem/STN, descreve as condições financeiras do empréstimo, atesta o cumprimento das condições necessárias à contratação e à concessão de garantia, fornece as demais informações pertinentes, concluindo favoravelmente à contratação do empréstimo externo pretendido pelo Estado do Rio Grande do Norte e à correspondente concessão de garantia da União.

Fica destacado ainda que, conforme declaração do Chefe do Poder Executivo do Estado do Rio Grande do Norte, as ações previstas para o Programa estão inseridas no Plano Plurianual para o quadriênio 2012-2015, estabelecido pela Lei Estadual nº 9.612, de 27 de janeiro de 2012.

O orçamento previsto para o exercício financeiro de 2013, conforme a Lei Estadual nº 9.692, de 18 de janeiro de 2013, contempla dotações para o programa objeto da operação. Há declaração do Governo do Estado informando que o ingresso de recursos relativos à operação e aos encargos da operação de crédito está previsto e contemplado, sendo as dotações suplementadas na ocorrência de eventuais acréscimos.

Com vistas à concessão da garantia da União, submetida ao que determina o art. 40 da LRF e aos limites e condições previstos nos arts. 9º e 10 da Resolução do Senado Federal nº 48, de 2007, examina-se, em seguida, a situação de adimplência do Estado em relação à União e as contragarantias oferecidas.

Nesse contexto, de imediato cabe destacar que a Lei Estadual nº 9.558, de 14 de outubro de 2011, autoriza o Poder Executivo a contratar operação de crédito externo com o Bird, no valor de até US$540 milhões, e a vincular, como contragarantias à garantia da União, as parcelas necessárias e suficientes das receitas a que se referem os arts. 155, 157 e 159, na forma do §4º do art. 167, todos da Constituição Federal, e outras garantias em direito admitidas.

Em estudo sobre o comprometimento das transferências federais e receitas próprias do Estado do Rio Grande do Norte, a STN conclui que as contragarantias oferecidas pelo Estado são consideradas suficientes, caso a União venha a honrar compromisso na condição de garantidora da operação.

Por sua vez, não há registro de compromissos honrados pela União em nome do Governo do Estado do Rio Grande do Norte nos últimos anos, em decorrência de garantias concedidas, estando ainda o Estado adimplente com as instituições integrantes do Sistema Financeiro Nacional. Não há, ainda, pendências do Estado referentes aos financiamentos e refinanciamentos concedidos pela União.

Ademais, a STN informa que o Estado cumpre com as metas e os compromissos assumidos no Programa de Ajuste e Reestruturação Fiscal, em conformidade com o disposto na Resolução nº 43, de 2001, do Senado Federal, sendo que a operação pretendida não implica violação do seu acordo de refinanciamento firmado com a União.

Vale enfatizar que, nos termos da Resolução nº 41, de 2009, que alterou a Resolução nº 48, de 2007, a verificação de adimplência do ente garantido, tanto

financeira como da prestação de contas de recursos recebidos da União, será procedida por ocasião da assinatura do contrato.

Conforme o Relatório de Gestão Fiscal da União para o terceiro quadrimestre de 2012, existe margem para a concessão da pleiteada garantia da União, dentro dos limites estabelecidos pelo Senado Federal, nos termos do art. 9º da Resolução nº 48, de 2007.

A Secretaria do Tesouro Nacional procede ainda a uma avaliação própria acerca da capacidade de pagamento do empréstimo pelo Estado. Ela é aferida nos termos da Portaria MF nº 306, de 2012, e serve de parâmetro para efeito da concessão de garantia da União.

Assim, de acordo com análise consignada na Nota nº 438, de 14 de junho de 2013, da Coordenação-Geral das Relações e Análise Financeira dos Estados e Municípios (Corem) da STN, o Estado do Rio Grande do Norte foi classificado na categoria "B". Apresenta, portanto, risco de crédito médio e de situação fiscal boa, suficiente para o recebimento de garantia da União.

A Procuradoria-Geral da Fazenda Nacional (PGFN) considerou ainda que as condições contratuais são as usualmente estipuladas pelo Bird em suas operações financeiras, concluindo que foi observado o art. 8º da Resolução nº 48, de 2007, do Senado Federal, que veda disposição contratual de natureza política, atentatória à soberania e à ordem pública, contrária à Constituição e às leis brasileiras ou que implique compensação automática de débitos e créditos.

Registre-se, por fim, que o Estado do Rio Grande do Norte cumpre os limites constitucionais para os gastos com pessoal, educação e saúde, e exerce plenamente a sua competência tributária.

Conclui-se, assim, que estão satisfeitos os limites e condições estabelecidos pelas referidas Resoluções do Senado Federal que tratam da matéria, assim como as exigências e condições para a prestação de garantia pela União, contidas no art. 40 da Lei de Responsabilidade Fiscal.

Voto.

Ante o exposto, voto pela aprovação do pedido de autorização do Estado do Rio Grande do Norte para contratar a operação de crédito externo, nos termos do seguinte:

PROJETO DE RESOLUÇÃO DO SENADO Nº , DE 2013

Autoriza o Estado do Rio Grande do Norte a contratar operação de crédito externo, com garantia da União, com o Banco Internacional para Reconstrução e Desenvolvimento (BIRD), no valor de até US$ 360.000.000,00 (trezentos e sessenta milhões de dólares dos Estados Unidos da América).

O SENADO FEDERAL resolve:

Acho que esta matéria aqui, Srª Presidente, já é da competência da própria Presidência da Mesa.

Então, concluo repetindo que, ante o exposto, voto pela aprovação do pedido de autorização do Estado do Rio Grande do Norte para contratação dessa operação de crédito externo, nos termos do projeto de resolução.

É o que tinha a dizer, Srª Presidente, até porque é do conhecimento dos demais a forma de amortização de pagamento como também dos valores a que me referi aqui.

Era o que eu tinha a dizer.

Muito obrigado.

A SRª PRESIDENTE (Ana Amélia. Bloco/PP – RS) – Muito obrigada, Senador Jayme Campos, pela diligência nessa relatoria e também pela experiência e pela sua solidariedade, como ex-Governador do Mato Grosso, em relação à nossa ex-colega e agora Governadora do Rio Grande do Norte, Rosalba Ciarlini.

Coloco em discussão a matéria. (*Pausa.*)

Não havendo quem queira discutir, vamos colocar em votação o relatório do Senador Jayme Campos que trata do empréstimo como o BIRD para o Estado do Rio Grande do Norte, no valor de US$ 360.000.000,00 (trezentos e sessenta milhões de dólares norte-americanos), conforme foi relatado.

Os Senadores e as Senadoras que concordam com o relatório permaneçam como estão. (*Pausa.*)

Está aprovado o relatório.

E indago ao Relator se, eventualmente, requererá urgência para a matéria.

O SR. JAYME CAMPOS (Bloco/DEM – MT) – É oportuno. E queria suscitar a V. Exª, com a aquiescência dos nossos demais colegas, que seja em caráter de urgência, pelo fato de que nós pretendemos votar ainda no dia de hoje no plenário da Casa.

Requeiro urgência.

A SRª PRESIDENTE (Ana Amélia. Bloco/PP – RS) – Muito obrigada pela atenção de V. Exª.

Em votação a apresentação do requerimento de urgência proposto pelo Relator, Senador Jayme Campos.

As Srªs e os Srs. Senadores que concordam permaneçam como se encontram. (*Pausa.*)

Está aprovado o requerimento de urgência. A apresentação do requerimento vai ao conhecimento da Mesa.

Cumprimentos à Governadora Rosalba Ciarlini. Conte sempre com o apoio da Comissão de Assuntos

Econômicos. Falo em nome também do Presidente da nossa Comissão, o Senador Lindbergh Farias.

ITEM 2

MENSAGEM (SF) Nº 59, DE 2013

– Não Terminativo –

Propõe, nos termos do art. 52, incisos V, VII e VIII, da Constituição Federal, seja autorizada a contratação de operação de crédito externo, com garantia da República Federativa do Brasil, entre o Estado de Goiás e o Banco Interamericano de Desenvolvimento – BID, no valor de até US$ 11,577,000.00 (onze milhões e quinhentos e setenta e sete mil dólares dos Estados Unidos da América), de principal, cujos recursos destinam-se ao financiamento parcial do "Programa de Modernização da Administração Fazendária do Estado de Goiás – Profisco".
Autoria: Presidente da República
Relatoria: Senador Aloysio Nunes Ferreira

O pedido de empréstimo vem da Presidência da República e a relatoria é do Senador Aloysio Nunes Ferreira, mas, em nome do Presidente Lindbergh Farias, solicito ao Senador Valdir Raupp a relatoria *ad hoc* desta matéria relacionada ao empréstimo para o Estado de Goiás.

Peço apenas permissão, Senador Validr Raupp, porque o Senador Wilder Morais havia manifestado desejo de falar, e imagino que seja sobre este tema. (*Pausa.*)

Obrigada, Senador Wilder.

Com a palavra o Relator *ad hoc*, Senador Valdir Raupp.

O SR. VALDIR RAUPP (Bloco/PMDB – RO) – Srª Presidente, Srªs e Srs. Senadores...

A SRª PRESIDENTE (Ana Amélia. Bloco/PP – RS) – Senador Raupp, desculpe-me, mas é uma questão regimental.

De acordo com a Resolução nº 43, de 2001, do Senado Federal, estão presentes, para acompanhar a apreciação da matéria o Sr. Eduardo Luís Guardar, Gerente de Responsabilidade Financeira da Secretaria do Tesouro Nacional do Ministério da Fazenda, representando aqui o Tesouro Nacional, e, representando o Governo do Estado de Goiás, o Sr. André Clemente Lara de Oliveira, Secretário do Governo.

Com a palavra o Relator, Senador Valdir Raupp.

SR. VALDIR RAUPP (Bloco/PMDB – RO) – Srª Presidente, Srªs e Srs. Senadores, a Presidente da República submete à apreciação do Senado Federal pleito do Estado de Goiás, que solicita autorização para contratar operação de crédito externo, com garantia da União, com o Banco Interamericano de Desenvolvimento (BID).

Os recursos dessa operação de crédito destinam-se a financiar parcialmente o "Programa de Modernização da Administração Fazendária do Estado de Goiás – Profisco".

O Programa tem por objetivo melhorar a eficiência e transparência da gestão fiscal do Estado, visando a: melhorar os instrumentos de planejamento e tomada de decisões; incrementar as receitas próprias do Estado; aumentar a eficiência, a eficácia e melhorar o controle do gasto público; e prover melhores serviços aos cidadãos.

O investimento total do Programa será de US$12.897.000,00, sendo US$11.577.000,00 referentes ao empréstimo sob análise e US$1.320.000,00 de contrapartida local, provenientes do Tesouro Estadual. A execução do Programa ficará a cargo do Estado de Goiás, por intermédio da Secretaria de Estado da Fazenda (Sefaz).

O financiamento será contratado sob a modalidade "Empréstimo do Mecanismo Unimonetário com Taxa de Juros Baseada na Libor", sendo que, de acordo com cálculos da Secretaria do Tesouro Nacional (STN), o seu custo efetivo será da ordem de 3,06 % ao ano, flutuante conforme a variação da Libor.

Considerando o custo médio atual de captação do Tesouro, a operação encontra-se em patamares aceitáveis para aquela Secretaria.

Vamos ao voto.

Ante o exposto, voto pela aprovação do pedido de autorização do Estado de Goiás para contratar a operação de crédito externo.

Este é o voto, Srª Presidente.

A SRª PRESIDENTE (Ana Amélia. Bloco/PP – RS) – Caro Senador Valdir Raupp, muito obrigada pela relatoria competente desta matéria.

V. Exª, ex-Governador de Rondônia, tanto quanto o Senador Jayme Campos, também ex-Governador, a quem fiz referência, que relatou o caso do Rio Grande do Norte, pode avalizar muito bem a necessidade que tem a contribuição do Senado Federal nesta matéria.

Agradeço a V. Exª.

Em discussão o relatório apresentado agora pelo Senador Valdir Raupp, relacionado ao pedido de empréstimo do Estado de Goiás.

Para discutir, Senador Wilder Morais.

O SR. WILDER MORAIS (Bloco/DEM – GO) – Srª Presidente, eu queria pedir urgência para esta matéria, para este projeto.

A SRª PRESIDENTE (Ana Amélia. Bloco/PP – RS) – Eu vou apenas fazer, primeiro, a votação do relatório do Senador Valdir Raupp e agradecer a gentileza do nosso Presidente Lindbergh Farias, que me delegou...

Não havendo mais quem queira discutir, está em votação o relatório do Senador Valdir Raupp, que trata do empréstimo do Estado de Goiás com o Banco Interamericano. *(Pausa.)*

Se não há discussão e todos concordam, permaneçam como se encontram. *(Pausa.)*

Está aprovado o relatório do Senador Valdir Raupp.

Eu queria colocar em votação agora o requerimento do Senador Wilder Morais que pede urgência da matéria para apreciação do Plenário do Senado Federal.

Em votação a solicitação do Senador Wilder Morais, do PSDB de Goiás, para este assunto. (*Pausa.*)

O SR. WILDER MORAIS (Bloco/DEM – GO) – Do DEM.

A SRª PRESIDENTE (Ana Amélia. Bloco/PP – RS) – Do DEM, do DEM, Senador. É que são parceiros lá do Governador Marconi Perillo.

O requerimento do Senador está aprovado e será encaminhado à Mesa com a urgência solicitada.

Não havendo mais nenhum tema a tratar, eu queria agradecer muito aos Relatores, Senador Jayme Campos, Senador Valdir Raupp, Senador Wilder Morais e Senador Lindbergh Farias, Presidente desta Comissão.

Está encerrada a presente reunião.

(Iniciada às 14 horas e 35 minutos, a reunião é encerrada às 14 horas e 58 minutos.)

ATA DA QUADRAGÉSIMA TERCEIRA REUNIÃO, ORDINÁRIA, DA COMISSÃO DE ASSUNTOS ECONÔMICOS DA 3ª SESSÃO LEGISLATIVA ORDINÁRIA DA 54ª LEGISLATURA, REALIZADA EM 16 DE JULHO DE 2013, ÀS 10 HORAS, NA SALA DE REUNIÕES Nº 19 DA ALA ALEXANDRE COSTA, SENADO FEDERAL.

Às dez horas e quarenta e três minutos do dia dezesseis de julho do ano de dois mil e treze, na sala número dezenove da Ala Senador Alexandre Costa, sob a Presidência do Senador Lindbergh Farias, reúne-se a Comissão de Assuntos Econômicos com a presença dos Senadores Eduardo Suplicy, José Pimentel, Humberto Costa, Rodrigo Rollemberg, Vanessa Grazziotin, Inácio Arruda, Valdir Raupp, Ivo Cassol, Francisco Dornelles, Waldemir Moka, Ana Amélia, Aloysio Nunes Ferreira, Cyro Miranda, Alvaro Dias, José Agripino, Flexa Ribeiro, Paulo Bauer, Armando Monteiro, Antonio Carlos Rodrigues e Vicentinho Alves. Deixam de comparecer os Senadores Delcídio do Amaral, Cristovam Buarque, tendo falta justificada em virtude de se encontrar em licença para tratar de interesses particulares, Eduardo Braga, Sérgio Souza, Roberto Requião, Vital do Rêgo, Romero Jucá, Luiz Henrique, Kátia Abreu, Jayme Campos, tendo falta justificada em virtude de se encontrar em reuniões político-partidárias no Estado que representa, João Vicente Claudino e Blairo Maggi. A Presidência declara aberta a Reunião, submetendo à Comissão a dispensa da leitura das atas das 41ª e 42ª Reuniões, que são dadas como aprovadas. Em seguida, comunica aos Membros que a Comissão recebeu o seguinte documento para seu conhecimento: Aviso nº 35 de 2013 (Aviso nº 775-Seses-TCU-Plenário), de 26 de junho de 2013, do Tribunal de Contas da União, encaminhando cópia do Acórdão proferido pelo Plenário daquela Corte nos autos do processo nº TC-021.427/2012-7, bem como do Relatório e do Voto que o fundamentam. O expediente será encaminhado aos membros da Comissão por meio de ofício circular. A Presidência dá início à apreciação das Matérias constantes da pauta. **Item 1**-Projeto de Lei do Senado nº 105 de 2012, não terminativo, de autoria do Senador Pedro Taques, que "acrescenta parágrafo único ao art. 835 da Lei nº 10.406, de 10 de janeiro de 2002 – Código Civil –, prevendo a possibilidade de exoneração da fiança na hipótese de alteração no quadro social da pessoa jurídica afiançada, independentemente do término do prazo contratual", tendo como relator o Senador Wilder Morais, que oferece relatório favorável ao Projeto com as Emendas nºs 1 e 2 que apresenta. A matéria é retirada de pauta, a pedido do relator, para reexame. **Item 2**- Projeto de Lei do Senado nº 432 de 2012, não terminativo, de autoria da Comissão de Direitos Humanos e Legislação Participativa, que "dispõe sobre a criação da Comissão da Indenização aos Descendentes de Negros Africanos Escravizados no Brasil (DNAEB)", tendo como relator o Senador Eduardo Lopes, que oferece relatório contrário ao Projeto. Em 4/6/2013, foi concedida Vista Coletiva. A Matéria ainda será apreciada pela Comissão de Constituição, Justiça e Cidadania. O Presidente da Comissão, Senador Lindbergh Farias, designa o Senador Ivo Cassol relator "ad hoc" da Matéria. Após a leitura do relatório pelo relator "ad hoc", encerrada a discussão, colocado em votação, a Comissão aprova o relatório, que passa a constituir o Parecer da CAE contrário ao Projeto. **Item 3**- Projeto de Lei do Senado nº 300 de 2005, terminativo, de autoria do Senador Paulo Paim, que "acrescenta parágrafos ao art. 6º da Lei nº 10.820, de 2003, determi-

nando que a taxa de juros cobrada sobre empréstimos consignados em folha não excedam em 05 pontos percentuais ao ano a taxa básica da economia (taxa Selic)", tendo como relator o Senador Antonio Carlos Rodrigues, que oferece relatório pela aprovação do Projeto. A apreciação da matéria é adiada. **Item 4**- Projeto de Lei do Senado nº 208 de 2010, terminativo, de autoria do Senador Marcelo Crivella, que "estabelece regime especial de parcelamento de tributos federais para a empresa nascente", tendo como relator o Senador Aloysio Nunes Ferreira, que oferece relatório pela rejeição do Projeto. A apreciação da matéria é adiada. **Item 5**- Projeto de Lei do Senado nº 211 de 2009, terminativo, de autoria do Senador Valdir Raupp, que "torna obrigatória a adoção de formato único para os teclados dos terminais de autoatendimento da rede bancária", tendo como relator o Senador Flexa Ribeiro, que oferece relatório pela rejeição do Projeto. A apreciação da matéria é adiada. **Item 6**- Projeto de Lei do Senado nº 325 de 2010, terminativo, de autoria do Senador Cristovam Buarque e outros, que "altera o parágrafo único do art. 5º da Lei nº 11.738, de 16 de julho de 2008, que institui o piso salarial profissional nacional para os profissionais do magistério público da educação básica, para introduzir critério de reajuste anual de seu valor", tendo como relator o Senador José Pimentel, que oferece relatório pela prejudicialidade do Projeto. A apreciação da matéria é adiada. **Item 7**- Projeto de Lei do Senado nº 391 de 2012, terminativo, de autoria do Senador Mário Couto, que "altera a Lei nº 9.249, de 26 de dezembro de 1995, para permitir a dedução no Imposto de Renda da Pessoa Jurídica de direito privado, que empregue pessoa portadora de necessidades especiais e dá outras providências", tendo como relator o Senador Sérgio Souza, que oferece relatório pela rejeição do Projeto. A apreciação da matéria é adiada. **Item 8**- Projeto de Lei do Senado nº 99 de 2009, terminativo, de autoria do Senador Cristovam Buarque, que "determina a inclusão automática na 'malha fina' das declarações do imposto de renda dos contribuintes detentores de mandato eletivo", tendo como relator o Senador Eduardo Suplicy, que oferece relatório pela aprovação do Projeto. Em 4/6/2013, foi concedida Vista Coletiva. A apreciação da matéria é adiada. **Item 9**- Projeto de Lei do Senado nº 145 de 2008, terminativo, de autoria do Senador Neuto De Conto, que "altera o art. 35 da Lei nº 9.250, de 26 de dezembro de 1995, para elevar a idade dos dependentes para fins de Imposto de Renda da Pessoa Física", tendo como relator o Senador Benedito de Lira, que oferece relatório pela aprovação do Projeto com a Emenda nº 1 que apresenta. A apreciação da matéria é adiada. **Item 10**- Projeto de Lei do Senado nº 215 de 2010, terminativo, de autoria do Senador Romero Jucá, que "altera dispositivos da Lei nº 8.218/1991, com vistas a estabelecer justiça na aplicação de multas aos contribuintes que descumprirem obrigações acessórias tributárias", tendo como relatora a Senadora Lúcia Vânia, que oferece relatório pela aprovação do Projeto com as Emendas nºs 1 e 2 que apresenta. A apreciação da matéria é adiada. **Item 11**- Requerimento da Comissão de Assuntos Econômicos n° 42 de 2013, de iniciativa do Senador Eduardo Suplicy, que "requer seja convidada a Senhora Wasmália Socorro Barata Bivar, Presidenta do Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística – IBGE, a comparecer em reunião da Comissão de Assuntos Econômicos para prestar informações acerca da Metodologia de Cálculo do Produto Interno Bruto – PIB realizada pelo IBGE". Colocado em votação, a Comissão aprova o Requerimento nº 42 de 2013-CAE. **Item 12**- Requerimento n° 43 de 2013, de iniciativa do Senador Francisco Dornelles e outros, que "requer a realização de audiência pública para debater o mercado de capitais no Brasil, tendo como convidado o Presidente da Comissão de Valores Mobiliários – CVM, senhor Leonardo P. Gomes Pereira". Colocado em votação, a Comissão aprova o Requerimento nº 43 de 2013-CAE. **Item 13**- Requerimento n° 44 de 2013, de iniciativa do Senador Paulo Bauer e outros, que "requer a realização de audiência púbica com o propósito de instruir o Projeto de Decreto Legislativo (PDS) nº 275 de 2012, que 'susta disposições acerca da apuração do resultado e da utilização de superávit dos planos de benefícios de entidades fechadas de previdência complementar instituídas pela Resolução do Conselho de Gestão da Previdência Complementar nº 26, de 29 de setembro de 2008', tendo como convidados a senhora Isa Musa de Noronha, Presidente da Federação das Associações de Aposentados e Pensionistas do Banco do Brasil – FAABB; o senhor Ruy Brito Pedrosa, Assessor Previdenciário da Associação dos Funcionários Aposentados do Banestado – Afab; o senhor Jaime Mariz de Faria Júnior, Secretário de Políticas de Previdência Complementar do Ministério da Previdência Social; e o senhor José Maria Rabelo, Diretorsuperintendente da Superintendência Nacional de Previdência Complementar – Previc". A apreciação da matéria é adiada. **Item 14**- Requerimento n° 45 de 2013, de iniciativa do Senador Anibal Diniz, que "requer a realização de audiência pública tendo como convidado o Senhor Rogério Studart, Diretor-Executivo do Banco Mundial para Brasil, Colômbia, República Dominicana, Equador, Haiti, Panamá, Filipinas, Suriname e Trinidad e Tobago, para discutir a atual participação do Brasil no Banco Internacional para a Reconstrução e Desenvolvimen-

to (BIRD) – Banco Mundial". A apreciação da matéria é adiada. São apreciadas, ainda, as seguintes matérias extrapauta: **Item 15**- Requerimento da Comissão de Assuntos Econômicos nº 47 de 2013, de iniciativa do Senador Francisco Dornelles, que "requer, nos termos do art. 90 do Regimento Interno do Senado Federal, seja convidado o Presidente da Eletrobras, José da Costa Carvalho Neto, para que compareça a esta Comissão para analisar a operação de empréstimo do BNDES à Eletrobras e a distribuição de dividendos com base nesse empréstimo". Colocado em votação, a Comissão aprova o Requerimento nº 47 de 2013-CAE. **Item 16**- Requerimento da Comissão de Assuntos Econômicos nº 48 de 2013, de iniciativa da Senadora Ana Amélia e outros, que "requer, nos termos regimentais, seja realizada audiência pública para discutir a política de operações creditícias feitas ao grupo EBX, do empresário Eike Batista, por parte do Banco Nacional do Desenvolvimento Econômico e Social – BNDES, tendo como convidado o presidente do BNDES, Senhor Luciano Coutinho". Colocado em votação, a Comissão aprova o Requerimento nº 48 de 2013-CAE. Nada mais havendo a tratar, encerra-se a reunião às onze horas e dezoito minutos, lavrando eu, Luiz Gonzaga Silva Filho, a presente ata, que, lida e aprovada, será assinada pelo Senhor Presidente e publicada no Diário do Senado Federal, juntamente com a íntegra das notas taquigráficas. **–** Senador **Lindbergh Farias,** Presidente da Comissão de Assuntos Econômicos.

(Texto com revisão.)

O SR. PRESIDENTE (Lindbergh Farias. Bloco/PT – RJ) – Declaro aberta a 43ª Reunião da Comissão de Assuntos Econômicos.

Antes de iniciarmos os trabalhos, proponho a dispensa da leitura e a aprovação das Atas das 41ª e 42ª Reuniões.

Os Srs. Senadores que concordam, queiram permanecer como se encontram. (*Pausa.*)

As atas estão aprovadas e serão publicadas no *Diário do Senado Federal*.

Comunico aos membros que esta Comissão recebeu o seguinte documento para seu conhecimento: Aviso do Tribunal de Contas da União – Aviso nº 35, de 26 de junho de 2013, do Tribunal de Contas da União, encaminhando cópia do Acórdão proferido pelo Plenário daquela Corte nos autos do processo TC nº 021427/2012-7, bem como do relatório e do voto que o fundamentam. O expediente será encaminhado aos membros da Comissão por meio de Ofício Circular.

Comunico, ainda, que os PLS nºs 392, de 2012, e 94, de 2013, foram encaminhados de acordo com o art. 89, inciso XII, do Regimento Interno do Senado Federal, à Subcomissão Permanente de Assuntos Municipais.

Em relação à decisão da Comissão aprovada em 9 de julho, de que será concedida vista coletiva das mensagens de crédito, informo aos senhores que será constituído o Ato nº 1, de 2013, desta Comissão para dispor sobre o assunto, e que ele será distribuído ao Senador Delcídio do Amaral para relatar.

Senhores, esse Ato desta Comissão de Assuntos Econômicos, Senador Aloysio, o Ato nº 1, de 2013, da CAE, foi em cima daquela discussão que nós tivemos em relação aos empréstimos.

Disciplina, no âmbito da Comissão de Assuntos Econômicos do Senado Federal, o processo de apreciação de mensagens do Senado Federal que tratem das matérias constantes no art. 52, da Constituição Federal, e da Resolução do Senado Federal nº 43, de 2001.

A Comissão de Assuntos Econômicos do Senado resolve:

Art. 1º Este Ato disciplina, no âmbito da Comissão de Assuntos Econômicos do Senado Federal, o processo de apreciação de mensagens do Senado Federal que tratem da autorização de operações de natureza financeira, de interesse da União, dos Estados, do Distrito Federal, dos Territórios e dos Municípios.

Art. 2º A apreciação das matérias contidas no art. 1º deste Ato será realizada em duas etapas.

I – na primeira etapa, o relator apresentará o relatório à Comissão, sendo concedida, automaticamente, vista coletiva, nos termos do Regimento Interno do Senado Federal.

II – obedecido o pedido de vista a que se refere o inciso anterior, a matéria poderá ser incluída em pauta para efetiva deliberação da Comissão de Assuntos Econômicos.

§1º Na primeira etapa não será exigida a presença das autoridades a que se refere o art. 34 da Resolução do Senado Federal nº 43, de 2001.

§2º Quando os prazos limites para assinatura contratual ou para início do recesso parlamentar impossibilitarem a deliberação de forma prevista neste artigo, as mensagens objeto deste ato poderão, por deliberação da Comissão, ser pautadas e apreciadas em prazo diverso pela Comissão de Assuntos Econômicos.

Este ato entra em vigor na data de sua publicação.

Sala da Comissão.

Nós estamos colocando o Senador Delcídio do Amaral como relator e a nossa ideia é colocar, na pri-

meira reunião aqui, de agosto, em votação esse ato da Comissão de Assuntos Econômicos.

Senhores, nós estamos aqui à espera do quórum e acabei de ligar para o Presidente do Cade, que está vindo, mas acho que chega aqui em 20 minutos, então, concedo a palavra ao Senador Francisco Dornelles.

O SR. FRANCISCO DORNELLES (Bloco/PP – RJ) – Nos anos 90, em decorrência de uma economia indexada, promovia-se a correção monetária do Ativo Permanente de uma empresa, cuja contrapartida era um crédito na conta de Lucros e Perdas, o que gerava um lucro totalmente fictício. Como esse lucro não gerava caixa, o que faziam as empresas? Tomavam dinheiro emprestado, aumentavam o endividamento, o que afetava o patrimônio da empresa, e, com base de empréstimos, distribuíam dividendos. Isso se deu no final dos anos 80, nos anos 90. Para acabar com essa farra, eu apresentei um projeto de lei que foi sancionado pelo Presidente Itamar Franco, o Projeto de Lei nº 8.920, que proibiu a distribuição por empresas estatais do lucro inflacionário.

Pois bem, matéria publicada no jornal *Valor* indica que houve uma operação que envolveu a União, o BNDES e a Eletrobras, que foi mais ou menos o seguinte: o Governo tomou dinheiro; emitiu títulos; emprestou dinheiro ao BNDES; na emissão de títulos, aumentou a dívida bruta; criou um crédito no BNDES e não aumentou a dívida líquida. O BNDES emprestou à Eletrobras, e a Eletrobras distribuiu dividendos ao Tesouro, o que, realmente, contribuiu para o superávit primário. A matéria publicada no jornal *Valor* mostrou que essa distribuição se refere a lucros acumulados nos últimos 30 anos, o que pode, inclusive, compreender um período em que, em decorrência da Lei nº 8.920, de 1994, não se podia distribuir lucro, se é que ele tinha se dado na base de correção de Ativo Permanente.

Por esse motivo, estou apresentando hoje um requerimento, convocando o Presidente da Eletrobras para vir a esta Comissão, para explicar a operação que foi concluída entre o BNDES e a Eletrobras e que, em decorrência de um empréstimo, gerou a distribuição de lucro, beneficiando, nesse caso, inclusive, acionistas privados. Peço para ele explicar a situação da Eletrobras e dar detalhes dessa operação.

Estou encaminhando esse requerimento a V. Exª.

O SR. PRESIDENTE (Lindbergh Farias. Bloco/PT – RJ) – Muito obrigado, Senador Francisco Dornelles. Ele já está aqui, em minhas mãos.

O SR. ALOYSIO NUNES FERREIRA (Bloco/PSDB – SP) – Sr. Presidente, peço a palavra pela ordem.

O SR. PRESIDENTE (Lindbergh Farias. Bloco/PT – RJ) – Com a palavra, o Senador Aloysio.

O SR. ALOYSIO NUNES FERREIRA (Bloco/PSDB – SP) – Sr. Presidente, estamos, agora, às vésperas do recesso e só retomaremos os trabalhos do Senado e da Comissão, portanto, em agosto. Diante desse fato, Sr. Presidente, e da importância do questionamento apresentado pelo Senador Dornelles, eu queria sugerir a V. Exª que nós pudéssemos deliberar ainda hoje sobre esse requerimento, porque o Presidente a Eletrobras teria tempo para se preparar. Teremos ainda pelo menos três semanas até o início da nossa atividade aqui, na Comissão, o que me parece um tempo razoável.

Creio que essa deliberação no dia de hoje obedece mais ou menos ao mesmo critério da resolução que V. Exª acaba de ler. Não é isso? Nas vésperas do recesso, pode-se, excepcionalmente, ler uma proposição e deliberar sobre ela. Esta é a minha sugestão: podemos deliberar sobre a proposição ainda hoje.

O SR. PRESIDENTE (Lindbergh Farias. Bloco/PT – RJ) – Faremos isso. Não acho que haja nenhum problema. Estamos falando aqui de um convite ao Presidente da Eletrobras. Como é a última reunião antes do recesso, nós faremos isso assim que atingirmos o quórum. Não está havendo outra reunião de comissão, mas o pessoal está pegando assinaturas. Estamos à espera do Presidente do Cade.

Dessa forma, quero dizer aos senhores que o microfone, a palavra está franqueada a qualquer um dos Srs. Senadores.

Antes disso, Senador Aloysio, quero dizer que estamos contando aqui com a presença dos garçons, com a presença do pessoal do Sindicato, que veio lá do Rio de Janeiro. Anuncio a esta Casa que esta Comissão de Assuntos Econômicos, Senador Francisco Dornelles, aprovou aquele projeto.

Pois bem, no dia de ontem, conseguimos uma coisa que parecia quase impossível. Ontem, à noite, houve um grande acordo envolvendo todos os sindicatos de trabalhadores e os sindicatos patronais no caso. Então, temos um acordo geral, para levar a matéria para o plenário do Senado Federal. Houve um acordo com todas as entidades, a partir de uma discussão sobre PIS-Cofins, sobre as gorjetas. O PIS-Cofins não é cobrado hoje.

Então, acho que essa é uma vitória que mostra a capacidade de diálogo do Senado Federal. Nós não vamos colocar isso em votação hoje no plenário, mas isso vai ser votado em agosto. Então, quero só anunciar aos senhores que, de fato, batemos o martelo na construção de um grande acordo, envolvendo todas as partes. É uma vitória dos senhores, é uma vitória do Sigabam.

Passo a palavra, agora, ao Senador Aloysio Nunes Ferreira, que vai falar sobre outro tema.

O SR. ALOYSIO NUNES FERREIRA (Bloco/PSDB – SP) – Sr. Presidente, eu queria indagar a V. Exª sobre a nossa pauta de hoje. Que matérias nós teríamos, quais seriam terminativas e quais matérias seriam remetidas depois a outras comissões?

O SR. PRESIDENTE (Lindbergh Farias. Bloco/PT – RJ) – Senador Aloysio, nós não vamos ter quórum para votar matérias terminativas.

O SR. ALOYSIO NUNES FERREIRA (Bloco/PSDB – SP) – Claro!

O SR. PRESIDENTE (Lindbergh Farias. Bloco/PT – RJ) – Nós estamos aqui numa luta para ver se alcançamos o quórum, para começar a votar duas matérias que são não terminativas.

A primeira acrescenta parágrafo único ao art. 835 da Lei nº 10.406, de 10 de janeiro de 2002, Código Civil, prevendo a possibilidade de exoneração da fiança, na hipótese de alteração do quadro social da pessoa jurídica afiançada, independentemente do término do prazo contratual.

É um projeto do Senador Pero Taques.

Há outro projeto não terminativo, que dispõe sobre a criação da comissão de indenização aos descendentes de negros africanos escravizados no Brasil.

Da Comissão de Direitos Humanos.

Relatoria: Senador Eduardo Lopes.

E vamos passar imediatamente a palavra ao Presidente do Cade, que já está a caminho. Talvez, se não alcançarmos quórum para deliberação do não terminativo, nós vamos ficar apenas com a exposição do Presidente do Cade no dia de hoje.

O SR. JOSÉ AGRIPINO (Bloco/DEM – RN) – Sr. Presidente, pela ordem.

O SR. PRESIDENTE (Lindbergh Farias. Bloco/PT – RJ) – Senador José Agripino.

O SR. JOSÉ AGRIPINO (Bloco/DEM – RN) – Sr. Presidente, na reunião anterior, acho que da terça-feira passada, eu apresentei um requerimento para que o projeto de minha autoria, de convocação, a cada três meses, do Presidente do BNDES, pudesse entrar em pauta para deliberação. E o Senador Aloysio Nunes Ferreira, que é o Relator, comunicou ao Plenário que já estava com o parecer pronto. Eu não sei se poderia ser incluído na pauta, caso tenhamos quórum para deliberação, independentemente da matéria, sempre que ela não é terminativa.

Então, eu gostaria também de fazer essa ponderação a V. Exª com apreciação do requerimento do Senador Dornelles.

Eu não sei se V. Exª, o Senador Pimentel, o Senador Dornelles, o Senador Aloysio leram, no domingo, entrevista de Persio Arida, de página inteira, no jornal *O Estado de S. Paulo*. Uma entrevista lúcida, em que colocava coisas absolutamente compreensíveis pelo cidadão comum.

A matéria versava sobre a situação atual da economia. Matéria extremamente preocupante, em que, lá pelas tantas, ele falava uma coisa que nós vínhamos falando há bastante tempo aqui, que é a ação da Presidenta da República, do Governo da Presidente Dilma, no sentido de baixar a tarifa da energia elétrica ter atingido duramente o sistema Eletrobras que estava, além de inseguro em fazer investimentos, por insegurança jurídica, estava com perspectiva de rentabilidade comprometida e, portanto, não ia fazer investimento, levando a quê? Ele não dizia com essa minudência, mas levando a quê? Ao aumento no risco dos apagões. O sistema de proteção, as linhas, em função da ação do Governo de baixar a tarifa da energia elétrica, que é uma coisa que o Brasil todo não pode deixar de aplaudir, teve um efeito colateral terrível, porque você pode ter energia barata, mas energia não confiável. Esse é o pior dos mundos.

Então, para essa e para outras, eu acho fundamental a presença do Presidente da Eletrobras para responder sobre empréstimo tomado no BNDES e sobre questões como essa, que é, talvez, tão ou mais preocupante em relação ao pensamento do País.

Então, eu quero me solidarizar e quero dizer que vejo como oportuníssimo esse requerimento do Senador Dornelles, solicitando a presença do Presidente da Eletrobras para falar sobre a tomada de empréstimo junto ao BNDES, porque nós vamos tratar de dois assuntos que são igualmente preocupantes: tanto a descapitalização do BNDES, que teve 38% do seu patrimônio líquido dissolvido, nos últimos dois anos, ou nos últimos dozes meses, quanto essa questão da Eletrobras. A ação benfazeja, numa primeira leitura, mas com efeito colateral que pode ser terrível no curto e médio prazo.

De modo que quero aqui manifestar meu completo "de acordo" com esse requerimento e solicitar de V. Exª, se possível, que inclua em pauta, para que possamos deliberar sobre o projeto de minha autoria, que submete à apreciação da CAE e, em seguida, do Plenário do Senado, a convocação do Presidente do BNDES a intervalos de três meses, independentemente de quem seja governo e de quem seja presidente do BNDES, até porque, por dever de justiça, devo dizer que tenho estima pessoal e apreço profissional pelo Dr. Luciano Coutinho, Presidente do BNDES.

O SR. PRESIDENTE (Lindbergh Farias. Bloco/PT – RJ) – Senador José Agripino, eu farei o seguinte: esse tema, por ser muito polêmico, eu o colocarei na

pauta de agosto. Eu me comprometo com V. Exª. E nós vamos deliberar aqui no plenário. Hoje estamos com o quórum baixo e, mesmo que alcancemos o quórum, firmo aqui este compromisso com V. Exª...

O SR. JOSÉ AGRIPINO (Bloco/DEM – RN) – Compreendo V. Exª e reconheço que V. Exª é um homem justo e que não tem *parti pris* nesse tipo de matéria não.

O SR. PRESIDENTE (Lindbergh Farias. Bloco/PT – RJ) – Claro, mas nós vamos apreciar em agosto. Já comunico aqui à secretaria para colocá-lo na primeira pauta de agosto.

O SR. FRANCISCO DORNELLES (Bloco/PP – RJ. *Fora do microfone.*) – E o do Presidente da Eletrobras?

O SR. PRESIDENTE (Lindbergh Farias. Bloco/PT – RJ) – Se alcançarmos quórum, nós votamos hoje esse convite.

A palavra continua aberta. Eu acho que nós...

O SR. FRANCISCO DORNELLES (Bloco/PP – RJ) – Eu queria dizer, Sr. Presidente, que, de modo algum, eu estou partindo de uma solução precipitada. Eu acho importante esse debate. Está aqui o Senador Pimentel, que é um conhecedor profundo de finanças públicas, e o que está ocorrendo é o seguinte: há uma preocupação de se manter a relação dívida líquida/PIB e estão se tomando operações aumentando consideravelmente a dívida bruta, utilizando o BNDES para refazer repasses. É quase uma conta movimento. Por isso é que está na hora de o Congresso discutir essas operações.

A Presidente Dilma conhece profundamente o assunto. Precisa ver se ela está a par dessas engenharias que estão sendo feitas para esconder uma realidade.

O SR. PRESIDENTE (Lindbergh Farias. Bloco/PT – RJ) – Senador Dornelles, como já atingimos o quórum, podemos começar votando esse requerimento e os outros requerimentos.

Requerimento assinado pelo Senador Francisco Dornelles:

REQUERIMENTO DA COMISSÃO DE ASSUNTOS ECONÔMICOS Nº 47, DE 2013

Requer, nos termos do art. 90 do Regimento Interno do Senado Federal, seja convidado o Presidente da Eletrobras, José da Costa Carvalho Neto, para que compareça a esta Comissão para analisar a operação de empréstimo do BNDES à Eletrobras e a distribuição de dividendos com base nesse empréstimo.

Quero, primeiro, consultar o Plenário se há concordância de que se elimine o procedimento adotado aqui de se ler numa reunião e votar na outra.

Há alguma discordância aqui? (*Pausa.*)

Vamos colocar em votação o requerimento do Senador Francisco Dornelles.

Os Senadores que concordam com o requerimento do Senador Francisco Dornelles permaneçam como se encontram. (*Pausa.*)

Aprovado o requerimento de convite ao Presidente da Eletrobras.

Nós temos mais requerimentos.

ITEM 11
REQUERIMENTO DA COMISSÃO DE ASSUNTOS ECONÔMICOS Nº 42, DE 2013

Requer, nos termos do Regimento Interno do Senado Federal, seja convidada a Senhora Wasmália Socorro Barata Bivar, Presidenta do Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística – IBGE, a comparecer em reunião da Comissão de Assuntos Econômicos para prestar informações acerca da Metodologia de Cálculo do Produto Interno Bruto – PIB realizada pelo IBGE.
Autoria: Senador Eduardo Suplicy.

O SR. JOSÉ PIMENTEL (Bloco/PT – CE) – Sr. Presidente, era exatamente isto que eu ia ponderar: que nós votássemos os requerimentos dos autores que estejam presentes.

O SR. PRESIDENTE (Lindbergh Farias. Bloco/PT – RJ) – Certo. Então faremos dessa forma, Senador José Pimentel.

Senador Eduardo Suplicy, estamos votando aqui o requerimento de sua autoria, que convida a Presidente do IBGE para vir a esta Comissão de Assuntos Econômicos.

A matéria está em discussão.

Senador Eduardo Suplicy, para discutir.

O SR. EDUARDO SUPLICY (Bloco/PT – SP) – Muito obrigado, Presidente Lindbergh Farias.

Justamente ocorreu um debate pela imprensa a respeito da composição do Produto Interno Bruto, se dever-se-ia ou não colocar mais ênfase no setor de serviços, que vem crescendo bastante. Então, seria uma oportunidade para que a Presidenta do IBGE possa nos explicar, inclusive de maneira atualizada, a respeito da composição atual do Produto Interno Bruto, do Produto Doméstico Bruto e para que possamos conhecer bem a forma de mensuração e cálculo da

composição da produção de riqueza nacional, bem como seria uma oportunidade também para dialogarmos sobre a medida da distribuição da renda, os objetivos da erradicação da pobreza, como é que tem sido medidos pelo IBGE, a sua metodologia.

Então, acredito que será algo muito relevante para todos nós, Senadores.

Muito obrigado, Sr. Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Lindbergh Farias. Bloco/PT – RJ) – Muito obrigado, Senador Eduardo Suplicy.

Não havendo mais quem queira discutir, vamos colocar em votação o requerimento.

Os Senadores que concordam permaneçam como estão. *(Pausa.)*

Aprovado.

A Comissão aprova o Requerimento nº 42, de 2013.

Só respondendo ao Senador José Agripino, a Secretaria me informou que o projeto a que V. Exª se referiu, que pretende trazer o Presidente do BNDES a esta Comissão de Assuntos Econômicos, foi remetido pela Presidência do Senado à Comissão de Constituição e Justiça. Na verdade, não passa por aqui. Vai à Comissão de Constituição e Justiça, porque é uma matéria que altera o Regimento. Então, passa apenas pela CCJ e pela Mesa. Ou seja, se for aprovado, as audiências vão ser aqui, mas não vamos ser nós, pela Comissão de Assuntos Econômicos, que vamos deliberar sobre o tema.

O SR. JOSÉ AGRIPINO (Bloco/DEM – RN) – Eu peço desculpas a V. Exª e agradeço a explicação.

O SR. PRESIDENTE (Lindbergh Farias. Bloco/PT – RJ) – Muito obrigado, Senador José Agripino.

Requerimento do item 12, do Senador Francisco Dornelles.

ITEM 12
REQUERIMENTO DA COMISSÃO DE ASSUNTOS ECONÔMICOS Nº 43, DE 2013

Requer, nos termos do art. 90, V, do Regimento Interno do Senado Federal, a realização de audiência pública para debater o mercado de capitais no Brasil, tendo como convidado o Presidente da Comissão de Valores Mobiliários – CVM, senhor Leonardo P. Gomes Pereira.

Autoria: Senador Francisco Dornelles e outros

Em discussão. (*Pausa.*)

Não havendo quem queira discutir, vamos colocar em votação o requerimento.

Os Senadores que concordam permaneçam como estão. (*Pausa.*)

Aprovado.

A Comissão aprova o Requerimento nº 43, de 2013.

Vou ler um requerimento da Senadora Ana Amélia e do Senador Aloysio Nunes e o votamos na próxima reunião.

REQUERIMENTO DA COMISSÃO DE ASSUNTOS ECONÔMICOS Nº 48, DE 2013

Requer, nos termos regimentais, seja realizada audiência pública para discutir a política de operações creditícias feitas ao grupo EBX, do empresário Eike Batista, por parte do Banco Nacional do Desenvolvimento Econômico e Social – BNDES, tendo como convidado o presidente do BNDES, Senhor Luciano Coutinho.

Nós vamos ao item 1 da pauta.

Eu queria designar...

Estamos à espera do Presidente do Cade, que está por chegar... (*Pausa.*)

O Senador Pedro Taques pediu para retirar de pauta para reexame.

(É o seguinte o item retirado:

ITEM 1

PROJETO DE LEI DO SENADO Nº 105, DE 2012

– Não Terminativo –

Acrescenta parágrafo único ao art. 835 da Lei nº 10.406, de 10 de janeiro de 2002 – Código Civil –, prevendo a possibilidade de exoneração da fiança na hipótese de alteração no quadro social da pessoa jurídica afiançada, independentemente do término do prazo contratual.

Autoria: Senador Pedro Taques

Relatório: Favorável ao Projeto com as Emendas nºs 1 e 2 que apresenta.

Relatoria: Senador Wilder Morais.)

O SR. PRESIDENTE (Lindbergh Farias. Bloco/PT – RJ) – Vamos ao item 2.

Eu queria perguntar se o Senador Ivo Cassol aceita ser Relator *ad hoc* desse item 2.

O pessoal da Comissão já está entregando a V. Exª.

ITEM 2
PROJETO DE LEI DO SENADO Nº 432, DE 2012
– Não Terminativo –

Dispõe sobre a criação da Comissão da Indenização aos Descendentes de Negros Africanos Escravizados no Brasil (DNAEB).
Autoria: Comissão de Direitos Humanos e Legislação Participativa (Permanente).
Relatoria: Senador Eduardo Lopes
Relator *ad hoc*: Senador Ivo Cassol.
Relatório: Contrário ao Projeto.
Observações:
1. A matéria será apreciada pela Comissão de Constituição, Justiça e Cidadania;
2. Em 4 de junho de 2013 foi concedido vista coletiva.

Como o relatório já foi lido, V. Exª poderia resumir ou ler uma parte do relatório.

O SR. IVO CASSOL (Bloco/PP – RO) – Com certeza, Sr. Presidente.

Quero cumprimentar V. Exª e os demais colegas.

Parecer da Comissão de Assuntos Econômicos, sobre o PLS nº 432, de 2012, que dispõe sobre a criação da Comissão de Indenização aos Descendentes de Negros Africanos Escravizados no Brasil.

O relatório já foi lido na reunião anterior e vamos, então, ao voto.

Em vista do exposto, opinamos pela rejeição do PLS nº 432, de 2012.

Então, portanto, como Relator *ad hoc*, voto pela rejeição.

O SR. PRESIDENTE (Lindbergh Farias. Bloco/PT – RJ) – A matéria está em discussão. (*Pausa.*)

Não havendo quem queira discutir, vamos colocar em votação o relatório.

Em votação o relatório do Senador Ivo Cassol.

Os Senadores que concordam com o relatório permaneçam como estão. (*Pausa.*)

Aprovado o relatório, que passa a constituir parecer da CAE, contrário ao projeto.

A matéria vai à Comissão de Constituição, Justiça e Cidadania.

Senhores, nós havíamos marcado reunião com o Presidente do Cade às 11h30. Ele vai chegar daqui a dez minutos. Nós vencemos a nossa pauta de itens não terminativos e de requerimentos. De forma que quero franquear a palavra a qualquer dos Senadores que dela quiser fazer uso para falar sobre qualquer assunto ligado à economia brasileira. Estou franqueando a palavra aos senhores.

O SR. IVO CASSOL (Bloco/PP – RO) – Sr. Presidente, se V. Exª me permite, já que é para dialogarmos, quero dizer que, com a política de aumento de juros adotada pelo Banco Central, que na semana passada aumentou a taxa de juros em 0,5%, infelizmente, nós, da Base do Governo, estamos dando um tiro no próprio pé. Porque o dinheiro retido nas instituições financeiras não gera emprego, não gera renda. A partir do momento em que a política é aumentar os juros, pensando que segura a inflação, infelizmente, nós estamos trabalhando contra o tempo e contra a atual situação verdadeira.

Fui prefeito por dois mandatos, fui governador por dois mandatos, e na projeção que eu e minha equipe fazíamos de arrecadação futura, já planejávamos o que fazer daí a noventa dias, seis meses, um ano. Portanto, a partir do momento em que a política do Banco Central é aumentar os juros para que haja menos dinheiro circulando e, ao mesmo tempo, ter menos dinheiro investido, nós deixaremos de gerar emprego e de gerar renda. Quando o que se deveria fazer, na verdade, é o inverso, o contrário. Deveria aproveitar-se a oportunidade, pegar esse dinheiro de arrecadação que está nos cofres do Governo Federal e fazer investimentos em infraestrutura urbana nos grandes centros, nos médios centros e nas pequenas cidades.

Nós temos 5.500 Municípios. Se investirmos e criarmos em cada um deles no mínimo 100 empregos, multiplicando, em cada 1.000 cidades, criaremos 100 mil empregos. Teremos, no mínimo, 500 mil empregos, meio milhão de empregos extra, com recursos que vão fomentar e movimentar a economia.

Hoje, ao que nós estamos assistindo... Eu digo isso porque sou empresário. Todo empreendedor sempre planeja e deixa o dinheiro circulando. Dinheiro parado nas instituições financeiras com medo de inflação deixa de gerar emprego e renda. Retrai o País. Essa política está errada. Essa política está errada.

Se houvesse condições de que pelo menos alguns tecnocratas que são economistas pudessem ouvir um leigo – porque eu não sou formado em faculdade, mas sou formado na faculdade da vida e sempre tenho trabalhado em cima disso –, e esse recurso que está retido nos bancos estivesse sendo aplicado, o próprio Governo Federal começasse a investir esse dinheiro, com certeza esse dinheiro circularia 10, 15 vezes mais, nas cidades, gerando emprego e gerando renda.

Hoje, o que nós estamos assistindo, infelizmente, são políticas erradas de governos passados, que estão nos prejudicando.

Portanto, aqui na Comissão de Assuntos Econômicos, que trabalha especialmente nessa área, eu vejo com tristeza a política que está sendo adotada e que causa um prejuízo para a Nação e para o desenvolvimento, pois a partir do momento em que você deixa a especulação financeira predominar e tomar conta, infelizmente, nós ficamos com o prejuízo. Esse erro já aconteceu no passado e está se repetindo.

O que o Governo deveria fazer é o contrário: deveria acabar com a isenção do IPI para carro, com taxa de juros zero para quem compra carro novo. Não há dinheiro para infraestrutura. A infraestrutura no Brasil é capenga. Estados como, por exemplo, São Paulo, Bahia e tantos outros precisam ampliar o metrô e não têm dinheiro, assim como para outras obras. A não ser as da Copa, em que colocaram dinheiro à vontade.

Portanto, isso é prejudicial. E nós estamos com o prejuízo, com um déficit muito grande. Há incentivo para comprar carro e não há dinheiro para infraestrutura. Se não há dinheiro para infraestrutura, os veículos não têm mais como circular.

Aqui em Brasília, por exemplo, no horário de almoço, não se consegue mais andar na cidade. No final da tarde, para ir para casa, você tem dificuldade. Os servidores públicos, para irem para casa, também têm dificuldade. E isso em Brasília, que foi uma cidade planejada no passado, com uma infraestrutura dimensionada, e hoje já ficou pequena.

Portanto, estamos cometendo um erro muito grave. Esses técnicos que se dizem os inteligentes da economia brasileira, infelizmente, estão perdendo para muitos leigos, que são os grandes vencedores e que, ao mesmo tempo, contribuem com o Brasil. O dinheiro tem que ficar circulando. Dinheiro circulando gera emprego e gera renda. Todos acabam ganhando. Dinheiro retido nas instituições, infelizmente, só aumenta o déficit mais ainda.

"Ah, mas a inflação nós vamos controlar." Não; o que se deve continuar, controlando a inflação para não aumentar, é com os investimentos, gerando riqueza. E, hoje, o que está acontecendo? Está-se retraindo para o povo não gastar, para o povo economizar. Com isso, começa, infelizmente, a falta de empregos, aumenta o índice de pessoas desempregadas no Brasil, o que é ruim para todo mundo.

E, com relação a essa crise que está estampada hoje, eu quero dizer que ela ainda está boa, está no começo. A tendência, até o final do ano, é ficar, no mínimo, duas vezes pior. Duas vezes pior! E se o Governo, a equipe econômica não planejar e colocar esse dinheiro, que está parado, esse superávit financeiro que o Governo Federal tem e investir nos Municípios e em infraestrutura... Não é para folha de pagamento nem para encargo social, Os recursos que o Governo Federal, por meio do Ministério do Planejamento, tem de liberar devem ser destinados à infraestrutura, especialmente a infraestrutura das cidades. Com certeza, assim, nós vamos gerar, no mínimo, um milhão de novos empregos e, além disso, nós vamos colocar esse dinheiro para circular, gerando divisas.

Com o dinheiro retido, nós vamos aumentar a crise. E essa crise é inevitável, até porque ninguém segura essa crise. E não adianta vir alguém depois e dizer que os culpados são fulano e beltrano. Não! Quem está à frente do Governo, sendo comandado pelo governo Lula e, agora, pela Presidente Dilma, há dez anos... Então, portanto, nós não podemos culpar ninguém. Houve erros no passado? Houve, mas nós já tivemos tempo suficiente para corrigi-los.

Quando a gente pensa em nível mundial, vemos os Estados Unidos praticarem juros de menos de 0,5% ao ano, de 1% ao ano, enquanto nós, aqui, praticarmos juros de 8,5% ao ano. Com isso, nós estamos pegando toda a riqueza que os empreendedores produzem, tanto a iniciativa comercial quando a industrial, enfim, toda a riqueza que eles estão fomentando e fazendo com que eles a usem para pagar os juros do seu negócio. E esse custo é repassado para o produto. Em todo local onde houver juros, este é embutido como custo de produção dos bens. E esse custo quem paga é o consumidor. É um prejuízo!

Portanto, sou contra o aumento da taxa Selic como tem sido feito até agora.

O SR. ALOYSIO NUNES FERREIRA (Bloco/PSDB – SP) – Pela ordem, Sr. Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Lindbergh Farias. Bloco/PT – RJ) – Vamos passar a palavra ao último orador inscrito, depois da palavra do Senador Aloysio Nunes.

Em seguida, nós vamos encerrar esta reunião e abrir a outra, uma vez que o Presidente do Cade chegou à Casa.

Com a palavra o Senador Aloysio Nunes.

O SR. ALOYSIO NUNES FERREIRA (Bloco/PSDB – SP) – Sr. Presidente, nós acabamos de aprovar dois requerimentos lidos aqui nesta reunião, um de autoria do Senador Francisco Dornelles e outro de autoria do Senador Eduardo Suplicy. Foi lido também, Sr. Presidente, um requerimento da Senadora Ana Amélia, subscrito por mim também.

A Senadora Ana Amélia, hoje, neste momento, está participando da Comissão de Educação, e todos nós sabemos o quanto a Senadora Ana Amélia é uma Parlamentar ativa, presente, com uma assiduidade indefectível, de segunda a sexta-feira, aqui no Senado. S. Exª apresentou um requerimento sobre um assunto momentoso: as operações de crédito realizadas entre o BNDES e o Grupo EBX. E, por conta disso, S. Exª pede que venha à nossa Comissão, mediante esse requerimento, o Dr. Luciano Coutinho, a fim de prestar esclarecimentos sobre essas operações que foram objeto de muitos comentários, inclusive por parte do Presidente do BNDES, com afirmações peremptórias

em defesa das operações de crédito em direção a esse grupo.

Assim, eu pediria a V. Exª, até por uma questão de isonomia, uma vez que nós estamos nos aproximando do recesso, e com o mesmo fundamento pelo qual nós aprovamos os dois requerimentos anteriores, que nós possamos também deliberar sobre esse requerimento.

O SR. PRESIDENTE (Lindbergh Farias. Bloco/PT – RJ) – Pergunto se há a oposição de algum Senador. (*Pausa.*)

O Presidente Luciano Coutinho, para que se faça justiça aqui, sempre tem vindo...

O SR. ALOYSIO NUNES FERREIRA (Bloco/PSDB – SP) – Sim; sempre solícito.

O SR. PRESIDENTE (Lindbergh Farias. Bloco/PT – RJ) – ... e se colocado à disposição, tanto que aqui esteve há poucas semanas. Então, não vejo problema algum em aprovarmos esse convite.

Eu ligaria para o Presidente Luciano Coutinho...

O SR. ALOYSIO NUNES FERREIRA (Bloco/PSDB – SP) – E transmita a ele o nosso apreço.

O SR. PRESIDENTE (Lindbergh Farias. Bloco/PT – RJ) – Claro, bem como o de todos desta Comissão. Como disse, eu ligaria para nós agendarmos mais para frente, com antecedência.

Então, vamos colocar em votação o requerimento da Senadora Ana Amélia, subscrito pelo Senador Aloysio Nunes Ferreira, lido anteriormente.

Em discussão. (*Pausa.*)

Não havendo quem queira discutir, encerro a discussão.

Em votação o requerimento.

Os Srs. Senadores que o aprovam permaneçam como se encontram. (*Pausa.*)

Aprovado o requerimento da Senadora Ana Amélia e do Senador Aloysio Nunes Ferreira.

Nada mais havendo a tratar, declaro encerrada a presente reunião.

(*Iniciada às 10 horas e 43 minutos, a reunião é encerrada às 11 horas e 18 minutos.*)

ATA DA QUADRAGÉSIMA QUARTA REUNIÃO, EXTRAORDINÁRIA, DA COMISSÃO DE ASSUNTOS ECONÔMICOS DA 3ª SESSÃO LEGISLATIVA ORDINÁRIA DA 54ª LEGISLATURA, REALIZADA EM 16 DE JULHO DE 2013, ÀS 11 HORAS E 30 MINUTOS, NA SALA DE REUNIÕES Nº 19 DA ALA ALEXANDRE COSTA, SENADO FEDERAL.

Às onze horas e dezoito minutos do dia dezesseis de julho do ano de dois mil e treze, na sala número dezenove da Ala Senador Alexandre Costa, sob a Presidência do Senador Lindbergh Farias, reúne-se a Comissão de Assuntos Econômicos com a presença dos Senadores Eduardo Suplicy, José Pimentel, Humberto Costa, Rodrigo Rollemberg, Inácio Arruda, Valdir Raupp, Ivo Cassol, Francisco Dornelles, Aloysio Nunes Ferreira, Alvaro Dias, José Agripino, Flexa Ribeiro, Armando Monteiro, Antonio Carlos Rodrigues e Vicentinho Alves. Deixam de comparecer os Senadores Delcídio do Amaral, Cristovam Buarque, tendo falta justificada em virtude de se encontrar em licença para tratar de interesses particulares, Vanessa Grazziotin, Eduardo Braga, Sérgio Souza, Roberto Requião, Vital do Rêgo, Romero Jucá, Luiz Henrique, Kátia Abreu, Cyro Miranda, Jayme Campos, tendo falta justificada em virtude de se encontrar em reuniões político-partidárias no Estado em que representa, João Vicente Claudino e Blairo Maggi. A Presidência declara aberta a reunião, esclarecendo que esta tem como objetivo a realização de audiência pública, a fim de fazer um balanço de um ano da atuação do Conselho Administrativo de Defesa Econômica – Cade desde a entrada em vigor da Lei nº 12.529, de 30 de novembro de 2011, em atendimento ao Requerimento da Comissão de Assuntos Econômicos nº 46 de 2013, de iniciativa do Senador Francisco Dornelles e outros, tendo como expositor o Sr. Vinícius Marques de Carvalho, Presidente do Conselho Administrativo de Defesa Econômica – Cade. Após a exposição do convidado, usam da palavra os Senadores Francisco Dornelles, Armando Monteiro e Eduardo Suplicy. Nada mais havendo a tratar, encerra-se a reunião às doze horas e doze minutos, lavrando eu, Luiz Gonzaga Silva Filho, a presente ata, que, lida e aprovada, será assinada pelo Senhor Presidente e publicada no Diário do Senado Federal, juntamente com a íntegra do seu registro taquigráfico. – Senador **Lindbergh Farias,** Presidente da Comissão de Assuntos Econômicos.

(Texto com revisão.)

O SR. PRESIDENTE (Lindbergh Farias. Bloco/PT – RJ) – Declaro aberta a 44ª Reunião Extraordinária da Comissão de Assuntos Econômicos.

Audiência pública.

Assunto: fazer o balanço de um ano da atuação do Conselho Administrativo de Defesa Econômica (Cade) desde a entrada em vigor da Lei 12.529, de 30 de novembro de 2011.

Requerimento de realização de audiência: Senador Francisco Dornelles e outros.

Convidado: Vinícius Marques de Carvalho, Presidente do Conselho Administrativo de Defesa Econômica.

O convidado já se encontra no plenário desta Comissão, e peço que tome seu lugar à mesa.

De acordo com art. 94, §§2º e 3º, do Regimento Interno do Senado Federal, a Presidência adotará as seguintes normas: o convidado fará sua exposição por 20 minutos e, em seguida, abriremos a fase de interpelação pelos Senadores e Senadoras inscritos.

Com a palavra Vinícius Marques de Carvalho, Presidente do Conselho Administrativo de Defesa Econômica (Cade).

O SR. VINÍCIUS MARQUES DE CARVALHO – Bom dia, Senador Presidente da Comissão de Assuntos Econômicos, Lindbergh Farias; bom dia, Senadores e todos os presentes.

Na verdade, foi com muita alegria que nós do Cade recebemos o convite para vir hoje, aqui, à CAE apresentar um balanço de um ano da nova de Lei de Defesa da Concorrência no Brasil.

Eu trouxe uma apresentação com alguns números apenas para ilustrar um pouco como tem sido a atuação do Cade desde a entrada em vigor da nova de Lei de Defesa da Concorrência.

Introdutoriamente, gostaria de ressaltar a importância que o Congresso Nacional teve na aprovação dessa Lei de Defesa da Concorrência. É uma lei que certamente saiu melhor do Congresso Nacional do que como entrou como projeto de lei. Os aperfeiçoamentos feitos tanto pela Câmara dos Deputados quanto pelo Senado Federal proporcionaram avanços bastante significativos e até, devo dizer, superaram algumas expectativas, não só da sociedade, como de nós do Cade, nesse último ano.

A transição para a nova lei envolveu todo um processo de reforma infralegal no Conselho, a transferência de servidores e competências da Secretaria de Acompanhamento Econômico do Ministério da Fazenda e da Secretaria de Direito Econômico para o Cade. Então, nesse contexto, houve uma agregação de competências em torno do Cade. Isso foi uma das, talvez, inovações que geraram e que superaram as nossas expectativas, o quanto de economia, de escopo que tivemos com a junção das competências desses órgãos num só. E a mudança de sede. Aqui há uma foto da sede antiga do Cade e um foto da nova sede.

Uma mudança muito importante que ocorreu com a nova de Lei de Defesa da Concorrência foi a possibilidade criada pela lei de que o Conselho alterasse, por portaria interministerial, os valores de submissão de atos de concentração. Isso foi feito logo no início da entrada em vigor da lei e os valores para notificação obrigatória de atos de concentração foram alterados, para o faturamento de um dos grupos econômicos, R$750 milhões e outro, R$75 milhões.

O valor anterior de R$400 milhões não era atualizado desde 2000. Então, tínhamos uma defasagem em termo de critério para análise de área de concentração muito grande, que fazia com que o Cade analisasse mais de oitocentos atos de concentração por ano e quase 90% de casos sumários, casos muito simples. Isso gerava uma ineficiência interna bastante grande. Como eu disse aqui, os ritos sumários superaram 80%.

Nós temos uma estimativa de redução, com esses novos critérios, de 50% a 60% do número de atos de concentração analisados pelo Cade.

Aqui, alguns números já. Números de análises de atos de concentração notificados por ano: tivemos aí, em 2009, um número baixo, o que já foi um efeito da crise em 2008; em 2010 e 2011, em torno de 680 a 690 casos; em 2012, 626 – mas há que se considerar que, a partir de junho de 2012, temos a entrada em vigor da lei, e aí há uma redução de casos. Casos, atos de concentração, fusões e aquisições de empresas, notificados até maio deste ano – um ano da lei: foram 262.

Uma pergunta que pode aparecer, em decorrência desse número, é: o senhor mencionou a redução de 50% a 60%; de 626 para 262, a redução é maior do que 50% a 60%. Mas, aqui, tenho que fazer uma ressalva. Quando houve o processo de transição da lei antiga para a lei nova, as empresas notificaram muitos atos de concentração, anteciparam a notificação de muitos atos de concentração para serem analisados com base na lei antiga ainda. Então, muitos atos que seriam notificados, normalmente, na lei nova, foram notificados na lei antiga. Portanto, temos este número de 262, que é um número menor do que o esperado. Acho que 2013, o ano todo de 2013, será um ano adequado para avaliarmos, de fato, quantos atos de concentração existirão, serão notificados, por ano, no Cade. Estou imaginando um número entre 300 e 350 atos.

Em um ano da nova lei, entraram 262 atos de concentração e saíram 250. Ou seja, com um ano da nova lei, exatamente na data de 29 de maio, havia 12 casos, 12 atos de concentração sendo analisados no Cade naquele momento.

Aqui, é importante também mencionar, Senadores, uma inovação bastante significativa: o que nós fizemos com a nova Lei de Defesa da Concorrência em termos de análise de atos de concentração? Fizemos um processo de reforma administrativa no Cade, de reforma na gestão, que contou com a atuação de todos os servidores, em que o principal objetivo era trocar estoque de casos por fluxo. Então, o nosso objetivo é ter o mínimo de casos possível em análise no sistema; fazer com que os casos sejam analisados com eficiência e com rapidez, sem perder a dimensão da efetividade, da análise profunda, quando esses casos exigirem, mas trocar um estoque por fluxo; eliminar o

estoque. Esse foi um objetivo também bastante importante que nós perseguimos no último ano.

Atos de concentração, na nova lei, por tipo de decisão: dos 250 analisados naquele ano, 238 aprovados sem restrições; 4 aprovados com restrições; 1 aprovado sem restrição pelo Tribunal – o Tribunal avocou o caso, porque havia um debate importante a ser feito, mas aprovou, do mesmo modo –; e 7 casos de não conhecimento – operações que são submetidas e que não precisavam ter sido submetidas; foram submetidas por uma análise, às vezes, por uma interpretação específica dos critérios legais de submissão que não coincidia com a interpretação que o Cade conferiu.

Aqui, temos, talvez, o grande resultado da nova lei, que é o tempo médio de tramitação dos atos de concentração na nova lei. Os casos ordinários, os casos que não são simples, têm tido um tempo médio de análise de 69 dias, que é um tempo médio que corresponde, que fica abaixo, ainda, das práticas internacionais, em termos de casos não sumários. Nos casos sumários, temos tido um tempo médio de 20 dias de análise e um tempo médio geral de 25 dias.

Processos administrativos julgados – comparativo ano a ano. Isso também é algo importante de ser mencionado em relação à nova lei.

O órgão de defesa da concorrência tem dois grandes objetivos, duas grandes tarefas, missões. Uma delas é a análise de atos de concentração de empresas, como fusões, aquisições, incorporações e concentrações empresariais, o que pressupõe, na verdade, uma análise preventiva feita pelo Cade. Ou seja, o Cade tenta, na análise de atos de concentração, identificar a possibilidade de efeitos anticompetitivos decorrentes desses atos de concentração. E, à medida que os identifica, prevê e impõe alguns remédios. O remédio mais drástico deles é a própria reprovação da operação.

Há, por outro lado, outra tarefa, talvez tão ou mais importante do que a análise de estruturas, do que a análise de atos de concentração, que são os processos administrativos que visam a averiguar e a punir condutas anticompetitivas. Ou seja, essa é a atuação repressiva do Cade.

No modelo anterior, por conta do excesso do número de atos de concentração – principalmente, atos de concentração sumários, atos simples –, o Cade dedicava quase 80% do seu tempo, ou um pouco mais, só para a análise desses casos e acabava dedicando muito menos tempo à análise de condutas anticompetitivas. Hoje, com a diminuição do número de casos de atos de concentração, o Conselho consegue, aos poucos – isto deve acelerar no próximo ano –, dedicar-se à análise de condutas anticompetitivas, à análise repressiva, à sua função repressiva, digamos assim.

Nós já tivemos um efeito no novo Cade: quando comparamos com os anos anteriores, vemos que, no período do novo Cade, já houve 23 processos julgados de condutas anticompetitivas, enquanto, no ano de 2012, por exemplo, houve 13 processos e, em 2011, 16 processos. Então, já há um aumento razoável de processos administrativos julgados, e isso deve acontecer com mais frequência não só em termos de julgamento de processos, falando de estoque, mas também em termos de investigação, de abertura de processos relacionados a condutas anticompetitivas, principalmente a cartéis.

Aqui, está apenas a lista de alguns casos que foram condenados pelo Cade no último ano. Destaco uma reunião específica que aconteceu no começo deste ano em que nós analisamos seis casos de cartéis de combustíveis em alguns Municípios do País.

Fruto também do empenho do Senado Federal, quando instituiu a CPI sobre o Ecad, o Cade condenou uma investigação que havia sido feita pela Secretaria de Direito Econômico. O Cade condenou, neste ano, o Ecad devido às condutas anticompetitivas praticadas por ele.

Esse é o número de processos julgados ano a ano. Já mencionei *en passant* esses números. Os senhores podem notar uma diminuição, já em 2013, até maio, de processos julgados principalmente referentes a atos de concentração. E já há um reequilíbrio nas análises, ou seja, em 2012 e também em 2011, mais de 80% de processos julgados eram referentes a atos de concentração, e, neste ano, 68% dos processos se referem a atos de concentração. É possível que, no ano que vem, esse número se reduza para 50% de processos referentes a atos de concentração, chegando a 50% de processos referentes a condutas anticompetitivas. Ressalto novamente que isso é bom. É bom para a defesa da concorrência, é bom para o interesse público, é bom para o País que o Cade possa equilibrar suas funções preventiva e repressiva.

Essa é a redução de estoque de casos. Em 29 de maio de 2012, quando a lei entrou em vigor, quando a lei entrou em vigência, havia 826 processos. Destes, havia 382 processos referentes a atos de concentração da antiga lei no estoque e 444 casos de condutas anticompetitivas. O estoque, em 29 de maio de 2013, um ano depois, é de 395 casos, sendo 62 processos referentes a atos de concentração da lei antiga. E, desses 62 processos, Senadores, 26 entraram após a transição. São atos que foram apresentados de maneira intempestiva. E 333 condutas, sendo que, dessas 333, 84 processos foram abertos no ano passado, ou

seja, se nós descontássemos esses processos, nós teríamos uma redução de 200 casos aproximadamente.

Aqui, a arrecadação do Cade, ano a ano, decorrente de multas e de negociações feitas com as empresas. Nós mudamos, no ano passado, a nossa política de negociação para viabilizar ainda mais acordos em processos administrativos de condutas anticompetitivas e temos conseguido realizar esse objetivo também.

E, aqui, o resultado dessa empreitada, vivenciada nos últimos anos pelo Cade. Esta revista, *Global Competition Review*, a principal publicação internacional na área de defesa da concorrência, aumentou a nota do Cade para quatro estrelas – a nota máxima é cinco estrelas – e destacou, na sua avaliação, os principais requisitos, os principais fatores que fizeram com que se chegasse a essa nota. Vários deles eu já mencionei aqui para os senhores.

E, para finalizar, o posicionamento do Cade, hoje, em relação às outras autoridades de defesa da concorrência no mundo, segundo a revista. Em 2002, nós estávamos ali com três estrelas e meia – considerado um órgão bom – e este ano nós ficamos, no grupo, na 8ª posição, só depois da União Europeia, da França, da Alemanha, de uma das autoridades do Reino Unido, das duas autoridades americanas e do Japão, que tem quatro estrelas e meia.

Então, rapidamente, esse é o balanço que eu posso apresentar para os senhores desse um ano do Cade.

É evidente que há desafios. Há limitações que ainda precisam ser superadas, mas acho que desde 1994, quando a Lei nº 8.884 entrou em vigor, o avanço da defesa da concorrência no Brasil é contínuo. Não é essa geração no comando do Cade e da Superintendência-Geral do Cade a responsável por todos esses feitos ou por essas conquistas dos últimos anos. Na verdade, essas conquistas têm um elemento de evolução histórica pelo menos de 18 anos, desde 1994, e agora acho que estamos colhendo os frutos disso.

Eu espero que, nos próximos anos, continuemos criando novos desafios e vencendo esses novos desafios também.

Obrigado.

O SR. PRESIDENTE (Lindbergh Farias. Bloco/PT – RJ) – Muito obrigado, Vinícius.

Passo a palavra ao Senador Francisco Dornelles, que foi o autor do requerimento desta audiência pública.

O SR. FRANCISCO DORNELLES (Bloco/PP – RJ) – Sr. Presidente, ficamos orgulhosos quando vemos um trabalho desse porte realizado na Administração Pública do Brasil.

O Cade, sob o comando do Vinícius de Carvalho, fez uma revolução administrativa no órgão, tanto é que foi reconhecido pela *Global Competition Review* e foi lhe dado quatro estrelas, colocando-o nos órgãos que examina a concentração dos mais eficientes do mundo.

Eu queria dizer que essa foi uma grande luta, da qual todos participaram. Havia muitos setores ocultos que queriam, realmente, sob o fundamento de defender os atos de concentração e as condutas anticompetitivas, defender sua própria participação de escritórios e de consultórios de assessoria, porque queriam baixos níveis, aumentos de casos que, sem nenhum sentido, fossem examinados pelo Cade.

Eu acho que foi extremamente importante a correção que houve em relação a casos de concentração examinados pelo Cade, que passou de um faturamento bruto de R$400 milhões e outro de R$30 milhões, para R$750 milhões e R$75 milhões. Isso foi menos que a correção do período.

O que eu pergunto ao Vinícius: vocês acompanham normalmente esses valores? Existe possibilidade de que, com o tempo, vocês façam reajustes para manter sempre esse grau de eficiência que tem o Cade?

Outra pergunta que faço é sobre as multas. A gente via recentemente, principalmente aqui no Congresso, as pessoas, volta e meia, quererem estabelecer multas que são verdadeiros confiscos. Então, falam 30% do faturamento. A maior parte das pessoas não sabe nem o que é faturamento. Mas querem 20% do faturamento.

Quais são as multas do Cade hoje? Vocês acompanham? Como é que vocês medem a colocação dessas multas? E qual é a média dessas multas que vocês têm aplicado? São essas duas questões. Principalmente se, com o tempo, esse valor de R$750 milhões e R$75 milhões podem ser ainda ajustados e sobre a multa média aplicada pelo Cade.

O SR.PRESIDENTE (Lindbergh Farias. Bloco/PT – RJ) – Muito obrigado, Senador Francisco Dornelles.

Passo a palavra ao Sr. Vinícius Carvalho.

O SR. VINÍCIUS MARQUES DE CARVALHO – Senador, obrigado pelas perguntas. O senhor, de fato, durante o processo legislativo, pôde travar diálogos muito importantes com o Cade sobre o aperfeiçoamento da lei, com o Governo, enfim, com todos os Senadores, e algumas das colocações que o senhor faz agora são, evidentemente, objeto da nossa preocupação constante.

Em relação ao faturamento de R$750 milhões e R$75 milhões e o faturamento anterior de R$400 milhões, acho importante explicar que a lei anterior tinha dois critérios de submissão de atos de concentração. Um era o faturamento de R$400 milhões de um dos grupos. Não havia requisito de faturamento do comprador ou do vendedor. Ou seja, se um grupo que tivesse R$400 milhões comprasse um ativo insignificante, ele

tinha que submeter isso ao Cade. Então, uma grande inovação da lei que foi importante foi colocar o critério de faturamento da outra parte, para que se apresentem atos de concentrações de fatos significativos do ponto de vista de faturamento.

Outro critério que havia na lei anterior era o critério de 20% de participação de mercado. Era um critério um pouco válvula de escape porque você podia ter situações de empresas que não tinham R$400 milhões de faturamento, mas, em decorrência de um mercado relevante pequeno, podia haver uma concentração elevada. Então, setores em que o mercado é municipal, por exemplo, revenda de combustível; se há uma cidade pequena com três postos de combustível, obviamente, nenhum vai ter faturamento de R$400 milhões. Mas se o dono de um comprar os outros dois, ele teria o monopólio. Isso existia na lei anterior. Por outro lado, esse critério de 20% era um critério que não gerava segurança para a empresas e para o próprio Cade para analisar os atos de concentração. Nunca se sabia se... Mas 20%, a definição de mercado relevante é uma definição alvo de disputas muito grandes entres os economistas. Então, era impossível usar isso como critério. Não era adequado; não é que fosse impossível. Não era adequado.

O que a lei fez? Criou os dois critérios de faturamento das duas empresas e criou uma outra válvula de escape para o Cade. Quer dizer, o Cade pode pedir para serem notificados os atos de concentração que não estejam dentro desse critério se, por exemplo, chegar ao nosso conhecimento uma situação como essa que eu mencionei; é uma decisão discricionária do Cade. Nesse primeiro ano, não tomamos nenhuma decisão nesse sentido.

Agora, o critério especificamente de R$750 milhões e R$75 milhões está permitindo que hoje analisemos por volta de, como eu mencionei, 300, 350 atos de concentração por ano – esperamos analisar e pretendemos manter esse número. Se, no médio prazo, nós identificarmos uma situação em que esse número aumentou muito por conta de um crescimento econômico, se o número de atos de concentração aumentou muito e aumentou muito o número de atos sumários, casos simples, nada impede que nós provoquemos novamente os ministérios – Ministério da Justiça e Ministério da Fazenda – para adequarem novamente esses valores. É uma decisão dos ministros, é uma portaria interministerial, não é uma decisão do Cade. O Cade sugere essa mudança, e sugere com base num estudo, e os ministros adotam ou não.

No curto prazo, Senador, não vejo motivo para se alterar. Nós temos um ano de vigência da lei. Eu acho que esse valor hoje está funcionando bem e que permite que nós tomemos as decisões na velocidade que mencionei aqui. Mas é algo que tem sempre de ser observado, sim, que tem sempre de ser levado em consideração. Talvez, mais para frente, esses valores possam ser reajustados, sim.

Vou falar sobre a questão das multas. Hoje, o critério de multas varia de 0,1% a 20% do faturamento das empresas no setor econômico, no ramo de atividade empresarial. Na lei anterior, essa multa podia ir até 30% do faturamento global do grupo econômico.

Nós sabemos que o Brasil é um país com muitos conglomerados, empresas que têm atuação em produção de cimento, em produção de laranja, em mineração, enfim, em vários setores. E, de fato, não é razoável imaginar que, se você vai punir uma empresa por um cartel, por exemplo, no setor x, você tenha como base o faturamento em todas as atividades econômicas que a empresa exerce. Então, essa readequação foi feita.

No caso de cartéis, que é a conduta, certamente, mais nefasta do ponto de vista econômico, inclusive, para o consumidor, as multas tendem a chegar, se os mercados forem nacionais, próximo desses 20%. Pelo menos, é isso que historicamente tem acontecido. Nas condutas unilaterais, o valor deve ser bem abaixo disso. Por quê? Porque, em geral, quem está fazendo um cartel sabe que está fazendo algo ilícito, tem consciência disso, tem a intenção de lesar o consumidor. Num cartel em licitação, por exemplo, nem se fale! Os sobrepreços em cartéis em licitação são maiores ainda, porque há um comprador apenas. E, quando você faz um cartel para disputar uma licitação, você faz um cartel entre todos aqueles que vão disputar aquela licitação, senão isso não faz sentido. Então, o impacto no consumidor, o impacto no interesse público é muito grande.

Uma conduta unilateral, às vezes, tem efeito anticompetitivo, mas isso não está na intenção, não é intenção da empresa lesar o consumidor. É o efeito da conduta que o Cade tenta evitar, tenta eliminar. Em casos de condutas unilaterais, quando o Cade faz um acordo com as empresas, o Cade não precisa exigir confissão de culpa, confissão de intenção, porque, em muitas situações, não há a intenção. Em algumas situações, há a intenção, mas, em outras, não há a intenção. Então, o que importa, no caso de conduta unilateral, é você interromper a conduta, interromper os efeitos da conduta. É claro que há situações em que você vai fazer um acordo com prestação pecuniária, com base no dano supostamente gerado por essa conduta, mas o importante na conduta unilateral é cessar a conduta.

No caso dos cartéis, quando você faz uma busca e apreensão ou quando você começa uma investigação e essa investigação se torna pública, a tendência é a de que a própria investigação interrompa a existência

do cartel, porque as empresas tendem a falar: "Bom, eles me investigaram, e vou parar." Isso acontece se é que elas estavam fazendo cartel, porque há a presunção da inocência também como algo relevante.

Então, nas condutas unilaterais, digamos, a tendência histórica é a de que a multa fique abaixo de 10%. Em caso de cartéis, a tendência é a de que a multa fique acima dos 10%. Obviamente, a gente tem de olhar sempre caso a caso, tem de sempre olhar os impactos. É preciso você verificar se o cartel ou a conduta unilateral tem impacto nacional, impacto municipal ou regional, para você identificar, dentro dessa alíquota de 0,1% a 20%, que é uma alíquota ampla, o que o princípio da razoabilidade permite fazer.

O SR. ARMANDO MONTEIRO (Bloco/PTB – PE) – Sr. Presidente...

O SR. PRESIDENTE (Lindbergh Farias. Bloco/PT – RJ) – Passo a palavra ao Senador Armando Monteiro.

O SR. ARMANDO MONTEIRO (Bloco/PTB – PE) – Eu queria cumprimentar o Dr. Vinícius e me congratular com o Cade pelo seu desempenho nesse período posterior às mudanças que foram feitas.

Mas eu queria colocar três questões basicamente.

Primeiramente, eu queria ouvi-lo sobre essa política, que vem sendo realizada pelo BNDES, de criar os chamados campeões nacionais, ou seja, de dotar alguns grupos nacionais de uma escala, de um porte que permita inclusive que ele se transforme em *players* no mercado internacional. Essa política, levada a um ponto mais radical, tem conduzido a uma realidade, que é a diminuição da concorrência no mercado doméstico em vários segmentos. Empresas de menor porte, de médio porte são adquiridas, incorporadas e desativadas. Portanto, a pergunta é: como conciliar os objetivos dessa política industrial e dessa política comercial com o objetivo maior de preservar a concorrência?

E eu gostaria de saber como a experiência internacional, nesses casos, o que ela aponta em relação a esse conflito, eventualmente de algumas instituições que atuam para elevar, na prática, o grau de concentração e os objetivos de órgãos de defesa da concorrência?

O segundo ponto é uma velha discussão sobre a questão da atuação da defesa da concorrência no âmbito do sistema financeiro.

Há muito tempo, o Cade e o Banco Central discutem quais são os limites de competência. E, ao que parece, depois até de provocar instâncias do Judiciário para aclarar essa questão das atribuições, ao que parece há um diálogo, que já vem há algum tempo sendo tentado, exercitado entre o Cade e o Banco Central, para tentarem definir seus papéis nessa questão. E tudo indica que a posição do Cade é a de considerar que o Banco Central deve atuar apenas na visão do risco sistêmico, no risco das instituições, e o Cade atuar propriamente em relação à questão da defesa da concorrência.

Então, diante desse velho impasse, eu lembro ainda – e o Senador Dornelles deve ter acompanhado de perto – que o Senador Antonio Carlos Magalhães, em 2007, apresentou um projeto que, de qualquer forma, é um marco importante nesse processo, o PLS nº 412, que se destinava exatamente a atribuir competência ao Cade, de forma mais afirmativa, para que o Cade pudesse atuar nessas áreas.

Então, eu gostaria de saber, primeiro, se o Cade está preparado, eventualmente, para assumir essas atribuições, tendo em vista que já há um certo congestionamento na análise de processo e de outras áreas. Segundo, o que o Banco Central alega para não repartir essas atribuições? E, terceiro, qual o modelo também recomendado pela experiência internacional? Por exemplo, o que sugerem os organismos internacionais sobre essa questão?

E a última questão diz respeito à relação entre o Cade e as agências reguladoras. Olhando, por exemplo, a área de infraestrutura, nós verificamos que há, pelas características, vamos dizer, de atuação das empresas nessa área, empresas de grande porte e que frequentemente atuam de modo a prejudicar o interesse do consumidor. Vejam, por exemplo, os exemplos da área de telefonia, em certa medida de transporte aéreo.

Então, é evidente que as agências reguladoras cumprem um papel na defesa do consumidor, mas há algo aí também que diz respeito à questão de uma ação antitruste. E eu pergunto: qual é o grau de convergência institucional entre o Cade e as agências reguladoras nessa tarefa? Há uma agenda em comum? Há um compartilhamento de tarefas e de informações entre o Cade e as agências reguladoras? Que exemplos de sucesso podem ser dados de uma parceria exitosa entre o Cade e as agências reguladoras?

Eu agradeço.

Eram essas as questões.

Muito obrigado.

O SR. PRESIDENTE (Lindbergh Farias. Bloco/PT – RJ) – Com a palavra o Sr. Vinícius de Carvalho.

O SR. VINÍCIUS MARQUES DE CARVALHO – Obrigado, Senador, pelas perguntas.

De fato, eu acho que, de algum modo, as perguntas convergem para o tema da separação e do compartilhamento de competências e possível supressão de competências de um órgão em relação a outro ou sobreposição de competências.

Eu tenho uma formação de gestor público. Sou um gestor público de carreira. Quando olhamos para

livros-textos de gestão pública, no diagnóstico de eficiência de Administração Pública em geral, os modelos sempre advogam a ideia de que as separações de competência entre os órgãos têm que ser totais porque, de algum modo, isso gera mais eficiência, gera menos interdependência, exige menos coordenação e tal.

Só que a vida real não é assim. Na vida real, é importante que um órgão que tem competência vertical, ou seja, sobre um setor todo, regulatória, seja, de algum modo, contrabalançado em suas competências por outro que tenha competências horizontais. A competência vertical, de algum modo, faz com que você acabe assumindo demais a racionalidade do setor que você regula. E a competência horizontal, de certo modo, permite algum tipo de retroalimentação do sistema, algum tipo de fornecimento de novos *insights* e de novas perspectivas que podem ajudar, com base até na criatividade, a resolver problemas. Eu advogo isso no caso brasileiro em várias situações. E defendo isso em relação à situação do Cade/Bacen.

Em relação às agências, já temos um modelo estruturado, em que há o compartilhamento de competências. As agências têm as competências regulatórias, inclusive competências regulatórias do ponto de vista da regulação concorrencial, ou seja, tanto as agências como o Bacen podem criar medidas regulatórias para incentivar a competição no setor. O Bacen, por exemplo, fez isso, assim como a Anatel, em relação à portabilidade. E há outros exemplos relacionados.

Evitar um processo de diferenciação artificial de produtos que, no fim, geram um monte de pequenos monopólios, e homogeneizar, por exemplo, a nomenclatura das tarifas bancárias ajuda, fornece informação para o consumidor e faz com que este possa escolher e diminua o custo de troca dele em relação aos bancos. Essa disciplina regulatória, do ponto de vista concorrencial, das agências é do Bacen. Ao Cade cabe coibir condutas anticompetitivas e analisar atos de concentração.

O senhor me pergunta se no setor financeiro o Cade tem condições de fazer isso. Eu tenho muita segurança em afirmar que não só tem condições como tem feito isso. E vou dar três exemplos, Senador.

Primeiro exemplo: a questão de exclusividade entre as bandeiras de cartão de crédito e as redes – à época – Visanet e Redecard. A Visanet só atuava com a Visa e a Redecard só atuava com o Mastercard, por conta de contratos de exclusividade. Quem rompeu com esses contratos de exclusividade? O Cade. Foi o Cade que permitiu que a Visanet, que hoje se chama Cielo por causa disso, porque a identificava muito com a marca Visa, tivesse de adotar tanto as bandeiras Visa como a Mastercard. E a Redecard a mesma coisa. Isso faz com que um comerciante hoje não precise contratar as duas para oferecer os dois cartões aos seus clientes.

Outro exemplo: a exclusividade no crédito consignado. O Cade fez um acordo com o Banco do Brasil, em que o Banco do Brasil se comprometeu a ressarcir ao Fundo de Defesa de Direitos Difusos os danos causados pela exclusividade do crédito consignado e tornar ineficazes todas as cláusulas de contratos de exclusividade que existissem no crédito consignado, principalmente com os Municípios, no País. Havia uma resolução do Banco Central dizendo que não se podia mais haver exclusividade do crédito consignado nos próximos contratos, nos contratos vindouros. E o Banco Central avaliava que não podia intervir nos contratos antigos porque isso era ato jurídico perfeito. Ora, há condutas anticompetitivas que se organizam na forma de atos jurídicos perfeitos, na forma de contratos. Eu mencionei o contrato de exclusividade. O contrato de exclusividade no consignado era outro. Então, não adiantava só pensar daqui para frente. E os contratos até então assinados? Então, o Cade fez isso.

Outro exemplo em ato de concentração: Itaú BMG. Também crédito consignado. O Itaú comprou o BMG. O Cade analisou esse ato de concentração, que não era um caso sumário porque eu via alguma sobreposição em alguns lugares maior do que 20%, em 42 dias. A decisão do Banco Central saiu seis meses depois da decisão do Cade.

Então, quando se analisam os custos da atuação do Cade no setor a partir de uma perspectiva de que há uma sobreposição de competências, isso é ruim para o setor e tal. Eu acho que, quando a gente pensa em custo Brasil, a gente não tem que pensar só no custo da perspectiva de dois órgãos públicos trabalharem numa mesma área, mas a gente tem que contrabalançar isso com os benefícios que essa atuação também traz, de redução de custo Brasil. Esses três exemplos que eu dei são de redução de custo Brasil. E de bem-estar imediato para ao consumidor. Então, não tenho dúvida de que o Cade está preparado e tem condições de fazê-lo.

Em relação à posição do Bacen, ele tinha uma posição de compartilhamento dessas competências e havia um acordo em torno do texto do Senador ACM. O projeto foi aprovado aqui no Senado, com o governo, em uníssono, apoiando a aprovação do projeto. Quando o projeto foi para a Câmara, o Banco Central reviu a sua posição e, agora, é contra. É contra.

A gente tentou dialogar – e tenta dialogar sempre – no sentido de uma convergência até, talvez, em torno de um novo texto. O que o projeto previa? O projeto previa que, na análise de condutas anticompetitivas, o Cade tinha total competência – e me parece que o

Bacen é contra inclusive isso hoje –, o que eu acho mais perigoso ainda, porque, se você tiver um cartel no sistema financeiro e um dos bancos quiser fazer um acordo de leniência, uma delação premiada, só o Cade tem competência para fazer acordo de leniência. Se o Cade não tem competência sobre esse setor, ninguém tem. Ninguém pode fazer acordo de leniência num cartel. Então, você tem um problema também de *enforcement* da política.

Em relação aos atos de concentração, a tese era de que o Bacen fazia uma primeira avaliação; se o Bacen não identificasse qualquer problema relacionado a questões sistêmicas, ele repassava o ato de concentração para que o Cade fizesse a análise normalmente. Se ele identificasse qualquer problema, ele aprovava o ato de concentração ou até rejeitava. Porque há essa possibilidade também, que, por conta de um risco sistêmico, você vai rejeitar e não vai aprovar. E pronto, ficava a competência toda... Então, o Bacen tinha, na verdade...

O SR. ARMANDO MONTEIRO (Bloco/PTB – PE. *Fora do microfone.*) – ... análise prévia também.

O SR. VINÍCIUS MARQUES DE CARVALHO – É, o Bacen teria no projeto, na verdade, o monopólio da análise num primeiro momento. E isso converge com as experiências internacionais.

Recentemente, na Europa, a gente teve, por conta da crise, a tentativa organizada, inclusive, por meio de uma ajuda estatal no governo inglês de compra do HBOS pelo Lloyds. Com ajuda estatal, a Comissão Europeia, a qual também se submetia esse ato de concentração, reviu a decisão do governo inglês e fez com que se projetasse a venda de uma parte desses ativos adquiridos representando mais ou menos 5% do mercado relevante. Esses dois bancos juntos deteriam, em termos de conta-corrente, mais de 30% do mercado inglês, e a Comissão Europeia reviu a decisão e não se viu nenhuma grande hecatombe em decorrência dessa decisão do órgão de defesa da concorrência da União Europeia, que tem competência para analisar. Nos Estados Unidos também, tanto o FDIC como o DOJ têm competência para analisar questões relacionadas ao setor financeiro.

Então, não é uma jabuticaba. Seria uma jabuticaba se nós retirássemos o Cade desse setor. Isso, sim, seria uma inovação genuinamente brasileira. E temo que essa, especificamente, não seria uma boa. Algumas são, mas essa não seria, na minha opinião, uma inovação adequada.

Senador, em relação à concorrência e à política industrial, posso dizer que esse é um dos temas mais difíceis em defesa da concorrência, do ponto de vista teórico até. Contudo, há um princípio central, se respeitado por quem formula e implementa uma política industrial, em que pode haver uma convergência clara entre defesa da concorrência e política industrial. Quando a política industrial tem o objetivo claro, horizontalizado, de aumento da competitividade dos setores econômicos, isso tem claramente benefícios concorrenciais.

Aumento da competitividade e aumento da produtividade. Sobre isso, hoje em dia, pode-se pensar que está muito atrelado a setores de ponta, a setores em que a inovação é um elemento muito importante. Onde há incentivo à inovação, à criação de novos produtos, a aprimoramento de processos, há, certamente, impacto concorrencial positivo. Isso é a eficiência econômica, que, no fim, no limite, é um pouco do que a política de defesa da concorrência busca, desde que essa eficiência seja também distribuída para o consumidor.

Então, de uma maneira geral, essa é a lupa com a qual se tem de olhar a política industrial. É claro que há situações específicas, em que pode haver conflito, às vezes, em casos concretos. O BNDES, cujo exemplo o senhor citou, financia ou ajuda a financiar uma fusão de empresas, fusão esta que pode ser questionada pelo Cade. O que importa nesse caso é que, no desenho institucional, a avaliação final é do Cade. E isso, pelo menos do que eu tenho conhecimento, até em conversas que já tive com o Presidente Luciano Coutinho, tem feito com que o próprio BNDES tenha tentado incorporar uma análise concorrencial nas decisões que toma, até porque é uma análise de risco que qualquer instituição tem de fazer. Será que estou financiando algo que o Cade vai reprovar ou à qual ele vai impor limites? E é claro que essa responsabilidade, em relação ao BNDES, aumenta muito, porque é uma instituição pública, que tem no seu objeto o desenvolvimento econômico e social.

Obrigado.

O SR. PRESIDENTE (Lindbergh Farias. Bloco/PT – RJ) – Eu só queria cumprimentar o Sr. Vinícius. É bom vermos gestores públicos com essa característica, um jovem competente, sério. Eu o parabenizo pelos resultados do Cade.

Por outro lado, é uma satisfação ter aqui o Ricardo, que trabalhou nesta Comissão de Assuntos Econômicos assessorando a Liderança do Bloco do Governo, e que agora trabalha no Cade.

É um prazer revê-lo também.

Eu sei que o Senador Eduardo Suplicy...

V. Exª chegou na hora certa, porque eu já ia dizer "Nada mais havendo a tratar, está encerrada a reunião."

O SR. EDUARDO SUPLICY (Bloco/PT – SP) – Sr. Presidente, Senador Lindbergh Farias, quero cumprimentar o Presidente do Cade, Sr. Vinícius Marques

de Carvalho, que tanto interagiu e colaborou inclusive conosco aqui no Senado.

Antes de tudo, quero explicar que acabo de fazer uma arguição ao Ministro José Eduardo Martins Cardozo na Comissão de Educação e, por isso, só agora pude estar aqui presente, pelo que peço desculpas.

Mas pediria apenas uma informação ao prezado Presidente Vinícius, pois eu tenho acompanhado, nos últimos anos, desde que estou aqui no Senado, como é que está o procedimento do Cade nas suas diversas formas de acompanhar o setor da laranja e do suco de laranja.

Assim, se V, S puder nos dar um quadro presente de como o Cade tem acompanhado o setor da indústria do suco de laranja, constatadas as formas que causaram preocupação ao Cade, inclusive as recomendações do Cade para o setor, até da formação da Associtrus ou da formação da Consecitrus à semelhança da Consecana, se, porventura, isso está funcionando hoje, até como uma das recomendações do Cade a partir da constatação de formas de concentração do setor da indústria de suco de laranja para que o setor de produção de laranjas no Brasil, uma preocupação dos produtores de laranja, esteja mais adequadamente sendo tratado.

É só essa pergunta, Presidente Lindbergh Farias.

O SR. PRESIDENTE (Lindbergh Farias. Bloco/PT – RJ) – Obrigado, Senador Eduardo Suplicy.

Com a palavra Vinícius Carvalho.

O SR. VINÍCIUS MARQUES DE CARVALHO – Bom dia, Senador.

Obrigado pela presença e pela pergunta.

Consecitrus, rapidamente. Nós estávamos num processo de avaliação do Consecitrus como um ato de concentração. Qual é o problema que hoje existe? Vou ser muito aberto aqui, até num pedido de ajuda ao senhor.

Não há um entendimento entre as entidades sobre quem representa os produtores de laranja. Para se montar o Consecitrus precisa haver um entendimento entre quem... É uma associação. Então, no fim, a associação toma decisões... Há uma questão de representação paritária, que deve ser mantida, entre os produtores de suco e os produtores de laranja e não há um consenso sobre a representação dos produtores de laranja. A Associtrus acha que representa, a Faesp acha que representa, a Sociedade Rural Brasileira acha que representa... Em tese, era uma questão que seria resolvida facilmente, por exemplo, se cada um indicasse um representante. Mas aí aparecem novos temas, como, por exemplo, questões relacionadas à reparação de danos envolvendo o suposto cartel da laranja e, obviamente, o Consecitrus não seria um espaço para discutir isso, porque o Consecitrus é um espaço para se discutir o futuro, o futuro da indústria, o futuro do suco de laranja no Brasil, como setor exportador e até como um mercado que pode ser explorado internamente, porque o mercado de suco de laranja é um mercado inexplorado. O que a gente tem é refresco, é néctar, não tem o suco. Então, é uma questão, hoje, basicamente, de representatividade.

Eu recebi, na semana passada, o ex-Secretário de Agricultura do Estado de São Paulo, Dr. João Sampaio, que tem tentado articular o Consecitrus, vou receber representantes da Faesp, vou receber, hoje, à tarde, representantes de uma nova entidade que parece que tem surgido, que se chama Unicitrus, que pretende, pelo que eu li quando fui tentar me informar sobre a reunião, representar os produtores de laranja de uma maneira geral...

O grande problema do Consecitrus hoje é esse. Por que o Consecitrus não sai? Porque a gente tem um problema de consenso sobre a representatividade. Se o Cade julgasse o Consecitrus com base nas informações que tem hoje, talvez ele pudesse reprovar a operação pelo simples fato de que não há um consenso, não porque o Consecitrus seria algo ruim. E o que a gente tem tentado fazer é um processo dentro dos nossos limites para que se chegue a um entendimento. Mas vai ter uma hora em que o Cade vai ter que decidir, e eu acho que essa hora é este ano. Acho, não, tenho certeza de que deste ano não vai passar.

O SR. PRESIDENTE (Lindbergh Farias. Bloco/PT – RJ) – Muito obrigado, Vinícius.

O SR. EDUARDO SUPLICY (Bloco/PT – SP) – Agradeço as informações e acho que elas foram muito relevantes. Eu até vou procurar conversar com alguns dos representantes da Associtrus, da Faesp, da Sociedade Rural Brasileira, com as quais, muitas vezes, dialoguei, para estimular a que eles cheguem a um entendimento.

O SR. PRESIDENTE (Lindbergh Farias. Bloco/PT – RJ) – Ninguém melhor do que V. Exª para construir a conciliação e o entendimento.

O SR. EDUARDO SUPLICY (Bloco/PT – SP) – Vamos ver.

Mas eu agradeço muito, querido Vinícius Marques de Carvalho, que tão bem tem se conduzido no Cade.

Obrigado.

O SR. PRESIDENTE (Lindbergh Farias. Bloco/PT – RJ) – Nada mais havendo a tratar, declaro encerrada a presente reunião.

(Iniciada às 11 horas e 18 minutos, a reunião é encerrada às 12 horas e 12 minutos.)

ATA DA QUADRAGÉSIMA QUINTA REUNIÃO, ORDINÁRIA, DA COMISSÃO DE ASSUNTOS ECO-

NÔMICOS DA 3ª SESSÃO LEGISLATIVA ORDINÁRIA DA 54ª LEGISLATURA, REALIZADA EM 6 DE AGOSTO DE 2013, ÀS 10 HORAS, NA SALA DE REUNIÕES Nº 19 DA ALA ALEXANDRE COSTA, SENADO FEDERAL.

Às dez horas e vinte e oito minutos do dia seis de agosto do ano de dois mil e treze, na sala número dezenove da Ala Senador Alexandre Costa, sob a Presidência do Senador Lindbergh Farias, reúne-se a Comissão de Assuntos Econômicos com a presença dos Senadores Eduardo Suplicy, José Pimentel, Humberto Costa, Cristovam Buarque, Rodrigo Rollemberg, Vanessa Grazziotin, Pedro Taques, Antonio Carlos Valadares, Inácio Arruda, Sérgio Souza, Valdir Raupp, Roberto Requião, Luiz Henrique, Kátia Abreu, Ricardo Ferraço, Ana Amélia, Aloysio Nunes Ferreira, Cyro Miranda, Alvaro Dias, José Agripino, Jayme Campos, Flexa Ribeiro, Armando Monteiro, Blairo Maggi, Antonio Carlos Rodrigues e Vicentinho Alves. Deixam de comparecer os Senadores Delcídio do Amaral, Eduardo Braga, Vital do Rêgo, Romero Jucá, Ivo Cassol, Francisco Dornelles e João Vicente Claudino. A Presidência declara aberta a Reunião, submetendo à Comissão a dispensa da leitura das atas das 43ª e 44ª Reuniões, que são dadas como aprovadas. Em seguida, comunica aos Membros que a Comissão recebeu os seguintes documentos para seu conhecimento: Aviso nº 36 de 2013 (Aviso nº 836-Seses-TCU-Plenário), de 10 de julho de 2013, do Tribunal de Contas da União, encaminhando cópia do Acórdão proferido pelo Plenário daquela Corte nos autos do processo nº TC-009.884/2012-2, bem como do Relatório e da Proposta de Deliberação que o fundamentam; Aviso nº 37 de 2013 (Aviso nº 853-Seses-TCU-Plenário), de 17 de julho de 2013, do Tribunal de Contas da União, encaminhando cópia do Acórdão proferido pelo Plenário daquela Corte nos autos do processo nº TC-009.678/2012-3, bem como do Relatório e da Proposta de Deliberação que o fundamentam; Aviso nº 38 de 2013 (Aviso nº 895-Seses-TCU-Plenário), de 24 de julho de 2013, do Tribunal de Contas da União, encaminhando cópia do Acórdão proferido pelo Plenário daquela Corte nos autos do processo nº TC-017.060/2013-3, bem como do Relatório e do Voto que o fundamentam; Aviso nº 39 de 2013 (Aviso nº 114/2013-BCB), de 29 de julho de 2013, do Banco Central do Brasil, encaminhando, em cumprimento ao disposto na Lei nº 9.069/95, o demonstrativo das emissões do Real referentes ao segundo trimestre de 2013, as razões delas determinantes e a posição das reservas internacionais a elas vinculadas, bem como o relatório da execução da programação monetária; Aviso nº 40 de 2013 (Aviso nº 247/MF), de 29 de julho de 2013, do Ministério da Fazenda, encaminhando, em cumprimento ao art. 4º da Resolução do Senado Federal nº 20/04, relatório sobre as emissões de títulos da República realizadas no segundo trimestre de 2013; e Aviso nº 41 de 2013 (Aviso nº 249/GMF), de 30 de julho de 2013, do Ministério da Fazenda, encaminhando, em cumprimento ao art. 41 da Resolução do Senado Federal nº 43/01, relatório contendo as características das operações de crédito analisadas no âmbito daquele Ministério no mês de junho de 2013, tabelas demonstrativas da posição de endividamento dos Estados, do Distrito Federal e dos Municípios. Encaminha, ainda, por meio do Anexo 5, comunicação das irregularidades constatadas no período, para atendimento ao art. 24, § 2º, da Resolução do Senado Federal nº 43/01. Os expedientes serão encaminhados aos membros da Comissão por meio de ofício circular. A Presidência dá início à 1ª parte da pauta, que tem como finalidade a apreciação do Ato nº 1 de 2013, que "disciplina o processo de apreciação de Mensagens do Senado Federal que tratem das matérias constantes do art. 52, da Constituição Federal, e da Resolução do Senado Federal nº 43, de 2001", tendo como relator o Senador Delcídio do Amaral. Em 5/8/2013, foi apresentada a Emenda nº 1, de autoria do Senador Pedro Taques. O Presidente da Comissão, Senador Lindbergh Farias, designa o Senador Armando Monteiro relator "ad hoc" da matéria. O relator "ad hoc" oferece parecer favorável nos termos apresentados e contrário à Emenda nº 1. Após a leitura do relatório pelo relator "ad hoc", usam da palavra os Senadores Pedro Taques, Ricardo Ferraço, Ana Amélia e Sérgio Souza. Encerrada a discussão, colocado em votação, a Comissão aprova o Ato nº 1 de 2013-CAE. Em seguida, a Presidência dá início à apreciação das Matérias constantes da segunda parte da pauta. **Item 1**- Projeto de Lei do Senado nº 3 de 2013, Complementar, não terminativo, de autoria da Senadora Ana Amélia, que "acrescenta § 3º ao art. 6º da Lei Complementar nº 87, de 13 de setembro de 1996, para vedar a exigência de recolhimento antecipado de imposto relativamente ao estoque de mercadorias recebidas antes do início do regime de retenção antecipada por substituição tributária", tendo como relator o Senador José Pimentel, que oferece relatório favorável ao Projeto. Anunciada a Matéria, o Presidente da Comissão designa o Senador Armando Monteiro relator "ad hoc" da matéria. Após a leitura do relatório pelo relator "ad hoc", usa da palavra a Senadora Ana Amélia. Encerrada a discussão, colocado em votação, a Comissão aprova o relatório, que passa a constituir o Parecer da CAE, favorável ao Projeto. **Item 2**- Projeto de Lei do Senado nº 236 de 2010, não terminativo, de autoria do Senador Jefferson Praia,

que "institui a Ajuda Especial de Mantença para a família que mantém sob seus cuidados pessoa com mais de setenta anos de idade", tendo como relator o Senador Roberto Requião, que oferece relatório favorável ao Projeto com as Emendas nºs 1 e 2 que apresenta. Após a leitura do relatório, é solicitada vista pelas Senadoras Vanessa Grazziotin e Ana Amélia. O Presidente da Comissão concede Vista Coletiva, nos termos regimentais. **Item 3**- Projeto de Lei do Senado nº 300 de 2011, não terminativo, de autoria do Senador Eunício Oliveira, que "altera a Lei nº 7.492, de 16 de junho de 1986, para prever que furtos e roubos contra instituições financeiras são crimes contra o sistema financeiro nacional e definir a competência da Polícia Federal para a investigação", tendo como relator o Senador Cyro Miranda, que oferece relatório favorável ao Projeto. A Matéria será apreciada pela Comissão de Constituição, Justiça e Cidadania, em decisão terminativa. Após a leitura do relatório, usa da palavra o Senador Pedro Taques. Encerrada a discussão, colocado em votação, a Comissão aprova o relatório, que passa a constituir o Parecer da CAE favorável ao Projeto. **Item 4**- Projeto de Lei do Senado nº 329 de 2007, Complementar, não terminativo, de autoria do Senador Pedro Simon, que "proíbe a realização de operações de câmbio por empresas de turismo e outras não integrantes do Sistema Financeiro Nacional", tendo como relator o Senador Cristovam Buarque, que oferece relatório pela prejudicialidade do Projeto. A apreciação da matéria é adiada. **Item 5**- Aviso nº 93 de 2011, não terminativo, de autoria do Ministro de Estado da Fazenda, que "comunica o cancelamento de Operação de Crédito irregular – Prefeitura Municipal de Novo Cabrais/ RS", tendo como relator o Senador Eduardo Amorim, que oferece relatório pelo conhecimento e posterior arquivamento da matéria. O Presidente da Comissão designa a Senadora Ana Amélia relatora "ad hoc" da matéria. Após a leitura do relatório pela relatora "ad hoc", a Comissão aprova o relatório, que passa a constituir o Parecer da CAE pelo conhecimento e posterior arquivamento da matéria. **Item 6**- Projeto de Lei do Senado nº 181 de 2007, não terminativo, de autoria do Senador Paulo Paim, que "altera o Decreto-Lei nº 986, de 21 de outubro de 1969, que institui normas básicas sobre alimentos, e dá outras providências", que tramita em conjunto com o Projeto de Lei do Senado nº 495 de 2007, não terminativo, de autoria do Senador Antonio Carlos Valadares, que "altera o Decreto-Lei nº 986, de 21 de outubro de 1969, que institui normas básicas sobre alimentos, para estabelecer limites máximos de sódio para os produtos alimentícios", com o Projeto de Lei do Senado nº 489 de 2008, de autoria do Senador Cristovam Buarque, que "altera o Decreto-Lei nº 986, de 21 de outubro de 1969, que institui normas básicas sobre alimentos, para determinar que os rótulos das embalagens dos alimentos tragam identificação de cores, de acordo com a composição nutricional", e com o Projeto de Lei do Senado nº 106 de 2011, de autoria do Senador Antonio Carlos Valadares, que "altera o Decreto-Lei nº 986, de 21 de outubro de 1969, que institui normas básicas sobre alimentos, para estabelecer limites máximos de gorduras saturadas, trans e açúcares nos alimentos", tendo como relator o Senador Cyro Miranda, que oferece relatório favorável ao Projeto de Lei do Senado nº 495 de 2007, nos termos do Substitutivo (Emenda nº 1) que apresenta, contrário ao Projeto de Lei do Senado nº 181 de 2007 e pela prejudicialidade dos Projetos de Lei do Senado nº 489 de 2008 e 106 de 2011. A apreciação da matéria é adiada. **Item 7**- Projeto de Lei do Senado nº 99 de 2009, terminativo, de autoria do Senador Cristovam Buarque, que "determina a inclusão automática na 'malha fina' das declarações do imposto de renda dos contribuintes detentores de mandato eletivo", tendo como relator o Senador Eduardo Suplicy, que oferece relatório pela aprovação do Projeto. Em 4/6/2013, foi concedida Vista Coletiva da matéria. A apreciação da matéria é adiada. **Item 8**- Projeto de Lei do Senado nº 145 de 2008, terminativo, de autoria do Senador Neuto De Conto, que "altera o art. 35 da Lei nº 9.250, de 26 de dezembro de 1995, para elevar a idade dos dependentes para fins de Imposto de Renda da Pessoa Física", tendo como relator o Senador Benedito de Lira, que oferece relatório pela aprovação do Projeto com a Emenda nº 1 que apresenta. A apreciação da matéria é adiada. **Item 9**- Projeto de Lei do Senado nº 300 de 2005, terminativo, de autoria do Senador Paulo Paim, que "acrescenta parágrafos ao art. 6º da Lei nº 10.820, de 2003, determinando que a taxa de juros cobrada sobre empréstimos consignados em folha não excedam em 05 pontos percentuais ao ano a taxa básica da economia (taxa Selic)", tendo como relator o Senador Antonio Carlos Rodrigues, que oferece relatório pela aprovação do Projeto. A apreciação da matéria é adiada. **Item 10**- Projeto de Lei do Senado nº 211 de 2009, terminativo, de autoria do Senador Valdir Raupp, que "torna obrigatória a adoção de formato único para os teclados dos terminais de autoatendimento da rede bancária", tendo como relator o Senador Flexa Ribeiro, que oferece relatório pela rejeição do Projeto. A apreciação da matéria é adiada. **Item 11**- Projeto de Lei do Senado nº 391 de 2012, terminativo, de autoria do Senador Mário Couto, que "altera a Lei nº 9.249, de 26 de dezembro de 1995, para permitir a dedução no Imposto de Renda da Pessoa Jurídica de direito privado, que

empregue pessoa portadora de necessidades especiais e dá outras providências", tendo como relator o Senador Sérgio Souza, que oferece relatório pela rejeição do Projeto. A apreciação da matéria é adiada. **Item 12**- Projeto de Lei do Senado nº 208 de 2010, terminativo, de autoria do Senador Marcelo Crivella, que "estabelece regime especial de parcelamento de tributos federais para a empresa nascente", tendo como relator o Senador Aloysio Nunes Ferreira, que oferece relatório pela rejeição do Projeto. A apreciação da matéria é adiada. **Item 13**- Projeto de Lei do Senado nº 325 de 2010, terminativo, de autoria do Senador Cristovam Buarque e outros, que "altera o parágrafo único do art. 5º da Lei nº 11.738, de 16 de julho de 2008, que institui o piso salarial profissional nacional para os profissionais do magistério público da educação básica, para introduzir critério de reajuste anual de seu valor", tendo como relator o Senador José Pimentel, que oferece relatório pela prejudicialidade do Projeto. A apreciação da matéria é adiada. **Item 14**- Projeto de Lei do Senado nº 402 de 2012, terminativo, de autoria da Senadora Ana Amélia, que "altera os arts. 5º, 13 e 15 da Lei nº 6.729, de 28 de novembro de 1979, para promover a concorrência de preços e condições de atendimento pós-venda na comercialização de veículos automotores de via terrestre", tendo como relator o Senador Rodrigo Rollemberg, que oferece relatório pela rejeição do Projeto. A apreciação da matéria é adiada. **Item 15**- Projeto de Lei do Senado nº 40 de 2008, terminativo, de autoria da Senadora Lúcia Vânia, que "concede isenção do Imposto de Exportação sobre o couro wet blue", tendo como relator o Senador Eduardo Suplicy, que oferece relatório pela rejeição do Projeto. A matéria é retirada de pauta, a pedido do relator, para reexame. **Item 16**- Requerimento n° 44 de 2013, de iniciativa do Senador Paulo Bauer e outros, que "requer a realização de audiência púbica com o propósito de instruir o Projeto de Decreto Legislativo (PDS) nº 275 de 2012, que 'susta disposições acerca da apuração do resultado e da utilização de superávit dos planos de benefícios de entidades fechadas de previdência complementar instituídas pela Resolução do Conselho de Gestão da Previdência Complementar nº 26, de 29 de setembro de 2008', tendo como convidados a senhora Isa Musa de Noronha, Presidente da Federação das Associações de Aposentados e Pensionistas do Banco do Brasil – FAABB; o senhor Ruy Brito Pedrosa, Assessor Previdenciário da Associação dos Funcionários Aposentados do Banestado – Afab; o senhor Jaime Mariz de Faria Júnior, Secretário de Políticas de Previdência Complementar do Ministério da Previdência Social; e o senhor José Maria Rabelo, Diretorsuperintendente da Superintendência Nacional de Previdência Complementar – Previc". Anunciada a Matéria, colocado em votação, a Comissão aprova o Requerimento nº 44 de 2013-CAE. **Item 17**- Requerimento da Comissão de Assuntos Econômicos nº 45 de 2013, de iniciativa do Senador Anibal Diniz, que "requer, nos termos do art. 58, § 2º, II, da Constituição Federal, e dos arts. 90, II, e 93, II, do Regimento Interno do Senado Federal, a realização de audiência pública tendo como convidado o Senhor Rogério Studart, Diretor-Executivo do Banco Mundial para Brasil, Colômbia, República Dominicana, Equador, Haiti, Panamá, Filipinas, Suriname e Trinidad e Tobago, para discutir a atual participação do Brasil no Banco Internacional para a Reconstrução e Desenvolvimento (BIRD) – Banco Mundial". Anunciada a Matéria, colocado em votação, a Comissão aprova o Requerimento nº 45 de 2013-CAE. **Item 18**- Mensagem (SF) nº 69 de 2013, não terminativa, de autoria da Presidente da República, que "propõe, nos termos do art. 52, incisos V, VII e VIII, da Constituição Federal, seja autorizada a contratação de operação de crédito externo, com garantia da República Federativa do Brasil, entre o Estado de São Paulo e o Banco Internacional de Reconstrução e Desenvolvimento – BIRD, no valor de até US$ 300,000,000.00 (trezentos milhões dólares dos Estados Unidos da América), de principal, cujos recursos destinam-se ao financiamento parcial do 'Programa de Transporte, Logística e Meio Ambiente'", tendo como relator o Senador Alvaro Dias, que oferece relatório favorável nos termos do Projeto de Resolução do Senado que apresenta. Após a leitura do relatório, usa da palavra o Senador Eduardo Suplicy. O Presidente da Comissão concede Vista Coletiva, nos termos regimentais. **Item 19**- Mensagem (SF) nº 70 de 2013, não terminativa, de autoria da Presidente da República, que "propõe, nos termos do art. 52, incisos V, VII e VIII, da Constituição Federal, seja autorizada a contratação de operação de crédito externo, com garantia da República Federativa do Brasil, entre o Estado do Pará e o Banco Interamericano de Desenvolvimento – BID, no valor de até USD 200,810,000.00 (duzentos milhões e oitocentos e dez mil dólares norte-americanos), de principal, cujos recursos destinam-se ao financiamento parcial do 'Programa da Melhoria da Qualidade e Expansão da Cobertura da Educação Básica do Estado do Pará'", tendo como relator o Senador Aloysio Nunes Ferreira, que oferece relatório favorável nos termos do Projeto de Resolução do Senado que apresenta. Após a leitura do relatório, usa da palavra o Senador Antonio Carlos Valadares. O Presidente da Comissão concede Vista Coletiva, nos termos regimentais. **Item 20**- Mensagem (SF) nº 71 de 2013, não terminativa, de autoria da Presidente da

República, que "propõe, nos termos do art. 52, incisos V, VII e VIII, da Constituição Federal, seja autorizada a contratação de operação de crédito externo, com garantia da República Federativa do Brasil, entre o Estado de Sergipe e o Banco Internacional de Reconstrução e Desenvolvimento – BIRD, no valor de até US$ 150,000,000.00 (cento e cinquenta milhões de dólares dos Estados Unidos da América), de principal, cujos recursos destinam-se ao financiamento parcial do 'Projeto de Políticas de Desenvolvimento no Estado de Sergipe (DPL)'", tendo como relator o Senador Humberto Costa, que oferece relatório favorável nos termos do Projeto de Resolução do Senado que apresenta. Anunciada a Matéria, o Presidente da Comissão designa a Senadora Vanessa Grazziotin relator "ad hoc" da matéria. Após a leitura do relatório pela relatora "ad hoc", usam da palavra os Senadores Antonio Carlos Valadares e Vanessa Grazziotin. O Presidente da Comissão concede Vista Coletiva, nos termos regimentais. Nada mais havendo a tratar, encerra-se a reunião às doze horas e onze minutos, lavrando eu, Adriana Tavares Sobral de Vito, a presente ata, que, lida e aprovada, será assinada pelo Senhor Presidente e publicada no Diário do Senado Federal, juntamente com a íntegra das notas taquigráficas. **–** Senador **Lindbergh Farias,** Presidente da Comissão de Assuntos Econômicos.

(Texto com revisão.)

O SR. PRESIDENTE (Lindbergh Farias. Bloco Governo/PT – RJ) – Declaro aberta a 45ª Reunião da Comissão de Assuntos Econômicos.

Antes de iniciarmos os trabalhos, proponho a dispensa da leitura e aprovação das atas da 43ª e 44ª reuniões.

Os Srs. Senadores que concordam queiram permanecer como se encontram. (*Pausa*.)

As atas estão aprovadas e serão publicadas no *Diário do Senado Federal*.

Comunico aos membros que esta Comissão recebeu os seguintes documentos para seu conhecimento.

Aviso do Tribunal de Contas da União nº 36 de 2013, de 10 de julho de 2013, encaminhando cópia do acórdão proferido pelo Plenário daquela Corte, nos autos do processo nº TC 009.884/2012-2, bem como do relatório e da proposta de deliberação que o fundamentam.

Aviso nº 37 de 2013, de 17 de julho de 2013, do Tribunal de Contas da União, encaminhando cópia do acórdão proferido pelo Plenário daquela Corte, nos autos do processo nº TC 009.678/2012-3, bem como do relatório e da proposta de deliberação que o fundamentam.

Aviso nº 38 de 2013, de 24 de julho de 2013, do Tribunal de Contas da União, encaminhando cópia do acórdão proferido pelo Plenário daquela Corte, nos autos do processo nº TC 017.060/2013-3, bem como do relatório e da proposta de deliberação que o fundamentam.

Aviso nº 39 de 2013, do Banco Central do Brasil, encaminhando, em cumprimento ao disposto na Lei nº 9.069, de 1995, demonstrativos das emissões do real referentes ao segundo trimestre de 2013, as razões delas determinantes e as posições das reservas internacionais a elas vinculadas, bem como o relatório da execução da programação monetária.

Aviso nº 40 de 2013, de 29 de julho de 2013, do Ministério da Fazenda, encaminhando, em cumprimento ao art. 4º da Resolução do Senado Federal nº 20, de 2004, relatório sobre as emissões de títulos da República, realizadas no segundo trimestre de 2013.

Aviso nº 41 de 2013, de 30 de julho de 2013, do Ministério da Fazenda, encaminhando, em cumprimento ao art. 41 da Resolução do Senado Federal nº 43, de 2001, relatório contendo as características das operações de crédito analisadas no âmbito daquele ministério no mês de junho de 2013, tabelas demonstrativas da posição de endividamento dos Estados, Distrito Federal e dos Municípios. Encaminha ainda, por meio do Anexo 5, comunicação das irregularidades constatadas no período, para atendimento ao art. 24, §2º, da Resolução do Senado Federal nº 43, de 2001.

Os expedientes serão encaminhados aos membros da Comissão por meio de ofício circular. (*Pausa*.)

Senhores, antes de entrar na primeira parte da reunião...

O SR. CYRO MIRANDA (Bloco Minoria/PSDB – GO) – Pela ordem, Sr. Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Lindbergh Farias. Bloco Governo/PT – RJ) – Senador Cyro Miranda.

O SR. CYRO MIRANDA (Bloco Minoria/PSDB – GO) – Eu queria pedir a V. Exª, se for possível, que fizesse uma inversão de pauta, já que o Senador Delcídio, que é o Relator do item 1, não está presente. É porque eu inicio os trabalhos da Comissão de Educação e eu não estou tendo oportunidade de ler os meus relatórios. Então, eu pediria vênia a V. Exª.

O SR. PRESIDENTE (Lindbergh Farias. Bloco Governo/PT – RJ) – Eu ia justamente falar sobre isso. O Senador Cyro Miranda é Presidente da Comissão de Educação, então nós vamos começar pelo item 3...

O SR. FLEXA RIBEIRO (Bloco Minoria/PSDB – PA) – Pela ordem, Sr. Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Lindbergh Farias. Bloco Governo/PT – RJ) – ...e depois voltaríamos à apre-

ciação do Ato da CAE, que seria o segundo ponto de discussão nesta reunião.

Senador Flexa Ribeiro.

O SR. FLEXA RIBEIRO (Bloco Minoria/PSDB – PA) – Sr. Presidente, a primeira parte, o item 1 do Ato a que V. Exª se refere, vai normatizar a aprovação dos empréstimos. Nós temos vários empréstimos na pauta de hoje, inclusive um para o meu Estado, o Estado do Pará.

Eu pediria a V. Exª que, ouvido o Plenário, se nós pudéssemos fazer uma inversão de pauta, aprovarmos esses empréstimos, para depois discutirmos o Ato, para valer a partir dos próximos que chegarem aqui, e não desses que já estão, porque ainda ao final da Sessão Legislativa anterior, antes do recesso, nós aprovamos vários empréstimos, inclusive em reuniões extraordinárias. Então puniríamos esses que estão hoje na pauta, com vista coletiva concedida a todos eles.

O SR. PRESIDENTE (Lindbergh Farias. Bloco Governo/PT – RJ) – Senador Flexa Ribeiro, não dá, eu fui cobrado aqui por todos os Srs. Senadores...

O SR. ROBERTO REQUIÃO (Bloco Maioria/PMDB – PR) – Pela ordem.

O SR. PRESIDENTE (Lindbergh Farias. Bloco Governo/PT – RJ) – ...dos mais diversos partidos, e a gente já tinha estabelecido que a partir da volta agora em agosto, nós teríamos o pedido de vista, e entraria na próxima semana. Então não dá para começarmos o semestre já deixando esse acordo, que ficou implícito aqui entre todos nós, de lado. Então eu chamo a atenção de V. Exª que isso aqui na verdade não vai atrasar. Nós colocaremos hoje o pedido de vista, e na próxima terça-feira nós voltaríamos a esses empréstimos.

Senador Roberto Requião.

O SR. ROBERTO REQUIÃO (Bloco Maioria/PMDB – PR) – Pelos mesmos motivos do Senador Cyro Miranda, eu sou membro também da Comissão de Educação e posteriormente da Comissão de Relações Exteriores, e tenho que estar presente. Sou o Relator do item 2. Eu cheguei aqui exatamente às 10 horas, para poder relatar o item 2 e participar da Comissão de Educação e de Relações Exteriores. Então eu peço que se mantenha o item. Também é não terminativo, e o Senador Cyro Miranda concorda com a posição que estou tomando.

O SR. PRESIDENTE (Lindbergh Farias. Bloco Governo/PT – RJ) – V. Exª será atendido. Vamos começar pelo item 2, do qual o Senador Roberto Requião é o Relator, depois o item 3, Senador Cyro Miranda, e voltaríamos ao ponto inicial da pauta, que é o Ato da Comissão de Assuntos Econômicos.

ITEM 2
PROJETO DE LEI DO SENADO Nº 236, de 2010
– Não Terminativo –

Institui ajuda especial para a família que mantém sob seus cuidados pessoa com mais de setenta anos de idade.
Autoria: Senador Jefferson Praia
Relatoria: Senador Roberto Requião
Relatório: Favorável ao Projeto com as Emendas nº 01 e 02 que apresenta.
Observações:
1. A matéria foi apreciada pela Comissão de Direitos Humanos e Legislação Participativa, com parecer favorável ao Projeto;
2. A matéria ainda será apreciada pela Comissão de Assuntos Sociais, em decisão terminativa.

Com a palavra, o Relator Roberto Requião.

O SR. ROBERTO REQUIÃO (Bloco Maioria/PMDB – PR) – Eu agradeço a palavra, mas peço uma cópia do processado. Eu não tenho o texto.

O SR. PRESIDENTE (Lindbergh Farias. Bloco Governo/PT – RJ) – Eu peço à Secretaria que encaminhe o processado ao Senador Roberto Requião.

O SR. ROBERTO REQUIÃO (Bloco Maioria/PMDB – PR) – Então vamos lá.

O Presidente, Senador Lindbergh, já esclareceu exatamente qual é o assunto que eu vou relatar.

Relatório.

O presente Projeto de Lei do Senado institui a Ajuda Especial de Mantença para as famílias com renda mensal *per capita* igual ou inferior a um salário mínimo que mantenham sob seus cuidados pessoa com mais de setenta anos.

Na verdade, Senador Lindbergh, estou relatando em causa própria, porque tenho mais de setenta anos. Estou cuidando aqui do meu futuro.

Tal ajuda já vem estabelecida no art. 1º, juntamente com os critérios a serem adotados para a definição da família destinatária do benefício.

O art. 2º estabelece os deveres que deverão ser assumidos pela família beneficiária, no sentido de promover o bem-estar do idoso e os cuidados mínimos necessários à vida condigna, que é a vida que eu espero que V. Exª tenha quando chegar à idade que nós alcançamos.

Conforme o art. 3º, as despesas decorrentes dos benefícios serão arcadas pelo orçamento da Seguridade Social da União.

O projeto encerra com cláusula de vigência, como o exercício fiscal subsequente ao da sua publicação.

O Projeto se justifica à luz dos dispositivos constitucionais que declaram o dever de cuidado com os idosos, especialmente com os idosos pobres.

Inicialmente, o presente PLS foi distribuído para a Comissão de Direitos Humanos e Legislação Participativa, e para a Comissão de Assuntos Sociais.

Nessas o projeto foi aprovado sem qualquer ressalva ou alteração.

Posteriormente foi aprovado requerimento para que fosse ouvida, ainda, esta Comissão de Assuntos Econômicos (CAE).

Não foram apresentadas emendas ao projeto.

Análise.

A apreciação do PLS nº 236 por este Colegiado decorre de suas funções previstas no art. 99, I e IV, do Regimento Interno do Senado.

A constitucionalidade, a juridicidade e a técnica legislativa, bem como o mérito relativo à seguridade social, foram apreciados pela CAS, em decisão em caráter terminativo.

A aprovação, em 12 de dezembro de 2012, do Requerimento nº 1.056, do Senador Paulo Davim, todavia, atribuiu à Comissão de Assuntos Econômicos o exame da matéria para posterior deliberação terminativa pela Comissão de Assuntos Sociais.

Quanto ao mérito.

Trago a colação excertos do relatório do Senador Clovis Fecury, aprovado na CDH, que muito claramente apresenta o valor que está sendo contemplado por meio do presente projeto:

> *Não há mais dúvidas de que a população brasileira está se tornando mais velha. ... Em 1999, o IPEA afirmava que "o momento demográfico por que passa a população brasileira se caracteriza por baixas taxas de fecundidade, aumento da longevidade e urbanização acelerada. A interação dessas transformações tem levado a um crescimento mais elevado da população idosa se comparada com os demais grupos etários.*
>
> *Por exemplo, a participação da população maior de 65 anos no total da população nacional mais do que dobrou nos últimos 50 anos: passou de 2,4% em 1940 para 5,4% em 1996". (...)*
>
> *Os números acima apontam para o fato de que, ao longo dos últimos cinquenta anos, as condições médias da vida no Brasil melhoraram [principalmente no Governo do Presidente Lula, façamos essa observação]. (...)*
>
> *Aliás, as condições de vida dos idosos têm permitido a eles assumir papéis cada vez mais relevantes ao longo da vida de suas famílias.*

Por exemplo, o meu caso aqui, idoso, Relator desse projeto, e só consigo ser Relator porque cheguei a essa idade. Aliás, Presidente, nós ficamos velhos exatamente pelo fato de não termos morrido moços. Quem morre moço nunca chega à idade provecta com que participamos dessa Comissão].

> O IPEA registra o aumento do número de domicílios que são chefiados por idosos, nos quais habitam filhos e outros dependentes, caracterizando um movimento de inversão na estrutura normal da dependência, que é do idoso para com a geração posterior. A essas duas categorias vem somar-se uma terceira que é a dos domicílios com idosos, mas chefiados por alguma outra pessoa.
>
> A situação geral que se configura, portanto, é a de uma categoria social, a dos idosos pobres, que experimenta a necessidade de cuidados crescentes ao mesmo tempo em que permanece como a base econômica da vida familiar, especialmente em razão dos benefícios previdenciários e assistenciais que vem a receber.

Frise-se que o Relator foi, em tudo, seguido pelo relator na Comissão de Assuntos Sociais, o Senador Casildo Maldaner.

No mesmo parecer, o Senador Fecury salienta a importante contradição na situação dos idosos pobres, que têm atualmente direito a um auxílio estabelecido pela lei – Lei Orgânica da Assistência Social – que define como linha de corte da pobreza a família cuja renda mensal *per capita* é inferior a um quarto do salário mínimo.

Este critério extremamente injusto exclui do benefício estabelecido no art. 20 desta lei milhares de idosos carentes, ou, com frequência, termina por fazer com que a renda mensal *per capita* ultrapasse o quarto de salário mínimo, e situe-se entre tal fração e o salário mínimo inteiro.

A consequência disso é que tais famílias, a partir de então e especialmente em razão do benefício concedido ao idoso, passam a ser consideradas como recebendo do Estado as condições necessárias para a adequada assistência às pessoas de idade.

Por isso, muito apropriadamente o Relator concluiu, diante desta realidade, que, assim, tais famílias

> *deixam, por convenção, de ser extremamente pobres, o que, contudo, antes ilude do que descreve uma realidade social nova. Há milhões de famílias hoje contabilizadas como tendo sido retiradas da linha de pobreza (sempre pelo critério do quarto de salário mínimo) que,*

entretanto, não têm condições materiais para cuidar de seus idosos [com dignidade].

Tal realidade pode ser alterada por meio da aprovação do presente PLS, que estabelece um salário mínimo *per capita* como critério de habilitação para o recebimento do benefício.

Quanto à constitucionalidade e juridicidade.

O projeto vem instrumentalizar efetivamente a proteção ao idoso prevista no inciso V do art. 203 da Constituição Federal, que reza:

Art. 203. A assistência social será prestada a quem dela necessitar, independentemente de contribuição à seguridade social, e tem por objetivos:

(...)

V – a garantia de um salário mínimo de benefício mensal à pessoa portadora de deficiência e ao idoso que comprovem não possuir meios de prover à própria manutenção ou de tê-la provida por sua família, conforme dispuser a lei.

Ora, a realidade atual constatada pelo IBGE é a de que muitas famílias estão vivendo à custa de tal benefício, o que dilui a participação do resultado econômico entre os membros da família, fazendo com que a renda *per capita* delas decresça a patamares de um meio, um terço, um quarto do salário mínimo do benefício, em razão do número de membros em que é dividida aquela renda.

O benefício da LOAS, como é conhecido, produz, nesses casos, uma suposta adequação formal à proteção constitucionalmente imposta, todavia ainda mantém uma situação real de miséria profunda, especialmente em lares desafortunados.

Não se pode olvidar que o § 5º do art. 195 da Constituição Federal estabelece um requisito para a aprovação de qualquer projeto de lei que crie ou majore despesas com benefícios da seguridade social.

Preconiza aquele dispositivo que:

§ 5º – Nenhum benefício ou serviço da seguridade social poderá ser criado, majorado ou estendido sem a correspondente fonte de custeio total.

Com sabedoria, o proponente cumpriu esse requisito ao inserir o art. 3º que declara que "as despesas com a Ajuda Especial de Mantença correrão à conta de dotações do orçamento da Seguridade Social da União".

Ao se examinar a Lei Orçamentária Federal para o ano de 2013, fato que igualmente ocorre nos anos anteriores, verifica-se que há uma única dotação, denominada de "Benefícios Previdenciários Urbanos – Nacional", Código de Classificação Funcional 09.271 e Programática 2061.0E81.0001, destinada a todos os benefícios previdenciários e assistenciais operacionalizados pelo INSS. Assim, não há como se distinguirem os benefícios, cabendo a inclusão de tal despesa simplesmente naquela rubrica.

Nesse sentido, proponho a alteração do texto do art. 3º, para a seguinte redação:

As despesas com a Ajuda Especial de Mantença correrão à conta da dotação Benefícios Previdenciários Urbanos – Nacional da unidade orçamentária Fundo do Regime Geral de Previdência Social do Orçamento da Seguridade Social da União ou de outra que vier a substituí-la.

Outro ponto a ser observado é que se torna impossível que o benefício seja implantado no exercício seguinte ao da aprovação da presente proposta, uma vez que o orçamento é elaborado no ano anterior.

Assim sendo, sugiro alteração da cláusula de vigência, dando-lhe o seguinte texto:

Esta Lei entra em vigor na data de sua publicação, produzindo efeitos financeiros a partir de 1º de janeiro do ano seguinte à data do primeiro envio de projeto de lei orçamentária anual após a publicação dessa Lei.

Voto.

Em razão do exposto, o voto é pela aprovação do Projeto de Lei do Senado nº 236, de 2010, com as duas emendas de adequação que proponho dado a seguinte nova redação aos artigos 3º e 4º:

EMENDA Nº 1

O art. 3º do PLS 236/2010 passa a ter a seguinte redação:

Art. 3º As despesas com a Ajuda Especial de Mantença correrão à conta da dotação BENEFÍCIOS PREVIDENCIÁRIOS URBANOS – NACIONAL da unidade orçamentária FUNDO DO REGIME GERAL DE PREVIDÊNCIA SOCIAL do Orçamento da Seguridade Social da União ou de outra que vier a substituí-la.

EMENDA Nº 2

O art. 4º do PLS 236/2010 passa a ter a seguinte redação:

Art. 4º Esta Lei entra em vigor na data de sua publicação, produzindo efeitos financeiros a partir de 1º de janeiro do ano seguinte à data do primeiro envio de projeto de lei orçamentária anual após a publicação dessa Lei.

Senador Roberto Requião.

É este o relatório e é este o voto, Sr. Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Lindbergh Farias. Bloco Governo/PT – RJ) – Muito obrigado, Senador Roberto Requião, que fez uma... Falou, Senador José Agripino, que estava legislando em causa própria, porque, embora não pareça, o Senador Roberto Requião já tem 70 anos. Espero chegar aos 70 anos com esse vigor físico e essa energia, esse gás juvenil.

A matéria está em discussão.

A SRª VANESSA GRAZZIOTIN (Bloco Governo/PCdoB – AM) – Sr. Presidente, eu gostaria de...

O SR. PRESIDENTE (Lindbergh Farias. Bloco Governo/PT – RJ) – Senadora Vanessa.

A SRª VANESSA GRAZZIOTIN (Bloco Governo/PCdoB – AM) – Nós estávamos num debate muito importante na Comissão de Meio Ambiente, Fiscalização e Controle e, por isso, minha chegada tardia. Mas, mesmo assim, Sr. Presidente, pela importância do projeto e para que eu possa analisar melhor, solicito vista.

O SR. PRESIDENTE (Lindbergh Farias. Bloco Governo/PT – RJ) – Vanessa Grazziotin pede vista. Alguém mais pede vista aqui?

Concedido vista à Senadora Vanessa Grazziotin.

A SRª ANA AMÉLIA (Bloco Maioria/PP – RS) – Presidente, eu aprovaria vista coletiva.

O SR. PRESIDENTE (Lindbergh Farias. Bloco Governo/PT – RJ) – Vista coletiva.

Passamos ao Item 3 e, depois, voltaremos ao Item 1 da pauta, que é o Ato da Comissão de Assuntos Econômicos.

Item 3, relatado pelo Senador Cyro Miranda.

ITEM 3
PROJETO DE LEI DO SENADO Nº 300, DE 2011
– Não Terminativo –

Altera a Lei nº 7.492, de 16 de junho de 1986, para prever que furtos e roubos contra instituições financeiras são crimes contra o sistema financeiro nacional e definir a competência da Polícia Federal para a investigação.

Autoria: Senador Eunício Oliveira

Relatoria: Senador Cyro Miranda

Relatório: Favorável ao projeto.

Observações:

1. A matéria será apreciada pela Comissão de Constituição, Justiça e Cidadania, em decisão terminativa.

Com a palavra o Relator.

O SR. CYRO MIRANDA (Bloco Minoria/PSDB – GO) – Agradeço, inicialmente, ao nobre Senador Lindbergh e aos colegas, pela inversão de pauta.

O Projeto de Lei do Senado (PLS) nº 300, de 2011, de autoria do Senador Eunício Oliveira, altera a Lei nº 7.492, de 16 de junho de 1986, para prever que furtos e roubos contra instituições financeiras sejam considerados crimes contra o sistema financeiro nacional e para definir a competência da Polícia Federal para a investigação.

Em sua justificação, o autor argumenta que:

> 1) os arts. 109, VI, e 144, § 1º, da Constituição não se encontram em harmonia no que se refere à competência federal para apurar e julgar crimes. Os crimes praticados contra o sistema financeiro nacional são de competência da Justiça Federal, por força de uma lei ordinária, mas não necessariamente são de competência da Polícia Federal;
> 2) assaltos a instituições financeiras não são considerados crimes contra o sistema financeiro. É a Lei nº 7.492, de 16 de junho de 1986, objeto do presente projeto de lei, que cuida dos crimes contra o sistema financeiro.

Argumenta, finalmente, o autor, que:

> *as instituições financeiras desempenham funções sociais claras (garantem a circulação da moeda, oferecem crédito e serviços de investimento e poupança etc.). Se, por exemplo, uma instituição financeira privada for à falência ou for roubada e não conseguir repor as carteiras de seus clientes, a União precisará garantir a reposição de parte dos valores depositados em caderneta de poupança. Ou seja, elas operam com o interesse público. Tanto que a Lei nº 10.446, de 8 de maio de 2002, que trata das infrações penais de repercussão interestadual ou internacional que exigem repressão uniforme, e que podem vir a ser investigadas pela Polícia Federal, mesmo que de competência primária estadual, inclui em seu rol o roubo de bens e valores de instituições financeiras transportados em operação interestadual ou internacional (art. 1º, IV). Portanto, convém que a Polícia Federal investigue os casos de assaltos a instituições financeiras, pois deve ser pressuposto interesse da União na segurança do sistema financeiro nacional.*

A proposta foi inicialmente despachada à Comissão de Constituição, Justiça e Cidadania (CCJ). Porém, antes de aquela Comissão deliberar sobre a matéria, foi aprovado, em 12 de dezembro de 2012, o Requerimento nº 963, de 2012, de autoria do Senador Humberto Costa, a fim de que a proposta fosse encaminhada, também, à Comissão de Assuntos Econô-

micos, para análise do mérito, ficando a cargo da CCJ a decisão terminativa.

Análise.

Quanto ao mérito, do ponto de vista econômico, concordamos com os argumentos apresentados pelo autor da proposta, Senador Eunício Oliveira, particularmente com o entendimento de que os furtos e roubos contra instituições financeiras, dadas as suas características e repercussões sócio-econômicas, extrapolam os limites territoriais do local onde ocorrem, possuem nítido caráter nacional e são de relevante interesse público, e, nessas condições, exigem, sim, repressão uniforme.

A propósito, segundo a Federação Brasileira dos Bancos (Fenabran), foram registrados, em 2011, mais de 2 mil ataques a caixas eletrônicos em todo o País, com mais de 200 casos com uso de explosivos, índice altamente preocupante, especialmente se considerarmos que 27% dos caixas eletrônicos estão instalados fora das agências bancárias e que a maioria dos terminais de autoatendimento (ATMs) estão localizados no interior ou próximos a estabelecimentos comerciais.

Nesse contexto, consideramos que a proposta confere maior eficiência ao combate de crimes contra instituição financeira e contribui para maior estabilidade do sistema, motivo pelo qual não temos nada a opor do ponto de vista econômico.

Voto.

Ante o exposto, voto pela aprovação do Projeto de Lei nº 300, de 2011.

Sala de Comissão.

Senador Cyro Miranda, o Relator.

Obrigado, Sr. Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Lindbergh Farias. Bloco Governo/PT – RJ) – A matéria está em discussão. (*Pausa.*)

Não havendo mais quem queira discutir, vamos colocar em votação o relatório.

Em votação o relatório do Senador Cyro Miranda.

O SR. PEDRO TAQUES (Bloco Governo/PDT – MT) – Sr. Presidente...

O SR. PRESIDENTE (Lindbergh Farias. Bloco Governo/PT – RJ) – Senador Pedro Taques.

O SR. PEDRO TAQUES (Bloco Governo/PDT – MT) – Pelo relatório, vai para a Comissão de Constituição e Justiça?

O SR. PRESIDENTE (Lindbergh Farias. Bloco Governo/PT – RJ) – Vai.

O SR. PEDRO TAQUES (Bloco Governo/PDT – MT) – Porque, pelo art. 258 do Regimento Interno – e o Senador Cyro está com razão –, aqui nós poderíamos pedir a juntada...

O SR. PRESIDENTE (Lindbergh Farias. Bloco Governo/PT – RJ. *Fazendo soar a campainha.*) – Peço silêncio à Comissão.

O SR. PEDRO TAQUES (Bloco Governo/PDT – MT) – ... pedir a tramitação conjunta, nos termos do art. 258, com a Comissão Especial do Código Penal, que já apresenta o relatório esta semana. Mas, lá na CCJ, tomaremos essa providência.

O Senador Cyro... Concordo, inteiramente, com o relatório por ele elaborado.

O SR. PRESIDENTE (Lindbergh Farias. Bloco Governo/PT – RJ) – Em votação, então, o relatório do Senador Cyro Miranda.

Os Senadores que concordam permaneçam como estão. (*Pausa.*)

Aprovado o relatório, que passa a constituir o parecer da CAE, favorável ao projeto.

A matéria vai à Comissão de Constituição, Justiça e Cidadania, em decisão terminativa.

Voltemos, agora, senhores, ao primeiro item da pauta, na 1ª Parte, que é a apreciação de Ato da CAE:

Apreciação de Ato da CAE

Finalidade:

> Apreciação do Ato nº 1/2013, que disciplina o processo de apreciação de Mensagens do Senado Federal que tratem das matérias constantes do art. 52, da Constituição Federal, e da Resolução do Senado Federal nº 43, de 2001.

Designei Relator *ad hoc* o Senador Armando Monteiro.

Com a palavra o Senador Armando Monteiro.

O SR. ARMANDO MONTEIRO (Bloco União e Força/PTB – PE) – Sr. Presidente, Srªs e Srs. Senadores, a proposta do Ato nº 1, de autoria do Presidente da Comissão de Assuntos Econômicos, Senador Lindbergh, destina-se a disciplinar, no âmbito deste colegiado, o processo de apreciação de Mensagens do Senado Federal que tratem da autorização de operações de natureza financeira, de interesse da União, dos Estados, do Distrito Federal, dos Territórios e dos Municípios.

O art. 1º explicita o objeto do Ato, que é a apreciação de Mensagens do Senado Federal que tratam de autorização de operações de natureza financeira.

O art. 2º determina que essas matérias somente poderão ser pautadas para efetiva deliberação da Comissão após automática concessão de Vista Coletiva, nos termos do Regimento Interno do Senado Federal (RISF).

O artigo em tela traz dois parágrafos. O § 1º dispensa a presença de representantes dos entes federados e do Ministério da Fazenda na reunião em que

for apresentado o Relatório e concedida a Vista Coletiva. Já o § 2º permite que, quando os prazos limites para assinatura de contratos ou para início do recesso parlamentar impossibilitarem a deliberação na forma prevista, a Comissão poderá deliberar sobre a matéria de forma diversa.

O art. 3º contém a cláusula de vigência, prevista para a data da publicação do Ato.

Foi apresentada uma emenda à proposição, de autoria do Senador Pedro Taques. Diz a emenda:

> Integrarão o processado, e ficarão à disposição dos integrantes da Comissão, na sua Secretaria e em meio eletrônico, todos os documentos integrantes do processo de apreciação e emissão de parecer por parte do Poder Executivo, inclusive todos os pareceres e relatórios técnicos que embasaram as manifestações finais dos diferentes órgãos intervenientes.

É o relatório.

Análise.

Cabe à Comissão de Assuntos Econômicos, nos termos do art. 99, VI, do RISF, opinar sobre as proposições que tratam das operações de crédito de interesse dos Estados, do Distrito Federal e dos Municípios, inclusive concessão de garantias, seus limites e condições, competência privativa do Senado Federal, nos termos do art. 52, V, VI, VII, VIII e IX, da Constituição Federal.

Por iniciativa do Presidente da CAE, Senador Lindbergh Farias, é submetida à análise desta Comissão a presente Proposta de Ato. Como enfatizado, ele visa regulamentar dispositivos, constantes do RISF e da Resolução nº 43, de 2001, relativos à tramitação das Mensagens que solicitam autorização do Senado Federal para a contratação de operações financeiras. O objetivo é garantir prazos mínimos para que os membros da Comissão possam conhecer todos os aspectos e implicações das matérias em tela, de forma a sobre elas deliberar com segurança.

A proposição, sem dúvida, é revestida de mérito e merece a integral aprovação dos membros da Comissão.

A título de colaboração para seu aperfeiçoamento, apresento Substitutivo que: (i) explicita que o Ato abrange as matérias que encaminham à apreciação do Senado Federal pleitos de autorização para a contratação de operações de crédito, inclusive concessões de garantia; (ii) define um prazo mínimo também para Relator, aspecto que não estava contemplado na proposta original; e, (iii) faz ajustes de técnica legislativa.

Além da acolhida de mérito, há que se considerar que a Proposta de Ato não apresenta qualquer vício de inconstitucionalidade, injuridicidade ou antirregimentalidade e está elaborada de acordo com a boa técnica legislativa.

Por fim, no que tange à emenda de autoria do Senador Pedro Taques, apesar de reconhecer seu inegável mérito, entendemos que um Ato da CAE não é o *locus* adequado para essa inovação. A matéria trazida na emenda é própria das respectivas Resoluções do Senado que regulamentam o art. 52, incisos V, VII, VIII e IX, da Constituição Federal.

Parece-me que, no mérito, tenho total convergência com a posição do Senador Pedro Taques e poderíamos incluir essa proposta no Projeto de Resolução nº 43, que é do Senador Pedro Taques e que me parece será relatada pelo nobre Senador Aloysio Nunes, o que já é, em si mesmo, uma garantia de que teremos aí uma apreciação do mais alto nível.

Finalizando, Sr. Presidente, o voto.

Com base no exposto, voto pela aprovação da Proposta de Ato nº 1, de 2013 – CAE, nos termos do seguinte Substitutivo, e pela rejeição da Emenda nº 01 – CAE:

ATO Nº 1, DE 2013-CAE

Regulamenta, no âmbito da Comissão de Assuntos Econômicos, o processo de apreciação de Mensagens e Ofícios ao Senado Federal que tratem das matérias constantes do art. 52, V, VII, VIII e IX, da Constituição Federal.

A Comissão de Assuntos Econômicos do Senado Federal, no uso de suas competências regimentais e regulamentares, resolve:

> **Art. 1º** Este Ato regulamenta, no âmbito da Comissão de Assuntos Econômicos, o processo de apreciação de Mensagens e Ofícios que solicitam ao Senado Federal autorização para a contratação de operações de crédito, de interesse da União, dos Estados, do Distrito Federal, dos Territórios e dos Municípios, inclusive concessão de garantias, seus limites e condições, constantes do art. 52, V, VII, VIII e IX, da Constituição Federal.

Art. 2º A inclusão das matérias contidas no artigo anterior na pauta de deliberação da Comissão será precedida dos seguintes procedimentos:

> I – o Relator deverá observar o prazo mínimo de quatro dias entre sua designação e a apresentação de seu Relatório à Comissão;
>
> II – o Presidente, de ofício, concederá vista coletiva do relatório aos membros da Comissão, nos termos do Regimento Interno do Senado Federal;

§ 1º Na reunião em que for procedida a apresentação do relatório e a concessão de vista coletiva, não será exigida a presença das autoridades a que se refere o art. 34 da Resolução nº 43, de 2001.

§ 2º [que, me parece, ressalva uma situação absolutamente necessária] Quando os prazos limites para assinatura de contratos ou para início do recesso parlamentar impossibilitarem a deliberação na forma prevista neste artigo, as matérias objeto deste Ato poderão, por deliberação da Comissão, ser pautadas e apreciadas em prazo diverso.

Art. 3º Este Ato entra em vigor na data de sua publicação.

É esse o nosso parecer, Sr. Presidente.

Muito obrigado.

O SR. PRESIDENTE (Lindbergh Farias. Bloco Governo/PT – RJ) – A matéria está em discussão.

Senador Pedro Taques.

O SR. PEDRO TAQUES (Bloco Governo/PDT – MT) – Sr. Presidente, apenas para parabenizar V. Exª pela edição do Ato, pelo projeto, e o Senador Armando Monteiro, por essa construção do consenso. A minha emenda, com razão ele, melhor calha no Projeto de Resolução nº 43, que já apresentei.

Aproveito, Sr. Presidente, para dar conta à Comissão que apresentei o Ato nº 2, similar a esse que V. Exª apresentou, mas que tem por objeto a apreciação de mensagens de concessão e perdão de dívidas de países estrangeiros. Propõe exatamente as mesmas regras, com apenas um *alongue*, um adendo a isso, que é a providência de solicitar ao Executivo, nesses casos, a presença, nessas reuniões, de representantes do Itamaraty, para prestar informações sobre o risco político, a questão da governança naquele Estado alienígena que está a receber esse favor da República Federativa do Brasil. É o Projeto de Ato nº 2, que se encontra sob a responsabilidade da Mesa, muito bem conduzida por V. Exª.

O SR. RICARDO FERRAÇO (Bloco Maioria/PMDB – ES) – Pela ordem, Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Lindbergh Farias. Bloco Governo/PT – RJ) – Senador Pedro Taques, já vou designar Relator e traremos esse Ato para apreciação na próxima reunião.

Senador Ricardo Ferraço.

O SR. RICARDO FERRAÇO (Bloco Maioria/PMDB – ES) – Estamos a debater o Ato nº 1 ou nº 2?

O SR. PRESIDENTE (Lindbergh Farias. Bloco Governo/PT – RJ) – Nº 1.

O SR. RICARDO FERRAÇO (Bloco Maioria/PMDB – ES) – O nº 2 ainda carece de relator.

O SR. PRESIDENTE (Lindbergh Farias. Bloco Governo/PT – RJ) – Vamos designar relator e trazer à pauta.

O SR. RICARDO FERRAÇO (Bloco Maioria/PMDB – ES) – Apenas cumprimentar V. Exª pela proposta, pela edição do Ato nº 1, que disciplina, que estabelece regulamento, procedimento também relatado, que dá à Comissão de Assuntos Econômicos o tempo adequado e necessário para que possamos fazer as avaliações, considerando as consequências e os elevados impactos de cada uma das operações. Acho que, dessa forma, V. Exª disciplina e estabelece um procedimento em bom tempo.

Cumprimento V. Exª e, da mesma forma, o Senador Armando Monteiro, que relatou a matéria.

O SR. ARMANDO MONTEIRO (Bloco União e Força/PTB – PE) – Obrigado.

Eu quero só dizer às Srªs Senadoras e aos Srs. Senadores que, na verdade, esse ato veio ao encontro de uma discussão que tivemos aqui na última reunião da CAE, a discussão sobre a falta de tempo para a apreciação dessas matérias, uma discussão de se está havendo flexibilização por parte do Tesouro ou não, e esse não é um ato isolado.

Nós vamos ter esse ato, e quero chamar a atenção para o inciso I do art. 2º. A consultoria estava reclamando muito, porque era lido no Plenário, e eles e o Relator tinham que preparar o relatório sem o prazo. Então, aqui, no inciso I, fica claro: "O Relator deverá observar o prazo mínimo de quatro dias entre sua designação e a apresentação de seu relatório à Comissão.", ou seja, para ser lido numa terça-feira, vai ter que ser lido no Plenário até quinta-feira da semana anterior para dar tempo de ser examinado e de o Relator apresentar um relatório com mais consistência.

Não é só esse ato, Senador Aloysio. Nós já enviamos à Secretaria do Tesouro Nacional, em atendimento ao Requerimento nº 40, de iniciativa dos Senadores Lindbergh Farias, Pedro Taques, Luiz Henrique e Francisco Dornelles, que foi aprovado no dia 9/7/2013 – um conjunto de requerimentos de informações por Estado, Distrito Federal e Municípios com dívida bancária: a) do saldo em 30/6/2013 da dívida consolidada; b) do saldo em 30/6/2013 da dívida contratada e por liberar; c) do saldo em 30/6/2013 da dívida autorizada e ainda não contratada; d) da despesa anual com serviços da dívida projetada para os próximos dez anos, incluindo as autorizadas e não liberadas, bem como informações sobre a receita corrente líquida de cada ente projetada para o mesmo período, informações sobre o processo de renegociação da dívida de Estados, Distrito Federal e Municípios.

Nós demos o prazo de 30 dias e esperamos até o mês de agosto receber essas informações de todos os Estados e de todos os Municípios para esta Comissão de Assuntos Econômicos, que divulgaremos.

E o último ponto é que esta Comissão está fazendo gestões para que o Secretário do Tesouro Nacional, Arno Augustin, venha a esta Comissão falar sobre o tema. Eu tenho me empenhado aqui, e a Comissão também, para marcar essa data da vinda do Secretário do Tesouro Nacional.

A SRª ANA AMÉLIA (Bloco Maioria/PP – RS) – Pela ordem, Sr. Presidente.

O SR. RICARDO FERRAÇO (Bloco Maioria / PMDB – ES) – Uma pergunta: A não resposta desses pedidos de informações sobresta as operações de crédito.

O SR. PRESIDENTE (Lindbergh Farias. Bloco Governo/PT – RJ) – Eu examinarei isso e falarei – acho que não – a V. Exªs depois, mas não sobresta.

O SR. RICARDO FERRAÇO (Bloco Maioria/ PMDB – ES) – Porque o ideal seria que nós pudéssemos debater se não chegou o momento de darmos um freio de arrumação para que pudéssemos conhecer o conjunto dessas informações, não apenas as específicas e pontuais de cada Estado federado, e se não chegou o momento de a Comissão de Assuntos Econômicos fazer uma avaliação global do nível de endividamento desses procedimentos todos. Isso, inclusive, pode contribuir e ajudar na direção de fazer a Secretaria do Tesouro Nacional responder com mais velocidade a essas solicitações de informações que foram feitas por diversos dos Srs. Senadores.

Eu queria que V. Exª avaliasse essa reflexão que submeto.

O SR. PRESIDENTE (Lindbergh Farias. Bloco Governo/PT – RJ) – Esta Presidência vai avaliar essa reflexão, vamos conversar com a Secretaria do Tesouro e traremos esse tema aqui na próxima terça-feira.

Eu, sinceramente, acho que a Secretaria de Tesouro vai cumprir, e tem que cumprir, esse prazo de 30 dias. Afinal, esta é a Comissão de Assuntos Econômicos. São informações que têm que ser públicas, mas peço a V. Exª esta semana para voltarmos a esse tema trazido por V. Exª.

Senadora Ana Amélia.

A SRª ANA AMÉLIA (Bloco Maioria/PP – RS) – Eu queria apenas, Presidente Lindbergh Farias, saudar a iniciativa de V. Exª, que restabelece o valor institucional dessas relações.

A Casa já é sufocada por medidas provisórias que chegam aos turbilhões ao Congresso Nacional; e também, no caso dos pedidos de empréstimos, da mesma forma, não criando uma regra de tramitação adequada à importância e à relevância disso, com a responsabilidade que temos nesta Comissão de Assuntos Econômicos.

Então, eu queria saudar a iniciativa de V. Exª que resguarda qualidade do trabalho da produção da Comissão e também o interesse nacional em relação ao endividamento de Estados e Municípios. Queria cumprimentá-lo pela iniciativa e dizer que é muito importante não só a manifestação da Secretaria Nacional do Tesouro, mas a presença do próprio Secretário Nacional do Tesouro a esta Comissão para estes esclarecimentos.

Muito obrigada, caro Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Lindbergh Farias. Bloco Governo/PT– RJ) – Eu que agradeço a V. Exª, Senadora Ana Amélia.

O último orador inscrito, Senador Sérgio Souza, antes de votarmos o Ato.

O SR. SÉRGIO SOUZA (Bloco Maioria/PMDB – PR) – Sr. Presidente, caros colegas, Srªs e Srs. Senadores, esta Comissão é tida como uma das mais importantes do Senado Federal justamente porque por aqui tramitam os projetos que interessam ao Brasil, aos Estados e aos Municípios do ponto de vista da economia. É prudente normatizar, criar uma regra, especialmente no que diz respeito a de que forma nós devemos proceder para analisar o endividamento, os processos de tomada de empréstimos dos Estados e dos Municípios.

Senador Agripino, por vezes, chegam processos dessa natureza, e nós analisamos no mesmo dia da sua chegada, da sua leitura, às vezes em sessões extraordinárias. Isso já aconteceu até no período da tarde, porque não deu tempo de ser preparado o relatório pela Consultoria do Senado pela manhã, durante a reunião da Comissão de Assuntos Econômicos, e não poderia ficar para a próxima terça-feira porque cairia em um dado momento.

Eu acho que, partindo de V. Exª, Sr. Presidente, este ato vai fazer até mesmo que o Governo encaminhe com tempo hábil necessário para que nós aqui, Senadores componentes desta Comissão, possamos analisar este tipo de projeto.

Parabéns, Sr. Presidente, pela iniciativa.

O SR. PRESIDENTE (Lindbergh Farias. Bloco Governo/PT – RJ) – Muito obrigado, Senador Sergio Souza.

Não havendo mais quem deseja discutir, vamos colocar em votação o Ato nº 1, de 2013.

Em votação.

Os Senadores que concordam com o Ato nº 1, de 2013, conforme relatório do Senador Armando Monteiro, permaneçam como estão. (*Pausa.*)

A Comissão aprova o Ato nº 1 de 2013, da CAE.

Será comunicada à Presidência da Casa a aprovação do Ato.

Por solicitação do Senador Aloysio Nunes Ferreira, que é Líder do PSDB e vai ter obrigações partidárias agora, peço licença à Comissão para passarmos imediatamente ao item 19, que é relatado pelo Senador Aloysio Ferreira.

ITEM 19
MENSAGEM (SF) Nº 70, DE 2013
– Não Terminativo –

Propõe, nos termos do art. 52, incisos V, VII e VIII, da Constituição Federal, seja autorizada a contratação de operação de crédito externo, com garantia da República Federativa do Brasil, entre o Estado do Pará e o Banco Interamericano de Desenvolvimento – BID, no valor de até USD 200,810,000.00 (duzentos milhões e oitocentos e dez mil dólares norte-americanos), de principal, cujos recursos destinam-se ao financiamento parcial do "Programa da Melhoria da Qualidade e Expansão da Cobertura da Educação Básica do Estado do Pará".
Autoria: Presidente da República
Relatoria: Senador Aloysio Nunes Ferreira
Relatório: Favorável nos termos do Projeto de Resolução do Senado que apresenta.

Está estabelecido que vai ser concedida vista coletiva. Votaremos essa mensagem na próxima semana.

Com a palavra o Senador Aloysio Nunes Ferreira.

O SR. ALOYSIO NUNES FERREIRA (Bloco Minoria/PSDB – MG) – Sr. Presidente, em primeiro lugar, quero agradecer a V. Exª a gentileza dessa inversão da Ordem do Dia para que eu pudesse relatar este projeto de resolução.

O objetivo geral do programa levado a efeito pelo Estado do Pará é expandir a cobertura e melhorar a qualidade de educação básica do Estado. Para isso, o programa foi estruturado em quatro componentes: expansão da cobertura e melhoria da infraestrutura da educação básica e profissional; melhoria da progressão, conclusão e qualidade da educação básica; gestão e monitoramento da rede escolar e avaliação; e, finalmente, gestão do programa. A execução ficará ao cargo do Estado do Pará por intermédio da Secretária de Educação.

A operação de crédito pretendida será realizada na modalidade de empréstimo com taxas de juros calculadas à Libor.

Análise.

A operação de credito pretendida será contratada no valor total de até US$200.180.000,00.

A Secretaria do Tesouro Nacional emitiu o parecer Copem/STN nº 496, de 3 de maio de 2013, favorável ao pleito e à concessão da garantia da União.

No parecer, são fornecidas informações acerca da situação do Estado do Pará no que diz respeito ao cumprimento das condições e exigências de natureza financeira e processual, estipulada pelas resoluções do Senado Federal.

Relativamente aos aspectos de natureza financeira, nos termos das condições e exigências definidas nas resoluções supracitadas, aplicáveis ao financiamento do pretendido, cabem os seguintes esclarecimentos:

– o programa foi identificado como passível de obtenção de financiamento externo pela Cofiex;
– a contratação de operação de crédito foi deferida pelo parecer Copem/STN nº 405, de abril de 2013, que considerou serem atendidos os requisitos previstos nas resoluções do Senado, em especial contra os limites de endividamento do Estado do Pará;
– foram atendidas também as demais condições estabelecidas na Lei de Responsabilidade Fiscal;
– Relativamente à exigência constitucional de que programas ou projetos constem no Plano Plurianual e na Lei Orçamentária Anual, informa-se que os investimentos atendem a esses requisitos.
– ademais, a Lei Estadual 7.688, de dezembro de 2012, que estima a receita e fixa despesas do Estado do Pará para o exercício financeiro para este ano, contempla dotações para a execução do programa;
– a STN também verificou que há previsão legal de oferecimento de contragarantias por parte do Estado do Pará;
– é possível atender a esse pleito de garantia, pois são considerados suficientes e adequados as contragarantias a serem prestadas, e o Estado do Pará conta com recursos suficientes, devidamente demonstrados para o ressarcimento à União, caso venha a ser chamado a honrar o compromisso na condição de garantidora da operação;

De acordo com o relatório da (?) Fiscal da União para o terceiro quadrimestre de 2012, há margem para

a concessão da pleiteada garantia da União. O Estado do Pará encontra-se adimplente com relação às metas e compromissos assumidos no Programa de Reestruturação e Ajuste Fiscal. Ademais, o Estado do Pará encontra-se adimplente com a União, relativamente aos financiamentos e refinanciamentos concedidos.

A verificação da adimplência financeira, em face da administração pública federal e de suas entidades controladas e de recursos dela recebidos, poderá ser feita mediante consulta ao Cadastro Único de Convênio por ocasião da assinatura do contrato de contragarantia.

Segundo análise da capacidade de pagamento, consignata na nota da Corem, da STN, do dia 11 de dezembro de 2012, o Governo do Estado do Pará foi classificado na categoria "B", o que indica situação fiscal forte e risco de crédito baixo, graças à eficiente gestão do atual Governador Simão Jatene, a quem homenageio neste parecer.

O custo efetivo médio da operação, de acordo com o cálculo estimado, realizado pelo STN, deverá ser equivalente a 3.07 ao ano, flutuante, conforme variação da Labor, indicando que as condições financeiras se encontrem em patamares aceitáveis, tendo em vista o custo de capacitação do Tesouro no mercado internacional.

A análise técnica, realizada pelo Governo do Estado do Pará, mostra os benefícios do Programa com rentabilidade suficiente para justificar sua execução no ponto de vista social. A PGFN emitiu parecer. No exame das cláusulas da minuta contratual, concluiu que elas são admissíveis e estão de acordo com a legislação brasileira aplicável à espécie.

O Parecer da PGFN relata a existência de restrição em relação ao CNPJ do mutuário no Serviço Auxiliar de Informações de Transferências Voluntárias, não obstante a pendência condicionada ao procedimento previsto no art. 10 da Resolução 41, de 2009, que alterou a Resolução 48/2007, que, como enfatizado anteriormente, prevê a verificação da adimplência financeira por ocasião da assinatura do contrato.

Em conclusão, o pleito encaminhado pelo Estado do Pará encontra-se em acordo com o que preceituam as Resoluções nº 40 e 43, de 2001, e 48, de 2007, no Senado Federal, devendo ser concedida autorização para a contratação da operação de crédito externo pretendida nos termos da Resolução que é submetida agora à apreciação desta Comissão.

O SR. PRESIDENTE (Lindbergh Farias. Bloco Governo/PT – RJ) –Como foi aprovado agora esse Ato nº 1, da CAE, está concedida vista coletiva. Nós voltaremos a essa Mensagem na próxima terça-feira.

O SR. ANTONIO CARLOS VALADARES (Bloco Governo/PSB – SE) – Pela ordem, Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Lindbergh Farias. Bloco Governo/PT – RJ) – Senador Valadares.

O SR. ANTONIO CARLOS VALADARES (Bloco Governo/PSB – SE) – Sr. Presidente, tendo em vista que o relator do empréstimo relativo a Sergipe, Senador Humberto Costa, teve de se ausentar, eu gostaria que concedesse prioridade logo à votação dessa matéria, para que ela seja apreciada na próxima semana, no valor de R$150 milhões. É um empréstimo que se destina ao financiamento parcial do projeto de políticas de desenvolvimento no Estado de Sergipe, para a qual eu acho que V. Exª já está designando a Senadora...

O SR. PRESIDENTE (Lindbergh Farias. Bloco Governo/PT – RJ) – Vanessa Grazziotin.

O SR. ANTONIO CARLOS VALADARES (Bloco Governo/PSB – SE) – Vanessa Grazziotin, que certamente substituirá o Senador Humberto Costa com o brilhantismo de sempre.

Agradeço a V. Exª pela prioridade que deu a essa matéria.

O SR. PRESIDENTE (Lindbergh Farias. Bloco Governo/PT – RJ) – É claro, Senador Valadares. O Senador Humberto Costa teve de se ausentar, mas conversou com a Senadora Vanessa Grazziotin.

Só que antes de ir para o item 20, nós iremos para o item 18.

ITEM 18
MENSAGEM (SF) Nº 69, DE 2013
– Não Terminativo –

Propõe, nos termos do art. 52, incisos V, VII e VIII, da Constituição Federal, seja autorizada a contratação de operação de crédito externo, com garantia da República Federativa do Brasil, entre o Estado de São Paulo e o Banco Internacional de Reconstrução e Desenvolvimento – BIRD, no valor de até US$300,000,000.00 (trezentos milhões dólares dos Estados Unidos da América), de principal, cujos recursos destinam-se ao financiamento parcial do "Programa de Transporte, Logística e Meio Ambiente".
Autoria: Presidente da República
Relatoria: Senador Alvaro Dias

Com a palavra o Relator, Senador Alvaro Dias.

O SR. ALVARO DIAS (Bloco Minoria/PSDB – PR) – Sr. Presidente, Srs. Senadores, Srªs Senadoras, trata-se de pleito de São Paulo, para que seja autorizado operação de crédito externo com garantia da União junto ao Banco Internacional, para a reconstrução e desenvolvimento – BIRD.

Os recursos da operação destinam-se ao financiamento parcial do Programa de Transporte, Logística e Meio Ambiente. O Programa em questão foi considerado como passível de obtenção de financiamento externo pela Comissão de Financiamentos Externos do Ministério do Planejamento, Orçamento e Gestão.

A Secretaria do Tesouro Nacional prestou as devidas informações sobre as finanças externas da União, bem como analisou as informações referentes ao mutuário, manifestando-se favoravelmente ao oferecimento de garantia pela União, desde que previamente à assinatura dos instrumentos contratuais seja formalizado o respectivo contrato de contragarantia, comprovado o cumprimento das condições de efetividade e verificada a adimplência do mutuário perante o garantidor e suas entidades controladas, como atestado pelo Parecer nº 667, de 2013.

A Secretaria do Tesouro Nacional também informa que a operação pleiteada requer autorização expressa do Ministro de Estado da Fazenda, art. 11.

A exclusivo critério do Ministro da Fazenda e em caráter excepcional poderão ser consideradas elegíveis para a concessão de garantia da União operações de crédito que observem cumulativamente as seguintes condições:

> a – constem com contragarantias do tomador, consideradas suficientes e idôneas pela União;
> b – os recursos correspondentes sejam destinados a projeto considerado relevante para o Governo Federal;
> c – contem com recursos suficientes do tomador, devidamente demonstrados compatíveis com sua situação fiscal, para o atendimento das contrapartidas ao seu cargo.

Essa última exigência foi cumprida mediante a Exposição de Motivos nº 133, de julho de 2013, do Ministro de Estado da Fazenda, que também integra a Mensagem ora examinada.

O Banco Central do Brasil efetuou o credenciamento da operação, conforme Ofício nº 513, de 2013. Já a Procuradoria da Fazenda Nacional, por intermédio do Parecer nº 1.310, de julho de 2013, pronunciou-se pela legalidade das minutas contratuais e conclui não haver óbice legal à concessão da garantia por parte da União.

A Secretaria do Tesouro Nacional assim resume o objetivo do financiamento visado:

> 4. O propósito principal é reduzir o custo de transporte e aumentar a segurança de trânsito na malha rodoviária sob a responsabilidade do DER/SP – Departamento de Rodagem do Estado de São Paulo. Isto se dará mediante a realização de obras em parte significativa das rodovias que se encontram em más ou péssimas condições de uso.

O programa contará com investimentos totais de US$429 milhões, sendo US$300 milhões financiados pelo BIRD e o restante na forma de contrapartida estadual. A previsão é de que os desembolsos ocorrerão ao longo do quadriênio 2013-2016. A estimativa do custo efetivo médio da operação situa-se em 3,6% ao ano, flutuante conforme a variação da taxa de juros interbancária praticada em Londres (Libor).

Em resumo, o parecer da STN considerou atendidas as seguintes exigências:

> a) cumprimento dos requisitos contidos no art. 32 da Lei Complementar nº 101, de 2000 (Lei de Responsabilidade Fiscal – LRF), e nas Resoluções do Senado Federal nºs 40 e 43, de 2001, e alterações subsequentes;
> b) inclusão do projeto no Plano Plurianual do Estado para o período 2012-2015 (Lei Estadual nº 14.676, de 28 de dezembro de 2011) e na lei que estima a receita e fixa a despesa do Estado para o exercício de 2013 (Lei Estadual nº 14.925, de 28 de dezembro de 2012);
> c) obtenção de autorização do Poder Legislativo local e oferecimento de contragarantias à União (Lei Estadual nº 14.477, de 6 de julho de 2011);
> d) cumprimento das metas contidas no programa de reestruturação e ajuste fiscal do ente em questão e não violação dos acordos de refinanciamento firmados com a União;
> e) existência de margem suficiente para que o Estado reembolse a União, caso esta tenha de honrar o compromisso assumido na condição de garantidora;
> f) adimplência com as instituições integrantes do sistema financeiro nacional e, em decorrência de decisão judicial, com a União;
> g) não atribuição ao Tesouro Nacional de riscos superiores àqueles normalmente assumidos em operações dessa natureza;
> h) pleno exercício da competência tributária do Estado;
> i) observância dos gastos mínimos com saúde e educação e dos limites máximos para as despesas com pessoal;
> j) não realização de despesas com parcerias público-privadas, dispensando o cotejamento com os limites estabelecidos pela legislação pertinente.

Impõe-se ainda notar que a STN, por meio da Nota nº 446/2013/Corem/STN, de 17 de junho de 2013, classificou como "C" a capacidade de pagamento do Estado de São Paulo, o que significa que os indicadores do ente não atendem os critérios de elegibilidade para o recebimento de garantia da União, exceto na situação disciplinada no art. 11 da Portaria MF nº 306, de 2012, como tratado anteriormente. Além do mais, permanecem pendentes de averiguação (i) a adimplência do ente para com a União e suas entidades controladas e (ii) a formalização do contrato de contragarantia. Cabe ainda frisar que a verificação efetuada de limites e condições vale pelo prazo de noventa dias.

Conclusão, o voto.

Em conclusão, o pleito encaminhado pelo Estado de São Paulo encontra-se de acordo com o que preceituam as Resoluções do Senado Federal nºs 40 e 43, ambas de 2001, e 48, de 2007, devendo ser concedida a autorização para a contratação da operação de crédito externo pretendida, nos termos do seguinte:

PROJETO DE RESOLUÇÃO DO SENADO Nº , DE 2013

Autoriza o Estado de São Paulo a contratar operação de crédito externo, com garantia da República Federativa do Brasil, no valor de até US$300.000.000,00 (trezentos milhões de dólares dos Estados Unidos da América).

O Senado Federal resolve:

Art. 1º É o Estado de São Paulo autorizado a contratar operação de crédito externo, com garantia da União, com o Banco Internacional para Reconstrução e Desenvolvimento, no valor de até US$300.000.000,00 (trezentos milhões de dólares dos Estados Unidos da América).

Parágrafo único. Os recursos da operação destinam-se ao financiamento parcial do Programa de Transporte, Logística e Meio Ambiente.

Art. 2º A operação de crédito referida no art. 1º deverá ser realizada nas seguintes condições:

I – devedor: Estado de São Paulo;

II – credor: Banco Internacional para Reconstrução e Desenvolvimento (BIRD);

III – garantidor: República Federativa do Brasil;

IV – valor: até US$300.000.000,00 (trezentos milhões de dólares dos Estados Unidos da América);

V – modalidade: margem variável;

VI – amortização: 50 parcelas semestrais e consecutivas pagas nos dias 15 dos meses de junho e dezembro;

VII – juros: exigidos semestralmente nas mesmas datas do pagamento da amortização e calculados sobre o saldo devedor periódico do empréstimo, a uma taxa composta pela taxa Libor semestral para dólar dos Estados Unidos da América, acrescida de uma margem (*spread*) a ser determinada pelo BIRD a cada exercício fiscal;

VIII – comissão à vista (*front-end fee*): 0,25% (vinte e cinco centésimos por cento) sobre o valor do empréstimo, a ser pago, com recursos próprios do mutuário, até 60 dias após a data de efetividade do contrato;

IX – juros de mora: 0,5% (cinco décimos por cento) ao ano, acrescidos aos juros devidos e ainda não pagos; vencidos trinta dias após a data prevista para pagamento dos juros constituirá o mutuário em mora;

X – opções de cobertura de risco: mediante solicitação formal ao credor, o mutuário poderá recorrer aos seguintes instrumentos financeiros:

a) conversão da taxa de juros aplicável ao montante parcial ou total do empréstimo de flutuante para fixa ou vice-versa;

b) estabelecimento de tetos e bandas para a flutuação da taxa de juros;

c) alteração da moeda de referência da operação de crédito para o montante já desembolsado ou a desembolsar;

XI – comissão de transação (*transaction fee*): a ser cobrada no caso de uso de qualquer opção de cobertura de risco.

Parágrafo único. As datas de pagamento do principal, dos encargos financeiros e dos desembolsos previstos poderão ser alteradas em função da data de assinatura do contrato de empréstimo.

Art. 3º Fica a União autorizada a conceder garantia ao Estado de São Paulo na operação de crédito externo referida nesta Resolução.

Parágrafo único. A autorização prevista no *caput* fica condicionada a:

I – que o Estado de São Paulo celebre contrato com a União para a concessão de contragarantias, sob a forma de vinculação das cotas ou parcelas da participação do Estado na arrecadação da União, na forma do disposto no art. 159, incisos I, alínea a, e II da Constituição Federal, ou resultantes dessas cotas ou parcelas transferíveis, bem como das receitas

próprias a que se referem os arts. 155 e 157, igualmente da Constituição Federal;

II – que seja comprovado o cumprimento das condições de efetividade do contrato;

III – que seja comprovada a situação de adimplência de todas as obrigações do Estado de São Paulo junto à União e suas controladas.

Art. 4º O prazo máximo para o exercício da presente autorização é de 540 dias, contados a partir de sua publicação.

Art. 5º Esta Resolução entra em vigor na data de sua publicação.

Portanto, Sr. Presidente, este é o parecer. Favorável, portanto.

Muito obrigado.

O SR. PRESIDENTE (Lindbergh Farias. Bloco Governo/PT – RJ) – Está concedida vista coletiva. Voltamos a esse tema na próxima reunião.

Antes, concedo a palavra ao Senador Eduardo Suplicy.

O SR. EDUARDO SUPLICY (Bloco Governo/PT – SP) – Eu gostaria de cumprimentar o Senador Álvaro Dias pela análise que fez. Avalio que estaríamos prontos para votar a matéria, mas, tendo sido considerado pedido de vista, fica para a próxima reunião. É isso, Sr. Presidente?

O SR. PRESIDENTE (Lindbergh Farias. Bloco Governo/PT – RJ) – Isso. É porque foi aprovado, Senador Eduardo Suplicy, aquele ato da CAE. Agora, todos os empréstimos serão apreciados numa semana, será concedida vista coletiva e serão votados na outra.

O SR. EDUARDO SUPLICY (Bloco Governo/PT – SP) – Está muito bem.

Obrigado.

O SR. PRESIDENTE (Lindbergh Farias. Bloco Governo/PT – RJ) – Muito obrigado, Senador Eduardo Suplicy.

Concedida vista coletivas.

E, agora, o Item 18, que vai ser relatado pela Senadora Vanessa Grazziotin. (*Pausa.*)

Peço desculpas. Na verdade, é o Item 20, mas eu estava lendo o Item 18, que já foi apreciado pelo Senador Alvaro Dias.

ITEM 20
MENSAGEM (SF) Nº 71, DE 2013
– Não Terminativo –

Propõe, nos termos do art. 52, incisos V, VII e VIII, da Constituição Federal, seja autorizada a contratação de operação de crédito externo, com garantia da República Federativa do Brasil, entre o Estado de Sergipe e o Banco Internacional de Reconstrução e Desenvolvimento – BIRD, no valor de até US$ 150,000,000.00 (cento e cinquenta milhões de dólares dos Estados Unidos da América), de principal, cujos recursos destinam-se ao financiamento parcial do "Projeto de Políticas de Desenvolvimento no Estado de Sergipe (DPL)".

Autoria: Presidente da República

Relatoria: Senador Humberto Costa (Substituído por Ad Hoc)

Relatoria *Ad Hoc*: Senadora Vanessa Grazziotin

Relatório: Favorável nos termos do Projeto de Resolução do Senado que apresenta.

Com a palavra a Relatora, Senadora Vanessa.

A SRª VANESSA GRAZZIOTIN (Bloco Governo/PCdoB – AM) – Muito obrigada, Sr. Presidente.

Vou passar a ler o relatório que foi, de forma competente, elaborado pelo Estado de Pernambuco, Sr. Presidente.

A matéria trata da Mensagem nº 71, como V. Exª falou, de 2013 (nº 319, de 1º de agosto de 2013, na origem).

A Presidente da República encaminha ao Senado Federal pedido de autorização do Estado de Sergipe para contratar operação de crédito externo, com garantia da União, com o Banco Internacional para Reconstrução e Desenvolvimento (BIRD).

Os recursos do empréstimo destinam-se ao financiamento parcial do "Projeto de Políticas de Desenvolvimento no Estado de Sergipe", que, como enfatizado pela Secretaria do Tesouro Nacional (STN), serão concedidos em apoio a políticas públicas consideradas relevantes para o desenvolvimento econômico sustentável do Estado. Eles serão aplicados nas áreas de saúde, educação, habitação, planejamento, gestão e inclusão social, em conformidade e em reforço às alocações estabelecidas na Lei Orçamentária Anual. Não são, portanto, direcionados a um projeto de investimento específico.

O empréstimo foi credenciado pelo Banco Central do Brasil e as suas condições financeiras inseridas no sistema de Registro de Operações Financeiras (ROF) sob o número TA650451. Ele será contratado na modalidade Margem Variável, com taxa de juros baseada na Libor, acrescida de *spread* a ser determinado pelo BIRD a cada exercício fiscal.

De acordo com cálculos da Secretaria do Tesouro Nacional (STN), o custo efetivo médio do empréstimo será de 3,36 % ao ano, flutuante conforme a variação da Libor.

Vale destacar que não estão previstas, nem são exigidas, dada a modalidade do financiamento, contrapartidas de recursos do Estado, sendo que a liberação dos seus recursos deverá ocorrer, em parcela única, neste ano de 2013.

Análise.

A análise da presente operação de crédito externo fundamenta-se no art. 52, incisos V, VII e VIII, da Constituição Federal, e visa verificar o cumprimento das determinações das Resoluções nºs 40 e 43, de 2001, e 48, de 2007, todas do Senado Federal, e da Lei de Responsabilidade Fiscal.

De acordo com o Parecer nº 786, de 10 de julho de 2013, da Coordenação-Geral de Operações de Crédito de Estados e Municípios (Copem) da STN, o Estado de Sergipe cumpre os limites e demais condições definidas pelas referidas resoluções. Portanto, atende os requisitos mínimos previstos no art. 32 da Lei de Responsabilidade Fiscal.

Mediante declaração do Chefe do Poder Executivo do Estado de Sergipe, enviado à STN, é afirmado que as ações para o referido programa estão previstas na Lei Estadual nº 7.331, de 2011, que dispõe sobre o Plano Plurianual para o quadriênio 2012-2015.

É atestado também que o orçamento previsto para o exercício financeiro de 2013, de que trata a Lei Estadual nº 7.589, de 28 de dezembro de 2012, contempla dotações relativas ao ingresso de recursos e aos encargos da operação de crédito.

Ademais, a STN informa que o Estado cumpre com as metas e os compromissos assumidos no Programa de Ajuste e Reestruturação Fiscal, em conformidade com o disposto na Resolução nº 43, de 2001, do Senado Federal.

Com vistas à concessão da garantia da União, submetida ao que determina o art. 40 da LRF e aos limites e condições previstos nos arts. 9º e 10 da Resolução do Senado Federal nº 48, de 2007, examina-se, em seguida, a situação de adimplência do Estado em relação à União e as contragarantias oferecidas.

Nesse contexto, de imediato, cabe destacar que a Lei Estadual nº 7.249, de 31 de outubro de 2011, autoriza o Poder Executivo a contratar operação de crédito externo com o BIRD e a vincular, como contragarantias à garantia da União, as parcelas necessárias e suficientes das receitas a que se referem os arts. 155, 157 e 159, na forma do § 4º do art. 167, todos da Constituição Federal, e outras garantias em direito admitidas.

Nos termos do estudo sobre o comprometimento das transferências federais e receitas próprias do Estado de Sergipe, a STN conclui que as contragarantias oferecidas pelo Estado são consideradas suficientes, caso a União venha a honrar compromisso na condição de garantidora da operação.

Vale enfatizar ainda que a Resolução nº 41, de 2009, que alterou a Resolução nº 48, de 2007, possibilita a comprovação tanto da adimplência tributária e financeira do ente garantido, como da prestação de contas de recursos recebidos da União por ocasião da assinatura do contrato.

Por sua vez, em decorrência de decisão judicial, conforme informado pela STN, o Estado de Sergipe encontra-se adimplente em relação 4aos financiamentos e refinanciamentos concedidos pela União ou garantias por ela honradas.

Ademais, o Estado está adimplente com as instituições integrantes do Sistema Financeiro Nacional.

Conforme o Relatório de Gestão Fiscal da União para o primeiro quadrimestre de 2013, existe margem em seus limites para a concessão de garantia, nos termos do art. 9º da Resolução nº 48, de 2007, do Senado Federal.

A STN procede ainda a uma avaliação própria acerca da capacidade de pagamento do empréstimo pelo Estado. Ela é aferida nos termos da Portaria MF nº 306, de 2012, e serve de parâmetro para efeito da concessão de garantia da União. Assim, de acordo com análise consignada na Nota nº 490, de 27 de junho de 2013, da Coordenação-Geral das Relações e Análise Financeira dos Estados e Municípios (Corem), o Estado de Sergipe foi classificado na categoria *"C+"*, que indica situação fiscal fraca e risco de crédito relevante – portanto, insuficiente para o recebimento da garantia da União.

Todavia, nos termos da já citada Portaria MF nº 306, de 2012, o Ministro da Fazenda pode conceder excepcionalidade à solicitação, desde que sejam atendidos três pressupostos. E assim foi procedido, entendendo o Ministro da Fazenda, ao acatar sugestão da STN, que: a) o Estado ofereceu contragarantias suficientes e idôneas; b) o projeto possibilitará ao Estado utilizar os recursos do empréstimo na implementação de políticas públicas em áreas prioritárias para o desenvolvimento do Estado e c) a operação não exige compromisso de contrapartida por parte do Estado de Sergipe.

Assim, a presente operação de crédito foi considerada elegível, em caráter de excepcional, para fins de concessão de garantia da União, nos termos do art. 11 da mencionada Portaria.

A propósito, é de se notar que, em manifestações sobre situações análogas em outros Estados e Municípios, a Procuradoria-Geral da Fazenda Nacional tem enfatizado que a decisão quanto à concessão de excepcionalidade enquadra-se inteiramente no âmbito

estrito de analise de conveniência, não cabendo pronunciamento quanto ao seu mérito.

Conclui-se, assim, que estão satisfeitos os limites e condições estabelecidos pelas referidas resoluções do Senado Federal que tratam da matéria, assim como as exigências e condições para a prestação de garantia pela União, contidas no art. 40 da Lei de Responsabilidade Fiscal.

Ante o exposto, voto pela aprovação do pedido de autorização do Estado de Sergipe para contratar a operação de crédito externo, nos termos do seguinte Projeto de Resolução, Sr. Presidente, que aqui é apresentado.

Vou ler rapidamente.

O art. 1º é entre o Estado de Sergipe e o BIRD;

Art. 2º A operação de crédito referida no art. 1º deverá ser realizada nas seguintes condições:

I – devedor: Estado de Sergipe;

II – credor: Banco Internacional para Reconstrução e Desenvolvimento (BIRD);

III – garantidor: República Federativa do Brasil;

IV – valor: até US$ 150.000.000,00 (cento e cinquenta milhões de dólares dos Estados Unidos da América), a ser contratado na modalidade de Margem Variável (*Variable Spread Loan*);

V – amortização: em 47 parcelas semestrais e sucessivas, pagas no dia 15 dos meses de janeiro e julho de cada ano, vencendo-se a primeira em 15 de julho de 2018 e a última em 15 de julho de 2041;

Os juros, como já lido aqui, são compostos pela Libor. Portanto, não é fixo.

VII – comissão à vista: até 0,25% (vinte e cinco centésimos de um por cento) sobre o valor do empréstimo, a ser pago na data em que o contrato entrar em efetividade;

VIII – juros de mora: 0,50% (cinquenta centésimos de um por cento).

Art. 2º Fica a União autorizada a conceder garantia ao Estado de Sergipe na contratação da operação de crédito.

Art. 3º O prazo máximo para o exercício da presente autorização é de quinhentos e quarenta dias, contados a partir da vigência desta Resolução.

Art. 4º Esta Resolução entra em vigor na data de sua publicação.

É o relatório e o Projeto de Resolução, Sr. Presidente.

O SR. ANTONIO CARLOS VALADARES (Bloco Governo/PSB – SE) – Sr. Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Lindbergh Farias. Bloco Governo/PT – RJ) – Senador Valadares.

O SR. ANTONIO CARLOS VALADARES (Bloco Governo/PSB – SE) – Quero parabenizar a nobre Relatora Vanessa Grazziotin, que substituiu o Senador Humberto Costa nessa matéria, e enfatizar que, nesse empréstimo, a sua primeira prestação será no dia 15 de junho de 2018, o que quer dizer que haverá um prazo de carência suficiente para que o Governo se utilize desse financiamento sem nenhuma perda quanto ao pagamento das prestações obrigatórias.

Agradeço a V. Exª.

Meus parabéns.

O SR. PRESIDENTE (Lindbergh Farias. Bloco Governo/PT – RJ) – Sr. Presidente, queria aproveitar a oportunidade para desejar o melhor restabelecimento para o nosso querido Governador Marcelo Déda. O Senador Antonio Carlos Valadares me informa que ele acaba de ter alta do hospital e está voltando para Sergipe. Esperamos e estamos aqui torcendo pela sua plena recuperação para o bem do povo de Sergipe.

O SR. ANTONIO CARLOS VALADARES (Bloco Governo/PSB – SE) – Agradeço a V. Exª.

O SR. PRESIDENTE (Lindbergh Farias. Bloco Governo/PT – RJ) – A Presidência se associa ao desejo de plena recuperação do grande Governador Marcelo Déda. Fui Deputado junto com o Governador Marcelo Déda, um dos maiores homens públicos desse País. Todos aqui estamos na torcida pela plena recuperação do Governador do Estado de Sergipe.

O SR. ANTONIO CARLOS VALADARES (Bloco Governo/PSB – SE) – Esse empréstimo foi, todo ele, articulado por iniciativa do Governador Marcelo Déda, que tem vários de programas de apoio às comunidades do interior do Estado. Esse é um dos programas prioritários do Governo Marcelo Déda.

Que Deus ajude que ele possa se restabelecer o mais breve possível para conduzir o Estado com a mesma competência, com lealdade à população e, acima de tudo, dentro da ética, da decência e da honestidade, governando o Estado e arrancando aplausos da população! É o que desejamos!

O SR. PRESIDENTE (Lindbergh Farias. Bloco Governo/PT – RJ) – Se tem um homem público que me inspira, é o Governador Marcelo Déda. Fui Deputado muito jovem, aos 24 anos, com ele. A gente conhece toda a sua trajetória. Desejo, novamente reforçando, plena recuperação! Que Deus o proteja nesse momento!

Senadora Vanessa.

A SRª VANESSA GRAZZIOTIN (Bloco Governo/PCdoB – AM) – Acho, Sr. Presidente, que a melhor homenagem que poderíamos fazer, não só a Sergipe, mas ao seu Governador Marcelo Déda, que há algum

tempo está internado em São Paulo para tratamento, é aprovar essa matéria.

V. Exª tem admiração por ele, e eu, da mesma forma, tenho também uma profunda admiração. Não tive oportunidade de ter sido Parlamentar com ele, mas todos que foram fazem observações em relação ao Governador Marcelo Déda as melhores possíveis, não só da sua competência política, mas da sua amizade, da sua generosidade, do seu companheirismo com todos aqueles e aquelas com quem conviveu.

Tenho certeza que o Vice-Governador, um grande amigo nosso, Jackson Barreto, está sendo também muito competente com relação aos destinos do Estado de Sergipe.

Nobre Senador Valadares, V. Exª tem sido um dos melhores Parlamentares que essa Casa já viu, aliás, há muitos anos está aqui e quero cumprimentá-lo e pedir que transmita tanto ao Vice-Governador Jackson como ao Governador Marcelo Déda, o meu abraço. Estive em São Paulo fazendo uma visita a ele, mas, infelizmente, ele estava em procedimento naquele dia, fazendo sessões de quimioterapia. Não pude falar, mas deixei um bilhete. Então, peço que transmita a ele o meu abraço. Tenho certeza de que, brevemente, ele estará junto a todos nós!

O SR. PRESIDENTE (Lindbergh Farias. Bloco Governo/PT – RJ) – Senhores, teremos quatro pontos ainda na pauta. Não tivemos quorum para votação de itens terminativos. Vamos votar, agora, o item 1, que vai ser relatado pelo Senador Armando Monteiro, Relator *ad hoc*, o item 5, de que a Senadora Ana Amélia será Relatora *ad hoc*, e dois requerimentos. São os quatro últimos pontos.

Então passo imediatamente agora a palavra ao Senador Armando Monteiro para relatar o item 1.

ITEM 1

PROJE**TO DE LEI DO SENADO Nº 3, DE 2013**

Complementar

– Não Terminativo –

Acrescenta § 3º ao art. 6º da Lei Complementar nº 87, de 13 de setembro de 1996, para vedar a exigência de recolhimento antecipado de imposto relativamente ao estoque de mercadorias recebidas antes do início do regime de retenção antecipada por substituição tributária.

Autoria: Senadora Ana Amélia

Relatoria: Senador José Pimentel

Relator ad hoc: Senador Armando Monteiro

Relatório: Favorável ao Projeto.

Com a palavra o Relator.

O SR. ARMANDO MONTEIRO (Bloco União e Força/PTB – PE) – Sr. Presidente, Srªs e Srs. Senadores, o projeto em tela, de autoria da nobre Senadora Ana Amélia, se reveste de indiscutível mérito, além de atender todos os requisitos formais de juridicidade e constitucionalidade.

Quanto ao mérito, não há dúvida de que a proposição em análise apresenta todas as condições para prosperar.

De fato, como explica a autora do projeto em sua justificação, a substituição tributária "para a frente" de estoques de mercadorias ou bens, ao tributar mercadorias antes de sua efetiva circulação, não só prejudica a atividade empresarial e atinge o consumo, como constitui severo golpe na regra-matriz de incidência do ICMS.

O termo "circulação" não pode ser entendido, para efeitos tributários, como mera movimentação física de mercadorias e serviços, desprovida de sentido econômico. Deve, sim, ser interpretado como circulação jurídica, que indica transmissão da titularidade por ato necessariamente oneroso, ainda que não se dê a transferência da propriedade.

Ora, a simples manutenção de produtos em estoque, além de sequer caracterizar movimentação física, não pode, em hipótese alguma, ensejar a cobrança de ICMS, sob pena de se ignorar o significado da letra "c" da sigla que dá nome ao imposto. Configura-se, aqui, uma clara tributação ao patrimônio da empresa, e não à sua atividade mercantil. O patrimônio, por seu turno, está sujeito, sim, ao gravame de outras exações, com hipóteses de incidência e critérios definidores próprios, devidamente estruturados em lei, mas que nada têm em comum com a regra-matriz do ICMS.

A Constituição Federal, em seu art. 155, § 2º, XII, diz que cabe à lei complementar federal dispor sobre diversos aspectos gerais do ICMS, inclusive a substituição tributária. A Lei Complementar nº 87, de 13 de setembro de 1996 (Lei Kandir), cumpriu o desiderato de forma bastante satisfatória, o que, num cenário ideal de respeito à legislação, já seria suficiente para coibir qualquer pretensão dos Estados e do Distrito Federal em extrapolar os limites de incidência do imposto. Entretanto, como tais entes federados têm insistido em onerar a "não circulação" com o referido tributo, em sede de substituição tributária, faz todo o sentido o esforço materializado na proposição em comento, motivo pelo qual recomendamos expressamente sua aprovação.

Voto.

Pelas razões apresentadas, votamos pela aprovação do Projeto de Lei do Senado nº 3, de 2013 – Complementar.

E eu quero, ao final, cumprimentar a autora, a nobre Senadora Ana Amélia, que mais uma vez, toma uma iniciativa legislativa do maior alcance e da maior pertinência.

Era esse o relatório, Sr. Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Lindbergh Farias. Bloco Governo/PT – RJ) – A matéria está em discussão.

A SRª ANA AMÉLIA (Bloco Maioria/PP – RS) – Eu queria apenas, Presidente, não para discutir, porque sou autora...

O SR. PRESIDENTE (Lindbergh Farias. Bloco Governo/PT – RJ) – Senadora Ana Amélia.

A SRª ANA AMÉLIA (Bloco Maioria/PP – RS) – ...então, defendendo, seria, digamos, repetir aquilo que o Senador Armando Monteiro, com tanto brilho, como relator ad hoc... E eu queria agradecer também o relator original, Senador José Pimentel, por ter acolhido e recomendado a aprovação desta matéria. Então, ao Senador Pimentel e, especialmente, ao Senador Armando Monteiro, agradecer e agradecer por tê-lo incluído na pauta, fazendo a indicação de um relator *ad hoc* para esta matéria que tem grande repercussão na vida econômica das empresas em nosso País.

Muito obrigada.

O SR. PRESIDENTE (Lindbergh Farias. Bloco Governo/PT – RJ) – A matéria está em discussão. (*Pausa*.)

Não havendo mais quem queira discutir, vamos colocar em votação o relatório.

Em votação o relatório do Senador Armando Monteiro.

Os Senadores que concordam com o relatório permaneçam como estão. (*Pausa*.)

Aprovado o relatório que passa a constituir parecer da CAE favorável ao projeto.

Parabenizo muito a Senadora Ana Amélia, esta competente Senadora que sempre apresenta projetos muito relevantes nesta Comissão de Relações de Assuntos Econômicos.

Vamos ao Item 5.

Antes de ir para o Item 5, quero dizer aqui ao Senador Luiz Henrique que, atendendo a uma sugestão de V. Exª, hoje, aqui, até no começo, o Senador Roberto Requião reclamou da ausência do processado na mesa, mas nós estamos em contato com todos os gabinetes – não do processado, da pauta cheia –, e nós hoje, nesta reunião, só tivemos cinco exemplares desta pauta cheia. A gente vai reduzir para um exemplar aqui. Estamos trabalhando, agora, com os gabinetes. Cada gabinete pode imprimir o que for importante para o Senador. Nós estamos discutindo com a Presidência deste Senado o aprimoramento da rede W*i-Fi*; há uma equipe aqui discutindo também, conversando com cada gabinete sobre esses procedimentos de inserção da pauta em qualquer dispositivo móvel; treinamento disponibilizado pelo Prodasen; processo legislativo cada vez mais ampliado, eletrônico.

Então, Senador Luiz Henrique, eu quero aqui anunciar que no começo da próxima reunião, eu vou apresentar isso à Comissão, mas a gente vai trabalhar, na próxima reunião, com só uma pauta cheia aqui. Se o Senador precisar, vai estar aqui na mesa, nós vamos colocar.

Eu chamo a atenção dos gabinetes dos Senadores, que é preciso trabalhar essa adaptação. Seria importante que todos tivessem a pauta no seu Ipad, no seu dispositivo móvel. Agora, os Senadores que ainda não estiverem trabalhando com o Ipad, no caso, seria importante que o gabinete imprimisse a pauta necessária para o Senador. Se for necessário imprimir tudo, que imprima tudo. Agora, a partir da solicitação do Senador Luiz Henrique, em cima de toda uma discussão sobre a questão ambiental, a sustentabilidade, nós vamos tomar esse procedimento, e a partir da próxima semana, nós só vamos ter aqui um item dessa pauta cheia, um exemplar dessa pauta cheia.

Com a palavra, o Senador Luiz Henrique.

O SR. LUIZ HENRIQUE (Bloco Maioria/PMDB – SC) – Eu agradeço a V. Exª, Sr. Presidente, e saudando as Srªs e os Srs. Senadores, eu só quero salientar que essa é uma exigência dos tempos modernos. Quer dizer, o Poder Público não pode estar dissociado dos avanços tecnológicos. E os avanços tecnológicos permitem que todo o Processo Legislativo se faça com eficácia, com economia, com rapidez. E esse processo que V. Exª está desencadeando atingirá esses objetivos. Eu agradeço a V. Exª por esse discernimento e por essa visão de futuro. Um Senado melhor, que atenda mais eficientemente as aspirações do nosso povo, que reduza esse hiato terrível que existe hoje, entre a população e os poderes constituídos, que é inclusive uma ameaça à própria democracia. Essa é uma resposta pequena, mas é uma resposta positiva, no sentido de acreditar o Poder Legislativo, no caso o Senado, perante a população brasileira.

Muito obrigado.

O SR. PRESIDENTE (Lindbergh Farias. Bloco Governo/PT – RJ) – Muito obrigado, Senador Luiz Henrique.

E comunicaremos – seria importante a presença de V. Exª na próxima reunião aqui –, comunicaremos isso a toda a Comissão no início da próxima reunião da Comissão de Assuntos Econômicos, na próxima terça-feira.

ITEM 5
AVISO Nº 93, DE 2011
– Não Terminativo –

Comunica o cancelamento de operação de crédito irregular – Prefeitura Municipal de Novo Cabrais, Rio Grande do Sul.
Autoria: Ministro de Estado da Fazenda
Relatoria *ad-hoc*: Senadora Ana Amélia

Com a palavra, a Relatora.

A SRª ANA AMÉLIA (Bloco Maioria/PP – RS) – Caro Presidente Lindbergh Farias, caros Senadores e Senadoras.

Em 22 de novembro de 2011, o Ministro de Estado da Fazenda comunicou a esta Casa que o Município de Novo Cabrais havia assumido obrigações financeiras, sem autorização orçamentária, com fornecedores de bens e serviços para pagamento *a posteriori*. Como foi enfatizado pelo Sr. Ministro da Fazenda, procedimentos dessa natureza contrariam determinação contida no inciso IV do art. 37 da Lei Complementar nº 101, de 2000, a Lei de Responsabilidade Fiscal, que os veda e os equipara a operação de crédito.

Nesse sentido, havia o Município incorrido na realização de operação financeira irregular. Nesse Aviso nº 93, de 2011, é informado ainda, pelo Ministro da Fazenda, que a Prefeitura de Novo Cabrais, atendendo recomendação desse Ministério, contida no Ofício nº 6.039/Copem/SUBSEC4/STN (Secretaria do Tesouro Nacional)/MF-DF, de 8 de dezembro de 2010, procedeu ao cancelamento dessas operações realizadas em desacordo com o referido dispositivo legal, no exercício findo de 2008.

Direto à análise, vou já resumindo as questões legais relativamente aos procedimentos, porque são dispensáveis.

No entendimento da Secretaria do Tesouro Nacional, reforçada pelo Parecer nº 2584, de 2 de dezembro de 2010, da Procuradoria-Geral da Fazenda Nacional, essa operação financeira do Município de Novo Cabrais se caracterizava juridicamente como operação de crédito, vedada pelo referido inciso IV do art. 37 da Lei de Responsabilidade Fiscal, portanto, irregular. De acordo com o parecer da Procuradoria Geral da Fazenda Nacional, diante da expressa vedação do art. 37 dessa lei, a operação deveria ser considerada nula, procedendo-se ao seu cancelamento, conforme §1º do art. 33 da Lei de Responsabilidade Fiscal.

Ainda conforme o referido parecer da Procuradoria da Fazenda ao Município de Novo Cabrais seriam aplicadas as sanções previstas no art. 33, §3º, da Lei de Responsabilidade Fiscal. Ou seja, a operação seria considerada nula e, enquanto não fosse cancelada mediante devolução do principal e observada a vedação quanto aos pagamentos de juros e demais encargos financeiros, o Município de Novo Cabrais não receberia recursos de transferências voluntárias, garantias, direta ou indireta, de outro ente e ficaria impedido de contratar novas operações de crédito.

Entretanto, no próprio Aviso nº 93, de 2011, objeto de exame desta Comissão, o Ministro de Estado da Fazenda comunica o recebimento do Ofício do Gabinete nº 296, de 11 de agosto de 2011, da Prefeitura Municipal de Novo Cabrais (RS), no qual é declarado o cancelamento das operações realizadas pelo Município em desacordo com a LRF.

Conforme explicitado nesse ofício, do montante inscrito na conta contábil nº 2.1.2.1.1.11, de obrigações a pagar, no valor de R$460.530,01 em 31/12/2008, foi instaurado processo de sindicância Investigatória nº 015/2009, objetivando o levantamento dos valores de obrigações do exercício de 2008. Os valores inscritos, conforme acima demonstrado, foram regularizados pelo Município, de acordo com o apurado através do processo de sindicância, conforme se comprova a baixa dos valores inscritos, em anexo.

Note-se, assim, que foi cumprida, pelo Município de Novo Cabrais, a determinação exigida no §1º do art. 33 da Lei de Responsabilidade Fiscal:

> Art. 33 .....
> (...).
> §1º A operação realizada com infração ao disposto nesta Lei Complementar será considerada nula, procedendo-se ao seu cancelamento, mediante devolução do principal, vedados o pagamento de juros e demais encargos financeiros.
> (...)

Tendo sido cumprida a referida exigência da Lei, e, em decorrência, tendo o Ministério da Fazenda comunicado o fato ao Senado Federal, entendemos que a matéria, no que diz respeito à competência do Senado Federal, deve ser conhecida e arquivada.

Também não se aplicam ao Município as sanções previstas no inciso do §3º do art. 23 (§3º, art. 33, Lei), que impedem o município de: receber transferências voluntárias; obter garantia, direta ou indireta, de outro ente, e contratar operações de crédito.

Voto.

Em face do exposto, e em conformidade com os arts. 90, inciso X, e 133, incisos III e V, letra 'd', do Regimento Interno do Senado Federal, concluímos o nosso Parecer pelo conhecimento e arquivamento do Aviso nº 93, de 2011.

Este é o voto, Sr. Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Lindbergh Farias. Bloco Governo/PT – RJ) – Muito obrigado, Senadora Ana Amélia.

A matéria está em discussão. (*Pausa.*)

Não havendo mais quem queira discutir, vamos colocar em votação o relatório da Senadora Ana Amélia.

Os Senadores que concordam com o relatório permaneçam como estão. (*Pausa.*)

Aprovado o relatório, que passa a constituir o parecer da CAE, pelo conhecimento e posterior arquivamento da matéria.

Senadora Ana Amélia, eu queria informar a V. Exª que, tendo entrado em contado com o Presidente do BNDES, Luciano Coutinho, e, justiça seja feita, ele é sempre muito solícito com esta comissão de Assuntos Econômicos...

A SRª ANA AMÉLIA (Bloco Maioria/PP – RS) – Não tenho dúvidas.

O SR. PRESIDENTE (Lindbergh Farias. Bloco Governo/PT – RJ) –...acaba de confirmar a vinda agora, no mês de agosto. Eu queria reservar a última semana do mês do agosto, dia 27, para a presença do Presidente do BNDES. Foi um requerimento de V. Exª. Ele retornou imediatamente, quando contatado pela Comissão de Assuntos Econômicos e eu queria registrar esse fato.

Então, nós faremos ainda neste mês de agosto essa audiência pública, como foi proposto por V. Exª.

A SRª ANA AMÉLIA (Bloco Maioria/PP – RS) – Eu queria agradecer a V. Exª, Senador Lindbergh Farias. Eu não tenho dúvida também do seu prestígio no comando desta comissão e quero dizer também que não tinha dúvidas da aquiescência rápida do Presidente do BNDES, Luciano Coutinho.

Acompanhei aqui muitas audiências públicas e penso que, quanto mais cedo falarmos sobre esse tema que, digamos, está em discussão, pautado na mídia, pautado politicamente, pautado no campo econômico e no campo financeiro, pois ele é muito importante.

E fico muito satisfeita do ponto de vista parlamentar também de ele ter confirmado a presença, no dia 27 do mês de agosto, quando será então um prazo bastante razoável.

Agradeço o seu empenho nesse agendamento.

O SR. PRESIDENTE (Lindbergh Farias. Bloco Governo/PT – RJ) – Muito obrigado, Senadora Ana Amélia.

Vamos para os dois últimos requerimentos.

ITEM 16
REQUERIMENTO DA COMISSÃO DE ASSUNTOS ECONÔMICOS Nº 44, DE 2013

Requer, nos termos do art. 93, inciso I, do Regimento Interno do Senado Federal, a realização de audiência púbica com o propósito de instruir o Projeto de Decreto Legislativo nº 275 de 2012, que "susta disposições acerca da apuração do resultado e da utilização de superávit dos planos de benefícios de entidades fechadas de previdência complementar instituídas pela Resolução do Conselho de Gestão da Previdência Complementar nº 26, de 29 de setembro de 2008", tendo como convidados a Srª Isa Musa de Noronha, Presidente da Federação das Associações de Aposentados e Pensionistas do Banco do Brasil; o Sr. Ruy Brito Pedrosa, Assessor Previdenciário da Associação dos Funcionários Aposentados do Banestado (Afab); o Sr. Jaime Mariz de Faria Júnior, Secretário de Políticas de Previdência Complementar do Ministério da Previdência Social; e o Sr. José Maria Rabelo, Diretor-Superintendente da Superintendência Nacional de Previdência Complementar (Previc).

Autoria: Senador Paulo Bauer e outros.

Em 9 de julho de 2013, foi lido o requerimento pelo Presidente da Comissão.

Em discussão. (*Pausa.*)

Não havendo quem queira discutir, vamos colocar em votação o requerimento.

Em votação o requerimento.

Os Senadores que concordam permaneçam como estão. (*Pausa.*)

Aprovado.

A Comissão aprova o Requerimento nº 44 de 2013, da CAE.

ITEM 17
REQUERIMENTO DA COMISSÃO DE ASSUNTOS ECONÔMICOS Nº 45, DE 2013

Requer, nos termos do art. 58, § 2º, II, da Constituição Federal, e dos arts. 90, II, e 93, II, do Regimento Interno do Senado Federal, a realização de audiência pública tendo como convidado o Sr. Rogério Studart, Diretor-Executivo do Banco Mundial para Brasil, Colômbia, República Dominicana, Equador, Haiti, Panamá, Filipinas, Suriname e Trinidad e Tobago, para discutir a atual participação do Brasil no Banco Internacional para a Reconstrução e Desenvolvimento (Bird).

Autoria: Senador Anibal Diniz.

Em discussão. (*Pausa.*)

Não havendo mais quem queira discutir, vamos colocar em votação o requerimento.

Os Srs. Senadores que concordam permaneçam como estão. (*Pausa.*)

Aprovado.

A Comissão aprova o Requerimento nº 45, de 2013, da CAE.

Nada mais havendo a tratar...

O SR. EDUARDO SUPLICY (Bloco Governo/PT – SP) – Pela ordem, Sr. Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Lindbergh Farias. Bloco Governo/PT – RJ) – Pela ordem, Senador Eduardo Suplicy.

O SR. EDUARDO SUPLICY (Bloco Governo/PT – SP) – Com respeito ao item 15, que concede isenção de imposto de importação sobre o couro *wet blue*, projeto da Senadora Lúcia Vânia, eu havia levado em conta um parecer do Ministério da Fazenda recomendando que não fosse favorável, mas a Senadora Lúcia Vânia pediu que fosse retirado da pauta para melhor exame. Ela vai apresentar, quem sabe, alguns argumentos, vai dialogar com o Ministério da Fazenda, então ela solicitou retirada de pauta para reexame de meu parecer, Sr. Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Lindbergh Farias. Bloco Governo/PT – RJ) – O.k. Então, estará na pauta novamente na próxima semana. Ela pediu para reexame, então, tudo bem. Retiraremos da pauta.

O SR. EDUARDO SUPLICY (Bloco Governo/PT – SP) – Não precisa colocar novamente, até que haja uma nova informação.

O SR. PRESIDENTE (Lindbergh Farias. Bloco Governo/PT – RJ) – Não colocaremos novamente. Entendido.

Muito obrigado, Senador Eduardo Suplicy.

(É o seguinte o item retirado de pauta:

ITEM 15
PROJETO DE LEI DO SENADO Nº 40, DE 2008
– Terminativo –

Concede isenção do Imposto de Exportação sobre o couro wet blue.
Autoria: Senadora Lúcia Vânia
Relatoria: Senador Eduardo Suplicy
Relatório: Pela rejeição do Projeto.)

O SR. PRESIDENTE (Lindbergh Farias. Bloco Governo/PT – RJ) –

Nada mais havendo a tratar, declaro encerrada a presente reunião.

Muito obrigado.

(Iniciada às 10 horas e 28 minutos, a reunião é encerrada às 12 horas e 11 minutos.)

ATA DA QUADRAGÉSIMA SEXTA REUNIÃO, EXTRAORDINÁRIA, DA COMISSÃO DE ASSUNTOS ECONÔMICOS DA 3ª SESSÃO LEGISLATIVA ORDINÁRIA DA 54ª LEGISLATURA, REALIZADA EM 13 DE AGOSTO DE 2013, ÀS 9 HORAS E 30 MINUTOS, NA SALA DE REUNIÕES Nº 19 DA ALA ALEXANDRE COSTA, SENADO FEDERAL.

Às dez horas e dezenove minutos do dia treze de agosto do ano de dois mil e treze, na sala número dezenove da Ala Senador Alexandre Costa, sob a Presidência do Senador Lindbergh Farias, reúne-se a Comissão de Assuntos Econômicos com a presença dos Senadores Eduardo Suplicy, José Pimentel, Humberto Costa, Rodrigo Rollemberg, Vanessa Grazziotin, Pedro Taques, Anibal Diniz, Antonio Carlos Valadares, Inácio Arruda, Sérgio Souza, Valdir Raupp, Romero Jucá, Francisco Dornelles, Ricardo Ferraço, Waldemir Moka, Ana Amélia, Benedito de Lira, Aloysio Nunes Ferreira, Alvaro Dias, José Agripino, Flexa Ribeiro, Armando Monteiro, João Vicente Claudino, Blairo Maggi, Antonio Carlos Rodrigues e Vicentinho Alves. Deixam de comparecer os Senadores Delcídio do Amaral, Cristovam Buarque, Eduardo Braga, Roberto Requião, Luiz Henrique, Ivo Cassol, Kátia Abreu, Cyro Miranda e Jayme Campos. A Presidência declara aberta a Reunião, dando início à apreciação da pauta, destinada à discussão e votação das Emendas desta Comissão ao PL nº 2/2013-CN – Projeto de Lei de Diretrizes Orçamentárias para o ano de 2014-PLDO/2014, que serão apresentadas à Comissão Mista de Planos, Orçamentos Públicos e Fiscalização. O Presidente concede a palavra ao Coordenador das Emendas, Senador Francisco Dornelles, que esclarece que foram apresentadas quarenta e três emendas, apresentadas pelos Senadores Pedro Taques, Vanessa Grazziotin, Inácio Arruda, Eduardo Braga, Cyro Miranda, Wilder Morais, Romero Jucá, Lúcia Vânia e Waldemir Moka. Dentre tais propostas, vinte e duas são propostas de emendas de texto e vinte e uma relativas ao Anexo de Metas e Prioridades da LDO 2014. Após a leitura do relatório, encerrada a discussão, colocado em votação, a Comissão aprova o encaminhamento das seguintes Emendas de Inclusão de Meta ao PL nº 2/2013-CN: **Emenda nº 01** – CAE 1 – Capacitação de Micro e Pequenas Empresas, Empreendores Individuais e Potenciais Empreendedores – 2047 – Micro e Pequenas Empresas – 2710 – Capacitação de Micro e Pequenas Empresas, Empreendedores Individuais e Potenciais Empreendedores – Pessoa capacitada (unidade) – 100.000; **Emenda nº 02** – CAE 2 – Apoio ao Desenvolvimento de Cadeias Produtivas e de Arranjos Produtivos Locais – 2055 – Desenvolvimento produtivo – 20R6 – Apoio ao Desenvolvimento de Cadeias Produtivas e de Arranjos Produtivos Locais – Empresa apoiada (unidade) – 100; **Emenda nº 03** – CAE 3 – Desenvolvimento – Micro e Pequenas Empresas – 2047 – Micro e Pequenas Empresas – 210C – Promoção do Desenvolvimento de Micro e Peque-

nas Empresas – Empresa apoiada (unidade) – 7.785; **Emenda nº 04** – CAE 4 – Estruturação Produtiva do Artesanato Brasileiro – 2047 – Micro e Pequenas Empresas – 6514 – Estruturação Produtiva do Artesanato Brasileiro – Projeto apoiado (unidade) – 100; e **Emenda nº 05** – CAE 5 – Fomento ao Desenvolvimento de Micro, Pequenas e Empresas de Médio Porte – 2055 – Desenvolvimento Produtivo – 2374 – Fomento ao Desenvolvimento de Micro, Pequenas e Empresas de Médio Porte – Projeto apoiado (unidade) – 50.000; e as seguintes Emendas ao Texto do PL nº 2/2013-CN: **Emenda nº 06** – CAE 6 – Art. 13 modificado – Aditiva – Corpo da lei – Artigo 13 Parágrafo 2; **Emenda nº 07** – CAE 7 – Art. 7 modificado – Modificativa – Corpo da lei – Artigo 7 Parágrafo 4 Inciso I; **Emenda nº 08** – CAE 8 – Art. 6 modificado – Aditiva – Corpo da lei – Artigo 6 Parágrafo único Inciso III; **Emenda nº 09** – CAE 9 – Art. 104 modificado – Aditiva – Corpo da lei – Artigo 104 Parágrafo 3; **Emenda nº 10** – CAE 10 – Art. 92 modificado – Aditiva – Corpo da lei – Artigo 92; **Emenda nº 11** – CAE 11 – Art. 68 modificado – Aditiva – Corpo da lei – Artigo 68 Inciso II; **Emenda nº 12** – CAE 12 – Art. 88 modificado – Aditiva – Corpo da lei – Artigo 88; **Emenda nº 13** – CAE 13 – Art. 111 modificado – Aditiva – Corpo da lei – Artigo 111 Parágrafo 5; **Emenda nº 14** – CAE 14 – Art. 90 modificado – Aditiva – Corpo da lei – Artigo 90 Parágrafo 3; **Emenda nº 15** – CAE 15 – Art. 7 modificado – Aditiva – Corpo da lei – Artigo 7 Parágrafo 8 Inciso XII; **Emenda nº 16** – CAE 16 – SUFRAMA – Aditiva – Corpo da lei – Artigo 13 Parágrafo 2; **Emenda nº 17** – CAE 17 – Projeto básico previamente aprovado – SICONV – Aditiva – Corpo da lei – Artigo 59; **Emenda nº 18** – CAE 18 – Art. 87 alterado – Modificativa – Corpo da lei – Artigo 87 Inciso IV; **Emenda nº 19** – CAE 19 – Bolsa estiagem – Aditiva – Corpo da lei – Artigo 52; **Emenda nº 20** – CAE 20 – Bolsa estiagem – Aditiva – Corpo da lei – Artigo 120 Inciso III; **Emenda nº 21** – CAE 21 – Art. 87 alterado – Modificativa – Corpo da lei – Artigo 87 Inciso IV; **Emenda nº 22** – CAE 22 – Art. 86 alterado – Supressiva – Corpo da lei – Artigo 86; **Emenda nº 23** – CAE 23 – Bolsa ambiental – Aditiva – Corpo da lei – Artigo 120 Inciso III; **Emenda nº 24** – CAE 24 – Institui o Regime Diferenciado de Contratações (RDC) – Aditiva – Corpo da lei – Artigo 121; **Emenda nº 25** – CAE 25 – Prefeituras – Contrapartida – Aditiva – Corpo da lei – Artigo 60 Parágrafo único; **Emenda nº 26** – CAE 26 – SUFRAMA – Aditiva – Corpo da lei – Artigo 13 Parágrafo 2; e **Emenda nº 27** – CAE 27 – Educação – Contrapartida – Modificativa – Corpo da lei – Artigo 59 Parágrafo 4. Nada mais havendo a tratar, encerra-se a reunião às dez horas e vinte e sete minutos, lavrando eu, Adriana Tavares Sobral de Vito, a presente ata, que, lida e aprovada, será assinada pelo Senhor Presidente e publicada no Diário do Senado Federal, juntamente com a íntegra das notas taquigráficas. – Senador **Lindbergh Farias**, Presidente da Comissão de Assuntos Econômicos.

(Texto com revisão.)

O SR. PRESIDENTE (Lindbergh Farias. Bloco Apoio Governo/PT – RJ) – Declaro aberta a 46ª Reunião da Comissão de Assuntos Econômicos.

Pauta: emendas da CAE ao PLDO.

Finalidade: discussão e votação das emendas desta Comissão ao PL nº 2/2013-CN – Projeto de Lei de Diretrizes Orçamentárias para o ano de 2014 (PLDO/2014), que serão apresentadas à Comissão Mista de Planos, Orçamentos Públicos e Fiscalização.

Coordenador: Senador Francisco Dornelles.

Foram apresentadas 43 emendas a esta Comissão.

Com a palavra, o coordenador das emendas, Senador Francisco Dornelles.

Vou passar a palavra para o nosso Senador Francisco Dornelles, mas antes quero chamar nosso Governador em exercício do Estado de Sergipe, Jackson Barreto, a fazer parte desta Mesa. Teremos, em um segundo momento, a votação de um empréstimo para o Estado de Sergipe e para o Estado de São Paulo.

Com a palavra, o Senador Francisco Dornelles.

O SR. FRANCISCO DORNELLES (Bloco Maioria/PP – RJ) – Companheiro, eu queria perguntar se poderia, aqui na frente, essa assessoria...

O SR. PRESIDENTE (Lindbergh Farias. Bloco Apoio Governo/PT – RJ.) – Amigo, o Senador Francisco Dornelles vai fazer uso da palavra.

O SR. FRANCISCO DORNELLES (Bloco Maioria/PP – RJ) – Sr. Presidente, conforme disposto no art. 166 da Constituição e nos termos da Resolução nº 1, encontra-se em tramitação no Congresso Nacional o Projeto de Lei nº 2, que dispõe sobre as diretrizes para elaboração e execução da Lei Orçamentária.

A LDO para 2014 compreenderá as metas e prioridades da Administração Pública Federal, orientará a elaboração da Lei Orçamentária Anual, disporá sobre as alterações na legislação tributária e estabelecerá a política de aplicação das agências financeiras.

De acordo com as normas de tramitação do projeto de LDO, cujos fundamentos são lançados, e pelo parecer preliminar de que trata os arts. 85 e 86, a CAE tem competência para propor emendas ao projeto, devendo fazê-lo na condição de autor de emenda coletiva.

O Anexo de Metas e Prioridades será elaborado por meio de emendas de inclusão de ações constantes das Leis Orçamentárias para 2012 e 2013, Lei nº

1.255, de 2012, e Lei nº 12.798, de 2013, bem como de ações decorrentes de iniciativas constantes do Plano Plurianual. A apresentação de emendas, Sr. Presidente, para elaboração do texto, deve observar o limite máximo de cinco emendas por comissão permanente da Câmara e do Senado.

Não existem limites para as emendas de texto, mas existe o limite de cinco emendas por comissão ao anexo de metas e prioridades.

Encontram-se em análise nesta Comissão 43 propostas de emendas, apresentadas pelos Senadores Pedro Taques, Vanessa Grazziotin, Inácio Arruda, Eduardo Braga, Cyro Miranda, Wilder Morais, Romero Jucá, Lúcia Vânia e Waldemir Moka. De tais propostas, 22 são propostas de texto, e 21 relativas ao anexo. Muitas emendas são semelhantes.

Análise.

As emendas propostas são restritas às competências regimentais, além de atenderem às disposições constitucionais.

As emendas de texto dos Senadores Pedro Taques, Vanessa Grazziotin, Inácio Arruda e Eduardo Braga foram acatadas.

As Emendas nº 11 e nº 33, do Senador Cyro Miranda, atendem à capacitação das micro e pequenas empresas, empreendedores individuais e potenciais empreendedores. Ao acatar a Emenda nº 11, do Senador Cyro Miranda, eu acatei também a Emenda nº 33, do Senador Romero Jucá. As Emendas nº 12, nº 13 e nº 14, dos Senadores Cyro Miranda, Romero Jucá e Lúcia Vânia, são para estruturação da produção de artesanato. Ao atender à Emenda nº 34, do Senador Romero Jucá, eu atendi também às Emendas nº 12 e nº 38, dos Senadores Cyro Miranda e Lúcia Vânia. As Emendas nºs 20 e 43 dos Senadores Wilder Morais e Waldemir Moka, para promoção do desenvolvimento das micro e pequenas empresas. Ao atender a Emenda nº 20, do Senador Wilder Morais, atendi também a Emenda nº 43 do Senador Waldemir Moka. As Emendas nºs 13, 35 e 40, dos Senadores Cyro Miranda, Romero Jucá e Lúcia Vânia, para feiras e eventos para comercialização. Ao atender a Emenda nº 41, da Senadora Lúcia Vânia, estou atendendo também as Emendas nºs 15, 17, 21 e 37, dos Senadores Cyro Miranda, Vanessa Grazziotin, Wilder Morais e Romero Jucá. Por fim, as Emendas nºs 15, 17, 21 e 37, dos Senadores Cyro Miranda, Vanessa Grazziotin, Wilder Morais, Romero Jucá e Lúcia Vânia, foram também atendidas na base da emenda da Senadora Vanessa Grazziotin.

O mérito de cada emenda será devidamente avaliado no momento oportuno pela Comissão de Orçamento.

Somos pela apresentação, por esta Comissão, das emendas propostas ao Anexo de Metas e Prioridades para Diretrizes Orçamentárias de números 11, 13, 16, 20, 34, 41, assim como todas as Emendas de Redação nºs 1, 2, 3, 4, 5, 6, 7, 8, 9, 10, 18, 22, 23, 24, 25, 26, 27, 28, 29, 30, 31 e 32.

É o parecer, Sr. Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Lindbergh Farias. Bloco Apoio Governo/PT – RJ) – Muito obrigado, Senador Francisco Dornelles.

As emendas estão em discussão. *(Pausa.)*

Em votação.

As Srªs e os Srs. Senadores que concordam com as emendas queiram permanecer sentados. *(Pausa.)*

As emendas estão aprovadas e serão encaminhadas à Comissão Mista de Planos, Orçamentos Públicos e Fiscalização.

Antes de encerrarmos os trabalhos, proponho a dispensa da leitura e aprovação da ata desta reunião.

As Srªs e os Srs. Senadores que a aprovam queiram permanecer sentados. *(Pausa.)*

A ata está aprovada e será publicada no *Diário do Senado Federal*.

Declaro encerrada a presente reunião.

(Iniciada às 10 horas e 19 minutos, a reunião é encerrada às 10 horas e 27 minutos.)

ATA DA QUADRAGÉSIMA SÉTIMA REUNIÃO, ORDINÁRIA, DA COMISSÃO DE ASSUNTOS ECONÔMICOS DA 3ª SESSÃO LEGISLATIVA ORDINÁRIA DA 54ª LEGISLATURA, REALIZADA EM 13 DE AGOSTO DE 2013, ÀS 10 HORAS, NA SALA DE REUNIÕES Nº 19 DA ALA ALEXANDRE COSTA, SENADO FEDERAL.

Às dez horas e vinte e seis minutos do dia treze de agosto do ano de dois mil e treze, na sala número dezenove da Ala Senador Alexandre Costa, sob a Presidência do Senador Lindbergh Farias, reúne-se a Comissão de Assuntos Econômicos com a presença dos Senadores Delcídio do Amaral, Eduardo Suplicy, José Pimentel, Humberto Costa, Cristovam Buarque, Rodrigo Rollemberg, Vanessa Grazziotin, Pedro Taques, Anibal Diniz, Antonio Carlos Valadares, Inácio Arruda, Sérgio Souza, Valdir Raupp, Roberto Requião, Romero Jucá, Francisco Dornelles, Casildo Maldaner, Ricardo Ferraço, Waldemir Moka, Ana Amélia, Benedito de Lira, Aloysio Nunes Ferreira, Alvaro Dias, José Agripino, Jayme Campos, Flexa Ribeiro, Paulo Bauer, Armando Monteiro, João Vicente Claudino, Blairo Maggi e Antonio Carlos Rodrigues. Deixam de comparecer os Senadores Eduardo Braga, Vital do Rêgo, Luiz Henrique, Ivo Cassol, Kátia Abreu e Cyro Miranda. A Presidência declara aberta a Reu-

nião, submetendo à Comissão a dispensa da leitura da ata da 45ª Reunião, que é dada como aprovada. Em seguida, a Presidência dá início à apreciação das Matérias constantes da pauta. **Item 1**– Mensagem (SF) nº 69 de 2013, não terminativa, de autoria da Presidente da República, que "propõe, nos termos do art. 52, incisos V, VII e VIII, da Constituição Federal, seja autorizada a contratação de operação de crédito externo, com garantia da República Federativa do Brasil, entre o Estado de São Paulo e o Banco Internacional de Reconstrução e Desenvolvimento – BIRD, no valor de até US$ 300,000,000.00 (trezentos milhões dólares dos Estados Unidos da América), de principal, cujos recursos destinam-se ao financiamento parcial do 'Programa de Transporte, Logística e Meio Ambiente'", tendo como relator o Senador Alvaro Dias, que oferece relatório favorável nos termos do Projeto de Resolução do Senado que apresenta. Em 6/8/2013, foi concedida Vista Coletiva. Anunciada a Matéria, usam da palavra os Senadores Ricardo Ferraço e Alvaro Dias. Encerrada a discussão, colocado em votação, a Comissão aprova o relatório, que passa a constituir o Parecer da CAE favorável nos termos do Projeto de Resolução do Senado apresentado. Aprova, também, a apresentação de Requerimento de Urgência para a matéria. **Item 2**– Mensagem (SF) nº 70 de 2013, não terminativa, de autoria da Presidente da República, que "propõe, nos termos do art. 52, incisos V, VII e VIII, da Constituição Federal, seja autorizada a contratação de operação de crédito externo, com garantia da República Federativa do Brasil, entre o Estado do Pará e o Banco Interamericano de Desenvolvimento – BID, no valor de até USD 200,810,000.00 (duzentos milhões e oitocentos e dez mil dólares norte-americanos), de principal, cujos recursos destinam-se ao financiamento parcial do 'Programa da Melhoria da Qualidade e Expansão da Cobertura da Educação Básica do Estado do Pará'", tendo como relator o Senador Aloysio Nunes Ferreira, que oferece relatório favorável nos termos do Projeto de Resolução do Senado que apresenta. Em 6/8/2013, foi concedida Vista Coletiva. Anunciada a Matéria, o Presidente da Comissão, Senador Lindbergh Farias, designa o Senador Alvaro Dias relator "ad hoc" da matéria. Usam da palavra os Senadores Alvaro Dias, Flexa Ribeiro e Ricardo Ferraço. Encerrada a discussão, colocado em votação, a Comissão aprova o relatório, que passa a constituir o Parecer da CAE, favorável nos termos do Projeto de Resolução do Senado apresentado. Aprova, também, a apresentação de Requerimento de Urgência para a matéria. **Item 3**– Mensagem (SF) nº 71 de 2013, não terminativa, de autoria da Presidente da República, que "propõe, nos termos do art. 52, incisos V, VII e VIII, da Constituição Federal, seja autorizada a contratação de operação de crédito externo, com garantia da República Federativa do Brasil, entre o Estado de Sergipe e o Banco Internacional de Reconstrução e Desenvolvimento – BIRD, no valor de até US$ 150,000,000.00 (cento e cinquenta milhões de dólares dos Estados Unidos da América), de principal, cujos recursos destinam-se ao financiamento parcial do 'Projeto de Políticas de Desenvolvimento no Estado de Sergipe (DPL)'", tendo como relatora "ad hoc" a Senadora Vanessa Grazziotin, que oferece relatório favorável nos termos do Projeto de Resolução do Senado que apresenta. Em 6/8/2013, foi concedida Vista Coletiva. Anunciada a Matéria, o Presidente da Comissão devolve a relatoria ao Senador Humberto Costa. Usam da palavra os Senadores Humberto Costa, Ricardo Ferraço, Antonio Carlos Valadares e Benedito de Lira. Encerrada a discussão, colocado em votação, a Comissão aprova o relatório, que passa a constituir o Parecer da CAE favorável nos termos do Projeto de Resolução do Senado apresentado. Aprova, também, a apresentação de Requerimento de Urgência para a matéria. **Item 4**– Projeto de Lei do Senado nº 236 de 2010, não terminativo, de autoria do Senador Jefferson Praia, que "institui a Ajuda Especial de Mantença para a família que mantém sob seus cuidados pessoa com mais de setenta anos de idade", tendo como relator o Senador Roberto Requião, que oferece relatório favorável ao Projeto com as Emendas nºs 1 e 2 que apresenta. Em 6/8/2013, foi concedida Vista Coletiva. A apreciação da matéria é adiada. **Item 5**– Projeto de Lei do Senado nº 329 de 2007, Complementar, não terminativo, de autoria do Senador Pedro Simon, que "proíbe a realização de operações de câmbio por empresas de turismo e outras não integrantes do Sistema Financeiro Nacional", tendo como relator o Senador Cristovam Buarque, que oferece relatório pela prejudicialidade do Projeto. Após a leitura do relatório, encerrada a discussão, colocado em votação, a Comissão aprova o relatório, que passa a constituir o Parecer da CAE pela prejudicialidade do Projeto. **Item 6**– Projeto de Lei da Câmara nº 28 de 2011, não terminativo, de autoria do Deputado Vieira Reis, que "declara os Centros de Inclusão Digital – CID (Lan Houses) como entidade de multipropósito de especial interesse para fins de inclusão digital e dá outras providências", tendo como relator o Senador Ricardo Ferraço, que oferece relatório favorável ao Projeto com a Emenda nº 1 que apresenta. A apreciação da matéria é adiada. **Item 7**– Projeto de Lei do Senado nº 56 de 2012, não terminativo, de autoria do Senador Pedro Taques, que

"institui normas relacionadas à responsabilização na contratação de obras públicas e dá outras providências", tendo como relator o Senador Aloysio Nunes Ferreira, que oferece relatório favorável ao Projeto com as Emendas nºs 14 a 20 que apresenta. Após a leitura do relatório, é solicitada vista pelos Senadores Armando Monteiro e José Pimentel. O Presidente da Comissão concede Vista Coletiva, nos termos regimentais. **Item 8**– Projeto de Lei da Câmara nº 51 de 2011, não terminativo, de autoria do Deputado Sandes Júnior, que "altera a redação do caput e do § 1º do art. 588 da Consolidação das Leis do Trabalho – CLT, aprovada pelo Decreto-Lei nº 5.452, de 1º de maio de 1943", tendo como relator "ad hoc" o Senador Humberto Costa, que oferece relatório pela rejeição do Projeto e da Emenda nº 2, de autoria do Senador Aloysio Nunes Ferreira. Anunciada a matéria, é solicitada vista pelo Senador Aloysio Nunes Ferreira. O Presidente da Comissão concede Vista ao Senador Aloysio Nunes Ferreira, nos termos regimentais. **Item 9**– Projeto de Lei do Senado nº 118 de 2009, não terminativo, de autoria da Senadora Kátia Abreu, que "altera a alínea 'b', do inciso II, do § 2º, do art. 4º da Lei nº 8.630, de 25 de fevereiro de 1993, com vistas a permitir a exploração de instalações portuárias privadas para uso geral", tendo como relator o Senador Jorge Viana, que oferece relatório pela prejudicialidade do Projeto. A Matéria será apreciada pela Comissão de Desenvolvimento Regional e Turismo. O Presidente da Comissão designa o Senador Antonio Carlos Rodrigues relator "ad hoc" da matéria. Após a leitura do relatório pelo relator "ad hoc", encerrada a discussão, colocado em votação, a Comissão aprova o relatório, que passa a constituir o Parecer da CAE pela prejudicialidade do Projeto. **Item 10**– Projeto de Lei do Senado nº 99 de 2009, terminativo, de autoria do Senador Cristovam Buarque, que "determina a inclusão automática na 'malha fina' das declarações do imposto de renda dos contribuintes detentores de mandato eletivo", tendo como relator o Senador Eduardo Suplicy, que oferece relatório pela aprovação do Projeto. Em 4/6/2013, foi concedida Vista Coletiva. Anunciada a Matéria, usam da palavra os Senadores Romero Jucá, Francisco Dornelles, Humberto Costa, Blairo Maggi, Cristovam Buarque, Roberto Requião, Alvaro Dias, Pedro Taques e Eduardo Suplicy. Encerrada a discussão, colocado em votação, a Comissão rejeita o Projeto por doze votos contrários, três votos favoráveis e nenhuma abstenção. Votam vencidos os Senadores Eduardo Suplicy, Rodrigo Rollemberg e Pedro Taques. Vencido o relator, o Presidente da Comissão, Senador Lindbergh Farias, designa o Senador Blairo Maggi relator do parecer vencedor. **Item 11**– Projeto de Lei do Senado nº 145 de 2008, terminativo, de autoria do Senador Neuto De Conto, que "altera o art. 35 da Lei nº 9.250, de 26 de dezembro de 1995, para elevar a idade dos dependentes para fins de Imposto de Renda da Pessoa Física", tendo como relator o Senador Benedito de Lira, que oferece relatório pela aprovação do Projeto com a Emenda nº 1 que apresenta. A matéria é retirada de pauta, a pedido do relator. **Item 12**– Projeto de Lei do Senado nº 211 de 2009, terminativo, de autoria do Senador Valdir Raupp, que "torna obrigatória a adoção de formato único para os teclados dos terminais de autoatendimento da rede bancária", tendo como relator o Senador Flexa Ribeiro, que oferece relatório pela rejeição do Projeto. A matéria é retirada de pauta. **Item 13**– Projeto de Lei do Senado nº 391 de 2012, terminativo, de autoria do Senador Mário Couto, que "altera a Lei nº 9.249, de 26 de dezembro de 1995, para permitir a dedução no Imposto de Renda da Pessoa Jurídica de direito privado, que empregue pessoa portadora de necessidades especiais e dá outras providências", tendo como relator o Senador Sérgio Souza, que oferece relatório pela rejeição do Projeto. Após a leitura do relatório, encerrada a discussão, colocado em votação, a Comissão rejeita o Projeto por treze votos contrários, nenhum favorável e nenhuma abstenção. **Item 14**– Projeto de Lei do Senado nº 208 de 2010, terminativo, de autoria do Senador Marcelo Crivella, que "estabelece regime especial de parcelamento de tributos federais para a empresa nascente", tendo como relator o Senador Aloysio Nunes Ferreira, que oferece relatório pela rejeição do Projeto. Após a leitura do relatório, encerrada a discussão, colocado em votação, a Comissão rejeita o Projeto por quatorze votos contrários, nenhum favorável e nenhuma abstenção. **Item 15**– Projeto de Lei do Senado nº 325 de 2010, terminativo, de autoria do Senador Cristovam Buarque e outros, que "altera o parágrafo único do art. 5º da Lei nº 11.738, de 16 de julho de 2008, que institui o piso salarial profissional nacional para os profissionais do magistério público da educação básica, para introduzir critério de reajuste anual de seu valor", tendo como relator o Senador José Pimentel, que oferece relatório pela prejudicialidade do Projeto. Após a leitura do relatório, usa da palavra o Senador Cristovam Buarque. Encerrada a discussão, colocado em votação, a Comissão aprova a Declaração de Prejudicialidade do Projeto por quinze votos favoráveis, nenhum contrário e nenhuma abstenção. **Item 16**– Projeto de Lei do Senado nº 402 de 2012, terminativo, de autoria da Senadora Ana Amélia, que "altera os arts. 5º, 13 e 15 da Lei nº 6.729, de 28 de novembro de 1979, para promover a con-

corrência de preços e condições de atendimento pós-venda na comercialização de veículos automotores de via terrestre", tendo como relator o Senador Rodrigo Rollemberg, que oferece relatório pela rejeição do Projeto. Após a leitura do relatório, usa da palavra a Senadora Ana Amélia. Encerrada a discussão, colocado em votação, a Comissão rejeita o Projeto por treze votos contrários, nenhum favorável e nenhuma abstenção. **Item 17**– Projeto de Lei do Senado nº 231 de 2012, terminativo, de autoria do Senador Eduardo Suplicy, que "cria o Fundo Nacional de Pesquisa para Doenças Raras e Negligenciadas (FNPDRN) e dá outras providências", tendo como relatora a Senadora Lúcia Vânia, que oferece relatório pela aprovação do Projeto nos termos da Emenda nº 1-CCT-CAS (Substitutivo). A apreciação da matéria é adiada. **Item 18**– Projeto de Lei do Senado nº 355 de 2012, terminativo, de autoria do Senador Cyro Miranda, que "aumenta o limite para vendas isentas de tributos em lojas francas", tendo como relator o Senador Armando Monteiro, que oferece relatório pela aprovação do Projeto com a Emenda nº 1 que apresenta. Após a leitura do relatório, usam da palavra os Senadores Aloysio Nunes Ferreira, Sérgio Souza, Cristovam Buarque, Blairo Maggi e Pedro Taques. Encerrada a discussão, colocado em votação, a Comissão aprova o Projeto e a Emenda nº 1-CAE por quatorze votos favoráveis, um voto contrário e nenhuma abstenção. Vota vencido o Senador Aloysio Nunes Ferreira. **Item 19**– Projeto de Lei do Senado nº 51 de 2013, terminativo, de autoria do Senador Lobão Filho, que "altera a Lei nº 8.989, de 24 de fevereiro de 1995, que dispõe sobre a Isenção do Imposto sobre Produtos Industrializados – IPI, na aquisição de automóveis para utilização no transporte autônomo de passageiros, bem como por pessoas portadoras de deficiência física, para incluir os automóveis utilitários no rol de veículos isentos", tendo como relator o Senador Benedito de Lira, que oferece relatório pela rejeição do Projeto. A matéria é retirada de pauta, a pedido do relator. É lido e será apreciado posteriormente o Requerimento nº 49 de 2013, de iniciativa do Senador José Pimentel, que requer, em aditamento ao Requerimento nº 44 de 2013, a inclusão como convidados da audiência pública para instruir o PDS nº 275/2012 de um representante da Advocacia-Geral da União e um representante da Associação Brasileira das Entidades Fechadas de Previdência Complementar – Abrapp. Nada mais havendo a tratar, encerra-se a reunião às doze horas e quarenta e cinco minutos, lavrando eu, Adriana Tavares Sobral de Vito, a presente ata, que, lida e aprovada, será assinada pelo Senhor Presidente e publicada no Diário do Senado Federal, juntamente com a íntegra das notas taquigráficas. **–** Senador **Lindbergh Farias,** Presidente da Comissão de Assuntos Econômicos.

(Texto com revisão.)

O SR. PRESIDENTE (Lindbergh Farias. Bloco Apoio Governo/PT – RJ) – Imediatamente, declaro aberta a 47ª Reunião da Comissão de Assuntos Econômicos.

Antes de iniciarmos os trabalhos, proponho a dispensa da leitura e aprovação da ata da 45ª Reunião.

As Srªs e os Srs. Senadores que a aprovam queiram permanecer sentados. *(Pausa.)*

A ata está aprovada e será publicada no *Diário do Senado Federal*.

O SR. ANTONIO CARLOS VALADARES (Bloco Apoio Governo/PSB – SE) – Pela ordem, Sr. Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Lindbergh Farias. Bloco Apoio Governo/PT – RJ) – Senador Antonio Carlos Valadares.

O SR. ANTONIO CARLOS VALADARES (Bloco Apoio Governo/PSB – SE) – Sr. Presidente, em primeiro lugar, queria elogiar a prestimosidade com que V. Exª e esta Comissão agiram com relação aos empréstimos de Sergipe e de São Paulo. Tendo em vista que o Governador em exercício de Sergipe, Jackson Barreto, presente a esta reunião e convidado gentilmente por V. Exª para comparecer à Mesa, tem um compromisso no Ministério, gostaria que V. Exª concedesse prioridade à votação desses projetos de empréstimo. Agradeço a V. Exª.

O SR. PRESIDENTE (Lindbergh Farias. Bloco Apoio Governo/PT – RJ) – V. Exª será atendido.

Antes, passo a palavra ao Senador Humberto Costa, pela ordem.

O SR. HUMBERTO COSTA (Bloco Apoio Governo/PT – PE) – Sr. Presidente, primeiro, quero reforçar a solicitação do Senador Antonio Carlos Valadares, na medida em que sou o Relator da matéria, e também fazer um convite a todos os Senadores da CAE. Ao meio-dia, estaremos com o Presidente Renan Calheiros na Presidência, recebendo o movimento Saúde+10, que apresentou, na semana passada, 1,9 milhão de assinaturas em defesa da ampliação dos recursos para saúde, que hoje vai fazer essa visita ao Presidente. É nosso desejo que possamos ter o maior número possível de Senadores, para darmos uma demonstração do apoio que esta Casa dá a esta causa de ampliação dos recursos da saúde.

Obrigado, Sr. Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Lindbergh Farias. Bloco Apoio Governo/PT – RJ) – Agradeço ao Senador Humberto Costa.

Vamos ao item 3, em homenagem ao Governador em exercício Jackson Barreto e ao nosso grande Governador Marcelo Déda. Na última reunião da CAE, vários Senadores falaram, prestaram uma homenagem a esse grande homem, esse grande lutador, Governador Marcelo Déda. E a nossa torcida é pela sua plena e pronta recuperação. Então, vamos começar pelo item nº 3.

Aprovamos um ato na semana passada nesta Comissão, segundo o qual a mensagem de empréstimo chega em uma semana, é concedida vista coletiva, automaticamente vota-se na outra semana.

A Relatora *ad hoc*, Senadora Vanessa Grazziotin, já leu o relatório. Mas eu gostaria de passar a palavra ao Senador Humberto Costa para que S. Exª faça breves considerações, antes de colocarmos em votação a Mensagem do Senado Federal nº 71, de 2013.

MENSAGEM (SF) Nº 71, DE 2013
– Não Terminativo –

Propõe, nos termos do art. 52, incisos V, VII e VIII, da Constituição Federal, seja autorizada a contratação de operação de crédito externo, com garantia da República Federativa do Brasil, entre o Estado de Sergipe e o Banco Internacional de Reconstrução e Desenvolvimento – BIRD, no valor de até US$ 150,000,000.00 (cento e cinquenta milhões de dólares dos Estados Unidos da América), de principal, cujos recursos destinam-se ao financiamento parcial do "Projeto de Políticas de Desenvolvimento no Estado de Sergipe (DPL)".
Autoria: Presidência da República
Relatoria: Senador Humberto Costa
Relatório: Favorável nos termos do Projeto de Resolução do Senado que apresenta.

De acordo com a Resolução nº 4.301, do Senado Federal, encontram-se presentes para acompanhar a apreciação da matéria o Sr. Eduardo Luiz Gaudard, Gerente de Responsabilidades Financeiras da Secretaria do Tesouro Nacional do Ministério da Fazenda, representando o Tesouro Nacional; e, representando o Estado de Sergipe, estava aqui o Sr. Marcos Vinícius Nascimento, Superintendente de Captação de Recursos da Secretaria de Estado e Planejamento, Orçamento e Gestão, mas está presente, na verdade, o Governador de Estado, prestigiando esta Comissão.

Com a palavra o Senador Humberto Costa.

O SR. HUMBERTO COSTA (Bloco Apoio Governo/PT – PE) – Sr. Presidente, tendo sido feita a leitura do relatório na semana passada, nada mais há a acrescentar a não ser pedir a todos os nossos pares a aprovação dessa autorização de empréstimo.

Muito obrigado.

O SR. PRESIDENTE (Lindbergh Farias. Bloco Apoio Governo/PT – RJ) – A matéria está em discussão.

O SR. RICARDO FERRAÇO (Bloco Maioria/PMDB – ES) – Peço a palavra, Sr. Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Lindbergh Farias. Bloco Apoio Governo/PT – RJ) – Com a palavra V. Exª, Senador Ricardo Ferraço.

O SR. RICARDO FERRAÇO (Bloco Maioria/PMDB – ES) – Sr. Presidente, cumprimento o nosso Governador em exercício Jackson Barreto, que nos honra com a sua presença, e cumprimento evidentemente o Senador Antonio Carlos Valadares, esse guerreiro e centroavante dos interesses do Estado de Sergipe aqui.

Eu fiz uma análise a respeito dessa proposta do Estado de Sergipe, tão bem relatada pelo Senador Humberto Costa.

Trata-se de operação de crédito externo, com garantia da União, entre o Estado de Sergipe e o Bird, no valor de US$150 milhões, que se destina a um esforço de orçamento para a execução de várias políticas de desenvolvimento, abrangendo diversas áreas das políticas públicas essenciais ao desenvolvimento humano do Estado de Sergipe.

Nesses contratos, é bastante usual que inclusive o prestador monitore a evolução dos indicadores de resultado e avalie o impacto dessas intervenções. É uma praxe do Banco Interamericano de Desenvolvimento.

Nós vamos analisar os casos, quero crer, de São Paulo e Pará nesta reunião.

Essa operação de crédito foi possível e foi enquadrada com base em regras de excepcionalidades, por parte do Ministério da Fazenda, tendo como base a Portaria nº 306, de setembro de 2002.

Assim, Sr. Presidente, considerando o mérito, a importância, o impacto social que esse tipo de operação de crédito seguramente terá no Estado de Sergipe, após a análise das propostas de contratação, com o aval da União, nós estamos acompanhando o Relator.

É importante, porém, reconhecer a normatização criteriosa que se estabeleceu no Brasil em torno dos órgãos reguladores da matéria, não apenas o Banco Central, o Ministério do Planejamento, mas também o Senado da República, que dá a palavra final para que a operação de crédito possa ser confirmada e consolidada.

Efetivamente os requisitos formais, a análise fiscal, a classificação de risco e a contratação de todos esses elementos obedeceram aos critérios materiais, aos critérios formais. E não apenas pelas questões

materiais e formais, assim também no mérito, nós nos manifestamos aqui favoravelmente à aprovação desta proposta, desejando que o Estado possa dar sequência a esses investimentos e que esses investimentos possam produzir ainda mais a promoção social no Estado do Sergipe, considerando que várias áreas serão objeto desse escopo.

Muito obrigado, Sr. Presidente.

O SR. ANTONIO CARLOS VALADARES (Bloco Apoio Governo/PSB – SE) – Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Lindbergh Farias. Bloco Apoio Governo/PT – RJ) – Senador Antonio Carlos Valadares

O SR. ANTONIO CARLOS VALADARES (Bloco Apoio Governo/PSB – SE) – Presidente, gostaria de, em primeiro lugar, destacar que o Estado de Sergipe tem uma situação bastante excepcional no que diz respeito ao seu equilíbrio fiscal e à tomada de empréstimos, uma vez que, em relação a esse assunto, Sergipe pode tomar três vezes valor igual ao montante atualmente já autorizado pela Secretaria do Tesouro Nacional, de forma que há tranquilidade.

O Governador Jackson Barreto, que está presente, está conduzindo, no momento, com muita propriedade, com muito equilíbrio o Estado de Sergipe e é testemunha do esforço que foi realizado pelo Governador Marcelo Déda, no intuito de conseguir um equilíbrio financeiro adequado para o Estado de Sergipe e, junto aos órgãos federais, a credibilidade necessária para a obtenção desses empréstimos.

Agradeço a V. Exª.

O SR. PRESIDENTE (Lindbergh Farias. Bloco Apoio Governo/PT – RJ) – Muito obrigado, Senador Antonio Carlos Valadares.

Senador Benedito de Lira.

O SR. BENEDITO DE LIRA (Bloco Maioria/PP – AL) – Queria só pedir a V. Exª que votássemos logo, porque já está definido o processo, não há mais o que conversar.

O SR. PRESIDENTE (Lindbergh Farias. Bloco Apoio Governo/PT – RJ) – Não havendo mais quem queira discutir, vamos colocar, atendendo ao Senador Benedito de Lira, em votação o relatório.

Em votação o relatório do Senador Humberto Costa, com a Relatora *ad hoc*, Senadora Vanessa Grazziotin.

Os Senadores que concordam com o relatório permaneçam como estão. (*Pausa.)*

Aprovado o relatório, que passa a constituir parecer da CAE, favorável nos termos do PRS apresentado.

O SR. ANTONIO CARLOS VALADARES (Bloco Apoio Governo/PSB – SE) – Peço urgência a V. Exª e quero agradecer ao Senador Humberto Costa pelo relatório e à Senadora Grazziotin.

O SR. PRESIDENTE (Lindbergh Farias. Bloco Apoio Governo/PT – RJ) – Em votação, a apresentação do requerimento de urgência proposto pelo Senador Antonio Carlos Valadares.

Os Senadores que concordam com a apresentação do requerimento permaneçam como estão. (*Pausa.)*

Aprovada a apresentação do requerimento de urgência para a matéria.

Antes de entrar no próximo ponto, devo falar, Senador Ricardo Ferraço – V. Exª, inclusive, na reunião passada, cobrou isso aqui – do requerimento que apresentamos ao Tesouro Nacional pedindo informações detalhadas, Estado por Estado, Município por Município, sobre: a) saldo, em 30 de junho de 2013, da dívida consolidada; b) saldo, em 30 de junho de 2013, da dívida contratada e por liberar; c) saldo, em 30 de junho de 2013, da dívida autorizada, mas ainda não contratada; d) despesa anual com serviços da dívida projetada para os próximos dez anos (2013-2023), incluindo as autorizadas e não liberadas, bem como informações sobre receita corrente líquida de cada ente projetada para o mesmo período; e) informações sobre processo de renegociação da dívida dos Estados, Distrito Federal e Municípios.

O Tesouro Nacional informa que mandará esses documentos na tarde de hoje. Espero apresentar a todos os Srs. Senadores na próxima terça-feira.

Quanto à solicitação, também desta Comissão, da presença do Sr. Arno Augustin, estamos tentando fechar para o dia 3 de setembro. Quero lembrar aqui que, no dia 27, teremos a presença do Presidente do BNDES – convite feito pela Senadora Ana Amélia –, Luciano Coutinho, e queremos agendar essa data, dia 3 de setembro, com o Sr. Arno Augustin.

Com a palavra, o Senador Ferraço, para as outras duas mensagens.

O SR. RICARDO FERRAÇO (Bloco Maioria/PMDB – ES) –Reiterando, Sr. Presidente, a importância dessas informações que chegam à Comissão de Assuntos Econômicos, solicito a V. Exª que possa socializar, que possa compartilhar, porque, na verdade, a observação é que temos uma mudança nos últimos meses.

Há necessidade de fazermos de forma mais abrangente, Sr. Presidente, nesta Comissão, uma discussão em torno dos financiamentos externos que têm avais da União. Falo, Sr. Presidente, dos relacionados sobretudo à desvalorização do real nos últimos 12 meses. Já é possível perceber uma perda de valor frente ao dólar da ordem de 25%. E a valorização do dólar, por sua vez, apresenta-se como um fenômeno

basicamente já estrutural, ou seja, a recuperação da economia norte-americana enfim. E tudo isso tem um enorme impacto nessas operações de crédito.

A minha sugestão, portanto, é que nós possamos, exatamente na linha do que disse V. Exª, viabilizar a vinda do Secretário do Tesouro Nacional.

Fizemos uma avaliação, Sr. Presidente, superficial dos contratos em curso na Comissão de Financiamentos Externos (Cofiex) e chegamos a valores que são realmente muito altos. Entre operações de crédito para Estados e Municípios e União, esses valores já ultrapassam a US$100 bilhões.

Portanto, faz-se necessário que nós possamos fazer um aprofundamento, um enfrentamento, à luz inclusive dessa mudança conjuntural da valorização do dólar em relação ao real e do impacto de tudo isso nas contas públicas do País.

Então, corroboro com V. Exª na direção de viabilizarmos essa audiência que vai ser muito importante.

Muito obrigado.

O SR. PRESIDENTE (Lindbergh Farias. Bloco Apoio Governo/PT – RJ) – Estamos trabalhando com essa data do dia 3 de setembro, Senador Ricardo Ferraço. E já falei do requerimento de autoria dos Senadores Francisco Dornelles e Pedro Taques, que será respondido pela Secretaria do Tesouro Nacional na data de hoje, que eu acho que vai ser muito importante para a gente saber a situação de cada Estado, de cada Município da Federação. Eu quero disponibilizar esses números aqui na próxima terça-feira.

Vamos voltar ao item nº 1 da pauta, cujo relatório já foi lido. O Senador Antonio Carlos Rodrigues, como representante do Estado do São Paulo, está aqui a me cobrar.

ITEM 1
MENSAGEM (SF) Nº 69, DE 2013
– Não Terminativo –

Propõe, nos termos do art. 52, incisos V, VII e VIII, da Constituição Federal, seja autorizada a contratação de operação de crédito externo, com garantia da República Federativa do Brasil, entre o Estado de São Paulo e o Banco Internacional de Reconstrução e Desenvolvimento – BIRD, no valor de até US$ 300,000,000.00 (trezentos milhões dólares dos Estados Unidos da América), de principal, cujos recursos destinam-se ao financiamento parcial do "Programa de Transporte, Logística e Meio Ambiente".

Autoria: Presidente da República

Relatoria: Senador Alvaro Dias

Relatório: Favorável nos termos do Projeto de Resolução do Senado que apresenta.

A matéria está em discussão.

Senador Antonio Carlos Rodrigues

O SR. ANTONIO CARLOS RODRIGUES (Bloco União e Força/PR – SP) – Quero ressaltar a importância, para o Estado de São Paulo, desse financiamento parcial para o Programa de Transporte, Logística e Meio Ambiente.

Muito obrigado.

O SR. PRESIDENTE (Lindbergh Farias. Bloco Apoio Governo/PT – RJ) – Designo o Senador Flexa Ribeiro como Relator *ad hoc*.

O Senador Alvaro Dias acaba de chegar. Na verdade, ele já havia lido esta mensagem, o item nº 1 da pauta. Eu consulto o Relator se deseja fazer uso da palavra. (*Pausa*.)

Ele diz que não há necessidade.

A matéria está em discussão. (*Pausa*.)

Não havendo mais quem queira discutir, vamos colocar...

O SR. RICARDO FERRAÇO (Bloco Maioria/PMDB – ES) – Presidente...

O SR. PRESIDENTE (Lindbergh Farias. Bloco Apoio Governo/PT – RJ) – Senador Ricardo Ferraço.

O SR. RICARDO FERRAÇO (Bloco Maioria/PMDB – ES) – Faço um breve comentário, Sr. Presidente, a respeito dessa contratação de operação de crédito externo, com garantia da União, entre o Estado de São Paulo e o Banco Interamericano, no valor de até US$ 300 milhões.

O exame do pedido de aval à União pelo Estado de São Paulo nos leva à obtenção de empréstimo para viabilizar a recuperação e modernização de parte da malha viária do Estado de São Paulo, algo meritório não apenas para o Estado, mas para todos nós, brasileiros, considerando a importância de São Paulo, evidentemente, para o desenvolvimento nacional. E a melhoria da mobilidade urbana da cidade de São Paulo tem, de fato, um impacto nacional muito grande.

Mas percebemos também, Sr. Presidente, que, por conta do ainda elevado endividamento do Estado de São Paulo, a Secretaria do Tesouro Nacional classificou a sua condição fiscal como de alto risco. Esses são os dados da Secretaria do Tesouro Nacional.

Por isso, São Paulo foi enquadrado pelo Ministério da Fazenda em um conjunto de exceções que permite facilitar e viabilizar a obtenção dessas formas de financiamento. Ou seja, Sr. Presidente, essas operações de crédito estão sendo possíveis em função de uma portaria, a Portaria nº 306, de 2012, que criou uma série de condições de excepcionalidade, inclusive considerando essas medidas como anticíclicas. Então

as operações de crédito, de um modo geral, estão sendo aprovadas com base nessa portaria.

Em que pese o mérito, nós estamos, com esse comentário, reforçando a necessidade, nesta Comissão, que é parte integrante, juntamente com o Ministério da Fazenda, juntamente com a Secretaria do Tesouro Nacional, juntamente com o Ministério do Planejamento – esta é a última instância –, de aprovação dessas operações de crédito, que já ultrapassam, Sr. Presidente, mais de US$110 bilhões.

Por esse motivo, chamo a atenção e reforço ainda mais a necessidade de fazermos aqui o enfrentamento, de termos aqui a presença do Sr. Arno Augustin, para que esses assuntos estruturais possam ser enfrentados.

Evidentemente, pelo mérito, nós votamos favoravelmente.

O SR. ALVARO DIAS (Bloco Minoria/PSDB – PR) – Sr. Presidente, apenas...

O SR. PRESIDENTE (Lindbergh Farias. Bloco Apoio Governo/PT – RJ) – A matéria está em discussão.

Senador Alvaro Dias.

O SR. ALVARO DIAS (Bloco Minoria/PSDB – PR) – Faço apenas uma consideração em relação ao que diz o Senador Ricardo Ferraço.

Concordo com as suas preocupações em relação ao endividamento. Tenho repetido aqui insistentemente, inclusive, que estamos aprovando reiteradamente empréstimos sem levar em conta o endividamento do País, que pode ter consequências incríveis a médio e longo prazo.

Em relação a São Paulo, é evidente que é um Estado diferenciado pelas potencialidades que possui, e nós estamos aprovando com algumas condições.

O parágrafo único diz que a autorização prevista fica condicionada a que o Estado de São Paulo celebre contrato com a União para a concessão de contragarantias, sob a forma de vinculação das cotas ou parcelas da participação do Estado na arrecadação da União, na forma do disposto no art. 159 etc., ou resultantes dessas cotas ou parcelas transferíveis, bem como das receitas próprias a que se referem os artigos 155 e 157 igualmente da Constituição Federal; que seja comprovado o cumprimento das condições de efetividade do contrato; e que seja comprovada a situação de adimplência de todas as obrigações do Estado de São Paulo junto à União e suas controladas.

Portanto, nós estamos aprovando com essas condicionantes. Por exemplo, se o Estado de São Paulo não comprovar a sua situação de adimplência – a situação de adimplência de todas as suas obrigações junto à União – é evidente que o empréstimo não será concedido.

Portanto, há garantias asseguradas nesse projeto que estamos aprovando e evidentemente o nosso pedido é para que o projeto seja aprovado.

O SR. PRESIDENTE (Lindbergh Farias. Bloco Apoio Governo/PT – RJ) – A matéria está em discussão. (*Pausa.*)

Não havendo mais quem queira discutir, vamos colocar em votação o relatório do Senador Alvaro Dias.

Em votação.

Os Srs. Senadores que concordam com o relatório permaneçam como estão. (*Pausa.*)

Aprovado o relatório, que passa a constituir o Parecer da CAE, favorável nos termos do PLS apresentado.

O SR. ALVARO DIAS (Bloco Minoria/PSDB – PR) – Eu peço urgência.

O SR. PRESIDENTE (Lindbergh Farias. Bloco Apoio Governo/PT – RJ) – É o mesmo pedido do Senador Antonio Carlos.

O SR. ANTONIO CARLOS RODRIGUES (Bloco/União e Força/PR – SP) – Obrigado.

O SR. PRESIDENTE (Lindbergh Farias. Bloco Apoio Governo/PT – RJ) – Em votação a apresentação do requerimento de urgência proposto pelo Senador Álvaro Dias e pelo Senador Antonio Carlos Rodrigues.

Os Srs. Senadores que concordam com a apresentação do requerimento permaneçam como estão. (*Pausa.*)

Aprovado o requerimento de urgência para a matéria.

ITEM 2
MENSAGEM (SF) Nº 70, DE 2013
– Não Terminativo –

Propõe, nos termos do art. 52, incisos V, VII e VIII, da Constituição Federal, seja autorizada a contratação de operação de crédito externo, com garantia da República Federativa do Brasil, entre o Estado do Pará e o Banco Interamericano de Desenvolvimento – BID, no valor de até USD 200.810.000.00 (duzentos milhões e oitocentos e dez mil dólares norte-americanos), de principal, cujos recursos destinam-se ao financiamento parcial do "Programa da Melhoria da Qualidade e Expansão da Cobertura da Educação Básica do Estado do Pará".

Autoria: Presidente da República

Relatoria: Senador Aloysio Nunes Ferreira (Substituído por Ad Hoc)

Relatoria Ad Hoc: Senador Alvaro Dias

Relatório: Já foi lido pelo Senador Aloysio Nunes Ferreira.

Como eu tenho que designar um Relator Ad hoc, designei o Senador Alvaro Dias, mas o relatório já foi lido pelo Senador Aloysio Nunes.

Quero comunicar que, de acordo com a Resolução nº 4.301, do Senado Federal, encontram-se presentes para acompanhar a apreciação da matéria o Sr. Eduardo Luiz Gaudard, Gerente de Responsabilidades Financeiras da Secretaria do Tesouro Nacional do Ministério da Fazenda, representando o Tesouro Nacional; e, representando o Estado do Pará, o Sr. Cláudio Ribeiro, Secretário de Estado da Educação.

Eu designei, pró-forma, o Senador Alvaro Dias como Relator *ad hoc*, mas esse relatório já foi lido pelo Senador Aloysio Nunes Ferreira.

Consulto o Relator *ad hoc* se deseja fazer uso da palavra.

O SR. ALVARO DIAS (Bloco Minoria/PSDB – PR) – Apenas reafirmo o relatório do Senador Aloysio Nunes Ferreira.

O SR. PRESIDENTE (Lindbergh Farias. Bloco Apoio Governo/PT – RJ) – Muito obrigado, Senador Alvaro Dias.

A matéria está em discussão.

O SR. FLEXA RIBEIRO (Bloco Minoria/PSDB – PA) – Sr. Presidente...

O SR. PRESIDENTE (Lindbergh Farias. Bloco Apoio Governo/PT – RJ) – Tem a palavra o Senador Flexa Ribeiro.

O SR. FLEXA RIBEIRO (Bloco Minoria/PSDB – PA) – Sr. Presidente, Senador Lindbergh Farias; Srªs e Srs. Senadores, esse pedido de empréstimo que o Governo do Pará faz ao BID é de extrema importância. Vejo a preocupação do Senador Ferraço, que é de todos nós, com relação ao nível de endividamento que a Nação está a suportar.

No caso do Pará, Senador Ferraço, nós temos a tranquilidade de dizer que o nosso ajuste fiscal está plenamente correto, com capacidade de endividamento bem superior, várias vezes superior, eu diria, ao que, hoje, já foi tomado pelo Estado do Pará. Então, temos uma larga margem de ampliação.

Esse projeto, esse empréstimo que está sendo hoje colocado em apreciação, em discussão e em votação na CAE é de extrema importância para o Estado do Pará, porque trata de uma área que é preocupação nacional, que é a educação.

Desde 1998, o BID não faz uma operação de crédito com o Governo Federal para a educação. Então, nós estamos retomando com esse empréstimo ao Pará essa possibilidade de avançar na melhoria da educação em nosso Estado. É um empréstimo da ordem de US$350 milhões, com contrapartida do Estado do Pará. É importante dizer que esses recursos serão usados não só na recuperação, na ampliação e na modernização da infraestrutura – isso é importante, mas não resolve o problema da educação no Estado do Pará e no Brasil cuidarmos somente da parte física –, mas também na melhoria da qualidade do ensino – isso é que é importante! – e no aperfeiçoamento da gestão da rede estadual. Quer dizer, essas duas outras áreas em que os recursos serão aplicados são importantíssimas, para que, no Pará, possamos atingir a nossa meta de, em cinco anos, elevar o Ideb em 30%, melhorando a qualidade do ensino no Estado do Pará.

Então, peço o apoio dos Srs. Senadores, para que possamos aprovar esse empréstimo para o Estado do Pará.

O SR. PRESIDENTE (Lindbergh Farias. Bloco Apoio Governo/PT – RJ) – A matéria está em discussão.

O SR. RICARDO FERRAÇO (Bloco Maioria/PMDB – ES) – Peço a palavra, Sr. Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Lindbergh Farias. Bloco Apoio Governo/PT – RJ) – Com a palavra, o Senador Ricardo Ferraço.

O SR. RICARDO FERRAÇO (Bloco Maioria/PMDB – ES) – Sr. Presidente, tenho procurado me deter, porque julgo da maior responsabilidade, nessas operações de crédito que nós aprovamos aqui, na Comissão de Assuntos Econômicos do Senado. Isso é prerrogativa exclusiva desta Comissão e, em seguida, vai para o plenário. Mas esta é a última instância em que todo esse debate é feito.

Procurei observar a evolução das contas públicas e a situação fiscal do Estado do Pará, embora ele conte com uma liminar neste momento para impedir a inclusão de dois órgãos estaduais no Cauc, o que não obstaculiza em hipótese alguma a concessão de aval da União. De fato, o Pará conta com uma situação muito boa. Esses são os dados da Secretaria do Tesouro Nacional que, seguramente, habilitam o Estado do Pará a contratar esse financiamento junto ao BID, com a obtenção do aval da União.

Mas o que eu gostaria também de ressaltar é que esse financiamento se destina, segundo escopo e objeto do contrato, à melhoria da qualidade e expansão da cobertura da educação no Estado. É válido observar a forma com que o Estado do Pará tem priorizado a melhoria do seu Índice de Desenvolvimento Humano, que, no quesito educação, em 2010, foi classificado como baixo. Portanto, há, de fato, a necessidade desse reforço, para que esses investimentos possam continuar produzindo a necessária melhoria, melhorando assim também os indicadores sociais do Estado do Pará.

Portanto, o Estado do Pará, das operações de crédito que estamos aprovando aqui, foi o único que não teve que ser incorporado ou acolhido pela Por-

taria nº 306, de 2012, que criou regras de exceções, num momento de retração da economia, para que as operações pudessem ser consideradas como iniciativas anticíclicas.

Das três operações que aprovamos aqui, apenas o Pará não foi acolhido e não foi incorporado na condição de excepcionalidade, o que me parece valer aqui um registro e, naturalmente, a minha manifestação de voto favorável, com louvor, aos esforços fiscais que tem feito o Estado do Pará.

O SR. PRESIDENTE (Lindbergh Farias. Bloco Apoio Governo/PT – RJ) – A matéria está em discussão.

Senador Flexa Ribeiro.

O SR. FLEXA RIBEIRO (Bloco Minoria/PSDB – PA) – Presidente, só quero agradecer ao Senador Ferraço, que, com o seu depoimento, faz justiça ao Governo do Estado do Pará, do Governador Simão Jatene, na sua preocupação com o ajuste fiscal. E V. Exª corrobora, ao fazer a sua intervenção, com aquilo que disse anteriormente: o Pará tem condições de assumir não só esse financiamento, mas outros, porque está com espaço suficiente para isso.

Eu quero saudar aqui o representante – V. Exª já fez referência – do Estado do Pará, o Secretário de Educação, Sr. Cláudio Ribeiro, e a representante do Secretário da Fazenda, Dr. José Tostes, Srª Rosana Alcântara.

O SR. PRESIDENTE (Lindbergh Farias. Bloco Apoio Governo/PT – RJ) – Não havendo mais quem queira discutir, vamos colocar em votação o relatório do Senador Aloysio Nunes Ferreira.

Os Senadores que concordam com o relatório permaneçam como estão. (*Pausa.*)

Aprovado o relatório, que passa a constituir o parecer da CAE, favorável, nos termos do PRS apresentado.

O SR. FLEXA RIBEIRO (Bloco Minoria/PSDB – PA) – Urgência para o projeto, Presidente Lindbergh.

O SR. PRESIDENTE (Lindbergh Farias. Bloco Apoio Governo/PT – RJ) – Em votação a apresentação do requerimento de urgência proposto pelo Senador Flexa Ribeiro.

Os Senadores que concordam permaneçam como estão. (*Pausa.*)

Aprovada a apresentação do requerimento de urgência para a matéria.

Senhores, nós temos privilegiado aqui...

O SR. FLEXA RIBEIRO (Bloco Minoria/PSDB – PA) – Quero só agradecer ao Relator, Senador Aloysio Nunes Ferreira, e ao Relator *ad hoc*, Senador Alvaro Dias, assim como aos meus pares que votaram favoravelmente ao empréstimo do Estado do Pará.

O SR. PRESIDENTE (Lindbergh Farias. Bloco Apoio Governo/PT – RJ) – Muito obrigado, Senador Flexa Ribeiro.

Nós temos usado aqui a regra de privilegiar a colocação em votação de relatórios em que os relatores estão presentes. Nós temos aqui o Item 6, cujo Relator está aqui, o Senador Ricardo Ferraço, mas o Senador Humberto Costa tem uma audiência na Presidência do Senado sobre o tema da saúde, por isso eu queria passar ao Item 8, que é o Projeto de Lei da Câmara nº 51, de 2011.

ITEM 8
PROJETO DE LEI DA CÂMARA Nº 51, DE 2011
– Não Terminativo –

Altera a redação do caput e do § 1º do art. 588 da Consolidação das Leis do Trabalho – CLT, aprovada pelo Decreto-Lei nº 5.452, de 1º de maio de 1943.
Autoria: Deputado Sandes Júnior
Relatoria: Senador José Pimentel (Substituído por Ad Hoc)
Relatoria Ad Hoc: Senador Humberto Costa
Relatório: Pela rejeição do Projeto e da Emenda nº 2, de autoria do Senador Aloysio Nunes Ferreira.

A matéria será apreciada pela Comissão de Assuntos Sociais em decisão terminativa.

Em 18/10/2011 foi apresentada a Emenda nº 1, de autoria do Senador Aloysio Nunes Ferreira, sendo posteriormente retirada em 29/05/2012.

Em 29/05/2013, foi apresentada a Emenda nº 2, de autoria do Senador Aloysio Nunes Ferreira.

Com a palavra o Relator *ad hoc*, Senador Humberto Costa.

O SR. HUMBERTO COSTA (Bloco Apoio Governo/PT – PE) – Sr. Presidente, Srªs Senadoras, Srs. Senadores, em exame nesta Comissão o Projeto de Lei da Câmara nº 51, de 2011, que tem por finalidade transferir do Ministério do Trabalho e Emprego para as entidades sindicais a obrigação de comunicar à Caixa Econômica Federal sobre mudanças estatutárias ou administrativas de suas entidades sempre que ocorrerem ou quando solicitadas.

Ao justificar sua iniciativa, o autor alega que, com a proposta, a CLT ajusta-se à Constituição Federal, que, em seu art. 8, inciso I, desvincula as entidades sindicais do Estado.

Em sua tramitação na Câmara dos Deputados, a proposição foi analisada e aprovada pelas Comissões de Trabalho, de Administração e Serviço Público,

e de Constituição e Justiça e de Cidadania, na forma de substitutivo.

Nesta Casa, além do exame desta Comissão, a matéria será ainda submetida, nos termos do inciso IV, §1º, do art. 91 do Regimento Interno, à Comissão de Assuntos Sociais, cabendo a esta decisão terminativa.

Nesta Comissão, à proposição foram apresentadas duas emendas pelo Senador Aloysio Nunes Ferreira. Em 28 de maio de 2012, todavia, o Senador Aloysio solicitou a retirada da Emenda nº 1–CAE, restando, então, apenas a de nº 2.

Análise.

Em conformidade com o art. 99, I e VII, do Regimento Interno do Senado Federal, compete à Comissão de Assuntos Econômicos deliberar sobre o aspecto econômico e financeiro de qualquer matéria que lhe seja submetida, bem como sobre outros assuntos correlatos.

A matéria que se pretende regular por lei visa a transferir do Ministério do Trabalho e Emprego (MTE) para as entidades sindicais a obrigação de comunicar à Caixa Econômica Federal (CEF) mudanças estatutárias ou administrativas porventura ocorridas nessas entidades, ou sempre que solicitadas pela instituição financeira.

Atualmente, o Ministério do Trabalho e Emprego vem prestando essas informações para a Caixa, no sentido de garantir a veracidade das informações, haja vista que a garantia de representação de uma entidade sindical passa por um processo formal interno naquele Ministério.

Com a alteração proposta pelo projeto, a apresentação de documentos pelas entidades sindicais para comprovarem a sua real representação junto à Caixa Econômica Federal torna inócua a atribuição do Ministério do Trabalho e Emprego de zelar pela unicidade sindical.

Registre-se, ainda, que a apresentação de documentos por parte das entidades sindicais diretamente à Caixa abriria margens para possíveis fraudes, tendo em vista que poderão ser apresentados documentos falsos, sem que o servidor da CEF possua a aptidão necessária para identificar tais irregularidades.

Vislumbra-se, ainda, na proposição, a possibilidade de recolhimentos em desacordo com a real representação das entidades sindicais. Como o processo de identificação de representação sindical não é uma atividade simples, pois requer um trâmite processual com a utilização de mecanismos que comparem possíveis conflitos de representação, há a preocupação de que a falta dessa análise repercuta no montante do valor a ser recolhido para as entidades, o que geraria uma insegurança, inclusive, entre as categorias.

Assim, estamos convencidos de que as ações do Ministério do Trabalho e Emprego de zelar pela unicidade sindical, atribuição esta ratificada pela Súmula 677 do Supremo Tribunal Federal, devem ser preservadas.

Vale ressaltar, finalmente, que, com a aprovação do presente projeto, a competência de analisar os processos de registro sindical pelo Ministério do Trabalho e Emprego perderia o seu valor, assim como o Cadastro Nacional de Entidades Sindicais teria a sua aplicabilidade restrita.

Dessa forma, entendemos que deva ser mantida a atribuição do Ministério do Trabalho e Emprego de prestar as informações fidedignas à Caixa Econômica Federal, sobre mudanças estatutárias ou administrativas porventura ocorridas nas entidades sindicais, ou sempre que solicitadas pela instituição financeira.

Como vimos, ao projeto foi apresentada uma emenda, de autoria do Senador Aloysio Nunes Ferreira, que sugere a inclusão de dispositivo para determinar que as federações e as confederações das categorias econômicas ou profissionais ou das profissões liberais, bem como as centrais sindicais...

O SR. PRESIDENTE (Lindbergh Farias. Bloco Apoio Governo/PT – RJ. *Fazendo soar a campainha*.) – Eu peço silêncio. O Relator, Senador Humberto Costa, está com a palavra.

O SR. HUMBERTO COSTA (Bloco Apoio Governo/PT – PE) – Só um minuto, Sr. Presidente.

Bem como as centrais sindicais, prestem contas, em cada exercício financeiro, ao Tribunal de Contas da União, sobre a aplicação dos recursos provenientes das contribuições de interesse das categorias profissionais ou econômicas de que trata o art. 149 da Constituição Federal, e de outros recursos públicos que vierem a receber.

A despeito dos nobres propósitos que moveram o ilustre Parlamentar a propor emenda para determinar a obrigação de as entidades sindicais prestarem contas ao Tribunal de Contas da União sobre a aplicação dos recursos provenientes da contribuição sindical, entendemos que a proposta não observa o disposto no art. 230, inciso I, do Regimento Interno do Senado Federal, que determina que não se admitirá emenda quando esta não tiver relação direta com a matéria da disposição que se pretende emendar. Por isso, somos pela sua rejeição.

Voto.

Pelo exposto, opinamos pela rejeição do Projeto de Lei da Câmara nº 51, de 2011, bem como da Emenda nº 2 da CAE.

Obrigado, Sr. Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Lindbergh Farias. Bloco Apoio Governo/PT – RJ) – A matéria está em discussão.

O SR. ALOYSIO NUNES FERREIRA (Bloco Minoria/PSDB – SP) – Peço vista, Sr. Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Lindbergh Farias. Bloco Apoio Governo/PT – RJ) – Senador Aloysio Nunes Ferreira pede vista.

Srs. Senadores, alcançamos o quórum, então, vamos entrar nos itens de projetos terminativos.

Item 10.

O SR. RICARDO FERRAÇO (Bloco Maioria/PMDB – ES) – V. Exª anunciou o item 6.

O SR. PRESIDENTE (Lindbergh Farias. Bloco Apoio Governo/PT – RJ) – Anunciei, mas vou voltar depois, porque alcançamos agora o quórum de 14 Senadores, para os terminativos. Então, queremos entrar nos itens terminativos e, depois, voltaremos para item 6, quando perdermos o quórum.

O SR. RICARDO FERRAÇO (Bloco Maioria/PMDB – ES) – Sr. Presidente, fui designado por V. Exª para relatar o Ato nº 2. Esse ato proposto pelo Senador Pedro Taques cria um conjunto de procedimentos que passam a ser observados pela Comissão de Assuntos Econômicos, além das questões econômicas. Trata-se de temas relacionados a refinanciamento de países credores do Brasil.

Essa proposta não consta da pauta, mas eu estou com o meu parecer pronto. Se V. Exª julgar que, em algum momento, nós poderemos apresentá-lo, nós estamos prontos e aptos.

Muito obrigado.

O SR. PRESIDENTE (Lindbergh Farias. Bloco Apoio Governo/PT – RJ) – Muito obrigado, Senador Ricardo Ferraço. Examinaremos e responderei a V. Exª em instantes.

ITEM 10
PROJETO DE LEI DO SENADO Nº 99, DE 2009
– Terminativo –

Determina a inclusão automática na "malha fina" das declarações do imposto de renda dos contribuintes detentores de mandato eletivo.
Autoria: Senador Cristovam Buarque.
Relatoria: Senador Eduardo Suplicy.
Relatório: Pela aprovação do Projeto.
Observações:
1. A matéria foi apreciada pela Comissão de Constituição, Justiça e Cidadania, com parecer contrário ao Projeto;
2. Em 4/6/2013, foi concedida Vista Coletiva.

O relatório já foi lido pelo Relator.

A matéria está em discussão.

Senador Romero Jucá.

O SR. HUMBERTO COSTA (Bloco Apoio Governo/PT – PE) – Para discutir.

O SR. ROMERO JUCÁ (Bloco Maioria/PMDB – RR) – Sr. Presidente, pedi a palavra porque vou precisar me ausentar para uma reunião na Casa Civil, mas, antes disso, eu gostaria de deixar consignado o meu voto e a minha posição.

A Comissão de Constituição e Justiça já se manifestou sobre esta matéria, tratando-a como inconstitucional.

Como é que funciona o sistema de malha fina? Funciona da seguinte forma: a Receita Federal tem parâmetros, diversos parâmetros, sobre renda, sobre declaração, sobre abatimento, sobre dependente, sobre crescimento patrimonial, e tudo isso é cruzado. Nós temos hoje supercomputadores que cruzam todos os dados e qualquer cidadão brasileiro que fique fora dos padrões automaticamente vai para a malha fina. É assim que funciona o sistema, com igualdade para todos.

ORADOR NÃO IDENTIFICADO – Inclusive o Barack Obama.

O SR. ROMERO JUCÁ (Bloco Maioria/PMDB – RR) – Inclusive para o Barack Obama.

Então, fazer uma distinção negativa, dizendo que qualquer parlamentar, qualquer agente público já caia automaticamente na malha fina, em tese, é dar um tratamento negativo diferenciado a alguém, ferindo os preceitos de igualdade.

Então, apesar de entender a boa intenção do Senador Cristovam, a transparência pretendida pelo Senador Cristovam, eu quero registrar que conheço o sistema da Receita Federal. E esse sistema é transparente, é democrático, é igualitário, trata todos igualmente; não há nenhuma regra para que alguém não entre na malha fina. Portanto, o sistema já funciona a contento para todos os brasileiros.

Por conta disso e por conta da inconstitucionalidade já declarada pela CCJ, eu quero registrar o meu voto contrário ao projeto, no seu mérito.

O SR. PRESIDENTE (Lindbergh Farias. Bloco Apoio Governo/PT – RJ) – Senador Francisco Dornelles. Logo em seguida, Senador Humberto Costa e Senador Blairo Maggi.

O SR. FRANCISCO DORNELLES (Bloco Maioria/PP – RJ) – Sr. Presidente, eu entendo que o parlamentar não deveria ter nenhum privilégio em relação a qualquer outro cidadão. Mas também não poderia ter qualquer ônus que muitas vezes o diferenciasse, tentasse estabelecer para ele um tratamento diferenciado.

Sem entrar no mérito deste projeto – e eu o acho politicamente perigoso, é um instrumento de governo contra oposição, que a qualquer hora poderia utilizar esse mecanismo da malha –, a Comissão de Justiça

já declarou sua inconstitucionalidade, com base no art. 150, inciso II, que dispõe:

> "Art. 150. (...) é vedado à União, aos Estados, Distrito Federal e Municípios:
> (...)
> II – instituir tratamento desigual entre contribuintes que se encontrem em situação equivalente, proibida qualquer distinção em razão de ocupação profissional ou função por eles exercida, independentemente da denominação jurídica dos rendimentos, títulos ou direitos".

Desse modo, a minha posição, seguindo a decisão da Comissão de Justiça de declarar a inconstitucionalidade, é contrária à aprovação do projeto.

O SR. PRESIDENTE (Lindbergh Farias. Bloco Apoio Governo/PT – RJ) – Obrigado, Senador Francisco Dornelles.

Com a palavra, o Senador Humberto Costa.

O SR. HUMBERTO COSTA (Bloco Apoio Governo/PT – PE) – Sr. Presidente, eu queria fazer uma discussão um pouco mais ampla. Além de concordar plenamente com o caráter inconstitucional que esse projeto tem, eu queria fazer uma discussão mais política.

Recentemente, nós tivemos um debate, na Comissão de Constituição e Justiça, sobre um projeto que definia um conjunto de autoridades públicas que deveria ter, de antemão, os seus sigilos fiscal e bancário quebrados, publicizados; não teria, pois, direito a essa garantia. E o que eu achava interessante é que, ali, se propunham integrantes do Executivo, integrantes do Legislativo, mas não se propunham integrantes do Ministério Público e do Poder Judiciário.

Ora, um ministro do Supremo Tribunal Federal ou do Superior Tribunal de Justiça, com um simples voto, pode quebrar a economia do País; um representante do Ministério Público, com um simples parecer, pode determinar a destruição da vida pública de quem quer que seja. Então, por que essa suspeita que sempre se levanta sobre aqueles que são os mais transparentes, aqueles que, o tempo inteiro, se apresentam para o julgamento popular?

Assim, além do debate sobre a inconstitucionalidade, eu acho que, sempre que nós formos estabelecer qualquer tipo de tratamento diferenciado àqueles que exercem poder, temos de defini-lo para todos, pois todos podem exercer esse poder no sentido de agredir os interesses da sociedade.

Então, pelas duas razões, voto contra esse projeto, entendendo que o debate que nós teremos de retomar sobre o projeto do Senador Pedro Simon deve ser o de estendermos a todos essa imposição, que tem uma característica diferente dessa da malha fina. E eu creio que não é inconstitucional existir uma definição como aquela de que todos aqueles que se habilitem a um cargo público, no Legislativo, no Executivo ou no Judiciário, a depender do grau de poder que têm, não podem ter preservados os seus sigilos, mas que isso se estenda a todos.

Agradeço.

O SR. ROMERO JUCÁ (Bloco Maioria/PMDB – RR) – Sr. Presidente, pela ordem.

O SR. PRESIDENTE (Lindbergh Farias. Bloco Apoio Governo/PT – RJ) – Com a palavra o Senador Romero Jucá.

O SR. ROMERO JUCÁ (Bloco Maioria/PMDB – RR) – Sr. Presidente, como eu disse, terei de me ausentar para uma reunião na Casa Civil sobre a questão do texto sobre terrorismo que estamos discutindo na Comissão Mista. Portanto, eu queria deixar consignado novamente o meu voto "não", contrário ao projeto, pelas razões que já explicitei.

Assim, peço vênia para me retirar, requerendo que o meu voto seja computado nessa questão.

O SR. PRESIDENTE (Lindbergh Farias. Bloco Apoio Governo/PT – RJ) – Claro; e eu já consultei aqui a Secretaria. Desse modo, fica computado o voto do Senador Romero Jucá.

Senador Blairo Maggi, tem V. Exª a palavra.

Em seguida, o Senador Cristovam Buarque.

O SR. BLAIRO MAGGI (Bloco União e Força/PR – MT) – Sr. Presidente, caros colegas Senadores, na mesma linha, votarei contra o projeto e quero aqui dar as minhas explicações.

Primeiramente, entendo que é inconstitucional, conforme os colegas já falaram. Em segundo lugar, porque nós estamos tentando dar um tratamento diferente àqueles que são detentores de cargos públicos. Acho que o reflexo do que a sociedade pensa da classe política está aí nas pesquisas que são realizadas, onde se mostra o quanto o Congresso brasileiro, o Congresso Nacional está depreciado perante a opinião pública.

Agora, parece-me que nós estamos sempre invertendo a ordem normal das coisas. Todo mundo é inocente até que se prove o contrário; aqui, no Congresso, todo mundo é culpado até que se prove o contrário.

Hoje mesmo, a imprensa traz aqui: "Bancos vão fechar cerco à lavagem de dinheiro". Quem está lavando dinheiro tem que sofrer processo, ir para a cadeia etc., mas aqui, na matéria, se os colegas lerem, verão que parece que todos nós que temos cargos políticos, os nossos filhos, as nossas esposas, os nossos amigos, os amigos mais próximos, todos, todos são, em primeiro lugar, culpados de alguma coisa, pois têm de provar o contrário.

Então, eu não concordo com esse tipo de coisa. Eu acho que nós temos de nos afirmar como uma instituição séria, como uma instituição que quer resolver os problemas do País, mas não ficar criando esse tipo de situação.

Eu sou favorável, sim, por exemplo, a que todo mundo que entra na vida política, ou que tem cargo de administração ou coisa parecida, não tenha direito a sigilo bancário. Para mim, isso está certo, não tem problema, porque eu não quero fazer rolo nenhum. Se a confusão está de um lado da rua, eu estou do outro, eu não quero participar, então, que medo eu tenho de fazer isso?

Agora, aqui, nós somos, primeiro, culpados. Como eu disse, nós invertemos a lógica da coisa – aqui, primeiro, nós somos culpados para, depois, tentarmos provar que somos inocentes –, daquilo que, normalmente, no País, é o correto, quer dizer, todos são inocentes até prova em contrário.

Então, quero deixar, já na discussão, consignado, também, que vou votar contrariamente a esse projeto, por entender que ele não faz bem para o Congresso Nacional. Pelo contrário, só cria mais distância entre a sociedade e nós, pela desconfiança que todo mundo tem aqui, internamente.

Muito obrigado, Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Lindbergh Farias. Bloco Apoio Governo/PT – RJ) – Com a palavra, o Senador Cristovam Buarque, autor do projeto.

O SR. CRISTOVAM BUARQUE (Bloco Apoio Governo/PDT – DF) – Sr. Presidente, eu vejo exatamente ao contrário do Senador Blairo o sentido do impacto disso.

Primeiro, eu sou totalmente de acordo com o que ele diz: que nós parecemos culpados desde o momento em que somos eleitos; que não temos de ter medo, absolutamente, de nada. Aí, dentro da linha do Senador Humberto Costa, deveríamos abrir tudo de sigilo, tudo de sigilo, fora o pessoal, obviamente, e fazer com que o povo saiba do patrimônio de cada um permanentemente, não só uma vez ou outra, da conta bancária, tudo isso. E que não seja só dos eleitos, como o meu projeto coloca. Aí, estou de acordo, deveríamos ter uma emenda colocando outras autoridades do Estado brasileiro que não são eleitas.

Agora, ao mesmo tempo em que eu falo isso, eu quero justificar esse projeto, porque é um avanço, de qualquer maneira. Não chega ao ponto do que defende o Senador Humberto Costa, mas é um avanço. Por que ficar contra ele?

Constitucionalidade, eu não discuto. Eu nunca aceitei ser da CCJ porque eu não me sinto habilitado para discutir constitucionalidade ou não.

Esquecendo esse lado, eu só vejo vantagem, para a opinião pública, em nós dizermos: "Nós votamos algo que pede que nossas vidas sejam fiscalizadas." Isso é bom para todos.

Segundo, é bom para cada um de nós. Vamos dar um exemplo: nós descobrimos que, há anos, não se descontava Imposto de Renda de parte do nosso salário. Eu fui surpreendido absolutamente. Procurei o contador meu, e ele disse: "Mesmo que tivesse descoberto, não poderia pagar Imposto de Renda, porque vinha numa rubrica isenta."

Se estivesse, já, essa lei que proponho aprovada, passassem os meus impostos de renda pela malha fina, teria evitado esse constrangimento, teria evitado o constrangimento que tomou conta, durante semanas, do Brasil inteiro, de que, no Senado, os Senadores não pagavam Imposto de Renda. E, aí, Blairo, não pagávamos mesmo; nós éramos culpados mesmo. Não é questão de dizer: "Tem de provar antes". Éramos, ou por desconhecimento – o caso da maioria, aqui –, ou porque se aproveitou e ficou quieto. A gente teria evitado esse constrangimento e o prejuízo de ter de pagar, agora, o atrasado.

Por isso, eu insisto: vamos aprovar esse projeto e a CCJ discutirá a constitucionalidade.

(Intervenção fora do microfone.)

O SR. CRISTOVAM BUARQUE (Bloco Apoio Governo/PDT – DF) – Eu sei que já foi, mas que não seja uma coisa nossa.

Nós não votamos a constitucionalidade, nós votamos o mérito. No mérito, somos favoráveis. A CCJ diz que é inconstitucional? Muito bem.

Então, esse é o meu apelo.

Eu acho que é um bom recado. É uma agenda positiva, como se diz, porque, hoje, a gente está tendo uma agenda positiva que não é positiva e uma agenda comportamental que é negativa no Senado. Esse seria um gesto, a meu ver, de um comportamento positivo.

O SR. BLAIRO MAGGI (Bloco União e Força/PR – MT) – Presidente, pela ordem.

O SR. PRESIDENTE (Lindbergh Farias. Bloco Apoio Governo/PT – RJ) – Senador Blairo Maggi.

O SR. BLAIRO MAGGI (Bloco União e Força/PR – MT) – Só para deixar claro: não é que eu seja contra a transparência, eu só acho que nós estamos criando uma categoria diferente, alguém diferente dentro da Receita Federal.

A Receita Federal tem a obrigação de cuidar de todos, de avaliar a declaração de Imposto de Renda de todos. Por que só os detentores de mandato têm que ter um tratamento diferenciado?

Sou favorável, Senador, a uma coisa mais radical ainda, como faz a Noruega por exemplo. Não tem que ter sigilo. Os ganhos de todo mundo, servidores públicos, empresários, fique tudo na Internet. Se o meu vizinho começa a levar uma vida diferente da que ele pode financeiramente ter, eu sei o que está acontecendo com ele. Sou favorável. Se o Congresso brasileiro quiser começar a discutir um negócio assim, sou favorável, encampo e vou à luta para aprovarmos. Todo mundo sem sigilo bancário. Sem sigilo para ninguém. O que o cidadão ganha está escrito na Internet para todos saberem. O que o vizinho ganha, onde trabalha e o que ele faz. Assim nós vamos começar a endireitar este País. Porque existe uma hipocrisia muito grande, as pessoas se escondem atrás das coisas, levam vidas que não podem ser levadas e ninguém fala nada. Então, vamos abrir o sigilo de todo mundo. Não há mais sigilo bancário no País, não há sigilo de nada. Assim vamos endireitar o Brasil.

O SR. CRISTOVAM BUARQUE (Bloco Apoio Governo/PDT – DF) – Só uma correção. Não é só na Noruega; na França também e em outros países provavelmente. Mas este meu projeto é um passo nessa direção. Não é um retrocesso nessa direção. Então, por que não aprovarmos este?

O SR. PRESIDENTE (Lindbergh Farias. Bloco Apoio Governo/PT – RJ) – Senador Roberto Requião.

O SR. ROBERTO REQUIÃO (Bloco Maioria/PMDB – PR) – Presidente, diversas vezes eu já me manifestei favoravelmente ao fim do sigilo dos parlamentares, dos ordenadores de despesa na estrutura do Estado. Mas de uma forma absoluta. Perdoe-me o Senador Cristovam, mas esse projeto está consagrando a criminalização da atividade política. Por que os políticos? Eu apresento a minha declaração de Imposto de Renda ao Senado e coloco na minha página. Por que especialmente a atividade política criminalizada desde o início?

Então, partimos do pressuposto de que todo sujeito que inicia um processo de participação na estrutura política brasileira é basicamente, essencialmente desonesto e tem que ser fiscalizado. Todos devem ser fiscalizados. Por que não os ministros do Supremo, os juízes do Poder Judiciário, o Ministério Público de uma forma absoluta? Por que essa discriminação em cima do parlamentar?

Acho que não deveríamos ter sigilo algum, nem telefônico, nem fiscal, mas todos nós: os ordenadores de despesa, os membros do Judiciário, os membros do Ministério Público, os membros do Parlamento. Por que essa metralhadora dirigida em cima da atividade pública do parlamentar, do vereador, do deputado estadual, federal? Acho isso um verdadeiro absurdo pelo critério do isolamento.

Gostei muito da intervenção do Romero Jucá. Restaura-se a moralidade de uma forma absoluta. Esse projeto isolado contribui para a criminalização da política, contribui para as teses do Instituto Ethos, que hoje a gente descobre que é financiado pela Alstom e pela Siemens do Brasil. Não tem cabimento.

O meu voto é aberto e contrário.

O SR. PRESIDENTE (Lindbergh Farias. Bloco Apoio Governo/PT – RJ) – A matéria está em discussão.

O SR. ROBERTO REQUIÃO (Bloco Maioria/PMDB – PR) – Um absurdo total.

O SR. ALVARO DIAS (Bloco Minoria/PSDB – PR) – Sr. Presidente, apenas uma indagação. Se a Comissão de Constituição, Justiça e Cidadania declarou inconstitucional o projeto, por que estamos debatendo aqui? Essa é a indagação que eu faço.

O SR. PRESIDENTE (Lindbergh Farias. Bloco Apoio Governo/PT – RJ) – Eu questionei isso à Secretaria e também ao nosso constitucionalista, Senador Pedro Taques, mas é a tramitação aqui no Senado. Apesar de ter sido declarado inconstitucional, tem que tramitar até a última comissão. Não consegui entender e me socorri do Senador Pedro Taques, que também não...

Senador Roberto Requião.

O SR. ROBERTO REQUIÃO (Bloco Maioria/PMDB – PR) – Presidente, eu me permito um resumo de tudo o que eu disse com o apoio do Senador Armando: esse projeto estabelece a presunção da inidoneidade. Isso é inaceitável.

O SR. PEDRO TAQUES (Bloco Apoio Governo/PDT – MT) – Sr. Presidente, me permita...

O SR. PRESIDENTE (Lindbergh Farias. Bloco Apoio Governo/PT – RJ) – Senador Pedro Taques.

O SR. PEDRO TAQUES (Bloco Apoio Governo/PDT – MT) – Sr. Presidente, a legislação nacional, por exemplo, a Lei de Lavagem de Dinheiro, desde 1998, diz que algumas pessoas são pessoas expostas politicamente e têm a obrigação de comunicar ao Coaf. O Coaf tem uma atenção especial sobre essas pessoas.

Ontem, a Febraban aprovou que cada instituição financeira – algumas delas são associadas a essa instituição, que é privada – tem de estabelecer mecanismo de controle para lavagem de dinheiro. E é bom que assim seja, porque dinheiro tem cheiro hoje. O dinheiro tem cheiro. É bom que assim seja!

Se na conta de qualquer um de nós aqui, que somos pessoas expostas politicamente, ocorre uma distorção em depósitos, o gerente do banco, pela Lei de Lavagem de Dinheiro, tem a obrigação de comunicar ao Coaf. Ele tem a obrigação de comunicar isso ao Coaf. Se um servidor recebe por mês R$18 mil líquidos e, de

repente, caem R$500 mil ou R$600 mil na sua conta, começando a haver uma distorção, a Lei de Lavagem estabelece isso, e os bancos já têm instrumentos de autorregulação a respeito disso.

Eu sou daqueles que concordam com o Senador Maggi na parte em que ele afirma que o agente político, aquele que quer ter uma vida política tem relativizada a sua intimidade. Eu entendo assim. A nossa declaração de Imposto de Renda está no Tribunal de Contas da União. Obrigatoriamente, pela Lei de Improbidade Administrativa, a de nº 8.429, o Tribunal Regional Eleitoral tem a nossa declaração de Imposto de Renda.

Então, o que quero dizer com isso? Nós não temos os mesmos direitos daqueles que não querem estar na vida pública. Nós temos de reconhecer isso. Agora, quem quiser estar na iniciativa privada... O Senador Maggi trouxe um argumento da Noruega que é muito mais forte. Inclusive, a iniciativa privada deve expor o seu saldo, a sua declaração.

Portanto, entendo, Sr. Presidente, que nós temos relativizada a nossa intimidade. Do contrário, fique em casa. Fique em casa! Qualquer um de nós que estiver passeando com sua família ou tomando um café num domingo à noite, se um cidadão o aborda, tem de dar satisfação para o cidadão. Temos de dar satisfação para o cidadão.

Por isso, Sr. Presidente, vou acompanhar o Senador Cristovam.

Quero dizer o seguinte: isso não vai resolver o problema. Isso não vai resolver o problema, pois o que resolve a questão é uma legislação que possa fortalecer a Receita Federal, para que a Receita Federal possa contar o quanto recebi durante toda a minha vida. E meu patrimônio não está a descoberto, porque o que existe, Sr. Presidente, é enriquecimento ilícito. O cidadão é servidor público, recebe tanto por mês e leva uma vida diferente, leva uma vida nababesca, uma vida de Hollywood. Gastar e ganhar dinheiro no Brasil não é crime – a Constituição estabelece a iniciativa privada como princípio da República, como está expresso no art. 1º –, desde que seja licitamente.

Então, entendo que, como o agente político tem sua intimidade relativizada, nesse sentido, vou acompanhar o Senador Cristovam.

O SR. PRESIDENTE (Lindbergh Farias. Bloco Apoio Governo/PT – RJ) – Não havendo mais quem queira discutir...

O SR. EDUARDO SUPLICY (Bloco Apoio Governo/PT – SP) – Sr. Presidente...

O SR. PRESIDENTE (Lindbergh Farias. Bloco Apoio Governo/PT – RJ) – Com a palavra, o Senador Eduardo Suplicy.

O SR. EDUARDO SUPLICY (Bloco Apoio Governo/PT – SP) – Eu apenas quero reiterar, na linha do que acaba de afirmar o Senador Pedro Taques, que não há dúvida quanto ao mérito dessa proposição. Não se parte do princípio de que todo ocupante de mandato eletivo seja um infrator em potencial, mas, sim, do princípio de que todo cidadão imbuído de tamanha responsabilidade se submeta a rigores maiores de fiscalização do que aqueles não investidos como agentes políticos. Por essa razão é que dei meu parecer favorável ao projeto do Senador Cristovam Buarque.

Obrigado, Sr. Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Lindbergh Farias. Bloco Apoio Governo/PT – RJ) – Vamos colocar em votação o projeto.

Quem vota com o Relator, o Senador Suplicy, e com o autor do projeto, o Senador Cristovam Buarque, vota "sim". Quem vota contra vota "não".

O primeiro voto é do Senador Eduardo Suplicy, que tem voto conhecido, "sim".

O SR. EDUARDO SUPLICY (Bloco Apoio Governo/PT – SP) – "Sim".

O SR. PRESIDENTE (Lindbergh Farias. Bloco Apoio Governo/PT – RJ) – Senador José Pimentel.

O SR. JOSÉ PIMENTEL (Bloco Apoio Governo/PT – CE) – Voto "não", Sr. Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Lindbergh Farias. Bloco Apoio Governo/PT – RJ) – O Senador Pimentel vota "não".

Senador Humberto Costa.

O SR. HUMBERTO COSTA (Bloco Apoio Governo/PT – PE) – "Não".

O SR. PRESIDENTE (Lindbergh Farias. Bloco Apoio Governo/PT – RJ) – O voto do Senador Cristovam Buarque não conta, porque ele é o autor do projeto. O seu voto conta para a formação de quórum. Mas não se conta o voto.

O SR. ROBERTO REQUIÃO (Bloco Maioria/PMDB – PR) – Esse é o fim do mundo também!

O SR. PRESIDENTE (Lindbergh Farias. Bloco Apoio Governo/PT – RJ) – Senador Sérgio Souza.

O SR. SÉRGIO SOUZA (Bloco Maioria/PMDB – PR) – Voto "não".

O SR. PRESIDENTE (Lindbergh Farias. Bloco Apoio Governo/PT – RJ) – Senador Valdir Raupp.

O SR. VALDIR RAUPP (Bloco Maioria/PMDB – RO) – "Não".

O SR. PRESIDENTE (Lindbergh Farias. Bloco Apoio Governo/PT – RJ) – Senador Roberto Requião.

O SR. ROBERTO REQUIÃO (Bloco Maioria/PMDB – PR) – Não sendo universal, transforma-se numa presunção de inidoneidade inaceitável. Voto "não".

O SR. PRESIDENTE (Lindbergh Farias. Bloco Apoio Governo/PT – RJ) – Vota "não".

O Senador Romero Jucá já havia consignado aqui o seu voto.

Senador Francisco Dornelles.

O SR. FRANCISCO DORNELLES (Bloco Maioria/PP – RJ) – "Não".

O SR. PRESIDENTE (Lindbergh Farias. Bloco Apoio Governo/PT – RJ) – Senador Aloysio Nunes Ferreira.

O SR. ALOYSIO NUNES FERREIRA (Bloco Minoria/PSDB – SP) – "Não".

O SR. PRESIDENTE (Lindbergh Farias. Bloco Apoio Governo/PT – RJ) – Senador Alvaro Dias. (*Pausa.*)

Não está.

Senador José Agripino.

O SR. JOSÉ AGRIPINO (Bloco Minoria/DEM – RN) – "Não".

O SR. PRESIDENTE (Lindbergh Farias. Bloco Apoio Governo/PT – RJ) – Senador Armando Monteiro.

O SR. ARMANDO MONTEIRO (Bloco União e Força/PTB – PE) – "Não".

O SR. PRESIDENTE (Lindbergh Farias. Bloco Apoio Governo/PT – RJ) – Senador Blairo Maggi.

O SR. BLAIRO MAGGI (Bloco União e Força/PR – MT) – "Não".

O SR. PRESIDENTE (Lindbergh Farias. Bloco Apoio Governo/PT – RJ) – Senador Pedro Taques.

O SR. PEDRO TAQUES (Bloco Apoio Governo/PDT – MT) – "Sim".

O SR. PRESIDENTE (Lindbergh Farias. Bloco Apoio Governo/PT – RJ) – Senador Ricardo Ferraço.

O SR. RICARDO FERRAÇO (Bloco Maioria/PMDB – ES) – Sr. Presidente, sou pela transparência absoluta, mas não poso concordar com a criminalização da política.

Voto "não".

O SR. PRESIDENTE (Lindbergh Farias. Bloco Apoio Governo/PT – RJ) – Vota "não".

Senador Flexa Ribeiro.

O SR. FLEXA RIBEIRO (Bloco Minoria/PSDB – PA) – "Não", Sr. Presidente.

(Interrupção do som.)

O SR. PRESIDENTE (Lindbergh Farias. Bloco Apoio Governo/PT – RJ) – Desculpe-me, Senador Rodrigo Rollemberg.

Senador Rodrigo Rollemberg.

O SR. RODRIGO ROLLEMBERG (Bloco Apoio Governo/PSB – DF) – "Sim".

O SR. PRESIDENTE (Lindbergh Farias. Bloco Apoio Governo/PT – RJ) – Senador Rodrigo Rollemberg, voto "sim".

(Interrupção do som.)

O SR. PRESIDENTE (Lindbergh Farias. Bloco Apoio Governo/PT – RJ) – O projeto foi rejeitado. Foram 12 votos Não; e 3 votos SIM.

O voto do Senador Romero Jucá havia sido consignado para contar, e nós não o contabilizamos. Como ele não está presente, há uma discussão aqui na Secretaria sobre se pode ou não contabilizar. Nós não o contabilizamos.

O SR. RICARDO FERRAÇO (Bloco Maioria/PMDB – ES) – Sr. Presidente.

O SR. CRISTOVAM BUARQUE (Bloco Apoio Governo/PDT – DF) – Sr. Presidente, pelo que entendi, o voto do autor é conhecido, mas não anulado.

O SR. PRESIDENTE (Lindbergh Farias. Bloco Apoio Governo/PT – RJ) – É conhecido. É que não conta. Para todos os projetos aqui nesta Casa não conta.

O SR. CRISTOVAM BUARQUE (Bloco Apoio Governo/PDT – DF) – Não conta.

O SR. ROBERTO REQUIÃO (Bloco Maioria/PMDB – PR) – Absurdamente o Regimento diz isso.

O SR. PRESIDENTE (Lindbergh Farias. Bloco Apoio Governo/PT – RJ) – É um absurdo! Só conta para quórum.

O SR. PEDRO TAQUES (Bloco Apoio Governo/PDT – MT) – Sr. Presidente, pela ordem.

O SR. PRESIDENTE (Lindbergh Farias. Bloco Apoio Governo/PT – RJ) – Senador Pedro Taques.

Só quero anunciar antes que a Comissão rejeita o projeto. Vencido o Relator. Nos termos do art. 128 do Regimento Interno, o Senador Blairo Maggi será Relator do parecer vencedor.

Senador Pedro Taques.

O SR. PEDRO TAQUES (Bloco Apoio Governo/PDT – MT) – Sr. Presidente, V. Exª já divulgou o resultado.

Mudando de trote para galope, no *Jornal do Senado* de hoje – e isto ofende mais a atividade política – está assim: "Conselho quer mudar direito de resposta". Trata-se do Projeto de Lei nº 141, do Senador Requião, que tive a honra de relatar na CCJ.

Na CCJ, esse projeto do direito de resposta foi aprovado. Aí houve recurso para o Plenário. Dez Senadores se manifestaram, voltou para a CCJ, novas emendas. Aí o Conselho quer mudar o direito de resposta!

Então, nós precisamos mudar o Regimento desta Casa, para que o que seja votado, de acordo com as regras estabelecidas, seja objetivamente respeitado.

Isso enfraquece mais a classe política do que projetos como esse aí. É um absurdo!

O SR. ROBERTO REQUIÃO (Bloco Maioria/PMDB – PR) – Senador Taques, aliás, o Conselho não quer mudar o direito de resposta. Ele quer acabar com o projeto de direito de resposta. Ele quer inviabilizar o projeto de direito de resposta.

E de onde é que caiu esse Conselho? Esse Conselho está fora da rotina parlamentar. Ele não faz parte do processo legislativo. Vai para um conselho opinar, em vez de ir para o Plenário, composto de representantes dos grandes órgãos de comunicação, das associações, e propõe o fim da possibilidade de haver respostas às agressões da imprensa a qualquer pessoa no Brasil.

O que nós temos que fazer no plenário é esquecer, de forma absoluta, as bobagens e os absurdos colocados pelo Conselho que impossibilitam o direito de resposta e votar o projeto.

O SR. PEDRO TAQUES (Bloco Apoio Governo/PDT – MT) – Aliás, Sr. Presidente, eu recebi vários componentes desse Conselho, para que pudéssemos fazer um diálogo com todos os interessados. Nós estamos mudando o processo legislativo. Isso é mais grave, atenta mais contra a classe política.

O SR. ROBERTO REQUIÃO (Bloco Maioria/PMDB – PR) – Quebrar o sigilo desse pessoal do Conselho.

O SR. PRESIDENTE (Lindbergh Farias. Bloco Apoio Governo/PT – RJ) – Nós vamos para o Item 12 da pauta. É terminativo. Nós estamos com quórum alto e queremos fazer avançar a pauta.

Agora, desse Conselho, Senador Pedro Taques, nessa discussão da reforma do Regimento, na minha opinião, sinceramente, se uma proposta fosse considerada inconstitucional pela Comissão de Constituição e Justiça, o projeto deveria ir para o Arquivo. Essa é uma questão lógica.

O SR. HUMBERTO COSTA (Bloco Apoio Governo/PT – BA) – Até porque, se houvesse alguma maneira de remediar essa situação, teria que ser na própria Comissão de Constituição e Justiça.

O SR. PRESIDENTE (Lindbergh Farias. Bloco Apoio Governo/PT – RJ) – Item 12 da pauta:

ITEM 12
PROJETO DE LEI DO SENADO Nº 211, DE 2009
– Terminativo –

Torna obrigatória a adoção de formato único para os teclados dos terminais de autoatendimento da rede bancária.
Autoria: Senador Valdir Raupp
Relatoria: Senador Flexa Ribeiro
Relatório: Pela rejeição do Projeto.

Observações: 1. A matéria...

O SR. VALDIR RAUPP (Bloco Maioria/PMDB – RO) – Sr. Presidente, pela ordem. Eu pedi a retirada desse projeto.

O SR. PRESIDENTE (Lindbergh Farias. Bloco Apoio Governo/PT – RJ) – Não chegou a comunicação à Mesa, mas se V. Exª deseja, eu retiro.

O SR. VALDIR RAUPP (Bloco Maioria/PMDB – RO) – Eu peço a retirada. Obrigado.

O SR. PRESIDENTE (Lindbergh Farias. Bloco Apoio Governo/PT – RJ) – Eu o retiro imediatamente e passo ao item 13, em que o Relator é o Senador Sérgio Souza.

ITEM 13
PROJETO DE LEI DO SENADO Nº 391, DE 2012
– Terminativo –

Altera a Lei nº 9.249, de 26 de dezembro de 1995, para permitir a dedução no Imposto de Renda da pessoa jurídica de direito privado que empregue pessoa portadora de necessidades especiais e dá outras providências.
Autoria: Senador Mário Couto
Relatoria: Senador Sérgio Souza
Relatório: Pela rejeição do Projeto.

Só para corrigir, hoje, o termo não é "pessoa portadora de necessidades especiais", é "pessoa com deficiência".

Concedo a palavra ao Relator, Senador Sérgio Souza.

O SR. SÉRGIO SOUZA (Bloco Maioria/PMDB – PR) – Obrigado, Sr. Presidente.

Srªs e Srs. Senadores, nos termos do art. 49, I, do Regimento Interno do Senado Federal (RISF), é submetido à deliberação terminativa desta Comissão de Assuntos Econômicos (CAE) o Projeto de Lei do Senado (PLS) nº 391, de 2012, de autoria do Senador Mário Couto.

A proposta compõe-se de dois artigos.

O art. 1º introduz novo parágrafo ao art. 13 da Lei nº 9.249, de 26 de dezembro de 2005, que trata da legislação do Imposto de Renda das pessoas jurídicas, para conceder benefício fiscal às empresas que empreguem pessoas portadoras de deficiência, nos seguintes termos:

> §3º A pessoa jurídica poderá deduzir, para efeito de cálculo do imposto de renda de que trata a alíquota do art. 3º desta lei, o percentual de 2% (dois por cento) se empregar em seus quadros, observado o limite mínimo de 10% (dez por cento) do total geral de seus empregados, pessoas portadoras de deficiência física.

O art. 2º determina que a norma entre em vigor na data de sua publicação.

A matéria tramitou inicialmente na Comissão de Direitos Humanos e Legislação Participativa (CDH), onde recebeu parecer favorável, com substitutivo apresentado pelo Relator da matéria, Senador Paulo Paim.

No prazo regimental, não foram apresentadas emendas à proposição. Análise.

Conforme o despacho da Mesa do Senado Federal, cabe a esta Comissão opinar terminativamente sobre a proposição em tela. Assim, além da análise dos aspectos econômicos e financeiros, conforme determina o inciso I do art. 99 do RISF, também devem ser abordadas as questões referentes à constitucionalidade, juridicidade e adequação à técnica legislativa.

A iniciativa é legítima, nos termos dos arts. 48 e 61 da Constituição Federal, não apresentando vícios de natureza constitucional ou jurídica. Entretanto, há problemas de técnica legislativa que afetam o próprio mérito da proposição.

O PLS 391, de 2012, está redigido de forma dúbia. Não fica claro se a dedução de 2% se aplica à base de cálculo do lucro real, de que trata o art. 13 da Lei nº 9.249, de 1995, que dispõe sobre a apuração do lucro real, ou à alíquota a que estão sujeitas as empresas, conforme o art. 3º da referida lei, que fixa a alíquota do Imposto de Renda da Pessoa Jurídica em 15%.

A diferença entre o impacto fiscal das duas interpretações é significativa. No primeiro caso, ou seja, redução da base de cálculo do lucro real, a vantagem fiscal é, no máximo, de 2% do valor do imposto que seria pago pela empresa beneficiária. A segunda hipótese, porém, levaria a uma vantagem fiscal de grandes proporções, pois haveria uma redução do imposto a pagar da ordem de 13,3%, na medida em que a alíquota incidente sobre o lucro real das empresas seria reduzida de 15% para 13%. Haveria, com certeza, uma significativa redução na arrecadação tributária da União e, por consequência, nas transferências federais para Estados e Municípios. Ou seja, haveria diminuição dos repasses do FPE e do FPM.

A propósito dos possíveis impactos, o substitutivo aprovado pela Comissão de Direitos Humanos eliminou a dubiedade da redação e deixou claro que não se trata de mera dedução de 2% sobre a base de cálculo do lucro real, mas de redução de 2% da própria alíquota do Imposto de Renda das pessoas jurídicas.

Portanto, não obstante a proposição ser altamente meritória, entendo que o benefício fiscal proposto é elevado e desproporcional ao objetivo de incentivar as empresas a contratarem um maior número de pessoas portadoras de deficiências.

Ademais, Sr. Presidente, diante de tamanha vantagem fiscal, não se pode desprezar a potencial geração de fraudes, em face da dificuldade de fiscalização da correta aplicação do dispositivo proposto.

Julgo, também, excessivo o alcance da medida, uma vez que ela, nos termos do substitutivo da CHD, se aplica a qualquer tipo de deficiência. A falta de rigor na definição de deficiência vai incentivar a proliferação de fraudes.

Em meu entender, proposições que visem a incentivar a contratação de pessoas portadoras de deficiências devem ser embasadas em estudos que definam com exatidão o público-alvo do benefício, restringindo-o a pessoas que sejam portadoras de deficiências suficientemente graves a ponto de dificultar sua inserção no mercado de trabalho.

Pelo exposto, Sr. Presidente, o voto é pela rejeição do Projeto de Lei do Senado nº 391, de 2012.

E gostaria de ressaltar ainda, Sr. Presidente, que, no Brasil, já há legislação que obriga empresas ou o Poder Público que tenham em seus quadros mais de cem funcionários a contratarem deficientes. E esta proposta, colocando no mínimo 10% de deficientes, é elevada, inclusive restringindo aos demais trabalhadores brasileiros.

Eram esse o relatório e o voto, Sr. Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Lindbergh Farias. Bloco Apoio Governo/PT – RJ) – A matéria está em discussão. (*Pausa.*)

Não havendo quem queira discutir, vamos colocar em votação o projeto.

Quem vota com o Relator vota "não", pela rejeição do projeto.

Senador Eduardo Suplicy.

O SR. EDUARDO SUPLICY (Bloco Apoio Governo/PT – SP) – Não.

O SR. PRESIDENTE (Lindbergh Farias. Bloco Apoio Governo/PT – RJ) – Senador José Pimentel.

O SR. JOSÉ PIMENTEL (Bloco Apoio Governo/PT – CE) – Não, Sr. Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Lindbergh Farias. Bloco Apoio Governo/PT – RJ) – Senador Humberto Costa.

O SR. HUMBERTO COSTA (Bloco Apoio Governo/PT – PE) – Não.

O SR. PRESIDENTE (Lindbergh Farias. Bloco Apoio Governo/PT – RJ) – Senador Sérgio Souza. Voto conhecido.

Senador Francisco Dornelles.

O SR. FRANCISCO DORNELLES (Bloco Maioria/PP – RJ) – Não.

O SR. PRESIDENTE (Lindbergh Farias. Bloco Apoio Governo/PT – RJ) – Senador Aloysio Nunes Ferreira.

O SR. ALOYSIO NUNES FERREIRA (Bloco Minoria/PSDB – SP) – Não.

O SR. PRESIDENTE (Lindbergh Farias. Bloco Apoio Governo/PT – RJ) – Senador José Agripino.

O SR. JOSÉ AGRIPINO (Bloco Minoria/DEM – RN) – Não.

O SR. PRESIDENTE (Lindbergh Farias. Bloco Apoio Governo/PT – RJ) – Senador Armando Monteiro.

O SR. ARMANDO MONTEIRO (Bloco União e Força/PTB – PE) – Não.

O SR. PRESIDENTE (Lindbergh Farias. Bloco Apoio Governo/PT – RJ) – Senador Blairo Maggi.

O SR. BLAIRO MAGGI (Bloco União e Força/PR – MT) – Não.

O SR. PRESIDENTE (Lindbergh Farias. Bloco Apoio Governo/PT – RJ) – Senador Pedro Taques.

O SR. PEDRO TAQUES (Bloco Apoio Governo/PDT – MT) – Com o Relator.

O SR. PRESIDENTE (Lindbergh Farias. Bloco Apoio Governo/PT – RJ) – Senador Ricardo Ferraço.

O SR. RICARDO FERRAÇO (Bloco Maioria/PMDB – ES) – Com o Relator.

O SR. PRESIDENTE (Lindbergh Farias. Bloco Apoio Governo/PT – RJ) – Senador Benedito de Lira.

O SR. BENEDITO DE LIRA (Bloco Maioria/PP–AL) – Não.

O SR. PRESIDENTE (Lindbergh Farias. Bloco Apoio Governo/PT – RJ) – Senador Flexa Ribeiro.

O SR. FLEXA RIBEIRO (Bloco Minoria/PSDB – PA) – Não, Sr. Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Lindbergh Farias. Bloco Apoio Governo/PT – RJ) – Com 13 votos NÃO, a Comissão rejeita o projeto.

ITEM 14

PROJETO DE LEI DO SENADO Nº 208, DE 2010 – Terminativo –

Estabelece regime especial de parcelamento de tributos federais para a empresa nascente.

Autoria: Senador Marcelo Crivella.

Relatoria: Senador Aloysio Nunes Ferreira.

Relatório: Pela rejeição do Projeto.

Com a palavra, o Relator.

O processado está aqui. É o item 14, Senador Aloysio Nunes Ferreira. A Secretaria vai auxiliar V. Exª. *(Pausa.)*

O SR. ALOYSIO NUNES FERREIRA (Bloco Minoria/PSDB – SP) – É preciso manipular esse cartapácio.

Sr. Presidente, Srs. Senadores, a proposição que estamos analisando, de autoria do Senador Marcelo Crivella, estabelece regime especial de parcelamento de tributos federais para a empresa nascente, definida pelo art. 2º como a pessoa jurídica que atenda, cumulativamente, durante os primeiros 24 meses, a contar do arquivamento dos seus atos constitutivos na junta comercial, os seguintes requisitos:

> 1 – não resulte de fusão, cisão, incorporação, transformação ou sucessão de outra, salvo quando decorrente de alienação judicial em processo de falência ou de filial ou de unidade produtiva isolada, em processo de recuperação judicial;
>
> 2 – não tenha como sócio, acionista, administrador, financiador a qualquer título, avalista ou fiador: (i) pessoa que tenha figurado como sócio, acionista ou administrador de pessoa jurídica do mesmo ramo de negócio, na mesma unidade da federação, nos dois anos anteriores; (ii) cônjuge, companheiro ou parente, em linha reta ou colateral, por consanguinidade ou afinidade, até o 4º (quarto) grau, das pessoas referidas anteriormente...

Sr. Presidente, eu vou direto à análise.

Depois de me referir às questões de constitucionalidade, juridicidade ou regimentalidade, não há nenhuma objeção quanto à constitucionalidade, diferentemente do projeto anterior, onde a Comissão de Justiça havia votado pela inconstitucionalidade. E, aqui, vejam que coisa curiosa: o Relator do projeto do Senador Cristovam era o Senador Suplicy, que deu parecer favorável. Mas o Senador Suplicy havia votado contra o projeto na Comissão de Constituição e Justiça. Então, são situações paradoxais.

Todavia, aqui, não; a Comissão de Constituição e Justiça deu parecer favorável.

O SR. PRESIDENTE (Lindbergh Farias. Bloco Apoio Governo/PT – RJ) – Senador Aloysio Nunes, apenas para fazer um apelo aos Srs. Senadores, tendo em vista que estamos com o quórum exato de 14 Senadores.

O SR. ALOYSIO NUNES FERREIRA (Bloco Minoria/PSDB – SP) – Quanto ao mérito, não é demais frisar que a Comissão de Finanças e Tributação (CFT) da Câmara dos Deputados rejeitou proposições oriundas do Senado Federal, sob o fundamento de inexistir a estimativa da renúncia fiscal exigida pela Lei de Responsabilidade Fiscal. A matéria foi, inclusive, sumulada.

No mérito, Sr. Presidente, partilhamos do receio de doutrinadores e especialistas no sentido de que projetos como este podem estimular o descumprimento de obrigações tributárias. O jurista Fábio Ulhoa Coelho, recentemente nomeado pelo Presidente desta Casa para exercer a relatoria-geral da comissão destinada

a elaborar anteprojeto destinado a substituir o Código Comercial, chama de risco moral aquele decorrente do estímulo ao erro, embutido em toda medida de saneamento de situações caóticas. Um exemplo seria a anistia fiscal, que, de tempos em tempos, perdoa quem não paga seus impostos e tem como principal objetivo a normalização da situação econômica dos contribuintes alcançados por dificuldades. A medida, no entanto, acaba estimulando a inadimplência de pessoas desprovidas de adequada formação moral. Trata-se de subproduto indesejado das medidas saneadoras, que não preocupa enquanto efeito marginal que delas decorre.

Ademais, o PLS institui norma de difícil implementação. O incentivo concedido é insustentável no médio prazo, pois as empresas nascentes, na verdade, vão ser devedoras não apenas dos tributos, mas dos encargos, que, apesar de inferiores aos vigentes, oneram a dívida. Ao longo dos anos, haverá acúmulo de débitos que tornará inviável o empreendimento e o pagamento do débito tributário. Assim, o projeto estimula a inadimplência, além de não prever de maneira clara as consequências para o descumprimento dos requisitos de qualificação da empresa nascente.

Entendemos que, quanto à matéria sob análise, que envolve aspectos como a carga tributária, a burocracia e a dificuldade de empreender em nosso País, a luta do Congresso Nacional deve ser ampla. Medidas tópicas, que não atacam o cerne dos problemas, são apenas paliativas. No limite, até pioram as distorções existentes. Para incentivar as novas empresas, temos que buscar, isso sim, pôr fim à burocracia na Administração Pública, tornar o sistema tributário menos complexo e equilibrado, melhorar nossa infraestrutura e serviços.

Diante do exposto, votamos pela rejeição do projeto.

A matéria está em discussão. *(Pausa.)*

Não havendo quem queira discutir, em votação o projeto.

Quem vota com o Relator, Senador Aloysio Nunes Ferreira, vota "não".

O SR. EDUARDO SUPLICY (Bloco Apoio Governo/PT – SP) – Art. 14, Sr. Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Lindbergh Farias. Bloco/PT – RJ) – Art. 14. O Senador Eduardo Suplicy foi citado pelo Senador Aloysio.

O SR. EDUARDO SUPLICY (Bloco Apoio Governo/PT – SP) – Apenas uma ponderação ao meu caro jurista, ex-Ministro da Justiça, Aloysio Nunes. Ele, melhor do que eu, sabe que, na Comissão de Constituição e Justiça, se examinam os aspectos constitucionais e, na Comissão de Assuntos Econômicos, o mérito. Então, eu posso ter sido a favor da rejeição pelos aspectos constitucionais, mas posso ter visto mérito na proposição do Senador Cristovam Buarque.

É essa a explicação, Sr. Presidente.

O SR. ALOYSIO NUNES FERREIRA (Bloco Minoria/PSDB – SP) – Pela ordem, Sr. Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Lindbergh Farias. Bloco Apoio Governo/PT -RJ) – Senador Aloysio Nunes.

O SR. ALOYSIO NUNES FERREIRA (Bloco Minoria/PSDB – SP) – A explicação está dada. A questão é o problema regimental que foi levantado aqui. Eu compreendo perfeitamente: o senhor é a favor no mérito, mas foi contra a constitucionalidade.

O que foi levantado aqui, pela Comissão – V. Exª estava aqui –, é que há uma situação de incongruência no Regimento que pode levar a situações contraditórias como essa. É preciso que, agora, na reforma do Regimento, possamos analisar esse tipo de situação, para evitar que ocorra essa espécie de contradição.

O SR. RICARDO FERRAÇO (Bloco Maioria/PMDB – ES) – Nós acabamos de enfrentar aqui uma coisa surreal, como se diz.

O SR. ALOYSIO NUNES FERREIRA (Bloco Minoria/PSDB – SP) – É surreal.

O SR. RICARDO FERRAÇO (Bloco Maioria/PMDB – ES) – A Comissão de Constituição e Justiça declara inconstitucional, e o projeto continua tramitando. Então, estamos a brincar de legislar?

O SR. ALOYSIO NUNES FERREIRA (Bloco Minoria/PSDB – SP) – E o Senador Suplicy tinha todas as razões para votar pela inconstitucionalidade, como tem todas as razões para votar a favor no mérito.

O SR. PRESIDENTE (Lindbergh Farias. Bloco Apoio Governo/PT – RJ) – Vamos à votação.

Quem vota com o Relator, o Senador Aloysio Nunes Ferreira, vota "não".

Senador Eduardo Suplicy.

O SR. EDUARDO SUPLICY (Bloco Apoio Governo/PT – SP) – Com o Relator; de acordo com o Senador Aloysio Nunes. Muitas vezes estou de acordo com ele – nem sempre.

O SR. PRESIDENTE (Lindbergh Farias. Bloco Apoio Governo/PT – RJ) – Senador José Pimentel.

O SR. JOSÉ PIMENTEL (Bloco Apoio Governo/PT – CE) – Com o Relator, Sr. Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Lindbergh Farias. Bloco Apoio Governo/PT – RJ) – Com o Relator.

Senador Humberto Costa.

O SR. HUMBERTO COSTA (Bloco Apoio Governo/PT – PE) – Com o Relator.

O SR. PRESIDENTE (Lindbergh Farias. Bloco Apoio Governo/PT – RJ) – Senador Sérgio Souza.

O SR. SÉRGIO SOUZA (Bloco Maioria/PMDB – PR) – Com o Relator.

O SR. PRESIDENTE (Lindbergh Farias. Bloco Apoio Governo/PT – RJ) – Desculpa. Senador Cristovam Buarque.

O SR. CRISTOVAM BUARQUE (Bloco Apoio Governo/PDT – DF) – Com o Relator.

O SR. PRESIDENTE (Lindbergh Farias. Bloco Apoio Governo/PT – RJ) – Senador Francisco Dornelles.

O SR. FRANCISCO DORNELLES (Bloco Maioria/PP – RJ) – Com o Relator.

O SR. PRESIDENTE (Lindbergh Farias. Bloco Apoio Governo/PT – RJ) – Senador Aloysio Nunes Ferreira, voto conhecido.

Senador José Agripino.

O SR. JOSÉ AGRIPINO (Bloco Minoria/DEM – RN) – Com o Relator.

O SR. PRESIDENTE (Lindbergh Farias. Bloco Apoio Governo/PT – RJ) – Senador Armando Monteiro.

O SR. ARMANDO MONTEIRO (Bloco União e Força/PTB – PE) – Com o Relator.

O SR. PRESIDENTE (Lindbergh Farias. Bloco Apoio Governo/PT – RJ) – Senador Blairo Maggi.

O SR. BLAIRO MAGGI (Bloco União e Força/PR – MT) – Com o Relator.

O SR. PRESIDENTE (Lindbergh Farias. Bloco Apoio Governo/PT – RJ) – Senador Pedro Taques.

O SR. PEDRO TAQUES (Bloco Apoio Governo/PDT – MT) – Com o Relator. Apenas para dizer que a Constituição aceita essa chamada mutação constitucional informal. A Constituição vai respirando com o tempo, Sr. Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Lindbergh Farias. Bloco Apoio Governo/PT – RJ) – Senador Ricardo Ferraço.

O SR. RICARDO FERRAÇO (Bloco Maioria/PMDB – ES) – Com o Relator.

O SR. PRESIDENTE (Lindbergh Farias. Bloco Apoio Governo/PT – RJ) – Senador Benedito de Lira.

O SR. BENEDITO DE LIRA (Bloco Maioria/PP – AL) – Com o Relator, Sr. Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Lindbergh Farias. Bloco Apoio Governo/PT – RJ) – Senador Flexa Ribeiro. *(Pausa.)*

Rejeitado, com 14 votos NÃO.

Chamo a atenção, porque vamos entrar no item 15, que é importante. É um projeto de autoria do Senador Cristovam Buarque, também terminativo.

ITEM 15

PROJETO DE LEI DO SENADO Nº 325, DE 2010
– Terminativo –

Altera o parágrafo único do art. 5º da Lei nº 11.738, de 16 de julho de 2008, que institui o piso salarial profissional nacional para os profissionais do magistério público da educação básica, para introduzir critério de reajuste anual de seu valor.
Autoria: Senador Cristovam Buarque
Relatoria: Senador José Pimentel.
Pela prejudicialidade do Projeto.
Observações:
1. A matéria foi apreciada pela Comissão de Educação, Cultura e Esporte, com parecer pela prejudicialidade do projeto.

Lembro que o projeto é terminativo e exige quórum qualificado.

Com a palavra o Relator, Senador José Pimentel.

O SR. JOSÉ PIMENTEL (Bloco Apoio Governo/PT – CE) – Sr. Presidente, Srªs e Srs. Senadores...

O SR. BENEDITO DE LIRA (Bloco Maioria/PP–AL) – Pela ordem.

O SR. PRESIDENTE (Lindbergh Farias. Bloco Apoio Governo/PT – RJ) – Senador Benedito de Lira.

O SR. BENEDITO DE LIRA (Bloco Maioria/PP – AL) – Requeiro a V. Exª, ouvido o Plenário, que retire de pauta os itens 11 e 19, porque sou Relator deles.

O SR. PRESIDENTE (Lindbergh Farias. Bloco Apoio Governo/PT – RJ) – V. Exª será atendido. Retiraremos de pauta tanto o item 11 quanto o item 19.

O SR. BENEDITO DE LIRA (Bloco Maioria/PP – AL) – Obrigado, Sr. Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Lindbergh Farias. Bloco Apoio Governo/PT – RJ) – Com a palavra, o Senador José Pimentel.

O SR. JOSÉ PIMENTEL (Bloco Apoio Governo/PT – CE) – Sr. Presidente, o Projeto de Lei do Senado nº 325, de 2010, de autoria dos ilustres Senadores Cristovam Buarque e Pedro Simon, dá nova redação ao art. 5º da Lei nº 11.738, de 16 de julho de 2008, que regulamenta a alínea "e" do inciso III do *caput* do art. 60 do Ato das Disposições Constitucionais Transitórias, para instituir o piso salarial profissional nacional para os profissionais do magistério público da educação básica

Análise.

Em geral, nada há a opor com relação à constitucionalidade e juridicidade da matéria. No entanto, a proposição não respeita as determinações contidas na Lei Complementar nº 101, de 04 de maio de 2000 (Lei de Responsabilidade Fiscal – LRF), na medida em que não apresenta qualquer estimativa relativa a seu impacto orçamentário e financeiro, bem como à respectiva compensação.

Do ponto de vista substantivo, importa destacar que, em 6 de abril de 2011, o Supremo Tribunal Fe-

deral (STF) decidiu pela constitucionalidade da Lei nº 11.738, de 2008, dita Lei do Piso, no julgamento da Ação Direta de Inconstitucionalidade nº 4.167, cujo acórdão já foi divulgado e aqui transcrito.

Pela regra vigente, a correção do piso salarial do magistério tem como base o crescimento do valor anual mínimo por aluno referente aos anos iniciais do ensino fundamental urbano no Fundo de Manutenção e Desenvolvimento da Educação Básica e de Valorização dos Profissionais da Educação (Fundeb).

Na prática, isso significou um aumento de 22,22% do piso em 2012, levando a remuneração mínima de um professor de nível médio com jornada de 40 horas semanais a R$ 1.451,00.

O critério contido na proposição em análise padece de um grau apreciável de imprevisibilidade, pois os índices de reajuste concedidos aos Senadores da República não obedecem a uma regra fixa. Por exemplo, em 2012 a regra da Lei do Piso foi mais vantajosa do que teria sido a fórmula proposta na redação dada pelo PLS sob exame.

Porém, nada impediria que, em outro ano, a mudança proposta viesse a significar um aumento brusco do piso, com consequências indesejáveis, e difíceis de contornar, sobre as finanças de Estados e Municípios, com reflexos negativos imprevisíveis também nas contas da União.

Objetivamente, o essencial é que a Lei do Piso já contém um critério de reajustes salariais que garante ganhos reais para os professores ao longo dos anos, cuja aplicabilidade vem sendo comprovada, de modo que o projeto em tela perdeu sua oportunidade. Com efeito, assim como deliberado pela Comissão de Educação, entendemos que a proposta está prejudicada.

Voto.

Pelo exposto, o voto é pela prejudicialidade do Projeto de Lei do Senado nº 325, de 2010, por perda de oportunidade.

É este, Sr. Presidente, o nosso parecer.

O SR. PRESIDENTE (Lindbergh Farias. Bloco Apoio ao Governo/PT – RJ) – A matéria está em discussão.

Senador Cristovam?

Ainda não? *(Pausa.)*

Senador Cristovam, acho que V. Exª vai ter que falar, senão vou ter que encerrar...

O SR. CRISTOVAM BUARQUE (Bloco Apoio Governo/PDT – DF) – Claro.

Sr. Presidente, eu entendo perfeitamente a ideia da prejudicialidade. O problema é que os nossos projetos demoram tanto para serem aprovados que são tomadas medidas que fazem com que eles já fiquem obsoletos. Eu fico feliz de ter participado do processo, patrocinado basicamente pelo Ministro Aloizio Mercadante, que permitiu criar um sistema de reajuste do piso salarial do professor de uma maneira relativamente satisfatória.

Então, o meu projeto, ao longo desse tempo, ficou obsoleto, e eu estou de acordo com a decisão e a recomendação do Relator, Senador Pimentel, pela prejudicialidade.

O SR. PRESIDENTE (Lindbergh Farias. Bloco Apoio Governo/PT – RJ) – Todo o Brasil sabe que V. Exª foi um dos que contribuíram para a existência desse piso nacional hoje no País, não só pela atuação aqui no Senado como na sociedade civil.

Não havendo mais quem queira discutir, declaro prejudicado o projeto nos termos do art. 334 do Regimento Interno do Senado Federal.

Agora tem de ser votado.

Em votação a declaração de prejudicialidade.

Quem vota com o Relator vota "sim" à declaração de prejudicialidade do projeto.

Novamente, Senador Cristovam Buarque, por ser o autor do projeto, V. Exª, injustamente, não vota.

O SR. CRISTOVAM BUARQUE (Bloco Apoio Governo/PDT – DF) – Desta vez eu fico contente de não ter que votar.

O SR. ALOYSIO NUNES FERREIRA (Bloco Minoria/PSDB – SP) – Aliás, Sr. Presidente, essa discussão sobre a divergência de pareceres entre a Comissão de Constituição e Justiça e a comissão que examina o mérito já suscitou na minha cabeça a ideia de um projeto de resolução alterando o Regimento Interno para acabar com esse tipo de situação surreal. Esta também é uma situação surreal: o autor não poder votar a favor é uma coisa...

O SR. PRESIDENTE (Lindbergh Farias. Bloco Apoio Governo/PT – RJ) – Só para ajudar V. Exª: em relação àquele ponto de que nós tratamos na Comissão de Constituição e Justiça, a Secretaria nos informa que o art. 254 diz que só se encerra quando é discussão nas comissões de mérito. Poderia colocar a Comissão de Constituição e Justiça também.

Vamos. Quem vota pela prejudicialidade vota "sim".

Senador Eduardo Suplicy.

O SR. EDUARDO SUPLICY (Bloco Apoio Governo/PT – SP) – De acordo com o Relator, Sr. Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Lindbergh Farias. Bloco Apoio Governo/PT – RJ) – Voto "sim".

Senador José Pimentel, voto conhecido.

Senador Cristovam Buarque. (*Pausa.*)

Senador Sérgio Souza.

O SR. SÉRGIO SOUZA (Bloco Maioria/PMDB – PR) – Voto "sim", Sr. Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Lindbergh Farias. Bloco Apoio Governo/PT – RJ) – Senador Francisco Dornelles. (*Pausa.*)

Senador Aloysio Nunes Ferreira. (*Pausa.*)

Senador José Agripino.

(Intervenção fora do microfone.)

O SR. PRESIDENTE (Lindbergh Farias. Bloco Apoio Governo/PT – RJ) – Com o Relator, pela prejudicialidade.

Senador Armando Monteiro.

O SR. ARMANDO MONTEIRO (Bloco União e Força/PTB – PE) – Com o Relator.

O SR. PRESIDENTE (Lindbergh Farias. Bloco Apoio Governo/PT – RJ) – Senador Blairo Maggi.

O SR. BLAIRO MAGGI (Bloco União e Força/PR – MT) – Com o Relator.

O SR. PRESIDENTE (Lindbergh Farias. Bloco Apoio Governo/PT – RJ) – Senador Pedro Taques.

O SR. PEDRO TAQUES (Bloco Apoio Governo/PDT – MT) – Com o Relator.

O SR. PRESIDENTE (Lindbergh Farias. Bloco Apoio Governo/PT – RJ) – Senador Antonio Carlos Valadares.

O SR. ANTONIO CARLOS VALADARES (Bloco Apoio Governo/PSB – SE.) – Com o Relator.

O SR. PRESIDENTE (Lindbergh Farias. Bloco Apoio Governo/PT – RJ) – Senador Ricardo Ferraço. (*Pausa.*)

Ausente.

O SR. RICARDO FERRAÇO (Bloco Maioria/PMDB – ES) – Com o Relator, Sr. Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Lindbergh Farias. Bloco Apoio Governo/PT – RJ) – Com o Relator.

Senador Benedito de Lira.

O SR. BENEDITO DE LIRA (Bloco Maioria/PP – AL) – Com o Relator.

O SR. PRESIDENTE (Lindbergh Farias. Bloco Apoio Governo/PT – RJ) – Senador Flexa Ribeiro.

O SR. FLEXA RIBEIRO (Bloco Minoria/PSDB – PA) – Com o Relator.

O SR. PRESIDENTE (Lindbergh Farias. Bloco Apoio Governo/PT – RJ) – Senador Antonio Carlos Rodrigues.

O SR. ANTONIO CARLOS RODRIGUES (Bloco União e Força/PR -SP) – Com o Relator.

O SR. PRESIDENTE (Lindbergh Farias. Bloco Apoio Governo/PT – RJ) – Senador João Vicente Claudino.

O SR. JOÃO VICENTE CLAUDINO (Bloco Apoio Governo/PTB – PI) – Com o Relator.

O SR. PRESIDENTE (Lindbergh Farias. Bloco Apoio Governo/PT – RJ) – Com 15 votos "sim", a Comissão aprova a declaração de prejudicialidade do projeto.

Nós temos ainda aqui o item 16, de autoria da Senadora Ana Amélia, que está a caminho. O Relator é o Senador Rodrigo Rollemberg, pela rejeição do projeto. Eu vou retirar de pauta, porque nenhum dos dois está...

(Intervenção fora do microfone.)

O SR. PRESIDENTE (Lindbergh Farias. Bloco Apoio Governo/PT – RJ) – Então, eu não vou retirá-lo de pauta, eu vou passar para o item 17. Os dois estão a caminho.

O SR. EDUARDO SUPLICY (Bloco Apoio Governo/PT – SP) – Pela ordem, Sr. Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Lindbergh Farias. Bloco Apoio Governo/PT – RJ) – Senador Eduardo Suplicy.

O SR. EDUARDO SUPLICY (Bloco Apoio Governo/PT – SP) – O item 1, sobre São Paulo, já foi votado, não?

O SR. PRESIDENTE (Lindbergh Farias. Bloco Apoio Governo/PT – RJ) – Já foi votado.

O SR. EDUARDO SUPLICY (Bloco Apoio Governo/PT – SP) – Eu agradeço se puder registrar o meu voto favorável, porque, no momento da votação, eu estava na audiência com o Ministro do Esporte, Aldo Rebelo, mas quero aqui registrar o meu voto favorável à proposição que foi relatada pelo Senador Alvaro Dias, sobre o empréstimo do Bird para o Governo do Estado de São Paulo, no valor de US$300 milhões, para o Programa de Transporte, Logística e Meio Ambiente.

Obrigado.

O SR. PRESIDENTE (Lindbergh Farias. Bloco Apoio Governo/PT – RJ) – Está bom, Senador.

Nós vamos, na verdade, para o item 18, que é um projeto de lei do Senador Cyro Miranda, e o Relator, Senador Armando Monteiro, está aqui.

ITEM 18
PROJETO DE LEI DO SENADO Nº 355, DE 2012
– Terminativo –

Aumenta o limite para vendas isentas de tributos em lojas francas.
Autoria: Senador Cyro Miranda
Relatoria: Senador Armando Monteiro
Relatório: Pela aprovação do projeto com a Emenda nº 1, que apresenta.
Observações: A Matéria já foi apreciada pela Comissão de Relações Exteriores e Defesa Nacional, com parecer favorável ao Projeto.

Com a palavra, o Relator, Senador Armando Monteiro.

O SR. ARMANDO MONTEIRO (Bloco União e Força/PTB – PE) – Sr. Presidente, Srªs e Srs. Senadores, como já foi referido pelo Presidente. o Projeto de Lei (PLS) nº 355, de autoria do ilustre Senador Cyro Miranda, ora em análise nesta Comissão, como bem expressa a sua ementa, tem o intuito de elevar o limite de isenção para compras nas lojas francas.

Passo à análise da proposição.

A apreciação do projeto pela CAE e o caráter terminativo à decisão proferida têm fundamento, respectivamente, nos arts. 99, inciso IV, e 91, inciso I, ambos do Regimento Interno do Senado Federal.

A iniciativa para a propositura do projeto é conferida pelos arts. 24; 48, I; e 61, todos da Constituição Federal, que atribuem competência aos membros do Congresso Nacional para legislarem sobre o Direito e sistema tributário, desde que a matéria não conste do rol das competências legislativas do Presidente da República, § 1º do art. 61 da CF, nem atente contra os princípios descritos nos incisos do § 4º do art. 60, da Lei Maior, como é o caso.

A juridicidade da proposição é assegurada, visto que o seu conteúdo é veiculado pelo instrumento legislativo adequado – lei ordinária –, possui os atributos da generalidade e da efetividade, bem como respeita todos os princípios orientadores do ordenamento jurídico.

O PLS em tela foi elaborado em boa técnica legislativa, cumprindo a contento as exigências da Lei Complementar nº 95, de 26 de fevereiro de 1998.

Em termos de mérito, é forçoso concordar com o autor do projeto que o limite atual de US$500,00, mantido há mais de 30 anos, está desatualizado, por mais que a inflação em moeda americana não seja a mesma da realidade vivida pelo nosso País. Só esse motivo já seria suficiente para opinar pela validade da medida.

Além disso, entendemos que a elevação do teto atual representa um fomento legítimo à atividade das lojas francas, cuja atratividade vem sendo progressivamente diminuída com o aperto decorrente da falta de atualização.

Entretanto, nem tudo no projeto é potencialmente positivo. Muito embora o limite proposto seja bastante elevado e dificilmente represente obstáculo nas vendas feitas na área de embarque, o fato é que, tecnicamente, por representarem operação equivalente à exportação, não há por que instituir limite hoje inexistente para as compras em lojas francas no momento da saída do País. Para que a medida represente avanço, a impropriedade é corrigida por meio de emenda.

Quanto aos aspectos fiscais, embora a justificação não contenha projeção da repercussão fiscal da medida, entendemos que ela não fere a Lei Complementar nº 101, de 4 de maio de 2000, que rege a matéria, simplesmente porque o aumento de vendas nas lojas francas decorrente da elevação do limite não existiria caso a medida não fosse adotada. Não há, portanto, como se falar em perda de receita de algo que hoje não existe.

Passo ao voto.

Em vista do exposto, o voto é pela aprovação do Projeto, com a emenda seguinte:

Retire-se a expressão "ou saindo para o" do art. 1º do PLS nº 355.

É esse o nosso parecer, Sr. Presidente.

Muito obrigado.

O SR. PRESIDENTE (Lindbergh Farias. Bloco Apoio Governo/PT – RJ) – A matéria está em discussão.

Senador Aloysio Nunes Ferreira.

O SR. ALOYSIO NUNES FERREIRA (Bloco Minoria/PSDB – SP) – Sr. Presidente, uma coisa que sempre me intrigou é o fato de a gente ter *free shop* na entrada do Brasil. Você entra no aeroporto brasileiro, você tem lá uma loja franca para você comprar mercadoria estrangeira. Eu me pergunto: qual é a vantagem dessa prática para a economia nacional?

Eu acho que tem sentido você ter o *free shop* para quem estiver no Brasil, ao sair do Brasil, poder comprar, com dedução dos tributos, o produto brasileiro. Agora, o *free shop* na entrada do País me parece uma coisa meio... Eu não vejo muito sentido nisso. Então, divirjo, com todo respeito, do parecer do nosso eminente Relator, mas eu vou votar contra.

O SR. SÉRGIO SOUZA (Bloco Maioria/PMDB – PR) – Para discutir, Sr. Presidente.

O SR. ALOYSIO NUNES FERREIRA (Bloco Minoria/PSDB – SP) – O meu voto é contrário.

O SR. PRESIDENTE (Lindbergh Farias. Bloco Apoio Governo/PT – RJ) – Senador Sérgio Souza.

O SR. SÉRGIO SOUZA (Bloco Maioria/PMDB – PR) – Sr. Presidente, uma coisa é fato: o Brasil é um país caro. Os brasileiros, nas férias, enchem os *shoppings* de Miami, de Orlando. Imagine o Paraguai. Se for lá ao Paraguai neste exato momento, Senador Blairo, deve haver uns 15 mil brasileiros comprando. Quando você sai ali de Foz do Iguaçu e vai até a Argentina, há um *free shop*. Há *free shop* no Uruguai, há *free shop* em todos os países, mas não há no Brasil.

E as cidades fronteiras é que sofrem, Senador Aloysio, principalmente as cidades fronteiras que perdem o seu comércio interno para as cidades que estão do outro lado da divisa, e normalmente em divisas secas, como ocorre muito em cidades do Sul e do Sudeste do País.

Então, eu acho que é um projeto meritório.

Gostaria de dizer do brilhante relatório do Senador, para que esse projeto venha a dar uma solução para o que, no Brasil, está sendo um problema.

Eu tenho dito que, daqui a 20, 30 anos, o Paraguai que arrume outra função, porque acho que o comércio tende a se estabilizar, e as mercadorias a ficarem mais baratas no Brasil. Assim, não vai valer mais a pena ir ao exterior e, com o custo do que se traz na bagagem, pagar a sua viagem. O Paraguai tem, de fato, que buscar outra solução, e esta, talvez, seja o início.

Parabéns, Senador Armando.

O SR. PRESIDENTE (Lindbergh Farias. Bloco Apoio Governo/PT– RJ) – A matéria está em discussão.

O SR. CRISTOVAM BUARQUE (Bloco Apoio Governo/PDT – DF) – Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Lindbergh Farias. Bloco Apoio Governo/PT – RJ) – Senador Cristovam Buarque.

O SR. CRISTOVAM BUARQUE (Bloco Apoio Governo/PDT – DF) – Eu vejo uma vantagem nisso: é o fato de que gera um pouquinho de emprego para aqueles que vendem aqui mercadorias para o turista que não comprou lá fora. Ao saber que pode comprar aqui, na entrada, ele gera um pouco de emprego dos vendedores.

Além disso, gera uma comodidade. Os turistas brasileiros que não querem carregar essas coisas de lá para cá podem comprar já dentro do Território brasileiro.

Eu não vejo desvantagem e vejo uma vantagem pequena. Por isso, eu serei favorável.

O SR. BLAIRO MAGGI (Bloco União e Força/PR – MT) – Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Lindbergh Farias. Bloco Apoio ao Governo/PT – RJ) – Senador Blairo Maggi.

O SR. BLAIRO MAGGI (Bloco União e Força/PR – MT) – Eu vou votar favoravelmente pelos argumentos do Senador Sérgio. Mas, se olhar o que acontece comigo quando eu chego de viagem, minha esposa compra o tempo inteiro lá fora e, quando chega, ainda vai ao *free shop* em São Paulo. Se fosse por isso, eu ia votar contra.

O SR. PRESIDENTE (Lindbergh Farias. Bloco Apoio Governo/PT – RJ) – V. Exª é um Senador, mas eu diria que o padrão de V. Exª é um padrão superior ao dos outros Senadores desta Casa.

O SR. CRISTOVAM BUARQUE (Bloco Apoio Governo/PDT – DF) – Eu quero dizer que eu voto a favor, mas, por princípio, eu não compro. Eu evito isto de sair carregando um carrinho com o *free shop* em cima dele.

O SR. PEDRO TAQUES (Bloco Apoio Governo/PDT – MT) – Sr. Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Lindbergh Farias. Bloco Apoio Governo/PT – RJ) – Senador Pedro Taques.

O SR. PEDRO TAQUES (Bloco Apoio Governo/PDT – MT) – Sr. Presidente, já que nós estamos num momento de confissões, eu até tenho vontade, mas não compro por falta de divisas. Muito bem, e é recomendável a captação de divisas pelo País – essas possibilidades dessas lojas francas.

Portanto, vou votar favoravelmente.

O SR. PRESIDENTE (Lindbergh Farias. Bloco Apoio Governo/PT – RJ) – Então, vamos colocar em votação o projeto e a Emenda nº 1.

Quem vota com o Relator, o Senador Armando Monteiro, vota "sim" ao projeto e à Emenda nº 1.

Senador Eduardo Suplicy.

O SR. EDUARDO SUPLICY (Bloco Apoio Governo/PT – SP) – Com o Relator.

O SR. PRESIDENTE (Lindbergh Farias. Bloco Apoio Governo/PT – RJ) – Senador José Pimentel.

O SR. JOSÉ PIMENTEL (Bloco Apoio Governo/PT – CE) – Com o Relator, Sr. Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Lindbergh Farias. Bloco Apoio Governo /PT -RJ) – Senador Cristovam Buarque, agora V. Exª pode votar.

O SR. CRISTOVAM BUARQUE (Bloco Apoio Governo/PDT – DF) – Finalmente. Voto a favor.

O SR. PRESIDENTE (Lindbergh Farias. Bloco Apoio Governo/PT – RJ) – Senador Rodrigo Rollemberg.

O SR. RODRIGO ROLLEMBERG (Bloco Apoio Governo/PSB – DF) – Voto a favor.

O SR. PRESIDENTE (Lindbergh Farias. Bloco Apoio Governo /PT – RJ) – Senador Sérgio Souza.

O SR. SÉRGIO SOUZA (Bloco Maioria/PMDB – PR) – Voto "sim", Sr. Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Lindbergh Farias. Bloco Apoio Governo/PT – RJ) – Senador Francisco Dornelles.

O SR. FRANCISCO DORNELLES (Bloco Maioria/PP – RJ) – Com o Relator.

O SR. PRESIDENTE (Lindbergh Farias. Bloco Apoio Governo/PT – RJ) – Senador Aloysio Nunes. *(Pausa.)*

Voto "não".

O SR. PRESIDENTE (Lindbergh Farias. Bloco Apoio Governo/PT – RJ) – Senador José Agripino.

O SR. JOSÉ AGRIPINO (Bloco Minoria/DEM – RN) – Com o Relator.

O SR. PRESIDENTE (Lindbergh Farias. Bloco Apoio Governo/PT – RJ) – Senador Armando Monteiro. Voto conhecido.

Senador João Vicente Claudino.

O SR. JOÃO VICENTE CLAUDINO (Bloco União e Força/PTB – PI) – Com o Relator.

O SR. PRESIDENTE (Lindbergh Farias. Bloco Apoio Governo/PT – RJ) – Senador Blairo Maggi.

O SR. BLAIRO MAGGI (Bloco União e Força/PR – MT) – Com o Relator. É conhecido o voto.

O SR. PRESIDENTE (Lindbergh Farias. Bloco Apoio Governo/PT – RJ) – Senador Antonio Carlos Rodrigues.

O SR. ANTONIO CARLOS RODRIGUES (Bloco/ União e Força/PR – SP) – Com o Relator.

O SR. PRESIDENTE (Lindbergh Farias. Bloco Apoio Governo/PT – RJ) – Senador Pedro Taques.

O SR. PEDRO TAQUES (Bloco Apoio Governo/ PDT – MT) – Com o Relator.

O SR. PRESIDENTE (Lindbergh Farias. Bloco Apoio Governo/PT – RJ) – Senador Antonio Carlos Valadares.

O SR. ANTONIO CARLOS VALADARES (Bloco Apoio Governo /PSB – SE) – Com o Relator.

O SR. PRESIDENTE (Lindbergh Farias. Bloco Apoio Governo/PT – RJ) – Senador Ricardo Ferraço. *(Pausa.)*

Ausente.

Senador Flexa Ribeiro.

O SR. FLEXA RIBEIRO (Bloco Minoria/PSDB – PA) – Com o Relator, Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Lindbergh Farias. Bloco Apoio Governo /PT – RJ) – A Comissão aprova o projeto e a Emenda nº 1 da CAE com 14 votos "sim" e 1 voto "não".

E vamos ter a votação do último projeto terminativo.

O SR. PEDRO TAQUES (Bloco Apoio Governo/ PDT – MT) – Sr. Presidente, pela ordem.

O SR. PRESIDENTE (Lindbergh Farias. Bloco Apoio Governo /PT – RJ) – Senador Pedro Taques.

O SR. PEDRO TAQUES (Bloco Apoio Governo/ PDT – MT) – Se fosse possível colocar o item 7 na pauta.

O SR. PRESIDENTE (Lindbergh Farias. Bloco Apoio Governo/PT – RJ) – Faremos isso assim que encerrar o terminativo. Então, nós iremos ao não terminativo. O terminativo exige quórum qualificado.

ITEM 16
PROJETO DE LEI DO SENADO Nº 402, DE 2012
– Terminativo –

Altera os arts. 5º, 13 e 15 da Lei nº 6.729, de 28 de novembro de 1979, para promover a concorrência de preços e condições de atendimento pós-venda na comercialização de veículos automotores de via terrestre.
Autoria: Senadora Ana Amélia
Relatoria: Senador Rodrigo Rollemberg
Relatório: Pela rejeição do projeto.

Observações: *A matéria foi apreciada pela Comissão de Meio Ambiente, Defesa do Consumidor e Fiscalização e Controle, com parecer contrário ao projeto.*

Com a palavra o Relator, Senador Rodrigo Rollemberg.

O SR. RODRIGO ROLLEMBERG (Bloco Apoio Governo/PSB – DF) – Muito obrigado, Sr. Presidente.

Vem ao exame da Comissão de Assuntos Econômicos, em decisão terminativa, o Projeto de Lei do Senado nº 402, de 2012, de autoria da Senadora Ana Amélia, cuja ementa é transcrita acima.

A proposição altera a Lei nº 6.729, de 28 de novembro de 1979, conhecida como Lei Ferrari, que disciplina a concessão comercial entre produtores e distribuidores de veículos automotores de via terrestre.

O objetivo destacado pela autora é promover a concorrência de preços e aperfeiçoar as condições de atendimento pós-venda nesse setor.

O § 2º do art. 5º da Lei nº 6.729, de 1979, obriga o concessionário a comercializar veículos automotores, implementos, componentes e máquinas agrícolas, de via terrestre, e a prestar serviços inerentes aos mesmos, nas condições estabelecidas no contrato de concessão comercial, sendo vedada a prática dessas atividades, diretamente ou por intermédio de prepostos, fora de sua área demarcada. A proposição, em seu art. 1º, altera esse dispositivo de modo a tornar facultativa ao concessionário a prática dessas atividades, diretamente ou por intermédio de prepostos, fora de sua área demarcada.

O art. 2º do projeto em tela acrescenta os §§ 1º-A e 3º ao art. 13 da Lei nº 6.729, de 1979. De acordo com o §1º-A, o concessionário passa a ser obrigado a divulgar as seguintes informações juntamente ao preço de comercialização do veículo:

> I – valor do somatório dos preços das peças que compõem o pacote básico de reparo de colisão, o qual deve incluir os para-choques dianteiro e traseiro, os espelhos retrovisores laterais, esquerdo e direito, os faróis principais e os auxiliares dianteiros, quando houver, as lanternas traseiras e as luzes de direção dianteiras e traseiras;
> *II – volume estimado de litros de combustível a ser consumido no período de cinco anos, calculado com base no consumo médio misto, urbano e rodoviário, para a rodagem de 60.000 (sessenta mil) quilômetros no período;*
> *III – porcentagem estimada de depreciação no valor de venda do veículo após um ano, sendo esse fator calculado com base no veículo*

de mesmo modelo, produzido no ano anterior, quando houver;

IV – valor do somatório das revisões básicas a serem executadas de acordo com o manual do proprietário, calculado com base no período de cinco anos para a rodagem mínima de 60 mil quilômetros no período.

O § 3º estabelece que os direitos de garantia de veículo outorgados ao consumidor no ato da compra não poderão ser suspensos com base no fato de os reparos terem sido feitos fora da rede de concessionários autorizados, caso o defeito reclamado no veículo não tenha qualquer conexão técnica com o reparo realizado fora da rede de concessionários autorizados.

A proposição, em seu art. 3º, altera ainda o art. 15 da Lei nº 6.729, de 1979, de modo a permitir ao concedente a venda de veículos automotores diretamente a qualquer comprador por meio de comércio eletrônico. Caso o concedente opte pelo comércio eletrônico, deverá manter um sítio nacional na Internet e ofertar ao menos quatro modelos de veículo automotor, entre os de menor consumo de combustível em sua gama de produtos.

O art. 4º da proposição prevê que a vigência se dará a partir da data de publicação da lei.

Em sua justificação, a autora destaca o alto preço dos automóveis no mercado brasileiro em comparação com modelos similares no exterior. Relaciona esse fato ao custo de produção crescente, à elevada carga tributária e à existência de um déficit de concorrência em toda a cadeia produtiva. Argumenta que a Lei nº 6.729, de 1979, inibe a entrada de concorrentes, não existindo outra lei de concessão comercial nesses moldes em nenhum outro setor industrial.

A matéria foi encaminhada à CMA, que apresentou parecer pela rejeição do projeto, e à Comissão de Assuntos Econômicos, que deve apresentar a decisão terminativa.

No dia 5 de dezembro de 2012, foi realizada uma audiência pública na CAE, com o objetivo de discutir e esclarecer as razões para os altos preços dos veículos automotores no País e discutir medidas para a solução desse problema.

Não foram oferecidas emendas no prazo regimental.

O PLS nº 402, de 2012, vem à apreciação da CAE, em cumprimento ao disposto no art. 99, I, do Regimento Interno do Senado.

Em termos formais, a proposição preenche os requisitos exigidos pela Constituição.

Do ponto de vista material, o projeto está em harmonia com os preceitos da Lei Maior. Portanto, não se vislumbram óbices para a aprovação.

No entanto, quanto ao mérito, acredita-se que o projeto possa gerar efeitos diversos do pretendido, além de obrigar o concessionário a divulgar um conjunto de informações excessivo.

O PLS nº 402, de 2012, parte do princípio de que a competição intramarca teria condição de gerar uma queda nos preços. Contudo, não é possível afirmar que a competição entre concessionárias da mesma marca possa gerar, de maneira inequívoca, uma queda sustentável dos preços dos automóveis. Ao contrário, pode levar a um processo de concorrência predatória, resultando em falências das concessionárias mais frágeis, fusões e aquisições. Em uma situação limite, surgiriam poucos grandes grupos de concessionárias com elevado poder de mercado.

Deve-se destacar que o preço médio real de automóveis novos tem declinado ao longo dos últimos anos. Ou seja, o preço dos carros subiu menos que a inflação. Esse fato possui uma correlação estreita com a entrada de novas montadoras no mercado nacional, o que sugere que a competição entre marcas é uma das maiores responsáveis pela definição do preço. Essa queda do preço ocorreu mesmo tendo havido um grande aumento da demanda decorrente do aumento da renda média do brasileiro, o que tenderia a elevar o preço. Além disso, a trajetória de queda do preço real iniciou-se antes das reduções do IPI.

Entende-se que os principais fatores que ainda fazem os preços dos automóveis no Brasil serem superiores ao de outros países são o poder de mercado, decorrente da alta concentração ainda presente nesse setor por fatores históricos, e a elevada carga tributária. Nenhum desses dois fatores é afetado pela proposição.

Por fim, julga-se razoável exigir que o consumidor faça as revisões obrigatórias na rede autorizada para manter a garantia do veículo.

A proposição, ao permitir que o consumidor possa fazer reparos fora da concessionária sem perder a garantia, caso o defeito não tenha conexão técnica com o reparo realizado, cria uma situação que pode prejudicá-lo. A concessionária, por possuir mais informação sobre o seu produto que o consumidor, pode negar-lhe o uso das prerrogativas outorgadas na garantia, argumentando que o defeito possui conexão técnica com o reparo realizado fora da concessionária, invertendo, assim, o ônus da prova.

Voto.

Ante o exposto, o voto é pela rejeição do Projeto de Lei do Senado (PLS) nº 402, de 2012.

O SR. PRESIDENTE (Lindbergh Farias. Bloco Apoio Governo/PT – RJ) – A matéria está em discussão. (*Pausa.*)

Não sei se a Senadora Ana Amélia...

A SRª ANA AMÉLIA (Bloco Maioria/PP – RS) – Caro Presidente, queria agradecer ao Senador Rodrigo Rollemberg, dizendo que nós fazemos propostas que vêm sugeridas por consumidores, às vezes por outros segmentos, e nem sempre temos o tempo necessário para fazer uma avaliação de todas as partes envolvidas. Esse foi o típico projeto que nasceu com esse caminho, e quando nós recebemos as informações todas relacionadas a uma parte relevante, que é a revenda de automóveis no Brasil, vimos que eles mais ou menos ficam imprensados entre a pressão da montadora que determina preço, que determina a quantidade de carros que têm de ser vendidos, sob pena de multas, penalizações.. E para o setor que tem um enorme relevância em relação a emprego de mão de obra e geração também de riqueza na área de serviços.

Então, vi que o projeto mais criaria problemas do que soluções para um setor específico, embora nossa visão fosse beneficiar o consumidor. Mas você não pode fazer uma lei que seja boa só para um lado; quando ela penaliza um determinado setor, ela não tem a sua finalidade expressa.

Então, eu queria agradecer ao Senador Rodrigo Rollemberg pela relatoria e entendo realmente que, nesse caso, a matéria está adequadamente tratada nesta Comissão.

Obrigada, Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Lindbergh Farias. Bloco Apoio Governo/PT – RJ) – A Senadora Ana Amélia concorda com o Relator, Senador Rodrigo Rollemberg.

Então, essa é a última votação nominal. Vamos ter, depois, mais três votações de projetos não terminativos, mas essa é a última votação terminativa.

Quem vota com o Relator Senador Rodrigo Rollemberg vota "não" ao projeto.

Senador Eduardo Suplicy.

O SR. EDUARDO SUPLICY (Bloco Apoio Governo/PT – SP) – Com o Relator, "não".

O SR. PRESIDENTE (Lindbergh Farias. Bloco Apoio Governo/PT – RJ) – Senador José Pimentel.

O SR. JOSÉ PIMENTEL (Bloco Apoio Governo/PT – CE) – Com o Relator, "não".

O SR. PRESIDENTE (Lindbergh Farias. Bloco Apoio Governo/PT – RJ) – Senador Cristovam Buarque.

O SR. CRISTOVAM BUARQUE (Bloco Apoio Governo/PDT – DF) – Com o Relator.

O SR. PRESIDENTE (Lindbergh Farias. Bloco Apoio Governo/PT – RJ) – Senador Rodrigo Rollemberg.

Voto conhecido.

Senador Aloysio Nunes Ferreira.

O SR. ALOYSIO NUNES FERREIRA (Bloco Minoria/PSDB – SP) – Com o Relator.

O SR. PRESIDENTE (Lindbergh Farias. Bloco Apoio Governo/PT – RJ) – Com o Relator.

Senador José Agripino.

O SR. JOSÉ AGRIPINO (Bloco Minoria/DEM – RN) – Com o Relator.

O SR. PRESIDENTE (Lindbergh Farias. Bloco Apoio Governo/PT – RJ) – Senador Armando Monteiro.

O SR. ARMANDO MONTEIRO (Bloco União e Força/PTB – PE) – Com o Relator.

O SR. PRESIDENTE (Lindbergh Farias. Bloco Apoio Governo/PT – RJ) – Senador João Vicente Claudino.

O SR. JOÃO VICENTE CLAUDINO (Bloco União e Força/PTB – PI) – Com o Relator.

O SR. PRESIDENTE (Lindbergh Farias. Bloco Apoio Governo/PT – RJ) – Senador Blairo Maggi.

O SR. BLAIRO MAGGI (Bloco União e Força/PR – MT) – Com o Relator.

O SR. PRESIDENTE (Lindbergh Farias. Bloco Apoio Governo/PT – RJ) – Senador Antonio Carlos Rodrigues.

O SR. ANTONIO CARLOS RODRIGUES (Bloco União e Força/PR – SP) – Com o Relator.

O SR. PRESIDENTE (Lindbergh Farias. Bloco Apoio Governo/PT – RJ) – Senador Pedro Taques.

O SR. PEDRO TAQUES (Bloco/PDT – MT) – Com o Relator.

O SR. PRESIDENTE (Lindbergh Farias. Bloco Apoio Governo/PT – RJ) – Senador Antonio Carlos Valadares.

O SR. ANTONIO CARLOS VALADARES (Bloco Apoio Governo/PSB – SE) – Com o Relator.

O SR. PRESIDENTE (Lindbergh Farias. Bloco Apoio Governo/PT – RJ) – Mesmo a Senadora Ana Amélia concordando com o Relator, por ser autora, ela não poderá votar.

Senador Flexa Ribeiro.

O SR. FLEXA RIBEIRO (Bloco Minoria/PSDB – PA) – Com o Relator.

O SR. PRESIDENTE (Lindbergh Farias. Bloco Apoio Governo/PT – RJ) – Com o Relator.

Com 13 votos NÃO, foi rejeitado o Projeto.

Nós vamos ter três itens agora: o item 5, relatado pelo Senador Cristovam Buarque; o item 7, de autoria do Senador Pedro Taques, que é relatado pelo Senador Aloysio Nunes Ferreira; e o item 9, e vou designar o Senador Antonio Carlos Rodrigues como Relator ad hoc do item 9.

O SR. EDUARDO SUPLICY (Bloco Apoio Governo/PT – SP) – Pela ordem, Sr. Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Lindbergh Farias. Bloco Apoio Governo/PT – RJ) – Sim, Senador Eduardo Suplicy.

O SR. EDUARDO SUPLICY (Bloco Apoio Governo/PT – SP) – Com respeito ao item 7, de autoria do Senador Pedro Taques, que institui normas relacionadas à responsabilização na contratação de obras públicas, que tem como Relator o Senador Aloysio Nunes Ferreira, eu gostaria de fazer uma proposta. Foi criada uma comissão temporária para justamente examinar a modernização da Lei de Licitações e Contratos, ou seja, a Lei nº 8.666 de 1993, que iniciou seus trabalhos recentemente, mas que justamente está examinando todas as proposições, inclusive o próprio projeto que foi aprovado na Comissão de Assuntos Econômicos, do qual eu era o Relator e que estava pronto para ser apreciado no plenário – também foi para essa comissão temporária. Eu gostaria de sugerir que esse projeto seja encaminhado àquela comissão que está examinando todas as iniciativas sobre esse tema relativo às licitações.

É a sugestão que formulo, Sr. Presidente, sobre o Item 7.

O SR. PRESIDENTE (Lindbergh Farias. Bloco Apoio Governo/PT – RJ) – Senador Pedro Taques.

O SR. PEDRO TAQUES (Bloco Apoio Governo/PDT – MT) – Com todas as vênias e licença ao Senador Eduardo Suplicy, o projeto trata de obras. Essa comissão que está a reformar a Lei de Licitações fala de contratação. A licitação é uma fase anterior à realização do objeto adjudicado no contrato. Então, penso que não há pertinência temática entre a comissão que está a tratar da licitação, da nova Lei de Licitações e modificações. E, nesse projeto, as obras podem resultar do RDC, que dispensa, inclusive, a licitação. Então, não há que se falar, com todo respeito ao Senador Suplicy, nessa pertinência entre a comissão, que existe em boa hora, diga-se de passagem, para alterar a Lei de Licitações, a 8.666. A abrangência aqui é muito maior do que isso.

O SR. EDUARDO SUPLICY (Bloco Apoio Governo/PT – SP) – Deixo a critério da Comissão. Essa foi a sugestão que formulei, mas o Senador Pedro Taques, possivelmente, conhece em maior profundidade essa questão. Por ser autor da matéria, vou respeitar a sua opinião.

O SR. PRESIDENTE (Lindbergh Farias. Bloco Apoio Governo/PT – RJ) – Item nº 5, Senador Cristovam Buarque.

O SR. CRISTOVAM BUARQUE (Bloco Apoio Governo/PDT – DF) – Com o Relator, Sr. Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Lindbergh Farias. Bloco Apoio Governo/PT – RJ) – Item 5:

ITEM 5
PROJETO DE LEI DO SENADO Nº 329, DE 2007
Complementar
– Não Terminativo –

Proíbe a realização de operações de câmbio por empresas de turismo e outras não integrantes do Sistema Financeiro Nacional.
Autoria: Senador Pedro Simon
Relatoria: Senador Cristovam Buarque
Relatório: Pela prejudicialidade do Projeto.

Concedo a palavra o Relator.

O SR. CRISTOVAM BUARQUE (Bloco Apoio Governo/PDT – DF) – Sr. Presidente, eu vou direto ao voto, que, inclusive, foi discutido com o próprio Senador Pedro Simon. Acontece com esse projeto o mesmo que aconteceu com o meu, relatado pelo Senador Pimentel. Um longo processo, de seis anos, fez com que diversas modificações, tomadas pelas autoridades, tenham levado a que o projeto ficasse prejudicado. Apesar da constitucionalidade, da juridicidade e regimentalidade do projeto, assim como as razões que motivaram o autor, a meu ver, a proposição tornou-se extemporânea em face das normas legais e regulamentares vigentes sobre o assunto de que trata.

Na verdade, as autoridades monetárias, no exercício de suas competências legais, incorporaram no regulamento do mercado de câmbio e em suas operações a medida preconizada, então, pelo projeto. O que tem sido muito comum aqui, Senador Aloysio, é que o Governo toma a iniciativa de fazer aquilo que a gente começa aqui como forma de tomar vantagens políticas. O nosso processo é muito longo, o que é nossa culpa.

Imbuído de profundo espírito público e em defesa da economia nacional, o Senador Pedro Simon apresentou este projeto de lei complementar. Contudo, em vista das medidas adotadas pelo Banco Central e em razão das atualizações legais havidas no período em que se processou a discussão do projeto, voto pela declaração de prejudicialidade do Projeto de Lei nº 329, de 2007, complementar, nos termos do disposto no art. 334, *caput,* inciso I, combinado com o art. 133, inciso III, do Regimento Interno do Senado.

Esse é o meu voto.

O SR. PRESIDENTE (Lindbergh Farias. Bloco Apoio Governo/PT -RJ) – A matéria está em discussão. *(Pausa.)*

Não havendo mais quem queira discutir, vamos colocar em votação o relatório do Senador Cristovam Buarque.

Em votação o relatório do Senador Cristovam Buarque.

Os Senadores que concordam com o relatório permaneçam como estão. *(Pausa.)*

Aprovado o relatório, que passa a constituir o parecer da CAE pela prejudicialidade do projeto.

Item nº 7 da pauta.

ITEM 7
PROJETO DE LEI DO SENADO Nº 56, DE 2012
– Não Terminativo –

Institui normas relacionadas à responsabilização na contratação de obras públicas e dá outras providências.
Autoria: Senador Pedro Taques
Relatoria: Senador Aloysio Nunes Ferreira
Relatório: Favorável ao Projeto com as Emendas nºs 14 a 20 que apresenta.

A matéria será apreciada pela Comissão de Serviços de Infraestrutura e pela Comissão de Constituição, Justiça e Cidadania, em decisão terminativa.

Concedo a palavra ao Senador Aloysio Nunes Ferreira.

O SR. ALOYSIO NUNES FERREIRA (Bloco Minoria/PSDB – SP) –...proposição, quando diz que a proposição versa sobre aquilo que decorre da licitação. Estabelece normas de execução, fiscalização e controle e recebimento na contratação das obras públicas. Ela é composta por 35 artigos.

Os dois primeiros definem abrangência e aplicação subsidiária dos princípios da Lei 8.666.

Bom, o art. 3º do projeto apresenta as definições de sobrepreço, superfaturamento e jogo de planilhas, temas que estão em grande voga atualmente.

As regras atinentes à execução dos contratos estão dispostas entre os arts. 4º e 22 e representam a maior parte das proposições.

Quer dizer, o essencial é a execução dos contratos.

Os arts. 5º, 6º e 7º tratam respectivamente dos regimes de execução contratual, de empreitada por preço global, empreitada por preço unitário e empreitada integral, redefinindo-as.

O art. 8º cria a responsabilização objetiva do contratado pela solidez e segurança de uma obra.

O art. 9º é expresso quanto à responsabilização objetiva da construtora contratada nos contratos administrativos da execução de obras públicas, resguardando-lhes a possibilidade de ação regressiva contra terceiros, que poderão ser projetistas ou consultores, pessoas físicas ou jurídicas, responsáveis pela elaboração das plantas e especificações de outras peças técnicas.

Já o art. 4º determina que esses respondem pelos danos causados pelas falhas de projetos, orçamento ou qualquer parecer de sua autoria, decorrente de sua culpa ou dolo.

Por força das disposições explanadas no parágrafo anterior, a contratada ficou obrigada a promover, às suas expensas, a revisão dos projetos licitados, sob pena de responder solidariamente pelos danos advindos de falhas imputadas aos projetistas.

O comando do inciso II do parágrafo único do art. 5º está diretamente relacionado a essa obrigação. Por ele deverá constar do edital e do contrato cláusula expressa de concordância do contratado, com a adequação do projeto básico, sendo expressamente vedados quaisquer acréscimos no valor contratual sob alegação de falhas ou omissões em quaisquer das peças, orçamentos, plantas, especificações, memoriais e estudos técnicos preliminares do projeto.

É inaplicável a responsabilidade objetiva por eventual inadequação de projetos desenvolvidos de forma tecnicamente correta à necessidade do contratante. Não está afastada a responsabilidade solidária dos agentes públicos responsáveis pelo recebimento dos projetos respectivos e pelos vícios e defeitos que, no regular exercício de suas atribuições legais e contratuais, poderiam ter evitado.

Outra disposição determina à administração que exija a apresentação de Anotação de Responsabilidade Técnica dos profissionais responsáveis por projetos, orçamentos, pareceres, execução, fiscalização e supervisão de obras e serviços de engenharia na forma da legislação pertinente. Essa exigência é um requisito imprescindível de qualificação técnica.

O prazo máximo para o contratante aplicar as multas contratuais cabíveis e executar as garantias prestadas pelo contratado está sendo definido em dois anos da data da rescisão do contrato.

A aceitação de garantias irregulares ou inadequadas à respectiva finalidade prevista em edital é equiparada, para efeito de responsabilidade da administração e seus agentes, ao recebimento de bens e serviços em desacordo com os termos da legislação ou do contrato respectivo.

O art. 12 define que os critérios de medição dos serviços de obras públicas deverão ser estabelecidos de forma clara e objetiva no edital de licitação e no contrato dele decorrente, vinculando as partes contratantes à sua estrita observância. Os parágrafos pormenorizam detalhes relativos a isso.

O art. 13 estatui normas e procedimentos aplicáveis ao recebimento definitivo da obra ou serviço de engenharia.

Pelo art. 14, exige-se o registro em nota técnica fundamentada, que será submetida à aprovação do setor técnico competente pela aprovação dos proje-

tos para que projetos básicos e/ou executivos sejam alterados, especialmente em relação aos quantitativos de itens de exigências técnicas e alteração qualitativa.

A revisão do projeto básico ou a elaboração do projeto executivo que transfigurem o objeto originalmente contratado em outro de natureza e propósito diversos, ou que firam a isonomia entre aqueles que ofereceram propostas na licitação, são definidos como práticas ilegais, que ensejam a anulação do contrato e dos procedimentos licitatórios.

Ele pegou, ele cercou tudo quanto é tipo de malandragem.

O art. 15 dispõe sobre os prazos de execução dos serviços, o art. 16, a respeito das medidas acautelatórias que poderão ser decretadas, o art. 17, dos deveres dos contratantes, e o art. 18, da subcontratação dos serviços.

Toda subcontratação deverá ser previamente aprovada pela administração.

Novidade digna de nota é a vedação a que se exija das licitantes a comprovação de qualificação técnico-operacional ou técnico-profissional, prevista no art. 30 da Lei de Licitações, das partes do objeto na qual seja prática comum do mercado a construção e a subcontratação de terceiros.

Em contrapartida, somente em condições excepcionais e devidamente fundamentadas no auto autorizador, será admitida subcontratação de parte técnica e materialmente relevante do projeto para o qual a administração tenha exigido das licitantes a comprovação de capacidade técnica, desde que resulte comprovado que tal procedimento é indispensável ao atendimento do interesse público.

Veda-se, também, a subcontratação de empresa ou consórcio que tenha participado do mesmo processo licitatório que deu origem à contratação ou que tenha participado diretamente ou indiretamente da elaboração de projeto executivo ou básico – para evitar cartel, evidentemente.

Do art. 19 ao 22, o PLS trata do reajuste de preços contratados, que só poderão ocorrer a partir da data-limite para apresentação das propostas, ou, se estiver definido no edital, da data do orçamento ao qual a proposta da licitante se referir.

Os reajustes subsequentes devem observar o prazo de um ano completo a partir do último. Somente poderão ser reajustadas parcelas que ultrapassem um ano, mas desde que a empresa contratada tenha adimplido com todas as suas obrigações.

Os arts. 24 a 27 dispõem sobre sanções administrativas.

O art. 26 promove alteração do *caput* do art. 87, da Lei de Licitações, para permitir o sancionamento por vícios e defeitos de qualidade de execução ou falhas do projeto.

O art. 27 do Projeto de Lei inclui dois parágrafos no art. 87 do Estatuto das Licitações, com vistas a deixar claro que a declaração de inidoneidade para licitar ou contratar com a Administração Pública abrange todas as esferas de governo de todos os entes federados, para estatuir que, ao comprovar a qualificação legal dos licitantes, o órgão promotor da licitação tenha obrigação de verificar a incidência de sanção sobre o licitante. Indiretamente, o dispositivo também cria para a União obrigação de manter cadastro unificado com essa finalidade específica.

Entre as disposições finais do PLS, está o comando pelo qual passa a ser cláusula obrigatória nos editais e contratos de obras e serviços de engenharia a obrigação do contratado de conceder livre acesso aos documentos e registros contáveis da empresa referente ao objeto contratado, aos servidores dos órgãos de entidades contratantes de controle interno e externo.

O art. 29 da proposição define que os direitos patrimoniais e autorais do projeto de serviços especializados de profissionais autônomos e de empresas contratadas pela administração passam a ser de propriedade do contratante, sem prejuízo da responsabilidade técnica assumida por seus autores e da preservação de sua identificação, inclusive para fim de acervo técnico.

O art. 30 estabelece que as autoridades competentes dos órgãos e entidades que contratam obras e serviços de engenharia deverão expedir e manter atualizadas normas internas tratando da licitação, execução, fiscalização, controle e recebimento das obras, definindo alguns dos termos a serem regulados.

Pelo art. 34, os editais de licitação para realização de obras e serviços de engenharia, bem como todas as peças dos seus respectivos processos administrativos, deverão ser disponibilizados para consulta pública, em meio eletrônico, preferencialmente no sítio oficial do órgão responsável pela licitação. O período de disponibilidade para consulta pública deverá ser, no mínimo, de cinco anos após o término da vigência dos contratos celebrados.

Não foram oferecidas emendas.

Em decorrência da aprovação do Requerimento nº 825, de 2012, de autoria do Senador João Vicente Claudino, o projeto vai ao exame da Comissão de Serviços de Infraestrutura; em seguida, será submetido à deliberação terminativa da Comissão de Constituição, Justiça e Cidadania.

Sr. Presidente, eu peço um minuto para tomar fôlego. (*Risos.*)

Eu creio que, entre as inovações regimentais, deveríamos prever a contratação de um locutor para a leitura dos pareceres, que, em princípio, deveriam ser do conhecimento prévio de todos os membros da Comissão, uma vez que foram publicados com antecedência.

Vou tomar um gole d'água para entrar agora na análise – análise impiedosa.

O SR. PRESIDENTE (Lindbergh Farias. Bloco Apoio Governo/PT – RJ) – V. Exª tem todo o tempo necessário.

O SR. ANTONIO CARLOS VALADARES (Bloco Apoio Governo/PSB – SE) – Pelo menos, temos o prazer de ouvir a voz do Senador.

O SR. JOSÉ PIMENTEL (Bloco Apoio Governo/PT – CE) – Sr. Presidente, o nobre Relator tem razão. São muitos textos, e como haverá pedido de vista coletiva, se o nobre Relator fizer a parte final do voto...

O SR. PRESIDENTE (Lindbergh Farias. Bloco Apoio Governo/PT – RJ) – Por economia...

O SR. JOSÉ PIMENTEL (Bloco Apoio Governo/PT – CE) – Como nós iremos pedir vista...

O SR. PRESIDENTE (Lindbergh Farias. Bloco Apoio Governo/PT – RJ) – Por economia processual e física do Senador Aloysio Nunes Ferreira.

O SR. PEDRO TAQUES (Bloco Apoio Governo/PDT – MT) – E também há uma questão de ordem antes do pedido de vista.

O SR. ALOYSIO NUNES FERREIRA (Bloco Minoria/PSDB – SP) – Então, vamos lá. Faça-a para eu poder me poupar.

O SR. PRESIDENTE (Lindbergh Farias. Bloco Apoio Governo/PT – RJ) – S. Exª está no meio da leitura.

O SR. PEDRO TAQUES (Bloco Apoio Governo/PDT – MT) – O senhor é quem manda!

O SR. ANTONIO CARLOS VALADARES (Bloco Apoio Governo/PSB – SE) – Em casos como este, Sr. Presidente, deveriam ser três Senadores lendo o parecer.

O SR. ALOYSIO NUNES FERREIRA (Bloco Minoria/PSDB – SP) – Eu ouvi aqui uma conversa lateral entre o Senador Pedro Taques e um colega nosso que não consegui identificar ainda... Ah, sim; o Senador Armando Monteiro. E parece que já...

O SR. PRESIDENTE (Lindbergh Farias. Bloco Apoio Governo/PT – RJ) – V. Exª conseguiu ler e ainda escutar essa conversa paralela? Essa é uma demonstração de profunda inteligência.

O SR. ALOYSIO NUNES FERREIRA (Bloco Minoria/PSDB – SP) – Eu estava aqui ouvindo. Mas me parece que já houve um pedido de vista anteriormente.

Houve ou não?

(Intervenções fora do microfone.)

O SR. ALOYSIO NUNES FERREIRA (Bloco Minoria/PSDB – SP) – Não houve? (*Pausa.*) Ah, não houve pedido de vista.

Sr. Presidente, eu creio que o simples relatório já contém o meu ponto de vista sobre a análise do mérito. Eu acho que o relatório fala por si sobre o mérito da matéria.

Portanto, concluo dizendo que meu parecer é favorável com outra emenda que já consta do avulso distribuído aos Srs. Senadores.

O SR. ARMANDO MONTEIRO (Bloco União e Força/PTB – PE) – Sr. Presidente, eu queria pedir vista desse alentado parecer do Senador Aloysio Nunes. (*Risos.*)

O SR. JOSÉ PIMENTEL (Bloco Apoio Governo/PT – CE) – Sr. Presidente, vista coletiva.

O SR. PRESIDENTE (Lindbergh Farias. Bloco Apoio Governo/PT – RJ) – Vista coletiva.

Senador Pedro Taques.

O SR. PEDRO TAQUES (Bloco Apoio Governo/PDT – MT) – Sr. Presidente, apenas para dizer que o projeto, ao sair do gabinete do Senador Aloysio, melhorou muito. O Senador Aloysio mudou, e o projeto ficou excepcional. Era razoável, mas, depois das contribuições do Senador Aloysio, tornou-se excepcional. Agora, tenho certeza de que, com o Senador Armando, o projeto vai ficar uma teteia. (*Risos.*)

O SR. PRESIDENTE (Lindbergh Farias. Bloco Apoio Governo/PT – RJ) – Concedida vista coletiva, esse item retornará à pauta na próxima terça-feira.

Vamos ao ultimo item, o de nº 9:

ITEM 9
PROJETO DE LEI DO SENADO Nº 118, DE 2009
– Não Terminativo –

Altera a alínea "b", do inciso II, do § 2º, do art. 4º da Lei nº 8.630, de 25 de fevereiro de 1993, com vistas a permitir a exploração de instalações portuárias privadas para uso geral.

Autoria: Senadora Kátia Abreu.

Como Relator *ad hoc*, designo o Senador Antonio Carlos Rodrigues.

Relatório: Pela prejudicialidade do projeto.

Observações:

1. A matéria será apreciada pelas Comissões de Desenvolvimento Regional e Turismo; e de Serviços de Infraestrutura, em decisão terminativa;

2. Em 23/5/2012, foi realizada audiência pública, em conjunto com as Comissões de Serviços de Infraestrutura e de Desenvolvimento

Regional e Turismo, com a finalidade de instruir a matéria.

Concedo a palavra ao Relator *ad hoc*, Senador Antonio Carlos Rodrigues.

O SR. ANTONIO CARLOS RODRIGUES (Bloco União e Força/PR – SP) – Relatório.

De iniciativa da Senadora Kátia Abreu, o projeto sob exame pretende alterar a Lei nº 8.630, de 25 de fevereiro de 1993.

Análise.

Com a aprovação da Medida Provisória dos Portos no primeiro semestre deste ano, este projeto fica prejudicado, uma vez que a liberação para que os terminais privativos operem cargas de terceiros sem a definição de um mínimo de carga própria foi um dos pontos aprovados.

Voto.

Ante o exposto, opinamos que o PL nº 118, de 2009, está prejudicado.

O SR. PRESIDENTE (Lindbergh Farias. Bloco Apoio Governo/PT – RJ) – A matéria está em discussão. *(Pausa.)*

Só queria registrar que essa é uma batalha da Senadora Kátia Abreu, mas foi aprovada. Ela, inclusive, esteve participando de todo o debate sobre a MP dos Portos.

O SR. BLAIRO MAGGI (Bloco União e Força/PR – MT) – Resolveu lá...

O SR. PRESIDENTE (Lindbergh Farias. Bloco Apoio Governo/PT – RJ) – Que resolveu lá. O Senador Blairo Maggi também acompanhou os debates.

A matéria está em discussão. *(Pausa.)*

Em votação o relatório do Senador Antonio Carlos Rodrigues.

Os Senadores que concordam com o relatório permaneçam como se encontram. *(Pausa.)*

Aprovado o relatório, que passa a constituir parecer da CAE, pela prejudicialidade do projeto.

A matéria vai à Comissão de Desenvolvimento Regional e Turismo.

Requerimento do Senador José Pimentel.

Requeiro, nos termos do Regimento Interno do Senado Federal, aditamento ao Requerimento nº 44, de 2013, da Comissão de Assuntos Econômicos, que pede a realização de audiência pública para instruir o PDS nº 275, de 2012, para indicar como debatedores um representante da Advocacia-Geral da União e um representante da Abrap – Associação Brasileira de Entidades Fechadas de Previdência Complementar.

Está lido esse requerimento. Nós o votaremos na próxima reunião.

(São os seguintes os itens retirados de pauta:)

ITEM 11
PROJETO DE LEI DO SENADO Nº 145, DE 2008
– Terminativo –

Altera o art. 35 da Lei nº 9.250, de 26 de dezembro de 1995, para elevar a idade dos dependentes para fins de Imposto de Renda da Pessoa Física.
Autoria: Senador Neuto De Conto
Relatoria: Senador Benedito de Lira
Relatório: Pela aprovação do Projeto com a Emenda nº 1 que apresenta.

ITEM 12
PROJETO DE LEI DO SENADO Nº 211, DE 2009
– Terminativo –

Torna obrigatória a adoção de formato único para os teclados dos terminais de autoatendimento da rede bancária.
Autoria: Senador Valdir Raupp
Relatoria: Senador Flexa Ribeiro
Relatório: Pela rejeição do Projeto.

ITEM 19
PROJETO DE LEI DO SENADO Nº 51, DE 2013
– Terminativo –

Altera a Lei nº 8.989, de 24 de fevereiro de 1995, que dispõe sobre a Isenção do Imposto sobre Produtos Industrializados – IPI, na aquisição de automóveis para utilização no transporte autônomo de passageiros, bem como por pessoas portadoras de deficiência física, para incluir os automóveis utilitários no rol de veículos isentos.
Autoria: Senador Lobão Filho
Relatoria: Senador Benedito de Lira.
Relatório: Pela rejeição do Projeto.)

Nada mais havendo a tratar, declaro encerrada a presente reunião.

Muito obrigado aos senhores e às senhoras.

(Iniciada às 10 horas e 26 minutos, a reunião é encerrada às 12 horas e 45 minutos.)

COMISSÃO DE CONSTITUIÇÃO, JUSTIÇA E CIDADANIA

ATA DA 41ª REUNIÃO EXTRAORDINÁRIA DA COMISSÃO DE CONSTITUIÇÃO, JUSTIÇA E CIDADANIA, DA 3ª SESSÃO LEGISLATIVA ORDINÁRIA, DA 54ª LEGISLATURA, REALIZADA EM 7 DE AGOSTO DE 2013, QUARTA-FEIRA, ÀS 9 HORAS,

NA SALA DE REUNIÕES DA CCJ, Nº 3, DA ALA SENADOR ALEXANDRE COSTA.

Às nove horas e vinte e nove minutos, do dia sete de agosto de dois mil e treze, na sala de reuniões da Comissão de Constituição, Justiça e Cidadania, Ala Senador Alexandre Costa, número três, sob a Presidência do Senhor Senador Vital do Rêgo, com a presença dos Senadores José Pimentel, Pedro Taques, Anibal Diniz, Antonio Carlos Valadares, Inácio Arruda, Eduardo Suplicy, Pedro Simon, Sérgio Souza, Luiz Henrique, Sérgio Petecão, Romero Jucá, Alvaro Dias, José Agripino, Aloysio Nunes Ferreira, Armando Monteiro, Mozarildo Cavalcanti, Antonio Carlos Rodrigues, Walter Pinheiro, Rodrigo Rollemberg, Humberto Costa, Wellington Dias, Ciro Nogueira, Ricardo Ferraço, Valdir Raupp, Benedito de Lira, Paulo Davim, Ataídes Oliveira, Flexa Ribeiro, Blairo Maggi, Vicentinho Alves e das Senadoras Angela Portela e Lúcia Vânia, reúne-se a presente Comissão. Deixam de comparecer os Senadores Eduardo Lopes, Randolfe Rodrigues, Eduardo Braga, Eunício Oliveira, Francisco Dornelles, Aécio Neves, Cássio Cunha Lima, Magno Malta e a Senadora Ana Rita. A Presidência registra a presença dos Senhores Henrique Nelson Calandra, Presidente da Associação dos Magistrados Brasileiros; Carlos Vieira Von Adamek, Juiz Instrutor junto ao Gabinete do Ministro Dias Toffoli, do Supremo Tribunal Federal (STF); Márcio Antonio Boscaro, Juiz Auxiliar junto ao Gabinete do Ministro Dias Toffoli, do STF; Gilberto Valente Martins, Conselheiro do CNJ; Leonardo Farias Duarte, Juiz de Direito do Tribunal de Justiça do Estado do Pará; César Souza Júnior, Prefeito da capital de Santa Catarina; e Edson Borges Junior, Esposo da Sabatinada, Senhora Deborah Ciocci. Havendo número regimental, o Senhor Presidente (Senador Vital do Rêgo) declara aberta a Reunião, propondo a dispensa da leitura e a aprovação da Ata da 40ª Reunião, que é dada por aprovada. Passa-se à apreciação da pauta: ITEM 1) OFICIO "S" Nº 30, de 2013. Não Terminativo. Comunica, na forma do disposto no inciso V do art. 103-B da Constituição Federal, a indicação da Juíza de Direito DEBORAH CIOCCI, Titular da 2ª Vara de Família e Sucessões do Foro Regional de Santana, Comarca da Capital, do Tribunal de Justiça do Estado de São Paulo, para compor o Conselho Nacional de Justiça – Biênio 2013/2015. **Autoria:** Supremo Tribunal Federal. **Relatoria:** Senador Luiz Henrique. **Relatório:** Votação secreta. Em 03/07/2013, a matéria foi submetida à primeira etapa do processo de apreciação de escolha de autoridades nesta Comissão, conforme disposto no art. 2º do Ato nº 1, de 2007-CCJ. A Presidência concedeu vista coletiva, nos termos regimentais. Resultado: Aprovado o Parecer favorável à escolha do nome da Senhora DEBORAH CIOCCI, para compor o Conselho Nacional de Justiça, com 20 (vinte) votos favoráveis e 1 (uma) abstenção. Nada mais havendo a tratar, a Presidência declara encerrada a presente Reunião às dez horas e quarenta e oito minutos; e para constar, eu, Ednaldo Magalhães Siqueira, Secretário da Comissão de Constituição, Justiça e Cidadania, lavrei a presente Ata que, lida e aprovada, será assinada pelo Senhor Presidente (Senador Vital do Rêgo) e publicada no Diário do Senado Federal, juntamente com a íntegra das notas taquigráficas. – Senador **Vital do Rêgo,** Presidente da Comissão de Constituição, Justiça e Cidadania.

(Texto com revisão.)

O SR. PRESIDENTE (Vital do Rêgo. Bloco Maioria/PMDB – PB) – Muito bom dia a todos.

Havendo número regimental, declaro aberta a 41ª Reunião Extraordinária da Comissão de Constituição, Justiça e Cidadania da 3ª Sessão Legislativa Ordinária da 54ª Legislatura.

Antes de iniciarmos os nossos trabalhos, proponho a dispensa da leitura e a aprovação da ata da 40ª Reunião Ordinária.

Os Srs. Senadores e as Srªs Senadoras queiram permanecer como se encontram. (*Pausa.*)

A ata está aprovada.

A presente reunião extraordinária destina-se à deliberação de item único.

ITEM 1
OFÍCIO "S" Nº 30, DE 2013
– Não Terminativo –

Comunica, na forma do disposto no inciso V do art. 103-B da Constituição Federal, a indicação da Juíza de Direito Deborah Ciocci, Titular da 2ª Vara de Família e Sucessões do Foro Regional de Santana, Comarca da Capital, do Tribunal de Justiça do Estado de São Paulo, para compor o Conselho Nacional de Justiça – Biênio 2013/2015.
Autoria: Supremo Tribunal Federal
Relatoria: Senador Luiz Henrique
Observações: *Em 03/07/2013, a matéria foi submetida à primeira etapa do processo de apreciação de escolha de autoridades nesta Comissão, conforme disposto no art. 2º do Ato nº 1, de 2007-CCJ. A Presidência concedeu vista coletiva, nos termos regimentais.*

Convido a Srª Deborah Ciocci para se fazer presente junto à nossa Mesa Diretora dos trabalhos. (*Pausa.*)

Concedo a palavra, para sua exposição preliminar, à Srª Deborah Ciocci.

A SRª DEBORAH CIOCCI ALVAREZ DE OLIVEIRA – Exmo Sr. Presidente da Comissão de Constituição, Justiça e Cidadania, Senador Vital do Rêgo; Exmos Senadores aqui presentes, especialmente Senador Pedro Taques, por quem tenho muita admiração pela trajetória, não política só, mas no Direito; Senador Luiz Henrique, meu Relator, a quem saúdo; demais Senadores presentes; colegas juízes de Direito; colegas do Ministério Público; senhoras e senhores.

É com imensa satisfação e honra que eu venho a esta Casa legislativa, especialmente a esta Comissão de Constituição, Justiça e Cidadania, para apresentar algumas ideias a respeito da minha pretensão de assumir o cargo de Conselheira do Conselho Nacional de Justiça e cumprir, assim, o mandamento constitucional de sistema de freios e contrapesos nesta arguição. O sistema de freios e contrapesos para garantir a autonomia dos Poderes me faz comparecer aqui e ser submetida a esta sabatina.

Antes de iniciar, eu gostaria de agradecer aos Exmos Senadores que, dentro desse contexto social, num momento tão peculiar e complexo da nossa sociedade, deferiram-me tempo para apresentação pessoal. Sei que o tempo me foi muito valioso, um tempo de que V. Exªs não dispunham.

Eu só havia estado aqui, antes, a passeio e tinha uma vaga ideia do trabalho aqui executado, mas pude vivenciar um pouco o esforço de V. Exªs para tentar aprimorar o nosso sistema legislativo e procurar meio para essas mudanças políticas e institucionais reclamadas nos últimos dias.

Eu gostaria de agradecer ao meu Relator, Senador Luiz Henrique, que engrandeceu Santa Catarina e cuja trajetória política nos honra, pois o relatório superou o meu currículo nas referências.

Registro, ainda, gratidão aos meus pais, ao meu sogro, à minha sogra e ao meu marido, pelo apoio sempre recebido e incentivo à minha formação acadêmica.

Ressalto a alegria de ter recebido essa indicação do Supremo Tribunal Federal, a que agradeço a confiança em meu nome, agradecendo, finalmente, pelo trabalho da assessora Lúcia Amorim nessa minha nova trajetória.

Eu sou Magistrada da Justiça paulista, a maior do País, há 21 anos. Mais da metade da minha vida é dedicada ao Direito. Logo após a minha graduação, exerci um pouco advocacia e, em seguida, fui aprovada em concurso para a Procuradoria do Estado de São Paulo.

Já em 1990, quando assumi a Procuradoria, atuei, de forma voluntária, num sistema de atendimento a vítimas de violência. Então, fiquei muito feliz quando foi promulgada a Lei nº 11.340, que hoje completa sete anos, a Lei Maria da Penha. É uma lei considerada pela ONU uma das três melhores leis mundialmente conhecidas de proteção à mulher.

Muitos dos que foram sabatinados aqui com o meu tempo de carreira já tinham galgado a segunda instância, o que, pela Justiça de São Paulo, ainda não me foi possível. Esse tempo único para magistrados paulistas, 21 anos de carreira no primeiro grau, pretendo, possa me qualificar, por experiência profissional, para o Conselho, caso seja aprovada por V. Exªs.

Ao longo desse tempo tive contato diário com advogados e jurisdicionados em algumas áreas distintas do Direito. Atuei em mais de 15 anos em varas criminais e, nos últimos quatro, em varas de família, além de preciosa atuação, para mim, na Justiça Eleitoral, por sistema de rodízio, conforme a nossa legislação permite.

É instigante trabalhar em um órgãos como o Conselho Nacional de Justiça prestes a completar dez anos, que luta não só pela disciplina e observância dos deveres funcionais dos magistrados, mas pela melhoria e pelo aperfeiçoamento da Magistratura.

Sei que a imprensa gosta mais do lado punitivo da Magistratura, mas, para nós magistrados é muito importante o órgão como sistema de aperfeiçoamento para tornar célere a nossa Justiça.

Sob os influxos dessa hipermodernidade, hoje se exige do magistrado uma postura mais ativa para o planejamento e definição da atuação presente e futuro, porque ao Judiciário também se aplicam os princípios da Administração Pública do art. 37 da Constituição Federal.

Tive a oportunidade de judicar antes e depois do Conselho e posso afirmar que os 90 tribunais antes do Conselho funcionavam como pequenas ilhas, alguns mais eficientes, outros menos, mas sem nenhum parâmetro de comparação. Hoje, eles estão unidos em torno de metas e coordenação de iniciativas e empenhados em buscar o Judiciário como um todo mais célere, mais eficiente e mais acessível à população.

Consoante o último censo, o último Justiça em Números, a gente sabe que há 90 milhões de processos em andamento, sendo que são prolatadas mais ou menos 23 milhões de sentenças por ano. A gente tem de registrar ainda que, na Justiça estadual de onde venho, correm 70 desses 90 milhões.

É nítida a percepção de estudo de métodos alternativos de solução de conflitos, como, por exemplo, uma meta do CNJ de julgar mais processos do que os distribuídos. A gente verifica no Justiça em Números que conseguimos julgar mais ou menos o número de

processos anualmente distribuídos, cerca de 25 milhões; o problema é o déficit que vem de vários anos.

Eu não pretendo cansá-los com menção á minha trajetória profissional, resumida pelo meu Relator de forma poética, para minha sorte. Quero só informar que, ao lado da judicatura, para o meu aprimoramento, conclui doutorado em Direito Penal da Universidade de São Paulo e tento estar atenta à necessidade de aperfeiçoamento. Além disso, continuo lecionando em um instituto de pós-graduação. Todos os juízes necessitam de aperfeiçoamento, porque hoje dialogam mais com a sociedade e com os Poderes do Estado, buscando trazer eficiência e eficácia à ação estatal.

Voltando a esse momento social, gostaria de expressar que o três Poderes, importantes pilares da democracia, precisam conviver em harmonia e de forma independente. Necessitam também dialogar e se unir para melhorar a *performance* e atender os reclames legítimos da nossa sociedade.

O diálogo, como sustenta o filósofo Habermas, é a grande ferramenta do mundo pós-moderno e, com certeza, servirá para coibir a impunidade, afastar o simbolismo da legislação e evitar que o ativismo, como regra e não exceção, transforme o juiz em um agente puramente político. Sabe-se que o Judiciário eficiente traduz-se em segurança política e isso influi diretamente no PIB de um país.

Pretendo levar minha experiência profissional, caso aprovada por V. Exªs, para servir meu País através do Judiciário, que integro com honra e dedicação, com o compromisso de garantir o diálogo e a harmonia entre os Poderes e estudar, especialmente, meios para a celeridade do Judiciário. Como dizia o padrinho Rui Barbosa, "a justiça atrasada não é justiça; senão injustiça qualificada e manifesta".

Coloco-me à disposição para qualquer indagação e agradeço a atenção.

O SR. PRESIDENTE (Vital do Rêgo. Bloco Maioria/PMDB – PB) – Agradeço a exposição preliminar da senhora juíza.

Registro a presença e convido para a Mesa, em nome de todos os magistrados brasileiros, o nosso querido companheiro de trabalho Nelson Calandra. Por favor, componha a Mesa.

Registro, também, a presença do conselheiro do CNJ Gilberto Valente, recém-sabatinado brilhantemente por esta Casa; do juiz de direito do Tribunal de Justiça do Pará, também sabatinado com brilho por todos nós, Dr. Leonardo Farias Duarte; do Dr. Márcio Antonio Boscaro, juiz auxiliar junto ao gabinete do Ministro Dias Toffoli, do Supremo Tribunal Federal; Dr. Carlos Vieira von Adamek, juiz instrutor junto ao gabinete do Ministro Dias Toffoli; e Dr. Nelson Borges Júnior, esposo da sabatinada. É uma honra tê-los aqui. Sintam-se homenageados por esta Presidência.

Srªs e Srs. Senadores, para nossa alegria – nada acontece por acaso, Drª Deborah, senão por providências –, estamos concluindo a 29ª Sabatina com V. Exª, uma juíza, embora jovem, com uma carreira brilhantíssima, assim relatada pelo Senador Luiz Henrique, que foi por nós designado para a sua relatoria.

Senador Pedro Taques, presto uma homenagem especial a V. Exª, que compareceu comigo a todas as 29 sabatinas; V. Exª e o Senador Antonio Carlos também. Isso mudou o estilo desta Comissão, em valorizá-la, como V. Exª havia solicitado. E, já seguindo os passos do Senador Eunício Oliveira, nós criamos parâmetros e critérios para essa sabatina, que, tenho orgulho de dizer, é, sem dúvida alguma, a mais importante das missões que nós temos.

As sabatinas estão, hoje, com o número máximo de dois sabatinados e, muitas vezes, com apenas um sabatinado, como é o caso da Drª Deborah, para nossa honra. Isso enriquece o nosso trabalho, cria uma sinergia muito harmoniosa com as nossas responsabilidades de ter um sabatinado com a chancela e o critério desta Comissão, que, logo após, será referendado, como sempre acontece, pelo Plenário da Casa. Por isso, sinto-me muito feliz, na condição de Presidente desta egrégia Comissão de Justiça, de poder estabelecer agora, como última sabatina, a vigésima nona, a Drª Deborah Ciocci.

Passo a palavra, imediatamente, por ordem de precedência, ao nosso Relator; depois, ao Senador Antonio Carlos e ao Senador Pedro Taques.

O SR. LUIZ HENRIQUE (Bloco Maioria/PMDB – SC) – Sr. Presidente, nobre Deputado... Senador Vital do Rêgo – ao falar "deputado", evoquei a figura de seu pai, que foi meu colega, na Câmara dos Deputados, na Assembleia Nacional Constituinte, onde foi figura expressiva, respeitada por todos os Srs. Deputados e Senadores.

Sr. Senador Vital do Rêgo, Srªs e Srs. Senadores, a nossa missão de sabatinar indicados a cargos do Poder Judiciário e da carreira do Itamaraty é uma responsabilidade muito grande, e essa responsabilidade aumenta, nobre magistrada Drª Deborah Ciocci, quando nos incumbe a função de Relator, porque, ao relatar e propor a aprovação de um nome a um desses colegiados, o Relator se transmuda para a função de patrocinador, de responsável maior por aquela indicação.

Quero lhe dizer que, nessa condição, como em outras vezes, procurei averiguar com profundidade o *curriculum vitae* da Drª Deborah, a sua trajetória no Poder Judiciário e, ao final desse processo averiguatório que me incumbe fazer, que me impõe fazer, pela

responsabilidade, concluí que se trata de magistrada de primeiro nível, de primeira linha, que atende, superlativamente, às exigências da Constituição para a ocupação desse cargo no Conselho, ao qual está sendo indicada.

Por isso, quero dizer a esta Casa que o meu parecer não foi gratuito, como não é gratuita nenhuma das indagações que fazemos aqui aos indicados. Procuramos exercer, dentro da nossa responsabilidade, o direito de averiguar, de indagar, de verificar as reais possibilidades de os indicados que por aqui passam poderem efetivamente exercer, plenamente, com grande eficiência e eficácia as suas funções.

Satisfeito por ver na Drª Deborah essas condições, quero dirigir-lhe, no entanto, para enriquecer a minha convicção, três perguntas: a Drª Deborah é autora do livro *Reprodução Assistida: Até Onde Podemos Chegar?* – esse é o título do livro –, e publicou recentemente o artigo "Os Direitos dos Homossexuais e a Reprodução Humana Assistida". Seria muito importante para esta Comissão, para as Srªs e Srs. Senadores, que V. Exª fundamentasse, esclarecesse melhor o seu ponto de vista, o seu pensamento, a sua posição, relativamente a essa matéria.

Gostaria de perguntar também o que o Conselho Nacional de Justiça pode fazer para dar mais efetividade à Lei Maria da Penha, que, por sinal, por coincidência, hoje completa sete anos.

Considerando a sua longa experiência no Tribunal de Justiça de São Paulo, qual a sua avaliação sobre a atuação do Conselho Nacional de Justiça no incentivo da conciliação como método alternativo da solução de conflitos.

São essas, Sr. Presidente, as perguntas que formulo à nobre magistrada.

O SR. PRESIDENTE (Vital do Rêgo. Bloco Maioria/PMDB – PB) – Agradeço a S. Exª Senador Luiz Henrique, esta referência do Parlamento brasileiro e do povo de Santa Catarina.

Com a palavra, o Senador paulista Antonio Carlos Rodrigues.

O SR. ANTONIO CARLOS RODRIGUES (Bloco União e Força/PR – SP) – Cumprimento o nobre Presidente, Senador Vital; Senador Walter, Desembargador Calandra, Drª Deborah.

Drª Deborah, a ONU tem criticado muito o sistema prisional brasileiro. São compatíveis as críticas?

Qual a opinião de V. Sª sobre o ativismo judicial?

Muito obrigado.

O SR. PRESIDENTE (Vital do Rêgo. Bloco Maioria/PMDB – PB) – Eficaz, objetivo, contundente e sucinto o Senador Antônio Carlos Rodrigues.

Senador Pedro Taques; depois, o Senador Eduardo Suplicy.

Com a palavra, V. Exª.

O SR. PEDRO TAQUES (Bloco Governo/PDT – MT) – Sr. Presidente, quero cumprimentar V. Exª, na primeira reunião deste período legislativo desta Sessão Legislativa da 54ª Legislatura, e desejar que este semestre também seja alvissareiro. Cumprimentar os Senadores, a Drª Débora, Calandra, Presidente da AMB.

Na mesma linha do Senador Luiz Henrique, qual é o limite, doutora, entre a ética e a lei, tendo em conta que, hoje, o avanço tecnológico, notadamente na área de reprodução assistida, pode fazer com que alguns queiram se assemelhar a Deus, criando indivíduos no sentido etimológico do termo?

A respeito de embriões, no Brasil, existe a chamada doação anônima, quando houver semelhança entre o fenótipo da mãe e o daquele doador. Na Inglaterra, na Alemanha, nos Estados Unidos, existe a possibilidade de pesquisas em células-tronco. Qual é o limite da ciência e da ética, na opinião da senhora? Será que nós podemos permitir que um cidadão que, porventura, tenha sofrido um acidente ou nasça com alguma necessidade especial, de locomoção, por exemplo, possa padecer diante do avanço tecnológico?

E na área da genética, da Nanomedicina, por exemplo, se a ciência, em alguns países civilizados, permite a utilização de células-tronco em determinadas situações, qual é o limite desse conhecimento, na opinião de V. Exª, tendo em conta a ética? V. Exª tem um livro sobre isso, e eu gostaria de ouvir a sua opinião.

Qual é o entendimento da senhora a respeito da criação de varas especializadas? Criam-se varas especializadas como se isso fosse resolver o problema. Recentemente, o Conselho Nacional de Justiça, aliás, há dois dias, estabeleceu uma decisão ou uma resolução – não sei qual ato normativo – aprovando uma recomendação aos tribunais para criarem varas especializadas em Saúde. Se falta, em alguns Estados ainda, XT, aquele computador antigo, se não tem o cidadão para digitar, se não tem nem a sede, nós vamos criar varas? Isso resolve o problema, a criação de varas sem recursos humanos, sem recursos físicos para que o magistrado possa exercer constitucionalmente a sua função? A opinião abalizada da senhora a respeito dessas varas.

V. Exª é doutora em Direito Penal. A Constituição estabelece, em sua opinião, um piso ou um teto para a responsabilização criminal das pessoas jurídicas? Isso é um piso ou ali nós temos um tipo fechado para crimes ambientais e para alguns também crimes contra a ordem financeira?

Existem alguns setores, notadamente da magistratura estadual, que buscam uma alteração da composição do Conselho Nacional de Justiça, uma maior democratização, tendo em conta as pessoas jurídicas estaduais, com pessoas jurídicas com capacidade política, os Estados. Qual é a opinião da senhora sobre a mudança da composição do Conselho Nacional de Justiça? Isso seria recomendável hoje?

Qual a opinião da senhora a respeito do pagamento retroativo de verbas alimentares para magistrados e membros do MP? Pode o judiciário editar um ato normativo criando esse benefício e determinar o pagamento retroativo?

E uma última indagação: a Constituição tem um mandado expresso para o Poder Judiciário, notadamente ao Supremo Tribunal Federal, para criação da nova Loman. Há quase há 25 anos da Constituição, o Supremo Tribunal Federal muitas vezes coloca o Congresso Nacional em mora e diz que o Congresso Nacional é omisso na regulamentação de dispositivos constitucionais. E esta mora existe realmente por parte do Congresso. Mas o que fazer para superar a mora, a demora do Supremo Tribunal Federal, o único legitimado para apresentar o projeto de Loman, há 25 anos. Nós temos uma Loman, a Lei Complementar nº 35, de 1979, que já está caindo de velha. Nada contra velho; nada contra o idoso, mas a legislação é ineficaz hoje de acordo com o conteúdo constitucional. O que nós do Congresso podemos fazer além de rezar e torcer para que o Supremo apresente esse projeto, para que nós possamos discutir isso com a Magistratura brasileira? Qual é a opinião da senhora? Muito obrigado.

O SR. PRESIDENTE (Vital do Rêgo. Bloco Maioria. PMDB/PB) – Muito obrigado Senador Pedro Taques.

Concedo a palavra ao nobre Senador Eduardo Suplicy.

O SR. EDUARDO SUPLICY (Bloco Governo. PT/SP) – Sr. Presidente Vital do Rêgo, Sr. Presidente da AMB, Henrique Nelson Calandra, Drª Deborah Ciocci, cumprimento-a pelo seu currículo.

Observo que dentre outras obras observo que a senhora e autora do livro *Reprodução Assistida: até Onde Podemos chegar?* do artigo "O direito dos homossexuais e a reprodução humana assistida".

O Papa Francisco teve um papel, acredito, tão importante na sua visita na semana passada, há poucos dias, ao Brasil, durante seis dias. Dentre as observações que ele mencionou, teve destaque a declaração em que disse algo assim: "Se a pessoa se percebe homossexual, quem sou eu para julgá-lo?". Pareceu-me uma coisa muito relevante como a senhora se preocupou com o direito dos homossexuais e agradeço se puder falar a respeito.

Gostaria também de saber a sua opinião sobre as penas alternativas. Nós estamos presentemente examinando a reforma do Código Penal e dentre os temas principais de interesse está o de como ampliar as penas alternativas, inclusive tendo em conta a superlotação do sistema penitenciário brasileiro. V. Sª acredita que é bom que caminhemos nessa direção? Quais são as sugestões que temos em respeito a isso? Sobre esse tema, se tiver inclusive sugestões específicas, agradeço se puder nos apresentá-las.

Gostaria também de perguntar a opinião e até recomendação sobre um episódio recente que tem me preocupado muito. De um lado as manifestações dos jovens e de todas as pessoas que saíram às ruas nos meses de junho e julho para expressar o quão deveriam as tarifas de ônibus, de transportes coletivos diminuírem, de como devem ser ampliados os bons serviços de educação, de atendimento à saúde e de atendimento e a melhoria dos serviços públicos em geral, as críticas contundentes feitas aos representantes do povo, no âmbito do Executivo, do Legislativo, em todos os níveis, de como devemos estar mais atentos sobretudo no que diz respeito à indignação de todos com desvios de conduta, a importância da transparência, da retidão.

Mas, dentre esses movimentos, surgiram aqueles assim denominados *black bloc,* ou anônimos, ou outras denominações, em jovens que, pela Internet, estão conclamando as pessoas a compareceram a essas manifestações por vezes com máscaras, para não serem identificados. E algumas dessas pessoas resolveram, em meio a essas manifestações, por exemplo, causar depredações, atacar vitrines e estabelecimentos, como bancos e concessionárias de veículos, e passaram a destruir até bancas de jornal, destruir sinalizações de trânsito, como em São Paulo, no Rio de Janeiro e em muitas outras cidades do Brasil.

Sinto-me na responsabilidade de transmitir a essas pessoas, a esses jovens, que procurem seguir as recomendações daqueles que conseguiram os seus objetivos através da não violência: os exemplos de Mahatma Gandhi, de Martin Luther King Jr., que expressaram "vamos sempre confrontar a força física com a força da alma". Então, mesmo quando diante da violência de terceiros, conclamou as pessoas a usarem às vezes até da desobediência civil, como, por exemplo, no caso da senhora que entrou no ônibus, sentou-se no lugar que era só para brancos e só saiu de lá carregada pela polícia – para dar um pequeno exemplo. Mas era o que recomendava Martin Luther King Jr., que inclusive conseguiu que fosse aprovada e sancionada a Lei dos Direitos Civis como a Lei dos Direitos de Voto.

Eu agradeço muito se a senhora puder, com sua experiência e reflexão, transmitir a essas pessoas que estão conclamando jovens e pessoas para, por exemplo, no próximo dia 7 de setembro, saírem às ruas para realizarem manifestações – eu gostaria de conclamar a todos, mas gostaria de saber a sua opinião – a não caminharem por este caminho da violência, da depredação, da provocação de incêndios. Haverá outras formas.

Agradeço, se puder nos dizer a sua avaliação.

Obrigado.

O SR. PRESIDENTE (Vital do Rêgo. Bloco Maioria/PMDB – PB) – O Senador Eduardo Suplicy concluiu seus questionamentos.

Eu queria arrematar, Drª Deborah, com os assuntos já por aqui levados pelo Senador Luiz Henrique, quando inaugurou o tema, e depois pelo Senador Pedro Taques, tanto na área de reprodução assistida quanto na união, na relação homoafetiva.

No caso das relações homoafetivas, as questões patrimoniais passam a ser resolvidas pelas regras aplicáveis à separação de um casal que viveu em união estável, as mesmas regras. Restam, entretanto, disputas relacionadas com a guarda dos filhos dos casais homoafetivos concebidos mediante doação de óvulo ou sêmen, mais ou menos, dentro dessa questão tratada pelo Senador Pedro Taques.

Que parâmetros, na opinião da senhora, devem ser seguidos pelo magistrado diante desses casos específicos, das guardas dos filhos gerados mediante doação de óvulo ou de sêmen. Poderia o CNJ estabelecer orientações para julgamento nos casos dessa espécie?

A última pergunta é sobre a Resolução nº 1.358, de 1992, do Conselho Federal de Medicina, que estabelece que toda as mulher capaz, nos termos da lei, pode ser receptora pelas técnicas avançadas de reprodução, desde que tenha concordado, de maneira livre e consciente, em documento de consentimento informado. A criança gerada dessa forma seria órfã de pai desde o início do projeto? Na opinião de V. Sª, contraria o direito fundamental da criança ao biparentesco como vocação legítima de acordo com a Constituição Federal?

São essas as duas perguntas que faço a V. Sª.

Questiono aos Srs. Senadores que acabaram de chegar, para nossa satisfação.

O Senador Pedro Taques tem a palavra.

O SR. SÉRGIO SOUZA (Bloco Maioria/PMDB – PR) – Senador Sérgio Souza. O Senador Pedro Taques já indagou a Drª Deborah.

O SR. PRESIDENTE (Vital do Rêgo. Bloco Maioria/PMDB – PB) – Senador Sérgio Souza com a palavra.

O SR. SÉRGIO SOUZA (Bloco Maioria/PMDB – PR) – O senhor já indagou a Drª Deborah? (*Pausa*.)

E tenho absoluta certeza com o conhecimento e a maestria que lhe é peculiar.

O SR. PRESIDENTE (Vital do Rêgo. Bloco Maioria/PMDB – PB) – O Senador Sérgio Souza está com a palavra.

O SR. SÉRGIO SOUZA (Bloco Maioria/PMDB – PR) – Sr. Presidente, Srªs e Srs. Senadores, Drª Deborah, é um prazer sabatiná-la, tendo em vista que recebi V. Sª ontem em meu gabinete e pudemos debater um pouco sobre o Judiciário de hoje e sobre a relação entre os Poderes.

A minha indagação vai no seguinte sentido: o papel básico do CNJ é fazer o controle administrativo e financeiro do Judiciário, em especial o administrativo. O CNJ tem um papel muito importante de devolver à sociedade ou de dar à sociedade a visão da importância que tem o Poder Judiciário como última instância de debates. Nós aqui no Poder Legislativo temos o poder de regular o convívio em sociedade, nós interpretamos as vontades da sociedade, o momento, os costumes, transformamos em normas; o Poder Executivo faz a regulação, e o Poder Judiciário o controle da nossa Constituição, mas faz também a aplicação dessas leis.

Nós percebemos que, nos últimos anos, a credibilidade dos Poderes tem caído substancialmente, especialmente nos últimos meses. Isso diz respeito ao Poder Executivo, ao Legislativo, mas também ao Judiciário. E vemos constantemente, em vários tribunais ou em alguns momentos diretamente relacionados a juízes, que há uma relação a pagamentos de salários ou verbas que são tidas como grandes perante o que se pagava antes. Nós estamos percebendo que a própria sociedade tem acompanhado de perto o Poder Judiciário e em alguns tem refletido se a sua função de dar o direito ao cidadão tem sido atendida de forma satisfatória.

Indago a V. Sª qual o papel do CNJ para nós promovermos ou resgatarmos a celeridade na Justiça, o que não e faz com mutirões para votar, aprovar ou julgar rapidamente os processos, e, principalmente, para que as decisões sejam de qualidade e para moralização do Poder Judiciário, sendo essa uma das principais funções do CNJ? Nós podemos, através do CNJ, melhorar a imagem do Judiciário perante a sociedade brasileira?

Obrigado, Sr. Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Vital do Rêgo. Bloco Maioria/PMDB – PB) –Agradeço a V. Exª, Senador Sérgio Souza.

Não há mais nenhum Senador inscrito para sabatina.

Passo, imediatamente, a V. Sª, Drª Deborah Ciocci.

A SRª DEBORAH CIOCCI ALVAREZ DE OLIVEIRA – Agradeço os questionamentos, os elogios do meu Relator, espero fazer jus e corresponder às expectativas.

Também espero ter anotado todas. Se me fugirem algumas perguntas, podem perguntar novamente. Vou tentar ser breve, porque sei que V. Exªs têm uma pauta extensa.

Sobre os direitos dos homossexuais aos tratamentos de reprodução humana assistida, entendo que novas estruturas de convívio batem às portas dos tribunais, e temos que decidir com base em leis existentes e parâmetros humanitários, além do enfoque em Direito Constitucional. Os princípios constitucionais, pelo menos naqueles que dizem respeito aos núcleos, têm que ser aplicados. O direito de igualdade é um direito que tem que ser preservado. Os tratamentos de reprodução humana assistida, como se estuda neste País e em todos os outros – o único país do mundo que proibia fertilização *in vitro* era a Costa Rica, por conta do Pacto de San Jose da Costa Rica, que foi revisto recentemente por decisão judicial. Por quê? O direito à procriação é um direito de todos; o direito à saúde reprodutiva é garantida no art. 196 da Constituição, e a todos igualmente.

A saúde sexual, como o indivíduo busca o prazer, é também uma questão de saúde, por isso que se sustenta o direito dos homoafetivos aos tratamentos de reprodução humana assistida.

Os médicos já disciplinaram com normas éticas, revistas em 2010 e neste ano de 2013, viabilizando esses tratamentos. E verificamos ainda demandas judiciais, pelo menos do meu conhecimento, no Estado de São Paulo, para que você tenha maternidade, paternidade, no caso, duas mães, no registro civil, para que os direitos a essa criança dos casais homoafetivos sejam garantidos.

A par da decisão do Supremo Tribunal Federal, que equiparou uniões homoafetivas como considera a entidades familiares, é importante ponderar que a Constituição protege – a nossa Constituição é inclusiva – não a forma como as pessoas se agrupam, mas as pessoas que se agrupam nas diferentes formas. Nossa Constituição protege a família monoparental, protege a família homoafetiva e dá esses garantes.

O que o CNJ pode fazer para dar mais efetividade à Lei Maria da Penha? Essa lei, como falei, completa hoje sete anos. É uma lei reconhecida mundialmente pela ONU como das três leis mais importantes de proteção à mulher. Um levantamento da Organização Mundial da Saúde aponta que 70% das vítimas de homicídio femininas foram mortas por seus companheiros. No Brasil, a cada 15 segundos, uma mulher é espancada; a cada duas horas, uma mulher é assassinada. Figuramos ainda na lista do sétimo País do mundo com mais violência, maior número de homicídios femininos praticados por companheiros contra a mulher. Uma pesquisa realizada nesta Casa Legislativa, no Senado, informa que muitas vítimas não denunciam por medo de impunidade. Então, o que fazer? A lei é muito eficiente. Temos que usar o CNJ como educador, porque não temos função jurisdicional. Para quê? Para que se implementem no Judiciário algumas políticas, algumas metas, algumas estratégias para dar mais efetividade.

Hoje vai ser realizada a VII Jornada da Lei Maria da Penha, que faz propostas de planejamento, coordenação e figura mais como educadora da sociedade, para diminuir as diferenças entre homens e mulheres, apesar de a Lei Maria da Penha ser aplicada a qualquer vítima de violência, entrando aí também os homoafetivos. É uma lei internacionalmente reconhecida, e o CNJ funciona como educador para incentivar os juízes ou mostrar jurisprudência nesses encontros, para que as medidas protetivas sejam efetivamente aplicadas, que os inquéritos policiais vão adiante. A lei andou muito bem em tirar cesta básica e pena alternativa para esse tipo de violência.

A avaliação do CNJ, no caso da conciliação. Os métodos alternativos de solução de litígio são melhores do que a solução judicial. Pude ver isso muito claramente nas varas de família. O juiz, com sua sentença impositiva, dá execução, mas, quando as partes dialogam e chegam a um consenso, especialmente sobre guarda, sobre quanto se vai pagar de alimentos, a chance de execução dessa sentença é muito menor. Não só como uma causa de desafogar o judiciário, a conciliação tem que ser vista como uma forma de pacificação, uma forma de trazer a solução através da paz, através do diálogo. No mundo contemporâneo, neste mundo, com esse estabelecimento de argumentação, com as partes perdendo o medo irracional, se o juiz puder pacificar os conflitos e quebrar paradigmas, ele traz essa cultura de paz. É muito importante o incentivo à conciliação.

Eles fizeram um encontro no CNJ, ontem, com essa atuação do Conselho, para o aperfeiçoamento da Magistratura e o incentivo a semanas de conciliação. A gente pode contar que, no ano de 2012, foram quase 2 milhões de audiências. Especificamente, 1.944.949 audiências foram realizadas. O índice de acordo ainda é um pouco baixo – 37,52% –, mas conseguiram fazer conciliação envolvendo R$5 bilhões. O custo médio de um processo é R$1.500. Então, é muito importante incentivar a conciliação.

Na vara em que eu atuava, a demanda era muito grande por causa da população. Santana é uma área com uma população muito grande. A demanda é sempre maior do que a sentença. A gente nunca conseguia cumprir essa meta do CNJ – julgar mais do que o processo distribuído. O que a gente fazia? Com a união da população e advogados locais, chamávamos conciliadores e fazíamos mutirões de conciliação, sempre com a nossa presença. Então, você consegue fazer muitas audiências e pacificar. O nosso índice de acordo era muito maior, cerca de 80% a 90%, o que diminui as execuções e nos dá um pouco de fôlego para julgar os processos mais antigos.

A ação comunicativa é promovida como uma forma de solução de conflitos. Nós ainda contamos com a mediação e, hoje, por conta de resoluções, com o juiz leigo. Então, investir muito nessa forma de solução de conflito é muito importante para diminuir o custo judiciário e aumentar a celeridade e o funcionamento.

Com relação à pergunta do Senador Antonio Carlos Rodrigues, eu pretendo responder o sistema prisional brasileiro. A ONU reclama – e eu entendo – com um pouco de razão; a gente verifica nesse mutirão carcerário realizado pelo CNJ. A lei determina que se tire a liberdade, e não a dignidade do preso. Em contrapartida, a gente sabe o custo do preso para o Estado, com o que a sociedade não se conforma. Então, eu entendo que deve haver um trabalho conjunto entre o Judiciário, o Executivo e o Legislativo, para encontrarmos a form, como, talvez, a que o Senador Eduardo Suplicy tenha dito – penas alternativas para delitos realmente de menor potencial ofensivo –, atuação mais efetiva das defensorias e das corregedorias nas visitas aos presídios.

Eu concordo que a lei deve tirar a liberdade, e não a dignidade, e dar algumas soluções, porque a gente até hoje verifica que o ingresso de celulares em presídios tem que ser coibido; o uso de drogas parece que voltou, em São Paulo, o acesso ao crack, o que prejudica mais.

A gente lembra a manifestação do PCC. Eles faziam, na época em que eu era juíza criminal, greve branca. O preso dizia: "Eu não vou para a audiência". E não ia mesmo. Não ia. E eu falava: "Como o Estado não consegue levar o preso para a audiência?" O que nós podemos fazer para melhorar o sistema prisional, melhorar a legislação e, com o auxílio do Judiciário, torná-lo mais efetivo, e estudar realmente as soluções ou as penas alternativas?

Com relação ao ativismo judicial, eu entendo que tem que ser feita uma diferenciação entre judicialização e ativismo. Judicialização porque a nossa Constituição, analítica, envolve muitos assuntos. É uma Constituição muito extensa que, com os Atos das Disposições Transitórias, torna-se um pouco mais extensa ainda. Com isso, tudo é constitucional, tudo é matéria constitucional.

O Judiciário não atua sem um provocador, o Judiciário não atua de ofício. Se a sociedade reclama porque o acesso à Justiça é amplo... Se alguém bate a nossa porta e pede uma solução, o Judiciário tem de dar. De onde vem essa legitimação? Ele não foi eleito pelo povo, o juiz não é eleito pelo povo? Não, mas ele recebe do Constituinte originário essa legitimidade para agir.

Eu não entendo como omissão da Casa Legislativa. Acho impossível o Legislativo prever todas as hipóteses. Então, eu volto para a reprodução humana assistida – não que haja um vácuo legislativo –, mas creio ser impossível uma lei prever tudo o que pode acontecer, todas as nuances, todos os conflitos que surgem do próprio diálogo. Quando há uma divergência no diálogo, surge o conflito. Então, a Justiça é obrigada a dizer, ela é provocada e assim reage.

Com relação ao ativismo, ele não pode ser considerado regra. As leis têm de ser prestigiadas pelo Judiciário sempre e sempre com presunção de constitucionalidade. Cabe ao Judiciário apenas agir quando a lei se apresenta inconstitucional e fazer essa interpretação dos núcleos dos princípios. O ativismo tem de ser visto realmente como exceção – e não como regra –, e tem sido positiva, em alguns casos, essa forma de interpretar a Constituição.

Com relação ao limite entre a ética, a lei e a doação anônima, vou tentar responder ao senhor. A doação, em nosso País, ao contrário de outros países, é anônima e gratuita. O art. 199 da Constituição, §4º, fala em gratuidade. E por que essa gratuidade?

Quando existem diferenças sociais em um país, a gente não pode dizer que há autonomia e liberdade de agir se não há opção. Então, ela pode realmente querer vender óvulos porque não tem dinheiro; pode querer ceder a barriga porque não tem dinheiro. Então, essa gratuidade é muito importante: no Brasil, é realizada com altruísmo.

Quanto ao anonimato, há um conflito de princípios constitucionais: direito ao acesso à informação e o direito do doador, nisso talvez precisemos de uma legislação que diga que não há vínculo entre o doador do sêmen ou do óvulo e a criança gerada.

O limite, eu entendo, mesmo nas questões dos embriões e das pesquisas com células-tronco, os senhores andaram bem na Lei de Biossegurança e inviabilizaram as pesquisas com células-tronco. Por conta disso, o Brasil caminha *pari passu* com os outros países. Então, em ciência, em matéria de reprodução, nós estamos concorrendo... E, no Brasil, a gente já

tem cientistas ou profissionais da área de reprodução com prêmios mundiais, competindo diretamente com ingleses que são os primeiros... A Louise Brown, primeiro bebê de proveta nascido no mundo é inglês. Então, o Brasil acompanha não só a Inglaterra como outros países da Europa.

A gente verifica que, em matéria de reprodução, embora a gente não tenha consenso, alguns consensos mundiais, já de 1984, no primeiro relatório ético a respeito, surgiram. Os senhores andaram bem na Lei de Biossegurança ao permitir as pesquisas com células-tronco. Entendo que em um Estado laico como o nosso, a gente não pode misturar religião com ciência. Acho que esse é o limite da ética e da legislação. Eu não entendo que nós devemos, por intermédio da legislação, definir o que é vida, o início da vida... Isso é ética individual. Eu entendo que a lei deve fornecer critérios jurídicos de proteção à vida, como já o faz.

Então, nós temos vários critérios, independentemente do certo ou do errado, em nosso Código Penal, que o senhor está revendo. Quanto ao aborto, protege-se a vida a partir da nidação, depois que o embrião está implantado no útero. Protege-se a vida ao definir o critério de morte, porque a gente sabe que se consegue extrair sêmen de pessoa com morte cerebral. Então, qual é o critério? O critério jurídico de morte cerebral é quando não há mais o funcionamento. Portanto, entendo que, num Estado laico como o nosso, o importante é fixar critérios jurídicos de proteção à vida e não definir o que é vida.

Entendo possível, por exemplo, para um católico, fazer tratamento de reprodução assistida. Como? Eu não acho que o Estado pode proibir, como não pode proibir o uso de preservativo ou de distribuição da pílula do dia seguinte por conta da convicção pessoal. Acho que o limite, realmente, é permitir a cada um, sem que o Estado laico dê definições com cunhos religiosos, porque a definição de vida varia muito cientificamente e também de acordo com cada religião.

O SR. PEDRO TAQUES (Bloco Governo/PDT – MT) – Sr. Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Vital do Rêgo. Bloco Maioria/PMDB – PB) – O debate é interessante.

O SR. PEDRO TAQUES (Bloco Governo/PDT – MT) – O limite ético dessas pesquisas, doutora? Eu conheço a legislação nacional, mas a questão do limite ético dessas pesquisas. Transformar a ciência não tem limite.

A SRª DEBORAH CIOCCI ALVAREZ DE OLIVEIRA – Eu entendo que os princípios da bioética são os limites éticos: a autonomia, a beneficência e a justiça. Tem que ser avaliado, passar pelos comitês de ética em pesquisa, considerar o embrião como potencialidade de vida sempre.

Nós temos, por exemplo, na Europa, especificamente na França, um critério muito bacana de gradualidade. Eles permitem as pesquisas e se renova o direito de pesquisar a cada cinco ou dez anos. Para quê? Para avaliar o resultado da pesquisa, o quanto de beneficência se extrai, e não simplesmente proibir. Eles permitem, gradualmente avaliando, avaliando sempre se isso é benéfico ou é maléfico, e se beneficia mais do que prejudica. Faz-se uma ponderação. É um critério muito interessante.

Com relação às varas especializadas, não sei se tenho uma opinião fechada. Acho que é uma questão aberta. Um ponto eu posso dizer para o senhor, pela experiência em varas: o juiz não conhece tudo, e os advogados, a cada dia mais, estão mais especializados.

Eu concordo com o senhor que, primeiro, temos que resolver problemas de mão de obra humana. Eu, realmente, não tinha. Nessa vara em que eu trabalhava, seis mil processos, e eu tinha um funcionário. Nem para receber as pessoas, porque precisamos do funcionário o tempo inteiro para nos auxiliar, e eu só tinha um. Eu brincava com ele: "Olha, em dia de audiência, nesse horário, você não pode nem ir ao banheiro." Então, esse problema é muito grande.

Por outro lado, a vara especializada auxilia o juiz, porque ele se especializa num assunto, ele aprende mais. É muito difícil para um juiz, mesmo na vara criminal, porque nós temos advogados ou bancas especializadas em determinados delitos, e o juiz tem que conhecer todos, e não acho possível, mesmo com toda a especialização, que o magistrado se aperfeiçoe tanto em tantos assuntos. Por exemplo: marcas e patentes, ou, no cível, contratos bancários, e fica uma luta um pouco desigual.

Então, com relação à saúde, eu entendo como as varas da Maria da Penha, que também foram criadas. Para conseguirmos direcionar, eles estão reclamando atualmente 54 varas. Nós temos 66 especializadas em Maria da Penha no País, e hoje parece que se reclamam 54. Eu concordo que é preciso se fazer uma avaliação mais geral. Não sei se sou exatamente contra a especialização unicamente neste sentido: em viabilizar que o juiz se especialize em uma matéria de uma forma um pouco mais ampla, estudando mais determinada matéria e tendo mais conforto, porque, como o volume de trabalho é muito grande, você otimiza realmente o tempo se você conhecer exatamente tudo o que você vai julgar.

Então, eu acho que é nesse sentido.

Com relação à parte criminal, dos crimes contra a ordem financeira, Senador, eu confesso que o meu

doutorado em Direito Penal focou muito em Bioética e Medicina Legal, eu não tenho conhecimento para responder para o senhor com precisão.

Sobre a mudança no Conselho Nacional de Justiça, eu ouvi o senhor, em outras sabatinas, questionar a presença de um funcionário do Senado ou Consultor do Senado; o senhor entende inconstitucional. O que eu vi também é que há uma proposta de inclusão de militares e de juízes eleitorais. Eu não vejo necessidade, neste momento, tendo dois representantes da Ordem dos Advogados do Brasil, dois cidadãos; e magistrados de toda a espécie de Justiça, porque o federal, o eleitoral, eu não vejo necessidade, porque todo juiz estadual, ou desembargador estadual, acaba passando pela Justiça Eleitoral, pela sua composição. Não vejo necessidade de alteração na composição. Acho que ela foi muito bem pensada pela emenda que criou o Conselho Nacional, e entendo que o Conselho vem desempenhando um papel importante no aperfeiçoamento da magistratura.

Com relação às verbas alimentares, é um assunto que foi decidido por eles e, também, não me sinto muito confortável em questionar os ministros.

A Loman – concordo – é do tempo da ditadura; nós necessitamos de outra. Os senhores andaram ontem bem aqui em resolver o problema da aposentadoria compulsória sem tirar a nossa vitaliciedade, que eu acho muito importante, porque nós já tínhamos a perda do cargo. O que nos falta – como eu falo, a gente já tem lei – é tornar as leis que são razoáveis e boas efetivas. Nós já tínhamos possibilidade de perder o cargo por processo judicial.

Então, juiz que comete crime já podia ser penalizado com demissão por sentença judicial.

Agora, colocar esse prazo, como os senhores colocaram ontem, eu acho que foi bem salutar, tirar a aposentadoria... Responde-se à sociedade, aplica-se aqui a moralidade. Agora, o que eu posso dizer para o senhor é que eu sei que o Ministro Gilmar Mendes, a pedido do Presidente do Supremo Tribunal Federal, já está com uma comissão trabalhando nessa gestão numa Lei Orgânica da Magistratura Nacional.

Acho que agora vou passar para o Senador Suplicy.

Eu avalio a declaração do Papa com muita alegria, Senador. É a proteção inclusiva e aceitação da Igreja independentemente, até por uma questão de saúde, como o indivíduo busca o prazer é uma questão de saúde. Saúde é o completo bem-estar físico, mental, espiritual, social. Se a pessoa busca o prazer e a sua própria identidade de uma outra forma, eu fiquei muito feliz que a Igreja tenha acolhido os homossexuais. Isso é muito importante, porque, como disse o Senador Sérgio Souza ontem, as maiorias já estão legitimadas; as maiorias estão representadas, e o que nós, do Judiciário, precisamos é incluir as minorias. E foi com muita satisfação que eu recebi isso. Especialmente, eu que, realmente, escrevo...

Eu comecei a estudar reprodução por volta de 1999. Meu primeiro trabalho foi em 2000, e o meu doutorado em 2005 com reprodução. E, já muito antes até dessa decisão do Supremo, eu colocava como direito dos homoafetivos fazer tratamento de reprodução humana.

As penas alternativas eu acho que têm que ser ampliadas. Eu usei, quando era juíza criminal, muito. A que mais me agrada aplicar é prestação de serviços à comunidade. É tornar útil a pessoa que infrinja a legislação. Entendo que devam ser criados mecanismos de fiscalização e aproveitamento dessas pessoas. Para mim, a pena alternativa é a melhor de todas. Pagar cesta básica depende muito, porque, às vezes, a pessoa não tem dinheiro nem para viver. Não me parece o mecanismo mais adequado, mas pagar com o trabalho me parecia o mais...

Eu conseguia fazer, às vezes, na própria vara criminal para limpar, em acordo com o diretor do fórum. Eu acho que esse é um caminho muito, muito importante para a ressocialização. É claro que para menores delitos, para desafogar um pouco o sistema prisional.

Com relação aos *black blocs,* também sou contrária, Senador. Gostaria que o Judiciário pudesse conclamar a população a agir de forma pacífica porque a democracia... Essas manifestações entendo como legitimas se forem pacíficas, e vejo com um pouco de tristeza a destruição, o vandalismo. E acho muito difícil para o Estado o uso da força para coibir isso porque eles estão em massa e acabam transmutando esse uso em autoritarismo, em violência física também, porque é muito difícil coibir. Eu não aceito muito. Quem quer lutar por algum direito – concordo com o senhor – que mostre a cara e o faça de forma legítima. Para que seja de forma legítima e aceito de forma legítima, entendo que tem de ser pacífico.

Com relação ao Senador Vital do Rêgo.

O SR. EDUARDO SUPLICY (Bloco Governo/PT – SP) – Perdão, só para lhe agradecer muito, porque me sinto com muita afinidade com as suas três respostas.

Muito obrigado.

A SRª DEBORAH CIOCCI ALVAREZ DE OLIVEIRA – Falta aqui o Senador Vital do Rêgo e para encerrar.

Em relação à guarda dos filhos, já temos algumas disputas, não exatamente de tratamento de reprodução, mas porque as uniões homoafetivas já ocorrem.

O Direito não pode ter medo de ver e de ouvir o novo, Senador.

Nós temos que tratar como um casal qualquer: quem melhor condição tem de cuidar da criança. Então, a questão da guarda tem que ser decidia como qualquer caso de família. Ou o pai, ou a mãe, os dois têm poder familiar, e não importa se são dois homens ou duas mulheres. Os dois tendo o poder familiar, vamos avaliar o melhor interesse da criança para definição da guarda.

Com relação aos tratamentos, hoje temos aqui a Resolução nº 2.013, de 2013 que trata de reprodução assistida; quanto à produção independente de que o senhor fala, realmente não temos aqui o direito à biparentalidade, mas ela tem pai, ou ela tem mãe. Hoje, as famílias monoparentais também são incluídas na proteção constitucional. Acho que uma divergência de princípios, exatamente, em que um não é superior hierarquicamente ao outro e que um não impede o outro. Então, o fato de haver esse direito não impede a mulher, por exemplo, como cidadã, de buscar a procriação, até porque nós temos uma lei de planejamento familiar que viabiliza a qualquer pessoa, independentemente de haver casamento ou não, poder recorrer aos métodos de concepção e contracepção disponíveis.

Espero ter respondido aqui às perguntas de todos.

O SR. PEDRO TAQUES (Bloco Governo/PDT – MT) – Sr. Presidente, me permita.

Estou conversando aqui com o Senador Aloysio, e os paulistas...

(Intervenção fora do microfone.)

A SRª DEBORAH CIOCCI ALVAREZ DE OLIVEIRA – Obrigada, Senador.

O SR.. PEDRO TAQUES (Bloco Governo/PDT – MT) –...que passaram pelas sabatinas, a grande maioria deles foi Procurador do Estado de São Paulo. Então, quero fazer uma homenagem à Procuradoria-Geral do Estado de São Paulo, que é um celeiro.

Eu fui, o Senador Aloysio foi, o Presidente do PMDB, o Michel Temer, foi Procurador-Geral. É impressionante.

A SRª DEBORAH CIOCCI ALVAREZ DE OLIVEIRA – Ele foi na minha época.

O SR. PEDRO TAQUES (Bloco Governo/PDT – MT) – Na minha época também. É impressionante.

Faço uma homenagem à Procuradoria-Geral do Estado de São Paulo.

O SR. PRESIDENTE (Vital do Rêgo. Bloco Maioria/PMDB – PB) – Feita a referencia muito justa.

O SR. PEDRO TAQUES (Bloco Governo/PDT – MT) – Da PAJ.

A SRª DEBORAH CIOCCI ALVAREZ DE OLIVEIRA – Eu fui da PAJ.

O SR. PRESIDENTE (Vital do Rêgo. Bloco Maioria/PMDB – PB) – Feita a referencia muito justa para gozo dos paulistanos que estão aqui e para júbilo de todo o Brasil que recebe técnicos profissionais da mais alta qualificação como a Drª Deborah que nos abrilhantou agora há pouco com uma exposição extraordinária.

Não estou induzindo votos, mas a exposição de V. Exª nos enche de orgulho, de confiança e de tranquilidade para nos posicionarmos.

A SRª DEBORAH CIOCCI ALVAREZ DE OLIVEIRA – Muito obrigada.

O SR. WELLINGTON DIAS (Bloco Governo/PT – PI) – Sr. Presidente...

O SR. PRESIDENTE (Vital do Rêgo. Bloco Maioria/PMDB – PB) – Concedo a palavra ao Senador Wellington Dias para iniciarmos o processo de votação, já que teremos reunião ordinária.

O SR. WELLINGTON DIAS (Bloco Governo. PT/PI) – Com o maior prazer.

Mas eu não poderia deixar de saudar aqui a Drª Deborah, o Dr. Henrique também novamente aqui presente e também, da mesma forma, manifestar como Líder da Bancada do Partido dos Trabalhadores e do Bloco de Apoio ao Governo também aqui o nosso apoio. Eu estava há pouco na reunião no colégio de Líderes e não pude estar aqui, mas nós estávamos acompanhando lá a sua apresentação.

Eu quero dizer da importância que tem alguém como a senhora representar o nosso país no CNJ, que é de manifestar uma posição. O voto é secreto, mas a nossa posição é aberta, de apoio.

O SR. PRESIDENTE (Vital do Rêgo. Bloco Maioria/PMDB – PB) – Nós vamos iniciar o processo de votação, antes fazendo o registro, para nossa honra, da presença do Prefeito da capital de Santa Catarina, Cesar Souza Júnior, seja muito bem-vindo jovem prefeito.

Vamos iniciar o processo de votação.

Senador José Pimentel inaugura o processo de votação. *(Pausa.)*

Senador Ana Rita. *(Pausa.)*

Senador Pedro Taques. *(Pausa.)*

Senador Antonio Carlos Valadares. *(Pausa.)*

Senador Inácio Arruda. *(Pausa.)*

Senador Eduardo Lopes. *(Pausa.)*

Senador Randolfe Rodrigues. *(Pausa.)*

Senador Eduardo Suplicy. *(Pausa.)*

Senador Eduardo Braga. *(Pausa.)*

Senador Pedro Simon. *(Pausa.)*

Senador Sérgio Souza. *(Pausa.)*

Senador Luiz Henrique. *(Pausa.)*

Senador Aníbal Diniz, meu Vice-Presidente. *(Pausa.)*

Senador Eduardo Suplicy, havia lhe chamado. *(Pausa.)*

Senador Eunício Oliveira. *(Pausa.)*

Senador Francisco Dornelles. (*Pausa.)*

Senador Sérgio Petecão. *(Pausa.)*

Senador Romero Jucá. *(Pausa.)*

Senador Aécio Neves. *(Pausa.)*

Senador Cássio Cunha Lima. *(Pausa.)*

Senador Alvaro Dias. *(Pausa.)*

Senador José Agripino. *(Pausa.)*

Senador Aloysio Nunes Ferreira. *(Pausa.)*

Senador Armando Monteiro. *(Pausa.)*

Senador Mozarildo Cavalcanti. *(Pausa.)*

Senador Antonio Carlos Rodrigues. *(Pausa.)*

Senadora Angela Portela. *(Pausa.)*

Senadora Lídice da Mata. *(Pausa.)*

Senador Jorge Viana. *(Pausa.)*

Senador Walter Pinheiro. *(Pausa.)*

Senador Humberto Costa. *(Pausa.)*

Senador Lindbergh Farias. *(Pausa.)*

Senador Wellington Dias. *(Pausa.)*

Senador Ciro Nogueira. *(Pausa.)*

Senador Roberto Requião. *(Pausa.)*

Senador Ricardo Ferraço. *(Pausa.)*

Senador Clésio Andrade. *(Pausa.)*

Senador Valdir Raupp. *(Pausa.)*

Senador Benedito de Lira. *(Pausa.)*

Senador Waldemir Moka. *(Pausa.)*

Senadora Kátia Abreu. *(Pausa.)*

Senador Paulo Davim. *(Pausa.)*

Senador Sérgio Souza, eu havia lhe chamado. *(Pausa.)*

Senador Inácio Arruda. *(Pausa.)*

Senador Paulo Davim. *(Pausa.)*

Senadora Lúcia Vânia, querida Senadora. *(Pausa.)*

Senador Ataídes Oliveira. *(Pausa.)*

Senador Cícero Lucena. *(Pausa.)*

Senador Cícero Lucena. *(Pausa.)*

Senador Paulo Bauer. *(Pausa.)*

Senador Flexa Ribeiro. *(Pausa.)*

Senador Gim Argello, *(Pausa.)*

Senador Eduardo Amorim. *(Pausa.)*

Senador Blairo Maggi. *(Pausa.)*

Senador Vicentinho Alves. *(Pausa.)*

Quórum extremamente qualificado de Senadores presentes à reunião.

Vamos encerrar o processo de votação.

Consulto a Secretaria se tem algum Senador chegando. *(Pausa.)* Veja só no corredor se tem algum Senador chegando, para não ser indelicado.

Está encerrado o processo de votação.

Convido o Senador paulista Aloysio Nunes e o Senador Antonio Carlos Rodrigues para procederem à apuração, em homenagem à Procuradoria de São Paulo.

(Procede-se à apuração.)

O SR. ANTONIO CARLOS RODRIGUES (Bloco União e Força/PR – SP) – Vinte SIM e 01 abstenção, Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Vital do Rêgo. Bloco Maioria/PMDB – PB) – Houve 20 votos SIM e 01 abstenção.

A escolha do nome da Srª Juíza Deborah Ciocci foi aprovada pela Comissão.

A matéria vai ao Plenário.

O Senador Aloysio pede que nós deliberemos sobre a urgência em Plenário.

Está em discussão a urgência para a deliberação em Plenário. *(Pausa.)*

Não havendo quem queira discutir, está em votação o requerimento de urgência. *(Pausa.)*

Aprovado.

Cumprimento a Drª Deborah.

Está encerrada a reunião extraordinária.

Em 30 segundos, vamos abrir a reunião ordinária.

(Iniciada às 09 horas e 29 minutos, a reunião é encerrada às 10 horas e 48 minutos.)

COMISSÃO DE CONSTITUIÇÃO, JUSTIÇA E CIDADANIA

ATA DA 42ª REUNIÃO ORDINÁRIA DA COMISSÃO DE CONSTITUIÇÃO, JUSTIÇA E CIDADANIA, DA 3ª SESSÃO LEGISLATIVA ORDINÁRIA, DA 54ª LEGISLATURA, REALIZADA EM 7 DE AGOSTO DE 2013, QUARTA-FEIRA, ÀS 10 HORAS, NA SALA DE REUNIÕES DA CCJ, Nº 3, DA ALA SENADOR ALEXANDRE COSTA.

Às dez horas e quarenta e nove minutos, do dia sete de agosto de dois mil e treze, na sala de reuniões da Comissão de Constituição, Justiça e Cidadania, Ala Senador Alexandre Costa, número três, sob a Presidência do Senhor Senador Vital do Rêgo, com a presença dos Senadores José Pimentel, Pedro Taques, Anibal Diniz, Antonio Carlos Valadares, Inácio Arruda, Randolfe Rodrigues, Eduardo Suplicy, Eduardo Braga, Sérgio Souza, Luiz Henrique, Eunício Oliveira, Sérgio Petecão, Romero Jucá, Aécio Neves, Cássio Cunha Lima, Alvaro Dias, José Agripino, Aloysio Nunes Ferreira, Armando Monteiro, Mozarildo Cavalcanti, Antonio Carlos Rodrigues, Walter Pinheiro, Rodrigo Rollemberg, Humberto Costa, Wellington Dias, Ciro Nogueira, Ricardo Ferraço, Valdir Raupp, Benedito de Lira, Waldemir Moka, Paulo Davim, Flexa Ribeiro, Blairo Maggi, Vicentinho Alves e das Senadoras Ana Rita, Angela

Portela e Lúcia Vânia, reúne-se a presente Comissão. Deixam de comparecer os Senadores Eduardo Lopes, Pedro Simon, Francisco Dornelles e Magno Malta. Havendo número regimental, o Senhor Presidente (Senador Vital do Rêgo) declara aberta a Reunião. Passa-se à apreciação da pauta: ITEM 1) PROJETO DE LEI DO SENADO Nº 20, de 2012. Terminativo. Dispõe sobre os serviços de medicina legal. **Autoria:** Senador Vital do Rêgo. **Relatoria:** Senador Humberto Costa. **Relatório:** Pela aprovação do Projeto. Em 17/07/2013, a Presidência concedeu vista coletiva nos termos regimentais. Votação nominal. Resultado: Aprovado o Projeto. ITEM 2) PROJETO DE LEI DO SENADO Nº 41, de 2011. Terminativo. Dispõe sobre a eleição dos suplentes de Senador, alterando a Lei nº 4.737, de 15 de julho de 1965 (Código Eleitoral). **Autoria:** Senador Eunício Oliveira. **Relatoria:** Senador Vital do Rêgo. **Relatório:** Pela aprovação do Projeto com quatro Emendas que apresenta. Votação nominal. Resultado: Retirado de Pauta, para reexame de Relatório. ITEM 3) PROJETO DE LEI DO SENADO Nº 65, de 2006. Terminativo. Padroniza o boletim de ocorrência e dá instruções sobre seu preenchimento. **Autoria:** Senador Valdir Raupp. **Relatoria:** Senador Waldemir Moka. **Relatório:** Pela aprovação do Projeto. Em 17/07/2013, foi feita a leitura do relatório. Votação nominal. Em 07/08/2013, foi recebida a Emenda nº 1, de autoria do Senador Sérgio Souza (dependendo de relatório). Resultado: Concedida vista coletiva, nos termos regimentais. ITEM 5) PROJETO DE LEI DO SENADO Nº 36, de 2012. Terminativo. Altera a Lei nº 9.503, de 23 de setembro de 1997, que institui o Código de Trânsito Brasileiro, para exigir que os condutores e os passageiros de motocicletas e assemelhados portem capacete com a numeração da placa do veículo em que circulam. **Autoria:** Senador Lauro Antonio. **Relatoria:** Senador Vital do Rêgo. **Relatório:** Pela aprovação do Projeto. Votação nominal. Resultado: Retirado de Pauta, para reexame de Relatório. ITEM 6) PROJETO DE LEI DO SENADO Nº 130, de 2013. Terminativo. Acrescenta o art. 223-B à Lei nº 4.737, de 15 de julho de 1965 (Código Eleitoral), para assegurar o direito ao voto em trânsito nas eleições em que a circunscrição eleitoral é o Estado ou o Município. **Autoria:** Senador Ruben Figueiró. **Relatoria:** Senador Sérgio Souza. **Relatório:** Pela aprovação do Projeto, com uma emenda de redação que apresenta. Votação nominal. Durante a discussão, o Senador Pedro Taques oferece sugestão ao Projeto, que é acolhida como Emenda de Relator. Resultado: Aprovado o Projeto com as Emendas nºs 1 e 2-CCJ, de redação. ITEM 7) PROJETO DE LEI DO SENADO Nº 167, de 2010. Terminativo. Altera o Código de Processo Penal, para assegurar prioridade no julgamento de crimes de homicídio praticados contra jornalistas em razão de sua profissão. **Autoria:** Senador Roberto Cavalcanti. **Relatoria:** Senador Vital do Rêgo. **Relatório:** Pela aprovação do Projeto. Votação nominal. Resultado: Retirado de Pauta, para reexame de Relatório. ITEM 8) PROJETO DE RESOLUÇÃO DO SENADO Nº 5, de 2012. Não Terminativo. Altera o art. 4º da Resolução nº 63, de 1997, do Senado Federal, que estabelece a composição e a infra-estrutura dos Gabinetes do Senado Federal, para inserir critérios a serem seguidos na nomeação de ocupantes de cargos em comissão, que menciona. **Autoria:** Senador Randolfe Rodrigues e outros. **Relatoria:** Senador Inácio Arruda. **Relatório:** Favorável ao Projeto e contrário à Emenda nº 1. Em 04/04/2012, foi apresentada a emenda nº 1, de autoria do Senador Pedro Simon. A matéria será apreciada pela Comissão Diretora. Aprovado o Requerimento nº 38, de 2013-CCJ, de urgência para a matéria. Resultado: Aprovado o Parecer, favorável ao Projeto e contrário à Emenda nº 1. ITEM 11) PROJETO DE LEI DO SENADO Nº 544, de 2011. Não Terminativo. Dispõe sobre o dever de informar nos contratos de intercâmbio de estudo ou trabalho. **Autoria:** Senadora Vanessa Grazziotin. **Relatoria:** Senador Cássio Cunha Lima (Substituído por Ad Hoc). **Relatoria Ad Hoc:** Senador Aloysio Nunes Ferreira. **Relatório:** Favorável ao Projeto, nos termos da emenda substitutiva que apresenta. A matéria será apreciada pela Comissão de Educação, Cultura e Esporte e pela Comissão de Meio Ambiente, Defesa do Consumidor e Fiscalização e Controle, em decisão terminativa. Resultado: Aprovado o Parecer favorável ao Projeto, nos termos da Emenda nº 1-CCJ (Substitutivo). ITEM 14) PROJETO DE LEI DA CÂMARA Nº 60, de 2011. Não Terminativo. Transforma cargos vagos da Carreira da Previdência, da Saúde e do Trabalho, estruturada pela Lei nº 11.355, de 19 de outubro de 2006, em cargos de Analista Ambiental, da Carreira de Especialista em Meio Ambiente, de que trata a Lei nº 10.410, de 11 de janeiro de 2002; estende a indenização, de que trata o art. 16 da Lei nº 8.216, de 13 de agosto de 1991, aos titulares de cargos de Analista Ambiental e de Técnico Ambiental da Carreira de Especialista em Meio Ambiente e aos titulares dos cargos integrantes do Plano Especial de Cargos do Ministério do Meio Ambiente e do Instituto Brasileiro do Meio Ambiente e dos Recursos Naturais Renováveis – IBAMA – PECMA, de que trata a Lei nº 11.357, de 19 de outubro de 2006, integrantes dos Quadros de Pessoal do Ibama e do Instituto Chico Mendes, nas condições que menciona; altera a Lei nº 10.410, de 11 de janeiro de 2002, que cria e disciplina a Carreira de Especialista em Meio Ambiente, e a Lei nº 6.938, de

31 de agosto de 1981, que dispõe sobre a Política Nacional do Meio Ambiente, seus fins e mecanismos de formulação e aplicação. **Autoria:** Presidente da República. **Relatoria:** Senador Rodrigo Rollemberg. **Relatório:** Favorável ao Projeto. Em 03/07/2012, a Presidência concedeu vistas ao Senador Renan Calheiros, nos termos regimentais. Aprovado o Requerimento nº 37, de 2013-CCJ, de urgência para a matéria. Resultado: Aprovado o Parecer favorável ao Projeto. EXTRAPAUTA: ITEM 15) REQUERIMENTO DA COMISSÃO DE CONSTITUIÇÃO, JUSTIÇA E CIDADANIA Nº 37, de 2013. Requeiro, nos termos do artigo 338, inciso IV, do Regimento Interno do Senado Federal, urgência para o PLC nº 60 de 2011. **Autoria:** Senador José Pimentel Resultado: Aprovado o Requerimento. ITEM 16) REQUERIMENTO DA COMISSÃO DE CONSTITUIÇÃO, JUSTIÇA E CIDADANIA Nº 38, de 2013. **Autoria:** Senador Randolfe Rodrigues. Requeiro, nos termos do artigo 338, inciso IV, do Regimento Interno do Senado Federal, urgência para o PRS nº 5, de 2012. Resultado: Aprovado o Requerimento. Nada mais havendo a tratar, a Presidência declara encerrada a presente Reunião às doze horas e seis minutos, restando adiados os demais itens constantes da pauta, a saber: ITEM 4) PROJETO DE LEI DO SENADO Nº 479, de 2011; ITEM 9) PROPOSTA DE EMENDA À CONSTITUIÇÃO Nº 34, de 2011; ITEM 10) PROJETO DE RESOLUÇÃO DO SENADO Nº 11, de 2013; ITEM 12) PROJETO DE LEI DA CÂMARA Nº 97, de 2009; ITEM 13) PROPOSTA DE EMENDA À CONSTITUIÇÃO Nº 18, de 2013; e para constar, eu, Ednaldo Magalhães Siqueira, Secretário da Comissão de Constituição, Justiça e Cidadania, lavrei a presente Ata que, lida e aprovada, será assinada pelo Senhor Presidente (Senador Vital do Rêgo) e publicada no Diário do Senado Federal, juntamente com a íntegra das notas taquigráficas. – Senador **Vital do Rêgo,** Presidente da Comissão de Constituição, Justiça e Cidadania.

(Texto com revisão.)

O SR. PRESIDENTE (Vital do Rêgo. Bloco Maioria/PMDB – PB) – Havendo número regimental, declaro aberta a 42ª Reunião Ordinária da Comissão de Constituição, Justiça e Cidadania da 3ª Sessão Legislativa Ordinária da 54ª Legislatura.

A presente reunião destina-se à deliberação dos itens 1 a 14.

Srªs e Srs. Senadores, nesta manhã em que reinstalamos os trabalhos na nossa Comissão de Constituição e Justiça para o segundo semestre de 2013, esta Presidência gostaria de conclamar a V. Exªs para que possamos, no período que se inicia, realizar um trabalho tão ou ainda mais profícuo quanto o realizado por V. Exªs no primeiro semestre.

Em números, em seis meses, foram realizadas 40 reuniões da Comissão, sendo 20 em caráter ordinário e o mesmo número em reuniões extraordinárias. Nesse período, foram aprovadas nesta Comissão 14 propostas de emenda à Constituição, 30 projetos de lei do Senado, 13 projeto de lei da Câmara, 24 ofícios S, 5 mensagens do Senado Federal e 83 emendas na Comissão.

Por fim, foram aprovados 35 requerimentos, o que eleva a um número de 216 matérias aprovadas até o dia 17 de julho passado. Cumprindo uma pauta harmoniosa entre a Presidência e os integrantes da Comissão, bem como atuando como protagonistas do esforço coletivo que marcou o Senado Federal, ao longo do primeiro semestre, e ouvindo as manifestações populares que ocuparam as ruas das principais cidades brasileiras, a CCJ aprovou projetos de relevância e interesse nacional, como medidas de combate à corrupção, ampliação dos direitos sociais, como nos casos de trabalhadores domésticos ou da PEC de Combate ao Trabalho Escravo.

Temos de destacar, ainda, que, em cumprimento à nossa missão constitucional, realizamos com a de hoje 29 sabatinas de diversos órgãos e indicados, tais como Supremo Tribunal Federal, tribunais superiores, Conselho Nacional de Justiça e Conselho Nacional do Ministério Público.

Das 20 reuniões extraordinárias que fizemos, 9 foram destinadas à realização de audiências públicas, com especial destaque para aquelas destinadas a combater a necessidade de redução da maioridade penal, sob o enfoque da eficácia da matéria, suas consequências e a constitucionalidade da modificação legislativa, bem como a ótica da maturidade e desenvolvimento mental do adolescente. Ademais, discutiram-se em audiência conjunta com a Comissão de Relações Exteriores, presidida pelo competente Senador Ricardo Ferraço, os preparativos adotados pelo Brasil com vistas a garantir a segurança dos presentes aos megaeventos esportivos e religiosos, como a Copa das Confederações e a Jornada Mundial da Juventude, recém-finda.

Certo de que poderemos contar com a colaboração dos nobres colegas, convido a todos a iniciarmos os trabalhos desta Comissão no segundo semestre, ao longo do qual espero que possamos continuar a prestar um relevante serviço ao País e atender aos anseios da sociedade brasileira por um Legislativo democrático, ágil e eficiente.

Item 1 da pauta.

ITEM 1
PROJETO DE LEI DO SENADO Nº 20, DE 2012
– Terminativo –

Dispõe sobre os serviços de medicina legal.
Autoria: Senador Vital do Rêgo
Relatoria: Senador Humberto Costa
Relatório: Pela aprovação do Projeto.
Observações:
– Em 17/07/2013, a Presidência concedeu vista coletiva nos termos regimentais;
– Votação nominal.

Consulto os Srs. Senadores se podemos iniciar o processo de votação. *(Pausa.)*

Processo de votação para o item 1 da pauta.

Senador José Pimentel.

O SR. JOSÉ PIMENTEL (Bloco Governo/PT – CE) – Com o Relator, Sr. Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Vital do Rêgo. Bloco Maioria/PMDB – PB) – Senadora Ana Rita. (*Pausa*.)

Senador Pedro Taques. (*Pausa*.)

O SR. PRESIDENTE (Vital do Rêgo. Bloco Maioria/PMDB – PB) – Com o Relator.

Senador Anibal Diniz.

O SR. ANIBAL DINIZ (Bloco Governo/PT – AC) – Com o Relator.

O SR. PRESIDENTE (Vital do Rêgo. Bloco Maioria/PMDB – PB) – Senador Antonio Carlos Valadares.

O SR. ANTONIO CARLOS VALADARES (Bloco Governo/PSB – SE) – Com o Relator.

O SR. PRESIDENTE (Vital do Rêgo. Bloco Maioria/PMDB – PB) – Senador Inácio Arruda. (*Pausa.)*

Senador Eduardo Lopes. (*Pausa.)*

Senador Randolfe Rodrigues. (*Pausa.)*

Senador Eduardo Suplicy. (*Pausa.)*

Senador Inácio Arruda. (*Pausa.)*

Com o Relator.

Senador Eduardo Braga. (*Pausa.)*

Senador Pedro Simon. (*Pausa.)*

Senador Sérgio Souza.

O SR. SÉRGIO SOUZA (Bloco Maioria/PMDB – PR) – Com o Relator.

O SR. PRESIDENTE (Vital do Rêgo. Bloco Maioria/PMDB – PB) – Senador Luiz Henrique. (*Pausa.*

Senador Eunício. (*Pausa.)*

Senador Dornelles. (*Pausa.)*

Senador Petecão. (*Pausa.)*

Senador Romero Jucá.(*Pausa.)*

Senador Aécio Neves. (*Pausa.)*

Senador Cássio. (*Pausa.)*

Senador Alvaro Dias. (*Pausa.)*

Com o Relator.

Senador José Agripino. (*Pausa.)*

Senador Aloysio. (*Pausa.)*

Com o Relator.

Senador Armando Monteiro.

O SR. ARMANDO MONTEIRO (Bloco União e Força/PTB – PE) – Com o Relator.

O SR. PRESIDENTE (Vital do Rêgo. Bloco Maioria/PMDB – PB) – Senador Mozarildo. (*Pausa.)*

Senador Magno Malta. (*Pausa.)*

Senador Antonio Carlos Rodrigues. *(Pausa.)*

Com o Relator.

Senadora Angela Portela. (*Pausa.)*

Senadora Lídice da Mata. (*Pausa.)*

Senador Jorge Viana. *(Pausa.)*

Senador Aécio. *(Pausa.)* Com o Relator.

O SR. AÉCIO NEVES (Bloco Minoria. PSDB – MG) – Com o Relator.

O SR. PRESIDENTE (Vital do Rêgo. Bloco Maioria/PMDB – PB) – É porque ele balançou a cabeça duas vezes e eu imaginei que, na semiótica manifestação física do Senador Aécio Neves, ele estava concordando com o relatório do Senador Humberto Costa.

Senador Walter Pinheiro. (*Pausa.)*

Senador Rollemberg. (*Pausa.)*

Senador Humberto Costa, o voto conhecido, da sua relatoria. *(Pausa.)*

Senador Lindbergh. (*Pausa.)*

Senador Wellington Dias. (*Pausa.)*

Senador Ciro Nogueira. (*Pausa.)*

Senador Requião. (*Pausa.)*

Senador Ricardo Ferraço. (*Pausa.)*

Com o Relator.

Senador Clésio. (*Pausa.)*

Senador Raupp. (*Pausa.)*

Senador Benedito de Lira. (*Pausa.)*

Senador Moka. (*Pausa.)*

Senadora Kátia. (*Pausa.)*

Senador Davim. (*Pausa.)*

Com o Relator.

Senadora Lúcia Vânia.

A SRª LÚCIA VÂNIA (Bloco Minoria/PSDB – GO) – Com o Relator.

O SR. PRESIDENTE (Vital do Rêgo. Bloco Maioria/PMDB – PB) – Senador Ataídes. (*Pausa.)*

O Ataídes estava aí.

Senador Cícero. (*Pausa.)*

Senador Paulo Bauer. (*Pausa.)*

Senador Flexa Ribeiro. (*Pausa.)*

Senador Gim Argello. (*Pausa.)*

Senador Eduardo Amorim. (*Pausa.)*

Senador Blairo Maggi. (*Pausa.)*

Senador Vicentinho Alves. (*Pausa.)*

Aprovado o projeto, a matéria será encaminhada à Mesa para as providências cabíveis.

O SR. PAULO DAVIM (Bloco Maioria/PV – RN) – Sr. Presidente, pela ordem.

O SR. PRESIDENTE (Vital do Rêgo. Bloco Maioria/PMDB – PB) – Com a palavra, pela ordem, o Senador Paulo Davim.

O SR. PAULO DAVIM (Bloco Maioria/PV – RN) – Sr. Presidente, eu solicito a V. Exª a retirada de pauta do item 9, conforme conversa que tivemos há pouco, juntamente com o Senador Humberto Costa, de que teremos reunião hoje à tarde, inclusive com a presença de V. Exª, para discutirmos esse tema, sobre a PEC nº 34.

O SR. PRESIDENTE (Vital do Rêgo. Bloco Maioria/PMDB – PB) – Por solicitação do Relator, fica retirado o item 9, trabalho que o Senador Humberto Costa está fazendo com V. Exª para chegar a um fim harmônico nesta matéria.

Fica retirado o Item 9, para a inserção na próxima reunião.

Vamos aos próximos itens.

O SR. SÉRGIO SOUZA (Bloco Maioria/PMDB – PR) – Pela ordem, Sr. Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Vital do Rêgo. Bloco Maioria/PMDB – PB) – Com a palavra, pela ordem, o Senador Sérgio Souza.

O SR. SÉRGIO SOUZA (Bloco Maioria/PMDB – PR) – Sr. Presidente, também o item, para o qual foi pedido vista, o Item – deixe-me ver – 10. Eu ainda não terminei a análise do projeto, em face das últimas semanas. Eu gostaria de pedir a V. Exª a retirada de pauta do Item 10, por favor.

O SR. PRESIDENTE (Vital do Rêgo. Bloco Maioria/PMDB – PB) – Havendo concordância, como a matéria está com vista coletiva, Senador...

O SR. SÉRGIO SOUZA (Bloco Maioria/PMDB – PR) – Não, a vista é...

O SR. PRESIDENTE (Vital do Rêgo. Bloco Maioria/PMDB – PB) – Com vista individual do Senador Sérgio Souza – não é vista coletiva –, e havendo concordância, nós o retiramos de pauta.

Não havendo nenhuma manifestação em contrário, nós o retiramos de pauta para a próxima reunião.

Vamos aos itens seguintes.

(Intervenção fora do microfone.)

O SR. PRESIDENTE (Vital do Rêgo. Bloco Maioria/PMDB – PB) – É retirado o Item 4, por solicitação do Senador Romero Jucá, Relator da matéria. S. Exª está relatando projetos em reunião da Mesa.

O próximo item é do Senador Relator Sérgio Souza.

A autoria é do Senador Ruben Figueiró, do queridíssimo Senador Figueiró.

ITEM 6
PROJETO DE LEI DO SENADO Nº 130, DE 2013
– Terminativo –

Acrescenta o art. 223-B à Lei nº 4.737, de 15 de julho de 1965 (Código Eleitoral),para assegurar o direito ao voto em trânsito nas eleições em que a circunscrição eleitoral é o Estado ou o Município.
Autoria: Senador Figueiró.
Relatoria: Senador Sérgio Souza.

Pela aprovação da matéria com emenda que apresenta.

S. Exª tem a palavra para o seu relatório.

O SR. SÉRGIO SOUZA (Bloco Maioria/PMDB – PR) – Muito obrigado.

Sr. Presidente, Srsª e Srs. Senadores, vem ao exame desta Comissão, em decisão terminativa, o Projeto de Lei do Senado (PLS) nº 130, de 2013, de autoria do Senador Ruben Figueiró, que acrescenta o art. 223-B à Lei nº 4.737, de 15 de julho de 1965 (Código Eleitoral), para assegurar o direito ao voto em trânsito nas eleições em que a circunscrição eleitoral é o Estado ou o Município.

A proposição amplia o chamado voto em trânsito, hoje assegurado nas eleições para Presidente e Vice-Presidente da República, em urnas especialmente instaladas nas capitais dos Estados e na forma regulamentada pelo Tribunal Superior Eleitoral (TSE), às eleições em que a circunscrição eleitoral é o Estado ou o Município.

A proposição prevê que essa extensão será implementada na medida em que haja condições técnicas e operacionais para a sua efetivação, resguardados o sigilo do voto e a segurança dos procedimentos de votação e apuração e que os procedimentos para tal serão regulamentados pelo Tribunal Superior Eleitoral.

Na justificação, é assinalado que a Lei nº 12.034, de 29 de setembro de 2009, entre diversas modificações que realizou na legislação eleitoral e partidária, acrescentou o art. 233-A à Lei nº 4.737, de 15 de julho de 1965 (Código Eleitoral), para garantir aos eleitores em trânsito no Território Nacional o direito de voto, nas eleições para Presidente e Vice-Presidente da República, e que é preciso agora que esse direito fundamental seja ampliado para as eleições realizadas no âmbito estadual e municipal.

Para tanto, Sr. Presidente, estamos submetendo a esta Casa a presente proposição.

Era essa a justificativa do autor, Senador Ruben Figueiró.

Não foram apresentadas emendas ao projeto.

Passo, então, à análise.

No tocante à sua constitucionalidade, a matéria encontra arrimo no art. 22, I, da Lei Maior, que atribui competência à União para legislar sobre Direito Eleitoral.

De outra parte, a apresentação do projeto de lei por Senador não constitui óbice à sua tramitação, uma vez que a matéria não se inclui dentre aquelas reservadas à iniciativa privativa do Presidente da República, nos termos do art. 61, §1º, da Constituição Federal.

Com respeito à juridicidade e à regimentalidade do projeto, de igual maneira, não vislumbramos qualquer imperfeição que possa configurar obstáculo à implantação das medidas propostas.

Quanto ao mérito do projeto, também nos manifestamos pelo seu acolhimento.

Na verdade, a presente proposição marca um objetivo, uma vez que, conforme registra o seu ilustre autor na justificação, não há, hoje, condições técnicas de implantar o que se pretende.

Efetivamente, pelo menos no estágio tecnológico em que nos encontramos, a extensão do chamado voto em trânsito para todas as eleições somente poderia ocorrer se as urnas eletrônicas fossem interligadas em tempo real, o que representaria um risco inaceitável para a higidez e o sigilo dos dados eleitorais.

Entretanto, é inegável, Sr. Presidente que, quando for possível, a implantação do voto em trânsito traria diversas vantagens, não apenas para aumentar a legitimidade das eleições, na medida em que reduziria o absenteísmo, como para facilitar a vida do eleitor que não tem condições de estar presente em seu domicílio no dia do pleito. Assim, a aprovação do PLS nº 130, de 2013, traduzir-se-á em importante comando para a modernização dos nossos procedimentos eleitorais, sinalizando para o responsável pela gestão das eleições, o Tribunal Superior Eleitoral, objetivos a serem alcançados, na medida em que os avanços tecnológicos o permitam.

Apresentamos tão somente uma emenda de redação à matéria, que é a emenda da proposição, para corrigir um pequeno erro material nela cometido. O voto é pela aprovação do PLS nº 130, de 2013, com a seguinte emenda da CCJ de redação: "Substitua-se na ementa do PLS nº 130, de 2013, a expressão art. 223-B por art. 233-B".

É o relatório e o voto, Sr. Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Vital do Rêgo. Bloco Maioria/PMDB – PB) – Em discussão a matéria.

O SR. PEDRO TAQUES (Bloco Governo/PDT – MT) – Sr. Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Vital do Rêgo. Bloco Maioria/PMDB – PB) – Com a palavra, Senador Pedro Taques.

O SR. PEDRO TAQUES (Bloco Governo/PDT – MT) – Pela ordem. Sr. Presidente, Srs. Senadores, parabenizo o autor e o Relator, com essa ressalva da necessidade técnica de se operacionalizar. Aqui, é só se o Relator...

O SR. PRESIDENTE (Vital do Rêgo. Bloco Maioria/PMDB – PB) – Sr. Relator! O Senador Pedro Taques...

O SR. SÉRGIO SOUZA (Bloco Maioria/PMDB – PR) – Pois não.

O SR. PEDRO TAQUES (Bloco Governo/PDT – MT) – Penso, Sr. Presidente, a título de sugestão, com todo o respeito ao Relator, que a melhor redação poderia ser a seguinte: "aos eleitores em trânsito no Território Nacional, é igualmente assegurado o exercício do voto nas eleições em que a circunscrição eleitoral é o Estado ou o Município", porque é o exercício do voto. O direito público e subjetivo de o cidadão participar é chamado sufrágio, e o voto é o exercício do direito público subjetivo.

O SR. PRESIDENTE (Vital do Rêgo. Bloco Maioria /PMDB – PB) – Uma técnica legislativa...

O SR. SÉRGIO SOUZA (Bloco Maioria/PMDB – PR) – Eu acato a sugestão do Senador Pedro Taques. Será incorporada ao meu voto.

O SR. PEDRO TAQUES (Bloco Governo/PDT – MT) – Parabenizo o trabalho do Relator.

O SR. PRESIDENTE (Vital do Rêgo. Bloco Maioria/PMDB – PB) – Fica acatada a sugestão, e incorpora-se ao relatório de V. Exª a sugestão.

O SR. SÉRGIO SOUZA (Bloco Maioria/PMDB – PR) – Perfeito. Muito obrigado, Sr. Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Vital do Rêgo. Bloco Maioria/PMDB – PB) – Em discussão a matéria. (*Pausa.*)

Em votação. Chamada nominal.

Senador José Pimentel.

O SR. JOSÉ PIMENTEL (Bloco Governo/PT – CE) – Com o Relator, Sr. Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Vital do Rêgo. Bloco Maioria/PMDB – PB) – Com o Relator.

Senadora Ana Rita. (*Pausa.*)

Senador Pedro Taques.

O SR. PEDRO TAQUES (Bloco Governo/PDT – MT) – Com o Relator.

O SR. PRESIDENTE (Vital do Rêgo. Bloco Maioria/PMDB – PB) – Com o Relator.

Senador Anibal.

O SR. ANIBAL DINIZ (Bloco Governo/PT – AC) – Com o Relator, Sr. Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Vital do Rêgo. Bloco Maioria/PMDB – PB) – Senador Antonio Carlos Valadares.

O SR. ANTONIO CARLOS VALADARES (Bloco Governo/PSB – SE) – Com o Relator.

O SR. PRESIDENTE (Vital do Rêgo. Bloco Maioria/PMDB – PB) – Senador Inácio Arruda.

O SR. INÁCIO ARRUDA (Bloco Governo/PCdoB – CE) – Com o Relator.

O SR. PRESIDENTE (Vital do Rêgo. Bloco/PMDB – PB) – Senador Eduardo Lopes. (*Pausa.*)

Senador Randolfe Rodrigues. (*Pausa.*)

Senador Suplicy. (*Pausa.*)

Senador Eduardo Braga. (*Pausa.*)

Senador Pedro Simon. (*Pausa.*)

Senador Sérgio Souza, voto conhecido, relatoria de S. Exª.

Senador Luiz Henrique. (*Pausa.*)

Senador Eunício. (*Pausa.*)

Senador Dornelles. (*Pausa.*)

Senador Petecão. (*Pausa.*)

Senador Jucá. (*Pausa.*)

Senador Aécio Neves. (*Pausa.*)

O SR. AÉCIO NEVES (Bloco Minoria/PSDB – MG) – Com o Relator e com a contribuição do Senador Pedro Taques, louvando mais essa contribuição.

O SR. PRESIDENTE (Vital do Rêgo. Bloco Maioria/PMDB – PB) – Senador Cássio Cunha Lima. *(Pausa.)*

Senador Alvaro Dias.

O SR. ALVARO DIAS (Bloco Minoria/PSDB – PR) – Com o Relator.

O SR. PRESIDENTE (Vital do Rêgo. Bloco Maioria/PMDB – PB) – Com o Relator.

Senador Agripino. (*Pausa.*)

Senado Aloysio.

O SR. ALOYSIO NUNES FERREIRA (Bloco Minoria/PSDB – SP) – Sim.

O SR. PRESIDENTE (Vital do Rêgo. Bloco Maioria/PMDB – PB) – Com o Relator.

Senador Armando.

O SR. ARMANDO MONTEIRO (Bloco União e Força./PTB – PE) – Com o Relator.

O SR. PRESIDENTE (Vital do Rêgo. Bloco Maioria/PMDB – PB) – Senador Mozarildo. (*Pausa.*)

Senador Magno Malta. (*Pausa.*)

Senador Antonio Carlos Rodrigues.

O SR. ANTONIO CARLOS RODRIGUES (Bloco União e Força/PR – SP) – Com o Relator.

O SR. PRESIDENTE (Vital do Rêgo. Bloco/PMDB – PB) – Senadora Angela Portela. *(Pausa.)*

Senadora Lídice da Mata. (*Pausa.*)

Senador Jorge Viana. (*Pausa.*)

Senador Acir Gurgacz. (*Pausa.*)

Senador Walter Pinheiro. (*Pausa.*)

Senador Rollemberg. (*Pausa.*)

Senador Humberto Costa.

O SR. HUMBERTO COSTA (Bloco Governo/PT – PE) – Com o Relator.

O SR. PRESIDENTE (Vital do Rêgo. Bloco/PMDB – PB) – Senador Lindbergh. (*Pausa.*)

Senador Wellington Dias. (*Pausa.*)

Senador Ciro Nogueira. (*Pausa.*)

Senador Requião. (*Pausa.*)

Senador Ricardo Ferraço.

O SR. RICARDO FERRAÇO (Bloco Maioria/PMDB – ES) – Com o Relator.

O SR. PRESIDENTE (Vital do Rêgo. Bloco Maioria/PMDB – PB) – Com o Relator.

Senador Clésio. (*Pausa.*)

Senador Raupp. (*Pausa.*)

Senador Benedito de Lira. (*Pausa.*)

Senador Moka. (*Pausa.*)

Senadora Kátia. (*Pausa.*)

Senador Paulo Davim.

O SR. PAULO DAVIM (Bloco Maioria/PV – RN) – Com o Relator.

O SR. PRESIDENTE (Vital do Rêgo. Bloco Maioria/PMDB – PB) – Senadora Lúcia Vânia.

A SRª LÚCIA VÂNIA (Bloco Minoria/PSDB – GO) – Com o Relator.

O SR. PRESIDENTE (Vital do Rêgo. Bloco/PMDB – PB) – Senador Ataídes. (*Pausa.*)

Senador Cícero Lucena. (*Pausa.*)

Senador Paulo Bauer. (*Pausa.*)

Senador Flexa Ribeiro. (*Pausa.*)

Senador Gim. (*Pausa.*)

Senador Eduardo Amorim. (*Pausa.*)

Senador Blairo Maggi.

O SR. BLAIRO MAGGI (Bloco União e Força./PR – MT) – Com o Relator.

O SR. PRESIDENTE (Vital do Rêgo. Bloco/PMDB – PB) – Senador Vicentinho Alves. (*Pausa.*)

Aprovado o projeto, com a emenda e a sugestão incorporada pelo Senador Sérgio Souza, o Relator.

Vamos apenas repetir a votação. Peço a V. Exªs consentimento para repetir o processo de votação, similar ao primeiro.

Em discussão. (*Pausa.*)

Aprovado.

A matéria será encaminhada à Mesa para as providências cabíveis.

O Senador Inácio Arruda pede prioridade na votação do projeto do item 8, página 70.

É um projeto de resolução.

A matéria é não terminativa.

O Senador Inácio Arruda pede prioridade...

O SR. INÁCIO ARRUDA (Bloco Governo/PCdoB – CE) – Sr. Presidente, matéria...

O SR. PRESIDENTE (Vital do Rêgo. Bloco Maioria/PMDB – PB) – Eu só vou ler, por uma questão de disciplina ao protocolo...

O SR. INÁCIO ARRUDA (Bloco Governo/PCdoB – CE) – Se V. Exª ler, eu só vou dar o voto em seguida.

O SR. PRESIDENTE (Vital do Rêgo. Bloco Maioria/PMDB – PB) –

ITEM 8
PROJETO DE RESOLUÇÃO DO SENADO Nº 5, DE 2012
– Não Terminativo –

Altera o art. 4º da Resolução nº 63, de 1997, do Senado Federal, que estabelece a composição e a infraestrutura dos Gabinetes do Senado Federal, para inserir critérios a serem seguidos na nomeação de ocupantes de cargos em comissão, que menciona.
Autoria: Senador Randolfe Rodrigues e outros
Relatoria: Senador Inácio Arruda
Relatório: Favorável ao Projeto e contrário à Emenda nº 1.
Observações:
– Em 04/04/2012, foi apresentada a Emenda nº 1, de autoria do Senador Pedro Simon;
– A matéria será apreciada pela Comissão Diretora.

O Senador Inácio Arruda com a palavra.

O SR. INÁCIO ARRUDA (Bloco Governo/PCdoB – CE) – Sr. Presidente, essa é uma matéria muito simples, mas de grande significado. Ela vem acompanhada das assinaturas do Senador Pedro Taques e do Senador Pedro Simon, que também ofereceu uma emenda adicional alterando outra resolução. Eu rejeitei a emenda, porque precisaria de que ele apresentasse de forma distinta essa emenda a outra resolução.

No mérito, o que se quer é que aquilo que aprovamos para todos os servidores públicos, para todas as pessoas nomeadas pelo Governo Federal, no Executivo, no Judiciário, prevaleça também na nomeação dos nossos gabinetes. Os Senadores, ao contratar qualquer servidor para o seu gabinete, também vão ter que usar o critério da ficha limpa. É disso que, no mérito, trata o projeto do Senador Randolfe, acompanhado pelo Senador Pedro Taques e pelo Senador Pedro Simon. É algo simples, fácil. Nós já aprovamos isso no geral. Apenas estamos conduzindo agora para o nosso caso específico, que é a nossa Casa.

Por isso, o nosso voto é favorável.

Pela aprovação, Sr. Presidente, rejeitando a emenda.

O SR. PRESIDENTE (Vital do Rêgo. Bloco Maioria/PMDB – PB) – Brilhante relatório sobre a inclusão da Lei da Ficha Limpa nos casos, em concreto, de ocupação de gabinetes do Senado Federal.

Em discussão a matéria. (*Pausa.*)

Não havendo quem queira discutir, em votação.

As Srªs e os Srs. Senadores que concordam com o relatório do Senador Inácio Arruda permaneçam como se encontram. (*Pausa.*)

Aprovado, por unanimidade.

Aprovado o relatório que passa a constituir o parecer da Comissão, favorável ao projeto.

A matéria vai à Mesa Diretora.

Senadores Relatores, eu estou procurando os itens cujos Senadores Relatores estejam presentes.

Eu consulto V. Exªs sobre o item 3 da pauta.

ITEM 3
PROJETO DE LEI DO SENADO Nº 65, DE 2006
– Terminativo –

Padroniza o boletim de ocorrência e dá instruções sobre seu preenchimento.
Autoria: Senador Valdir Raupp
Relatoria: Senador Waldemir Moka
Relatório: Pela aprovação do projeto.
Observações:
– Em 17/07/2013, foi feita a leitura do relatório.
– Votação nominal.

O Senador Sérgio Souza apresentou uma emenda a esse projeto. Se V. Exª retirá-la, o projeto passa imediatamente à votação. Se V. Exª...

O SR. SÉRGIO SOUZA (Bloco Maioria/PMDB – PR) – Retirar a emenda, Sr. Presidente?

O SR. PRESIDENTE (Vital do Rêgo. Bloco Maioria/PMDB – PB) – Depende de relatório. O Senador Waldemir Moka não se encontra presente.

O SR. SÉRGIO SOUZA (Bloco Maioria/PMDB – PR) – Sr. Presidente, poderíamos deixar para o final da reunião, porque o Senador Waldemir Moka já tem conhecimento dessa emenda.

O SR. PRESIDENTE (Vital do Rêgo. Bloco Maioria/PMDB – PB) – Já tem conhecimento da emenda.

O SR. SÉRGIO SOUZA (Bloco Maioria/PMDB – PR) – Já tem.

O SR. PRESIDENTE (Vital do Rêgo. Bloco Maioria/PMDB – PB) – E concorda com a emenda.

O SR. SÉRGIO SOUZA (Bloco Maioria/PMDB – PR) – Concorda com a emenda.

O SR. PRESIDENTE (Vital do Rêgo. Bloco Maioria/PMDB – PB) – Então, vamos esperar o Senador Waldemir Moka para que ele possa relatar a matéria.

O SR. ALVARO DIAS (Bloco Minoria/PSDB – PR) – Presidente, se for o item 3, eu pretendo pedir vista. É o item 3 que está...

O SR. PRESIDENTE (Vital do Rêgo. Bloco Maioria/PMDB – PB) – Boletim de ocorrência.

O SR. ALVARO DIAS (Bloco Minoria/PSDB – PR) – Exatamente. Porque existe outro projeto do...

O SR. PRESIDENTE (Vital do Rêgo. Bloco Maioria/PMDB – PB) – Já foi concedida vista coletiva, Senador.

O SR. ALVARO DIAS (Bloco Minoria/PSDB – PR) – Já há vista?

O SR. PRESIDENTE (Vital do Rêgo. Bloco Maioria/PMDB – PB) – Já.

O SR. ALVARO DIAS (Bloco Minoria/PSDB – PR) – O.k.

O SR. PRESIDENTE (Vital do Rêgo. Bloco Maioria/PMDB – PB) – Mas vamos deixar para o final da votação.

O SR. ALVARO DIAS (Bloco Minoria/PSDB – PR) – Na há um projeto semelhante que está sendo pilotado pelo Senador Blairo Maggi, que me parece que é mais completo?

O SR. PRESIDENTE (Vital do Rêgo. Bloco Maioria/PMDB – PB) – Não. É o boletim de ocorrência. Não.

O SR. ALVARO DIAS (Bloco Minoria/PSDB – PR) – É esse mesmo.

O SR. BLAIRO MAGGI (Bloco União e Força/PR – MT) – Há um projeto aqui, Presidente, que não veio ainda e que é mais completo. E eu também pretendo pedir vista para juntar...

O SR. ALVARO DIAS (Bloco Minoria/PSDB – PR) – Sr. Presidente, então, precisamos resolver essa situação, porque já houve pedido de vista nesse projeto.

O SR. PRESIDENTE (Vital do Rêgo. Bloco Maioria/PMDB – PB) – Não houve pedido de vista.

O SR. ALVARO DIAS (Bloco Minoria/PSDB – PR) – Não?

O SR. PRESIDENTE (Vital do Rêgo. Bloco Maioria/PMDB – PB) –Senador Alvaro Dias e Senador Blairo Maggi, foi lido o relatório e adiada a discussão. Então, nós estamos iniciando o processo de discussão.

O SR. ALVARO DIAS (Bloco Minoria/PSDB – PR) – Então, cabe vista?

O SR. PRESIDENTE (Vital do Rêgo. Bloco Maioria/PMDB – PB) – Há uma emenda do Senador Sérgio Souza. Caberia ao relatório do Senador Moka o pedido de vista, inclusive coletiva. Inclusive, o Senador Blairo tem um projeto maior, com mais... Ainda há um projeto do Senador Armando. Então, nós vamos dar vista coletiva e, talvez na próxima sessão, vamos incorporar os projetos.

O SR. ALVARO DIAS (Bloco Minoria/PSDB – PR) – Compatibilizar os projetos.

O SR. PRESIDENTE (Vital do Rêgo. Bloco Maioria/PMDB – PB) – E compatibilizar esses projetos.

Fica determinado à Secretaria que tome as providências.

O SR. BLAIRO MAGGI (Bloco União e Força/PR – MT) – Presidente, o senador Armando é o Relator do meu projeto.

O SR. PRESIDENTE (Vital do Rêgo. Bloco Maioria/PMDB – PB) – Então, o senador Armando é o Relator do projeto do Senador Blairo, e nós vamos compatibilizar o projeto relatado pelo Senador Moka, que é um projeto de autoria do Senador Raupp, com o do Senador Blairo que tem autoria do Senador Armando. Ficam os quatro Srs. Senadores com a missão de resolverem o assunto. A matéria está pautada para a próxima sessão.

O SR. SÉRGIO SOUZA (Bloco da Maioria/PMDB – PR) – Pela ordem, Sr. Presidente. Veja só a importância da Secretaria desta Comissão: no momento de distribuir os projetos, se tiverem afinidades, que sejam distribuídos para o mesmo Relator.

O SR. PRESIDENTE (Vital do Rêgo. Bloco Maioria/PMDB – PB) – É verdade.

O SR. SÉRGIO SOUZA (Bloco da Maioria/PMDB – PR) – Porque casos como esses... Porque os Senadores, às vezes, apresentam projetos com...

O SR. INÁCIO ARRUDA (Bloco Governo/PCdoB – CE) – Às vezes é melhor diversificar os Relatores.

O SR. PRESIDENTE (Vital do Rêgo. Bloco Maioria/PMDB – PB) – A competência para apensar, a que o senador Sérgio Souza se refere, é da Mesa Diretora.

Então, fica a reclamação de V. Exª para a Secretaria-Geral.

O SR. SÉRGIO SOUZA (Bloco da Maioria/PMDB – PR) – Obrigado, Sr. Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Vital do Rêgo. Bloco Maioria/PMDB – PB) – O Senador Moka chegou. Foi solicitada vista coletiva ao projeto de que V. Exª é Relator.

Agradeço ao Senador Sérgio Souza porque, graças à emenda, possibilitou a discussão do assunto.

O SR. WALDEMIR MOKA (Bloco da Maioria/PMDB – MS) – Sr. Presidente...

O SR. PRESIDENTE (Vital do Rêgo. Bloco Maioria/PMDB – PB) – Senador Waldemir Moka.

O SR. WALDEMIR MOKA (Bloco da Maioria/PMDB – MS) – Eu fui informado previamente de que haveria o pedido de vista. Então, para economia mesmo... Já o sabia, previamente.

O SR. PRESIDENTE (Vital do Rêgo. Bloco Maioria/PMDB – PB) – Por economia presencial. V. Exª não estava aqui, mas estava presidindo...

O SR. WALDEMIR MOKA (Bloco Maioria/PMDB – MS) – Estava em outra Comissão.

O SR. INÁCIO ARRUDA (Bloco Governo/PCdoB – CE) – Mas podia oferecer o parecer à emenda, porque aí já fica feito o pedido de vista.

O SR. PRESIDENTE (Vital do Rêgo. Bloco Maioria/PMDB – PB) – V. Exª presidia uma das mais importantes Comissões da Casa, que é a Comissão de Assuntos Sociais.

O SR. WALDEMIR MOKA (Bloco Maioria/PMDB – MS) – Como?

O SR. INÁCIO ARRUDA (Bloco Governo/PCdoB – CE) – Se V. Exª oferecesse o parecer à emenda, o Senador Alvaro já pediria vista e a gente já trataria da vista.

O SR. WALDEMIR MOKA (Bloco Maioria/PMDB – MS) – A informação que eu tinha é a de que não poderia mais, uma vez que já havia sido lido meu parecer. E aí teria realmente de haver um pedido de vista para aí sugerir a emenda e eu acatar. Foi a informação que a assessoria da própria Comissão me deu. Isso é apenas para justificar a questão.

O SR. PRESIDENTE (Vital do Rêgo. Bloco Maioria/PMDB – PB) – Para esclarecimentos, o Senador Waldemir Moka preside a Comissão de Assuntos Sociais e só estaria em condição de relatar seu processo exatamente com a possibilidade de discussão e votação.

A Senadora Angela Portela está presidindo a Comissão de Educação neste momento e solicita a retirada do item nº 12, de S. Exª.

Deferida.

(É o seguinte o item retirado:)

ITEM 12
PROJETO DE LEI DA CÂMARA Nº 97, DE 2009
– Não Terminativo –

Dá nova redação ao caput art. 2º da Lei nº 9.870, de 23 de novembro de 1999, obrigando o estabelecimento de ensino a divulgar a lista de material escolar 45 (quarenta e cinco) dias antes da data final para matrícula.
Autoria: Deputado Clodovil Hernandes
Relatório: Favorável ao Projeto com duas Emendas de redação que apresenta.)

Item nº 14. Para orientação de V. Exªs, p. 186.

ITEM 14
PROJETO DE LEI DA CÂMARA Nº 60, DE 2011
– Não Terminativo –

Transforma cargos vagos da Carreira da Previdência, da Saúde e do Trabalho, estruturada pela Lei nº 11.355, de 19 de outubro de 2006, em cargos de Analista Ambiental, da Carreira de Especialista em Meio Ambiente, de que trata a Lei nº 10.410, de 11 de janeiro de 2002; estende a indenização, de que trata o art. 16 da Lei nº 8.216, de 13 de agosto de 1991, aos titulares de cargos de Analista Ambiental e de Técnico Ambiental da Carreira de Especialista em Meio Ambiente e aos titulares dos cargos integrantes do Plano Especial de Cargos do Ministério do Meio Ambiente e do Instituto Brasileiro do Meio Ambiente e dos Recursos Naturais Renováveis – IBAMA – PECMA, de que trata a Lei nº 11.357, de 19 de outubro de 2006, integrantes dos Quadros de Pessoal do Ibama e do Instituto Chico Mendes, nas condições que menciona; altera a Lei nº 10.410, de 11 de janeiro de 2002, que cria e disciplina a Carreira de Especialista em Meio Ambiente, e a Lei nº 6.938, de 31 de agosto de 1981, que dispõe sobre a Política Nacional do Meio Ambiente, seus fins e mecanismos de formulação e aplicação.
Autoria: Presidente da República
Relatoria: Senador Rodrigo Rollemberg
Relatório: Favorável ao Projeto.
Observações:
Aprovado o Requerimento nº 37, de 2013-CCJ, de urgência para a matéria.

Em discussão a matéria. *(Pausa.)*

Já foi lido o relatório.

Não havendo quem queira discutir a matéria, está encerrado o processo de discussão. (*Pausa*.)

Em votação.

Os Srs. Senadores que concordam permaneçam como se encontram. (*Pausa.*)

A matéria está aprovada.

Parabenizo os servidores que estão na Casa.

Senador Aloysio, por favor. Eu consulto V. Exª – o Senador Cássio é o Relator do próximo item – se pode fazer a leitura do relatório. (*Pausa.*)

ITEM 11
PROJETO DE LEI DO SENADO Nº 544, DE 2011
– Não Terminativo –

Dispõe sobre o dever de informar nos contratos de intercâmbio de estudo ou trabalho.
Autoria: Senadora Vanessa Grazziotin.
Relatoria: Senador Cássio Cunha Lima.
Relatório: favorável ao Projeto, nos termos da emenda substitutiva que apresenta.
Observações:
– A matéria será apreciada pela Comissão de Educação, Cultura e Esporte e pela Comissão de Meio Ambiente, Defesa do Consumidor e Fiscalização e Controle, em decisão terminativa.

O Relator, por ausência justificada, não se encontra nesta sessão e será representado *ad hoc* pelo seu Líder, Senador Aloysio Nunes.

Nesta CCJ, o projeto é não terminativo.

Concedo a palavra ao Senador Aloysio Nunes Ferreira para proferir o seu relatório.

O SR. ALOYSIO NUNES FERREIRA (Bloco Minoria/PSDB – SP) – Sr. Presidente, Srªs e Srs. Senadores, o projeto de lei do Senado que estamos examinando é de autoria da Senadora Vanessa Grazziotin e tem por fim dispor sobre a prestação de informações ao consumidor sobre os serviços de intercâmbio de estudo ou trabalho no exterior.

O art. 1º diz que o contrato de intercâmbio de estudo ou trabalho deve assegurar informações corretas, claras, precisas e ostensivas sobre a remuneração, a carga horária, a natureza da atividade, o cargo, as atribuições, a moradia e os demais dados cabíveis.

O parágrafo único do art. 1º prevê que as informações referentes à moradia devem conter, no mínimo, os dados a respeito da localização da moradia, as características da unidade de moradia, inclusive descrição pormenorizada e infraestrutura, o custo do aluguel e a quantidade de pessoas por unidade de moradia. Isso serve para evitar o negócio de trabalho escravo disfarçado de intercâmbio.

O art. 2º estabelece que, para todos os efeitos legais, equiparam-se a fornecedor, nos termos do Código de Defesa do Consumidor, as pessoas jurídicas nacionais contratadas para a prestação de serviços de intercâmbio no exterior.

O art. 3º diz que o descumprimento, total ou parcial, das obrigações de informar sujeita o infrator, pessoa física ou jurídica, à pena de multa, graduada de acordo com o valor global do contrato, a gravidade da infração, a vantagem econômica auferida e a condição econômica do infrator, sem prejuízo de outras sanções administrativas previstas no Código de Defesa do Consumidor.

O art. 4º prevê que a defesa em juízo dos interesses e direitos dos consumidores de serviços de intercâmbio observará, no que couber, a disciplina da defesa dos consumidores em juízo de que trata o citado Código.

O art. 5º estabelece que a lei que resultar da aprovação do projeto entrará em vigor na data da sua publicação.

Na justificação do projeto, sua autora alega que a difusão dos programas de intercâmbio leva um número cada vez mais expressivo de jovens a deixar o País à procura dessas experiências. Infelizmente, continua a autora, a ausência de maior rigor e de esclarecimento dos estudantes sobre as condições de estudo, trabalho e moradia vem permitindo que estudantes sejam ludibriados com propostas falsas sobre intercâmbio de estudo e trabalho, resultando em condições subumanas de moradia e de trabalho.

Não foram apresentadas emendas.

O Senador Cássio Cunha Lima não faz nenhuma objeção quanto aos aspectos jurídicos e formais. No mérito, está plenamente favorável.

O voto é pela aprovação na forma de uma emenda substitutiva, que tem o seguinte teor:

> ***Art. 1º*** *A Lei nº 11.771, de 17 de setembro de 2008, passa a vigorar acrescida do seguinte art. 34-A:*
>
> *"**Art. 34-A**. Os prestadores de serviços turísticos de intercâmbio de estudo no exterior devem informar, previamente, à contratação, e de forma correta, clara, precisa, ostensiva e em língua portuguesa, sobre os meios de hospedagem.*
>
> § 1º As informações sobre os meios de hospedagem devem conter a sua localização, as características da habitação, inclusive descrição pormenorizada e infraestrutura, o preço e a quantidade máxima de pessoas no quarto.
>
> § 2º Caso o intercâmbio envolva a prestação de trabalho no exterior, as informações devem conter dados detalhados sobre a duração, a remuneração, a carga horária e as atribuições a serem desempenhadas pelo intercambista."

Art. 2º *Esta Lei entra em vigor cento e oitenta dias após a data de sua publicação.*

É o parecer de lavra do ilustre Senador Cássio Cunha Lima, a quem venho substituir com muita honra.

O SR. PRESIDENTE (Vital do Rêgo. Bloco Maioria/PMDB – PB) – Em discussão a matéria na forma como apresentada pelo Relator *ad hoc*. (*Pausa*.)

Não havendo quem queira discutir, em votação o relatório.

As Srªs Senadoras e os Srs. Senadores que...

O SR. ALOYSIO NUNES FERREIRA (Bloco Minoria/PSDB – SP. *Fora do microfone.*) – Nos termos da emenda substitutiva.

O SR. PRESIDENTE (Vital do Rêgo. Bloco Maioria/PMDB – PB) – Nos termos da emenda substitutiva que o Senador Aloysio acabou de apresentar.

Os Srs. Senadores que o aprovam queiram permanecer como se encontram. (*Pausa.*)

Aprovado o relatório, que passa a constituir o parecer da Comissão, favorável ao projeto, nos termos da Emenda 1.

A matéria vai à Comissão de Educação, Cultura e Esporte.

O Senador Eduardo Braga é o próximo Relator, do item 13 da pauta.

O SR. PEDRO TAQUES (Bloco Governo/PDT – MT) – Sr. Presidente, permita-me.

O SR. PRESIDENTE (Vital do Rêgo. Bloco Maioria/PMDB – PB) – Com a palavra, pela ordem, o Senador Pedro Taques.

O SR. PEDRO TAQUES (Bloco Governo/PDT – MT) – É para dar conta a esta Comissão e à sociedade brasileira que nos vê, nos ouve, nos assiste pelas redes sociais e pela TV de informações a respeito da Comissão Especial do Código Penal.

Como V. Exª bem sabe, a Comissão Especial de Juristas apresentou um anteprojeto, esse anteprojeto foi convolado, transformado no Projeto 236 e, a partir daí, foi composta uma comissão de Senadores – onze Senadores – para analisar o projeto do novo Código Penal.

Nós, até dezembro do ano passado, já havíamos recebido mais de seiscentas emendas de Senadores. E como nós estávamos, em 2012, num período macroeleitoral, com as eleições municipais, muitos Senadores queriam também contribuir, e não tiveram oportunidade de fazê-lo em 2012.

A Comissão, em uma reunião administrativa no último dia de 2012, entendeu por bem que, em 2013, faríamos audiências públicas. Fizemos várias audiências públicas no primeiro período de 2013, Sr. Presidente. Recebemos mais de trezentas associações defendendo os seus pontos de vista a respeito do projeto do novo Código Penal.

Muito bem. No semestre passado, eu, como Relator dessa Comissão, e o Senador Eunício, como Presidente – e V. Exª faz parte dela –, nos reunimos, e eu apresento, nesta semana já, um relatório consolidado das alterações das emendas apresentadas em 2012, para que nós possamos, a partir dessa primeira reunião administrativa da Comissão, discutir a reabertura do prazo para apresentação de novas emendas, para que todos os Senadores possam contribuir com esse projeto, que é de suma importância para a sociedade brasileira.

Apresento o relatório, nesta semana, à Comissão e fiz um pedido ao Presidente da Comissão, Senador Eunício, para que nós tivéssemos, na semana que vem, uma reunião, para que todos os membros da Comissão possam analisar esse projeto.

Quero crer, Sr. Presidente, que, neste semestre ainda, votaremos, na Comissão Especial, nesta Comissão de Constituição e Justiça e no plenário do Senado, o projeto do novo Código Penal.

Era essa a informação que queria repassar a V. Exª.

O SR. PRESIDENTE (Vital do Rêgo. Bloco Maioria/PMDB – PB) – Um dos desafios, Srªs e Srs. Senadores, que teremos neste segundo semestre é a votação do novo Código Penal. Por isso mesmo, eu pedi ao Senador Pedro Taques que fizesse este informe à Comissão e ao País de que nós atacaremos, enfrentaremos esse desafio com prazos já fixos e determinados.

Nesta semana, será apresentado um relatório preliminar – chamemos assim, Senador Taques, de relatório preliminar – de V. Exª. Após a apresentação desse relatório, o Presidente da Comissão Especial, Senador Eunício, abrirá prazo para a produção de emendas pelos Srs. Senadores. E o Senador Pedro Taques estará à disposição, dentro desse prazo, para recolher e relatar todas as emendas. E nós, após a apresentação das emendas e o relatório final do Senador Taques, vamos colocar imediatamente em pauta nesta Comissão.

Esse é o informe que, oficialmente, em nome desta Presidência, faço às senhores e aos senhores.

O SR. ALOYSIO NUNES FERREIRA (Bloco Minoria/PSDB – SP) – Sr. Presidente...

O SR. PRESIDENTE (Vital do Rêgo. Bloco Maioria/PMDB – PB) – Senador Aloysio Nunes Ferreira.

O SR. ALOYSIO NUNES FERREIRA (Bloco Minoria/PSDB – SP) – Sr. Presidente, em relação a um tema que foi abordado já no final do semestre passado, eu gostaria de informar – aliás, já o fiz pessoalmente a V. Exª – à Comissão a respeito do contato que mantive com o ex-Presidente do Supremo Tribunal Federal, Ministro Cezar Peluso, a fim de convidá-lo para participar de uma audiência pública, decidida aqui na Comissão, que seria a última etapa da instrução da PEC 15, de autoria do Senador Ricardo Ferraço, a chamada PEC dos Recursos.

O Ministro Peluso aceita e agradece o convite. Apenas faz uma sugestão, que já transmiti a V. Exª: de que, ao invés de uma única audiência para ouvi-lo juntamente com o Presidente da OAB, nós possamos desdobrar essa audiência em duas etapas. Numa, seria ouvido o Presidente da OAB e, noutra, o Ministro Cezar Peluso, de modo a destacar a importância da Ordem dos Advogados do Brasil e de modo que possamos ouvi-lo sem que haja maiores debates entre os participantes, para que ele possa ser o foco central e único das nossas atenções.

O SR. PRESIDENTE (Vital do Rêgo. Bloco Maioria/PMDB – PB) – Fica determinado, por sugestão de V. Exª...

O SR. ALOYSIO NUNES FERREIRA (Bloco Minoria/PSDB – SP) – Então, nesse caso, é preciso apenas o convite formal...

O SR. PRESIDENTE (Vital do Rêgo. Bloco Maioria/PMDB – PB) – Fica determinado, por sugestão de V. Exª, que nós, como já foi definido por esta Comissão, também enfrentaremos essa questão como prioridade. E haveremos de fazê-lo nas duas próximas semanas. Na próxima semana, a primeira audiência com representantes da OAB; e, na semana seguinte, na outra quinta-feira, com o Ministro Peluso. É do agrado de V. Exª esse calendário? Consulto os outros membros da Comissão. É sobre a PEC 15, de autoria do Senador Ricardo Ferraço, chamada PEC dos Recursos. Faremos duas audiências nas duas próximas quintas-feiras.

O SR. RICARDO FERRAÇO (Bloco Maioria/PMDB – ES) – Quero apenas cumprimentar V. Exª pelo ânimo com que...

O SR. PRESIDENTE (Vital do Rêgo. Bloco Maioria/PMDB – PB) – Compromisso é compromisso.

O SR. RICARDO FERRAÇO (Bloco Maioria/PMDB – ES) – ... retornou à direção dos trabalhos na Comissão.

O SR. PRESIDENTE (Vital do Rêgo. Bloco Maioria/PMDB – PB) – Compromisso é compromisso, Senador.

O SR. RICARDO FERRAÇO (Bloco Maioria/PMDB – ES) – A minha expectativa é que, no mês de agosto, nós possamos concluir as oitivas e fazer definitivamente o enfrentamento deste tema, que me parece muito relevante para resolver uma das demandas mais graves e complexas da sociedade brasileira, qual seja a velocidade dos serviços prestados em nosso País pela Justiça. Muito obrigado e, mais uma vez, renovo meus cumprimentos a V. Exª.

O SR. PRESIDENTE (Vital do Rêgo. Bloco Maioria/PMDB – PB) – São os dias 15 e 22 as datas já determinadas por esta Comissão para as reuniões de audiência pública.

O SR. ANTONIO CARLOS VALADARES (Bloco Governo/PSB – SE) – Pela ordem, Presidente.

O SR. RICARDO FERRAÇO (Bloco Maioria/PMDB – ES) – A Comissão formalizará os convites?

O SR. PRESIDENTE (Vital do Rêgo. Bloco Maioria/PMDB – PB) – Formalizaremos os convites. A Secretaria tomará todas as providências.

O SR. RICARDO FERRAÇO (Bloco Maioria/PMDB – ES) – Muito obrigado, Sr. Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Vital do Rêgo. Bloco Maioria/PMDB – PB) – Senador Valadares, com a palavra V. Exª.

O SR. ANTONIO CARLOS VALADARES (Bloco Governo/PSB – SE) – Presidente, recentemente, foi aprovado requerimento de nossa autoria propondo a realização de uma ou duas audiências públicas para tratar do projeto de lei antidrogas, um projeto muito importante que foi aprovado pela Câmara dos Deputados. Então, gostaria que, em sequência a essas...

O SR. PRESIDENTE (Vital do Rêgo. Bloco Maioria/PMDB – PB) – Imediatamente.

O SR. ANTONIO CARLOS VALADARES (Bloco Governo/PSB – SE) – ... audiências públicas, nós marquemos uma data conveniente para esta Comissão, a fim de finalizarmos...

O SR. PRESIDENTE (Vital do Rêgo. Bloco Maioria/PMDB – PB) – Já colocarei a data para combinar com V. Exª.

O SR. ANTONIO CARLOS VALADARES (Bloco Governo/PSB – SE) – Eu agradeço.

O SR. PRESIDENTE (Vital do Rêgo. Bloco Maioria/PMDB – PB) – Na outra quinta-feira, após as duas primeiras já marcadas, será a questão da lei antidrogas, que V. Exª tão bem relata.

O SR. ANTONIO CARLOS VALADARES (Bloco Governo/PSB – SE) – Obrigado.

O SR. PRESIDENTE (Vital do Rêgo. Bloco Maioria/PMDB – PB) – Dia 29, Sr. Senador Antonio Carlos Valadares. Dia 29.

O SR. RODRIGO ROLLEMBERG (Bloco Governo/PSB – DF) – Sr. Presidente, pela ordem.

O SR. PRESIDENTE (Vital do Rêgo. Bloco Maioria/PMDB – PB) – Com a palavra, o Senador José Pimentel; depois, o Senador Rollemberg.

O SR. JOSÉ PIMENTEL (Bloco Governo/PT – CE) – Sr. Presidente, nós aprovamos, por unanimidade, o item 14. Eu peço urgência, para que possamos levar a Plenário.

O SR. PRESIDENTE (Vital do Rêgo. Bloco Maioria/PMDB – PB) – Em votação a urgência...

O SR. RODRIGO ROLLEMBERG (Bloco Governo/PSB – DF) – Era exatamente para isso também, Sr. Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Vital do Rêgo. Bloco Maioria/PMDB – PB) – O Senador Rollemberg havia me solicitado prioridade na apreciação desta matéria. A matéria já foi lida e defendida pelo Senador Rollemberg durante a última sessão ordinária da Casa, ficando apenas o processo de votação...

Em discussão a solicitação do Senador Pimentel e do Senador Rollemberg para a urgência. *(Pausa.)*

Não havendo quem queira discutir, em votação. (*Pausa*.)

Aprovada a urgência.

Senador Eduardo Braga, o item de V. Exª é o próximo. V. Exª participou da reunião de Líderes, por isso não estava presente, mas esse é um item importante na pauta de hoje, precisa ser votado, e aguardamos com ansiedade a presença de V. Exª.

É o item nº 13, página 176. Eu vou ler o item para que V. Exª possa se manifestar.

O SR. ALOYSIO NUNES FERREIRA (Bloco Minoria/PSDB – SP) – Sr. Presidente, pela ordem.

O SR. PRESIDENTE (Vital do Rêgo. Bloco Maioria/PMDB – PB) – É sobre a matéria?

O SR. ALOYSIO NUNES FERREIRA (Bloco Minoria/PSDB – SP) – É sobre a matéria. É a PEC 15, não é isso?

O SR. PRESIDENTE (Vital do Rêgo. Bloco Maioria/PMDB – PB) – É a PEC 18. A PEC 15 é aquela a que V. Exª se referiu agora há pouco.

O SR. ALOYSIO NUNES FERREIRA (Bloco Minoria/PSDB – SP) – Pois não.

Eu tenho aqui...

O SR. PRESIDENTE (Vital do Rêgo. Bloco Maioria/PMDB – PB) – Senador Aloysio, permita-me apenas, para efeito de ata, iniciar o processo, anunciando a apreciação da matéria.

O SR. ALOYSIO NUNES FERREIRA (Bloco Minoria/PSDB – SP) – Mas é exatamente sobre isso. Eu queria pedir a V. Exª para, se houver possibilidade, antes de iniciarmos a apreciação da matéria, eu submeter ao Relator uma proposta de emenda, uma subemenda.

O Senador Antonio Carlos Rodrigues...

O SR. PRESIDENTE (Vital do Rêgo. Bloco Maioria/PMDB – PB) – V. Exª vai fazer isso. Eu vou anunciar a matéria e vou passar a palavra a V. Exª, que...

O SR. ALOYSIO NUNES FERREIRA (Bloco Minoria/PSDB – SP) – É apenas um prazo para que ele possa meditar sobre o teor da emenda.

O SR. PRESIDENTE (Vital do Rêgo. Bloco Maioria/PMDB – PB) – Nós temos, com relação a esse projeto, duas manifestações, do Senador Rodrigues e do Senador Aloysio; depois, falará o Senador Eduardo Braga, o Relator.

O SR. ALOYSIO NUNES FERREIRA (Bloco Minoria/PSDB – SP) – Isso. Depois o Relator.

O SR. PRESIDENTE (Vital do Rêgo. Bloco Maioria/PMDB – PB) – Então, tempo nós teremos para que o Relator possa ouvir tanto o Senador Antonio Carlos Rodrigues, que já o fez formalmente, quanto ao Senador Aloysio.

ITEM 13
PROPOSTA DE EMENDA À CONSTITUIÇÃO
Nº 18, DE 2013
– Não Terminativo –

Altera o art. 55 da Constituição Federal para tornar automática a perda do mandato de parlamentar nas hipóteses de improbidade administrativa ou de condenação por crime contra a Administração Pública.

Autoria: Senador Jarbas Vasconcelos.

Relatoria: Senador Eduardo Braga.

Relatório: Favorável à Proposta, nos termos da emenda substitutiva que apresenta, com uma subemenda.

Observações:

– Em 17/07/2013, foi concedida vista ao Senador Antonio Carlos Rodrigues, nos termos regimentais.

– Em 05/08/2013, foi apresentada a Emenda nº 1, de autoria do Senador Antonio Carlos Rodrigues, que recebeu parecer favorável.

Há poucos instantes, neste dia 7, foi recebida a Emenda nº 2, do Senador Aloysio Nunes Ferreira, que depende de relatório.

Senador Antonio Carlos Rodrigues, quer manifestar-se a respeito da Emenda nº 1 que V. Exª apresentou?

O SR. ANTONIO CARLOS RODRIGUES (Bloco União e Força/PR – SP) – Eu cumprimento o Senador Jarbas pela iniciativa da propositura desta PEC, bem como o Senador Eduardo Braga pelo seu relatório. Aproveito também para agradecer ao Senador Eduardo por acolher a emenda de minha autoria e incorporá-la ao substitutivo.

Na última reunião desta Comissão, durante a discussão da matéria, notei que a PEC poderia ser aperfeiçoada. Nesse sentido, solicitei vista e, como resultado, apresentei emenda com a intenção de enriquecer ainda mais o competente trabalho do Senador Eduardo, o Relator.

Eu gostaria de reiterar que sempre fui favorável à PEC 18. Fui mal-entendido no dia que pedi vista, mas hoje vamos esclarecer todos esses casos.

O meu objetivo, ao apresentar essa emenda, é evitar propositura de ADI amanhã. É o que gostaria de esclarecer.

Muito obrigado.

O SR. PRESIDENTE (Vital do Rêgo. Bloco Maioria/PMDB – PB) – Feito o esclarecimento de V. Exª, ouço o Senador Aloysio Nunes Ferreira a respeito da emenda.

Senador Aloysio Nunes Ferreira, com a palavra, para anunciar a iniciativa de V. Exª através da Emenda nº 2. (*Pausa.*)

O SR. EDUARDO BRAGA (Bloco Maioria/PMDB – AM) – Sr. Presidente, pela ordem.

O SR. PRESIDENTE (Vital do Rêgo. Bloco Maioria/PMDB – PB) – Com a palavra V. Exª, como Relator.

O SR. EDUARDO BRAGA (Bloco Maioria/PMDB – AM) – Esta matéria requer, obviamente, a atenção de todos nós do Congresso Nacional, porque estamos estabelecendo a perda automática do mandato que é

conferido pelo povo brasileiro, na democracia direta que nós temos.

O Senador Aloysio Nunes Ferreira apresenta duas emendas que, a meu ver, são importantes, são emendas que trazem novos aspectos para o processo, mas que estão sendo apresentadas neste momento.

Para não incorrer numa precipitação e dar um parecer favorável ou contrário a essa emenda, que reputo meritória e sobre a qual precisamos nos debruçar e, inclusive, conversar com o próprio autor da emenda, para que nós possamos melhor compreendê-la, eu indago ao Plenário e a V. Exª se não seria prudente deixarmos essa matéria para a próxima semana, para que nós possamos debater as emendas apresentadas pelo Senador Aloysio Nunes Ferreira, em tempo de apresentarmos um relatório consistente sobre a matéria, como havíamos feito em relação à emenda apresentada pelo Senador Antonio Carlos Rodrigues.

O SR. PRESIDENTE (Vital do Rêgo. Bloco Maioria/PMDB – PB) – Tendo em vista a apresentação agora da emenda... Só há uma emenda, a Emenda nº 2. Senador Aloysio, V. Exª apresenta só uma emenda, a Emenda nº 2 ou apresenta duas emendas?

O SR. ALOYSIO NUNES FERREIRA (Bloco Minoria /PSDB – SP) – Eu apresento duas emendas.

O SR. EDUARDO BRAGA (Bloco Maioria/PMDB – SP) – Duas emendas.

O SR. PRESIDENTE (Vital do Rêgo. Bloco Maioria/PMDB – PB) – Porque à Mesa só chegou uma emenda.

O SR. RODRIGO ROLLEMBERG (Bloco Governo/PSB – DF) – Eu também só recebi uma emenda.

O SR. EDUARDO BRAGA (Bloco Maioria/PMDB – SP) – Mas há duas, inclusive já estão com o Sedol as duas emendas.

O SR. PRESIDENTE (Vital do Rêgo. Bloco Maioria/PMDB – PB) – Não passou pela Mesa ainda.

Senador Aloysio, continua com a palavra.

O SR. ALOYSIO NUNES FERREIRA (Bloco Minoria/PSDB – SP) – Sim.

Eu creio que o Senador Antonio Carlos Rodrigues aperfeiçoou a iniciativa do Senador Jarbas Vasconcelos e também o substitutivo apresentado pelo Senador Relator Eduardo Braga.

Quero até fazer um comentário, se me permite, Sr. Presidente. A imprensa noticiou de maneira absolutamente malévola e injusta o pedido de vista do Senador Antonio Carlos Rodrigues, como se ele tivesse o intuito de procrastinar a decisão da Comissão a respeito desse tema. Pelo contrário, o Senador Antonio Carlos Rodrigues é um homem sério, é um Parlamentar aplicado, conhece o tema, foi Presidente da Câmara de Vereadores de São Paulo por várias vezes e apresentou uma emenda que, no meu entender, aperfeiçoava o projeto, aprimora o projeto. Qual é a emenda do Senador Antonio Carlos Rodrigues? Ele diz que a perda do mandato se dá quando a condenação por improbidade impuser a perda do mandato, porque há condenações por improbidade que não impõem a perda do mandato eletivo, impõem multa pecuniária, por exemplo, porque pode haver sanções pecuniárias, multa civil.

Então, esse foi um aperfeiçoamento importante proposto pelo Senador Antonio Carlos Rodrigues, que eu, na minha emenda, acolho também. Na minha emenda, repito – e dou aqui direitos autorais ao Senador Antonio Carlos Rodrigues.

A outra hipótese que me pareceu também útil levantar é a perda de mandato ou suspensão de direitos políticos decorrentes de condenação criminal. O Senador Antonio Carlos Rodrigues, na sua emenda, havia apenas formulado a hipótese de condenação por crime hediondo. Acontece que o Código Penal brasileiro, no seu art. 92, entre os efeitos da condenação, o nosso Código Penal estabelece que, quando aplicada a um réu uma pena privativa de liberdade por um prazo de quatro anos ou mais, há uma consequência automática da condenação, que é a perda ou suspensão dos direitos políticos. Então, está prevendo essa hipótese também. Não apenas o crime hediondo, mas qualquer condenação criminal em que haja previsão da perda de mandato escrita no Código Penal brasileiro.

E a outra emenda que apresentei é de um prazo para que a Presidência da Casa declare a perda de mandato, porque é apenas uma declaração. Um prazo de 72 horas.

Esse foi o teor da emenda que apresentei, e há muita convergência com o Senador Antonio Carlos Rodrigues.

Agora, o Senador Pedro Taques tem uma dúvida que lhe ocorre neste momento. Eu gostaria que ele pudesse esclarecer.

O SR. PRESIDENTE (Vital do Rêgo. Bloco Maioria/PMDB – PB) – Antes de conceder a palavra ao Senador Taques, eu passo a palavra, por disciplina, ao Senador Rodrigues e, depois, ao Senador Pedro Taques.

Estamos na discussão da matéria.

Senador Antonio Carlos Rodrigues com a palavra.

O SR. ANTONIO CARLOS RODRIGUES (Bloco União e Força/PR – SP) – Eu não tenho dúvida da importância dessa PEC. Eu queria propor à Comissão uma audiência pública, convidando alguns juristas. Essa é a minha proposição. É tão importante! Nós não podemos incidir em erro, e amanhã uma ADI, derrubar toda a nossa proposta. Eu não sei por que pressa nisso! Não há pressa nenhuma. Até o apelido da PEC está errado. O caso dos mensaleiros já foi, já é fato consumado.

Era isso. Muito obrigado.

O SR. PRESIDENTE (Vital do Rêgo. Bloco Maioria/PMDB – PB) – É a proposta de V. Exª.

Senador Pedro Taques.

O SR. PEDRO TAQUES (Bloco Governo/PDT – MT) – Sr. Presidente, eu quero discordar do Senador Antonio Carlos, com todo o respeito, no tocante à necessidade de audiência pública. A questão aqui é de análise da constitucionalidade ou não.

A minha dúvida é a seguinte: o art. 15 da Constituição, inciso III, diz que quando houver condenação transitada em julgado existe suspensão dos direitos políticos. Como é possível um cidadão exercer um mandato eletivo se ele tem suspensos os direitos políticos? E veja que, em alguns crimes, a Lei Complementar nº 64, de 90, estabelece como causa de inelegibilidade relativa, mesmo após o término do cumprimento da pena. Então aqui existe uma dúvida.

Eu apresentei uma proposta de emenda que diz que em todos os crimes, com condenações com trânsito em julgado, se houver suspensão de direitos políticos, aí nós teremos necessariamente a perda automática.

Então existe essa dúvida que a emenda não resolve, a emenda apresentada pelo Senador Aloysio à proposta de emenda que foi muito bem elaborada pelo Senador Jarbas, com as contribuições do Senador Antonio Carlos.

O SR. PRESIDENTE (Vital do Rêgo. Bloco Maioria/PMDB – PB) – Eu proponho à Comissão, e peço apoio, suspender temporariamente a apreciação da matéria. Vou passar para outro item. Daria tempo para o Senador Aloysio conversar com o Senador Eduardo Braga para harmonizar o seu relatório, para que não percamos a oportunidade de votar este projeto na reunião de hoje.

Os senhores concordam em suspender temporariamente? Senador Agripino?

O SR. RANDOLFE RODRIGUES (Bloco Governo/PSOL – AP) – De acordo, Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Vital do Rêgo. Bloco Maioria/PMDB – PB) – Temporariamente para que possamos...

O SR. RANDOLFE RODRIGUES (Bloco Governo/PSOL – AP) – Para o entendimento.

O SR. JOSÉ AGRIPINO (Bloco Minoria/DEM – RN) – Sr. Presidente, é mais do que oportuno.

O SR. RANDOLFE RODRIGUES (Bloco Governo/PSOL – AP) – Sr. Presidente, nesse ínterim, pela ordem.

O SR. PRESIDENTE (Vital do Rêgo. Bloco Maioria/PMDB – PB) – Pois não. Pela ordem V. Exª.

Eu tenho o Item 2 da pauta, o Item 3 e o Item 7.

Pois não.

O SR. RANDOLFE RODRIGUES (Bloco Governo/PSOL – AP) – Presidente, nos termos do art. 336, inciso II, do Regimento Interno, peço urgência para o PRS nº 05, de 2012, de minha autoria, relatado aqui pelo Senador Inácio Arruda. E quero agradecer, inicialmente, a deferência de V. Exª de tê-lo colocado em pauta para a apreciação e a deferência dos caros colegas da Comissão de tê-lo aprovado por unanimidade. É um projeto de resolução importantíssimo, que institui a ficha limpa para os servidores do Senado Federal.

O Senado sai na frente. É o primeiro dos Poderes da República a instituir a ficha limpa para a contratação de seus servidores. E, pela importância do tema e por dialogar inclusive com o clamor do momento nacional, o que eu requeiro de V. Exª é que, uma vez aprovado no dia de hoje, agora, pelo Plenário da CCJ, vá para a Mesa Diretora e para o Plenário do Senado com a urgência desta Comissão.

O SR. PRESIDENTE (Vital do Rêgo. Bloco Maioria/PMDB – PB) – Encaminho a solicitação do Senador Randolfe Rodrigues, que é uma manifestação política e regimental desta Comissão no sentido de que este PRS, aprovado por unanimidade pelos colegas Senadores, possa ir em regime de urgência para o Plenário, notificando aos senhores que antes passará pela Mesa Diretora.

Em discussão a matéria do Senador Randolfe, que solicita urgência na tramitação do PRS nº 5. *(Pausa)*

Não havendo quem queira discutir, em votação. *(Pausa)*

Aprovada a urgência, não obstante a matéria ainda sofrer deliberação pela Mesa Diretora.

Com a palavra o Senador...

O SR. EDUARDO BRAGA (Bloco Maioria/PMDB – AM) – Pela ordem, Sr. Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Vital do Rêgo. Bloco Maioria/PMDB – PB) – Eduardo Braga.

O SR. EDUARDO BRAGA (Bloco Maioria/PMDB – AM) – Eu havia encaminhado a V. Exª e ao Plenário uma ponderação e uma solicitação.

Como vimos na argumentação do Senador Aloysio Nunes Ferreira, nas indagações do Senador Pedro Taques e nas ponderações do Senador Antonio Carlos Rodrigues, esta é uma matéria de alta relevância que nós, Congressistas, Senadores e Senadoras, temos a responsabilidade muito grande de aprovar aqui, na Comissão de Justiça, portanto aprovar a constitucionalidade da perda automática de mandato diante de certas circunstâncias, mandato esse que é oriundo do voto direto do povo brasileiro. Nenhum cidadão chega ao Senado da República se não for através do voto e da vontade direta da população brasileira.

Portanto, eu solicito a V. Exª que submeta à apreciação para que nós possamos trazer, na próxima semana, um relatório ponderado sobre a PEC 18, discutido amplamente entre os membros que possuem questionamentos.

Nós já apresentamos o relatório. Eu já havia preparado o relatório sobre a emenda do Senador Antonio Carlos Rodrigues e acredito que as ponderações feitas aqui pelo Senador Aloysio Nunes Ferreira e pelo Senador Pedro Taques são relevantes.

Eu tenho dúvidas e preciso, obviamente, buscar segurança jurídica.

Faço essa ponderação a V. Exª para que nós possamos trazer, na próxima semana, um relatório seguro com relação às questões levantadas.

O SR. RICARDO FERRAÇO (Bloco Maioria/PMDB – ES) – Pela ordem, Presidente.

O SR. RANDOLFE RODRIGUES (Bloco Governo/PSOL – AP) – Peço a palavra, Presidente.

O SR. RICARDO FERRAÇO (Bloco Maioria/PMDB – ES) – Pela ordem, Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Vital do Rêgo. Bloco Maioria/PMDB – PB) – Vou colocar essa ponderação do Senador Eduardo Braga à deliberação do Plenário.

Eu submeto ao Plenário a solicitação...

O SR. RANDOLFE RODRIGUES (Bloco Governo/PSOL – AP) – Sr. Presidente, só uma ponderação.

O SR. PRESIDENTE (Vital do Rêgo. Bloco Maioria/PMDB – PB) – ... do Sr. Relator, que argui a necessidade de mais tempo para concluir o seu relatório.

Com a palavra, pela ordem.

O SR. RANDOLFE RODRIGUES (Bloco Governo/PSOL – AP) – Permita-me, antes de V. Exª submeter à votação.

Sr. Presidente, quero aquiescer à ponderação do ilustre Relator, Senador Eduardo Braga. Eu só não quero concordar com o esticar do tempo, porque me parece que é uma matéria...

O SR. PRESIDENTE (Vital do Rêgo. Bloco Maioria/PMDB – PB) – A solicitação do Senador Eduardo Braga é para a inclusão na pauta na próxima reunião.

O SR. RANDOLFE RODRIGUES (Bloco Governo/PSOL – AP) – Não quero dizer que – longe de mim; não é essa a intenção – o Senador Eduardo Braga está querendo postergar.

Eu concordo e estou entendendo que o Senador Eduardo Braga está ponderando um tempo necessário para dirimir as controvérsias. O que eu acho que não é necessário é deixarmos essa questão incontroversa, não resolvermos, postergarmos indefinidamente, não enfrentarmos, deixarmos essa proposta de emenda à Constituição sem ser resolvida, sem ser tratada. Nós temos que deliberá-la.

Parece-me que o tempo apresentado pelo ilustre Relator, de uma semana, para resolver as controvérsias jurídicas, apresentar aqui a sua proposta e, sem mais necessidade de alongarmos esse debate, trazer as emendas que forem necessárias a fim de enfrentarmos e resolvermos a questão é necessário. Não mais que isso.

O SR. PRESIDENTE (Vital do Rêgo. Bloco Maioria/PMDB – PB) – O.k.

O SR. EDUARDO BRAGA (Bloco Maioria/PMDB – AM) – Sr. Presidente.

O SR. RANDOLFE RODRIGUES (Bloco Governo/PSOL – AP) – Está aqui: sem audiência. Ou seja, devemos marcar a data para a votação na semana que vem.

Diante disso e do apelo do Relator, eu quero manifestar o meu acordo.

O SR. EDUARDO BRAGA (Bloco Maioria/PMDB – AM) – Sr. Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Vital do Rêgo. Bloco Maioria/PMDB – PB) – Sr. Relator, vou colocar em discussão a proposta...

O SR. EDUARDO BRAGA (Bloco Maioria/PMDB – AM) – Quero apenas esclarecer para que não fique nenhuma maledicência sobre a postura que estou adotando em relação ao tema.

O SR. PRESIDENTE (Vital do Rêgo. Bloco Maioria/PMDB – PB) – É verdade.

O SR. EDUARDO BRAGA (Bloco Maioria/PMDB – AM) – O questionamento e a colocação do Senador Randolfe inclusive me permitem aqui fazer um desabafo.

Tanto o Senador Presidente desta Comissão, Senador Vital do Rêgo, quanto eu sofremos, ao término da sessão legislativa do primeiro semestre, no plenário, colocações extremamente injustas em relação a essa PEC, porque, nesta Casa e nesta Comissão, existem precedentes, com inúmeros Senadores, de matérias relevantes, importantes, que ficaram pendentes por mais de ano nesta Comissão. Não é o caso desta PEC; não é o caso desta PEC. Inclusive, há outra PEC, de autoria do Senador Pedro Taques, que precisa ser apensada a esta PEC.

Eu não apresentei o relatório quando do questionamento porque havia encaminhado um requerimento à Mesa, e V. Exªs sabem que é por decisão da Mesa que um determinado processo é apensado a outro, sem o que nós não podemos apresentar o relatório.

Diante do clima estabelecido, nós apresentamos o relatório. E vejam o que nós fizemos: ao apresentar o relatório no final da legislatura, aliás, no último dia do período legislativo, nós não apensamos a PEC nº 60, do Senador Pedro Taques, e íamos cometendo um grave equívoco. Nós iríamos estabelecer perda auto-

mática de mandato para a condenação de multa. Veja como é grave isso! Veja como é grave!

O SR. PRESIDENTE (Vital do Rêgo. Bloco Maioria/PMDB – PB) – Na improbidade.

O SR. EDUARDO BRAGA (Bloco Maioria/PMDB – AM) – Na improbidade! Mas nós íamos estabelecer, inclusive com meu relatório e com meu substitutivo, perda automática de mandato eletivo por improbidade por multa!

O SR. ALOYSIO NUNES FERREIRA (Bloco Minoria/PSDB – SP) – A emenda do Senador Antonio Carlos corrigiu.

O SR. EDUARDO BRAGA (Bloco Maioria/PMDB – AM) – A emenda do Senador Antonio Carlos corrigiu isso. A emenda apresentada pelo Senador Aloysio Nunes Ferreira, que a apresentou agora – dela tive conhecimento agora –, traz fatos novos, entre eles, por exemplo, Sr. Presidente, o estabelecimento de um prazo ao Senado da República e à Câmara dos Deputados de 72 horas para perda automática de mandato. Ora, eu creio que, por responsabilidade, esta Casa deve fazer com que esse parecer seja feito sem dúvidas e sem equívocos. E o que estou pedindo não é para se estabelecer *ad aeternum* uma postergação do tema.

O SR. RANDOLFE RODRIGUES (Bloco Governo/PSOL – AP) – Não tenho dúvida dessa sua intenção.

O SR. EDUARDO BRAGA (Bloco Maioria/PMDB – AM) – Eu sei disso, Senador.

E mais: está iniciado o processo de votação, e, portanto, não há mais prazo para a apresentação de novas emendas. Se trouxerem novas emendas, que o façam ao longo desta semana, para que nós possamos apresentar o relatório, Sr. Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Vital do Rêgo. Bloco Maioria/PMDB – PB) – Primeiro, vou consultá-los, para transferir para V. Exªs a responsabilidade dessa decisão. Segundo, havendo a concordância de V. Exªs, nós estabeleceríamos um prazo para que o Senador Eduardo pudesse receber novas emendas, porque nós vamos colocar a matéria, se V. Exªs aprovarem, como primeiro item da pauta na reunião da próxima semana. Agora, haverá um prazo predeterminado para a apresentação de emendas.

Consulto V. Exªs.

O SR. ALOYSIO NUNES FERREIRA (Bloco Minoria/PSDB – SP) – V. Exª me permite...

O SR. PRESIDENTE (Vital do Rêgo. Bloco Maioria/PMDB – PB) – Com a palavra, V. Exª.

O SR. ALOYSIO NUNES FERREIRA (Bloco Minoria/PSDB – SP) – Sr. Presidente, eu queria apenas justificar a apresentação dessa minha emenda bem em cima da hora.

Em relação às consequências da condenação por improbidade, a emenda do Senador Antonio Carlos Rodrigues, à qual dei uma redação um pouquinho diferente apenas, resolve o problema. Agora, a condenação criminal é que, na fórmula tanto da emenda original quanto do substitutivo do Relator e da proposta do Senador Antonio Carlos, cria um problema. O Senador Antonio Carlos diz o seguinte: "A perda automática do mandato se dará apenas no caso de condenação por crime hediondo". Ora, lavagem de dinheiro, por exemplo, não é crime hediondo.

O SR. PEDRO TAQUES (Bloco Governo/PDT – MT) – Nem todos os crimes contra a administração.

O SR. ALOYSIO NUNES FERREIRA (Bloco Minoria/PSDB – SP) – Nem todos os crimes contra a administração.

O SR. PEDRO TAQUES (Bloco Governo/PDT – MT) – A corrupção não o é.

O SR. ALOYSIO NUNES FERREIRA (Bloco Minoria/PSDB – SP) – A corrupção agora é, mas a matéria ainda não foi aprovada na Câmara. O crime de lavagem de dinheiro não o é.

Então, o que eu tinha proposto? Apresentei uma emenda. E, na minha emenda, eu dizia sobre condenação criminal: "A pena privativa de liberdade superior a quatro anos tem como consequência imediata a perda do mandato". É o art. 92 do Código Penal. Acontece, como lembra o Senador Pedro Taques, que a Constituição brasileira, no art. 15, diz que qualquer condenação criminal implica a suspensão dos direitos políticos. Então, talvez, fosse necessário adaptar o art. 15 da Constituição à hipótese que nós queremos construir agora.

O SR. PRESIDENTE (Vital do Rêgo. Bloco Maioria/PMDB – PB) – Consulto V. Exª se concorda...

O SR. ALOYSIO NUNES FERREIRA (Bloco Minoria/PSDB – SP) – Por isso, eu concordo, mas só queria explicar que eu não quis...

O SR. INÁCIO ARRUDA (Bloco Governo/PCdoB – CE) – Para que não fique dúvida!

O SR. ALOYSIO NUNES FERREIRA (Bloco Minoria/PSDB – SP) – Que não fique dúvida!

É pena, Sr. Presidente – quero só fazer um parêntese –, que a gente não possa ter tempo para discutir com mais cuidado questões como, por exemplo, essa PEC que vai ser votada hoje à tarde no plenário. Foi quebrado o interstício numa PEC que obriga todo Município brasileiro a criar procuradorias. Eu, pessoalmente, estou fazendo uma audiência pública e estou ligando para prefeitos do interior de São Paulo. Acho que o Regimento não me permitiria relatar os termos que estou ouvindo da parte dos prefeitos. Eu até sugiro aos meus colegas da Comissão de Constituição

e Justiça que liguem também para prefeitos amigos seus, companheiros seus, para saberem qual será a consequência disso.

Enfim, volto atrás. O que nós estamos vivendo aqui é um processo de debate e de construção coletiva saudável, útil e de boa-fé, no prazo correto.

O SR. PRESIDENTE (Vital do Rêgo. Bloco Maioria/PMDB – PB) – É verdade!

Vou ouvir o Senador Pedro Taques, para consultar de forma terminativa V. Exª.

A proposta do Senador Eduardo Braga é a de que a matéria esteja em pauta na próxima reunião, como primeiro item. Esta Presidência estabelece um prazo até segunda-feira, dia 12 – estabeleceria, se V. Exªs concordassem –, para recebimento de emendas ao Sr. Relator. Ele teria da segunda até a quarta para oferecer o seu relatório.

Ouço o Senador Taques, depois o Senador Rodrigues, e vou encerrar a discussão da matéria ou então continuar.

O SR. EDUARDO BRAGA (Bloco Maioria/PMDB – AM) – Sr. Presidente, posso fazer uma ponderação? Eu ponderaria que o prazo de emenda fosse até sexta-feira, para que nós possamos ter tempo suficiente.

O SR. PRESIDENTE (Vital do Rêgo. Bloco Maioria/PMDB – PB) – O.k. Sugestão aceita.

Senador Taques.

O SR. PEDRO TAQUES (Bloco Governo/PDT – MT) – Permita-me Sr. Presidente, apenas justificar o que eu disse, porque nós vivemos tempos estranhos, de vaca não conhecer bezerro, tempo estranho. Há dúvida; quero concordar com o Senador Braga, porque aqui existe, sim, uma dúvida. Permita-me, Sr. Presidente: o art. 15, da Constituição, inciso III, diz que, em qualquer condenação transitada em julgado, não interessa a pena, pode ser inclusive pena de multa, existe a suspensão dos direitos políticos. A pergunta que se faz é a seguinte: como um cidadão que tem os direitos políticos suspensos pela Constituição, art. 15, pode continuar a exercer mandato eletivo? A pergunta é essa. A emenda não resolve isso. A minha proposta apresentada, a Proposta de Emenda à Constituição nº 60, preocupava-se com isso. Portanto, o cidadão pode receber uma pena de três anos de detenção, ter suspenso o cumprimento da pena, através do *sursis*, mas o *sursis* não suspende a suspensão dos direitos políticos: ele não pode ajuizar ação popular; ele vota, mas não pode ser votado; mas ele exerce cargo eletivo? Isso não é razoável.

O tempo que o Senador Eduardo Braga pediu para debater isso é importante, sim. Nós precisamos desse tempo, se não nós teremos uma dúvida e essa dúvida poderá vir em prejuízo do que nós queremos aqui. Por isso, eu concordo. É importante, sim, que possamos resolver isso no art. 15.

No tocante à improbidade administrativa, a Constituição, no art. 15, trata da improbidade administrativa no inciso IV. Está resolvido aí, porque existem condenações por improbidade administrativa que não têm por consequência automática a suspensão dos direitos políticos. É possível, de acordo com a Lei nº 8.429, de 1992, art. 11, apenas a multa civil. Então, é pertinente a dúvida trazida.

Só crime hediondo também não resolve, porque corrupção não é crime hediondo hoje. Nós aprovamos aqui, mas não está aprovado na Câmara. Existem outros crimes contra a Administração Pública que não são qualificados como crime hediondo.

O SR. PRESIDENTE (Vital do Rêgo. Bloco Maioria/PMDB – PB) – Senador Antonio Carlos, Senador Agripino.

O SR. JOSÉ AGRIPINO (Bloco Minoria/DEM – RN) – Sr. Presidente, V. Exª não estava na reunião de Líderes ontem e fui eu que tomei a iniciativa, ao lado do Senador Aloysio, de pedir, na ordenação das matérias a serem apreciadas no espaço de tempo visível, curto, a PEC nº 18. Foi consenso dos Líderes que essa matéria se impunha na agenda legislativa deste primeiro mês da retomada dos trabalhos, por uma razão muito simples: é uma manifestação clara do Congresso da não convivência com a impunidade. Claríssima! Então, é um gesto de afirmação do Congresso. Daí, quero louvar a disposição do Relator, Eduardo Braga, de V. Exª, do Senador Pedro Taques, do Senador Aloysio, da Comissão de Constituição e Justiça em encerrar este assunto, naquilo que lhe compete. Então, está perfeito.

Agora, a preocupação do Senador Pedro Taques, que é a nossa reserva de competência jurídica – digo isso com toda a tranquilidade –, tem que ser observada. Porque, se a gente produzir um documento, uma PEC que seja inconstitucional, todo o trabalho foi perdido. Acho que é oportuníssimo esse prazo até sexta-feira para apresentação de emendas, quando tenho certeza de que se vai arredondar o texto de forma a ele ser perfeito e acabado. Não tenho dúvida. Assim como foi feito com a questão do Ministério Público, da vitaliciedade, em que se conseguiu um texto muito próximo da perfeição, a gente vai para essa matéria, que é sensibilíssima, encontrar um texto apropriado, com os aperfeiçoamentos das inteligências locais. Porque essa é uma matéria supraordinária, ela está acima de partido, ela é uma manifestação de afirmação do Congresso Nacional de não convivência com a impunidade.

De modo que eu quero concordar inteiramente com a proposta feita de que se abra o prazo de emenda até sexta-feira, para que se produza um texto realmente

com a urgência devida, mas um texto sem contestação de ordem constitucional.

O SR. RODRIGO ROLLEMBERG (Bloco Governo/PSB – DF) – Senador Vital.

O SR. PRESIDENTE (Vital do Rêgo. Bloco Maioria/PMDB – PB) – Senador Antonio Carlos Rodrigues e Senador Rollemberg, para que possamos encerrar a discussão desta proposta do Senador Eduardo Braga.

O SR. ANTONIO CARLOS RODRIGUES (Bloco União e Força/PR – SP) – Eu quero deixar claro que eu fiz um ajuste no caso da improbidade, mas mantive o crime contra a Administração e acrescentei o crime hediondo.

Era só para esclarecer.

O SR. PRESIDENTE (Vital do Rêgo. Bloco Maioria/PMDB – PB) – O.k.

O SR. PEDRO TAQUES (Bloco Governo/PDT – MT) – Permita-me, Sr. Presidente, eu não quero trazer nenhuma dúvida ao que ele diz, então...

O SR. PRESIDENTE (Vital do Rêgo. Bloco Maioria/PMDB – PB) – É, já foi ressaltado pelos Srs. Senadores.

Senador Rollemberg, para finalizar e para que nós possamos...

O SR. RODRIGO ROLLEMBERG (Bloco Governo/PSB – DF) – Sr. Presidente, eu quero, em primeiro lugar, registrar que também fui um dos Líderes que, ontem, na reunião, defendeu prioridade para apreciação desta matéria.

Eu quero cumprimentar V. Exª pela condução que está dando ao tema. Ficou muito claro o esforço de V. Exª para votar a matéria ainda hoje, mas quero aqui concordar com o encaminhamento, em função das ponderações do relator da matéria, do Senador Pedro Taques e do Senador Aloysio Nunes, de que é melhor nós ganharmos uma semana – não perdermos uma semana, mas ganharmos uma semana – no sentido de construir o melhor texto, sanando todas as dúvidas jurídicas, para que efetivamente tenhamos um novo diploma constitucional que trate dessa questão. O que está claro é que a Comissão de Constituição e Justiça e o Senado querem combater a impunidade. Para isso, é importante que tomemos todos os cuidados para que o texto aprovado seja o melhor possível, que não ofenda e que não venha a ser questionado por inconstitucionalidade.

Portanto, quero também concordar com o encaminhamento. E que esta matéria seja o primeiro item da pauta da reunião da próxima quarta-feira.

O SR. PRESIDENTE (Vital do Rêgo. Bloco Maioria/PMDB – PB) – Agradeço a V. Exª a manifestação.

Em votação a solicitação do Senador Eduardo Braga para que seja transferida a votação da matéria para a reunião ordinária da próxima quarta-feira, como primeiro item da pauta. O Senador Relator receberá novas emendas até as 18 horas de sexta-feira, a fim de que tenha tranquilidade na apresentação do relatório final.

Em votação a matéria.

Os Srs. Senadores que concordam permaneçam como se encontram. *(Pausa.)*

Aprovada a solicitação.

O SR. HUMBERTO COSTA (Bloco Governo/PT – PE) – Até as 18 horas de sexta?

O SR. PRESIDENTE (Vital do Rêgo. Bloco Maioria/PMDB – PB) – Até as 18 horas da sexta-feira, dia 9, prazo final para o encaminhamento das propostas.

Srs. Senadores, o item 2 da pauta é uma matéria, Senador Eunício Oliveira, de relatoria deste Senador, e que precisa ser compatibilizada com a decisão do Plenário da Casa, na PEC nº 11, a respeito da eleição dos suplentes de Senador.

O Senador Eunício tem um projeto de lei que tive a honra de relatar. Esse projeto de lei teve o seu encaminhamento no Plenário da Câmara, por meio de uma PEC sobre o mesmo assunto, a PEC nº 11, cujo calendário teve precedência. Foi aprovada a PEC nº 11, que já está em segundo turno, o projeto de S. Exª o Senador Eunício Oliveira precisa agora ser compatibilizado, e peço a retirada para o reexame da proposta.

(É o seguinte o item retirado:)

ITEM 2
PROJETO DE LEI DO SENADO Nº 41, DE 2011
– Terminativo –

Dispõe sobre a eleição dos suplentes de Senador, alterando a Lei nº 4.737, de 15 de julho de 1965 (Código Eleitoral).
Autoria: Senador Eunício Oliveira
Relatoria: Senador Vital do Rêgo
Relatório: Pela aprovação do Projeto com quatro Emendas que apresenta.)

Nada mais havendo a tratar, agradeço a participação dos senhores e convoco reuniões para a próxima quarta e quinta-feira. Na quarta-feira, reunião ordinária; na quinta-feira, a PEC dos Recursos, a PEC nº 15, já com a presença da OAB.

Tenham todos um bom-dia!

Fiquem com Deus!

(Iniciada às 10 horas e 49 minutos, a reunião é encerrada às 12 horas e 06 minutos.)

COMISSÃO DE EDUCAÇÃO, CULTURA E ESPORTE

ATA DA 35ª REUNIÃO ORDINÁRIA DA COMISSÃO DE EDUCAÇÃO, CULTURA E ESPORTE, DA 3ª SESSÃO LEGISLATIVA ORDINÁRIA DA 54ª LEGISLATURA, REALIZADA EM 6 DE AGOSTO DE 2013.

Às onze horas e vinte e seis minutos do dia seis de agosto de dois mil e treze, na sala de reuniões da Comissão, Ala Senador Alexandre Costa, sala 15 (quinze), sob a Presidência do Senhor Senador Cyro Miranda, e com a presença dos Senhores Senadores Paulo Paim, Ângela Portela, Ana Rita, Randolfe Rodrigues, Cristovam Buarque, Lídice da Mata, Inácio Arruda, Roberto Requião, João Alberto Souza, Ana Amélia, Kátia Abreu, Alvaro Dias, Paulo Bauer, Armando Monteiro, Lindbergh Farias, Vanessa Grazziotin, Antonio Carlos Valadares, Valdir Raupp, Luiz Henrique, Cícero Lucena, Flexa Ribeiro, Ataídes Oliveira e Mozarildo Cavalcanti, reúne-se a Comissão de Educação, Cultura e Esporte. Deixam de comparecer os Senhores Senadores Wellington Dias, Ricardo Ferraço, Romero Jucá, Benedito de Lira, Ciro Nogueira, Maria do Carmo Alves e José Agripino. Neste momento, a Presidência submete à Comissão a dispensa da leitura da Ata da Reunião anterior e a aprovação da mesma, com o que todos concordam. Logo após, o Senhor Presidente, Senador Cyro Miranda, faz a leitura do seguinte comunicado: "Comunico a(o)s Senhores(as) Senadores(as) o recebimento de convite do ILB – Instituto Legislativo Brasileiro, para Aula Magna que marca o início das atividades dos Cursos de Pós-Graduação em Direito Legislativo e Administração Legislativa 2013/14, a ser realizada no dia de hoje, terça-feira, às 11h, no Auditório Antônio Carlos Magalhães, no prédio do INTERLEGIS, Via N2, Anexo E. O Convite vai ao arquivo. Prosseguindo, a Presidência inicia a deliberação da pauta. Item 8: Substitutivo (Turno Suplementar), de autoria do Senador Anibal Diniz, ao Projeto de Lei da Câmara nº 87, de 2012, de caráter terminativo, de autoria do Deputado Gilmar Machado, que "Denomina Viaduto Homero Santos o viaduto de 2 (duas) passagens superiores, sendo uma na Avenida Europa e outra na Rua Londres, que liga os bairros Tibery e Custódio Pereira, na cidade de Uberlândia, Estado de Minas Gerais". O Substitutivo, submetido a turno suplementar, é dado como definitivamente adotado pela Comissão, segundo o que preceitua o caput do art. 284 do Regimento Interno do Senado Federal. Item 9: Substitutivo (Turno Suplementar), de autoria do Senador Randolfe Rodrigues, ao Projeto de Lei da Câmara nº 290, de 2009, de caráter terminativo, de autoria do Deputado Inocêncio Oliveira, que "Institui o Dia Nacional do Poeta a ser comemorado, anualmente, no dia 19 de abril do calendário gregoriano". O Substitutivo, submetido a turno suplementar, é dado como definitivamente adotado pela Comissão, segundo o que preceitua o caput do art. 284 do Regimento Interno do Senado Federal. Item 4: Projeto de Lei da Câmara nº 66, de 2012, de caráter não terminativo, de autoria do Deputado Sandes Júnior, que "Dispõe sobre o peso a ser transportado pelo estudante em mochila ou similares". A relatora designada é a Senadora Ângela Portela e o parecer favorável é aprovado, na forma da emenda substitutiva nº 1-CE. Item 2: Projeto de Lei da Câmara nº 19, de 2012, de caráter não terminativo, de autoria do Deputado Renato Molling, que "Altera os arts. 10 e 11 da Lei nº 9.394, de 20 de dezembro de 1996, que estabelece as diretrizes e bases da educação nacional, e revoga a Lei nº 10.709, de 31 de julho de 2003". O relator designado é o Senador Alvaro Dias e o parecer favorável é aprovado, com as Emendas nº 1-CE, nº 2-CE e nº 3-CE. Item 6: Projeto de Lei da Câmara nº 28, de 2013, de caráter terminativo, de autoria do Deputado Onofre Santo Agostini, que "Confere ao Município de Abelardo Luz, Estado de Santa Catarina, o título de Capital Nacional da Semente de Soja". O relator designado é o Senador Paulo Bauer e o projeto é aprovado por 14 (quatorze) votos favoráveis. Item 7: Projeto de Lei do Senado nº 202, de 2010, de caráter terminativo, de autoria do Senador Arthur Virgílio, que "Dispõe sobre a inscrição do nome de Ajuricaba no Livro dos Heróis da Pátria". O relator designado é o Senador Cícero Lucena e o projeto é aprovado por 14 (quatorze) votos favoráveis. Item 11: Projeto de Lei do Senado nº 29, de 2010, de caráter terminativo, de autoria da Senadora Serys Slhessarenko, que "Altera o inciso V do art. 67 da Lei nº 9.394, de 20 de dezembro de 1996, que dispõe sobre as diretrizes e bases da educação nacional, para limitar em vinte horas semanais o tempo de dedicação do professor à interação com os educandos". O relator designado é o Senador Paulo Paim e a declaração de prejudicialidade do projeto é aprovada por 14 (quatorze) votos, nos termos do art. 334 do Regimento Interno do Senado Federal. Neste momento, o Senhor Presidente, Senador Cyro Miranda, passa a presidência a Senhora Vice-Presidente, Senadora Ana Amélia, para relatar o seguinte item: Item 3: Projeto de Lei do Senado nº 284, de 2012, de caráter terminativo, de autoria do Senador Blairo Maggi, que "Altera a Lei nº 9.394, de 20 de dezembro de 1996, que estabelece as diretrizes e bases da educação nacional, para instituir a residência pedagógica para os professores da educação básica". O relator designado é o Senador Cyro Miranda e o parecer é aprovado. A Matéria é retirada de pauta em razão da aprovação do Requerimento nº 41, de 2013, de autoria do Senhor Senador Randolfe Rodrigues, para realização de Audiência Pública de instrução do presente

projeto (ver Item 13 – Extra Pauta). O Projeto de Lei do Senado nº 284, de 2012, fica sobrestado na Comissão até a realização da Audiência Pública. Reassume a presidência o Senhor Senador Cyro Miranda. Item 12: Requerimento nº 37, de 2013, de caráter não terminativo, de autoria do Senador Paulo Bauer, que requer "Nos termos do art. 93 do Regimento Interno do Senado Federal (RISF), requeiro a realização de audiência pública na Comissão de Educação, Cultura e Esporte (CE) para instruir o Projeto de Lei do Senado nº 465, de 2012, que altera os arts. 17, 21, 24, 26, 38, 46 e 109, acrescenta arts. 52-A, 52-B e 111-A, e revoga o § 2º do art. 50, todos da Lei nº 9.610, de 19 de fevereiro de 1998, para revisar aspectos diversos da Lei de Direitos Autorais. A fim de instruir a matéria, sugerimos sejam convidadas as seguintes pessoas: Karine Panza, da Câmara Brasileira do Livro; Allan Rocha, advogado, Professor da UFRRJ; Leandro Vanderley Flores, Procurador da República; Maria Edina de O. Carvalho Portinari, advogada e membro da organização responsável pela obra de Cândido Portinari; Denise Bottman, tradutora; Marcos Alves de Souza, da Diretoria de Direitos Intelectuais (DDI) do Ministério da Cultura; Luis Fernando Verissimo, escritor, cronista, cartunista e tradutor; Affonso Romano de Sant'Anna, professor, escritor e poeta; e Sônia Machado Jardim, representante do Sindicato Nacional do Livro. Com a convocação desse conjunto de especialistas, pretende-se alcançar uma avaliação equilibrada do escopo das modificações pretendidas pelo PLS nº 465, de 2012". O Requerimento é aprovado. O Projeto de Lei do Senado nº 465, de 2012, fica sobrestado na Comissão até a realização da Audiência Pública. Prosseguindo, a Senhora Senadora Ana Amélia, requer, oralmente, a inclusão extra-pauta de Requerimento, o que é aprovado (ver Item 14 – Extra Pauta). Logo após, o Senhor Senador Cyro Miranda, requer, oralmente, a inclusão extra-pauta de Requerimentos, o que é aprovado (ver Itens 15 e 16 – Extra Pauta). Prosseguindo, o Senhor Presidente, Senador Cyro Miranda, passa à deliberação dos itens incluídos extra-pauta. Extra-Pauta, Item 13: Requerimento nº 41, de 2013, de caráter não terminativo, de autoria do Senador Randolfe Rodrigues, que requer "Nos termos do art. 58 da Constituição Federal, combinado com o art. 93, inciso II do Regimento Interno do Senado Federal, requeiro a Vossa Excelência que, ouvido o Plenário desta Comissão, seja realizada Audiência Pública desta Comissão para instruir a votação do PLS nº 284/2012, de autoria do Senador Blairo Maggi, que altera a Lei nº 9.394, de 20 de dezembro de 1996, que estabelece as diretrizes e bases da educação nacional, para instituir a residência pedagógica para os professores da educação básica. Requeiro ainda que para a referida audiência sejam convidados: O Senhor Roberto Franklin de Leão, Presidente da Confederação Nacional dos Trabalhadores em Educação – CNTE; A Senhora Cleuza Repulho, Presidente da União Nacional dos Dirigentes Municipais de Educação – UNDIME; A Senhora Maria Nilene Badeca da Costa, Presidente do Conselho Nacional de Secretários de Educação – CONSED; A Senhora Helena C. L. de Freitas, Presidente da Associação Nacional pela Formação dos Profissionais de Educação – ANFOPE e O Senhor Romeu Weliton Caputo, Secretário de Educação Básica do Ministério da Educação". O Requerimento é aprovado. O Projeto de Lei do Senado nº 284, de 2012, fica sobrestado na Comissão até a realização da Audiência Pública. Extra-Pauta, Item 14: Requerimento nº 42, de 2013, de caráter não terminativo, de autoria da Senadora Ana Amélia, que requer "... nos termos regimentais, a realização de audiência pública, no âmbito da Comissão de Educação, Cultura e Esporte, destinada a debater o resultado do estudo elaborado por analistas de finanças e controle da Secretaria do Tesouro Nacional, sobre o desperdício dos gastos municipais em educação, conforme notícia veiculada no jornal O Globo do dia 19 de julho. Para tanto sugiro sejam convidados: Representante dos analistas responsáveis pelo Texto para Discussão nº 15 de 2013; Sra. Fabiana Rocha – Professora da Universidade de São Paulo – USP; Sr. Naercio Menezes Filho – Economista especializado em Educação e Professor do Instituto de Ensino e Pesquisa (Insper); Sr. Luiz Claudio Costa – Presidente do Instituo Nacional de estudos e Pesquisas Educacionais (Inep); Sr. Paulo Ziulkoski – Presidente da CNM". O Requerimento é aprovado. Extra-Pauta, Item 15: Requerimento nº 43, de 2013, de caráter não terminativo, de autoria dos Senadores Cyro Miranda e Ana Amélia, que requerem "... nos termos do art. 93 II do Regimento Interno do Senado Federal, a realização de Audiência Pública no âmbito desta Comissão, com a finalidade de ouvir o Excelentíssimo Senhor Ministro da Cultura da Alemanha, Bernard Neumann". O Requerimento é aprovado. Extra-Pauta, Item 16: Requerimento nº 44, de 2013, de caráter não terminativo, de autoria do Senador Cyro Miranda, que requer "... nos termos do art. 40, § 1º, I, do Regimento Interno do Senado Federal, autorização para ausentar-me desta Casa, no próximo dia 12 de agosto, quando participarei, na qualidade de Presidente da Comissão de Educação, Cultura e Esporte, da mesa de abertura do Seminário 'Lei de Responsabilidade Educacional', a ser realizado na cidade do São Paulo". O Requerimento é aprovado. Ficam adiadas as seguintes matérias: Item 1: Projeto de Lei do Senado nº 249, de 2012; Item 5: Projeto de Lei da Câmara

nº 29, de 2013 e Item 10: Projeto de Lei da Câmara nº 76, de 2011. Prosseguindo, a Presidência determina que as Notas Taquigráficas sejam anexadas a esta Ata para a devida publicação. Nada mais havendo a tratar, o Senhor Presidente, Senador Cyro Miranda, encerra a reunião às doze horas e quarenta e cinco minutos, determinando que eu, Júlio Ricardo Borges Linhares, Secretário da Comissão de Educação, Cultura e Esporte lavrasse a presente Ata, que após lida e aprovada, será assinada pelo Senhor Presidente e publicada no Diário do Senado Federal. – Senador **Cyro Miranda,** Presidente da Comissão de Educação, Cultura e Esporte.

(Texto com revisão.)

O SR. PRESIDENTE (Cyro Miranda. Bloco Minoria/PSDB – GO) – Havendo número regimental, declaro aberta a 35ª Reunião Ordinária da Comissão de Educação, Cultura e Esporte da 3ª Sessão Legislativa Ordinária da 54ª Legislatura.

Submeto à apreciação do Plenário a proposta de dispensa da leitura da ata da reunião anterior e aprovação da mesma.

As Srªs e os Srs. Senadores que estiverem de acordo com a proposição permaneçam como se encontram. (*Pausa.*)

Aprovado.

Comunicado.

Comunico às Srªs e aos Srs. Senadores o recebimento do convite do Instituto Legislativo Brasileiro para Aula Magna que marca o início das atividades do curso de pós-graduação em Direito Legislativo e Administração Legislativa de 2013 e 2014, a ser realizada no dia de hoje, 3ª feira, às 11 horas, no Auditório Antônio Carlos Magalhães, no prédio da Interlegis, Via N2, Anexo E.

O Convite vai ao arquivo.

Infelizmente, fui convidado para fazer a abertura, mas esta coincide com os nossos trabalhos, inclusive com os do início do 2º semestre. Agradeci e tive notícia de que, até agora, ainda não começou a Aula Magna, mas ela vai ter a abertura com a palestra do Ministro Gilmar Mendes.

Passemos ao item 8.

ITEM 8
TURNO SUPLEMENTAR DO SUBSTITUTIVO OFERECIDO AO PROJETO DE LEI DA CÂMARA Nº 87, DE 2012
– Terminativo –

Ementa do Projeto: Denomina Viaduto Homero Santos o viaduto de 2 (duas) passagens superiores, sendo uma na Avenida Europa e outra na Rua Londres, que liga os bairros Tibery e Custódio Pereira, na cidade de Uberlândia, Estado de Minas Gerais.
Autoria do Projeto: Deputado Gilmar Machado
O Projeto foi relatado pelo Senador Anibal Diniz, favorável na forma do substitutivo oferecido.
Observações:
1 – O substitutivo de autoria do Senador Anibal Diniz ao PLC 87/12 foi aprovado na reunião do dia 09/07/13.
2 – Não sendo oferecidas emendas ao substitutivo até o fim da discussão, a matéria é dada como definitivamente adotada pela Comissão, segundo o que preceitua o art. 284, combinado com os arts. 92 e 282 do Regimento Interno do Senado Federal.

ITEM 9
TURNO SUPLEMENTAR DO SUBSTITUTIVO OFERECIDO AO PROJETO DE LEI DA CÂMARA Nº 290, DE 2009
– Terminativo –

Ementa do Projeto: Institui o Dia Nacional do Poeta a ser comemorado, anualmente, no dia 19 de abril do calendário gregoriano.
Autoria do Projeto: Deputado Inocêncio Oliveira
Relatoria do Projeto: Senador Randolfe Rodrigues
Relatório: Favorável, na forma do substitutivo oferecido.
Observações:
1– O substitutivo de autoria do Senador Randolfe Rodrigues ao PLC 290/09 foi aprovado na reunião do dia 9/7/13.
2 – Não sendo oferecidas emendas ao substitutivo até o fim da discussão, a matéria é dada como definitivamente adotada pela comissão, segundo o que preceitua o art. 284, combinado com os arts. 92 e 282 do Regimento Interno do Senado Federal.

Passemos ao item 4, da relatoria da Senadora Angela Portela.

ITEM 4
PROJETO DE LEI DA CÂMARA Nº 66, DE 2012
– Não Terminativo –

Dispõe sobre o peso a ser transportado pelo estudante em mochila ou similares.
Autoria: Deputado Sandes Júnior
Relatoria: Senadora Angela Portela

Relatório: Favorável, na forma do substitutivo oferecido.

Observações:

1 – Matéria terminativa na Comissão de Assuntos Sociais.

Com a palavra a nobre Relatora, Senadora Angela Portela.

A SRª ANGELA PORTELA (Bloco Governo/PT – RR) – Muito obrigada, Sr. Presidente, Senador Cyro Miranda.

Recomeçamos agora as atividades da Comissão de Educação, Cultura e Desporto no segundo semestre. Certamente teremos muito debate, muitas reuniões, aprovação de projetos importantes para a educação, esporte e cultura do nosso País.

Vamos à leitura do relatório do Deputado Sandes Júnior que dispõe sobre o peso a ser transportado pelo estudante em mochila ou similares.

A proposição fixa em 15% do peso corporal do estudante o limite para o peso das mochilas com material escolar. Preceitua, ainda, que o peso do aluno será conhecido mediante autodeclaração, no caso dos estudantes do ensino médio, e por meio de informação fornecida pelos pais, quando se tratar de estudantes da educação infantil e do ensino fundamental.

Por fim, nos termos do art. 3º da propositura, o Poder Público fica responsável por promover ampla campanha sobre o assunto.

Análise.

Começamos nossa análise com uma alegoria sobre a instituição escolar. É que a escola moderna assemelha-se a uma fábrica. Ela tem horários fixos, turnos e sinal sonoro para entrada, saída e intervalos. Mas ao contrário da indústria capitalista, em que as máquinas ficam no pátio, a escola exige que os estudantes carreguem todo dia para casa, e no dia seguinte de volta para a escola, todas as suas ferramentas de trabalho: livros, cadernos, manuais, e uma infinidade de materiais que aumentam na proporção do alargamento dos currículos.

Basta ver a saída de uma escola pública ou particular para constatar o tamanho avantajado das mochilas que as crianças e adolescentes são obrigadas a transportar diariamente, com evidentes prejuízos à saúde de quem ainda tem constituições físicas em formação.

É à solução desse problema que a proposição em análise se destina. E o faz de maneira bastante engenhosa, ao relacionar o limite de peso a ser transportado a um referencial ligado à compleição física dos estudantes.

Assim, tendo em vista o evidente mérito da propositura, nos inclinamos por sua acolhida. No entanto, consideramos que ela pode ser aperfeiçoada por meio da criação de mecanismos de apoio para que as crianças não precisem carregar tanto peso, sem, no entanto, deixar de levar à sala de aula todos os materiais exigidos pelas atividades pedagógicas. Julgamos que esse dilema pode ser solucionado por meio da disponibilidade de armários nas escolas, onde os estudantes possam guardar parte dos seus apetrechos escolares.

Observe-se, ainda, que a ampliação da jornada escolar em direção a uma escola de tempo integral torna ainda mais justificável a instalação de armários para utilização pelos estudantes. Ficando o dia inteiro na escola, as crianças e jovens precisarão de local apropriado para guardar pertences, materiais didáticos, produtos de higiene e outros objetos de uso diário. Sem os armários, a tendência é que o peso das mochilas aumente ainda mais com essa nova realidade da escola brasileira.

Assim, sugerimos que os armários, já bastante comuns nas escolas privadas, sejam considerados como insumo indispensável ao desenvolvimento do ensino em todas as escolas, nos termos da Lei nº 9.394, de 20 de dezembro de 1996, a Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional. Além disso, tendo em vista a necessidade de pequenas adequações de técnica legislativa, promovemos mais duas mudanças ao texto. Uma delas introduz artigo primeiro para especificar o objeto da norma legal, conforme determina o art. 7º da Lei Complementar nº 95, de 26 de fevereiro de 1998. A outra visa a modificar o atual art. 1º, com o intuito de dar-lhe maior clareza.

Finalmente, tendo em vista a amplitude das adequações que fizemos, inclusive na ementa, optamos pela apresentação de substitutivo à proposição.

Pelas razões expostas, votamos pela aprovação do PLC nº 66, de 2012, nos termos da seguinte:

EMENDA Nº – CE (SUBSTITUTIVO)

PROJETO DE LEI DA CÂMARA Nº 66, DE 2012

Dispõe sobre o peso dos materiais escolares transportados pelos estudantes e sobre a instalação de armários nas escolas de educação básica.

O Congresso Nacional decreta:

Art. 1º *Esta Lei dispõe sobre o peso máximo permitido para os materiais escolares transportados pelos estudantes da educação básica e sobre a instalação de armários nas escolas desse nível de ensino.*

Art. 2º *O peso dos materiais escolares transportados em mochilas ou similares pelo estudante da educação básica não poderá ser superior a quinze por cento do seu peso corporal.*

Parágrafo único. A aferição do peso do estudante será feita mediante autodeclaração escrita, em se tratando de aluno do ensino médio, ou por meio dos pais ou responsáveis, no caso da educação infantil e do ensino fundamental.

Art. 3º *O poder público promoverá ampla campanha educativa sobre o peso máximo permitido para o material a ser transportado pelos estudantes.*

Art. 4º *A instalação de armários nas escolas de ensino fundamental e médio, para utilização pelos estudantes, será considerada na definição dos insumos indispensáveis ao desenvolvimento do processo de ensino-aprendizagem e, nas escolas públicas, no cálculo do custo mínimo por aluno de que dispõe o art. 74 da Lei nº 9.394, de 20 de dezembro de 1996.*

Art. 5º *Esta Lei entra em vigor na data de sua publicação.*

Esse é o nosso relatório favorável à aprovação do Projeto de Lei nº 66, Sr. Presidente.

Muito obrigada.

O SR. PRESIDENTE (Cyro Miranda. Bloco Minoria/PSDB – GO) – Muito obrigado, Senadora Angela Portela. Parabenizo V. Exª pelo relatório e pelo substitutivo, que acho da maior importância.

Coloco a matéria em discussão.

Gostaria de ouvir o nosso doutor e Senador Mozarildo Cavalcanti. Peço que faça algum comentário em relação à saúde. Sei que não é a especialidade de V. Exª, mas, pela prática, sabe dos danos que o excesso de peso causa ao ser humano.

O SR. MOZARILDO CAVALCANTI (Bloco União e Força/PTB – RR) – O relatório e o substitutivo da Senadora Angela estão perfeitos. Realmente é importante que haja essa preocupação com a sobrecarga de peso. Muitas vezes, a utilização é feita em um ombro só, piorando ainda mais a situação. Você não pode criar uma regra rígida para adolescente ou criança se comportar como deve, mas, de qualquer forma, o substitutivo da Senadora Angela, acho, corrige e vai no caminho adequado para esse problema.

Estou de acordo com ele, portanto, a favor.

O SR. PRESIDENTE (Cyro Miranda. Bloco Minoria/PSDB – GO) – Muito obrigado, Senador Mozarildo.

O SR. PAULO PAIM (Bloco Governo/PT – RS) – Sr. Presidente...

O SR. PRESIDENTE (Cyro Miranda. Bloco Minoria/PSDB – GO) – Pela ordem, para discutir, o Senador Paulo Paim.

O SR. PAULO PAIM (Bloco Governo/PT – RS) – Senador Cyro Miranda, quero só fazer um comentário muito rápido. Primeiro, quero render minhas homenagens aqui ao Senador Crivella, que foi um Senador que trabalhou muito com um projeto semelhante a esse e, talvez, na época, não foi entendido.

Eu cumprimento aqui o Deputado Sandes Júnior e aproveito o momento para dizer que o Deputado foi o autor da PEC da Juventude. Trabalhamos muito para a aprovação dessa PEC aqui no Congresso. Ele mesmo esteve comigo diversas vezes e dizia: "Paim, depois da PEC, vamos aprovar o Estatuto da Juventude." E no dia de ontem, a Presidenta, então, comentava com V. Exª antes de iniciar a sessão, mantendo a sua coerência de quem participou de toda a articulação via Casa Civil, vetou aquilo que já estava ajustado que poderia ser vetado. Então, a Presidenta o manteve na íntegra.

Entendo que foi um grande dia para a juventude brasileira o dia demarcado lá, porque a maioria dos que falaram foram jovens não estudantes, jovens artistas, jovens negros, jovens brancos, jovens da periferia, jovens estudantes também, naturalmente, e todos disseram que era uma data história para a juventude brasileira. Então, eu fiquei muito feliz com isso.

Fui um dos Relatores. Foram três Relatores: eu e Randolfe Rodrigues no Senado, e a Manuela D'Ávila na Câmara dos Deputados.

Faço aqui, neste momento, homenagem ao Sandes Júnior, porque começou com ele a PEC da Juventude. Agora, um projeto de autoria dele e da brilhante relatoria da Senadora Angela Portela dá um novo contorno ao projeto original, inclusive melhorando a qualidade da redação e não trazendo prejuízo para o autor.

Então, meus cumprimentos ao Deputado Sandes Júnior e meus cumprimentos à Senadora Angela Portela, Relatora da matéria, que apresentou aqui seu substitutivo.

O SR. PRESIDENTE (Cyro Miranda. Bloco Minoria/PSDB – GO) – Muito obrigado, Senador Paulo Paim. Pegando uma carona nas palavras de V. Exª, também cumprimento o meu conterrâneo, Senador Sandes Júnior – perdão, Deputado que tem muita vontade de ser Senador e, quem sabe?, um dia o será...

O SR. PAULO PAIM (Bloco Governo/PT – RS) – Vai ser seu colega aqui.

O SR. PRESIDENTE (Cyro Miranda. Bloco Minoria/PSDB – GO) – Obrigado pela deferência.

Eu o cumprimento pela visão e pelo apoio a esse projeto, e principalmente pelo código da juventude.

Com este projeto, ontem comentava com V. Exª, fiquei extremamente contente e com a coerência do veto da Presidente, porque realmente, no caso de transporte interestadual, era impossível manter como se queria. Acho que nem tudo que é desejável é possível. Ela preservou na íntegra o nosso acordo.

Mais uma vez, Senadora Angela Portela, parabéns pelo substitutivo.

Precisamos encontrar, depois, uma maneira de fiscalizar isso. Uma vez aprovado esse projeto, o mais difícil vai ser a exequibilidade. Mas a gente já vai ter um instrumento para pressionar os diretores, os professores da escola, para dar orientação para os pais.

A matéria continua em discussão.

Senador Randolfe. (*Pausa.*)

Encerrada a discussão.

A matéria está em votação.

As Srªs e os Srs. Senadores que concordam com a propositura do relatório da Senadora Angela Portela permaneçam como se encontram. (*Pausa.*)

Aprovado.

O SR. ATAÍDES OLIVEIRA (Bloco Minoria/PSDB – TO) – Pela ordem, Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Cyro Miranda. Bloco Minoria/PSDB – GO) – Pela ordem, Senador Ataídes Oliveira.

O SR. ATAÍDES OLIVEIRA (Bloco Minoria/PSDB – TO) – Sr. Presidente, eu quero só fazer um registro sobre um assunto que eu acredito ser de interesse desta douta Comissão. Ontem à tarde, no plenário, logo no final do dia, juntamente com esses dois brilhantes Senadores Randolfe e Paim, eu falei sobre este assunto.

Sr. Presidente, o assunto que eu quero deixar registrado nesta Comissão é uma pesquisa que eu vi durante esta semana, e depois colhi mais informação no final de semana, elaborada pelo IBGE sobre os jovens de 18 a 24 anos, os famosos chamados "nem-nem" – nem trabalha, nem estuda. Essa pesquisa me deixou estarrecido. Eu peço, com toda vênia, que V. Exª olhe com carinho para essa pesquisa.

O que diz a pesquisa? Que esses hoje considerados "nem-nem", de 18 aos 24 anos, que nem trabalham, nem estudam, o número deles, nos últimos dez anos, tem crescido demasiadamente. Chegou agora a ultrapassar 16% de desemprego. Isso representa 5,3 milhões de jovens desde 18 aos 24 anos de idade. E eu percebo, Sr. Presidente, que esses jovens nessa faixa etária, sem trabalhar e sem estudar, são jovens sem perspectivas, sem qualquer perspectiva de vida, e isso é um risco enorme para o País e para esses jovens. Essas mentes têm de ser ocupadas, e vejo que há solução para isso.

Nessa pesquisa, foi detectado que esses 5,3 milhões jovens não tiveram a oportunidade de fazer um curso profissionalizante, e, uma vez tendo oportunidade de fazer curso profissionalizante, terão oportunidade de entrar no mercado do trabalho e sair dessa configuração do "nem-nem". Eles podem até não estar estudando, mas eles vão trabalhar. E eu percebo que com o Sistema S, que está no País, com arrecadação extraordinária, com dinheiro em caixa, com a finalidade exclusiva de capacitar o trabalhador, e com a ideia do Pronatec, também maravilhosa, criada pela Presidente Dilma, esta Comissão, Sr. Presidente, poderia fazer um projeto para determinar uma cota de gratuidade para esses jovens, repito, hoje considerados "nem-nem". Com certeza, nós vamos tirar desses jovens o risco de irem para droga e para a criminalidade.

Era esse o registro que eu queria deixar a esta douta Comissão.

Muito obrigado.

O SR. PRESIDENTE (Cyro Miranda. Bloco Minoria/PSDB – GO) – Senador Ataídes, obrigado pela contribuição.

Eu faria uma sugestão a V. Exª: fazer um requerimento para realização de uma audiência pública para esclarecer esses números, convidando um representante da CNI e um representante do Ministério da Educação, que aplica a verba, para entendermos esse processo e sabermos o que está acontecendo. Eu acho que seria uma oportunidade muito boa para debatermos isso para, depois, tirarmos as nossas conclusões.

O SR. ATAÍDES OLIVEIRA (Bloco Minoria/PSDB – TO) – Sr. Presidente, é sabido por todos que sou suplente e acredito que nesta semana devo deixar a Casa. Eu faria esse requerimento, mas o nosso Senador Paim, que é sempre defensor dessas causas, poderia fazer?

O SR. PAULO PAIM (Bloco Maioria /PT – RS) – Sem dúvida. Fazemos juntos.

O SR. ATAÍDES OLIVEIRA (Bloco Minoria/PSDB – TO) – Eu vou ficar muito contente.

O SR. PRESIDENTE (Cyro Miranda. Bloco Minoria/PSDB – GO) – Como o senhor ainda está aqui, o senhor pode fazê-lo e nós o subscreveremos.

O SR. ATAÍDES OLIVEIRA (Bloco Minoria/PSDB – TO) – Muito obrigado. Perfeito.

O SR. PRESIDENTE (Cyro Miranda. Bloco Minoria/PSDB – GO) – Obrigado pela contribuição.

Em seguida, passo ao item 2:

ITEM 2

PROJETO DE LEI DA CÂMARA Nº 19, DE 2012

Altera os arts. 10 e 11 da Lei nº 9.394, de 20 de dezembro de 1996, que estabelece as diretrizes e bases da educação nacional, e revoga a Lei nº 10.709, de 31 de julho de 2003.

Autoria: Deputado Renato Molling.

Relatoria: Senador Alvaro Dias

Relatório: Favorável, com emendas oferecidas.

Observações:

1 – Matéria terminativa na Comissão de Constituição, Justiça e Cidadania;

2 – Na reunião de 02/07/2013, foi concedia vista coletiva. Não foram apresentadas manifestações por escrito.

Com a palavra, o nobre e competente Líder Senador Alvaro Dias.

O SR. ALVARO DIAS (Bloco Minoria/PSDB – PR) – Sr. Presidente, na justificativa, o autor ressalta que os professores, especialmente na zona rural, precisam fazer deslocamentos semelhantes aos feitos pelos alunos e que seus parcos recursos tornam as despesas de transportes entre suas residências e as escolas em que trabalham bastante pesadas.

A iniciativa representaria, ainda, o primeiro passo para a gratuidade total do transporte aos professores, medida que não teria grande impacto nos orçamentos dos entes subnacionais, mas representaria mais uma ação para valorizar a categoria docente.

Após análise da Comissão de Educação e Cultura, o projeto será apreciado, com decisão terminativa, pela Comissão de Constituição e Justiça.

O transporte escolar constitui um dos programas suplementares voltados para os estudantes da educação básica, ao lado daqueles referentes ao material didático-escolar, alimentação e assistência à saúde, nos termos do art. 208, da Constituição Federal. Embora a legislação preconize que devam ser oferecidas às crianças e adolescentes vagas em escolas próximas de suas residências, na realidade, a dispersão populacional, a dimensão territorial da maioria dos entes federados e a necessidade de racionalizar a aplicação de recursos na criação de escolas dificultam e mesmo impedem a observância desse direito pelo Estado. Daí, a previsão do papel do poder público no atendimento das necessidades de transporte escolar.

A União repassa recursos aos entes federados para que estes providenciem a locomoção dos estudantes de educação básica das respectivas escolas situadas em áreas rurais. Atualmente, dois programas com esse fim são mantidos pelo Ministério da Educação: o Programa Nacional de Apoio ao Transporte do Escolar (PNATE) e o Caminho da Escola. O primeiro fornece assistência financeira complementar aos Estados e Municípios para a cobertura de diversos tipos de despesas com a manutenção dos veículos utilizados no transporte escolar. Já o Caminho da Escola consiste em linha de crédito do Banco Nacional de Desenvolvimento Econômico e Social (BNDES), em favor dos entes federados, para a aquisição de ônibus, miniônibus e micro-ônibus zero quilômetro e embarcações novas.

Apesar desse importante apoio federal, os Estados e Municípios, além do Distrito Federal, são os responsáveis pela oferta do transporte escolar, e, por conseguinte, de sua organização no respectivo território. No desempenho dessa atividade, muitos entes federados identificaram a necessidade de permitir que os professores se utilizem dos veículos de transporte escolar para o deslocamento entre suas residências e a escola. De fato, as mesmas dificuldades sentidas pelos estudantes também são enfrentadas pelos professores.

Ocorre que a legislação emanada da União não contempla o transporte de professores. Por isso, alguns órgãos de fiscalização e controle têm contestado a iniciativa de entes federados que contemplam a utilização, pelos professores, dos veículos destinados ao transporte de estudantes. Desse modo, a mudança legal resolveria esse impasse.

Embora o ideal fosse garantir o transporte aos professores das zonas rurais, principalmente em áreas de locomoção mais difícil, a proposta já constitui um avanço. Dadas as limitações orçamentárias para assegurar o transporte a todos, o projeto acerta ao manter o foco do programa nos alunos. Os professores, por enquanto, terão acesso apenas aos assentos vagos disponíveis.

A redação do projeto se refere ao transporte dos alunos, sem fazer a restrição, atualmente na lei, aos discentes das respectivas redes escolares. Julgamos ser recomendável vincular explicitamente a incumbência do transporte aos alunos da rede escolar do respectivo ente federado. Para tanto, apresentamos duas emendas de redação, que apenas explicitam aquilo que a redação do projeto busca efetuar. Ademais, a ementa não informa a alteração que o projeto pretende fazer na LDB, o que recomenda outra emenda de redação para corrigir a omissão.

Portanto, estamos apresentando três emendas de redação, Sr. Presidente, alterando o Projeto de Lei nº 19.

EMENDA Nº... – CE (DE REDAÇÃO)

Dê-se à ementa do Projeto de Lei da Câmara nº 19, de 2012, a seguinte redação:

"Altera a Lei nº 9.394, de 20 de dezembro de 1996, que estabelece as diretrizes e bases da educação nacional, para permitir que os professores da educação básica pública utilizem os veículos de transporte escolar dos Estados e dos Municípios, nos termos que especifica; e revoga a Lei nº 10.709, de 31 de julho de 2003."

EMENDA Nº ...– CE (DE REDAÇÃO)

Dê-se a seguinte redação ao inciso VII do art. 10 da Lei nº 9.394, de 20 de dezembro de 1996, nos termos do art. 1º do Projeto de Lei da Câmara nº 19, de 2012:

"Art. 1º .....

'Art. 10. .....

.....

VII – assumir o transporte escolar dos alunos da rede estadual, admitido aos respectivos professores o uso de assentos vagos disponíveis nos veículos em trechos autorizados.

.....' (*NR*)*"*

EMENDA Nº... – CE (DE REDAÇÃO)

Dê-se a seguinte redação ao inciso VI do art. 11 da Lei nº 9.394, de 20 de dezembro de 1996, nos termos do art. 2º do Projeto de Lei da Câmara nº 19, de 2012: 5

"Art. 2º .....

'Art. 11. .....

.....

VI – assumir o transporte escolar dos alunos da rede municipal, admitido aos respectivos professores o uso de assentos vagos disponíveis nos veículos em trechos autorizados.

.....' (*NR*)*"*

VI – assumir o transporte escolar dos alunos da rede municipal, admitido aos respectivos professores o uso de assentos vagos disponíveis nos veículos em trechos autorizados.

São essas as três emendas de redação, apresentadas apenas para aperfeiçoar o texto do projeto.

O voto é pela aprovação, Sr. Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Cyro Miranda. Bloco Minoria/PSDB – GO) – Obrigado, Senador Alvaro Dias.

A matéria está em discussão.

Para discutir, Senadora Ana Rita.

A SRª ANA RITA (Bloco Governo/PT – ES) – Sr. Presidente, eu gostaria de expor um pouco a minha opinião.

Primeiramente, reconheço a profunda preocupação tanto do Deputado Renato Molling, que é o autor, quanto do Senador Alvaro Dias, Relator da matéria, no entanto, não me sinto muito segura em aprovar essa matéria por duas questões sobre as quais acho importante refletir. Eu acho que é uma matéria que deveria ser regulamentada no âmbito dos Municípios. Acho que não deveria ser uma matéria de caráter federal, ou seja, aprovada aqui no Congresso para ser cumprida nos Municípios. Acho que os Municípios, de acordo com as suas realidades e de acordo com suas condições, inclusive financeiras, deveriam regulamentar essa matéria. Essa é a minha opinião, muito rapidamente.

Segundo, Senador Alvaro Dias, posso estar equivocada, mas a impressão que me passa é a de que não trata o transporte de professores como uma política pública eficiente. Parece-me que o projeto apenas assegura que os assentos vagos nos transportes destinados a crianças deverão ser utilizados pelos professores. Então, não é uma política pública; é como se fosse um arranjo, uma alternativa para que esses professores possam ter transporte. Eu acho que teríamos outras possibilidades e caberia aos Municípios, de acordo com sua realidade, pensar sobre isso.

Dessa forma, na minha opinião, não se valoriza o professor, pois ele vai utilizar um transporte, seja a vam, a Kombi ou ônibus, quando houver assento vago, mas, daqui a pouco, poderá não haver. Então, esse professor vai ficar muito vulnerável. Hoje, ele tem condições de ir, mas, daqui a alguns meses, se aquela vaga for preenchida por uma criança – e a gente espera que seja, para que mais crianças possam ter acesso à escola –, o professor não terá vaga assegurada pelo projeto.

Então, eu acho que teríamos de pensar em uma política pública que dê condições aos professores que têm dificuldades de chegar até a escola, dependendo da região em que ele dá aula, para que ele tenha possibilidade de ter o transporte de outra forma.

Eu não me sinto segura, nesse sentido, de votar o projeto, porque acho que ele não valoriza o professor. Ele trata apenas de um arranjo. Não sei o termo adequado, mas é como o projeto ele fosse preencher um vazio e não tratar do transporte de professores como política pública de fato.

É isso, Sr. Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Cyro Miranda. Bloco Minoria/PSDB – GO) – Antes de passar a palavra ao Relator, eu queria só alertar as Srªs e os Srs. Senadores para o fato de que já foi pedida vista dessa matéria. Então, estamos em discussão e ela tem de ser votada. Ela não é terminativa; ainda irá para a Comissão de Assuntos Sociais.

Com a palavra, o Relator.

O SR. ALVARO DIAS (Bloco Minoria/PSDB – PR) – Sr. Presidente, eu respeito a opinião da Senadora Ana Rita. Entendo que, quanto à constitucionalidade, é possível que alguém alegue vício de origem e, portanto, o projeto seria inconstitucional. Essa matéria passará pela Comissão de Constituição de Justiça, quando então nós teremos oportunidade de discutir a questão da constitucionalidade.

Em relação à questão de mérito, tem razão a Senadora Ana Rita quando deseja mais para os professores. Eu também desejo. Todos nós desejamos. Ela propugna pelo que é ideal, mas nós estamos diante de uma realidade nacional de pobreza em matéria de apoio aos profissionais de educação, e eu não tenho como ficar contra qualquer proposta que melhore, por pouco que seja, as condições dos professores do nosso País. É evidente que isso não é o ideal. Nós gostaríamos de

muito mais; estamos aqui, obviamente, abertos a discutir propostas mais eficazes. Venham elas do Poder Executivo, venham da Câmara dos Deputados ou até mesmo da Senadora Ana Rita ou outros Senadores, esta Comissão certamente terá a maior satisfação em deliberar sobre matérias de maior profundidade, que confiram aos professores o que eles realmente merecem e aquilo de que necessitam para o exercício desse sacerdócio, eles que são os artífices da Pátria, de cujas mãos hábeis ou inábeis, a grandeza ou a impotência da nacionalidade.

Portanto, como se trata de um benefício, por menor que seja, eu me recuso a rejeitá-lo. Eu não tenho condições, como Relator, de propor a rejeição de uma matéria que, de qualquer forma, traz um benefício, uma melhoria; oferece condição mais adequada de transporte ao professor. O ideal seria que eles tivessem veículos próprios, que fossem conduzindo seus próprios veículos, que tivessem salários suficientes para adquirir veículos próprios e abastecer o seu veículo e, enfim, fazer essa locomoção de sua residência à escola. Mas estamos diante dessa realidade; é uma realidade vivida em localidades do País.

E não estamos, no meu entendimento, invadindo competência de Estados e Municípios, porque a União tem participação na manutenção do transporte escolar. Há recursos públicos da União. São dois programas, o PNATE, que é o Programa Nacional de Apoio ao Transporte Escolar, e o Caminho da Escola. Esses programas têm recursos públicos da União.

Portanto, creio que cabe, sim, ao Congresso Nacional legislar a respeito. E o projeto, obviamente, tem o objetivo de oferecer a professores melhor condição de transporte para o exercício desta missão, que é a de ensinar, especialmente em regiões mais distantes no País, no interior do Brasil, na área rural, regiões mais empobrecidas. Portanto, em que pese a boa intenção da Senadora Ana Rita – reconhecemos o seu cuidado, a sua dedicação à causa da educação, louvamos o seu esforço sempre aqui no Congresso Nacional –, a nossa opinião é de aprovar este projeto.

Eu teria, apenas, o cuidado em relação à constitucionalidade, mas como esta matéria passará pela Comissão de Constituição e Justiça, então, não há receio algum em relação a essa questão.

Nosso parecer é favorável, Sr. Presidente.

A SRª ANGELA PORTELA (Bloco Governo/PT – RR) – Sr. Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Cyro Miranda. Bloco Minoria/PSDB – GO) – Eu pediria à Senadora Grazziotin... A Senadora Ana Amélia está vindo. Só temos três itens para votar. Já foram lidos. Pediria a V. Exª encarecidamente dez minutos do seu precioso tempo.

Concedo a palavra à Senadora Angela Portela.

A SRª ANGELA PORTELA (Bloco Governo/PT – RR) – Sr. Presidente, eu também gostaria de destacar aqui que este projeto é importante, relevante, tem a preocupação com o transporte de professores, de profissionais de educação, mas gostaria de dizer que considero que o transporte de professores, assim como o de outros trabalhadores, de outras categorias profissionais, não pode ser resolvido no âmbito do transporte escolar. Essa prerrogativa de legislar sobre o transporte municipal e estadual é dos Municípios e dos Estados.

Então, entendo que os Municípios, os dirigentes municipais, o Poder Público municipal e estadual, conhecendo melhor a realidade da educação do seu Município, do seu Estado, da necessidade de os professores se locomoverem para trabalhar, eles poderão legislar com maior eficiência, para atender verdadeiramente à necessidade de transporte dos seus professores.

Então, eu queria solidarizar-me com a opinião da Senadora Ana Rita, de que esse projeto poderia ser mais bem discutido e avaliado para atender verdadeiramente a necessidade dos professores no âmbito do Município e no âmbito do Estado, que é quem sente a real necessidade de aprimorar o sistema educacional, a real necessidade de atender melhor as demandas dos nossos professores. Então, reconheço que é um projeto que demonstra preocupação com os trabalhadores da educação, mas também entendo que essa prerrogativa seria dada aos Estados e Municípios que têm uma maior visão, que estão mais próximos dos problemas reais e cotidianos da educação do nosso País.

O SR. PRESIDENTE (Cyro Miranda. Bloco Minoria/PSDB – GO) – Muito obrigado, Senadora.

Falta apenas um Senador para que o quórum se efetive.

Passo a palavra ao Senador Randolfe Rodrigues.

O SR. RANDOLFE RODRIGUES (Bloco Governo/PSOL – AP) –Caríssimo Presidente, Senador Cyro Miranda, com a devida vênia da querida Senadora Ana Rita, acho que este debate é fundamental, e eu queria me posicionar aqui, trazendo algumas informações.

O Senador Cristovam Buarque lançou uma ideia importantíssima aqui, de uma frente parlamentar, da qual faço parte, que propõe a federalização da educação básica. Esse debate que o Senador Alvaro Dias traz relatando fala sobre o financiamento à educação, porque aqui embutido está o debate sobre o financiamento à educação. E, antes de falarmos se é para o Município, ou se é para a União, é importante tratarmos de alguns números aqui.

Veja, Sr. Presidente: de cada R$10,00 que pagamos de tributos, R$6,00 que cada um de nós que está aqui nesta sala hoje paga de tributos vão para a

União. De cada R$10,00 pagos por nós, nesta sala, de tributos, R$6,00, arredondando – são R$5,70 –, vão para a União.

Pois bem, disso, de cada R$10,00 gastos com a educação, sabe quanto é da União? R$2,00. Veja, Sr. Presidente, de cada R$10,00 gastos com educação, Senador Cristovam, apenas R$2,00 são da União. E, desses R$2,00, estão universidade, Fundeb, escola técnica, CEFETs, enfim, tudo. De cada R$10,00, só R$2,00 da União. Os outros R$8,00, de Estados e Municípios. Então, veja que a sociedade brasileira, o povo brasileiro, paga mais, e a União devolve menos para a educação. Por isso, debatemos aqui a necessidade de federalização. Vamos ao debate específico, então, deste tema, que considero importante.

Sr. Presidente, hoje, a média – precisamos atualizar esses números – de transporte de alunos por dia é de 8 milhões, majoritariamente, no transporte escolar no Brasil. São 8 milhões de alunos por dia. Pois bem, desses 8 milhões de alunos por dia, transportados diariamente, apenas 15% são custeados pela União.

Quero fazer a reflexão desse número com o outro número: de cada R$10,00 dos gastos com educação, somente R$2,00 são da União. Os outros R$8,00 são por parte de Estados e Municípios. Parece-me, Sr. Presidente, que estamos num pacto federativo desigual, onde quem arrecada mais, quem tem mais dá menos, e Estados e Municípios que têm menos acabam dando mais para a educação. Isso está errado. O nosso País, a nossa Federação... Um país que arrecada mais dinheiro, que arrecada mais de sua sociedade e dá menos para a educação não vai chegar a um lugar adequado. Essa sociedade não vai conseguir cumprir metas adequadas.

Mas quero ir mais adiante, Sr. Presidente.

A despesa com transporte nos Municípios, a despesa com transporte escolar, para a educação, nos Municípios é a segunda maior despesa, Senador Cristovam. Só é menor do que a despesa com pessoal.

Aí, temos Municípios argolados, com despesas com pessoal, com despesas com transporte escolar e sem capacidade de investimento na educação. E nós estamos aqui debatendo a desresponsabilização da União com isso, tirando a responsabilidade da União em relação a isso, e deixando mais uma vez o Município argolado.

Mais do que isso, Sr. Presidente: não estamos conseguindo cumprir um pacto que fizemos com a Nação, que é o pacto do Piso Nacional e estamos, em contrapartida, não cumprindo o pacto do piso. Aí, estamos, na verdade, debatendo que não podemos acrescentar alguns centavos a mais para reduzir dos professores as despesas que eles têm com transporte escolar.

Sr. Presidente, com a devida vênia à argumentação feita em relação a essa matéria, não me parece ser o debate adequado. Aliás, eu não queria estar debatendo esses centavos. Acho que o debate central é o debate do financiamento – falo isso para concluir –, o debate do financiamento à educação, e esse é o debate que temos de fazer, no debate macro. Por exemplo, no debate do Fundo Social do Pré-Sal, que está sendo votado agora na Câmara dos Deputados. Acho que é esse o debate que temos de fazer.

Por isso, o meu voto será favorável ao relatório do Senador Alvaro Dias, porque não será por esses poucos centavos que quebraremos a União. Tudo o que nós direcionarmos da União para investimentos em educação é pouco diante da disparidade que nós temos do pouco investimento da União em educação.

O SR. PRESIDENTE (Cyro Miranda. Bloco Minoria/PSDB – GO) – Obrigado, Senador Randolfe.

Desculpe ter interrompido. É que nós estamos com quórum, e vou passar a palavra ao Senador Cristovam Buarque, pedindo-lhe seja sucinto, porque temos três matérias terminativas.

Lembro novamente que essa matéria não é terminativa; vai ser terminativa na Comissão de Constituição, Justiça e Cidadania.

Então, pedir a V. Exª brevidade para que a gente possa votar.

O SR. CRISTOVAM BUARQUE (Bloco Governo/PDT – DF) – Sr. Presidente, Srªs e Srs. Senadores, apenas para dizer que votarei constrangido, porque, como disse o próprio Senador Alvaro, é muito pouco o que a gente está fazendo ainda. Pelo menos, essa é a proposta, e é o que poderá passar sem grandes discussões.

É inacreditável que, no Brasil, professores tenham de pagar o transporte para ir às escolas, sobretudo na zona rural. É absurdo isso. Nós deveríamos ter o transporte gratuito, pago para os professores. Isso não aumenta em quase nada. São milhões de crianças que hoje, felizmente, recebem. Vamos aumentar algumas dezenas a mais. Isso não aumenta o custo. Não adianta transportar crianças se o professor não vai lá. É preciso, sim, levar o professor.

Lamento que estejamos discutindo migalhas mais uma vez, mas é melhor migalhas do que nada.

O SR. PRESIDENTE (Cyro Miranda. Bloco Minoria/PSDB – GO) – Muito obrigado, Senador Cristovam Buarque.

Encerrada a discussão, a matéria está em votação.

As Srªs Senadoras e os Srs. Senadores que concordam com o Relator Alvaro Dias permaneçam como se encontram. (*Pausa.*)

A matéria está aprovada.

Passo, agora, ao item terminativo, e em seguida para a votação, do item 6.

ITEM 6
PROJETO DE LEI DA CÂMARA Nº 28, DE 2013
– Terminativo –

Confere ao Município de Abelardo Luz, Estado de Santa Catarina, o título de Capital Nacional da Semente de Soja.
Autoria: Deputado Onofre Santo Agostini
Relatoria: Senador Paulo Bauer
Relatório: Favorável.

Concedo a palavra ao competentíssimo Senador Paulo Bauer.

O SR. PAULO BAUER (Bloco Minoria/PSDB – SC) – Obrigado, Presidente Cyro Miranda.

Vou procurar abreviar a exposição do relatório, uma vez que todos os Senadores e Senadoras presentes têm o texto completo à sua disposição na separata.

Esse projeto é de autoria do Deputado Onofre Santo Agostini, do PSD de Santa Catarina, e procura atribuir ao Município de Abelardo Luz o Abelardo Luz, no meu Estado, o título de Capital Nacional da Semente de Soja. Pode ser um projeto inusitado, mas, na verdade, ele se justifica porque o Município de Abelardo Luz é reconhecido e considerado pelos órgãos governamentais que avaliam a produção agrícola no País, principalmente a Companhia Nacional de Abastecimento, como sendo o Município brasileiro com a maior produtividade de soja por hectare. Ou seja: temos, no Município de Abelardo Luz 35 mil hectares e uma produção de cerca de 60 sacas por hectare. Isso significa que, no Brasil, temos uma média de produção, entre 2012 e 2013, de 3,3 mil quilos de soja por hectare. No Município de Abelardo Luz, em Santa Catarina, a produção é de 3,6 mil quilos por hectare. Isso se justifica, Sr. Presidente, exatamente pela qualidade da semente de soja que é produzida no próprio Município. Não é transgênica, não é nada disso; é soja natural, e os índices de vigor e germinação daquele produto é que permitem esse potencial produtivo. Por isso, a matéria é pertinente, a matéria está atendendo aos princípios de legalidade e constitucionalidade. Faz toda a diferença aprová-la uma vez que a produção de soja no Brasil é muito importante para a nossa balança comercial, para a nossa cadeia produtiva.

Por isso, o meu voto é pela aprovação do Projeto de Lei da Câmara nº 28, de 2013.

O SR. PRESIDENTE (Cyro Miranda. Bloco Minoria/PSDB – GO) – Muito obrigado, Senador Paulo Bauer.

A matéria está em discussão. (*Pausa.*).

Não havendo quem queira discutir, a matéria está em votação nominal.

Como vota a Senadora Angela Portela?

A SRª ANGELA PORTELA (Bloco Governo/PT – RR) – Com o Relator, Sr. Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Cyro Miranda. Bloco Minoria/PSDB – GO) – Como vota a Senadora Ana Rita?

A SRª ANA RITA (Bloco Governo PT – ES) – Com o Relator, Sr. Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Cyro Miranda. Bloco Minoria/PSDB – GO) – Como vota o Senador Paulo Paim?

O SR. PAULO PAIM (Bloco Governo/PT – RS) – Com o Relator, Sr. Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Cyro Miranda. Bloco Minoria/PSDB – GO) – Como vota o Senador Randolfe Rodrigues? (*Pausa.*)

Senador Cristovam Buarque.

O SR. CRISTOVAM BUARQUE (Bloco Governo/PDT – DF) – Com o Relator, Sr. Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Cyro Miranda. Bloco Minoria/PSDB – GO) – Como vota a Senadora Lídice da Mata?

A SRª LÍDICE DA MATA (Bloco Governo/ PSB – BA) – Com o Relator, Sr. Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Cyro Miranda. Bloco Minoria/PSDB – GO) – Como vota a Senadora Ana Amélia? (*Pausa.*)

Senador Alvaro Dias. (*Pausa.*)

Senador Paulo Bauer, voto conhecido.

Senador José Agripino.

O SR. JOSÉ AGRIPINO (Bloco Minoria/DEM – RN) – Com o Relator, Sr. Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Cyro Miranda. Bloco Minoria/PSDB – GO) – Como vota o Senador Armando Monteiro?

O SR. ARMANDO MONTEIRO (Bloco União e Força/PTB – PE) – Com o Relator, Sr. Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Cyro Miranda. Bloco Minoria/PSDB – GO) – Como vota o Senador Cícero Lucena?

O SR. CÍCERO LUCENA (Bloco Minoria/PSDB – PB) – Com o Relator, Sr. Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Cyro Miranda. Bloco Minoria/PSDB – GO) – Como vota o Senador Ataídes de Oliveira?

O SR. ATAÍDES OLIVEIRA (Bloco Minoria/PSDB – TO) – Com o Relator, Sr. Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Cyro Miranda. Bloco Minoria/PSDB – GO) – Como vota o Senador Mozarildo Cavalcanti?

O SR. MOZARILDO CAVALCANTI (Bloco União e Força/PTB – RR) – Com o Relator, Sr. Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Cyro Miranda. Bloco Minoria/PSDB – GO) – Como vota a Senadora Ana Amélia?

A SRª ANA AMÉLIA (Bloco Maioria/PP – RS) – Com o Relator, Sr. Presidente. (*Pausa*.)

O SR. PRESIDENTE (Cyro Miranda. Bloco Minoria/PSDB – GO) – Como vota o Senador Luiz Henrique?

O SR. LUIZ HENRIQUE (Bloco Maioria/PMDB – SC) – Com o Relator, Sr. Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Cyro Miranda. Bloco Minoria/PSDB – GO) – Aprovado por unanimidade.

Vamos ao item 7

A matéria já foi lida e sua discussão encerrada.

ITEM 7
PROJETO DE LEI DO SENADO Nº 202, DE 2010
– Terminativo –

Dispõe sobre a inscrição do nome de Ajuricaba no Livro dos Heróis da Pátria.
Autoria: Senador Arthur Virgílio.
Relatoria: Senador Cícero Lucena
Relatório: Favorável.
Observações:
1 – Na reunião do dia 2/7/2013, a matéria foi lida e iniciada a discussão.

Como vota a Senadora Angela Portela?

A SRª ANGELA PORTELA (Bloco Governo/PT – RR) – Com o Relator.

O SR. PRESIDENTE (Cyro Miranda. Bloco Minoria/PSDB – GO) – Como vota a Senadora Ana Rita?

A SRª ANA RITA (Bloco Governo/PT – ES) – Com o Relator, Sr. Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Cyro Miranda. Bloco Minoria/PSDB – GO) – Como vota o Senador Paulo Paim?

O SR. PAULO PAIM (Bloco Governo/PT – RS) – Com o Relator, Sr. Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Cyro Miranda. Bloco Minoria/PSDB – GO) – Como vota o Senador Randolfe Rodrigues. (*Pausa*.)

O SR. RANDOLFE RODRIGUES (Bloco Governo/PSOL – AP) – Com o Relator, Sr. Presidente

O SR. PRESIDENTE (Cyro Miranda. Bloco Minoria/PSDB – GO) –Como vota o Senador Cristovam Buarque?

O SR. CRISTOVAM BUARQUE (Bloco Governo/PDT – DF) – Com o Relator, Sr. Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Cyro Miranda. Bloco Minoria/PSDB – GO) – Como vota a Senadora Lídice da Mata?

A SRª LÍDICE DA MATA (Bloco Governo/PSB – BA) – Com o Relator, Sr. Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Cyro Miranda. Bloco Minoria/PSDB – GO) – Como vota a Senadora Ana Amélia?

A SRª ANA AMÉLIA (Bloco Maioria/PP – RS) – Com o Relator, Sr. Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Cyro Miranda. Bloco Minoria/PSDB – GO) –Senador Alvaro Dias?

O SR. ALVARO DIAS (Bloco Minoria/PSDB – PR) – Com o Relator, Sr. Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Cyro Miranda. Bloco Minoria/PSDB – GO) –o Senador Paulo Bauer?

O SR. PAULO BAUER (Bloco Minoria/PSDB – SC) – Com o Relator, Sr. Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Cyro Miranda. Bloco Minoria/PSDB – GO) – Como vota o Senador José Agripino?

O SR. JOSÉ AGRIPINO (Bloco Minoria/DEM – RN) – Com o Relator, Sr. Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Cyro Miranda. Bloco Minoria/PSDB – GO) – Como vota o Senador Armando Monteiro?

O SR. ARMANDO MONTEIRO (Bloco União e Força/PTB – PE) – Com o Relator, Sr. Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Cyro Miranda. Bloco Minoria/PSDB – GO) – Como vota o Senador Cícero Lucena? Voto conhecido.

O SR. PRESIDENTE (Cyro Miranda. Bloco Minoria/PSDB – GO) – Como vota o Senador Ataídes de Oliveira?

O SR. ATAÍDES OLIVEIRA (Bloco Minoria/PSDB – TO) – Com o Relator, Sr. Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Cyro Miranda. Bloco Minoria/PSDB – GO) – Como vota o Senador Mozarildo Cavalcanti?

O SR. MOZARILDO CAVALCANTI (Bloco União e Força/PTB – RR) – Com o Relator, Sr. Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Cyro Miranda. Bloco Minoria/PSDB – GO) – Como vota o Senador Luiz Henrique?

O SR. LUIZ HENRIQUE (Bloco Maioria/PMDB – SC) – Com o Relator, Sr. Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Cyro Miranda. Bloco Minoria/PSDB – GO) – A matéria está aprovada por unanimidade.

Vamos ao último item terminativo.

ITEM 11
PROJETO DE LEI DO SENADO Nº 29, DE 2010
– Terminativo –

Altera o inciso IV do art. 67 da Lei nº 9.394, de 20 de dezembro de 1996, que dispõe

sobre as diretrizes e bases da educação nacional, para limitar em vinte horas semanais o tempo de dedicação do professor à interação com os educandos.
Autoria: Senadora Serys Slhessarenko
Relatoria: Senador Paulo Paim
Relatório: Pela prejudicialidade
Observações:
1 – Na reunião do dia 25/06/2013, a matéria foi lida e iniciada a discussão.

Encerrada a discussão.

A matéria está em votação.

O parecer é pela prejudicialidade.

Quem vota com o Senador Paulo Paim vota com a prejudicialidade.

Como vota a Senadora Angela Portela?

A SRª ANGELA PORTELA (Bloco Governo/PT – RR) – Com o Relator, Sr. Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Cyro Miranda. Bloco Minoria/PSDB – GO) – Como vota a Senadora Ana Rita?

A SRª ANA RITA (Bloco Governo PT – ES) – Com o Relator, Sr. Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Cyro Miranda. Bloco Minoria/PSDB – GO) – Como vota o Senador Paulo Paim? Voto conhecido.

O SR. PAULO PAIM (Bloco Governo/PT – RS) – Com as minhas homenagens à Senadora Serys Slhessarenko.

O SR. PRESIDENTE (Cyro Miranda. Bloco Minoria/PSDB – GO) –Como vota o Senador Randolfe Rodrigues?

O SR. RANDOLFE RODRIGUES (Bloco Governo/PSOL – AP) – Com o Relator, Sr. Presidente.

Senador Cristovam Buarque.

O SR. CRISTOVAM BUARQUE (Bloco Governo/PDT – DF) – Com o Relator, Sr. Presidente, mas acrescentando simplesmente uma homenagem à Deputada Fátima Bezerra, que fez a emenda que levou a que já constasse na lei que faz esta proposta prejudicada a ideia da limitação do tempo de dedicação do professor em sala de aula. Então, presto esta homenagem à Deputada Fátima Bezerra.

O SR. PRESIDENTE (Cyro Miranda. Bloco Minoria/PSDB – GO) – Obrigado. Como vota a Senadora Lídice da Mata?

A SRª LÍDICE DA MATA (Bloco Governo/ PSB – BA) – Com o Relator, Sr. Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Cyro Miranda. Bloco Minoria/PSDB – GO) – Como vota a Senadora Ana Amélia?

A SRª ANA AMÉLIA (Bloco Maioria/PP – RS) – Ressalto que a Senadora Serys Slhessarenko é gaúcha de Cruz Alta. Esse sobrenome é de origem grega. Há uma comunidade grega nessa região. Voto, então, o belo favoravelmente ao belo relatório do Senador Paulo Paim.

O SR. PRESIDENTE (Cyro Miranda. Bloco Minoria/PSDB – GO) – Fica agora esclarecido o sobrenome devido à linguística da Senadora Ana Amélia.

A SRª ANA AMÉLIA (Bloco Maioria/PP – RS) – É difícil mesmo a pronúncia (*Risos*.)

O SR. PRESIDENTE (Cyro Miranda. Bloco Minoria/PSDB – GO) – Como vota o Senador Alvaro Dias?

O SR. ALVARO DIAS (Bloco Minoria/PSDB – PR) – Com o Relator, Sr. Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Cyro Miranda. Bloco Minoria/PSDB – GO) – Como vota o Senador Paulo Bauer?

O SR. PAULO BAUER (Bloco Minoria/PSDB – SC) – Com o Relator, Sr. Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Cyro Miranda. Bloco Minoria/PSDB – GO) – Como vota o Senador José Agripino?

O SR. JOSÉ AGRIPINO (Bloco Minoria/DEM – RN) – Com o Relator, Sr. Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Cyro Miranda. Bloco Minoria/PSDB – GO) – Como vota o Senador Armando Monteiro? Por favor, o sobrenome da Senadora para que eu grave.

O SR. ARMANDO MONTEIRO (Bloco União e Força/PTB – PE) – É a ilustre Senadora Serys "Serelenko". (*Risos*.)

O SR. PRESIDENTE (Cyro Miranda. Bloco Minoria/PSDB – GO) – Já vi que é bem difícil mesmo. Como vota o Senador Luiz Henrique?

O SR. LUIZ HENRIQUE (Bloco Maioria/PMDB – SC) – Com o Relator, Sr. Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Cyro Miranda. Bloco Minoria/PSDB – GO) – Como vota o Senador Cícero Lucena?.

O SR. CÍCERO LUCENA (Bloco Minoria/PSDB – PB) – Com o Relator, Sr. Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Cyro Miranda. Bloco Minoria/PSDB – GO) – Como vota o Senador Ataídes de Oliveira? (*Pausa*.)

Como vota o Senador Mozarildo Cavalcanti?

O SR. MOZARILDO CAVALCANTI (Bloco União e Força/PTB – RR) – Com o Relator, Sr. Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Cyro Miranda. Bloco Minoria/PSDB – GO) – A matéria está prejudicada.

Último item terminativo.

Passo a Presidência à nossa Vice-Presidente, Senadora Ana Amélia, para que eu relate o último item terminativo.

A SRª PRESIDENTE (Ana Amélia. Bloco Maioria/PP – RS) – Concedo a palavra, neste último item terminativo, ao Senador Cyro Miranda, Relator da matéria.

ITEM 3
PROJETO DE LEI DO SENADO Nº 284, DE 2012
– Terminativo –

Altera a Lei nº 9.394, de 20 de dezembro de 1996, que estabelece as diretrizes e bases da educação nacional, para instituir a residência pedagógica para os professores da educação básica.
Autoria: Senador Blairo Maggi
Relatório: Favorável.
Relatoria: Senador Cyro Miranda

O SR. CYRO MIRANDA (Bloco Minoria/PSDB – GO) – Srªs e Srs. Senadores, esse é o Projeto de Lei nº 284, de 2012, de autoria do nobre Senador Blairo Maggi, que visa a incluir na LDB a previsão da residência pedagógica para professores habilitados para docência na educação infantil e nos anos iniciais do ensino fundamental, a ser realizada em período ulterior à formação inicial, com carga horária mínima de 800 horas e bolsa de estudos.

Como aduz o autor, é cada vez mais visível a dificuldade para a alfabetização plena de nossos estudantes de até oito anos de idade. A iniciativa de implantação de uma residência para os novos e futuros professores potencializa uma formação mais consistente e constitui uma inovação oportuna. No que tange à ideia da bolsa de estudo, trata-se de investimento justificável, uma vez que o benefício ajudará a manter o futuro professor focado em sua formação lembrando aos nobres Senadores que essa proposta já foi apresentada em outra oportunidade pelo Senador Marco Maciel.

Por uma questão regimental, o afastamento do autor conduziu a matéria ao arquivamento. Felizmente, atento à importância do assunto para a educação brasileira, o Senador Blairo Maggi resgatou a proposta, brindando-nos com a oportunidade de repor o assunto da formação de nossos professores no repertório de temas caros ao País.

Decerto, caros Senadores e Senadoras, a qualificação e a adequação da formação dos docentes constituem pré-requisitos para seu sucesso profissional no magistério bem como a obtenção de resultados acadêmicos relevantes para pelos estudantes.

Vemos ainda que a teoria é bem formada, mas que a prática deixa a desejar. Com isso, inclusive, há uma manifestação do Ministro Aloizio Mercadante, que sente que falta essa prática. Então, temos o endosso também do Ministério da Educação.

Também temos aqui alguns artigos da *Folha de S.Paulo*, de revistas e de semanários que enfatizam:

> *"Não dá para formar um professor só lendo Piaget". A frase é do Ministro da Educação, Aloizio Mercadante. [...] A reclamação é que os futuros docentes têm muito contato com teóricos da educação, mas terminam o curso despreparados para enfrentar salas de aula.*

Com esse relatório, voto pela aprovação da matéria.

Agradeço a atenção e a participação dos nobres Senadores nesta discussão.

Obrigado, Srª Presidente.

O SR. RANDOLFE RODRIGUES (Bloco Governo/PSOL – AP) – Srª Presidente...

A SRª PRESIDENTE (Ana Amélia. Bloco Maioria/PP – RS) – Eu queria cumprimentar o Presidente, Senador Cyro Miranda, pela leitura do parecer e do projeto, ressaltando os méritos dele. Mas há um requerimento extrapauta relativo à matéria de autoria do nobre Senador Randolfe Rodrigues, solicitando uma audiência pública para instruir a votação do Projeto de Lei do Senado nº 284, que acaba de ser relatado. Se aprovado o requerimento do Senador Randolfe Rodrigues, fica sobrestada a deliberação sobre essa matéria.

Então, antes, eu preciso, como Presidente, submeter à apreciação o requerimento do Senador Randolfe Rodrigues, a quem eu passo a palavra para apresentar a justificativa do requerimento em que ele solicita audiência pública para a discussão do tema.

Com a palavra, o Senador Randolfe Rodrigues.

O SR. RANDOLFE RODRIGUES (Bloco Governo/PSOL – AP) – Obrigado, Srª Presidente.

Primeiramente, quero cumprimentar o Presidente, Relator da matéria.

É uma matéria que é de iniciativa do Senador Blairo Maggi e que, inclusive, foi objeto de referência, ainda há pouco, por parte do jornal *Folha de S.Paulo*. É um debate necessário de ser travado. Acho que tem todo o mérito. É tão necessário o debate, que considero importante, Srª Presidente, Sr. Relator e Presidente desta Comissão, Senador Cyro Miranda, fazer um apelo a esta Comissão: é preciso aprofundarmos esse debate. Um tema dessa natureza, que cria uma bolsa de residência pedagógica, no meu entender, deve ser debatido com as entidades empregadoras, ou seja, com a Undime e com o Consed, com as entidades representativas dos docentes e com as universidades.

Nesse sentido, Srª Presidente, protocolamos junto à Mesa um requerimento com o objetivo de realizarmos, até para instruir a matéria, para trazer mais informações e elementos ao relatório do ilustre Senador Cyro Miranda, uma audiência pública com o Presidente da Confederação Nacional dos Trabalhadores da Educação, com a Presidente da Undime, com a Presidente

do Consed e com a Presidente da Associação Nacional pela Formação dos Profissionais da Educação.

A ideia é a de que, nessa audiência pública, nós possamos instruir mais ainda o Projeto de Lei nº 284 e ouvir a necessária contribuição das diferentes instituições envolvidas nesse Projeto, nessa matéria. Creio eu que isso não prejudicará a matéria. Como essa matéria é terminativa nesta Comissão, essa instrução à matéria vinda por essa audiência pública só contribuirá para que, por meio de todas as instituições envolvidas no tema, tenhamos as contribuições necessárias, para que a Comissão amadureça as melhores informações possíveis e para que o próprio Relator reúna mais informações para formar o seu próprio juízo, a ser apresentado a esta Comissão.

É nesse sentido que apresentamos esse requerimento para a instrução desta Comissão e da própria Relatoria, Srª Presidente.

A SRª PRESIDENTE (Ana Amélia. Bloco Maioria/PP – RS) – Agradeço ao Senador Randolfe Rodrigues.

Com a aquiescência de V. Exªs, quero saudar o ex-Senador e ex-Prefeito de Lages Dirceu Carneiro, de Santa Catarina, que nos dá o prazer da sua visita.

O SR. LUIZ HENRIQUE (Bloco Minoria/PMDB – SC) – Era exatamente isso que eu queria registrar.

A SRª PRESIDENTE (Ana Amélia. Bloco Maioria/PP – RS) – É um grande amigo!

O SR. LUIZ HENRIQUE (Bloco Minoria/PMDB – SC) – Registro a presença aqui dessa figura maior do nosso País, o ex-Prefeito de Lages e ex-Senador Dirceu Carneiro.

A SRª PRESIDENTE (Ana Amélia. Bloco Maioria/PP – RS) – O registro fica feito.

Eu queria, então, colocar...

A SRª ANA RITA (Bloco Governo/PT – ES) – Srª Presidente...

A SRª PRESIDENTE (Ana Amélia. Bloco Maioria/PP – RS) – Srª Senadora Ana Rita, V. Exª tem a palavra para discutir a matéria.

A SRª ANA RITA (Bloco Governo/PT – ES) – Eu gostaria de acrescentar, no requerimento do Senador Randolfe Rodrigues, que seja também convidado o Secretário de Educação Básica do MEC. Acho que seria muito bom poder fazer o debate também com a presença dele.

A SRª PRESIDENTE (Ana Amélia. Bloco Maioria/PP – RS) – A secretaria está anotando o Secretário de Educação Básica do MEC para compor o elenco dos participantes desse debate de audiência pública.

Em discussão ainda a votação do requerimento. (*Pausa.*)

Não havendo mais quem queira discutir, coloco em votação.

Quero renovar a informação de que, se aprovado o requerimento do Senador Randolfe Rodrigues, a matéria fica suspensa ou sobrestada, tecnicamente é o termo, e só depois da audiência pública que ela será votada.

Repito isso. Não havendo manifestação, se todos apoiam o requerimento do Senador Randolfe Rodrigues permaneçam como se encontram. Quem apoia permaneçam como se encontra. (*Pausa.*)

Está aprovado o requerimento do Senador Randolfe Rodrigues, com o adendo da Senadora Ana Rita, para incluir o Secretário de Educação Básica do Ministério da Educação e Cultura.

Muito obrigada.

Está sobrestada a matéria para a próxima agenda da Comissão.

Agradecer ao Senador Cyro, a quem passo a Presidência com muito prazer.

O SR. PRESIDENTE (Cyro Miranda. Bloco Minoria/PSDB – GO) – Obrigado, Senadora Ana Amélia.

Nós temos aqui dois requerimentos para serem incluídos extrapauta.

O SR. PAULO BAUER (Bloco Minoria/PSDB – SC) – Sr. Presidente, pediria a V. Exª que, na sequência da análise, fosse analisado primeiro o requerimento que já está na pauta, que é de minha autoria. Depois os requerimentos de requerimento de inclusão.

O SR. PRESIDENTE (Cyro Miranda. Bloco Minoria/PSDB – GO) – Perfeito, com toda a razão, Senador Paulo Bauer.

O SR. PAULO BAUER (Bloco Minoria/PSDB – SC) – Obrigado.

O SR. PRESIDENTE (Cyro Miranda. Bloco Minoria/PSDB – GO) – Item nº 12. Requerimento nº 37, de 2013, de autoria do Senador Paulo Bauer.

Peço a V. Exª que leia o requerimento.

O SR. PAULO BAUER (Bloco Minoria/PSDB – SC) – Pois não, Sr. Presidente.

Nós temos o Projeto de Lei nº 465, que tramita no Senado, que propõe modificar uma série de dispositivos da Lei nº 9.610, além de acrescentar outros. Dada a diversidade de artigos que se propõem modificar ou acrescentar, bem como setores da economia criativa atingidos, faz-se necessário consultar diversos segmentos, para verificar quantos interesses desses serão afetados positiva ou negativamente.

Pela proposição, inclusive menciono aqui que o Senador Randolfe Rodrigues foi Presidente de uma Comissão que analisou as questões do Ecad, por exemplo, e esse projeto aqui trata exatamente de direitos autorais. Nós precisamos discutir melhor esse assunto antes de analisar o projeto, que, aliás, está para ser relatado por mim.

São doze artigos, sendo que o primeiro deles propõe a inclusão de um artigo para dispor sobre os poderes de organizador de uma obra coletiva; os arts. 2º e 3º tratam de direitos de sucessão; o art. 4º pretende modificar o art. 5º; o art. 6º quer incluir um inciso para reduzir os casos de não ofensa aos direitos autorais; o art. 7º inova ao criar um novo artigo que trata das obras realizadas por empregado ou por encomenda; o art. 8º propõe a introdução de um artigo, criando a figura da licença compulsória; o art. 9º propõe nova redação ao art. 109, da Lei nº 9.610, e dispõe sobre multa aplicada à execução pública, feita em desacordo com a lei; o art. 10 propõe a inserção de um artigo para dispor sobre a prescrição de ação civil por ofensa a direitos autorais; o art. 11 trata da entrada em vigor.

Enfim, é um projeto bastante amplo, que precisa ser melhor discutido. A proposta foi distribuída a esta Comissão de Educação e cabe à Comissão de Ciência, Tecnologia, Inovação, Comunicação e Informática a decisão terminativa.

Por isso, solicitei, por este requerimento, uma audiência pública, em que convidaríamos Karine Panza, da Câmara Brasileira do Livro; Allan Rocha, advogado e professor da Universidade Federal do Rio de Janeiro; Leandro Vanderley Flores, Procurador da República; Maria Edina de Carvalho Portinari, advogada e membro da organização responsável pela obra de Cândido Portinari; Denise Bottman, tradutora; Marcos Alves de Souza, da Diretoria de Direitos Intelectuais (DDI) do Ministério da Cultura; Luis Fernando Veríssimo, escritor, cronista, cartunista e tradutor, e Affonso Romano de Sant'Anna, professor, escritor e poeta, que poderiam ser convidados para uma audiência pública que reputo muito importante.

E também quero mencionar, Sr. Presidente, que o Senador Paulo Paim solicitou-me que fosse incluída também a pessoa da Presidente do Sindicato Nacional dos Editores de Livros, Srª Sônia Machado Jardim. Eu acolho a sugestão do Senador Paulo Paim.

Esse é o requerimento e certamente poderíamos a partir do debate e da discussão da matéria ter um relatório mais consistente e mais claro a respeito de todos os artigos que se pretende alterar nessa legislação.

O SR. PRESIDENTE (Cyro Miranda. Bloco Minoria/PSDB – GO) – Obrigado, Senador Paulo Bauer...

O SR. RANDOLFE RODRIGUES (Bloco Governo/PSOL – AP) – Presidente, Presidente...

O SR. PRESIDENTE (Cyro Miranda. Bloco Minoria/PSDB – GO) –Para discutir.

Só quero lembrar que, uma vez aprovado o requerimento, o Projeto de Lei do Senado nº 465, de 2012, de sua relatoria, fica sobrestado até a conclusão da audiência pública.

Com a palavra o Senador Randolfe Rodrigues.

O SR. RANDOLFE RODRIGUES (Bloco Governo/PSOL – AP) – Presidente, com a devida permissão ao ilustre Senador Paulo Bauer, solicito incluir no requerimento, não sei se o Senador descreveu no rol dos convidados no requerimento, mas incluir o Ministério da Cultura no rol de convidados me parece que seria necessário, senão me engano, o Departamento de Direitos Autoral do Ministério da Cultura...

O SR. PAULO BAUER (Bloco Minoria/PSDB – SC) – Senador Randolfe, eu propus o convite a Marcos Alves de Souza, que é Diretor de Direitos Intelectuais do Ministério da Cultura.

O SR. RANDOLFE RODRIGUES (Bloco Governo/PSOL – AP) – Perfeito. Esse mesmo.

O SR. PAULO BAUER (Bloco Minoria/PSDB – SC) – Já está contemplado.

O SR. RANDOLFE RODRIGUES (Bloco Governo/PSOL – AP) – Então, só apoiando o requerimento, acho que esse debate é necessário mesmo antes de apreciarmos essa matéria, visto que se encontra em debate no Congresso Nacional, o Senador Paulo Bauer fez uma perfeita referência.

Nós apreciamos recentemente o PLS nº 129, que foi resultado da Comissão Parlamentar de Inquérito que investigou o Escritório Central de Arrecadação e Distribuição e na verdade modificou a gestão coletiva do direito autoral. Mas a Lei do Direito Autoral é objeto de um debate mais amplo que se encontra gestado no Ministério da Cultura, encontra-se na Casa Civil e deve ser encaminhado à Câmara dos Deputados.

Então, considero adequado o encaminhamento que V. Exª faz, Senador Paulo Bauer, antes de tratarmos qualquer matéria relativa a direito autoral, trazermos ao debate aqui porque terá uma iniciativa do próprio Executivo sobre a reforma do conjunto da Lei do Direito Autoral. Assim, parece-me adequado, antes de qualquer alteração do conjunto da Lei do Direito Autoral, nós termos um debate com todos os agentes.

Permita-me ainda, Senador Paulo Bauer: para essa audiência, acredito que seja importante trazermos mais duas instituições que participaram do debate anterior: a Associação Procure Saber, que é a associação de artistas que engloba Paula Lavigne, Roberto Carlos, Chico Buarque e que se envolveu durante a mobilização para a aprovação do PLS nº 129.

Então, queria sugerir que fosse acrescentado entre os agentes envolvidos e o circuito fora do eixo, que também estava envolvido no debate sobre o direito autoral. Se não estiver no rol dos convidados, são duas sugestões para acrescentar para essa audiência pública.

O SR. PRESIDENTE (Cyro Miranda. Bloco Minoria/PSDB – GO) – Só quero lembrar ao Senador Paulo Bauer, pois ele é quem vai decidir, que temos nove convidados...

O SR. PAULO BAUER (Bloco Minoria/PSDB – SC) – Com mais dois são onze.

O SR. PRESIDENTE (Cyro Miranda. Bloco Minoria/PSDB – GO) – Com mais dois são onze. Acho que nove já fica... Não sei nem se é producente ou V. Exª quer dividir em duas audiências...

O SR. PAULO BAUER (Bloco Minoria/PSDB – SC) – Não. Sr. Presidente, penso que a aprovação do requerimento e a sugestão dos nomes é exatamente para que a Presidência da Comissão depois analise, entre esses que estão citados como sugestão, quais deveríamos convidar ou se eventualmente deveríamos fazer uma ou duas audiências. Ficaria a seu critério, porque talvez muitos tenham compromisso, dificuldades para estar presente ou coisa assim.

Assim, deixamos a opção de onze, mas para uma audiência ser produtiva não podemos ter mais do que seis ou sete, isso é óbvio e natural.

O SR. PRESIDENTE (Cyro Miranda. Bloco Minoria/PSDB – GO) – Acato com prazer. Fica, então, a cargo desta Presidência essa decisão.

Vamos primeiro consultar os convidados. Se todos confirmarem, então, vamos conversar para que seja em duas audiências.

O requerimento ainda está em discussão. (*Pausa.*)

Não havendo quem queira discutir, em votação.

As Srªs e os Srs. Senadores que concordam com o requerimento de autoria do Senador Paulo Bauer permaneçam como se encontram. (*Pausa.*)

Aprovado.

(É o seguinte o item aprovado:)

ITEM 12
REQUERIMENTO DA COMISSÃO DE EDUCAÇÃO Nº 37, DE 2013

Nos termos do art. 93 do Regimento Interno do Senado Federal (RISF), requeiro a realização de audiência pública na Comissão de Educação, Cultura e Esporte (CE) para instruir o Projeto de Lei do Senado nº 465, de 2012, que altera os arts. 17, 21, 24, 26, 38, 46 e 109, acrescenta arts. 52-A, 52-B e 111-A, e revoga o § 2º do art. 50, todos da Lei nº 9.610, de 19 de fevereiro de 1998, para revisar aspectos diversos da Lei de Direitos Autorais. A fim de instruir a matéria, sugerimos sejam convidadas as seguintes pessoas: Karine Panza, da Câmara Brasileira do Livro; Allan Rocha, advogado, Professor da UFRRJ; Leandro Vanderley Flores, Procurador da República; Maria Edina de O. Carvalho Portinari, advogada e membro da organização responsável pela obra de Cândido Portinari; Denise Bottman, tradutora; Marcos Alves de Souza, da Diretoria de Direitos Intelectuais (DDI) do Ministério da Cultura; Luis Fernando Verissimo, escritor, cronista, cartunista e tradutor; Affonso Romano de Sant'Anna, professor, escritor e poeta; e Sônia Machado Jardim, representante do Sindicato Nacional do Livro. Com a convocação desse conjunto de especialistas, pretende-se alcançar uma avaliação equilibrada do escopo das modificações pretendidas pelo PLS nº 465, de 2012.)

Com a palavra a Senadora Ana Amélia, nossa querida Vice-Presidente.

A SRª ANA AMÉLIA (Bloco Maioria/PP – RS) – Eu queria apenas cumprimentar o Senador Paulo Bauer, porque sei que há um requerimento de minha autoria extrapauta também para ser examinado, Sr. Presidente. Se puder ser apreciado, eu ficaria feliz.

O SR. PRESIDENTE (Cyro Miranda. Bloco Minoria/PSDB – GO) – Com o maior prazer. Também peço para incluir dois requerimentos de minha autoria como extrapauta.

Senador Paulo Bauer, receba os cumprimentos da Senadora Ana Amélia, a quem quase que corto a palavra, dado o adiantado da hora.

O requerimento da Senadora Ana Amélia... Passo a palavra à Senadora para a leitura do seu requerimento, para que seja incluído extrapauta.

A SRª ANA AMÉLIA (Bloco Maioria/PP – RS) – Este meu requerimento, Presidente, está baseado em uma denúncia que foi feita sobre desperdício bilionário na aplicação de recursos públicos para a questão da educação. Estou requerendo aqui por conta da questão dos desperdícios, especialmente dos gastos municipais em educação, conforme notícia publicada pelo jornal *O Globo*, que trata de uma questão muito grave.

Para isso, nós queremos avaliar adequadamente com os especialistas... Aqui fala que R$208,69 é o valor mensal por aluno repassado pelo Fundeb ao Estado do Rio em 2013; alunos matriculados até o quinto ano do ensino fundamental em escolas urbanas.

Um relatório baseado em um estudo elaborado por analistas de finanças de controle da Secretaria do Tesouro Nacional, vinculada ao Ministério da Fazenda, estima que, pelo menos, 40% – olhe, não é pouco dinheiro! –, 40% dos recursos gastos pelas prefeituras brasileiras no ensino fundamental são desperdiçados,

seja por corrupção ou ineficiência da máquina pública. Isso é importante. Penso que os líderes municipalistas têm muito interesse em uma investigação acurada sobre essa situação, para que não paire qualquer dúvida sobre isso.

Então, a partir dessa informação, o meu requerimento propõe apenas quatro depoentes ou expositores para discutir o tema: Drª Fabiana Rocha, Professora da Universidade de São Paulo (USP); Sr. Naercio Menezes Filho, Economista especializado em educação e Professor do Instituto de Ensino e Pesquisa (Insper); Sr. Luiz Claudio da Costa, Presidente do Instituto Nacional de Estudos e Pesquisas Educacionais (Inep), do Ministério da Educação; e o Presidente da Confederação Nacional dos Municípios, Sr. Paulo Ziulkosky.

São essas quatro indicações que faço para essa audiência pública com vistas a debater o desperdício eventual na aplicação dos recursos para o ensino pelos Municípios.

O SR. PRESIDENTE (Cyro Miranda. Bloco Minoria/PSDB – GO) – Excelente, Senadora Ana Amélia.

Está em discussão o requerimento. (*Pausa.*)

Não havendo quem queira discutir, em votação.

Aprovado o requerimento da Senadora Ana Amélia.

(É o seguinte o item aprovado:)

ITEM 14
REQUERIMENTO DA COMISSÃO DE EDUCAÇÃO Nº 42, DE 2013

Requeiro, nos termos regimentais, a realização de audiência pública, no âmbito da Comissão de Educação, Cultura e Esporte, destinada a debater o resultado do estudo elaborado por analistas de finanças e controle da Secretaria do Tesouro Nacional, sobre o desperdício dos gastos municipais em educação, conforme notícia veiculada no jornal O Globo do dia 19 de julho. Para tanto sugiro sejam convidados: Representante dos analistas responsáveis pelo Texto para Discussão nº 15 de 2013; Sra. Fabiana Rocha – Professora da Universidade de São Paulo – USP; Sr. Naercio Menezes Filho – Economista especializado em Educação e Professor do Instituto de Ensino e Pesquisa (Insper); Sr. Luiz Claudio Costa – Presidente do Instituo Nacional de estudos e Pesquisas Educacionais (Inep); Sr. Paulo Ziulkoski – Presidente da CNM.)

Também há pedidos extrapauta de dois requerimentos de minha autoria, que passo a ler.

Requeiro, nos termos do art. 93, §2º, do Regimento Interno do Senado Federal, a realização de audiência pública no âmbito desta Comissão, com a finalidade de ouvir o Exmo Sr. Ministro da Cultura da Alemanha, Bernd Neumann.

Justificativa.

Esta Comissão tem pautado suas discussões, deliberações, ações e iniciativas voltadas para a realidade brasileira e suas demandas, mas sem deixar de lançar seu olhar para outros países em seus êxitos nas mais diversas áreas do conhecimento.

Este ano, comemoramos o Ano Brasil-Alemanha. O nosso País recebe a visita, na semana de 19 a 23 de agosto, do Exmo Sr. Ministro da Cultura da Alemanha, Bernd Neumann. Objetivando a troca de experiência com uma nação de extraordinária performance em todas as suas áreas, incluindo a sua vasta e rica cultura, e tendo a oportunidade de conhecer as iniciativas do Sr. Ministro Neumann sobre a indústria criativa, direitos autorias, os recentes incrementos no orçamento de sua pasta, mesmo com as dificuldades econômicas conhecidas, a relação cultura-mídia e outras ações que vêm desenvolvendo à frente do seu ministério, proponho a realização da audiência pública ser realizada nesta Comissão na semana de 19 a 23 de agosto.

Em discussão.

A SRª ANA AMÉLIA (Bloco Maioria/PP – RS) – Eu queria apenas subscrever...

O SR. PRESIDENTE (Cyro Miranda. Bloco Minoria/PSDB – GO) – Com o maior prazer.

A SRª ANA AMÉLIA (Bloco Maioria/PP – RS) –... subscrever esse requerimento da maior importância. Lamentavelmente, meu alemão é péssimo!

O SR. PRESIDENTE (Cyro Miranda. Bloco Minoria/PSDB – GO) – Mas temos como tradutor o Senador Paulo Bauer, que também é péssimo, então, nós vamos procurar fazer essa audiência em inglês.

O requerimento está em discussão. (*Pausa.*)

Não tendo quem queira discutir, está em votação o requerimento de minha autoria.

As Srªs e os Srs. Senadores que aprovam esse requerimento permaneçam como se encontram. (*Pausa.*)

Aprovado.

(É o seguinte o item aprovado:)

ITEM 15
REQUERIMENTO DA COMISSÃO DE EDUCAÇÃO Nº 43, DE 2013

Requeiro, nos termos do art. 93 II do Regimento Interno do Senado Federal, a realização de Audiência Pública no âmbito desta Comissão, com a finalidade de ouvir o Ex-

celentíssimo Senhor Ministro da Cultura da Alemanha, Bernrd Neumann.)

E o último requerimento de minha autoria:

ITEM 16
REQUERIMENTO DA COMISSÃO DE EDUCAÇÃO Nº 44, DE 2013

Requeiro, nos termos do art. 40, § 1º, I, do Regimento Interno do Senado Federal, autorização para ausentar-me desta Casa, no próximo dia 12 de agosto, quando participarei, na qualidade de Presidente da Comissão de Educação, Cultura e Esporte, da mesa de abertura do Seminário "Lei de Responsabilidade Educacional", a ser realizado na cidade do São Paulo.)

Coloco o requerimento em discussão. (*Pausa*.)

Não tendo quem queira discutir, coloco em votação.

As Srªs e os Srs. Senadores que aprovam esse requerimento permaneçam como se encontram. (*Pausa*.)

Aprovado.

O convite desse requerimento é do Movimento Todos pela Educação, da Escola de Administração de Empresas de São Paulo, da Fundação Getúlio Vargas, e da Escola de Economia de São Paulo, também da Fundação Getúlio Vargas, que nos convidam para o seminário sobre Lei de Responsabilidade Educacional.

Nada mais tendo a tratar, agradeço a presença de todas as Srªs e os Srs. Senadores e faço votos de que tenhamos um segundo semestre tão produtivo como foi o dia de hoje nessas votações, e com a presença maciça de todos os nossos participantes que compõem, Senador, a Comissão de Educação, Cultura e Esporte. Agradeço e faço votos de que realmente esse segundo semestre seja bastante produtivo, porque vamos ter aqui em pauta o Plano Nacional da Educação.

Mais uma vez, o meu agradecimento especial à Senadora Ana Amélia, nossa Vice-Presidente.

Uma boa tarde a todos.

Convoco a próxima reunião para terça-feira, amanhã, audiência pública, às 10 horas da manhã.

(Iniciada às 11 horas e 26 minutos, a reunião é encerrada às 12 horas e 45 minutos.)

COMISSÃO DE EDUCAÇÃO, CULTURA E ESPORTE

ATA DA 36ª REUNIÃO EXTRAORDINÁRIA DA COMISSÃO DE EDUCAÇÃO, CULTURA E ESPORTE, DA 3ª SESSÃO LEGISLATIVA ORDINÁRIA DA 54ª LEGISLATURA, REALIZADA EM 7 DE AGOSTO DE 2013.

AUDIÊNCIA PÚBLICA

Às dez horas e dezessete minutos do dia sete de agosto de dois mil e treze, na sala de reuniões da Comissão, Ala Senador Alexandre Costa, sala 15 (quinze), **sob a Presidência do Senhor Senador Cyro Miranda**, e com a presença dos Senhores Senadores Ângela Portela, Ana Rita, Cristovam Buarque, João Alberto Souza, Benedito de Lira, Vanessa Grazziotin, Cícero Lucena, Flexa Ribeiro e Mozarildo Cavalcanti, reúne-se a Comissão de Educação, Cultura e Esporte. Deixam de comparecer os Senhores Senadores Wellington Dias, Paulo Paim, Randolfe Rodrigues, Lídice da Mata, Inácio Arruda, Ricardo Ferraço, Roberto Requião, Romero Jucá, Ana Amélia, Ciro Nogueira, Kátia Abreu, Alvaro Dias, Paulo Bauer, Maria do Carmo Alves, José Agripino e Armando Monteiro. A Presidência submete à Comissão a dispensa da leitura da Ata da Reunião anterior e a aprovação da mesma, com o que todos concordam. Prosseguindo, inicia-se a presente reunião, convocada na forma de Audiência Pública, atendendo ao Requerimento nº 23/2013-CE, de autoria do Senhor Senador Cícero Lucena, destinado a debater o "**Programa Pró-Infância**". Como expositores, comparecem à Audiência Pública o **Senhor Romeu Weliton Caputo, Secretário de Educação Básica do Ministério da Educação – SEB/MEC; Senhora Mariza Abreu, Consultora da Confederação Nacional de Municípios – CNM e Senhor José Carlos Wanderley Dias de Freitas, Presidente do Fundo Nacional de Desenvolvimento da Educação – FNDE/MEC**. Neste momento, o Senhor Presidente, Senador Cyro Miranda, passa a presidência dos trabalhos à Senhora Senadora Ângela Portela, em razão de compromissos anteriormente assumidos. Finda a apresentação dos expositores, a palavra é franqueada aos Senhores Senadores membros da Comissão. Usam da palavra o Senhor Senador Cícero Lucena, autor do Requerimento, e o Senhor Senador Cristovam Buarque. Neste momento, a Senhora Presidente Eventual, Senadora Ângela Portela, passa a presidência dos trabalhos ao Senhor Senador Cícero Lucena, em razão de compromissos anteriormente assumidos. Após as considerações finais dos expositores, o Senhor Presidente Eventual, Senador Cícero Lucena, agradece a todos pela presença e declara encerrados os trabalhos desta sessão, determinando que as Notas Taquigráficas sejam anexadas a esta Ata para a devida publicação. Nada mais havendo a tratar, a Presidência encerra a reunião às doze horas e cinquenta minutos, determinando que eu, **Júlio Ricardo Borges Linhares, Secretário da Comissão de Educação, Cultura e Esporte** lavrasse a presente Ata, que após lida e aprovada, será assinada pelo Senhor Presidente Eventual e publicada no

Diário do Senado Federal. – Senador **Cícero Lucena,** Presidente Eventual da Comissão de Educação, Cultura e Esporte.

(Texto com revisão.)

O SR. PRESIDENTE (Cyro Miranda. Bloco Minoria/PSDB – GO) – Havendo número regimental, declaro aberta a 36ª Reunião Extraordinária da Comissão de Educação, Cultura e Esportes, da 3ª Sessão Legislativa Ordinária da 54ª Legislatura.

Submeto à apreciação do Plenário proposta de dispensa de leitura e aprovação da Ata da reunião anterior.

As Srªs Senadoras e os Srs. Senadores que estiverem de acordo com a proposição permaneçam como se encontram. (*Pausa.*)

Aprovada.

A presente reunião, na forma de audiência pública, atende ao Requerimento nº 23, de 2013, desta Comissão, de autoria do Senador Cícero Lucena, para realização de audiência pública destinada a debater o Programa ProInfância.

Dando início à audiência pública, solicito ao Secretário da Comissão, Júlio Linhares, que acompanhe os convidados para tomarem assento à mesa.

Convidamos o Sr. Paulo Ziulkoski, Presidente da Confederação Nacional dos Municípios; o Sr. Romeu Weliton Caputo, Secretário de Educação Básica; e José Carlos Wanderley Dias de Freitas, Presidente do Fundo Nacional de Desenvolvimento da Educação.

Fazendo uma correção, representando o Sr. Paulo Ziulkoski, Presidente da Confederação Nacional dos Municípios, a ex-Secretária, Mariza Abreu, Consultora da Confederação Nacional de Municípios e ex-Secretária Municipal e Estadual de Educação de Porto Alegre.

Dando início, eu pediria à ilustre Senadora Angela Portela que presidisse esta reunião. Nós vamos fazer uma alternância. Quando for necessário, quando for chamada à Comissão de Constituição e Justiça, em que tem uma relatoria, faremos a alteração.

Obrigado.

A SRª PRESIDENTE (Angela Portela. Bloco Governo/PT – RR) – Srs. Senadores, Srªs Senadoras, audiência pública para debater o programa ProInfância, requerimento do Senador Cícero Lucena, aprovado nesta Comissão de Educação.

Os convidados são Romeu Weliton Caputo, que é o Secretário da Secretaria de Educação Básica do MEC; Mariza Abreu, Consultora da Confederação Nacional de Municípios; José Carlos Wanderley, Presidente do Fundo Nacional de Desenvolvimento da Educação (FNDE).

Eu gostaria de passar a palavra para os participantes desta audiência pública, para que possam falar sobre o programa ProInfância, um programa de extrema relevância, que incluiu a educação infantil, a creche, a pré-escola, como prioridade em nosso País.

A partir da aprovação do Fundeb, houve o financiamento para as escolas de educação infantil, e observamos uma grande preocupação do Governo Federal em ampliar as vagas de educação infantil em todo o Brasil.

Eu, como Relatora-revisora do programa Brasil Carinhoso, fiquei muito satisfeita por atuar, como professora, para que os Municípios pudessem ter contribuições financeiras do FNDE, ampliando suas vagas de educação infantil.

Então, eu gostaria de passar a palavra.

Existe algum entendimento acerca de quem fala primeiro? (*Pausa.*)

Então, vou passar a palavra ao Romeu, que é o Secretário da Secretaria de Educação Básica do Ministério da Educação.

O SR. ROMEU WELITON CAPUTO – Bom dia, Senadora Angela Portela, lutadora incansável – conheço-a há um bom tempo – nesse tema da educação infantil; Mariza Abreu, companheira de muitas lutas, de larga experiência. Já atuou inclusive no Governo Federal por muitos anos; atuou aqui, no Congresso Nacional, como Consultora da Câmara dos Deputados. Tem experiência grande no Poder Executivo municipal e estadual. Muito nos ajuda, Mariza, a tua consultoria junto à CNM, com a tua larga experiência, nas questões de educação; o meu colega de Governo, José Carlos Wanderley Dias de Freitas, Presidente do FNDE.

Na verdade, vou fazer uma pequena introdução, dado o tema que foi colocado no requerimento do Senador. Nós, do Governo, optamos para que o Presidente do FNDE pudesse detalhar algumas inovações que temos feito na construção de uma rede de educação infantil no Brasil.

Por que construção de uma rede? Deveríamos nos perguntar. Primeiro, se voltarmos lá no PNE de 2001, já estavam postas as metas tanto da creche quanto da pré-escola, metas essas que todos conhecemos e que não foram alcançadas nos dez anos de vigência do PNE, em 2011.

Por que isso não aconteceu? Aí podemos fazer uma série de discussões, mas não aconteceu fortemente porque não havia uma política nem de financiamento para custeio, nem de financiamento para ampliação de rede. Diferente do ensino fundamental, diferente do ensino médio, a constituição da rede de educação infantil não é possível se dar nas atuais estruturas físicas de que dispomos. O ensino fundamental, todos nós sabe-

mos, se universalizou no Brasil fortemente em função de alocação de prédios, adaptação de infraestruturas, o que, para a educação infantil, é absolutamente impensável. Até o ano de 2006, a educação infantil não constava na política nacional de financiamento.

Isso foi tema de debate aqui no Congresso Nacional. Inclusive houve um movimento – a Mariza estava, no Executivo municipal – das fraldas pintadas, que era exatamente a defesa da inclusão da creche no financiamento da educação básica, o que, em definitivo, foi feito com a promulgação da Emenda Constitucional do Fundeb.

Essa política de educação infantil passa a permear todas as demais políticas do Ministério da Educação. Vale lembrar que até há muito pouco tempo a educação infantil não tinha política de alimentação escolar, a educação infantil não tinha política de financiamento, não recebia recursos do salário-educação.

Já no fim de 2006, houve um movimento muito forte, à época capitaneado pela Undime, União Nacional dos Dirigentes Municipais de Educação, buscando uma linha de financiamento do Governo Federal. A proposta da Undime, eu me lembro bem, era de uma linha de financiamento no BNDES, não era uma política específica de construção.

O Governo Federal, a partir de 2007, começa a aportar recursos naquilo que ficou conhecido, em 2007, como o ProInfância, que é, na verdade, a constituição de uma rede de educação infantil no nosso País, haja vista que a maioria da rede existente, ou uma parte significativa da rede existente, é ou conveniada – aí conhecemos as condições em que ela opera, com casas adaptadas, imóveis adaptados –, ou uma pequena rede pública que há muitos anos não se expandia. Então, a partir de 2007, o Governo Federal passa a financiar a construção de novos equipamentos públicos de educação infantil.

Isso, para o Governo Federal, era algo inédito, especialmente em se tratando do volume a que o Governo Federal se propôs: logo no primeiro ano, foram 500 unidades, e mais 500, em 2008. E essa política começou a se viabilizar. À época, em 2007, um grupo do Ministério da Educação, inclusive com consultoria da Unicamp e da UnB, fez uma série de visitas no Brasil, para estudar algumas experiências que já estavam acontecendo, de projetos próprios e específicos para educação infantil. A Prefeitura de Belo Horizonte já tinha, a Prefeitura de Porto Alegre, de Palmas, Rio de Janeiro, São Paulo, onde é conhecido como CEI, também já tinham. E o Governo Federal passou a criar um padrão nacional de construção. É o que nós chamamos – e aqui o Presidente do FNE deverá abordar – de ProInfância.

Originariamente, o ProInfância ficou tipo B, que é um imóvel pensado para atender a creche e a pré-escola, com um padrão construtivo nacional, que permite um atendimento de aproximadamente 200, 250 crianças.

Logo no segundo ano, vários Municípios menores ou mesmo Municípios maiores solicitaram do Governo Federal uma adaptação a esse modelo, porque ele não atenderia às especificidades de uma série de Municípios menores. E o Governo Federal, novamente com o apoio da UnB, constituiu um projeto arquitetônico que chamamos de tipo C. Por que o Governo Federal optou por fazer projetos nacionais, ciente do risco que se tem? Primeiro, porque o projeto nacional garante ao Município uma agilidade maior tanto no trâmite burocrático dentro do Governo Federal quanto no trâmite de construção. Por quê? Porque todo o projeto foi construído pelo Governo Federal e doado para o Município, pois, apenas para o Município elaborar um projeto construtivo, há um custo muito relevante no Brasil, que pode girar na faixa de R$100 mil, R$200 mil.

Ao fazermos um projeto nacional, garantimos isso. Dos projetos tipo B e tipo C, já nos primeiros anos do ProInfância, conscientes das dificuldades da construção civil no nosso País, começamos, já em 2009, 2010, a solicitar que o FNDE estudasse novos métodos, novas metodologias construtivas que garantissem a agilidade e a qualidade no processo de construção. Isso porque, infelizmente, muitas das nossas construções estavam com prazos muito dilatados. Alguns Municípios tinham dificuldades próprias, locais de licitações desertas, abandono por parte do empreiteiro ou problemas de outra ordem e chegaram a gastar até 48, 60 meses para construir uma unidade. Assim, quando a obra ficou pronta, aquela criança que estava na educação infantil quando o Governo Federal financiou o projeto para atendê-la já estava no fim da educação infantil, já se encaminhando para o ensino fundamental.

O Presidente do FNDE seguramente vai abordar com mais detalhe isso. O Governo Federal começou a conceber essa nova metodologia, já pensando no lançamento do PAC 2, cuja meta foi extremamente elevada por parte do Governo Federal. O Governo Federal, que financiava uma média de 500 unidades/ano, passa a financiar 1.500 unidades/ano. Isso foi feito no ano de 2011, isso foi feito no ano de 2012 e isso está sendo feito no ano de 2013. Portanto, em quatro anos, nós financiaremos a construção de seis mil unidades, o que deverá elevar a oferta, na educação infantil, entre 1 milhão e 1,5 milhão de novas vagas tanto em creche quanto em pré-escola, já dialogando com o Plano Nacional de Educação, que está aqui, no Senado Federal, para aprovação.

Com 1,5 milhão de novas vagas na educação infantil, teremos já, até 2016, razoável segurança de cumprir uma emenda constitucional aprovada aqui, no Congresso Nacional, a Emenda nº 59, que obriga todos Estados, Municípios e o Governo Federal a atender às crianças dos quatro aos dezessete anos. Com essa ampliação de seis mil novas unidades e mais as unidades que já estavam em construção por parte dos Municípios, devemos chegar a 2016 com uma condição de atendimento muito melhor tanto em creche quanto em pré-escola, e isso já vem sendo demonstrado tanto pelo PNAD quanto pelo censo do INEP.

Para além da política de financiamento da infraestrutura e da política de financiamento do custeio – como abordei, foram garantidos pelo Fundeb, pelo salário-educação – duas inovações muito solicitadas por parte dos Municípios foram incorporadas à nossa legislação nos últimos anos.

Nas unidades de creches e pré-escolas construídas e mesmo nas unidades construídas por Município com recurso próprio, tínhamos uma diferença entre o período em que o Município colocava essas unidades em funcionamento e quando o Município passava a receber recursos pelas matrículas dessas crianças, porque o Município muitas vezes gastava um ano para que essas crianças fossem computadas no censo escolar e, só a partir do cômputo no censo escolar, é que a política nacional de financiamento, que é o Fundeb e o salário-educação, passavam a considerar essas crianças para efeito de redistribuição de recurso.

Esta Casa aprovou, no final de 2010, um financiamento do custeio das novas matrículas na educação infantil nas creches do ProInfância, e, no ano passado, aprovou o Programa Brasil Carinhoso, do qual a Senadora aqui foi Relatora, que passou a custear toda nova matrícula em creche e pré-escola no Brasil. Ela passa a ser incorporada à política de financiamento para que o Município não fique prejudicado e não tenha condições de efetivar a matrícula dessas crianças nessas novas unidades.

Além disso, também no Brasil Carinhoso, uma inovação importante foi aprovada aqui, pelo Congresso Nacional, que é o aporte do Governo Federal no cofinanciamento da educação infantil, especialmente em creche às crianças que são membros de famílias do Bolsa Família.

Reconhecendo que as nossas estatísticas demonstravam que essas crianças, ainda que mais vulneráveis, têm tido uma média de atendimento inferior à média da população – a população geral tem um atendimento maior na creche do que a população específica do Bolsa Família, o que, em termos de política pública, é seguramente uma contradição – nós passamos a cofinanciar essas crianças. Então, o Município que matricula crianças do Bolsa Família recebe do Governo Federal um aporte de 50% do valor Fundeb para toda criança que for do Bolsa Família e que estiver sendo atendida na rede de creche, seja pública, seja conveniada. Foi também uma importante inovação legislativa que esta Casa aprovou e que nos tem dado condições de melhorar a política de financiamento e apoio aos Municípios que são os responsáveis por essa política e que têm um custo elevado, sabido por todos nós, para atendimento.

Também no ano passado, ampliamos a política de financiamento da alimentação escolar para R$1,00/dia por criança na creche, lembrando que, até há poucos anos, era zero, depois R$0,30 durante muitos anos. Passamos agora para R$1,00. Logo, temos hoje uma política a ser cumprida, uma meta de Estado que é a meta posta na Emenda Constitucional nº 59 para os quatro e cinco anos e a que foi submetido ao Congresso Nacional no PNE, que é a meta de 50% das matrículas em creche. Nós, do Governo Federal, entendemos que é de fundamental importância acelerar a construção dessas unidades que, no Brasil, ainda são muito lentas infelizmente.

Este tema o Presidente seguramente irá abordar e, no debate, aprofundaremos mais.

Obrigado, Senadora.

A SRª PRESIDENTE (Angela Portela. Bloco Apoio Governo/PT – RR) – Muito obrigada, Romeu.

Eu informo que esta audiência tem cobertura da TV Senado, Agência Senado, do Jornal do Senado, da Rádio do Senado e ainda da Internet.

Passo a palavra agora à Drª Mariza Abreu, da Confederação Nacional dos Municípios.

A SRª MARIZA ABREU – Bom dia. Em nome do Presidente Paulo Zukovsky, do conjunto da Diretoria da CNM, agradeço o convite. Parabenizo a Senadora Angela, professora, sempre professora – não é Senadora? –, os demais aqui presentes e os colegas do Ministério da Educação com quem tenho interagido nos vários lugares que tenho ocupado na educação brasileira.

Vocês sabem que a educação infantil é um dos dois principais desafios da gestão dos Municípios cujos prefeitos iniciaram este ano: expansão com qualidade da educação infantil e qualidade do ensino fundamental.

No que se refere à expansão, vou repetir algumas coisas que o Romeu já disse. Quanto à expansão da educação infantil, temos que atender àquelas duas metas: a meta que, na realidade, é um comando constitucional segundo o qual a pré-escola tem que atender todas as crianças de quatro, cinco anos até 2016; e a meta de 50% de crianças nas creches até os três anos de idade até o final da década do PNE,

data essa que depende do momento em que ele for aprovado. Exatamente.

Aqui, Romeu, os dados dos censos demográficos. Eu queria só fazer um comentário em relação ao que tu disseste: atingimos a meta do primeiro PNE no que se refere aos quatro, cinco anos, porque era 80% de atendimento de crianças de quatro e cinco anos. Ainda no momento em que ele foi aprovado, não havia determinação da sua universalização e obrigatoriedade. Ficamos absolutamente distantes da meta da creche. Nós tínhamos 9% e chegamos a 23%. Ficamos em menos da metade dos 50% da meta do primeiro PNE, risco que poderemos vir a correr de novo se as medidas não forem adequadamente articuladas entre Governo Federal e os Municípios, já que são eles os responsáveis por essa etapa.

A grande questão expansão da educação infantil, o grande desafio que os Municípios e os Prefeitos enfrentam são os recursos financeiros. Não é porque eles não queiram fazer. É que realmente a creche, em especial, é a etapa mais cara, até porque, como o Romeu disse, a expansão do ensino fundamental e do médio ocorreu nos mesmos prédios, tanto que a expansão do médio ocorreu no noturno, para que pudéssemos dar conta da demanda de matrícula. E a expansão da pré-escola também ocorreu no mesmo prédio do ensino fundamental, tanto que a maioria esmagadora das matrículas da pré-escola é turno parcial hoje, ainda, no Brasil.

Não tem como fazer creche e berçário no mesmo prédio do ensino fundamental ou da pré-escola. Então, torna-se uma questão muito mais complexa expandir o atendimento nessa faixa etária. E a falta de recursos é evidenciada por esse tipo de comparação. Quer dizer, enquanto o chamado custo aluno/qualidade inicial seria equivalente a uns R$6 mil, na creche, em tempo integral, na realidade, os recursos distribuídos pelo Fundeb são menos de R$3 mil, menos da metade do custo que se tem avaliado para a oferta de uma educação de qualidade no Brasil.

Vejam só: se fôssemos efetivamente considerar os custos reais, os pesos da distribuição dos recursos do Fundeb deveriam ser aqueles da segunda coluna, e são os da primeira coluna. É claro que isso é um exercício para entendermos o problema, porque isso implicaria uma série de mudanças, inclusive da Lei do Fundeb, que delimita a variação das ponderações entre 0,70 e 1,30. Além disso, há um fato que muitas vezes não submetemos à discussão: nem todos os recursos do Fundeb são disponíveis, e a creche deveria contar com recursos de outras áreas também, da área de saúde e de assistência social.

Nós temos uma meta que é atingir um Ideb que nos coloque no mesmo patamar dos países da OCDE. Se queremos isso, temos que ter o mesmo gasto *per capita* por aluno que a OCDE tem. Vejam só: dinheiro – não é Senador Cristovam? – não é condição suficiente para qualidade, mas é condição necessária. Eu já vou apresentar alguns dados que mostram Sem um volume razoável de recursos, é difícil buscar, procurar qualidade. No entanto, pode haver dinheiro e não ter qualidade, se não soubermos usar.

Então, vejam – foi o colega Ricardo, da Câmara dos Deputados, que organizou – que nos gastos médios do tempo integral (nos países desenvolvidos é praticamente em tempo integral) há diferença de custos. O que chama sempre a atenção é que o ensino superior é o mesmo. Quanto mais inicial, menos se gasta no mundo inteiro. Mas a diferença entre o Brasil e os países da OCDE fica mais gritante, e mais difícil convivermos.

Do ponto de vista dos Municípios, considerando esse quadro, é claro que essas iniciativas recentes do Governo Federal vêm ao encontro de suas necessidades, não é? Recursos federais para a construção de prédios da educação infantil adaptados à necessidade da creche, como Romeu colocou, vêm ao encontro dessa necessidade. Qual é o problema? Romeu fez referência a isso também. Reiteradamente os prefeitos, através dos Municípios, através de suas entidades, colocam para o Governo Federal que é mais fácil construir do que manter depois. Isso, inclusive, se vocês acompanham as marchas dos prefeitos, gerou certo desconforto entre os prefeitos e a Presidente Dilma, na marcha do ano passado. O Presidente Paulo chegou a dizer assim: "Vamos trocar de posição. A gente constrói e entrega para vocês manterem as creches." Em função dessa reiterada manifestação da CNM, entendemos que o Governo Federal deu esse outro passo. Então, há recursos, através do Brasil Carinhoso, suplementares para a manutenção dos estabelecimentos de educação infantil. Justamente como Romeu já colocou. Sempre há esse *gap* entre o funcionamento de uma escola e o seu registro no censo escolar para efeito de ser considerada na redistribuição dos recursos da educação. Então, o Governo Federal faz esse aporte de recursos até essa creche nova, esse novo estabelecimento de educação infantil ser considerado no censo e no suplemento para as crianças matriculadas em creches públicas ou conveniadas e inscritas no Programa Bolsa Família.

Qual é o problema que sempre colocamos? E até ficou fácil de falar porque o Romeu fez referência. Sempre esses recursos ainda são insuficientes, se

considerarmos aquela diferença de custo e de volume de recursos disponíveis e as dificuldades de execução.

Vejam só, a posição que a CNM vem adotando é sempre a de, junto ao Governo Federal – principalmente ao Governo Federal, mas em cada Estado a entidade estadual faz isso junto ao seu Governo de Estado, vide o transporte escolar, não é Presidente do FNDE – indicar os recursos e o apoio para que, depois, não haja dificuldade na execução desses programas. Isso faz parte da ação executiva. No que se refere às dificuldades que os Municípios também apresentam – porque isso é verdade – tentamos agir no sentido de apoiá-los para que eles possam fazer a sua parte, com agilidade, com competência técnica –claro, aqueles Municípios que reivindicam o apoio da Confederação. Eles não são obrigados a isso, nem a Confederação tem como obrigá-los a aceitar o seu apoio.

Nós fizemos – tenho aqui uma cópia se a Comissão quiser –, com a assessoria de uma socióloga pesquisadora, uma pesquisa junto a uma amostra de 173 Municípios, construída de forma a abarcar todas as regiões do País e todas as dimensões populacionais dos Municípios brasileiros, sobre o conjunto das iniciativas do Brasil Sem Miséria. Só trouxe aqui os dois quadros relativos à nossa temática.

A primeira pergunta era esta: no âmbito do Brasil Carinhoso os Municípios já estavam recebendo a suplementação de 50% dos valores aos quais o Caputo fez referência. Cinquenta e cinco por cento dos Municípios responderam que ainda não tinham. Isso pode ser um problema da execução, pelo Governo Federal, ou pode ser problema do Município. Certo? Mas esse foi um dado de uma pesquisa divulgada em julho, pela CNM. E, na questão dos recursos para as novas turmas da educação infantil, 67% disseram, em julho, que ainda não estavam recebendo. São iniciativas do ano passado ainda, não é, Freitas? Vejam só: 38% disseram que ainda não tinham transmitido as informações necessárias ao MEC. Então, a responsabilidade seria do Município, neste caso. Mas 28% disseram que tinham prestado as informações e que ainda não tinham recebido os recursos.

Agora, quero ir adiante um pouquinho nos recursos do ProInfância e do Brasil Carinhoso. O Senador Cristovam é um orador permanente sobre a questão da qualidade da educação

São dados que juntamos, são todos dados federais, dados que o Ministro Aloízio tem apresentado nas suas palestras. Uma dessas palestras foi no fórum da Undime, e eu tive acesso. Vejam que dado aparentemente contraditório. Os Estados brasileiros que têm a maior taxa de atendimento à população de quatro a cinco anos são, simultaneamente, os que têm a maior taxa de crianças não alfabetizadas aos oito anos de idade.

Senador, na educação brasileira o quadro é o seguinte: em geral, o Sul e o Sudeste têm indicadores educacionais acima da média nacional; o Norte e o Nordeste, abaixo. Na taxa de atendimento da pré-escola ou da educação infantil, como um todo, essa informação é invertida: o Nordeste está na frente da média nacional, e o Sul está abaixo da média nacional. Isso aí não é a mesma coorte. o.k.? Mas, com raras exceções, como o Estado do Ceará, que teve uma política específica de alfabetização, as posições relativas dos entes federados não se alteraram em relação a isso. Então, vejam só: o Estado que, pelo Censo Demográfico de 2010, tinha o maior percentual de crianças não alfabetizadas aos oito anos, é Alagoas e tem 35% de não alfabetizados, tem 83% de crianças de quatro e cinco anos na escola, em 2011. O Rio Grande do Sul, que é o segundo com menos taxa de atendimento (66%), é o terceiro com menos taxa de analfabetismo. Sempre fica atrás, atualmente, do Paraná e de Santa Catarina. Em quase todos os indicadores educacionais, o Rio Grande do Sul está atrás de Santa Catarina e do Paraná, nessa ordem. Em compensação, para não parecer que é um dado muito estranho, Rondônia é o Estado com menor taxa de atendimento educacional nos quatro e cinco anos, no Brasil inteiro. Dos 16 Estados do Norte e do Nordeste, é o que tem a menor taxa de analfabetismo das crianças aos oito anos: 11%.

Ora, isso significa que a pré-escola não é importante? Não, claro que não. A pré-escola é importante. Imaginem se esses dados fossem, ainda, mais deficitários no atendimento. Mas não há uma relação direta e unívoca entre pré-escola e melhoria do desempenho escolar no ensino fundamental. No mínimo, a qualidade da pré-escola é um problema. Esse problema da qualidade tem a ver com o financiamento, não é isso? E é um problema a questão do nível sociocultural das famílias. Por melhor que seja a escola de educação infantil, a criança vai ficar sete horas na escola, mas vai ficar o resto do dia e o fim de semana e o mês de férias, pelo menos, com sua família. Então, se não houver, simultaneamente, uma ação de articulação com as famílias, esse quadro fica difícil de ser revertido.

Mas não é só isso. A nossa dificuldade na qualidade da educação é muito grande. Inclusive, recebi recentemente um texto de um economista da Fundação Getúlio Vargas fazendo uma série de considerações sobre o Ideb. Isso aqui é recortar e colar do *site* do MEC, do *site* Todos pela Educação. É recortar e "colar", o.k? Se olharmos os indicadores do Ideb nacional, geral, total, todas as redes, atingimos todas as metas. Em compensação, se olharmos a meta do Todos pela Edu-

cação sobre aprendizagem adequada a cada série, o vermelho significa meta não atingida, o verde significa meta atingida. Esse está um pouco mais esmaecido porque, no terceiro ano do médio, essa EB é amostral, dentro do intervalo de confiança. Ao mesmo tempo, se nós olharmos também, no Todos pela Educação, a meta de conclusão do ensino fundamental e médio, veremos que também estamos no vermelho no ano de 2011. Então, o que está acontecendo com a educação brasileira e o que está acontecendo com o indicador Ideb? O que ele está mostrando e o que ele não está conseguindo mostrar das nossas dificuldades?

Os Municípios são cada vez mais responsáveis pela oferta da educação infantil e pela oferta do ensino. Isso aqui é a luzinha? É. Nós selecionamos aqui o ano de 96, porque é o ano da aprovação da emenda do Fundef, o.k? Antes da sua vigência. Dois mil e sete, que é o início da vigência do Fundeb e 2012, o último anos em que temos as matrículas organizadas. Vejam que a participação da rede municipal de ensino e da rede privada aumentou; da rede estadual, como era de se esperar, diminuiu significativamente. Era isso mesmo que tinha de acontecer. No ensino fundamental também. Vejam só. De 32% para 54% a participação dos Municípios. E mais ainda, os Municípios também são responsáveis pelas instituições conveniadas na educação infantil.

É a única etapa da educação básica onde as conveniadas como poder público são admitidas no financiamento via Fundeb. Então, na sinopse geral da consulta à matrícula do Inep, não aparece a separação entre privada, *stricto sensu*, e privada conveniada. Mas, se formos aos dados do Fundeb, isso tem de aparecer. E aí construímos isso aqui. Vejam só, então, em 2002, os Municípios tinham 70% das matrículas nas suas redes municipais, mas 7,3% na rede conveniada. Ou seja, eles são responsáveis por 77,6% das matrículas da educação infantil no Brasil, com todas as dificuldades e com todo o desafio que isso implica.

Outro dado para concluir, nessa parte das matrículas – acho que temos discutido pouco, Senador Cristovam, e o Senador Cyro Miranda discutia isso ali conosco antes –. é o corte do Inep. Naquelas sinopses que publica, o Inep fez o corte em 2007. Apresentou o período 2007/2011 e depois acrescentou 2012. Vejam que interessante o que está acontecendo. A matrícula total da educação básica diminui. Diminui em cerca de 2,5 milhões de alunos, sem nenhum problema. Isso é a redução da população em idade escolar, em decorrência do bônus demográfico e a melhoria, ainda insuficiente, mas visível, do fluxo escolar. Porque não houve, nesse período, redução das taxas de atendimento. Então, isso não é um problema.

Agora, o que eu acho engraçado – e sobre o que não se conversa – é isso aqui. A rede pública diminuiu 4,5 milhões, e a rede privada aumentou 2 milhões. Ou seja, há dois milhões de alunos que migraram, na educação básica, da rede pública para a rede privada. Já conversei com algumas pessoas sobre isso. É claro que, primeiro, se migraram é porque têm dinheiro para pagar. Não é? Então, isso tem a ver com a distribuição de renda, com a nova classe média, mas, se migraram, é porque não estavam satisfeitos com a escola que tinham. O mais interessante é que não migraram, pelos recursos que têm para pagar a mensalidade, para uma escola de boa qualidade. A qualidade não é tão diferente, o ensino não é tão diferente nem tampouco o que se aprende de Português, o que se aprende de Matemática. Enfim, o que eles estão buscando? A nossa única hipótese é uma escola mais organizada, uma escola em que não falte professor, onde não tenha greve, onde a direção está presente, onde há um cuidado maior com os alunos.

Vejam só: justamente, Romeu e Freitas, num período em que aumentou o gasto com a educação pública no Brasil. É visível isso. Nós passamos de 4% para 5% do PIB. Aumentou a participação da União no financiamento da educação básica. Por quê? Porque aumentou a complementação da União ao Fundeb, comparativamente ao que foi no Fundef, e porque aumentaram os programas federais, incluindo toda a educação básica em relação à situação anterior. Vejam que, apesar disso, a carga maior do financiamento recai sobre os Municípios, pois eles é que têm mais matrículas do ensino fundamental e da educação básica.

Por fim, quais são os nossos desafios, então? Universalizar, garantir a qualidade. Está provado que só com matrícula não basta. Então, é meta do PNE, inclusive, definir indicadores e acompanhá-los. Eu, particularmente, insisto nesta questão: tem de haver, como o primeiro PNE previu, e o segundo prevê também, programas de apoio às famílias. Se não envolvermos as famílias na educação dos seus filhos nessa fase, a escola, sozinha, conseguirá reverter muito pouco do destino dessas crianças.

Por fim, isso precisa de sustentabilidade financeira não só desse aporte de recursos, sempre em quantidade crescente, mas da garantia da sua regularidade, da sua vigência por lei, e não apenas por programas federais, que é o que se tem tido a preocupação de fazer.

Muito obrigada, em nome da CNM.

A SRª PRESIDENTE (Angela Portela. Bloco Apoio Governo. PT – RR) – Muito obrigada, Mariza.

Passo a palavra, agora, ao José Carlos Wanderley Dias de Freitas, Presidente do FNDE.

O SR. JOSÉ CARLOS WANDERLEY DIAS DE FREITAS – Bom dia a todos e a todas. Cumprimento a Senadora Angela Portela, agradecendo-lhe o convide de estar aqui participando deste debate e trazendo algumas informações relativas ao Proinfância. Quero cumprimentar nossa amiga Mariza Abreu, que tem uma longa história na Educação, e o meu colega Romeu Caputo.

Veja, vou, antes de iniciar a abordagem sobre o ProInfância, colocar um pouco do papel do FNDE nesse contexto institucional do Ministério da Educação. Eu sou servidor do Ministério, especificamente do FNDE, há mais de 20 anos. Historicamente, a gente vem enfrentando uma questão essencial para essa questão da implementação de toda a política formulada pelo Ministério da Educação relativa à educação brasileira. Quer dizer, há um grande desafio entre a política formulada e a sua real implementação e a sua eficiente implementação, e isso passa, sobretudo, por um exercício pleno da questão do Pacto Federativo.

A gente vem discutindo isso nos últimos anos com bastante ênfase e, sobretudo, caracterizando o papel do FNDE, na principal essência da sua missão, como de assistência financeira e, sobretudo, de assistência técnica, uma aproximação maior com Estados e Municípios, para que a gente possa efetivamente entender o funcionamento da implementação das políticas. E, dentro desse contexto, que a gente possa se organizar melhor para ter um relacionamento mais eficiente na implementação dessas políticas e, assim, efetivamente transformar essas políticas em resultado real para o que se busca.

Então, a partir desse debate, a partir desse papel do FNDE, eu diria que, ali no começo da década de 2000, o FNDE é fruto da fusão de dois outros órgãos da época da década de 90, que era a Fundação de Assistência ao Estudante e o próprio FNDE, que era um órgão que tinha um perfil bastante terceirizado, que tinha a função essencial de financiamento da educação mesmo, que é a arrecadação do salário-educação. Já a Fundação de Assistência ao Estudante tinha um papel mais executivo, ela conduzia programas como alimentação escolar, livro didático, saúde na escola. Esses dois órgãos foram fundidos, no final da década de 90, e, a partir do começo de 2000, a gente foi buscar a identidade para esse novo FNDE. Essa identidade se coloca com bastante naturalidade como um órgão presente na capacidade executiva de poder efetivamente transformar as políticas formuladas em resultados plenos, para o que se busca dessa política.

Então, nas discussões que nós levamos e, sobretudo, nos estudos que tínhamos relativos à questão do financiamento da educação, era muito comum a gente perceber a dificuldade, não só do Governo Federal, como dos Governos estaduais e dos Governos municipais na implementação dos recursos que eram repassados. Até o começo, o meio da década de 2000, quer dizer, quando a gente repassava o recurso para os sistemas educacionais comprarem um mobiliário, comprarem um produto qualquer que era comum a todo o sistema educacional, a qualquer um dos sistemas educacionais, percebia uma fraca execução daqueles recursos e, sobretudo, uma grande dificuldade da execução dos recursos.

E a percepção dessa dificuldade para a implementação de recursos advindos do financiamento a gente percebia, sobretudo, aqui em Brasília. Eu, com a experiência que eu tenho na área administrativa, posso afirmar o seguinte: é muito difícil realizar uma licitação pública, é muito difícil caracterizar especificação de produtos, à medida que há uma definição de formulação, à medida que a gente precisa ter uma melhor qualidade de infraestrutura na ponta – isso já é amplamente discutido e sabemos quão isso é importante. A gente precisa pegar tudo aquilo e transformar em resultado efetivo.

O FNDE, então, experimentou, em 2006, mais ou menos, uma primeira, grande e importante experiência na questão do transporte escolar das crianças na zona rural. A gente tem historicamente um grande problema, sempre teve um grande problema nessa questão do transporte escolar da zona rural e, sobretudo, por essa dificuldade de fazer implementar um resultado de um produto adequado, para que esse problema fosse superado. Então, a gente desenhou um modelo de colaboração com os Estados e Municípios, para que a gente pudesse ter o resultado daquele produto alcançado e com qualidade efetiva. Para que a gente fizesse isso, a gente foi buscar apoio no que havia de melhor em termos de certificação, de qualidade de produto, de especificação, de conhecimento próprio daquele produto que ia ser utilizado. No caso do ônibus escolar, nos valemos de conhecimento de universidades que tinham centro de estudos e excelência na área do transporte escolar; do Inmetro, que é um parceiro que está conosco em todo o processo; da ABNT, que regulamenta as normas técnicas no Brasil; e de outros órgãos que têm também colaborado na definição das especificações desses produtos.

A gente se depara com o conjunto de etapas que se levam para que você especifique um produto com qualidade, que seja um ônibus, que seja um lápis, porque a gente vai estudar um lápis e ver a diferença de qualidade de um lápis que tem uma especificação adequada de um lápis que, às vezes, vem feito de qualquer maneira, com que a criança tenta escrever, e aquela

ponta vai quebrando, vai quebrando, vai quebrando, e você termina tendo que estudar a gramatura daquele grafite que está ali, como é que isso é constituído.

Então, esse estudo leva muito tempo e onera, sobretudo, um conjunto de parceiros que precisam estar envolvidos para que a gente melhore efetivamente a qualidade desses produtos. E aí, nesse processo, você percebe quão difícil é para você ter esse tipo de estudo disseminado em cada um dos cantos, em cada um dos Municípios, em cada um dos Estados, na medida em que você especifica um transporte escolar, um ônibus escolar, que hoje é um ônibus exclusivo do transporte escolar do caminho da escola, do Governo brasileiro, quer dizer, e já vem sendo copiado por outros atores interessados nesse processo. Você percebe que não há como a gente fazer isso que não seja pela união de forças e de conhecimento que se tem a partir da conversa com Municípios, com Estados, com órgãos certificadores, com universidades, com todo mundo, buscando um esforço comum para que a gente atinja o que a gente considerar o estado da arte daquele produto.

O mobiliário escolar é outro bom exemplo. Levaram-se quatro anos para que a gente tivesse, no Brasil, uma norma técnica, que, daqui a seis dias, passa a ser compulsória, por meio de um estudo do Inmetro, que eles chamam de RAC, que é o Relatório de Avaliação da Conformidade. Vai ser obrigatório, em toda escola brasileira, quer seja pública, quer seja privada, o uso do mobiliário que foi definido pela ABNT a partir de uma provocação do Ministério, do FNDE, na definição do escopo do que é um bom mobiliário escolar, com definições de ergonomia, de conforto, de durabilidade, de segurança, de resistência etc.

Assim, esse conjunto que se reúne em torno da especificação de um produto é muito importante e tem feito uma diferença muito grande, sobretudo para que a gente defina uma padronização do que é um bom produto para que se use nos sistemas de ensino.

Então, o ônibus escolar já vem, há cinco anos, sendo aperfeiçoado, e, a cada ano, você tem condições de experimentar melhorias naquele produto a partir, inclusive, da maturidade dos mercados que acompanham a exigência de regulamentação que é feita por meio desse conjunto de normas. À medida que você deixa os mercados à vontade, os mercados puxam para baixo. À medida que você aperta, que você coloca regulamentação, pode saber que aquilo vai num processo de melhoria contínua e esses mercados se organizam em torno dessas exigências, sobretudo quando o Estado percebe que ele tem uma força muito grande de que pode fazer uso, para que, em conjunto com os participantes do pacto, a gente possa exigir mais, não aceitar um produto de qualquer qualidade que chega, às vezes, para entregar numa escola, um mobiliário de qualquer qualidade, e a gente pagar o preço que se exigia.

Então, esse estudo, esse modelo, na verdade, tem, por conceito essencial, a gente fazer um esforço comum, para que se possa entregar um produto de melhor qualidade a todos os sistemas de educação.

Na sequência do modelo que foi desenhado, há duas etapas muito importantes. A primeira etapa é o que a gente chama de estudo de mercado. À medida que você tem definida a concepção do que é especificação de um bom produto, você, então, vai estudar aquele mercado, porque um outro desafio histórico que a gente tem na questão dos relacionamentos de governos com mercados é a gente perceber que mercado é esse, de que tamanho é esse mercado, como é que se comporta esse mercado, quais são as janelas de produção que esse mercado tem, em que momento você pode se beneficiar dessas janelas de produção, qual é a cadeia de suprimento desse produto, qual é o processo logístico do produto, como é que se entrega um ônibus que é produzido em São Paulo lá na Região Norte, como é que o ônibus chega, como é que o produto é entregue, quanto custa o preço dessa logística, que tamanho têm esses fornecedores.

Então, essas respostas precisam ser colocadas, para que o Governo, junto com os especialistas, possam, efetivamente, se valer de uma estratégia própria para fazer uma aquisição. Senão, você termina fazendo uma demanda de compra – um exemplo recente, de quatro anos atrás – de 40 ou 50 mil balanças para se utilizarem num processo de parceria com um programa do Ministério da Saúde, e aí foi feita uma licitação para comprar 40 mil balanças de pesar bebê sem o estudo de mercado. O mercado, na mesma hora, disse que o que se estava pedindo era a produção de balanças do Brasil de três anos.

Então, não é possível! Você precisa entender, você precisa saber quem produz balança no Brasil, que produção é essa, que tamanho é esse, qual é o preço praticado por vendedores de balanças, quer seja para vender para o setor público, quer seja para vender para uma loja de varejo. Enfim, são respostas que precisam estar presentes para que o Governo se aproprie dessas informações e possa lançar mão de uma melhor estratégia, do melhor uso do recurso público.

Outra etapa também muito importante é a que consolida um processo de diálogo, de debate, o mais franco, o mais humilde, o mais transparente possível, é a audiência pública. Na medida em que a gente tem o conjunto das informações relativas à especificação, apoio de órgãos de certificação do Inmetro, de labo-

ratórios, de universidades, estudos de mercado que te apontem a direção de como funciona aquele mercado, realiza uma audiência pública aberta para todos os interessados, divulgada amplamente em *sites*, em jornais de grande circulação, para apresentar aquele projeto de interesse do Governo, calcado exatamente em algumas premissas fundamentais.

A primeira é a seguinte: eu tenho que comprar o que eu quero, não o que o mercado quer me entregar, porque os mercados adoram entregar o que eles têm para vender. É preciso dizer: "Olha, não quero o ônibus que o senhor tem, porque o ônibus que o senhor tem não roda na zona rural, esse ônibus é feito para a zona urbana." A gente, a vida toda, utilizou ônibus da zona urbana para rodar na zona rural. Eu quero comprar um ônibus com chassi mais elevado, com passa-balsa consistente, para que não quebre o para-choque traseiro, com abertura de porta diferenciada, com resistência nos pneus etc. Então, é importante a gente apresentar isso numa audiência pública para que haja um debate muito franco.

Sobretudo, a audiência pública nos permite não só ter uma abertura de debate com os interessados e com os participantes do processo – e aí para quem vai se utilizar desses produtos essa audiência é a mais acessada possível –, mas também com os mercados, com os setores produtivos, que podem efetivamente dizer: "Olha, isso tem de ser corrigido. Esse pneu do ônibus especificado não pode ser assim, porque só quem tem esse pneu é fulano, de tal empresa." Então, não pode mesmo! Por quê? Porque a gente precisa ter um equilíbrio da concorrência o mais eficiente possível para que a gente possa efetivamente ter um resultado dessa licitação adequado e dentro dos parâmetros preestabelecidos.

Outro ponto que a gente busca conhecer dentro do estudo de mercado é o ponto de equilíbrio desses mercados. Na medida em que um mercado é bastante pulverizado, e vou citar um exemplo bem clássico, que é o exemplo dos uniformes, você faz uma licitação que tenha 120 itens, 120 pequenos lotes, para que possa ter a participação de pequenos fornecedores. Então, pega o exemplo do pessoal que fabrica jeans na região de Pernambuco, em Santa Cruz do Capibaribe. Aquele pessoal participa da licitação também. Você não visa a centralizar esse processo pela centralização econômica. Não, a centralização é de qualidade, uma centralização que leva a apontar por especificações e por um processo mais racional. Então, na medida em que você faz isso, você consegue um resultado melhor.

(Soa a campainha.)

O SR. JOSÉ CARLOS WANDERLEY DIAS DE FREITAS – Vou tentar correr um pouquinho, Senadora, mas me permita mais um tempinho, até para que eu possa entrar no assunto, pois ainda não entrei.

A SRª PRESIDENTE (Angela Portela. Bloco Apoio Governo/PT – RR) – Você pode ficar à vontade.

O SR. JOSÉ CARLOS WANDERLEY DIAS DE FREITAS – Muito obrigado.

Então, esse processo vem sendo experimentado pelo FNDE há cerca de cinco anos e vem sofrendo um avanço na sua maturação administrativa, sobretudo na organização do modelo, para que a gente possa oferecer uma condição de assistência técnica aos Estados e Municípios, para que eles possam lançar mão de uma possibilidade adicional, com mais qualidade, com mais agilidade, com mais rapidez, porque, na medida em que a gente realiza a audiência pública, a gente faz o pregão eletrônico para a aquisição desses produtos e disponibiliza esse pregão eletrônico para a adesão de todos os entes dentro do Pacto Federativo. Então, cria o que a gente chama de registro de preço nacional. Eu defino a especificação de um produto, eu qualifico aquela especificação, eu realizo um pregão eletrônico e, após o pregão eletrônico, eu tenho disponível uma ata de registro de preços para que Estados e Municípios possam aderir a essa ata e se beneficiar, entre outras, sobretudo, do benefício do ganho de escala, porque, na medida em que um Município, por exemplo, adere à compra de 800 mobiliários, ele está aderindo a uma ata que foi registrada para adquirir 4 milhões de mobiliários. Então, o mobiliário que ele comprava por R$270,00, ele consegue comprar por R$134,00, com as características próprias da norma técnica, com a fiscalização das parcerias do Inmetro, dos IPEMs, dos Institutos de Pesos e Medidas, e laboratórios que o Inmetro lança mão, e com a garantia de que aquele produto tem todas essas características, essa qualidade.

Além disso, ele se desonera – isto é muito importante, este ponto é fundamental dentro desse processo –, ele se desonera do processo de realização da licitação, mas continua responsável pelo contrato. A gente não faz a aquisição. Na medida em que o registro de preço nacional é disponibilizado, fica para o Município a responsabilidade de contratar o fornecedor. A gestão do contrato e toda a operação logística ficam sob responsabilidade do Município a partir da adesão que ele faz ao registro de preço. É um registro de preço nacional, sem, no entanto, ser uma compra nacional. A compra é feita em cada um dos Municípios e o registro de preços pode gerar dois, três, quatro mil contratos de compra de cada um dos Municípios.

Esse processo já vem sendo experimentado desde 2008, a gente começou os estudos em 2007, e a

gente já tem registrado uma economia da ordem de R$2,6 bilhões, que é exatamente a conta que se faz do preço que se gastaria para adquirir aquele determinado produto, e a partir de comparações reais, não de comparações estimadas. Quanto se gastava para comprar um mobiliário nesse local? Duzentos e setenta reais. O mobiliário está saindo agora por R$140,00, R$138,00. Essa diferença é computada nessa estimativa que a gente faz.

A partir dessa experiência, o FNDE percebeu a oportunidade de a gente ter um debate amplo, e o Romeu expôs isso ao longo da apresentação dele, da gente ter um debate amplo para buscar uma solução mais eficiente para a questão da construção das creches, para começar o debate pelas creches, porque o que a gente tinha era exatamente o mesmo cenário. Quer dizer, a difusão de esforços, essa descentralização do esforço, termina multiplicando o esforço, todo mundo buscando fazer a mesma coisa, fazer a licitação, estabelecer mecanismos administrativos complexos para ter um resultado adequado da execução daquele recurso repassado pelo FNDE para a construção de uma creche.

Esse quadro nos aponta alguns indicadores que são exatamente onde nasceu a reflexão desse debate dentro do Ministério, onde a gente pôde conversar com os nossos parceiros a respeito da construção dessas creches. Um ponto importante é o estudo feito pela Fiesp, que, na realidade, mostra a posição comparativa do Brasil com relação à União Europeia e aos Estados Unidos da construção civil. Nada de construção de escolas, nada disso.

A construção civil brasileira leva em torno de trinta meses, em média, para uma edificação, sendo que os Estados Unidos levam dez meses e a União Europeia leva quatorze meses. Então, esse, por exemplo, é um indicador em que a gente percebe como está posicionado o setor de construção civil no Brasil, como a gente pode gerar metodologias que possam acelerar esse processo na direção de garantir *performance,* garantir qualidade e conseguir um resultado mais eficiente de tempo, de prazo, de custo, de qualidade, somando tudo isso. Será que tudo isso está presente no Brasil? Existem tecnologias e metodologias disponíveis para que a gente possa, efetivamente, experimentar uma metodologia que permita a gente implementar isso no Brasil?

A situação atual, de financiamento dessas creches, o Romeu passou isso na apresentação dele, é exatamente isso. Quer dizer, o FNDE assina um termo de compromisso com o Município que vai ser beneficiado com esse recurso, o Município tem a obrigação de realizar a licitação, assinar o contrato, a construtora tem a obrigação de construir, depois a implementação e a inauguração da escola. Isso está levando, em média, trinta e dois meses. Há uma grande dificuldade de todo esse processo, sobretudo no processo de planejamento e no processo de licitação.

Com a perspectiva de você fazer um registro de preço nacional que possa agregar todos esses fatores de qualidade e benefício de desempenho equivalente, você pode sair de um prazo de trinta e dois meses para um prazo de sete meses para a creche do tipo B e de cinco meses para a creche tipo C. Por quê? Porque você disponibiliza um registro de preço nacional, e o Município começa a contabilizar o prazo dele na medida em que ele adere à ata de registro de preços. Ele faz a adesão à ata de registro de preços, e isso é um ato de dez minutos, que é feito no sistema, assina o contrato, e desse contrato – é bom frisar isso – participam o Município e a construtora, não tem a interveniência do FNDE nem do Ministério da Educação. Esse é um contrato feito no Município. Depois, há a implementação da obra, que leva esse tempo, e a inauguração.

Então, esse processo nasceu exatamente baseado em todas aquelas premissas do modelo nacional de registro de preços, que leva em conta, sobretudo, o desempenho e baseia-se em normas técnicas para que a gente possa garantir a qualidade do que a gente está comprando. A gente estabeleceu como os dois principais agentes parceiros nessa empreitada, o mais importante, em todos os produtos a gente inicia com eles, o Inmetro, que tem uma creditação para essa coisa de certificação de metodologias inovadoras do Instituto Falcão Bauer da Qualidade e nos recomendou que pudéssemos ter o Instituto Falcão Bauer como nosso orientador estratégico na questão das especificações e das Normas Técnicas de Desempenho.

Então, o desafio que se tinha era definir um edifício com qualidade compatível às funcionalidades requeridas pelas atividades escolares, edifício com padrão de desempenho assegurado, construção em larga escala, utilização de métodos construtivos racionalizados, garantia de prazos reduzidos, ampla participação do mercado e a parte de manutenção e durabilidade dos edifícios. Quer dizer, a partir desse desafio, a gente colocou uma questão muito importante: eu não posso discutir o assunto de colocar uma escala de construção nacional sem, no entanto, eu garantir a qualidade daquilo ali.

Outra coisa que tem por trás dessa questão é saber em que medida você vai definir o método de construção. Esse é outro ponto. Eu não posso definir um método de construção. Eu não posso chegar e dizer: eu conheci um método, o melhor método que conheci foi o tipo B, tipo C, tipo D. Se eu fizesse isso,

eu estaria expurgando a possibilidade de outros métodos com características iguais, semelhantes, com o mesmo desempenho, de participarem do processo. Então, o desafio da gente foi estabelecer um inicial de certificação a partir da Norma Técnica de Desempenho da construção civil tradicional, que é a 15575, e essa norma técnica define o desempenho e os requisitos de ensaio a que a construção deve ser submetida, de uma construção tradicional. Então, a minha construção do novo método tem de ter pelo menos esse desempenho, daí para melhor, porque, a partir desse desempenho, eu posso garantir que aquele método possa ser compatível com o que se está buscando.

Então, o FNDE, junto com o Instituto Falcão Bauer, definiu um conjunto de cadernos de requisitos. O Caderno de requisitos de Desempenho, o Caderno de Requisitos da Elaboração do Memorial Descritivo, da Instrução, da Apresentação dos Projetos, dos Serviços e Encargos, da Elaboração do Memorial Descritivo etc. Quer dizer, esses cadernos foram exatamente a orientação de certificação do que poderia ser o método. O método pode ser qualquer um, desde que tenha desempenho térmico, desempenho acústico, desempenho de estanqueidade à água, de resistência ao fogo, de prova de corpo duro e corpo mole etc. Quer dizer, de um conjunto de mais de 70 ensaios, realizados pela norma técnica, que pudesse se submeter aquele método à condição de uma edificação que tenha o mesmo desempenho de uma construção tradicional.

Aí a gente tem aqui os dois modelos de creches que já financiávamos antes desse método inovador, que é o modelo da creche tipo B, que é a creche maior, e o modelo da creche tipo C. O que fizemos? Pegamos todos esses requisitos, definimos a licitação a partir desse desempenho, disponibilizamos os projetos das duas creches, da tipo B e da tipo C, dividimos a estrutura de lotes do Brasil em conjunto de Estados, considerando a características das regiões, as dificuldades de logística e o conjunto dos Estados brasileiros, e lançamos uma licitação que pudesse nos apresentar um resultado.

Esse mapa mostra exatamente a organização dos lotes que fizemos na licitação. O resultado foi até melhor do que a gente esperava. A gente tinha como parâmetro de preço de todo esse processo a tabela Sinapi. A tabela Sinapi é aquela que estabelece os custos da construção civil, de construções desse tipo. E a gente, então, estabeleceu essa tabela como nosso referencial de preço, e nós tivemos um resultado de 20,42% do preço da licitação, em média, abaixo da tabela Sinapi. Houve casos de desconto de 23%, 24%, e outros casos, em que houve desconto de 15%, 14%. Então, a gente teve 20,4% de desconto, comparativo à tabela Sinapi, e tivemos quatro fornecedores vencedores da licitação, sendo que quatro fornecedores com três métodos construtivos.

O primeiro método chama-se PVC e concreto, que eu vou mostrar ali rapidamente uma foto para tentarmos entender. O segundo método é o chamado *light steel frame,* que é um método que eu sempre falo, acho que todo mundo conhece, é o método com que se constroem os hotéis Ibis. O terceiro método é o método dos *composites* com pultrodado, que também que já vem sendo experimentado em algumas experiências e que atende a todos os requisitos estabelecidos na norma técnica.

Essa foto demonstra o método do PVC com concreto, que é exatamente aquela foto superior direita, em que se monta um lego e, a partir desse lego, faz-se um sanduíche de concreto com PVC. Esse método também já é bastante experimentado. Há uma fotografia ali de uma creche que eu acho que foi construída no Sul do País. Esse segundo método é o método do *composite* com pultrodado, que também é um método submetido a essas normas, e o terceiro é o método do *light steel frame,* que é o método de construção desses hotéis Ibis.

Ficou dividido em todo o Brasil por lotes. Esses quatro fornecedores ganharam esse conjunto de lotes. E, a partir dessa licitação homologada, que ocorreu já em quase todos os lotes – ainda faltam lotes para serem homologados –, a gente vem disponibilizando como uma opção para os Municípios a possibilidade de adesão a esse registro de preços, para que a partir da adesão os Municípios possam ter a assistência técnica e a realização dos contratos com essas licitantes vencedoras e, a partir daí, possam construir as suas creches com menos tempo e com mais rapidez, garantindo a mesma qualidade das creches que são construídas no modelo tradicional.

Eu acho que, de uma forma geral, era isso que eu tinha para apresentar. Quer dizer, é a experiência que a gente está tendo, para que a gente possa efetivamente dar uma maior eficiência a esse processo do financiamento. O papel do FNDE nesse processo é um papel executivo, é um papel operacional. A parte de formulação é exatamente no Ministério da Educação. O Secretário Romeu é quem cuida dessa parte da educação básica.

O esforço que o FNDE tem feito nos últimos anos tem sido exatamente na direção de, cada vez mais, permitir um melhor financiamento da educação básica, com mais qualidade, com mais eficiência, com mais racionalidade e, sobretudo, com mais efetividade, para que a gente possa transformar o esforço do financiamento em resultado efetivo.

Muito obrigado, Senador.

O SR. CÍCERO LUCENA (Bloco Minoria/PSDB – PB) – A todos aqui que externaram a posição de vocês, Srªs e Srs. Senadores, a razão do meu pedido de audiência pública talvez seja fruto, Dr. José Carlos, da experiência vivida ao longo dos anos como gestor público e como cidadão.

Eu tenho uma preocupação muito grande com programas nacionais. Essa preocupação é fundamental, porque eu sempre conto uma história, e eu acho que o Senador Cristovam e Angela já ouviram, a história de um programa do Governo Federal, lá atrás, eu não era nem político, dos Centros Sociais Urbanos. Havia exatamente o Centro Social Urbano A, B e C. Havia um valor a ser destinado ao Estado, e o Estado fazia a escolha de que tipo de Centro Social ele iria fazer. Havia Centro Social Urbano, inclusive, com piscina. E eu me recordo de uma inauguração de um Centro Social Urbano, no interior do Ceará, registrado pelo Jornal Nacional, por volta de 1989, quase 1990, por aí, quando a população daquela cidade foi convocada para a inauguração, e toda a população se fez presente. Toda, só com um pequeno detalhe: eles estavam com latas na cabeça para tirar a água da piscina, que estava igual ao céu azul, sem nenhuma nuvem, já que a cidade não tinha abastecimento.

Então, eu sempre tive preocupação com isso. Nós tivemos outros exemplos de tentativas que não deram certo, programas nacionais como CAIC, programas nacionais que foram adotados mundo afora, com sistemas construtivos não tão adequados ao continente que é este País. A preocupação também vem dos Municípios.

E a explanação da Drª Mariza, permita-me dizer, trouxe muito mais a preocupação com a educação como um todo e, na sua razão principal, representando aqueles que hoje são os mais sacrificados na gestão da educação, no caso, os Municípios. Porque é fácil se calcular, Senador Cristovam, quando você ouve o Dr. Romeu dizer que cada creche tipo B, por exemplo, terá algo em torno de 200 alunos, e que, em média, está custando R$1,4 milhão, R$1,5 milhão, e a Drª Mariza diz que o custo desse aluno no Brasil... Só... Porque em países aí afora são R$6 mil/ano, mas no Brasil, nós estamos gastando pouco mais de R$2 mil. Se você multiplicar, você tem R$500 mil de custo operacional de uma creche por ano, daí a razão de o Presidente da Confederação Nacional pedir a troca, porque é melhor construir a creche que manter a creche nessa divisão.

Além, obviamente, da preocupação que a gente tem de muitos anúncios, Dr. José Carlos, quando a Drª Mariza mostra, por exemplo, que naquele item da contribuição extra existem deficiências. Quando se diz que 55% dizem que não, 16% ou 17% dizem que nem sabiam. Quantos desses 16% ou 17% também não vão se somar aos 55%? Então, nós temos que ter uma preocupação muito grande. É louvável a iniciativa do Governo no sentido de apoiar a construção de creche, mas isso só não basta como um processo educativo.

Quanto à formatação do projeto, aí vem a minha experiência como construtor que fui, antes de entrar na política, que me preocupa muito, porque eu fico aqui, Senadora Angela, sem parâmetro de comparação. Primeiro, está dito e eu espero receber por parte do FNDE e por meio desta Comissão todos os laudos técnicos dessas empresas vencedoras dos procedimentos técnicos dos sistemas construtivos que elas vão adotar, se atendem efetivamente as exigências que estão nos editais. Isso é algo que esta Comissão tem o dever de acompanhar e de fazer a devida verificação dessa certificação das qualidades. Não estou nem questionando o que o edital exigiu como padrão. Eu acredito, e vai o meu crédito, no sentido de que fizeram de forma correta as exigências, as necessidades, devido à experiência, e isso é algo que está em qualquer manual de quem trabalha nessa área. Mas aí, eu solicito essa questão.

Agora, fica para mim difícil e complicado onde entra o sistema construtivo. O sistema construtivo, pelo que estamos vendo, e eu estava fazendo um levantamento aqui até com algumas estranhezas, tem um padrão de referência. E aí me permita, Dr. José Carlos, essa economia que o senhor anunciou merece ser aprofundada na sua análise, porque de repente o senhor está comparando um sistema construtivo que pode ser ou não ser melhor ou pior do que o outro valor que o senhor está comparando. Então isso não é referência para se comparar em termos de economia.

E aí eu me preocupo com esses sistemas construtivos, porque na verdade, pelo pouco que eu aprofundei, vocês poderão até me esclarecer, o sistema construtivo aqui que basicamente está sinalizado como uma tentativa da industrialização para a redução do custo é de fechamento, porque o restante tem que ser o convencional. O piso é convencional, a instalação hidráulica é convencional, as instalações elétricas serão convencionais, uma série de outros fatores que efetivamente terão que ser convencionais, já que elas não são pré-fabricadas. Só parte delas é pré-fabricada. Não são pré-fabricadas, não é uma creche feita numa indústria, levada e instalada lá. Ela tem a parte de fechamento, mas vai ter as ações lá.

Então, me preocupa esse sistema construtivo, se, de repente, ele está atendendo as condições da Região Norte, se o sistema escolhido aqui está efetivamente compatível com o Norte; se o do Nordeste

está efetivamente compatível com a Região Nordeste, se o do Sul está efetivamente compatível com as exigências do Sul, em termos das exigências do edital. Sobre isso, eu já pedi a documentação.

Preocupa-me alguns detalhes aqui, e aí eu pergunto ao Dr. José Carlos ou a quem possa responder, qual o critério da distribuição desses lotes, porque eu vejo, por exemplo, um determinado lote, que vai atender Alagoas, Sergipe e Pernambuco, há 60 do tipo B e 40 do tipo C. Aí, você vai para a Bahia, e a Bahia tem exatamente a mesma demanda, em relação aos três Estados – 60 do tipo B e 40 do tipo C. Aí, você vai para a Paraíba, o Rio Grande do Norte e o Ceará, os três Estados têm esses mesmos 60 e os mesmos 40. Aí, você vai para o Piauí e para o Maranhão, e diminui. Que critério foi esse adotado para dividir esses lotes e dizer que essa é a quantidade necessária e suficiente para esse programa? Porque, por exemplo, Minas tem 60 e 40. São Paulo também tem 60 e 40. Mas, aí, o Distrito Federal, Goiás e Tocantins só têm 60 e 40. Então, em tese, qual o critério adotado para que sejam dimensionados esses lotes?

Outro item em que, além da estranheza da comparação dos preços, eu percebi algo interessante, Dr. José Carlos. Por exemplo, a construtora MVC ganhou o lote de Alagoas, Sergipe e Pernambuco. Para a creche, nesses Estados, ela cobrou, do tipo B, R$1,325 milhão. Na Bahia, a mesma creche, a mesma construtora ganhou por R$1,554 milhão. Ou seja, praticamente 20% a mais que nos Estados vizinhos à Bahia. E me parece que a sede dessa empresa é no Paraná e, segundo a geografia, se chega primeiro na Bahia do que em Alagoas, Sergipe e Pernambuco. Então, a justificativa do frete não caberia como aumento desse preço.

Da mesma forma, também a C é um pouco mais barata. Aí, você vai para essa mesma empresa, do Piauí e Maranhão, que em tese seria mais distante, poderia haver uma justificativa, é o mesmo preço da Bahia, Senador Cristovam. É o mesmo preço da Bahia. Se você vai, por exemplo, para uma outra vencedora, a Casa Alta, ela chega a cobrar dessa creche, a mesma construtora e o mesmo sistema construtivo, do tipo B, R$1,645 milhão pela creche e R$1,375 milhão pela mesma creche. Pela mesma creche, com o mesmo sistema construtivo. E chega a cobrar R$1,650 milhão pela mesma creche. Pelo tipo C, ela cobra R$850 mil num, cobra R$739 mil noutro, cobra R$887 mil noutro, cobra R$814 mil noutro, em outro lote. Então, é algo que eu não estou comparando sistemas diferentes, estou verificando o mesmo sistema.

Feitas essas colocações, eu gostaria também de perguntar, dentro do fluxograma da segunda etapa da adesão e contratação a que o senhor não fez referência, pois temos que o Município cadastra a sua proposta. O Município insere a documentação requerida pelo FNDE para se habilitar. O FNDE analisa a proposta do Município e faz a aprovação. E, aí, o Município vai aderir a esse sistema construtivo. Essa é a minuta que aqui está estabelecida. Da mesma forma, na fiscalização e monitoramento, no quadro apresentado pelo FNDE, ele diz que o Município insere, o Município contrata, fiscaliza a obra e alimenta o Simec; o Município aprova a medição e o Município paga a parcela. Mas por que o FNDE abre alternativa de a empresa contratada pelo FNDE monitorar a obra, verificar a execução, e o FNDE repassar a parcela correspondente?

(Intervenção fora do microfone.)

O SR. CÍCERO LUCENA (Bloco Minoria/PSDB – PB) – Vocês terão um sistema de acompanhamento para o Município, não para a empresa. Ótimo. Está esclarecido.

(Intervenção fora do microfone.)

O SR. CÍCERO LUCENA (Bloco Minoria/PSDB – PB) – De monitoramento. Então, nós vamos ter a fiscalização do Município e a fiscalização do FNDE.

Pois bem, eu pergunto, já em função desses sistemas, pois me preocupam muito, porque eu sou de uma região relativamente pobre, sou de uma região inclusive com a qual o País tem uma dívida muito grande, em particular, com o meu Estado, a Paraíba.

Agradeço a generosidade que a senhora está me permitindo no tempo.

(Intervenção fora do microfone.)

O SR. CÍCERO LUCENA (Bloco Minoria/PSDB – PB) – Também? Então, ótimo, José Carlos.

Então, Dr. José Carlos, o que me preocupa é essa, vamos dizer assim, centralização, embora tenha uma empresa aqui da Paraíba, que eu não a conheço fazendo essas construções lá na Paraíba, mas Deus queira que ela se desenvolva e que cumpra, torço para isso, mas é você não permitir e engessar que esse modelo, por exemplo, pudesse ser executado num sistema tradicional, gerando, talvez, mais emprego, mais renda, em pequenos Municípios dos Estados mais pobres do nosso País, num momento em que se está precisando de emprego lá. É uma inversão do sistema industrializado. É verdade, mas era importante que você deixasse alternativa. Até porque, quando de um registro de preço, eu já pensei inclusive em apresentar um projeto, eu já mandei analisar, porque o registro de preço foi algo importante para agilizar. Foi algo estabelecido no processo de licitação, importante, Senador Cristovam, para agilizar, mas existiram e existem vários desvios de registros de preços.

Foram montados no Brasil vários registros de preços que serviam exatamente para que determinada prefeitura que tivesse conveniência, ou o Estado, ou a repartição pública federal, não estou aqui generalizando, determinados, fizessem o registro de preço, não compravam o produto e repassavam esse registro de preços a outros interessados, possivelmente conduzidos e manipulados por aquele que ganhou o registro de preços.

Então, me preocupa muito quando o senhor abre a chance, por exemplo, para a possibilidade de o FNDE comprar a confecção, ser confeccionada, pode participar da licitação, mas nós sabemos que a pequena e média empresa do Brasil, muitas vezes, não tem acesso a essas licitações. Então, o senhor sabe muito bem que, na Paraíba, por exemplo, há várias fábricas de confecção, não há nenhuma fornecedora, e ela faz o preço que o MEC hoje paga, e se brincar, faz menor, mas não tem mais a chance de fazer, porque está feito o registro de preços.

(Intervenção fora do microfone.)

O SR. CÍCERO LUCENA (Bloco Minoria/PSDB – PB) – Pois é. Então, era importante que a gente deixasse essa, vamos dizer assim, oportunidade, para que o prefeito pudesse... Eu estava conversando ontem, por exemplo, com o Deputado Hugo Motta, de Patos, e ele mostrou-se preocupado, porque, por Patos é um polo calçadista e de confecção, ele queria comprar o fardamento na região de Patos, e tem dificuldade em função exatamente por que se o recurso for do FNDE ele ter que aderir a uma fábrica não se sabe de onde.

Digo isso e fico a vontade porque eu, quando Prefeito de João Pessoa, forneci o fardamento escolar. Fiz uma licitação e comprei as calças Jeans em Guarabira, mais baratas que em Toritama e Santa Cruz de Capibaribe. As blusas foram confeccionadas por clubes de mães e a serigrafia também feita em clubes de mães. Os tênis foram comprados na Paraíba. Nós desenvolvemos um produto e foi comprado em fábricas na Paraíba. E todo o produto fez com que esse recurso gerasse emprego e renda. E era mais barato do que em qualquer local. Então, preocupa-me muito esse sistema em que se tira a chance criativa, produtiva local. Essa é a preocupação.

Outra pergunta que eu gostaria de fechar, porque aqui nós temos 100, 200, 300, 350, 450, 500... 1.050, e o Dr. Romeu disse que a meta era de 1.500 anos. Essa daqui vai vigorar pelos quatros anos para se atingir por um ano apenas. Esse processo licitatório e na apresentação por V. Sª comparou o sistema dessa centralização dizendo que um prazo médio é de 32 meses. E que o prazo feito pelas prefeituras para aderir e fosse fazer no sistema convencional, o prazo de contrato com essas empresas vocês estão admitindo que seja de cinco a sete meses. Só que aqui, nesse quadro, o senhor não comparou quantos anos faz que se está fazendo essa licitação.

Qual o prazo que vem essa licitação se arrastando? Porque eu tenho certeza absoluta que não é algo que não seja longo pelos questionamentos.

Por fim, nessa etapa – porque a Drª Angela vai me permitir que após a resposta de vocês eu faço duas últimas colocações –, existiram questionamentos no processo licitatório? Todos já foram julgados ou há alguma ação na Justiça.

E à Drª Mariza Abreu, em sua bela apresentação, eu lhe faço uma pergunta: as prefeituras estão ou não satisfeitas com essa proposta?

Muito obrigado.

A SRª PRESIDENTE (Angela Portela. Bloco Apoio Governo/PT – RR) – Muito obrigada, Senador Cícero Lucena.

Eu gostaria de pedir ao Senador Cristovam Buarque que pudesse dar prosseguimento, vir aqui presidir, porque eu estou sendo convocada para participar de uma reunião da Mesa Diretora do Senado. Então, Senador Cícero Lucena.

Eu gostaria de fazer algumas colocações aqui, mas a reunião da Mesa iniciou há meia hora, eu estou atrasada e gostaria de ter a compreensão. Peço que o Senador Cícero conduza os trabalhos desta audiência pública.

Muito obrigada.

O SR. CRISTOVAM BUARQUE (Bloco Apoio Governo/PDT – DF) – Sr. Presidente, Srªs e Srs. que estão trazendo todas essas informações para nós, eu vou falar bem menos, Senador Cícero, e sair do debate sobre o lado administrativo.

O que eu percebo é que nós não fizemos ainda a opção proposta há muitos anos aqui, proposta pela ex-Senadora Heloísa Helena,de que deveríamos adotar uma geração de crianças.

Se o Brasil dissesse: "Nós vamos adotar uma geração. Só vamos fazer Copa do Mundo, Olimpíadas, trem-bala, estradas, hidrelétricas grandes depois de cuidar dessas crianças", como, aliás, a gente faz em casa com os filhos da gente.

Eu duvido que alguém vá ao jogo de futebol com o dinheiro que deveria usar para comprar comida ao filho. É o que o Brasil está fazendo. Gastando 50 bi, juntando Olimpíadas e Copa. É o que estamos fazendo. Nós não tomamos a decisão de adotar uma geração. E a prova é que mesmo aqui a gente discute o lado gerencial, administrativo, quanto gasta...

Hoje virou moda dizer que estamos gastando mais de 500 em cada setor. Quando vou ao médico, minha preocupação não é a quanto custou o equipamento dele – aliás, eu acho ruim, porque ele aumenta a consulta. E eu não vejo o médico que errou dizer: "Eu errei, mas o equipamento que eu comprei é de última geração. Eu gastei tantos milhões com o meu consultório. Não sei por que o meu serviço é ruim". Não vale isso! A gente tem que ter o serviço de que o Brasil precisa, adotando uma geração de crianças. E a adoção começa da pré-escola, talvez até da gravidez da mãe. A gente não está fazendo isso. Se a gente tivesse fazendo isso, por exemplo, eu falo aqui do meu Estado, não existiram creches paradas em construção. Aliás, o Distrito Federal não precisaria nem pedir dinheiro ao MEC para construir suas escolas. Fez um estádio de R$1,6 bilhão sem ter time de futebol!

O SR. PRESIDENTE (Cícero Lucena. Bloco Minoria/PSDB – PB. *Intervenção fora do microfone.*)

O SR. CRISTOVAM BUARQUE (Bloco Apoio Governo/PDT – DF) – Dava mil, mais de mil creches na construção. E a manutenção dele vai custar também. Portugal está derrubando os estádios que fez para a Eurocopa, Copa Euro. África do Sul está destruindo os estádios que fizeram para a Copa do Mundo, porque a manutenção custa dinheiro. O Qatar resolveu isso, como tem muito dinheiro, eles vão fazer os estádios desarmáveis para dar de presente aos países africanos, para não ficar com os custos.

Pois bem, nós não fizemos essa adoção. Gostei muito da apresentação da Drª Mariza, porque ela traz toda a dimensão do problema, inclusive essa coisa estranhíssima de que estão aumentando as crianças nas escolas particulares e diminuindo nas públicas. E a senhora disse isso, quando a senhora começou a falar eu pensei e a senhora disse, estão fugindo das greves, não estão buscando uma educação melhor do ponto de vista da sala de aula, do professor, do ponto de vista da merenda que as escolas particulares não têm. O que eles estão é fugindo das greves e, como a senhora disse, buscando mais aconchego dos professores e da direção com as crianças.

A gente vai ter que resolver isso!

Isso só se resolve, a meu ver, com a federalização da educação de base, porque não é possível pegar um Estado pobre e ter uma escola igual que um Estado rico.

Aliás, ontem o Senador Mozarildo, não sei se estou sendo indiscreto, me cochichou que o Planalto está estudando a ideia da federalização, obviamente com outro nome, para não vincular a ideia à minha bandeira de luta. Pois bem, isso tem que começar com as creches. E aí uma colocação e a pergunta. Eu tenho a impressão – e muita gente não gosta quando eu falo isso, gente do meu lado, do meu Bloco – de que a ideia de creche estatal não é o melhor caminho. Eu acho que esse é um setor que a gente tem que tentar Parceria Público-Privada. O Estado assume, mas faz convênios e acordos com entidades capazes de dirigir uma boa creche. Por que a gente vai selecionar os funcionários da creche por concurso? Concurso não tem como, em múltipla escolha, você medir o amor de uma pessoa pelo trabalho que vai desempenhar. Toda profissão precisa de amor no exercício; chama-se vocação, mas na creche não dá para colocar apenas a palavra vocação, é amor mesmo. E é difícil fazer isso tendo com a administração estatal, de um Estado, que tem que ser frio. O Estado, quando você começa a colocar muito sentimento, fica corrupto inclusive, porque o sentimento é usado para o bem ou para o mal.

A ideia de sair o sentimento e ficar na regra é boa, necessária na relação impessoal. O Estado tem que ter uma relação impessoal. Essa impessoalidade no exercício do tratamento das crianças, no cuidado com as crianças perde muito, a meu ver. Eu não vou dizer com isso que a gente não deva ter creche estatal e não deva caminhar para isso em algum momento, como em muitos países europeus, mas para dar um salto na adoção de uma geração, não dá para ficar esperando a construção de creches, especialmente com as regras que estão aí, que paralisam obras a cada momento porque a empresa quebrou. Quebrou porque ofereceu um preço mais baixo para poder ganhar a licitação; e o Governo não pode dizer: "Essa outra é melhor", porque aí termina botando a empresa do primo do governador, ou a do prefeito, ou a do aliado, como sabemos que acontece, fazem até com cartéis por aí.

Então, não dá para esperar esse tempo todo. A saída seria uma grande mobilização com recursos públicos, mas não necessariamente com instalações estatais, não necessariamente com servidores estatizados.

Esta é a minha colocação e é a minha pergunta também: o que vocês acham da ideia de que deveríamos fazer uma revolução, começando-a imediatamente e, para isso, aumentar muito a Parceria Público-Privada, mas sem esquecer dos riscos de desvio de dinheiro pelo setor privado, que são muito grandes? Quando tiver um programa muito grande de financiamento de parceria para creche, vai haver instituição despreparada que vai entrar só para pegar o dinheiro, porque se há pessoas que não tem a relação amorosa, há instituições e dirigentes de instituições que têm menos amor ainda pelo exercício, vão pegar dinheiro. Tem que haver uma maneira de fiscalizar isso com muita atenção. Talvez, por exemplo, colocando um funcionário do Estado como dirigente ou como o segundo em cada instituição.

A instituição é privada, o dinheiro vai ser público, mas vai haver um – vou usar uma palavra muito perigosa – comissário do Estado ali dentro, junto, fiscalizando, analisando, cobrando... Os olhos do Estado. Pode ser até uma pessoa selecionada em que nós busquemos certo conhecimento de técnicas jurídicas para resolver problemas jurídicos que vão surgir, sobretudo na construção. Essa é uma colocação.

A outra é essa que surgiu da fuga de pessoas da escola pública para a particular. Isso não está diretamente ligado à pré-escola, mas é uma tragédia. Eu não tenho nada contra as escolas particulares, mas essas que estão usando são de muito má qualidade.

Eu tenho um amigo cuja trabalhadora doméstica pediu um pequeno aumento, se não me engano de R$70,00, disse quanto queria. E ele perguntou a ela por que R$70,00 e não R$100,00. Ela respondeu que aquele era o valor da mensalidade da escola do filho dela. Imaginem uma escola que custa R$70,00 por mês! Ele perguntou por que ela estava colocando o filho naquela escola. E ela disse que a diretora da escola pública onde o filho dela estudava a chamou para lhe dizer que o filho dela era bom demais para ficar naquela escola – a diretora disse, isso aconteceu em Recife! A diretora disse-lhe que não deixasse o filho ali porque ele iria se perder em função das interrupções de aulas, das companhias, do lugar onde fica a escola, uma porção de coisas. E ela assim fez. O meu amigo deu os R$70,00 – espero até que ele tenha dado R$100,00 para o menino comprar um lanche, para o menino poder fazer alguma outra coisa.

Pois bem, nós não vamos vencer isso deixando a escola nas mãos dos prefeitos, Senador Cícero. O senhor foi prefeito de uma capital, e eu imagino a falta de dinheiro para dar uma escola de qualidade como o senhor queria. Agora imagine nas prefeituras pobres... E não adianta o Governo, através do FNDE, começar a transferir dinheiro – lembro os escândalos ocorridos recentemente. Mas não é só isso, porque podem dizer que a União também se envolve em escândalos. Não, é que não basta o dinheiro para fazer uma creche, é preciso ter o atendimento contínuo; não basta fazer uma escola, é preciso ter lá o atendimento, é preciso uma carreira nacional do magistério. A carreira municipal do magistério nunca vai poder ser uma carreira do magistério da qualidade que queremos porque os Municípios são pobres e, com um concurso local, nós não conseguimos os melhores quadros.

O Banco do Brasil, quando faz concurso para escolher funcionário, não o faz de forma restrita à cidade onde vai estar a agência; a Polícia Federal também não; o Ministério Público também não. Todos os órgãos federais fazem concursos nacionais, escolhem os melhores e mandam para a cidade um quadro que, em geral, tem uma qualidade melhor do que o que seria encontrado na própria cidade. É assim que fazem. Funcionário do Banco do Brasil chegava lá como um verdadeiro rei, e não era porque tinha dinheiro – ele não era dono do Banco –, mas porque ele era escolhido num processo de seleção nacional para encontrar os melhores quadros. Ou nós, como dizia a Senadora Heloísa Helena, adotamos uma geração, ou nós estamos perdidos. Todos os problemas que vemos aí precisam ser vistos com cuidado: por trás está o problema educacional.

Finalmente, o assunto de que, nos lugares que gastam muito com creche, as crianças não aprendem necessariamente a ler antes dos oito anos. Isso acontece porque não adianta só a educação infantil ser boa, o ensino fundamental também tem que ser bom. Há duas possibilidades aí. Uma: nessas cidades há um bom serviço de escola para a educação infantil, mas uma má escola fundamental – o menino chega bonzinho ali, mas não aprende. Ou o contrário: há uma escola fundamental razoável, mas não um ensino de pré-escola bom e, aí, o menino não chega preparado, o seu desenvolvimento psicológico não está como gostaríamos que estivesse aos cinco anos e como está por aí nas classes médias e altas. Isso mostra que não está havendo continuidade, mas uma descontinuidade: investiu-se num e não se investiu no outro.

Por isso, mais uma vez, eu digo: tem que haver uma política nacional, mas não é uma política apenas de financiamento, mas uma política de execução federal.

Eu queria fechar, então, com estas duas perguntas. A primeira: o que acham da ideia de federalização da educação de base, a começar desde a pré-escola? E, no caso da pré-escola, não seria a União que sairia construindo creches por aí e fazendo concursos para os funcionários dessas creches. Seria um programa radical de identificação de grupos de pessoas, de entidades, até de pessoas individuais, que assumiriam o papel de adotar essas crianças para que elas entrassem na escola formal já com seu desenvolvimento pleno, o que depende da pré-escola.

São essas duas perguntas: a opinião sobre a federalização e sobre a publicização sem necessariamente haver a estatização da pré-escola.

O SR. PRESIDENTE (Cícero Lucena. Bloco Minoria/PSDB – PB) – Obrigado, Senador Cristovam.

Permitam-me os demais membros da Mesa passar inicialmente a palavra à Drª Mariza.

A SRª MARIZA ABREU – Romeu e Freitas, o Presidente Paulo está me chamando, então eu pedi para falar primeiro. Eu vou ser rápida e vou começar

por essa questão da escola público estatal ou público conveniada, vamos dizer assim.

Eu tive uma experiência, Romeu, muito positiva, aprendi muito quando fui secretária municipal de Caxias do Sul.

Caxias é uma cidade que está entre as mais desenvolvidas do Rio Grande do Sul e construiu soluções para uma série de questões da vida em sociedade como um todo, mas da educação em particular. Eu fui secretária de um prefeito do PMDB depois dos oito anos da gestão do hoje Ministro Pepe Vargas, e a opção que Caxias fez nesse âmbito permanece: toda a educação infantil de Caxias é conveniada. A própria instituição conveniada pode ser a proprietária do prédio ou a prefeitura constrói o prédio e depois faz o convênio para a sua manutenção.

Quem são as instituições conveniadas? São instituições comunitárias, como associações de bairro, instituições religiosas ou centros espíritas, enfim, várias. A prefeitura repassa todos os recursos de manutenção, mas – olhem que interessante, atendendo a preocupação do Senador Cristovam – a seleção das pessoas que trabalham, os professores, os atendentes, a direção, é feita em conjunto com a secretaria municipal de educação, que faz a supervisão pedagógica e o acompanhamento de todo o trabalho dessas instituições.

Agora, existe um problema, Romeu: as estatísticas. É que na hora em que a estatística do Ministério da Educação sai, essas matrículas saem todas como privadas e, aí, todo mundo cai de pau em cima da prefeitura porque a prefeitura não atende a educação infantil como devia. Então, essa separação da publicização das matrículas entre privadas *stricto sensu* e privada conveniada com o público tem que aparecer na estatística do MEC, uma vez que isso está criando dificuldades de entendimento.

Então, em primeiro lugar, eu acho que essa é uma saída interessante mesmo, possível, há experiências positivas de se fazer.

A segunda questão que eu queria tratar. Sobre sua proposta de federalização particularmente, vou me eximir de falar porque já estive aqui em uma audiência com o senhor e já coloquei a posição da Confederação sobre isso, mas a partir da sua questão e da exposição do Freitas, só tem uma saída, na minha concepção: é aprimorar o pacto federativo e o regime de colaboração.

Para que possamos garantir um padrão de qualidade no conjunto do território, é preciso da União. Não tem como fazer isso sem o papel de coordenação da política educacional da União e o papel supletivo e redistributivo da União do ponto de vista de recurso e da assessoria técnica aos entes federados.

Grande parte das dificuldades que os Municípios enfrentam – eu fui secretária nas duas instâncias – é a dificuldade que é um processo licitatório, a necessidade de competência técnica para fazer um projeto para participar desse processo e, nos mais de cinco mil Municípios brasileiros muitos não têm essa competência técnica. Essa é uma das preocupações que a CNM vem pautando a sua ação: como apoiar e assessorar os Municípios. E sei que o FDE faz isso também.

Acompanhei várias vezes, atendendo a sua preocupação, prédios do mesmo padrão para o Brasil inteiro, a começar pelo frio e pelo calor, a começar pela seca e pela chuva.

Qual é a dimensão do unificado nacionalmente que podemos fazer e qual é a variação que se necessita ter para atender as peculiaridades regionais inclusive ambientais que o Brasil apresenta? E como é que o Governo Federal – desculpem-me a franqueza ao dizer isso para vocês, porque já fui Câmara, já fui assessora do Governo Federal – é difícil, nesta Esplanada, se ter a consciência dessa diversidade. Só será possível fazer isso, se esses parceiros participarem efetivamente da construção desses modelos.

Aliás, uma reivindicação que há horas encaminhamos é a democratização do Conselho Deliberativo do FDE, que ele tivesse cinco representantes do Governo Federal, cinco dos Estados e cinco dos Municípios, que é a única maneira de essas diferenças regionais serem... Não podemos pensar no que não conhecemos. Nós, aqui, não conhecemos a diferença do Brasil inteiro. Acho que isso é uma preocupação sua. Ao mesmo tempo, nós viemos discutindo muito isso na CNM, talvez por ser no Rio Grande do Sul, onde as coisas são bastante intensas, eu esteja mais preocupada com isso, é nesse percentual de 50% do atendimento das crianças em creche. Como também diversificamos isso no País? Quando temos uma meta de 100%, para chegar a 100% tem que ter 100% em todos os Municípios, mas quando temos uma meta de 50%, a demanda manifesta por creche, que foi um conceito incorporado no Plano Nacional de Educação, é diferenciada conforme o tamanho do Município, conforme a atividade econômica, seu grau de urbanização. Temos Municípios que têm 1,7 mil habitantes e 500 na zona urbana. Como é que esse Município vai colocar 50% de alunos na creche? Não tem como. E não é preciso. Essa é que é a questão. Agora, se não tem a creche, tem o quê? Tem que ter atendimento para essa criança, pois, como o senhor bem disse, Senador Cristovam, a sociedade, por meio do Poder Público, tem que ser responsável pelo bem-estar da criança desde que se constata a gravidez da mãe no posto de saúde. Se não é a creche, qual é a ação que

temos, especialmente na zona rural, nos Municípios de menor porte etc? Isso tem que ser pensado. Se não pensarmos, imaginem o Plano Nacional sair daqui e, no ano seguinte, ter de fazer os planos municipais. Será todo mundo cobrado a colocar os 50% em São Paulo e em um Município pequenino no interior do Nordeste. Não tem cabimento!

Por fim, Senadora, sua questão da relação pré-escola alfabetização. As hipóteses que levantamos são as seguintes: depende, primeiro, da qualidade da pré-escola e, obviamente, a qualidade da pré-escola nessas regiões que têm mais taxas de atendimento, pelos recursos disponíveis pela sua oferta, não deve ser a mesma do Estado de São Paulo, onde os Municípios são ricos, o ensino fundamental era todo do Estado até a década de 90 e os Municípios desenvolveram uma pré-escola de mais qualidade. Em segundo lugar, temos de envolver a família, o nível sociocultural da família é fundamental para o nível de aprendizagem. Então, tem que ter isso também.

A sua última pergunta, os Municípios estão ou não satisfeitos? "Sim" e "não". Como eu já havia dito, "sim", na ação do Governo Federal de aporte de recursos, primeiro, para a construção, depois por demanda dos próprios Municípios para manutenção, e "não", nas dificuldades de implementação. Eu fiquei muito satisfeita de ver o reconhecimento dos 32 meses de execução. E também fiquei otimista, eu falei para eles, com os sete meses, porque a demora é na licitação – aí não estará contabilizada –, mas também é na construção. As construtoras atrasam, têm problemas com laudo técnico. Há uma série de dificuldades, não é.

Então, "sim" e "não". "Sim", pela iniciativa e "não", pelas dificuldades de operacionalização, que não são de responsabilidade exclusiva do Ministério da Educação. Também há as das dificuldades técnicas dos próprios Municípios. Mas do ponto de vista da CNM, a disposição é de colaborar para melhorar em todos os níveis e com a compreensão de que o Governo Federal não tem como acertar sozinho se não ouvir os Municípios e os Estados na definição das suas ações.

Eu vou pedir para sair porque o Presidente Paulo está me chamando, está bom.

O SR. CRISTOVAM BUARQUE (Bloco Apoio Governo/PDT – DF) – Senador Cícero, permita-me só um minuto. Não precisa nem responder. É só para tentar explicar.

Primeiro, a Federação não tem nada a ver com o prédio padronizado, nem com escola padronizada, nem com...

A SRª MARIZA ABREU – Não, eu não respondi ao senhor. Eu respondi a própria ação do Ministério. Não foi o senhor, o senhor está defendendo o conveniado.

O SR. CRISTOVAM BUARQUE (Bloco Apoio Governo/PDT – DF) – É verdade. Só um minuto.

Eu gostaria que a senhora levasse para os prefeitos, porque eu tendo conversar sobre e não estou conseguindo, se algum deles é contra se abrir uma escola federal na cidade deles. Eu duvido que algum seja.

O SR. PRESIDENTE (Cícero Lucena. Bloco Maioria/PSDB – PB) – Não precisa perguntar a ele, não. São todos favoráveis.

O SR. CRISTOVAM BUARQUE (Bloco Apoio Governo/PDT – DF) – Não precisa. Muito bem.

E abrir cinco, alguém é contra? Abrir 20, alguém é contra? E abrir todas? Por que se é contra?

Agora, nessas escolas, a carreira seria federal, paga com dinheiro federal. A gestão tinha de ser combinada localmente com a Secretaria de Educação, que deixa de gastar dinheiro e passa a ter um papel pedagógico didático. A secretária vira uma espécie de fiscal e de orientadora pedagógica com usa equipe, que vai ser pequena, claro!

Tem de haver, sim, a integração. O currículo tem de ser discutido. O prédio tem que ser, aí, sim, provavelmente um arquiteto local. As universidades são federais, mas nenhuma tem um prédio igual ao das outras.

Eu tive a ousadia de discordar de Darcy Ribeiro – e para mim isso é muito difícil – quando eu disse para ele e coloquei no jornal: o erro dos Cieps é padronizar o prédio, e era só para uma cidade.

Aí fizeram os Ciacs, eu já disse ao Presidente Collor. Essa é uma das grandes coisas! As pessoas não fazem justiça à tentativa do Collor de federalizar a educação. Ele foi o único com os Ciacs. E chegou a fazer 400. Mas a ideia, muito inspirada no Rio, acabou virando a marca pelo prédio. Foi um erro.

Eu gostaria que entendessem que se uma escola federal é boa em uma cidade, todas federais é bom também. É só isso.

O SR. JOSÉ CARLOS WANDERLEY DIAS DE FREITAS – Sr. Presidente, só um comentário antes de Professora levantar, porque eu vou comentar evidentemente nas minhas respostas, mas é importante saber.

Veja: há cinco zonas bioclimáticas no Brasil e esses prédios foram testados em todas as cinco zonas. E há características próprias para se submeterem a cada uma dessas cinco zonas bioclimáticas. Tanto que no Sul do País, áreas do prédio são fechadas exatamente em função do frio. Lá no Norte, há questões quanto ao pé-direito e tudo. Então, foi, sim, estudada essa questão das características das zonas bioclimáticas.

A SRª MARIZA ABREU – Eu venho acompanhando essa questão desde o fundo escola. O fundo escola também tinha projetos de escolas, embora fossem para três Regiões: Centro-Oeste, Norte e Nordes-

te; essa questão estava colocada. Eu acredito que a gente vem avançando nisso também.

Eu quero agradecer o convite e colocar a CNM sempre à disposição para colaborar com o debate, Senador.

O SR. PRESIDENTE (Cícero Lucena. Bloco Minoria/PSDB – PB) – Obrigado, Drª Mariza.

Com a palavra o Dr. Romeu. Posteriormente, o Dr. José Carlos.

O SR. ROMEU WELITON CAPUTO – Bom, vou abordar alguns temas aqui levantados.

Primeiro, Senador Cristovam, como o senhor em sua fala abordou, o tema, especialmente a rede conveniada, é por deveras polêmico. O senhor sabe que na última Conae não foi aprovado a rede conveniada participar da política de educação, a Conae, aliás, votou contrariamente. Mas o Congresso, este sim, desde o Fundeb, e passando no ano passado pelo Brasil Carinhoso, o Congresso tem se posicionado de forma favorável.

Nós do Ministério, e aí poderia citar aqui uma série de experiências, como a de São Paulo, que tem uma gigantesca rede conveniada; uma experiência recente no Estado do senhor, Pernambuco, na cidade de Petrolina, que ampliou absurdamente a sua rede de atendimento em creches e pré-escola, fazendo uso da rede conveniada. Experiências em Belo Horizonte; experiências no Rio de Janeiro; experiências aqui no DF, que tem uma rede conveniada... Nós do Ministério entendemos que a rede conveniada é importante. A rede conveniada tem um papel a desempenhar e, nesse sentido, concordamos, sim. Tanto concordamos que encaminhamos proposta do Brasil Carinhoso permitindo que qualquer ampliação na creche pré-escola possa também se dar na rede conveniada.

Infelizmente, o que temos percebido é que os últimos chamamentos, os últimos editais, por parte de prefeituras, não têm encontrado eco na sociedade civil. Ou seja, a quantidade de instituições dispostas a se conveniarem com o Poder Público para receber recursos tem diminuído ano a ano.

E também uma política nossa do Governo Federal. Refiro-me à política da filantropia. A instituição, para receber o título de filantrópica, tem que ter uma participação no atendimento gratuito, e essa participação precisa se dar fundamentalmente, a nosso juízo, na rede de educação infantil. Então, temos, seguramente, concordância de que essa é uma boa proposta. Eu não sei se é a única. Eu acho que aí seguramente, não. Há uma demanda muito grande por rede estatal, e isso tem sido no Brasil inteiro.

Quanto a esse modelo, Senador Cícero, primeiro, como a gente chega nessas quantidades? Pela demanda. E como eu chego pela demanda? Eu cruzo o censo. Então, eu sei que o Município de João Pessoa tem 10 mil crianças – um número hipotético – fora da escola. Nós sabemos que para atender 10 mil crianças fora da escola aproximadamente 40 unidades seriam necessárias.

O FNDE fez os lotes regionalmente pensando na demanda e nos demais critérios que aqui o presidente vai abordar sobre concorrência etc, mas a demanda é o que determina a quantidade necessária de construção, além de outros itens.

Da necessidade de se ter um padrão nacional, ela é sempre uma opção. As pessoas sempre brincam: "Vocês falam do tipo B, falam do tipo C e não falam do tipo A". O tipo A é o projeto próprio do Município. Então, eu poderia citar aqui, começando pelo Nordeste, que Recife tem projeto próprio. Passando para o Norte, Palmas tem projeto próprio. Passando para o DF, o Distrito Federal tem projeto próprio. Porto Alegre tem projeto próprio. Belo Horizonte tem projeto próprio. São Paulo tem projeto próprio. Rio de Janeiro tem projeto próprio. Eu poderia aqui me estender bem mais. Mas um conjunto de cidades no Brasil não tem sequer condições de desenvolver um projeto. Bom, se formos fazer uma investigação sobre cidades quem tem arquiteto, eu não sei, mas é um número pequeno de cidades no Brasil.

Então, o FNDE tem, em sua missão de prestar assessoria técnica, se especializado em criar esses projetos. Esses projetos são alternativas para os Municípios. O Município tem opção de desenvolver ou adotar um projeto – como disse o presidente, e vai seguramente abordar esse tema – com condições bioclimáticas etc.

Eu acho que temos um momento muito oportuno. Foi muito importante o Senador Cristovam haver citado os Caics, porque os Caics e Ciacs foram referências para nós. Nós sabíamos, e é muito importante, inclusive ter história e haver errado para não repetir o erro, mas o Brasil já adotou muitos padrões construtivos: escolas de placas em Goiás, no Tocantins já foram feitas no passado; temos as brizoletas no Rio Grande do Sul, escolas de madeira; os próprios Cieps, no Rio de Janeiro, que são escolas padronizadas. As escolas de São Paulo, as famosas escolas de lata, que foram escolas padronizadas, o polo gesseiro lá no Nordeste, que chegou a fazer projeto de escola de gesso.

Então, nós tínhamos – e temos já – uma gama de experiências no Brasil que nos permite não errar; que nos permite buscar assessoria do que o Brasil conseguiu construir de melhor – que é o INMETRO, um órgão certificador, de absoluto respaldo técnico, que tem orientado, e seguramente o Presidente do FNDE vai abordar.

Nós, Senador Cristovam, estamos buscando colocar o Governo Federal, a parte federal, para garantir a todas as escolas esse padrão federal que V. Exª coloca. Essa parte o Governo Federal tem buscado garantir. Se a escola tem o nome e o título federal é uma outra discussão, sobre a qual conheço a defesa de V. Exª.

O que nós do Governo Federal temos buscado garantir – é essa a importância nossa do FNDE – é que a escola, independentemente de onde ela esteja, tenha um padrão nacional. E esse padrão nacional significa: um livro didático, que é uma escolha local, mas cuja qualidade, em cada local do Brasil que a gente visitar, seja a mesma; que o mobiliário, independente de quem seja a criança… E aí todos nós aqui nos lembramos – eu sou de Minas Gerais e cito isso sempre – das carteiras que eram aquelas carteiras duplas, que tinham uma parte de aço, e eram sempre de madeira de lei. E decepava o dedo de criança, quando não dava um beliscão. E isso era muito comum. Nós não tínhamos um padrão nacional: era duplo em um lugar, era de canhoto em outro… Nós precisamos ter um padrão nacional que garanta esse padrão de qualidade em todos os lugares.

E temos o piso nacional do magistério. Então, me parece que a obrigação da União na Federação é garantir nível de qualidade.

Agora, a rede federal, se V. Exª pegar ali o gráfico que a Profª Mariza Abreu colocou, é a rede que mais cresceu. Independentemente disso, a nossa rede federal, especialmente a nossa rede federal média, tem crescido muito e, seguramente, ela crescerá nos próximos anos.

É isso que queria comentar.

O SR. PRESIDENTE (Cícero Lucena. Bloco Minoria/PSDB – PB) – Com a palavra, o Dr. José Carlos.

O SR. JOSÉ CARLOS WANDERLEY DIAS DE FREITAS – Muito obrigado, Senador.

Eu queria iniciar essa abordagem comentando o esforço que a gente faz para compreender essa assistência técnica, esse aporte do FNDE na colaboração do Pacto Federativo. Isso tem sido uma construção de alguns anos. E, sobretudo, não é uma tarefa fácil.

V. Exª foi passando ali por uma série de itens, de discussões e de reflexões, que são apenas parte das reflexões que nós fizemos e fazemos o tempo todo. É preciso ter muita humildade, é preciso ter muita tranquilidade para tentar quebrar um paradigma que remonta a décadas. E, no fundo, no fundo, a proposta de mudança vem exatamente na direção de a gente tentar oferecer uma alternativa mais eficiente. O que se tem – e aqui a Profª Mariza deixou isso muito claro – é um sistema relativamente ineficiente, com algumas exceções, com alguns dados que vão se caracterizando como positivos. Mas, de uma maneira geral, é preciso exercitar essa questão do Pacto Federativo da melhor maneira possível.

E esse modelo nos apontou na direção de a gente qualificar uma assistência técnica do Governo Federal como colaborador. Quer dizer, essas palavras que o Romeu falou apontam exatamente na direção de a gente tentar fazer parte do processo de construção dos sistemas educacionais da melhor maneira possível.

Não sei a que ponto podemos chegar em relação ao que o Senador Cristovam colocou da federalização. É um debate muito mais amplo. Mas é preciso estar mais presente. Isso aí não há dúvida nenhuma. A gente precisa reunir o conjunto das competências nacionais para colocar à disposição desse processo. Porque, senão, é muito mais fácil se repassar o recurso para comprar um mobiliário. E a gente vê comprando um mobiliário inadequado, sem características próprias; comprando ônibus velhos, que rodavam em zona urbana e que não têm menor condição de rodar na zona rural. Quando se vê na televisão, está lá um ônibus de zona urbana rodando na zona rural. Eu costumo dizer que toda vez que alguém compra uma chácara ou uma fazenda, a primeira coisa que essa pessoa faz é trocar o carro por um carro adequado para a zona rural – essas caminhonetes mais altas, com pneus mais robustos e tal. O cara não vai com um Palio para a zona rural. Mas a gente ia com um ônibus para a zona rural sem nenhuma condição.

Então, esse papel do Governo Federal a gente precisa colocar à disposição. A gente precisa integrar o conjunto para que a gente possa… E, sobretudo, a visão é principalmente dos Municípios pequenos e médios, porque é lá que há a maior carência de conhecimento técnico.

Então, eu queria traçar um pouco dessa nossa reflexão para que entendam que esse é um movimento na direção de a gente provocar mesmo um debate, para que a gente possa fazer melhor. O modelo que está apresentado é um modelo que vem sendo discutido da forma mais ampla possível e, sobretudo, com muita tranquilidade. A gente tem uma oportunidade muito boa de estar nesta Casa com esse debate, porque isso engrandece o projeto como um todo. Então, a gente não tem qualquer constrangimento nos debates, que têm sido – na CGU, no TCU, nas audiências públicas – para levar exatamente isto: vamos reunir o que há de melhor no Brasil para que a gente possa apresentar uma alternativa mais eficiente.

Eu vou, sim, lhe remeter o mais breve possível a questão dos laudos e dos ensaios realizados. Já consta no nosso portal de compras, está lá disponível, mas eu vou reunir o conjunto desses ensaios e desses laudos

para que possa conhecer, para que possa se debruçar, até porque é da área e conhece bastante o processo do funcionamento desse tipo de empreitada lá na ponta.

A questão da economia, Senador, eu pontuei aqui o conjunto dos itens que V. Exª abordou e aí depois, se ficar algum de fora, a gente volta. Mas a questão da economia comparativa é só a economia comparativa mesmo. Ela é uma referência.

Evidentemente que, quando se coloca um produto novo, uma iniciativa diferente, se inova na percepção de um novo produto, é preciso encontrar parâmetros para se fazer essa comparação.

O parâmetro que nós temos hoje se aproxima muito do que seja exatamente o que vai acontecer, que é a tabela Sinapi. Lá na tabela Sinapi, eu consigo, por exemplo, na composição de uma parede que vai ser de PVC, de concreto, fazer a cubagem do concreto, fazer a definição do metro do PVC, quanto custa, de como é composto aquele PVC, qual a composição efetiva do PVC; e eu tenho aqueles itens para fazer uma referência e uma comparação. E eu consigo chegar muito próximo disso aí, senão com pequenos ajustes. Então, é uma referência, é a referência que nós temos. Daqui a pouco, é muito provável que a referência seja o próprio sistema. E, aí, a gente evidentemente vai avançando.

Agora, a tabela Sinapi serve, historicamente, no Brasil, para que a gente possa fazer essas comparações. E ela dispõe de elementos e de insumos que nos permitiram nos aproximar muito do que é exatamente o que nós entendíamos como a referência de preço.

Agora, mais do que isso, a gente precisa enxergar esse sistema como uma oportunidade de melhoria da eficiência do sistema, do processo como um todo, porque atualmente a gente está tendo despesas e frustrações de custos sociais incalculáveis. Quer dizer, quando a gente vê que uma creche passou 40 meses, 50 meses sem ser construída, a gente tem que calcular quantas crianças deixaram de frequentar aquela creche. E para esse custo não há conta. Então, essa conta precisa ser avaliada também para que a gente possa entender…

E, evidentemente, esse é um processo de maturação. Não se consegue partir para uma inovação já com todos os elementos postos. Até a construção da permissão legal para isso, o arcabouço legal, foi construído ao longo do tempo. E V. Exª lembrou bem. Quanto tempo que o FNDE levou para construir essa licitação? Levou muito tempo. Precisa levar mais? Foi só um; foi só um, com o conjunto dos atores que têm conhecimento disso no Brasil. E é claro que a gente precisa fazer isso da melhor maneira possível, com o que tem disponível no nosso País. Aí dizem: "Mas, olha, isso tinha que ser ainda mais qualificado." Eu digo: Olha, o que tem de qualificação no Brasil está disponível dentro desse projeto.

Agora, a gente acha também que, a partir dessa experiência, há um movimento natural dos mercados na direção de se qualificarem para que possam estar em condição de se integrarem a essas oportunidades. E esse é um processo que a gente tem experimentado em várias das nossas aquisições de outros produtos, em que se percebe…

Há um caso absolutamente clássico. Fazíamos uma audiência pública em São Paulo e um conjunto da indústria nacional insistia na utilização de *van* no transporte escolar. E havia um estudo, realizado com largo conhecimento do INMETRO, na área de transporte de passageiros, mostrando que o veículo de monobloco, quando há uma batida, submete o ocupante a consequências muito mais severas. E o ônibus, não.

Como o ônibus é sobre chassi, aquela cápsula do ônibus se desloca e preserva quem está lá dentro. Tanto que o Caminho da Escola já tem esse ônibus amarelinho há cinco anos e nós não temos nenhum óbito no Caminho da Escola. Já houve vários acidentes, até graves e tudo, de ônibus virar, e os meninos saem pela porta de segurança e vão embora.

E lá na audiência pública o cidadão disse: "Temos que voltar a esse debate sobre a *van* e tal." Isso já tinha sido largamente explicitado, mostrado. E ele disse: "Bom, eu não tenho o que fazer aqui se não tem *van*." E eu disse: É por isso que essa porta fica aberta, para quem quiser entrar, para quem quiser sair. E esse cidadão saiu. Ele representava uma grande empresa nacional e, no ano seguinte, a empresa fez o ônibus específico para o Caminho da Escola e vem disputando normalmente com todo mundo.

Esse é um processo de construção. Nós não temos a pretensão de achar que íamos encontrar um processo todo pronto, acabado, senão já estávamos a largas caminhadas e passadas nessa questão de metodologia inovadora no Brasil.

Mas, evidentemente, sabemos que, a partir de uma iniciativa que tenha consistência técnica, vamos avançando para uma melhoria e, sobretudo, uma maturidade desse processo.

A questão da transposição que o senhor citou, que é relativa aos itens que são convencionais, é exatamente isso. O nome da ação é projeto de transposição. Pega-se um projeto padrão, que é o projeto do FNDE, oferece na licitação, e o cidadão vencedor daquela licitação, ou pretenso vencedor, tem que fazer a transposição daquele projeto para o método que ele tem de desenvolvimento da escola.

E aí, naquela transposição, há os itens transponíveis; e outros não transponíveis. Há um conjunto de

itens, na escola, que não é transponível, e que é do projeto convencional. É um misto desse processo, a partir de parede, de superestrutura, de telhado. Ali tem transposição, mas muitas coisas não têm, e esse é um processo que é apresentado no projeto de transposição.

Com relação à participação local, Senador, eu queria fazer novamente uma reflexão.

O Romeu colocou, e é verdade, há a opção do Município fazer o projeto dele, e alguns Municípios fazem, principalmente os maiores Municípios. Mas o que há por traz disso tudo é uma grande dificuldade de esses Municípios se desonerarem da incumbência de realizar a licitação e de acompanhar.

Estamos, dia após dia, verificando essa dificuldade e oferecendo um aporte de assistência técnica, para que possamos efetivamente contribuir para um processo de melhoria de eficiência da construção dessas escolas. Então, nessa direção há uma participação também.

E aí eu queria fazer um parêntese aqui. Para todos os produtos dos quais fizemos registro de preço, estou falando de mais de vinte produtos, bicicletas, ônibus, barcos, mobiliários escolares, utensílios de cozinha, uniforme, e por aí vai, para todos eles, em nenhum momento houve uma retração no mercado. Isso é importante.

Nós já conversamos muito, com envolvimento de economistas do setor. A Fundação Getúlio Vargas nos assessora nesse debate sobre o impacto na economia local desse processo. Os mercados crescem, os mercados não estão sendo diminuídos. O que está diminuindo é a quantidade de produto com menos qualidade. Isso, com certeza. Induzimos a um processo de qualidade em todo o conjunto desse modelo.

Então, na medida em que o Governo Federal oferece uma referência de qualidade, uma referência de assistência técnica, os mercados se organizam também.

O senhor falou... nós compramos lá o fardamento. Lá em João Pessoa chamamos de farda; aqui no Sul, o pessoal chama de uniforme. Então, a farda dos meninos é comprada lá, com recursos próprios, sem nenhum problema. Essa é uma opção de maior rapidez, é uma opção que tem um referencial de preço, mas é só uma opção. E não há nenhum problema em se usar outra possibilidade.

Vimos discutindo isso longamente com o Tribunal de Contas da União. Esse é um debate que temos interesse em fazer, porque, evidentemente, quebrar paradigma não é muito fácil. Então, precisamos ter tranquilidade para fazer esse debate e o Tribunal, há dois anos, mais ou menos, soltou um acórdão recomendando o uso do registro de preço do FNDE como uma opção de eficiência, de transparência, de racionalidade e tudo.

Então, vimos trabalhando na direção de minimizar essas lacunas que ocorrem. Mas, sobretudo, todos os mercados em que vimos avançando têm um processo de melhoria, não têm um processo de diminuição. Esse é um ponto que vale a pena comentar.

De forma que a construção das creches não foi diferente. Passamos por um processo de construção da qualidade delas muito forte, um processo que demorou mesmo, porque envolvemos o Instituto Falcão Bauer, o INMETRO, laboratórios especializados em zonas bioclimáticas, laboratórios especializados em ensaios da 15575 e um conjunto de outros especialistas que puderam nos ajudar, alguns, inclusive, em universidades. Porque o que se tem hoje são alguns especialistas. Não se tem um centro especializado. O Falcão Bauer é o que mais se aproxima. Há especialistas: um professor da Universidade de Santa Catarina é o cara que conhece mais da parte acústica; o outro conhece mais da parte térmica. Fomos buscar apoio desse pessoal.

E, nesse sentido, buscamos colocar um projeto que se aproximasse o máximo possível da condição de conforto de cada uma dessas oito zonas bioclimáticas. Eu falei cinco, mas são oito. Então, são oito condições de desempenho dessa creche no Brasil todo.

O critério de distribuição dos lotes o Romeu já comentou e eu vou comentar a sua abordagem com relação aos preços. Esse é um ponto, para nós, evidentemente bastante sensível e que é um ponto de atenção dentro do processo para nós. A nossa experiência com relação à realização desses registros de preço tem sido uma referência, tanto que citei aqui a questão da indução do Tribunal num acórdão em que ele referenciou esse nosso modelo.

Mas, de um tempo para cá, há cinco anos, o Tribunal recomendava que toda vez que se fosse fazer uma licitação, compulsoriamente, obrigatoriamente, se oferecesse o preço referência para o fornecedor, divulgasse o preço referência. Eu vou comprar esse livro, mas eu tenho como referência desse livro o preço de R$4,00 – eu dava essa informação para a licitação, deixava disponível. Aí havia um fornecedor ali que ia vender esse livro para mim. Mas ele estava até pensando em vender por R$2,50. Porque ele tinha um momento de oportunidade de uma zona de produção mais favorável e ele dizia: "Eu vou vender mais barato."

Mas ele não vai vender mais barato se eu disser a ele que tenho uma referência de R$4,00. O que nós conversamos com o Tribunal? O Tribunal soltou outro acórdão a partir dessa discussão com o FNDE dizendo exatamente isto: "O preço de referência de um produto,

quando se realiza um registro de preço, é de sigilo da instituição que realiza, e ela só precisa disponibilizar esse preço após a fase de lances."

Quando eu vou comprar um carro usado, eu não digo para o vendedor quanto eu tenho no meu bolso. Eu vou negociar o meu carro usado. Então, se eu disser a ele que tenho R$10 mil, ele com certeza não vai vender por R$9,5 mil . Ele vai vender por R$10 mil, R$10,5 mil. São experiências que vão sendo construídas e vamos nos apropriando dessa maturidade. Nesse processo é igual: nós não divulgamos o preço de referência. Na verdade, o projeto do RDC, a legislação do RDC tem uma exigência adicional do modelo do pregão que obriga, quando não se vai utilizar o preço de referência, disponibilizar, se informe o Tribunal de Contas da União num envelope sigiloso, lacrado. Então, fizemos isso. Tribunal, esse é o preço. Qual é o preço? A tabela Sinapi, distribuída nos diversos itens que tínhamos na nossa planilha.

Entregamos para o Tribunal e os preços que foram praticados são preços, vamos dizer assim, relativamente acima todos de 10%, da tabela Sinapi, 15%, 20%, 17%, cada um na sua condição logística.

Mas aí há dois pontos. Pegue-se, por exemplo, aquele caso de Alagoas. A MVC tem uma base em Alagoas, construiu uma base em Alagoas. Provavelmente, lá na planilha de custo dela, conseguiu alcançar um preço melhor ali para Alagoas, Sergipe e Pernambuco, e para a Bahia ela fez um preço diferente.

Agora, evidentemente, por trás disso há um processo de concorrência, que é um processo natural de mercado. Evidentemente essa coisa tem uma dinâmica a cada pregão novo. Mas a referência que nós tínhamos era uma referência confortável, e essa referência estava ficando abaixo. O pregoeiro – esse é um processo absolutamente transparente, disponível – entendeu que aquilo estava numa faixa de preço aceitável e adjudicou e homologou.

Por outro lado, as diferentes disputas em cada um dos lotes também têm sua dinâmica própria, a ponto de que, se forem fazer uma pesquisa do mobiliário escolar, vão verificar isso. Quer dizer, um fornecedor que, em algum local, aportou um valor de R$150,00, no outro de R$160,00, porque ele passou por um processo de disputa diferenciado, porque ele tem alguma facilidade logística, coisas desse tipo.

Então, esse é um processo transparente, que transcorre da maneira mais regular possível. A gente tem as ferramentas e as utiliza. Agora, também devo lhe informar que esse processo está à disposição da CGU e do TCU. Aliás, estamos com um debate franco e claro com o Tribunal sobre isso. Conversamos; esta semana estive lá duas vezes conversando, mostrando essas coisas, debatendo e apresentando os resultados para que todo mundo possa conhecer e possa refletir também conosco para que a gente possa agregar processos de melhoria ao longo de todo o período.

Outro ponto é a questão da adesão, que eu terminei não abordando, sobretudo, em função do tempo mesmo. Mas o processo de adesão passa pelas mesmas etapas do processo do PAR: a fase do cadastro, da análise, da aprovação e da adesão. Os projetos são apresentados, o FNDE analisa qual é a condição do terreno, qual é a condição de localização daquele projeto dentro do terreno, qual é a condição de população local naquele terreno, da vizinhança. Análises que são feitas pelo FNDE para um projeto normal. Este passa pela mesma etapa.

Depois disso, feita essa aprovação, é possível disponibilizar para a adesão ao registro de preços. E o processo de adesão transcorre igualzinho em um uniforme escolar ou em um mobiliário: ele faz a adesão ao sistema e depois ele próprio assina o contrato. A gente repassa o recurso para o Município; a gente não repassa o recurso para o fornecedor. O Município é que tem a responsabilidade pela gestão do contrato, e é muito importante que isso seja do Município.

Aí vem a questão do ponto seguinte, que o senhor abordou, que é a questão da fiscalização. Essa é uma questão cujo debate a gente também vem ampliando e buscando os melhores parceiros possíveis para que possamos universalizar um esforço, porque o País é muito grande, tem um território muito amplo, e isso dificulta todas as ações operacionais. A gente tem que agregar parcerias para que possamos fazer melhor.

Assim, quais são os três eixos do monitoramento? O primeiro eixo é a própria prefeitura; é ela que tem a responsabilidade do contrato e a responsabilidade da obra; é ela que faz a concessão do habite-se daquela obra. A segunda é a própria empresa. Ela também tem responsabilidade por nos informar como é que está a obra. Afinal de contas, eu preciso saber, e aí o sistema via cotejar. E por terceiro nós temos uma ação muito forte, e, sobretudo, agregada ao apoio do INMETRO. O INMETRO nos auxiliou na capacitação de técnicos no que eles chamam de verificação de conformidade; eles têm bastante experiência nisso nos Estados por meio dos institutos de pesos e medidas. Esses institutos têm conhecimento para aferir a qualidade de um ônibus, aferir a qualidade de um produto, de um berço de criança. E conhecem um processo de conformidade, na verdade, para qualquer produto.

Estão conosco fazendo um conjunto de capacitação não só do nosso pessoal, do pessoal do INMETRO, e, sobretudo, do pessoal de empresas que foram contratadas para fazerem o monitoramente. Foi

contratado um conjunto de empresas no Brasil todo, por meio de lotes de Estados, que a gente contratou, e essa empresa vai dar a terceira informação.

Assim, nós teremos não só o processo de auditagem do INMETRO, mas também teremos a informação da prefeitura, a informação do próprio construtor e a informação da empresa de monitoramento contratada. E esse conjunto de informações reunidas no sistema nos apresenta a sequência do desenvolvimento da obra.

A partir daí, a gente passa, ou não passa, ao próximo recurso complementar ao funcionamento daquela obra.

Bom, aí o V. Exª comentou sobre a questão da realização da construção no local para que a gente possa incentivar a mão de obra local. Veja, do jeito que está, achamos que está havendo uma retenção dessas construções. Na verdade, o que vai acontecer agora é uma grande mobilização da mão de obra dos Municípios. Essa mão de obra pode ser, sobretudo, capacitada em novas metodologias e, com certeza, terá que ser agregada ao redor daquela obra, porque há calçadas, há radiers, há uma série de outros itens. A parte convencional está ali posta.

Mas eu vejo, Senador, como uma oportunidade, de verdade. Se havia cem obras, ou duzentas obras que eram feitas em uma determinada região, agora vai haver 500 obras, 600 obras. Passou-se a dar oportunidades para a aquele Município, ele vai conhecer uma nova metodologia, ele vai poder integrar no movimento da dinâmica de uma nova obra e, com certeza, esse processo hoje não está acontecendo nesse volume. E esse volume vai aumentar muito mais.

Com relação a isso, sempre lembrando, é uma opção. A gente está trazendo um ponto de discussão a partir dessa experiência para que todo mundo possa participar.

A questão dos uniformes é aquilo. Como é o nome daquela cidade ali perto de Santa Cruz? Toritama. Aquele pessoal teve oportunidade, e tem sempre, já está no segundo pregão de uniforme, são 120 lotes. São lotes pequenos, lotes para um Estado, não só eles, como do Brasil todo. Quer dizer, esses estudos de mercado nos apontam na direção de aumentarmos os lotes ou diminuirmos os lotes.

Agora, evidentemente, não se consegue calçar o sapato do mesmo tamanho que vinha sendo calçado, até porque nós sabemos, Senador, da quantidade de produtos com qualidades absolutamente inaceitáveis que são distribuídos hoje no sistema educacional. Não tenha dúvida nenhuma disso.

Então a gente faz pesquisa, por exemplo, de camisetas. Camisetas sendo vendidas por R$13,00, R$14,00, sendo que a camiseta é registrada por R$4,50 com a aferição de qualidade do INMETRO no tecido. Esse é um debate que está sendo colocado, e é uma opção, é uma possibilidade, mas para os Municípios pequenos isso tem sido a salvação, é isso que a Profª Mariza comentou aqui. Isso tem sido uma possibilidade muito grande e que não existia. Porque era assim: eu usava a farda, ou eu não usava a farda. Eu passo a ter a opção de usar, porque aquele Município não vai conseguir fazer a licitação, e essa é uma opção.

Esse conjunto de informações vai na direção do que a gente tem discutido, do que a gente tem colocado como uma opção a mais e como uma referência. Evidentemente que esses debates nos trazem informações para que a gente agregue ao conjunto do projeto, e para que a gente possa, efetivamente, melhorar.

O SR. PRESIDENTE (Cícero Lucena. Bloco Minoria /PSDB – PB) – Senadora Ana Rita, V. Exª quer fazer algum comentário? Não? (*Pausa.)*

Bom, Dr. José Carlos, eu só gostaria de registrar que, dentro das minhas perguntas, eu continuo com o questionamento dos preços e o senhor também não me respondeu se houve algum processo e se isso já foi devidamente sanado. Somo a esta pergunta a questão de quando, e a partir de quando, estará liberado esse procedimento para que as prefeituras possam se credenciar.

Obviamente que, com boa parte do que o senhor colocou, eu concordo, e gostaria, por uma questão de justiça, de fazer um registro. Quem é da área de educação pública e quem é da área de engenharia, sem dúvida alguma, quando eu me dirigia aqui à Presidência, eu perguntei o que você era de José Carlos e você disse que era só filho; assim, para quem conhece a Paraíba e Pernambuco, sabe a referência que ele era na área de engenharia e na área de educação. Então, eu faço esse registro, porque para mim ele foi uma referência no meu caminhar e no meu aprendizado.

E, por fim, também gostaria de esclarecer de uma forma bem simples para o prefeito, para o secretário que está nos ouvindo, sobre a opção que o prefeito tem de, efetivamente, no padrão preestabelecido de classe B, atendendo a todas as demandas e necessidades, conforme o edital assim estabeleceu, se ele tem a alternativa de fazer a opção pelo sistema convencional, e se ele tem também que fazer a opção entre um dos três sistemas adotados pelo FNDE, ou mesmo um outro sistema que eventualmente venha a ser proposto e ele proponha ao FNDE.

O SR. JOSÉ CARLOS WANDERLEY DIAS DE FREITAS – Senador, desculpe-me ter passado esses dois pontos, porque no conjunto que eu anotei ali eu não os vi.

Houve um questionamento na licitação, antes da adjudicação, de uma empresa que participou do processo e foi indeferido. Foi dado o direito de recurso, o recurso foi indeferido tecnicamente e a licitação seguiu. Pronto. Não houve questionamento na justiça; não houve questionamento de outra natureza, e a gente seguiu. Hoje a licitação está em que ponto? Ela já está toda homologada, à exceção quase da Região Norte; não todos os Estados, alguns Estados da Região Norte. Exatamente o pretenso licitante vencedor, nesse momento, está sendo submetido ao que a gente chama de teste de aderência, que é o processo de transposição do projeto, que depois vai ser analisado pelo Instituto Falcão Bauer, que emite um laudo, mas é exatamente o laudo que nós vamos lhe passar – os outros já vamos passar agora, e esse passaremos depois.

Essas que estão homologadas já estão disponíveis para adesão, e o que aconteceu foi que o conjunto de Municípios, quando tiveram a oportunidade do registro de preços, se habilitaram a fazer a adesão ao registro de preços e essa adesão vem sendo feita. Eu não sei lhe precisar quantas adesões já foram realizadas, mas nós tivemos, mais ou menos, no início da semana passada, depois da adesão dos Municípios, a etapa seguinte, que é a assinatura do contrato, e, na sequência da assinatura do contrato, a emissão da ordem de serviço pelos Municípios. O prazo de sete meses ao qual me referi é contado a partir da emissão da ordem de serviço, que é o quê? Quando o Município oferece o terreno nas condições adequadas: com luz, com água, a terraplanagem pronta, com 3% de declividade no máximo etc.

Então, a gente está, nesse momento, exatamente aguardando a homologação da Região Norte, mas as outras regiões estão em processo de adesão, e já há alguma adesão em curso e ampliando, os Municípios têm procurado bastante essa possibilidade.

Senador, eu vou voltar à questão do preço. O preço é novamente a dinâmica do registro de preço, é a dinâmica do processo, tanto que o RDC – que é o regime diferencial de contratação, que foi a forma legal por que essa licitação foi realizada –, até março agora recente, não tinha um sistema, e todos os órgãos que realizaram RDC antes desse período o fizeram de forma presencial, com o processo sendo feito administrativamente *off-line*. Nós optamos por pegar carona no sistema do ComprasNet, para realizar o RDC da mesma maneira que se fosse realizado um pregão. Há poucas diferenças entre um processo de pregão no sistema e um processo do RDC.

Então, o RDC do FNDE pegou emprestado o sistema do ComprasNet e realizou o processo todo por meio do sistema, que garante mais transparência, garante sigilo das propostas, garante o sigilo dos participantes, e isso eu acho que dá mais segurança ao processo concorrencial. E foi isso que aconteceu dentro dos parâmetros que a lei determina e da forma como isso é estabelecido. Então, os preços são consequência desse processo.

O SR. PRESIDENTE (Cícero Lucena. Bloco Minoria/PSDB – PB) – José Carlos, não tendo mais nenhum Senador para fazer qualquer questionamento, só me cabe agradecer.

Acredito que tivemos a oportunidade de aprofundar o conhecimento sobre essa operação, aproveitamos e derivamos um pouco do objetivo inicial, mas também valorosa essa derivação quanto às necessidades que o Senador Cristovam bem como a Drª Mariza colocaram. Temos a agradecer e torcer para que possamos cumprir o nosso papel de fazer deste País um país mais justo, mais humano e mais solidário.

Então, muito obrigado ao senhor, Dr. José Carlos, bem como ao senhor, Dr. Romeu, à representante também, Drª Mariza, do CNM.

E queria anunciar que a próxima reunião ordinária desta Comissão será terça-feira, a partir das 11 horas.

Nada mais havendo a tratar, declaro encerrada a presente sessão.

(Iniciada às 10 horas e 17 minutos, a reunião é encerrada às 12 horas e 50 minutos.)

COMISSÃO DE EDUCAÇÃO, CULTURA E ESPORTE

ATA DA 37ª REUNIÃO ORDINÁRIA DA COMISSÃO DE EDUCAÇÃO, CULTURA E ESPORTE, DA 3ª SESSÃO LEGISLATIVA ORDINÁRIA DA 54ª LEGISLATURA, REALIZADA EM 13 DE AGOSTO DE 2013.

Às onze horas e vinte e dois minutos do dia treze de agosto de dois mil e treze, na sala de reuniões da Comissão, Ala Senador Alexandre Costa, sala 15 (quinze), sob a Presidência da Senhora Senadora Ana Amélia, Vice-Presidente da Comissão de Educação, Cultura e Esporte, e com a presença dos Senhores Senadores Wellington Dias, Ângela Portela, Ana Rita, Paulo Paim, Randolfe Rodrigues, Lídice da Mata, Inácio Arruda, Roberto Requião, Romero Jucá, João Alberto Souza, Ana Amélia, Benedito de Lira, Alvaro Dias, Paulo Bauer, Maria do Carmo Alves, José Agripino, Lindbergh Farias, Vanessa Grazziotin, Valdir Raupp, Cícero Lucena, Flexa Ribeiro, João Vicente Claudino e Mozarildo Cavalcanti, reúne-se a Comissão de Educação, Cultura e Esporte. Deixam de comparecer os Senhores Senadores Cristovam Buarque, Ricardo Ferraço, Ciro Nogueira, Kátia Abreu, Cyro Miranda e Armando Monteiro. Neste momento, a Presidência

submete à Comissão a dispensa da leitura da Ata da Reunião anterior e a aprovação da mesma, com o que todos concordam. Logo após, o Senhor Presidente, Senador Cyro Miranda, faz a leitura do seguinte comunicado: "Comunico aos Senhores (as) Senadores (as) o recebimento do Aviso nº 961-Seses-TCU-Plenário, de relatoria do Excelentíssimo Senhor Ministro Aroldo Cedraz, encaminhando cópia do Acórdão proferido pelo Plenário daquela Corte nos autos do processo nº TC 016.372/2013-1, juntamente com Relatório e Voto que o fundamentam. Dispõe sobre Requerimento 24/2013-CE, aprovado na Comissão de Educação, Cultura e Esporte do Senado Federal, de autoria do Senador Álvaro Dias acerca do relatório final do TCU sobre a apreciação das contas dos XV Jogos Pan-Americanos. Os (as) Senadores (as) que desejarem uma cópia da correspondência poderão se dirigir à Secretaria desta Comissão". O Aviso vai ao arquivo. Prosseguindo, a Presidência inicia a deliberação da pauta pelos itens não terminativos, aguardando o quórum para a votação das matérias terminativas. Item 4: Ofício "S" nº 26, de 2013, de caráter não terminativo, de autoria da Autoridade Pública Olímpica – APO, que "Encaminha Relatório de Atividades desenvolvidas pela Autoridade Pública Olímpica – APO no segundo semestre de 2012". A relatora designada é a Senadora Maria do Carmo Alves e o parecer, pelo conhecimento das informações e ciência das recomendações, é aprovado. Item 3: Projeto de Lei da Câmara nº 107, de 2012 – Complementar, de caráter não terminativo, de autoria da Presidência da República, que "Dispõe sobre isenção do Imposto Sobre Serviços de qualquer natureza, de competência dos Municípios e do Distrito Federal, à Fédération Internationale de Football Association – FIFA e a outras pessoas, para fatos geradores relacionados com a Copa das Confederações FIFA 2013 e com a Copa do Mundo FIFA 2014". O relator designado é o Senador Alvaro Dias e o parecer é pela rejeição do projeto. È concedida vista coletiva pelo prazo regimental de 5 (cinco) dias. Prosseguindo, a Presidência retorna à ordem original da pauta. Item 1: Projeto de Lei do Senado nº 344, de 2012, de caráter terminativo, de autoria do Senador Cristovam Buarque, que "Altera a Lei nº 9.394, de 20 de dezembro de 1996, que estabelece as diretrizes e bases da educação nacional, para garantir programas de educação para idosos em nível superior". O relator designado é o Senador Paulo Paim e o parecer é favorável, na forma do substitutivo oferecido. A matéria é lida e iniciada a discussão, transferindo-se o prosseguimento da discussão e posterior deliberação para a próxima reunião, uma vez que não há quórum para a votação de projetos terminativos. Item 5: Projeto de Lei do Senado nº 331, de 2012, de caráter terminativo, de autoria da Senadora Ana Amélia, que "Confere ao Município de Carlos Barbosa, no Rio Grande do Sul, o título de Capital Nacional do Futsal". O relator designado é o Senador Paulo Paim e o parecer é favorável. A matéria é lida e iniciada a discussão, transferindo-se o prosseguimento da discussão e posterior deliberação para a próxima reunião, uma vez que não há quórum para a votação de projetos terminativos. Item 10: Requerimento nº 45, de 2013, de caráter não terminativo, de autoria do Senador Paulo Paim, que requer "... nos termos dos Incisos V do art. 90 e I do art. 93 do Regimento Interno do Senado Federal, que seja realizada, no âmbito desta Comissão, audiência pública com a presença das autoridades abaixo relacionadas, sem prejuízo de outras que possam enriquecer o debate: Senhor Cimar Azeredo, coordenador de trabalho e rendimento do IBGE; Senhora Joana Monteiro, pesquisadora do Instituto Brasileiro da Fundação Getúlio Vargas; O objetivo é discutir o estudo realizado pela Senhora Joana Monteiro e coordenado pelo Senhor Cimar Azeredo, chamado de 'Os nem-nem-nem: exploração sobre um fenômeno pouco estudado', que define os jovens que nem trabalham, nem estudam e nem procuram emprego". O Requerimento é aprovado. Item 7: Projeto de Lei da Câmara nº 29, de 2013, de caráter terminativo, de autoria do Deputado Arthur Oliveira Maia, que "Declara a raça de cavalos Manga-Larga Marchador raça nacional". O relator designado é o Senador Valdir Raupp e o parecer é favorável. A matéria é lida e iniciada a discussão, transferindo-se o prosseguimento da discussão e posterior deliberação para a próxima reunião, uma vez que não há quórum para a votação de projetos terminativos. Item 9: Projeto de Lei do Senado nº 43, de 2009, de caráter terminativo, de autoria do Senador Marcelo Crivella, que "Altera a Lei nº. 9.394, de 20 de dezembro de 1996, que fixa as diretrizes e bases da educação, mediante a inclusão de novo parágrafo em seu art. 9º e do art. 46-A, para criar critério de avaliação de cursos e instituições de ensino superior relacionado ao desempenho de seus egressos em provas de proficiência profissional". O relator designado é o Senador Paulo Bauer e o parecer é pela rejeição do projeto. A matéria é lida e iniciada a discussão, transferindo-se o prosseguimento da discussão e posterior deliberação para a próxima reunião, uma vez que não há quórum para a votação de projetos terminativos. Item 8: Projeto de Lei do Senado nº 271, de 2010, de caráter terminativo, de autoria do Senador Flávio Arns, que "Altera a Lei nº 11.947, 2009, que dispõe sobre a alimentação escolar e o Programa Dinheiro Direto na Escola (PDDE), para alunos da educação básica, de maneira a incluir os alunos com problemas visuais, ou auditivos, nos critérios de repasse dos re-

cursos do PDDE". O relator designado é o Senador Cícero Lucena e o parecer é pela rejeição do projeto. A matéria é lida e iniciada a discussão, transferindo-se o prosseguimento da discussão e posterior deliberação para a próxima reunião, uma vez que não há quórum para a votação de projetos terminativos. Item 6: Projeto de Lei da Câmara nº 75, de 2012, de caráter terminativo, de autoria da Deputada Ana Arraes, que "Inscreve o nome de Bárbara Pereira de Alencar no Livro dos Heróis da Pátria". O relator designado é o Senador Benedito de Lira e o parecer é favorável. A matéria é lida e iniciada a discussão, transferindo-se o prosseguimento da discussão e posterior deliberação para a próxima reunião, uma vez que não há quórum para a votação de projetos terminativos. Fica adiada a seguinte matéria: Item 2: Projeto de Lei do Senado nº 217, de 2009. Prosseguindo, a Presidência determina que as Notas Taquigráficas sejam anexadas a esta Ata para a devida publicação. Nada mais havendo a tratar, a Senhora Vice-Presidente, Senadora Ana Amélia, encerra a reunião às doze horas e dezoito minutos, determinando que eu, Júlio Ricardo Borges Linhares, Secretário da Comissão de Educação, Cultura e Esporte lavrasse a presente Ata, que após lida e aprovada, será assinada pela Senhora Vice-Presidente e publicada no Diário do Senado Federal. – Senadora **Ana Amélia,** Vice-Presidente da Comissão de Educação, Cultura e Esporte.

(Texto com revisão.)

A SRª PRESIDENTE (Ana Amélia. Bloco Maioria/PP – RS) – Havendo número regimental, declaro aberta a 37ª Reunião Ordinária da Comissão de Educação, Cultura e Esporte da 3ª Sessão Legislativa Ordinária da 54ª Legislatura.

Submeto à apreciação do Plenário a proposta de dispensa da leitura da ata da reunião anterior e aprovação da mesma.

As Srªs Senadoras e os Srs. Senadores que estiverem de acordo com a proposição permaneçam como se encontram. (*Pausa.*)

Está aprovada.

Há alguns comunicados.

ITEM 11
COMUNICADO DA PRESIDÊNCIA

COMUNICADO 1*: Comunico aos Senhores* **(***as) Senadores* **(***as) o recebimento do Aviso nº 961-Seses-TCU-Plenário, de relatoria do Excelentíssimo Senhor Ministro Aroldo Cedraz, encaminhando cópia do Acórdão proferido pelo Plenário daquela Corte nos autos do processo nº TC 016.372/2013-1, juntamente com Relatório e Voto que o fundamentam. Dispõe sobre Requerimento 24/2013-CE, aprovado na Comissão de Educação, Cultura e Esporte do Senado Federal, de autoria do Senador Álvaro Dias acerca do relatório final do TCU sobre a apreciação das contas dos XV Jogos Pan-Americanos. Os* **(***as) Senadores* **(***as) que desejarem uma cópia da correspondência poderão se dirigir à Secretaria desta Comissão. O Aviso vai ao arquivo.*

Os Senadores e as Senadoras que desejarem uma cópia da correspondência poderão se dirigir à Secretaria desta Comissão.

O aviso vai ao Arquivo.

Queria aproveitar a reunião para expressar ao nosso Presidente, Senador Cyro Miranda, os nossos votos de pesar pelo falecimento da sua sogra. Essa é a razão da sua ausência hoje aqui, desejando também condolências a toda a família do Senador Cyro Miranda.

Na nossa pauta temos várias matérias, mas como é costume nas relatorias os Relatores estarem aqui, vamos ao item 4 da pauta, que é não terminativo.

ITEM 4
OFICIO "S" Nº 26, DE 2013
– Não Terminativo –

Encaminha Relatório de Atividades desenvolvidas pela Autoridade pública Olímpica – APO no segundo semestre de 2012.
Autoria: Autoridade Pública Olímpica – APO
Relatoria: Senadora Maria do Carmo Alves
Relatório: Pelo conhecimento das informações e Ciência das recomendações constantes no presente parecer à Autoridade Pública Olímpica e posterior arquivamento
Observações:
1– A matéria será encaminhada à Comissão de Meio Ambiente, Defesa do Consumidor e Fiscalização e Controle.

A relatoria é da Senadora Maria do Carmo Alves, a quem passo a palavra.

A SRª MARIA DO CARMO ALVES (Bloco Minoria/DEM – SE) – Srª Presidente, Srs. Senadores, nos termos do que determina o art. 6º da Lei nº 12.396, de 21 de março de 2011, que ratificou o "Protocolo de Intenções firmado entre a União, o Estado do Rio de Janeiro e o Município do Rio de Janeiro, com a finalidade de constituir consórcio público, denominado Autoridade Pública Olímpica (APO)", regulamentado pelo Decreto nº 7.560, de 8 de setembro de 2011, com as alterações promovidas pelo Decreto nº 7.614, de 18 de novembro de 2011, o Presidente daquela

autarquia encaminhou ao Congresso Nacional o relatório semestral referente às atividades realizadas no segundo semestre de 2012, bem como o calendário das ações a cumprir.

Cumpre a esta Comissão tão somente narrar as atividades manifestas naquele relatório, cabendo à CMA debruçar-se sobre a congruência dos elementos fornecidos e cotejá-los com a racionalidade dos esforços financeiros, estruturais e humanos despendidos pela APO e pelas demais instituições, inclusive as governamentais, naquele semestre.

Preliminarmente, a APO informa haver continuado, no período em análise, o processo de estruturação de suas diretorias e da Superintendência de Gestão Cooperativa, área responsável pelo suporte administrativo e operacional de suas atividades.

Dá conta, também, da criação de mecanismos destinados ao atendimento da Lei nº 12. 527, de 18 de novembro de 2011 – Lei de Acesso à Informação –, mediante a divulgação do conteúdo de suas decisões, inclusive pela utilização do sítio da APO na Internet.

Foram realizadas reuniões dos grupos de trabalho já constituídos, com ênfase no estabelecimento de parâmetros de afetação dos resultados dos Jogos de 2016.

Relata, também, as participações da APO nos eventos oficiais do Comitê Olímpico Internacional e do Comitê Paraolímpico Internacional do Rio de Janeiro, de acordo com a calendário estabelecido por aquelas entidades.

Durante a visita ao Brasil de dirigentes e técnicos do COI no segundo semestre de 2012, foi realizado o acompanhamento dos projetos olímpicos sob a responsabilidade da União e dos governos estaduais e municipais.

Na oportunidade, foram objeto de apresentações e discussões temas sobre governança, infraestrutura esportiva e de não competição, acomodações, chegadas e partidas, energia, tecnologia, transporte, além de reuniões com a CPI sobre assuntos afetos aos Jogos Paraolímpicos.

Como o relatório é muito extenso, eu gostaria de me deter na análise.

Cumpre salientar uma aparente duplicidade de esforços, principalmente nas ações das diretorias que compõem a APO, talvez em decorrência de uma falta de sistematização e pouca objetividade na apresentação do documento, o que deverá ser revisto pela autarquia na prestação de suas futuras contas.

Nesse sentido, recomenda-se fazer constar dos próximos relatórios as efetivas execuções da previsão para o semestre em comento, a fim de que o analista tenha condições mais precisas de avaliar o espectro funcional do órgão no período e, assim, cumprir com as finalidades previstas no art. 6º da Lei nº 12.396, de 21 de março de 2011.

Do voto.

Nada mais havendo a tratar, e diante do exposto, recomendamos que esta Comissão tome conhecimento do relatório, dê ciência das recomendações constantes no presente parecer à autoridade olímpica e promova o consequente arquivamento do Ofício "S" nº 26, de 2013.

Era o que tinha a dizer, Presidente.

A SRª PRESIDENTE (Ana Amélia. Bloco Maioria/PP – RS) – Obrigada, Senadora Maria do Carmo.

Está em votação o relatório da Senadora Maria do Carmo, que tratou de encaminhar o relatório de atividades desenvolvidas pela autoridade pública olímpica no segundo semestre de 2012.

Os Senadores que concordam permaneçam como se encontram. (*Pausa.*)

Está aprovada.

A matéria será encaminhada à Comissão de Meio Ambiente, Defesa do Consumidor e Fiscalização e Controle.

ITEM 3
PROJETO DE LEI DA CÂMARA Nº 107, DE 2012
Complementar
– Não Terminativo –

Dispõe sobre isenção do Imposto Sobre Serviços de qualquer natureza, de competência dos Municípios e do Distrito Federal, à Fédération Internationale de Football Association – FIFA a outras pessoas, para fatos geradores relacionados com a Copa das Confederações FIFA 2013 e com a Copa do Mundo FIFA 2014.
Autoria: Presidente da República
Relatoria: Senador Alvaro Dias
Relatório: Pela rejeição
Observações:
Matéria terminativa na Comissão de Assuntos Econômicos

Com a palavra, o Senador Alvaro Dias.

O SR. ALVARO DIAS (Bloco Minoria/PSDB – PR) – Srª Presidente, Senadora Ana Amélia, Srs. Senadores, Srªs Senadoras, este projeto pretende dar um presentinho à poderosa FIFA, que chega ao Brasil, altera a nossa legislação, governa o nosso Governo e quer ir embora com lucro superior a US$5 bilhões. Com esse projeto, pretende-se tirar minguados recursos dos Municípios brasileiros. Mas vou fazer a análise do projeto do ponto de vista constitucional.

O assunto de que trata esse projeto não se encontra entre aqueles reservados às Casas do Congresso Nacional. Assim, o Presidente da República pode iniciar o processo legislativo conforme previsto no art. 61 da Constituição Federal.

Ainda relacionado aos aspectos formais do projeto, a espécie normativa proposta, lei complementar, é compatível com o texto constitucional. Em tese, a proposição refere-se à regulação do art. 156, § 3º, inciso III, da Constituição Federal, cuja competência é da União. Desse modo, a lei complementar federal poderia regular o assunto e caberia ao Congresso Nacional disciplinar a matéria.

No entanto, na realidade, a proposição não regula o dispositivo constitucional contendo vícios no exercício da competência legislativa, que impossibilitam a sua aprovação.

É para esse item que chamo atenção dos colegas Senadores. A proposta não regula esse dispositivo constitucional. Portanto, contém vícios no exercício da competência legislativa que impossibilitam a sua aprovação.

Em relação ao ISS, cabe à lei complementar federal definir os serviços sujeitos à tributação, fixar alíquotas máximas e mínimas, excluir da incidência exportações para o exterior e regular a forma e as condições como isenções e benefícios fiscais, serão concedidos e revogados.

A fim de regular o art. 156, inciso III, da Constituição, foi publicada a Lei Complementar nº 116, de 2003, que definiu os serviços sujeitos ao imposto e fixou a alíquota máxima em 5%. Todavia, essa lei não regulou a forma nem as condições, como os benefícios fiscais podem ser concedidos ou revogados, tampouco fixou a alíquota mínima.

Apesar de não haver a fixação desse percentual mínimo de incidência, enquanto lei complementar não disciplinar o disposto nos incisos I e III do § 3º do art. 156 da Constituição Federal, o ISS terá alíquota mínima de 2%, art. 88, Ato das Disposições Constitucionais Transitórias, salvo para alguns serviços relacionados à construção civil. Além disso, o ISS não poderá ser objeto de concessão de isenções, incentivos e benefícios fiscais que resultem, direta ou indiretamente, na redução dessa alíquota estabelecida no Ato das Disposições Constitucionais Transitórias. Portanto, não é objeto de concessão de isenções.

Dessa maneira, com exceção dos serviços de construção civil, atualmente os Municípios não podem reduzir a alíquota do ISS para valores inferiores a 2%, tampouco conceder isenção para esse imposto, sob pena de inconstitucionalidade, por violação do art. 88 do Ato das Disposições Constitucionais Transitórias.

Para conceder isenção do ISS à FIFA e às entidades associadas, os Municípios dependem da atuação prévia do Congresso Nacional, por meio da edição de lei complementar. Entretanto, essa lei não deve ser específica para o caso concreto, mas deve regular de modo amplo a matéria relativa a isenções e demais benefícios fiscais. Além do mais, a lei complementar não pode delegar aos Municípios a tarefa de definir a forma e as condições como a isenção poderá ser concedida.

Em resumo, esse projeto trata de fazer uma cortesia à poderosa FIFA com os minguados recursos do Orçamento dos Municípios brasileiros. De antemão, antes mesmo de concluir este parecer, eu gostaria de afirmar que não é correto da nossa parte tirar qualquer centavo dos Municípios já sobrecarregados de dificuldades.

Há apenas duas formas de a lei complementar possibilitar aos Municípios reduzirem a carga tributária do ISS. A primeira, conforme o art. 156, seria pela fixação de alíquota mínima inferior aos atuais 2% previstos no art. 88. A segunda, pela definição de normas gerais que estabeleçam a forma e as condições como os benefícios serão concedidos pelos Municípios. Essa segunda possibilidade cumpriria o mesmo papel que hoje é exercido pela Lei Complementar nº 24, de 7 de janeiro de 1975, em relação ao ICMS. Essa lei não isenta nem autoriza a isenção para operações específicas, mas define o modo como os Estados e o Distrito Federal deverão proceder para conceder as isenções e os demais benefícios fiscais no âmbito do Conselho Nacional de Política Fazendária. Nesse sentido, de acordo com o disposto no art. 2º, § 2º, da LCP nº 24, de 1975, a concessão de benefícios dependerá sempre de decisão unânime dos Estados representados e a sua revogação total ou parcial dependerá de aprovação de quatro quintos, pelo menos, dos presentes.

Portanto, o que estamos discutindo aqui é se vamos arrombar a legislação vigente no País para atender ao apetite de lucro maior da poderosa FIFA. Fixar formas e condições para concessão de benefício não se confunde com autorizar a isenção para um caso específico.

O presente projeto de lei não trata de normas gerais que definam a forma, tampouco quais as condições para concessão do benefício pelos Municípios.

A tentativa de correção do projeto de lei pela Câmara dos Deputados não teve êxito, visto que o projeto de lei ainda não regula o dispositivo constitucional

– art. 156, § 3º, inciso III. A proposta encaminhada ao Senado Federal continua sendo apenas uma lei autorizativa e específica para os eventos relacionados às Copas. Conforme expressamente previsto no art. 1º do PLC, o projeto autoriza a concessão da isenção

pelos Municípios e pelo Distrito Federal. Além disso, em vez de fixar a forma, os limites e as condições para concessão dos benefícios, a proposição delega essa tarefa para as leis municipais.

Essa delegação indevida afronta o texto constitucional, haja vista nós, integrantes do Poder Legislativo Federal, não podermos delegar nossas competências para as Câmaras Municipais.

Não bastassem os problemas já elencados – que seriam suficientes para a rejeição da proposição –, o projeto aprovado pela Câmara dos Deputados possui outras inconsistências. São inúmeras as inconsistências e temo me tornar até cansativo ao relatá-las, mas vou tentar resumi-las.

Criam pretensas obrigações aos contribuintes relacionadas a tributo municipal. Além de a União não ter competência para retirar e limitar a autonomia dos Municípios, esses dispositivos não terão nenhum alcance prático, pois não existe sanção prevista no projeto para o seu descumprimento. Como é de conhecimento geral, um dever sem sanção deixa de ser obrigação.

Da mesma maneira, criam obrigações para os Municípios, mas não preveem qualquer sanção para a hipótese de descumprimento da exigência legal. Portanto, há a possibilidade de que os dispositivos tornem-se letra morta.

Ainda acrescento, não está no meu relatório, mas fere até a Lei de Responsabilidade Fiscal, porque não podemos reduzir receita sem criar outra alternativa de de receita que compense essa dedução da receita.

Caso seja aprovado esse projeto da forma como redigido, há o risco de a lei complementar federal tornar-se inócua, uma vez que seu conteúdo é assemelhado a um simples ato administrativo autorizativo. Como visto, essa autorização específica não supre a necessidade de regulação do art. 156, § 3º, inciso III, da Constituição Federal, exigência do art. 88 do ADCT como condição prévia para qualquer isenção ser concedida em relação ao ISS.

É verdade que há casos em que o texto constitucional prevê a elaboração pelo Poder Legislativo de atos específicos relacionados aos interesses das entidades federadas. Por exemplo, o art. 52, inciso XV, da Constituição Federal, dispõe que compete ao Senado Federal autorizar operações externas de natureza financeira, de interesse da União, dos Estados, do Distrito Federal, dos Territórios e dos Municípios. Assim, para cada autorização, o Senado Federal deve editar um ato específico. Entretanto, não é o caso das operações de isenção relacionadas ao ISS, por falta de previsão constitucional.

A persistir o entendimento de que é válida a tramitação desse projeto e de que ele deve ser aprovado, há o risco de nós parlamentares ocuparmos grande parte do nosso tempo autorizando isenções específicas, por meio de leis complementares, para atender exclusivamente aos interesses municipais.

O nosso papel de congressista não é avaliar, caso a caso, quais situações ou tipos de serviços podem ter a redução do ISS sem prejudicar o equilíbrio entre as unidades da Federação. Compete-nos regular a forma e as condições para concessão de benefício pelos Municípios, de modo que se normatize e se uniformize em única lei os procedimentos prévios que os entes municipais deverão seguir, caso seja isenta alguma operação do ISS.

Portanto, essa proposta, Srs Senadores, Srªs Senadoras, afronta a Constituição, afronta a Lei de Responsabilidade Fiscal. Essa proposta afronta os Municípios brasileiros, trabalha contra os interesses do Município, retira recursos dos já sobrecarregados Municípios, faz cortesia com uma entidade internacional poderosíssima, das mais poderosas do mundo. Portanto, é um Robin Hood às avessas! Tira dos pequenos para dar ao poderoso!

Nós não podemos aprovar. Creio que os Municípios já estão sobrecarregados. A FIFA já está premiada em excesso, já afrontou demais a soberania do nosso País, já invadiu competências, já alterou nossa legislação. Esse projeto é inconstitucional acima de tudo.

Portanto, os riscos são insanáveis e a nossa proposta é de rejeição para esse projeto.

Se o Governo Federal quer fazer cortesia com a FIFA, faça com os seus recursos e não com os recursos dos Municípios brasileiros.

A SRª. PRESIDENTE (Ana Amélia. Bloco Maioria/PP – RS) – Obrigada, Senador Alvaro Dias, que é pela rejeição.

Essa matéria será terminativa na Comissão de Assuntos Econômicos.

Está em discussão...

O SR. PAULO PAIM (Bloco Apoio Governo/PT – RS) – Srª Presidenta.

O SR. VALDIR RAUPP (Bloco Maioria/PMDB – RO) – Pela ordem, Srª Presidente.

A SRª PRESIDENTE (Ana Amélia. Bloco Maioria/PP – RS) – Está em discussão, Srª e Srs. Senadores.

Em discussão o relatório do Senador Alvaro Dias.

Com a palavra o Senador Paulo Paim.

O SR. PAULO PAIM (Bloco Apoio Governo/PT – RS) – Esse projeto é da Presidenta da República e se refere à Copa das Confederações, que já passou, mas ainda temos a Copa do Mundo de 2014.

Eu recebi agora as informações e mediante os argumentos levantados aqui e os contra-argumentos que eu recebo, peço vista do projeto para que possa-

mos aprofundar o tema e votá-lo quando V. Exª entender que ele deva voltar à pauta.

A SRª PRESIDENTE (Ana Amélia. Bloco Maioria/PP – RS) – Pedido de vista...

Vista coletiva. A Senadora Angela Portela sugere vista coletiva da matéria. Fica, então, sobrestada para a próxima reunião, já que se trata de vista coletiva.

Como eu disse essa matéria será terminativa na Comissão de Assuntos Econômicos. Nós temos várias matérias, todas terminativas. Então, vamos à leitura dessas matérias todas.

O SR. VALDIR RAUPP (Bloco Maioria/PMDB – RO) – Pela ordem.

Pela ordem, o Senador Valdir Raupp.

A SRª PRESIDENTE (Ana Amélia. Bloco Maioria/PP – RS) – Pela ordem, Senador Valdir Raupp. Desculpe.

O SR. VALDIR RAUPP (Bloco Maioria/PMDB – RO) – Se pudesse fazer a leitura do item 7.

A SRª PRESIDENTE (Ana Amélia. Bloco Maioria/PP – RS) – Inversão de pauta...

O SR. PAULO BAUER (Bloco Minoria/PSDB – SC) – Srª Presidente, eu também requeiro a inversão de pauta, se for possível, do item 9.

A SRª PRESIDENTE (Ana Amélia. Bloco Maioria/PP – RS) – Eu consulto... É que o Senador Paim está aqui. S. Exª é quem vai fazer a leitura e ele é muito rápido.

O SR. PAULO PAIM (Bloco Apoio Governo/PT – RS) – E todos estão na mesma situação. O meu é o item 1, mas é vapt vupt!

A SRª PRESIDENTE (Ana Amélia. Bloco Maioria/PP – RS) – Vamos atender e, em seguida, farei os itens dos Senadores Valdir Raupp e Paulo Bauer.

Com a palavra o Senador Paulo Paim.

Leitura do item 1

PROJETO DE LEI DO SENADO Nº 344, DE 2012 – Terminativo –

Altera a Lei nº 9.394, de 20 de dezembro de 1996, que estabelece as diretrizes e bases da educação nacional, para garantir programas de educação para idosos em nível superior.

Autoria: Senador Cristovam Buarque

Relatoria: Senador Paulo Paim

Relatório: Favorável, na forma do substitutivo oferecido

Observações:

1– Sendo aprovado o substitutivo, a matéria será incluída em pauta da próxima reunião para apreciação em turno suplementar, nos termos do disposto no art. 282, combinado com o art. 92 do Regimento Interno do Senado Federal.

Com a palavra o Senador Paulo Paim.

O SR. PAULO PAIM (Bloco Apoio Governo/PT – RS) – Srª Presidente, eu apenas fiz essa solicitação porque nós tínhamos de ir para a Comissão de Direitos Humanos, onde vamos, além da pauta, votar o mesmo que aqui, as emendas da LDO.

Serei muito rápido, Srª Presidente, até porque já dialogamos aqui na Comissão sobre esse tema outras vezes.

O projeto do nobre Senador Cristovam Buarque quer garantir novos parâmetros quanto às diretrizes e bases da educação nacional, para garantir programa para educação de idosos em nível superior.

Como todos estão com o relatório e como os argumentos eu já levantei em outro dia, vou diretamente para o substitutivo, porque o substitutivo na verdade tem um artigo e um parágrafo.

Sintetizo aqui as mudanças que vão acontecer.

Diante do exposto e do relatório aqui apresentado, somos pela aprovação do Projeto de Lei do Senado nº 344, de 2012, nos termos da seguinte ementa, que é na verdade o substitutivo.

Quando for lido o art. 25 e o § 1º, todos verão o que mudará.

> Art. 25. As instituições de Educação Superior ofertarão às pessoas idosas, na perspectiva da educação permanente, cursos e programas de extensão, presenciais ou a distância, constituídos por atividades formais e não formais.
> Parágrafo Único. O Poder Público apoiará a criação de universidade aberta para pessoas idosas e incentivará a publicação de livros e periódicos, de conteúdo e padrão editorial adequados ao idoso, que facilitem a leitura, considerada a natural redução da capacidade visual.

Esse projeto do Senador Cristovam e esse substitutivo que apresentei vêm na linha do que se encontra já no Estatuto do Idoso. Lá nós já recomendávamos o que aqui, neste momento, o Senador Cristovam apresenta, com muita qualidade, e o substitutivo apenas arredonda, eu diria, a redação final.

Está lido o relatório.

A SRª PRESIDENTE (Ana Amélia. Bloco Maioria/PP – RS) – Em discussão o relatório do Senador Paulo Paim a respeito do projeto do Senador Cristovam Buarque, lembrando que ele é terminativo, então, precisa de quórum. O que foi acertado é que seria feita a leitura. Lamentavelmente, se tivéssemos quórum, já votaríamos a matéria. Mas fica sobrestada, então, a discussão, se for necessário.

Senador Cristovam Buarque, ainda há alguns Senadores na fila para...

O SR. CRISTOVAM BUARQUE (Bloco Apoio Governo/PDT – DF) – Apenas para dizer que apoio o substitutivo.

A SRª PRESIDENTE (Ana Amélia. Bloco Maioria/PP – RS) – Muito obrigada, Senador.

O SR. CRISTOVAM BUARQUE (Bloco Apoio Governo/PDT – DF) – Creio que foi uma boa contribuição do Senador Paim, que melhorou a minha proposta inicial.

A SRª PRESIDENTE (Ana Amélia. Bloco Maioria/PP – RS) –Obrigada, Senador Cristovam...

O SR. PAULO PAIM (Bloco Apoio Governo/PT – RS) – Não melhoramos, apenas ajustei, porque a proposta é muito boa.

A SRª PRESIDENTE (Ana Amélia. Bloco Maioria/PP – RS) –Obrigada, Senador.

É o item 5, de que V. Exª também é o Relator, e há um requerimento de V. Exª – para liberá-lo, porque aí já ficam o Senador Valdir Raupp e o Senador Paulo Bauer para a leitura dos seus respectivos relatórios.

ITEM 5
PROJETO DE LEI DO SENADO Nº 331, DE 2012
– Terminativo –

Confere ao Município de Carlos Barbosa, no Rio Grande do Sul, o título de Capital Nacional do Futsal.
Autoria: Senadora Ana Amélia
Relatoria: Senador Paulo Paim
Relatório: Favorável

Passo, de novo, a palavra ao Senador Paulo Paim.

O SR. PAULO PAIM (Bloco Apoio Governo/PT – RS) – Pág. 206.

Encontra-se sob exame da Comissão de Educação, Cultura e Esporte o Projeto de Lei do Senado nº 331, de 2012, da Senadora Ana Amélia, que confere ao Município de Carlos Barbosa, no Rio Grande do Sul, o título de Capital Nacional do Futsal.

Não é preciso ler toda a exposição de motivos, que V. Exª elencou no seu projeto e eu adaptei no meu relatório.

Por Carlos Barbosa tenho um carinho muito grande...

A SRª PRESIDENTE (Ana Amélia. Bloco Maioria/PP – RS) – Trabalhou na Tramontina...

O SR. PAULO PAIM (Bloco Apoio Governo/PT – RS) – Sim, na Tramontina. Até hoje a minha carteira é assinada na Tramontina. Mas não é isso que está em debate, e sei que a senhora está com pressa. Todos nós estamos.

No próprio argumento do projeto original, mostra-se que Carlos Barbosa ganhou inúmeros prêmios e títulos, tanto em nível estadual, nacional e mesmo em nível internacional.

A SRª PRESIDENTE (Ana Amélia. Bloco Maioria/PP – RS) – Inclusive, com o reconhecimento da FIFA, de que há pouco falamos.

O SR. PAULO PAIM (Bloco Apoio Governo/PT – RS) – Só por isso, Senadora Ana Amélia, eu, com certeza, já daria o parecer favorável para que Carlos Barbosa seja considerada a Capital Nacional do Futsal.

O voto é favorável.

A SRª PRESIDENTE (Ana Amélia. Bloco Maioria/PP – RS) – Muito obrigada, Senador Paulo Paim.

Em discussão, porque é também apenas a leitura.

O requerimento de V. Exª... Vou fazer a leitura do requerimento, do item 10, para ser votado. Ele requer...

(Intervenção fora do microfone.)

A SRª PRESIDENTE (Ana Amélia. Bloco Maioria/PP – RS) – A matéria anterior, é claro, como é terminativa, está sobrestada em função do quórum.

O item 10 é o requerimento do Senador Paulo Paim.

ITEM 10
REQUERIMENTO Nº , DE 2013

Requeiro, nos termos dos Incisos V do art. 90 e I do art. 93 do Regimento Interno do Senado Federal, que seja realizada, no âmbito desta Comissão, audiência pública com a presença das autoridades abaixo relacionadas, sem prejuízo de outras que possam enriquecer o debate: Senhor Cimar Azeredo, coordenador de trabalho e rendimento do IBGE; Senhora Joana Monteiro, pesquisadora do Instituto Brasileiro da Fundação Getúlio Vargas; O objetivo é discutir o estudo realizado pela Senhora Joana Monteiro e coordenado pelo Senhor Cimar Azeredo, chamado de "Os nem-nem-nem: exploração sobre um fenômeno pouco estudado", que define os jovens que nem trabalham, nem estudam e nem procuram emprego.
Autoria: Ataídes Oliveira e Senador Paulo Paim

O SR. PAULO PAIM (Bloco Apoio Governo/PT – RS) – Srª Presidente, é exatamente isso. Na verdade, esse requerimento é do Senador Ataídes Oliveira. Como ele não está, pediu que eu assinasse também, junto com ele.

Esse termo, inclusive, "os nem-nem-nem", é dele. É um termo que ele destacou aqui, porque ele quer

dizer, com "nem-nem-nem", que nem estudam, nem trabalham, enfim, nem procuram emprego.

Na verdade, ele quer fortalecer o debate sobre o ensino técnico. Somente por isso, assinei o requerimento, que vai fortalecer o debate para que a nossa juventude possa ter mais cursos técnicos e, consequentemente, preparar-se para o emprego.

A SRª PRESIDENTE (Ana Amélia. Bloco Maioria/PP – RS) – Em votação o requerimento do Senador Paulo Paim.

Os Senadores e as Senadoras que concordam permaneçam como se encontram. (*Pausa*.)

Está aprovado o requerimento do Senador Paulo Paim.

ITEM 7
PROJETO DE LEI DA CÂMARA Nº 29, DE 2013
– Terminativo –

Declara a raça de cavalos Manga-Larga Marchador raça nacional.
Autoria: Deputado Arthur Oliveira Maia
Relatoria: Senador Valdir Raupp
Relatório: Favorável
Observações:
1– A matéria constou na pauta da reunião do dia 6/8/2013.

Passo a palavra ao Senador Valdir Raupp, para a leitura do parecer ao item 7 da pauta, declarando a raça de cavalo Manga-Larga Marchador raça nacional.

A matéria constou da pauta da reunião do dia 6 de agosto de 2013.

Com a palavra, o Senador Valdir Raupp.

O SR. VALDIR RAUPP (Bloco Maioria/PMDB – RO) – Srª Presidente, Srªs e Srs. Senadores, não se analisa aqui, contudo, uma proposta de reconhecimento da raça de cavalos Manga-Larga Marchador como integrante do patrimônio cultural brasileiro. Conforme dispõe o art. 216 da Constituição Federal, estão previstos procedimentos próprios no âmbito do Instituto do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional, o Iphan.

O que propõe o projeto de lei sob exame é o reconhecimento dessa raça equina como nacional, o que certamente ela é, tal o comprovam os dados históricos e as noções amplamente difundidas no Brasil e no exterior a seu respeito.

Como criação já bissecular da equinocultura, com profundo enraizamento na vida rural brasileira, a raça Manga-Larga Marchador vem se prestando a grande diversidade de usos, tais como o locomotivo e o de transporte, o de pastoreio e o de caça, o de lazer, o esportivo e o equoterapêutico; sobressaem, assim, suas dimensões zootécnica, econômica, histórica e cultural, vincando-se, por tudo isso, de modo nítido no imaginário nacional.

Do núcleo originário de Cruzília, o Manga-Larga Marchador difundiu-se, inicialmente, por fazendas do interior de Minas Gerais e do Rio de Janeiro; dele proveio, também, a variedade Manga-Larga Paulista, que tem como marca característica a marcha trotada.

Já o Manga-Larga Marchador, que foi nos primeiros tempos denominado de Sublime, é mundialmente famoso por seu passo de andamento marchado, tão elegante e suave como vigoroso. Sua compleição física, como já nos informava a justificação, é forte e bem proporcionada, com formas leves. O temperamento dócil, a boa disposição para o trabalho, bem como sua fácil adaptabilidade a diversas condições climáticas contribuíram, sem dúvida, para a ampla valorização por que passou, no Brasil e no exterior, a partir de meados dos anos 70.

Seu sucesso e difusão podem ser aferidos, no País, pelos mais de seis mil e quinhentos sócios atuantes da Associação Brasileira dos Criadores do Cavalo Manga-Larga Marchador e pelos mais de 450 mil animais inscritos no respectivo Serviço de Registro Genealógico.

De tal sorte, não apenas é seguro o caráter nacional dessa qualidade de equinos, como se mostra relevante, sob os aspectos econômico, cultural e histórico, reconhecê-lo legalmente. Além disso, a proposição mostra-se condizente com as normas constitucionais, com os princípios gerais do Direito e com a técnica legislativa, adequando-se, ainda, ao Regimento da Casa.

Do voto.

Consoante as razões expostas, o voto é pela aprovação do Projeto de Lei da Câmara nº 29/2013.

É o voto, Srª Presidente.

A SRª ANA AMÉLIA (Bloco Maioria/PP – RS) – Grata pelo seu relatório, Senador Valdir Raupp.

Se alguém quiser discutir...Não querendo haver discussão, a matéria fica sobrestada por ser matéria terminativa, que requer um quórum especial.

Agradeço ao Senador Valdir Raupp. Na próxima reunião, faremos a votação dessa matéria.

Imediatamente, passo ao item 9, que é de relatoria do Senador Paulo Bauer.

ITEM 9
PROJETO DE LEI DO SENADO Nº 43, DE 2009
– Terminativo –

Altera a Lei nº. 9.394, de 20 de dezembro de 1996, que fixa as diretrizes e bases da educação, mediante a inclusão de novo parágrafo em seu art. 9º e do art. 46-A, para criar critério de avaliação de cursos e insti-

tuições de ensino superior relacionado ao desempenho de seus egressos em provas de proficiência profissional.
Autoria: Senador Marcelo Crivella
Relatoria: Senador Paulo Bauer
Relatório: Pela rejeição.

Esse projeto é de autoria do Senador Marcelo Crivella. Pela rejeição do projeto.

Com a palavra, o Senador Paulo Bauer.

O SR. PAULO BAUER (Bloco Minoria/PSDB – SC) – Srª Presidente, Srs. Senadores, coube-me relatar essa matéria, esse projeto, que é de autoria do Senador Marcelo Crivella, como V. Exª mencionou.

É um projeto bastante polêmico e que precisou ser analisado com muito cuidado, por isso o relatório é muito extenso, e, em nome da brevidade e da objetividade, e já que ele se encontra completamente impresso e inserido no material de que os Senadores e Senadoras dispõem para leitura durante os trabalhos desta Comissão, eu vou abreviar o meu relatório, procurando, com isso, contribuir para a celeridade dos trabalhos.

O projeto pretende instituir novos critérios para a autorização e o reconhecimento de cursos superiores pelo MEC, bem como para o credenciamento e recredenciamento de instituições de educação e de ensino superior.

Em dois artigos que pretende inserir na LDB, o autor propõe que sejam feitos exames de proficiência para os egressos dos cursos de graduação em colaboração com as entidades de classe afins, condicionando, assim, a criação e o reconhecimento de cursos ao desempenho médio dos formandos da instituição.

Em outro artigo, o proponente pretende assegurar a participação dos conselhos profissionais na avaliação e justifica essa sua iniciativa com o fraco desempenho de nossos formandos nos cursos existentes no País, conforme atestam os exames oficiais do MEC realizados anualmente e que demonstram o nível de aprendizado dos nossos alunos.

A análise que fiz, Srª Presidente, Srs. Senadores, obviamente está relacionada à competência desta Comissão, que opina sempre e analisa sempre as alterações que são apresentadas à Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional. Não há nenhum óbice quanto à tramitação deste projeto nos aspectos de constitucionalidade, juridicidade e técnica legislativa, entretanto, é preciso mencionar que o MEC já faz exames, como, por exemplo, o Enad, que permite avaliar o desempenho dos alunos. Esses exames permitem ao MEC analisar o funcionamento de uma instituição existente, tanto pública quanto privada, e, por isso mesmo, credenciada e autorizada.

Esse exame é feito e utilizá-lo para efeito do credenciamento de novas instituições ou mesmo de novos cursos nos parece uma providência e uma pretensão equivocadas do Senador proponente, principalmente porque, se uma nova instituição for criada, Senador Valdir Raupp, como fazer o exame de alunos por ela formados para ver se ela tem habilitação e tem aptidão para poder funcionar, para poder existir? Quer dizer, pela proposta do Senador Crivella, nós não teríamos nenhuma instituição de ensino superior no País começando do zero, porque não há como avaliar alunos egressos de uma escola que não existe.

Por isso, a lei e a legislação vigente já são muito claras, estabelecem regras, estabelecem critérios, estabelecem normas a respeito da criação de novas instituições de ensino superior e também da criação de novos cursos. Por exemplo, são estabelecidas fórmulas e maneiras de definição sobre acervos de bibliotecas, qualificação do corpo docente e até a consistência dos planos de desenvolvimento institucional dessas novas unidades de ensino. Por isso mesmo, nós, que já temos a experiência dos exames de habilitação da Ordem dos Advogados, do Conselho Federal de Odontologia, Medicina, Psiquiatria, sabemos que, envolver também essas instituições representativas de classe na avaliação de alunos para não permitir ou permitir a criação de novos cursos e novas faculdades seria uma temeridade, porque, por exemplo, um conselho federal de uma profissão iria estabelecer parâmetros muito elevados na avaliação dos alunos egressos daquele curso para evitar que houvesse mais profissionais disponíveis no mercado concorrendo com os que já estão em atividade.

Por isso, Srª Presidente, sendo breve neste relato e pensando ter aqui abordado todos os aspectos, coloco-me à disposição para qualquer questionamento que se fizer necessário e apresento meu voto pela rejeição do Projeto de Lei nº 43, o que faço constrangido, com tristeza, tendo em vista meu apreço pessoal pelo Senador Crivella, que, no momento, exerce o cargo de Ministro de Estado, mas que, certamente, compreenderá as razões que expus para tal proposição de rejeição da matéria que apresentou.

A SRª PRESIDENTE (Ana Amélia. Bloco Maioria/PP – RS) – Obrigada, Senador Paulo Bauer, por essa relatoria.

Quero saber se há algum Senador que queira discutir a matéria. (*Pausa.*)

Como a matéria é terminativa, ela também fica sobrestada para a votação na próxima sessão.

Agora, vamos ao último item da 37ª Reunião Ordinária, com a chegada do Senador Cícero Lucena, que é o Relator do item 8, terminativo também.

ITEM 8
PROJETO DE LEI DO SENADO Nº 271, DE 2010
– Terminativo –

Altera a Lei nº 11.947, 2009, que dispõe sobre a alimentação escolar e o Programa Dinheiro Direto na Escola (PDDE), para alunos da educação básica, de maneira a incluir os alunos com problemas visuais ou auditivos nos critérios de repasse dos recursos do PDDE.
Autoria: Senador Flávio Arns.
Relatoria: Senador Cícero Lucena.
Relatório: pela rejeição.

Com a palavra, o Senador Cícero Lucena.

É o último item da pauta.

O SR. CÍCERO LUCENA (Bloco Minoria/PSDB – PB) – Srª Presidente...

A SRª PRESIDENTE (Ana Amélia. Bloco Maioria/PP – RS) – Desculpe-me, Senador! Teremos de fazer a leitura de mais um item ainda.

Com a palavra, o Senador Cícero Lucena.

O SR. CÍCERO LUCENA (Bloco Minoria/PSDB – PB) – Como o relatório foi distribuído anteriormente, nós vamos diretamente à análise.

O PLS nº 271, de 2010, trata de matéria compreendida no âmbito das competências comuns da União, dos Estados, do Distrito Federal e dos Municípios, de acordo com o que estabelece o art. 23, II, da Constituição Federal. Na análise da proposta, não foram identificados, assim, quaisquer vícios de constitucionalidade formal ou material.

Nesta Casa, cabe à CDH opinar, nos termos do art. 102-E do Regimento Interno do Senado Federal, sobre os aspectos relativos à garantia e à promoção dos direitos humanos. Por essa razão, a apreciação da matéria neste Colegiado é pertinente.

Temos a observar, contudo, que o PLS nº 271, de 2010, apresenta algumas impropriedades, conforme segue.

Em primeiro lugar, importa lembrar que o PDDE tem por finalidade prestar assistência financeira, em caráter suplementar, às escolas públicas e não aos alunos, como nos leva a crer o texto do projeto. O programa, de fato, inclui várias ações com o objetivo de melhorar a infraestrutura física e pedagógica das escolas. Visa também ao reforço da autogestão escolar nos planos financeiro, administrativo e didático, contribuindo para elevar os índices de desempenho da educação básica.

Em segundo lugar, vale observar que os recursos do Programa saem do Fundo Nacional de Desenvolvimento da Educação (FNDE), sendo que, em 2010, o orçamento foi de R$1,4 bilhão, para todas as ações, beneficiando 137.640 escolas públicas e particulares. Isso representa aproximadamente R$10 mil por escola, em média, pois o cálculo do montante a ser destinado a cada escola tem como base o número de alunos matriculados. Já o orçamento previsto para 2011 é um pouco maior – R$1,5 bilhão –, devendo ser destinado à cobertura de despesas de custeio, de manutenção e de pequenos investimentos que concorram para a garantia do funcionamento e melhoria da infraestrutura física e pedagógica dos estabelecimentos de ensino.

Como pode ser visto, são poucos recursos do FNDE destinados a cada escola, para as já inúmeras necessidades no que respeita à melhoria de sua infraestrutura física e pedagógica, o que inclui desde a reforma das instalações à compra de quadros, de mesas e até mesmo de mapas e de giz.

Com relação à destinação dos recursos do PDDE para a assistência no que se refere ao diagnóstico e à correção de problema visual ou auditivo, entendemos ser inadequada e prejudicial tanto ao programa quanto ao desempenho da escola. Afinal, essa alteração busca trazer uma responsabilidade para a escola que foge à sua missão: diagnósticos e correção de problemas que dizem respeito a questões de saúde, não de educação. A escola pode ser – e, na verdade, já é – parceira na identificação de problemas de saúde, mas não responsável por "diagnósticos e correções".

De fato, a escola brasileira já é parceira do Ministério da Saúde. Viabilizando essa parceria, existe o Programa Saúde na Escola (PSE), lançado oficialmente em setembro de 2008. O programa tem por objetivo reforçar a prevenção à saúde dos alunos brasileiros e está estruturado em quatro blocos, sendo que um deles trata exatamente da avaliação das condições de saúde, entre elas as referentes à acuidade visual e auditiva.

Segundo dados do Ministério da Saúde, em 2010, aderiram ao PSE 645 Municípios, contabilizando mais de 26 mil escolas e 6 milhões de estudantes passíveis de atendimento.

Então, o resultado confirma esse programa como uma política social eficaz no enfrentamento da vulnerabilidade relativa à saúde, que compromete o pleno desenvolvimento das crianças e dos jovens da rede pública de ensino.

Por fim, reconhecemos que, sem sombra de dúvida, as pessoas com deficiências são plenamente merecedoras de receber tratamentos diferenciados, de maneira a lhes permitir exercer plenamente seus direitos, entre eles o direito à educação.

Contudo, entendemos que a proposta contida no PLS nº 271, de 2010, ademais de desvirtuar o ob-

jetivo da Lei nº 11.947, de 16 de junho de 2009, já se encontra plenamente atendida pelas normas em vigor.

Em face do exposto, o nosso voto é pela rejeição do Projeto de Lei do Senado nº 271, de 2010.

Esse é o voto, Srª Presidente.

A SRª PRESIDENTE (Bloco Maioria/PP – RS) – Obrigada, Senador Cícero Lucena.

Consulto os Senadores que queiram discutir.

Como a matéria é terminativa, fica sobrestada até a próxima reunião. Já foi feita a leitura. Serão feitas apenas a discussão e a votação.

Agradeço.

Agora vamos para o último item da 37ª Reunião Ordinária e, em seguida, teremos uma reunião extraordinária, que será a 38ª.

Agora vamos para o item 6.

ITEM 6
PROJETO DE LEI DA CÂMARA Nº 75, DE 2012
– Terminativo –

Inscreve o nome de Bárbara Pereira de Alencar no Livro dos Heróis da Pátria.
Autoria: Deputada Ana Arraes
Relatoria: Senador Benedito de Lira
Relatório: Favorável.
Observações:
1– A matéria constou na pauta da reunião do dia 02/07/2013.

A ex-Deputada Ana Arraes agora é Ministra do TCU.

Com a palavra o Senador Benedito de Lira para o seu relatório.

O SR. BENEDITO DE LIRA (Bloco Maioria/PP – AL) – Srª Presidenta, Srªs e Srs. Senadores, vem à Comissão de Educação, Cultura e Esporte, em decisão terminativa, o Projeto de Lei da Câmara nº 75, de 2012 (Projeto de Lei nº 522, de 2011, na origem), da Deputada Ana Arraes, que propõe seja inscrito o nome de Bárbara Pereira de Alencar no *Livro dos Heróis da Pátria*.

Nos termos do art. 102, inciso II, do Regimento Interno do Senado Federal, compete à Comissão de Educação apreciar matérias que versem sobre homenagens cívicas, caso do projeto de lei em análise.

De fato, como enfatiza a autora da matéria, a Srª Bárbara Pereira de Alencar foi verdadeiramente uma das primeiras heroínas do Brasil, tendo vivido em época na qual às mulheres não se permitia qualquer atuação política. A Srª Bárbara não se submeteu às regras impostas pela sociedade e protagonizou movimentos revolucionários, lutando ao lado de seus filhos.

Nascida em Exu, Estado de Pernambuco, em 11 de fevereiro de 1760, Bárbara Pereira de Alencar pertencia a uma família da aristocracia rural brasileira. Ainda jovem, mudou-se para o Ceará, onde se casou e teve quatro filhos homens. Um deles, o pai do escritor José de Alencar.

Culta, inteligente, Bárbara cultivava os ideias iluministas da Revolução Francesa e ansiava pela independência do Brasil e pela instituição da República.

Em nome de seus ideais, a Srª Bárbara de Alencar, sempre ao lado de seus filhos, engajou-se nas lutas revolucionárias de então, como a liderar sua família na luta pela independência do Ceará, conquista obtida em maio desse mesmo ano, quando um de seus filhos, o diácono José Martiniano de Alencar, subiu ao púlpito da Matriz do Crato para proclamar a independência e a República.

Considerada pelas autoridades da época entre as "infames cabeças", a revolucionária Bárbara de Alencar foi perseguida, presa e torturada. Após ser libertada, morreu em sua fazenda, em 28 de agosto de 1823.

A respeito dos atos dessa heroína, cabe reproduzir as palavras do escritor Marcelo Alcoforado, destacadas pela autora do projeto:

> Rica, firme, decidida, dotada de notórios pendores políticos, Bárbara de Alencar era, ademais, uma mulher transbordante de coragem, mais ainda em uma época de mulheres submissas e ignorantes, limitadas aos assuntos domésticos. Era um tempo em que os atos de conspiração costumavam ser punidos com a morte.

Diante disso, como exige a Lei nº 11.597, de 2007, que regulamenta a matéria, não se pode negar que a Senhora Bárbara de Alencar figura entre os brasileiros que ofereceram a vida à Pátria, para sua defesa e construção, com excepcional dedicação e heroísmo. Sendo assim, é, sem dúvida, justa e meritória a iniciativa que propõe a inscrição do nome de Bárbara Pereira de Alencar no Livro dos Heróis da Pátria, depositado no Panteão da Pátria e da Liberdade Tancredo Neves, em Brasília.

Tendo em vista a apreciação exclusiva da Comissão de Educação, compete igualmente a essa Comissão analisar a constitucionalidade, juridicidade e técnica legislativa da proposição. No que tange a esses aspectos, também não há reparos a fazer ao PLC nº 75, de 2012.

Voto.

Diante do exposto, o voto é pela aprovação do Projeto de Lei da Câmara nº 75, de 2012.

Esses são o parecer e o voto, Srª Presidente.

A SRª PRESIDENTE (Ana Amélia. Bloco Maioria/PP – RS) – Muito obrigada, Senador Benedito de Lira.

Em discussão. (*Pausa.*)

Como a matéria é terminativa, terá de ser sobrestada em função do nosso quórum.

Agradeço ao Senador Benedito de Lira pela leitura.

Antes de encerrar a reunião, eu queria aproveitar e chamar a atenção dos Senadores interessados em educação especial, pois essa é uma matéria muito relevante.

Estive agora, no Rio Grande do Sul, com dirigentes de Apaes e de escolas de educação especial, que estão preocupadíssimos com o projeto do Programa Nacional de Educação (PNE), que inclui em escolas convencionais crianças portadoras de necessidades especiais.

Há uma preocupação grande. Professoras me relataram que, já no ano passado, houve dificuldades, pois essas crianças requerem um cuidado especial. Nós fizemos o que seria o correto ao acolher essas crianças em uma escola normal, para que convivessem com outras. O entendimento tem seu sentido. Só que uma criança com necessidades especiais precisa de um atendimento especial. Tirá-las de Apaes ou de escolas especiais causará uma grande dificuldade na convivência dessas crianças e no aprendizado delas. Uma professora que já enfrenta dificuldades com disciplina e com problemas de convivência entre alunos da escola convencional, terá dificuldade em tratar de uma criança com alguma necessidade. Como ela vai trabalhar isso? Haverá problemas na qualidade do atendimento. A que a professora vai dar prioridade: ensinar as crianças ou atender a uma criança que requer atendimento especial?

O SR. CÍCERO LUCENA (Bloco Minoria/PSDB – PB) – Senadora, se V. Exª me permite, apenas para somar a nossa solidariedade e o nosso apoio. Sem dúvida alguma, quem conhece o assunto profundamente... Eu, como gestor, já tive a oportunidade. Eu me recordo que nós tínhamos a meta de fazer com que 100% de nossas crianças estivessem em sala de aula, em João Pessoa. Saímos de 28 mil para 74 mil alunos, nos oito anos em que fui administrador daquela cidade.

Um belo dia, chegou o Secretário de Educação, Neroaldo Pontes, com toda a sua equipe, comemorando que havíamos atingido 98% de nossas crianças. Parabenizei, reconheci, fiquei feliz da vida, mas fiz uma pequena pergunta: "Se vocês sabem que nós atingimos 98%, vocês sabem onde se encontram os 2%". Então, eles me disseram que esses 2% eram exatamente crianças portadoras de atendimento especial. E eu disse: "Então, vamos buscar atender os 100%, quer seja nas escolas públicas, quando for possível, mas também em parceria com entidades que possam trazer sua esperteza, seu conhecimento e até sua prática de vida, de solidariedade e de dedicação, para que possamos atingir essa meta". E assim foi feito.

Então, eu quero me somar a V. Exª na defesa dessa causa tão justa e tão nobre.

A SRª PRESIDENTE (Ana Amélia. Bloco Maioria/PP – RS) – Eu agradeço imensamente a valiosa colaboração de V. Exª, que traz um caso real que ocorreu na Paraíba, em João Pessoa – o senhor foi Prefeito daquela bela capital –, e isso soma.

Eu queria convidar os Senadores interessados para, amanhã, após a audiência pública que vai tratar da escolha dos diretores de escolas públicas, uma reunião que haverá com lideranças dos responsáveis por educação especial, que virão a esta Comissão pedir apoio exatamente para enfatizar a necessidade de tratar diferentemente pessoas diferentes. Essa abordagem vai requerer de nós uma atenção muito especial.

Faço isso em homenagem a todas as instituições da Paraíba ao Rio Grande do Sul que têm trabalhado muito com o tema. Porque, nessas entidades, a família está diretamente envolvida. APAEs, por exemplo, são entidades em que as famílias estão participando do processo educacional. Isso seria diferente numa escola pública de acesso às crianças que exigem um tratamento especial.

Então, agradeço muito a manifestação do Senador Cícero Lucena.

(É o seguinte o item adiado:)

ITEM 2
PROJETO DE LEI DO SENADO Nº 217, DE 2009
– Terminativo –

Acrescenta §§ 7º e 8º ao art. 1° da Lei nº 9.870, de 23 de novembro de 1999, para dispor que o valor pago pela matrícula estará incluído no valor total das anuidades ou das semestralidades escolares, limitando-se em vinte por cento o porcentual da multa devida pelo cancelamento da matrícula.
Autoria: Senador Valdir Raupp
Relatoria: Senador João Alberto Souza
Relatório: Favorável, na forma do substitutivo oferecido
Observações:
1– Sendo aprovado o substitutivo, a matéria será incluída em pauta da próxima reunião para apreciação em turno suplementar, nos termos do disposto no art. 282, combinado com o art. 92 do Regimento Interno do Senado Federal.)

Dou por encerrada esta reunião ordinária que tratou das matérias que ficaram sobrestadas, em função de todas elas exigirem quórum especial. Faremos agora um intervalo de 10 ou 15 minutos para entrarmos numa reunião extraordinária – a 38ª –, tendo como pauta Emendas à Lei de Diretrizes Orçamentárias – LDO/2014, e como finalidade discussão e votação das emendas da Comissão à Lei de Diretrizes Orçamentárias (PL nº 2, de 2013-CN). A relatoria é do Senador Cícero Lucena.

Está encerrada a reunião ordinária.

(Iniciada às 11 horas e 22 minutos, a reunião é encerrada às 12 horas e 18 minutos.)

COMISSÃO DE EDUCAÇÃO, CULTURA E ESPORTE

ATA DA 38ª REUNIÃO EXTRAORDINÁRIA DA COMISSÃO DE EDUCAÇÃO, CULTURA E ESPORTE DA 3ª SESSÃO LEGISLATIVA ORDINÁRIA DA 54ª LEGISLATURA, REALIZADA EM 13 DE AGOSTO DE 2013.

EMENDAS À LEI DE DIRETRIZES ORÇAMENTÁRIAS – LDO/2014.

Às doze horas e trinta e nove minutos do dia treze de agosto de dois mil e treze, na sala de reuniões da Comissão, Ala Senador Alexandre Costa, **sob a Presidência Eventual do Senhor Senador Paulo Paim**, e com a presença dos Senhores Senadores Wellington Dias, Ana Rita, Paulo Paim, Randolfe Rodrigues, Cristovam Buarque, Lídice da Mata, Inácio Arruda, Roberto Requião, Romero Jucá, João Alberto Souza, Ana Amélia, Benedito de Lira, Alvaro Dias, Paulo Bauer, Maria do Carmo Alves, José Agripino, Lindbergh Farias, Vanessa Grazziotin, Valdir Raupp, Cícero Lucena, Flexa Ribeiro, Eduardo Amorim e João Vicente Claudino, reúne-se a Comissão de Educação, Cultura e Esporte. Deixam de comparecer os Senhores Senadores Ângela Portela, Ricardo Ferraço, Ciro Nogueira, Kátia Abreu, Cyro Miranda e Armando Monteiro. Havendo número regimental, abrem-se os trabalhos. O Senhor Presidente Eventual, Senador Paulo Paim, submete à Comissão a dispensa da leitura da Ata da Reunião anterior e a aprovação da mesma, com o que todos concordam. A seguir, a Presidência informa que o objetivo da reunião é o de discutir e aprovar as emendas da Comissão de Educação, Cultura e Esporte ao texto da Lei de Diretrizes Orçamentárias – LDO/2014. Neste momento, o Senhor Presidente Eventual, Senador Paulo Paim, passa a palavra ao Senador Cícero Lucena, relator das Emendas à Lei de Diretrizes Orçamentárias – LDO/2014, para proferir seu parecer. Prosseguindo, a Comissão analisa e aprova as seguintes emendas à **LDO/2014**: **Emendas ao Anexo de Metas e Prioridades: Emenda nº 1 – Educação** – **Educação Básica –** "20-RP – Infraestrutura para a Educação Básica", apresentada pelos Senadores Cyro Miranda, Lídice da Mata, Vanessa Grazziotin, Ana Rita, Ângela Portela, e Romero Jucá, meta 100.000. **Emenda nº 2 – Educação – Educação Básica –** "20RF – Tecnologia da Informação e Comunicação para a Educação Básica", apresentada pelo Senador Cícero Lucena, meta 1.000.000. **Emenda nº 3 – Educação – Ensino Profissionalizante –** "20RG – Expansão e Reestruturação da Rede Federal de Educação Profissional e Tecnológica", apresentada pelos senadores Cyro Miranda, Lídice da Mata, Vanessa Grazziotin e Romero Jucá, meta 1.000.000. **Emenda nº 4 – Educação – Educação Superior –** "0048 – Apoio a Entidades de Ensino Superior Não Federais", apresentada pelos Senadores Cyro Miranda, Lídice da Mata, Romero Jucá e Inácio Arruda, meta 50. **Emenda nº 5 – Esporte –** "5450 – Implantação e Modernização de Infraestrutura para Esporte Educacional, Recreativo e de Lazer", apresentada pelos Senadores Paulo Paim, Cyro Miranda, Lídice da Mata, Vanessa Grazziotin e Romero Jucá, meta 50.000. **Emendas ao Texto do Projeto da Lei de Diretrizes Orçamentárias: Emenda nº 6 – Corpo da Lei – Artigo 59 Parágrafo 4:** "§ 4º Para a transferência de recursos no âmbito do SUS e da educação básica, inclusive a efetivada mediante convênios ou similares, não será exigida contrapartida dos Estados, do Distrito Federal e dos Municípios.", apresentada pelo Senador Eduardo Braga. **Emenda nº 7 – Corpo da Lei – Artigo 120 – Inciso III:** "Inclua-se ao anexo III – Despesas que não serão objeto de limitação de empenho, nos termos do art. 9º, § 2º, da LRF, por constituírem obrigações constitucionais ou legais da União, o seguinte item: Bolsa Atleta (Lei nº 10.891/2004, Decreto nº 5.342/2005).", apresentada pelo Senador Inácio Arruda. **Emenda nº 8 – Corpo da Lei – Artigo 120 – Inciso III:** "Inclua-se ao anexo III – Despesas que não serão objeto de limitação de empenho, nos termos do art. 9º, § 2º, da LRF, por constituírem obrigações constitucionais ou legais da União, o seguinte item: Programa de Educação Tutorial PET (Lei nº 11.180/2005 e Portarias nº 3.385/2005, nº 1.632/2006 e nº 1.046/2007).", apresentada pelo Senador Inácio Arruda. **Emenda nº 9 – Corpo da Lei – Artigo 59:** "Acrescenta-se o seguinte § 6º: No caso de transferência de recursos para as Universidades Estaduais e Municipais, a contrapartida ficará a 1%.", apresentada pelo Senador Inácio Arruda. **Emenda nº 10 – Corpo da Lei – Artigo 12:** "Inclua-se o inciso XXVII no art. 12: XXVII – ao apoio da União as instituições públicas de ensino superior não federais, devendo o valor mínimo da dotação ser

equivalente ao fixado na lei orçamentária do exercício financeiro.", apresentada pelo Senador Inácio Arruda. **Emenda nº 11 – Corpo da Lei – Artigo 3:** "Incluir ao artigo 3 o parágrafo § 3 as despesas com educação não serão consideradas na meta de resultado primário de que trata o art. 2.", apresentada pelo Senador Inácio Arruda. Finda a discussão e deliberação das Emendas da Comissão à LDO/2014, a palavra é franqueada aos Senhores Senadores membros da Comissão. Usam da palavra os Senhores Senadores Lídice da Mata e Cristovam Buarque. Logo após, o Senhor Presidente Eventual, Senador Paulo Paim, determina que as Notas Taquigráficas sejam anexadas a esta Ata para a devida publicação. Nada mais havendo a tratar, a Presidência encerra a reunião, às doze horas e quarenta e três minutos, determinando que eu, **Júlio Ricardo Borges Linhares, Secretário da Comissão de Educação, Cultura e Esporte** lavrasse a presente Ata que, após lida e aprovada, será assinada pelo Senhor Presidente Eventual. – Senador **Paulo Paim,** Presidente Eventual da Comissão de Educação, Cultura e Esporte.

(Texto com revisão.)

O SR. PRESIDENTE (Paulo Paim. Bloco Apoio Governo/PT – RS) – Havendo número regimental, declaro aberta a 38ª Reunião Extraordinária da Comissão de Educação, Cultura e Esporte da 3ª Sessão Legislativa Ordinária da 54º Legislatura, destinada a discutir e votar as emendas da Comissão à Lei de Diretrizes Orçamentárias (LDO) de 2014.

Submeto à apreciação do Plenário proposta de dispensa da leitura da ata da reunião anterior e a aprovação da mesma.

Os Senadores e Senadoras que estiverem de acordo com a proposição permaneçam como se encontram. (*Pausa*.)

Aprovada.

De imediato, passamos a palavra ao Relator da LDO, Senador Cícero Lucena, para apresentar o seu parecer.

O SR. CÍCERO LUCENA (Bloco Minoria/PSDB – PB) – Sr. Presidente Paulo Paim, Srªs e Srs. Senadores, no prazo estabelecido pela Comissão foram oferecidas 70 (setenta) propostas de emenda ao Projeto de Lei nº 2, de 2013-CN, que dispõe sobre as diretrizes para a elaboração e execução da Lei Orçamentária de 2014 (PLDO 2014). Dessas, 63 foram destinadas ao Anexo de Metas e Prioridades e 7 ao texto do projeto.

Das propostas ao Anexo, 14 foram destinadas à Educação Básica, 5 para Educação Profissional, 8 para Educação Superior, 24 para a Cultura e 12 para o Esporte.

Conforme aprovado no Parecer Preliminar da Comissão Mista de Planos, Orçamentos Públicos e Fiscalização (CMO), cada Comissão Permanente pode apresentar até cinco emendas ao Anexo de Metas e Prioridades do PLDO. Não há limites para as emendas ao texto do projeto.

Diante dessa realidade e, apesar do inegável mérito de todas as propostas, tivemos que indicar para aprovação deste plenário apenas cinco das proposições oferecidas pelos ilustres senadores. Procuramos atender, de maneira geral, àquelas propostas que conseguiram mais apoio dos Parlamentares.

Na Educação Básica, decidimos apoiar a proposta apresentada pelos Senadores Paulo Paim, Lídice da Mata, Vanessa Grazziotin, Ana Rita, Angela Portela e Romero Jucá que inclui como prioridade a ação "20RP – Infraestrutura para a Educação Básica"; bem como a ação "20RF – Tecnologia da Informação e Comunicação para a Educação Básica", de nossa autoria.

Na educação profissional, optamos por sugerir o acolhimento da ação "20RG – Expansão e Reestruturação de Instituições Federais de Educação Profissional e Tecnológica", proposta pelos Senadores Paulo Paim, Lídice da Mata, Vanessa Grazziotin e Romero Jucá.

Gostaria de ressaltar, Senador Paulo Paim, que aqui havia uma emenda de V. Exª relativa às instituições profissionais, não apenas as federais, como as demais, que muito me sensibilizou, mas, infelizmente, pelo limite eu não pude acatar, nem pude fundir, o que seria ideal para atender à justa proposição de V. Exª.

Na educação superior escolhemos a ação "0048 – Apoio a Entidades de Ensino Superior Não Federais", de autoria dos Senadores Cyro Miranda, Lídice da Mata, Romero Jucá e Inácio Arruda, pelas demandas que estamos tendo das universidades estaduais, das universidades municipais e que eu acho é um braço importante, além da justa participação do Governo Federal de estímulo a essas entidades federais.

Finalmente, no Esporte, escolhemos a proposta dos Senadores Paulo Paim, Cyro Miranda, Lídice da Mata, Vanessa Grazziotin e Romero Jucá que indicaram a ação "5450 – Implantação e Modernização de Infraestrutura para Esporte Educacional, Recreativo e de Lazer". Entendemos que, de dessa forma, nós também estaríamos atendendo uma emenda na área de cultura que estimula o incentivo a instalações de infraestrutura de praças para que isso possa ser contemplado.

Voto.

Diante do exposto, votamos no sentido de que esta Comissão de Educação delibere pela apresentação de seis emendas de texto propostas, rejeitando a que se refere ao Regime Diferenciado de Contratações, e

das seguintes emendas ao Anexo de Metas e Prioridades do Projeto de Lei de Diretrizes Orçamentárias para 2014, pelo maior valor proposto para as metas:

"20RP – Infraestrutura para a Educação Básica";

"20RF – Tecnologia da Informação e Comunicação para a Educação Básica";

"20RG – Expansão e Reestruturação de Instituições Federais de Educação Profissional e Tecnológica;

"0048 – Apoio a Entidades de Ensino Superior Não Federais";

"5450 – Implantação e modernização de infraestrutura para o esporte educacional, recreativo e de lazer".

Esse é o voto, Sr. Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Paulo Paim. Bloco Apoio Governo/PT – RS) – Em discussão o relatório. (*Pausa.*)

Não havendo quem queira discutir, vamos à votação.

Os Senadores e as Senadoras que concordam permaneçam como se encontram. (*Pausa.*)

Aprovado.

Parabéns, Senador Cyro Miranda, pelo seu brilhante relatório.

A SRª LÍDICE DA MATA (Bloco Apoio Governo/PSB – BA) – Sr. Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Paulo Paim. Bloco Apoio Governo/PT – RS) – Cícero Miranda...

O SR. CÍCERO LUCENA (Bloco Minoria/PSDB – PB) – Cícero Lucena.

O SR. PRESIDENTE (Paulo Paim. Bloco Apoio Governo/PT – RS) – Cícero Miranda é o Presidente. Perdão.

Cyro Miranda é o nosso Presidente e Cícero Lucena o nosso Relator.

O Senador Cyro Miranda não se encontra no dia de hoje conosco porque infelizmente faleceu a mãe da sua esposa. Então, fizemos aqui...

O SR. CÍCERO LUCENA (Bloco Minoria/PSDB – PB) – Toda a nossa solidariedade, as nossas orações.

O SR. PRESIDENTE (Paulo Paim. Bloco Apoio Governo/PT – RS) – Toda a nossa solidariedade, o nosso carinho e apreço porque ele merece.

Meus cumprimentos, mais uma vez, ao Senador Cícero Lucena pelo seu relatório.

A SRª LÍDICE DA MATA (Bloco Apoio Governo/PSB – BA) – Pela ordem, Sr. Presidente.

Quero rapidamente ressaltar a importância do trabalho feito pelo Senador Cícero Lucena nesse relatório, que acolhe emendas importantes para que nós possamos dar uma contribuição ao trabalho da educação no Senado.

Eu quero destacar, dentre as emendas que ele acolheu... Sinto-me muito bem contemplada, porque em todos os itens...

O SR. CÍCERO LUCENA (Bloco Minoria/PSDB – PB) – Porque foram ótimas as emendas de V. Exª.

A SRª LÍDICE DA MATA (Bloco Apoio Governo/PSB – BA) – Emendas de minha autoria foram acolhidas, mas quero destacar, como ele próprio já o fez, a emenda que nós fizemos sobre o apoio a entidades de ensino superior não federais.

Geralmente, nos diversos Estados brasileiros, as universidades estaduais têm sido as responsáveis principais pela interiorização do ensino superior em nosso País. E não é diferente na Bahia. Nós temos quatro universidades estaduais que têm um papel importantíssimo na interiorização da educação de nível superior no nosso Estado, e o maior número de vagas ofertadas públicas e gratuitas estão nas universidades do Estado da Bahia.

É claro que agora nós avançamos nessa interiorização em nível federal com a criação de duas novas universidades federais no nosso Estado: a Universidade Federal do Sul da Bahia e a Universidade Federal do Oeste da Bahia. E queremos avançar mais. Estamos na luta pela Universidade Federal da Chapada Diamantina, Srs. Senadores Paulo Paim e Cícero Lucena, que fica exatamente no centro geográfico da Bahia. É uma região belíssima, com uma potencialidade importantíssima para o turismo no nosso Estado, e que clama por uma participação maior na área de educação de nível superior, para dar mais acesso àquela população do nosso Semiárido baiano, que se localiza na Chapada Diamantina e que tem uma vocação muito grande para o desenvolvimento da Bahia por estar exatamente no meio do Estado, suprindo, portanto, um enorme hiato de educação naquela região, especialmente a educação de nível superior.

Então, eu quero parabenizar V. Exª pelo relatório feito e destacar essa questão.

O SR. CÍCERO LUCENA (Bloco Minoria/PSDB – PB) – Permite-me?

Eu que agradeço a V. Exª.

O SR. PRESIDENTE (Paulo Paim. Bloco Apoio Governo/PT – RS) – Em discussão.

O SR. CÍCERO LUCENA (Bloco Minoria/PSDB – PB) – Sem dúvida, como nós conhecemos a realidade dos nossos Estados e temos o prazer de aqui representá-los, quero dar o testemunho também da Paraíba.

Nesta mesma Comissão, nós já tivemos, no ano passado, uma audiência pública em que se discutia a questão das universidades estaduais e municipais. Até

por solicitação nossa, debatemos a questão da quebra da autonomia da Universidade Estadual da Paraíba pelo atual governo do Estado, que não cumpria a questão orçamentária de uma universidade que cresceu, que se desenvolveu e tem um trabalho magnífico em termos de educação no Estado da Paraíba.

Mais recentemente, por exemplo, foi noticiado que, na Paraíba, através de uma universidade estadual, se inaugurou a primeira universidade em um presídio neste País, Senador Paulo Paim, exatamente demonstrando o quanto essas universidades estão interagindo com as necessidades e com a demanda dos nossos Estados. Sem dúvida nenhuma, um dos itens que limita essa capacidade de crescimento, de contribuição, de participação é o item orçamento. Acredito que aqui estamos dando uma colaboração que será fundamental para esse desenvolvimento.

Quero agradecer aos Senadores.

O SR. PRESIDENTE (Paulo Paim. Bloco Apoio Governo/PT – RS) – Senador Cícero Lucena, com essa preocupação, e percebendo que da forma como eu gostaria não é possível, por uma questão do Regimento, destino a minha emenda de Senador, todos os anos, para a UERGS, a Universidade Estadual do Rio Grande do Sul. Todos os anos, durante todo o mandato, essa emenda única de Senador, é um objetivo comum, eu destino para a UERGS.

O SR. CÍCERO LUCENA (Bloco Minoria/PSDB – PB) – É uma boa lição.

O SR. PRESIDENTE (Paulo Paim. Bloco Apoio Governo/PT – RS) – Hoje está em torno de R$15 milhões. Todo ano. O pessoal pede para outras áreas, eu digo: vou seguir a orientação do Senador Cristovam, tudo para a educação. Portanto, a minha emenda de Senador, mando toda para a educação, para a UERGS, no Rio Grande do Sul, e não me arrependo. Está se fazendo uma recuperação da UERGS, que estava praticamente sucateada. Digo isso porque nós estávamos tentando, via nossa Comissão, também mandar verba para as universidades estaduais. Mas não é possível, muito bem colocado pelo Sr. Relator, Senador Cícero Lucena. Assim mesmo, nós temos conseguido, de uma forma ou de outra, via emendas individuais, fortalecer a importância que é para todos nós as nossas universidades estaduais.

Eu só queria, antes de passar a palavra ao Senador Cristovam, lembrar a todos os Senadores que nós teremos direito, até quinta-feira, a duas emendas individuais, e teremos as emendas... Não há nenhum prejuízo quanto a isso?

O SR. CÍCERO LUCENA (Bloco Minoria/PSDB – PB) – Nesta Comissão, não.

O SR. PRESIDENTE (Paulo Paim. Bloco Apoio Governo/PT – RS) – Encerrou aqui, então.

Senador Cristovam Buarque, com a palavra.

São as individuais, ainda. Se quiser comentar alguma coisa sobre o relatório, se não vamos...

O SR. CRISTOVAM BUARQUE (Bloco Apoio Governo/PDT – DF) – Senador, vim aqui apenas para manifestar meu apoio ao Relator e ao relatório do Senador Cícero Lucena.

O SR. PRESIDENTE (Paulo Paim. Bloco Apoio Governo/PT – RS) – Muito bem. Já está aprovado.

Então, aproveito este momento para informar que amanhã, às 12h30, nós receberemos aqui uma delegação de líderes das APAEs. Na quinta, teremos uma audiência pública sobre a situação das APAEs na Comissão de Direitos Humanos.

Mas eu queria também lembrar que, amanhã, 10h, teremos aqui uma audiência pública com a seguinte finalidade: discutir o processo de escolha de diretores de escola no Brasil como instrumento de valorização do mérito. Autoria do requerimento: Senadora Kátia Abreu. Convidados: Herman Jacobus Cornelis, Secretário da Educação do Estado de São Paulo; Vitor Henrique Paro, Professor Titular e Pesquisador em Gestão Escolar da Universidade de São Paulo; Priscila Fonseca da Cruz, Diretora Executiva do movimento Todos pela Educação; e Yvelise Arco-Verde, Diretora de Apoio à Gestão Educacional – Secretaria de Educação Básica do MEC. Será amanhã, às 10 horas.

Está encerrada a reunião.

(Iniciada às 12 horas e 39 minutos, a reunião é encerrada às 12 horas e 52 minutos.)

COMISSÃO DE EDUCAÇÃO, CULTURA E ESPORTE

ATA DA 39ª REUNIÃO EXTRAORDINÁRIA DA COMISSÃO DE EDUCAÇÃO, CULTURA E ESPORTE, DA 3ª SESSÃO LEGISLATIVA ORDINÁRIA DA 54ª LEGISLATURA, REALIZADA EM 14 DE AGOSTO DE 2013.

AUDIÊNCIA PÚBLICA

Às dez horas e dez minutos do dia quatorze de agosto de dois mil e treze, na sala de reuniões da Comissão, Ala Senador Alexandre Costa, sala 15 (quinze), **sob a Presidência do Senhor Senador Cyro Miranda**, e com a presença dos Senhores Senadores Cristovam Buarque, Lídice da Mata, Inácio Arruda, João Alberto Souza, Ana Amélia, Kátia Abreu, Maria do Carmo Alves, Vanessa Grazziotin, João Capiberibe, Cícero Lucena, Flexa Ribeiro e Mozarildo Cavalcanti, reúne-se a Comissão de Educação, Cultura e Esporte. Deixam de comparecer os Senhores Senadores

Wellington Dias, Ângela Portela, Ana Rita, Paulo Paim, Randolfe Rodrigues, Ricardo Ferraço, Roberto Requião, Romero Jucá, Benedito de Lira, Ciro Nogueira, Alvaro Dias, Paulo Bauer, José Agripino e Armando Monteiro. A Presidência submete à Comissão a dispensa da leitura da Ata da Reunião anterior e a aprovação da mesma, com o que todos concordam. Prosseguindo, inicia-se a presente reunião, convocada na forma de Audiência Pública, atendendo ao Requerimento nº 36/2013-CE, de autoria das Senhoras Senadoras Kátia Abreu e Lídice da Mata, destinado a debater o "**O processo de escolha de diretores de escola no Brasil como instrumento de valorização do mérito**". Como expositores, comparecem à Audiência Pública o **Senhor Herman Jacobus Cornelis, Secretário de Educação do Estado de São Paulo; Senhor Vitor Henrique Paro, Professor Titular e Pesquisador em Gestão Escolar da Universidade de São Paulo – USP; Senhora Priscila Fonseca da Cruz, Diretora Executiva do Movimento Todos Pela Educação e Senhora Yvelise Arco Verde, Diretora de Apoio à Gestão Educacional – Secretaria de Educação Básica – MEC**. Neste momento, o Senhor Presidente, Senador Cyro Miranda, faz a leitura do seguinte comunicado: "Comunico aos Senhores (as) Senadores (as) que foi realizado no dia 12 de agosto de 2013, o Seminário Lei de Responsabilidade Educacional, organizado pelo Movimento Todos pela Educação, em parceria com a Fundação Getúlio Vargas – FGV, no Auditório da Fundação Getúlio Vargas – São Paulo, que contou com o apoio desta Comissão. Informo que estamos disponibilizando em nossa *homepage* as exposições feitas no Seminário". O comunicado vai ao arquivo. Finda a apresentação dos expositores, a palavra é franqueada aos Senhores Senadores membros da Comissão. Usam da palavra a Senhora Senadora Kátia Abreu, autora do Requerimento, e o Senhor Senador Cristovam Buarque. Após as considerações finais dos expositores, o Senhor Presidente, Senador Cyro Miranda, agradece a todos pela presença e declara encerrados os trabalhos desta sessão, determinando que as Notas Taquigráficas sejam anexadas a esta Ata para a devida publicação. Nada mais havendo a tratar, a Presidência encerra a reunião às doze horas e vinte e três minutos, determinando que eu, **Júlio Ricardo Borges Linhares, Secretário da Comissão de Educação, Cultura e Esporte** lavrasse a presente Ata, que após lida e aprovada, será assinada pelo Senhor Presidente e publicada no Diário do Senado Federal. – Senador **Cyro Miranda,** Presidente da Comissão de Educação, Cultura e Esporte.

(Texto com revisão.)

O SR. PRESIDENTE (Cyro Miranda. Bloco Minoria/PSDB – GO) – Havendo número regimental, declaro aberta a 39ª Reunião Extraordinária da Comissão de Educação, Cultura e Esporte, da 3ª Sessão Legislativa Ordinária da 54ª Legislatura.

Submeto à apreciação do plenário proposta de dispensa de leitura e aprovação da ata da reunião anterior.

As Srªs Senadoras e os Srs. Senadores que estiverem de acordo com a proposição permaneçam como se encontram. *(Pausa.)*

Aprovada.

A presente reunião, na forma de audiência pública, atende ao Requerimento nº 36, de 2013, da Comissão de Educação, de autoria da Senadora Kátia Abreu e Lídice da Mata, para realização da audiência pública destinada a debater o processo de escolha de diretores de escola no Brasil como instrumento de valorização do mérito.

Dando início à audiência pública, solicito ao Secretário da Comissão, Júlio Linhares, que acompanhe os convidados para tomarem assento à Mesa. *(Pausa.)*

Os nossos convidados são o Sr. Herman Jacobus, Secretário de Educação do Estado de São Paulo; o Sr. Vitor Henrique Paro, Professor Titular e Pesquisador em Gestão Escolar da Universidade de São Paulo; a Srª Priscila Fonseca da Cruz, Diretora Executiva do Movimento "Todos pela Educação", e Yvelise Arco-verde, Diretora de Apoio de Gestão Educacional da Secretaria de Educação Básica.

Agradecendo a presença dos nossos convidados e parabenizando as autoras do requerimento, quero primeiro prestar a informação de que a audiência tem a cobertura da TV Senado, da Agência Senado, do *Jornal do Senado*, da Rádio Senado e, ainda, pela Internet, no site www.senado.gov.br.

Eu gostaria, antes de iniciar esta audiência, de fazer um comunicado às Srªs e aos Srs. Senadores e a todos os presentes de que foi realizado, no dia 12 de agosto de 2013, na segunda-feira, o Seminário de Lei de Responsabilidade Educacional, organizado pelo Movimento "Todos pela Educação", em parceria com a Fundação Getúlio Vargas, no auditório da Fundação Getúlio Vargas, em São Paulo, que contou com o apoio desta Comissão.

Informo que estamos disponibilizando em nossa *home page* as exposições feitas no seminário.

E o comunicado vai ao arquivo.

Concedo a palavra inicialmente, pelo tempo de 15 minutos, ao Sr. Herman Jacobus Cornelis, Secretário da Educação do Estado de São Paulo.

O SR. HERMAN JACOBUS CORNELIS – Bom dia a todos.

Na realidade, a proposta de apresentação do tema diretores está inserida num contexto mais amplo. Esse contexto mais amplo é um programa construído no Estado de São Paulo, desde o ano de 2011, que se chama Programa Educação: Compromisso de São Paulo. E é importante que eu faça uma referência rápida a esse programa.

Ele resultou, a partir do primeiro semestre de 2011 – bem no início, quando assumi a Secretaria de Estado da Educação –, de trabalhos com mais de 20 mil profissionais da rede. Esses trabalhos resultaram na entrega de farta documentação dos diversos segmentos que compõem o quadro da Secretaria de Estado da Educação – diretores, professores, supervisores, coordenadores, PCNPs, servidores técnico-administrativos –, os quais, em reuniões com 500 a 600 pessoas, durante um semestre todo, apresentaram tudo aquilo que os segmentos entendem que em São Paulo estava funcionando, tudo aquilo que deveria ser melhorado e sugestões que inclusive os segmentos estavam fazendo ao Secretário.

Eu chamo isso de construção de uma política pública conjunta de educação de qualidade. Foi uma ação muito rica que gerou um programa, através de um decreto do Governador, que concentra as ações do Estado de São Paulo. Estou transformando esse programa numa lei e já tenho autorização do Governador. O Executivo encaminhará à Assembleia Legislativa de São Paulo no sentido de que exista uma lei no Estado que direcione as ações que estão embutidas no programa, que rapidamente mostrarei.

A rede do Estado de São Paulo é absolutamente ímpar. São mais de 4 milhões de alunos. Eu tenho 233 mil professores ativos, mais de 140 mil professores aposentados e 60 mil servidores. São 5.500 escolas, 91 diretorias de ensino, e o orçamento deste ano é de R$24 bilhões. É uma rede absolutamente ímpar, com escolas de excelência, escolas em regiões extremamente vulneráveis, quer dizer, é uma rede muito grande e complexa.

O Programa Educação: Compromisso de São Paulo, como eu disse, resultou de uma ação que se tornará livro daqui a duas semanas. Será um livro publicado meu, que conta a história de 2011 e de como se construiu coletivamente esse programa. O mais importante é que a rede do Estado de São Paulo entende que ela construiu e propôs a elaboração de um programa chamado Compromisso de São Paulo.

O primeiro item... Eu recebi mais de 7 mil sugestões, críticas, manifestações documentadas de todos os segmentos – 7 mil diferentes. Se fizermos uma intersecção entre elas, foram muito mais manifestações, porque muitas se repetiram.

Todas essas 7 mil manifestações foram trabalhadas por mim e pelas equipes da Secretaria de Estado da Educação. E nós conseguimos segmentá-las em cinco pilares que sustentam todo o programa.

Então, não há em São Paulo hoje nenhuma ação atrelada à educação básica que não tenha isso como diretriz absolutamente imutável.

O primeiro pilar que sustenta todo o programa é aquele em que acredito, porque, na minha opinião, o Estado faz gestão de recursos humanos de forma muito incompetente: é a questão da valorização do capital humano da Secretaria. E aqui concentrarei a minha fala, por conta do tema de hoje, nesse Pilar 1.

O Pilar 2 está associado com a gestão pedagógica, com foco em resultado. O Estado de São Paulo tem um currículo para o Ensino Fundamental, Ciclo I, que é o Ler e Escrever; para o Ciclo II, no Ensino Médio, o São Paulo Faz Escola: ações de recuperação, professor auxiliar, residência educacional, enfim, há uma série de ações aqui, como atividade didática nas férias. As escolas abriram agora no mês de julho e abrirão, a partir de setembro, todos os sábados para a recuperação dos alunos, baseadas numa avaliação em processo que identifica deficiência de aprendizagem.

Iniciamos em São Paulo, em 2012, um programa que considero será, em São Paulo, daqui a alguns anos, o diferencial, que é a educação integral. Não é o aluno em tempo integral; é a educação integral. É outro conceito, que tem hoje 69 escolas; a partir do ano que vem, 180 e, no ano de 2015, 300 escolas.

Minha proposta é que eu tenha, em São Paulo, 20% da rede na educação integral. Comecei com o Ensino Médio. Já tenho o Ensino Médio de Ciclo II. Essa educação integral gerou uma nova carreira do professor em tempo integral, em dedicação exclusiva. Então, eu tenho uma carreira em que o professor está na escola o dia todo, com o estudante, desenvolvendo o projeto de vida do jovem.

Depois de um ano de trabalho nesse novo conceito de educação integral, os resultados são absolutamente impressionantes. Houve uma reestruturação a partir de...

Eu entendi a necessidade de desburocratizar a Secretaria, diminuir níveis entre o Secretário e a base. O Secretário de Educação de São Paulo tinha muito pouco contato com a rede. Eu sou professor, gosto de conversar com professores, amanhã estarei em reunião com mil diretores discutindo gestão de escolas, liderança. Então, na realidade, nós iniciamos uma grande reestruturação na Secretaria de Estado da Educação – enorme, monstruosa – que aproxima o Secretário. Não há intermediário mais entre o Secretário e o dire-

tor da escola. É o Secretário que está absolutamente ligado com a unidade escolar.

E o quinto é a mobilização da sociedade. Todas as ações de São Paulo hoje – todas – estão concentradas nos cinco pilares.

Concentrarei minha fala no Pilar I, que trata dos diretores.

A primeira ação, que considero absolutamente fundamental em São Paulo, foi a criação de uma política salarial. Eu não confundo política salarial com carreira nem com algo que em São Paulo se chama bônus. Política salarial significa recuperação do processo inflacionário mais ganho real. Isso tem que ser lei. Isso tem que ser garantido anualmente aos servidores para que o poder de compra se mantenha e que se caminhe anualmente com ganho real, na busca de um salário que dê dignidade e que estimule o jovem que está na licenciatura a participar da rede do Estado de São Paulo.

Em 2011, essa lei foi preparada por mim. Eu respondi na Unesp, como professor e reitor, pela parte orçamentária. Fiz uma simulação em quatro anos do crescimento da economia, do aumento da folha de inativos, da necessidade de contratação e do crescimento vegetativo. Fiz uma projeção para quatro anos do Governo Geraldo Alckmin e uma proposta ao Governador, que a encaminhou para a Assembleia Legislativa, que garantiu em quatro anos uma correção salarial de 45%. Lei. Lei! E todo ano eu me sento com os sindicatos para verificar se, à luz do crescimento da economia, eu ainda tenho algo a viabilizar a eles.

Meu entendimento é o de que uma série de variáveis são fundamentais, mas, se não houver um esforço neste País para garantir um salário inicial que dê dignidade e estimule os jovens, o País deixará de ter professor de Educação Básica. O problema é seriíssimo. É seriíssimo! E eu digo isto com absoluto conhecimento de causa: ou este País se conscientiza de que deve haver uma política salarial de ingresso, que faça com que haja estímulo do menino da licenciatura para estar nas redes, ou ele procurará outra atividade. Mesmo porque – não vou entrar em muitos detalhes porque não há tempo – as escolas hoje estão muito difíceis. Quer dizer, há um ambiente, um entorno escolar de violência, de desrespeito, de falta de valores e de princípios que está desestimulando nosso profissional, que já está na rede.

Eu tenho 10% do meu quadro de licença médica. São 22 mil professores da minha rede estão afastados da sala de aula; 12 mil professores readaptados: 34 mil servidores que poderiam estar nas salas de aula e que não estão nas salas de aula. Considerando todo esse entorno, mas não falarei muito sobre ele.

Na realidade, essa política salarial resultou de algumas Leis Complementares, as de nºs 1.143/11, 1.144/11, 1.204/13 e 1.158/11. Nada que tem sido feito em São Paulo tem sido feito que não seja por lei. Eu gosto muito que a questão saia do âmbito do Legislativo porque aí entendo que há muito mais garantia de continuidade das ações que estão ocorrendo em São Paulo. Mais importante, além dessa lei, é que essa lei criou o esqueleto de uma carreira, e esse esqueleto está sendo concluído.

Ontem encaminhei ao Governador um primeiro decreto, que está sendo concluído com uma ação com cinco entidades que compõem o quadro do Magistério em São Paulo, na construção de uma carreira.

Eu preciso confessar uma coisa aqui, de coração muito aberto: eu nunca tive uma experiência tão rica como durante dois anos sentar com cinco sindicatos e construir uma carreira para professor, diretor e supervisor, sem que houvesse votação. Tudo construído baseado no entendimento da importância de uma carreira, em que o mérito esteja absolutamente presente e que haja carreira para aquele que se esforça. Carreira não é algo que se consegue por decurso de prazo, carreira é aquilo que se constrói em função do seu esforço.

O que o Estado tem que garantir é a viabilidade de que esse esforço efetivamente viabilize aquele profissional a atingir a carreira. São Paulo terá, no meu entendimento, uma vez concluída na próxima semana a última reunião que define todos os dispositivos da carreira, uma das mais impressionantes carreiras aqui da Educação Básica do País.

Rapidamente. Com relação ainda ao Pilar I, Capital Humano, o Governador nomeou, desde janeiro de 2011, 34 mil professores. Abro um concurso, agora em 2013 – já tenho autorização, o edital está sendo colocado na praça –, para mais 59 mil professores. Em quatro anos, ingressarei no quadro com 93 mil professores. Na realidade, é uma política de ampliação dos docentes efetivos.

Etapas e concursos para professores. O Estado de São tinha uma etapa de concursos para professores que era a seguinte: o candidato fazia o concurso público, não entrava em efetivo exercício. A partir desse instante, recebia uma bolsa de 75% do valor do salário inicial do professor PEB II, na nossa rede, e, durante quatro meses, passava por um curso de formação na Escola de Formação da Secretaria de Estado da Educação, um curso não presencial, um curso a distância, em que, uma vez aprovado, garantia a ele o ingresso na nossa rede.

Isso estava contaminando um pouco o sistema porque muitos professores efetivos faziam o concurso público, faziam o curso para pontuar para a carreira e

não se efetivavam, e estavam recebendo a bolsa; outros faziam o concurso, faziam o curso e não ingressavam; faziam o curso para receber a bolsa.

Eu fiz uma proposta ao Governador, que encaminhou à Assembleia e que já aprovou a Lei, que é Lei nº 1.094/09, em que eu trago para dentro do estágio probatório toda a formação dos professores.

No meu entendimento, o estágio probatório, da maneira como está configurado na educação, quer seja na Educação Básica, quer seja no Ensino Superior, é decurso de prazo. É preciso qualificar o estágio probatório, dar sentido ao estágio probatório. Então, na realidade, o que acontece? O professor faz o concurso, entra em efetivo exercício e, durante três anos, à luz do currículo do Estado de São Paulo, vou preparar esse professor de acordo com aquilo que julgo ele deva saber para efetivamente ter uma boa atividade na sala de aula, junto com os novos estudantes, inclusive de gestão de sala de aula.

O problema do professor não é só a gestão de currículo; é mais importante do que isso: é a gestão de sala de aula. É saber trabalhar com essas crianças, como eu disse, hoje têm conceitos diferentes daqueles que nós na nossa época tínhamos.

E, principalmente, como ex-reitor de uma universidade, eu posso dizer tranquilamente: as universidades do nosso País não estão formando professores para a Educação Básica. Talvez eu seja crucificado pelos reitores, mas tenho todo o direito de dizer: as universidades não têm a menor ideia daquilo que está acontecendo na Educação Básica; não têm a menor ideia do perfil do profissional de que precisamos hoje.

Então, essa foi a modificação que ocorreu com relação aos professores. Como disse, o concurso está sendo aberto agora para contratar 59 mil.

Com relação ao diretor de...

A SRª KÁTIA ABREU (Bloco Maioria/PSD – TO) – Desculpe-me.

O SR. HERMAN JACOBUS CORNELIS – Pois não.

A SRª KÁTIA ABREU (Bloco Maioria/PSD – TO) – Durante o período probatório, eles fazem a formação, mas estão dentro de sala aula?

O SR. HERMAN JACOBUS CORNELIS – Em efetivo exercício. Em efetivo exercício.

A proposta nossa é verificar as deficiências e corrigi-las durante o estágio probatório. Uma vez concluído o estágio probatório, ele é confirmado no regime, caso ele atenda à expectativa que se espera do nosso profissional.

Eu julgo que São Paulo deu um passo importantíssimo com o que está nessa tela agora e que está sendo apresentado aos senhores. O Estado de São Paulo é o único Estado na Federação em que o diretor de escola – que eu considero seja absolutamente fundamental nesse processo, porque hoje, para dirigir uma escola com essa realidade, necessita de uma formação e de um processo de acompanhamento por parte da administração. O Estado de São Paulo tinha o concurso público como única etapa. Faz o concurso público, é lotado na escola de forma efetiva e permanece na escola. O professor faz o concurso público, torna-se diretor e começa a dirigir uma escola com 2 mil crianças.

Então, qual foi o entendimento que foi construído junto com o Sindicato dos Diretores? Isso é que é o mais importante: foi construído com o Udemo. O Estado de São Paulo, a partir da Lei nº 1.207/13, que corrigia a de nº 836/97 – a 836/97 é essa que eu disse aos senhores que se baseava fundamentalmente no concurso público; a configuração era estadual, a bibliografia baseada no perfil do diretor da escola e o estágio probatório anterior, para os diretores, era uma avaliação de desempenho simples, ou seja, nenhuma avaliação.

A 1.207/13, que foi aprovada agora, está dando direcionamento ao concurso que está aberto. Abro um concurso agora para 1.450 diretores de escola: ele tem duas etapas – a primeira é uma prova objetiva e dissertativa, eliminatória, e a segunda etapa é uma prova classificatória de títulos.

O concurso será regionalizado por conta de um instrumento no Estado de São Paulo, que é a possibilidade da remoção dos profissionais – o que é muito ruim porque o profissional não cria muito vínculo com a instituição: ele faz um concurso centralizado, objetivando uma escola em uma cidade onde a família mora e vai se deslocando em direção àquela escola mais próxima daquela onde interessa a ele.

Então, na realidade, o que nós fizemos agora? Regionalizamos o concurso para possibilitar a oferta de vagas nas regiões. A bibliografia baseada numa matriz de competência, de habilidade em gestão educacional, de gestão escolar, foi um grande passo...

(Soa a campainha.)

O SR. HERMAN JACOBUS CORNELIS – Dê-me mais um minuto, por favor.

Durante o estágio probatório, agora, então, qual é o conceito? Faz o concurso público, entra em efetivo exercício, só que eu controlo o estágio probatório, a exemplo do professor. Primeiro, ele fará um Curso de Atuação em Gestão Escolar, abordando dois temas: elaboração do Plano de Gestão Escolar e prova da conclusão do curso, e uma avaliação de desempenho

baseada no Plano de Gestão Escolar feita pela comissão de avaliação.

Ele entra na escola, faz um plano para gestão de três anos daquela escola em que ele é diretor, e será avaliado durantes os três anos. Se, ao final dos três anos, a avaliação dele não for condizente com o que se espera, durante três anos será acompanhado pela administração e terá depois uma avaliação a cada ano. E, no final do segundo período de três anos, será avaliado pelo conselho de escola. Se o conselho da escola, composto pelo segmento que está dentro da unidade escolar – professores, pais e alunos –, julgar que ele não está exercendo com plenitude aquilo que se espera, ele é desligado, ele perde o cargo.

Acho que essa é uma grande ação que dará, no meu entendimento, muita responsabilidade àquele que pretende dirigir uma escola.

Avançando rapidamente.

Com relação à contratação de servidores, ainda no pilar humano, nós contratamos 17 mil profissionais durante o ano, até agora. Na reestruturação, entende-se a necessidade de se contratarem profissionais com perfil diferenciado. Ou seja, estou contratando analistas para sala de leitura, nutricionistas por conta de merenda e 800 analistas administrativos para cargos administrativos e cargos de tecnologia.

Com relação ao plano de carreira, já fiz os comentários com relação à construção desse plano de carreira. Essa matriz que foi construída tem uma matriz de oito linhas por oito colunas. Há um processo de evolução na horizontal a cada três anos, e essa evolução se dará através do desempenho das atividades dele na escola, através de um memorial. Ele tem muita base na construção da Plataforma *Lattes* do CNPq. O professor alimenta o memorial e, de forma *on-line,* nós vamos analisar se, naqueles três anos, as suas atividades eram as atividades que se esperam da escola. E essa correção é de 5%. E, na vertical, oito linhas e oito colunas, é a promoção. Até hoje havia uma prova de mérito para uma correção, prova de mérito que ele teria que fazer e que corrigia o salário dele em 25% só para 20% dos que passavam na prova.

No meu entendimento, mérito é mérito, não há mérito com limite. Então, a proposta que fiz e que foi aprovada pela Assembleia Legislativa foi a de que a promoção na vertical, a cada três anos, ocorrerá através de uma avaliação, que é uma composição da prova com o memorial do profissional e com a sua história na instituição. O meu entendimento é o de que o jovem que ingressa hoje na instituição, na rede, não tem conteúdo ainda de memorial a apresentar. Então, a avaliação é um instrumento importante.

O profissional que está há 25 anos na rede tem uma história na rede, então ali a avaliação não é tão importante; é a construção do seu memorial que sinalizará para a administração se efetivamente ele se comprometeu com as suas atividades de ensino. Essa correção é de 10,5%. Essa é a matriz que está sendo construída, que foi construída e que é a matriz que direciona hoje a carreira no Estado de São Paulo.

Rapidamente: contagem de tempo de aposentadoria.

O Estado de São Paulo, eu disse, tem 10% da rede afastada por licença médica e tem um número significativo em readaptação. O meu entendimento é o de que, no Estado de São Paulo, o DPME, o Departamento de Perícias Médicas do Estado, não entende o meu professor. Então, eu consegui do Governador um decreto em que eu transferi a questão da perícia médica para dentro da Secretaria da Educação: eu faço a perícia do meu profissional.

Reformei 34 postos no interior do Estado de São Paulo, credenciei médicos, treinei os médicos porque a minha intenção é reduzir o absenteísmo, que hoje é de 10%, para níveis internacionais de 5% a 6%, que são os níveis de absenteísmo que se aceitam numa rede tão complexa como a rede do Estado de São Paulo. Ou seja, é um grande programa que tem quatro eixos: o último eixo é o da perícia médica e depois os eixos de prevenção, para evitar que os profissionais adoeçam, que eu chamo Programa São Paulo Educação com Saúde.

Perdoem-me ter ultrapassado o tempo.

Obrigado. (*Palmas*.)

O SR. PRESIDENTE (Cyro Miranda. Bloco Minoria/PSDB – GO) – Muito obrigado, Secretário; Muito pelo contrário: parabenizo as suas iniciativas e parabenizo o Estado de São Paulo por estar na vanguarda desses programas.

Eu quero também lembrar – não sei se os senhores da Mesa sabem – que tramita nesta Comissão um projeto de residência pedagógica,

O SR. HERMAN JACOBUS CORNELIS – Nós já o vimos lá.

O SR. PRESIDENTE (Cyro Miranda. Bloco Minoria/PSDB – GO) – Exato, mas agora nós vamos transformá-lo em lei federal, com carga de 820 horas. Hoje os senhores ...

O SR. HERMAN JACOBUS CORNELIS – Parte do currículo?

O SR. PRESIDENTE (Cyro Miranda. Bloco Minoria/PSDB – GO) – Exatamente.

Porque hoje se avaliou que ele saí da escola só com a teoria e aí os desastres acontecem, não por culpa dele, mas como em qualquer profissão.

E também esse esforço e o que acontece em todos os Estados da Federação, o número de professores que estão fora da sala de aula porque vão em busca de um *plus* de 5%, de 2% na área administrativa. Então, esse realmente é um programa eficaz.

Com muito prazer, eu concedo a palavra ao Prof. Vitor Henrique Paro, pesquisador de Gestão Escolar da Universidade São Paulo, da USP.

Esteja à vontade, Professor.

O SR. VITOR HENRIQUE PARO – (*Falha na gravação*) para vir falar aqui com vocês. Um convite que até estranhei um pouco porque neste País é muito difícil alguma coisa que trata da educação convidar educadores. Então, sinto-me muito feliz e com uma responsabilidade muito grande aqui dentro, mas devo adiantar a vocês que devo ser uma opinião radicalmente diferente de tudo. Eu tenho seriíssimas críticas ao que se faz neste País, e principalmente ao que não se faz em termos de educação.

Há uma frase de Diane Ravitch – Diane Ravitch foi secretária-adjunta de educação do Governo Bush, na década de 90, e foi uma das idealizadoras de todas as medidas neoliberais que causaram o grande desastre, a grande vergonha do sistema escolar norte-americano.

Devo dizer a vocês que essas mesmas medidas e esse mesmo modo de gerir a educação estão sendo aplicados no Brasil desde a década de 90, pelo menos nos últimos 20 anos, sem nenhuma renúncia a nada. De uma forma bastante impositiva, está-se fazendo tudo aquilo que não se deve fazer em educação.

Então, eu peço desculpas. A coisa é complexa. Eu sou da área de educação, eu sou educador, eu vivo a educação, eu pesquiso a educação e tenho obrigação de falar sobre isso. E tenho quase certeza, pelo que vejo por aí, de que vou ser uma pessoa bastante criticada e talvez não compreendida porque o tempo é bastante curto.

Diane Ravitch depois fez o seu *mea-culpa* e escreveu um livro belíssimo – e eu convidaria a todos os Srs. Senadores e Senadoras a lerem –, que se chama *Vida e Morte do Grande Sistema Escolar Americano*. Em determinado momento ela diz o seguinte: "A educação é importante demais para entregá-la às variações do mercado e às boas intenções de amadores."

Eu identifico hoje, na nossa educação duas desgraças: uma que eu chamo de razão mercantil. Ainda não se percebeu que a educação é alguma coisa singular; a educação tem que ter um tratamento singular. Não adianta utilizar as formas mercantis nela. Não porque você vai fazer mal e vai tratar mal o professor, o professor vai ganhar mal; não, porque não vai conseguir sucesso. E o exemplo é isso. Nós estamos atrasados pelo menos 100 anos em termos de metodologia no Estado. Nós temos grandes programas, coisas muito bonitas que são feitas por secretários, por ministros, mas eu estou lá na escola. Eu estou vivendo na escola e estou vendo o que acontece.

O princípio básico da gestão – tenho vários livros sobre gestão. Aliás, a esse respeito, eu tenho um livro que se chama *Eleição de diretores: a escola pública experimenta a democracia*, que está esgotado e por isso não o trouxe, mas trouxe dois outros livros que eu vou deixar à Comissão de Educação, na esperança de que as pessoas leiam e se toquem a respeito de algumas coisas. Chamam-se: *Crítica da estrutura da escola* e *Educação como exercício do poder*.

Pois bem. Nós temos hoje, por um lado, uma razão mercantil, que nega a educação. O educador não produz um produto. O fazer do professor faz um outro fazer. Uma coisa que ninguém percebeu ainda é que a ciência avançou, e a ciência não está aplicada à educação; a Medicina está, mas a ciência da educação – a Antropologia, a Sociologia, a Didática, a Economia – não está aplicada à educação.

A nossa escola está atrasada pelo menos 100 anos em termos de metodologia. E não adianta fazer outras medidas administrativas se você não levar em conta o seu objetivo. Então, penso que, na educação brasileira, antes de soluções, falta um problema. Nós ainda estamos procurando formar pessoas que passem de ano, pessoas que tenham diplomas do ensino fundamental, que passem num desgraçado de um Saeb, essa coisa horrenda que existe aí, ou num Enem, que não mede absolutamente nada nem pretende medir porque não se tem presente que o educador, o educando, todos os educandos têm direito à cultura inteira, não simplesmente ao saber Matemática ou ao saber Português.

Uma pesquisa da Ação Educativa recente – eu vivia falando disso, nós temos milhões e milhões pessoas que sabem ler e escrever, que não leem e não escrevem – deu como resultado que nós temos perto de 65% de analfabetos funcionais – nome bonito para analfabeto, analfabeto com diploma: mais de 120 milhões neste País não usam sequer o ler e o escrever. O que se dirá dos outros componentes da cultura que a escola deveria passar? Percebem?

É isso que me preocupa. Estou preocupado com aquilo.

Inclusive, vejam, um sintoma desse modo de pensar a educação, completamente avesso à educação, é o próprio título. Vejam, processo de escolha de diretores de escola no Brasil como instrumento de valorização do mérito. Ora, eu estou preocupado com eleição de diretor ou com a nomeação do diretor, para ver o mérito dele? Gestão significa mediação para alcançar

um fim. Qual o meu fim? Se o meu fim não é simplesmente passar de ano porque não adianta já que nós diplomamos analfabetos. Inclusive, tenho dúvida aqui se os próprios secretários de educação e o Ministro da Educação seriam aprovados nos tais Saebs, que não medem absolutamente nada, só dão dinheiro para empresas particulares, privadas.

Eu estou preocupado com o aluno. A gestão é apenas um detalhe, um dos aspectos dentro da escola. A gestão, não, a gestão é importante, a escolha do diretor. Então, tenho que me preocupar: o que a escolha do diretor tem a ver com uma educação que procura formar seres humanos históricos, com posturas que não vão lá apenas para transmitir conhecimento. Porque a criança só aprende se quiser. Não adianta dizer que ela não quer aprender e botar a culpa nela e falar de dificuldades de aprendizagem. Não existe dificuldade de aprendizagem. Existem incompetências de ensinar. O papel de ensinar é da escola. E nós jogamos a culpa em cima das crianças. Agora, vamos ter de novo reprovação a torto e a direito, para botar a culpa naquela que é a vítima.

Eu estou preocupado com que a sua criança seja formada na integralidade. E nós vemos projetos aí bombásticos. Chegam à escola? Não chegam. Mostre-me que chegam. Não chegam! E se chegam, é para piorar. Os professores são suficientemente inteligentes, espertos, se eles não estão comprometidos com aquilo. E, vejam, o trabalhador da empresa não precisa estar comprometido com o que ele faz. Ele pode ter ódio do seu empregador, e ele pode ser analisado e ver se o produto dele está sendo bem feito.

Na escola, não. Não é possível convencer uma criança a querer aprender se você não acredita nisso, se você está lá só pelo salário. Então, o salário não é como na empresa. O salário, na empresa, é uma compensação pelo fato dele fazer alguma coisa que não interessa. O trabalho na empresa é forçado. Percebe? O trabalho na escola não pode ser forçado. O salário então não é simplesmente você ganhar isso, porque você fez aquilo. Não. O salário é condição.

Assim como se precisa de um prédio, como se precisa de método, como se precisa de condição de trabalho, precisa-se de um salário para que você não tenha que se preocupar com o salário, para que você possa ler um livro e comprar um livro, se você está ensinando.

Bom, com base em tudo isso, o segundo grande grupo, a segunda grande desgraça é o chamado amadorismo pedagógico.

Veja, existem pessoas muito bem intencionadas, políticos, empresários, e eles ficam preocupados: por que essa escola não funciona? Vamos fazer funcionar. As empresas funcionam. Mais ou menos, não é, porque as que não funcionam não ficamos sabendo. As que têm corrupção e passam por cima da corrupção, a cavalo, do Estado, também não ficamos sabendo. Ficamos sabendo só do político. É que é bom para a mídia alienada falar contra o político, porque é bom uma sociedade que não tenha políticos e nem política, porque aí se faz o que se quiser.

Mas, veja, não adianta você repetir na empresa, e é isso que vemos o dia inteirinho, em todas as medidas, em todas as medidas de secretários de Educação, de ministros da Educação, com raríssimas exceções – não vou falar das exceções aqui –, que são secretarias municipais de Educação, ou que foram Secretarias Municipais de Educação, eles estão preocupados simplesmente em fazer planos. E usar o mesmo critério. Não funciona. Por mais boa intenção que você tenha.

Se você não levar em conta que a criança só aprende se quiser, se você não procurar a ciência, compreender a criança, saber em tal fase como ela pensa, como ela não pensa, e desenvolver mecanismos... Por exemplo, nós temos sala de aula, nós confinamos os alunos durante 4, 5 horas numa sala de aula. Isso é criminoso. Eles não fizeram crime nenhum para serem confinados na sala de aula.

Assim como a ciência diz que há cura para determinados cânceres, que há cura para muita coisa, que se faz transplante de coração, de fígado, etc., a educação também tem esses milagres. E a educação diz que a pior forma de ensinar a criança é botar 30, 40 olhando o professor.

A educação de verdade derrubaria as paredes. Mas onde se discute isso? Em lugar nenhum, porque não se discute educação. É amadorismo pedagógico, mesmo daqueles que se dizem professores universitários, pessoas que escrevem livros sobre educação, etc, que simplesmente se baseiam no conceito tradicional de educação.

Como eu tenho pouco tempo, eu vou ler aqui sobre o caso específico do diretor, que é um reflexo dessas ideias estapafúrdias que estou falando aqui para vocês, loucas, para não passar muito do tempo, e também para ficar claro que eu não estou falando nada pessoalmente contra ninguém. Está escrito no livro aqui. Mas é uma síntese, para auxiliar, com base nisso, de melhor educação, de crianças aprendendo e de escola que funcione. É que eu me preocupo com isso e faço essa análise da escolha de diretor.

Vamos lá então.

Grosso modo, pode-se falar em três modalidades de escolha: nomeação, pura e simples, pelo Poder Executivo, concurso público e eleição pela comunidade escolar.

Vou falar sobre cada um deles. A nomeação por critério político, em que o Secretário da Educação ou chefe do Poder Executivo escolhe o ocupante do cargo tendo como base o critério político partidário, é comumente considerada a pior alternativa, em virtude do clientelismo político que ela alimenta e da falta de base técnica que a sustente, já que o candidato é escolhido não por sua maior experiência e conhecimento de gestão de educação, mas por sua maior afinidade com o partido ou grupo no governo do Estado ou do Município.

A argumentação dos adeptos dessa alternativa, da nomeação pura e simples, se refere à legitimidade do ato, tendo em conta que o povo elegeu o governante e esse tem a prerrogativa, garantida em lei, de escolher seus auxiliares para por em execução a política de governo sufragada nas urnas. Nada mais legítimo e consequente.

Essa argumentação certamente não resiste à confrontação com a realidade das direções escolares providas por esse critério, que evidencia, como a tal democracia liberal, propalada no discurso, materializa-se em ações que visam não o interesse público, mas o interesse privado dos diretores e dos grupos políticos que o indicaram e a quem ele serve em última instância.

Além disso, o apelo político para justificar a nomeação parece não ter muita coerência. Mas, veja, no Brasil tem muito de nomeação política. Há uns discursos bonitos, planos, há tudo, e nomeação política. Mas está ignorando o aluno, está ignorando a educação.

Se se tem de fato a convicção de que o governo eleito tem aprovação da população nos atos que ele realiza, não há por que temer a vontade desse povo, na forma de eleição do diretor, e escolher autoritariamente o diretor em vez de dar aos cidadãos oportunidade de exercer ainda mais a democracia.

Só assim se pode sair dos estreitos limites da chamada democracia política, no sentido restrito, e avançar para o exercício da democracia social, ou seja, para o controle democrático do Estado, ali mesmo onde ele presta os serviços a que os cidadãos têm direito.

É preciso começar, se falamos tanto em democracia, é preciso começar a deixar de pensar a democracia simplesmente como voto. O voto é importante, não se inventou nada melhor. Vota-se de várias maneiras. Vota-se quando se levanta a mão. Vota-se quando se reclama dentro da escola. A participação é uma forma de tornar a democracia efetiva.

Se existe uma virtude no processo de escolha política, ela está no fato de que, sendo uma alternativa antidemocrática, ela parece antidemocrática aos olhos de todos, de tal modo que só muito raramente se encontra alguém, entre os educadores, funcionários e usuários da escola que se declarem favoráveis a essa medida.

Você não vê educador defendendo nomeação pura e simples. Mesmo aqueles que fazem a nomeação não têm muito discurso.

(Soa a campainha.)

O SR. VITOR HENRIQUE PARO – Posso continuar? Falta uma página e meia aqui.

De qualquer modo, somente a alternativa da escolha democrática, por meio de eleição, consegue contra-argumentar as razões declaradas pelos adeptos da indicação política, visto que o concurso não tem nada a oferecer em termos democráticos para substituir a nomeação política.

O confronto com a nomeação política eu previ há 30 anos. Eu disse: onde tem nomeação política, o político vai estar ali, à flor, à tona. Então, vai haver discussão, vai haver avanço e vai haver eleição. Não deu outra. Em grande parte do Brasil, hoje, há eleições, porque houve briga. Porque o político estava claro. Eu falei: onde tem concurso, só no século XXII, porque o concurso abafa isso.

Vamos falar sobre o concurso.

A escolha por meio de concurso de títulos e provas tem como justificativa a pretensa imparcialidade presente no critério técnico, aferido em exames, que não favorece ninguém pessoalmente, mas visa selecionar de forma objetiva os que provarem possuir os conhecimentos exigidos. Em acréscimo, alega-se um caráter democrático, porque oferece igualdade de oportunidades para todos os que prestam o concurso.

Apenas se esquecem de reconhecer que à liberdade do diretor para escolher em sua escola não corresponde nenhuma liberdade dos usuários e trabalhadores da escola para escolherem o seu diretor.

Que liberdade é essa? Liberdade de você fazer, porque você é privilegiado, você faz curso superior, você entra no curso superior, depois você é professor e aí você faz concurso.

E você lá, sentado, como acontece em São Paulo, escolhe escola de que nunca ouviu falar, porque ela fica perto da sua casa. O diretor é um líder político. Política no sentido amplo, e não no sentido simplesmente de luta política. E quando você fala em eleição, não é eleição no sentido partidário, é trabalho de participação da comunidade por voto ou por outra maneira que seja, mas que tem a participação das pessoas nas tomadas de decisão.

Quem conhece educação, quem não é amador em educação sabe que o mais importante, mais importante do que todos os cursos de gestores que existem pelo Brasil... Eu tenho conversado com aqueles que

fazem gestão. Eles dão risada. Eles vão lá para ganhar ponto. Eles não aprendem nada.

O que se precisa aprender de diretor, o professor sabe. É preciso entender de educação, é preciso entender muito de educação. Entender de educação e de relação pedagógica. O que ele precisa é a concordância, a adesão dos seus professores, dos seus funcionários e dos alunos. Essa adesão é política. Não se faz adesão na marra, com concurso. Então, o instrumento deve ser democrático, e não simplesmente de concurso.

Continuando. Assim, esses argumentos em favor do concurso têm sido suficientes para convencer um sem número de pessoas ligadas ou não à educação, especialmente no Estado de São Paulo, e essa pesquisa aqui, esse livro é sobre uma escola pública estadual onde o critério é adotado no sistema estadual e onde, parece, tem havido historicamente uma tendência muito conservadora de oposição à eleição em favor da opção pelo concurso.

Essa tendência parece dar sinais de enfraquecimento nos últimos anos, à medida que ganham força argumentos mais realistas, que desmistificam as pretensas qualidades dessa última opção.

Na verdade, não se pode negar a importância... Prestem atenção, ninguém é contra concurso não, pelo contrário. É ser consequente com relação ao concurso.

Na verdade, não se pode negar a importância do concurso como critério técnico para atribuição de cargos e funções, de modo a afastar as práticas de nomeações políticas, que tendem a favorecer interesses pessoais e privados, por oposição ao interesse público.

É preciso, entretanto, saber ver suas limitações. Obviamente, o concurso não pode ser aplicado para todo e qualquer posto ou ofício público. Não se presta concurso, por exemplo, para deputado, para governador ou para presidente da República.

É tão difícil assim gerir uma escola? Mais difícil do que gerir um país?

O que fundamenta a indicação do concurso é o conteúdo técnico especial do cargo ou o ofício a ser provido. O professor, por exemplo, não pode sequer ser imaginado sem que tenha conhecimento técnico de pedagogia e didática e dos conhecimentos culturais que ele vai oferecer a seus educandos.

Por isso, o concurso, embora nem sempre seja suficiente, é o critério que melhor serve para escolher os professores aptos a exercer sua profissão. Nesse caso, embora não esteja ausente o fator político, já que toda relação pedagógica é, a rigor, uma relação política, é o fator técnico, didático-pedagógico, que dá especificidade à função do professor.

E é interessante que muita gente que quer concurso para diretor se esquece de fazer concurso para professor, que é muito mais importante.

No caso do diretor, o fator técnico está, sim, presente, mas seu conteúdo é o mesmo que se exige para o professor. Inúmeros estudos e pesquisas, e eu tenho alguns deles, têm demonstrado que o que se exige do diretor em termos técnicos, em comparação com o que o bom professor detém, é tão ínfimo e tão relacionado à prática do dia a dia da escola que o aprendizado técnico das matérias relacionadas à administração ou à gestão, que costumam povoar os cursos superiores, é não apenas inecessário como inútil.

Somente os que veem no diretor um gerente de fábrica... Agora estão vendo já o diretor como um carcereiro, já não é mais nem um gerente de fábrica. E veja, está-se propagando por aí a tal fúria gestonária de se chamar o diretor de gerente. O gerente é necessário na empresa produtora de mercadoria; ela precisa de um gerente. Ele controla o trabalho alheio.

O controle do trabalho do professor tem que ser coletivo, pelos próprios professores, pelos alunos, pelos pais. Isso é democracia.

Para além disso, o que se necessita é de competência política e legitimidade para coordenar o trabalho dos demais trabalhadores da escola, competência essa que só se dá com o exercício da política, e legitimidade essa que só se pode aferir pela manifestação livre dos "dirigidos" pelo voto.

Por isso, a modalidade de escolha que mais se adequa às peculiaridades da função do diretor é sua eleição pela comunidade escolar. Mas não acho que é preciso colocar uma lei obrigando a eleição. Depois conversamos sobre isso.

Certamente, isso não significa nenhuma certeza em termos da completa democratização da escola, já que é apenas uma das medidas necessárias. Virou uma batalha. Não se vai resolver, não se vai democratizar a escola só com eleição não. É preciso muitas outras coisas. Mais importantes até do que a eleição. É preciso, por exemplo, haver a relação professor aluno democrática, que é uma exigência técnica, científica, não é simplesmente política.

Entretanto, sem ter os vícios das outras alternativas de provimento, a eleição é a única que tem a virtude de contribuir para o avanço de tal democratização.

Há mais um parágrafo só.

Em termos políticos, o concurso não apresenta nenhuma vantagem em comparação com as outras modalidades.

E eu falo em concurso, quando estou falando em concurso, eu estou preocupado, porque as pessoas estão tirando concurso... Eu me lembro de um projeto

de lei que foi para a Câmara e depois andou aí em que se pensava em eleição. Agora já virou completamente o contrário, parece. Agora se exige que haja seleção. Essa seleção é totalmente desnecessária e ela é nociva à escolha do diretor.

Não é provinha que avalia as pessoas simplesmente. Existem formas bastante eficientes, científicas, de avaliar a pessoa que não sejam provinhas, porque provinha qualquer autoritário pode fazer.

O acompanhamento, na escola, pela comunidade, é uma avaliação muito mais forte do que qualquer seleção.

Em termos políticos, o concurso não apresenta nenhuma vantagem em comparação com as outras modalidades. Nem mesmo com a nomeação política. Por quê? Assim como esta favorece o clientelismo e o atendimento de interesses dos governantes, em oposição ao interesse da comunidade, o diretor concursado só deve explicações ao Estado, nas pessoas dos governos do momento, de onde emana sua autoridade e legitimidade.

Por isso, é muito difícil ele se sensibilizar com as reivindicações da escola. Há ainda um agravante. No caso do diretor nomeado por critério político, a cada 4 anos corre-se o risco de as coisas mudarem e vir um diretor melhor. No caso do diretor concursado, não. Ele está sempre sintonizado com o partido ou governante do momento. Eu digo que quem é favorável ao concurso deveria ser favorável também à monarquia, que é perpétua.

Como se pode perceber, o concurso tem todos os vícios da nomeação pura e simples, mas não tem a única virtude dessa, que é favorecer a explicitação do seu caráter político.

Se houvesse concurso no Brasil inteiro, ninguém estaria reivindicando eleição.

(Soa a campainha.)

O SR. VITOR HENRIQUE PARO – Trinta segundos.

Como vimos, a nomeação é ruim para a escola, para a educação e para a democracia, e parece ruim. Isso tem levado as pessoas a se voltarem contra ela e reivindicarem eleição. O concurso é igualmente uma medida ruim, mas não parece ruim, pois se esconde sob a capa protetora da impessoalidade e da igualdade de oportunidades, o que pode explicar, em grande medida, a resistência com relação à eleição, como acontece nos lugares onde a medida é adotada, como no Estado de São Paulo.

E eu compreendo perfeitamente que as pessoas tenham muito boa intenção. Quem pensa em concurso não está querendo fazer nada disso que o concurso faz. Está acreditando no caráter republicano, no caráter informal, impessoal do concurso, e eu não os culpo de jeito nenhum. Mas é preciso aprofundar a análise para perceber que não é bem assim.

Desculpem por ter ultrapassado tanto o tempo.

Muito obrigado.

O SR. PRESIDENTE (Cyro Miranda. Bloco Minoria/PSDB – GO) – Muito obrigado, Professor Henrique, pela sua colaboração. Realmente, este País precisa mudar sua forma de encarar a educação, não como uma parte estatística, provando os alunos na marra, mudando a idade para analfabetismo, enfim, maquiando sempre os resultados.

Não se faz educação por decreto, lógico. E há que fazer da educação, para o aluno, algo prazeroso, não uma prisão.

Com muito prazer eu concedo a palavra a nossa ilustre amiga Priscila Fonseca da Cruz, diretora executiva do Movimento Todos pela Educação.

A SRª PRISCILA FONSECA DA CRUZ – Bom dia a todos e a todas, quero agradecer o convite da Senadora Kátia Abreu, saudar o Exmº Sr. Senador Cyro Miranda, Presidente da Comissão, o nosso companheiro, também fundador do Movimento, Senador Cristovam Buarque, uma pessoa que é um grande guru e mentor nosso – é muito importante o exemplo de V. Exª –, cumprimentar o Secretário Herman.

E eu sou testemunha do que o Secretário Herman tem feito. Logicamente, somos um movimento nacional, mas por ter sede em São Paulo, acabamos tendo o privilégio de acompanhar o trabalho do Secretário de São Paulo, Herman, e de fato cumprimentar esse trabalho.

É lógico, logo que o Secretário assumiu, ficamos com muita torcida e, de certa forma, pensamos: Como o Secretário vai dar conta dessa rede enorme, com tantas questões a serem resolvidas? E temos acompanhado e reconhecido muito esse trabalho, muito importante.

Quero saudar aqui os outros companheiros da Mesa, a Secretária Yvelise e o Professor Vitor Paro. Quero agradecer a presença nesta Casa.

Eu vou fazer uma fala, de certa forma, complementar a uma visão e uma fala mais pautada na política de São Paulo, complementar, talvez, também à do Professor Vitor Paro, talvez com algumas discordâncias, professor, mas eu acho que é importante a gente fazer justamente esse debate aqui.

Basicamente eu trouxe para vocês três capítulos de discussão. O primeiro é um pouco de premissas; o que é que a gente quer da gestão das escolas, quais são os desafios que a gente tem hoje no Brasil.

O segundo, trazer um pouquinho das evidências daquilo que a pesquisa educacional tem trazido para

a gente em relação ao formato da escolha do diretor dessa gestão com os resultados educacionais.

E, terceiro, falar um pouquinho de como isso está distribuído no Brasil.

Para começar, então, quais são as premissas? E aqui eu concordo 100% com o Professor Vitor Paro que, de fato, se a gente está em uma sociedade democrática, a gestão precisa ser democrática, principalmente nas instituições públicas. A gente precisa estimular e garantir que as instituições públicas sejam instituições democráticas. No entanto, essa instituição democrática tem um fim – ela tem vários objetivos –, mas, na nossa visão, a gente tem que garantir a aprendizagem das crianças. A gente, de certa forma, universalizou o acesso, mas a gente não universalizou a qualidade ainda.

Vou aqui fazer um recorte só para efeito de discussão e para a gente poder avançar nessa discussão, que é entender qualidade como a aprendizagem da criança. A aprendizagem da criança não é somente aquilo que é captado pelas avaliações educacionais. Logicamente, as avaliações conseguem captar uma parcela daquilo que as crianças aprendem, ou daquilo que as crianças têm direito de aprender.

E eu queria fazer o gancho do direito porque a educação de qualidade é um direito de todas as crianças e jovens do Brasil; de todos os cidadãos brasileiros. Se a gente não trata isso como direito, a gente dá margem para deixar alguns para trás. E, sendo direito, é um direito universal. Por isso é que hoje o grande desafio e a grande tarefa nacional é garantir e universalizar a qualidade para todas as crianças.

Vários conhecimentos são complementares, um puxa o outro, a formação integral desse aluno é importantíssima, mas o direito a essa aprendizagem é fundamental para a gente avançar, pensando que essa criança, esse jovem é um cidadão que tem que ter os seus outros direitos também plenamente cumpridos e efetivados.

Assim, basicamente essas são as premissas: a premissa da instituição democrática e a premissa de que a principal função da escola é garantir que todos os seus alunos aprendam e nenhum fique para trás. E essa composição de objetivos e de premissas faz com que aqui eu apresente, a partir até de uma fundamentação de algumas pesquisas, que, na verdade, é a combinação de métodos que vai fazer com que a gente tenha uma escolha de diretor que atenda a essas duas premissas: a premissa da democracia e a premissa da aprendizagem, de o diretor realmente estar preparado e plenamente capacitado para fazer essa gestão pedagógica e garantir que os seus alunos aprendam.

Eu fiz esta lista porque eu acho que isso ajuda a gente a discutir depois o porquê de termos de escolher diretor, e o que a gente espera de um diretor tendo em vista as duas premissas anteriores.

Um diretor tem que ser capaz de fazer a leitura de contexto da escola – o que eu coloquei ali na vertical; dentro e fora da escola isso tudo –; a leitura de contexto, ter bem claro um diagnóstico. Se a gente está falando de plano de gestão, se a gente está falando de o diretor ter um plano de gestão, de ter a clareza sobre o que fazer, o primeiro passo é ter essa leitura de contexto e um diagnóstico bom.

Ter visão e conhecimento das soluções e possibilidades. Um diretor que não consegue visualizar as possíveis saídas, os possíveis caminhos para melhorar essa escola, garantir a aprendizagem, garantir que essas crianças e esses alunos se desenvolvam, também vai fazer um trabalho parcial.

Definição dos processos, os seus desdobramentos e responsáveis. Esse é um trabalho que não é para qualquer perfil. Isso depende de um perfil muito específico; uma pessoa que é capaz de ter um diagnóstico para ter essa visão e traçar os processos de desdobramentos.

Ser capaz de monitorar os resultados, tanto os resultados de meio, quanto os resultados de fim.

Saber fazer a avaliação da sua equipe, mas fazer uma avaliação pensando no desenvolvimento pessoal, no desenvolvimento profissional dos professores, dos funcionários, tudo isso tendo em vista a aprendizagem do aluno. Então, a questão do *follow up* é muito importante, o tempo inteiro o diretor poder trocar e ter essa conversa pedagógica na escola porque de novo o objetivo é garantir a aprendizagem.

E a liderança. A liderança que, inclusive no processo de eleição, fica mais evidente, mas é a capacidade de liderar em todos esses processos.

Pensando nas premissas e pensando nessas tarefas que o diretor tem, eu trouxe para vocês algumas pesquisas que trazem algumas evidências. São pesquisas de larguíssima escala que envolveram centenas de escolas – apenas a última pesquisa, que é do Fernando Abrúcio, envolve um número menor de escolas, mas faz uma avaliação mais vertical. Na pesquisa da Roberta Biondi e da Fabiana de Felício, que é de 2007 – eu também peguei só pesquisas mais recentes, a partir de 2007 –, a primeira conclusão desse estudo, que é atributos escolares e desempenho dos estudantes, é a evidência do efeito positivo da combinação de seleção com eleição sobre os resultados de matemática.

A seleção – a gente pode depois conversar e pensar qual é a melhor forma de fazer essa seleção para garantir aqueles atributos aqui –, mas, o fato de

combinar um processo técnico com um processo democrático é importante. Então ela mostrou que essa combinação de fatores eleva a aprendizagem. E, principalmente, elas conseguiram ver uma evidência muito forte nos resultados em matemática, que, hoje, todos sabem, é uma das disciplinas em que a gente tem tido maior dificuldade de avançar no Brasil.

Temos resultados ainda muito ruins em matemática, e a gestão da escola tem muito a fazer com a matemática, porque ela tem mais correlação com a escola do que até outras disciplinas, principalmente língua portuguesa. A criança não vai aprender matemática em outro lugar. Assim, essa vinculação da gestão com a aprendizagem de matemática é importante. Então, nessa combinação como forma de escolha do diretor relativamente há escolha somente por eleição ou por outras formas.

A outra conclusão é que as turmas que tiveram somente um professor – e aí eu peguei essa outra conclusão desse estudo, porque isso tem a ver com gestão do diretor; você ter um professor fixo naquela escola, não é secretário? –, a gente tem verificado como é importante a fixação do professor nas escolas. E, quando o aluno tem aula, quando ele não tem troca de professor ao longo do ano, e isso tem muito a ver também com a gestão do diretor, o desempenho é 4,2 pontos maior do que relativamente às turmas que tiveram mais de um professor naquele período.

Outra pesquisa que eu trouxe é uma pesquisa que foi encomendada pela Fundação Lemann para a Heloísa Lück – a Heloísa Lück é uma grande especialista em gestão escolar. É uma pesquisa de 2009, mais qualitativa, e aqui ela traz a importância da eleição do diretor, mas ela também verifica, a partir da observação desses processos em algumas escolas em vários Estados, que, nem sempre, a eleição de diretor é resultado da mobilização da comunidade. A gente também já vem verificando a interferência política, a interferência de políticos nessa eleição quando ela é puramente por eleição.

É claro que todo sistema acha formas de que essa indicação política aconteça, então, também quando só é a eleição de diretor apenas por essa forma de escolha, nem sempre isso é pressuposto – o que eu quero deixar mais enfático é que isso não é pressuposto – de mobilização da comunidade. Nem sempre é mobilização da comunidade. É claro que a gente tem, sim, processos maravilhosos de mobilização e de escolha de diretor pela comunidade escolar, mas não é sempre. A gente tem que ficar atento a esse efeito que é também de influências externas nessa eleição.

E também nem sempre resulta em um trabalho voltado para a melhoria contínua da educação ofertada aos alunos. Aqui também temos que tomar cuidado, porque sempre que a gente escolhe apenas uma forma, quando a gente tem um tiro único, o risco de ter viés é maior. Então, quando a gente tem só eleição, o que acontece é que, em geral, no próprio processo de eleição, aquele que está se colocando para ser o diretor, ele formula um plano que nem sempre tem como resultado, como direcionamento, a aprendizagem dos alunos. Às vezes, ele prefere, até para ser eleito, colocar no seu plano de eleição outros fatores que são mais palatáveis para os seus eleitores, para os seus futuros eleitores. E há evidências de construção de uma cultura de conivência em detrimento da melhoria necessária justamente por isso.

Então, a eleição, somente, por mais que, teoricamente, tenha vários atributos e várias vantagens, ela pode apresentar esses dois vieses, que a gente não pode deixar de ter em mente: que nem sempre é fruto da mobilização, de fato, e que nem sempre vai ter a aprendizagem do aluno como foco.

Outra conclusão é que, para melhorar a qualidade do ensino pela melhoria da gestão escolar, há necessidade de competências que são inerentes à função de diretor. Não dá para imaginar que apenas um profissional, um professor, que era ótimo professor de português, de matemática, de educação física, de educação artística, vá ser um bom diretor. Aqui há uma ideia, que é a ideia da carreira em y: há pessoas que são ótimos especialistas; há pessoas que são ótimos gestores. Isso depende de preparo, de formação; isso depende de vocação; isso depende de atributos pessoais, atributos que você pode adquirir com uma formação, mas nem sempre a gente precisa dessas competências para que haja uma boa gestão escolar.

Então, uma estratégia eficaz que tem acontecido, também vista pela Heloísa Lück, é a realização de exames prévios à escolha pela comunidade. Portanto, de novo a combinação de escolha técnica – e aí as escolhas podem ser de várias formas – e eleição, porque assim a gente garante esses atributos, ou, pelo menos, a gente garante um bom diagnóstico daquilo que precisa ser trabalhado no diretor, depois. E a questão democrática, a legitimidade que esse diretor, depois, vai precisar ter para poder ter aquela liderança que citei aqui na tela anterior. Essa liderança é importante.

O terceiro estudo, o estudo da Priscilla Tavares, de 2012, é bem recente, do ano passado. O estudo é "Os impactos de práticas de gestão escolar sobre o desempenho educacional". Então, são evidências a partir de escolas paulistas. A conclusão dela é que práticas de gestão podem explicar as diferenças entre escolas com alunos e professores com perfil semelhante.

Quando você compara dois grupos com alunos e professores de perfis semelhantes – o que pode explicar é esse fator gestão que ela encontrou para explicar a diferença de desempenho nessas escolas –, que ela encontrou foram impactos positivos significantes sobre a nota dos alunos em matemática, principalmente nos alunos com grande deficiência de aprendizagem – de novo a matemática. Isso fortalece também a nossa crença de que a matemática se beneficia muito com uma boa gestão pedagógica da escola. Outras disciplinas logicamente, mas aqui há uma grande evidência em matemática,

Outro ponto importante: um desafio enorme do Brasil é garantir a equidade; não deixar nenhum aluno para trás. Então, as políticas que são capazes de fazer com que a gente eleve o patamar dos alunos que estão ficando para trás é fundamental para a gente avançar no geral, mas também na distribuição. Não adianta termos uma média boa, a gente tem que ter uma boa aprendizagem para todos os alunos, porque é direito. Acho que o conceito de direito é importante. O que ela achou foi um aumento de 40% na aprendizagem dos alunos dessas escolas que passaram por um processo de estruturação da gestão mais aprofundado. Foram seis pontos na escala do Saresp, no caso, que significa 40% a mais de aprendizagem.

O quarto estudo é também mais qualitativo, com menos escolas, mas um ensino mais profundo em relação aos modelos de gestão e seus impactos na aprendizagem dos alunos. Aqui ele encontrou quatro aspectos relacionados à gestão que mais influenciam os resultados, e o primeiro é a qualidade do corpo de gestores, principalmente o diretor. É fundamental termos bons diretores, e isso tem muito a ver com a formação desse diretor.

O segundo é o tipo de liderança, essa atitude empreendedora, a visão sistêmica da gestão, aquele diretor que tem uma visão – o que está muito ligado àqueles atributos anteriores que também comentei, que realmente faça com que os alunos aprendam mais –, essa gestão pedagógica, como central do seu projeto, do seu plano de gestão. Os outros dois são clima organizacional, a gente tem visto isso cada vez mais. Como o clima da escola faz diferença na aprendizagem dos alunos: trabalho em equipe, coesão e comprometimento da equipe gestora, comando, princípios organizacionais bem definidos. Quando falo bem definidos, não significa ditadura; significa que esses princípios podem ser acordados com toda a comunidade escolar, mas é importante que eles sejam definidos. E, por fim, a capacidade de utilizar as avaliações externas para melhorar a escola.

Aqui eu discordo do Professor Paro, o próprio Ideb fez com que a gente avançasse muito. O fato de a gente ter clareza de como está a aprendizagem dos alunos fez com que as redes e os gestores públicos também pudessem ter a clareza do que precisa ser buscado. Acho que isso explica muito dos avanços dos últimos anos. A gente fala tanto que a educação está num patamar ruim, que a gente precisa universalizar a aprendizagem. É claro que isso tudo é verdade, mas a gente avançou muito, e a gente avançou muito porque a gente passou a ter clareza daquilo que precisa... Passou, o Ideb com o Saeb, com Prova Brasil. Hoje a Prova Brasil é censitária para todo mundo. Aí, novos desafios, porque também a gente não pode pensar que não é a escola de cem anos atrás, não é nem a escola de 15 anos atrás, é outra escola.

Então, somente a eleição não é suficiente para garantir a democratização da prática escolar, outros fatores impactam nisso. Não dá para imaginar, não tem bala de prata, não tem um tiro único que vá fazer com que a escola seja democrática, e a eleição não é suficiente para isso.

Por outro lado, o diretor tem, cada vez mais, responsabilidades maiores. Hoje ele tem uma função muito maior de articulação, de planejamento, de monitoramento, de avaliação da ação. Hoje todo mundo espera desse diretor que os seus alunos aprendam. Então, cresceu a responsabilidade desse diretor. Hoje, o perfil do alunado é diferente, não é, Secretário? Muito diferente, é completamente diferente. Saber lidar com isso exige atributos, competências que são diferentes. Então, a gente tem que levar isso em consideração.

Para concluir a minha fala, conclusão número um: de todos os métodos, a combinação de seleção com eleição é a que tem se demonstrado a melhor, visando os resultados educacionais dos alunos.

Por fim, como está a distribuição de escolha de diretor no Brasil? 46% dos diretores do Brasil o são por indicação ainda; 13,2% – a gente cresceu de 11,4% para 13%, de 2009 para 2011, então, a gente já verifica um movimento nessa direção – é a combinação de seleção e eleição, mas ainda 46% são só indicação.

Conclusão dois: há necessidade de migrar do modelo, majoritário ainda, de indicação para o de seleção mais eleição.

Segundo, dar condições para essa carreira em y. Nem todo bom professor vai ser um bom diretor. Então, a gente precisa de formação, a gente precisa monitorar, tem que dar um *feedback* claro de resultados das avaliações, tem que ter transparência, tem que socializar as boas práticas. O que outros bons diretores fazem em que os diretores novos, os que estão entrando, po-

dem se inspirar? E o mérito do reconhecimento do seu trabalho coletivo, sempre a partir do avanço da escola.

Quero agradecer. Muito obrigada a todos.

O SR. PRESIDENTE (Cyro Miranda. Bloco Minoria/PSDB – GO) – Muito obrigado, Professora Priscila Fonseca da Cruz, pela sua participação.

Em seguida, passo a palavra para a senhora Yvelise Arco-Verde, Diretora de Apoio à Gestão Educacional da Secretaria de Educação Básica do MEC.

A SRª YVELISE ARCO-VERDE – Bom dia a todos. Quero, inicialmente, cumprimentar o Senador Cyro Miranda pela condução à Mesa; igualmente, a Senadora Kátia Abreu, pela iniciativa de trazer esse debate. Os meus respeitos ao Senador Cristovam Buarque, um grande lutador, emblema na educação pública. Quero também estender meus cumprimentos aos membros da Mesa e, de início, dizer que a minha fala vem marcada do lugar de onde eu falo, do Ministério da Educação. É difícil separar o profissional. Eu sou professora dessa área, professora na universidade, exatamente na área de política e gestão. E principalmente os meus oito anos na Secretaria de Estado do Paraná, em que estive, até 2010, como Secretária de Educação. Isso traz uma marca forte pela lida com as escolas, num Estado que, historicamente, foi o primeiro ou um dos primeiros a ter eleição direta – e se mantém até hoje – para os diretores. Portanto, tenho uma visão em relação a essas questões, mas vou procurar limitar minha fala pela perspectiva do Ministério da Educação.

Eu gostaria de iniciar apontando, localizando o que entendemos como escola. A escola, no mundo, na humanidade, se constitui como uma organização formal, tem regras legais, é administrada por órgãos de controle do Estado, responsáveis, então, pela questão educacional.

Essa escola, no entanto, apesar de ser uma instituição formal, tem uma cultura própria. Ela não é qualquer instituição dentro do Estado. Com uma cultura própria, ela traz elementos diferentes, por exemplo, de uma administração empresarial, de uma administração hospitalar. Nessa cultura específica da escola, vamos ter alguns elementos importantes, como o tempo, o espaço, o saber, as pessoas, especialmente a necessidade de uma organização específica em duas grandes vertentes: uma vertente de política e outra vertente administrativa.

Bem, esse controle político da administração da educação pública é estudado, no Brasil, a partir de 1930. Não significa que não tenha existido anteriormente, mas, nos estudos, temos apontamentos sobre administração escolar a partir de 1930, quando se começa a trazer para nossas escolas estudos clássicos, mas que vêm das teorias de administração da empresa. Então, de fato, nossos primeiros administradores de escola deveriam estar mais próximos de teorias que apontam para uma boa administração empresarial.

Isso, no Brasil, evolui à medida que se constituem os cursos de formação, as universidades, enfim, os estudos e pesquisas sobre a área, e começamos a pensar em estudos mais críticos, voltados para uma administração educacional. Aí temos uma série de livros, de temas que discutem isso, da década de 70 e 80.

Mas eu gostaria de situar que, para nós, hoje em dia, discutirmos administração escolar, discutirmos gestão escolar, temos que nos ater às nossas discussões atuais, que normatizam aquilo que realmente está posto, que é a gestão democrática da escola; e entender o que é essa questão democrática. Eu coloco, aponto... Eu não, mas, enfim, todas as lidas pela educação apontam que essa gestão democrática tem um foco específico, que é o foco no projeto político-pedagógico da escola. A escola tem que ter um sentido, tem que ter uma orientação para organização desse espaço, dessa gestão.

Gestão democrática, o que significa? A própria Constituição Federal, feita por esta Casa – que nós respeitamos, é a nossa Constituição maior –, coloca que o ensino vai ser ministrado dentro dessa perspectiva, que é o art. 206, inciso VI: "gestão democrática do ensino público, na forma da lei". Qual lei? Nós vamos encontrar, então, na LDB, na 9.394, o que seria esse princípio democrático. O art. 3º, novamente, repete a Constituição: "a gestão democrática do ensino público, na forma desta Lei" – aí já aponta para a Lei nº 9.394 – "e da legislação dos sistemas de ensino". Aqui quero enfatizar bastante o respeito a cada ente da Federação e a cada sistema. No art. 14:

> Os sistemas de ensino definirão as normas da gestão democrática do ensino público na educação básica, de acordo com as suas peculiaridades e conforme os seguintes princípios: I – participação dos profissionais da educação na elaboração do projeto pedagógico da escola;

Então, entendo que não foi de forma infantil, foi, realmente, deliberado colocar essa participação dos profissionais da escola como uma gestão coletiva, entendendo-se democratização da escola como essa gestão de um espaço coletivo. Da mesma forma, participação da comunidade escolar e local nos conselhos.

Isto posto, que essa é a visão de escola que temos e da gestão dessa escola como gestão democrática, eu me lembrei da tese de uma aluna orientanda minha, que fazia um depoimento muito importante para mim situando quem é esse diretor. Essa minha

orientanda, na sua tese, aponta o seguinte – ela fala sobre um diretor:

> Ao assumir a função de diretor, esses sujeitos rapidamente percebem o acúmulo de afazeres a eles atribuídos, para os quais não são capacitados, a priori. Eles passam a responder diretamente pelos resultados dos educandos, administram recursos financeiros, são responsáveis pela organização pedagógica e administrativa da escola, organizam e controlam os recursos humanos, são indutores da atuação das instâncias colegiadas, além de possuírem toda a sociedade ajuizando as suas práticas.

Entendo que as pesquisas estão mostrando justamente isso. "Atuam, muitas vezes, com estruturas escolares mínimas, faltam-lhe condições materiais, técnicas, pedagógicas para o desempenho de ações efetivas na escola".

O que eu quero colocar com esse pensamento da minha orientanda é que a escola tem suas peculiaridades. Eu não tenho um diretor que serve para todas as escolas do Brasil. Acho que a gestão democrática traz justamente a ideia de pensar nessa especificidade do que acontece naquela comunidade.

Além disso, temos que a função possui duas faces articuladas entre si: a face pedagógica, que discute as atividades escolares, a questão curricular, o projeto político-pedagógico da escola; e a face administrativa, porque há uma gestão administrativa da escola que incorpora a pedagógica, tem que dar respostas, mas ela tem suas bases nas discussões da administração e nas discussões financeiras.

Trago, então, alguns dados que entendo serem necessários para esta Casa refletir sobre o processo de escolha de nomeação dos nossos diretores. O diretor vai estar numa escola. Entendemos que cada escola tem que ter o seu diretor, porque existem alguns movimentos que pensam o contrário. Quantas escolas nós temos no Brasil? Ou seja, quantos diretores nós temos, indicados, nomeados por concurso, seja lá como for? Nós temos, então, 192.676 escolas, todas com diretores, distribuídas nas diferentes regiões; mas não vou entrar no mérito. Esses diretores eu dividi ainda por dependência administrativa.

Vou passar mais rapidinho, fiz até uma divisão por Estado, mas vou passar rápido, porque vocês vão ficar com esses dados.

Quantos tipos de estabelecimentos nós temos? Na rede federal, dá quase 0%, nesse total de quase 200 mil escolas. Nós vamos encontrar 16% de escolas estaduais; 64% de escolas municipais – entra aqui também educação infantil – e 20% de escolas privadas.

Nessas escolas, fiz uma rápida divisão: 12% estão na Região Norte; 39% na Região Nordeste; 31% na Região Sudeste; 13% na Região Sul; e 5% das nossas escolas e nossos diretores estão na Região Centro-Oeste.

Como é a seleção dos diretores? Peguei os dados da rede estadual. A Priscila trouxe alguns dados que incluem a rede municipal, que foram tirados pela Prova Brasil, mas são dados ainda... Entendo que tenho alguma limitação para apresentar porque foram tirados da Prova Brasil. Então, eles não têm ainda toda essa perspectiva grande. Eu trouxe, só para nos situarmos, os dados da rede estadual, que consegui consultando cada uma delas, e nós temos isso mais claro no Ministério. Mas digo também, concordo com os dados da Priscila, que, na maior parte das nossas escolas municipais, as escolhas dos nossos diretores são ainda por indicação.

Todos os nossos diretores são nomeados, então o diretor é um cargo de nomeação da autoridade governamental. Essa escolha dos diretores da escola não está definida por uma lei nacional. O quadro é diverso, nós vamos ver isso, e cada ente da Federação institui seus mecanismos para escolha, seleção ou nomeação dos nossos diretores.

(Intervenção fora do microfone.)

A SRª YVELISE ARCO-VERDE – Oi? Pode, pode, mas há um respeito aqui. Eu já vou colocar a questão da autonomia e do Plano Nacional de Educação.

E o que acontece? Nós temos seis Estados que utilizam a eleição como forma de indicação dos seus diretores: Goiás, Mato Grosso, Piauí, Paraná, Rio Grande do Norte e Rio Grande do Sul; temos um Estado que usa eleição e certificação; um Estado que usa eleição e prova; e outro Estado que usa eleição, prova e certificação.

Vejam, a eleição puxou, lá do item I, seis; se somarmos a mais um com certificação, sete; mais quatro, onze; mais dois, treze. Assim, metade dos nossos Estados usa a eleição combinada com um ou outro elemento.

Por indicação, nós temos ainda quatro Estados. Esses Estados, também, às vezes combinam indicação e eleição; e indicação e entrevista. E temos indicação, eleição e entrevista, que é o caso do Rio de Janeiro; e indicação, prova e certificação. Vejam que a indicação é mais diluída, mas há vários que ainda usam a indicação.

Em São Paulo, como o próprio Professor Herman já colocou, é por concurso, é diferenciado do resto do Brasil. E esses três Estados não responderam a esse questionário.

Então, nesse quadro, o que a gente percebe? A maior parte é por eleição e, depois, estão distribuídos de uma forma muito diversa. Não existe uma lógica em relação a isso, a não ser no caso da eleição, que tomou bastante corpo.

Quanto dura o mandato de um diretor? Temos uma variação também e, nessa variação, não consegui pegar dados muito claros, porque muitos deixaram em branco. Ou seja, esse dado ainda não está muito bem definido nos nossos entes da Federação.

O que foi colocado em discussão no Plano Nacional de Educação? Aí eu estou diretamente no PNE. Um projeto que veio do Poder Executivo indicava – e ali, Senadora, já coloca qual foi o indicativo que veio do Executivo no primeiro projeto –: garantir, mediante lei específica aprovada, no âmbito dos Estados, do Distrito Federal e dos Municípios. Então, jogou para os entes da Federação a nomeação comissionada dos diretores. Com base em quê? Critérios técnicos, de mérito e desempenho.

Na sequência, quando o projeto foi para a Câmara, foi mudada um pouco a redação, mas se mantiveram os critérios técnicos, de mérito e desempenho, a consulta pública e a comunidade escolar. E o indicativo da prova nacional, que seria um suporte dado em nível nacional para todos os entes.

Quando veio para o Senado, nós estamos nessa discussão dessa emenda feita, a Emenda nº 36, que retoma a garantia, no âmbito da União, dos Estados, do Distrito Federal e Municípios, e também mantém o mérito, o desempenho e a participação das comunidades. Ou seja, a discussão no plano nacional está nessa perspectiva.

O que nós temos, em termos do MEC? O senhor me dá mais um minutinho para terminar? O que temos trabalhado em termos do Ministério da Educação? Entendemos que a formação do administrador escolar, que era uma figura... Se a gente pegar aí a formação da Pedagogia, ainda com a reformulação da LDB, de 1969, a nº 5.540 indicou, para o curso de Pedagogia, a formação desses profissionais. Isso foi alterado, mas na LDB ainda se mantém que a formação dos profissionais da educação para administração se faz em curso de pedagogia. E temos aí toda uma discussão da formação continuada, em cursos livres de extensão, aperfeiçoamento e especialização.

O que temos no Ministério? Nós temos um grande programa nacional, o Programa Nacional Escola de Gestores. Esse programa acontece desde 2003, só que ele se caracterizou mais como um curso de especialização, portanto, muito distante do atendimento para todos os diretores que temos no Brasil. Esse programa na realidade foi posto em discussão este ano, basicamente. Nós criamos, no Ministério da Educação, uma comissão para pensar o itinerário formativo dos diretores, o que seria necessário para essa formação. Então, foi incorporado esse Programa Nacional Escola de Gestores. Desse comitê participam a Secretaria de Educação Básica; a Secretaria de Articulação com os Sistemas de Ensino; o Instituto Joaquim Nabuco; o FNDE, que tem um processo de formação com os diretores; o Consed – do qual inclusive eu fui presidente – (Conselho Nacional de Secretários de Educação); e a Undime, que é dos Dirigentes Municipais de Educação.

Foi definido que nós vamos ter uma formação básica para todos os diretores, com o apoio das universidades; então, é o item do itinerário formativo. A ideia é de um curso de aperfeiçoamento, cursos de especialização. Ou seja, nós incentivamos aí a formação do diretor, por entender que para atender àquela dimensão da gestão democrática é necessário que o professor tenha uma formação, mas é necessária também a formação continuada.

Eu termino dizendo que ela parece ser um caminho que realmente constitui uma forma de aprimoramento dos nossos profissionais da educação, para garantir a melhoria dos processos. Ela pode apresentar resultados e ancora-se no resgate – aí não podemos perder a perspectiva da gestão democrática – do direito social à educação e na compreensão de cada escola, de que escola é essa, pois é uma escola distinta, cada região, cada local, cada comunidade apresenta as suas especificidades, portanto, tem que escolher seus dirigentes. E exige, nesse processo de formação, a implementação de uma maior autonomia da escola, um envolvimento com esse projeto escolar mais democrático, com condições apropriadas para a melhoria da qualidade.

Em síntese, o Ministério está aberto a dar apoio técnico e financeiro a um processo de avaliação, caso seja utilizado pelas secretarias municipais, mas não é a política do Ministério; é no sentido de propiciar uma formação continuada necessária para esses profissionais que entram nessa administração dessa escola, na gestão desse espaço escolar.

São essas as contribuições que trouxemos. Espero ter contribuído.

Estou aberta ao debate.

Muito obrigada.

O SR. PRESIDENTE (Cyro Miranda. Bloco Minoria. PSDB – GO) – Agradeço à Diretora de Apoio à Gestão Educacional, do MEC, Srª Yvelise Arco-Verde.

Em seguida, passo a palavra à autora do requerimento, Senadora Kátia Abreu.

A SRª KÁTIA ABREU (Bloco Maioria/PSD – TO) – Muito obrigada, Presidente.

Agradeço muitíssimo a todos os convidados que puderam aqui contribuir e enriquecer o nosso conhecimento, principalmente o meu. Prof. Herman, Prof. Vitor, Priscila, e também a nossa representante Yvelise, do Ministério, a Prof. Yvelise.

Enfim, parece que ao cabo todos tenham a sua razão. Eu confesso, Professor Vitor, que tenho muita dificuldade em separar escola de empresa, a minha tendência é sempre pensar que é micro ou pequena empresa, que é necessário um gestor, que precisa de alguém para liderar todo esse processo e as coisas precisam acontecer.

Eu não consigo ver uma fórmula de medir e avaliar essa multidão, esse exército de crianças e jovens do Brasil se não for para dentro da escola, e se não tiver qualquer tipo de medidor, vamos assim dizer. É claro que o senhor tem completa razão ao dizer que a criança é um todo, não é só aprendizado técnico, mas cultural, emocional, aprender a ser um ser humano decente, uma pessoa que compõe bem uma sociedade, sem poder tocar em religião, ainda tem isso. Então, é realmente uma função muito especial essa dos educadores.

Mas diante de uma multidão, repito, eu tendo a achar que a direção precisa ter uma capacidade técnica muito importante. Gosto da eleição, acho que a eleição envolve as pessoas e divide responsabilidades, principalmente porque normalmente são de dois em dois anos, ao que me parece, essas eleições. Mas nada impede que, como disse o livro do Senador Cristovam Buarque, haja algumas prerrogativas para essa eleição. Quando eu vou para um concurso público específico, determinado concurso, eu tenho que ter o diploma de psicóloga como eu sou, diploma de advogado; então, acho que para essa eleição... fugindo do concurso nesse caso, eu também acho que algumas prerrogativas precisam existir.

Não pode ser nesse caso apenas qualquer pessoa. Eu acho que o mínimo de formação numa gestão é importante. Administrar uma escola é igual a administrar uma empresa, eu penso assim, só que é uma empresa em que você vai formar pessoas, seres humanos, que é aquela expressão de sempre: o futuro do Brasil; mas na verdade é isso. Essa consideração é da maior importância.

A outra coisa é: eu vou ao supermercado comprar um produto – desculpa a comparação –, a primeira coisa que olho nesse produto é se ele tem a licença, se ele tem um SIF, se ele tem um certificado. Então, eu sou uma mãe e quero matricular o meu filho, eu quero um SIF dessa escola lá na porta, eu quero saber os indicadores dessa escola, sim.

Eu vejo uma rejeição muito forte de colocar na porta das instituições qual a classificação que ela tem. Eu até posso concordar com o senhor que essas provas não são completas, que nessas provas pode haver injustiça, mas vamos melhorá-las. Eu preciso ter..., eu não posso produzir alimentos de qualquer jeito. Não, eu preciso ter um rito, um regulamento. Assim como para construir uma casa, eu preciso ter os padrões, as certificações. Então, quanto à escola, que é um bem público, sustentada por recursos públicos arrecadados pela população, eu também estou comprando um serviço e quero saber que serviço é esse.

Eu não tenho condições, como mãe, principalmente nas cidades do interior do Brasil... Porque vocês estão muito próximos a São Paulo. De fato esse interior do Brasil eu conheço bem. As coisas são muito difíceis. Uma mãe com muita simplicidade, que às vezes tem mal o segundo grau, não tem como saber se aquela escola é boa, se essa é a ou b. Acho que temos o dever de informar, porque há lei da transparência, qual o nível dessa escola hoje.

Essa questão de aferição nós temos que discutir muito. Prova da OAB, vestibular, seleção de médicos, tudo isso é muito discutível, mas precisa ter um parâmetro, uma referência para dizer se é ruim ou bom.

Eu acredito na informação da família sobre se a sua escola está ruim. Na hora de matricular, quero escolher a melhor, não para crucificar ninguém, mas para que as forças possam se unir para resolver por que a minha escola não vai bem? Não existem culpados, existem erros que precisam ser superados.

Outro ponto importante é essa pessoa que vai dirigir a escola. Eu gosto muito que ela seja do quadro da escola, que ela seja concursada para tanto ou especializada, mas do quadro. Eu acho que o investimento público nessa pessoa é importante e é um patrimônio que a gente vai construindo de conhecimento, de inteligência, de saber, que vai sendo disseminado dentro do próprio espaço escolar. Dessa solução mista eu gosto muito.

Formação de diretores, curso tecnológico de dois anos, por que o MEC não pode implementar esse curso superior tecnológico em formação? A quantidade de diretores e vagas de diretores no Brasil não lembro quanto, mas é muita gente. Isso é importante.

Quanto à gestão pessoal, também às vezes essa seleção pode cometer injustiças. O Brasil sabe, o mundo inteiro sabe que Einstein odiava matemática e a sua genialidade demorou a ser reconhecida porque ele resistia em não estudar matemática, apenas física. Ao longo... quase no final, ele entendeu que precisava de um amigo especialista em matemática para se juntar à física e descobrir tudo o que descobriu. Isso poderia

ter sido anulado se ele não tivesse tido oportunidades, amigos e a mão de Deus. Nós poderíamos ter ficado sem essa genialidade.

A remuneração para mim é muito importante. A remuneração não é tudo, ma o ser humano precisa ser remunerado pelo seu mérito. Existe várias formas de remunerar. O dinheiro, o salário é uma delas porque as pessoas querem viver cada vez melhor, as pessoas querem conforto, as pessoas querem expectativa, até no investimento patrimonial, mas no investimento pessoal. Então, é uma forma de remunerar é subir de posto, é crescer numa empresa, é crescer na escola, ser reconhecido pelos seus pares, mas eu acredito muito na remuneração. Acho que isso é uma forma importante de dizer: "Você merece".

Nós estamos vivendo no Tocantins o pior dos mundos, temos hoje um plano de cargos e salários geral em que não foi colocada a meritocracia. Os servidores não têm culpa, o plano foi aprovado por governos anteriores e lá. Se é um bom ou um mau funcionário ele sobe o salário de qualquer forma, tanto que já estamos chegando no limite prudencial porque essa ascensão está colocando em dificuldades.

Aqui estou vendo, com relação à escolha dos diretores. Eu quero informar que no meu Estado, o Tocantins não tem seleção e aqui está colocando que o Tocantins é QI mesmo, é indicação e inclusive tem indicações minhas e eu não quero participar disso mais. Eu não quero fazer parte disso mais porque existe uma pressão política porque o fulano tal, o Deputado tal teve mais votos, mas eu também tive e eu quero indicar. Isso é desprestígio. O prefeito toma posse e acha que o diretor é do ex-prefeito, que é um desprestígio, pressiona o político e você acaba...

Eu não quero fazer isso mais. Eu não vou fazer isso mais, mas eu também quero dar uma solução para isso, não significa que a indicação política é péssima, mas o político pode até participar de forma responsável, mas que tenha critérios. Onde tem a mão de político – gostei da sua frase – sem a política e sem os políticos existe só um Estado totalitário, autoritário. Então, não quero em nenhum momento dessa minha audiência pública e desse meu pensamento desmerecer a indicação ou o entendimento de políticos que podem ter essa consciência de indicar uma grande pessoa para uma diretoria de escola, mas não podemos viver pela exceção e correndo riscos com o dinheiro público precisa-se de regras, precisa-se de regras claras e o Ministério tem, Professora Yvelise, obrigação de estabelecer essa regra. Isso não pode ficar vago como está. Mais de 40% na indicação que só Deus sabe como. Vamos rezar para que a maioria sejam pessoas preparadas, mas eu não sei.

Nós, Senadores, precisamos garantir para o Estado brasileiro, para a Nação que existe uma regra e que essas regras estão sendo cumpridas. Falhas haverá? Haverá falhas, mas nós precisamos ter um parâmetro e ter alguma coisa para mudar isso.

Encerro agradecendo mais uma vez a todos pela participação. Não tenho nenhuma pergunta, apenas agradecer e acho que esse debate, essa discussão precisa realmente ser continuada.

Muito obrigada a todos.

O SR. PRESIDENTE (Cyro Miranda**.** Bloco Minoria/PSDB – GO) – Muito obrigado, Senadora Kátia Abreu e lhe parabenizo mais uma vez pela autoria do requerimento porque teremos, aí pela frente, o PNE e isso vai influenciar certamente. Essas audiências vão consubstanciar o Relator.

Em seguida, passo a palavra ao Senador Cristovam Buarque para as suas considerações e perguntas.

A SRA. KÁTIA ABREU (Bloco Maioria/PSD – TO) – Pela ordem, Senador Presidente.

Eu peço licença aos nossos convidados. Preciso urgentemente me retirar, mas a Assessoria e a Consultoria de meu gabinete vão ficar com notas taquigráficas para que possamos continuar o debate porque me interessa muitíssimo essa questão.

Muito obrigada.

O SR. PRESIDENTE (Cyro Miranda. Bloco Minoria/PSDB – GO) – Obrigado.

O SR. CRISTOVAM BUARQUE (Bloco Apoio Governo/PDT – DF) – Sr. Presidente, senhores e senhoras que colaboram conosco para refletir sobre assunto, Srªs e Srs. Senadores, quando assumi o Governo do Distrito Federal, os diretores eram nomeados e muitos ao meu redor diziam: "Tem que manter isso porque é assim que a gente vai poder colocar diretores que levarão adiante o projeto que temos". Eu lembro que disse: "Mas se eu nomear, vou ter que distribuir 20 escolas para cada Deputado, para que cada um deles indique quem vai ser o diretor". Nós não teríamos força, porque na hora de aprovar um projeto de lei, por exemplo, para a educação, depende do voto de um Deputado que exija colocar a prima dele, a irmã dele como diretora, o Governador cede. Então, adotamos o sistema de eleição. Acontece que o sistema de eleição tira da tutela dos Deputados, mas praticamente coloca sob a tutela dos sindicatos ou do sindicato, ou dos partidos. A verdade é que a gente termina partidarizando o processo de escolha e isso, a meu ver, não é bom. Não é bom para as escolas, é péssimo para as universidades como tinha acontecido.

A maneira que hoje eu tenho e que propõe esse livro que a Senadora Kátia Abreu falou é que mantenhamos a democracia do processo eleitoral, mas nós

vinculamos isso ao mérito de só votar entre candidatos que tem um diploma de gestor educacional. Então, você mantém a necessidade do diretor ser uma pessoa do diálogo, de acordo com o Professor Vitor de que o diretor da escola não é um gerente simplesmente. Ele está lidando com gente. Ele não coloca um tijolinho em cima do outro como alguns pedagogos no passado tratavam o conhecimento. Não. Ele coloca casamentos e pessoas juntas numa dança harmônica para criar o pensamento e o conhecimento entre as crianças e novos conhecimentos, sobretudo nas técnicas e na área pedagógica.

Então, a idéia que defendo, primeiro, é que o Governo brasileiro, a União como responsável que deve ser pela educação dos brasileiros porque, ao nascer, somos primeiro brasileiros e, depois, é que somos estadual e municipal, deveria criar cursos de gestão em escolas. Eu creio que a gente precisaria ter, pelo menos, uma em cada Estado pequeno e algumas em Estados grandes.

Essas escolas, durante seis meses, dariam cursos de gestão escolar. Obviamente, a maior parte dos candidatos que se interessará será de professores, mas tem que estar aberto até para quem não seja professor. Quando houver uma eleição em uma escola os que tiverem esse diploma se apresentam como candidatos e a comunidade escolhe. Escolhe obviamente – eu sugiro – ouvindo os pais, ouvindo os alunos adolescentes, os funcionários para saber se vai eleger uma pessoa com que, disse a Priscila, tem a liderança que é uma das qualidades que é necessária no exercício da direção de uma escola, mas só liderança não basta. É preciso conhecer o metiê, não é o metiê da escola abstratamente, é o metiê da gestão educacional. Também não é o metiê da gestão usada em outras unidades industriais, energéticas, até mesmo culturais. Não. Não é você usar o metiê da gestão ponto nem o metiê da pedagogia ponto, é um metiê diferente que, talvez seja até difícil elaborar com clareza o currículo desse curso, mas não é difícil abrir as linhas principais e as bases.

Se a gente fizer isso, creio que a gente pode escolher o que se convenciona hoje chamar como elemento central de uma boa escola que é o seu diretor até mesmo a palavra diretor pode não ser tão boa. Diretor quer dizer dirige, não quer dizer coordena, não quer dizer harmoniza, não quer dizer avança, não quer dizer lidera, mas mantenhamos o nome de diretor. Sem isso a escola não vai bem e o diretor é a figura principal. Eu diria mais: é o insumo principal, mas só ele também não basta. Muitas vezes a gente vê que, como alguns diretores conseguem fazer milagres, nós passamos a dizer que os outros diretores estão pecando. É impossível fazer uma boa escola sem um quadro de professores muito bem remunerados, muito bem preparados e constantemente avaliados. Não tem como ignorar a ideia da avaliação.

O que a gente precisa discutir é como fazer a avaliação. Aí, sim, tem-se que discutir e não tenho clareza sobre como, mas tolerar o professor que não dá aula, por exemplo, ou o professor que não se atualiza naquilo, na disciplina que ele ensina, que continua ensinando coisas antigas que as crianças já não aguentam, que não sabem usar os novos equipamentos...

Eu tenho a impressão de que quadro-negro é o pau de arara mental das crianças brasileiras. Condenar uma criança a assistir aula no quadro negro é torturá-la. Então, temos que nos adaptar a usar as técnicas, os equipamentos sintonizados com as crianças, não é sintonizado com o moderno, não. Não estou ligando para o moderno. Eu quero me sintonizar com as crianças. Se eu não estiver de acordo com as crianças elas ficam como ficaram violentas e a gente põe a culpa nas crianças. Quando uma criança é violenta – eu não falo aquele menino que sai por aí como os dos Estados unidos, de vez em quando, e mata 15. Não, aí é um problema patológico. Eu falo dessa violência que a gente vê na televisão de virando cadeira, de batendo em professor é porque a escola é ruim, a escola é chata, a escola não está casada com a linguagem dele, com os equipamentos deles.

Vamos precisar, além desse bom diretor, que a escola tenha bons professores, mas muito bons professores, que o prédio seja bonito e confortável. Eu prefiro uma escola debaixo de uma árvore a nenhuma, mas eu não me contento, em um País que tem shoppings bonitos, ter escolas feias; que tem bancos bonitos, ter escolas feias. E, bem equipadas. Além disso, em horário integral.

A escola em horário parcial é melhor do que não-escola. Eu até me atrevo a dizer que quase qualquer escola é melhor do que nenhuma. Quase. Eu acho que, de fato, podem vir a ser piores pelo tipo de coisa que ensinam aos meninos, mas não dá para a gente se contentar com escolas ruins. Tinha que acabar com essa possibilidade de classificar escola. Escola é boa ou escola não é escola não é escola. Ninguém diz que num hospital tem bom oxigênio e noutro mau oxigênio. Tem oxigênio ou não tem oxigênio, tem remédio ou não tem remédio. Escola tinha que ser igual, é boa ou não é escola.

Aproveito para insistir que não vejo como fazer isso enquanto a escola estiver sobre os ombros dos pobres prefeitos do Brasil. E não adianta querer dizer que é um problema de estrutura fiscal porque, se a gente distribuísse todo o dinheiro para os prefeitos,

mesmo assim eles seriam pobres. Por quê? Porque são desiguais. Se você disser como alguns: "Vamos fazer justiça". E a Senadora Ana Amélia é uma das grandes municipalistas. Vamos fazer justiça! Cada Município fica com seu imposto. Seria uma tragédia para o Brasil porque os ricos ficariam com muito e os pobres ficariam com pouco. Aqueles que têm grandes empresas e, por isso, têm grandes impostos, muitos impostos, ficaríamos ricos, com mais Municípios riquíssimos no Brasil.

Eu não vou dizer que ele aplica mal o dinheiro porque, daí, pode a União também querer aplicar mal, mas sei que não tem dinheiro. Além disso, o Município quando vai escolher o seu professor escolhe entre os seus professores, entre seus jovens. Tem que escolher no Brasil inteiro e levar os melhores quadros do Brasil para lá como faz o Banco do Brasil, a Caixa Econômica, o Ministério Público, a Receita Federal, a Polícia Federal.

Por isso, imagino que para levar adiante essa ideia de uma escola de gestão da escola, uma seleção tomando por base eleição, mas entre aqueles que tiveram diploma, só dará resultado se casarmos isso com uma boa escola e essa boa escola, a meu ver, só será possível quando a gente pegar, Professora Yvelise, aquelas 490 escolas federais que a senhora mostrou no quadro e transformá-las em 197 mil que são todas. Obviamente isso leva algum tempo, isso não se faz de um dia para o outro, esse é um processo em que um sistema vai diminuindo e o outro vai ocupando o lugar, mas é um sistema novo.

Eu não vejo como dar o salto educacional no Brasil com o atual sistema educacional. Não vejo. A gente melhora, tem melhorado. A gente pensa que piorou, mas não piorou. A educação hoje está melhor que há 20 anos, mas está mais atrás do que 20 anos porque as exigências avançam mais rápido do que a qualidade da escola.

Então, estamos avançando e ficando para trás, Senador. Essa que é a grande tragédia. E muitas vezes comemorando o avanço sem compará-lo com aquele das exigências e com aquele dos outros países.

Eu só vejo essa saída: federalizando a educação de base, o que não quer dizer centralizar a gestão. A gestão tem que ser local. Eu diria até mais: nem do prefeito, da escola. A gente pode chegar ao ponto de que a escola vai ter a sua própria gestão com conselho municipal onde prefeito, a sociedade civil do Município esteja para defender currículo, por exemplo, e total liberdade pedagógica, mas para dar liberdade pedagógica é preciso fazer avaliação no final do ano para saber se aquela liberdade pedagógica serviu para produzir o que a gente deseja, o que se espera para o País ou serviu para acomodar. A não avaliação tende a acomodar. Agora, uma avaliação errada tende a perverter. Façamos uma avaliação boa.

Quero concluir pedindo a opinião sobre essa ideia de que a escolha deveria reunir meritocracia com a democracia. Os diretores serão eleitos, mas entre professores ou até pessoas de fora da escola. Não fazia mal nenhum se os diretores de uma escola elegem uma pessoa de fora, seja professor de outra escola ou não seja professor desde que os professores, funcionários e pais escolham.

O que acham dessa ideia de termos escolas de gestão e a escolha do diretor ser feita por eleição, mas entre aqueles que tiveram o diploma da escola de gestão que não precisa mais de seis meses. Não é uma coisa de quatro anos e, finalmente, se vocês acham, estando de acordo, que isso é possível sem a União assumir a responsabilidade pela educação das crianças brasileiras?

O SR. PRESIDENTE (Cyro Miranda. Bloco Minoria/PSDB – GO) – Senador Cristovam Buarque, muito obrigado pela sua participação e a sua vivência na área de ensino como Ministro realmente tem um peso e um conhecimento muito grande.

Eu vou fazer da nossa esquerda à direita, dar dois minutos para cada um dos senhores fazer as suas considerações e o único que fez a única pergunta que V. Exª fez, a não ser que...

Perdão, não sei se a Senadora Ana Amélia quer fazer alguma intervenção.

A SRA. ANA AMÉLIA (Bloco Maioria/PP – RS) – Hoje vim aqui para aprender, Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Cyro Miranda. Bloco Minoria/PSDB – GO) – Idem.

Passo a palavra, com muito prazer, para a Drª Yvelise.

A SRª YVELISE ARCO-VERDE – Eu teria muitas questões em relação ao posicionamento da Senadora Kátia Abreu, mas que não vou aqui fazer esse debate até porque ela saiu e é muito específico em relação especialmente ao que ela comparou de escola-empresa que entendo que precisaria ser respondida, mas como a resposta seria para ela eu vou me limitar e só dizer que, em relação ao que ela falou de Tocantins e que indiquei que era por eleição, fui aqui conferir e realmente está por indicação aqui nos dados. Até pode ser que haja erros, mas nesses eslaides que eu trouxe está indicação com prova e certificação.

Em relação aos questionamentos do Senador Cristovam novamente coloco meu respeito e entendo que o Senador é o nosso grande representante da educação. Tenho admiração pelos seus posicionamentos e especialmente por ser uma pessoa que está debaten-

do, está discutindo com tanta propriedade a educação dentro desta Casa. Para nós é um motivo de muito orgulho ter uma pessoa do seu nível respondendo. Isso também não significa que tudo o que o senhor aponta temos concordância, mas particularmente hoje em relação a sua fala eu me senti muito em sintonia e com o trabalho dentro do Ministério da Educação.

Colocar a formação como elemento chave da escolha do diretor concordo plenamente e acho que foi essa a tônica que demos e fico muito satisfeita de saber que temos um respaldo grande no Ministério da Educação para isso com o nosso Programa Nacional Escola de Gestores que, como eu disse, começou de uma forma tímida, mas a ideia é ampliar para todo o Brasil para fazer essa formação para que todo diretor tenha essa certificação. Agora, tem um condicionante que é esse respeito às unidades da Federação.

Então, temos de respeitar os sistemas. Todos podem ser certificados, mas vai ser uma opção dos entes federados. Nós temos essa indicação. E todo nosso trabalho da escola de gestores está voltado para o indicativo de uma eleição, mas, como eu disse, respeitando a nossa Constituição, que diz que cada sistema de ensino estabelece a sua forma de gestão. Assim, concordo plenamente com a soma da eleição com o diploma, mas sabendo que nem todos os nossos diretores e professores têm, às vezes, o diploma necessário. Então, o curso extensivo para todo o Brasil é fundamental para que ocorra esse processo.

Em relação ao processo de federalização, isso ficaria para outro momento, porque acho que é muito longa a conversa, mas eu tenho simpatia por essa discussão.

O SR. PRESIDENTE (Cyro Miranda. Bloco Minoria/PSDB – GO) – Muito obrigado, Drª Yvelise.

Passo a palavra agora ao Prof. Vitor Henrique, para suas considerações finais.

O SR. VITOR HENRIQUE PARO – Se quiserem anotar, o meu site é vitorparo.com.br. Eu escrevo livros – já escrevi uns 13 ou 14, já nem sei. Eu faço pesquisas sobre educação. Eu vou à na escola, eu não fico usando números do Saeb ou do Enem ou do Ideb.

Eu não acredito nesse tipo de concurso. O senhor disse que é preciso qualquer tipo de avaliação, mas não uma avaliação qualquer. E a avaliação que há aí é uma avaliação qualquer. Ela não leva em conta o conceito de educação, é feita por quem não entende de educação.

Eu não tenho jeito de demonstrar isso aqui, porque não tenho tempo. Vou falar algumas coisas graves. Depois, entrem em contato comigo. O meu *e-mail* é vhparo@usp.br. Estou à disposição inteira, assim como um batalhão de pessoas que entendem de educação e que não são ouvidas neste Brasil – mas os empresários são, e a administração empresarial é.

(Soa a campainha.)

O SR. VITOR HENRIQUE PARO – Eu queria dizer que uma escola não é uma empresa como outra qualquer. É uma comparação completamente esdrúxula, sem o menor sentido. Precisa-se entender o que é educação, que não é simplesmente transmissão de conhecimentos. Precisa-se entender o que é isso para saber que é gravíssimo confundir o trabalho pedagógico com a empresa.

No meu *site*, se vocês buscarem o primeiro vídeo – inclusive, há um vídeo que eu fiz de uma palestra no Sebrae, e são pessoas inteligentes e compreenderam a questão –, no primeiro vídeo que vocês virem no meu *site*, há ali uma entrevista de uma hora e meia falando sobre aquilo que eu não posso demonstrar aqui. Se quiserem saber do trabalho do professor, o que é a natureza, a singularidade do trabalho pedagógico, vocês podem pegar lá artigos – há artigos para *download*, de graça. Vocês podem ler o primeiro artigo que há lá para *download*, pois ele trata disso. Este livro trata bastante disso: o livro *Educação como exercício de poder* aprofunda a questão e tem uma linguagem para todos, mesmo que não sejam da área da educação, para entenderem o que é educação.

Quanto à seleção, eu concordo. Tem de ser uma seleção e rigorosa. O Senador Cristovam Buarque fala que precisa ser conhecimento, sim, mas é preciso conhecer educação para saber que o específico do técnico, no diretor, é político. Mas só entendendo, realmente, de educação.

Quanto a treinar, esses cursos... Eu vou falar algumas coisas bombásticas para vocês. Vejam que os meus livros são muito usados para concursos, para esses cursos de gestão. Esses cursos de gestão todos, esses programas todos usam o meu livro. Eu converso com os diretores que fazem aquilo. Aquilo nada... Já colocaram no currículo trocar o vaso da privada? É isso que o diretor faz. Já colocaram no currículo consertar ou arrumar a luz que não está funcionando? Percebem?

As pesquisas que eu fiz são pesquisas qualitativas, em que se fica um ano trabalhando, criticando, vendo, não baseadas em números, porque os gestores agora descobrem, de novo, a pólvora. Com perdão da Priscila, vejam que a conclusão de que um professor que continua... e os efeitos que têm continuar um professor de matemática... Faz 100 anos que foram feitas pesquisas. Existem pesquisas e mais pesquisas sérias, pesquisas de verdade, não fazendo correlaçãozinha econômica sobre um número que sai ou não sai ali, que não é confiável. Eu sei como é respondido o Saeb.

Eu sei o que fazem as professoras para as crianças responderem o Saeb. Para mim, elas não mentem; elas não me enganam. Inclusive, eu sei quem é que responde o Saeb, os cursos para responder Saeb que há dentro da escola. O currículo hoje não existe mais. O currículo hoje é preparação para responder perguntinhas, perguntinhas, em geral, imbecis. Só um exemplo. Os concursos feitos em São Paulo e no Brasil afora para diretor usam o meu livro. Os meus orientandos chegam dizendo: "Professor, pergunta do seu livro aqui". Eu vou ler, vejo as quatro ou cinco opções e não sei responder. Eu confesso para vocês. Não sei responder, porque a parafernália é tão sem sentido que se esquecem da educação.

(Soa a campainha.)

O SR. VITOR HENRIQUE PARO – Terminando mesmo, só para ver se toca na questão, porque o tempo é muito curto para se tocar.

O trabalhador, de um modo geral, numa empresa de mercado, tem um objeto que plasma, que transforma. Ele não precisa pedir autorização para aquele objeto que ele transforma. Ele faz o objeto. Na educação, isso não existe. Na educação, você precisa levar o educando a querer aprender, você tem de fazer um pacto com ele, fazê-lo seu cúmplice. Isso é ação política, vocês sabem muito bem – ação política no sentido mais rigoroso da palavra. Para fazer isso, esse professor não pode ser estimulado com os malditos bônus, com os idiotas dos bônus. Não adianta simplesmente dizer que vai pagar mais.

(Soa a campainha.)

O SR. VITOR HENRIQUE PARO – Percebem? Nas escolas a que eu vou, as melhores gestões são de diretores... Tenho dois livros que falam de duas experiências: os diretores renunciaram a ser diretores – dois em São Paulo, um na Prefeitura e outro no Estado – e passaram a dirigir a escola como um colegiado.

Também estranho que não tenha experiência no Brasil... No Município de Aracaju, há cinco ou dez anos, há uma experiência em que não existe diretor. Eu não concordo que o diretor seja a coisa mais importante da escola; a coisa mais importante da escola é o aluno, é o educando. É ele que faz, sem a concordância dele, não existe. Tudo tem de convergir para lá. Escola sem diretor funciona, os professores entram num acordo; sem professor, não funciona. Mas é muito cômodo botar a culpa ou no professor ou no diretor. Quando enfatizamos demais o diretor, é porque estamos esquecendo de todas as outras condições para dizer assim: "Se há um diretor bom, funciona". Na empresa, é assim, mas, na escola, não.

O SR. PRESIDENTE (Cyro Miranda. Bloco Minoria/PSDB – GO) – Professor Vitor.

O SR. VITOR HENRIQUE PARO – Bom, encerro por aqui. É isso.

O SR. PRESIDENTE (Cyro Miranda. Bloco Minoria/PSDB – GO) – Eu vou pedir desculpas, mas nós já excedemos o tempo.

O SR. VITOR HENRIQUE PARO – Obrigado. Desculpa, mas há muita coisa para ser dita.

O SR. PRESIDENTE (Cyro Miranda. Bloco Minoria/PSDB – GO) – Eu sei que nós não pretendemos e nem podemos discutir educação em uma ou duas horas ou em um dia ou em um mês. Eu acho que é um assunto longo. Nós tínhamos um tópico. E, infelizmente, o nosso tempo, realmente, é curto.

Eu passo, em seguida, ao Secretário Herman, para suas considerações.

O SR. HERMAN JACOBUS CORNELIS VOORWALD – Senador, o senhor colocou duas questões.

A primeira é escola de gestão. O Estado de São Paulo tem, na estrutura da secretaria, uma escola de formação e aperfeiçoamento de professores, diretores e servidores, que funciona muito bem. Eu acho que é um grande caminho. É uma formação continuada que tem, no meu entendimento, dado resultados muito interessantes. Então, eu acho que o caminho é esse mesmo.

Quanto a concurso público para diretor, eu não acredito, Senador, se não houver o professor em dedicação exclusiva à unidade escolar. O que eu quero dizer com isso? Em São Paulo, os professores têm dois ou três cargos. A permanência deles na unidade escolar é a permanência de passar, dar aula e ir embora. Há muito pouco envolvimento da grande maioria deles com as atividades daquela unidade escolar.

A experiência de São Paulo com relação ao ensino integral – como eu disse, no ano que vem, estaremos com 180 escolas – em que o aluno ingressa às 7h30 e sai às 4h30 da tarde, com o professor em dedicação exclusiva numa carreira criada para isso, tem, ao final do ano, a avaliação 360 graus, em que todo mundo avalia todo mundo. Ali, sim, eu acredito na ação do quadro de docentes no sentido da avaliação, e, ali, sim, há um processo eleitoral em que pode haver um diretor escolhido em função da sua competência. Enquanto não houver um quadro de professores efetivos escolhido em função da sua competência, enquanto não houver um quadro de professores efetivos na escola em dedicação exclusiva, enquanto houver essa mobilidade que o instrumento da remoção em São Paulo permite, eu não acredito na eleição. Acredito, sim, no concurso público atrelado – o senhor não estava aqui quando da minha fala – ao estágio probatório e em

ter uma preparação e avaliação do diretor durante o estágio probatório.

O SR. PRESIDENTE (Cyro Miranda. Bloco Minoria/PSDB – GO) – Muito obrigado, Secretário Herman.

Em seguida, Profª Priscila.

A SRª PRISCILA FONSECA DA CRUZ – Eu também vou responder aqui rapidamente.

Há três questões que foram levantadas.

Quanto à primeira, Senador, eu acho que há um princípio na sua proposta de federalização, que é muito importante, pois temos de pensar numa nova distribuição de recursos, de apoio técnico, porque, de fato, hoje, a desigualdade educacional é muito grande. Temos de lidar com esse fato. Acho que não dá para trabalhar sempre com as médias. Aí eu concordo. Há vários sistemas de monitoramento que utilizam parâmetros equivocados que induzem a vieses, mas estamos aqui justamente para melhorar, pensar, fazer avançar isso. O fato concreto é que há muita criança ficando para trás. Os Municípios mais pobres estão, sim, com mais dificuldade de avançar. A questão do *background* familiar e do fato de a renda daquele Município ser menor é um vetor que pode ser negativo. Agora, se já sabemos disso, temos de dar mais justamente para eles. Temos de somar esforços, tem de haver mais recursos, mais monitoramento, mais apoio técnico justamente nessas regiões, Municípios, Estados. Então, eu acho que esse princípio de redistribuição, tratando diferente os diferentes e fazendo um tratamento pensando na equidade e numa melhor distribuição de recursos de todos os tipos, é muito poderoso. Precisaríamos avançar nesse princípio.

Sobre a escola de gestão, 100% de acordo. A formação inicial daquele que vai ser o futuro professor não está focada nisso. O futuro professor não tem, na sua formação, aquilo que ele vai precisar, inclusive para desenvolver as competências para gerir uma escola.

Para gerir uma escola, como eu disse na apresentação, há duas formas de carreira, falando de uma forma muito simplista, mas em termos didáticos para podermos discutir: ou você é um ótimo especialista ou você é um ótimo gestor.

(Soa a campainha.)

A SRª PRISCILA FONSECA DA CRUZ – Pode haver a combinação das duas coisas, mas a formação do professor não é a formação para ser o diretor. Então, é importante haver cursos específicos de formação de escola.

E aí também discordo da Senadora Kátia Abreu. É muito mais difícil gerir uma escola que qualquer empreendimento privado. São várias outras dimensões. É muito mais complexo gerir uma escola.

Ter escola de gestão focada nas competências necessárias para um bom gestor escolar é fundamental, porque a escola de gestão pode, justamente, levar em consideração essas particularidades da escola e essa complexidade que é muito maior que qualquer outra instituição privada ou até mesmo pública.

E só um breve comentário sobre a fala do Prof. Paro. Que bom, Professor, que temos, então, confirmado isso. A Prova Brasil... Não é só Saeb, hoje temos um sistema censitário. A partir de 2007, conseguimos fazer melhor essas correlações. Que bom que isso tem confirmado algo que as outras pesquisas anteriores já vinham falando. Eu acho que temos fortalecido justamente esse entendimento.

A gestão escolar com preparo do diretor, combinando eleição com escolha técnica, é uma forma de avançarmos no maior desafio que o Brasil tem hoje, que é universalizar a aprendizagem. Eu acho que esse é o grande foco que temos de ter hoje no Brasil.

Com isso, agradeço a participação, agradeço o convite e coloco Todos pela Educação, como sempre, à disposição de todos vocês.

O SR. PRESIDENTE (Cyro Miranda. Bloco Minoria/PSDB – GO) – Agradeço a participação de todos.

O SR. CRISTOVAM BUARQUE (Bloco Apoio Governo/PDT – DF) – Senador, pela ordem.

O SR. PRESIDENTE (Cyro Miranda. Bloco Minoria/PSDB – GO) – Senador, eu já queria fazer um convite. Ao lado, temos a sala cheia com o Fórum Nacional das Entidades para Pessoas com Deficiência, que congrega todas as entidades representativas do movimento, como as APAEs e assim por diante, que querem, inclusive, a presença do senhor e da nossa Vice-Presidente, Ana Amélia. É importantíssimo. Eles estão desde as 11h30 reunidos para expor o problema dos deficientes.

Mas, para encerrar, então, Senador.

O SR. CRISTOVAM BUARQUE (Bloco Apoio Governo/PDT – DF) – Eu fico em dúvida se falo ou não, porque, como vou comentar a fala dela, eles deveriam ter o direito também de falarem depois. Senão, fica ruim. A não ser que eles queiram ouvir meus comentários sem responder.

(Intervenção fora do microfone.)

O SR. CRISTOVAM BUARQUE (Bloco Apoio Governo/PDT – DF) – Eu quero dizer o seguinte. Primeiro, hoje, há um consenso neste País. Da maneira como fazemos eleição no Brasil não está bem, mesmo assim é melhor fazer essa eleição do que nenhuma. O mesmo vale para a avaliação.

Professor Vitor.

O SR. VITOR HENRIQUE PARO – Mas tem opções, meu Deus?

O SR. CRISTOVAM BUARQUE (Bloco Apoio Governo. PDT – DF) – Muito bem, então, então, é isso que estamos procurando aqui para a eleição. Vamos adotar essa alternativa. Eu só estou de acordo com o senhor e gostaria muito de me aprofundar nas suas sugestões, porque eu não quero defender o Saeb aqui e nem o ENEM, mas era pior ..

O SR. VITOR HENRIQUE PARO (*Fora do microfone*) – O que melhorou nesses 17 anos, com o Saeb?

O SR. CRISTOVAM BUARQUE (Bloco Apoio Governo. PDT – DF) – Mas era pior do que quando não havia isso, eu só quero dizer que era pior na ditadura do que na eleição.

O SR. PRESIDENTE (Cyro Miranda.Bloco Minoria/PSDB – GO) – Senador Cristovam eu vou propor uma outra rodada de discussão nem que não seja em uma audiência pública, mas fazer uma mesa redonda, inclusive chamando alguns outros senadores que também têm interesse nessa matéria e não puderam aqui estar.

(Intervenção fora do microfone.)

O SR. PRESIDENTE (Cyro Miranda.Bloco Minoria/PSDB – GO) – Então, perfeito. Só que temos que disciplinar, porque devemos ouvir várias pessoas e audiência pública normalmente é pautada em duas horas. E em função de termos assumido compromisso com os deficientes.

O SR. CRISTOVAM BUARQUE (Bloco Apoio Governo. PDT – DF) – Só um minutinho, porque o Prof. Vitor disse algo muito importante: a ideia do pacto do professor com o aluno é fundamental! Agora, se o diretor não entender disso, aí não vai. Por isso tem que existir uma escola de gestor e de educadores, mas o educador não aprende isso como diretor. Não. Não aprende a ser diretor, professor.

E, segundo, eles são muitas vezes eleitos pelos partidos, hoje, professor, muitas vezes... Então, mas como evitar isso? Exigindo que tenha demonstrado...

(Intervenção fora do microfone.)

O SR. CRISTOVAM BUARQUE (Bloco Apoio Governo. PDT – DF) – Sim, mas não estou tendo tempo de ler o livro agora, o povo está vendo pela televisão e é importante.

Hoje a eleição foi desvirtuada. Eu ainda prefiro assim do que como era antes. Do mesmo jeito que eu prefiro o Saeb do que a ausência dele, eu prefiro a eleição direta do que a nomeação. Mas tem que aprimorar, senão não conseguiremos, entre outras coisas, que se faça o pacto.

E, finalmente – mas ai vai ser uma discussão grande –, tem que premiar o professor! Sabe uma coisa que falta hoje no mundo? Um Nobel do magistério. O melhor professor do mundo receber um prêmio Nobel. Nós damos medalha para quem pula, para quem salta, para quem corre, e não damos medalha para professor.

Espere um minuto...

O SR. PRESIDENTE (Cyro Miranda.Bloco Minoria/PSDB – GO) – Eu gostaria que não fosse polemizado, professor, por gentileza.

Eu queria que o senhor encerrasse, Senador, porque vou ter que encerrar a reunião.

O SR. CRISTOVAM BUARQUE (Bloco Apoio Governo. PDT – DF) – Se vamos dar uma premiação, que seja pelo reconhecimento. Falta reconhecer o professor. Se vamos reconhecê-lo... Uma alternativa que eles gostariam muito seria um 14º, um 15º, um valor ou uma casa de presente. Eu não sou contra, desde que se saiba – aí o velho problema – como escolher isso.

E, finalmente, quero parabenizar a Secretaria de São Paulo por esse programa de colocar residência. É um passo pequeno. Eu gostaria que um Estado como o de São Paulo estivesse dando um grande salto para fazer a escola de São Paulo igual a da Coreia, por exemplo. Não estou falando dos métodos pedagógicos, não. Mas de qualquer maneira é um passo positivo que eu faço questão de parabenizar aqui.

O SR. PRESIDENTE (Cyro Miranda.Bloco Minoria/PSDB – GO) – Muito obrigado, Senador Cristovam Buarque.

Agradeço a presença de todos e peço desculpas pela exiguidade do tempo, mas acho que não faltará oportunidade de debate. Por ser tão polêmica, a educação ainda tem um caminho muito longo neste Brasil.

Declaro encerrada a presente audiência.

Obrigado.

(Iniciada às 10 horas e 10 minutos, a reunião é encerrada às 12 horas e 23 minutos.

ATA DA 23ª REUNIÃO EXTRAORDINÁRIA DA COMISSÃO DE MEIO AMBIENTE, DEFESA DO CONSUMIDOR E FISCALIZAÇÃO E CONTROLE, DA 3ª SESSÃO LEGISLATIVA ORDINÁRIA DA 54ª LEGISLATURA, REALIZADA EM 6 DE AGOSTO DE 2013, TERÇA-FEIRA, ÀS 08H30, NA ALA SENADOR NILO COELHO, SALA N° 6.

Às oito horas e trinta e quatro minutos do dia seis de agosto de dois mil e treze, na sala de reuniões nº 6, da Ala Senador Nilo Coelho, sob a Presidência do Senhor Senador **BLAIRO MAGGI**, reúne-se a Comissão de Meio Ambiente, Defesa do Consumidor e Fiscalização e Controle – CMA. Assinam o livro de presença os Senhores Senadores **ANIBAL DINIZ, JORGE VIA-**

NA, ANA RITA, RODRIGO ROLLEMBERG, VALDIR RAUPP, IVO CASSOL, ATAÍDES OLIVEIRA, CÍCERO LUCENA, BLAIRO MAGGI, VANESSA GRAZZIOTIN, JOÃO ALBERTO SOUZA, ALOYSIO NUNES FERREIRA, FLEXA RIBEIRO e os Senhores Senadores não-membros **EDUARDO SUPLICY e INÁCIO ARRUDA**. Deixam de comparecer os Senhores Senadores **ACIR GURGACZ, ROMERO JUCÁ, LUIZ HENRIQUE, GARIBALDI ALVES, KÁTIA ABREU, JOSÉ AGRIPINO, EDUARDO AMORIM e FERNANDO COLLOR.** A Presidência declara abertos os trabalhos e submete a dispensa da leitura e a aprovação da ata da reunião anterior. A ata foi aprovada. O Presidente faz a **LEITURA DE AVISOS**, em conformidade ao Ato n° 02, de 2009, da comissão. Conforme análise prévia, o seguinte aviso será relatado: Aviso TCU nº 855, de 17 de julho de 2013. Cuida de solicitação do Congresso Nacional, formulada pela CMA, pertinente à compensação ambiental instituída pela Lei nº 9.985/2000. Enquadrado no inciso III do art. 2º do Ato 02/2009-CMA. Conforme análise prévia, os seguintes avisos estarão à disposição dos Senadores membros para consulta na secretaria da comissão por 7 dias. Após este prazo, se não houver manifestação, os avisos serão arquivados: Aviso TCU nº 900, de 24 de julho de 2013. Cuida de auditoria para avaliar atos de gestão em convênios firmados com órgãos e entidades do Estado do Maranhão. Enquadrado no inciso V do art. 2º do Ato 02/2009-CMA. Aviso TCU nº 876, de 17 de julho de 2013. Cuida de levantamento de auditoria realizado pela SECOBE-DIF em edital de licitação referente à contratação dos serviços técnicos especializados de engenharia para elaboração dos projetos nas etapas de projeto básico, projeto executivo e para execução das obras e serviços referentes à reforma e ampliação do terminal de aviação geral e demais obras e serviços complementares para implantação do terminal de passageiros no Aeroporto Internacional Tancredo Neves, CONFINS/MG. Enquadrado no inciso V do art. 2º do Ato 02/2009-CMA. Passa-se à **PAUTA**. Audiência pública, atendendo ao Requerimento nº 36 de 2013, de autoria do Senador Ivo Cassol, que busca esclarecer os fatos contidos em matéria veiculada na Revista Veja, na Edição nº 51, de 19 de dezembro de 2012, intitulada "1 Bilhão pelo Ralo", sobre a compra e venda de uma refinaria de petróleo na cidade de Pasadena/Texas, nos Estados Unidos, pela PETROBRAS. Comparece como convidado o Sr. Ex-Diretor-Presidente da PETROBRAS, José Sérgio Gabrielli. O Diretor de Finanças da BR Distribuidora, Nestor Cerveró, embora convidado, informou da impossibilidade de comparecer nesta data face à realização de exames de saúde e solicitou ser ouvido em outra oportunidade. A Presidência concede a palavra ao Sr. José Sérgio Gabrielli pelo tempo que julgar necessário para sua apresentação. Usam da palavra os Senhores Senadores **IVO CASSOL, VANESSA GRAZZIOTIN, ALOYSIO NUNES FERREIRA, ANIBAL DINIZ, INÁCIO ARRUDA, JORGE VIANA, EDUARDO SUPLICY e ANA RITA,** que tecem comentários e apresentam seus questionamentos. O convidado responde aos questionamentos feitos e apresenta suas considerações finais. Nada mais havendo a tratar, o Presidente convoca seus pares para comparecer à próxima reunião e encerra a reunião às onze horas e trinta e três minutos, lavrando eu, Raymundo Franco Diniz, a presente Ata, que lida e aprovada, será assinada pelo Senhor Presidente e publicada no Diário do Senado Federal, juntamente com a íntegra do registro de taquigrafia. – Senador **Blairo Maggi,** Presidente da Comissão de Meio Ambiente, Defesa do Consumidor e Fiscalização e Controle.

REGISTRO DA TAQUIGRAFIA DA REUNIÃO DE 09/07/2013

(Texto com revisão.)

O SR. PRESIDENTE (Blairo Maggi. Bloco União e Força/PR – MT) – Declaro aberta a 23ª Reunião Extraordinária da Comissão de Meio Ambiente, Defesa do Consumidor e Fiscalização e Controle da 3ª Sessão Legislativa Ordinária da 54ª Legislatura.

Submeto às Srªs e aos Srs. Senadores a dispensa da leitura e a aprovação da ata da reunião anterior.

Aqueles que concordam permaneçam como se encontram. (*Pausa*.)

A ata está aprovada e será publicada no *Diário do Senado Federal*.

Leitura de avisos.

Em conformidade com o Ato nº 02, de 2009, da Comissão de Meio Ambiente e Defesa do Consumidor e Fiscalização e Controle do Senado Federal, informo que todos os avisos estão relacionados na pauta da nossa reunião.

Conforme análise prévia, o seguinte assunto será relatado:

Aviso do TCU nº 855, de 17 de julho de 2013, cuida de solicitação de Congresso Nacional, formulada pela CMA, pertinente à compensação ambiental instituída pela Lei nº 9.985, de 2000, enquadrada no inciso III, do art. 2º, do Ato nº 2/2009 da CMA.

Conforme análise prévia dos seguintes avisos, eles estarão à disposição dos Senadores e das Senadoras membros desta Comissão, para consulta, na Secretaria da Comissão, por sete dias. Após esse prazo, se não houver manifestação, os avisos serão arquivados.

Aviso do TCU nº 900, de 24 de julho de 2013, cuida de auditoria para avaliar atos de gestão em convênios firmados com os órgãos e entidades do Estado do Maranhão, enquadrados no inciso V do art. 2º do Ato nº 02, de 2009, da CMA.

Aviso do TCU nº 876, de 17 de julho de 2013, cuida de levantamento de auditoria realizado pela Secobedif em edital de licitação, referente à contratação dos serviços técnicos especializados em engenharia para a elaboração dos projetos nas etapas de projeto básico, projeto executivo e para a execução das obras referentes a reformas e ampliação do terminal de aviação geral e demais obras e serviços complementares para a implantação do terminal de passageiros no Aeroporto Internacional Tancredo Neves, Confins, Minas Gerais, enquadrados no inciso V do art. 2º do Ato nº 02/2009 da CMA.

Então, vamos à nossa pauta de hoje. Trata-se de uma audiência pública, atendendo ao Requerimento nº 36, de 2013, de autoria do Senador Ivo Cassol, que busca esclarecer os fatos contidos em matérias vinculadas na revista *Veja*, na Edição nº 51, de 19 de dezembro de 2012, intitulada "1 Bilhão pelo Ralo", sobre a compra e a venda de uma refinaria de petróleo, na cidade de Pasadena, no Texas, nos Estados Unidos, pela Petrobras.

Para participar da audiência pública, foram convidados o ex-Presidente da Petrobras José Sérgio Gabrielli, que se encontra presente, e também foram convidados os Diretores de Finanças da BR Distribuidora, Sr. Nestor Cerveró, que informou da impossibilidade de comparecer nesta data, face à realização de exames de saúde e solicitou ser ouvido em outra oportunidade.

Convido, então, para tomar assento em nossa Mesa, o Dr. José Sergio Gabrielli. (*Pausa.*)

Farei uma leitura rápida sobre um apanhado desse assunto e passarei depois a palavra ao nosso convidado.

Bom dia Srªs e Srs. Senadores, ouvintes da Rádio Senado, espectadores da TV Senado, senhoras e senhores e membros desta Comissão.

Esta audiência pública tem como finalidade esclarecer a reportagem publicada na revista Veja na edição 2.300, do ano 45, nº 51, de 19 de dezembro de 2012, intitulada "1 Bilhão pelo Ralo":

> *Em 2006, a Petrobras comprou 50% da refinaria, ficando a outra metade com a trading belga Astra Oil. A parceria foi desfeita em junho passado depois de acirrada disputa judicial. A Petrobras, então, adquiriu as ações da Astra Oil e ficou como única dona da refinaria. Não se entende por que pagou um preço tão alto por uma refinaria velha e defasada, que só dá prejuízo e dor de cabeça. A estatal brasileira já enterrou em Pasadena cerca de 1,18 bilhão de dólares. Quando, há seis meses, finalmente decidiu livrar-se dela, pondo-a a venda, entendeu o tamanho do rombo. A única oferta recebida – da multinacional americana Valero – foi de cerca de 180 milhões de dólares, pouco mais de um décimo do valor pago. Obviamente, Graça hesita em aceitar a oferta, o que a forçaria a assumir publicamente o rombo bilionário, mexendo em um vespeiro cujas reais dimensões estão sendo investigadas pelo Tribunal de Contas da União (TCU). Os detalhes do negócio, aos quais Veja teve acesso, ajudam a esclarecer por que, dentro da própria estatal, pairam suspeitas de que o caso Pasadena pode não ser um erro de cálculo, um mau passo de gestão, a que todas as empresas estão sujeitas. Nada disso. A compra da refinaria tem o DNA para se tomar um escândalo.*
>
> *'A primeira a levantar dúvidas sobre a transação foi a presidente Dilma Rousseff, em 2008, quando era ministra da Casa Civil e comandava o conselho da Petrobrás. A estatal e sua sócia belga divergiam sobre a condução da refinaria, e a Petrobras propôs comprar os 50% restantes. Por quanto? Setecentos milhões de dólares, quase o dobro do que a Astra pagara apenas dois anos antes. Havia até relatórios de consultorias avalizando as cifras. Mas a operação foi rechaçada pelo conselho. Dilma atacou a proposta e criticou duramente Sergio Gabrielli (então presidente da estatal) diante de todos. Foi constrangedor', lembra um ex-diretor. Para esquivar-se dos ataques, Gabrielli fez circular a versão de que o acordo havia sido negociado pelo homem à frente da área internacional, Nestor Cerveró* [que também foi convidado para participar desta audiência pública e que, por motivos de saúde, não pôde comparecer]*, sem o conhecimento de mais ninguém da cúpula, nem dele próprio. Nos corredores da estatal, ouvia-se falar de uma certa 'carta do Cerveró', documento em que o diretor 'entregava o ouro aos belgas'. VEJA leu a carta. Ela se junta aos demais* documentos que indicam que a diretoria comandada por *Gabrielli agiu em benefício dos belgas e contra os interesses da estatal brasileira.*
>
> *(...)*
>
> *Mas não eram só as cifras que faziam da sociedade com a Petrobrás um negócio atraen-*

te para [os *belgas]. Ficou combinado que as empresas dividiriam o 1,5 bilhão de dólares necessário para adaptar a refinaria e processar o óleo produzido no Brasil. Em caso de divergência, a estatal se obrigava a comprar a parte da sócia. A Petrobras também garantiu à trading belga uma remuneração de 6,9% ao ano, mesmo em um cenário de prejuízo. Diz o procurador do TCU Marinus Marsico:* [Abre aspas] *'Tudo indica que a Petrobras fez concessões atípicas à Astra. Isso aconteceu em pleno ano eleitoral'* [Fecha aspas]*. Concluindo que estava fácil arrancar dinheiro da Petrobrás por causa do contrato de pai para filho, os belgas decidiram sair da sociedade. A Petrobras se recusou a pagar os 700 milhões de dólares, preço com o qual se comprometera com os belgas. Eles foram à Justiça americana exigir as garantias contratuais. Quatro anos depois de romper com a sócia, receberam ganho de causa na Justiça e, após um acordo, embolsaram mais 839 milhões de dólares pagos pela estatal brasileira. Nestor Cerveró continua na Petrobras, como diretor financeiro da BR Distribuidora. Gabrielli, saiu da presidência em 2011 e é o atual secretário de Planejamento da Bahia. Dilma Rousseff nunca mais tocou no assunto. Ficou tudo por isso mesmo, com o prejuízo sendo arcado, como sempre, pelos sócios da Petrobras, entre eles, o maior, o governo brasileiro – ou seja, a conta foi mandada para os cidadãos brasileiros.*

O TCU está investigando a compra e a venda da refinaria da estatal de petróleo brasileiro no Texas, um dos piores negócios já feitos na história da Petrobras.

Dr. Sérgio Gabrielli, eu acabo de ler a notícia que foi vinculada na revista *Veja,* na qual foi baseado o requerimento do Senador Ivo Cassol para convidar V. Exª a estar nesta audiência pública para que possa defender seus pontos de vista e fazer uma análise sobre esse processo, porque todos nós sabemos – eu sei, já fui Governador do meu Estado, o Mato Grosso, e o Senador Ivo Cassol já foi Governador do Estado de Rondônia por dois mandatos – como as coisas circulam na imprensa. Muitas vezes se é acusado de uma coisa que não aconteceu ou não foi bem assim, foi um pouco diferente. Então, eu acho que este momento na Comissão é importante para que hoje o Secretário de Planejamento da Bahia possa esclarecer a todos aqui no Senado este assunto.

Também digo que a nossa Comissão, neste momento, é transmitida pela TV Senado e pela Rádio Senado. Então, suas explicações, suas colocações são levadas para o Brasil inteiro.

Tenho o prazer de lhe passar a palavra para que possa fazer suas considerações. Após o tempo que o senhor achar necessário para as explicações, abrirei a palavra para os Senadores e Senadoras para que façam seus comentários. Por favor. O senhor tem o tempo necessário para as suas explicações.

Muito obrigado.

O SR. JOSÉ SERGIO GABRIELLI DE AZEVEDO – Exmo Sr. Senador Blairo Maggi, Exmo Sr. Senador Ivo Cassol, autor do requerimento de convite para a minha presença aqui, Senadora Vanessa, do Estado do Amazonas, em primeiro lugar, eu gostaria de agradecer o convite, ao qual respondi prontamente, para marcar esta audiência, porque voluntariamente aceitei o convite para esclarecer os fatos relacionados a essa operação de compra da refinaria de Pasadena.

Evidentemente, como disse o Exmo Senador, as interpretações da imprensa são interpretações da imprensa. A relação real dessas interpretações com os fatos, no entanto, não necessariamente são verdadeiras.

O que eu pretendo fazer hoje aqui, vou pedir desculpa aos Senadores, às Senadoras e aos presentes nesta sessão, é fazer uma análise mais técnica do processo de aquisição da refinaria, tentando explicar qual era o ambiente em que nós estávamos no momento da decisão, quais são as mudanças que ocorreram posteriormente à decisão e o que provocou de alteração dessa situação prévia.

Eu gostaria de começar com um quadro do mercado brasileiro de combustíveis. Se nós olharmos o mercado brasileiro de combustíveis, de derivados de petróleo no Brasil de 1998 a 2005, como está salientado nesse gráfico, nós temos um mercado relativamente estagnado entre 85 e 90 mil metros cúbicos.

Essa realidade num mercado estagnado, em que não cresceu o consumo de gasolina, diesel e de QAV, refletia a realidade da economia brasileira de 1998 a 2005.

Essa realidade da economia brasileira – para a Petrobras, em 1999 – levou a Petrobras a definir uma estratégia, em 1999, que era uma estratégia de que nós tínhamos de buscar adquirir capacidade de refino no exterior, uma vez que não havia possibilidade, naquele momento, de expansão do refino no Brasil.

A última refinaria feita no Brasil é de 1980. Em 1999, na estratégia da Petrobras – de 1999. Eu faço questão de insistir em que é de 1999, e era uma estratégia adequada àquela realidade de 1999 –, a perspectiva era de crescer, adquirir capacidade de refino no exterior. No plano estratégico da Petrobras de 1099, a meta era adquirir 300 mil barris de capacidade de refi-

no no exterior, porque o mercado brasileiro não estava crescendo, como os senhores podem ver nesse gráfico.

Evidentemente, a partir de 2006, a situação se inverte. A partir de 2006, nós temos um mercado brasileiro que cresce. E nós tivemos, nos últimos quatro anos, um crescimento extraordinário do mercado brasileiro de derivados: o crescimento beira os 42% nesses três a quatro anos, o que é um crescimento extraordinário do consumo de gasolina, do consumo de diesel, do consumo de QAV, do consumo de GLP no País, refletindo o crescimento que nós tivemos, a distribuição de renda que nós tivemos e as mudanças que nós tivemos na economia brasileira.

Como os senhores podem ver, esse eslaide mostra um retrato fiel do plano estratégico da Petrobras – esse é um documento da Petrobras – de outubro de 1099. O objetivo era refinar 2,1 milhões de barris por dia de óleo, sendo 1,8 milhão no Brasil, 1,5 milhão de petróleo nacional e 300 mil no exterior – isso definido em 1999.

A partir de 1999, a Petrobras, com seu corpo técnico competente, começa a buscar alternativas de refino no exterior e, ao buscar refino no exterior, prospecta vários negócios, com várias refinarias.

No negócio de refino, você não compra uma refinaria pelo valor do ativo existente. Você compra uma refinaria pelo valor que esse ativo vai gerar no futuro, em função das expectativas que você tem de qual a margem que essa refinaria vai ter.

Uma refinaria processa petróleo cru, compra petróleo cru, processa esse petróleo cru, transforma esse petróleo cru em derivados: em gasolina, diesel, QAV, gás liquefeito de petróleo, benzeno e aromáticos em geral. Portanto, nós temos um processo industrial que usa uma matéria-prima, que é petróleo, e produz um derivado.

O principal componente dessa margem é a diferença entre o preço do derivado e o preço do petróleo. Tudo o mais constante, quando o preço do petróleo sobe e o preço do derivado não acompanha, nós temos uma redução de margem. Quando ocorre o contrário, nós temos uma ampliação de margem.

Os preços do petróleo variam, os tipos de petróleo variam. Como nós temos vários tipos de petróleo, as refinarias se adaptam aos vários tipos de petróleo.

Nos últimos 20 anos antes desse período, portanto a partir de 1980, as refinarias americanas passaram por um processo de aumentar a sua capacidade de processar petróleo pesado, porque os derivados americanos – gasolina, diesel e querosene de aviação consumidos nos Estados Unidos – são derivados leves. Consequentemente, quanto mais você tenha uma refinaria em que é possível transformar petróleo pesado em petróleo leve, mais margem você tem.

Então, o objetivo estratégico da Petrobras era buscar uma capacidade de refino no exterior, para obter essa capacidade de refino e capturar a margem que essa capacidade de refino vai me dar no exterior, com um mercado crescente lá fora.

Esses dois mostram uma mudança que fizemos no plano estratégico da Petrobras: do lado esquerdo, temos o Plano Estratégico 2004/2010; do lado direito, o Plano Estratégico 2007/2011. São documentos originais da Petrobras.

Se observarmos, Srªs Senadoras e Srs. Senadores, o que temos é uma mudança entre 2004/2010 e 2007/2011 do que estava alocado para o crescimento da capacidade de refino no Brasil. Saímos de US$1,1 bilhão para US$2,7 bilhões de dólares no Plano Estratégico 2004/2010 e 2007/2011, alocados para a expansão da capacidade de refino no Brasil.

Então, a grande mudança ocorrida no ano de 2007 foi na estratégia da Petrobras de considerar que era necessário ampliar a capacidade de refino no Brasil. É nessa transição que a Petrobras inclui no seu plano estratégico a refinaria do Ceará, a refinaria do Maranhão, a expansão da Refinaria Abreu e Lima, em Pernambuco, e a Refinaria Clara Camarão, no Rio Grande do Norte.

Assim, na medida em que a Petrobras passa a considerar a necessidade de expandir a construção de refinarias no Brasil, ela muda a prioridade em relação à expansão no exterior. Ela diz: "Se eu tenho poucos recursos, vou fazer prioritariamente a expansão do refino no Brasil."

Então, essa mudança ocorre entre 2006 e 2007, exatamente no momento em que estamos concluindo a aquisição iniciada no período anterior na estratégia definida em 1999. Estamos numa fase de transição importante da estratégia da Petrobras em relação ao refino no Brasil e no exterior.

Como disse, sintetizando, o refino no Brasil estava sem perspectiva de crescer, e precisávamos tomar decisões sobre isso no período de 1998 a 2005. Nesse período, tínhamos de levar em conta outro lado da Petrobras: ela não é uma refinadora pura, mas uma empresa que tem capacidade de refino de dois milhões de barris/dia, mas ela produz dois milhões de barris/dia de petróleo no Brasil.

Então, portanto, ela é também uma produtora de petróleo. Como tal, quais eram as perspectivas que a Petrobras tinha da produção de petróleo no período no 1998/2005?

Se olharmos essa expansão da produção de 1996 a 2006, ela aponta um contínuo crescimento da produ-

ção de petróleo no Brasil, especialmente da produção de petróleo pesado no Brasil. O petróleo da Bacia de Campos é relativamente mais pesado do que a média do *Brent*, por exemplo.

Consequentemente, nós estávamos com uma perspectiva de contínua produção de petróleo pesado. Se vamos produzir mais petróleo pesado e nosso mercado interno está estagnado, faz todo sentido buscarmos caminhos para absorver a margem que eu possa obter da transformação desse petróleo pesado em gasolina, QAV, GLP, diesel e produtos derivados de petróleo, porque vou crescer a minha produção e, no mercado interno, não tenho perspectiva de crescer o refino, porque ele estava estagnado, como já demonstrei.

Então, nesse sentido, tivemos, em 2006, outra descoberta extraordinária: a descoberta do pré-sal. Ao descobri-lo, em 2006, as perspectivas de produção da Petrobras se alteram completamente. O petróleo do pré-sal é mais leve. Ao ter a visão do crescimento do petróleo do pré-sal, temos uma perspectiva de intensa aceleração do crescimento da produção de petróleo, temos condição de produzir um petróleo mais leve do que o anterior e, ao mesmo tempo, já identificamos que o mercado brasileiro, a partir de 2006, começa a dar sinais de que vai começar a crescer. Com a expansão da frota brasileira de veículos, com a expansão da frota de veículos leves, com o dinamismo da nossa agricultura, com a contribuição especial do Centro-Oeste, que o ex-governador Blairo Maggi conhece bastante, da soja, com a utilização do diesel, com a expansão do nosso mercado, temos, portanto, uma mudança completa da perspectiva do crescimento do mercado brasileiro de derivados, ao mesmo tempo em que a nossa perspectiva com o pré-sal é de aumentar a produção. Ao aumentar a produção, tenho de redefinir a estratégia, o que ocorre em 2006/2007.

Esse é outro exemplo para mostrar a mudança de percepção que tínhamos. Aqui, nesse primeiro gráfico, tenho, de 2005 a 2012, as projeções realizadas pela Petrobras em 2003 sobre a produção de petróleo pesado. Era essa a perspectiva que nós tínhamos de produção de petróleo leve; ou seja, não tinha perspectiva alguma de produção de petróleo leve crescente em 2003. Já em 2006, essa é a projeção.

Então, modificamos completamente a nossa perspectiva de produção de petróleo leve no Brasil a partir das descobertas do pré-sal. Consequentemente, isso fez com que nós, olhando para um horizonte futuro, tivéssemos naquele momento uma visão completamente distinta sobre o tipo de petróleo que poderíamos produzir. Portanto, eu tinha refino no Brasil estagnado; expectativa de o Brasil crescer a produção de petróleo pesado naquela época, antes do pré-sal, mais do que podia refinar no Brasil.

Então, eu queria ver como estava o mercado de refino nos Estados Unidos. Vamos lembrar que o mercado de refinarias é muito difícil, porque as margens variam muito, e os investimentos são de longo prazo. Uma refinaria leva quatro ou cinco anos para ser construída. Não é à toa que a última refinaria nova, chamava refinaria Greenfield, feita nos Estados Unidos, foi feita em 1976; a última refinaria Greenfield no Brasil foi feita em 1980.

Portanto, nas décadas de 80/90 e nos primeiros anos de 2000, os investimentos em refino foram refreados no mundo inteiro. Esses investimentos foram refreados porque as margens são muito voláteis. Como o preço do petróleo também teve uma grande volatilidade nesse período, o risco de fazer investimentos em refinaria era grande. Consequentemente, o que aconteceu nesse período foram dois fenômenos: primeiro, aumento dos investimentos na qualidade dos derivados de petróleo, para reduzir a quantidade de enxofre nos derivados; segundo, um investimento na capacidade de conversão. O que significa? Fazer com que cada refinaria possa processar mais o petróleo pesado, produzindo derivados leves. Então, esses dois movimentos ocorreram fortemente, no mundo inteiro, inclusive no Brasil.

Iniciam-se no final da década de 90 os investimentos na qualidade do nosso diesel, da nossa gasolina e no aumento da capacidade de conversão das nossas refinarias. É bom lembrar que nossas refinarias foram construídas originalmente para processar petróleo importado, petróleo leve importado, e não para processar o nosso petróleo pesado. Portanto, nós precisávamos fazer investimentos em nossas refinarias, mesmo sem aumentar a capacidade de produção, para torná-las mais capazes de processar o nosso próprio petróleo.

Vamos olhar um pouco o que acontecia no mercado americano. Notem o que acontece. Essa primeira curva mostra as importações americanas de petróleo pesado e de petróleo leve. Estou destacando aqui que os Estados Unidos, a partir de 1995, aumentam intensamente as importações de petróleo pesado, enquanto as importações de petróleo leve mantêm-se relativamente estáveis. Então, os Estados Unidos.

Então, os Estados Unidos estão aumentando, a partir de 1990, 1995... Aqui estou com 1995, 2000, 2005 e 2010; então, eu estou com um aumento crescente das importações americanas de petróleo pesado. E nós somos produtores de petróleo pesado. Então, estou vendo uma perspectiva de exportar para os Estados Unidos petróleo pesado, o que significa que eu serei um exportador de petróleo cru ou eu posso aumentar

a minha capacidade de refino nos Estados Unidos, exportando para uma unidade da própria Petrobras processar esse petróleo nos Estados Unidos e capturar margem nos Estados Unidos. Essa é a estratégia definida em 1999 – volto a insistir –, uma estratégia adequada à realidade do mercado brasileiro e internacional na década de 1995 a 2005.

Notem o que aconteceu com as refinarias. Esse indicador mede a capacidade de conversão. Quanto mais baixa essa curva, até 2005/2006, essa queda aqui indica que as refinarias americanas são mais capazes de processar petróleo pesado. Quanto menor esse grau, esse índice de densidade, o chamado grau API, mais leve é o petróleo. Então, portanto, nós temos aqui que, na medida em que você está tendo... A capacidade de conversão americana aumenta e, consequentemente, a capacidade de processar petróleo pesado aumenta nas refinarias americanas. Isso aqui começa em 1985! E ele é contínuo até 2005, quando se reverte e começa a crescer, revertendo-se a partir de 2005. Mas nós estamos tomando decisões aqui, em 2004/2005. Essas decisões foram tomadas nesse momento aqui, não neste momento aqui.

Notem: aqui se mostra um pouco as margens de refino nos Estados Unidos, em dólar por barril. Então, nós temos aqui as margens por refino nos Estados Unidos, de 2000 a 2006, 2007, quando explodem as margens por refino,chegando a atingir US$14,00, US$15,00/barril de margem nas refinarias. Aqui é uma refinaria na Costa Leste, na Costa Oeste dos Estados Unidos, na costa do Golfo do México e no Noroeste da Europa.

Então, você vê aqui que, se uma refinaria tem US$14,00/barril, sendo que dois anos antes ela tinha US$6,00/barril, o valor dela, no futuro é, em conta linear, o dobro, visto que você compra a expectativa sobre margens futuras – e é isso que se paga quando se compra uma refinaria. Portanto, se você tem essa variação que ocorreu no mercado, o valor das refinarias se altera profundamente.

Então, vamos ver o que aconteceu com o mercado de compra e venda de refino nos Estados Unidos nesse período. Antes disso, vejamos: são dois tipos de refinarias. De 2000 a 2005, uma refinaria com capacidade de processar óleo pesado, com uma unidade de coque, pode, como disse, processar óleo pesado e produzir derivados leves. Uma refinaria que só tem uma unidade de craqueamento só processa petróleo leve. Então, como as margens são maiores para quem produz petróleo pesado e vende derivados, as margens de quem não tem capacidade de coqueamento são menores. No entanto, se você olha de 2000 a 2005, você tem um aumento da margem de 0,6 para 4,3/barril; da mesma maneira que você tem um aumento nessa margem do petróleo de refinaria de baixa conversão, portanto refinaria não sofisticada, com baixa complexidade, de US$4,7 para US$14,00/barril. Se eu saio de US$4,7 para US$14,00, eu tenho três vezes o valor da refinaria. Esse é um fenômeno do mercado, não de cada operação específica; é um fenômeno que ocorreu no mercado americano, onde há dezenas, centenas de refinarias. Essa é uma realidade do mercado que aconteceu nesse período de 2000 a 2005.

Vamos olhar mais ainda: a diferença entre o preço do petróleo pesado e o preço do petróleo leve, que é um elemento fundamental para determinar os ganhos das refinarias. Então, do ponto de vista do período que nós estamos considerando, de 2000 a 2005, olhem o que acontecia com as margens abaixo de zero, o que significa que o petróleo *Brent*, que é um petróleo mais pesado que o WTI, que é um petróleo mais leve, era mais barato que o petróleo leve. Então, tenho aqui uma margem grande entre o petróleo pesado e o petróleo leve, em que o petróleo pesado é mais barato. Então, posso comprar uma matéria-prima mais barata, processar essa matéria-prima na minha refinaria, produzir um derivado de petróleo mais caro e ganhar uma margem maior. Tenho melhor condição de competir do que quando eu compro um petróleo mais leve, processo e vendo o mesmo derivado.

Portanto, a vantagem competitiva para quem adquire uma refinaria é adquirir uma refinaria que tenha uma capacidade de processar pouco este petróleo pesado, porque ela é mais barata, porque a margem do petróleo leve é menor. Você compra uma refinaria, portanto, com baixa conversão, investe nessa refinaria, transforma essa refinaria em termos de capacidade de conversão para processar o seu petróleo pesado e ganhar margem no futuro. O negócio de refino ocorre desta maneira, não apenas com a Petrobras, não apenas com Pasadena, com todas as operações que vou mostrar que ocorreram no período. Houve uma estratégia geral das refinadoras, dos produtores de petróleo buscando capacidade de refino quem tinha disponibilidade de petróleo pesado e havia claramente uma saída relativa do negócio de refino de comercializadores de petróleo, que não são refinadores nem são produtores de petróleo. Esse é um fenômeno que acontece com a Vitol, que acontece com a Valero, que aconteceu em várias tentativas com a Glencore, com a Astra, com todos os comercializadores de petróleo. Portanto, não é uma coisa específica da operação Astra-Petrobrás, foi uma operação típica do momento que é chamado de anos dourados do refino americano, 2004 a 2007.

Essa realidade se associa a outro fenômeno no mercado americano. Notem que, de 2000 a 2007, o

mercado americano aumenta o consumo de derivados de petróleo. Sai de 19,7 milhões de barris/dia para 20,7 milhões de barris/dia. Aumenta um milhão de barris/dia o consumo de derivados americanos em cinco anos. Portanto, tenho, no período de 2000 a 2005, uma expansão do mercado americano de derivados. Então, estou crescendo a demanda, estou com o mercado com oportunidades de venda de refinarias com baixa capacidade de conversão, principalmente para quem tem disponibilidade de petróleo pesado. Esse é o quadro do mercado entre 2000 e 2005 e é nesse quadro que a estratégia da Petrobras definida em 1999 se estabelece; e é nesse quadro eu a estratégia da Petrobras definida em 1999 se consolida na aquisição de Pasadena.

Portanto, como escolher a refinaria? Qual refinaria escolher? Porque há várias refinarias. Como escolher uma refinaria? Primeiro elemento importante é que não interessa nesse contexto comprar uma refinaria *top* de linha, não interessa nesse contexto comprar uma refinaria que faz toda a conversão possível, por quê? Porque, se você comprar essa refinaria, vai pagar por ela todo valor futuro esperado, não há margem para se ganhar. Tem-se que comprar uma refinaria que tem baixa conversão, deve-se comprar uma refinaria que, através do investimento para construção de novas unidades você possa vir a processar petróleo mais pesado, já que você dispõe de petróleo mais pesado.

Então, a lógica de quem é produtor de petróleo pesado é esta: "Vou comprar uma refinaria menos complexa, com menos capacidade de conversão, vou investir nessa refinaria para, com isso, ganhar a margem entre o meu petróleo e o derivado leve que vou vender no mercado que está crescendo." Esse é o quadro 2005 sobre o qual estamos para tomar decisões.

Notem o que acontece no mercado de compra e venda de refinarias nos Estados Unidos. Aqui eu tenho, a partir de 2000 a 2005, várias operações com refinarias americanas: Calumet, Tosco, Shamrock, Valero, Shell & Saudi Arabian, Tesoro, Valero, Giant, HollyFrontier, Premcor, Tesoro, ConocoPhillips, Flint Hills, Suncor, Sunoco, Trigeant, Valero, Premcor, Transcor Astra, Big West Oil, Suncor, Connacher, Encana, Harvest, Petrobras America – que é o caso de Pasadena, Husky, e NuStar. São todas as operações de aquisições que ocorreram nesse período.

Esses são os valores – aqui está uma métrica que é comum nesse negócio. O valor da compra da refinaria dividido pela capacidade de processamento dessa refinaria dá o valor do investimento por barril de capacidade de processamento. E aqui nós vamos ver que há baixíssimos valores nesse período e valores mais altos em 2006. Essas são operações que ocorreram nesse período.

O valor médio de aquisições de refinaria no período de 2006 foi de US$9.734 por barril; US$9.734 por barril. A aquisição de Pasadena foi de US$7.200 por barril, incluindo estoques; incluindo estoques nesses US$7.200. Portanto, abaixo da média das operações do período, perfeitamente em linha com o mercado nesse período.

Eu vou entrar em detalhes nessas operações de 2006. Porém, o que eu quero mostrar é que, em relação a esses US$7.200 da aquisição, há a primeira confusão que está sendo feita na informação.

A aquisição da refinaria é uma aquisição de capacidade de refino. É um *hardware*, é um equipamento que processa petróleo. A refinaria tem matéria-prima. Como se está comprando uma refinaria em operação, ela dispõe de estoques que são pagos por quem compra, mas esses estoques se transformam em produtos. Portanto, eu não posso somar o valor do estoque com o valor da aquisição do ativo. São duas coisas diferentes.

Então, esses US$7.200 representam os US$360 milhões pagos por 50% da refinaria, dividido por 50 mil barris de capacidade de refino. Porém, neles estão incluindo os estoques. É preciso destacar os estoques, e eu vou fazê-lo mais adiante.

A primeira operação importante para a qual eu queria chamar a atenção é a operação da Connacher. A linha aqui está errada. A Connacher é essa daqui. A Connacher foi comprada em março de 2006. Ela é um grupo produtor de *oil sands*, petróleo das areias betuminosas do Canadá que produz um petróleo pesado. Então, um produtor de petróleo pesado do Canadá compra de uma refinadora independente uma refinaria pequena de 8,5 mil barris por dia e paga US$6.470 por barril; US$6.470 por barril de capacidade. Eu não sei quanto há aqui de estoque, mas vou considerar o valor total pago anunciado: US$6.470.

A Encana, que é essa daqui, também é uma produtora de petróleo de areia betuminosa do Canadá, uma produtora de petróleo pesado, que adquire da ConocoPhillips, que é um refinador e produtor de petróleo americano, a Wood River Refining, com capacidade de 306 mil barris por dia – adquire 49% desses 306 mil, pagando US$13.081 por barril; US$13.081 por barril.

Em agosto de 2006, a Harvest Energy, que é um fundo de investidores de energia, um fundo de investidores que aplica na energia no Canadá – a energia do Canadá é produtora de petróleo pesado, basicamente produtora de petróleo pesado –, compra da Vitol, que é uma *trader*, uma comercializadora de petróleo, uma refinaria com capacidade de 111 mil barris por dia, pagando US$13.900 por barril; US$13.900 por barril.

Em maio de 2007, a Husky, que é um fundo de investidores do Canadá, adquire uma refinaria em Illinois, a Lima Refinery, com capacidade de 165 mil barris por dia, pagando US$11.515 por barril.

Portanto, esses são os valores das operações realizadas em 2006.

Quando nós olhamos a nossa aquisição, nós pagamos US$3.800 pela capacidade de 50 mil barris por dia; US$3.800, porque US$170 milhões são para estoque. Então, o primeiro elemento importante é este: a operação foi a aquisição de dois negócios, uma refinaria e uma comercializadora com o seu estoque. São duas operações distintas que, no noticiário, estão sendo confundidas. A operação de comercialização é uma compra de estoques que são processados e vendidos; portanto não podem ser confundidos com a compra da capacidade de processamento, que é outra coisa completamente distinta. Assim, a aquisição dos 50% iniciais foi a aquisição de US$3,8 mil o barril abaixo da média das operações realizadas no período, sendo absolutamente normais do ponto de vista negocial, do ponto de vista técnico.

Além disso, há outro equívoco. A Transcor comprou a refinaria por US$42 milhões antes, porém, ela investiu – e ela anuncia isso –, antes de fazer a operação com a Petrobras, US$84 milhões nessa refinaria. Ela investiu antes da aquisição US$126 milhões num período que vocês estão vendo que o valor das refinarias era muito baixo comparado com 2006. Não apenas essa refinaria, não apenas esse negócio em si, mas todos os negócios de refino se transformaram completamente entre 2005 e 2006 por causa do *boom* do mercado de refino nos Estados Unidos nesse período.

Consequentemente, não há nenhum equívoco, nenhum problema em considerar que a Petrobras fez qualquer negócio escuso sobre aquisição da refinaria. Ao contrário, fez um negócio absolutamente em linha com a realidade do mercado de 2005 e 2006, seguindo uma estratégia definida em 1999 – corretamente definida em 1999; não é equivocada a estratégia.

Vamos ver a refinaria. A refinaria é extremamente bem localizada. Ela está no Porto de Galveston, na costa do Texas, na beira do Golfo do México, uma ponte logística fundamental. Está integrada com todos os gasodutos, está na boca do gasoduto, do oleoduto que alimenta o principal mercado americano, que é o mercado do leste americano. Portanto, ela está extremamente bem situada, tem espaço para crescer, tem espaço para se viabilizarem novos investimentos, sendo um ativo extremamente bem localizado adquirido pela Petrobras.

Não é um ativo desprezível, é um ativo importante que sofre evidentemente todos os efeitos das flutuações de margem que afetam o negócio de refino. Porém ela está extremamente bem localizada. Ela é integrada no sistema logístico de distribuição de derivados nos Estados Unidos e, portanto, tem todas as condições de se viabilizar como um negócio no longo prazo.

A Astra é uma comercializadora de petróleo, ela não é uma refinadora. Ela é uma empresa belga fundada em 1947, tem um faturamento de €6 bilhões/ano. Não é uma empresa qualquer, é uma empresa comercializadora, não é refinadora. Portanto a lógica do comercializador é comprar e vender derivados de petróleo, não é produzir nem processar petróleo; a lógica de um comercializador é uma lógica essencialmente de curto prazo, não é uma lógica de um refinador, que tem que ter uma lógica de longo prazo. Ele é um *trader*, portanto opera... E o Senador conhece isso porque o mercado de soja tem muito desse tipo de operação. Não é um produtor de soja, ele não está investindo para fazer a fazenda produzir soja, ele está querendo comprar e vender soja. Ele também trabalha com petróleo bruto, com derivados de petróleo, com gás natural, carvão, coque e energia; ele é um comercializador.

O que acontece em 2008? Acontece um fenômeno que todos conhecem: o mundo entra em crise – a crise maior da história do século XX. Uma crise de que a Europa até agora não saiu; uma crise que afeta os Estados Unidos; uma crise que se expande pelo mundo e que afeta substantivamente a realidade das economias.

Aqui estamos em 2007 até 2009. Todas as economias caem em crescimento, seja o crescimento mundial, o crescimento das economias avançadas, o crescimento das economias emergentes: a China e a Índia, todo mundo cai.

E o que acontece com o Brasil nesse período? Diferentemente do resto do mundo, nós crescemos. Diferentemente do resto do mundo, nossa economia de mercado de derivados cresce em 2008 e 2009. Diferentemente de outros lugares do mundo, nosso consumo de gasolina e diesel cresce. Diferentemente de outros lugares do mundo, a nossa perspectiva de crescer a produção de petróleo aumenta e não diminui. Portanto, nós temos uma situação em que, do ponto de vista relativo do mercado brasileiro e em termos do mercado internacional, claramente temos que nos voltar mais e mais para o mercado interno brasileiro, diminuindo a nossa presença, principalmente, na área de refino no mercado internacional.

Se nós olharmos os preços – notem aqui, esses também são preços internacionais; não têm nada a ver com os preços no Brasil –, em 2007 e 2008, após esse aumento do preço do petróleo, desaba o preço do petróleo. Mas, notem o que acontece posteriormen-

te ao desabamento do preço do petróleo, a partir de meados de 2009: o preço do petróleo se recupera em plena crise. Se o preço do petróleo recupera em plena crise e o consumo de derivados permanece estável, você tem claramente um estreitamento da margem do refino, porque o preço da matéria-prima subiu e o preço do derivado não pôde crescer. Então, esse estreitamento da margem do refino destrói o valor das refinarias, e o mercado de refino se contrai.

Existem inúmeros exemplos de projetos de expansão de refinaria, de construção de refinaria que são paralisados após crise de 2008. E a paralisia tem a ver não somente com a crise macroeconômica, mas, particularmente, pelo comportamento do preço do petróleo no momento da crise, porque o preço do petróleo sobe e, portanto, aperta, estrangula a margem do refino. Como o valor da refinaria é baseado na margem do refino, o valor das refinarias como um todo se altera, não apenas a de Pasadena. Então, a perda de valor de refinaria é generalizada. É por isso que os investimentos são freados. É por isso que nós passamos a ter uma situação de redução do valor das refinarias.

Olhem o que acontece com as margens médias: nós saímos de US$0,6 por barril para produtor de petróleo leve, com craqueamento, para 4.3 em 2005; US$3.9 em 2006; US$4.1 em 2007; menos US$0.3 e menos US$0.5 em 2008 e 2010. A refinaria é baseada nessa margem. Consequentemente, os valores se alteram profundamente. Não tem nada a ver com o negócio específico de Pasadena; tem a ver com o mercado de derivados de refinarias no mundo. Essa é que é a realidade do mercado.

Notem o que acontece com o consumo nos Estados Unidos. Como eu disse antes, o consumo nos Estados Unidos, de 2000 a 2006, é um consumo crescente. A partir de 2008, o mercado americano cai, desaba o consumo nos Estados Unidos. A diferença entre petróleo leve e pesado se altera, muda radicalmente.

Como é que os senhores vão querer que uma decisão tomada em 2005 e 2006, com o conhecimento que se tinha em 2005 e 2006, levasse em consideração essa realidade? Esse não é um fenômeno da decisão da Petrobras; é um fenômeno de todas as empresas que entraram nesse mercado, porque ninguém é capaz de acertar a variação, exatamente quando vai haver a variação do ciclo. Consequentemente, o que há é um negócio em risco. Você não pode olhar no ciclo curto esse negócio. Você tem que olhar como refinador, você tem que olhar no longo prazo. Uma refinaria vai durar quarenta, cinquenta, cem anos. Portanto, você tem que olhar é no longo prazo esse negócio. Você não pode ter uma ótica de *trader*, não pode ter uma ótica de comercializador, que olha apenas para o curto prazo.

Olhem o que aconteceu com os Estados Unidos também. Os Estados Unidos eram um país importador de derivados. Aqui, a importação de derivados e aqui a exportação dos Estados Unidos. Então, ele é importador de derivados em 2000; é um importador de derivados em 2005; é um importador de derivados em 2007. De 2009 a 2012, ele vira exportador de derivados, o que mostra a mudança radical do mercado de derivados nos Estados Unidos. Não estou falando do Brasil, estou falando dos Estados Unidos, o maior mercado de derivados do mundo, o que muda radicalmente a situação entre 2009 e 2012.

Então, agora, em 16 de novembro de 2005 – esse dado é um comunicado da Petrobras, público, publicado em 16 de novembro de 2005...

O SR. IVO CASSOL (Bloco Maioria/PP – RO) – Permita-me apenas voltar àquele quadro, por gentileza.

Deu para perceber por que o quadro tem a mudança de 2005 para 2009. É porque os Estados Unidos se livrou da refinaria de Pasadena, por isso ela passou (...)

O SR. JOSÉ SERGIO GABRIELLI DE AZEVEDO – Não, infelizmente, Senador...

O SR. IVO CASSOL (Bloco Maioria/PP – RO) – Porque até lá estava importando; depois que se desfez da refinaria que dá prejuízo, ela passou a dar resultado positivo. É porque ela investiu em novas refinarias e não trabalhou com refinarias obsoletas como essa que estamos discutindo.

O SR. JOSÉ SERGIO GABRIELLI DE AZEVEDO – O Exmo Sr. Senador estaria correto se fosse real, mas não é verdade isso, porque nas refinarias americanos os investimentos foram em conversão a partir de 1985, não foram de 2005.

Como mostrei ao senhor, as refinarias foram investimentos que ocorreram em 1985. Os Estados Unidos não cresceram com novas refinarias nesse período, e Pasadena tem capacidade máxima de 100 mil barris; os Estados Unidos consome 19 milhões de barris. Portanto, Pasadena é absolutamente irrelevante para o mercado americano; são 100 mil barris para 19 milhões de barris por dia. Então, não tem uma relação direta com Pasadena isso.

O primeiro anúncio foi feito em 16 de novembro de 2005. Nesse anúncio, a Petrobras anuncia que adquiriu dois negócios: comercialização e refino nos Estados Unidos. São dois negócios anunciados pela Petrobras. Nesse mesmo comunicado, a Petrobras fala que a refinaria precisa de melhorar as condições de segurança, meio ambiente e saúde; diz que, tão logo seja possível, vai investir para melhorar a conversão. E o plano de negócio previa a operação conjunta, aumento da conversão e processamento de petróleo pe-

sado. Isso tudo está no anunciado, publicamente, em 16 de novembro de 2005. Isso é público.

Em 1º de setembro de 2006, a Petrobras conclui a aquisição de Pasadena, e anuncia publicamente a aquisição de Pasadena. O plano de negócio, como eu disse: operação conjunta, aumento da conversão e processamento do petróleo pesado, dobrando a produção. A gente anuncia isso em 1º de setembro de 2006.

Em 3 de julho de 2008, nós anunciamos o início do processo arbitral contra a Astra.

O que acontece de 2006 até 2008? Diferenças de percepção entre os dois sócios sobre a realidade do mercado e sobre a disposição de investir. Então, com essa transição 2006/2008, a Astra, que é um comercializador, ela quer resultados de curto prazo, ela não quer fazer investimentos que arrisquem passar por um novo ciclo. Enquanto nós, que somos produtores de petróleo pesado, que vamos continuar produzindo petróleo pesado, que estávamos com uma lógica de expansão do refino com conversão nos Estados Unidos, tínhamos outra visão.

Então, a diferença de percepção entre dois sócios leva a uma crise societária. E essa crise societária se manifestou numa ação arbitral da Petrobras contra a Astra, em 19 de junho de 2008.

No dia 1º de julho de 2008, portanto, dez dias depois – 19 de junho, 1º julho, portanto, são dez dias de diferença – a Astra com um processo na justiça americana contra a Petrobras por motivos diferentes. A arbitragem na Petrobras é por falta de compromissos com a refinaria; a Astra entra por exercer o direito de venda dos restantes 50%. São dois processos distintos, iniciados em cortes distintas e com objetivos distintos. O negócio entra em fase acelerada de litígio. A sociedade tem de se desfazer, coisa que acontece várias vezes em negócios.

Em 16 de abril de 2009, a Petrobras anuncia a decisão do processo arbitral sobre direito de venda que fixa o valor e a forma de pagamentos dos 50% remanescentes. Quem fixa o valor da segunda parcela dos 50% não são as condições de mercado, são as condições contratuais retroagindo a 2007, porque as condições contratuais iniciais diziam que os direitos de saída eram garantidos.

Por que tinha o direito de saída? Porque a Petrobras iria processar na refinaria petróleo brasileiro, processar, portanto, na proporção de petróleo brasileiro superior aos 50% que ela tinha na refinaria. Portanto, ela tinha uma vantagem em relação ao sócio e este teria que, portanto, para garantir a simetria de direitos na sociedade, ter uma porta de saída com o direito de venda nessa porta de saída. E é isso o que acontece com a definição de regras no contrato para valorar esse ativo de forma distinta da que está no mercado para proteger o sócio, uma vez que a Petrobras tinha a vantagem de processar o seu próprio petróleo na sua própria refinaria, que era 50% dela.

No dia 12 de março de 2010, a corte federal de Houston confirma a decisão arbitral. Portanto, é a corte, a justiça americana que fixa o direito de venda. A Petrobras não pagou esse valor ainda, nesse momento, e ela fixa o valor dos 100% a partir de 17 de setembro de 2008, assim como o valor da comercializadora. Isso é muito importante. Então, a Petrobras adquire a refinaria, que é a capacidade de processar, e uma refinadora que tem estoques de produtos, matéria-prima e produtos elaborados. Esses estoques são processados e vendidos, portanto, não podem ser considerados como parte do investimento.

O valor para a comercializadora com base nos estoques de 01/07/2008 foi fixado em 170 milhões, correspondente aos estoques e dívidas existentes com a Astra. Mas, além disso, foram pagos mais 173 milhões correspondentes à garantia bancária das operações comerciais. Como há uma comercializadora, as operações comerciais precisam ter garantias bancárias. E as garantias bancárias são feitas pelo sistema bancário, não pelo sócio. Portanto, 173 milhões não foram pagos para os sócios, mas para os bancos que deram garantias bancárias às operações comerciais, não para a aquisição do ativo, mas para operações comerciais fora do ativo, capital de giro, não capital fixo, não formação de ativo. Portanto, há uma confusão entre capital de giro e ativo que leva a esses números que estão sendo lançados pela imprensa.

No dia 29 de junho de 2012, a Petrobras faz um acordo extrajudicial para encerrar todas as pendências, porque havia várias ações que continuavam. Essa ação que foi decidida é apenas uma das ações. Há várias em continuidade, e o valor final, portanto, foi...

(Intervenção fora do microfone.)

O SR. JOSÉ SERGIO GABRIELLI DE AZEVEDO – Concluo.

Então, quanto foi o final do valor da refinaria? De 190 milhões pelos 50% iniciais e 296 milhões pelos 50% restantes dos dois negócios. Portanto, a refinaria custou US$486 milhões, 4.860 por barril, valor absolutamente em linha com os preços que mencionei do período. Não há nenhuma anormalidade deste valor: US$4.860 por barril de aquisição de capacidade de processo. Está absolutamente em linha com qualquer negócio desse período. Portanto, não há por que levantar nenhuma suspeita sobre isso.

Além disso, foram pagos 170 milhões pelo estoque inicial, mais 170 milhões pelos 50% remanescentes e

as operações da comercializadora, e 173 milhões de garantia bancária, juros e honorários. Portanto, objetivamente, o que estamos falando em aquisição de ativo é US$4.860 por barril de capacidade de processamento. Desafio qualquer técnico a dizer que isso está fora, não está em linha com o mercado no período 2005/2006.

Vamos fazer uma especulação aqui além disso. Vamos fazer uma suposição – esses dados são de suposição, estou fora da Petrobras, estou falando aqui em nome de pessoa física. A Petrobras não divulga faturamento de suas unidades individuais. Estou fazendo aqui um cálculo genérico sobre a refinaria, 70% da capacidade utilizada, 70 mil barris por dia. Supondo uma margem nula sobre o brent, ou seja, que a refinaria ganhou zero sobre o valor da matéria-prima, supondo 365 dias de operação, produzimos 70 mil barris por dia. Se ela fez isso, e o preço do brent foi este: 74, 80, 103, 66, 83, 113, 111, a refinaria faturou, nesse período, US$16 bilhões. Esse é o faturamento da refinaria nesse período, de uma refinaria que custou US$486 milhões. Esse é o dado real que nós temos.

Portanto, para concluir, a aquisição da refinaria de Pasadena foi um negócio normal, na conjuntura de 2004/2005, com preços em linha com o mercado, que resultou em disputa societária, e, após a dissolução, o ativo permanece. O ativo está na mão da Petrobras, 100%, a Petrobras está com o ativo extremamente bem localizado e, com a reversão do ciclo do derivado, que vai ocorrer mais cedo ou mais tarde, tem uma oportunidade grande de aumentar o retorno desse ativo.

Assim, eu não vejo nenhuma razão para haver grandes problemas, a não ser a desinformação e a falta de conhecimento sobre o assunto.

Muito obrigado, Sr. Senador.

O SR. PRESIDENTE (Blairo Maggi. Bloco União e Força/PR – MT) – Muito obrigado, Dr. Sergio Gabrielli, pela explanação.

Eu já tenho a inscrição das Srªs e dos Srs. Senadores e passo a palavra, primeiramente, ao autor do requerimento, Senador Ivo Cassol, para que faça as suas perguntas, seus comentários ou, se necessitar, peça mais informações ou novas informações que serão aqui prestadas pelo Dr. Sergio Gabrielli.

O SR. IVO CASSOL (Bloco Maioria/PP – RO) – Obrigado, Sr. Presidente.

Srªs e Srs. Senadores, quero aqui também agradecer o ex-Presidente, Sr. Gabrielli, por atender o convite desta Comissão de Meio Ambiente e Fiscalização para poder esclarecer exatamente o que foi veiculado na revista *Veja*, edição 23, e também na edição 2300, do ano 45, nº 51, de 19 de dezembro de 2012, como também a 2326, de 19 de junho de 2013.

Ouvi toda a explanação que o senhor fez, puxando dados desde 1997, 1998, enfim, de lá atrás, mas consegui perceber num quadro que, de 2003 a 2005, na verdade, faltou um pouco de planejamento do futuro aos diretores da Petrobras, especialmente em relação ao consumo dos derivados de petróleo e aos investimentos que o Brasil precisava ter, sem depender de adquirir uma refinaria obsoleta.

O meu intuito, na verdade, com o requerimento foi que o senhor pudesse explanar a todos nós, não só aos Senadores, mas à população em geral, qual é a mágica. Eu vi os dados que o senhor mostrou, mas pergunto: qual é a mágica que conseguiu fazer uma empresa como a Astra, que adquiriu por S$42,5 milhões e, depois, milagrosamente, conseguiu vender, em 2006, 50% por US$360 milhões?

O senhor falou que tinha estoque, tinha isso, tinha aquilo. Eu tenho aqui várias perguntas – várias eu tirei fora, pois já ouvi as explanações do senhor. Sou empresário, sou da iniciativa privada, sei quando um contrato é de interesse da empresa e sei quando um contrato, na verdade, é de interesse do outro lado. O que eu percebo nessa compra da refinaria de Pasadena é que houve intermediação de ex-diretores da Petrobras, que trabalham ou trabalharam – e eu vou fazer essa pergunta ao senhor – nessa empresa, intermediaram o negócio. Infelizmente, quem está pagando a conta é o povo brasileiro.

Foi criada uma expectativa nos últimos anos e se divulgou nos quatro cantos do País de que nós éramos independentes, que a Petrobras era independente, autossuficiente em produção, e, quando menos se percebe, foi adquirida uma refinaria que, pelos dados publicados, já era obsoleta para os Estados Unidos. E nós, brasileiros, eu entendo, como cobaias, acabamos ficando com essa refinaria, e, infelizmente, depois de brigar na justiça, ainda tivemos de pagar milhões de dólares para a complementação dessa refinaria, pela qual hoje não dão nem US$180 milhões.

Portanto, quero aqui fazer umas perguntas ao senhor que são fáceis de responder.

Quem ofereceu a refinaria de Pasadena em nome da *trading* belga Astra? Essa é a primeira pergunta.

Ela foi comprada pela Astra por US$42,5 milhões e vendida depois. Dado que a refinaria havia sido comprada um ano antes pela Astra Oil por US$42,5 milhões, como o senhor chegou aos US$360 milhões? O senhor explanou que havia garantia de lá e de cá, mas hoje o pessoal não dá US$180 milhões, ou seja, os 50% do valor da refinaria em 2006.

Também quero fazer outra pergunta: houve alguma contestação de algum membro do Conselho de Administração na reunião de 3 de fevereiro de 2006

com relação a essa negociação? Nessa reunião do dia 3 de fevereiro foi aprovada a negociação? Houve alguma contestação, alguma restrição a esse negócio?

Pergunto ainda se o senhor poderia nos informar o nome do principal articulador do lado da Astra. Sabemos do Sr. Alberto Feilhaber, um brasileiro com 20 anos de Petrobras, com conhecimentos internos e profundo sabedor do funcionamento da companhia.

Outra questão, Dr. Gabrielli: houve uma discussão intensa de que teria sido um péssimo negócio para a Petrobras. Foi amplamente veiculado nos noticiários da época que V. Sª teria dito que a responsabilidade seria do Sr. Nestor Cerveró, que havia feito aquilo quase à revelia do resto da diretoria. Está correta essa afirmação?

Se isso é verdade, por que o Sr. Nestor Cerveró continua – o senhor dirá que ele não está mais na Petrobras – com alto cargo na Petrobras, sendo Diretor Financeiro da BR Distribuidora?

O senhor participou ou avalizou a negociação conduzida por Cerveró?

Esse acordo assinado pelo Diretor Cerveró acabou não sendo aprovado pelo Conselho Diretor da Petrobrás. Por que o conselho o vetou?

O valor definido pela arbitragem a ser pago pela refinaria acabou sendo em torno de US$750 milhões. O senhor saberia nos explicar por que a Petrobras decidiu fechar um acordo por US$839 milhões? Como a companhia chegou a esse preço?

Por último, eu gostaria que o senhor, como ex-Presidente da nossa Petrobras, explicasse algo. Para fazer essas compras, esses investimentos, é preciso recursos. Nesses investimentos feitos no exterior, chamados de aporte de capital, o dinheiro é mandado para a exterior. A quem é feita a prestação de contas? Quais as instituições que, na verdade, têm a obrigação de fiscalizar?

Hoje, dos investimentos no exterior não se presta contas a ninguém. Quer dizer, a gente tem informação de que, por conta dessa abertura que há para o exterior, tanto o Tribunal de Contas, como o Ministério Público e as demais instituições, como o próprio Senado, têm dificuldade de acesso a essas prestações de contas. Como são feitas, na verdade, essas prestações de contas desses aportes de capital, de recursos que vão para o exterior, como esses para adquirir empresas como a Pasadena e tantos outros negócios feitos pelo senhor? Essa é uma janela que a Petrobras tem para poder mandar recursos sem fiscalização, sem acompanhamento? A quem vocês se reportam a partir do momento em que é feita essa operação de repasse de dinheiro do Brasil para o exterior?

Há outras perguntas que deixei de lado, para deixar tempo para os meus colegas tirarem as dúvidas.

Agradeço se puder responder.

O SR. PRESIDENTE (Blairo Maggi. Bloco União e Força/PR – MT) – Obrigado, Senador Ivo Cassol.

Com a palavra o Dr. Sergio Gabrielli.

O SR. JOSÉ SERGIO GABRIELLI DE AZEVEDO – Exmo Senador Ivo Cassol, vou responder todas as perguntas detalhamente.

Em 2003 e 2005 faltou planejamento de consumo de derivados no Brasil? Não. Em 2003 e 2005 nós estávamos nos apropriando das informações que ainda não existiam sobre o crescimento do consumo brasileiro. Estávamos continuando uma estratégia que vem de 1999, inclusive porque o nosso diretor de abastecimento no Brasil, até 2005, foi o mesmo da diretoria anterior, para demonstrar a continuidade da estratégia da Petrobras. O diretor de abastecimento, Rogério Manso, veio da diretoria anterior. Não alteramos nem a diretoria, para demonstrar que havia uma continuidade de política.

A partir de 2005, começamos a perceber que o mercado brasileiro estava crescendo. O processo de mudança de um plano estratégico de uma empresa como a Petrobras leva de um ano a um ano e meio, pela natureza da complexidade de se ter um projeto que tem mais de 800 projetos dentro dele, que tem de passar por todas as etapas internas de decisão. Então, leva um ano, um ano e meio. Foi o que aconteceu exatamente quando fizemos a mudança na estratégia do mercado interno brasileiro. E sofremos muito por isso nessa época, porque, do ponto de vista dos acionistas minoritários e do ponto de vista do mercado financeiro, investir em refino não é dos melhores negócios para o curto prazo, porque o refino tem margens muito voláteis; é um negócio de muito risco.

Portanto, não concordaria, *data venia* do nosso Exmo Senador, que houve falta de planejamento; houve mudança do planejamento, adequada às mudanças lentas percebidas a partir de 2005.

O SR. IVO CASSOL (Bloco Maioria/PP – RO) – O senhor permite uma intervenção? Eu discordo, porque quem está na frente e os diretores têm a obrigação e o dever de planejar o Brasil no futuro. É obrigação, sabendo que só vai haver crescimento, especialmente nessa área do agronegócio. Enfim, todos eles têm obrigação de saber o que nós queremos lá na frente. Vamos ter aumento de consumo, podemos estar estagnados, como os números dos Estados Unidos que o senhor mostrou, de 2008, por causa da crise nos Estados Unidos: mobiliário e tudo. Quer dizer, há uma estagnação. Mas todo o mundo sabe que, depois de uma estagnação, tem-se um crescimento automático,

e o que eu vi pelos números de 1989 até 2005, é que ficou paralisado, sem expectativa desse investimento. Houve a continuação dos mesmos diretores, sem a perspectiva de ver que o Brasil só irá crescer. Os próximos presidentes que virão e a diretoria da Petrobras precisam pensar nisso e planejar isso, porque um país nunca vai retroagir; sempre vai crescer.

O SR. JOSÉ SERGIO GABRIELLI DE AZEVEDO – Exmo Senador, isso aconteceu na mudança do Plano Estratégico 2004/2010 para 2007/2011. Eu mostrei aqui que sai exatamente de US$1,1 bilhão para expansão do refino para US$2,7 bilhões para expansão e refino no Brasil. Nós mais do que dobramos no Plano Estratégico 2004/2010 para 2007/2011.

O SR. IVO CASSOL (Bloco Maioria/PP – RO) – Mas eu me refiro ao fato de que ficou um período estagnado. Por isso, discuti.

O SR. JOSÉ SERGIO GABRIELLI DE AZEVEDO – Não, mas refinaria não se faz de um dia para o outro, Senador. O senhor conhece a área agrícola, o senhor conhece, por exemplo, o que aconteceu com a cana-de-açúcar no Brasil.

O SR. IVO CASSOL (Bloco Maioria/PP – RO) – Vamos deixar essa conversa de lado, que não diz nada, e vamos direto a Pasadena, à refinaria.

O SR. JOSÉ SERGIO GABRIELLI DE AZEVEDO – O segundo elemento importante sobre a refinaria é o comentário que o Exmo Senador faz, de que a refinaria é obsoleta. Sim, é bom comprar uma refinaria obsoleta. Foi isso o que eu quis dizer aqui. É bom comprar uma refinaria obsoleta. Para você comprar uma refinaria que esteja completamente afinada com o mercado naquele momento, não há margem alguma de ganho. Só se tem margem de ganho caso se compre uma refinaria obsoleta, fazendo-se o que se chama de *revamp*, que é requalificá-la, reinvestir nela e aí ganhar margem futura.

O negócio de refinaria não é um negócio de prateleira. Como a última refinaria foi construída em 1976, o negócio é sempre a aquisição de refinaria existente. O negócio é comprar refinaria existente. Comprar uma refinaria mais barata e investir para melhorá-la é um bom negócio. Não é um mau negócio. É um bom negócio fazer isso.

O SR. ALOYSIO NUNES FERREIRA (Bloco Minoria/PSDB – SP) – Presidente, quanto a Petrobras investiu nessa refinaria depois que a adquiriu? Qual foi o volume de investimento para requalificá-la?

O SR. JOSÉ SERGIO GABRIELLI DE AZEVEDO – O investimento para requalificação anunciado pela Petrobras...

O SR. ALOYSIO NUNES FERREIRA (Bloco Minoria/PSDB – SP) –Não, o feito, quero dizer.

O SR. JOSÉ SERGIO GABRIELLI DE AZEVEDO – É isso o que eu vou dizer. O anunciado pela Petrobras era alguma coisa em torno de US$1,5 bilhão. Não foi realizado.

O SR. ALOYSIO NUNES FERREIRA (Bloco Minoria/PSDB – SP) –Quanto foi realizado?

O SR. JOSÉ SERGIO GABRIELLI DE AZEVEDO – Foram realizados investimentos relativamente pequenos. Não tenho de cabeça aqui, mas posso dizer a ordem de grandeza, porque foram investimentos fortemente voltados para SMS – segurança, meio ambiente e saúde. Devem ter sido investimentos na faixa de US$100 a US$150 milhões, não para qualificar a refinaria, mas para atender aos requisitos de SMS.

O SR. ALOYSIO NUNES FERREIRA (Bloco Minoria/PSDB – SP) –Para comprar uma refinaria velha, requalificar... Só que não foi feito investimento para qualificar.

O SR. JOSÉ SERGIO GABRIELLI DE AZEVEDO – Não foi feito, porque tivemos uma briga com o sócio. Por isso não foi feito. Foi exatamente por isto: porque nós tivemos uma briga com o sócio e não fizemos o investimento.

Quanto ao problema da intermediação de ex-funcionário da Petrobras, o Sr. Alberto Feilhaber, eu nunca estive com esse senhor. Não sei se ele foi a primeira pessoa a entrar no negócio, não conheço esse senhor. Agora, a informação que procurei levantar sobre ele é que é ex-funcionário da Petrobras, saiu da empresa em 1995, portanto, quando do negócio, que foi em 2005, estava, há dez anos, fora da Petrobras. É claro que a Petrobras marca todo mundo. Mas você não pode acusar uma pessoa que está no mercado há dez anos de estar com informações internas da Petrobras. Ele está no mercado americano há dez anos, desde 1995. Saiu por um programa de demissão voluntária, estimulado pela diretoria anterior da Petrobras.

Bom, 42 milhões versus 190 milhões, que foi o que nós pagamos. Falei aos senhores que o valor da refinaria depende da margem. Se a margem sai de 0,6 para 4, estou tendo um aumento de quantas vezes? Oito vezes? Portanto, o valor de uma refinaria pode variar, em tese, em oito vezes com essa variação de margem, porque a margem varia muito. Então, se a margem saiu de US$0,6 por barril para US$4,1 ou US$3,00 o barril, o valor da refinaria varia nessa proporção, consequentemente, nós temos aí uma variação muito grande. Além do mais, a Astra anuncia que investiu na refinaria, depois da aquisição, 84 milhões. Portanto, a aquisição para a Astra foi 42 milhões mais 84 milhões, o que dá 126 milhões. E vendeu 50% da Petrobras com a outra margem, por 190 milhões, portanto, não há nenhum milagre, Senador, nessa varia-

ção. Uma refinaria que custou 120 milhões no momento em que tinha uma margem pequena, no momento que tem uma margem alta ter 50% vendida por 190 milhões, com US$3,8 mil por barril, no momento em que as operações estão sendo feitas a US$9 mil, não há por que dizer que é milagre, Senador.

O SR. IVO CASSOL (Bloco Maioria/PP – RO) – Só para completar: então qual é a mágica contratual que aconteceu para nós perdermos a arbitragem na justiça, porque tivemos que acertar os outros 50%?

O SR. JOSÉ SERGIO GABRIELLI DE AZEVEDO – Essa é a primeira parte. Essa é a parte da aquisição dos 50% que o senhor mencionou. Os 50% foram adquiridos por US$190 milhões, que equivalem a US$3,8 mil por barril. O valor de US$3,8 mil por barril em processamento está absolutamente em linha, abaixo da metade do preço médio dos negócios de 2006. Foram US$3,8 mil por barril. Isso que foi comprado. Então, não há problema nisso.

Terceira questão: a autossuficiência e a aquisição de refinaria no exterior. É exatamente por isto, Exmo Sr. Senador: nós estávamos com a perspectiva de atingir a autossuficiência na produção de petróleo. Ao atingir a autossuficiência na produção de petróleo com o mercado brasileiro que, naquele momento, era um mercado estagnado, se vamos continuar produzindo, nós precisaremos buscar saber se vamos vender petróleo cru apenas ou vamos adicionar valor comprando uma refinaria no exterior, estratégia, como eu disse, definida em 1999, corretamente definida em 1999 e continuada até 2005, quando mudamos de estratégia. Portanto, não há problema quanto a isso.

Em relação à carta de intenções do Diretor Cerveró, essa carta foi assinada em dezembro de 2007, no momento em que havia ainda uma perspectiva de fazer um acordo negocial. Era como se nós estivéssemos num processo de divórcio amigável. Então, a carta do Diretor Cerveró, que é uma carta não vinculante, que não tem valor de contrato, no processo negocial, não criava condicionante para a Petrobras no momento em que se pensava que era possível ter um divórcio amigável. Mas chegando à conclusão que o divórcio tem que ser litigioso, essa carta não tem validade nenhuma. Tanto não tem validade que a própria justiça americana considerou que essa carta era precária, não tinha validade de contrato. Então, não valeu para nada, foi inócua, não teve significado. Foi uma carta assinada por um diretor que não teve significado, não teve validade de contrato. Ela foi feita durante uma fase em que se esperava ter um acordo negociado, antes de haver o conflito, quando era possível ter um divórcio amigável.

Recursos no exterior: prestação de contas.

A Petrobras é uma empresa de reconhecida lisura no seu comportamento; é uma empresa de reconhecido cumprimento das regras brasileiras; e, do ponto de vista das relações internacionais, é fiscalizada pelo Banco Central. Todas as operações da Petrobras com moedas estrangeiras são feitas pelo Banco Central. Como ela é uma empresa listada em Nova York, ela é fiscalizada intensamente pela receita americana. Então, não há possibilidade de a Petrobras fazer operações fora do padrão normal, operações de investimento e de aquisição de capital.

Portanto, se a fiscalização do TCU, que acompanha a Petrobras, não chega diretamente a cada unidade, do ponto de vista da sede da Petrobras, do ponto de vista da estrutura da Petrobras, que segue rigidamente todos os controles do Banco Central nas operações de câmbio, eu tenho absoluta certeza de que todas as operações são dentro dos padrões normais de operação cambial. Portanto, não há nenhum estímulo, nenhuma situação desse tipo. Assim, as investigações que são anunciadas pelo Tribunal de Contas e pelo Ministério Público, tenho certeza, chegarão à conclusão de que não houve nenhuma anomalia no comportamento da Petrobras.

O SR. IVO CASSOL (Bloco Maioria/PP – RO) – Para concluir aqui as perguntas que eu fiz, uma vez que faltaram alguns dados...

(Interrupção do som.)

O SR. IVO CASSOL (Bloco Maioria/PP – RO) – Assim melhorou.

Houve uma discussão intensa de que teria sido um péssimo negócio para a Petrobras. Foi amplamente divulgado na época que V. Sª teria dito que a responsabilidade era do Sr. Nestor Cerveró, que havia feito aquilo quase que à revelia do resto da Diretoria. Está correta essa afirmação?

O senhor participou da negociação ou avalizou a negociação conduzida por Cerveró?

E, além disso, eu queria concluir aqui perguntando se houve alguma contestação de algum membro do Conselho de Administração, na reunião do dia 3 de fevereiro de 2006, com relação a essa negociação, ou seja, se nessa reunião do dia 3 de fevereiro, em que foi aprovada essa negociação, houve alguma contestação ou alguma restrição a essa negociação. Pergunto porque tudo o que a gente sabe é que o Conselho vetou essa aquisição. Portanto, eu gostaria de saber de V. Sª se foi vetada ou não pelo Conselho.

O SR. JOSÉ SERGIO GABRIELLI DE AZEVEDO – Não; não foi vetada. O Conselho de Administração da Petrobras aprovou a aquisição e anunciou isso no dia 3... A data exata eu não estou lembrado, mas foi

em 2006. A data exata está na apresentação. Agora me passou a data exata. Não sei se é 3 de fevereiro ou 3 de setembro. Agora fiquei em dúvida, mas está aí na apresentação. Mas foi aprovada pelo Conselho! O que o Conselho não aprovou foi a continuidade dos investimentos, porque já estava mudando a estratégia, uma vez que a prioridade de alocar US$1,5 bilhão para investimento era deixar de alocar em expansão do refino no Brasil. Então, a opção estratégica do Conselho foi: eu não vou fazer mais investimentos e crescer no exterior; eu vou crescer no Brasil. E foi uma opção correta, que refletia a realidade do mercado brasileiro, que era de ampliar a capacidade de refino para o mercado brasileiro.

A refinaria, hoje, por exemplo, Exmo Sr. Senador, pode vir a processar petróleo e está hoje processando petróleo leve, porque há circunstâncias da produção americana a partir de um campo chamado Eagle Ford, no Texas, que faz com a refinaria, hoje, seja lucrativa, mesmo processando petróleo leve, e ela pode vir a exportar gasolina para o Brasil. E nós somos, hoje, um importador de gasolina; e sermos um importador de gasolina está afetando a nossa balança comercial, porque o nosso mercado interno de gasolina cresceu 41% nos últimos três anos – 41%! Não há nenhum mercado no mundo que cresceu isso, Senador! E ninguém poderia prever que o mercado brasileiro iria crescer 41%. Não é possível prever, como também os nossos produtores de cana não poderiam prever que o preço do etanol iria estourar, como estourou, há dois anos! E, por isso, nós temos um problema de produção de cana. Então, esse é um problema.

As decisões empresariais – e o senhor, que é empresário, sabe – são tomadas sob incertezas. Você não tem certeza do que vai acontecer amanhã; você tem que planejar, sem dúvida nenhuma, mas não tem certeza do que vai acontecer amanhã.

O SR. (*Não identificado.*) – Foi em 1º de setembro.

O SR. JOSÉ SERGIO GABRIELLI DE AZEVEDO – Informam-me que a data é 1º de setembro. Não é 1º de fevereiro, mas 1º de setembro.

O SR. PRESIDENTE (Blairo Maggi. Bloco União e Força/PR – MT) –Pergunto ao Senador Ivo Cassol se está satisfeito.

O SR. IVO CASSOL (Bloco Maioria/PP – RO) – Eu tenho muitas dúvidas ainda, mas, no entendimento geral, quanto à questão de deixar de investir um milhão e pouco para investir no Brasil, quem faz isso pensa dessa maneira porque, na verdade, defende o seu próprio País. Temos que gerar emprego e renda aqui e não dar emprego lá fora, especialmente para os Estados Unidos e para outros países. Portanto, foi um erro adquirir parte e depois a totalidade dessa refinaria. Eu ainda discordo e falo que faltou planejamento.

Ao mesmo tempo, quando se tem uma programação de 41% do consumo de combustíveis porque temos incentivo de IPI para a indústria automobilística, automaticamente temos que também já trabalhar prevendo isso. Os nossos diretores dessa área da Petrobras ou de outras áreas precisam planejar o País no todo, independentemente de cores partidárias, sob pena de cometermos mais erros no futuro. Esses erros, infelizmente, vêm atrapalhar a nossa economia, como têm atrapalhado hoje. A Petrobras está em situação de descrédito no mundo e no Brasil. Portanto, esperamos que se possa recuperar isso e que não se cometam mais, no futuro, erros de aquisição, como no caso dessa refinaria de Pasadena. Mesmo pensando na necessidade que havia, poderíamos com aquele recurso ter começado outra refinaria aqui.

Fica meu obrigado pela explicação.

O SR. PRESIDENTE (Blairo Maggi. Bloco União e Força/PR – MT) – Muito obrigado, Senador Ivo Cassol.

Com a palavra a Senadora Vanessa Grazziotin.

A SRª VANESSA GRAZZIOTIN (Bloco Governo/PCdoB – AM) – Imaginei que seria eu.

O Senador acabou de fazer uma afirmação da qual discordo. Queria ouvir a opinião do Dr. Gabrielli, que foi presidente por vários anos da empresa. A Petrobras está em descrédito no Brasil e no mundo? Não é essa exatamente a opinião que tenho, e creio que, por tudo que tenho lido e visto, não seja essa a imagem da empresa que fez uma descoberta em 2006 – como V. Exª colocou aqui – de uma das maiores reservas do Planeta de pré-sal. Então, gostaria de ouvir as suas observações.

Procurei ouvir com muita atenção, Dr. Gabrielli. Cumprimento-o por sua disponibilidade em vir até aqui para debater um assunto que considero da mais extrema importância. Acho que esse é o bom debate, porque o que temos até então me preocupa muito: algumas matérias publicadas com muito destaque na imprensa brasileira, em alguns meios de comunicação, declarações muito fortes. Uma delas diz que a Petrobras havia adquirido essa refinaria Pasadena no Texas, Estados Unidos, por uma transação econômica que teria feito com que a Petrobras jogasse no ralo um bilhão dos seus recursos. Então, foram essas afirmações fortes que fizeram com que estivéssemos aqui hoje debatendo isso.

Eu li, conforme já disse, com muita atenção e vi aqui no final o faturamento da empresa nos anos todos desde a aquisição até agora, em torno de US$16 bilhões. Entendo que isso já seria uma resposta àquela afirmação forte feita pela imprensa. Não me lembro, Dr.

Gabrielli, de ter visto ou lido qualquer matéria nesse sentido da sua explanação feita aqui no dia de hoje. Então, pergunto a V. Sª: o senhor ou a direção da Petrobras mandaram essas informações à empresa à época? E pergunto se foram enviadas essas informações – pode ser até que eu tenha perdido uma edição, sei lá, de qualquer meio de comunicação e não tenha visto, mas pode ser até que tenha sido divulgado. Pergunto se foram enviadas e se foram divulgadas pela imprensa brasileira.

Outra questão, por fim, que eu não entendi bem: qual a motivação mesmo do litígio entre a Petrobras e a empresa belga Astra? Aqui, uma parte da sua explanação diz o seguinte: que a Petrobras, a companhia brasileira com atuação internacional, comunicou que iniciou processo arbitral contra o Transcor Astra Group, em 19 de junho de 2008, para resolver problemas relacionados à falha, pela Astra, em cumprir as suas obrigações contratuais. Em resposta, a empresa Astra entrou com uma ação judicial. Que falha seria essa? Não está bem claro. Se possível, peço que o senhor informe a todos nós.

Cumprimento-o por sua exposição e, mais uma vez, pela disponibilidade de trazer informações necessárias não só ao Senado.

Senador, eu quero dizer que todos nós aprovamos o requerimento, porque achamos este debate, no dia de hoje, muito importante para o Brasil.

Meus cumprimentos.

O SR. JOSÉ SERGIO GABRIELLI DE AZEVEDO – Exma Senadora Vanessa Grazziotin, eu agradeço a pergunta, que me dá a oportunidade de falar um pouco da Petrobras.

Eu acho que há outro equívoco que está sendo disseminado de que a Petrobras está em crise. A Petrobras teve, no ano passado, R$21 bilhões de lucro; R$21 bilhões de lucro.

A Petrobras, em dezembro de 2002, valia no mercado internacional US$15 bilhões. Ela chegou a valer US$350 bilhões em 2008, antes da crise, e hoje vale US$100 bilhões. Portanto, ela saiu de US$15 bilhões para US$100 bilhões.

A Petrobras aumentou a produção, nesse período, em 73%. A produção das outras petroleiras foi de 36% no mundo, de 2000 a 2011.

A Petrobras, de 2000 a 2011, conseguiu sair de uma empresa que não tinha produção de gás para um processamento hoje de 70 milhões de metros cúbicos por dia de gás.

A Petrobras hoje tem instalado e está processando e produzindo o equivalente à porção brasileira de Itaipu na produção de energia elétrica a partir do gás natural em termelétricas da Petrobras.

A Petrobras hoje tem uma rede de gasodutos no País que liga o norte ao sul do Brasil a partir da construção do Gasene, que integra o Brasil com a rede nacional de gasodutos.

A Petrobras é a maior produtora brasileira de biodiesel. A Petrobras é a terceira maior produtora de etanol. A Petrobras hoje tem uma capacidade de refino extraordinária.

E o valor da Petrobras hoje no mercado, considerando que ela tem 16 bilhões de barris de reservas mais o direito de produzir mais 5 bilhões, adquiridos pela cessão onerosa – portanto, ela tem 21 bilhões de barris em suas contas –, é de US$100 bilhões, equivalente a US$4,00 por barril; US$4,00 por barril, quando o barril está a US$101,00, US$102,00. Então, se alguém comprar a Petrobras hoje, compra uma ação da Petrobras que equivale a comprar US$4,00 o barril e leva de graça as refinarias, os gasodutos, os oleodutos, os navios.

A Petrobras tem uma frota de 250 navios. A Petrobras tem 77 mil trabalhadores qualificados, especializados. A Petrobras é reconhecida no mundo como a melhor e a mais importante operadora de águas profundas do mundo. Tem a maior frota de sonda de perfuração. Tem o maior centro de pesquisa de *offshore* do mundo. Como é que essa empresa está em crise? Ela é a quinta maior empresa de petróleo do mundo! Como é que ela está em crise?

O SR. IVO CASSOL (Bloco Maioria/PP – RO) – O senhor me permite interrompê-lo, só para reforçar?

Eu falei da questão da crise porque o consumidor brasileiro reclama do combustível na bomba.

O SR. JOSÉ SERGIO GABRIELLI DE AZEVEDO – O combustível na bomba...

O SR. IVO CASSOL (Bloco Maioria/PP – RO) – O senhor mostrou os dados, mas eu me refiro ao fato de que o preço que nós brasileiros pagamos pelo litro de combustível, diesel ou gasolina é um dos mais caros do mundo se comparado ao de outros países.

Referi-me à questão da crise, a exemplo do que foi divulgado aqui, mas não estou falando da crise da empresa, porque, na verdade, com todas as dificuldades que tem, é uma empresa sólida, é uma empresa rentável, é uma empresa que dá lucro e dá resultado. É nossa, é brasileira.

O que estamos aqui discutindo é a questão da refinaria. Eu considero que essa situação acaba manchando um pouco a empresa. Era só isso que eu queria lhe falar, para concluir o que disse a Senadora Vanessa.

Eu não menosprezei a empresa Petrobras, não diminuí a empresa Petrobras. Estou falando de situações que acabam diminuindo um pouco a credibilidade.

Foi isso que eu falei. Porque o mercado internacional vê isso. São essas as situações.

Criou-se a expectativa do pré-sal, de muitos poços, de muitas coisas que iriam acontecer, e não aconteceram. Isso ficou para trás. Eu sei que a empresa tem potencial. A exemplo disso, a Petrobras está indo buscar mais recursos para fazer novos investimentos, mas ela está com dificuldade.

O SR. JOSÉ SERGIO GABRIELLI DE AZEVEDO – Exmo Sr. Senador, eu não vou polemizar com o senhor, mas o preço do derivado do petróleo no Brasil tem um componente muito importante para os Estados – o senhor foi governador e sabe disso –, que é o ICMS. Há um componente muito importante: os impostos. Esse é um elemento muito importante no Brasil que é diferente do de outros países.

O preço da gasolina na refinaria, hoje, é R$1,10, e o preço na bomba, R$2,80. Essa diferença vem de onde? Do imposto, fortemente do imposto. Há Estados que cobram 32% de imposto, de ICMS, em termos de tarifa efetiva.

Volto à pergunta da Senadora sobre a história de jogar no ralo um bilhão. Eu acho que é uma afirmação que algumas pessoas fazem, e eu só posso atribuir à falta de informação. Objetivamente eu mostrei aqui que a refinaria custou US$486 milhões. E esses US$486 milhões foram para a aquisição da capacidade de refino de cem mil barris por dia, mesmo considerando que os primeiros 50% custaram US$190 milhões e os segundos 50% custaram US$296 milhões. Essa aquisição dessa refinaria é, por qualquer métrica que seja usada, absolutamente normal e precisa para a realidade do mercado daquele momento.

Esse ativo está produzindo? Está. Está gerando faturamento? Está. Não necessariamente está levando lucro. Eu não posso aqui afirmar qual é o lucro da refinaria, porque o cálculo que eu fiz foi um cálculo com dados externos, porque eu não posso divulgar os dados internos da Petrobras. A Petrobras não divulga o resultado de cada unidade dela isolada, estou fazendo um cálculo considerando a capacidade, que é pública, de cem mil barris, considerando uma hipótese de que ela trabalhou com 70% dessa capacidade. Só para dar um exemplo de comparação, as refinarias brasileiras estão operando a 96% de capacidade. Eu estou trabalhando com ela lá a 70%. E mesmo assim, com 70%, ela teve um faturamento de US$16 bilhões nos últimos tempos.

O SR. PRESIDENTE (Blairo Maggi. Bloco União e Força/PR – MT) –Dr. Gabrielli, me permite só dar um palpite? No início ou no meio da sua apresentação, o senhor colocou que a margem vai de US$3,00 a US$14,00 o barril. Desses números que estão aí colocados, se Pasadena está funcionando, como o senhor colocou aqui que ela continuou funcionando de 2006 a 2012, supondo um lucro médio de US$7,00 por barril, ela já conseguiu se pagar, porque já daria R$1,070 bilhão de lucro, se for a US$7,00 o barril, pela média. O que há no mercado, Dr. Sergio Gabrielli, o que foi trazido pela imprensa é que essa refinaria foi comprada e fechada. E ficou lá e pagando um guarda ainda para cuidar dela. Quer dizer, é um negócio de judiar qualquer um.

Para mim, a maior informação que vem à Comissão hoje é de que a usina continua funcionando, continua faturando US$16 bilhões nesse período e que dá um lucro médio no mínimo de US$1 bilhão no período. Então, a usina já se pagou, pertence ao capital da Petrobras.

O SR. JOSÉ SERGIO GABRIELLI DE AZEVEDO – Eu não posso afirmar esse valor porque são dados que não posso disponibilizar, mas sei que ela funcionou nesse período. Ela tem problemas de paradas, ela tem dificuldades, por isso estou trabalhando com 70% de utilização de capacidade e não com 96%, que é o caso das nossas refinarias brasileiras.

O motivo do litígio, perguntado pela Senadora, foi uma diferença de percepção do que fazer. Por exemplo, nossas refinarias têm uma série de padrões de segurança em meio ambiente que são seguranças de um operador de longo prazo. E um comercializador não quer investir. Não quer investir em melhoria das condições de ambiência, não quer investir em melhoria das condições de trabalho, então há uma série de diferenças que temos aí. E tivemos diferenças sobre a necessidade de investir. Na análise que fazíamos, nós dizíamos que a refinaria precisava dobrar a sua capacidade de produção para viabilizar um retorno para o investimento de conversão dela. Como nós tínhamos o petróleo para isso, aumentaria nossa parcela e nosso ganho com isso.

O SR. ALOYSIO NUNES FERREIRA (Bloco Minoria/PSDB – SP) –Quando é que surgiu o litígio, Presidente?

O SR. JOSÉ SERGIO GABRIELLI DE AZEVEDO – Surgiu entre 2006 e 2007... Nós anunciamos em junho de 2008 que entramos com a arbitragem. Em 2007 e 2008, exatamente nessa transição do mercado que está ocorrendo, mais ou menos no período em que começam a aparecer os sinais da crise. Vem a crise do Lehman Brothers, em 2007; os sinais da crise americana começam a aparecer.

Nós somos refinadores e produtores de petróleo, eles são comercializadores, eles têm uma visão de curto prazo. Então essas diferenças levaram a dizer:

olha, é melhor a gente separar, não dá certo, não vamos continuar mais juntos, vamos separar.

O SR. ALOYSIO NUNES FERREIRA (Bloco Minoria/PSDB – SP) – Esse casamento não teve um noivado muito convincente.

O SR. PRESIDENTE (Blairo Maggi. Bloco União e Força/PR – MT) – Pergunto se a Senadora Vanessa Grazziotin está satisfeita. *(Pausa.)*

Muito obrigado.

Passo a palavra, então, ao Senador...

A SRª VANESSA GRAZZIOTIN (Bloco Governo/PCdoB – AM) – Não, Sr. Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Blairo Maggi. Bloco União e Força/PR – MT) – Não tem mais direito.

A SRª VANESSA GRAZZIOTIN (Bloco Governo/PCdoB – AM) – Não é isso, não; é uma pergunta só, porque eu não sei se ele não viu nas anotações, acerca da publicação, do envio à imprensa dessas informações e da publicação.

O SR. JOSÉ SERGIO GABRIELLI DE AZEVEDO – Senadora, é evidente que a Petrobras, às vezes, fala de uma forma muito técnica e a pessoa não percebe. Eu publiquei aqui os resultados, que são dados publicados. A imprensa teve conhecimento desses comunicados todos em 2005, 2006, 2007, 2008 e 2012. Todos esses comunicados são públicos. Eu fiz questão de trazer os comunicados da época. Portanto, a imprensa tinha essas informações. Não estão, digamos, com o tom que eu estou dando aqui agora.

A SRª VANESSA GRAZZIOTIN (Bloco Governo/PCdoB – AM) – Eu peço desculpas, Sr. Presidente, mas estou me referindo às matérias publicadas falando desse prejuízo. E houve uma resposta? Eu não me lembro de ter lido uma resposta no mesmo nível da Petrobras, uma explicação no mesmo nível das matérias iniciais.

O SR. JOSÉ SERGIO GABRIELLI DE AZEVEDO – A Petrobras tem várias respostas, estão publicadas no *blog* da Petrobras. A Presidenta Graça Foster esteve aqui, neste Congresso, falando por seis ou sete horas exatamente do que estou falando. Claro que ela falou no meio de uma série de questões, mas todas as informações que ela trouxe estão na minha apresentação. Portanto, não há diferença entre o que eu falei e o que ela falou. Só que a Senadora conhece muito bem o comportamento da imprensa. Os nossos editores fazem escolhas, e fizeram escolhas.

O SR. PRESIDENTE (Blairo Maggi. Bloco União e Força/PR – MT) – Muito obrigado, Senadora Vanessa Grazziotin.

Passo a palavra, então, ao Senador Aloysio Nunes, para as suas perguntas.

O SR. ALOYSIO NUNES FERREIRA (Bloco Minoria/PSDB – SP) – Sr. Presidente, meus caros colegas, Presidente Gabrielli, pergunto ao senhor, primeiro, em relação aos números, aos valores da aquisição e, depois, aquilo que foi pago em consequência de uma sentença judicial. A Pasadena foi adquirida, em 2005, por 360 milhões. O senhor disse que, nesse valor, já está incluído o valor do estoque, de 170 milhões. E me parece que esses 170 milhões aparecem novamente depois, algumas transparências adiante na sua exposição, quando da liquidação da sentença arbitral. Então, pergunto se não há dupla contagem nesses 170 milhões na sua exposição.

O senhor afirma, também, que foram feitos investimentos entre a aquisição da refinaria pela empresa belga e a sua venda à Petrobras. Pergunto ao senhor qual é o volume desses investimentos e em que consistiram, qual foi o objeto desses investimentos. Porque a notícia que se tem – e que o senhor confirma na sua exposição – é de que se tratava de uma refinaria obsoleta. Daí, na visão do senhor, a vantagem do negócio: comprar uma refinaria antiga para requalificá-la. Pergunto ao senhor: que investimentos foram esses feitos pela empresa belga antes da sua venda à Petrobras?

Pergunto também se foram, efetivamente, feitos os investimentos para a requalificação da refinaria, porque a refinaria foi adquirida em 2005, o contencioso surgiu dois ou três anos depois, e o objetivo era exatamente a aquisição de uma empresa que não tinha condições de processar o petróleo brasileiro, fazer a sua requalificação, para que nós pudéssemos processar o nosso petróleo lá e, com isso, talvez, diminuir, abater a nossa conta gasolina ou conta derivada de petróleo. Pergunto: nesse período, antes de surgir o litígio, foram feitos investimentos para a sua requalificação? Porque era esse o objetivo inicial da operação.

O senhor faz a analogia do litígio com o divórcio amigável. O divórcio foi altamente litigioso. Aí, me lembra um caso daqueles que frequentemente a imprensa relata de divórcios que ocorrem depois de um casamento feito com base num contrato pré-nupcial malfeito e que acabam por lesar, por deixar um dos cônjuges absolutamente na tanga. São inacreditáveis as condições desse contrato. Garante-se à empresa sócia uma remuneração anual, se não me engano, de 6.9, sendo que essa é uma empresa que, quando foi adquirida, era notoriamente obsoleta. Então, antes sequer de terem sido feitos os investimentos para requalificá-la, se faz um contrato prevendo que, em caso de litígio, a Petrobras se obrigava a comprar a outra metade, garantindo à empresa belga uma remuneração dessa ordem, que resultou em uma conta muito alta. O senhor disse que não é de um bilhão noticiado pela imprensa e que consta dos autos de investigação do Ministério Público e também no Tribunal de Con-

tas, mas, de qualquer maneira, é uma cacetada. Que contrato foi esse? É uma coisa realmente leonina; leonina, me parece.

Volto a perguntar se a Petrobras fez os tais investimentos que se comprometia a fazer, porque era este o objetivo do negócio: comprar uma refinaria obsoleta, mandar para lá o nosso óleo pesado – ela já estará em condições de refiná-lo – e depois vamos receber os derivados e, com isso, aliviar a nossa conta de derivados, nossa balança de comércio. Pergunto se a Petrobras fez alguma coisa antes de surgir o litígio.

Depois, o senhor disse que o litígio se deveu a diferenças de percepções. A empresa belga tinha na Pasadena mais uma comercializadora de soja e a Petrobras estava interessada em fazer uma fazenda de soja. Agora, essa diferença de percepção não foi detectada no momento em que o negócio foi tramado? É inacreditável! Vá ter diferença de percepção assim... É inacreditável! E essa diferença de percepção não surgiu um século depois; ela surgiu dois anos, ou dois anos e meio depois: olha, compramos aqui, depois começamos a trabalhar juntos como sócios; surgiu aí um litígio, porque nós queríamos fazer uma coisa e o sócio queria fazer outra. Se passados dez anos, é natural. Não! Foram dois anos e meio, Presidente. Não dava para perceber que o objetivo da Petrobras era refinar petróleo brasileiro pesado e o objetivo da empresa belga que nos vendeu a Pasadena era simplesmente comercializar? Essa diferença de percepção não foi detectada nas negociações prévias? Uma empresa da competência da Petrobras, não detectou isso?

Depois, o seguinte: se o negócio foi tão bom e essa refinaria, na estimativa do senhor, está faturando esse volume de recursos, por que, quando foi oferecida a venda por um bilhão, não apareceu ninguém – parece que a oferta que fizeram foi de 180 milhões? Se era um negócio tão bom, faturando tanto, por que, na hora de vender, não apareceram interessados dispostos a pagar aquilo que a Petrobras queria obter, de tal modo que ela foi retirada do processo de – não sei o nome que os senhores deram – desinvestimento da Petrobras? Colocada à venda por, digamos, um bilhão, apareceu uma oferta de 180 milhões. Se ela estava faturando tanto assim como o senhor estima, por que essa diferença?

Então me parece, Presidente... Não quero de modo algum fazer nenhuma apreciação de natureza moral nem coisa nenhuma; não sou juiz e tenho as melhores referências do senhor, agora, que foi um negócio malfeito, foi. Pelo amor de Deus! E não é só a imprensa que o diz, Senadora Vanessa Grazziotin – permita-me dizer, minha querida amiga. As coisas estão hoje colocadas perante o Ministério Público e perante o Tribunal de Contas da União.

O Ministro José Jorge, relator da tomada de contas que irá apurar a compra, disse, em sessão plenária do Tribunal de Contas, o seguinte: "Há fortes indícios de danos aos cofres públicos, de gestão temerária, que não foram mitigados pela resposta da Petrobras". Quer dizer, a Petrobras respondeu não apenas à imprensa, mas ao Tribunal de Contas da União: "(...) não foram mitigados pela resposta da Petrobras. Persistem dúvidas sobre os pagamentos feitos. O acordo foi bem desfavorável à Petrobras, pois não houve compartilhamento de riscos". Foi o contrato leonino a que me referi. Divórcio litigioso e com aqueles advogados que vão para tirar o sangue do cônjuge culpado. "O acordo foi bem desfavorável à Petrobras, pois não houve compartilhamento de risco. Ante a gravidade, considerei pertinente a realização dessa fiscalização".

Gostaria de obter um comentário do Presidente Gabrielli sobre isso.

E o Procurador da República Orlando Monteiro Espíndola da Cunha, responsável pela investigação no âmbito da Procuradoria Geral da República, deu a seguinte declaração à imprensa: "Revela possível compra superfaturada de ações pela Petrobras [referindo-se à compra de ações], ocorrência de fatos capazes de configurar possível delito para evasão de divisas. Se houve superfaturamento, tem de ficar esclarecido, assim como o motivo".

Volto à tese, ou à afirmação, Sr. Presidente, ou à dúvida sobre se teria sido realmente um bom negócio, porque a presidente atual da empresa, num depoimento à Comissão de Minas e Energia da Câmara, agora em maio de 2013, disse o seguinte: "Eu me reservo a reconhecer que hoje não faríamos Pasadena; com todas as informações que nós temos, com tudo que nós dispomos, não faz sentido fazermos Pasadena hoje". Ora, se Pasadena está faturando essa fábula a que o senhor referiu, que o senhor estimou, faria, como negócio, sentido, não o sentido inicial, para atingir o objetivo inicial da Petrobras, que era o de processar lá petróleo, óleo pesado nosso, mas processar óleo americano, óleo leve, que estaria rendendo tanto, como o senhor estima. Se as coisas estão funcionando assim, por que a presidente então teria afirmado que hoje não há sentido em fazermos Pasadena? Porque negócio por negócio, hoje, a refinaria já teria sido paga. No entanto, repito, quando colocada à venda por mais de um bilhão, não apareceu comprador por mais de 180 milhões.

Finalmente, Sr. Presidente, em relação à reunião do Conselho de Administração, houve o comentário, aí sim, da imprensa de que a Presidente Dilma, presi-

dente na época do Conselho de Administração, teria se referido ao negócio com aquela suavidade que a caracteriza quando discorda de alguma providência tomada por um dos seus auxiliares, que ela teria manifestado rudemente o seu descontentamento com a operação. Pergunto se isso tem fundamento.

O SR. JOSÉ SERGIO GABRIELLI DE AZEVEDO – Exmo Sr. Senador Aloysio, o senhor fez vários comentários. Evidentemente, como Senador, não tem obrigação de saber os detalhes, portanto, eu acredito que, por não conhecer os detalhes, fez algumas afirmações.

O SR. ALOYSIO NUNES FERREIRA (Bloco Minoria/PSDB – SP) – Claro, é por isso que o senhor está aqui.

O SR. JOSÉ SERGIO GABRIELLI DE AZEVEDO – Exatamente por isso estou aqui.

O SR. ALOYSIO NUNES FERREIRA (Bloco Minoria/PSDB – SP) – Por isso que eu também estou aqui.

O SR. JOSÉ SERGIO GABRIELLI DE AZEVEDO – Exatamente.

O primeiro elemento importante para o qual eu queria chamar a atenção é a questão do relacionamento, eu tenho insistido nisso aqui. Talvez eu não tenha conseguido tornar claro que o negócio de refino é um negócio de margem. O negócio de margem significa que eu ganho se eu consigo comprar matéria-prima barata, processo essa matéria-prima e produzo um produto, um derivado caro. Isso que é a margem. Como o preço do petróleo varia muito e o preço dos derivados varia muito – há vários tipos de petróleo, vários tipos de refinaria –, o que é relevante para definir o preço da refinaria não é o faturamento; o faturamento define a receita da refinaria, mas não define a margem da refinaria. Mesmo que a refinaria fature US$16 bilhões, ela não necessariamente está tendo margem, porque depende da margem que o mercado diz.

No caso atual da refinaria, vejam como essa coisa é relevante: a posição da refinaria hoje tem uma pequena capacidade de conversão, ou seja, pode processar pouco petróleo pesado. Ela processa petróleo leve, e o petróleo leve está hoje mais barato do que o pesado. Eu mostrei que mudou a relação do petróleo leve para o petróleo pesado.

No caso particular da refinaria no Texas, outro elemento especial a leva a ter uma lucratividade maior neste momento. O Texas tem uma produção de um tipo de petróleo chamado *tight oil*, neste momento, que é muito grande e não tem condições logísticas de tirar esse petróleo do Texas. Portanto, o preço desse petróleo leve no Texas é mais barato do que o petróleo em outros lugares. Consequentemente, a refinaria pode estar comprando petróleo leve no Texas, produzindo derivado no Texas. Como ela está junto do oleoduto de derivados, ela vende e ganha margem.

Então, é uma questão de meses. Não quer dizer que vai continuar sempre assim, mas é muito volátil o negócio de refino. É por essa razão que não há grandes investimentos em novas refinarias. Onde estão construindo novas refinarias? No Brasil, na China, na Índia, na África, na América do Sul. Por quê? Porque nesses países a perspectiva de médio e longo prazo é a de que o consumo de derivados crescerá, enquanto na Europa, no Japão, nos Estados Unidos, as refinarias estão fechando. Por quê? Porque a perspectiva dessas refinarias nesses países é a de reduzir o consumo de derivados de petróleo.

Mas o que acontece nesses países? São refinarias com mais alta complexidade. Essas refinarias compram mais petróleo mexicano, só que o México está tendo pouca produção; compram mais petróleo da Venezuela, só que a Venezuela está com problemas de produção; compram mais petróleo do Canadá, que produz um petróleo pesado a partir do xisto betuminoso; compram mais petróleo pesado de outros lugares, deslocando o petróleo leve da Arábia Saudita.

Isso é o que está acontecendo no mercado mundial. E é nesse contexto que vamos produzir mais petróleo leve com o pré-sal. E é nesse contexto que o nosso mercado interno está crescendo muito. E a Petrobras, em 2006/2007, fez a mudança na estratégia, dizendo "vou crescer o refino no Brasil". Essa é uma mudança importante no Plano Estratégico de 2004/2010, para o Plano Estratégico 2007/2011.

Por essa razão, neste momento, citei aqui, em 2006, cinco operações: a Connacher, a Encana, a Harvest, a Husky e a Lehman. Dessas cinco operações, quatro foram operações entre *traders* e refinadores, uma com a Astra, uma com a Vitol e duas com a Valero, se não me engano. Consequentemente, essa relação de casamento entre comercializadores e refinadores, que é o caso Petrobras e Astra, não é uma coisa específica da Petrobras; foi uma coisa que aconteceu no mercado generalizadamente.

E essa diferença de percepção é claro que já sabíamos quando fizemos o negócio. Só que, quando a crise se explicita, a partir da crise do Lehman Brothers, em 2007, antes do debacle total de 2008, os refinadores, que são refinadores, portanto têm um ativo; são fazendeiros de soja, o ativo está lá. Enquanto isso, o comercializador não quer investir para fazer a melhoria do solo. Essas diferenças se aguçam na crise.

Por isso, houve o litígio. E as diferenças vão para vários níveis. Por exemplo, pintura de áreas, detalhes, mas que revelam esse tipo de coisa, pintura das áreas para garantia de segurança, telefonema da refinaria de

Pasadena para o Brasil – quem paga é a empresa ou o sócio? –, coisas desse tipo que estão em questão.

(Intervenção fora do microfone.)

O SR. JOSÉ SÉRGIO GABRIELLI DE AZEVEDO – Não, espere. Vou chegar nisso. Aí, o senhor insiste, corretamente, sobre o investimento. Qual foi o investimento que a Astra fez na refinaria antes de vendê-la à Petrobras? Ela comprou-a em janeiro de 2005, se não me engano, e a vendeu à Petrobras em 2006. O que ela fez nesse período?. Ela investiu US$84 milhões. Ela comprou por US$42 milhões e investiu US$84 milhões. Investiu em quê? Investiu essencialmente em segurança e meio ambiente, que é um conjunto de exigências que a Osha americana, que é o departamento de segurança do trabalho dos Estados Unidos, exige da refinaria.

Então, ela faz um investimento, basicamente em segurança e meio ambiente, de US$84 milhões. Portanto, custa para ela US$126 milhões a aquisição da Astra e não US$42 milhões; são US$126 milhões. Esses US$126 milhões, como eu disse, num período em que a margem – eu mostrei o gráfico – era muito pequena. No ano seguinte a margem explode, quando nós fechamos o negócio. Nesse momento, quando nós adquirimos o negócio, nós começamos a estudar detalhadamente o projeto de engenharia do investimento para aumentar a conversão, para aumentar a capacidade de processamento do nosso petróleo. Contratamos uma empresa americana de projetos de refinaria para fazer isso – isso é público. Ao fazer essa contratação, chegamos... Aí a crise começa a se evidenciar e começa a haver diferença sobre o que fazer com o futuro.

Esse investimento em conversão não chegou a ser realizado. Nós não realizamos investimentos em conversão; realizamos alguns investimentos, como eu disse aí – estou calculando 100 a 150 milhões – também na área de meio ambiente. Nós tínhamos de recuperar os órgãos. Houve um incêndio na refinaria. Tivemos várias coisas de operação, mas não de conversão. A 6,9% é uma cláusula, na hipótese de realizar o investimento. Então é uma cláusula se houvesse o investimento.

Por que existia essa cláusula? Porque o investimento era para processar o nosso petróleo; não era para processar o petróleo da Astra, mas era para processar o nosso petróleo.

Consequentemente, era uma vantagem para a Petrobras. Em troca dessa vantagem, eles pediram um direito de saída que levasse esse tipo de situação. Quando eles vão para a arbitragem, ou melhor, quando eles vão para a Justiça, eles querem fazer valer na negociação uma avaliação dela...

O contrato tem várias formas de calcular o valor, Há no contrato várias formas de calcular o valor, de saída; não é uma fórmula só. Essa cláusula de 6,9% não é levada em conta pela Justiça americana, porque é reconhecido que não houve investimento. Então, a avaliação é feita por outros critérios. São critérios que o senhor conhece, com a estrutura de cálculo de valor justo, que é uma estrutura muito subjetiva e não é necessariamente referente às condições de mercado em que se realiza. Foi fixado o período de setembro de 2008 como data-base para calcular o valor do estoque, mas há regras para calcular o valor da refinaria correspondente à realidade de 2006, quando adquirimos os 50% iniciais, mesmo que estivéssemos fazendo isso em 2009. Então, é uma coisa comum em contrato.

O senhor sabe que o Governo de São Paulo tem problema hoje de dívida. O Governo de São tem um problema porque tem contratos de dívidas feitos numa conjuntura de taxas de juros que não é o contato de dívidas de hoje. Aliás, a Petrobras – é bom lembrar – realizou uma gigantesca operação de crédito com o mercado ainda esse ano, de US$11 bilhões, captando recursos a 5,6% ao ano, que foi um sucesso extraordinário. Uma empresa que consegue captar em uma hora US$11 bilhões, pagando 5,6% de juros, não pode ser considerada uma empresa ruim, uma empresa que está em crise.

Portanto, não concordo, Senador – permita-me discordar do Exmo Sr. Senador –, que tenha sido um negócio mal feito. Foi um negócio feito adequadamente no momento adequado, seguindo uma estratégia da Petrobras que vem de antes de nós chegarmos lá, que é uma estratégia em expansão. O mercado mudou, o mercado mudou o Brasil, o mercado mudou na produção de petróleo, o mercado internacional mudou, e isso afetou o valor de um produto, de um ativo que é muito sensível à margem, muito mais do que a faturamento.

O SR. PRESIDENTE (Blairo Maggi. Bloco União e Força/PR – MT) – O Senador Aloysio está satisfeito com as respostas às perguntas ou tem réplica?

O SR. ALOYSIO NUNES FERREIRA (Bloco Minoria/PSDB – SP) – Não, apenas me referi ao fato noticiado pela imprensa de que teria havido por parte da atual Presidente da República, na época, uma discordância; teria manifestado uma discordância sobre esse negócio.

O SR. JOSÉ SERGIO GABRIELLI DE AZEVEDO– Não. Na aquisição, não. As diferenças que existiram, desde o Conselho, foram na época da discussão do investimento.

O SR. ALOYSIO NUNES FERREIRA (Bloco Minoria/PSDB – SP) – Do investimento.

O SR. JOSÉ SERGIO GABRIELLI DE AZEVEDO – É, que é exatamente em função do mercado brasileiro e do mercado internacional.

O SR. ALOYSIO NUNES FERREIRA (Bloco Minoria/PSDB – SP) – Pois não.

Eu queria pedir desculpas ao senhor, ao nosso convidado e também aos colegas, porque tenho outra comissão agora. Todos sabem como é que nós temos que nos dividir aqui. Agradeço a presença do senhor, que não era obrigado a vir, mas que veio espontaneamente prestar esclarecimentos.

Muito obrigado.

O SR. PRESIDENTE (Blairo Maggi. Bloco União e Força/PR – MT) – Muito obrigado, Senador Aloysio.

Passo a palavra ao Senador Anibal Diniz.

O SR. ANIBAL DINIZ (Bloco Governo/PT – AC) – Obrigado, Sr. Presidente, Senador Blairo Maggi.

Sr. Sergio Gabrielli, eu queria iniciar manifestando o meu contentamento pela cruz de chumbo que eu sinto que a sua exposição fez sair das nossas costas, porque foi terrível, ao longo de todos esses meses, termos assistido a muitos pronunciamentos, termos visto muitas reportagens colocando a idoneidade dessa negociação da Petrobras em jogo, em risco, sob suspeita. E não tivemos um posicionamento convincente da Petrobras, como foi a exposição de V. Exª.

Sua exposição foi didática, pedagógica, fundamentada, transparente, uma exposição com total transparência, que nos dá tranquilidade para hoje ir à tribuna e fazer o debate em defesa de uma estratégia que foi construída, uma estratégia que foi uma em 1999 e que foi outra em 2007, por conta das circunstâncias, da realidade de momento que muda; de uma crise que aparece no mercado; de variações, inclusive, do valor do derivado, em relação ao petróleo bruto. Quer dizer, há todo um conjunto de fatores – nunca é um fator isolado, absoluto – que conduziram a Petrobras para essa estratégia.

Eu confesso que fiquei bastante aliviado com sua exposição, que acompanhei com muita atenção. Depois, acompanhei também com muita atenção todas as perguntas.

Acho que a finalização do Senador Aloysio Nunes aqui demonstra o quanto produtiva foi a sua presença, porque foi uma presença esclarecedora. Eu tenho certeza de que todos os questionamentos, inclusive feitos pelo Senador Aloysio Nunes, foram questionamentos de um brasileiro preocupado com a imagem desta empresa, que é orgulho de todos nós brasileiros, a Petrobras.

Então, eu diria que, no geral, eu me sinto muito mais municiado para participar desse debate hoje, porque a Petrobras fez um investimento num mercado de risco. Inclusive, há uma frase na sua exposição, de que o investimento em refinaria é um investimento de risco. Até caberia uma pergunta: se é um investimento de risco, por que a Petrobras insistiu nesse investimento?

Mas, quando vamos acompanhando a ligação entre um argumento e outro, a resposta vem em seguida, porque a estratégia de refinar, para melhorar a margem da Petrobras no mercado americano, foi uma estratégia estabelecida lá em 1999. Então, a Petrobras precisava estar no mercado mundial com mais altivez, precisava ter 300 mil litros/dia de petróleo refinado, e o investimento obedeceu a essa estratégia.

Infelizmente, o Senador Ivo Cassol não está presente, mas eu acho que há um argumento que ele teria entendido melhor em relação a comprar uma refinaria que não tem, digamos, uma margem explícita, elevada naquele momento, mas com a perspectiva de ter no futuro. Ele teria entendido melhor se o senhor falasse de mercado de boi, porque, nesse mercado, é muito comum a pessoa comprar um boi magro, engordá-lo e depois vendê-lo gordo. Ele teria entendido esse argumento, com certeza, porque é a área dele. Ele teria entendido, porque é o mesmo boi, é o mesmo preço da arroba, mas, no final, há lucro. Por quê? Porque pegou um boi de dez arrobas e vendeu por dezoito arrobas depois de certo tempo, e obteve a lucratividade.

Eu imagino que na refinaria é isso. Pega-se uma refinaria que não estava tendo rendimento, faz-se um investimento, para que ela passe a ter uma produção que vai ajudar na estratégia da Petrobras no mercado internacional e, no futuro, ela passa a valer muito mais. É isso.

E eles questionam, por exemplo, o valor de compra como se fosse um valor superfaturado, mas não o foi; foi um valor de momento com a perspectiva de crescimento. Eu tenho certeza de que hoje, com toda a exposição feita, a refinaria de Pasadena tem uma importância para a Petrobras.

E eu gostaria inclusive de que o senhor esclarecesse para nós qual é a realidade de Pasadena hoje e qual é a importância estratégica dela para a Petrobras, considerando todos os investimentos feitos, considerando tudo a que a Petrobras se expôs em relação a esse negócio e considerando também que o mercado de derivados nos Estados Unidos está retraído. Como é que a gente vai poder fazer desse limão uma limonada em favor da estratégia da Petrobras?

E no mais, cumprimentos efusivos à participação de V. Exª nesta audiência pública, que foi muito, muito esclarecedora para todos nós e para o Brasil, que queria uma resposta, porque todos os brasileiros têm um carinho muito especial pela Petrobras. E tenho certeza de que todos que puderam acompanhar

o conteúdo desse debate vão sentir-se mais aliviados com a exposição esclarecedora feita por V. Exª nesta audiência pública aqui.

Então, no mais, muito obrigado, e ficam esses questionamentos para a gente poder ainda elevar mais o esclarecimento sobre o assunto.

O SR. PRESIDENTE (Blairo Maggi. Bloco União e Força/PR – MT) – Muito obrigado, Senador.

O SR. INÁCIO ARRUDA (Bloco de Apoio ao Governo/PCdoB – CE) – Pela ordem, Sr. Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Blairo Maggi. Bloco União e Força/PR – MT) – Só para complementar a brincadeira, os investimentos, aí, de segurança do trabalho, saúde, são o aluguel do pasto: há um período em que, para engordar o boi, é preciso pagar o aluguel do pasto.

Concedo a palavra ao Senador Arruda.

O SR. INÁCIO ARRUDA (Bloco Governo/PCdoB – CE) – Presidente, eu não sou membro da Comissão, ...

O SR. PRESIDENTE (Blairo Maggi. Bloco União e Força/PR – MT) – Mas seja bem-vindo, por favor.

O SR. INÁCIO ARRUDA (Bloco Governo/PCdoB – CE) – Eu fiz questão de vir aqui, Gabrielli, para dar uma declaração também de como você se conduziu na presidência da Petrobras, em todos os momentos que foram muito mais críticos do que esse episódio de ataque à Petrobras e enfrentamento com a Petrobras, e que você sempre disse: "Não, vou ao Senado Federal, vou ao Congresso Nacional; é uma questão que eu preciso esclarecer". Por quê?

Porque a Petrobras fazia sempre um comunicado oficial – um edital, um pronunciamento sempre oficial, um texto oficial, técnico. E não tem nenhuma malícia naquilo ali, mas informações que são oferecidas para o conjunto da sociedade. O debate político tinha outra natureza. Tem a malícia, e tem aquele que não quer colocar malícia. E a única forma de esclarecer determinados episódios era com a presença do Presidente da Petrobras aqui, e o Gabrielli sempre se colocou inteiramente à disposição desta Casa.

Acho que isso é uma coisa muito boa, muito positiva, até muitas vezes se antecipando a determinadas questões, para não deixar que uma informação conduzida de forma inadequada pudesse prejudicar a maior empresa brasileira. Então, acho que isso é muito importante, muito positivo.

Quero cumprimentá-lo e também à Comissão, que abriu esse espaço para que as coisas pudessem ser colocadas de forma clara; que a questão técnica pudesse ser esclarecida também do ponto de vista político e da informação, do diálogo com a sociedade. Isso é muito positivo.

Eu vou pedir licença para me retirar, porque temos agora uma reunião de Líderes com a nossa Presidente, para examinar também o contexto político do nosso País, mas eu queria fazer esse registro, Presidente, da importância do Gabrielli como Presidente da Petrobras, o seu papel, como ele se destacou ali, e como ele se colocou sempre à disposição do Congresso Nacional. Acho isso é muito positivo.

Já aproveito para, em meu nome e em nome do Luiz Alberto, convidá-lo para uma comemoração dos 60 anos da Petrobras, no dia 7 de outubro, aqui no Congresso Nacional. Gostaríamos que V. Exª abrisse também essa data para estar presente aqui e ser homenageado pelo Congresso Nacional.

Obrigado.

O SR. PRESIDENTE (Blairo Maggi. Bloco União e Força/PR – MT) – Obrigado, Senador Arruda.

Com a palavra o Sr. Sergio Gabrielli.

O SR. JOSÉ SERGIO GABRIELLI DE AZEVEDO – Eu só posso agradecer as palavras do Senador.

Muito obrigado, Senador.

Sr. Presidente, eu ....

O SR. PRESIDENTE (Blairo Maggi. Bloco União e Força/PR – MT) –Ah, sim, tem as respostas do Senador...

O SR. JOSÉ SERGIO GABRIELLI DE AZEVEDO – Anibal.

O SR. PRESIDENTE (Blairo Maggi. Bloco União e Força/PR – MT) – Anibal.

O SR. JOSÉ SERGIO GABRIELLI DE AZEVEDO – Por que fazer um investimento de risco?

O negócio de petróleo em geral é um negócio de risco. Quando nós vamos buscar uma área para encontrar petróleo, não sabemos se tem petróleo. Então, objetivamente, o negócio de petróleo é um negócio de risco.

O negócio de refino, além de ter a característica de um grande investimento, que é feito ao longo do tempo, e, nesse sentido, se aproxima de todos os grandes investimentos industriais que são de longa duração, ele tem um produto que depende muito do petróleo e depende muito do mercado consumidor final que tem, portanto, uma margem, entre essas duas coisas, que varia muito. No entanto, o produtor de petróleo ganha mais se ele for integrado. As grandes empresas de petróleo mais integradas, ou seja, que tenham atividades de produção de petróleo e atividade de refino, ganham mais do que as simplesmente produtoras de petróleo e as simplesmente refinadoras. Então, as grandes empresas tendem a atuar tanto no refino como na produção.

É claro que a margem e a estabilidade dos ganhos do produtor de petróleo são maiores do que as margens e os ganhos do refinador. Mas, no negócio de petróleo, a integração entre o que se chama entre

upstream e *downstream*, quer dizer a integração entre a produção de petróleo e o refino de petróleo é muito importante para as grandes empresas. A Petrobras é uma grande empresa de petróleo; por isso, essa ideia do refino. Ela tem dois milhões...

É bom lembrar que essa refinaria passa a fazer parte de um portfólio de 11 refinarias da Petrobras no Brasil. Faz parte, portanto, de um processo mais global do refino brasileiro. Nós estamos falando aqui de 100 mil barris, e a Petrobras refina hoje dois milhões e trezentos mil barris. São dois milhões e trezentos mil barris de capacidade de refino da Petrobras hoje. Nós estamos falando de 100 mil barrias nos Estados Unidos, que é importante, mas a relação... É importante ter um pouco dessa relação.

A importância da refinaria hoje.

É evidente que ela é uma refinaria que não é rentável a longo prazo se não fizer um investimento para processar petróleo pesado. Então, é preciso fazer um investimento para processar petróleo pesado para que ela tenha rentabilidade a longo prazo. Ela, neste momento, está dando lucro, como eu já disse, por uma situação circunstancial de petróleo leve, relativamente barato neste momento. No entanto, ela tem uma extraordinária localização no Texas, que é um mercado muito importante nos Estados Unidos, que têm uma infraestrutura de logística, de transporte de derivados, extraordinária; que têm uma logística de chegada de petróleo cru extraordinária, porque está no Golfo do México, onde a Petrobras América tem uma grande atividade, crescente de exploração, em águas ultraprofundas no Golfo do México, ainda em exploração. A produção ainda é pequena, mas estamos investindo em exploração no Golfo do México. Portanto, ela tem uma lógica.

Neste momento, nós temos uma situação interna no Brasil, que é o aumento do consumo de derivados no Brasil, mais rápido do que a capacidade de nossas refinarias. Nós estamos operando nossas refinarias a 96% de capacidade, e, mesmo assim, nós estamos importando, provavelmente, entre 15% e 20% da gasolina do exterior, o que está afetando nossa balança comercial. E, portanto, nós podemos estar também importando gasolina da produção dessa refinaria nos Estados Unidos, o que vai fazer... Em termos de balança comercial não afeta muito, mas, em termos de rentabilidade para a Petrobras, modifica substancialmente.

O SR. PRESIDENTE (Blairo Maggi. Bloco União e Força – PR/MT) – Obrigado.

Com a palavra, o Senador Jorge Viana.

O SR. JORGE VIANA (Bloco Governo/PT – AC) – Bem, eu queria cumprimentar V. Exª, Presidente Blairo, e nossos colegas. Estamos retomando aqui, hoje, na Comissão, nosso semestre. Quero cumprimentar o Gabrielli, nosso convidado de hoje. Primeiro, por ter aceitado o convite e, segundo, por ter feito essa exposição esclarecedora, transparente, brilhante e que nos faz conhecer melhor um dos maiores patrimônios de nosso povo, que é a Petrobras.

De alguma maneira, mesmo como ex, a gente ganha aqui uma segurança do quanto você foi dedicado no período em que tinha a responsabilidade de dirigir essa empresa que tem a característica de ser patrimônio do País. Cada cidadão brasileiro sente-se dono da Petrobras, independente de ter sua ação ou não.

Um registro que vale fazer aqui é que o que nós tínhamos aqui, no Senado, era desinformação sobre Pasadena. A desinformação chegou a nós todos. E afirmo aqui que, lamentavelmente, é a desinformação que ainda está presente na sociedade brasileira sobre esse negócio. E V. Sª trouxe para cá a informação precisa, com dados, sem soberba, com a transparência que só quem não deve nada, só quem tem conhecimento pode trazer.

Esta aqui é a Comissão de Meio Ambiente, Defesa do Consumidor e Fiscalização e Controle do Senado Federal. Este é um dos papéis mais importantes que nós temos a cumprir, Senador Blairo, nesta Comissão: defender o interesse do consumidor, do cidadão brasileiro, fiscalizar e ter controle sobre aquilo que é de interesse nacional.

De fato, sobre os questionamentos feitos no requerimento, nós tínhamos pelo menos três grandes eixos para esclarecer hoje: por que o Brasil comprou essa refinaria? Como o Brasil a comprou? E que resultados o Brasil obteve? São três coisas objetivas. Como engenheiro, sempre penso nisso. São três coisas concretas. O porquê, como e o resultado V. Sª traduziu em palavras. Quem estiver nos acompanhando pela TV Senado e nos ouvindo pela Rádio Senado vai ter a oportunidade de entender isso.

Eu queria até fazer um apelo aqui para a imprensa: se a desinformação foi vencedora até aqui sobre esse negócio, que a imprensa, que tem acesso à informação, que pôde ouvir e ver os questionamentos e, mais ainda, a explanação e as respostas, possa dar uso a essa informação, porque ela é de interesse público, é importante! As dúvidas podem até permanecer naqueles que ainda as tenham, mas é muito importante que a informação chegue ao cidadão.

Inclusive, eu gostaria que V. Sª fizesse, para ficar nos anais da Comissão... O Senador Aloysio questionou sobre uma posição do TCU. E acho que V. Sª pulou esse aspecto na sua resposta. Seria bom, inclusive em respeito à ausência dele, que o senhor retomasse essa questão.

Eu sou um plantonista da base do Governo nesta Comissão, ou melhor, da bancada do Governo e tenho a obrigação de, quando questionado, quando algum membro do nosso Governo é questionado, esclarecer, em respeito aos colegas que questionam e à sociedade.

Então, eu estou muito satisfeito. Valeu a pena! Se os outros dias forem tão bons quanto este, em que V. Sª está nos ajudando na Comissão, eu vou me sentir útil no Senado. Há horas em que a gente se sente inútil ao trabalhar, ao tentar e ao não obter resultados.

É óbvio que estamos falando de um mercado de alto risco, de um mercado muito competitivo e, ao mesmo tempo, estratégico. É energia! O *slogan* da Petrobras "O desafio é a nossa energia" trata disso em amplo sentido.

Agora mesmo, o Brasil está vendo o que ocorre com uma empresa que valia dezenas de bilhões de dólares e que tinha no seu conselho de administração o ex-Ministro da Fazenda do governo Fernando Henrique, Pedro Malan, que é uma pessoa que respeito e até admiro, e a ex-Presidente do Supremo Ellen Gracie. Falo da OGX. É alto risco. Esse é um negócio de risco.

Houve má-fé do ex-Ministro da Fazenda deste País? É claro que não! É um homem que engana o cidadão, o consumidor brasileiro? Acho que não! A Ministra Ellen Gracie engana os brasileiros, mesmo tendo ocupado um cargo tão importante? Acho que não! E é uma pessoa que também admiro. Talvez, o que está ocorrendo mostre o risco envolvido nas atividades nessa área. Sem nenhuma má-fé, prefiro crer nisso.

A empresa está aí procurando superar suas dificuldades, mas o certo é que ela perdeu dezenas de bilhões de dólares em preço de mercado em poucos meses. Mas isso ocorreu no momento em que há expansão da economia no mundo, se é que a gente já pode identificar a expansão da economia no mundo. O preço do petróleo está lá em cima, muito diferente daquele verificado no período em que essa aquisição ocorreu, quando nós vivíamos não uma crise, mas a maior crise do século passado, a maior crise desses 100 anos, a crise de 2008.

Eu acho que é bom fazer esse registro, porque este é um assunto interessante. E é um papel importante nosso aqui o de esmiuçar isso, de traduzir.

O Senador Anibal foi muito feliz quando tentou trabalhar à margem, num linguajar mais acessível aqui, quando citou o boi magro, que o Senador Ivo certamente conhece bem porque faz esse tipo de trabalho, como criador. Mas é mais ou menos isso mesmo. Traduz muito bem. Compra um boizinho magrinho, põe em um pasto razoável. Se o pasto estiver bom – tem um custo para o pasto estar bom, não é Senador Blairo? –, pode vender e ganhar muito dinheiro comprando boi magro e vendendo boi gordo. Aliás, é assim que muitos ganham dinheiro. A Petrobras foi nesse caminho, só que num mercado competitivo, e o mundo caiu. O mundo caiu. Eu não me lembro, mas o preço do petróleo, que estava em US$120,00 o barril, foi para quanto?

ORADOR NÃO IDENTIFICADO – Trinta e três.

O SR. JORGE VIANA (Bloco Governo/PT – AC) – Para US$33,00. Imaginem: o principal ativo de uma empresa de petróleo é o petróleo, e o que ela tinha, seja em estoque ou fazendo prospecção, valia US$120,00 o barril, e caiu para US$33,00, em meses. E qual foi o baque, qual foi o dano que essa empresa teve para o nosso patrimônio? Ela aguentou firme. Aliás, ela foi uma referência, como bem colocou V. Sª, porque conseguiu ter expansão, conseguiu ter aumento do seu lucro e aumento do patrimônio. Óbvio, por conta dos investimentos que está fazendo. Não conheço o ramo, mas, certamente, vinculado aos grandes investimentos que temos de fazer para o futuro, vinculado ao pré-sal, o preço das ações da Petrobras, mesmo com o petróleo alto, caiu bastante. Mas certamente isso é por conta do grau de comprometimento e de investimento que tem de fazer. Enfim, são outras variáveis, mas não por problemas de saúde da empresa, que está em pleno vigor.

É fundamental que os dados que V. Sª trouxe aqui sobre a Petrobras, como disse o Senador Anibal, sejam apresentados, porque houve muitos questionamentos neste ano. Eu mesmo fui um dos que subi à tribuna. É incrível, mas temos dificuldades no acesso a algumas informações para fazer a defesa. E as informações de hoje são fundamentais para que possamos, quando nada, esclarecer e estabelecer o debate num nível em que precisa ser feito.

Eu queria mais uma vez cumprimentá-lo pelo trabalho que fez na Petrobras, por ter sido o presidente que talvez tenha tido o maior desafio ao longo da história da empresa, exatamente porque foi no seu período que vivemos esse *tsunami* econômico que foi a crise de 2008. E eu acho que isso tem de ser lembrado na sessão que o Senador Inácio e eu, como Vice-Presidente, estamos promovendo em comemoração ao aniversário da Petrobras. Ele insistia para agendarmos, e o Presidente Renan então estabeleceu.

Peço que V. Sª, se puder, faça um comentário sobre a quantas anda a posição do TCU em relação a esse assunto.

Eu acho que quem acompanhou esta reunião e eu nos sentimos contemplados pelos esclarecimentos, mas eu queria aproveitar, para não perder a viagem, já que ganhamos com a sua presença aqui, para pedir que nos passe um pouco mais sobre o futuro do nosso País. Nós estamos em uma comissão que trabalha

meio ambiente, fiscalização e controle. Eu sei que está havendo um deslocamento do eixo econômico. V. Sª já citou quem está fazendo refinaria no mundo – são os emergentes –, e o mundo está meio de cabeça para baixo, mas o consumo de petróleo me parece que também mudou de eixo: hoje é na Ásia. E eu queria ouvir um comentário, aproveitando, já que estou completamente satisfeito.

Parabenizo V. Sª por tudo que esclareceu, o porquê, o como, os resultados desse negócio da Pasadena, mas peço, aproveitando aqui o conhecimento de V. Sª, que fale um pouco para onde estão indo essas coisas e como é que fica a Petrobras, o pré-sal, em relação a essa mudança do eixo de mercado consumidor de petróleo e derivados para a Ásia. Que caminhos o Brasil tem de seguir, se V. Sª puder nos dizer.

Mais uma vez, eu o parabenizo e cumprimento pelo respeito que tem ao Senado e a esta Comissão e por ter feito uma das melhores explanações que já tive o privilégio de ouvir aqui na Comissão de Fiscalização e Controle do nosso Senado, especialmente sobre uma empresa e uma matéria que são de interesse de cada cidadão brasileiro, do mais simples cidadão, que está aí na rua lutando contra as dificuldades, ao que acumulou um maior patrimônio.

Muito obrigado e parabéns, Gabrielli.

O SR. PRESIDENTE (Blairo Maggi. Bloco União e Força/PR – MT) – Muito obrigado, Senador Jorge Viana.

O SR. EDUARDO SUPLICY (Bloco Governo/PT – SP) – Serei breve.

O SR. PRESIDENTE (Blairo Maggi. Bloco União e Força/PR – MT) – Como nós temos dois inscritos ainda, eu consulto os demais colegas para saber se permitem que eles façam os questionamentos antes que o Dr. Sergio Gabrielli encerre esta discussão.

Com a palavra, então, o Senador Eduardo Suplicy.

O SR. EDUARDO SUPLICY (Bloco Governo/PT – SP) – Da mesma maneira que meus colegas Jorge Viana, Anibal Diniz, Inácio Arruda e Vanessa Grazziotin, que pude ouvir aqui, quero cumprimentar o ex-presidente da Petrobras, caro amigo José Sergio Gabrielli, primeiro, pela colaboração extraordinária que deu ao Brasil e a essa empresa tão querida de todos nós, brasileiros. Além disso, quero cumprimentá-lo pela importante exposição aqui feita, porque, nesses últimos anos, desde que a imprensa publicou o episódio sobre a compra da refinaria de Pasadena pela Petrobras, surgiram muitas críticas, e nós não tínhamos o conhecimento que hoje V. Sª nos proporcionou aqui. V. Sª nos transmitiu um conhecimento especializado.

Hoje nós tivemos a oportunidade de compreender melhor as razões pelas quais a Petrobras estrategicamente avaliou que era importante adquirir o controle daquela empresa – primeiro parcial e, agora, por decisão da Justiça americana, como o senhor nos explicou, a Petrobras tem a posse total da refinaria. Estrategicamente, essa refinaria representará para a Petrobras um acervo muito importante para a sua atuação, tanto na exploração de petróleo como para poder bem refinar o petróleo que obtiver em qualquer lugar do Brasil e em outras partes do mundo. Então, acho que a sua presença hoje foi fundamental para todos nós, e eu também lhe agradeço.

Como o Senador Jorge Viana acaba de sugerir, gostaria que V. Sª nos falasse um pouco sobre a sua visão em relação ao futuro do Brasil no que diz respeito à exploração dos recursos da Petrobras. Gostaria de ouvir eventuais recomendações para nós, Senadores, sobre as diretrizes que devemos levar em consideração, sobre o que fazer dos recursos do petróleo que será descoberto nesses próximos anos – além de tudo o que já foi objeto de reflexão, de debate e de algumas decisões já tomadas. Se houver ainda algumas recomendações, peço-lhe, por favor, que elas nos sejam transmitidas.

Parabéns, caro José Sergio Gabrielli.

Obrigado, Sr. Presidente, Senador Blairo Maggi.

O SR. PRESIDENTE (Blairo Maggi. Bloco União e Força/PR – MT) – Muito obrigado, Senador Eduardo Suplicy.

Concedo a palavra à Senadora Ana Rita.

A SRª ANA RITA (Bloco Governo/PT – ES) – Bom dia.

Eu quero aqui, primeiro, dizer que cheguei neste horário porque o voo do Espírito Santo para Brasília chega supertarde. Infelizmente, portanto, estou chegando agora e não pude acompanhar a exposição do Dr. Gabrielli, mas sei que fez uma belíssima fala, que fez todos os esclarecimentos necessários.

Eu quero aqui, então, agradecer a presença do senhor. Mais uma vez a Petrobras vem a esta Casa para atender as necessidades dos Senadores e das comissões no que se refere a esclarecimentos. Então, trata-se de fazer este agradecimento, e quero aproveitar também a oportunidade para parabenizá-lo pelo período em que esteve à frente da Petrobras como presidente, desenvolvendo um bom trabalho.

É uma empresa muito importante para o Brasil e para o mundo. Imagino que não seja fácil presidir uma empresa do tamanho da Petrobras, com a responsabilidade que tem com o desenvolvimento do nosso País e com o desenvolvimento mundial. Então, quero parabenizá-lo pelo trabalho e dizer que nós estamos aqui à inteira disposição naquilo que for necessário.

Como as perguntas que já foram feitas me contemplam, vou ficar para ouvir as respostas que o senhor tem a nos dar. Obrigada e parabéns mais uma vez.

O SR. PRESIDENTE (Blairo Maggi. Bloco União e Força/PR – MT) – Muito obrigado, Senadora Ana Rita.

Passo a palavra ao nosso convidado, Dr. José Sergio Gabrielli, para suas considerações.

O SR. JOSÉ SERGIO GABRIELLI DE AZEVEDO – Exmºs Senadores Jorge Viana, Eduardo Suplicy e Ana Rita, eu vou tentar responder as três intervenções de maneira unificada.

Primeiro, eu queria dizer da minha satisfação por ter aceitado este convite para vir aqui fazer esclarecimentos. Como o Senador Inácio Arruda lembrou, eu provavelmente devo ter sido, senão o que mais vezes veio ao Congresso, um dos que mais vieram ao Congresso entre os presidentes da Petrobras na história da Petrobras. Eu vim ao Congresso várias vezes, à Câmara e ao Senado, porque entendo ser esta uma Casa importante para promover o debate.

O negócio de petróleo é um negócio de risco e com uma série de especificidades importantes e, portanto, é necessário que o esclareçamos sempre o máximo possível; é necessário haver transparência. Aliás, essa é uma característica também da Petrobras. Apesar de se dizer que a Petrobras é uma coisa fechada, na área de petróleo ela é considerada uma das empresas mais transparentes do mundo, reconhecida em várias instâncias quanto a esse aspecto. Portanto, vir aqui e dar informações me parece uma boa atitude, pelo menos foi a minha intenção dar o máximo possível de informação e tirar a desinformação que, a meu ver, predomina no noticiário.

Aí, eu vou partir para tentar mostrar que tanto o TCU como o Ministério Público, assim como a ação individual que está correndo numa corte de primeira instância no Maranhão, têm como base, exclusivamente, a matéria publicada na *Veja.* Todas as três ações estão lastreadas não em depoimentos, não em documentos, não em informações adicionais, mas exclusivamente na matéria publicada na revista *Veja* e difundida amplamente por alguns veículos no Brasil.

O Tribunal de Contas abriu uma sindicância especial. Mandou uma equipe para a Petrobras, e essa equipe passou, se não me engano, mais de um mês dentro da Petrobras e está em fase final de elaboração de relatórios. Pelas próprias declarações do Procurador, que são públicas – não tenho nenhuma informação a não ser o que é publicado; estou fora da Petrobras desde fevereiro de 2012, portanto, há um ano e quatro meses e, por isso, não tenho nenhuma informação interna da Petrobras. E a informação pública é que o Procurador do Tribunal de Contas disse – trabalha com o verbo no gerúndio: "Se acontecer determinada coisa, nós faremos isso. Há possíveis indícios quanto ao que a matéria diz...". Então, não há conclusão ainda no âmbito do TCU. Pessoalmente, a pessoa física José Sergio Gabrielli de Azevedo não foi intimado ainda pelo TCU.

A ação do Ministério Público do Rio de Janeiro também é exclusivamente motivada pela matéria da *Veja.* O Ministério Público oficiou à Petrobras solicitando o meu endereço, entre outras coisas, mas até agora não me oficiou. Portanto, oficialmente, eu não sei o que está acontecendo no Ministério Público. Se está ocorrendo a investigação, eu ainda não fui formalmente oficiado.

A Justiça do Maranhão também está baseada exclusivamente na matéria da *Veja*. Portanto, é a matéria da *Veja* a causa de todas essas ações nos órgãos de controle. E essa matéria da *Veja* está lastreada na desinformação; está lastreada na desinformação quanto ao porquê do negócio, está lastreada na desinformação quanto ao valor que custou o negócio, está lastreada na desinformação quanto ao impacto do negócio sobre a Petrobras. Basicamente, é falta de informação.

Eu tenho certeza de que o Tribunal de Contas, o Ministério Público e o juiz da primeira instância, tendo as informações, vão, provavelmente, ou arquivar, ou concluir pela inexistência de nada equivocado ou escuso nesse negócio.

Vou me arvorar aqui, Senador Jorge Viana, Senador Suplicy, Senadora Ana Rita, a falar um pouco de como eu vejo alguma perspectiva do mercado internacional de petróleo e refino e o impacto sobre o Brasil. É evidente que eu vou tentar ser muito breve para dizer algumas características para as quais eu acho que é importante chamar a atenção.

Primeiro que, nos últimos dez anos, as adições de reservas de petróleo no mundo vieram fortemente, dominantemente, as novas reservas, em termos de descobertas, vieram das águas profundas brasileiras. Então, nós fizemos, nos últimos dez anos, as maiores descobertas de recursos que podem virar reservas do mundo. Quanto às perspectivas de crescimento baseadas em reservas, o Brasil desponta como o País que mais tem perspectiva de crescer o desenvolvimento das reservas, de novas descobertas. Isso não quer dizer de todas as reservas, porque grande parte das reservas do mundo crescem não por descoberta, mas crescem por melhoria da exploração de reservatórios já conhecidos, por aumento de investimento na tecnologia e aumento da chamada taxa de recuperação – a taxa de recuperação, ou seja, tirar petróleo do fundo da terra, é o que mais adiciona reserva no mundo.

Portanto, nós estamos posicionados, no Brasil, como o país que aponta como um grande crescimento

de produtor de reserva, de produtor de petróleo. Nesse sentido, nós passamos a ser parte do radar da geopolítica internacional, que tem principal produção vindo do Oriente Médio. Hoje, em termos de reservas de recursos não convencionais, temos um volume enorme de recursos que podem virar reservas na Venezuela e no Canadá. Portanto, nós temos aí um redimensionamento do futuro, de onde virão os novos barris de petróleo produzidos.

Nesse momento, ocorre, nos Estados Unidos, uma mudança muito importante. Os Estados Unidos, até seis, sete anos atrás, eram um país importador de petróleo e de gás. Houve o desenvolvimento de tecnologias de quebra – eu vou usar um termo aqui mais simples –, de quebra de rocha para tirar gás da pedra, que é o fracionamento das estruturas rochosas para geração do *shale gas*, do gás de folhelho, mais usualmente chamado de gás de xisto; isso não é tecnicamente correto, mas é a maneira que se chama o gás de xisto. Assim, os Estados Unidos transformaram-se, de um país importador de gás, num país potencialmente exportador de gás. Isso em seis anos. E isso transformou profundamente a indústria manufatureira americana, que, ao ter disponibilidade de gás barato, passou a crescer os investimentos em petroquímica principalmente, mas também em todos os setores industriais intensivos no uso de gás. Então, os Estados Unidos passaram a viver, nessa saída da crise pós 2008, uma reindustrialização da indústria americana, o que, anteriormente, não se esperava, porque se imaginava que a economia americana ia tornar-se uma economia de serviços. Cada vez mais, ela se torna uma economia transformadora, especialmente na indústria química e na indústria intensiva de utilização de gás, porque o gás, nos Estados Unidos, está muito barato, por causa da abundância da sua produção.

Isso também redirecionou, de forma muito significativa, a criação de capacidade de processamento de gás mundialmente. Antes desse período, o mundo caminhava para aumentar a capacidade de processamento de gás no Catar, processamento de gás em Omã, processamento de gás na Líbia, processamento de gás na Argélia, processamento de gás na Indonésia, processamento de gás na Austrália. Era uma criação de plantas de liquefação que iriam comprimir o gás 600 vezes, a -180º de temperatura, colocar num navio e mandar para o mundo. Com essa produção americana, esse mercado se altera profundamente, porque os Estados Unidos deixam de ser importadores, esse mercado de gás passa a ser um mercado diferente do que era o mercado anteriormente, com maior importância para os países emergentes, que passam a aumentar sua capacidade de transformar o gás líquido em gasoso com terminais de regaseificação, inclusive o Brasil, que toma a frente e faz três terminais de regaseificação: um no Rio de Janeiro, um no Ceará, ambos operando, e um na Bahia, em construção.

Essa mudança do gás tem efeito sobre o petróleo e tem efeito sobre os derivados. E o que acontece com o mercado de derivados? No mercado de derivados, tivemos a Europa reduzindo o consumo de diesel, particularmente por razões ambientais. Então, a Europa passa a reduzir o consumo de diesel e, enfrentando a crise do fornecimento de gás da Rússia por gasoduto, aproveita-se dessa mudança no mercado americano e tenta fazer uma arbitragem entre o preço do gás americano e o preço do gás do Oriente Médio; tenta apropriar-se desse ganho de tal maneira que usa gás, menos petróleo, menos diesel e menos combustível de derivado de petróleo.

Então, a tendência do mercado europeu de refino é contrair-se. O mercado americano é um mercado forte em gasolina. É um mercado forte em gasolina que está, em média, com o preço do galão de gasolina a US$3,60. Ou seja, o preço da gasolina americana é US$1,00 por litro, sem impostos. Portanto, US$1,00 por litro significa R$2,40 ou R$2,50 por litro, sem impostos, nos Estados Unidos.

Esse mercado americano tem um conjunto de refinarias com alta capacidade de processar petróleo pesado. O conjunto das refinarias americanas tem uma capacidade de processamento de petróleo pesado muito maior do que nós temos. Então, esse fato faz com que os Estados Unidos tendam a continuar importando petróleo pesado. De onde? Do Canadá, do México e da Venezuela. São as três principais fontes de fornecimento de petróleo pesado para os Estados Unidos, fora a Arábia Saudita, que fornece petróleo leve. Os Estados Unidos têm problemas políticos com a Venezuela, mas vão intensificar a construção de gasodutos, de oleodutos do Canadá para os Estados Unidos, o que significa, portanto, viabilizar um fornecimento de gás do Canadá para os Estados Unidos desde que superadas as limitações ambientais. Eles também têm os inemas deles, os ibamas deles, os órgãos ambientais deles.

Consequentemente, isso é uma tendência a uma maior integração entre o Canadá e os Estados Unidos no fornecimento de gás e petróleo pesado. O México está com dificuldade de crescimento da produção. A produção está declinando rapidamente. A Venezuela tem problemas políticos com os Estados Unidos. Resta o Brasil. Então, portanto, do ponto de vista do Brasil, a possibilidade de o Brasil ser um fornecedor maior dos Estados Unidos aumenta.

No entanto, o Brasil, corretamente, ampliou seu mercado com a China. Nós temos com um contrato de fornecimento de 200 mil barris de petróleo por dia para a China por dez anos, a preço de mercado. Portanto, se não houver interesse, não acontece. Portanto, nós temos, hoje, uma relação com a China; a China está presente no Brasil. A China é a principal sócia da Repsol e da Galp no pré-sal brasileiro, através da Sinopec. Consequentemente, nós temos uma relação especial com a China, que, portanto, cria para nós uma alternativa de fornecimento aos Estados Unidos e China, como o maior demandante do mundo.

Onde crescerá o refino do mundo?

O refino crescerá principalmente, em termos de capacidade de refino, na China e na Índia, mas também crescerá na África, porque a capacidade de refino na África é muito pequena; a potencialidade de crescimento da produção de Angola e da Nigéria, assim como de outros países da Costa Leste, e de Moçambique, na Costa Oeste, também pode ser uma nova alternativa de integração no mercado de refino com produção na África.

A América o Sul depende do crescimento da América do Sul. A capacidade de refino dela, hoje, é mais ou menos em linha com o mercado interno da América do Sul.

Então, esse é o quadro de transição e mudanças que estamos vivendo no mercado de petróleo, reduzindo um papel relativo do Oriente Médio como fornecedor de petróleo do mundo.

Nesse contexto, o Brasil se encontra excepcionalmente bem colocado, porque tem potencial de produção de petróleo muito grande e uma capacidade de refino e um mercado interno também bastante ativos e intenso. Somos o quinto ou sexto maior mercado de consumo de derivados de petróleo do mundo. Portanto, estamos muito bem situados. Com a nossa economia crescendo, o mercado vai crescer, e nossa capacidade de refino vai crescer. Estamos com quatro refinarias sendo projetadas ou implantadas: a Refinaria Abreu e Lima está em fase final de implantação; a refinaria do Maranhão e a refinaria do Ceará estão em fase de projeto, mas vão ser realizadas. Temos uma possibilidade de aumentar nossa capacidade de refino, atendendo o mercado brasileiro, em um contexto em que a posição do Brasil tende a aumentar.

Esse, para mim, é o quadro que estamos vivendo.

Muito obrigado!

Agradeço muito essa oportunidade de poder esclarecer e tirar as dúvidas que, porventura, os senhores tiveram.

O SR. PRESIDENTE (Blairo Maggi. Bloco União e Força/PR – MT) – Muito obrigado, Dr. Sergio Grabrielli, pela sua presença, uma vez que não era obrigatória nesta Comissão. Foi feito um convite e V. Sª, que prontamente atendeu não só ao convite, mas às expectativas que todos tínhamos de esclarecer esse assunto, como foi colocado aqui pelos colegas. O assunto veio a público sem as informações junto com as matérias.

A partir de agora, depois da sua explanação, para mim, não resta nenhuma dúvida. Àqueles que restam algumas dúvidas, pelos gráficos, pelas publicações que V. Sª apresentou, é possível rastrear, é possível verificar, fazer novos levantamentos, mas, para mim, ficou bastante claro que o negócio foi feito em um determinado momento, em uma circunstância, e as coisas mudaram. Portanto, o Brasil ou a Petrobras não fez nenhum negócio fora da curva, fora da realidade daquele momento.

Quanto às suas explicações de mercado, é isso mesmo. No mercado, você está comprando e vendendo todo dia, todo instante, trocando de posição. Muitas vezes se compra para levar para Pasadena o petróleo, mas, no meio do caminho, inverte para outra refinaria, porque as contas mudaram. E os *trades* mudam as contas a cada segundo, tanto que ficam negociando no telefone o tempo inteiro.

Entendemos muito bem. Aqui é uma posição política. Vi alguns colegas perguntando por que não se faz um investimento no Brasil. Não se faz no Brasil porque a Petrobras quer ser uma empresa mundial, quer ocupar outros espaços e precisa, na ocupação de outros espaços, garantir fornecimento para o Brasil. É uma questão de estratégia comercial e não de política. Muitas vezes a gente confunde isso aqui no Senado ou no Congresso Nacional.

Quero cumprimentar V. Sª pela explanação, pela forma transparente como colocou os dados e como trouxe os dados a esta Comissão. Parabéns!

Muito obrigado! (*Pausa.*)

Declaro encerrada a reunião.

(Iniciada às 08 horas e 34 minutos, a reunião é encerrada às 11 horas e 33 minutos.)

ATA DA 25ª REUNIÃO EXTRAORDINÁRIA DA COMISSÃO DE MEIO AMBIENTE, DEFESA DO CONSUMIDOR E FISCALIZAÇÃO E CONTROLE, DA 3ª SESSÃO LEGISLATIVA ORDINÁRIA DA 54ª LEGISLATURA, REALIZADA EM 14 DE AGOSTO DE 2013, QUARTA-FEIRA, ÀS 14H, NA ALA SENADOR NILO COELHO, SALA N° 6.

Às quatorze horas e dezesseis minutos do dia quatorze de agosto de dois mil e treze, na sala de reuniões nº 6, da Ala Senador Nilo Coelho, sob a Presidência do Senhor Senador BLAIRO MAGGI, reúne-se a Comissão de Meio Ambiente, Defesa do Consumidor

e Fiscalização e Controle – CMA. Assinam o livro de presença os Senhores Senadores Acir Gurgacz, Ana Rita, Romero Jucá, Luiz Henrique, José Agripino, Blairo Maggi, Randolfe Rodrigues, Sérgio Souza, Aloysio Nunes Ferreira e Armando Monteiro. Deixam de comparecer os Senhores Senadores Anibal Diniz, Jorge Viana, Rodrigo Rollemberg, Garibaldi Alves, Valdir Raupp, Ivo Cassol, Kátia Abreu, Alvaro Dias, Cícero Lucena, Eduardo Amorim e Fernando Collor. A Presidência declara abertos os trabalhos e submete a dispensa da leitura e a aprovação da ata da reunião anterior. A ata foi aprovada. Passa-se à PAUTA, destinada a votação das emendas da CMA ao Projeto de Lei nº 2/2013-CN (Mensagem CN nº 27/2013 e nº 153/2013 na origem), que "Dispõe sobre as diretrizes para a elaboração e execução da Lei Orçamentária de 2014 e dá outras providências" – LDO 2014. A Presidência designa relator das emendas o Senhor Senador ACIR GURGACZ, que faz a leitura de seu relatório, propondo pela aprovação das emendas de texto nº 6 a 15, de autoria do Senhor Senador Rodrigo Rollemberg, e das emendas nº 16 a 19, de autoria da Senhora Senadora Vanessa Grazziotin. Propõe, ainda, a rejeição das emendas nº 1 a 5, de autoria do Senhor Senador Valdir Raupp, por tratarem de matéria não afeita à competência temática da comissão. A Presidência abre a discussão da matéria. Encerrada a discussão e colocado em votação, o relatório é aprovado, passando a constituir o Parecer da CMA, pela aprovação das seguintes emendas: 1) Ementa: CMA 01. Implementação do Plano Nacional sobre Mudança do Clima. Tipo: Inclusão de Meta. **Autoria:** Senadora Vanessa Grazziotin. Programa/Ação LOA: 2050 / 8911. Valor Fin. Referência: 1.696.923. Acréscimo de Meta: 1 Plano implementado (unidade); 2) Ementa: CMA 02. Coleta Seletiva de Resíduos Sólidos Urbanos. Tipo: Inclusão de Meta. **Autoria:** Senadora Vanessa Grazziotin. Programa/Ação LOA: 2067 / 20MG. Valor Fin. Referência: 56.779.770. Acréscimo de Meta: 30 Município apoiado (unidade); 3) Ementa: CMA 03. Adaptação à Mudança do Clima. Tipo: Inclusão de Meta. **Autoria:** Senadora Vanessa Grazziotin. Programa/Ação LOA: 2050 / 20G4. Valor Fin. Referência: 31.788.000. Acréscimo de Meta: 3 Projeto apoiado (unidade); 4) Ementa: CMA 04. Monitoramento Contínuo das Emissões Setoriais de Gases de Efeito Estufa no Brasil. Tipo: Inclusão de Meta. **Autoria:** Senadora Vanessa Grazziotin. Programa/Ação LOA: 2050 / 20MA. Valor Fin. Referência: 1.300.000. Acréscimo de Meta: 2 Monitoramento realizado (unidade); 5) Ementa: TCU – Acrescenta artigo para a adoção de planejamento estratégico pela Administração Pública e monitoramento dos riscos envolvidos nas ações necessárias para alcançar os objetivos e metas. Tipo: Texto Aditiva. **Autoria:** Senador Rodrigo Rollemberg; 6) Ementa: TCU – TCU – Acrescenta artigo sobre custo global das obras. Tipo: Texto Aditiva. **Autoria:** Senador Rodrigo Rollemberg; 7) Ementa: TCU – Acrescenta artigo sobre gestão fiscal: envio dos Relatórios de Gestão Fiscal – RGF ao Congresso Nacional e ao TCU no prazo de 30 (trinta) dias após o final do quadrimestre. Tipo: Texto Aditiva. **Autoria:** Senador Rodrigo Rollemberg; 8) Ementa: TCU – Acrescenta parágrafo no art. 86, para permitir correção monetária de valores unitários dos benefícios auxílio-alimentação ou refeição e assistência pré-escolar. Tipo: Texto Aditiva. **Autoria:** Senador Rodrigo Rollemberg; 9) Ementa: TCU – Cria cadastro informatizado unificado de todas as obras e serviços de engenharia custeados com recursos dos orçamentos de que trata o artigo 165, § 5º, da Constituição Federal. Tipo: Texto Aditiva. **Autoria:** Senador Rodrigo Rollemberg; 10) Ementa: TCU – Modifica a alínea b do inc. VIII do Anexo II – para considerar separadamente efeitos das desonerações tributárias no âmbito do Programa de Aceleração do Crescimento – PAC. Tipo: Texto Modificativa. **Autoria:** Senador Rodrigo Rollemberg; 11) Ementa: TCU – Modifica o art. 107 para que os serviços sociais autônomos passem a divulgar anualmente as propostas orçamentárias e, mensalmente, dados e informações atualizados. Tipo: Texto Modificativa. **Autoria:** Senador Rodrigo Rollemberg; 12) Ementa: TCU – Modifica o art. 40, §3º, III, para permitir o cancelamento de despesas discricionárias para suplementar despesas obrigatórias do GND1 e benefícios. Tipo: Texto Modificativa. **Autoria:** Senador Rodrigo Rollemberg; 13) Ementa: TCU – Modifica o art. 87, inciso VI – inclui nas prioridades para as agências financeiras oficiais de fomento, a observância às diretrizes da Política Nacional de Desenvolvimento Regional. Tipo: Texto Modificativa. **Autoria:** Senador Rodrigo Rollemberg; 14) Ementa: TCU – Modifica parágrafo 3º do art. 90 – proposições que tratem de renúncia de receita devem consignar objetivos, metas e indicadores para concessão de benefício de natureza tributária. Tipo: Texto Modificativa. **Autoria:** Senador Rodrigo Rollemberg. Nada mais havendo a tratar, o Presidente convoca seus pares para comparecer à próxima reunião e encerra a reunião às quatorze horas e vinte e quatro minutos, lavrando eu, Raymundo Franco Diniz, a presente Ata, que lida e aprovada, será assinada pelo Senhor Presidente e publicada no Diário do Senado Federal, juntamente com a íntegra do registro de taquigrafia. – Senador **Blairo Maggi,** Presidente da Comissão de Meio Ambiente, Defesa do Consumidor e Fiscalização e Controle.

NOTAS TAQUIGRÁFICAS DA REUNIÃO DE 14/08/2013

O SR. PRESIDENTE (Blairo Maggi. Bloco União e Força/PR – MT) – Declaro aberta a 25ª Reunião Extraordinária da Comissão de Meio Ambiente, Defesa do Consumidor e Fiscalização e Controle da 3ª Sessão Legislativa Ordinária da 54ª Legislatura.

Submeto aos Srs. Senadores a dispensa da leitura e a aprovação da ata da reunião anterior.

Aqueles que concordam permaneçam como se encontram. (*Pausa.*)

A ata está aprovada e será publicada no *Diário do Senado Federal*.

Esta reunião destina-se à votação das emendas da Comissão de Meio Ambiente ao Projeto de Lei nº 2, de 2013 – CN (Mensagem CN nº 27/2013 e nº 153/2013 na origem), que "Dispõe sobre as diretrizes para a elaboração e execução da Lei Orçamentária de 2014 e dá outras providências" – LDO 2014.

Eu passo a palavra ao Relator da matéria, Senador Acir Gurgacz, para a leitura do seu relatório.

Com a palavra o Sr. Relator.

O SR. ACIR GURGACZ (Bloco Apoio Governo/PDT – RO) – Sr. Presidente, Srªs e Srs. Senadores, inicialmente, antes de começar a leitura, quero agradecer ao nosso Presidente, Senador Blairo Maggi, por ter confiado a nossa pessoa a elaboração do orçamento da LDO para 2014.

A Lei de Diretrizes Orçamentárias para 2014 (LDO 2014) compreenderá as metas e prioridades da administração pública federal, orientará a elaboração da lei orçamentária anual, disporá sobre as alterações na legislação tributária e estabelecerá a política de aplicação das agências financeiras oficiais de fomento.

De acordo com as normas de tramitação do projeto da LDO 2014, cujos fundamentos são lançados pela já citada Resolução nº 1, de 2006-CN, e pelo parecer preliminar de que tratam os arts. 85 e 86 dessa resolução, a CMA tem competência para propor emendas ao projeto, devendo fazê-lo na condição de autor de emenda coletiva.

Considera-se emenda de texto a que proponha alteração das seguintes partes do projeto da LDO 2014: a) Texto do Projeto (págs. 3 a 71 do Volume I do Avulso); b) Anexo I – Relação dos Quadros Orçamentários Consolidados (pág. 72 do Volume I do Avulso); c) Anexo II – Relação das Informações Complementares do Projeto de Lei Orçamentária de 2014 (págs. 73 a 77 do Volume I do Avulso); d) Anexo III – Despesas que não serão Objeto de Limitação de Empenho (págs. 78 a 80 do Volume I do Avulso); e) Anexo IV.1.a – Anexo de Metas Anuais 2014 a 2016 (pág. 87 do Volume I do Avulso); e f) Anexo IV.13 – Demonstrativo da Margem de Expansão das Despesas Obrigatórias de Caráter Continuado (págs. 523 e 524 do Volume II do Avulso). Não há limite ao número de emendas de texto.

O Anexo de Metas e Prioridades será elaborado por meio de emendas de inclusão de ações constantes das Leis Orçamentárias para 2012 e 2013, Leis nºs 12.595, de 19 de janeiro de 2012, e 12.798, de 04 de abril de 2013, bem como de ações decorrentes de iniciativas constantes do Plano Plurianual 2012-2015, Lei nº 12.593, de 18 de janeiro de 2012. A apresentação de emenda para elaboração do Anexo de Metas e Prioridades deve observar o limite máximo de 5 (cinco) emendas por comissão permanente da Câmara dos Deputados ou do Senado Federal.

Podem ser apresentadas emendas às programações nas áreas de competência regimental da CMA, que, nos termos do art. 26, § 1º e Anexo, da Resolução 01/2006-CN, referem-se aos órgãos orçamentários Tribunal de Contas da União, Ministério Público da União e Ministério do Meio Ambiente. Foram oferecidas, pelos membros da Comissão, 19 emendas que constam do quadro anexo a este relatório. Entre as propostas, 10 são emendas de texto de autoria do Senador Rodrigo Rollemberg e 9 de autoria dos Senadores Valdir Raupp e Vanessa Grazziotin. São emendas ao anexo de metas, de prioridades, da Lei de Diretrizes Orçamentárias para 2014 – LDO 2014.

Passaremos à análise, Sr. Presidente.

As Sugestões de Emendas de texto de nºs 5 a 15, todas relativas às áreas de atuação do Tribunal de Contas da União, órgão que pertence à área temática da CMA, foram consideradas meritórias, cabendo o seu acolhimento pela Comissão.

Das sugestões de emendas apresentadas com vistas à inclusão de metas, não devem ser acolhidas as Emendas de nºs 1 a 5, pois a programação a que se referem, inserida no âmbito do Ministério da Defesa, não integra a área temática da competência regimental desta Comissão.

As demais emendas da espécie, de nºs 16 a 19, cuja programação está relacionada ao Ministério do Meio Ambiente não incorrem em incompatibilidade que lhes recomendam o não acolhimento, além de serem reconhecidamente meritórias.

Voto.

Pelas razões expostas, e reconhecido o mérito das iniciativas, somos pela aprovação, por esta Comissão, das emendas propostas ao Anexo de Metas e Prioridades da Lei de Diretrizes Orçamentárias para 2014, de nºs 16, 17, 18 e 19, assim como das emendas de texto de nºs 6 a 15.

Esse é o nosso relatório, Sr. Presidente, Srªs e Srs. Senadores.

O SR. PRESIDENTE (Blairo Maggi. Bloco União e Força/PR – MT) – Muito obrigado, Senador Acir Gurgacz, Relator do nosso Orçamento.

Coloco a matéria em discussão.

A Senadora Ana Rita tem alguma observação?

A SRª ANA RITA (Bloco Apoio Governo/PT – ES) – Sr. Presidente, quero apenas parabenizar o Relator, Senador Acir, pelo relatório apresentado. A gente espera que possamos, realmente, assegurar isso na LDO. Acho que isso vem, realmente, valorizar e fortalecer as metas previstas para a LDO do ano que vem, de 2014.

Era só isso.

Muito obrigada.

O SR. PRESIDENTE (Blairo Maggi. Bloco União e Força/PR – MT) – Muito obrigado, Senadora Ana Rita, também por sua presença na Comissão.

Não mais havendo quem queira discutir, a matéria está em votação. *(Pausa.)*

Aqueles que concordam com o relatório do Senador Acir Gurgacz permaneçam como se encontram. (*Pausa*.)

Está aprovado.

Aprovado o relatório, que passa a constituir o parecer da CMA pela aprovação das Emendas nºs 16, 17, 18 e 19, assim como as Emendas de texto de nºs 6 a 15. Ficam rejeitadas as Emendas de nºs 1 a 5.

As emendas aprovadas pela CMA serão encaminhadas à Comissão Mista de Planos, Orçamentos Públicos e Fiscalização (CMO).

Nada mais havendo a tratar, declaro, então, encerrada a presente reunião.

Muito obrigado a todos.

(Iniciada às 14 horas e 16 minutos, a reunião é encerrada às 14 horas e 24 minutos.)

ATA DA 26ª REUNIÃO EXTRAORDINÁRIA DA COMISSÃO DE MEIO AMBIENTE, DEFESA DO CONSUMIDOR E FISCALIZAÇÃO E CONTROLE, DA 3ª SESSÃO LEGISLATIVA ORDINÁRIA DA 54ª LEGISLATURA, REALIZADA EM 20 DE AGOSTO DE 2013, TERÇA-FEIRA, ÀS 8H30, NA ALA SENADOR NILO COELHO, SALA N° 6.

Às oito horas e cinquenta e um minutos do dia vinte de agosto de dois mil e treze, na sala de reuniões nº 6, da Ala Senador Nilo Coelho, sob a Presidência do Senhor Senador BLAIRO MAGGI, reúne-se a Comissão de Meio Ambiente, Defesa do Consumidor e Fiscalização e Controle – CMA. Assinam o livro de presença os Senhores Senadores Anibal Diniz, Ivo Cassol, Kátia Abreu, Alvaro Dias, José Agripino, Blairo Maggi, Vanessa Grazziotin, Sérgio Souza, Aloysio Nunes Ferreira e Flexa Ribeiro. Deixam de comparecer os Senhores Senadores Acir Gurgacz, Jorge Viana, Ana Rita, Rodrigo Rollemberg, Romero Jucá, Luiz Henrique, Garibaldi Alves, Valdir Raupp, Cícero Lucena, Eduardo Amorim e Fernando Collor. O Senhor Senador Cristovam Buarque justificou a ausência, nos termos do Memo GSCB nº 08-197/2013. A Presidência declara abertos os trabalhos e submete a dispensa da leitura e a aprovação da ata da reunião anterior. A ata foi aprovada. COMUNICADOS DA PRESIDÊNCIA. A Presidência informa que o 8º Fórum Mundial da Água, a ser realizado em 2018, tem o Brasil, juntamente com a Dinamarca, como um dos países finalistas para sediá-lo. Desta forma, esta comissão convidará o Comitê de Avaliação do Conselho Mundial da Água, que vem à Brasília para verificar as condições da cidade para abrigar o evento, para uma reunião nesta quinta-feira, dia 22 de agosto. LEITURA DE AVISOS, em conformidade ao Ato n° 02, de 2009, da Comissão de Meio Ambiente, Defesa do Consumidor e Fiscalização e Controle do Senado Federal. Conforme análise prévia, os seguintes avisos estarão à disposição dos senadores membros para consulta na secretaria da comissão por 7 dias. Após este prazo, se não houver manifestação, os avisos serão arquivados: Aviso TCU nº 937, de 31 de julho de 2013. Cuida de auditoria nas obras de adequação do terminal de passageiros do Aeroporto do Galeão, empreendimento inscrito na matriz de responsabilidades para a copa de 2014. Enquadrado no inciso V do art. 2º do Ato 02/2009-CMA; Aviso TCU nº 957, de 31 de julho de 2013. Cuida de operação de crédito relativa à construção da Arena das Dunas, em Natal/RN, formalizada entre o BNDES e a Arena das Dunas Concessão e Eventos S.A., que se insere no esforço para realização da COPA de 2014. Enquadrado no inciso V do art. 2º do Ato 02/2009-CMA; Aviso TCU nº 942, de 31 de julho de 2013. Cuida de auditoria nas obras de reforma e ampliação do terminal de passageiros 1 do Aeroporto de Manaus, empreendimento inscrito na matriz de responsabilidade da Copa de 2014. Enquadrado no inciso V do art. 2º do Ato 02/2009-CMA; Aviso TCU nº 949, de 31 de julho de 2013. Cuida de acompanhamento da operação de crédito relativa ao projeto de reforma e adequação do estádio Maracanã, a ser celebrada entre o BNDES e o Estado do Rio de Janeiro, e que se insere no esforço para realização da Copa de 2014. Enquadrado no inciso V do art. 2º do Ato 02/2009-CMA. Passa-se à PAUTA. ITEM 2) REQUERIMENTO DA COMISSÃO MEIO AMBIENTE, DEFESA DO CONS., FISC. E CONTR Nº 46, de 2013, que "Requeiro a realização, por esta Comissão de Meio Ambiente, Defesa do Consumidor, Fiscalização e Controle – CMA, da exposição Cerrado Vivo, no período de 11 a 20 de setembro de 2013, em local a ser definido, como parte das atividades em comemo-

ração ao Dia Nacional do Cerrado". **Autoria:** Senador Rodrigo Rollemberg. Resultado: O Requerimento foi lido e, conforme entendimento adotado pela Comissão, será apreciado em reunião posterior. ITEM 3) REQUERIMENTO DA COMISSÃO MEIO AMBIENTE, DEFESA DO CONS., FISC. E CONTR Nº 47, de 2013, que "Requeremos, nos termos do inciso V, do artigo 90 do Regimento Interno do Senado Federal, c/c artigo 58, §2º, inciso V, da Constituição Federal, que seja convidado o sr. JOÃO AUGUSTO HENRIQUES, ex-diretor da BR Distribuidora, para que, em audiência nesta Comissão de Meio Ambiente, Defesa do Consumidor e Fiscalização e Controle, possa prestar os devidos esclarecimentos sobre suas denúncias de existência de um esquema de corrupção na Petrobras para favorecer parlamentares, partidos políticos e campanhas eleitorais". **Autoria:** Senador Aloysio Nunes Ferreira e outros. Resultado: O Requerimento foi lido e, conforme entendimento adotado pela Comissão, será apreciado em reunião posterior. ITEM 4) AVISO DA COMISSÃO DE MEIO AMBIENTE, DEFESA DO CONS. E FISC. E CONTROLE Nº 14, de 2013 – Não Terminativo, que "Encaminha cópia do Acórdão nº 671/2013 – TCU – Plenário proferido nos autos do processo nº TC 039.089/2012-6, acompanhado do Relatório e do Voto que fundamentam, referente a embargos de declaração opostos pela Empresa Brasileira de Infraestrutura Aeroportuária – Infraero, contra o Acórdão nº 306/2013 – TCU – Plenário". **Autoria:** Tribunal de Contas da União. **Relatoria:** Senador Jorge Viana (Substituído por Ad Hoc).**Relatoria Ad Hoc:** Senador Ivo Cassol. **Relatório:** Pelo conhecimento e arquivamento. Resultado: Aprovado o relatório, que passa a constituir o parecer da CMA, pelo conhecimento e arquivamento da matéria. ITEM 5) AVISO DA COMISSÃO DE MEIO AMBIENTE, DEFESA DO CONS. E FISC. E CONTROLE Nº 15, de 2013 – Não Terminativo, que "Encaminha cópia do Acórdão nº 575/2013 – TCU – Plenário, proferido nos autos do processo nº TC 015.235/2011-4, referente ao acompanhamento de concessão de crédito relativa ao financiamento do projeto Bus Rapid Transit (BRT) Transcarioca, corredor T5, celebrada entre o BNDES e a prefeitura do Município do Rio de Janeiro; bem como cópia do Acórdão nº 576/2013 – TCU – Plenário, proferido nos autos do processo nº TC 022.209/2012-3, referente ao acompanhamento da operação de crédito relativa à demolição e reconstrução do Estádio Octávio Mangabeira, em Salvador, formalizada entre o BNDES e o Estado da Bahia, acompanhados do Relatório e do Voto que o fundamentam". **Autoria:** Tribunal de Contas da União. **Relatoria:** Senador Rodrigo Rollemberg (Substituído por Ad Hoc). **Relatoria Ad Hoc:** Senador Aloysio Nunes Ferreira. **Relatório:** Pelo conhecimento e arquivamento. Resultado: Aprovado o relatório, que passa a constituir o parecer da CMA, pelo conhecimento e arquivamento da matéria. A seguir, a Presidência suspende a sessão, às nove horas e dezessete minutos, devido à falta de quórum. A sessão é reaberta às nove horas e vinte e três minutos. Não havendo quórum para deliberação, o Presidente encerra a reunião às nove horas e vinte e quatro minutos, ficando adiadas as demais matérias. Lavro eu, Raymundo Franco Diniz, a presente Ata, que lida e aprovada, será assinada pelo Senhor Presidente e publicada no Diário do Senado Federal, juntamente com a íntegra do registro de taquigrafia. – Senador **Blairo Maggi,** Presidente da Comissão de Meio Ambiente, Defesa do Consumidor e Fiscalização e Controle.

NOTAS TAQUIGRÁFICAS DA REUNIÃO DE 20/08/2013

(Texto com revisão.)

O SR. PRESIDENTE (Blairo Maggi. Bloco União e Força/PR – MT) – Bom dia a todos, senhoras e senhores.

Sob a proteção de Deus, iniciamos os nossos trabalhos.

Declaro aberta a 26ª Reunião Extraordinária da Comissão de Meio Ambiente, Defesa do Consumidor e Fiscalização e Controle, da 3ª Sessão Legislativa Ordinária, da 54ª Legislatura.

Faço o resumo da nossa reunião anterior só para relembrarmos os itens aqui tratados.

Tratou-se de reunião para votação das emendas da CMA ao Projeto de Lei nº 2/2013-CN, que dispõe sobre as diretrizes para a elaboração e a execução da Lei Orçamentária de 2014 e dá outras providências.

No total, foram apresentadas 19 emendas. O Relator, Senador Acir Gurgacz, apresentou relatório propondo não acolher as sugestões de Emendas de inclusão de metas de nºs 1 a 5 por não terem pertinência com a área temática desta Comissão. Também de acolher, no mérito, as sugestões de Emendas de texto de nºs 6 a 15 e acolher, no mérito, as Emendas de inclusão de metas de nºs 16 a 19.

Colocado em votação, foi aprovado o relatório do Senador Acir Gurgacz.

As 14 emendas aprovadas pela CMA foram encaminhadas à Comissão Mista de Planos, Orçamentos Públicos e Fiscalização (CMO).

Comunicados da Presidência.

– Informo que o 8º Fórum Mundial da Água, a ser realizado em 2018, tem o Brasil, juntamente com a Dinamarca, como um dos países finalistas para sediá-lo. Desta forma, esta Comissão convidará o Comitê de Avaliação do Conselho Mundial da Água, que vem

a Brasília para verificar as condições da cidade para abrigar o evento, para uma reunião nesta quinta-feira, dia 22 de agosto, aqui na Comissão.

Leitura de avisos, em conformidade com o Ato nº 2, de 2009, da Comissão de Meio Ambiente, Defesa do Consumidor e Fiscalização e Controle do Senado Federal. Informo que todos os avisos estarão relacionados na pauta da reunião.

Conforme análise prévia, os seguintes avisos estarão à disposição dos Senadores membros para consulta na Secretaria da Comissão por sete dias. Após esse prazo, se não houver manifestação, os avisos serão arquivados.

– Aviso nº 937, do Tribunal de Contas da União, de 31 de julho de 2013. Cuida de auditoria nas obras de adequação do terminal de passageiros do Aeroporto do Galeão, empreendimento inscrito na matriz de responsabilidades para a Copa de 2014. Enquadrado no inciso V do art. 2º do Ato 2/2009-CMA.

– Aviso TCU nº 957, de 31 de julho de 2013. Cuida de operação de crédito relativa à construção da arena das dunas, em natal/RN, formalizada entre o BNDES e a Arena das Dunas Concessão e eventos S.A., que se insere no esforço para realização da copa de 2014. Enquadrado no inciso V do art.. 2º do Ato 02/2009-CMA.

– Aviso TCU Nº 942, de 31 de julho de 2013. Cuida de auditoria nas obras de reforma e ampliação do Terminal de Passageiros 1 do Aeroporto de Manaus, empreendimento inscrito na matriz de responsabilidade da Copa de 2014. Enquadrado no inciso V do art. 2º do Ato 02/2009-CMA.

– Aviso TCU nº 949, de 31 de julho de 2013. Cuida de acompanhamento da operação de crédito relativa ao projeto de reforma e adequação do Estádio Maracanã, a ser celebrada entre o BNDES e o Estado do Rio de Janeiro, e que se insere no esforço para realização da Copa de 2014. Enquadrado no inciso V do art.. 2º do Ato 02/2009-CMA.

Antes de passarmos à pauta, gostaria de fazer um breve resumo sobre a última reunião da nossa comissão, realizada dia 14 de agosto.

Terminamos, então, os avisos.

Eu farei a leitura de um posicionamento sobre resíduos sólidos, que será motivo da próxima reunião.

Srªs e Srs. Senadores, ouvintes da Rádio Senado e telespectadores da TV Senador, minhas senhoras e meus senhores, foi aprovado, em 25 de Junho de 2013, Requerimento nº 33, de 2013, da CMA, criando a Subcomissão Temporária de Resíduos Sólidos, com a finalidade de acompanhar e fiscalizar a implantação do Plano Nacional de Resíduos Sólidos, com prazo até a conclusão da tarefa. Requerimento do eminente Senador Cícero Lucena.

A Lei nº 12.305, de 02 de agosto de 2010, institui a Política Nacional de Resíduos Sólidos, dispondo sobre seus princípios, objetivos e instrumentos, assim como sobre as diretrizes relativas à gestão integrada e ao gerenciamento de resíduos sólidos e às responsabilidades dos geradores e do Poder Público.

O Decreto nº 7.404, de 23 de dezembro de 2010, regulamentou a Lei nº 12.305, criando o Comitê Internacional da Política Nacional de Resíduos Sólidos.

A importância desses dois diplomas legais é inquestionável. No Governo Federal existe um comitê internacional para acompanhar a implantação da Política Nacional de Resíduos Sólidos em todo o País, porém percebemos que precisamos de mais, pois ainda existem grandes dificuldades para colocar este plano em prática, e o Congresso Nacional, pelo papel que tem na sociedade brasileira e pela importância do assunto, não pode ficar à margem do processo, justifica o Senador Cícero Lucena em seu requerimento aprovado nesta Comissão.

A problemática resíduos sólidos:

Segundo dados de 2008, divulgados pelo Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística – IBGE, por meio da Pesquisa Nacional de Saneamento Básico – PNSB: 99,96% dos municípios brasileiros têm serviços de manejo de Resíduos Sólidos, sendo que 50,75% deles dispõem seus resíduos em vazadouros; 22,54% em aterros controlados; e– 27,68% em aterros sanitários.

Esses mesmos dados apontam que 3,79% dos Municípios têm unidade de compostagem de resíduos orgânicos; 11,56% têm unidade de triagem de resíduos recicláveis; e 0,61% têm unidade de tratamento por incineração.

A prática desse descarte inadequado provoca sérias e danosas consequências à saúde pública e ao meio ambiente, sendo um dos principais motivos do triste quadro socioeconômico que afeta grande número de famílias excluídas socialmente e moradoras dos lixões – de onde retiram os materiais recicláveis que comercializam.

A maioria das prefeituras municipais ainda não dispõe de recursos técnicos e financeiros para solucionar os problemas ligados à gestão de resíduos sólidos.

O Governo Federal instalou, no dia 17 de março de 2011, o Comitê Interministerial para Acompanhamento da Política Nacional de Resíduos Sólidos.

O comitê é formado pelos seguintes órgãos: Ministério do Meio Ambiente, que é o coordenador; Ministérios das Cidades; Ministério do Desenvolvimento Social e Combate à Fome; Ministério da Saúde; Ministério da Fazenda; Ministério do Planejamento, Orçamento e Gestão; Ministério do Desenvolvimento, Indústria e Comercio Exterior; Ministério da Agricultu-

ra, Pecuária e Abastecimento; e Ministério da Ciência e Tecnologia, além da Casa Civil e da Secretaria de Relações Institucionais da Presidência da República.

Tem por finalidade apoiar a estruturação e a implementação da Política Nacional de Resíduos Sólidos, por meio da articulação dos órgãos e entidades governamentais, de modo a possibilitar o cumprimento das determinações e das metas previstas na Lei nº 12.305/10.

A Gestão dos Resíduos Sólidos em Mato Grosso.

Com o advento da Lei nº 7.862/02, institui-se a Política Estadual de Resíduos Sólidos, e, depois, na minha gestão como governador, a Lei nº 214, de 23/06/2005, criou a nova Secretaria Estadual de Meio Ambiente. Depois, com o Decreto nº 6.721, de 31/10/2005, proposição de novo organograma institucional, criando no âmbito da Sema (Secretaria Estadual de Meio Ambiente), a Coordenadoria de Gestão de Resíduos Sólidos, sob o comando da bióloga e mestre Solange Fátima de Oliveira Cruz, que possui duas gerências: a Gerência de Resíduos Sólidos Urbanos e Hospitalares, sob o comando do Engenheiro Sanitarista Everaldo Gasparini; e a Gerência de Resíduos Sólidos Agrícolas e Industriais, sob o comando da Engenheira Sanitarista Helen Farias Ferreira – são comandados pelo Secretário de Meio Ambiente, José Lacerda.

Em recente levantamento realizado pela Coordenadoria de Gestão de Resíduos Sólidos da Sema, obtivemos o seguinte quadro: apenas quatro Municípios com licença de operação de Aterro Sanitário, ou seja, com autorização para operação conforme normas técnicas e sujeito a monitoramento periódico; dez Municípios com licença de instalação, ou seja, encontra-se em estágio de implantação de Aterro Sanitário; treze Municípios com licença prévia , ou seja, já com parecer favorável da Sema quanto à escolha da área.

Além desses, existe implantado no Município de Sorriso um empreendimento privado atendendo a cinco Municípios naquela região.

O Aterro Sanitário é considerado a forma adequada de disposição final do lixo pelo confinamento dos resíduos em camadas cobertas com material inerte, geralmente solo, segundo normas operacionais específicas, de modo a evitar danos ou riscos á saúde pública e ao meio ambiente.

O Aterro Sanitário é impermeabilizado e possui sistemas de drenagem de gases e tratamento de chorume. Pelo levantamento realizado, constatamos um quadro preocupante em relação à destinação dos resíduos sólidos no Estado, com apenas 28 Municípios efetivamente tomando providências técnicas para destinação adequada dos seus resíduos.

È importante ressaltar que não é diferente o quadro no Brasil, assim como em toda a América Latina: os aterros sanitários constituem praticamente a única opção adotada para a disposição final do lixo. Na verdade, em quase todos os países, em lugar de aterros sanitários, o que se nota é a presença dos lixões. Portanto, essa é uma realidade nacional e continental, mas, no Estado de Mato Grosso, estamos tentando reverter tal situação.

De acordo com o Plano Nacional de Resíduos Sólidos, os Municípios têm até agosto de 2014 para eliminar e implantar aterros sanitários, que receberão apenas rejeitos. Entretanto, apresentam algumas limitações em relação à falta de capacitação técnica, ambiental e financeiras. Não terão tempo suficiente para finalizar os planos de gerenciamento até 2014.

Para concluir, agradecemos a iniciativa do eminente Senador Cícero Lucena, que, com certeza, tem o aval desta Presidência e dos seus pares em criar a subcomissão para fiscalização do Plano Nacional de Resíduos Sólidos.

Esse é um assunto, como já foi colocado na minha leitura, extremamente delicado e que tem prazo para ser concluído. Parece-me que não será cumprido, já que as providências até este momento foram muito poucas por parte dos Municípios, do Estado e da própria União. Fez-se a lei e, no entanto, não se deu sequência à implantação.

Requerimento, de 2012.

REQUERIMENTO DA COMISSÃO MEIO AMBIENTE, DEFESA DO CONS., FISC. E CONTR. Nº , DE 2012

Requeiro, nos termos do art. 73 do Regimento Interno do Senado Federal, que seja extinta a Subcomissão Permanente de Monitoramento da Implantação das Medidas Adotadas na Rio+20, para a criação da Subcomissão Temporária de Resíduos Sólidos, aprovada no Requerimento nº 33, de 2013, da CMA, tendo em vista que o Regimento Interno limita a quatro o número de subcomissões que podem funcionar simultaneamente em uma Comissão.

Autoria: Senador Blairo Maggi.

ITEM 1
REQUERIMENTO DA COMISSÃO MEIO AMBIENTE, DEFESA DO CONS., FISC. E CONTR Nº 45, DE 2013

Requeiro, nos termos do inciso V, do artigo 90 do Regimento Interno do Senado Federal, c/c artigo 58, §2º, inciso V, da Constituição Federal, o comparecimento, do Sr. Ministro das Cidades, AGUINALDO VELLOSO BORGES RIBEIRO, para prestar esclarecimentos acerca do cancelamento da missão da ONU, cujo objetivo era avaliar a situação do acesso à água e saneamento no País.
Autoria: Senador Aloysio Nunes Ferreira.

O Requerimento foi lido na reunião do dia 9 de julho.

Submeto-o à votação. (*Pausa.*)

Vou aguardar o número necessário para fazermos a votação.

Da mesma forma, os itens 2 e 3 são requerimentos que constam pela primeira vez na pauta. Iremos ler esses requerimentos, que serão votados apenas na próxima reunião, na terça-feira.

Portanto, conforme o procedimento adotado por esta Comissão, farei a leitura dos requerimentos apenas para ciência das Srªs e dos Srs. Senadores quanto ao conteúdo e faremos a votação na próxima reunião deliberativa.

ITEM 2
REQUERIMENTO DA COMISSÃO MEIO AMBIENTE, DEFESA DO CONS., FISC. E CONTR Nº 46, DE 2013

Requeiro a realização, por esta Comissão de Meio Ambiente, Defesa do Consumidor, Fiscalização e Controle – CMA, da exposição Cerrado Vivo, no período de 11 a 20 de setembro de 2013, em local a ser definido, como parte das atividades em comemoração ao Dia Nacional do Cerrado.
Autoria: Senador Rodrigo Rollemberg

ITEM 3
REQUERIMENTO DA COMISSÃO MEIO AMBIENTE, DEFESA DO CONS., FISC. E CONTR Nº 47, DE 2013

Requeremos, nos termos do inciso V, do artigo 90 do Regimento Interno do Senado Federal, c/c artigo 58, §2º, inciso V, da Constituição Federal, que seja convidado o Sr. JOÃO AUGUSTO HENRIQUES, ex-diretor da BR Distribuidora, para que, em audiência nesta Comissão de Meio Ambiente, Defesa do Consumidor e Fiscalização e Controle, possa prestar os devidos esclarecimentos sobre suas denúncias de existência de um esquema de corrupção na Petrobras para favorecer parlamentares, partidos políticos e campanhas eleitorais.
Autoria: Senador Aloysio Nunes Ferreira e também do Senador Alvaro Dias.

O SR. ALVARO DIAS (Bloco Minoria/PSDB – PR) – Sr. Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Blairo Maggi. Bloco União e Força/PR – MT) – Pela ordem, Senador Alvaro Dias.

O SR. ALVARO DIAS (Bloco Minoria/PSDB – PR) – Apenas para justificar este requerimento, que é de autoria do Senador Aloysio e que subscrevo.

Nós consideramos muito importante essa audiência pública para ouvir esse cidadão que denunciou o escândalo de corrupção na Petrobras.

Como todos lembram, em 2009 nós instalamos uma Comissão Parlamentar de Inquérito para investigar irregularidades na Petrobras. Houve verdadeira operação de guerra comandada pelo ex-Presidente Lula com o objetivo de impedir a instalação daquela CPI. A CPI foi instalada, apesar de toda reação do Governo. O Governo assumiu o comando da CPI por inteiro, dominou-a totalmente e impediu que as investigações se fizessem. Nós não conseguimos aprovar requerimentos essenciais, não conseguimos quebrar sigilo bancário, fiscal e telefônico, não conseguimos acesso a documentos, a informações da Petrobras, que transformou numa verdadeira caixa-preta, não só com relação à CPI, mas também ao Tribunal de Contas da União, que denunciou o fato. Informações requeridas pelo Tribunal de Contas eram negadas pela administração da Petrobras.

Para não avalizarmos uma farsa, retiramo-nos da CPI, a Oposição se retirou e protocolou 18 representações junto ao Procurador-Geral da República, Dr. Roberto Gurgel. Dezoito representações com denúncias da maior gravidade em relação a irregularidades praticadas na administração da Petrobras. E, ao final do ano passado, protocolei mais uma representação referente a esse escândalo de Pasadena, a que, aliás, o Senador Ivo Cassol fez referência várias vezes nesta Comissão. O escândalo de mais de US$1 bilhão, US$1 bilhão de prejuízos para o País, um assalto aos cofres públicos, sem nenhuma justificativa, um verdadeiro assalto aos cofres públicos.

Agora, nova denúncia: revista *Época* veicula denúncias de que a Petrobras, a administração da Petrobras teria pago propina a Parlamentares e repassado recursos para a campanha da Presidente Dilma Rousseff. Portanto, não podemos ignorar denúncia de tal gravidade. É grave demais e não há como afirmar que o denunciante não disse o que disse, porque é um áudio à disposição para quem queira ouvir.

Portanto, a denúncia ocorreu, e a revista a veiculou. O áudio com essas denúncias está exposto para quem queira ouvi-lo. São denúncias gravíssimas que envolvem Parlamentares e até a Presidente da República. Portanto, nós temos, na pior das hipóteses, que ouvir esse cidadão.

É claro que caberia uma comissão parlamentar de inquérito. A Câmara dos Deputados tenta instalar essa CPI, sem sucesso. Nós começaríamos, aqui nesta Comissão, Sr. Presidente Blairo Maggi, por ouvir esse cidadão e, se considerássemos válido, aí, sim, buscaríamos o apoio de todos os Senadores para a instalação de uma comissão parlamentar de inquérito.

Nós estamos diante de uma circunstância que exige esse enfrentamento. Nós não podemos mais fechar os olhos para denúncias de corrupção. Elas precisam ser esclarecidas, alcancem a quem alcançarem. As denúncias não podem ser ignoradas; elas devem ser investigadas. Os fatos devem ser investigados; os fatos que foram a causa da denúncia devem ser investigados para que a opinião pública do País seja respeitada.

O nosso apelo, portanto, Sr. Presidente, é que, na próxima reunião, esse requerimento possa ser votado e aprovado.

O SR. PRESIDENTE (Blairo Maggi. Bloco União e Força/PR – MT) – Sem dúvida nenhuma, Senador Alvaro Dias, na próxima reunião da terça-feira, será colocado em votação o requerimento.

Consulto o Senador Aloysio Nunes se quer fazer uso da palavra, já que estamos aguardando a chegada de mais colegas para proceder à votação também.

O SR. ALOYSIO NUNES FERREIRA (Bloco Minoria/PSDB – SP) – Muito obrigado.

Sr. Presidente, o Senador Alvaro Dias se expressou sobre o assunto até com mais competência do que eu seria capaz de fazer.

O SR. PRESIDENTE (Blairo Maggi. Bloco União e Força/PR – MT) – Muito obrigado, Senador.

Então, na terça-feira, nós vamos ler novamente o requerimento e procederemos à sua aprovação ou à sua rejeição, conforme aquilo que os Senadores deliberarem nessa reunião.

O SR. ALOYSIO NUNES FERREIRA (Bloco Minoria/PSDB – SP) – Sr. Presidente, pela ordem.

O SR. PRESIDENTE (Blairo Maggi. Bloco União e Força/PR – MT) – Pela ordem, Senador Aloysio.

O SR. ALOYSIO NUNES FERREIRA (Bloco Minoria/PSDB – SP) – Sr. Presidente, eu queria fazer uma sugestão que me ocorre agora.

No nosso sistema de trabalho, nós decidimos que, quando a Comissão recebe um requerimento como esse que acabou de ser lido, seja concedida vista coletiva para conhecimento da matéria e deliberação em seguida.

Há, na pauta de hoje, um ofício do Tribunal de Contas da União – item 6 –, que encaminha cópia do Relatório de Gestão da Prestação de Contas Ordinária Anual da Aneel referente ao exercício de 2012, e o item 5 também é da mesma natureza.

Eu queria sugerir a V. Exª que pensasse na possibilidade de se adotar, em relação a esses ofícios do Tribunal de Contas que encaminham cópias de relatórios, a mesma sistemática, porque é natural que, ao recebermos uma proposição dessa natureza, nós nos dediquemos durante, pelo menos, uma semana para examiná-la. Do contrário, simplesmente encaminhar a matéria para o arquivo é uma morte, às vezes, inglória de todo um procedimento no Tribunal de Contas.

Sendo esta uma comissão de fiscalização, eu creio que seria positivo, do ponto de vista do desempenho das nossas funções, adotarmos essa sistemática.

Queria fazer essa sugestão a V. Exª para meditar.

O SR. PRESIDENTE (Blairo Maggi. Bloco União e Força/PR – MT) – Senador Aloysio, quero só deixar uma posição bem clara. Quando esta Comissão recebe esses avisos, eu os leio numa reunião, e eles ficam por sete dias aqui.

O SR. ALOYSIO NUNES FERREIRA (Bloco Minoria/PSDB – SP) – Já é adotado esse procedimento?

O SR. PRESIDENTE (Blairo Maggi. Bloco União e Força/PR – MT) – Já é adotado. Os avisos ficam aqui à disposição. É designado o Relator, e, depois, a matéria volta. Agora, se V. Exª quer que, após a relatoria, se estabeleça outro prazo, para mim não há problema.

O SR. ALOYSIO NUNES FERREIRA (Bloco Minoria/PSDB – SP) – Seria bom.

O SR. PRESIDENTE (Blairo Maggi. Bloco União e Força/PR – MT) – Nós simplesmente vamos atrasar por uma semana a sequência do trabalho.

O SR. ALOYSIO NUNES FERREIRA (Bloco Minoria/PSDB – SP) – Mas eu penso que o trabalho seria mais produtivo.

Já ocorreu, Sr. Presidente, em outra comissão, creio que na Comissão de Assuntos Econômicos, de a Comissão ter recebido um ofício dessa natureza carregado de informações muito úteis. E, a partir da análise desse ofício, nós convidamos o Relator daquela matéria, que era o ex-Senador José Jorge, que fez uma belíssima exposição sobre o conteúdo do seu relatório, que gerou debates importantes, esclarecimentos importantes sobre a matéria que era objeto do relatório do TCU. E penso que seria de boa prática adotarmos esse procedimento.

O SR. PRESIDENTE (Blairo Maggi. Bloco/PR – MT) – Muito obrigado, Senador Aloysio.

Consulto os demais colegas Senadores se estão de acordo com a sugestão do Senador Aloysio, nós passaremos a proceder dessa forma.

Recebido aqui o relatório pronto, nós faremos a leitura e fica, então, à disposição para que os demais colegas possam, antes da votação, então, terem ciência daquilo que foi escrito nesse relatório ou, se quiserem maiores e melhores informações, que haja tempo para que a gente possa fazer esse convite a alguém do tribunal para vir até aqui ou coisa parecida.

Está aprovado.

Passamos ao item 4.

ITEM 4
AVISO DA COMISSÃO DE MEIO AMBIENTE, DEFESA DO CONS. E FISC. E CONTROLE Nº 14, DE 2013
– Não Terminativo –

Encaminha cópia do Acórdão nº 671/2013 – TCU – Plenário proferido nos autos do processo nº TC 039.089/2012-6, acompanhado do Relatório e do Voto que fundamentam, referente a embargos de declaração opostos pela Empresa Brasileira de Infraestrutura Aeroportuária – Infraero, contra o Acórdão nº 306/2013 – TCU – Plenário.
Autoria: Tribunal de Contas da União
Relatoria: Senador Jorge Viana
Relatório: Pelo conhecimento e arquivamento

Passo a palavra, então, ao Relator *ad hoc*, Senador Ivo Cassol, para proferir a leitura do relatório.

O SR. IVO CASSOL (Bloco Maioria/PP – RO) – Obrigado, Sr. Presidente, Srªs e Srs. Senadores.

Da Comissão de Meio Ambiente, Defesa do Consumidor e Fiscalização e Controle, sobre o Aviso no 14/2013 – CMA (Aviso nº 00345, de 27/03/2013, na origem), que "Encaminha cópia do Acórdão nº 671/2013 – TCU – Plenário proferido nos autos do processo nº TC 039.089/2012-6, acompanhado do Relatório e do Voto que fundamentam, referente a embargos de declaração opostos pela Empresa Brasileira de Infraestrutura Aeroportuária – Infraero, contra o Acórdão nº 306/2013 – TCU – Plenário."

Eu só queria aqui pedir autorização do Presidente, porque o relatório e o voto são extensos, se eu faria a leitura de todo ele ou faria simplesmente o resumo. Qual seria a sugestão, Presidente?

Pode ser feito por resumo, Sr. Presidente?

O SR. PRESIDENTE (Blairo Maggi. Bloco/PR – MT) – Faz pelo resumo.

O SR. IVO CASSOL (Bloco Maioria/PP – RO) – Fica mais fácil.

Cuida-se de embargos de declaração opostos pela Infraero contra decisão tomada no Acórdão 306/2013-Plenário, que julgou Relatório de Auditoria realizado pela *SecobEdificação* nas obras de reforma e adequação do terminal de passageiros e acesso viário do Aeroporto Internacional de Salvador – Deputado Luís Eduardo Magalhães, ação incluída na matriz de responsabilidades para a Copa do Mundo de 2014.

Vamos ao voto, Sr. Presidente.

Em vista da incidência, no caso, do arts. 2º, V, e 3º, VI, do Ato nº 02/2009-CMA, voto no sentido de que a CMA:

I – tome conhecimento da matéria do Aviso no 14/2012 – CMA, de 05/06/2012; e

II – encaminhe o processado ao arquivo.

O Relator era o Senador Jorge Viana. **Relator ad hoc:** Senador Ivo Cassol.

Obrigado, Sr. Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Blairo Maggi. Bloco União e Força/PR – MT) – Obrigado, Senador Ivo Cassol.

Então, está aprovado o relatório, que passa a constituir o parecer da CMA pelo conhecimento e arquivamento da matéria.

ITEM 5
AVISO DA COMISSÃO DE MEIO AMBIENTE, DEFESA DO CONS. E FISC. E CONTROLE Nº 15, DE 2013
– Não Terminativo –

Encaminha cópia do Acórdão nº 575/2013 – TCU-Plenário, proferido nos autos do processo nº TC 015.235/2011-4, referente ao acompanhamento de concessão de crédito relativa ao financiamento do projeto Bus Rapid Transit (BRT) Transcarioca, corredor T5, celebrada entre o BNDES e a Prefeitura do Município do Rio de Janeiro; bem como cópia do Acórdão nº 576/2013 – TCU-Plenário, proferido nos autos do processo nº TC 022.209/2012-3, referente ao acompanhamento da operação de crédito relativa à demolição e reconstrução do Estádio Octávio Mangabeira, em Salvador, formalizada entre o BNDES e o Estado da Bahia, acompanhados do relatório e do voto que o fundamentam.
Autoria: Tribunal de Contas da União.
Relatoria: Senador Rodrigo Rollemberg.
Relatório: Pelo conhecimento e arquivamento.

Peço ao Senador Alvaro Dias que faça a leitura do parecer, em homenagem a V. Exª por ter sido o primeiro a chegar a esta reunião.

O SR. ALVARO DIAS (Bloco Minoria/PSDB – SP) – Obrigado, Senador Blairo Maggi.

Não lerei todo o relatório, mas apenas a análise final e o voto do Senador Rollemberg, tendo em vista que o relatório já está distribuído.

O voto de S. Exª é pelo conhecimento e pelo arquivamento do Aviso da CMA nº 15, de 2013, do Tribunal de Contas da União.

Este, o parecer do Senador Rodrigo Rollemberg, Sr. Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Blairo Maggi. Bloco União e Força/PR – MT) – Obrigado, Senador Alvaro Dias.

Em discussão. (*Pausa.*)

Não havendo quem queira discutir, encerro a discussão.

Em votação.

As Srªs e os Srs. Senadores que concordam com o Relator permaneçam como se encontram. (*Pausa.*)

Aprovado.

Aprovado o relatório que passa a constituir o parecer da CMA, pelo conhecimento e arquivamento da matéria.

Da próxima reunião para frente, Senador Aloysio Nunes, nós vamos adotar aquele procedimento que aqui convencionamos. Para tanto, farei o comunicado aos demais Senadores da Comissão, a fim de que nós possamos ter a mudança do nosso procedimento aqui na Casa.

Vamos passar ao item 6.

Peço ao Senador Aloysio Nunes que faça a leitura do Ofício "S" nº 201, de 2013.

ITEM 6
OFICIO "S" Nº 20, DE 2013
– Não Terminativo –

Encaminha cópia do Relatório de Gestão da Prestação de Contas Ordinária Anual da ANEEL referente ao exercício de 2012.
Autoria: Diretor-Geral da Agência Nacional de Energia Elétrica (Aneel).
Relatoria: Senador Luiz Henrique.
Relatório: Pelo conhecimento, pelo envio de cópias para a CCJ, CAE e CI para instrução dos membros dessas Comissões previamente à oitiva do Diretor-Geral da Aneel, e posterior arquivamento, se for o caso.

Com a palavra, então, o Senador Aloysio Nunes Ferreira.

O SR. ALOYSIO NUNES FERREIRA (Bloco Minoria/PSDB – SP) – Sr. Presidente, eu passo, como os demais casos semelhantes, uma vez que o...

O SR. ALVARO DIAS (Bloco Minoria/PSDB – PR) – Pela ordem, Sr. Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Blairo Maggi. Bloco União e Força/PR – MT) – Pela ordem, o Senador Alvaro Dias.

O SR. ALVARO DIAS (Bloco Minoria/PSDB – PR) – Sr. Presidente, nós não temos quórum. Eu creio que esta e as demais matérias deveriam ser sobrestadas. Não deveria ser feita a leitura. Estamos em dois Senadores apenas. Aliás, em três, com o nosso Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Blairo Maggi. Bloco União e Força/PR – MT) – Caiu o nosso quórum.

Está bem, Senador Alvaro Dias. Vou aceitar a sua sugestão. Vou, então, suspender a nossa reunião, até que nós tenhamos um quórum mais encorpado para deliberar sobre as matérias.

Está suspensa a nossa reunião, até o momento em que tivermos quórum para prosseguir.

(Iniciada às 8 horas e 51 minutos, a reunião é suspensa às 9 horas e 17 minutos e reaberta às 9 horas e 23 minutos.)

O SR. PRESIDENTE (Blairo Maggi. Bloco União e Força/PR – MT) – Está reaberta a nossa reunião. E como não há quórum, também já a encerro.

Convoco a todos para a próxima reunião na terça-feira, às 8h30.

Muito obrigado.

(Reaberta às 9 horas e 23 minutos, a reunião é encerrada às 9 novas e 24 minutos.)

ATA DA 34ª REUNIÃO, EXTRAORDINÁRIA, DA COMISSÃO PERMANENTE DE DIREITOS HUMANOS E LEGISLAÇÃO PARTICIPATIVA, DA 3ª SESSÃO LEGISLATIVA ORDINÁRIA DA 54ª LEGISLATURA, CONVOCADA PARA O DIA 15 DE JULHO DE 2013, SEGUNDA-FEIRA, ÀS 9 HORAS, NA SALA Nº 2, DA ALA SENADOR NILO COELHO, SENADO FEDERAL.

Às nove horas e oito minutos do dia quinze de julho de dois mil e treze, na sala número dois, da Ala Senador Nilo Coelho, sob a Presidência do Senador Paulo Paim, reúne-se a Comissão Permanente de Direitos Humanos e Legislação Participativa, com a presença dos Senadores Paulo Paim e Randolfe Rodrigues. O Senador Cristovam Buarque justificou sua ausência. Deixam de comparecer os demais membros da Comissão. O Senhor Presidente declara aberta a presente Reunião, destinada à apreciação da seguinte Pauta: Audiência Pública, nos termos dos Requerimentos da Comissão de Direitos Humanos e Legislação Participativa nºs 49 e 52, de 2013, aprovados em 04/07/2013 e 09/07/2013, de autoria dos Senadores Paulo Paim e Randolfe Rodrigues, respectivamente, que requerem a realização de Audiência Pública para

debater o tema *Mobilidade Urbana e Direitos Humanos.* O Senhor Presidente apresenta os senhores convidados, solicita que tomem lugar à mesa e faz suas considerações iniciais. O Senhor Presidente passa a palavra aos convidados, que fazem suas explanações, nesta ordem: Marcos Antonio Vivas Motta, Diretor da Secretaria Nacional de Transportes e da Mobilidade Urbana – Ministério das Cidades, em representação ao Ministro Aguinaldo Velloso Ribeiro Borges; Carlos Penna Brescianini, Representante do Blog Ambiente e Transporte; Eurico Divon Galhardi, Presidente do Conselho Diretor da Associação Nacional das Empresas de Transportes Urbanos – NTU; Maria Rosa Ravelli de Abreu, Professora, Representante do Programa Cidade Verde – UnB; Cristina Baddini Lucas, Engenheira Civil, Mestre em Mobilidade Urbana e Secretária de Transporte de Macapá, Amapá; e Ronaldo Alves, Representante do Cicloativismo, Presidente do Instituto Pedala Brasília de Mobilidade Sustentável. O Senhor Presidente faz leitura de diversas mensagens e perguntas encaminhadas através do *Alô Senado* e do *e-Cidadania*, que são comentadas e respondidas pelos senhores convidados. O Senhor Eurico Divon Galhardi faz leitura do seguinte manifesto da Associação Nacional das Empresas de Transportes Urbanos – NTU: 1. Continuidade dos investimentos federais, estaduais e municipais na infraestrutura urbana destinada aos transportes coletivos – melhor qualidade dos serviços; 2. Prioridade de circulação para os ônibus nas vias urbanas – maior velocidade, menor tempo de viagem e maior regularidade; 3. Redes de transportes modernas, integradas, multimodais, racionais e de alto desempenho – melhor atendimento às necessidades de deslocamento da população; 4. Gratuidades e benefícios tarifários com fonte de custeio nos orçamentos públicos – maior justiça social; 5. Política tarifária definida por representantes da sociedade nos conselhos de transporte – maior poder de decisão da sociedade; 6. Desoneração nos tributos e encargos sobre os serviços – menor custo, menor tarifa; 7. Subvenção pública ao transporte coletivo – melhor qualidade da operação; 8. Transparência nas relações entre o poder público e as empresas prestadoras do serviço de transporte urbano de passageiros – maior clareza nos direitos e deveres; 9. Planilhas de custos atuais e transparentes – maior controle social; e 10. Gestão pública eficiente – melhor utilização dos recursos públicos. Justificaram ausência os seguintes convidados: Paulo Saldiva, Professor, representante do Laboratório de Poluição da USP e Lúcio Gregório, Engenheiro Civil, ex-Secretário de Transportes da Cidade de São Paulo. Fazem uso da palavra os Senadores Paulo Paim e Randolfe Rodrigues. Nada mais havendo a tratar, encerra-se a reunião às treze horas e trinta e sete minutos, lavrando eu, *Mariana Borges Frizzera Paiva Lyrio*, a presente ata, que lida e aprovada, será assinada pelo Senhor Presidente e publicada no Diário do Senado Federal, juntamente com a íntegra das notas taquigráficas. – Senador **Paulo Paim,** Presidente eventual da Comissão de Direitos Humanos e Legislação Participativa.

(Texto com revisão.)

O SR. PRESIDENTE (Paulo Paim. Bloco/PT – RS) – Declaro aberta a 34ª Reunião Extraordinária da Comissão Permanente de Direitos Humanos e Legislação Participativa da 3ª Sessão Legislativa Ordinária da 54ª Legislatura.

A presente reunião destina-se à realização de audiência pública, nos termos do Requerimento nº 49, da CDH, aprovado em 4 de julho de 2013, por iniciativa deste Senador, e do Requerimento nº 52, aprovado em 9 de julho de 2013, de autoria do Senador Randolfe Rodrigues, que propôs mais dois nomes para estarem no dia de hoje conosco.

Informo a todos que estamos, a partir deste momento, ao vivo, pela TV Senado, pela Rádio Senado e pela Agência Senado. As pessoas poderão interagir diretamente com todos os nossos convidados, fazendo seus questionamentos e perguntas. De imediato, aqui, só vou orientar o que eles têm que fazer, para poder interagir com os convidados: 0800 e... (*Pausa.*) Em seguida, dou a devida orientação para que as pessoas possam interagir.

Justificaram a ausência, mas se colocaram inteiramente à disposição para outros momentos que necessários forem, porque entendem que o tema de iniciativa desta Comissão é fundamental: o Prof. Paulo Saldiva, engenheiro civil, ex-Secretário de Transportes da cidade de São Paulo, que explica, detalhadamente por que não veio e cumprimenta os convidados e a Comissão; e também o engenheiro civil, também ex-Secretário de São Paulo, Lúcio Gregori, que, infelizmente, no dia de hoje, não poderá estar conosco.

Para aqueles que estão nos assistindo pela TV Senado e ouvindo pela Rádio, forneço o passo a passo para interagir com os convidados: www.senado.gov.br, e-Cidadania, audiência pública, participe, CDH ao vivo. Faça o seu comentário, pergunte.

Estamos todos aqui com o objetivo de participar do debate de um tema tão importante como este: a mobilidade urbana na visão dos direitos humanos. A quem interessa a mobilidade urbana naturalmente? A todos os homens e mulheres deste País.

São nossos convidados no dia de hoje: o Diretor da Secretaria Nacional de Transportes e da Mobilidade Urbana, que aqui representa o Ministro Aguinaldo

Velloso Borges Ribeiro, do Ministério das Cidades, Sr. Marco Antonio Vivas Motta; o Sr. Eurico Divon Galhardi, Presidente do Conselho Diretor da Associação Nacional das Empresas de Transportes Urbanos (NTU), que já esteve comigo em outras oportunidades, ajudando no debate para a construção do Estatuto do Motorista, também é um cidadão que conhece bem a área e está discutindo o ajuste na atual lei – estou certo ou estou errado?

(Intervenção fora do microfone.)

O SR. PRESIDENTE (Paulo Paim. Bloco/PT – RS) – Estou certo.

Convidamos também Srª Maria Rosa Ravelli de Abreu, professora representante do Programa Cidade Verde (UnB), e a engenheira civil, mestre em mobilidade urbana, Secretária de Transporte de Macapá (AP), Srª Cristina Baddini. Sejam bem-vindos! Esses são os nossos convidados.

Se houver algum convidado que está aqui e que não está na lista... Ainda bem que você falou comigo. Você estava como se não tivesse chegado ainda, mas foi um dos primeiros a chegar – falha nossa!

Convidamos o Sr. Ronaldo Alves, representante do Cicloativismo, Presidente do Instituto Pedala Brasília Mobilidade Sustentável. Já esteve conosco por diversas vezes, inclusive a primeira vez em que bicicletas entraram nesta Comissão foi pelas suas mãos, mostrando a importância e o cuidado que temos que ter com esse transporte tão importante e que faz bem inclusive à saúde. Vou fazer uma pequena introdução para que as pessoas que estão nos assistindo possam, de imediato, interagir conosco.

Primeiro, repito, a audiência pública está aberta à participação popular: por telefone, basta ligar, gratuitamente, para o Alô Senado, 0800-61221. E, pela Internet, os interessados podem enviar as perguntas e comentários para o Alô Senado *on-line* ou, ainda, debater o tema dentro do portal e-Cidadania.

Destacamos que a mobilidade é um dos direitos humanos fundamentais e é sobre esta ótica que faremos, hoje, as nossas reflexões e debates. Ao fazer esta discussão, não temos outro objetivo senão o de buscar dignidade para as pessoas, em um ambiente de trabalho, de estudo, na moradia, no seu ir e vir, enfim, em suas vidas. A mobilidade urbana se apresenta como um dos principais desafios das grandes metrópoles no Brasil e no mundo. O deslocamento de pessoas em direção aos grandes centros, em busca de serviços de qualidade, empregos e oportunidades de negócios, contribui para a concentração populacional nas grandes capitais e regiões metropolitanas. Enfim, para estudar, para trabalhar, para discutir, para comprar, o transporte coletivo é fundamental.

É notável a necessidade e a urgência de harmonizar os movimentos de bens e de pessoas com agilidade, eficiência, conforto e segurança, além de mitigar os impactos negativos gerados pelo transporte urbano, especialmente os congestionamentos, os acidentes, a poluição visual, atmosférica e sonora, bem como a exclusão social. Cito também o preço das passagens que grande parte da população não consegue pagar, gerando todo esse movimento a que o Brasil assistiu pela diminuição do valor das passagens. Começou pela luta para que diminuísse R$0,20.

Para a materialização da visão de futuro, isto é, a geração de múltiplas oportunidades de trabalho e negócios, a melhoria da qualidade de vida e o desenvolvimento urbano, em bases ambientalmente sustentáveis, um dos objetivos estratégicos de longo prazo é assegurar as melhores condições de mobilidade, acessibilidade e conectividade, em todo o espaço urbano, e contribuir para a sua melhoria em âmbito metropolitano. Entre as estratégias de desenvolvimento de grandes metrópoles, sustentadas nas iniciativas não apenas do setor público, mas também daquelas empreendidas pela iniciativa privada e pela sociedade civil organizada, devem-se buscar garantir a mobilidade e a acessibilidade no ambiente urbano, por meio de redes integradas, do gerenciamento da demanda e da qualidade dos serviços de transporte público, e desenvolver a logística voltada à integração regional, nacional e internacional.

O alcance desses objetivos exige um planejamento de curto, médio e longo prazos. Não pode ser meta de apenas um governo, mas de um programa para o País. Daí a importância da participação da sociedade, no planejamento, nos debates, enfim, em todos os momentos, visando melhorar a qualidade de vida de todos.

Devo lembrar que nosso Governo prometeu que, junto com a construção da infraestrutura para a realização da Copa do Mundo, a mobilidade urbana seria a grande beneficiária – e nós estamos vendo que esta promessa não está se concretizando. E esse debate vai na linha de ajudar a impulsionar esse objetivo. Já passamos a Copa das Confederações e estamos com a Copa do Mundo de 2014.

Nossa audiência de hoje tem como principal objetivo proporcionar a participação da sociedade civil na contribuição da melhoria da mobilidade urbana. Esperamos que este nosso encontro possa desencadear uma série de ações do Congresso Nacional, para que o Brasil não apenas esteja preparado para receber as pessoas do mundo inteiro, no ano que vem, mas também para que o povo brasileiro possa participar e obter

um ambiente cada vez mais digno de viver nas suas cidades e também – por que não lembrar – no campo. Agradecendo a todas e todos, convidamos, agora, para que todos participem, intensamente, desta nossa audiência pública, que visa aprofundar a questão da mobilidade urbana.

Convidamos, neste momento, para fazer parte da Mesa, o representante do Blog Ambiente e Transporte, Sr. Carlos Penna Brescianini, que foi um dos que insistiu muito para que esta audiência se realizasse. (*Pausa.*) Já está à mesa? (*Pausa.*) Seja bem-vindo!

Vamos, então, ao nosso debate, só dizendo que já existem perguntas, antes mesmo de iniciarmos o debate – que bom! De imediato – e vou seguir a ordem que está aqui –, vamos passar a palavra ao Sr. Marco Antonio Vivas Motta, Diretor da Secretaria Nacional de Transportes e da Mobilidade Urbana, que aqui fala em nome do Ministro Aguinaldo Velloso Borges Ribeiro, do Ministério das Cidades. Sr. Marco, é até bom que o senhor fale, para nos dar uma visão geral de como o Governo está vendo este momento tão importante para todos nós.

O SR. MARCO ANTONIO VIVAS MOTTA – Exmo Sr. Senador Paulo Paim, demais componentes da Mesa, é com satisfação que estou aqui representando o Ministro Aguinaldo.

De imediato, gostaria de dar uma ideia de como funciona o Ministério das Cidades na questão da mobilidade urbana. Temos a Secretaria Nacional de Transporte e da Mobilidade Urbana. Nesta Secretaria, temos basicamente dois departamentos que são mais ligados às ações do PAC e um terceiro, do qual sou diretor, que cuida, vamos dizer assim, de todas as questões que não dizem respeito ao PAC – ou seja, os vários projetos de capacitação, de apoio à implantação dos planos de mobilidade urbana, que se tornaram obrigatórios para todos os Municípios com população acima de 20 mil habitantes. Os Municípios têm prazo, até março de 2015, para elaborar tais planos. Estamos, então, em curso com uma capacitação, para apoiar técnicos de aproximadamente 1,5 mil municípios, para que possam, efetivamente, desenvolver tais planos.

Temos também uma ação importante: nos próximos cinco meses, vamos definir nosso sistema de informações da mobilidade urbana, já que, atualmente, para se procurar, para se buscar informações sobre a mobilidade urbana, há que se consultar diferentes bancos de informações. Então, vamos, a partir desse prazo já fixado por portaria, definir o novo sistema da mobilidade urbana, que vai facilitar, em muito, o acesso às informações desta área.

E temos também, neste departamento, uma área importante que seria a mobilidade ligada ao meio ambiente. Tive, inclusive, na sexta-feira, dei essa parte sobre ambiente, energia, em reunião com a Empresa de Pesquisa Energética (EPE), que vai desenvolver até a nova matriz energética. E há, então, essa articulação no sentido de que a nossa secretaria dê subsídio para que essa matriz seja definida de modo mais correto. E temos lá, também, ações diversas – uma delas, a revisão a ser feita, ainda nesta administração, de todos os cadernos de referência que temos, inclusive, da parte cicloviária, e temos lá também toda essa parte de estudos em que estão os estudos, agora prioritário, de moderação tarifária e outros.

Temos também, no Ministério, é importante dizer, outra secretaria que é a Secretaria Nacional da Acessibilidade e Programas Urbanos – então, não é mais a Secretaria de Mobilidade, temos o Departamento de Políticas de Acessibildade e Planejamento Urbano. Essa Secretaria tem recursos e implanta, em várias partes do País, projetos em que está inserida a acessibilidade.

Em rápidas palavras, essa é uma visão que faz o Ministério das Cidades... Quer dizer, obviamente, os senhores têm informações sobre as ações do PAC: temos o PAC Copa, o PAC Grandes Cidades, Médias Cidades e o PAC Pavimentação, que, com orçamentos próprios ou com investimentos que são repassados através da Caixa Econômica Federal, apoiam projetos de mobilidade urbana, nessas cidades, voltados, principalmente, à melhora do transporte coletivo.

Então, esta é uma rápida visão dos trabalhos da Secretaria, e estou aí, por meio dessas rápidas informações, à disposição para as discussões. (*Palmas.*)

O SR. PRESIDENTE (Paulo Paim. Bloco/PT – RS) – Muito bem, Marco Antonio Mota, que falou em nome do Ministério das Cidades.

Explico que a Senadora Ana Rita, Presidente desta Comissão, não está conosco por motivos de força maior, tendo em vista diversos compromissos assumidos em nome da Comissão. S. Exª tem ajudado muito a organizar, nacional e até internacionalmente, a jornada com o Papa, que será neste mês. Ela tinha uma série de compromissos, por isso não está aqui neste momento. Mas deixou cumprimentos a todos por terem aceitado o convite e pediu que eu presidisse a reunião. Está justificada a ausência da nossa querida Presidenta da Comissão, Senadora Ana Rita.

Vamos, de imediato, passar a palavra para o Dr. Carlos Penna Brescianini, representante do Blog Ambiente e Transporte. Quero dizer que o Carlos já participou conosco, ao longo do ano passado principalmente, de inúmeras audiências públicas, preocupados que estávamos, ele particularmente, com este tema.

Antes de passar a palavra a você, aproveito para lembrar os grandes movimentos de rua liderados pela juventude e agora, no dia 11, o movimento liderado pelas centrais sindicais, um grande movimento. Este tema sempre esteve em pauta, qual seja, a questão da mobilidade urbana. Reafirmo aqui a minha posição acerca dos dois movimentos. Acho que são movimentos que se somam, que caminham juntos, ao contrário do que alguns querem tentar mostrar, como se fossem movimentos antagônicos. Não são antagônicos coisa nenhuma. O movimento da juventude e o grande movimento feito também pelas centrais, no fundo, têm uma pauta comum que visa melhorar a qualidade de vida de todos. Digo isso também porque – e já falei na tribuna do Senado – muitos disseram que o movimento da juventude teve mais gente na rua. É natural isso. Greve não é só gente na rua. É você, naquele dia, em protesto, não se deslocar para o local de trabalho. Então, com certeza, mais de dois milhões de pessoas não foram para o seu local de trabalho no dia 11. É uma forma de ser solidário ao movimento e, ao mesmo tempo, fazer o seu protesto exigindo mudanças. E uma das mudanças é a questão da qualidade do transporte coletivo.

Por isso, não vejo nenhuma hipótese, no meu ponto de vista, à forma que alguns colocam contando o número de pessoas que estão na rua. Para mim, o movimento se soma ao outro. E alguém me disse que pararam os trens, pararam os ônibus. Queriam o quê? Fazer greve e mandar os ônibus e os trens, os táxis e as vans para rua? É natural que se tente convencer os líderes dessas categorias a não operar naqueles dias. E foi o que fizeram.

A mim me surpreendeu até o número de movimentos que houve em mais de 20 capitais. Alguns diziam que parecia um feriado, um domingo. É sinal que a greve deu certo. Quando se pára as ruas, não vê ônibus, não vê trem e não se vê pessoas circulando, é sinal que o apelo feito em relação às pautas colocadas pelos jovens e depois pelos sindicalistas acabaram se somando e a população entendeu.

E como o Brasil é um continente, é muito mais complicado fazer uma grande mobilização no Brasil do que na Argentina, na Bolívia ou na Venezuela. Aqui são 200 milhões de pessoas.

Portanto, meus cumprimentos a todas as centrais sindicais, a todas as confederações e à Cobap, pois me surpreendeu positivamente o nível da mobilização no dia 11. Fiquei satisfeito vendo que a população está entendendo. E, como disse Nelson Mandela, "querem melhorar o governo, pressionem". Ele disse isso quando era Presidente da África do Sul. E isso se refere ao Executivo, ao Legislativo e ao próprio Judiciário, pela morosidade.

Dr. Carlos Penna, só uma introdução de um tema que V. Exª domina com muita tranquilidade e que nos ajudou muito aqui no debate.

O SR. CARLOS PENNA BRESCIANINI – Saúdo o Senador Paim, na pessoa de quem saúdo todos os convidados presentes à Mesa – senão, levo meia hora para poder saudar a todos –, mas quero agradecer a presença dos lados tão pontuais.

Eu quero saudar, então, o Ronaldo Alves, na ponta da mesa, que representa o Instituto Pedala Brasília, que vai falar conosco sobre a questão da mobilidade do ponto de vista dos ciclistas, do que pode ser feito. Agradeço a presença da Cristina Baddini Lucas, Secretária de Transportes de Macapá, nome gentilmente sugerido pelo Senador Randolfe, que entrou nesta audiência pública também reforçando a nossa ideia de ouvir as ruas. Saúdo o Sr. Eurico Divon Galhardi, representante da NTU, cuja presença agradeço porque, para debatermos aqui esse tema, sua presença é necessária. Saúdo o Sr. Marco Antonio Motta, pelo Ministério das Cidades, que é o grande interlocutor da gente na área do Executivo, e a Profª Maria Rosa, minha colega do Programa Cidade Verde, que tanto luta pela mobilidade.

Pessoal, vamos direto.

Achamos que falta um pouquinho de sensibilidade de todos para entenderem o grau de imobilidade urbana a que nós chegamos no País por conta da opção pelo modelo rodoviário. Eu acho que as pessoas estão começando a perceber que esse excesso de automóveis, carros, ônibus, caminhões nas cidades, ao invés de um transporte de massa eficiente, rápido, seguro, limpo e barato, está causando um problema econômico e, agora, um problema social ao País.

O Brasil nem sempre foi assim. Tudo começou em, mais ou menos, 1956, quando o Presidente americano Eisenhower recebeu uma pressão muito grande da indústria automobilística, que, após a Segunda Guerra, até a guerra da Coreia, tinha lucros muito grandes, por conta da produção de veículos para a guerra, mas que, com o final das grandes guerras, iria fechar postos de trabalho e reduzir seu lucro.

Para resumir, grande parte da produção de veículos para a indústria armamentista foi transformada para a produção de automóveis.

Eu espero que a TV Senado esteja conseguindo colocar isto, que eu acho muito importante.

De novo. A indústria armamentista transformou parte da sua linha de montagem para a indústria automobilística. Perfeito? Esse modelo sacrificou a indústria ferroviária, sacrificou o sistema ferroviário, porque

parou de se investir no transporte permanente de alta qualidade, de massa, eficiente e se passou a gastar dinheiro numa opção exclusiva.

Prestem bem atenção: nenhum país, nenhum lugar do mundo pode viver sem todos os meios de transporte que estiverem à sua disposição: ferrovias, metrovias, rodovias, rios, via aérea, o que quer que seja. Mas o detalhe é acharmos a equação correta, que está desequilibrada no Brasil.

Por que desequilibrou? Quando Juscelino Kubitschek foi ser Presidente, a indústria automobilística o procurou para criar, e foi criado quando Juscelino assumiu a Presidência, o Grupo Executivo da Indústria Automobilística, Geia, que começou a trazer as grandes empresas automobilísticas para o Brasil. O que Juscelino fez? Suspendeu todos os investimentos na indústria ferroviária e no sistema ferroviário. Ou seja, incentivou a construção de estradas, inaugurou fábricas de automóvel, inaugurou a fabricação de motores. Isso perdurou até o governo militar, quando, por exemplo, o General Ernesto Geisel inaugurou a fábrica da Fiat em Minas Gerais.

A coisa mais surpreendente é que, de 2000 até 2013, enquanto o Brasil ganhou 25 milhões de habitantes, ele ganhou 39 milhões de veículos. Então, o que isso quer dizer? Estamos crescendo mais em número de automóveis do que no de gente. A equação não está correta. Isso está provocando uma importação de gasolina, pelo Brasil, além do que foi planejado inicialmente. Ou seja, estamos desequilibrando a balança de pagamentos para importar gasolina. Não tem lógica. Quando falo gasolina, é porque se trata do maior volume, mas também diesel nós estamos importando e até álcool também. E isso está desequilibrando a balança doméstica brasileira enormemente. Todos estão vendo que o dólar está subindo. O dólar já fechou a R$2,26. Uma das causas é essa.

Balança comercial brasileira tem o pior semestre em 18 anos.

A conta petróleo foi responsável por um déficit de US$12 bilhões.

O que eu estou mostrando aqui são cidades grandes que têm linhas de metrô grandes. As imagens mostradas são da Cidade do México, Tóquio, Rio de Janeiro, que só tem duas; São Paulo, que tem cinco e está trabalhando para construir mais cinco; Porto Alegre tem uma linha, com muito custo. Vejo, inclusive, a atuação do Senador Paim e dos outros dois Senadores da bancada gaúcha, que conseguiram fazer o prolongamento da linha para além da região do Vale do Rio dos Sinos, já chegando em São Leopoldo, não é isso, Senador?

O SR. PRESIDENTE (Paulo Paim. Bloco/PT – RS) – Já passou por São Leopoldo.

O SR. CARLOS PENNA BRESCIANINI – Já passou e está indo adiante agora, não?

E não é fácil, não é, Senador? Verba para ferrovia, metrovia não é fácil.

Aqui também são imagens de Belo Horizonte, Recife e Distrito Federal, que tem uma linha em formato de y.

O que queremos mostrar sempre é que estamos causando um problema muito grande ao País, muito, muito, muito grande. E o que isso está causando? Além de estarmos aumentando a quantidade de veículo, vamos modificando as cidades para que comportem esses veículos, porque tudo está trabalhando para os veículos, em vez do ser humano, é o automóvel.

Então, se você tem um lugar em que a água da chuva cai ou água dos rios, o terreno em volta absorve. Na cidade, as áreas construídas já começam a ocupar parte das áreas que seriam para absorver a água da chuva, então, outras áreas tendem a absorver, ou seja, sobrecarrega. Mas se construirmos excessivamente, impermeabilizando excessivamente, com muito asfalto, com muito concreto, as cidades inundam. Por isso não recomendamos essa quantidade de automóvel, essa dependência de automóvel que temos. Isso está causando problemas seriíssimos.

O que recomendamos? A utilização de meios de transporte metroferroviários.

Essas imagens são de São Paulo e de Belo Horizonte após chuvas, em áreas que foram construídas rodovias. As cidades não cabem mais.

Aqui são imagens das cidades de Curitiba e de Salvador inundadas. Você vê que a calha por onde passa o ônibus – o Ligeirinho, que é o modelo inicial de BRT – já está inundada. Há locais lá que inundam de tal maneira que para tudo, como qualquer cidade brasileira.

Imagens de Brasília inundada completamente.

E agora é que gostaria de mostrar o caso mais interessante para discutirmos. Seul, capital da Coreia do Sul, foi parcialmente destruída pela guerra da Coreia. A Coreia era um País pobre. Como parte dessa reconstrução, o governo adotou uma política de incentivo à indústria rodoviária. E essa parte onde corria o rio, um dos rios, do qual não lembro o nome, acho que é Cheonggyecheon, era cercado por favelas praticamente O governo resolveu transformar aquilo em uma área para viadutos, incentivou a construção de viadutos, cobriu o rio, transformando-se numa zona urbana. Em 1980, havia um movimento tranquilo, mas o que aconteceu? Seul ganhou para ser sede de Copa do Mundo juntamente com Tóquio e ganhou para ser sede

olímpica de uma das Olimpíadas, que nem o Brasil. Por isso acho que é um caso que cabe com exemplo para mostrarmos.

Vocês sabem o que a prefeitura e o governo de Seul fizeram? Desmontaram tudo isso e, por debaixo da terra, há uma linha de metrô. Não vemos a linha, mas ela está debaixo da terra. E toda a área superior foi recuperada e devolvida à população na forma de jardins, na forma de rios. O rio foi despoluído.

Agora, fica a pergunta: foi barato? Não, porque Seul teve que passar pelo caos rodoviário para desmontar aquela estrutura rodoviária, que custou bilhões de dólares no esforço enorme do pós-guerra.

E para o que alerto aqui? Para o fato de que estamos fazendo uma repetição da história. Nós estamos investindo pesadamente em rodovias. Isso é um pouquinho mais de Seul, que ficou agora despoluída. Nós estamos investindo pesadamente em BRTs, em detrimento de investir na área que seria mais importante, que seria o transporte metroferroviário como transporte principal.

Isso aqui que estou mostrando é a questão dos acidentes. Vocês vejam que os acidentes têm um custo, dentro da sociedade, violento. Essas pessoas que param de trabalhar, se forem chefes de família, são os principais responsáveis pela família progredir ou afundar. O Estado entra com a aposentadoria; é um custo para o Estado; os hospitais, tudo que foi mobilizado por conta dos acidentes é um custo que nós pagamos no final. É o custo Brasil.

Para vocês terem uma ideia, no Sarah Kubitschek, o hospital de recuperação, metade, hoje, das pessoas que fazem tratamento lá, na área de ortopedia, são vítimas de acidentes automobilísticos. O acidente automobilístico é a maior causa de mortes violentas no Brasil. Está pau a pau com o assassinato, o latrocínio, por assalto, por violência pessoal ou violência contra o patrimônio. Morre mais gente no Brasil, hoje, do que morre na guerra da Bósnia diariamente, para se ter uma ideia.

Eu trouxe essa imagem de um pulmão de um fumante e de um pulmão de um não fumante para mostrar o que é a inalação dos gases dentro do pulmão dos seres humanos ou de qualquer outro animal. Pois é, pessoal, o pulmão das pessoas que moram nas cidades está se tornando um pulmão de fumante. Aqui, os locais próximos às ruas, às avenidas, às rodovias, onde há grande circulação de automóveis, que liberam o CO_2 Isso porque o álcool, ao contrário do que as pessoas imaginam, é poluente, porque tem carbono na molécula. Então, quando ele combina com o oxigênio forma o CO_2.e há liberação de CO_2. A gasolina é um hidrocarboneto e libera CO_2. O diesel é outro hidrocarboneto e libera CO_2. Então, não existe combustível à combustão limpa, esses que estamos utilizando. Isso não é bom.

O que eu acho importante aqui são os corredores de ônibus, que fazem uma geração de poluição ambiental muito grande. O modelo básico dos corredores de ônibus é o Transmilênio. Imagine você se colocarmos a mesma quantidade de pessoas que deveriam ser transportadas em trens de metrô em ônibus! Então, é uma estrutura que não cabe em si. Você veja a quantidade de gente que fica fora das estações. Imagine quando chove! E longe disso resolver o problema dos congestionamentos. Olhe, ao lado, que você vai ver o congestionamento de automóveis. E por que não resolve? Porque ônibus não transporta a quantidade de gente que o metrô transporta.

Olha, esse é o Transmilênio.

E agora eu chego ao Governo, e eu queria mostrar aqui para o representante do Ministério das Cidades. Quando há fotos de inauguração de mobilidade é sempre o metrô que dá a imagem. Mas a liberação de verba é para BRT. São privilegiados os projetos para BRT em detrimento dos projetos de metrô VLTs.

Olha a desproporção! Entre corredores de ônibus e BRTs foram 28 liberados no último anúncio da Ministra. Metrôs: quatro, sendo que um deles é de Brasília. que é pífio. Eu nem vou comentar o que... É inócuo isso que está sendo feito. Quanto aos dois VLTs, um é de Brasília, é o que está parado, está parado, porque o Governo o abandonou.

Então, quer dizer, 28 BRTs...

(Soa a campainha.)

O SR. PRESIDENTE (Paulo Paim. Bloco/PT – RS) – Mais cinco minutos.

O SR. CARLOS PENNA BRESCIANINI – Obrigado.

Então, o que estamos explicando? Que cada meio de transporte deve ser trabalhado para uma quantidade confortável de passageiros. Então, se você tem uma *van*, você a usa para percursos em que se tem até 20 pessoas e em curta distância. Se você tem ônibus, um ônibus normalzinho, são até 50 pessoas; o articulado, 120; o biarticulado mais ou menos 160, embora já esteja muito cheio.

Os veículos elétricos sobre pneus, que são os ônibus elétricos, piso baixo e alimentados por cima, que chamamos de Velp (Veículo Elétrico Leve sobre Pneus) já leva até 180; os VLTs (Veículos Leves Sobre Trilhos) já levam até 380 pessoas; monotrilhos, até 1.000 pessoas; e metrô, em um trem, leva até 1.800 pessoas, tranquilamente, 1.840.

Então, o que nós estamos dizendo? Isto aqui é uma mostra de como você, dentro de uma cidade, compõe a utilização de um VLT conforme o horário. Se você tem uma demanda maior, você aumenta o número de carros internos; se tem uma menor, você diminui. É um raciocínio simples. As cidades em que você concentra a principal parte do transporte com veículos elétricos ficam limpas, porque não há emissão de CO_2, não é?

Circulando em cima são os ônibus elétricos, que estamos mostrando.

Então, veja só: estamos afirmando que existe espaço. Falo para o representante da ANT entender e não pensar: "Ora, disseram para o senhor!" Não, eu estou lhe dizendo: há espaço para todos. Só que tem que ser inteligentemente dividido. Porque, do jeito que está, não conseguimos avançar. Simplesmente, as cidades não andam.

Vamos lá. E como ficariam as cidades, se nós fizéssemos? Vamos pegar uma cidade como Taguatinga, aqui no Distrito Federal, e fazer uma reformulação para ela trabalhar com transporte eficientemente. Você alarga a calçada, cria uma ciclovia, põe uma faixa dupla do VLT – é este azul; este azul aqui é o VLT (Veículo Elétrico sobre Trilhos) –, do outro lado tem uma rodovia, tem uma pista, uma rua, para ser mais exato. Cabem todos. E embaixo da rua, aqui embaixo, está passando o metrô.

Aqui, explicando a questão da utilização.

Outra. Outra. Aí. De novo. A cidade toda voltada para o sistema rodoviário, escura, cinza, não é? E a cidade já combinando todos os elementos. De novo, você tem calçadas largas, adaptadas, lisas, com rampas. Aí você tem uma pista dupla para o VLT, você tem a ciclovia, você tem a rua.

Aqui em cima, este aqui é um aparelho interessante, que vários países já usam. Como há câmeras na rua e uma circulação pequena, você tem um contador. Em frente a cada vaga existe um sensor, como o sensor de automóvel, que avisa, naquele painel, se há vagas ou não: temos três vagas, temos zero vagas, temos dez vagas, temos zero vagas de novo... Enfim, a pessoa não entra inutilmente na rua. Ela não precisa pegar essa rua inteira para poder descobrir. Já tem o aviso; se precisar, ela pega.

Então, o que acontece? Hoje, nós temos uma oportunidade enorme de transformar isso nisso. E o que nós estamos fazendo? Estamos desperdiçando recursos. Estamos gastando muito dinheiro para uma solução do século passado. Essa solução se esgotou inclusive porque, financeiramente, está achatando o poder aquisitivo das classes mais baixas. As pessoas simplesmente passam três, quatro, cinco horas por dia dentro de ônibus. Isso faz mal à saúde, as pessoas estão adoecendo mais, as pessoas andam perdendo o tempo que poderiam estar estudando ou ficando com suas famílias ou investindo numa outra oportunidade. As pessoas perdem oportunidades econômicas...

(Soa a campainha.)

O SR. PRESIDENTE (Paulo Paim. Bloco/PT – RS) – Um minuto.

O SR. CARLOS PENNA BRESCIANINI – ... e gastam grande parte do seu orçamento doméstico, um terço pelo menos – para quem ganha salário mínimo é muito –, em transporte. Então, o que acontece? Você está gerando o empobrecimento da população. Aí, quando aumenta R$0,20 a passagem, isso em São Paulo, ou R$0,15 ou R$0,10, em outro Estado, em outra cidade, nós começamos a ter centenas de explosões sociais. Então, a coisa não é só pelos R$0,20. A coisa é muito maior, e a achamos que está faltando sensibilidade.

Passo aqui a palavra aos outros e espero podermos ter um bom debate, colocando boas soluções. Obrigado, Senador, obrigado a todos. (*Palmas.*)

O SR. PRESIDENTE (Paulo Paim (Bloco/PT – RS) – Muito bem, Dr. Carlos Penna Brescianini, do Blog Ambiente Transporte.

Passamos a palavra ao Dr. Eurico Divon Galhardi, Presidente do Conselho Diretor da Associação Nacional das Empresas de Transportes Urbanos (NTU).

O SR. EURICO DIVON GALHARDI – Senador Paulo Paim, companheiro, já de algum tempo, de grandes jornadas, voltado ao trabalho em si do cidadão brasileiro.

Carlos, em seu nome eu vou saudar todos, mas eu vou deixar algo bem claro aqui: eu não vim aqui fazer antagonismo, eu não vim aqui comparar equipamento com equipamento. Eu estou aqui a convite da Comissão, honrosamente. Isso tudo que foi colocado ali nós conhecemos.

Eu, pessoalmente, conheço isso tudo porque andei pelo mundo. Não estou aqui discutindo uma história, porque, se eu fosse buscar uma história, eu tenho alguns livros publicados sobre a história do transporte. Inclusive, trouxe um aqui, em que tenho 5.500 anos de análise histórica do desenvolvimento do homem através da roda.

Nós estamos aqui vivendo um momento crítico. Nós estamos aqui para viver uma solução. Nós não estamos aqui para dizer que o segmento A, B, C ou D é melhor que o segmento X, Y ou Z. Não, nós estamos aqui até para fazer exatamente aquele sistema que você muito claramente – estou falando diretamente para você porque vou falar em cima da sua palestra,

não sei a dos outros – colocou: "Eu tenho como realizar aquilo perfeitamente".

Eu só quero deixar bem claro que, quando se levanta um aspecto histórico, a mudança, o modal do transporte não é tão voltado em cima da guerra. Depois, particularmente, nós podemos discutir e contestar a versão de um e de outro.

Este País já teve transporte ferroviário de primeira qualidade quando foi implantada a rede da Central.

Em 1956, o Presidente Juscelino optou por um sistema de transporte sobre pneus. Infelizmente, naquele momento se tirou um sistema de ônibus que existia no País.

Senador, em 1949, eu, como sou jovem há mais tempo, consegui andar nos ônibus. Em 1949, na cidade de São Paulo e na cidade do Rio de Janeiro – você deve conhecer também como historiador –, já existia um veículo americano chamado *twin coach*. Era um veículo de suspensão pneumática, piso baixo, porta pantográfica, hidramático e com ar condicionado. Era da Viação Relâmpago, que fazia transporte urbano.

Em 1924 se construiu o primeiro ônibus no Brasil feito pela carroceria Grassi, em cima de um transporte T, de um veículo Ford T.

A ferrovia no Brasil surge em 1856. O transporte rodoviário no Brasil surge em 1908. Ele surgiu em 1908 depois de terem sido implantados todos os sistemas de trâmuei. Nós tivemos os sistemas de trâmuei sob tração animal e em 1896 sob tração elétrica. Em 1909 nós já tínhamos ônibus de tração elétrica. Em 1917, no Brasil, na cidade do Rio de Janeiro, a Viação Excelsior já tinha ônibus elétrico. Na década de 50 – nós estamos discutindo o problema da poluição –, Rio Grande do Sul, Rio de Janeiro, São Paulo, Belo Horizonte, Recife e outros mais já possuíam uma rede de ônibus elétricos que serviam o País, poluindo muito menos. Mas chegou um momento em que houve uma opção política de se determinar um modal de transporte. Tirou-se o trâmuei, ou VLT – que nós chamávamos de bonde – da cidade. Eles foram desativados. Foram desativados porque os veículos precisavam passar, porque a indústria não produzia, o País tinha que se desenvolver.

Outro dado importante: as chuvas no Brasil não surgem depois do ônibus. Se a gente for fazer um levantamento histórico, as inundações vêm inclusive desde a época em que se formou aqui a capital do Reino Unido: desde 1808 – já há dados estatísticos – as cidades já enchiam.

Eu tive o prazer, por ser jovem há mais tempo, de ter participado do governo do Rio de Janeiro. Eu vim para o ônibus depois que me aposentei, eu fui convidado para vir para o ônibus, mas originariamente eu venho do serviço público. Eu dirigi uma Casa semelhante a esta. Eu fui Diretor-Geral da Câmara Municipal do Rio de Janeiro, onde eu comecei minha carreira e, quando eu era menino, a Praça da Bandeira já enchia. Em 1975, começamos a discutir metrô. Em 1975, no Brasil. Em 1841, começou a se fazer o metrô na Europa.

Mas, Senador, eu não estou aqui para fazer comparações. Eu acho que chegou o momento de se discutir aqui a realidade que a rua pediu. O que a rua pediu é altamente importante. Temos como diminuir os acidentes? V. Exª sabe que sim, tanto que V. Exª está elaborando o Estatuto do Motorista e trabalhou profundamente na regulamentação da profissão. E nós temos necessidade de modificar aquela mão de obra em cima dos motoristas para que se diminua a quantidade de acidentes no País. Mas isso vai continuar ocorrendo em todas as partes do mundo.

Existe um posicionamento, uma máxima com a qual eu gosto muito de trabalhar. Um dia, eu tomava um avião, estava no Panamá, e li um negócio que mexeu muito comigo: não são as espécies mais fortes que sobrevivem, nem as mais inteligentes, e sim as mais suscetíveis a mudanças. Ela se enquadra exatamente no nosso momento. Nós estamos em um momento de mudança. Nós viemos para cá, nós estamos nesta Comissão, Senador e meus companheiros de Mesa, para procurarmos uma solução. O metrô é importante? É. A ferrovia superficial é importante? É. O monotrilho? É. Todos os modais são importantes, mas eles têm que ser ligados entre si. E não se pode eleger um único vilão. Não é o empresário de ônibus – neste momento eu vou falar em meu nome – que faz a urbanização da cidade. Não é o empresário de ônibus que estabelece os padrões financeiros para que se cobre um serviço público. Há que se ter uma linha de ação. Não vamos resolver da noite para o dia. Nós não vamos fechar a indústria automobilística no País, o que vai desequilibrar completamente a balança, porque teria que se fechar da noite para o dia para resolver um problema de alteração de modal. Nós temos que trabalhar em consonância e com planejamento. Nós temos que discutir todos os problemas que nos envolvem no momento. Nós temos que solucionar aquilo que está em nossas mãos.

Eu ouvia, outro dia, a Presidente Dilma Rousseff, numa reunião com os prefeitos, em que ela dava R$3 bilhões para o Fundo de Participação dos Municípios, ser vaiada por alguns prefeitos. Antes, não tinham nada, e agora querem o céu. Correto. No serviço público, ninguém faz mágica. Não adianta chegar na cartola, que não sai dinheiro. Então, temos que fazer planejamentos urbanos, temos que fazer leis orgânicas. Se o sistema, como foi dito propriamente, é rodoviário, existem equipamentos para atendimento do sistema rodoviário

em cima e semelhança de metrô, em cima e semelhança de BRT, em custos com a realidade do nosso País. Nós vivemos num continente; nós não vivemos na Alemanha, nós não vivemos na Coreia. Nós temos que resolver o problema de São Paulo e, ao mesmo tempo, a Presidência da República tem que resolver o problema do Acre, tem que resolver o problema da seca no Nordeste, tem que resolver o problema da queda da lavoura no Sul. Então, gente, nós temos que ter bom senso. Senadora, eu acho que esta Comissão está num caminho correto. Nós podemos ter divergências, porque é da divergência que vai nascer a luz, mas o nosso posicionamento é sensato.

Imagine o senhor ou qualquer um de nós acordar amanhã e não ter ônibus na cidade. O caos é total. Ninguém se locomove, os automóveis inundam a cidade. Se nós formos analisar os congestionamentos, eles são iguais em São Paulo, no Cairo, em Paris, na Cidade do México, em Manhattan, em qualquer lugar do mundo a gente tem um problema, e eu vou ser muito rápido, não vou ficar... Eu acho que, talvez, no debate, se chegue a um momento comum.

Gente, nós só temos que olhar uma coisa aqui. Eu só vou deixar quatro números aqui.

Em 1.900: população do Brasil, 17 milhões de habitantes; frota do Brasil, dois mil e poucos carros. Eu tenho escrito aqui; não guardei de cor, porque não vou guardar numerologia. Em 1970, quem assistiu à Copa do Mundo de 70 ouviu uma música que dizia "90 milhões em ação". Em 1970, nós éramos 90 milhões. De 1970 a 2013, nós saímos de 90 milhões – dados do IBGE – para 196 milhões.

O SR. PRESIDENTE (Paulo Paim. Bloco/PT – RS) – É por isso que eu tenho arredondado para 200 milhões.

O SR. EURICO DIVON GALHARDI – Para 200 milhões.

Então, vejam o crescimento. Nós saímos de uma fabricação de automóveis, em 1956, montagem, da ordem de dois mil veículos por ano e chegamos ao número, hoje, de quase quatro milhões de veículos por ano emplacados na cidade. E nisso tudo tem um compasso simples. Nós estamos colocando glóbulos vermelhos e glóbulos brancos em artérias que não comportam isso tudo. Então, nós temos que analisar a cidade à luz do corpo humano.

Uma solução tem que ser tomada. A solução correta é metrô? Quanto tempo leva para solucionar por metrô? Se a solução é emergente, se precisa de uma solução em curtíssimo prazo, nós temos que pensar na solução em curtíssimo prazo.

(Soa a campainha.)

O SR. EURICO DIVON GALHARDI – Ainda tem mais cinco, não é?

O SR. PRESIDENTE (Paulo Paim. Bloco/PT – RS) – Tem.

O SR. EURICO DIVON GALHARDI – Se a solução é em curtíssimo prazo, nós temos que pensar em curtíssimo prazo. Então, é muito simples. Foi altamente importante o grito da rua.

O grito da rua não é em cima do transporte. O grito da rua não é em cima da saúde. O grito da rua não é em cima da educação. Eu estou muito preocupado com o grito da rua, que ele está sendo em cima da Constituição. Não se faz democracia com o momento em que nós estamos vivendo.

Eu estive num evento, agora no sábado, em que extrapolaram do direito de fazer manifestação. O meu direito começa onde termina o direito do outro e vice-versa. Então, eu gostaria, Senador, que ficasse marcado, nos Anais desta Casa, que nós não estamos aqui discutindo o certo ou o errado, se ele é um modal de transporte. Nós estamos discutindo o seguinte: temos que diminuir a quantidade de partículas em suspensão? Temos que diminuir a quantidade de dióxido, monóxido ou todos os componentes químicos? Temos. Temos que resolver o problema do tabagismo, como foi colocado ali, o problema da poluição do ar, que causa aspectos respiratórios nas crianças e nos idosos? Temos. As soluções existem. Agora, nós temos que priorizar, Senador, o que é a curtíssimo prazo, a curto prazo, a médio prazo e a longo prazo.

A colocação de um país verde é altamente benéfica. A colocação de uma cidade bem urbanizada e bem humanizada mais ainda o é. Então, eu só queria deixar... Carlos, eu não sei se eu entendi mal, depois você corrige. Eu não vim aqui debater estilo de modal.

Eu gosto muito, Senador – o senhor já lida comigo há algum tempo, há alguns anos, e sabe que eu uso isso –, de terminar com a frase do general cartaginês Aníbal: "Ou nós encontramos um caminho ou abrimos um". Então, acho que chegou a hora de abrirmos um caminho.

Era isso o que eu tinha a dizer. (*Palmas.*)

O SR. PRESIDENTE (Paulo Paim. Bloco/PT – RS) – Muito bem, Dr. Eurico Divon Galhardi, Presidente do Conselho Diretor da Associação Nacional das Empresas de Transportes Urbanos (ANTU).

Eu, mais uma vez, informo que a TV Senado e a Rádio Senado estão transmitindo ao vivo e os ouvintes podem participar pelo Alô Senado, por telefone e pela Internet.

Eu só vou aqui situar os nossos convidados. Eles vão responder, depois de todos falarem, algumas das perguntas. Informamos ainda, para que as

pessoas possam interagir, que as apresentações dos convidados podem ser acessadas na área Documentos de Referência, na página do evento, no Portal de Cidadania. Pressione F5, no seu teclado, para ver o que já foi carregado.

Algumas das perguntas eu vou deixar aqui para que os senhores respondam depois de todos usarem a palavra.

Poderia ser exigido, obrigatório aos Municípios em geral ter, no mínimo, dois meios de transporte público? Depois ele cita aqui ônibus, metrô, VLT, etc.

Aqui na Baixada Santista, há muitos ciclistas que não respeitam a faixa de ciclovia e, às vezes, atrapalham o trânsito. Há algum plano para essa fiscalização para ciclistas como há hoje para motociclistas? Isso aí eu tenho certeza de que o nosso líder que está aqui na ponta vai responder depois.

Outra pergunta: com a Lei Seca em vigor, como um cidadão pode sair à noite para beber, dançar e se divertir sem ter transporte público de madrugada para voltar para casa? Dirigir não pode, ele está dizendo, por causa da Lei Seca e não existe transporte.

Outra pergunta: Em São Paulo, será criado o bilhete único mensal por uma tarifa de R$140,00. O usuário poderá usar livremente os ônibus municipais. Essa proposta não poderia ser expandida para outros Municípios, como uma regra estadual dada como ordem pelo Governo Federal?" Ele faz uma pergunta também. Outra pergunta: quantos quilômetros temos hoje no Brasil em ferrovias para passageiros e quantos serão construídos nos próximos quatro anos? A China levou quatro anos para construir a maior ponte do mundo, com cerca de 36km. Sabendo que há muitos projetos para a reforma da infraestrutura – ruas, pontes, metrô, VLT –, e os projetos travam na burocracia, haveria um plano para agilizar esses projetos?

Mais uma aqui do Rafael, depois eu leio o nome de cada um que mandou. "Acho que o problema não passa pela criação de leis federais. O Senado é importante para enriquecer o debate, mas as responsabilidades têm que ser também dos Estados e Municípios." Pode olhar livremente aí. Outra aqui: "A União não deve se meter nesses assuntos, pelo menos no que tange à criação de leis, normas e regras." Ele insiste, o Rafael, dizendo que "Estados e Municípios é que devem legislar sobre esse assunto."

Bom, no final, depois que todos usarem a palavra, eu vou ler cada uma das perguntas, e cada convidado responderá como entender melhor, para que nosso ouvinte possa interagir.

Passo a palavra agora para a professora representante do Programa Cidade Verde – UnB, Drª. Maria Rosa Ravelli de Abreu.

A SRª MARIA ROSA RAVELLI DE ABREU – Bom dia a todos. Quero cumprimentar o Senador Paim pela importância da discussão das questões sociais, dos direitos sociais num País com tanta diferença de renda ainda, apesar de muitos avanços, como o Estatuto do Idoso, a Lei da Acessibilidade, o próprio Estatuto da Cidade e nossa Constituição cidadã.

Muitos avanços temos visto nos últimos anos, do ponto de vista social. Agora, é importante sim todo o diálogo em relação a um tema que está entravando a vida de todos, que é a mobilidade nas nossas cidades. Está entravando, custa muito caro para as famílias o modelo de transporte.

Então, aquilo que dizia o Goethe, que é nos obstáculos que a gente mais cresce, que o ser humano mais cresce. Nós estamos enfrentando um obstáculo. E o grito que veio das ruas – é muito interessante observar – foi desencadeado por um problema crucial, que é realmente o transporte público. Então o transporte público chegou, foi crescendo, foi crescendo, as pessoas suportando, não encontrando saída, até que chegou o momento desse grito, e a gente louva esses jovens, que mostraram que não pode um País moderno, um País democrático, um País que busca a inclusão social, um País que busca a qualidade de vida na cidade para todos, estar assim.

Nossas cidades já têm quase 90% da população. Ou seja, o brasileiro mora cada vez mais na cidade. Então, a cidade tem que ser o lugar também da produção de emprego, de renda, de riqueza para distribuir para todos, porque, se não se produzir riqueza, não se pode distribuir. E, para se produzir riqueza, você precisa ter as condições organizadas na cidade.

A mobilidade que entrava a cidade impede a produção da riqueza. Portanto, ela impede o progresso social de todos.

Houve até uma reportagem na *The Economist*, no final do ano passado, que recomendava ao investidor estrangeiro que não investisse em São Paulo, porque dizia: "Você vai ter prejuízo. A cidade está travada." Isso foi um escândalo, tanto que o Governador Alckmin, parece-me, está investindo muito em trens urbanos, em ampliar uma malha metroviária com, como foi colocado aqui, 75km apenas. Isso não condiz com uma cidade como a grande São Paulo, de quase 18 milhões de habitantes. Então, está errado.

Nosso transporte está na contramão. E foi muito bem colocado: nós precisamos de automóveis, sim; precisamos de ônibus, sim; e precisamos de trilhos sim. Nós temos 250 automóveis para mil pessoas no Brasil. Nos Estados Unidos, são quase 900; na Alemanha, 600; na Itália, 600. Nós podemos crescer muito na venda de automóveis, sim, porque, ainda na etapa

histórica em que vivemos, a indústria automobilística, automotiva tem um papel importante. É um conforto para toda família, sim, de baixa renda, de média renda, possuir um automóvel, um carro de passeio, um carro para uma necessidade específica, para usar no final de semana, não para o uso diário. No dia a dia, para ir à escola, ao hospital, ao trabalho, é o transporte coletivo. E ele tem que ser funcional, eficiente, racional. Isso é o ele não está sendo.

O que é racionalidade no transporte? É como o nosso corpo, que tem as artérias principais e os vasos, as veias, que alimentam as artérias principais. É a mesma coisa numa cidade: há as artérias principais, que tem que ser o transporte de massa, que leva muitas pessoas, com segurança, com conforto, e você é alimentado, localmente, por pequenos, médios ou até grandes ônibus, dependendo da origem e destino, como se diz. Então, nós precisamos de muito mais ônibus nos bairros com alta capilaridade. Na França, por exemplo – mas podemos falar de qualquer país europeu e também das cidades americanas e japonesas –, a 200, a 300 metros, você tem de haver um transporte público, uma parada. Aqui, você chega a ter dois quilômetros. Nessas grandes vias que estão sendo implantadas, as passarelas estão há quase dois quilômetros. Como é possível a pessoa deixar o automóvel em casa para andar dois quilômetros para pegar um ônibus? Ela vem a pé da sua casa. Então, temos que ver a racionalidade, a eficiência. E uma coisa não exclui a outra. Bicicleta é bicicleta, tem o seu papel. Carro é carro. Ônibus é ônibus. Metrô, trem, cada um tem uma função. E essa função precisa ser... Então, esse diálogo, esse debate é muito importante para se estudar a eficiência do transporte e essa mudança, porque é o momento.

A Presidente Dilma mandou R$85 milhões, segundo colocado, pelo PAC Mobilidade, e, agora, mais 50 milhões. Tudo isso vai ser derramado para fazer rodovia, estrada, estrada cara como a que estão chamando de corredor. Para colocar um ônibus em via exclusiva não é preciso gastar nenhum dinheiro. É colocar o ônibus em via exclusiva, à direita da pista. Isso não custa nada. Na França, na Europa, depois da Segunda Guerra, o coletivo anda em via exclusiva. Eu morei muitas décadas na França, quando estudante, e pegava o ônibus 21 – nunca me esqueço disso –, que ia de um lado a outro em via exclusiva. É muito agradável, sim, você andar em superfície. Por isso, as cidades estão substituindo, nos grandes corredores de ônibus, de via exclusiva, que não custa nada... É só pôr o ônibus em via exclusiva. Não custa 2 bilhões, como está sendo feito lá no Rio de Janeiro. Eu não sei se a Transoeste ou a Transcarioca. Eu fiquei escandalizada – vocês me desculpem – como cidadã. Dois bilhões de reais é muito para se colocar um ônibus em via exclusiva! Então, há alguma coisa que precisa ser dialogada, analisada.

Hoje, estão substituindo os ônibus em via exclusiva pelo *tramway*, como eles chamam, que é o trem na via; o *tramway* é o trem no caminho; é o *tranvia* na Espanha, ou seja, o trem na via, que é um veículo silencioso, seguro, com pontualidade e cujas estações são localmente alimentadas.

Para falar do transporte no caso de Paris – mas isso vale para qualquer cidade –, ressalto que, além de haver centenas de quilômetros de metrô, trem urbano para toda a região, o governo aprovou, agora em março, um anel metroviário, ligando todas as cidades. Imaginem o conforto e o progresso que isso vai trazer para essas cidades periféricas! São 200km de metrô! Isso foi agora em março. Fruto de uma discussão de anos, por conta de uma demanda da população, foi tomada uma decisão que traz riqueza e competitividade para as cidades, além de trazer – o que é muito importante – direitos humanos, dignidade.

Como disse, são 200km de linhas e 75 estações. E está sendo feita uma licitação internacional para trazer um novo modelo de estação. A estação não é uma mera chegada do metrô, mas um lugar de encontro das pessoas, com serviços, comércio, praças etc. Então, a nova praça é a grande estação. E essas 75 estações, que serão licitadas com uma inovação em termos dessa nova proposta de estação do encontro, como eles chamam, do encontro da cidadania, por um investimento de €26 bilhões. É caro, mas isso é feito com um estudo que mostra que haverá retorno para as próximas gerações.

A China, por sua vez, está implantando 30 mil quilômetros de ferrovia, se não me engano, nesses últimos anos. A China está pavimentando o seu futuro. E, agora, ela vai entrar no que eles estão chamando, no 12º Plano Quinquenal, nos trilhos urbanos. Isso não exclui automóvel; isso vai exigir muito mais ônibus; e é preciso integração e a tarifa, também integrada. Até porque não é possível, a cada vez que você toma um veículo público, você pagar uma nova tarifa.

Então, a gente pergunta: como é que na Europa, com países de um nível de vida mais caro, consegue-se financiar um transporte público bom, de qualidade, a um custo bastante reduzido? E, lá, um cartão vai de €60,00 a €200,00, mas o trabalhador tem os descontos, assim como o estudante, o idoso. Então, é factível!

Agora, o curioso é que o estudo que nós fizemos com a comunidade, no programa de extensão, mostra que o financiamento, na Europa, de um bom transporte público, barato, é feito exatamente no mesmo modelo do

que se faz aqui, ou seja, é tripartite. Um terço usuário; um terço empregador; um terço o setor público. Porque, aqui, se dá muito subsídio ao transporte. O setor já tem muito subsídio! Aqui, todo empregador, desde a dona de casa, para a pessoa que a ajuda em casa, paga o vale transporte. Um estudo realizado agora, em Belo Horizonte, mostrou que quase 50% do financiamento do transporte em ônibus naquela cidade vêm do empregador – mais precisamente, 44%.

Assim, eu acho que esta Comissão, a Comissão de Assuntos Econômicos, enfim, os nossos representantes no Parlamento precisam estudar detalhadamente, primeiro, como é financiado o transporte em países onde o transporte público é bom e a um custo justo para as pessoas, respeitando o direito humano; e, depois, ver como está sendo feito aqui. E não é para prejudicar ninguém. O empresário que opera hoje, o operador, vai continuar operando, com menos lucro provavelmente. O transporte público vai deixar de ser negócio para passar a ser prestação de serviço público. É só essa a mudança! E essas pessoas, que são grandes empreendedores, têm competência para empreender, e o governo pode até fazer indução para novos empreendimentos, até para os trens. Então, ninguém é prejudicado.

E se fala: "Puxa, vai ter menos? E a indústria canavieira vai gastar menos etanol se usar menos automóvel?" Acontece que nós estamos, como foi colocado, importando etanol, importando gasolina. O petróleo é um bem finito que é injusto ser usado só para queimar no dia a dia, dessa forma exagerada. Há a petroquímica. Tem-se de se agregar valor com novas pesquisas no petróleo. Então, não prejudica a indústria petrolífera. Isso é uma riqueza que o País. Não prejudicará o petróleo, nem as terras agricultáveis, porque hoje estamos usando as terras agricultáveis do País para agrocombustível, como o pessoal do movimento da agricultura familiar coloca.

Não prejudica. Ao contrário, todos vão ganhar. Todos serão beneficiados, em primeiro lugar a sociedade como um todo. Os empresários de ônibus aqui em Brasília devem sofrer um pouco com o que pensamos deles. Acho que eles vão dormir melhor, mais satisfeitos e tendo uma responsabilidade social.

Há solução? Há solução. Há alternativas. Não precisamos inventar as alternativas; é olhar para o que os outros países fazem, é reconverter, e não jogar todo o dinheiro que vai para a mobilidade para fortalecer o modelo exclusivamente rodoviário. Temos que ter, como foi colocado, uma diversidade de modais. E cada um no seu lugar próprio. Com diversidade, mas cada um com sua função apropriada.

Há uma proposta aqui no Senado, que estava dormindo, vinha de muitos anos, o Reitup, que é mais desoneração. Não pode haver desoneração sem se estudar para onde vai a desoneração. Se você dá mais incentivo para a empresa, e a empresa funciona como negócio, você não está ajudando o cidadão, a tarifa. Você está ajudando a empresa a ter mais lucro ainda.

O jornal *Estado de S. Paulo*, no mês passado, estampou uma manchete assim: "Negócio de 8 bilhões em dez anos no Distrito Federal". "Licitação: negócio de R$8 bilhões em dez anos".

Ao Programa Roda Viva foram os meninos do Passe Livre. Foi um programa excelente. As colocações foram feitas com muito equilíbrio, muita visão social, transporte como direito social. Um senhor, cujo nome não gravei, um senhor do Rio de Janeiro falou uma coisa grave – acho que é o Dr. Milton. Ele falou que, infelizmente, parece que o setor de empresa de ônibus costuma – e é direito da empresa – financiar campanhas e que, depois, chegam às vezes a nomear o Secretário de Transporte. Ele falou isso no Roda Viva, na TV Cultura.

Então, fiquei pensando: será isso verdade?

Nesse ponto, o prefeito nem tem que se preocupar com o setor de transportes, porque já tem um modelo instalado. Então, isso está na contramão. Isso precisa ser corrigido, sem prejudicar ninguém, sem prejudicar nenhum setor. Ao contrário, estimular que as famílias tenham a aquisição de automóvel, principalmente as de baixa renda, mas que haja um transporte público correto, com tarifa única, até com tarifa zero, como os jovens estão pedindo. Por que a tarifa zero? Porque, como Erundina fez em São Paulo e como se faz na Europa, o financiamento sendo tripartite é possível. Só que na Europa, o usuário paga um terço. E por que ele paga um terço? Para facilitar a inovação. Paris hoje tem um ônibus elétrico de bairro, há quatro anos. Então, além do metrô, além do *tramway*, além do trem urbano, além da bicicleta de aluguel, além do automóvel elétrico de aluguel, há o ônibus elétrico de bairro. Tudo isso é para facilitar a mobilidade da pessoa.

Portanto, é preciso que nossas autoridades do setor de transportes examinem como se faz e como funciona e adaptar. Nós gostamos de tantas coisas de luxo de outros países, da China, do Japão, da Alemanha, por que não vamos ver o setor social deles?

Quando há um transporte público bom, usa-se menos o automóvel, tem-se menos congestionamento, exige-se menos estacionamento. Imaginem, estão pensando em fazer um estacionamento aqui, debaixo da Esplanada. Por quê? É a única saída, se não mudar.

Eu vim agora. Chegando à rodoviária, não há metrô, não há ligação. Se eu fosse pegar um ônibus, seria

nova tarifa. Não há horário. Eu olho no meu celular, não há horário. Hoje, a tecnologia é simples. O cidadão olha no celular e pensa: "Vou para Vila Guilhermina, vou para a Mooca, eu vou para Vila Sônia. Qual é a linha? A que horas passa, daqui a dois minutos?" E passa. No lugar que funciona, passa, e chega na hora prevista. Então, a tecnologia está aí para ajudar tudo isso.

É preciso essa decisão política, esse sentimento, essa sensibilidade de todos, porque são muitos atores.

Nova York está organizando seu trânsito – a maioria das cidades americanas está lutando por isso –, e onde era pedregulho, brita, asfalto para estacionamento está virando praça, com jardim, com banco. É um programa chamado NYC Plaza Program, Ponto de Praça. Então, a comunidade local pede, os técnicos da prefeitura vão lá e localizam.

Isso é importante porque você torna a cidade mais humanizada, como foi colocado. Nós merecemos isso. Noventa por cento das pessoas moram nas cidades.

Isso aqui é Nova York. Eles estão tentando. É claro que existe uma cidadania ativa, por isso que louvamos essa cidadania.

Isso aqui é Paris. Imaginem que isso aqui era uma pista de carro! Três pistas. Viraram rua verde à margem do Sena. Viraram rua verde!

Imaginem a margem do Tietê, a margem do Rio Pinheiros. Eles só não puseram asfalto – como foi mostrado na Coreia – lá no Rio Tietê porque seria um escândalo mundial, porque o último governo em São Paulo chegou o asfalto até a margem.

Aqui, Santos. Eu acompanho este VLT de Santos há mais ou menos uns 30 anos, e, nos anos 90, a comunidade de lá lutava, porque é uma cidade histórica. É a primeira cidade do País, juntamente com São Vicente. Ela está sendo destruída. Há monumentos da época do Anchieta, do Pe. Manuel da Nóbrega. Então, isso é um pecado. Estamos desrespeitando a nossa história. Agora, há muita pressão.

E por que é que não se faz bonde, que é o metrô de superfície, como foi colocado? Porque, como o transporte ônibus é negócio, e é preciso maximizar o lucro, é claro que eu empresária, para ter mais lucro, não quero que se faça metrô de superfície; não quero que se faça ciclovia, não quero que se integre a tarifa, não quero que haja transporte público bom, porque, senão, eu não maximizo o meu lucro.

É inacreditável que, em São Paulo, com tanta inteligência, haja um trânsito todo final de semana para ao trabalhador, que luta a semana inteira no engarrafamento e que vai no final de semana para o litoral nesse trânsito! Isso é todo feriado e mesmo no final de semana. E vemos isso ano após ano, e não se põe o trem da serra, não se colocam os trens para o litoral, que existiam no século XIX. Então, imaginem!

Aqui é Nova York. Nós estamos analisando Nova York, porque é simbólica, cidades do porte. Vejam o convívio, a cultura.

(Soa a campainha.)

A SRª MARIA ROSA RAVELLI DE ABREU – A nossa rodoviária aqui é um depósito de ônibus. Ali é um monumento do Lúcio Costa. Ali tinha que ser um encontro de cidadania e haver um ônibus circular de passagem e não, estacionamento. Desculpem-me a palavra, mas é folgado isso! Agora, não é responsável o empresário, como foi bem-colocado. Não é ele que faz urbanismo. Quem tem que fazer é a pessoa em que nós cidadãos votamos. Então, nós esperamos que o nosso prefeito, o nosso governador faça o que prometeu, o que deve ser feito para as pessoas.

Isto aqui depois vai ficar no *site* e mostra um pouquinho dos nossos direitos que nós, seres humanos, temos, que é uma luta da humanidade ao longo de séculos. O de anistia aqui está muito bem resumido; o direito de ter uma vida decente, isso inclui o transporte.

(Soa a campainha.)

A SRª MARIA ROSA RAVELLI DE ABREU – Depois, todo o histórico da luta cidadã pelo transporte sustentável, pela sustentabilidade das cidades e que chega aqui à questão da convenção das mudanças climáticas.

Este aqui também mostra as ruas de pedestres de Paris. Isso traz turista, portanto, traz renda para o pequeno comerciante. Então, tudo isso é eficiência, além de inclusão.

Este aqui é para celebrar: restaura-se até o histórico de metrôs antigos, restaura-se como era. Isso é um conforto, o cidadão de pequena renda, maior renda vão juntos; isso é democrático, isso é bonito, isso é correto.

Está proposto um VLT no Rio.

(Soa a campainha.)

A SRª MARIA ROSA RAVELLI DE ABREU – Aqui é Nova York ainda.

Então, a gente vê que, felizmente, as cidades estão mudando, é uma festa quando chega o metrô.

Isso aqui, imaginem, é o pequeno anel, a pequena cintura de Paris, que já fez o círculo. Circunda-se toda a cidade, a pequena cidade, a parte histórica, num trem, num metrô de superfície. E é caro? Não. Esse aqui de Dijon foi feito em um ano de meio. Então, não demora. São 20km, e o custo saiu menor do que esses ônibus que estão sendo implantados com essas obras caras. Não é o ônibus que é caro, são as obras

que ficam caríssimas. A nossa que vai até o Gama é quase é quase R$1 bilhão; sai R$30 milhões o quilômetro. Isso é inacreditável! Então, o Ministério Público, o Tribunal de Contas e, sobretudo, o nosso Parlamento têm essa missão.

O SR. PRESIDENTE (Paulo Paim. Bloco/PT – RS) – Um minuto.

Na verdade, eu já dei mais sete minutos a mais que aos outros.

A SRª MARIA ROSA RAVELLI DE ABREU – Só para concluir, este é um trem moderno que custou R$10 milhões; esse trem com televisão, com tudo, veio da China e está funcionando no Rio.

Aqui até metrô no rio: o Rio Sena tem 12 estações de metrô *bateau*. Quer dizer, usa-se água também para ajudar.

Em São Paulo, a USP fez um projeto para fazer também um transporte aquaviário.

Este aqui é Curitiba, que está um pouco entravado; apesar de a Presidente Dilma ter ido inaugurar o projeto, ele está parado, está indo com dificuldade.

Aqui é Bogotá, que já aprovou o metrô de superfície.

(Soa a campainha.)

A SRª MARIA ROSA RAVELLI DE ABREU – Esses são os ônibus elétricos, a parada solar.

Este é o minhocão de São Paulo.

Em suma, este é um projeto para um arco ferroviário, projeto da UnB, pelo qual boa parte do Distrito Federal seria atendida com trem urbano.

Aqui é uma balsa solar. Agora, na Amazônia, há um protótipo. Mas, em várias cidades do Canadá, em vez de se fazer uma superponte, fez-se uma balsa solar, porque são pontos poucas pessoas que transitam ali, da península norte.

Isto aqui é uma campanha que os alunos estão fazendo e a comunidade.

Aqui é uma reportagem recente sobre as nossas calçadas: enquanto se investe tanto, bilhões e bilhões, só para pista de asfalto, não há dinheiro para o pedestre: em Brasília, não há calçadas. Sem falar que não há acessibilidade nas poucas calçadas.

Aqui é a comunidade perto do Hotel Waldorf Astoria, em Nova York, pedindo também um ponto de praça nesse local que hoje é estacionamento

O SR. PRESIDENTE (Paulo Paim. Bloco/PT – RS) – Muito bem.

A SRª MARIA ROSA RAVELLI DE ABREU -– Então, essa é a questão: a questão da desoneração, que eu acho que precisa ser estudada. (*Palmas.*)

O SR. PRESIDENTE (Paulo Paim. Bloco/PT – RS) – O.k. Professora, representante do Programa Cidade Verde, da UnB, Drª Maria Rosa Ravelli de Abreu, que é também especialista nessa área, meus cumprimentos pela exposição!

Eu dei uns minutos a mais porque acho que é importante poder completar o pensamento e a exposição, sem prejuízo de que, no debate, a gente avance ainda mais.

Eu ainda vou ler aqui algumas outras perguntas que chegaram. Depois eu vou passá-las para os convidados e convidadas.

> Considerando a Lei de Mobilidade Urbana, Lei 12.587, de 2012, na opinião dos especialistas, quais serão os maiores desafios para que o agente público e o gestor público possam de fato atender o disposto no art. 14 e 15 da referida lei e que tratam dos direitos dos usuários.

Bom dia! Em pleno século XXI é inadmissível que os ônibus fiquem estacionados aguardando um horário para saírem, principalmente o horário de pico. Existem alternativas? Só é preciso bom senso.

A outra é uma questão que vem sendo levantada, ou seja, é a mudança de turnos de trabalho, para diminuir o fluxo em um só horário.

As perguntas serão para o final.

Vamos agora para a Drª Cristina Baddini Lucas, Engenheira Civil, Mestre em Mobilidade Urbana e Secretária de Transporte de Macapá, Amapá.

A SRª CRISTINA MARIA BADDINI LUCAS – Bom dia!

Agradeço à Comissão, agradeço ao Senador.

Eu vou falar um pouco sobre direitos mesmo, mas antes vou falar sobre o que é essa divisão modal aqui na cidade. A gente pensa que nas cidades a maioria das viagens são feitas pelo automóvel. A maioria das viagens são feitas, na verdade, de bicicleta e a pé; quase 40%, 30% mais ou menos de coletivo; e por transporte individual, que são motos e automóveis, 30%.

A ANTP, que é a Associação Nacional de Transportes Públicos, fez o seguinte estudo: se a gente considerasse o modal ônibus gastando 1 de energia, 1 de poluição, custando 1 e ocupando, por passageiro, 1 de via, a gente teria a moto com 1.9; com 14 de poluição, a moto polui muito; 3.9 de custo; e 4.2 de espaço na via por passageiro. E o automóvel gastaria 4,5 em relação a esse 1 de energia; poluiria 6,4; custaria 8; e ocuparia 6,4 de via.

Os meus antecessores já falaram muito dessa opção rodoviarista. Então, é um pouco isso essa crise que está havendo hoje.

Em 1940, 31% moravam nas cidades; hoje, são 82%. E essa política rodoviarista que já foi falada foi cruel para as cidades. A gente teve outras medidas,

como o fim da regularidade dos investimentos federais. Até foi feita uma pergunta sobre se o Governo Federal não teria nada a ver. Mas tem, gente. Sem recursos, os Municípios ficam praticamente amarrados.

E já foi falado sobre essa questão da privatização do espaço viário, o sucateamento dos trens, e essa perda que houve de passageiros no transporte público, de 1992 para cá.

Há um dado que eu considero muito importante, já que a gente está na Comissão de Direitos Humanos, é que 15 milhões de brasileiros, hoje, não conseguem pagar nem a tarifa. Esse dado já caiu bastante nos últimos oito anos. Eram 37 milhões – está aí o pessoal, que não me deixa mentir –, e hoje a gente já está em 15.

E a questão do tráfego. Eu até pensei que o Prof. Paulo Saldiva viria, e ele iria falar muito sobre isso. Infelizmente foi uma perda ele não ter vindo. Essas medidas de *traffic calming* são para acalmar o trânsito. A gente só pensa, na questão do trânsito, em congestionamento, mas o trânsito é muito violento. Eu vou mostrar aqui que, nessa questão da cultura automobilística, o trânsito mata. No ano passado, 42 mil pessoas morreram, 360 mil ficaram feridas e 120 mil ficaram com deficiências permanentes.

E a questão das calçadas. A gente está falando que 40% das viagens são a pé ou de bicicleta, mas eu até estava perguntando para o Ministério das Cidades: se uma cidade quer investir em calçadas, há financiamento para isso? Não. Não se pode fazer um projeto da cidade só para construir calçada. Eu acho que essa é uma ação da qual a gente poderia até ir atrás.

Hoje o que se pensa de quem anda de ônibus é que é um cidadão de segunda classe. Eu já fui Secretária em várias cidades e já vi alguns depoimentos como o de um jovem: "Ah, eu ia para uma festa e descia um ponto antes para não dizer que eu cheguei de ônibus, porque eu tinha vergonha". Agora, a gente precisa reverter essa situação.

Esse aí é um dado de que, em 50 anos, a gente teve 50 milhões de automóveis. E a previsão é que a gente tenha, em 15 anos, mais 50 milhões. Então, muitos me perguntariam: "A alternativa é ir abrindo vias, abrindo vias e abrindo ruas?" Eu penso que não porque essa política de estímulo ao transporte individual fez com tenha havido políticas como o incentivo pela redução do IPI, como a ampliação dos créditos para veículos usados, como o financiamento dos bancos para as montadoras e como a renúncia da Cide.

Essa questão da Cide eu acho bastante importante, Senador, porque não é possível que o diesel, por exemplo, suba mais do que a gasolina e que a Cide, que era para financiar o transporte público, tenha sido usada nos últimos tempos para baratear o preço da gasolina. Essa é uma política de incentivo ao transporte individual. Então, eu penso que, nessa negociação toda para realmente o cidadão poder ter uma tarifa mais barata, a Cide é muito importante.

Eu falei um pouco de direitos, não é? Quer dizer, a gente nunca viu uma rua em que o pedestre e a bicicleta estivessem ocupando a sua totalidade. Então, eu penso que qualquer pessoa tem o direito a ocupar a cidade. Hoje 40% do espaço urbano são para automóvel e, além das vias, há garagens, postos de gasolina, e isso não está correto.

E o sistema viário democratizado. Já que 40% das viagens são a pé, por que a gente não tem espaço, nem recursos?

Eu acredito que também seja um direito as empresas conscientizadas e mobilizadas, atuando em prol da cidadania do trânsito, balizando suas políticas públicas no ser humano e não nos veículos.

E uma mídia. A questão da imprensa é muito importante. Já há até teses de mestrado mostrando como a indústria automobilística se comporta, com n conceitos. Você pensa que é só o conceito da liberdade, ligado à aquisição do automóvel, mas muito conceito errôneo também é colocado.

A prioridade é o modo a pé de deslocamento, a bicicleta e o transporte coletivo. Isso é um direito.

E os investimentos em obras públicas priorizando pedestres, bicicletas transporte coletivo com paz no trânsito. Imagina se a gente tivesse uns abrigos de ônibus assim.

E campanhas permanentes de investimento na área de educação para formar cidadãos que compreendam a importância do respeito, solidariedade na mobilidade, e não os motoristas do futuro. Estou cansada de ver escolinhas de trânsito que têm um monte de carrinho e criança de três anos aprendendo a ser o motorista do futuro, como se isso fosse fazer um cidadão. A cidadania está no...

Essa aqui é uma campanha de Belo Horizonte, muito legal, sobre o respeito à faixa de pedestres.

Bom, o trânsito deverá ser cidadão, com ações articuladas entre os diversos níveis de governo. É a pergunta do cidadão que está nos ouvindo. Há partes do Governo Federal, estadual e municipal, e todo mundo tem que cumprir a sua. E o Judiciário deve estar comprometido com a cidadania no trânsito e punindo infratores, porque, gente, nem 2% dos crimes de trânsito são penalizados, nem 2%. Quer dizer, se você quer matar alguém, é muito mais negócio, do ponto de vista do assassino, jogar um carro na frente dele do que dar um tiro.

Quanto à legislação, há que cumprir o Código de Trânsito. Pode até melhorar a legislação, mas, se cumprir o que já existe, está ótimo.

Mobilidade consciente, sustentável, ecológica e participativa. Vocês já falaram do quanto o carro polui.

Em relação à questão do espaço das cidades, o que a gente vê nas cidades espraiadas é que o que as pessoas que viajam querem é transpor aquele espaço, não é curtir a cidade, até porque moram longe e vão trabalhar. Então esse espaço e tempo social é muito importante, e também o patrimônio histórico. Você vê que, para abrir vias, anteriormente, destruíam-se as cidades, o que era sempre justificado.

Devemos viabilizar a descentralização das atividades e fazer um novo urbanismo, que siga o Estatuto da Cidade e que inclua o cidadão de baixa renda.

Em linhas gerais, a questão da equidade é o que eu falei: 40% dos pedestres e dos que usam bicicleta, acessibilidade para todos, prioridade na gestão dos investimentos nos modos coletivos e não motorizados. A gente cansou de ver... Por exemplo, o Maluf fez a água espraiada, proibiu ônibus, proibiu pedestre, só passa carro. Quer dizer, essa é a prioridade?

Restrição ao acesso dos automóveis no tempo e no espaço.

Quanto ao fim dos subsídios aos automóveis, é aquilo que eu já falei.

E reforma urbana nas obras viárias, investimento para o transporte público não motorizado de acessibilidade a todos, além da mobilização social.

Brasília já viveu a questão da paz no trânsito, que foi muito importante. E agora, em 2014, a gente tem a Lei da Acessibilidade, que determina que todo o sistema de transporte esteja acessível.

As cidades são, por definição, um espaço para a construção da cidadania, para o convívio harmonioso e fértil das diferenças, assim como para a celebração da liberdade e das fantasias. Isso é do livro *Pindorama Revisitada*. Mas a gente tem uma política, tudo isso eu falei, que é a Lei da Mobilidade, que a gente acha tão importante que chamou de estatuto da mobilidade sustentável.

Aqui é Bogotá.

O que é importante? Uma cidade cheia de carros?

Aqui estão transportando o mesmo número de passageiros que um trem, um metrô.

O que diz a Lei nº 12.587, da Política Nacional de Mobilidade? Ela traz os seguintes princípios: "a justa distribuição dos benefícios e ônus decorrentes dos usos dos diferentes modos e serviços; e a equidade no uso do espaço público de circulação, vias e logradouros". Então é isso que a gente vinha falando, eu já vinha, há 30 anos, falando. Agora há uma lei que tem que ser cumprida e que ainda fala na prioridade dos modos de transporte não motorizados sobre os motorizados; dos serviços de transporte público sobre o transporte individual motorizado; e da integração entre os modos e serviços de transporte urbano, além das gratuidades, que têm que ser divulgadas, porque não é justo que o cidadão que usa o transporte público pague por alguns outros serviços, por exemplo, gratuidade dos Correios. Os Correios já são uma empresa lucrativa; podem pagar o seu vale-transporte. Não é justo que o usuário assim o faça.

E ainda é direito dos usuários: receber um serviço adequado; ser informado, nos pontos de embarque e desembarque de passageiros, de forma gratuita e acessível, sobre itinerários, horários, tarifas de serviços, modos de interação. Isso é muito importante. Há até um movimento, que acho que começou no Rio Grande Sul; o movimento mesmo chega ao ponto de ônibus e coloca ali um cartaz dizendo que linha está passando por aquele ponto. Quer dizer, se o Poder Público não o fez, está sendo chamado à atenção agora.

Ouvi muita discussão sobre trem, sobre ônibus. Se formos pensar no total de Municípios brasileiros, a maioria deles é pequena e média cidade, e lá o transporte também deixa a desejar. Então, ter um abrigo, ter o ponto de parada indicando e ter linhas que são racionais, que não demorem horas, é muito importante. Porque as cidades grandes e as capitais, sim, têm sua discussão, se é trem, se é metrô, se é ônibus, mas, nas cidades pequenas, as pessoas também circulam por ali.

Ter um ambiente seguro. Também é um direito ter um ambiente seguro e acessível para a utilização do sistema de mobilidade urbana, por conta das leis da acessibilidade.

(Soa a campainha.)

A SRª CRISTINA MARIA BADDINI LUCAS – Ainda são direitos: ser informado em linguagem acessível – isso já falei –; participação da sociedade civil – há os órgãos colegiados, há as audiências públicas –; e fazer pesquisas de avaliação, saber o que a população está sentindo.

Estes são instrumentos de gestão: restrição e controle do acesso e circulação permanente ou temporário de veículos motorizados em locais e horários. Essa política de estacionamento eu gostaria de destacar, porque é muito importante. Há um espaço urbano, que está ali delimitado, e quem tem automóvel pode utilizar aquele espaço, que foi pago por todos, por horas seguidas, às vezes, sem nem pagar. Então, é importante, para que se priorize o transporte público, que a questão do estacionamento seja revista.

Aplicação de tributos sobre modos e serviços, na utilização da infraestrutura urbana, vinculando-se a receita à aplicação exclusiva em infraestrutura urbana destinada ao transporte público coletivo e ao não motorizado, e até subsidiando a tarifa – o que virou uma coisa, assim, que ninguém podia nem falar, mas, como a professora falou, o mundo inteiro faz isso, e nós também temos de fazer.

Já falei do transporte, da dedicação de vias exclusivas, do estacionamento...

O SR. PRESIDENTE (Paulo Paim. Bloco/PT – RS) – O Senador Randolfe chegou no momento, inclusive, em que a sua convidada especial está falando.

Seja bem-vindo, Senador.

A SRª CRISTINA MARIA BADDINI LUCAS – Então, o que eu oriento? Oriento a questão do estacionamento, como já disse, com gestão pública – importantíssimo! –; qualificar o sistema de ônibus convencional: colocar abrigo, colocar informação, colocar GPS – hoje, até pelo celular, já é possível verificar se o seu ônibus está chegando ou não –; e tornar público o quanto o usuário paga a mais na tarifa pelas gratuidades. Quer dizer, não é que não possamos subsidiar, mas todo mundo tem que saber. E a questão de calçadas. Como já falei, hoje não há um financiamento para calçadas caso as cidades queiram colocar.

As bicicletas devem ter espaço. E hoje, ainda, há as bicicletas públicas, em alguns lugares da Europa, como Paris, Londres, Barcelona. E por que são públicas? Porque ficam à disposição. Em cidades como Barcelona, já há 100 mil usos/dia. Ou seja, é quase que... O Município de Macapá, em que sou Secretária, tem, por ônibus, 95 mil usos/dia. Ou seja, em Barcelona, há tanta gente andando de bicicleta pública quanto os que usam ônibus no Município de Macapá.

Além disso, devem-se rever os planos de investimento no sistema viário, para adequar as prioridades dos modais não motorizados e do transporte coletivo; construir espaços de participação social; e a cidadania para os pedestres.

A lei que está tramitando, que propõe o Reitup, é importantíssima. É importantíssimo que se tenha um financiamento em nível federal para a questão tarifária.

Eu já falei sobre a Cide, mas, pelo que eu enxergo hoje, é um dos impostos mais – eu nem sei se é imposto mesmo –, é uma contribuição justa, porque tira de quem usa o automóvel e põe para quem usa o ônibus. E é um compromisso federal, mas os Estados têm esse compromisso da isenção do ICMS em pneus, veículos, diesel, câmaras de ar, e os Municípios, com redução de ISS e taxa de gerenciamento.

Quais são as exigências para isso? A implantação do bilhete único, como disse a nossa professora. É inconcebível que a pessoa não possa sair de um ônibus e entrar em outro em um determinado espaço de tempo. São Paulo já mostrou que isso é possível. E um sistema licitado, claro, porque tem que ser cobrado. Como os empresários... Até o próprio NTU também concorda com isso. Tem que haver um contrato em que as questões estejam esclarecidas e um conselho de transporte, o que é muito importante, para realmente poder participar.

Eu vou mostrar aqui algumas imagens só para finalizar.

(Soa a campainha.)

A SRª CRISTINA MARIA BADDINI LUCAS – Já estou finalizando, Senador.

Esse dia "Na Cidade, Sem Meu Carro", dia 22 de setembro, foi há alguns anos na Europa, e é quando a gente diz assim: pense um pouco, deixe o carro em casa, veja que outras formas você tem de andar na cidade.

Aqui é em Almada. Eles penduraram nas ruas principais esse cartaz. E nesse dia, houve algumas manifestações. Aqui é um carro elétrico, a bicicleta, e atividades na rua, mostrando que a rua pode ter um uso diferente.

Aqui é Paris, na beira do Sena. Até puseram um pouco de areia, as pessoas estão de maiô lá.

Isso daqui é Belo Horizonte. O principal cruzamento da cidade foi gramado nesse dia sem carro e as pessoas fizeram outras atividades ali.

E aí também ocuparam uma vaga que é do carro... Aqui, colocaram carrinhos. Aqui fizeram outro uso da vaga do automóvel.

Aqui também, é a vaga viva em São Paulo.

Aqui é o número de carros e o de pessoas que cabem no ônibus. Olhem o do carro e olhem aqui o do ônibus.

Essa é a cidade do Senador, que é muito linda.

Isso daqui você pensa que é uma coisa muito futurista, mas é um corredor de ônibus, que tem até elevador para as pessoas. Pode ser muito qualificado o sistema de ônibus.

Aqui é no Chile, uma rua que é para pedestres, não passa carro. É para o pedestre.

Aqui é Paris, rua para os ônibus. Aqui é o... Pode haver um compartilhamento. Baixando muito a velocidade do automóvel, você compartilha com as pessoas.

Aqui é Blumenau, onde as travessias ficaram em nível e eles projetaram sobre a rua as sombras dos prédios, e ficou muito bonito.

Aqui já é a questão dos bicicletários, no Japão, e em Bogotá. Aqui está a rua do automóvel. Olhe o espaço dos pedestres e dos ciclistas. Ainda no Ja-

pão, com clima ruim, com chuva, com frio, as pessoas usam a bicicleta.

Paris, Estocolmo. A bicicleta é integrada. Em vários lugares você tem onde deixar a bicicleta no metrô, ou você leva mesmo, no ônibus ou no metrô.

Aqui é São Caetano, quando foram implantadas as bicicletas públicas, que são essas aqui. Como era um sistema de transporte público, foi licitado que 10%... Essa aqui é uma bicicleta para pedalar com a mão, para os deficientes, e aqui é um triciclo, porque lá era uma cidade que tinha muitos idosos.

(Soa a campainha.)

A SRª CRISTINA MARIA BADDINI LUCAS – Estou terminando, faltam só dois.

Aqui é a pessoa pedalando com a mão. É uma jovem de 24 anos que ficou paraplégica.

Aqui são as bicicletas compartilhadas, sendo oferecidas à população. Ainda São Caetano.

A sinalização priorizando a bicicleta.

Aqui é onde morre um ciclista. É uso mundial colocar uma bicicleta branca.

As travessias em nível.

Aqui é o Rio de Janeiro. Isso aqui foi feito só para o pedestre. É uma praça.

Sinalização para o pedestre atravessar.

Sinalização para o pedestre mostrando o mapa dos arredores.

Respeito é assim: os maiores cuidam dos mais frágeis. Nas ruas cabem todos!

E, para finalizar, uma cidade boa, gente, é uma cidade que tem de tudo: que tem trem, tem metrô, tem ônibus, tem automóvel, tem bicicleta, tem pedestre. Isso é uma cidade boa.

Obrigada. (*Palmas.*)

O SR. PRESIDENTE (Paulo Paim. Bloco/PT – RS) – Muito bem, Drª Cristina Baddini Lucas, engenheira civil, mestre em Mobilidade Urbana, Secretária de Transporte de Macapá, Amapá.

Deixe-me informar a todos que não fiquem constrangidos quando a campainha toca. Aqui dei 15 minutos e estou dando mais 5 para cada um. No 14º minuto, a campainha toca, e eu dou mais cinco. Quando chega a 20, então, ela toca praticamente a cada 1 ou 2 minutos, é natural, para que todos possam usar da palavra. Mas todos estão dentro do tempo. Não se preocupem, porque estamos indo bem.

Antes de chamar o Ronaldo, que é especialista nessa área de ciclovia, representante do cicloativismo e Presidente do Instituto Pedala Brasília de Mobilidade Sustentável, que já esteve conosco aqui diversas vezes, contribuindo, eu vou ler mais um bloco de perguntas. No fim, os senhores vão responder. O que chega aqui eu leio, pessoal. Não há nada contra ninguém. Pelo contrário, é para que todos possam sentir que estão interagindo, tanto quem manda a pergunta como a Mesa.

É vergonhoso o que os governos do Rio estão fazendo com a população. Tanto dinheiro gasto em transporte sobre rodas (ônibus), que só serve para enriquecer os empresários de ônibus.

Depois, quem quiser responda.

Outra pergunta. Primeiro, cumprimento aqui a mídia do Senado Federal, que está transmitindo ao vivo o que está aqui acontecendo. A cidadã afirma que a solução para melhorar o trânsito em todas as grandes cidades seria apenas uma mudança no horário escolar. Segundo ele, se os estudantes entrassem na escola às 9, e não às 7, como de costume, o problema seria resolvido. Comenta que, quando há férias escolares, o trânsito melhora, segundo ele, 100%. Por fim, diz que colocar mais ônibus nas ruas não é a solução. Isso iria, na verdade, só complicar.

Um cidadão comenta que um grande problema para a mobilidade urbana são os investimentos em obras, que deveriam facilitar a vida das pessoas, mas ficam inacabadas, prejudicando ainda mais a mobilidade e o crescimento da cidade. Solicita mais fiscalização nas obras para que tudo não fique só no papel.

O cidadão pergunta: qual seria o melhor transporte da cidade de Florianópolis, Santa Catarina, pois essa cidade é uma ilha e depende de transporte rodoviário, que é muito precário?

O cidadão leu uma frase num *free shop* que diz: "Os nossos pensamentos são os fundamentos reais de nossas cidades, e as nossas cidades são a expressão maior da maneira como pensamos." Sugere que se pense muito e se reflita sobre isso.

O desvio de dinheiro não deveria ser analisado como o mais crucial para as reformas, seja saúde, educação e infraestrutura? E o monopólio que existe em alguns Municípios prejudica toda a qualidade do transporte.

Parabéns à Srª Maria Rosa de Abreu.

O problema é que, ao falar em melhoria, só se pensa em gastos, sendo que se pode melhorar com pouco. Basta boa vontade. Faz tempo que a população vem pedindo corredores de ônibus e mais horários, principalmente nos bairros.

O metrô em São Paulo custa R$0,5 bilhão por cada quilômetro construído e avança menos de dois quilômetros por ano em média. Levaremos 200 anos, em São Paulo, para conseguir chegar ao tamanho do metrô de Londres, 400km. É algo engraçado como pode passar um século de evolução e não se consegue fazer trens, transportar pessoas entre uma cidade e outra.

O uso de tuneladoras é ainda muito raro no Brasil. São importantes e pagam 60% de impostos, induzindo a construção de túneis com pás e dinamite. Fabricar tuneladoras e monotrilhos no Brasil seria algo muito bom.

Bom, estão aí as perguntas e depois vocês vão se divertir para responder a todas, viu?

E o Senador Randolfe, que está conosco, falará no momento que ele entender mais adequado.

Nosso último convidado usa a palavra nesse momento, Dr. Ronaldo Alves, representante do cicloativismo.

O SR. RONALDO MARTINS ALVES – Bom dia a todos. Eu queria agradecer muito o convite do Senador Paulo Paim, que hoje é Vice-Presidente dessa Comissão, mas, na última vez em que nós nos encontramos, ele era o Presidente da Comissão e a Senadora Ana Rita era a Vice. Queria agradecer, de verdade, a presença dos meus amigos que há tanto tempo, aqui em Brasília, discutem esses assuntos com a gente aqui: Profª Maria Rosa, Prof. Carlos Penna Brescianini, que faz parte do nosso GT de mobilidade, junto com uma porção de outras pessoas que estão nos assistindo aí.

Eu mudei um pouco, analisando e ouvindo todas essas pessoas importantes que estão fazendo parte dessa Mesa, e repagino, de imediato, tudo que eu pensava para a minha apresentação ali. Uma das mais importantes... Pela minha história de concidadão, membro da sociedade civil hoje prestando serviço em apoio a instituições que trabalham com mobilidade, no caso do DF, na Câmara Legislativa do Distrito Federal, como consultor técnico dessa área, eu me pergunto, nobre Senadores, Senador Randolfe, Senador Paim, nossos amigos que estão aqui na Mesa, nossos funcionários da Comissão, se o que nós vemos nessas reuniões, nesses conselhos, nesses fóruns, nas nossas audiências públicas, basicamente, são a permanente repetição de tudo que nós falamos entre nós, durante anos, viu, Senador?

Olha, com pouco mais de 18 anos mexendo com isso, e tem gente aqui muito mais antiga do que eu, das dezenas de fóruns e reuniões que nem essas, em que nós apresentamos os diagnósticos, olha só que curioso: nós temos praticamente todas as soluções na ponta da língua. Foi apresentado pela a Professora Baddini um monte de soluções, todas licitadas.

Particularmente, participei da estrutura da renovação do Código de Trânsito com a Deputada Rita Camata, que resultou um pouco na melhoria do que é hoje o Código de Trânsito. E olhem que interessante: leva muito tempo, desde que nossos diagnósticos são falados entre nós, até que essas propostas cheguem à comunidade que está lá fora nos ouvindo. Por isso, essa agonia de tantas perguntas e um descrédito absoluto no produto final dessas reuniões, dos fóruns, dos conselhos, das frentes parlamentares, das audiências públicas, porque é muito difícil chegar lá.

Antes de começar a minha apresentação, em que eu vou relatar e vou registrar o perfil dos temas que houve do DF, quero só fazer também a demonstração da minha agonia como cidadão. O que nós fazemos, Drª Cristina – a senhora trabalhou no Executivo como Secretária e há uma porção de pessoas que nos ouvem que fazem parte, são membros do Poder Executivo –, então, é absolutamente prerrogativa deles executar.

O que acontece entre um Dia Mundial sem Carro e outro? Entre o Dia Mundial sem Carro do ano passado e o próximo Dia Mundial sem Carro, que é um dia depois do meu aniversário, 22 de setembro – sou virginiano, de 21 de setembro, Dia da Árvore –, o que acontece? Nada. Eu tenho um descrédito absoluto nessas mobilizações que são basicamente pontuais. É igual à campanha da Semana de Trânsito. Lembra disso? É igual a campanha do Dia Mundial sem Carro.

Nessa história de ser membro da sociedade civil, e não represento ninguém aqui, eu apenas habilito informações e as pessoas que nos dão algum tipo de crédito acreditam naquilo que nós falamos e projetamos, mas é muito difícil falar em representatividade, por isso é que represento apenas a fala do técnico Ronaldo Alves e tenho aqui a autorização do gabinete do Deputado Distrital Joe Valle, que nos ajuda muito ao comprar essa briga e levar isso para a Câmara Legislativa do Distrito Federal, Senador Paulo Paim, eu quero fazer agora um registro que talvez não saibam. Na última vez em que nós nos encontramos, Senador, nesta Comissão, havia acontecido um evento muito dramático lá em Porto Alegre, sua cidade: um maluco ficou muito aborrecido com o movimento de ciclistas na via e acelerou o carro dele. As imagens rodaram o mundo. São espetaculares! São rodas de bicicleta voltadas para cima, com o ciclista entre a bicicleta, a lataria do carro e o carro. O cara levantou os ciclistas para poder passar, porque aquele negócio estava enchendo o saco dele. Ele se achou ofendido de alguma maneira. É aquele perfil que acha: "O espaço é meu. Então, preciso fazer isso". Isso provocou uma comoção enorme aqui.

Na época, nós representávamos um conjunto de ciclistas aqui. Só no meu *e-mail*, há 18 mil mensagens desses camaradas que saem por aí de noite. Quem mora em Brasília já viu isso. Todo dia, à noite, um grupinho sai do Parque da Cidade e roda a cidade toda. Chama-se Pedal Noturno DF e tem oito anos.

No domingo agora, ontem, nós comemoramos, no bom sentido, uma coisa dramática que aconteceu conosco. Um dos grandes representantes e criador

dos movimentos de cicloviários no DF foi Marcelino Brandão Filho, que era Tenente-Coronel do Exército aposentado, um senhor de idade. Ele criou todos esses grupos que existem nesta cidade hoje. Ele criou o Pedal Noturno DF, o Rebas do Cerrado – não sei se vocês já ouviram falar –, o DV na Trilha, o Pedala Brasília – estou aqui agora falando por ele. Então, era uma pessoa extremamente interessante, um visionário. Ele falava pela garganta, porque ele era laringotomizado. Ele dizia: "Um dia, esta cidade vai ser a cidade da bicicleta". Eu já vinha mexendo com essa história de transporte havia algum tempo e fui meio cooptado por essa bagunça. Ele era muito bem-humorado e faleceu de câncer na semana passada.

Ontem, o nosso pedal foi em homenagem a ele. Trezentos e cinquenta caras estavam na trilha no Tororó. Nós fizemos um minuto de barulho em homenagem a ele. Não foi um minuto de silêncio, mas um minuto de barulho em homenagem a ele. É uma pessoa de quem que a gente gosta muito. Eu queria muito que ficasse registrada nesta Casa a presença desta figura importante para o cicloativismo brasileiro: Marcelino Brandão Filho.

Mas, de novo, essas ações, esses diagnósticos, essas nossas reuniões demoram muito. Então, entre o próximo Dia Mundial Sem Carro, que vai ser comemorado no dia 21 de setembro, e este, vou registrar a presença do Senador. Acontecido esse evento em Porto Alegre, nós chamamos uma audiência aqui. Aliás, nós não chamamos uma audiência, mas bolamos um evento lá fora. E sempre registro as pessoas que merecem ser valorizadas, como um amigo nosso chamado Weimar Pettengill, que trabalha com turismo de aventura, que é ciclista, que é atleta. Falamos: "Vamos fazer um evento para chamar a atenção do Congresso, porque isso é muito sério!" E fizemos um enterro simbólico do Código de Trânsito no gramado em frente desta Casa.

Conversamos com um camarada chamado Canindé: "Canindé, quero mais do que um evento. Chama o Sr. Senador, para ele receber a gente lá na rampa". Nada do que vou contar daqui para frente estava previsto. O Senador Paulo Paim ia receber a gente na rampa, ia dizer a parte dele e ia voltar para dentro do Senado. Na rampa, a gente falou: "Não! Leve a gente para dentro da Comissão. O senhor é o Presidente da Comissão. Vamos fazer uma audiência emergencial para tratar do assunto segurança de ciclistas". Ele ficou meio assim: "Como assim?" Ele não tinha convocado os outros membros da Comissão, e é necessário que haja um rito. A gente conhece um pouco do Regimento. Dissemos: "Senador, o senhor entra na Comissão, abre a gravação, pede a audiência de emergência e diz o motivo". O motivo era aquele evento que acontecia em Porto Alegre. Automaticamente, foi feito isso. E, para passar toda aquela galera que estava na rampa para dentro, foi um passo, não é, Senador?

O SR. PRESIDENTE (Paulo Paim. Bloco/PT – RS) – Queriam entrar com as bicicletas aqui dentro.

O SR. RONALDO MARTINS ALVES – Então, nós conseguimos colocar as pessoas aqui dentro. Não podíamos entrar de bermuda, mas estava todo mundo de bermuda. Mas fomos à segurança, que falou: "Está todo mundo de bermuda! Mas, então, passa todo mundo devagar para não sujar o chão". Mas todo mundo estava com bicicleta, e não havia onde guardar as bicicletas. A gente queria colocar todas as bicicletas aqui. Mas não deixaram também!

Eu trabalho com planejamento de movimento. E o nosso trabalho é solucionar problemas. Então, fomos conversar com a Casa e falamos: "Está bom. Beleza! Então, deixem só uma bicicleta entrar na Comissão". Disseram: "Não!". "Deixem só uma bicicleta entrar na Comissão!"

O SR. PRESIDENTE (Paulo Paim. Bloco/PT – RS) – Dobrada, se não me engano.

O SR. RONALDO MARTINS ALVES – Ela entrou aqui e ficou na ponta desta mesa. Certo, Senador?

O SR. PRESIDENTE (Paulo Paim. Bloco/PT – RS) – Você a abriu.

O SR. RONALDO MARTINS ALVES – Exato.

Então, pergunto: o que aconteceu naquele dia? As pessoas falavam na Mesa sobre todas as suas agonias, e ninguém tinha preparado nada. Foi uma reunião de emergência. Então, todo mundo falou. E, toda vez em que você fala e não faz planejamento de encaminhamentos, aquilo vira o que todo mundo teme: uma coisa vazia que não dá em nada.

Naquela época, falou – vou citar o nome de novo – a Srª Beth Davis, uma pessoa absolutamente encantadora, que, na época, era Vice-Presidente da ONG de que eu cuidava. Ela falou ao microfone. Depois, a gente chamou o Senador e falou: "Senador, está aqui o PLC de muito tempo atrás que está parado na Comissão de Turismo. Ajuda a fazer tramitá-lo". Entre essa fala, no dia 10 de maio de 2011, e o dia 3 de janeiro de 2012, estava sancionada a Lei da Mobilidade, Senador. Eu queria registrar isso e agradecer. (*Palmas.*)

O SR. PRESIDENTE (Paulo Paim. Bloco/PT – RS) – Parabéns a você! A gente fez o debate na Comissão.

O SR. RONALDO MARTINS ALVES – A gente precisa ser operacional. Nós sabemos as soluções.

A Profª Maria Rosa trabalha com a gente há um tempão! O Carlos Penna é um maluco nessa história do apoio ao transporte ferroviário e à bicicleta. Só que nós precisamos ser operacionais. Que soluções nós temos? Põe na mesa, casa na mesa. Uma vez que as

soluções operacionais foram pensadas, articuladas, acordadas com a sociedade civil, agora como é que eu faço para fazer chegar isso ao Executivo?

Então, nós precisamos ter a prerrogativa de nos organizarmos para chegar e fazer convencimento político dos gestores, para que esse camarada sinta que, se não fizer aquilo...

Vai acontecer uma coisa espetacular agora em 2014. Estou certo, Senador? Quem são as pessoas que decidem o que vai acontecer neste País? A urna eletrônica. Então, comece, desde já, a lembrar de em quem você votou na eleição passada e em quem você está pensando, na sua prerrogativa de eleitor, em votar na próxima eleição, porque são esses caras que vão determinar o seu futuro, o nosso futuro, o futuro deste País. Eu não tenho o hábito de fazer projeções daquilo que a Europa pode fazer para a minha vida. Não tenho esse perfil.

Nós temos muita capacidade instalada aqui. Só esta Mesa tem uns cabeçudos aqui que têm muita expertise, só esta Mesa tem pessoas comprometidas. Neste auditório e nessa TV que nos transmite há uma porção de pessoas que podem nos ajudar a pensar, elaborar, acordar e executar. Por que nós não fazemos isso? Por que nós nos mantemos sempre na prerrogativa de dizer: "Estão aqui as soluções A, B, C e D"?

Qual é o meu papel como cidadão? Eu vou dizer qual é o papel. É um pouco o do sistema cicloviário do DF aqui, que eu digo com muito orgulho, não vaidade, a capacidade que nós precisamos ter de interferir, inferir. Governo sem compromisso, governo sem responsabilidade, sem informação e sem capacidade tem que ser pego pela mão para fazer. Estou certo, Senador? Se não, ele vai apenas passar os quatro anos já pensando, quando completar dois anos e meio de mandato, na sua próxima eleição, e você vai virar de novo aquele pato que vai ser, de alguma maneira, enganado na sua campanha eleitoral futura. É dramático falar isto numa Casa Legislativa, Senador, mas é muito importante para a gente, como cidadão, para que as pessoas que estão nos ouvindo se sintam um pouco representadas aqui, porque nós precisamos muito da capacidade de expertise de cada um de nós para interferir.

Agora, o que nós fazemos? Muitas vezes, nós nos mantemos dentro do nosso círculo de interesse, dentro do nosso círculo de trabalho, e a nossa prerrogativa de discussão fica sendo nós contra nós mesmos, como eu estou vendo aqui o Dr. Eurico, o Carlos Penna, a Profª Ana Rosa e a gente. A gente não tem que brigar entre nós. O que eu posso fazer para transformar? O que eu posso fazer para mudar essas coisas?

Aí entra a prerrogativa do Senado da República. Os Senadores são pensadores e têm grande importância no contexto do convencimento político. Está aí o Senador Paulo Paim, do PT, que tem o poder na mão. Então, no que o Senador Paulo Paim pode nos ajudar agora, já, para que essas coisas, efetivamente, possam sair daqui como propostas de ação? Porque, toda vez que se tem um executivo montado, ele está cercado de assessores, e esses assessores trazem as prerrogativas dos seus pensamentos, das suas articulações, das suas concepções e até dos seus envolvimentos pessoais para dentro do Executivo. É aí que se torna essa bagunça toda de você não conseguir modificar o sistema de transporte público de lugar nenhum, apenas com soluções pontuais em locais espalhados pelo Brasil e algumas coisas mais estratégicas já consolidadas no mundo inteiro, porque são países muito antigos, cidades muito antigas, que já passaram pelo procedimento, por que nós passamos, de má cidadania, aprenderam e executaram. É o que nós mostramos na França, na Inglaterra e na Alemanha, em sistema metroferroviário.

Nós estamos passando pela fase intermediária, Carlos, que é a fase do "vamos brigar muito com esse BRT". Sabemos da dificuldade, é muito poluidor, mas vamos ter que engolir isso nos próximos dez anos, até que a gente consiga sair dessas mesas e chegar lá e interferir. Essa é a proposta.

Quem trabalha com desenvolvimento sabe que não há planejamento de curtíssimo prazo, Dr. Eurico. Planejamento de curtíssimo prazo é o que não foi planejado, porque são ações para serem executadas amanhã ou anteontem. Tudo, em planejamento, é em médio e longo prazo, e transporte, mobilidade, é tudo em médio e longo prazo. Existe uma necessidade urgente de falar com alguém do planejamento urbano, que não está nessa Mesa, mas é quem dita para onde vamos, como vamos, com que qualidade nós vamos nos deslocar. E esta é um pouco a prerrogativa desses fóruns: que você consiga associar mobilidade sustentável, planejamento urbano, qualidade de vida, saúde, economia.

Nós precisamos muito nos incorporar dessa maneira. É difícil? É, mas é um pouco da tarefa de cada um de nós, muito mais do que, às vezes, nos mantermos entre nós discutindo sobre perfil A, B ou C.

Focando aqui no perfil do que eu quero conversar, batendo nessa história de que nem tudo que temos hoje está perto dos nossos sonhos.

(Soa a campainha.)

O SR. RONALDO ALVES – Aquilo que nós idealizamos, muitas vezes, está muito distante, está a milhares de quilômetros de distância, porque está na Europa. Mas, olhando para o nosso pé, o que nós temos

aqui? Trabalhando e morando no Distrito Federal há 27 anos, a gente negocia, conversa e fala sobre bicicleta como transporte, como lazer e como esporte nesta cidade há pelo menos 12 anos. Passamos muitas horas do lado de fora da casa do Governador Joaquim Roriz, no ParkWay, para que ele nos recebesse, porque, naquela época, tinham morrido 65 ciclistas atropelados.

Quando falamos em ciclista morto nesta cidade, falamos do ciclista morto só na hora ou, no máximo, alguns dias depois do atropelamento. Depois, isso sai da alçada de morte de trânsito e vai para a de morte por doença.

Então, houve 65, 71, 72 mortos. E aí começaram a nos receber, porque era muita gente morrendo no trânsito atropelada em cima de uma bicicleta.

Por conta dessa história, foi criado um grupo de trabalho por um decreto desse mesmo Governador. E aí começou uma discussão bacana sobre o que havia de soluções. E aí a história é: o que tem de se fazer? Correr atrás do ideal é o que todos nós temos a tendência de fazer. Ter aquilo que é viável, pelo menos no contexto sócio-político em que nos encontramos hoje... Olha, dá vontade de chorar, mas, às vezes, há a oportunidade de se dar o próximo passo. Quando o cara vai fechar a porta na sua cara, você põe o pé na porta e começa a negociar com ele pela fresta da porta. É um pouco isso que você está vendo ali.

Esse mapa que está apresentado ali é um sonho de consumo do pessoal que usa bicicleta no Distrito Federal, por enquanto. A malha cicloviária do Plano Piloto, no Distrito Federal, inclui o Cruzeiro, a Octogonal, o Plano Piloto – Asa Norte e Asa Sul –, Lago Norte, Lago Sul, a Avenida das Nações Norte e Sul, a L4. Esse perfil todinho está em obra ou, no mínimo, está licitado. Houve alguns procedimentos ruins de empresas que faliram.

Esse é o conceito do Executivo, com o acompanhamento de obras. Mas essa malha cicloviária que está aí, considerando que haverá a prerrogativa de mais IPI zero para carros daqui a pouco... Isso faz parte do contexto. Quem está estudando isso percebe o contexto político, em que a campanha eleitoral já vai chegar. Se tem de beneficiar alguém, vai chegar o IPI zero para carros já, já. Esperem! Torço para que isso não ocorra. Mas esperem!

Essa malha cicloviária para o Plano Piloto, no Distrito Federal, para quem mora em Brasília – hoje, quem mora na Asa Norte já viu isso lá, pois já estão cortando a grama –, deu muito trabalho para sair do papel. Havia a prerrogativa do histórico, e demorou pra caramba para se fazer o projeto executivo. E, mais ainda, foi preciso convencer o Executivo local atual de que era importante isso, porque os demais todos... Vou lembrar os nomes: de Roriz, passando por Cristovam e, depois, por Arruda e por mais quatro governadores tampão, até se chegar ao atual, ninguém queria saber disso! "Não temos dinheiro. Não temos interesse." Isso ocorreu até que o mundo inteiro começou a falar de bicicleta. Em 2010, em 2009, o cara se tocou. Então, é um pouco isso que a gente cita.

Esse é o desenho que está previsto no Plano Diretor de Transporte Urbano, que foi aprovado em 2012, ao apagar das luzes, no início da Semana Santa, e que contempla essa malha cicloviária. Todos os últimos governadores falaram em 600km. Na verdade, são 580km de ciclovias, marcadas em todas as cidades mais próximas do Distrito Federal. E, se você olhar com calma, verá que há a previsão de malha de integração: a EPTG, a EPGU, a EPNB e a Epia vão ser interligadas com o Plano Piloto via malha cicloviária. Isso está no projeto. Isso está ali. Mas a dificuldade danada foi a de transformar a ideia anterior e de inserir isso no Plano de Transporte Urbano.

Vejam só a interferência! Nós fomos mexer com a lei do DF que mexe com o Plano Diretor de Transporte Urbano. E aí entra o Deputado Distrital Joe Valle nessa brincadeira. É o membro do Legislativo local que nos apoiou, que nos entendeu e que conseguiu colocar isso.

Além disso, por emenda ao PDTU, também colocamos dinheiro para a construção de calçadas, que faz parte da mobilidade – sabíamos que não havia previsão disso pelo menos em curto prazo –, para campanhas de educação maciças focadas em pedestre e em ciclista e para a revitalização da área central do Distrito Federal.

Agora, isto é interessante: aquilo que era uma proposta de microrrede virou aquela malha daquele desenho em cruz, virou isto aqui, e, agora, está incorporado. Este é um documento do Plano de Mobilidade por Bicicleta do DF, feito por um comitê gestor, criado nessa brincadeira. Então, você vai lá, interfere e fala assim: "Ó Governo, para você falar com a gente, não pode falar com fulano de tal, tem de juntar o pessoal da bicicleta." Assim, foi criado o Comitê Gestor de Política Cicloviária. Foi ruinzinha a nossa execução, mas foi uma figura institucional importante feita por decreto. Só vai acabar esse negócio por outro decreto. E a gente tem de ter o trabalho de não deixar que isso acabe.

Esse é um documento oficial. Pegaram aquelas propostas das duas telas, e isso virou política pública! Então, isso está incorporado na proposta desses camaradas. Se não se fizer isso, eles dizem que vão ao Ministério Público e ao Tribunal de Contas para cobrar deles.

Então, olhem o trabalho que dá interferir! Não vale a pena ficar só na discussão, tem de interferir!

Esse é o plano de mobilidade, de que, agora, nove secretarias estão participando. Seis membros da sociedade civil colaboraram de todas as maneiras para que isso saísse do papel.

Aí vamos para o pior da história: como se executa? Não havia recurso! Na época em que isso foi feito, havia a campanha de 2010. Não havia recursos. Quando tomou posse, passamos para dentro e falamos: "Não entendemos de orçamento, mas vamos procurar onde não foi executado no governo anterior, que saiu daqui preso, com um monte de programa de governo com restos a pagar não executado." E mostramos ao Secretário Estadual de Fazenda: "Olha, isto aqui, isto aqui, isto aqui e isto aqui." "E como transfere isso para um reempenho?" Ele falou: "Tribunal de Contas."

Então, são coisas em que você precisa usar sua *expertise* para transformar. Não vale só discussão. Você tem de ir lá e chorar, tem que tomar Dramin para ir a essas reuniões.

De qualquer maneira, está aqui um pouquinho do que foi o projeto da Drª Ana Parisi, engenheira que trabalhou para caramba para construir isso. Mostra o perfil técnico da malha cicloviária. Aquele quadradinho de baixo fala do MPa 25, que é um concreto que até suporta que um carro passe em cima, mas tem 8cm de espessura, de kPa 25, 26cm de sub-base, uma lona plástica e 5cm de brita. Essa é a malha cicloviária do DF. Podemos até não gostar dela...

Este é o projeto. Uma das plantas de projeto, que a mostra com urbanização, com paisagismo, concreto e iluminação. A previsão de o projeto ser executado é mínima. Só que está no papel e virou projeto. Está incorporado à ideia de executar a licitação.

Esta é uma imagem histórica. É a imagem do rasgar do primeiro quilômetro, ou metro, de ciclovia, na Asa Norte. Na 415 Norte. Deu uma dor de cabeça danada porque governo não fala com sociedade. Então, quando uma senhora viu aquele tratorzinho rasgando a grama, gritou: "Ei, minha grama!". E fizeram um grande movimento para embargar as obras, porque não entendiam o que estava acontecendo. Nós não estávamos falando de um jardim privado de 1m² de área pública na frente de um prédio residencial. Nós estávamos falando de incorporar na cidade o perfil da bicicleta como possível modal de transporte.

(Soa a campainha.)

O SR. RONALDO ALVES – Então, esses eram os primeiros metros que estavam ali.

E nós temos todo esse histórico. Primeiro, pelo choro das reuniões lá atrás, até que surgiu um pouco de obra: a compactação, a obrigatoriedade de colocar meio-fio rodoviário para garantir que o concreto não espalhe... Quem entende um pouco de engenharia sabe o que significa marcar precisamente onde o concreto não vai vazar, para garantir a manutenção e durabilidade da obra. A colocação da brita. É essa brita que faz, entre tantas coisas, a acomodação de conforto do rodar da bicicleta ou da cadeira de rodas e, mais interessante ainda, do caminhante. A brita colocada.

Uma coisa importante. Nós interferimos no edital, obrigamos que no edital constasse a régua vibratória. Em engenharia isso é importantíssimo. Tem o sarrafo, o sarrafo de madeira, que você acomoda no concreto, mas é péssimo. Régua vibratória, depois o corte do concreto, para ter a capacidade de dilatação.

Então, são históricos. Se você olhar com calma, pode ver a espessura: são 8cm de concreto. Um funcionário da Novacap que tem de ir até lá medir isso para ver se a empresa está entregando o que foi acordado. E nós do lado do fiscal, para o fiscal fiscalizar, porque senão não vai. E virou isso.

Há um lado dos usuários de bicicleta que critica essas obras porque diz que ferem o tombamento. Olha, de verdade, eu adoro esta cidade. Ela me adotou há 27 anos. Eu sou natural de Belém de Pará, do ladinho lá de Macapá. Belém já tem um avanço bacana no sistema cicloviário. Isso não fere o tombamento, de acordo com o próprio IPHAN. Não impermeabiliza a via, não impermeabiliza mais do que a cota obrigatória, e faz com que a cidade tenha outra cara.

Isto aqui é obra ainda. Do ladinho aqui, vão ser plantados, de acordo com a Novacap – ajudamos no plano de urbanização –, ipês e plantas do Cerrado, que não vão conseguir quebrar essa obra.

Então, isso é um calçadão. Foi chamado pelos ativistas de plantão de ciclocalçadas. Eu falei: "Beleza, podem chamar do que quiserem", mas não havia nada disso, porque se você olhar com calma, olha a calçada aqui,...

(Soa a campainha.)

O SR. RONALDO ALVES – ... vê se alguém vai querer andar nisso? Então, virou uma briga entre ciclistas, que querem usar a ciclovia, e pedestres, que não têm calçada e querem usá-la. O que você faz? Bota o pedestre para correr? Absolutamente. Ciclovias, elementos cicloviários de engenharia, são obras cidadãs, pagas por todas as pessoas que habitam esta cidade, com seus impostos, em especial com dinheiro de reacomodação de verba desviada. Então, todo mundo tem direito a isso. O que tem que fazer é campanha de compartilhamento. Vai passando bicicleta aqui, eu digo: "Bom dia. Boa tarde", e sinalizo com um "blim-blim". É assim que temos que conviver. Na cidade, não é preciso separar espaço para todo mundo, mas o fato de

necessitar de ciclovia é porque o trânsito aqui é muito veemente. Os motoristas não gostam de pedestres nem de ciclistas, eles invadem o espaço desses caras, os atropelam e há morte. É a estatística de trânsito que nós temos no Brasil. É uma pena isso.

Aqui, a nossa interferência. Isto aqui é a ciclovia. Desculpe, a ciclovia já um pouco desgastada com o tempo e a ainda em obra e a calçada. Porque lá no edital diz que, para cada quilômetro de ciclovia, tem de fazer a revitalização de um quilômetro de calçada, já que não existe plano de calçada nesta cidade. Está certo? Então, é um pouco do que você tem que interferir.

Está aqui, agora, ela sendo usada, a calçada e a ciclovia. Estão aqui os ciclistas usando. Não está pronto. Isso aqui, de acordo com o GDF, não está incorporado.

Não tenho nenhuma paixão por este Governo. Pelo contrário. Nós batemos todos os dias em outras coisas, como resíduo sólido, PPP do Lixo, e assim por diante.

Nesse caso aqui, nós damos um adendo. Então, está aqui a calçada. E mais ainda: isso é obra semiacabada. Agora faltam os totens, sinalização, as campanhas maciças de educação para o uso, a integração modal com os demais modais de transporte, a integração da malha. Há lugares em que a ciclovia acaba numa parede, acaba numa calçada, acaba numa pista. Não há continuação. No entanto, se você voltar – é a minha visão – há dez, doze anos, você vai pensar: "Caraca, bicho! Andamos um pouco." Por isso que eu coloquei no título "alguns avanços". Então, muito importante.

Quem conhece isso? Ninguém conhece isso nesta cidade?

(Soa a campainha.)

O SR. RONALDO ALVES – De verdade, podemos observar: há uma falha grave aqui. A priorização poderia ser do ciclista. Está pedindo para ele parar, mas, conversando com o Dr. Lima, eu cito os nomes, de verdade, Engenheiro de Trânsito do Detran, Diretor de Engenharia do Detran, ele falou assim: "Ronaldo, não tenho condições ainda. Nosso motorista não está preparado para esta novidade: SE chegar um ciclista, ele poder passar reto. Esse ciclista vai morrer." Então, *a priori*, uma primeira experiência de se colocar para o ciclista: "Para aqui e olha." Porque ele é mais frágil. Você não vai acreditar que ideologicamente eu tenho direito à cidade, "então, vá lá e morra." Não é assim. Você tem que absolutamente ter prerrogativas do que nós temos hoje, e, a partir daí, dar os próximos passos, os próximos passos, os próximos passos.

Isso aqui é na 209 Norte, pertinho do Franz Café, Giraffas.

Isso aqui é outra coisa importantíssima: alguém conhece esse prédio? Sabem o que tem à frente dele? Isso aqui é um prédio na frente do Olhos D'Água. Há uma placa em um dos apartamentos aqui: "Vendendo." Aí liguei para o corretor: "Quanto é o apartamento?" "Um milhão, seiscentos e não sei quê." "Puxa, caro! Mas o que tem nesse apartamento?" Entre tantas coisas que ele falou, existe uma ciclovia passando na frente.

O cara está vendendo, por contexto imobiliário, essa coisinha aqui, para ver como que se tem que pensar transporte, mobilidade, ciclovia, BRT, VLT com componentes urbanos de equipamentos e o quanto que isso impacta no dia a dia da comunidade, que pode ser a melhoria do cara que pedala aqui – a calçada para eles aqui é bem melhor do que a das demais quadras; então, a bicicleta pode ficar aqui. Mas o quanto isso impacta no contexto do pessoal que mora aqui; em que, sensorialmente, aquilo ali importa para ele: ganhar equipamento urbano que não estava previsto, E aí, agora, conversando com o Conselho Comunitário da Asa Norte: "Poxa, brigamos tanto para embargar a obra!" Mas vejam só que bacana, ela valorizou todos os apartamentozinhos das 400 Norte, das 200 Norte, agora de toda a Asa Sul.

Então, você precisa pensar a cidade como um contexto macro, independentemente dos imbróglios políticos, porque se não nós vamos parar.

(Soa a campainha.)

O SR. RONALDO ALVES – Quando esse camarada sair, alguém toma posse, e isso aqui para. Não é assim que acontece?

Vamos pensar na EPTG, uma obra viária para carros, que foi abandonada pelo Governador atual. Está lá, parada. Vai haver uma obra de chegada na EPTG, de Samambaia a Ceilândia, passando do túnel de Taguatinga Central, vai até outra obra com situação da EPTG, pegando a Octogonal, até o Eixo Monumental, mas a EPTG do Arruda ficou lá.

Então, é o imbróglio político que para as cidades, para o desenvolvimento do País, e o cidadão que tiver alguma oportunidade, alguma experiência tem que saber disso, não se envolver com isso e continuar a caminhada dele, Senador, porque, senão, ele para ali.

Por isso que eu perguntei para a Drª Cristina: o que nós fazemos com o Secretário de alguma coisa para interferir lá? Vou lá no meu chefe, vou lá no meu prefeito, vou lá no meu governador, vou lá no meu presidente, e falo assim: "Caraca, bicho! É assim que se deve fazer." E aí você tem que juntar muita gente para dizer isso no ouvido, até que convencimento seja. Um pouco daquilo que são nossas agonias.

Atenção com a qualidade do pavimento. Há muita rachadura no pavimento de concreto feito até aí; rachadura, mal-acabamento, falta de fiscalização da obra. Em Ceilândia e Samambaia especialmente. No Plano Piloto, um pouco menos.

Obras paralisadas na Asa Sul, porque a empresa que foi licitada quebrou.

A integração urgente da malha entre si, norte e sul, com as áreas de estação do metrô e agora com as estações de ônibus.

Campanha maciça de educação para o trânsito focado nesse novo cliente da cidade, que chegou, que é um ciclista. Observem que não é um ciclista como nós, muitas vezes, que tem noção de trânsito, que teve escolinha de trânsito, que sabe dirigir e que sabe salvar no trânsito. É o ciclista trabalhador que transporta garrafa de água mineral Indaiá na sua bicicletinha, transporta gás de cozinha, transporta carga. Esse camarada não tem a menor noção de trânsito. É para ele que essas coisas aqui vão funcionar. Pode andar na Asa Norte, na Asa Sul, vocês vão ver essas pessoas se livrando do trânsito. Há o ciclista que gosta, que tem o aspecto físico de duas mil calorias/dia de alimentação e que tem algum tipo de noção de trânsito. Esse pode andar perfeitamente do ladinho do ônibus.

(Soa a campainha.)

O SR. RONALDO ALVES – Do lado da via, à direita, como manda o Código de Trânsito, mas não é fácil, com esse trânsito nosso aqui.

Antes, só mais uma coisa aqui embaixo: a integração. É fundamental isto aqui: a percepção sistêmica do modal cicloviário. Então, ciclovia é uma das ferramentas da infraestrutura cicloviária. Ainda faltam: implementação de ciclofaixas, rotas cicloviárias, estrutura de destino para ciclo bicicletário, vestiários – para o cara chegar a algum lugar, chegar aqui no Senado e trabalhar confortavelmente – e a implantação de sistema de bicicletas públicas obrigatoriamente integrada em termos de tarifa e em termos de estrutura modal de transporte. Então, isso é um pensamento de quem mexe com planejamento de desenvolvimento para cinco, dez anos... Pode ser que, até o final desse negócio, essas obras estejam todas inacabadas, por má fiscalização ou falta de recurso para manutenção. Mas é o caminho.

Eu defendo esse sistema em função de saber de pele a agrura que foi convencer o Governo atual e os demais anteriores que isso é importante.

(Soa a campainha.)

O SR. RONALDO ALVES – Peço, faço agora um apelo, porque pedi antes para o Senador, para que todo mundo que está nos assistindo que tem alguma pretensão política pense no modal cicloviário como solução para essas cidades, todas, onde quer que você esteja no Brasil. Pense. Porque em lugares onde há milhões e milhões de carros injetados nas ruas todos os dias, a bicicleta pode, sim, ser a solução para isso.

Em Águas Claras, hoje, e no Sudoeste, você está engarrafado dentro da sua garagem. Isso eu estou falando do DF, um Estado que tem 53 anos de vida. Imaginem cidades maiores e mais antigas. Então, pensem nisso. E pense nisso como contexto político de solução e quanto você pode interferir para isso.

E volto a agradecer às pessoas que politicamente nos ajudaram em algum momento disso. Mas o apelo é mais ainda, Senador. Há uma coisa interessante. Da mesma maneira que a gente fez com Canindé na última reunião da audiência pública de 2011, eu tenho nas mãos o resumo da tramitação do Projeto de Lei da Câmara nº 43/2008 – está desde 2008 tramitando aqui – uma solicitação antiga...

(Soa a campainha.)

O SR. RONALDO ALVES – Eu peço só um momento, rapidinho, para terminar.

Ele está presente, Senador, no seu último registro, no dia 31/07/2009, na Coordenação Legislativa do Senado; está apenas esperando ser colocado para pauta de votação. Se nós tivermos na mesa do plenário uma certa folga para colocar isso na agenda, solicito que fique gravado isso. O Instituto Pedala Brasília de Mobilidade Sustentável, o gabinete do Deputado Distrital Joe Valle, da Frente Parlamentar da Mobilidade Sustentável, apela para que coloque na pauta, Senador, a votação desse PLC que cria o Dia Nacional do Ciclista, o dia 19 de agosto. É o dia em que faleceu uma pessoa importante para a gente: Pedro Davison, filho da Beth Davison, do Pércio Davison, meus grandes amigos. E só para se ver o acontece quando não se tem cidadania. Não adianta infraestrutura se o cidadão não é compatível com essa infraestrutura; está certo?

Mas esta logomarca aqui é uma homenagem a todos os nossos amigos que morreram nesta cidade. Usando a estatística do Detran até 2011, 752 caras morreram aqui atropelados nesta cidade. Isso virou um paraciclo, um monumento e uma joia, que está aqui. É uma homenagem a essas pessoas que morreram e que vão deixar um legado, que é a sua própria vida por esta luta, da qual eu gostaria de, gentilmente, tomar-me como representante.

E eu queria deixar de presente isto aqui para o Senador. É uma joia em titânio e ouro, para que todas as vezes que o senhor brigar por essas coisas, lembre-se dessas pessoas, lembre-se do Movimento Cicloviário do DF e lembre-se do Pedro Davison.

Então, vamos tornar o dia 19 de agosto Dia Nacional do Ciclista. Mas que não seja só um dia como o Dia Mundial sem Carro, a Semana do Trânsito, mas que a gente consiga ver a cidadania de transporte em todos os sentidos, planejamento urbano em todos os sentidos, qualidade de vida em todos os sentidos, independente do modal do equipamento. Conseguirmos integrar todos esses componentes modais naquilo que é o melhor para nós, que é uma cidade mais humana, mais urbana. Isso a gente chama de mobilidade humana e não mobilidade urbana.

Obrigado, Senador. (*Palmas.*)

O SR. PRESIDENTE (Paulo Paim. Bloco/PT – RS) – Muito bem, Ronaldo Alves, representante do cicloativismo, presidente do Instituto Pedala Brasília de Mobilidade Sustentável.

Antes mesmo que você me traga, eu já posso dizer que – tenho certeza de que todos vão concordar – nós vamos, hoje à tarde, falar com o Presidente Renan para que o PLC 43 seja votado, se houver sessão deliberativa, ainda amanhã, senão, na primeira sessão da volta do recesso. O.k.? (*Palmas.*)

O SR. RONALDO ALVES – Obrigado, Senador.

O SR. PRESIDENTE (Paulo Paim. Bloco/PT – RS) – Recebo, neste momento... só não diga que é de ouro, porque isso vai me dar um enorme problema depois. (*Risos.*)

O SR. RONALDO ALVES (*Fora do microfone.*) – Senador, use na sua lapela.

Este aqui é o PLC 43, de 2008. Na verdade, a gente precisa de simbolismo no mundo inteiro. Isto aqui é só um símbolo, pode não dar em nada, mas eu vou fazer 50 anos na véspera do Dia Mundial sem Carro e eu quero comemorar o Dia Nacional do Ciclista nesse dia, Senador, com os familiares de todas essas pessoas que foram abatidas no trânsito, simplesmente porque queriam um transporte mais saudável. (*Palmas.*)

O SR. PRESIDENTE (Paulo Paim. Bloco/PT – RS) – Eu não vejo mistério nenhum em se aprovar esse projeto, até porque o custo é zero e tem uma simbologia... Você foi muito feliz, Ronaldo, ao dizer que a homenagem é a todos aqueles que deram as suas vidas por um transporte de qualidade.

Neste momento, nós vamos fazer uma leitura aqui das últimas perguntas e, a partir disso, cada um que quiser se habilita a responder. Se alguém não quiser, eu respondo. Não pensem que eu vá responder como técnico, mas vou dizer para onde vou encaminhar a pergunta, ainda porque não sou técnico na área.

Então, vamos começar.

O cidadão sugere que divulguemos os eslaides apresentados na Comissão para um melhor acompanhamento da sociedade. Reclama ainda que foram passados muito rapidamente. Quem faz esse comentário é o Sr. Clayton Valério Nunes do Nascimento.

Clayton, primeiramente, quero dizer que é devido ao tempo aqui. Eu sei que os nossos debatedores, os nossos painelistas gostariam de ficar mais tempo explicando o tema, mas como eles só tinham no máximo de 20 minutos cada um, assim eles procederam. Todavia, garanto que, se você acessar o Portal e-Cidadania pela Internet, todos eslaides estarão lá, bem como na página da CDH.

Então, essa está respondida.

O Sr. Edilson Matias Leal comenta que está satisfeito com os debates que estão acontecendo nesta Comissão, onde os convidados estão mostrando as soluções para a mobilidade urbana. Coloca, ainda, que a população brasileira de todos os Estados sofre muito com essa questão. Por fim, solicita que se dê mais atenção ao tema, e não só no dia de hoje.

Entendo isso como uma chamada de atenção a todos nós e, principalmente, aos Senadores, para que deem atenção a esse tema todos os dias.

Alguém quer fazer alguém comentário? (*Pausa.*)

Então, vamos direto, abrindo o espaço para as perguntas específicas.

O SR. CARLOS PENNA BRESCIANINI – Senador, a minha sugestão é no sentido de que a gente aproveite o tempo da nossa resposta – e já estou anotando algumas perguntas aqui que me dirigiram...

O SR. PRESIDENTE (Paulo Paim. Bloco/PT – RS) – Para as considerações finais.

O SR. CARLOS PENNA BRESCIANINI – Exatamente, e a gente vai incorporando.

O SR. PRESIDENTE (Paulo Paim. Bloco/PT – RS) – O.k., o.k.

A maioria das cidades com mais de 50 mil habitantes não tem ônibus urbanos.

Eu gostaria que alguém respondesse a essa...

O SR. EURICO DIVON GALHARDI – Eu respondo.

O SR. PRESIDENTE (Paulo Paim. Bloco/PT – RS) – Então, tudo bem.

A maioria das cidades com mais de 50 mil habitantes não tem ônibus urbanos. Antes de se pensar em tarifa zero, diz o participante, temos também que lembrar desses outros brasileiros.

O SR. EURICO DIVON GALHARDI – São cerca de 5.500 Municípios no País, e 2.100 Municípios não têm transporte urbano. Inclusive, há Municípios com mais de 100 mil habitantes, principalmente na Região Amazônica, especialmente no Estado do Pará, que não têm transporte urbano. Não têm transporte urbano e ainda não têm plano diretor da cidade. Então, a gente tem de analisar determinadas coisas. Infelizmente,

nós teríamos de colocar transporte urbano em todos os Municípios, mas, muitas vezes, os prefeitos não têm condições de fazê-lo. Por isso, esse número de praticamente 70% dos Municípios com transporte público.

O SR. PRESIDENTE (Paulo Paim. Bloco/PT – RS) – Muito bem.

Vamos em frente.

O cidadão que fez o comentário anterior foi o Sr. Rogério Melo Araújo.

Agora, para o Ronaldo Alves: "O custo da implantação da mobilidade deveria ser por empréstimo do BNDES. A economia nacional seria de interesse do País, pois nem tudo é São Paulo, Brasília e Rio. As pequenas cidades poderiam implantar com fiscalização dos recursos."

Deu para entender?

O SR. EURICO DIVON GALHARDI – Senador, se V. Exª me permite.

Sim, deu para entender. Olha que eu não quero passar...

O SR. PRESIDENTE (Paulo Paim. Bloco/PT – RS) – Não, mas vai respondendo. Vamos lá!

O SR. EURICO DIVON GALHARDI – Permita-me, nós cometemos um grande erro no transporte, Ronaldo. Existe solução a curto prazo. Chama-se uma lata de tinta e uma câmera para multar. Essa solução foi feita em 90 dias, no Rio de Janeiro e você hoje já tem uma faixa de transporte no Rio de Janeiro que nós chamamos de BRS, porque nós não nos preocupamos com automóvel. Nós nos preocupamos com transporte.

Mas seria muito interessante, já que foi falado aqui em vários países, aconselharia aos meus companheiros de mesa que procurassem conhecer um país... Eu, quando fui convidado para dar uma aula lá, eu fiquei um pouco arrepiado. Meu filho me disse: "Pai, mas o senhor vai dar uma aula no Irã?!" Eu respondi: "Vou, porque o homem-bomba não é feito no Irã. Ele é feito para explodir em outro lugar." Levei na brincadeira. O sistema de BRT do Irã é de uma simplicidade, é tranquilo, transporta 1,7 milhão passageiros por dia.

O nosso defeito, Senador, sobre o qual temos que pensar um pouquinho, é não tentar fazer as coisas maiores do mundo, porque, se eu faço um sistema simples hoje, eu posso fazer amanhã o que o Carlos disse, e esse capital empregado será substituído *a priori*. Então, o ótimo é o inimigo do bom.

O SR. PRESIDENTE (Paulo Paim. Bloco/PT – SP) – Marcus Túlio pergunta o seguinte – não sei se alguém poderia responder, pois penso que é difícil. O que eu posso dizer, Marcus, é que, se aqui ninguém puder responder, eu me comprometo a pesquisar e a responder –: "Gostaria de saber porque ainda não foi colocado o sistema aquaviário em Vila Velha em Vitória. As promessas só ficam no papel. No aguardo, Marcus Túlio."

Essa eu vou ter perguntar porque é específica, lá de Vila Velha e Vitória.

Então, peço à assessoria que eu possa responder depois da pesquisa.

Maria Bernadete pergunta: "Debater e esgotar os assuntos é fundamental. Mas a construção de algo parte da realidade. É possível realizar melhorias nas cidades e bairros sem experimentar a realidade do que está acontecendo?"

Alguém quer responder? Vamos lá! Ajude-me, professora.

A SRª CRISTINA MARIA BADDINI LUCAS – É um pouco do que eu falei.

O SR. PRESIDENTE (Paulo Paim. Bloco/PT – SP) – Cristina Baddini Lucas está respondendo.

A SRª CRISTINA MARIA BADDINI LUCAS – Qualificar o sistema de transporte público na cidades menores é uma ação que depende do empenho dos governantes. Então, estudar as linhas para ver se elas estão adequadas, demarcar as paradas, controlar os horários e, ainda com as novas tecnologias de GPS, informar à população que horário que o ônibus vai passar é uma coisa possível. Agora eu volto a dizer: esses sistemas todos, para eles serem melhorados e saírem só do âmbito municipal, eles têm que ter recursos.

Então, por exemplo, na questão da bicicleta, não há um financiamento hoje. Se você quer implantar uma rede cicloviária numa cidade, você não tem financiamento para isso. Nenhum dos PACs cobre isso. Se você quer implantar um sistema exclusivo de calçadas e travessias, você também não tem financiamento para isso. Você tem financiamento para as vias, contemplando as calçadas. Mas, por exemplo, em Bogotá, o ex-Prefeito de lá, Peñalosa, não asfaltava a via, fazia calçada, fazia o lugar para a bicicleta andar e deixava a via – claro – na terra, mas com alguma brita e dizia que a prioridade dele eram as pessoas e as bicicletas.

Então, um pouco é isso.

O SR. PRESIDENTE (Paulo Paim. Bloco/PT – SP) – Muito bem. Essa é a engenheira Cristina Baddini Lucas, que respondeu à Maria Bernadete.

Senador Randolfe, V. Exª fala a hora que quiser. Fique bem à vontade.

O SR. RANDOLFE RODRIGUES (Bloco/PSOL – AP) – Logo após as perguntas.

O SR. PRESIDENTE (Paulo Paim. Bloco/PT – RS) – Está bom. Vamos lá.

O Pedro Henrique Reis diz o seguinte: "O IPI zero para carros são barreiras para que a população adapte-se a usar a bicicleta e que tenhamos as melhorias no transporte público. Não foi citado pelo Sr.

Ronaldo Alves, as famílias têm hoje em média dois carros na garagem."

Na verdade ele fala que o IPI zero acaba contribuindo para comprar o carro e as bicicletas, enfim, não são usadas como deviam e cada família tem dois carros na garagem.

Alguém quer falar?

A SRª CRISTINA MARIA BADDINI LUCAS – Eu queria só falar que, assim, a gente comentou pouco, mas um grande problema também do IPI é a questão das motos. Infelizmente o Prof. Paulo Saldiva, que fala dos acidentes de trânsito, não estava aqui, mas São Paulo é um horror, o Nordeste é um horror em termos do custo que se tem com os acidentes.

As grandes campanhas nas cidades estão reduzindo os acidentes de modo geral, mas os acidentes envolvendo motos estão aumentando. E o custo da moto está diminuindo muito no Brasil. Nem o gestor público ainda sabe o que fazer com as motos. São Paulo está colocando algumas faixas exclusivas, mas isso também vem diminuindo pouco os acidentes. E a gente tem, em nível federal, redução de imposto para moto. Quer dizer, quando você reduz o imposto, você está direcionando uma política pública para lá.

Eu mostrei nos meus eslaides que você polui mais com a moto, você ocupa espaço, você tira o passageiro do transporte público, você não incentiva a bicicleta que não polui e ainda tem um saldo negativo: se você vai em qualquer órgão de reabilitação, estão lá pessoas com deficiências graves e permanentes, mutiladas. A gente está com um exército de jovens homens, em idade entre 20 e 30 anos, mutilados por conta da situação das motos.

O SR. PRESIDENTE (Paulo Paim. Bloco/PT – RS) – Muito bem Drª Cristina.

O SR. RONALDO ALVES – Senador...

O SR. PRESIDENTE (Paulo Paim. Bloco/PT – RS) – Eu vou passar para você, mas me permita que eu diga que, tanto eu como o Senador Inácio Arruda, apresentamos aqui para a bicicleta impostos e tributos zero. Infelizmente não avançou como nós queríamos. Mas já que existe tanto incentivo para motos e carros que houvesse também incentivos para bicicletas.

Com a palavra Ronaldo Alves.

O SR. RONALDO ALVES – Reforço que nós estamos na fase agora, Senador, de voltar novamente à discussão ,e nós apresentamos isso aí lá no gabinete do Ministro do Esporte, à época – lembra que a gente também se encontrou ali? –, e ficou para o Senador Inácio tocar. Então está na hora de revitalizar essa história do IPI zero para bicicleta, já que tem IPI zero para um monte de coisa.

Mas, voltando um pouco ao tema da resposta da Profª Cristina Baddini, em relação ao perfil do tipo e do cliente da cidade que está se perdendo, de acordo com as pesquisadas de trânsito, o cara que mais morre no Brasil tem entre 19 e 29 anos. Eu sou professor há 27 anos e a gente sabe exatamente de quem nós estamos falando. Falando de nossos alunos de graduação ou daquele que acabou de sair do ensino médio. Esse rapaz que está saindo do ensino médio deveria entrar no sistema de produção e deixar um pouco daquilo que recebeu de benefício pela escola pública ou até pela escola privada do País, para poder fazer seu mote de profissional e começar a produzir e passar a fazer parte de contexto de PIB. E isso é retirado dramaticamente da população. Essa pessoa é retirada pelo trânsito. Nós perdemos jovens de 19 a 29 anos; o público, talvez de maior capacidade criativa em solução de problemas do País com o trânsito. Isso é muito grave!

Focando na história do carro, que é citado aqui pelo outro participante no debate, vamos fazer uma experiência. A um tempo atrás, uma determinada empresa criou um mote de marca chamado "Apaixonado por carro como todo brasileiro" Nesta sala pequena e com poucas pessoas, mas há muita gente lá fora, todo mundo concorda com isso? O brasileiro é efetivamente um cara apaixonado por carros ou alguém está nos impondo um conceito? Porque se sabe que a mídia e o *marketing* têm capacidade enorme de convencer, de cooptar, de cativar, especialmente com cores, músicas e imagens. A gente é ligado nisso? Eu não sou apaixonado por carro, essa não é a nossa.

Mas o curioso é que, quando você vai fazer campanha para fazer a pessoa, no Dia Mundial sem Carro ou fora dele, deixar o carro em casa, o que é que nós dizemos para ele? "Ô, Senador Paulo Paim, deixe o seu carro em casa porque, poxa, vamos ajudar o Planeta, vamos emitir menos CO_2, vamos tentar fazer uma caminhada, um transporte do senhor do ponto A ao ponto B. É mais saudável". Isso nos impacta? Isso consegue nos convencer? Existe *marketing* suficiente nisso para deixar o carro em casa? Não. Tanto que, toda vez que nós chegamos ao dia 22 de setembro, o Dia Mundial sem Carro, em Brasília, no dia seguinte, no jornal, ele fala assim: "Evento vazio, estacionamento cheio" – Correio Braziliense, TV Globo. Por quê? Porque há uma proposta do *marketing,* mídia em geral, de desqualificar até esses movimentos. Aí nós perdemos de cara para a grande mídia.

Mas vamos fazer uma experiência. Vou pedir aqui a presença e a participação do Senador Randolfe Rodrigues. Senador, se eu falasse para o senhor assim: "Senador, não vai de carro para o Senado hoje não." Vamos supor que fosse um cidadão que quisesse pe-

gar o carro dele da garagem e ir embora. "Mas por que não vou, Ronaldo?" "Não, vá, Senador, porque o seu carro, que foi comprado com o IPI zero custou muito caro." Foram 60 parcelas, 80 parcelas. Então ainda estou pagando esse negócio. Então o risco de esse carro ser roubado, depredado, batido, depreciado pelo tempo e clima é muito grande. E para esse cara que é supostamente ser apaixonado por carro, eu garanto para vocês que esse argumento impacta muito mais do que a questão do "salve o Planeta com menos CO_2."

Então, vamos passar por aí? Vamos deixar o carro em casa, porque você realmente vai investir menos em manutenção do seu carro, qualificação do conceito de depredação ou risco de seqüestro relâmpago ou depredação pelo tempo e clima.

Então que fique um pouco disso e vamos pensar por aí.

Muito obrigado.

O SR. PRESIDENTE (Paulo Paim. Bloco/PT – RS) – Muito bem.

Quando for só uma afirmação, não há motivo de responder a não ser que alguém discorde. Eu entendo que em questões como essas não há o que discordar.

"Senador Paim, os órgãos públicos deviam dar o exemplo, promovendo bicicletários, armários e vestiários com chaveiros para servidores. O Banco Central é um exemplo nessa área. O Senado também poderia ser."

No fundo, ele está sugerindo que o Senado adote esse exemplo que ele trouxe.

(Intervenção fora do microfone.)

O SR. PRESIDENTE (Paulo Paim. Bloco/PT – RS) – Muito bem. Então vamos esperar. O Ronaldo disse que vai trazer o projeto aqui, e eu vou encaminhar à Casa. Pode trazer.

"O custo da implantação deveria ser por empréstimo do BNDES, a economia é nacional. Precisamos de técnicos, engenheiros, arquitetos, especialistas para ser implantada a fiscalização da aplicação."

É uma afirmação, também, que ele está fazendo. Se quiser comentar.

O SR. CARLOS PENNA *BRESCIANINI* ***– Senador, se, por acaso, o cidadão está-se referindo a ciclovias, metrovias, o que quer que seja...***

O SR. PRESIDENTE (Paulo Paim. Bloco/PT – RS) – Acho que é isso.

O SR. CARLOS PENNA *BRESCIANINI* ***–... tudo que é feito com o dinheiro do imposto deve ser fiscalizado. Não existe nada que não deva ser fiscalizado. Por isso que a gente diz que os governos não têm direito de errar e os governos não devem fazer coisas temporárias. Ah, a melhor solução é metrô, mas a gente, temporariamente, vai fazer um corredor de ônibus.***

Desculpe, o que se está gastando em corredor de ônibus dá para fazer metrô. É só isso. Pegue o valor de um corredor de ônibus hoje e veja que dá para fazer um metrô de superfície ou um VLT, perfeitamente.

O SR. PRESIDENTE (Paulo Paim. Bloco/PT – RS) – Muito bem. Perguntas feitas, respostas rápidas. Esse é o segredo para a gente terminar no tempo.

Na mesma linha: "Não adianta o Governo Federal enviar dinheiro para as melhorias se não existir fiscalização. Grande parte das melhorias não acontece porque o grande vilão é o desvio do dinheiro público. E, agora, o que se pede são ações concretas que supram as necessidades reais."

Foi na mesma linha da resposta que você deu.

Essa aqui foi da Maria Bernadete.

Agora, Rogério Araújo: "O uso de tuneladoras é ainda muito raro no Brasil. São importadas e pagam 60% do imposto, induzindo a construção de túneis com pás e dinamite. Fabricar tuneladoras e monotrilhos no Brasil seria algo bom."

Seria bom comentar porque nem todo mundo sabe o que são os termos monotrilho e tuneladora.

O SR. CARLOS PENNA *BRESCIANINI* ***– Vamos lá. Se puder colocar algumas das apresentações no ar, eu até localizo algumas imagens para facilitar.***

Mas, enquanto isso, vamos explicando. O Brasil perdeu o salto da indústria ferroviária por conta da opção rodoviária, ou seja, a gente deixou de ter... eu gosto dessa imagem, porque eu acho que ela é bem significativa do que estão se transformando as áreas urbanas, por conta do excesso de impermeabilização.

É isso que acontece. Agora, o que eu queria mostrar em relação às tuneladoras é o seguinte: nós temos uma opção em que a gente pode colocar todo mundo convivendo – metrô, ônibus, ciclista, todos. Isso é a mobilidade. A máquina tuneladora é o que o pessoal chamava antigamente de "tatuzão".

Então, o que é que acontece?

O SR. PRESIDENTE (Paulo Paim. Bloco/PT – RS) – É o meu linguajar, eu conheci o "tatuzão".

O SR. CARLOS PENNA BRESCIANINI – Isso, exatamente. Então, o que é que acontece? Como o Brasil não constrói metrôs com grande frequência, nós estamos atrás do resto do mundo, então, quando alguém comentou, respondendo uma outra pergunta: "Ah, a gente tem de gastar 200 anos para chegar ao que a Inglaterra chegou?" Não! A Inglaterra levou 100 anos! A gente não vai gastar 200 para chegar a 100 anos. Se a gente aplicar inteligentemente, a gente constrói até melhor.

Então, o que é que acontece? A tuneladora facilita a construção de túneis, porque ela vai perfurando e, à medida que ela perfura, ela já vai, pelas laterais, montando uma estrutura de concreto armado, que recebe a primeira camada de concreto propriamente dito; o concreto é de secagem rápida; ela vai avançando gradativamente e aí, por dia, dependendo da qualidade do terreno e da capacidade da tuneladora, se avançam quinze, vinte, vinte e cinco metros por dia. Para uma cidade grande, em que não se pode sair destruindo a cidade em cima, porque ela já está superlotada, não há essa opção.

Sobre monotrilho,citado por uma pessoa – deixa eu ver se eu tenho um monotrilho aqui, mas voltando, pegando o exemplo aqui do Ronaldo – o monotrilho é um trilho colocado na superfície por cima do qual o trem roda. É a solução adotada para uma das linhas do metrô novo de São Paulo, que se chama Linha Diamante. Leva, mais ou menos, mil passageiros e é adotada em outros locais do mundo. É importante, porque se evita destruir em cima.

Em relação a ciclovias, estão reparando que a ciclovia da foto da direita está pintada de vermelho? É justamente para se diferenciar do asfalto, para evitar que o motorista espertinho adentre a ciclovia para fugir do congestionamento, se ocorrer. Quando a gente diz que briga com todo mundo para construir alguma opção de mobilidade, em Brasília se briga com o patrimônio, porque ele não quer que pinte a ciclovia. É um troço louco.

Então, como é que se marca a ciclovia? É complicado.

Aí, as instalações.

O SR. PRESIDENTE (Paulo Paim. Bloco/PT – RS) – Muito bem.

O SR. RANDOLFE RODRIGUES (Bloco/PSOL – AP) – Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Paulo Paim. Bloco/PT – RS) – Muito bem, Sr. Carlos Penna Brescianini.

Vou já passar a palavra ao nosso Senador, mas, antes, permita-me esclarecer, porque alguém aqui falou, e eu não percebi, que eu seria Vice-Presidente dessa Comissão. Não é verdade. A Presidente é a Senadora Ana Rita e o Vice-Presidente é o Senador João Capiberibe. Mas eu presido uma Subcomissão, que trata de Estatuto de jovens, de criança e adolescente, combate ao preconceito.

Por favor, Senador Randolfe.

O SR. RANDOLFE RODRIGUES (Bloco/PSOL – AP) – Caríssimo Presidente, quero cumprimentar os nossos convidados: Ronaldo e a minha querida Cristina Baddini, a quem quero agradecer por ter atendido ao nosso convite. Fui o autor do requerimento que convidou você, Cristina, e o nosso querido Lúcio Gregory, que não pôde estar presente, porque já tinha antecipado para mim que ia visitar o filho no Canadá e seria incompatível estar aqui.

A Cristina está dando uma contribuição enorme ao nosso Governo em Macapá.

Cumprimento o Dr. Marco, da Secretaria Nacional de Transportes e Mobilidade Urbana; o Dr. Eurico, do Conselho Diretor da Associação Nacional de Empresas de Transportes Urbanos; o Carlos Penna; a Drª Maria Rosa Ravelli de Abreu.

Então, agradeço aos convidados a presença.

E nunca é demais, Presidente, destacar as razões desta audiência. Esta audiência é mobilizada e subsequente a uma outra audiência que nós tivemos aqui na quinta-feira, sobre protagonismo juvenil nas mobilizações de junho.

Eu falava com o Dr. Lúcio Gregory essa semana e eu dizia para ele: "O senhor foi o fósforo, o senhor foi a brasa que acendeu as mobilizações de junho." Ele disse que foi apenas o fósforo que incendiou, porque é dele a ideia de tarifa zero.

Então, o Poder Público sempre é assim, sempre corre para apagar o incêndio depois que ele se instala. Os senhores e as senhoras não estariam aqui no dia de hoje se não tivesse sido ateado fogo no Brasil em junho.

Então, isso daqui é decorrência do fogo que foi ateado; há uma razão concreta, não era à toa. E esta audiência pública, depois que o fogo já abrandou, traz à reflexão algumas conclusões.

Hoje, nós percebemos o quanto, na época, foi comemorada a redução do IPI pela Presidente da República, alguns anos atrás: "Que medida acertada reduzir o IPI e o II da indústria automobilística! Claro, medida acertada essa; impediu o desemprego naquele momento. Medida acertada, fundamental."

Faltou o outro lado, a reflexão sobre o outro lado, porque essa medida, naquele momento, sacrificou Estados e Municípios, porque o Imposto sobre Importações e o Imposto sobre Produtos Industrializados são a base do Fundo de Participação dos Estados e do Fundo de Participação dos Municípios. E, com isso, já se sacrificou e muito o nosso já decadente Pacto Federativo, principalmente nas partes mais frágeis dele.

Talvez, isso não penalize São Paulo, Rio de Janeiro e Minas, que pouco têm a ver com FPE e FPM, mas isso penaliza muito as prefeituras do interior do Nordeste, da Amazônia, e Estados como o nosso – não é, Cristina? –, como Amapá, Rondônia, Roraima, Acre e tantos outros que dependem tanto do Fundo de Participação dos Estados. O meu Estado do Amapá, só no

ano passado, teve uma perda de R$150 milhões devido à desoneração do Fundo de Participação dos Estados.

Bem, mas Governador de Estado grita e, às vezes, reclama pouco, porque mesmo que uma vaia de prefeito, como aconteceu há pouco tempo aqui, tenha tido alguma repercussão no jornal, Governador de Estado e Prefeito fazendo passeata não conseguem ocupar uma Avenida Paulista nem a Avenida Rio Branco.

Mas houve outra consequência, e essa que vocês estão trazendo aqui, e ela é mais drástica: uma família que tinha um carro teve disponibilidade de comprar dois carros ou, quem sabe, três carros. Quem sabe, agora, a reflexão não pode ser: por que, em vez de desonerar o imposto sobre os automóveis, não se pensa em desonerar o imposto sobre a bicicleta? Quem sabe, agora, não podemos pensar mais na desoneração sobre o transporte coletivo?

Então, o que acho fundamental – e é importante esta audiência pública –, Senador Paim, desta audiência pública seria nós sairmos com conclusões e moções, para avançarmos na nossa chamada agenda positiva.

Eu tenho medo... Ronaldo, você falou algo muito importante: não podem ser episódicas as coisas, não podem ser eventuais. As reações... Não pode o fogo abrandar. Houve as mobilizações de junho, e o Senado veio com a pauta positiva; a Presidente logo montou um grupo de trabalho. E aí não pode ficar assim: resposta imediata; aí, a resposta imediata é julho, depois cessa, quando o fogo abranda. Logo depois, o grupo de trabalho vem. Há aquela história que diz o seguinte: quando se quer ganhar tempo, monta-se uma comissão. Quando se quer ganhar tempo, monta-se um grupo de trabalho; reúnem-se mais de três, monta-se uma comissão, um grupo de trabalho. Não pode ficar assim.

Acho que temos de ter resposta concreta, porque essa meninada que foi às ruas em junho... o fogo abrandou, mas eles... Eles vieram em junho, mas eles vão voltar. Se não houver resposta concreta, não nos enganemos, o clamor por transporte volta. O Movimento Passe Livre, que está presente em São Paulo, em Belo Horizonte, em Fortaleza, nas principais capitais do Brasil...

O SR. PRESIDENTE (Paulo Paim. Bloco/PT – RS) – Aqui e em Porto Alegre também.

O SR. RANDOLFE RODRIGUES (Bloco/PSOL – AP) – Aqui em Brasília, em Porto Alegre... Eles estão nos assistindo, estão presentes. Se não houver resposta, se eles sentirem que foram enrolados por nós, meu caríssimo Presidente, se sentirem que foram enrolados pelo Senado, se sentirem que foram enrolados pela Presidente da República, pelos governadores, pelos prefeitos, eles voltarão, e com mais força.

Aí, os governos vão reclamar do – abre aspas – "vandalismo". E a sociedade vai perguntar: quem vandaliza? É o Poder Público, que não dá resposta concreta e tenta fazer resposta episódica e eventual e não resposta aos clamores reais e concretos, ou são eles, que se cansam do blá-blá-blá? Por isso, o fundamental é a resposta concreta e eventual.

O diagnóstico que os senhores fazem... Nós temos aqui autoridades do Poder Público e da sociedade civil. A Cristina é mais sociedade civil do que Poder Público de tanto estar na sociedade civil. A Cristina é aluna de Gregory e dessa batalha de tarifa zero. Então, quando está no Poder Público, ela fica mais sociedade civil do que Poder Público. O que acho mais fantástico na Cristina, Presidente, me permita, é que, no Poder Público, ela executa o que pensa e faz na sociedade civil. Isso é formidável! E é isto: acho que, no Poder Público, não podemos perder a utopia do fazer da sociedade civil. O Poder Público tem que dar respostas concretas.

Muito se falou, mas eu não estou vendo na nossa – entre aspas – "pauta positiva" do Congresso a resposta ao primeiro e principal clamor que ouvi das ruas. Eu quero lembrar, Presidente, que a primeira manifestação aqui, no Senado Federal, sobre o que veio das ruas foi feita na primeira semana de junho. Vou lhe dar a data: dia 11 de junho, quinta-feira. Os primeiros Senadores que falaram criminalizaram a manifestação de São Paulo. Aí eu fiz o primeiro pronunciamento na tribuna. O senhor se lembra disso. O senhor estava presidindo.

O SR. PRESIDENTE (Paulo Paim. Bloco/PT – RS) – Lembro tanto que estava presidindo quanto que fiz um aparte cumprimentando V. Exª.

O SR. RANDOLFE RODRIGUES (PSOL – AP) – Eu e o senhor. Foi o primeiro pronunciamento. Os que me antecederam estavam criminalizando. Nós, eu e o senhor, nos pronunciamos no sentido contrário. Nós dissemos que aquelas manifestações não eram só pelo reajuste da tarifa. Na sequência, vieram as rodadas de manifestações, e não foram só pelo reajuste das tarifas.

Até aquele momento, os comentários das grandes redes de televisão e dos Senadores aqui eram: essa garotada, esses moleques reclamando por R$0,20. Viram no que deu! E nenhum profeta está falando isso. Se não se levar a sério o que veio, teremos novas manifestações e virão milhões novamente. Estamos esquecendo que as manifestações começaram por transporte. Na chamada – entre aspas – "pauta positiva", nós ainda não tratamos de transporte aqui. Não votamos nada de transporte. Não votamos nada, concretamente, sobre transporte, nem aqui, no Senado, nem na Câmara. E há pauta de transporte para ser votada.

Eu queria somente lembrar que, mais uma vez, estamos juntos, Senador Paim –, no dia 11 ou 12 de junho, eu estava, na tribuna, e o senhor, presidindo e o senhor foi o único que me aparteou naquele momento – que é importante que saia daqui a pauta que acho que o Senado e a Câmara devem votar.

Foi votada na CCJ da Câmara e tem que ser votada no plenário da Câmara a PEC nº 90, de 2011, da Deputada Luiza Erundina, que trata do transporte como direito social. Foi votada na CCJ da Câmara e não passou na pauta positiva, ficou engatada, não avançou. Já era par ter vindo para cá.

Foi aprovado, na Câmara, o Projeto de Lei nº 3.546, de 2012, do Deputado Ivan Valente, que determina transparência nos critérios usados para reajuste de passagem do transporte coletivo. Ele já veio para o Senado, tornou-se o PLC nº 50, de 2013, não pode ficar engatado aqui, não pode ficar nas gavetas do Senado, tem que ser votado. Ele determina como obrigação transparência, porque essa é uma das maiores máfias que existem no Brasil. Todo mundo concorda com isso. Conversei com a Presidente da República, que concorda. Não há máfia maior – Baddini é uma das pessoas que mais sabem disso no Brasil –, neste País, do que a máfia de transporte coletivo.

Se enfrentarmos e derrubarmos essa máfia de transporte coletivo, nós vamos ter um avanço civilizatório neste País.

Então, é fundamental aprovarmos esse projeto de lei.

Há o Reitup, que saiu do Senado, voltou para a Câmara. Ele saiu com uma emenda que, inclusive, foi uma contribuição da Baddini. É uma emenda, Dr. Carlos, muito importante, que eu vou chamar de Emenda Baddini, pois foi ela que me apresentou a emenda, que eu apresentei aqui. Eu falei a respeito dela com a Presidente da República na audiência que tive com ela, e a Presidente gostou muito da emenda. Nos anos 90, o BNDES financiava os Municípios a constituírem a sua frota própria de transporte coletivo. Não é isso, Baddini? Dos anos 90 para cá, com a onda neoliberalizante, isso deixou de existir, e as empresas municipais passaram a ser vendidas.

Então, fizemos uma emenda ao Reitup, por sugestão da Drª Cristina, autorizando que o BNDES restabelecesse essa linha de financiamento, que foi aprovada no Reitup. A Presidente manifestou seu interesse de restabelecer isso daí, sancionando essa matéria. Eu espero que isso ocorra.

Eu acho que o Reitup é um avanço importante. Eu espero que ele, o quanto antes, seja aprovado.

Em relação ao que foi falado pelo Dr. Carlos e às colocações que ouvi pelo rádio quando estava vindo para cá do Ronaldo, parece-me que muito disso já existe numa lei, que é a Política Nacional de Mobilidade Urbana. Se já está numa lei, nós temos um poder da República para isso, que é o Ministério Público. Nós temos ter instrumentos para o cumprimento do que, de fato, está na lei, ou seja, nós temos de ter mecanismos e políticas públicas para isso, para tornarmos a Política Nacional de Mobilidade Urbana, a Lei nº 12.587, realidade na prática.

Temos de transformar a bicicleta, tão falada aqui pelo Ronaldo, pelo Carlos, enfim, por todos os expositores, um meio acessível para as pessoas. E o Poder Público tem de deixar dessa história de facilitar o acesso ao carro. Nós temos é de facilitar o acesso à bicicleta como um meio para todos e o acesso ao transporte coletivo como um meio para todos. Parece-me que é essa a nova ótica. Eu acho que foi essa perspectiva que foi mobilizada em especial pelos notórios acontecimentos de junho, pelas mobilizações de massa que ocorreram em junho por parte da juventude brasileira.

Nós temos mecanismos aqui concretos: há a Proposta de Emenda Constitucional nº 90, o PLC nº 50, que está aqui no Senado, e a Política Nacional de Mobilidade Urbana. São mecanismos legais já existentes, cujo cumprimento temos de exigir. E há ainda o Reitup, que eu acho fundamental. O que esta Casa tem de fazer é aprovar esses mecanismos, e eu acho que esta audiência pública pode dar como contribuição uma moção para que esses mecanismos que tramitam aqui, no Congresso, sejam aprovados.

O SR. PRESIDENTE (Paulo Paim. Bloco/PT – RS) – Muito bem, Senador Randolfe. Eu já peço que tomem nota das suas propostas, no sentido de que esta Comissão as encaminhe, logo após o término da reunião.

Como já são 12h24 – está ficando apertado o nosso horário –, eu vou fazer da seguinte forma: eu vou ler a pergunta, quem quiser responder o faz nas suas considerações finais, o.k.?

Diz aqui o Adnael Gadelha: "É algo engraçado como pode passar um século de evolução e não se consegue fazer trens transportarem pessoas entre uma cidade e outra"

Rogério Melo Araújo: "O metrô de São Paulo custa meio bilhão por cada quilômetro construído e avança menos de dois quilômetros por ano, em média. Levaremos 200 anos, em São Paulo, para conseguir chegar ao tamanho do metrô de Londres".

"Parabéns, Srª Maria Rosa de Abreu. O problema é que, ao falar em melhoria, só se pensa em gastos, sendo que se pode melhorar com pouco, basta boa vontade. Faz tempo que a população vem pedindo corredores de ônibus e mais horários, principalmente nos bairros". Maria Bernadete.

Alguém quer responder? Aqui.

Pedro Henrique Reis de Lins: "O desvio de dinheiro deveria ser considerado como o mais crucial para as reformas, seja saúde, educação e infraestrutura; e o monopólio que existe em alguns Municípios prejudica toda a agilidade de melhorias".

Alguém quer responder?

Gileno José de Bairros Júnior: "O cidadão lê uma frase do Fritjof Capra que diz: 'O nosso pensamento são fundamentos reais de nossas cidades, e as nossas cidades são a expressão mais ampla da maneira como pensamos'. Esta é quase que uma afirmação.

Fábio Silva Teixeira cumprimenta o Senado pela audiência e depois diz: "O cidadão pergunta: qual seria o melhor transporte para a cidade de Florianópolis, que, apesar de ser uma cidade, é uma ilha e depende do transporte rodoviário, que é muito precário?"

O cidadão comenta: "Um problema para a mobilidade urbana são os investimentos em obras, que deveriam facilitar a vida das pessoas, mas ficam inacabadas, prejudicando, ainda mais, a mobilidade e o crescimento da cidade. Solicita que haja mais fiscalização nas obras para que isso não fique apenas no papel."

Aqui ao meu lado, à esquerda.

Nesta o cidadão também cumprimenta o Senado e depois diz: "A cidadã afirma que a solução para melhorar o trânsito em todas as grandes cidades seria apenas uma mudança no horário escolar." Ela quer dizer que utilizar horários alternativos seria uma saída.

Luís Farias: "É vergonhoso o que os governos do Rio estão fazendo com a população: tanto dinheiro gasto em transporte sobre rodas, ônibus, que só servem para enriquecer os empresários de ônibus".

Quem quer responder?

Esta é sua. Muito bem.

Agora, Maria Bernadete: "Uma questão que vem sendo levantada é a mudança de turnos de trabalho, para diminuir o fluxo em um só horário." É na mesma linha daquela primeira.

"Bom dia. Em pleno século XXI, é inadmissível que os ônibus fiquem estacionados, aguardando um horário para sair, principalmente na hora de pico. Existe alternativa. Só precisa de bom senso."

Acho que é sua esta.

Igor de Oliveira Guerra: "Considerando a Lei de Mobilidade Urbana, na opinião dos especialistas, quais serão os maiores desafios para que o agente público, o gestor público possa, de fato, atender ao disposto nos arts. 14 e 15 da Lei?"

Aqui à minha esquerda.

Pedro Henrique de Lins: "Poderia ser requisito obrigatório aos Municípios em geral ter no mínimo dois meios de transporte público?

Alguém quer responder? (*Pausa.*)

Pergunta pelo e-Cidadania: "As apresentações dos convidados podem ser acessadas na área Documento de Referência; na página Eventos do Portal e-Cidadania, pressione F-5 no seu teclado..." Aqui é alguém que perguntou como ter acesso. Então, a e-Cidadania já responde. O que a e-Cidadania diz: "As apresentações dos convidados podem ser acessadas na área Documentos de Referência, na página do evento, no Portal e-Cidadania. Como se faz? Pressione F5 no seu teclado para ver o que já foi carregado".

Rafael Silveira e Silva: "A União não deve se meter nesses assuntos, pelo menos no que tange à criação de lei, normas, regras. Estados e Municípios é que devem legislar sobre esses assuntos".

A senhora tinha falado sobre isso; poderia complementar?

Rafael Silveira e Silva: "Acho que o problema não passa pela criação de leis federais. O Senado é importante para enriquecer o debate, mas a responsabilidade é dos Estados e Municípios".

Pedro Henrique: "Sabendo que há muitos projetos para a reforma de infraestrutura, ruas, pontos, metrôs, VLT, e os projetos travam na burocracia, haveria um plano para agilizar esses projetos?"

O doutor aqui, porque ela já pegou muitas lá.

Rubmayer Silvano Barboza Vilarinho: "Quantos quilômetros tem hoje no Brasil em ferrovias para passageiros e quantos estarão construídos nos próximos quatro anos? A China levou quatro anos para construir a maior ponte do mundo com cerca de 36km."

Deu para entender? Alguém quer ler? Dê uma lida e responda, então.

"Em São Paulo será criado o Bilhete Único Mensal, por uma tarifa de R$140,00." Ele pergunta se isso pode ser estendido para todo o País.

Alguém quer responder? Só para ir dividindo. Respondam junto.

"Com a Lei Seca em vigor, como um cidadão pode sair à noite para beber, dançar e se divertir se não há transporte público de madrugada para voltar para casa?"

Bom, aqui é mais um informe: "Informamos que esta audiência pública está sendo realizada com caráter interativo, ou seja, com a possibilidade da participação popular por meio do Portal e-Cidadania, http://bit.ly/CDHmobilidadeurbana e Alô Senado 0800-612211."

Chegou aqui uma informação que diz o seguinte: "Porto Alegre inaugura até agosto o primeiro aeromóvel no País. É um sistema movido a ar em um trajeto de 840m, ligando o aeroporto à primeira estação de metrô. O aeromóvel é movido a ar comprimido." Só como exemplo.

Em seguida, vou chamar um por um para que faça suas considerações finais e responda. Está lá a foto do que eu li.

Então, Marco Antonio Vivas Motta, Diretor da Secretaria Nacional de Transporte e da Mobilidade Urbana, em representação ao Ministro Aguinaldo Velloso Borges Ribeiro. O senhor tem o seu tempo para responder às perguntas e fazer as considerações finais. Devido ao nosso tempo, vou dar cinco minutos e darei, no máximo, mais cinco, se assim necessário for, para que a gente possa terminar.

O SR. MARCO ANTONIO VIVAS MOTTA – Acho que o tempo é suficiente, porque eu fiquei com poucas perguntas aqui para responder.

Mas eu gostaria, antes de responder às perguntas, de dizer que, pela Secretaria Nacional de Transportes e da Mobilidade Urbana, também atendendo à Lei 12.587, de 2012, nós temos dois itens que são muito importantes nas nossas ações. Primeiro, é a prioridade dos nossos projetos, das ações, ao transporte coletivo em detrimento até do transporte individual.

E um segundo ponto, também previsto na lei e também nas nossas ações que pensamos implantar, está a parte do transporte não motorizado, aí incluídos os pedestres e os ciclistas. São dois pontos de muita importância previstos na lei com relação inclusive à implantação da política de mobilidade.

Todas as cidades acima de 20 mil habitantes têm, até 2015, que elaborar seus planos de mobilidade urbana. Elas devem fazer isso até mesmo para não ficarem impedidas de receber recursos governamentais. Nós estamos com uma atuação forte no sentido de, ainda este ano, fazer diversos seminários, todos detalhados. Também estamos preparando – já está em fase final – o material didático em que os técnicos municipais serão treinados para poderem elaborar esses planos. Ainda há previsão de uma ação de apoio técnico para ajudar esses Municípios no sentido de fazer acontecer realmente esses planos de mobilidade.

Com relação a muito que foi falado aqui dos modais de transporte, nos nossos programas nós temos apoiado os diversos modos.

Quando um modo pode ser melhor ou mais indicado que outro, isso depende de uma série de análises técnicas, econômicas. Muitas vezes se fala que o metrô é a solução melhor, mas depende sempre logicamente da demanda ser atendida. Então, quando existem demandas pequenas, essas demandas já podem ser atendidas simplesmente por ônibus nas vias. Não há necessidade de uma facilidade maior. Com o aumento da demanda, podem ser necessárias faixas exclusivas de ônibus. Posteriormente, com maiores demandas, há necessidade, sim, dos BRTs, que são, na realidade, corredores de ônibus de maior eficiência, de maior capacidade. A partir daí, precisamos realmente de pensar em medidas como o metrô. E os Veículos Leves sobre Trilhos também são atendidos pelos programas do Ministério e atendem a demandas similares, vamos dizer assim, às dos corredores de ônibus.

Com relação às questões, uma delas é justamente sobre os artigos 14 e 15 da Lei 12.587, que dizem respeito aos direitos do cidadão. O que eu poderia dizer, neste momento, é que a implantação, a elaboração desses planos diretores de mobilidade por aproximadamente 1,5 mil Municípios até 2015 vai possibilitar realmente que esses Municípios possam atender adequadamente aos direitos do cidadão.

As duas últimas questões dizem respeito à burocracia e à dificuldade para a implantação dos projetos. Com relação às atividades do Ministério das Cidades na área de mobilidade, realmente isso acontece; quer dizer, os projetos não têm sido implantados na agilidade desejada. Na realidade, isso não é dificultado pela liberação dos recursos, pela existência dos recursos, mas por dificuldades mesmo da existência de projetos executivos, projetos detalhados de licenças ambientais e de outras necessidades. Muitas vezes, esses projetos que são financiados ficam na Caixa Econômica Federal no aguardo dessas exigências para posterior liberação dos recursos.

O que tem sido feito para buscar agilizar esses projetos são diversas reuniões. Realizamos recentemente algumas dessas reuniões no sentido de verificar com as autoridades e com os técnicos estaduais e municipais uma forma de agilizar no sentido de que essas necessidades de projetos, de questões ambientais (EIA/Rima), além de outras exigências, como, por exemplo, do Iphan, possam ser atendidas num prazo menor para possibilitar a liberação dos recursos.

Obrigado. (*Palmas.*)

O SR. PRESIDENTE (Paulo Paim. Bloco/PT – RS) – Muito bem!

Esse foi o Marco Antonio Vivas Motta, Diretor da Secretaria Nacional de Transporte da Mobilidade Urbana, que aqui falou em nome do Ministro Aguinaldo Velloso Ribeiro Borges, do Ministério das Cidades.

De imediato, passamos a palavra para o representante do *Blog* Ambiente e Transporte, Dr. Carlos Penna Brescianini.

O SR. CARLOS PENNA BRESCIANINI – Senador, obrigado.

Recebi aqui, gentilmente, para poder mostrar que na Internet, inclusive, no sistema de *tablet*, se a pessoa entrar, no canto superior direito da página do Senado, tem aqui: Alô Senado, 0800 612211, se a pessoa

clicar cai na página do Alô Senado; pode entrar, pode debater, pode deixar sugestões. Muito interessante!

O SR. PRESIDENTE (Paulo Paim. Bloco/PT – RS) – Muito bem!

O SR. CARLOS PENNA BRESCIANINI – Vamos lá.

Senador, aproveitando, vou responder tudo de vez, porque aí a gente ganha tempo. A apresentação está na tela.

Vou respondendo em função da audiência, e agrego as perguntas que me foram feitas na resposta, para dar uma sequência lógica.

Colegas, companheiros e todos aqui presentes, o que eu acharia muito interessante mostrar para vocês é o seguinte: primeira coisa, respondendo ao Sr. Eurico.

Sr. Eurico, o senhor finalizou sua exposição citando o General cartaginês Aníbal: ou nós encontramos um caminho ou abrimos um. Lembro que o General Aníbal era um dos grandes generais de Cartago. Ele falou isso, entrou em guerra contra Roma e perdeu a guerra. Cartago foi destruída, seus homens foram mortos, os sobreviventes foram escravizados, as mulheres foram escravizadas, estupradas, e as crianças foram escravizadas. O que eu quero dizer com isso? Quero dizer que o Brasil está exatamente nessa situação. Nós chegamos a uma situação que ou resolvemos a questão do transporte público ou as massas vão pular em cima do nosso pescoço, porque nós somos as pessoas que estão dando sugestões e as coisas não estão andando.

Então, o que temos é o seguinte: perguntaram sobre a questão da cobrança, valores das tarifas, porque não integra. Vamos fazer o seguinte: se a D. Maria for à farmácia e comprar um remédio, ela recebe uma nota fiscal; se o Sr. José for à padaria e comprar um pão, ele recebe uma nota fiscal; se eu for a uma loja de roupas para comprar roupa, eu recebo uma nota fiscal. Eu, quando pegar um ônibus, não recebo nota fiscal. Então, o que acontece? Nosso sistema não está sendo fiscalizado. Isso impede que nós possamos imprimir a integração de todos os meios de transporte entre um e outro.

Onde entra o Governo Federal? O Governo Federal cobra vários impostos federais. Ele tem condição de querer que os que pagam impostos ou então os que queiram desconto de impostos tenham de emitir algum documento fiscal para que não haja risco de evasão de divisas.

Sei que o Sr. Eurico vai responder depois.

Não é certo. Temos um sistema que circula tanto dinheiro, milhões, bilhões por dia, e ele não poder ser fiscalizado! É primordial. Se esse sistema não é fiscalizado, temos inúmeros problemas. O mais simples é o que a gente não consegue integrar, porque a gente não consegue fazer com que um cartão, como esse exemplo, que é o da Inglaterra, que você possa entrar no ônibus, no trem, no metrô, depois em outro sistema de transporte, pagando uma única passagem. Quer dizer, o sistema existe, esse daqui ainda é por papel, temos países que é por cartão eletrônico. Quer dizer, estamos perdendo um tempo fundamental para poder evoluir.

Em relação à PEC 90, que o Senador Randolfe levantou, sim, é importantíssimo! Transporte público não deve ser negócio; transporte público é serviço público.

Então, a Prof. Maria Rosa já combinou comigo, ela vai explicar muito bem sobre a questão da tarifa justa do transporte público, porque aí eu avanço em outros pontos.

Quando a venda de veículos automotores chegarem ao teto no Brasil, as fábricas de automóveis vão fechar e vão demitir. Elas fizeram isso nos Estados Unidos, fazem isso nos Estados Unidos, na Franca, no México, na Inglaterra, na Alemanha, na Itália, na Espanha. Então, a gente não tem que deixar crescer um modelo para ele quebrar, prejudicar o País, e depois correr com uma situação para achar a solução.

O que nós temos que fazer é não precisar cometer os erros que os outros fizeram para fazer a coisa certa.

Torno a dizer: há espaço para todos. Há espaço para os empresários de ônibus trabalharem, há espaço para as empresas de transporte público trabalharem, há espaço para os ciclistas e para os pedestres, agora esse espaço tem que ser dividido com justiça, esse espaço tem que ser visto como um serviço, não como um negócio.

Para terem uma ideia, uma solução emergencial de construção de veículos de transporte público sobre pneus, os ônibus, estão custando entre R$50 bilhões e R$60 bilhões. Com o mesmo valor, a gente constrói metrô. Um ônibus leva 100, 150 passageiros, talvez apertadamente. Um trem leva 1.000, 1.500, 2.000 passageiros.

Essas coisas são óbvias. As pessoas estão sendo colocadas num consumo e gastando suas economias. O Brasil tem 25 milhões de habitantes a mais em 13 anos e 39 milhões de automóveis em 13 anos. Tem algo errado!

O custo da importação da gasolina está quebrando a balança de pagamentos brasileira. Gasolina, álcool e diesel. Não tem lógica!

Quando a gente chega ao cidadão da ponta, que pergunta: "Vai ter fiscalização na aplicação?" A gente deseja que tenha, a gente deseja, mas o que acontece é que infelizmente nós temos problemas com os

valores que estão sendo gastos. A população fica escandalizada.

"O metrô de São Paulo custa meio bilhão de reais por cada quilômetro [não tenho esse valor de cor; acho que é menos] e avança menos de dois quilômetros por ano em média. Levaremos 200 anos para chegar ao tamanho do metrô de Londres, de 400 quilômetros?" Não necessariamente. Existem várias maneiras, existem tecnologias e não custa isso. É metrô de superfície, há monotrilho e há a parte subterrânea. Se fizermos um bom transporte público, não precisaremos gastar tudo isso. Várias linhas do metrô de Londres são linhas de pouca capacidade de passageiros. Então, podemos fazer uma opção melhor.

Outro fez um comentário: Florianópolis. "Qual é o melhor transporte da cidade de Florianópolis?" Uma combinação. Existem locais onde já cabe metrô de superfície, cabe VLT – Veículo Leve sobre Trilhos e tem locais em que a gente pode utilizar os ônibus elétricos. Apoiando tudo isso, rede de ciclovias, calçadas, muitas calçadas, e espaço também para o automóvel. Não é retirar todo automóvel, mas ter opção para todos.

"Quantos quilômetros hoje, no Brasil, temos em ferrovias para passageiros?"

Que eu me lembre, a gente tem a Vitória-Minas e tem um trecho em Carajás. São os dois trechos de que eu consigo me lembrar hoje como ferrovias que transportam passageiros.

(Intervenção fora do microfone.)

O SR. CARLOS PENNA BRESCIANINI – Não, mas a Central do Brasil faz mais o transporte suburbano, superVia. Se a gente incluir a superVia, aí tem que incluir a CPTM, mas o caso é que já estaríamos falando mais do trem metropolitano. Ferrovias mesmo, ligando cidades com um afastamento maior, infelizmente hoje a gente tem Vitória-Minas e essa de Carajás. O resto são boas intenções. Por isso a gente acha importante aquele PLC: Transporte é uma função social.

Quando houve a privatização do sistema ferroviário, ficou mais interessante transportar carga. Transporte humano é complicado. E as empresas foram para o transporte de carga.

Outra coisa importante que me perguntaram: ciclovias? Sim.

Aqui em Brasília nós tivemos uma coisa muito importante. Quando foi tentada a construção de ciclovias agora, desde o final do ano passado, houve uma massa de impedimentos. E a gente viu o tanto que uma ciclovia é importante para o desenvolvimento das cidades. Houve donos de postos de gasolina protestando contra ciclovias. Eles pagavam síndicos e amigos para irem ao Ministério Público questionar. Nós vimos donos de empresas de transporte colocando funcionários, pedindo que o Ministério Público questionasse ciclovia. Arquitetos – foi uma coisa que me surpreendeu – questionando a ciclovia. Justamente, a gente imaginava que fossem ser os nossos aliados, mas não. Porque existe uma quantidade de arquitetos grandes ligados à indústria imobiliária e, para eles, não é interesse ciclovia.

Então, veja como é que junta. No nosso *blog*, no ambiente de transporte, me permita, Senador, citá-lo, toda vez que venho aqui eu o cito e dá um Ibope muito bom: www.ambientetransporte.bloguespot.com.br. E no Facebook também: ambientetransporte.

Finalizando, o que é que a gente pode citar aqui de coisas importantes? Aos colegas que estão aqui nos acompanhando, o que nós podemos citar é que as grandes metrópoles do mundo têm ruas, mas têm redes de transporte à base de metrô, principalmente. Nós temos que ter espaço para todos. A gente não está aqui simplesmente desejando a prevalência de um sobre o outro. Eu não venho aqui acabar com o negócio de um ou de outro. Eu quero que todos possam trabalhar, mas do jeito que está a gente não consegue. Quando um trabalhador gasta, cinco, quatro horas por dia para se transportar para o seu trabalho, para seu local de estudo, ou para o médico, isso é uma afronta. A pessoa, simplesmente, não faz outra coisa a não ser acordar, se transportar, trabalhar. Nada mais do que isso. As cidades não aguentam mais isso. Nós estamos numa situação, torno a mostrar, nós temos a opção de ter de fazer todo o caminho que a Coreia fez, até ela chegar e desfazer tudo e botar a solução melhor. Repito: nós não estamos aqui para prejudicar os outros.

Por que a história do ônibus? Ônibus vem do latim *omnibus*, transporte para todos. As pessoas que não tinham dinheiro para ter seu próprio cavalo, porque o cavalo era um símbolo social, tinha um custo, pagavam para se transportar nesses veículos que eram chamados de *omnibus*. Por isso vem o nome.

Então, o que é que nós temos? É justo a população ter que andar nesse modelo? Convenhamos: é justo? Não é. Não é certo isso. Nós temos de ter qualidade. É justo isso? Nós temos uma quantidade de mortos por acidente de motocicleta, em São Paulo, à razão de um e meio por dia. E os ciclistas, no Brasil, são pessoas com renda de até três salários mínimos, que não têm condições de pagar o transporte e usam a bicicleta. O pedestre é esse que, literalmente, fica à chuva.

Se uma passagem de ônibus é o diferencial entre a pessoa comprar ou não comprar pão nesse dia, nós estamos condenando as pessoas que não têm condição de pagar o transporte à pobreza. Elas não

vão sair de casa, porque vão preferir garantir o pão a procurar o trabalho. Isso não está certo. Fora o custo dos acidentes. Nós temos mais de 41 mil acidentes, mortos por ano no Brasil.

O SR. PRESIDENTE (Paulo Paim. Bloco/PT – RS. *Fazendo soar a campainha*.) – Agora, um minuto.

O SR. CARLOS PENNA BRESCIANINI – O.k. Isso não pode mais continuar. Por isso, nós temos de ter uma política de transporte que não permita mais essas coisas acontecerem no Brasil. Nós temos de ter soluções que levem ao Brasil a melhor opção. Qual é a melhor opção? Nós sairmos disso e entrarmos, finalmente encerrando, quero aqui mostrar – se a TV Senado puder botar a imagem da tela, por favor –, a imagem de cima é o monotrilho, sobre o qual algum dos ouvintes perguntou. É esse trilho que corre por cima. E a imagem de baixo é o metrô e o trem. Então, se o monotrilho leva mil pessoas rapidamente, um trem, um metrô, leva 1.800 pessoas rapidamente, a gente pega essa quantidade e acopla com os VLTs e os ônibus. Por que não? Mas tendo espaço para todos.

É isso. Deixamos nossa mensagem aqui.

Muito obrigado.

O SR. PRESIDENTE (Paulo Paim. Bloco/PT – RS) – Muito bem. Esse foi Carlos Penna Brescianini, representante do *blog* Ambiente e Transporte.

De imediato, o Dr. Eurico Divon Galhardi, Presidente do Conselho Diretor da Associação Nacional de Empresas de Transporte Urbano.

O SR. EURICO DIVON GALHARDI – Carlos, eu concordo plenamente com tudo que você falou. Agora, eu quero fazer só uma correção: quando eu fiz a citação do General Aníbal, foi o primeiro general que dominou toda a península ibérica e usou elefantes, ficou parado para entrar em Roma. Eu não discuti o aspecto histórico. Mas aquele ônibus que o senhor mostrou ali, inclusive com aquela figura do lado, aquilo é 1829. Aquele cidadão se chamava Shillibeer.

E o senhor sabe por que é o nome de "ônibus"?

O SR. CARLOS PENNA BRESCIANINI (*Fora do microfone*.) – Por causa dele?

O SR. EURICO DIVON GALHARDI – Não, senhor. Não, não. Eu vou lhe explicar, inclusive...

O SR. CARLOS PENNA BRESCIANINI – Por favor.

O SR. EURICO DIVON GALHARDI – Esse serviço foi criado por um cidadão chamado Stanislas Baudry em 1828, na cidade de Nantes. Ele era um empresário que tinha casas de banho nos arredores de Paris. E as casas de banho não iam bem, ele colocou um serviço: a pessoa ia tomar banho e teria o direito de andar naquele veículo.

O SR. CARLOS PENNA BRESCIANINI – Sim.

O SR. EURICO DIVON GALHARDI – Mas, ao parar em Nantes, ele parou na porta de um *marchand de chapeaux* chamado "Omnes". *Omnes*, em latim, é tudo. E a população... Quando foi colocado o veículo, o "Omnes" teve uma ideia brilhante: na porta do seu estabelecimento, ele botou "Omnes Omnibus": tudo para todos. Daí surgir o nome, pois as pessoas perguntavam: "Onde você vai?" "Vou tomar o *omnibus*". Por acaso, ele quer dizer... Ele encaixou perfeitamente disso, e os dados que estou trazendo não são meus: são da RATP, que conta essa história. Inclusive ela está contada aqui neste livro. Só esclarece ali um fator histórico.

O SR. CARLOS PENNA BRESCIANINI – O.k.

O SR. EURICO DIVON GALHARDI – Quanto ao problema da nota fiscal, eu acho que deveria dar. Não há o menor problema em que se dê.

Quanto ao problema da integração, hoje, no Rio de Janeiro, existe a integração com bilhete único com todos os modais. Já há uma experiência no Rio de Janeiro com duas horas de deslocamento, sem que a tarifa seja onerada.

O SR. CARLOS PENNA BRESCIANINI (*Fora do microfone*.) – Duas horas é pouco.

O SR. EURICO DIVON GALHARDI – Tudo bem! Se duas horas é pouco, não havia nenhuma! Hoje você tem duas horas!

O SR. CARLOS PENNA BRESCIANINI (*Fora do microfone*.) – Mas a pessoa vai pagar mais rápido.

O SR. EURICO DIVON GALHARDI – Tudo bem que vai pagar mais rápido, mas não estamos aqui debatendo... Você falou, eu fiquei calado. Então, eu gostaria que você não ponderasse. Depois, se você quiser, você usaria a palavra.

O SR. PAULO PAIM (Bloco/PT – RS) – Vamos lá. Vamos lá. Está indo bem, está indo bem.

O SR. EURICO DIVON GALHARDI – O problema no Rio de Janeiro é vergonhoso (Luís Farias), é vergonhoso gastar dinheiro em rodas? No Rio de Janeiro, não se gasta só dinheiro em rodas. No Rio de Janeiro se gasta dinheiro em metrô, inclusive a Drª Maria Rosa apresentou um dado: foram comprados pouco mais de 100 veículos chineses, trens que estão rodando na SuperVia e no metrô. Então, existe investimento de todos os segmentos, e eles são integrados.

"Poderia ser obrigatório aos Municípios em geral o mínimo de dois meios de veículos públicos?"

Deveria ser até mais. Deveria ter ônibus, metrô, VLT. Eu só faço uma restrição: ele só é sucesso na Alemanha, um monotrilho na Alemanha; o resto é em parque temático. Mas deveria ter mais, porque há necessidade da livre concorrência e das interligações.

"Bom dia. Em pleno século XXI, é inadmissível que os ônibus fiquem estacionados aguardando horário para sair." Isto aqui é muito simples: é só chegar à Secretaria Municipal de Transporte, no órgão gestor, que dá o horário da saída dos ônibus. E hoje há um sistema em que você pode ler no tacógrafo o momento em que ele saiu. Isso aqui se chama fiscalização do serviço público.

"Com a Lei Seca em vigor, como o cidadão pode sair à noite para beber, dançar, se divertir sem ter transporte público de madrugada para voltar para casa?" São poucos os lugares no mundo em que o transporte roda a noite toda. Quando cheguei a Tóquio fiquei impressionado, porque eu julgava que o metrô rodasse a noite toda, mas à meia-noite o metrô fecha, assim como em outros lugares. Agora, se você vai sair para se divertir, você tem pleno direito, você é um cidadão, tem pleno direito. Mas não se tem que penalizar, na realidade, o usuário urbano. Isso não teria que estar voltado e não deve estar voltado para essa questão. É necessário que haja veículo noturno para atender às famílias, aos cidadãos, porque as crianças, os idosos e as pessoas passam mal à noite, trabalham à noite e precisam chegar. Então, essa pergunta eu alijo.

E, terminando, Senador, conhecendo V. Exª eu queria deixar uma bandeira aqui. Discute-se muito a colocação do empresário, faz-se uma colocação até um pouco pejorativa, talvez por um lapso, mas existem donos de ônibus e empresários. Eu sou um empresário e, graças a Deus, um empresário de sucesso, porque voltei a minha empresa para servir ao meu público, não vendo pasta de dente nem sabonete, eu transporto progresso. O País cresce porque a mão de obra, mal ou bem, com o que há aí, é transportada. Então, eu gostaria de deixar aqui o nosso manifesto da ANTU que estamos colocando e gostaria que, se V. Exª concordar, essa bandeira pare na sua mão: continuidade dos investimentos federais, estaduais e municipais na infraestrutura urbana destinada aos transportes coletivos; melhor qualidade dos serviços; prioridade de circulação para os ônibus na via urbana, maior velocidade, menor tempo de viagem, mais regularidade; redes de transportes modernos integradas, multimodais, racionais e de alto desempenho; melhor atendimento às necessidades de deslocamento da população; gratuidades e benefícios tarifários com fonte de custeio no orçamento público, maior justiça social, que todos paguem – eu uso o meu automóvel porque eu quero e a maioria dos senhores que tem automóveis usa e não paga absolutamente nada para a contribuição do bem-estar social da população –; política tarifária definida por representantes da sociedade nos conselhos de transporte; maior poder de decisão da sociedade, não temos nada a esconder, não somos nós que fazemos as planilhas; desoneração dos tributos e encargos sobre os serviços, menor custo para diminuir o preço da tarifa e aumentar o IPK para que se tenha um transporte mais barato; subvenção pública ao transporte coletivo; melhor qualidade de operação; transparência nas relações entre o Poder Público e as empresas prestadoras de serviço de transporte urbano de passageiros; maior clareza nos direitos e nos deveres – eu ouvi algo aqui que parece que foi citado, não me lembro, há um conluio entre um setor e outro –; planilhas de custos atuais e transparentes com maior controle social; gestão pública e eficiente; melhor utilização dos recursos públicos.

Senador, muito obrigado por nos convidar. Deixarei em suas mãos.

O SR. PRESIDENTE (Paulo Paim. Bloco/PT – RS) – Muito bem.

O SR. EURICO DIVON GALHARDI – Se o senhor concordar, será uma bandeira que defenderemos juntos. (*Palmas.*)

O SR. PRESIDENTE (Paulo Paim. Bloco/PT – RS) – Muito bem, esse foi o Dr. Eurico Divon Galhardi, Presidente do Conselho Diretor da Associação Nacional das Empresas de Transporte Urbano, que nos deixa aqui um manifesto como contribuição para melhorar a qualidade do transporte, inclusive apontando o caminho do transporte gratuito.

Passamos a palavra, agora, à Drª Maria Rosa Ravelli Abreu, representante do Programa Cidade Verde da UnB.

A SRª MARIA ROSA RAVELLI DE ABREU – Quero fazer apenas uma colocação sobre o ônibus noturno. O ônibus noturno existe em algumas cidades grandes e passa de hora em hora, com hora marcada. Isso é muito útil para quem trabalha à noite, como enfermeiros, trabalhadores de restaurante e o próprio cidadão. Então, o transporte noturno é uma necessidade e um serviço público para a população.

Eu quero tocar rapidamente na questão do financiamento, porque eu acho que este é o ponto: o financiamento do transporte público. Está-se falando muito em subvenção aos ônibus, mais subvenção. Por quê? Qual é o argumento? Para não subir a tarifa e melhorar o serviço. Só que a prática no mundo mostra que, quando o transporte público funciona, com um custo correto, com qualidade e também, como foi dito muito bem por vocês dois, com intermodalidade – cada modal para uma função própria –, ele é considerado serviço público. Então, acho que esse conceito precisa ser aprofundado nesse momento na sociedade. E o setor que trabalha com o modelo atual deve discutir como contribuir com essa mudança para que o País

venha a ter, de fato, um transporte com valor correto e de melhor qualidade.

Por que não melhora? Se eu sou empresária de um negócio, preciso, pela lógica do negócio, maximizar o lucro. É natural, porque, do contrário, não vou ser empresária; eu vou fazer outra coisa.

A empresa precisa maximizar. O que ela faz? Nas horas em que não há muito passageiro, o ônibus fica guardado na garagem. No caso de Brasília, fica estacionado na rodoviária, na área central, na contramão do que se faz no centro histórico do mundo hoje em que os monumentos ficam liberados – não existe estacionamento dessa magnitude na área central. Fica muito feia a nossa área central.

Então, o ônibus não passa na hora em que há poucas pessoas; circula superlotado, e as pessoas andam no sofrimento, como sardinhas – isso não ocorre só no Distrito Federal, mas também em todo o País; as pessoas andam com muito sofrimento. Isso é da lógica do transporte público que se transformou, no País, em um negócio por leniência das autoridades, dos prefeitos. Essa é a verdade! Os prefeitos não organizaram um verdadeiro transporte público. A prefeita que tentou isso, a Prefeita Erundina, conseguiu manter o serviço por um pouquinho de tempo, mas logo ela precisou recuar; as administrações seguintes recuaram.

Vou citar o exemplo do transporte de crianças: o transporte escolar. Paga-se mensalmente a um empresário, a um pai de família, a uma pessoa de responsabilidade para transportar as crianças ao longo do mês nos horários previstos, com os critérios de qualidade, limpeza, pontualidade que a prefeitura define. Então, a pessoa recebe pelo pagamento da delegação daquele serviço público. Com isso, ela não se preocupa com o fato de o ônibus não passar na hora ou passar superlotado, porque cabe à prefeitura verificar a demanda e colocar mais ônibus na linha, nos horários em que há mais pessoas.

Então, é importante esse ponto da delegação do serviço público de transporte: pagamento por linha, por quilômetro rodado. Já existem estudos nesse sentido, e isso é feito em muitos lugares, não temos de inventar. E aí a prefeitura, o governo local define a qualidade, os horários, e ele pode inclusive inovar, ir trazendo já parte da frota para o veículo limpo por conta da poluição, por conta do barulho, por conta do conforto.

O veículo limpo, hoje, na China, no Japão, na Europa, nos Estados Unidos, é o veículo elétrico. Então, aqui nem se fala em trazer o ônibus elétrico. Por quê? Porque eu vou diminuir o meu lucro; eu não vou melhorar a qualidade do veículo, não vou passar nos horários em que há poucas pessoas; não vou cuidar muito da limpeza do ônibus; o motorista tem de correr desesperadamente, causando acidentes, muitos até mortais – aqui tem acontecido muito; vimos esse agora no Rio, em que um ônibus caiu de um viaduto. Por quê? Porque ele tem de cumprir aquele horário para voltar correndo para buscar mais pessoas.

Quando o transporte público é visto como serviço público de verdade, ele não precisa ficar na busca desesperada do lucro. O operador da linha de ônibus não mexe com a tarifa. Ele recebe corretamente um pagamento para operar aquela linha. Não tem nada a ver com ele a tarifa. A tarifa é discutida entre o Poder Público e a sociedade, e se fazem as desonerações necessárias. E aí a pessoa pode ter um cartão mensal, sim, um cartão mensal, um cartão semanal. A pessoa idosa tem a sua gratuidade. O empresário não vai ser prejudicado com as gratuidades. As gratuidades são da lei. É o deficiente; é o militar.

Esse mecanismo é nó principal do transporte público hoje, é o modo de delegação que, ao longo das últimas décadas, tivemos no nosso País. Isso impede que fortaleça o trilho. Por quê? Mais metrô de superfície, menos dinheiro na catraca do meu ônibus.

A grande discussão no mundo hoje, a mudança de modal, que eles chamam de *report modal* ou *modal shift*, que é você mudar do automóvel, migrar do automóvel para o transporte coletivo, não vai acontecer aqui mesmo que a tarifa seja zero, porque não tem qualidade o transporte, e ainda por cima vai haver um mundo de subvenção do dinheiro público e vai prejudicar a prefeitura que vai ter de deslocar dinheiro para o empresário de ônibus em detrimento da escola, do posto de saúde, da praça, da qualidade de vida na cidade.

Então, temos de pensar como solucionar esse nó. Acho que esse é o desafio, sem prejudicar nenhum dos atores do sistema. Mas, mudar o modelo de delegação do transporte público, a delegação, que hoje é visto como negócio e deve ser visto como serviço público. Aí, tudo mais se conserta. Aí se pode fazer ciclovia, se pode trazer bicicleta elétrica. A bicicleta elétrica devia ser dada a preço de custo, para estimular as pessoas a usarem. Nem todo mundo tem condição de fazer grandes subidas. Temos cidades como Belo Horizonte, com muita montanha, muita colina.

A moto elétrica não polui. Talvez motovias, sim! Por que a pista de asfalto é só do automóvel? É muito prática a moto, inclusive a elétrica. Você muda a paisagem da cidade. A cidade começa a ter muito mais área verde, não precisa tanto estacionamento. Você só usa o automóvel quando precisar, para passeio.

É toda uma mudança civilizatória mesmo e tudo a ver com direitos humanos. Por isso eu acho que o

lugar, o *locus* próprio de pensar isso é esta Comissão, e que vai ajudar a parte econômica do País.

Obrigada. (*Palmas.*)

O SR. PRESIDENTE (Paulo Paim. Bloco/PT – RS) – Muito bem!

Essa foi a Drª Maria Rosa Ravelli de Abreu, que é professora representante do projeto Cidade Verde, da UnB.

Agora, passamos a palavra à Drª Cristina Baddini Lucas, Engenheira Civil. Mestre em Mobilidade Urbana e Secretária de Transportes de Macapá, Amapá.

A SRª CRISTINA MARIA BADDINI LUCAS – Eu vou tentar ser mais rápida e agrupar um pouco as questões que me foram colocadas, com relação ao bilhete único, ao reescalonamento de horário, ao monopólio de transporte e à lei do vale-transporte.

Como disse o Senador Randolfe, a gente tem que dar respostas ao que foi questionado nas cidades. Os vários diagnósticos que a gente faz... E eu, há 30 anos, estou em várias cidades e assumo a *mea culpa* da situação que hoje está colocada. Mas, se ficarmos só em diagnósticos, nós não avançaremos.

Essa questão do bilhete único foi colocada em São Paulo pela então Prefeita Marta Suplicy e foi um sucesso. Hoje, a cidade, para receber os recursos, além de ter o sistema licitado, tem que ter um sistema de integração. Isso vai nos ajudar muito, Senador. Ajudar as cidades para que realmente implantem o que hoje já existe na Europa...

O SR. PRESIDENTE (Paulo Paim. Bloco/PT – RS) – Deixe-me fazer uma pergunta. Eu não fiz nenhuma pergunta, só recebi. E foram tantas perguntas!

Há mais ou menos trinta anos, eu estive na Suíça, em Genebra, num evento da OIT. Depois não voltei mais, porque achei que era mais passeio do que realmente trabalho lá. Eu me invoquei. Já sou meio rebelde. E não voltei mais. Nunca mais fui. Nada contra a OIT, mas porque muita gente ali estava mais passeando do que outra coisa.

Eu tive a oportunidade de pegar um ônibus lá. Ao entrar no ônibus, procurei o cobrador. Tinha um pessoal junto, que traduzia. Ele disse: olha, pode perguntar para quem quiser, porque eu traduzo. Aqui não tem cobrador. Você entra, vai aonde quiser. Eu disse: mas como? Quem paga? Tudo é de graça? E me explicaram que não, que compravam um tipo de cartão. Se um fiscal lhe pegar no ônibus e você não tiver o cartão, você vai ter que responder, porque é uma fraude, uma corrupção.

É mais ou menos isso?

A SRª CRISTINA MARIA BADDINI LUCAS – É esse o sistema mesmo, quer dizer, a grande questão é quanto se tem de verba para gastar no sistema.

Eu falei de todas essas questões porque acho que o Senado, a Câmara e o Governo Federal podem nos ajudar na questão do financiamento do sistema. Se a gente tem dinheiro, põe ônibus à noite, faz várias formas de bilhetagem, de modo que se possa comprar bilhete para o ano... Em Paris você compra para o ano todo. Você pode comprar para o mês, para usar no... Quer dizer, essa política tarifária, você consegue organizar. Agora, o grande problema do sistema de transporte no Brasil é que hoje quem financia o sistema é o usuário. E há limitação, ainda com toda essa questão do automóvel, como nos foi apresentado.

Então me foi perguntado sobre o monopólio de transporte.

Se as prefeituras têm o controle, se têm o GPS, se têm os horários definidos, pouco importa se é uma, duas ou "n" empresas; ela está conseguindo fazer o seu papel.

O reescalonamento de horário é muito importante. Na sua cidade mesmo, Porto Alegre, no governo de Tarso Genro, nós chegamos a fazer um trabalho onde se verificou que 50% das pessoas que iam para o centro da cidade eram do Poder Público. Então, numa combinação entre Prefeitura, Estado e Governo Federal se alterou um pouco o horário e melhorou o trânsito.

Quanto à questão do vale-transporte, além de ser do Amapá, eu faço parte do ***Movimento*** Nacional ***pelo Direito ao Transporte*** Público de Qualidade para Todos (MDT). E a gente defende que quem se beneficia da gratuidade ou do transporte tem que pagar. Nem todos os órgãos ou cidades compram o seu vale-transporte. Eu vejo prefeituras que pagam em dinheiro o vale-transporte. E assim eu vejo a questão do passe livre.

Entendo que o passe livre pode ser dado, desde que as prefeituras paguem pelo transporte municipal de seus alunos, os governos do Estado paguem pelos seus alunos, as universidades federais paguem pelos seus alunos, e até as particulares. Caso isso aconteça, é possível o aluno andar gratuitamente.

O grande cerne da questão é o financiamento do sistema. E eu vejo, para finalizar, que a Cide é o grande financiador, é de onde se vai buscar recurso para o sistema. Eu penso que é de lá.

As prefeituras, agora, como disse o Marco Antonio, vão fazer seus planos de mobilidade. E tudo isso que foi colocado aqui pode estar contemplado: a questão da ciclovia, a questão financiamento, quem paga. Tudo isso nos planos de mobilidade.

Que a gente não perca essa oportunidade, que as prefeituras não contratem somente consultorias para mudar o nome da cidade, oferecer um pacote pronto, porque cada cidade tem a sua especificidade.

Nós, lá do Norte, temos os rios, o transporte fluvial, a integração com a bicicleta.

Vai ser muito importante a ajuda do Senado, por exemplo, para calçadas – que não têm financiamento – para bicicletas. Em Barcelona, o transporte lá é a prefeitura quem paga, o transporte público de bicicletas, coisa que nem existe previsão aqui e nenhum financiamento.

Então, eu gostaria de encerrar, agradecer, dizer que a gente está à disposição. Foi muito bom estar aqui.

O SR. PRESIDENTE (Paulo Paim. Bloco/PT) – Muito bem. Essa foi a Drª Cristina Baddini Lucas, Engenheira Civil, mestre em mobilidade urbana e Secretária de Transportes de Macapá, Amapá.

Agora, vamos para o Dr. Ronaldo Alves, que é representante do cicloativismo e é Presidente do Instituto Pedala Brasília Mobilidade Sustentável.

O SR. RONALDO MARTINS ALVES – É isso. Há algumas perguntas aqui, Senador, que chegaram através do Facebook do Pedala Brasília. Eu queria agradecer aos alunos que vão para a rua e fazem um pouco daquilo que a gente tem mais dificuldade de fazer, por conta das agendas. Paco, Rejane, Edu, Cacá e Glória, vamos para a rua, se por acaso a gente não resolver nada aqui. Então, é muito legal.

O Airton Aragão é funcionário da Casa, e mais duas pessoas, solicitam que encaminhemos as propostas de pavimentação da infraestrutura do uso da bicicleta no Senado. Eles dizem que "gostariam muito de vir trabalhar aqui..." Conversei agora com o Renato e com a Loni e vamos fazer o formulário de encaminhamento certinho.

Quero agradecer o comentário do Rodrigo, lá da Secretaria de Transportes. Ele fala assim: "Vamos seguir em frente, especialmente com a proposta de bicicleta pública de aluguel no DF. Onde é que está a resposta e um pouco do encaminhamento?"

A empresa que faz Campinas tentou estabelecer aqui, mas não pôde, por conta da solicitação de concessão. A gente prefere que todo esse processo aconteça via licitações públicas, que acho que é a maneira mais correta para evitar qualquer tipo de problema futuro com o Tribunal de Contas e o Ministério público. Então, nós bolamos – foi muito interessante, a Secretaria de Transportes nos ajudou e a gente colabora também com eles – uma minuta de projeto de lei. Então, o projeto de lei está na Procuradoria do DF, com o Procurador Paulo Guimarães. Vai sair de lá e vai para o Governador dar a *social message* e vai para a Câmara para tramitar. Então, você passa a ter regulamentação da bicicleta pública de aluguel do DF por lei do Distrito Federal. É muito importante que se faça isso certinho para lá na frente você não sofrer.

Então, quero agradecer ao Rodrigo, à Vanessa e à Elaine por esse trabalho de colaborar na parte jurídica daquilo que é o nosso sonho. Colocar a bicicleta na rua tem todo um contexto de preparação jurídica também.

A Renata Ribeiro, atleta, fala assim: "Brasília tem, sim, tudo para ser a cidade da bicicleta." E ela agradece aquele mapa. Eles já estão olhando o mapa e perguntando aonde é que vai passar, se passa ou não perto de algum outro lugar. É muito bacana como a Internet é, realmente, dinâmica.

Das respostas que eu preciso dar daqui do *site:* o Marcondes fala que a utilização de ciclovias é uma solução paliativa. O trabalhador não vai poder usar a bicicleta, porque não chegaria de maneira muito apresentável. A bicicleta como transporte, no contexto mundial, é associada a pequenas distâncias no máximo entre três a sete quilômetros e, obrigatoriamente, ela só vai trabalhar, resolver problema do transporte quando conseguir integrá-la com o transporte público de qualidade. Pode ser o VLT, pode ser o BRT, pode ser ônibus de boa qualidade, pode ser até um sistema de táxi. Então, a bicicleta está sempre pensada no transporte no contexto da sua integração modal e integração tarifária.

Muitas vezes pensamos: mas o cara pode vir de Taguatinga para cá? Pode. Você tem uma porção de funcionários atletas que podem ir, sem problemas. Mas, para a maioria dos usuários que têm essa expectativa, ele vai precisar pegar a bicicleta dele, como a gente conseguiu inserir isso dentro do consórcio do BRT. Nós tivemos uma reunião com o pessoal do consórcio e perguntamos: "Por que não há bicicletário nas estações de Santa Maria, Gama e Plano Piloto, do BRT deles?" Então, está aqui a proposta. E foi incorporada à proposta 56 vagas para bicicletas no Gama e em Santa Maria. Então, a pessoa vai sair do Gama e de Santa Maria, para a bicicleta na estação, com segurança, pega o BRT e vem aqui ao Plano Piloto. No Plano Piloto, ele pega a bicicleta de aluguel desse dito sistema que está sendo pensado aqui, faz o trabalho e faz todo o caminho de volta, e o carro no Gama ficou preso na casa dele. O carro dele no Gama ou em Santa Maria ficou na casa dele.

Então, essa é a prerrogativa da bicicleta pública de aluguel, e a bicicleta como elemento de transporte integrado modal e integração tarifária também.

Há um comentário feito com relação à fala do Senador Randolfe, sobre o estímulo ao uso da bicicleta, sobre o estímulo só à compra da bicicleta. Mas argumenta-se: "As pessoas também têm o direito de comprar carro". Claro! Desde que se consiga fazer com que a cidade seja viável. Urbanamente pensado, você

pode ter todos os modais. Então, o carro, sim, tem seu aspecto interessante, mas nós, como Poder Público, precisamos determinar os modais com qualidade, eficiência, segurança e conforto. Então, com certeza, o carro não está descartado; apenas é questão de uso sustentável, como cita a Profª Maria Rosa.

Por final, quero só agradecer, Senador, mais uma vez, e reafirmar uma coisa: vamos, sim, encaminhar a proposta ao Senado de fazer a estrutura pública de bicicleta de recolhimento ou de destino, de o funcionário chegar aqui. Lembro que temos uma lei em pleno vigor no Distrito Federal, que é a Lei 4.800 da Câmara Legislativa do Distrito Federal, que obriga órgãos públicos e privados a fazerem estrutura básica de chegada para o ciclista: paraciclo, bicicletário, vestiário, banheiro. A partir deste agosto agora, vai estar em vigor essa lei, e é importante fiscalizar.

Mas fundamental é lembrar que todos nós temos direito à cidade. Mas direito sem garantir o direito é o mesmo que não ter direito algum. Então, cabe ao Legislativo, ao Executivo e ao próprio Poder Judiciário fiscalizar e nos ajudar a ter uma cidade mais humana. E Brasília tem tudo para isso.

Senador, estamos de olho no PL 43/2008, que nós vamos, com certeza, passar na sessão plenária agora antes de entrar no recesso, e vamos comemorar isso em setembro.

Obrigado. (*Palmas*.)

O SR. PAULO PAIM (Bloco/PT – RS) – Muito bem, Ronaldo Alves, representante do cicloativismo, presidente do Instituto Pedala Brasília de Mobilidade Sustentável.

Eu só vou responder aqui a duas perguntas rápidas, e não são nem perguntas.

"Visite Recife. O que foi feito para a mobilidade é fantástico. Desculpe os ambientalistas. Eles usaram para fazer a Transmanguezal". Ele está dizendo que Recife está bem. É isso que ele quis dizer aqui.

Sara Lopes de Jesus: "Não concordo com transporte público gratuito subsidiado pelo Estado. Assim o ônus é de todos, e não é justo que quem não use o serviço pague por ele. Concordo com o modelo canadense, em que o transporte é gerenciado pelas prefeituras, mas o usuário paga pelo serviço." Está dizendo que uma parte tem que ser paga. Foi isso que entendi.

Vamos agora, no fim, fazer uma polêmica sobre isso.

Enfim, algum dos encaminhamentos que o Ronaldo aqui propôs, e eu vou ler o que está escrito aqui.

> – que o PL 43/2008 seja colocado na pauta e seja aprovado. Existe a pretensão de fazer um evento nacional em 22 de setembro. O Dia Nacional do Ciclista no Distrito Federal é dia 26 de outubro, sábado. A pretensão é fazer um evento no Senado Federal. Se depender de nós, conte com a gente.
>
> – o Randolfe Rodrigues, nosso Senador, lembrou a importância de sairmos daqui com um movimento pela aprovação da PEC 90/2001 (Câmara, iniciativa da Deputada Luiza Erundina);
>
> – PEC 50/2013, Deputado Ivan Valente, que determina a transparência dos critérios usados para o reajuste do transporte coletivo. Também totalmente favorável.
>
> – PLC 310/2009 (na Câmara), Reitup (Regime Especial de Incentivos para o Transporte Coletivo Urbano e Metropolitano de Passageiros) – agilizar a votação.
>
> – cumprimento da Lei 12.587/2012 – Política Nacional de Mobilidade Urbana.

Eu também colocaria aqui... Há um projeto de minha autoria que está na Câmara, e há um do ex-Presidente Collor aqui no Senado. O que diz? O trabalhador, se não me engano, paga 6% do seu salário. O meu projeto já diz que o transporte deveria ser gratuito. Claro que devemos ver como ajustamos isso de forma tal para o trabalhador que só paga hoje 6%. Muitas empresas já não descontam dele, a maioria já não desconta. Então, teriam sentido essas duas iniciativas – quer seja a minha ou a do Presidente Collor – para que esse projeto seja também aprovado.

Assim, terminamos a audiência pública, mas não deixo nada sem resposta. Maria de Fátima Anselmo Edelmann. A cidadã pergunta a V. Exª: "Por que não foi permitido aos estudantes pagarem meia passagem no bondinho na cidade do Rio de Janeiro?" Segundo ela, o funcionário do bondinho afirmou que a empresa pertence a um Senador. Claro que não direi aqui a qual Senador, porque seria irresponsabilidade minha, porque vi que aqui há um viés político e legítimo, mas não citarei o nome do Senador. Ela entenderá que sem ter segurança não vou citar, porque não sei se de fato o Senador tem alguma questão quanto a isso. Enquanto que acho correto que o estudante possa pagar sim meia passagem também no bondinho. Não estamos falando nem de meia passagem, estamos falando de um transporte público livre e gratuito, mas vou me informar para ver se de fato mesmo a meia passagem não está sendo... Então, esta aqui fica como aquelas que pesquisarei e responderei.

Cidadão solicita a V. Exª que as verbas investidas pelo Governo sejam todas investigadas. Segundo ele, ocorrem diversos desvios dessas verbas. Por fim, diz que os direitos humanos devem ficar do lado

da vítima e não do agressor. Concordamos na íntegra com ele, ele faz a afirmação: "Não há nenhuma discordância, tem-se que investigar mesmo e os direitos humanos devem ficar do lado da vítima e não do agressor." Então, não há discordância aqui com o Manoel Fernandes.

A outra foi a Srª Maria de Fátima Anselmo Edelmann, que faz a pergunta que responderei quanto ao bondinho.

Agora, Maria Feliciana Barbosa. A cidadã afirma ter acompanhado audiência pública na CDH na segunda-feira e concorda com as palavras do Senador Randolfe Rodrigues, o qual afirmou que o Brasil precisa de mudanças urgentes. Se não houver mudança positiva, a população irá às ruas novamente. Diante disso, solicita à CDH que haja debate e respeito aos procedimentos adotados pelos peritos do INSS. Esses profissionais, segundo ela, não estão respondendo à expectativa daquele que procura o encaminhamento da sua aposentadoria.

Vamos ter uma audiência pública, uma iniciativa da Senadora Ana Amélia e minha, na qual coloquei essa questão e vai estar um representante dos trabalhadores também nesse debate para resolvermos isso.

Essas são as perguntas que nos chegaram aqui. Havia outra pergunta, mas entendo que já respondemos.

Eu só posso agradecer a todos os convidados pela forma como aqui expuseram o seu ponto de vista. Só vou citar o nome. Muito obrigado ao Dr. Marco Antonio Vivas Motta, que aqui representou o Ministério das Cidades; muito obrigado ao Carlos Penna Brescianini, que aqui fala representando o seu blog Ambiente e Transporte; muito obrigado ao Eurico Divon Galhardi, que é Presidente do Conselho Diretor da Associação Nacional das Empresas de Transportes Urbanos; muito obrigado à Mestre, Doutora e Professora Maria Rosa Ravelli de Abreu, representante do Programa Cidade Verde da UnB; muito obrigado à Cristina Baddini Lucas, engenheira civil, Mestre em Mobilidade Urbana e Secretária de Transportes de Macapá, Amapá, e muito obrigado, por fim, ao Ronaldo Alves, representante do Cicloativismo, Presidente do Instituto Pedala Brasília Mobilidade Sustentável.

Só termino dizendo que encaminhamos para debater esse tema das grandes mobilizações três audiências públicas. Uma foi na quinta-feira passada, agora, na qual chamamos a juventude brasileira para debater a mobilidade e a mobilização que eles mesmos fizeram nesse período de junho e de julho. Foi uma belíssima audiência, na qual os jovens mostraram toda sua capacidade de análise da situação do transporte, foram além disso, entraram na saúde, na educação, enfim, nas mais variadas áreas. Depois fizemos esta de hoje, com técnicos e líderes, todos com palestras brilhantes que ajudaram todos nós a apontar caminhos para a mobilidade urbana.

Haverá outra, que eu sugeri também, na Comissão de Assuntos Sociais, para a qual estou chamando as centrais, as confederações e os sindicatos de trabalhadores a fim de discutirem esse grande momento de mobilização nacional por que passa o País. Apresentei o requerimento antes mesmo da mobilização com greve parcial ocorrida no dia 11.

Por fim, ressalto que fiz questão de fazer uma homenagem a Nelson Mandela em vida – porque todos nós vamos um dia morrer –, que está com 95 anos, numa situação muito, muito difícil e, lendo, lendo muito sobre ele, descobri há poucos dias que a primeira manifestação, o primeiro ato que ele liderou foi exatamente o da mobilidade urbana, com a greve dos ônibus. Naquela época, os negros lutavam por um preço acessível e pela qualidade dos ônibus. Então, é interessante que, praticamente 70, 80 anos depois, aqui no Brasil, estejam surgindo líderes jovens com esse mesmo debate.

Enfim, termino agradecendo a todos e dizendo, como eu disse outro dia: vida longa às ideias de Nelson Mandela. Elas são eternas e continuarão sempre a guiar nossos caminhos.

Está encerrada a audiência pública.

Um abraço a todos. (*Palmas.*)

(Iniciada às 9 horas e 8 minutos, a reunião é encerrada às 13 horas e 37 minutos.)

ATA DA 26ª REUNIÃO, ORDINÁRIA, DA COMISSÃO DE RELAÇÕES EXTERIORES E DEFESA NACIONAL DA 3ª SESSÃO LEGISLATIVA ORDINÁRIA DA 54ª LEGISLATURA, REALIZADA EM 04 DE JULHO DE 2013, QUINTA-FEIRA, ÀS 10:00 HORAS, NO PLENÁRIO 7 DA ALA SENADOR ALEXANDRE COSTA.

Às dez horas e cinquenta e um minutos do dia quatro de julho de dois mil e treze, no plenário sete, sob a Presidência do Senhor Senador Ricardo Ferraço, Presidente desta Comissão, reúne-se a Comissão de Relações Exteriores e Defesa Nacional. Presentes os Senhores Senadores Jorge Viana, Eduardo Suplicy, Vanessa Grazziotin, Anibal Diniz, Cristovam Buarque, Luiz Henrique, Francisco Dornelles, Delcídio do Amaral, Lindbergh Farias, Sérgio Souza, Ana Amélia e Cícero Lucena. Assinam a lista de presença os Senadores não membros desta Comissão: Senadora Kátia Abreu e Senadores Armando Monteiro, Eduardo Braga, Inácio Arruda, Valdir Raupp e Wellington Dias. Dei-

xam de comparecer os demais Senadores. Justifica ausência o Senador Jarbas Vasconcelos. O Presidente declara aberta a Reunião e submete à Comissão a dispensa da leitura e aprovação da Ata da Reunião anterior, que é dada como lida e aprovada. Passa-se à Pauta: Audiência Pública destinada a debater a situação comercial entre Brasil e Argentina, bem como as negociações extrarregionais do MERCOSUL, além de questões referentes à criação do bloco Aliança do Pacífico e seus reflexos na integração latino-americana e sobre o bloco regional do MERCOSUL. O Presidente convida a compor a Mesa e a fazer sua exposição o Ministro Fernando Damata Pimentel, Ministro de Estado do Desenvolvimento, Indústria e Comércio Exterior. O Presidente registra a presença do Ex-Embaixador do Brasil na China Clodoaldo Hugueney, e do Embaixador da Argentina no Brasil Luis María Krecker. Usam a palavra os Senhores Senadores Francisco Dornelles, Kátia Abreu, Luiz Henrique, Cristovam Buarque, Eduardo Suplicy, Ana Amélia, Vanessa Grazziotin, Eduardo Braga, Lindberg Farias e Armando Monteiro. O Ministro do Desenvolvimento, Indústria e Comércio Exterior responde os questionamentos e faz suas considerações finais. EXTRAPAUTA – 2ª PARTE: ITEM 1 – REQUERIMENTO DA COMISSÃO DE RELAÇÕES EXTERIORES E DEFESA NACIONAL Nº 42, DE 2013, de autoria do Senador Ricardo Ferraço, Lindberg Farias e Eduardo Suplicy, que "Requeiro, nos termos dos artigos 222 e 223, do Regimento Interno do Senado Federal, que seja consignado, nos anais do Senado, VOTO DE REPÚDIO ao tratamento vexatório dispensado pelas autoridades de alguns países europeus ao Presidente da Bolívia, Evo Morales, ao negar sobrevoo ao avião presidencial por seu espaço aéreo, após autorizar o trânsito da aeronave, quando o Presidente boliviano tencionava retornar a seu país, após viagem à Rússia, com base na falsa premissa de que à bordo encontrava-se Edward Snowden." Resultado: É lido e aprovado o Requerimento, sendo este apensado ao RQS nº 753, de 2013. ITEM 2 – REQUERIMENTO DA COMISSÃO DE RELAÇÕES EXTERIORES E DEFESA NACIONAL Nº 43, DE 2013, de autoria do Senador Eduardo Suplicy e outros, que "Requeiro, nos termos do artigo 223 do Regimento Interno, seja apresentado voto de censura e repúdio à agressão sofrida pelo Excelentíssimo Senhor Presidente da República da Bolívia, Evo Morales, cujo avião presidencial foi impedido de sobrevoar o território da França, Portugal, Espanha e Itália, na forma da justificação anexada." Resultado: É aprovado o apensamento do Requerimento ao RQS nº 753, DE 2013 e ao RRE nº 42, de 2013. ITEM 3 – REQUERIMENTO DA COMISSÃO DE RELAÇÕES EXTERIORES E DEFESA NACIONAL Nº 44, DE 2013, de autoria do Senador Ricardo Ferraço, que "Requeiro, nos termos do art. 93 do Regimento Interno do Senado Federal, a realização de Audiência Pública com o objetivo de tratar do Projeto do Sistema de Monitoramento de Fronteiras (SISFRON), considerado projeto estratégico do Exército Brasileiro. O SISFRON tem a finalidade de aumentar a vigilância e a proteção das fronteiras terrestres, em uma faixa de cerca de 17.000 quilômetros de extensão que separa o Brasil de 11 países vizinhos e se estende por dez estados e 27% do território nacional. Entretanto, apesar da relevância do projeto, o mesmo não vem sendo contemplado com os recursos orçamentários necessários. Considerando-se que atrasos em tal empreendimento podem aumentar o drama da família brasileira com o flagelo das drogas e a consequente escalada da criminalidade, a Comissão de Relações Exteriores e Defesa Nacional convidará autoridades do Comando do Exército e outras personalidades envolvidas no tema para os esclarecimentos pertinentes." Resultado: Aprovado. ITEM 4 – REQUERIMENTO DA COMISSÃO DE RELAÇÕES EXTERIORES E DEFESA NACIONAL Nº 45, DE 2013, de autoria do Senador Ricardo Ferraço, que "Requeiro, nos termos do art. 93 do Regimento Interno do Senado Federal, a realização de Audiência Pública com o objetivo de examinar tema relativo ao setor aeroespacial brasileiro: a colocação em órbita de satélites em Alcântara, no Maranhão. Nesse contexto, o programa de desenvolvimento de um veículo nacional lançador de satélites estaria sofrendo grande atraso pela falta de investimentos. Além disso, a empresa binacional Alcântara Cyclone Space (ACS), constituída por Brasil e Ucrânia, também com vistas à colocação em órbita de satélites, da mesma forma estaria com problemas orçamentários. Adicionalmente, o Centro de Lançamento de Alcântara (CLA), instalação da Aeronáutica de onde os foguetes são previstos para serem lançados, está envolvido em uma séria questão com comunidades quilombolas. Considerando-se que a capacidade autônoma de lançamento de satélites é fator de soberania nacional, envolvendo questões econômicas e científicas de grande relevo, a Comissão de Relações Exteriores e Defesa Nacional convidará autoridades do Governo Federal, em especial do Ministério da Defesa/Força Aérea Brasileira, do Ministério das Relações Exteriores, do Ministério da Ciência, Tecnologia e Inovação/Agência Espacial Brasileira, da Advocacia Geral da União, bem como outras personalidades envolvidas no tema para os esclarecimentos necessários." Resultado: Aprovado. ITEM 5 – REQUERIMENTO DA COMISSÃO DE RELAÇÕES EXTERIORES E DEFESA NACIONAL Nº 46, DE 2013, de autoria do Senador

Ricardo Ferraço, que "Requeiro, nos termos do art. 93 do Regimento Interno do Senado Federal, a realização de Audiência Pública com o objetivo de tratar do Projeto FX-2, da Força Aérea Brasileira, que consiste na aquisição de 36 aeronaves de caça de múltiplo emprego, incluindo itens como os simuladores correspondentes, a logística inicial e, sobretudo, a transferência de tecnologia necessária para a capacitação do parque industrial aeroespacial brasileiro no desenvolvimento de um caça de quinta geração. Considerando-se que o processo de tais aquisições, em sua versão atual, teve início ainda no ano de 2008 e vem sofrendo sucessivos adiamentos, o que enfraquece o status do Brasil como protagonista nos grandes temas do subcontinente, a Comissão de Relações Exteriores e Defesa Nacional convidará o Comandante da Aeronáutica e outras personalidades envolvidas no tema para os esclarecimentos necessários." Resultado: Aprovado. ITEM 6 – REQUERIMENTO DA COMISSÃO DE RELAÇÕES EXTERIORES E DEFESA NACIONAL Nº 47, DE 2013, de autoria do Senador Ricardo Ferraço, que "Requeiro, nos termos regimentais, a participação desta Comissão de Relações Exteriores e Defesa Nacional em SEMINÁRIO INTERNACIONAL em parceria com a Comissão de Relações Exteriores e de Defesa Nacional da Câmara dos Deputados e com a Comissão Mista de Controle das Atividades de Inteligência do Congresso Nacional, para tratar da questão do terrorismo, em especial por ocasião dos grandes eventos que o Brasil sediará nos próximos anos." Resultado: Aprovado. Às onze horas e vinte e nove minutos assume a presidência, anteriormente exercida pelo Senhor Senador Eduardo Suplicy, o Senhor Senador Ricardo Ferraço, Presidente desta Comissão. Nada havendo mais a tratar, a Reunião é encerrada às treze horas e cinquenta e sete minutos, lavrando, eu, José Alexandre Girão Mota da Silva, Secretário da Comissão, a presente Ata, que, lida e aprovada, será assinada pelo Presidente e publicada, juntamente com a íntegra das Notas Taquigráficas, no Diário do Senado Federal. – Senador **Ricardo Ferraço,** Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Eduardo Suplicy. Bloco/PT – SP) – Havendo número regimental, declaro aberta a 26ª Reunião Ordinária da Comissão de Relações Exteriores e Defesa Nacional da 3ª Sessão Legislativa Ordinária da 54ª Legislatura.

Antes de iniciarmos os nossos trabalhos, proponho a dispensa da leitura e a aprovação da ata da reunião anterior.

Os que estiverem de acordo permaneçam como se encontram. (*Pausa.*)

Aprovado.

Convido o Exmo Sr. Ministro de Estado do Desenvolvimento, Indústria e Comércio Exterior, Ministro Fernando Damata Pimentel, para que tome assento à Mesa.

Muito bem-vindo, Ministro Fernando Pimentel.

O Presidente, Senador Ricardo Ferraço, se encontra nesse instante fazendo uma exposição na Comissão Parlamentar Mista de Inquérito sobre a violência contra a mulher e, em breve, estará aqui conosco.

De acordo com os arts. 397 e 398, do Regimento Interno do Senado Federal, a Presidência adotará as seguintes normas: S. Exª o Sr. Ministro Fernando Pimentel terá 30 minutos para fazer a sua exposição e, em seguida, abriremos a fase de interpelação pelas Srªs Senadoras e Srs. Senadores inscritos.

O requerimento foi de iniciativa dos Senadores Pedro Simon, Aloysio Nunes Ferreira, Cristovam Buarque e Pedro Taques para que o Ministro Fernando Pimentel aqui viesse debater a situação comercial entre o Brasil e a Argentina, bem como as negociações extrarregionais do Mercosul, além de questões referentes à criação do bloco Aliança do Pacífico e seus reflexos na integração latino-americana e sobre o próprio Mercosul. Esse é o tema.

Nós passamos agora a palavra ao Ministro Fernando Pimentel.

O SR. FERNANDO DAMATA PIMENTEL – Bom dia a todos e a todas, ao Senador Eduardo Suplicy, caro amigo, companheiro. Queria saudar também o Senador Luiz Henrique, o Senador Raupp, aqui presente, e, na pessoa dos dois, saudar todos os demais Parlamentares, meus companheiros de Ministério que me acompanham, os senhores assessores e assessoras do Senado, os senhores jornalistas.

É uma honra estar aqui na Comissão para debater um tema que reputo dos mais importantes para nossas relações exteriores, para nossa relação econômica, que é o tema do Mercosul vis-à-vis a questão da Aliança do Pacífico. Tema para o qual esteve aqui também, convidado pela Comissão, o meu colega Chanceler Antonio Patriota, recentemente. Ele expôs aqui a posição do Itamaraty, que é também a posição do Governo, obviamente, e a posição do Ministério do Desenvolvimento Econômico, Indústria e Comércio Exterior.

Eu vi ali no fundo um amigo que eu queria saudar também, o Embaixador ***Kreckler***, da Argentina. Quero fazer menção à presença dele e dizer que é uma honra tê-lo aqui nesta manhã, neste encontro. E quero ressaltar que o Embaixador Kreckler tem sido um importante aliado do Governo brasileiro e do Governo argentino, obviamente, na solução das eventuais dificuldades que às vezes temos no Mercosul.

Bem, eu queria começar, Senador Suplicy, mencionando exatamente o bloco do Mercosul. Eu acho que se há um exemplo de integração, de esforço pela integração econômica e comercial bem sucedido, no mundo, é o Mercosul. Pode ser que alguns não concordem com essa análise e achem que é um exagero, mas eu diria que nós temos dado, ao longo dos praticamente 20 anos de existência do bloco, um exemplo de sucesso.

Para que se tenha uma ideia, quando criamos, quando o Brasil, a Argentina, o Uruguai e o Paraguai criaram o Mercosul, a exportação brasileira para esses países era de R$1,3 bilhão. E hoje – dados do final do ano passado – a nossa exportação é de R$22 bilhões, quase R$23 bilhões para esse país. Cresceu 17 vezes, superando muito o crescimento do nosso comércio com o mundo inteiro. Ou seja, o crescimento das nossas relações econômicas com os países do Mercosul supera o crescimento das relações do Brasil com os demais países do mundo.

Queria saudar também a presença do Senador Dornelles. É uma alegria, uma honra e um desafio grande tê-lo aqui como audiência.

(Intervenção fora do microfone.)

O SR. FERNANDO DAMATA PIMENTEL – O senhor sabe a admiração, o respeito e o carinho que tenho pelo senhor. (*Pausa.*)

Muito obrigado.

Eu mencionei a cifra de 22 bilhões de exportações para bloco do Mercosul, mas, se nós incluirmos a Venezuela, que já faz parte do bloco, no final do ano passado, as exportações brasileiras para esse conjunto de países já chegavam aos US$27,8 bilhões, quase US$28 bilhões, mostrando, portanto, o enorme sucesso desse bloco.

Se pensarmos do ponto de vista do saldo comercial, o nosso saldo com os países do Mercosul – que não havia; havia déficit no início do bloco. Em 1990, de US$100 milhões no comércio com esses países –, hoje – dados do final do ano passado –, transformou-se num superávit de US$3,5 bilhões, com a corrente de comércio, ou seja, a soma de importações e exportações para o bloco aumentando 11 vezes nesse período de pouco mais de 20 anos.

Então, dentro disso, nós temos que ressaltar que as relações – não apenas comerciais, mas as relações de integração produtiva – avançaram muito. O melhor exemplo, certamente, é com a Argentina, país com o qual nós temos hoje cadeias produtivas integradas altamente eficientes. A maior prova é a indústria automobilística, que se beneficia tanto no Brasil quanto na Argentina dessa integração, dessa sinergia criada pelos dois países.

Quero ressaltar que as exportações brasileiras para o Mercosul são, na sua imensa e esmagadora maioria, constituídas por produtos industriais, por manufaturas industriais. Assim, 80% das nossas exportações para o Mercosul são de manufaturados. Isso mostra que é um nicho importante para a nossa indústria, que hoje enfrenta, todos sabem, dificuldades de competividade *vis-à-vis* à indústria mundial, mas o nicho do Mercosul garante à nossa indústria um mercado importante, um mercado seguro para o seu desenvolvimento.

Eu diria, além disso, ainda para avançar no tema do Mercosul, que, ao longo desses anos, nós aprofundamos também as relações do próprio bloco com os demais países da América do Sul e com os demais países do mundo. A ideia de que o Mercosul impede o desenvolvimento de relações do Brasil ou de qualquer dos quatro países que compõem o bloco com outros países é uma ideia equivocada.

Na verdade, nós temos avançado muito, e temos acordos – o próprio Ministro Patriota na sua exposição aqui na Comissão mencionou isso –, de livre comércio com uma série de países da América do Sul e fora do continente também. E chamo a atenção para isto, em especial: no caso do Brasil, acordos de livre comércio com os países que constituem a chamada Aliança do Pacífico, à exceção do México, com o qual ainda não temos, embora tenhamos uma relação econômica muito forte e um acordo automotivo muito bem sucedido. Nós trabalhamos na direção do acordo do livre comércio, que não avançou ainda muito mais em virtude das dificuldades do México do que das dificuldades do Brasil. Mas com o Chile, a Colômbia e o Peru nós já temos acordos que permitem uma desgravação tarifária que, em alguns casos, chega perto de mais de 90% da pauta comercial.

Os meus companheiros de Ministério estão ali concordando, o que não significa que eu não estou falando nenhum dado inverídico aqui.

Cabe ressaltar também que, nesses últimos anos, avançamos muito do ponto de vista da integração política, para além da integração econômica na América do Sul, com a criação da Unasul, que é um mecanismo importante que eu reputo continuará exercendo seu papel e vai aumentar ainda mais o seu papel na integração do continente e na constituição de uma aliança estratégica entre os países da América do Sul com um papel muito relevante, obviamente do Brasil, sem querer ser hegemônico, porque está longe da nossa intenção na política internacional.

O próprio Mercosul tem recebido adesões importantes. A última é a da Venezuela, mas a Bolívia

já assinou o protocolo de adesão, e o Equador já manifestou interesse. Então, nós estamos a caminho de nos transformar num dos blocos econômicos mais importantes do mundo.

Eu tenho aqui uma extensa pauta para falar, mas eu não vou falar porque é muita coisa, eu prefiro enxugar a minha fala e passar logo para o debate com os Senadores. Mas, isso tudo dito seria interessante também ressaltar que a Aliança do Pacífico, que tem chamado tanto a atenção, na verdade, quando examinada mais detidamente, não constitui nenhuma novidade. Os países que fazem parte da chamada Aliança do Pacífico – Chile, Peru, Colômbia e o México – já têm acordos comerciais firmados entre si, antes mesmo da Aliança do Pacífico, que avançam na direção da desgravação tributária. Então, está se apresentado uma novidade na integração dos quatro países, mas, na verdade, eles já tinham entre si praticamente assegurado o estatuto que a Aliança do Pacífico vai formalizar agora. Não há motivo, portanto, de celeuma.

Como eu disse, o Brasil também já tem acordos com esses países, exceto México, com o qual queremos avançar e podemos fazê-lo.

Quero aproveitar também para mencionar outra análise. De vez em quando a gente assiste, vê, alguns analistas acusando... Não acusando, mas chamando a atenção para o fato de que o Brasil teria poucos acordos comerciais com o restante dos países do mundo, o que não é, absolutamente, verdadeiro. Nós temos acordos comerciais na média internacional. Nós temos acordos – eu tenho esse dado e achei interessante ressaltar isso –, 18 acordos comerciais, incluindo os acordos de preferência comercial, com países do mundo inteiro. A Rússia tem 19 acordos.

Saúdo a Senadora Kátia Abreu, é uma alegria tê-la aqui. Obrigado pela audiência.

A Rússia tem 19 acordos com os países vizinhos e nenhum acordo com países fora da região dela; a Índia, que é apontada como uma concorrente nossa, por assim dizer, tem apenas 13 acordos comerciais; a China, grande potência do mundo, tem apenas 10 acordos comerciais; o Canadá tem 11 acordos comerciais; nós temos 18. Os Estados Unidos que, segundo consta, são o maior defensor do comércio livre, têm 20 acordos comerciais. Então, estamos na média do mundo, não estamos destoando em nada das práticas diplomáticas, comerciais e econômicas nas relações internacionais que a maioria dos países desenvolvidos, com os quais agora temos quase equiparação, têm seguido ao longo do tempo.

Nós temos hoje, também queria chamar a atenção para isso, uma forte atuação hoje na área da defesa comercial, seguindo, obviamente, estritamente as normas da OMC. Aliás, não fosse por isso, não seria outro o motivo pelo qual acabamos de eleger o representante brasileiro na OMC, Embaixador Roberto Azevêdo, como Diretor-Geral da organização. Isso, com toda certeza, além das qualidades pessoais do Embaixador Roberto Azevêdo, tem a ver com o fato de que o Brasil tem sido um dos países integrantes da OMC, mas cumpridor e respeitador das regras, das normas da Organização. Praticamos defesa comercial, estritamente dentro das normas da OMC, e jamais tivemos uma contestação de qualquer um dos nossos processos, de antidumping ou salvaguardas, enfim, os mecanismos usualmente utilizados. Digo isso também, de antemão, não para rebater, o que não seria o caso, mas para relativizar a análise crítica que de vez em quando a gente escuta de que o Brasil seria excessivamente protecionista. Ao contrário, o Brasil é um país aberto, com uma economia aberta.

Nós agora estamos assistindo a uma verdadeira corrida rumo aos investimentos no Brasil, de investidores do mundo inteiro, mostrando o acerto da nossa política econômica. Agora, é um país que faz questão de preservar a sua indústria, a sua economia, dentro das normas da Organização Mundial do Comércio. Por isso, praticamos a legítima e saudável defesa comercial.

Isso tudo dito, queria me colocar à disposição dos Senadores e Senadoras aqui presentes e dizer que fiz, de propósito, uma exposição bem breve porque acho que o objetivo da audiência pública – imagino que o Senador Suplicy concorda comigo – é debater, ouvir as perguntas, esclarecer aquilo que porventura possa ser demandado pelos Sr. Senadores e pelas Srªs Senadoras. Então, muito obrigado pela atenção e pela audiência de todos.

O SR. PRESIDENTE (Eduardo Suplicy. Bloco/PT – SP) – Muito obrigado, Ministro Fernando Pimentel, pela exposição que fez aqui sobre como temos dado grande atenção à melhoria de nossos relacionamento com os países, sobretudo da América do Sul, do Mercosul, e também com atenção para aqueles que estão na Aliança do Pacífico.

Eu passo a palavra ao Senador Francisco Dornelles para fazer as indagações e observações que desejar.

O SR. FRANCISCO DORNELLES (Bloco/PP – RJ) – Ministro, eu queria mostrar a minha concordância plena com a política que vem sendo desenvolvida pelo Governo na área comercial com a América Latina. Eu acho que os países da América Latina constituem um grande mercado para a nossa exportação de industrializados. O relacionamento com a Argentina tem que ser prioritário.

V. Exª mostrou muito bem o problema dos acordos bilaterais. Não se pode medir o sucesso de uma polí-

tica comercial num país pelo número de acordos; tem que fazer bons acordos e não muitos acordos. Alguns dos acordos comerciais que vêm sendo propostos ao Brasil, realmente, o Brasil não pode aceitar, porque são contrários aos interesses do País.

Mas eu queria perguntar, Ministro, se V. Exª poderia dar alguns detalhes sobre o acordo automotivo com a Argentina: como se encontram, quais são as perspectivas, quais são as dificuldades, como é que vê o futuro do nosso acordo automotivo e quais são os impasses que existem no momento para que eles possam ser renovados? Estas são as questões que eu queria fazer.

O SR. PRESIDENTE (Eduardo Suplicy. Bloco/PT – SP) – V. Exª pode responder ao Senador Francisco Dornelles. Em seguida passaremos aos demais.

O SR. FERNANDO DAMATA PIMENTEL – Senador Dornelles, muito obrigado pela intervenção. A questão que o senhor pergunta sobre o acordo automotivo com a Argentina tem merecido um trabalho muito grande do nosso Ministério e também do Itamaraty, na direção de melhorar e aprofundar os termos do acordo. Todos sabem que esse ACR, esse acordo, termina em julho do ano que vem; nós temos mais um ano de prazo. Até houve certa confusão, porque, em algumas análises, imaginava-se que nós já teríamos finalizado o acordo e entraríamos agora no regime de livre comércio. Não é verdade. Nós estamos com um ano de acordo ainda pela frente. Nesse um ano, nós pretendemos, junto com o governo argentino, obviamente, buscar o melhor formato para o prosseguimento dessa relação. Do ponto de vista das indústrias, esse é um acordo muito bem sucedido, não existe qualquer queixa. Do ponto de vista das indústrias automobilísticas instaladas no Brasil e na Argentina, não há qualquer queixa, qualquer restrição em relação ao formato. Ao contrário, elas querem que prossiga. Do ponto de vista do Brasil, também não haveria maior empecilho em caminhar para o livre comércio. A Argentina, pelo que se discutiu até agora, acha que, nesse momento, seria precipitado, que é preferível manter o acordo nos termos em que ele está, talvez melhorá-lo um pouco, mas não caminhar ainda para o livre comércio. Para nós, não há impedimento nessa direção.

Acho que o desafio que está posto, Senador Dornelles, é aproveitarmos a experiência do acordo automobilístico para avançarmos na direção da integração produtiva efetiva. Integração produtiva efetiva implicaria, por exemplo: há uma demanda da Argentina que deve ser examinada com atenção, com carinho. Nós criamos, no Brasil, e todos aqui têm conhecimento disso, por determinação da Presidenta Dilma, um programa, o Inovar-Auto. É um programa de revitalização e modernização da nossa indústria automobilística, pelo qual damos incentivos tributários para as empresas que agreguem novas tecnologias, apresentem novos produtos e adensem as cadeias produtivas na indústria automobilística no País. Esse programa é muito bem sucedido, já temos 37 empresas habilitadas no programa, das quais oito com investimentos novos, novas fábricas de automóveis ou expansão das existentes para produtos novos. Essa é a grande novidade, ou seja, o Brasil vai se tornar, de novo, polo exportador de veículos. Muito bem. A Argentina quer participar desse esforço, e é justo que o queira. Para isso, uma das medidas, uma das propostas que a Argentina nos faz é que autopeças fabricadas no Mercosul sejam reconhecidas como componente também do programa Inovar-Auto. Hoje a gente diz autopeças brasileiras, você tem que atingir um índice básico de nacionalização de 60%, que vai chegar, ao final do programa, a 80%. Então, autopeças brasileiras seriam, no caso da proposta argentina, substituídas por autopeças fabricadas no Mercosul. Isso é uma novidade, nós temos que discutir com a própria indústria automobilística o impacto disso, mas, a meu juízo, não falando como Ministro, mas como economista, acho que seria muito positivo para o Mercosul, porque aí, de fato, vamos ter integração produtiva.

Na verdade essa integração já existe, só que ela não é guiada pelas políticas dos Governos, ela tem sido guiada pela estratégia empresarial, quer dizer, as empresas é que estabelecem onde elas vão produzir a partir da sua escolha de custos, onde elas vão produzir esta ou aquela autopeça.

Como hoje a indústria está definitivamente globalizada, eu acredito que remar contra essa corrente seria uma tolice. Nós temos que remar a favor da corrente, porém direcionando a corrente para aquilo que nos interessa, que é fortalecer o bloco econômico do Mercosul, fortalecer os países vizinhos, com os quais nós temos relações históricas de amizade e de cooperação, de maneira que, com sabedoria, podemos aproveitar o movimento de globalização das cadeias produtivas para trazer mais benefícios para a nossa região, para o nosso País, evidentemente, mas também para os países da região.

Então acredito que, no estágio em que estamos – Senador Cristovam Buarque, é uma alegria tê-lo aqui também. –, eu acho que com um pouco de esforço ao longo deste ano nós vamos conseguir melhorar ainda mais o acordo automotivo com a Argentina que é, volto a dizer, um dos emblemas de sucesso do Mercosul.

O SR. PRESDIENTE (Eduardo Suplicy. Bloco/PT – SP) – O Senador Dornelles, ainda tem uma observação.

Por favor.

O SR. FRANCISCO DORNELLES (Bloco/PP – RJ) – Sr. Ministro, em decorrência de um resultado comercial mais frágil, do aumento de um déficit maior na conta de renda e de serviços, existe uma projeção de um déficit em conta-corrente de 70 a 80 bilhões.

Hoje, em decorrência de mudanças financeiras nos Estados Unidos, faz-se uma previsão de uma menor entrada de investimentos diretos e de investimentos financeiros. Como V. Exª vê a situação externa, o problema nosso da cobertura do nosso déficit em conta-corrente? Nós teremos investimentos diretos suficientes? Como o Governo está vendo essa situação externa em decorrência da situação da nossa balança comercial e da nossa balança de conta-corrente?

O SR. FERNANDO DAMATA PIMENTEL – Senador Dornelles, é uma pergunta instigante, porque, de fato, essa é uma preocupação, não só do Governo brasileiro, mas dos empresários, dos trabalhadores, enfim, da Nação brasileira, mas também de todos os países do mundo.

A mudança que o senhor menciona, e certamente os Senadores e Senadoras aqui presentes sabem acompanhá-la bem, já começou. O mercado já começou a precificar essa possível, provável mudança da política monetária norte-americana. Ela ainda não aconteceu. O Fed está sinalizando, equivalente ao banco central americano, está sinalizando que vai aumentar os juros, a taxa básica de juros nos Estados Unidos, no início do ano que vem, possivelmente, ao longo do primeiro semestre do ano que vem, mas ninguém sabe exatamente em que momento isso vai acontecer.

Agora, mais recentemente, os analistas econômicos estimam que isso possa ser adiado para o segundo semestre do próximo ano, porque a taxa de crescimento do PIB americano veio abaixo do que o Governo americano esperava; portanto, não seria aconselhável subir o juro agora porque poderia atropelar o movimento de recuperação da economia americana. Mas a simples menção de que vai haver uma mudança na política monetária norte-americana já começou a direcionar investimentos financeiros de volta para aquele País.

Esse é o estado da arte e com grande impacto nas taxas de câmbio dos países emergentes. É o caso do Brasil, nós vimos agora a desvalorização do real, portanto a valorização do dólar, numa proporção que a gente não imaginava que fosse alcançada tão rapidamente.

O SR. FRANCISCO DORNELLES (Bloco/PP – RJ) – Sr. Ministro, dentro dessa questão, se V. Exª pudesse opinar: por que essa preocupação do Banco Central em pedir a desvalorização do real?

O SR. FERNANDO DAMATA PIMENTEL – Eu acho, eu não posso falar sobre o Banco Central com grande, eu diria, desenvoltura, porque isso aí é para o nosso Presidente Tombini, não é? Mas eu acho que o Banco Central está agindo com aquela cautela, com aquela prudência que é necessária neste momento.

Nós, evidentemente que uma taxa de câmbio como está agora, de R$2,20 ou R$2,25, é muito favorável para as nossas exportações, mas o Banco Central tem que cuidar também e principalmente da taxa de inflação interna. E esse impacto da desvalorização do real sobre a taxa de inflação não é irrelevante.

Então acredito que o Banco Central está agindo com prudência, com cautela, está monitorando a situação, para que não haja um abalo muito forte na nossa taxa de câmbio com impacto inflacionário. E eu acho que está correto o que o Banco Central tem feito nesses últimos dias.

Retomando a primeira questão que V. Exª colocou. Esse movimento de o mercado financeiro internacional, de alguma forma, voltar a procurar outros títulos americanos tem ensejado análises econômicas, que nós temos acompanhado, que ressaltam o fato de que o Brasil pode vir a ter dificuldades para captar investimentos e, portanto, para fechar a sua balança de pagamentos, uma vez que a nossa conta-corrente está apontando para um déficit nessa ordem que V. Exª mencionou, de US$65 a US$70 bilhões.

A balança comercial vai cobrir uma parte disso, com certeza, não com tanta desenvoltura como cobriu no passado, mas este ano nós vamos ter superávit. Nós já reagimos; o resultado de junho foi muito bom: nós tivemos um saldo de quase US$3 bilhões – US$2,7 bilhões, se não me engano –, só no mês de junho, embora a imprensa goste sempre de ressaltar o lado mais dramático da balança comercial.

Eu vi manchetes dizendo que era o pior saldo acumulado de junho dos últimos 18 anos. Mas é justo que se chame a atenção para isso, porque é um fato relevante. E eu acho que tão relevante quanto isso é dizer que o Brasil não teve, em momento algum, saldo negativo na balança comercial no acumulado de 12 meses, que é o que interessa. O que interessa para as contas de um país é o saldo permanente, ou seja, aquele acumulado; não é o ano gregoriano, como se o País terminasse a sua vida em dezembro e recomeçasse do zero em janeiro. Essa é uma conta – como diria um colega meu de colégio – de padaria, conta de padeiro. Então, fechou aqui; começou de novo. Não, não é assim. O País não para. E, se ele não para, o número que interessa é o saldo da balança comercial acumulado em 12 meses, que você faz a cada mês, acumulando 12 meses para trás.

Nessa conta, o Brasil jamais teve déficit na sua balança comercial. Caiu um pouco o saldo, de maneira mais expressiva no início deste ano, nos primeiros meses deste ano, em função do petróleo – e essa é uma situação que nós podemos expor, se for o caso, mas já está superada –, mas nós voltamos a acumular e vamos terminar o ano, o ano gregoriano – para fazer a conta de padaria –, de janeiro a dezembro, com um saldo que eu não quero dizer de quanto será, porque depois ele não acontece naquele número, e a imprensa vai dizer que nós erramos o saldo – não é, Senador Dornelles? –, mas vai ser positivo.

(Intervenção fora do microfone.)

O SR. FERNANDO DAMATA PIMENTEL – Mineiro não vai dizer isso! Então nós gostamos de ter... O Senador Dornelles sabe das nossas origens. (*Risos.*)

Então, voltando a isso, Senador, eu acho que o saldo comercial vai ajudar, mas não vai ajudar muito. Vai ajudar pouco, porque a situação do mundo, hoje, não é... O mercado mundial diminuiu muito, é um mercado extremamente agressivo, competitivo. Então a tendência é nós termos um saldo menor este ano do que tivemos no ano passado.

Eu continuo otimista em relação à capacidade da economia brasileira de atrair e absorver investimentos externos. Eu vou arriscar a dizer que não há país algum no mundo, hoje, com tanta capacidade de atrair e absorver investimentos quanto o Brasil. O Governo colocou agora – e V. Exªs estão acompanhando isso – o maior pacote de concessões da história do País. Se nós somarmos todos os ativos que estão sendo concessionados – portos, aeroportos, ferrovias e rodovias –, nós vamos chegar a uma cifra próxima dos US$400 bilhões, ao longo de dez ou doze anos de investimentos e de inversões nesses ativos, ativos extremamente atraentes, lucrativos. Aquilo que para nós é um problema, e que de fato o é, que é a nossa carência de infraestrutura, que são os nossos gargalos de infraestrutura, para o investidor internacional e para o investidor brasileiro também é a oportunidade, é o que vai se transformar em ativo produtivo, em ativo lucrativo no horizonte dos próximos cinco, seis, sete anos.

Então, nenhum país do mundo tem isso. A União Europeia está devastada; os Estados Unidos da América estão com um grande esforço se reerguendo agora, mas ainda a um ritmo menor do que gostaríamos todos; a China, ao contrário, está reduzindo, arrefecendo o seu ritmo de crescimento; na América do Sul, nós somos o grande mercado; a África ainda não conseguiu iniciar o seu processo de desenvolvimento econômico. Então, se olharmos para o mundo, nós vamos ver o Brasil como um grande porto de investimento.

Ontem mesmo o Governo anunciou, a Presidenta anunciou 50 novos projetos de portos, se não me engano, totalizando qualquer coisa próxima de US$$11 bilhões em investimento, 50 projetos privados de terminais portuários de uso privado que vão ser implantar nos próximos quatro, cinco anos. Então, esse é apenas um exemplo do horizonte de investimentos que temos.

Ora, um País que tem a capacidade de oferecer investimentos ativos para o mundo inteiro certamente não terá dificuldade de fechar a sua balança de pagamentos, ainda que o déficit na conta-corrente atinja essa cifra de US$65 bilhões a US$$70 bilhões. Então, quero dizer que eu, como Ministro e como economista, acho que não vamos ter esse problema. Ao contrário, pode ser que a gente tenha até investimentos demais e tenha que, para preservar a nossa moeda, que reduzir um pouco o ritmo.

Enfim, Senador Suplicy.

O SR. PRESIDENTE (Eduardo Suplicy. Bloco/PT – SP) – Atendendo à lista de inscrição, teríamos o Senador Luiz Henrique, Senadora Kátia Abreu e Senador Cristovam Buarque.

Quem sabe, se acordarem, podemos até...

O Senador Luiz Henrique tem a palavra.

Antes, Senador, me permita. Vou passar a Presidência para o nosso Presidente titular, Senador Ricardo Ferraço.

Quero, antes, assinalar a visita, a presença entre nós do Embaixador Clodoaldo Hugueney, que foi nosso Embaixador na China.

Seja muito bem-vindo à Comissão de Relações Exteriores!

O SR. FERNANDO DAMATA PIMENTEL – Grande Embaixador, excelente diplomata e fez um excelente trabalho na china.

A SRª KÁTIA ABREU (Bloco/PSD – TO) – Pela ordem, Sr. Presidente, eu gostaria apenas de complementar aqui as palavras do Ministro Pimentel e também do Senador Dornelles, dizendo da importância e da competência do nosso Embaixador Clodoaldo Hugueney, mas agora lembrar que Embaixador eterno do Brasil, mas em especial o embaixador do agronegócio brasileiro. Ele está tentando nos ajudar, está orientando a CNA, os produtores do Brasil sobre todo esse comércio mundial. Estamos bastante felizes, orgulhosos e seguros com as suas orientações.

Volta da China agora, depois de quase cinco anos, uma das melhores embaixadas que frequento no mundo, mais arrojada, obstinada, determinada, embora não seja a maior, o que é um equivoco, pois temos um corpo diplomático muito restrito. Com a direção e o comando do Embaixador Clodoaldo isso foi superado, mas precisamos estar atentos à *performance* do corpo

diplomático na China devido ao tamanho do negócio na Ásia, na China em si, para que nós não possamos perder as oportunidades.

Para nós é um prazer estar com o Embaixador Clodoaldo sendo também especialmente embaixador do agronegócio brasileiro.

O SR. FERNANDO DAMATA PIMENTEL – Quero saudar o seu anúncio, Senadora Kátia, pedindo licença ao Presidente Ferraço para dizer que a contratação do Clodoaldo equivale ao Neymar ser contratado pelo Barcelona. Se já havia um grande time na CNA, agora que se contratou o Neymar, dificilmente vamos perder esse jogo.

O SR. PRESIDENTE (Ricardo Ferraço. Bloco/PMDB – ES) – Concedo a palavra ao Senador Luiz Henrique.

O SR. LUIZ HENRIQUE (Bloco/PMDB – SC) – Sr. Presidente, Senador Ricardo Ferraço, Srªs e Srs. Senadores, Srs. Embaixadores, Sr. Ministro Fernando Pimentel, em primeiro lugar, gostaria de destacar que nós sentimos, lá em Santa Catarina, os efeitos benéficos, altamente benéficos, da política do Ministério do Desenvolvimento principalmente no que se refere ao Programa Inovar Auto.

Nós já temos instalada em Joinville uma modernissima fábrica da General Motors, que já está produzindo motores compactos, motores de tecnologia mais avançada, motores econômicos que são integrados na Argentina em novos modelos daquela empresa. Temos também, em fase de instalação, a primeira fábrica de automóveis de luxo da BMV, que aqui chamamos, que está se instalando no Município de Araquari. Sem a ação proativa, eficaz, ágil, do Ministro Fernando Pimentel e sua equipe, nós não poderíamos comemorar esse grande investimento em nosso País, especificamente no Estado que represento.

Eu gostaria de dirigir ao ilustre Ministro duas perguntas.

Primeira: recentemente quando estive no Paraguai, senti grande desejo das autoridades daquele País de normalizar as suas relações com o Brasil e com o Mercosul. Evidentemente, isso vai exigir uma tratativa trilateral com a Venezuela. Pergunto ao Ministro se V. Sª prevê, em um horizonte próximo, a normalização das relações do Paraguai com o Brasil e com o Mercosul e o fortalecimento do Mercosul com a plena integração com a Venezuela.

A segunda pergunta que eu faço é relativa a um fato que está nos preocupando. É a recuperação dos Estados Unidos em produzir energia fóssil, através do fraturamento hidráulico, que lá eles chamam de *fracking*. Como todos os Srs. Senadores sabem, os Estados Unidos podem se tornar um País estrategicamente bem posicionado na produção de gás, obtido através das camadas de xisto.

Esse é um processo que se, de um lado, vai permitir aos Estados Unidos a produção de energia barata e a condição de repatriar empresas de setores que, estrategicamente, se deslocaram para o terceiro mundo, para países emergentes, como a indústria química e petroquímica, a indústria metalúrgica, indústria de fundição e têxtil, de outro lado esse é um processo que resulta em grandes dúvidas a respeito das repercussões da injeção, do bombeamento de água misturada a terra e produtos químicos, de mil metros a 1,5 mil metros de profundidade.

Primeiro, pergunto como o Brasil vê, do ponto de vista econômico, essa nova ameaça competitiva daquele que é o país que tem o menor grau de complementaridade com a nossa economia – tudo que fazemos aqui eles fazem lá. Como o Ministro vê a recuperação da economia americana a partir desse ganho logístico de exploração mineral? E quais são as repercussões que isso pode promover não só na economia do nosso País como na economia global?

O SR. PRESIDENTE (Ricardo Ferraço. Bloco/PMDB – ES) – Pela ordem de inscrição, concedo a palavra à S. Exª Senadora Kátia Abreu.

A SRª KÁTIA ABREU (Bloco/PSD – TO) – Obrigada, Sr. Presidente.

Eu gostaria também de registrar aqui a presença do Dr. Carlos Sperotto, Presidente da Federação da Agricultura do Rio Grande do Sul, que coordena a questão do Mercosul na CNA. É o Presidente da nossa comissão de acordos com o Mercosul; e também da Tatiana Palermo, Superintendente de Relações Internacionais da CNA.

Sr. Presidente e Sr. Ministro Pimentel – é sempre um prazer revê-lo –, nós estamos bastante interessados nessas questões. Até fazemos *mea culpa*, nós produtores do Brasil, em relação à nossa demora em participar dessas negociações. Iniciamos, mas um tanto tímidos. A indústria sempre, com muita competência, levando as suas prioridades que são da sua maior importância, tem as suas prerrogativas, pelas quais temos o maior respeito, mas o agro agora decidiu também participar ativamente, pois nós seremos os maiores prejudicados caso esses acordos não se concretizem.

A prova disso é que nós já inauguramos, ano passado, um escritório da CNA em Pequim, na China, e há duas ou três semanas inauguramos o nosso escritório em Bruxelas, demonstrando o nosso interesse, a nossa ansiedade, a nossa preocupação neste mundo se movendo por todas as partes, preocupados por com o nosso País, para não perdemos este momento tão importante. Por isso, buscamos ajuda com o Em-

baixador Clodoaldo, para que ele possa nos orientar fazer a coisa da forma correta, com bastante realismo nas nossas atividades e ações para que possamos ter sucesso.

Então, eu inicio a dizendo ao Sr. Ministro da nossa grande preocupação com o acordo de Mercosul hoje. Não é nenhuma crítica destrutiva ao Mercosul. Nós não devemos fazer isso com nenhum acordo bilateral, com nenhum acordo aduaneiro de livre comércio, porque todos têm a sua importância. Até mesmo com a Venezuela, que é um país que não preza a democracia, mas que faz parte do Mercosul, nós temos uma boa relação comercial em termos de quantidade de produtos exportados para a Venezuela, em que pese o fato de que, em muitos pontos, nós discordamos desta presença e do formato.

Neste momento o acordo de Mercosul tem dado uma preocupação excessiva ao setor produtivo brasileiro, especialmente ao agro, mas também sabemos que esses acordos foram construídos por uma reunião de ministros desses países. Isso não é exatamente uma lei, e um acordo de ministros ele pode ser sempre flexibilizado para atender as demandas e as modificações do tempo, da economia, das situações do mundo todo.

Naquele período nós tínhamos uma realidade quando o Mercosul foi construído. Hoje, nós temos uma realidade totalmente diferente do Brasil diante do mundo.

Então, assim como as leis são alteradas no Congresso Nacional – há pouco tempo, alteramos o Código Florestal; ontem, mudamos toda a legislação do Ecad para os artistas – o mundo move, e a função do Congresso Nacional é avaliar as nossas normas do governo brasileiro, avaliar as normativas e também tentar torná-las contemporâneas à realidade.

Então, nesse aspecto, Ministro, preocupa-me muito essa realidade do Mercosul, mas também fico tranquila por conta da competência de toda a negociação que está sendo feita pelo Brasil, especialmente tendo o senhor à frente. Tenho certeza que o Brasil encontrará a maneira certa de escapar desse congelamento em que nós estamos hoje, sem romper definitivamente com o acordo do Mercosul. Mas nós estamos assistindo no mundo todo essas modificações sendo feitas, a todo o momento.

Se determinado país fez uma opção, como a Argentina e a Venezuela, que fizeram a sua opção restritiva a mercados, nós não temos nenhuma crítica a fazer, desde que essa decisão, que é unilateral, não prejudique os amigos do bloco de forma direta como isso está sendo feito. Então, esse direito não têm; têm o direito de decidir sobre o seu país, não sobre nós. Então, eu acho que é fácil a Argentina e a Venezuela entenderem de que não podem ser amarras ao Brasil.

Eu escrevi um artigo no jornal *Folha de S.Paulo* dizendo que ainda existem os acordos bilaterais âncora e os acordos bilaterais que são balões. Os balões levam os países acima, e os acordos âncora enterram-no no fundo do mar. Então, nós não podemos deixar que um acordo que à época foi tão bom para nós como o Mercosul se transforme, definitivamente, num acordo ancora e impeça a nossa relação e o nosso acordo com a União Europeia.

A maior ansiedade do agronegócio hoje é a concretização deste acordo. Primeiro motivo, nós precisamos de mercado e de confirmar o nosso mercado de 26% das exportações para a Europa hoje. Que não o percamos e que o ampliemos, através de um acordo mais estreito e com combinações com regras claras.

Esta aproximação da União Europeia com os EUA – quero ser bastante franca e realista com o senhor – me traz muitas preocupações e até medo. Os Estados Unidos exportam 11% e nós, 26%. Num acordo bilateral concretizado com os Estados Unidos é óbvio que a tendência é esvaziar essas exportações e dar preferência ao novo bloco construído.

Então, eu pergunto ao senhor: nós estamos com uma reunião de cúpula do Mercosul para a semana que vem, estava marcada uma reunião da Camex para confirmar, e foi adiada, quando nós iríamos aprovar as listas de reduções tarifárias, as listas de preferências. Aliás, nós não conhecemos as listas de preferências; nós conhecemos as do agro, à exceção dos produtos lácteos e derivados, cacau e vinho. Apenas três produtos de exceção nós apresentamos, mas gostaríamos – e temos o direito – de ver também as exceções dos outros setores, assim como queremos que das nossas exceções os outros setores também possam tomar conhecimento. Nós temos que ter uma visão macro desses acordos para que nós possamos avaliar os riscos ou as vantagens com que nós estamos trabalhando.

Eu pergunto: essa reunião da Camex seria antes da reunião de cúpula do Mercosul e foi adiada; isso não vai prejudicar a reunião de cúpula?

O que será tratado nessa reunião de cúpula, se a Camex não aprovou a nossa lista de ofertas? Seria um referendo da lista de ofertas. Seria essa a pauta da reunião da Camex.

Qual seria outra oportunidade melhor para apresentar essa lista?

Estou preocupada com esse adiamento, pela reunião não ter ocorrido.

Segunda pergunta: se os nossos parceiros não concordarem com todos os itens desse acordo da União Europeia, o que o Governo brasileiro pretende fazer?

É claro que não estamos trabalhando aqui um rompimento, mas temos outras maneiras e formas, como, por exemplo, um adiamento, uma velocidade diferente para os países; nós podemos fechar o acordo, mas que o Brasil vá primeiro, o Uruguai junto, a Argentina em outro momento, a Venezuela e o Paraguai em outro momento, mas nós queremos saber qual estratégia, porque já é quase uma morte anunciada que a Argentina criará muitos problemas, já que optou por outras soluções com que nós não concordamos definitivamente.

Então, eu acho que pode haver uma flexibilização do acordo do Mercosul, especialmente no que diz respeito ao art. 1º e ao art. 2º da Resolução que proíbe a negociação caso todos os membros do bloco não concordem com as tarifas. Acho que esses dois artigos precisam e devem ser flexibilizados.

Então, segunda pergunta: qual é a estratégia do Governo caso isso aconteça?

A terceira pergunta, Sr. Ministro, que também nos traz preocupação, é relativa ao fim das preferências tarifárias do Sistema Geral de Preferências da União Europeia com relação às frutas. Isso tudo vai vencer em janeiro de 2014. O Nordeste brasileiro será profundamente prejudicado com essa perda de preferências tarifárias, mas, inteligentemente, a União Europeia disse: "Se assinarem o acordo, nós, que reduzimos a taxa apenas a 10%, podemos baixar muito mais se o acordo for concretizado". Então, as frutas brasileiras já sofrem hoje uma insegurança jurídica de mercado, pois já está também anunciado o fim dessa preferência para janeiro de 2014.

Por último, Sr. Ministro, a Apex, que é a nossa agência de exportações, tem uma competência muito especial no sentido de promover a exportação dos produtos brasileiros. Na composição da Apex, claro, está o MIDC, o senhor, como Ministro do Desenvolvimento, Indústria e Comércio; a própria Camex tem um assento; o Sebrae tem um assento; a Associação de Comércio Exterior do Brasil, o Ministério das Relações Exteriores; a CNI; o BNDES; e, por último, a Secretaria da Micro e Pequena Empresa da Presidência da República.

Nós fizemos essa solicitação há mais de um ano, e o maior setor exportador deste País não tem um assento na Apex. Nós já nos manifestamos várias vezes e não recebemos nenhuma resposta. Quando a micro e a pequena empresa entram na Apex e ainda a CNA, que representa essas exportações do Brasil, e até mesmo o Mapa estão do lado de fora da Apex é alguma coisa controversa, alguma coisa que não combina, mas, felizmente, ainda sobrou uma vagazinha. Nós pretendíamos as duas: uma para o Mapa e outra para a CNA, que representa os produtores. Então, eu peço encarecidamente que avalie esta última vaga, que a CNA pretende, a exemplo da CNI, que está lá. Isso demonstra a competência da indústria por estar com assento nesta agência há muitos anos, e nós ainda não estarmos com esse assento, mas sempre é tempo para entrar.

Então, eu reitero o nosso pedido para que a CNA possa participar desta importante agência de promoção à exportação.

Muito obrigada.

O SR. PRESIDENTE (Ricardo Ferraço. Bloco/PMDB – ES) – Muito obrigado a V. Exª.

Eu estava registrando aqui para o nosso Ministro que ele fica, às vezes, muito tempo sem vir aqui, e então as perguntas ficam represadas, ficam se avolumando. Está aí o conjunto de relevantes perguntas da Senadora e Presidente da Confederação Nacional da Agricultura.

Passo a palavra, em seguida, a S. Exª o Senador Cristovam Buarque.

O SR. CRISTOVAM BUARQUE (Bloco/PDT – DF) – Sr. Ministro, é um grande prazer tê-lo aqui.

Eu publiquei, junto com um dos meus assessores, o Waldery Júnior, esse pequeno texto, faz dois anos, que dizia: "A economia está bem, mas não vai bem". Àquela época, muita gente achou que era uma manifestação de oráculo negativo, de pessimista, mas as coisas estão se confirmando, Ministro. Eu já mudaria, não é mais a economia está bem, mas não vai bem; é a economia não vai bem e pode ir pior. E isso é muito preocupante quando a gente vê, Senadora Kátia, o povo na rua – por enquanto, os jovens desiludidos – quando eles se juntarem com os jovens desesperados no meio de uma crise econômica e com a arma da Internet à disposição deles, que faz de cada casa uma trincheira.

Aqui, o que a gente viu nesses dois anos é a confirmação dos pontos que eu coloquei de riscos adiante: a dívida pública; o endividamento familiar; o endividamento das empresas; as taxas de juros; o perfil e composição dos gastos públicos; a logística em infraestrutura, Senadora Kátia, que, depois, se verificou tão fortemente; a carga fiscal; a inflação, que, naquela época, dava para perceber sinais de que ela viria; a baixa poupança agregada, que talvez seja a maior causa da nossa crise; a desigualdade social; a educação; a inovação e intensidade tecnológica dos produtos exportados, que é um ponto que a gente não vem atacando, apesar das medidas buscando mais conteúdo nacional; a competitividade, que não decorre mais do fato de que o preço é alto, decorre de que o produto é velho – a desoneração não vai dar competitividade

se continuamos produzindo as mesmas coisas. Nós temos 250 milhões desses aparelhos; nenhum é brasileiro. Devemos ter alguns milhões desses, nenhum é brasileiro. Isso é que tem demanda renovada a cada seis meses, é isso que dá competitividade, não é o preço; a vulnerabilidade do setor externo, que está confirmada agora na balança comercial; a burocracia; a corrupção; o corporativismo; o risco ecológico; amarras constitucionais – a crise, quando vier aqui, nós vamos ter um problema; para sair dela, vamos ter que mudar a Constituição em alguns pontos, nas carreiras; e o último tem a ver com a nossa conversa.

O últimos item aqui, Embaixador Clodoaldo, é o otimismo. Eu colocava, dois anos atrás, que um dos vetores da crise poderia ser o otimismo de ver tudo como se estivesse bem. E o que a gente vê dos discursos oficiais do Governo? A gente ainda não vê uma manifestação de que, de fato, o povo brasileiro precisa se preocupar para uma crise que está vindo, e que vai exigir sacrifícios nossos, de cada um de nós. Continuamos vendendo que tudo vai continuar aumentando a renda, aumentando o consumo, e pedimos desculpas porque o câmbio desvalorizou o real e, com isso, há menos gente viajando para o exterior. Esse otimismo eu creio que é um dos problemas mais sérios que a gente tem para viver, para enfrentar.

Eu gostaria, então, de ver a sua manifestação sobre isto: esse otimismo que a gente ouve do Ministro Mantega, quando ele diz: "Que crise é essa?". Um dia desses, ele falou: "Não vejo crise." Esse otimismo não pode ser uma causa das nossas dificuldades?

E eu quero acrescentar, e aí vai a minha pergunta em dois sentidos:

Primeiro, sobre essa reorganização comercial do mundo. Eu não sei se alguém perguntou isso antes; eu não pude chegar cedo. Que consequências ela vai trazer para a gente, sobretudo, o acordo comercial do Atlântico Norte? Depois do Atlântico, o acordo comercial do Pacífico, e nós restritos ao Mercosul. Isso não vai trazer uma amarra na nossa participação internacional ao longo dos próximos dez anos? Não amanhã, nem depois, nem no próximo ano, Senador Ricardo Ferraço, mas digo nos próximos dez, quinze, vinte anos? O que é amanhã, vinte anos, do ponto de vista histórico. Esse é um ponto.

E o outro é: como é que a gente vai saltar para termos uma economia que saia da indústria tradicional, como a indústria automobilística, para uma indústria de bens de alta tecnologia? Mesmo quando se fala em alta tecnologia, em geral, fala-se em alta tecnologia no processo produtivo, em robô para fazer carro, que é um produto antigo, tradicional, não tem futuro.

Uma das causas dessas manifestações todas é o transporte, e uma das causas da crise no transporte não é quanto custa a tarifa; é quanto se perde de vida dentro de um ônibus. A saída não vai ser mais carro para reduzir a insatisfação; vai ser reduzir o tempo gasto perdido no trânsito. Então, nós continuamos, a meu ver, preocupados em fazer crescer uma indústria, uma economia tradicional, em vez de uma economia nova.

Eu gosto de dizer – não que eu goste; eu fico triste, mas, às vezes, digo, sobretudo aos meus alunos – que o problema do Brasil é menos o pequeno PIB do que o PIB feio que nós temos. O PIB pequeno, e, no crescimento, o PIB é grande, mas, no crescimento ele é menos grave do que as características e composições dele, sobretudo no setor exportador e importador.

Aqui, pela idade que nós temos, muitos de nós, Senador Ricardo Ferraço, carregam uma caixinha com remédio dentro. Senadora Vanessa, a senhora entende disso, não pela idade de tomar remédio, mas pela profissão de fazer remédio.

Provavelmente, nenhum desses remédios foi desenhado no Brasil ou a fórmula é brasileira. Até podemos ter remédios fabricados em laboratórios instalados no Brasil, mas com fórmulas estrangeiras. Isso, a meu ver, é o que está dificultando o bom desempenho da economia brasileira, numa perspectiva histórica; não amanhã. Amanhã, como Ministro, o senhor vai ter de tomar outras decisões. Eu reconheço isso.

Mas eu queria cobrar do senhor, como representante do Governo, não apenas o que fazer amanhã, mas o que fazer no médio e longo prazo, numa estratégia em que a gente possa dizer: daqui a alguns anos, o PIB não só vai crescer, mas ele vai ficar bonito; ele não apenas vai ser maior do ponto de vista do valor, mas ele vai ter características diferentes, mais compatíveis com o século em que a gente está vivendo.

Então, estas são as duas perguntas: a nossa fragilidade, diante dos acordos internacionais que se formam, e nós estamos de fora deles; e também qual é a estratégia de longo prazo para que o Brasil tenha uma economia compatível com a contemporaneidade. Não esquecendo a primeira abertura minha: o problema que eu vejo do otimismo, que ainda, a meu ver, está dentro da cabeça da maior parte de nós, no Brasil, e do Governo também.

O SR. RICARDO FERRAÇO (Bloco/PMDB – ES) – Na linha do que perguntou o Senador Cristovam Buarque a V. Exª, Ministro, a Aliança do Pacífico é um factóide ou ela tem reais condições, efetivas condições de impactar o nosso bloco, o Mercosul?

Em que medida, na avaliação de V. Exª, essa aliança para o Pacífico, vis-à-vis com o Mercosul, significa a divisão, pelo menos do ponto de vista comercial, da

America do Sul em duas Américas: uma América do Atlântico e uma América do Pacífico?

Eu gostaria que, no decorrer da sua manifestação, V. Exª pudesse opinar sobre essa reflexão.

Concedo a palavra ao Senador Eduardo Suplicy.

O SR. EDUARDO SUPLICY (Bloco/PT – SP) – Senador Ricardo Ferraço, querido Ministro Fernando Pimentel, eu agradeceria se V. Exª puder nos fazer aqui uma explicação didática. Eu penso em todos aqueles que estão nos ouvindo, pois eu acho que seria uma oportunidade.

Qual é o estágio de barreiras alfandegárias que o Brasil tem com diversos lugares do mundo? O que significa para nós, hoje, termos o Mercosul? Qual é o nível de tarifas alfandegárias que, para os diversos tipos de produtos, nós temos, sejam os produtos industrializados, sejam os produtos agrícolas e outros, com os países do Mercosul, com os demais países da América do Sul, e, se houver três gradações, então, com o resto do mundo? Que tipo de regime de tarifas alfandegárias nós temos?

Segundo, qual é a perspectiva e a visão do Governo brasileiro com respeito aos caminhos para o futuro? Ou seja, queremos ter uma integração a tal ponto de diminuirmos essas tarifas com esses três níveis, digamos, países do Mercosul? Há uma diferença entre os demais países da América Latina e os países tais como os que V. Exª citou, como a Bolívia e outros, que já disseram, eventualmente que queriam ser parte do Mercosul? Quando começa esse estágio para os demais países da América Latina e daí para o resto do mundo? Então, que perspectiva há de evolução nesta direção? Essa é uma questão relativa a tarifas alfandegárias.

Há outro ponto sobre o que eu gostaria de ouvir a sua reflexão. Cada um dos países hoje tem uma política de transferência de renda. O Brasil, por exemplo, tem o programa Bolsa Família, além de outras formas de transferência de renda relativas aos benefícios de prestação continuada ou sistema de aposentadorias e outras. Mas, com respeito àqueles que estão inseridos no mercado de trabalho é mais o programa Bolsa Família, que é um programa bastante importante e que atinge a 13,9 milhões de famílias hoje. Nos países da América Latina, nós temos na Argentina, no Uruguai, no Chile, no México e em tantos outros, programas de natureza semelhante.

Nos Estados Unidos da América, além do Temporary Assistance for ***Needy Families***, existe outro programa de transferência de renda que é muito significativo, que é o Earned Income Tax ***Credit.*** No ano passado, por exemplo, US$56 bilhões foram pagos para algo como 26 milhões de famílias nos Estados Unidos, famílias compostas de pai, mãe e duas crianças. A linha oficial de pobreza, nos Estados Unidos, para uma família com duas crianças, é da ordem de US$23 mil. Se uma família com marido, mulher e duas crianças receber, somados os salários do pai e da mãe, US$18 mil, essa família tem direito a um crédito fiscal da ordem de US$5,2 mil e vai para além dos US$23 mil. É uma forma de transferência de renda, paga pelo conjunto da sociedade norte-americana, para aquela família. E isso tem um efeito do ponto de vista da competitividade das empresas norte-americanas em relação às nossas. No Reino Unido, por exemplo, existe o Family Tax Credit, que tem uma sistemática de natureza semelhante.

Então, gostaria de sugerir que o Governo brasileiro faça um estudo sobre qual é o impacto dessas diversas formas de transferência de renda sobre o grau de competitividade das empresas brasileiras, uma vez que, no meu entender, essas formas de transferência de renda têm um efeito também sobre a competitividade, da mesma maneira que as tarifas alfandegárias.

Como V. Exª sabe, tenho propugnado que o Brasil venha logo a instituir aquilo que já é lei e que será um dia colocado em prática: uma renda básica de cidadania igual para todos. Não vou aqui desenvolver o argumento, mas gostaria de dizer que, quando instituída, os argumentos que eu tenho são no sentido de mostrar que o país que instituir antes uma renda básica de cidadania terá, inclusive, vantagens competitivas maiores do que os países que não a instituírem. Gostaria de poder mostrar isso.

Há um lugar do mundo onde algo semelhante foi instituído. Que resultado teve para esse lugar? Depois de trinta e poucos anos de experiência, o lugar do mundo onde aconteceu isso teve condições competitivas adequadas que fizeram com que sua sociedade – o Estado do Alasca – se tornasse o mais igualitários dos 50 estados norte-americanos. De tal maneira que gostaria de poder contribuir sobre isso.

Finalmente, um de nossos colaboradores fez uma comparação interessante sobre o Mercosul. O autor é Marcelo Zero. Para concluir, Sr. Presidente.

> O Mercosul lembra o caso do escritor Mark Twain, que teve a ingrata tarefa de desmentir notícias de sua morte. Twain estava em Londres quando surgiram boatos sobre o seu falecimento. Com sua habitual ironia afirmou: "Os rumores sobre a minha morte foram grosseiramente exagerados".

Marcelo Zero argumenta que:

> Com o Mercosul se passa algo semelhantes. Desde o nascimento vaticinam o seu iminente falecimento. Com o Mercosul se passa algo

semelhante. Desde o nascimento, vaticinam seu falecimento iminente.

Desde a época da assinatura do Tratado de Assunção, que em 1991 criou o Mercosul, não faltaram ironias. Alguns afirmavam que se tratava de uma união "dos rotos com os esfarrapados". E faziam críticas ácidas em relação à suposta inviabilidade de um bloco fadado a ser absorvido em processos de integração mais amplos com países desenvolvidos.

Essa é uma introdução a um texto que guarda relação com a perspectiva aqui nos transmitiu, quando disse acreditar no desenvolvimento do e nas vantagens que o Brasil tem tido em relação ao desenvolvimento do Mercosul.

Apenas gostaria que V. Exª nos colocasse um pouco mais das perspectivas futuras que iremos ter com respeito a integração do países do Mercosul e de toda América Latina e do Caribe.

Obrigado.

O SR. PRESIDENTE (Ricardo Ferraço. Bloco/PMDB – ES) – Aproveitando, Sr. Ministro, a pergunta do Senador Eduardo Suplicy, eu tenho também esse convencimento. O Mercosul até aqui foi extraordinário para o nosso País. Tanto que, ao longo dos últimos dez anos, nós acumulamos aproximadamente US$46 bilhões na relação com os países que formam o bloco, sobretudo porque esses países são grandes importadores dos nossos manufaturados.

Não estamos muito dependentes do Mercosul para a colocação dos nossos manufaturados no comércio internacional? Por que temos tantas dificuldades no Mercosul para firmarmos outras alianças e acordos?

Até aqui, firmamos com Egito, firmamos com Israel e firmamos com a Palestina. Não conseguimos ir adiante, não conseguimos avançar no nosso acordo com a União Europeia. Eu gostaria que V. Exª pudesse, oportunamente, também abordar as dificuldades em ver o bloco Mercosul evoluir nas suas alianças com outras regiões – para que nós possamos ampliar não apenas a participação do Brasil, mas a participação dos países que compõem o Mercosul no mercado internacional – e a preocupação dessa dependência dos nossos manufaturados em torno do Mercosul.

Passo a palavra a S. Exª Senadora Ana Amélia.

A SRª ANA AMÉLIA (Bloco/PP – RS) – Obrigada, Presidente. Cumprimentos ao Ministro Fernando Pimentel. Eu vou procurar frases com ponto de interrogação.

Primeira questão. No final de junho houve uma reunião na OMC para avaliar as barreiras comerciais brasileiras. O Paraguai, naquela ocasião, aproveitou essa reunião para reclamar que o Brasil havia tomado uma atitude ilegal, retirando o país do bloco em função das questões políticas. Eu pergunto ao senhor: do ponto de vista comercial – porque há uma questão diplomática envolvida, mas como foi junto com a OMC –, que iniciativas foram tomadas pelo Governo brasileiro? E qual foi o impacto disso no âmbito do Mercosul? Já que a questão do Mercosul é o tema do convite feito ao senhor pela Comissão de Relações Exteriores, que impacto isso teve, do ponto de vista comercial, nas relações multilaterais dentro do bloco?

Sobre o bloco ainda, Ministro. A Argentina teve um momento de levantar muitas barreiras comerciais ao Brasil, e o senhor teve uma atuação, eu diria assim, discreta para evitar problemas maiores, e as coisas foram se ajustando. Hoje, no momento, existem problemas comuns.

A Senadora Kátia Abreu levantou algumas questões no âmbito do agronegócio – queria também saudar a presença do Dr. Carlos Sperotto, representante da Federação da Agricultura do Estado do Rio Grande do Sul –, que é uma questão relacionada ao leite.

Leite, no Brasil, já está preocupando as autoridades como um fator de peso na inflação. A Argentina está vivendo o mesmo problema. Só que a Argentina vende 49% do leite para o Brasil, e 44% do que nós compramos vêm do Uruguai. E um País do nosso tamanho ter que depender de uma importação dessas para abastecer o mercado interno! Nós temos também que ampliar.

Quero lhe perguntar: nesse aspecto de leite, haverá mudança no sistema hoje de cotas que temos, porque a Argentina não está querendo vender, porque ela quer, com mesma razão, evitar problemas de inflação interna lá na Argentina. Então, como é que o senhor está vendo essa questão específica do leite, de uma cadeia produtiva que, no Rio Grande do Sul, é extremamente relevante?

Duas questões pontuais, Ministro. A Medida Provisória nº 610 deve dar continuidade – é o que eu estou defendendo – aos critérios implementados no âmbito do Reintegra, que foi um programa fundamental para o aumento da competitividade das exportações e a redução dos custos das empresas, especialmente do setor coureiro-calçadista, que tem um peso enorme no Rio Grande do Sul e em outros Estados.

Com a perda da validade da Medida Provisória nº 610, no último dia 4 de junho, o programa deixou de devolver às empresas exportadoras 3% do faturamento obtido com as vendas externas. Isso criou uma insegurança jurídica ao setor exportador. Cabe destacar que o Governo Federal tem-se empenhado para alongar a medida aos manufaturados, de modo a ampliar a competitividade das exportações. Eu queria, então, saber a opinião do senhor, porque nós estamos

pedindo que haja a retomada, a recuperação do Reintegra, especialmente, no caso do setor de calçados.

E, por fim, eu queria fazer uma questão pontual, Ministro Fernando Pimentel. Quero saber se, à luz do que está acontecendo nas ruas brasileiras, já houve em seu Ministério uma análise do impacto dessas mobilizações na produção industrial e também na área de comércio e serviços. Eu penso que isso pode eventualmente ter causado um impacto. E quais são as visões políticas que o Governo tem em relação a isso?

São as minhas questões, renovando os agradecimentos a sua presença nesta Comissão de Relações Exteriores.

O SR. PRESIDENTE (Ricardo Ferraço. Bloco/PMDB – ES) – Muito obrigado, Senadora Ana Amélia.

Passo a palavra a S. Exª a Senadora Vanessa Grazziotin.

A SRª VANESSA GRAZZIOTIN (Bloco/PCdoB – AM) – Muito obrigada, Sr. Presidente. Eu lamento muito, acho que nós lamentamos, não poder ter assistido à exposição toda do Ministro Fernando Pimentel, porque estávamos na votação do relatório da CPMI, em que aliás um acordo belíssimo produziu um excelente relatório.

O SR. PRESIDENTE (Ricardo Ferraço. Bloco/PMDB – ES) – CMPI da Violência contra a Mulher.

A SRª VANESSA GRAZZIOTIN (Bloco/PCdoB – AM) – Exato. Eu não falei assim? Eu falei como?

O SR. PRESIDENTE (Ricardo Ferraço. Bloco/PMDB – ES. *Fora do microfone.*) – Só CMPI.

A SRª VANESSA GRAZZIOTIN (Bloco/PCdoB – AM) – Ah, ta! Tudo com o objetivo, Presidente, de economizar tempo. Até engulo as palavras. Acho que falei, mas só pensei.

O SR. PRESIDENTE (Ricardo Ferraço. Bloco/PMDB – ES) – Economia processual.

A SRª VANESSA GRAZZIOTIN (Bloco/PCdoB – AM) – É verdade.

Primeiro, quero cumprimentar o Ministro e dizer que eu fiquei muito animada, Ministro. O Ministro sabe que a gente tem uma preocupação muito grande relativa à Zona Franca de Manaus.

A Zona Franca de Manaus nasceu como um projeto geopolítico de ocupação de uma região importante do País, de uma forma de desenvolvimento que tirasse a pressão da floresta, com o objetivo de substituir a importação, mas, há algum tempo, o pólo tem tido um grande esforço no sentido de exportar.

A Região Norte, se nós analisarmos, é uma região que tem muitas dificuldades ainda em relação à infraestrutura. É uma região, principalmente a Amazônia ocidental, que não tem ligação nenhuma com o Brasil via terrestre, nenhuma, porque a BR-319, que faria isso, está parada. Até hoje, não há uma decisão do Governo em permitir a recuperação da BR – a recuperação da BR, não é construção, não. É a recuperação de uma BR.

Então, por isso, dizem que nós estamos num posicionamento geográfico muito ruim em relação ao País. Em relação ao País, talvez, e, pela falta das condições de infraestrutura, mais ainda. Entretanto, se olharmos no mapa ali, Ministro, a gente vê que a Região Norte do Brasil abre uma série de oportunidades, não só regionais, mas nacionais.

Eu não sei. O Senador Armando Monteiro não está aqui, mas nós, por exemplo, para exportarmos produtos, não necessariamente produzidos na Região Norte, mas do Brasil inteiro, temos saídas fantásticas, em relação à saída pelo Pacífico, como o Porto de Manta, que busca essa parceria para desenvolver. E eu acho que, no Maranhão, também, de acordo com os estudos da CNI, estaria um dos portos mais viáveis para o incremento do esforço de exportação do País.

Então, eu pergunto, Ministro, ao senhor como que o Ministério trabalha do ponto de vista estratégico o desenvolvimento dessas áreas, que para a gente do Norte é muito importante.

Eu pego o exemplo de Itacoatiara. A soja do Brasil, uma parte importante dela, vem sendo exportada por Itacoatiara. O Senador Blairo não está aqui, ele poderia falar melhor do que eu, mas eu acho que a economia por tonelada é em torno de US$30, sendo a exportação feita pelo Estado do Amazonas, comparativamente ao Sul do País ou ao Sudeste. É de US$30 a economia.

O SR. PRESIDENTE (Ricardo Ferraço. Bloco/PMDB – ES) – Por tonelada.

A SRª VANESSA GRAZZIOTIN (Bloco/PCdoB – AM) – Por tonelada. Então, é um fator importante. E aí, repito, não é só esse porto. Nós temos vários: Santarém, no Maranhão. Então, gostaria que o senhor falasse para nós a respeito disso, das ações estratégicas do Ministério para melhor desenvolver isso.

Segundo, Ministro, a política industrial. O Brasil exporta hoje o que exportava há mais de um século: *commodities*. Só que, há mais de um século, a gente exportava muita borracha. A Malásia tomou a nossa borracha. Aliás, a primeira história escrita sobre biopirataria é sobre a borracha brasileira que foi levada pela Malásia. E eles têm uma produção, hoje, significativa, e nós quase não temos mercado. Estamos tentando, por meio de estudos da Embrapa, adensar cadeias produtivas, para retomar um pouco esse mercado. Hoje, nós não exportamos mais borracha, mas exportamos o ferro; não é nem o aço, é o ferro. Então, do ponto de vista estratégico, o que vem sendo feito no Brasil para que haja uma mudança?

E aí, eu entro na última questão, que é sobre a Embrapii. Eu sou muito animada com a Embrapii. Não sei se o senhor já falou sobre isso; mas, se não falou, que falasse não só da Embrapii no Brasil, mas pensando em uma articulação com outros países de nosso continente.

E aí eu entro também no CBA – Centro de Biotecnologia da Amazônia. Quando a gente fala no Centro de Biotecnologia, a gente fala em uma produção com produtos nacionais, regionais com valor agregado.

Ministro, eu tenho ido com certa frequência à tribuna para dizer que é inadmissível. Inadmissível, Ministro, a gente ter um único centro de biotecnologia na região que até hoje não funciona a pleno valor. Lá os contratados são bolsistas, não há um CNPJ, tudo é feito por intermédio de uma entidade ligada à Suframa, que é uma fundação, porque o centro mesmo não tem um modelo de gestão. O Fernando Henrique quis entregar para uma organização social (OS) cuja primeira providência adotada foi fazer um acordo não sei com a Merck, com um laboratório, para enviar amostras e toda a pesquisa ser feita fora!

Então, o Brasil ainda trata o Norte, a Amazônia, como colônia. E nós todos somos tratados como colônia, ainda, por outros países mais desenvolvidos. Mas o Brasil precisa ver que trata o Norte também como colônia. Precisamos parar com isso.

Então, que o senhor nos falasse sobre isso, porque acho que, com a criação da Embrapii, a gente pode resolver o problema do CBA.

Muito obrigada, Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Ricardo Ferraço. Bloco/PMDB – ES) – Sou informado, neste instante, que entre nós se encontra S. Exª o Sr. Embaixador ***Luis María Kreckler***, Embaixador da República Argentina. Gostaria de saudá-lo e convidá-lo para que V. Exª pudesse sentar-se à frente conosco, entre a Senadora Kátia Abreu e a Senadora Ana Amélia. V. Exª é naturalmente muito bem-vindo e honra esta Comissão com sua presença.

Por gentileza.

Passo a palavra, finalmente, ao Sr. Ministro Fernando Pimentel.

A SRª KÁTIA ABREU (Bloco/PSD – TO) – Sr. Presidente, pela ordem.

O SR. PRESIDENTE (Ricardo Ferraço. Bloco/PMDB – ES) – Mas, antes, ouço a Senadora Kátia Abreu.

A SRª KÁTIA ABREU (Bloco/PSD – TO) – Eu gostaria apenas de considerar, Ministro Pimentel, algo que deixei de comentar. Falo a respeito desse acordo Mercosul com União Europeia, sobre nossa insistência de fazer com que a União Europeia aceite os últimos mercados que foram liberados da aftosa há 12 anos: Tocantins, Bahia e Rondônia. Não há nenhum foco de aftosa, durante todos esses treze anos, e não conseguimos, de forma inexplicável, fazer com que a Argentina... Desculpem-me, fazer com que a União Europeia... O Embaixador se sentou aqui e eu me lembrei da Argentina... (*Risos.*)

O SR. LUIZ HENRIQUE (Bloco/PMDB – SC) – Santa Catarina pode assessorar esses Estados, porque nós já temos o certificado da UE.

A SRª KÁTIA ABREU (Bloco/PSD – TO) – Nós também. Nós temos não como livre de vacinação, mas com vacinação, assim como os outros Estados. Apenas Santa Catarina está livre de vacinação. Mas nós não conseguimos fazer com que esses três Estados sejam incluídos nas vendas de produto para aquele Bloco.

Muito obrigada.

O SR. PRESIDENTE (Ricardo Ferraço. Bloco/PMDB – ES) – Ministro Fernando Pimentel, com muito fôlego...

O SR. FERNANDO DAMATA PIMENTEL – Vamos lá. Há muita coisa aqui, mas nós vamos fazer um esforço para tentar passar por todas as questões que foram colocadas. Não sei se conseguirei ser fiel à ordem delas. Mas o Senador Dornelles falou, e eu já respondi, parece-me que eu parei no Senador Luiz Henrique, que fez duas observações importantes: uma em que questionava – e que depois foi repetida por outros colegas – a questão do Paraguai no Mercosul.

O Paraguai foi punido, vamos dizer assim, politicamente, com o afastamento do bloco, mas o afastamento foi só da representação política, porque não houve qualquer sanção econômica. Acordamos naquele momento, os Chefes de Estado reunidos em Mendoza, quando se tomou a decisão de afastar o Paraguai em função do golpe de estado naquele País. E esse afastamento cessaria quando houvesse eleições democráticas e o novo governante eleito fosse empossado.

A SRª ANA AMÉLIA (Bloco/PP – RS) – Desculpe.

O SR. FERNANDO DAMATA PIMENTEL – Pois não.

A SRª ANA AMÉLIA (Bloco/PP – RS) – O senhor usou a expressão "golpe de Estado". Lá houve um *impeachment* de maioria, no Paraguai.

O SR. FERNANDO DAMATA PIMENTEL – É verdade. Mas foi interpretado pelos Chefes de Estado do Mercosul como um golpe. Então, estou só repetindo o que está na resolução do Mercosul. Não é uma opinião, digamos. Eu não tenho opinião pessoal sobre isso.

(Intervenção fora do microfone.)

O SR. FERNANDO DAMATA PIMENTEL – Exato. Não estou julgando o mérito, Senadora Ana Amélia.

Agora, o que acontece? O novo Presidente do Paraguai não se manifestou oficialmente ainda. Há rumores de que ele faria alguma restrição à presença da Venezuela não no bloco – ele não questiona isto –, mas na Presidência Pro Tempore que vai começar agora. Depois do Uruguai, a próxima Presidência Pro Tempore é da Venezuela. Mas são rumores, porque não houve qualquer manifestação oficial do novo governo paraguaio em relação a isso.

Eu acho que, na Cúpula do Mercosul, essa questão deverá ser tratada com maturidade. Interessa muitíssimo a todos os países-membros do Mercosul que o Paraguai volte a ser membro pleno. Já cessou o impedimento. Eu acho que não vai haver nenhuma dificuldade nisso, mas também não posso ir além desse meu desejo, porque a cúpula não aconteceu e não há manifestação oficial ainda do Paraguai.

Eu queria até acrescentar algo, porque acho que a Senadora Ana Amélia fez essa pergunta pensando em algum eventual prejuízo causado pelo afastamento do Paraguai. Não houve, Senadora, felizmente. Ao contrário, neste semestre, de janeiro a junho deste ano, o nosso comércio do Brasil com o Paraguai aumentou 20%, não é isso, Tatiana? Aumentou cerca de 20% em relação ao período anterior. Então, não houve qualquer prejuízo comercial nem econômico.

Eu acho que foi uma decisão muito sábia dos Chefes de Estado, reunidos lá em Mendoza, quando recusaram formalmente qualquer sanção econômica ao Paraguai, porque não se tratava de punir o povo paraguaio, mas apenas uma sinalização política do desagrado dos Estados-membros com a situação criada lá. Isso cessou. Já há um novo governo, democraticamente eleito, portanto, respeitado por todos. Eu quero crer que esse problema vai ser resolvido.

Mas o Senador Luiz Henrique mencionou outra coisa, esta, sim, extremamente importante e relevante, que é a emergência – emergência no sentido de que está emergindo, saindo do subterrâneo e vindo à tona – de um novo padrão, de uma nova matriz energética nos Estados Unidos da América, quer o gás de xisto, extraído pelo processo que o Senador mencionou de fragmentação por via da pressão de água. Isso reduziu de forma muito significativa o custo da energia nos Estados Unidos e está relançando a economia norte-americana outra vez, a indústria norte-americana.

Queria saudar o meu querido amigo e companheiro que acabou de chegar, Senador pelo valoroso Estado do Piauí e o Deputado Federal Miguel Corrêa do meu Estado natal, de Minas Gerais, meu amigo e companheiro.

Voltando ao tema do Senador Luiz Henrique, que é extremamente importante. Então, a que estamos assistindo hoje, Senador Luiz Henrique? A algo que senhor mencionou com razão e com preocupação. Os Estados Unidos conseguiram relançar sua indústria com o custo de energia muito barato. É mais ou menos um quinto, talvez, do nosso custo de energia hoje o custo com o gás. A verdade é que sobre o gás de xisto não temos uma avaliação – quando digo nós, não digo o Brasil nem o Governo brasileiro, mas o mundo – do custo ambiental disso. Há uma discussão muito forte, há controvérsias relevantes sobre o significado da extração do xisto pelo processo de fragmentação, que pode gerar um dano ambiental permanente nos lençóis freáticos nos lugares onde for explorado o gás de xisto. Essa é uma discussão relevante para nós, porque o Brasil tem gás de xisto em grande quantidade, mas nós ainda o estamos explorando comercialmente.

Pois não, Senador.

O SR. LUIZ HENRIQUE (Bloco/PMDB – SC) – Ministro, se me permite, eu requeri uma audiência pública na Comissão de Ciência e Tecnologia para analisarmos exatamente isto: quais seriam os ganhos econômicos para o Brasil, se partisse para exploração de gás de xisto, e quais seriam os danos ambientais, principalmente ao lençol freáticos e aos nossos aquíferos.

O SR. FERNANDO DAMATA PIMENTEL – Essa é uma questão relevante para o futuro do mundo, porque tem gás de xisto em vários outros pontos do planeta. Se formos caminhar no sentido de explorar de forma continuada como uma nova matriz, temos de avaliar, sim, o impacto ambiental disso, que me parece que não será pequeno. Essa é a primeira questão. Mas os americanos já começaram com uma grande vantagem, porque os Estados Unidos da América, como todos os Senadores e Senadoras já sabem, têm uma rede de gasodutos, de distribuição de gás, antiga, já amplamente implementada. Então, o custo disso aí é nenhum. Para nós o custo seria alto porque teríamos de ampliar demais a nossa rede de gasodutos.

Portanto, estamos diante de uma questão relevante: como é que nós vamos enfrentar o relançamento da economia industrial norte-americana, que, como disse o Senador, está repatriando empregos? Aliás, a palavra de ordem no governo Obama hoje é esta: repatriar empregos. “Nós vamos trazer de volta para a América – ele está dizendo isso, ele tem um programa criado com esse nome – os empregos que foram embora em função da globalização, etc”.

E esse é um cenário que, de fato, preocupa. A economia americana é uma grande parceira nossa, mas ela é competitiva conosco, ao contrário da China, que é uma economia complementar – como disse a Senadora Kátia Abreu com muita propriedade – e que sempre será nossa cliente – esperamos que seja cada

vez mais –, mas os Estados Unidos da América do Norte não. Eles têm um perfil econômico semelhante ao nosso, são grandes produtores agrícolas, com muitos recursos minerais, uma indústria muito sólida que tinha perdido vitalidade nos últimos anos, mas que agora está sendo relançada e com capacidade de inovação de pesquisa, de ciência e de tecnologia muito superior à nossa. Então, essa é uma grande preocupação.

Penso que vamos ter de enfrentar isso com muita habilidade. Acho que o melhor caminho – para não me alongar muito e não entrar também em território que não é meu, mas é também do Itamaraty – não é o combate, mas a associação. Temos que estar cada vez mais associados ao progresso tecnológico dos Estados Unidos, de forma soberana, legítima, mas associados. Porque, se nós formos enfrentar, vamos começar uma guerra que não tem saída para nós. A associação à qual me refiro já existe, porque temos empresas norte-americanas operando no território brasileiro com sucesso. Essas empresas que estão aqui não necessariamente estão simplesmente vendendo produtos americanos ou fazendo transformação básica aqui, estão também criando ciência e tecnologia. Quero mencionar, por exemplo, que a General Electric acaba de inaugurar o seu maior centro de pesquisas fora dos Estados Unidos aqui no Brasil, no Rio de Janeiro. Outras empresas estão fazendo o mesmo; obviamente que há todo um programa de incentivos para isso. No Ministério da Ciência, Tecnologia e Inovação trabalham todo o tempo nessa direção, mas é um desafio.

O que o Senador Luiz Henrique disse, quero revelar aqui para os senhores, é motivo da minha maior preocupação. Eu não me preocupo tanto com a China. Acho que a China é uma parceira nossa, sempre será. Essa ideia de que a China vai estar sempre fornecendo para o mundo produtos manufaturados baratos está sendo ultrapassada. A economia chinesa está mudando de perfil agora. O custo do trabalho na China está subindo muito e é bom que seja assim, para ficar no patamar do custo de trabalho internacional. Então, isso vai passar.

Agora, a economia norte-americana relançada com o vigor que virá, essa sim, pode ser um problema. Mas é um desafio que saberemos enfrentar – volto a dizer – com habilidade, com associação, com absorção de ciência e tecnologia, tentando emparelhar a nossa capacidade tecnológica com a deles e não no enfrentamento, fechando a nossa economia e fechando as nossas fronteiras, porque aí seria um verdadeiro suicídio, significaria tirar o Brasil de onde ele está, que é a sexta economia do mundo, e retroagir. Isso certamente o Governo não fará e o País não aprovará.

Seguindo na linha das respostas. A Senadora Kátia Abreu falou em seguida, levantou uma série de questões, e vou das mais simples para as mais complexas.

Sobre o adiamento da reunião da Camex, Senadora, não se trata de nenhuma protelação, é porque, de fato – o que a senhora mencionou –, nós queremos ouvir mais setores, inclusive o setor agrícola, sobre as listas que terão que ser apresentadas. Então, adiar a Camex nesse sentido é até bom – tem a Cúpula do Mercosul agora –, isso não vai trazer nenhum prejuízo para a Cúpula.

A questão básica que está aqui na colocação da senhora é sobre o acordo ou o futuro acordo, se acontecer, entre Mercosul e União Europeia. Nós estamos no estágio de fazer ofertas. Foi acertado pelo Mercosul com a União Europeia em janeiro deste ano, se não me engano – não é, Tatiana? – que nós, no segundo semestre, faríamos essa oferta – quando digo nós, refiro-me a Mercosul. Bom, isso vai acontecer ou não, vai depender da tratativa dos chefes de Estado. O Brasil está no caminho de fazer essa oferta. Nós já fizemos uma consulta ampla ao setor privado e podemos estendê-la mais, devemos estendê-la, mas ela está quase terminada. Os demais países teriam que fazer o mesmo.

Então, para nós não entrarmos em questões que não são da nossa alçada, ou seja, as questões da economia doméstica da Argentina, do Uruguai e do Paraguai, eu acho que o melhor caminho é que a Cúpula trate essa questão da União Europeia agora em Montevidéu, no dia 12, e coloque um prazo ou alguma regra para que isso aconteça ainda no segundo semestre. Portanto, eu acredito que os chefes de Estado vão trabalhar nessa direção.

O Brasil está avançando, não está pronto ainda, mas eu acredito que nós vamos ter condições de fazer uma oferta, que é o primeiro passo para tentar o acordo.

Não sou – e quero dizer isto com muita sinceridade – muito otimista com relação ao acordo. Eu não acho que a União Europeia, no estágio em que ela está na questão econômica, com a crise econômica que ela atravessa nesse momento, vai ter condições de fazer uma oferta para nós, porque o mecanismo é este: nós fazemos uma oferta, e eles fazem outra. Nós temos que aceitar a deles, e eles têm que aceitar a nossa. E eu acho que dificilmente a União Europeia vai produzir uma oferta aceitável pelo Mercosul, dada a crise, dada a situação em que eles estão. Mas isso nós vamos ter que ver, nós vamos ter que...

Eu sinceramente acho – e a posição do Brasil é esta, a posição do meu Ministério, do Itamaraty e do Governo brasileiro – que nós devemos avançar no sen-

tido de fazer uma oferta e receber a oferta da União Europeia e trabalhar nessa direção. E vamos trabalhar para, no segundo semestre, isso acontecer.

Estou tentando descobrir aqui onde eu anotei outra questão que a senhora mencionou. *(Pausa.)*

A preocupação com o fim das preferências tarifárias do Sistema Geral de Preferências (SGP). De fato, vai acabar em janeiro de 2014, mas nós já sabíamos disso.

Eu acho, Senadora – não querendo transformar em prêmio de consolação –, que nós podemos relativizar um pouco o impacto do fim das preferências se nós observarmos que o câmbio mudou de patamar. O câmbio ajuda a exportação brasileira e ajuda muito no agronegócio também. Então, o câmbio mudou. Eu não vou dizer qual vai ser o novo patamar dele, mas, seguramente, ele não voltará àqueles níveis abaixo de R$2,00 que nós tivemos aí durante dois anos, pelo menos. Isso eu acho que vai nos aliviar um pouco. Se ficar nesse patamar em que está hoje, ainda que caia um pouco e fique em R$2,20, são 10% mais ou até mais do que isso. Nós vimos de uma média anterior abaixo de R$2,00. Se nós ficarmos num patamar de R$2,20, acho que isso vai, de alguma forma, minimizar o impacto do fim do Sistema Geral de Preferências, além do fato de que, como a senhora mencionou, a União Europeia está oferecendo, caso façamos o acordo, uma volta do Sistema. Então, isso é um adicional que não é desprezível na hora do acordo. Vamos ver se caminha assim.

Finalmente, a questão que a senhora mencionou da Apex. Eu concordo inteiramente, Senadora. Nós já tivemos a oportunidade de conversar sobre isso pessoalmente. Eu acho que é mais do que justo que o agronegócio brasileiro, no caso a CNA, tenha um assento no Conselho da Apex. Vamos providenciar isso com rapidez para que a senhora possa participar. Há uma mudança que nós vamos ter que fazer, mas eu não sei exatamente se é um decreto ou se é lei. Acho que é decreto.

A SRª KÁTIA ABREU (Bloco/PSD – TO) – É um decreto.

O SR. FERNANDO DAMATA PIMENTEL – Se for decreto, nós vamos fazê-lo rapidamente.

A SRª KÁTIA ABREU (Bloco/PSD – TO) – Eu quero apenas lembrar que, com a entrada da Secretaria Nacional de Micro e Pequena Empresa, já há o Sebrae...

O SR. FERNANDO DAMATA PIMENTEL – Sim, ficou uma vaga.

A SRª KÁTIA ABREU (Bloco/PSD – TO) – Não. Ainda há o Sebrae. São duas instituições que representam a mesma categoria.

O SR. FERNANDO DAMATA PIMENTEL – Sim.

A SRª KÁTIA ABREU (Bloco/PSD – TO) – E para o agro, o maior exportador, não há nenhuma.

O SR. FERNANDO DAMATA PIMENTEL – Então, terá.

A SRª KÁTIA ABREU (Bloco/PSD – TO) – Nós precisávamos de duas.

O SR. FERNANDO DAMATA PIMENTEL – É preciso ampliar as vagas para haver duas.

A SRª KÁTIA ABREU (Bloco/PSD – TO) – Exatamente. O Ministério e a representação patronal.

Obrigada.

O SR. FERNANDO DAMATA PIMENTEL – Eu quero dizer que concordo inteiramente com a senhora, e, com certeza, pelo menos essa uma vaga está assegurada. A outra, se tiver que mudar a lei, a gente mudará para isso. Acho justíssimo o que a senhora disse.

Continuando aqui pela ordem, o Senador Cristovam Buarque infelizmente teve que se ausentar; ele até me mandou um bilhete pedindo que eu dissesse isso e que o justificasse, pedindo perdão pela ausência dele; mas eu quero dizer que eu não concordo com ele – embora reconheça sua preocupação –, com a ideia de que há um otimismo exagerado do Governo brasileiro em relação à situação econômica do País.

Eu não acho que há otimismo nem pessimismo. Há um realismo. O Governo brasileiro tem por obrigação transmitir para a população a realidade. E a realidade é que o Brasil está mais bem posicionado do que a maioria dos países para atravessar a crise econômica internacional. Tanto é verdade que nós estamos atravessando a crise econômica internacional com melhores resultados que a grande maioria dos países.

Eu vou dar um exemplo banal: para não falar outra vez que nós estamos numa situação de pleno emprego, quando quase o mundo inteiro se defronta com situações de desemprego – na União Europeia, dramática –, vejam os senhores: o PIB brasileiro, no primeiro trimestre deste ano – nós não temos ainda o resultado do segundo trimestre –, cresceu à taxa de 0,6%. Algum leigo dirá: "Mas a taxa é muito baixa, 0,6% é muito pouco!" Pois vejam os senhores: foi a quinta maior taxa de crescimento do PIB trimestral do mundo. Acima de nós, cresceu China, Indonésia, Japão e Coreia. O quinto país somos nós. É essa a situação em que o mundo está. Não há mais aquela exuberância do crescimento chinês. O mundo está patinando para retomar o crescimento. E, nisso, o Brasil está se saindo muito bem.

Nós acabamos de assistir agora – eu já mencionei isso aqui – à apresentação de 50 novos projetos de Terminais Portuários Privados, US$11 bilhões de investimento. Isso foi ontem, e é apenas um dos seg-

mentos que nós estamos mencionando que atraem investimentos. Recentemente, saiu um índice – não sei o nome técnico correto, o Prof. Mauro Borges, da ABDI deve saber – de referência de investimentos...

O SR. MAURO BORGES LEMOS (*Fora do microfone.*) – O Índice de Interesse de Investimento...

O SR. FERNANDO DAMATA PIMENTEL – ...de interesses de investimentos o mundo inteiro...

O SR. MAURO BORGES LEMOS (*Fora do microfone.*) – Trezentas e duas empresas mundiais.

O SR. FERNANDO DAMATA PIMENTEL – E o Brasil está em terceiro lugar, não é isso?

O SR. MAURO BORGES LEMOS (*Fora do microfone.*) – Terceiro lugar: Estados Unidos, China e Brasil.

O SR. FERNANDO DAMATA PIMENTEL – Estados Unidos, China e Brasil. O Brasil é o terceiro maior receptor de investimentos internacionais no mundo inteiro. Então, por que estaríamos nós pessimistas, se os investidores no mundo inteiro estão otimistas em relação ao Brasil? Seria até um desserviço à Nação brasileira se o Governo brasileiro apresentasse uma visão pior sobre o seu país do que pensam os investidores internacionais.

Então, claro que, respeitando a ausência do Senador Cristovam Buarque, eu quero dizer que não concordo com ele. Eu acho que o Brasil está realista. Nós temos dificuldades? Temos. Problemas? Temos, e sabemos reconhecê-los e trabalhar com eles. Mas o Brasil não está numa situação de pré-crise, de uma emergência que vá acontecer agora. Não! Nós estamos enfrentando com valor, com galhardia essa travessia da crise internacional.

E, se nós olharmos o desempenho do País nos últimos dez anos, nós vamos ver que o desempenho não deixa nada a desejar. De 2003 a 2012, o PIB brasileiro cresceu em média 3,6%, que é uma taxa muito adequada para um país do nosso tamanho e com o tipo de economia que nós temos.

O investimento, que dizem que não cresce – esse crescimento que eu mencionei de 0,6% no trimestre –, foi puxado pelo agronegócio, pela agricultura, agropecuária, 9%; e o investimento, 4,6%. Então, nós estamos no bom caminho! Eu não acho que a gente tenha grandes dificuldades. Temos reservas suficientes para enfrentar qualquer tempestade cambial. A nossa dívida líquida sobre o PIB está caindo: em dez anos, ela baixou de 60% sobre o PIB para qualquer coisa em torno de 35%, 36%. Então, a trajetória da economia brasileira é uma trajetória, de fato, de solidez. Há dificuldades? Evidentemente que há. Nenhum país vai escapar desse período sem sofrer algum abalo, algum dano. Mas, volto dizer, nós estamos enfrentando bem.

O Senador Cristovam Buarque, só para encerrar a fala dele, mencionou uma possível fragilidade do nosso País nos acordos comerciais. Mas ele não estava aqui quando eu fiz a minha fala inicial, então ele não ouviu quando eu disse que o Brasil está na média dos países do mundo muito bem posicionados.

O Brasil tem 18 acordos comerciais com países do mundo inteiro. Pode parecer pouco, mas a Rússia tem só 11 acordos comerciais; a Índia, em torno disso, 10 ou 11; a China tem 10 acordos comerciais com o mundo inteiro. E os Estados Unidos da América, que são, em tese, o maior baluarte do livre comércio, têm 20 acordos comerciais com os países do mundo – nós temos 18 –; então, nós estamos na média, não está mal.

E, às vezes, grandes avanços passam despercebidos. Eu estou aqui visualizando o amigo Clodoaldo Hugueney e me lembrando que nós tivemos um avanço importante com a China – e não é bem um acordo comercial –, mas eu reputo, Embaixador, que foi um passo importantíssimo na solidificação da nossa relação com a República Popular da China, que foi o acordo que nós fizemos de comércio em moeda local. E mais, com a garantia real de socorro financeiro caso haja problemas de reservas entre um país e outro, porque para nós é extremamente positivo ter um acordo desses com a China, que é o maior detentor de reservas cambiais do mundo neste momento.

Assim, um acordo com a China, de moeda local, vai intensificar muito a nossa relação comercial com a China e, volto a dizer aqui – vou me associar à Kátia Abreu –, dizer que a China é uma grande parceira nosso. E saudar inclusive essa iniciativa importantíssima da CNA de abrir um escritório, ao lado do escritório da Apex, que já existe lá; nós podemos fazer um trabalho conjunto muito bom naquela linha que a Senadora, de forma tão competente, tem desenvolvido. Então, eu acho que nós não estamos fragilizados não; nós estamos avançando bem na área dos acordos comerciais e das relações internacionais.

O Senador Ferraço mencionou – e eu acho importantíssima essa sua menção, Senador, porque V. Exª usou uma figura de imagem de retórica, mas é muito oportuna –; porque o Senador Ferraço, não sei se todos se lembram, preocupado com a questão da Aliança do Pacífico, ele diz assim: "Será que nós não estamos criando duas Américas; a América do Atlântico e a América do Pacífico, e, assim, fracionando o continente ao meio?" E olha que já há uma barreira aí natural que é a Cordilheira dos Andes, o que já é um problema para nós. Eu acho, Senador, que esse é o grande desafio nosso do continente americano.

Eu vou relatar aqui uma conversa que eu tive algum tempo atrás, há dois anos, talvez um ano e meio,

com o antigo ministro de comércio da China, o Chen Deming, porque agora mudou, e o ministro – porque eu estive várias vezes com ele, tanto na China quanto aqui –, em uma dessas conversas, ele me dizia o seguinte: que ele ficava espantado – ele estava falando do espanto do governo chinês, da sociedade chinesa –, ele ficava espantado como é que vocês ainda não integraram o continente de vocês? Vocês são um pedaço de terra único. Lá debaixo, da terra do fogo até o Caribe, vocês são uma faixa única de terra e não têm grandes diferenças. Porque, embora falem duas línguas, as línguas são muito parecidas, espanhol e português. É diferente da China, que tem muitos dialetos. Quantos dialetos, Clodoaldo? (*Pausa.*)

A China tem 56 dialetos, e completamente diferentes um do outro. Há regiões da China em que o mandarim não é a língua dominante. Então, ele ficava espantado: por que vocês não integraram fisicamente ainda; não há uma ferrovia que ligue, não atravesse os Andes, não há um túnel atravessando os Andes.

Assim, eu acho que nós vamos avançar muito nos próximos anos se nós conseguirmos enfrentar o desafio da ligação ferroviária, portuária, rodoviária entre os países do lado do Pacífico e os países do lado do Atlântico. Pode parecer que é uma coisa trivial, mas não é, não é! Os Estados Unidos da América fizeram essa ligação no século XIX e foi, na minha opinião, esse um dos pilares da alavancagem da economia americana: ligar os dois lados do território deles.

Nós podemos fazer isso, nós temos como fazer isso. Nós temos iniciativas já avançadas, o IIRSA é uma iniciativa nessa direção e tem que ser retomada. Não há nenhum motivo para o continente americano não ser todo integrado com uma bela rede logística. E aí nós conseguimos avançar na integração das nossas economias; na integração produtiva das nossas economias.

Então, eu acho que o desafio... O Brasil está enfrentando o seu próprio desafio, que é a logística interna. Mas nós temos que expandir isso. Brasil e Argentina, especialmente, porque são as duas maiores economias do continente, liderar esse esforço de integração.

Eu fiquei muito impressionado com a sua imagem, porque ela é uma imagem verdadeira. Se nós não fizermos nada, vai haver duas Américas no futuro: uma do lado de cá e outra do lado de lá. Não porque tenha qualquer guerra ou qualquer ruptura, mas pelo fato de que as economias vão se organizando, da forma como a logística delas proporciona. Se você não une, quem está do lado de lá vai exportar para lá e vai comprar de lá, e quem está do lado de cá faz a mesma coisa do outro lado. Nós temos que fazer esse esforço, e ele é fundamental para que a gente não tenha esse cenário que o Senador Ferraço desenhou tão bem.

Senador Suplicy, começando pelo final, o senhor sabe da minha simpatia pela tese da renda mínima universal.

O SR. PRESIDENTE (Ricardo Ferraço. Bloco/PMDB – ES) – Perdoe-me interrompê-lo.

O SR. FERNANDO DAMATA PIMENTEL – Pois não.

O SR. PRESIDENTE (Ricardo Ferraço. Bloco/PMDB – ES) – Ficou também uma indagação sobre as dificuldades de o Brasil de colocar seus manufaturados em outros mercados que não os mercados do Mercosul...

O SR. FERNANDO DAMATA PIMENTEL – Falarei disso.

O SR. PRESIDENTE (Ricardo Ferraço. Bloco/PMDB – ES) – ...e a dependência do nosso País, que está ligada, seguramente, às questões conjunturais e até estruturais de competitividade, carga tributária, e assim por diante.

O SR. FERNANDO DAMATA PIMENTEL – Falarei.

O SR. PRESIDENTE (Ricardo Ferraço. Bloco/PMDB – ES) – Seria importante que o Ministro pudesse falar sobre os esforços do Ministério e do Governo, para que outros mercados possam ser alcançados pelos nossos manufaturados, até para diminuir a dependência do Mercosul, que está muito grande. Perdoe-me, Ministro.

O SR. FERNANDO DAMATA PIMENTEL – Não, não. Com toda certeza. Eu vou falar, mas quero continuar na linha que eu tinha começado com o Senador Suplicy, porque o Senador Eduardo Suplicy, todos sabem, é um economista, um professor de Economia também, conceituado e brilhante. Eu acompanho o Senador há muitos anos. Como economista, temos trocado ideias sobre esse tema e tenho enorme simpatia pela ideia da renda mínima universal. O Senador menciona o Estado do Alasca, o Fundo do Alasca, e ele faz uma colocação que não é usual entre os economistas e que nós temos que desenvolvê-la, trabalhar com ela, que é a ideia de que o mecanismo adequado de transferência de renda permanente, continuado e universal pode e deve vir a ser um fator de competitividade das empresas e da economia com um todo. Por que eu acho que essa questão que o Senador levanta é importante? Porque, com toda certeza, na economia do século XXI, que já começou, e nós estamos vivendo, já estamos na segunda década do século, os fatores de competitividade serão outros, diferentes dos que foram no século XX – não sei se o Senador concorda comigo – e um deles, com certeza, vai ser esse.

O Brasil já está trilhando esse caminho. Um dos motivos pelos quais a economia brasileira teve tanto sucesso, nesse início de século, quer dizer, do ano 2000 até hoje, é que nós incorporamos ao mercado de consumo, utilizando mecanismos não exatamente na linha que o Senador colocou, mas muito inspirados no trabalho missionário dele no tema da renda básica, como o Bolsa Família, e outros benefícios de prestação continuada, e o aumento, obviamente, do salário mínimo real, para incorporar ao mercado de consumo 40 milhões de pessoas e, com isso, e transformar nesse porto atraente para os investimentos, numa economia dinâmica, etc.

Então, os fatores de competitividade do século XXI serão necessariamente outros que não os do século XX. Esse é o enorme desafio que está posto para o Brasil.

Estou falando, então, como Ministro da Indústria. Uma das tarefas do meu Ministério é a indústria brasileira. Ora, mercado, escala e energia, custo da energia, porque sabem todos aqui que toda a produção industrial deste século é eletrointensiva, consome muita energia, é altamente consumidora de energia. Alguém mencionou, acho que foi o Senador Cristovam Buarque, apontou o Iphone e depois o IPad que havia sobre a mesa para dizer: "Não, mas há 250 milhões de aparelhos desses no Brasil, mas eles não são brasileiros". Pena que ele não esteja para eu lhe dizer que são, sim, brasileiros, porque a montadora desse aparelho só tem uma única fábrica fora da Ásia, e é no Brasil, em São Paulo, em Jundiaí. É a Focus que faz esse aparelho e faz o Ipad também. Bem, são brasileiros, desse ponto de vista. Mas não são porque os componentes que estão aí não são brasileiros. E eu diria que eles não são de lugar nenhum; eles não são de lugar nenhum.

Esse aqui é o melhor exemplo do que está acontecendo com a indústria. Alguém dirá: "São americanos!" Não tem uma única peça nisso aqui fabricada nos Estados Unidos da América. Nada! A tela é japonesa; a bateria, coreana; o *chip* foi feito na Malásia; e a montagem foi feita no Brasil. O que tem aqui é só inteligência, só o desenho. Eu diria que a inteligência é de propriedade americana, porque sequer ela é americana, porque se você for ver o corpo de engenheiros da Apple, ele tem brasileiros, japoneses, coreanos, gente do mundo inteiro. Mas os direitos de propriedade são de uma empresa norte-americana.

Alguém dirá: isso é uma indústria? Eu acho que não. Isso é um modelo de negócio.

Então, nós lutarmos contra a maré do século XXI com as armas do século XX, nós vamos perder competição. Nós temos de lutar com as armas do século XXI. E as armas do século XXI são integração, associação, absorção de conhecimento tecnológico, é rede de logística boa... É isso que temos de fazer e é esse o esforço que o Governo brasileiro tem feito nesses últimos anos.

Então, eu acho que nós vamos ter, no futuro, muito breve, empresas brasileiras com direito de propriedade sobre produtos fabricados no mundo inteiro, que é o que vai ser, e vamos fabricar aqui dentro do Brasil produtos cujos direitos de propriedade são de outros países. Não há nenhum problema vir fabricar aqui. Que venham fabricar, que venham gerar emprego e renda aqui. Mas, a ideia de que teremos cadeias produtivas 100% nacionais, isso não vai acontecer, exceto no agronegócio que, com a graça de Deus e com o trabalho do agricultor brasileiro, nós temos garantia de que sempre seremos grandes fornecedores de produtos agrícolas.

Tirando isso...

O SR. LUIZ HENRIQUE (Bloco/PMDB – SC) – Ministro...

O SR. FERNANDO DAMATA PIMENTEL – Pois não, Luiz Henrique.

O SR. LUIZ HENRIQUE (Bloco/PMDB – SC) – Ministro, a Embraer monta peças de quantos países?

O SR. FERNANDO DAMATA PIMENTEL – Exatamente. V. Exª deu um belo exemplo.

A Embraer, que é legitimamente brasileira, os aviões fabricados por ela, as turbinas são inglesas, o equipamento eletrônico vem de Israel, e aí você monta o avião aqui, mas o direito de propriedade é de uma empresa brasileira.

Então, esse é o caminho da indústria no século XXI. É esse modelo que nós temos de perseguir, é esse modelo que nós temos que trabalhar.

Peguei a resposta, portanto, do Senador Suplicy para poder dizer que eu concordo com ele que nós temos que trabalhar critérios de competitividade diferentes dos do passado, e com certeza mecanismos de renda mínima estão dentro desse conceito.

Perguntou também o Senador Suplicy sobre barreiras alfandegárias e tarifas médias.

Senador, a tarifa média do Brasil é de 11,6%. O Brasil não é um país protecionista. Essa é tarifa média, considerando que, no mundo inteiro, todas as tarifas que nós temos são de 11%. A tarifa máxima permitida para OMC é de 35%. Acho que nós temos pouquíssimos produtos que chegam a 35% de Imposto de Importação. Não é verdade?

A discussão, hoje, no comércio internacional é menos a questão tarifária *stricto sensu* e muito mais as barreiras não tarifárias, as barreiras não alfandegárias. As barreiras sanitárias, a Senadora Kátia Abreu

mencionou aqui, por exemplo, que nós já erradicamos a aftosa praticamente no Brasil inteiro. Três Estados estão na fila esperando autorização para vender seus produtos, e só Santa Catarina, até hoje, conseguiu quebrar essa barreira. E ainda assim com dificuldade, porque alguns países do mundo ainda... Há pouco tempo, tivemos de ir ao Japão – o Governador Colombo foi conosco – para poder liberar outra vez a carne suína que, no Japão, tinha sido objeto de restrição. Essa é uma guerra constante, é uma batalha que o Embaixador Hugueney, quando estava na China, foi soldado nessa batalha, eu diria até que general nessa batalha, e que nos ajudou muito a abrir mercados lá.

Senador Ferraço, a dificuldade que V. Exª mencionou, dos produtos manufaturados, eu queria colocá-la nesse cenário mais amplo da indústria, não da indústria brasileira, da indústria no mundo inteiro. Peço desculpas, mas preciso interromper para saudar um querido amigo, Senador Delcídio. (*Pausa.*)

Eu acho que, no mundo inteiro, está havendo uma mudança fortíssima do padrão – eu mencionei aqui o exemplo do smartphone, mas poderia mencionar qualquer outro –, e nenhum país conseguiu ainda definir qual será o seu modelo daqui para a frente. Nós temos alguns *insights* e estamos acompanhando com muita atenção.

A Agência Brasileira de Desenvolvimento Industrial – ABDI, a Finep, todos os organismos ligados ao Ministério de Ciência, Tecnologia e Inovação e ao MIDC, que é o meu Ministério, têm trabalho intensamente para achar o caminho, a estratégia, o modelo adequado para colocar a nossa indústria de fato como protagonista no século XXI.

Eu mencionei aqui o fato de que a China, a alteração que está sendo feita agora na política econômica daquele país, vai, com toda certeza, reduzir a presença tão forte da China no mercado de manufaturados de trabalho intensivo. E a revolução que a economia americana, de outro lado, está passando agora com a energia de baixo custo, ainda que seja ambientalmente questionável. Mas durante um período isso vai vigorar.

Então, tudo somado... Pois não, Senador.

O SR. LUIZ HENRIQUE (Bloco/PMDB – SC) – A esperança para nós é o estado de Nova York, que é a segunda reserva de xisto e já proibiu a exploração no seu território.

O SR. FERNANDO DAMATA PIMENTEL – O Estado, né?

O SR. LUIZ HENRIQUE (Bloco/PMDB – SC) – O Estado de Nova York.

O SR. FERNANDO DAMATA PIMENTEL – Pois é. Vai começar um grande debate em torno dessa questão nos Estados Unidos, e acredito que no mundo inteiro. Na França tem gás de xisto, e é proibida a sua exploração, pelo menos por esse método. Não sei se vão descobrir algum outro método.

O SR. LUIZ HENRIQUE (Bloco/PMDB – SC) – Vários estados da Alemanha já proibiram.

O SR. FERNANDO DAMATA PIMENTEL – Já proibiram também. Essa é uma questão em aberto.

Então, eu diria o seguinte: a indústria está passando por um período muito agudo de transformação, e nós temos que nos adequar a isso.

Algumas coisas nós já sabemos e estamos trabalhando, daí os modelos como esse da indústria automobilística que eu mencionei, como o Inovar-Auto, apontam um caminho, mas ainda falta muito para que tenhamos a certeza de como vai ser o padrão industrial deste nosso século.

A Senadora Ana Amélia perguntou também sobre o Paraguai. Eu já esclareci.

Quanto à questão do leite, Senadora Ana Amélia, o Governo está acompanhando a evolução dos preços. E nós temos um mecanismo das cotas com a Argentina do qual, num caso de emergência, nós podemos nos valer. Se bem que a Argentina agora está com problemas, não é? Ela dificilmente terá leite para nos fornecer. Vamos acompanhar com atenção.

A SRª ANA AMÉLIA (Bloco/PP – RS) – E o estoque internacional está pequeno também.

O SR. FERNANDO DAMATA PIMENTEL – E o estoque internacional também está pequeno. Então, temos que acompanhar com atenção. Não temos ainda uma definição, mas estamos olhando com atenção, porque o preço do leite subiu muito e pode impactar os índices de inflação.

Quanto ao Reintegra, eu queria tranquilizar a senhora. Ele já está incluído como emenda na 610, não é?

A SRª ANA AMÉLIA (Bloco/PP – RS) – Na 612.

O SR. FERNANDO DAMATA PIMENTEL – Não, na 610, cujo Relator é o Senador Eunício Oliveira.

A SRª ANA AMÉLIA (Bloco/PP – RS) – É. Na 610.

O SR. FERNANDO DAMATA PIMENTEL – E da forma como está lá...

A SRª ANA AMÉLIA (Bloco/PP – RS) – É tanta MP que a gente...

O SR. FERNANDO DAMATA PIMENTEL – É. A gente se perde um pouco.

E da forma como está lá, Senadora, ele retroage.

A SRª ANA AMÉLIA (Bloco/PP – RS) – Ah, que bom!

O SR. FERNANDO DAMATA PIMENTEL – Retroage para cobrir esse período em que ficou a descoberto. E todos os setores que estavam contemplados continuam contemplados.

A SRª ANA AMÉLIA (Bloco/PP – RS) – Ah, grande notícia!

O SR. FERNANDO DAMATA PIMENTEL – Agora temos que trabalhar para aprovar, não é? Mas vai ser aprovado.

Não temos ainda, Senadora, uma análise de impacto das manifestações.

Eu vi alguma coisa da FGV, se não me engano, dizendo que até agora o impacto equivale a dois dias de PIB, mas confesso que não li, então não tenho certeza. Mas algum impacto certamente houve. É o custo da democracia, não é? Eu espero que a gente comece a reduzi-lo agora, porque as principais demandas já estão absorvidas, alcançadas, e o próprio Congresso vai trabalhar agora nessa linha de não só reforçar os pactos propostos pela Presidenta, como discutir o instrumento do plebiscito para essa questão da reforma política.

A SRª ANA AMÉLIA (Bloco/PP – RS) – Eu queria apenas agradecer as suas respostas às minhas questões e concordar em gênero, número e grau com o seu ceticismo em relação ao acordo Mercosul/União Europeia.

Há 40 anos, como jornalista, eu acompanhei, eu diria, todos os Presidentes brasileiros a encontros com a União Europeia, e o próprio Itamaraty a resistência maior, não só pelo fato de a Europa ser talvez tão protecionista quanto os Estados Unidos no setor agropecuário, mas essa dificuldade é a barreira principal. Porque todo o Mercosul – Argentina, Uruguai, Brasil, Paraguai –, hoje mesmo na produção de soja, é altamente competitivo; o custo da produção da região é muito menor. Ora, isso seria, para o consumidor, e há até uma posição interessante de que a Inglaterra não entra nesse jogo porque é mais consumidora, então, o governo inglês acha que comprar mais barato para eles é melhor, mas não é a visão que tem o conjunto do continente europeu em relação a essa questão. Essa é a barreira principal, que é protecionista no setor agropecuário, que é onde o *expertise* dos países do Mercosul é muito maior em qualidade, em competitividade, hoje, em todas as questões e quesitos. E as barreiras não tarifárias, como se fala no comércio internacional, que é a questão sanitária, a questão trabalhista, a questão ambiental, todas elas são colocadas hoje. Quando não se tem uma razão tarifária convencional, inclui-se uma barreira para criar um problema.

Então, quero concordar plenamente com V. Exª em relação a essa dificuldade que, dificilmente, nós romperemos. Mas tem que continuar insistindo: água mole em pedra dura, não é, Ministro?

O SR. PRESIDENTE (Ricardo Ferraço. Bloco/PMDB – ES) – Até porque o que pesa não é a quantidade de acordos, é a qualidade desses acordos em razão dos nossos interesses.

O SR. FERNANDO DAMATA PIMENTEL – Exatamente.

O SR. PRESIDENTE (Ricardo Ferraço. Bloco/PMDB – ES) – Parece-me que essa é uma questão central.

O SR. FERNANDO DAMATA PIMENTEL – Exatamente.

O SR. PRESIDENTE (Ricardo Ferraço. Bloco/PMDB – ES) – Quer dizer, ficamos aqui a discutir a quantidade de acordos que temos ou não temos, quando deveríamos discutir a qualidade desses acordos e aquilo que interessa ao nosso bloco e ao nosso País. Essa pequena interferência, Ministro.

O SR. FERNANDO DAMATA PIMENTEL – Está certo.

Quero agradecer à Senadora Ana Amélia e dizer que só discordo da primeira parte, quando ela começou dizendo que há 40 anos ela acompanha... A senhora era muito criança há 40 anos; a senhora não acompanhava, não. Era muito novinha, não tinha como acompanhar. (*Risos.*)

E, finalmente, a Senadora Vanessa Grazziotin, querida amiga, dizer do nosso total compromisso, que a Senadora sabe, com a Zona Franca de Manaus. Estivemos lá recentemente e vamos ter agora uma reunião do CAS, não sei para que dia está marcada, mas é agora. Até gostaria de convidar a Senadora para participar conosco, como sempre participa. Nessa reunião, Senadora, teremos como convidado o ministro de comércio, meu correspondente, da Venezuela, que vai levar uma delegação de empresários venezuelanos, porque tem enorme interesse em estabelecer relações diretas com as empresas da Zona Franca, seja como fornecedor de produtos, seja como comprador de produtos da Zona Franca.

Estive na Venezuela recentemente, ele me pediu isso e eu estabeleci que faríamos isso na reunião do CAS. Então, se a senhora puder estar presente, será uma alegria, porque será um momento importante da relação.

Concordo com a senhora com relação ao CBA. Estamos com projeto pronto para transformar o CBA numa empresa, tem que criar uma empresa. Será uma empresa mista, provavelmente, público-privada, mas tem que criar uma empresa, ele não pode ficar na situação em que está. Aí é aquela história: os críticos dirão que o Governo está querendo aumentar, inchar a estrutura, a máquina, etc., mas, nesse caso, não é inchar; nesse caso, é dar formato adequado a uma instituição que já existe, que já funciona e funciona

bem, mas muito aquém do que deveria e poderia se tivesse o estatuto jurídico adequado.

Isso já está feito. Nesse momento estamos discutindo com o Ministério do Planejamento o formato final – tem que ser uma lei –, nós vamos mandar.

(Intervenção fora do microfone.)

O SR. FERNANDO DAMATA PIMENTEL – Não, não está pensado ainda, mas podemos incluir. Possivelmente, no conselho dessa empresa, haverá representantes da Embrapii, da Embrapa, de todos os organismos de pesquisa do Governo. Mas está a caminho de uma boa solução.

Não sei se passei por tudo, talvez não tenha esgotado, mas, dada a hora, acredito que foi o melhor que eu podia fazer, Senador Ferraço.

O SR. PRESIDENTE (Ricardo Ferraço. Bloco/PMDB – ES) – V. Exª, além de Ministro, é um ótimo professor de economia.

O SR. FERNANDO DAMATA PIMENTEL – Talvez tenha sido já, mas, hoje em dia, acho que não.

O SR. PRESIDENTE (Ricardo Ferraço. Bloco/PMDB – ES) – A pergunta central é a seguinte: qual é o peso e qual é o papel das reformas que nós precisamos fazer na economia para que ela possa ganhar competitividade para ocupar mais espaços no comércio internacional? Porque quero crer que essa seja uma visão nacional e também global de que está muito caro produzir no Brasil. E o nível de custo para qualquer investimento, considerando que o mundo é plano e que hoje se investe aqui ou se investe ali com a mesma facilidade, comparando com o mundo afora, está muito caro produzir no Brasil.

Qual é a reflexão de V. Exª não apenas como Ministro, mas como professor de Economia a esse respeito?

O SR. FERNANDO DAMATA PIMENTEL – Parece que o Senador Suplicy quer falar.

O SR. PRESIDENTE (Ricardo Ferraço. Bloco/PMDB – ES) – Concedo a palavra ao Senador Eduardo Suplicy.

O SR. EDUARDO SUPLICY (Bloco/PT – SP) – Também quero agradecer as respostas do Ministro Fernando Pimentel, que se mostra um parceiro dessa longa jornada pela renda básica de cidadania.

Gostaria de lhe dar a 7ª edição do meu livro que V. Exª já tem, mas uma nova edição sempre vai atualizando o que se passou, e, nessa última, estão incluídas as palestras recentes que fiz, inclusive com a Lei Marco da Renda Básica para todos os países da América Latina e do Caribe.

Então, passo às suas mãos.

O SR. FERNANDO DAMATA PIMENTEL – Obrigado, Senador.

O SR. EDUARDO SUPLICY (Bloco/PT – SP) – Sr. Presidente, eu vou pedir desculpas, porque há uma reunião da Executiva Nacional do nosso Partido para a qual eu preciso ir. Mas deixei nas mãos de V. Exª...

O SR. PRESIDENTE (Ricardo Ferraço. Bloco/PMDB – ES) – V. Exª quer levar o Ministro? Não, não é?

O SR. FERNANDO DAMATA PIMENTEL – Ainda não. Daqui a pouco.

O SR. PRESIDENTE (Ricardo Ferraço. Bloco/PMDB – ES) – Ele pode ficar aqui.

O SR. EDUARDO SUPLICY (Bloco/PT – SP) – Mas eu deixei o requerimento que diversos Senadores assinaram, inclusive o Senador Lindbergh.

O SR. PRESIDENTE (Ricardo Ferraço. Bloco/PMDB – ES) – Vamos fazê-lo coletivamente.

O SR. EDUARDO SUPLICY (Bloco/PT – SP) – Então, quero deixar aqui a manifestação de solidariedade ao Presidente Evo Morales,...

O SR. PRESIDENTE (Ricardo Ferraço. Bloco/PMDB – ES) – Vamos fazê-lo.

O SR. EDUARDO SUPLICY (Bloco/PT – SP) – ... nos termos que já encaminhei à Mesa.

O SR. PRESIDENTE (Ricardo Ferraço. Bloco/PMDB – ES) – Vamos fazê-lo na hora adequada.

O SR. EDUARDO SUPLICY (Bloco/PT – SP) – Obrigado.

O SR. FERNANDO DAMATA PIMENTEL – Muito oportuno.

O SR. PRESIDENTE (Ricardo Ferraço. Bloco/PMDB – ES) – Ainda há dois inscritos: o Senador Eduardo Braga e, finalizando, a Senadora Kátia Abreu.

A palavra é de V. Exª, Senador Eduardo Braga.

O SR. EDUARDO BRAGA (Bloco/PMDB – AM) – Sr. Presidente, meu caro Ministro Fernando Pimentel, primeiro, quero cumprimentar S. Exª o nosso Ministro pela importante audiência pública que hoje estamos fazendo aqui na Comissão de Relações Exteriores.

Vivemos um momento econômico importante em nível internacional.

Peço desculpas ao nosso Ministro, aos nossos Senadores e às Senadoras por não estar aqui desde o início da palestra, mas precisei cumprir outros compromissos importantes.

Imagino que um dos pontos que seria interessante compreender... Vou esperar o nosso Senador Suplicy terminar de apresentar o livro. Aliás, estou curioso, querendo também ser merecedor de um presente: o livro Renda da Cidadania.

(Intervenção fora do microfone.)

O SR. EDUARDO SUPLICY (Bloco/PT – SP) – Todos os Senadores.

O SR. EDUARDO BRAGA (Bloco/PMDB – AM) – Nós, Senadores, estamos ficando com inveja, porque o senhor entrega para o Ministro, mas não entrega para nós.

O SR. PRESIDENTE (Ricardo Ferraço. Bloco/PMDB – ES) – Ele só entrega a ministros e embaixadores.

O SR. EDUARDO BRAGA (Bloco/PMDB – AM) – Só ministros e embaixadores. Isso é uma discriminação contra seus colegas Senadores, Senador?

O SR. PRESIDENTE (Ricardo Ferraço. Bloco/PMDB – ES) – É uma ação corporativista.

O SR. EDUARDO BRAGA (Bloco/PMDB – AM) – É uma ação corporativista. Apoiado, Presidente.

O SR. EDUARDO SUPLICY (Bloco/PT – SP) – V. Exªs vão ganhar também.

O SR. EDUARDO BRAGA (Bloco/PMDB – AM) – Muito obrigado.

O SR. PRESIDENTE (Ricardo Ferraço. Bloco/PMDB – ES) – Muito bem, Senador Eduardo Braga.

O SR. EDUARDO BRAGA (Bloco/PMDB – AM) – Conquistamos, conquistamos.

Pois bem. Eu gostaria, portanto, Ministro Pimentel, que V. Exª pudesse nos dar, talvez, um pequeno panorama, porque falam muito em relação à *performance* da economia brasileira. Fala-se: "Ah, porque o PIB brasileiro não está crescendo na proporção que nós gostaríamos. A situação econômica do Brasil, o 'pibinho' isso ou aquilo." Mas nós não olhamos para a situação – e nós estamos falando do Mercosul – da economia do Mercosul. Como está a economia do Chile, que é um país que depende de *commodities*, cujos preços estão afetando profundamente a economia daquela nação? Como está a economia da Bolívia? Como está a economia do Paraguai, do Uruguai, da Argentina, da Venezuela, neste momento em que nós estamos vivendo uma crise econômica mundial e em que o Brasil continua tendo um crescimento econômico, o Brasil continua tendo um baixo índice de desemprego?

Acho que a nossa economia tem sido competente no sentido de manter o nível de empregos dentro do mercado brasileiro. O nosso nível de consumo ainda tem segurado, o consumo doméstico tem segurado. E creio que a balança comercial brasileira no Mercosul tem um peso importante.

Então, a primeira pergunta ao nosso Ministro é exatamente sobre o cenário econômico do Mercosul. Com os países do Mercosul, como estamos neste momento? Como está o Brasil em relação aos países do Mercosul?

Eu não poderia, como Senador do Amazonas, deixar também de fazer uma colocação a V. Exª, que tanto tem apoiado o Polo Industrial de Manaus. O Polo Industrial de Manaus tem sido um dos pontos de resistência na geração de emprego, no número de investimentos privados na Região Norte do País, em que pese esse cenário internacional que estamos vivendo.

Portanto, a minha pergunta a V. Exª com relação...

A minha pergunta a V. Exª com relação à Zona Franca é exatamente: quais as possibilidades de termos negócios, no Polo Industrial de Manaus, não apenas com a Venezuela, mas com os países, talvez, do Pacto Andino? Eles estão ali ao nosso lado, e é uma oportunidade de negócios importante. Sei que estamos falando de Mercosul, mas a presença de V. Exª aqui nos estimula a fazer a uma pergunta com relação a um acordo, quem sabe, bilateral do Brasil com os países do Pacto Andino, para que nós possamos abrir uma oportunidade, uma janela de exportação para os produtos manufaturados no Polo Industrial de Manaus.

A logística daquela região é basicamente por avião e fluvial – portanto, logísticas que estão sendo tratadas... Ainda ontem, a Presidenta anunciou para o País os primeiros TUPs (Terminais de Uso Privativo) provenientes da Medida Provisória nº 595, da Modernização dos Portos. Só no Estado do Amazonas, serão sete novos portos privados; na Região Norte, nós tivemos um avanço muito grande, com investimentos da ordem de R$1,8 bilhão anunciados no dia de ontem. Portanto, eu gostaria de ouvir uma análise um pouco sobre essa sinergia que nós podemos ter com a economia do Pacto Andino *versus* a economia da Região Norte do Brasil. Essa logística seria a minha segunda pergunta.

No mais, quero agradecer a V. Exª por estar hoje conosco e quero parabenizá-lo pela capacidade de articulação política que V. Exª trouxe ao Ministério da Indústria e Comércio. O Ministério tem tido uma capacidade de articular e de agregar sinergia com a Federação Nacional da Indústria, com a Fiesp, com as entidades de classe, o que é absolutamente necessário nesse entendimento em que o Brasil fez uma grande desoneração econômica, muitas vezes não divulgada, com a frequência necessária.

Eu posso citar, por exemplo, o que aconteceu no setor do transporte urbano. O Brasil desonerou, em janeiro, a folha de pagamento do transporte urbano; desonerou, em maio, com efeitos em junho, o Pis e a Cofins sobre a tarifa de transportes urbanos; no entanto, as prefeituras municipais, a grande maioria delas, não haviam transferido essa desoneração para os nossos usuários do sistema de transporte urbano.

Portanto, creio que V. Exª merece essa pontuação específica, porque foram inúmeras as desonerações que o Governo da Presidenta Dilma promoveu nos últimos seis meses, desonerações que vão desde a Cide até o IPI em diversos produtos, e isso tudo no afã de manter a nossa economia, a nossa empregabilidade e o nosso crescimento.

Assim, quero aqui reconhecer a capacidade de articulação do Ministério da Indústria e Comércio na gestão de V. Exª.

O SR. PRESIDENTE (Ricardo Ferraço. Bloco/PMDB – ES) – Senadora Kátia Abreu, nossa última Senadora inscrita. A palavra de V. Exª conclui e encerra os questionamentos e as perguntas ao Sr. Ministro Fernando Pimentel.

A SRª KÁTIA ABREU (Bloco/PSD – TO) – Muito obrigada, Sr. Presidente, por me retornar a palavra, apesar de eu não ser membro titular nem suplente desta Comissão, infelizmente. Agradeço a V. Exª a gentileza, e ao Ministro, por mais uma vez me ouvir.

Ministro, eu compreendo a sua posição e acho que ela está absolutamente correta. O senhor é um homem ponderado. Em primeiro lugar, o senhor é um mineiro, e eu acho que todo diplomata tinha de ter um pouco de mineirice, que acho muito importante. A mistura dos mineiros com os brasileiros do Sul daria ótimos diplomatas, se isso pudesse ser construído. São ótimos negociantes, finalizadores – Santa Catarina, Paraná... E é boa a estratégia mineira, sempre cautelosa, sempre puxando pelo diálogo. Eu, com toda a sinceridade, acho que V. Exª está na posição correta. A minha já é um pouco diferente. As minhas obrigações são outras. Por isso, estou aqui não na diplomacia. (*Risos.*)

Eu queria apenar reiterar, Ministro, mas reiterar como se fosse uma súplica: nós não podemos perder essa oportunidade. No tocante à Alca, nós começamos e fizemos uma negociação que não foi adequada; queríamos discutir subsídios em acordo bilateral. Por isso a Alca não foi um sucesso. Subvenção a gente discute na OMC. Nós temos que discutir listas de preferências e desonerações de produtos. E ninguém é mais prejudicado com subvenção do que o agro. Então, eu posso dizer isso de cadeira. Isso nós vamos discutir lá na frente.

Eu estive no parlamento europeu, onde fiz uma apresentação há três semanas, em Bruxelas, assim como estive em Genebra, na OIT, mas, especialmente em Bruxelas eu tive muitos contatos com parlamentares europeus e eu não estou pessimista assim, como o senhor. Muito pelo contrário. Na avaliação que fiz, na Europa, os europeus estão desesperados por acordos porque acham que é em outros países fora da Europa que eles vão descobrir o fim da crise.

O SR. PRESIDENTE (Ricardo Ferraço. Bloco/PMDB – ES) – Em outros mercados.

A SRª KÁTIA ABREU (Bloco/PSD – TO) – Em outros mercados. Então, eles querem vender e estão dispostos a abrir por pura necessidade. Se isso fosse antes da crise, concordaria com o senhor: as dificuldades em 2004 foram grandes, porque eles não queriam abrir debate. Agora, os estudos do Ipea, por exemplo, demonstram que se nós tivéssemos feito o acordo com a União Europeia em 2004, nós teríamos aumentado quase um bilhão de dólares no comércio exterior brasileiro. Só a venda do etanol teria um crescimento de 42%. Veja o prejuízo que nós tivemos!

Quero repetir: em 2004, a Europa estava com dificuldades, mas nós também estávamos insistindo em discutir subvenção. Nós erramos na Alca, erramos em 2004 e continuamos tentando discutir subvenção agora, especialmente por conta da Argentina, Sr. Ministro.

Então, segundo o estudo de Viçosa – há outro estudo de Viçosa – que só para o agro, se tivéssemos fechado o acordo, teríamos tido aumento de 15%. Mesmo que o acordo não tivesse sido a contento, na pior das hipóteses, segundo demonstra o estudo de Viçosa de 2009, o nosso comércio teria crescido 8%.

Ministro, o senhor é negociador, o senhor é mineiro, o senhor é jeitoso, o senhor é estrategista, então, nós temos que sentar e olhar as listas. Se as listas não estiverem expostas... É igual ao pedido de casamento antigamente e a oferta do dote, era só o começo da conversa. Então, nós precisamos entender que nesse momento a Europa está mais disposta em abrir e ceder não por bondade, mas por extrema necessidade.

Então, eu quero aqui, do lado do embaixador da Argentina, com todo respeito e até admiração pelo país – gosto muito de visitá-lo, acho-o um país maravilhoso –, nós não podemos nos prender em virtude das resistências que a Argentina tem hoje. Nós não temos o direito de fazer isso. A União Europeia tem preferência pelo Brasil. Se der para o Mercosul, ótimo, claro, que também quer.

Nós sabemos. que o grande entrave dentro do Brasil nos últimos anos era a nossa indústria. Hoje, por incrível que pareça, a nossa indústria concorda em perder algumas coisas em prol da abertura. A notícia que se tem é que a lista da indústria – nisso o MDIC trabalhou muito bem, ouvindo muitos setores – praticamente está pronta; só não está divulgada. Mas nós temos amigos de cá e de lá. As exceções da indústria já chegam a 70%. Se somarmos as do agro, vamos chegar a quase 80 de exceção. A União Europeia está pedindo 90. Isso é começo de conversa. Na roça, lá no Tocantins, dizem que começo de cantiga é assovio.

Então, uns vêm baixo igual tatu e outros vêm mais alto igual urubu, até que a gente se encontre.

Então, eu só peço encarecidamente que alguns entraves do Mercosul não façam com que nós possamos perder por um motivo importante, Presidente Senador Ricardo Ferraço: estão na fila os Estados Unidos, está na fila a Austrália, está na fila o Japão, para negociar com a União Europeia, mas a maior possibilidade, quem está adiante desses países somos nós. Quem chega primeiro bebe água limpa. Então, nós podemos ter as melhores preferências se nós fizermos o primeiro acordo com a União Europeia. Nós não podemos esperar a Austrália ir, porque ela vai consumir toda a quota de carne em nossa frente; o Japão, a mesma coisa; os Estados Unidos vão nos tomar a quota que nós já temos.

Então, nós estamos num momento favorável em que estamos precisando desesperadamente, a balança comercial brasileira, de negócios... Aqui já existe uma harmonia quase perfeita entre o agro e a indústria, que era resistente; nós temos um negociador em que eu, sinceramente, confio, que é o senhor, e que não vai deixar falar mais alto interesses de outros países, que a nossa visão é distorcida nesse momento, as suas dificuldades. E eu espero que esses vizinhos nossos, por quem temos o maior respeito, também não sejam um entrave, que abram mão dessas resistências e deixem o Brasil seguir o seu caminho.

Eu quero aqui confessar aqui ao senhor que o agronegócio brasileiro vai reagir com muita força para que esse acordo com a União Europeia possa ser efetivado. A diplomacia de todos os países precisa, e a do Brasil também faz isto, ouvir o setor produtivo. Eu tenho certeza de que isso está acontecendo, o senhor tem sido democrático, e fazer valer essa voz dos empresários nesta Cúpula do Mercosul, na próxima semana.

Muito obrigada.

O SR. PRESIDENTE (Ricardo Ferraço. Bloco/PMDB – ES) – Até porque, Senadora Kátia Abreu, nunca é demais lembrar que, se compararmos a presença do Brasil no mercado externo, *vis-à-vis* com os nossos países que compõem os Brics, nós estamos em condição muito desfavorável. O Brasil participa, em relação ao seu PIB, alguma coisa em torno de 20; Índia, 50; Rússia, 50; e assim por diante. Portanto, há uma necessidade fundamental de ampliarmos os mercados. E acho que a Senadora chama a atenção para a necessidade de não fazer acordo a todo e qualquer custo, mas de priorizarmos o interesse soberano do País e de encontrarmos, através da capacidade de articulação do bom e mineiro Ministro Pimentel, condições para que esses mercados possam se abrir para o País.

Essa é a manifestação que faz a Senadora Kátia Abreu, à qual nós nos associamos, para que não fiquemos isolados aqui, no Mercosul, como se o Mercosul fosse princípio, meio e fim.

A SRª KÁTIA ABREU (Bloco/PSD – TO) – Senador Ricardo...

O SR. PRESIDENTE (Ricardo Ferraço. Bloco/PMDB – ES) – A palavra é de V. Exª.

A SRª KÁTIA ABREU (Bloco/PSD – TO) – ...as suas considerações são extraordinárias. E, só para lembrar os números, eu concordo que os nossos números com o Mercosul são interessantes, mas, se somarmos a representação comercial mundial do Mercosul, Colômbia e Chile juntos, nós estamos falando de 10% apenas do comércio internacional. Agora, os acordos que o Chile tem, sozinho, com outros países representam 82% do comércio internacional. Os acordos que o Peru tem com outros países representam 73% do comércio internacional.

Então, Ministro, nós estamos muito restritos. Nós estamos passando por um grave risco de perder uma oportunidade ímpar que nós temos agora, que o Brasil é a bola da vez para a Europa, neste momento. Eu estive lá e conversei com eles e ouvi isso com muita veemência.

A China está ávida pelo Brasil. O Embaixador Clodoaldo fez um maravilhoso trabalho, que precisa ser continuado fortemente, ou, se não implementarmos, poderemos também deixar, não é perder, é deixar de vender, que no fundo é perder, com a China. Mas acho que também foram bons acordos. Nós estamos desenvolvendo bem nosso comércio lá. Nós estamos com uma boa estrutura. Agora, a Europa vislumbra uma grande oportunidade.

Obrigada.

O SR. PRESIDENTE (Ricardo Ferraço. Bloco/PMDB – ES) – Sr. Ministro.

O SR. LINDBERGH FARIAS (Bloco/PT – RJ) – Sr. Presidente...

O SR. PRESIDENTE (Ricardo Ferraço. Bloco/PMDB – ES) – Pois não, Senador Lindbergh.

O SR. LINDBERGH FARIAS (Bloco/PT – RJ) – Rapidamente, já são 13h21m. Vou ser bem breve. Eu só quero parabenizar o Ministro, que acho ser uma das melhores cabeças deste Governo. E a gente sabe do esforço, num momento de muita incerteza da economia do mundo inteiro, um momento de muitas transformações, a gente está vendo o esforço de V. Exª e do Governo brasileiro.

Mas a gente sabe que o superávit comercial nosso, a alta dos preços das *commodities* foram fundamentais para esse ciclo de desenvolvimento nos últimos dez anos, para criarmos essas reservas internacionais,

hoje, de 380 bilhões. Há uma mudança nesse cenário: diminuição do preço das *commodities*... E eu pergunto a V. Exª sobre esse ponto. Vamos chegar a quê? Déficit em conta-corrente a 3% do PIB? Eu sei que nós temos reservas substanciais: 380 bilhões. Mas qual a perspectiva? Esse cenário nos preocupa muito.

A SRª KÁTIA ABREU (Bloco/PSD – TO. *Fora do microfone.*) – Trezentos...

O SR. LINDBERGH FARIAS (Bloco/PT – RJ) – Parabéns, Senadora Kátia Abreu.

Esse cenário e todos nós temos que estar muito abertos a esse novo momento. Eu queria uma avaliação de V. Exª sobre esse ponto.

Em relação às desonerações, eu tenho defendido isso sempre junto à Presidenta Dilma e à política do Governo, porque nós temos que proteger a nossa indústria. Mas agora, passado algum tempo, nós temos que ver o que funcionou e o que não funcionou. Há uma sensação de que em alguns setores houve desoneração e, talvez, não tenham investido aquilo lá, ou não repassaram. Às vezes, há isso: quando não há uma demanda forte, alguns acabam utilizando para aumentar a margem de lucro. Eu queria saber como é que está a avaliação feita desse processo de exoneração? Volto a dizer, defendi e defendo, porque o Governo tinha que tomar medidas duras para proteger a nossa indústria. Aí é onde estão os nossos melhores empregos.

Por fim, e rapidamente nessa intervenção, a gente tem observado essas manifestações de rua no País, mas nós, aqui no Senado Federal – está aqui o nosso Líder Eduardo Braga – no Congresso Nacional, temos de entrar num debate cada vez de mais responsabilidade, Senador Ricardo Ferrado, porque não adianta a gente querer responder às ruas com um saco de bondades, sem olhar a questão fiscal.

Sei que o Ministro Mantega está para fazer um anúncio, mas acho esse ponto extremamente importante. Muito bem disse o Ministro, nós reduzimos a nossa dívida de 60% em relação à dívida PIB para 35%; vamos chegar a 34% agora com a mexida no dólar. Nós estamos com um déficit nominal de 2,5%, muito inferior ao Tratado de Maastricht; na Europa, a luta é para que fique abaixo de 3%. Mas a gente sabe que temos aqui uma linha fina de seguir entre o compromisso com a estabilidade monetária, com o controle da inflação. E a Presidente tem reafirmado esse compromisso. O Banco Central tem tomado suas posições. E, por outro lado, o esforço de fazer o País crescer mais, de manter essas taxas de desemprego, que são as menores da história. Então, tudo que a gente não precisa neste momento é de um saco de bondades aqui, principalmente nós do Parlamento brasileiro, que não leve em conta a responsabilidade fiscal. Esse debate tem de ser colocado. Nós temos de ter pressa para responder às ruas, mas temos de discutir com muita calma o impacto econômico de cada medida.

Eram essas algumas preocupações que estamos tendo sobre esse momento da economia brasileira, Ministro, mas quero parabenizar novamente V. Exª pelo esforço de estar posicionando o Brasil no meio dessas transformações, num momento de muita incerteza da economia internacional.

O SR. PRESIDENTE (Ricardo Ferraço. Bloco/PMDB – ES) – Sr. Ministro, passo a palavra a V. Exª para as suas considerações finais em relação aos últimos questionamentos.

Agradecemos muito pela presença de V. Exª à Comissão de Relações Exteriores e Defesa Nacional, dizendo que, naturalmente, V. Exª é sempre muito bem-vindo. Venha mais vezes, para que esse debate possa fluir.

A palavra é de V. Exª.

O SR. FERNANDO DAMATA PIMENTEL – Foram várias colocações e eu vou ser muito breve porque já estamos muito adiantados.

O Senador Eduardo Braga mencionou e pediu uma avaliação nossa em relação à participação e à presença do Brasil no Mercosul. Eu falei sobre isso na abertura, mas volto a falar para acrescentar algumas coisas.

Na verdade, Senador, o Mercosul é o bloco econômico mais importante, hoje, do continente americano. Sem sombra de dúvida.

Com a entrada da Venezuela, nós temos, primeiro, uma área integrada comercialmente, que vai da terra do fogo até lá em cima no Caribe, quase; 80% do PIB regional, porque o PIB é de US$4 trilhões, somando tudo, esses países, hoje, significam mais ou menos US$3,5 ou pouco menos, US$3,3 trilhões – é claro que o Brasil é o grande peso, mas, somado com os outros... –; 72% do território da América do Sul; 70% da população; 58% do investimento estrangeiro direto que entra na América do Sul e 65% do comércio exterior. Então, a soma disso aí, por si só, já é uma musculatura poderosa para nos fazer presentes e para enfrentarmos situações complicadas como a crise internacional.

Por isso, todo esforço que está sendo feito pelos governos, pelos chefes de Estados todos para aparrarmos arestas, para tirarmos as divergências e para continuarmos marchando juntos, porque é um bloco poderosíssimo. Claro que há disparidades. Alguns países estão mais avançados, outros mais atrasados, mas se tivermos habilidade – quero agradecer à Senadora Kátia Abreu, que exaltou muito essa qualidade; não

sei se tenho tanta, Senadora, mas me esforço muito – vamos constituir e fazer avançar esse bloco.

Vejam que a Aliança do Pacífico tem um problema de descontinuidade geográfica grave, porque está o México lá em cima e aqui em baixo Chile, Colômbia e Peru, e nós estamos integrados. E não vejo nenhum motivo para não atrair a Aliança do Pacífico para dentro do nosso bloco também. Não haveria nenhuma incompatibilidade.

Sou claramente entusiasta do Mercosul.

O Mercosul, para que todos tenham uma ideia, nesse semestre, até o fim de junho agora, o Brasil acumulou com os países do Mercosul um superávit de US$4 bilhões. E eu falo disso – está aqui o embaixador da Argentina –, e não me alegro muito, não, porque preferia que o superávit fosse menor, que fosse equilibrado o comércio entre esses países. O futuro do Mercosul é equilibrar o comércio entre os países. Mas é claro que como hoje nós somos a economia mais forte acaba acumulando superávit para nós.

Para aqueles que acham que o Mercosul é uma desvantagem fica esse recado nosso.

Polo industrial de Manaus é uma preocupação permanente que nós temos. O Senador foi Governador do Amazonas e possivelmente voltará àquelas paragens mais adiante. E é um parceiro que tem sido fundamental para garantirmos que o Polo Industrial se firme, que se consolide.

Eu havia dado notícia aqui, Senador Eduardo, de que na próxima reunião do CAS, eu vou levar como convidado o Ministro Ricardo Menendez, da Venezuela, que é meu contraparte lá, com uma delegação de empresários venezuelanos que querem estabelecer relações diretas com a Zona Franca, com o Polo Industrial, sejam como fornecedores, sejam como compradores. E eu acho que nós podíamos reproduzir essa iniciativa, como o senhor disse, nos países do Pacto Andino, podíamos fazer isso em relação às Guianas. Acho que esse é o caminho para a gente transformar um Pólo, que já é importantíssimo para o Brasil, também num polo regional importante para os demais países, aproveitando a logística, que é muito boa. Então, vamos trabalhar nessa linha.

E gostei muito que o senhor tivesse mencionado as desonerações que o Governo fez. Ficou às vezes desapercebido nesse conjunto de coisas que foram feitas. O Governo deu passos importantíssimos que não foram devidamente valorizados.

O Senador Lindbergh mencionou também muita coisa que foi feita. Como setores importantes da nossa indústria estavam extremamente fragilizados pela crise internacional, pela perda de competitividade advinda de uma situação cambial difícil, ruim, aquilo que o Ministro Guido Mantega chamou de guerra cambial contra a nossa moeda, então, em setores que estavam muito fragilizados, a desoneração foi feita e absolvida simplesmente para manter o setor funcionando. Eu não acho que se transformou em margem de lucro, porque já não estavam tendo lucro. Transformou-se no máximo em margem operacional daquelas empresas. Não sejamos injustos com o nosso empresariado. Ninguém ali saiu lucrando.

Agora, no caso do transporte coletivo urbano, aí sim, eu acho que houve uma incorreção, vamos dizer assim, dos governos responsáveis, porque foi dada uma desoneração fortíssima na folha de pagamento e agora, recentemente, no diesel, e isso não foi repassado para as tarifas. Está sendo repassado agora, à luz das manifestações. Ainda bem que a rua trouxe esse tema e forçou que as tarifas incorporassem essa redução que já havia sido feita pelo Governo Federal.

Então foi muito bem lembrado pelo Senador Eduardo Braga. E quero registrar aqui, Senador, que o seu trabalho como Líder do Governo tem ajudado demais não o Governo, mas o País. Que fique registrado nos Anais.

A Senadora Kátia Abreu. Senadora, a senhora não sabe como as suas palavras me entusiasmam rumo ao acordo. E foi bom que o nosso querido amigo – e digo isso do fundo do coração, porque ele sabe que é verdade – Embaixador Kreckler estivesse aqui nesse momento e escutasse a veemência da Senadora e visse a sua sinceridade, porque realmente é o desejo do agronegócio brasileiro nessa direção e da indústria brasileira também.

Mas eu quero ser justo também, Senadora, e lhe dizer com sinceridade: a Argentina nunca foi empecilho para que nós fizéssemos acordo com a União Europeia. Não seria justo que um Ministro do Governo brasileiro dissesse isso. Não é justo. Eu não seria leviano.

Nós temos trabalhado com o governo argentino a busca de uma solução integrada, porque a boa solução será aquela que atenda a todos os países: Brasil, Argentina, Paraguai, Uruguai e agora a Venezuela. Se isso não for possível, eu tenho absoluta certeza de que não haverá nenhum impedimento nem da Argentina nem do Paraguai, do Uruguai ou da Venezuela de que nós caminhemos bilateralmente para procurar algum tipo de solução. Mas esse estágio não chegou ainda. Esse estágio não chegou, não é, Kreckler? Nós não estamos ainda nesse estágio. Nós estamos, ao contrário, no estágio de construção de uma solução conjunta. Foi isso que nós recolhemos da nossa última reunião, inclusive com a Presidenta Cristina Kirchner, que incentivou nessa direção. Vamos buscar o setor privado dos dois países. Talvez seja importante que

esse recado que a Senadora Kátia Abreu deu chegue ao setor privado argentino; vamos buscar junto ao setor privado um caminho comum. Não está esgotada, de jeito nenhum, a possibilidade dessa oferta conjunta Mercosul *versus* União Europeia.

Folgo em saber que a Senadora está otimista, quem sabe vamos conseguir. Seria muito bom.

(Intervenção fora do microfone.)

O SR. FERNANDO DAMATA PIMENTEL – Não, mas pode ficar certa, Senadora. A Argentina não será empecilho. Estou dizendo isso com sinceridade porque nunca foi e o Kreckler, ao contrário, é um grande parceiro na busca de soluções conjuntas.

E o Lindbergh, que mencionou aqui – já estou terminando – a questão do déficit em conta-corrente. Eu havia falado sobre isso antes, mas o Senador não estava aqui ainda, não tinha chegado, respondendo ao Senador Dornelles, que tinha a mesma preocupação que o Lindbergh.

Olha, nós vamos ter um déficit em conta-corrente na casa de US$65, US$70 bilhões, pode chegar a isso. A balança comercial vai ajudar menos do que eu gostaria, porque o saldo não vai ser tão expressivo quanto o foi no ano passado, mas vai ter saldo comercial positivo, e aí o agronegócio ajuda muito, porque a maior parte do saldo vem do agronegócio, mas eu acho, Lindbergh, que, sinceramente, esse não vai ser um problema no Brasil.

Nós somos – e eu mencionei isso na outra resposta que dei –, hoje, o terceiro país do mundo mais atraente para investimento direto estrangeiro. Perdemos dos Estados Unidos e da China. Assim mesmo, da China, porque soma China e Hong Kong, senão estaríamos quase empatados com ela. Isso é um levantamento recente, entre 312 empresas internacionais, que foi divulgado.

Colocamos agora esse pacote dos 50 terminais portuários privados, que o Senador Eduardo Braga mencionou; vai ser feita uma oferta pública, mas, a partir de agosto, eles já podem começar a empreender e a investir...

O SR. LINDBERGH FARIAS (Bloco/PT – RJ. *Fora do microfone.*) – o pré-sal mais à frente.

O SR. FERNANDO DAMATA PIMENTEL – Exatamente.

Estamos colocando em marcha o maior pacote de concessões da história do País. Tudo somado – ferrovias, rodovias, portos e aeroportos – vai dar mais de US$400 bilhões em investimentos, em ativos, nos próximos cinco, seis anos. E, se você olha o restante do mundo, não tem lugar para investir tão atraente quanto o Brasil.

Acredito, com sinceridade, que não vamos ter esse problema. Nós conseguiremos financiar o nosso déficit em conta-corrente até com facilidade, enquanto ele existir, porque, mais adiante, ele pode desaparecer, e aí, quando o pré-sal começar a operar, nós vamos ter o problema contrário, vamos ter excesso de dólares, vamos ter que cuidar disso para não termos a chamada doença holandesa. Mas já estamos terminando a fala, não vamos chegar a esse ponto.

Para encerrar, então, saúdo a presença do Senador Armando Monteiro, querido amigo, e dizer da importância que ele tem também desempenhado no nosso diálogo com a indústria brasileira, ele que foi dirigente da CNI; saúdo as presenças de todos os Senadores e a do Deputado Federal Miguel Corrêa; a presença da Senadora Kátia Abreu, que não é da Comissão, mas fez papel extraordinário aqui hoje. Fico extremamente feliz, e falo com sinceridade, Senador Ferraço,...

O SR. PRESIDENTE (Ricardo Ferraço. Bloco/PMDB – ES) – A Senadora tem cadeira cativa aqui, mesmo não sendo da Comissão.

O SR. FERNANDO DAMATA PIMENTEL – E tem de ter mesmo. Fico extremamente feliz de ver a Casa Legislativa do Senado Federal funcionando como ela funciona: com seriedade, com transparência e com compromisso com o nosso País. Que continue sendo assim. Estarei sempre à disposição para vir quando me chamarem.

Muito obrigado.

O SR. ARMANDO MONTEIRO (Bloco/PTB – PE) – Presidente Ferraço, permita-me só um segundo. Serei muito breve.

O SR. PRESIDENTE (Ricardo Ferraço. Bloco/PMDB – ES) – Pois não, Senador Armando Monteiro, por gentileza. A palavra é de V. Exª.

O SR. ARMANDO MONTEIRO (Bloco/PTB – PE) – Quero cumprimentar o Ministro Pimentel e registrar a importante contribuição que ele tem dado à frente do Ministério do Desenvolvimento, Indústria e Comércio Exterior, especialmente à indústria brasileira, e quero só, Ministro, sublinhar aqui uma preocupação com relação ao Reintegra. Sabe V. Exª que eu fui Relator da Medida Provisória nº 601 e fizemos uma proposta para que o Reintegra pudesse ter um horizonte de cinco anos pelo menos, porque não há país que ofereça um mecanismo de compensação a custos tributários como o Brasil e que não ofereça ao setor exportador um horizonte mínimo de tempo. No Brasil, o Reintegra está sendo renovado precariamente, anualmente, com imensa insegurança e imprevisibilidade. E, como sempre acontece no Brasil, os fatores conjunturais terminam prejudicando as políticas de caráter mais estruturantes. E, agora, a preocupação é o câmbio. Como o câmbio

se desvalorizou, os setores do Ministério da Fazenda estão reagindo inclusive à possibilidade de renovar o Reintegra até dezembro.

Então, eu quero dizer ao Ministro Pimentel, que é um Ministro felizmente forte no Governo, que tem uma voz forte, que faça com que o nosso MDIC, nesse núcleo decisório, possa garantir essa indispensável renovação do Reintegra, lembrando sempre que essas flutuações cambiais não devem, de forma nenhuma, interferir numa visão de médio e longo prazo de uma política mais estruturante e de estímulo ao setor exportador. Portanto, o Reintegra é algo fundamental dentro dessa estratégia.

Muito obrigado, Ministro.

O SR. PRESIDENTE (Ricardo Ferraço. Bloco/PMDB – ES) – Muito obrigado, Senador.

O SR. ARMANDO MONTEIRO (Bloco/PTB – PE) – O Reintegra é uma compensação para resíduos tributários que ficam ainda presentes na cadeia exportadora e que não podem ser desonerados. Lembro que o Brasil pratica um Reintegra modesto: 3%. E não são 3%, Kátia, porque a receita do Reintegra quando entra na empresa é tributada. Veja o paradoxo. No nosso relatório, nós fizemos a proposta de desonerar o PIS, a Cofins e o Imposto de Renda do Reintegra. O Ministério da Fazenda aceitou tirar o PIS/Cofins. Portanto, Ministro, foi muito bem lembrado que é preciso desonerar a receita do Reintegra, pelo menos em relação ao PIS/Cofins.

Muito obrigado.

O SR. PRESIDENTE (Ricardo Ferraço. Bloco/PMDB – ES) – Muito obrigado, Senador Armando Monteiro, pela intervenção sempre muito qualificada, agradecendo ao Ministro Pimentel.

Informo às Srªs Senadoras e aos Senadores que, na próxima quinta-feira, no mesmo horário – hoje nós ouvimos o nosso Ministro, com muita alegria –, ouviremos as nossas entidades que estarão aqui discutindo nesta Comissão os seus posicionamentos relacionados aos desafios da balança comercial brasileira, os desafios dos nossos blocos comerciais, das nossas escolhas, dos seus impactos, das suas ameaças e das suas oportunidades para o nosso País.

De modo que nós agradecemos a S. Exª o Ministro Fernando Pimentel e a toda a sua equipe, que nos honra aqui com suas presenças.

Nós vamos passar, agora, à segunda parte da reunião, que é uma reunião deliberativa. Se V. Exª quiser ficar, é muito bem-vindo, mas fique à vontade.

O SR. FERNANDO DAMATA PIMENTEL – Até gostaria, mas...

O SR. PRESIDENTE (Ricardo Ferraço. Bloco/PMDB – ES) – Muito obrigado, Sr. Ministro.

O SR. FERNANDO DAMATA PIMENTEL – Um abraço.

O SR. LINDBERGH FARIAS (Bloco/PT – RJ) – Presidente...

O SR. PRESIDENTE (Ricardo Ferraço. Bloco/PMDB – ES) – Por gentileza, a reunião está aberta; não houve encerramento da reunião.

EXTRAPAUTA

ITEM 1
REQUERIMENTO DA COMISSÃO DE RELAÇÕES EXTERIORES E DEFESA NACIONAL Nº 42, DE 2013

> **Requeiro, nos termos dos artigos 222 e 223, do Regimento Interno do Senado Federal, que seja consignado, nos Anais do Senado, VOTO DE REPÚDIO ao tratamento vexatório dispensado pelas autoridades de alguns países europeus ao Presidente da Bolívia, Evo Morales, ao negar sobrevoo ao avião presidencial por seu espaço aéreo, após autorizar o trânsito da aeronave, quando o Presidente boliviano tencionava retornar a seu país, após viagem à Rússia, com base na falsa premissa de que à bordo encontrava-se Edward Snowden.**
> **Autoria:** Senador Lindbergh, Senador Suplicy e Senador Ricardo Ferraço.

Quero crer, de autoria coletiva desta Comissão.

Passo a palavra a S. Exª para fazer a defesa e a deliberação.

O SR. LINDBERGH FARIAS (Bloco/PT – RJ) – Presidente, eu só quero parabenizar V. Exª, esta Comissão de Relações Exteriores, porque, na verdade, foi um fato gravíssimo.

O Senador Eduardo Suplicy até apresentou uma proposta de voto de censura a qual eu queria ler aqui rapidamente, muito rapidamente.

O SR. PRESIDENTE (Ricardo Ferraço. Bloco/PMDB – ES) – Fique à vontade, Senador, a palavra é de V. Exª.

O SR. LINDBERGH FARIAS (Bloco/PT – RJ) – Diz o voto:

Nós, Senadores da República Federativa do Brasil:

CONSIDERANDO que a Convenção sobre Aviação Civil internacional, concluída em Chicago a 7 de dezembro de 1944 e firmada pelo Brasil, em Washington, a 29 de maio de 1945, determina, em seu artigo 5°, que todas as aeronaves civis têm direito ao chamado sobrevôo

inocente em quaisquer territórios das Partes Signatárias;

O SR. PRESIDENTE (Ricardo Ferraço. Bloco/PMDB – ES. *Fazendo soar a campainha*.) – Há um Senador com a palavra. Eu peço o obséquio e a fineza de que nós possamos ouvi-lo, porque estamos aqui tratando de um tema da maior relevância.

A palavra é de V. Exª.

O SR. LINDBERGH FARIAS (Bloco/PT – RJ) – Obrigado.

CONSTATANDO que esse direito ao sobrevôo inocente constitui a primeira e fundamental liberdade consagrada pela Convenção de Chicago, principal fonte do Direito

OBSERVANDO que o Direito Internacional consuetudinário e o cornitas gentium (cortesia internacional) asseguram a qualquer chefe de Estado uma série de prerrogativas, entre as quais se destacam a imunidade e a inviolabilidade, tanto material quanto pessoal;

CONSIDERANDO que, por força de tais princípios consagrados há muito no Direito Internacional Público, o chefe de Estado está isento de qualquer medida coercitiva, o que se estende também à sua residência, propriedades, equipamentos (como o avião) e correspondência;

(Soa a campainha.)

O SR. LINDBERGH FARIAS (Bloco/PT – RJ) – Desculpe-me Sr. Presidente, mas está muito barulho, está difícil até ler.

LEMBRANDO que a Resolução do Instituto de Direito Internacional de 2001 sobre as Imunidades de Jurisdição e Execução do chefe de Estado e de Governo em Direito Internacional estabelece, em seu artigo 1°, que a pessoa do chefe de Estado é inviolável no território de um Estado estrangeiro, não podendo ser submetida a nenhuma forma de detenção ou coerção, sendo-lhe assegurada total proteção à sua liberdade e dignidade;

ENFATIZANDO que qualquer agressão à pessoa do chefe de Estado representa uma agressão ao seu país, pois ele personifica a soberania nacional;

ASSINALANDO que a República da Bolívia é Estado Associado do Mercosul desde 1996 e membro pleno da União das Nações Sul-Americanas (Unasul) e da Comunidade dos Estados Latino-Americanos e Caribenhos (Celac), compartilhando com o Brasil, além de uma vasta fronteira, os processos de integração que vêm aproximando e tornando mais coesa toda a nossa região;

SURPRESOS com a atitude dos Governos da França, Itália, Espanha e Portugal, os quais negaram o direito de sobrevoo inocente ao avião presidencial de Evo Morales, fato inédito na história mundial e que constitui clara afronta a um dos princípios mais elementares do Direito Internacional Público, consagrado na Convenção de Chicago;

INDIGNADOS com o fato de que o avião presidencial, com plano de voo previamente aprovado, ter sido forçado a voltar e a fazer uma aterrissagem emergencial em Viena, o que colocou em risco a segurança do chefe de Estado da Bolívia;

CHOCADOS com a notícia de que o avião presidencial, que tem o mesmo status jurídico de uma missão diplomática e que, portanto, está protegido em sua inviolabilidade pela Convenção de Viena sobre Relações Diplomáticas, ter sido revistado por autoridades austríacas;

*ASSOMBRADOS com o fato de todo esse gravíssimo imbróglio ter sido motivado pelos interesses dos Estados Unidos da América, que consideravam, de modo infundado, que Edward Snowden, o denunciante das ações ilegais da NSA (***National Security Agency – Agência de Segurança Nacional)***, poderia estar a bordo do avião presidencial de Evo Morales;*

INDIGNADOS com essa demonstração explícita de arrogante prepotência e de absoluto desprezo aos mais elementares princípios do Direito Internacional Público e à soberania do Estado boliviano;

MANIFESTAMOS o nosso mais veemente repúdio à agressão sofrida pelo Excelentíssimo Senhor Presidente da República da Bolívia Evo Morales, cujo avião presidencial foi impedido de sobrevoar o território da França, Portugal, Espanha e Itália.

Assim, condenamos a atitude de todos esses governos europeus que, ao arrepio da Convenção de Chicago, negaram o consagrado direito de sobrevoo inocente ao avião presidencial boliviano.

Ademais, solicitamos ao Conselho do Mercado Comum e à Unasul que se posicionem com urgência sobre esse episódio, que, no nosso entendimento, representa evidente e grave afronta a toda a comunidade sul-americana.

Sr. Presidente, eu quero parabenizar V. Exª que, desde ontem, como membro da Comissão de Rela-

ções Exteriores, pronunciou-se no plenário do Senado Federal.

O Governo brasileiro, a Presidenta Dilma Rousseff também lançou uma nota que considero uma nota muito dura, porque, de fato...

O SR. PRESIDENTE (Ricardo Ferraço. Bloco/PMDB – ES) – O incidente foi muito duro!

O SR. LINDBERGH FARIAS (Bloco/PT – RJ) – O incidente foi muito duro.

Então, eu parabenizo V. Exª, como Presidente desta Comissão de Relações Exteriores, porque esse é um fato que não pode acontecer mais. Se a gente deixar passar um fato como esse, isso pode acontecer com qualquer país, pode acontecer com o nosso Brasil.

E eu quero registrar, então, a ação rápida do Governo brasileiro em repudiar o ato, e a ação desta Comissão de Relações Exteriores do Senado Federal.

O SR. PRESIDENTE (Ricardo Ferraço. Bloco/PMDB – ES) – Em discussão. (*Pausa.*)

O SR. INÁCIO ARRUDA (Bloco/PCdoB – CE) – Sr. Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Ricardo Ferraço. Bloco/PMDB – ES) – Com a palavra, o Senador Inácio Arruda.

O SR. INÁCIO ARRUDA (Bloco/PCdoB – CE) – V. Exª acompanhou, no dia de ontem, que eu mesmo dei entrada num requerimento lá no plenário. Esse requerimento já deveria estar aqui na Comissão de Relações Exteriores. Não sei onde é que ele ficou enganchado. Mas deve haver um meio de campo que tem dificuldade. Imagino que o transporte desse requerimento é aqui de uma sala vizinha. Se fosse um negócio mais distante, iria demorar. E olha que há Facebook, há Twitter, há Internet, há tudo. E Facebook está até derrubando governo. Imagina um requerimento tão perto.

Então, Sr. Presidente, apresentamos um requerimento lido ontem em plenário. A orientação da Mesa foi que ele seria remetido imediatamente para cá. Não sei por qual razão ele não chegou aqui. Mas se não chegou, não é problema. O que importa é a nossa manifestação. Há o requerimento de V. Exª, que eu já o subscrevi antes mesmo que V. Exª pudesse assinar, eu já o assinei logo, para não haver dúvida sobre a nossa posição.

Eu tenho, assim, a opinião de que nesses episódios nós temos que ser muito ágeis, muito rápidos. Infelizmente ainda há uma burocracia regimental aqui. Para umas coisas, há uma burocracia regimental.

O SR. PRESIDENTE (Ricardo Ferraço. Bloco/PMDB – ES) – De qualquer maneira, nós vamos derrubar essa burocracia e vamos deliberar o apensamento do requerimento de V. Exª, do requerimento do Senador Lindbergh, do requerimento do Senador Suplicy, de meu requerimento e vamos transformar tudo isso em um requerimento da Comissão de Relações Exteriores, com voto de repúdio, com todos os conteúdos que foram apresentados. E vamos submeter, ainda hoje, ao plenário do Senado, para que isso não seja apenas uma manifestação da Comissão de Relações Exteriores,…

O SR. INÁCIO ARRUDA (Bloco/PCdoB – CE) – Claro. Muito correto.

O SR. PRESIDENTE (Ricardo Ferraço. Bloco/PMDB – ES) – …mas uma manifestação do Senado da República.

O SR. INÁCIO ARRUDA (Bloco/PCdoB – CE) – V. Exª acompanhou o momento em que nós estávamos tratando esse assunto no plenário.

O SR. PRESIDENTE (Ricardo Ferraço. Bloco/PMDB – ES) – Ficamos juntos. Claro.

O SR. INÁCIO ARRUDA (Bloco/PCdoB – CE) – Tratamos de um seguido por outro no plenário do Senado. Durante a Ordem do Dia, o Senador Lindbergh leu a manifestação da Presidente da República. Mas o fato objetivo é que essa questão começou na terça-feira à tarde. Gravíssimo! Gravíssimo! Muito grave! E na madrugada, Senador Lindbergh, só três países da América do Sul que têm peso não tinham se manifestado. Entre eles o Brasil, que só foi se manifestar no final da manhã.

Então, eu acho que o Brasil não pode, porque o Brasil é o País, com todo respeito que nós temos a todos os demais países da América do Sul…

O SR. PRESIDENTE (Ricardo Ferraço. Bloco/PMDB – ES) – É o líder regional.

O SR. INÁCIO ARRUDA (Bloco/PCdoB – CE) – Mas é. Esse que é o problema.

Então o Brasil não pode vacilar, cochilar, em relação a um episódio dessa natureza. Mesmo com a atitude da União Europeia, quase que de acoplamento aos interesses americanos, frente à quantidade de bases militares americanas que há no território europeu, mesmo nessa situação, a União Europeia se manifestou rapidamente em relação à denúncia do Edward Snowden em relação à bisbilhotagem americana com os cidadãos do bloco.

O SR. PRESIDENTE (Ricardo Ferraço. Bloco/PMDB – ES) – Há uma grave violação à Convenção de Chicago.

O SR. INÁCIO ARRUDA (Bloco/PCdoB – CE) – Claro. Claro.

Então, eles se manifestaram e foram rápidos no caso do interesse deles. Esse é um caso de interesse nosso direto; direto; absolutamente direto. Então nós temos que ser rápidos, temos que ser ágeis, não

podemos nunca, nunca, em um episódio como esse, deixar que perdure.

Veio, em seguida, a posição do Itamaraty, respaldada pela Presidenta, em uma nota da Presidente Dilma Rousseff, muito firme. Muito positiva a posição da Presidente.

Eu não observei, mas nós nos manifestamos de manhã na CDR (Comissão de Desenvolvimento Regional) já. Ali, às 9 horas da manhã, nove e pouco, nós já estávamos falando, na CDR, já estávamos nos manifestando, porque sabíamos da gravidade. Era muito, muito grave. E era preciso nós cobrarmos imediatamente a posição brasileira. E evidente que a Presidenta tem que… É uma questão de diplomacia de Governo. Ela tem um chefe da diplomacia.

O SR. LINDBERGH FARIAS (Bloco/PT – RJ) – Senador Inácio.

O SR. INÁCIO ARRUDA (Bloco/PCdoB – CE) – Acho que a Presidente até se antecipou à chefia da diplomacia. Então, eu acho que nós temos que ter esse zelo, esse cuidado.

Eu sei da posição do Itamaraty, acompanho. Acabei de ler um livro extraordinário. Falei até aqui para o Presidente da Comissão de Assuntos Econômicos, numa sessão na segunda-feira aqui na Casa. Um livro do Celso Amorim, *Breves Narrativas Diplomáticas*, para ver a posição brasileira; como ela tem se manifestado nessas questões internacionais.

Eu só faço esse destaque: nós temos que ser muito ágeis nas posições em relação à violação de direitos. E, no caso, uma violação dura; dura. O que fizeram com o Evo não é algo aceitável não.

O SR. LINDBERGH FARIAS (Bloco/PT – RJ) – Eu ia dizendo, Senador, é duro você ver a nota aqui falando de Espanha, Itália, Portugal, mas falar do governo socialista de François Hollande, que coisa vergonhosa!

O SR. INÁCIO ARRUDA (Bloco/PCdoB – CE) – Uma vergonha para todos nós.

O SR. LINDBERGH FARIAS (Bloco/PT – RJ) – Que coisa vergonhosa!

O SR. INÁCIO ARRUDA (Bloco/PCdoB – CE) – Uma coisa deprimente.

O SR. LINDBERGH FARIAS (Bloco/PT – RJ) – Mas, Sr. Presidente, quero parabenizar V. Exª por levar ao Plenário no dia de hoje.

O SR. PRESIDENTE (Ricardo Ferraço. Bloco/PMDB – ES) – Vamos levar ao Plenário.

O SR. LINDBERGH FARIAS (Bloco/PT – RJ) – Muito obrigado.

O SR. INÁCIO ARRUDA (Bloco/PCdoB – CE) – E o fato, Lindbergh, é que colocou em risco a vida do Presidente Evo Morales. É gravíssimo!

O SR. PRESIDENTE (Ricardo Ferraço. Bloco/PMDB – ES) – Portanto, em discussão e deliberação não apenas os requerimentos, mas também o requerimento de apensamento das manifestações, que serão transformadas numa manifestação única da Comissão de Exteriores,...

O SR. LINDBERGH FARIAS (Bloco/PT – RJ) – Assinado, primeiramente, pelo seu Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Ricardo Ferraço. Bloco/PMDB – ES) –... com determinação expressa para que esse processado chegue ainda hoje ao plenário do Senado,...

O SR. INÁCIO ARRUDA (Bloco/PCdoB – CE) – E o requerimento chegou às minhas mãos e eu não tive dúvida: o assinei embaixo.

O SR. PRESIDENTE (Ricardo Ferraço. Bloco/PMDB – ES) – ...para que nós possamos, na sessão agora à tarde, deliberar.

Em discussão. (*Pausa.*)

Os Srs. Senadores que votam favoravelmente permaneçam como se encontram. (*Pausa.*)

Aprovado.

Há, sobre a mesa, requerimento que passo a ler.

ITEM 3
REQUERIMENTO DA COMISSÃO DE RELAÇÕES EXTERIORES E DEFESA NACIONAL
Nº 44, DE 2013

Requeiro, nos termos do art. 93 do Regimento Interno do Senado Federal, a realização de Audiência Pública com o objetivo de tratar do Projeto do Sistema de Monitoramento de Fronteiras (SISFRON), considerado projeto estratégico do Exército Brasileiro. O SISFRON tem a finalidade de aumentar a vigilância e a proteção das fronteiras terrestres, em uma faixa de cerca de 17.000 quilômetros de extensão que separa o Brasil de 11 países vizinhos e se estende por dez estados e 27% do território nacional. Entretanto, apesar da relevância do projeto, o mesmo não vem sendo contemplado com os recursos orçamentários necessários. Considerando-se que atrasos em tal empreendimento podem aumentar o drama da família brasileira com o flagelo das drogas e a consequente escalada da criminalidade, a Comissão de Relações Exteriores e Defesa Nacional convidará autoridades do Comando do Exército e outras personalidades envolvidas no tema para os esclarecimentos pertinentes.

Autoria: Senador Ricardo Ferraço

Em discussão. (*Pausa.*)

Não havendo quem queira discutir, em votação.

As Srªs e os Srs. Senadores que o aprovam permaneçam como se encontram. (*Pausa.*)

Aprovado.

ITEM 4

REQUERIMENTO DA COMISSÃO DE RELAÇÕES EXTERIORES E DEFESA NACIONAL Nº 45, DE 2013

Requeiro, nos termos do art. 93 do Regimento Interno do Senado Federal, a realização de Audiência Pública com o objetivo de examinar tema relativo ao setor aeroespacial brasileiro: a colocação em órbita de satélites em Alcântara, no Maranhão. Nesse contexto, o programa de desenvolvimento de um veículo nacional lançador de satélites estaria sofrendo grande atraso pela falta de investimentos. Além disso, a empresa binacional Alcântara Cyclone Space (ACS), constituída por Brasil e Ucrânia, também com vistas à colocação em órbita de satélites, da mesma forma estaria com problemas orçamentários. Adicionalmente, o Centro de Lançamento de Alcântara (CLA), instalação da Aeronáutica de onde os foguetes são previstos para serem lançados, está envolvido em uma séria questão com comunidades quilombolas. Considerando-se que a capacidade autônoma de lançamento de satélites é fator de soberania nacional, envolvendo questões econômicas e científicas de grande relevo, a Comissão de Relações Exteriores e Defesa Nacional convidará autoridades do Governo Federal, em especial do Ministério da Defesa/Força Aérea Brasileira, do Ministério das Relações Exteriores, do Ministério da Ciência, Tecnologia e Inovação/Agência Espacial Brasileira,da Advocacia Geral da União, bem como outras personalidades envolvidas no tema para os esclarecimentos necessários.

Relatoria: Senador Ricardo Ferraço.

Em discussão.

Não havendo quem queira discutir, em votação.

As Srªs e os Srs. Senadores que o aprovam permaneçam como se encontram. (*Pausa.*)

Aprovado.

ITEM 5

REQUERIMENTO DA COMISSÃO DE RELAÇÕES EXTERIORES E DEFESA NACIONAL Nº 46, DE 2013

Requeiro, nos termos do art. 93 do Regimento Interno do Senado Federal, a realização de Audiência Pública com o objetivo de tratar do Projeto FX-2, da Força Aérea Brasileira, que consiste na aquisição de 36 aeronaves de caça de múltiplo emprego, incluindo itens como os simuladores correspondentes, a logística inicial e, sobretudo, a transferência de tecnologia necessária para a capacitação do parque industrial aeroespacial brasileiro no desenvolvimento de um caça de quinta geração. Considerando-se que o processo de tais aquisições, em sua versão atual, teve início ainda no ano de 2008 e vem sofrendo sucessivos adiamentos, o que enfraquece o status do Brasil como protagonista nos grandes temas do subcontinente, a Comissão de Relações Exteriores e Defesa Nacional convidará o Comandante da Aeronáutica e outras personalidades envolvidas no tema para os esclarecimentos necessários.

Autoria: Senador Ricardo Ferraço

Em discussão. (*Pausa.*)

Não havendo quem queira discutir, em votação.

As Srªs e os Srs. Senadores que o aprovam permaneçam como se encontram. (*Pausa.*)

ITEM 6

REQUERIMENTO DA COMISSÃO DE RELAÇÕES EXTERIORES E DEFESA NACIONAL Nº 47, DE 2013

Requeiro, nos termos regimentais, a participação desta Comissão de Relações Exteriores e Defesa Nacional em SEMINÁRIO INTERNACIONAL em parceria com a Comissão de Relações Exteriores e de Defesa Nacional da Câmara dos Deputados e com a Comissão Mista de Controle das Atividades de Inteligência do Congresso Nacional, para tratar da questão do terrorismo, em especial por ocasião dos grandes eventos que o Brasil sediará nos próximos anos.

Autoria: Senador Ricardo Ferraço

Em discussão. (*Pausa.*)

Não havendo quem queira discutir, em votação.

Aqueles que se manifestam favoravelmente permaneçam como se encontram. (*Pausa*.)

Aprovado.

Não havendo mais matéria a ser tratada, vamos encerrar a presente reunião.

Muito obrigado.

(Iniciada às 10 horas e 51 minutos, a reunião é encerrada às 13 horas e 57 minutos.)

ATA DA 27ª REUNIÃO, EXTRAORDINÁRIA, DA COMISSÃO DE RELAÇÕES EXTERIORES E DEFESA NACIONAL DA 3ª SESSÃO LEGISLATIVA ORDINÁRIA DA 54ª LEGISLATURA, REALIZADA EM 9 DE JULHO DE 2013, TERÇA-FEIRA, ÀS 14 HORAS, NO PLENÁRIO 7 DA ALA SENADOR ALEXANDRE COSTA.

Às catorze horas e trinta e seis minutos do dia nove de julho de dois mil e treze, no plenário sete, sob a Presidência do Senhor Senador Ricardo Ferraço, reúne-se a Comissão de Relações Exteriores e Defesa Nacional. Presentes os Senhores Senadores Eduardo Suplicy, Vanessa Grazziotin, Anibal Diniz, Lídice da Mata, Jarbas Vasconcelos, Pedro Simon, Luiz Henrique, Francisco Dornelles, Paulo Bauer, Randolfe Rodrigues, Lindbergh Farias, Roberto Requião, Ana Amélia, Aloysio Nunes Ferreira, Flexa Ribeiro e Cícero Lucena. Deixam de comparecer os demais Senadores. O Presidente declara aberta a Reunião. Passa-se aos itens EXTRAPAUTA: ITEM 1 – REQUERIMENTO DA COMISSÃO DE RELAÇÕES EXTERIORES E DEFESA NACIONAL Nº 48, DE 2013, de autoria do Senador Ricardo Ferraço, que "Requeiro, nos termos regimentais, a realização de Audiência Pública perante esta Comissão de Relações Exteriores e Defesa Nacional, com o objetivo discutir e prestar esclarecimentos acerca de denúncias veiculadas na imprensa nacional sobre a rede de espionagem montada em Brasília pelo Governo dos Estados Unidos, que monitoraram milhões de e-mails e ligações de brasileiros. Para tanto, recomendo a presença dos seguintes convidados: Antônio de Aguiar Patriota – Ministro das Relações Exteriores – MRE; Celso Amorim – Ministro da Defesa – MD; Paulo Bernardo Silva – Ministro das Comunicações – MC; General José Elito Carvalho Siqueira – Ministro do Gabinete de Segurança Institucional (GSI); Thomas A. Shannon – Embaixador dos Estados Unidos no Brasil; Glenn Greenwald – jornalista do "The Guardian"'. Aprovado. ITEM 2 – REQUERIMENTO DA COMISSÃO DE RELAÇÕES EXTERIORES E DEFESA NACIONAL Nº 49, DE 2013, de autoria do Senador Ricardo Ferraço, que "Requeiro, nos termos regimentais, a realização de Audiência Pública perante esta Comissão de Relações Exteriores e Defesa Nacional, com o objetivo discutir e prestar esclarecimentos acerca de denúncias veiculadas na imprensa nacional sobre a rede de espionagem montada em Brasília pelo Governo dos Estados Unidos, que monitoraram milhões de e-mails e ligações de brasileiros. Para tanto, recomendo a presença dos seguintes convidados: Fábio Coelho – presidente Google Brasil; Alexandre Hohagen – presidente Facebook Brasil." Aprovado. ITEM 3 –REQUERIMENTO DA COMISSÃO DE RELAÇÕES EXTERIORES E DEFESA NACIONAL Nº 50, DE 2013, de autoria do Senador Aloysio Nunes Ferreira, que "Requeiro, nos termos art. 90, inciso V, do Regimento Interno do Senado Federal, c/c o artigo 58, §2º, inciso V, da Constituição Federal, o comparecimento do Ministro de Estado das Relações Exteriores, ANTÔNIO DE AGUIAR PATRIOTA, para prestar os devidos esclarecimentos acerca das denúncias sobre a rede de espionagem montada pelo governo americano em Brasília, bem como de que os meios de comunicação brasileiros foram alvo de monitoramento por parte do governo americano". Apensado ao Requerimento n° 48, de 2013-CRE. ITEM 4 – REQUERIMENTO DA COMISSÃO DE RELAÇÕES EXTERIORES E DEFESA NACIONAL Nº 51, DE 2013, de autoria da Senadora Vanessa Grazziotin, que "Requeiro, nos termos do Inciso II, do art. 93, do Regimento Interno do Senado Federal, a realização de Audiência Pública, no âmbito da Comissão de Relações Exteriores e Defesa Nacional do Senado Federal – CRE, para debater e verificar as providências que estão sendo adotadas, frente às graves denúncias de violação da soberania brasileira, praticada pelo governo dos Estados Unido, em que cidadãos brasileiros foram objeto de espionagem, via comunicações eletrônicas e telefônicas, por parte de agências de inteligência norte-americanas. Para tratar do tema convidamos o Ministro Chefe do Gabinete de Segurança Institucional da Presidência da República, General-de-Exército José Elito Carvalho Siqueira, o Ministro das Relações Exteriores, Antonio de Aguiar Patriota e, o Ministro da Defesa, Embaixador Celso Amorim. Apensado ao Requerimento nº 48, de 2013-CRE. ITEM 5 – REQUERIMENTO DA COMISSÃO DE RELAÇÕES EXTERIORES E DEFESA NACIONAL Nº 52, DE 2013, de autoria do Senador Randolfe Rodrigues, que "Requeiro, na forma do disposto no art. 90, V, Regimento Interno do Senado Federal e de acordo com o art. 58, § 2º, inciso V, da Constituição Federal, seja convidado a prestar esclarecimentos no Plenário desta Comissão o senhor Ministro-chefe do Gabinete de Segurança Institucional, Gen. José Elito Carvalho Siqueira, a respeito das denúncias de espionagem em registros telefônicos, correio eletrônico e outros meios de transmissão de dados de cidadãos brasileiros por parte da

Agência Nacional de Segurança dos Estados Unidos – NSA". Apensado ao Requerimento nº 48, de 2013-CRE. ITEM 6 – REQUERIMENTO DA COMISSÃO DE RELAÇÕES EXTERIORES E DEFESA NACIONAL Nº 53, DE 2013, de autoria do Senador Randolfe Rodrigues, que "Requeiro, na forma do disposto no art. 90, V, Regimento Interno do Senado Federal e de acordo com o art. 58, § 2º, inciso V, da Constituição Federal, seja convidado a prestar esclarecimentos no Plenário desta Comissão o senhor Ministro de Estado das Relações Exteriores, Antônio de Aguiar Patriota a respeito das denúncias de espionagem em registros telefônicos, correio eletrônico e outros meios de transmissão de dados de cidadãos brasileiros por parte da Agência Nacional de Segurança dos Estados Unidos – NSA". Apensado ao Requerimento nº 48, de 2013-CRE. ITEM 7 – REQUERIMENTO DA COMISSÃO DE RELAÇÕES EXTERIORES E DEFESA NACIONAL Nº 54, DE 2013, de autoria do Senador Randolfe Rodrigues, que "Requeiro, na forma do disposto no art. 90, V, Regimento Interno do Senado Federal e de acordo com o art. 58, § 2º, inciso V, da Constituição Federal, seja convidado a prestar esclarecimentos no Plenário desta Comissão o senhor Ministro de Estado das Comunicações, Paulo Bernardo a respeito das denúncias de espionagem em registros telefônicos, correio eletrônico e outros meios de transmissão de dados de cidadãos brasileiros por parte da Agência Nacional de Segurança dos Estados Unidos – NSA". Apensado ao Requerimento nº 48, de 2013-CRE. ITEM 8 – REQUERIMENTO DA COMISSÃO DE RELAÇÕES EXTERIORES E DEFESA NACIONAL Nº 55, DE 2013, de autoria do Senador Randolfe Rodrigues, que "Requeiro, na forma do disposto no art. 90, V, Regimento Interno do Senado Federal e de acordo com o art. 58, § 2º, inciso V, da Constituição Federal, seja o senhor Thomas A. Shannon, Jr, Embaixador dos Estados Unidos da América no Brasil, convidado a prestar esclarecimentos no Plenário desta Comissão de Relações Exteriores e Defesa Nacional a respeito das denúncias de espionagem em registros telefônicos, correio eletrônico e outros meios de transmissão de dados de cidadãos brasileiros por parte da Agência Nacional de Segurança dos Estados Unidos – NSA". Resultado: Apensado ao Requerimento nº 48, de 2013-CRE. ITEM 9 – REQUERIMENTO DA COMISSÃO DE RELAÇÕES EXTERIORES E DEFESA NACIONAL Nº 56, DE 2013, de autoria do Senador Randolfe Rodrigues, que "Requeiro, na forma do disposto no art. 90, V, Regimento Interno do Senado Federal e de acordo com o art. 58, § 2º, inciso V, da Constituição Federal, seja o jornalista estadunidense Glenn Greenwald, convidado a comparecer ao Plenário desta Comissão de Relações Exteriores e Defesa Nacional com a finalidade de trazer novos dados a respeito das denúncias de espionagem em registros telefônicos, correio eletrônico e outros meios de transmissão de dados de cidadãos brasileiros por parte da Agência Nacional de Segurança dos Estados Unidos – NSA". Aprovado. ITEM 10 – REQUERIMENTO DA COMISSÃO DE RELAÇÕES EXTERIORES E DEFESA NACIONAL Nº 57, DE 2013, de autoria do Senador Randolfe Rodrigues, que "Requeiro, nos termos regimentais, seja encaminhada à Presidência da República, voto de apoio ao pedido de asilo do cidadão americano Edward Snowden, que se encontra refugiado em aeroporto da Federação Russa por ter revelado ao mundo esquema de espionagem perpetrado pela NSA e pela CIA". Aprovado. ITEM 11 – REQUERIMENTO DA COMISSÃO DE RELAÇÕES EXTERIORES E DEFESA NACIONAL Nº 58, DE 2013, de autoria do Senador Lindbergh Farias, que "Requer-se, com fundamento no §2º do art. 50 da Constituição Federal, e no art. 216 do Regimento Interno do Senador Federal, seja o presente requerimento de informações encaminhado ao Excelentíssimo Ministro da Justiça, ao Excelentíssimo Ministro da Defesa e ao Excelentíssimo Ministro-Chefe do Gabinete de Segurança Institucional da Presidência da República, para que prestem as seguintes informações: • Se o Estado Brasileiro autorizou, por qualquer espécie de ato ou decisão oficial, o Governo dos Estados Unidos da América a instalar em território nacional escritório

dedicado a atividades de inteligência, informação e contrainformação e/ou espionagem; e • Em caso positivo, pede-se informar: . Quando, precisamente, ocorreu essa autorização; . Qual sua abrangência – quais as atividades autorizadas, com quais restrições, em que circunstâncias; e. Qual a autoridade responsável pela autorização. Esclareça-se, por pertinente, que a competência deste Congresso Nacional para fiscalizar a atuação do Poder Executivo abrange informações porventura classificadas como sigilosas, que deverão ainda assim ser encaminhadas a esta Casa na forma da Lei". Aprovado. ITEM 12 – REQUERIMENTO DA COMISSÃO DE RELAÇÕES EXTERIORES E DEFESA NACIONAL Nº 59, DE 2013, de autoria do Senador Roberto Requião, que "Requeiro, nos termos do artigo 223 do Regimento Interno, seja apresentado voto de censura ao governo dos Estados Unidos da América (EUA), em razão das atividades da National Security Agency (NSA) no País, as quais violam direitos de empresas e cidadãos brasileiros e atentam contra a soberania nacional". Aprovado. ITEM 13 – REQUERIMENTO DA COMISSÃO DE RELAÇÕES EXTERIORES E DEFESA NACIONAL Nº 60, DE 2013, de autoria do Senador Eduardo Suplicy, que "Requeiro, nos termos

do artigo 223 do Regimento Interno, seja apresentado voto de censura ao governo dos Estados Unidos da América (EUA), em razão das atividades da National Security Agency (NSA) no País, as quais violam direitos de empresas e cidadãos brasileiros e atentam contra a soberania nacional. Apensado ao Requerimento nº59, de 2013-CRE. ITEM 14 – REQUERIMENTO DA COMISSÃO DE RELAÇÕES EXTERIORES E DEFESA NACIONAL Nº 61, DE 2013, de autoria do Senador Cícero Lucena, que "Requeiro, nos termos do art. 50 da Constituição Federal combinado com o art. 397 do Regimento Interno do Senado Federal, que todas as audiências envolvendo a questão de espionagem americana no Brasil no âmbito desta Comissão de Relações Exteriores (CRE), sejam feitas conjuntamente com a Comissão de Ciência, Tecnologia, Inovação, Comunicação e Informática (CCT)". Aprovado. Lido a declaração concedida pelo Ministro Antonio de Aguiar Patriota sobre as denúncias de espionagem contra brasileiros, passa-se à PAUTA: AUDIÊNCIA PÚBLICA destinada à instrução dos Projetos de Leis do Senado nº 232 e 726, de 2011, que concedem benefícios para projetos que favoreçam a integração regional na América do Sul, em atendimento ao Requerimento nº 39, de 2013-CRE. O Presidente convida a comporem a Mesa: Embaixador Samuel Pinheiro Guimarães; Marco Aurélio Garcia, Assessor-Chefe especial para Assuntos Internacionais da Presidência da República; José Carlos de Assis, Presidente do Instituto de Estudos Estratégicos para a Integração da América do Sul – Intersul; Senador Paulo Bauer, Vice-Presidente da Representação Brasileira no Parlamento do MERCOSUL; e Conselheira Ana Tito, da Embaixada da República Argentina, representando o Embaixador Luis María Kreckler, que justificou ausência. Em seguida o Presidente concede a palavra a cada um dos convidados, que fazem suas exposições. Usam a palavra os Senadores Eduardo Suplicy, Francisco Dornelles e Ricardo Ferraço. Os expositores fazem suas considerações finais. Às quinze horas e vinte e um minutos assume a presidência o Senador Roberto Requião. Nada havendo mais a tratar, a Reunião é encerrada às dezesseis horas e cinquenta e nove minutos, lavrando, eu, José Alexandre Girão Mota da Silva, Secretário da Comissão, a presente Ata, que, lida e aprovada, será assinada pelo Presidente e publicada, juntamente com a íntegra das Notas Taquigráficas, no Diário do Senado Federal. – Senador **Ricardo Ferraço,** Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Ricardo Ferraço. Bloco/PMDB – ES) – Havendo número legal, de acordo com o nosso Regimento, nós vamos abrir a nossa reunião, que estará dividida em duas partes. Numa primeira parte, nós estaremos, de forma extraordinária, deliberando sobre um conjunto de requerimentos. E, numa segunda parte, nós estaremos fazendo uma audiência pública, requerida pelo Senador Roberto Requião, para debatermos esforços, estratégias e diretrizes que possam visar a uma maior e melhor integração dos países da América do Sul, com convidados.

Portanto, sem mais delongas, nós vamos passar à deliberação, pelas Srªs e pelos Srs. Senadores, dos requerimentos.

REQUERIMENTO DA COMISSÃO DE RELAÇÕES EXTERIORES E DEFESA NACIONAL
Nº 48, DE 2013

Requeiro, nos termos regimentais, a realização de Audiência Pública perante esta Comissão de Relações Exteriores e Defesa Nacional, com o objetivo discutir e prestar esclarecimentos acerca de denúncias veiculadas na imprensa nacional sobre a rede de espionagem montada em Brasília pelo Governo dos Estados Unidos, que monitoraram milhões de e-mails e ligações de brasileiros. Para tanto, recomendo a presença dos seguintes convidados: Antônio de Aguiar Patriota – Ministro das Relações Exteriores – MRE; Celso Amorim – Ministro da Defesa – MD; Paulo Bernardo Silva – Ministro das Comunicações – MC; General José Elito Carvalho Siqueira – Ministro do Gabinete de Segurança Institucional (GSI); Thomas A. Shannon – Embaixador dos Estados Unidos no Brasil; Glenn Greenwald – jornalista do "The Guardian".
Autoria: Senador Ricardo Ferraço

Em discussão. (*Pausa.*)

Não havendo quem queira discutir, em votação.

As Srªs e os Srs. Senadores que votam favoravelmente permaneçam como se encontram. (*Pausa.*)

Aprovado.

O SR. RANDOLFE RODRIGUES (Bloco/PSOL – AP) – Presidente, pela ordem.

O SR. PRESIDENTE (Ricardo Ferraço. Bloco/PMDB – ES) – Pela ordem, Senador Randolfe.

O SR. RANDOLFE RODRIGUES (Bloco/PSOL – AP) – Após a aprovação desses requerimentos, eu não sei se V. Exª incluiu o requerimento convidando o Sr. Thomas Shannon, Embaixador dos Estados Unidos no Brasil.

O SR. PRESIDENTE (Ricardo Ferraço. Bloco/PMDB – ES) – Acabamos de votar o primeiro requerimento, que inclui a figura do Sr. Embaixador.

O SR. RANDOLFE RODRIGUES (Bloco/PSOL – AP) – Perfeito. Obrigado, Presidente. Eu queria só acrescentar uma moção.

O SR. PRESIDENTE (Ricardo Ferraço. Bloco/PMDB – ES) – Nós temos nove requerimentos.

O SR. RANDOLFE RODRIGUES (Bloco/PSOL – AP) – Perfeito. É porque há um que não está na pauta e eu queria pedir a V. Exª que fosse incluído extrapauta.

O SR. PRESIDENTE (Ricardo Ferraço. Bloco/PMDB – ES) – Vamos incluí-lo.

O SR. RANDOLFE RODRIGUES (Bloco/PSOL – AP) – Na verdade, é uma moção de apoio ao pedido de asilo no Brasil. É uma moção à Presidência da República de apoio ao pedido de asilo do cidadão americano Edward Snowden. Solicito que seja incluído entre os requerimentos. Seria uma moção desta Comissão de Relações Exteriores e Defesa do Estado.

O SR. PRESIDENTE (Ricardo Ferraço. Bloco/PMDB – ES) – Nós vamos acolher o requerimento de V. Exª.

O SR. RANDOLFE RODRIGUES (Bloco/PSOL – AP) – Obrigado, Sr. Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Ricardo Ferraço. Bloco/PMDB – ES) – E, logo, logo, oportunamente vamos deliberar sobre essa proposta, quando V. Exª poderá encaminhar e fazer a sustentação desse requerimento.

REQUERIMENTO DA COMISSÃO DE RELAÇÕES EXTERIORES E DEFESA NACIONAL Nº 49, DE 2013

Requeiro, nos termos regimentais, a realização de Audiência Pública perante esta Comissão de Relações Exteriores e Defesa Nacional, com o objetivo discutir e prestar esclarecimentos acerca de denúncias veiculadas na imprensa nacional sobre a rede de espionagem montada em Brasília pelo Governo dos Estados Unidos, que monitoraram milhões de e-mails e ligações de brasileiros. Para tanto, recomendo a presença dos seguintes convidados: Fábio Coelho – presidente Google Brasil; Alexandre Hohagen – presidente Facebook Brasil.
Autoria: Senador Ricardo Ferraço

Em discussão.

O SR. FLEXA RIBEIRO (Bloco/PSDB – PA) – Para discutir, Sr. Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Ricardo Ferraço. Bloco/PMDB – ES) – Com a palavra, Senador Flexa.

O SR. FLEXA RIBEIRO (Bloco/PSDB – PA) – Presidente, Senador Ricardo Ferraço, Srªs Senadoras, Srs. Senadores, sobre o mérito do requerimento, não tenho nada a opor. Pelo contrário, eu acho que é importante fazer a audiência. Apenas sugeriria, Presidente Ricardo Ferraço, que nós pudéssemos fazer essa audiência em conjunto com a Comissão de Ciência e Tecnologia, pois tem tudo a ver com a questão que vai ser tratada aqui. É apenas uma sugestão que eu faço. Se o Plenário assim aceitar, e o próprio autor do requerimento, faremos, na reunião de quinta-feira da CCT, a aprovação também dessa reunião em conjunto com a CRE.

O SR. PRESIDENTE (Ricardo Ferraço. Bloco/PMDB – ES) – Como se trata de convite, aprovado o requerimento, nós precisamos envidar os esforços para que os nossos convidados possam estar aqui na quinta-feira.

O SR. FLEXA RIBEIRO (Bloco/PSDB – PA) – Na quinta-feira próxima, já.

O SR. PRESIDENTE (Ricardo Ferraço. Bloco/PMDB – ES) – Na quinta-feira próxima, já.

O SR. FLEXA RIBEIRO (Bloco/PSDB – PA) – Sim, aí, não haverá tempo de aprovar na CCT.

O SR. PRESIDENTE (Ricardo Ferraço. Bloco/PMDB – ES) – Vamos aprovar o requerimento.

(Intervenção fora do microfone.)

O SR. PRESIDENTE (Ricardo Ferraço. Bloco/PMDB – ES) – Não, não. V. Exª não entendeu. Nós estamos aprovando o requerimento.

O SR. FLEXA RIBEIRO (Bloco/PSDB – PA) – Eu sei.

O SR. PRESIDENTE (Ricardo Ferraço. Bloco/PMDB – ES) – Vamos entrar em contato com os nossos convidados, para ver a possibilidade de trazê-los aqui ainda esta semana, em razão da importância do tema.

O SR. FLEXA RIBEIRO (Bloco/PSDB – PA) – Isso.

O SR. PRESIDENTE (Ricardo Ferraço. Bloco/PMDB – ES) – Eu acho que, do ponto de vista formal, nós podemos fazer até um contato com o Senador que preside a Comissão de Ciência e Tecnologia...

O SR. FLEXA RIBEIRO (Bloco/PSDB – PA) – Zeze Perrella.

O SR. PRESIDENTE (Ricardo Ferraço. Bloco/PMDB – ES) – ... para que nós possamos antecipar e, *ad referendum* – quem sabe? –, ele submete à apreciação dos Senadores para que nós possamos fazer em conjunto.

O SR. FLEXA RIBEIRO (Bloco/PSDB – PA) – Fazer em conjunto. Eu agradeceria.

O SR. PRESIDENTE (Ricardo Ferraço. Bloco/PMDB – ES) – Eu acho que a proposta de V. Exª otimiza os nossos trabalhos.

O SR. FLEXA RIBEIRO (Bloco/PSDB – PA) – Agradeceria a V. Exª, porque a reunião da Comissão

de Ciência e Tecnologia será na quinta. Então, sendo quinta a audiência, não haveria tempo hábil. Mas V. Exª fará o convite, por meio do Presidente, Senador Zeze Perrella, para que os membros da Comissão possam participar dessa importante reunião da Comissão de Relações Exteriores.

O SR. PRESIDENTE (Ricardo Ferraço. Bloco/PMDB – ES) – Nós é que agradecemos a proposta e a sugestão de V. Exª.

Em discussão. (*Pausa.*)

Não havendo quem queira discutir, em votação.

As Srªs e Srs. Senadores que votam favoravelmente permaneçam como se encontram. (*Pausa.*)

Aprovado.

O SR. ROBERTO REQUIÃO (Bloco/PMDB – PR) – Senador Ferraço.

O SR. PRESIDENTE (Ricardo Ferraço. Bloco/PMDB – ES) – Pela ordem, Senador Roberto Requião.

O SR. ROBERTO REQUIÃO (Bloco/PMDB – PR.) – Eu solicitaria à Mesa a leitura, pela Mesa, da declaração à imprensa do Ministro Antonio Patriota, sobre a denúncia de espionagem contra cidadãos brasileiros. Acho que seria interessante que, na abertura de uma reunião como esta, utilizando, inclusive, a TV Senado, a Mesa pudesse levar essa informação ao conhecimento dos brasileiros.

O SR. PRESIDENTE (Ricardo Ferraço. Bloco/PMDB – ES) – Pois não, Senador. Faremos a leitura. Agradeço a contribuição de V. Exª.

O SR. ROBERTO REQUIÃO (Bloco/PMDB – PR) – Temos aqui um ilustre assessor da Comissão para pegar este documento?

O SR. PRESIDENTE (Ricardo Ferraço. Bloco/PMDB – ES) – Requerimento.

REQUERIMENTO DA COMISSÃO DE RELAÇÕES EXTERIORES E DEFESA NACIONAL
Nº 50, DE 2013

Requeiro, nos termos art. 90, inciso V, do Regimento Interno do Senado Federal, c/c o artigo 58, §2º, inciso V, da Constituição Federal, o comparecimento do Ministro de Estado das Relações Exteriores, ANTÔNIO DE AGUIAR PATRIOTA, para prestar os devidos esclarecimentos acerca das denúncias sobre a rede de espionagem montada pelo governo americano em Brasília, bem como de que os meios de comunicação brasileiros foram alvo de monitoramento por parte do governo americano.

Autoria: Senador Aloysio Nunes Ferreira

Requerimento dessa mesma natureza já foi aprovado. Vamos, então, apensar. Já fizemos discussão e votação. Não vejo necessidade de uma nova votação.

Passaremos, então, para o item 4.

REQUERIMENTO DA COMISSÃO DE RELAÇÕES EXTERIORES E DEFESA NACIONAL
Nº 51, DE 2013

Requeiro, nos termos do Inciso II, do art. 93, do Regimento Interno do Senado Federal, a realização de Audiência Pública, no âmbito da Comissão de Relações Exteriores e Defesa Nacional do Senado Federal – CRE, para debater e verificar as providências que estão sendo adotadas, frente às graves denúncias de violação da soberania brasileira, praticada pelo governo dos Estados Unidos, em que cidadãos brasileiros foram objeto de espionagem, via comunicações eletrônicas e telefônicas, por parte de agências de inteligência norte-americanas. Para tratar do tema convidamos o Ministro Chefe do Gabinete de Segurança Institucional da Presidência da República, General de Exército José Elito Carvalho Siqueira, o Ministro das Relações Exteriores, Antonio de Aguiar Patriota e, o Ministro da Defesa, Embaixador Celso Amorim.

Autoria: Senadora Vanessa Grazziotin

Requerimento com essa mesma finalidade também já foi aprovado.

A SRª VANESSA GRAZZIOTIN (Bloco/PCdoB – AM) – O Ministro Celso Amorim também?

O SR. PRESIDENTE (Ricardo Ferraço. Bloco/PMDB – ES) – Sim. No primeiro requerimento, o Ministro Celso Amorim também constava, e já aprovamos. Então, tendo em vista já terem sido acolhidos todos os convidados do item 4, se não houver objeção, passamos ao Requerimento nº 5.

REQUERIMENTO DA COMISSÃO DE RELAÇÕES EXTERIORES E DEFESA NACIONAL
Nº 52, DE 2013

Requeiro, na forma do disposto no art. 90, V, Regimento Interno do Senado Federal e de acordo com o art. 58, § 2º, inciso V, da Constituição Federal, seja convidado a prestar esclarecimentos no Plenário desta Comissão o senhor Ministro-chefe do Gabinete de Segurança Institucional, Gen. José Elito Carvalho Siqueira, a respeito das denúncias de espionagem em registros te-

lefônicos, correio eletrônico e outros meios de transmissão de dados de cidadãos brasileiros por parte da Agência Nacional de Segurança dos Estados Unidos – NSA
Autoria: Senador Randolfe Rodrigues

A diferença é que, neste requerimento, o Senador Randolfe Rodrigues, em lugar de convidar, está convocando.

Em discussão.

A SRª VANESSA GRAZZIOTIN (Bloco/PCdoB – AM) – Sr. Presidente, eu acho que, no que diz respeito à vinda, como nós já votamos, do Ministro das Relações Exteriores, do Ministro de Comunicações, do Ministro da Defesa, entre outras autoridades, não sei, o Senador Randolfe poderia rever os termos, para que o dele também seja apensado e consideremos todos os requerimentos aprovados. É uma sugestão que faço.

O SR. PRESIDENTE (Ricardo Ferraço. Bloco/PMDB – ES) – A diferença é que este requerimento é de convocação.

A SRª VANESSA GRAZZIOTIN (Bloco/PCdoB – AM) – Então, faço a ele a sugestão, para ver se ele não poderia transformar em convite, porque penso que, neste primeiro momento, seria importante o convite. E, caso não tenhamos o convite atendido, aí sim, acho que todos apoiaremos a convocação. Não sei, Senador. É uma sugestão ao Senador Randolfe.

O SR. PRESIDENTE (Ricardo Ferraço. Bloco/PMDB – ES) – Consulto o Senador Randolfe, na condição de autor, se deseja refletir ou manter a convocação. A palavra é de V. Exª.

O SR. RANDOLFE RODRIGUES (Bloco/PSOL – AP) – Presidente, a minha preocupação é somente uma: diante da emergência dos fatos, é importante nós ouvirmos o conjunto dessas autoridades ainda esta semana. Se o conjunto das autoridades e a assessoria dos Ministérios nos informarem que há possibilidade de essas autoridades estarem presentes a esta Comissão de Relações Exteriores, nesta semana, na data indicada por V. Exª, quinta-feira, não tenho nada a opor. Nós poderemos converter em convite.

O SR. PRESIDENTE (Ricardo Ferraço. Bloco/PMDB – ES) – Esta Presidência não pode dar essa garantia. A Presidência estará, de forma determinada, envidando esforços para que isso aconteça, até pela tempestividade do tema, mas eu, pessoalmente, não posso garantir.

O SR. PEDRO SIMON (Bloco/PMDB – RS) – Sr. Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Ricardo Ferraço. Bloco/PMDB – ES) – Concedo a palavra ao eminente Senador Pedro Simon.

O SR. PEDRO SIMON (Bloco/PMDB – RS) – Há momentos em que há até uma briga entre Governo e Oposição quanto a convidar e convocar, mas eu acho que aqui é diferente, com todo o respeito. A questão é de uma seriedade, a importância é tão real que eu acho que devemos convocar, até porque o Sr. Ministro tem um série de compromissos, coisas para fazer. Se for convidado, ele pode dizer: "Eu aceito o convite", mas não aparecer aqui na quinta-feira da semana que vem. Agora, o assunto é tão importante, como diz V. Exª, que deve ser esta quinta-feira. Então, eu vejo que, neste caso, não está havendo uma disputa entre querer convocar, porque quer mostrar oposição, ou não. É a importância do fato, a hora do fato. E a convocação deve ser recebida com a maior compreensão, porque não há nada de mais, a não ser a urgência da matéria. Com toda a sinceridade, eu sou a favor de ficar como está o requerimento: convocar.

O SR. PRESIDENTE (Ricardo Ferraço. Bloco/PMDB – ES) – Em discussão, o requerimento.

O SR. RANDOLFE RODRIGUES (Bloco/PSOL – AP) – Presidente, só me permita...

O SR. PRESIDENTE (Ricardo Ferraço. Bloco/PMDB – ES) – Pois não, Senador Randolfe.

O SR. RANDOLFE RODRIGUES (Bloco/PSOL – AP) – É só para ponderar o seguinte: essa questão que está em debate não me parece que esteja dividida entre Governo e oposição, como muito bem disse o Senador Pedro Simon. Essa é uma questão de Estado nacional. Está sendo colocada em debate a soberania do Estado brasileiro. Eu, como brasileiro, me senti aviltado pelas manchetes que vi, desde o último domingo, no noticiário nacional.

O Senado da República é a mais alta Casa Legislativa do País, e cabe a esta Comissão, Comissão de Relações Exteriores e Defesa Nacional, ouvir das autoridades nacionais as respostas que o Poder Executivo do nosso País, que é o guardião da soberania nacional, tem a dar a Nação sobre o acinte que foi cometido contra a nossa soberania.

Portanto, é o seguinte: eu reitero que até concordo – quero até aqui deixar isso – com a conversão, desde que essa implique numa confirmação, neste momento, numa assertiva, neste momento, numa afirmação, neste momento, de que as autoridades elencadas, as autoridades citadas estarão na Comissão de Relações Exteriores e Defesa Nacional da mais alta Casa Legislativa do País, presentes, na quinta-feira, para trazer as explicações que a Nação quer ouvir.

O SR. PRESIDENTE (Ricardo Ferraço. Bloco/PMDB – ES) – Concedo a palavra ao Senador Roberto Requião...

A SRª VANESSA GRAZZIOTIN (Bloco/PCdoB – AM) – Eu me inscrevo também, Sr. Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Ricardo Ferraço. Bloco/PMDB – ES) – ... em seguida, ao Senador Lindbergh; posteriormente, à Senadora Vanessa; e, finalmente, ao Senador Eduardo Suplicy.

A palavra é de V. Exª, Senador Roberto Requião.

O SR. ROBERTO REQUIÃO (Bloco/PMDB – PR) – Eu acredito que a mesma indignação que nos move, a indignação do Senador Pedro Simon e do Senador Randolfe, é também a indignação dos nossos Ministros. Mas quanto à convocação e ao convite, nós temos um impasse regimental. Pelo que sinto e pelas informações que tenho, embora não oficiais, os Ministros virão à Comissão na quinta-feira. Agora, se fizermos uma convocação, o Regimento dá 30 dias para eles responderem se vêm ou não vêm.

O SR. PRESIDENTE (Ricardo Ferraço. Bloco/PMDB – ES) – Têm até 30 dias, até 30.

O SR. ROBERTO REQUIÃO (Bloco/PMDB – PR) – Então, eu acho que, por um problema de economia processual, vamos manter o convite, e eu tenho certeza que estarão aqui – uma certeza pessoal, pelo menos.

O SR. PRESIDENTE (Ricardo Ferraço. Bloco/PMDB – ES) – Senador Lindbergh.

O SR. LINDBERGH FARIAS (Bloco/PT – RJ) – Era nesse sentido de dizer ao Senador Randolfe que a convocação dá um direito de até 30 dias. E a situação é tão grave, Senador Randolfe, que todos virão. Eu acho que esta Comissão de Relações Exteriores não deve ter dúvidas quanto a isso, pelo peso e pela gravidade das denúncias. Então, queria fazer esse apelo. Eu tenho certeza que faremos uma audiência pública aqui muito representativa na próxima quinta-feira.

O SR. PRESIDENTE (Ricardo Ferraço. Bloco/PMDB – ES) – Senador Eduardo Suplicy.

A SRª VANESSA GRAZZIOTIN (Bloco/PCdoB – AM) – V. Exª me pulou.

O SR. EDUARDO SUPLICY (Bloco/PT – SP) – A Senadora Vanessa é prioritária.

O SR. PRESIDENTE (Ricardo Ferraço. Bloco/PMDB – ES) – Perdão, Senador Eduardo Suplicy. Eu peço desculpas a V. Exª, mas, Senadora Vanessa, a palavra é de V. Exª. V. Exª já interrompeu o Senador Suplicy. Agora, fale.

O SR. EDUARDO SUPLICY (Bloco/PT – SP) – Presidente Ricardo Ferraço, eu não tenho condição de falar antes da Senadora Vanessa Grazziotin.

O SR. PRESIDENTE (Ricardo Ferraço. Bloco/PMDB – ES) – Eu também, se fosse V. Exª, não faria isso. A palavra é de V. Exª.

O SR. EDUARDO SUPLICY (Bloco/PT – SP) – Eu não falarei.

O SR. PRESIDENTE (Ricardo Ferraço. Bloco/PMDB – ES) – Estamos diante de um impasse. O que V. Exª propõe, Senador Roberto Requião?

O SR. ROBERTO REQUIÃO (Bloco/PMDB – PR) – Por economia processual, suprime-se a palavra dos dois. (*Risos.*)

A SRª VANESSA GRAZZIOTIN (Bloco/PCdoB – AM) – Ele fala.

O SR. EDUARDO SUPLICY (Bloco/PT – SP) – Eu quero também aqui externar o meu apelo ao Senador Randolfe Rodrigues. Primeiro, quero dizer que estava falando na tribuna do Senado e perdi a votação do primeiro requerimento já aprovado, do Senador Aloysio Nunes. Quero expressar o meu apoio a esse requerimento, e também aos dos demais Senadores que convidaram as autoridades mencionadas. Eu tenho a convicção de que há intenção deles de estarem aqui o quanto antes, eu dou aqui a minha palavra ao Senador Randolfe Rodrigues. Não é necessário transformar de convite para convocação, porque certamente eles estarão dispostos. É do interesse da Presidenta Dilma Rousseff, que expressou inclusive a sua manifestação de desacordo com a maneira como o governo norte-americano está quebrando o direito constitucional e violando correspondências, comunicações, telefonemas. E nós precisamos saber melhor tudo que efetivamente ocorreu.

E também encaminho a V. Exª requerimento semelhante ao que os Senadores Roberto Requião e Lindbergh Farias apresentaram, relativamente a um voto de censura ao governo dos Estados Unidos da América em razão das atividades da National Security Agency. Então, também o encaminho a V. Exª, para que seja apreciado junto com aqueles outros dois.

O SR. PRESIDENTE (Ricardo Ferraço. Bloco/PMDB – ES) – Pois não. Vamos incluí-lo extrapauta.

Passo finalmente a palavra, com as minhas desculpas formais, à Senadora Vanessa Grazziotin.

A SRª VANESSA GRAZZIOTIN (Bloco/PCdoB – AM) – Imagine! Desculpado, Sr. Presidente. Eu só quero dizer que faço das palavras do Senador Suplicy as minhas palavras. Muito obrigada.

O SR. PRESIDENTE (Ricardo Ferraço. Bloco/PMDB – ES) – Continua em discussão.

O SR. RANDOLFE RODRIGUES (Bloco/PSOL – AP) – Não, Presidente, diante de tantas garantias afirmadas, dadas...

O SR. PRESIDENTE (Ricardo Ferraço. Bloco/PMDB – ES) – Item 5, que requer, com base no art. 58, inciso III, da Constituição Federal, seja convocado a prestar esclarecimentos no plenário desta Comissão o Sr. Ministro de Estado das Relações Exteriores, An-

tonio de Aguiar Patriota, de autoria do Senador Randolfe Rodrigues.

Em discussão. (*Pausa.*)

Não havendo quem queira discutir...

O SR. RANDOLFE RODRIGUES (Bloco/PSOL – AP) – Da mesma forma que o anterior, Sr. Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Ricardo Ferraço. Bloco/PMDB – ES) – V. Exª está retirando?

O SR. RANDOLFE RODRIGUES (Bloco/PSOL – AP) – Não, fazendo alteração, tal qual...

O SR. PRESIDENTE (Ricardo Ferraço. Bloco/PMDB – ES) – Convocado já temos.

O SR. RANDOLFE RODRIGUES (Bloco/PSOL – AP) – Perfeito. É a mesma alteração do anterior.

O SR. PRESIDENTE (Ricardo Ferraço. Bloco/PMDB – ES) – Então mantemos sobrestado, enquanto o convite estiver sendo...

O SR. EDUARDO SUPLICY (Bloco/PT – SP) – Fica transformado em convite pela palavra do autor.

O SR. PRESIDENTE (Ricardo Ferraço. Bloco/PMDB – ES) – Item 7.

De igual forma, requer a convocação do Sr. Ministro das Comunicações, Paulo Bernardo.

Consulto V. Exª se quer proceder de igual maneira.

O SR. RANDOLFE RODRIGUES (Bloco/PSOL – AP) – De igual forma.

(É o seguinte o item apensado:)

REQUERIMENTO DA COMISSÃO DE RELAÇÕES EXTERIORES E DEFESA NACIONAL
Nº 54, DE 2013

Requeiro, na forma do disposto no art. 90, V, Regimento Interno do Senado Federal e de acordo com o art. 58, § 2º, inciso V, da Constituição Federal, seja convidado a prestar esclarecimentos no Plenário desta Comissão o senhor Ministro de Estado das Comunicações, Paulo Bernardo a respeito das denúncias de espionagem em registros telefônicos, correio eletrônico e outros meios de transmissão de dados de cidadãos brasileiros por parte da Agência Nacional de Segurança dos Estados Unidos – NSA
Autoria: Senador Randolfe Rodrigues)

O SR. PRESIDENTE (Ricardo Ferraço. Bloco/PMDB – ES) – Item 8, do Senador Randolfe Rodrigues. Já há requerimento aprovado de convite ao Sr. Embaixador Thomas Shannon.

O SR. RANDOLFE RODRIGUES (Bloco/PSOL – AP) – Esse, se possível convocar, seria até melhor. Mas, como não é possível, regimentalmente...

O SR. PRESIDENTE (Ricardo Ferraço. Bloco/PMDB – ES) – Esse, infelizmente, não é possível.

O SR. ALOYSIO NUNES FERREIRA (Bloco/PSDB – SP) – Sr. Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Ricardo Ferraço. Bloco/PMDB – ES) – Senador Aloysio Nunes Ferreira.

O SR. ALOYSIO NUNES FERREIRA (Bloco/PSDB – SP) – É usual convocar os embaixadores?

O SR. PRESIDENTE (Ricardo Ferraço. Bloco/PMDB – ES) – Convocar, não, convidar.

O SR. ALOYSIO NUNES FERREIRA (Bloco/PSDB – SP) – Ou convidar?

O SR. PRESIDENTE (Ricardo Ferraço. Bloco/PMDB – ES) – Convidar, sim. Já convidamos aqui, em circunstâncias outras, o Embaixador da Venezuela, o Embaixador da Bolívia. Evidentemente, acredito ser do interesse do próprio embaixador nos honrar com a sua presença, para que nós possamos fazer um diálogo em mais alto nível a respeito desse tema. Julgo ser do interesse do embaixador.

Evidentemente, esse convite não implica numa obrigação. Mas um convite nós podemos fazer.

O SR. ALOYSIO NUNES FERREIRA (Bloco/PSDB – SP) – A minha indagação é se há precedentes para esse procedimento.

O SR. PRESIDENTE (Ricardo Ferraço. Bloco/PMDB – ES) – Há precedentes.

No caso do conflito com a Bolívia, nós assim procedemos. Aprovamos requerimento, aqui nesta Comissão, convidando o Embaixador. Ele não veio, mas nós o convidamos.

Como nós julgamos que é do interesse do Embaixador, quero crer que ele poderá vir a esta Comissão, o que dará, seguramente, ao Senado e a esta Comissão, muita honra.

Não estamos dispostos é a ter um tipo de comportamento com a Bolívia e outro tipo de comportamento com os Estados Unidos. Eu acho que é importante que tenhamos...

O SR. ALOYSIO NUNES FERREIRA (Bloco/PSDB – SP) – Não, não é isso que estou pleiteando.

O SR. PRESIDENTE (Ricardo Ferraço. Bloco/PMDB – ES) – Eu entendi V. Exª.

O SR. ALOYSIO NUNES FERREIRA (Bloco/PSDB – SP) – Eu só queria saber se há precedente.

O SR. PRESIDENTE (Ricardo Ferraço. Bloco/PMDB – ES) – O precedente é este que acabo de afirmar a V. Exª.

Requeiro, na forma do disposto no art. 90 do Regimento Interno do Senado, de acordo com o art. 58, § 2º, que seja convidado o jornalista Glenn ***Greenwald a comparecer ao plenário desta Comissão de Relações Exteriores e Defesa Nacional.***

Também já há convite dessa natureza, reiterado.

Os Srs. Senadores que aprovam permaneçam como se encontram. (*Pausa.*)

Aprovado.

(É o seguinte o item aprovado:)

REQUERIMENTO DA COMISSÃO DE RELAÇÕES EXTERIORES E DEFESA NACIONAL
Nº 56, DE 2013

Requeiro, na forma do disposto no art. 90, V, Regimento Interno do Senado Federal e de acordo com o art. 58, § 2º, inciso V, da Constituição Federal, seja o jornalista estadunidense Glenn Greenwald, convidado a comparecer ao Plenário desta Comissão de Relações Exteriores e Defesa Nacional com a finalidade de trazer novos dados a respeito das denúncias de espionagem em registros telefônicos, correio eletrônico e outros meios de transmissão de dados de cidadãos brasileiros por parte da Agência Nacional de Segurança dos Estados Unidos – NSA.

Autoria: Senador Randolfe Rodrigues)

Portanto, todos os requerimentos foram transformados em convite.

A partir deste instante, em nome da Comissão, farei todo o esforço pessoal, conversando com cada um dos Srs. Ministros, para que, na nossa reunião ordinária de quinta-feira, quando teríamos uma audiência pública para discutir a implantação de um importante programa chamado Sisfron, que é o Programa Integrado de Monitoramento das Fronteiras, nós transformemos esta Comissão, portanto, numa audiência pública, para ouvirmos as autoridades...

O SR. ALOYSIO NUNES FERREIRA (Bloco/PSDB – SP) – Sobre o monitoramento do Brasil pelos Estados Unidos.

O SR. PRESIDENTE (Ricardo Ferraço. Bloco/PMDB – ES) – ... sobre o eventual monitoramento.

O SR. RANDOLFE RODRIGUES (Bloco/PSOL – AP) – Presidente, me permita, posteriormente aos requerimentos, quando V. Exª terminar.

O SR. PRESIDENTE (Ricardo Ferraço. Bloco/PMDB – ES) – Requeiro, nos termos regimentais, seja encaminhada à Presidência da República moção de apoio ao pedido de asilo do cidadão americano Edward Snowden, que se encontra refugiado em aeroporto da Federação russa por ter revelado ao mundo esquema de espionagem perpetrado pela Agência de Serviço norte-americana e pela CIA.

Nós vamos apenas sugerir a substituição de moção por voto de apoio, para fazer apenas uma adequação regimental.

O SR. RANDOLFE RODRIGUES (Bloco/PSOL – AP) – Perfeito. Acatado, Sr. Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Ricardo Ferraço. Bloco/PMDB – ES) – Este requerimento é de autoria do Senador Randolfe Rodrigues.

Eu passo a palavra a V. Exª, se desejar sustentar, ou podemos passar à discussão e votação.

O SR. RANDOLFE RODRIGUES (Bloco/PSOL – AP) – Sr. Presidente, inicialmente, quero acatar a conversão para voto de apoio, figura regimental mais adequada. Mas eu considero necessária esta manifestação por parte desta Comissão de Relações Exteriores.

Veja, Sr. Presidente, o que nos foi revelado no final de semana, o que é notório, é que esse cidadão tem informações que dizem respeito à segurança nacional.

As informações reveladas pelo jornalista Glenn Greenwald no jornal *O Globo* do último final de semana e noticiadas ainda ontem dão conta de que as informações anteriormente prestadas pelo Sr. Edward Snowden não são somente informações que diziam respeito à segurança dos Estados Unidos. São informações que dizem respeito à existência de uma base de espionagem americana na Capital da República brasileira, ou seja, aqui, sob os olhares da nossa Agência Brasileira de Inteligência. Dizem respeito à interceptação de *e-mails* de cidadãos brasileiros, de empresas brasileiras; à interceptação de informações do Estado brasileiro. Portanto, existe esse cidadão, esse Sr. Edward Snowden, que possui informações de interesse da Segurança brasileira.

E as informações que nos chegam dão conta de que esse cidadão, neste momento refugiado em um aeroporto da Federação Russa, solicitou a concessão de asilo a 27 países. As informações não oficiais dão conta de que, dentre esses 27 países – e era importante termos uma informação oficial do Itamaraty –, está o Brasil.

As informações também nos dão conta de que, dos 27 países aos quais foi pedido asilo, somente a Venezuela, a Nicarágua, o Equador e a Bolívia responderam com o "sim" ao pedido de asilo. Inclusive, ainda ontem, foi confirmada pelo governo da Venezuela a concessão da carta de asilo.

A moção-voto que aqui nós propomos é que esta Comissão de Relações Exteriores do Senado Federal encaminhe à Presidência da República a sua manifestação dizendo que, em decorrência de esse cidadão possuir informações importantes para a segurança do nosso País, importantes para as nossas informações, pelo conjunto que corresponde à própria segurança

desse cidadão e pela tradição diplomática que o Brasil tem de conceder asilo político...

E o caso se refere claramente à necessidade de concessão de asilo político a alguém que está sob ameaça, porque se trata concretamente da necessidade de asilo político a alguém que tem informações necessárias para o mundo. E até agora poucas nações tiveram coragem de se colocar no rol das nações que se habilitam à concessão de asilo a esse cidadão.

Então, que o Brasil, mesmo que não tenha sido consultado, e mesmo que não esteja no rol das nações às quais foi pedido asilo, se inscreva no rol das nações a conceder asilo ao Sr. Edward Snowden.

Então, é este o pedido de voto e de moção que apresentamos à Comissão de Relações Exteriores e Defesa Nacional.

O SR. LINDBERGH FARIAS (Bloco/PT – RJ) – Sr. Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Ricardo Ferraço. Bloco/PMDB – ES) – Senador Lindbergh, a palavra é de V. Exª.

O SR. LINDBERGH FARIAS (Bloco/PT – RJ) – Tudo indica, Senador Randolfe – a imprensa agora está noticiando –, que o Snowden aceitou o asilo oferecido pela Venezuela. Mas, sinceramente, eu acho importante a aprovação de uma moção como essa.

Ontem, vários Senadores subiram à tribuna do plenário do Senado Federal. Esse jovem de 29 anos, que colocou a sua vida em risco, vai ser perseguido por toda a sua vida por denunciar um esquema de espionagem a cidadãos de todo o mundo. Ele merece isso aqui por parte do Senado Federal.

Eu acho que a aprovação, Senador Randolfe, se for feita por este Senado Federal, apesar de ele já ter aceitado o asilo da Venezuela, funciona um pouco como uma moção de solidariedade do Senado Federal a esse jovem que, volto a dizer, reforçando as palavras do Senador Roberto Requião, vai entrar para a história como um herói, como alguém que defendeu as liberdades democráticas no mundo.

Então, eu acho que seria um gesto importante por parte desta Comissão, apesar de já ter havido a aceitação do asilo da Venezuela, a aprovação da moção do Senador Randolfe.

O SR. PRESIDENTE (Ricardo Ferraço. Bloco/PMDB – ES) – Em discussão.

Com a palavra, o Senador Eduardo Suplicy.

O SR. EDUARDO SUPLICY (Bloco/PT – SP) – Sr. Presidente, Senador Ricardo Ferraço, eu tenho admiração e amizade pelos cidadãos dos Estados Unidos, a maior admiração pelo Presidente Barack Obama, e aqui faço um apelo de compreensão por parte do Presidente Barack Obama.

Tenho observado as entrevistas de Edward Snowden, que avalia que se considera um patriota, um norte-americano, mas que, quando observou que havia ilegalidades sendo cometidas, se viu no dever de consciência de revelá-las ao mundo. E prestou, sem dúvida, um serviço ao Brasil e a todas as demais nações onde os direitos de brasileiros estão sendo violados.

Então, acredito que nós que expressamos a nossa solidariedade ao povo norte-americano quando ali atos de terrorismo, por exemplo, destruíram as torres de Nova York e atingiram o Pentágono, causando tantas mortes, da mesma maneira que ali expressamos a nossa solidariedade, aqui é o momento de expressar, sim, a solidariedade e pedir à nossa Presidenta Dilma Rousseff que conceda o asilo político a Edward Snowden se ele aqui desejar permanecer.

Mas acrescento também a minha sugestão ao Presidente Barack Obama que conceda a anistia por qualquer falta que, segundo a legislação norte-americana, tenha sido cometida pelo fato de ele ter feito a revelação de episódios tão importantes, que significam a violação de direitos para pessoas da humanidade.

Obrigado.

O SR. PRESIDENTE (Ricardo Ferraço. Bloco/PMDB – ES) – Não havendo mais quem queira discutir, em votação.

As Srªs e os Srs. Senadores que votam favoravelmente permaneçam como se encontram. (*Pausa.*)

Aprovado o voto de apoio à concessão de asilo político ao cidadão americano Edward Snowden, em nome da Comissão de Relações Exteriores.

(É o seguinte o requerimento aprovado:)

REQUERIMENTO DA COMISSÃO DE RELAÇÕES EXTERIORES E DEFESA NACIONAL
Nº 57, DE 2013

Requeiro, nos termos regimentais, seja encaminhada à Presidência da República, voto de apoio ao pedido de asilo do cidadão americano Edward Snowden, que se encontra refugiado em aeroporto da Federação Russa por ter revelado ao mundo esquema de espionagem perpetrado pela NSA e pela CIA.
Autoria: Senador Randolfe Rodrigues)

Requerimento.

REQUERIMENTO DA COMISSÃO DE RELAÇÕES EXTERIORES E DEFESA NACIONAL
Nº 59, DE 2013

Requeiro, nos termos do artigo 223 do Regimento Interno, seja apresentado voto de

censura ao governo dos Estados Unidos da América (EUA), em razão das atividades da National Security Agency (NSA) no País, as quais violam direitos de empresas e cidadãos brasileiros e atentam contra a soberania nacional.

Autoria: Senador Roberto Requião

O requerimento é da lavra do Senador Roberto Requião e do Senador Lindbergh Farias.

Concedo a palavra a S. Exªs, se assim o desejarem, para fazerem a sustentação do requerimento.

O SR. ROBERTO REQUIÃO (Bloco/PMDB – PR) – Presidente, eu acho fundamental que o requerimento anterior que nós aprovamos seja considerado como uma homenagem ao espírito libertário do povo norte-americano.

Quando nós estabelecemos uma posição favorável à concessão do asilo no Brasil ao Edward Snowden, estamos homenageando o espírito libertário, o espírito que construiu os Estados Unidos da América. Ora, ao mesmo tempo, fazemos uma censura a uma atitude episódica de um governo que é mais um governo na história.

Eu tenho certeza de que, no futuro, no rol dos grandes heróis da democracia norte-americana, da contribuição para a liberdade no mundo, figurará o nome do Edward Snowden.

E este requerimento é, simplesmente, na verdade, uma complementação do primeiro. Nós homenageamos o povo norte-americano e censuramos a atitude de um governo episódico.

O SR. PRESIDENTE (Ricardo Ferraço. Bloco/PMDB – ES) – Senador Lindbergh.

Continua a discussão.

Com a palavra, o Senador Inácio Arruda.

O SR. INÁCIO ARRUDA (Bloco/PCdoB – CE) – Sr. Presidente, eu quero subscrever esses requerimentos todos, em homenagem a essa luta mundial pelo direito à liberdade de expressão do pensamento, das pessoas e da informação.

O estranho é que, assim que os americanos ficaram independentes, eles construíram logo o Capitólio, copiando aquele prédio do Império Romano, para dizer que vieram ao mundo. É exatamente por isso que buscam bisbilhotar a vida de todo mundo.

Eu acho que é uma atitude corajosa da nossa Comissão enfrentar esse debate com a altivez de um país soberano. Acho que é assim que devemos proceder nessas matérias.

O SR. PRESIDENTE (Ricardo Ferraço. Bloco/PMDB – ES) – Agradeço a V. Exª.

Continua a discussão.

Com a palavra, o Senador Randolfe Rodrigues.

O SR. RANDOLFE RODRIGUES (Bloco/PSOL – AP) – É para cumprimentar V. Exª, Presidente, pela celeridade. Ontem V. Exª, de imediato, convocou extraordinariamente esta Comissão. Tão logo teve conhecimento dos fatos, dos acontecimentos, foi célere em convocá-la. E V. Exª faz desta reunião uma reunião histórica, colocando o Senado Federal de pé para reagir à altura, como deve fazer a mais alta Casa Legislativa do Brasil diante do que considero uma agressão, como nosso País tem sido agredido, com requerimentos de força, convidando, convocando as autoridades do Executivo e aprovando requerimentos de força em relação à agressão de que nosso País tem sido vítima.

Na verdade, nesse último requerimento, também de força – como o Senador Requião disse, complementar ao anterior –, eu quero cumprimentar V. Exª pela celeridade nas ações, na resposta, que é como deve se comportar esta Comissão. Então, a fala de agora é somente para cumprimentar V. Exª.

O SR. PRESIDENTE (Ricardo Ferraço. Bloco/PMDB – ES) – Agradeço a gentileza de V. Exª.

Em votação.

As Srªs e os Srs. Senadores que votam favoravelmente a este voto de censura permaneçam como se encontram. (*Pausa.*)

Aprovado.

O SR. CÍCERO LUCENA (Bloco/PSDB – PB) – Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Renan Calheiros. Bloco/PMDB – AL) – Pois não, Senador Cícero.

O SR. CÍCERO LUCENA (Bloco/PSDB – PB) – Presidente, hoje pela manhã, o Senador Flexa já colocou, mas eu faço essa solicitação a V. Exª, como essas audiências sobre esse tema têm total correlação com a Comissão de Ciência e Tecnologia, houve o pedido do nosso Presidente, que não é membro aqui, mas pediu que o representássemos, no sentido de que, sempre que esses requerimentos de audiência forem aprovados, a CCT, como gostaria, faça a reunião em conjunto.

O SR. PRESIDENTE (Ricardo Ferraço. Bloco/PMDB – ES) – Vamos fazer de forma conjunta, até para otimizar os esforços da Casa. Agradeço a contribuição de V. Exª e assim procederemos.

Requerimento de autoria do Senador Lindbergh considerando as denúncias...

O SR. LINDBERGH FARIAS (Bloco/PT – RJ) – Explique.

O SR. PRESIDENTE (Ricardo Ferraço. Bloco/PMDB – ES) – V. Exª pode explicar. A palavra é de V. Exª.

O SR. LINDBERGH FARIAS (Bloco/PT – RJ) – Senador Ricardo Ferraço, é bem rápido.

Pelas denúncias que foram apresentadas no jornal *O Globo,* há duas bases em Brasília e em Nova

Délhi. Uma base aqui em Brasília, com funcionários da NSA e da CIA.

Eu sinceramente não acredito – isso em 2002 – que o Governo brasileiro tenha, de alguma forma, autorizado o funcionamento dessas atividades aqui em Brasília. De qualquer forma, para desencargo de consciência, estou apresentando um requerimento de informações ao Ministério da Defesa, ao Ministério da Justiça, ao Ministro-Chefe do Gabinete de Segurança Institucional, para saber se o Estado brasileiro autorizou, de alguma forma, que houvesse aquela operação aqui em Brasília.

Então, espero que a resposta seja negativa. Mas estou apresentando aqui este requerimento de informações, que eu sei que vai ter que ser apresentado no plenário do Senado Federal também.

O SR. PRESIDENTE (Ricardo Ferraço. Bloco/PMDB – ES) – Em votação o requerimento do eminente Senador Lindbergh.

As Srªs e os Srs. Senadores que votam favoravelmente, permaneçam como se encontram. (*Pausa.*)

Aprovado.

(É o seguinte o requerimento aprovado:)

REQUERIMENTO DA COMISSÃO DE RELAÇÕES EXTERIORES E DEFESA NACIONAL
Nº 58, DE 2013

Requer-se, com fundamento no §2º do art. 50 da Constituição Federal, e no art. 216 do Regimento Interno do Senador Federal, seja o presente requerimento de informações encaminhado ao Excelentíssimo Ministro da Justiça, ao Excelentíssimo Ministro da Defesa e ao Excelentíssimo Ministro-Chefe do Gabinete de Segurança Institucional da Presidência da República, para que prestem as seguintes informações:

• Se o Estado Brasileiro autorizou, por qualquer espécie de ato ou decisão oficial, o Governo dos Estados Unidos da América a instalar em território nacional escritório dedicado a atividades de inteligência, informação e contrainformação e/ou espionagem; e

• Em caso positivo, pede-se informar:

Quando, precisamente, ocorreu essa autorização;

Qual sua abrangência – quais as atividades autorizadas, com quais restrições, em que circunstâncias; e

Qual a autoridade responsável pela autorização.

Esclareça-se, por pertinente, que a competência deste Congresso Nacional para fiscalizar a atuação do Poder Executivo abrange informações porventura classificadas como sigilosas, que deverão ainda assim ser encaminhadas a esta Casa na forma da Lei.

Autoria: Senador Lindbergh Farias)

Temos aqui, de autoria do Senador Eduardo Suplicy, um requerimento já aprovado.

Solicito que V. Exª possa subscrever.

O SR. EDUARDO SUPLICY (Bloco/PT – SP) – Que seja considerado como apenso aos demais, Sr. Presidente, já que é similar ou igual ao do Senador Lindbergh e Roberto Requião.

O SR. PRESIDENTE (Ricardo Ferraço. Bloco/PMDB – ES) – E do Senador Cícero Lucena, requerimento solicitando que as matérias possam se dar de forma conjunta.

Nós assim procederemos.

Agradeço a S. Exª pela contribuição.

(São os seguintes os requerimento apensados:)

REQUERIMENTO DA COMISSÃO DE RELAÇÕES EXTERIORES E DEFESA NACIONAL
Nº 60, DE 2013

Requeiro, nos termos do artigo 223 do Regimento Interno, seja apresentado voto de censura ao governo dos Estados Unidos da América (EUA), em razão das atividades da National Security Agency (NSA) no País, as quais violam direitos de empresas e cidadãos brasileiros e atentam contra a soberania nacional.

Autoria: Senador Eduardo Suplicy

REQUERIMENTO DA COMISSÃO DE RELAÇÕES EXTERIORES E DEFESA NACIONAL
Nº 61, DE 2013

Requeiro, nos termos do art. 50 da Constituição Federal combinado com o art. 397 do Regimento Interno do Senado Federal, que todas as audiências envolvendo a questão de espionagem americana no Brasil no âmbito desta Comissão de Relações Exteriores (CRE), sejam feitas conjuntamente com a Comissão de Ciência, Tecnologia, Inovação, Comunicação e Informática (CCT).

Autoria: Senador Cícero Lucena

Não havendo mais requerimento, nós vamos passar à leitura, a pedido, por indicação do Senador

Roberto Requião, da declaração concedida à imprensa pelo Sr. Ministro Antonio Patriota sobre as denúncias de espionagem contra cidadãos brasileiros.

> *Transmite teor da declaração à imprensa do Ministro das Relações Exteriores, Antonio Aguiar Patriota, feita hoje, sobre a denúncia de que cidadãos brasileiros foram objeto de espionagem por parte de agências de inteligência norte-americanas.*
> *O Governo brasileiro recebeu com grave preocupação a notícia de que as comunicações eletrônicas e telefônicas de cidadãos brasileiros estariam sendo objeto de espionagem por órgãos de inteligência norte-americanos.*
> *O Governo brasileiro solicitou esclarecimentos ao Governo norte-americano por intermédio da Embaixada do Brasil em Washington, assim como ao Sr. Embaixador dos Estados Unidos no Brasil.*
> *O Governo brasileiro promoverá no âmbito da União Internacional de Telecomunicações* (*UIT*)*, em Genebra, o aperfeiçoamento de regras multilaterais sobre segurança das telecomunicações. Além disso, o Brasil lançará nas Nações Unidas iniciativas com o objetivo de proibir abusos e impedir a invasão da privacidade dos usuários das redes virtuais de comunicação, estabelecendo normas claras de comportamento dos Estados na área de informação e telecomunicações, para garantir segurança cibernética que proteja os direitos dos cidadãos e preserve a soberania de todos os países.*
> *Assinado, o Sr. Chanceler Antonio Patriota*

Bem, essa primeira etapa da nossa reunião está concluída.

Nós passamos, agora, à segunda etapa da reunião, para a construção de uma audiência pública, por indicação do Senador Roberto Requião, oportunidade em que estaremos discutindo esforços para ampliar a integração em todos os níveis da América do Sul.

Eu convido, portanto, na condição de autor, o Senador Roberto Requião, para que possa dirigir os trabalhos dessa Comissão e receber os nossos convidados, que trarão aqui sua experiência para o desenvolvimento deste que, seguramente, é mais um importante debate.

Encontra-se conosco aqui o Embaixador Samuel Pinheiro Guimarães, que nós queremos convidar à mesa, e, de igual forma, o Prof. Marco Aurélio.

O SR. PRESIDENTE (Roberto Requião. Bloco/PMDB – PR) – Eu peço à assessoria da Comissão que traga ao Plenário: o Embaixador Samuel Pinheiro Guimarães; o Assessor-Chefe Especial para Assuntos Internacionais da Presidência da República, Marco Aurélio Garcia; o economista José Carlos de Assis, Presidente do Instituto de Estudos Estratégicos para a Integração da América do Sul; e a Conselheira da Embaixada da Argentina, Ana Tito, representante do Embaixador da República Argentina, Luis Maria Kreckler.

A finalidade desta audiência pública é discutir um projeto que, aprovado no Senado e no Congresso brasileiro, será discutido e, talvez – é a nossa intenção –, aprovado também nos países do Mercosul, estabelecendo subsídios cruzados para a integração via participação de empresas da iniciativa privada na nossa economia.

Esse projeto foi formulado pela minha assessoria econômica do gabinete como um substitutivo a um projeto que já existia, e o mentor desta formulação é o economista José Carlos de Assis.

Então, a mim parece que seria interessante que, no início desta reunião, fosse feita uma introdução esclarecedora do economista José Carlos de Assis.

Agora, por outro lado, eu quero fazer a observação aqui da advertência que o Senador Paulo Bauer me fez agora, quando sentei à Mesa, do perigo que nós corremos, depois desta reunião da Comissão de Relações Exteriores, de nunca mais, Senador Pedro Simon, podermos ir à Disneylândia. É um risco enorme.

Com a palavra, o economista José Carlos de Assis.

O SR. JOSÉ CARLOS DE ASSIS – Senador Requião, muito obrigado.

Eu já, há algum tempo, tenho trabalhado junto com V. Exª na tentativa de contribuir, de alguma forma, para o avanço da integração sul-americana, e um dos aspectos desse esforço é justamente esse projeto que está sendo analisado aqui hoje.

Eu queria colocá-lo dentro de um contexto mais amplo, rapidamente, para acentuar a absoluta necessidade de um projeto desse tipo. Não vou fazer uma exposição sobre a crise mundial, vou partir dela como se apresenta hoje. É uma crise dos países industrializados avançados. Quer dizer, a crise nasceu nos países industrializados avançados, se acentuou dentro dos países industrializados avançados, dentro da Europa, sobretudo, e, tanto no caso Europeu, quanto no caso norte-americano, talvez com a única exceção do caso japonês, é hoje muito mais uma crise travada pelo processo político do que uma crise de ciclo econômico em si.

Hoje a Europa não tem condição de fazer políticas fiscais de expansão da economia. Os Estados Unidos, desde 2010, não têm condições de fazer políticas

fiscais de expansão, porque a tentativa do Obama de fazê-las, em 2010, esbarrou na resistência do Partido Republicano. Se os senhores se lembrarem muito bem, em 2009, houve um esforço fiscal americano de quase US$800 bilhões para fazer retomar a economia.

A economia já estava sendo retomada no fim de 2009, quando houve a reunião do G20 e, em 2010, no primeiro semestre de 2010, no Canadá, em Toronto, por alguns países do G20, sobretudo os líderes do G20: Alemanha; Cameron, na Inglaterra; e Sarkozy ainda no poder na França – o Cameron tinha ganhado a eleição na Inglaterra, tinha despachado do poder um trabalhista, que havia, no início da crise, liderado a ideia de que eram necessárias políticas fiscais expansivas para enfrentar a crise, políticas essas, como eu disse, que estavam dando certo, mas que se reverteram a partir de decisões políticas na Europa, sobretudo comandadas pela Alemanha, na época, pela Inglaterra e pela França.

Essa situação perdura até hoje e, eu vou dizer mais, vai perdurar por muito tempo ainda, porque é uma questão política, não é uma questão econômica. Tem-se o emaranhado da legislação da União Europeia, que se expressa nas decisões da Comissão Europeia, na decisão do Banco Central Europeu, junto com o Fundo Monetário Internacional, de manutenção da recessão. Não podendo fazer políticas expansivas do lado fiscal, por causa da dívida pública, dívida pública essa oriunda da intervenção privada, da articulação privada – essa dívida nasceu privada; ela se tornou pública porque os governos tiveram de salvar os bancos privados –, essa articulação desses três níveis são todas na direção... Quer dizer, esses três níveis quais são? Comissão Europeia, Fundo Monetário Internacional, Banco Central Europeu. Todos eles estão amarrados na mesma institucionalidade – Tratado de Maastricht, Pacto de Estabilidade e Crescimento –, no sentido de contrair fiscalmente as economias para gerar a redução da dívida pública. Isso não tem horizonte definido para acabar, e enquanto não tiver horizonte definido para acabar, o fato é o seguinte: a única política de expansão que eles têm é pelo lado da expansão do comércio exterior, para a realização de superávits comerciais.

Então, a situação que nós temos hoje no mundo é a seguinte: a Europa, desesperadamente, quer ampliar as exportações e reduzir importações; os Estados Unidos têm como programa oficial, já há três anos, a ideia – a ideia não, o fato – de que estão duplicando as exportações em cinco anos; o Japão entrou firmemente, através de desvalorização cambial, num programa de retomada das exportações; e a China continuará sendo uma economia liderada pelas exportações. Então, nós temos o mundo industrializado em peso, mais a China, tentando exportar mais.

Agora, exportar mais para quem? Porque fazer superávit comercial significa que alguém vai ter que fazer o déficit. E quem vai ter que fazer o déficit? Nós já estamos vendo isso.

Por que estamos, este ano, já, com déficit na balança comercial? É reflexo do que está acontecendo no mundo. Nós estamos fazendo déficit comercial, que era uma coisa impensável quatro, cinco anos atrás.

Essa situação vai perdurar por muito tempo, porque não há como mudar a institucionalidade europeia. Não se vai mudar o Tratado de Maastricht, que exige um máximo de déficit e um máximo de dívida pública; não se vai mudar o Pacto de Estabilidade e Crescimento; não se vai mudar o Estatuto do Banco Central Europeu. Tudo isso, para ser mudado, vai exigir a concordância de 17 países simultaneamente. Então, não há como se esperar poeticamente que o ciclo econômico de baixa vá se reverter por conta própria. Não vai, porque politicamente isso está bloqueado.

E a nossa condição nessa situação? Nós só temos uma possibilidade de defesa do nosso sistema produtivo, de nosso sistema econômico: fechar parcialmente a economia. Não há alternativa. Mas nós, realisticamente, não podemos fechar a economia sozinhos. Se tentarmos fazer isso no mundo que, na verdade, retoricamente, diz que não pode haver sistemas fechados comerciais, não pode haver protecionismo, nós seremos colocados como párias pela Organização Mundial do Comércio.

Agora, na condição de bloco econômico articulado com o resto da América do Sul, que vive a mesma situação que nós – é a mesma a situação de Peru, de Chile, de todos eles, que tinham, inclusive, grandes superávits comerciais e já estão caindo os superávits comerciais, porque eram superávits comerciais feitos na base de matéria-prima, na base de produtos primários, de produtos agrícolas e minerais –, todos, com a desaceleração chinesa e a desaceleração europeia, na verdade, a retração européia, estão perdendo exportação e estão, por condição de situações cambiais adversas, aumentando importações. É o que nós estamos fazendo, e é o que eles estão fazendo também. Na condição de um bloco econômico firmemente amarrado, nós podemos ter alguma forma de protecionismo para o nosso mercado.

Por esse projeto que está sendo apresentado, que é um projeto, sobretudo, para a área privada, favorecer a integração, a articulação de cadeias produtivas só será viável dentro de um conceito macroeconômico de proteção do sistema interno do bloco, e isso eu acho que vai ser fruto da pedagogia da realidade. Indepen-

dente do que as pessoas pensam ou do que o Governo pensa, vai ter que acontecer, como na Argentina, por exemplo, houve a desvinculação entre peso e dólar, o que ninguém pensava que seria possível, mas foi possível, por quê? No pico de uma crise. Então, aqui também, de alguma forma, no pico de uma crise que já se vê no horizonte, talvez tenhamos que amarrar um bloco sul-americano de uma forma mais coesa.

Outra coisa que nós temos discutido, que eu gostaria de colocar rapidamente, questão que foi discutida recentemente em Caracas, numa conferência sobre recursos minerais, é que debatíamos como o grande ativo da América do Sul os recursos minerais. Como é que se desenvolvem recursos minerais? Só há uma forma de resolver. Tem-se uma forma colonial, a forma da mina, da ferrovia e do porto. É o enclave. Isso foi o que aconteceu no século XIX e começo do século XX.

Hoje, é claro, que não dá para fazer isso mais. Por quê? Porque nós não queremos continuar exportando matérias-primas, pois não tem valor agregado, não cria emprego de qualidade. Nós temos que aumentar o emprego de qualidade e temos que aumentar o valor agregado dos produtos. Isso só se faz com industrialização básica, transformando os minérios em produtos acabados.

Para fazer isso, o que é que se tem que fazer? Tem que ter mineração, industrialização e, entre as duas, logística. E não há como fazer logística pelo setor privado. Mineração se faz pelo setor privado, industrialização se faz pelo setor privado, logística, quer dizer, estradas, rodovias, ferrovias, só pelo setor público. E para fazer pelo setor público, tem que ter poupança interna pública. Não tem saída. Muita gente tem a ilusão de que se vai fazer por crédito. Não tem base de garantia para crédito. Então, temos que fazer na base do que foi feito nos Estados Unidos.

Nós somos um excelente exemplo do que aconteceu em termos de infraestrutura de transportes até os anos 80, que foi quando entrou o FMI no jogo. Até lá nós tínhamos o imposto vinculado para financiar infraestrutura. E é isso que estamos propondo para a América do Sul, que seria a base da industrialização, à qual seria acrescida, aí sim, essa parte da industrialização de transformação, que é, como o Marco Aurélio disse, o que é muito importante, a indústria de alimentos e várias indústrias intermediárias extremamente importantes, mas a partir de uma base industrial fundamental.

Agora, a pré-condição disso o que é? É ter financiamento público a fundo perdido de estradas e de ferrovias, se for o caso, mas, sobretudo, de estradas de rodagem. Entre a mina e a indústria, tem que ter estrada; entre a indústria e o mercado interno ou o porto, tem que ter estrada. Sem isso, podem esquecer a possibilidade de integração, e isso aí depende fundamentalmente de políticas de Estado.

Nós fizemos, nesse projeto que está sendo discutido, um truque, vamos dizer assim, que é, em vez de se fazer um grande tratado que envolva 12 países simultaneamente, o que vamos começar a discutir hoje e levar 20 anos para concluir, fazer um projeto de iniciativa nossa, sinalizando uma replicação nos demais países. Se é bom para nós, espera-se que seja bom também para os outros países.

Do mesmo jeito, acreditamos que se pode fazer um imposto vinculado sul-americano, que vai servir, e pode servir, como base de garantia para crédito bancário. Só para terem uma ideia, vamos supor que esse imposto gere US$1 bilhão. Como se trata de investimento há 30 anos para fazer rodovias, estradas, ferrovias, pode-se imaginar um investimento de US$30 bilhões sobre uma base de apenas US$1 bilhão por ano. Então há condição de fazer realmente integração.

Com isso, tendo recurso, é aquela história do inspetor: *cherchez l'argent; cherchez la fame.* Aqui, no caso, é *cherchez l'argent*. Procure o criminoso onde está o dinheiro. Neste caso aqui é procurar realmente onde está o dinheiro para saber onde atacar em setores estruturantes do processo de integração. Essa é realmente a coisa fundamental. Começamos a discutir isso em Caracas e foi muito bem aceito, eu acho, pelo pessoal do Brasil que trabalha nesse setor.

Aliás, eu gostaria muito de ganhar o apoio para isso, se já não existe, do Embaixador Marco Aurélio, porque eu acho que é importante nesse processo como articulador.

Muito obrigado.

O SR. PRESIDENTE (Roberto Requião. Bloco/PMDB – PR) – O tempo ideal é dez minutos, mas a Mesa não vai contingenciar isso de uma forma absoluta.

Com a palavra o Assessor-Chefe Especial para Assuntos Internacionais da Presidência da República, Marco Aurélio Garcia.

O SR. MARCO AURÉLIO GARCIA – Em primeiro lugar, eu queria agradecer o convite do Presidente da Comissão, Senador Ricardo Ferraço, o convite do Senador Roberto Requião para uma discussão que me parece da maior importância.

Eu tive a oportunidade de ler o projeto de lei apresentado, na verdade, um projeto com substitutivo, e vou evidentemente me dedicar a tratar as questões mais gerais; não vou entrar nas tecnicalidades jurídicas, nas implicações financeiras, ainda que elas sejam de grande importância, porque eu acho que isso o Senado saberá fazer de forma absolutamente pertinente.

Evidentemente, todos sabem que a integração sul-americana, além de ser um preceito constitucional, na realidade a Constituição fala inclusive em integração latino-americana, é um aspecto fundamental da estratégia nacional de desenvolvimento que nós temos implementado nos últimos anos. Tanto o Presidente Lula quanto a Presidenta Dilma mencionaram explicitamente, mais de uma vez, e em alguns momentos de forma enfática e solene, que se tratava de associar o destino do Brasil ao destino da América do Sul.

Esse processo de integração, que decorre dessa opção, evidentemente passou por várias etapas. Eu chamaria a atenção para o fato de que durante bom período, muito sob impacto das idéias dominantes nos anos 80 e 90, a integração era pensada quase que exclusivamente como uma integração comercial.

Evidentemente, nós não descartamos a importância dessa integração comercial, ela é relevante, ela teve, aliás, resultados impressionantes nesses últimos anos, e, portanto, de maneira nenhuma deve ser minimizada sua relevância, mas ela tem seus limites. E esses limites estão ligados, entre outras coisas, a uma situação específica da América do Sul, distinta daquela que o Prof. Assis mencionava em relação à Europa. Quer dizer, quando se formou a Europa, havia efetivamente uma simetria muito maior entre os seis países que a tiveram na sua origem, e uma simetria que também era acompanhada de uma certa complementaridade.

No nosso caso, essa situação, lamentavelmente, não existe. Existe, pelo contrário, uma simetria muito grande. Dois países, pelo menos, têm uma economia mais complexa, mais abrangente, que são Argentina e Brasil e isso introduz uma simetria muito grande na relação com outros países vizinhos, que, muitas vezes, têm seis, oito produtos a oferecer no comércio exterior conosco. E, muitas vezes, produtos inclusive que carecem de competitividade.

Portanto, se nós quisermos efetivamente levar adiante um processo de integração simétrico, nós temos que optar por outros mecanismos. E este é um dos grandes valores da proposta que o Senador Requião nos traz aqui: exatamente fazer que o tema da integração produtiva, da complementaridade das cadeias de valor venha efetivamente a ocupar um lugar central no processo de agora em diante.

Para isso, para que essa integração produtiva se dê, evidentemente nós vamos também ter que dar um peso muito grande às questões de infraestrutura, seja da infraestrutura energética, seja da infraestrutura logística. Porque nós vivemos uma situação paradoxal na nossa região. A região é tida como uma daquelas que têm talvez as maiores reservas energéticas do mundo, no entanto, a despeito disso, tem frequentes apagões. Isso significa, concretamente, que nós não fomos capazes nem de explorar todo o nosso potencial energético nem muitas vezes simplesmente de interligá-lo.

Eu acho que o caso mais evidente disso é o Paraguai. O Paraguai é provavelmente um dos países que tem a maior produção de energia elétrica *per capita* do mundo, no entanto, Assunção frequentemente padecia de apagões. Esse problema está sendo, felizmente, corrigido, com a construção da linha de transmissão de Itaipu, que é um exemplo positivo nessa direção.

Eu aqui faria uma nuance em relação às questões que o Assis nos colocou, porque acho que há um espaço, não que eu seja um apaixonado pelo tema, para a iniciativa privada na construção da infraestrutura. Eu diria que grande parte das obras de infraestrutura que se desenvolveram nos últimos dez anos, e não foram poucas, foram feitas por empresas privadas, evidentemente, com financiamento público.

O Assis coloca uma questão que é significativa, para a qual nós temos que ter grande atenção: não basta nós termos recursos. Os recursos existem; o que nós necessitamos, muitas vezes, é ter mecanismos de garantia para que esses recursos possam ser aplicados sem maior dificuldade. Essa, pelo menos, é a experiência que eu tenho tido nesses dez anos em que desempenho funções de governo.

A América do Sul tem sido muitas vezes criticada por uma vocação primário-exportadora. Eu sou um pouco resistente a uma crítica tão radical, porque, se isso é verdade no caso da "mineiria", e eu compartilho totalmente a idéia de que tem que ser agregado valor à produção mineira no nosso País, isso é menos verdade no que diz respeito à nossa agricultura.

A nossa agricultura não é aquela do período primário-exportador. Não é. A nossa agricultura é impensável sem a pesquisa cientifica, a inovação tecnológica, uma série de procedimentos extremamente sofisticados, que fazem com que ela se transforme num setor econômico de alta competitividade.

E eu acho que isso aponta também para questões que nós deveríamos observar em outros setores, seja no setor mineiro, seja no próprio setor industrial. Nós não venceremos a batalha da competitividade se nós não trabalharmos com as questões de inovação e com todo um conjunto de elementos que cercam exatamente a inovação tecnológica.

Nós, no entanto, e aqui apoio à tese que Assis levantava, temos que fazer, sem sofrer a tentação de um fechamento total, uma aposta essencial no que diz respeito ao potencial que a região apresenta.

A América do Sul tem cerca de 400 milhões de habitantes, e é importante dizer que, nos últimos 10, 12 anos, em função não só do processo de democra-

tização pelo qual passou todo o continente, mas também pela aplicação de políticas econômicas e sociais que deram forte ênfase à inclusão social, esses 400 milhões, que eram um dado demográfico, passaram a ser um dado econômico-social. Quer dizer, nós estamos constituindo um mercado de bens de consumo relevante, e sabemos que um mercado de bens de consumo relevante... Esses 400 milhões, portanto, se transformam num ativo econômico muito importante e eu acho que, a partir de 2008, a forma pela qual a região resistiu, de certa forma, àquele impacto, que aparecia como devastador, da crise mundial mostra que nós temos que explorar muito isso.

É claro que nós não podemos ficar exclusivamente apostando numa economia de consumo. Uma economia de consumo vai exigir transformações, no sistema produtivo, muito grandes, e como foi mencionado aqui com muita pertinência isso significa mudanças relevantes nas cadeias produtivas e também na infraestrutura, sem as quais essas cadeias produtivas perdem o seu sentido.

Eu queria, então, enfatizando que o desenvolvimento das cadeias produtivas é absolutamente essencial, antes de fazer um comentário final, chamar a atenção para o fato de que, hoje, o grande problema que estamos enfrentando, que, sem dúvida nenhuma, tem uma incidência muito forte sobre o déficit do nosso comércio exterior, está exatamente localizado na nossa incapacidade de sanar certos vazios que existem no processo produtivo industrial da região.

Eu dou um exemplo que me parece absolutamente relevante e que é um exemplo que nós temos discutido frequentemente com nossos amigos argentinos, para ver inclusive em que medida nós podemos encontrar soluções comuns. Todos sabem que temos um acordo automotriz com a Argentina, que tem sido, a despeito dos problemas que possam aparecer aqui e ali, de grande importância, de grande relevância, um papel muito forte no processo produtivo dos dois países. No entanto, nós enfrentamos uma dificuldade enorme: o fato de que grande parte da indústria de autopeças é crescentemente uma indústria cuja produção nacional está sendo substituída pela produção internacional. Isso não é um problema de hoje, isso é um problema que vem dos anos 80 e 90, quando muitas das empresas nacionais que havia, de alguma expressão, foram compradas por grupos internacionais. E a primeira providência que esses grupos internacionais tomaram foi fechar os departamentos de pesquisa e substituir a pesquisa que era feita aqui por uma pesquisa importada. Isso tem muito a ver também com a emergência dos chamados carros mundiais, etc., etc.

Eu cito evidentemente o caso automotriz porque ele é relevante do ponto de vista do sistema produtivo. Mas ele poderia ser pensado para outras áreas, linha branca e inclusive alguns setores mais diretamente vinculados ao consumo popular.

Então me parece que é de grande, de fundamental importância que um projeto de integração sul-americano, e um projeto que aposte muito na questão da integração produtiva, seja capaz de criar mecanismos pelos quais, com ciência, tecnologia, inovação e o financiamento correspondente, nós tenhamos possibilidade de efetivamente realizar, não no sentido antigo da palavra, mas no sentido novo, uma verdadeira substituição de importações e criar efetivamente um setor que seja capaz de abastecer esses 400 milhões; mas que seja, por essa razão mesmo, também um setor capaz de ter competitividade internacional.

O problema que eu vejo, e quero com isso concluir, é que a sugestão que é apresentada no projeto de lei – mesmo que o Prof. Assis aqui nos coloque que uma iniciativa unilateral pode ter o efeito de contaminação – não nos deve deixar subestimar uma questão essencial: o estado em que as nossas economias estavam no momento de refundação econômica que se deu nesses 12, 15 últimos anos era tal, e ademais os efeitos da crise mundial também foram tamanhos, que aconselharam esses governos a adotar políticas econômicas muito diferenciadas.

Então, medidas de uniformização não são fáceis de ser adotadas hoje. Elas têm de ser adotadas, mas elas não são fáceis. Não quero ser o estraga festa aqui, mas chamar simplesmente a atenção para o fato de que enfrentamos dificuldades muito grandes, e essas dificuldades se expressam, entre outras coisas, no fato de que muitos países da região estão adotando políticas divergentes no que diz respeito à sua inserção internacional.

Ainda recentemente foi criado o chamado Arco do Pacífico, que, na realidade, não me parece trazer nenhuma novidade, mas significa a cristalização de uma opção de acordos de livre comércio com os países fortemente desenvolvidos.

Por outra parte, o Mercosul refaz a sua discussão sobre os mecanismos de integração, e isso tudo aponta para uma dificuldade real. Nós temos, hoje, conflitos – não quero dizer incompatibilidades – de política econômica que fazem que uma política como essa proposta pelo projeto, mesmo que ela seja desejável e que possa ser aplicada aqui, não necessariamente tenham um efeito de demonstração sobre toda a região.

Obrigado, Senador Requião.

O SR. PRESIDENTE (Roberto Requião. Bloco/PMDB – PR) – Com a palavra o Embaixador Samuel Pinheiro Guimarães.

O SR. SAMUEL PINHEIRO GUIMARÃES – Bom dia ou boa tarde a todas as senhoras e a todos os senhores. Queria agradecer o convite da Comissão de Relações Exteriores para participar dessa audiência pública sobre o Projeto de Lei nº 232, relativo à integração da América do Sul.

Queria dizer inicialmente que se fala muito de integração produtiva, mas se fala menos dos meios de atingi-la. A integração produtiva se tornou uma espécie de mantra; todos desejam e dificilmente se consegue.

Integração produtiva naturalmente significa integração produtiva principalmente de alguma forma vinculada à indústria. Não exclusivamente, mas principalmente. Em algum ponto tem que haver um processo industrial.

Então, os mecanismos aí sugeridos, isenções fiscais, créditos, são os mecanismos razoáveis e corretos, assim como o estímulo à formação de *joint ventures*. E, digamos, a idéia de vincular os projetos de infraestrutura à lista de projetos que já está consagrada pelo chamado Cosiplan, que o conselho de infraestrutura da Unasul, é interessante na medida em que esse conselho já definiu, de comum acordo, quais são os principais projetos de integração. Isso já dá um foco em quais são os projetos que devem ser financiados ou que devem ser objeto de isenções fiscais.

Agora, algo que me parece interessante e tem a ver até com um comentário que o Prof. Marco Aurélio mencionou é a questão da nacionalidade do sistema produtivo. Isto é, como é a nacionalidade do sistema produtivo hoje em dia? Devido a uma série de medidas no passado, os sistemas produtivos industriais foram desnacionalizados. Se isso é bom ou se é ruim procurarei mencionar adiante.

Então temos a indústria automobilística no Brasil, que surgiu na mesma época que a indústria coreana. E hoje a indústria coreana tem automóveis, digamos, de nível internacional, enquanto nós temos, como dizia a primeira missão coreana que visitou o Brasil, uma indústria de automóveis estrangeira instalada no Brasil. Com seus efeitos para a formação de mão-de-obra e assim por diante, mas com outras consequências.

Então, isso está ocorrendo em todos os setores, não só da indústria, como, hoje em dia, dos serviços. Isso ocorre na área de serviços, no comércio, por exemplo. É que as pessoas se esquecem. O Walmart, o Carrefour, e assim por diante, há uma série várias outras grandes redes de supermercado que se instalaram no Brasil. Por outro lado, na área de serviços de educação. Quer dizer, há um número crescente de instituições de educação que foram compradas por fundos de investimentos estrangeiros, por empresas estrangeiras e assim por diante.

Muito bem. Depois, até mesmo nos serviços de saúde. Só para lembrar o caso da empresa Amil, que foi comprada por cerca de R$9 bilhões, um número bastante interessante, até de visualizar. O que significam R$9 bilhões? Significa até que é interessante que uma empresa tenha atingido esse valor. De que forma atingiu esse valor? É muito interessante também meditar sobre isso. Mas foi vendida.

E, agora recentemente, foi vendida uma rede de farmácias em São Paulo. Os que são de São Paulo conhecem a rede farmácias Onofre. Então, nós temos redes de farmácias sendo adquiridas.

Muito bem. Então, a situação da economia é essa. De modo que essas isenções e esse crédito – aliás, como em outras circunstâncias – virão, de uma forma geral e não absoluta, a se destinar a empresas de capital estrangeiro. Eu não tenho nada contra o capital estrangeiro – o capital estrangeiro foi fundamental no desenvolvimento brasileiro –, mas com condições.

Quando o capital estrangeiro começou a participar do desenvolvimento brasileiro, havia condições. Inclusive, desenvolvimento da cadeia produtiva e de nacionalização da cadeia produtiva. Inclusive compromissos de exportação, um certo período, que foi o que permitiu diversificar a pauta de exportações brasileiras.

Hoje em dia, esses compromissos não existem mais. Quer dizer, normalmente, a empresa que está aqui no Brasil não tem nenhum compromisso – nem de pesquisa científica e tecnológica, nem de localização, nem de exportação, nem quanto a suas remessas de lucro, que são ilimitadas.

Eu creio que é um fenômeno interessante. O Prof. Marco Aurélio mencionou algo que eu queria dizer com relação ao projeto. Então, essas isenções e esses financiamentos – como, aliás, já está ocorrendo – virão a se destinar, muitas vezes, a empresas que, pela sua própria estrutura, têm maior capacidade de se instalar em diferentes países. Como é o caso, inclusive, do acordo automotivo.

O acordo automotivo é um exemplo claro de disciplina do capital estrangeiro. Quer dizer, os governos decidiram fazer um acordo de tal forma que permitisse às fábricas se instalarem no Brasil, na Argentina, e também no Uruguai e no Paraguai. Não há exceção. E permitiram, com isso, que não houvesse uma concentração excessiva dos investimentos em um só país.

Hoje em dia, o acordo automotivo é responsável por cerca, talvez, de 50% da pauta do comércio entre os dois países. Então, o seguinte: quando falamos de livre comércio, em geral, verificamos que, no caso

do Brasil e da Argentina, livre comércio é só 50%. O resto é comércio administrado. E, se o comércio não for administrado, as assimetrias vão se aprofundar de uma forma extraordinária, devido às assimetrias que existem entre os países. Então, é natural que as empresas procurem o maior mercado, o mercado melhor organizado em termos de mão de obra, em termos de suprimento, de energia e assim por diante.

Então é uma questão delicada a questão dos incentivos e das isenções. Eu sei que, hoje em dia, não é mais possível distinguir entre o que é empresa de capital estrangeiro e empresa de capital brasileiro. Talvez, hoje em dia, empresa de capital estrangeiro tenha um tratamento melhor do que empresa e capital brasileiro, muito provavelmente. Então isso é algo que, digamos, tem que ser meditado, porque, senão, apenas estaremos contribuindo para fortalecer esta situação.

Então, o que hoje em dia me parece importante – e eu não quero demorar muito mais, porque o tempo talvez já esteja se esgotando – é que a questão, na minha opinião, fundamental para o nosso desafio econômico no momento será no setor externo.

O Prof. Marco Aurélio diz que os produtos agrícolas, hoje em dia, são muito mais sofisticados. É verdade. Porém, são produtos de bolsa: flutuam seu preço nas bolsas e dependem da demanda externa. Tanto a soja, tanto farelo, açúcar, algodão, tabaco, tudo é determinado os preços em bolsa.

A única forma pela qual todos os países se desenvolveram no mundo não foi pelo agronegócio; todos os países se desenvolveram pelo desenvolvimento industrial. Esse desenvolvimento industrial é que permite a diversificação da pauta exportadora. Se nós não diversificarmos a nossa pauta exportadora, nós vamos ter graves problemas, porque temos déficits crônicos em todos os itens do balanço de pagamentos. Há um déficit crônico em turismo, em pagamento de *royalties*, de assistência técnica, fretes – o déficit é enorme em fretes –, e assim por diante.

Perdão, Senador?

(Intervenção fora do microfone.)

O SR. SAMUEL PINHEIRO GUIMARÃES – Aluguéis; tudo. O senhor falou aluguéis?

(Intervenção fora do microfone.)

O SR. SAMUEL PINHEIRO GUIMARÃES – Pois é. Aluguéis e tudo. Nós temos déficits crônicos. Então, a nossa oportunidade é ter superávit no balanço comercial. Para isso é necessário diversificar a pauta. Se nós não diversificarmos a pauta, nós teremos gravíssimas dificuldades.

Para diversificar a pauta com produtos industriais, é preciso disciplina; é preciso que as empresas – brasileiras, estrangeiras, quaisquer que sejam – sejam estimuladas a exportar de fato. Não com mantras; não com palavras mágicas, do tipo: "É preciso diversificar as exportações para a China".

Por que não diversificamos as exportações para a China? Porque muitas das empresas que estão no Brasil também estão na China. Então não há como estimular a Volkswagen do Brasil a exportar para a China – eu digo a Volkswagen, como diria Peugeot, Renault, Glaxo Wellcome; a que você quiser. Porque elas já estão instaladas lá. Elas já estão instaladas na Europa. Então não há como fazê-las competir consigo mesmas.

De modo que, se não houver uma política de estímulo à diversificação das exportações – isso tem a ver com o tema do projeto –, nós teremos grandes dificuldades muito antes do projeto entrar em vigor, porque, inclusive, apesar dos estímulos e das isenções, a estratégia das grandes empresas internacionais já prevê a sua distribuição da produção e da exportação – o que produz em um país, o que exporta no outro, o que importa, e assim por diante.

Enquanto não houver esse estímulo – não quero chamar de disciplina, mas esse estímulo –, a geração de divisas por empresas que normalmente utilizam as divisas para remeter par o exterior… O que é normal, queria dizer isso. É normal. Uma empresa estrangeira que vem ao Brasil tem como seu objetivo ter um lucro e ter a possibilidade de remeter esse lucro para os seus acionistas. Isso é natural. Nada contra isso.

Mas como estimulá-la a dar uma contribuição maior ao desenvolvimento econômico e ao desenvolvimento econômico regional? O acordo automotivo é um exemplo interessante de como a ação dos governos permitiu organizar uma faixa importante do mercado entre os dois principais países industriais da região.

Com os outros países que não são industriais, a situação é diferente. Quer dizer, na realidade, nós temos que estimular não só que ele se desenvolva industrialmente – porque é do nosso interesse que o nosso entorno se desenvolva. Economicamente significa industrialmente. De tal forma que possam ter uma relação mais diversificada com a economia brasileira. Senão, será extremamente difícil diversificar a pauta desses países para o Brasil, na medida em que eles não têm parque produtivo diversificado.

Então, o projeto é extremamente interessante, mas ele tem que levar em conta, na minha opinião, a necessidade de verificar a situação da propriedade dos parques industriais dos países da região. E a necessidade de, eventualmente – naturalmente –, dar às empresas de capital nacional dos países uma prioridade. Isso hoje em dia é difícil por razões legais. Mas estamos em um tempo de grandes transformações. E

essa transformação, se ela não vier, nós seremos forçados a adotá-la. Há muitos anos, quando eu estava no país vizinho, num seminário, muitos anos atrás, alguém disse: "Jamais abandonaremos a lei da conversibilidade". Eu disse: "Não. A lei de conversibilidade é que vai abandonar vocês".

Muito obrigado pela atenção.

O SR. PRESIDENTE (Roberto Requião. Bloco/PMDB – PR) – Passo a palavra agora à Conselheira Ana Tito, representando o Embaixador da República Argentina.

A SRª ANA TITO – Agradeço o convite da Comissão de Relações Exteriores para estar presente nesta audiência pública. O Embaixador da República Argentina já está viajando para as reuniões preparatórias, em Montevidéu, da cúpula do Mercosul. Também quero parabenizar o Senador Requião e sua equipe por iniciativas como estas que revelam o interesse real do Brasil no processo de integração regional e o grau de compromisso na liderança no processo. Concordamos com o diagnóstico e a justificativa desta iniciativa no sentido de que a integração regional já não é mais um sonho de nossos missionários, um interesse político ou uma estratégia comercial.

Com a crise dos países centrais e as necessidades de resolver essa crise por meio de superávit comercial, a integração racional virou um imperativo para nós.

Gostaria de resgatar, de modo geral, as duas ideias desta iniciativa: a melhora na infraestrutura física da região e a integração produtiva.

Depois dos anos 80, a integração regional vem-se reformulando no sentido de sair de uma orientação não meramente comercial e recuperar sua lógica industrial; uma lógica que estava nos antecedentes imediatos do processo de integração – estou falando do programa de cooperação e integração entre a Argentina e o Brasil.

Essa lógica industrial que a agenda do Mercosul está resgatando é o que, de modo geral, se chama de integração produtiva. A integração produtiva atualmente tem um lugar de destaque na agenda devido ao fato de oferecer um modo positivo de lidar com os esquemas funcionais que existem em todo o processo de integração.

Por meio da aproximação de estruturas produtivas diferentes, a integração produtiva consolida e equilibra o processo, proporciona um desenvolvimento mais harmônico para os Estados-Parte e viabiliza a construção de cadeias regionais de valor que suplantam a competência intrazona, incluindo, por meio da integração produtiva, instrumentos como os da PEC, que são definidos em outro sentido.

Iniciativas como este Projeto de Lei combatem de maneira positiva a brecha produtiva que existe entre nossos países – uma brecha produtiva existente por não estarem nossos processos com um ponto de economia com escalas similares, mas, sim, com economias com uma grande simetria estrutural, em virtude desses diferentes tamanhos de mercado, diferentes níveis de inovação tecnológica e grau de competitividade.

Iniciativas como esta também combatem diretamente as denominadas assimetrias de políticas; assimetria de políticas que são existentes dentro do processo devido ao diferente nível de acesso ao crédito, diferentes níveis de subsídios e diferentes exceções impositivas; assimetrias de políticas que, se não são atendidas pelos nossos governos, vão incrementar ainda mais as nossas assimetrias estruturais.

Iniciativas como estas também que promovem a integração produtiva de cadeias de valor e as melhoras em infraestrutura resultam em políticas econômicas de superação de um esquema de competição regional intrazona, transformando o jogo da nossa integração regional numa lógica de soma zero para uma lógica de soma positiva.

Quanto ao projeto debatido nesta audiência, também é importante ressaltar que não é um projeto isolado dos avanços que os nossos governos vêm fazendo em matéria de planos de ação infraestrutura. Este projeto claramente faz parte da carteira de projeto do Cosiplan – Conselho Sul-Americano de Infraestrutura e Planejamento da Unasul, no qual, por exemplo, o meu país, junto com o Brasil, tem importantes projetos que gostaria de resgatar, como por exemplo pontes sobre o rio Uruguai, a hidrelétrica Garabi-Panambi, o corredor ferroviário que vai desde o porto do Estado do Senador, do Porto de Paranaguá, até Antofagasta no Chile; e o Anel de fibra ótica sul-americano.

Além de resgatar os trabalhos e a carteira de produtos do Cosiplan, o Conselho Nacional de Integração Regional que esse projeto vai criar também vai poder consultar os trabalhos do Grupo de Integração Produtiva do Mercosul. Aí o grupo tem feito trabalhos importantes que vão poder ser úteis na hora de definir as cadeias produtivas prioritárias para o recebimento dos incentivos. Esses trabalhos que falam das cadeias de madeira e móveis. Há, também o Grupo de Integração Produtiva, três comitês de diferentes setores, que são naval, aeronáutico e eólico.

E também o Fundo de Convergência Estrutural do Mercosul tem trabalhado as instâncias do Grupo de Integração Produtiva e já estão sendo implementados dois projetos que abrangem os quatro países originários do Mercosul, que são: projeto no setor de autopeças e outro projeto no setor de petróleo e gás.

Bom, para finalizar, quero desejar que projetos como esses, centrados numa ótica regional, estimulem o labor parlamentar de nossos Congressos para que eles sejam cada vez mais, além da caixa de ressonância natural e genuína dos interesses econômicos setoriais, atores ativos de uma integração regional mais profunda.

Muito obrigada.

O SR. PRESIDENTE (Roberto Requião. Bloco/PMDB – PR) – Com a palavra, representando a Comissão Brasileira do Parlasul, o Senador Paulo Bauer.

O SR. PAULO BAUER (Bloco/PSDB – SC) – Muito obrigado, Sr. Presidente. Eu quero inicialmente saudar a todos os que compõem esta Mesa, dizendo que é uma oportunidade, sem dúvida, muito valiosa para nós todos podermos debater e discutir questão tão importante quanto essa que pretende ampliar as ações comerciais e bilaterais entre os países integrantes do Mercosul.

Eu aqui hoje represento o Presidente da Representação Brasileira no Parlamento do Mercosul, o Deputado Newton Lima, que, por razão de outros compromissos, não pôde aqui se fazer presente.

Quero inicialmente dizer que, na qualidade de Senador e colega do Senador Requião e também do Senador Paim, obviamente não me cabe aqui, neste momento, oferecer qualquer questionamento aos projetos apresentados. Muito pelo contrário, nós apresentamos o nosso aplauso aos proponentes, especialmente ao Senador Requião, não só pelo projeto, mas também pela viabilização desta audiência pública.

Claro que, depois desta audiência pública, esse assunto merecerá a atenção, a discussão e o debate, tanto no âmbito da Comissão de Relações Exteriores como nas outras comissões, para que, enfim, sendo possível, se transforme em lei e em norma legal no Brasil.

Nós sabemos, e aqui os demais convidados já se manifestaram, ser muito importante para o Brasil podermos fortalecer a nossa atividade industrial e principalmente as relações comerciais a partir dessa atividade industrial no âmbito do Mercosul.

Nós não podemos deixar de reconhecer que os países integrantes do Mercosul possuem alguns indicadores que nos dão segurança no sentido de que o projeto possa ser viabilizado.

É uma região onde nós possuímos indicadores de alta produtividade industrial, de alto desenvolvimento tecnológico, de alta valorização no trabalho. E por isso mesmo há possibilidades e perspectivas de prosperar, de evoluir, na atividade industrial e principalmente nas relações comerciais dentro do bloco.

Também é preciso mencionar que o setor industrial, e aqui já foi dito, tanto pelo Prof. Marco Aurélio como pelo Embaixador Samuel e também pelo Prof. José Carlos de Assis, que país rico é país que tem indústria; país desenvolvido é País que tem expressão industrial. Evidentemente, se no Mercosul nós não temos todos os países nessa condição, os que já se encontram nela devem liderar o processo de integração maior, de maior relação comercial, e, por consequência de desenvolvimento industrial naqueles que ainda precisam avançar.

Por outro lado, nós temos que fazer uma análise hoje mais ampla, inclusive além das fronteiras do Mercosul. Nós sabemos que a crise internacional, o momento econômico pelo qual passou o mundo nesta última década, fez com que os outros países mais desenvolvidos do que os nossos países permitissem, obviamente, que a nossa região colhesse resultados positivos, acumulasse divisas, tivesse a sensação do crescimento a partir do fornecimento e da venda, principalmente, de produtos primários para aquelas regiões mais desenvolvidas, para aqueles países mais industrializados que os nossos. E aí a gente pode falar obviamente da China, pode falar da União Europeia, pode falar dos Estados Unidos e do Japão.

Agora, é preciso mencionar que aqueles blocos, aqueles países, estão vencendo a crise, estão concluindo a sua fase de dificuldades, pelo menos aparentemente. Nós assim compreendemos. E é absolutamente correta a observação feita aqui na tarde de hoje de que, a partir do momento em que aqueles países vencem e superam dificuldades econômicas, obviamente nos falta aquela condição de melhor desempenho na exportação brasileira de produtos manufaturados para aquelas regiões.

É interessante até mencionar alguns dados que a assessoria da nossa comissão no Parlasul, aqui representada pelo Gustavo Santos, me prestou.

As exportações brasileiras para o Mercosul, incluída a Venezuela, significam 30,4% das nossas exportações industriais. A esse indicador, a esse número, nós temos que acrescentar mais 12%, se quisermos abranger a América do Sul como um todo. E se nós formos ainda até a América Latina, como mercado que o Brasil atende com produtos que exporta, nós chegaremos a 50% de todas as nossas exportações industriais de produtos manufaturados.

Portanto, é preciso mencionar que é um grande mercado. É um mercado promissor, é um mercado que já está estruturado, é consistente, mas ele pode e precisa ser ampliado, principalmente se considerarmos que apenas 2% de dos produtos manufaturados que exportamos vão para a China.

Crescer de 2% para 4% ou de 2% para 20% é muita distância. Agora consolidar o que nós já temos e aumentar isso um pouco me parece mais possível, mais fácil, mais viável.

De outro lado, de todos os nossos produtos manufaturados, nós exportamos 13,5% para os Estados Unidos e, 19,5% para a União Européia.

Então, naturalmente, considerando aspectos culturais, aspectos educacionais, aspectos logísticos e aspectos políticos, é sem dúvida nenhuma providencial termos um dispositivo legal em discussão, e quiçá aprovado, que permita que os nossos países interajam mais, promovam e valorizem mais os investimentos que são feitos em cada um deles, inclusive investimentos brasileiros nos demais países e investimentos daqueles países no Brasil. Nós não podemos ter barreiras para esse tipo de perspectiva e de possibilidade.

Agora, é necessário mencionar – e isso também já foi dito aqui – que é preciso que haja uma postura mais homogênea dos países.

E aí, Senador Requião, nós, penso eu, temos uma grande responsabilidade. Quem sabe aprovando esse projeto aqui, como uma iniciativa e uma demonstração de boa vontade, levando esse projeto depois ao Parlasul para lá ele ser amplamente debatido e, a partir do Parlamento do Mercosul, ele chegar aos Parlamentos e aos governos de cada um dos países, porque, efetivamente, se aqui já foi mencionado como um bom exemplo a questão automotiva, que nos uniu e nos deu perspectivas concretas de crescimento homogêneo, de inteligência industrial, por que não ter o mesmo procedimento em outros campos, em outras atividades?

Eu fico imaginando, e como eu sou de Santa Catarina e o meu Estado é um Estado muito próximo da Argentina, do Uruguai, do Paraguai...

O SR. PRESIDENTE (Roberto Requião. Bloco/PMDB – PR) –Senador, não precisa pedir desculpas.

O SR. PAULO BAUER (Bloco/PSDB – SC) – Pois não.

Eu naturalmente não queria apenas me restringir ao Estado de Santa Catarina, mas eu faço menção à situação e aos fatos que empresários catarinenses vivem no dia a dia, quando exportam para países como a Argentina e têm dificuldades de ver fluir rapidamente os procedimentos de comércio exterior. E também o inverso é verdadeiro.

É preciso que se criem facilidades, do ponto de vista operacional e logístico. E, claro, para que, para essas facilidades serem criadas, é preciso haver dispositivos legais, é preciso haver políticas facilitadoras. E creio que elas estão sintetizadas nesse projeto que estamos analisando em uma forma bastante abrangente, obviamente; precisariam, depois, de uma aprovação mais detalhada, a partir de sua regulamentação. Mas, acima de tudo, nós precisamos ficar convencidos de que o Mercosul, a relação do Brasil com os seus países vizinhos, integrantes do bloco, precisa se consolidar de vez, e talvez ela possa se consolidar muito mais pela via da operação produtiva, industrializada, do que pela via da política institucional ou das questões de ordem diplomática ou de ordem social.

Nós podemos fazer isso. Outras regiões do mundo já fizeram e demonstraram, por isso mesmo, grandes resultados. E, inclusive, quando precisam sair de crises, como nós estamos vendo em outras regiões do mundo, saem com mais facilidade, porque já têm uma cultura, já têm uma vivência de anos e anos de atividades comerciais bastante consolidadas.

Por isso, Senador Requião, a nossa manifestação aqui é de cumprimentos à sua iniciativa e também a todos os que aqui prestaram informações que certamente serão de grande utilidade na sequência e no debate dessa matéria aqui na Casa.

Muito obrigado.

O SR. PRESIDENTE (Roberto Requião. Bloco/PMDB – PR) – Na verdade a nossa esperança é que a partir do dia 12, na Rodada do Uruguai, com a consolidação da entrada da Venezuela no Mercosul, o Parlasul se transforme num grande espaço de discussão para eliminarmos arestas que esse projeto possa ter.

Eu, pessoalmente, estou pensando na linha do Samuel Pinheiro Guimarães, do nosso Embaixador. Nós precisamos evitar que esse acordo que pretendemos, que é um planejamento indicativo, à moda do De Gaulle, no espaço dos nossos países, seja um acordo para favorecer multinacionais. Elas serão favorecidas à medida que esse favorecimento interesse aos países, mas nós precisamos resgatar a iniciativa industrial, a geração de tecnologia, o desenvolvimento de novos produtos dentro do nosso espaço.

Fácil não é. Mas, se fosse fácil, nós não precisaríamos do Parlamento, não precisaríamos da mudança que tivemos nos governos dos nossos países.

Eu acredito que, como representante do Brasil no Parlasul, na qualidade de Vice-Presidente do Parlasul... O Parlasul tem uma presidência rotativa; o Vice-Presidente brasileiro será o Presidente, quando o Brasil ocupará a Presidência do organismo, lá em Montevidéu, no Uruguai. Não é só uma torcida. Nós estamos nos dedicando a isso.

Gostei muito da visão da nossa representante da Argentina, Conselheira Ana Tito.

Já tinha conversado com o Embaixador, que mostrou entusiasmo pelo projeto. E se, pelo menos num primeiro momento, Marco Aurélio, conseguíssemos

um acordo nesse sentido entre o Brasil e a Argentina, o passo fundamental já estaria dado.

A Venezuela entrará, eu não tenho nenhuma dúvida. Mas precisamos ter um projeto de desenvolvimento para a Venezuela. Se imaginarmos a Venezuela apenas como a detentora de US$450 bilhões de PIB, estaremos tendo uma visão em relação à Venezuela que é a visão que não aceitamos dos grandes blocos em relação ao Brasil. E a iniciativa tem que ser nossa. Tem que ser nossa; nós somos o País mais industrializado, mais desenvolvido. O BNDES é um banco maior do que o BID e o BIRD juntos. Apesar do Eike Batista, ele ainda é o grande banco de financiamento. Eu acho que o primeiro passo está dado.

Ofereço a palavra ao Plenário, se quiser fazer alguma intervenção.

Senador Suplicy e, posteriormente, o Senador Dornelles. Depois o nosso Presidente, Ricardo Ferraço, o mais rápido e eficiente Presidente da Comissão dos últimos anos.

O SR. EDUARDO SUPLICY (Bloco/PT – SP) – Sr. Presidente, a Ordem do Dia está por começar, então serei ser breve, cumprimentando o José Carlos de Assis, o Marco Aurélio Garcia, o nosso Embaixador Samuel Pinheiro Guimarães, a Conselheira Ana Tito e o Senador Paulo Bauer pelas contribuições significativas. Estou de pleno acordo de quanto deveremos estimular a integração dos países da América do Sul.

Nos dois projetos ali mencionados, 232 e 726, distribuídos a nós, há menção ao tipo de isenção ou de benefícios fiscais que serão concedidos, em princípio: a isenção da Contribuição Social sobre o Lucro Líquido, de Imposto de Renda da Pessoa Física, do Imposto sobre Produtos Industrializados relativos aos bens de capital, e do Imposto de Importação, eventualmente, para insumos oriundos dos países do Mercosul. Possivelmente haja outros, mas esses, avalio pelo que li, seriam os principais.

Então, pergunto: hoje, uma empresa brasileira que esteja na Argentina ou da Argentina que esteja no Brasil e que tenha os limites aqui propostos – ou pelo menos 10% de participação acionária de um desses países, para citar Brasil e Argentina – têm alguma isenção?

Do ponto de vista, digamos, dos responsáveis pela Receita Federal, Ministério da Fazenda, essas isenções, tais como as aqui propostas, foram consideradas como factíveis, adequadas? Já foram discutidas?

Nesse caso, eu tenho uma questão mais de ordem prática: em que medida isso foi já examinado por nossas autoridades fazendárias como algo possível se ser levado adiante, tendo em conta que aqui nos projetos também se fala que o primeiro item é que deve ser observada a questão da responsabilidade fiscal?

Agradeço, se puder esclarecer esse ponto, que me pareceu relevante.

O SR. PRESIDENTE (Roberto Requião. Bloco/PMDB – PR) – Eu não sou palestrista de hoje, mas tenho a impressão de que não temos benefício algum.

Mas eu lembraria um fato: os países mais desenvolvidos, os países da Europa em crise optaram pela desvalorização interna. Então, para *commodities* eles já têm um imposto baixíssimo, e o problema deles é exportar ou exportar, exportar ou morrer. Eles não podem oferecer mais alguma vantagem nos acordos bilaterais que seja significativa para o Brasil, nem individualmente e muito menos como Mercado Comum Europeu. É a minha visão.

Agora, os nossos países do Mercosul, como o Brasil/Argentina, têm impostos altíssimos, têm taxas altíssimas. E nós temos que trabalhar com essas taxas. Nós podemos oferecer vantagens significativas uns aos outros, porque temos economias complementares.

Agora, que eu saiba, a não ser que um dos palestristas me contradiga, nós não temos nenhuma vantagem entre nós no Mercosul, mas temos a grande possibilidade de ter principalmente Brasil e Argentina.

O SR. EDUARDO SUPLICY (Bloco/PT – SP) – Das que estão aqui citadas nesse projeto, portanto?

O SR. PRESIDENTE (Roberto Requião. Bloco/PMDB – PR) – Não, nenhuma.

O SR. EDUARDO SUPLICY (Bloco/PT – SP) – Não, mas a intenção é...

O SR. PRESIDENTE (Roberto Requião. Bloco/PMDB – PR) – A intenção é trabalhar com isso.

O SR. EDUARDO SUPLICY (Bloco/PT – SP) – Trabalhar com isso.

O SR. PRESIDENTE (Roberto Requião. Bloco/PMDB – PR) – Agora, dependendo da vontade dos países. Tem de ser um acordo que obedeça ao projeto de desenvolvimento de cada país.

O SR. EDUARDO SUPLICY (Bloco/PT – SP) – Muito bem.

O SR. PRESIDENTE (Roberto Requião. Bloco/PMDB – PR) – Era isso, Senador?

O SR. EDUARDO SUPLICY (Bloco/PT – SP) – Obrigado.

O SR. PRESIDENTE (Roberto Requião. Bloco/PMDB – PR) – Senador Dornelles.

O SR. FRANCISCO DORNELLES (Bloco/PP – RJ) – Sr. Presidente, cumprimento os convidados.

Acho que o fortalecimento do Mercosul, da Unasul, a integração da América Latina deve ser prioridade na política diplomática e mesmo comercial do Brasil. Se analisarmos a nossa balança comercial, verificamos que é dentro da América Latina, principalmente no Mercosul, que se encontra hoje o grande mercado

brasileiro. Agora, nós temos que ter consciência de que a política de subsidiárias de empresas estrangeiras não é feita no país onde elas estão, mas onde está a matriz, de modo que, sem a intervenção do governo e sem a intervenção do poder público, não vamos ter política de integração na América Latina.

Segundo, eu vejo, à parte, como uma grande possibilidade, talvez mais do que comercial, tendo mais o sentido de mercadorias, a área de serviços. Eu acho que o Brasil tem um potencial muito grande de expandir enormemente a sua exportação de serviços para os países da Unasul e da América Latina. Para isso, é necessário uma política de crédito muito aberta.

Na realidade, eu vejo com tristeza, às vezes aqui e em comissões do Congresso, quando o Brasil faz um crédito ao governo de um país estrangeiro para comprar produtos industrializados no Brasil ou de serviços, e eles acham que aquilo é caridade que está se fazendo ao país que recebe o crédito.

Acho extremamente importante que essa área de serviços seja privilegiada. Vejo, hoje, na área de serviços que está havendo uma dificuldade operacional na diferença de conceito, de residência e domicílio, entre países da América do Sul. Então, muitas vezes operações de serviços sujeitas à mesma operação estão sujeitas à operação fiscal em dois ou três países. Eu até iria sugerir ao Senador Requião um esforço para fazer uma proposta de unificação dos conceitos de residência e domicílio fiscal dentro desses países da América do Sul, o que facilitaria muito o investimento e o transbordo de serviços de um país para o outro.

Acho que hoje temos na Venezuela uma posição muito boa na área de serviços; hoje, as maiores prestadoras de serviços na Venezuela são brasileira. E temos que realmente aprofundar e priorizar, porque o futuro do comércio brasileiro, tanto de mercadoria de serviços – não direi infeliz ou felizmente –, está na América Latina. Na realidade, a nossa exportação para os países industrializados será sempre limitada ao interesse das matrizes que estão nesses próprios países.

Muito obrigado.

Parabéns pelo esforço de integração que está sendo feito na América Latina.

O SR. PRESIDENTE (Roberto Requião. Bloco/PMDB – PR) – Devolvo a palavra à Mesa.

A Conselheira Ana Tito tem alguma consideração a fazer?

O SR. RICARDO FERRAÇO (Bloco/PMDB – ES) – Sr. Presidente, se V. Exª não se opuser, gostaria de fazer aqui uma breve observação, até porque estamos em vias de iniciar a Ordem do Dia.

O SR. PRESIDENTE (Roberto Requião. Bloco/PMDB – PR) – Depois faremos uma apreciação coletiva das duas emendas.

Com a palavra, Senador.

O SR. RICARDO FERRAÇO (Bloco/PMDB – ES) – Senador Roberto Requião, Srs. Convidados, Srª Conselheira, eu estou absolutamente convencido de que o Mercosul, muito antes de ser um problema ou desafio, é uma solução. Os dados estatísticos em todos os campos sinalizam isso com muita clareza. Tem sido muito bom para todos os países e tem sido muito bom para o Brasil.

Em que pese essa consideração, ainda temos muitos desafios a serem enfrentados no campo da unificação do nosso bloco. Estamos inclusive na antevéspera de um encontro da alta cúpula da maior relevância, da maior importância, com reuniões ministeriais na quinta-feira, e, na sexta-feira, com os nossos Presidentes presentes, da alta cúpula, definindo questões muito importantes.

Quero crer que essa reunião poderá consolidar o retorno do Paraguai. Quero crer que vamos consolidar, em definitivo, a Presidência Pro Tempore por parte da Venezuela. Enfim, acho que temos aí, quinta e sexta-feira, uma agenda muito rica, importante e polêmica.

Associo-me à manifestação do Ministro Celso Lafer, que disse, certa vez, que Mercosul não é opção; é destino. É destino e que precisamos envidar esforços de toda natureza para melhorarmos, cada vez mais, o ambiente, não apenas o ambiente negocial, porque o Mercosul é muito mais do que isso; o Mercosul tem um traço de identidade cultural, etc. e tal.

Em que pese tudo isso, queria perguntar aos nossos convidados como V. Sªs avaliam essa coisa da Aliança para o Pacífico. Essa aliança para o Pacífico é um factóide? Qual é o papel de um país, como o Brasil, por ser a maior economia, pelas características continentais, pela força, enfim, da sua economia, para impedir que continuemos vendo perspectivas e possibilidades da América do Sul se dividir entre a América do Sul do Atlântico e a América do Sul do Pacífico?

Quero crer que há responsabilidade compartilhada nessa construção geopolítica, mas a responsabilidade do Brasil é muito grande por ser o país líder. Queria deixar essa reflexão para manifestação de todos os senhores e de V. Sª, porque eu acho que isso tem um sentido muito forte. Estou indo além da questão objetiva, para que o Senador Requião requereu essa audiência, mas eu queria uma avaliação mais ampla, porque quero crer que no conteúdo, no centro dessa reflexão, estão os rumos do Mercosul.

Muito obrigado.

O SR. FRANCISCO DORNELLES (Bloco/PP – RJ) – Sr. Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Roberto Requião. Bloco/PMDB – PR) – Com a palavra o Senador Dornelles.

O SR. FRANCISCO DORNELLES (Bloco/PP – RJ) – O Embaixador Pinheiro Guimarães levantou o problema do déficit de contas de serviços. Um dos itens de maior déficit é o do setor de transportes. Já se examinou a possibilidade de uma empresa de navegação marítima criadas pelos países do Mercosul? Está havendo uma integração na área da navegação aérea, o que acho da maior importância, em que pese nós estarmos sofrendo um processo de *dumping* muito violento de empresas situadas em países desenvolvidos. Acho que poderia haver uma empresa de navegação marítima nos países do Mercosul, de navegação aérea. Nós tínhamos que escolher setores onde pudesse haver uma integração, como na área do cinema, na área dos serviços. Seriam integrações setoriais que poderiam ser extremamente positivas.

O SR. RICARDO FERRAÇO (Bloco/PMDB – ES) – Na linha da concessão, que V. Exª abriu para o sempre queridíssimo Senador Dornelles...

O SR. PRESIDENTE (Roberto Requião. Bloco/PMDB – PR) – Como não.

O SR. RICARDO FERRAÇO (Bloco/PMDB – ES) – Fui informado que a Câmara de Comércio Argentino-Brasileira apresentará à Cúpula do Mercosul projeto que permite que um país assine acordo comercial com outros de fora do bloco, sem a necessidade da adesão de outros membros. A aprovação dos Executivos e Legislativos de todos os países também seria desnecessária. Como os senhores avaliam essa possibilidade? É possível conciliar acordos individuais sem comprometer os fundamentos do Mercosul?

O SR. PRESIDENTE (Roberto Requião. Bloco/PMDB – PR) – A palavra volta para a Mesa, agora da esquerda para a direita.

Alguma consideração, Conselheira Ana?

A SRª ANA TITO – O Senador estava falando de uma proposta da Câmara de Comércio Argentino-Brasileira. As normas, a forma como o Mercosul aprova as suas normas não pode chegar, com certeza, de nenhuma câmara em nível setorial, particular ou privado. As normas que vão ser aprovadas por essa Cúpula vêm dos grupos de trabalho, dos comitês técnicos, do grupo do Mercado Comum, do Senado. Essa deve ser uma proposta que deve ter chegado à imprensa, mas com certeza não é um projeto de norma a ser considerada pelos Presidentes.

O SR. RICARDO FERRAÇO (Bloco/PMDB – ES) – Mas como os nossos governos avaliam isso? Como o governo de V. Sª avaliaria uma proposta dessa natureza?

A SRª ANA TITO – Por enquanto, as normas que tem o Mercosul a respeito dessa relação e sistemas estão nos tratados fundamentais do Mercosul, só com a negociação entre os países membros. Só depois de reavaliar essas normas fundamentais do Mercosul é que uma coisa assim pode ser resolvida. Não vai ser também numa próxima cúpula, porque essa cúpula não tem trabalhado as normas fundamentais que conformam o Mercosul.

O SR. PRESIDENTE (Roberto Requião. Bloco/PMDB – PR) – Com a palavra José Carlos de Assis.

O SR. JOSÉ CARLOS DE ASSIS – Obrigado, Senador. Estou com pressa, porque tenho que pegar o avião marcado e gostaria de participar desse debate final aqui.

Vou fazer pontualmente. Primeiro, a questão da uniformização. Eu acho que há dois conceitos de uniformização em países que se candidatam a um bloco integrado: há a ideia da uniformização macropolítica, quer dizer, das políticas macroeconômicas, e a ideia da uniformização pela base industrial.

Pela macroeconomia, a experiência na Europa é um fracasso. O Tratado de Maastricht e o Pacto de Estabilidade e Crescimento – o Tratado de Maastricht pelo lado fiscal, e o Pacto de Estabilidade e Crescimento pelo lado monetário – fracassaram redondamente e estão levando à destruição do estado do bem-estar social na Europa. Essa é uma questão.

Sobre a questão levantada pelo Dr. Marco Aurélio sobre os recursos privados na infraestrutura, eu digo que é rigorosamente impossível ter recursos privados de infraestrutura, sobretudo em rodovias pioneiras. Quando se trata de ferrovia e quando se trata de eletricidade e telecomunicação – eletricidade, por exemplo, é, na verdade, *commodities* – você tem receita, não tem problema nenhum; o privado entra porque tem receita. Agora, no caso de rodovias, a receita é pedágio, e pedágio está sujeito ao problema de insatisfação social muito grande, como é o caso que está ocorrendo neste momento com as rodovias pedagiadas brasileiras. Os motoristas brasileiros estão em levante contra pedágio. Esse é um complicador muito grande para você fazer política de infraestrutura de transportes na base privada. Por isso, acho que tem que ser pelo setor público e tem que pegar os exemplos que deram certo no mundo. Estados Unidos fez por tributo vinculado; Brasil fez por tributo vinculado. Espero que na América do Sul percebam isso.

O SR. PRESIDENTE (Roberto Requião. Bloco/PMDB – PR) – Assis, quem teria coragem hoje de fazer uma PPP para pegar um pedágio, sabendo que

há um protesto nacional contra tarifa de ônibus, tarifa de pedágio? Não tem tiro que resolva isso, nem de 15 nem de 20, porque a perspectiva é de levante popular.

Eu acredito inclusive que haverá dificuldades de viabilização para esse leilão, que já fracassou, dos 7 mil quilômetros brasileiros. Não acredito que uma empresa que tenha um mínimo de racionalidade neste momento entre nisso.

O SR. JOSÉ CARLOS DE ASSIS – Estou plenamente de acordo, Senador.

Quanto à questão da integração efetiva e produtiva, eu acho que a linha dela vem pela idéia – se há recursos naturais – da transformação de recursos naturais, logística para recursos naturais. Daí você tem logística para mercado, mercado interno e mercado externo. Tudo isso é logística como base para o desenvolvimento industrial e gera, naturalmente, a emergência de uma indústria de transformação. Então, isso uniformiza, de certa forma, as estruturas produtivas regionais dos diferentes países.

Quanto à questão levantada pelo Senador Dornelles sobre a indústria de navegação, discutimos várias vezes, porque há uma indústria de navegação chilena de cujo nome me esqueci que é uma poderosa indústria, já foi pelo menos uma poderosa indústria de navegação. A gente discutiu isso uma vez no âmbito do BNDES, quando eu era assessor do Dr. Luciano Coutinho, no sentido de a gente estimular um grupo brasileiro a se associar, porque essa empresa, apesar de forte, estava com dificuldade financeira. Mas eu não sei o que aconteceu dela.

Lembrava-nos aqui o Gustavo, assessor do Senador Requião, que o projeto de lei prevê a possibilidade de incentivos e de aporte de capitais para uma indústria da navegação comum na América do Sul.

O SR. FRANCISCO DORNELLES (Bloco/PP – RJ) – (Intervenção fora do microfone.)

O SR. JOSÉ CARLOS DE ASSIS – Exatamente. Frete.

Finalmente, para encerrar, o Senador levantou a questão da Aliança do Pacífico. Eu acho que a Aliança do Pacífico é a lei de conversibilidade dos andinos e dos mexicanos, a Lei de Conversibilidade do Menem. Lembram de quando o Menem fez a Lei de Conversibilidade? Quer dizer, a Aliança do Pacífico já está sendo estourada; não é por razões ideológicas, é porque está naufragando o sistema comercial deles, baseado em matérias-primas, que se enfraqueceu com o arrefecimento do crescimento chinês.

A indústria do Pacífico não me dá nenhum medo. Acho que ela, por si mesma, vai se arrebentar, vai cair no colo de uma Unasul, voltada para o sistema produtivo.

Muito obrigado. Vou ter de me ausentar.

Obrigado, Senador Requião.

O SR. PRESIDENTE (Roberto Requião. Bloco/PMDB – PR) – Nós que agradecemos, Assis. Boa viagem.

Com a palavra, Marco Aurélio Garcia.

O SR. MARCO AURÉLIO GARCIA – Vou começar pela questão da Aliança do Pacífico. Em primeiro lugar, a nossa posição é de não hostilizar. Os países têm direito de se associar como quiserem. Nós tentamos, em várias ocasiões, atrair alguns desses países para o Mercosul, o que se tornou difícil porque esses países fizeram uma opção por tratados de livre comércio, não só com os Estados Unidos, mas com outros países. É um caminho.

Acho que lá atrás, há muitos e muitos anos, há quinze anos talvez pudessem ter sido criadas as condições para que o Chile viesse para o Mercosul. Essa oportunidade se perdeu. Esses países fizeram o caminho de se associar, por meio de tratados de livre comércio, em primeiro lugar com os Estados Unidos, depois com outros países.

São conhecidos – e estamos tentando sistematizar isto, que farei chegar a V. Exª – estudos que demonstram que esses tratados não foram proveitosos para aos países que os firmaram. Em alguns casos tivemos, inclusive, nítida regressão do comércio. Isso é válido para o México, para o Chile. Para o Peru e para a Colômbia, como são experiências muito recentes, não dá para quantificar. Por outro lado, é importante também observar que, do ponto de vista dos quatro países, isso não traz grandes novidades, porque as tarifas que eles já mantinham entre si não acrescentam muito mais ao comércio.

Resta, então, que o Pacífico seja, entre outras coisas, uma inflexão de caráter político, ideológico. É possível. Acho que são quatro governos soberanos, podem perfeitamente fazer essa inflexão. Nós não queremos hostilizar, de maneira nenhuma. Acho que a melhor resposta que pode ser dada à Aliança do Pacífico é o Mercosul fortalecido.

Nesse particular, nós temos insistido muito, junto com os nossos parceiros, em que o Mercosul tem de assumir efetivamente essa vocação de ser uma união aduaneira. Nesse particular, acho que é de grande importância que os países integrantes do Mercosul – e aí não há exceção; todos têm suas responsabilidades – sejam capazes, efetivamente, de eliminar algumas práticas que muitas vezes entorpecem essa vocação, entendendo, concretamente, que perdas pequenas podem ser fortemente compensadas por grandes ganhos que o Mercosul.

Acho que não só o ingresso da Venezuela foi um elemento importante para o Mercosul e, sobretudo, para a Venezuela, como também esse processo de aproximação que estamos tendo, e que provavelmente vai desembocar, rapidamente, no ingresso da Bolívia e do Equador, também serão importantes. Isso é tão forte que, mesmo países que estavam mais ou menos fora do âmbito do Mercosul – estou pensando no Suriname e na Guiana – hoje começam a revelar também um interesse muito grande de uma aproximação, em primeiro lugar, por via da associação, e,quem sabe no futuro, por via de uma adesão plena.

Então, eu acho, Senador, que nós estamos diante de uma grande responsabilidade. Evidentemente esses problemas não vão ser resolvidos na próxima reunião. Eles serão debatidos. Mas, sobretudo, nós devemos vencer uma tentação que muitas vezes existe de um tipo de "flexibilização", entre aspas, do Mercosul, que, em realidade, significaria o começo do fim do Mercosul. Flexível tem que ser, flexível tem que ser. Em primeiro lugar, nós temos que ser flexíveis entre nós, o que muitas vezes não somos. E aí o Brasil também tem a sua culpa no cartório. Nós podemos, em determinados momentos, examinar outros mecanismos de flexibilidade que não venham desnaturar essa vocação de união aduaneira que o Mercosul tem. Essa é uma grande batalha que não vai se resolver num dia.

Eu queria reiterar o que disse quando fiz a minha intervenção, o meu agradecimento ao seu convite e ao convite que o Senador Requião nos fizeram para participar deste debate. Eu acho que a política externa ganha qualidade, quando uma instituição do peso do Senado assume também a responsabilidade na sua condução.

Obrigado.

O SR. PRESIDENTE (Roberto Requião. Bloco/PMDB – PR) – O Senador Samuel Pinheiro Guimarães com a palavra.

O SR. SAMUEL PINHEIRO GUIMARÃES – Sem o Senador.

O SR. PRESIDENTE (Roberto Requião. Bloco/PMDB – PR) – É uma vocação secreta dele. Eu cometi essa indiscrição e peço perdão.

O SR. RICARDO FERRAÇO (Bloco/PMDB – ES) – Embaixador, por enquanto; Senador, quem sabe?

O SR. PRESIDENTE (Roberto Requião. Bloco/PMDB – PR) – Senador na próxima eleição.

Perdão, Samuel.

O SR. RICARDO FERRAÇO (Bloco/PMDB – ES) – Acho que seria um belo Senador, viu Requião?

O SR. SAMUEL PINHEIRO GUIMARÃES – Um rápido comentário sobre dois temas que estão relacionados: a questão da possibilidade de acordos bilaterais, que o Marco Aurélio já expôs, e a Aliança do Pacífico, sobre a qual ele também falou.

No caso do Mercosul, eu acho que às vezes nos esquecemos de que o Mercosul como união aduaneira. Ele dá uma preferências às empresas que estão instaladas dentro do território dos países-membros da união aduaneira. É isso que é a união aduaneira. É uma tarifa externa comum e que dá preferência, portanto, a quem está dentro em relação a quem está fora. Essa é que é a ideia.

Então, se um país faz um acordo de livre comércio com outro país, ele deixa de dar a preferência aos demais membros. Portanto, ele rompe o princípio fundamental da união aduaneira. É claro que os países são soberanos para fazerem o que bem quiserem, mas deixarão de fazer parte da união aduaneira, porque, hoje em dia, as tarifas dos cinco países são as mesmas tarifas. Então, ele não pode dar reduções dessa tarifa para um outro país. Então, isso, digamos, às vezes é um desejo de certos países, até desejo, às vezes, de dentro da sociedade brasileira, de certos setores, que talvez não conheçam bem, como mencionou o Senador Ferraço, os dados estatísticos sobre a importância do comércio do Mercosul para o Brasil. Simplesmente não conhecem e, então, têm sonhos, não é?

Muito bem. Isso se refere à Aliança, porque a Aliança do Pacífico, hoje em dia, é apresentada como uma espécie de alternativa para o Brasil. O Brasil não deveria, digamos, em primeiro lugar, frequentar o Mercosul porque nele há más companhias: a má companhia da Presidenta Cristina Kirchner, a má companhia do Presidente Nicolás Madruga. Isso é mau para o Brasil. São certos setores da imprensa e da academia. Depois, há o problema de competitividade, de produtividade, etc., e que seria melhor fazer acordos com outros países.

Na questão da Aliança do Pacífico, o que ocorre, como o Ministro Marco Aurélio já mencionou, primeiro, é que são países com os quais o Mercosul tem acordos de livre comércio. Então, hoje em dia, nós já temos a competição lá dentro do mercado chileno, do mercado peruano, do mercado colombiano e já sofremos a competição dos países com quem eles têm acordos de livre comércio. Temos a competição da China, dos Estados Unidos, da União Europeia, e assim por diante. Então, nada muda. Como nós já temos acordos com eles e a maior parte das tarifas já foi reduzida a zero, a nossa posição comercial já está perfeitamente defendida. E nós temos com esses países – não com todos, mas certamente, com alguns deles – superávit significativos, como é o caso da Colômbia e do Peru, se não me engano, e do Chile também. Do México eu

não me lembro agora o número, mas, enfim, a situação da economia mexicana é muito específica.

É a situação de uma economia que se vinculou aos Estados Unidos de tal forma que cerca, talvez, de 80%, 90% do seu comércio é com os Estados Unidos. É uma economia cujos números têm que ser examinados, porque uma grande parte do comércio de importação, os números muito grandes do comércio de importação mexicano são de produtos que entram para as maquiladoras. Entram como importação e saem como exportação os produtos. Então, os números ficam muito elevados, o que dá uma impressão de grande sucesso industrial. Não é um sucesso industrial. São os efeitos de uma economia maquiladora. Então, é uma situação diferente do Chile, do Peru, da Colômbia.

Então, digamos, a Aliança do Pacífico não oferece nenhum risco para nós. Naqueles mercados já enfrentamos a competição de países altamente desenvolvidos. Não vamos ter receio da competição peruana, no mercado chileno, em relação a nós, pela simples razão de que não produzem produtos para competir conosco. É um pouco isso.

O Senador Dornelles mencionou a questão dos fretes e a questão da oportunidade de se ter uma empresa.

Tivemos, no Brasil, a destruição do nosso sistema de construção naval, que hoje em dia se recupera. Não sei se os outros países têm. Não sei qual é a situação exata da Argentina em termos de construção naval. Tem alguma coisa. No Uruguai, também tem alguma coisa. Não sei se o suficiente para criar, mas certamente seria...

(Intervenção fora do microfone.)

O SR. SAMUEL PINHEIROS GUIMARÃES – Pois é. É claro que é diferente, mas, digamos, o próprio projeto prevê a possibilidade, se não me engano, de que, se uma empresa de navegação resolver se instalar, poderá ter os benefícios desse projeto que foi examinado. Caberia, acho, que ao ...

Na realidade, esses investimentos todos, os grandes, é o BNDES que faz. Os bancos privados não entram na área de grandes investimentos, que eu saiba. Então, depende de uma política do BNDES para estimular este tipo de atividade econômica, a navegação, que é de enorme importância nesse panorama de déficit em todos os itens do balanço.

Talvez o comercial, neste ano, ainda tenha superávit, mas é um superávit bem reduzido. Isso tem consequências para a entrada de capitais. São taxas de juros elevadas para promover o ingresso nos recursos para compensar esses déficits. Eles não serão compensados pela balança comercial; vão ser compensados pela entrada de capital de investimento e capital especulativo. Todos eles, lá, na frente, geram remessa de novo, porque entram para sair,naturalmente.

É só um comentário.

O SR. PRESIDENTE (Roberto Requião. Bloco/PMDB – PR) – Para encerrar a nossa audiência, com a palavra o Senador Paulo Bauer.

O SR. PAULO BAUER (Bloco/PSDB – SC) – Antes de fazer aqui minhas últimas observações, apenas quero dizer que não é verdadeira a informação do Presidente Requião de que eu estava pregando e imaginando que seríamos proibidos de ingressar nos Estados Unidos para visitar a Disney. Isso foi uma brincadeira do Senador Requião.

O SR. PRESIDENTE (Roberto Requião. Bloco/PMDB – PR) – Pelo contrário, Embaixador – chamo o Embaixador de Senador e o Senador de Embaixador, qualquer coisa está acontecendo comigo. (*Risos.*)

Mas, pelo contrário, já recebi um comunicado da embaixada americana que existe um convite oficial para V. Exª visitar a Disneylândia, com tudo pago. (*Risos.*)

O SR. PAULO BAUER (Bloco/PSDB – SC) – Viram só como são as coisas?

O SR. FRANCISCO DORNELLES (Bloco/PP – RJ. Intervenção fora do microfone.) – Num avião da FAB.

O SR. PAULO BAUER (Bloco/PSDB – SC) – No avião da FAB! (*Risos.*)

Senador Dornelles, não precisaríamos mais fazer nada nesta reunião, porque essa foi uma observação fantástica.

Senador Requião, cumprimento V. Exª pela iniciativa. Quero aqui saudar e cumprimentar todos os Senadores que participaram do evento, agradecer aos convidados, o Embaixador Samuel, o Assessor-Chefe para Assuntos Internacionais da Presidência da República, a Presidência da República, Marco Aurélio Garcia, a Conselheira Ana Tito. Quero, enfim, agradecer a todos.

A palavra final que certamente caberia registrarmos seria: se nós todos, em todos os países que integram o Mercosul, nos dedicássemos um pouco mais para falar do que se pode fazer a mais, com certeza, faríamos o bloco Mercosul ser fortalecido em um prazo mais curto e de forma mais consistente. É preciso muito diálogo, é preciso muita avaliação, é preciso muita coragem política para que a se consagre esse bloco como um grande instrumento de desenvolvimento econômico e social, não só no âmbito dos países, mas em todo nosso continente.

Muito obrigado.

O SR. PRESIDENTE (Roberto Requião. Bloco/PMDB – PR) – Não havendo mais nada a tratar, está encerrada a reunião.

(Iniciada às 14 horas e 36 minutos, a reunião é encerrada às 16 horas e 59 minutos.)

COMISSÃO DE RELAÇÕES EXTERIORES
E DEFESA NACIONAL
COMISSÃO DE CIÊNCIA, TECNOLOGIA,
INOVAÇÃO, COMUNICAÇÃO E INFORMÁTICA

ATA DA 12ª REUNIÃO CONJUNTA DAS COMISSÕES PERMANENTES, REALIZADA PELA COMISSÃO DE RELAÇÕES EXTERIORES E DEFESA NACIONAL (28ª REUNIÃO) E COMISSÃO DE CIÊNCIA, TECNOLOGIA, INOVAÇÃO, COMUNICAÇÃO E INFORMÁTICA (22ª REUNIÃO) DA 3ª SESSÃO LEGISLATIVA ORDINÁRIA DA 54ª LEGISLATURA, REALIZADA EM 10 DE JULHO DE 2013, QUARTA-FEIRA, ÀS 14:30 HORAS, NA ALA SENADOR ALEXANDRE COSTA, PLENÁRIO Nº 7.

Às catorze horas e quarenta e três minutos do dia dez de julho de dois mil e treze, no Plenário sete da Ala Senador Alexandre Costa, sob a Presidência do Senhor Senador **Ricardo Ferraço**, reúne-se a Comissão de Ciência, Tecnologia, Inovação, Comunicação e Informática – CCT, com a Comissão de Relações Exteriores e Defesa Nacional – CRE. Assinam o livro de presença os(as) Senhores(as) Senadores(as) **Aloysio Nunes Ferreira, Alvaro Dias, Ana Amélia, Angela Portela, Antonio Carlos Rodrigues, Benedito de Lira, Cícero Lucena, Eduardo Lopes, Eduardo Suplicy, Eunício Oliveira, Flexa Ribeiro, Francisco Dornelles, Jarbas Vasconcelos, Jayme Campos, José Agripino, Lídice da Mata, Luiz Henrique, Maria do Carmo Alves, Pedro Simon, Randolfe Rodrigues, Roberto Requião, Vanessa Grazziotin e Zeze Perrella.** Assinam, também, a lista de presença, os parlamentares não membros das Comissões reunidas: Deputada Perpétua Almeida, Deputado Carlos Zarattini, Senador Inácio Arruda, Deputado Eduardo Azeredo, Senador Wellington Dias, Deputado Lelo Coimbra e Deputado Nelson Pellegrino. Deixam de comparecer os demais parlamentares. Justifica ausência o Senador Cristovam Buarque. O Presidente declara aberta a Reunião de Audiência Pública que se destina à discussão e prestação de esclarecimentos acerca de denúncias veiculadas na imprensa nacional sobre rede de espionagem montada em Brasília pelo Governo dos Estados Unidos, que monitora milhões de *e-mails* e ligações telefônicas de brasileiros, em atendimento aos Requerimentos nº 48 e 61, de 2013–CRE. O Presidente convida a comporem a mesa o Senador Zezé Perrella, Presidente da Comissão de Ciência, Tecnologia, Inovação, Comunicação e Informática; e o Deputado Nelson Pellegrino, Presidente da Comissão de Relações Exteriores e de Defesa Nacional da Câmara dos Deputados. O Presidente faz pronunciamento referente ao tema da reunião. Em seguida, convida a comporem, também, a mesa o **Ministro Celso Amorim**, Ministro de Estado da Defesa – MD; o **Embaixador Antonio de Aguiar Patriota**, Ministro de Estado das Relações Exteriores – MRE; e o **General de Exército José Elito Carvalho Siqueira**, Ministro-Chefe do Gabinete de Segurança Institucional da Presidência da República. Então, o Presidente passa a palavra a cada um dos expositores. O Presidente apresenta questionamentos, que são respondidos pelos expositores. Usam a palavra os(as) Parlamentares: Senador Randolfe Rodrigues, Senadora Vanessa Grazziotin, Senadora Ana Amélia, Senador Eduardo Suplicy, Senador Pedro Simon, Senador Roberto Requião, Deputada Perpétua Almeida, Senador Inácio Arruda, Deputado Eduardo Azeredo e Deputado Carlos Zarattini. Os expositores fazem suas considerações finais. O Presidente concede a palavra ao Senador Zeze Perrella e ao Deputado Nelson Pellegrino. São apresentadas considerações finais e agradecimentos do Presidente. Nada mais havendo a tratar, encerra-se a reunião às dezoito horas e vinte e seis minutos, lavrando eu, José Alexandre Girão Mota da Silva, a presente Ata, que lida e aprovada, será assinada pelo Senhor Presidente da Comissão de Relações Exteriores e Defesa Nacional, e pelo Senhor Presidente da Comissão de Ciência, Tecnologia, Inovação, Comunicação e Informática; e publicada no Diário do Senado Federal, juntamente com a íntegra do registro de taquigrafia. – Senador **Ricardo Ferraço,** Presidente da Comissão de Relações Exteriores e Defesa Nacional. – Senador **Zeze Perrella,** Presidente da Comissão de Ciência, Tecnologia, Inovação, Comunicação e Informática.

O SR. PRESIDENTE (Ricardo Ferraço. Bloco/PMDB – ES) – Muito boa tarde, Srªs e Srs. Senadores, convidados.

Há número regimental. Declaro aberta a reunião. Faço um primeiro registro, de que esta é uma reunião da Comissão de Relações Exteriores e Defesa Nacional em conjunto com a Comissão de Ciência e Tecnologia do Senado Federal, presidida pelo Senador Zeze Perrella já compondo e compartilhando da mesa comigo. De igual forma, é também uma reunião conjunta com a Comissão de Relações Exteriores e Defesa Nacional da Câmara dos Deputados.

Convido o Deputado Nelson Pellegrino, Presidente da Comissão de Relações Exteriores e Defesa Nacional, da Câmara dos Deputados, para estar junto conosco. (*Pausa.*)

A realização desta reunião extraordinária de nossas comissões decorre de um conjunto de requeri-

mentos aprovados não apenas aqui na Comissão de Relações Exteriores e Defesa Nacional, mas também na Comissão de Ciência e Tecnologia e, de igual forma, na Comissão de Relações Exteriores e Defesa Nacional, da Câmara dos Deputados.

O assunto que nos reúne hoje é grave e exige pronta reação do Estado brasileiro. Devemos, em primeiro lugar, satisfação a nossa sociedade, diante do noticiário de que fomos – e talvez ainda sejamos – vulneráveis a bisbilhotagem eletrônica de nossas comunicações. Devemos ao mundo uma demonstração de que somos um País sério, que não tolera o desrespeito à nossa soberania ou à inviolabilidade dos direitos de nossos cidadãos e de nossas empresas. Queremos não ficar apenas na discussão da indignação. Precisamos agir com rapidez e eficiência para efetivamente salvaguardar nossos direitos e impedir que voltem eventualmente a acontecer atos dessa natureza.

A Internet não foi criada por decreto ou pela deliberação de instituições e governos. Ela foi nascendo aos poucos, por assim dizer, e já mudava ao expandir-se, com seu imenso poder de magnetização e absorção de usuários públicos e privados mundo afora, até tornar-se como hoje se apresenta: vital, indispensável e onipresente em nosso dia a dia. O que não podemos aceitar é que se torne também consciente, pelo menos não à custa de nossos direitos. Afinal, lembramos que, há mais de 60 anos, na Declaração Universal de Direitos da Pessoa Humana, a ONU decretou no art. 19: "Todos têm o direito à liberdade de opinião e de expressão; esse direito inclui liberdade para ter opiniões, sem interferências, e para buscar, receber e partilhar informações e ideias por quaisquer meios e independentemente de fronteiras". O desafio que temos adiante, face à possível comprovação de que houve de fato uma política ativa de violação de nossas comunicações telefônicas e outros, conduzida por um país com o qual temos vínculos de cooperação e amizade, requer em doses certas a capacidade de protestar contra a atitude hostil, injustificável e, ao mesmo tempo, a habilidade de contribuir para a construção de soluções que impeçam a repetição do abuso contra nossa liberdade, se possível estendendo tal conquista a toda a comunidade internacional.

Com base nessas evidências, nós estamos convidando para compartilhar conosco dessa audiência pública e gostaríamos de convidar para que tomasse assento à Mesa S. Exª o Embaixador Antonio de Aguiar Patriota, Ministro das Relações Exteriores; de igual forma, o Sr. General de Exército José Elito Carvalho Siqueira, Ministro-Chefe do Gabinete de Segurança Institucional da Presidência da República; também convido S. Exª, o Sr. Ministro de Estado da Defesa, Embaixador Celso Amorim. (*Pausa.*)

Concedo a palavra, para uma comunicação rápida, porém importantíssima, aos Presidentes das Comissões que compartilham conosco desta reunião: o Presidente da Comissão de Ciência e Tecnologia do Senado, Senador Zeze Perrella, e, em seguida, o Deputado Nelson Pellegrino, para as primeiras manifestações. Em seguida vamos passar a palavra aos nossos convidados. Senador Zeze Perrella.

O SR. ZEZE PERRELLA (Bloco/PDT – MG) – Boa tarde a todos. Vou ser bastante rápido.

Eu acho que esses assuntos vieram no momento certo. Nós estamos às vésperas de discutir o marco regulatório da Internet, e acho que esses episódios vão servir para nos balizar de alguma maneira nesse assunto tão importante, que é esse marco regulatório.

Mas eu já transfiro, Sr. Presidente Ricardo Ferraço, Senador Ricardo Ferraço, o senhor pode passar a palavra para o outro convidado.

Um abraço a todos.

O SR. PRESIDENTE (Ricardo Ferraço. Bloco/PMDB – ES) – Concedo a palavra ao Deputado Nelson Pellegrino, Presidente da Comissão de Relações Exteriores, da Câmara dos Deputados, com quem compartilhamos esta reunião. A palavra é de V. Exª.

O SR. NELSON PELLEGRINO (PT – BA) – Sr. Presidente desta reunião, Senador Ricardo Ferraço; Sr. Presidente da Comissão de Ciência, Tecnologia e Comunicação, Senador Zeze Perrella; Ministro-Chefe do Gabinete de Segurança Nacional, General Elito; Sr. Ministro da Defesa, Celso Amorim; Sr. Ministro de Relações Exteriores, Antonio Patriota; Srs. Senadores, Deputados, Deputadas, imprensa, todos aqui presentes.

Também serei muito breve, porque o objeto principal desta audiência é ouvir as autoridades aqui presentes. Nós, da Comissão de Relações Exteriores e Defesa Nacional da Câmara, consideramos os fatos que chegaram ao conhecimento público muito graves, fatos esses que já foram inclusive objeto de manifestação por parte das autoridades brasileiras, de pedidos de explicações.

Mas as manifestações das autoridades brasileiras e os pedidos de explicações às autoridades dos Estados Unidos não encerram esta questão, até porque temos que entender a extensão do problema, porque, como diz um bom médico, Senador Requião, não se pode passar remédio sem se fazer o diagnóstico. Então. penso que esta reunião aqui é também para não diria iniciar, mas levar adiante o debate do diagnóstico do problema. Dessa forma, poderemos, no âmbito da nossa competência, que é a competência do Poder Legislativo, ver quais são as medidas que nós vamos adotar.

Uma delas o Senador Perrella já falou. Nós estamos debatendo na Câmara também o marco civil da regulação da Internet, que envolve a questão dos dados, do trânsito desses dados, quem pode fazer e armazenar, como as empresas estrangeiras que atuam no Brasil têm que se submeter à legislação brasileira.

E há uma matéria, Sr. Presidente, que, penso, deverá ser objeto até de debate nesta audiência pública, e o Ministro Patriota poderá falar sobre ela, que é o debate internacional que acontece hoje em relação à regulação da Internet no plano mundial. Hoje, o domínio é dos Estados Unidos. Há uma agência naquele país que faz a regulação do trânsito, do tráfico na internet, e essa agência acaba sendo agência internacional. Sei que vários países já se reuniram para tratar desse assunto em algumas conferências, e há um projeto de haver um marco regulatório no plano internacional e uma agência internacional multilateral que faça essa fiscalização e essa regulação. Sei que o Brasil tem trabalhado nessa perspectiva também.

Portanto, é muito importante que o Brasil se insira nesse debate. Eu acho que este Congresso também.

É evidente que há questões relacionadas à cooperação. Também a imprensa trouxe ao conhecimento público uma parceria que – parece-me, General Elito – durou pelo menos até 2002, entre o governo brasileiro e o governo dos Estados Unidos na área dessa cooperação de inteligência. Seria muito importante saber em que termos essa parceria aconteceu e se ela prosseguiu após 2003.

Portanto, são questões que muito importantes, além das questões relacionadas à defesa, porque se trata de dados que transitaram também em relação à defesa e à nossa soberania.

Obrigado, Sr. Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Ricardo Ferraço. PMDB – ES) – Nesta primeira parte dos nossos trabalhos, vamos conceder a palavra aos nossos convidados, para que eles possam manifestar suas primeiras impressões a respeito do episódio. Em seguida, franquearemos a palavra aos Srs. Senadores, aos Srs. Deputados e Deputadas, enfim, para que possamos fazer o debate com os nossos convidados.

Sem mais delongas, passo a palavra a S. Exª, o Ministro Antonio Patriota, Ministro das Relações Exteriores, e aproveito para cumprimentar o Embaixador Eduardo Santos, Secretário-Geral do Ministério das Relações Interiores, que nos honra aqui com sua presença.

Muito obrigado.

Com a palavra S. Exª o Ministro-Chanceler Antonio Patriota.

O SR. ANTONIO DE AGUIAR PATRIOTA – Muito obrigado, Senador Ricardo Ferraço. Agradeço também ao Deputado Nelson Pellegrino a oportunidade de me dirigir hoje a esta sessão conjunta das Comissões de Relações Exteriores do Senado e da Câmara. Agradeço também pela flexibilidade demonstrada, porque a ideia inicial era de que fosse amanhã, mas amanhã há uma ministerial do Mercosul em Montevidéu. Agradeço aos meus colegas, o Ministro Celso Amorim, da Defesa; o Ministro General Elito, do Gabinete de Segurança Institucional da Presidência da República.

Bom, os Srs. Senadores e Deputados já estão informados sobre as denúncias veiculadas a partir do último final de semana pela imprensa, relativas a atividades de intercepção de comunicações de cidadãos brasileiros que teriam sido realizadas pelo governo dos Estados Unidos da América.

Como se sabe, o Governo brasileiro tomou conhecimento do assunto por meio de notícias de imprensa, em particular do Jornal *O Globo*, com base em elementos de informação que teriam sido fornecidos pelo Sr. Edward Snowden, ex-funcionário de empresas que mantinham contratos de prestação de serviços a órgãos da área de inteligência dos Estados Unidos.

O tema tem várias dimensões e envolve diferentes ministérios e órgãos públicos, como a Anatel. Por essa razão mesmo, a convocação se destina não apenas ao Chanceler, ao Ministro da Defesa, ao Ministro-Chefe do Gabinete de Segurança Institucional; entendo também que o Ministro das Comunicações comparecerá aqui ao Congresso.

Hoje, pela manhã – eu começaria com essa informação –, os Ministros da Justiça, Defesa, Comunicações, Gabinete de Segurança Institucional e Relações Exteriores se reuniram com a Presidenta Dilma Rousseff, ocasião em que foi adotada uma nota que, penso, se constitui em uma resposta no mais alto nível político a essa situação que se criou. Acho que vale a pena ser lida, porque, como ela foi divulgada há apenas um pouco mais de uma hora, ainda não é de conhecimento geral.

Então, procedo à leitura:

> **Em relação às denúncias de que comunicações eletrônicas e telefônicas de cidadãos e instituições brasileiras estariam sendo objeto de espionagem por órgãos de inteligência norte-americanos, o governo brasileiro declara que:**
>
> **1) O embaixador norte-americano foi convocado a prestar esclarecimentos sobre o ocorrido.**
>
> **2) Foi criado um Grupo Técnico Interministerial, formado pelos Ministérios da Jus-**

tiça, Relações Exteriores, Defesa, Comunicações, Ciência e Tecnologia, Gabinete de Segurança Institucional e Assessoria Especial da Presidência da República, com o objetivo de analisar o caso e propor medidas cabíveis.

3*)* A partir da análise realizada pelo Grupo Técnico Interministerial serão solicitados esclarecimentos adicionais ao governo dos Estados Unidos.

4*)* Também foi determinada a abertura de inquérito pela Polícia Federal e a apuração dos fatos pela Anatel.

5) **O governo brasileiro não autorizou nem tinha conhecimento das atividades denunciadas. A eventual participação de pessoa, instituição ou empresa do País nestas atividades é inconstitucional, ilegal e sujeita às penas da lei.**

Bom, uma vez feita essa leitura, creio que o meu papel aqui é, sobretudo, concentrar-me nos aspectos da dimensão internacional desta questão, que envolvem tanto uma vertente bilateral como também o acionamento do sistema Nações Unidas, do sistema multilateral. E eu queria dizer, antes de tudo, como já fiz neste último domingo, logo que as notícias foram veiculadas pelo *O Globo*, que, assim que tomamos conhecimento das denúncias, o Governo brasileiro encarou o fato como um desenvolvimento grave e manifestou a sua preocupação já tomando uma série de iniciativas.

Eu procederei aqui então a uma reiteração daquilo que declarei no domingo, após contato com a Presidenta Dilma Rousseff, em que indiquei que o Governo brasileiro recebeu, com grave preocupação, a notícia de que essas comunicações eletrônicas e telefônicas de cidadãos brasileiros estariam sendo objeto de espionagem por órgãos de inteligência norte-americanos.

Indiquei que o Governo brasileiro havia solicitado esclarecimentos ao Governo norte-americano, tanto por intermédio do Embaixador norte-americano no Brasil, como da Embaixada do Brasil em Washington, e mencionei, também, que o Governo brasileiro promoverá, no âmbito da União Internacional de Telecomunicações (UIT) em Genebra, o aperfeiçoamento de regras multilaterais sobre segurança das telecomunicações. Além disso, o Brasil lançará nas Nações Unidas iniciativas com objetivo de proibir abusos e impedir a invasão da privacidade dos usuários das redes virtuais de comunicação, estabelecendo normas claras de comportamento dos Estados na área de informação e telecomunicações, para garantir segurança cibernética que proteja os direitos dos cidadãos e preserve a soberania de todos os países.

Eu salientaria uma vez mais que, a meu ver, o assunto é de grande sensibilidade. Está em jogo, nessas notícias, em primeiro lugar, como assinalou a Presidenta da República, a soberania do Brasil, o respeito a nossa legislação dentro do nosso território.

Em nosso País, que se define pela adesão ao Estado de direito, a Constituição garante o sigilo das comunicações, e a interceptação de informações ou dados só pode ser feita mediante procedimento específico definido em lei. São preceitos essenciais para proteção dos cidadãos em uma democracia. Qualquer ato cometido em nosso território que se afaste dos procedimentos definidos em nossa legislação não poderá ser visto como outra coisa senão uma violação, um desrespeito à lei brasileira.

Deve-se recordar, por outro lado, que a Convenção de Viena sobre Relações Diplomáticas estabelece, claramente, para todos os agentes de governos estrangeiros a obrigação de, quando atuarem em outro país, respeitarem à lei local. Esse é um princípio básico para convivência entre os Estados e, para o Brasil, é algo que está acima – ou antes – de qualquer negociação ou entendimento. É uma premissa que não se discute.

E um segundo aspecto da questão, que está intimamente vinculado ao primeiro, é a dimensão dos direitos humanos. Não por acaso, a proteção do sigilo das comunicações está garantida no art. 5º de nossa Constituição, pois se trata de um fator fundamental para o direito à privacidade, que também está respaldado em nossa Carta Magna. Como sabem os senhores, a Constituição estipula que – e eu cito:

> Art. 5º .....
> .....
> XII – é inviolável o sigilo da correspondência e das comunicações telegráficas, de dados e das comunicações telefônicas, salvo, no último caso, por ordem judicial, nas hipóteses e na forma que a lei estabelecer para fins de investigação criminal ou instrução processual penal;

Por experiência própria, os brasileiros, que conquistaram duramente suas liberdades democráticas, atribuem grande valor a sua liberdade de comunicação, independentemente do controle do Estado. Tanto a prevenção do crime, como a repressão de atividades criminosas, do terrorismo e de delitos transnacionais devem, portanto, ser conduzidas dentro do marco do Estado de direito e no respeito ao direito internacional.

Essas considerações explicam a seriedade com que estamos tratando do tema. E as questões levantadas afetam princípios fundamentais de nossa organização como País democrático.

Quanto às alegações sobre possíveis operações de escuta em postos diplomáticos do Brasil, é importante lembrar que denúncias semelhantes foram feitas também com relação à embaixada ou missões de outros países, dos Estados Unidos. Não há dúvida de que, caso confirmadas, seriam práticas inaceitáveis em flagrante violação do art. 27 da Convenção de Viena.

E o art. 27, §2º, da Convenção de Viena estipula que – eu cito: "A correspondência oficial da Missão é inviolável. Por correspondência oficial entende-se toda correspondência concernente à Missão e suas funções." Fim de citação.

É com a consciência de todos esses aspectos que o Governo, seguindo a orientação da Presidenta Dilma Rousseff, vem encaminhando o problema.

Dos países que foram objeto de alegações de atividades de interceptação de comunicações – eu acho que vale mencionar aqui –, o Brasil foi o primeiro a indicar a intenção de levar o assunto à discussão em fóruns multilaterais.

E eu gostaria de dar alguns exemplos de como é que isso pode ser feito. Trata-se de algo que ainda estamos analisando, mas já existem algumas linhas de ação sendo pensadas e que poderão ser acionadas em prazo relativamente breve.

Na própria Assembléia Geral das Nações Unidas existem itens relativos, em primeiro lugar, à segurança das informações. Esse é um tema que costuma ser objeto de debate em função de iniciativas que reúnem o consenso. De modo que é um tema que, por um lado, é tratado por uma resolução consensual, que trata da segurança das telecomunicações no contexto da segurança internacional e inclusive já foi objeto de criação de um grupo de trabalho específico, que discute formas de cooperação intensificadas para evitar abusos, violações, etc.

É claro que existem muitas lacunas ainda, é um tema em desenvolvimento e que não é tratado ainda por um mecanismo abrangente ou segundo convenções universais. Mas já surgem, nas Nações Unidas, esses debates.

Nesse mesmo item da Assembléia Geral existe uma proposta de adoção de código de conduta que aborda exatamente o tema aqui mencionado pelo Deputado Nelson Pellegrino, que é a questão da governança da Internet, hoje nas mãos de um único país, que enfrenta resistências consideráveis para que ela seja multilateralizada.

Esse é um tema que o Brasil tem levantado, junto com outros, na União Internacional de Telecomunicações, e que nós continuaremos levantando, agora inclusive creio que com novos elementos e com uma alteração um pouco do quadro político, em função das denúncias que afetam, além do Brasil, inúmeros países, países da Europa, e, agora, como sabemos também, vários países aqui na América Latina.

Há outro debate que é relacionado à Cúpula Mundial sobre a Sociedade da Informação, como ficou assim conhecido, realizado em duas etapas – a segunda etapa foi em Túnis, a primeira em Genebra –, que lançou também uma reflexão sobre o que já existe, em matéria de cooperação internacional, nessa área de telecomunicações, de utilização da Internet, da sociedade da informação, a identificação das lacunas e a possível elaboração de propostas para se lidar com essas lacunas e se trilhar um caminho de maior cooperação internacional.

Um processo de revisão abrangente dos resultados dessa cúpula deverá ocorrer em 2015, mas já agora em setembro, nessa próxima Assembléia Geral da ONU, e creio que será uma oportunidade a ser aproveitada, deverá ter início o debate sobre como se organizará esse decênio, quer dizer, essa reflexão, dez anos após a Cúpula Mundial sobre a Sociedade de Informação, que estabeleceu várias áreas de atuação, inclusive uma sobre ética, padrões éticos de utilização da Internet, que estão a cargo, em particular, da Unesco.

Eu queria mencionar também aqui que o tema se reveste de um aspecto de proteção da privacidade, dos direitos do indivíduo, do cidadão, direitos esses que são reconhecidos em um acordo internacional de que o Brasil e os Estados Unidos são partes, que é o Pacto Internacional sobre Direitos Políticos e Civis. E o artigo 17 desse pacto estipula que os Estados, que as partes contratantes assumirão obrigações relacionadas à proteção da privacidade em comunicações e sublinha que correspondência será transmitida sem interceptação, sem ser aberta, sem ser lida, e tanto monitoramento eletrônico como outra forma de intercepções telefônicas, telegráficas, ou outras formas de comunicação, grampos, gravação de conversas, etc., deverão ser proibidos.

Esse artigo e esse dispositivo de um acordo em vigor, que é supervisionado por um comitê, o Comitê de Direitos Humanos, que se reúne em intervalos regulares e apresenta um relatório ao Conselho de Direitos Humanos a cada ano.

Está na origem de declarações que foram dadas, agora há poucos dias, pelo porta-voz do Alto Comissário para Direitos Humanos, Sr. Rupert Colville, em que lembra as obrigações dos Estados sob o art. 17 e lembra essa obrigação de proteção do indivíduo contra qualquer ato que tenha impacto sobre sua privacidade. E exige que qualquer ato com tal impacto seja autorizado por lei específica.

Eu comentaria também que existe um item nas Nações Unidas sob a égide da VI Comissão, que cuida de temas jurídicos, que trata da proteção de missões diplomáticas em cumprimento àquele artigo que eu acabei de ler, o art. 27 da Convenção de Viena.

Mencionaria, finalmente, que estamos há poucos dias de uma cúpula do Mercosul em Montevidéu, que será uma ocasião para que os líderes do Mercosul – estarão presentes também representantes dos Estados associados e, possivelmente, todos os membros da Unasul, dos países sul-americanos – façam uma troca de ideias, eventualmente alguma manifestação coletiva sobre essa questão.

Eu recordo – e aqui é um gancho para eu passar a palavra aos meus colegas de outras pastas – que, recentemente, um conselho criado no âmbito da União Sul-Americana (Unasul) em matéria em segurança cidadã, justiça e coordenação de ações contra delinquência organizada transnacional, adotou um plano de ação em que está incluída a questão do crime cibernético. Existe um documento bem recente, adotado em novembro de 2012, que fornece também uma plataforma para um debate sul-americano da questão.

Como os senhores terão visto, vários países sul-americanos, segundo matérias veiculadas pela imprensa, estariam na mesma situação do Brasil. Inclusive, hoje mesmo, foram dadas declarações por parte do Governo colombiano semelhantes àquelas que eu comentei aqui nesta apresentação inicial.

Com essa introdução, Senador, eu encerraria aqui a minha apresentação inicial.

Muito obrigado.

O SR. PRESIDENTE (Ricardo Ferraço. Bloco/PMDB – ES) – Muito obrigado a S. Exª o Sr. Ministro Antonio Patriota.

Passo a palavra ao Sr. Ministro da Defesa, Embaixador Celso Amorim.

O SR. CELSO LUIZ NUNES AMORIM – Sr. Presidente, Senador Ricardo Ferraço; Sr. Presidente da Comissão de Ciência e Tecnologia, Senador Zeze Perrella; Sr. Deputado Nelson Pelegrino, Presidente da Comissão de Relações Exteriores e Defesa Nacional da Câmara dos Deputados; Srªs e Srs. Senadores e Deputados, em primeiro lugar, é sempre uma grande satisfação vir aqui a estas reuniões para dar satisfação à opinião pública sobre o que cada um de nós está fazendo.

Acho que é especialmente oportuna esta reunião, porque evidentemente este é um tema de grande interesse, como foi dito aqui pelo Ministro Patriota, para o mundo inteiro, mas certamente para o Brasil. E acho que as discussões que puderem ocorrer aqui servirão também de inspiração e de parâmetro para muitas das decisões que nós possamos tomar em termos de Governo.

Como foi ressaltado, essas denúncias, cuja gravidade é óbvia e é impossível ser diminuída, envolvem atividades com várias dimensões. Não vou tentar sequer de longe esgotá-las, mas, simplificando um pouco, há obviamente uma dimensão que diz respeito ao cidadão, ao indivíduo que tem a sua privacidade violada e há uma dimensão também de preocupação com a própria segurança do Estado e da sociedade, que é a parte que incumbe mais diretamente ao Ministério da Defesa.

Então, eu vou procurar, de maneira muito objetiva, deter-me mais nessa parte. Entretanto, gostaria também de fazer uma rápida referência à nota oficial da Secretaria de Comunicação Social da Presidência, que foi lida aqui pelo Ministro Patriota, porque ela mesma já demonstra que esse é um tema que deve continuar a ser analisado. Ele enseja perguntas que ainda não foram respondidas, e o próprio trabalho desse grupo que foi já tem como uma das suas missões – entre outras, seguramente –, a partir da análise que venha a realizar, solicitar esclarecimentos adicionais ao governo dos Estados Unidos.

Isso é muito importante porque o que ocorreu até agora não nos permite ter uma visão global. Há uma visão naturalmente da importância do fato, da amplitude do fato, e cada um de nós pode até ter percorrido documentos e ter descoberto mais ainda sobre esse grande número de *softwares* e de programas que existem hoje no mundo que buscam uma coleta de informações num grau que, creio eu, jamais ocorreu, até porque a tecnologia não permitia, mas, de qualquer maneira, de uma maneira até assustadora, eu diria.

Um dos programas, por exemplo, esse ainda não está aprovado, mas tem o nome, se eu não me engano, em inglês, Total Information Awareness, quer dizer, consciência total da informação. É como colocar a autoridade que cuida desse tema quase como se fosse uma divindade, é a onisciência buscada. Esse programa, em si, não foi aprovado, mas faz parte de todo um contexto em que há vários outros programas internacionais, ou de origem externa, que fazem essa busca.

Diante dessa situação, o que o Ministério da Defesa faz e pode fazer? Primeiro, gostaria de dar um passo atrás e dizer que acho que uma coisa muito importante, que vem já do governo anterior, dos meus antecessores, foi a determinação de que a cibernética é um dos setores estratégicos da defesa. Os três setores escolhidos, como sabem, indicados foram: nuclear, espacial e cibernético. Basta, digamos, alguém se interessar em ler as declarações dos próprios secretários de defesa

dos Estados Unidos para ver a importância que esse tema assumiu dentro das discussões sobre defesa.

Em função disto, da estratégia nacional de defesa, foi criado primeiramente um Núcleo de Defesa Cibernética no Exército e, mais recentemente, com a portaria da Presidenta, em 2011, foi transformado em Centro de Defesa Cibernética, que goza agora já de uma estrutura. Eu assinalo isso porque, na realidade, esses temas estratégicos ficaram cada um sob a direção, digamos assim, de uma das Forças. O espacial, obviamente, da Aeronáutica; o nuclear, com a Marinha, devido ao Programa Nuclear da Marinha e o programa do submarino nuclear; e o cibernético, então, entregue ao Exército.

Esse Centro de Defesa Cibernética é muito jovem. Ele foi criado em 2011, a minha primeira diretriz específica de como ele deve se coordenar com os outros órgãos é do início de 2012. Então, estamos falando de algo realmente muito recente, mas que já vem operando. Mesmo antes da sua formalização, o Centro de Defesa Cibernética prestou importantes serviços em grandes eventos. O primeiro deles foi antes da sua criação formal, que foi a Rio+20. Mais recentemente, também, o Centro de Defesa Cibernética atuou na Copa das Confederações, com o objetivo principal de evitar ataques cibernéticos aos nossos sistemas, que pudessem prejudicar os próprios eventos.

Aqui acho que é importante fazer um esclarecimento: na realidade, a dimensão do Centro – isso às vezes pode gerar expectativa que não possa ser realizada – é, em um primeiro momento, suficiente para fazer a defesa e a proteção das próprias Forças Armadas brasileiras, dos seus sistemas e pode ser empregado também, como o foi, em situações específicas. Em algumas dessas situações, ou em outras até de maneira mais geral, ele pode também prestar assessoria a outros órgãos na área de defesa cibernética.

A preocupação inicial, como o nome indica, é de defesa, é de evitar que os ataques cibernéticos pudessem atingir estruturas inicialmente das Forças Armadas, mas que, algum dia e com o trabalho em conjunto com o Governo, possa também proteger estruturas críticas brasileiras. Quando há grandes eventos, portanto o Brasil está no foco mundial, isso ocorre de maneira mais corrente.

Bem, além dessa limitação, assinalo outro fato. É que o Centro de Defesa Cibernética do Exército tem também procurado atuar não só coordenadamente com as Forças Armadas, mas com outros órgãos da administração brasileira, por exemplo, notadamente o Serpro, o GSI, o Ministério das Relações Exteriores, e tem procurado fazer algo que acho muito importante – a presença do Presidente da Comissão de Ciência e Tecnologia me reforça mencionar esse fato –;fazer isso com o desenvolvimento de tecnologia nacional.

Os *softwares* que foram adquiridos e desenvolvidos, por exemplo, com o objetivo da proteção da Rio+20 ou da Copa das Confederações são *softwares* brasileiros. Isso é algo muito importante, mas é preciso frisar: nós ainda nem estamos na adolescência, mas na infância em relação a muitos desses temas, e as vulnerabilidades existem e são muitas.

Vou voltar ao tema da tecnologia daqui a pouco, mas, logo em seguida a essas denúncias, além das reuniões de que participei com outros Ministros e com a Presidenta, tive também reuniões internas com as Forças Armadas para verificar o grau de vulnerabilidade que elas estavam percebendo em relação a esse tema. E há uma pesquisa ainda em curso – eu não teria o resultado dela – para uma avaliação sobre se dados militares ou dados de interesse militar podem ter sido atingidos e obtidos. É claro que uma resposta cabal e precisa sobre isso provavelmente será difícil, mas será possível fazer uma análise.

Mas, voltando ao tema da tecnologia, digamos, as informações de natureza militar, propriamente, que são vitais para nós, obviamente para a nossa defesa, essas, em geral, são criptografadas com um sistema brasileiro desenvolvido pelo GSI, que nós utilizamos – acho que o Itamaraty também utiliza – e gozam dessa proteção razoável, eu diria, da própria criptografia.

Agora, as redes propriamente não têm ainda um sistema brasileiro que possam protegê-las. A proteção que existe para as redes é, na realidade, composta de ferramentas estrangeiras. Então, eu acho que uma necessidade urgente, quando você fala em defesa e fala não só na defesa e na preservação da nossa capacidade militar, mas na defesa mais ampla do País, é o desenvolvimento científico e tecnológico nessa área. Por isso mesmo, os Ministros que estiveram reunidos – a Presidenta referendou ontem – sugeriram que á Ciência e Tecnologia também participasse desse grupo de trabalho, até porque nós mesmos, no Centro de Defesa Cibernética, já temos alguns projetos com a Finep com outros órgãos nessa área.

Mas o que precisa ser feito é muito mais do que na realidade estamos fazendo ainda. Isso, naturalmente, envolve recursos, mas envolve, sobretudo, uma consciência da sociedade da importância desse tema, do tema da defesa cibernética. Quando se fala defesa, volto a dizer, presume-se a ideia de um ataque, mas os sistemas que poderão habilitar a defesa são também sistemas que poderão prevenir uma coleta indevida de dados.

Então, esse trabalho nessa área é muito importante. Agora, vejam a situação em que nos encon-

tramos: é de realmente vulnerabilidade, porque, por mais que tenhamos proteção da informação sigilosa através da cifra, da criptografia, a mera detecção de quem se comunica com quem, com que frequência, o tipo de contato que é mantido já é uma informação de valor analítico para qualquer eventual adversário que venhamos a ter fora do País.

Então, isso é muito importante e vai muito além, volto a dizer, da defesa estritamente das informações militares que são, essas sim, criptografadas, mas as outras não. Uma comunicação de *e-mail* entre um Senador e um Ministro ou entre dois Ministros, mesmo que não seja acerca de um tema sigiloso, ela já é, em si, algo que deve ser protegido. E, hoje em dia, a maior parte dos equipamentos e dos *softwares* utilizados na Administração Pública, não são nacionais.

Então, todas essas vulnerabilidades ficam, inclusive, facilitadas por esse fato. Uma grande ênfase do Governo nesse momento, além desse aspecto do desenvolvimento dos *softwares*, dos sistemas de proteção, tem sido o satélite geoestacionário de comunicações. É algo de grande importância, porque, hoje em dia, as comunicações brasileiras, em geral, e as da defesa, inclusive, a chamada Banda X, são feitas através de um satélite que não é brasileiro não só na sua construção ou na sua tecnologia, mas nem sequer no seu gerenciamento. Então, obviamente, isso torna mais vulneráveis ainda as comunicações.

Obviamente, sempre tendo presente que, digamos, aquilo que é previamente definido como sigiloso pode ser criptografado. Mas, como eu já disse, eu acho que a necessidade de proteger os dados de um país ou de uma nação vai além daquilo que é estritamente, previamente, definido como sigiloso.

Então, o projeto que está sendo desenvolvido e dirigido pelo Ministério das Comunicações, do qual o Ministério da Defesa participa diretamente, juntamente com o de Ciência e Tecnologia, é da maior importância, porque ele vai nos permitir ter um satélite que será pelo menos gerenciado por uma empresa nacional, a empresa Visiona, que é uma fusão da Embratel com a Telebrás.

Mas é claro que a ideia é que em momento seguinte nós possamos ter equipamentos brasileiros também dentro desse satélite, em outras áreas da Defesa.

O SR. NELSON PELLEGRINO (PT – BA) – Nós estamos adquirindo.

O SR. CELSO LUIZ NUNES AMORIM – Nós estamos justamente trabalhando nesse sentido.

Mas eu volto a dizer que essa é uma área que merece investimentos redobrados. Como tudo que começa, não pode começar naturalmente muito grande, porque até para formular as perguntas é necessário certo tempo de formação das pessoas que estão envolvidas. Mas, seguramente, o que nós investimos hoje ainda na defesa cibernética é relativamente pouco. Eu estou falando da defesa cibernética, não estou falando nem da segurança cibernética dos cidadãos ou das empresas. Estou falando da defesa em termos do país. É relativamente pouco.

Eu fiz um cálculo com o que era, por exemplo, um país tipo Reino Unido. O que nós investimos é mais ou menos um quarto, o que é um começo para quem não tinha nada, mas ainda é relativamente pouco. Inclusive, no Orçamento de 2013, o que está previsto é um pouco inferior a R$100 milhões.

Naturalmente, haverá outros aportes desse tipo, da Finep, ou de outros órgãos que fomentam a pesquisa. Mas eu queria sobretudo fazer essa ênfase, para concluir. Não basta termos uma disposição de fazer a defesa das nossas estruturas, da preservação dos nossos dados. É necessário que tenhamos equipamentos e *softwares* produzidos e desenvolvidos no Brasil, com a segurança adequada, porque, senão, existe até uma expressão comum que é o *backdoor.*

Aparentemente, muitas empresas estrangeiras, especialmente, creio, dos Estados Unidos – não sei se são as únicas, é possível que em outros países também isso ocorra – têm até uma obrigação, muitas vezes, contratual ou legal, com o governo de origem, para fornecer os dados que ela venha a receber, se eles forem de interesse. Então, é absolutamente essencial investirmos nessa área. E é uma área que reúne defesa, ciência e tecnologia, mas, de certa maneira, toda a cidadania brasileira também.

Muito obrigado.

O SR. PRESIDENTE (Ricardo Ferraço. Bloco/PMDB – ES) – Após ouvirmos o Sr. Celso Amorim, passo a palavra a S. Exª o Ministro-Chefe do Gabinete de Segurança Institucional da Presidência da República, General José Elito Carvalho Siqueira, para suas impressões a respeito do episódio, sobretudo naquilo que está no marco da sua responsabilidade e dos seus órgãos que estão vinculados ao GSI.

Com a palavra V. Exª.

O SR. JOSÉ ELITO CARVALHO SIQUEIRA – Muito boa tarde, Srs. Senadores Ricardo Ferraço e Zeze Perrella, Sr. Deputado Nelson Pellegrino, Presidente das Comissões aqui na Mesa, Srªs e Srs. Senadores e Deputados, senhoras e senhores, a nota do Governo brasileiro sobre o assunto e as duas exposições preliminares dos dois Ministros que me antecederam facilitam um pouco aqui a nossa introdução. E até, é claro, vou esperar perguntas de todos os senhores, para poder detalhá-las de uma forma mais precisa.

No entanto, a título de introdução, eu gostaria de enfatizar aqui alguns específicos do Gabinete de Segurança Institucional, também um Ministério de Estado.

Como o Sr. Ministro Amorim também falou, o aspecto que norteou essa situação vai muito em cima, como diz a nota do Governo brasileiro, de comunicações eletrônicas e telefônicas, pessoas e etc. Nós temos uma obrigação maior, prioritária, de Estado, e é aí que eu tenho que me fixar.

Dentro dessas competências que tem o Gabinete de Segurança Institucional, entre as várias que tem, duas eu poderia, eu acho, aqui, colocar, até para facilitar os questionamentos à frente, porque são duas competências bastante importantes dentro do Gabinete.

A primeira é assegurar uma coordenação de segurança das informações e das comunicações no âmbito da Administração Pública Federal. É uma coordenação importante, que já fazemos há sete anos. E hoje, depois desses sete anos, podemos dizer que a Administração Pública tem normas, diretrizes, cerca de 20 normas e diretrizes, e, hoje, cerca de 300 instituições públicas federais, sistematicamente, se reúnem, discutem, aperfeiçoam, aprimoram as regras de proteção dessa Administração Pública Federal.

Temos visto vários exemplos ao longo desses anos, e nenhuma dessas instituições sofreu, até hoje, uma situação grave nos seus procedimentos, desde o Banco Central, o Banco do Brasil, etc.

Então, esse é um departamento que realmente tem uma finalidade muito importante. Ele também participou dos Grandes Eventos, junto com o Sistema Brasileiro de Inteligência, a que vou me referir adiante, como o Ministro Celso Amorim também comentou. Na própria Rio+20, tivemos interferências. Agora o número me foge, mas acredito que foram mais de 100 ou 200 interferências por minuto tentando dar um blecaute em toda a Rio+20, em especial na cerimônia de abertura, mas, graças a esse esforço concentrado na área cibernética, isso não aconteceu.

Então, esse departamento realmente tem a função de normatização da Administração Pública Federal visando essa proteção e tem tido muito bons resultados.

A outra competência que nos toca e que acho que é válido aqui também colocar à Mesa é que somos o grupo coordenador da inteligência federal e, através dele, temos uma lei que criou o Sistema Brasileiro de Inteligência e a Agência Brasileira de Inteligência como órgão central desse Sistema.

Esse sistema funciona com cerca de 35 órgãos de 15 Ministérios em todo o território nacional e tem, realmente, um papel importante, pois acompanhamos cerca de 700 cenários no País, de uma forma de inteligência de Estado, que é muito importante a qualquer estrutura de governo. E, sobre esse aspecto, acho que convém destacar que, dentro de qualquer atividade de inteligência mundial, tem uma atividade de contrainteligência. E, dentro dessa atividade de contrainteligência, que o Sistema executa através de todos os seus órgãos, a Agência Brasileira tem várias medidas práticas, como o próprio Ministro Amorim falou. Acredito que a mais clara, que pode ser mostrada aqui, talvez seja o sistema de proteção que já usamos em alguns Ministérios, praticamente no MRE e no MD, em todo o mundo, nas nossas embaixadas e aditâncias, que permite realmente uma segurança bastante adequada. Ele já tem mais de uma década, foi se aperfeiçoando a cada ano, a cada momento. Então, esse sistema realmente é um sistema nacional, de Estado, com tecnologia própria e permite certo grau de segurança, eu diria até excelente grau de segurança. É o que podemos e estamos fazendo hoje.

Então, nesse aspecto da contrainteligência temos alguns produtos realmente brasileiros, com tecnologia brasileira, confiável, que já estão em utilização e que são um primeiro passo, certamente, de vários outros passos, como aqui o Ministro Patriota e o Ministro Amorim disseram e enfatizaram que temos que realmente alçar voos mais altos para atingir uma excelência de que o País, pela sua estatura, necessita.

Eu diria que esses dois pontos que aqui destaco, para não me alongar demais, são absolutamente essenciais e acho que abrem, certamente, as perguntas ou as ideias que os senhores queiram, e poderemos esclarecer, de acordo com cada questionamento.

Sr. Presidente, eu creio que isso é suficiente, depois das introduções dos Ministros da Defesa e de Relações Exteriores. E nós nos colocamos à inteira disposição para quaisquer perguntas.

Muito obrigado.

O SR. PRESIDENTE (Ricardo Ferraço. Bloco/PMDB – ES) – Muito obrigado, Sr. Ministro.

Passamos, então, à fase das interpelações e dos questionamentos aos nossos convidados.

Eu inicio me dirigindo ao Chanceler Antonio Patriota. Ontem, Sr. Ministro, esta Casa aprovou um voto de apoio a que o Governo brasileiro considerasse a possibilidade de conceder asilo político ao Sr. Snowden, na perspectiva de que a presença dele em nosso País seria de fundamental importância nesse processo de investigação que nós estamos fazendo. O Governo brasileiro, por iniciativa da Presidência da República, constituiu até mesmo um grupo de trabalho multissetorial e disciplinar para fazer as investigações. A possibilidade da presença do Sr. Snowden asilado eventualmente em nosso País não daria uma contribuição excepcional às investigações?

Outra pergunta que faço a V. Exª: se houver confirmação dessas denúncias, o Governo brasileiro hesitará em representar contra o governo norte-americano nas instâncias adequadas e necessárias, considerando a violação de protocolos e tratados internacionais?

De igual forma, esta semana haverá uma reunião de alta cúpula do Mercosul. É proposta do Governo brasileiro firmar um posicionamento de todos os países que compõem o Mercosul? De igual forma, os países que compõem o continente sul-americano? É pretensão da Senhora Presidente da República, que será recebida pelo Presidente Barack Obama, em outubro, tratar desse assunto com o Presidente?

De que maneira, enfim, o Governo brasileiro estará levando esse tema para os fóruns internacionais, considerando as gravíssimas violações que nós observamos não apenas no sigilo da pessoa humana, mas no sigilo de empresas que poderiam ter sido violadas e informações estratégicas do Estado brasileiro?

Para o Ministro Patriota, por enquanto seriam esses questionamentos.

Ao Sr. Ministro Celso Amorim, a quem cumprimento porque foi absolutamente sincero e franco ao admitir a fragilidade do Brasil na proteção e na convivência com esse fenômeno. Nesse contexto, o nosso Governo, o nosso Estado é vítima ou se revela incompetente para lidar com esse fenômeno que há alguns anos, de alguma forma, está presente na agenda? O Governo brasileiro, de certa forma, tem adiado investimentos absolutamente necessários em projetos, como o projeto de construção de um satélite próprio, já estacionário, de defesa e comunicação estratégica, orçado em R$1 bilhão. Esse satélite foi programado para entrar em operação em 2014, mas me parece que essa data, tudo indica, não será atingida. Há previsões para 2018, e assim por diante.

O nosso Brasil quer ter assento no Conselho de Segurança das Nações Unidas. Com esse nível de fragilidade, já não está na hora de o Governo brasileiro dar mais atenção aos programas estratégicos de defesa nacional, considerando que esses programas são de fundamental importância para o nosso País? Eu cito, por exemplo, o caso do Sisfron, que é o programa de monitoramento de nossas fronteiras secas, um programa implementado para entrar em operação em dez anos. E o desembolso financeiro do Governo Federal sinaliza que o programa estará concluído em 50 anos.

De que maneira vamos enfrentar essa circunstância e todos esses desafios com os recursos, que são escassos, para que projetos importantes e estratégicos, como a contratação de um satélite próprio, que se arrastam no tempo?

Para o Sr. Secretário, o Sr. Ministro José Elito, existe, no âmbito da GSI, dois órgãos encarregados de proteção contra o que costuma ser chamado de inteligência de sinais: o Centro de Pesquisas e Desenvolvimento para a Segurança das Comunicações e o Departamento de Segurança da Informação e Comunicações. V. Exª pode assegurar ao Congresso Nacional que esses órgãos têm condições de proteger as comunicações e os bancos de dados de pessoas, empresas e entes estatais brasileiros contra acessos ilegais?

Como V. Exª percebe o preparo do Estado brasileiro para fazer frente às ações de espionagem internacional? No caso de os órgãos do Sisbin não terem conhecimento dessas supostas atividades estadunidenses no Brasil, isso não revela uma grande falha de nossa contrainteligência? Como se encontra a contrainteligência, desenvolvida hoje no âmbito do Sisbin e da ABIN, em especial? Quais as prioridades da contrainteligência? Que investimentos têm sido feitos nessa área, particularmente no que concerne às medidas para identificar e neutralizar ações da chamada inteligência de sinais conduzidos por entes estrangeiros e outros? Como se dá a coordenação entre a GSI, a Abin e o Ministério da Defesa no que concerne à contrainteligência de sinais e à defesa cibernética? Existem acordos ou houve acordos entre os serviços secretos brasileiros e congêneres estrangeiros sobre compartilhamento de informações como essas que os norte-americanos estariam supostamente reunindo, a partir do Brasil?

É do conhecimento de V. Exª que, no seu período ou em anterior período, o Estado brasileiro possa ter acertado ou protocolado com outro Estado esse tipo de convênio, buscando convergências ou compartilhamentos no âmbito das comunicações?

Passo a palavra agora aos Srs. Senadores que são autores dos requerimentos, como determina o Regimento. Em primeiro lugar, Senador Randolfe Rodrigues. Em seguida, Senadora Vanessa Grazziotin. Com a palavra V. Exª.

O SR. RANDOLFE RODRIGUES (Bloco/PSOL – AP) – Sr. Presidente, eu lhe agradeço. Inicialmente, antes de ser contado o tempo, eu queria fazer um pela ordem a V. Exª, perguntando se esta Comissão tem alguma resposta da Embaixada americana sobre o nosso convite ao Embaixador para o comparecimento a esta Comissão.

O SR. PRESIDENTE (Ricardo Ferraço. Bloco/PMDB – ES) – Ainda não temos essa informação, mas estou trabalhando na direção de ter a informação. De hoje para amanhã, seguramente, teremos uma comunicação com o Sr. Embaixador da missão diplomática norte-americana.

O SR. RANDOLFE RODRIGUES (Bloco/PSOL – AP) – Agradeço a V. Exª. Sr. Presidente, a primeira pergunta...

O SR. ROBERTO REQUIÃO (Bloco/PMDB – PR) – Senador Randolfe, se V. Exª me permitir, peço a palavra pela ordem.

O SR. RANDOLFE RODRIGUES (Bloco/PSOL – AP) – Pois não, Senador Requião.

O SR. ROBERTO REQUIÃO (Bloco/PMDB – PR.) – O Presidente fez um elenco tão grande de perguntas que, se as acrescentarmos às perguntas do plenário, daqui a pouco ninguém mais vai entender o que está acontecendo. A minha sugestão é que sejam respondidas as perguntas colocadas pela Mesa e depois se passe a palavra ao plenário.

O SR. RANDOLFE RODRIGUES (Bloco/PSOL – AP) – Estou de pleno acordo.

O SR. PRESIDENTE (Ricardo Ferraço. Bloco/PMDB – ES) – Se não houver discordância, passo a palavra, pela ordem, ao Sr. Chanceler Patriota. Em seguida, ao Sr. Ministro Celso Amorim e, posteriormente, ao Ministro José Elito. A palavra é de V. Exª, Sr. Chanceler Antonio Patriota.

O SR. ANTONIO DE AGUIAR PATRIOTA – Muito obrigado, Senador. Acho que essa sugestão, realmente, contribuirá para que possamos abordar com toda atenção todas as perguntas levantadas.

A primeira pergunta que me foi dirigida foi sobre o asilo político ao Sr. Snowden. Eu tenho conhecimento, obviamente, da moção que foi adotada aqui pelo Senado. A informação de que disponho, no entanto, é de que a Venezuela ofereceu asilo, e o Sr. Snowden aceitou. Estão em curso tratativas entre a Venezuela e a federação russa para ver como ele poderá se transladar até o território venezuelano. Eu acho que a colocação que o Senhor fez, sobre o interesse da participação do Sr. Snowden num processo de investigação, é absolutamente relevante, pertinente, e nós continuaremos monitorando essa situação para, eventualmente, vermos como isso pode ocorrer. A hipótese, digamos, não recai sobre a minha Pasta. Esse processo da condução de inquérito foi aberto, como dito na nota divulgada pelo Planalto, hoje, mas eu, de fato, não excluo a hipótese de que se busque um contato com o Sr. Snowden, e que não precisa ser feito com ele em território brasileiro. Pode ser feito também de outra forma.

O senhor perguntou se, em face dessas denúncias, o Brasil não hesitará em fazer representações nas instâncias adequadas. Bom, como eu indiquei na minha apresentação inicial, existem instâncias que respondem a instrumentos internacionais sobre alguns aspectos das denúncias que foram veiculadas pela imprensa. Por exemplo, a questão da privacidade é coberta pelo Pacto sobre Direitos Civis e Políticos; a questão da inviolabilidade da comunicação das embaixadas e missões estrangeiras é coberta pela Convenção de Viena, mas existem outros aspectos que não são cobertos ainda ou que apenas podem ser objeto de alguma representação de protesto, mas não necessariamente com base em um instrumento internacional. E o que eu posso responder é que o Brasil não hesitará em recorrer, e na verdade, está se organizando para levar a todos os fóruns adequados os seus pleitos, dentro dos procedimentos, enfim, previstos por esses órgãos.

O senhor lembrou também a cúpula do Mercosul e a Unasul. Eu mesmo mencionei que estará ocorrendo, dentro de dois dias, um encontro em Montevidéu. Ontem, esteve aqui em Brasília o Chanceler Luís Almagro, do Uruguai. Obviamente, o assunto principal foi a agenda da própria relação bilateral Brasil/Uruguai. Nós estamos envolvidos num plano de desenvolvimento sustentável e integração aprofundada, bilateral. Isso ocupou a maior parte das nossas conversas. Mas também falamos sobre a próxima cúpula do Mercosul, sobre os itens da agenda dessa cúpula e, embora não haja previsão ou, digamos, nenhum texto ainda circulado sobre esse tema, a expectativa é que os líderes, em primeiro lugar os membros plenos do Mercosul e os outros que participarão da Cúpula, se refiram a ele. O mesmo ocorreu numa conversa que em mantive ontem, por telefone, com o Chanceler Héctor Timerman, da Argentina, em que ele reiterou a preocupação da Presidenta Cristina Kirchner – aliás, manifestações veiculadas pela imprensa.

Ela até falou, de maneira muito eloqüente, que sentiu um calafrio ao tomar conhecimento dessas denúncias todas. De modo que eu antecipo que sim, haverá um debate, mas ainda não posso adiantar nenhuma forma específica de manifestação que poderá ser adotada. Da mesma forma, na Unasul existem mecanismos que podem ser acionados, o próprio Conselho de Defesa, de que participa o Ministro Celso Amorim, e esse outro conselho mais recentemente criado, que lida com segurança e combate a ilícitos.

O SR. PRESIDENTE (Ricardo Ferraço. Bloco/PMDB – ES) – Segurança cidadã.

O SR. ANTONIO DE AGUIAR PATRIOTA – Segurança cidadã. Exatamente.

O senhor me perguntou se o assunto fará parte da agenda do encontro que a Presidenta manterá com o Presidente Barack Obama. Acho que dificilmente deixará de fazer parte da agenda. É um encontro que está previsto para ocorrer em 23 de outubro. Daqui até lá, muita coisa ocorrerá, e estaremos em contato com o lado norte-americano, de forma intensa, para debater

esse e outros assuntos, obviamente, na perspectiva dos preparativos desse encontro.

Creio que a quinta pergunta de certa maneira eu já respondi. O senhor perguntou sobre fóruns internacionais em que essas violações possam ser objeto de uma manifestação brasileira. Sim, existem fóruns internacionais, vários. E, nesse momento, estamos identificando a maneira mais apropriada de recorrermos a todos eles, onde esse debate possa ser instaurado. Em particular – e aqui também não devemos subestimar a resistência que existe, em alguns fóruns internacionais, a certos tipos de debates – a multilateralização da governança da Internet. Mas o que eu antecipo é que, com essas denúncias, a escala, a gravidade, a abrangência geográfica, inclusive, das denúncias terão seguramente um impacto muito grande sobre um alinhamento parlamentar desses fóruns. Os países que antes resistiam ou que eram neutros ou que não se interessavam pelo assunto passarão a se interessar e a se coordenar de maneira muito mais ativa.

Muito obrigado.

O SR. PRESIDENTE (Ricardo Ferraço. Bloco/PMDB – ES) – Sr. Ministro Celso Amorim.

O SR. CELSO LUIZ NUNES AMORIM – Obrigado, Sr. Presidente. De fato, admito que há uma fragilidade, mas acho que, como em toda situação, o primeiro passo para se resolver o problema é diagnosticá-lo. E eu acho que estamos diagnosticando corretamente que existe uma vulnerabilidade em termos de defesa cibernética. Mas eu diria que isso não é uma peculiaridade do Brasil, pois até o ex-Secretário de Defesa dos Estados Unidos, Leon Panetta, diz que os Estados Unidos estavam sujeitos a terem um Pearl Harbor cibernético.

Então, se o Secretário de Defesa dos Estados diz isso é porque é algo complexo realmente de se conseguir resolver de um dia para outro. Acho que o problema principal que nós temos é realmente – e acho que isso está adequadamente diagnosticado – o de desenvolvermos ferramentas nacionais com brasileiros para nos defender.

Hoje em dia, é só apertar um botão no meu computador, por exemplo, e já deve ligar direto na Microsoft. Isso é um fato real, e eu sou o Ministro da Defesa, obviamente que o que eu tenho de importante a dizer não o faço usando *e-mail*, mas usando outros meios. Mas não sei se outras pessoas são igualmente cuidadosas ou dispõem de outros meios. Enfim, temos que desenvolver mais.

Existe uma fragilidade. Mas também queria dizer, Sr. Presidente, que, na realidade, o fato de o Brasil ter sido pego de surpresa não significa que ele foi o único. A Alemanha, a França, países que dispõem de sistemas muito sofisticados, a julgar pela declaração dos seus próprios líderes, também foram tomados de surpresa pela escala e pela amplitude dessas ações, digamos, cujo potencial talvez fosse imaginado, mas que não tinham se concretizado, pelo menos não se sabia que tinham se concretizado nessa escala e dessa forma.

Com relação ao satélite geoestacionário, obviamente é uma prioridade. Para a defesa ele é uma grande prioridade, porque teremos uma banda, a Banda X dedicada às comunicações de defesa. Devo dizer que, aliás, até por uma boa coincidência, ontem eu tive uma longa exposição sobre a necessidade também de desenvolvermos satélites específicos de defesa, porque, nesse caso, estamos tendo uma parte de um satélite que servirá para outras coisas, mas haverá necessidade também, para um País como o Brasil, de ter satélites dedicados à defesa. É um projeto e esses projetos custam caro, como custa também caro o Sisfron, que é uma prioridade nossa.

Mas eu queria apenas dizer, neste caso, que o Ministério da Defesa, como outros, operam dentro de prioridades que são definidas também pela sociedade brasileira.

Aliás, fiquei até muito contente de ver, Sr. Presidente, que o senhor tem um pensamento, permita-me dizer isso com toda a humildade, parecido com o meu, pois li uma entrevista sua em que dizia que o orçamento de defesa do Brasil deveria aumentar de 1,5% para 2% do PIB num prazo aproximado de dez anos. E é mais ou menos o que eu defendo como ideia. Agora, é claro que nós sabemos, e acabamos de ver isso nas últimas três semanas, que existem outras demandas prementes da sociedade brasileira.

Assim, posso julgar o que eu devo fazer dentro dos orçamentos existentes da Defesa e, por isso, temos dado uma prioridade relativamente grande à cibernética, evitando que haja cortes nessa área, mas prioridade mais ampla também não depende exclusivamente do Ministério da Defesa.

O SR. PRESIDENTE (Ricardo Ferraço. Bloco/PMDB – ES) – Sr. Ministro General Elito.

O SR. JOSÉ ELITO CARVALHO SIQUEIRA – Sobre as perguntas de V. Exª, por uma coincidência o senhor se referia ao Cepex e ao Departamento de Segurança da Informação e Comunicações (SIC), e foram justamente os dois a que eu tinha me referido.

O Cepex é um órgão subordinado à Agência Brasileira de Inteligência e que cuida justamente da pesquisa e desenvolvimento de produtos de áreas de contra inteligência para a administração pública federal. Então, isso é exatamente o que eu falei. E o Departamento de Segurança da Informação e Comunicações, como eu lhe falei, dá essas instruções normativas a toda a administração pública federal.

Indo mais diretamente às perguntas de V. Exª. Quando V. Exª pergunta se temos condições de assegurar uma proteção total ou uma proteção que seja altamente eficiente, depois até dessas considerações do nosso Ministro Amorim, certamente não temos condição de fazer essa afirmativa. Podemos dizer, sim, que temos um nível de proteção adequado dentro das nossas atividades internas da Administração Pública Federal, em que estamos sempre buscando melhor tecnologia, apesar de os investimentos seguirem uma regra que, para todos, nunca é a ideal. Mas estamos fazendo, sim, e temos uma razoável proteção sim.

Com relação ao sistema não ter conhecimento da situação, não é bem essa a situação. Essa situação complexa, sensível, que todo mundo tem com relação a essa abertura total dada pela cibernética ou pela informática, pelos computadores, isso não é desconhecimento e é um dos cenários prioritários de acompanhamento de todo o sistema.

O que é fato novo, e é o fato aqui da notícia, foi uma informação divulgada por um agente do próprio sistema americano. Isso claro ninguém podia imaginar, nem como aconteceu e em que velocidade aconteceu. O assunto não é desconhecido e não foi surpresa – o assunto, o tema geral. No entanto, como aconteceu, é claro que foi fruto de uma informação de um próprio ex-agente da NSA americana.

Outro ponto importante, sobre o qual o senhor fala, é se essa coordenação feita no âmbito da Abin, de GCI, sobre cibernética? Exatamente por ser um tema institucional, existem reuniões permanentes. Esses atores e outros participam dessas reuniões, como o Ministro Amorim aqui também já falou.

E, com relação a todo o sistema, hoje mesmo tivemos a reunião de todo o sistema brasileiro de inteligência, a nível nacional, durante toda a manhã, com todos os órgãos, com trinta e tantos órgãos dos quinze Ministérios. Nós fazemos quatro por ano, a cada três meses, a nível nacional, diariamente – eletronicamente, quando necessário –, em todos os 26 Estados da Federação, de forma sistemática. Então, existe um trabalho integrado para que todos, em todos os níveis, levantem o que desejam.

Eu apenas aqui destaco, quando falo dos órgãos – vou até aqui enfatizar um pouco, porque pode ser que alguns não tenham esse conhecimento. Alguns participaram até da nossa vinda aqui há alguns meses. Mas o nosso Ministério da Defesa e o Ministério da Justiça, que são os principais representantes do sistema, os dois juntos têm 13 órgãos: o Exército; a Marinha; a Aeronáutica; a própria Defesa; o Censipam, a Polícia Federal; a Polícia Rodoviária Federal; a Senasp, o Ministério da Fazenda, com a sua parte do Coaf; o Ministério da Saúde, com a Anvisa; o Ministério do Meio Ambiente; o Ministério das Relações Exteriores; a Casa Civil. Não precisa ter estrutura de inteligência para ser do Sistema Brasileiro de Inteligência – aliás, a grande maioria dos órgãos e Ministérios que compõem o sistema não possui a estrutura de inteligência. Eles estão pela importância estratégica dos seus órgãos e dos seus Ministérios.

Então, há realmente uma coordenação; há realmente uma tentativa permanente de melhoria nesse conjunto.

E a respeito da sua pergunta sobre se havia acordos nesse nível de serviços estrangeiros, a própria nota da Presidência da República é muito clara: não há conhecimento nem acordos. O que há, como há em todo o mundo, são pessoas da área de inteligência, creditadas oficialmente, em território nacional, como nós temos em território estrangeiro.

O Sr. Ministro Cardozo, da Justiça, não está aqui, mas hoje nós temos mais de vinte, parece-me, adidos da Polícia Federal em países do mundo. Nós, a Abin, temos três: na Argentina, na Venezuela e na Colômbia. Então, são pessoas creditadas, trabalhando junto à Embaixada brasileira e com subordinação ao Sr. Embaixador brasileiro. Assim também são os Estados Unidos.

Aqui nós temos cerca de vinte países, com cerca de quarenta representantes de áreas de inteligência creditados no nosso País. E isso existe há uma rotina de décadas e não há nenhum problema em ter isso dessa forma, como é conduzido. Não nesse tema, como se quis destacar. Não existe esse acordo. O acordo é absolutamente de Governo creditado, autorizado e dentro das nossas embaixadas.

O SR. PRESIDENTE (Ricardo Ferraço. Bloco/PMDB – ES) – Senador Randolfe, a palavra é de V. Exª.

A SRª VANESSA GRAZZIOTIN (Bloco/PCdoB – AM) – Sr. Presidente, V. Exª fará blocos de quantos Senadores?

Sr. Presidente, pela ordem, o bloco será de quantos Senadores?

O SR. PRESIDENTE (Ricardo Ferraço. Bloco/PMDB – ES) – Podemos combinar blocos de três Senadores ou blocos de cinco Senadores.

A SRª VANESSA GRAZZIOTIN (Bloco/PCdoB – AM) – Acho melhor que sejam blocos de três Senadores.

O SR. PRESIDENTE (Ricardo Ferraço. Bloco/PMDB – ES) – De três Senadores?

O SR. JOSÉ ELITO CARVALHO SIQUEIRA – Se me permitem fazer uma observação muito rápida, quero dizer que, agora mesmo, como ilustração, um Ministério nosso está sofrendo um ataque de *hackers*, e o DSIC e os órgãos cibernéticos estão justamente fazendo essa proteção. E continua o Ministério fazendo

seu trabalho normal. Então, essa é uma rotina, esse é um fato que acontece quase rotineiramente ou diariamente. Muito obrigado.

O SR. RANDOLFE RODRIGUES (Bloco/PSOL – AP) – Sr. Presidente...

O SR. PRESIDENTE (Ricardo Ferraço. Bloco/PMDB – ES) – Com a palavra, o Senador Randolfe.

O SR. RANDOLFE RODRIGUES (Bloco/PSOL – AP) – Sr. Presidente, ainda sobre o Sr. Edward Snowden, não estou satisfeito, embora eu considere um avanço a resposta do Ministro Patriota quanto a se considerar, a partir da concessão de asilo feita por parte do governo venezuelano, o fato de o Brasil vir a ouvir o Sr. Snowden, tão logo seja viabilizado o deslocamento do Sr. Snowden para a Venezuela. Digo que não estou satisfeito, porque acho que, nos termos do voto que aprovamos ontem nesta Comissão de Relações Exteriores, o Brasil, o Governo brasileiro poderia fazer um gesto político, neste momento, de se somar às nações que estão abertas à concessão de asilo ao Sr. Edward Snowden.

Ministro Patriota, eu consideraria por bem que essa sugestão fosse levada em conta pela Presidente Dilma na próxima reunião do Mercosul. Acho que essa sugestão deveria ser levada em conta pelos países da Unasul.

Levo o que está ocorrendo como uma agressão. Veja que a notícia que foi veiculada a partir de domingo pelo jornal *O Globo* é de uma gravidade... Considero uma das maiores agressões feitas ao nosso País. A notícia inicia dizendo o seguinte: "São 2,3 bilhões de telefonemas e mensagens espionados". É esse o teor da notícia, da matéria assinada pelo jornalista Gleen Greenwald, conforme as informações prestadas pelo Sr. Edward Snowden. Depois dos Estados Unidos, após os Estados Unidos, que é a nação sede da NSA, o Brasil é o segundo país mais espionado do mundo. Então, é de uma gravidade atroz a informação! Esse Sr. Edward Snowden era, para nós, no meu entender, a pessoa mais importante para a nossa segurança.

Pelo que estou percebendo, em especial devido às informações sinceras... Eu queria lhe agradecer, mais uma vez, pelo senso patriótico singular que o distingue, Ministro Celso Amorim, que nos presta informações sinceras, que mostram também a nossa vulnerabilidade – todo mundo está vulnerável – em relação ao nosso sistema de informações e reforça a necessidade de que nós, como Estado Nação, tenhamos acesso ao Sr. Edward Snowden.

É por isso, pelas informações noticiadas na matéria do Sr. Gleen Greenwald; pelas informações do Sr. Edward Snowden; pelas informações que dão conta de que o Brasil é o segundo país mais monitorado pela NSA, depois dos Estados Unidos da América; pelo conjunto de informações que dá conta de que esse cidadão é alguém indispensável para a nossa segurança, que acredito que o Brasil, até antes da própria Venezuela, da própria Nicarágua e da própria Bolívia, já deveria ter se antecipado e concedido asilo para ele.

E acho – é a minha opinião, minha simples opinião – que o Brasil, na reunião do Mercosul, deveria protagonizar um gesto comum, para que os países do Mercosul oferecessem asilo para esse cidadão.

E já fico satisfeito, Ministro Patriota, com a disposição do Brasil. Eu acho que o Brasil deve tomar, junto com os demais países do Mercosul, todas as providências necessárias para dar a esse senhor, para dar a esse cidadão, para dar a esse jovem de 29 anos todas as condições necessárias de segurança, de integridade física, para que possamos ter acesso às informações que eles têm. Essas informações hoje, no meu entender, e ainda mais corroboradas com as informações que estamos recebendo nesta Comissão de Relações Exteriores, são indispensáveis para a nossa segurança.

Essas informações dão conta de outra questão: da vulnerabilidade das nossas informações diante da NSA. Isso nos deixa, por exemplo, diante da vulnerabilidade de garantias. Faço, inclusive, a pergunta ao General José Elito, ao Ministro Celso Amorim, ao Ministro Patriota: por exemplo, qual é a garantia que nós temos? Se não temos garantia nenhuma, se temos vulnerabilidade nas nossas empresas, nas nossas informações estratégicas, qual é a garantia que nós temos, que informações estratégicas, como, por exemplo, a do próximo leilão do pré-sal, previsto para outubro? Riqueza estratégica nossa para o futuro. Essas informações não estão vulneráveis, não estão vulnerabilizadas para empresas norte-americanas. Qual a segurança que nós temos para esse próximo leilão? É uma pergunta que faço.

O SR. RICARDO FERRAÇO (Bloco/PMDB – ES) – É para se considerar, inclusive, que o campo de Libra é a joia do Tesouro e não é o próximo. É o primeiro campo de pré-sal que nós estamos leiloando no sistema de partilha.

O SR. RANDOLFE RODRIGUES (Bloco/PSOL – AP) – Incluo o campo de Tupi aí, Senador Ricardo Ferraço. Então, é uma pergunta que estendo. Se nós não temos nenhuma garantia sobre isso, então nós temos o leilão mais importante da nossa história, que precisa ocorrer. Qual a garantia e segurança que temos sobre a realização desse leilão? É a pergunta que faço.

Faço uma pergunta, a primeira, em relação ao Sr. Edward Snowden; mais do que uma pergunta – na verdade, a pergunta já foi feita pelo Presidente –, é uma

sugestão. Eu acho que o Governo brasileiro, nossas autoridades, a Presidente da República, nós devemos ter um papel na próxima reunião do Mercosul – e reitero: não só no Mercosul, na Unasul – de protagonistas em ações, em relação ao Sr. Edward Snowden e em relação à dimensão que ele tem, às informações que ele tem para a segurança do nosso País.

Outra pergunta que faço, Srs. Ministros. A revelação feita, na segunda série de reportagens do jornal *O Globo*, fala da existência de uma base americana que, em tese, seria sediada na Embaixada do governo americano. Isso foi negado depois pelo Embaixador, mas nem foi negado peremptoriamente. O Embaixador dos Estados Unidos disse que não existia, mas não nos prestou maiores explicações. A Embaixada americana não fica, parece, nem a dois quilômetros de distância da nossa Agência Brasileira de Inteligência; não fica distante, enfim, do nosso aparato de Inteligência. É a pergunta, enfim, que é indispensável fazer: o nosso Governo não tinha conhecimento? Existia mesmo? Nós não tínhamos conhecimento disso? O Governo tinha conhecimento de compartilhamento de dados de brasileiros feito por empresas de telefonia e de provedoras de Internet?

As informações veiculadas, segundo a reportagem do jornal, as informações que são atribuídas ao Sr. Snowden deixam margem, e aí a nota da Presidência da República diz que foi instaurado inquérito por parte da Polícia Federal e da Anatel. A matéria veiculada no jornal deixa margem para se entender que empresas brasileiras, empresas que atuam no Brasil poderiam ter relação com a NSA – fica dúbio isso, mas é isso que deixa margem à investigação –, e essas empresas poderiam compartilhar com a NSA de dados de pessoas e de empresas brasileiras.

A pergunta que se faz: as autoridades brasileiras, as autoridades de Inteligência brasileira suspeitaram disso em algum momento? Tinham conhecimento disso em algum momento? Faço em especial ao General José Elito essa pergunta.

Em resposta, a partir das primeiras informações que o Sr. Edward Snowden começou a veicular, o Presidente Obama, tentando diminuir inclusive o impacto dessas informações, afirmou que todos os países possuem acordos bilaterais na área de segurança. Foram as informações do Presidente Obama.

É claro que isso é verdadeiro e é sigiloso. E disse ainda o Presidente dos Estados Unidos que esse acordo protege as ações reveladas – protege as ações reveladas – pela imprensa.

Pergunto aos ministros aqui presentes se, caso afirmativa essa declaração do Presidente norte-americano e caso a existência desses acordos com o nosso Governo e, obviamente, caso haja disposição de serem feitas essas revelações ao Parlamento brasileiro, a esta Comissão de Relações Exteriores... A partir dessa disposição, eu proponho que esta reunião, nos termos do art. 110, Sr. Presidente, combinado com o art. 197, II, do Regimento Interno, torne-se secreta – obviamente, com a disposição dos ministros – para que essas informações sejam prestadas ao Parlamento. Repito: caso, obviamente, exista essa disposição de prestar essas informações.

Por fim, na nota da Presidência da República, no último item da nota, é dito o seguinte... Perdão, no primeiro e no segundo itens da nota, diz-se que foi criado um grupo técnico interministerial, formado pelos Ministérios da Justiça; das Relações Exteriores; de Defesa; das Comunicações; da Ciência, Tecnologia e Inovação; Gabinete de Segurança Institucional; e Assessoria Especial da Presidência da República, com o objetivo de analisar o caso e propor medidas cabíveis. Esse grupo foi formado e, obviamente, há uma investigação em curso.

Pergunto se, em decorrência dessas investigações, está sob análise a possibilidade da suspensão da visita da Presidente da República a Washington em outubro.

O SR. PRESIDENTE (Ricardo Ferraço. Bloco/PMDB – ES) – Proponho às Srªs Senadoras e aos Srs. Senadores o prazo de cinco minutos para cada Parlamentar, para que nós possamos socializar o acesso ao debate, considerando que, daqui a pouco, pode ter início a Ordem do Dia e, com isso, nós estaríamos inibindo a participação do conjunto dos Srs. Senadores.

Então, pela ordem, passo a palavra à Senadora Vanessa Grazziotin.em seguida, à Senadora Ana Amélia, Senador Eduardo Suplicy e Senador Pedro Simon.

O SR. ALOYSIO NUNES FERREIRA (Bloco/PSDB – SP. *Fora do microfone.*) – Eu não estou inscrito?

O SR. PRESIDENTE (Ricardo Ferraço. Bloco/PMDB – ES) – V. Exª está inscrito, mas existe uma ordem. Os Senadores foram chegando e pedindo a inscrição, e nós assim o fizemos.

Com a palavra V. Exª.

A SRª VANESSA GRAZZIOTIN (Bloco/PCdoB – AM) – Muito obrigada, Sr. Presidente.

Eu vou fazer um grande esforço aqui para utilizar os cinco minutos em decorrência da quantidade de Parlamentares.

Sr. Presidente, vou falar sobre a gravidade do fato.

Primeiro, cumprimento todos os ministros que aqui estão. Acho que as exposições, tudo que nós estamos lendo na imprensa nos últimos dias, por si só, já mostram a gravidade dos fatos, e não são apenas os direitos humanos que estão sendo violados, a pri-

vacidade das pessoas, mas negócios de empresas – o Senador Randolfe acabou de falar da Petrobras, que está muito próximo de fazer o maior negócio de toda a sua história, sem dúvida nenhuma –, a segurança do Estado brasileiro – a segurança do Estado brasileiro!

Então, há que se questionar a gravidade do problema e a forma acintosa como o governo americano insiste em tratar as demais nações do Planeta.

Os Estados Unidos não têm apenas uma lei que interfere diretamente, uma lei ilegal, porque não apenas trata de assuntos internos, mas também entra em assuntos externos. O que é aquela Lei Helms-Burton sobre o bloqueio criminoso que promove, até hoje, contra Cuba? Países que negociam com Cuba são punidos por uma lei interna.

Icann. O que é Icann? É a empresa americana que mantém até hoje a gerência, a governança da Internet em âmbito internacional.

E quero cumprimentar o Ministro Patriota e o Ministro Amorim, que já foi Ministro das Relações Exteriores. Tivemos uma audiência pública muito importante aqui – não foi, Senador Ferraço – para debater o pleito de uma empresa americana, Amazon, para ter o domínio exclusivo da Internet sobre a denominação Amazon em detrimento aos interesses de oito países que detêm essa que é a região mais rica do Planeta.

E quem vai decidir isso? Existe o CGI, que é um grupo internacional que reúne governos, mas não tem poder algum de decisão. Serve apenas para orientar a Icann. E muitas de suas orientações – e que aqui esteve um diplomata representando o Itamaraty, que foi duro na sua intervenção – não são aceitas pela Icann, pela empresa americana. Qualquer problema no Brasil com a Internet, o foro para julgamento, salvo engano, vai ser na Califórnia, com juiz americano.

Então está na hora de mudar essa governança. Está na hora! Quem sabe esses episódios que vêm acontecendo, que não envolvem somente o Brasil... Pelos dados divulgados, é o Brasil que tem um problema maior, porque as informações interceptadas daqui, depois dos Estados Unidos, são as de maior quantidade.

Então, lamento que os Estados Unidos ainda digam que na atual configuração geopolítica mundial não haja mais imperialismo. O que é isso, se não a ação de um país imperialista? Ou que se acha como tal? Porque ele age como tal.

Falei muito, mas eu acho que a gravidade já está dita. E quero fazer alguns questionamentos: primeiramente, essa comissão criada, o grupo de trabalho ou grupo técnico, tem prazo? Foi estabelecido algum prazo para que ele chegue a alguma conclusão?

O programa de satélite. Nosso Presidente já perguntou, o Senador Ferraço, Ministro Celso Amorim, mas eu gostaria que V. Exª nos informasse se o calendário vem sendo cumprido ou se há atrasos. Qual é o problema e o que precisa ser feito para que tenhamos finalmente um satélite brasileiro, para que a nossa suscetibilidade, a nossa vulnerabilidade seja um pouco diminuída? Então pergunto do satélite.

Por fim, em relação ao fluxo, nossa moção fala que possivelmente a interceptação seja com fluxos de informações internacionais, indo ou chegando. Quem nos garante que internamente também não há essa interceptação? Se há alguma informação.

Diante disso tudo, Srs. Ministros, Srs. Senadores e Deputados, vou protocolar daqui a pouco, na Mesa do Senado, a proposição de instauração de uma comissão parlamentar de inquérito. Nós já temos mais de 40 e poucas assinaturas, coletadas em poucos minutos, dos Srs. Senadores.

Acredito que essa comissão seja um instrumento importante, porque nós não estamos diante de um problema do Governo brasileiro; nós estamos diante de um problema do Estado brasileiro.

Dessa forma, o Congresso brasileiro, que dispõe de um instrumento como a CPI, na minha opinião, tem o dever de colaborar para as investigações.

Muito obrigada, Sr. Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Ricardo Ferraço. Bloco/PMDB – ES) – Muito obrigado, Senadora Vanessa Grazziotin.

Passo a palavra a S. Exª a Senadora Ana Amélia.

A SRª ANA AMÉLIA (Bloco/PP – RS) – Obrigada, Presidente Ricardo Ferraço.

Srªs e Srs. Senadores, eu queria inicialmente cumprimentar V. Exª pela iniciativa, bem como os demais Senadores que subscreveram o requerimento para esta audiência pública e cumprimentar a qualidade das exposições feitas e a participação da Câmara dos Deputados e da Comissão de Ciência e Tecnologia nesta audiência.

Quero, objetivamente, mesmo que os temas tenham sido já abordados, pontualizar as questões, primeiro ao Chanceler Antônio Patriota.

Pelo que eu pude entender, é possível que, na reunião do Mercosul em Montevidéu, não apenas o bloco do Mercosul, mas também a Unisul podem, coletivamente, tomar uma decisão sobre os episódios, considerando como cenário, primeiro, a proibição para que o avião presidencial de Evo Morales ocupasse o espaço aéreo europeu, e, segundo, a Venezuela assumirá a presidência do Mercosul, a despeito da oposição do Paraguai. Esse não é o detalhe relevante. É a Venezuela que ofereceu asilo, e não está ainda formalmente confirmado o asilo ao Edward Snowden. Não só a Venezuela, que integra a Unasul e agora também

o Mercosul, mas também a Bolívia e o Equador, que integram a Unasul. Esses países ofereceram asilo ao norte-americano. O Brasil, chanceler, vai seguir o que esses países recomendarem ou terá uma atitude de protagonismo, do tamanho do seu porte internacional e da sua liderança não só na região, mas no País? Queria então saber: O Brasil vai seguir o que os outros disserem, ou o Brasil vai com outra posição? Mas para que lado será?

O senhor lembrou, quando fez menção à Unasul, a questão do combate ao crime cibernético. Eu lhe pergunto: o senhor tipificaria essa espionagem das agências norte-americanas como crime? Um diplomata, o Embaixador Luiz Augusto de Castro Neves, hoje fora da atividade, comandando a Cebri, que é um Centro Brasileiro de Relações Internacionais, declarou – está no *O Estado de S. Paulo* hoje – que certamente houve colaboração entre agências de segurança e inteligência brasileiras na espionagem dos Estados Unidos no Brasil.

Eu queria sobre essa declaração do Embaixador. Ele disse ainda, no mesmo jornal, que não considera que Washington tenha sido mal-intencionado. Abro aspas, declaração do Embaixador: "Em um País muito grande é natural que ocorra isso. Não monitora nações estrangeiras quem não tem condições". Afirmou, ressaltando que inovações tecnológicas, ao mesmo tempo em que facilitam o monitoramento, determinam uma maior transparência, pois tornam mais perceptível o uso desses sistemas de espionagem.

Para mim, a questão fundamental é essa de haver o conhecimento por parte das agências de segurança e inteligência brasileiras. Essas perguntas para V. Exª, caro Chanceler.

Para o Ministro Celso Amorim, eu queria saber se as autoridades de defesa dos Estados Unidos – não o Governo nem a área diplomática – dada a repercussão das informações divulgadas sobre a espionagem no Brasil, mantiveram, formal ou informalmente, contato com as autoridades de defesa do nosso País? O Centro de Defesa Cibernética detectou, em algum momento, ou teve acesso a essa operação das agências norte-americanas? Esse episódio pode determinar mudança na política e na prioridade orçamentária dos investimentos para defesa, como é o citado caso do Centro de Defesa Cibernética e também os outros, como citado pelo Presidente Ricardo Ferraço, o Sisfron ou o próprio Proteger?

Quais as condições técnicas, Ministro Celso Amorim, jurídicas, políticas e diplomáticas – V. Exª foi nosso chanceler – de criar um marco regulatório global sobre essa questão de espionagem?

Ao General José Elito: O senhor deu ênfase à ação das agências de defesa e inteligência na proteção do Estado. O senhor até citou o caso do Banco do Brasil, do Banco Central. Mas e o cidadão como fica? O cidadão brasileiro, como fica nesse processo? Quem vai protegê-lo? O senhor revelou, na exposição que o senhor falou agora, que na Rio+20 houve uma tentativa de blecaute na rede. Como é que isso aconteceu? Foram *hackers*? A origem foi identificada? Como é que ele foi combatido? Que razão havia para essa tentativa de blecaute num evento de envergadura internacional como esse?

Ele pergunta também, e finalizo caro Presidente: O Projeto de Lei nº 2.126, de 2011, que está tramitando na Câmara, que cria o marco civil da Internet pode ser um caminho para resolver essas questões da capacidade de proteção de privacidade ou apenas será marco de operações dos direitos dessa atividade do uso da Internet.

Finalmente, a Presidente Dilma Rousseff, tão logo aconteceram essas revelações, anunciou a criação de um grupo de trabalho formado por V. Exª, pelos Ministros Antonio Patriota, Celso Amorim, Eduardo Cardozo e Paulo Bernardo. Quando é que esse grupo de trabalho vai começar as suas atividades? O que pretende? Gostaria de saber se há uma diretriz e se há prazo para a conclusão dos seus trabalhos. São estas as minhas questões.

O SR. PRESIDENTE (Ricardo Ferraço. Bloco/PMDB – ES) – Passo a palavra ao Senador Eduardo Suplicy e gostaria de perguntar ao Sr. Chanceler Antonio Patriota: V. Exª esteve, nos últimos dias, com o Embaixador norte-americano Thomas Shannon. Quais são as declarações, quais são as explicações que o Sr. Embaixador, na condição de chefe da missão diplomática, trouxe a V. Exª que pudessem ser compartilhadas não apenas com os parlamentares, mas também com os brasileiros que nos acompanham por meio desta audiência pública?

Com a palavra V. Exª, Senador Eduardo Suplicy.

O SR. EDUARDO SUPLICY (Bloco/PT – SP) – Sr. Presidente, Senador Ricardo Ferraço, prezados Presidentes Senadores Zeze Perrella e Deputado Nelson Pelegrino, quero cumprimentar os Srs. Embaixadores Antonio Patriota, Ministro de Relações Exteriores, Celso Amorim, da Defesa, e General José Elito, que, de pronto, resolveram comparecer aqui para colaborar conosco no esclarecimento desses episódios.

A primeira pergunta que eu gostaria de fazer é se os senhores têm noção precisa de qual a eventual lei norte-americana que teria o Sr. Edward Snowden eventualmente contrariado e em que medida teria cometido, digamos, um delito contra as leis norte-americanas?

Em que medida isso deve ser observado por autoridades como as do Governo brasileiro no diálogo com o Presidente Barack Obama, autoridades do governo norte-americano e o Sr. Embaixador, tendo em conta que o Sr. Edward Snowden, na verdade, declarou-se um patriota, uma pessoa que não teria cometido crime e que, em verdade, ao se dar conta de que delitos e crimes estavam sendo cometidos contra cidadãos de outros países, é que ele, então, resolveu desvendar isso para o mundo, com uma repercussão simplesmente extraordinária.

Qual a razão da pergunta sobre a lei norte-americana e o diálogo com as autoridades norte-americanas? Nós, brasileiros, e o Governo brasileiro, o Presidente Lula, a Presidenta Dilma e o Srs. Ministros Celso Amorim, Antonio de Aguiar Patriota expressaram nossa solidariedade quando ocorreram os atos de terrorismo, a destruição das torres de Nova York e outros episódios que mataram cidadãos dos Estados Unidos e de outros países. As autoridades norte-americanas sabem disso, mas em que medida será possível... Por exemplo, a Venezuela, a Bolívia e o Equador já transmitiram que querem, sim, dar asilo ao Sr. Edward Snowden. O Sr. Edward Snowden colaborou com o Brasil no sentido de revelar que a nossa Constituição, conforme os Srs. Ministros observaram, foi ferida em seu art. 5º, inciso XII, que assegura a privacidade de nossas comunicações telefônicas e pela Internet. Ela foi ferida nesse episódio, pelas informações que temos. Ou seja, na hora de, eventualmente, o governo norte-americano dizer ao Governo brasileiro "se concederem asilo ao Sr. Edward Snowden, nós estaremos realizando retaliações", é preciso que, nesse diálogo, haja ponderação. Se, por acaso, o Sr. Edward Snowden revelou algo que, pela lei norte-americana, não poderia ter feito, por outro lado, é fato que ele prestou um serviço ao Brasil e à humanidade ao transmitir esses documentos, toda essa revelação que estava contida na NSA.

Os Srs. Ministros mencionaram que as comunicações brasileiras estão protegidas pelo método de criptografia, mas o que se sabe é que organizações como a NSA são especialistas em codificar e decodificar e, possivelmente, conseguem desvendar o que acontece.

O Ministro José Elito Carvalho Siqueira mencionou que as ações preventivas por parte do Gabinete de Segurança Institucional da Presidência da República, por exemplo, conseguiram evitar um possível blecaute na Rio+20 e outros episódios. É muito provável, é certo que também o Gabinete de Segurança está tomando todas as medidas para prevenir quaisquer problemas que possam ocorrer durante a visita do Papa Francisco ao Brasil nos próximos dias.

Agradeço se V. Exª puder nos transmitir como foi possível evitar esse blecaute na Rio+20, se pudermos ter conhecimento do procedimento para evitar qualquer problema durante a visita do Papa, porque isso tem a ver com as preocupações de todos nós.

Finalmente, Sr. Presidente, no início da década de 2000, o Brasil realizou um acordo com os Estados Unidos sobre a Base de Alcântara que causou grande preocupação aqui no Congresso Nacional, uma vez que o Brasil não poderia ter conhecimento de muitas das coisas de que teve. Por exemplo, Rogério Cézar de Cerqueira Leite, físico, professor da Unicamp disse: "nunca li um contrato tão benéfico a um país quanto este. O Brasil nada tem a ganhar tecnologicamente". Esse acordo, inclusive, salvo engano meu, ainda não completou o seu termo de aprovação no Congresso Nacional, em especial aqui no Senado.

Agradeço se puderem os Ministros nos dar informação a respeito.

Muito obrigado, Sr. Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Ricardo Ferraço. Bloco/PDMB – ES) – Vamos, então, passar a palavra aos Srs. Ministros. Em seguida, iniciaremos outro bloco.

Com a palavra S. Exª o Sr. Ministro Antonio Patriota.

O SR. ANTONIO DE AGUIAR PATRIOTA – Muito obrigado, Sr. Presidente.

Eu me refiro, então, à intervenção do Senador Randolfe Rodrigues. Ouvi com muita atenção, tomei nota, obviamente, das suas observações sobre a questão do asilo ao cidadão norte-americano Edward Snowden e a importância de aproveitar a próxima reunião do Mercosul, para protagonizarmos um debate sobre essa questão. Acho que de fato é o que ocorrerá, eu já estou em contato com alguns chanceleres da região. Estará lá, inclusive, o Presidente Maduro, da Venezuela – hoje membro do Mercosul – e o Chancelar Elias Jaua. Posso lhe assegurar que a oportunidade para contatos sobre este tema não será desperdiçada.

A outra pergunta que me caberia do Senador Randolfe Rodrigues é se o grupo técnico examinaria a questão da visita da Presidenta aos Estados Unidos. Acho que isso não está no mandato do grupo técnico, que vai cuidar, como diz o nome, de questões técnicas relacionadas às denúncias que apareceram na imprensa brasileira. Houve várias perguntas sobre prazos etc. Hoje mesmo ele vai se reunir, eu creio que às 17h30; assessores dos outros Ministros e meus que participarão estão aqui, alguns deles, mas, assim que encerrarmos...

O SR. RANDOLFE RODRIGUES (PSOL – AP) – Ministro, perdoe-me. Talvez eu não me tenha feito entender. Não como decorrência, não como mandato

do grupo técnico, mas como decorrência das investigações do grupo técnico. O Itamaraty e a Presidência analisariam isso?

O SR. ANTONIO DE AGUIAR PATRIOTA – Isso, sim, se coloca. É uma decisão política, obviamente, terá de ser tomada à luz de fatos comprovados. Neste momento, não está sob consideração esse assunto.

A Senadora Vanessa Grazziotin fez vários comentários, absolutamente pertinentes sobre o papel da ICANN, por exemplo. Não deixa de ser uma anomalia quando a comunidade internacional como um todo faz uso da Internet, uma instituição em que os governos dos países que fazem uso da Internet não possam participar a título paritário. Na verdade, o CGI, o grupo que pode reunir governos e submeter a recomendações, foi uma das conquistas dessa Cúpula Mundial sobre Sociedade da Informação...

A SRª VANESSA GRAZZIOTIN (Bloco/PCdoB – AM. (*Intervenção fora do microfone.*) – GAC.

O SR. ANTONIO DE AGUIAR PATRIOTA – GAC. Na verdade, esse grupo é uma decorrência dessa Cúpula Mundial sobre Sociedade da Informação que examinou o assunto, mas que enfrentou, como os senhores podem imaginar, tremendas resistências para que se modificasse a situação atual.

Como comentei antes, essas resistências vão começar a mudar um pouquinho em função de tudo o que está acontecendo, pelo menos o ambiente internacional em relação a esse assunto. Como eu sei que V. Exª tem especial preocupação pelo *site* da Amazon, eu vou recordar que, na última reunião da Organização de Tratados de Cooperação Amazônica, foi adotada uma decisão sobre esse tema, que estará ocorrendo, se não me engano, em Durban, na África do Sul, a partir de quinta-feira, uma reunião exatamente sobre esse pleito.

Uma vez mais, o prazo do grupo técnico é o mais acelerado possível para examinar as denúncias e elaborar, formular, estamos chamando até de quesitos, ou seja, pontos a serem levados ao lado norte-americano, esclarecidos e, à luz dos eventuais esclarecimentos, examinarmos o que pode ser o passo seguinte.

A Senadora Ana Amélia... Eu acho que aqui não preciso elaborar muito se o Brasil vai seguir. O Brasil não costuma seguir, o Brasil ouve e formula suas próprias posições a partir do interesse nacional e de interesses da política externa brasileira claro que em parceria com os seus vizinhos, em particular no âmbito dos mecanismos de integração. Eu até recordaria que já houve uma reunião de mandatários da Unasul em Cochabamba, na semana passada, em que a questão da negação de autorização de sobrevoo para o Presidente Evo Morales, da Bolívia, foi considerada, foi adotada uma declaração muito firme, mas essa declaração segue, em grande medida, os termos de uma nota divulgada anteriormente pelo Brasil, pela Secretaria de Comunicação do Planalto, refletindo o pensamento da Presidenta Dilma. Logo, não se trata de seguirmos, mas, sim, de liderarmos sempre que se encontra em jogo um interesse especial do Brasil e mesmo em outras situações, claro que ouvidas as posições de outros países.

Crime cibernético: justamente, uma das dificuldades é que existem lacunas internacionais para se tipificar e condenar um país ou um grupo de países. Para isso aí pode ser feito um plano nacional. E aqui eu recordo, então, o último parágrafo da nota emitida hoje pelo Planalto, em que se diz que o Governo brasileiro não autorizou nem tinha conhecimento das atividades denunciadas e que a eventual participação de pessoas, instituição ou empresa do Brasil nessas atividades é inconstitucional, ilegal e será sujeita às penas da lei. No plano doméstico, sim, podem ser adotadas medidas.

Sobre o Embaixador Luiz Augusto de Castro Neves, eu esclareceria, em primeiro lugar, que ele fez comentários a título pessoal, ele é um Embaixador aposentado, que não está ocupando nenhuma posição do Governo Brasileiro; ele é diretor de um centro de estudos sediado no Rio, o Cebri (Centro Brasileiro de Relações Internacionais), e os comentários dele foram, hoje inclusive, objeto de uma conversa nessa reunião que houve hoje pela manhã no Palácio do Planalto. Eu acho que o mais apropriado talvez fosse perguntar ao Ministro Cardozo qual seria a intenção dele a esse respeito.

Seguindo nas demais perguntas, o Senador Ricardo Ferraço pergunta: quais as informações que o Embaixador Shannon transmitiu?

Não foram muitas informações. Há uma disposição em estabelecer um diálogo com o Governo brasileiro, há um reconhecimento de que os Estados Unidos fazem registro do que eles chamam de metadados, isto é, números de telefone discado com data, horário e duração da chamada, tráfego de *e-mails*, mas sem acessar o conteúdo de conversas e mensagens.

Foi admitido que as agências norte-americanas monitoram esses metadados; essa monitoração teria lugar no próprio Estados Unidos.

Ele também comentou que os Estados Unidos não têm nenhum tipo de convênio com empresas brasileiras para coletar dados e que as coletas seriam feitas a partir do fluxo internacional e não no território brasileiro.

Enfim, eu me reportaria a comentários que foram publicados na imprensa, no jornal *O Globo* em particular, em que ele próprio, Thomas Shannon, também afirma que as notícias foram distorcidas e que apre-

sentaram a imagem do programa que não é correta, enfim. Mas estamos no grupo técnico identificando todas as questões que exigem esclarecimento para submetê-las às autoridades norte-americanas com competência no caso.

Queria aproveitar aqui para fazer uma pequena observação com base em notícia publicada na imprensa brasileira. Ou seja, não sou eu que estou afirmando, mas apenas porque pode ter havido uma leitura equivocada. É sobre essa questão de o Brasil ser o segundo país onde há o maior número de intercepções, 2,3 bilhões. Na verdade, o próprio *O Globo* publicou um mapinha. Não diminui a gravidade da intercepção nem é essa a minha intenção, não. Mas só para apontar que o Brasil, sim, estaria logo abaixo dos Estados Unidos, mas há países onde a interferência é bem maior, o número de mensagens espionadas. Por exemplo, Arábia Saudita, 7,4 bilhões; Iraque, 6,7 bilhões; Irã, junto com Afeganistão e Paquistão, são os três campeões, 11,5 bilhões ou 12,5 bilhões, enfim. Só esse comentário.

Finalmente, em relação ao Senador Suplicy, acho que foi mais a título de uma observação da importância das informações de que dispõe o Sr. Snowden e de podermos ter acesso a elas. E no que se refere ao acordo sobre a base de Alcântara, foi já submetido ao Congresso um pedido que seja retirado esse acordo. Ou seja, ele não vai ser submetido à ratificação do Congresso Nacional.

O SR. PRESIDENTE (Ricardo Ferraço. Bloco/PMDB – ES) – Ministro Celso Amorim...

O SR. EDUARDO SUPLICY (Bloco/PT – SP) – Só um esclarecimento. O acordo deixou de existir ou o Congresso não vai mais examinar o acordo como normalmente examina?

O SR. ANTONIO DE AGUIAR PATRIOTA – O Executivo está pedindo ao Congresso a retirada de pauta do acordo.

O SR. PRESIDENTE (Ricardo Ferraço. Bloco/PMDB – ES) – Sr. Ministro Celso Amorim, as perguntas, naturalmente que foram dirigidas a V. Exª.

O SR. CELSO LUIZ NUNES AMORIM – Vou tentar evitar repetir.

As informações estratégicas...

Senador Randolfe Rodrigues, em primeiro lugar, obrigado pelas palavras.

Em segundo lugar, eu queria dizer que a questão que V. Exª levantou é muito pertinente, quer dizer, lendo informações que inclusive estão disponíveis até na Internet sobre esses programas, eles, sim, visam também a informações econômicas, eles visam a obter informações sobre contratos, aparentemente – não tenho nenhuma informação reservada que diga isso –, as próprias informações disponíveis na Internet demonstram isso.

Eu queria só reiterar algo que eu disse no início: nem o Brasil, o nosso centro cibernético, nem nenhum outro país tem capacidade de proteger de maneira absoluta todas as informações. Eu acho que o exemplo que V. Exª mencionou...

O SR. ROBERTO REQUIÃO (Bloco/PMDB – PR) – (*Fora do microfone.*) – Nem de espionar tudo.

O SR. CELSO LUIZ NUNES AMORIM – Nem, talvez, de espionar tudo, se bem que o tal programa que eu mencionei aqui tinha essa ambição – Total Information Awareness – mas, de qualquer maneira, não há essa possibilidade.

Eu acho que o que nós temos – acho que isso cabe muito ao GSI, por isso não vou entrar... – difundir uma consciência da necessidade de proteger a informação pelos meios de que nós podemos dispor – criptografia, que alguém já perguntou se ela era absoluta. É difícil dizer, mas você vai criando dificuldades para que isso exista, comportamentos que garantam menor vazamento desse tipo de informação, por exemplo, como essa sobre esse tema que V. Exª mencionou, do leilão do pré-sal.

Eu quero dizer que mesmo em um cenário ideal, mesmo que o nosso Centro de Defesa Cibernética venha a se desenvolver muito, ele não vai ter condição de criar um escudo sobre todas as informações do Brasil. A gente pode assessorar outros órgãos, a gente pode proteger mais em algumas situações específicas, se isso for demandado a certos órgãos, isso poderá acontecer, mas esse tipo de problema – digamos assim – não tem uma solução absoluta, tem que cada órgão cuidar disso dentro de um sistema geral, que quem aciona mais é o GSI. É possível que, da mesma maneira que durante a Copa e durante a Rio+20 nós oferecemos assessoria a certos órgãos, também poderíamos oferecer a outros. Não creio que os órgãos do petróleo necessitem disso, porque eles têm seus próprios meios, mas, enfim, essa é a resposta geral.

Com relação à base dos Estados Unidos, no que me toca, porque eu tomei o cuidado de perguntar aos três comandantes militares se eles tinham notícia ou registro, de alguma forma, ou informe que fosse, sobre a existência dessa base e os três me disseram que não, que não tinham. Isso não quer dizer que não houvesse, mas não tinham nenhuma informação nem nenhum indício concreto que apontasse a existência dessa base como tal. Eu não estou dizendo que não havia; estou apenas dizendo qual foi a informação que obtive.

As outras perguntas creio foram já respondidas.

Senadora Vanessa Grazziotin, concordo com suas observações, que é uma segurança de Estado. Essa situação, realmente, de uma empresa, a ICANN, dominar todo o sistema cibernético internacional é algo a que vários países tentaram se opor, mas isso é uma coisa também que, obviamente, para nós é preocupante, mas está fora da nossa capacidade. O Ministro Patriota já falou a respeito.

Com relação ao grupo de trabalho, acho que é uma pergunta que se aplica aos três, se há um prazo. Bom, o grupo de trabalho está se reunindo hoje e é possível que hoje mesmo já faça algumas sugestões. Eu acho que aí é que os Ministros vão poder julgar se ele deve continuar funcionando ou não. Ele está trabalhando em regime de real urgência e, como foi apontado hoje, um dos quesitos da nota, um dos itens da nota – um deles, é claro! – é possibilitar pedidos de esclarecimentos adicionais para se entender inclusive como foi, porque até agora há uma descrição geral, mas há vários aspectos não esclarecidos, embora alguma coisa tenha sido dita em jornal; por exemplo, eventualmente, algum acordo com empresas brasileiras etc. É importante dizer que o grupo de trabalho está ocorrendo em paralelo, à parte realmente – digamos – de inquérito feito pela polícia e pela Anatel.

Satélite e prazo. Nós estamos trabalhando com a maior urgência. A Presidenta, recentemente, determinou que isso fosse acelerado. De modo que prazo certo é muito difícil dizer, porque ele terá que ser negociado com a empresa que for, finalmente, escolhida. Já houve uma pré-seleção, há empresas pré-selecionadas, e, em agosto, deve ser assinado o contrato. Eu quero dizer e assegurar a todos os senhores que essas coisas, às vezes, levam mais tempo do que a gente deseja, às vezes, por motivos burocráticos, digamos, mas, às vezes, também, por motivos técnicos reais; surgem questões novas quando você começa a discutir um problema. O satélite não é um problema fácil, é um problema complexo, é a primeira vez que o Brasil estará ele próprio, quer dizer, uma empresa brasileira, gerenciando a encomenda do satélite. No passado, comprava tudo pronto, sem nenhum outro cuidado adicional, eu diria.

Bom, eu acho que essas são as questões principais que poderiam dizer respeito ao meu Ministério.

Com relação às perguntas da Senadora Ana Amélia, não, não houve contato de nenhuma autoridade de Defesa sobre esse tema, não comigo, não no meu nível e não me consta que tenha havido em outro nível, senão me teria, provavelmente, sido reportado.

A questão do CDCiber ter tido ou não acesso a esse tipo de operação no passado, primeiro, é preciso dizer que essas operações que estão sendo descritas foram reveladas agora, mas muitas delas vêm de muito tempo e o CDCiber só foi criado mesmo em 2012, e, digamos assim, há muita coisa que se supõe que exista, mas, da maneira como foi, volto a dizer, não causou surpresa, não surpresa que fosse feito, mas, digamos, a maneira como foi feito e a escala com que aconteceu surpreendeu a Chanceler Merkel, o Presidente Hollande e também a nós. Não o fato, a possibilidade de que fosse feito, mas a escala com que era feito.

As prioridades, pergunta V. Exª, se podem mudar, bem, com relação às prioridades do País como um todo, volto a dizer, isso não compete só ao Ministério da Defesa dizer. Nós temos as nossas teses, mas nós compreendemos que existem muitas demandas sociais que são muito importantes também e, infelizmente, o nosso cobertor é curto. Dentro do Ministério da Defesa, sim, tem havido uma preocupação muito forte em evitar contingenciamentos, evitar cortes na área cibernética e, pelo contrário, ela tem aumentado um pouco, talvez menos do que nós gostaríamos. Mas, volto a dizer, além do que é do Ministério da Defesa, estritamente do nosso orçamento, volto a enfatizar, é muito importante o aspecto tecnológico nessa questão e a ênfase na tecnologia nacional, porque se nós tivéssemos dado, digamos, logo no primeiro ano, por exemplo, R$100 milhões ou R$200 milhões e nós fôssemos gastar tudo isso em ferramentas estrangeiras disponíveis no mercado, nós não estaríamos dando um passo eficiente.

Então, algumas coisas demoram mesmo para ocorrer, porque elas têm que ocorrer da maneira certa. Quer dizer, você tem que encontrar a empresa brasileira que seja capaz de desenvolver, que seja capaz de corresponder àqueles requisitos. Então, há esse aspecto também. Tem que formar pessoal até para fazer as perguntas certas para poder fiscalizar o que está sendo feito.

Eu acho que o Senador Eduardo Suplicy fez comentários importantes, digamos, um deles poderia dizer respeito a nós, que é a parte de criptografia. Volto a dizer, criptografia dos sistemas de defesa, e acho que, talvez, algum outro Ministério e creio que o Itamaraty também. Não são de todo o Governo, mas acho que sobre criptografia eu vou deixar o General Elito falar.

O SR. JOSÉ ELITO CARVALHO SIQUEIRA – Muito bem. Só complementando também, desde o Senador Randolfe até o nosso Senador Suplicy, a mesma informação temos com relação a essa base de operações, realmente, também não há nenhum indício que tenha essa base em nosso conhecimento.

Eu aqui colocaria um dado técnico, embora eu não seja um especialista, mas é válido colocá-lo, mesmo porque a Senadora Vanessa fala da interceptação

local internacional e talvez eu possa responder simultaneamente. Repito, não é uma informação completa técnica, mas as ligações internacionais são mais facilmente feitas e não precisa ter antenas ou precisa isso, porque são satélites. Então, não precisa ter uma base física; ela pode estar em qualquer lugar. Inclusive, tecnicamente, nem precisa ter. Pode ter somente lá nos Estados Unidos ter.

Na ligação local, como a senhora enfatizou, aí, realmente, há uma dificuldade maior e uma proteção maior para o nosso lado, porque precisaria ter alguma interferência nessa área física local; ou seja, as nossas ligações locais estariam mais protegidas do que as ligações internacionais. Eu fico aqui nessa observação técnica, mas eu acho que é válida essa observação.

O Senador Randolfe também comentou o aspecto de acordos, se teria havido acordos. Ratifico, não há acordo de inteligência, informações que tenha nenhuma, absoluta, zero ligação com o que foi aqui noticiado. Acordos entre países, não de inteligência, de informações são comuns, e é de ator de governo. Não tem nada a ver com coisas pontuais. Não há acordos; aliás, como foi dito na própria nota presidencial.

Outro aspecto que a Senadora Ana Amélia conversou, falou sobre o problema do cidadão, como fica o cidadão, eu apenas posso acrescentar o seguinte: ao fazermos uma proteção de Estado, é claro que indiretamente ou diretamente estamos fazendo uma proteção ao cidadão. No entanto, o aspecto aqui técnico ou formal teria que ser um pouco mais respondido pelo Ministério da Justiça quando ele entra no aspecto dos inquéritos, no aspecto das observações, porque cabe a ele o poder legal investigativo. Eu não teria condições de falar mais, já que o fulcro seria justamente nessa violação individual do nosso povo brasileiro.

Com relação à Rio+20, que a senhora perguntou – e mais uma vez vou dar uma explicação técnica superficial – ali, como a senhora sabe, e também como foi na Copa das Confederações, havia uma área FIFA e uma área ONU, no caso da Rio+20, que era o Riocentro. Então, dentro do Riocentro, havia como se fosse uma soberania ONU. E com muito jeito, o MRE participando, a Defesa, nós colocamos dentro da área ONU uma área realmente de controle cibernético. Inclusive – os senhores e as senhoras devem lembrar – uma semana antes ou alguns dias antes, no Super Bowl americano houve um *black out* de pouco mais de 30 minutos, no maior evento esportivo americano. Então, havia uma precaução, havia um indício, havia uma rede de *wirelles* internacional dentro do Riocentro para que todas as informações fossem instantaneamente passadas ao mundo; havia ali mais de uma centena de países envolvidos. Então, esse cuidado não tinha sido levado em uma prioridade pela ONU dentro desse contexto. Claro, cada país tem as suas peculiaridades.

Então, graças a um esforço conjunto, integrado da Abin, do GSI, do Ministério da Defesa, Relações Exteriores, outros órgãos envolvidos, foi feito esse guarda-chuva, o que realmente funcionou muito bem. Foi uma grata surpresa até vermos esse resultado.

Então, o senhor também perguntou sobre o aspecto do GSI. E eu acrescentaria, sobre a reunião de grupo de trabalho, que, desde ontem nós, já nos reunimos umas quatro vezes e esse grupo técnico vai se reunir agora, às 17h30, com complementações que nós já passamos para ele. Nossos técnicos estão lá. O nosso Ministro Paulo Bernardo e acredito que o Ministro da Justiça, que não estão aqui fisicamente, também estarão lá. E a ideia é trabalhar para ontem. Não há nenhuma ideia de prolongar uma situação como essa.

O nosso Senador Suplicy, além dessas ações preventivas, pediu alguma informação sobre a visita do Papa, dos dias 22 a 28. Eu diria que a visita do Papa será muito semelhante à Rio+20 e à Copa das Confederações no que se refere às estruturas. O Ministério da Justiça e o Ministério da Defesa têm a segurança pública com o Ministério da Justiça e a segurança, claro, da defesa com o próprio Ministério da Defesa e a segurança da inteligência com o GSI, e claro, os governos estaduais "linkados" ao Ministério da Justiça na segurança pública. Esse trio ou esses três centros são em nível nacional. Em Brasília, um Centro de Inteligência Nacional, um Centro de Defesa Nacional e o Centro de Segurança Pública Nacional e teremos esses mesmos centros regionais no Rio de Janeiro e em São Paulo, porque teremos também a visita do Papa em Aparecida do Norte. Então, esses três centros adquiriram um bom *know-how* na Rio+20 e, agora, na Copa das Confederações e essa estrutura está mantida e aperfeiçoada, certamente com as lições aprendidas agora da Copa. E está tudo indo dentro do planejamento.

É um grande esforço de todos e essa situação preventiva está sendo feita desde maio para a jornada do Papa; há um ano, já com a análise de riscos periodicamente sendo atualizada a todas as autoridades envolvidas.

E queríamos, e torceremos, para que tudo corra muito bem, como na Copa das Confederações acreditamos que também nesse nível ocorreu.

O SR. PRESIDENTE (Ricardo Ferraço. Bloco/PMDB – ES) – Muito obrigado, Sr. Ministro.

Com a palavra o Senador Pedro Simon. Em seguida, o Senador Roberto Requião e, finalmente, a nossa queridíssima Deputada Perpétua.

A palavra é de V. Exª.

O SR. INÁCIO ARRUDA (Bloco/PCdoB – CE) – Então, finalmente, V. Exª me inscreva.

O SR. PRESIDENTE (Ricardo Ferraço. Bloco/PMDB – ES) – V. Exª está inscrito após a Deputada Perpétua. As mulheres sempre em primeiro lugar.

Pela ordem: Senador Pedro Simon, Senador Roberto Requião, Deputada Perpétua, Senador Inácio, Deputado Eduardo Azeredo e Deputado Zarattini.

A palavra é de V. Exª, Senador Pedro Simon.

O SR. PEDRO SIMON (Bloco/PMDB – RS) – Sr. Presidente, Srs. Ministros, a empresa que aderiu ao monitoramento dos Estados Unidos atua no Brasil, a Global Crossing. Tem foco em 13 cidades brasileiras, incluindo a própria cidade do Rio de Janeiro.

Informação publicada no *O Globo* hoje:

> *Uma das empresas pioneiras na adesão aos programas de monitoramento de tráfego de informações conduzidos pelas agências americanas de inteligência, a Global Crossing – operadora de cabos de fibra ótica terrestres e submarinos e provedora internacional de serviços de rede e telecomunicações de larga escala – tem ampla atuação no mercado brasileiro. Vendida à companhia americana Level 3 Communications em 2011, com cuja marca agora opera, a empresa interliga o Brasil aos EUA a partir de três cabos submarinos e utiliza ampla rede terrestre em território brasileiro. Os cabos submarinos utilizados pela Level 3 partem dos EUA* (*com ou sem escala na América Central*) *e se conectam no Brasil em três pontos de entrada: em Fortaleza, no Rio e em Santos. A partir daí, são utilizadas redes físicas, algumas das quais o site da companhia informam ser alugadas. Uma das fornecedoras da Level 3 é a Telefônica [uma das maiores operadoras da telefonia no Brasil].*
>
> *É por este emaranhado de cabos de fibra ótica que trafegam milhares de gigabits em dados e voz, possibilitando à empresa oferecer aos clientes corporativos serviços privados de rede, chamadas internacionais no sistema 0-800, tráfego volumoso de Internet, soluções de transmissão de vídeo, gerenciamento de segurança, unidades de data center, entre outros.*

Um documento obtido pelo jornal *O Globo* diz que o acervo de dados coletados no estrangeiro é manuseado por agentes disfarçados de diplomatas. A estação de Brasília era a única instalada na América Latina.

Alguns desses falsos diplomatas permanecem em território brasileiro, ilustre Ministro Amorim?

Quais os esclarecimentos prestados pelas autoridades americanas à diplomacia brasileira? O Brasil os considera suficientes?

No domingo, Thomas Shannon, Embaixador dos Estados Unidos no Brasil, reuniu-se com o Secretário-Geral de Relações Internacionais. Segunda, em Washington, aconteceu outra rodada de reuniões com o Embaixador brasileiro Mauro Vieira e autoridades americanas. Segundo o Chanceler Antonio Patriota, o governo americano está disposto ao diálogo. O resultado de tais conversas será levado à população?

O governo americano está disposto ao diálogo! Só faltava ele não estar disposto a dizer alguma coisa. Seria realmente isso o mais interessante.

Que explicações o embaixador americano levou ao Sr. Ministro-Chefe do Gabinete de Segurança, General José Elito, sobre esse escândalo? E por que nós ainda não tínhamos tomado conhecimento?

O General José Elito Carvalho, Ministro-Chefe do Gabinete de Segurança Institucional, recebeu o embaixador americano, Thomas Shannon, para uma reunião de meia hora. Ao sair, não deu nenhuma declaração sobre o teor da conversa. Esse assunto não diz respeito unicamente às instituições de Governo, mas ao cidadão comum. Como disse Edward Snowden, pode ser observado por qualquer um.

Que estratégia, eu perguntaria aos Srs. Ministros, está sendo usada pelo Governo para evitar a espionagem no Brasil e proteger o cidadão e as empresas de nosso País? Como o Governo, no fundo, no fundo mesmo, pode trabalhar para garantir a soberania nacional no mundo sem fronteiras da Internet? Que atitudes o Governo tomará para garantir a segurança de transmissão de dados no País daqui em diante?

Por que somente agora, depois das denúncias publicadas pelo jornal *O Globo*, a Ministra Ideli Salvatti, das Relações Institucionais, resolveu colocar para andar o projeto do Marco Civil da Internet? O que atrapalhou a sua tramitação? O Marco Civil da Internet, projeto que tramita no Congresso Nacional desde 2011 e hoje está em apreciação pela Câmara dos Deputados, é a base legal para a cidadania virtual, para o tratamento isonômico dos usuários, para a não discriminação de sua navegação e para a concretização de uma Internet efetivamente livre para a expressão, para a troca, para a criação, para a inovação e, enfim, para o desenvolvimento.

Quando um projeto interessa ao Governo, é aprovado rapidamente, como a MP dos Portos, recebida e aprovada no mesmo dia. Por que essa não anda? O Governo não tem interesse nessa matéria?

Em 1971, quatro décadas antes, o mundo conheceu Daniel Ellsberg, especialista da Rand Corporation

que trabalhava para o Pentágono. Como Snowden, Ellsberg descobriu o relatório secreto, desconhecido pelo povo americano, que dizia a verdade sobre a Guerra do Vietnam. Os Estados Unidos estavam perdendo a guerra.

(Soa a campainha.)

O SR. PEDRO SIMON (Bloco/PMDB – RS) – Ellsberg vazou o relatório para o jornal *The New York Times*, que estarreceu a opinião pública americana pela simples divulgação da verdade: Os Papéis do Pentágono mudaram. As consciências do país se prepararam – e os Estados Unidos – para a derrota anunciada quatro anos antes.

Snowden é o Ellsberg do século XXI. Hoje, num artigo publicado em *O Globo*, o pioneiro Ellsberg escreveu:

> Snowden não acredita ter feito algo de errado. Concordo. Mais de 40 anos após a divulgação dos Papéis do Pentágono, tal ação continua sendo o sangue vital da nossa república. Os segredos corrompem, assim como o poder.

Eu só lembraria – e o nosso querido Ministro da Defesa, na época lá no Itamaraty – o que foi feito com o embaixador brasileiro com relação às armas que implicavam na guerra americana, que exigia intervenção no Iraque por parte das nações.

(Intervenção fora do microfone.)

O SR. PEDRO SIMON (Bloco/PMDB – RS) – Não, tu não estavas lá, eu sei, mas...

O SR. CELSO LUIZ NUNES AMORIM – Desculpe, eu não era ministro na época, não.

O SR. PEDRO SIMON (Bloco/PMDB – RS) – Não, pelo amor de Deus, eu estou dizendo que conhece a matéria.

O embaixador brasileiro, a entidade que ele presidia, fez o levantamento e garantiu que não tinha armas. As armas nucleares absolutamente não existiam. O governo americano convocou uma reunião extraordinária da entidade em que o brasileiro tinha sido recém-reeleito, pagou as passagens e as diárias para todos os cidadãos, e essa entidade demitiu, por falta de competência, o presidente e nosso embaixador. Fui encontrá-lo em Paris.

O tempo passou e o próprio Departamento de Estado, o próprio Serviço Secreto Americano concorda, reconhece que não tinham as armas, não existiam as armas, o governo americano sabia que não existiam as armas e contou todas aquelas mentiras. Além de todas as mentiras a grosseria com um país como o Brasil, com um cidadão que, no início, foi desmoralizado, hoje facilmente recuperado.

Então, vê-se que os nossos amigos americanos, com todo o respeito, hoje, que não tem mais o leste e o oeste, não tem mais a Guerra Fria, está cada um pensando em si, os americanos, cá entre nós, em minha opinião, estão pensando em todo o mundo. Por isso, o Brasil, que está hoje numa posição muito superior a de 20 anos atrás, que nunca esteve numa posição de independência, de personalidade, de respeito do mundo como agora, nessa questão, e não estou defendendo *vendita* ou luta, merecia ter uma atitude importante e significativa; merecia isso.

Fiquei com pena do Presidente Obama quando ele deu a justificativa, a mais ridícula, a mais boba que ouvi em minha vida: "A liberdade é importante, mas às vezes você tem de tirar um pouco da liberdade para garantir a segurança."

(Soa a campainha.)

O SR. PEDRO SIMON (Bloco/PMDB – RS) – Eu acho que esta reunião é importante. Uma reunião com este estilo, deste tipo, com este conteúdo e com estas autoridades, nos meus 35 anos de Senado, eu não tinha visto. Acho que vale a pena.

Eu felicito a V. Exª, eu felicito e agradeço aos Srs. Ministros por nos darem a honra de suas presenças e as explicações que estão sendo dadas. Acho que, juntos, talvez nós possamos fazer aquilo que o Ministro não possa avançar, porque tem o diálogo que deve ser respeitado. Mas acho que podemos avançar um pouco; podemos e devemos.

Muito obrigado.

O SR. PRESIDENTE (Ricardo Ferraço. Bloco/PMDB – ES) – Muito obrigado a S. Exª o Senador Pedro Simon.

Concedo a palavra ao Senador Roberto Requião.

O SR. ROBERTO REQUIÃO (Bloco/PMDB – PR) – Srs. Ministros, alguns meses atrás, eu viajava de Lisboa para Brasília num avião da TAP. Ao meu lado, sentava-se um português, que acabou conversando comigo durante a viagem. Ele era um engenheiro português presidente de um famoso instituto, e eu lhe perguntei, no correr da viagem, o que ele vinha fazer aqui. Ele me disse: "Estou dando assessoria à Casa Civil da Presidência da República." "Mas que tipo de assessoria?" "Estou modelando PPSs, concorrências públicas." Eu perguntei a ele: "Mas a sua empresa portuguesa [que é afamadíssima na Europa e posso até lhes dar o nome depois, não tenho em mãos neste momento] participou de alguma licitação?" Ele disse: "Não, absolutamente, eu estou sendo pago pela Inglaterra." "Mas trabalhando para a Casa Civil da Presidência da República?" E ele disse: "Sim." E eu perguntei: "Mas por que a Inglaterra estaria lhe pagando para que a sua

empresa fizesse uma formatação de concorrências de projetos do Governo brasileiro?". Ele me disse: "Ora, pois, pois, Senador, é evidente que eles têm interesse nas informações."

Eu quero com isso dizer que não me surpreende essa revelação do Edward Snowden. Essas coisas têm acontecido há muito tempo sem informática. Eu lembro aqui o container arrombado, com os dados do petróleo da Petrobras da Bacia de Campos, cadeado trocado, não pôde ser aberto pelo pessoal da Petrobras. Qual era a empresa que transportava esses dados e manejava esse container? Era a Halliburton, do Dick Cheney, presidida por ele, Vice-Presidente dos Estados Unidos.

Eu me reporto nessa história aquele livro do Fernando Henrique com o Enzo Faletto, da dependência como instrumento de desenvolvimento, aquela convicção de que o Brasil precisava se ligar aos Estados Unidos porque nós não tínhamos mais empresários, não tínhamos tecnologia, não tínhamos liderança e que só no processo de dependência nós poderíamos evoluir economicamente, industrialmente.

Mas, de repente, o Edward nos diz que os Estados Unidos estava espionando o Brasil. Quem é esse Edward? Ele era funcionário da Booz Allen. E essa empresa foi responsável pelas consultorias estratégicas do governo Fernando Henrique, incluía-se aí desde o Brasil em Ação, primeiro governo Fernando Henrique; o Avança Brasil, segundo governo – todos os trabalhos financiados pelo BNDS eram feitos pela empresa Booz Allen, onde trabalhava o Edward Snowden –; Caracterização dos Eixos Nacionais e Desenvolvimento; Programa Brasil em Ação; Consórcio Fipe – essas informações são da *Carta Capital*, foram publicadas hoje –; Alternativas para a Reorientação Estratégica do Conjunto das Instituições Financeiras do Brasil, planejamento da Booz Allen; Relatório de Saneamento Básico e Transporte Urbano; Consórcio Fipe, Booz Allen & Hamilton; BNDS e Ministério da Fazenda em São Paulo em 2000. Vamos mais adiante com isso: ela foi a mentora intelectual de uma série de estudos e pareceres contratos pelo Governo do PSDB.

Então, eu não me surpreendo de repente como é que 80 deputados federais do Brasil votaram contra a censura que se pretendia fazer à situação do Presidente da Bolívia e às revelações do Snowden na Câmara Federal.

O SR. EDUARDO AZEREDO (PSDB – MG) – O PSDB votou a favor.

O SR. ROBERTO REQUIÃO (Bloco/PMDB – PR) – Eu não diria, eu não diria, e nós temos agentes infiltrados na Câmara Federal, mas está faltando informação. Por isso uma reunião como esta é importante. Está faltando informação sobre o que acontece no Brasil.

Estudos dos Eixos Nacionais de Integração e Desenvolvimento foi realizado por esse consórcio do Brasil, Booz Allen & Hamilton consultores com o suporte da Behring International Incorporation e Banco ABN AMRO; mutirão, até consultoria do Banco foi pago com o dinheiro público pelo Governo Federal. Então, o planejamento vem sendo feito por essa empresa que foi contratada pelos Estados Unidos para fazer a escuta e o monitoramento das informações.

Isso tudo deriva da teoria, da dependência, daquele momento em que o Brasil desistiu de ser nação, um momento que se altera com a mudança de governo, mas não se altera com a profundidade que nós gostaríamos.

Os portugueses financiados pela Inglaterra continuam trabalhando para a Casa Civil formatando projetos. E inclusive eu lembro aqui quando a Raytheon ganhou o Consórcio do Projeto Sivam e o nosso Presidente Fernando Henrique telefona para o Presidente dos Estados Unidos para comunicar que, conforme ele havia pedido, solicitado, estava fora a Thompson, Martin Marietta e a Raytheon era a titular da concorrência. Então, esse imbricamento foi, sem a menor sobra de dúvida, parte da vontade do Governo brasileiro, até essa mudança. Uma mudança que, afinal de contas, não foi tão profunda assim. Ela acabou sendo levada também pela inércia.

E nós temos agora, Embaixador Patriota, uma oportunidade. Eu não pediria que agíssemos com brutalidade em relação aos Estados Unidos. Eu dispenso qualquer adjetivação anti-imperialista antiga, mas nós precisamos de informação. E os Estados Unidos da América do Norte também precisam de informação. Nós não temos condições de confronto, mas nós temos condição de esclarecimentos. E nós não podemos perder a oportunidade, e já perdemos, negando asilo liminarmente ao Edward Snowden.

Mas não vou fazer a critica dessa atitude que também foi feita, é uma coisa acabada, terminada, não vamos voltar atrás neste momento. Mas seria extremamente interessante que o Governo brasileiro propusesse, na reunião de Montevidéu, asilo no Mercosul, liberdade de trânsito em todos os países e que nós trouxéssemos este Snowden a uma comissão parlamentar de inquérito aqui no Senado brasileiro para que essas coisas fossem esclarecidas e a resistência contra essa ideia do governo mundial, essa ideia do domínio norte-americano sobre o mundo, que já enfraqueceu bastante com a quebra financeira de 2008, fosse objeto de resistência dentro dos Estados Unidos também.

O Snowden, para mim, é um herói na historia dos Estados Unidos. Ele é o herdeiro da tradição libertária e da coragem dos desbravadores do oeste americano, dos mocinhos que enfrentavam os bandidos com um par de revólveres na cinta e que constroem a lenda libertária dos norte-americanos. A história vai esquecer do Obama, que sustenta esse sistema de informações, mas a história norte-americana não se esquecerá do Snowden, e nós não podemos perder a oportunidade de trazê-lo para conversar conosco. Só a informação pode acabar com essa ideia de domínio universal. O George Orwell é renascido como um presidente que, para mim, resgatava os Estados Unidos com ele mesmo por ser preto. Trinta anos depois do Mississipi em Chamas, acaba sendo a decepção que está sendo para mim e para o mundo inteiro neste momento.

Se o Brasil for ao Uruguai, amanhã ou depois, e conseguir promover um asilo coletivo no Mercosul para o Snowden, que ele seja asilado na Venezuela, mas tenha livre trânsito com o Brasil, com o Paraguai, com o Uruguai, que nós possamos trazê-lo aqui para conversarmos sobre como funcionava esse sistema, que, aliás, todo mundo sabe como funciona. O General Elito sabe, eu sei, os Ministros sabem, mas o público em comum, a própria população dos Estados Unidos, a opinião pública não tem a informação necessária a uma reação, e nós podemos fazer com que o asilo do Snowden seja instrumento desse processo.

É a posição que eu ponho para os nossos Ministros.

O SR. PRESIDENTE (Ricardo Ferraço. Bloco/PMDB – ES) – Senador Roberto Requião, a manifestação de V. Exª me inspira a submeter um requerimento à nossa Comissão de Defesa Nacional.

Se essa posição não for adotada pelo Governo brasileiro, esta Comissão pode ir a Caracas conversar com o Sr. Snowden e fazer uma reunião extraordinária, de modo que nós possamos conhecer, *in totum*, as informações que o Sr. Edward Snowden está revelando ao mundo. Mas nós podemos ir a Caracas se o asilo for concedido e se assim desejar o Sr. Snowden, porque a presença dele com esses elementos é de fundamental importância e até essa triangulação com essa empresa de reputação, vamos dizer assim, mundial, que é a Booz Allen, que trabalha há muitos anos para o Estado brasileiro.

Eu vou submeter esse requerimento e quero solicitar à assessoria que já faça formalizar esse requerimento para que nós possamos submeter ainda hoje à Comissão.

O SR. PEDRO SIMON (Bloco/PMDB – RS) – Senador, vamos esperar, porque V. Exª vai conversar com os Srs. Ministros e vamos chegar a um entendimento. Se eles acharem que é assim, fazemos assim.

O SR. PRESIDENTE (Ricardo Ferraço. Bloco/PMDB – ES) – Pronto. A voz do decano é sempre a voz do decano. Vamos aguardar a reunião de Montevidéu.

O SR. ROBERTO REQUIÃO (Bloco/PMDB – PR) – Senador, eu tomo aqui a mesma posição que eu tomei na reunião que convocou os Ministros. Eles não serão menos patriotas do que nós. E o Antonio Aguiar tem o patriotismo até no nome. Eu acho que nós temos que levantar esse problema e considerar também que talvez o asilo não tenha sido concedido no primeiro momento porque o Executivo tem circunstâncias que não são as circunstâncias da liberdade de um parlamentar, com a impunidade e as garantias que tem. Mas eu acredito que nós podemos conversar no Uruguai sobre isso e não acredito que uma ideia como essa não seja acatada.

Eu acho que o Governo brasileiro tem que tomar alguns cuidados. A Presidenta tem uma viagem aos Estados Unidos, temos interesses comerciais, tem o imbricamento na política global. Mas nós não podemos perder a oportunidade de conversar com o Snowden e tornar público esse esquema absurdo do Obama, que tudo vê e tudo escuta. Eu até dizia, ontem, no plenário, brincando, que, neste momento, o Obama deve estar num telão daqueles de HD, com imagem ampliada, com os olhos fixos e os ouvidos aguçados escutando o que nós estamos dizendo aqui. Não é bem assim. Mas esse esquema de informação foi um esquema providenciado inicialmente pelo Governo brasileiro. Sem dúvida alguma. A Booz Allen veio aqui convidada pelo Governo brasileiro, ela planejou o Brasil. Esse grupo português que está fazendo planejamento e formatando concorrências para a Casa Civil, pago pela Inglaterra, só existe porque a Casa Civil e o Governo brasileiro admitiram, e nós temos um governo dividido talvez também por falta de informações internas.

Então, eu acho que a recomendação do Senador Pedro Simon é a recomendação – como se diz, do nosso decano, do menino mais velho que nós temos nesta Comissão – é de bom alvitre e respeita o Governo Federal, nas suas dificuldades, e respeita a posição que tomou até agora, enquanto nós esperamos que mude essa posição.

O SR. PRESIDENTE (Ricardo Ferraço. Bloco/PMDB – ES) – Nós acolhemos as posições de S. Exªs o Senador Pedro Simon e o Senador Roberto Requião.

Passo a palavra, finalmente, à nossa queridíssima Deputada Perpétua Almeida. A palavra é de V. Exª.

A SRª PERPÉTUA ALMEIDA (PCdoB – AC) – Muito obrigada, Presidente, colegas Parlamentares, Srs. Ministros.

Primeiro, queria dizer que eu acho muito boa essa iniciativa dos nossos dois Presidentes das Comissões de Relações Exteriores e Defesa Nacional das duas Casas, de fazermos eventos como este, conjuntamente. A gente ganha tempo, os Ministros também, e a gente pode, dessa forma, tomar posições do Congresso brasileiro. Por isso que a gente precisa repetir mais vezes.

E vou mais longe. Num momento como este é que eu fico ressentida, cada vez mais, de a Comissão de Inteligência do Congresso não funcionar a contento. Acho, talvez, que poucos congressos do mundo deem tão pouca importância à sua Comissão de Inteligência como o Brasil tem feito. A gente sequer conseguiu aprovar até hoje o nosso regimento interno.

(Intervenção fora do microfone.)

A SRª PERPÉTUA ALMEIDA (PCdoB – AC) – Do Congresso, a Comissão de Inteligência do Congresso brasileiro não funciona a contento.

(Intervenção fora do microfone.)

A SRª PERPÉTUA ALMEIDA (PCdoB – AC) – É Câmara e Senado, ela é composta pelos Presidentes das duas Comissões das duas Casas, pelos Líderes da Maioria e da Minoria.

No ano passado, eu presidi essa Comissão por um mês, porque depois tivemos que passar para o Senado, mas nós não conseguimos aprovar o nosso regimento interno, e a gente não acompanha de fato o trabalho de inteligência brasileiro. Sequer temos as informações, sequer as recebemos. Então, isso me preocupa, porque o Congresso brasileiro não cuida dessa questão com a importância que ela requer. E eu acho que a gente precisa aproveitar este fato para fazer com que a Comissão funcione, aprovemos o nosso regimento interno, e, inclusive, modifiquemos a sua forma de funcionamento, para que realmente ela possa funcionar.

Srs. Ministros, particularmente acho que ninguém se surpreende pelo fato de estarmos sendo monitorados. Acho que não é isso. O que me preocupa é o fato de que a gente não tenha uma contrainteligência. Não temos uma contrainteligência. Acaba que nós e outros países, embora a gente argumente que outros países também estão sendo pegos de surpresa, mas é uma preocupação o fato de continuarmos sendo pegos de surpresa, porque a nossa contrainteligência não funcionou. Nós não sabíamos, e ficamos sabendo quando todo mundo soube, as notícias estavam no mundo.

Eu levanto isso, porque quando eu presidi a Comissão de Relações Exteriores e Defesa, no ano passado, eu tive sempre muito essa preocupação de, inclusive, a gente focar essa área da defesa, porque estou ciente, com todas as conquistas que nós alcançamos no Brasil e no mundo com a nossa diplomacia, ela só se segura se a nossa dissuasão estiver ali acompanhando. E, para isso, nós precisamos da importância do debate de defesa nacional.

Hoje, o Governo brasileiro tenta correr atrás do prejuízo do que foi o não investimento nas Forças Armadas brasileiras nos últimos anos, inclusive priorizando uma indústria nacional de defesa. Mas o que me preocupa é que empresas estratégicas brasileiras estão fazendo parcerias e até sendo compradas por empresas estrangeiras.

Eu pergunto aos nossos Ministros: qual é o mapeamento que nós temos sobre empresas estratégicas brasileiras que fornecem, inclusive, equipamentos para os nossos programas estratégicos de defesa? Estão sendo compradas ou estão em parecerias com empresas estrangeiras. Essas compras e essas parcerias, até onde elas nos ameaçam, até onde elas nos preocupam, até onde elas colocam em risco a soberania nacional?

Lembrando aqui de um fato – acho que todo mundo lembra da época da Guerra das Malvinas –, todo mundo dizia que a valentia do Reino Unido cessaria quando a Argentina usasse os mísseis todo-poderosos que eles tinham, que entrariam em ação. Ninguém lembra que os mísseis não eram argentinos. Os mísseis eram franceses. E, no momento em que a França se aliou ao Reino Unido, eles repassaram toda a estratégia e todo o serviço para poder desmontar e desarmar os mísseis, e eles nunca funcionaram.

Então, que riscos nós estamos correndo também? Queria lembrar aqui que nós estamos no Brasil, que inclusive está num processo de negociação importante com alguns países, como a França, como os Estados Unidos, sobre a compra dos nossos caças, exatamente com países que estão no meio do furacão. O que foi feito com o avião do governo boliviano é inadmissível. A França ajudou a fechar todo o espaço aéreo da Europa.

Então, como é que fica? O que muda na nossa relação, quando temos que fazer aquisições e compras importantes como essa? Nós temos hoje uma parceria importante na Marinha do Brasil com a Marinha francesa. Eu tenho batido muito nessa tecla da transferência da tecnologia, até onde nós estamos protegidos também.

Lembro que o Brasil, inclusive, perdeu financeira e politicamente, porque não conseguimos vender para a Venezuela o Super Tucano da Embraer. Os Estados Unidos não deixaram pelos seus problemas e rixas políticas. O Super Tucano da Embraer tem partes e equipamentos americanos.

Então, quando começamos a olhar, temos que imaginar que temos que ser mais rigorosos nessa questão da empresas de defesa nacional. Lembro, inclusive,

que a Comissão de Relações Exteriores, no ano passado, discutiu e debateu a Emenda Riviera, que era uma emenda em que o parlamento americano decidiu que empresas estrangeiras que estavam relacionadas com eles na área de defesa não podiam prestar serviço a alguns países. Isso atingiu empresas brasileiras que estavam com serviços e trabalhos em Cuba.

Então, Sr. Presidente e Srs. Ministros, acho que precisamos ter um mapeamento dessa questão das empresas estratégicas de defesa nacional. Se o Brasil tiver que parar com algumas parcerias ou evitar a compra de algumas empresas nossas e entrar lá a parceria com o Governo brasileiro, nós precisamos fazer isso para podermos estar seguros, porque da forma como está acontecendo – acho que está solto – não temos segurança nenhuma.

Para finalizar, estava propondo para a Senadora Vanessa que S. Exª faça uma mudança na CPI aqui no Senado, já que S. Exª ainda está colhendo assinaturas, e possamos fazer uma CPI Mista, colhendo assinaturas na Câmara dos Deputados também.

É isso, Sr. Presidente.

Muito obrigada.

O SR. PRESIDENTE (Ricardo Ferraço. Bloco/PMDB – ES) – Muito obrigado a S. Exª a Deputada Perpétua.

Com a palavra o Senador Inácio.

O SR. INÁCIO ARRUDA (Bloco/PCdoB – CE) – Srs. Senadores e Srªs Senadoras, Deputados e Deputadas, nossos Ministros, que prontamente atenderam aqui às solicitações da Comissão de Relações Exteriores e Defesa Nacional da Câmara e do Senado, evidente que não é uma questão de ser surpreendido. Quem trabalha e quem atua em questões estratégicas, como os senhores – o Ministério de Relações Exteriores e Defesa e a Secretaria de Segurança Institucional da Presidência da República –, se se disser surpreendido, de tal maneira, pode-se chegar à conclusão de que há uma vulnerabilidade tão grande que há um desgoverno. E isso também é parte dos propósitos que temos que considerar para examinarmos o procedimento e atitude nossos, porque, normalmente, em situações como essa se imagina o desmanche da nossa Base de Alcântara. Se eu suspeitasse de alguém que sabotou a Base de Alcântara, eu tinha que declarar guerra. Então, às vezes, fica-se numa situação em que não dá para tratar como desejamos, mas precisamos tratar do assunto.

Então, considero um pouco no sentido de que nós não devemos olhar a questão como uma surpresa que saiu nos jornais, mesmo por que o *The Guardian*, há mais de um mês, já tinha dado essas informações. O Ministro Celso Amorim deu a entrevista na *Folha* também já bem antes dessa questão e a NSA tratou do tema dessa questão de escuta, de informações, de funcionários que estão em postos estratégicos do Brasil. Acho que devemos ir considerando esse conjunto, para examinar como que vamos tratar o problema.

Qual é o problema? O problema é nosso, do Brasil, da sua proteção. É saber como nós vamos tocar o projeto, ou como vamos garantir o projeto de desenvolvimento nacional, levando em conta questões-chaves como energia, como petróleo – está ali. E nós estamos falando de Libra porque é um campo de produção gigantesco, e, mesmo com as novas tecnologias de exploração nos Estados Unidos, na Europa, novas fontes de energia, não está previsto que esse produto saia, com a escala gigantesca que tem do mercado, nos próximos cem anos. Então, nos próximos cem anos, é muito difícil que se desfaça completamente a dependência do petróleo.

Alguns chegam a imaginar aqui e sempre citam que a Idade da Pedra não acabou por ter faltado pedra. Não é exatamente disso que estamos tratando. Nós estamos tratando de um produto energético que é utilizado por todo o Globo. Todas as nações utilizam essa riqueza energética, mesmo as que dispõem de outras fontes, como é o caso do Brasil. Nós temos outra fonte gigantesca, mas nós usamos o petróleo como muito importante.

Então, nós travamos uma batalha do ponto de vista político, que envolve segurança, que envolve a questão militar, que envolve a indústria, o desenvolvimento industrial, que envolve patentes em várias áreas, na área de medicamentos, de segurança de medicamentos que nós temos de produzir no Brasil. É esse que é o problema.

Os americanos, como um país que se coloca acima do bem e do mal, parte significativa da nossa elite... Essa batalha não é travada de hoje. Não é hoje que nós começamos, não. Quem não se lembra de que, há pouco tempo, nós tratamos aqui da Lei de Patentes? E da pressão que nós sofremos dentro do Congresso Nacional? A batalha acabou sendo dentro do Congresso Nacional. E, na época – eu me lembro bem disso porque nós éramos oposição –, um dos relatores dessa matéria foi o Ministro Aldo Rebelo. E foi uma batalha titânica, companheiros – titânica! –, que nós travamos aqui. Havia informação, contrainformação.

A batalha da venda e da compra de aviões vem desde o governo Fernando Henrique! A questão dos satélites! Quem não se lembra de que uma empresa nossa de satélites foi desmontada, com a denúncia de que ela tinha uma dívida com o INSS? Uma dívida que seria pagável! Reconhecida, paga-se. Mas não! Aquela denúncia foi feita para destruir a empresa brasileira, que era uma empresa brasileira que estava construindo

um satélite, na ideia de que nós tínhamos de ter um satélite construído por nós mesmos.

Isso tudo nós perdemos ou ficou para trás. E tivemos que retomar tudo isso. Eu enxergo neste caminho: que nós temos de trabalhar fortemente na nossa proteção, porque a ideia de parte das elites nossas, elites econômicas, é a de que é sempre muito melhor esperar um dia que alguém resolva transferir tecnologia para o Brasil. "Eles são tão bonzinhos!"

Senhores, eu estive com o Brigadeiro Salamone lá em Alcântara, depois daquele desastre, e ele fazia menção ao que faltava para o Brasil ter o seu veículo lançador próprio. Era uma coisinha de nada. Era uma coisinha de nada, mas que poucos países tinham. Não havia meia dúzia de países que tinham aquela tecnologia, e nós estávamos desenvolvendo aquela tecnologia. Nenhum desses que querem vender aviões, que querem vender navios, que querem vender satélites, que querem vender qualquer coisa ao Brasil, nenhum desses – jamais! – transferirá essa tecnologia. Jamais! Então, vejam o tamanho da batalha que nós travamos para termos o projeto nosso, com absoluta soberania das nossas decisões, do comando do nosso País.

Eu enxergo esse episódio como uma grande oportunidade, não só para o povo que vai às ruas, o mais simples, a turma do Felipe Camarão, do Henrique Dias, do André Vidal de Negreiros, essa turma que resolve defender o País e expulsar os holandeses, como fizeram naquela época, a despeito da posição portuguesa, já que foi citado um português aqui. A despeito daquela posição dos portugueses, que preferiam entregar Pernambuco a enfrentar a batalha, aqueles do povão se reuniram para defender a Nação, enquanto parte da elite resolveu entregar um pedaço dela. Isso sobrevive até hoje. Essa turma sobrevive até hoje. Nós temos que travar, no nosso País, ainda essa batalha.

O Montenegro, quando foi aos Estados Unidos em uma missão brasileira, a ideia era formar o nosso povo lá. A missão era para isto: ganhar os americanos como bonzinhos para nos ensinar. Ele disse: "Olha, ensinem tudo para nós." Até que um professor do MIT disse: "Montenegro, é mais ou menos assim: nós não vamos te ensinar nada. Monte o seu MIT. Faz lá." Aí que o Montenegro despertou e disse: "É isso mesmo, vou fazer lá." Foi daí que saiu o ITA, foi daí que saiu a Embraer, que hoje é empresa brasileira, mas quando ela foi privatizada, e quando o negócio da privatização não ficou em um controle grande, absoluto, nosso... Porque você pode privatizar e ter o controle, mas você pode privatizar e não ter o controle.

O nosso sistema de telecomunicações. Nós falamos disso na época. A Embratel foi entregue com todas as informações das Forças Armadas, criptografadas ou não. Todas essas chaves podem ser abertas. Mas foi entregue para uma empresa estrangeira. Aliás, foi entregue para uma empresa estrangeira americana. Foi isso que nós fizemos. Até essas informações, digamos assim, nós, em última instância, entregamos.

Então, eu vejo o episódio... Eu acho que nós temos que prestar solidariedade ao nosso vizinho, porque aquilo foi uma coisa vexatória, reforçar a solidariedade ao governo boliviano. O Snowden parece que já está socorrido, do ponto de vista diplomático, com um asilo. Mas o problema não é do país que deu o asilo. Eu acho que é o entorno que nós temos que ter de proteção, porque, senão, nós vamos deixar vulnerável também o país.

Há uma informação circulando – já que a empresa que controla a Internet é americana – de que o Snowden deve sair da Rússia para os Estados Unidos. É mais ou menos assim, uma coisa que não é muito velada. É uma coisa muito direta: "Olha, você pode sair daí, desde que seja para os Estados Unidos." Então, para um bom entendedor, meia palavra basta, do que isso significa.

Então, acho que nós devemos tomar essas providências em Montevidéu. Há uma reunião do Parlatino em Caracas. Se ele estiver em Caracas, os parlamentares que forem à reunião do Parlatino, junto com a Comissão de Relações Exteriores, podem tentar uma conversa com o Snowden. Mas se ele está asilado, normalmente o asilo é dado e você não pode ficar fazendo marola para lá e para cá, então, não é uma coisa fácil de você conduzir. Mas acho que devemos adotar o máximo de providências que temos que adotar e tratar o episódio como uma necessidade do Parlamento brasileiro, tratar do orçamento da nossa proteção. Porque não é proteção para ter um exército mais poderoso, umas Forças Armadas mais poderosas. É o nosso País.

O SR. PRESIDENTE (Ricardo Ferraço. Bloco/PMDB – ES) – Senador Inácio.

O SR. INÁCIO ARRUDA (Bloco/PCdoB – CE) – Defesa é isso. É proteger o que te pertence. E o que te pertence está nas mãos da Defesa, está nas mãos do GSI, e nós temos que reforçar essas estruturas, porque, senão, nós colocamos a perder a riqueza que nós temos...

O SR. PRESIDENTE (Ricardo Ferraço. Bloco/PMDB – ES) – Muito obrigado.

O SR. INÁCIO ARRUDA (Bloco/PCdoB – CE) – ... com a possibilidade de dar um futuro adequado ao nosso povo. É assim que eu enxergo esse episódio. Tirar o máximo de proveito dele.

O SR. PRESIDENTE (Ricardo Ferraço. Bloco/PMDB – ES) – Muito obrigado.

O SR. INÁCIO ARRUDA (Bloco/PCdoB – CE) – Esse escândalo nós temos que aproveitar para reforçar o nosso País.

O SR. PRESIDENTE (Ricardo Ferraço. Bloco/PMDB – ES) – Agradeço a V. Exª.

Passo a palavra ao nosso queridíssimo Deputado Eduardo Azeredo.

O SR. EDUARDO AZEREDO (PSDB – MG) – Srs. Presidentes, Srs. Ministros, General, Senadores, Senadoras, Deputados e Deputadas, esse assunto é muito complexo para ser tratado como às vezes tem sido tratado. Nós vivemos na sociedade da informação há menos de 20 anos. Nós tivemos uma experiência no Brasil de reserva de mercado que não teve muito êxito. Eu vejo o General usando um iPad, a Senadora usando um iPhone. Então, nós precisamos ter um pouco de cuidado nessa maneira como as questões são abordadas. Por que o ICANN é nos Estados Unidos? Porque foram os Estados Unidos que inventaram a Internet. Eles inventaram a Internet, eles criaram o ICANN. Mas nós é que fomos aderindo. Se nós queremos criar outro, então criemos outro. Nós não criamos outro.

Então, existe todo um quadro que precisa ser visto. Eu disse hoje na reunião da Comissão de Relações Exteriores da Câmara que há que se ter uma certa cautela também nessa análise, para nós não termos um exagero na questão. O primeiro problema de *cyberwar* aconteceu entre a Rússia e a Estônia, há cerca de quatro anos, quando os computadores do governo da Estônia foram jogados no chão durante dois dias. De lá para cá, esse assunto foi crescendo, a questão da preocupação com o *cyberwar*. O presidente Obama tem um "cyber czar", um assessor especial para esses assuntos; o primeiro-ministro da França, idem. Aqui no Brasil, nós estamos atrasados. General Elito, o senhor sabe muito bem que nós estamos atrasados, o Ministro sabe que nós estamos atrasados. Esse assunto, na verdade, ficou em segundo plano.

E aí vou passar a algumas perguntas imediatas.

Ministro Patriota, está pensada alguma ação conjunta com a França, a Inglaterra e a Alemanha? Pergunto isso porque, na verdade, esse assunto não começou esta semana. Começou com a França, começou com a Alemanha, começou com a Inglaterra. O que eles já fizeram? Nós vamos ficar esperando só a Venezuela, outros países antagônicos aos Estados Unidos? Vamos ver, de uma vez, como estão tratando do assunto a França, a Alemanha e a Inglaterra.

Quanto à questão do satélite, para o Ministro Celso Amorim, acho que já foi colocada. Quer dizer, quanto ao satélite de comunicação, o Brasil está atrasado, sim. Está atrasado muito tempo nisso, o dinheiro é pequeno, o orçamento é contingenciado. E há um outro problema que é o GPS. A Europa está discutindo um modelo de GPS europeu, pois está preocupada porque o GPS também está nos Estados Unidos. Daqui a pouco, vamos estar nós reclamando aqui que dependemos do GPS americano. Mas é o sistema que existe no mundo todo! Então, nós temos de participar desses foros internacionais. O Brasil não participa dos foros internacionais.

Vamos entrar na tipificação dos crimes cibernéticos. Eu fiquei rouco aqui no Congresso de falar sobre esse assunto! As Forças Armadas pediram que eu incluísse, como Relator, no Código Penal Militar, os crimes cibernéticos. O que aconteceu, Ministro? A Presidente vetou, para a surpresa nossa! Vetou a inclusão dos crimes cibernéticos no Código Penal Militar! Aí você vai discutir, e foi feita uma nova relação correndo, fez-se a tipificação da lei que recebeu o nome de Lei Carolina Dieckmann; por quê? Porque foi uma atriz de televisão, famosa, teve suas fotografias expostas, aí correu todo mundo. Estava tudo parado, e nós aprovamos, no Senado, o projeto de crime cibernético em 2008. O Governo Federal demorou três anos para mandar o marco civil para o Congresso. Agora a Ministra Ideli disse que se tem de aprovar o marco civil correndo. Ela demorou três anos. Três anos demorou com ela. E não queria aprovar o projeto de crime cibernético. Acabou aprovado, em duas versões: uma parte do projeto que eu relatava, e a outra, a mesma coisa escrita de outra maneira, no projeto que ficou chamado de Carolina Dieckmann.

Então, nesse caso da tipificação de crimes, eu acho que nós temos muito aí... Ficou ausente a questão do *phishing*, e eu até apresentei um novo projeto sobre isso; a questão da guarda de IPs ficou para o Marco Civil da Internet, que até hoje está pendente, quer dizer, não se guarda IP, guarda quem quer, que é exatamente a guarda dos Internet Protocol (IP), que trata exatamente do registro da Internet, que é fundamental para localizar qualquer crime que seja cometido pela Internet.

Então, eu reitero que o Brasil tem sido – é até uma palavra meio forte – omisso nesse assunto da defesa digital, da defesa cibernética. O País tem trabalhado muito pouco, o recurso é pequeno, essa certificação diz isso, e aí, General, eu vou deixar uma provocação para o senhor também: quantos equipamentos de escuta tipo guardião nós temos no Brasil? Quer dizer, como é que está essa questão, só aproveitando o assunto, como é que está a espionagem interna aqui no Brasil? Ninguém sabe dizer isso.

E, finalmente, a questão que eu queria colocar é uma questão grave, evidentemente; o meu partido, o PSDB, posicionou-se contra desde o primeiro momen-

to – é um episódio de espionagem; na votação ontem, o Partido votou contra também, a favor da moção – eu pessoalmente me abstive, porque achei que eu precisava de mais informações para votar naquele momento de ontem –, mas o fato é que existe, sim, um fato grave, uma espionagem, mas não é específica do Brasil; se o Brasil é o segundo é porque o Brasil é uma grande expressão mundial, é o maior país da América do Sul.

Nós temos a chamada Convenção de Budapeste, Ministro Patriota, e, na última vez em que o senhor esteve na Câmara, o senhor ficou de me mandar uma resposta. Essa Convenção de Budapeste é o principal instrumento de combate aos crimes cibernéticos no mundo! Ele tem pouco mais de 60 países. E o Brasil não aderiu à Convenção de Budapeste até hoje. Então, quem não participa de um foro desses, como é que vai reclamar?

Então, é difícil, e nós temos de fazer o mea-culpa. O assunto é grave, mas o Brasil, até hoje, deixou em segundo plano a questão da defesa digital. Eu fico muito satisfeito de ver que esse assunto agora esteja sendo priorizado, como tem sido. Quem sabe agora nós avançamos mais.

O SR. PRESIDENTE (Ricardo Ferraço. Bloco/PMDB – ES) – Deputado Zarattini, a palavra é de V. Exª.

O SR. CARLOS ZARATTINI (PT – SP) – Obrigado, Sr. Presidente,

Primeiro, eu queria fazer uma consideração. Eu acho que foi muito importante a manifestação de protesto do Brasil frente a essas revelações de espionagem por parte dos Estados Unidos, mas eu acredito que nós devemos ir um pouco além, porque eu não acredito que simplesmente a NSA tenha verificado que existem tantos telefonemas do fulano para sicrano, do outro para o outro. Quer dizer, eu acho que o objetivo deles não é verificar o fluxo de telefonemas. Nós precisamos saber – e eu acho que o Brasil tem que solicitar essa informação – quem são os cidadãos, as empresas e quem, nos governos, foram acompanhados, monitorados pela NSA.

Aqui foi falada a questão do petróleo. A Petrobras pode ter sido monitorada, a Agência Nacional do Petróleo, assim como também a Embraer, que fez disputas comerciais importantes nos Estados Unidos, e tantas outras empresas. Então, eu acho que é uma questão nossa de soberania, além de lavrar um protesto, de ir mais a fundo e saber quem foi monitorado, por que, para que efeito, que tipo de informação e se esse monitoramento foi efetivamente só do número de ligações que foram feitas, ou do número de *e-mails* que foram feitos, ou se foi de conteúdo, porque eu acredito que não é simplesmente uma questão de saber por que motivo isso aconteceu.

Segunda coisa é que há informação de que a NSA usa também informações de Facebook, Google, Microsoft, Twitter e tantas outras redes sociais. Então, essas informações também não são informações quantitativas, são informações de conteúdo, porque o que se transmitem por essas redes são conteúdos, são informações.

Então, eu acho que nós devemos ir além nessa discussão com os Estados Unidos e obter mais esclarecimentos. Eu acho que não é correto nós ficarmos simplesmente no protesto aos próprios Estados Unidos ou a órgãos internacionais. Eu acho que nós devemos avançar nisso.

A outra questão que me preocupa é – em relação ao que nós falamos aqui e o Ministro Celso Amorim citou – a questão da defesa cibernética. A defesa cibernética em relação às nossas comunicações das Forças Armadas, dos principais órgãos de governo e das chamadas infraestruturas críticas. Nada além disso. Quer dizer, isso já é muito, mas não é além disso. Não existe uma defesa cibernética em relação aos dados de empresas, de cidadãos, de comunicação. Nem o próprio satélite – porque nós vamos ter o satélite – vai além das comunicações militares.

Então, em meu modo de ver, eu dou razão ao Deputado Eduardo Azeredo. Eu acho que nós precisamos avançar nessa questão de estabelecer um controle da Internet, não o controle do conteúdo que as pessoas falam, mas o controle do uso da Internet, o controle sobre o uso dos dados das redes sociais, sobre o controle das comunicações via Internet, ou seja, o que é feito, o que é monitorado, como é usado isso, já que concluímos aqui que existe uma empresa americana que centraliza tudo, existem outras empresas que controlam essas informações das redes sociais.

Então nós precisamos avançar nessa questão, mas precisamos também de ação da parte de órgãos governamentais, que não estão aqui nesta mesa hoje, como a Anatel, como o Ministério das Comunicações, porque nós precisamos efetivamente saber, por exemplo, das concessionárias telefônicas, que são concessões, efetivamente que tipo de relação elas têm com empresas de outros países...

(Soa a campainha.)

O SR. CARLOS ZARATTINI (PT – SP) –... e que tipo de acordos foram feitos.

Então, eu acho que nós precisamos ir mais a fundo nisso. Acho que o Governo não pode parar nesse momento, nós devemos avançar para efetivamente termos da parte do nosso Estado brasileiro a proteção ao direito individual de as pessoas se comunicarem e aos segredos das próprias empresas, às possibilidades de

comunicação das empresas no Brasil, e a proteção do sigilo do Governo naquilo que for mais crítico.

Então, era isso que nós gostaríamos de colocar, Sr. Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Ricardo Ferraço. Bloco/PMDB – ES) – Muito obrigado, Sr. Deputado Zarattini.

Passo a palavra aos Srs. Ministros para que façam suas considerações a respeito dos questionamentos que lhes foram dirigidos, inclusive para as conclusões finais.

Concedo a palavra a S. Exª Sr. Ministro Antonio Patriota.

O SR. ANTONIO DE AGUIAR PATRIOTA – Obrigado, Presidente.

Tentando aqui responder o mais rapidamente possível, mas sem deixar nada de fora, na verdade, essa última pergunta do Deputado Zarattini é parecida com a do Senador Pedro Simon, que perguntou se os esclarecimentos prestados até agora pelo governo americano foram considerados suficientes. Não. Não foram. E justamente por isso foi criado o grupo técnico, que está se reunindo neste momento, para identificar quais os quesitos principais que precisam ser esclarecidos e nesse sentido é evidente, até pela nota que foi divulgada hoje pelo Planalto, que, sim, o Governo brasileiro irá além do protesto inicial e do contato inicial, não só no plano bilateral com os Estados Unidos, mas também, eu lembro aqui, que, de todos os países a respeito dos quais houve denúncias de espionagem por parte do governo americano, nós fomos o primeiro até agora a sinalizarmos que vamos acionar o sistema das Nações Unidas.

Aqui também aproveito para comentar a pergunta do Deputado Eduardo Azeredo sobre com que países nós estamos nos coordenando. Não vou listar todos, mas seguramente todos aqueles que foram também objeto de informações de que estão sendo espionados, mais alguns outros com os quais nós temos uma relação de cooperação nesse tipo de tema, como, por exemplo, a Suécia, país que lidera um núcleo de países no Conselho de Direitos Humanos e que tem interesse na questão da liberdade de expressão e da Internet. Ou seja, também para proteção da privacidade pode ser usado o mesmo grupo. Então, estaremos, sim, nos coordenando com todos esses países, inclusive Índia, os BRICS, mas sem dúvida os da Europa Ocidental que V. Exª comentou.

E sobre a Convenção de Budapeste, é verdade que o assunto foi levantado há algum tempo, quando participei de outro encontro na Comissão de Relações Exteriores da Câmara. E aqui – sem entrar num debate aprofundado – eu creio que não é esse o caminho que o Governo brasileiro gostaria de trilhar ao examinar essas questões de crime cibernético e segurança cibernética, porque a Convenção de Budapeste reúne os países-membros do Conselho da Europa e mais um único outro país que são os Estados Unidos, que não fazem parte do Conselho da Europa. Ou seja, pela própria cúpula sobre a sociedade de informação é considerado um acordo regional. E não apenas isso, mas existe um dispositivo nessa Convenção que estabelece que o acesso transfronteiriço pode se dar entre um Estado-membro que acesse diretamente informações em servidores localizados noutro Estado sem autorização prévia em alguns casos. A Convenção permite justamente aquilo que nós aqui estamos considerando problemático do ponto de vista da nossa segurança.

Mas existem outros caminhos. E todos os outros caminhos serão, sim, acionados; e acho que com sentido de urgência e de importância estratégica.

O SR. EDUARDO AZEREDO (PSDB – MG) – Ministro?

O SR. ANTONIO DE AGUIAR PATRIOTA – Sim.

O SR. EDUARDO AZEREDO (PSDB – MG) – Só para esclarecer, na verdade o Chile também já assinou, bem como o Canadá, a África do Sul, a Austrália; não somente os Estados Unidos. Tem outros países fora da Convenção...

O SR. ANTONIO DE AGUIAR PATRIOTA – A informação que eu tenho é de que ela é considerada uma convenção regional. E tem outro problema, que ao assinar não se pode fazer reserva. É uma espécie de tratado de adesão entre países que têm uma coerência entre si e que aceitam disciplinas que não nos interessaria aceitar.

Enfim, como eu dizia, existem outros caminhos e nós vamos explorá-los. Eu creio que eram essas essencialmente as perguntas dirigidas aqui à pasta das Relações Exteriores.

Muito obrigado.

O SR. PRESIDENTE (Ricardo Ferraço. Bloco/PMDB – ES) – Ministro Celso Amorim.

O SR. CELSO LUIZ NUNES AMORIM – Bem, começando com o Senador Simon, com referência à Global Crossing, isso não é um assunto específico da minha área, embora obviamente interesse à defesa. Mas eu posso mencionar ao senhor que, na reunião que tivemos hoje, o Ministro Paulo Bernardo mencionou a preocupação com esse fato, de modo que acho ser um assunto que está sob atenção do Governo de alguma maneira.

V. Exª fez uma pergunta muito ampla e que eu não vou responder agora, porque acho que todo mundo está cansado até para ouvir. Mas qual a estratégia que o Governo brasileiro tem em relação a essas situações? Eu acho que isso se liga um pouco também a outras

questões colocadas aqui, inclusive, pelo Senador Inácio Arruda e por outros. Mas ela é complexa, porque eu queria transmitir a ideia de que nunca, nenhum país, nem os Estados Unidos terão a capacidade de fazer, digamos assim, um escudo total. Então, a nossa estratégia tem que envolver elementos de defesa cibernética, como alguns foram mencionados aqui e que nós estamos procurando desenvolver. E obviamente é muito gratificante para nós que haja essa preocupação por parte dos Parlamentares também, porque este é o nosso objetivo: o aumento da defesa cibernética utilizando instrumentos tecnológicos nacionais. Eu acho que é muito importante isso, senão a gente vai ter uma ilusão de proteção, porque, do contrário, o próprio protetor pode estar prestando a informação. Então, é preciso que a gente use ...

O SR. INÁCIO ARRUDA (Bloco/PCdoB – CE) – Nesse sistema de segurança da Copa das Confederações, Copa do Mundo e segurança para o evento do Papa, de quem são os *softwares*, de quem são os *softwares*?

O SR. CELSO LUIZ NUNES AMORIM – Desenvolvimento de *softwares* nacionais.

O SR. INÁCIO ARRUDA (Bloco/PCdoB – CE) – Do que já está posto? Que nós usamos agora, de onde veio?

O SR. CELSO LUIZ NUNES AMORIM – Eu não posso lhe garantir que todos; não tenho certeza, Senador. Estava aqui até há pouco tempo o diretor do Centro, mas ele está participando da reunião. Mas eu tenho a certeza de que foram desenvolvidos *softwares nacionais*, porque essa foi a orientação. E a ideia é de que sejam mais e mais. Não sei, mas talvez o Ministro Elito tenha a informação, mas houve desenvolvimento efetivo de *softwares* nacionais.

Nós temos uma capacidade de proteção razoável, limitada em termos até para o que ela pode dar de cobertura. Agora, há, digamos, um nível, por exemplo, a proteção de redes, impedir que saibam quantos *e-mails* são, para isso não há capacidade, não há ferramentas nacionais hoje desenvolvidas. Por isso a importância de programa como Inova Aerodefesa, da Finep, e outros. Eu acho importante que os Parlamentares saibam disso. Mas essa é uma parte da estratégia.

A outra parte da estratégia foi definida aqui pelo Ministro Patriota também. Quer dizer, a gente tem que ter uma presença nos foros internacionais. É preciso ... Desculpe aqui, Antonio, entrar um pouco na sua área, mas eu acho que faz parte do conjunto. E há até uma teoria, uma teoria, não, um termo que hoje em dia define o quando a defesa e a política externa se juntam, que á grande estratégia. Eles chamam inglês de *Grand Strategy*. Eu acho que nós temos que pensar em termos de grande estratégia.

O SR. INÁCIO ARRUDA (Bloco/PCdoB – CE)– Isso antes. Nós aqui estamos vendo sob a ótica das relações exteriores e defesa nacional.

O SR. CARLOS ZARATTINI (PT – SP) – Na Câmara também.

O SR. CELSO LUIZ NUNES AMORIM – Bem, em termos de grande estratégia, portanto, eu acho que envolve também ações desse tipo. Essa reação que houve, eu não tenho ilusões de que a gente vá conseguir imediatamente um órgão da ONU condenando ou fazendo isso, mas cria-se uma fonte, cria-se uma corrente de opinião – com alguém lembrou – no próprio país onde isso aconteceu. Isso também é importante. Eu acho que esse é um processo que é global. Então, é um processo que se joga na opinião pública, se joga também, claro, cuidando da nossa agenda. A gente não pode fazer essas coisas ingenuamente e achar que não vai... Então, temos que aumentar a nossa defesa.

Eu acho que é importante, embora haja muita área cinzenta, distinguir um pouco a defesa cibernética da parte criminal, porque essa é uma parte mais policial, é outro tipo. Claro que as ferramentas podem até ser parecidas, algumas, mas é algo diferente. Quer dizer, sem entrar no mérito da Convenção de Budapeste, que eu não vou entrar, mas, em termos de defesa cibernética, ela não nos teria ajudado em nada. Ela pode ter outros méritos, o que eu não vou discutir. Eu acho que isso é uma outra questão. Mas, então, é importante saber e fazer essas distinções. Então, é uma estratégia complexa. E aí eu tento, já passando um pouquinho adiante, mencionar que nós temos que ter cuidado com essas empresas nacionais.

Senador Requião, eu estava fora do Brasil, eu estava fora da cúpula do Ministério, pelo menos, a Booz Allen fez consultoria no Itamaraty, recomendou fechar vários setores de promoção comercial. Não sei se ela recomendou fechar embaixadas. Eu não sei por que eu nunca... Como eu estava fora, eu... Agora, obviamente, eu estava fora, mas sei que a Booz Allen fez esse tipo de... Então, não é questão de acusar a pessoa A, B ou C. É uma questão de percepção do mundo, de que nós temos que construir as ferramentas da nossa independência.

O SR. ROBERTO REQUIÃO (Bloco/PMDB – PR. *Fora do microfone*) – Qual é o nosso projeto?

O SR. CELSO LUIZ NUNES AMORIM – Pois é, temos que ter o nosso projeto. Temos que trabalhar com as nossas empresas, enfim, com os nossos conceitos etc.

Bom, eu acho também que isso tem muito a ver com o que foi falado pela Deputada Perpétua, com

quem mantivemos, sempre mantemos, um excelente diálogo sobre esses temas. Eu não poderia dizer que nós temos um mapeamento, Deputada. Nós não podemos dizer que nós temos um mapeamento. Mas, sim, nós temos uma preocupação. E eu sou capaz de mencionar dois ou três casos. Um que posso mencionar é o de uma empresa que desenvolveu um sistema ótico de primeiríssimo nível, de Primeiro Mundo, mas quem desenvolve esses sistemas, em geral, são empresas pequenas, porque elas são formadas por cientistas que se transformam em empresários. Mas, quando as coisas crescem, enfim, quando surgem todos os problemas que ocorrem numa empresa, elas se tornam vulneráveis, fracas. Então, esse é um problema sério.

Eu acho que demos um passo, o Congresso nos ajudou a dar esse passo criando o conceito de empresa estratégica de defesa, mas eu acho que não temos instrumentos legais para impedir que haja, por exemplo, uma compra; não há no Brasil. Acho que nós podemos, talvez, estimular que outras empresas brasileiras...

A SRª PERPÉTUA ALMEIDA (PCdoB – AC) – Ministro, só um aparte. Neste assunto, inclusive, tenho questionado que as próprias instituições financeiras brasileiras não financiam essas pequenas empresas porque elas não têm capital. Para mim, o capital é exatamente esse acervo tecnológico delas. Inclusive, apresentei emendas na Casa, em várias medidas provisórias, para levar isso em consideração, senão o Brasil perde essas empresas, se isso não for levado em consideração.

O SR. CELSO LUIZ NUNES AMORIM – Não há dúvida, Deputada. Eu tenho a maior preocupação com isso, nós temos preocupação com isso. Hoje em dia, o Ministério da Defesa tem uma Secretaria de Produtos Industriais, que permite... É possível que lá eles tenham um mapeamento que, no momento, eu não poderia dizer, mas há uma grande preocupação com esse tema, que está sendo objeto de atenção crescente.

E nisso também se inclui, Senador Simon, qual estratégia a gente tem para enfrentar, fortalecer as empresas nacionais na área de defesa. De que forma? É complexo, algumas vezes, por exemplo, elas têm dívidas com o Fisco, com a Previdência. É uma situação complicada, que exige uma percepção muito, digamos, abrangente, do interesse brasileiro. Eu acho que contar com o apoio dos Parlamentares é fundamental para nós, nesse campo.

Creio que já mencionei quase todas as questões.

A questão do fluxo, que o Deputado Zarattini mencionou, de certa maneira, o Ministro Patriota já mencionou. Uma das preocupações que esse grupo de trabalho vai nos dizer é quais as inconsistências eventuais das informações que foram dadas, quais as insuficiências, o que devemos procurar e como, porque o que aconteceu está claro para todo mundo, eu acho.

O SR. ROBERTO REQUIÃO (PMDB – PR) – Mas, esse grupo de trabalho não vai apelar para a Consultoria da Booz Allen?

O SR. CELSO LUIZ NUNES AMORIM – Não, eu posso garantir, Senador Requião. Eu me encarregarei de levar a sua colocação.

Era, isso. Obrigado.

O SR. PRESIDENTE (Ricardo Ferraço. PMDB – ES) – Muito obrigado, Ministro Celso Amorim.

Passo a palavra a S. Exª, o Sr. Ministro General José Elito.

O SR. JOSÉ ELITO CARVALHO SIQUEIRA – Complementando as nossas observações, o senhor também fez referência ao meu encontro com o Embaixador Shannon também. Na verdade, foi o Embaixador Shannon quem solicitou que conversássemos. Ele veio de uma sequência, no modo dele entender, lógica. O primeiro contato dele foi com o Ministro Patriota, com o próprio Secretário-Geral do Ministro Patriota, e, no dia seguinte, ele esteve com o Ministro das Comunicações e conosco.

Foi um encontro, como o próprio Ministro Patriota falou, para dar uma satisfação, um conhecimento, no modo dele entender, mas que, realmente, na situação, como está na nota, nas informações que o Ministro Patriota falou, não havia como ter uma argumentação sólida, consistente, profunda. É isso o que estamos, com as diversas ações dos Ministérios, tentando fazer.

Aproveitando que o Ministro Amorim falou dos problemas dos grandes eventos, do caso da Copa das Confederações, essa estrutura é absolutamente nacional, particularmente nas áreas mais estratégicas e mais sensíveis. Então, há, realmente, um cuidado todo especial. Como é uma situação local, apesar de estarem abertas internacionalmente as imagens etc., como na Copa, todas as atividades orgânicas, estratégicas, próximas, são todas em nível nacional, o que tem nos dado uma garantia bastante adequada. É claro que não podemos prevenir situações extraordinárias, mas temos esse cuidado, e isso está sendo feito.

É como alguém aqui falou, não foi hoje, foi em uma reunião anterior, às vezes, em determinadas situações, a melhor solução é a mais simples. Quando eu digo "simples" é no sentido de uma coisa um pouco menos tecnológica, no sentido do cuidado mais detalhado que tem que haver em determinadas situações. O Ministério da Defesa e o Ministério da Justiça, que são os dois órgãos, vamos dizer assim, executores das ações, junto com os Centros de Inteligência Integrados – porque não existe uma inteligência eficiente sem uma segurança integrada, e vice-versa. Não po-

demos fazer um plano de segurança adequado sem inteligência confiável –, então, esses três centros têm trabalhado e melhorado, ao longo desses anos, com esses grandes eventos.

E vamos torcer que, com o Papa, também tenhamos o mesmo resultado e já um preparativo para 2014.

O SR. INÁCIO ARRUDA (PCdoB – CE) – Mesmo porque eu sou Inácio Francisco de Assis. Então, tenho todo o interesse.

O SR. JOSÉ ELITO CARVALHO SIQUEIRA – Olha, com esse nome, não tem jeito, não é?

Bom, eu concordo realmente com a preocupação da nossa Deputada Perpétua e até destaco – se me permite, Ministro Amorim, pois eu trabalhei no Ministério da Defesa – que realmente há evolução das empresas na estratégia de defesa. Eu vi a estratégia nacional começar e vimos, cinco anos atrás, uma ideia que hoje é uma coisa espetacular: os consórcios. Há pequenas empresas que têm uma alta tecnologia, como o Ministro Amorim falou. Esse guarda-chuva de empresas de consórcio brasileiras realmente é o grande caminho, porque há um guarda-chuva estratégico, e não ações pontuais dessas empresas.

Então, isto foi uma grande coisa, a estratégia e todas as ideias que o Ministro Amorim muito corretamente levantou. Mas eu gostaria de destacar que hoje não precisa haver empresas soltas, porque temos hoje, como a Embraer, como a Odebrecht, a Andrade Gutierrez, empresas que estão com um guarda-chuva delas bastante grande, mas com várias empresas brasileiras embaixo, no mesmo sentido estratégico. Isso é muito bom.

Eu diria que, na verdade, nós temos contrainteligência. É claro que podemos ter limitações, mas nós temos contrainteligência. Temos materializada essa contrainteligência em várias ações de Governo, na Administração Pública Federal, como, é claro, uma contrainteligência de Estado, que tem dado bons resultados. Temos um longo caminho, é verdade, mas nós temos uma contrainteligência.

O senhor falou do Guardião. Na verdade, não posso lhe acrescentar por uma situação muito lógica: o Gabinete de Segurança Institucional não tem a mínima competência, através dos seus órgãos, inclusive a própria Abin, de fazer escuta. Não temos essa competência. Então, quem utiliza o sistema é quem tem a competência legal, que é o Ministério da Justiça, através da Polícia Federal etc. Então, não posso argumentar, porque não utilizamos e não estamos autorizados a isso.

O SR. INÁCIO ARRUDA (PCdoB – CE) – E com esse serviço de contrainformação, então, aí é que o senhor não pode dizer mesmo.

O SR. JOSÉ ELITO CARVALHO SIQUEIRA – É claro. Mas é exatamente isso. Nós temos que basear nossas atitudes na lei.

O SR. PRESIDENTE (Ricardo Ferraço. PMDB – ES) – Eu passo a palavra, para suas considerações, ao Sr. Presidente da Comissão de Ciência e Tecnologia, Senador Zeze Perrella.

O SR. ZEZE PERRELLA (PDT – MG) – Não tenho nem pergunta para fazer. Acho que já ouvimos bastante.

Eu quero parabenizar os nossos Ministros. Sabemos da competência de cada um deles.

Mas o que me deixa estarrecido é isto: como somos submissos. Porque tudo é uma questão comercial. O Brasil não ofereceu asilo para esses rapazes porque vai ser retaliado, além de ser monitorado. Os Estados Unidos dizem: "Se vocês acharem ruim, vou retaliar." Então, é só uma questão comercial. O Brasil tem medo. Os países todos têm medo. Talvez a Venezuela seja o único país da América do Sul que não tem esse medo, que bate mais de frente.

Eu acho que o Brasil deveria se juntar aos outros agredidos, como França, Alemanha, que também são fortes, e fazer um grande movimento de resposta aos americanos, porque isso é o absurdo dos absurdos.

Por mim, daríamos não só asilo para esses meninos. Daríamos cidadania brasileira para eles. Mas nós sabemos que o Governo não pode agir na emoção, não pode agir na paixão, porque há os interesses comerciais, que, infelizmente, é o que domina o mundo.

O Brasil investe hoje em ciência e tecnologia absolutamente nada, se comparado aos Estados Unidos. Somente o Estado da Califórnia tem um orçamento para pesquisa na área de Ciência e Tecnologia 30 vezes maior que o do Brasil. Então eles têm condição de nos espionar.

Tomara que esses episódios sirvam para que o Brasil perceba que tem que se investir mais nessa área de ciência e tecnologia. E tomara que um dia eu consiga ver esses países todos do mundo perder o medo. Não é discurso anti-imperialista também não, como diz o Senador Requião. Nós sabemos que se resume a uma questão comercial; que não depende dos Ministros, infelizmente. Depende de ter coragem de peitar. E os países, infelizmente, vão continuar sendo monitorados, porque nenhum deles tem coragem. Se reclamar, vai ser retaliado. Essa é a questão.

Muito obrigado aos senhores palestrantes, aos Srs. Senadores e ao Presidente Ricardo.

O SR. PRESIDENTE (Ricardo Ferraço. Bloco/PMDB – ES) – Muito obrigado, Sr. Senador.

Passo a palavra…

O SR. PEDRO SIMON (Bloco/PMDB – RS) – Sr. Presidente, apenas… Desculpe-me.

O SR. PRESIDENTE (Ricardo Ferraço. Bloco/PMDB – ES) – Senador Pedro Simon.

O SR. PEDRO SIMON (Bloco/PMDB – RS) – Me desculpe até a indelicadeza.

O SR. PRESIDENTE (Ricardo Ferraço. Bloco/PMDB – ES) – Pois não, Senador.

O SR. PEDRO SIMON (Bloco/PMDB – RS) – Mas aqueles falsos diplomatas que foram encontrados na Embaixada do Brasil, que eram os únicos que tinham… O que foi feito deles? Foram encontrados? Foram presos? O que se sabe da vida deles?

O SR. PRESIDENTE (Ricardo Ferraço. Bloco/PMDB – ES) – O Sr. Ministro Antonio Patriota poderia responder o questionamento do Senador Simon?

O SR. ANTONIO DE AGUIAR PATRIOTA – Bom, nós partimos do princípio que não existem esses falsos diplomatas. A partir do momento que forem descobertos, serão denunciados como tais e devolvidos ao endereço de origem. Porque o que existe são os adidos – como, aliás, o Ministro Elito indicou aqui. Adidos, que podem ser de polícia, ou de inteligência – como o Brasil também tem –, identificados como tais.

O SR. PRESIDENTE (Ricardo Ferraço. Bloco/PMDB – ES) – Com a palavra, o Deputado Nelson Pellegrino, Presidente da Comissão de Relações Exteriores e Defesa da Câmara dos Deputados.

O SR. NELSON PELLEGRINO (PT – BA) – Sr. Presidente, Senador Ricardo Ferraço, Presidente Zeze Perrella, Ministro José Elito, Ministro Celso Amorim, Ministro Patriota, Srs. Senadores, Deputados, Deputadas, eu penso que esta audiência foi muito importante. Eu diria que eu saio satisfeito, mas não saciado. Acho que o nível de informações que nós produzimos aqui foi muito importante para que possamos começar a entender o problema. Eu acho que essa audiência foi muito importante, porque ela pôde, mais uma vez, reafirmar convicções que nós temos lá na Comissão de Relações Exteriores e Defesa da Câmara, que eu acredito que sejam também as mesmas convicções daqui.

Nós estamos muito próximos de aprovar, no Congresso Nacional, a nossa Estratégia Nacional de Defesa, a nossa Política Nacional de Defesa e o nosso Livro Branco de Defesa Nacional, que é a doutrina que nós temos em relação a um país que quer ser soberano, um país que quer ter respeito no cenário internacional e um país que sabe que, para ser soberano e para ter respeito no cenário internacional, tem que ter capacidade de defender seu território, defender suas riquezas, defender seu povo, defender sua soberania. E é por isso que nós temos trabalhado muito lá na Câmara para apoiar os projetos estratégicos das nossas três Forças.

Nós temos um projeto também que é estratégico no âmbito do comando do Exército, que é o projeto de defesa das nossas instalações estratégicas – seja do ponto de vista militar, seja do ponto de vista econômico. Há o Centro de Defesa Cibernética, que também precisa de um grande apoio, porque é fundamental. As guerras hoje se ganham, também, na tecnologia. Nada substitui o homem, mas as guerras se ganham, também, na tecnologia. E, quando nós defendemos essa estratégia de defesa, não é porque nós achamos que temos que ter um país que tenha poderio militar ofensivo. E, sim, para garantir sua soberania e para garantir os seus interesses estratégicos. E penso que essa é uma questão que, para mim, é fundamental.

Portanto, eu penso que nós devemos ir adiante nesse debate. E esse debate tem que prosseguir com palavras e atos. E esses atos têm que ser materializados em políticas por este Congresso. Porque nós não fazemos uma audiência pública dessas só para delatar. Não é esse o objetivo. Nem para fazer uma catarse; ou então para somente explorar nossa indignação, porque todos estamos realmente muito indignados. E a indignação também faz parte do processo.

E essa indignação pode se dar por palavras, mas pode se dar por atos. E esses atos podem ser: seja produzindo legislações, no âmbito do Congresso Nacional, que avance nessa proteção e nesse controle, seja também materializando políticas públicas que caminhem nessa direção.

Eu lembro – e o Ministro Patriota teve oportunidade de abordar este tema – que, na última conferência internacional que houve para discutir essa questão das comunicações, quando se colocou a questão de uma governança internacional e também da necessidade de ter um marco internacional, houve um veto por parte dos Estados Unidos, no sentido de que essa governança e essa regulação não acontecessem. A conferência não avançou.

Portanto, acho que a gente tem que aproveitar esse ambiente de indignação internacional, tem que aproveitar esse ambiente de mobilização internacional para avançar nessa matéria, que é fundamental, e também, no âmbito do nosso território, fazer a nossa parte, regulando as relações internamente, principalmente, não só o tráfego de informações, mas também quem tem capacidade de armazenar e como pode utilizar essas informações, que é outra coisa importante, além da submissão das empresas à nossa legislação, porque isso é um elemento fundamental.

Portanto, quero parabenizar a Comissão do Senado, que teve essa iniciativa. Quero dizer ao Senador Ricardo Ferraço – e, na figura dele, transmitir essa opinião a todos os Senadores que compõem esta Comissão – que nós queremos continuar fazendo essa parceria para que possamos dotar o País de uma política pública capaz de fazer com que o Brasil seja um país soberano, respeitado e possa proteger

sua soberania, mas tendo autoridade necessária para repelir agressões como essa.

O SR. PRESIDENTE (Ricardo Ferraço. Bloco/PMDB – ES) – Muito obrigado, Deputado Nelson Pellegrino.

Muito obrigado, Sr. Ministro Chanceler Antonio Patriota, Sr. Ministro Celso Amorim, Sr. Ministro José Elito Carvalho Siqueira, pela presença, pelas informações, pela forma didática e até pedagógica que pudemos aqui desenvolver o nosso trabalho.

O SR. EDUARDO SUPLICY (Bloco/PT – SP) – Sr. Presidente, permita-me, pela ordem.

O SR. PRESIDENTE (Ricardo Ferraço. Bloco/PMDB – ES) – Quero conclamar aqui o nosso querido Presidente da Comissão da Câmara, Deputado Nelson Pellegrino, eu acho que nós temos que, na linha do que defendeu a Deputada Perpétua, caminhar na direção de ações comuns. Uma das ações que nós podemos fazer é trabalhar juntos agora na construção não apenas da LDO, mas também dar um passo seguinte na construção do Orçamento, apoiando os projetos de fundamental importância e que são estratégicos para a defesa, até do ponto de vista subjetivo, de superarmos esse preconceito que se tem de que defesa não é um assunto do absoluto interesse do cotidiano do cidadão brasileiro.

Quando nós ampliamos os nossos investimentos em um programa como o Sisfron, nós estamos, na prática, melhorando a nossa condição de proteção da fronteira seca, nós estamos combatendo o crime transnacional, estamos combatendo o tráfico de drogas e entorpecentes, que está no centro do problema da escalada, enfim, da epidemia da violência nas médias, grandes e pequenas cidades brasileiras.

Eu acho, sinceramente, que nós podemos, a partir desse entendimento, ter uma conversa com o Sr. Ministro Celso Amorim, para que os principais projetos possam, inclusive, ser tratados por essas Comissões como emendas coletivas e que o Governo possa entender o imperativo de eles não serem contingenciados, considerando a importância deles todos.

De modo, que quero agradecer muito aos Srs. Ministros.

A SRª PERPÉTUA ALMEIDA (PCdoB – AC) – Presidente Ferraço.

O SR. PRESIDENTE (Ricardo Ferraço. Bloco/PMDB – ES) – Amanhã teremos a presença do Ministro Paulo Bernardo às 10 horas, na primeira etapa de nossa reunião, e, na segunda etapa, nós estaremos exatamente discutindo o Sisfron com alguns dos generais do Comando do Exército a respeito, sobretudo, da evolução, da falta de sinergia entre a dotação orçamentária e a disponibilidade de recursos para que programas como esse possam seguir.

Eu vou ouvir V. Exª, mas antes vou ouvir o Senador Eduardo Suplicy...

A SRª PERPÉTUA ALMEIDA (PCdoB – AC) – Só um reforço, se o Senador Eduardo Suplicy me permite, nessa questão dos programas de estratégia e defesa.

Chegou à Casa a proposta da mineração, do Código da Mineração. Eu apresentei, inclusive, uma proposta para que parcela desses *royalties* venha para a defesa nacional, que é quem vai proteger.

Nós já perdemos isso no petróleo. Então, acho que a gente pode agir conjuntamente. A defesa nacional brasileira não pode ficar dependendo só de orçamento; nós precisamos de fontes perenes, senão esses projetos estratégicos que estão separados não têm com dar continuidade só com dinheiro do Orçamento da União.

Muito obrigada.

O SR. PRESIDENTE (Ricardo Ferraço. Bloco/PMDB – ES) – Vamos construir ambiente de convergência nessa direção.

Senador Eduardo Suplicy.

O SR. EDUARDO SUPLICY (Bloco/PT – SP) – Sr. Presidente, com respeito à questão que o Ministro Antonio Patriota respondeu, relativa ao acordo Brasil-Estados Unidos sobre a Base de Alcântara, que é de 18 de abril de 2000, de fato observo que no dia 13/06 foi retirado de pauta, de ofício, e, conforme ele mencionou, teria sido retirado então do Congresso Nacional. Mas eu agradeço, se puder ser respondido, então, em que pé ficou o acordo? Se foi retirado e normalmente...

Em segundo lugar, eu queria expressar o apoio à proposta que o Senador Roberto Requião fez de sugerir que o Mercosul conceda asilo ao Edward Snowden. Quem sabe possamos até, amanhã, na reunião de amanhã, aprovar o requerimento, como V. Exª propôs, nesse sentido. Eu quero aqui dizer que, ainda que Edward Snowden tenha divulgado informações consideradas sigilosas pelo Governo dos Estados Unidos, infringindo as leis do seu país, tendo em conta que assim agiu com o objetivo de proteger os direitos à cidadania de todo o mundo, inclusive de nós brasileiros, que estavam sendo violados, conforme diz a nossa Constituição, eu, ainda que muitos possam considerar que isso seria um tanto absurdo, eu quero transmitir aqui, com toda a minha sinceridade, pelo menos o meu apelo pessoal de conceder anistia, de que o Presidente Barack Obama conceda anistia ao Sr. Edward Snowden, até porque tantos aqui disseram que ele fez um bem à humanidade. Que o Presidente Barack Obama, que é Presidente dos Estados Unidos, mas que tem a sua incidência, as suas ações com repercussão por todo o mundo, por toda a humanidade, possa considerar a concessão de anistia ao Edward Snowden.

O SR. PRESIDENTE (Ricardo Ferraço. Bloco/PMDB – ES) – Muito obrigado, Sr. Senador, Eduardo Suplicy.

Não havendo mais nada a tratar, vamos encerrar a presente reunião, agradecendo muito a companhia das senhoras e dos senhores.

Muito obrigado.

Está encerrada a reunião.

(Iniciada às 14 horas e 43 minutos, a reunião é encerrada às 18 horas e 26 minutos.)

COMISSÃO DE RELAÇÕES EXTERIORES
E DEFESA NACIONAL
COMISSÃO DE CIÊNCIA, TECNOLOGIA,
INOVAÇÃO, COMUNICAÇÃO E INFORMÁTICA

ATA DA 13ª REUNIÃO CONJUNTA DAS COMISSÕES PERMANENTES, REALIZADA PELA COMISSÃO DE RELAÇÕES EXTERIORES E DEFESA NACIONAL (29ª REUNIÃO) E COMISSÃO DE CIÊNCIA, TECNOLOGIA, INOVAÇÃO, COMUNICAÇÃO E INFORMÁTICA (24ª REUNIÃO) DA 3ª SESSÃO LEGISLATIVA ORDINÁRIA DA 54ª LEGISLATURA, REALIZADA EM 11 DE JULHO DE 2013, QUINTA-FEIRA, ÀS 10 HORAS, NA ALA SENADOR ALEXANDRE COSTA, PLENÁRIO Nº 7.

Às dez horas e trinta e três minutos do dia onze de julho de dois mil e treze, no Plenário sete da Ala Senador Alexandre Costa, sob a Presidência do Senhor Senador Ricardo Ferraço, reúne-se a Comissão de Ciência, Tecnologia, Inovação, Comunicação e Informática – CCT, com a Comissão de Relações Exteriores e Defesa Nacional – CRE. Assinam o livro de presença os(as) Senhores(as) Senadores(as) Ana Amélia, Anibal Diniz, Eduardo Suplicy, Flexa Ribeiro, Francisco Dornelles, Jayme Campos, Jorge Viana, Lídice da Mata, Paulo Bauer, Randolfe Rodrigues, Romero Jucá, Sérgio Souza, Vanessa Grazziotin e Zeze Perrella. Assinam, também, a lista de presença, os Senadores não membros das Comissões reunidas: José Pimentel e Wellington Dias. Deixam de comparecer os demais Senadores. Justifica ausência o Senador Cristovam Buarque. O Presidente declara aberta a Reunião de Audiência Pública que se destina à discussão e prestação de esclarecimentos acerca de denúncias veiculadas na imprensa nacional sobre rede de espionagem montada em Brasília pelo Governo dos Estados Unidos, que monitora milhões de e mails e ligações telefônicas de brasileiros, em atendimento aos Requerimentos nº 48 e 61, de 2013–CRE. O Presidente convida a compor a mesa o Senador Zeze Perrella, Presidente da Comissão de Ciência, Tecnologia, Inovação, Comunicação e Informática. O Presidente faz pronunciamento referente ao tema da reunião. Em seguida, convida a compor, também, a mesa o Ministro Paulo Bernardo, Ministro de Estado das Comunicações. Então, o Presidente passa a palavra ao Ministro, que faz sua exposição. Usam a palavra os(as) Senadores(as): Randolfe Rodrigues, Eduardo Suplicy, Vanessa Grazziotin, Ana Amélia, Sérgio Souza e Francisco Dornelles. O expositor responde questionamentos e faz suas considerações finais. 2ª PARTE: EXTRAPAUTA, ITEM 1 – REQUERIMENTO DA COMISSÃO DE RELAÇÕES EXTERIORES E DEFESA NACIONAL Nº 62, DE 2013, de autoria do Senador Ricardo Ferraço, que "Requeiro, nos termos regimentais, a realização de Audiência Pública perante esta Comissão de Relações Exteriores e Defesa Nacional, com o objetivo discutir e prestar esclarecimentos acerca de denúncias veiculadas na imprensa nacional sobre a rede de espionagem montada em Brasília pelo Governo dos Estados Unidos, que monitoraram milhões de e-mails e ligações de brasileiros. Para tanto, recomendo a presença dos seguintes convidados: Representante da empresa Level 3 Communications, no Brasil; Representante da empresa Booz Allen Hamilton, no Brasil". Aprovado. ITEM 2 – REQUERIMENTO DA COMISSÃO DE RELAÇÕES EXTERIORES E DEFESA NACIONAL Nº 63, DE 2013, de autoria do Senador Ricardo Ferraço, que "Requeiro, nos termos regimentais, a realização de Audiência Pública perante esta Comissão de Relações Exteriores e Defesa Nacional, com o objetivo discutir e prestar esclarecimentos acerca de denúncias veiculadas na imprensa nacional sobre a rede de espionagem montada em Brasília pelo Governo dos Estados Unidos, que monitoraram milhões de e-mails e ligações de brasileiros. Para tanto, recomendo a presença do senhor José Eduardo Cardozo, Ministro da Justiça". Aprovado. Nada mais havendo a tratar, encerra-se a reunião às doze horas e trinta e quatro minutos, lavrando eu, José Alexandre Girão Mota da Silva, a presente Ata, que lida e aprovada, será assinada pelo Senhor Presidente da Comissão de Relações Exteriores e Defesa Nacional, e pelo Senhor Presidente da Comissão de Ciência, Tecnologia, Inovação, Comunicação e Informática; e publicada no Diário do Senado Federal, juntamente com a íntegra do registro de taquigrafia. – Senador **Ricardo Ferraço,** Presidente da Comissão de Relações Exteriores e Defesa Nacional. – Senador **Zeze Perrella,** Presidente da Comissão de Ciência, Tecnologia, Inovação, Comunicação e Informática.

O SR. PRESIDENTE (Ricardo Ferraço. Bloco/PMDB – ES) – Bom dia, Srªs e Srs. Senadores; bom dia a todos que nos acompanham em mais esta audiência pública na Comissão de Relações Exteriores.

Esta é uma reunião conjunta da Comissão de Ciência e Tecnologia – já à mesa, o Senador Zezé Perrella – e da Comissão de Relações Exteriores e Defesa Nacional do Senado Federal.

Teremos, hoje, uma reunião com duas audiências públicas. Na primeira etapa dos nossos trabalhos, nós receberemos a visita do Ministro Paulo Bernardo, quando discutiremos as providências do Governo brasileiro em face das denúncias de espionagem por parte do governo norte-americano. Num segundo momento, receberemos autoridades, generais do Comando do Exército, para uma avaliação sobre a evolução de um importante e estratégico programa do Exército Brasileiro, o Programa Sisfron, um sistema de monitoramento das nossas fronteiras secas.

O assunto que nos reúne agora, neste primeiro momento, é grave e exige uma pronta reação dos Poderes constituídos do Estado brasileiro. Devemos satisfação, em primeiro lugar, à nossa sociedade diante da informação de que fomos – e, talvez, ainda sejamos, com certeza – vulneráveis a todo e qualquer tipo de espionagem eletrônica das nossas comunicações. Igualmente, devemos ao mundo uma demonstração de que somos um país sério, que não tolera desrespeitos à nossa soberania ou à inviolabilidade dos direitos dos nossos cidadãos.

Queremos ir além da indignação. Precisamos agir com rapidez e eficiência para salvaguardar os nossos direitos e impedir que voltem a ser prejudicados.

A ninguém é dado ignorar que vivemos tempos revolucionários em conseqüência da tecnologia da informação e do conhecimento. Tão aceleradas e profundas têm sido as mudanças e inovações que até o tempo parece ter se encurtado.

A Internet é, ao mesmo tempo, criatura e criadora dessa revolução que ainda é um *big bang* longe de esgotar-se. Nasceu da força explosiva da inovação e da liberdade acadêmica, em geral alavancada por jovens com o apoio de fundos aplicados em pesquisa e desenvolvimento pelo governo dos Estados Unidos da América, interessado no potencial de defesa e inteligência daquelas novas tecnologias. Apesar dessa ligação desde a origem com o governo norte-americano, o fato é que a Internet, tal como a conhecemos, veio à luz em um ambiente de quase anarquia, isto é, sem controles e regulações governamentais significativas. E, quando, evidentemente, nós falamos em regulamentação, não estamos falando em qualquer tipo de regulamentação de conteúdo, mas de limites entre as nossas nações.

Por isso mesmo, esta Comissão recebeu ontem o Sr. Ministro da Defesa, Celso Amorim; o Sr. Ministro das Relações Exteriores, Antonio Patriota; e o Ministro-Chefe do Gabinete de Segurança Institucional, General Elito. E, dando sequência às nossas audiências, recebemos a visita – e desde já o convido para tomar assento à mesa – o Sr. Ministro das Comunicações, Paulo Bernardo.

O Exmo Sr. Ministro Paulo Bernardo, que tem estado na ponta, por parte do Executivo, tem procurado não apenas entender, interpretar, mas também processar as providências que o Governo brasileiro estará adotando em face das evidências dessas gravíssimas denúncias relacionadas à espionagem, à violação dos direitos da pessoa humana, à violação das nossas empresas brasileiras, considerando, inclusive, os aspectos econômicos, por ser o nosso País um protagonista da cena econômica mundial.

Por isso mesmo, a presença de S. Exª o Ministro Paulo Bernardo, que compõe o Grupo de Trabalho Multissetorial, idealizado e edificado pela Presidência da República, se reveste de muita importância. O nosso desejo é que V. Exª possa, ao abrir esta reunião, dispor do tempo que julgar necessário para uma socialização, um nivelamento não apenas dos aspectos conjunturais, mas também para informar a forma com que o Ministério das Comunicações, com que o Governo brasileiro está enfrentando a necessidade de desenvolvermos e intensificarmos os nossos investimentos na direção de melhorar e ampliar o nível de proteção da informação brasileira, seja da pessoa física, seja mesmo da pessoa jurídica. Evidentemente que esse não é um desafio apenas do nosso País, mas também é um desafio do Brasil, e, para tanto, nós precisamos enfrentá-lo.

Portanto, nós queremos saudá-lo e passar a palavra, sem delongas, a V. Exª. Consulto o Senador Zeze Perrella se deseja fazer alguma intervenção.

O SR. ZEZE PERRELLA (Bloco/PDT – MG) – Apenas agradecer ao Ministro Paulo Bernardo, sempre solícito. Todas as vezes que foi convidado, está sempre aqui com a gente. E é sempre importante – não é, Ministro? – a sua presença.

Vamos ganhar tempo.

O SR. PRESIDENTE (Ricardo Ferraço. Bloco/PMDB – ES) – Sem mais delongas, passo, então, a palavra a S. Exª o Ministro das Comunicações, Paulo Bernardo, pelo tempo que julgar necessário para o esgotamento desse tema.

O SR. PAULO BERNARDO SILVA – Muito obrigado, Senador Ferraço, Presidente da Comissão de Relações Exteriores do Senado. Cumprimento também o Senador Zezé Perrella, que é Presidente da Comissão de Ciência, Tecnologia, Inovação, Comunicação e Informática deste Senado; cumprimento aqui os Srs. Senadores e Srªs Senadoras, servidores, jornalistas.

Eu trouxe uma apresentação, Senador, e quero agradecer a oportunidade de poder falar aqui, para este público, e também para deixar isso registrado aqui, no Senado. Eu queria começar dizendo a V. Exªs que notícias a respeito de monitoramento em massa desse sistema de escuta telefônica ou de interceptação de

dados, de *e-mails* e coisas desse tipo acontecem há muito tempo em publicações alternativas, ou mesmo em grandes veículos da mídia internacional. Portanto, acho que todos nós aqui acompanhamos isso. Sabemos que não há exatamente uma novidade a respeito disso.

Eu acho que a grande novidade é que, há pouco mais de um mês, esse Sr. Snowden, que trabalhou diretamente na elaboração de sistemas e na operação dos sistemas de coleta de informação, por motivo que eu não sei precisar, decidiu romper com esse sistema e fazer as denúncias que fez. A informação que a gente tem é que ele já repassou mais de cinco mil documentos. Apenas ao jornalista Glenn Greenwald, que é cidadão americano residente no Brasil, mais de cinco mil documentos.

Com certeza, esta me parece uma oportunidade excepcional para não apenas nós aqui do Brasil, mas o mundo inteiro, termos ciência e termos maior grau de conhecimento a respeito desses fatos.

Eu quero dizer que concordo plenamente com a abordagem que V. Exª colocou inicialmente, que o fato de nós sabermos que existe esse tipo de monitoramento, o fato de nós sabermos que existe captura de dados, essa "xeretagem" generalizada no plano internacional não pode, de forma alguma, nos levar a concordar com isso.

Acho que não podemos, de forma alguma, deixar de ficar indignados com fatos como esse. Porque, se por um lado, temos que reconhecer a necessidade de os Estados de maneira geral, o Estado brasileiro, o Estado americano, Estados europeus, enfim, o mundo todo, de se protegerem e se defenderem de incidentes ou até de guerra cibernética, como todos sabemos que isso é necessário, até por que os Estados se protegem nos aeroportos, nos portos, nas fronteiras, portanto, não vejo nada de anormal que algum Estado queira manter um serviço de segurança na rede. Mas considero também que fazer isso sacrificando, de uma forma quase irremediável, o direito à privacidade do cidadão, à inviolabilidade das suas comunicações, à inviolabilidade da correspondência, com certeza, isso não pode ser considerada uma coisa normal e aceitável.

O mundo, já há alguns séculos, conquistou um plano em que pelo menos todos os países democráticos reconhecem que as correspondências têm que ser invioláveis, são de interesse de quem mandou e de quem recebeu ou de quem vai receber as comunicações. Isso está consagrado na Constituição brasileiro, o direito à privacidade, à inviolabilidade das comunicações, e está inscrito na Constituição e na legislação de todos os países democráticos do Planeta.

Portanto, é com esse sentimento que o Governo brasileiro está lidando com essa situação. Nós sabemos que existe, mas isso não quer dizer que achemos que tem que ser aceito. E, mais do que isso, nós entendemos que essa é uma oportunidade para repensarmos as nossas políticas internas, do Brasil, como forma de proteger os interesses do Estado, e, sobretudo, os interesses dos cidadãos, a privacidade do cidadão, preservar, em última instância, o espírito democrático das instituições, como também de fazer um debate internacional.

O Brasil tem se posicionado seguidas vezes no sentido de que no plano internacional a questão da Internet está muito mal colocada. A governança da Internet hoje é absolutamente centralizada nos Estados Unidos, as regras da Internet são estipuladas e fixadas por uma entidade privada americana, com sede e sujeita à legislação da Califórnia. E, portanto, nós entendemos que isso não é suficiente para um mecanismo que se transformou num grande ambiente de comunicação, de convivência e – por que não dizer? – num grande ambiente de negócio internacional, que é a Internet.

Nós temos defendido, inclusive várias vezes já fizemos isso, eu, no último dezembro, 2012, estive em Dubai, numa conferência internacional da OIT e o Governo brasileiro, naquela ocasião, defendia que a Internet deva ser governada por um organismo multilateral, que poderia ser a OIT, poderia ser até essa própria ICAAN, que é a entidade privada de que falei, se fosse transformada num organismos multilateral ou algum outro organismo, e que nós precisaríamos de tratados elaborados de forma democráticos e aceitos por todos para reger essa questão. Quer dizer, você ter um mecanismo global, que é controlado por um único país pode gerar um problema desse tipo.

Curioso, Senador Ferraço e Senador Perrella, que em dezembro nós tivemos reuniões com a delegação americana, com outras delegações, mas especialmente os americanos argumentavam que esse interesse de fazer uma governança multilateral da Internet poderia esconder uma tentativa de governos de quererem controlar a Internet. Isso nos foi dito por membros da delegação americana, tinha gente do Departamento de Estado, gente do Departamento de Defesa, Departamento de Comércio e eles argumentavam: "Não, porque tem países que querem controlar e obter informação da Internet, bisbilhotar a vida do cidadão."

Lamentavelmente, menos de seis meses depois, a gente fica sabendo que o que eles diziam que poderia acontecer caso fosse mudada a regra de governança já estava acontecendo, porque as informações desse cidadão Snowden dão conta de que, há pelo menos sete anos, existem esses programas onde ele trabalhava. Outras versões como o pacto entre Estados Unidos, Grã-Bretanha e também incorporando Nova

Zelândia, Austrália e Canadá existem há décadas, isso é do fim da Guerra Fria, que era para fazer interceptação de comunicações telefônicas e outras e depois, com o advento das redes cibernéticas, derivou para uma atividade mais ampla como acontece.

Trouxe aqui, Senador, para tentar compartilhar com a Comissão, com as duas Comissões que aqui estão, algumas informações que temos trabalhado e acho que podem ser úteis para os Senadores nos ajudarem a refletir sobre esse evento, sobre esses fenômenos todos até porque certamente algumas coisas que nós vamos precisar fazer é o desenvolvimento de política, de ciência e tecnologia, desenvolvimento de aprimoramento na nossa legislação e, com certeza, esse Senado pode nos ajudar muito.

Então, se me permite, vou fazer uma apresentação e vou tentar não ser maçante, mas a apresentação tem três grandes vertentes: dimensões estratégicas da Internet e das telecomunicações, possíveis vulnerabilidades e ações empreendidas pelo Governo nesse campo.

Sobre dimensões estratégicas da Internet queria apenas mencionar as questões que sempre são discutidas como direito à privacidade e à intimidade dos cidadãos, liberdade de expressão e direito à informação, segurança e defesa cibernética – falei um pouco sobre isso –, inovação, novos modelos de negócios e defesa da concorrência, comércio eletrônico, tributação e direitos do consumidor, inclusão digital e massificação dos serviços de telecomunicações e governança internacional da Internet, soberania nacional.

A questão das garantias à privacidade dos cidadãos não vou me estender porque os Senadores sabem melhor do que eu o que diz a Constituição brasileira e a legislação, mas rapidamente só dizer que está muito claro que é crime realizar interceptação de comunicações telefônicas, de informática ou telemática ou quebrar sigilo da Justiça sem autorização judicial ou com objetivos não autorizados em lei. Portanto, acho que é isso que estamos discutindo.

Sobre possíveis vulnerabilidades, queria citar algumas coisas. Para que usuários possam realizar – isso no plano da telefonia – chamadas internacionais ou utilizar seus terminais em *roaming*, são necessários acordos de interconexão internacional entre empresas brasileiras e empresas de telecomunicações e empresas em outros países e, no momento dessas interconexões, há a troca de informações de sinalização entre as operadoras, que se chama de metadados, isso foi citado em função do que nos forneceu de informações o embaixador americano e outros.

Esses metadados incluem basicamente número de origem, número de destino, duração e horário da chamada. São os dados necessários e suficientes para que a comunicação aconteça e também depois haja cobrança do usuário, cobrança entre as operadoras. Os dados saem do País por meio de saídas internacionais como cabos submarinos ou satélites. Essa questão dos metadados permite um acesso pela própria comunicação. Se fez o contato, está registrado lá o volume, os metadados.

Além disso, a estrutura da Internet hoje tem uma concentração muito grande na mão de poucas empresas, quase todas essas empresas principais são sediadas nos Estados Unidos, portanto, nós identificamos uma concentração de tráfegos e das receitas do setor naquele país. Quer dizer, o senhor entra no Facebook, no Google, no *site* da Apple, no Yahoo, vai baixar um programa da Microsoft, estamos fazendo conexões com os Estados Unidos, então o senhor está se comunicando e, portanto, esses registros, evidentemente, podem ser guardados.

O desequilíbrio do tráfego global da Internet, em direção aos Estados Unidos aumenta a vulnerabilidade das comunicações de brasileiros – aliás, no mundo inteiro, acontece isso. O custo para o Brasil, relativo a trânsito internacional, apenas entre computadores, é da ordem de US$650 milhões anuais. Nós, na Conferência de Dubai, inclusive discutimos isto também: queremos descentralizar um pouco essa estrutura de pontos de troca de tráfego no Brasil, servidor raiz aqui, de maneira que as nossas comunicações, além de ficarem mais rápidas, fiquem mais baratas. Agora, temos outros motivos para continuar defendendo isso.

A questão da prestação de serviço, como as principais empresas de Internet são dos Estados Unidos, elas submetem-se a sua jurisdição. Tivemos um caso recente, em menos de dois meses, no Superior Tribunal de Justiça, onde havia uma investigação sobre lavagem de dinheiro, e o Tribunal solicitou de uma empresa chamada Google, os senhores já devem ter ouvido falar – é uma brincadeira isso –, ceder informações sobre a comunicação da pessoa, do usuário, que estava sendo investigado, e o Google respondeu para o STJ que os dados são guardados nos Estados Unidos e, portanto, não poderia dar, porque se submetem à jurisdição daquele país. Estamos falando de dados de comunicação de brasileiros. Como a empresa é sediada aqui – porque o Google opera no Brasil com CNPJ, sede, razão social, tudo registrado aqui –, disse para o STJ que não poderia ceder e a decisão do tribunal foi que sim, eles tinham que ceder, mas, para falar a verdade, não sei se ainda há recurso, o que aconteceu, mas houve esse embate lá. O armazenamento é todo feito no exterior.

Além disso, temos uma legislação em vigor nos Estados Unidos que obriga empresas produtoras, tanto de *software* quanto de *hardware*, a instalarem dispositivos, seja de *software*, seja de *hardware*, que permitam obter informações consideradas de interesse pela lei americana. E como isso é feito para os equipamentos americanos, e esses equipamentos são produzidos em série, então há um consenso entre todos os técnicos que trabalham na área que os equipamentos instalados em outros países tenham a mesma configuração. Mais do que isso, se o fabricante não for americano, mas fornecer para os Estados Unidos, tem que se enquadrar nessa legislação também. Portanto, há uma possibilidade imensa de obtenção de dados e de informações.

A governança dos recursos críticos da Internet – números IP, nomes de domínio – é hoje realizada pelo ICANN, empresa privada sediada na Califórnia e vinculada ao departamento de comércio dos Estados Unidos. Então todo esse gerenciamento, estabelecimento de formas de domínio é feito por essa entidade. Os países têm uma participação na forma consultiva num grupo de assessoramento chamado GAC (Governor Advisory Committee). E as polêmicas que se dão ali, geralmente, os países podem opinar, mas não necessariamente são ouvidos.

O controle sobre a raiz da Internet. A Internet tem os chamados servidores raiz, que hospedam e publicam o conteúdo dos arquivos. Existem apenas 13 servidores raiz no mundo, todos eles no Hemisfério Norte. Não há nenhum no Hemisfério Sul. Dez nos Estados Unidos – está aí a descrição dos lugares; dois na Europa – parece-me que um na Suécia, outro em Londres; outro na Ásia, que é no Japão. Nos demais países, dependendo do tamanho da rede, do mercado de Internet, há alguns servidores, há alguns espelhos. É o caso do Brasil. Nós temos um espelho aqui, mas não temos nenhum servidor raiz.

Depois desta exposição, Senador, sobre os problemas que observamos sobre isso, gostaria de falar algumas coisas que nós temos feito nessa área e que nós achamos importante manter, importante continuar a aprofundar.

Nós estamos contratando a construção de um satélite geoestacionário de defesa e de comunicações estratégicas do Governo. Como os senhores sabem, o Brasil tinha um satélite geoestacionário que foi privatizado, parece-me que em 1999; ele foi vendido para uma empresa americana, que depois teve problemas de gestão, problemas financeiros, e essa empresa vendeu para o grupo mexicano América Móvil. Hoje é a Embratel que controla esse satélite. Nós já estamos na fase final de contratação. É um satélite que vai operar em banda X, que será exclusiva para defesa, inclusive operado por oficiais das Forças Armadas, e a banda Ka (K *above*), que é uma banda relativamente nova, para comunicações, para fazer banda larga. Essa é a ideia. Esse satélite terá capacidade de cobrir todo o território nacional e se complementar com a rede terrestre da Telebras.

O SR. PRESIDENTE (Ricardo Ferraço. Bloco/PMDB – ES) – Ministro, é bom deixar claro que a banda *X* não tem nada a ver com as empresas X. (*Risos.*)

O SR. PAULO BERNARDO SILVA – Não é das empresas X. (*Risos.*)

Essa aí é uma das bandas, uma frequência, uma radiofrequência que, pela padronização mundial, é utilizada só para finalidades estratégicas. São principalmente as Forças Armadas, forças de defesa que utilizam essa banda.

Além disso, nós estamos trabalhando em projetos para construção de novos cabos submarinos. Neste momento, a Telebras está se preparando para começar a fazer três cabos submarinos. Um deles, para os Estados Unidos – nesse caso, ele é extremamente necessário, porque o tráfego é muito grande; pelas razões que eu já mencionei, nós temos muito tráfego para os Estados Unidos da América e, portanto, precisamos aumentar a nossa capacidade. Além disso, nós estamos construindo um cabo... Vamos construir, perdão. Estamos discutindo com empresas da Europa, seriam parcerias, mas está bem adiantado o processo para se construir um cabo do Brasil para a Europa, que nós não temos ainda. E também estamos discutindo com o Governo de Angola, que quer fazer sociedade conosco para um cabo Brasil-Angola.

Ali está colocado no mapa, o esquema está mostrando que os cabos chegariam e sairiam do Ceará, Fortaleza, por causa da localização estratégica. Esse cabo para Angola, por exemplo, é importante porque, na costa oeste da África, já há um cabo que leva para a Europa – da África do Sul até a Europa. Então, nós teremos uma rota alternativa, uma redundância com o cabo europeu, acessando o cabo da costa africana.

A SRª VANESSA GRAZZIOTIN (Bloco/PCdoB – AM. *Fora do microfone.*) – Por que dois amarelos e um vermelho?

O SR. PAULO BERNARDO SILVA – Para falar a verdade, acho que um está meio alaranjado, Senadora. (*Risos.*)

Eu não sei explicar por que a cor colocada foi essa, mas vou abrir um procedimento lá no Ministério para apurar essas cores. (*Risos.*)

A SRª VANESSA GRAZZIOTIN (Bloco/PCdoB – AM. *Fora do microfone.*) – Pode ser que a escolha tenha sido feita por ser prático, talvez, fazer assim.

O SR. PAULO BERNARDO SILVA – Não, eu não sei. (*Risos.*)

O SR. PRESIDENTE (Ricardo Ferraço. Bloco/PMDB – ES) – Ministro, e a consolidação desses dois projetos, não apenas os cabos, mas o satélite estacionário pode configurar que tipo de proteção às nossas comunicações de voz, dados e assim por diante?

O SR. PAULO BERNARDO SILVA – Olha, tanto o cabo para os Estados Unidos como para a Europa, África, primeiro atende a uma necessidade de tráfego. Temos muito tráfego, está crescendo. Já há analistas avaliando que, a partir de 2017, podemos ter um estrangulamento no nosso tráfego de dados internacional, por conta do crescimento. A estimativa é de que a Internet no Brasil vai crescer, até 2017, em torno de 16 vezes, talvez até mais do que isso. Temos hoje cem milhões de pessoas que usam Internet, e isso está crescendo.

Mas, além disso, Senador, o fato de termos um cabo pertencente a uma empresa brasileira, em que o Governo tem a maioria das ações, também vai ser capaz de baratear os nossos custos. Há apenas três operadoras de cabo submarino para os Estados Unidos, nós pagamos valores que consideramos altos. Para se ter uma ideia em números – e, por favor, não levem ao pé da letra, pois pode haver alguma diferença –, para um *megabyte* de dados trafegados, você paga, em Miami, US$3 e, em São Paulo, custa US$35. Então, há um custo altíssimo da operação, que nós achamos que vai diminuir também. Isso diminui o custo da Internet brasileira.

Além disso, podemos ter uma política de distribuição dessas informações, mas de acordo com o interesse do País, por exemplo, atender as regiões que têm pouco acesso.

No caso, por exemplo, do satélite, além de haver um desconforto, que as Forças Armadas sempre alegam – "Olha, todas as nossas comunicações são feitas por uma empresa privada estrangeira" –, ainda temos problemas administrativos. Oficiais nos relatam, por exemplo, que recebem um telefonema da empresa: "Olha, o preço vai mudar, nós não podemos mais manter esse preço. Temos que reajustar." Como o mercado está crescendo muito, há muita demanda, a empresa, evidentemente, para continuar fornecendo para as nossas Forças Armadas, quer cobrar o preço, o que é absolutamente normal que aconteça. Então, muitas vezes, estoura o orçamento da força que está usando. Então, há todas as conveniências de fazermos o satélite e os cabos submarinos, porque diminuirá a nossa dependência.

Agora, sobre esta pergunta de V. Exª, se vai diminuir a nossa vulnerabilidade, com certeza, temos que construir isso pensando nesses acontecimentos. Por exemplo, no satélite, os oficiais da Forças Armadas, com os quais temos conversado, dizem que com o sistema de criptografia, com o sistema de segurança de rede que eles têm, com certeza, as comunicações estratégicas ficarão totalmente protegidas, com proteção assegurada. Quando você fala de rede comercial, a pessoa usa o satélite para acessar a rede internacional, evidente que você está sujeito aos mesmos riscos que qualquer outro usuário tem nesse plano.

Além disso, estamos fazendo um esforço de nos conectar com os países da América do Sul. Já fizemos uma conexão Brasil-Uruguai. Estamos construindo uma rede de fibra ótica junto com o Linhão de Itaipu até Assunção, que também servirá para nos conectar com o Paraguai. Nós podemos fornecer e comprar a Internet deles. Com a Telebras estamos chegando ao Acre no mês de setembro, portanto, vamos poder nos conectar com o Peru, parece-me que da cidade de Assis Brasil, não sei o nome da localidade do outro lado. Então, faremos uma conexão. E está em discussão, no Amapá, a construção de uma linha que vai até a Oiapoque, onde vamos nos conectar com a Guiana. Com isso, vamos aumentar a nossa comunicação, e, na medida em que instalarmos pontos de troca de tráfego para atender isso, fazer tráfego regional, sem necessidade de passar pela Europa e pelos Estados Unidos. Isso significa mais rapidez e menos custos.

Também estamos montando uma política para estimular a construção de *data centers* locais em troca de tráfego no País, como garantia de observância da legislação brasileira quanto à privacidade e defesa do consumidor, padrões da indústria, redução dos custos de conexão internacional, melhoria da qualidade, desenvolvimento de novos negócios. No regime especial do plano de banda larga, Plano Nacional de Banda Larga, nós já desoneramos as redes destinadas a servir e a fazer provimento para *data center*, isso já está em vigor.

Estimular a pesquisa e o desenvolvimento de tecnologia nacional. Quando nós fizemos a licitação de 4G, no ano passado, nós incluímos obrigatoriedade de produção de equipamentos aqui – e isso não quer dizer que o equipamento seja de tecnologia nacional; pode ser equipamento trazido para se montar aqui –, mas também incluímos um mínimo de 10% de produto desenvolvido no Brasil, que vai aumentar para 20%. Eu acho que isso, com certeza vai ter que ser reforçado agora. Nós vamos ter que discutir eventualmente maiores estímulos à produção de tecnologia e de equipamentos aqui.

Na esfera legislativa, está em tramitação o marco civil da Internet. O Governo defende o projeto – até porque nós é que mandamos e que também defendemos o substitutivo do Deputado Molon –, e estamos

discutindo com ele eventuais adequações em função dos acontecimentos que nós tivemos: reforçar a questão da privacidade do cidadão; essa coisa de estimular a construção de *data centers* e ter armazenamento aqui. E, conversei ontem com o Ministro José Eduardo Cardozo, está sendo finalizado um projeto de lei sob proteção de dados pessoais, que também aborda, de forma bem abrangente e moderna, essa questão dos dados na Internet.

Sobre as denúncias, eu acho que eu posso falar menos, porque os Ministros estiveram aqui e acho que falaram bastante, mas à Anatel foi solicitada uma investigação na esfera administrativa sobre eventual envolvimento de empresa brasileira, e o Ministério da Justiça abriu um inquérito – a pedido do Ministério das Comunicações – da Polícia Federal que já está em andamento.

A nossa visão, Senadores, é de que nós precisamos discutir isso na esfera internacional. A Internet não é um mecanismo que possa ser regido exclusivamente por leis nacionais. É a mesma coisa que o Brasil pretender fazer uma lei para dizer como é que deve ser a navegação marítima no mundo. Não vai acontecer nada, porque nós só poderemos legislar sobre a nossa costa, sobre os nossos portos. Nós precisamos de tratados internacionais; nós precisamos de discussão internacional sobre isso.

O que nós temos observado é que os Estados Unidos sistematicamente se recusam a discutir isso. E mais, na Conferência de Dubai, já relatei para V. Exªs, o Brasil fez uma proposição que foi aprovada pelo plenário, por maioria, que parte dos países europeus assinaram, que a maioria dos países aqui da América do Sul aprovaram, que os países africanos e os árabes aprovaram, mas que, depois, mesmo países que tinham votado a favor, não assinaram por pressão ou por pedido dos Estados Unidos. Quer dizer, então nós não temos ainda uma adesão que gostaríamos. É uma resolução que avança ainda, no nosso entendimento, pouco; não é uma coisa tão grande. Achamos que é preciso ter essa discussão internacional.

No Brasil, a orientação que a Presidenta Dilma nos deu é de que, além das medidas de caráter interno – de buscar entender e de buscar tratar essa situação –, nós vamos acionar os organismos internacionais. Provavelmente, vamos à ONU, ou ao Conselho de Direitos Humanos, ou mesmo no plenário da ONU – isso ainda não está perfeitamente desenhado –, mas o Brasil não vai limitar isso a uma questão bilateral, até porque entendemos que não vamos conseguir resolver isso com legislação brasileira apenas ou com discussões bilaterais. Isso precisa ser resolvido pelo Planeta, que usa a Internet, portanto, essa vulnerabilidade é um problema de todos.

Bem, eu peço desculpas se demorei na apresentação, Senador Ferraço.

Era isso que eu queria apresentar.

O SR. PRESIDENTE (Ricardo Ferraço. Bloco/PMDB – ES) – Sr. Ministro, V. Exª compõe o grupo de trabalho que está investigando os fatos e as denúncias que vieram a público através da mídia nacional e internacional. Há, por parte do Ministério da Justiça, por parte do grupo de trabalho, abertura de inquérito para investigação dos fatos. A abertura de inquérito evidencia – é possível esta afirmação neste momento – a participação de empresas brasileiras relacionadas com a área de comunicação, que poderiam ter atuado ou poderia ter-se permitido esse processo de espionagem?

V. Exª não entende, em algum momento, que a concessão do asilo político, mesmo não sendo da esfera de V. Exª, como Governo, que o Sr. Snowden poderia nos ajudar, facilitar o acesso às informações e às denúncias que ele fez ao mundo? Qual a opinião de V. Exª?

O SR. PAULO BERNARDO SILVA – Obrigado, Senador.

Com relação às denúncias, duas questões principais preocuparam o Governo. Estamos acompanhando desde o início e, como eu disse, essas histórias de coletas de dados, monitoramento em massa, isso vem há muito tempo frequentando tanto mídia alternativa quanto grandes veículos. Portanto, se alguém disser que ficou surpreso com essa história, com certeza, estava bem desinteressado, bem alheio a esse assunto. Isso é notícia há muito tempo.

Acho que a novidade foi que o Sr. Snowden fez revelações, através de documentos, através de dados, bem detalhados que, evidentemente, vão permitir ao mundo entender melhor todos esses problemas.

O que nos preocupou nas denúncias foi, principalmente, a questão da possibilidade de empresas brasileiras terem qualquer tipo de participação nisso ou também aquela história que saiu de que teria existido aqui no Brasil uma base de coleta de dados. Então, nós nos esforçamos para verificar isso.

Desde o início o Governo tem dito, claramente, que caso alguma empresa ou alguma pessoa, brasileiro, tenha ajudado, de alguma forma, cometeu crime. Isso está na Constituição, está na nossa legislação. Portanto, isso terá que ser tratado dessa forma. Para nos certificar, nós determinamos à Anatel que fizesse a interpelação das empresas e a verificação administrativa que ela puder fazer e, cá entre nós, é evidente que qualquer empresa for interpelada vai dizer que

não, porque não vai dizer que cometeu crime, mas a Polícia Federal foi acionada por isto, para fazer uma investigação e verificar dentro de todas as possibilidades, inclusive a possibilidade de ouvir o Sr. Snowden e tentar entender tudo o que se passa e, com o inquérito, nos dar respostas mais precisas sobre essa questão.

O SR. PRESIDENTE (Ricardo Ferraço. Bloco/PMDB – ES) – Neste momento, há algum indício de participação de alguma empresa concessionária do setor de telecomunicações que teria se submetido a esse esquema?

O SR. PAULO BERNARDO SILVA – Eu não sou advogado, não sei a definição precisa de indício. O que existe é uma denúncia que foi publicada no jornal. Se nós não tivéssemos essa denúncia, ninguém estaria discutindo isso. Por outro lado, mesmo que suponhamos que não houve, não podemos deixar de investigar. Acho difícil que as empresas brasileiras estejam envolvidas nisso porque, provavelmente, isso teria vazado muito antes. Agora, se houve participação, temos que tomar as providências.

Por isso que estou dizendo que pedimos a abertura de inquérito, fiz um ofício para o Ministro José Eduardo, que determinou a abertura de inquérito, acho que o inquérito vai ter que responder. Não temos nenhum fato, além da notícia do jornal, que mostre isso. Agora, os dados que mostramos, a forma como funciona mostra o seguinte: as empresas que têm convênio com empresas estrangeiras para ligações telefônicas ou para navegação na Internet expõem os dados, como falei.

O Senador Dornelles ligou para a França, essa ligação passou por portais internacionais aí que deixaram registrado isso. Então, onde pode ter sido coletado esse dado? Se foi no Brasil, é uma coisa, se foi lá fora, é outra, porque aí tem que ser tratado pelos parâmetros de diplomacia, de relações exteriores. Não podemos pretender punir gente do exterior, não vamos conseguir fazer isso.

O SR. PRESIDENTE (Ricardo Ferraço. Bloco/PMDB – ES) – O Governo brasileiro já reconheceu, pelo menos, em dois episódios ou em duas vezes, em 2001 e 2008, que os Estados Unidos da América comandavam um sistema de coleta de informações que tinham a capacidade de intromissão em comunicação eletrônica. Em depoimento prestado na Câmara dos Deputados, o então Ministro do GSI ainda do Governo Fernando Henrique Cardoso, General Alberto Cardoso, disse que os Estados Unidos desenvolveram um projeto com o nome código de Echelon, em associação com o Reino Unido, Irlanda, Austrália, Canadá e Alemanha.

Nesse mesmo episódio, em depoimento aqui, no Congresso Nacional, o Engenheiro Eletrônico Otávio Carlos Cunha da Silva, Diretor do Cepesc, o Centro de Pesquisa e Desenvolvimento para a Segurança das Informações da Abin, chegou a afirmar que o Echelon intercepta todas as comunicações, que não há só um Echelon; há o Echelon americano e o europeu, e que essas informações poderiam, na avaliação desse senhor e do relatório da Abin, segundo o relatório o Echelon foi usado pelos Estados Unidos da América para colaborar com a empresa americana Raytheon, por ocasião da disputa lançada pelo Governo brasileiro e por serviços e equipamentos para o Sistema de Vigilância da Amazônia, o Sivam.

Esse assunto foi tratado, é tratado no grupo de trabalho que o Governo constituiu para essa avaliação? É do conhecimento do Governo esse programa, esse projeto, não apenas norte-americano, mas também europeu, o Echalon?

O SR. RANDOLFE RODRIGUES (Bloco/PSOL – AP) – Presidente, permita-me.

O SR. PRESIDENTE (Ricardo Ferraço. Bloco/PMDB – ES) – Pois não, Senador.

O SR. RANDOLFE RODRIGUES (Bloco/PSOL – AP) – É porque eu estava brincando aqui e dizendo que eu ia denunciar ao Ministro que estou sendo monitorado por V. Exª, que antecipou uma pergunta minha, então, se V. Exª me permitir, só completar...

O SR. PRESIDENTE (Ricardo Ferraço. Bloco/PMDB – ES) – Pois não, Senador.

O SR. PAULO BERNARDO SILVA – Mas foi um monitoramento político, Senador, percepção política.

O SR. RANDOLFE RODRIGUES (Bloco/PSOL – AP) – Eu iria fazer a denúncia aqui a V. Exª, Ministro.

Então, só para completar a sua pergunta, se V. Exª me permitir, é que, ontem, perguntei ao Ministro da Defesa, e ainda quero aproveitar a oportunidade da pergunta do Presidente, Ministro, se não corríamos o risco de vazamento de informações estratégicas para o nosso futuro, notadamente, em relação ao leilão do campo de Libra, o Senador Ferraço destacou o leilão do campo de Libra que está presente agora, o leilão do campo de Tupi, enfim, os leilões das nossas riquezas estratégicas que estão previstos para outubro. E preocupa-me isto: qual a garantia que podemos ter do Governo sobre o acesso a essas informações estratégicas para o nosso futuro? Qual a garantia que podemos ter e quais as providências que podemos ter da nossa área de comunicação, do nosso Ministério das Comunicações, de que as informações relativas a informações de, por exemplo, leilões para essas nossas áreas estratégicas não vão estar suscetíveis, acessíveis a interesses estrangeiros?

O SR. PRESIDENTE (Ricardo Ferraço. Bloco/PMDB – ES) – Eu digo isso, Sr. Ministro, porque, na prática, V. Exª admitiu, em sua apresentação, que esse

tipo de especulação frequenta a agenda do Estado Brasileiro desde 2001 – os fatos evidenciam isso. Eu não me refiro a V. Exª nem à gestão de V. Exª nem a este ou àquele Governo. Mas não estaria sendo o Governo brasileiro, o Estado brasileiro, negligente, leniente na apuração ou mesmo na investigação desses fatos?

O SR. PAULO BERNARDO SILVA – Olha, Senador, primeiro, agradeço seu questionamento e também o do Senador Randolfe. Quero dizer que o General Cardoso disse, aqui no Senado, em 2001, fez uma referência a esse Echelon. Duvido que essa tenha sido a primeira manifestação de alguém do Governo brasileiro, porque essa história, esse Echelon é originário de alianças para fazer vigilância de conexões desde o fim da Segunda Guerra e com o fim da Guerra Fria. E, para saber algumas informações sobre isso, não precisa ser chefe do GSI, basta entrar na Wikipédia que se consegue uma série de informações com várias publicações especializadas em pesquisar e dar informação sobre isso. Portanto, seria notável se o Governo brasileiro não tivesse ouvido falar sobre esse assunto. É claro que nós ouvimos e acompanhamos.

Eu acho que a diferença que nós temos hoje é que há uma pessoa que trabalhava dentro de toda essa estrutura, esse aparato feito para fazer esse monitoramento e que agora saiu e está entregando documentos. Então, eu acho que há curiosidade no mundo em função disso. Nós todos queremos entender melhor o que aconteceu, o que se deu.

Então, veja bem, o Governo brasileiro sabe que tem esse tipo de aparato. Agora, se me perguntam se é sabido aquela história que saiu em *O Globo*, parece-me que saiu na segunda-feira, dizendo que havia uma base de coletas de dados em Brasília até 2002. Nós fizemos gestões dentro do Governo, a própria Presidenta Dilma fez gestões para saber se havia qualquer coisa – e a resposta é: o Governo brasileiro não tem conhecimento oficial de nada disso, nunca fez nenhum tratado, nenhum convênio, nenhum processo de cooperação que permitisse funcionar esse tipo de trabalho aqui.

Aproveito e já digo que o ex-Presidente Fernando Henrique também soltou uma nota dizendo que não sabia. Portanto, se houve o funcionamento dessa base aqui, foi uma coisa ilegal, clandestina e que precisa ser apurado como tal. Quer dizer, não há registro dentro do aparato do Estado. Não há acordo secreto, seria também ilegal se houvesse; portanto, nós não o temos.

Com relação a esse adendo feito pelo Senador Randolfe, sim, nós temos uma preocupação enorme com a possibilidade de vazamento de informações estratégicas. As informações sobre as jazidas do pré-sal, embora a Petrobras tenha uma rede corporativa com grande aparato de segurança; mas, mesmo na rede, parece-me que nunca foram colocadas. Se você colocar uma informação dessa na rede, com certeza, haverá uma possibilidade enorme de isso ficar exposto, principalmente se se mandar *e-mail* ou qualquer comunicação haverá a possibilidade, quase total, de alguém interceptar. Portanto, uma informação como essa, ou você a mantém em uma pequena rede que não tenha acesso e comunicação para fora, não entra na Web propriamente dita, ou você mantém em um computador que não é sequer conectado à Internet. Você não pode colocar isso, mandar um *e-mail* para um colega e mantê-lo secreto. Pode tirar o cavalinho da chuva. Você vai mandar pelo Gmail? Já vai a cópia para quem está bisbilhotando.

Portanto, a Petrobras tem técnicos que sabem disso. Lembro-me de que quando foi anunciado o pré-sal isso foi discutido em reuniões internas com o Presidente da República, foi discutido o que se faria. O Governo fez um anúncio, já suspendeu licitações, já tomou medidas que adotaria e, portanto, fez um grande anúncio público quando podia fazer. Antes ninguém teve essa informação.

O SR. RANDOLFE RODRIGUES (Bloco/PSOL – AP) – Ministro, permita-me.

O leilão vai ser organizado pela ANP. Essa mesma tecnologia de segurança...

O SR. PRESIDENTE (Ricardo Ferraço. Bloco/PMDB – ES) – Senador Randolfe, V. Exª é autor do requerimento, vou passar a palavra a V. Exª para que possa fazer uso da manifestação. Não sei se o Ministro concluiu. Eu passo a palavra a V. Exª, como pactuado aqui, por cinco minutos, para que possamos socializar o acesso aos posicionamentos.

A palavra é de V. Exª.

O SR. RANDOLFE RODRIGUES (Bloco/PSOL – AP) – Obrigado, Presidente.

Então, já aproveitando o embalo, Ministro, essa tecnologia que V. Exª diz existir na Petrobras – o leilão vai ser organizado pela Agência Nacional de Petróleo – a ANP também a possui? Porque, na verdade, a Petrobras será uma das empresas a concorrer ao leilão, dentro do modelo de concessão que será adotado para o leilão no próximo mês de outubro.

Aproveito para fazer as perguntas complementares.

V. Exª falou sobre o novo marco regulatório que está em apreciação na Câmara. Parece-me que foi aprovado na comissão e está para ir ao Plenário. Seria importante que fossem detalhados quais aspectos do novo marco regulatório que poderiam contribuir no combate à prática de espionagem, notadamente nes-

se episódio praticado pelo governo norte-americano, pelo governo dos Estados Unidos.

Algo nos chamou a atenção na reportagem de *O Globo*, do último domingo, no conjunto das denúncias do Sr. Edward Snowden. E quero reiterar o que destaquei ontem: espero que o Brasil cumpra um papel protagonista na próxima reunião do Mercosul e reitere, com a Venezuela e com os demais países do Mercosul, o desejo, não só da Venezuela, mas agora do Mercosul, dos países da Unasul, da integridade física do Sr. Edward Snowden e da transferência dele o quanto antes. Acho que o Brasil poderia dar um passo adiante também, ser um dos países a se candidatar a conceder asilo; e se não for e ele vindo para a Venezuela, o Brasil ser um dos países a ouvir o Sr. Edward Snowden, pelo conjunto de informações importantes para a nossa segurança que considero ele possuir. Hoje, inclusive, informações importantes para a nossa comunicação.

Mas o que me chamou a atenção nas informações prestadas por ele aos jornalistas e que estão na reportagem do jornal *O Globo* é que, segundo a reportagem, empresas brasileiras, e obviamente isso será objeto de investigação instaurada pelo Governo brasileiro através da Anatel, colaborariam com a NSA.

V. Exª relatou aqui a obra de fibra ótica, inclusive destacou o círculo de fibra ótica em torno do mapa brasileiro e que parte desse círculo está no Acre e parte está inclusive no meu Estado do Amapá.

Antes de perguntar, quero fazer um destaque. Considero um verdadeiro crime o ocorrido no Brasil nos anos 90, quando nós desperdiçamos o nosso satélite. Foi um retrocesso atroz o que ocorreu aqui nos anos 90, quando nós privatizamos nossa telefonia, nosso sistema de telecomunicações. Eu acho que, em boa parte do que está ocorrendo, talvez nós estivéssemos mais protegidos se nós não tivéssemos privatizado e vendido nossos satélites – já concluo, Sr. Presidente – e nosso sistema de telecomunicações nos anos 90. Oxalá o quanto antes nós possamos retomar isso e ter um satélite de volta!

Eu quero reconhecer os esforços para restaurarmos a nossa empresa de telecomunicações, a nossa Telebras. E é nesse sentido que eu lhe faço a pergunta. Eu sei dos esforços para fortalecermos a nossa Telebras, e eu quero lhe perguntar: qual o papel da Telebras em relação a nossa tecnologia de fibra ótica, à construção da nossa tecnologia de fibra ótica e ao cabo submarino? Em especial no Amapá, qual o papel que terão empresas internacionais – não só no Amapá, mas em toda a construção do cabo de fibra ótica – e qual o controle do Estado nacional, notadamente da Telebras em relação a esse cabo de fibra ótica?

Eu sei, particularmente, que, no Amapá, a obra do cabo de fibra ótica está sendo feita a partir de isenção fiscal do Governo estadual, através de uma empresa de capital estrangeiro. A pergunta que eu lhe faço é: nesse caso específico, qual o controle de informações que vai ter o Governo brasileiro, já que a empresa tem, majoritariamente, pelo que sabemos, capital estrangeiro? Qual o controle, qual o acesso e o controle de informações que nós teremos nesse caso?

O SR. PRESIDENTE (Ricardo Ferraço. Bloco/PMDB – ES) – Concedo a palavra ao Senador Eduardo Suplicy.

O SR. EDUARDO SUPLICY (Bloco/PT – SP) – Sr. Presidente, Senador Ricardo Ferraço, quero cumprimentar o Ministro Paulo Bernardo, das Comunicações, pela rápida ação, inclusive por ter tomado a iniciativa do diálogo com o Embaixador Thomas Shannon, dos Estados Unidos. Agradeço se puder nos informar um pouco do conteúdo desse diálogo, uma vez que o governo norte-americano e o Governo brasileiro têm tido uma relação muito positiva sobre tantos aspectos, a Presidenta Dilma com o Presidente Barack Obama. É prevista a visita, no segundo semestre, da Presidenta Dilma, e há tantos campos de cooperação mútua. Esse episódio surpreendeu a todos nós, e V. Exª, pelo que soubemos, foi o primeiro a dialogar de uma maneira que considero muito importante com o Embaixador dos Estados Unidos, que inclusive está sendo convidado para comparecer ao Senado Federal e ter um diálogo conosco. Mas agradeço se puder nos dizer quais foram as suas impressões, que sugestões tem, inclusive a nós, Senadores, se tivermos a oportunidade de com ele dialogar para aprofundar as informações que se fazem necessárias.

Também acho muito importante, dado o conhecimento e a responsabilidade de V. Exª em toda essa área de comunicações – agora ainda mais, diante da revelação que aconteceu a partir da iniciativa de Edward Snowden –, que possa V. Exª, o Governo brasileiro, colaborar conosco na feitura desse marco regulatório, para que ele possa efetivamente prevenir a quebra do sigilo das comunicações, conforme assinalou na sua exposição, prevista em nossa Constituição. Como V. Exª pode colaborar para que o marco regulatório, sendo objeto de uma legislação internacional, possa prevenir, evitar a quebra, a violação dos direitos à cidadania previstos em nossa Constituição? Será isso efetivamente possível?

Isso que aconteceu nos faz indagar sobre algo que as pessoas nas últimas semanas até se perguntaram: em que medida, dada a capacidade extraordinária de utilização das redes sociais pela Internet, poderia, digamos, uma potencia estrangeira contribuir para um

eventual movimento muito forte de desestabilização das instituições ou até de um governo? Será que isso efetivamente pode vir a ocorrer? Está o Governo brasileiro em condições de eventualmente detectar isso e de prevenir?

Pesquisa realizada pela Universidade de Quinnipiac e divulgada ontem revelou que 55% dos eleitores norte-americanos consideram que Edward Snowden foi um informante, e não um traidor, segundo 34% dos entrevistados de um total de 2.104, numa entrevista benfeita pela universidade, consideram. Dada a contribuição que Edward Snowden deu à humanidade, eu, por exemplo, considero importante que haja até um movimento internacional, junto ao governo Barack Obama, no sentido de que se considere que ele, em verdade, prestou um serviço inclusive a nós e ao Governo brasileiro – e a nós como cidadãos, como pessoas de todo o mundo. Agradeço se puder também dizer a sua opinião neste sentido, ou seja, em que medida Edward Snowden prestou um serviço a nós brasileiros e se assim deve ser considerado, tendo em vista a posição do Governo brasileiro, que, ontem, propôs que os países do Mercosul concedam, todos nós, o direito de asilo a Edward Snowden? Como considerar a iniciativa dele que, segundo ele, como um patriota resolveu fazer essa revelação?

Meus cumprimentos ao Ministro Paulo Bernardo por suas iniciativas e a disposição com que aqui veio colaborar conosco no Senado. Obrigado.

O SR. PRESIDENTE (Ricardo Ferraço. Bloco/PMDB – ES) – Sr. Ministro, na linha daquilo que acaba de afirmar e refletir o Senador Eduardo Suplicy, é do conhecimento público que V. Exª dispõe de ótima relação funcional e tem estado como protagonista nesse ambiente, nesse debate com Sua Excelência a Presidente da República.

V. Exª considera oportuno e adequado – a meu juízo, sim, mas quero ouvi-lo –, o Brasil tradicionalmente faz a abertura da Assembleia Geral das Nações Unidas desde os anos 40, e V. Exª tem participado de fóruns internacionais e defendido a regulamentação da Internet em nível global. Considera que esse deva ser um tema que a Presidente da República deva tratar na abertura da Assembleia Geral das Nações Unidos? Parece-lhe adequado que, de maneira afirmativa, isso possa ser proposto como a construção de um ambiente ou de uma organização, de uma associação multilateral visando a regulamentar essa relação entre os Estados globais? Queria fazer essa colocação a V. Exª.

Senadora Vanessa Grazziotin.

A SRª VANESSA GRAZZIOTIN (Bloco/PCdoB – AM) – Muito obrigada, Sr. Presidente.

Quero, inicialmente, cumprimentar o Ministro Paulo Bernardo e destacar aqui a disposição de todos os Ministros do Governo de nosso País em virem ao Senado Federal. Ontem, tivemos uma excelente audiência pública, com a participação de Deputados Federais, também na Comissão de Relações Exteriores, com três Ministros, e hoje temos o Ministro Paulo Bernardo. Isso é importante, mesmo porque, nesse caso, acho que temos todos o mesmo objetivo.

Quando digo que temos todos o mesmo objetivo, não me refiro somente ao Governo ou ao Parlamento brasileiro, refiro-me à sociedade brasileira, refiro-me ao País. Estamos diante de um problema que afeta não um governo, mas que afeta uma nação; afeta, antes de tudo, a soberania da Nação; afeta, antes de tudo, o direito à privacidade que as pessoas têm; afeta a possibilidade de intervenção de negócios entre grandes empresas, Ministro.

Então, cumprimento V. Exª também, por se dispor, convidado que foi, a estar conosco no dia de hoje.

Em relação à governança, Ministro, quero dizer a V. Exª que isso é algo que o mundo todo deveria priorizar, no sentido de que fosse estabelecida uma governança imparcial, global, internacional para a Internet, porque os dados... Não lembro se o senhor falou do Facebook ou do Google, que, solicitado pelo Poder Judiciário brasileiro, a resposta foi que "não; vá buscar lá nos Estados Unidos". O que é isso? Nós podemos mudar a legislação, imediatamente, e exigir que os dados nossos fiquem armazenados aqui, os dados nossos, e como condição para essas empresas atuarem aqui inclusive.

E qualquer problema judicial relativo à Internet temos de responder lá no fórum da Califórnia. Isso é inadmissível no momento em que vive o mundo. Concordo com V. Exª e já percebo, há algum tempo, que a posição do Governo brasileiro tem sido muito firme nesse aspecto, tem sido muito dura nesse aspecto de cobrar uma mudança e o estabelecimento de um marco que seja internacional, para que haja essa imparcialidade. Então, concordo com V. Exª, em gênero, número e grau, quando fala da Internet.

Sobre esse questionamento da participação ou não de empresas nacionais na ajuda das interceptações de coleta desses dados, isso é pergunta de cuja resposta nós estamos atrás. E o senhor acaba de falar que também quer encontrar essa resposta. Entretanto, Ministro, não sei se estou errada, mas nós estamos trabalhando muito com o seguinte cenário hoje: de que o fluxo das informações internacionais, ou seja, do Brasil com qualquer outro país do mundo, é que tenha sido alvo da interceptação da espionagem.

Eu vou mais além: internamente, não houve espionagem? Ou não há também a denúncia... V. Exª falou disso, repetindo, assim como nós aqui estamos repetindo, o que a imprensa tem divulgado, todos nós. Não há espionagem interna, Presidente Ferraço? Porque a notícia que temos e que foi publicada no jornal é de que, até 2002, havia uma base estabelecida, fora aquela base que documentos mais novos, de 2010, 2011, indicariam, de que a embaixada brasileira junto às Nações Unidas, ou nos Estados Unidos, tenha sido alvo também de interceptação de grampo. Mas a outra notícia é de que, até 2002, havia bases aqui de coleta de dados.

E essa empresa para a qual o Snowden trabalhava, a Booz Allen, tinha um contrato formal com o Governo brasileiro, até 2002, responsável não só pela elaboração de programas estratégicos brasileiros, como o Brasil Maior, o Avança Brasil, mas de outros programas estratégicos. Essa é a notícia que temos. E não é de pouca gravidade, não! É de muita gravidade, porque a empresa na qual trabalhava esse senhor, que nós todos queremos que fique em muita segurança, porque... Qual foi a ação adotada por alguns países europeus diante da possibilidade de o Sr. Snowden estar no avião do Presidente da Bolívia? A vida do Presidente da Bolívia foi colocada em risco; ele não pôde pousar o avião nem em Portugal, nem na França. E por que ele não recebeu a autorização de pouso? Porque havia uma suspeita de que o Sr. Snowden estivesse a bordo. Olhem só! Então, esse senhor tem que estar muito bem protegido. E ressalto que a empresa para a qual ele trabalhou até há bem pouco tempo, uma empresa prestadora de serviços à CIA, trabalhou formalmente para o Brasil, inclusive no programa de privatizações, e as nossas empresas de telecomunicações foram privatizadas exatamente naquele período.

Então, Ministro, eu pergunto se, no âmbito do Ministério das Telecomunicações, V. Exª já fez algum levantamento sobre algum trabalho desenvolvido por essa empresa Booz Allen para o Ministério das Telecomunicações, e, em caso afirmativo, que trabalho teria sido feito.

Era isso, Sr. Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Ricardo Ferraço. Bloco/PMDB – ES) – Sr. Ministro, a palavra é de V. Exª.

O SR. PAULO BERNARDO SILVA – Obrigado, Senador.

O Senador Randolfe fez vários questionamentos e eu quero tentar responder a todos eles.

A primeira questão que V. Exª mencionou foi sobre a possibilidade de um sistema de vigilância ou de monitoramento como esse permitir o vazamento de informações estratégicas e citou o caso, por exemplo, do pré-sal. Eu acho que respondi: no caso do pré-sal, a Petrobras teve muito cuidado, de maneira que, somente quando foi anunciado, com a presença do Presidente da República, o mercado e a sociedade tiveram acesso a essa informação. Contudo, parece-me que, mesmo àquela época, circulavam rumores, embora sem confirmação, sem nada na rede, não tendo sido possível capturar a informação, mas havia rumores sobre a existência de um novo e grande campo.

Só para citar – e acho que V. Exªs viram –, uma publicação na Europa, semana passada, dava conta de que o Parlamento Europeu era objeto de monitoramento telefônico, bem como de *e-mails*, de comunicação etc. Então, é evidente que essa é uma questão relevante e que exige toda a atenção.

No caso do edital para o campo de Libra – e eu vou citar porque sei um pouco sobre isso, por conta de ter trabalhado no Planejamento e também de outros editais, como os da Anatel –, há uma parte das informações que são públicas, são objeto de consulta pública, o Tribunal de Contas opina etc. Portanto, essas não têm uma proteção especial, até porque elas são discutidas com a sociedade; todos podem acessar. E há também uma parte referente às questões estratégicas, como, por exemplo, uma avaliação de qual a possível dimensão da produção, o preço mínimo... Aliás, o preço mínimo, geralmente, é publicado na última hora. A agência costuma guardar isso a sete chaves, deixando para incluir na última hora qual será o preço mínimo, até porque é um assunto que tem grande relevância e tem impacto no mercado.

Então, uma parte das informações, Senador, é, de fato, guardada com muito cuidado, não podendo ser compartilhada, não se podendo, pois, descuidar dela para que não vaze; e a outra parte do edital, necessariamente, tem que ser pública, haja vista que é discutida em consulta, conta, como já disse, com a participação do Tribunal de Contas. Então, essa parte é pública. Assim, com certeza, a ANP está preparada para proteger aquelas informações que precisam ser protegidas ou que devem ser protegidas até o momento em que possam ser divulgadas.

Com relação ao Marco Civil da Internet, há que se frisar que ele não é uma legislação para nos proteger de espionagem. Ele é apenas um código de direitos e deveres do internauta e das empresas que atuam nessa área por um entendimento nosso. Nós temos uma legislação já consolidada, por exemplo, sobre correspondência postal, sobre telecomunicações, mas nós não temos ainda consolidada a nossa legislação sobre Internet. Assim, é preciso avançar.

Então, o marco civil vai avançar nisto: em nos dar melhores condições. Mas eu acho, por exemplo, que estabelecer uma política e dar um prazo para que os grandes *data centers* sejam replicados aqui é algo absolutamente importante, porque isso dá uma condição de exigir o cumprimento da legislação brasileira, que protege o direito à privacidade do cidadão. Quer dizer, então as empresas usam isso.

Quando a gente entra num desses *sites* quaisquer de empresas de tecnologia, dá lá uma autorização para ela compartilhar as suas informações. Então, alguém está navegando no Facebook, dá certas informações e começa a receber propagando de fralda descartável, se tiver alguém na família grávida, ou, se vai para a praia, começa a receber propaganda de viagem ou de protetor solar. Eles fazem esse tipo de trabalho. E me parece que isso aí é como você ir a um *shopping*, a um restaurante e ser filmado por uma câmera de segurança. Isso é absolutamente normal. Ninguém se incomoda com isso.

A questão é a comunicação privada. Você manda um *e-mail*, e esse *e-mail* tem uma característica de vida privada do cidadão, de comunicação privada. Portanto, ele não pode ser violado.

Então, acho que nós temos que separar essas esferas. Acho que o marco civil dá um bom tratamento para isso.

Sobre as questões referentes à possível participação de empresas brasileiras, a nossa resposta é: nós não temos conhecimento disso. Estamos apurando, inclusive com inquérito da Polícia Federal, e, caso confirmado, isso configura crime e, portanto, vai ser objeto de processo, com certeza, com interferência do Ministério Público e da Justiça.

Também há outras coisas que V. Exª pergunta. O papel da Telebras. A Telebras está fazendo uma política de Governo de melhorar a nossa comunicação com os vizinhos, através desse anel ótico, de aumentar a oferta de banda larga, especialmente naquelas regiões onde o mercado não deu conta – e não vai mesmo.

A gente tem observado assim: você vai fazer linha de fibra ótica na Amazônia, e, se o Estado não entrar, as empresas não vão fazer. A outra linha, além dessa que V. Exª citou lá do Amapá, que vai ligar Tucuruí a Manaus e também, até o fim do ano, vai chegar a Macapá, está sendo feita porque o Governo fez a concessão de uma linha de transmissão de energia, incluímos ali a fibra ótica e houve financiamento. Foi uma política pública. Essa linha vai começar a funcionar em julho, eu acho, ou agosto – o trecho até Manaus. E o trecho para Macapá está sendo ainda terminado, mas a nossa avaliação é de que entre em operação em dezembro. E, evidentemente, vai mudar bastante a realidade em termos de fornecimento de banda larga e, também, é claro, de energia elétrica para essa região tão importante.

A Telebras tem feito além das redes de fibra ótica. Ela fez, por exemplo, o papel que cabia ao Governo na Copa das Confederações. Foi ela que fez as redes de fibra ótica que permitiram a geração de imagens que são geradas pela FIFA e vendidas para os interessados. Mas essa rede foi construída para a Copa, vai ser construída para a Copa do Mundo e, evidentemente, ela continua e vai ser usada agora. Nós pretendemos usar para expandir os nossos programas de banda larga.

E nós também temos a RNP, que antigamente se chamava Rede Nacional de Pesquisa e hoje é só RNP, porque ela atende a outras funções, que tem uma parceria com a Telebras. Nós estamos construindo uma série de redes que vão atender a universidades, a institutos de pesquisa, mas que também têm capacidade para atender comercialmente ou a comunicações de governo.

E, além disso, a Telebras está montando uma rede corporativa para o Governo, que é uma rede segura, uma rede com garantia contra vazamento, mas com essas condições de você não fazer conexão livre na Web, porque aí você, evidentemente, vai ficar vulnerável. Aliás, sobre essa questão de programas que deixam o Governo vulnerável, não sei se os senhores tiveram conhecimento, o governo da Suécia, por exemplo, proibiu usar aplicativo do Google dentro do ambiente de trabalho. Não pode usar, para não ter esse tipo de possibilidade de vazamento.

O Senador Suplicy me pede que fale sobre a conversa com o Embaixador. O Embaixador me ligou e pediu para conversar. Eu imediatamente marquei – se não me falha a memória, a idade vai chegando... – acho que foi na terça-feira; não, foi na segunda-feira, quando saíram as notícias. Segunda-feira, ele ligou de manhã e foi logo depois do almoço me visitar.

Resumidamente, na conversa, ele negou que houvesse qualquer convênio com empresas brasileiras para fornecimento de informações aos órgãos de segurança americanos. Ele disse que estava falando depois de consultar o seu país, foi uma comunicação orientada pelo Departamento de Estado, que também não tem, nunca teve, nenhuma base de coleta de dados aqui no Brasil, mas não negou que houvesse coleta dos chamados metadados, essa coisa de pegar basicamente o extrato telefônico, endereço de *e-mail*, quem mandou *e-mail* para quem.

Além disso, ele mencionou que, de acordo com critérios estabelecidos nos programas, outras informações mais detalhadas podem ser investigadas, ou seja, se eu liguei para a Senadora Ana Amélia, eles

têm lá um registro de ligação, mas não têm o conteúdo da conversa. Quando ele diz que pode aprofundar a investigação, é porque, provavelmente, tem tudo ali. Ele não disse isso, mas a nossa visão...

Também negou que isso fosse feito em território nacional porque eu lhe disse que mesmo coleta de metadados, saber quem ligou para quem, no Brasil é crime. É protegido. Ele disse que não, que não há esse tipo de trabalho aqui, que é nos pontos de troca de tráfico, enfim, com o objetivo de proteger a segurança. Então é isso.

A orientação que nós temos é a seguinte: o Ministro Patriota já falou aqui ontem, nós vamos solicitar por escrito esclarecimentos adicionais do governo americano e também foi oferecido que viesse para cá uma equipe de alto nível para dialogar conosco a respeito dessa questões, mas isso não foi, ainda, objeto de concordância do Governo brasileiro, quer dizer, nós queremos esclarecimentos primeiro para decidir se nós vamos fazer... Também é preciso definir que tipo de diálogo será esse, que conversa seria essa, uma conversa entre dois países é sempre bom haver uma precisão muito grande nos objetivos.

Sobre o Edward Snowden, eu concordo com V. Exª, acho que ele prestou um grande serviço ao mundo, porque nós tivemos oportunidade de saber detalhes de coisas que, repito, quase todo mundo já tinha ouvido falar, mas dessa vez ficamos sabendo de forma mais detalhada.

Aproveito para dizer que o fato de nós sabermos que há monitoramento, que há espionagem – até porque a espionagem deve ter começado quando se organizaram os primeiros Estados, na antiguidade, quando as primeiras civilizações se organizaram –, o fato de sabermos que existe espionagem não pode ficar parecendo que nós concordamos com essa bisbilhotagem em massa de quebrar sigilo e acessar a privacidade, violar o direito que o cidadão tem à correspondência, comunicação telefônica, *e-mail*, tudo isso. Não concordamos com isso de forma nenhuma.

O Senador Ferraço me perguntou sobre a ONU...

O SR. PRESIDENTE (Ricardo Ferraço. Bloco/PMDB – ES) – Por essa consideração que o senhor faz ao Sr. Snowden, se dependesse do senhor, o senhor daria asilo político a ele?

O SR. PAULO BERNARDO SILVA – Olha, eu não tenho competência para ser Ministro das Relações Exteriores. Portanto, vou me abster nesse pedaço... (*Risos.*)

O SR. EDUARDO SUPLICY (Bloco/PT – SP) – Mas, sobre a questão da possibilidade de uma potência estrangeira contribuir para a desestabilização, eu formulei a pergunta também.

O SR. PAULO BERNARDO SILVA – Acho perfeitamente factível, Senador.

O SR. EDUARDO SUPLICY (Bloco/PT – SP) – E que, portanto, é importante estarmos prevenindo, procurando também...

O SR. PAULO BERNARDO SILVA – Com certeza total. Acho que nós temos que tirar desses acontecimentos várias conclusões. Uma delas é que nós precisamos aumentar os nossos investimentos na produção de conhecimento nessa área, produzir mais ciência e tecnologia. Isso não se faz da noite para o dia. A Internet, quando foi desenvolvida, contou com maciços investimentos militares e de órgãos de segurança dos Estados Unidos. É evidente que nós precisamos também fazer esse tipo de investimento, para ter mais segurança, mais autonomia, mais independência.

Sobre a questão da ONU, Senador Ferraço, também vou me abster de dizer o que a Presidenta Dilma deve falar lá no seu discurso, na abertura da ONU. Mas o senhor perguntou e eu lembrei o seguinte: talvez o tema principal da Assembleia Geral da ONU neste ano seja sociedades da informação. Portanto, respondendo a sua pergunta – talvez eu leve uma bronca quando sair daqui – se seria adequado ela falar, eu acho que seria adequado falar, porque esse tema vai estar lá no debate. Vai começar, nesta Assembleia, a preparação da próxima grande conferência, que vai acontecer em 2015, sobre sociedade da informação, segurança da informação. Portanto, eu acho que todos vão discutir bastante isso nessa assembleia.

O SR. ANIBAL DINIZ (Bloco/PT – AC) – Seria o caso de convocar o Snowden como palestrante?

O SR. PAULO BERNARDO SILVA – Acho que ele não poderia. (*Risos.*)

A SRª ANA AMÉLIA (Bloco/PP – RS) – Pela ordem, Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Ricardo Ferraço. Bloco/PMDB – ES) – Pela ordem de inscrição, nós temos aqui a palavra ao Senador Sérgio, em seguida a Senadora Ana Amélia. Mas antes... V. Exª já está inscrita.

A SRª ANA AMÉLIA (Bloco/PP – RS) – Eu não quero me inscrever. É um pela ordem apenas.

O SR. PRESIDENTE (Ricardo Ferraço. Bloco/PMDB – ES) – Pela ordem, eu vou ouvir V. Exª.

A SRª VANESSA GRAZZIOTIN (Bloco/PCdoB – AM. *Fora do microfone.*) – O Ministro ainda não acabou de responder.

O SR. PRESIDENTE (Ricardo Ferraço. Bloco/PMDB – ES) – Sim, a palavra está com o Ministro.

V. Exª quer interromper o Ministro?

A SRª ANA AMÉLIA (Bloco/PP – RS) – Pela ordem. Eu não quero fazer inscrição. Eu quero apenas aproveitar, pela ordem,...

O SR. PRESIDENTE (Ricardo Ferraço. Bloco/PMDB – ES) – Pois não, Senadora.

A SRª ANA AMÉLIA (Bloco/PP – RS) – ... porque o Ministro reconheceu a relevância das declarações feitas por Edward Snowden. Mas eu quero referir, Presidente Ricardo Ferraço, que, numa das recentes Páginas Amarelas da revista *Veja*, numa competente entrevista, o Ministro Paulo Bernardo fez uma declaração que, para os jornalistas brasileiros, foi extremamente relevante, quando ele falou sobre a questão do Conselho de Comunicação, porque há sempre o temor de que isso sirva de amordaçamento sobre a mídia, em conteúdos.

Eu queria, primeiro, agradecer ao Ministro por essa posição tomada e lhe dizer que, graças à veiculação por um veículo de comunicação, o jornal *O Globo*, no caso, nós, o Brasil inteiro ficou sabendo do que houve de bisbilhotagem, ou espionagem, ou crime, como quiserem definir, em relação às declarações e à violação de privacidade dos brasileiros. Então, eu queria renovar aqui, pela oportunidade, a declaração do Ministro Paulo Bernardo em relação à matéria Conselho de Comunicação, para dizer de novo quão relevante é a liberdade de imprensa em toda a sua extensão.

Então, parabéns, Ministro. Falo isso como jornalista que, muitas vezes, no exercício ainda da atividade, entrevistei V. Exª nas matérias pertinentes a sua área. Então, cumprimento-o novamente. E, depois, se V. Exª quiser responder, se o Brasil está preparado, realmente, para enfrentar essa questão com tecnologia, para impedir e manter o sigilo das informações dos brasileiros.

Muito obrigada, Presidente Ricardo Ferraço.

O SR. PRESIDENTE (Ricardo Ferraço. Bloco/PMDB – ES) – Muito obrigado a V. Exª.

Devolvo a palavra ao Sr. Ministro.

O SR. PAULO BERNARDO SILVA – Muito obrigado, Senadora Ana Amélia. Aproveito para dizer também – eu mencionei um pouco na entrevista, eu não sabia dos fatos – que defendi que as pessoas têm todo o direito de aproveitar aquele conceito amplo de liberdade que têm na Internet para navegar e comunicar e fazer negócios – as grandes empresas fazem negócios e tudo o mais –, sem serem molestadas na sua privacidade, sem terem seus direitos violados, como acontece hoje em dia, segundo nos dão conta as notícias.

Aliás, a Senadora Grazziotin falou também disto, da interferência na vida das pessoas e das empresas, e V. Exª até me lembrou de falar uma coisa que também acho importante e relevante: nós não podemos acreditar que quem está fazendo esses sistemas de monitoramento e espionagem esteja interessado em saber se a senhora ligou algum dia para o Ministério, ou se eu liguei aqui para o Senado. Acho que não se trata disso. Acho que é muito mais um monitoramento de caráter político geral e talvez até de espionagem industrial e espionagem comercial.

Foi citado aqui o caso da Raytheon e vários outros. Eu acho que, com certeza, há componentes importantes aí de guerras comerciais e de tentativas de burlar concorrência, coisas como essa. Portanto, ampliam-se os malefícios que nós estamos apontando aqui desde o começo. Quer dizer, além de violarem-se os direitos do cidadão, acabam-se violando as regras de convivência democrática, inclusive no mercado.

Eu acho, Senadores, que a grande questão que nós temos de trabalhar é que a Internet é um mecanismo mundial. Ela tem de ser governada por um conjunto de tratados de governança, que, no caso inclusive, não é só dos países; a sociedade também participa ativamente, como aqui nós temos o modelo multilateral e multissetorial, que eu acho importante. Então, é preciso ter uma discussão sobre isso.

A SRª VANESSA GRAZZIOTIN (Bloco/PCdoB – AM) – E o Governo não tem nem maioria, não é, Ministro?

O SR. PAULO BERNARDO SILVA – Não tem maioria.

A SRª VANESSA GRAZZIOTIN (Bloco/PCdoB – AM) – Não tem nem maioria no CGI (Comitê Gestor de Internet).

O SR. PAULO BERNARDO SILVA – Não tem maioria. E funcionamos bem lá. Brigamos de vez em quando, mas funcionamos de forma democrática.

Então, eu acho que essa questão da governança pode ser o grande saldo de os países, em grande maioria, assumirem a defesa de uma mudança na governança.

Eu vi um extrato do livro do Larry Page, que é o presidente do Conselho de Administração do Google, e Eric Schmidt também. São dois executivos do Google, e eles fazem várias afirmações sobre o futuro da Internet, as possibilidades, etc., e dizem o seguinte: "Se houver uma ameaça de países quererem monitorar, Estados quererem interferir na vida da Internet, vai acabar havendo um fracionamento para fronteiras nacionais da Internet." Ou seja, vai haver uma Inter-

net da Rússia, uma Internet da China, uma Internet do Brasil; portanto, não vai ser mais uma Internet, na verdade. E é bem interessante que ele escreveu isso já há algum tempo. O livro está circulando, acho que não em português, mas há o livro em formato eletrônico e também nas livrarias. Se alguém quiser depois, nós recomendamos. É bem interessante uma leitura desse prognóstico, provavelmente, feito no passado. Ele estava fazendo uma previsão do que já estava acontecendo. É bem interessante isso.

O SR. PRESIDENTE (Ricardo Ferraço. Bloco/PMDB – ES) – Concedo a palavra ao Senador Sérgio Souza e, em seguida, se o desejarem, ao Senador Francisco Dornelles e à Senadora Ana Amélia.

O SR. SÉRGIO SOUZA (Bloco/PMDB – PR) – Sr. Presidente, Sr. Ministro Paulo Bernardo, Srªs e Srs. Senadores, bom dia.

Sr. Ministro, eu acho que, neste momento, o que preocupa a sociedade brasileira e o Estado brasileiro é sentir-se vulnerável. Mas isso dá sinais... Veja-se a importância desse cidadão, desse Snowden. Ele alertou o mundo de que nós precisamos caminhar para aquilo que V. Exª disse: para haver uma normatização internacional, uma regra que valha em todos os países e que deixe muito claro como é que vamos tratar esse mundo da Internet.

Mas, no Brasil, nós temos algumas teorias que podemos até, em alguns casos, chamar de teoria da conspiração. Por exemplo, nós temos uma matriz energética fantástica, a hidroeletricidade. Contudo, alguns países fazem um *lobby* enorme, dentro do Brasil, dizendo que a energia boa, a energia limpa, é a solar. E fazem isso para vender as placas fotovoltaicas. Inclusive, os jornais internacionais, nesta semana, noticiam que um desses países chegou a 60% de sua matriz energética com base em geração solar e eólica. E, depois, quando precisamos fazer as nossas usinas, temos toda uma dificuldade, porque há toda uma cadeia de organismos internacionais fazendo uma política negativa ao nosso sistema energético, de modo que nós não conseguimos avançar e encontramos algumas dificuldades, como, por exemplo, em Belo Monte, onde, há anos, não avançamos por uma série de razões.

Quando nós vamos para o campo da vigilância de tendências, de uma espionagem ultramoderna, via Internet, o monitoramento que se faz é temeroso, se nós imaginarmos... E parece que é fato, porque nós sabemos muito bem como os americanos agem com respeito à espionagem. Nós vemos isso em filmes, lemos nos livros, até nos desenho animados infantis, já desde o primeiro momento da vida, nós nos deparamos com essa situação de que os americanos – e, antes, os russos – são *experts* em espionagem. E eles estão organizando, hoje, um modelo de espionagem temeroso, uma vez que manipula diretamente as tendências de mercado, vê qual é a nossa vocação e, talvez, influencie até no crescimento ou no retrocesso econômico de algum país sob os interesses comerciais dos Estados Unidos da América.

Os Estados Unidos promovem, em muitos casos, ações internacionais pensando no seu comércio, na incursão ou na colocação das suas empresas no comércio internacional. Isso é fato!

Agora, até onde se poderia – e eu sei que é um pouco da pergunta que foi feita pelo Senador Eduardo Supllcy – buscar desestabilizar um governo? O Brasil é um país que cresce; o Brasil é, hoje, a sexta ou sétima maior economia global; é um país que faz parte daquele grupo de quatro ou cinco que são considerados países em desenvolvimento e que, por isso mesmo, passam a incomodar. Vejam que, no campo agropecuário, nós somos, hoje, já o segundo maior produtor mundial de alimentos, nós que éramos importadores de alimentos há quatro ou cinco décadas.

O que o governo pode fazer internamente, além, é lógico, de buscar os organismos internacionais? Eu vi que a Câmara dos Deputados aprovou um ato de repúdio; o Senado também caminhou na mesma linha, mas isso não é o suficiente! Então, efetivamente, o que se pode fazer para dar proteção ao cidadão?

Como V. Exª bem colocou, o monitoramento de que o Senador A ou que a pessoa A ligou para uma pessoa B em algum lugar do Planeta, tudo bem; mas o conteúdo da conversa, não, a não ser que tenha sido gravada. Já o conteúdo dos dados não se apaga. A mensagem que o cidadão, que qualquer pessoa no Planeta manda de um celular para outro ou um *e-mail* que manda não se apagam nunca mais. Por mais que você apague do seu aparelho, isso fica guardado em algum lugar, e esse lugar é lá, nos Estados Unidos. Nós sabemos, mais ou menos, como é que funciona isso.

Nós temos aqui o CGI, que exerce um controle sobre registros de *e-mails*, de páginas eletrônicas, mas não sobre dados – somente de registros. Até, inclusive, há um requerimento, de minha autoria, para a realização de uma audiência pública na CCT a fim de tratarmos desse tema para entendermos um pouco melhor como é que funciona essa questão dos registros.

Então, Sr. Ministro, eu estou muito preocupado; eu acho que o episódio mostrou a vulnerabilidade do País. E não é de hoje; nós estamos falando de atos de espionagem de anos atrás. Não sabemos, de lá para

cá, realmente o que aconteceu. Isso não expõe uma fragilidade do Brasil no sentido de que nós não temos capacidade de monitorar um pouco melhor isso? Nós não precisamos mostrar um pouco mais aos chefes de estado do mundo que temos autonomia interna e que não admitimos invasões dessa forma? Como é que nós vamos proteger o cidadão brasileiro para que esses dados, armazenados lá em prédios enormes nos Estados Unidos da América, não sejam usados contra o cidadão brasileiro?

A minha reflexão, Sr. Presidente, Srªs e Srs. Senadores, é nesse sentido. Muito obrigado.

O SR. PRESIDENTE (Ricardo Ferraço. Bloco/PMDB – ES) – Quero aproveitar a oportunidade de quórum. Vamos fazer uma reunião nos próximos dias para ouvir o setor privado, empresas que eventualmente foram citadas pelo Sr. Snowden por terem facilitado eventualmente essa rede.

Já aprovamos alguns requerimentos, mas há requerimento para aprovarmos também o convite à empresa Level3, que adquiriu a Global Crossing, citada pelo Sr. Snowden.

Quero submeter não apenas o convite à Global Crossing, mas também à Booz Allen.

REQUERIMENTO DA COMISSÃO DE RELAÇÕES EXTERIORES E DEFESA NACIONAL
Nº 62, DE 2013

Requeiro, nos termos regimentais, a realização de Audiência Pública perante esta Comissão de Relações Exteriores e Defesa Nacional, com o objetivo discutir e prestar esclarecimentos acerca de denúncias veiculadas na imprensa nacional sobre a rede de espionagem montada em Brasília pelo Governo dos Estados Unidos, que monitoraram milhões de e-mails e ligações de brasileiros. Para tanto, recomendo a presença dos seguintes convidados: Representante da empresa Level 3 Communications, no Brasil; Representante da empresa Booz Allen Hamilton, no Brasil;
Autoria: Senador Ricardo Ferraço

Em discussão esse requerimento.

As Srªs e os Srs. Senadores que estiverem de acordo permaneçam como se encontram. (*Pausa.*)

Aprovado o requerimento de convite a essas empresas.

A SRª VANESSA GRAZZIOTIN (Bloco/PCdoB – AM) – Se V. Exª me permite, não me recordo de ter ouvido a resposta em relação aos contratos que possivelmente possa ter havido entre a Booz Allen e o Ministério de Telecomunicações no Brasil em algum período.

O SR. PRESIDENTE (Ricardo Ferraço. Bloco/PMDB – ES) – Com a palavra S. Exª o Ministro Paulo Bernardo.

O SR. PAULO BERNARDO SILVA – Senador, aproveitei enquanto V. Exª estava distraído e consultei os universitários ali, alguns assessores. Não, não temos nenhum contrato, nos últimos dez anos com a Booz Allen. Isso não quer dizer que não possa ter havido. Preciso verificar melhor e envio para esta Comissão.

O SR. PRESIDENTE (Ricardo Ferraço. Bloco/PMDB – ES) – De igual forma também, desejo aproveitar o quórum para submeter outro requerimento à Comissão.

Considerando o inquérito aberto pela Polícia Federal, a sugestão é que nós pudéssemos deliberar sobre esses requerimentos e deixá-los sobrestados para uma nova oportunidade.

Trata-se de requerimento convidando o Sr. Ministro José Eduardo Cardozo, que me parece é o coordenador do grupo de trabalho multissetorial.

REQUERIMENTO DA COMISSÃO DE RELAÇÕES EXTERIORES E DEFESA NACIONAL
Nº 63, DE 2013

Requeiro, nos termos regimentais, a realização de Audiência Pública perante esta Comissão de Relações Exteriores e Defesa Nacional, com o objetivo discutir e prestar esclarecimentos acerca de denúncias veiculadas na imprensa nacional sobre a rede de espionagem montada em Brasília pelo Governo dos Estados Unidos, que monitoraram milhões de e-mails e ligações de brasileiros. Para tanto, recomendo a presença do senhor José Eduardo Cardozo, Ministro da Justiça.
Autoria: Senador Ricardo Ferraço

As Srªs e os Srs. Senadores que o aprovam permaneçam como se encontram. (*Pausa.*)

Aprovado.

A palavra é de S. Exª a Senadora Ana Amélia, se o desejar, claro.

A SRª ANA AMÉLIA (Bloco/PP – RS) – Apenas me chamou a atenção – bem rapidamente, Ministro – o fato de o Presidente da Anatel, na audiência que houve na Câmara dos Deputados, dizer que não há nenhuma

segurança nem para Presidente da República sobre o sigilo dos dados relacionados à individualidade, à pessoa da Presidente.

Aqui, ontem, na audiência pública que tivemos – muito rica, por sinal – o General José Elito, da Segurança Institucional, disse que há um sistema, sim, de segurança para o patrimônio do País, para as questões de Estado. Por exemplo: Banco do Brasil, Banco Central, Petrobras; e aí eu perguntei a ele como fica o cidadão nesse processo.

Ora, se o Presidente da Anatel, a agência reguladora que cuida das questões relacionadas às informações das telecomunicações – aí incluída a Internet – não garante a privacidade de dados pessoas da Presidente da República ou de seus Ministros, como fica o cidadão brasileiro nesse episódio?

E, sinteticamente, se o Governo já tem um plano de ação de reforço em segurança tecnológica. Se temos, nós no Brasil, tecnologia suficiente para dar a segurança e a proteção necessária no acesso a tais informações que agora foram desvendadas espionagem feita por duas agências dos Estados Unidos.

Muito obrigada.

O SR. PRESIDENTE (Ricardo Ferraço. Bloco/PMDB – ES) – Sr. Ministro, a palavra é de V. Exª.

Antes, vamos ouvir o nosso querido Senador Francisco Dornelles.

O SR. FRANCISCO DORNELLES (Bloco/PP – RJ) – Sr. Presidente, Sr. Ministro, o Jornalista Elio Gaspari, em outras palavras, com a competência que todos lhe reconhecem, afirma que o Snowden popularizou o óbvio ululante. Ou seja: que os Estados Unidos sempre monitorou e controlou o sistema de informações no mundo. Mas é importante que isso foi popularizado, e os governos de todos os países tomaram consciência dessa realidade e vão administrar esse fato.

Quero apenas cumprimentar V. Exª pela exposição e dizer que a sua presença no Ministério das Comunicações dá muita segurança de que esse fato vai ser administrado com muita seriedade, com muita serenidade, com muita firmeza, porque muitas vezes se tomam atitudes no Brasil que realmente são inacreditáveis.

Eu quero dizer a V. Exª que consegui, durante seis anos, impedir a assinatura de troca de informações entre o Brasil e os Estados Unidos, em que se deu às autoridades fiscais americanas poder de exercer, junto a empresas brasileiras e cidadãos brasileiros, poderes que nem o Ministério Público do Brasil tem, de qualquer maneira, sob o fundamento de que era necessário, de que estava dentro de um quadro de relacionamento Brasil/Estados Unidos. De modo que a presença de V. Exª no Ministério das Comunicações é uma segurança de que esse fato vai ser tratado com muita serenidade, mas também com muita firmeza e muita profundidade.

Parabéns, Ministro.

O SR. PRESIDENTE (Ricardo Ferraço. Bloco/PMDB – ES) – Com a palavra, o Sr. Ministro, para as suas considerações finais.

O SR. PAULO BERNARDO SILVA – Bem, o Senador Sérgio Souza levantou várias questões, e quero concordar com V. Exª.

Na questão das concorrências por tecnologia, e ele citou a da área de energia, isso acontece direto. Olha, quando fizemos o leilão de 4G e colocamos a necessidade de fabricar equipamentos – não é ter tecnologia produzida aqui, no Brasil, mas fabricar equipamentos, inicialmente ter 10% de conteúdo desenvolvido no Brasil, e vai aumentar no ano que vem para 20% –, foi uma pressão imensa sobre nós. O Senado sabe disso. Os Estados Unidos soltaram documentos pedindo explicações na OMC, aliás, tudo legítimo, nada de errado, e nós demos os esclarecimentos.

Eu tive uma reunião com a Comissária de Ciências e Tecnologia da Europa, Nelly Kroes, e ela também reclamou veementemente sobre isso. Conversamos por uma hora, e, por quase 50 minutos, sobre esse tema. Por quê? Porque estávamos colocando a possibilidade de começar a fazer desenvolvimento de tecnologia nessa área.

O Brasil – e próprio Embaixador Shannon mencionou isso – é um grande mercado nessa área. Nós somos o quarto maior mercado de telecomunicações do mundo hoje. Somos o terceiro maior mercado de computadores pessoais, quarto mercado em televisores, quarto mercado em *games*, então, o Brasil tem uma posição prioritária..Até o jornal falou: "O Brasil é um grande alvo." É um grande alvo porque tem um tamanho diferente de outros países.

V. Exªs levantam questões sobre a fragilidade eventual. Ontem, o Ministro Celso Amorim falou disso, e a Senadora Ana Amélia me pergunta se o presidente da Anatel falou sobre a Presidente da República, sobre a segurança nas suas comunicações. A verdade é a seguinte: se nós quisermos uma segurança total, se for via computador, tem que ser uma rede absolutamente segura, e isso só se faz em uma escala. Por exemplo, uma corporação, uma empresa faz uma rede corporativa segura. Na hora em que ela se comunica com o exterior, esqueça. A senhora está perguntando se as ligações da Presidente da República podem sofrer qualquer problema. Ela me liga comumente do celular, quer dizer, então... Há até um mecanismo de ligação segura com criptografia, e todos os Ministros têm isso no gabinete. Se a Presidenta quiser ligar de forma mais segura, com criptografia... eu já recebi várias ligações, e é o técnico querendo saber se o telefone está funcionando, porque ela sempre ligou do outro telefone. Eu até dei uma entrevista para uma rádio por

esses dias, e o pessoal falou: "Mas como é que faz?" Eu falei: "Olha, a Presidente me fala coisas que, se alguém ouvir, pode me causar um constrangimento, por exemplo, se me der uma bronca por telefone e se chegar ao conhecimento do Senado, eu posso ser convocado aqui para explicar a bronca". Não tem segredo. Quem precisa falar de questões absolutamente importantes e que não quer revelar tem que procurar se proteger, porque os sistemas públicos – é evidente, todo mundo já sabia disso e agora sabemos mais ainda – são totalmente vulneráveis.

Quando é uma comunicação corriqueira, se o Presidente ligar para a senhora, vai ligar para um telefone normal, então é perfeitamente possível que isso seja exposto, mas também não haverá problema nenhum na conversa.

E o Senador Dornelles acrescentou coisas importantes. E uma que destaco é que os Estados Unidos costumam fazer legislações internas que têm repercussões em outros países.

Por exemplo, lei sobre corrupção, a possibilidade de uma empresa praticar corrupção; há uma lei americana que pode alcançar cidadãos de outros países. Se alguém aqui praticar um ato de corrupção com uma empresa que atua nos Estados Unidos, pode ser alcançado por essa lei; pode não ser alcançado aqui, mas, se for para lá, terá que cumprir o que a lei determinar.

É evidente que temos sempre que discutir, e V. Exª tem toda a razão, tem que ver o alcance disso para o País. No caso da Internet, é mais grave ainda, porque as regras são totalmente estipuladas por eles, totalmente controladas por eles. Então, por isso, estamos dizendo há bastante tempo que precisamos ter uma governança multilateral e até multissetorial. Não é fácil fazer isso, porque eles resistem muito, mas temos que falar, temos que discutir, convencer. Uma hora, teremos que mudar, ou a Internet vai acabar sendo vista como ameaça. Os países começarão a se defender, os cidadãos começarão a se defender.

Até mencionei, na mesma entrevista de rádio: pode acontecer uma coisa péssima que é o fato de as pessoas, com medo de estarem sendo monitoradas e vigiadas, começarem a se censurar. Então, não posso fazer mais uma determinada brincadeira, mandar um *e-mail* para aquela pessoa; isso significa que estaremos caminhando para um Estado totalitário, para uma ordem parecida com aquela que George Orwell descreveu na sua ficção profética, lá na década de 40. Acho que é disso que estamos falando. Então não podemos, Senador Dornelles – concordo com V. Exª, não vamos resolver isso com bravata, esbravejando – deixar de dizer que não concordamos com isso, que precisamos tratar e resolver, e isso é inaceitável.

Com certeza.

O SR. RICARDO FERRAÇO (Bloco/PMDB – ES) – De qualquer maneira, Sr. Ministro, fica a impressão clara de que precisamos elevar o tom nos fóruns internacionais para criar todo tipo de constrangimento. A vulnerabilidade do nosso País está exposta, mas nem por isso precisamos ou deixamos de manifestar a nossa indignação. E esta Comissão continuará acompanhando o passo a passo do grupo de trabalho que o Poder Executivo constituiu, visando não apenas a investigação dos fatos, mas a estruturação de um programa de trabalho que nos garanta confiança mínima de que as nossas relações, os nossos sigilos individuais, o nosso direito universal está garantido até porque são direitos que não estão apenas nas nossas constituições, está também na Declaração Universal dos Direitos Humanos. Portanto, não há como acharmos que isso é normal, que isso é simples, que é assim mesmo. Não! Precisamos continuar manifestando a nossa indignação e vamos continuar apurando, investigando, todos esses fatos para que possam ser clareados.

Na verdade, essa é uma grande oportunidade, para que, à luz dessa transparência, possamos acompanhar e chegar às conclusões.

Parece-me que a Senadora Vanessa pede ansiosamente a palavra. Darei a palavra a V. Exª.

A SRª VANESSA GRAZZIOTIN (Bloco/PCdoB – AM) – Nem tão ansiosa assim, mas é apenas para corroborar com V. Exª, Presidente, e comunicar aqui ao Ministro Paulo Bernardo que tomamos a iniciativa de apresentar, sugerir ao Senador uma CPI. Tivemos mais de 40 assinaturas e foi lida – não ontem, essa madrugada – a CPI, que aguarda somente a indicação dos nomes pelos partidos políticos.

Acho, Senador Ferraço, que esses trabalhos que estão sendo desenvolvidos pela Comissão – e tenho muita honra de estar aqui – coordenados por V. Exª, ajudarão muito, e, sem dúvida nenhuma, pela experiência que V. Exª tem, trarão uma grande contribuição para todas as investigações que a Casa possa realizar.

O SR. PRESIDENTE (Ricardo Ferraço. Bloco/PMDB – ES) – É Importante registrar que essa iniciativa vem em linha com o que está acontecendo no Parlamento europeu.

O Parlamento europeu também constituiu comissão de investigação porque não apenas o Brasil foi violado, mas um conjunto de países da Europa também foi violado. De modo que estamos agindo em linha com aquilo que está acontecendo nos parlamentos mundo afora.

Agradeço muito, Sr. Ministro, a presença de V. Exª aqui na Comissão de Relações Exteriores e Defesa Nacional.

Não havendo mais nada a tratar, vamos encerrar a presente reunião.

Muito obrigado.

(Iniciada às 10 horas e 33 minutos, a reunião é encerrada às 12 horas e 34 minutos)

COMISSÃO DE RELAÇÕES EXTERIORES
E DEFESA NACIONAL

ATA DA 30ª REUNIÃO, EXTRAORDINÁRIA, DA COMISSÃO DE RELAÇÕES EXTERIORES E DEFESA NACIONAL DA 3ª SESSÃO LEGISLATIVA ORDINÁRIA DA 54ª LEGISLATURA, REALIZADA EM 06 DE AGOSTO DE 2013, TERÇA-FEIRA, ÀS 14H30, NO PLENÁRIO 7 DA ALA SENADOR ALEXANDRE COSTA.

Às catorze horas e vinte e um minutos do dia seis de agosto de dois mil e treze, no plenário sete, sob a Presidência do Senhor Senador **Ricardo Ferraço**, reúne-se a Comissão de Relações Exteriores e Defesa Nacional. Presentes os seguintes parlamentares: **Senador Eduardo Suplicy, Senadora Vanessa Grazziotin, Senador Cyro Miranda, Senador Randolfe Rodrigues, Senador Lindbergh Farias, Senador Roberto Requião, Senador Flexa Ribeiro e Senador Cícero Lucena; e os Deputados Carlos Zarattini, Nelson Pellegrino, Deputada Íris de Araújo, Deputado Eduardo Azeredo, Alfredo Sirkis, Ivan Valente e Ricardo Tripoli.** Deixam de comparecer os demais Senadores. Tem início a apreciação da **PAUTA: AUDIÊNCIA PÚBLICA** destinada à discussão e prestação de esclarecimentos acerca de denúncias veiculadas na imprensa nacional sobre rede de espionagem montada em Brasília pelo Governo dos Estados Unidos, que monitorou mensagens de e-mails e telefonemas de brasileiros, em atendimento aos RRE nº 48 e 56, de 2013 – CRE. O Presidente faz pronunciamento referente ao tema desta reunião. O Presidente convida a compor a Mesa o Deputado Nelson Pellegrino, Presidente da Comissão de Relações Exteriores e de Defesa Nacional da Câmara dos Deputados. Então, o Presidente convida a compor a Mesa o jornalista **Glenn Greenwald**. O Presidente concede a palavra ao Deputado Nelson Pellegrino, que faz seu pronunciamento sobre o tema desta Audiência Pública. O presidente concede a palavra ao convidado, que faz sua exposição. O Presidente e o Deputado Nelson Pellegrino apresentam seus questionamentos ao jornalista Glenn Greenwald, que os responde. Em seguida, usam a palavra os Senhores Parlamentares: Senadora Vanessa Grazziotin, Senador Lindbergh Farias, Deputado Carlos Zaratini, Deputado Alfredo Sirkis, Senador Roberto Requião e Deputado Ivan Valente. O jornalista convidado responde os questionamentos e faz suas considerações finais. Usam a palavra os seguintes Parlamentares: Deputado Carlos Zaratini, Ricardo Tripoli, Deputado Eduardo Azeredo, Senadora Vanessa Grazziotin, Deputado Alfredo Sirkis e Deputado Ivan Valente. Item EXTRAPAUTA: **REQUERIMENTO Nº 64, DE 2013,** de autoria do Senador Lindbergh Farias e Eduardo Suplicy, que "requeiro, nos termos do artigo 222 do Regimento Interno, seja apresentado voto de louvor ao cidadão norte-americano Edward Joseph Snowden e ao jornal britânico *The Guardian*, na pessoa de seu correspondente Glenn Greenwald, por terem revelado ao mundo o esquema internacional de espionagem do governo dos EUA, que viola sistematicamente o direito à privacidade e à inviolabilidade das correspondências, consagrado em diversas convenções internacionais". Lido o Requerimento. Nada havendo mais a tratar, a Reunião é encerrada às dezesseis horas e cinquenta e sete minutos, lavrando, eu, José Alexandre Girão Mota da Silva, Secretário da Comissão, a presente Ata, que, lida e aprovada, será assinada pelo Presidente e publicada, juntamente com a íntegra das Notas Taquigráficas, no Diário do Senado Federal.

Senador **Ricardo Ferraço,** Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Ricardo Ferraço. Bloco Maioria/PMDB – ES) – Boa tarde, senhoras e senhores.

A presente reunião destina-se a audiência pública com o advogado, escritor e jornalista Glenn Greenwald, colunista do jornal *The Guardian*, conforme requerimento aprovado nesta Comissão.

Como é do conhecimento de todos que de forma direta têm acompanhado esse assunto, foi o Sr. Glenn Greenwald quem recebeu do ex-técnico da Agência de Segurança Nacional dos Estados Unidos Edward Snowden os documentos secretos que revelaram ao mundo o esquema global de espionagem telefônica e eletrônica da Agência Nacional de Segurança do governo dos Estados Unidos da América. Ao todo, são mais de cinco mil documentos.

O Brasil era um dos principais alvos dessa rede de espionagem – era ou é, ainda não podemos afirmar.

O certo é que milhões e milhões de brasileiros e estrangeiros em trânsito pelo Brasil, instituições e empresas sediadas no País tiveram violada a privacidade de seus *e-mails*, ligações telefônicas e acessos à Internet. Os escritórios da Embaixada do Brasil em Washington e da missão brasileira nas Nações Unidas, em Nova York, teriam também sido alvos de algum tipo de espionagem por parte da Agência Nacional de Segurança.

E o mais grave: Brasília teria abrigado um dos 16 centros de espionagem por satélites montados ao redor do mundo pela Agência Nacional de Segurança e pela Agência Central de Inteligência do governo dos Estados Unidos da América.

Cobrado pelas autoridades brasileiras, o Embaixador americano Thomas Shannon negou a coleta de informações em nosso território e admitiu apenas a

filtragem de metadados nas conexões com as supervias da Internet.

A versão oficial, evidentemente, não convenceu, até porque, aos poucos, novas e graves informações foram surgindo ao longo desse tempo. Novas.

Se, com o programa PRISM, a NSA pode acessar os servidores de grandes empresas de Internet, como Google, Facebook e Skype, e a legislação americana não exige qualquer permissão judicial para que estrangeiros sejam investigados eletronicamente, o alcance de outro programa usado pela Agência, o XKeyscore, revelou-se ainda mais amplo.

Não deixa de ser assustador. Esse programa, segundo documentos vazados por Snowden, tem acesso a 700 servidores em 150 pontos do mundo, inclusive no Brasil. Com o IP do computador ou o endereço eletrônico de qualquer pessoa, é possível vigiar praticamente todas as suas atividades na rede – *e-mails*, buscas, redes sociais, *chats*, histórico de navegação, etc. –, sem autorização da Justiça nem nada.

A intensificação das parcerias corporativas da NSA também é alarmante, e isso envolve empresas como a Motorola, Cisco, IBM, Intel, Microsoft, Yahoo, Google, Facebook, Youtube, AOL e Skype, entre outras.

Algumas dessas empresas já vieram a público garantir que só liberam informações ao governo sob ordem judicial, mas há ainda muito o que averiguar sobre essas eventuais parcerias.

Vale ressaltar que a Constituição norte-americana, a Declaração Universal de Direitos Humanos e numerosos estatutos e tratados internacionais proíbem sistemas de vigilância maciça.

Como declarou o próprio Snowden, o imoral não pode ser tornado moral por meio de leis secretas, tomadas em tribunais secretos.

Novas denúncias, publicadas nos últimos dias, mostram que os Estados Unidos teriam espionado ao menos oito países – entre eles, o Brasil – para aprovar sanções contra o Irã, no Conselho de Segurança da ONU, em 2010. Também teriam pagado cem milhões de libras ao centro de escutas britânico GCHQ nos últimos três anos, para trabalho conjunto de espionagem digital. Parceria semelhante teria sido firmada com a agência de inteligência alemã BND.

Neste último final de semana, foi divulgada uma carta em que o Embaixador Thomas Shannon, então secretário-assistente de Estado, deixa claro que a espionagem de *e-mails* e ligações telefônicas orientou o governo americano na V Cúpula das Américas, em 2009.

A vulnerabilidade do nosso sistema de telecomunicações é reconhecida inclusive pelos Ministros da Defesa e das Comunicações, já ouvidos por esta Comissão. Dependemos de satélites, redes, equipamentos e *softwares* externos para manter nosso fluxo de dados. A operação das telecomunicações brasileiras é dominada por companhias estrangeiras. Pagamos cerca de US$650 milhões por ano pelo acesso de nossas redes às supervias da Internet, a partir de pontos de troca de tráfego instalados nos Estados Unidos.

Não se sabe – pelo menos por enquanto – quais empresas de telecomunicações sediadas no Brasil tiveram ou têm seus dados direcionados para a Agência Nacional de Segurança, nem se essas empresas têm algum tipo de responsabilidade no esquema de espionagem.

Mas nosso convidado, o Sr. Glenn, já declarou que há documentos com informações ainda mais explosivas. Reveladas, elas poderiam se tornar, segundo ele, o "pior pesadelo" dos Estados Unidos. Haveria, inclusive, diagramas sigilosos de operações futuras da Agência de Segurança. Essas informações só seriam divulgadas caso acontecesse – melhor dizendo, caso aconteça – alguma coisa com o Sr. Edward Snowden, asilado temporariamente na Rússia.

Portanto, diante do peso dessas revelações, do assombro e da indignação por elas provocados, começamos esta audiência pública, após ouvirmos em linha o Ministro da Defesa, Celso Amorim, e o Ministro das Comunicações, Paulo Bernardo, e o Chanceler Antonio Patriota.

Agradecemos, uma vez mais, a presença do jornalista Glenn Greenwald e reiteramos também, uma vez mais, não ser admissível esse tipo de intromissão abusiva em nosso País. A espionagem digital precisa ser tratada não apenas como crime cibernético, mas como atentado evidentemente a nossa soberania, ao nosso Estado de direito democrático e a nossa democracia.

Convido para que possa estar conosco, compartilhando da direção dos trabalhos, o Deputado Nelson Pellegrino, Presidente da Comissão de Relações Exteriores e Defesa Nacional, considerando que esta é uma reunião conjunta do Senado da República e da Câmara dos Deputados.

Convido o escritor e jornalista Greenwald para que possa sentar-se à mesa para que possamos iniciar o nosso diálogo em torno do tema já esboçado aqui na nossa fala preliminar. (*Pausa.*)

Agradecendo mais uma vez a presença do jornalista Greenwald, gostaríamos de passar a palavra, pelo tempo que julgar necessário, a V. Sª para que possa discorrer sobre esse trabalho de investigação que foi coordenado e liderado por V. Srª, ao longo das últimas semanas, em que teve oportunidade, ou ainda está tendo, de contatos com o Sr. Snowden, que cha-

mou a atenção do mundo pelas graves revelações de espionagem em nosso País.

Antes, gostaria de consultar o Deputado Nelson Pellegrino se ele deseja, na abertura dos trabalhos, fazer alguma manifestação.

O SR. NELSON PELLEGRINO (PT – BA) – Boa tarde a todos, Senadores e Senadoras aqui presentes.

Queria cumprimentar o Presidente da nossa Comissão de Relações Exteriores do Senado, Senador Ricardo Ferraço, e o Sr. Greenwald. Quero agradecer a sua presença aqui.

Já tínhamos aprovado também na Comissão de Relações Exteriores da Câmara e na Comissão Mista de Controle dos Trabalhos de Inteligência do Congresso Nacional um requerimento para ouvir V. Sª. É um prazer muito grande. Depois da sua fala inicial, tanto o Senador Ricardo Ferraço como eu gostaríamos de formular questionamentos. Tenho certeza de que o seu depoimento aqui adicionará fatos novos aos que já foram revelados por sucessivas reportagens de diversos órgãos no mundo inteiro e aqui no Brasil, com a colaboração de V. Sª. Portanto, estamos todos muito ansiosos para ouvir o seu relato, a sua fala.

Queria agradecer e passo a palavra ao nosso Presidente para que possa repassá-la a V. Sª.

Muito obrigado!

O SR. PRESIDENTE (Ricardo Ferraço. Bloco Maioria/PMDB – ES) – A palavra é de V. Sª, pelo tempo que julgar necessário.

O SR. GLENN GREENWALD – Obrigado.

Boa tarde a todos.

Primeira coisa, muito obrigado ao Senador e à Comissão pelo convite. Estou muito feliz pela oportunidade de discutir a minha reportagem sobre a espionagem do governo dos Estados Unidos.

O principal motivo da minha reportagem é o mesmo motivo do Edward Snowden para me dar esses documentos. Esse motivo é mais ou menos simples: para informar o mundo, não só americanos, mas o mundo todo, do que está acontecendo com a privacidade deles com esse sistema de espionagem que o governo americano está construindo em segredo. Acho que tem consequências muito grandes. Dependendo do que a gente acha, a gente está apoiando essa espionagem ou está contra essa espionagem. Acho muito importante que todas as pessoas no mundo saibam e entendam o que está acontecendo com essa espionagem, pelo menos para debater ou para se informar, para fortalecer a democracia, para decidir o que queiramos fazer sobre isso.

A segunda coisa: vou tentar muito evitar erros no meu português, mas, com certeza, vou fazer muitos erros também. Espero que possam aguentar isso. Se alguém quiser que eu repita alguma coisa, é só me pedir e faço sem problemas.

O assunto da espionagem digital é mais ou menos complexo. Há muitas coisas complicadas e difíceis para entender. Demora muito para ler todos os documentos para entender e fazer a reportagem.

O ponto principal que acho que é o mais importante para se entender é mais ou menos simples. Esse ponto é que o objetivo do governo dos Estados Unidos é muito claro. O objetivo é eliminar a privacidade de todo mundo. É impossível comunicar com outras pessoas, com máquinas e sistema eletrônicos, sem os Estados Unidos coletarem essa comunicação e sem o poder para invadir qualquer comunicação que o governo americano queira invadir em qualquer minuto.

Esse objetivo não é só na teoria. Já está acontecendo. O sistema que está sendo construído e que está quase completo tem muito poder para coletar quase todas as comunicações eletrônicas, quase todas as atividades na Internet, não só para americanos, mas para todo mundo.

Acho que as consequências da eliminação de privacidade são difíceis para se entender, para pensar, para analisar, mas é muito importante entender que vai haver um grande impacto em todo o país na mobilidade da população para fazer manifestações. A organização política contra o Governo é muito diminuída quando se está sem privacidade. Também acho que a balança do poder muda muito quando há um Estado que pode saber todas as coisas de outros Estados, de outras nações, de outros países. Estou falando que esse país vai ficar com muito mais poder do que todos os outros países. Acho que essa consequência é muito grande também.

Finalmente, talvez o que seja mais importante é que a qualidade de vida do indivíduo muda muito quando a gente perde toda a privacidade. Às vezes, é difícil entender o porquê, mas há muitas pesquisas em muitas faculdades mostrando que o comportamento das pessoas muda muito quando elas sabem que estão sendo olhadas. Acho que é um desejo natural dos humanos ter um espaço de privacidade, para explorar a sua criatividade. E a ferramenta mais poderosa para o controle da privacidade é a Internet, pois se perde a privacidade. E há muito valor que é perdido. Acho que o comportamento das pessoas muda muito e que ficam muito mais restritas as opções quando as pessoas sabem que estão sempre sendo monitoradas. Acho que esse é o objetivo de todos os Estados que querem diminuir a privacidade, a liberdade. E, para mim, a consequência maior desse sistema de espionagem é exatamente essa.

Então, com isso, vou tentar responder a todas as perguntas dos Senadores.

Obrigado, de novo, pelo convite.

O SR. PRESIDENTE (Ricardo Ferraço. Bloco Maioria/PMDB – ES) – Vou iniciar as perguntas. Em seguida, vamos socializar, para que as Srªs Senadoras e os Srs. Senadores e as Srªs Deputadas e os Srs. Deputados possam compartilhar conosco este momento.

O senhor tem declarado que vai revelar novos detalhes nos próximos meses sobre outros programas de espionagem usados pela Agência Nacional de Segurança, sobretudo com foco em ações na América Latina. Há evidências particularmente no Brasil de que empresas e governos também tenham sido espionados? Há evidências ou indicativos nas conversas que manteve com Snowden de que o Serviço Secreto teria tido acesso a informações militares, a segredos industriais e a segredos de Estado?

O Governo brasileiro, há alguns anos, está construindo alguns projetos e alguns programas em escala global. Por exemplo, há alguns anos, o Governo brasileiro resolveu reaparelhar a sua frota de jatos supersônicos. Participam dessa concorrência pública três companhias: a americana Boeing, a francesa Dassault e a sueca Saab Gripen. Da mesma forma, nós estamos na antevéspera de um dos mais importantes acontecimentos no campo da exploração do petróleo e do gás em nosso País, com o primeiro leilão de exploração de petróleo na camada pré-sal, no Campo de Libra, com enorme potencial de produção, com reservas estimadas entre 10 bilhões e 12 bilhões de barris de petróleo.

O Sr. Snowden teria revelado a V. Sª algum tipo de informação que poderia propiciar algum tipo de desequilíbrio dessas informações interceptadas em razão de algum interesse norte-americano ou de interesse de alguma empresa norte-americana, evitando, com isso, uma concorrência e uma competição em igualdade de condições?

As últimas revelações – esta é a pergunta número dois – sobre o programa XKeyscore levantam algumas dúvidas: a comunicação eletrônica da própria Presidente da República, Dilma Rousseff, pode ter sido violada? Que garantias podemos ter de que isso não aconteceu ou não está acontecendo? Há alguma evidência disso, até mesmo em razão das informações que foram veiculadas de que nem mesmo o presidente norte-americano Barack Obama estaria a salvo de eventuais espionagens ou de quebra de sigilo de sua comunicação?

As informações coletadas pela NSA eram destinadas apenas ao governo americano, ou há indícios de que elas possam ter sido repassadas às empresas e a outros governos aliados? O Sr. Snowden chegou a mencionar algum tipo de informação nessa direção, nas informações a que V. Sª teve acesso? V. Sª continua conversando com o Sr. Snowden?

Do que está anunciado, já temos conhecimento. O que está por vir? Que tipo de novas revelações e informações podem chamar a atenção não apenas do Brasil, mas do mundo, com relação a essas questões?

Há evidências de que o Governo brasileiro soube, em algum momento, ou foi surpresado com essas notícias? Ou esse tipo de especulação, a seu juízo, era de alguma forma de conhecimento do Governo brasileiro, que não teria tomado a tempo as devidas providências para denunciar ao mundo o que vem sendo feito, inclusive, ontem, na ONU, com a presença dos senhores chanceleres dos países que compõem o Bloco Mercosul?

Há evidências de envolvimento no esquema de espionagem das empresas de telecomunicações sediadas no Brasil? V. Sª sabe dizer se é possível, do ponto de vista técnico, deflagrar um esquema desse porte sem a colaboração, ou mesmo o conhecimento, das operadoras de telecomunicações que operam no Brasil? Sabe dizer se parcerias entre o governo americano e empresas, como a Microsoft, Google, entre outras, assim como a Booz Allen, que era terceirizada, onde o Sr. Snowden trabalhava, poderiam de alguma forma ter colaborado ou ter sido plataforma para que esses esquemas que foram revelados pudessem contar com a colaboração dessas companhias?

São esses, por hora, os meus posicionamentos. Passo a palavra ao Deputado Nelson Pellegrino, para que possa encaminhar as suas perguntas e, em seguida, nós vamos passar a palavra ao Sr. Green, para que essas questões e tantas outras que surgirem possam ser enfrentadas e respondidas com a sua colaboração, considerando que esse é um tema muito importante para o Congresso brasileiro, não apenas o Senado, mas também a Câmara, que estão dedicando esforços e energia nessa direção.

Concedo a palavra a S. Exª o Deputado Nelson Pellegrino.

O SR. NELSON PELLEGRINO (PT – BA) – Presidente, boa parte de alguns questionamentos que eu gostaria de fazer já foi formulada por V. Exª, mas eu teria alguns adicionais. O primeiro é se o Sr. Glenn se considera ameaçado em sua integridade física, mesmo estando no Brasil, conforme reportagem publicada no jornal *O Globo*.

Dois: durante ou após os contatos com Edward Snowden e a produção e publicação das reportagens, sentiu-se vigiado, monitorado, em suas atividades de comunicação? Recebeu alguma ameaça velada ou

explícita? Caso sim, conseguiu identificar de onde partiram?

Três: desde a publicação das reportagens, algum diplomata ou funcionário do governo dos Estados Unidos buscou contato com o senhor aqui no Brasil? Caso a resposta seja positiva, quem o fez e com que objetivo?

Quatro: poderia explicar por quanto tempo manteve contato com o Sr. Snowden, até encontrá-lo pessoalmente em Hong Kong em junho? Durante esse processo, sentiu-se pressionado a desistir das denúncias?

Cinco: ao tomar conhecimento das denúncias relativas ao Brasil, buscou contato com autoridades brasileiras para conhecer as suas versões? Por quê? Alguma autoridade brasileira fez contato com V. Sª para que pudesse dar elementos para que as autoridades brasileiras pudessem usar as suas informações para, inclusive, as investigações que as autoridades brasileiras estão promovendo no País?

Acredita que os Estados Unidos, apesar das denúncias, continuem monitorando as comunicações de cidadãos e instituições do Brasil, neste momento? Por quê?

O senhor tem dito que há muito mais a ser revelado a respeito da espionagem norte-americana. Poderia ditar, nesta audiência, se há algo que comprometa de forma concreta a soberania nacional e que tenha sido objeto de espionagem daquele país?

Considerando o material que possui, poderia afirmar se as empresas de Internet foram violadas ou simplesmente colaboraram nesse processo de espionagem? Aqui já foi referida a situação do Google, Yahoo, Microsoft, Facebook e outras empresas.

Por último, também, a questão levantada pelo Senador Ricardo Ferraço, que é esse programa XKeyscore, que gostaríamos de conhecer melhor.

O SR. PRESIDENTE (Ricardo Ferraço. Bloco Maioria/PMDB – ES) – Passo a palavra ao Senador Roberto Requião. (*Pausa.*)

Concedo a palavra à Senadora Vanessa Grazziotin. (*Pausa.*)

Vamos, então, passar a palavra a V. Sª.

O SR. GLENN GREENWALD – Obrigado.

Vou tentar responder a todos que eu puder. Estou um pouco limitado porque existe um processo, agora, que está pendente nos Estados Unidos, criminoso, contra Snowden, uma investigação contra jornalistas também. Então, estou um pouco limitado em relação ao que eu posso discutir sobre o processo de jornalismo, comunicação, que é a minha fonte, mas acho que posso responder a mais ou menos tudo o que os Senadores perguntaram.

Primeira coisa. Acho que é muito importante entender a estratégia do governo dos Estados Unidos. A justificativa para os americanos, para tudo, desde os ataques de 11 de setembro, é o terrorismo. Fazemos tudo para combater o terrorismo, tudo para a segurança nacional. Se o político americano é perguntado sobre esse sistema de espionagem, ele responde só uma coisa: é só para terrorismo, para proteger a nossa população. Na realidade, é o oposto. Há muitos documentos que não têm nenhum relacionamento com terrorismo ou segurança nacional, só sobre competição com outros países, com empresas industriais, financeiras e econômicas.

Por exemplo, um artigo na revista *Época* desta semana é sobre a espionagem que os Estados Unidos fizeram contra todos os governos da América Latina na conferência sobre acordos econômicos, também sobre a OAS em reuniões do país na América Latina. Há muito poucos assuntos sobre segurança nacional ou terrorismo nessa conferência. Tudo é sobre acordos, contratos financeiros e industriais. E existe uma carta muito interessante, assinada pelo Embaixador Thomas Shannon, atual embaixador americano no Brasil, em que ele está festejando com a NSA a espionagem que a agência conseguiu fazer contra todos os países para essa conferência sobre acordos econômicos. Aliás, está dando os parabéns, porque a espionagem está dando ao governo americano muita vantagem ao negociar esse contrato, eles podem saber os planos ou a estratégia. Tudo que governos de outros países da América Latina estão planejando. Isso não tem nenhum relacionamento com terrorismo ou segurança nacional. É só vantagem para contratos, para negociar. Claro, se você pode saber exatamente o que seus adversários estão pensando, vai ter uma vantagem grande.

A segunda coisa sobre o XKeyscore. Quando publicamos o primeiro, o segundo e o terceiro artigos, a defesa do governo americano era que não estávamos invadindo o conteúdo da comunicação, só metadados, os fatos, a identidade da pessoa com quem você está falando, de quem está ligando para você, a duração da comunicação, a pessoa para quem você está mandando um *e-mail* ou de quem está recebendo um *e-mail*. Na realidade, esse metadados é uma invasão grande na sua privacidade. Se eu posso saber de todas as pessoas com quem você está se comunicando e de todas as pessoas com quem eles estão se comunicando, onde você fica quando está se comunicando, a duração e o local, eu posso saber muito sobre sua personalidade, sua atividade, sua vida. É uma invasão grande na privacidade. Mas, na realidade, essa defesa é totalmente falsa. O governo americano tem capacidade, tem sistemas para invadir muitos *e-mails*. Não só metadados, mas coisas que você está falando nos

e-mails. Ou coisas que você está falando no telefone. O conteúdo é grande.

E esse programa XKeyscore é o mais poderoso, o sistema mais assustador que já publicamos. Esse sistema faz com que um analista não muito alto na NSA, mas muito abaixo – há muitas mil pessoas mesmo – tenha acesso a esse sistema. Se eles sabem o seu *e-mail* ou seu endereço IP, ou outras coisas sobre você, eles podem fazer pesquisas, vão procurar na Internet tudo. A *database* desse sistema, a cada 30 dias, há 40 bilhões de *e-mails* e outras coisas de pesquisas na Internet. E, com essa *database*, eles podem fazer pesquisas que vão mostrar os seus *e-mails*, as palavras com que você está entrando no Google para pesquisas na Internet, quais *websites* que você tem visitado, os documentos que você está mandando para colegas com quem você trabalha. Nas palavras da NSA, os documentos que publicamos, esse sistema vai mostrar quase tudo que todas as pessoas estão fazendo na Internet. É muito, muito mais do que metadados.

E a coisa mais assustadora, na minha opinião, sobre esse sistema é que é muito, muito fácil de usar. O analista já entrou na NSA. Há 25 mil funcionários diretamente trabalhando na NSA. Mas há 50 mil ou 60 mil outras pessoas que estão trabalhando para uma empresa particular, mas que já entrou na NSA, como Edward Snowden.

Há muitos que têm acesso a esse sistema. Eles podem entrar em informações ou dados que eles queiram, não há nenhum tribunal que precisa aprovar essa pesquisa, não há pessoas superiores na agência; eles só entram no seu *e-mail* e no seu endereço IP e, muito facilmente, vão ter muitos dados sobre você e não só metadado.

Então, se você é um jornalista fazendo uma investigação do governo americano, ou se você trabalha numa empresa que tem uma grande competição com uma empresa americana, ou se você está com alguém que trabalha com direitos humanos contra o governo americano ou muitas outras coisas, eles podem invadir essas comunicações com muita facilidade.

Se você é americano morando nos Estados Unidos, eles precisam ir primeiro ao tribunal para pedir permissão, mas sempre recebem. Mas se você não é americano, eles não precisam de nada, nem de aprovação do quadro para fazer isso. Esse sistema é muito, muito poderoso, acho que muito mais do que as pessoas estão imaginando.

Há duas perguntas sobre as empresas que estão cooperando com a NSA. Eu acho que é importante pensar com precisão sobre isso.

Há um sistema com que os Estados Unidos estão invadindo o sistema de telecomunicação de todos os outros países, incluindo o Brasil. E eles estão coletando muitos dados do Brasil, como o artigo que eu publiquei e *O Globo* mostrou.

Esse sistema funciona assim: há uma empresa muito grande nos Estados Unidos, e eu não sei exatamente qual; eu tenho uma ideia, mas ainda não tenho evidência para falar com certeza. Mas essa empresa de telecomunicação tem muitos acordos com outros países, outras empresas de outros países, incluindo empresas brasileiras. E, com esses acordos, essa empresa vai manter o sistema, vai ajudar as empresas no Brasil a construir sistemas novos.

Com esses acordos, eles têm acesso ao sistema, aos cabos de comunicação que os brasileiros usam para ligar para outros ou também para usar a Internet.

Com esse acesso, eles podem coletar – e estão coletando – todos os dados que estão viajando nesses cabos. Esses cabos estão carregando não só o tráfego de brasileiros, há pessoas em muitos países que estão usando a Internet, ligando, e as comunicações vão viajar para esse sistema brasileiro. Mas, se você é brasileiro e usa a Internet ou liga para alguém, também esse sistema vai ter a sua comunicação. E com esse acesso que essa empresa grande nos Estados Unidos está tendo com acordos com empresas brasileiras, eles estão coletando tudo para a NSA.

E claro que a questão é muito óbvia. Os empresários brasileiros sabem o que está acontecendo. É difícil acreditar que eles não saibam nada. Talvez eles não saibam nada. Mas também, se eles não sabem nada, acho que é importante saber exatamente qual empresa americana tem acesso a quais sistemas, para olhar com mais vigilância o que está acontecendo exatamente com esses sistemas.

Outra forma de espionagem é o programa PRISM, em que os Estados Unidos estão invadindo não os cabos, como eu descobri agora, mas mesmo os provedores, as nove maiores empresas da Internet: Skype, Facebook, Google, Microsoft ou Apple. Na realidade, deu a impressão de que o mundo todo está usando mais o sistema e com certeza os brasileiros estão usando mais do que todos.

Com esse acordo criado totalmente em segredo entre a NSA e as empresas da Internet, a NSA tem acesso muito grande para comunicações dentro desses sistemas de empresas. A defesa da empresa está... Nós somos obrigados por lei a dar acesso à NSA. Estamos dando, só que precisamos fazer com lei. O problema é o que eu disse antes: só por lei. Se você não é americano, você não é protegido por lei em nada. A NSA pode pedir qualquer comunicação que ele queira, e o Facebook, o Google, a Apple ou a Skype precisam dar e estão dando também.

Essas são as duas formas principais que a NSA está usando para invadir os sistemas de comunicação, cooperando com empresas.

Sobre a minha comunicação com Snowden e se tenho mais revelações sobre o Brasil, eu não contei exatamente, mas ele me deu, acho que agora 15 mil, 20 mil documentos. Há documentos muito complexos, muito longos. Demora muito tempo para ler, para entender. Às vezes é preciso ler cinco, seis, sete vezes, é preciso consultar peritos.

Os artigos que já publicamos são um percentual muito pequeno das revelações que devem ser publicadas. Certamente que estamos trabalhando muito, com muitas organizações de mídia aqui no Brasil e no mundo todo para publicar mais documentos.

É muito difícil discutir os documentos que ainda não publiquei, mas com certeza haverá muito mais revelações sobre espionagem do governo dos Estados Unidos e dos governos aliados também colaborando com empresas no Brasil e como elas estão invadindo comunicações do sistema do Brasil e da América Latina também.

A última coisa que quero falar – e se houver perguntas que não respondi, por favor me perguntem de novo – é sobre o objetivo desse sistema. Acho que são coisas muito importantes para se entender.

A ideia de que o governo americano vai coletar todos os dados de comunicação foi criada em dois lugares: no Iraque e no Afeganistão. Essa foi uma ideia de guerra. Enquanto os militares americanos estão coletando todos os dados, eles podem controlar os países que eles invadem muito melhor, porque saberiam tudo sobre o inimigo, o Iraque e as pessoas no Afeganistão lutando contra os invasores.

Agora essa ideia foi mudada de hierarquia: do Iraque e do Afeganistão primeiro para os Estados Unidos. Então primeiro o americano começou tratando a própria nação exatamente como estava tratando a população inimiga durante a guerra. E agora eles estão aumentando essa ideia para o mundo todo, porque eles acham que por mais que saibam, por menor que seja a privacidade para as pessoas, mais poder o governo americano vai ter. E não é mais complexo do que isso. Esse sistema de espionagem é usado exatamente como todos os governos opressivos na história usam na espionagem: para controlar a população e para aumentar o poder do Estado.

O SR. PRESIDENTE (Ricardo Ferraço. Bloco Maioria/PMDB – ES) – A sua impressão é de que, independente dessa reação da comunidade internacional, esses esquemas de espionagem continuam acontecendo?

O SR. GLENN GREENWALD – Acho que a questão é maior agora, porque muitos governos estão expressando indignação sobre a espionagem americana, mas, na realidade, muita indignação é artificial. Há governos que estão expressando isso, mas que, na realidade, sabiam muito bem o que estava acontecendo ou estavam recebendo benefícios. Às vezes, a NSA dá muita informação sobre a população estrangeira para fazer acordo com aquele governo. Há governos que estão com raiva mesmo, que estão seriamente indignados. Geralmente porque eles estão aprendendo, pela primeira vez, que o alvo da espionagem é o governo mesmo, não só a população, e disso eles não gostam.

Mas acho que a questão está em quanta pressão a população vai fazer para impedir o governo americano de continuar a fazer isso. Acho que organizações internacionais estão muito interessadas em fazer isso, mas também há muitas evidências do que está acontecendo. Há muitos países, por causa da pessoa do Snowden, que estão mostrando mais desobediência aos Estados Unidos do que o normal: governo de Hong Kong, China, Rússia, Venezuela, Bolívia, Equador, Nicarágua. E o governo americano está tentado ameaçar todos que estão fazendo isso, mas o governo não pode ameaçar o mundo todo. O mundo está vendo que muitos governos estão tendo essa postura. Essa atitude vai criar algo importante para outros governos, vai unir outros governos contra a espionagem e proteger a privacidade, não só da própria nação, mas do governo também.

O SR. NELSON PELLEGRINO (PT – BA) – Só para que fique claro, Sr. Glenn, pelo que eu entendi da sua fala, ao contrário do que foi afirmado, parece-me que o governo dos Estados Unidos teve informações além dos metadados. Pelo que eu entendi da sua declaração, é muito provável que o conteúdo das mensagens foi invadido e também das comunicações telefônicas. É isso?

O SR. GLENN GREENWALD – Isso, porque o XKeyscore, o programa XKeyscore mostrou muito mais do que metadados; muito mais. Os documentos que publicamos mostram que eles podem coletar o conteúdo dos *e-mails* ou a relação das pesquisas que você está fazendo no Google ou o *website* que você estiver visitando. Também ligações eles podem invadir a qualquer minuto. Claro que quando você está coletando 40 bilhões de ligações, de *e-mails* a cada 30 dias é claro que não dá para monitorar tudo; é demais. Você vai só coletar o metadados e depois decidir quais comunicações vai invadir. Mas, a qualquer minuto, eles podem invadir não só metadados, mas também conteúdos de ligações, de *e-mails*. Eles podem fazer isso com programa de XKeyscore e outros também para ligações.

O SR. PRESIDENTE (Ricardo Ferraço. Bloco Maioria/PMDB – ES) – Você acredita que o sigilo do ex-Presidente Lula, quando, no exercício da Presidência, tentou mediar a relação com o Irã para que o Irã não fizesse enriquecimento de urânio em seu território, que fizesse o enriquecimento na Turquia, você acredita que o sigilo do ex-Presidente Lula tenha sido quebrado e essas informações tenham sido utilizadas na Cúpula das Américas?

O SR. GLENN GREENWALD – É, eu acho que a América Latina é um alvo grande para a espionagem dos Estados Unidos antes mesmo desse evento, com certeza. Mas quando o governo do Lula e o governo da Turquia tentaram fazer esse acordo contra o desejo dos Estados Unidos, com certeza, a cultura política dos Estados Unidos sobre o Brasil mudou muito. Pela primeira vez, todos os jornais estavam falando coisas contra o Brasil, ameaçando o Brasil, que o País perderia a oportunidade de ter seu lugar na ONU, no Conselho de Segurança da ONU, e, com isso, o governo americano mudou o modo de olhar para o Brasil. Acho que essa é uma parte, o motivo porque o Brasil é o grande alvo de espionagem dos Estados Unidos. Mas é só uma parte, tem outras razões também, incluindo a importância do sistema de telecomunicações dentro do Brasil. Pessoas acreditam que há organizações do terrorismo dentro do Brasil também. Não há evidências, mas há pessoas que estão acreditando nisso. E também porque eles podem e o mais que eles possam coletar contra país que tem importância – e o Brasil é um país importante agora – é o melhor para os Estados Unidos.

O SR. PRESIDENTE (Ricardo Ferraço. Bloco Maioria/PMDB – ES) – Há alguma evidência de algum tipo de desequilíbrio concorrencial, por exemplo, em alguma concorrência de nível internacional, como o Projeto FX-2, de aquisição de caças supersônicos, em que uma empresa norte-americana disputa concorrência, ou mesmo informações reservadas que possam criar algum tipo de privilégio para empresas norte-americanas que disputam leilões da exploração de petróleo na camada pré ou pós sal?

O SR. GLENN GREENWALD – Eu não tenho... eu não posso falar que tenho informação, documentos específicos para essa transação, mas eu posso falar o seguinte: os Estados Unidos, o governo do Obama está gritando, reclamando há muitos anos, há três, quatro anos, contra a China. Ele está falando que a China está fazendo espionagem contra empresas americanas, para ter vantagens comerciais. E quando Snowden foi para Hong Kong, deu uma entrevista para um jornal em Hong Kong e mostrou documentos que apontavam que o governo americano está invadindo muitas instituições privadas na China e também em Hong Kong, para obter vantagens comerciais. E, por causa disso, ele é o herói na China.

O ponto disso foi para mostrar que exatamente os Estados Unidos, o governo do Obama está acusando o governo da China até muito alto, em muitos lugares, reclamando, gritando sobre isso. Que é exatamente o que Snowden disse que os Estados Unidos estão fazendo para a China, para ter vantagem.

Também os documentos que eu escrevi no *O Globo*, por exemplo, no programa PRISM, pelos quais os Estados Unidos estão tendo acesso aos servidores de empresas da Internet, Facebook, Google, etc., mostraram muitas coisas que a NSA está falando que eles aprenderam com esse programa. E talvez 50% sobre coisas de segurança nacional e terrorismo. Estamos aprendendo sobre esse grupo de terrorismo na Síria ou Iraque, ou outra coisa assim, mas 50% estão discutindo coisas sobre energia na Venezuela ou petróleo no México, ou outras coisas industriais e comerciais também.

Com certeza, o grande objetivo da espionagem é para ter essa vantagem que o Senador está perguntando. Eu não posso falar exatamente sobre essa competição porque não vi documentos. Talvez tenha documentos, mas ainda não vi documentos sobre isso. Eu não tenho informação sobre isso. Mas, em geral, o propósito desse programa era esse.

O SR. PRESIDENTE (Ricardo Ferraço. Bloco Maioria/PMDB – ES) – V. Sª é cidadão norte-americano.

O SR. GLENN GREENWALD – Sim.

O SR. PRESIDENTE (Ricardo Ferraço. Bloco Maioria/PMDB – ES) – Não surpreende que os democratas estejam agindo basicamente igual aos republicanos? Qual é a sua visão, como cidadão, dessa conduta do governo norte-americano, do Presidente Barack Obama, até pelo espírito que todos nós tínhamos em relação à sua visão de mundo e de valores civilizatórios?

O SR. GLENN GREENWALD – Essa diferença que muitas pessoas no mundo acham que existe entre os dois partidos, na realidade, não existe quando se trata de guerra, segurança nacional, coisas militares ou empresas grandes.

Teve um presidente, 50 anos atrás, Dwight Eisenhower. Ele foi um general das Armas. Ele ganhou a Segunda Guerra Mundial para os Estados Unidos. Ele foi presidente por oito anos, de 1952 a 1960. E no último dia, quando ele saiu da presidência, fez um discurso e disse que facções em Washington permanecem independentemente de qual partido ganhe as eleições. E está aumentando muito rápido o poder e

logo muitos vão ter mais poder do que instituições da democracia, ameaçando a democracia.

Isso foi há 60 anos, agora o militar é muito mais forte, muito maior também. A NSA é uma agência de militares, agência do Pentágono, e os políticos não têm mais poder que a NSA ou os militares, eles têm menos. Também o Democrata tem uma história grande, começando guerras, aumentando o poder de espionagem. Eu acho que as pessoas têm uma imagem do Obama que não é a realidade. A imagem que essas pessoas estão mostrando ao mundo, a imagem que eles têm do Obama é muito diferente da realidade.

O SR. PRESIDENTE (Ricardo Ferraço. Bloco Maioria/PMDB – ES) – Deputado Nelson Pellegrino para suas conclusões, para compartilharmos com os nossos colegas.

O SR. NELSON PELLEGRINO (PT – BA) – O senhor falou que, no episódio da guerra do Iraque, houve também uma intensa investigação. Há algum elemento nessa investigação que mostra que o embaixador brasileiro responsável pela agência de controle de armas químicas tenha sido espionado? O Embaixador Bustani? Se há algum elemento, se há alguma informação no sentido de que o Embaixador Bustani tenha sido espionado, ele que era o embaixador brasileiro responsável pela agência internacional de controle de armas químicas.

O SR. GLENN GREENWALD – Na realidade, isso é difícil para eu discutir, porque esse é um exemplo de documentos que ainda não foram reportados. Tenho obrigações com a lei. Antes de divagar segredos, preciso ir ao governo americano e também preciso fazer o processo de jornalismo. Mas há mais documentos que, como eu disse, o Senado vai ter muito interesse, mas ainda não posso discutir isso.

O SR. NELSON PELLEGRINO (PT – BA) – Por último, eu entendi que o senhor revelou que esse esquema de monitoramento chega a envolver 60 mil pessoas, inclusive pessoas terceirizadas. Portanto, essas informações estratégicas em relação a interesses econômicos, à privacidade individual das pessoas e até a interesses de Estado estariam sendo manuseadas por 60 mil pessoas, com possibilidade grande inclusive de vazamento e utilização. É isso mesmo? Esse foi o conteúdo da informação do senhor?

O SR. GLENN GREENWALD – É, não posso falar que há 60 mil pessoas com acesso assim... Há 60 mil pessoas que estão trabalhando para a NSA. Uma parte desse número tem acesso a esses temas, mas o número não é pequeno.

Por exemplo, nos Estados Unidos, quando o governo alemão expressou muita raiva com os artigos sobre a espionagem contra o alemão, pessoas dentro do governo americano falaram: "O governo alemão faz a mesma coisa. Isso é hipocrisia. Eles estão reclamando da espionagem, mas eles fazem também." Os números de funcionários na agência de espionagem alemã é 300 no total contra 70 mil pessoas nos Estados Unidos – não sei o número exato que tem acesso completo ao XKeyscore, mas é muito mais do que um, dois, três, quatro mil.

O problema é que, quando você tem um sistema desse tamanho, você perde a habilidade de controlar ele. Por um lado, isso é bom, porque o sistema funciona menos. E se você acha que esse sistema de espionagem é perigoso, como eu acho, você não quer que ele funcione bem. Mas também há outro perigo: quando você não pode controlar isso, é impossível controlar o que as pessoas estão fazendo com essa informação muito sensível.

Qualquer pessoa pode invadir uma comunicação muito privada sem razão, sem justificação e é muito difícil descobrir. A evidência é que o Snowden acessou não sei quantos, mas 15, 20, 25 mil, provavelmente muito mais, documentos supersecretos e ninguém sabia, porque esse sistema é grande demais, é enorme e ninguém pode controlar ele.

O SR. PRESIDENTE (Ricardo Ferraço. Bloco Maioria/PMDB – ES) – Concedo a palavra à S. Exª a Senadora Vanessa Grazziotin; em seguida, ao Deputado Zarattini e ao Deputado Alfredo Sirkis.

A SRª VANESSA GRAZZIOTIN (Bloco Governo/PCdoB – AM) – Muito obrigada, Sr. Presidente. Vou fazer um grande esforço para ser breve.

Entretanto, eu quero iniciar fazendo uma pequena, uma breve observação. O mês de junho todos destacam como um mês muito importante, em decorrência das manifestações vividas no Brasil. Eu considero um mês importante também pela revelação – não digo denúncia, embora seja uma denúncia, mas pelas revelações – feita por Snowden, através de V. Sª, Sr. Glenn Greenwald.

Acho que o serviço que os senhores prestam às populações do mundo todo e não só aos governos, mas aos governos, às empresas e à população, a todo o povo, é de fundamental importância. Existem aqueles que dizem, mas todos sabíamos desse sistema e esquema de espionagem que os Estados Unidos promoviam contra todos os países.

Eu quero dizer que exatamente dessa forma como vem à tona hoje, creio que ninguém soubesse. Dessa forma como veio à tona. V. Sª acaba de trazer um dado que para todos nós é uma confirmação daquilo que já sabíamos, mas é muito preocupante, porque nós estamos diante de uma amostragem muito pequena de

um volume infinitamente maior de informações. E não são suposições, são documentos.

A matéria publicada na revista *Época* desta semana é uma pequena mostra de como o governo americano agia em todos os sentidos, contra tudo e contra todos. E vejam a forma simples mais muito segura como V. Sª fala que o objetivo dos americanos não é apenas combater o terrorismo, defender o povo americano. Não! Vai para muito além. Talvez esse objetivo seja uma parcela muito pequena diante de toda a documentação coletada.

Diante disso, quero fazer alguns questionamentos para o senhor também.

Depois que o senhor fez a entrevista com Snowden, em Hong Kong, o seu companheiro teve o computador furtado. Eu gostaria que o senhor falasse sobre isso e se o senhor acha que tem alguma ligação com o fato da revelação da sua matéria divulgada no mundo inteiro. Fique à vontade para responder ou não.

E várias perguntas que vou fazer agora eu recebi de fora, de pessoas que acompanham com muita atenção. No geral, são pessoas que têm uma grande militância dentro dos *blogs* e sabem do mal que isso pode causar e já vem causando a todos, não só pela privação da liberdade – e isso provoca, como o senhor disse, uma diminuição da qualidade de vida –, mas também por entrar em assuntos ultrassecretos de países, nações e também de empresas, de setores privados da sociedade.

Como o senhor acha que poderíamos descobrir quais empresas de telefonia ou de Internet baseadas no Brasil ajudaram nesse esquema de espionagem? O senhor falou aí, pelo que eu entendi. Não sei se estou enganada. Mas citou várias; todas elas repassam, sem qualquer questionamento, sem que haja uma solicitação judicial, absolutamente nada.

Pelo que o senhor conhece do caso, a espionagem tinha também... porque partia do governo americano, mas havia uma ligação entre o governo e empresas ligadas ao governo ou mais próximas do governo, para que fossem feitas também espionagens entre concorrentes seus? Se essa ligação era clara, na sua opinião, pelos documentos que o senhor já analisou?

Metadata eu poderia perguntar, mas já foi dito aqui. Acho que essa é a maior balela de todas as afirmações de representantes americanos, inclusive do embaixador aqui em nosso País, porque a sua reportagem mostra claramente o grau não só de conhecimento mas de envolvimento dele, que numa reunião recente com três ministros, salvo engano do Governo brasileiro, disse que iria ajudar na busca de informação; que desconhecia absolutamente tudo e que iria ajudar na busca de informações em relação ao caso. Então, veja a que nível chega um representante de um país importantíssimo em outro país importantíssimo que é o Brasil; um representante norte-americano reunir-se, Senador Ricardo, Deputado Nelson, com três ministros, dizer uma coisa... e agora está aqui em matéria da revista *Veja* que eles não quiseram comentar absolutamente nada. Não teceram nenhum comentário, segundo diz a revista *Época*, a própria matéria.

O senhor já foi perguntado também, para adiantar alguns fatos, algumas informações que ainda não foram divulgadas, o senhor diz que são muitas e, se eu entendi, o senhor está à disposição do Senado para que essas informações possam ser passadas. Aliás, temos uma CPI protocolada, espero que em breve, Senador Ricardo, a gente consiga instalá-la e desenvolver um trabalho importante em torno dessa questão.

Encaminho para o encerramento.

Sobre o material disponibilizado, o senhor pode disponibilizar, o senhor teria mais ou menos uma ideia sobre há quanto tempo essa espionagem, dirigida pela NSA a órgãos brasileiros, vem ocorrendo, dessa forma mais feroz, escancarada, de tudo e de todos? Quanto tempo, se o senhor tem alguma estimativa.

E que palavras-chave eles usariam, quais são as palavras-chave mais comuns para poder captar informações? O senhor acha que existe – porque há um questionamento muito forte da capacidade de o Governo brasileiro se proteger em relação a essa ação de bisbilhotagem, de espionagem –, o senhor acha que, numa escala de 0 a 10, comparando o Brasil com outras nações, onde o senhor nos colocaria? A título de exemplo, o senhor acha que a Rússia teria – eu poderia citar qualquer outro país, estou citando a Rússia, lá está o Snowden, que conseguiu agora o visto provisório –, tem uma capacidade muito maior do que a nossa de proteção? Ou não? Numa escala de 0 a 10, como fazer?

E se algum mecanismo internacional possui uma capacidade técnica operacional, tecnológica, para poder descobrir, para poder vistoriar esse tipo de ação? O senhor acha que existe algum mecanismo internacional com essa capacidade de vistoriar e poder detectar?

Por fim, senhor Glenn, pergunto sua opinião em relação ao sistema internacional de gerenciamento, de gestão da Internet. Nós brasileiros, japoneses, mexicanos, cubanos, enfim, o mundo inteiro está sujeito à lei americana no que diz respeito à Internet, porque ainda há um gerenciamento unilateral por um país. A luz elétrica: alguém, de algum país, um dia inventou, mas a luz elétrica não é mais daquele, é patrimônio de todos. O Brasil, já de muito tempo, ao lado de várias outras nações, luta por uma governança multilateral dessa questão. O senhor, que tem muita experiência

no jornalismo internacional, acha que isso é algo distante ou essa revelação nos aproxima mais de uma mudança da ordem mundial em relação à Internet?

O SR. PRESIDENTE (Ricardo Ferraço. Bloco Maioria/PMDB – ES) – Acho que é mais ou menos assim: se esses organismos multilaterais terão capacidade de constranger os Estados Unidos para que eles se contenham nessas ações criminosas?

Passo a palavra ao Deputado Zarattini.

O SR. LINDBERGH FARIAS (Bloco Governo/PT – RJ) – Sr. Presidente, desculpe-me. Tenho agora que ir à Presidência do Senado, peço desculpas, a tarde hoje está atribulada aqui.

Apresento aqui um requerimento, uma moção de louvor ao trabalho do Glenn, do *The Guardian* e do Snowden. Acho que é uma boa oportunidade, vou fazer o possível para voltar aqui, entrego a V. Exª, o Senador Eduardo Suplicy vai depois ler essa moção de louvor, para apresentarmos e aprovarmos na nossa Comissão de Relações Exteriores do Senado Federal.

Muito obrigado.

O SR. PRESIDENTE (Ricardo Ferraço. Bloco Maioria/PMDB – ES) – Até porque nós fizemos o mesmo esforço, aqui na Comissão, para que o Governo brasileiro pudesse analisar a possibilidade de concessão de asilo ao Sr. Snowden. A pergunta é se V. Sª considera que, se esse asilo fosse concedido, a presença dele no Brasil seria importante para o aprofundamento das investigações, até porque podemos considerar que grande parte do material que ele investigou está com V. Sª, mas podemos afirmar que um conjunto grande, um volume maior ainda de documentos esteja em seu poder? A presença dele ou o asilo concedido por parte do Brasil poderia colaborar nessas investigações?

Deputado Zarattini.

O SR. LINDBERGH FARIAS (Bloco Governo/PT – RJ) – Como Senador do Rio, devo dizer que é uma honra tê-lo lá no nosso Estado.

O SR. GLENN GREENWALD – Obrigado.

O SR. PRESIDENTE (Ricardo Ferraço. Bloco Maioria/PMDB – ES) – Muito obrigado, Senador Lindbergh. Nós aguardamos o seu retorno.

O SR. CARLOS ZARATTINI (PT – SP) – Muito obrigado, Sr. Presidente. Eu queria cumprimentar o jornalista Glenn Greenwald, cumprimentar o Senador Ricardo Ferraço, o Deputado Nelson Pellegrino e todos os Senadores e Deputados presentes.

O governo americano, os Estados Unidos, melhor dizendo, aprovaram o chamado Ato de Proteção das Américas, a primeira lei de 2007, que permitia a vigilância de alvos que poderiam representar ameaças externas aos Estados Unidos. Esse foi o início da atuação da NSA com maior intensidade, e essa lei foi renovada, em 2012, pelo Presidente Obama.

Depois, uma nova lei, em 2008, a Fisa, é a lei para a vigilância de inteligência estrangeira. É uma lei que permite a colaboração de empresas de tecnologia que não seriam processadas por danos morais caso tivessem que fornecer dados de usuários ao governo americano. E aí entram as empresas Facebook, Google, Microsoft, Youtube etc.

Essa lei – o senhor, talvez, conheça melhor do que eu – permite, também, além do acompanhamento dos chamados metadados, a observação do conteúdo das comunicações entre pessoas ou entre empresas? Essa é a primeira pergunta.

A segunda questão: o senhor tem alguma relação, ou Snowden tem alguma relação, das pessoas e empresas espionadas no Brasil? Existe essa relação? Tem essas informações que possam vir a público para que o conjunto das pessoas possa saber quem foi espionado?

Outra questão: o senhor, na sua matéria no jornal *O Globo*, fala que a NSA tem 35 mil funcionários e que ele executa parcerias estratégicas para apoiar missões com mais de 80 das maiores corporações globais de telecomunicações e Internet, e que, provavelmente, isso estaria ligado com empresas de telecomunicações brasileiras.

Mas nós também temos aqui... Na Câmara dos Deputados, aprovamos um requerimento convidando o jornalista Bob Fernandes a comparecer a nossa Casa, porque ele realizou uma série de reportagens, entre março de 1999 a abril de 2004, mostrando como os Estados Unidos espionaram o Brasil.

Nessa série de reportagens, ele se atém a um fato importante, que foi o grampeamento das conversas do Presidente Fernando Henrique Cardoso quando tratava da compra do chamado Sivam (Sistema de Vigilância da Amazônia), que envolveu uma série de negociações e, segundo essas informações, o Presidente foi grampeado, e grampeado com a colaboração da Polícia Federal.

Nessa série de reportagens, na edição de 24 de março de 2004, o jornalista Bob Fernandes entrevista o Sr. Carlos Costa, funcionário da embaixada, mas não só da embaixada americana, funcionário da NSA, que diz o seguinte: "Mas muito mais Carlos Costa contou sobre o Brasil, referindo-se aos anos 1990 e início dos anos 2000. Admitiu que serviços secretos dos Estados Unidos haviam grampeado o Itamaraty, Palácio do Alvorada." Disse com todas as letras: "A vossa Polícia Federal é nossa. Trabalha para nós há anos. Foi comprada por alguns milhões de dólares." Afirmou também que existiam programas para influenciar a imprensa, a

mídia. E o que seria influenciar? Comprar, se necessário. Resposta: seja lá o que for necessário; virar a opinião pública a nosso favor.

Então, o Sr. Carlos Costa informa isso e, também, em outra edição, cita que o Sr. Thomas Harold Lloyd é primeiro secretário da Embaixada como funcionário do NAS ou NSA. Enfim, depois deixa muito claro que existia essa colaboração da Polícia Federal com essas investigações e essas agências americanas.

Então, o que eu gostaria de saber: o senhor tem notícia de que algum funcionário, seja da Polícia Federal, seja de algum outro órgão do Governo brasileiro, do Estado brasileiro, colabora para que sejam efetivadas essas investigações, essas interceptações de comunicação de brasileiros ou de empresas brasileiras?

Era essa a pergunta, Sr. Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Ricardo Ferraço. Bloco Maioria/PMDB – ES) – Encerrando o bloco, o Deputado Alfredo Sirkis.

Em seguida, passamos a palavra a V. Sª para as respostas que puderem ser feitas.

O SR. GLENN GREENWALD – Está bem.

O SR. ALFREDO SIRKIS (PV – RJ) – Na verdade, a grande maioria dos governos gostaria de ter um serviço de Inteligência que lhes desse todas as informações que são necessárias para o sucesso das suas políticas estratégicas, diplomáticas e comerciais. E muito poucos têm, ou nenhum tem, a capacidade que os Estados Unidos têm. Os Estados Unidos, evidentemente, foram pegos com a boca na botija, e isso é uma situação extremamente embaraçosa.

Eu pessoalmente há muito tempo sei e considero que todas as comunicações – Internet, telefone, todas – estão sob a capacidade de monitoramente do NSA.

Nessa série de revelações, para mim, a grande novidade foi a quantidade de gente envolvida nesse processo e o fato de que grande parte dessa ação é feita por empresas, de forma, como nós dizemos, terceirizada. Isso, de fato, para mim, foi uma revelação.

Então, antes de fazer uma sugestão, a pergunta que eu faria seria a seguinte. Vamos raciocinar. O Snowden, movido aparentemente por um sentimento de indignação idealista em relação ao lado, digamos, orwelliano, The Big Brother, no sentido original da imagem dessa situação, resolveu, de forma corajosa – e eu diria até temerária –, denunciar publicamente essa situação e se colocou, em relação a seu futuro, numa situação extremamente difícil. É obrigado inclusive a aceitar asilo por parte de um governo cujas credenciais democráticas são nada recomendáveis. E isso representa um sacrifício muito grande na vida dele. O Snowden seria um desses 30 mil e não sei quantos funcionários de empresas terceirizadas.

Eu queria analisar com o senhor outra hipótese. Da mesma forma com que o Snowden, movido por idealismo, viola os protocolos, sem dúvida nenhuma, as leis dos Estados Unidos, não poderia haver um ou mais, ou muitos até, funcionários dessas empresas terceirizadas que, dada a facilidade de acesso a esses dados que você nos revela, poderiam estar utilizando essas informações do ponto de vista privado, vendendo-as para empresários, governos, enfim, vendendo-as para máfias de todo tipo, interessadas nessas informações? Ou seja, além do vexame internacional a que o governo dos Estados Unidos se expõe neste momento em relação a países amigos – não é o caso, digamos, da China ou da Rússia, mas é o caso do Brasil, da Alemanha, da França, que não gostam de ser espionados, certamente não gostam...

O SR. GLENN GREENWALD – Reino Unido.

O SR. ALFREDO SIRKIS (PV – RJ) – É, Reino Unido. Bom, Reino Unido já é praticamente a mesma coisa, digamos assim. Mas, enfim, a todos provoca espécie quando vem a informação de que efetivamente as suas comunicações governamentais estão sendo monitoradas; a sua construção de posições para uma negociação comercial está sendo espionada. Ou seja, isso evidentemente é do profundo desagrado de qualquer governo, e corretamente.

Agora, a minha pergunta é outra: se, além desse problema, o governo dos Estados Unidos ainda não está tendo, por exemplo... E se há algo das revelações do Snowden nesse sentido, pode haver perfeitamente, dentro dessas empresas, ou talvez até dentro da própria NSA, gente que com muita facilidade, entre bilhões de metadados, pesca alguma coisa que possa interessar à empresa A, B ou C numa concorrência comercial, ou ao cidadão fulano, beltrano ou sicrano, em relação a uma questão de natureza até pessoal que tenha contra o outro... Ou seja, pode haver a hipótese de uma verdadeira indústria da informação a partir desses dados. Isso seria para o governo dos Estados Unidos, inclusive para todos, realmente a antevisão do caos.

A sugestão que eu coloco é a seguinte: eu acho que nós temos que encarar todo esse episódio de uma forma muito realista e fria. A espionagem existe e é velha como a humanidade. Cada governo pratica isso dentro dos limites dos recursos de que dispõe. O nosso está singularmente desaparelhado para isso e a nossa capacidade de monitorar informações é muito pequena. Por outro lado, existe um aspecto de monitoramento em relação ao terrorismo que eu diria que, se todo esse sistema que os Estados Unidos montaram pudesse ter prevenido, nos anos 90, os atentados do governo do Irã e do Hezbollah contra o Centro Judaico

e a Embaixada de Israel, em Buenos Aires, isso teria sido positivo.

Não somos um País neste momento submetido a terrorismo internacional. Mas essa ameaça existe sem dúvida nenhuma. O problema é que nós percebemos claramente que não apenas de terrorismo se trata. Trata-se de informações econômicas, informações estratégicas. Então, os Estados Unidos estão diante de um problema. Nesse momento existe um conjunto de países amigos dos Estados Unidos que estão profundamente indignados e incomodados. Enquanto isso era uma coisa secreta, ninguém sabia, então, era da natureza das coisas. Agora que o segredo foi revelado, é necessária uma ação conjunta desses países, uma ação conjunta dentro de um objetivo que seja viável, alcançável e não de uma fantasia, mas de algo que se possa obter. Os Estados Unidos, apesar de todos esses abusos de poder que são cometidos, sobretudo contra países estrangeiros, são um país de leis, de regulamentações.

É necessário – e vejo vozes de protesto até entre os republicanos no congresso americano – que da mesma forma que se regulamentou e que possivelmente tornará mais severa a regulamentação dos Estados Unidos interna em relação à possibilidade de monitoramento dos cidadãos norte-americanos – eu tenho certeza que esse tribunal da Fisa se tornará um tribunal mais transparente no futuro, por pressão da opinião pública e do próprio segmento dos Estados Unidos –, é necessário que haja também uma regulamentação quanto a limites de espionagem em relação a países amigos. Ou seja, não se pode... Que isso seja claramente colocado como... Isso porque nesse momento, os únicos protegidos em relação a uma investigação para além do metadados são os cidadãos americanos. Mas no resto do mundo nada impede ...

O SR. PRESIDENTE (Ricardo Ferraço. Bloco/Maioria – PMDB– ES) – Nem eles.

O SR. ALFREDO SIRKIS (PV – RJ) – Nem de forma autorizada, nem, como vemos aqui, de forma não autorizada se impede a qualquer funcionário de escalão médio, de qualquer uma dessas empresas terceirizadas, tentar descobrir se a empresa A, B ou C tem algum segredo que possa ser interessante para a empresa K, X ou Y.

Essa é uma situação que, eventualmente, dado o clamor internacional que ela provoca, pode evoluir. Então, é muito claro que o nosso Governo – e eu acho que também o Senado, a Câmara, o Congresso brasileiro devem fazer essa recomendação ao nosso Governo – junto com o governo de outros países amigos dos Estados Unidos devem exigir que os Estados Unidos aprovem uma regulamentação traçando claramente os limites dessa espionagem. Sendo os Estados Unidos um país onde em princípio as leis são cumpridas, isso pode de fato ser de alguma serventia. E isso me parece um objetivo razoavelmente realista, embora não muito fácil de alcançar.

O SR. PRESIDENTE (Ricardo Ferraço. Bloco Maioria/PMDB – ES) – A palavra é de V. Sª.

O SR. GLENN GREENWALD – Está bom.

Obrigado, por todas as perguntas muito interessantes e importantes também.

Vou começar com... A senhora me perguntou sobre o episódio que foi referido... Eu estive em Hong Kong.

Eu falei com meu companheiro, ele é brasileiro e mora no Rio. Eu disse que vou enviar o arquivo todo dos documentos, com criptografia, porque eu quis que houvesse cópia com alguém que eu confio muito. Se alguma coisa acontece com minha cópia... Eu disse, falei com ele pelo *Skype* que há muita insegurança. E dois dias depois, 48 horas depois, o *notebook* dele foi roubado de nossa casa. Não tem nenhuma outra coisa que foi roubada. Nunca aconteceu com a gente. Nós moramos no Brasil há oito anos...

Claro, a gente não quer paranóia. Também não tenho evidência de que é conectado com o jornalismo que estou fazendo. Mas naquela época, os Estados Unidos com certeza não sabiam, não tinham nenhuma ideia do que o Snowden tinha e também do que ele me deu. Ainda eles não têm uma ideia muito clara, mas têm mais ideia. Mas naquela época não sabiam nada e esse *notebook* desapareceu de nossa casa.

Na realidade, eu nunca enviei esses documentos. Também todos os documentos são protegidos muito fortemente com criptografia, que ninguém, incluindo o NSA pode invadir.

Vou discutir isso um pouco mais, porque acho importante falar sobre as soluções que o país pode fazer. Mas esse foi o episódio.

A segunda pergunta foi sobre quais empresas estão cooperando com empresa americana.

É interessante que a coisa que o NSA está protegendo mais do que todos os outros segredos, entre esses documentos, é a identidade das empresas particulares que trabalham com o NSA. Eles estão protegendo isso muito.

Então, não tem nenhum documento que eu tenha, incluindo o maior superssegredo, que esteja divulgando identidade de empresas, porque mesmo gente do NSA está usando *code names* para tudo. E o documento que tem um *code name* com a identidade de uma empresa é um documento que eu quero muito, mas ainda não tenho.

Então, eu não posso obrigar as empresas brasileiras a responder as minhas perguntas. E quando eu trabalhei com *O Globo*, com a *Época*, com o Fantástico, estávamos tentando conseguir essa informação, mas isso é muito difícil porque não somos o Governo.

Mas o Senado, a Câmara, os Deputados e Senadores têm esse poder para obrigar essa informação. A Polícia Federal... Não sei exatamente, mas o Governo brasileiro tem a capacidade de descobrir essa informação, se tem a vontade.

Eu não posso. Eu quero, mas não posso. O Governo pode, e não é difícil descobrir isso. Há opções para saber qual empresa americana é usada pelo NSA. É muito pouco, talvez duas ou três opções de empresas de telecomunicações. Não é Facebook, não é Google. Não é isso. São empresas para telecomunicações: AT&T, Verizon, Sprint, empresas assim.

E para saber qual acordo essas empresas têm com empresas maiores de telecomunicações no Brasil, essa é a falsa também. Eu sei quais empresas têm acordos com quais empresas.

Então, eu acho que as empresas de telecomunicações brasileiras devem ser obrigadas a responder. E se elas querem falar que eles não têm nenhuma ideia, que o parceiro americano está invadindo o sistema de telecomunicação, eles podem falar isso formalmente em uma investigação, ou eles podem falar que eles sabem. Mas eu acho que a resposta não é difícil para pegar. Eu não posso pegar, eu não tenho essa resposta agora.

Sobre metadados contra conteúdos, com sinopse de conta sobre a defesa da Embaixada americana, eu quero ficar com muita precisão com isso.

O primeiro artigo que eu publiquei no jornal *O Globo* mostrou documentos segundo os quais o NSA está coletando muitos bilhões de dados, a cada mês, no sistema do Brasil. E a defesa do governo americano é que esses são metadados.

É verdade que quando você fala em três, quatro, dez bilhões de dados todo mês que os Estados Unidos não estão invadindo dez bilhões de ligações, de *e-mails* do Brasil todo mês, porque é impossível. Não há um propósito para fazer isso. Isso são metadados – quando você fala sobre essa quantidade.

Mas o governo americano tem capacidade de invadir o conteúdo dos *e-mails*, das ligações, quando ele quer. Eles estão coletando esses metadados para analisar. E quando eles estão analisando isso eles decidiram quais ligações, quais *e-mails* parecem interessantes para o governo americano. E eles podem depois disso decidir invadir o conteúdo de comunicação.

Então, quando o governo americano está falando que são só metadados, é verdade do jeito mais limitado, quase falso. Eu não estou falando que quando você fala sobre quatro, cinco bilhões, são metadados só. Mas eles têm esse sistema que não só tem capacidade, mas que é usado para invadir o conteúdo dos *e-mails* e ligações também.

Quero falar um pouco sobre o papel do governo e organizações internacionais, porque, com certeza, os governos no mundo têm capacidade para impedir o sistema de hospedagem dos Estados Unidos. Não tenho dúvida sobre isso. Se os governos no mundo trabalharem juntos, eles podem impedir isso. Como? Primeiro, eles têm capacidade tecnológica. Eles podem usar criptografia. Os governos podem trabalhar juntos para proteger a privacidade das comunicações, em vez do que estão fazendo, sempre tentando entender como eles podem invadir. Essa tecnologia pode ser usada para dar privacidade para as pessoas no mundo, não para invadir a privacidade.

Mas, segundo, se os governos no mundo quiserem ficar juntos e se opor ao sistema de espionagem dos Estados Unidos, eles podem aumentar muito o que os Estados Unidos precisam pagar para ter esse sistema.

Agora os Estados Unidos estão recebendo muito mais benefícios com esse sistema do que eles precisam pagar. Os gastos são muito poucos, porque antes, dois meses atrás, era totalmente segredo, quase. Mas agora é público.

E se o mundo está com raiva desse sistema e fazendo muita pressão nos governos, e os governos estão se unindo para trabalhar contra esse sistema, é claro, outro país tem capacidade para aumentar o que os Estados Unidos precisam pagar, até que o que eles precisam pagar seja mais do que os benefícios que eles estão recebendo.

Sobre o asilo de Snowden, que o Senador me perguntou. Acho que é muito interessante e acho que podemos falar que, infelizmente, tem não sei quantos governos, vinte, vinte e cinco, que estão falando que estão indignados por estar descobrindo o sistema de espionagem do Snowden, o que ele mostrou sobre os Estados Unidos. Mas só três países ofereceram asilo a ele para protegê-lo contra os Estados Unidos. E esses três países são muito pequenos, não têm muito poder. E acho que eles não estão muito sérios ao dar a ele a proteção que ele precisa, acho que é mais simbolismo, para mostrar à própria nação que eles vão fazer isso.

Há países, além de Rússia, que têm capacidade para protegê-lo. Mas eles ainda não estão fazendo isso, porque, na realidade, eles talvez estejam com raiva do que estão descobrindo. Mas os benefícios que eles recebem com relacionamento bom com os Estados Unidos é maior do que a raiva que eles têm.

E eles estão, na minha opinião, sacrificando a independência ou a dignidade nacional pelos benefícios que eles recebem do Governo dos Estados Unidos. Eles estão deixando o governo americano punir pessoas que mostraram isso e também continuar fazendo a espionagem (*ininteligível*) deles, para os benefícios.

Com certeza, qualquer país que der asilo para Snowden com permanência vai receber muito benefícios, primeiro porque ele vai ficar grato a esse país, vai querer divulgar todos os documentos que ele tem, vai querer trabalhar com o governo para criar soluções contra a espionagem, mas não é meu ofício insistir que governos deem esse asilo.

Eu sou jornalista e posso mostrar o que eu acho que é verdade. Agora eu acho que a verdade é que os governos do mundo têm medo de dar asilo para Snowden, porque os Estados Unidos estão ameaçando; mas, com certeza, o governo americano está punindo pessoas como Snowden, que estão dando transparência ao Governo americano exatamente quando o asilo é merecido. E acho que isso também é uma questão muito importante, porque não há mais governos oferecendo a Snowden asilo, se eles estão muito indignados, como ainda estou falando.

Um pouco mais de perguntas. Ou, senão, perguntam-me sobre a lei; e talvez vão aprender me perguntando isso, porque antes de ser jornalista era advogado. Então, eu sei demais sobre essa lei, mas vou tentar não falar demais. Mas essa lei de que o senhor perguntou é muito importante, porque a lei, em 2008, que foi apoiada por democratas, republicanos e por Obama, mudou muito a forma como o sistema de espionagem funcionou. Antes dessa lei... A lei foi que o NSA precisa sempre ter autorização do tribunal para fazer espionagem séria, quando eles estão invadindo o conteúdo das comunicações. E o governo Bush, em 2002, quebrou essa lei, decidiu, em segredo, que iria fazer espionagem a qualquer estrangeiro e também americano que eles quiserem, sem essa autorização do tribunal.

Essa lei, em 2008, deu ao governo americano a autorização para fazer espionagem para qualquer pessoa, menos americanos, sem autorização do tribunal. Era preciso ir só uma vez por ano para o tribunal mostrar o procedimento. Eles diziam: "Nós decidimos nossos alvos assim, usando esses fatores"; e o tribunal deu o carimbo e disse: "Tudo bem! Vamos ver você o ano que vem". Com esse documento, eles podem fazer espionagem de qualquer pessoa que eles queiram que não seja americana.

Assim, eles podem abrigar o Facebook, empresas de Internet, empresas de telecomunicações para fazer todas as coisas com eles. E essa lei, com certeza, deixou o Governo americano não só invadir o metadados, mas também o conteúdo de comunicação. Eles estão usando essa lei sempre para ler *e-mails*, para escutar ligações telefônicas. Eles podem fazer qualquer coisa que eles queiram contra estrangeiros, pessoas que não são americanas.

Outras coisas. Perguntam-me se eu tenho a informação sobre quais empresas são espionadas. De novo preciso dizer que ainda não publicamos documentos sobre este assunto, mas vai haver muito mais reportagens que estão chegando sobre Brasil, sobre coisas assim. Não posso falar mais sobre isso.

Finalmente, quanto à cooperação entre o NSA e a Polícia Federal e outras agências, também não fiz reportagem sobre isso, mas acho que todo o mundo sabe que há muita cooperação entre o governo americano e o Governo brasileiro, antes de 2007, 2005, muito tempo atrás.

Quando eu comecei a fazer reportagem sobre esses assuntos, eu recebi um *e-mail* do ex-Embaixador brasileiro que fica no Consulado brasileiro em Washington, e ele me disse que, com certeza, foi alvo de espionagem grande do governo americano quando esteve em Washington. Acho que ele deu uma entrevista também...

(*Intervenção fora do microfone.*)

O SR. GLENN GREENWALD – Com certeza, esse tipo de espionagem sempre existiu entre muitos países. O que mudou, agora, foi a quantidade, o sistema, a tecnologia que permite aos Estados Unidos fazerem isso sem limites. Nenhum outro país tem esse sistema, também. Não sei muito sobre a cooperação entre a Polícia Federal, outras agências, entre o governo do Brasil, a NSA e a CIA, mas sei que existe. Isso também é algo que o Governo, que o Senado, que os Deputados, poderiam investigar muito melhor do que eu posso. Mas acho que esse é um assunto muito importante também.

O SR. PRESIDENTE (Ricardo Ferraço. Bloco Maioria/PMDB – ES) – Senador Eduardo Suplicy. Em seguida, Senador Roberto Requião.

O SR. EDUARDO SUPLICY (Bloco Governo/PT – SP) – Sr. Presidente, Senador Ricardo Ferraço, pediria à Secretaria que conseguisse, depois, o requerimento mencionado pelo Senador Lindbergh. Se ele não voltar, pediu que eu lesse como coautor, ao final.

Gostaria de perguntar ao Sr. Glenn Greenwald. Além de jornalista, o senhor é um advogado que se especializou na defesa de direitos constitucionais e civis de cidadãos de seu país. No seu livro, *How Would a Patriot Can Act?,* de 2006, o senhor critica duramente aquele Patriot Act e a administração Bush por terem ensejado uma política compatível com os princípios e os

direitos consagrados na constituição norte-americana. Como avalia a administração atual do Presidente Obama, à luz do Patriot Act, no que tange a esses aspectos? Por que o Presidente Obama não teria revertido aquela política iniciada por Bush? Qual é a avaliação que faz? Como o senhor analisa as atividades da NSA, particularmente como as do programa Prism, à luz da constituição norte-americana, particularmente a Bill of Rights?

Passemos à Constituição brasileira, que no art. 5º, inciso 12º, estipula que é inviolável o sigilo da correspondência das comunicações telegráficas de dados e das telecomunicações telefônicas, salvo em último caso, por ordem judicial. Evidentemente, isso torna ilegal quaisquer atividades em território nacional que ameacem a confidencialidade das correspondências. Entretanto, no que tange às ações da NSA no Brasil, a administração norte-americana alega que foram feitas apenas análises de metadados nos fluxos internacionais das comunicações. Como a análise desses fluxos é feita por servidores de Internet que estão em território norte-americano, assim, pela argumentação do governo norte-americano, não teriam sido cometidos crimes no Brasil. Entretanto, a Declaração Universal dos Direitos Humanos, adotada pela Assembléia Geral das Nações Unidas, em 1948, e firmada pelo Brasil e pelos Estados Unidos, determina, em seu art. 12, que:

Ninguém será sujeito a interferências na sua vida privada, na sua família, no seu lar ou na sua correspondência, nem a ataques à sua honra e reputação. Toda pessoa tem direito à proteção da lei contra tais interferências ou ataques.

Ademais, o *O Pacto Internacional dos Direitos Civis e Políticos*, adotado em 1966 pela Assembléia Geral da ONU, também consagra o direito à privacidade e à inviolabilidade das correspondências. Pois bem, a simples análise de metadados não violaria essas convenções internacionais firmadas pelos Estados Unidos, na sua avaliação?

A análise de metadados, evidentemente, é uma primeira fase na análise de informações feitas pela NSA e outras agências. Uma vez detectado um possível indício de atividades suspeitas, outras investigações são realizadas. Como assegurar que a NSA realizou somente análise de metadados fora do Brasil?

O Sr. Snowden teria dado algum indício de que atividades ilegais de investigação foram realizadas em território brasileiro. No seu conhecimento, como funcionavam as bases da NSA no Brasil? Essas atividades das agências de inteligências norte-americanas contaram com a cooperação direta ou indireta de autoridades brasileiras? Tais autoridades tinham ao menos conhecimento das atividades da NSA e de outras agências de inteligência norte-americanas no Brasil?

As atividades da NSA são facilitadas pelo fato de que a Internet é dominada pela tecnologia norte-americana e seus fluxos de informações passam por servidores em território dos Estados Unidos, que são protegidos pela legislação local. Não é chegada a hora de haver uma regulamentação multilateral na Internet ,que proteja inclusive o direito de todos à privacidade?

O senhor tem tido a oportunidade de ter contato com o Sr. Edward Snowden, agora que ele está em Moscou, inclusive já saiu do aeroporto. A última informação que vi foi de que o pai dele chegou a Moscou e estava pretendendo visitá-lo, mas eu não sei os dados das últimas horas.

No mundo inteiro crescem as manifestações de apoio ao Sr. Snowden, com o qual o senhor colaborou, que não fez mais do que revelar um esquema ilegal de espionagem que viola o nosso direito à privacidade. Como é que o senhor, como cidadão norte-americano e com o conhecimento das reações do povo norte-americano, poderia nos informar como está a avaliação, na sua opinião, da opinião pública norte-americana sobre o Sr. Snowden? Será que poderia haver uma campanha forte para que ele volte aos Estados Unidos sem ser processado? Ou avalia que na opinião de norte-americanos, hoje muitos o consideram traidor?

O senhor, por acaso, de alguma maneira, foi denunciado por ter infringido no seu trabalho de jornalista alguma lei norte-americana? Parece-me que o senhor, pela sua exposição, tem tido um cuidado muito grande para não infringir qualquer lei – que o senhor certamente conhece como advogado e jornalista – de seu próprio país.

Em sua opinião, a guerra contra o terrorismo, conduzida com evidente sacrifício de direitos individuais e da democracia, não estaria de um lado até enfraquecendo, pela forma como é feita a liderança dos Estados Unidos, aumentando a hostilidade contra o seu país? Pois sabemos todos que os Estados Unidos são conhecidos como um país onde os seus cidadãos lutam pela liberdade de expressão, pelo respeito aos direitos de cada um. E todos nós temos os Estados Unidos como exemplo de uma nação que prega a liberdade, a democracia, os direitos.

Gostaria aqui de expressar, Presidente Ricardo Ferraço, mais do que o que está expresso, porque ainda não li o requerimento que o Senador Lindbergh Farias colocou em...

O SR. PRESIDENTE (Ricardo Ferraço. Bloco Maioria/PMDB – ES) – Voto de aplauso.

O SR. EDUARDO SUPLICY (Bloco Governo/PT – SP) – Voto de aplauso. Mas aliás, como um passo

além do voto de aplauso, eu avalio que será próprio que possamos todos solicitar do governo norte-americano, do Presidente Barack Obama e do Congresso norte-americano, que concedam a anistia ao Sr. Edward Snowden pelo que fez. Conforme o senhor mesmo aqui nos colocou sobre a justificativa para o trabalho que como jornalista fez, em colaboração com Edward Snowden, para que ele transmitisse o conhecimento desses fatos ao mundo e, inclusive, a nós brasileiros, isso nos proporcionou algo muito positivo em defesa de nossos direitos. Por essa razão eu aqui até pergunto se, como cidadão norte-americano, avalia que seria próprio também a sua sugestão ao Presidente Barack Obama, ao Congresso norte-americano, à Justiça norte-americana: vamos conceder anistia ao Sr. Edward Snowden.

Muito obrigado.

O SR. PRESIDENTE (Ricardo Ferraço. Bloco Maioria/PMDB – ES) – Senador Roberto Requião, a palavra é de V. Exª.

O SR. ROBERTO REQUIÃO (Bloco Maioria/PMDB – PR) – Em primeiro lugar, Glenn, eu quero expressar aqui a minha admiração pelo Snowden. Para mim, ele é uma espécie de herói libertário norte-americano, aquele individualismo revolucionário, fazendo valer os seus princípios contra toda uma estrutura.

Quero parabenizá-lo pelo esclarecimento que fez no seu entendimento de que não há diferença básica entre o Partido Republicano e o Partido Democrata nos Estados Unidos.

O Democrata se parece ao Republicano, quando no poder. É aquela história da política brasileira: na época do Império se dizia que nada mais se parecia a um saquarema do que um luzia no poder. Os luzias eram os libertários, os liberais. Mas, no poder, todo mundo se assemelhava.

Eu acho que, como disse Alfredo Sirkis, todos os países querem ter um serviço de informação eficiente, funcionando bem. Eu via no plenário, hoje, alguns Senadores me dizendo: "Não, mas seria sensacional, por exemplo, se esse serviço de informações americano tivesse prevenido o ataque contra a sinagoga em Buenos Aires." É uma visão errada desse processo todo.

Eu tenho alguma experiência, como Governador que fui três vezes, com esses interesses de países – e eu não digo só dos Estados Unidos – em relação ao Brasil. Eu assumi o governo, Glenn, e acabei com dois contratos internacionais: um com o Japão e outro com os Estados Unidos. Logo, logo, recebi a visita dos dois embaixadores – aquela Donna Hrinak e o embaixador japonês.

Uma das conversas que eu tive com um deles eu tomei até o cuidado de gravar e depois dizer: "Olha, ou vocês concordam com a anulação desses contratos, ou eu vou fazer o que o Snowden fez hoje, dando divulgação a esse processo todo." Os contratos eram tão absurdos que eu acabei anulando os dois – o americano e o japonês. Mudei completamente esse processo. Mas eu fui diretamente pressionado pelas embaixadas.

Então, essa história de que se justifica a quebra dos sigilos como um instrumento de prevenção do terrorismo é uma meia verdade. É uma meia verdade a tal ponto, por exemplo, que o Kadafi era financiador de campanhas na França, na Itália, e só se transformou em bandido quando recusou o dólar como moeda universal nos negócios da Líbia. Daí, ele passou a ser o terrorista que tinha que ser definitivamente eliminado.

Então, eu acho que nós podemos reduzir esse processo todo; inclusive essa justificação do terrorismo como um biombo para espionagem industrial e comercial. O que interessa a esses países, às grandes potências, realmente é a informação comercial. E a informação do suposto terrorismo – que pode até existir em alguns momentos – é um subproduto desse processo todo. E nós estamos vendo é a quebra do sigilo em função de negócios. Porque, afinal de contas, os objetivos nacionais permanentes das potências são a sua prevalência econômica no Planeta. Isso é fundamental.

A visão, por exemplo, do Suplicy me parece um pouco ingênua. As leis internacionais, os Estados Unidos defendem a liberdade, os governos defendem os interesses das empresas e da sua estrutura econômica, que é o que os sustenta. Isso faz o Barack muito semelhante aos Bush, embora o Barack tenha sido uma evolução extraordinária nos Estados Unidos em relação ao Mississipi em Chamas de trinta anos antes. É uma reconciliação dos Estados Unidos consigo mesmo. Eu achei isso extraordinário, mas do ponto de vista dos interesses econômicos é tudo a mesma coisa.

Então, o que remanesce dessa denúncia que o Snowden fez, com coragem e valor, e que você vocalizou através dos veículos que você acessa como jornalista, é a necessidade absoluta da informação; de que todos saibam como funciona esse sistema e que essa visão do combate ao terrorismo seja minimizada. São interesses econômicos, interesse pelo petróleo, interesse pela água, interesse pelo domínio geográfico dos países, a geopolítica funcionando, muito mais do que qualquer outra coisa que se possa imaginar.

Agora o fundamental é que temos muito poucas defesas contra isso, porque esse tipo de espionagem vai haver com grande facilidade. Os centros de distribuição de informação na Internet estão nos Estados Unidos, mas se estivessem aqui, isso iria funcionar mais ou menos da mesma maneira. O que remanes-

ce realmente são os interesses econômicos, acima de qualquer visão de democracia ou de liberdade que existem. E a contribuição que você está dando aqui agora, Gleen, é a mesma contribuição que o Snowden deu quando fez a denúncia. É socializar, democratizar essa informação.

Eu acredito que muito pouco a gente pode fazer no controle da informática.

É muito difícil entrar nessa rede comercializada e privatizada. E se a rede não existisse, as informações continuariam fluindo. O que está por trás de tudo isso é o interesse econômico acima de qualquer direito que você possa imaginar. Então, acredito que é o que nós podemos tirar dessas denúncias todas.

Ao mesmo tempo, em mim e praticamente em todos os Senadores se unificou a opinião em torno da necessidade, da possibilidade de o Brasil oferecer asilo ao Snowden, como um estímulo a essa visão libertária, mesmo que isolada, desse novo mocinho do velho faroeste funcionando nos Estados Unidos de hoje.

Eu não teria uma pergunta, mas essas observações; e gostaria que você fizesse alguma consideração a respeito delas.

O SR. PRESIDENTE (Ricardo Ferraço. Bloco Maioria/PMDB – ES) – Deputado Ivan Valente, a palavra é de V. Exª.

O SR. IVAN VALENTE (PSOL – SP) – Agradeço, Presidente Ferraço e Deputado Pellegrino.

Quero cumprimentar o nosso convidado. Não só cumprimentar como parabenizá-lo pelo excelente trabalho e eu diria pela prestação de serviço público em nível mundial que o senhor e evidentemente o Edward Snowden prestaram à humanidade.

Então, primeiro, queria dizer que essas revelações são extremamente apropriadas para a gente ter a dimensão do que é o domínio de um império. E depois de divulgadas todas as informações que foram ventiladas, os Estados Unidos se arvoram no direito de dizer que não prestará informações. Nós, na Comissão de Relações Exteriores, pedimos a vinda do Embaixador, o que regimentalmente não é possível; mas vários embaixadores já vieram à Casa, para prestar esclarecimentos quando a coisas, quando existem fatos relevantes que estão colocados. Eles não se dão o direito de rejeitar isso.

Quero manifestar a minha posição aqui. O Governo brasileiro, apesar de ter protestado ontem, na ONU... Eu acho que a nossa reação é extremamente tímida para a gravidade do que foi feito; é extremamente tímida. Nós sabemos todas as consequências das reações, mas se nós não tivermos a coragem política para reagir a um sequestro de um presidente latino-americano, que foi o que aconteceu com o Presidente Evo Morales, repudiar só não basta. É preciso que essa questão ganhe uma notoriedade e uma reação que, de alguma forma, tente inibir o poder.

Então, eu entendo que o nosso Governo, até pela potência que o Brasil representa, mesmo sendo um País ainda da periferia capitalista, mas com a importância que ele tem na geopolítica, mereceria respostas bem mais duras, incidentes, graves. E acho que isso, por causa da diplomacia, não existe.

Quero colocar também, Presidente, que o terrorismo virou o grande álibi para a quebra total de privacidade e o alcance a todas as informações. Entendo – e quero manifestar a minha posição aqui – essa lógica de divulgação de que atentados terroristas no Oriente Médio foram captados. Várias embaixadas americanas fechadas, e tal, isso aí é uma justificativa. Parece-me assim que é para justificar, inclusive, essa ofensiva para criminalizar o Edward Snowden. É evidente. Para ganhar a opinião pública americana e internacional.

Não há nenhuma prova material, não há nenhuma divulgação real de que existia perigo iminente de qualquer coisa. É óbvio que há toda uma disputa aí, e, ouvindo o Senador Requião, concordo com ele. Eu acho que à medida que você grampeia geral, não é só o sigilo comercial e industrial, mas as decisões de Governo. Para mim, as decisões de Governo estão todas aparelhadas. Eles sabem quais são todas as medidas econômicas e políticas, o que se pensa.

Quanto à reportagem a partir das informações que V. Sª obteve em Hong Kong, parabenizo-o mais uma vez por estar dez dias lá. Porque a minha pergunta é exatamente essa: há mais coisas? Essa é a questão. Deve haver. Mas tudo o que foi divulgado já é de um patamar muito elevado e quero dizer que todas as decisões antecipadas de Governo na verdade estão sendo monitoradas internacionalmente.

Lamento também a decisão de países europeus com larga tradição – quem já fez Revolução Francesa; quem passou pela comuna de Paris – que se dispõem a evitar o pouso do Presidente Evo Morales. Ou seja, a submissão, o capachismo dos países europeus frente à lógica da OTAN e do domínio americano. Inclusive há quem avalie que o domínio americano está em declínio. Não, não existe essa questão.

E queria colocar o seguinte: este debate deveria, Presidente, ir para as ruas. Eu quero cumprimentar a juventude que está aqui hoje, que vestiu a máscara do Snowden. É para ir para a rua exigir explicações do governo americano, repudiar e ganhar a opinião pública contra essa lógica da privacidade.

Assim, Presidente, eu queria colocar que o Suplicy pegou a máscara do Snowden ali, não é? Fez um *marketing* político, pousou com a juventude. Então, quero

cumprimentar a juventude que foi à rua, o pessoal do Juntos, os outros jovens de outras colorações, todos os que abraçaram essa ideia; cumprimentar os Presidentes das Comissões e os Deputados que sugeriram a sua presença aqui, Glenn. E quero dizer o seguinte: mais informações, mais reações em nome da democracia, da privacidade, da ética, contra a lógica imperial, econômica, política, contra a chantagem internacional, que é essa questão do terrorismo implantada desde outras eras, particularmente da era Bush, mas que continua mostrando que o *establishment* americano é um só, ele funciona, ele tem autossustentação que a CIA faz ou que os órgãos nacionais de inteligência americanos fazem em todos os países e, agora, através das redes sociais, através do monitoramento da Internet, das teles etc., mostram que nós temos que dar saltos em termos de democracia. Acho que é intolerável que o governo americano não tenha prestado contas disso. Nosso repúdio a isso!

E acho que continua sendo necessário que o Embaixador americano preste contas ao Congresso Nacional. E nós vamos insistir nisso.

Peço ao Presidente Ferraço e ao Presidente Pellegrino que nós façamos uma comissão de Senadores e Deputados para ir à Embaixada americana pedir que ele se disponha a prestar as informações necessárias. Isso não se faz clandestinamente de governo para governo. É satisfação ao povo brasileiro, que foi monitorado. Porque não foi só o Governo brasileiro que foi monitorado; foi o povo brasileiro. Cada cidadão que hoje utiliza uma rede social está monitorado, está violado na sua privacidade, na sua intimidade, e isso é intolerável em matéria de democracia.

Parabéns, mais uma vez!

Eu agradeço a sua presença aqui. Obrigado.

O SR. PRESIDENTE (Ricardo Ferraço. Bloco Maioria/PMDB – ES) – Nós estamos caminhando para o encerramento da nossa audiência e consulto o Deputado Eduardo Azeredo e o Deputado Trípoli se desejam fazer uso da palavra. Se desejarem, que o façam agora porque nós vamos passar a palavra para o nosso convidado, para as suas considerações finais.

O SR. ALFREDO SIRKIS (PV – RJ) – Presidente, eu só não ouvi uma resposta à pergunta que eu formulei: se havia o risco de que houvesse apropriação privada dessas informações e a utilização privada delas por parte de funcionários dessas empresas terceirizadas ou da própria NSA.

O SR. PRESIDENTE (Ricardo Ferraço. Bloco Maioria/PMDB – ES) – E, além da apropriação, a comercialização desse *inside information*.

O SR. ALFREDO SIRKIS (PV – RJ) – Exatamente. E se alguma coisa das revelações do Snowden apontam algo nesse sentido.

O SR. PRESIDENTE (Ricardo Ferraço. Bloco Maioria/PMDB – ES) – Deputado Eduardo, a palavra é de V. Exª.

O SR. EDUARDO AZEREDO (PSDB – MG) – Como eu não pude estar aqui mais cedo, eu só agradeço e dispenso o uso da palavra para ouvir o jornalista.

O SR. PRESIDENTE (Ricardo Ferraço. Bloco Maioria/PMDB – ES) – Deputado Trípoli deseja? (*Pausa.*)

Passo a palavra a V. Sª, Sr. Glenn Greenwald, para os questionamentos e as considerações finais.

O SR. GLENN GREENWALD – Está bem.

A primeira coisa de que quero falar um pouco é sobre a minha experiência com o Edward Snowden, porque muitas pessoas perguntaram sobre isso. Eu acho que é uma coisa muito importante para entender essa pessoa.

A primeira vez que me comuniquei com o Snowden, ele me disse que sabia que ele está sacrificando a sua vida, sua liberdade, e sabe que provavelmente ele vai ficar o resto da vida dele na prisão ou que será a pessoa mais procurada do governo mais poderoso do mundo. Mas ele me disse que não tem nem um pouco de medo, não tem nenhuma dúvida sobre a decisão que está tomando, porque ele sabe o que o governo dele está fazendo para todas as pessoas no mundo, eliminando a privacidade, invadindo comunicações, e ele não podia ficar quieto e ter a consciência limpa. Ele disse que precisa sacrificar todas as coisas que ele tem para fazer isso, para informar o mundo do que o governo americano estava fazendo. Ele sabia exatamente os riscos que ele está aceitando.

Para mim, essa é a definição do herói. Acho que a coragem dele vai ter um impacto muito grande, talvez maior do que o artigo que estamos publicando. Em todos os lugares onde eu vou, por onde viajo estou vendo muitos jovens assim, mostrando o rosto dele e mostrando para ele como um exemplo para se seguir.

Dentro dos Estados Unidos, tão forte está o exemplo dele! Porque o que o governo americano estava tentando fazer? Criar a cultura do medo, medo de se fazer qualquer coisa contra o governo americano para dar transparência, para mostrar ao mundo o que o governo americano está fazendo. O Governo do Obama está punindo pessoas que estão fazendo isso, mais do que todos os governos na história dos Estados Unidos.

O que Snowden fez quando divulgou esses documentos? Ele disse que a prioridade dele eram os direitos humanos do mundo, mais do que coisas sobre ele como indivíduo.

Lembro que fizemos uma entrevista com ele no nosso *site* The Guardian e alguém disse a ele:

> Olha, quando você estava mostrando os segredos do governo americano sobre a espionagem que o governo estava fazendo para os americanos, eu os estava apoiando; mas quando você começou a mostrar segredos do governo americano sobre o que eles estão fazendo para outros países, para estrangeiros, eu perdi o respeito por você. Acho que você se tornou um traidor quando fez isso.

E a resposta dele foi muito clara. Ele respondeu muito rapidamente. Ele disse: "Na minha opinião, a privacidade dos americanos não é a única coisa que tem importância. Eu acho que a privacidade de todos os humanos tem importância." E ele disse: "É claro, sou norte-americano, mas também sou humano e tenho mais pensamentos sobre o mundo do que só sobre o que é bom para os americanos."

Eu acho que esse exemplo é muito importante também e está influenciando o jornalismo que estou fazendo.

Quero falar um pouco sobre a opinião pública dentro dos Estados Unidos.

Geralmente, quando alguém faz o que Snowden fez, é muito fácil para o governo atacá-lo, para caçar as pessoas dentro do país, para pensar mal contra ele, para insistir que ele seja punido com força. Mas esse episódio é totalmente diferente. Há pesquisas que mostraram que a maioria dos americanos está apoiando o que Snowden fez. Com certeza eles estão querendo saber mais sobre o que o governo está fazendo com a espionagem contra os americanos.

Há aliados muito interessantes de direita e de esquerda, conservadores e progressistas dentro do Congresso americano que estão trabalhando contra o Governo de Obama, contra os líderes dos partidos. Isso é muito raro nos Estados Unidos. E acho que está mudando o modo como muitas pessoas estão pensando, não só no mundo mas também nos Estados Unidos. É quase como quando os americanos quiseram mudar o seu modo de pensar desde o ataque de 11 de setembro. Finalmente, esse episódio os está deixando fazer isso.

Sobre a pergunta se ele pode voltar para os Estados Unidos sem ser processado, acho que a resposta é: Com certeza não, nunca. O governo americano tem obsessão em punir pessoas que divulgam segredos. E acho que a coisa mais importante para se entender é isso.

Quando Snowden falou comigo pela primeira vez, na segunda vez e em todas as vezes depois disso, ele me disse: "Por favor, eu quero que você tome muito cuidado com os documentos. Eu não quero que você divulgue nenhum documento que vá machucar alguma pessoa. Eu não quero machucar o governo dos Estados Unidos. Quero que você divulgue só os documentos que mostrem às pessoas o que devem saber sobre o que o governo americano está fazendo com a sua privacidade".

E estamos tomando muito cuidado com os documentos, mas ainda o governo americano o está acusando como traidor. E também há muitos políticos, muitas pessoas com muito poder que também estão me acusando como sendo criminosas, mesmo que seja jornalismo, ameaçando-me também com a prisão, com processo. Mas eu acho que a opinião do público nos Estados Unidos é diferente da do governo há muito tempo. E essa coisa é muito importante.

Quero falar um pouco sobre Obama e Bush e (*ininteligível*) ou coisa assim. Acho que há muitas pessoas no mundo que esperavam que o Obama fosse mudar tudo completamente. Na realidade, o governo americano quis que as pessoas esperassem isso, porque, em 2007 e 2008, o governo americano... Houve a crise e muitas pessoas no mundo tinham opinião muito ruim sobre o governo americano; e o governo americano sabia que o melhor jeito para mudar isso seria Obama se tornar presidente, porque isso iria mudar o que as pessoas estavam pensando sobre os Estados Unidos. Mas também umas instituições políticas sabiam que o Obama não iria mudar as políticas, mas só mudar o modo como as pessoas estavam pensando sobre os Estados Unidos; iria mudar a imagem, mas não a realidade.

Na realidade, Obama está aumentando muitas coisas que Bush fez, que muitas pessoas no mundo não gostaram, mas eu acho que essas pessoas estão mostrando a realidade de Obama também e essa imagem está mudando também.

Eu estou falando com Snowden muito regularmente ainda, desde que ele saiu do aeroporto, quase todo dia. Usamos criptografia muito forte para nos comunicar. Ele está passando muito bem, ele está muito feliz. Mais do que tudo, a ele importa saber sobre os debates que estão sendo criados em muitos países do mundo sobre a privacidade de verdade na Internet ou a espionagem dos Estados Unidos. É exatamente o debate que ele quis informar. Ele está muito feliz com isso, mas ele é muito limitado na Rússia, porque o governo da Rússia disse que ele pode ficar lá só se ele parar de ficar divulgando informação. Ele está parando porque quer ficar lá. Aí eu acho que isso é muito importante, porque há muitos governos do mundo em que está faltando responsabilidade para proteger

Snowden. Para mim, eu acho que é responsabilidade da população insistir que os governos façam mais para protegê-lo.

A última coisa que quero falar: o governo americano, desde que essa polêmica começou no Brasil, está falando mais ou menos: "não vamos responder nada em público, não vamos responder nenhuma pergunta que a média dos brasileiros têm, que a população do Brasil tem. Vamos discutir isso em segredo com o governo do Brasil; só em canais diplomáticos".

Essa atitude é porque eles acham que o governo brasileiro vai fingir que eles têm raiva em público, mas em particular eles podem persuadir o governo brasileiro a deixar tudo.

Na minha opinião, essa postura é muito insultante para o povo brasileiro, porque, como o senhor disse, não são só as comunicações do governo que estão sendo invadidas ou a privacidade do governo que está sendo invadida, é a privacidade da população em todo o mundo, no Brasil, na América Latina, no mundo. Eu acho que os Estados Unidos devem dar uma explicação e devem responder às perguntas e dar a justificação em público, para ter um debate sério no mundo sobre se queremos deixar isso continuar ou se há coisas que devamos fazer para impedir isso.

Então, de novo, muito obrigado a todos por me escutar e ao Senador e à Comissão pelo convite.

Obrigado. (*Palmas.*)

O SR. PRESIDENTE (Ricardo Ferraço. Bloco Maioria/PMDB – ES) – O Deputado Alfredo acabou não estando presente. O Deputado Ivan Valente fez uma pergunta. Anteriormente, disse-nos o Glenn que apenas uma pequena parte dos documentos que o Snowden enviou para ele foi relatada, como se isso representasse apenas a ponta do *iceberg* de novas e gravíssimas denúncias que poderão estar por vir, e que ele está, aos poucos, tendo acesso a esse material, lendo, interpretando, processando, porque são documentos que estão todos codificados, criptografados, e que exigem um trabalho de muito esforço.

O nosso desejo é que V. Sª veja, neste esforço conjunto, do Senado e da Câmara, do Congresso brasileiro, uma absoluta acolhida ao esforço que V. Sª e que o Snowden estão fazendo, quando divulgam, quando socializam, quando revelam ao mundo esse conjunto de informações.

E eu guardo aqui uma das falas do Snowden, quando ele lembra a Declaração de Nuremberg, em 1945, de que indivíduos têm deveres internacionais que transcendem as obrigações nacionais de obediência. Portanto, cidadãos têm o dever de violar leis nacionais para prevenir crimes contra a paz e a humanidade, até porque o mundo se transformou no tempo numa grande aldeia, e os nossos compromissos passam a ser compromissos universais.

É nessa direção que nós estamos submetendo à deliberação da Comissão de Relações Exteriores do Senado o voto de louvor pelo trabalho desenvolvido não apenas pelo Edward Snowden, mas também pelo correspondente do *The Guardian*, jornal britânico, na pessoa do seu correspondente Glenn Greenwald, por terem revelado ao mundo o esquema internacional de espionagem do governo dos Estados Unidos da América, que viola sistematicamente o direito à privacidade.

É uma forma de nós sinalizarmos a V. Sª e ao Snowden todo o reconhecimento que exercemos, em nome do Congresso Nacional, das nossas Comissões, pelo menos, em razão desses esforços que seguramente serão um marco na história, ao revelar todo esse conjunto de informações e espionagem, não apenas aos brasileiros, mas à civilização humana.

Evidentemente, nós temos uma grande expectativa, por exemplo, de que a nossa Presidente Dilma, que será recebida como Chefe de Estado – será, inclusive, hóspede do Presidente Barack Obama, agora no mês de outubro, ficará hospedada na Casa Branca –, possa tratar desse assunto, diretamente, como Chefe de Estado do Brasil, com o Chefe de Estado americano, para que esclarecimentos possam ser dados à sociedade brasileira.

Consulto se o Deputado Nelson Pellegrino, que compartilha conosco o exercício desta audiência pública, deseja fazer manifestações conclusivas.

O SR. NELSON PELLEGRINO (PT – BA) – Muito breve, eu só queria endossar as palavras de V. Exª, agradecer ao jornalista Glenn Greenwald pela contribuição e transmitir a ele e também ao Sr. Snowden, com quem ele tem mantido contatos, que o gesto dele tem sido apreciado no mundo inteiro, inclusive aqui no Brasil.

De fato, nas declarações que V. Sª trouxe a estas Comissões, embora algumas já fossem de domínio público, eu considero que, nesta tarde, alguns dados foram relevados com muita importância. O primeiro deles é que não houve só a manipulação de grandes dados na rede, que pessoas no mundo inteiro tiveram as suas comunicações interceptadas, o conteúdo delas, o conteúdo das suas mensagens pela Internet também. Houve uma grande invasão da privacidade de cidadãos, de empresas, de países.

O segundo elemento é a rede que foi organizada para montar essa máquina gigantesca de investigação, que me lembra a célebre obra *Big Brother*. Essa é a impressão, pela fala do Sr. Glenn. As coisas parecem evoluir para chegarmos ao *Big Brother*, em que estaremos, 24 horas, todos nós, vigiados, e o grande irmão saberá de tudo, em tempo real. O universo de

pessoas que estão manipulando essas informações é um universo muito significativo e a possibilidade de vazamento dessas informações, inclusive muitas delas com conteúdo da individualidade das pessoas, com segredos comerciais e empresariais e de Estado, são muito grandes também. E com relação a essa máquina gigantesca que está sendo montada ou que foi montada e que está em evolução, pela fala de V. Sª, é preciso que haja uma reação por parte dos países para haver uma contensão dessa máquina, porque é inadmissível, é inaceitável que um país se arvore a esse nível de concentração de poder.

Por último, eu queria apenas fazer uma consideração, ou seja, que considero fundamental que as autoridades brasileiras ouçam V. Sª. Que V. Sª seja procurado pelas autoridades brasileiras para que essas informações que aqui foram dadas ao Congresso brasileiro, ao Parlamento brasileiro possam também ser, inclusive, prestadas às autoridades do Executivo brasileiro. Inclusive, por determinação da Presidente Dilma, foi constituída uma comissão de alto nível interministerial, que está analisando essa questão. Penso que V. Sª pode também contribuir com os trabalhos dessa comissão.

Eu fiz essa indagação, mas me parece que pelo silêncio de V. Sª, até o momento não foi procurado pelas autoridades. Parece-me que a primeira vez que presta uma informação a um poder constituído da República brasileira é esta audiência pública aqui, no âmbito do Congresso Nacional. Considero fundamental...

O SR. CARLOS ZARATTINI (PT – SP) – Sr. Presidente ...

O SR. NELSON PELLEGRINO (PT – BA) – ... que as autoridades do Executivo também possam procurá-lo para ouvir as suas informações.

O SR. CARLOS ZARATTINI (PT – SP) – Sr. Presidente...

O SR. NELSON PELLEGRINO (PT – BA) – De resto, eu só queria ...

Pois não, Deputado.

O SR. CARLOS ZARATTINI (PT – SP) – É só para sugerir ao senhor, como Presidente da Comissão Mista de Inteligência do Congresso brasileiro, que também abra esse debate nessa Comissão, inclusive, chamando para ser ouvido e para debater o assunto o nosso Ministro da Justiça, para que esse depoimento que foi colocado aqui, com informações tão importantes, seja discutido com o Poder Executivo para garantir a segurança e a privacidade dos brasileiros.

O SR. NELSON PELLEGRINO (PT – BA) – Nós vamos convocar uma reunião. O nosso Senador Ricardo Ferraço é o Vice-Presidente. Vamos convocá-la e vamos apresentar alguns requerimentos nesse sentido também.

O SR. RICARDO TRIPOLI (PSDB – SP) – Relator, poderia...

O SR. PRESIDENTE (Ricardo Ferraço. Bloco Maioria/PMDB – ES) – Deputado Trípoli e depois Deputado...

O SR. RICARDO TRIPOLI (PSDB – SP) – É rápido. Eu acho que em função das denúncias que foram veiculadas e foram todas elas muito bem organizadas pelo jornalista – e ele deixou isso muito claro aqui para nós –, obviamente algumas empresas que estão no Brasil tiveram participação, porque isso não se faz com uma célula-tronco. Você precisa ter as ramificações. Como várias empresas operam a questão da Internet aqui no Brasil e muitas vezes condicionadas, algumas delas têm 90% das informações, acho que seria importante que a Comissão elencasse pelo menos duas ou três que fossem até sugeridas pelos jornalistas, para que fossem ouvidos aqui. Até porque isso colaboraria com o Governo brasileiro para se saber se houve ingerência em contratos públicos, se houve ingerência na questão comercial, na questão...

O SR. PRESIDENTE (Ricardo Ferraço. Bloco Maioria/ PMDB – ES) – E até mesmo se essas companhias teriam colaborado.

O SR. NELSON PELLEGRINO (PT – BA) – É. Pelo que eu entendi do depoimento do Glenn – ele pode confirmar ou não –, muitos dados foram interceptados diretamente nas empresas.

O SR. PRESIDENTE (Ricardo Ferraço. Bloco Maioria/PMDB – ES) – Nas companhias de telecomunicações.

O SR. NELSON PELLEGRINO (PT – BA) – Não foi nem nos cabos. Foram com a colaboração dessas empresas.

O SR. RICARDO TRIPOLI (PSDB – SP) – Eu acho que a gente poderia sugerir aí à Comissão, quem sabe agora fazer, determinar alguns participantes para que pudessem dar sequência, porque o principal foi a oitiva hoje aqui do jornalista Gleen, que se dispôs a vir à Comissão apresentar todo o trabalho que ele compilou. Diante dessa apresentação, que é um fato extremamente grave para o mundo como um todo, mas, no Brasil em especial, nós temos operadoras que ainda estão fazendo os seus trabalhos aqui sem nós sabermos se realmente essa questão ... Isso porque eles devem ter informações sem sombra de dúvidas. E eu acho que para o Brasil ainda não conseguimos caminhar com essas informações.

O SR. PRESIDENTE (Ricardo Ferraço. Bloco Maioria/PMDB – ES) – Eu informo ao Deputado Trípoli que nós já temos requerimento para audiência pública

aprovado não apenas para ouvirmos as empresas que operam a Internet, como empresas de telecomunicação. Como essas audiências serão em conjunto, envolvendo a Câmara e o Senado, nós vamos socializar o calendário para que essas oitivas e essas investigações possam ter o seu curso.

O SR. RICARDO TRIPOLI (PSDB – SP) – Obrigado, Presidente.

O SR. EDUARDO AZEREDO (PSDB – MG) – Presidente...

O SR. PRESIDENTE (Ricardo Ferraço. Bloco Maioria/PMDB – ES) – Deputado Azeredo.

O SR. EDUARDO AZEREDO (PSDB – MG) – Eu quero só evidentemente concordar com o encaminhamento de ouvirmos outras entidades. Essas telefônicas que trabalham no Brasil têm origem em capital italiano, capital espanhol, capital português, capital mexicano. Que nós possamos ouvir todas elas sobre esse grampo, digamos assim. Realmente, a questão fica muito mais grave se o conteúdo também foi grampeado. Uma coisa é você ter as ligações, é você saber quem ligou o computador, coisas assim; outra é saber o que foi realmente escrito.

Mas eu não posso deixar de colocar também que há um outro lado, que é o não preparo do Governo brasileiro, ou do País como um todo, para enfrentar essa nova modalidade de espionagem. Espionagem sempre aconteceu, Mata Hari, e tudo. Essa é uma nova modalidade. Mas o Brasil não tem prestado atenção à necessidade de criar mecanismos de enfrentamento da questão da guerra cibernética. O Governo brasileiro não está prestando atenção nesse assunto. Só agora começa a acordar. Eu já trato desse assunto há muito tempo e não tenho recebido atenção – nós todos que temos levantado esse assunto, não sou só eu, evidentemente. Mas o fato é esse. Nós temos que ter dois pontos: realmente ter explicações dos Estados Unidos, das operadoras, mas o Governo brasileiro tem que também dizer por que não se posicionou até hoje em relação a esses assuntos cibernéticos.

O SR. NELSON PELLEGRINO (PT – BA) – Eu só queria fazer um registro, porque acho que é da maior importância essa fala do Deputado Azeredo. Mas me parece – e nós conversamos isso com o Comandante do Exército – que o Governo brasileiro teria escolhido três prioridades nas forças. Entre elas, no comando do Exército, está encarregado com uma prioridade, que é o centro de guerra cibernética. Essa é a prioridade do Governo brasileiro. Se os recursos hoje alocados talvez não estejam no volume e na expressão do que nós gostaríamos, esse é um debate que nós temos que fazer. Mas o Governo tem procurado dar prioridade a essa questão. Nós temos que ver se o volume é suficiente diante dos fatos anunciados.

A SRª VANESSA GRAZZIOTIN (Bloco Governo/PCdoB – AM) – Deputado Nelson, V. Exª me permite um aparte?

O SR. NELSON PELLEGRINO (PT – BA) – Pois não. Tem a palavra, como Senadora.

A SRª VANESSA GRAZZIOTIN (Bloco Governo/PCdoB – AM) – Muito rapidamente, apenas para fazer uma observação. Parece que a gente está diante de um assunto que é banal, que é aceitável, que é natural, e que é legal, a questão da espionagem. Sim, eu sei que...

O SR. EDUARDO AZEREDO (PSDB – MG) – Eu não disse isso. Eu disse só que é um novo tipo de espionagem.

A SRª VANESSA GRAZZIOTIN (Bloco Governo/PCdoB – AM) – Perfeitamente. É claro, é um novo tipo, e é muito mais vigoroso e é muito mais nocivo. Tanto que, Governador, um dos questionamentos que eu fiz aqui foi exatamente esse. Em uma escala de um a dez – não me lembro de ter ouvido a resposta – qual ele avalia que seja a capacidade do País, do Brasil, em monitorar, em fazer frente a essa atitude criminosa de espionagem a partir dos Estados Unidos.

Mas eu só quero recordar que, no mundo, nós podemos citar muitos casos de pessoas que estão presas por conta de atos de espionagem. Cuba é um país que vive – não estou aqui para defender Cuba, apenas quero relatar um fato – um problema de embargo econômico. Há cinco cubanos presos, até hoje, nos Estados Unidos, exatamente condenados a três penas perpétuas, alguns deles por conta de espionagem. Mas o governo americano foi informado pelo próprio governo cubano que eram ações para brecar os atos de grupos terroristas contra cuba. E estão presos. Penalidade perpétua.

Então, eu acho que a contribuição que o Sr. Snowden e o Glenn têm dado ao Brasil e ao mundo inteiro é fantástica. Cabe a nós, eu concordo – quero fazer coro e por isso pedi o aparte –, que não deixemos isso para lá. Isso não é normal. Isso atinge a todos, do menor ao maior dos interesses que estão envolvidos. Há aqueles que têm a capacidade...

O SR. PRESIDENTE (Ricardo Ferraço. Bloco Maioria/PMDB – ES) – Muito bem.

A SRª VANESSA GRAZZIOTIN (Bloco Governo/PCdoB – AM) – Então eu quero, Presidente, cumprimentar o senhor, cumprimentar o Deputado Nelson Pellegrino. Eu acho que as nossas Comissões de Relações Exteriores têm dado a atenção que o caso merece.

O SR. PRESIDENTE (Ricardo Ferraço. Bloco Maioria/PMDB – ES) – Deputado Alfredo Sirkis.

O SR. ALFREDO SIRKIS (PV – RJ) – Para além de todas as considerações que são feitas e que são justas, parece-me que é importante ter um foco naquilo que, de fato, pode alterar essa situação, naquilo que realisticamente pode ser alcançado. Por um lado, evidentemente, há que melhorar a capacidade de criptografar nossos sistemas de comunicação e se proteger. Há, naturalmente, a necessidade de se levantar até que ponto empresas aqui no Brasil prestam esse tipo de serviço, conscientemente ou não. Mas o fundamental é aproveitar essa conjuntura política embaraçosa para o governo dos Estados Unidos e, juntamente com os países do Mercosul, com a Europa e países a princípio amigos dos Estados Unidos, exercer uma pressão sobre o governo americano no sentido de que baixe uma regulamentação análoga àquela que existe em relação à proteção das comunicações dos cidadãos americanos, em relação à proteção das comunicações de natureza diplomática e econômica de países que não são países inimigos, que são países amigos.

Isso, em condições normais de temperatura e pressão, seria praticamente impossível de obter dos Estados Unidos; mas, diante dessa revelação e das revelações que eventualmente poderão vir daqui para frente e, no nosso caso, com a autoridade moral que temos de até este momento não termos oferecido asilo para o Snowden, de fato o governo dos Estados Unidos tem que levar em consideração os interesses e a soberania nacional de nações amigas. Então, nesse sentido, é necessário se exigir do governo americano uma regulamentação de proteção a comunicações diplomáticas, econômicas, comerciais e de outras naturezas de países amigos que absolutamente não têm nada a ver com monitoramento ao terrorismo – algo que eu, pessoalmente, acho correto e acho bom que esteja sendo feito, que fique claro.

O SR. PRESIDENTE (Ricardo Ferraço. Bloco Maioria/PMDB – ES) – Agradecendo a presença das Srªs Senadoras e dos Srs. Senadores, como estou um pouco preocupado porque a Ordem do Dia do Senado já foi aberta...

O SR. IVAN VALENTE (PSOL – SP) – Só uma questão, Sr. Presidente, só uma questão final.

O SR. PRESIDENTE (Ricardo Ferraço. Bloco Maioria/PMDB – ES) – Pois não, Deputado Ivan Valente.

O SR. IVAN VALENTE (PSOL – SP) – Eu gostaria de aproveitar a presença do nosso jornalista do *The Guardian* aqui.

Levando em conta tudo o que foi falado aqui, acho que também há uma questão humanitária além de todas as outras questões. O Brasil já deveria ter oferecido asilo ao Edward Snowden. Acho que essa poderia ser uma decisão das Comissões. Deveríamos fazer isso para fazer política.

Em segundo lugar, eu acho que nós devemos, como Comissão, como instituição, como Congresso Nacional, solidariedade a Edward Snowden, porque ele está sendo tratado como um traidor.

O SR. PRESIDENTE (Ricardo Ferraço. Bloco da Maioria/PMDB – ES) – Do ponto de vista do Senado: nós já aprovamos, no plenário do Senado, um voto de apoio para que a Presidente da República e o Chanceler considerassem esse pleito do Senado da República de concessão de asilo ao Sr. Snowden.

O SR. IVAN VALENTE (PSOL – SP) – Não só o asilo. Isso é muito positivo, mas, concretamente, o Sr. Snowden hoje é um cidadão que ficou marginalizado. Obrigado a viver na Rússia por um ano, não pode transitar, não pode circular, está monitorado em todo o mundo – vejam o que aconteceu com Evo Morales.

Então, acho que só um movimento da opinião pública mundial é que pode dizer o seguinte: "Quem praticou crime foram os Estados Unidos e não esse cidadão. Ele fez um favor à humanidade". Essa campanha deveria ser iniciada, devemos solicitar ao Governo brasileiro que tenha uma atitude muito mais altiva em relação a esse processo, para além de saudar essa atitude do Sr. Edward Snowden.

O SR. PRESIDENTE (Ricardo Ferraço. Bloco da Maioria/PMDB – ES) – Bem, vamos encerrar a nossa reunião, a nossa audiência pública.

Nós vamos marcar a próxima reunião, na qual estaremos dialogando com as empresas de telecomunicação que têm aliança com as empresas norte-americanas que, na visão do Sr. Glenn, são o canal pelo qual essas conexões estão acontecendo...

(*Intervenção fora do microfone.*)

O SR. PRESIDENTE (Ricardo Ferraço. Bloco Maioria/PMDB – ES) – Comunicação e informática.

Nós vamos, então, juntamente com o Deputado Nelson Pellegrino, socializar esse calendário para que possamos contar com os Srs. Deputados e com os Srs. Senadores nessa próxima audiência pública.

Encerrando esta nossa reunião, comunicamos a apresentação de requerimento que nós pretendemos aprovar na próxima quinta-feira, de autoria do Senador Eduardo Suplicy e outros – dentre esses outros, eu mesmo e o Senador Pedro Simon –, solicitando uma audiência pública da Comissão de Relações Exteriores a fim de que sejam ouvidos o Cardeal Raymundo Damasceno, Presidente da Conferência Nacional dos Bispos do Brasil; Dom Orani João Tempesta, Arcebispo do Rio de Janeiro; o escritor Frei Betto; Frei Humberto; o Arcebispo de São Paulo, Dom Odilo Scherer; o teólogo e escritor Leonardo Boff, com o objetivo de essas

Comissões do Senado serem informadas acerca do legado da visita do Papa Francisco, estendendo essa referência desses convidados ao Núncio Apostólico Giovanni D'Aniello.

Nós estamos registrando o requerimento de V. Exª e, na quinta-feira, estaremos submetendo à Comissão evidentemente a aprovação, para que possamos inclusive fazer uma reflexão, um diálogo a respeito do legado da presença do Papa Francisco entre nós brasileiros.

Não havendo mais nada a tratar, vamos encerrar a presente reunião, agradecendo a todos, especialmente ao Sr. Glenn Greenwald pela presença e pelas informações prestadas ao Senado e à Câmara Federal.

Muito obrigado.

Está encerrada a reunião.

(*Iniciada às 14 horas e 21 minutos, a reunião é encerrada às 16 horas e 57 minutos.*)

SECRETARIA DE COMISSÕES

COMISSÃO DE SERVIÇOS DE INFRAESTRUTURA

ATA DA 19ª REUNIÃO, EXTRAORDINÁRIA, DA COMISSÃO DE SERVIÇOS DE INFRAESTRUTURA DA 3ª SESSÃO LEGISLATIVA ORDINÁRIA DA 54ª LEGISLATURA, REALIZADA EM 15 DE MAIO DE 2013, QUARTA-FEIRA, ÀS 7 HORAS E 30 MINUTOS, NA ALA SENADOR ALEXANDRE COSTA, PLENÁRIO Nº 13.

Às sete horas e vinte e seis minutos do dia quinze de maio de dois mil e treze, na sala de reuniões da Comissão, sob a Presidência do Senhor Senador **Fernando Collor,** reúne-se a Comissão de Serviços de Infraestrutura. Presentes os Senhores Senadores **Acir Gurgacz, Inácio Arruda, Clésio Andrade, Valdir Raupp, Sérgio Petecão, Flexa Ribeiro, Wilder Morais, Blairo Maggi, Vicentinho Alves, José Pimentel, Vanessa Grazziotin** e **Sérgio Souza**. Deixam de comparecer os demais Senadores. O Presidente declara a abertura dos trabalhos e submete à Comissão a dispensa da leitura e aprovação das atas das 17ª e 18ª reuniões, que são dadas como lidas e aprovadas. São lidos os Comunicados da Presidência. Fazem uso da palavra os Senhores Senadores **Acir Gurgacz, Valdir Raupp, Blairo Maggi, José Pimentel, Sérgio Souza** e **Sérgio Petecão**. Tem início a apreciação da Pauta. Item 1 – PROJETO DE LEI DA CÂMARA Nº 48, DE 2012, de autoria do Deputado **Onofre Santo Agostini**, que *"obriga a construção e a manutenção de estações de apoio a condutores de veículo de transporte de carga ou de veículo de transporte público de passageiros, no âmbito das concessões rodoviárias federais".* Relator: Senador **Sérgio Petecão**. Lido o Relatório, fazem uso da palavra os Senhores Senadores **Valdir Raupp, José Pimentel, Blairo Maggi, Sérgio Souza** e **Sérgio Petecão**, que solicita a retirada de pauta da matéria, para reexame. Resultado: retirado de pauta. Item 2 – PROJETO DE LEI DO SENADO Nº 379, DE 2008, de autoria do Senador **Renato Casagrande**, que "*dispõe sobre incentivo à exploração e implantação de centrais de geração a partir de fonte eólica e dá outras providências".* Relatoria: Senador **Walter Pinheiro** (não foi feita a leitura do Relatório). Resultado: retirado de pauta. O Senhor Senador **Sérgio Petecão** faz uso da palavra. Nada mais havendo a tratar, a reunião é encerrada às nove horas e vinte e sete minutos, lavrando, eu, Álvaro Araújo Souza, Secretário da Comissão, a presente Ata, que, lida e aprovada, será assinada pelo Presidente e publicada, juntamente com a íntegra das Notas Taquigráficas, no Diário do Senado Federal.

Senador **Fernando Collor,** Presidente da Comissão.

NOTAS TAQUIGRÁFICAS

O SR. PRESIDENTE (Fernando Collor. Bloco/PTB – AL) – Declaro aberta a 19ª Reunião Extraordinária da Comissão de Serviços de Infraestrutura da 3ª Sessão Legislativa Ordinária da 54ª Legislatura.

Antes de iniciarmos os nossos trabalhos, proponho a dispensa da leitura e a aprovação das Atas das 17ª e 18ª reuniões.

As Srªs e os Srs. Senadores que as aprovam permaneçam como se encontram. (*Pausa.*)

Aprovadas.

Comunicados.

Paralisação de obras pelo Tribunal de Contas da União.

A paralisação de obras de infraestrutura traz inúmeros prejuízos para o País. Aos custos diretos da paralisação da obra – como aqueles decorrentes da mobilização e desmobilização do canteiro de obra, da deterioração de serviços já realizados, do pagamento de aluguéis de equipamentos e de custos trabalhistas por período mais longo do que o previsto – soma-se o custo de oportunidade, já que, sendo o orçamento finito, a destinação de recursos para uma determinada obra se dá com o preterimento de outras obras que também seriam úteis. Sem esquecer, é claro, dos prejuízos sofridos pela população, que não pode usufruir dos benefícios da obra pública.

A fundamentação constitucional e infraconstitucional da questão da paralisação de obras pelo Tribunal de Contas da União foi objeto de comunicados desta Presidência feitos nos últimos dias 3 e 24 de abril deste ano. Na ocasião, chamei a atenção para o chamado

"empoderamento" do TCU pela sucessão de normas, nos seguintes termos:

O que se verifica é uma verdadeira progressão normativa. A Constituição Federal de 1988 atribui ao TCU a prerrogativa de – entre aspas – *"decidir a respeito". A Lei Orgânica do TCU esclarece que cabe à Corte* – entre aspas – *"decidir a respeito da sustação do contrato". Já o Regimento Interno da Corte de Contas cria a possibilidade de que o Tribunal determine ao responsável (pela execução do contrato ou por seu acompanhamento) que* – entre aspas – *"adote as medidas necessárias ao cumprimento da decisão". Tem-se, no art. 251, §4º, do Regimento Interno do TCU, mais uma inovação normativa, pois que a possibilidade de o Tribunal determinar a adoção de medidas ao responsável pelo contrato não está prevista expressamente na legislação.*

Em complementação a esses comunicados, cabe agora aprofundar o tema sob a ótica da Lei Orçamentária Anual e a Indicação de Obras com Indícios de Irregularidades Graves, bem como sob o prisma do Exercício do Poder Cautelar pelo TCU e, finalmente, a sua Atuação na Paralisação de Obras de Infraestrutura.

Considerando os efeitos práticos sobre execução de obras públicas, a Lei de Diretrizes Orçamentárias (LDO) em vigor, Lei nº 12.708, de 4 de abril de 2013, é mais importante do que o embate doutrinário sobre a extensão da competência constitucional do TCU para a sustação da execução de contratos administrativos.

O TCU deve comunicar à Comissão Mista de Planos, Orçamentos Públicos e Fiscalização (CMO) em quais obras foram encontrados indícios de irregularidades graves. O Congresso Nacional tem a palavra final quanto ao enquadramento ou não dessas obras na classificação indícios de irregularidades graves com recomendação de paralisação. A LDO, no art. 93, §1º, inciso IV, define a classificação IGP, irregularidades graves, como:

IV – indícios de irregularidades graves com recomendação de paralisação – IGP, os atos e fatos materialmente relevantes em relação ao valor total contratado que apresentem potencialidade de ocasionar prejuízos ao erário ou a terceiros e que:

a) possam ensejar nulidade de procedimento licitatório ou de contrato; ou

b) configurem graves desvios relativamente aos princípios constitucionais a que está submetida a administração pública federal;

Caso o Congresso Nacional se decida pelo enquadramento na classificação IGP, a obra deverá ser listada em anexo específico da Lei Orçamentária Anual (LOA). Nessas situações, de acordo com a LDO, haverá o bloqueio da execução física, orçamentária e financeira dessas obras. O desbloqueio só se realizará após deliberação do Congresso Nacional nesse sentido.

Os parâmetros para a decisão do Congresso Nacional quanto ao bloqueio ou desbloqueio da execução física, orçamentária e financeira de obras estão descritos no art. 94 da LDO, que diz o seguinte:

O Congresso Nacional levará em consideração, na sua deliberação pelo bloqueio ou desbloqueio da execução física, orçamentária e financeira de contratos, convênios, etapas, parcelas ou subtrechos relativos aos subtítulos de obras e serviços com indícios de irregularidades graves, a classificação da gravidade do indício, nos termos estabelecidos nos incisos IV, V e VI do §1° do art. 93, e as razões apresentadas pelos órgãos e entidades responsáveis pela execução, em especial:

I – os impactos econômicos e financeiros decorrentes do atraso na fruição dos benefícios do empreendimento;

II – os riscos sociais, ambientais e à segurança da população local decorrentes do atraso na fruição dos benefícios do empreendimento;

III – a motivação social e ambiental do empreendimento;

IV – o custo da deterioração ou perda das parcelas executadas;

V – as despesas necessárias à preservação das instalações e dos serviços já executados;

VI – as despesas inerentes à desmobilização e ao posterior retorno às atividades;

VII – as medidas efetivamente adotadas pelo titular do órgão ou entidade para o saneamento dos indícios de irregularidades apontados; e

VIII – o custo total e o estágio de execução física e financeira de contratos, convênios, obras ou parcelas envolvidas.

Note-se como o legislador, ao definir o processo de deliberação sobre o bloqueio ou o desbloqueio da execução física, orçamentária e financeira de obras, teve o cuidado de prever que se considerem não só as razões que levam à indicação de IGP de uma obra, mas também as consequências para a sociedade advindas dessa decisão.

Por fim, destaque-se que a decisão pela inclusão – e sua retirada – de uma obra no cadastro daquelas com execução paralisada cabe sempre ao Congresso Nacional, cabe sempre ao Congresso Nacional, e não ao TCU.

Atualmente, constam do Anexo VI, "Obras e Serviços com Indícios de Irregularidades Graves – IGP", da LOA de 2013, Lei n° 12.998, de 4 de abril de 2013, apenas três obras paralisadas por estarem classificadas como IGP. Aliás, obras essas que já se encontram paralisadas há pelo menos dois exercícios orçamentários.

Cumpre ressaltar que o bloqueio da execução física, orçamentária e financeira dessas obras não é irreversível. Se forem tomadas as medidas saneadoras determinadas, o TCU, por meio de acórdão, informa que o empreendimento está regularizado e pode voltar a receber recursos. Cabe, então, ao Congresso Nacional, mediante decreto legislativo baseado em deliberação da Comissão Mista de Orçamento (CMO), determinar o desbloqueio.

Entre as ferramentas que o TCU dispõe para cumprimento de sua missão institucional incluem-se as medidas cautelares, regulamentadas essas medidas na Lei Orgânica e no Regimento Interno da Corte de Contas. Não exaustivamente, por óbvio. O poder de cautela é amplo. De maneira análoga ao que ocorre nas cautelares decididas pela Justiça, o TCU pode atuar liminarmente quando existirem fortes indícios de irregularidades que possam lesar o erário de forma potencialmente irremediável. Uma cautelar deve ser decretada na exata medida da necessidade, mas deve ser útil, razoável e proporcional, no mínimo.

A concessão da cautelar prevista no art. 276 do Regimento Interno do TCU – suspensão de ato ou procedimento – pode, inclusive, ser decretada sem a oitiva prévia da parte contrária. A competência para adoção de cautelares é do Plenário do Tribunal, podendo, contudo, havendo urgência, ser decretadas por meio de decisão monocrática do relator do processo ou pelo Presidente do TCU, em situações peculiares. Ou seja, o corpo técnico da Corte de Contas pode propor, mas não pode decretar cautelares – jamais.

O STF, nos Mandados de Segurança 24.510/DF e 30.924/DF, já se pronunciou no sentido de que o poder geral de cautela do TCU tem amparo na Constituição de 1988.

Na prática, as cautelares da Corte de Contas alcançam, principalmente, editais de licitação e, mais raramente, o pagamento por serviços não realizados. Mas esses não são os únicos alvos das cautelares. O contrato das obras da BR-101 no trecho do Estado de Alagoas, por exemplo, foi afetado por cautelar do TCU que determinava ao administrador a abstenção de pagamentos por determinados insumos acima de um valor de referência.

Na legislação aqui analisada, não se verificam situações em que o TCU, de moto próprio, suspenda a execução de contratos administrativos. Sendo assim, qual é a relação entre a atuação do órgão de contas federal e a paralisação de obras de infraestrutura? Para responder a essa pergunta, é preciso ir além do mundo normativo e avaliar o impacto da atuação do Tribunal nas situações concretas.

Certas decisões da Corte de Contas, sejam de cunho acautelatório, sejam de mérito, muito embora não determinem a sustação de contratos, acabam por provocar a paralisação e o atraso de obras de infraestrutura. O melhor exemplo desse tipo de situação são as decisões no sentido de que a Administração Pública não pague o preço contratualmente acordado devido a suspeita de sobrepreço.

Muitas vezes, a mera expectativa da determinação de restrição do pagamento do preço contratado pela prestação de determinado bem ou serviço pode levar a construtora a suspender preventivamente a obra. Isso ocorre porque existe um intervalo de tempo entre a conclusão do serviço e seu efetivo pagamento. Se a deliberação do TCU com restrições ao pagamento for decidida nesse período, nesse intervalo, a construtora poderá não ter como se ressarcir dos custos decorrentes da execução do serviço.

Além dessa ação de paralisação preventiva da obra por iniciativa da construtora, decisão prolatada pelo TCU determinando que o administrador abstenha-se de pagar o preço estabelecido no contrato por determinado bem ou serviço pode resultar, também, na rescisão do contrato pela Administração Pública.

Sendo bilateral o contrato administrativo, por definição, há obrigações recíprocas e equilibradas estabelecidas entre as partes. Esse equilíbrio é retratado na equação econômico-financeira do ajuste, que é assim definida por José dos Santos Carvalho Filho:

Equação econômico-financeira do contrato é a relação de adequação entre o objeto e o preço, que deve estar presente ao momento em que se firma o ajuste. Quando é celebrado qualquer contrato, inclusive o administrativo, as partes se colocam diante de uma linha de equilíbrio que liga a atividade contratada ao encargo financeiro correspondente. Mesmo podendo haver certa variação nessa linha, o certo é que no contrato é necessária a referida relação de adequação. Sem ela, pode dizer-se, sequer haveria o interesse dos contratantes no que se refere ao objeto do ajuste.

A manutenção do equilíbrio econômico-financeiro dos contratos é garantida no inciso XXI do art. 37 da Constituição Federal de 1988, e está a salvo, inclusive, das cláusulas exorbitantes, que resultam da supremacia do interesse público. Portanto, havendo decisão do TCU determinando que o administrador se abstenha de pagar por determinado bem ou serviço o preço já estabelecido no contrato, não há como implementar essa decisão sem a concordância do contratado. Caso o contratado rejeite a alteração do preço, só restará ao administrador a rescisão unilateral do contrato e a convocação de novo certame licitatório para a conclu-

são da obra, com todos os atrasos e custos adicionais daí decorrentes.

Considerações Finais (*sugestões e providências*)

A Administração Pública não é um fim em si mesma. Sua existência só se justifica na proporção em que for capaz de efetivar os serviços que dela são demandados pela sociedade. A interação dos diversos órgãos da Administração Pública, inerente ao Estado democrático de direito e necessária para a consecução dos objetivos da sociedade contemporânea, não pode ser um jogo de soma zero. Muito pelo contrário, a escassez de recursos para fazer frente às inúmeras necessidades da sociedade impõe à máquina pública atuação coordenada e sinérgica.

O sentimento de "dever cumprido" de cada órgão individualmente sem o concreto atendimento das demandas da sociedade é falso e inaceitável. Os órgãos executores e a fiscalização, exercida pelo Poder Legislativo, com auxílio do TCU, devem estreitar os laços de comunicação e, sem invadir as competências alheias, buscar as soluções que maximizem o bem comum.

Com esse horizonte em vista, é preciso diagnosticar as razões de tantas obras sofrerem atrasos e paralisações em função da fiscalização pelo TCU, e o que pode ser feito para minimizar essas ocorrências, sem ferir as competências constitucionais do Tribunal.

Já como já dito em outra oportunidade, é queixa recorrente dos órgãos executores que o TCU tem deixado de ser Corte de Contas e se transformou em "Corte de Engenharia", na maior parte das vezes, atuando, e autuando sem possuir a formação acadêmica e a experiência necessárias para compreender a complexidade técnica das situações analisadas ou, pelo menos, sem dar o devido valor ao cabedal de conhecimentos dos técnicos responsáveis pelo projeto, execução e gestão das obras. Os auditores do TCU, ainda segundo os queixosos, mostram especial dificuldade em aceitar o espaço de discricionariedade do profissional na escolha de meios para atingir o resultado almejado, aspecto inerente à prática de engenharia, se não de todas as atividades profissionais.

O fiscalizador não deve e não pode substituir o executor, cujo campo de discricionariedade deve ser respeitado. A separação entre execução e fiscalização é questão pacífica no Direito Administrativo. Nesse sentido, Marçal Justen Filho pontua:

Não cabe ao Tribunal de Contas investigar o mérito dos atos administrativos. A discricionariedade consiste na liberdade para avaliar as conveniências e escolher a melhor solução para o caso, diante das circunstâncias. Por isso, o mérito da atuação discricionária não se sujeita à revisão, nem mesmo pelo Poder Judiciário.

Seria recomendável, portanto, que houvesse uma instância de arbitragem onde diferenças de entendimento em tópicos de caráter eminentemente técnico entre profissionais do órgão executor e do TCU possam ser vencidas antes de se transformarem em achados da auditoria.

Por exemplo, nota-se que há determinadas divergências metodológicas entre o TCU e o Departamento Nacional de Infraestrutura de Transportes (DNIT), que resultam em achados em diversas obras, que ficam, por conseguinte, sujeitas ao risco de interrupção. Entre elas, a remuneração dos proprietários do terreno pela retirada de rochas para britagem e o aumento de custo de matérias asfálticas devido à distância transportada. Mais adequado do que tratar essas situações caso a caso seria a criação de câmara técnica, com representação do DNIT, ou de outro órgão da Administração Pública envolvido em situações semelhantes, o TCU e um *tertius*, para buscar consensualmente a solução geral aplicável ao caso.

Outro aspecto apontado como negativo na atuação do TCU na auditoria de grandes obras de infraestrutura é o embasamento de achados em provas frágeis e o pior, a atribuição ao acusado de provar a sua inocência, em flagrante inversão do ônus da prova.

Não se trata de tentativa de tolher o exercício de auditar do TCU, em absoluto, mas resta claro que o levantamento de provas deve ser realizado com o maior cuidado antes de se configurar o achado, mormente porque, como já foi descrito, a mera expectativa da ordem de restrição do pagamento do preço contratado pela prestação de determinado bem ou serviço pode levar a construtora a suspender preventivamente a obra.

Também o uso de cautelares, principalmente quando adotadas em contratos de obras já iniciados, deve ser avaliado cuidadosamente, sob pena de se tornar a cautelar um poder maior do que o próprio poder principal. Por exemplo, a cautelar para reter pagamento pode resultar, de fato, na sustação do contrato, sendo seu poder, concretamente, maior que o próprio poder principal, de sugerir ao Congresso Nacional que a obra seja classificada com indícios de irregularidades graves com recomendação de paralisação.

Outro aspecto que merece atenção é a atuação da Advocacia Geral da União, órgão que, de acordo com o Decreto nº 7.153, de 9 de abril de 2010, "exercerá a representação e a defesa extrajudicial dos órgãos e entidades da administração federal perante o Tribunal de Contas da União". Aqui não foi avaliada a atuação da AGU no cumprimento dessa atribuição, mas seria recomendável que se verificasse se os órgãos estão tendo a defesa técnica adequada perante o TCU.

Com relação ao Poder Executivo, seria recomendável que seus órgãos fossem dotados, na medida do possível, da estrutura e dos servidores necessários para que possam realizar as suas tarefas de forma adequada. Esse aspecto é fundamental, tendo em vista os planos do Governo preverem investimentos vultosos na área de infraestrutura. Sem a adequação dos órgãos à nova realidade que se avizinha, corre-se o risco da multiplicação de obras paradas.

De imediato, os órgãos executores poderiam ainda capacitar-se para preparar melhores editais de licitação, pois uma obra bem realizada começa com um bom projeto, um bom orçamento e um bom edital. Nesse ponto, o TCU poderia contribuir, destacando publicamente as melhores práticas, quem sabe até com um prêmio, em termos de editais da Administração Pública.

Ao DNIT, em particular, seria vantajoso manter a sua base de preços de referência, Sistema de Custos Rodoviários (Sicro), deixando esse sistema completo e atualizado de acordo com os preços reais praticados nos mercados locais. Referências desatualizadas, principalmente num momento de grande aquecimento da construção civil, podem gerar acusações errôneas de sobrepreço.

Ao Congresso Nacional, na condição de titular do controle externo, caberia debruçar-se com mais atenção sobre as realizações do Poder Executivo. Trata-se, inclusive, de prática que começamos, este ano, a adotar com mais afinco aqui na Comissão de Serviços de Infraestrutura. Surpreende não existir, por exemplo, um cadastro unificado das obras que recebem recursos federais, por meio do qual os Parlamentares possam acompanhá-las. Para eliminar a falta de tal instrumento de controle, recomenda-se que, por meio de emenda à próxima LDO, se dê prazo ao Poder Executivo para constituir o cadastro de obras.

Aqui mesmo, no âmbito da Comissão de Infraestrutura, é possível aprimorarmos o controle das obras de infraestrutura, principalmente aquelas que estão sendo auditadas pelo TCU. Para esse fim, a Comissão deve ter acesso ao sistema Fiscobras, que traz os dados das obras com indícios de irregularidades graves identificadas pelo TCU. A Comissão de Infraestrutura deve ter acesso ao Fiscobras. Esse acesso já é dado à Comissão Mista de Orçamento.

Assim, de antemão, informo que esta Presidência envidará os esforços necessários para que, o quanto antes, esta Comissão de Serviços de Infraestrutura passe também a ter acesso ao Fiscobras.

Como aditamento a este comunicado, a Comissão recebeu do Tribunal de Contas da União este *folder*, esta plaquete intitulada "O Congresso Nacional e o Tribunal de Contas da União – Controle Externo Integrado".

E aqui, lendo com a forma cuidadosa que se requer quando se recebe um documento como este, sobretudo no momento que estamos vivendo, há equívocos e há erros, pelo menos na parte que eu vou ler.

No Item 3, na Parte 3 desta plaquete, diz o seguinte: "Quais são as competências do Tribunal de Contas da União?" Esse é um documento oficial do Tribunal de Contas da União. E ele coloca essa pergunta que são perguntas que normalmente as pessoas se fazem. E o Tribunal de Contas pretende aqui oferecer respostas corretas, mas eu vou demonstrar que não estão corretas no seu todo.

À pergunta "quais são as competências do Tribunal de Contas da União?" ele diz – vejam os Srs. Senadores e as Srªs Senadoras:

As competências privativas do Tribunal de Contas da União estão estabelecidas no art. 71 da Constituição Federal e são [e aí lista]*:*

I – emitir parecer prévio das contas anuais do Governo da República;

II – julgar as contas dos administradores e demais responsáveis por dinheiros, bens e valores públicos [é verdade, isto está previsto no art. 71 da Constituição]*;*

E citam-se mais nove itens, também de acordo com o art. 71.

E aí já vem um primeiro equívoco – e o administrador público não se pode dar ao luxo de cometer equívocos em publicações oficiais como esta.

Vem o primeiro equívoco: não é o art. 71 em relação às competências do Tribunal de Contas da União. Está no art. 72: "emitir pronunciamento conclusivo por solicitação da Comissão Mista Permanente de Senadores e Deputados sobre despesas realizadas sem autorização".

Depois, mais adiante: "fixar os coeficientes do Fundo de Participação dos Estados e do Distrito Federal e do Fundo de Participação dos Municípios e fiscalizar a entrega dos recursos aos governos estaduais a às prefeituras municipais". Não está no art. 71 da Constituição: está no art. 161, parágrafo único.

E o mais grave: ele aponta como competência privativa do Tribunal de Contas da União o seguinte: "apurar denúncias apresentadas por qualquer cidadão, partido político, associação ou sindicato sobre irregularidades ou ilegalidades nas aplicações de recursos federais". Essa não é uma competência privativa do TCU, porque tem também competência para isso o Ministério Público Federal, o Ministério Público Estadual, a Polícia Federal, o próprio Congresso Nacional, a CGU. Então, não é competência privativa. Isto aqui é um equívoco grave num documento oficial do TCU

distribuído aos milhares pelo Brasil afora e que induz ao erro, ao engano aqueles que buscam informações corretas em publicações como esta.

Além disso, esse "apurar denúncias apresentadas por qualquer cidadão", que eu acabei de ler, que não é competência privativa do TCU, conforme ele afirma aqui ser competência privativa, não está no art. 71 da Constituição, mas está no art. 74, §2.

De modo que é necessário que haja o devido cuidado para que não sejam prejudicadas as obras em execução no País. Nós estamos num momento em que vamos agora, já no segundo semestre, segundo anunciado pelo Governo, iniciar o PAC 3. Vai ser lançado o PAC 3. Então, o volume de obras é muito grande. Além disso, teremos as obras do pré-sal, além disso, estamos com obras do Plano de Investimento em Logística (PIL), de rodovias, ferrovias, portos e aeroportos. Então, é um volume enorme de obras e se os órgãos envolvidos não se adequarem, não se ajustarem, não estabelecerem normas comuns de atuação nessa questão da fiscalização, isso vai virar uma Torre de Babel. É necessário que haja, volto a dizer, responsabilidade por parte dos técnicos que estão, diferentemente do que determina a Constituição, paralisando obras por aí afora, que eles tenham também a responsabilidade de arcar com os efeitos dessas paralisações caso não se configurem posteriormente os motivos pelos quais essas obras estejam sendo paralisadas como reais. Alguém tem que ser responsável. A pergunta é: Quem vai fiscalizar o fiscal? Quem fiscaliza o fiscal do Tribunal de Contas da União? Quem? Quem fiscaliza Procuradoria-Geral da União? Quem fiscaliza?

O SR. VALDIR RAUPP (Bloco/PMDB – RO) – Tem que ser o Congresso, tem que ser o Congresso.

O SR. PRESIDENTE (Fernando Collor. Bloco/PTB – AL) – Em relação ao TCU – Tribunal de Contas da União, como bem disse S. Exª o Senador Valdir Raupp, é um órgão auxiliar do Congresso Nacional. Foi este o motivo do nosso comunicado agora, no começo: que entre a Constituição de 1988, que determina e estabelece com precisão as atribuições do Tribunal de Contas da União, até os dias e hoje, houve um empoderamento do Tribunal de Contas, ele conseguiu, mediante interpretações diversas da Lei Orgânica do próprio TCU e das suas atribuições, um entendimento um pouco elástico das suas atribuições, ele conseguiu se empoderar, ou seja, conseguiu se dar mais poderes do que realmente ele tem pela Constituição Federal. Se ele é um órgão auxiliar do Congresso Nacional e se a ele sequer compete a paralisação de obras... Não compete ao Tribunal de Contas da União, isso compete ao Congresso Nacional, mediante a submissão ao Congresso Nacional por parte do TCU dessas irregularidades que eventualmente sejam detectadas em obras.

Em relação ao Ministério Público, a situação ainda é mais grave, porque não há nenhum embasamento jurídico nem constitucional que diga quem pode fiscalizar o Ministério Público Federal. Quem? O Ministério Público Federal é um órgão, é uma instituição, não é um poder. O Poder Judiciário tem o CNJ que fiscaliza a atuação dos seus integrantes, mas o Ministério Público não. Essa é uma lacuna que existe na nossa legislação e que precisa ser adotada. Eu coloquei aqui o Ministério Público da União, porque me veio ser uma outra entidade dessas que se julgam capazes de tudo fazer, de tudo poder sem que nada lhes aconteça. Ninguém pode dizer um ai, ninguém pode chegar e se insurgir contra uma determinação ou contra uma avaliação feita por um desses dois, sobretudo em relação ao Ministério Público da União.

Bom, na nossa última reunião foi aqui detectado um equívoco – para não dizer uma falsa informação passada pelo DNIT – em relação às obras da 364. Essa obra é referente à duplicação da 364 e, no comunicado, nas informações que foram prestadas pelo DNIT e repassadas às S. Exªs as Srªs e os Srs. Senadores, S. Exª o Senador Acir Gurgacz disse que, no sábado anterior à reunião da última quarta-feira, havia passado pela rodovia e que nada estava sendo realizado, e a informação que nos foi passada pelo DNIT é de que, desde o final de abril, as obras tinham sido iniciadas. Essa afirmação também foi corroborada por S. Exª o Senador Valdir Raupp e, por telefone, por S. Exª o Senador Ivo Cassol – três Srs. Senadores, representantes do Estado de Rondônia nesta Casa.

Quando houve esse choque de informações – naturalmente nós devemos ficar com as informações dos Senadores que são os representantes daquele Estado na nossa Casa – e, sobretudo, diante da declaração de S. Exª o Senador Acir Gurgacz, que havia passado no local no sábado anterior, foi então composta uma comitiva com os três Senadores de Rondônia aqui já citados para uma diligência naquela obra na 364.

No mesmo dia em que nós aqui, nesta Comissão, denunciamos que as informações passadas pelo DNIT eram informações falsas, mentirosas – inclusive eu tive que rasgar aquele comunicado como uma manifestação desta Comissão, que exige respeito e atenção por parte dos órgãos públicos nas informações que nos são repassadas –, nessa mesma data, dia 8 de maio, o DNIT divulgou uma nota, que me foi encaminhada pelo Sr. Diretor Geral do órgão dizendo o seguinte:

Em resposta à manifestação do Presidente da Comissão de Serviços de Infraestrutura, Senador Fernando Collor, na manhã desta quarta-feira (8/5) [ve-

jam os senhores, sobretudo os Srs. Senadores que lá estiveram], *assegura* [assegura o DNIT] *que o relatório da autarquia encaminhado segunda-feira (6/5) ao Senado traduz a realidade do último final de semana (5/5/2013)*, *momento em que as informações foram levantadas* [final de semana esse em que S. Exª o Senador Acir Gurgacz esteve presente na obra e viu que nada estava sendo feito.]

E continua o comunicado do DNIT, depois que foi detectada essa falsidade, essa mentira no relatório encaminhado à Comissão:

Os dados constantes do relatório foram fornecidos de forma isenta por servidores da autarquia.

Ninguém questionou a isenção; questionamos a falsidade e a mentira constantes do relatório. E continua:

Especificamente sobre a restauração do Lote 2 da BR-364 em Rondônia, no trecho localizado entre Pimenta Bueno e Cacoal, o DNIT esclarece que a obra já está [já está. Isso ocorreu na quarta-feira, dia 8; no dia 5, volto a repetir, S. Exª o Senador Acir Gurgacz esteve lá no local da obra e não havia absolutamente nada. No dia 8, nós detectamos essa incorreção, para dizer o mínimo no relatório do DNIT, e, no mesmo dia 8, o DNIT vem com esta nota] *com a seguinte mobilização:*

– 130 trabalhadores;

– 33 máquinas e veículos pesados;

– 3 usinas de asfalto;

– 1 usina de solos;

– 2 recicladoras.

A empresa construtora responsável [continuou o comunicado do DNIT] *é a CCM. Segue, em anexo, o registro fotográfico realizado na última semana na BR-364 – com os equipamentos citados em operação –, que integra o relatório de acompanhamento dos serviços. Ou seja, uma visita a este trecho que ocorrer hoje* [no dia 8] *comprovará que há máquinas e homens trabalhando nas obras de restauração.*

Obras e máquinas compostas por 130 trabalhadores; 33 máquinas e veículos pesados; 3 usinas de asfalto; 1 usina de solos e 2 recicladoras.

Em função disso, foi feita essa diligência, por S. Exªs os Senadores Valdir Raupp, Acir Gurgacz e Ivo Cassol, na companhia do Diretor-Geral do DNIT, na segunda-feira seguinte, e lá foi feito um vídeo que eu gostaria de mostrar agora a V. Exªs.

Podemos iniciar a projeção do primeiro vídeo.

(*Procede-se à exibição de vídeo*.)

O SR. PRESIDENTE (Fernando Collor. Bloco/PTB – AL) – Bom, aí está o vídeo que foi realizado na quinta-feira, dia 9, um dia depois que o DNIT afirmou textualmente, segundo seu comunicado.

Em resposta à manifestação do Presidente da Comissão de Serviços de Infraestrutura, Senador Fernando Collor, na manhã desta quarta-feira, dia 8 – o vídeo foi do dia 9 –, o DNIT assegura que o relatório da autarquia, encaminhado segunda-feira, dia 6/05, ao Senado, traduz a realidade do momento em que as informações foram levantadas, no último final de semana, dia 5, final de semana este, volto a repetir, em que lá esteve presente, pessoalmente, S. Exª o Senador Acir Gurgacz, que não encontrou nenhum tipo de atividade. Depois do dia 8. Portanto, esse comunicado do DNIT também é mentiroso, é falso. É mentiroso, é falso!

No dia seguinte a essa denúncia feita aqui pelos Srs. Senadores e pela Presidência desta Comissão, colocaram-se alguns trabalhadores para fazer o que os caminhoneiros e os próprios funcionários do consórcio responsável pela execução da obra chamaram de tapa-buraco e não de recuperação.

Como integrantes da comitiva que foi ao local, em Rondônia, fazer diligências sobre o estágio da obra, eu passaria a palavra, inicialmente, a S. Exª o Senador Acir Gurgacz, para que prestasse as informações a esta Comissão do que lá viu, do que lá ocorreu e, em seguida, a S. Exª o Senador Valdir Raupp.

Tem V. Exª a palavra, Senador Acir Gurgacz.

O SR. ACIR GURGACZ (Bloco/PDT – RO) – Sr. Presidente Senador Fernando Collor, é um prazer estar aqui para debater este assunto que é da maior importância para nós de Rondônia.

Srs. Senadores, Srªs Senadoras, destaco o papel importante desta Comissão em fiscalizar todas as obras brasileiras, em especial a nossa BR-364. V. Exª tomou providência, de imediato, com relação ao fato que trouxemos naquela última quarta-feira e, de pronto, V. Exª já nos atendeu, enviando esta Comissão até o local, para constatarmos e convidarmos quem, realmente, poderia e pode nos ajudar a resolver esta questão, que é o Diretor-Geral do DNIT, General Fraxe.

O que acontece é que nós temos dois contratos do mesmo trecho, Sr. Presidente. Um contrato de manutenção, que é o serviço de tapa-buraco, porque que tem que haver, realmente. Enquanto se faz a restauração, nós temos que fazer o serviço de manutenção. O serviço de restauração é retirar a base, a sub-base, é refazer aquela base. Enquanto isso, o serviço de tapa-buraco tem que existir. Principalmente na época das águas, o serviço de tapa-buraco é de fundamental importância.

O que nós estranhamos e conversamos muito com o General – ele também sentiu o problema – é que, se havia um contrato de manutenção, não poderia ter buraco na estrada. Esse é o fundamento de um contrato de manutenção. O fato de eles estarem utilizando a mesma usina de asfalto para fazer o serviço de tapa-buraco, para depois fazer o de restauração,

não tem problema. Agora, por que não foi feito o serviço de manutenção?

E aqui eu trago, por exemplo, a placa que está ao longo da BR. É um contrato de R$9,341 milhões, foi assinada no dia 17/09/12 a ordem de serviço. Esse contrato é de manutenção. E esse contrato é com a CCM, a mesma empresa que lidera o consórcio da restauração.

Então, conversamos bastante com o general sobre esse assunto, porque isso pode dar a impressão de que um serviço pode estar sendo cobrado duas vezes, sendo que ora é serviço de manutenção e ora é serviço de restauração. O general ficou realmente bastante preocupado, ele e toda a sua equipe, e disse que vai fazer uma investigação interna para saber.

E temos outro contrato, um contrato de restauração – do mesmo trecho –, no valor de R$111 milhões. Uma coisa estranha: esse contrato de manutenção foi ganho com desconto de 43% do valor da obra. A empresa deu 43% de desconto. Isso é bom para o País? Ótimo. Mas, se não é exeqüível, não é interessante. Nós precisamos ter os preços corretos e precisamos que o serviço aconteça. Talvez pelo fato de misturarem os contratos, possam dar o desconto. E, na restauração, foi dado um desconto de aproximadamente 15%, o que não é uma margem pequena, sendo que o valor é muito alto.

Então, o que eles tentaram fazer... Eu quero deixar isso claro aqui, Presidente, e volto a dizer aquilo que disse na última quarta-feira. O Governo fez o planejamento, fez o projeto, fez a licitação, homologou a licitação, fez a licitação da restauração e da manutenção, homologou e deu ordem de serviço. E as empresas, maldosamente, não o fizeram e tentaram enganar a todos nós: ao DNIT, à população e a nós, Senadores.

O mais grave é que enganaram a população, porque todos estão passando lá todos os dias e vendo que está sendo feito o serviço de manutenção, e o que cobrávamos aqui é o serviço de restauração. A BR-364, Sr. Presidente, está como uma colcha de retalhos, cheia de remendos; ou como uma câmara de bicicleta velha, que está cheia de remendos também e não suporta mais manutenção, não suporta mais o serviço de tapa-buraco. Isso também tem de ser feito enquanto se faz a restauração.

Então, estamos debatendo e discutindo, desde 2009, o serviço de restauração. Fizemos audiências públicas em Porto Velho – o Senador Raupp participou também; fizemos audiência pública em Ji-Paraná, fizemos audiência pública em Vilhena, sobre a restauração. Quando o valor é alto, é necessário que se façam audiências públicas para debater o assunto. Fizemos as audiências públicas em dezembro 2009 e janeiro de 2010. E todos nós estávamos aguardando com muita ansiedade essa restauração, porque é o projeto e a obra da história de Rondônia. Tivemos audiência pública com o então Ministro Paulo Passos, toda a Bancada de Rondônia e toda a Bancada do Acre também, porque o projeto não estava correto. E o Ministro dizia – aliás era o Ministro Alfredo Nascimento – que disse que, se executássemos o projeto da maneira como estava, causaríamos um transtorno muito maior do que se não fizéssemos a restauração. "Então, vamos refazer o projeto, aguardamos mais 90 dias e iniciamos o trabalho." Isso, quando o Senador Alfredo era ministro – acredito que em 2011.

E passou o ano de 2011, passou o ano de 2012, a ordem de serviço veio em setembro, todos nós aguardando e dando total crédito, como merecido, aos técnicos do DNIT. Aqui, vale ressaltar a competência dos engenheiros do DNIT, que trabalham... Temos engenheiros no DNIT, Sr. Presidente, V. Exª sabe muito bem, com 20 anos de casa, 30 anos de casa e merecem todo o nosso respeito, merecem toda a nossa atenção. São pessoas dedicadas, estão ali porque gostam do que fazem: engenheiros, administradores, técnicos, não só aqui no DNIT em Brasília, mas no DNIT em Porto Velho, no DNIT em Ji-Paraná, no DNIT em Pimenta Bueno também. São técnicos comprometidos com a restauração da BR-364.

Enfim, estivemos juntos nessa missão e pudemos constatar que o trabalho começou no dia 8. No dia 8, começou o trabalho de restauração, após a reunião – evidentemente após a reunião, claramente após a reunião. Não há dúvida em relação a isso.

O SR. PRESIDENTE (Fernando Collor. Bloco/PTB – AL) – Não há dúvida quanto a isso.

O SR. ACIR GURGACZ (Bloco/PDT – RO) – Não, não há duvida. Estivemos lá, conversamos com as pessoas, discutimos, em alguns momentos, com representantes das empresas, para saber por que havia buracos na BR se havia um contrato de manutenção. Se há um contrato de manutenção de R$9,3 milhões, dado um desconto de quase 50%, não teria que ter buraco na estrada. Fizeram o trabalho de tapa-buraco na época da chuva, com cascalho – a primeira chuva leva-o embora. A empresa fez um trabalho, um esforço muito grande para atender ao nosso pedido e evidentemente atender a um pedido do DNIT também para fazer a mobilização, após a nossa reunião aqui na Comissão de Infraestrutura, e iniciar o trabalho.

Encontramos uma usina de asfalto já no Riozinho, uma usina de asfalto alugada de uma empresa lá de Rondônia – e isso também não está errado –, uma usina pequena, que serviu para o contrato de manutenção. Outra usina de Presidente Médici estava sendo

instalada ainda e a outra usina estava em trânsito de Cacoal para Presidente Médici, onde será instalada. O fato é que esse trabalho nosso, da Comissão de Infraestrutura, foi fundamental para o início da obra.

Não podemos deixar de reconhecer o esforço dos técnicos do DNIT e do General Fraxe de fazer com que a empresa iniciasse o trabalho. Reconheço também, Presidente, que desclassificar a primeira empresa até chamar a segunda ou fazer nova licitação significaria um tempo muito grande perdido para que a obra tivesse início. Então, temos que reconhecer o trabalho e o esforço de toda a equipe do DNIT, do General, para que a empresa iniciasse a obra. E ela iniciou lentamente. Eram duas fresadoras e duas recicladoras, que estavam no trecho, segundo o nosso Senador Raupp.

Houve outro ponto importante também, Sr. Presidente, que foi o fato de que a empresa, talvez para tentar compensar o atraso do inicio, comprometeu-se a antecipar a entrega da obra para novembro de 2013, o que, para nós, é muito importante. É importante para nós, Parlamentares, é importante para a população, para o Governo e para a empreiteira também, porque, quanto mais rápido ela terminar a obra, Presidente, mais cedo ela vai receber. O dinheiro está garantido pelo Governo. O PAC tem a sua verba garantida, e é só a empresa executar o serviço, apresentar a medição, a fiscalização concordar, e eles recebem. Então, é uma questão de lógica, de matemática: quanto mais cedo concluírem a obra, mais cedo recebem.

Para concluir, Sr. Presidente, quero dizer que foi importantíssimo a nossa ida a Porto Velho. Junto conosco, estava toda a equipe do DNIT, para que as obras realmente tivessem início de restauração. Vamos separar muito bem a restauração da manutenção. Tenho certeza de que, se não fosse o trabalho feito por esta Comissão e se não fosse a ida do General conosco ao local, a empreiteira não teria iniciado essa obra da maior importância, que começou, volto a colocar, no dia 8 de maio. Vimos aqui, no vídeo, os próprios funcionários da empresa dizendo que começaram ontem, já que a gravação foi feita ano dia 9 de maio. Falaram: "começamos ontem" e, de fato, começaram dia 8. O importante é que iniciaram e que vão terminar, segundo informações dos engenheiros, neste ano de 2013, antecipando o término da obra, talvez como uma maneira de compensar o atraso do início. Talvez dessa forma eles possam compensar e nos ajudar.

No mais, Sr. Presidente, quero agradecer, mais uma vez, a sua atuação e o seu pronto atendimento ao nosso pleito, para que essa obra possa servir de exemplo para todas as obras brasileiras.

Não dá para enganar o Governo e muito menos nós Parlamentares. Nós estamos atuando atentos àquilo que é de interesse da população do nosso Estado de Rondônia e àquilo que é de interesse do povo brasileiro.

Muito obrigado, Sr. Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Fernando Collor. Bloco/PTB – AL) – Muito obrigado a S. Exª o Sr. Senador Acir Gurgacz.

O trabalho de S. Exªs Senadores Acir Gurgacz, Valdir Raupp e Ivo Cassol foi de extrema importância para a Comissão de Serviços de Infraestrutura para o Senado Federal e para o Poder Legislativo, que exercem, na plenitude de um gesto como esse da ida de S. Exªs a Rondônia, especificamente para verificar o andamento das obras da BR-364, a sua atribuição de poder fiscalizador. É para isso que nós aqui estamos. É para isso que nós, entre outras atribuições, fomos eleitos e merecemos a confiança daqueles que nos trouxeram até aqui.

Volto a repetir que lamento profundamente que, depois de detectado, depois de mostrada e desmascarada a informação que nos foi mandada pelo DNIT, que mesmo após nós termos dito que aquilo ali que estava escrito era uma mentira, em função dos depoimentos que ouvimos dos Senadores Acir Gurgacz e Valdir Raupp, no mesmo dia 8 em que isso aconteceu, o diretor-geral do DNIT divulga este comunicado. Vou repeti-lo:

Em resposta à manifestação do Presidente da Comissão de Serviços de Infraestrutura, Senador Fernando Collor, na manhã desta quarta-feira, dia 8/05, o DNIT assegura que o relatório da autarquia, que foi rasgado e encaminhado [para ele, diretor-geral], segunda-feira, dia 6/05, ao Senado traduz a realidade do momento em que as informações foram levantadas no último final de semana, 05/05/2013. Os dados constantes do relatório foram fornecidos de forma isenta por servidores desta autarquia.

E ele assegura que, nesta data, na quarta-feira, no dia 8, estavam trabalhando, no trecho entre Pimenta Bueno e Cacoal, 130 trabalhadores e estavam presentes 33 máquinas e veículos pesados, três usinas de asfalto.

E aqui, na visita realizada no dia 12, acaba de dizer S. Exª o Senador Acir Gurgacz que só havia uma usina de asfalto, uma pequena usina de asfalto, que não era da recuperação, mas, sim, da manutenção. Só havia essa, uma outra estava ainda para ser instalada e uma outra estava vindo de Pimenta Bueno.

Ele aqui diz que essas três usinas já estavam na quarta-feira, dia 8, trabalhando – uma usina de solos e duas recicladoras.

É lamentável que haja uma reincidência na mentira e na falsidade.

Ainda concedendo a dúvida da boa-fé e da reta intenção do senhor diretor-geral do DNIT, que ele mande apurar a responsabilidade a quem ele determinou fazer esse levantamento, porque é mais um relatório falso que nos chega aqui às mãos pelo DNIT. E não vou ter o trabalho de ter o mesmo gesto que tive na vez passada, em respeito aos Srs. Senadores e às Srªs Senadoras.

Passo a palavra ao Sr. Senador Valdir Raupp.

O SR. VALDIR RAUPP (Bloco/PMDB – RO) – Sr. Presidente, Srªs e Srs. Senadores, o Senador Acir Gurgacz já apresentou um relatório, inclusive com imagens colhidas pela equipe de reportagem lá de Ji-Paraná, que elucidam bem esses fatos e essas datas, essa cronologia. No dia 4, o Senador Acir passa na BR de Pimenta Bueno a Ji-Paraná e não vê nada. No dia 5, nosso Diretor-Geral, General Fraxe, certamente induzido a erro – quero crer que induzido a erro ou por técnicos do órgão no Estado ou pelas empresas que lá estavam ainda se mobilizando –, apresentou esse relatório que realmente não correspondia com a realidade. Se esse relatório tivesse sido feito com tudo que nós vimos na segunda-feira, dia 13, em que a Comissão foi ao trecho... A melhor coisa que esta Comissão fez, pelo menos no que diz respeito àquela obra, foi essa visita às obras. Então, quero parabenizar o Presidente Fernando Collor pela forma diligente com que tem exercido a presidência desta Comissão. Tenho certeza de que isso vai acontecer em outras obras do País. Para Rondônia mesmo já estão previstas mais duas diligências dessa, uma na BR-425, que é a pior BR do Brasil, de Guajará-Mirim e Nova Mamoré até o entrocamento com a BR-364, que deve abrir a licitação, depois de muitas idas e vindas, com empresas abandonando a obra. Isso já foi licitado há dois anos, a empresa Delta, que quebrou, entrou no trecho, abandonou a obra, tiveram que licitar novamente. Estava dando deserta porque o preço estava muito baixo, e esse é um problema que já debatemos aqui. Hoje mesmo V. Exª, Presidente, ainda falou nesse assunto, o Senador Acir também falou que as empresas às vezes mergulham no preço, às vezes o preço já é baixo e as empresas, para ganhar, ainda mergulham no preço e acontece o que tem ocorrido em muitas obras. Então, essa BR-425 teve esse problema. Agora, ia abrir a licitação, no dia 24 ou 25 de abril, e o DNIT percebeu que nenhuma empresa ia entrar na licitação, prorrogou o prazo e reajustou o preço. Uma coisa rara, que acho que eu não tinha visto ainda, é prorrogar o prazo de uma licitação para realinhar o preço durante o processo de licitação. E vai abrir agora, dia 17, não é, Senador Acir?

O SR. ACIR GURGACZ (Bloco/ PDT – RO) – Dia 17.

O SR. VALDIR RAUPP (Bloco/PMDB – RO) – Dia 17, sexta-feira, vai abrir a licitação da BR-425. E espero que realmente as empresas se apresentem, que vença a que possa realmente tocar, porque não basta só vencer. Para o trecho 1 da BR-364, uma empresa venceu e não entrou na obra. A segunda foi convidada e também não entrou. A terceira foi convidada, também não entrou. Estão tendo que licitar novamente o trecho 1 da BR-364.

Mas, voltando à BR...

O SR. PRESIDENTE (Fernando Collor. Bloco/PTB – AL) – É pelo RDC?

O SR. VALDIR RAUPP (Bloco/PMDB – RO) – É para o RDC.

Voltando à BR-425, assim que for aberta a licitação, que apareça a empresa vencedora. Feito o contrato, dada ordem de serviço, nós já combinamos com o General Fraxe de irmos à obra também. Vamos a Guajará-Mirim, vamos percorrer um trecho da obra, no dia seguinte está combinado também para ir à BR-429. Nela as obras andaram um pouco melhor, na obra de Presidente Médici até Costa Marques, está faltando um complemento de obras e as pontes, que foram licitadas agora. Quinze pontes ficaram fora do projeto e foram licitadas agora, o que deve demorar um prazo de um ano e meio.

Como o Senador Acir se referiu, o que foi bom nessa diligência? A aceleração da mobilização, que não tinha sido feita na sua totalidade e certamente ainda não está feita, mas já vimos lá duas recicladoras trabalhando na pista, duas fresadoras, alguns equipamentos, já bem mais do que havia na semana anterior, quando veio o relatório, mais gente trabalhando, as usinas sendo senão ainda instaladas, uma instalada, outra sendo instalada, usinas de asfalto, e uma terceira que vai entrar também, então, serão três usinas de asfalto. E o prazo. O mais importante que achei de tudo isso foi o prazo, porque as empresas se comprometeram com o General Fraxe e a Comissão de antecipar o término da obra. Já que a ordem de serviço foi dada em setembro do ano passado e até agora eles não tinham entrado, eles vão trabalhar dia e noite, fazendo horários noturnos, para entregar a obra ainda no mês de novembro deste ano, até o final de novembro deste ano.

Mas o que me preocupa, Sr. Presidente? Ouvi ontem, de um diretor experiente de uma grande empresa nacional de construção, que não está pegando mais obra. O que está me preocupando? As grandes empresas, e eu até posso citar o nome de várias, Odebrecht, Camargo Corrêa, Andrade Gutierrez e

outras grandes empresas brasileiras que estão, inclusive, construindo muitas obras fora do Brasil, não estão entrando mais nessas obras do País. Esse diretor falou: "nós não estamos mais entrando em obras de construção de estradas, de asfalto, porque isso não está dando mais".

E essas empresas que pegaram essa obra em Rondônia, esse trecho 2, que nós visitamos, CCM/CCL, a informação que eu tive é que elas têm 130 contratos. Eu ouvi também de uma pessoa experiente nessa área que o que quebra a empresa não é falta de obras, mas o excesso de obras, o excesso de contratos. Nós já vimos esse filme, o que aconteceu com a empresa Delta. Tomara que não aconteça, vamos torcer para que isso não aconteça com as empresas que estão em Rondônia e em outras obras no País, que têm 130, 150 contratos, não dão conta e começam a contratar máquina velha, máquina já quebrando; e aí não dão conta de executar as obras.

Então, realmente, a situação era muito desalentadora. Mas, nesse momento, já podemos ter um pouco de esperança de que a BR-364 realmente seja restaurada. Esse lote 2 já está em andamento. Falta o lote 1, que ainda vai ser licitado; e os lotes 3 e 4, que já foram licitados, devem estar neste momento recebendo ordem de serviço, que é o trecho entre Ouro Preto–Ariquemes, Ariquemes–Porto Velho.

Então, espero, sinceramente, que seja dado um fim a essa situação de Rondônia, que as empresa realmente entrem para valer, que aproveitem o verão, que está começando agora e vai até o mês de novembro e que possam trabalhar dia e noite, como antigamente as grandes empresas trabalhavam dia e noite, com três turnos, para poder resolver essa questão este ano.

Era o que eu tinha, Sr. Presidente.

Muito obrigado.

O SR. PRESIDENTE (Fernando Collor. Bloco/PTB – AL) – Muito obrigado a S. Exª o Senador Valdir Raupp.

O SR. BLAIRO MAGGI (Bloco/PR – MT) – Sr. Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Fernando Collor. Bloco/PTB – AL) – Eu gostaria de, em nome da Comissão de Serviços de Infraestrutura, me congratular com os Senadores Valdir Raupp, Acir Gurgacz e Ivo Cassol pela presteza com que se dispuseram a realizar essa diligência na 364, o que gerou o andamento efetivo dessas obras que estavam paralisadas e não em andamento, conforme informação falsa que nos foi passada pelo DNIT.

Quero dizer, Srs. Senadores, que o Estado de Rondônia deve estar muito orgulhoso, e sua população, por ter Senadores valorosos e do jaez e do quilate de V. Exªs. V. Exªs prestaram um grande serviço ao Estado de Rondônia e a toda aquela região, com a diligência que realizaram e com o testemunho que trazem do que lá foi visto e, mais ainda, com a certeza que nos transmitem de que agora as obras, sim, estarão sendo iniciadas e irão ser concluídas possivelmente até mesmo antes do prazo, porque vão tirar o atraso com mais um turno de trabalho, conforme aqui afirmou o Senador Valdir Raupp.

O SR. BLAIRO MAGGI (Bloco/PR – MT) – Sr. Presidente?

O SR. VALDIR RAUPP (Bloco/PMDB – RO) – Sr. Presidente, eu me esqueci de fazer um agradecimento. Vou ser breve. Farei em 30 segundos.

O SR. PRESIDENTE (Fernando Collor. Bloco/PTB – AL) – Ouço V. Exª e, em seguida, o Senador Blairo Maggi.

O SR. VALDIR RAUPP (Bloco/PMDB – RO) – Eu gostaria de agradecer ao Comandante Saito, da Aeronáutica, pela disponibilização da aeronave, uma aeronave com condições de ir até o Acre, mas acabou indo só até Rondônia e deu suporte necessário e suficiente para a Comissão poder se deslocar até Rondônia. E também agradeço a disposição do General Fraxe de ir a essa diligência, a convite da Comissão, por meio do convite de V. Exª, e a outras. Ele está disposto a ir. E eu acho que ele deve ir mais mesmo não só a Rondônia, mas deve andar. É aquele velho ditado lá do mato: o olho do dono é que engorda o boi. Então, o diretor, o comandante deve ir ao campo de batalha ver o que está acontecendo e não deixar que seja induzido a erro novamente.

Muito obrigado, Sr. Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Fernando Collor. Bloco/PTB – AL) – Muito obrigado a S. Exª o Senador Valdir Raupp.

Passo a palavra a S. Exª o Senador Blairo Maggi.

O SR. BLAIRO MAGGI (Bloco/PR – MT) – Sr. Presidente, senhores colegas Senadores, eu quero cumprimentar os três Senadores de Rondônia, o Senador Acir, o Senador Valdir Raupp e o Senador Ivo Cassol, pela persistência neste assunto, e dizer que enquanto eles brigam por Rondônia, o grande beneficiado é o Mato Grosso, porque nós ocupamos a BR-364 para retirar pelo porto de Porto Velho, pela hidrovia do Rio Madeira uma parcela significativa da produção mato-grossense. Nós devemos circular por essa rodovia, por ano, algo em torno de 6 milhões a 8 milhões de toneladas de mercadorias, entre subir para o norte de Porto Velho e também voltar com fertilizantes e outras mercadorias. É uma rodovia extremamente importante, e, se ela não funcionar direito, vai complicar mais anda a vida dos portos do sul – Paranaguá, São Francisco, Santos – com toda essa confusão que temos na questão de logística brasileira.

Então, as coisas no Brasil são intimamente ligadas. Se uma deixar de funcionar, complica ainda mais a vida daqueles que produzem no sul do Brasil.

Então, quero aqui cumprimentar os três Senadores pela persistência com que trataram esse assunto e dizer que, na coisa pública, as coisas funcionam mais ou menos assim como V. Exª detectou. A informação vem: "Olha, já estão indo". Daqui a pouco, outro fala que já foi. E você pensa que a obra começou, e o cidadão nem se mobilizou ainda. Infelizmente, vemos isso em muitas áreas do Brasil, e o que preocupa realmente, aqui levantado pelo Senador Valdir e também pelo Senador Acir, é a questão das empresas que estão mergulhando nos preços, Sr. Presidente.

O sistema RDC, que foi criado como instrumento para acelerar as obras da Copa tem mostrado isso agora muito claramente, quando utilizado esse mecanismo para construção de rodovias. O objetivo das empresas aí estabelecidas é a construção de rodovias; é terem obras para trabalhar.

Então, quando uma empresa deixa de concorrer e desiste de um lote, duas coisas podem ter acontecido: ou ela não tem preço para concorrer, não consegue tocar a obra por esse preço, ou ela não tem um cabedal de engenharia suficiente para fazer isso. A parte de engenharia o Brasil já superou. O Brasil tem um setor de engenharia muito importante. Às vezes, não damos importância ou porque temos em abundância e nem elogiamos a engenharia brasileira, mas, quando visitamos uma obra como Santo Antonio e Jirau, quando visitamos uma obra, aqui no Pará, em Belo Monte, vemos as ferrovias, as rodovias, as formas como o Brasil constrói, sem a dependência de engenharia externa, ficamos orgulhosos de ser brasileiros. Olha, realmente a gente tem uma engenharia forte.

Portanto, eu não acredito que uma empresa deixe de concorrer a um lote porque não tenha engenheiros ou não conheça. Ela conhece e sabe como fazer. Então, a questão, Senador Acir, é de preço, realmente.

Na duplicação da 364 também, sobreposta à 163, entre Rondonópolis, Cuiabá e Posto Gil, dos cinco lotes colocados, dois eram desertos. As empresas foram, se credenciaram a disputar os lotes, apresentaram os documentos, mas, como o RDC é um preço aberto, você consegue visualizar até onde você pode ir na obra, as empresas simplesmente desistiram disso.

E isso nos traz uma preocupação: será que aquelas que ganharam têm condição de tocar?

Eu conversei com uma das empresas que foi vencedora de um dos lotes, entre Jaciara e Rondonópolis, em torno de 60 quilômetros, e ele me disse: "Olha, eu fui porque quero trabalhar, mas não tenho certeza se, no final dessa obra, esse consórcio que pegou essa obra vai conseguir ter algum êxito financeiro".

Então, o DNIT e também o Tribunal de Contas da União... V. Exª disse muito bem hoje aqui, Presidente Collor, que o Tribunal de Contas da União não pode e não deve substituir o Executivo. Não é ele que faz o preço, embora eles queiram fazer o preço, embora eles queiram sinalizar o preço também. E não é papel deles; o papel do Tribunal de Contas da União, no meu entender, é receber as planilhas de contratação e fiscalizar se elas estão dentro daquela planilha apresentada. Só isso. Nada mais. Fiscalizar qualidade, claro, mas o resto é por conta do contratante.

Tudo isso está se misturando muito. As empreiteiras e construtoras não sabem mais a quem recorrer.

Há poucos dias, fui procurado por uma dessas empresas que está no consórcio da BR-163, entre Cuiabá e Santarém. A obra está em andamento, o TCU foi lá, fez um levantamento e atribuiu os preços daquela região os preços praticados no sul do Brasil. Quer dizer, é impossível ter-se uma obra no meio da Amazônia, com o grau de dificuldade que é, considerando a distância, o preço da pedra, do cimento, do asfalto, solo, a dificuldade de mão de obra, e você querer fazer com que a obra lá no meio da Amazônia tenha o mesmo preço daqui, do Paraná ou de qualquer lugar. Se for por esse caminho, não teremos mais obras no Brasil.

Eu gostaria de deixar registrada essa preocupação. É claro que todos nós, contribuintes, que pagamos impostos, queremos rodovias de qualidade por preços mais baratos, mas também temos que entender que há o meio termo disso, ou seja, você pode ir até onde consegue ser remunerado por aquilo que está fazendo. Então, fica uma preocupação muito grande. É só olharmos na contratação através de RDC que veremos que fica muito claro que as empresas não têm mais para aonde ir, elas simplesmente abrem mão do contrato porque hoje a responsabilidade na contratação do RDC é muito maior, ela penaliza mais se não se concluir a obra do que do jeito anterior, em que se contratava uma obra e, depois, pedia aditivo, ia arrumando o contrato, arrumando a parte de engenharia, e ia embora. Não é mais assim. Se você contrata por x a obra, terá que entregar por x essa obra. Caso contrário, você perde inclusive as garantias que deu, o seguro garantia contratada ou uma carta de fiança. Você tem que dar uma caução para o Governo para que ele possa te dar a obra.

Portanto, estamos indo por um caminho preocupante. Como eu disse, não se trata de liberar ou abrir mão de qualquer garantia. Sou sempre favorável a que você tenha mais garantias, mas também deve-se deixar que o empresário, aquele que está trabalhando

nas obras, tenha lucro. Vivemos em um País onde o lucro não é feio, o lucro não é crime, as empresas precisam ter lucros para sustentar o seu negócio. Temos que fazer com que essas empresas cresçam cada vez mais e gerem oportunidades para o País. É isso que é a vida da gente, não é, o negócio é assim mesmo.

Quero, então, deixar aqui, Senador Acir, Senador Valdir, Senador Ivo Cassol, mais uma vez, meus cumprimentos. A luta de vocês em Rondônia é o beneficio do Estado de Mato Grosso. Muito obrigado.

O SR. PRESIDENTE (Fernando Collor. Bloco/PTB – AL) – Muito obrigado, S. Exª, Senador Blairo Maggi. Passo a palavra a S. Exª, Ministro José Pimentel.

O SR. JOSÉ PIMENTEL (Bloco/PT – CE) – Sr. Presidente desta Comissão, Fernando Collor, nosso pares Senadores, quero parabenizar a iniciativa da Comissão e a diligência dos nossos Senadores em se deslocar até essa BR para ali averiguar e, ao mesmo tempo, acelerar os trabalhos.

Quero, Sr. Presidente, fazer uma reflexão sobre como a Comissão de Infraestrutura e o Senado Federal poderiam montar uma estrutura, via satélite, que existe já em funcionamento no Brasil, para que pudéssemos ter uma sala de situação, monitorada pelo Prodasen, pela nossa estrutura interna e, ao mesmo tempo, para que a CI pudesse acompanhar em tempo real determinadas obras no Brasil ou todas elas, se quisesse.

Em 2008, o Presidente Lula tomou a decisão de que precisávamos resolver as filas da Previdência Social. Era um caos, V. Exª acompanhava de perto e sabe o que isso representava. E fomos às Forças Armadas, e eles tinham e têm um sistema de acompanhamento de muitas questões no Brasil, via satélite. Eles cederam esse sistema à Previdência Social e, em janeiro de 2009, conseguimos colocar em funcionamento. Com esse sistema, Sr. Presidente, sabemos quantas pessoas há em cada agência da Previdência Social naquele momento e ainda as medidas que podem ser tomadas, dentro da gestão, para resolver o grave problema do acúmulo de pessoas à procura do serviço público, que não eram atendidas

Naquele período também, o Presidente determinou que deveríamos expandir a rede de agências da Previdência Social e meu deu um prazo muito curto para viabilizar 720 agências em todo o Território Nacional. E isso dependia do pacto federativo dos Municípios, da União, e precisávamos também ter um sistema de acompanhamento e de fiscalização em tempo real. E esse sistema foi implantado em uma sala de situação dentro da Previdência Social, em 2009. E, a partir de 2011, boa parte dos Ministérios que atuam nesses setores que exigem a feitura de obras também replicou o sistema. Portanto, nós não teríamos mais a necessidade de desenvolver o sistema para ser implantado aqui no Senado Federal.

Era uma sessão via as três armas, que eles possuem, ou via Previdência Social, que eu reputo de todos os Ministérios o que tem o sistema mais desenvolvido. E isso foi desenvolvido com tecnologia nacional. Não teve contratação, não teve nenhum processo externo. E os técnicos da Dataprev, do INSS e da Previdência Social poderiam nos subsidiar.

Como o Ministro da Previdência é um Colega nosso, o Senador Garibaldi Alves Filho, eu deixaria como sugestão a V. Exª avaliar. Nós teríamos um diálogo com ele, para ver a possibilidade de a Dataprev, que monitora esse sistema da Previdência, juntamente com o Prodasen, via nosso Presidente Renan Calheiros, ter aqui uma sala de situação em que V. Exª e nossos Pares acompanhássemos, em tempo real, essas obras do PAC. A partir daí, evitarmos determinadas tentativas de mostrar serviço, quando na verdade o serviço não está sendo executado.

Deixaria como sugestão, para refletirmos, Sr. Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Fernando Collor. Bloco/PTB – AL) – Muito obrigado a V. Exª, Senador Ministro José Pimentel; muito obrigado pela sugestão. Solicito à secretaria desta Comissão que entre em contato com o Prodasen e também com a área técnica do Ministério da Previdência Social, para fazer os primeiros entendimentos de como acoplar os serviços de um e de outro, com a finalidade de atender a essa muito boa sugestão feita por S. Exª, o Senador Ministro José Pimentel. Em seguida, teríamos isso na área técnica mais ou menos equacionado para falarmos com S. Exª o Ministro da Previdência Social, Garibaldi Alves Filho.

Muito obrigado a V. Exª.

O SR. SÉRGIO SOUZA (Bloco/PMDB – PR) – Sr. Presidente, pela ordem.

O SR. PRESIDENTE (Fernando Collor. Bloco/PTB – AL) – Tem a palavra V. Exª, Senador Blairo Maggi, em seguida o Senador Sérgio Souza.

O SR. BLAIRO MAGGI (Bloco/PR – MT) – Desculpe, Senador Sérgio. O Senador Sérgio é hoje o Presidente – Presidente ou Relator? – Presidente da Subcomissão da Copa. Ali, na Subcomissão da Copa, temos um mecanismo que o Prodasen desenvolveu para acompanhamento das obras da Copa.

Creio que seja um principio, um embrião que se pode discutir para o acompanhamento dessas obras, dentro da sugestão do Ministro.

Muito obrigado.

O SR. PRESIDENTE (Fernando Collor. Bloco/PTB – AL) – Perfeitamente, Senador Blairo Maggi,

muito obrigado pelo aditamento à sugestão formulada por S. Exª, o Senador Ministro José Pimentel.

Com a palavra S. Exª Senador Sérgio Souza.

O SR. SÉRGIO SOUZA (Bloco/PMDB – PR) – Obrigado, Sr. Presidente. Srªs e Srs. Senadores.

Primeiramente, para enaltecer a iniciativa dos três Senadores de Rondônia: Senador Raupp, Senador Acir Gurgacz e Senador Ivo Cassol. Além das suas obrigações tidas do mandato – também está implícita a questão da fiscalização – eles foram *in loco* verificar a execução dessa importante obra para o Norte do País, e levando o próprio órgão executor, para mostrar a realidade *in loco.*

Na maioria das vezes, o dirigente do órgão executor não vai, não conhece, até mesmo é impossível. O normal é você estar no lançamento da obra, quando você dá a ordem de serviço é feito um ato político; e depois, retorna no momento da inauguração. Esse é o normal do acompanhamento da obra por aqueles que têm o poder da sua autorização.

Gostaria, Sr. Presidente, de fazer um breve comentário sobre a postura da Comissão de Infraestrutura com relação às obras no Brasil, uma postura firme, uma postura que cobra respeito, uma postura que vem ao encontro dos anseios da sociedade. Nós temos no Brasil um grande número de obras sendo executadas. Não é diferente no meu Estado, Paraná, não é diferente nos Estados do Nordeste, nos Estados do Centro-Oeste. São obras das mais variadas magnitudes, mas todas elas importantes para nós otimizarmos os modais de transporte no Brasil, que é fator preponderante no custo Brasil.

Nós estamos acompanhando, neste exato momento, a votação na Câmara dos Deputados da MP dos Portos, que deve chegar ainda hoje ao Senado Federal. E nós temos aqui a obrigação de tratar desse assunto como ele deve ser tratado. Abertura dos portos é bom para o Brasil, mas, atrás disso, vêm investimentos públicos de monta bilionária. E A Comissão de Infraestrutura tem esse papel.

V. Exª, Senador Collor de Mello, exerce com autoridade a Presidência desta Comissão e impõe respeito ao Senado Federal. Isso é muito importante que se diga. Nós Senadores ouvimos, dentro do Senado Federal, nos corredores, e também nos corredores dos Ministérios, o respeito que se deve dar à Comissão de Infraestrutura, porque V. Exª a preside. Nós queremos avançar ainda mais. Queremos que o respeito seja pela instituição, não somente porque tem à frente um Senador da República que sabe exigir as prerrogativas desta Comissão. Então, quero enaltecer a postura de V. Exª perante esta Comissão.

Mais uma vez, quero dizer da importância desta Comissão. Vivemos num país democrático de direito, em tríplice Poder, e nós temos as nossas prerrogativas. Uma delas é a fiscalização. Tem de ser dado ouvido àquilo que fazemos aqui, porque nós, escolhidos pelo povo dos nossos Estados, temos a prerrogativa de fiscalizar as obras neste País, e a comissão adequada é a Comissão de Infraestrutura, além de outras comissões, como a que eu presido na Comissão de Meio Ambiente, a Subcomissão de Acompanhamento da Copa e das Olimpíadas. Ela foi criada especificamente lá, porque lá é também Comissão de Fiscalização e não só Comissão de Meio Ambiente.

O Senado Federal tem um papel preponderante para fazer acontecer essas obras tão necessárias para a diminuição do custo Brasil, para a otimização dos modais de transporte, que nós todos brasileiros esperamos e queremos.

Obrigado, Sr. Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Fernando Collor. Bloco/PTB – AL) – Muito obrigado a V. Exª, Senador Sérgio Souza, pelas generosas manifestações de apreço com que V. Exª brinda a Presidência desta Comissão. Também desejo a V. Exª continuado êxito na sua vida Parlamentar e, agora, como Presidente da Subcomissão de Acompanhamento da Copa do Mundo e das Olimpíadas. Sucesso, êxito para V. Exª. Muito obrigado.

Com a palavra S. Exª o Senador Sérgio Petecão, Vice-Presidente desta Comissão.

O SR. SÉRGIO PETECÃO (Bloco/PSD – AC) – Sr. Presidente, agradeço o espaço.

Eu não sei se os senhores acompanharam, mas o meu Estado foi notícia nacional na semana passada, quando estourou um escândalo de corrupção. Aqui, nesta Comissão, o Senador Jorge Viana – tenho certeza de que isto está registrado aqui, nos Anais da Comissão, Presidente Collor – dizia que, no Acre, havia uns parasitas que prejudicavam, que atrapalhavam o andamento das obras seja das BRs, seja das ruas do povo. Graças a Deus, a Polícia Federal conseguiu, com investigação muito competente, chegar aos parasitas citados aqui pelo Senador Jorge Viana, Senador do meu Estado. Ela desbaratou um quartel que surrupiava o dinheiro público do meu Estado, que se instalou na comissão de licitação do meu Estado. Espero que essas investigações se aprofundem, para que nós, se Deus quiser, possamos ficar livres de todos os parasitas. Já há na cadeia 15 parasitas, mas eu confio muito na Polícia Federal.

Eu me preocupo, quando aqui, às vezes, nós cobramos e nos preocupamos com alguns órgãos fiscalizadores, que se excedem no seu trabalho de fiscalização e, aí, emperram, é verdade, algumas obras.

Mas me tranquilizo muito quando vejo esse trabalho que a Polícia Federal realizou no meu Estado. É importante também que nós possamos ter, não com excesso, mas que possamos ter os órgãos fiscalizadores nessas obras.

Então, queria aqui só que ficasse registrado, porque o Governador Jorge Viana disse que havia alguns parasitas que estavam emperrando o trabalho das obras no meu Estado e, graças a Deus, alguns desses parasitas hoje já se encontram no presídio lá no meu Estado.

Por enquanto era isso, Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Fernando Collor. Bloco/PTB – AL) – Muito obrigado a S. Exª, o Senador Sérgio Petecão, Vice-Presidente da Comissão de Serviços de Infraestrutura do Senado.

Damos sequência aos comunicados, antes de entrarmos na pauta de hoje. O próximo comunicado é sobre a designação de membros da Subcomissão Permanente sobre Obras de Preparação para a Seca.

Em nossa última reunião, foi aprovado o Requerimento nº 20, de 2013, desta Comissão, que, nos termos do art. 73 do Regimento Interno do Senado Federal, requer a extinção, em virtude da conclusão de seus trabalhos, da Subcomissão Temporária sobre Aviação Civil, criada no âmbito desta Comissão de Serviços de Infraestrutura pelo Requerimento nº 68, de 2011, e, em substituição a essa, a criação da Subcomissão Permanente sobre Obras de Preparação para a Seca, composta de cinco membros titulares e igual número de suplentes.

A Presidência, diante dessa aprovação e nos termos do art. 89, IV, designa para comporem a referida Subcomissão como membros titulares os seguintes Senadores: S. Exª, o Senador Ministro José Pimentel; S. Exªs, os Senadores Wellington Dias, Clésio Andrade, Flexa Ribeiro e Eduardo Amorim; e, como membros suplentes, S. Exªs, os Srs. Senadores Inácio Arruda, Ciro Nogueira, Vital do Rêgo, Jayme Campos e Fernando Collor.

A Subcomissão deve se reunir sob a presidência do menos jovem de todos para eleger o seu Presidente. Há a indicação do nome de S. Exª, o Senador Ministro José Pimentel, para presidir essa Subcomissão.

Então, esta Presidência aguarda que a Subcomissão se reúna o mais brevemente possível para que nós possamos instalá-la definitivamente.

O SR. JOSÉ PIMENTEL (Bloco/PT – CE) – Presidente, seria interessante se V. Exª...

O SR. PRESIDENTE (Fernando Collor. Bloco/PTB – AL) – Pela ordem, S. Exª, o Senador Ministro José Pimentel.

O SR. JOSÉ PIMENTEL (Bloco/PT – CE) – Quero agradecer a generosidade de V. Exª de nos indicar Presidente dessa Subcomissão. Vou me dedicar bastante a ela, até porque diz respeito à nossa Região, onde todos nós atuamos e fazemos política, seja V. Exª ou nossos Pares.

Seria interessante também, Sr. Presidente, se o senhor já pensasse no relator das matérias. Seria importante que V Exª nos ajudasse.

O SR. PRESIDENTE (Fernando Collor. Bloco/PTB – AL) – Perfeitamente. Se V. Exª me permitir, essa é uma tarefa que eu ficaria muito satisfeito se V. Exª a cumprisse, designando, escolhendo o relator como V. Exª achasse conveniente. Confio plenamente na condução de V. Exª.

O SR. JOSÉ PIMENTEL (Bloco/PT – CE) – Vamos conversar, então, sobre isso.

O SR. PRESIDENTE (Fernando Collor. Bloco/PTB – AL) – Muito obrigado a S. Exª, o Senador Ministro José Pimentel.

Passamos aos itens da nossa pauta.

O item nº 1 tem caráter terminativo:

ITEM 1
PROJETO DE LEI DA CÂMARA
Nº 48, DE 2012
– Terminativo –

Obriga a construção e a manutenção de estações de apoio a condutores de veículo de transporte de carga ou de veículo de transporte público de passageiros, no âmbito das concessões rodoviárias federais.
Autoria: Deputado Onofre Santo Agostini
Relatoria: Senador Sérgio Petecão
Relatório: Pela aprovação do projeto, da emenda de redação à ementa da Comissão de Constituição, Justiça e Cidadania – CCJ, e pela rejeição das emendas nº2 e nº3 da Comissão de Assuntos Econômicos – CAE.

Concedo a palavra a S. Exª, o Senador Sérgio Petecão, para proferir o seu relatório.

O SR. SÉRGIO PETECÃO (Bloco/PSD – AC) – Relatório.

De autoria do eminente Deputado Onofre Santo Agostini, a proposição é composta por cinco artigos. O primeiro cumpre o disposto no art. 7º da Lei Complementar nº 95, de 26 de fevereiro de 1998, indicando o objeto da lei e o respectivo âmbito de aplicação.

O art. 2º promove alterações nos arts. 11, 37 e 82 da Lei nº 10.233, de 2001, especialmente no sentido de exigir a construção, a cada 150km, de estações de

parada para veículos de transporte de carga e público de passageiros nas rodovias concedidas.

O art. 3º estabelece que essa obrigação não se aplica aos contratos de concessão em vigor, enquanto o art. 4º determina que a exigência deverá ser atendida mesmo no caso das rodovias delegadas pela União para Estados, Distrito Federal e Municípios, quando estas forem subsequentemente concedidas para a administração privada.

Por fim, o art. 5º contém a cláusula de vigência, que seria de sessenta dias após a publicação da lei decorrente do projeto em pauta.

No prazo regimental não foram apresentadas emendas.

A proposta já passou pelo crivo das Comissões de Constituição, Justiça e Cidadania e Assuntos Econômicos desta Casa, cabendo a este Colegiado a análise do Mérito.

O que a proposta apresenta é reflexo do problema da excessiva jornada de trabalho que os motoristas profissionais atualmente enfrentam.

A importância econômica do transporte de cargas, no entanto, não se pode sobrepor à importância da segurança das estradas e da saúde dos trabalhadores motoristas, e aí está um dos grandes pontos meritórios deste projeto de lei em discussão.

Apesar das importantes contribuições discutidas na Comissão de Assuntos Econômicos, consideramos, no entanto, que o projeto deva ser mantido, em relação ao mérito, da forma como chegou a esta Casa Legislativa, ou seja, sem as emendas aprovadas naquele Colegiado.

Voto.

Diante do exposto, o voto é pela aprovação do PLC nº 48, de 2012, pela aprovação da emenda de redação à ementa da Comissão de Constituição, Justiça e Cidadania (CCJ), e pela rejeição das Emendas n°. 2 e n°. 3 da Comissão de Assuntos Econômicos (CAE).

Lido, Sr. Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Fernando Collor. Bloco/PTB – AL) – Muito obrigado a S. Exª, o Senador Sérgio Petecão.

O SR. VALDIR RAUPP (PMDB – RO) – Para discutir.

O SR. PRESIDENTE (Fernando Collor. Bloco/PTB – AL) – Para discutir a matéria, S. Exª o Senador Valdir Raupp.

O SR. VALDIR RAUPP (PMDB – RO) – Sr. Presidente, eu queria aqui fazer um apelo ao Relator, Senador Sérgio Petecão. Para a gente aprovar este projeto, que ele acatasse a Emenda nº 3 da CAE, apenas esta Emenda, que diz o seguinte:

Dê-se ao art. 2º do Projeto de Lei da Câmara nº 48, de 2012, a seguinte redação:

> "Art. 2º O art. 37 da Lei nº 10.233, de 5 de junho de 2001, passa a vigorar acrescido do seguinte inciso IV:
> 'Art. 37. .....
> .....
> IV – construir e manter, quando se tratar de infraestrutura rodoviária, estações de apoio a condutores de veículos, localizadas às margens da rodovia, separadas entre si por no máximo 150 km (cento e cinquenta quilômetros), e que ofereçam serviços que garantam o conforto e a conveniência dos motoristas, de acordo com a regulamentação da ANTT.' (NR)"

Apenas acrescentando pouca coisa no texto da matéria, Sr. Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Fernando Collor. Bloco/PTB – AL) – Continua em discussão a matéria.

Com a palavra S. Exª o Sr. Ministro José Pimentel.

O SR. JOSÉ PIMENTEL (Bloco/PT – CE) – Sr. Presidente, queria parabenizar o Senador Petecão pelo seu parecer e a presteza com que ele nos traz, e registrar que, efetivamente, nós precisamos adequar essa legislação em face, principalmente, do Estatuto do Motorista, que trouxe um conjunto de obrigações, de preocupações, e nós necessitávamos atualizar a Lei nº 10.233.

Este tema que o nosso Senador Valdir Raupp aqui levanta foi objeto de uma grande reflexão na Comissão de Assuntos Econômicos.

Nós sabemos que quando se detalha muito na lei e se especifica o publico alvo que deve estar ali, nós temos um conjunto de fiscais que vai agir lá na ponta, e, muitas vezes, ao aplicarem no caso concreto o que nós aqui definimos, eles têm uma rigidez muito forte.

Efetivamente, o objetivo primeiro dessa estrutura que está se montando são os motoristas dos caminhões de cargas e os motoristas de transporte coletivo.

No entanto, dado o aumento da frota no Brasil, as famílias estão viajando muito. Estão se visitando, fazendo turismo, se deslocando. E elas utilizam esses pontos de apoio também para repousar e, ao mesmo tempo, ter uma segurança, haja vista a quantidade de assaltos que, lamentavelmente, já chegou às cidades pequenas, às cidades médias, ao interior de todo o Brasil.

Se aqui a gente coloca que se destina aos motoristas de carga e aos motoristas de transporte coletivo, alcança parte do nosso objetivo, mas pode um fiscal desses chegar lá e mandar expulsar o cidadão que está se deslocando no seu veículo com a sua família e pre-

cisa de um ponto de apoio para fazer um lanche, para relaxar. E ele quer também ter uma certa segurança.

Por isso, foi com esse olhar que nós aprovamos esta redação na Comissão de Assuntos Econômicos. E foi o Senador Casildo Maldaner que nos chamou muito a atenção, porque aquela região dele, a Região Sul e a Sudeste, tem um trânsito maior de famílias fazendo turismo, indo para a praia, se deslocando, do que em outras regiões do Brasil.

Por isso, eu pediria ao nosso Relator, se for possível, acolher esta redação e dar essa amplitude em que nós estamos trabalhando, até porque as nossas rodovias estão melhorando, há uma parte delas em que já foi feita a concessão, que tem uma segurança muito forte, e a gente acredita que a tendência é, cada vez mais, o transporte terrestre se intensificar, particularmente com o carro de passeio, como nós chamamos.

O SR. PRESIDENTE (Fernando Collor. Bloco/PTB – AL) – Muito obrigado a S. Exª o Senador Ministro José Pimentel.

Com a palavra, S. Exª o Senador Blairo Maggi, para discutir.

O SR. BLAIRO MAGGI (Bloco/PR – MT) – Também, Sr. Presidente, endossar o apelo aqui do Senador Raupp e também do nosso Ministro Pimentel, uma vez que me parece mais adequada esta redação com esta emenda; e que a gente possa, de fato, dar a oportunidade para que todos usufruam do espaço que está sendo colocado.

O Ministro Senador Pimentel tem toda a razão quando diz que nós devemos nos preocupar com o que o fiscal vai achar na ponta.

Há poucos dias eu tive que ir à ANTT, porque há uma resolução que diz que os caminhões com mais de 25 metros precisam carregar uma placa traseira indicando o comprimento dos caminhões.

Com o passar do tempo, os fabricantes incorporaram essa placa como um grande adesivo na traseira do caminhão, e os policiais rodoviários federais começaram a multar os caminhões.

Enquanto não se mudou a resolução aqui dizendo que poderia ser placa ou similar, a multa estava correndo solta nas rodovias brasileiras.

Então, com o formalismo a gente tem que tomar cuidado aqui, mesmo. V. Exª tem toda a razão. Por isso eu quero endossar aqui este pleito para que o Relator possa mudar, fazer a mudança neste artigo.

Muito obrigado, Sr. Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Fernando Collor. Bloco/PTB – AL) – Muito obrigado a S. Exª o Senador Blairo Maggi.

Continua em discussão.

Para discutir, S. Exª o Senador Sérgio Souza.

O SR. SÉRGIO SOUZA (Bloco/PMDB – PR) – Sr. Presidente, Sr. Relator, Senador Sérgio Petecão, no mesmo sentido dos demais, eu entendo que a Emenda nº 3 realmente elucida e traz, de forma mais clara, a exigência da construção desses pontos de apoio.

Mas eu gostaria aqui, Sr. Presidente, de manifestar que, no meu Estado, entidades do setor de transporte, recentemente, numa reunião específica, convidaram-me para debater este tema e manifestaram as dificuldades que têm em cumprir a lei do ponto de vista da carga horária prevista para cada um dos caminhoneiros, justamente pela dificuldade que há nos pontos de apoio, pois chegando ao final da tarde, ao anoitecer, os caminhoneiros entram em desespero para achar um posto de combustível e, às vezes, até agilizando a chegada em determinado posto de combustível, que são os pontos de apoio que eles têm, na grande maioria, nas estradas brasileiras. E me sugeriram, realmente, algo parecido: que, pelo menos nas rodovias de concessões, houvesse a obrigatoriedade de pontos de apoio aos caminhoneiros, a exemplo do que já existe para os veículos de passeio.

Nas rodovias do Estado do Paraná, que são pedagiadas, há os pontos de apoio aos veículos de passeio, mas, para os caminhões, não. Inclusive, caminhões dependem de espaços muito maiores.

Então, enaltecer aqui o relatório do Senador Sérgio Petecão e todos aqueles que apoiam o projeto dessa iniciativa, e também enaltecer a autoria do Deputado Onofre Santo Agostini, que teve a brilhante ideia de sugerir esta alteração na legislação brasileira.

Muito obrigado.

O SR. PRESIDENTE (Fernando Collor. Bloco/PTB – AL) – Muito obrigado a S. Exª o Senador Sérgio Souza.

Continua em discussão.

Com a palavra, S. Exª o Senador Sérgio Petecão, Relator da matéria.

O SR. SÉRGIO PETECÃO (Bloco/PSD – AC) – Presidente, ouvindo atentamente os meus pares, meus colegas Senadores, entendo que a sugestão aqui oferecida por eles é no sentido de melhorar a proposta.

Então, nós vamos retirar o projeto para que possamos incorporar a emenda e trazer para a votação em outra reunião, até porque não temos nem o quórum para votar este projeto hoje.

O SR. VALDIR RAUPP (Bloco/PMDB – RO) – É terminativo?

O SR. PRESIDENTE (Fernando Collor. Bloco/PTB – AL) – É terminativo, mas quórum haverá. Se V. Exª...

O SR. VALDIR RAUPP (Bloco/PMDB – RO) – Pode acatar a emenda e votar hoje e já resolver o problema.

O SR. SÉRGIO PETECÃO (Bloco/PSD – AC) – Podemos, se é possível acatar a emenda e votar hoje. Eu acho que o projeto é interessante e nós não podemos perder esta oportunidade. Então, vamos votar hoje, não há nenhum problema. Acatamos a proposta.

O SR. PRESIDENTE (Fernando Collor. Bloco/PTB – AL) – Eu acredito que seria prudente nós termos configurado o texto deste projeto, para nós não aprovarmos somente com base no que foi exposto aqui por S. Exªs os Srs. Senadores.

Acredito que seria necessário que V. Exª tivesse o tempo para fazer a nova redação deste relatório para que fosse apreciado e publicado conforme os atos e normas de procedimento.

O SR. SÉRGIO PETECÃO (Bloco/PSD – AC) – Então, fica aquela minha primeira proposta: retira-se a proposta, anexa-se a sugestão dos colegas e apresentamos numa outra reunião. É isso?

O SR. PRESIDENTE (Fernando Collor. Bloco/PTB – AL) – Perfeitamente. Então, S. Exª o Senador Sérgio Petecão, diante das sugestões aqui colocadas pelos Senadores integrantes desta Comissão de Serviços de Infraestrutura, solicita a retirada de pauta do Projeto de Lei da Câmara nº 48, de 2012, para que ele possa acolher essas sugestões e apresentar um novo relatório na nossa próxima reunião da Comissão de Serviços de Infraestrutura.

O SR. SÉRGIO PETECÃO (Bloco/PSD – AC) – O.k., Presidente. Agradeço.

O SR. PRESIDENTE (Fernando Collor. Bloco/PTB – AL) – Muito obrigado a S. Exª o Senador Sérgio Petecão.

O item 2 da pauta.

ITEM 2
PROJETO DE LEI DO SENADO
Nº 379, DE 2008
– Terminativo –

Dispõe sobre incentivo à exploração e implantação de centrais de geração a partir de fonte eólica e dá outras providências.
Autoria: Senador Renato Casagrande
Relatoria: Senador Walter Pinheiro
Relatório: Pela aprovação.

A Mesa acaba de receber um *e-mail* de ordem do Senador Walter Pinheiro, que está viajando para o exterior:

Solicito a retirada de pauta do item 2, de que trata a relatoria dele ao Projeto de Lei do Senado nº 379, de 2008, tendo em vista que o Senador estará ausente no dia de amanhã, data da reunião dessa Comissão de Infraestrutura, por motivo de viagem – viagem com "g". Grato, Adalberto Valentim Braga – assessor de S. Exª o Senador Walter Pinheiro.

Fica, então, retirado de pauta o item 2 de hoje, relativo ao Projeto de Lei do Senado nº 379, de autoria de S. Exª o Senador Walter Pinheiro, por solicitação do mesmo.

Antes de encerrarmos a presente reunião e agradecendo a presença de todas as Srªs e os Srs. Senadores...

O SR. SÉRGIO PETECÃO (Bloco/PSD – AC) – Sr. Presidente, V. Exª está encerrando?

O SR. PRESIDENTE (Fernando Collor. Bloco/PTB – AL) – Sim.

O SR. SÉRGIO PETECÃO (Bloco/PSD – AC) – Eu gostaria de fazer um registro aqui.

O SR. PRESIDENTE (Fernando Collor. Bloco/PTB – AL) – Por gentileza, com a palavra, pela ordem, S. Exª o Senador Sérgio Petecão.

O SR. SÉRGIO PETECÃO (Bloco/PSD – AC) – Primeiro, quero agradecer aqui, Excelência, o gesto da Comissão, em meu nome, neste Ofício nº 50, encaminhado ao Ministro dos Transportes. E aqui nós temos a resposta:

Em cumprimento (...), faço referência ao Ofício nº 050/2013, na tarde de 8 de maio (...), no qual V. Exª manifesta, com a concordância dos integrantes da Comissão de Serviços de Infraestrutura do Senado Federal, desagravo em favor do Senador Sergio Petecão, tendo em vista sua ausência em visita realizada por mim ao Estado do Acre.

Cumpre informar a V. Exª que minha ida ao Estado do Acre se deu no dia 3 de maio passado, atendendo a um convite do Governador Tião Viana, para cumprir agenda que objetivou visita técnica às obras da BR-364, para conhecer seus problemas e buscar soluções conjuntas entre este Ministério e o Governo Estadual.

É importante esclarecer que cumpri agenda de trabalho proposta pelo Governo estadual, tendo em vista que a obra em questão está delegada àquele Estado e que este gabinete não emitiu convite a nenhum dos Parlamentares representantes do Estado do Acre.

Não é verdade, porque a Deputada Perpétua Almeida, do PCdoB, viajou junto com o Ministro. Desceu no Município de Cruzeiro do Sul. Foi ela que me disse. Estou lhe dizendo porque ela não pediu segredo.

Informo ainda que o único Parlamentar desta Casa que se fez presente foi o Senador Anibal Diniz.

Certo de que apresentei os esclarecimentos necessários, renovo o voto de consideração.

Atenciosamente, César Borges, Ministro dos Transportes.

Presidente, é só para lhe agradecer a consideração, mas o documento aqui não é verdadeiro. Não é

verdadeiro porque o Ministro chegou ao meu Estado. No avião, estava também a Deputada. Não que eu quisesse estar lá na solenidade. Eu acho que faltou só um pouco de consideração em comunicar, até para que eu pudesse defender o trabalho do Governo e registrar, aqui na Comissão, ou no plenário, as ações do Governo Federal. Os recursos que estão indo para o nosso Estado são recursos do Governo federal.

Então, era só para que ficasse registrado aqui que o documento aqui não é verdadeiro, Presidente.

Muito obrigado.

O SR. PRESIDENTE (Fernando Collor. Bloco/PTB – AL) – V. Exª tem a solidariedade desta Comissão nas considerações que está fazendo.

Fica também aqui, mais uma vez, um apelo a todos os Srs. Ministros, Srªs Ministras e aqueles que estão, de alguma forma, vinculados ao Poder Executivo, que na viagem que, eventualmente, façam aos Estados da nossa Federação, que participem, que comuniquem aos Parlamentares do Estado a ser visitado, para que, pelo menos, nós tomemos conhecimento da sua ida, da sua viagem, da sua visita. Lamentavelmente, isso não vem sendo seguido por alguns, para não dizer a maioria dos Srs. Ministros. São raríssimas as exceções, como também são raríssimas as exceções dos Ministros que recebem Parlamentares. E isso nos deixa muito – vamos dizer – entristecidos mas não resignados diante desse fato.

V. Exª está coberto de razão. Isso não poderia ter acontecido. Ainda mais tendo ido, como V. Exª atesta, a Deputada Perpétua Almeida, contraditando o que diz o Ministro recém-empossado na Pasta dos Transportes.

Antes de encerramos a presente reunião, e agradecendo a presença de todas as Srªs e Srs. Senadores, convoco nossa próxima reunião, a ser realizada na segunda-feira, dia 20 de maio, às 18 horas, neste plenário, dando continuidade à série de audiências públicas Investimento e Gestão: desatando o nó logístico do país, com apresentação do 8º painel Combustíveis Líquidos e Gases Biomassa, que integram o Primeiro Ciclo de Audiências, intitulado Energia e Desenvolvimento do Brasil.

Nesta reunião, contaremos com os seguintes convidados: Dr. Manoel Regis Lima Verde Leal, Diretor do Programa de Sustentabilidade do Laboratório Nacional de Ciência e Tecnologia do Bioetanol (CTBE); Eng. Ernesto Cavasin Neto, Gerente Executivo da PricewaterhouseCoopers; e Dr. Gonçalo Pereira, Chief Scientific Officer da GranBio.

Com isso, agradecendo mais uma vez a presença das Srªs e dos Srs. Senadores, declaro encerrada a presente reunião.

(Iniciada às 7 horas e 26 minutos, a reunião é encerrada às 9 horas e 27 minutos.)

COMISSÃO DE SERVIÇOS DE INFRAESTRUTURA

ATA DA 20ª REUNIÃO, EXTRAORDINÁRIA, DA COMISSÃO DE SERVIÇOS DE INFRAESTRUTURA DA 3ª SESSÃO LEGISLATIVA ORDINÁRIA DA 54ª LEGISLATURA, REALIZADA EM 20 DE MAIO DE 2013, SEGUNDA-FEIRA, ÀS 18 HORAS, NA ALA SENADOR ALEXANDRE COSTA, PLENÁRIO Nº 13.

Às dezoito horas do dia vinte de maio de dois mil e treze, na sala de reuniões da Comissão, sob a Presidência do Senhor Senador **Fernando Collor**, reúne-se a Comissão de Serviços de Infraestrutura. Presente os Senhores Senadores **Inácio Arruda** e **José Pimentel**, além do Deputado **João Caldas**. Deixam de comparecer os demais Senadores. O Presidente declara a abertura dos trabalhos. Lidos os Comunicados da Presidência, tem início a apreciação da Pauta: Audiência Pública, em atendimento ao **Requerimento nº 01, de 2013 – CI**, de autoria do Senador **Fernando Collor**, aprovado em 27 de fevereiro de 2013, que, "*nos termos do art. 58, §2º, incisos II e V da Constituição Federal, combinado com o art. 90, incisos II e V, do Regimento Interno do Senado Federal, requer sejam realizados, por esta Comissão de Serviços de Infraestrutura, ciclos de audiências públicas dentro de uma Agenda específica de debates ao longo do biênio 2013/2014, com renomados especialistas que apresentem depoimentos, análises e informações acerca de propostas setoriais para a infraestrutura, especialmente no que tange à modernização e expansão dos serviços, ao aumento da competitividade, à avaliação da capacidade de crescimento da economia e do bem-estar da população, e ao investimento e gestão como chaves para desatar o nó logístico do país*". O Presidente convida a compor a Mesa e a fazer suas exposições os senhores **Manoel Regis Leal,** Coordenador do Programa de Sustentabilidade do Laboratório Nacional de Ciência e Tecnologia do Bioetanol; **Gonçalo Pereira,** Vice-Presidente de Tecnologia da GranBio; e **Ernesto Cavasin Neto,** Gerente Executivo da PriceWaterhouseCoopers. O Senhor Senador **Inácio Arruda** faz uso da palavra. Nada mais havendo a tratar, a Reunião é encerrada às vinte horas e trinta e oito minutos, lavrando, eu, Álvaro Araújo Souza, Secretário da Comissão, a presente Ata, que, lida e aprovada, será assinada pelo Presidente e publicada, juntamente com a íntegra das Notas Taquigráficas, no Diário do Senado Federal.

Senador **Fernando Collor,** – Presidente da Comissão.

(*Texto com revisão.*)

O SR. PRESIDENTE (Fernando Collor. Bloco/PTB – AL) – Declaro aberta a 20ª Reunião Extraordinária da Comissão de Serviços de Infraestrutura da 3ª Sessão Legislativa Ordinária da 54ª Legislatura.

Comunicados.

O primeiro deles é sobre a Medida Provisória nº 615, que trata do auxílio aos produtores de cana e etanol do Nordeste.

Foi publicado no *Diário Oficial da União* de hoje, dia 20 de maio, a Medida Provisória nº 615, que autoriza o pagamento de auxílio extraordinário aos produtores da safra 2001/2012, de cana-de-açúcar e aos produtores de etanol da Região Nordeste. Com essa decisão do Governo Federal milhares de produtores serão beneficiados por conta das perdas ocorridas em decorrência da maior estiagem do sertão e do agreste nordestinos dos últimos 50 anos.

O pagamento extraordinário vai ajudar os produtores independentes atingidos pela seca durante a colheita durante 2011/2012. O recurso será concedido diretamente ou por intermédio das cooperativas agrícolas da região. O auxílio será de R$12,00 por tonelada de cana-de-açúcar e é limitado a 10 mil toneladas por fornecedor independente. O pagamento do auxílio ocorrerá entre 2013 e 2014, referente à produção da safra efetivamente entregue a partir de 1º de agosto de 2011. O texto fixa, ainda, subsídio no valor de R$0,20 por litro de álcool a produtores de etanol do Nordeste, cuja produção seja destinada ao mercado interno. Também será subsidiado o financiamento para estocagem de álcool combustível e para renovação e implantação de novos canaviais, com os objetivos de reduzir a volatilidade de preços e de contribuir para a estabilidade da oferta de álcool.

A medida trata também do financiamento, da renovação e da implantação de canaviais, com equalização da taxa de juros, arranjo de pagamentos e de instituições integrantes do Sistema de Pagamento Brasileiro (SPB). Essa equalização de taxas que a União terá de fazer para cobrir o subsídio junto às instituições financeiras que liberarem o benefício será regulamentada pelo Conselho Monetário Nacional.

Trata-se, portanto, de uma importante e imprescindível medida do Governo Federal para compensar os prejuízos que a seca provocou aos pequenos e médios produtores do Nordeste.

O segundo comunicado é a entrega do navio Zumbi dos Palmares e a reativação de estaleiros no Brasil.

Hoje, 20 de maio, começa a operar o navio petroleiro Zumbi dos Palmares, que é a quinta embarcação do Programa de Modernização e Expansão da Frota (Promef), entregue à Transpetro no período de apenas 18 meses. A cerimônia ocorreu no Estaleiro Atlântico Sul, no Porto de Suape, em Ipojuca, Pernambuco, com a presença da Presidenta Dilma Rousseff.

A primeira viagem do navio é o símbolo da retomada da indústria naval brasileira, que, até a virada do século, estava praticamente sucateada. Com a criação do Promef, em 2004, o cenário mudou completamente. O Programa conseguiu reativar nossa indústria naval, com a adoção de um índice de conteúdo local de 65% e promover a renovação da frota nacional de petroleiros.

Somente em empregos diretos e indiretos são hoje 54 mil postos de trabalho contra cerca de 2 mil postos de trabalho antes da implantação desse programa. As 49 encomendas feitas pelo Promef permitiram a abertura de novos estaleiros e a modernização dos existentes, tornando o Brasil o terceiro maior do mundo em número de encomendas de petroleiros. Antes dessa iniciativa, que integra o PAC, a indústria naval brasileira ficou 14 anos sem entregar navios ao Sistema Petrobrás.

O navio Zumbi dos Palmares possui 274 metros de comprimento, 51 metros de altura, 48 de largura, é do tipo Suezmax, que é o nome que se dá àqueles que tem calado para navegar no Canal de Suez, e vai operar no transporte de petróleo bruto, com capacidade para um milhão de barris, o que representa a metade da produção diária brasileira de petróleo. Na sua construção, foram utilizadas mais de 21 toneladas de aço, 860 toneladas de acessórios para o casco, além de 500 mil litros de tinta e mais de 110 mil metros de cabos elétricos.

Além das encomendas de 49 embarcações aos estaleiros nacionais, o Promef, que representa um investimento de R$10,8 bilhões, possibilitou, ainda, a abertura de novos estaleiros, bem como a modernização dos já existentes e a viabilização de um novo polo naval que está sendo erguido em Pernambuco. Além dos contratos com o Estaleiro Atlântico Sul, o Programa encomendou oito navios gaseiros ao Estaleiro Promar, também no Porto de Suape.

Com o cumprimento das duas premissas elaboradas na criação do Programa – construir os navios no Brasil e ter um índice de conteúdo nacional mínimo de 65% –, o Promef vem contribuindo para retirar a indústria naval da inércia e, a partir de agora, foca no cumprimento da terceira premissa, que é atingir competitividade internacional após a curva de aprendizado. Para tanto, a Transpetro criou o setor de acompanhamento da produção, cuja função é avaliar os processos produtivos dos estaleiros e sugerir alternativas para melhorar a produtividade.

Com as encomendas do Programa foram viabilizados três novos estaleiros no Brasil: EAS e Promar, em Pernambuco, e o Estaleiro Rio Tietê, em São Pau-

lo. Este último está produzindo comboios hidroviários para o transporte de etanol pela hidrovia Tietê-Paraná. A encomenda é parte do Promef Hidrovia, que tem investimento de R$432 milhões e prevê a construção de cem embarcações para transportar 7,6 milhões de litros de etanol, segunda a Transpetro.

Além do Zumbi dos Palmares e do navio de produtos Celso Furtado, em 2011, a Transpetro já recebeu, no âmbito do Promef, o João Cândido, um Suezmax, construído pela EAS; o Sérgio Buarque de Holanda, construído pela Estaleiro Mauá; e o Rômulo Almeida, com capacidade para transportar 56 milhões de litros de derivados de petróleo. A Transpetro possui uma frota de 60 navios, além de operar uma rede de mais de 14 mil quilômetros de dutos e 48 terminais.

São, portanto, notícias muito importantes e que demonstram a preocupação, a iniciativa e o apoio do Governo Federal e da Petrobras no setor da infraestrutura juntamente com a iniciativa privada, consequentemente trabalhando em conjunto para o desenvolvimento econômico do Brasil.

Terceiro comunicado: a infraestrutura na opinião de especialistas.

O ex-Presidente da Petrobras e atual Secretário de Planejamento da Bahia, José Sérgio Gabrielli, informou que, sete anos após a descoberta do pré-sal, mais de 300 mil barris/dia estão sendo extraídos e que haverá sete novas unidades de produção ainda em 2013. Segundo revelou, até 2020, apenas nas áreas já concedidas e da cessão onerosa, serão extraídos 2,1 milhões de barris/dia – marca que supera toda a produção nacional atual. Ele destacou o plano da Petrobras de instalar 38 plataformas de 2013 a 2020 e de investir US$107 bilhões em desenvolvimento da produção.

Na sua opinião, o marco regulatório dará à empresa um papel estratégico fundamental, pois será a única operadora investindo um mínimo de 30% dos novos campos do pré-sal, além de responsabilizar-se pela formulação dos projetos, gestão de implantação, operação dos empreendimentos e proposta de soluções técnicas.

Gabrielli elogiou o marco regulatório, a que chamou de "sábio na utilização das parcelas de lucro-óleo que o Governo receberá com o modelo de partilha", uma vez que os recursos serão alocados em um fundo social que investirá em projetos nas áreas de educação, cultura, ciência e tecnologia e ambiente.

Rebatendo as afirmações do ex-Presidente da Petrobras, o físico Rogério Cezar de Cerqueira Leite, professor emérito da Universidade Estadual de Campinas (Unicamp) e membro do Conselho Nacional de Ciência e Tecnologia, recordou que a última declaração da Presidenta Dilma Rousseff sobre o assunto indicava que a reserva do pré-sal seria a metade daquela divulgada por Gabrielli.

O Professor questionou os US237 bilhões que a Petrobras pretende investir para viabilizar os 30 bilhões de barris anunciados por Gabrielli, indagando se a opção pré-sal teria sido inteligente. Na sua opinião, esse valor de US$237 bilhões é muito superior ao dos investimentos necessários para uma produção de etanol suficiente para substituir 10% da gasolina do mundo.

Enfatizou o Prof. Cerqueira Leite que a produção de combustíveis líquidos seria, nesse caso, entre duas e três vezes maior que a esperada do pré-sal, de 1,5 a 2 milhões de barris/dia – com a diferença de que o petróleo do pré-sal duraria 50 anos, enquanto o etanol é renovável, ou seja, eterno. E isso se, de fato, as reservas do pré-sal forem de 30 bilhões de barris – duvidou e argumentou o Professor Cerqueira Leite.

Ele também recordou que os cálculos realizados para o etanol incluem a logística (inclusive alcooldutos) e se restringem à primeira geração, excluindo ainda cogeração, tecnologias que hoje já estão desenvolvidas e que, se incluídas, aumentariam expressivamente a produtividade do etanol. E para tal produção bastariam, na sua avaliação, 10% a 15% da área hoje utilizada para pastagem, ou outra equivalente.

O Prof. Cerqueira Leite resumiu a questão pré-sal *versus* etanol em algumas perguntas:

"Como pôde o Brasil optar pela aventura do petróleo do pré-sal em detrimento da certeza do etanol de cana-de-açúcar?"

"Como se justifica a escolha de uma tecnologia ainda em desenvolvimento e de resultado incerto sobre outra já comprovada e com previsível aumento de produtividade?"

"Como um país com sérias limitações de recursos financeiros se permite uma escolha em que o investimento para a produção de um combustível é pelo menos três vezes maior que outra com resultados concretos equivalentes?"

E continua o Professor com as suas indagações:

"Como um país com desenvolvimento econômico tão heterogêneo pôde optar por um empreendimento que acentuará as diferenças regionais a outro que necessariamente produziria uma redistribuição regional de renda?"

"Como se justifica a opção por um combustível que terá não somente custos de produção bastante maiores, mas ainda uma duração limitada sobre outro que é renovável e, portanto, de duração infinita?"

"E por que optar por uma alternativa com elevados investimentos públicos sobre outra concentrada na iniciativa privada?"

Finalizando, o Professor indagou: "como pôde este País, que é um baluarte e paradigma mundial de ambientalismo preservacionista, escolher um combustível que é uma ameaça à poluição local e uma decisiva contribuição para o aquecimento global, e isso em detrimento daquele que é o combustível ideal sob esses dois aspectos?"

Ainda a respeito do petróleo, o leilão de áreas da Agência Nacional do Petróleo com alto potencial, recentemente realizado – que se iniciou ontem e foi concluída a primeira fase –, está sendo disputado por companhias de 21 países. Segundo o Presidente do Instituto Brasileiro do Petróleo, João Carlos França de Luca, a movimentação das companhias foi intensa nos últimos dias, nas negociações de parcerias, uma vez que, sem oferta de novas áreas há cinco anos, muitas empresas estavam sem novos projetos para manter suas atividades exploratórias no Brasil.

Um total de 64 companhias foram habilitadas para os diversos leilões, especialmente o último leilão desta 11ª Rodada da Agência Nacional do Petróleo. As áreas ofertadas incluíram 170 blocos localizados na Margem Equatorial (do Rio Grande do Norte ao Amapá), de um total de 289 blocos. Segundo de Luca, o interesse é grande também pela atratividade das áreas ofertadas, e o que a indústria de petróleo quer é a previsibilidade dos leilões. Ressaltou de Luca que a importância da retomada dos leilões é o reinício das atividades exploratórias de petróleo no Brasil, paradas desde 2008, quando o Governo Federal anunciou a descoberta de reservas gigantes de petróleo no pré-sal na Bacia de Santos. As rodadas foram paralisadas para se elaborar o novo regime de partilha para exploração no pré-sal.

Com relação à exploração em larga escala do gás de xisto – gás natural produzido a partir do microfraturamento de rochas impregnadas de hidrocarbonetos – o desinteresse demonstrado pelo nosso País nessa área pode representar mais um fator de perda de competitividade da indústria brasileira. O Diretor-Superintendente da Comgás, Luis Henrique Guimarães, alerta para a grande transformação do sistema produtivo global, que está transferindo o eixo da competitividade centrada na mão de obra barata para o da energia barata. Esta, por sua vez, depende da obtenção de gás de xisto, que provocou uma redução de 80% no preço do gás nos Estados Unidos em relação à Europa e ao Brasil.

O especialista da Comgás não vê problema ambiental relevante na utilização dessa tecnologia (que pode contaminar o lençol freático devido aos produtos químicos utilizados na mistura de gás e areia injetados a alta pressão nos reservatórios de xisto). Para ele, a ação desses produtos químicos, entre os quais o benzeno, pode ser controlada. Na sua avaliação, a utilização de gás natural em substituição ao carvão e ao óleo combustível nas termoelétricas concorre para a despoluição atmosférica, tornando o gás de xisto um poderoso aliado na luta para o controle do aquecimento global. Segundo Guimarães, o Brasil conta com enormes reservatórios de xisto que, no entanto, permaneceram intactos, tanto por falta de interesse do Governo e de empresários quanto falta de tecnologia de exploração, agora disponível, segundo ele.

Para o Diretor do Centro Brasileiro de Infraestrutura (CBIE), Adriano Pires, o mundo vive a era de ouro do gás natural, e os Estados Unidos lideram essa revolução. Para ele, temos oportunidades semelhantes no Brasil, já que possuímos grandes reservas de gás, além de contarmos com o potencial da Bolívia, Peru e Argentina, que precisarão do mercado brasileiro para monetizar suas amplas reservas. Para que isso ocorra, ressaltou o especialista, é necessário que a política energética e de transportes do Brasil inclua o gás natural de maneira séria e definitiva, reconhecendo seus benefícios econômicos e ambientais e concedendo os incentivos corretos para o desenvolvimento da demanda e, consequentemente, da oferta.

Na sua avaliação, o gás natural é o único combustível da matriz brasileira que não sofreu nenhum tipo de desoneração de impostos nos últimos anos, e essa é uma das inúmeras distorções que, no seu entender, precisam ser corrigidas rapidamente. Além disso, não há incentivos, como a redução dos *royalties*, para a produção de gás natural. Para ele, ao contrário do resto do mundo, especialmente China, Coreia e Estados Unidos, o Brasil não tem uma estratégia clara para incentivar o uso e a produção de gás natural. O gás natural, como lembrou Adriano Pires, é o combustível fóssil mais limpo que existe.

Com relação ao leilão de linhas de transmissão da Agência Nacional de Energia Elétrica (Aneel), realizado na semana passada, o Governo registrou seu pior resultado desde que começou a conceder esse tipo de projeto: quatro dos dez lotes oferecidos não receberam proposta. Com o resultado, 916 quilômetros de linhas, ou 20% do total, e três subestações não serão construídas. Cerca de R$1 bilhão deixará de ser investido e 3 mil empregos não serão criados.

De acordo com o Diretor da Associação Brasileira das Grandes Empresas de Transmissão de Energia Elétrica, César de Barros Pinto, a insegurança provocada pela MP 579, convertida na Lei 12.783, fez o investidor recuar. Por sua vez, o Diretor da Aneel, Julião Coelho, considerou o resultado do leilão satisfatório. Ele refutou a tese de que a renovação das concessões e a redução das tarifas das hidrelétricas e das transmissoras,

determinada pelo Governo, influenciaram o leilão. Disse ele que alguns projetos tinham problemas fundiários. Por sua vez, o Presidente da Associação Brasileira da Infraestrutura e Indústrias de Base (ABDIB), Paulo Godoy, disse que os projetos de transmissão se tornaram menos atrativos com a taxa de retorno em 4,6% ao ano.

Com o objetivo de estimular a competição no setor aeroportuário, o Presidente da Agência Nacional de Aviação Civil (Anac), Marcelo Guaranys, afirmou que o Governo quer gestores diferentes nos cinco aeroportos concedidos ao setor privado – Galeão, Confins, Guarulhos, Brasília e Viracopos. Segundo ele, o objetivo é estimular a concorrência no setor, que, até recentemente, era monopólio da Infraero.

Segundo ele, a manutenção da Infraero no modelo de concessão do Galeão e de Confins como sócia minoritária, 49%, é importante para que a estatal possa manter pelo menos parte das receitas dos dois grandes aeroportos para bancar os demais sob sua gestão, alguns deles deficitários.

Guaranys informou que a Secretaria de Aviação Civil está finalizando com o Ministério da Fazenda a política de subsídio da aviação regional e refutou críticas do setor rodoviário de que o Governo está tratando de forma desigual os segmentos de transporte de passageiros. Segundo ele, o aumento dos voos regionais trará menos passageiros nos ônibus, mas não acabará com o movimento do transporte rodoviário.

Quarto comunicado: relato de audiências conjuntas com o BNDES.

Trata-se de reunião conjunta da Comissão de Assuntos Econômicos com esta Comissão de Serviços de Infraestrutura, para ouvir o Presidente do BNDES, Sr. Luciano Coutinho, ocorrida no último dia 8 de maio, 4ª feira passada, com intuito de debater o financiamento de obras de infraestrutura.

Segundo o Presidente, o Banco vai aumentar o apoio ao setor de logística, com aporte de R$30 bilhões em 2013 e R$34 bilhões em 2014 a ferrovias, portos, aeroportos e rodovias. No ano passado, foram destinados pela entidade a esses setores R$25 bilhões.

Informou também que a tendência é de aumento dos valores diante da perspectiva da realização de leilões de concessão ao setor privado. Nesse sentido, afirmou:

Já iniciamos um processo de expansão no investimento em infraestruturas logísticas. A trajetória dos financiamentos será certamente crescente. A expectativa é que os leilões possam mobilizar o investidor privado para uma onda robusta e duradoura de investimentos em logística, extremamente necessários para a ampliação da eficiência da economia brasileira.

Ao mostrar a importância do BNDES, o Presidente Luciano Coutinho asseverou que o banco é o maior provedor de crédito em longo prazo. Segundo ele, a instituição fechou 2012 com R$8,2 bilhões de lucro líquido e se beneficia do baixo índice de inadimplência e da boa carteira de crédito. Como exemplo, afirmou que "em 2012, 99,1% da carteira do BNDES estava compreendida entre os níveis duplo-A e C". Referente à classificação de risco, que é dividida em três níveis – AA-C, D-G e H –, são de boa qualidade. "Trata-se de um percentual superior ao da média das instituições financeiras privadas e públicas."

O Presidente ressaltou também o papel desempenhado pela BNDESPAR, subsidiária da instituição que administra carteira de valores mobiliários, atuando no mercado de risco. Segundo ele, a BNDESPAR tem sido mal compreendida. Além de não usar recursos do Tesouro, faz investimentos rentáveis e tem gerado lucro para o BNDES. Em 2012, o lucro da subsidiária foi de R$298 milhões.

Ao fazer um balanço da macroeconomia, Luciano Coutinho disse estar confiante de que o Brasil conseguirá uma taxa de 3,5% de crescimento até o fim do ano. Disse ainda acreditar que a política do Banco Central vai controlar a inflação. De acordo com ele, "o mercado projeta uma inflação declinante para os próximos meses, especialmente no segundo semestre. Trata-se de um consenso. A inflação sob controle, indo para o centro da meta, é essencial para o crescimento do País".

Todo nós concordamos.

Ao longo de sua exposição, o Presidente do BNDES trouxe uma série de dados e informações da atuação do banco, dos quais vale destacar os seguintes.

Estrutura de Capital do BNDES: 49% provenientes do Tesouro Nacional; 23% do FAT (Fundo de Amparo do Trabalhador); 10% do Patrimônio Líquido; 5% do fundo PIS/PASEP; 4% de captações no exterior; 1% de emissão de debêntures; 8% de outros recursos.

No que diz respeito à evolução dos ativos do BNDES: em 2002, os ativos eram de R$151 bilhões; cinco anos depois, em 2007, passou de R$151 bilhões para R$203 bilhões; e cinco anos depois, em 2012, passou de R$203 bilhões para R$715 bilhões.

Em relação à evolução do lucro líquido: 2005 – R$3,2 bilhões; 2007 – R$7,3 bilhões; 2010 – R$9,9 bilhões; 2011 – R$9,0 bilhões; 2012 – R$8,2 bilhões.

É interessante que faltou aqui os anos de 2006, 2008 e 2009. Aqui, mesmo assim, faltando esses anos, no que tange à evolução do lucro líquido do banco, percebe-se que houve uma redução na queda do lucro líquido do banco nos últimos três anos. Em 2010,

R$9,9 bilhões; em 2011, R$9 bilhões; em 2012, R$8,2 bilhões. Na realidade, decresce nos dois últimos anos.

Quanto aos percentuais de desembolso do BNDES por setor de atividade. Para a indústria, em 2007, o desembolso representou 40% dos seus recursos; em 2012, 31%. Para a infraestrutura, em 2007, o BNDES aplicou 40% dos seus desembolsos; em 2012, 34%. Para o agronegócio, em 2007, representou 8% dos seus desembolsos; em 2012, 7%. Para o setor de comércio e serviços, em 2007, representou 12% dos seus desembolsos; em 2012, 28%.

É interessante que o agronegócio cresce quase que sozinho.

Esses dados mostram um acentuado aumento, nos últimos seis anos, dos investimentos do Banco para o setor de comércio e serviço, uma manutenção do percentual para o agronegócio e uma relativa queda de investimentos para os setores da indústria e da infraestrutura.

Em relação às estatísticas do Cartão BNDES de crédito, dados de fevereiro deste ano, de 2013: cartões habilitados: 574.266; total de crédito concedido por intermédio desses cartões: R$ 32,4 bilhões; desembolsos: R$1,4 bilhões (jan-fev); limite de crédito médio: R$56.476,00; produtos cadastrados: 216.612; fornecedores cadastrados: 48.509. Em 2013, o cartão BNDES alcançou a marca de dois milhões de operações.

Em relação à evolução da cobertura do cartão BNDES nos Municípios, em 2005, 386 Municípios estavam abrangidos pelo cartão, o que representa 5,14% do total de Municípios. Em 2007, 2.011 Municípios foram abrangidos, representando 36,14% do total de Municípios. Em 2012, eram 5.363 Municípios, ou seja, 96,4% dos Municípios brasileiros.

Em relação às perspectivas de investimento do BNDES para 2013/2016 e a variação ao que foi investido entre 2008 e 2011, temos os seguintes dados: na indústria, entre 2008 e 2011, foram investidos R$847 bilhões. A previsão para 2013/2016 é de R$1,033 trilhão. A variação, para a indústria, é de 21,9%.

Em infraestrutura, entre 2008 e 2011, foram investidos R$359,4 bilhões. A perspectiva para 2013/2016 é de R$489,4 bilhões. A variação é de 36,2%.

Quanto ao investimento residencial, entre 2008 e 2011, R$596 bilhões. A previsão para 2013/2016 é de R$770 bilhões. A variação é de 29,1%.

Em agricultura e serviços, foram investidos, entre 2008 e 2011, R$1,149 trilhões. A previsão para 2013/2016 é de R$1,513 trilhão. A variação é de 36,7%. Isso porque a agricultura está somada aqui com serviços, por isso esse volume grande de investimento, que, fundamentalmente foi no setor serviço e não no setor agrícola.

O total, de 2008 a 2011, foi de R$2,951 trilhões de investimentos. A previsão para 2013/2016 é de R$3,806 trilhões. A variação do total dos investimentos é de 29%.

Por fim, informo que o arquivo eletrônico com os eslaides da apresentação completa do Presidente do BNDES encontra-se disponível na página da Comissão de Serviços de Infraestrutura bem como no formato impresso, que pode ser solicitado à Secretaria da Comissão.

Informe da Presidência.

Informo às S. Exªs as Srªs Senadores e os Srs. Senadores integrantes desta Comissão de Infraestrutura que esta Presidência recebeu reclamações, inclusive com o envio de fotografias, acerca da qualidade das obras de restauração da BR-316, entre os quilômetros 65 e 105, que abrangem os Municípios de Castanhal e Santa Maria do Pará.

Nesse sentido, estou encaminhando o material recebido para conhecimento e análise de S. Exªs os Senadores Flexa Ribeiro e Jader Barbalho, representantes do Estado do Pará nesta Comissão.

Dando início à pauta da noite de hoje e antes de iniciarmos a audiência pública propriamente dita, gostaria de informar mais uma vez que todos podem participar do nosso debate, enviando perguntas e comentários aos nossos convidados, palestrantes. Para participar, basta ligar gratuitamente para o Alô Senado, pelo telefone 0800612211, ou enviar a sua contribuição pela Internet, no endereço www.senado.gov.br/alosenado, ou ainda nos perfis do Alô Senado no Facebook ou pelo Twiter@alosenado. Portanto, qualquer cidadão ouvinte ou telespectador de nossas audiências, pode, desde já, enviar a sua pergunta ou o seu comentário aos nossos convidados acerca do assunto em discussão.

A presente reunião destina-se à audiência pública que vai tratar do tema Biomassa, que constitui o nosso 8º Painel do tema "Investimento e Gestão: Desatando o Nó Logístico do País", desta Comissão de Serviços de Infraestrutura. Para proferir as palestras de hoje e debater o tema, foram convidados os seguintes especialistas, os quais aproveito para convidar a tomarem assento à mesa: Sr. Manoel Regis Leal, Coordenador do Programa de Sustentabilidade do Laboratório Nacional de Ciência e Tecnologia do Bioetanol; Prof. Gonçalo Pereira, professor titular da Unicamp e Vice-Presidente de Tecnologia da Empresa GranBio, Sr. Ernesto Cavasin Neto, Gerente Executivo da *PricewaterhouseCoopers*, PwC.

Com essa apresentação e mais uma vez convidando-os, todos, para tomarem seus lugares à mesa,

desejo-lhes as melhores boas-vindas à Comissão de Serviços de Infraestrutura.

Iniciando a nossa audiência pública, passo a palavra ao Sr. Manoel Regis Leal, Coordenador do Programa de Sustentabilidade do Laboratório Nacional de Ciência e Tecnologia do Bioetanol.

O SR. MANOEL REGIS LIMA VERDE LEAL – Boa noite, peço desculpas, estou um pouco rouco, mas vou tentar falar mais forte.

A minha parte do debate é sobre a situação do etanol de fermentação, o etanol de primeira geração, o etanol convencional. Eu vou contar, primeiro, um histórico porque, na minha avaliação, o sucesso do nosso modelo de produção do etanol está relacionado a uma conjunção muito interessante, muito favorável de desenvolvimento tecnológico e políticas públicas. Sem essas duas coisas bem concatenadas é muito difícil ter sucesso em qualquer tipo de energia alternativa.

Os avanços tecnológicos que aconteceram, ao contrário do que muita gente imagina, vêm ocorrendo desde o início do século XX, quando das primeiras tentativas de se desenvolver motores para etanol puro, para etanol misturado à gasolina. Foram esforços muito bem planejados, muito bem executados e que, de certa forma, permitiram que o Brasil, na hora em que precisasse mesmo aumentar a produção de etanol e o uso do etanol em volumes significativos, já estivesse mais ou menos preparado.

Esses avanços tecnológicos e essas políticas públicas levaram a um modelo de produção que partiu de um modelo de produção de açúcar, uma indústria de alimento, para um modelo de produção de energia e alimento, que é açúcar, etanol e bioeletricidade.

Vou falar rapidamente sobre a crise de 2008, quais foram os impactos dessa crise, o que está sendo feito para sairmos dela e como vamos progredir no futuro com sustentabilidade.

Esse é um histórico mais ou menos breve.

Esses desenvolvimentos tecnológicos, de certa forma, culminaram, em 1925, em que a usina Serra Grande, em Alagoas, lançou um produto, etanol combustível. Em 1925, já existia isso no mercado. E os motores já tinham sido estudados pelo INT, no Rio de Janeiro, que naquela época tinha outro nome, era o Centro de Pesquisa de Minérios e Materiais. E em 1931, o governo já se sentiu confiante o suficiente para determinar a mistura obrigatória de 5% de etanol em toda a gasolina importada, que era praticamente 100% da gasolina consumida no País na época.

Então, desde 1931, que nós temos um mandato de mistura de álcool na gasolina. Isso não surgiu em 1975. Em 1933, foi criado o IAA numa tentativa de organizar o setor do ponto de vista de equilibrar a oferta e a demanda, pois o setor tinha problemas sérios de superprodução, daí esse interesse em produzir álcool como alternativa para usar a cana excedente. Na Segunda Guerra, o etanol foi usado em várias proporções, às vezes, até acima de 40% devido às dificuldades de importação de petróleo, submarinos alemães e coisas desse tipo; depois da guerra, o petróleo barato, não houve muito interesse e o álcool continuou sendo misturado na base e se tiver mistura. Essa quantidade não era desprezível, correspondia a alguma coisa entre 5% e 7%, na média, da gasolina nacional.

Em 1973, com todos sabemos, houve o primeiro choque do petróleo no preço, o petróleo subiu muito, sobrecarregando a nossa balança comercial, e houve interesse do Governo, junto com os usineiros, que estavam novamente com problemas de preços baixos no açúcar. Juntaram-se os dois interesses, o reforçar o setor sucroalcooleiro e o de diminuir as importações de petróleo, e foi lançado em 1975 o Proálcool, já baseado na experiência do INT na década de 20, na experiência do CTA na década de 50, no desenvolvimento de motores a álcool.

Na fase inicial do Proálcool, de 1975 a 1979, houve um crescimento da produção muito rápido: passamos de 600 milhões de litros para 3,7 bilhões. Em 1979, houve o segundo choque do petróleo devido à crise no Irã. Em 1980, o Governo, aliás, desde 1977, já vinha pressionado a indústria automobilística para lançar, de fábrica, o carro a álcool, o que só aconteceu em 1979 com o Fiat 147 a álcool, o primeiro carro saindo da montadora já com motor a álcool.

De 1980 a 1985, houve uma fase também de um crescimento rápido, mas com a preocupação, já grande, em melhorar a competitividade do álcool. Na primeira fase, a forma mais rápida de crescer era anexando destilarias às usinas de açúcar existentes e, na segunda fase, de 1980 em diante, já foi necessário construir destilarias autônomas.

Em 1985, baixou o preço do petróleo, ficou muito caro para o Governo continuar subsidiando o álcool, para dar uma paridade, que era de mais ou menos 65%, 64,5% do preço da gasolina, e essa paridade foi se aproximando de 1, chegando acima de 0,85, o preço do álcool e da gasolina, e o álcool deixou de ser competitivo e começou a esfriar. Houve uma crise no setor, houve uma grande reestruturação, as usinas menos competentes e de menor porte foram anexadas pelos grupos mais competentes e maiores, houve um aumento de capacidade das usinas, uma melhoria tecnológica e, no final da década de 80, ocorreu aquela crise de abastecimento do álcool que reduziu bastante a oferta, a compra de veículos a álcool, mas e o setor foi se aguentando.

Em 1990, começou mais ou menos a desregulamentação. Foi fechado o IAA e a desregulamentação começou com o açúcar, o mercado foi se tornando um mercado livre e isso obrigou o setor a ser mais competitivo. Eles estavam competindo entre eles pelo seu quinhão no mercado. Com essa competitividade, o setor começou a exportar. Nessa época, o Brasil exportava de zero a um milhão de toneladas de açúcar, hoje, nós estamos exportando 25, 26 milhões de toneladas de açúcar, respondendo por cerca de 50% do mercado internacional.

Isso, de certa forma, em minha opinião, trouxe uma contribuição, um *spell over* dos ganhos de produtividade, dos ganhos de eficiência que foram forçados devido ao Proálcool, já que, no passado, todos os outros três quartos de século em que a indústria se debateu com a baixa competitividade, com a entrada do Proálcool ela se tornou competitiva e hoje ela se mantém essa competitividade internacionalmente.

Em 2000, mais ou menos, acabou o processo de desregulamentação, açúcar e álcool se tornaram produtos no comércio livre, as usinas podiam vender para quem quisesse e as distribuidoras podiam comprar de quem quisessem e os preços eram acertados pelas regras de mercado. O Governo manteve apenas o controle da mistura de álcool na gasolina C e isso, de certa forma, vem caminhando. Também houve uma desregulamentação do setor elétrico, grandes modificações, mas isso não faz parte da minha palestra.

No início do século XXI, o petróleo lentamente começou a subir de preço e as montadoras, percebendo uma volta do período de petróleo caro, lançaram o carro flex como uma forma de ressuscitar o carro a álcool, que deixava o dono do carro totalmente confortável para usar qualquer um dos dois tipos de combustível, conforme a disponibilidade e preço. Em 2005, as usinas começaram a responder a esse crescimento da demanda e começou uma expansão muito rápida que foi atrapalhada pela crise financeira mundial de 2008.

Isso aí foi um carro, em 1925, um carro a álcool puro que fez o percurso Rio de Janeiro-São Paulo utilizando só álcool, um álcool de baixa qualidade, com cerca de 30% de álcool, super-hidratado, mas que funcionou e conseguiu fazer o percurso.

Essa é a curva de produção desde o início da segunda fase do Proálcool, vocês podem ver que teve um crescimento muito grande da produção de cana no Proálcool. Em 1999, houve uma crise por superprodução, os preços despencaram, as usinas ficaram descapitalizadas, fizeram a mesma coisa que fizeram em 2009, deixaram de aplicar fertilizante, renovar canavial, reduzir pessoal etc. e a produção foi caindo durante três, quatro anos e voltou a subir em 2003. Elas estavam num crescimento muito bom e começou a aumentar até que em 2011, depois de muitos anos, houve uma queda de produção de cana, açúcar e álcool no País.

Nos avanços tecnológicos, num passado recente, o grande mérito por melhoramento genético da cana – nem um programa de biocombustível vai para frente sem um bom programa de melhoramento genético da matéria-prima, o Brasil tem quatro programas, dois do Governo, o IAC e a Ridesa, que era o antigo Planalçucar, o do CTC, que era da Coperçuçar, agora é do Centro de Tecnologia Canavieira, e da Canavialis que se tornou Monsanto, os dois grandes programas são esses, são responsáveis por mais ou menos por 90% da cana plantada no País.

Na década de 90, houve uma grande melhoria no gerenciamento agrícola. O setor passou a fazer uso da tecnologia da informação de processamento rápido de dados, comunicação rápida, houve otimização da frota, usando *softwares* de pesquisa operacional, otimização das frentes de colheita, foi quase uma operação de guerra, um negócio que era totalmente desorganizado e uma coisa muito importante, integração da área agrícola com a indústria.

Antigamente, era uma briga, a indústria reclamava que a cana estava muito suja e a agrícola falava que a indústria parasse de reclamar e fosse processar a cana. Então, passou a ser de uma forma integrada, uma comunicação constante. Aprendemos a aplicar resíduos da indústria no campo, tivemos um conhecimento melhorado em entomologia, passamos a usar controle biológico de pragas, com grande benefício ambiental. Mais recentemente passamos a usar um plantio georreferenciado e uma colheita com piloto automático – isso não em todas as usinas, mas essa tecnologia que já está sendo utilizada –; utilização de imagem de satélite para acompanhar o desenvolvimento do canavial, falhas de brotação, pragas, doenças etc.; e a mecanização, sobre a qual depois falo com um pouco mais de detalhe. Na indústria, houve grandes ganhos de eficiência, produtividade e principalmente escala e o uso intensivo de automação.

Hoje a tecnologia é madura, eficiente. Você pegando uma usina com uma boa tecnologia, talvez em 10, 15 anos ela possa melhorar ainda uns 4%, no máximo, uns 5%, mas tem um passivo, há usinas que estão pelo menos 5% abaixo da eficiência dessa tecnologia existente.

O setor de energia evoluiu. Era um setor que comprava energia externa na forma de eletricidade da rede e lenha para complementar o bagaço, chegou a autossuficiência nos meados da década e 90 e hoje vende energia. Isso foi conseguido com aumento da pressão de vapor das caldeiras, que era na faixa de 14,

15 atm, passou para 22 atm, que permitiu o equilíbrio, a usina produzia toda a energia de que precisava, consumia quase todo o bagaço e ficava toda equilibrada. Para produzir excedente de energia, ela precisou subir mais e hoje o padrão é usar caldeiras acima de 60 atm.

O turbo gerador sempre operou em contrapressão, ou seja, na saída do tubo gerador o vapor vai para o processo. Hoje em dia, já existem usinas mais eficientes que usam uma parte desse vapor, que é condensado, o que permite o aumento da produção de eletricidade. E começamos a usar a palha, o uso ainda é incipiente.

Isso aqui é uma coisa interessante. Em 1983, começou-se a fazer o censo varietal, então temos os dados a partir de 1984. Em 1984, quase dez anos após o Proálcool, 44% da cana plantada no Brasil era da variedade NA79, é uma variedade argentina, e ela foi descontinuada porque era suscetível à doença, o carvão, por exemplo. Essa variedade da Coperçucar entrou muito bem, depois entrou essa variedade da Ridesa, mas em 1984, mais ou menos dois terços da cana do Brasil eram quatro variedades. Isso é um risco enorme, uma variedade dessas, suscetível à doença, como é o caso da NA, dá uma praga, arrasa com a cultura do País. Foi o que aconteceu com essa variedade, ela é uma variedade muito produtiva, muito boa, mas foi atingida por uma doença nova, que ninguém conhecia, que era a síndrome do amarelecimento e por aí vai.

Hoje vocês podem notar que a porcentagem que uma variedade ocupa num canavial ou na média brasileira é pequena, normalmente não chega a 20%, fica na faixa dos 15%. Uma usina tem no seu plantel principal 10, 15 variedades, das quais se espera que as três variedades mais plantadas não ocupem mais do que 40%. Hoje nós temos variedades que permitem fazer isso.

Esse aqui é o resumo dos ganhos na área industrial. Uma moenda de 6 ternos da bitola de 78 polegadas, no início do Proálcool, moía 5.500 toneladas por dia com eficiência de extração de 93. Hoje, porque de 2005 para cá não houve grandes modificações, essa mesma bitola de moenda – não é a mesma moeda, ela foi modificada, materiais, projetos etc. – mói 14 mil toneladas de cana com a eficiência de extração que pode chegar a 97% se for um trabalho benfeito. Na fermentação, ela gastava em média 16 horas. Hoje é feita, em média, em 8 horas. A eficiência de fermentação foi de 82% para 91% graças ao melhor conhecimento da biologia da fermentação.

A destilação já é um processo mais simples, ganhou certa eficiência e a variação da eficiência global foi de 66% para 86% nas usinas melhores. Um ganho de 30%. Com o mesmo açúcar que entra na usina podemos produzir 30% mais de álcool do que se produziria em 1975. A eficiência das caldeiras aumentou consideravelmente, permitido uma autossuficiência só com o bagaço e ainda sobrando bagaço.

Esses aqui são os ganhos combinados da agrícola e tudo mais. O mais importante aqui é uma queda de quase 70% do custo de produção.

O modelo de produção no início do Proálcool. As usinas de açúcar foram anexadas à destilaria e foi prevalecendo o modelo de produção integrada de açúcar e álcool. Na fase de estagnação, as destilarias autônomas foram anexando fábricas de açúcar, então, houve uma convergência para o modelo duplo. Na fase de expansão, várias empresas estão utilizando destilarias autônomas, produzindo só álcool. Mas houve a evolução de uma indústria de alimentos para uma indústria de alimentos e energia. Esse é mais ou menos o perfil.

Temos aqui do levantamento da Conab da safra 2009. As coisas estão muito semelhantes ainda. Eram 367 usinas avaliadas; 226 eram destilarias anexas; 123 autônomas e apenas 18 de açúcar. Agora, em termos de produção de cana, 473 milhões de toneladas; 475. Mais ou menos 83% da cana é processada em usina com destilaria anexa. Apenas 16% processada aqui e o modelo que prevalece no mundo, que é a produção só de açúcar, no Brasil, é 2% da cana. Ele é praticamente inexistente.

Na crise de 2008, o aperto financeiro pegou as usinas endividadas e eles reagiram reduzindo a renovação de canaviais, aplicando fertilizante herbicida e principalmente com o descuido na qualidade das mudas. Isso deu um prejuízo enorme.

Carência de recursos humanos. Expansão muito rápida e mecanização muito rápida, o que gerou dificuldades em se conseguir pessoal qualificado. E, como desgraça pouca é bobagem, tivemos problemas climáticos em 2009, excesso de chuva na segunda metade da safra, o que reduziu a capacidade de colheita das usinas porque, quando chove, não se entra no canavial. E não só isso. Quando chove, a cana deixa de vegetar e volta a crescer, reduzindo o teor de açúcar. Então, foi um duplo prejuízo. Sobrou cerca de 60 milhões de toneladas de cana não processadas no campo.

Em 2010, houve uma seca que reduziu a produtividade e o teor de açúcar. Em 2011, houve geada em algumas regiões e as condições climáticas favoreceram o florescimento da cana, que reduz o teor de açúcar e torna a cana difícil de ser processada. O resultado foi uma forte queda de produtividade e correspondente aumento nos custos de produção.

Vejam o gráfico: a média histórica de produtividade da cana era da ordem de 84 toneladas por hectare colhido. Houve sempre flutuações devido a problemas

climáticos. Aquela superprodução que falei de 1998, a queda abrupta de produtividade devido aos maus tratos, a recuperação do crescimento e nova crise.

Aumento dos custos. Vários itens dos custos aumentaram. Por exemplo, em São Paulo, um arrendamento passou de US$140 por hectare/ano para mais de US$400 hectare/ano na média variável em várias regiões. Segundo o estudo feito pela ESALQ, o grupo do Pecege, a produtividade da cana vinha subindo, o custo de produção estava mais ou menos estável. Daí, quando a produtividade começou a cair, os custos começaram a subir não só devido à perda de produtividade, mas principalmente devido à perda de produtividade.

O que o setor tem feito nesses últimos três, quatro anos? Procurou identificar os problemas mais críticos – compactação de solo, pisoteio das soqueiras devido à mecanização, porque a tecnologia não é totalmente adequada, e a operação das máquinas foi muito abaixo do nível de adequação.

Houve uma grande disseminação de doenças e pragas pela falta de critério na escolha das mudas. Um viveiro de mudas na usina deve ser a coisa mais sagrada, mais bem cuidada, o melhor terreno, o melhor trato e toda a assepsia para evitar que essas mudas não sejam contaminadas com doença e com praga, porque, se elas forem contaminadas, cada hectare de muda vai dar sete, oito hectares de canavial todo ele contaminado se as mudas estiverem contaminadas.

Ações em andamento. Está havendo um grande esforço de melhorar as práticas agrícolas com renovação. Está crescendo a renovação dos canaviais. Voltaram a aplicar fertilizante, herbicida corretamente e, principalmente, está havendo mais cuidado com as mudas e seleção de variedades. As usinas não estão mais pegando só cana, vão ali e pegam aquela cana e plantam no outro talhão. Não. Está havendo mais discernimento nisso aí, mais frieza, mais maturidade, treinamento de pessoal, uso do GPS no plantio e na colheita, de modo que se evite que as máquinas saiam das linhas de cana e pisoteiem a linha de soqueira.

Recuperação em andamento. No Centro-Sul, na safra 2011/2012, a produtividade caiu para 68 tc/ha. Na safra seguinte, 2012/2013 já subiu para 74 tc/ha e, para essa safra, a expectativa é que seja em torno de 80 tc/ha, uma recuperação razoável. Estão havendo alguns poucos investimentos principalmente voltados para a recuperação de produtividade e eficiência. Quase nada para a expansão, devido à incerteza do futuro comercial, do futuro financeiro do álcool.

Problemas atuais do etanol convencional. Perda de competitividade frente á gasolina. O aumento dos custos de produção – já discutimos – e a manutenção do preço da gasolina. O custo de produção do álcool subiu, o preço da gasolina ficou estável e chegou uma hora em que um cruzou o outro e o etanol deixou de ser competitivo. Falta de recursos em investimento. Não que o Governo não tenha disponibilizado, mas nem todas as usinas – eu diria que até a maioria das usinas – não tem condições de pegar esses recursos pelo nível de endividamento. Elas não são consideradas tomadores de recursos seguras e o banco não empresta.

Na questão de sustentabilidade, que, cada vez, fica mais importante, o potencial de redução de gás de efeito estufa do etanol de cana é um dos melhores, se não o melhor, dos biocombustíveis de primeira geração disponíveis no mundo. Então, se pode dizer: "Ótimo", mas precisamos melhorar porque, no futuro a regulamentação, principalmente europeia, está paulatinamente apertando os requisitos de redução de emissões de gás de efeito estufa.

A partir de 1º de maio, o limite mínimo é 35%, mas em 2017 vai passar para 50% e, em 2018, para 60%. O etanol brasileiro qualifica até 2017 e, em 2018, ele teria dificuldade porque a norma europeia tem uns requisitos mais severos do que a norma americana de emissões, devido a mudanças indiretas do uso do solo – uma nova invenção dos inimigos dos biocombustíveis.

Substituição de combustível fóssil. Ele tem um balanço energético muito bom, mas pode melhorar muito. Os investimentos em melhoria do motor a álcool são pífios comparados aos investimentos de melhorias do motor a gasolina. A frota mundial de veículos leves é cerca de 800 milhões de veículos ao passo que os veículos a álcool e flex *fuel* não passam de 25 milhões. Então, as montadoras vão investir no grande mercado, e não no pequeno mercado. Nós que somos interessados temos que agir nessa parte.

Geração de emprego, aumento de renda. A cana é uma das culturas que tem o melhor perfil nisso. O ponto crítico hoje, do ponto de vista de exportações, é o debate que ocorre dos impactos biocombustíveis na produção e preço de alimento e mudança de uso do solo, desmatamento e outros problemas relacionados. E, quando a discussão é feita, todos os biocombustíveis são jogados na mesma vala comum. Não há distinção dos bons biocombustíveis e dos maus biocombustíveis. O etanol de cana tem um comportamento, tem um de desempenho totalmente diferente do etanol de milho, do etanol de trigo e do biodiesel de colza, de girassol e outras coisas. Faltam dados para nos defendermos e a associação da expansão do bicombustível com o desmatamento é uma tentativa que no exterior tem sido feita amiúde.

Existe futuro para o etanol convencional? Eu acho que sim, desde que exista uma demanda; vai existir

crescimento da frota de carros flex. Nós vamos ter capacidade de exportar, atender a todos os requisitos de certificação de preços etc. e o crescimento do uso industrial do álcool. Isso está vindo, a crise deu uma esfriada, mas isso vai vir. É preciso que as políticas públicas sejam adaptadas para a situação e que se defina o que se espera do etanol e da bioeletricidade na matriz energética futura.

O futuro, em dez, vinte anos, não digo que se tenha que fazer o que o setor sucroalcooleiro, mas fazer uma negociação séria entre o Governo e o setor e definir metas e objetivo. No Proálcool, existiu isso. O Governo estabeleceu uma meta: 3 milhões de litros de álcool em 1980; 10,6 bilhões de litros em 2005. Então, o setor trabalhava com a visão clara de futuro, que podia investir e tudo o mais. Precisamos voltar a ter isso.

O grande trunfo que temos é a integração da agricultura, pecuária, floresta e uso da palha para bioenergia. Com isso, podemos fazer um uso muito mais inteligente da nossa terra disponível sem impacto na produção de alimentos e com ganhos para todos.

Aqui é só um gráfico produzido pela Agência Internacional de Energia num dos cenários de baixo carbono dele, em que eles colocam a visão de longo prazo, 2050, para os biocombustíveis. Esse aqui é o etanol de cana. Esse verde mais escuro é o etanol de milho. Você vê que o etanol de cana continua firme até 2050 e o etanol de milho, 2020, ele já vai começar a declinar e o biodiesel nunca conseguirá, nesse cenário, ter uma participação muito importante.

Esse aqui é o etanol de segunda geração. Ele começaria a entrar mais ou menos em 2020 e se tornaria mais importante que o de primeira geração; e esse aqui é o diesel de segunda geração.

Aqui é a área demandada nesse cenário. Vocês veem que é de desproporcional o requisito de área do álcool, de milho e de trigo em relação ao etanol de cana. O biodiesel, apesar de ter uma participação muito pequena, a demanda de área dele é muito grande e a demanda de área dos biocombustíveis, segundo a geração, não vai ser desprezível como se pensa no longo prazo.

Esse aqui é o crescimento projetado pela empresa de pesquisa energética do Ministério das Minas e Energia e tem um crescimento razoável da frota de carros flex, chegando em 2021 com 42 milhões de veículos frente a 18 milhões que temos em 2012. É uma senhora frota! Assim mesmo, somos um país em que a relação população/veículo ainda é muito grande.

Aqui é a demanda de combustível/veículos leves em gasolina equivalente – cabe ao Governo e ao setor decidir quanto disso vai ser etanol e quanto disso vai ser gasolina. A previsão do cenário da EPE é uma previsão que dá uma quantidade significativa de etanol em 2021, um crescimento de quase três vezes da produção atual. Esse é um cenário que não é trivial.

Isso aqui é a demanda de cana. Nós vamos ultrapassar um bilhão de tonelada de cana em 2020, o que também é um grande desafio.

Aqui é a projeção da demanda diária. É interessante notar isso aqui, essa área meio parda é a área adicional que seria necessária se fosse mantida a produtividade de 2011, mas foi assumida uma recuperação de produtividade e essa área foi economizada. Em vez de 13 milhões de hectares, nós iríamos precisar de uns 17 milhões de hectares; 3 milhões é uma área significativa.

Aumentar a produção com sustentabilidade. Temos que avaliar o processo produtivo atual, ver o que pode ser melhorado nele, fazer uma transição para o futuro com ciência e tecnologia. Nós precisamos de pesquisa. Apesar de ser uma tecnologia madura, há melhorias, a segunda geração a fim de chegarmos a um processo produtivo no futuro. Melhoria de sustentabilidade, aumento da produção de etanol com estabilidade e transição baseada em ciência e tecnologia.

No laboratório onde trabalho na parte de sustentabilidade, selecionamos essas como as áreas principais. Não são as únicas, há outras áreas importantes mas é a nossa capacidade de abordar esses temas.

Nós temos as emissões de gases de efeito estufa que é o grande motivador do uso dos biocombustíveis nos países desenvolvidos e os complicadores deles que são os impactos diretos e indiretos devido à mudança do uso do solo. A sigla inglesa LUC – Land Use Change que é uma coisa que não se falava disso há cinco, seis anos e, de repente, com um *paper* publicado na *Science,* em 2008, levantou-se essa questão e a confusão ainda é grande e precisamos estar preparados para isso.

Emissões de carbono do solo. O carbono estocado no solo, não me lembro exatamente, mas é alguma coisa em três, cinco vezes o carbono estocado na atmosfera. Então, o estoque de carbono no solo é algo que tem que ser levado em conto. Quando eu mudo uma cultura, tenho uma floresta, desmato e planto soja ou planto cana, há uma mudança no estoque de carbono do solo, e essa mudança, a transição para um novo ponto de equilíbrio é suave, leva cerca de 20 anos, dependendo das condições locais, mas ela precisa ser entendida.

Tecnologias para o futuro. Temos que continuar investindo em variedade de cana. Há uma grande expectativa de que as variedades transgênicas entrem no mercado em 2018. Hoje, mais de 90% da soja do

Brasil já são transgênicas; mais de 80% do milho são transgênicos. Por que a cana não pode ser transgênica?

É claro que o processo é cuidadoso, lento, mas esperamos chegar à cana com maior teor de açúcar, maior produtividade, maior resistência à seca – porque isso é importante para as novas áreas no Cerrado, é importante para o Nordeste –, resistência a pragas e doenças e melhor aproveitamento de fertilizante.

A mecanização agrícola precisa realmente ser melhorada. Na minha opinião, a mecanização, o conceito dela já não é um conceito muito bom, são máquinas pesadas que trafegam numa área correspondente a 60% do canavial. Elas limitam o espaçamento de cana. A distância entre linhas de cana, hoje, que é 1,40m, 1,50m, é estabelecida pelas máquinas, pelos tratores e colhedoras.

O manejo agrícola. Nós temos agricultura de precisão, plantio direto e extensão de safra usando o sorgo. E, nas usinas, consumo de energia reduzido, redução da produção de vinhaça e algumas coisinhas que podem ser melhoradas.

O presente é mais ou menos uma colhedora de quase vinte toneladas, com trator de dez toneladas, puxando mais dez toneladas, passeando para cima e para baixo no canavial.

Uma concepção futura que estamos trabalhando no CTBE é uma máquina, uma estrutura de tráfego controlada. Em vez de uma bitola de cerca de 2m, ela tem uma bitola de 9m, e o que acontece é isso aqui: enquanto a colhedora convencional, no canavial de 1,5m de espaçamento, trafega em cerca de 60% do canavial compactando as entrelinhas, dificultando o espalhamento das raízes, a ETC cobre seis linhas sem compactar o solo, reduzindo para cerca de 15% da computação. E ela permite um plantio mais adensado da cana, o que a colhedora convencional não permite, apesar de existirem artimanhas para melhorar isso.

Esse aqui foi um trabalho de longo prazo realizado na Austrália mostrando que o adensamento contribui positivamente para a densidade. Essa daqui é a planta-piloto de segunda geração do CTBE, mas isso vai ser tratado pelo Gonçalo.

Essa aqui foi expansão de cana entre 2013 e 2012. Vocês viram que ela foi significativa. Essa área azul é cana nova. E aqui é o zoneamento agroecológico. O zoneamento agroecológico é uma coisa muito importante para a sustentabilidade, porque ele é garantia de que a cana vai ser plantada em áreas onde não há impactos fortes ambientais, sociais, impacto na produção de alimento e tudo o mais.

Então, isso aqui é um negócio muito importante. São quase 65 milhões de hectares, muito mais do que vai ser preciso nas próximas décadas e representa apenas 7,5% da área do País. Nós estamos restringindo 92,5% da área do País ao plantio de cana. Não se deve plantar. Não é proibido, mas é economicamente inviável, porque os bancos não emprestam dinheiro, há uma série de desvantagens.

Isso é o que eu gostaria de apresentar.

O SR. PRESIDENTE (Fernando Collor. Bloco/PTB – AL) – Muito obrigado ao Dr. Manoel Regis Leal, Coordenador do Programa de Sustentabilidade do Laboratório Nacional de Ciência e Tecnologia do Bioetanol pela sua explanação.

Passo agora a palavra ao Professor Gonçalo Pereira, professor titular da Unicamp, Universidade de Campinas, e Vice-Presidente da GranBio.

O SR. GONÇALO AMARANTE GUIMARÃES PEREIRA – Obrigado, Senador, obrigado pelo convite, é um prazer estar aqui.

Eu vou tentar, nesse período, nesses próximos 15, 20 minutos, falar um pouquinho do que pode vir a ser uma revolução para o País, e a necessidade, como o colega acaba de falar, da inovação para que atinjamos essa possibilidade.

Primeiro, é importante entender o conceito de bioeconomia. Basicamente, bioeconomia é quando você gera as cadeias carbônicas necessárias para o funcionamento da sociedade durante o próprio período em que a sociedade está vivendo.

Hoje, o mundo vive de uma poupança, que é representada pelo petróleo. O petróleo um dia foi vivo. Essas cadeias carbônicas de organismos vivos morreram, foram enterradas, retirou-se o oxigênio dessas cadeias, gerou-se o petróleo como nós o conhecemos, e esse petróleo é uma espécie de poupança de cadeias carbônicas e energia.

Se pensarmos um pouco, vamos ver que essa população de 6 bilhões de pessoas, na realidade, representa uma conversão de petróleo em pessoas. Nós somos basicamente petróleo. É o que explica e justifica esse extraordinário aumento de população que nós temos. Então, o desafio da sociedade é fazer que nós consumamos, durante um período da nossa vida, o que nós produzimos em termos de cadeia carbônica.

A lógica do renovável é essa aí. Tudo começa com a fotossíntese. E aí há uma extraordinária vantagem competitiva para o País. Essa fotossíntese gera açúcar. É sempre açúcar. Esse açúcar pode ser transformado em lipídio. Esse açúcar, sob a forma de celulose, pode ser utilizado na combustão, que gera energia elétrica, ou mesmo na gaseificação, que gera o gás de síntese, à partir do qual se pode fazer, praticamente, com catalisadores, qualquer coisa, os chamados produtos renováveis. Ou então ele pode ir para a fermentação,

com os microorganismos naturais, como hoje nós temos a levedura, que produz o etanol, produto renovável.

E aí vem outra possibilidade extraordinária, que é a engenharia genética aplicada a microorganismos, capaz agora de pegar esse açúcar e converter nos mais variados produtos renováveis, replicando a petroquímica.

Os lipídios também podem seguir a mesma coisa, a mesma linha, e o que faz a diferença, hoje em dia, é o preço da matéria-prima e a nossa capacidade de fazer a fermentação. Eu vou focar nesses dois pontos.

Para que tenhamos noção do peso da matéria-prima nessas novas tecnologias, está aqui uma relação que mostra um estudo em que o ácido bioacrílico, produzido não pela petroquímica mas através de novas tecnologias que utilizam renováveis, praticamente só seria viável no Brasil, por causa do peso da matéria-prima, ali representada em verde.

Então, quando olhamos o peso da matéria-prima e a quantidade de área agricultável no País, o Brasil tem uma vantagem extraordinária para qualquer segundo país. Quer dizer, o Brasil está disparado à frente no potencial existente em áreas agricultáveis. E isso termina com o dilema, também mencionado pelo colega anterior, do que fazer com a matéria-prima que pode ser comida, se ela tem que se transformar em biocombustível, como no caso do milho. Eu tenho certeza de que, no futuro, nós vamos olhar para trás e dizer: um dia, o homem usou comida para fazer combustível. Eu acho que esse é um dilema que deixa de existir no momento em que encontramos uma solução tecnológica para ele.

E a solução que nós estamos buscando e, acreditamos, estamos implementando, como vamos ver, é através disso aqui. Primeiro, a base de tudo é a conversão energética. A conversão energética, no nosso caso, é a fotossíntese. O que é a fotossíntese? Basicamente, você tem um organismo, como a cana, que tem uma arquitetura extraordinária para a coleta da luz do sul, e o que essa luz do sol faz é: ela junta CO2 com água, transformando isso em açúcar. Está ali representado por aquela molécula.

Mas podemos entender isso aí, e isso é a base da vida, como um jogo de Lego. Isso aí é como uma pecinha de Lego. Você pode juntar essa pecinha de Lego para fazer as coisas mais diferentes possíveis. Mas, no fundo, a base de tudo é uma pecinha de Lego. Essa pecinha de Lego nós podemos juntá-la para produzir uma substância como a sacarose, que é essa que todos conhecemos, o açúcar de mesa.

E o açúcar de cana tem uma dificuldade extraordinária no seu armazenamento. A dificuldade da cana-de-açúcar acaba se refletindo na economia. Mas, no fundo, no fundo, é uma dificuldade fisiológica que está na base do processo, e o fato de que esse açúcar é armazenado dentro das plantas, sendo, portanto, suscetível a praga, doença e remobilização.

Por exemplo, uma cana, quando sofre estresse, problema de seca, do que for, ela vai para processos como florescimento, aumento de raízes, tudo isso consumindo o açúcar que foi produzido. Então você tem um problema de natureza fisiológica enorme, com extremo impacto na economia.

Por outro lado, esse açúcar, você veja, a mesma pecinha, agora armazenado sob a forma de celulose, em vez de sacarose, sob a forma de fibras, como vemos aqui na microscopia eletrônica, é agora uma poupança de longo prazo. Não é fácil desfazer isso aqui. Poucos insetos, como cupim, em períodos muito longos, conseguem realmente desfazer e fazer uso desse açúcar armazenado sob forma de celulose. Isso permite que o armazenamento seja muito mais adequado, de longo prazo, e com muito mais eficiência.

Quando olhamos a cana-de-açúcar, não existe realmente uma cana-de-açúcar. Existem canas-de-açúcar, diferentes espécies, e o que caracteriza todas elas é a eficiência fotossintética. Comparada, por exemplo, com uma cultura típica, um dos números possíveis, você vê que ela tem quatro a cinco vezes mais eficiência de converter sol em energia química. E quando você olha a cana com cuidado, você vai ver que há uma miríade de espécies. E o interessante é que você pode cruzar essas diferentes espécies para produzir diferentes tipos de planta. Por exemplo, você tem uma planta que vai armazenar sacarose, que é a cana-de-açúcar, mas você também pode gerar uma planta que vai produzir celulose.

Quando você produz, acumula açúcar, você produz a cana-de-açúcar que nós conhecemos. Mas se você disser para a cana, "olha, você não precisa produzir açúcar de mesa, você pode acumular sob forma de celulose", estamos falando de uma revolução do ponto de vista de produção de biomassa por hectare.

Essa é a cana energia. Está ali representada. Se comparamos a cana-de-açúcar, você vai ter uma produtividade de aproximadamente 80 toneladas por hectare de massa verde, exigente em solo e água. Quando você tem a cana energia, estamos falando de mais de 200 toneladas por hectare, resistente, muito resistente à seca, com sistema radicular extremamente agressivo e poderoso, capaz de resistir ao pisoteio de máquinas, sem a necessidade aparente, pelo menos nos experimentos até agora, de replantio em curto prazo. Então, nós estamos falando realmente de uma revolução, em termos de planta, a ponto de enxergarmos esse futuro. Nós vamos ter um petróleo renovável.

A base, a estruturação empresarial dessas ideias vem através da GranBio, uma empresa fundada há cerca de... Estava num guardanapo há exatamente dois anos atrás, e desse guardanapo, pela força das ideias e da capacidade empresarial da família Gradin, nós fizemos a empresa GranBio. E o que a empresa GranBio faz é, a partir da biomassa lignocelulose, que é de altíssima produtividade, nós desenvolvemos, adquirimos, codesenvolvemos tecnologia para abrir essa biomassa e fazer que essa biomassa exponha os seus açúcares individuais e, aí, desenvolvemos microorganismos, que a natureza não fez, mas que a ciência e a tecnologia podem fazer, capazes de pegar esse material e converter nas moléculas que hoje são produzidas pela petroquímica.

O primeiro passo dessa tecnologia é o chamado pré-tratamento. Como vocês sabem, a celulose não foi feita para ser comida. Ela foi feita para ser uma estrutura. Mas a engenhosidade humana identificou que ela, embora feita de forma rígida, no fundo, no fundo, o que tem dentro é açúcar.

Se fazemos o tratamento correto, tecnológico, conseguimos expor esses açúcares e abri-los. É um tipo de tratamento muito mais rígido, muito mais severo do que o tratamento da primeira geração, mas você consegue abrir esse material. Está aqui, numa estrutura. Você tem, nesse material, a celulose, que é uma cadeia de glicose, uma atrás da outra, você tem outro material ali representado em azul, que é chamado hemicelulose, composto por açúcares mais diferentes do que os que estamos acostumados a comer, mas são açúcares, e você tem enzimas, substâncias que conseguem clivar, quebrar cada um desses monômeros contidos no polímero para gerar açúcares fermentescíveis, principalmente glicose, que tem em torno de 40% da biomassa lignocelulósica e, no caso da cana, há outro açúcar, esse um açúcar de cinco carbonos, enquanto a glicose tem seis, que corresponde a mais ou menos 25% da biomassa.

Isso aqui é uma máquina, é um microorganismo chamado levedura, é uma máquina de produzir etanol. Essa levedura, no momento que ela encontra açúcar do tipo glicose no meio, que, como já vimos, representa 40%, ela imediatamente inicia um processo de fermentação, convertendo isso aqui em etanol.

Conseguimos, por hectare, considerando a produtividade da cana energia, mais ou menos vinte mil litros por hectare. A xilose, entretanto, esse outro açúcar que tem naquela quantidade 25%, a levedura, infelizmente, não aprendeu, durante a evolução, a utilizar isso para produzir etanol. Conseguiríamos produzir 12,750 mil litros por hectare, considerando as altas produtividades da cana energia, se utilizássemos esse açúcar.

Entretanto, como a levedura não consegue, a ciência precisa interferir para gerar tecnologia, gerar leveduras modificadas geneticamente, através de uma tecnologia chamada biologia sintética, colocando dentro delas genes que elas não têm naturalmente, fazendo com que elas, agora, adquiram essa nova habilidade.

E vivemos, no Brasil, um momento absolutamente extraordinário. Aprendemos, nos últimos anos, através de esforços de diversos governos, a partir da década de 60, com o envio de pessoas, de diversos pesquisadores para o exterior, que voltaram e fizeram seus grupos de pesquisa. E nós aprendemos, definitivamente, a utilizar recursos para produzir ciência de alta qualidade, como a representada por este artigo publicado na capa da *Nature*, em que o primeiro genoma de um fitopatógeno, no caso, a Xylella Fastidiosa, que causa o amarelinho da laranja, foi sequenciado por um grupo brasileiro, em 2000.

Isso foi noticiado nos equivalentes ao Jornal Nacional no mundo inteiro, porque foi um feito científico e tecnológico extraordinário, que levou ao divisor de águas na ciência nacional.

O nosso grande desafio, agora, é usar essa ciência de alto nível que temos em nossas universidades, em nossos institutos de pesquisa, e convertê-la em tecnologia, fazendo que a sociedade perceba o valor disso que está aí.

E isso aqui, só para dar um exemplo da capacidade, do conhecimento que o Brasil tem nessa área, é uma fermentação verdadeira em uma usina, no Brasil, que produz etanol. Não sei se vocês percebem, mas ao lado dessas células de levedura, vemos uma série de células pequenas que são células de bactéria.

Na realidade, a fermentação, no Brasil, tem um desafio extraordinário e de uma eficiência enorme. As leveduras tem uma competição imensa com outros microorganismos para produzir, em céu aberto, o etanol que nós produzimos. Isso não é comum. O que nos parece óbvio e trivial em uma usina de cana é um incrível processo de competição, em que as leveduras mais produtivas são capazes de produzir etanol.

E se descobriu, há relativamente pouco tempo, no Brasil, que, na realidade, quando as usinas começavam a fazer a sessão de colheita e produção de etanol, havia um inóculo de leveduras... Eu lembro da visita a uma usina em que eles tinham uma levedura alemã, mantida com bastante rigor do ponto de vista da propriedade intelectual. Quando eles colocavam 80 toneladas, no início da safra dessa levedura, eles não sabiam, mas uma levedura brasileira, que já vinha no caldo de cana, em duas, três semanas, praticamente dominava o processo, a ponto de cerca de 30, 60 dias depois não haver mais nem uma única célula daquela

levedura que iniciou o processo. Ou seja, o que nós temos, nas nossas usinas, são máquinas de produzir etanol de altíssimo desempenho. E só agora iniciam a pesquisa sobre isso.

Eu gostaria de destacar este artigo feito pelo nosso grupo, um artigo em que nós fizemos o genoma da levedura Pedra 2, a levedura mais produtiva, responsável por uma percentagem significativa da produção de etanol no mundo. E nós fizemos uma espécie de manual de instruções do ponto de vista genético e molecular, nós sabemos como ela funciona. Isso corresponderia a entender, com detalhamento, quer dizer, a ciência nacional entender, com detalhamento, o que significa, por exemplo, o carro de Fórmula 1 em todos os seus detalhes, com toda a sua sofisticação.

Com esse tipo de conhecimento, nós podemos, hoje, no Brasil, fazer leveduras sob medida, fazer microorganismos sob medida, capazes de pegar açúcares que são produzidos com altíssima produtividade, com culturas como a cana energia, que acabamos de descrever, fazer com que essas leveduras, através da introdução dos genes certos, consigam produzir, não só utilizar açúcares como a xilose, mas utilizar os mais diversos açúcares para produzir diferentes produtos, não apenas o etanol, mas os mais diversos produtos hoje produzidos pela via petroquímica, e que assim seriam produzidos de forma absolutamente sustentável.

O que a GranBio, como eu acabo de anunciar, fez foi empreender o setor. Ela reconhece, ela identifica, o nosso grupo identifica a excelência das nossas universidades e institutos de pesquisa. Com isso, podemos produzir hoje biomassa de alta produtividade, o que já estamos fazendo. Essa biomassa, através do desenvolvimento de processo, está sendo convertida em açúcar fermentescível.

Aqui, agora, dois pontos fundamentais. Temos no Brasil uma biodiversidade extraordinária, em que diversos micro-organismos, ainda não explorados, seguramente, são reatores poderosos, capazes de fazer essa conversão. Genes extremamente interessantes estão presentes nessa biodiversidade, aguardando a prospecção tecnológica. E, a partir desses processos por nós desenvolvidos, a área regulatória é fundamental, o trabalho da área regulatória, para que esses processos sejam liberados para, efetivamente, fazerem parte das indústrias de segunda geração.

Muito interessante no nosso grupo é a velocidade com que tudo acontece. Nós estamos estruturados, hoje, em algumas empresas menores: a BioCelere, que era propaganda há pouco tempo, hoje a gente está inaugurando, em Campinas, um laboratório grande de biologia sintética e processos – deve ser inaugurado em final de junho – em que estamos fazendo modificações de micro-organismos; estamos inaugurando, em Barra de São Miguel, em Alagoas, no final deste mês, o nosso centro experimental, onde estamos produzindo as nossas canas, a Cana Biovertis, cana energia de altíssima produtividade.

Aqui dá para ver e ter uma ideia: essa aqui é a variedade de cana mais produtiva plantada em Alagoas. Ela foi plantada no mesmo dia de uma das nossas variedades de cana energia. Três meses depois, já tinha o triplo da biomassa dessa aqui. E essa aqui é simplesmente, por casualidade, uma planta que foi plantada junto ao controle, mas dá uma noção. Estamos, efetivamente, trabalhando em cima de centenas de milhares de plantas, para selecionar as mais produtivas e as mais adequadas ao processo.

Enquanto a cana não vem, estamos com a maior operação de biomassa do mundo, coletando e armazenando, também em Barra de São Miguel, o que deverá ser suficiente para a operação da nossa usina, a BioEdge, por pelo menos um ano. A BioEdge está sendo feita em associação com a Usina Caeté, do Grupo Carlos Lyra, também em Maceió, em Alagoas, uma área extraordinária para o plantio de cana, logo ao sul de Maceió. É talvez um dos lugares mais extraordinários do mundo para o plantio da cana.

(*Soa a campainha*.)

O SR. GONÇALO AMARANTE GUIMARÃES PEREIRA – Essa usina vai ter a capacidade de 82 milhões de litros de etanol, e a ambição do nosso grupo, até o final da década, é ter um bilhão de litros de etanol de segunda geração.

Então, a petroquímica será substituída por campos de produção. Enxergamos, portanto, aqui, uma oportunidade muito diferente do que a gente enxerga com o petróleo, que é você furar, e já tem toda a tecnologia. Tudo aqui depende de tecnologia. A ciência nacional vai estar profundamente envolvida nesse desenvolvimento. Talvez, pela primeira vez na história do País, a gente tenha a possibilidade de liderar efetivamente uma fronteira da ciência.

Temos riscos. Temos riscos enormes regulatórios, temos uma regulação muito defensiva, sempre com aquela ideia de nos proteger contra um possível uso ruim dos nossos recursos. Mas, agora, temos atores nacionais capazes de utilizar esses recursos com enorme eficiência. Precisamos, urgentemente... Por exemplo, a regulação de uma levedura transgênica, hoje, vai levar de um ano e meio a dois. Nesse período, nós já temos diversas outras leveduras muito mais produtivas, são leveduras que utilizam metabolismo basal, coisas que não oferecem absolutamente nenhum risco, de nenhuma natureza, por ser metabolismo, genes que todos os organismos têm, mas caem na mesma regra

de regulação de plantas, por exemplo, que estão sendo avaliadas porque têm genes de resistência a produtos químicos, coisas assim. Então, precisamos, também, evoluir na área regulatória.

Aqui, apenas para finalizar, uma homenagem ao nosso grupo. Quero dizer que a Unicamp, hoje, só perde em número de patentes para a Petrobras. A Unicamp se tornou, realmente, uma espécie de Vale do Silício, onde há vários empreendedores e várias pequenas empresas.

Creio que o Brasil está vivendo um momento extraordinário. E o Poder Legislativo, o Poder Executivo vão ser fundamentais para nos apoiar nos diversos gargalos que, eu diria, hoje são muito mais na área regulatória e de facilitação do que propriamente de apoio.

Muito obrigado.

O SR. PRESIDENTE (Fernando Collor. Bloco/PTB – AL) – Obrigado ao Prof. Gonçalo Pereira, que é professor titular da Unicamp e Vice-Presidente de Tecnologia da GranBio.

Eu gostaria de, antes de passar a palavra ao nosso último palestrante da noite, lembrar aos nossos telespectadores e ouvintes da TV e Rádio Senado que todos podem participar, enviando perguntas, sugestões, fazendo comentários, gratuitamente, pelo telefone 0800612211, ou enviar sua contribuição pela Internet, no endereço www.senado.gov.br/alosenado, ou, ainda, nos perfis do Alô Senado no Facebook, ou pelo Twitter@alosenado, aqui para a Comissão de Serviços de Infraestrutura.

Ao mesmo tempo, lembro o que no início foi colocado e anunciado: hoje, dia 20 de maio, foi publicada a Medida Provisória nº 615, assinada pela Presidenta Dilma Rousseff, que autoriza o pagamento de auxílio extraordinário aos produtores da safra 2011/2012 de cana-de-açúcar e aos produtores de etanol da Região Nordeste. Com essa decisão do Governo Federal, milhares de produtores serão beneficiados, por conta das perdas em decorrência da maior estiagem do Sertão e do Agreste nordestinos nos últimos 50 anos. O pagamento extraordinário vai ajudar os produtores independentes atingidos pela seca durante a colheita 2011/2012. O recurso será concedido diretamente ou por intermédio das cooperativas agrícolas da região. O auxílio será de R$12,00 por tonelada de cana-de-açúcar e é limitado a 10 mil toneladas por fornecedor. O pagamento ocorrerá em 2013 e 2014, referente à produção da safra efetivamente entregue a partir de 1º de agosto de 2011.

Agora, tenho a satisfação de passar a palavra ao Sr. Ernesto Cavasin Neto, Gerente Executivo da PricewaterhouseCoopers, para a sua exposição.

O SR. ERNESTO CAVASIN NETO – Primeiramente, eu gostaria de agradecer ao Presidente da Comissão de Serviços de Infraestrutura do Senado, Senador Collor, pelo convite. É muita satisfação estar aqui. Venho apresentar a nossa visão de tendências do setor de energia e de serviços de utilidades. Geralmente, quando se apresenta a tendência, é para que haja um novo convite: ou para que eu venha a ser parabenizado porque acertei, ou para que eu possa me defender e explicar porque errei. Então, agradeço muito e espero voltar.

Olhando a apresentação sobre biomassa, principalmente etanol, do Manoel, mostrando a evolução que nós tivemos, a parte histórica, eu tento continuar um pouco dentro dessa visão, mas trazendo a parte de energia elétrica para a discussão. E por que trazer energia elétrica? A tendência é que a geração de energia elétrica seja responsável por 40% do consumo de energia daqui até 2040. Isso faz com que, significativamente, algumas aplicações energéticas sejam substituídas pela eletricidade.

É ponto comum que hoje se discute a adoção de carros elétricos no mercado. A maioria dos serviços de transporte público começa a retornar à energia elétrica, ou seja, os bondes antigos já haviam passado por isso, foram substituídos pelo motor a diesel, e agora, boa parte das aplicações em trens, metrôs já utiliza energia elétrica novamente. Com tudo isso, você também soma o aumento do consumo de energia no mundo em 30% até 2040. Ou seja, a expansão como um todo é extremamente importante, não só pela conversão da necessidade de energias convencionais em energia elétrica nos próximos anos.

A tendência, então, é mais ou menos nós tentarmos olhar se vamos passar por uma evolução ou por uma revolução. Olhando o histórico que o Manoel apresentou para nós, a gente teve uma evolução muito significativa. Em alguns momentos, até podemos analisar isso como uma revolução. A energia e a utilidade pública, essa evolução e revolução conjuntas vão acontecer significativamente em um mundo onde existe necessidade de consumir cada vez mais energia premente.

Temos ainda no mundo inteiro 1,5 bilhão, aproximadamente, de pessoas que não têm acesso à energia secundária, ou seja, inutiliza-se para o seu meio de subsistência energia primária, ou seja, lenha e combustão normal, para suprir suas necessidades. Além de evoluir, temos também que incluir. O Brasil é um país que fez um trabalho muito forte nos últimos anos em relação a isso.

Como se pode prever como será a energia e o serviço de utilidade pública em energia nos próximos

anos, nos próximos 40 anos? É muito difícil encontrarmos uma resposta para essa questão, contudo algumas informações podem nos levar a crer que isso vai mudar e quais os caminhos que isso vai tomar. E a tendência nossa é buscar, dentro desses caminhos, uma visão global dessa estruturação e como podemos atingir as metas globais. Ou seja, as empresas de energia hoje se relacionam de forma muito fria com o seu cliente, o futuro vai ser diferente? É possível, hoje já discutimos sobre linhas inteligentes, sobre modelos de gestão de energia, em que o consumidor final na sua residência pode atuar. As reservas hoje de gás são abundantes, acessíveis, mas tendem a diminuir. Hoje novas tecnologias estão chegando, como nos Estados Unidos, recentemente, o gás de xisto começou a ser utilizado com maior volume, mas isso pode gerar impactos ambientais? Isso pode gerar problemas, os quais não conhecemos hoje? Como vamos lidar com isso? São perguntas que ainda necessitam de respostas.

Contudo, é muito importante entender que, apesar de conversarmos fortemente sobre energias renováveis e existir a necessidade de caminharmos nessa direção, todas as previsões que você tem, seja ela do IEA – Agência Internacional de Energia seja das universidades do mundo inteiro, é de que 80% da energia consumida no mundo até 2040 vão continuar vindo de petróleo ou carvão. Ou seja, como guinamos esse movimento nos próximos anos e mudamos para uma energia de baixo carbono, trazendo hoje questões em que dissemos que energia renovável é subsidiada, mas na verdade quando deixamos de computar o custo dos passivos gerados hoje pelos combustíveis não renováveis, sejam eles os gases de efeito estufa, sejam eles outros impactos provenientes, quem pode estar sendo subsidiado neste caso? O passivo gerado hoje pode ser o subsídio que estamos dando lá no futuro.

Alguns dos projetos de energia eólica e solar estavam caminhando há alguns anos, agora se pode ver que a energia eólica principalmente é uma energia que é fato global, tendo uma expansão muito forte na Europa e agora tendo a Ásia e também, podemos dizer, a América do Sul, como um marco, um ponto de expansão muito forte.

A energia nuclear que, no começo da última década, começou a tomar corpo como solução ambiental, coisa que não aconteceu em 70, 80, 90, porque não emite dióxido de carbono, pós Fukushima começou a ter novos questionamentos. Ou seja, voltamos aos velhos impasses que tínhamos antigamente.

Uma base de talentos, ou seja, a indústria de energia teve uma expansão muito forte no pós-guerra pelo aumento do consumo, pelo aumento da exigência e esses profissionais começaram a se aposentar 15, 20 anos atrás e os últimos profissionais que foram nessa evolução estão se aposentando agora. Portanto, existe uma necessidade de talentos e isso vai impactar dentro da estrutura. Vemos isso aqui no Brasil, hoje, a necessidade de novos talentos, de se fazer um trabalho dentro das empresas para passar o conhecimento adquirido por diversos anos para os jovens talentos, que estão começando a sua carreira neste momento.

As questões ambientais ganharam cada vez mais força e quando olhamos que 18% do consumo de água no mundo são para gerar energia isso é significativo numa questão de cerceamento de recursos ambientais no futuro. Quando olhamos que a maior parte de demanda de energia virá principalmente da Ásia, Oriente Médio, e África, também da América do Sul, temos que notar que Ásia, Oriente Médio e África são lugares em que a água é um recurso que vem se tornando cada vez mais escassos; ou seja, novos projetos de energia vão ter impactos que precisam ser colocados no papel, coisa que até hoje dificilmente valorizávamos.

A eficiência energética que sempre foi deixada de escanteio, lucrando modelos de expansão, pode ter se tornado o novo combustível. Por que pode ter se tornado um novo combustível? Porque angariar formatos de eficiência energética cada vez melhores evita o consumo de combustíveis, melhorando a gestão como um todo.

E também pensando no final, voltando ao consumidor, como podemos hoje agregar ao consumidor uma forma mais consciente, com uma gestão melhor dentro dos seus procedimentos de consumo de energia? Hoje as empresas, que há alguns anos não se importavam com o consumo de energia, já começam a olhar isso de uma forma mais positiva.

Recentemente, fizemos um estudo na Price em que nós verificamos que se você olhar a base da indústria brasileira, o impacto do valor da energia no produto é em torno de 2% a 3% do seu custo, em média, contudo, existem setores que isso vai a 60%, 70%, como é o de alumínio e outros setores um pouco mais pesados. Se levarmos à média de 2% em um mundo em que a vírgula do centavo começa a fazer diferença, a energia elétrica pode sim trazer diferenciais para dentro do Brasil e dentro dos produtos que nós temos. Esse é um trabalho que deve ser feito cada vez mais forte. Por que disso?

O Brasil, apesar de não ser dotado de carvão e gás no volume necessário até o momento para o que precisa e mesmo o petróleo, começando agora o pré-sal, esses trabalhos, ele é muito bem dotado de recursos naturais para geração renovável. Essa vantagem comparativa que o País tem hoje precisa ser transformada de uma forma ou de outra em uma

vantagem competitiva no cenário internacional. Hoje precisamos olhar de forma mais efetiva como estamos quantificando e valorizando a nossa energia.

Estudos recentes que a PWC também fez, a pedido de institutos que olham para o setor de energia, fazem crer que 45% a quase 50% do valor da energia hoje no Brasil é vinda de impostos, seja em qualquer esfera, federal, estadual e algumas vezes municipal. Esses impostos trazem um peso; não que eles não sejam importantes, não que eles estejam pouco adequados, mas precisa-se, sim, sentir o peso que isso vem trazendo à sociedade, à produção e à competitividade do País.

Olhando um pouco dentro dessa esfera e pensando como a gente vinha colocando, os desafios são os mais amplos. O Brasil é uma fonte de recursos naturais que se bem utilizados e se bem aplicados podem transformar o País em uma fonte de energia para o mundo – um exemplo que a gente vê é a própria biomassa. A maior dificuldade da energia é transportá-la, levar de um lado a outro. Energia elétrica é difícil de se colocar em grandes distâncias, mas biomassa, seja ela na cana-de-açúcar, seja ela em briquete, que já exportamos à Europa, sejam em outros tipos de fontes de energias processadas a partir de energia renovável, pode ser um produto diferenciado que o Brasil pode levar ao mundo e de forma que estaremos exportando redução de emissão de gás de efeito estufa potencialmente.

Como configurar o mercado brasileiro para chegarmos a esse nível? Olhando todas essas questões que temos hoje para buscar a diferenciação dentro do mercado, é muito importante, nos leva a crer, que existam fatores que levam a essa discussão, são os fatores de mudanças aplicados e importantes dentro dessa discussão de energia e de consumo de energia no mundo.

Na nossa visão, existem cinco fatores mais importantes de mudança que são aplicados no mundo inteiro e trazem, reverberam para dentro do País.

Primeiro, a guerra por recursos naturais. É ponto pacífico e todos nós escutamos que a água vai ser uma das próximas fronteiras e discussão no mundo, como o petróleo já foi durante a década de 90, principalmente, gerando guerras no mundo como um todo. A água tende a ser um recurso natural que pode levar a guerras e a outros tipos de conflitos no mundo.

As alterações demográficas. A tendência é que o número de pessoas que vivem em países em desenvolvimento, os conhecidos países principalmente dos BRICS – Brasil, Rússia, Índia e China e África do Sul –, ultrapasse os 7 bilhões nos próximos anos; ou seja, a população desses países será muito maior do que a dos países desenvolvidos, e isso traz uma diferença no consumo de energia e no perfil do consumidor.

A mudança social e de comportamento. Isso é muito importante olhar, pois é a urbanização faz com que o consumo de energia também aumente e concentre-se de uma forma diferenciada.

A ascensão e a interdependência desses mercados. Hoje sempre se falou do comércio entre o sul e o norte, mas a força do comércio sul, ou seja, do Equador para baixo, Brasil-China, Brasil-África do Sul começa a ficar cada vez mais forte e relevante, e os nossos parceiros comerciais começam a mudar e tem uma mutação cada vez maior. Isso faz também com que o consumo e o modelo de negociação seja um pouco diferente, as imposições sejam diferentes e as conversas sejam diferentes.

E, por fim, o impacto das novas tecnologias. Cada vez que evoluímos dentro dessa discussão, como essas tecnologias impactam na forma como vamos prestar serviço, gerar energia e criar desenvolvimento?

A guerra por recursos naturais significa mudar a trincheira. Hoje a participação do petróleo, que é em torno de 87% da energia consumida, deve cair, até 2035, 2040, para 75%, 70%. As reservas provadas de petróleo continuam crescendo, contudo num ritmo menor que o consumo nos últimos anos. Muitas pessoas usam a frase célebre do Xeique do Qatar, que disse que a era da pedra não terminou por falta de pedra, não significa que a era do petróleo vá terminar por falta de petróleo.

A demanda de energia continua crescendo, ou seja, 30% a 40% de aumento de demanda de energia, fora a necessidade de converter-se para energia um pouco mais elaborada, como a elétrica, acontecerá nos próximos anos.

O gás de xisto é uma realidade, mas traz ameaças, ainda não entendemos esse processo, como também a utilização do estoque de carbono subterrâneo, o popular CCS que ainda não está extremamente desenvolvido.

A energia nuclear, que é um recurso que pode ser utilizado, também está em xeque e ainda necessitamos entender melhor como controlar isso.

E o recurso mais importante é a água. Se olharmos que a água, na maior parte do Planeta, é um bem escasso e que a energia precisa de uma forma muito robusta de água para ser gerada – em torno de 18% da água usada no mundo vai para energia e, pasmem, não estou falando de hidrelétrica e de outras fontes, estou falando do processo nuclear, que tem o aquecimento de água para gerar as turbinas, nas termelétricas a gás, a carvão e a diesel –, então, essa necessidade vai fazer com que a água seja um recurso extrema-

mente importante e será um divisor de viabilidade de projetos nos próximos anos.

O Brasil tem uma posição privilegiada em questão da água. A maior parte da água doce do mundo está no País e isso nos coloca em uma posição que deve ser bem analisada. Como aproveitamos e estruturamos o País para tirar proveito num cenário futuro desse tema?

A eficiência energética é importante porque ela poupa recursos. Em um mundo cada vez mais populoso, em que precisamos de recursos naturais para viver – há pouco foi colocado que nos somos seres de carbono, de petróleo, de combustível –, isso é necessário realmente. Nós tiramos a nossa energia de energias externas, ou seja, quanto mais pouparmos, quanto mais eficientes formos no consumo de energia, mais eficientes seremos no andamento do nosso crescimento e também evitaremos crises, como a climática por que passamos neste momento.

As alterações demográficas serão relevantes no novo cenário de energia. Entre 7 e 8 bilhões de pessoas, depois de 2035, vão viver nos países em desenvolvimento, sendo principalmente puxado por China e Índia, mas a Índia deve ultrapassar a China em breve no número de pessoas, ou seja, a Índia deverá ser mais populosa que a China, em breve. Para o setor de energia elétrica esse é um grande desafio. Além de você ir a países em que a população vai aumentar exponencialmente, existem pessoas à margem do consumo de energia normal muito relevante nesses países. Como dou acesso a essas pessoas? Como elas poderão pagar essa energia? E como eu vou incluir isso? É um trabalho que os governos e as empresas vão ter que fazer de forma relevante.

A urbanização também leva à necessidade desse controle. Em um mundo em que breve seremos quase 10 bilhões de pessoas, em que 67% das pessoas irão morar nas cidades, em que um PIB vai crescer exponencialmente, chegando a quase US$280 trilhões, a gente precisa dar uma solução energética, porque com o crescimento do PIB cresce o consumo, são mais televisões, mais telefones, mais carros, tudo isso rodando e demandando energia cada vez maior no consumo.

O comportamento das pessoas também é um fator importante de mudança. A urbanização trazendo pessoas para a cidade, consumindo e tendo que se locomover e, muito breve, a urbanização vai levar ao próximo passo: o cliente poder gerenciar as discussões. Ou seja, a tecnologia vai começar a ser cada vez mais forte dentro das discussões e como vai ser a relação entre o usuário de energia e o fornecedor de energia.

A ascensão e a interdependência dos mercados emergentes também vai ser muito importante, visto que, hoje, os perfis e o consumo de energia que nós vemos no mundo são basicamente ditados pelo norte, ou seja, pela Europa, Estados Unidos e alguns países desenvolvidos. O consumo e as culturas dos países em desenvolvimento são muito diversos. Até 2035, mais de 50% da demanda de energia no mundo vai vir dos países em desenvolvimento, dos países que estão tentando alçar novos patamares econômicos. Boa parte da população também estará dentro desse processo.

O impacto das novas tecnológicas é um dos fatores também decisivos dentro da discussão que temos no mercado. Se olharmos a primeira forma de energia e conversão mais robusta que tivemos, foi entre 1650 e 1700, quando a máquina a vapor começou a ser bolada e entrar realmente em plena utilização em 1698. De lá para cá, tivemos, em 1784, a lamparina, que trouxe a luz, aumentando o período de trabalho dentro desse processo.

Thomas Edison, quando implantou o primeiro sistema elétrico para substituir as lamparinas, escolheu Nova York. Por que ele escolheu Nova York? Porque já existia ali uma rede de distribuição de querosene para as lamparinas, modelos de negócio, todo mundo sabia operar com aquilo. Para que fosse possível fazer a troca disso, era preciso ir a um lugar onde houvesse dificuldade, e Nova York, à época, já tinha dificuldade de distribuição de litros e litros de querosene, armazenamento, uma série de problemas, além de ser o local onde as pessoas ficavam até mais tarde trabalhando. Ou seja, a luz elétrica trazia uma facilidade logística e melhorava a qualidade de um usuário que precisaria disso.

Isso vai acontecer nos próximos anos no mercado de energia elétrica. De hoje a 2035, 2040, uma série de revoluções, de uma forma muito mais rápida, vai ocorrer. É onde olharmos que será o impacto que a tecnologia vai ter na indústria de energia. Hoje, o consumidor é um ponto estanque, é o final da linha para o gerador, para o prestador de serviço nesse sentido. Portanto, o governo acaba tendo uma relação muito mais forte com o prestador de serviço do que com o consumidor. Mas muito em breve, o Brasil aprovou recentemente a regulamentação de microgeração, por exemplo, nós teremos o consumidor como um ponta mutante, ou seja, ele vai poder escolher de quem comprar, a que preço comprar, qual a fonte de energia que está gerando aquela energia para ele comprar e, o mais importante de tudo, que tipo de relação ele vai ter com o fornecedor. Ele pode ser fornecedor e consumidor, somente consumidor e, em alguns pontos, somente fornecedor. E tudo isso gerenciado hoje de uma forma inteligente.

O que o Brasil precisa, o que o Brasil tem de olhar para o futuro dentro de uma questão como essa? Temos recursos naturais abundantes que, se usados de forma inteligente, podem não só responder à demanda que a nossa população terá nos próximos anos como se transformar em uma divisa importante e um fator importante também na relação com os nossos vizinhos e com os nossos parceiros comerciais. Temos condição de transformar a biomassa em combustíveis e em energia cada vez mais forte, com novas tecnologias, apostando na inovação. Temos condição de criar novos modelos de geração, reduzir o custo interno e fazer com que a energia que chega as nossas indústrias possa fazer o nosso produto até 2% ou 3% mais competitivo do que em outros lugares do mundo. Tudo isso, trazendo para a eficiência, pode diferenciar o País.

Novamente, nós somos conhecidos por ter recursos naturais abundantes em qualquer lugar do mundo, em qualquer fórum de discussão. Essa vantagem comparativa hoje do País precisa, sim, ser transformada em uma vantagem competitiva. Hoje, precisamos buscar cada vez mais sistemas de geração distribuído. Nosso modelo hoje traz um risco muito grande ao País, sendo que são grandes linhas, extensões de linhas de transmissão muito grandes que trazem insegurança e instabilidade no sistema algumas vezes, sendo que podemos trabalhar sistemas.

Cada região do País pode se aproveitar de um modelo de geração descentralizado, que melhoraria a qualidade e traria maior segurança ao sistema. Sendo a biomassa no Centro-Oeste e no Sudeste; sendo o gás e até o carvão no Sul e em determinados locais, até o xisto já é produzido também no Sul. A energia eólica e a própria biomassa em determinadas áreas do Nordeste. A biomassa e também o gás na Região Norte.

Se olharmos a nossa política energética de uma forma mais robusta e olharmos como melhorar essa estrutura ao todo, temos muito a ganhar dentro do País.

Agradeço muito novamente o convite, Sr. Presidente. Fico à disposição para conversar. Havendo qualquer dúvida estamos à disposição dos senhores, para conversarmos...(*falha na gravação.*)... e evoluirmos nesse tema.

Obrigado.

O SR. PRESIDENTE (Fernando Collor. Bloco/PTB – AL) – Muito obrigado, Dr. Ernesto Cavasin Neto, Gerente Executivo da PricewaterhouseCoopers.

Eu gostaria de registrar a presença nesta Comissão de S. Exª o Deputado João Caldas, a quem agradecemos pela sua visita.

Agora, passamos às perguntas que estão sendo formuladas, começando pelo Dr. Manoel Regis Leal, Coordenador do Programa de Sustentabilidade do Laboratório Nacional de Ciência e Tecnologia do Bioetanol. São duas perguntas, Dr. Manoel Regis Leal.

A primeira: "Desde a crise de 2008, o setor do etanol vem apresentando baixo dinamismo. Quando o senhor estima que esse setor irá recuperar os índices de crescimento anteriores à crise de 2008 e a que fatores o senhor atribui a demora para a recuperação do setor de etanol?"

A segunda pergunta: "O Brasil tornou-se um grande importador de óleo diesel e, apesar da alta capacidade ociosa das usinas de biodiesel, ainda não foi aumentado o teor desse biocombustível na mistura com o óleo diesel. Quais razões podem explicar essa situação? O biodiesel é viável no Brasil?"

Tem o senhor a palavra.

O SR. MANOEL REGIS LIMA VERDE LEAL – Quanto à primeira pergunta, os problemas gerados pela crise, eu abordei na apresentação. Foi uma série de medidas tomadas para reduzir os gastos operacionais com as usinas e que as consequências são inevitavelmente uma perda de produtividade.

Grande parte dos custos de etanol, cerca de 2% deles, vem da cana, e o custo da cana está fortemente associado ao custo da área cultivada. Então, se eu cultivo um hectare de cana e tiro 60 toneladas o preço daquelas 60 toneladas será X. Seu eu tiro 120 toneladas, o custo de cada tonelada não será exatamente esse montante, mas será muito próximo de X/2. Então, há uma relação muito forte entre o custo de produção e a produtividade. Além disso, houve um aumento dos insumos: o preço de fertilizante, o preço do arrendamento das terras e a mão de obra, tudo isso contribuiu para o aumento muito acelerado do custo de produção da cana. O setor sabe que tem de corrigir isso ou vai morrer.

O setor está fazendo o possível, mas a cultura da cana não é como a da soja e do milho, em que se planta e se colhe no mesmo ano. A cana você planta, espera de 12 a 18 meses para colher, dependendo de quanto foi feito o plantio e, depois, você colhe, além dessa primeira colheita, mais quatro ou cinco. Então, se eu plantei a cana, estarei mais ou menos amarrado com aquilo. Não posso no ano seguinte desmanchar o canavial e plantar soja, senão eu terei um prejuízo muito grande. Então, tenho de esperar um certo tempo para ter o retorno. A renovação de canavial se dá em uma taxa de mais ou menos 15% ou 17% ao ano em condições normais, e não 100% como a soja.

Quanto à soja e ao milho, eu mudo a variedade, mudo o uso do adubo, mudo tudo mais e corrijo de um ano para o outro. A cana exige um prazo para essas coisas acontecerem, de quatro a cinco anos para a recuperação de grandes perdas. Esse é um prazo

razoável. Isso foi mais ou menos o que aconteceu em 1999, quando fomos recuperar em torno de 2003.

As medidas principais estão sendo tomadas. No ano passado, a produtividade média do Centro-Sul foi 74 toneladas por hectare. Eu sei de duas usinas, uma no Cerrado e outra em São Paulo, que tiveram uma produtividade 105. São 20 toneladas a mais por hectare. Isso é um impacto enorme no custo de produção. Então, o setor está tentando fazer o dever de casa. Uns estão indo mais rápidos e outros mais lentos.

Na expansão, entraram atores novos no setor. Alguns deles não tinham experiência com cana. Então, cometeram alguns erros, e esses erros levam tempo para serem corrigidos. Um exemplo simples: se um produtor experiente chega no Cerrado e arrenda uma pastagem degrada, ele não vai plantar cana direto. Ele planta soja durante um ano ou dois ou aduba a terra e a deixa lá e, depois, entra com a cana. O produtor menos experiente pega aquela pastagem corrige o PH do solo, entra com o fertilizante, entra com a cana. Isso dá 70 toneladas por hectare. Então, essas coisas todas contribuíram para essa situação lá. Tudo indica que essa situação está sendo resolvida.

Existe uma capacidade instalada da ordem de 700 milhões de toneladas. A produção deste ano está sendo estimada, aqui no Centro-Sul, em 600 milhões de toneladas. No Nordeste, deve dar 60 a 70 milhões de toneladas. Portanto, nós estamos chegando próximos da capacidade instalada de processamento da cana.

Então, é preciso investir – o caro são as usinas –, e os investidores só vão entrar com os recursos quando tiverem uma visão de médio e longo prazo, quando tiverem uma visão de médio e de longo prazo para o retorno do investimento. O retorno é lento, não acontece na safra seguinte. Então, essas coisas precisam ser equacionadas antes que o setor, na minha opinião, volte a crescer com o vigor que vinha antigamente. Alguns grandes grupos já estão investindo, mas não é a média do setor.

O caso do biodiesel tem uma particularidade. O biodiesel é mais caro do que o diesel comum. Por isso, tem o subsídio. O Governo tem de decidir o quanto ele acha razoável gastar nesses subsídios. Aumentar simplesmente de 5% para 7% ou 10% significa que o Governo terá de despender mais dinheiro para subsidiar o biodiesel. É preciso saber se essa é a melhor opção. Eu não tenho opinião formada sobre isso, porque eu não tenho conhecimentos grandes sobre o mercado de diesel e de biodiesel, já que minha área é mais o etanol. Mas não é trivial.

O SR. PRESIDENTE (Fernando Collor. Bloco/PTB – AL) – Obrigado, Dr. Prof. Manoel Regis Leal, Coordenador do Programa de Sustentatibilidade do Laboratório Nacional de Ciência e Tecnologia do Bioetanol.

Agora, perguntas para o Prof. Dr. Gonçalo Pereira.

São três perguntas, professor.

Primeira: "Quando o senhor estima que vai ser iniciada a produção comercial do etanol de segunda geração? Qual será a produção de etanol, por hectare, com essa nova tecnologia?"

A segunda pergunta: "Sabe-se que os países escandinavos estão utilizando de forma crescente a madeira como fonte de energia. Quais as perspectivas técnicas e comerciais da madeira à luz das tecnologias modernas como fonte de energia no Brasil?"

A terceira pergunta: "Quais são as perspectivas técnicas e comerciais da gaseificação de biomassa no Brasil?"

O SR. GONÇALO AMARANTE GUIMARÃES PEREIRA – Pois não.

Inicialmente, quanto à primeira pergunta, quando iniciaremos a produção de etanol de segunda geração, será no próximo ano. A nossa usina deve ser inaugurada ainda no primeiro semestre do próximo ano, como eu disse, com uma capacidade de aproximadamente 80 milhões de litros de etanol.

A produção por hectare vai depender muito da produtividade cana energia e da produtividade das tecnologias utilizadas para conversão da biomassa lignocelulósica em etanol. Os números variam um pouco, mas acreditamos que teremos uma tecnologia... Na verdade, é uma composição de números. Não é um número fechado.

Primeiro, acreditamos em uma produtividade de cana energia superior a 100 toneladas de matéria seca, não imediatamente, mas em um futuro próximo, dentro do nosso modelo de negócios. Uma capacidade de retirada de açúcar, o açúcar útil para fermentação ao redor de 70% a 80%, possivelmente, de eficiência. Mas o fato é que a ideia é de uma conversão aproximada de 4 a 5 toneladas de biomassa para 1 tonelada de etanol. Com base nisso, a gente consegue a produtividade.

A questão da madeira como fonte de energia – foram citados os países nórdicos – é tudo uma questão de eficiência fotossintética. Dificilmente em um país fora do Brasil, da área tropical, você conseguirá uma eficiência, uma conversão fotossintética eficiente o suficiente para garantir sustentabilidade no setor.

No Brasil, temos o eucalipto, em que você consegue fazer corte com 6 ou 7 anos, mas o que é algo absolutamente fora da curva em relação ao plantio de madeira em outros países. Se você for para o norte dos Estados Unidos e para o Canadá, estaremos falando de 65 a 70 anos para se fazer uma nova geração de biomassa. Então, hoje em dia você tem madeira em

abundância por causa do declínio da indústria de papel, mas isso não uma coisa sustentável no longo prazo, ao contrário do Brasil. No Brasil, sim, essa indústria é absolutamente sustentável.

A última pergunta...

O SR. PRESIDENTE (Fernando Collor. Bloco/PTB – AL) – "Quais são as perspectivas técnicas e comerciais da gaseificação de biomassa no Brasil."

O SR. GONÇALO AMARANTE GUIMARÃES PEREIRA – Pois não.

A gaseificação ela enfrenta um problema de escala. A escala de uma gaseificador para que ele seja realmente e comercialmente viável é muito grande. Existem iniciativas no norte do País, eu creio que com o dendê.

O dendê é uma planta muito interessante, porque ela tem uma capacidade de produção de óleo por hectare realmente extraordinária, até mesmo viabilizaria, se fosse o caso, o próprio biodiesel do ponto de vista econômico, sem a necessidade de subsídio, entretanto, tem dificuldades tecnológicas grandes. Por exemplo, o porte do dendê é muito alto, a colheita depois de número de anos é bastante dificultada. Então, plantas como o dendê, com alta percentagem de lipídeos, que tem uma relação carbono e hidrogênio muito mais favorável do que o resto da biomassa, talvez colocar os cachos como um todo e tal para gaseificadores, fosse uma solução. Mas, mesmo assim, demanda áreas muito grandes. Eu creio que, no médio e longo prazo – mas essa é uma posição baseada na tecnologia atual –, dificilmente essa larga escala torna-se comercialmente viável.

O SR. PRESIDENTE (Fernando Collor. Bloco/PTB – AL) – Obrigado ao Prof. Dr. Gonçalo Pereira, que é professor titular da Unicamp e Vice-Presidente de Tecnologia da Empresa GranBio.

Agora perguntas para o Dr. Enesto Cavasin Neto, Gerente Executivo da PricewaterhouseCoopers. São duas perguntas.

"O senhor considera possível compatibilizar as novas tecnologias para a produção de etanol a partir da celulose do bagaço de cana com a geração de energia das usinas termoelétricas que utilizam a mesma matéria-prima?"

A outra pergunta: "Proibir a queima da palha de cana nos canaviais de São Paulo resultará em um alto índice de desemprego para os trabalhadores da área rural. A empresa [segundo o senhor que pergunta], a empresa Destilaria Tieles Ltda., de São Paulo provavelmente ficará responsável por empregar esses funcionários, o que de acordo com ele, não tem capacidade de emprego e empregar tantas pessoas. O que fazer em relação a isso?"

O SR. GONÇALO AMARANTE GUIMARÃES PEREIRA – Bom, primeiramente, sobre a compatibilização. A geração de energia elétrica hoje nas usinas é extremamente compatível com a produção nesse modelo atual de energia e etanol. Quando passarmos para um modelo utilizando celulose, a geração de álcool a partir da celulose, ainda continuaremos tendo subprodutos que podem ser utilizados para essa geração de energia elétrica.

É sempre importante notar que quanto mais eficiente nós formos na conversão da mesma matéria-prima, melhor é tanto para o empresário quanto para o País. Ou seja, usar todos os produtos e subprodutos gerados dentro dessa produção é a melhor saída econômica sempre. Logicamente algumas tecnologias ainda não permitem o pleno uso de 100% desses recursos. Mas a nossa obrigação e necessidade é buscar sempre utilizar 100% desse produto e dos seus subprodutos como um todo.

Sobre a proibição da queima da palha, o que faz com que você diminua a número de roceiros, ou seja, mecanize todo o processo da cana-de-açúcar, não sou o maior especialista. Mas o que eu posso responder é que, se você olhar, eu já tive muitas vezes em um canavial, as pessoas que trabalham no corte da cana fazem um trabalho extremamente pesado. Quando se transforma esse trabalho em um sistema mais mecanizado, se nós entendermos que ele vai gerar desemprego... O que eu vejo é que nós precisamos melhorar a qualidade da mão de obra. Alguns empregos são muito pesados.

(*Intervenção fora do microfone.*)

O SR. GONÇALO AMARANTE GUIMARÃES PEREIRA – Exatamente.

Se você pegar essas pessoas, der a elas educação, conhecimento e treinamento, você vai ter pessoas com serviço melhor remunerado, menos degradante. E nós vamos evoluir, pois, se pensamos no Brasil em 2050, precisamos investir na educação, e ela não passa em manter pessoas cortando cana; passa em manter pessoas sabendo prestar serviços que vão remunerar melhor e que serão muito menos degradantes para esse trabalhador.

Então, nós temos que evoluir e usar a tecnologia a nosso favor. E quando usarmos a tecnologia, devemos trazer educação e oportunidade para as pessoas, que hoje vão evoluindo conforme a tecnologia e o nosso crescimento econômico também.

Muito obrigado.

O SR. PRESIDENTE (Fernando Collor. Bloco/PTB – AL) – Muito obrigado, Dr. Ernesto Cavasin Neto, Gerente Executivo da PricewaerhouseCoopers, pelas suas respostas.

Gostaria de registrar também a presença aqui na noite de hoje do Dr. Ricardo Pazzianotto e do Dr. Celso Fiori que vieram acompanhar a audiência pública agora realizada .

Lembro mais uma vez a informação aqui já prestada sobre a publicação no *Diário Oficial da União* de hoje, dia 20 de maio, da Medida Provisória nº 615, que autoriza o pagamento de auxílio extraordinário aos produtores da safra 2011/2012 de cana-de-açúcar e aos produtores de etanol da Região Nordeste.

Com essa decisão do Governo Federal, a Presidenta Dilma Rousseff dá a milhares de produtores o benefício por conta das perdas ocorridas em decorrência da maior estiagem do Sertão e do Agreste nordestino nos últimos 50 anos.

O pagamento extraordinário vai ajudar os produtores independentes atingidos pela seca durante a colheita 2011/2012. O recurso será concedido diretamente ou por intermédio das cooperativas agrícolas da região. O auxílio será de R$12,00 por tonelada de cana-de-açúcar e é limitado a 10 mil toneladas por fornecedor, fornecedor independente. O pagamento de auxílio ocorrerá em 2013/2014, referente à produção da safra efetivamente entregue a partir de 1º de agosto de 2011.

Antes de encerrar a presente reunião, agradeço a presença de todos, em especial dos nossos convidados, o Prof. Dr. Manoel Regis Leal, com...

O SR. INÁCIO ARRUDA (Bloco/PCdoB – CE) – Sr. Presidente...

O SR. PRESIDENTE (Fernando Collor. Bloco/PTB – AL) – Pela ordem, com a palavra S. Exª o Senador Inácio Arruda.

O SR. INÁCIO ARRUDA (Bloco/PCdoB – CE) – Sr. Presidente, brevemente.

Primeiro, para registrar que a Casa está em atividade desde às 10h da manhã. Nós iniciamos os trabalhos com uma audiência pública na Comissão de Direitos Humanos e Legislação Participativa, discutindo, em conjunto, a questão das comunicações do Brasil, entre eles, um programa especialíssimo no nosso País chamado A Voz do Brasil, analisando um projeto de lei que garante que A Voz do Brasil seja imortalizada como instrumento de comunicação com o povo brasileiro a partir das atividades dos Três Poderes – Presidência da República, Congresso Nacional e os Tribunais Superiores, diretamente o Supremo Tribunal Federal. Isso foi às 10h da manhã. Já são 20h28 e o Congresso, através do Senado Federal, continua em plena atividade, discutindo um tema que talvez seja o mais importante do País, a energia. Aliás, somos todos energia. Então, tudo que está aqui é energia. Como utilizá-la, como extraí-la e como transformá-la em energia elétrica principalmente para o desenvolvimento que nós estamos discutindo?

Eu quero cumprimentá-lo pelo grande trabalho da Comissão nesta frente. Isso aqui chama-se discutir os temas do desenvolvimento no Brasil. É o que os senhores estão nos ajudando a fazer exatamente aqui e agora, o Gonçalo, o Manoel, o Ernesto, de quem acabei de receber o livro *Tonelada sobre os ombros*, ao qual vou me dedicar para ver se consigo tirar alguma parte desse peso dos ombros. Quando alguém tira algumas toneladas dos ombros, transfere para outro; essas toneladas não conseguem sumir, elas continuam existindo.

Mas o que eu quero registrar, primeiro, é que o nosso País tem esse potencial extraordinário, a capacidade de fontes complementares é gigantesca. Nós discutimos, há pouco, em uma audiência também muito significativa, o caso da energia eólica. Imagine que, há pouco tempo, discutir esse assunto no Ministério das Minas e Energia era quase que uma blasfêmia. Isso é coisa recente, recentíssima. Praticamente só se discutia energia hidroelétrica, o gás e o petróleo, que eram discutidos quase que à parte, pela Petrobras e pela Agência Nacional de Petróleo. As outras fontes alternativas não tinham o zelo, o cuidado, a atenção e a dedicação que têm hoje.

Hoje, nós já podemos tratar aquilo que era alternativo como complementar e de fato, quer dizer, só ali naquela partezinha nossa do Nordeste brasileiro, aquelas pontas ligadas ao Atlântico, o primeiro mapa eólico que fizemos dava conta de nós termos, entre o Ceará e o Rio Grande do Norte, duas Itaipu; só de ventos em energia complementar. Quer dizer, neste período de estiagem, este período da maior seca... Eu considero que, frente às circunstâncias, a seca de 2012 talvez tenha sido a maior dos últimos cem anos, porque as circunstâncias eram diferentes naquela época. Então, as condições de vida, etc., eram muito mais difíceis e a tragédia, então, foi muito maior. Agora a tragédia é muito menor, porque mudou muito a realidade, mas a seca foi muito maior, a estiagem foi muito maior e tem grande impacto econômico. Só que nós fomos, do outro lado, supridos por uma energia eólica; quer dizer, houve muita estiagem e, com a muita estiagem, muito vento; muito vento, muita energia eólica.

O problema da biomassa. Eu acho que nós estamos ainda na fase dos experimentos, ainda na fase de transformá-la em algo substantivo no Brasil. Quer dizer, nós temos todo esse potencial, mas precisamos encontrar o ponto adequado. Nós temos que insistir muito nisso. Talvez o principal da energia não seja saber exatamente se nós temos muito petróleo, se nós temos muito gás, se nós temos muita biomassa, se nós temos muito vento. Isso nós temos e já sabemos. O pro-

blema é ampliar em escala geométrica o investimento em ciência e tecnologia. Esse é o nosso problema. A energia está aqui na nossa mão, nós estamos, a toda hora, apalpando-a em tudo quanto é lugar, mas como transformá-la? Esse é o problema da ciência e da tecnologia, que nós temos que aperfeiçoar.

No caso nosso do Cerrado, o que fizemos? Dizia-se que não produzia nada. Quem tratou do Nordeste na seca foi o Cerrado, que não existia nem na seca de 38, nem seca de 15 nem na seca de 58. Ele nos salvou na seca de 12. Por quê? Porque a ciência e tecnologia transformaram o Cerrado, que não produzia nada, em um grande produtor de energia, em termos de produtos agrícolas e também da pecuária. Então, vejam aqui o investimento em ciência e tecnologia, do qual tem que participar o Estado e também o setor privado, que precisa ter pesquisa básica, mas também pesquisa aplicada, forte, para que possa transformar tudo isso.

Meus cumprimentos. Queria fazer esse comentário para mostrar a importância da informação que os senhores vêm dando. A condição existe, objetivamente existe. Agora, nós precisamos avançar no investimento em ciência e tecnologia a fim de transformar esse potencial extraordinário em energia abundante e na nossa mão, para diminuir aquilo que o Ernesto aqui, em última instância, porque foi o orador que eu alcancei, dizia, que era aumentar a capacidade do Brasil de competir com escala gigantesca, como China e Índia, em termos demográficos, através do processo da ciência e da tecnologia.

Eu assisti, há pouco, e está ligado à energia porque tudo é energia, aos indianos, que vão ultrapassar brevemente a China em termos demográficos, lançar ou realizar o teste de uma aeronave de combate sofisticadíssima, sofisticadíssima, não é pouca não, é muito sofisticada. Eles, até há pouco tempo, eram uma colônia britânica de um império já decadente, mas que ainda tinha muita força no final da Segunda Guerra Mundial. Então, eles ganharam a independência deles ali e estão fazendo um avião de combate. O Marechal Montenegro criou a Embraer muito antes disso, muito antes.

Eu acho que nós temos que... Eu solicito a V. Exª e aos nossos professores aqui: vamos jogar pesado para que possamos compreender que é investindo em ciência e tecnologia que ganharemos. É esse o caminho que nós temos. E chamando todos, o Estado e setor privado, a produzir. Por que um país que é o quarto maior mercado de automóvel do mundo não tem um automóvel? Unzinho só? Nós ficamos aqui lutando para comprar avião francês, sueco, russo, americano com a Embraer já com décadas de existência! Não há um avião nosso? Será possível que não possamos fazer um avião? Nós vamos depender de munição? Serão aviões de combate americano, sueco, francês, americano, alemão, japonês, chinês, indiano e russo que irão defender o pré-sal?

Precisamos estar atentos a essa questão do investimento forte na ciência e tecnologia – setor privado, Estado e academia –, para que possamos dizer: vamos pesar daqui, porque transformamos essa energia em riqueza para aumentar a nossa capacidade de competir com gigantes, que vão emergindo. Nós não podemos perder o passo, mas pode acontecer, se não fizermos a virada que V. Exª está ajudando a nos fazer compreender com essas intervenções todas que estão acontecendo aqui na Comissão de Infraestrutura do Senado.

Eu agradeço a V. Exª esta oportunidade que o Brasil está acompanhando nos debates da Comissão de Infraestrutura, pois eles permitem que aprofundemos o caminho do desenvolvimento brasileiro.

Muito obrigado.

O SR. PRESIDENTE (Fernando Collor. Bloco/PTB – AL) – Muito obrigado a S. Exª o Senador Inácio Arruda, pela grande colaboração que sempre vem prestando com a sua inteligência e com o seu conhecimento sobre o setor. S. Exª já foi presidente do grupo que tratou da questão dos biocombustíveis nos anos 2009 e 2010, que teve um grande êxito e um grande sucesso pelas soluções apresentadas ao Senado da República.

Também gostaria de sublinhar o que disse aqui S. Exª o Senador Inácio Arruda em relação aos trabalhos realizados pelo Poder Legislativo, especificamente pelo Senado da República. Hoje, uma segunda-feira, depois de uma semana extremamente fatigante para as duas Casas, porque tratava-se de um assunto da maior relevância e importância para o futuro do País, qual seja, a votação da Medida Provisória nº 595, conhecida como MP dos Portos, já na segunda-feira estão as Casas trabalhando, demonstrando o seu interesse em colaborar para que o País se desenvolva e seja cada vez mais socialmente justo, economicamente desenvolvido e ambientalmente saudável.

Muito obrigado a V. Exª, Senador Inácio Arruda.

Antes de encerrar a presente reunião, agradeço a presença de todos, em especial dos nossos convidados: do Prof. Dr. Manoel Regis Leal, Coordenador do Programa de Sustentabilidade do Laboratório Nacional de Ciência e Tecnologia do Bioetanol, do Prof. Dr. Gonçalo Pereira, professor titular da Unicamp e Vice-Presidente de Tecnologia da GranBio e do Dr. Ernesto Cavasin Neto, Gerente Executivo da PricewaterhouseCooper.

Por fim, convoco as Srª e os Srs. Senadores para a nossa próxima reunião, a ser realizada no dia 22 de

maio, quarta-feira, às 7h30 neste plenário, com pauta deliberativa.

Agradecendo a presença de todos, declaro encerrada a presente reunião.

(Iniciada às 18 horas a reunião é encerrada às 20 horas e 38 minutos.)

COMISSÃO DE SERVIÇOS DE INFRAESTRUTURA

ATA DA 21ª REUNIÃO, EXTRAORDINÁRIA, DA COMISSÃO DE SERVIÇOS DE INFRAESTRUTURA DA 3ª SESSÃO LEGISLATIVA ORDINÁRIA DA 54ª LEGISLATURA, REALIZADA EM 22 DE MAIO DE 2013, QUARTA-FEIRA, ÀS 7 HORAS E 30 MINUTOS, NA ALA SENADOR ALEXANDRE COSTA, PLENÁRIO Nº 13.

Às sete horas e trinta minutos do dia vinte e dois de maio de dois mil e treze, na sala de reuniões da Comissão, sob a Presidência do Senhor Senador **Fernando Collor,** reúne-se a Comissão de Serviços de Infraestrutura. Presentes os Senhores Senadores **Acir Gurgacz, Inácio Arruda, Lobão Filho, Valdir Raupp, Ciro Nogueira, Sérgio Petecão, Cícero Lucena, Wilder Morais, Blairo Maggi, Vicentinho Alves, José Pimentel, Rodrigo Rollemberg, Vanessa Grazziotin, Jayme Campos** e **Antonio Carlos Rodrigues**. Deixam de comparecer os demais Senadores. O Presidente declara a abertura dos trabalhos e submete à Comissão a dispensa da leitura e aprovação das atas das 16ª, 19ª e 20ª reuniões, que são dadas como lidas e aprovadas. É feita a leitura de documentos, requerimentos e comunicados da Presidência. Fazem uso da palavra os Senhores Senadores **Acir Gurgacz, Valdir Raupp, Blairo Maggi** e **José Pimentel**. Tem início a apreciação da pauta. Item 1 – **PROJETO DE LEI DO SENADO Nº 221, de 2010**, de autoria do Senador **Acir Gurgacz**, que "*Altera a Lei n. 9.503, de 23 de setembro de 1997, que instituiu o Código de Trânsito Brasileiro, para dispor sobre o transporte público coletivo de passageiros.* Relatoria *ad hoc*: Senador **Blairo Maggi**. Resultado: aprovado o relatório, com as emendas nº 01, 02, 03 e 04-CI. Item 2 – **PROJETO DE LEI DO SENADO Nº 242, de 2012**, de autoria do Senador **Cícero Lucena**, que "*Cria o Regime Tributário para o Incentivo à Modernização e à Ampliação do Transporte Coletivo de Passageiros (RETRANSP).* Relatoria: Senador **Valdir Raupp**. Resultado: aprovado o relatório, com a emenda nº 01-CI (supressiva). Nada mais havendo a tratar, a reunião é encerrada às nove horas e quarenta minutos, lavrando, eu, Álvaro Araújo Souza, Secretário da Comissão, a presente Ata, que, lida e aprovada, será assinada pelo Presidente e publicada, juntamente com a íntegra das Notas Taquigráficas, no Diário do Senado Federal.

Senador **Fernando Collor, –** Presidente da Comissão

(*Texto com revisão.*)

O SR. PRESIDENTE (Fernando Collor. Bloco/PTB – AL) – Declaro aberta a 21ª Reunião Extraordinária da Comissão de Serviços de Infraestrutura da 3ª Sessão Legislativa Ordinária da 54ª Legislatura.

Antes de iniciarmos os nossos trabalhos, proponho a dispensa da leitura e aprovação das Atas das 16ª, 19ª e 20ª Reuniões.

As Srªs Senadoras e os Srs. Senadores que as aprovam permaneçam como se encontram. (*Pausa.*)

Aprovadas.

Leitura de documentos.

De S. Exª o Sr. Senador Aloysio Nunes Ferreira, Líder do PSDB, recebe esta Presidência o seguinte ofício:

OFÍCIO

Nos termos regimentais, indico o Senador Cícero Lucena para integrar, como titular, a Comissão de Serviços de Infraestrutura. Na oportunidade, renovo protestos de apreço e distinta consideração.

Passa, a partir de agora, S. Exª o Senador Cícero Lucena a integrar, portanto, como titular, a Comissão de Serviços de Infraestrutura.

Leitura de requerimento de autoria de S. Exª o Senador Clésio Andrade.

REQUERIMENTO Nº , DE 2013

Requeiro, nos termos do artigo 93, inciso II, do Regimento Interno do Senado Federal, a realização de audiência pública, para discutir sobre a restauração e duplicação da BR-251, convidando as autoridades relacionadas em anexo.

JUSTIFICAÇÃO

Rodovia transversal que se estende do Estado da Bahia até o Estado de Mato Grosso, cortando o Distrito Federal e ligando Montes Claros à BR-116 (Rio-Bahia), com extensão total de aproximadamente 1.515,2km, a BR-251 apresenta problemas de conservação em vários trechos, muitos ainda não asfaltados ou não implementados, principalmente o seguimento que corta o Vale do Jequitinhonha/Mucuri e norte de Minas Gerais.

Em consonância com a linha de trabalho desta Comissão, tendo em vista as consequências nefastas das condições desta estrada e em função de solicitação dos representantes e líderes de Minas Gerais

requeiro a realização de audiência pública a fim de debater soluções para a referida BR. Na busca de solução que atenderá diretamente aos estados de Mato Grosso, Rio de Janeiro, Bahia e Distrito Federal, convidamos os prefeitos do norte de Minas Gerais e Jequitinhonha/Mucuri, deputados estaduais mineiros e representante do DNIT.

Relação de autoridades a convidar:

Representante do DNIT
Deputado Estadual Celinho Sinttrocel – MG
Deputado Estadual Carlos Pimenta – MG
Deputado Estadual Ivair Nogueira – MG
Prefeito de Água Boa
Prefeito de Águas Vermelhas
Prefeito de Almenara
Prefeito de Bandeira
Prefeito de Cachoeira do Pajeú
Prefeito de Coração de Jesus
Prefeito de Curral de Dentro
Prefeito de Francisco Sá
Prefeito de Fruta de Leite
Prefeito de Ibiaí
Prefeito de Jacinto
Prefeito de Jordância
Prefeito de Josenópolis
Prefeito de Mata Verde
Prefeito de Montes Claros
Prefeito de Novorizonte
Prefeito de Padre Carvalho
Prefeito de Pedra Azul
Prefeito de Riacho dos Machados
Prefeito de Rubelita
Prefeito de Salinas
Prefeito de Salto da Divisa
Prefeito de Santa Cruz de Salinas
Prefeito de Santa Maria do Salto.

Aqui, encerra-se a relação de autoridades elencadas por S. Exª o Senador Clésio Andrade ao requerimento que ora apresenta, que foi lido e constará da pauta da nossa próxima reunião.

Comunicados.

Primeiro comunicado: Governo estuda desligar mais térmicas.

O Governo poderá desligar mais usinas térmicas em junho, se a situação dos reservatórios hidrelétricos do País estiver favorável. A decisão será avaliada na próxima reunião do Comitê de Monitoramento do Sistema Elétrico (CMSE), no dia 5 de junho. "Se junho vier com uma expectativa positiva, poderemos desligar mais térmicas", afirmou o Diretor-Geral do Operador Nacional do Sistema, Hermes Chipp. (...)

No início do mês, o ONS desligou quatro termelétricas a óleo diesel. Segundo Chipp, o desligamento das usinas resultou numa queda de 2,8% do nível de armazenamento dos reservatórios das hidrelétricas do Nordeste, mas também proporcionou uma economia mensal da ordem de R$260 milhões com o custo de geração. (...)

Segundo comunicado:

1º Ciclo de Audiências: Relato 8º Painel

Dentro do ciclo de audiências públicas denominado "Investimento e Gestão: desatando o nó logístico do País", esta Comissão de Serviços de Infraestrutura realizou, na segunda-feira, dia 20 de maio, o 8º painel com o tema *Biomassa*, que contou com a participação dos senhores Manoel Regis Leal, Coordenador do Programa de Sustentabilidade do Laboratório Nacional de Ciência e Tecnologia do Bioetanol, Gonçalo Pereira, Vice-Presidente de Tecnologia da GranBio, e, do Sr. Ernesto Cavasin Neto, Gerente-Executivo da PricewaterhouseCoopers.

O Doutor Manoel Regis Leal, discorrendo sobre etanol de 1ª geração (fermentação), apresentou um histórico do etanol no Brasil, ressaltando que já em 1925 a Usina Cerro Grande (Alagoas) lançou o produto no mercado e o governo, em 1931 determinou a mistura de 5% de etanol na gasolina e em 1933 criou o Instituto do Açúcar e do Álcool (IAA).

Com o primeiro choque do petróleo (1973), o governo lançou em 1975 o Proalcool, o que gerou um rápido crescimento da produção por meio de destilarias anexas às Usinas de Açúcar, e, com o segundo choque do petróleo (1979), o setor se consolidou, surgindo os veículos movidos a etanol hidratado e as destilarias autônomas com ganhos significativos de eficiência, informou o palestrante.

A queda do preço do petróleo e dos subsídios governamentais a partir de 1986 trouxe estagnação e obrigou a uma reestruturação do setor, com a extinção do IAA (1990) e o início de um processo de desregulamentação. O lançamento do carro *flex* em 2003 levou a nova fase de expansão, interrompida pela crise de 2008, afirmou o Dr. Leal.

Diante da perda de competitividade do etanol e do aumento do preço dos insumos, as medidas adotadas para reduzir custos, reduziram a produtividade do setor. Isso não se recupera rapidamente, explicou o palestrante, pois a cana tem um ciclo de 12 a 18 meses até o primeiro corte e produz quatro a cinco safras, com renovação do canavial inferior a 20% ao ano.

O histórico do etanol evidencia que o avanço do setor depende de uma conjunção de políticas públicas e avanços tecnológicos, afirmou o palestrante. Diante da incerteza, pela falta de uma política clara, não há expansão. O investimento no desenvolvimento dos motores a álcool é muito menor do que nos motores

a gasolina, e o Brasil deveria ser o maior interessado nisso, ressaltou o Sr. Leal.

Na opinião do palestrante, o etanol convencional continua viável, pois há perspectiva de aumento da demanda pelo crescimento da frota de carros flex e seu uso industrial, dependendo de políticas públicas que deem segurança aos investidores, investimentos em tecnologia e esclarecimento dos aspectos de sustentabilidade ambiental, tais como a falsa ideia da concorrência entre produção de alimentos e energia e impacto sobre o desmatamento.

O segundo palestrante, Prof. Gonçalo Pereira, discorreu sobre biomassa de segunda geração, afiançando que esta pode representar uma verdadeira revolução para o Brasil. Em sua avaliação, a disponibilidade de terras agricultáveis e a biodiversidade brasileira oferecem vantagens comparativas que podem permitir ao país liderar o processo mundial de desenvolvimento de biorefinarias.

Segundo o palestrante, a biomassa pode substituir toda a cadeia produtiva do petróleo, dependendo essencialmente do custo da matéria prima e da capacidade de fazer a fermentação para obtenção dos diversos insumos e produtos. O principal entrave atual consiste na dificuldade de acesso à biodiversidade, com excesso de exigências e de tempo para regulamentação de microorganismos modificados geneticamente com genes de metabolismo básico, atrasando a pesquisa e o desenvolvimento dessa indústria no País, afirmou o Prof. Gonçalo.

Em sua opinião o embate "comida & combustível" deixará de existir com o ganho de produtividade da "cana energia", mais resistente a solos pobres e à baixa pluviosidade e capaz de oferecer 200 toneladas de biomassa por hectare contra as 80 toneladas da cana de açúcar. Além disso, o rendimento da biomassa lignocelulósica é muito superior ao da sacarose, permitindo a obtenção de maior quantidade de etanol por tonelada, explicou o palestrante.

O Brasil dispõe de capacidade científica e recursos de biodiversidade que permitem o desenvolvimento do melhoramento genético da matéria prima e das leveduras e enzimas necessários aos diversos processos, asseverou o professor, depende de investimentos e regulação adequada.

Respondendo a questionamentos, o Prof. Gonçalo afirmou que, no médio prazo, não acredita na viabilidade da gaseificação de biomassa em virtude de problemas de escala dos gaseificadores. Da mesma forma, também não acredita na sustentabilidade do etanol de madeira em outros países, por considerar que esta depende da eficiência fotossintética, que varia de 1% a 2 % em plantas típicas, chegando a 8% na cana.

Finalizando, informou que a unidade de etanol de segunda geração da GranBio deverá entrar em operação em 2014, com previsão de produção de 80 milhões de litros, condicionada à produtividade esperada de 100 toneladas de matéria prima por hectare e rendimento de 1 tonelada de etanol para 4 toneladas de biomassa.

O Sr. Ernesto Cavasin Neto, último palestrante, projetou tendências para o setor de energia, elencando cinco fatores principais de mudança, condicionadores dessa evolução, e seus possíveis reflexos.

Como primeiro fator, citou a guerra por recursos naturais, afirmando que, até 2030, a demanda por energia deverá aumentar entre 30 e 40% e o consumo de água em 50%. Como a produção de energia, principalmente nuclear e a carvão, requer uso intensivo de água, esse fator crescerá de importância na viabilidade de projetos de energia, especialmente em regiões de baixa disponibilidade como África e Oriente Médio.

O segundo fator citado foram as alterações demográficas, com tendência de crescimento populacional e aumento da urbanização, gerando demanda crescente por energia e serviços. A previsão é que, depois de 2035, entre 7 e 8 bilhões de pessoas viverão em países em desenvolvimento e dois terços da população mundial viverá em áreas urbanas, afirmou o palestrante, gerando elevado acréscimo de demanda por energia nessas áreas.

Mudanças sociais e comportamentais representam fator importante, explicou o palestrante, pois, enquanto a urbanização e o aumento da riqueza global pressionam a demanda por recursos, o papel do consumidor está mudando, passando de simples usuário passivo para consumidor pró-ativo, decidindo quando, de quem e de que fonte quer adquirir sua energia, transformando a relação dos governos e das empresas com seus clientes.

O quarto fator a ser considerado, segundo o Sr. Cavasin, é a ascensão e interdependência dos mercados emergentes, detentores de 78% dos fundos soberanos do mundo, de mais de 50% das reservas de gás e que apresentam o maior crescimento dos mercados produtores e consumidores de energia. Até 2035, China, Índia, Brasil, África e Oriente Médio deverão responder por 50% da demanda global de energia e por 46% da eletricidade gerada no mundo, afirmou o palestrante.

Como quinto fator foi citado o impacto de novas tecnologias, a exemplo do gás de xisto e das tecnologias CCS (captura e armazenamento de carbono). Nesse sentido, até 2020, deveremos deixar de ter um sistema unidirecional (fornecedor consumidor), com o consumidor podendo virar fornecedor, em função da

tecnologia dos *smart grids* e da geração descentralizada, lembrou o palestrante.

Respondendo a questões formuladas, o palestrante afirmou que o Brasil tem recursos para geração de energia renovável e que é necessário transformar vantagens comparativas em vantagens competitivas. A geração de energia é compatível com a produção de etanol de segunda geração, afirmou.

A solução para o desemprego ocasionado pela proibição de queima da palha de cana, na opinião do Sr. Cavasin, deve ser buscada através da educação, pela melhor qualificação da mão de obra e seu direcionamento a outras atividades e funções, pois as atividades descontinuadas são muito rudimentares.

Terceiro comunicado: Conjuntura Econômica Internacional – G7 –Japão.

Realizou-se na Inglaterra (semana de 06 a 12 de maio) reunião do G7, com ministros da fazenda e presidentes de bancos centrais do Reino Unido, dos Estados Unidos, da Alemanha, do Japão, da Itália, da França, e do Canadá. Participaram também a Diretora-Gerente do FMI e representantes da União Europeia. Os encontros ministeriais do G7 buscam coordenar políticas econômicas e financeiras dos países membros e adotam um modelo praticamente informal e muito produtivo.

Das discussões destacam-se alguns pontos, como o consenso sobre o combate à evasão fiscal, o maior controle sobre o sistema bancário, e a necessidade de haver equilíbrio adequado entre as medidas de austeridade e as ações de estímulo à retomada econômica. Considera-se que, embora os mercados financeiros tenham apresentado melhoras, as perspectivas de crescimento econômico ainda não são seguras. Outro aspecto importante da reunião foi a tomada de uma posição pública contrária à desvalorização cambial "intencional", ou seja, com o objetivo de facilitar as exportações.

A reunião do G7 praticamente coincidiu com o anúncio de que grandes grupos nipônicos obtiveram brilhantes resultados de exportações. As medidas de revitalização da economia japonesa, que consistem basicamente em ações de flexibilizaçao monetária, começam a apresentar os primeiros efeitos, depois de praticamente duas décadas de recessão e deflação.

A rápida desvalorização do iene frente ao dólar, e também em relação ao euro, já se reflete no aumento das exportações do Japão, que se tornaram mais competitivas. Os grandes conglomerados japoneses com tradição exportadora recuperam seu ímpeto, e grupos como a Toyota e a Sony mostram lucros advindos de negócios tornados possíveis por uma moeda mais fraca. O próprio Primeiro-Ministro Shinzo Abe, mentor da radical mudança da política financeira japonesa, declarou que seu objetivo é colocar [na verdade recolocar] o país no estrato mais alto da competição mundial. As medidas de estímulo estão sendo, ademais, ajudadas por sinais um pouco mais firmes de recuperação da economia norte-americana.

A desvalorização da moeda japonesa foi criticada pelos Estados Unidos durante a reunião do G7 e o Secretário do Tesouro americano disse que as medidas de estímulo eram necessárias, mas advertiu o Japão para não adotar a via da desvalorização cambial competitiva. Essa posição mostra que já há uma preocupação com o retorno nipônico ao cenário de disputa por maior espaço no comércio mundial. O Governo do Japão procura defender-se com o argumento de que existe uma retomada econômica dos Estados Unidos que é responsável pelo fortalecimento do dólar. Ou seja, busca demonstrar que é o dólar que se valoriza e não o iene que se enfraquece como consequência do *quantitative easing*.

Apesar dos resultados positivos, as ações japonesas de estímulo deverão ser cuidadosamente dosadas, pois a moeda nipônica mais fraca encarece sensivelmente as importações de energia e de alimentos das quais o Japão é muito dependente. Recorde-se que o Japão se viu obrigado a praticamente deixar de contar com a energia nuclear.

Em outra vertente, o atual governo japonês procura inserir-se cada vez mais nas negociações conducentes à Transpacific Partnership. Atualmente estão formalmente engajados nessa iniciativa a Austrália, o Brunei, o Canadá, Cingapura, o Chile, a Malásia, o México, a Nova Zelândia, o Peru, os Estados Unidos e o Vietnam. É interessante notar que, desses países, dois são sul-americanos. O Japão enfrenta conversações difíceis, pois não tem espaço político interno para abrir seu mercado agrícola, altamente protegido. No entanto, o atual governo japonês tentará participar sem abrir esse flanco.

Esse cenário de uma retomada de forte participação do Japão no mercado exportador mundial, junto com a formação de um espaço importante de liberalização comercial como a Transpacific Partnership, encontra o Brasil em situação pouco favorável. De um lado, dedicamos nossos esforços às negociações multilaterais da Rodada Doha, que se encontram em um impasse que só será rompido – se o for – com muita dificuldade e não no curto prazo. Essa opção pelas negociações comerciais multilaterais fez com que deixássemos de lado a busca de acordos de livre comércio, inclusive porque o Mercosul nos inibe de fazê-los. O próprio Mercosul não caminhou na linha de acordos de livre comércio – a iniciativa com a União Europeia,

por exemplo, está travada. Na medida em que outros países foram consolidando suas negociações, nosso espaço para *trade agreements* foi-se estreitando. Além disso, nossa balança comercial está se deteriorando, e a indústria nacional enfrenta as dificuldades de uma infraestrutura precária.

A par disso, a atual situação econômica internacional mostra que se firmam algumas tendências que devem ser acompanhadas com cuidado pelo Brasil.

A economia da União Europeia, composta de 27 países, e mercado chave para a recuperação mundial, continua a encolher-se e a França está oficialmente em recessão. Mesmo a Alemanha, principal motor econômico da Europa, mostra sinais de crescimento praticamente nulo. A esse quadro, soma-se o risco de uma deflação, que agravaria ainda mais uma situação extremamente preocupante.

A queda nos preços da energia é um dos fatores da possibilidade de deflação, mas deve-se levar em conta também que as empresas não estão investindo e as famílias têm evitado despesas ao máximo. A demanda fraca tem feito as importações europeias caírem.

Apesar da clara tendência de aprofundamento recessivo, não se vê a tomada de iniciativas conducentes à recuperação por parte dos órgãos responsáveis, principalmente a Comissão Europeia e o Banco Central Europeu. O Banco Central Europeu fez tímido corte na taxa básica de juros este mês, mas não é movimento significativo em termos de estímulo, mesmo porque o sistema bancário tem travado o crédito para as pequenas e médias empresas que, no caso de alguns países, como a Itália, são a espinha dorsal da economia. O desemprego continua em alta, bem como o fechamento de empresas.

A crise tem levado ao descrédito popular em relação ao euro e à própria validade da União Europeia, embora tenha passado o perigo de que países procurem sair da zona do euro ou do bloco – como se aventou por ocasião das operações *de bail out* de Portugal, da Grécia e do Chipre. Atualmente, a grande dúvida sobre a integridade da União Europeia é a discussão a respeito da permanência do Reino Unido, impulsionada pela proposta de futuro referendum sobre o tema pelo próprio Primeiro-Ministro David Cameron. Prevalece o sentimento de que as lideranças europeias carecem de capacidade de tomar iniciativas eficazes.

A Alemanha, além de favorecer a ortodoxia fiscal e não se inclinar a medidas ousadas de estímulo – o Governo alemão crê que a austeridade começará a produzir frutos em futuro próximo – terá eleições em setembro. Portanto, deverá haver uma situação de espera. Há, no entanto, sinais de que alguns dirigentes europeus podem diminuir a postura rígida em relação a medidas de estímulo. O Comissário Europeu para Economia e Finanças, Olli Rehn, já admite que se deve agir com firmeza contra o desemprego. Considera, contudo, que nas fases mais agudas da crise financeira na Europa, se os governos não tivessem adotado políticas rigorosas de austeridade fiscal, teriam perdido acesso aos mercados e não poderiam ter continuado a financiar suas dívidas públicas.

Outro componente do atual cenário é o fato de que a economia chinesa mostra tendência de estar se estabilizando, passando a dar mais ênfase ao mercado interno e à urbanização. Deve manter taxas de crescimento iguais ou superiores aos atuais 7,5% aproximadamente, mas não repetir os extraordinários índices recentes dos quais a economia brasileira se beneficiou com a exportação de commodities.

Indicações positivas para a recuperação do quadro mundial são a melhoria dos índices norte-americanos que já levam a debate sobre a possibilidade de o Federal Reserve poder suspender a flexibilização monetária. Registre-se a importância, para os Estados Unidos, da aceleração da exploração do gás de xisto, energia mais barata que já está ajudando a indústria norte-americana a reagir e a incrementar suas exportações. Ademais, já são claros os efeitos das iniciativas de estímulo japonesas sobre as exportações. Assim, o Brasil deverá enfrentar, de um lado, um mercado pouco dinâmico e, de outro, mais competição. As respostas a esse desafio são a adequação cambial e investimentos na infraestrutura.

Quarto comunicado: Sobre a MP nº 615, de auxílio aos produtores de cana e etanol do Nordeste.

Foi publicada no Diário Oficial da União, no último dia 20 de maio, segunda-feira passada, a Medida Provisória nº 615 que autoriza o pagamento de auxílio extraordinário aos produtores da safra 2011/2012 de cana de açúcar e aos produtores de etanol da Região Nordeste.

Com essa decisão do Governo Federal, milhares produtores serão beneficiados por conta das enormes perdas ocorridas em decorrência da maior estiagem do sertão e do agreste nordestinos dos últimos 50 anos.

O pagamento extraordinário vai ajudar os produtores independentes atingidos pela seca durante a colheita 2011/2012. O recurso será concedido diretamente ou por intermédio das cooperativas agrícolas da região.

O auxílio será de R$12,00 por tonelada de cana de açúcar e é limitado a 10 mil toneladas por produtor fornecedor independente. O pagamento do auxílio ocorrerá em 2013 e 2014, referente à produção da safra efetivamente entregue a partir de 1º de agosto de 2011.

O texto fixa ainda subsídios no valor de R$0,20 por litro de álcool a produtores de etanol do Nordeste cuja produção seja destinada ao mercado interno. Também será subsidiado financiamento para estocagem de álcool combustível e para renovação e implantação de novos canaviais com o objetivo de reduzir a volatilidade de preços e de contribuir para estabilidade da oferta de álcool.

Ao todo serão cerca de R$520 milhões destinados ao incentivo de usineiros para o etanol. No caso da cana de açúcar, a subvenção aos agricultores resultará no desembolso de R$127 milhões.

Nas palavras da Presidenta Dilma Rousseff, o Governo não pode ficar insensível à força econômica. Produtores de cana e também de etanol do Nordeste têm tido problemas relativos à competitividade nacional e qualquer país do mundo tem que ter consideração pelas diferenças locais que geram riquezas.

A medida provisória trata também do financiamento da renovação e da implantação de canaviais com equalização da taxa de juros, arranjos de pagamentos e de instituições integrantes do sistema de pagamento brasileiro. Essa equalização de taxas que a União terá que fazer para cobrir os subsídios junto a instituições financeiras que liberarem o benefício será regulamentada pelo Conselho Monetário Nacional.

Trata-se, portanto, de uma importante e imprescindível medida do Governo Federal para compensar os prejuízos que a seca provocou aos pequenos e médios produtores do Nordeste.

Quinto comunicado: Panorama da infraestrutura na palavra de especialistas.

Um levantamento da Federação das Indústrias do Rio de Janeiro (Firjan) revela o paradoxo do nosso setor portuário. Ao mesmo tempo em que os portos brasileiros exclusivos para movimentação de minério de ferro ocupam o primeiro, o segundo e o quinto lugares entre os melhores do mundo, entre os terminais que movimentam contêineres, o Brasil ocupa a 35ª posição entre os quarenta. Ou seja, o Brasil é o número 35 dos 40 portos e terminais pesquisados por aquela entidade, a Firjan.

O levantamento da entidade considerou apenas a infraestrutura portuária, excluindo áreas como acesso ao porto e à burocracia, dois dos principais problemas do setor atualmente.

Nove itens foram analisados, entre os quais: equipamentos, sistema de monitoramento de cargas e agendamento de caminhões, e tamanho do pátio e calado.

As informações foram compiladas de organismos internacionais, como a Organização para Cooperação e Desenvolvimento Econômico (OCDE), e o Banco Mundial.

Quanto à burocracia, outro levantamento da Firjan mostra que o Brasil fica em 106º entre 118 países, ou seja o Brasil está na posição 106 dos 118 países que foram consultados, com tempo médio de liberação de carga de cinco dias e meio, enquanto a média mundial de liberação de cargas é de três dias.

O autor do estudo, o especialista em portos Riley de Oliveira, da Firjan, afirma que a situação reflete a crescente especialização do Brasil na exportação de *commodities*, com a consequente tendência de privilegiar investimentos nos terminas responsáveis pelo movimento de minérios e grãos em detrimento daqueles que movimentam contêineres, com cargas de maior valor agregado, como os automóveis. Para o especialista, ter portos eficientes é fundamental para o negócio de algumas empresas exportadoras, e foi isso que as motivou a investir na construção de terminais.

Quanto aos contêineres, cuja movimentação se concentra em portos públicos, o País ainda precisa melhorar para elevar a sua competitividade. O único porto brasileiro presente na lista de terminais de contêineres é Santos, que ocupa o 35º lugar no levantamento da Firjan. Segundo Riley, embora os equipamentos do Porto de Santos estejam entre os melhores da América do Sul, ficam aquém daqueles em uso na Europa, Estados Unidos e Ásia. Além disso, a movimentação de carga é modesta se comparada aos primeiros colocados. Santos, por exemplo, movimentou, em 2012, 3,2 milhões de TEUs, que é uma medida usada para os contêineres, enquanto o Porto de Cingapura e o Porto de Xangai, os dois primeiros da lista, têm capacidade para cerca de 25 milhões de TEUs, ou seja, de 3,2 milhões de TEUs para Santos, aqui no Brasil, a 25 milhões de TEUs pelos portos de Cingapura e de Xangai – 25 milhões cada um. Os dois terminais de minério considerados os melhores do mundo são Ponta da Madeira, no Maranhão, e Tubarão, no Espírito Santo, ambos da Vale do Rio Doce. O quinto é o porto de Itaguaí, Rio de Janeiro, onde a mineradora também atua.

O estudo da Firjan dividiu os portos e terminais em cinco categorias, além de minério de ferro e contêiner. Nos casos do carvão, Itaguaí aparece em 5º lugar; em grãos; Rio Grande, no Rio Grande do Sul, está em 7º; Tubarão, em 8º; e o de Santos, em 19º. Na categoria petróleo, o Brasil sequer aparece. Todavia o estudo indica que investimentos em ampliação de capacidade, modernização de equipamentos e melhorias no sistema de gerenciamento eletrônico de carga podem elevar o Brasil à 17ª posição em apenas três anos, um salto que pode ser favorecido com a recente aprovação da MP dos Portos, como nós sabemos, aqui no Congresso.

Nos cálculos do especialista, investimentos em tecnologia e os já anunciados investimentos nos terminais da Embraport e da BTP, em Santos, ampliarão a capacidade do porto para 8 milhões de TEUs em 2015. Os especialistas destacam, porém, que o Brasil jamais figurará entre os primeiros colocados nesse *ranking*, pois tem limitações físicas. Os portos de Cingapura e Xangai, por exemplo, têm calado de até 30 metros, o dobro do de Santos, o que lhes permite receber os maiores navios do mundo.

Cláudio Loureiro, diretor da Centronave, empresa que reúne companhias de navegação responsáveis por 75% do comércio exterior brasileiro, avalia que a MP dos Portos, ao abrir a possibilidade de terminais privados movimentarem cargas de terceiros, deve descentralizar a movimentação de contêineres. Acredita o especialista que projetos hoje parados devem sair do papel, como o terminal privado da Log-In em Manaus.

Por sua vez, o presidente da Associação Brasileira dos Terminais de Contêineres de Uso Público (Abratec), Sérgio Salomão, vê certa dubiedade no texto da medida provisória quanto à antecipação da renovação dos contratos em vigor, defendida pela Abratec como garantia para a realização de investimentos.

Já o programa de investimentos de R$54,2 bilhões previstos pelo Governo para o setor portuário depende da sanção da nova Lei dos Portos. O Ministro Leônidas Cristino, da Secretaria Especial de Portos, afirmou que a regulamentação do texto que permitirá por incurso esses investimentos será iniciada tão logo a Presidenta o assine. O Governo tem a intenção de lançar, ainda este ano, editais para licitações de terminais antigos e de concessões de portos novos, além de autorização para novos terminais. O Ministro informou que a Secretaria já iniciou os estudos de licitações para os portos de Santos e de Belém, cujo lançamento ele prevê para agosto e setembro próximos.

No que se refere às concessões de portos, anunciou o Ministro que será dada prioridade a Manaus e ao Porto Sul, na Bahia, e ao encaminhamento do Porto de Águas Profundas, no Espírito Santo, cujo projeto ainda não está pronto. Os dois primeiros – ou seja, Manaus e o Porto Sul, na Bahia – deverão ser concedidos ainda este ano. A Secretaria tem intenção de acelerar os trâmites para autorização dos novos requerimentos que já deram entrada na Agência Nacional de Transportes Aquaviários (Antaq), após a edição da medida provisória. Na opinião do Ministro Leônidas Cristino, o marco regulatório dá garantia e tranquilidade aos investidores, pois antes da nova lei havia dúvidas quanto às regras para cargas próprias e as de terceiros.

Tornou-se evidente, nos últimos dias, que a aprovação da medida provisória deixou os empresários do setor bastante otimistas, apostando no avanço dos investimentos com o novo marco regulatório. Comunicado da Associação Brasileira da Infraestrutura em Indústrias de Base (Abdib) diz que a construção de novos terminais portuários privados nos próximos anos provocará impacto no crescimento econômico, na competitividade da economia e na geração de empregos, além de criar oportunidades de negócios em diversas regiões do País. Para a Associação, a nova legislação retira barreiras para fazer fluir o investimento privado em novos terminais ao longo da costa brasileira, criando condições para atender à demanda de diferentes pólos produtivos que se desenvolvem pelo interior do Brasil.

A Confederação Nacional da Indústria (CNI) avalia que o Brasil deu um importante passo para inaugurar um novo ciclo de investimentos na infraestrutura portuária do País, e a aprovação da MP consolida um marco regulatório capaz de atrair o investimento privado na expansão e na modernização do sistema portuário brasileiro. Para a CNI, esse avanço contribuirá sensivelmente para elevar o potencial de crescimento da economia, gerando empregos, renda e riqueza para o País.

Na avaliação dos executivos da Federação, a MP dos portos avança ao promover a concorrência entre operadores no setor, o que resultará na redução de custos. Sem portos que operem de acordo com padrões internacionais de custos e eficiência, a indústria brasileira não conseguirá recuperar a sua capacidade de participar competitivamente no comércio mundial, alegaram eles – no meu entender, com absoluta razão. Para a entidade, a aprovação da MP dos portos estabelece um horizonte promissor para vencer o cenário de atraso dos portos brasileiros, pois há anos a infraestrutura portuária não comporta a crescente demanda da carga marítima que transita pelos terminais do País, o que se reflete nas longas filas de navios na costa brasileira e nos custos adicionais que tiram a competitividade do produto nacional. O estudo *Competitividade Brasil 2012* mostra que o Brasil tem o sistema portuário menos competitivo entre 14 economias que concorrem diretamente com o setor produtivo nacional no comércio mundial, entre eles os demais BRICS: China, Rússia, Índia e África do Sul.

Para os analistas do setor, entretanto, o maior desafio do Governo agora será o de acelerar os investimentos em logística, pois não adianta liberar a construção de novos terminais se não houver rotas de escoamento até os portos, seja por meio de rodovias, ferrovias ou hidrovias. Na opinião do Diretor do Centro

de Estudos de Integração e Desenvolvimento, José Tavares de Araujo Júnior, há falta de comunicação entre portos e produção. Para ele, com a abertura de novas rotas, a concorrência tende a aumentar.

Com o fim da obrigatoriedade de ter carga própria para construir terminais privados, existe a expectativa de que os investidores optem por projetos no Norte e no Nordeste, rotas mais curtas e mais baratas para o transporte de grãos a partir do Centro-Oeste. O Diretor-Presidente da Odebrecht TransPort, Paulo Cesena, afirma que a intenção é a de seguir para onde houver modais de conexão. É preciso haver rodovia, ferrovia ou hidrovia para se chegar a um porto. Caso contrário, segundo ele, vai continuar tudo no Sul e no Sudeste.

Próximo comunicado: Acompanhamento do PAC Saneamento.

O Instituto Terra Brasil, que se dedica às questões de saneamento e saúde, revelou, esta semana, estudo resultando do projeto De Olho no PAC, fruto do acompanhamento de 4 anos das obras do PAC Saneamento, do Governo Federal. Trata-se de uma análise comparativa do andamento das obras de saneamento em 2012 com os anos de 2009, 2010 e 2011. Na apresentação do estudo, o Instituto esclarece que o projeto De Olho no PAC é um monitoramento, nas principais obras de saneamento daquele programa, nas maiores cidades brasileiras, com população acima de 500 mil habitantes.

Esse acompanhamento vem sendo feito desde 2009. A partir de 2012, o acompanhamento passou a incluir obras financiadas pelo PAC 2. Nesse estudo, a atualização mostra os avanços, até dezembro de 2012, na execução de 138 obras de esgoto, sendo 112 obras do PAC 1 e 26 obras do PAC 2. Ressalta o Instituto que as análises e os resultados apresentados não dizem respeito ao PAC como um todo, mas a uma amostra específica de obras de esgoto nos maiores Municípios brasileiros.

Segundo a entidade, os resultados mostram que ainda há muito que se fazer para que mesmo as maiores cidades consigam executar esses empreendimentos em um prazo compatível com as necessidades da população brasileira. Fica evidente também que, na maioria dos casos, não houve planejamento nas cidades para receber os recursos do PAC. De acordo com o estudo, os recursos alocados para esta amostra: 138 obras, totalizando R$6 bilhões em investimento, sendo que as 112 obras do PAC 1 utilizaram R$4,250 bilhões e o PAC 2 utilizou R$1,790 bilhão nas atuais 26 obras.

O estudo demonstra também que os resultados obtidos no projeto De Olho no PAC, referentes ao avanço das obras de saneamento e esgoto, demonstram que, na Região Norte, foram contratadas apenas três obras, enquanto que, na Região Centro-Oeste foram contratadas 13 obras, e 20 na Região Sul. Porém, a maior concentração de obras se encontra nas Regiões Sudeste e Nordeste, com 51 obras cada uma.

Quanto à distribuição dos valores totais, a Região Norte recebeu 1% dos recursos; a Região Nordeste, 33%; a Região Centro-Oeste, 7%; a Região Sudeste, 42%; e a Região Sul, 16%.

Ressalta-se que as 138 obras realizadas pelo PAC 1 e 2 estão alocadas em 18 Estados brasileiros e que os 5 Estados com o maior número de obras são: São Paulo, Minas Gerais, Paraná, Ceará e Paraíba. Juntos, esses Estados somam 77 obras, ou seja, 57% da amostra total. São Paulo é o Estado que concentra o maior número de empreendimentos dessa amostra, com 28 empreendimentos, e também dos recursos utilizados, seguido pelo Estado de Minas Gerais, com 15 obras e a segunda maior parcela de valor.

Com relação à evolução das obras por Região, os seguintes dados foram apurados: Sudeste, entre 2011 e 2012, houve uma queda de 20 pontos percentuais nas obras em situação normal – de 45% baixou para 25%. Essa queda foi seguida de uma duplicação na porcentagem de obras atrasadas: saiu de 6% para 12%; obras paralisadas: saiu de 16% para 31%. O ponto positivo é que as obras concluídas passaram de 14% para 24%.

Em relação à Região Sul, houve uma queda de dez pontos percentuais nas obras em situação normal, com consequente aumento nas obras paralisadas, de um para sete, ou seja, de 5% para 35%. Como fato positivo, o Sul chegou a 15% de obras concluídas.

No Nordeste, houve um aumento de 50% nas obras paralisadas de 2011 para 2012, que saltaram de 14 para 21 no período. Houve redução significativa de obras atrasadas, mas boa parte destas migraram para a situação de paralisadas. Na região, há 10% de obras concluídas.

No Centro-Oeste, houve significativa queda no índice de obras paralisadas: de 46%, em 2011; para 8%, em 2012. Realmente é um número expressivo, mas fica claro que muitas obras mudaram para a situação de atrasadas, cujos índices foram de 0%, em 2011, que passaram para 46%, em 2012.

Em relação à Região Norte, as três obras da Região estão paralisadas ou atrasadas.

Quanto à situação do avanço físico das obras paralisadas, estas estão distribuídas em 11 Estados, sendo que a maior quantidade se concentra em São Paulo, 28%; seguida pelo Ceará, 17%. Também, em São Paulo, se encontra a maior parte dos empreendimentos paralisados nos quatro anos seguidos do monitoramento.

Já o Ceará concentra a maior quantidade de obras paralisadas há três anos seguidos.

Os cinco Estados com maiores valores em obras paralisadas são: São Paulo, com a maior parcela – 26% ou R$340 milhões; o Paraná, com 23% do valor das obras, equivalente a R$301 milhões; o Rio Grande do Norte, com R$220 milhões; o Ceará, com R$173 milhões; e Minas Gerais, com R$67 milhões em obras paralisadas.

Os resultados demonstram ainda que apenas Minas Gerais, Paraná e São Paulo têm obras com recursos de financiamento operados pelo BNDES. As maiores parcelas dos recursos do Orçamento Geral da União estão no Nordeste e as maiores parcelas dos recursos de financiamento da Caixa Econômica Federal estão nos Estados de São Paulo, Bahia e Rio Grande do Sul

Apesar de, no final de 2012, 20 das 138 obras estarem concluídas – 14% das amostras –, 65% delas encontram-se ainda paralisadas, atrasadas ou não iniciadas.

Entre 2011 e 2012, o destaque foi para o grande número de obras paralisadas, que saltaram de 23% para 34%, ou seja, de 32 para 47 obras.

Analisando-se apenas os empreendimentos do PAC 1 – 112 obras –, temos 19 concluídas, em dezembro de 2012, ou seja, apenas 17% da amostra, com a significativa queda no número de obras em situação normal – de 38, em 2011, para 22, em 2012, ou seja, de 34% para 20%. No entanto, esta queda foi seguida de grande aumento das obras paralisadas, de 32, em 2011, para 45, em 2012, ou seja, de 29% para 40% da amostra.

Quanto às 26 obras do PAC 2, monitoradas no estudo, a grande maioria, 16 obras ou 62%, ainda não foram sequer iniciadas e há uma obra concluída, representando 3,8% da amostra, e apenas seis obras, representando 23%, estão com andamento normal.

Concluiu a entidade que, dentre as várias iniciativas que vêm sendo tomadas pelo Governo Federal para reduzir o déficit do saneamento básico no País, é evidente que os maiores recursos são provenientes do PAC. Infelizmente o estudo constata que mesmo após os seis anos do lançamento do PAC, muitas obras continuam apresentando os típicos entraves do setor de saneamento, ou seja, atrasos devido à má qualidade dos projetos originalmente apresentados.

Este é um dos grandes gargalos do avanço das obras de infraestrutura no País: a falta de projetos de boa qualidade.

Problemas nas licitações, burocracia no desembolso dos recursos. Nessa questão de desembolso de recursos, a Caixa Econômica é a grande campeã de burocracia que atrasa muitas dessas obras.

Dificuldades e morosidade na obtenção de licenças ambientais, falta de coordenação entre as ações das esferas federal, estadual e municipal na programação e execução dos empreendimentos de maior porte, entre outras.

Continua o estudo. Nesse relatório, em que pela primeira vez o Trata Brasil considera as obras do PAC 2, é possível constatar avanços, mas também que a morosidade geral no avanço das obras continua. Mesmo se analisarmos apenas as 112 obras do PAC 1 monitoradas há vários anos, constata-se que apenas 19 obras (17%) foram concluídas. Na amostra total das 138 obras, que incluem as 26 obras do PAC 2, constata-se isso em apenas 14% delas. O estudo mostra que, mesmo na Região Sudeste, que tradicionalmente vinha puxando os números de evolução das obras, arrefeceu o ritmo de muitas de suas obras que agora constam como paralisadas. É certo, portanto, que a desigualdade do atendimento em coleta e tratamento dos esgotos entre as regiões brasileiras continuará por mais tempo, mesmo com o PAC – concluiu o estudo do Instituto Trata Brasil.

Informo, por fim, que a íntegra desse estudo já se encontra disponível na página da Comissão de Serviços de Infraestrutura. Também podem ser solicitadas cópias impressas, como esta, junto à Secretaria da Comissão, para as Srªs e para os Srs. Senadores que tenham interesse em conhecer melhor os números aqui apresentados resumidamente.

Antes de entrar na nossa pauta, na mão dos senhores está o acompanhamento dos compromissos assumidos pelo Diretor-Geral do DNIT na audiência pública de 20 de março de 2013, atualizado até hoje, dia 22 de maio de 2013. Em vermelho, no texto, está a atualização da semana. Eu deixo na mão de cada um das Srªs e dos Srs. Senadores, para fazerem uma avaliação das obras em seus respectivos Estados, para dizer se elas estão realmente de acordo com o que informa o DNIT sobre a situação atual das obras. Qualquer diferença entre o que aqui está colocado e o que está sendo realizado, que S. Exªs informem à Mesa que preside os trabalhos desta reunião.

Iniciando a pauta do dia de hoje...

O SR. ACIR GURGACZ (Bloco/PDT – RO) – Pela ordem, Sr. Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Fernando Collor. Bloco/PTB – AL) – Pela ordem, S. Exª o Sr. Senador Acir Gurgacz.

O SR. ACIR GURGACZ (Bloco/PDT – RO) – Cumprimentando V. Exª pela explanação que fez sobre a questão da infraestrutura em nosso País, com relação aos portos, a questão de saneamento básico

realmente é um dos grandes problemas. Quando falamos em cuidar do meio ambiente, nós temos que cuidar sempre. O primeiro tópico é cuidar da Amazônia. Vamos cuidar das nossas florestas. Mas, de fato, eu entendo que o temos que mais cuidar é a questão do esgotamento básico, que é um dos grandes problemas no nosso País.

Eu quero fazer uma pontuação aqui com relação à nossa BR-364. Segunda-feira pela manhã, eu fui até àquele local em que estivemos com o General Fraxe na semana passada, e os trabalhos estão acontecendo dentro da normalidade, sem nenhum problema. E farei isso toda semana, um relatório rápido para V. Exª e para os demais Senadores que nos acompanharam e para as demais pessoas que nos acompanharam e que têm interesse nessa BR que é tão importante para nós.

Ontem pela manhã ainda, fizemos uma visita ao General Fraxe para debater alguns assuntos. Junto conosco estava o Prefeito de Vilhena, Rover, que fez o projeto da duplicação das travessias urbanas de Vilhena e fez uma doação ao DNIT, pois o DNIT tinha verbas para execução da obra e não tinha verba para o projeto. A Prefeitura prontamente fez o projeto e entregamos ontem ao DNIT algumas pendências que havia. Portanto, só para fazer o registro.

Também discutimos muito a questão do anel viário norte de Porto Velho. Hoje, Sr. Presidente, a BR-364 para chegar até o porto de Porto Velho, para onde se destina toda a produção agrícola de Rondônia, de Mato Grosso, passa pelo centro da capital, de Porto Velho, na Avenida Jorge Teixeira. E é um transito muito grande. A alternativa é construir o anel viário norte, que desviará todo o tráfego de caminhões, principalmente, de soja que vêm do interior do Estado e também do Mato Grosso. Esse projeto está em andamento. O DNIT está dando prioridade para esse projeto, que realmente é da maior importância para todos nós em Rondônia e, principalmente, para quem mora em Porto Velho, na capital. O senhor imagine, no centro da capital, onde transitam todos os caminhões que vão para Manaus ou que vêm de Manaus com a produção da Zona Franca de Manaus.

Conversamos também sobre a travessia urbana de Ji-Paraná, de Ouro Preto d´Oeste, de Presidente Médici e a conclusão de Ariquemes também. São travessias urbanas importantes para o nosso Estado.

Conversamos muito sobre a situação da BR-425, que liga Porto Velho a Guajará-Mirim – o entroncamento da BR-364 a Guajará-Mirim. A licitação, o certame se deu no dia 17, conforme o previsto. E uma empresa que foi a vencedora ganhou com 50% de desconto do previsto pelo DNIT, Sr. Presidente. Todo mundo ficou animado. Só que, na segunda-feira, a empresa não apresentou a documentação para se habilitar na obra.

Eu diria que é uma maldade muito grande, não com o governo, que fica atrapalho evidentemente; nós também ficamos atrapalhados, pois contávamos com a obra, mas é um desrespeito com a população do nosso Estado, principalmente da nossa região. As empresas, nesse caso, mergulham no preço, eu não se para negociar com o segundo colocado, porque a diferença do primeiro para o segundo colocado é uma coisa exorbitante. É de R$25 milhões ou de R$23 milhões a diferença do primeiro para o segundo colocado, um percentual de 25% a 26%. Não é pouco.

Então, eu faço questão de citar a empresa – é a BrasilTec – que colocou 50% abaixo do preço da licitação previsto e, depois, não apareceu para apresentar as sua documentação para começar a obra.

O próprio General Fraxe teve a iniciativa de tornar essa empresa inidônea por cinco anos para que não participe mais das licitações, porque é um descaso muito grande. Isso é uma demonstração clara de fraudar uma licitação. Combinam duas ou três empresas: colocam o preço lá embaixo e, se não aparecer ninguém, colocam um segundo preço alto, uma retira, não participa, não apresenta documentação e a outra ganha. E qualquer um ou dois milhões que você passe para uma empresa que apenas apresentou documento e deve ter gasto lá uns R$10 mil, R$15 mil de papel acaba sendo um lucro muito grande. Então, é uma maldade enorme.

Enquanto isso, nós ficamos lá. Uma obra que foi iniciada e interrompida, porque a empresa Delta paralisou a obra no meio do trabalho. Queria um reajuste, um realinhamento. O DNIT não permitiu um realinhamento. A empresa simplesmente foi embora.

O Senador Raupp tem mais informações e vai nos passar sobre a questão da licitação.

Eu quero abordar um outro assunto, Sr. Presidente, sobre a questão da logística. Não adianta termos os portos e não termos as nossas estradas para transportar a nossa produção de onde se produz até os portos. Vamos ter os portos vazios e as estradas cheias.

Agora, nós temos que resolver – e aí é uma questão de governo – a questão ambiental. As questões ambientais também estão paralisando as obras brasileiras. Tenho dois exemplos para citar aqui. O primeiro é a BR-116, que liga São Paulo a Curitiba, a Régis Bittencourt. Um caso famoso: essa obra foi interrompida por implicações do licenciamento ambiental e eu diria que uma das duplicações mais importantes do País. Ela parou no trecho de 19km situado na Serra do Cafezal.

Não obstante ser a mais importante ligação rodoviária entre o Sudeste e o Sul do Brasil, a duplicação

desse trecho foi interrompida na década de 90, durante as obras por conta de supostos impactos ambientais. Se já existe a rodovia, apenas para fazer uma duplicação, qual é o impacto que pode causar. E se causar um impacto, vamos fazer uma compensação, mas não vamos paralisar uma obra da maior importância como esta.

Por conta disso, um trecho de 19km da Serra do Cafezal ficou em pista simples e se tornou o trecho rodoviário com maior índice de acidentes com mortes em todo o País, prejudicando aquela população e toda a economia brasileira.

Hoje, nós estamos sendo questionados por que não temos as rodovias da China, as rodovias dos Estados Unidos e da Europa. Imaginem se lá na China vai se parar uma rodovia por conta de questão ambiental!

Eu entendo que nós temos que cuidar do meio ambiente, não há dúvida disso, mas parar um projeto de interesse nacional, de 19km, por causa de uma questão ambiental, supostamente, pela possibilidade de um problema ambiental! Entendo que há que se fazer alguma coisa com relação a isso urgentemente.

Outro exemplo é a BR-319, Sr. Presidente. A BR-319 foi inaugurada em 1973, totalmente asfaltada, de Manaus a Porto Velho. Antes mesmo de se asfaltar a BR-364, a BR-319 já era asfaltada. Havia as balsas, não havia pontes, mas era totalmente asfaltada. Depois, nos anos 90, não houve manutenção, ela foi interditada. O Presidente Lula assumiu e mandou fazer um estudo para restauração da BR-364, em 2003. Foi feito o início dessa restauração, mas, entre Manaus e Porto Velho, a 200km, e Porto Velho a Humaitá. E o trecho do meio, chamado de "Meião da BR-319" foi interditado também por uma questão ambiental.

Foi interditado depois do início da obra. Ou seja, já com a autorização ambiental feita pela Ufam, que é a Universidade Federal do Amazonas. Ela fez o estudo de impacto ambiental e todo o trabalho de licenciamento foi feito com os técnicos da Ufam. E, no meio da obra, houve essa paralisação e, até agora, não temos o licenciamento ambiental.

A verba estava alocada no PAC, não pode ser usada, foi remanejada no ano passado, evidentemente, pois não poderia ficar sem ser remanejada porque não havia licença ambiental.

Agora, uma estrada que já existe, onde não está havendo desmatamento ou qualquer transformação na reserva, é apenas a reconstrução de uma BR que já existia. E uma BR importante, pois liga os Estados do Amazonas e de Roraima com o resto do País. E nos liga, Rondônia, a esse Estado que, para nós, é importantíssimo, porque a nossa produção agrícola, na maioria, é comercializada no Estado do Amazonas, na cidade de Manaus.

Manaus tem a Zona Franca de Manaus. É um polo industrial. Não tem produção agrícola. Então, os produtos agrícolas em Manaus são provenientes do Estado de Rondônia e não temos essa rodovia para o nosso produto chegar mais barato em Manaus e possamos aumentar a produção agrícola no nosso Estado para atender a essa região. Não só Manaus, mas podendo chegar ao Caribe, ao Atlântico, por essa rodovia, chegando até a Venezuela. Então, entendo que precisamos achar uma solução para isso.

Tenho um projeto de lei de que faço citação aqui, Presidente. Para evitar essas situações, eu apresentei recentemente um projeto de lei do Senado, o PL nº 99/2013, e uma Proposta de Emenda à Constituição nº 65/2012 para assegurar a continuidade de obras públicas após a concessão ambiental, a licença ambiental.

As duas proposições estão na Comissão de Constituição, Justiça e Cidadania e devem passar também pela Comissão de Meio Ambiente e por esta Comissão. Apresentei uma PEC e um projeto de lei sobre o mesmo tema justamente para fechar o cerco sobre uma das questões que tem mais motivado atraso em obras de infraestrutura em nosso País, gerando prejuízo para os cofres públicos, que é a paralisação de obras durante o andamento, para o equacionamento de questões ambientais.

Temos que cuidar das questões ambientais. Mas em obras de interesse nacional, se houver algum impacto ambiental, que haja alguma compensação por parte do Governo e não se paralisem essas obras, pois são importantes.

V. Exª colocou aqui o problema de logística que existe no País. Mas se ficarmos aguardando as licenças ambientais, não vamos prosseguir. Esses são dois exemplos que levantamos, mas temos outros exemplos: a ligação de Florianópolis a Porto Alegre, em que falta um pedaço da BR a ser duplicada por uma questão ambiental; de São Paulo a Belo Horizonte, se não me falha a memória, também temos o mesmo problema. São ligações importantes: São Paulo a Belo Horizonte, São Paulo a Curitiba, Florianópolis a Porto Alegre, Porto Velho a Manaus, ou Manaus a todo o nosso País. Amazonas a todo o nosso País, a ligação de Roraima com uma ligação importante, que é a ligação para o Caribe.

Então, Sr. Presidente, penso que poderíamos fazer uma audiência pública a fim de debatermos a questão da BR-319. Entendo que a 319 é uma obra importantíssima para o País.

A Presidenta Dilma, ainda quando Ministra-Chefe da Casa Civil, esteve em Humaitá inaugurando – o Senador Raupp esteve junto conosco – a restauração de Porto Velho-Humaitá. E ela colocava: nós teremos a ligação de Porto Velho a Manaus pronta para assis-

tirmos à Copa 2014. Infelizmente, isso não é possível em função das questões ambientais.

Sugiro que façamos um debate mais amplo sobre essa questão, convidando o DNIT, evidentemente, mas também é importante trazermos a equipe da Universidade Federal do Amazonas, que fez esse trabalho do impacto ambiental, e o Ibama, para debatermos esse assunto; e o Sistema Fecomércio da Amazônia Legal, que é o comércio do Amazonas, de Rondônia.

Não é uma estrada nova, Sr. Presidente. É uma estrada que já existe desde 1973, quando foi inaugurada. Começou muito antes, é evidente. O impacto já aconteceu. O desmatamento já houve. E mesmo que tivesse que fazer um desmatamento, eu entendo que deveria ser feito pela importância da rodovia. Não podemos deixar de pensar no ser humano. Não podemos deixar de pensar nas pessoas que moram na Amazônia. São 25 milhões de pessoas que vivem na Amazônia. E a ligação entre Porto Velho e Manaus é de fundamental importância para os comércios, tanto da Zona Franca de Manaus quanto para a população que produz a questão agrícola do nosso Estado de Rondônia.

Então, queria sugerir e pedir a V. Exª que encaminhasse, para que possamos fazer uma audiência pública a fim de debatermos esse assunto que entendo da maior importância e, assim, avançarmos nas questões ambientais, começando pela BR-319 que, acredito, entre as BRs brasileiras é a BR mais emblemática com relação à questão ambiental.

Se conseguirmos avançar e resolver esse problema, tenho certeza de que muitos outros serão resolvidos também.

Eram essas as colocações, Sr. Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Fernando Collor. Bloco/PTB – AL) – Muito obrigado a V. Exª, Senador Acir Gurgacz, pelas suas colocações.

Antes de passar a palavra ao Senador Valdir Raupp, eu gostaria de informar a V. Exªs que no próximo dia 12 de junho, terça-feira, estará presente a esta Comissão, atendendo à solicitação de requerimento apresentado numa das nossas reuniões, o Diretor-Presidente do Ibama, para uma audiência pública. Se não me engano, o requerimento solicitando a presença do Diretor Presidente do Ibama foi de autoria do Senador José Pimentel.

Em relação ao que V. Exª colocou, penso que tem toda razão. Uma dessas obras... A da 425 é a duplicação; portanto já existe a obra, é apenas a duplicação, não é isto?

O SR. ACIR GURGACZ (Bloco/PDT – RO) – A 425 é a restauração.

O SR. PRESIDENTE (Fernando Collor. Bloco/PTB – AL) – É restauração de obra já existente.

O SR. ACIR GURGACZ (Bloco/PDT – RO) – A 425 é uma restauração...

O SR. PRESIDENTE (Fernando Collor. Bloco/PTB – AL) – E a 319 é desse trecho...

O SR. ACIR GURGACZ (Bloco/PDT – RO) – De Humaitá ao Castanho. São 405 quilômetros de estrada.

O SR. PRESIDENTE (Fernando Collor. Bloco/PTB – AL) – Já está implantada, portanto o impacto ambiental que deveria ocorrer já ocorreu.

O SR. ACIR GURGACZ (Bloco/PDT – RO) – Já existiu.

O SR. PRESIDENTE (Fernando Collor. Bloco/PTB – AL) – Já existe. E eu já pedi agora mesmo à assessoria do Ministério do Meio Ambiente que procure ver no Ibama os motivos pelos quais está demorando esse licenciamento para a continuidade dessas obras, para oferecer ainda durante esta reunião, caso haja presteza por parte do Ibama, resposta às indagações de V. Exª.

O SR. ACIR GURGACZ (Bloco/PDT – RO) – Obrigado.

O SR. PRESIDENTE (Fernando Collor. Bloco/PTB – AL) – No dia 12 de junho teremos, portanto, a audiência pública com a presença do Presidente do Ibama.

E também em relação a essas paralisações, fazendo um cotejo do percentual de obras hoje paralisadas no Brasil, 18% delas, ou seja, o menor percentual de obras paralisadas no Brasil se deve à questão de licenciamento ambiental e são 18%; 43% de paralisações foram feitas pelo TCU, 22% em função de projetos malfeitos, mal elaborados, e o restante por problemas os mais variados.

De modo que nós precisamos... Isso significa que pelo que já vimos no relatório do Trata Brasil em relação às obras financiadas pelo PAC no campo do saneamento e esgotamento sanitário, o que estamos vendo...

Senador Jayme Campos, que logo mais, às 11 horas, terá seu retrato aposto na galeria de Presidentes da Comissão de Assuntos Sociais, os nossos cumprimentos.

Então, como dizia, esses percentuais estão variando nesse intervalo de 18% por questões ambientais, 43% por questões do TCU, e 22% em relação à questão de projetos mal elaborados e mal realizados. E como nós vimos aqui no estudo do Trata Brasil, no que diz respeito especificamente ao saneamento, isso fica muito claro. Não há nenhuma obra paralisada por questão ambiental, fundamentalmente na questão de saneamento, até porque não havia *expertise* em obras de saneamento pela falta de investimento no setor, nessa área, nos últimos anos. Havia poucas pessoas especializadas, mão-de-obra adequada nesse tipo de

atividade e também empresas que estivessem se dedicando a esse tipo de obra.

Em função disso, nós estamos tendo, segundo se verificou, muitas obras paralisadas, em razão, sobretudo, de projetos mal realizados, projetos mal feitos, por problemas de licitação, licitação mal feita também, e não há nenhum problema ambiental impedindo o prosseguimento de obras de saneamento, de modo que, mais claramente, no dia 12 de junho, teremos uma exposição aqui do Presidente do Ibama, que nos trará informações adicionais. Mas quero pedir ao Secretário desta Comissão que, por favor, procure ver com a assessoria do Ministério do Meio Ambiente uma resposta às colocações aqui feitas por S. Exª o Senador Acir Gurgacz em relação à BR-425 e em relação à BR-319, os motivos pelos quais essas obras foram paralisadas pelo Ibama e qual a perspectiva, qual o prazo que se teria para que esse licenciamento fosse concedido para que as obras prosseguissem.

Pela ordem, com a palavra S. Exª o Senador Valdir Raupp.

O SR. VALDIR RAUPP (Bloco/PMDB – RO) – Sr. Presidente Fernando Collor de Mello, Srªs e Srs. Senadores, eu queria aqui corroborar os apelos e as informações do Senador Acir Gurgacz, que diligentemente tem percorrido, e às vezes até tomado chimarrão ali, os trechos, as frentes de trabalho, fiscalizando, o que é uma coisa muito importante, porque através dessa fiscalização obstinada foi que conseguimos agilizar, de certa forma, o início das obras de restauração da BR-364, com licitação dada em setembro do ano passado, e só entraram agora, há poucos dias.

Quanto à questão do anel viário norte de Porto Velho, nós já estamos trabalhando há algum tempo, e é importante que a Bancada federal toda trabalhe nisso, e nosso pedido é que o DNIT delegue ao Estado. O Estado está pronto para fazer. Se tivessem delegado no início deste ano, o Estado entregaria essa obra até o final do ano. Era compromisso do Diretor do DER/RO e do Governador Confúcio Moura de entregar, sob delegação, essa obra ainda este ano. Infelizmente, não vai dar mais porque a burocracia de projetos e de diligência do DNIT *in loco* para fazer o regime RDC atrasou muito, então, já não dá mais, nós temos uma janela hidrológica, que é o verão, de cinco, seis meses no máximo, e, se for perdida metade dessa janela, não se consegue fazer nada, infelizmente. E essa é a nossa preocupação na restauração das nossas BRs em Rondônia, para não perder esse período do verão, que termina em novembro.

Então, esse primeiro trecho da 364, as empresas CCL e CCM já se comprometeram a entregar até o final de novembro deste ano porque é o final do verão. Vamos torcer para que os outros lotes tenham início logo, o lote 1, lote 3 e lote 4, para que se possa pelo menos adiantar as obras ainda este ano.

Ji-Paraná é um exemplo de obra, foi feita pela Aterpa e DNIT, já praticamente entregue, falta pouca coisa para fazer, e fizeram em tempo recorde a travessia urbana e os viadutos de Ji-Paraná. Da mesma forma espero que aconteça nas cidades de Vilhena, Presidente Médici, Jaru, Ariquemes, que ainda não têm suas travessias urbanas concluídas.

Quanto à BR-319, para o senhor ter uma ideia, o Estado do Amazonas preserva... É o maior Estado do mundo. Acho que não há nenhum Estado... Dentro do Estado do Amazonas cabem alguns países europeus, ele é muito maior do que vários países europeus juntos. É quase um terço do Território nacional e preserva 97% das florestas, só 3% das florestas do Estado do Amazonas foram derrubadas. Por quê? Porque existe um gigantesco polo industrial com mais de quatrocentas indústrias, que é a Zona Franca de Manaus. Então, dizer que não pode restaurar, recuperar essa rodovia, que já foi implantada no passado, esse trecho que o Senador Acir acabou de falar, de 400km, é uma tremenda bobagem, porque um Estado que preserva 97% das suas florestas não tem o direito de ter um acesso de escoamento da sua produção, tanto de Manaus para fora como de fora para Manaus? E para Rondônia isso é muito importante.

Cito aqui uma pessoa, uma personalidade importantíssima, expressiva do Estado do Amazonas, que é o Dr. Phelippe Daou, Presidente da Rede Amazônica de Televisão. Ninguém mais do que ele... Ele criou até um canal de televisão voltado praticamente para a preservação e para mostrar as belezas da Amazônia, não só do Estado do Amazonas, mas de toda a Amazônia Legal, dos nove Estados, que é o Amazon Sat. E o Amazon Sat preza pela preservação ambiental, e todas as ações do Dr. Phelippe têm sido nesse sentido. Ele é um defensor intransigente da abertura ou da reabertura dessa rodovia, a BR-319. Então, é uma obra muito importante para Rondônia e para o Brasil.

Agora vamos para a BR-425.

Os telespectadores da TV Senado e ouvintes da Rádio Senado já devem estar até cansados de nos ouvirem falar toda semana sobre essas BRs de Rondônia. O Brasil é muito grande, nós precisamos falar de todas as ações, dos portos, dos aeroportos, das ferrovias, das hidrovias, das nossas rodovias nacionais, duplicações, porque acho que o Brasil está muito atrasado nessa área, mas temos nos dedicado, há umas três ou quatro semanas, a falar só de Rondônia. Mas é porque a coisa é muito séria. Parece que, infelizmente, as grandes empresas... Vou aqui repetir o que tenho

falado com certa frequência: as grandes empresas nacionais não estão mais entrando em licitações de rodovias. Por quê? Alguma coisa muito séria, muito grave está acontecendo. Então, o Tribunal de Contas da União (TCU), a CGU, o Ministério dos Transportes têm que fazer uma reunião urgente, esta Comissão, o Senado Federal tem que se reunir com esses órgãos, para saber o que está acontecendo. Por que Mendes Júnior, Camargo Corrêa, Odebrecht, Andrade Gutierrez, Queiroz Galvão e outras grandes empresas nacionais não estão entrando mais em licitações de rodovias? Eles não querem mais entrar. E aí aparecem essas empresas, com todo o respeito, mas empresas de segunda, terceira categoria, empresas novas, que não têm estrutura ainda para tocar obra, se aventurando a dar lances e depois desistindo, mesmo antes de começar. Umas começam e desistem, outras nem começam. É o caso dessa Brasil Tec, todo mundo animado, "os dois lotes da 425 agora saem!". Cinquenta milhões cada lote, até aí já dá para constatar um erro: um lote é diferente do outro, o lote 2 é maior do que o lote 1, e ela deu lances iguais para os dois lotes, 50 milhões no lote 1, 50 milhões no lote 2. Logo nem apresentou a documentação. Na sexta-feira passada, dia 17, ganhou a licitação dos dois lotes, e segunda-feira, que era o prazo final para entregar a documentação, não entregou nada. Simplesmente abandonou a licitação.

Agora eu faço um apelo ao General Fraxe, ao DNIT, ao Ministério dos Transportes que tentem, por todas as formas, por todos os meios – lógico que dentro da legalidade, dentro do possível e da legalidade – para ver se a segunda ou a terceira... Um não tem nem terceira. Para o lote 2 só entraram duas empresas. Entrou a Brasil Tec, que desistiu, por 50 milhões, e entrou a Loctec, quase o mesmo nome, achei até que era empresa do mesmo grupo, mas uma é do Rio Grande do Norte e outra é de Goiás. A Brasil Tec é do Rio Grande do Norte, a Loctec... Não conheço nenhuma delas, nunca tinha ouvido falar. Essa Loctec é de Goiás.

A Brasil Tec apresentou lance de 50 milhões. Olhem a discrepância. A Loctec apresentou lance de 119 milhões. Agora quero ver como o DNIT vai fazer para ajustar essa segunda colocada, com uma diferença de 110% no preço.

O primeiro lote está um pouco mais fácil porque a primeira, que é a Brasil Tec, era 50 milhões. A segunda, que é uma empresa de Rondônia... E aí quero discordar um pouquinho do que o Senador Acir falou, que é de repente algum acerto entre as empresas. Não acredito. Sinceramente, não acredito nisso, até porque, com esses preços aqui e empresas desistindo a toda hora... Não acredito, também por serem empresas distantes umas da outras, uma do Rio Grande do Norte, uma de Goiás, outra de Rondônia, que tenha havido esse tipo de acerto para poder uma desistir e outra pegar. É irresponsabilidade mesmo daquelas que entram com lance baixo, que mergulham no preço... Os preços já estão baixos, até as grandes não querem entrar porque acham que os custos estão muito baixos, estão muito apertados, estão inexequíveis, por isso as grandes empresas não estão entrando. Aí as pequenas entram brigando, e dá nisso aqui. Então, a segunda proposta colocada no lote 1 foi de R$72.000.373 milhões. Essa é uma empresa de Rondônia que conheço, é uma empresa séria, que tem feito todas as obras em Rondônia. Ela tem usinas de asfalto, tem britagem própria, tem frota própria, tem tudo. Não precisa ficar alugando dos outros.

Nesse lote 1, a terceira colocada entrou com R$141 milhões. Vejam a diferença! A primeira com R$50 milhões, a segunda com R$70 milhões, e a terceira com R$141 milhões. Ainda há uma quarta, lógico, com R$180 milhões.

O SR. BLAIRO MAGGI (Bloco/PR – MT) – Não deve estar falando da mesma obra, não é?

O SR. ACIR GURGACZ (Bloco/PDT – RO) – Não há planilha que dê jeito numa coisa dessas!

O SR. VALDIR RAUPP (Bloco/PMDB – RO) – Nós que estamos todos os dias mexendo com isso ficamos perplexos, imaginem a população de Guajará-Mirim, lá no Nova Mamoré! Os locutores de rádio de lá estão, em todo momento, criticando, falando, cobrando. Os jornalistas, a imprensa de Rondônia e o povo de Rondônia ficam cobrando da gente uma solução. Como solucionar um problema desses? É um negócio de dar nó na cabeça de qualquer um.

Quero fazer esse apelo à direção do DNIT para tentar encontrar um caminho para diminuir a desmoralização. Eu não queria nem falar mais nesta questão aqui, mas, para nós, está ficando desmoralizante. É uma desmoralização o que está acontecendo em Rondônia, com a BR-425 está completamente arrebentada. E o DNIT já prorrogou o prazo, porque, no começo, nenhuma empresa ia entrar. A licitação iria ser aberta dias 24 e 25 de abril; souberam que não iria entrar nenhuma empresa e prorrogaram o prazo para o dia 17 de maio, para realinhar os preços, Senador Pimentel, para ver se aparecia alguma empresa interessada. Realinharam os preços e deu essa confusão toda de novo nessa obra.

Sinceramente, está ficando insustentável essa questão de obras em Rondônia e no País.

O SR. BLAIRO MAGGI (Bloco/PR – MT) – Presidente, pela ordem.

O SR. VALDIR RAUPP (Bloco/PMDB – RO) – Poucas obras foram concluídas até agora.

Citava ontem, na Comissão de Meio Ambiente, Fiscalização e Controle, que é uma das Comissões que podem chamar a equipe do Tribunal de Contas e de qualquer órgão do País, que a BR-101 teve início no primeiro mandato do presidente Fernando Collor, não sei com verba do Banco Mundial ou do Banco Interamericano.

O SR. PRESIDENTE (Fernando Collor. Bloco/PTB – AL) – Fernando Henrique.

O SR. VALDIR RAUPP (Bloco/PMDB – RO) – Fernando Henrique. Perdão. Desculpe-me, a presença é muito forte, Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Fernando Collor. Bloco/PTB – AL) – Obrigado.

O SR. VALDIR RAUPP (Bloco/PMDB – RO) – Então, no primeiro mandato do presidente Fernando Henrique Cardoso. Passaram-se os dois mandatos do presidente Fernando Henrique, passaram-se os dois mandatos do presidente Lula, já estamos do meio para o final do mandato da Presidente Dilma, e a obra não foi concluída. É uma obra de trezentos e poucos quilômetros entre Palhoça e Osório, no Rio Grande do Sul, e até hoje, devem fazer uns vinte anos, a obra não foi concluída.

Então, está muito difícil iniciar e concluir uma obra grande no País.

Obrigado, Sr. Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Fernando Collor. Bloco/PTB – AL) – Muito obrigado a S. Exª o Senador Valdir Raupp.

Sobre essa reunião desses órgãos fiscalizadores que V. Exª sugere que o Governo promova, acredito que um bom convite poderia ser feito ao Procurador-Geral da República, que tem uma *expertise* extraordinária em termos de licitação.

Por exemplo, ele fez uma licitação para compra de *tablets*, de computadores de mão, no dia 31 de dezembro, às 16 horas, e o vencedor foi o sexto colocado, com a unidade a preço superior ao comercializado em uma loja qualquer de Brasília especializada nesta área. Ele é *expert* nisso. Também há uma licitação de carros de R$40 milhões patrocinada pelo o Procurador-Geral da República, Sr. Roberto Gurgel. Também é uma licitação com *expertise* fantástica que tem e que já foi denunciada ao Tribunal de Contas. E, se o Tribunal de Contas chegar à conclusão – ele, que é tão cioso na paralisação das obras rodoviárias do País, o que tem espantado esses que têm condições de tocar essas grandes obras adiante, que são essas grandes companhias – se o Tribunal de Contas da União entender que o Sr. Procurador-Geral da República agiu corretamente ao fazer esse tipo de licitação, estará dando um salvo-conduto, por assim dizer, a todos os administradores municipais e estaduais e a dirigentes de órgãos estaduais que podem fazer licitação no dia 31 de dezembro, às quatro horas da tarde – e uma coisa que esqueci –, direcionando, o que contraria a Lei nº 8.666, que é a Lei das Licitações, a licitação para um produto específico, o que é proibido e interditado pela Lei nº 8.666.

Então, se o Tribunal de Contas entender que não houve dolo, que não houve irregularidade numa licitação como essa, autoriza todos os administradores a realizarem uma licitação nos mesmos moldes que o Procurador-Geral da República realizou, sem incorrer em qualquer tipo de sanção, podendo escolher até o sexto colocado daqueles que apresentaram propostas.

Esse é apenas um comentário que eu faço para ver como existem dois pesos e duas medidas na avaliação dessas questões. Realmente, nós temos que fazer alguma coisa para conciliar a metodologia que esses órgãos de fiscalização tenham para aferir se as obras estão andando corretamente ou não. Volto a dizer: a fiscalização é necessária, é preciso que a sociedade se sinta protegida pela fiscalização feita nas obras realizadas pelos entes federais, mas é necessário também que haja uma cobrança para aqueles que fazem, que promovem essa paralisação de obras sem o conhecimento devido e apenas por ouvir dizer. O prejuízo que isso causa à Nação é enorme.

V. Exª acabou de citar alguns casos. Eu trouxe um caso na reunião retrasada, da BR-101, em Pernambuco, que, devido à discussão de R$5 milhões que o Tribunal de Contas da União achou que, depois da licitação feita... Quer dizer, o fiscal quer ser também engenheiro. Ao invés de ser auditor de contas, ele quer ser engenheiro. Complica a situação. E devido a uma suposta irregularidade que o Tribunal de Contas apontou, de R$5 milhões ou R$8 milhões, numa determinada obra da BR-101 no Estado de Pernambuco, a construtora não aceitou a redução nesse valor, porque os preços já estavam bem apertados, e rescindiu o contrato. Foi feita nova licitação, pelo sistema de Regime Diferenciado de Contratações, ninguém apareceu, foi feita uma segunda chamada, apareceram dois ou três, e ganhou o menor preço, R$180 milhões, para uma obra inicialmente prevista e contratada por R$133 milhões. Então, uma módica diferença de R$52 milhões, num período inferior a um ano.

Quer dizer, isso é trabalhar a favor do País? É trabalhar a favor da lisura na aplicação dos recursos públicos? Ou é conspirar contra essa aplicação?

Pela ordem, com a palavra, S. Exª o Senador Blairo Maggi.

O SR. BLAIRO MAGGI (Bloco/PR – MT) – Sr. Presidente, Srs. colegas Senadores, voltando à discussão que o Senador Acir e o Senador Valdir Raupp fizeram,

só para ilustrar o que vem de fato acontecendo nas licitações que estão sendo realizadas neste momento. Os problemas estão aí colocados: são empresas que mergulham, empresas que não aparecem, empresas que simplesmente ganham, digamos, o "lote" – entre aspas – e depois não apresentam a documentação, não fazem absolutamente nada, e o tempo vai passando.

No Estado de Mato Grosso, há uma duplicação, também em andamento, desde Rondonópolis, passando por Cuiabá e Posto Gil. São 282 quilômetros, se não me engano, de trecho nessa área. Existe um trecho que está em duplicação já há dois anos, com obras em andamento, quase finalizando, e os demais foram lançados no ano passado e, nesta nova planilha que o DNIT manda hoje, atualizada no dia 22 de maio, nós podemos verificar aqui, na segunda página, em que fala na BR-163, que dos quatro lotes que foram colocados na praça, apenas de um lote houve a licitação e uma empresa ganhadora. Quer dizer, uma empresa de grande porte em parceria com outra empresa, a Mendes Júnior em parceria com a Empa, que é uma empresa local.

Os demais lotes já passaram por toda essa etapa que nós estamos fazendo hoje; ela já aconteceu, já houve abertura dos editais, colocou-se na praça, as empresas apresentaram os preços e, como é no sistema RDC, em que se vão negociando os preços depois, nenhuma das empresas que estavam lá trabalhando quis assumir o compromisso de pegar essa obra, de contratar essa obra pelo preço que estava sendo colocado, pelo preço de referência do DNIT.

Então, eu queria mostrar com isso é que nós temos dois problemas hoje nas obras. Nós temos aqueles que mergulham no preço e não aparecem e nós temos aqueles preços que já estão mergulhados pelo próprio DNIT, pelo próprio órgão de controle por que o TCU acompanha.

Quer dizer, o preço mínimo colocado para a obra x em determinado lugar já não é suficiente para o empreiteiro, o construtor pegar essa obra. Então, eles estão olhando a obra e falam: "Não, isso aqui não me interessa. Isso aqui é problema. Eu não consigo terminar a obra nos preços que estão aí. É assumir prejuízo." Quer dizer, em sã consciência, ninguém, ninguém, absolutamente ninguém vai trabalhar de graça.

Eu sempre brinco, com todo respeito, porque eu estudei em colégio de freiras, eu me criei lá e boa parte da minha personalidade, do meu caráter, eu adquiri num colégio franciscano de freiras – estudei em São Miguel do Iguaçu –, mas eu sempre digo: nem as freiras e nem os padres trabalham de graça. Todo mundo precisa de alguma coisa para sobreviver, precisa de alguma coisa para tocar o seu negócio. E as empresas não são de filantropia. As empresas precisam ter lucro. É do lucro que sai a distribuição de dividendos para os seus acionistas. É do lucro que sai a participação dos resultados para os seus funcionários. É do lucro que sai o ganho tecnológico, o investimento, a melhoria, novas máquinas, novas técnicas. As empresas precisam ter lucro. O lucro não é pecado. O lucro não é indecente. O lucro é bem-vindo. O que não pode haver é roubalheira. Para isso, nós temos os nossos órgãos de controle que devem fazê-lo. Mas não ditar os preços como eles devem ser.

O que está acontecendo hoje é que grande parte dos órgãos de controle querem ditar o preço, mandam alguém, sem nenhum conhecimento, sem nenhuma técnica, buscar os preços e levar às praças. Aí, depois, chega lá o empreiteiro e tem a dificuldade de fazer as obras que estão sendo propostas.

E como eu já disse em outras oportunidades aqui, para quem é da área de engenharia, como eu sou também, para nós, como se fala, a ordem dos tratores não altera o viaduto. Está certo? É aquela velha máxima da Matemática: a ordem dos fatores não altera o produto. Não me interessa se o trator está de um lado ou do outro. O que me interessa é o viaduto pronto. O que me interessa é a conta pronta. Se o sinal de mais ou de menos ou de dividir está embolado, a gente vai lá, na Matemática, e põe entre parênteses, multiplica etc. e o resultado é o mesmo. Para esse pessoal dos órgãos de controle não é assim. O resultado é o que menos interessa. O que interessa é a forma como ele está sendo feito. Se o trator está na posição certa, se o sinal de mais ou o de menos está na posição certa. Quer dizer, é o formalismo. E esse formalismo é que está matando as obras no País. Nós estamos perdendo a guerra para o papel.

Presidente, eu já disse aqui nesta Comissão, a obra ferroviária de Alto Araguaia a Rondonópolis já tem dez anos; chega agora em junho a dez anos. Oito anos foram perdidos na guerra do papel. BNDES, Ibama, Ifam, Secretaria de Meio Ambiente, procuradores da República, ninguém quer a obra. Resolvida depois de oito anos de briga, em dois anos, a obra está ficando pronta.

A engenharia hoje é o de menos. A engenharia é o de menos; o negócio é aqui, negão. O negócio é como é que se vence essa batalha da guerra do papel. E aí nós temos não só que criticar aqui, mas também apresentar soluções.

Sr. Presidente, nós tínhamos que, liderado por V. Exª, pela experiência que V. Exª tem, já foi nosso

Presidente da República, apresentar um novo documento, um novo modelo, uma nova forma, e chamar especialistas e pelo menos tentar. Tentar, porque me parece que o País ficou com tanto medo da corrupção, dos problemas que nós tivemos, dos desvios de obras – e tivemos mesmo, não adianta esconder –, como no caso das pontes que foram superfaturadas por duas ou três vezes, e assim por diante. Enfim, nós temos "n" exemplos, mas chegamos a um ponto em que fechamos tanto que não conseguimos mais nos mexer. Está na hora de flexibilizar um pouco isso, flexibilizar com mais responsabilidade. Nós temos mecanismos financeiros hoje, com a participação de bancos...

O SR. PRESIDENTE (Fernando Collor. Bloco/PTB – AL) – Seria racionalizar.

O SR. BLAIRO MAGGI (Bloco/PR – MT) – Sim; seria racionalizar. Temos cartas de fiança bancária e outros instrumentos modernos que nos permitem responsabilizar os donos das empresas, os empreiteiros, em troca de uma obra de boa qualidade e com rapidez. É isso que nós desejamos.

Eu queria estimular V. Exª para que nós pudéssemos criar um grupo aqui e propor alguma coisa diferente, até porque sei que é daqui, do Congresso, que essas coisas surgem e propiciam as mudanças.

Muito obrigado, Sr. Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Fernando Collor. Bloco/PTB – AL) – Muito obrigado a V. Exª, Senador Blairo Maggi.

Instado por V. Exª, comprometo-me a elaborar uma agenda preliminar, uma tentativa, para apresentar às Srªs e aos Srs. Senadores desta Comissão, a fim de verificar de que maneira nós poderíamos conciliar as atribuições desses diversos órgãos de controle e fiscalização, com o objetivo de destravar os investimentos em infraestrutura no nosso País e, assim, podermos avançar com essas obras imprescindíveis ao desenvolvimento do Brasil.

Apresentarei essa agenda tentativa para submeter a V. Exªs, e, então, nós, depois, poderemos chegar a uma conclusão final para levarmos essa sugestão talvez ao Executivo ou, enfim... Vamos elaborar primeiro essa agenda para, depois, decidirmos o que fazer dela.

Muito obrigado a V. Exª.

O SR. JOSÉ PIMENTEL (Bloco/PT – CE) – Pela ordem, Sr. Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Fernando Collor. Bloco/PTB – AL) – Pela ordem S. Exª o Senador Ministro José Pimentel.

O SR. JOSÉ PIMENTEL (Bloco/PT – CE) – Sr. Presidente, para contribuir com essa agenda, informo que existem aqui, no Senado Federal, dois projetos de lei em tramitação: um, que atualiza a Lei nº 8.666, é de iniciativa do Executivo Federal. O projeto, que tramitou pela Câmara Federal, encontra-se no Senado e, acredito, poderia ser objeto de subsídio para essa agenda que V. Exª está propondo. O segundo, um projeto de lei complementar que trata do sistema diferenciado de licitações das S/A e das empresas públicas, está na Comissão de Constituição e Justiça. Neste caso, se o parecer do Relator for aprovado, o que hoje aparenta complicado ficará muito pior, porque, pelas regras do parecer que foi apresentado nessa regulamentação para um procedimento diferenciado para as S/A públicas e para as estatais, ficará impossível qualquer licitação. Esse projeto de lei complementar é de autoria do Senador José Sarney e está na CCJ em fase de discussão.

Portanto, esses dois grandes projetos subsidiariam bastante o que V. Exª está propondo.

O SR. PRESIDENTE (Fernando Collor. Bloco/PTB – AL) – Muito obrigado a V. Exª, Senador Ministro José Pimentel, pelas suas informações e sugestões aqui trazidas à Secretaria da Comissão.

Eu já solicitei que me façam chegar às mãos não somente esse projeto que está tramitando como também este outro do Regime Diferenciado de Contratação para as S/A e para...

O SR. JOSÉ PIMENTEL (Bloco/PT – CE) – O primeiro, de autoria do Executivo, está na CAE, Comissão de Assuntos Econômicos, e o Relator é o Senador Eduardo Suplicy. O segundo, que está na CCJ, é de autoria do Senador José Sarney.

O SR. PRESIDENTE (Fernando Collor. Bloco/PTB – AL) – Perfeitamente.´

Muito obrigado a V. Exª, Senador Ministro José Pimentel.

Gostaríamos de apresentar as boas-vindas a S. Exª o Senador Cícero Lucena, que hoje comparece a esta Comissão, como novo integrante, indicado por S. Exª o Senador Aloysio Nunes Ferreira, Líder do PSDB nesta Casa.

Seja V. Exª muito bem-vindo, Senador Cícero Lucena!

O Senador Acir não está? (*Pausa.*) Saiu?

Já temos aqui a resposta sobre a BR-319 por parte do Ibama.

Podemos passar, então, à nossa pauta. E eu aguardarei a volta de S. Exª o Senador Acir Gurgacz para, então, ler a resposta à indagação que ele fez sobre a BR-319.

A pauta do dia de hoje começa pelo item nº 2.

Senador Cícero Lucena, V. Exª é o autor e S. Exª o Senador Valdir Raupp é o Relator.

ITEM 2
PROJETO DE LEI DO SENADO
Nº 242, DE 2012
– Não Terminativo –

Cria o Regime Tributário para o Incentivo à Modernização e à Ampliação do Transporte Coletivo de Passageiros (RETRANSP).
Autoria: Senador Cícero Lucena
Relatoria: Senador Valdir Raupp
Relatório: Pela aprovação com emendas
Observações: A matéria vai à Comissão de Assuntos Econômicos, em decisão terminativa.

Concedo a palavra a S. Exª o Senador Valdir Raupp para proferir o seu relatório.

O SR. VALDIR RAUPP (Bloco/PMDB – RO) – Sr. Presidente, Srªs e Srs. Senadores, o Projeto de Lei do Senado (PLS) nº 242, de 2012, de autoria do Senador Cícero Lucena, cria regime tributário, denominado RETRANSP, para incentivar a modernização e ampliação do transporte coletivo de passageiros. Como beneficiários desse regime o projeto de lei elenca os concessionários, autorizatários, permissionários ou arrendatários de transporte coletivo de passageiros nas modalidades ferroviária e rodoviária (art. 2º do PLS), condicionando à regularidade em relação à Secretaria da Receita Federal do Brasil e vedando a adesão relativamente às empresas optantes pelo Simples Nacional.

São previstos três grupos de benefícios fiscais no PLS. No primeiro, é suspensa a exigência do IPI, da Contribuição para o PIS/PASEP e da Cofins sobre a venda, no mercado interno, de locomotivas, vagões, ônibus, suas partes e peças, pneus, câmaras-de-ar de borracha, fluidos hidráulicos, lubrificantes, tintas, anticorrosivos, óleo diesel e outros produtos similares, na forma discriminada em regulamento, a serem empregados na operação do transporte ferroviário e do transporte rodoviário coletivo de passageiros e na manutenção, reparo, revisão e conservação de veículos, de seus motores, suas partes, peças, componentes e equipamentos, na hipótese de os referidos bens serem adquiridos por pessoa jurídica beneficiária do Retransp (art. 3º, inciso I, do PLS).

Pelo segundo grupo, fica suspensa a exigibilidade do Imposto de Importação (em relação aos bens que não possuam similar nacional), do IPI, da Contribuição para o PIS/Pasep-Importação e da Cofins-Importação, no caso de os bens anteriormente arrolados serem importados diretamente por pessoa jurídica beneficiária do Retransp (art. 3º, inciso II, do PLS). A suspensão do Imposto sobre Importação converte-se em isenção no caso de bem incluído no ativo imobilizado, após sua utilização e o decurso do prazo de 5 anos, contado da ocorrência do fato gerador. No caso de insumo, a conversão ocorrerá após a utilização do bem (art. 3º, §3º, do PLS).

Destaca-se que a suspensão da Contribuição para o PIS/Pasep, da Cofins, da Contribuição para o PIS/Pasep-Importação, da Cofins-Importação e do IPI converte-se em alíquota zero no caso de bem incluído no ativo imobilizado, após sua utilização e o decurso do prazo de 2 anos, contado da ocorrência do respectivo fato gerador. No caso de insumo, a conversão ocorrerá após a utilização do bem (art. 3º, §4º, do PLS).

Em relação ao terceiro grupo, suspende-se a incidência da Contribuição de Intervenção no Domínio Econômico incidente sobre a importação e a comercialização de petróleo e seus derivados, inclusive óleo diesel, gás natural e seus derivados, e álcool etílico combustível (CIDE Combustíveis), a ser utilizados por pessoa jurídica prestadora de serviço de transporte coletivo de passageiros beneficiária do Retransp (art. 3º, inciso III, do PLS).

No entanto, os benefícios de suspensão de todos os tributos previstos no PLS somente poderão ser usufruídos nas aquisições e importações realizadas até 31 de dezembro do quinto ano subsequente ao da publicação da lei (art. 4º do PLS).

Justificou-se a proposta pelo fato de a infraestrutura em transportes ser um dos gargalos para o pleno desenvolvimento do País. A desoneração de tributos sobre a cadeia produtiva seria, portanto, um mecanismo para racionalizar e modernizar os modais rodoviário e ferroviário, incluindo o metroviário, pelo estímulo à renovação e ampliação da frota.

A matéria apresentada refere-se à concessão de benefícios fiscais relativos a tributos federais, cuja competência para disciplinar é da União, a teor dos arts. 149 e 153, inciso IV, da Constituição Federal (CF). Desse modo, lei federal pode regular o assunto.

No concernente à iniciativa, o objeto da proposta não se encontra entre aqueles reservados (art. 61, §1º, da CF), de maneira que qualquer membro do Congresso Nacional pode apresentar proposição legislativa referente ao tema.

Em relação aos demais aspectos formais, a espécie normativa proposta é compatível com o texto constitucional, e o projeto atende à exigência de lei específica para a suspensão da cobrança e isenção dos tributos, conforme previsto no §6º do art. 150 da CF. Foram também observadas as normas de técnica legislativa apropriadas, porque seguidas as disposições da Lei Complementar nº 95, de 26 de fevereiro de 1998.

Além das considerações anteriormente suscitadas, cabe apontar a dificuldade prática na concessão

do benefício fiscal em relação à Cide-Combustíveis, prevista no inciso III do art. 3º do projeto.

Os adquirentes de combustível, como os permissionários e concessionários de transporte coletivo, não são contribuintes da Cide-Combustíveis. Consoante o ordenamento legal, são contribuintes da Cide-Combustíveis o produtor, o formulador e o importador, pessoa física ou jurídica, dos combustíveis líquidos, de modo que, ao adquirir o combustível diretamente do varejista (postos de revenda), não há como isentar a operação, pois a incidência ocorreu na saída da mercadoria do estabelecimento produtor ou importador para os distribuidores.

Não será possível identificar, na comercialização para os distribuidores, a quem será destinado o combustível na saída subsequente, seja para as grandes empresas do segmento de transporte coletivo, que adquirem o combustível diretamente dos distribuidores, seja para os pequenos e médios permissionários, que adquirem o combustível em postos.

Cabe destacar ainda que, ao reduzir o valor arrecadado de Cide-Combustíveis, os Estados e Municípios terão redução no repasse de recursos. De acordo com o texto constitucional, a União entregará aos Estados e ao Distrito Federal, para serem aplicados, obrigatoriamente, no financiamento de programas de infraestrutura de transportes, 29% da arrecadação do tributo. Do montante dos recursos que cabe a cada Estado, 25% serão destinados aos seus Municípios para serem aplicados no financiamento de programas de infraestrutura de transportes.

Nesse sentido, o Retransp merece ser aprovado, com emenda, por estar em harmonia com as diretrizes constitucionais e com o projeto de desenvolvimento econômico e social do Brasil.

Passo ao voto.

Diante do exposto, o voto é pela aprovação do PLS nº 242, de 2012, com a seguinte emenda:

EMENDA Nº – CI (SUPRESSIVA)

Suprima-se o inciso III do art. 3º do Projeto de Lei do Senado nº 242, de 2012.

É o voto, Sr. Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Fernando Collor. Bloco/PTB – AL) – Muito obrigado a S. Exª o Senador Valdir Raupp pela leitura de seu relatório, que coloco agora em discussão. (*Pausa.*)

Não havendo quem queira discuti-lo, eu o coloco em votação.

As Srªs Senadoras e os Srs. Senadores que o aprovam permaneçam como se encontram. (*Pausa.*)

Aprovado, com a Emenda nº 1, desta Comissão.

A matéria vai à Comissão de Assuntos Econômicos, para o seguimento da sua tramitação.

ITEM 1

PROJETO DE LEI DO SENADO Nº 221, DE 2010

– Não Terminativo –

Altera a Lei no 9.503, de 23 de setembro de 1997, que instituiu o Código de Trânsito Brasileiro, para dispor sobre o transporte público coletivo de passageiros.

Autoria: Senador Acir Gurgacz.

Relatoria: Senador Waldemir Moka.

Relatório: pela aprovação com emendas

Observações: – *A matéria vai à Comissão de Constituição, Justiça e Cidadania, em decisão terminativa.*

Indico S. Exª o Senador Blairo Maggi como Relator *ad hoc*.

O relatório é pela aprovação com emendas.

Concedo a palavra a S. Exª o Senador Blairo Maggi, para fazer a leitura do relatório.

Tem S. Exª a palavra.

O SR. BLAIRO MAGGI (Bloco/PR – MT) – Obrigado, Sr. Presidente.

Da Comissão de Serviços de Infraestrutura sobre o Projeto de Lei do Senado nº 221, de 2010, do Senador Acir Gurgacz, que altera a Lei nº 9.503, de 23 de setembro de 1997, que instituiu o Código de Trânsito Brasileiro, para dispor sobre o transporte público coletivo de passageiros.

Relatório

O projeto consta de quatro artigos: os dois primeiros promovem alterações no Código de Trânsito Brasileiro; o terceiro é a cláusula de vigência, que seria imediata; e o quarto e último revoga "as disposições em contrário".

Resumidamente, as propostas de alteração que recaem sobre o corpo da lei propriamente dito e sobre o Anexo I do CTB – Dos Conceitos e Definições –, no sentido de incluir uma série de novas definições, consistem em:

I) estabelecer normas para a circulação de veículos lentos e de maior porte, em especial aqueles destinados ao transporte coletivo de passageiros;

II) criar a categoria "via de trânsito exclusivo" na classificação das vias urbanas;

III) modificar a classificação dos veículos de passageiros, que passaria a incluir duas novas categorias de ônibus;

IV) determinar que os veículos destinados ao transporte público coletivo de passageiros disponham de corredor central de circulação e de saídas de emergência;

V) aumentar o rigor das penas aplicadas nos casos de estacionamento e parada de veículos não autorizados em pontos de ônibus, tráfego em faixas exclusivas de ônibus, e transporte ilegal de passageiros, que passa a não ser permitido nem mesmo em casos de força maior ou com autorização especial para tal.

Por fim, o texto proposto tipifica como crime a prática de transporte ilegal de passageiros, com pena cominada de detenção de seis meses a um ano, ou multa.

O objetivo do autor seria o de contrabalançar os efeitos deletérios do inchaço no número de veículos em nossas cidades, "pois, não tendo como circular devidamente na via, o motorista passa a não respeitar regras mínimas no trânsito", inclusive estacionando em paradas de ônibus, o que obriga os passageiros a desembarcarem no meio da via. Para combater esses problemas, a solução proposta seria, então, o endurecimento das multas, a criminalização do transporte ilegal remunerado de passageiros e a segregação de vias para os veículos empregados no transporte regular de passageiros, os quais poderiam, assim, usufruir de melhores níveis de serviço, com a consequente redução dos tempos de viagem.

Após análise da CI, a proposição será remetida para deliberação da Comissão de Constituição, Justiça e Cidadania (CCJ), à qual caberá a decisão terminativa.

Não foram apresentadas emendas ao projeto.

Voto.

Diante do exposto, nosso voto é pela aprovação do PLS nº 221, de 2010, com as alterações decorrentes das seguintes emendas:

EMENDA Nº 1 – CI

Dê-se à ementa do PLS nº 221, de 2010, a seguinte redação:

"Altera a Lei nº 9.503, de 23 de setembro de 1997, que institui o Código de Trânsito Brasileiro, para incluir as vias de trânsito exclusivo na classificação das vias urbanas e estabelecer condições de circulação e a obrigatoriedade de saída de emergência para os veículos utilizados no transporte coletivo de passageiros."

EMENDA Nº – CI

Dê-se ao art. 1º do Projeto de Lei do Senado nº 221, de 2010, a seguinte redação:

"Art. 1º Os arts. 29, 60, 105, 181 e 184 da Lei nº 9.503, de 23 de setembro de 1997, passam a vigorar com a seguinte redação:

'Art. 2**9.** .....

.....

IV – quando uma pista de rolamento comportar mais de uma faixa de circulação no mesmo sentido:

a) a faixa da direita será destinada ao deslocamento dos veículos lentos e de grande porte, com preferência para os veículos de transporte público coletivo, quando não houver faixa regulamentada como de circulação exclusiva a eles destinada;

b) às faixas à esquerda serão destinadas à ultrapassagem e ao deslocamento dos veículos capazes de desenvolver velocidades mais altas; .

.....

§3º As faixas regulamentadas como de circulação exclusiva para determinado tipo de veículo deverão ser devidamente identificadas e sinalizadas, de acordo com as normas estabelecidas pelo CONTRAN.' (NR)

'Art. 60. .....

I – .....

.....

e) pista ou faixa de trânsito exclusivo;

..... .' (NR)

'Art. 105. .....

Presidente, eu tenho que ler tudo isso aqui? É obrigatório?

Eu vou dar como lido isso aqui, porque todos têm isso em mãos; já foi distribuído. Há muita coisa para ler.

Bom, o voto é pela aprovação, com as emendas do projeto do Senador Acir Gurgacz.

Muito obrigado, Sr. Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Fernando Collor. Bloco/PTB – AL) – Muito obrigado a V. Exª, Senador Blairo Maggi pela leitura do relatório.

Quero informar que o que fez S. Exª o Senador Blairo Maggi é perfeitamente regimental, já que o relatório foi distribuído com 48 horas de antecedência para cada um dos senhores integrantes desta Comissão. Portanto, é de se supor que seja do conhecimento prévio de todos os Srs. e Srªs Senadoras.

Portanto, foi lido o relatório por S. Exª o Senador Blairo Maggi.

E coloco agora em discussão o relatório. (*Pausa.*)

Não havendo quem queira discutir, coloco em votação o relatório.

As Srªs e Srs. Senadores que o aprovam permaneçam como se encontram. (*Pausa.*)

Aprovado o relatório, com as Emendas nºs 1, 2, 3 e 4 desta Comissão de Infraestrutura.

A matéria vai à Comissão de Constituição Justiça e Cidadania para seguimento de sua tramitação.

Gostaria de trazer agora a resposta que nos foi enviada pelo Ibama à indagação ou às considerações feitas por S. Exª o Senador Acir Gurgacz. Passarei às mãos de V. Exª depois da leitura e de alguma consideração que V. Exª queira fazer.

Processo de Licenciamento Ambiental da Rodovia BR-319. Trecho do km 250 ao km 665,7. Trecho do meio. E aqui tem o número do processo. E vêm, então, as informações do Ibama.

Esse trecho não tem licença prévia. O Termo de Referência (TR) para os estudos foi elaborado pelo Ibama em 2007. Os estudos foram apresentados pelo DNIT em 2008, em sua primeira versão. Foram devolvidos por três vezes para adequação ao Termo de Referência. A quarta versão dos estudos foi analisada pelo Ibama em 2009 e verificou-se a necessidade de adequações substanciais como, por exemplo, novo diagnóstico do meio biótico. E eu não saberia informar a V. Exª o que significa.

Dessa forma, a última versão apresentada não reunia subsídios mínimos para verificar a viabilidade ambiental do empreendimento. Nos últimos dois anos, não ocorreu movimentação formal do processo para o trecho do meio.

Peço agora ao Secretário da Comissão que passe às mãos de S. Exª o Senador Acir Gurgacz as informações prestadas pelo Ibama em relação à BR-319. E pergunto a S. Exª se tem alguma consideração a fazer? Acredito que agora seja um trabalho de ir buscar o que aí é solicitado.

O SR. ACIR GURGACZ (Bloco/PDT – RO) – Muito obrigado, Sr. Presidente, pela sua presteza, e também ao Ibama por ter enviado rapidamente uma resposta que não atende ao nosso comentário e à nossa necessidade, visto que já se vão sete anos de estudos para a liberação dessa questão ambiental, Sr. Presidente. Sete anos! Não é brincadeira. Sete anos deixando uma região do País sem ligação com os demais Estados brasileiros. Uma estrada que já existia; não é uma nova estrada.

Então, eu entendo que o Ibama possa estar exagerando nas suas exigências nesse pedido sobre o meio biótico. Esse diagnóstico de meio biótico deve ser a questão dos animais durante a seca, durante as águas, no período da manhã, no período da tarde e no período da noite. No começo da noite, no meio da noite e no fim da noite. E assim vai. Nunca vamos conseguir uma licença ambiental para esse trecho se continuarmos com essas exigências do Ibama.

É evidente que vamos debater, vamos nos debruçar e fazer um estudo com relação a essa resposta e, na próxima reunião, nós traremos o assunto de volta para discutirmos, com um maior conhecimento sobre essa resposta do Ibama.

Muito obrigado, Sr. Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Fernando Collor. Bloco/PTB – AL) – Muito obrigado a S. Exª o Senador Acir Gurgacz.

Antes de encerrarmos a presente reunião, agradecendo a presença de todas as Srªs e Srs. Senadores, convoco nossa próxima reunião a ser realizada no dia 29 de maio, quarta-feira, às 7 horas e 30 minutos, neste plenário, com pauta deliberativa e audiência publica, na qual discutiremos o tema "Cenário Atual da Infraestrutura de Transportes no Brasil", primeiro painel do círculo sobre transportes da agenda 2013/2014, "Investimento e Gestão – desatando o nó logístico do País".

A audiência pública contará com a presença dos Srs. Luiz Afonso dos Santos Senna, Prof. da Universidade Federal do Rio Grande do Sul; Wagner Ferreira Cardoso, Secretário-Executivo do Conselho Temático Permanente de Infraestrutura da Confederação Nacional da Indústria; e Dr. Bruno Batista, Diretor-Executivo da Confederação Nacional do Transporte, CNT.

Com isso, declaro encerrada a presente reunião.

(Iniciada às 7 horas e 30 minutos, a reunião é encerrada às 9 horas e 40 minutos.)

COMISSÃO DE SERVIÇOS DE INFRAESTRUTURA

ATA DA 22ª REUNIÃO, EXTRAORDINÁRIA, DA COMISSÃO DE SERVIÇOS DE INFRAESTRUTURA DA 3ª SESSÃO LEGISLATIVA ORDINÁRIA DA 54ª LEGISLATURA, REALIZADA EM 05 DE JUNHO DE 2013, QUARTA-FEIRA, ÀS 7 HORAS E 30 MINUTOS, NA ALA SENADOR ALEXANDRE COSTA, PLENÁRIO Nº 13.

Às sete horas e trinta minutos do dia cinco de junho de dois mil e treze, na sala de reuniões da Comissão, sob a Presidência do Senhor Senador **Fernando Collor,** reúne-se a Comissão de Serviços de Infraestrutura. Presentes os Senhores Senadores **Delcídio do Amaral, Acir Gurgacz, Inácio Arruda, Valdir Raupp, Sérgio Petecão, Flexa Ribeiro, Wilder Morais, Blairo Maggi, Vicentinho Alves, Alfredo Nascimento, José Pimentel, Sérgio Souza, Jayme Campos** e **Antonio Carlos Rodrigues**. Deixam de comparecer os demais Senadores. O Presidente declara a abertura dos trabalhos e submete à Comissão a aprovação da ata da 21ª reunião, que é dada como lida e aprovada. São lidos os comunicados da Presidência e os requerimentos a serem incluídos na próxima reunião deliberativa. Tem

início a apreciação da pauta. **PRIMEIRA PARTE**: **Audiência Pública**, em atendimento ao **Requerimento da CI nº 01, de 2013**, de autoria do Senador **Fernando Collor**, que *"nos termos do art. 58, §2º, incisos II e V da Constituição Federal, combinado com o art. 90, incisos II e V, do Regimento Interno do Senado Federal, requer sejam realizados, por esta Comissão de Serviços de Infraestrutura, ciclos de audiências públicas dentro de uma Agenda específica de debates ao longo do biênio 2013/2014, com renomados especialistas que apresentem depoimentos, análises e informações acerca de propostas setoriais para a infraestrutura, especialmente no que tange à modernização e expansão dos serviços, ao aumento da competitividade, à avaliação da capacidade de crescimento da economia e do bem-estar da população, e ao investimento e gestão como chaves para desatar o nó logístico do país",* aprovado em 27 de fevereiro de 2013. São convidados a compor a Mesa e a fazer suas exposições o senhor **Luiz Afonso dos Santos Senna,** Professor da Universidade Federal do Rio Grande do Sul, e o senhor **Wagner Ferreira Cardoso,** Secretário Executivo do Conselho Temático Permanente de Infraestrutura da Confederação Nacional da Indústria – CNI. Fazem uso da palavra os Senadores **Blairo Maggi, Sérgio Petecão, Wilder Morais, Sérgio Souza, Valdir Raupp, Alfredo Nascimento, Jayme Campos** e **Acir Gurgacz. SEGUNDA PARTE**: **Item 1 – PROJETO DE LEI DO SENADO Nº 406, DE 2008**, de autoria da Senadora **Ada Mello**, que *"altera a Lei nº 8.630, de 1993, para revigorar a cobrança do Adicional de Indenização do Trabalhador Portuário Avulso – AITP, e dá outras providências*". Relatoria *Ad Hoc*: Senador **Sérgio Petecão**. Resultado: aprovado o relatório pela prejudicialidade da matéria. **Item 2 – PROJETO DE LEI DA CÂMARA Nº 48, DE 2012**, de autoria do Deputado **Onofre Santo Agostini**, que *"obriga a construção e a manutenção de estações de apoio a condutores de veículo de transporte de carga ou de veículo de transporte público de passageiros, no âmbito das concessões rodoviárias federais*". Relatoria: Senador **Sérgio Petecão**. Resultado: aprovado o projeto e as emendas nº 01 CCJ/CI e nº 03 CAE/CI. **Item 3 – PROJETO DE LEI DO SENADO Nº 379, DE 2008**, de autoria do Senador **Renato Casagrande**, que *"dispõe sobre incentivo à exploração e implantação de centrais de geração a partir de fonte eólica e dá outras providências*". Relatoria: Senador **Walter Pinheiro**. Resultado: retirado de pauta. **Item 4 – REQUERIMENTO DA CI Nº , de 2013**, de autoria do Senador **Clésio Andrade**, que requer *"requeiro, nos termos do artigo 93, inciso II, do Regimento Interno do Senado Federal, a realização de audiência pública, para discutir sobre a restauração e duplicação da BR-251, convidando as autoridades relacionadas em anexo".* Resultado: aprovado. **Item 5 – REQUERIMENTO DA CI Nº , de 2013**, de autoria do Senador **Fernando Collor**, que requer *"com fundamento nos artigos 49, X, 58, §2º, VI, 70 e 71, VII, todos da Constituição Federal, combinados com os artigos 90, VI, IX e X, e 104 do Regimento Interno do Senado Federal, e ainda com o art. 4º, I, 'b', da Resolução do TCU nº 215/08, alterada pela Resolução do TCU nº 248/12, requeremos seja providenciada, junto ao Tribunal de Contas da União, a disponibilização a esta Comissão de Serviços de Infraestrutura do Senado Federal o acesso ao Sistema FISCALIS, daquele Tribunal, bem como o devido treinamento para uso do programa a servidores desta Casa legislativa".* Resultado: aprovado. **Item 6 – REQUERIMENTO DA CI Nº , de 2013**, de autoria do Senador **Fernando Collor**, que requer *"requeiro, nos termos do artigo 93, inciso II do Regimento Interno do Senado Federal, a realização de Audiência Pública nesta Comissão de Serviços de Infraestrutura-CI, para tratar do Impacto de Longo Prazo da Qualidade Universalizada da Educação na Economia, na Infraestrutura e no Bem-Estar Social".* Resultado: aprovado. Nada mais havendo a tratar, a reunião é encerrada às onze horas e um minuto, lavrando, eu, Álvaro Araújo Souza, Secretário da Comissão, a presente Ata, que, lida e aprovada, será assinada pelo Presidente e publicada, juntamente com a íntegra das Notas Taquigráficas, no Diário do Senado Federal.

Senador **Fernando Collor, –** Presidente da Comissão

(*Texto com revisão.*)

O SR. PRESIDENTE (Fernando Collor. Bloco/PTB – AL) – Declaro aberta a 22ª Reunião Extraordinária da Comissão de Serviços de Infraestrutura, da 3ª Sessão Legislativa Ordinária, da 54ª Legislatura.

Antes de iniciarmos os nossos trabalhos, eu proponho a dispensa da leitura e aprovação da Ata da 21ª Reunião.

As Srªs e os Srs. Senadores que a aprovam permaneçam como se encontram. (*Pausa.*)

Aprovada.

REQUERIMENTOS

(Do Senador Delcídio do Amaral)

Requeiro, nos termos do art. 58, da Constituição Federal do Brasil e do art. 93 do Regimento Interno do Senado Federal, a inclusão do nome do Sr. Paulo Pedrosa, Presidente da Associação Brasileira de Grandes Consumidores Industriais de Energia e de Consumidores Livres (Abrace), entre os convidados para participar da audiência pública que trata da Resolução n. 3, de 2013

do CNPE, proposta pelo Requerimento nº 23 de 2013 – CI.

O segundo requerimento é de autoria de S. Exª a Senadora Vanessa Grazziotin:

Conforme arts. 90, inciso II, e 93, inciso II, do Regimento Interno do Senado Federal, requeremos a realização de audiência pública da Comissão de Serviços de Infraestrutura (*CI*)*, em conjunto com a Comissão de Assuntos Econômicos* (*CAE*)*, para discutir os avanços do novo marco do Pré-Sal, aprovado pelo Senado. Sugerimos que, para a mencionada audiência, sejam convidadas as seguintes autoridades e representantes:*

– Representante do Ministério de Minas e Energia;

– Diretora-Presidenta da PETROBRAS;

– Diretora-Presidenta da Agência Nacional de Petróleo – ANP;

– Sr. Aloísio Araújo, Professor da Escola de Pós-Graduação em Economia da Fundação Getúlio Vargas.

Terceiro requerimento, de autoria do Senador Sérgio Souza:

Nos termos do art. 93, II do Regimento Interno do Senado Federal, requeiro a realização de audiência pública, no âmbito desta Comissão, com a finalidade de discutir o planejamento integrado de logística no país para rodovias, ferrovias, portos, aeroportos e hidrovias. Para tanto, sugiro o convite ao Sr. Bernardo Figueiredo, Diretor-Presidente da Empresa de Planejamento e Logística S.A. (*EPL*).

Documentos recebidos pela Comissão.

A Presidência comunica o recebimento, no dia de ontem, do Aviso nº 1089-GP/TCU de autoria do Ministro João Augusto Ribeiro Nardes, Presidente do Tribunal de Contas da União, em resposta ao Requerimento nº 13, de 2013, desta Comissão de Serviços de Infraestrutura (CI).

O Tribunal de Contas da União trouxe informações referentes às fiscalizações que estão sendo exercidas nos procedimentos dos Planos de Fiscalização de Obras Federais (Fiscobras), bem como notícias sobre as obras paralisadas pelo DNIT.

Informo que, por ter chegado nesta Comissão somente na data de ontem, o referido Aviso será objeto de uma análise detalhada e consequente pronunciamento na nossa próxima reunião.

Cópias desses documentos do TCU já se encontram à disposição de S. Exªs as Srªs e os Srs. Senadores que tiverem interesse em conhecê-los na íntegra.

Convite recebido pela Comissão de Serviços de Infraestrutura, por parte da Agência Nacional de Transportes Aquaviários (Antaq), para o lançamento do estudo "Transporte Fluvial de Passageiros na Amazônia", a ser realizado no dia 20 de junho, às 9 horas, no Auditório da Confederação Nacional do Transporte – CNT (situada no Setor de Autarquias Sul, Quadra 1 – Bloco J – Brasília-DF).

As Srªs e Srs. Senadores que desejarem participar desse evento podem obter maiores informações junto à Secretaria da Comissão.

Comunicados:

O Plano Agrícola e Pecuário (PAP) 2013/14, anunciado nesta terça-feira (4), em Brasília, pela presidenta Dilma Rousseff, alcançou seu maior volume financeiro, chegando a R$136 bilhões. O valor está dividido em R$97,6 bilhões para financiamentos de custeio e comercialização, e R$38,4 bilhões para os programas de investimento. Em relação ao crédito disponibilizado no último plano, o aumento foi de 18%.

O plano ainda foca em investimentos para melhorar a logística e a infraestrutura, com a disponibilização de R$25 bilhões para construções de armazéns privados nos próximos cinco anos, com prazo de pagamento de 15 anos. Outros R$500 milhões serão gastos para modernizar e dobrar a capacidade de armazenagem da Companhia Nacional de Abastecimento (Conab). O Programa de Sustentação de Investimento (PSI-BK), para o financiamento de máquinas e equipamentos agrícolas, terá R$6 bilhões, e a agricultura irrigada, R$400 milhões.

O valor disponibilizado para o Programa Nacional de Apoio ao Médio Produtor Rural (Pronamp) é 18,4% superior aos R$11,15 bilhões previstos na safra 2012/13, chegando a R$ 13,2 bilhões. E os limites de empréstimo para custeio passaram de R$500 mil para R$600 mil, enquanto os de investimento subiram de R$300 mil para R$350 mil. E o Programa Agricultura de Baixa Emissão de Carbono (ABC), que financia tecnologias com menor impacto ambiental, teve seus recursos aumentados de R$3,4 bilhões para R$4,5 bilhões.

Outros marcos do plano são a criação do Serviço Nacional de Assistência Técnica e Extensão Rural, e o Programa Inovagro, que deve destinar R$3 bilhões para o agronegócio, com R$2 bilhões para pesquisa e desenvolvimento de máquinas e equipamentos e R$1 bilhão para que os produtores rurais incorporem novas tecnologias.

Segundo Comunicado: Aliança do Pacífico.

Realizou-se no dia 23 de maio a sétima reunião de cúpula da Aliança do Pacífico, em Cali, na Colômbia. O encontro foi presidido pelo presidente Juan Manuel Santos, chefe de estado do país anfitrião.

Essa cúpula mostrou a consolidação do processo de integração entre o Chile, a Colômbia, o México e o Peru, a que se está juntando à Costa Rica. Decidiu-se a eliminação de 90% das tarifas de bens negociados pelo bloco, e fazê-lo, em relação aos 10% restantes,

no mais curto período possível. A esse avanço soma-se a já adiantada fusão entre as principais bolsas de valores e mercadorias dos países membros, bem como outros mecanismos de integração, como a eliminação da necessidade de vistos para a circulação intrabloco.

A Aliança do Pacífico tem se caracterizado pelo pragmatismo, evitando a criação de entraves burocráticos, e de uma estrutura institucional pesada. Busca-se uma união entre países com governos orientados para o livre mercado, preocupados com a segurança jurídica para os negócios e para os investimentos estrangeiros. Trata-se, ademais, de um bloco com governos *business minded* que visam a integração de suas cadeias de produção intrabloco, bem como a participação ativa nas cadeias mundiais de produção.

Característica importante é o direcionamento para a área do Pacífico, onde estão atualmente as economias mais dinâmicas. Deve-se incrementar ainda mais o comércio do bloco com países como a China e o Japão, que relança sua economia. Os países da Aliança têm crescido a taxas superiores à média regional e consiste num mercado que engloba aproximadamente um terço do Produto Interno Bruto e da população da América Latina, sendo um pouco menor do que o Mercosul. O grupo enfrenta, no entanto, um grande problema que é o da distância, não só geográfica entre seus componentes, mas também em termos de infraestrutura de transportes. Os três fundadores que são vizinhos geograficamente (o Chile, a Colômbia e o Peru) têm entre si obstáculos naturais que só poderão ser ultrapassados com avanços grandes no campo logístico.

A postura favorável aos negócios e aos empreendedores da Aliança contrasta com a atual fase que vive o Mercosul, às voltas não só com o protecionismo argentino, mas também com o clima desfavorável, causado pela suspensão do Paraguai, país onde tem aumentado o ressentimento em relação ao Brasil. Observe-se que entre os países que compareceram à reunião como observadores está o Paraguai, cujo governo manifesta claramente o interesse em participar da Aliança do Pacífico, apesar de sua localização atlântica. À lentidão institucional do Mercosul soma-se um viés estatizante, visível nas nacionalizações realizadas na Bolívia e na Argentina, que também contrasta com a orientação favorável aos investimentos estrangeiros da Aliança. O Mercosul tem se transformado em espaço político, mais do que de integração, em detrimento de nossos interesses mais permanentes.

A atual fase de consolidação da Aliança do Pacífico coincide com as tratativas que levam à nova configuração comercial mundial, com a TransPacific Partnership, a aproximação Estados Unidos/União Europeia, e a crescente integração da produção e do comércio da China em seu entorno. A viabilização de grandes espaços comerciais tende a tornar cada vez menos operante e relevante a Organização Mundial do Comércio, onde o Brasil investiu na travada Rodada Doha, em detrimento da construção de acordos comerciais. No entanto, cenário ainda pior é o do possível isolamento do Brasil em relação às cadeias produtivas mundiais, e seu afastamento dos fluxos mais dinâmicos do comércio internacional.

Terceiro comunicado.

Caos no Porto de Santos e seus antigos problemas.

O caos verificado na semana passada nos acessos à Baixada Santista não deve ser atribuído apenas ao decreto da prefeitura de Cubatão (SP) de limitar o horário de funcionamento dos pátios reguladores de caminhões destinados ao porto de Santos. Uma atitude na contramão do recém-lançado programa federal Porto 24 Horas, que visa dar maior agilidade nos embarques e desembarques no porto santista.

A medida teve o efeito de agravar problemas há muito tempo existentes. O episódio ocorrido na Baixada Santista ganhou inusitado destaque por ser o porto de Santos responsável por escoar 25,8% da balança comercial brasileira, segundo números de 2012.

Parece não haver dúvida de que ampliar a oferta de infraestrutura na beira do cais é essencial para dar competitividade ao negócio portuário. Mas, sozinha, a recente Medida Provisória (MP) dos Portos terá pouco impacto na redução do chamado custo Brasil. É necessário identificar e equacionar falhas que estão fora do condomínio aquaviário.

"O desafio não é tanto o porto, mas chegar à área do porto", disse Peter Gyde, principal executivo no Brasil da Maersk Line, o maior armador de navios de contêineres do mundo e que, no Brasil, concentra 40% de sua operação em Santos.

Os principais problemas são a falta de áreas para armazenagem de cargas nas zonas de produção, a ineficiência de acessos terrestres e, sobretudo, a subutilização do transporte hidroviário, que ajudaria a pulverizar a chegada da carga. Junto com as deficiências nos portos, são esses fatores que ajudam a onerar, na ponta, o custo do produto brasileiro.

Especialistas avaliam que essas deficiências podem ser potencializadas pela maior oferta de terminais que o governo pretende com a MP dos Portos caso o país não resolva, na mesma velocidade em que pretende criar novos terminais, os problemas históricos que percorrem a logística da carga.

Em 2006, um ano antes do lançamento do Plano Nacional de Logística e Transportes (PNLT), a ferrovia transportou 23% das cargas escoadas pelo cais santis-

ta. No ano passado a participação foi menor: 21,03%. Por meio do PNLT, Brasília promete equilibrar a matriz de transporte nacional, aumentando para 32% a participação dos trilhos no transporte de cargas até 2025.

Outro ponto é a infraestrutura de entrada no porto de santista – a mesma há décadas. Enquanto isso, a movimentação de cargas em Santos cresceu a uma média de 11,5% por ano, muito acima do PIB, nos últimos 15 anos, sempre superando seu próprio recorde, para ficar num recorte de tempo recente.

O Governo acena com soluções. No mesmo dia em que a Prefeita de Cubatão suspendeu o desastroso decreto, o Ministro dos Portos anunciou um plano tripartite de acessibilidade ao porto.

O pacote envolverá viadutos, alças de acesso, pistas e ponte para aumentar as opções de entrada no porto. Dias antes, a Secretaria de Portos (SEP) já havia divulgado a realização de um estudo para usar o potencial hidroviário da Baixada Santista. Segundo a Fundação para o Desenvolvimento Tecnológico da Engenharia (FDTE), os rios da região podem receber até 12 terminais fluviais em áreas com acessos rodoferroviários. Mais uma vez, são soluções a longo prazo para resolver conflitos que são muito antigos e também de curtíssimo prazo.

Panorama da Infraestrutura na palavra de especialistas.

O recente relatório sobre a Competitividade Global 2012-2013, divulgado pelo Fórum Econômico Mundial, apontou que a qualidade da infraestrutura brasileira está em 107º lugar, numa lista formada por 144 países. Quanto à infraestrutura de transportes, isoladamente, a classificação do Brasil cai para a posição 134. Já as ferrovias brasileiras ocupam o 100º lugar nessa lista. As rodovias foram colocadas na posição 123; o transporte aéreo, na 134, abaixo da Nigéria; e os portos brasileiros obtiveram a posição 135.

Com base nesses dados, o Presidente do Grupo Andrade Gutierrez, engenheiro Otávio Marques de Azevedo, acredita que o governo brasileiro adotou o caminho acertado da concessão de serviços públicos como forma de enfrentar os gargalos. Contudo, na sua opinião, o sucesso das concessões depende de pontos por ele considerados essenciais, como a adequação à realidade dos marcos legais, assim como a clareza do objeto das concessões e a transparência dos contratos.

Para o executivo, a lei que rege as licitações – a Lei nº 8.666 – não pode servir a propósitos tão distintos quanto a compra de lápis e papel e a concessão de administração de um aeroporto a uma empresa. Ele defende a necessidade de aliar a linhas de financiamento adequadas e financiamento de projetos a oferta de seguros-garantia para as empresas, bem como a elaboração prévia dos projetos executivos. Defende, também, o estímulo à participação do mercado de capitais como agente financeiro dinâmico, que traz nova perspectiva aos investidores, assim como uma taxa de retorno justa para os concessionários.

Por fim, ele entende que a adoção de critérios rigorosos para a escolha dos vencedores das concessões afastará os riscos de inadimplência ou até mesmo a devolução da concessão, como ocorreu recentemente nos setores de rodovias, energia, óleo e gás, entre outros.

Na mesma linha, o economista alemão Iêns Árnold, chefe do Departamento de Brasil da Organização para a Cooperação e Desenvolvimento Econômico (OCDE), enxerga progressos nas reformas estruturais no país, revelados pelo – abro aspas – "ambicioso programa do governo, com avanços nas áreas de portos, aeroportos e estradas" – fecho aspas. Porém, ele ressalta a existência de incertezas quanto à rapidez na sua execução, para que essas reformas provoquem efeito no crescimento do país. Para ele, a área de portos está mais promissora.

Quanto aos leilões previstos para essas concessões, especialistas da área temem a ocorrência de um "congestionamento" dos mesmos, nos meses de setembro e outubro. Para se ter uma ideia, a primeira área de exploração de petróleo do pré-sal, o trem de alta velocidade, os aeroportos do Galeão e de Confins, e 52 áreas nos portos do Pará e de Santos serão oferecidos à iniciativa privada, além de sete lotes de rodovias e algumas ferrovias. E a ordem do governo é a de leiloar tudo até dezembro, mobilizando investimentos de US$235 bilhões ou cerca de R$489 bilhões. Essa concentração de licitações tem preocupado potenciais investidores. Para o Prof. Paulo Rezende, da Fundação Dom Cabral, essa concentração não é uma boa estratégia, pois o acúmulo não se dá por planejamento, mas pelo fato de todo o programa estar atrasado.

Além disso, ele avalia que, em 2014, o governo poderá enfrentar restrições devido à legislação eleitoral: "O governo está espremido entre a eleição e o que não foi realizado como deveria". Rezende avalia que a oferta de tantos empreendimentos ao mesmo tempo vai levar os investidores a priorizar um ou outro, pois os grupos que investem em aeroportos e rodovias, por exemplo, são os mesmos.

Por sua vez, o Presidente da Associação Brasileira de Infraestrutura e Indústrias de Base (ABDIB), Paulo Godoy, entende que as concessões precisam apresentar rentabilidade adequada, clareza de regras e segurança jurídica. Depois disso, o desafio maior é organizar o suporte financeiro aos novos investimentos. Ele acredita que os fundos de investimento em

infraestrutura serão o principal instrumento auxiliar ao BNDES. No entanto, seu funcionamento ainda é muito pequeno, dada a demora dos ministérios em aprovar os projetos sob sua responsabilidade. Ele defende mais agilidade nessa área, mas a concentração dos leilões não o preocupa.

Por outro lado, o advogado Lauro Celidônio, sócio do escritório Mattos Filho, acha que a concentração de leilões vai dar muito trabalho, mas que o setor privado tem condições de participar. Ele observa que as concessões em rodovias, por exemplo, já são conhecidas pelos investidores, da mesma forma que os aeroportos. O teste será para as ferrovias, com um modelo novo, assim como para o trem de alta velocidade, que a rigor ainda não tem um modelo fechado. Ele também não acredita em grandes problemas nas áreas dos portos, embora entenda que haverá um pouco mais de trabalho no petróleo do pré-sal, devido ao regime de partilha.

A esse respeito, o economista Aloisio Araújo, professor da escola de pós-graduação em economia da Fundação Getúlio Vargas e especialista em leilões, alerta que o Brasil pode perder a oportunidade de se beneficiar com as reservas gigantescas de petróleo no pré-sal, que podem superar os 30 bilhões de barris – ou cerca de US$30 trilhões pela cotação atual – se não forem feitos ajustes importantes no regime de partilha que será adotado pelo governo para sua exploração.

O economista vê com ressalvas a obrigatoriedade de a Petrobrás participar com 30% em todos os blocos exploratórios, e a exigência de conteúdo local. Ele vê uma incógnita em relação à nova estatal que será a responsável pela gestão dos contratos de partilha – a Pré-Sal Petróleo S/A, ou PPSA. Aloísio Araújo propõe a adoção do sistema de concessão para o primeiro leilão do pré-sal, da área de Libra na Bacia de Santos, que o governo pretende realizar em outubro próximo, para que sejam evitados atrasos em seu desenvolvimento. Na sua opinião, a complexidade do regime de partilha é tanta que pode retardar os investimentos desses recursos tão valiosos, impedindo o Brasil e a sociedade de deles se beneficiarem.

Segundo o economista da Getúlio Vargas, a obrigatoriedade de participação da Petrobras com 30% em todos os consórcios, e ser também operadora em todos os blocos, além de representar uma elevada necessidade de recursos, obrigará a estatal a pagar por um valor de bônus com a qual não concorde. Suponhamos – disse ele – que uma empresa nova chegue ao Brasil e decida dar um bônus muito elevado; a Petrobras é obrigada a entrar com 30% do negócio, que pode dar prejuízo. Esse é um tipo de leilão que o economista nunca viu no mundo, como afirmou.

Lembra ainda Araújo que o fato de a Petrobrás ser a operadora em todos os campos também é ruim, porque reduz a competitividade, impedindo que as empresas estrangeiras tragam para o país sua experiência e tecnologia. No seu entender, o bônus é outra distorção desse sistema, pois "o governo pode fixar um valor elevado para arrecadar mais recursos a curto prazo, o que pode representar um lucro menor no futuro".

O Brasil ocupa apenas a penúltima posição no *ranking* de investimentos da América do Sul (quando calculados em relação ao PIB do país). O dado é do Fundo Monetário Internacional (FMI) e, segundo especialistas, essa má colocação no ranking regional está levando empresas a dirigir seus investimentos a outros países mais atraentes.

Alex Agostini, economista-chefe da Austin Rating, acredita que dois fatores pesam para o mau desempenho brasileiro: o tamanho do país – o PIB brasileiro é cinco vezes maior do que o argentino – e as dificuldades políticas para se aprovarem projetos prioritários. Segundo ele, há um excesso de democracia no país, traduzido em burocracia política – acho que uma coisa não tem nada a ver com outra, mas...

Agostini afirma que "não se cria um plano de investimentos desde o governo de Juscelino Kubitschek, e isso acaba se refletindo no PIB". Recorda que, quando se observam no detalhe as cifras e percentagens do vigoroso aumento dos investimentos na Formação Bruta de Capital Fixo (FBCF), percebe-se que a grande compra de máquinas agrícolas e caminhões maquiaram o número geral, o que resultou na falsa impressão de que a indústria e, principalmente, os investimentos em infraestrutura, estariam decolando.

Para Reginal Nogueira, coordenador do núcleo de Relações Internacionais do Instituto Brasileiro de Mercado de Capitais (IBMEC), o arcabouço jurídico do país impede o avanço da infraestrutura. Ele cita como exemplo o Chile, como uma referência na relação entre o governo e as instituições privadas. "Com segurança jurídica, eles conseguiram criar uma relação sadia entre as esferas pública e privada. No Brasil acontece o contrário. A expectativa é de piora nas relações entre empresas e governo", avalia o economista. A dificuldade do governo em cortar gastos também é visto por Nogueira como um forte empecilho. "O governo federal, ao não conseguir poupar, drena recursos que poderiam contribuir com 3% ou 4% do Produto Interno Bruto na conta de investimentos", argumenta.

Após a aprovação da MP dos portos, as opiniões se dividem. O Ministro da Secretaria Especial de Portos (SEP), Leônidas Cristino, diz que a intenção do governo é "baixar as tarifas, o preço de movimentação da carga, diminuir a burocracia e o tempo de perma-

nência dos navios nos portos e só se consegue fazer isso com aumento de capacidade, melhorando acessos rodoviários e aquaviários". Ele afirma que o governo está atacando todas essas frentes e que os agentes envolvidos nos portos, incluindo os donos das cargas, serão beneficiados.

Porém, Wagner Cardoso, gerente-executivo de infraestrutra da Confederação Nacional da Indústria (CNI), afirma que o que faz baixar os preços é a concorrência. "O que regula o mercado é a competição." Na sua avaliação, a MP dos Portos é boa porque abre o setor para o investimento privado. "Esperamos um segundo *boom* de desenvolvimento portuário", diz Cardoso.

Os usuários, no entanto, não têm tanta certeza sobre os benefícios contidos na MP. Luiz Henrique Baldez, presidente-executivo da Associação Nacional dos Usuários do Transporte de Carga (ANUT), afirma que as novas regras para os portos têm aspectos positivos que podem reduzir custos para os usuários. Mas diz que qualquer redução de tarifa vai depender da regulamentação da lei e da fiscalização das novas regras pela Agência Nacional de Transportes Aquaviários (Antaq), o órgão regulador do setor. As novas regras serão regulamentadas por decreto presidencial, via portarias da SEP e resoluções da Antaq.

O dirigente da Associação de Comércio Exterior do Brasil (AEB), José Augusto de Castro, avalia que, uma vez sancionada a MP, o Brasil precisa fazer uma grande avaliação de toda a estrutura de custos portuários, usando comparações com outros países para verificar onde e se o país tem custos mais elevados. "Se for claramente uma questão de lei de mercado, não tem como interferir. Mas se for estrutura de custos é possível sofrer regulamentação por meio de lei".

Para o advogado Osvaldo Agripino, especialista em regulação portuária, as regras estabelecidas pela nova lei darão mais opções de portos, mas os usuários não terão necessariamente redução de custos nos serviços. Ele prega que a Antaq precisa atuar na regulação econômica como forma de evitar eventuais abusos de preços. "Falta à Antaq fazer o registro e o acompanhamento eficazes de fretes, do tempo de espera dos navios nos portos e de tarifas", diz Agripino. Ele afirma que um acórdão do Tribunal de Contas da União (TCU) de 2009 determinou, sem sucesso, o acompanhamento de tarifas portuárias pela Antaq.

No que diz respeito aos investimentos em infraestrutura, o diretor do Departamento de Estudos e Pesquisas Econômicas do Bradesco, Octavio de Barros, acredita que a infraestrutura vai comandar o crescimento do Brasil nos próximos 10 anos. Para ele, há uma mudança de atitude em relação à mobilização do setor privado, que agora tende a ser protagonista nos investimentos infraestruturais. Na sua opinião, boa parte dos problemas que o Brasil enfrenta são comuns em países emergentes, como reclamações sobre licenciamento em geral e ambiental, ou ligadas a tribunais de contas. Para ele, o investimento infraestrutural tem dificuldades inerentes ao que chama de "estado burocrático moderno", ou seja, as demandas da sociedade por mais controle e vigilância nas questões ambientais e financeiras que marcam os países emergentes.

Finalizando a opinião dos especialistas, passamos à leitura sobre fiscalização de obras.

Assunto recorrente nas reuniões desta Comissão de Serviços de Infraestrutura, a auditagem e a consequente paralisação de obras públicas, por meio da atuação dos órgãos competentes têm sido objeto de ponderações, questionamentos e discussões por parte dos Srs. Senadores e Srªs Senadoras.

Mais uma vez, esta Presidência reitera – e tenho certeza, com a anuência de todos os integrantes desta Comissão – não se tratar de um posicionamento contrário à atividade fiscalizadora. Antes pelo contrário, todos nós reconhecemos ser ela, a atividade fiscalizadora, mais do que necessária, imprescindível e salutar à correta gestão dos recursos públicos.

O que se tem questionado, repito, são os excessos, o rigor de apuração dentro de uma ótica fora da realidade do País e, principalmente, da prática da engenharia e da construção civil. O fato é que as constantes paralisações de obras de grande porte, muitas vezes por motivos de fácil solução, vêm causando, comprovadamente – vêm causando, comprovadamente –, prejuízos ao País na ordem dos bilhões de reais.

Por isso, reafirmo que aquele que levantar a voz por não querer enxergar essa situação, por se preocupar exclusivamente com a letra fria da lei, com a inflexibilidade burocrática e sem o bom senso nas análises, estará – este sim! – levantando a voz contra o Brasil.

O último comunicado é: Relatório semanal do Departamento Nacional de Infraestrutura de Transportes (DNIT) sobre os compromissos assumidos pelo Sr. Diretor Geral em audiência pública no dia 20 de março de 2013. Constam aqui todos os compromissos que ele assumiu em relação às diversas obras em andamento, com a obra, sua localização, o compromisso por ele assumido, o prazo por ele estabelecido para o cumprimento desse compromisso, a situação atual em que se encontra a obra e a observação em relação à obra. Então, está aqui a atualização desta semana. Foi atualizado até hoje, pela manhã, às seis e pouco, quando saíram as últimas informações. Está sendo distribuído esse acompanhamento dos compromissos assumidos pelo DNIT a cada uma das Srªs e dos Srs. Senadores.

Por favor, se encontrarem alguma irregularidade na apresentação desses números, podem se pronunciar no decorrer desta reunião. E, se encontrarem tudo em ordem, então, alvíssaras.

A pauta do dia de hoje.

Antes de iniciarmos a audiência pública de hoje, que contará com a presença do Sr. Luiz Afonso dos Santos Senna, Professor da Universidade Federal do Rio Grande do Sul, e do Sr. Wagner Ferreira Cardoso, Secretário Executivo do Conselho Temático Permanente de Infraestrutura da CNI, gostaria de informar que daremos seguimento à iniciativa pioneira desta Comissão, através da qual a população participa das audiências públicas na Comissão de Serviços de Infraestrutura, enviando perguntas e comentários aos nossos convidados e palestrantes.

Para participar, basta ligar gratuitamente para o Alô Senado, pelo telefone 0800-612211 ou enviar sua contribuição pela Internet, no endereço www.senado.gov.br/alosenado ou, ainda, nos perfis do Alô Senado, no Facebook, ou pelo Twitter @AloSenado.

Mais uma vez agradecemos, todos os integrantes desta Comissão, a participação sempre importante daqueles que nos assistem pela TV Senado e nos ouvem pela Rádio Senado.

Na reunião de hoje, daremos continuidade à Agenda CI 2013/2014 – Investimento e gestão: desatando o nó logístico do país, que a Comissão de Serviços de Infraestrutura vem realizando ao longo deste ano.

Nesta primeira parte da nossa sessão, iniciaremos o segundo ciclo, sob a égide do tema Financiamento e Gestão de Transportes. Com o objetivo de se organizar o segundo ciclo de audiências públicas, debateremos o painel intitulado "Cenário atual da infraestrutura de transportes do Brasil".

Convido, portanto, para que tomem assento à Mesa, o coordenador do ciclo, Sr. Luiz Afonso dos Santos Senna, Professor da Universidade Federal do Rio Grande do Sul (UFRGS), e do Sr. Wagner Ferreira Cardoso, Secretário Executivo do Conselho Temático Permanente de Infraestrutura da Confederação Nacional da Indústria, a quem damos nossas melhores boas-vindas, em nome da Comissão de Serviços Infraestrutura.

Sejam V. Sªs bem-vindos a esta Comissão!

Iniciando a audiência pública do dia de hoje, passo a palavra ao Dr. Luiz Afonso dos Santos Senna, Professor da Universidade Federal do Rio Grande do Sul e coordenador do ciclo sobre transportes no Brasil.

O SR. LUIZ AFONSO DOS SANTOS SENNA – Muito obrigado, Senador Collor.

Muito bom dia, Srs. Senadores, senhores e senhoras!

É um prazer para mim participar deste ciclo de debates, que é extremamente importante, acredito, para identificarmos as questões importantes para que a gente possa desenvolver esse importante setor da economia do País, que é uma das bases para que a gente possa ter um desenvolvimento sustentável.

Vou, Senador, apresentar rapidamente a estrutura do ciclo de debate que a gente vai ter ao longo das próximas semanas.

A ideia é discutirmos o financiamento e a gestão da infraestrutura de transportes, olhando-os sob a ótica da estrutura atual e futuros gargalos e, principalmente, as fontes de financiamento que viabilizam a possibilidade de termos crescimentos efetivos nessa área. A ideia é de que tenhamos seis debates, concentrando o primeiro, hoje, em que teríamos a apresentação dos assuntos de forma geral e o cenário atual da infraestrutura de transportes no Brasil e, de alguma forma, caracterizando o que está acontecendo no mundo até para que possamos ter uma percepção maior de como estamos inseridos nessas questões. A ideia que hoje temos é objeto de uma primeira apresentação que eu faria acerca do cenário brasileiro e mundial de transportes. Faria também uma discussão sobre o crescimento econômico, a indústria, o agrobusiness e os transportes. No caso, a CNI, o Dr. Wagner faria essa apresentação.

Na próxima reunião, estaríamos discutindo, então, os mecanismos de financiamentos da infraestrutura de transportes. A ideia é dividirmos em três tópicos, que seriam: primeiramente, a evolução dos investimentos públicos em infraestrutura em transportes e o orçamento geral da União, ou seja, a participação pública no fomento da infraestrutura. Um segundo painel abordaria as concessões e parcerias público-privadas no financiamento dos transportes. Por fim, uma discussão sobre o ambiente econômico regulatório para participação privada no financiamento da infraestrutura. Depois, teríamos a infraestrutura rodoviária e a mobilidade urbana, em um terceiro painel, em que se discutiriam a evolução dos investimentos públicos e o orçamento geral da União, as perspectivas das concessões e PPPs nas rodovias e a mobilidade urbana e a infraestrutura de transportes.

Então, procuramos agrupar esses tópicos de forma que houvesse uma sinergia maior entre os diferentes subtópicos para que se produzisse uma visão um pouco mais holística, vamos dizer assim, daquele subsetor.

Depois, teríamos outro painel, que seriam os portos e o transporte aquaviário, que seriam divididos em três partes: sistema aquaviário brasileiro; gargalos operacionais do sistema portuário e as perspectivas de investimentos e melhorias da gestão portuária.

O quinto painel é focado nas ferrovias. A ideia também seria dividi-lo em três pontos: perspectivas de uma rede de trens de alta velocidade, eficiência e operação do sistema ferroviário nacional e, por último, os desafios e investimentos na expansão da malha ferroviária no País.

Por fim, temos a ideia de falar um pouco sobre aeroportos e multimodalidade. Em um primeiro bloco, falaríamos sobre as perspectivas para a multimodalidade e logística nacional; no segundo, a perspectiva do mercado aéreo brasileiro, de crescimento, expansão, financiamento etc.; por fim, os desafios e investimentos na expansão e eficiência dos nossos aeroportos.

A ideia, com esse conjunto de seminários, seria, Senador, cobrir, eu diria de forma bastante eficiente, os diferentes setores da infraestrutura de transportes, tanto no sentido nacional e regional como em nível urbano, que é também um dos gargalos que temos, de grande desafios que temos para enfrentar em nosso País.

Então, essa seria a primeira apresentação do conjunto desses seminários que estão propostos para que sejam discutidos no âmbito da Comissão.

Quanto ao primeiro painel, tentando caracterizar um primeiro cenário em que a discussão está e deveria ser conduzida, vamos dizer, em nível de Brasil, a ideia é falar um pouco sobre o que temos em relação à infraestrutura no mundo e no Brasil.

Eu começaria, Senador, rapidamente caracterizando que já no Império Romano tínhamos ume rede de rodovias pavimentadas de aproximadamente cem mil quilômetros. A nossa rede pavimentada hoje, no Brasil, é de 180 mil quilômetros. Eu começo, então, olhando o passado, com o mapa rodoviário que aqui está, do Império Romano no Século II. Ele é complexo, ele é sofisticado e ele tem um sistema de financiamento que viabilizava não apenas a construção dessa rede como também a expansão permanente e, principalmente, a manutenção dessa rede no Estado adequado para que a economia pudesse rodar em cima dela. Roma tinha um milhão de habitantes aproximadamente, as rodovias eram pavimentadas, e o nível da qualidade das rodovias era tal que, até hoje, vemos a Via Apia e pagamos para visitar Roma e conhecê-la.

No século II, nós tínhamos uma frota complexa de veículos, tínhamos alguns problemas que temos hoje nas nossas grandes cidades, como restrição de horário para circulação de alguns veículos, pois a frota era muito grande e variada. Todos os problemas que nós temos na vida moderna já estavam presentes em Roma no século II. E parte da solução para resolver esses problemas e esses gargalos que o Império enfrentava passava, por exemplo, pela instituição do *portorium*, que era um misto de ICMS com cobrança de pedágio e que tinha como função assegurar a qualidade permanente do sistema rodoviário, sobre o qual o Império se expandia e também através do qual a economia do Império acontecia.

Ao mesmo tempo, havia um sistema extremamente complexo, em que a gente deveria se inspirar, chamado *annona*, que era, na realidade, todo o sistema logístico para prover o alimento e o suprimento para o Império romano. O alimento básico de Roma era o pão, que vinha do trigo, e Roma não plantava trigo. Logo, o sistema logístico de suprimento era absolutamente sofisticado, de forma a trazer todos os insumos para alimentar um milhão de romanos. E o mais interessante é que, para que se chegasse a isso, os navios que compunham a frota romana eram financiados pelo que nós chamamos hoje de parcerias público-privadas. Acho que isso é extremamente importante porque, enquanto nós ainda estamos discutindo como fazer, há dois mil anos já fazíamos. Então, a PPP não é nova e faz parte da essência da economia do maior império que já tivemos na face da Terra.

Além das rodovias, também os portos, a navegação, o sistema de comunicação entre as províncias, que era complexo, estrutura comercial, sistemas de pagamento, enfim, uma complexa rede de interligações que asseguravam a grandiosidade do Império, mas todo ele baseado na sustentabilidade econômica para que se tivesse a estrutura funcionando de forma adequada para suportar a economia.

Então, eu começo por aqui, Senador, porque acho que remontarmos àquele período é simplesmente olharmos para trás buscando o que já aconteceu de bom para aprendermos e olharmos para frente.

Na realidade, então, houve um planejamento, um desenvolvimento e um financiamento sustentável da infraestrutura. Pensava-se transporte, já naquela época, como *network*, como rede, o que até hoje temos dificuldade de fazer no Brasil.

Em suma, buscaram-se recursos adicionais ao orçamento público junto à iniciativa privada para prover os recursos necessários.

Essa transparência aqui tenta mostrar o que alguns índices do Fórum Econômico Mundial, que a OECD, que é a organização dos países desenvolvidos... Aqui, a gente está apresentando o seguinte: nós temos num eixo um índice de qualidade geral da infraestrutura e no eixo y nós temos o índice de competitividade dos países. Então, o que a gente observa quando se agrega dessa forma os diferentes países? Que, quanto maior for a disponibilidade e a qualidade da infraestrutura que nós temos, este grupo de países aqui, maior é o nível de competitividade desses países.

Depois, nós temos outro grupo de países, que estão aqui, com baixa qualidade geral da infraestrutura, que acabam tendo um baixo nível de competitividade. Qual o desafio que nós temos, olhando para essa realidade mundial, que o Brasil, que está aqui...? É como ampliar o nosso índice de qualidade da infraestrutura para que possamos ter um maior nível de competitividade.

Nessa outra transparenciazinha, da mesma fonte, do Fórum Econômico Mundial, nós temos, também, então, o índice de competitividade, no caso da infraestrutura, os índices de *performance* da infraestrutura, para a América Latina e a gente vê aqui que nós temos um *gap* muito grande entre a infraestrutura dos países latino-americanos e a dos países desenvolvidos. É este um dos pontos principais que precisamos vencer.

Srs. Senadores,vou passar rapidamente a esse mesmo estudo feito pelo Fórum Econômico Mundial, em que mostra os índices associados para os diferentes países – temos 144 países nesta lista – e vou destacar o Brasil para as várias diferentes infraestruturas, os índices que temos nesse cenário dos países em nível mundial.

Então, o Brasil ocupa o 107º lugar em termos de infraestrutura, a qualidade geral de infraestrutura de transportes. Entre 144 países, nós somos o 107. Em termos de qualidade das rodovias, dos 144, somos o 123. Na qualidade da infraestrutura ferroviária, somos exatamente o 100. Na qualidade portuária, somos o 136. E, por fim, na qualidade de transporte aéreo, somos 134.

Bom, temos uma posição que está alta, e destaquei para mostrar que nem todas são baixas, no caso é a disponibilidade de assentos/quilômetro; Por quê? Porque o nosso País é muito grande, quando se multiplica por quilômetro, temos um índice bastante alto. Assim, ocupamos o 7º lugar.

De qualquer forma, o destaque que faria é que a nossa posição sob o ponto de vista global deixa muito a desejar. O grande desafio nosso é como saltar, como dar um salto e saber que não vamos ter o mesmo tempo para desenvolver a nossa infraestrutura que a Europa teve, por exemplo, que foram 150 anos para desenvolver. Logo, temos que desenvolver algum tipo de iniciativa que seja muito mais eficiente num período curto de tempo.

Aqui tento mostrar uma síntese das várias dimensões em que transporte precisa ser analisado. Dentro do ponto de vista regional *versus* urbano, ou seja, temos questões que são regionais e nacionais, ao mesmo tempo temos os vários modos de transporte: aquaviário, ferroviário, rodoviário, aéreo, portos, dutos que são importantes dentro da estrutura de mobilidade e circulação de mercadorias. Depois temos passageiros e cargas. Temos as dimensões de planejamento, operação, financiamento, infraestrutura. Temos as discussões relativas à gestão, às questões de terminais e armazéns, que são fundamentais como elos de ligação entre os diferentes modais. Temos a questão necessária e fundamental da intermodalidade.

O que eu quis com essa transparência? Mostrar a complexidade do que é falar em transportes. Não podemos mais ser amadores na condução das questões de transportes. São questões complexas que requerem alto nível e sofisticação na análise e na solução.

Estou misturando um pouco de diagnóstico com solução. Aqui apresento o que o economista Claudio Frischtak, em um trabalho feito em 2008, mostrou, por exemplo, que os investimentos em diferentes países, em 2007, foram de um pouco mais de 0,53% do PIB sendo investido em infraestrutura de transportes.

Ao mesmo tempo, pego um gráfico que foi apresentado pelo DNIT, em 2011, mostrando o histórico, na década de 70, o nosso pico na ordem de 1,8% do PIB – isso apenas em transporte. Isso foi caindo. E nessa última chamada década perdida, tivemos números absolutamente irrisórios, comprometendo a nossa capacidade, obviamente, e o nosso nível de competição.

Com relação aos portos, também peguei outra análise no mesmo molde do estudo do Claudio Frischtak menciona, que estamos botando nessa área 0,02% do PIB investidos nos portos brasileiros no ano de 2007.

Obviamente, estamos tendo uma série de melhorias no país como a redução de pobreza, da desigualdade, o PIB *per capita* aumentando, o crescimento da renda e um dado importantíssimo, que talvez se consiga, ainda em 2015, antecipar a meta de redução de pobreza, das metas de desenvolvimento do milênio, que seria extremamente importante e que, de alguma forma, mostra que estamos melhorando dramaticamente nas condições, na distribuição de renda etc., mas, ao mesmo tempo, continuamos com alguns problemas.

Então, ainda mostro aqui, no caso, citando alguns exemplos como o PIB, que a expectativa é mais do que dobrar até 2030, olhando sob a ótica do poder de compra também, crescimentos extremamente importantes em relação a nossa condição econômica. Contudo, ainda continuamos com algumas questões, como, ainda hoje, muita gente vivendo aí com menos de US$1,50 por dia.

Ao mesmo tempo, temos esta realidade: juntei tudo nesta transparência, acho que ficou bastante interessante, mostrando que, hoje, isso vai afetar diretamente as nossas questões de infraestrutura, em que temos, praticamente, todos os grandes fabricantes de automóveis instalados no Brasil, visando, fundamen-

talmente, ao mercado interno; as fábricas distribuídas ao longo do País; a produção crescendo dramaticamente. Em 1991, com dados da Anfavea, eram 960 mil veículos por ano e, já em 2011, foram 3 milhões, e a expectativa para 2015 é de que seja da ordem de 5 milhões de veículos.

Ao mesmo tempo, temos a participação dos tributos sobre os automóveis, que é bastante elevada no Brasil. Depois, temos aqui a frota, que também vem crescendo dramaticamente nos vários tipos de veículos que produzimos aqui.

Neste gráfico de habitantes/veículo, vemos também que está crescendo dramaticamente. Tínhamos lá, em 2001, 8,6 habitantes/veículo, já temos em 2010, 6,1, mas, se olharmos mais ou menos como os países estabilizam, vemos que ainda há um crescimento dramático para acontecer – eu diria que sair de 6,1 para chegar aí perto de 2. Ou seja, o cenário que se avizinha é de cada vez mais termos uma demanda muito maior ainda por infraestrutra de transportes, no caso rodovias, tanto as rodovias como a infraestrutra em nível urbano, a mobilidade urbana.

Aqui mostra que o crescimento da produção, eu já tinha mostrado na outra, comparando com outros países, vemos que, na Europa, se estabilizou, praticamente, a produção, à exceção da Alemanha, e, nos outros, estão ainda...

(*Soa a campainha.*)

O SR. LUIZ AFONSO DOS SANTOS SENNA – Já estou encaminhando, imagino que o fim do meu tempo está se aproximando.

Está bem assim? O.k.

De qualquer forma, aqui se apresenta para os vários países, e vemos que, realmente, essa curva de crescimento na produção de veículos no País tende a crescer dramaticamente.

No Brasil, há um incentivo grande às multinacionais para produzirem em nível local, ao mesmo tempo, temos uma carga tributária incidindo sobre o setor que é a mais alta do mundo. Já mencionei antes que a nossa previsão de crescimento da frota, em 2015, é da ordem de 5 milhões de unidades. Recentemente, o Governo adotou medidas para incentivar, manter a atividade econômica, utilizando a indústria automotiva como um dos elementos para manter esse crescimento, através da redução do IPI, por exemplo; ao mesmo tempo, o País possui uma iniciativa, que é *benchmarking* internacional, que é o programa do álcool, o programa do etanol, no qual somos referência. A grande preocupação nossa, hoje, é de mantermos os programas que alimentam, obviamente, toda a circulação, a parte energética, que, insisto, é uma referência internacional. E essa disputa entre as fontes energéticas, obviamente, precisamos ter muito cuidado em relação a ela.

Menciono rapidamente, aqui, Senador, algumas questões como: ao mesmo tempo em que incentivamos o automóvel, temos que criar medidas de restrição. Alguns paradoxos começam a acontecer, por exemplo, por um lado, incentiva-se o uso, por outro, restringe-se, porque não há infraestrutura, principalmente, no nível urbano.

A nossa rede é diversificada, mas, aí, surge um ponto, Senador – e esse número é fundamental para a qualquer compreensão e tentativa de solução: a nossa rede é uma das maiores do mundo – a rodoviária, por exemplo –, porém é uma das menos pavimentadas do mundo. Nós temos apenas 12% das nossas rodovias pavimentadas. E os dados da CNT mostram que, desses apenas 12% pavimentados, boa parte das rodovias encontra-se em situação regular, ruim ou péssima.

Então, nós temos, ali, mais ou menos, 60% das rodovias em situação de regular para baixo. Isso dos apenas 12% pavimentadas.

O Rio Grande do Sul, o meu Estado, tem apenas 10% de suas rodovias pavimentadas. É, mais ou menos, como o Paraguai.

Então, o desafio é extremamente grande. E esse desafio, na realidade, significa saber de onde nós vamos tirar recursos para mudar esse cenário.

A Argentina tem 26%; e, em todos os países dos BRICS, o que tem o pior índice é a Índia, com 40%.

Então, realmente, os números são absolutamente preocupantes, Senador.

Em nível urbano, nós temos também uma solução de sistemas de transporte de massas muito pequena, dadas as necessidades. E, hoje, o Brasil já está com mais de 80%, quase 90%, da sua população habitando as cidades, ou seja, é uma população urbana; logo, nós temos problemas seriíssimos a resolver no nível urbano.

E, aí, agora, de alguma forma, eu já me encaminho para a segunda parte, quase que chegando ao final da minha apresentação.

Trago a ideia de que, historicamente, transporte, ao contrário de outras áreas, não vem sendo conduzido no País... Eu tenho usado a seguinte expressão: a área de transporte tem sido tratada como uma espécie de área de segunda divisão.

Quando a gente discute energia elétrica, telecomunicações, água e esgoto, o nível da discussão é muito superior ao nível que nós temos discutido a área de transportes.

Os desafios que nós temos estão associados a duas questões: primeiro, saber de onde virão os recursos e. segundo, como acomodar e compatibilizar os interesses locais e gerais.

Eu dou um exemplo: hoje, no Orçamento Geral da União, nós discutimos a ponte em uma determinada cidade no interior de um determinado Estado, ou ainda, nós discutimos a pavimentação de um acesso a uma determinada cidade. O equivalente, se nós estivéssemos discutindo energia elétrica, seria discutirmos se a torre de transmissão deveria ou não ser construída numa determinada área. Só que, quando tratamos de energia elétrica, não discutimos torres de distribuição, nós discutimos a rede.

Assim, a priorização dos investimentos precisaria se dar segundo uma lógica de observação da rede como um todo. E esse, eu diria, é um dos problemas fundamentais, inclusive, da eficiência, porque, mesmo com poucos recursos, se nós direcionarmos adequadamente esses poucos recursos, nós poderemos ter um incremento do ponto de vista da eficiência.

Quando nós pulverizamos os recursos, apenas com o objetivo de atender as questões políticas locais, que desvia do fato aquela alocação do recurso de uma lógica mais estratégica, nós estamos, na realidade, com essa pulverização do recurso, não agregando valor do ponto de vista da eficiência do sistema.

E, fundamentalmente, eu destacaria... Essa expressão eu coloquei aqui até para chamar a atenção mesmo. Nós temos várias rodovias brasileiras em que há um determinado ponto que se chama "curva da morte". A "curva da morte", se nós estivéssemos em um país mais organizado do ponto de vista do transporte, aconteceria uma única vez. Contudo, nós temos décadas em que aquela curva continua sendo chamada de "a curva da morte". Por que isso acontece? Porque nós não conseguimos tratar esses assuntos de uma forma preventiva. Então, ele só vai ter uma solução quando o custo em termos de perdas de vidas humanas, em termos de prejuízos financeiros chegar a um nível tal que se torne insuportável manter aquilo.

Então, as correções não são feitas no momento adequado.

E, por fim, eu destacaria ainda, aqui, a questão da omissão dos governos, principalmente, no nível dos Estados e dos Municípios. E vou citar, agora, o caso do meu Estado, o Rio Grande do Sul, que vive um momento extremamente interessante. Há um programa de concessão de rodovias que está terminando agora – está terminando o prazo dele.

Durante todo o programa, nós convivemos com o que eu chamo de dilema da convicção e da necessidade. O que significa isso? O Governo, em algum momento, se deu conta da necessidade de chamar o setor privado para auxiliar no provimento de infraestrutura, mas, imediatamente após o lançamento do programa, iniciou o que eu chamo de falta de convicção, porque ele foi por necessidade e não por convicção da necessidade de chamar, convicção de chamar.

Então, o que aconteceu? O programa foi implementado, mas o tempo inteiro o próprio Estado se omitiu na defesa do próprio programa. Então, passaram-se 15 anos, que estão se encerrando agora, em que aconteceu de tudo que é possível imaginar do ponto de vista de como não conduzir um programa de concessões. Aliás, o Estado do Rio Grande do Sul, hoje, eu diria, é o *benchmarking* do que não fazer em termos de concessão. É só olhar para lá, fazer o contrário do que foi feito e, provavelmente, vão ter um bom sistema de concessão.

Eu insisto muito nisso, por quê? Porque se gerou, hoje, uma antipatia da sociedade em relação à concessão que, provavelmente, vai contaminar outras possibilidades de parceria entre o setor público e o setor privado para prover infraestrutura, outras infraestruturas.

O investidor olha, hoje, certamente, para o Rio Grande do Sul, com desconfiança, porque o Governo se omitiu, o Governo não fez a defesa, o Governo não reajustou tarifas quando tinha de reajustar e isso é absolutamente fundamental para que nós tenhamos uma sustentabilidade econômico-financeira para que os projetos possam decolar.

Minha preocupação é que isso possa contagiar, inclusive, os programas, porque o investidor observa tudo que acontece no País, mesmo que seja em nível do Estado.

Aqui, eu apresento, rapidamente, os métodos de cobrança e de financiamento. Então, nós temos métodos indiretos de cobrança, como os impostos. Eu até destaco, aqui, mais como, simplesmente, um destaque curioso, que na Europa já se cobrou imposto sobre pneus, para financiar infraestrutura. Obviamente, o resultado, Senador, é que, daí, o pessoal não trocava pneu. O europeu se comporta racionalmente, como nós, aqui, então, obviamente, aumentaram os acidentes. Então, são cuidados que se tem de ter quando se identificam essas diferentes fontes de financiamento.

Depois, temos os métodos diretos de cobrança e o pedágio é um dos exemplos. Temos o selo pedágio, que também já usamos aqui no Brasil, e, obviamente, uma cobrança combinada, que eu diria que são impostos mais cobranças. Eu diria que as PPPs, hoje, boa parte delas, se encaixam nessa ideia de cobrança combinada.

Essa figurinha, rapidamente, aqui, é também uma forma diferenciada de mostrar e eu acho que isso é o que tem de ficar bastante presente no nosso imaginário.

Nós temos, então, um pedaço da infraestrutura que pode ser autossustentável, ou seja, ela pode viver completamente dos recursos arrecadados na própria

via, no próprio sistema ferroviário, hidroviário, enfim, qualquer um deles. São recursos que vêm dos usuários.

Depois, regimes em parcerias, em que nós combinamos. Aqui, ao invés de falar de PPP, eu prefiro falar da parceria usuário e contribuinte, por quê? Porque o usuário é quem está pagando e o contribuinte vê que são os recursos públicos.

Por fim, nós temos que a maioria, obviamente, vai continuar vindo dos recursos do contribuinte, que são, por exemplo, no caso de rodovias, quando o volume de tráfico é baixo.

Bom, obviamente, toda a ideia é se trabalhar sempre de forma integrada. Olhando sob o ponto de vista do porto, a questão da armazenagem, que, ontem, foi motivo, ainda, de o Governo Federal criar um programa dentro do que está acontecendo o pacote agrícola, etc.; a questão dos aeroportos, e não olhar a questão do aeroporto simplesmente sob o ponto de vista do passageiro, mas, fundamentalmente, da carga.

Outro exemplo, também, que eu citaria aqui, só para falar do meu Estado, porque fica mais fácil. Aí, crio problema só local e não brigo com mais ninguém, Senador.

Eu participo do Conselho de Infraestrutura da Federação das Indústrias do Estado faz mais ou menos, desde que participo, uns 15 ou 16 anos. Faz 16 anos que se discute a necessidade de ampliar em 800 metros o aeroporto Salgado Filho, para que ele possa suportar que um avião carregado levante e chegue a qualquer país outro, qualquer lugar além de Lisboa, que é mais ou menos o limite onde ele consegue chegar, e de Miami.

Então, se eu quiser ir para Chicago, levar carga, produção, produtos de alto valor agregado, *chip*, etc., não consigo e tenho de fazer escala em São Paulo. Logo, o custo logístico, toda a operação, aduana, etc., tem de ser feita em São Paulo e isso significa um custo adicional maior.

Então, faz 16 anos que eu acompanho a discussão da necessidade de se ampliar o Salgado Filho. Confesso, Senador, que não consigo entender como um Estado importante como o Rio Grande do Sul discute 17 anos e não consegue fazer 800 metros de expansão no aeroporto – só a pista, não estou nem falando do resto. As explicações são várias, mas nenhuma me convenceu até agora. E confesso a minha ignorância setorial, mas isso não pode acontecer. É um gargalo crucial no desenvolvimento do Estado e, por consequência, do País.

Os vários países... Desculpe, concluindo.

As questões das ferrovias, para as quais agora temos soluções que passam pela participação privada, as ferrovias tradicionais, os trens de alta velocidade. Várias vezes me perguntam se faz sentido construir um trem de alta velocidade quando ainda temos pobreza no País. Esse é o desafio de quem não vai ter 150 anos para desenvolver a sua infraestrutra. Temos que fazer as duas coisas simultaneamente. Temos que gastar muito se queremos o trem de alta velocidade. E isso é quase 50% ou 60% do PIB brasileiro. A solução tem que acontecer. E é o desafio, insisto, ao contrário da Europa que teve 150 anos para montar a sua infraestrutura, aqui temos cinco ou dez anos. Como fazer isso? Vamos ter que ser muito criativos, quebrar alguns dos preconceitos que temos em relação à participação privada, por exemplo, que é séria no País, para conseguir fazer em 10% do tempo o que os outros levaram para fazer. E por quê? Porque fazemos parte de uma competição global. E o impacto de não termos trens e portos adequados, enfim, infraestrutura adequada significa que vamos perder a competitividade.

Vários exemplos, e passo bem rápido, de programas de concessões, de parcerias público-privadas nos vários países, todo mundo está participando disso – França, Itália, Hungria, países ricos, países intermediários, países pobres, e cito vários exemplos, depois vou acelerar porque sei meu tempo está terminando.

Mas o que vou citar é o exemplo da China, que é um país comunista e que tem o maior programa de concessões para iniciativa privada do mundo. E o exemplo que vou citar: a primeira *freeway*, a primeira rodovia autoexpressa da China tinha 147 quilômetros e foi inaugurada em 1988. Em 2005, já eles já tinham 41 mil quilômetros de autoestradas. De 147 quilômetros, em 1988, para 41 mil quilômetros, em 2005. A expectativa é que tenham 85 mil quilômetros daqui a 30 anos.

Sem entrar no mérito, a China é nosso parceiro e nosso competidor. Talvez seja impossível fazer o que eles fazem, mas temos que ter como objetivo tentar fazer algo similar. Como fazer? Vamos ter que ser criativos. Talvez usando esse leque de alternativas que temos e as várias formas, por exemplo, de parcerias público-privadas.

Aqui no Brasil, há duas legislações: temos a Lei das Concessões e a Lei das PPPs. No restante do mundo é uma só, porque concessão é uma forma de PPP. Mas independentemente da questão legal, o fato é que existem várias possibilidades de estabelecimento dessa parceria.

Por que temos que interferir logo? Porque a rodovia ou a infraestrutura de uma forma geral passarem do ponto, fica tão mais caro reconstruí-la que praticamente os nossos recursos acabam, sempre em cima das mesmas rodovias. Então, a ideia é ter planos de manutenção permanente.

Temos que sair de uma situação que eu chamo de artesanato... Operação tapa-buraco, na minha visão, é uma condição de artesanato. Não é indústria. Todas essas fotos aqui não são na África, são no Brasil.

Para uma situação de indústria, o que significa? E cada vez mais precisamos ter serviços acoplados, o nível de exigência... O mesmo usuário, o mesmo consumidor de serviços de telefonia quer rodovias que também tenham serviços acoplados. É óbvio.

Todos estes países têm 100% da malha pavimentada: Alemanha, França, Itália, Reino Unido, Suíça, Holanda. Aqui começa decrescendo e aqui estamos nós.

Por que nós temos programas de concessão que têm sido utilizados em nível internacional? Por uma razão muito simples: os chamados donos desses bancos que fazem empréstimos, Banco Mundial, BID etc., se deram conta de que muitas vezes eles emprestavam recursos para os países e para o que eles chamam de entidades subnacionais, Estados e Municípios, e os governos, antes de terminarem de pagar aquele empréstimo, já estavam pedindo novamente recursos para reconstruir aquela infraestrutura. Por quê? Porque não tinham planos de manutenção acoplados, a infraestrutura se degradava a tal ponto que era preciso reconstruí-la. Então, eles começaram a condicionar os empréstimos: quem quer empréstimo precisa ter um plano de manutenção daquela infraestrutura.

Aqui, uma síntese do que eu chamaria de perspectivas futuras. O que eu vejo pela frente? Um forte aporte de tecnologia em todas as infraestruturas, os sistemas de VTMS nos portos, sistemas complexos de gestão nos aeroportos, as rodovias com sistemas de informação aos usuários que evitam acidentes, que dão informação e qualificam essas rodovias. Em nível urbano, metrôs, sistemas de BRTs, todos eles com forte aporte de tecnologia.

No caso de haver participação privada, em que o sistema vai se alimentar da receita advinda da cobrança de pedágios por exemplo, trata-se, obviamente, de sempre ampliarmos a base de pagantes. Hoje há na Câmara uma lei – não sei exatamente se foi aprovada, mas me parece que foi – dando isenção do pagamento de pedágio aos moradores de cidades onde se encontram praças de pedágio. Isso significa: acabem com a lógica de concessão e de PPPs em rodovias. Imaginem se, no caso de uma praça colocada na cidade de São Paulo, nenhum paulista pagar, não vai ser o pessoal do Piauí e do Rio Grande do Sul que vão manter aquela rodovia. Chamo atenção para isto: é extremamente importante que seja olhada com muito cuidado essa discussão.

Só que, ao mesmo tempo, do ponto de vista urbano, isto acontece também: quando o número de isentos que pagam passagem de ônibus, de metrô etc. é crescente. Cada vereador vai lá e a primeira proposta que faz é arranjar mais um grupo para ser isento da tarifa. Quem é que paga a tarifa nesse caso? É quem paga, porque o subsídio não vem de fora, ele vem do próprio sistema. Eu só faço essas duas considerações porque elas, de alguma forma... A ideia de isenção é muito interessante, mas ela tem um custo, e esse custo normalmente quem paga é o próprio consumidor.

Eu terminaria agora aqui, Senador, só destacando o seguinte: devemos olhar a questão de forma intersetorial. Eu acho que, no setor de telecomunicações, houve uma revolução neste País por uma razão muito simples: foi criada uma Lei Geral de Telecomunicações. O que significa isso? Foi costurada toda a legislação porque se percebia claramente o objetivo do que se iria fazer. Nós saímos de uma situação em que o telefone era declarado no Imposto de Renda – se o sujeito quisesse saber o grau de riqueza de uma pessoa, era só saber quantos telefones ele tinha –, para uma realidade em que há mais telefones do que pessoas em nosso País. O que aconteceu nesse setor é o que precisa acontecer na área de transportes.

Muito obrigado.

O SR. PRESIDENTE (Fernando Collor. Bloco/PTB – AL) – Muito obrigado ao Sr. Professor PhD da Universidade Federal do Rio Grande do Sul, Dr. Luiz Afonso dos Santos Senna, por sua brilhante exposição.

Antes de passar a palavra ao próximo palestrante, eu gostaria, mais uma vez, de lembrar aos nossos ouvintes e aos nossos telespectadores que estão abertos os seguintes canais para receberem seus comentários e suas perguntas: o Alô Senado, ligações gratuitas pelo 0800-612211; Internet, pelo endereço www.senado.gov.br/alosenado; alosenadofederal, no Facebook; e o Twitter @AloSenado.

Passo agora a palavra ao Sr. Wagner Ferreira Cardoso, representante da Confederação Nacional da Indústria, Secretário Executivo do Conselho Temático Permanente de Infraestrutura da CNI.

Tem V. Sª a palavra.

O SR. WAGNER FERREIRA CARDOSO – Bom dia. Muito obrigado pela Comissão de Infraestrutura ter convidado a CNI para fazer uma exposição na Comissão. Isso é um grande prazer para nós.

A minha apresentação será parecida com a do Prof. Senna. Eu não o conhecia, conheci ali atrás, mas nós acreditamos que o setor privado, um bom investimento para o setor privado na infraestrutura é o caminho para atenuar os problemas que nós vivemos.

Bem, a indústria brasileira tem perdido participação no PIB. Em 1984 ela representava 35% e, no ano passado, ela acabou com 12%. Isso é uma tendência

mundial de a indústria ir perdendo participação no PIB, mas no Brasil isso vem se acentuando muito, isso está muito acentuado.

Apesar dos esforços do governo, redução de taxas de juros, desvalorização do real e redução da tarifa de energia, este ano nós vamos continuar com uma baixa participação no PIB. Quer dizer, o faturamento da indústria tem caído.

Na verdade fabricar no Brasil é caro. Atualmente fabricar no Brasil é caro e as importações vêm diminuindo. Um em cada cinco produtos industriais consumidos no país é importado. Esse é o gráfico da queda da participação, já foi 20%, 30% e hoje é 14%, nó que a indústria participa nas riquezas do país.

Estradas de má qualidade, portos ineficientes, cabotagem pequena, falta de ferrovias e armazenagens afetam a indústria e a sua capacidade de se integrar às cadeias globais de produção. A indústria moderna precisa de sistemas integrados de logísticas eficientes. O governo já percebeu que o déficit da infraestrutura depende da participação do setor privado no investimento e na gestão dos recursos.

A MP dos portos. O porto em nossa opinião é o principal gargalo do sistema logístico brasileiro. A MP dos portos não deve ser olhada sozinha, ela faz parte de um programa maior. Foi lançado no ano passado o PIL, que é um programa ousado de investimentos e de concessões em rodovias e ferrovias, os leilões dos aeroportos, a MP da energia elétrica, a MP que trata dos portos secos e a nova lei de PPPs. Então, o novo marco legal dos portos deve ser olhado nesse conjunto em que o governo está tentando enfrentar de frente o problema da infraestrutura no Brasil. Ainda está faltando cabotagem, gás natural e saneamento básico, a modernização para esses setores.

O Brasil investe pouco em infraestrutura. A China investe 7% do PIB; o Chile, 6%; a Índia, 5%. O Brasil tem investido em termos de 2,1%, o que dá cerca de R$82 bilhões. Para nós começarmos a reverter o déficit de infraestrutura nós precisamos investir 5% do PIB – isso dá R$220 bilhões/ano. Então, nós temos um déficit de R$120 bilhões por ano de infraestrutura, e esse déficit vem se agravando a cada ano.

Para vocês terem uma ideia, os recursos do Siafi, o Governo Federal investe em média R$40 bilhões por ano em infraestrutura. Isso é só o Governo Federal. Há ainda as estatais, Estados e Municípios. Mas nós estamos muito longe dos R$220 bilhões. Então, não há outro jeito, nós temos que investir, temos que chamar o setor privado tanto para o investimento como para a gestão.

Um dos nossos problemas no setor de logística é a falta de informação. Aqui o Ministério da Agricultura americano faz um acompanhamento da soja – o Senador Blairo Maggi deve conhecer isso muito melhor que eu. A soja que sai dos Estados Unidos para Xangai tem um preço de transporte interno de U$56,00 por tonelada. No Brasil, esse preço é 127. Então, apesar de a produção ser mais cara do que no Brasil, ela chega à China com preço mais barato do que a soja brasileira, devido ao nosso custo logístico doméstico.

V. Exªs podem ver que o transporte internacional é o mesmo, porque foi inteiramente desregulamentado; é mercado livre. Esse é um dado do Departamento de Agricultura dos Estados Unidos. Seria bom que pudéssemos também ter esse dado no Brasil, mas nós não temos. Nós copiamos isso do *site* do Departamento de Infraestrutura dos Estados Unidos.

As pesquisas da CNI apontam que os principais gargalos na área de infraestrutura são os portos e a energia elétrica. Quanto à energia elétrica, já houve uma lei aprovada; quanto aos portos, também temos uma lei aprovada e estamos esperando a sanção, que deve sair hoje.

Nós imaginamos, mais ou menos assim, como se comporta a infraestrutura no Brasil: portos é o pior setor, saneamento básico, rodovias, ferrovias, aeroportos, energia e telecomunicações. Quer dizer, o menos desenvolvido, para nós, é portos e saneamento básico. Nós temos... Nem 50% do esgoto do Brasil são tratados; nós jogamos 8 bilhões de litros de esgoto *in natura* em nossos rios, em nossos lagos e mares. E o setor mais desenvolvido é o de telecomunicações, porque, mesmo com os problemas que existem, o setor está totalmente privatizado.

Nos sistemas de transporte, os principais problemas identificados são: o baixo volume de investimento, elevada e crescente deterioração da via ferroviária, dificuldade de acesso aos portos, modelo de gestão do Estado ultrapassado e não profissionalizado, e modal aquaviário subutilizado. Como falei, os portos são o principal gargalo de nossa cadeia logística. E eu repeti a mesma informação do Fórum Econômico Mundial, de que, em 144 países, os portos brasileiros ficaram na posição 135.

Na verdade, nossos portos públicos estão cercados pelas grandes cidades. Isso é o desenvolvimento natural das cidades. Então, a saída que a Medida Provisória nº 595 fez, que o Governo encontrou, foi retirar as barreiras para o surgimento de portos privados fora da área do porto organizado. Logicamente, isso não vai solucionar o problema de curtíssimo prazo. Um terminal desses vai demorar 7, 8 anos para ficar pronto. Mas é um passo certo na direção correta de atenuar o problema, em nossa opinião.

Aqui está o Fórum, o *ranking* em que estamos em 135.

Há um fato interessante: apesar de todos esses problemas dos portos brasileiros, a movimentação tem crescido de ano para ano. Só recuou em 2009, porque houve a crise financeira internacional em 2008. Depois, a movimentação de contêineres no Brasil não para de crescer.

Agora, temos de saber que somos muito pequenininhos em relação ao movimento internacional. O Brasil está aqui... O Porto de Santos está bem atrás dos grandes movimentadores de contêineres no mundo. Temos de ter ciência da nossa atomicidade em relação ao que existe lá fora.

A movimentação de todas as cargas, não só de contêineres, também tem crescido violentamente, apesar dos problemas, e só recuou em 2009, devido à crise de 2008. E, mesmo sendo grande a exportação de minério de ferro, de soja, de milho, também somos pequenos em relação aos grandes movimentadores internacionais.

Mas, dos 16 grandes projetos do mundo na área de transportes, nós temos cinco no Brasil. No Brasil, nós temos o trem de alta velocidade, a Ferrovia Norte-Sul, o metrô de São Paulo, o anel ferroviário de São Paulo e a Ferrovia Transnordestina. E portos, também. Dos grandes portos do mundo, nós temos dois no Brasil: os novos terminais do Porto de Santos e o Porto do Açu, do empresário Eike Batista.

Nós temos importantes saídas do Nordeste que vão diminuir a "distância" – entre aspas – do Brasil com o mundo: a Ferrovia Norte-Sul, que vai ser a espinha dorsal do setor ferroviário brasileiro; a BR-163, que é um projeto de 30 anos, que nós estamos com esperança de que no ano que vem fique pronta, só faltam 500km de asfaltamento; a duplicação de Carajás, que já está com a licença aprovada; e, em um prazo mais longo, a Hidrovia Tapajós-Teles Pires e a Ferrovia Leste-Oeste.

Bem, esses são os *rankings* do agronegócio. O Brasil tem uma produção expressiva mundial. Vou passar isso rápido. No milho e na soja, nós somos líderes também. Tem a questão da soja. Nós estamos planejando fazer a saída pelo Norte, por Santarém, porque lá está o excedente. Na região de Mato Grosso, sul do Maranhão e do Piauí e oeste da Bahia está o excedente. Descer isso para Paranaguá, Santos, São Francisco do Sul, é uma perda de eficiência imensa. Então, o sistema logístico...

Eu queria centrar um pouco na questão da Lei dos Portos, porque essa vai ser a quebra de paradigma. Nós acreditamos que essa vai ser a quebra de paradigma na logística brasileira. Antes da MP nº 595, os investimentos em novos terminais estavam praticamente paralisados. O Decreto nº 6.620 praticamente proibia o investimento em terminais de uso privado no Brasil. Uma disputa comercial dentro do setor privado de contêineres desperdiçou energia e postergou os investimentos. Os grandes terminais privados que motivaram a disputa com os terminais públicos foram Portonave, em Santa Catarina; Itapoá, também em Santa Catarina; Cotegipe, na Bahia; o terminal da Odebrecht, que ainda está em construção em Santos; e o Porto Brasil, do grupo Eike Batista, que devido ao Decreto nº 6.620, não chegou nem a sair do projeto.

Então, a questão do porto é simples de ser explicada. A carga, como eu mostrei para o senhor, está crescendo de ano a ano. Mas a área nova para movimentação portuária não tem crescido. Então, com a carga crescendo sem espaço novo para movimentá-la, existe um congestionamento, que são as grandes filas que a gente vê em Paranaguá e Santos, e os altos custos.

A medida provisória veio para resolver isso. O que ela faz? Ela ordena o setor; revoga a Lei nº 8.630, que foi importante 20 anos atrás, mas hoje se mostrava inadequada. Acaba com a distinção entre carga própria e de terceiros. Essa é a principal questão da MP. Essa distinção entre carga própria e de terceiros não existe nos outros países, e no Brasil existia. Ela autoriza que os terminais... A autorização fica prorrogada por períodos sucessivos, ou seja, ela acaba com o período futuro, porque no terminal privado, a área, o terreno é privado. Então, ao licitar uma área privada, haveria indenizações, isso não seria conseguido.

E ela possibilita a concessão das administrações portuárias à iniciativa privada. Isso, como a Lei nº 8.630 já previa. Essa será a nova bandeira da CNI depois que a MP 595 for sancionada. Nós acreditamos que as administrações portuárias também devem ser privatizadas.

Bem, aqui eu falo da Lei dos Portos e das diferenças, da briga, entre terminais de uso público e terminais de uso privado. Esperamos que isso já tenha sido superado, mas eu vou deixar esta transparência aqui.

Quais são os pontos centrais da MP 595? Ela acaba com a distinção entre carga própria e de terceiro; promove importantes atualizações na regulação dos portos; dá segurança jurídica aos 128 terminais privados existentes – isso é muito importante –; ela harmoniza o conflito de interesses, o conflito comercial, dentro do setor privado; e ela avança na direção de criar um ambiente favorável aos investimentos e à participação do capital privado nos portos.

A lei é um primeiro passo. Depois dela, nós precisamos construir um planejamento de longo prazo

bem estruturado para o setor portuário. Nós temos que pensar 30 anos para frente.

Na verdade, o Brasil começa a fazer o projeto de uma nova obra depois que o setor já está engarrafado, depois que já há congestionamento. Um porto ou terminal demora sete anos para ser feito. Então, na verdade, quando um porto, um terminal ou uma via estiver com 60% da capacidade, já está na hora de começar a fazer o projeto, já está na hora de licitar a obra. É o que não existe, e isso o Governo está tentando consertar.

Nós temos que dar prioridade no PAC para os acessos terrestres. Administração portuária: volto a dizer, temos que reduzir custos, profissionalizar seus dirigentes e conceder as administrações públicas ineficientes ao setor privado. Temos que reduzir o longo tempo de modelagem nas licitações de novas áreas públicas e autorização para novos terminais privados.

Há uma área no Porto de Itaguaí, no Rio de Janeiro, que se chama Terminal do Meio, que está sendo modelada há oito anos. Vai para a Cia Docas, vai para a Antaq, vai para a SEP, vai para o TCU, vai para o Ministério Público... Quer dizer, está há oito anos sendo modelada para ser licitada. Essa é uma coisa com a qual precisamos acabar.

É preciso também rever os decretos das poligonais do porto organizado e resolver o problema dos trabalhadores avulsos.

Esse era um problema muito importante em 1993, quando foi criada a primeira lei dos portos. Hoje é um problema de muito mais fácil solução, porque, na época da primeira lei, nós tínhamos 41 mil trabalhadores avulsos; hoje, nós temos 25, e a carga dobrou. Quer dizer, hoje percebemos que é muito mais fácil resolver esse problema quando comparamos a situação atual e a situação existente quando da criação da primeira lei dos portos.

É necessário também harmonizar os trabalhos dos órgãos públicos que intervêm no porto, resolver o problema da praticagem e do espelho d´água – o Serviço de Patrimônio da União criou uma nova taxa que vai aumentar os custos portuários e, lógico, isso vai ser repassado aos consumidores.

E harmonizar as normas de autorização dos terminas de uso privado e dos terminais fluviais.

Muito bem. O que a indústria quer? A indústria quer que, a médio prazo, um navio desse porte possa atracar no Brasil.

O SR. PRESIDENTE (Fernando Collor. Bloco/PTB – AL. *Fora do microfone*.) – Qual é a tonelagem desse navio?

O SR. WAGNER FERREIRA CARDOSO – Um navio desses movimenta 15 mil contêineres. Hoje...

O SR. PRESIDENTE (Fernando Collor. Bloco/PTB – AL. *Fora do microfone*) – Quantas toneladas tem o navio que carrega contêineres?

O SR. WAGNER FERREIRA CARDOSO – Olha, eu passo isso depois por *e-mail* para o senhor, mas geralmente navio de contêiner é medido pelo número de TEUs que ele movimenta. São 15 mil TEUs. No Brasil hoje os portos só podem receber navios de 7 mil TEUs. Esse navio, apesar de ter o dobro de movimentação de TEUs, requer somente mais três tripulantes que o navio de 7 mil TEUs. Então, a economia de escala dele é fantástica.

(*Intervenção fora do microfone.*)

O SR. WAGNER FERREIRA CARDOSO – Esse navio precisa de calado de 18 metros.

(*Intervenção fora do microfone.*)

O SR. WAGNER FERREIRA CARDOSO – Doze.

A economia de frete, de transporte de um navio desses é fantástica.

Eu tenho uma série de eslaides que falam desse navio e vou passar para a assessoria do senhor.

Esse navio foi construído em 2006. É um navio que já está ficando velho. Ele faz Ásia, Estados Unidos e Europa. A nossa meta deve ser criar as condições para que um navio desses venha ao Brasil, e a sociedade brasileira possa usufruir dos grandes ganhos de competitividade e de escala que um navio desses proporciona.

Muito obrigado.

O SR. PRESIDENTE (Fernando Collor. Bloco/PTB – AL) – Muito obrigado ao Sr. Wagner Ferreira Cardoso, Secretário Executivo do Conselho Temático Permanente de Infraestrutura da Confederação Nacional da Indústria (CNI), pela sua exposição.

Passamos agora a palavra aos Srs. Senadores inscritos.

O primeiro inscrito S. Exª o Senador Blairo Maggi.

Gostaria que V. Sªs os palestrantes de hoje fossem anotando as perguntas para responder depois em bloco. E aproveitaria para ler logo uma pergunta que nos chega pelo Alô Senado, com a permissão de S. Exª o Senador Blairo Maggi.

Diz a pergunta:

Aproveitando a presença da CNI, de um especialista em transporte na Audiência Pública, gostaria de fazer o seguinte questionamento:

Ouço há anos, aliás, décadas, que é necessário incentivar a indústria automobilística para gerar empregos e renda. O representante da CNI poderia esclarecer o real nível de emprego gerado por essa indústria? Entendo que a produção hoje é mecanizada. Por outro lado, pergunto ao Professor: Incentivar automóvel não é o mesmo que incentivar cigarro? Um produto que

sufoca a nossa atmosfera e mata nossos jovens. Não há outro modo de fazer nossa economia girar?

E agora sim passo a palavra a S. Exª o Senador Blairo Maggi, como primeiro inscrito.

O SR. MAGNO MALTA (Bloco/PR – ES) – Sr. Presidente, V. Exª poderia me inscrever?

O SR. PRESIDENTE (Fernando Collor. Bloco/PTB – AL) – O Senador Blairo Maggi tem a palavra.

O SR. BLAIRO MAGGI (Bloco/PR – MT) – Muito obrigado, Sr. Presidente.

Cumprimento V. Exª e também os nossos colegas que estão aqui na Comissão de Infraestrutura. Também cumprimento o Prof. Dr. Luiz Afonso dos Santos Senna e o Dr. Wagner Ferreira Cardoso pelas observações aqui feitas,

Na verdade, eu tenho só que trocar uma informação com o Dr. Wagner e uma pergunta ao Dr. Luiz.

O senhor mostrou a questão dos preços da soja, e até o senhor se referiu a mim dizendo que entendo mais. Não entendo nada mais que ninguém. Eu sinto no bolso as diferenças, e as diferenças são muito grandes realmente no Brasil. O senhor coloca que o preço da soja chega mais barato na China. Ele chega mais barato na China, e tem que mostrar, sim, mas, na realidade, quem paga a conta é o produtor brasileiro. Aquela diferença de preço na China que o senhor mostrou, na verdade, é a diferença no preço dentro do Brasil. Os preços são internacionais – eles acabam chegando ao consumidor pelo mesmo preço –, mas a competitividade do produtor brasileiro ou de qualquer mercadoria brasileira fica perdida realmente na nossa logística, até discuti aqui com o Senador Acir que às vezes a gente desconfia que, para o Governo, tanto faz o dinheiro ficar na mão do produtor ou no dono do caminhão ou no dono do trem, porque o dinheiro fica aqui internamente mesmo. É ineficiente, só troca de mão – o produtor não ganha, mas ganha mais o caminhoneiro; não ganha o caminhoneiro, ganha a transportadora do trem; e assim por diante –, mas, na realidade, quando chega aos portos brasileiros e ficam os navios esperando, que são os *demurrage*, são alguns bilhões de dólares por ano, esse dinheiro é rasgado definitivamente. Ele não fica com ninguém. Não adianta querer ganhar em cima da ineficiência. Temos de ser mais eficientes porque, no momento em que os mercados internacionais caem, que perdem competitividade, perdem preço, o primeiro que vai parar de produzir é o brasileiro. Não tenha dúvida nenhuma. Se apertar o mercado internacional, nós paramos primeiro que os outros.

É só uma observação que eu gostaria de fazer. Não que esteja errado, é só a forma de finalizar, porque quem paga a conta somos nós mesmos, não é? É o produtor, no caso. E assim vale para todo tipo de mercadoria, não só para grãos.

Gostei muito da explanação do Dr. Luiz Afonso. Eu não sou estudioso das coisas do passado, mas fiquei interessado em ver que os romanos já eram talvez mais organizados do que nós. Eles sabiam que só há paz nas cidades se o campo prover realmente as cidades. E o campo provê, mas alguém precisa fazer com que as mercadorias cheguem às mãos e aos estômagos das pessoas. Os romanos já faziam isso, e nós patinamos muito até hoje. Vamos e voltamos. O senhor citou o exemplo do Rio Grande do Sul, que é uma escola que não deve ser seguida na questão das privatizações ou das concessões.

Eu gostaria de perguntar a V. Sª o seguinte, já que é um estudioso da área, é um PhD na área, acadêmico: independentemente das forças políticas, da vontade política, que modelo ideal a academia hoje defende? É privatização, concessão, concessão onerosa, concessão não onerosa? Essa é a primeira pergunta.

A segunda vem embutida junto. Estamos para experimentar um novo modelo agora de concessão, tanto de ferrovias como de rodovias. A princípio, entendo que haverá um ganho bastante grande com isso. Defendo a posição que o Governo está adotando, de entregar à iniciativa privada essa questão. Mas isso vem dentro de uma ideia de Governo, de um grupo político que está no Governo, que tem o comando do País neste momento, e eles têm ideologias, de repente, diferentes, métodos diferentes de fazer as coisas. Mas, especificamente, se fosse para a academia escolher hoje um modelo, que modelo V. Sª recomendaria para que nós aqui estudássemos e que o Governo pudesse seguir. Independentemente das forças políticas, porque sei que elas podem mudar tudo. Mas aqui vamos isolá-las, deixá-las separadamente, a fim de fazer uma análise.

Essa a minha pergunta. Muito obrigado.

O SR. PRESIDENTE (Fernando Collor. Bloco/PTB – AL) – Muito obrigado a S. Exª o Senador Blairo Maggi.

E passo agora a palavra a S. Exª o Senador Petecão, Vice-Presidente da Comissão de Serviços de Infraestrutura.

O SR. SÉRGIO PETECÃO (Bloco/PSDB – AC) – Agradeço o Presidente Collor.

Na verdade, minha pergunta vai para o Sr. Wagner, da CNI.

Sr. Wagner, eu sou do Acre. Lá no meu Estado, quando estavam construindo a Transoceânica, falava-se muito no escoamento de produtos do Mato Grosso, como soja e milho, por aquela BR, por aquela Transoceânica. Com um deputado estadual, presidente da Assembleia do meu Estado, cheguei a visitar os portos de Ilo e de Matarani, no Peru. O que existe de con-

creto? O que o Brasil pensa? Na época, fizeram uma divulgação muito grande. Hoje, a estrada está pronta, concluída, e o que vimos é que se tornou um mero corredor turístico. Não vejo grandes exportações por aquela região. Eu gostaria que o senhor me informasse o que há realmente de concreto e o que o Brasil pensa. Porque se fala muito em mercado consumidor. Eu vi o senhor falando ali dos países asiáticos, e nós temos esses portos diretamente no Pacífico, bem mais próximos dos grandes mercados consumidores.

A minha pergunta é neste sentido: o que há realmente de concreto e o que o Brasil pensa, o que a indústria pensa daqueles portos peruanos?

O SR. PRESIDENTE (Fernando Collor. Bloco/PTB – AL) – Muito obrigado a S. Exª o Senador Sérgio Petecão.

Passo agora a palavra a S. Exª o Senador Wilder Morais.

O SR. WILDER MORAIS (Bloco/DEM – GO) – Obrigado, Presidente.

Eu queria fazer uma pergunta ao Dr. Luiz Afonso.

Dr. Luiz, se a gente só tem 10% da nossa malha asfaltada e, dentro desse objetivo de enfrentar esse gargalo pela frente, não seria hora de o Governo... Eu queria saber se você tem esse estudo, de quantos por cento nós temos de projeto em rodovia no País. Eu acho que o grande problema de tudo isso, a decisão de construir tanto rodovias, ferrovias, portos e aeroportos, é a demora na execução desses projetos, que é muito grande. Então, eu acho que o Governo deveria, já que temos 10%, que o Governo fosse, talvez... Hoje, para se obter uma licença, tanto na área ambiental onde há reserva indígena ou patrimônio histórico, pode levar décadas.

Se o Governo, que tem todo o comando, que tem a parte regulatória e tem acesso a todos esses órgãos, não consegue se destravar, como há vários exemplos de ferrovias, rodovias, hidrovias, hidrelétricas, eu acho que deveria pegar essa função para ele e colocar isso na prática, chamando a iniciativa privada. Porque a iniciativa privada não vai dar conta e não tem mecanismo para enfrentar essa dificuldade.

Eu queria deixar essa pergunta.

E por que não o Governo não avançar em projetos? O Governo não tem condição nem recurso financeiro para que sejam feitos esses investimentos necessários. Mas a iniciativa privada também não tem condição de fazer, nem PPP nem concessões. E onde o Governo, como você citou o seu Estado, faz concessão ou privatização o faz com raiva, em vez de ele fazer com prazer e passar isso para a iniciativa privada; ele faz isso como se estivessem tomando algo dele. Por que o Governo tem que fazer gestão hoje de aeroportos? A parte dele que já tinha que ser feita, de construir aeroportos, é visível hoje. Os aeroportos que foram terceirizados já estão em canteiro de obra. Quem for ao aeroporto aqui de Brasília ou a outros, em todo canto desses aeroportos, vocês vão ver que há obra em andamento. Então, esse deve ser o nosso caminho.

Então, eu gostaria que você tivesse o conhecimento de quantos projetos em andamento a gente tem hoje nessa área de infraestrutura no País.

O SR. PRESIDENTE (Fernando Collor. PTB – AL) – Muito obrigado a S. Exª o Senador Wilder Morais.

Passo a palavra agora a S. Exª o Senador Sérgio Souza e, em seguida, a S. Exª o Senador Valdir Raupp.

O SR. SÉRGIO SOUZA (Bloco/PMDB – PR) – Sr. Presidente Fernando Collor, caro Luiz Afonso, da Universidade Federal do Rio Grande do Sul; Wagner Ferreira, da CNI, eu fui o relator aqui no Congresso da medida provisória que atualizou, que modernizou as PPPs e tomei a iniciativa de colocar o RDC.

Eu gostaria de ouvir dos senhores o porquê de o Brasil estar tão atrasado em infraestrutura. Isso nós estamos debatendo há décadas, mas o que eu não vejo é um planejamento estratégico do Brasil e com projetos eficientes.

E por que vem o RDC no exato momento em que o Brasil vê a necessidade de avançar com suas obras? O RDC surgiu no cenário jurídico brasileiro quando das obras da Copa e das Olimpíadas. O Brasil assumiu alguns compromissos, principalmente com a organização mundial desses eventos, e tem que cumprir no prazo as obras necessárias para a realização desses grandes eventos que são a Copa e as Olimpíadas.

Se nós não temos projetos e se não temos velocidade nas licitações, porque a nossa Lei de Licitações – e aí também fica uma pergunta se não precisamos atualizá-la também... O RDC é uma solução adequada? Porque esse Regime Diferenciado de Contratações permite que, enquanto eu faço uma parte do projeto, eu já posso ir licitando, posso ir contratando o projeto do executivo e posso ir executando enquanto eu vou fazendo os demais. É o que vai acontecer agora, por exemplo, nas ferrovias que vão ser concedidas por todo o Brasil. E, também nas rodovias onde houver PPPs, a ideia é que venha o RDC porque ele ganha, e muito... Nós imaginamos que um projeto executivo de uma grande obra, por exemplo, como esse da usina de Belo Monte, leve cinco, seis, sete anos, e, às vezes um país não pode esperar tantos anos assim, como não pode esperar uma infraestrutura portuária, ferroviária ou rodoviária. O RDC é a solução mais adequada, do ponto de vista não só da otimização, mas do ponto de vista de preservarmos as instituições nacionais, e aí eu coloco principalmente a fiscalização e o controle.

O RDC dá essa solução?

É a pergunta que deixo a V. Sªs.

O SR. PRESIDENTE (Fernando Collor. Bloco/PTB – AL) – Muito obrigado a S. Exª o Senador Sérgio Souza.

Passo a palavra a S. Exª o Senador Valdir Raupp.

O SR. VALDIR RAUPP (Bloco/PMDB – RO) – Sr. Presidente, Srªs e Srs. Senadores, senhores convidados, eu vou mais ou menos na linha que o Senador Petecão falou sobre a nossa rodovia bioceânica e a nossa futura ferrovia transcontinental. Está indo lentamente, em sentido Norte, futuramente ligando o Peru, mas isso é projeto para vinte, trinta anos, até chegar aos portos do Pacífico. E vejo que o único meio de transporte viável, competitivo, para levar produtos do Brasil para os portos do Oceano Pacífico, seria por meio de via ferroviária, e não rodoviária, que não deu certo, como falou o Senador Sérgio Petecão, que seria apenas para fins turísticos.

Mas os nossos países da América do Sul têm vivido, ao longo da sua história, muitos desencontros. O Brasil está começando a acertar nas PPPs, nas Parcerias Público-Privadas, nas privatizações, nas concessões, enquanto que os nossos países vizinhos, que fazem limite com o Brasil, como a Venezuela, a Bolívia e a Argentina, estão indo na contramão da história. A Argentina agora, recentemente, divulgou um pacote de estatização de seis mil quilômetros de ferrovia. Eu li isso hoje, na mídia brasileira. A Argentina estatizando, a Venezuela estatizando, a Bolívia estatizando, os únicos que estão indo mais ou menos na linha do Brasil são o Peru e o Paraguai, que ainda não entraram por esse caminho. Então, fica muito difícil essa relação.

Eu soube hoje – agora há pouco me deram essa informação – de uma empresa que fabrica componentes, algumas peças, em São Paulo e também na Itália – a mesma empresa – que é mais fácil mandar peças da Itália para a Argentina, é mais competitivo mandar peças da Itália para a Argentina do que daqui do Brasil, porque estamos no Mercosul.

Então, é muito desencontro, é muita dificuldade. Como é que o Brasil vai ultrapassar essas barreiras?

Portanto, a pergunta que faço, especificamente, é sobre a questão das ferrovias. Essa ferrovia transcontinental é viável, é importante?

Eu sei que a CNI desenvolveu, no passado, um programa de logística que era, acho, o Norte Competitivo. Havia lá vários projetos de hidrovias, de ferrovias, de rodovias, de portos nas hidrovias do Norte. Esse projeto está indo para frente? O Governo Federal encampou esse projeto?

São essas as perguntas.

Muito obrigado, Sr. Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Fernando Collor. Bloco/PTB – AL) – Muito obrigado a S. Exª o Senador Valdir Raupp.

Agora, passo a palavra a S. Exª o Senador Ministro Alfredo Nascimento.

O SR. ALFREDO NASCIMENTO (Bloco/PR – AM) – Presidente Collor; convidados, Dr. Luiz Afonso, Dr. Wagner.

Presidente, uma pergunta e uma observação. Primeiro, por que critério esse estudo atribui aos portos brasileiros a maior ineficiência da logística? Que critérios fizeram com que esse estudo da Confederação Nacional da Indústria chegassem a isso?

Porque entendo assim: os portos brasileiros são acumuladores dos problemas da logística brasileira. Esses problemas desembocam nos portos, e, se voltarmos um pouco no tempo, antes de a carga chegar ao porto, nós vamos identificar que existe problema de acesso, há concentração excessiva dos portos nas áreas mais habitadas do País e uma série de incompetências do próprio Governo, como áreas de controle do Governo, todas muito afastadas e com dificuldades muito grandes para o usuário do sistema de portos.

Então, esta pergunta: por que se atribui ao porto brasileiro a maior ineficiência da logística?

E, em relação à execução de obras no País, Presidente, eu queria fazer uma observação – e quem fez bem essa observação foi o Senador Blairo, quando tratou disso. Acho que o Governo, ao fazer essas concessões – o Senador Wilder também falou disso –, ele as faz com raiva. Parece que está querendo se livrar de um problema, e não vai se livrar porque o RDC, ao qual se referiu meu companheiro Sérgio, em parte, resolve o problema porque retira a responsabilidade do Governo de fazer o projeto, pela incompetência, pela falta de gestão e por uma série de entraves burocráticos que existem no governo, mas ele não dá ao empresário a possibilidade de executar projetos que são necessários para execução de uma obra rodoviária, por exemplo.

Há entraves que o Governo não consegue resolver dentro do próprio Governo junto aos órgãos de fiscalização, aos órgãos ambientais. São problemas do próprio Governo, e ele está passando um pouco essa responsabilidade para a iniciativa privada. Isso não vai resolver o problema se o Governo não se tornar parceiro da iniciativa privada na execução desses projetos.

Então, o RDC é muito bem pensando, tira do Governo a responsabilidade de execução do projeto se há a possibilidade de se executar uma obra concomitantemente à execução do projeto. Mas, ainda assim, vamos continuar com os entraves burocráticos em relação especialmente ao meio ambiente, aos órgãos de fiscalização. E isso não vai resolver o problema. Se o Governo não pode resolver dentro do próprio Gover-

no os seus problemas, como transferir para a iniciativa privada a possibilidade de resolver os problemas?

Ontem, tive uma reunião com o Ministro dos Transportes, a pedido dele, para falarmos um pouco a respeito dos entraves que ele está encontrando lá no Ministério dos Transportes. A execução do DNIT e dos outros órgãos é baixíssima, o Governo pretende gastar R$15 bilhões, e estamos, no meio do ano, com R$2,5 bilhões. Com os recentes acontecimentos, houve uma excessiva concentração de poder no órgão central, e sabemos que, se quisermos resultados, temos que descentralizar bastante, mas, claro, com controle.

Os entraves em relação a esses órgãos de meio ambiente, patrimônio, Tribunal de Contas da União vão continuar, tanto que o resultado das licitações não têm sido nem sequer razoáveis porque as empresas têm receio até de entrar nessas novas licitações que o Governo está fazendo. As grandes estão saindo disso, porque se abriu a possibilidade de empresas sem capacidade participarem desses processos licitatórios e ganharem a licitação, uma vez que mergulham no preço e o jogam lá embaixo. Estávamos falando agora da 425, em Rondônia, e da 364, em que fizeram diversas licitações, e as empresas que ganharam simplesmente não executam. Qual é o problema disso, ao final? As empresas que detêm essas concessões, quando forem fazê-las, terão esse mesmo tipo de problema. Com essa nova licitação de RDC há esse tipo de problema. O Tribunal de Contas vai lá e diz que a brita tem que ser preço nacional, não levando em consideração a distância da jazida e nem uma série de outras coisas.

Então, como o senhor, como acadêmico, enxerga a possibilidade do Governo, junto com a iniciativa privada, tornar mais fácil essa execução? A execução feita pelo Governo, está provado, não é eficaz. O Governo é incompetente administrativamente para conduzir essas coisas. Mas acho que simplesmente estamos transferindo uma responsabilidade sem dar os meios para isso.

Eu gostaria, portanto, de fazer essa observação. Presidente, ofereço-me para agilizar um projeto nesse sentido. Esses órgãos de fiscalização hoje têm um aparato extremamente competente, de pessoas novas, sem experiência, mas com instrumentos novos para medir a obra que está sendo feita. O DNIT continua com um quadro bem abaixo da capacidade, sem instrumentos necessários para medir a capacidade que tem a empresa de executar uma obra.

Então, quero até me oferecer para, nesta Comissão, como já tratamos disso – acabei de ler um questionário muito bem pensado de V. Exª, e estamos respondendo, em relação ao que se deve fazer para melhorar essa infraestrutura – começarmos a regrar a participação desses órgãos de fiscalização. Ao longo das últimas décadas, esses órgãos cresceram muito, prepararam-se bastante, e, como executor, o Governo não se preparou para executar.

Mas temos que atribuir responsabilidades. O Tribunal de Contas para uma obra, suspende por dez anos. Eu estava vendo uma relação de obras paralisadas e vi obra paralisada desde 1999. E o prejuízo que isso causou ao País? Quem é o responsável por isso? Quem paga essa conta? Não é? Então, é muito simples para um tribunal um garoto novo, formado agora em Engenharia, com muita teoria na cabeça, ir lá e dizer: "Suspende essa obra." Eles agora encontraram uma nova fórmula, mais inteligente, que diz o seguinte: não se paralisa mais a obra, mas a gente faz uma retenção entre 10% e 30%. Qual empresário vai fazer a obra, correr o risco de executar uma obra e, no final, o Tribunal dizer: "Não, tem que descontar 30% do valor da licitação que você ganhou." Então, temos que encontrar urgentemente – acho que essa tem que ser a maior prioridade desta Comissão – um instrumento que estabeleça regras. O Tribunal de Contas paralisou a obra? Quem é o responsável pela paralisação? Tem safadeza, tem malfeito? Pune quem fez. Se não tem, se você paralisou, quem paga o prejuízo? Você, que mandou paralisar. Então, é preciso criar critérios, uma série de caminhos para a gente melhorar isso.

Então, eu queria só uma explicação sobre isso do porto, porque acho que o porto está pagando a conta sozinho. Claro que nós somos ineficientes, somos incompetentes, mas, se acompanharmos a evolução do País em relação aos portos, apesar dos gargalos e dos problemas, os portos cresceram, nos últimos dois anos, a níveis internacionais.

Essa é a pergunta, e é essa a observação que eu gostaria de fazer.

Muito obrigado, Sr. Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Fernando Collor. PTB – AL) – Muito obrigado a S. Exª o Senador Ministro Alfredo Nascimento.

Mais duas perguntas, antes de passar a palavra aos nossos palestrantes no dia de hoje. São perguntas de cidadãos que participam pelo Alô Senado. Um deles diz:

Sou morador do Distrito Federal e acompanhei com muito interesse a discussão sobre o trem de alta velocidade de Brasília a Goiânia, que acabou não saindo. Pergunto ao Prof. Senna: o trecho Rio-São Paulo-Campinas é mesmo mais apropriado para o nosso primeiro trem-bala? Digo isso, pois o trem terá que sair do nível do mar e chegar a 800m em 400km, atravessando área de Mata Atlântica na Serra do Mar. Não seria mais fácil e mais barato construir esse trem

ligando São Paulo, Campinas, Ribeirão Preto, Triângulo Mineiro, Anápolis e Brasília, trecho plano, sem questões ambientais e de grande potencial de passageiros e de crescimento econômico? Além disso, esse trecho enfrentaria menos concorrência dos ônibus interestaduais. O salto de desenvolvimento do Brasil tem que ser para o oeste, não insistindo onde o PIB já está consolidado.

Outra pergunta:

Comenta que, apesar da primeira apresentação do Dr. Luiz Afonso na Comissão de Infraestrutura na quarta-feira, 05/06, ter focado no modal rodoviário e considerando a necessidade do País de investir em infraestrutura de um modo geral, diante disso, pergunta se seria necessário fazer maiores investimentos no planejamento das obras de grande porte no País. Exemplo crasso é a transposição do Rio São Francisco e dos sucessivos gastos com a reconstrução de rodovias sem a devida manutenção.

Passo a palavra, para iniciar as respostas às perguntas formuladas, ao Sr. Wagner Ferreira Cardoso, representante da Confederação Nacional da Indústria.

O SR. WAGNER FERREIRA CARDOSO – Muito obrigado pelas perguntas.

A primeira questão dos internautas é a das indústrias automobilísticas. A indústria automobilística possui uma cadeia fantástica. O sonho de todo Estado, de todo Município é ter uma indústria automobilística, pelo que vem junto com ela, indústria de pneus, vidros, aço, borracha. O sonho de todo lugar do mundo é ter uma indústria automobilística, porque ela atrai outras indústrias.

A questão da emissão de gases de efeito estufa e comparações com o cigarro, acho que aí não é muito próprio, inclusive existe a opção do álcool, que não emite tanto assim. Mas essa questão do CO_2 ainda está em discussão, há teses de ambos os lados.

A outra questão é dos Senadores que perguntaram da Transoceânica com a Transcontinental. Vou juntar as duas, porque é praticamente a mesma coisa. Olhem, digo o seguinte: o desenvolvimento do Brasil está muito diferente do desenvolvimento dos nossos vizinhos. Nem sempre o que é feito no Brasil eles continuam fazendo lá. E, nos trabalhos que nós fizemos, nós vimos outras prioridades de saída para a Ásia que não a Transcontinental e a Transoceânica, como a saída via Santarém, via Vila do Conde, porque o Canal do Panamá, ano que vem, estará pronto.

Para se ter uma ideia, é o seguinte: hoje, um caminhão, quando vai para a Bolívia, se a empresa não tiver uma filial na Bolívia, tem que jogar a carga no chão, na fronteira, para outro caminhão boliviano pegar a carga. O avião nem passa. Tem que haver uma empresa lá. O mundo todo tem isso. Na Europa, o caminhão geralmente é alemão, o motorista é turco, e ele anda a Europa toda; na América Central, há a placa centro-americana, e o caminhão vai embora, mas aqui não! Mesmo na Argentina, que é o tráfico rodoviário internacional mais desenvolvido que temos, o caminhão vai para lá e, se ele não tiver um frete, volta batendo lata, volta vazio. Não pode fazer um frete para o Uruguai nem para o Chile. Estamos muito atrasados em termos da parte rodoviária internacional. Nossos vizinhos têm outro pensamento.

Essa questão da Bolívia – jogar a carga no chão para outro caminhão pegar – envolve mão de obra, estiva, acidente de trabalho, reclamação trabalhista. O pior dos mundos é parar, jogar, e o outro não chega. Não há fiscais também. O caminhoneiro fica dois dias esperando o fiscal boliviano, sujeito a roubo.

O desenvolvimento dos nossos vizinhos não é o mesmo do Brasil, não. Vimos outras saídas pelo norte: Santarém, Amapá – há um problema de calado lá em cima, mas é possível de ser resolvido – e o Porto de Vila do Conde também. Quando a Norte-Sul estiver ligando à Vila do Conde, será um novo porto da Norte-Sul. Esse será o primeiro trecho a ser licitado. Essa saída via norte, as duas saídas laterais da Ilha de Marajó estão se mostrando mais deficientes.

O SR. BLAIRO MAGGI (Bloco/PR – MT) – Presidente, permita-me.

O SR. PRESIDENTE (Fernando Collor. Bloco/PTB – AL) – Com a palavra S. Exª o Senador Blairo Maggi.

O SR. BLAIRO MAGGI (Bloco/PR – MT) – Gostaria de dar minha contribuição nessa discussão.

Sei que o povo do Acre, quando fez a rodovia para sair pelo Peru, por cima, sempre imaginava que a mercadoria de Mato Grosso, do Centro-Oeste, pudesse andar por ali, mas nós, da Região Centro-Oeste, nunca tivemos essa visão, porque, quando chegamos com a nossa mercadoria em Porto Velho, estamos com a hidrovia funcionando...

O SR. WAGNER FERREIRA CARDOSO – Não está pronta

O SR. BLAIRO MAGGI (Bloco/PR – MT) – O preço mais barato do mundo é a hidrovia, e, para sair de Porto Velho e chegar a qualquer porto do Chile, ainda temos dois mil quilômetros, mas, com mil quilômetros de hidrovias, estamos em cima dos navios em Itacoatiara. Então, mesmo que tudo funcionasse, financeiramente, não vai ser usada essa alternativa, porque vai ter que descer pelo rio, em navios, Canal do Panamá. Os volumes que descemos no Rio Madeira são embarcações com vinte mil toneladas de capacidade de carga. O ganho competitivo é muito grande, perto de caminhões que deveriam rodar mais dois mil quilômetros para chegar em Ilo, subindo, descendo. Realmente, a

estrada do Acre – sempre entendi assim – deveria ter sido feito, e foi feita e é muito bem-vinda. É uma integração, uma rodovia de integração da América Latina dos países andinos com o nosso. Serve para turismo. Tem que ser desenvolvida uma indústria no Acre, uma economia no Acre e, aí sim, o Acre aproveitar desse caminho para colocar suas mercadorias em cima do navio ou ir para América Latina com um todo, mas levar as sojas de Mato Grosso, algodão, milho, carne, isso não vai acontecer.

O SR. PRESIDENTE (Fernando Collor**.** Bloco/PTB – AL) – Obrigado, Senador Blairo Maggi.

Com a palavra, o S. Exª Senador Ministro Alfredo Nascimento.

O SR. ALFREDO NASCIMENTO (Bloco/PR – AM) – O Senador Blairo fala disso de cátedra. Tive oportunidade de, ao lado dele, participar dessa ideia do grupo, à época conduzido pelo seu pai, saudoso André Maggi, da visão que ele teve de utilização da Hidrovia do Madeira para exportação de soja e milho, de grãos. Lembro-me que, à época, isso deu competitividade à empresa deles, ao grupo, e ele se tornou, a partir daí, do início da década de 90, o maior produtor e exportador de soja do País, utilizando esse caminho. Então, quanto a essa visão de que se aproveita a Transoceânica para exportação dos produtos do Centro-Oeste, eu não concordo com ela desde o princípio.

O Governo tinha a seguinte visão: a integração entre os países da América do Sul e também o escoamento daqueles produtos de países mais próximos, chegando pelo Pacífico. Mas, de qualquer maneira, a competitividade e as dificuldades suscitadas pelo Dr. Wagner dificilmente vão tirar da hidrovia do Madeira a capacidade que tem hoje de exportação dos produtos do Centro-Oeste.

Muito obrigado.

O SR. PRESIDENTE (Fernando Collor. Bloco/PTB – AL) – Muito obrigado a S. Exª o Ministro, Senador Alfredo Nascimento.

Passo novamente a palavra ao Sr. Wagner Ferreira Cardoso, representante da CNI, para continuar com as suas respostas.

O SR. WAGNER FERREIRA CARDOSO – Resposta ao Senador Alfredo Nascimento. A carga tem crescido violentamente. O contêiner dobrou 100% e o espaço de movimentação de carga, em 10 anos, cresceu 5%, 6%. Então, a equação é simples. A carga cresceu sem espaço para movimentação, e, por mais que os operadores comprem equipamentos modernos, há um limite técnico. Portanto, há espera, demora, *demurrages*. É simples: há o limite técnico.

O SR. ALFREDO NASCIMENTO (Bloco/PR – AM) – Eu entendi isso.

O SR. WAGNER FERREIRA CARDOSO – As filas de Paranaguá, o porto – é lógico que tem que se ver como um todo –, os acessos também... As filas de 100 km de Paranaguá e Santos são uma prova disso.

O SR. ALFREDO NASCIMENTO (Bloco/PR – AM) – Mas eu entendo que o País tem outras opções que não Paranaguá, Santos. Temos portos no Norte e Nordeste do País com boa capacidade.

O SR. WAGNER FERREIRA CARDOSO – Tem.

O SR. ALFREDO NASCIMENTO (Bloco/PR – AM) – O que falta, para mim, é a correção dessa infraestrutura que faz chegar aos portos. A conclusão da Norte-Sul para chegar a São Luiz...

O SR. WAGNER FERREIRA CARDOSO – A 163.

O SR. ALFREDO NASCIMENTO (Bloco/PR – AM) – Essas obras estão sendo feitas.

Eu penso que o Governo tem que enfatizar. Não se faz infraestrutura com conversa, com papo, com papel e com a transferência da responsabilidade para os outros. Tem que ter dinheiro. Tem que fazer investimentos pesados, que eu penso que é o maior problema do País. O País tem que fazer investimentos em infraestrutura que não dão retorno econômico às empresas. As empresas jamais vão se interessar por algum investimento que não tenha retorno. Com a correção dessa infraestrutura que faz chegar ao Porto de Suape, ao Porto de Pecém e a outros portos com boa capacidade que nós temos no País, certamente nós vamos desafogar os problemas que nós temos de portos, porque, mesmo que se melhore a capacidade de portos como Santos, Paranaguá, que têm boa infraestrutura, nós vamos continuar com os gargalos no acesso...

O SR. WAGNER FERREIRA CARDOSO – Perfeito!

O SR. ALFREDO NASCIMENTO (Bloco/PR – AM) – ...na burocracia do País, nas estradas que não são boas e também nas ferrovias.

Então, creio que o problema não é só do porto, é também do porto, mas o maior problema é chegar ao porto, é o acesso.

O SR. PRESIDENTE (Fernando Collor. Bloco/PTB – AL) – Perfeitamente, Senador Jayme Campos, Senador Acir.

S. Exª o Senador Jayme Campos, com a palavra. Em seguida, S. Exª o Senador Acir Gurgacz.

O SR. JAYME CAMPOS (Bloco/DEM – MT) – Sr. Presidente Collor, Srs. convidados, demais Senadores aqui presentes, ouvi, até certo ponto, a explanação do Dr. Wagner, não ouvi do Dr. Luiz, mas, de qualquer maneira, ouvi as manifestações e as opiniões dos nossos Senadores em relação às suas indagações sobre a infraestrutura do Brasil.

Particularmente, eu tenho uma visão diferenciada pelo fato de que nós precisamos de política de Estado neste País. Lamentavelmente, existe política de Governo. As autoridades do Governo Federal estão de plantão. Cada um tem uma ideia.

Eu digo isso, Presidente Collor, porque, se o senhor acompanhar, de fato, as obras de infraestrutura do Brasil que estão em andamento, grande parte está paralisada. Se o senhor verificar, a Transnordestina não cumpriu com sua meta preestabelecida, não só física, como financeira, para a conclusão. A questão da transposição do Rio São Francisco é a mesma coisa: até hoje não foi concluída. E, se formos enumerar todas elas, a Norte-Sul, a BR-163, a BR-158, e assim pela frente... O Governo, todos os dias, lança uma obra, ou seja, faz uma propaganda enganosa, o que lamentavelmente tem sido pernicioso à sociedade brasileira.

Há poucos dias, há meses, falava-se em trem-bala. Trem-bala vai, trem-bala vem, R$30 bilhões, R$40 bilhões, R$50 bilhões, e até agora não virou coisíssima alguma.

Daqui a pouco, estão lançando um programa de integração nacional por meio de hidrovias e ferrovias. Eu, particularmente, tive uma audiência junto com alguns parlamentares, com alguns colegas senadores há pouco dias, na Presidência da República. Ali estava o Bernardo Figueiredo. Se ele conseguir realizar 10% daquilo que ele mostrou no mapa do Brasil, esse Governo nós temos que, naturalmente, dar a ela nova oportunidade de gerenciar este País. Mas não há nenhum planejamento. Falta planejamento de forma mais concreta, haja vista que estão anunciando – há três ou quatro anos, eu conversava com o Acir aqui – a Ferrovia Centro-Leste, ligando Goiás, Miranorte, Mato Grosso, depois com uma variante para o Estado de Rondônia. Não há projeto, Presidente Collor! Como é que se vai fazer uma obra, como bem disse o Senador Wilder, se nós não temos uma prateleira? Inicialmente, nós deveríamos ter uma prateleira de projetos para nós priorizarmos, até porque nós não temos recursos suficientes! O caixa do Governo não suporta a demanda dos investimentos que têm que ser feitos neste País de dimensões continentais, de inúmeros problemas, não só na logística, mas sobretudo na saúde, na educação, na segurança, etc., etc.

Então, particularmente, Magda, eu vi o trabalho que vocês realizaram pela CNI, que foi apresentado na Federação das Indústrias do Mato Grosso e depois aqui, num evento da CNI na Capital federal. Um trabalho maravilhoso, esplendoroso. Todavia, aquilo demanda, para início de conversa, algo em torno de R$60 bilhões a R$70 bilhões inicialmente! Seria um sucesso. Com certeza, melhoraria a logística.

Então, quando nós discutimos nesta Comissão, Presidente Collor – para encerrar minha participação aqui –, temos problemas enormes, enormes, enormes na questão de logística. Quando falam aqui da dificuldade da questão da RDC (Regime Diferenciado de Contratações), da questão dos projetos, da questão da fiscalização do Tribunal de Contas da União, eles se esquecem do Ministério Público, das denúncias que há, denúncias que muitas vezes não têm nenhum fundamento. Isso atrapalha sobremaneira o bom andamento do trabalho das obras, que poderiam estar cumprindo aquilo que está preestabelecido contratualmente com as empreiteiras.

Então, nós temos uma série de fatores que tínhamos que corrigir aqui, Magda. Caso contrário, o Brasil não vai conseguir andar. Está aí a Medida Provisória dos Portos, o Congresso Nacional deu essa facilidade para o Governo Federal; todavia, vamos ver se vamos, de fato, concretizá-la.

O que nós precisamos, volto a repetir, Presidente Collor, chama-se projeto de Estado. Eu falo isso porque, quando foi dividido o Mato Grosso, iniciou na década de 1964. Foi feito um trabalho pela Escola Superior de Guerra, e ali havia uma meta do Governo Federal de fazer a ocupação da Amazônia brasileira, que é essa vasta região no Brasil. Demorou cerca de 14 anos para vir a acontecer a divisão de Mato Grosso. Então, existia uma política definida de Estado, ou seja, geopolítica de ocupação da Amazônia brasileira. E, neste caso que venho acompanhado aqui, não há política definida pelo Governo. Faz-se conforme, naturalmente, o interesse político do governante de plantão que está na Presidência da República.

Eu tenho acompanhado a visita da Presidente Dilma, de vez em quando, na televisão estatal. Ela foi ao Nordeste esses dias, e não ficou nada em branco. O governador pediu: "Olha, eu quero fazer uma obra aqui de R$3 bilhões". "Olha, positivo: R$3 bilhões vamos assegurar para o governador".

Muita politicalha! Política partidária. O jogo político no Brasil iniciou muito cedo, e acabou o planejamento. O que se vê hoje são coisas de forma açodada o Governo tentando fazer, mas não vai conseguir fazer, pois não tem projeto, não tem caixa suficiente para atender a demanda dos problemas reprimidos do País, que são muitos e muitos e muitos.

É evidente que, como brasileiro, como Senador, como homem de uma região de produção no Mato Grosso, torço para que os investimentos aconteçam, sobretudo para nós lá, com a questão das hidrovias, ferrovias, duplicação de pistas, pavimentação de algumas estradas federais. Como disse o nosso colega Senador Acir, está aqui na pauta do dia a BR-174, que

é uma rodovia extremamente importante, que liga o nosso Estado e vai até o Estado de Rondônia. É fundamental, são cinco ou seis cidades, em uma região de produção não só de pecuária, mas de madeira.

Mas fico desacreditado porque o Governo não tem compromisso seguro, firme, de falar: vou fazer e vou fazer. Daqui a pouco, aparece outra prioridade, deslocam os recursos e acabou. Isso fica em vão. De maneira que, particularmente, tenho essa impressão e tinha que me manifestar como brasileiro que acredita neste País, que pode ser um grande país, um país de primeiro mundo.

O senhor disse aqui que dobrou nossa produção, 100%, entretanto, espaço para containeres, 5% a 6%. Isso é uma vergonha, uma piada. É falta de política de governo, de Estado, de definição de prioridades. Não adianta melhorar logística, se não há, na ponta, espaço para estacionamento de caminhão, para os portos descarregarem os containeres.

Essa é a manifestação que quero, nesta oportunidade, fazer aqui como um cidadão que acredita que o Brasil será um grande país.

Muito obrigado, Presidente Collor.

O SR. PRESIDENTE (Fernando Collor. Bloco/PTB – AL) – Muito obrigado a S. Exª o Senador Jayme Campos.

Passo a palavra agora a S. Exª o Senador Acir Gurgacz.

O SR. ACIR GURGACZ (Bloco/PDT – RO) – Saúdo o Sr. Presidente Fernando Collor, nossos convidados, Dr. Wagner, Prof. Luiz. Ouvi atentamente as duas palestras e considero-as muito pontuais naquilo que acontece em nosso País hoje. O Brasil cresceu, se desenvolveu, diminuiu a miséria, a produção agrícola e pecuária tem aumentado ano a ano e chegamos sempre à comparação com os índices da China, da Europa e dos Estados Unidos, ao ritmo em que lá se constroem as questões relativas à infraestrutura. Poderíamos tentar comparar também como é feito isso internamente nos governos, na China, no governo brasileiro, como se faz isso com relação às questões ambientais. Tenho certeza de que é muito diferente o que acontece lá na China, Presidente Collor, do que acontece aqui no Brasil. Políticas públicas: tem que fazer uma rodovia, a rodovia é feita, não se paralisa obra. Tem que fazer uma ferrovia, faz-se a ferrovia. São prioridades nacionais para o desenvolvimento dos países. Em 1988, havia 147 quilômetros de *freeway*; hoje, tem 41 mil quilômetros, em 2005. Olha o que cresceu! No Brasil, estamos com rodovias, como a 319, paradas há mais de vinte anos. Vinte anos! Pergunto ao Prof. Luiz, a 101, de Florianópolis a Porto Alegre já está 100% duplicada? Conseguiram?

O SR. LUIZ AFONSO DOS SANTOS SENNA – Sim, entre o trecho catarinense ainda faltam alguns trechos, que estão paralisados.

O SR. ACIR GURGACZ (Bloco/PDT – RO) – Está paralisado há vinte anos aquele trecho. Uma duplicação entre duas capitais, eu diria, das mais importantes do País, Florianópolis e Porto Alegre. Não está concluída por conta de dez ou vinte quilômetros, por conta de questões ambientais e do TCU. Não é admissível uma coisa dessas, Presidente! Ocorre a mesma situação na duplicação de Belo Horizonte a São Paulo, de São Paulo a Curitiba, capitais que estão entre as principais de nosso País. Essas questões ambientais e do Tribunal de Contas da União, Presidente, têm travado o crescimento do Brasil. Os brasileiros têm feito sua parte, têm aumentado a produtividade, têm investido naquilo que é de competência da população brasileira, das indústrias, das empresas brasileiras. Mas o Governo realmente tem sido travado na sua própria organização interna, não consegue fazer com que as coisas andem. Tivemos uma audiência pública, em 2009, em Vilhena, para discutir a restauração da BR-364 e o projeto da ferrovia que liga Lucas do Rio Verde a Vilhena e Vilhena a Porto Velho. Conseguimos colocar no PPA de 2012 a 2015 a elaboração do projeto da ferrovia de Porto Velho a Vilhena. Somente o projeto. É uma ferrovia da maior importância para o País e estamos ainda trabalhando em projetos daqui a não sei quanto tempo. Então, é realmente um problema que temos e talvez pudéssemos nos espelhar na forma de execução das obras que acontecem na China, nos Estados Unidos e na Europa. É um trabalho que o Governo tem de fazer.

O RDC veio para ajudar, mas estamos vendo as licitações acontecerem via RDC e muitas empresas entram no processo licitatório, não concluem o processo licitatório, mergulham no preço, não vão para segunda etapa e isso tem atrapalhado. Uma pergunta, Dr. Luiz: o RDC está ajudando ou tem muita coisa ainda para melhorar com relação à sistemática de licitações em nosso País?

No mais, agradeço a oportunidade e parabenizo-o pelas suas explanações. Obrigado, Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Fernando Collor. Bloco/PTB – AL) – Muito obrigado a S. Exª o Senador Acir Gurgacz.

Agora, passo a palavra ao Sr. Prof. Dr. Luiz Afonso dos Santos Senna, da Universidade Federal do Rio Grande do Sul, para oferecer as respostas às indagações formuladas.

O SR. LUIZ AFONSO DOS SANTOS SENNA – Obrigado. Primeiramente, Senador, respondendo às questões que vieram pelo Alô Senado, essa comparação com cigarro é muito complicada e inoportuna,

na realidade. A indústria automobilística é absolutamente importante. Aliás, quando se fala em indústria automobilística, se pensa em carro, mas a indústria automobilística fabrica tratores, caminhões, é muito mais complexa do que tão somente carro. Ao mesmo tempo, o transporte público no mundo inteiro, novamente usando a Europa como paradigma de onde já se chegou a civilização no estágio mais organizado e avançado, vamos dizer assim, o transporte público é responsável pela ordem de 30% das movimentações das pessoas. Isso significa que 70% não são transporte público. É óbvio que temos de fazer investimentos expressivos em transporte público, metrô, ônibus, nesses sistemas de ônibus rápidos, BRTs, que são uma forma mais barata de provimento de transporte de massa. Temos boas iniciativas aqui no Brasil, inclusive fomos pioneiros em algumas iniciativas, mas, sem dúvida nenhuma, como disse o Dr. Wagner, a indústria automobilística é desejável por todos os países, boa parte da pujança alemã, por exemplo, se dá pela sua indústria automobilística, por causa da cadeia que ela gera e das outras atividades que são geradas lá.

A outra questão em relação a mais investimentos, que também veio pelo Alô Senado, acho que, no Brasil, temos alguns mitos que teremos de superar. Tem um mito que diz o seguinte: o Brasil é um país rodoviarista. Eu participava de um programa de televisão nesses tempos, e a discussão era sobre o País ser rodoviarista ou não. Como é que um país é rodoviarista, se só 12% são pavimentados? Na realidade, estamos ruins em tudo. É um mito que precisa ser desfeito. Na verdade, não somos rodoviaristas, não somos ferroviaristas, não somos nada. Aliás, tudo deixa a desejar. Essa é a primeira fase para começarmos a consertar.

A questão do investimento, sim, temos de fazer muitos investimentos em rodovias, mas, ao mesmo tempo, precisamos fazer investimentos nos outros modais. Parte desses investimentos é financeira, mas tenho outra dimensão de investimento que é importante. Ouvi, esses dias, em uma entrevista na televisão, um dos presidentes de uma das companhias docas dizendo que havia fila no porto e ele começou a ficar preocupado com isso e disse que iria começar a tomar providências. Quer dizer, se o presidente de docas não sabe que os caminhões vão chegar, é mais ou menos parecido com o fato de que vim ontem para Brasília porque o aeroporto de Porto Alegre fecha no inverno pela manhã, porque tem cerração. Quer dizer, faz um milhão de anos que tem cerração lá e não tomamos as providências. Hoje, um avião pode pousar com visibilidade zero. A solução existe. Aliás, ela é barata, custa R$30 milhões instalar os equipamentos que há vinte anos não se instala. A questão não é só dinheiro, é isso que quero dizer. A questão também é inteligência e articulação interna, planejamento é a palavra chave.

Por fim, a terceira pergunta do Alô Senado, o terceiro item é em relação ao trem de alta velocidade ser construído em Goiânia, Brasília etc.

Os trens de alta velocidade são muito desenvolvidos na Europa, no Japão, no sudeste asiático e na China. Eles estão instalados onde há grande densidade econômica e populacional. Infelizmente nós não temos grande densidade econômica e populacional, ainda, na região Centro-Oeste. Hoje o grande gargalo está na região Sudeste, onde está concentrada, onde nós temos grande densidade, particularmente nessas duas *megacities*, megacidades, São Paulo e Rio, que, na realidade, formam uma cidade de 400 km com uma população imensa. Lá, certamente, é o primeiro estágio.

Agora, não pensem em linha. O transporte é em rede. O paralelo com a energia elétrica é muito bacana, porque, se a gente pensar só num trechinho, eu não tenho energia elétrica. Eu tenho que pensar na rede. Qualquer coisa em transporte – transporte público, trem de alta velocidade, rodovia, ferrovia – é em rede interligada, com *links*, etc.

A questão que o Senador Blairo Maggi coloca é sobre o formato ideal do ponto de vista acadêmico. Iniciando a resposta, Senador, o arco-íris ideológico na academia é mais amplo do que nos partidos políticos. Eu não me atreveria a falar pela academia. Eu posso falar pelo grupo de pessoas que pensa como eu e que defende a participação privada, aliás, por causa dessa percepção e posicionamento meu, às vezes sou acusado de neoliberal. Não sei bem o que isso significa, mas imagino que deve ser coisa boa, porque a gente está pensando em como resolver problemas de forma pragmática e não poética.

Uma das coisas que eu acho importante em relação a isso: não existe um formato, e isso tem muito a ver com o nível de demanda. Vou dar um exemplo: em rodovias com demanda elevada, eu posso cobrar inclusive valores baixos; em rodovias com demanda baixa, se eu ultrapassar a capacidade de pagamento das pessoas, eu acabo tendo problemas de reação, o que leva a outro formato. Por exemplo, a idéia de ter uma PPP, ou seja, recurso público e privado num mesmo empreendimento onde eu tenho volumes menores, é uma solução para esse tipo de problema. Rodovias com alto volume são autossustentáveis, que é o termo que eu gosto de utilizar.

Quando se vendeu a idéia de PPP, aqui, no Brasil, ela ficou muito prejudicada porque PPP parece que estou dando dinheiro para o privado. A lógica é o contrário: como eu não tenho dinheiro suficiente, eu vou chamar o privado para me ajudar a complementar

o recurso. Não é só uma questão semântica, é uma questão também de como se olha para a questão.

Em síntese, o leque de alternativas é importante.

O que o Governo está fazendo hoje eu acho extremamente importante. Eu apenas fico preocupado quando, por exemplo, se quer forçar taxa de juros que não sejam atrativas para o setor privado. Num dia, a taxa de juros do projeto, a TIR do projeto, é um determinado valor, mas, no outro dia, se aumenta a Selic. A Selic é o grande elemento de comparação. Isso não é bom e, do ponto de vista do investidor, mostra uma certa incoerência por parte do Governo. Mas, tirando esses pequenos problemas, acho que, sim, as ações do Governo têm sido importantes. Estamos avançando e acho que o reconhecimento de que esse formato... Na realidade, estamos usando vários formatos.

Outra preocupação também, Senador, é a questão da obsessão por tarifa baixa. Quero citar alguns exemplos também, e agora nós temos a história recente da própria BR-101. Uma das companhias que assumiu uma das rodovias entrou com um preço quase aviltante, muito baixo. Obviamente, para ele se viabilizar, precisa deixar de fazer coisas. Aliás, a questão ambiental às vezes ela tem se servido para esse tipo de coisa. Se eu quero retardar uma obra, por exemplo, é muito simples, é só eu fazer um péssimo projeto ambiental, porque não vai ser aprovado e eu não preciso fazer a obra. Às vezes, há certa conveniência tácita em relação a isso. Então, isso precisa estar nessa equação.

Aproveito, até já antecipando também uma das questões que eu acho quando se fala nos órgãos de fiscalização. Aí, eu incluiria o Ministério Público, o Tribunal de Contas da União, os Tribunais de Contas dos Estados.

Eu vi uma obra, no Rio Grande do Sul, que ficou seis anos paralisada, porque havia indícios de irregularidade. Ao final do sexto ano, a conclusão foi a de que não havia irregularidade – quer dizer, o custo... Depois, vi uns estudos, levantamentos, em que o pessoal mostrava os ganhos que o Tribunal de Contas tinha trazido para o Governo.

Só acho que se tem de deduzir as perdas que ele trouxe também, e vamos fazer uma conta mais justa. Acho que a responsabilização é uma etapa posterior, que precisamos perseguir agora – que seja o quê? Cada um tem de ser responsável, não pode ficar no anonimato, porque isso tem um custo para a sociedade brasileira.

Obviamente, é fundamental combater a corrupção, os malfeitos – que é a expressão do momento –, mas, sem dúvida nenhuma, isso precisa estar acompanhado de uma responsabilização. Aproveito para falar um pouquinho sobre... – alguns dos Senadores levantaram a questão do RDC. Eu acho que o RDC é importante, vem colaborar, como todos os Senadores mencionaram. Eu só fico preocupado, porque projeto é coisa séria: projeto rápido significa projeto ruim, na maior parte dos casos.

Eu, estudando um pouco o trem de alta velocidade, daqui e de outros lugares do mundo, fiquei muito impressionado, porque uma linha do Shinkansen – que é o trem de alta velocidade japonês, cuja construção vai ser iniciada em 2016 ou 2017 – já tem data de inauguração programada. E os projetos, absolutamente todos – essa é uma informação, na realidade, de três anos atrás, e isso significa que a construção vai começar em 2016 ou 2017 –, já estão aprovados! E vamos combinar que todos nós sabemos que as questões ambientais no Japão são levadas a sério.

As questões de fiscalização... – todas são. Na realidade, eles têm planejamento, são competentes e eficientes, ao planejarem. Quando estão programando uma obra, eles a associam à programação orçamentária, à previsão orçamentária, mas, fundamentalmente, eles têm um acervo de projetos. Eu diria que hoje – e deixaria isto como sugestão –, talvez, um grande esforço que se poderia fazer seria ter projetos nas prateleiras, teríamos projetos prontos para serem executados.

Um projeto custa algo da ordem de 2% a 3% do custo da obra. A minha preocupação em relação à RDC é esta: pegamos 2%, aceleram-se os 2% – e um mau projeto significa custo maior. Isso, se não significa erros crassos que podem, inclusive, comprometer a eficiência daquela infraestrutura.

Então, eu diria que hoje, e é uma coisa fácil de fazer, pega-se uma obra qualquer que já está parada mesmo – estou criando uma caricatura, Senador –, pega-se uma obra dessas que está parada e que tem dinheiro, pega-se esse dinheiro e fazem-se projetos. Isso me parece uma coisa bem óbvia, bem simples de fazer, porque são só 2% do valor da obra: isso significa que podemos fazer muitos projetos. Mas eles precisam ser feitos com tempo, porque projeto rápido é projeto ruim!

Quanto à questão dos projetos, acho que mais ou menos a mencionei. Quanto à questão de termos um projeto estratégico de Estado, realmente isso faz falta. Nós perdemos a nossa capacidade de planejar e de pensar estrategicamente as nossas questões.

No passado se houve, inclusive, institucionalmente, uma organização com isso – a própria existência, por exemplo, do Geipot, etc. –, isso foi desfeito. Agora, temos de pensar como refazer, porque mudou, obviamente, aquela... Nós não temos um país mais como era naquela época.

Realmente, era necessário mudar. Mas como vamos recompor essa capacidade? Quando falamos de novo...

E o Dr. Wagner mencionou, ainda, que temos de qualificar os dirigentes dos portos. Isso me parece... – é óbvio que temos de fazer isso, sem dúvida nenhuma. Na realidade, os dirigentes deveriam estar lá, por terem condições, por estarem qualificados.

Faço uma pequena crítica à própria organização dos nossos Partidos aqui, se me permite, Presidente Collor, ousar e, como um técnico, falar assim. Na experiência que tive, quando fiz o doutorado na Inglaterra, de observar as questões políticas, chamava-me muito a atenção lá e observava bastante isto: é que cada Partido tinha um responsável pela sua área que era um técnico, era um membro do Parlamento etc., mas que se especializou, profundamente, numa área, além de, obviamente, precisar conhecer todas. Nós não temos essa cultura no País.

E, de alguma forma, isso poderia facilitar a própria compreensão, associando-se as questões ideológicas de cada Partido e os pontos cruciais que defendem. Mas me parece que seria muito importante, nessa questão de transporte, principalmente, porque acho que o nível das discussões sobre transporte é realmente muito baixo no Brasil. E isso também tem um custo que é importante e que alguém paga: a própria sociedade.

Acho que é, mais ou menos, isso. Não sei se cheguei a...

O SR. BLAIRO MAGGI (Bloco/PR – MT) – Presidente, eu gostaria de uma réplica.

O SR. PRESIDENTE (Fernando Collor. Bloco/PTB – AL) – Muito obrigado ao Professor Luiz Afonso dos Santos Senna.

Com a palavra S. Exª, o Senador Blairo Maggi, para complementar.

O SR. BLAIRO MAGGI (Bloco/PR – MT) – Professor, o senhor tem toda a razão na resposta. Talvez eu tenha colocado mal a minha pergunta, mas, de fato, nós podemos utilizar qualquer um dos modelos, qualquer um deles funciona, dependendo da condição de cada um. Vou dar um exemplo do que aconteceu no meu Estado, quando fui Governador de Mato Grosso. Eu criei um programa, o governo falava em PPP, eu falava em PPP Caipira.

O SR. LUIZ AFONSO DOS SANTOS SENNA – Eu me lembro bem disso.

O SR. BLAIRO MAGGI (Bloco/PR – MT) – O senhor lembra-se disso: nós fizemos consórcios com os produtores, o governo participou com recursos, eles também, e, no final, essas rodovias foram dadas em concessão aos mesmos que as construíram. E o dinheiro que eles colocaram, na construção das rodovias, serviu de antecipação de compra de pedágio. Há gente, até hoje, passando por essas rodovias, com o dinheiro que colocou para construir.

Os volumes de tráfego não são grandes. Elas se mantêm, e se mantêm, principalmente, porque o interesse dos donos da concessão, que são os proprietários rurais, não é ganhar dinheiro com as rodovias. O interesse deles é passar por elas, que elas tenham boas condições e que os preços dos fretes que eles operam, na região, sejam baixos – o que se consegue com boas rodovias. Esse é um modelo que, se você escolher entregar algumas rodovias em algumas regiões do País, especificamente para os usuários de uma determinada economia daquele local, também funciona.

O SR. LUIZ AFONSO DOS SANTOS SENNA – Sem dúvida!

O SR. BLAIRO MAGGI (Bloco/PR – MT) – O pedágio não é caro, não se quer ganhar dinheiro com a rodovia. O que se quer? Uma rodovia, em plenas condições de uso, que possa ser usada com toda a tranquilidade. Então, você tem condições de usar isso sem problema.

Aliás, Presidente Collor, gostaria de, oportunamente, programar uma viagem lá para Mato Grosso – para Sorriso, Lucas, Sapezal, essa região –, para conhecermos esse modelo, que é um modelo extremamente interessante. Nós poderíamos estimular isso, em algumas outras regiões do Brasil que enfrentam dificuldades em sua infraestrutura. Talvez, a solução para isso esteja ali mesmo, não é nem a solução do Governo brasileiro como um todo ou até a do Governo estadual.

Então, vou ser mais específico na minha pergunta a V. Sª. Esse modelo que o Governo está escolhendo, agora, para as ferrovias, de entregar para um... O concessionário vai ao banco, ele toma financiamento e, ao concluir a ferrovia, ele tem a garantia do Governo de 100% da capacidade de frete, a um frete determinado, por um preço determinado.

Significa que, nos 35 anos ou 30 anos de concessão, ele receberá, todos os anos, o equivalente para ele pagar as prestações ao banco e manter o negócio dele funcionando e, obviamente, ter um lucro sobre sua atividade – ninguém vai fazer obra, correr risco, sem ter lucro. Eu sempre digo, em nossa Comissão: ganhar dinheiro, ter lucro, não é pecado; ao contrário, é uma virtude, porque a partir daí é que as coisas acontecem – melhores salários, distribuição de renda, pagamento de impostos. Toda companhia precisa ganhar dinheiro para conseguir sobreviver.

Depois, o Governo vai ao mercado colocar à venda os fretes que estão disponíveis, naquela malha rodoviária que ele construiu. Acho que o senhor

entende esse processo, já o estudou um pouco. Eu queria, especificamente, saber quanto a esse modelo: nós temos esse modelo funcionando, em algum lugar do mundo? Podemos ter a tranquilidade de que aqui ele vai funcionar? Eu, conhecendo-o pouco, acredito muito que dará certo.

Eu gostaria de ter a sua opinião, a opinião de alguém que é estudioso no assunto e que conhece, em outras partes do mundo, esse tipo de concessão. Obrigado.

O SR. PRESIDENTE (Fernando Collor. Bloco/PTB – AL) – Muito obrigado a S. Exª, Senador Blairo Maggi.

Eu indagaria a S. Exªs, os Srs. Senadores, se gostariam de fazer algum tipo de complementação às perguntas já formuladas. (*Pausa.*)

Então, passo a palavra a V. Sª, Prof. Luiz Afonso dos Santos Senna, para as respostas.

O SR. LUIZ AFONSO DOS SANTOS SENNA – Obrigado. Senador, esse modelo, em alguns países, tem formatos similares, vamos dizer assim. O que se pode, hoje, e se questiona – eu acho que o mercado, de alguma forma, tem questionado um pouquinho –, é a capacidade da Valec de fazer essa intermediação, que é a quem foi atribuído o poder de comercializar no mercado. Mas a lógica é bem montada, na minha visão, ela é bem montada.

Sem dúvida nenhuma, o operador, o concessionário, enfim, a empresa que vai construir tem que ser remunerada de forma adequada. Ela vai montar um *project finance*, para montar o seu arranjo financeiro, para viabilizar os recursos para fazer aquele projeto. A dúvida que fica é essa capacidade de vender.

Mas, como nós temos uma demanda reprimida, eu acredito que, sim, deve dar certo, até pela experiência de outros países que têm formatos aproximados em relação a isso. De alguma forma, o que se está fazendo é o que a Inglaterra já fez: é separar a infraestrutura da operação. Se a gente for olhar, no caso rodoviário, isso já existe naturalmente, porque quem cuida da rodovia não é o mesmo que cuida dos veículos que estão circulando em cima.

Então, se está separando isso – e isso é desejável, do ponto de vista conceitual. E as experiências que o mundo tem observado – cito a Inglaterra como exemplo – têm sido positivas. Aliás, muitas vezes, acaba havendo uma competição no caso da operação em si.

Se for bem vendido e bem operado, vamos dizer assim, esse formato, acho que a gente vai ter competição. Os preços que estarão sendo praticados para o transporte propriamente dito devem ser preços que tendam a ser eficientes. Mas o segredo – parece-me – de tudo isso é a capacidade da Valec, porque ela não tinha uma experiência em relação a isso.

Mas ninguém tem experiência em relação a isso aqui no Brasil. Então, eu acho que o grande esforço que a gente vai ter para o sucesso desse empreendimento é a capacitação da Valec para operar essa venda. O compromisso de pagar vai existir contratualmente.

E aproveitando, ainda, em relação a isso, para as demais PPPs a gente tem a ideia do fundo garantidor, que é uma questão importante, muitas vezes. E vou citar um exemplo, também, de uma aluna, estagiária minha, que foi fazer um estágio na Alemanha. Quando ela chegou lá, para fazer o estágio, era uma obra de uma prefeitura que estava sendo construída, em regime de PPP – e ela foi minha aluna, eu explicava isso para ela, falava muito de fundo garantidor.

Ela chegou lá e o engenheiro, chefe dela, disse o seguinte... Ela disse para o engenheiro: "Como funciona o fundo garantidor aqui?" O engenheiro disse assim: "O que é fundo garantidor?" Ela disse: "Como assim, o senhor não sabe o que é fundo garantidor?" Ele falou: "Não." Aí ela explicou: "O fundo garantidor é o seguinte: quando o governo não paga o fornecedor, não paga a empresa, a empresa recorre a esse fundo, para ter certeza de que vai receber". Aí o chefe dela disse assim: "Como assim o governo não paga?" Ela insistiu: "Não, às vezes, atrasa o pagamento". O chefe: "Governo, atrasar pagamento?". Ela resolveu parar, porque queria continuar sendo estagiária lá, e suspendeu a conversação com o chefe dela.

Então, a ideia do fundo garantidor, a ideia de que vai ser pago mesmo, tem muito a ver com a credibilidade – isso eu acho que é importante. Parece-me que esse formato dá uma certa garantia de que o construtor vai receber por ter construído aquela obra. Mas eu só fico preocupado, porque, se a Valec for ineficiente na venda dos serviços, vai ter que haver um seguro garantia, um fundo garantidor ou – como dizem os contratos – alguém que dá garantia por fora, um avalista.

O SR. BLAIRO MAGGI (Bloco/PR – MT) – Mas, professor – Presidente, permita-me –, o pagamento de quem construiu não é independente da Valec? A Valec não vai só fazer a transação para vender o frete e pagar em outra conta para o Governo?

O SR. LUIZ AFONSO DOS SANTOS SENNA – Eu confesso que há uma certa dúvida com relação a isso. Acredito que a Valec que vá contratar, acho que não tem o Governo. Pelo que eu entendi, a Valec...

O SR. BLAIRO MAGGI (Bloco/PR – MT) – O Governo garante o pagamento para o investidor...

O SR. LUIZ AFONSO DOS SANTOS SENNA – Sim, perfeito.

O SR. BLAIRO MAGGI (Bloco/PR – MT) – E a Valec vai vender os preços do frete e vai recolher de volta para o Governo. Acho que não...

O SR. LUIZ AFONSO DOS SANTOS SENNA – O.k. Essa é a garantia governamental em relação... Está bem, perfeito.

O SR. BLAIRO MAGGI (Bloco/PR – MT) – Se for para a Valec pagar direto, é melhor não entrar mesmo, porque aí vai dar problema.

O SR. LUIZ AFONSO DOS SANTOS SENNA – Perfeito. É essa garantia que eu acho fundamental, é essa garantia que me parece ser crucial. Fechando, então, em relação ao formato, ele tem exemplos outros, em outros países, que têm sido de sucesso, e eu acredito que aqui ele possa ser...

Eu acho que é muito importante, porque, nesse caso, até aproveitando parte das questões anteriores, teremos uma celeridade maior, em todo o processo – isso me parece importante. Ou seja, a obra vai acontecer e, obviamente, inclusive nessas questões todas de realização de obras, as garantias também do setor construtivo precisam ser maiores do que são hoje. Hoje, temos garantia de cinco anos na Europa, o prazo já é bem maior do que isso, que é uma certa garantia também de responsabilidade técnica, vamos dizer assim, da execução das obras.

O SR. JAYME CAMPOS (Bloco/DEM – MT) – Presidente Collor, eu queria fazer uma pequena intervenção.

O SR. PRESIDENTE (Fernando Collor. Bloco/PTB – AL) – S. Exª, o Senador Jayme Campos.

O SR. JAYME CAMPOS (Bloco/DEM – MT) – Professor, o senhor conhece bem a Alemanha, a Inglaterra, etc. E eu queria fazer só uma indagação: qual é a diferença do preço entre o transporte rodoviário e o ferroviário nesses países? Qual é a diferença de preço? O transporte rodoviário tem uma tarifa e o ferroviário tem outra? Qual é a margem, qual é a diferença que existe entre o rodoviário e o ferroviário?

O SR. LUIZ AFONSO DOS SANTOS SENNA – É muito difícil responder a essa questão. Eu poderia dizer, assim, que, no âmbito urbano, por exemplo, metrô *versus* ônibus, o metrô é muito mais caro.

O SR. JAYME CAMPOS (Bloco/DEM – MT) – Não, falo do transporte de carga.

O SR. LUIZ AFONSO DOS SANTOS SENNA – No transporte de carga, depende muito do tipo de mercadoria que está sendo considerada, se é alto ou baixo o valor agregado. Mas a diferença para transporte, como nós temos uma malha muito densa... Na Europa, por exemplo – ela é muito densa –, o transporte ferroviário, obviamente, ocupa uma parcela muito mais importante, inclusive para o transporte de produtos de maior valor agregado – transporta-se televisão, geladeira, etc., e também de trem; coisa que, aqui no Brasil, fazemos muito pouco.

O SR. JAYME CAMPOS (Bloco/DEM – MT) – Faz-se pouco.

O SR. LUIZ AFONSO DOS SANTOS SENNA – Aqui, estamos mais associando o transporte ferroviário com produtos de baixo valor agregado.

O SR. JAYME CAMPOS (Bloco/DEM – MT) – É, na produção.

O SR. LUIZ AFONSO DOS SANTOS SENNA – E lá não é isso. Por isso, digo que, às vezes, é muito difícil estabelecer esse paralelo. Mas o que eu poderia dizer é o seguinte: quando se trata de longas distâncias, obviamente, o transporte ferroviário, o custo fica menor, por tonelada etc., bem menor do que por caminhão, e, para pequenas e médias distâncias, o caminhão é mais competitivo – não para produção de grãos necessariamente. Por isso digo que é difícil responder – não há um número; eu diria que não existe esse número, um número mágico.

Aliás, eu não gosto muito desses números, Senador, quando alguém aparece com um número mágico, porque, por exemplo, quando dizemos que a participação modal, hoje, da ferrovia é muito baixa, acho que é preciso complementar, dizendo que ela é muito baixa, considerando-se produtos de alto valor agregado. Então, fico muito desconfiado do número *per se*, sem uma explicação maior. O que quero dizer com isso? Ferrovia, hoje, transporta minério...

O SR. JAYME CAMPOS (Bloco/DEM – MT) – Soja...

O SR. LUIZ AFONSO DOS SANTOS SENNA – ... produtos do agrobusiness, etc., e não transporta os outros. Então, se for em tonelada, aí está correto; agora, se for em valor, é outra...

O SR. JAYME CAMPOS (Bloco/DEM – MT) – Estou fazendo essa observação pelo fato de que nós sonhávamos, e sonhamos ainda, que essa obra seria concluída, que a ferrovia que o Senador Blairo conhece bem, o Ministro Alfredo Nascimento e o próprio Presidente Collor – por sinal, foi no seu governo que demos início a essa..., como Presidente da República. Foi, através de um financiamento do BNDES, que nasceu a ferrovia Ferronorte, que demanda São Paulo, a ferrovia Senador Vicente Vuolo. Eu sonhava, eu era guri e já ouvia falar dessa ferrovia, e já estou com 62 anos

Imagine, Alfredo! Por incrível que pareça, está chegando a Rondonópolis, e graças, naturalmente, ao seu Governo! Como Governador do Estado, eu tive a oportunidade (*Falha na gravação.*) com Olacyr de Moraes à Presidência da República, e V. Exª autorizou um financiamento, via BNDES, naquela oportunidade, de US$200 milhões, algo parecido, ou US$300 milhões – com isso, a obra está chegando à cidade de Rondonópolis. Depois, houve mudança de concessionário.

Nós esperávamos que, com a chegada dessa ferrovia, o nosso transporte iria conseguir baixar, ou seja, no mínimo 25%. Entretanto, por informação que eu tenho, inclusive, por alguns diretores e membros daquela corporação privada, simplesmente, é de 6% a 8%, apenas, a diferença entre o transporte rodoviário e ferroviário. Ele é um transporte...

ORADOR NÃO IDENTIFICADO (*Fora do microfone.*) – Mesmo produto?

O SR. JAYME CAMPOS (Bloco/DEM – MT) – Mesmo produto. A diferença é apenas...

ORADOR NÃO IDENTIFICADO (*Fora do microfone.*) – Às vezes, é igual.

O SR. JAYME CAMPOS (Bloco/DEM – MT) – Às vezes, é igual, depende da demanda. Hoje, está em 6% a 7%, e esperávamos que chegaria, Ministro Alfredo, no mínimo, em 25%. Foi feito um contrato draconiano, aqui, já no governo FHC – 90 anos de concessão –, e isso, infelizmente, foi uma frustração para todos nós, na medida em que dos 25%, 30% – já se comentava, naquela época, que seria a diferença de transporte ferroviário e rodoviário –, no máximo, chega a, como bem disse aqui, 6%, 7%; às vezes, chega a empatar.

Ou seja, não tivemos lucro nenhum. Tivemos uma facilidade pelo fato do escoamento da produção, etc., mas, particularmente, fiz essa indagação para saber qual era a diferença em relação. Não é carga de custos elevados, ou seja, é soja, é milho, é farelo de soja, etc.

O SR. LUIZ AFONSO DOS SANTOS SENNA – Deveria ser mais baixo.

O SR. JAYME CAMPOS (Bloco/DEM – MT) – Deveria ser bem mais baixo, até porque o seguro, em relação ao transporte, também o *ad valorem* dele seria bem menor em relação, naturalmente, a uma carga de preços mais altos.

Essa é a indagação. Muito obrigado, Sr. Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Fernando Collor. Bloco/PTB – AL) – Muito obrigado a V. Exª, Senador Jayme Campos.

Indagaria se algum Senador deixou de responder ao questionário que sugerimos, em função das audiências públicas já realizadas, para termos uma correta percepção do que V. Exªs entendem como os principais gargalos, até agora detectados, para o avanço da nossa infraestrutura. Falta alguém responder ainda? (*Pausa.*) Muito obrigado.

Perguntaria ao Prof. Luiz Afonso dos Santos Senna se há algum comentário final a fazer, em função das colocações feitas pelo S. Exª, o Senador Jayme Campos.

O SR. LUIZ AFONSO DOS SANTOS SENNA – Acho que, na realidade, concordo plenamente com ele.

O SR. BLAIRO MAGGI (Bloco/PR – MT) – Presidente, permita-me só fazer um comentário.

O SR. PRESIDENTE (Fernando Collor. Bloco/PTB – AL) – Por gentileza, S. Exª, o Senador Blairo Maggi.

O SR. BLAIRO MAGGI (Bloco/PR – MT) – Antigamente, havia um monopólio público da rede ferroviária federal; agora, o monopólio privado. Quer dizer, o novo modelo que se está propondo vem quebrar isso também, porque há um dono da linha e vários operadores. Quem tem carga e quer entrar no negócio vai comprar os *slots*, os vagões e as locomotivas, vai correr o risco e transportar a seu custo. O novo modelo que vem por aí é muito interessante nesse sentido da operação, enquanto a operação antiga é monopolizada por uma única empresa que se apropria dos ganhos que poderiam ficar com os produtores novamente na economia – ela absorve para ela, simplesmente isso.

O SR. PRESIDENTE (Fernando Collor. Bloco/PTB – AL) – Muito obrigado a V. Exª, Senador Blairo Maggi.

E, antes de iniciarmos a segunda parte da nossa reunião, gostaria de agradecer aos nossos convidados: o Sr. Prof. PHD Luiz Afonso dos Santos Senna, da Universidade Federal do Rio Grande do Sul, e o Sr. Wagner Ferreira Cardoso, representante da Confederação Nacional da Indústria, pela valiosa importância e importante contribuição aqui oferecida. Muito obrigado.

O SR. SÉRGIO PETECÃO (Bloco/PSD – AC) – Presidente, o senhor me permite, antes que os nossos convidados se ausentem da Comissão?

O SR. PRESIDENTE (Fernando Collor. Bloco/PTB – AL) – Por gentileza, com a palavra, S. Exª, o Senador Sérgio Petecão.

O SR. SÉRGIO PETECÃO (Bloco/PSD – AC) – Presidente, é no sentido de fazer um convite verbal – se for necessário, faço por escrito. Confesso ao senhor que, hoje, mais uma vez, saio desta Comissão muito triste, a respeito dessa situação da nossa transoceânica. Porque, lá no Acre, foi criada uma expectativa muito grande – não só no Acre, como em Rondônia também –, a respeito da viabilidade e das melhorias que essa BR poderia trazer para a nossa Região. O meu convite é no sentido de que esta Comissão pudesse percorrer esse trecho de Rio Branco ao Porto de Ilo, ao Porto de Matarani, aos portos peruanos, para que pudéssemos, de uma vez por todas, acabar com esse mito.

Essa estrada tem viabilidade comercial para o nosso País? Essa estrada é apenas um corredor turístico para o nosso País? Porque, sinceramente, eu tinha uma admiração muito grande pelo senhor, e, hoje, minha admiração é muito maior, só pelo desafio de o senhor chegar às 6h30, nesta Comissão, e abrir esta Comissão! Eu acho que é a Comissão que começa a trabalhar mais cedo no mundo – é sério, às 6h30! O

Senador Wilder, inclusive, já me confessou que está pensando seriamente em rever a permanência dele na Comissão.

Mas fica aqui o desafio: que possamos fazer uma viagem de Rio Branco até os portos peruanos. Vamos visitar os maiores e os melhores, os que têm uma estrutura maior. Assim, quem sabe, mudaremos o entendimento do Senador Blairo Maggi, e essa soja começará a sair pelo Pacífico. Está feito o convite!

O SR. PRESIDENTE (Fernando Collor. Bloco/PTB – AL) – Muito obrigado a V. Exª, Senador Sérgio Petecão.

Eu pediria a S. Exªs os Srs. Senadores que permanecessem, por gentileza, no recinto, porque temos itens terminativos na segunda parte da pauta, e há como conciliar com a Comissão de Constituição e Justiça, porque a votação lá ainda vai demorar. Agradeço a S. Exªs os Srs. Senadores.

Com a palavra S. Exª o Senador Wilder Morais.

O SR. WILDER MORAIS (Bloco/DEM – GO) – Sr. Presidente, eu queria parabenizar os dois palestrantes, o Luiz Afonso e o Wagner, e solicitar que forneçam esse material para a minha equipe.

O SR. PRESIDENTE (Fernando Collor. Bloco/PTB – AL) – O material dos senhores palestrantes está disponível na Secretaria da Comissão, à disposição das Srªs e dos Srs. Senadores.

O SR. WILDER MORAIS (Bloco/DEM – GO) – Obrigado, Sr. Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Fernando Collor. Bloco/PTB – AL) – Senador Valdir Raupp, V. Exª, algo referente... Não?

Então, agradeço, mais uma vez, a presença dos nossos palestrantes e a colaboração que trouxeram ao nosso debate no dia de hoje. Muito obrigado, senhores.

A segunda parte da nossa reunião deliberativa.

ITEM 1
PROJETO DE LEI DO SENADO
Nº 406, DE 2008
– Não Terminativo –

Altera a Lei nº 8.630, de 1993, para revigorar a cobrança do Adicional de Indenização do Trabalhador Portuário Avulso (AITP) e dá outras providências.
Autoria: Senadora Ada Mello
Relatoria: Senador Sérgio Souza
Relatório: Pela prejudicialidade

Indico S. Exª o Senador Sérgio Petecão como relator *ad hoc*, cujo relatório é pela prejudicialidade. Concedo a palavra a S. Exª o Senador Sérgio Petecão.

Atendendo à solicitação de S. Exª o Senador Ministro Alfredo Nascimento, para que façamos a inversão de pauta e coloquemos os itens terminativos logo depois do primeiro item da pauta, consulto os Srs. Senadores se concordam com esta alteração, de colocarmos, após a deliberação sobre o item 1 da pauta, os itens de caráter terminativo, para facilitar a presença dos Srs. Senadores também na Comissão de Constituição e Justiça. As Srªs e os Srs. Senadores que concordam com a alteração da pauta, passando os itens terminativos para serem deliberados logo a seguir do item 1, cujo relator *ad hoc* é o S. Exª o Senador Sérgio Petecão, permaneçam como se encontram. (*Pausa*.)

Aprovado.

Passo a palavra a S. Exª o Senador Sérgio Petecão.

O SR. SÉRGIO PETECÃO (Bloco/PSD – AC) – Relatório do Senador Sérgio Souza. O Projeto de Lei do Senado (PLS) n° 406, de 2008, de autoria da Senadora Ada Mello, tem o escopo de revigorar a cobrança do Adicional de Indenização do Trabalhador Portuário Avulso, instituído pela Lei n° 8.630, de 1993, e cuja vigência expirou em 31 de dezembro de 1997. O Projeto em apreço busca reativar mecanismo de cunho indenizatório como forma de garantir o direito de trabalhadores portuários avulsos que requereram o cancelamento de seu registro profissional, nos termos do art. 58 da Lei n° 8.630, de 1993.

Tais trabalhadores devem já estar devidamente cadastrados e com a autorização de pagamento emitida pelo Banco do Brasil, devendo, ainda, declarar que não ingressaram nem ingressarão em juízo para discutir qualquer aspecto da indenização. O PLS nº 406, de 2008, foi analisado pela Comissão de Assuntos Econômicos (CAE), onde recebeu voto pela prejudicialidade. A matéria deu entrada nesta Comissão de Serviços de Infraestrutura, em 27 de março de 2003, e não foram oferecidas emendas no prazo regimental.

Análise.

Cabe a esta Comissão, nos termos do art. 104, inciso I, do Regimento Interno do Senado Federal, examinar o mérito do Projeto de Lei do Senado nº 406, de 2008. Entretanto, cumpre aqui lembrar a recente aprovação, pelo Congresso Nacional, da Medida Provisória n° 595, de 6 de dezembro de 2012, a chamada Lei dos Portos, que dispõe sobre a exploração direta e indireta, pela União, de portos e instalações portuárias e sobre as atividades desempenhadas pelos operadores portuários e dá outras providências. A referida MP, objeto de intensa discussão entre os parlamentares, em seu art. 62, prevê a revogação da Lei nº 8.630, de 1993.

Desse modo, fica prejudicado o PLS nº 406, de 2008, justamente pela proscrição da Lei nº 8.630, de 1993, à qual a proposição em apreço pretendia alterar.

Voto.

Diante do exposto, o voto é pela prejudicialidade do Projeto de Lei do Senado n° 406, de 2008, Sr. Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Fernando Collor. Bloco/PTB – AL) – Muito obrigado a V. Exª, Senador Sérgio Petecão, pela apresentação do relatório referente ao Projeto de Lei do Senado nº 406, que coloco agora em discussão. (*Pausa.*)

Não havendo quem queira discutir, encerro a discussão.

Coloco em votação o relatório.

As Srªs e os Srs. Senadores que o aprovam permaneçam como se encontram. (*Pausa.*)

Aprovado.

A matéria vai à Comissão de Assuntos Sociais para dar seguimento à sua tramitação.

ITEM 2
PROJETO DE LEI DA CÂMARA
Nº 48, DE 2012
– Terminativo –

Obriga a construção e a manutenção de estações de apoio a condutores de veículo de transporte de carga ou de veículo de transporte público de passageiros, no âmbito das concessões rodoviárias federais.
Autoria: Deputado Onofre Santo Agostini.
Relatoria: Senador Sérgio Petecão.
Relatório: Pela aprovação do projeto e das emendas nº 01-CCJ e 03-CAE, e pela rejeição da emenda nº 02-CAE.
Observações: Em reunião realizada no dia 15/05/2013, foi lido o relatório e, durante a discussão da matéria, a pedido do Relator, o projeto foi retirado de pauta para ajustes no relatório.

Concedo a palavra a S. Exª o Senador Sérgio Petecão, para proferir o seu relatório.

O SR. SÉRGIO PETECÃO (Bloco/PSD – AC) – Obrigado, Sr. Presidente.

Vou fazer a leitura o voto. Diante do exposto, o voto é pela aprovação do PLC nº 48, de 2012, pela aprovação da emenda de técnica legislativa da CCJ e da emenda de mérito nº 3 da CAE e pela rejeição da emenda de mérito n° 2 da CAE. Lido, Sr. Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Fernando Collor. Bloco/PTB – AL) – Muito obrigado a V. Exª, pela leitura do relatório, que coloco em discussão.

Em discussão a matéria. (*Pausa.*)

Não havendo quem queira discutir, encerro a discussão.

Lembro às Srªs e aos Srs. Senadores que o projeto é terminativo e exige quórum qualificado.

Em votação o Projeto de Lei da Câmara nº 48, de 2012.

Quem vota com o Relator, ou seja, pela aprovação do projeto vota "sim".

Vou proceder á votação nominal.

Como vota S. Exª o Senador Wilder Morais?

O SR. WILDER MORAIS (Bloco/DEM – GO) – Com o Relator, "sim".

O SR. PRESIDENTE (Fernando Collor. Bloco/PT – AL) – Como vota S. Exª o Senador Ministro Alfredo Nascimento?

O SR. ALFREDO NASCIMENTO (Bloco/PR – AM) – Com o Relator, "sim".

O SR. PRESIDENTE (Fernando Collor. Bloco/PT – AL) – Como vota S. Exª o Senador Flexa Ribeiro?

O SR. FLEXA RIBEIRO (Bloco/PSDB – PA) – Com o Relator.

O SR. PRESIDENTE (Fernando Collor. Bloco/PT – AL) – Como vota S. Exª o Senador Blairo Maggi?

O SR. BLAIRO MAGGI (Bloco/PR – MT) – Com o Relator, Sr. Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Fernando Collor. Bloco/PT – AL) – Como vota S. Exª o Senador Acir Gurgacz?

O SR. ACIR GURGACZ (Bloco/PDT – RO) – Com o Relator, Sr. Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Fernando Collor. Bloco/PT – AL) – Como vota S. Exª o Senador Valdir Raupp?

O SR. VALDIR RAUPP (Bloco/PMDB – RO) – Com o Relator.

O SR. PRESIDENTE (Fernando Collor. Bloco/PT – AL) – Como vota S. Exª o Senador Jayme Campos?

O SR. JAYME CAMPOS (Bloco/DEM – MT) – Com o Relator, Sr. Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Fernando Collor. Bloco/PT – AL) – Apurados os votos... (*Pausa.*)

Enquanto chamam os Senadores que estão na sala ao lado, passemos ao item seguinte.

Fica sobrestado aqui, já coletados os votos dos Srs. Senadores aqui nominados.

Passemos, pois, ao item 3 da pauta.

ITEM 3
PROJETO DE LEI DO SENADO
Nº 379, DE 2008
– Terminativo –

Dispõe sobre incentivo à exploração e implantação de centrais de geração a partir de fonte eólica e dá outras providências.

Relator: Senador Walter Pinheiro.

S. Exª o Relator pede que este Projeto de Lei do Senado nº 379, de 2008, seja retirado de pauta.

Retirado de pauta, portanto, o item 3 por solicitação de S. Exª o Senador Walter Pinheiro, Relator.

ITEM 4

REQUERIMENTO DA COMISSÃO DE SERVIÇOS DE INFRA-ESTRUTURA Nº 27, DE 2013

Requeiro, nos termos do art. 93, inciso II, do Regimento Interno do Senado Federal, a realização de audiência pública, para discutir sobre a restauração e duplicação da BR-251, convidando as autoridades relacionadas em anexo.

Relação de autoridades a convidar:
– Representante do DNIT;
– Deputado Estadual Celinho Sinttrocel (MG);
– Deputado Estadual Carlos Pimenta (MG);
– Deputado Estadual Ivair Nogueira (MG);
– Prefeito de Água Boa;
– Prefeito de Águas Vermelhas;
– Prefeito de Almenara;
– Prefeito de Bandeira;
– Prefeito de Cachoeira do Pajeú;
– Prefeito de Coração de Jesus;
– Prefeito de Curral de Dentro;
– Prefeito de Francisco Sá;
– Prefeito de Fruta de Leite;
– Prefeito de Ibiaí;
– Prefeito de Jacinto;
– Prefeito de Jordânia;
– Prefeito de Josenópolis;
– Prefeito de Mata Verde;
– Prefeito de Montes Claros;
– Prefeito de Novorizonte;
– Prefeito de Padre Carvalho;
– Prefeito de Pedra Azul;
– Prefeito de Riacho dos Machados;
– Prefeito de Rubelita;
– Prefeito de Salinas;
– Prefeito de Salto da Divisa;
– Prefeito de Santa Cruz de Salinas; e
– Prefeito de Santa Maria do Salto;

Autoria: Senador Clésio Andrade.

Observação: O requerimento foi lido na reunião do dia 22 de maio de 2013.

Em discussão o Requerimento. (*Pausa.*)

Não havendo quem queira discutir, encerro a discussão.

Em votação o Requerimento.

As Srªs e os Srs. Senadores que o aprovam permaneçam como se encontram. (*Pausa.*)

Aprovado o Requerimento.

ITEM 5

REQUERIMENTO DA COMISSÃO DE SERVIÇOS DE INFRA-ESTRUTURA Nº 28, DE 2013

Com fundamento nos arts. 49, X, 58, §2º, VI, 70 e 71, VII, todos da Constituição Federal, combinados com os arts. 90, VI, IX e X, e 104 do Regimento Interno do Senado Federal, e ainda com o art. 4º, I, 'b', da Resolução do TCU nº 215/08, alterada pela Resolução do TCU nº 248/12, requeremos seja providenciada, junto ao Tribunal de Contas da União, a disponibilização a esta Comissão de Serviços de Infraestrutura do Senado Federal o acesso ao Sistema FISCALIS, daquele Tribunal, bem como o devido treinamento para uso do programa a servidores desta Casa legislativa.

Essa foi uma solicitação já feita pela Presidência da Comissão ao Sr. Presidente do Tribunal de Contas da União, mas ele disse que gostaria que essa solicitação chegasse com a aprovação deste Plenário, porque, com esse sistema disponibilizado para os senhores integrantes desta Comissão, cada um dos Srs. Senadores e das Srªs Senadoras poderá acompanhar a evolução de todas as obras que estão em execução no País em tempo real. Eu acho que isso facilitará bastante o nosso trabalho. Então, cumprindo o que solicitou S. Exª o Presidente do Tribunal de Contas da União, achei por bem colocar, então, esse Requerimento em votação, para deliberação de V. Exªs. O Requerimento é de minha autoria e o coloco em discussão agora. (*Pausa.*)

Não havendo quem queira discutir, encerro a discussão.

Em votação o requerimento.

As Srªs e os Srs. Senadores que o aprovam permaneçam como se encontram. (*Pausa.*)

Aprovado o requerimento.

Requerimento seguinte:

ITEM 6

REQUERIMENTO DA COMISSÃO DE SERVIÇOS DE INFRA-ESTRUTURA Nº 29, DE 2013

Requeiro, nos termos do artigo 93, inciso II do Regimento Interno do Senado Federal, a realização de Audiência Pública nesta

Comissão de Serviços de Infraestrutura-CI, para tratar do Impacto de Longo Prazo da Qualidade Universalizada da Educação na Economia, na Infraestrutura e no Bem-Estar Social.

Nomes sugeridos: ex-Ministro Ozires Silva, ex-Ministro da Infraestrutura e atual reitor da Unimonte, em Santos, São Paulo; Sr. Jorge Gerdau Johannpeter, Presidente do Conselho de Administração do Grupo Gerdau; Sr. Fernando Veloso, pesquisador em desenvolvimento econômico do Ibre, Fundação Getúlio Vargas; Sr. Naércio Aquino, professor titular e coordenador do Centro de Políticas Públicas do Insper, Instituto de Ensino e Pesquisa, e, ao mesmo tempo, professor associado da FEA da USP, consultor da Fundação Itaú Social e colunista do jornal *Valor Econômico*; e Sr. Marcelo Neri, Ministro de Estado Chefe da Secretaria de Assuntos Estratégicos, a SAE.

Autoria: Senador Fernando Collor.

Coloco em discussão o Requerimento. (*Pausa*.)

Não havendo quem queira discutir, encerro a discussão.

Em votação o Requerimento.

As Srªs e os Srs. Senadores que o aprovam permaneçam como se encontram. (*Pausa*.)

Aprovado.

Colhendo agora o voto para o Requerimento de autoria de S. Exª o Senador Sérgio Petecão, pergunto como vota S. Exª o Senador Inácio Arruda.

O SR. INÁCIO ARRUDA (Bloco/PCdoB – CE) – Com o Autor, Sr. Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Fernando Collor. Bloco/PTB – AL) – Com o Relator.

O SR. INÁCIO ARRUDA (Bloco/PCdoB – CE) – Com o Relator e o Autor. Vou votar com os dois.

O SR. PRESIDENTE (Fernando Collor. Bloco/PTB – AL) – Senador Inácio Arruda... Eu indago ao Secretário desta Comissão se o Presidente da Comissão também pode votar. (*Pausa*.)

O SR. PRESIDENTE (Fernando Collor. Bloco/PTB – AL) – Precisamos de mais um Senador. Enquanto estamos fazendo essa busca, consulto as Srªs e os Srs. Senadores se também acompanham o Relator nos votos sobre as emendas, ou seja, se votam "sim" à Emenda nº 1, da CCJ, emenda de redação à ementa, e à Emenda nº 3, da CAE, e se votam "não" à Emenda nº 2, da CAE. Certo?

Então, as Srªs e os Srs. Senadores que concordam permaneçam como se encontram. (*Pausa*.)

Aprovado, antes coletando o voto de S. Exª o Senador Antônio Carlos Rodrigues. Como vota V. Exª?

O SR. ANTONIO CARLOS RODRIGUES (Bloco/PR – SP) – Voto "sim", com o Relator.

O SR. PRESIDENTE (Fernando Collor. Bloco/PTB – AL) – Ao projeto de S. Exª o Senador Sérgio Petecão, vota "sim", com o Relator. (*Pausa*.)

Pois não. Muito obrigado a S. Exª o Senador Blairo Maggi.

Vamos colher o voto de S. Exª o Senador Ministro José Pimentel ao projeto de autoria de S. Exª o Senador Sérgio Petecão.

O SR. JOSÉ PIMENTEL (Bloco/PT – CE) – Voto com o Relator, Sr. Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Fernando Collor. Bloco/PTB – AL) – S. Exª o Senador Ministro José Pimentel vota com o Relator.

Então, o item 2 da pauta, de caráter terminativo, de autoria do Deputado Onofre Santo Agostini, cujo Relator foi S. Exª o Senador Sérgio Petecão, foi aprovado o seu relatório, pela aprovação do projeto e das Emendas nºs 1, da CCJ; 3, da CAE; e pela rejeição da Emenda nº 2 da CAE. O projeto foi aprovado e também, do mesmo modo, S. Exªs os Srs. Senadores votaram acompanhando o Relator nos votos sobre essas ementas, ou seja, votaram "sim" à Emenda nº 1, da CCJ, emenda de redação à ementa, e à Emenda n° 3 da CAE; e votaram "não" à Emenda nº 2 da CAE. O quórum foi alcançado e foram 10 votos "sim", com mais a presença do Sr. Relator e a presença do Presidente desta Comissão.

Aprovado o relatório de S. Exª o Senador Sérgio Petecão, referente ao Projeto de Lei da Câmara nº 48, de 2012, com as modificações anunciadas.

Eu gostaria de informar às S. Exªs os Srs. Senadores e as Srªs Senadoras, também aos ouvintes, telespectadores e aos presentes, que foi distribuído um questionário aos Srs. Senadores e às Srªs Senadoras integrantes desta Comissão, uma pesquisa de percepção. Diante das audiências públicas já apresentadas e com o intuito de subsidiar propostas a serem apresentadas por esta Comissão, nós solicitamos que S. Exªs qualifiquem, numericamente, em ordem decrescente de importância, de um, para o mais importante, até oito, para o menos importante, as causas de paralisação de obras de infraestrutura no País. Foram elencados aqui oito pontos: primeiro, projetos executivos deficientes; segundo ponto, exagero na atuação dos órgãos de fiscalização; questões ambientais, indígenas ou do patrimônio histórico; outro ponto, problemas de gestão do órgão responsável pela execução da obra; processo licitatório mal realizado; deficiência na execução orçamentária; falta de planejamento; e logística.

Então, foram colocados oito itens, para que os Srs. Senadores, integrantes desta Comissão, colocassem por ordem decrescente de importância, de um a oito, as causas de paralisação de obras de infraestrutura do País. Foram coletados 12 votos dos Srs. e Srªs. Hoje,

somente os Srs. Senadores, 12 Srs. Senadores, maioria desta Comissão, e o resultado será apresentado na nossa próxima reunião ordinária.

Item 4 da pauta. Novo requerimento.

ITEM 4
REQUERIMENTO DA COMISSÃO DE SERVIÇOS DE INFRA-ESTRUTURA Nº 27, DE 2013

Requeiro, nos termos do artigo 93, inciso II, do Regimento Interno do Senado Federal...

Eu gostaria de informar ao Sr. Secretário, que me pede para ler este item 4, que ele já foi lido e aprovado. Talvez ele não estivesse aqui presente, mas agradeço a diligência.

Antes de encerrarmos a presente reunião, agradeço a presença de todos, às Srªs e aos Srs. Senadores e especialmente aos nossos convidados que participaram da primeira parte da reunião: o Sr. Professor PhD Luiz Afonso dos Santos Senna, da Universidade Federal do Rio Grande do Sul, e o Sr. Wagner Ferreira Cardoso, representante da Confederação Nacional da Indústria.

Por fim, convoco as Srªs e os Srs. Senadores para a nossa próxima reunião, a ser realizada segunda-feira, dia 10 de junho, às 18 horas, neste plenário, dando continuidade à série de audiências públicas "Investimento e Gestão: desatando o nó logístico do País", com a apresentação do segundo painel: "Mecanismos de Financiamento da Infraestrutura de Transportes", que integra o segundo ciclo de audiências intitulado "Financiamento e Gestão de Transportes". Nessa reunião, contaremos com os seguintes convidados: Dr. Raul Velloso, Consultor Econômico e Diretor da ARD Consultores Associados; Dr. Fernão Justen de Oliveira, advogado e sócio da Justen, Pereira, Oliveira & Talamini Advogados; e a Srª Natália Marcassa de Souza, Diretora da Agência Nacional de Transportes Terrestres.

Agradeço, mais uma vez, a presença de todos a esta nossa reunião de hoje, e declaro encerrada a reunião.

(Iniciada às 07 horas e 30 minutos, a reunião foi encerrada às 11 horas e 01 minuto.)

COMISSÃO DE SERVIÇOS DE INFRAESTRUTURA

ATA DA 23ª REUNIÃO, EXTRAORDINÁRIA, DA COMISSÃO DE SERVIÇOS DE INFRAESTRUTURA DA 3ª SESSÃO LEGISLATIVA ORDINÁRIA DA 54ª LEGISLATURA, REALIZADA EM 10 DE JUNHO DE 2013, SEGUNDA-FEIRA, ÀS 18 HORAS, NA ALA SENADOR ALEXANDRE COSTA, PLENÁRIO Nº 13.

Às dezoito horas e oito minutos do dia dez de junho de dois mil e treze, na sala de reuniões da Comissão, sob a Presidência do Senhor Senador **Sérgio Petecão**, reúne-se a Comissão de Serviços de Infraestrutura. Presente o Senhor Senador **José Pimentel**. Deixam de comparecer os demais Senadores. O Presidente declara a abertura dos trabalhos. Tem início a apreciação da Pauta: Audiência Pública, em atendimento ao **Requerimento nº 01, de 2013 – CI**, de autoria do Senador **Fernando Collor**, aprovado em 27 de fevereiro de 2013, que, "*nos termos do art. 58, §2º, incisos II e V da Constituição Federal, combinado com o art. 90, incisos II e V, do Regimento Interno do Senado Federal, requer sejam realizados, por esta Comissão de Serviços de Infraestrutura, ciclos de audiências públicas dentro de uma Agenda específica de debates ao longo do biênio 2013/2014, com renomados especialistas que apresentem depoimentos, análises e informações acerca de propostas setoriais para a infraestrutura, especialmente no que tange à modernização e expansão dos serviços, ao aumento da competitividade, à avaliação da capacidade de crescimento da economia e do bem-estar da população, e ao investimento e gestão como chaves para desatar o nó logístico do país*". O Presidente convida a compor a Mesa e a fazer suas exposições os senhores **Raul Velloso,** Diretor da ARD Consultores Associados; **Fernão Justen de Oliveira,** Advogado e Sócio da Justen, Pereira Oliveira & Talamini Advogados; e **Natália Marcassa de Souza,** Diretora da Agência Nacional de Transportes Terrestres – ANTT. Nada mais havendo a tratar, a Reunião é encerrada às vinte horas e oito minutos, lavrando, eu, Álvaro Araújo Souza, Secretário da Comissão, a presente Ata, que, lida e aprovada, será assinada pelo Presidente e publicada, juntamente com a íntegra das Notas Taquigráficas, no Diário do Senado Federal.

Senador **Sérgio Petecão, –** Vice-Presidente da Comissão.

(*Texto com revisão.*)

O SR. PRESIDENTE (Sérgio Petecão. Bloco/PSD – AC) – Declaro aberta a 23ª Reunião Extraordinária da Comissão de Serviços de Infraestrutura da 3ª Sessão Legislativa Ordinária da 54ª Legislatura.

Informo aos Srs. Senadores e Srªs Senadoras que a Presidência do Senado Federal, em parceria com a Câmara dos Deputados e a Universidade de Brasília (UnB), encaminhou convite à Comissão de Serviços de Infraestrutura para a cerimônia de abertura do III Seminário Internacional Estudos Legislativos – Desafios da Consolidação Democrática na América Latina, que ocorrerá no dia 11 de junho de 2013, terça-feira, às 18 horas, no Auditório Antonio Carlos Magalhães, no Interlegis do Senado Federal. O credenciamento dos participantes do Seminário terá início às 17 horas do dia 11 de junho de 2013, terça-feira, no *hall* de entrada

do referido auditório do Interlegis. As Srªs e Srs. Senadores que desejarem obter mais informações podem fazê-lo junto à Secretaria da Comissão.

Comunicado desta Presidência. Antes de iniciarmos a audiência pública de hoje, gostaria de informar que a população poderá participar do nosso debate enviando perguntas e comentários aos nossos ilustres convidados. Para participar basta ligar gratuitamente para o Alô Senado pelo telefone 0800-612211 ou enviar sua contribuição pela Internet, no endereço www.senado.gov.br/alosenado ou ainda nos perfis do Alô Senado, no Facebook ou pelo twitter@alosenado. Portanto, qualquer cidadão ouvinte ou telespectador de nossas audiências pode, desde já, enviar sua pergunta ou seu comentário aos nossos convidados acerca do assunto em discussão.

A presente reunião destina-se à realização de audiência pública sobre o tema "Mecanismos de financiamento da infraestrutura de transportes", segundo o painel do 2º Ciclo – Financiamento e Gestão de Transportes –, parte integrante da Agenda 2013/2014 – Investimento e gestão: desatando o nó logístico do País, da Comissão de Serviços de Infraestrutura.

Para proferir as palestras de hoje e debater o tema foram convidados os seguintes especialistas, os quais já convido para tomarem assento à mesa: o Sr. Raul Velloso, consultor econômico e Diretor da ARD Consultores Associados; o Sr. Fernão Justen de Oliveira, advogado e sócio da Justen, Pereira Oliveira & Talamini Advogados; e a Srª Natália Marcassa de Souza, Diretora da Agência Nacional de Transportes Terrestres.

Convido os nossos ilustres participantes a sentarem-se à mesa. (*Pausa.*)

Vamos fazer uma breve combinação para quem fará o uso da palavra. Informo aos nossos convidados que o tempo inicial destinado à apresentação será de 20 minutos, com a tolerância de dois minutos, conforme nossa assessoria. Mas eu gostaria de tomar a liberdade de dar o tempo que os senhores acharem necessário. Após a exposição, concederemos a palavra aos Srs. e Srªs Senadores para os esclarecimentos que S. Exªs considerarem necessário.

Concedemos a palavra à Srª Natália Marcassa de Souza, Diretora da Agência Nacional de Transportes Terrestres.

Fique à vontade.

A SRª NATÁLIA MARCASSA DE SOUZA – Boa tarde aos Senhores, ao Presidente, aos companheiros de Mesa e à plateia.

Gostaria, primeiramente, de agradecer o convite. O General me convidou para apresentação e fiquei muito motivada com os temas que estão sendo discutidos hoje na Comissão de Infraestrutura e particularmente pelo tema do ambiente econômico, político e regulatório para participação da iniciativa privada no financiamento da infraestrutura de transportes.

Então, temos um grande desafio: temos um déficit de investimentos em transportes no País, que é imenso, temos pela frente um programa de concessões à iniciativa privada e também um programa de investimentos públicos em obras. Como financiar esse déficit? Como a gente trata disso? Com que mecanismos? Quais são os mecanismos adequados para atrair esse capital privado para esses investimentos que são cruciais para o País?

Eu gostaria muito de agradecer pelo tema e pela oportunidade de sensibilizar a Casa para algumas questões que irão culminar em legislação.

Vamos andando.

Vamos começar pelo Programa de Investimento em Logística.

Em agosto do ano passado, foi lançado o Programa de Investimento em Logística, que busca reestabelecer a capacidade de planejamento integrado do sistema de transportes, uma nova etapa de integração entre rodovias, ferrovias, hidrovias, portos e aeroportos e uma articulação entre as cadeias produtivas, que culminou numa legislação que foi a criação da EPL (Empresa de Planejamento e Logística). O que é mais interessante, no meu ponto de vista, do Programa de Investimento em Logística, é o Brasil voltar a pensar coordenado, voltar a planejar o transporte, voltar a planejar este meio que é essencial para que o País cresça, que é a infraestrutura. Então, quando fazemos esse pensamento, planejamos um pouco antes, para que tudo ocorra com mais celeridade, para que haja bons projetos antes de serem desenvolvidos esses investimentos.

Aqui, eu trouxe um exemplo do que a gente tem hoje em PAC – obras públicas, em quais rodovias a gente está investindo.

Aqui, são as rodovias atualmente concedidas, e há a 040 e a 116, ainda em processo de concessão. As rodovias que estão no Programa de Investimento em Logística, que é a terceira etapa, Fase III, que se está prevendo, e como fica a nossa malha – como é a malha rodoviária estruturante, com todas essas intervenções.

Então, essa malha foi pensada, planejada, para que se ligue e dê acesso aos portos, dê acesso a exportação. Então, é uma malha que já tem uma característica de planejamento.

Aqui, há a malha ferroviária hoje concedida, malha estruturante, há as intervenções que estão sendo feitas via PAC, e um novo modelo, o PIL. Então, ela também é uma malha que está sendo pensada: vamos

ter a ferrovia para ligar de onde tem a produção para o porto. Vamos sair aqui do nosso bolsão de agricultura e chegar aos portos do País.

Aqui, botei as intervenções que estão sendo feitas na malha hidroviária, que é basicamente PAC.

O que a gente tem no Programa de Investimentos em Logística? A gente tem a previsão de licitar 7.500km, somando um total de mais ou menos – hoje, na verdade, isso já está para mais – de R$42 bilhões, em contratos de 30 anos, sendo que a maior parte do investimento deve ser feita nos cinco primeiros anos. A prioridade do Programa de Investimentos em Logística – há um *slide* que vai tratar um pouco mais disso à frente – diferente do que foi feito na década de 90, onde o Governo precisava livrar-se do custeio que essa malha, tanto ferroviária quanto rodoviária, usava do Orçamento, o objetivo aqui é ampliar a capacidade. Por isso, os altos números de investimento. Ferrovias são cerca de R$91 bilhões de investimento, em mais ou menos 10 mil quilômetros.

Aqui, está essa malha prevista para os investimentos de rodovia, e os investimentos de ferrovia.

Contextualização do nosso programa de concessão. Começou na década de 90 com o objetivo de reduzir os custos públicos e diminuição do papel do Estado como provedor. Então, virou um Estado regulador, e uma das agências criada foi a ANTT. Então, saímos desse modelo de Estado provedor para um Estado regulador. Diminui-se o gasto público, garantindo a manutenção das malhas rodoviárias e ferroviárias para o País.

Aí, todo o arcabouço legal que isso nos traz – o nosso amigo Professor vai poder nos dizer com mais propriedade.

A Lei nº 8.987 mais alguma legislação em decreto que nos permitiu fazer essas concessões na década de 90.

Qual é a nossa motivação agora de concessão, em 2013?

A nossa motivação é planejamento logístico, integração dessas rodovias, ferrovias e hidrovias e ampliação de capacidade da malha. Então, não é só se livrar do custeio que essa infraestrutura nos permite, mas, sim, ampliar essa infraestrutura, garantir o acesso aos portos, garantir o acesso das exportações e garantir uma malha de qualidade.

Esse é o objetivo que traz o Programa de Investimentos em Logística. Isso nos coloca um desafio: essa parte do programa de que estamos falando, só de rodovias e ferrovias, chega a R$133 bilhões, pelo menos. Como atrair o capital privado? Sabemos que R$133 bilhões são uma quantidade imensa de dinheiro, em que cerca de R$80 bilhões vão ser dispensados nos cinco primeiros anos. Como atrair esse capital?

Eu até trouxe aqui uma frase do Lafer, economista liberal, aliás. O capital é um cão medroso. Então, o capital se aflige com mudanças de legislação, ele se aflige com risco regulatório e ele se aflige com regras não bem definidas. Então, é isto que os contratos têm que buscar, é isto que o arcabouço regulatório tem que buscar e é isto que o arcabouço legal tem que buscar: estabilidade nas regras. Senão, não atrairemos o capital privado.

Próximo.

Aqui eu trouxe um eslaide que acabou ficando pouco visível. não sei se vai dar para ver, mas, depois, vocês poderão ver com mais detalhes. São grandes companhias que temos hoje atuando no Brasil, com respectivo ativo total e patrimônio líquido. Se pegarmos o patrimônio líquido dessas empresas e somarmos, empresas como a Camargo Corrêa, Andrade Gutierrez, Bertz, Queiroz Galvão, Triunfo, teremos um montante total de quase R$60 bilhões, em patrimônio líquido. É muito pouco frente ao desafio que temos. E coloquei aqueles números ali para representar o ativo total (2,8) e patrimônio líquido (1,3). Geralmente, as regras de financiamento são assim: para cada R$1 milhão emprestado, o banco exige que se tenha um ativo total de 2,8 e um patrimônio líquido de 1,3. Quer dizer, então, que para emprestar esse dinheiro, conseguimos um financiamento hoje, com a modelagem atual, menor do que se tem de ativo total e patrimônio liquido. isso não via saldar os R$131 bilhões com as empresas que temos.

Então, como trazer isso? Como atrair o capital estrangeiro, porque só com o capital nacional muito provavelmente não vamos dar conta dos investimentos que temos pela frente. E, se falamos de capital estrangeiro, falamos de conhecer as regras brasileiras que nem sempre são simples para os estrangeiros: a tributação do Brasil, as agências reguladoras. Então, se traz todo esse risco, todo esse desconhecimento ao capital estrangeiro. Isso tem que ser facilitado para atrair o investimento certo também.

Próximo.

Aqui, estou pontuando algumas coisas que podemos fazer. Foi acrescida uma parte de financiamento público para essas concessões. Além do BNDES, está se trazendo para o financiamento dessas concessões o Banco do Brasil e a Caixa Econômica Federal. O valor desse financiamento: ele está com juros interessantes, com TJLP mais 1,5% de risco. Geralmente, esses financiamentos e as empresas são projetos que de pouco risco, projetos de infraestrutura de longo prazo em que geralmente temos a demanda razoavelmente

conhecida. Outra característica importante para o sucesso desse projeto, principalmente porque os investimentos estão logo no início, é o empréstimo ponte. Empréstimo ponte é aquele empréstimo que se inicia no começo da implantação da infraestrutura até termos a demanda conhecida. Geralmente é isso. Temos um primeiro empréstimo, e esse empréstimo é geralmente mais caro, justamente quando se está desembolsando mais investimento. Então, esse empréstimo ponte, nas condições do longo prazo, também garante um acesso mais fácil a esse financiamento e tarifas mais baixas. Isso acaba sendo considerado no leilão.

Um ponto fundamental é o *project finance non-recourse.* O que é isso? Geralmente, os projetos de financiamento que temos hoje, no Brasil, demandam garantias corporativas das empresas: seguro garantia e outras garantias que não só as receitas daquele projeto. Isso é um *project finance non-recourse.* É quando *o* próprio projeto se financia com as receitas que ele vai ter o futuro. E esse é o instrumento adequado para bens de infraestrutura, porque geralmente se tem a demanda conhecida, ela é estável e é de longo prazo. Então, um financiamento com as receitas do próprio negócio traz uma taxa mais baixa, traz riscos mais baixos para o empresário, e isso garante uma financiabilidade melhor, porque ele não precisa botar todo o ativo, todo o patrimônio líquido com expus no primeiro gráfico.

E há o financiamento por bancos privados também. Então, os financiamentos por bancos privados carecem de bons projetos, bom detalhamento para que o banco privado e o capital, que, como eu disse, é um cão medroso, se valham dos medos e entrem no negócio.

Próximo.

Então, é superimportante para a gente, nesses projetos, ter o conhecimento dos riscos e a sua mitigação. Então os riscos têm que estar transparentes e mitigados e alocados de maneira correta.

Problemas em tráfego. A mitigação desses problemas como tráfego em ferrovia. Geralmente a gente tem características mais delicadas nessa parte, porque ferrovia tem um investimento mais alto, tem um *payback* disso mais demorado; então você tem que garantir esse risco e mitigá-lo da maneira que alocar para o ente privado ou para o ente público da menor maneira, quem gerencia melhor esse risco.

Licenciamento ambiental. Ele tem um prazo que hoje varia mais ou menos em 30 meses, para licenciar uma obra. Então esse risco tem que estar detalhado, tem que estar alocado, parte com o Poder Público, naquilo que o Poder Público gere melhor, e parte com poder privado, naquilo que ele gere melhor.

Interferências e desapropriações de obras. Então esses riscos também têm que estar detalhados.

Uma questão de legislação que eu coloco aqui é a desapropriação hoje. A ANTT não tem competência legal para realizar a desapropriação, quem realiza a desapropriação para a ANTT das áreas é a Casa Civil, a Presidenta da República. Então, para a gente emitir um decreto de utilidade pública, na ANTT, demoramos mais ou menos oito meses; quando é o DNIT, ele tem essa competência legal e é de cerca de dois meses para emitir um decreto. Então, isso também tem impacto nos cronogramas e nos riscos da obra.

Era mais ou menos isso eu que queria falar e depois a gente pode discutir com mais detalhes.

O SR. PRESIDENTE (Sérgio Petecão. Bloco/PSD – AC) – Agradecendo a Srª Natália pela sua bela explanação, Comunico aos nossos convidados que a nossa reunião, a partir deste momento, está ao vivo pela nossa TV Senado, para todo o Brasil.

Passo a palavra agora ao Dr. Fernão Justen de Oliveira.

Fique à vontade.

O SR. FERNÃO JUSTEN DE OLIVEIRA – Muito obrigado, Senador Sérgio Petecão, ilustre Vice-Presidente desta Comissão; Drª Natália Marcassa; Sr. Raul Velloso. É uma satisfação Srs. Senadores, funcionários. É satisfação estar no Senado contribuindo com o debate sobre as opções de financiamento de infraestrutura para o nosso País.

A minha exposição parte de um caso concreto para abordar a maioria... um caso concreto que reúne a maioria dos temas que estão dispostos e que foram ofertados, oferecidos para esse painel. Fala sobre PPP, sobre concessão comum, sobre financiamento, investimento, fala sobre transporte porque é sobre o projeto da BR-116/423; este foi um projeto de uma rodovia, da rodovia BR-116 que passa pelo interior do Estado da Bahia.

Isso permite também analisar um pouco mais a fundo as questões... além do transporte, investimento, as questões sobre planejamento desses projetos, especificamente esse projeto de infraestrutura de transporte.

Um breve sumário. Eu me concentro em cinco pontos, falo um pouco sobre o projeto, sobre o que dizia o edital. Houve – e isso é interessante – a escolha da concessão comum, a transformação de um projeto de PPP em uma concessão comum. Existiu um problema concreto, específico sobre a contraprestação pelo concessionário, pelo parceiro privado. No quarto tópico eu falo sobre a perspectiva do poder concedente e a solução afinal adotada.

A minuta do edital estipulava uma concessão patrocinada – veremos em seguida o que significa isso – e

com uma tarifa fixa de R$3,50 a cada cem quilômetros rodados. O serviço público rodoviário era objeto do edital, que previa recuperação, operação, manutenção e ampliação daquela rodovia no valor de investimento de um bilhão cento e quarenta milhões de reais num prazo de quinze anos, com a garantia de fiança pelo fundo garantidor de PPPs instituído pela lei de PPPs.

Vamos recordar que as Parcerias Público-Privadas, o contrato de Parceria Público-Privada serve para projetos superlativos e lá está, no art. 2º § 4º, o que significa um projeto superlativo. É um objeto complexo, mais complexo pelo menos do que uma concessão comum. Ou seja, um objeto complexo envolvendo mão de obra e equipamentos ou mão de obra e execução ou equipamentos e execução, fornecimento de equipamentos e execução do serviço; nunca apenas um desses modelos, sempre uma conjugação deles. Há também o volume ampliado de recursos em valor superior a R$20 milhões e um prazo dilatado de vigência, maior do que cinco anos e menor do que 35 anos.

Esse projeto estava lançado na Internet – já não existe mais – e, inclusive, havia o estudo de viabilidade da PPP. E por meio desse antigo *site* era possível ter acesso ao estudo de tráfego, ao sistema de pedagiamento e tarifas, ao estudo de meio ambiente e engenharia, avaliação econômica. Tudo isso congregado num estudo de viabilidade com um objeto similar – não exatamente idêntico – ao do *project finance* agora recentemente aludido pela Drª Natália. E esse estudo de viabilidade está previsto no art. 10, inciso I, alínea "a" da Lei de PPP, que fala sobre a necessidade, ou condiciona a abertura do processo de licitação de uma PPP à autorização de uma autoridade competente em que se demonstra conveniência, oportunidade da contratação, mediante a apresentação de razões técnicas que justifiquem a opção pela forma da PPP.

Muito bem, falamos em concessão patrocinada. O que significa isso? Em contraposição à concessão comum. A concessão patrocinada, a identidade na verdade da concessão comum, implica outorga de serviço público. Mas tem peculiaridades, por exemplo, na contraprestação, que precisa ser pecuniária e será compatível com a prestação do parceiro público. Será também compartilhada com os usuários, ou seja, adicionalmente a tarifa cobrada dos usuários haverá uma contraprestação pecuniária paga pelo parceiro público, ou seja, pelo poder concedente ao parceiro privado que é o concessionário. O sistema tarifário segue os princípios de multicidade, facilidade de recebimento. E uma perspectiva negativa de rentabilidade original que justifique a opção pela PPP em vez da concessão comum. Aplica-se a todas as PPPs a lei – pelo menos em concessão patrocinada –, a aplicação subsidiária da Lei 8.987, a Lei Geral das Concessões Comuns.

Já a concessão administrativa – não se trata aqui, mas é importante fazer essa menção – pode não implicar a outorga de serviço público e também tem objeto complexo, ou seja, não único, que envolva a prestação de serviço público ou a prestação de serviço simples não público. Geralmente aquele contratado por meio de contratos administrativos comuns.

O parceiro público pode ser o usuário ou o usuário indireto desse serviço. Se for o direto, ele paga e usa sozinho o serviço ou com a coletividade; ser for o usuário indireto a que o art. 2º §2º se refere, o poder concedente, o parceiro público, fará o pagamento da tarifa para o parceiro privado, mas a coletividade é quem usará esse serviço diretamente, não o parceiro público. Caso muito frequente em concessões administrativas de saneamento, de ensino e de saúde também. Há uma aplicação limitada, não subsidiária, como é na concessão patrocinada, da Lei 8.987, a Lei Geral das Concessões.

O que aconteceu nesse projeto de PPP? Houve a desistência da PPP. Os jornais noticiaram que a União desistiu de usar PPP para duas rodovias, entre elas essa do interior do Estado da Bahia, porque praticamente aconteceu de ser identificada a viabilidade econômica da concessão comum. Não era preciso usar a concessão patrocinada sob a forma de PPP. Então se verificou a sustentabilidade da operação do sistema, a possibilidade de amortização dos investimentos, por meio da própria concessão comum; e a remuneração do concessionário sairia naturalmente das tarifas de pedágio mais as receitas acessórias. Ou seja, houve, então, a dispensa de contrapartida pela União, com economia para a administração e a transferência do desembolso para o parceiro privado.

Indo avante, por que, então, a escolha da concessão comum? Pode se utilizar em casos – e nesse caso certamente foi – análogos, para se descobrir se é caso de concessão comum ou de concessão patrocinada, o critério da atratividade natural do projeto. O que significa? Uma alta atratividade natural é compatível com a concessão comum, em que o projeto é autossustentável, ou seja, há suficiência da tarifa paga pelos usuários, pela coletividade, sem necessidade de o poder concedente comparecer com uma parte desse valor, dessa tarifa; há quantidade suficiente de usuários, há viabilidade de cobrança pulverizada da tarifa e o retorno econômico projetado é positivo.

Inversamente, a baixa atratividade natural de um projeto comanda uma PPP, uma parceria público-privada, em que o projeto, de regra, não é autossustentável, não é viável apenas a tarifa paga pela coletivi-

dade, seja por uma quantidade de minuta de usuário, seja pela impossibilidade ou dificuldade extrema de cobrança dessa tarifa, de modo que o retorno econômico projetado é negativo.

A transferência da contraprestação que ocorreu, em suma, resulta na satisfação do interesse econômico do poder concedente em contraposição ao sacrifício do interesse econômico dos usuários. Pois bem, houve, então... Nesse caso, quando se satisfaz o interesse econômico do poder concedente, geralmente por meio da cobrança de outorga, há ausência de aporte financeiro do poder concedente e existe paralelamente a autopreservação financeira da administração e evitação de investimentos da União, se é que se pode chamar assim. Essa é uma modalidade, uma espécie, um termo inapropriado porque, na verdade, o desembolso pela União é a contraprestação da própria PPP; o investimento que se fala não é propriamente da União, é a captação e a aplicação no projeto pelo parceiro privado.

Reflexo sobre a tarifa quando há o sacrifício do interesse econômico dos usuários. E essa me parece ser uma distorção fundamental do sistema de concessões, seja ele de concessão comum ou de concessões patrocinadas administrativamente, por meio de PPP.

A concessão de serviço público não serve para suprimento de caixa do poder concedente. Serve, ao contrário, para, simplesmente ou complexamente, prover infraestrutura necessária e suficiente para prestação de serviços públicos. Enfim, há disponibilidade para fruição, que é o recebimento da contraprestação pelo art. 11, parágrafo único, da lei de PPP.

O problema concreto que ocorreu naquele edital da BR-116, no interior da Bahia, está precisamente no critério de julgamento constante da cláusula 11, etapa 12, que dizia que o primeiro colocado na licitação será aquele – o participante, o licitante – que oferecer o maior valor de outorga pago à União. Esse será o primeiro colocado. E o último colocado será o licitante que oferecer o maior valor de contraprestação pago pela União ao concessionário, ou seja, aquele aporte de tarifa suplementar. A menor outorga ou o menor valor de outorga ainda era mais importante, mais relevante, e ficaria, na classificação, na frente daquele que requisitasse, que solicitasse, na sua proposta, a menor contraprestação do poder concedente, do parceiro privado. E, nos lances em leilão, que é a etapa 15, o mesmo critério.

Essa é uma maneira que não poderia dar certo; se desse certo, haveria uma pressão econômica tão grande que os investimentos e os financiamentos desse projeto ficariam, parece-me – não é a minha área evidentemente, é apenas a jurídica –, amplamente comprometidos.

A questão da titularidade da contraprestação está muito bem disposta na Lei de PPP. Há diversos artigos que falam sobre as modalidades de contraprestação pela administração e como se fará a contraprestação pelo poder concedente. Basicamente, no art. 7º, *caput*, cujos parágrafos foram alterados – existia um parágrafo único que falava sobre a parcela fruível, que as tarifas só seriam cobráveis depois de o serviço estar disponível para a utilização, mas o parágrafo 1º foi incorporado para que esses pagamentos fossem feitos proporcionalmente, à medida que as parcelas fruíveis fossem sendo alcançadas. De todo modo, no *caput* do art. 7º, fala-se em momento posterior à fruição do serviço, e essa é a regra geral. O parágrafo 2º autoriza o poder concedente, o parceiro público a fazer aportes de recursos proporcionalmente às etapas executadas.

Qual é o custo da outorga? Por que cobrar pela outorga numa concessão, e especialmente em PPP, é tão deletério? Primeiro, porque a contraprestação pública adicional à tarifa é uma inerência da PPP. Existe uma tensão entre o impulso arrecadatório do Estado e a construção e a operação do empreendimento. Esses elementos não se casam; na verdade, são contraditórios. É um cobertor curto. Se se obtém melhores resultados em um, se obtém, ao mesmo tempo, piores no outro. Cobrar pela outorga significa, por um lado, reforço de caixa da União, mas também onera a tarifa porque esse valor da outorga vai ser transferido para a tarifa.

Mais do que isso, o art. 12, inciso II, da Lei 11.079, que é a lei de PPP, prevê um rol exaustivo de critérios de julgamento para as licitações de PPP, que são menor valor da contraprestação da administração ou a menor contraprestação combinada com a melhor técnica, conforme pesos, ou o menor valor da tarifa – uma invocação direta da Lei 8.987 –, ou a menor tarifa combinada com a melhor técnica. Estão excluídos desses quatro critérios de julgamento aqueles do inciso II do art. 15 da Lei 8.987, que são justamente a maior oferta pela outorga, que foi usada naquele edital, e a melhor oferta pela outorga após qualificações e propostas técnicas, o que significa, a meu ver, a inviabilidade jurídica daquela PPP. Por isso, eu disse que a transformação daquele edital de PPP em concessão comum tem um caráter amplamente pedagógico, já que o demonstrou não apenas pela inviabilidade técnica de obter financiamentos razoáveis e investimentos de porte necessário, mas também, paralelamente a isso, na inviabilidade jurídica da PPP, já que ela previa, como critério específico de vitória de classificação do listante, o maior pagamento do parceiro privado pela outorga.

Qual é a perspectiva? Qual era, de todo modo, a perspectiva do poder concedente? E, Sr. Presidente, estou me encaminhando para o final e vejo que meu tempo se está esgotando mais rapidamente do que eu imaginei.

A perspectiva do poder concedente era basicamente uma transferência de custos e riscos que, de fato, está na essência da lei de PPP e de todo o novo sistema de concessões no serviço público que foi instituído no País. Mas, de todo modo, não por esses métodos, tanto que a própria lei desautoriza aquele critério de julgamento, como vimos na lâmina anterior.

Existe na própria Lei 8.666, art. 40, inciso X, a proibição de preço mínimo requerido que se aplica à PPP, de modo que não é possível ser prevista uma contraprestação pública negativa nesse caso, em que a outorga passa a ser a contraprestação do próprio parceiro privado em vez do parceiro público.

Ainda há a questão da remuneração efetiva ajustada aos parâmetros do contrato...

(*Soa a campainha*.)

O SR. FERNÃO JUSTEN DE OLIVEIRA – Muito obrigado, Presidente. Vou concluir.

E afinal a desnecessidade de uma garantia especial que, na verdade, é da essência das PPPs.

Qual foi a solução adotada? E aqui eu encerro, Presidente, Srs. Senadores e colegas de bancada.

O que aconteceu foi que houve uma avaliação negativa para a PPP ao cabo de todo esse processo. Houve, então, a transformação de PPP em concessão comum ou uma prestação direta, mas nesse caso foi de concessão comum, o que não induz ao fracasso da política de PPP, apenas demonstra quais são os modos de se aperfeiçoar o sistema; o sistema original da concepção das concessões comuns. Ou seja, a PPP realmente vai ser utilizada quando a concessão comum não for adequada, de acordo com esses critérios, ao financiamento, ao investimento de infraestrutura para prestação de serviços públicos.

Afinal, a ANTT leiloou, em 21 de janeiro de 2009, o lote da segunda etapa da Fase 2 de construções rodoviárias – 680km da BR-116. O vencedor foi um consórcio entre uma empresa espanhola e duas brasileiras, que ofereceu a menor tarifa de pedágio, como era uma tarifa fixa de pedágio e passou a não ser, em benefício dos usuários, a partir da tarifa teto do edital. Investimento inicial de R$68 milhões; em 25 anos R$1,9 bilhão.

Como eu disse, afinal, esse é um projeto – e foram acontecimentos bastante pedagógicos, insisto nessa denominação – para que se alcance, em serviço público de transporte, gestão e operação de rodovia, um serviço público universal, contínuo, isonômico, transparente, eficiente e por preço módico.

Era a minha manifestação. Fico à disposição para o debate.

Muito obrigado.

O SR. PRESIDENTE (Sérgio Petecão. Bloco/PSD – AC) – Agradecer ao Dr. Fernão pela sua bela explanação.

Mais uma vez, gostaria de informar que a população poderá participar do nosso debate enviando perguntas e comentários aos nossos convidados. Para participar, basta ligar gratuitamente para o Alô Senado, pelo telefone 0800612211, ou enviar sua contribuição pela Internet no endereço www.senado.gov.br/alosenado, ou, ainda, nos perfis do Alô Senado no Facebook ou pelo twitter@alosenado. Portanto, qualquer cidadão ouvinte ou telespectador de nossa audiência pode, desde já, enviar sua pergunta ou seu comentário aos nossos convidados, acerca do assunto em discussão.

O Dr. Raul já, aqui, me questionava. Eu queria já comunicar aqui aos nossos dois palestrantes, que já fizeram uso da palavra, que a Srª Natália só usou 14 minutos, e ele nos questionava se poderia usar os seis minutos aí restantes da Drª Natália. Eu queria dizer ao Dr. Raul Velloso que, com certeza, por essa vontade grande que ele está de fazer essa bela palestra para nós, comunico que os seis minutos da Drª Natália estão à sua disposição. Fique à vontade.

Com a palavra, Dr. Raul Velloso.

O SR. RAUL VELLOSO – Bom, eu queria começar agradecendo à Drª Natália pela concessão de mais seis minutos. Vamos ver se vale a pena eu falar aqui para essa Mesa ilustre e para o Brasil todo que está aí me ouvindo.

Então, eu queria dizer para vocês, antes de mais nada, que eu acho que a questão do financiamento, sinceramente, a meu ver, é o menor dos problemas que nós temos hoje nesse assunto de concessões. Então, significa que, eu acho, tem outros problemas e é deles que eu espero tratar aqui.

Muito bem. Eu queria chamar a atenção de vocês para o seguinte: o Brasil está vivendo, neste momento, uma situação bastante complicada. Essa situação complicada tem a ver com o fato de que nós estamos aí diante da perspectiva de a economia brasileira crescer bem menos do que se imaginava que seria possível crescer. E, em seguida, a gente vai ver como isso se liga na história da infraestrutura.

São dois elementos básicos que fazem o crescimento do nosso PIB Potencial, que é aquele que se gera sem pressão inflacionária excessiva, são dois elementos fundamentais, entre outros, que é o aumento da taxa de investimento, a relação investimento-PIB, e

o aumento da eficiência no uso do capital e trabalho, que são os principais fatores, que nós chamamos de produtividade total dos fatores.

Pois bem, o que eu vou dizer é que esses dois itens não vão evoluir de maneira satisfatória, a não ser que a gente mude alguma coisa, e, por isso, é o meu ponto de preocupação com o futuro do Brasil.

Antes de 2003, esse PIB potencial gerava, rodava ao redor de 2,7% ao ano, em média. Aí, vieram as mudanças na passagem para o Governo que se iniciou em 2003; até 2008 ele foi subindo e chegou em 4,5% ao ano, que era um grande progresso. Só que, de lá para cá, ele vem caindo e nós estamos aí rodando, hoje, ao redor de 3%, que não é muito diferente do que era antes.

Esse eu acho que é o problema fundamental quando a gente olha para frente no Brasil a partir do momento atual: queda do crescimento do PIB Potencial e perda de dinamismo na economia brasileira a partir do esgotamento do processo de subida da taxa de investimento e, também, de queda da produtividade total dos fatores.

Eu quero chamar atenção, particularmente, para essa história de produtividade, porque o Brasil, infelizmente, não tem uma agenda de produtividade, uma agenda de aumentar a produtividade. As pessoas nem sequer sabem direito o que significa isso. O nome está ali, a explicação está ali. É a questão do aumento da eficiência no uso dos fatores de produção. Isso é muito importante.

Então, se eu tenho dificuldade de subir a taxa de investimento, eu tenho de buscar o caminho do aumento da produtividade que deveria estar na linha de frente de toda a ação governamental brasileira e, infelizmente, não está.

Pois bem, mostrando isso de uma forma bem concreta para os senhores, aqui em cima eu tenho a taxa de investimento, que é essa linha azul grossa, que subiu de 2003 até meados de 2012, e depois caiu, ou está aqui rateando, é essa que eu falei que perdeu o fôlego que tinha antes e esse fôlego era obtido porque esse investimento era financiado – que é essa linha vermelha – basicamente pelo ingresso de poupança externa.

Perdeu-se o fôlego, chegou-se a um uso de financiamento externo que hoje é ao redor de 3% do PIB, fala-se que esse limite já é complicado para ultrapassar. Então, se nós vamos financiar investimento com poupança externa, nós estamos numa situação complicada de contar com isso.

O outro item é a produtividade total dos fatores – isto aqui são taxas de crescimento. Ela cresceu, chegou perto, aqui, de 2% ao ano, e, depois, desabou. Aqui, eu tenho 2007, 2008. Ela vem desabando de lá para cá e ficou negativa. Isso quer dizer o quê? Que o PIB, o crescimento do PIB tem os dois componentes: um pode ser positivo, que é o componente que vem do investimento; e o outro, negativo, reduz, e aí temos um PIB menor.

Pois bem, esses dois principais componentes nos trazem, aqui, a consequência, nessa estimativa que eu e parceiros fizemos em um estudo recente, da taxa de crescimento potencial do Brasil, que, como eu disse, subiu até algo ao redor de 4% ao ano e depois desabou e está aqui por volta de 3% ao ano. Então, esse é um problema complicado que nós temos. Por quê?

Primeiro, eu não posso mais aumentar muito a poupança externa, por razões que, se houver tempo, eu explico; segundo, a outra forma de financiamento, que é a poupança pública, também é muito difícil de aumentar.

Nós acabamos de fazer um estudo – eu e meus parceiros – mostrando que a tendência da poupança pública é de queda forte nos próximos 50 anos. Então, o que nós vamos ter de fazer é tentar recuperar a perda, a queda que se avizinha, e não aumentar para financiar investimento. Ou seja, em resumo, meus amigos, o Brasil, olhando para frente, ou ele aumenta a produtividade, que vem caindo, como eu disse, ou o PIB potencial vai ficar abaixo de 3%, e a economia vai crescer menos de 3%. Não adianta o Governo querer, não adianta o Governo prometer, porque se essas coisas não acontecerem, nós estamos com essa dificuldade.

Esse esgotamento é aquilo que eu falei: a poupança vai desabar, a poupança externa tem limites óbvios. E eu queria também chamar atenção. Quando nós olhamos, poupança é o financiamento do investimento; se nós focamos em um investimento privado, nós temos, hoje, dificuldades, em alguns setores, de aumentar os investimentos porque a lucratividade diminuiu. No caso da indústria, é isso que está acontecendo, com a subida dos salários e a queda da produtividade industrial.

Outro setor que poderia estar com aumento nos investimentos, deixando de lado a questão da dificuldade de financiar – vamos supor que conseguíssemos financiar, e isso vai nos trazer para o nosso tema – é o investimento em infraestrutura, que a meu ver está hoje travado pelo viés ideológico antiprivado que existe e tem existido. Pode estar diminuindo, mas está aí e se mostra na execução da própria política de concessões dos últimos anos. E também o viés eleitoral, que leva o Governo a preferi-las e batalhar pelas menores tarifas imagináveis e isso está produzindo empreendimentos de baixa qualidade que não estão viabilizando esses investimentos e trazendo para nós aquilo que nós precisamos que tragam.

Para o lado da agricultura, a infraestrutura caótica é uma dificuldade. Só com muita melhoria dos preços externos para você compensar essa infraestrutura caótica e ter, então, mais investimentos na área de agricultura.

Então, isso é para dar uma ideia do x da questão macroeconômica que nós temos hoje, para trazer para a nossa discussão, que é uma discussão mais específica de infraestutura, por cujo caminho eu acho que precisamos começar a tratar desse assunto.

A saída, então, é aumentar a eficiência no uso do capital e trabalho, já que eu não consigo investir muito mais, ou seja, aumentar, crescer a produtividade total dos fatores, para que o PIB possa crescer mais do que está aí pintando que vai crescer. Não adianta quem quer que prometa algo mais do que o que será possível fazer.

Para entrar aqui, essa é a dificuldade. É aquilo que eu disse: nós não temos uma agenda de produtividade. Vamos entender o que significa isso, esse aumento de eficiência, ainda que possa, às vezes, parecer simples, mas não é. Mas, para isso, nós temos de melhorar nossas instituições, os mercados precisam se organizar melhor. Um item importante, que foi enfatizado só recentemente pela academia na área econômica, é o papel importante que a infraestrutura tem para aumentar essa eficiência.

Ou seja, eu fiz tudo isso para dizer o seguinte: a infraestrutura talvez seja o caminho – a expansão da infraestrutura, mas infraestrutura de qualidade –mais rápido ou menos demorado para que a gente consiga vencer essa barreira da dificuldade de crescer.

É claro, tem que haver tecnologia e inovação, uma maior integração com a economia mundial. Tudo isso produz aumento da eficiência e aumento daquela taxa que, no Brasil, está despencando. Está até negativa! E vários outros fatores, nos quais não interessa entrar aqui, no caso, porque o que eu quero é chamar a atenção para importância da infraestrutura nesta discussão.

Agora, permitam-me dizer algo que vai nos preocupar: o Brasil está na rabeira do crescimento da produtividade no mundo! Então, não será uma tarefa fácil, independentemente de onde venha, se da infraestrutura ou de outro lugar.

Quero mostrar um dado concreto: se a gente pegar o período 1989 a 2008 – são 20 anos – e compararmos alguns países relevantes para isso e somarmos a taxa de crescimento da produtividade, que é o componente do crescimento do PIB decorrente de maior eficiência. Se somarmos nesses anos todos, se acumularmos veremos que na soma, tudo que o Brasil cresceu no conjunto desse período foi principalmente por conta do aumento da taxa de investimento. A contribuição da produtividade foi zero, nada mais nada menos do que zero!

Quer dizer, em um ano era positivo; noutro, negativo; em outro, positivo; noutro, negativo. No momento, em que se somou, deu zero. Agora, pasmem, a Coréia do Sul acumulou de contribuição da produtividade algo próximo de 60%. A Índia, algo em torno de 30%. A China, algo próximo de 50%. Estados Unidos, que já vinham cansados de aumentar a produtividade, acima de 10%.

Isso quer dizer o quê? Que no crescimento desses países, acumulado nesses anos, a responsabilidade do aumento de eficiência para a taxa de crescimento foi dessa ordem de magnitude, enquanto no Brasil é zero. Então, os negativos com os positivos se acumulam com contribuição nenhuma. Isso tem de mudar, senão o País não cresce.

Bom, o que temos por traz desse baixo desempenho da produtividade no Brasil? Várias razões, mas eu quero chamar atenção, particularmente, para que seguramente a sistemática deterioração da infraestrutura brasileira, nesses anos todos, desde quando os investimentos desabaram, tem um forte papel. Isso porque do mesmo jeito que o fato de a infraestrutura melhorar aumenta a produtividade, se ela piorar torna a produtividade negativa. Ela come produtividade. Então, isso significa que ela está por traz, é uma das explicações para esse quadro ruim, essa deterioração.

Ou seja, como nós no Brasil decidimos, há não sei quantos anos, não colocar dinheiro em infraestrutura, decidimos que o Brasil iria crescer menos e que iria crescer apenas pelo efeito do investimento. É uma decisão que se tomou, e isso não é consciente, ninguém nunca discutiu isso, mas é a verdade.

Deixem-me eu chamar a atenção para o que significa o papel dessa infraestrutura na produtividade. É óbvio. Basta você pensar assim: o que significa a infraestrutura se deteriorar? O peso no custo do transporte no valor das mercadorias aumenta muito. Aumentando muito, passa a ser decisivo para você identificar e criar os negócios nos vários lugares de qualquer país.

No momento em que isso passa a ser decisivo, significa que você pode estar produzindo com baixa eficiência em certo segmento, em certo setor que poderia ser muito mais eficiente, e ele só não é eficiente porque está próximo do centro consumidor. Então, por conta da proximidade, você passa a ter empreendimentos ineficientes, que comem possibilidades de crescimento da economia. É isso o que acontece.

E o contraste entre a infraestrutura de transporte no Brasil e a do resto do mundo é chocante, porque da mesma forma que isso aconteceu aqui, essa deterioração, em outros países melhorou. Os outros países

cresceram – vocês já viram os dados daqueles outros países que eu mostrei.

Mais recentemente, a mídia tem enfatizado essa situação de terra arrasada. Mas ela não destaca, e precisa destacar, o *link* crucial entre infraestrura e produtividade. Esse *link* é fundamental.

Não adianta só mostrar que a nossa infraestrura é caos. Eu tenho de mostrar que, sendo ela caos, o crescimento da economia brasileira desaba e não acontece.

Muito bem, para mostrar esse quadro de comparação entre a situação em que estamos hoje e a anterior, como vimos piorando em relação a, praticamente, 144 países relevantes, o Fórum Econômico Mundial fez essa comparação com critérios que podem ser vistos na publicação deles, que mostra que o Brasil está realmente na rabeira. Quando você tira um retrato hoje, você vê o Brasil lá na rabeira, na comparação da qualidade de infraestrura. Na média, nós somos o 107º em 144. Quer dizer, quanto maior, pior; portos: 135; estradas: 123; ferrovia: 100; transporte aéreo: 134.

Enquanto isso, nós avançamos, ainda que tenhamos muitos problemas: eletricidade 68 e linhas telefônicas fixas, que era o que estava no estudo, 55.

Isso quer dizer o quê? Isso é para mostrar um retrato que se tivesse sido tirado alguns anos atrás, certamente esse número estaria mais abaixo e isso nos mostraria como a deterioração teria ocorrido.

Outra forma de mostrar o nosso quadro comparativo desfavorável é que o Brasil investe na infraestrutura como um todo, e aí não é só transportes, 1,7% do PIB, enquanto a China investe 8,3%; a Índia, 7,6%; o México, 3,6%. Todo mundo que está aqui pode olhar o quadro e ver que todos os países investem mais do que o Brasil.

Então, não há como não ter esse problema, não há como não ter uma situação de terra arrasada, que é o que nós temos hoje, apesar dos esforços do Governo atual, da ANTT, da EPL, enfim, das instituições que estão operando mas ainda não conseguem lidar com o problema da magnitude que esse tem.

Para mostrar um pouco a sequência de matérias que estão mostrando a terra arrasada – isso é de ontem – vejamos o que mostrou o Fantástico: "Rodovias em péssimo estado atrasam o progresso do Brasil". Isso é muito fácil ver, é só pegar o *site* da Globo.

Esse programa: Brasil, quem paga é você, todos nós que estamos aqui assistindo a ele vemos que tem essas edições, uma sobre rodovia, outra sobre aeroportos, que são piores do que os de países muito pobres da África, deficiência estrutural nas ferrovias e portos, e assim por diante. Está aí o *link*. Isso é para qualquer um ver.

Meu problema aqui é o seguinte: precisa ir mais longe, não é só mostrar que está o caos; é mostrar que esse caos causa uma queda no crescimento da economia brasileira. Isso se materializa sob a forma de frete, que é o aumento do custo do transporte, que incide sobre o preço e depois, como eu disse, passa a ser crucial para determinar a localização dos empreendimentos, na maioria das vezes empreendimentos ineficientes que se tornam viáveis por conta do frete.

Isso saiu numa matéria do Fantástico de dois meses atrás para mostrar como o frete de 2012 para 2013 aumentou de R$195 para R$320. Isso é a evidência mais simples de como você aumenta a ineficiência da economia: aumenta o frete, muda a localização; você passa a produzir de forma ineficiente. É uma trava na decisão de investir com eficiência.

Ontem, do Fantástico, eu fotografei esse quadro porque ele traz os dados do frete no período de 2003 a 2011. Saiu de US$28/tonelada para US$85/tonelada. Isso é a expressão de como a cada ano a ineficiência vai aumentando. Pois bem, por trás disso é óbvio que está a constatação de que o setor público não investe em transportes.

Esse gráfico mostra uma tênue recuperação que houve nos investimentos do Ministério dos Transportes, em percentagem do PIB, que começou de quase zero em 2003 e chegou a 0,35% do PIB em 2010, mas agora já está em 0,32% e 0,23%, quer dizer, já perdeu o fôlego da recuperação. E aqui são R$10 bilhões contra R$952 milhões. Isso é nada em relação às nossas necessidades.

Só para lembrar, nos anos 70 se investia 1,8% do PIB. Considerando que era um PIB de 4 trilhões, ou melhor, como não era 4 mas 4.400, estou falando de R$80 bilhões por ano. Era isso que se investia. Como é que isso vai fazer alguma diferença?

Isso tem que mudar. Não adianta dizer que é um problema de 30 anos. Ele tem de começar a ser resolvido, obviamente começa por aqui.

E aí é que vem a segunda parte da minha preocupação nessa história, porque eu falei muito da importância de investir em infraestrutura, aumentar a produtividade e o País crescer mais. Estou dizendo que o investimento público não acontece, é uma razão, e nem o Governo deixa o privado preparado investir.

O que é o privado preparado? É aquele que tem capacidade de fazer bons empreendimentos, empreendimentos de qualidade. Ele não deixa, então não acontece.

Pois bem, nós vimos aqui – não sei se vimos aqui ou porque eu estava num evento hoje de manhã e vi uma lista de todas as concessões –, nós tínhamos na fase 1, ou melhor, na fase 2 das concessões rodovi-

árias, que foram de 2007 e 2008, 3,1 mil quilômetros que foram realizados durante a gestão Lula em seu primeiro mandato.

O Governo fechou o cerco às concessionárias que assumiram, em 2008, a responsabilidade de ampliar e cuidar de sete trechos. A partir de agora, a ordem do Ministério dos Transportes é adotar tolerância zero com os atrasos de obras nessas concessões.

Pois bem, essas concessões estão todas com problemas. E aí o próprio Governo, agora, ao perceber isso – passados quantos anos, desde 2007 ao ano atual, 2013, nós estamos falando aí de seis anos –, acorda e vê que nós não conseguimos melhorar. Isso é um outro ponto importante. Para ter um ganho de produtividade, as estradas precisam ampliar e melhorar, senão não há o ganho. O frete continua alto do mesmo jeito. Não adianta nada. Não adianta anunciar o programa – nós temos muito anúncio –; tem de haver realização de qualidade.

E agora existe essa disposição de tolerância zero.

Aí diz aqui as empresas contra as quais foi aberto esse processo... Eu não sei se aquele caso que o nosso ilustre palestrante lá da direita está aqui nessa...

A SRª NATÁLIA MARCASSA DE SOUZA – Está.

O SR. RAUL VELLOSO – É essa? Pois bem...

A SRª NATÁLIA MARCASSA DE SOUZA – Cento e dezesseis...

O SR. RAUL VELLOSO – Aquele casinho lá mostra que o desempenho é ruim. Esses são concessionários despreparados para fazer o contraste. Não adianta haver concessionário despreparado, que consegue fechar um negócio e depois não entrega, e agora vem a história da tolerância zero.

A mesma matéria – essa matéria é agora de 27 de maio –, o nosso ilustre Ministro aqui tentando botar um pouco de ordem na casa, diz que "Rodovia com obra atrasada pode ser retomada".

Gente, esse é que é o drama. Quando você faz uma concessão, e faz a concessão de um jeito em que há um risco alto de ela ficar ruim – e eu acho que muitas das concessões estão sendo feitas assim –, o que acontece? O Governo depois não consegue retomar. Não há um caso – posso estar enganado –, não sei de nenhum caso em que tenha sido retomado. Agora nós estamos com a ameaça de retomar. Tenho minhas dúvidas se vai ser possível. O certo seria retomar. Contratou, não fez direito, retoma.

Pois bem, ele está aqui ameaçando. Elas foram realizadas durante a gestão... São alvos de críticas da oposição que acusa o Governo... Não interessa, para mim, a parte de política aqui dessa história. Estradas com taxa pequena de pedágio.

E aí eu vou chamar a atenção para isso; essa questão de se agarrar na modicidade tarifária excessiva, que é querer a menor tarifa imaginável, obviamente por razões políticas, é um atraso nesse processo, e que é uma das razões pelas quais as concessões não andam. Por quê? Porque uma tarifa menor imaginável atrai o despreparado, porque o preparado não vai aceitar fazer um negócio que não tenha uma remuneração adequada. Tarifa menor imaginável é a mesma coisa de taxa de retorno menor imaginável. Enquanto continuar a insistir nisso, nós vamos ter concessões que não funcionam, por uma razão que não tem nada a ver com o que eu falei antes. O que eu falei antes é que nós precisamos, no Brasil, fazer, urgentemente, empreendimentos em infraestrutura de qualidade, que funcionem e que façam a produtividade aumentar. Então, a questão do custo...

(*Soa a campainha.*)

O SR. RAUL VELLOSO – Vai ser determinada no leilão.

O SR. PRESIDENTE (Sérgio Petecão. Bloco/PSD – AC) – Fique à vontade.

O SR. RAUL VELLOSO – E aqui o que nós temos de fazer é procurar o melhor empreendimento possível que aumente a produtividade. Eu não posso misturar questões de querer, para agradar o público, fazer uma concessão de um valor muito baixo, que depois não fique em pé. É isso que tem acontecido.

Aqui, depois, a menos de dois meses, adotou uma postura rígida e não descarta a possibilidade de tomar concessões de volta – seria bom, apesar do tempo que já passou –, caso as concessionárias não assumam novos compromissos.

Outra coisa: ele diz que terá de usar dinheiro público para realizar obras extras nas concessões da década de 90, para não onerar os contratos. Gente, se não tem dinheiro para fazer – e eu já mostrei a queda –, como é que vai usar dinheiro público para evitar um aumento do pedágio? Se tiver de aumentar o pedágio, aumenta o pedágio. O que nós precisamos é de obra que fique em pé e que aumente a produtividade da economia.

No fundo, o que eu acho é que as autoridades deviam adotar tolerância zero consigo próprias nas próximas rodadas. Senão, vejo as próximas rodadas, pelo que tenho ouvido, correndo os mesmos riscos de não se tornarem empreendimentos de qualidade e não ficarem de pé. Então, não faz sentido eu ter tolerância zero com as anteriores e, daqui a alguns anos, eu, de novo, estar enfrentando o problema de que as concessões não ficam em pé pelos defeitos do processo que ainda não foram corrigidos. É quase um ano de discussão entre os dois lados da história para aumentar

a taxa de retorno de referência dos projetos – não é a taxa alavancada, é a taxa do projeto – de 5,5% para 7,2%, e todo mundo sabe que essa taxa é insuficiente para motivar os empresários mais bem preparados para pegar os empreendimentos. Ou então nós vamos mesmo virar uma economia medíocre, que não cresce, que não tem eficiência e que não tem aumento de produtividade e dar razão às revistas internacionais, como a *The Economist*, que acaba de soltar artigo dizendo que o Brasil é uma economia medíocre. Nós temos de afastar essa história e fazer do Brasil uma economia pujante, dinâmica e que tenha uma infraestrutura que nos dê orgulho e não nos envergonhe.

Eu acabo de vir de uma viagem a dois países subdesenvolvidos da Europa e fiquei impressionado com a qualidade da infraestrutura deles. Quer dizer, o Brasil é, nessa área, uma vergonha.

Muito obrigado.

O SR. PRESIDENTE (Sérgio Petecão. Bloco/PSD – AC) – Agradecemos a participação do Sr. Raul Velloso, que é consultor econômico e diretor da ARD Consultores Associados.

Temos aqui já algumas perguntas, alguns questionamentos chegando através do nosso Alô Senado. Eu vou ler alguns dos questionamentos – infelizmente não vai dar para ler todos. Os senhores palestrantes que acharem que o tema é interessante podem ficar à vontade para fazer comentários.

Recebemos aqui uma mensagem do Sean Bittencourt Lacerda, do Rio de Janeiro. O cidadão comenta que a primeira apresentação do Dr. Luiz Afonso, na Comissão de Infraestrutura, na quarta-feira, 05/06/2013, focou o modal rodoviário e considera a necessidade do País de investir em infraestrutura de um modo geral. Diante disso, pergunta se seria necessário fazer maiores investimentos no planejamento das obras de grande porte no País, citando como exemplo crasso a transposição do Rio São Francisco e os sucessivos gastos com a reconstrução de rodovias sem a devida manutenção. Esta aqui é a pergunta do nosso ouvinte Sean Bittencourt.

Quem gostaria de fazer...

O SR. RAUL VELLOSO – V. Exª poderia apresentar algumas perguntas e depois nós as responderíamos. É que muitas vezes perguntam mais ou menos as mesmas coisas.

O SR. PRESIDENTE (Sérgio Petecão. Bloco/PSD – AC) – O.k. Aceitamos a sugestão do Raul e vamos fazer aqui a leitura de algumas perguntas que já temos em mãos. Depois vocês avaliam e escolhem aquelas que gostariam de comentar.

Aqui o cidadão é o Vânio da Silva Floriano. Ele é de Capela, no Estado de Alagoas: "Eu gostaria de saber de V. Exª por que a hidrovia do Rio São Francisco foi esquecida pelo Governo?" Ele alega que a mesma "é muito importante para a Região Nordeste, pois beneficia tanto empresários, produtores, como consumidores, além de ter custos bem menores que outros meios de transporte." Diante disso, ele questiona por que não se coloca em prática o pleno funcionamento dessa hidrovia.

A outra do cidadão Vânio da Silva Floriano, de Capela – é a segunda pergunta do Vânio – é: "Eu gostaria de perguntar a V. Exª por que o transporte ferroviário está esquecido no Brasil e por qual motivo não se investe nesse tipo de transporte."

Temos aqui mais uma.

São Muitas, mas vamos procurar ler o maior número possível.

É do nosso ouvinte Carlos Jean Pereira Gonzaga, de São Gonçalo, no Piauí. O cidadão pergunta: "Por que o Governo brasileiro não utiliza reservas cambiais, a fim de estabelecer uma parceria estratégica com a Venezuela e melhorar a infraestrutura do Mercosul, como, por exemplo, retirar 50 bilhões das reservas internacionais, deixando a China arcar com o restante do financiamento da infraestrutura do Mercosul?"

Essas são as perguntas. Os senhores fiquem à vontade para, dentro das suas possibilidades, fazerem os comentários.

A Srª Natália Marcassa já gostaria de fazer uso da palavra.

A SRª NATÁLIA MARCASSA DE SOUZA – Vamos fazer na mesma ordem os comentários.

Na verdade, eu acho que, como os nossos ouvintes, o Governo precisa gastar mesmo em planejamento: planejamento de infraestrutura e planejamento de transporte.

O nosso gasto de hoje é a economia de amanhã. Teremos de revisar menos projetos, menos aditivos contratuais, menos aditivos com as concessionárias.

Se, na segunda etapa de concessões de rodovias, temos problemas de investimentos não realizados, na primeira etapa de concessões de rodovias, nós temos falta de investimentos, porque esses contratos foram sendo finalizados e não têm a previsão de todos os investimentos necessários. Então, o planejamento, com certeza, nos traz um benefício, no longo prazo.

Em relação ao transporte ferroviário, no Brasil, realmente houve, na década de 80 e na década de 90, um quase abandono de gastos na infraestrutura em transporte pesado. E a ferrovia é um deles.

Então, as concessões que foram feitas, na década de 90, para ferrovia, foram com o objetivo de retirar esse custeio que a rede dava para o orçamento, esse rombo que a rede ferroviária dava para o orçamento. E

agora, na década atual, é que nós pensamos ferrovia como mecanismo de transporte eficiente, sim, para baratear o custo do frete dos transportes.

Então, o programa de investimento em logística traz esse *insight* de trazer uma ferrovia de eficiência, uma ferrovia de ponta.

O SR. PRESIDENTE (Sérgio Petecão. Bloco/PSD – AC) – O.k.

Passo a palavra agora ao Dr. Fernão.

O SR. FERNÃO JUSTEN DE OLIVEIRA – Presidente, as perguntas são interessantes, porém, elas escapam um pouco da minha área de atuação, que é a área jurídica.

De todo modo, eu vejo, apesar de o Brasil ser um País cujo principal modal é o rodoviário – eu sei que o Prof. Raul Veloso talvez discorde – com uma esperança cada vez crescente, em relação à integração entre os modais. Por exemplo, entre outros, da hidrovia, aludida pelo telespectador, e ferrovia.

Parece-me que existe um esforço concentrado, seja do Congresso Nacional, seja do Poder Executivo, de incrementar, pelo menos – não sei se isso vai ou se já está sendo revertido em investimentos concretos – todo o nosso arcabouço jurídico.

Ou seja, a legislação sobre ferrovia, enfim, todos os equipamentos de transporte, todos os contratos que estão sendo feitos com a iniciativa privada para gestão de infraestrutura parece-me que vem sendo cada vez mais, não só mais complexos, mas também mais abrangentes, mais aperfeiçoados.

O que eu quero dizer com isso é que, sendo a nossa legislação, a legislação brasileira tão complexa, mas ao mesmo tempo refinada se comparada com a de outros países, parece-me que isso já é algo a ser notado, a ser – não diria comemorado –, mas a ser louvado.

Esse esforço legiferante – eu diria – do Estado brasileiro em consonância com os empresários ou aqueles nacionais e que venham de outros países, me parece muito mais, cada vez mais interessante, cada vez mais articulado.

De todo modo, é claro, e me parece muito evidente porque demonstrou o Professor Raul que isso não tem sido, de alguma forma, não tem sido suficiente. Ou seja, é uma ilusão tentar compreender a complexidade das relações entre Estado e particular, a partir de uma análise ou de um foco específico apenas na lei. Não é a lei que vai resolver os nossos problemas, embora eu acredite que ela, sim, muitas vezes vá conduzir as ações, as condutas dos agentes econômicos para um lado ou para outro, vai ter essa capacidade de ponderação e de incentivo. Mas como eu disse já, é uma ilusão que a lei tenha essa capacidade – quando eu falo a lei eu falo no direito de um modo geral – tão abrangente de conduzir a economia e, de modo especial, os transportes, enfim, a estrutura de transporte, para um patamar de excelência pelo menos não imediatamente.

Eu aprendi bastante com as duas intervenções dos meus colegas, e, de todo modo, a minha impressão em relação ao tema é muito mais restrita à parte jurídica e na minha impressão esse é resultado que se pode obter a partir da aplicação das nossas leis e do nosso direito.

O SR. PRESIDENTE (Sergio Petecão. Bloco/PSD – AC) – Agradecemos ao Dr. Fernão e já passo a palavra ao Sr. Raul Velloso para que possa fazer as suas considerações.

O SR. RAUL VELLOSO – Eu quero só mostrar a primeira página da minha apresentação porque está lá o meu *e-mail,* e eu espero que espectadores, em casa, consigam ler.

Por esse *e-mail* pode ser solicitado um livro que eu posso enviar em pdf, que eu acabei de escrever com parceiros – acabei que eu digo tem nove meses – sobre esse tema. E eu entrei fundo em tudo isso que estou dizendo aqui. Então, isso aqui não é improvisação. Está lá, é só pedir que eu envio por *e-mail*, porque isso é pdf, e aí muitas das perguntas e das dúvidas podem ser, depois, com calma, tiradas e esclarecidas através da leitura ou pelo menos em relação aquilo que estou falando aqui a pessoa vai entender.

Mas em relação às perguntas, apenas para complementar, de novo: eu não acho que o problema é financiamento e nem é legislação. Eu não discordo nesse sentido, se é isso que entendi, não tem problema de legislação. O que nós temos é problema de implementação. O Brasil quer gastar dinheiro em outra coisa que não seja investimento em transporte. Não gasta. E não querendo gastar, não gastando, o resultado é que o setor público apresenta um desempenho muito ruim na área de infraestrutura, onde ele tem de fazer e que não cabe ao setor privado fazer. Onde cabe ao setor privado fazer, aí eu acho que, infelizmente, nós também estamos falhando. Eu falei um pouco disso aqui. Está lá no livro a explicação detalhada, e é uma coisa de total incoerência, como é que não ter dinheiro está dificultando a implementação de projetos de qualidade na área de infraestrutura. A maior demonstração disso é essa matéria que eu mostrei, ou seja, o Ministro dizendo que as concessões de 2007 e 2008 estão todas sujeitas a, de alguma forma, sofrerem intervenção governamental. E não é brincadeira. De 2008 para 2013, são cinco anos; de agora para frente, mais cinco anos. Enquanto isso, a infraestrutura vai se deteriorando, o crescimento da produtividade vai diminuindo, a economia não vai crescendo e o Brasil continua como o

lanterninha em qualquer comparação internacional. O problema não é ser lanterninha. É ser lanterninha em crescimento da produtividade e crescimento da economia. Esse problema existe em todos os modais. Não é só em rodovias. Há deficiência em todos os modais.

A questão da hidrovia do São Francisco eu não conheço em particular, não posso opinar sobre ela. O importante é o seguinte: se tem dinheiro, põe. Se não tem dinheiro para pôr, dinheiro público, por uma decisão política, o teste é ver se é possível fazer pelo lado privado. Se não puder, aí não tem como sair.

O lado ferroviário foi esquecido durante muito tempo. Não é só um lado, tudo foi esquecido. Tudo precisa ser atacado, se é que nós queremos sair do atoleiro.

E aí eu sugiro, então, que me peçam o livro e eu o mandarei com o maior prazer, e que essa discussão possa render frutos em matéria de esclarecimento da população que estiver nos vendo e escutando.

O SR. PRESIDENTE (Sérgio Petecão. Bloco/PSD – AC) – Muito bem.

O Dr. Raul Velloso agora usou um termo, este é antigo: "lanterninha". Lá no Acre, eu tinha um time tão ruim que ele sempre era o lanterna. E agora o Dr. Raul Velloso foi buscar essa no fundo do baú, "lanterninha".

O SR. RAUL VELLOSO – Não esqueça que eu sou piauiense.

O SR. PRESIDENTE (Sérgio Petecão. Bloco/PSD – AC) – Então, é lá do Norte. A expressão "lanterninha" eu gostei.

Eu tenho uma pergunta aqui que interessa não só a mim, mas a toda a Região Norte, em especial aos Estados do Acre e Rondônia, porque tem a ver muito com nossa Região. E essa pergunta vai para o Dr. Raul e também para a Drª Natália. Essa é de interesse pessoal meu.

Dr. Raul e Drª Natália, criou-se, lá no Estado do Acre, uma expectativa – e isso foi passado para o nosso povo – de que, com a construção da BR-317, que uns chamam de Transoceânica, outros chamam de Estrada do Pacífico, ela seria a salvação da lavoura. Todo o escoamento do Mato Grosso, do Mato Grosso do Sul, de Goiás, sairia por essa estrada.

Eu, recentemente – ontem – estava em Lima, e tive a oportunidade de conversar com o embaixador brasileiro. E o Presidente Lula esteve, na semana passada, em Lima. Um dos questionamentos que foram feitos pelos empresários peruanos é que a parte da rodovia dentro de território peruano está em estado perfeito. É uma estrada muito mais difícil, porque cruza a Cordilheira dos Andes. As pontes, que tinham que ser feitas, foram feitas, mas a geografia dessa estrada – e eu conversando aqui com alguns Senadores que têm interesse também, como o Senador Blairo Maggi, que é um dos maiores exportadores de soja deste País –, a geografia da região não permite que aí seja feito o grande escoamento da produção para o Pacífico. Essa era a expectativa que foi criada na região. E aí vem a minha pergunta. E nós temos um problema sério, porque a ponte do Rio Madeira até hoje não foi concluída. Nós queremos saber por que essa ponte até hoje... Quais são os interesses que estão por trás, que essa ponte não sai? Porque a ponte do Rio Madre de Deus, em território boliviano, foi construída e é uma ponte tão longa quanto à ponte do Rio Madeira.

Aí vem a pergunta: essa estrada tem viabilidade para exportação ou virou um mero corredor de turismo? Se a Natália e, em seguida, o Dr. Raul puderem me explicar, falar um pouquinho sobre esta BR-317, porque, na Região Norte, temos uma expectativa muito grande.

Já temos várias perguntas aqui, inclusive chegando dos nossos consultores.

A SRª NATÁLIA MARCASSA DE SOUZA – Senador, essa questão eu vou ficar lhe devendo, porque na ANTT nós trabalhamos apenas com aquelas rodovias que vão para concessão. Então, em relação a 317 não há nenhum planejamento ainda para que ela seja concedida. Então, os investimentos dela são realizados pelo Departamento Nacional de Infraestrutura de Transporte, são realizados pelo DNIT. Então, essa é uma questão do planejamento do DNIT, por demanda do Ministério dos Transportes. Eu vou ficar lhe devendo essa explicação tanto sobre essa rodovia quanto sobre a ponte do Rio Madeira.

O SR. PRESIDENTE (Sérgio Petecão. Bloco/PSD – AC) – Sr. Raul, fique à vontade.

O SR. RAUL VELLOSO – Eu acho que em relação a essa questão a primeira pergunta que temos que fazer é a seguinte: existiu por aí alguma proposta de algum eventual interessado enviada ao Governo – essa é a primeira pergunta – que pudesse viabilizar uma concessão nessa estrada em função de estimativa de tráfego, etc.? Essa é a primeira. Por que eu estou dizendo isso? Porque, às vezes, há essa proposta e ela não chega lá ao conhecimento da Drª Natália, isso para em outro escaninho.

Eu sei que, há oito anos, concessionários em potencial procuraram o Governo, se eu não me engano, com a proposta para concessão da 361, que, se eu não estou errado, é a estrada que liga o Norte ao Mato Grosso e que permite o escoamento de soja pelo rio e pelo porto. Eu não sei se é essa.

A SRª NATÁLIA MARCASSA DE SOUZA (*Intervenção fora do microfone.*) – Não.

O SR. RAUL VELLOSO – É a 163, não é a 361. É a 163.

Eu soube, há uns oito anos, que foi apresentada uma proposta viável e o Governo, na ocasião, recusou e disse: "Não, essa estrada eu quero fazer com dinheiro público". Então, a questão é saber se já houve alguma proposta para ela, alguém que já tenha estudado e que tenha verificado que é viável fazer uma concessão, e se o Governo, por alguma razão, recusou, como foi o caso da 163, que é um caso concreto que eu conheço e de que me lembro da época.

Quer dizer, não adianta pensarmos que a questão é só o Governo não ter recursos para fazer. É preciso saber se, por alguma razão política, estranha, que eu não consigo imaginar, ele se recuse a fazer aquilo pela forma de concessão.

Por que eu estou dizendo isso? Porque se não há dinheiro público, a saída é a concessão. Se não tem como viabilizar a concessão nem uma PPP, que vai envolver algum recurso público, simplesmente não vai acontecer.

Agora, vejam vocês, pelo que eu mostrei, um Governo que investe R$10 bilhões por ano no Ministério dos Transportes, em todas as modalidades, dificilmente vai ter dinheiro para fazer qualquer coisa relevante, enquanto não mudar a postura orçamentária, que é um assunto aqui do Congresso. Quer dizer, o Congresso é quem aprova o Orçamento e sabe melhor do que ninguém como é que o dinheiro é distribuído.

Se considerarmos que – eu me lembro de cabeça – os investimentos, não os investimentos em transporte, os investimentos totais, em transporte são uns 40% disso, eu calculo que o investimento em transporte representa aproximadamente 2% do Orçamento. Enquanto o investimento de transporte for 2% do Orçamento – e esse é um assunto muito do Congresso, não só do Executivo –, não tem como fazer nada relevante.

Sair da concessão, pode fazer? Talvez possa. Tem de examinar, mas precisa saber se o Governo quer que faça.

Há vários outros empreendimentos de que eu já ouvi falar que são viáveis de se fazer via concessão pura e simples, e o Governo não aceita. Então, é uma investigação que eu não tenho condições de fazer, infelizmente, porque tanto quanto a Drª Natália eu não conheço os detalhes dessa história, mas o senhor, com facilidade, investigará e conseguirá saber.

O SR. PRESIDENTE (Sérgio Petecão. Bloco/PSD – AC) – O.k., Dr. Raul.

Temos, aqui, várias perguntas da nossa assessoria.

Vamos, aqui. Tem uma, aqui, que é interessante e vai diretamente para o senhor.

O SR. RAUL VELLOSO – Então, vamos lá.

O SR. PRESIDENTE (Sérgio Petecão. Bloco/PSD – AC) – Vamos lá.

"Como é possível acreditar que o empresário nacional tem interesse em aumento da produtividade?" Está interrogando.

"Há menos de dois meses, todo o Brasil assistiu aos Deputados, ao discutirem portos, falarem em quadrilha, Tio Patinhas e outros elogios. O empresário quer ser produtivo ou quer garantir o seu quinhão de monopólio mediante artifícios até ilícitos?" Esta está quente.

O SR. RAUL VELLOSO – Pois é, mas é muito simples de responder.

O SR. PRESIDENTE (Sérgio Petecão. Bloco/PSD – AC) – Vou concluir: "Como evitar esse comportamento oportunista?" A pergunta é esta.

O SR. RAUL VELLOSO – O comportamento oportunista, que é preciso evitar não é esse aí.

Deixem-me dizer para vocês: empresário, por definição, quer maximizar lucro. A produtividade é outra história. Ela vai entrar no processo de busca de maximizar o lucro. É para isso que existe o setor privado. Está na definição do setor privado. Ele vai maximizar lucro. Se, para maximizar lucro, houver um sistema de estímulo que leve ao aumento da produtividade, ele vai aumentar a produtividade. Se não houver, ele não vai aumentar, ele vai maximizar lucro. Quem tem de ter preocupação com a questão da produtividade global do País, que é a coisa a que eu estou me referindo aqui, é o setor público. É quem é responsável pelas políticas públicas e pelo bem-estar da sociedade.

O setor público, sabendo que investir em infraestrutura com investimento de qualidade representa ganho de produtividade sistêmica no País, vai, ele tem de buscar realizar esses investimentos. Se ele quer que o empresário aumente a produtividade, ele vai criar estímulos para ele aumentar a produtividade. Por exemplo: na concessão, ele aceita um preço, define um preço ou uma tarifa e, depois, estabelece que, durante certo período, essa tarifa vai ter um reajuste abaixo da inflação. Essa é uma indução para o empresário aumentar a produtividade, porque, com isso, ele vai poder aumentar o lucro se ele conseguir um resultado superior àquele aumento de produtividade que o Governo exigiu.

Então, são duas coisas diferentes. Agora, comportamento indevido de empresário é outra história. Nós não estamos tratando disso aqui. Aí, é caso de polícia, para ser resolvido em outro departamento, não aqui, mas vamos entender os papéis, direitinho, de cada um, da empresa séria – nós estamos tratando, nesse sentido, de empresa séria –, e o papel do Governo, que tem os objetivos nacionais sobre suas costas.

O SR. PRESIDENTE (Sérgio Petecão. Bloco/PSD – AC) – O.k. Tem mais aqui, várias perguntas, mas, aqui, tem uma pergunta que chegou e vamos, ali, chamar a atenção do Dr. Justen. Vamos poupar o Ministro um pouquinho.

"Como avalia a legislação de concessões e PPP?"

Esta é para o senhor e, depois, vamos...

O SR. FERNÃO JUSTEN DE OLIVEIRA – Eu tenho uma posição muito clara sobre isso. Como eu estava dizendo, como eu disse há pouco, acho que é uma legislação adequada, uma legislação moderna e que tem tudo para ser aplicada de uma maneira favorável ao que se pretende para o desenvolvimento do País, da economia do País, da infraestrutura em transportes, inclusive.

A Lei de Concessões tem sofrido, o direito das concessões, de uma maneira geral, tem sofrido uma série de alterações e de aprimoramentos. De uma maneira geral, as contratações públicas têm sido adaptadas e beneficiadas, têm sido mais bem geridas e recebem um aprimoramento contínuo. Exemplo disso é a Lei do RDC, Regime Diferenciado de Contratações Públicas, que não se insere especificamente no direito das concessões, nessas leis específicas para concessões de serviços públicos e de PPP, mas é a nova fronteira da contratação pública.

A Lei do RDC é uma demonstração, eu diria, da maturidade legislativa do País, da sua intenção de melhorar as contratações e deixá-las mais robustas, mais confiáveis e fazer com que a segurança jurídica entre em outro patamar. É claro que muitas ou algumas, pelo menos, regras da Lei da RDC, já que falei disso, foram contestadas em juízo, mas foram mantidas tais como o Congresso as aprovou.

De modo que, voltando para a questão da PPP e da Lei das Concessões, parece-me que é um ramo do Direito que está muito desenvolvido no País. Essa é uma percepção muito pessoal. Evidentemente que o Direito, sendo dinâmico, não vai nunca estar à altura das aspirações seja do Poder Público, seja dos particulares, do empresariado, por exemplo.

De todo modo, isso faz parte do jogo. O Congresso e o Executivo, através de atividades de sua iniciativa, vão adaptando o Direito nacional às necessidades do País. O nosso Direito das PPPs e das concessões tem essa exata característica, ou seja, vai se adaptando e sendo moldado não só pelo Legislativo, mas pela sociedade de uma maneira que me parece bem razoável e satisfatória, até certo ponto, evidentemente. Mas essa é a minha impressão.

Eu tenho um otimismo crônico, talvez, de que o nosso Direito, o Direito posto, o Direito positivo tem sido bem tratado, tem sido objeto de uma preocupação constante das autoridades e, eu diria, da intelectualidade do Brasil, não apenas dos juristas e daqueles que operam com o Direito, mas de uma maneira muito mais abrangente, das pessoas que se interessam que as coisas no País deem certo, que sejam feitas de um modo aprimorado, sejam bem-feitas.

Tenho essa percepção diária de que o Direito brasileiro se aprimora cada vez mais, especialmente nesse ramo, para sustentar uma intenção de investimento, de desenvolvimento, de financiamento da infraestrutura nacional.

O SR. PRESIDENTE (Sérgio Petecão. Bloco/PSD – AC) – Temos aqui uma pergunta para a Drª Natália.

Como serão financiadas as concessões ferroviárias?

É correto atribuir à Valec o risco de demanda?

A SRª NATÁLIA MARCASSA DE SOUZA – As concessões ferroviárias vão ser financiadas como as outras concessões rodoviárias do PIO. Está-se prevendo um plano de financiamento público de TJLP mais 1,5%, que será concedido pelo BNDES, pelo Banco do Brasil e pela Caixa Econômica Federal, mas para as empresas que se enquadrarem e tiverem patrimônio, capital social e o projeto que foi apresentado por elas também entre com um índice de cobertura adequado. Então, vai haver esse financiamento público. Mas há também todo um mercado de financiamento privado para conseguir parte desse financiamento. O resto, provavelmente, vai ter que ser *equity* das próprias empresas.

Em relação sobre se é adequado a Valec tomar esse risco de demanda, a ideia desse contrato é que as infraestruturas ferroviárias, tanto de carga quanto de transporte de passageiros, geralmente têm um alto custo e uma demanda que nem sempre paga essa conta.

No caso de ferrovia, a ideia de garantir essa demanda é justamente para tirar o risco do privado para um risco que ele pode tomar. Então, com isso, provavelmente, você atrai mais investimentos privados para essa ferrovia e também essa oferta de ferrovia muito provavelmente vai gerar mais demanda de cargas do que a gente tem hoje.

A expectativa é de que, no médio prazo, você tenha apenas a garantia da Valec, mas isso não vai precisar ser usado. Então, esse é um artifício inicial para atrair esse investimento e deixar o projeto com um risco que seja adequado e traga esse investimento privado.

O SR. PRESIDENTE (Sérgio Petecão. Bloco/PSD – AC) – O.k.

Dr. Raul, as perguntas estão chegando aqui para o senhor e são muitas, viu? Temos aqui mais três perguntas para o senhor, mas são pequenas, e vou procurar ser bem breve por conta do adiantado da hora já.

"Como o fator ideológico prejudica a produtividade dos fatores?"

Essa é uma. Vou fazer logo as três.

"Como deve ser financiada a infraestrutura: orçamento público ou investimento privado?" "E como o senhor avalia a atuação do BNDES?"

Estão aqui as três perguntas, o senhor fique à vontade.

O SR. RAUL VELLOSO – Muito bem.

Vou começar pela mais fácil: "Como deve ser financiada a infraestrutura, orçamento público ou privado?"

Já falei, aqui, um pouco sobre isso. Eu acho que o setor público, estou falando, basicamente, da União, destina algo ao redor de 2% ou 3% de um orçamento para investimento do Ministério dos Transportes. Isso é irrisório. Isso não existe. Isso não faz o menor sentido. O orçamento tem de ser alterado, tem de mudar o direcionamento dos recursos, tem muito dinheiro que está indo para finalidades que não deveriam ser prioritárias, e, hoje, seguramente, com esse peso tão pequeno não é difícil entender que precisa mudar, que precisa aumentar o peso dos investimentos em transportes no orçamento público. Se o orçamento público não fizer, terá de vir o investimento privado. O investimento privado virá se a remuneração e as condições de julgamento das concessões forem adequadas; se forem, ele virá, e, aí, teremos os empreendimentos onde for possível, onde for viável.

Há, também, a possibilidade de PPP, que é uma mistura dos dois, porque vai ter de ter algum dinheiro público, a dificuldade aí é porque vai ter que ter algum dinheiro público. Se eu não tenho dinheiro público na primeira colocação, dificilmente vou ter na segunda, o que tende a inviabilizar as PPPs.

Sobre a atuação do BNDES, acho essa questão do BNDES de financiar campeões, por exemplo, que é uma das coisas que está fazendo – é difícil avaliar toda a atuação do BNDES –, mas, seguramente, esse financiamento de campeões, que é escolher algumas empresas que você está tentando fazê-las campeãs mundiais em determinados setores, parece-me meio esquisito, e não me parece que seja uma forma adequada de usar o dinheiro público.

Agora, financiar a infraestrutura, financiar outras áreas cruciais para o desenvolvimento do Brasil é óbvio que o BNDES tem de entrar. Agora, também tem o seguinte, o BNDES não financia de graça. Ele não sai de graça para o orçamento público, há um subsídio que é alto hoje, se você tomar o montante de financiamento que o BNDES tem feito nos últimos anos, e parece que estamos chegando a um limite, porque isso pode comprometer o equilíbrio fiscal. E, aí, então, tem de repensar com cuidado o que é que o BNDES está fazendo. É preciso avaliar melhor a qualidade desses financiamentos, para saber se nós estamos usando bem o dinheiro público.

O fator ideológico prejudica, e é terrível isso, porque, na medida em que o fator ideológico impede uma concessão de se realizar e de se transformar em uma concessão de qualidade, ele impede que aquele empreendimento vire realidade e reduza o custo de transporte, aumentando a produtividade sistêmica da economia. É isso.

O fator ideológico, genericamente, prejudica, na medida em que ele é prioritário, aquilo que ele significa, em relação ao aumento da produtividade dos fatores, que é a realização de um investimento de qualidade. Isso não vale só na infraestrutura. Isso vale em geral.

Na hora em que, por razões ideológicas, a gente protege um determinado setor e coloca recursos nesse setor, obriga que os recursos se destinem a esse setor em detrimento de setores mais eficientes, novamente o fator ideológico está impedindo o ganho de produtividade.

Muita decisão que se toma, no Brasil, tem o cunho ideológico por trás. Na medida em que isso signifique decisões que vão diminuir a eficiência da economia, está prejudicando a produtividade dos fatores.

A gente nem precisa citar um caso concreto. Basta pensar assim: há um conflito, em geral, entre ideologia e eficiência. Nessa hora, a produtividade dos fatores diminui. Então, isso é uma coisa matemática.

Ora, a sociedade quer pagar o preço de ter a produtividade dos fatores diminuindo? Tudo bem, aceite o efeito do fator ideológico. É uma decisão da sociedade. Mas estou sempre pensando que o objetivo central de qualquer país, de qualquer economia, é crescer e criar oportunidade de emprego para a sua população, por isso eu me preocupo com a eficiência.

O SR. PRESIDENTE (Sérgio Petecão. Bloco/PSD – AC) – O.K. Vamos fechar, aqui, a nossa reunião.

Temos, aqui, mais uma pergunta que nós não poderíamos deixar de fazer, já pedindo desculpas aos nossos ouvintes e telespectadores, que estão ligando e fazendo perguntas, mas vamos encerrar as perguntas através do Alô Senado, mas não poderíamos deixar de ler, de fazer mais esta pergunta, porque ela também é de interesse nosso, pessoal, porque nós estamos na Amazônia e a situação dos nossos aeroportos é precária.

O nosso ouvinte é o Benedito Ferreira de Barros Vasconcelos Neto. Ele é de São Luís do Maranhão. Pergunta: "Por que não há investimentos nos pequenos aeroportos, abandonados por todo o País, os quais, com pouco investimento, poderiam melhorar a infra-

estrutura nacional?" Alega que seria uma forma de alavancar a indústria aeronáutica do Brasil.

A pergunta é para os três que quiserem fazer a sua explanação.

O SR. RAUL VELLOSO – Eu posso falar, mas eu prefiro que a Natália fale um pouco sobre o tema.

O SR. PRESIDENTE (Sérgio Petecão. Bloco/PSD – AC) – Vamos deixar para a Natália. O senhor já foi muito questionado.

A SRª NATÁLIA MARCASSA DE SOUZA – Não é exatamente a minha área, mas eu acho que o nosso telespectador pode entrar em contato e dar uma olhada no *site* da SAC e da ANAC, porque houve, no final do ano, o lançamento dos projetos de aviação civil, em que havia pautados vários investimentos para pequenos aeroportos, inclusive, também, com um processo de subsídio em relação à taxa de embarque também nesses aeroportos. Então, além da questão do investimento, há também uma questão de serviço que seria subsidiado nesses aeroportos para fomentar, mesmo, essa aviação regional.

Depois, o Prof. Velloso pode complementar, mas, realmente, isso poderia aumentar a nossa aviação civil e a nossa indústria aeronáutica, aliás, a nossa indústria aeronáutica é uma das boas indústrias que a gente tem. Nos últimos anos, ela vem crescendo com várias taxas altas até.

O SR. PRESIDENTE (Sérgio Petecão. Bloco/PSD – AC) – O.K., Natália.

Vamos ouvir, agora, o Dr. Fernão.

O SR. FERNÃO JUSTEN DE OLIVEIRA – Isso é um dos casos referidos na minha manifestação; especificamente, a baixa atratividade do pequeno aeroporto. Baixa atratividade como negócio. O empresariado, dificilmente, vai investir recursos num projeto que, em primeiro lugar, não tenha uma capacidade, uma previsão de expansão; segundo, que não seja autossustentável, ou seja, o número de passageiros é insuficiente para gerar recursos econômicos para essa infraestrutura funcionar. Parece-me que é um caso muito próximo, se não for típico, de uma Parceira Público-Privada. É possível que esse tipo de investimento não esteja ainda nos planos do Governo – e existe esse projeto governamental de estímulos aos pequenos aeroportos –, mas eu não conheço se é por meio de PPP. Parece-me que não. De todo modo é um caso que me parece bastante aproximado de uma PPP, em que o poder concedente, o Governo, faria aportes suplementares para que o serviço mantido, fosse expandido, fosse transformado em realidade.

Enfim, a baixa atratividade do negócio que determina uma estagnação dos pequenos aeroportos. Essa é a minha opinião.

O SR. PRESIDENTE (Sérgio Petecão. Bloco/PSD – AC) – Sr. Raul, o senhor gostaria de falar sobre o assunto, sobre o tema?

O SR. RAUL VELLOSO – Uma coisinha rápida.

Eu acho que isso é responsabilidade do setor público, da Infraero, em particular. De duas, uma: precisa ver se a Infraero tem dinheiro suficiente para fazer esse aeroporto e não está fazendo – e aí é um problema da Infraero, ela é que é a responsável por esse programa de aeroportos menos rentáveis – ou ela não tem dinheiro suficiente, ela tem lá suas fontes de receita e pode não ter o suficiente para atender a todas as demandas, que em princípio são igualmente válidas e vai depender de uma decisão política – o orçamento, vocês já viram, é paupérrimo –, ou, então, ela tem o dinheiro e não tem eficiência e não faz. É uma outra história, eu não sei, precisa examinar.

De duas, uma: ou tem o dinheiro e não faz por ser ineficiente; ou não tem o dinheiro e não faz porque não tem. Só isso.

O SR. PRESIDENTE (Sérgio Petecão. Bloco/PSD – AC) – Muito bem. Já estamos com duas horas de reunião e precisamos... Mas, antes de encerrar a presente reunião, agradeço a presença dos nossos convidados: Sr. Raul, que foi amplamente questionado; o Sr. Fernão e a Srª Natália.

E já passo a palavra para que os senhores possam fazer as considerações finais.

A SRª NATÁLIA MARCASSA DE SOUZA – Eu gostaria de agradecer ao Presidente, aos meus colegas de debate, a todos os presentes aqui, aos novos ouvintes. Agradecer a oportunidade de enriquecer esse debate e trazer esse assunto para ser discutido nesta Casa, que é tão importante.

Muito obrigada.

O SR. FERNÃO JUSTEN DE OLIVEIRA – Quero parabenizar a Comissão de Serviços de Infraestrutura pela iniciativa importante de trazer ao debate público as questões da infraestrutura no nosso País.

É muito gratificante novamente estar aqui. Agradeço o convite e coloco-me à disposição da Comissão, dos Senadores, dos colegas de bancada para futuras discussões.

Novamente agradeço ao Senado Federal, à equipe toda da Comissão pelo apoio indispensável.

Muito obrigado.

O SR. RAUL VELLOSO – Sairei muito satisfeito se eu tiver conseguido passar a ideia de que infraestrutura e produtividade são a mesma coisa e que, se nós não formos capazes de colocar esses projetos de infraestrutura, sejam públicos ou privados, para funcionar para valer, o Brasil vai penar nos próximos anos e

vai crescer pouco, e isso é uma coisa lamentável se assim acontecer.

Muito obrigado.

O SR. PRESIDENTE (Sérgio Petecão. Bloco/PSD – AC) – Muito bem.

Nós agradecemos mais uma vez a presença dos senhores.

Queremos agradecer também a presença dos nossos consultores nesta reunião, dos nossos assessores.

Um agradecimento especial à TV Senado, por ter nos dado essa oportunidade de levar a mensagem do nosso convidado a todo o País, assim como à Rádio Senado também.

Por fim, convoco as Srªs e os Srs. Senadores para a nossa próxima reunião, a ser realizada no dia 12 de junho, quarta-feira, às 7 horas 30 minutos, neste plenário, com pauta deliberativa e audiência pública, na qual o Presidente do Ibama, Sr. Volney Zanardi Júnior, prestará esclarecimento sobre a atuação do órgão em obras de infraestrutura, em especial aquelas executadas pelo DNIT.

Está encerrada a presente reunião.

(Iniciada às 18 horas e 8 minutos, a reunião é encerrada às 20 horas e 8 minutos.)

COMISSÃO DE SERVIÇOS DE INFRAESTRUTURA

ATA DA 24ª REUNIÃO, EXTRAORDINÁRIA, DA COMISSÃO DE SERVIÇOS DE INFRAESTRUTURA DA 3ª SESSÃO LEGISLATIVA ORDINÁRIA DA 54ª LEGISLATURA, REALIZADA EM 12 DE JUNHO DE 2013, QUARTA-FEIRA, ÀS 7 HORAS E 30 MINUTOS, NA ALA SENADOR ALEXANDRE COSTA, PLENÁRIO Nº 13.

Às sete horas e vinte e seis minutos do dia doze de junho de dois mil e treze, na sala de reuniões da Comissão, sob a Presidência do Senhor Senador **Fernando Collor,** reúne-se a Comissão de Serviços de Infraestrutura. Presentes os Senhores Senadores **Delcídio do Amaral, Jorge Viana, Walter Pinheiro, Acir Gurgacz, Inácio Arruda, Valdir Raupp, Ciro Nogueira, Sérgio Petecão, Flexa Ribeiro, Vicentinho Alves, José Pimentel, Vanessa Grazziotin, Sérgio Souza,** e **Jayme Campos**. Deixam de comparecer os demais Senadores. O Presidente declara a abertura dos trabalhos e submete à Comissão a aprovação das atas da 22ª e 23ª reuniões, que são dadas como lidas e aprovadas. São lidos os Comunicados da Presidência. O Senador **Acir Gurgacz** faz uso da palavra. Tem início a apreciação da pauta. **PRIMEIRA PARTE**: **Audiência Pública**, em atendimento ao **Requerimento da CI nº 24, de 2013**, de autoria do Senador **José Pimentel**, que *"nos termos do artigo 93, inciso II, do Regimento Interno do Senado Federal, requeiro seja convidado o Sr. Volney Zanardi Júnior, Presidente do IBAMA, Instituto Brasileiro do Meio Ambiente e dos Recursos Naturais Renováveis, para, em Audiência Pública nesta Comissão, falar sobre a atuação do órgão em obras de Infraestrutura, em especial aquelas executadas pelo DNIT, Departamento Nacional de Infraestrutura de Transportes",* aprovado em 08 de maio de 2013. É convidado a compor a Mesa e a fazer sua exposição o senhor **Volney Zanardi,** Presidente do Instituto Brasileiro do Meio Ambiente e dos Recursos Naturais Renováveis (IBAMA). Fazem uso da palavra os Senadores **José Pímentel**, **Valdir Raupp**, **Acir Gurgacz**, **Jorge Viana, Sérgio Petecão** e **Flexa Ribeiro**. É registrada a presença de Gisela Forattini, diretora de licenciamento do IBAMA. É suspensa a Audiência Pública e dá-se início a **SEGUNDA PARTE**: **Item 1 – PROJETO DE LEI DO SENADO Nº 379, DE 2008**, de autoria da Senadora **Ada Mello**, que *"dispõe sobre incentivo à exploração e implantação de centrais de geração a partir de fonte eólica e dá outras providências*". Relatoria *Ad Hoc*: Senador **Acir Gurgacz**. Resultado: Lido o relatório, a matéria é retirada de pauta a pedido do relator designado. **Item 2 – PROJETO DE LEI DO SENADO Nº 393, DE 2012**, de autoria do Senador **Cícero Lucena**, que *"estabelece condições para implantação de microgeração e minigeração distribuídas no sistema de distribuição de energia elétrica e dá outras providências*". Relatoria: Senador **Lobão Filho**. Resultado: Retirado de pauta a pedido do autor. **Item 3 – PROJETO DE LEI DO SENADO Nº 177, DE 2013-Complementar**, de autoria do Senador **Vicentinho Alves**, que *"dispõe sobre a concessão da aposentadoria especial ao segurado do regime geral de previdência social que exerça as atividades de transportes, de qualquer natureza, em motocicletas.*". Relatoria: Senador **Acir Gurgacz**. Resultado: Retirado de pauta a pedido do relator. **Item 4 – REQUERIMENTO DA CI Nº 30, de 2013**, de autoria da Senadora **Vanessa Grazziotin**, que diz: *"Conforme arts. 90, inciso II, e 93, inciso II, do Regimento Interno do Senado Federal, requeremos a realização de audiência pública da Comissão de Serviços de Infraestrutura – CI, em conjunto com a Comissão de Assuntos Econômicos (CAE), para discutir os avanços do novo marco do Pré-Sal, aprovado pelo Senado. Sugerimos que, para a mencionada audiência, sejam convidadas as seguintes autoridades e representantes: Representante do Ministério de Minas e Energia; Diretora-Presidenta da PETROBRAS; Diretora-Presidenta da Agência Nacional de Petróleo – ANP; Senhor Aloísio Araújo, Professor da Escola de Pós-Graduação em Economia da Fundação Getúlio Vargas".* Resultado:

aprovado. **Item 5 – REQUERIMENTO DA CI Nº 31, de 2013**, de autoria do Senador **Sérgio Souza**, que diz: *"nos termos do art. 93, II do Regimento Interno do Senado Federal, requeiro a realização de audiência pública, no âmbito desta Comissão, com a finalidade de discutir o planejamento integrado de logística no país para rodovias, ferrovias, portos, aeroportos e hidrovias. Para tanto, sugiro o convite ao Sr. Bernardo Figueiredo, Diretor-Presidente da Empresa de Planejamento e Logística S.A. (EPL)".* Resultado: aprovado. **Item 6 – REQUERIMENTO DA CI Nº 32, de 2013**, de autoria do Senador **Delcídio do Amaral**, que diz: *"Requeiro, nos termos do art. 58, da Constituição Federal do Brasil e do art. 93 do Regimento Interno do Senado Federal, a inclusão do nome do Sr. Paulo Pedrosa, Presidente da Associação Brasileira de Grandes Consumidores Industriais de Energia e de Consumidores Livres (Abrace), entre os convidados para participar da audiência pública que trata da Resolução n. 3, de 2013 do CNPE, proposta pelo Requerimento nº 23 de 2013 – CI.".* Resultado: aprovado. É retomada a Audiência Pública da Primeira Parte da Reunião. Realiza-se a leitura de requerimento, de autoria do Senador **Jorge Viana**. Fazem uso da palavra os Senadores **Flexa Ribeiro** e **Jayme Campos**. Nada mais havendo a tratar, a reunião é encerrada às onze horas e vinte e seis minutos, lavrando, eu, Álvaro Araújo Souza, Secretário da Comissão, a presente Ata, que, lida e aprovada, será assinada pelo Presidente e publicada, juntamente com a íntegra das Notas Taquigráficas, no Diário do Senado Federal.

Senador **Fernando Collor, –** Presidente da Comissão

(*Texto com revisão.*)

O SR. PRESIDENTE (Fernando Collor. Bloco/PTB – AL) – Declaro aberta a 24ª Reunião Extraordinária da Comissão de Serviços de Infraestrutura da 3ª Sessão Legislativa Ordinária da 54ª Legislatura.

Antes de iniciarmos os nossos trabalhos, proponho a dispensa da leitura e a aprovação das Atas das 22ª e 23ª Reuniões.

As Srªs e Srs. Senadores que as aprovam permaneçam como se encontram. (*Pausa.*)

Aprovadas.

Comunicados.

Paralisação de obras e apresentação de propostas.

A Presidência desta Comissão tem dado voz às preocupações das Srªs e Srs. Senadores com a atuação, muitas vezes açodada, dos auditores do Tribunal de Contas da União na fiscalização de obras de infraestrutura. Na última quarta-feira, dia 5 de junho, tivemos a primeira audiência pública do 2º Ciclo do programa de palestras "Investimento e gestão: desatando o nó logístico do País". Este 2º Ciclo, dedicado ao setor de transportes, foi iniciado com a análise do tema: "Financiamento e Gestão de Transportes". Na ocasião, o Prof. Luiz Afonso dos Santos Senna mostrou a sua preocupação com a paralisação, que já durava alguns anos, de obras importantes para o nosso País.

Nessa mesma audiência, o Senador Alfredo Nascimento, com sua larga experiência de homem público e ex-Ministro dos Transportes, chamou a atenção para mecanismo sub-reptício que, por vias transversas, resulta na paralisação de obras provocada por auditores do TCU: a retenção dos valores legitimamente contratados. O Senador Alfredo Nascimento questionou, com muita propriedade, qual empresário correria o risco e as dificuldades da execução de uma obra para, ao finalizá-la, vir a sofrer, por decisão do TCU, retenção de parte do valor com o qual ganhou a licitação.

A retenção de valores por determinação do TCU é prática que, infelizmente, tem sido adotada amiúde, levando insegurança a todos que prestam serviços e vendem bens para a Administração Pública.

Cito, como exemplo do descalabro da atividade fiscalizatória do TCU, o Processo TC-009.710/2007-3. No âmbito de auditoria do programa Fiscobras, em 2007, auditores do TCU informaram ter encontrado supostas irregularidades na forma de reajuste pactuada em contratos para execução de obras de expansão do sistema de transmissão associado à Usina Hidrelétrica de Tucuruí, no Estado do Pará.

De acordo com os auditores, a fórmula de reajuste definida no edital e constante do contrato legalmente firmado entre as partes era desfavorável para a contratante, no caso, a Eletronorte. A fórmula combatida pelo TCU estabelecia ponderação para o reajuste do valor, onde o fornecimento de serviços tinha peso de 10% e o fornecimento de equipamentos tinha peso de 90%. Segundo os auditores do TCU, sem qualquer embasamento tecnicamente consistente, a fórmula de reajuste correta teria que dar pesos de 40% e de 60%, respectivamente, para o fornecimento de serviços e para o fornecimento de equipamentos.

Com base nesse achado, acórdão do TCU, aprovado em 22 de novembro de 2007, determinou que a Eletronorte retivesse cerca de R$1 milhão devido aos fornecedores, a título cautelar, e repactuasse a cláusula de reajuste contratada, reduzindo, dessa forma, os valores a serem recebidos pelos contratados nos reajustes posteriores.

Os contratados, naturalmente, insurgiram-se contra tais desmandos e comprovaram, com base na literatura técnica e em posicionamento da Agência Nacional de Energia Elétrica (Aneel), que a fórmula de

reajuste de obras de montagem eletromecânica de pequeno para médio porte, como era o caso em discussão, possui maior aderência à proporção 90%/10%, justamente aquela estabelecida no contrato, do que à proporção 60%/40%, erroneamente defendida pelos auditores do TCU, a qual se aplicaria apenas a obras de construção civil. Diante dos argumentos, o TCU reviu o posicionamento original e revogou as medidas acautelatórias tomadas.

É muito salutar que o TCU reveja os seus posicionamentos equivocados, sem dúvida. A lamentar apenas o fato de que a correção se deu no dia 8 de novembro de 2012, ou seja, quase cinco anos depois da decisão de retenção dos valores devidos aos fornecedores. E não há de se pensar que os fornecedores já receberam pelos serviços prestados e pelos bens fornecidos. Não! Os contratados ainda não receberam, afinal, após a decisão revisora do TCU, discutiu-se sobre a atualização monetária dos valores retidos. A Eletronorte alegou que, por não ter sido responsável imediata pela retenção, já que apenas cumpriu decisão emanada do TCU, a atualização de valores retidos configuraria um ônus imposto à empresa.

Diante disso, penso se não seria justo os auditores do TCU, eles próprios, pagarem a correção monetária decorrente do seu erro.

Em 17 de abril de 2013, o TCU reafirmou que a Eletronorte deveria pagar, com atualização monetária, utilizando o índice que julgasse adequado. E lavando as mãos de toda atrapalhada que causou, a decisão do TCU conclui – abro aspas: "Em caso de insatisfação com o deliberado, as interessadas poderão recorrer às vias judiciais para discutir suas pretensões." – fecho aspas. Sem comentários.

Esse caso, felizmente, diferente de muitos outros, como o ocorrido na duplicação da BR-101, no trecho do Estado de Alagoas, não chegou a provocar a paralisação da obra. Os fornecedores eram empresas de grande porte, com suficiente musculatura financeira para suportar as exigências excessivas e descabidas do TCU. De qualquer forma, as empresas tiveram custos, como a contratação de advogados, custos que, naturalmente, não serão ressarcidos.

Com relação à mencionada duplicação da BR-101 em Alagoas, o que era mais temido, a rescisão do contrato, está se configurando. Em razão da ação dos auditores do TCU, ignorando as mais comezinhas precauções que um servidor público deve adotar ao lidar com assuntos de tamanha importância, como a duplicação de uma das mais importantes rodovias do País, principal eixo de desenvolvimento dos Estados litorâneos, o Brasil e em especial o Estado de Alagoas deverão suportar prejuízos econômicos significativos, e, o mais grave, continuará o sacrifício inútil de vidas humanas. Apenas em 2011, 124 pessoas morreram em acidentes nesse trecho paralisado da BR-101. Os auditores do TCU, com o superficialismo, a precipitação e o alarmismo que têm caracterizado suas auditorias, anunciaram, em 2012, que dois contratos da referida obra apresentavam potencial dano ao Erário, dano esse, segundo eles, de cerca de R$45 milhões, entre outras razões, por supostos pagamentos indevidos de direitos minerários pela brita utilizada.

Com base nos resultados da auditoria, o TCU acordou, em 24 de outubro de 2012, determinar ao DNIT que se abstivesse de efetuar pagamentos com base em preços unitários e em quantitativos superiores àqueles apontados como adequados pela unidade técnica – ou seja, os técnicos do TCU, agora, são engenheiros; eles arbitram quais são os preços adequados que devem ser pagos por determinado serviço em obras já licitadas – até que o Tribunal deliberasse sobre o mérito do processo. Ou seja, o DNIT deveria ignorar os termos do contrato legalmente firmado com o consórcio que venceu a licitação pública da obra.

O consórcio executor, sem alternativa, diante da ameaça de tão escorchante quebra do equilíbrio econômico-financeiro do contrato, decidiu paralisar as obras e aguardar a decisão de mérito. A retenção dos valores, simplesmente, inviabilizou a continuidade da obra.

Em sessão no dia 17 de abril de 2013, os Ministros do TCU, diante da falta de substância dos achados dos auditores, acordaram em reduzir o valor da retenção e solicitaram que a unidade técnica recalculasse os valores. Tão somente para dar provar quão estapafúrdio era o valor da retenção inicialmente estabelecido, de R$45 milhões, o valor recalculado era pouco maior do que R$2,3 milhões.

Ainda assim, alguns itens continuam *sub judice*, o que pode aumentar o valor a ser retido ou não pago para o consórcio executor. Além disso, a paralisação ensejou aumento de custos, como a desmobilização e a remobilização do canteiro, que demandariam revisão para mais, a maior, dos valores contratados. Considerando o cenário de insegurança jurídica instalado e os prejuízos potenciais de continuar a obra, o consórcio executor optou por solicitar ao DNIT que o órgão providencie a rescisão do contrato.

Agora, será necessário realizar um novo processo licitatório, o que demandará tempo – atrasando, mais uma vez, a conclusão da obra – e implicará maiores custos.

Pergunto: e os prejuízos? Quem arcará com eles? Os auditores do TCU? O Tesouro Nacional? O contribuinte brasileiro?

Aqui, um comentário que eu gostaria de fazer em relação a isso.

Alguns integrantes da mídia, sem a devida apuração, anunciam que o TCU paralisou uma obra, evitando, assim, um prejuízo de tantos milhões de reais aos cofres públicos. Isso é uma falácia, porque é uma afirmação incompleta e que leva a uma conclusão equivocada por aqueles que ouvem tão somente o anúncio de que o TCU paralisou tal obra e com isso evitou um prejuízo ao Erário de x milhões de reais.

O que, em geral acontece e que estamos vendo aqui nesses exemplos que começarei a citar, para termos apenas uma amostragem?

Em tese, os auditores do TCU paralisam obra e dizem que há um sobrepreço, um equívoco de R$5 milhões, de R$2 milhões, de R$10 milhões, de R$30 milhões, e tal. Paralisam a obra. Os motivos da paralisação são, depois, analisados. Depois de analisados – e isso demanda muito tempo: três, quatro, cinco, oito anos –, todos esses motivos por que foi paralisada determinada obra, por conta da auditoria feita pelos técnicos do Tribunal de Contas da União, verifica-se que, dos motivos apresentados, nenhum deles subsiste, ou, de dez, subsistem dois. Aí, já não há empresa contratada trabalhando, já o contrato, se não foi rescindido, será rescindido, e nova licitação é feita.

Quando nova licitação é feita, o que acontece?

Em função do tempo, do momento da paralisação até o momento do estudo feito pelo TCU dos motivos que levaram à paralisação e a autorização para retomada da obra, em função desse tempo, nova licitação é feita, e o custo daquela obra, inicialmente previsto – vamos supor o número de 100, ou uma unidade monetária de 100 –, com essa demora, feita nova licitação, esse custo, esse preço vai para 150, 160, 200. E quem paga por isso? O Tesouro Nacional, o contribuinte. E, além do custo financeiro, há o custo, inclusive, de vidas humanas quando é uma obra rodoviária, porque as condições de tráfego ficam extremamente precárias, causando acidentes, prejuízos à economia, pelo transporte de cargas, pelo transporte de passageiros de forma deficiente.

Então, o correto cálculo seria dizer o seguinte: paralisada tal obra porque foi verificada, supostamente, uma irregularidade x. Em função disso, dizem, houve uma "economia" – entre aspas – de x milhões de reais. É preciso ver, quando essa obra é paralisada e depois, quando essa obra é retomada, qual a diferença do valor inicialmente licitado e o valor ao final novamente licitado pela ausência da contratada na sua primeira fase; essa diferença de valores, a quanto monta? E seguramente esse valor vai muito acima daqueles valores que auditores e técnicos levantaram como irregulares a título de fazer economia aos cofres públicos. Então, isso é uma falácia. É preciso que observemos isso com mais cuidado e com mais clareza porque são informações incompletas, incompletas, não apuradas convenientemente.

Eu acho que alguns confrades e confreiras da mídia nacional estão se lobotomizando porque estão perdendo sua capacidade de buscar e de apurar a notícia com sua veracidade por inteiro e não passar a informação ao público pela metade, o que é uma coisa deplorável, e os próprios leitores e consumidores de notícias têm que, a partir de agora, ir selecionando isso, a falta de credibilidade de alguns veículos, que fornecem informações distorcidas, incompletas e que levam a conclusões equivocadas por parte da população que está consumindo aquele tipo de informação.

Sobre isso, a Comissão de Serviços de Infraestrutura está fazendo levantamento de várias dessas obras, de tantas quantas consigamos os dados, para apresentarmos a esta Comissão e demonstrarmos, por A mais B, o prejuízo enorme que vem causando esse excesso de fiscalização que vem sendo realizado pelos órgãos que têm as atribuições de fazer essa fiscalização, mas que vêm exacerbando. Em função, talvez, do apelo midiático das suas temerárias ações, eles vêm se excedendo continuamente nesse ato de paralisar obras.

E ainda existe outro detalhe, que é algo também em que é preciso haver... E aí seriam os órgãos policiais. Seriam órgãos policiais, porque há, por exemplo, a hipótese de uma obra paralisada e que tem o custo unitário de 100, e depois a obra é retomada, um ano depois ou dois anos depois... Foi paralisada porque detectado suposta irregularidade, retomada um ano depois por um preço quase que o dobro do inicialmente contratado... E quem garante que não haja acordo por debaixo do pano, por trás das cortinas, entre aqueles que estão sendo contratados e os órgãos que estão fiscalizando.

Eu não diria os órgãos, mas alguns dos integrantes desses órgãos. Porque é muito esquisito isso, isso é muito estranho. Órgãos de fiscalização, que foram criados com atribuições específicas para defender o Erário e o Tesouro, vêm causando, sim, prejuízos enormes a esse mesmo Tesouro. Em nome de quê? De uma avaliação subjetiva de um técnico que ganha inclusive por produtividade? As pessoas que fazem essas paralisações ganham pelo número de paralisações feitas, comprovadas, essas paralisações, como procedentes. Mas acontece que citam dez motivos, e, ao final, somente dois ou três desses deles remanesceram. No caso do aeroporto de Vitória – vou contar daqui a alguns minutos –, a obra foi paralisada por oito

anos. Oito anos! E verificou-se, depois, que os motivos apresentados para a paralisação nenhum deles subsistiam.

E aí?

Há essa hipótese também que caminha por aí por nos esconsos das licitações que precisamos apurar. Precisamos apurar isso melhor. Não é possível que isso seja feito com tanta frequência e com essa defesa que fazem de que estão assim agindo para defender o Erário quando é exatamente o contrário. Há um busílis nessa história que precisaria também ser apreciado e investigado pelos órgãos policiais que detêm essa atribuição.

Muito se debate, neste momento, por que os investimentos no Brasil são proporcionalmente tão baixos quando comparados com os de outros países de desenvolvimento semelhante ao nosso. Não há uma resposta simples. Na verdade, os investimentos, no Brasil, são travados por uma soma complexa de fatores, entre os quais, não podemos deixar de citar, a insegurança jurídica provocada pelo desrespeito do TCU aos contratos legal e legitimamente firmados com a Administração Pública.

Aqui, se me permitem, farei a citação de parecer sobre os poderes do TCU de autoria do eminente Dr. Celso Antônio Bandeira de Mello, reconhecido entre os juristas como o mais destacado expoente do Direito Administrativo no Brasil, publicado em seu livro *Pareceres de Direito Administrativo*.

Nas lúcidas palavras do jurista:

Finalmente, é indisputável que a competência do Tribunal de Contas só existe nos limites e termos daquilo que o próprio Direito estabeleceu para o exercício de tal função. Então, é por este último motivo que, mesmo se fossem deixados de lado todos os referidos obstáculos jurídicos apontados como incontornáveis empeços à retenção parcial de pagamentos da Consulente por determinação do Tribunal de Contas, ainda assim haveria um impedimento óbvio por força do qual a referida conduta exibir-se-ia como flagrantemente atentatória ao Direito.

É que esta Corte pura e simplesmente não possui a atribuição que se autoirrogou.

Disse Ihering [ainda continuando o Professor Bandera de Mello], em frase de notável acerto e perfeição: "Inimiga jurada do arbítrio, a forma é a irmã gêmea da liberdade".

Ora, a forma pela qual se exercitam a atividade fiscalizatória e a controladora dos contratos pelo Tribunal de Contas está expressamente prevista e modelada na própria Constituição [diz Professor]. Assim, nem mesmo a lei poderia regulá-la diversamente, e muito menos o próprio sujeito dessarte disciplinado poderia alterar-lhe a compostura, fosse para conferir-lhe novos contornos, fosse para ampliar-lhe as dimensões.

Continua o Professor.

Sucede que a Constituição, ao tratar do que pode o Tribunal em tema de fiscalização e controle de contratos, dispõe de modo explícito e claríssimo (...) *sobre a extensão de sua competência. De resto, diferenciando-a nisto das atribuições que lhe concernem no que respeito a atos.*

Continua o Prof. Celso Antônio Bandeira de Mello pontuando com agudeza:

Certamente entre as atribuições arroladas na Lei Orgânica do Tribunal de Contas não consta a de fixar valores máximos para a realização de obras públicas. Aliás, se alguma lei existisse pretendendo outorgar-lhe tal competência, ela seria inconstitucional, por representar poderes excedentes dos que lhe foram outorgados pela Lei Magna e – pior que isto – pura e simples invasão de competências do Poder Executivo. Notoriamente, ao órgão que auxilia o Poder Legislativo no controle externo desassiste o exercício de funções outras que não as fiscalizadoras e controladoras. A Constituição Federal, como é claro a todas as luzes, não conferiu ao Tribunal de Contas poderes de fixar valores para remuneração de obras públicas – que isto é, notoriamente, atribuição que se encaixa entre as pertinentes ao Poder Executivo. [Mais claro do que isso é impossível.]

Assim, se o mencionado Tribunal se autoirrogar tal competência, dita autoatribuição é nula de pleno direito.

Continua o eminente administrativista:

Tribunais de Contas não podem determinar a suspensão da execução financeira de contratos administrativos – retenção parcial ou integral dos recebíveis –, ainda que alegando exercício do poder geral de cautela, sem que tenha havido regular suspensão da execução física do objeto contratado, sub color de que, a seu juízo, foram excessivos os valores contratualmente estipulados como fruto de licitação.

Aqui encerro a citação do Prof. Celso Antônio de Mello, e o que mais acrescentar às suas palavras.

Enfim, Srªs e Srs. Senadores, esse caso das retenções de valores é apenas mais um exemplo de como é cabível questionar a rigidez das auditagens do TCU. Desde o início do ano, o assunto sempre volta à baila nos debates desta Comissão quando tratamos da questão das paralisações e dos atrasos das obras públicas de infraestrutura.

Lembro aqui o caso de Pernambuco, que é outro exemplo típico. Obras e estudo sobre a BR-101 de Pernambuco, execução dos serviços necessários à realização das obras de duplicação e restauração, com

melhoramento, na BR-101 em Pernambuco. Extensão da obra: 24,7km.

A obra, que era para ser iniciada em 2010 vai do quilômetro 189, com acessos vicinais, até o quilômetro 213. Obra orçada em R$142 milhões. Licitada. Proposta: R$142 milhões.

Foi feita uma vistoria pelo TCU, e o Tribunal manda repactuar o contrato. Repactuaram o contrato, que era de R$142 milhões, em R$133 milhões, diferença de pouco mais de R$8 milhões.

A empresa disse que àquele preço ela não podia fazer. Assim, o TCU mandou parar a obra. Bem, houve a rescisão contratual em 31 de outubro de 2012. O TCU mandou fazer, então, uma licitação pelo regime diferenciado, pelo RDC. A primeira delas fracassou porque ninguém se apresentou. Foi feita uma segunda licitação via RDC nº 128, de 2013. A proposta mínima apresentada para sua habilitação foi de R$182 milhões – ou seja, isto é um descalabro –, devido a uma exigência do técnico que virou engenheiro, um auditor de contas que virou engenheiro, por causa de R$8 milhões, oneramos a obra em R$40 milhões.

Eu não entendo essa lógica!

O valor inicialmente orçado que o TCU, com esse preciosismo quis reduzir em R$8 milhões, chegaria a R$133 milhões, como já vimos. A empresa não aceitou porque o preço, inclusive, não era compatível pela licitação ganha.

E, hoje, para se concluir essa obra, que inicialmente, repito, foi orçada em R$142 milhões, vai ter de pagar R$182 milhões. Ou seja, para economizar R$8 milhões, vamos pagar R$40 milhões a mais. Fica a pergunta: quem vai pagar a diferença?

Outro exemplo emblemático refere-se às obras do Aeroporto Eurico Salles, a que me referi há pouco, em Vitória, no Espírito Santo, e que foi trazido aqui por S. Exª o Senador Ricardo Ferraço. A ampliação do aeroporto foi paralisada depois de uma decisão do TCU, que determinou a suspensão do repasse de recursos ao consórcio, devido a supostas falhas no contrato. O consórcio interrompeu os trabalhos e recorreu à Justiça para ter os pagamentos normalizados.

Segundo declarou a Ministra de Relações Institucionais Ideli Salvatti – abro aspas:

A ordem de serviço para as obras do aeroporto de Vitória é de 2004. O recurso para o aeroporto está totalmente disponível e garantido [ou seja, o dinheiro está disponível para a obra e garantido.] O TCU [continua ela] suspendeu a obra em 2008, devido a suspeita de superfaturamento. Daí, o problema se arrastou de forma absurdamente longa [segundo a Ministra]. Depois, o próprio Tribunal entendeu que está tudo bem e que o próprio consórcio que a está executando poderia continuar a obra.

Por essa demora, perdemos anos sem essa obra prioritária, ou seja, de 2004 a 2008. Foram quatro anos. A obra foi paralisada por suposto superfaturamento. Eles estudaram durante quatro anos e, ao final, disseram: "Não, não houve superfaturamento. Pode ser retomada a obra".

Aqui encerro o que disse a Ministra Ideli Salvatti:

Na verdade, trata-se de mais um caso de retenção promovida pelo TCU, que determinou à Infraero que recolhesse entre 13 e 27% dos valores a serem pagos às empresas, como ação cautelar preventiva, de um total de R$337 milhões, que é o valor do contrato. Isso se deu depois de uma intimação do TCU ao consórcio responsável para reduzir em R$43,9 milhões o custo do empreendimento. Insatisfeito com a decisão da retenção, o consórcio suspendeu as obras várias vezes. Um novo cronograma está sendo discutido com a Infraero para retomar as obras ainda este ano, mas, provavelmente, será necessário um aditivo ao contrato.

Quer dizer, em 2004, a ordem de serviço foi dada; em 2008, ela foi suspensa; e, agora, em 2013, um novo cronograma está sendo discutido com a Infraero para retomar as obras ainda este ano. Quer dizer, de 2004 a 2013, nove anos, dez anos, mas, provavelmente, será necessário um aditivo ao contrato. Eu pergunto: será que o valor a ser aditado será superior à suposta economia que o TCU queria fazer da ordem de R$43 milhões? E, se isso ocorrer, quem vai pagar pelos prejuízos, até porque o TCU não viu nenhum tipo de superfaturamento na obra, conforme, inicialmente, um técnico brilhante e inteligentíssimo, para não dizer o contrário, detectou?

Nesse sentido, já iniciamos estudos para apresentar, posteriormente, uma proposição com o intuito de responsabilizar e apenar os culpados, sejam eles quem for, pelos prejuízos causados pela paralisação de obras sem fundadas justificativas ou a retenção indevida de valores pactuados legalmente.

Independentemente da discussão acerca da legalidade do contrato contestado e da responsabilidade sobre a paralisação das obras, a realidade que se impõe é que a ausência de um aeroporto adequado às necessidades da sociedade brasileira de uma forma geral, e da cidade de Vitória/ES em particular, representa um prejuízo, tanto econômico, quanto social. Sem pretender esgotar as possibilidades, podemos apontar os seguintes prejuízos ou custos que poderiam estar adaptados a qualquer outra obra:

– impacto sobre a população beneficiária em razão do atraso na conclusão da mesma;

– empregos diretos e indiretos perdidos em razão da paralisação;

– risco de perda ou deterioração de serviços realizados ou materiais adquiridos;

– custo de desmobilização e nova mobilização;

– custo de realização de nova licitação ou celebração de novo contrato;

– comparação do valor do contrato a ser paralisado com o valor de mercado atual de um contrato idêntico;

– possível competitividade de um novo certame para a celebração de contrato idêntico ao ser paralisado; e

– custo de oportunidade do capital durante o período de paralisação.

Mais uma vez, esta Presidência reitera – e tenho certeza, com a anuência dos integrantes da Comissão – não se tratar de um posicionamento contrário à atividade fiscalizadora. Pelo contrário, reconhecemos ser ela mais do que necessária, imprescindível e salutar à correta gestão dos recursos públicos.

O que se tem questionado – e que questionarei sempre – são os excessos na apuração, dentro de uma ótica fora da realidade do País e, principalmente, da prática da engenharia e da construção civil. O fato é que as constantes paralisações de obras de grande porte, muitas vezes por motivos de fácil solução, aliadas à retenção de valores legalmente contratados, vêm causando, comprovadamente, prejuízos ao País na ordem dos bilhões de reais.

Por tudo isso, volto a repetir: aquele que levantar a voz por não querer enxergar essa situação, por se preocupar exclusivamente com a letra fria da lei, com a inflexibilidade burocrática e sem o bom senso nas análises, estará – este sim! – levantando a voz contra o Brasil. Este, sim, estará levantando a voz contra o Brasil.

Mas é fato também, Srªs e Srs. Senadores, que a atuação do Tribunal de Contas não é a única responsável pelas paralisações e atrasos. Como temos verificado, há outros componentes de toda espécie que contribuem para esse verdadeiro nó burocrático. E, para se ter ideia da dimensão desse nó, trago, agora num sentido inverso, um exemplo da opinião do TCU em relação aos procedimentos do DNIT na condução de obras.

Trata-se do Aviso nº 1.704, de 10/12/2012, do TCU, que contém cópia do Acórdão nº 3.348/2012, proferido nos autos do processo TC 022.446/2011-0 e do relatório de auditoria que o fundamenta. Esse documento completo do TCU foi recebido por esta Comissão e será distribuído ainda hoje para as Srªs e os Srs. Senadores tomarem conhecimento da sua íntegra. Vale a pena ser lido com atenção.

O processo teve como objetivo a avaliação da gestão de obras rodoviárias do DNIT, buscando identificar as principais causas das deficiências nos projetos e no controle de sua execução. A auditoria foi suscitada por recorrentes achados, em outras auditorias de obras rodoviárias, de problemas ocasionados por falhas na gestão dos empreendimentos. Além disso, acórdãos do Tribunal questionaram os procedimentos da autarquia para a celebração, fiscalização e gerenciamento da área de convênios; a responsabilização dos projetistas por revisões de projetos em fase de obra; e a adequação da estrutura e dos recursos do DNIT para a fiscalização dos contratos de obras e elaboração de projetos.

A peça conclui pela existência de ineficiências e insuficiências de controle na análise de projetos; inexistência de procedimento padronizado para responsabilização de projetistas; falhas na aplicação de penalidades às supervisoras e empreiteiras nos casos de descumprimento dos contratos; incompatibilidade entre as estruturas das unidades regionais e locais do DNIT e suas atribuições; insuficiência dos controles e acompanhamentos no sentido de assegurar qualidade e razoabilidade dos custos das obras; pouca integração entre as áreas responsáveis pelas obras do DNIT; e inadequação dos sistemas de informações gerenciais de obras e projetos.

Em função desses achados, o TCU recomenda ao DNIT, resumidamente, desenvolver procedimento para análise de projetos; aperfeiçoar seu plano de gestão de pessoas; dotar as unidades de análise de projetos de ferramentas que permitam análise integrada e sequencial dos projetos; definir e normatizar procedimentos de apenação de empresas projetistas, supervisoras e empreiteiras; reestruturar seu sistema de fiscalização; aperfeiçoar a sistemática de gerenciamento dos empreendimentos; e estruturar sistema de informações gerenciais.

A auditoria também encontrou atrasos nas obras devido a dificuldades com questões ambientais e indígenas, que estão fora do escopo de atuação do DNIT no Poder Executivo. Por isso, o TCU recomendou à Casa Civil definir mecanismos de articulação institucional entre DNIT, Ibama e Funai.

Dois fatores chamam atenção no relatório apresentado pelo TCU: o potencial prejuízo ao Erário e a profusão de citações de recomendações de teor similar à do acórdão em análise.

O prejuízo ao Erário ocorre porque o custo de correções e mudanças em um projeto é crescente conforme sua execução avança. A identificação de falhas de projeto nas fases iniciais de uma obra, especialmente antes do início da sua execução, é, portanto, de

fundamental importância. No ano passado, a dotação do DNIT para investimentos foi de R$14,4 bilhões. Se eventuais ineficiências consumirem apenas 1% desse valor, isso já representa um prejuízo para o País de R$144 milhões, o suficiente para fazer, por exemplo, mil quilômetros de hidrovias.

A recorrência de recomendações quanto à organização do DNIT fica evidente ao longo dos autos do processo, pois o Tribunal relata várias outros acórdãos de seu Plenário com recomendações desta natureza, ainda que menos abrangentes. Infelizmente, o documento em análise não traz maiores informações sobre o eventual cumprimento das determinações passadas.

A despeito das recomendações anteriores, o TCU ainda identificou, no documento em análise "inércia da autarquia na aplicação das penalidades", em parte por "falta de conhecimento [dos servidores do DNIT] a respeito dos critérios definidos para apenação das [empresas] projetistas". E não foi a primeira vez, já que, segundo o próprio documento, fatos similares são citados em seis outros acórdãos de plenário.

A desestruturação administrativa do DNIT necessita de soluções urgentes, sob pena de se continuar aceitando condutas irregulares de empresas e profissionais inidôneos com o dinheiro público que deveria ser empregado nas rodovias.

É grave, nesse cenário, o risco de captura do DNIT por parte de empresas terceirizadas, com potencial prejuízo ao Erário na forma de impunidade e superfaturamentos. Assevera o TCU que "o DNIT não possui controle efetivo dos serviços executados nas obras, sendo observado que muitas vezes a conferência das medições realizadas pelas empreiteiras (contratadas para execução do serviço) ou pelas empresas supervisoras (contratadas para auxiliar a fiscalização da execução do serviço) é apenas formal". Nada mais do que formal.

Em função das limitações da autarquia, o Acórdão 1.931/2009 já havia recomendado "somente iniciar obra de grande vulto, igual ou superior a vinte milhões de reais [...] após a contratação de empresa de consultoria para supervisão e acompanhamento da execução da obra".

Porém, mesmo o controle do DNIT sobre essas empresas é relativamente frágil. O Acórdão 3.042/2010 chega a comparar a equipe do DNIT à de uma dessas empresas supervisoras. Enquanto apenas um servidor do DNIT acompanhava e fiscalizava a obra objeto daquela investigação, a empresa supervisora dispunha de nada menos que quarenta e cinco profissionais, sendo:

[...] sete engenheiros, três topógrafos, quatro auxiliares de topografia, três laboratoristas, quatro auxiliares de laboratório, um inspetor de terraplenagem, um inspetor de drenagem/OAC, um inspetor de OAE, dois inspetores de pavimentação, sendo um de campo e outro de usina, três fiscais de campo e dois calculistas.

Reconhecendo a impossibilidade de fiscalização nos locais das obras, os Acórdãos 829/2004, 978/2006 e 3.157/2011 reiteradamente determinaram a exigência de que:

os quantitativos medidos sejam especificados em relatório de fiscalização que identifique, com precisão de centenas de metros, os trechos concernentes aos serviços efetuados, acompanhado por arquivo de fotos digitais, datadas, da situação antes e depois da realização dos serviços.

São soluções de certa forma paliativas. Diante da importância do problema e dos valores envolvidos, o Acórdão 1.999/2009 já havia determinado à autarquia que a fiscalização deveria ser feita pela própria autarquia, determinando, no prazo de um ano – o que é uma exigência clara. A própria autarquia tem que fazer a fiscalização e não terceirizá-la; por isso que não dá para destravar os nós que impedem o avanço da infraestrutura no nosso País –, deveria ser feita pela própria autarquia essa fiscalização, determinando, no prazo de um ano a adoção de providências para que o DNIT

esteja dotado de aparelhamento e de pessoal capacitado e em quantidade suficiente para proceder à fiscalização de obras ou parcelas de obras terminadas, com o objetivo de detectar desvios quantitativos e qualitativos em serviços medidos e/ou pagos.

Enfim, Srªs e Srs. Senadores, todos esses relatos servem para mostrar a complexidade das questões burocráticas e administrativas que o Brasil ainda tem que enfrentar para solucionar de vez o problema da paralisação e do atraso de obras públicas. Muitos outros exemplos poderiam ser dados, envolvendo outros órgãos, outros atores e outras situações concretas que dificultam o andamento das obras de infraestrutura. Mas, isso, vamos deixar para outros momentos, já estou me alongando mais do que o previsto.

Foi por esses motivos que na reunião passada, do dia 5 de junho, solicitei às Srªs e aos Srs. Senadores, integrantes desta Comissão, o preenchimento de um pequeno questionário para levantarmos, na percepção das Srªs e dos Srs. Senadores, quais os maiores entraves – no entender de S. Exªs – que o País enfrenta e que contribuem para a paralisação de obras. O resultado foi o seguinte, por ordem de prioridade, segundo o entendimento dos 12 Senadores que participaram do levantamento, portanto, a maioria dos integrantes desta Comissão.

O primeiro motivo para que as obras não avancem, segundo o entendimento, a percepção dos Srs. Senadores desta Comissão, o primeiro motivo:

primeira causa: projetos executivos deficientes;

segunda causa: exagero na atuação dos órgãos de fiscalização;

terceira causa: questões ambientais, indígenas ou do patrimônio histórico;

quarta causa: processo licitatório mal realizado;

quinta causa: problemas de gestão do órgão responsável pela execução da obra;

sexta causa: falta de planejamento;

sétima causa: deficiência na execução orçamentária;

oitava causa: ausência de logística.

Onde falei prioridade, entendam-se, por favor, causas.

Sétima causa para a dificuldade do avanço das obras de infraestrutura, deficiência na execução orçamentária e oitava causa, ausência de logística.

Então, primeira e segunda causas são projetos executivos deficientes e exagero na atuação dos órgãos de fiscalização.

Diante desse resultado e de tudo que já apuramos e constatamos aqui na Comissão de Serviços de Infraestrutura, sempre com a valiosa e intensa participação de seus integrantes, preparamos, como havíamos informado na reunião do dia 5, quarta-feira passada, uma série de propostas para submeter à apreciação das Srªs e dos Srs. Senadores. O objetivo é o de não só aprofundarmos o debate desse tema, mas principalmente tentar achar algumas soluções e iniciativas que possam contribuir para desatar esse verdadeiro entrave burocrático.

Assim, de forma resumida, são as seguintes as propostas que serão distribuídas para as Srªs e os Srs. Senadores e todos os integrantes desta Comissão para análise e deliberação na nossa próxima reunião no dia 19 de junho, sem prejuízo de outras iniciativas que ainda poderão ser apresentadas, inclusive por sugestão, claro, dos integrantes desta Comissão:

1. Apresentação de emendas ao Projeto de Lei de Diretrizes Orçamentárias.

1.1. Altera o §1º do art. 98 da LDO, de 2013, para que o TCU disponibilize para todas as comissões da Câmara dos Deputados, do Senado Federal e do Congresso Nacional, o acesso ao seu sistema eletrônico de fiscalização de obras e serviços (Fiscalis).

1.2. Acrescenta – nessa sugestão de apresentação de emendas ao Projeto de Lei de Diretrizes Orçamentárias – os §§5º e 6º ao art. 94 da LDO, de 2013, para que as informações sobre indícios graves com recomendação de paralisação de obras por parte do TCU sejam acompanhadas de memória de cálculo detalhada dos prejuízos econômicos e sociais advindos da paralisação, abordando uma série de aspectos discriminados, além do esclarecimento sobre todos os elementos não mensuráveis ou de difícil quantificação que sejam relevantes à tomada de decisão, pelo Congresso Nacional, a respeito da paralisação ou continuidade das obras e serviços.

1.3. Inclusão na LDO – art. 10 –, como anexo, do Cadastro Geral de Obras Públicas, nos moldes do Projeto de Lei do Senado 439/2009, do Senador Jefferson Praia, com acréscimos que especifica.

2. Aprovação de requerimentos para realização de audiências públicas.

2.1. Para debater a conciliação das atividades de fiscalização e controle dos integrantes da Rede de Controle da Gestão Pública, com a participação do Tribunal de Contas da União (TCU), da Controladoria-Geral da União (CGU), do Ministério Público Federal (MPF), do Ministério do Planejamento, Orçamento e Gestão (MPOG) e, ainda, como convidados a participar da Rede de Controle, o Instituto Brasileiro do Meio Ambiente e dos Recursos Naturais Renováveis (Ibama), a Fundação Nacional do Índio (Funai) e o IPHAN.

Foram incluídos todos esses integrantes do Comitê de Gestão e os outros que não são do Comitê de Gestão, mas que, no nosso entender, devem ser ouvidos, como o Ibama, a Funai e o IPHAN, para debater a conciliação das atividades de fiscalização e controle que eles estarão exercendo ou que estão exercendo.

2.2. Para debater a atuação do TCU nos contratos administrativos, em audiência pública, com a participação dos juristas Celso Antônio Bandeira de Mello, Marçal Justen Filho e José dos Santos Carvalho Filho, e ainda um representante da Associação Brasileira de Infraestrutura e Indústrias de Base (ABDIB).

2.3. Audiência pública com os Ministros dos Transportes e do Planejamento para prestarem esclarecimentos acerca do descumprimento de diversas determinações de melhorias nas estruturas física e de pessoal do DNIT, com a participação do TCU.

3. Solicitação de celeridade na tramitação de projetos de lei, com sugestões.

Alguns desses projetos foram sugeridos por S. Exª o Senador José Pimentel, nesta Comissão, que chamou a atenção para a importância dessas sugestões no sentido de desburocratizar e facilitar o processo de contratação de obras públicas.

3.1. PLS 207, de 2009, que *"institui o estatuto jurídico da empresa pública, da sociedade de economia mista e de suas subsidiárias que exploram atividade econômica de produção ou comercialização de bens*

ou de prestação de serviços, nos termos dos §§1º e 3º, da Constituição Federal."

Tudo isso está sendo distribuído bem detalhadamente às Srªs e aos Srs. Senadores

3.2. PLC 32, de 2007, que *"altera dispositivos da Lei nº 8.666, de 1993"*, a conhecida Lei de Licitações.

3.3. PLS 439, de 2009, que *"estabelece normas relativas ao controle centralizado de informações sobre as obras públicas custeadas com recursos federais."*

3.4. PLS 58, de 2008, que *"dispõe sobre o controle de obras públicas inacabadas."*

Por fim, comunico que todos esses documentos que acabo de ler, como falei há pouco também, incluindo a íntegra das propostas apresentadas, está sendo distribuída em vista coletiva às Srªs e Srs. Senadores integrantes desta Comissão, para que possam analisá-las com profundidade.

Na próxima reunião, dia 19 de junho, procederemos então à discussão e deliberação de cada uma delas.

O segundo comunicado.

Peço que a Secretaria desta Comissão passe às mãos das Srªs e dos Srs. Senadores o relatório atualizado do acompanhamento dos compromissos assumidos pelo Diretor-Geral do DNIT, em audiência pública, no dia 20 de março de 2013, atualizado até ontem, dia 11 de junho de 2013, às 16h30min.

Peço, por favor, às Srªs e aos Srs. Senadores que leiam essas informações passadas pelo DNIT e, se encontrarem alguma incorreção, que, por favor, comuniquem imediatamente ao Pleno desta Comissão e à Mesa Diretora dos trabalhos.

O terceiro comunicado é em relação ao PAC 2.

Foi apresentado antes de ontem, pela Srª Ministra do Planejamento, Mirian Belchior, uma avaliação e o resultado das obras do PAC 2, que estão aqui neste volume. As Srªs e os Srs. Senadores que tiverem interesse em conhecê-lo mais detidamente, por favor, podem solicitá-lo à Secretaria desta Comissão.

O Programa de Aceleração do Crescimento (PAC 2) bateu recorde no período, alcançando R$557,4 bilhões em investimentos de infraestrutura logística, social e urbana até abril de 2013. Esse valor corresponde a 56,3% do total previsto até 2014.

As ações do PAC 2, concluídas até abril de 2013, já chegam a 54,9% das previstas para concluir até 2014. O valor total das obras finalizadas atingiu R$388,7 bilhões. Esse resultado é 18,4% superior em relação ao último balanço, quando o volume de obras concluídas era de R$328,2 bilhões.

Peço licença a V. Exªs para exibir aqui o vídeo que nos mostra com mais precisão e detalhe a execução das obras do PAC 2.

(*Procede-se à exibição de vídeo.*)

O SR. PRESIDENTE (Fernando Collor. Bloco/PTB – AL) – Esse foi o vídeo que, por regiões, mostrou as principais obras que vêm sendo realizadas pelo PAC 2, conforme ontem mostrado por S. Exª a Srª Ministra Miriam Belchior, do Planejamento.

Repetindo, as Srªs e os Srs. Senadores que tiverem interesse em conhecer em detalhes esse sétimo balanço das obras do PAC 2 podem, por gentileza, solicitar à secretaria desta Comissão.

Iniciando a pauta do dia de hoje, na sua primeira parte...

O SR. ACIR GURGACZ (Bloco/PDT – RO) – Pela ordem, Sr. Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Fernando Collor. Bloco/PTB – AL) – Pela ordem, S. Exª o Senador Acir Gurgacz.

O SR. ACIR GURGACZ (Bloco/PDT – RO) – Cumprimentando V. Exª pelo trabalho à frente desta Comissão, Sr. Presidente, e revendo um pouquinho da nossa história com a BR-364, o lote um, que corresponde ou que compreende o trecho entre Vilhena e Pimenta Bueno, vai ser licitado agora no dia 18 de junho, às 14 horas, pelo DNIT no Regime Diferenciado de Contratações (RDC). O trecho nº 2, que é de Pimenta Bueno a Ji-Paraná, onde estivemos fazendo aquela diligência – tenho acompanhado semanalmente. Esta semana não estive lá, mas tenho aqui as fotografias, os trechos estão em andamento, estão trabalhando, a obra vai de vento em popa.

O SR. VALDIR RAUPP (Bloco/PMDB – RO. *Fora do microfone.*) – Que bom! Que boa notícia!

O SR. ACIR GURGACZ (Bloco/PDT – RO) – Por enquanto! Esperamos que... Acompanharei pessoalmente, Sr. Presidente; na próxima sexta-feira estarei lá nessa região para acompanhar.

Também temos o trecho três, de Ouro Preto do Oeste a Ariquemes, que já foi licitado, e nós aguardamos, então, que haja o início dessas obras. Já foi feito o contrato, já foi dada a ordem de serviço, e eu também vou continuar acompanhando, porque se não acompanharmos, parece que as coisas não acontecem. É importante. Trarei aqui toda semana um relatório para ficarmos realmente atentos e também colocarmos V. Exª e os demais Senadores a par do que está acontecendo.

E nessa linha, Sr. Presidente, de infraestrutura, temos que cuidar também não apenas das estradas. No início da sua fala, V. Exª colocou a questão de infraestrutura de armazenamento dos produtos agrícolas brasileiros.

Foi publicada, no dia 7 de maio, a Medida Provisória nº 619, que autoriza a Conab a contratar o Banco do Brasil para atuar na gestão e na fiscalização de obras e serviços de engenharia relacionados à

modernização, construção, ampliação ou reformas de armazéns destinados a produtos agropecuários, sendo que o Banco do Brasil realizará todo o procedimento licitatório para contratar obras, serviços de engenharia e serviços técnicos especializados, e poderá utilizar o Regime Diferenciado de Contratações públicas, o RDC.

Temos acompanhado com apreensão que, no Brasil, além dos portos e rodovias, também a gestão da infraestrutura para armazenagem dos produtos agropecuários é precária. Essa é uma proposta do Governo, que entendemos de extrema importância nesse momento e vem dar suporte para o Plano Safra Agronegócio e da Agricultura Familiar, anunciados na semana passada pela nossa Presidenta Dilma.

Estima-se que o déficit de armazenamento ou de armazenagem nessa safra deve ser de 40 milhões de toneladas de grãos para uma colheita de cerca de 184 milhões de toneladas, conforme projeções do Ministério da Agricultura.

De acordo com o estudo da FAO sobre agricultura e alimentação, o ideal é que os países tivessem capacidade para armazenar 120% da sua produção. No Brasil, esse número representaria uma capacidade de 216 milhões de toneladas. Os investimentos necessários giram em torno de R$10 bilhões, e o Brasil investiu apenas R$7 bilhões nos últimos cinco anos.

Nessa medida provisória, Sr. Presidente, para registro nesta Comissão, ainda foi incluída, na íntegra, em seu art. 13, o PLS 730, de 2011, de minha autoria, que trata dos prazos sobre o penhor rural, pois as limitações dos prazos de garantia de três anos são incompatíveis com as linhas de crédito exigentes de investimentos a longo prazo, como a instalação de armazéns ou a implantação de atividade de longo prazo, por exemplo, no setor florestal ou na agricultura de baixo carbono.

Foi uma proposta apresentada pelo Banco do Brasil. Nosso colega Senador Osmar Dias nos auxiliou, fizemos essa proposta, e foi integralmente acolhida nessa medida provisória. Essa foi também uma demanda que recebemos recentemente, em audiência pública realizada na cidade de Jaru, em Rondônia. Na oportunidade, nos comprometemos a buscar uma solução e dizíamos, à época, que a única forma era uma medida provisória. Isso aconteceu, de modo que vem atender, e eu entendo que, assim como esta medida provisória, o Governo tem atuado fortemente na questão de ampliação de infraestrutura com relação à agricultura, ao agronegócio, investimento também na infraestrutura para o pequeno produtor rural. Realmente, é um momento importante que vivemos no Brasil, e o que sustenta a balança comercial brasileira é o agronegócio.

Queiramos que as obras de infraestrutura para o escoamento dessa produção também tenham o mesmo ritmo, se nós tivermos o apoio – ou o não atrapalho – dos órgãos ambientais e dos órgãos de fiscalização que acompanham essas obras. Porque o PAC existe, as verbas do PAC estão garantidas, os projetos também estão praticamente prontos, aquilo que a gente sabe... V. Exª mostrou aqui um vídeo do PAC 2, as obras em andamento. Nós devemos ter a mesma quantidade ou mais do que o dobro das obras que foram passadas aqui paradas em função das questões de fiscalização e ambientais.

Então, se tivermos o apoio desses órgãos, tenho certeza de que o Brasil avançará e vai conseguir dar vazão ao escoamento da produção, ou seja, vamos conseguir investir no ritmo que a população agrícola e rural investe para aumentar a produtividade no Brasil.

Obrigado, Sr. Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Fernando Collor. Bloco/PTB – AL) – Muito obrigado a V. Exª, Senador Acir Gurgacz. Meus cumprimentos pela sua habitual diligência, atenção à causa pública e determinação no encaminhamento das sugestões. Parabéns a V. Exª e a Rondônia, que tem V. Exª como um dos seus mais proeminentes representantes.

O SR. ACIR GURGACZ (Bloco/PDT – RO. *Fora do microfone*.) – Obrigado.

O SR. PRESIDENTE (Fernando Collor. Bloco/PTB – AL) – Passamos, então, à primeira parte da reunião de hoje, destinada à realização de audiência pública, em atendimento ao Requerimento nº 24, de 2013, desta Comissão, de autoria de S. Exª o Senador Ministro José Pimentel, que foi aprovado em 8 de maio de 2013, requerendo seja convidado o Sr. Volney Zanardi Júnior, Presidente do Ibama, Instituto Brasileiro do Meio Ambiente e dos Recursos Naturais Renováveis, para, em audiência pública nesta Comissão, falar sobre a atuação do órgão em obras de infraestrutura, em especial aquelas executadas pelo DNIT, Departamento Nacional de Infraestrutura de Transportes.

Ao tempo em que lhe dou as melhores boas-vindas, em nome da Comissão de Serviços de Infraestrutura do Senado Federal, convido para que tome assento à mesa o Sr. Volney Zanardi Júnior, Presidente do Instituto Brasileiro do Meio Ambiente e dos Recursos Naturais Renováveis (Ibama). (*Pausa*.)

Passo a palavra ao Sr. Volney Zanardi Júnior para o início da sua apresentação, com vista ao cumprimento da primeira parte da agenda de hoje, que trata da audiência pública, por requerimento de autoria de S. Exª o Senador Ministro José Pimentel.

Tem V. Sª a palavra.

O SR. VOLNEY ZANARDI JÚNIOR – Queria dar um bom-dia ao nosso Presidente, Senador Fernando Collor; queria saudar o Senador José Pimentel, aqui presente; o Senador Acir Gurgacz, que também está aqui para prestigiar nossa palestra.

Em atendimento ao ofício que recebemos da Comissão, que pede para que o Ibama fale sobre a atuação do órgão em obras de infraestrutura, em especial aquelas executadas pelo DNIT, nós preparamos uma apresentação estruturada para mostrar alguns aspectos. Depois vamos nos colocar, evidentemente, à disposição para qualquer esclarecimento.

Vou passar muito rapidamente essa apresentação. Há algumas questões que acho que são muito importantes para deixar muito claros os procedimentos e marcos legais do licenciamento. Depois vou apresentar um pouco como o Ibama está estruturado para responder a essa demanda do licenciamento ambiental de rodovias e vou passar para as senhoras e para os senhores a carteira de empreendimentos, que está sendo licenciada hoje, para dar uma noção de que muito da infraestrutura e energia do País passa pelo licenciamento ambiental do Ibama. Trouxe alguns resultados de 2012 e 2013 e, das demandas atuais, a grande parte, vamos dizer assim, dos licenciamentos que têm maior relevância, no âmbito do RDC, o Regime Diferenciado de Contratação, que são de responsabilidade do DNIT. A gente traz aí uma ideia de como estão esses licenciamentos. Além de tudo, finalmente, pelo resumo que recebemos da audiência que foi feita na Comissão, também se levantou a questão do licenciamento da BR-319, e aí a gente aproveitou para já trazer isso um pouco mais detalhado, para esclarecer as Srªs e Srs. Senadores.

Rapidamente, a questão do licenciamento ambiental foi recepcionada pela Constituição Federal de 1988, é um processo administrativo. Temos o procedimento de licenciamento, que é subsidiado por uma série de estudos ambientais, que são da família da Avaliação de Impacto Ambiental. Temos o licenciamento previsto de 1981, na Lei nº 6.938, e o fundamento do licenciamento é trabalhar com projetos, adequar os projetos à situação do meio ambiente e procurar fazer esse gerenciamento, observando os impactos socioambientais, físico-bióticos e socioeconômicos, que, vamos dizer assim, são identificados dentro dos estudos de impacto ambiental. O licenciamento ambiental não deve tratar de questões que estão fora da competência ou da identificação que os estudos ambientais preveem.

Temos, na Constituição de 1988, o art. 225, que, no inciso IV do §1º, dispõe:

IV – exigir, na forma da lei, para instalação de obra ou atividade potencialmente causadora de significativa degradação do meio ambiente, estudo prévio de impacto ambiental, a que se dará publicidade.

Então, temos dois aspectos aí importantes. Um é a questão da publicidade, que tem sido um elemento, uma dimensão fundamental dentro do licenciamento ambiental. O ano passado, 2012, o Ibama realizou cerca 69 audiências públicas, que envolveram mais de 20 mil cidadãos. Vocês veem o grande papel que o licenciamento tem de divulgar, de dar publicidade e transparência às próprias políticas.

A gente entende que, muitas vezes, um pouco dessa discussão deveria ter sido feita antes, na parte da formulação e do planejamento das atividades, e não necessariamente dentro do licenciamento, onde, muitas vezes, a decisão já está num estado muito adiantado em relação ao projeto.

Acho que uma lei muito importante que o Congresso aprovou em 2011 foi a Lei Complementar nº 140, que trata da regulamentação do art. 23, da Constituição. Ela também prevê formular e executar, em âmbito nacional, a Política Nacional do Meio Ambiente. E a Política Nacional do Meio Ambiente, no art. 10, que foi levemente modificado pela Lei Complementar nº 140, também traz:

Art. 10. A construção, instalação, ampliação e funcionamento de estabelecimentos e atividades utilizadores de recursos ambientais, efetiva ou potencialmente poluidores ou capazes [...] de causar degradação ambiental dependerão de prévio licenciamento ambiental.

Então, é esse conceito do prévio. Antes de efetivar, deve-se fazer esse tipo de procedimento para que a gente consiga ter uma ideia de quais seriam os impactos, procurar mitigar esses impactos, fazer o gerenciamento dos impactos e minorar, viabilizando o projeto, mas minimizando os impactos. São muito raros os eventos de projetos que são negados pelo Ibama, mas acontece.

Vou passar uma série de normativas que são importantíssimas: as Resoluções Conama nºs 01/86, 09/87 e 237/97, que tratam dos estudos da publicidade e dos procedimentos, e a 237 prevê a questão da necessidade do licenciamento para rodovias, ferrovias e hidrovias. E a IN 184/2008 é a que trata dos procedimentos federais. Quer dizer, o Ibama tem um regramento para a realidade dos seus procedimentos. É muito diferente a dimensão dos projetos que o Ibama atende. Eu, por exemplo, já fui funcionário de órgão estadual, e na época trabalhava na Fepam, no Rio Grande do Sul – sou gaúcho – e tínhamos 15 mil licenciamentos por ano. O Ibama trabalha numa faixa de 600, 700, mas de total diferença de magnitude.

A Lei Complementar nº 140 foi muito importante para o licenciamento porque nós tínhamos uma grande perda de energia na discussão de competências, o que é estadual, o que é federal, o que é municipal. O Ibama já foi chamado pela Justiça para licenciar quiosque de coco em praia, porque havia um entendimento de que era uma área federal, de domínio federal. Então, houve uma confusão, um impasse sobre dominialidade, que, muitas vezes, causaram confusão. Tivemos que tirar gente do licenciamento de hidrelétricas para cuidar do licenciamento de pequenas atividades.

A Lei Complementar nº 140 já traz a maior parte desse regramento, em que os licenciamentos são federais. E há uma parte que foi regulamentada pelo Executivo, que trata de algumas tipologias que deverão ser de licenciamento federal. Há uma estimativa de que, nos próximos 60 dias, teremos uma proposta de decreto que tratará da questão das tipologias.

Uma das discussões sobre a qual temos feito grande esforço no âmbito do Ministério do Meio Ambiente, do Ibama e do Governo Federal, de certa forma, tem sido justamente esse movimento, no licenciamento, de uma especialização. Para vocês verem, a 01/86 é de 1986, a 237/97 é de 1997, como já mencionei. Então, já temos 15, 20 anos. Muitos dos desafios de hoje, a própria complexidade da sociedade, impedem que se trabalhe a maior especialização nas nossas normativas. Então, tivemos recentemente, em 2011, umas portarias interministeriais, com o Ministério da Justiça, do Meio Ambiente, da Saúde, da Cultura, procurando organizar um pouco melhor, deixando mais previsível a participação dos atores, dos envolvidos no licenciamento. Muitas vezes, temos que fazer consultas quando há impactos relacionados à questão indígena ou cultural.

Temos a Portaria nº 423 e a 425, que trabalham com a regularização de atividades que já existiam antes da própria legislação ambiental e antes, claro, da publicação dessas portarias. Às vezes, existe uma diferença entre um novo empreendimento e uma regularização, e acaba-se trazendo para dentro de empreendimentos que já existiam uma complexidade de que não se necessitava. Então, essas portarias entram dentro desse processo. Mais especificamente, a 423 trata da regularização ambiental de rodovias federais. Assim, ela trata de procedimentos de licenciamento.

Há uma grande inovação que esperamos estender para outras tipologias, aplicada ao caso do petróleo, que é a variação ambiental de área sedimentar. É todo um processo em que a dimensão ambiental já se dará no momento da escolha dos blocos que vão ser licitados. Esses estudos serão validados, estarão disponíveis para o empreendedor, para quem ganhar a licitação. Eles já trarão a indicação muito clara da complexidade do licenciamento que vai ter que ser enfrentado. Isso porque temos áreas que são menos sensíveis e áreas mais vulneráveis. Então, com esse processo de planejamento já se trabalha no setor de petróleo e deverá chegar também à gestão ambiental portuária. Esperamos que também isso se espalhe para todas as tipologias.

Há algumas portarias que o Ministério fez especificamente sobre licenciamento, por exemplo, sobre petróleo e gás, regularização ambiental de linhas de transmissão, portos e terminais portuários e licenciamento ambiental de rodovias. No caso da Portaria 423, ela trata dos programas das rodovias federais sustentáveis, que é o Profas. Então, esse processo tem agilizado muito. É muito diferente. Muitas vezes, por não se ter uma licença de operação, pede-se licença para fazer recapeamento ou pequenas atividades de manutenção e conservação. Hoje, com esse tipo de portaria, ficou muito mais claro.

Se V. Exªs precisaram detalhar um pouco melhor o que é a 420, que trata da regularização, ela está aqui. Temos também a 423, que trata do Profas. Compete ao DNIT planejar, executar e articular o Profas.

Aqui é o licenciamento ambiental ordinário, com estudo de impacto ambiental. É o mais complexo. Partimos desde o projeto conceitual até a operação. Aqui está mostrado como as etapas do licenciamento e dos estudos que subsidiam o licenciamento dialogam com o ciclo do projeto. Sabemos que há um ciclo anterior, que é o ciclo da política do planejamento e de como muitas dessas questões poderiam estar sendo trabalhadas antes de chegar ao licenciamento ambiental. Uma das grandes questões que vivemos no licenciamento ambiental é a demanda, muitas vezes, até do Ministério Público, numa visão de melhorar as condições da região. Isso traz uma série de políticas públicas que não têm relação necessariamente com o empreendimento para que sejam incorporadas ao licenciamento e consigam financiamento por parte do empreendedor. O déficit de implementação de políticas tem trazido politização e certa complexidade ao licenciamento ambiental. Isso é ruim para todo mundo porque o licenciamento ambiental não foi feito para isso; o licenciamento ambiental foi feito para cuidar o projeto e não para fazer planejamento territorial e coordenação de políticas públicas.

Próximo.

Este é o procedimento mais complexo que eu trouxe aqui. Temos aqui a emissão de um termo de referência, o estudo ambiental, que, dependendo da situação, normalmente leva em torno de 12 meses, estendendo-se em alguns casos. Há uma complexida-

de de como o empreendimento e a situação em que esse empreendimento vai ser construído. Depois da entrega do estudo, 30 dias, o Ibama faz um *checklist*, e ainda mais 180 dias para análise. Isso inclui os 45 dias em que tem de haver uma publicização do edital para audiência pública e, finalmente, um parecer técnico do Ibama.

Rapidamente aqui está a estrutura que hoje temos no Ibama para o licenciamento ambiental. Vocês veem aqui a parte da coordenação geral, que trabalha com a visão do petróleo, com a tipologia do petróleo. Aqui, de energia. E aqui temos uma coordenação geral que trata de transporte, mineração, e, aqui, mais especificamente, temos as rodovias e ferrovias. Existem também núcleos ambientais nos Estados, que fazem um trabalho de acompanhamento das licenças e também auxiliam a diretoria de licenciamento ambiental em Brasília.

Hoje temos 285 analistas lotados na Dilic, cerca de 80 estão na parte de petróleo, 126 nos nossos núcleos, totalizam 411. Hoje estamos conseguindo, com esforço muito grande, qualificar nosso pessoal. Sessenta por cento dos analistas contam com mestrado, doutorado e especializações nas áreas afins.

A carteira de empreendimentos do Ibama. O Ibama hoje está com cerca de 1600, 1700 processos de licenciamento ambiental. Vocês veem esta linha quase exponencial dos últimos anos do incremento da demanda no licenciamento federal, embora, se comparado com os Estados, o número seja pequeno. São projetos de grande complexidade.

Esta carteira está detalhada em função das tipologias. Vocês veem uma grande presença de rodovias, linhas de transmissão, petróleo. Temos, aqui, rodovias com 17%. No PAC, que são cerca de 280 processos, vemos o grande peso das rodovias – rodovias, portos, usinas hidrelétricas e ferrovias. Chamo a atenção para o fato de que o PAC são 17% da carteira total do Ibama.

Aqui, vocês têm ideia do número: temos 292 processos de rodovias, ferrovias, pontes, dragagens e hidrovias.

Resultados de 2013. É importante ver essa evolução no número de audiências públicas que tivemos em 2012. Mais de 20 mil pessoas envolvidas em 69 audiências públicas em 2012. Na parte de compensação ambiental, conseguimos, em 2011/2012, liberar R$225 milhões para o Sistema Nacional de Unidades de Conservação: 80% foram para unidades de conservação federais; 18%, para as unidades de conservação estaduais; e 2%, para municipais.

Vocês veem uma evolução no número de licenças. Temos um processo de garantia da qualidade da informação que chega ao Ibama. Temos alguns indeferimentos, EIAs devolvidos, vocês veem aqui uma evolução de licenças por dia útil.

É fundamental que os estudos e os projetos entrem com qualidade porque isso potencializa, facilita o trabalho de um grupo que ainda é reduzido em relação à grande demanda que temos.

Aqui, temos dados de 2013. Para vocês terem uma ideia, até março tínhamos produzido 3600 documentos, 248 pareceres técnicos, realizado seis audiências e uma média de quase três licenças por dia útil.

Em 2012/2013, temos aqui algumas licenças relacionadas a rodovias mais emblemáticas. Temos aqui a famosa Serra do Cafezal, que foi um processo extremamente difícil, de licenciamento ambiental, ali na Mata Atlântica, ali na subida para São Paulo para quem vem de Curitiba.

Temos a licença de instalação da BR-101 no Rio de Janeiro, a BR-450 em Santa Catarina. Outra aqui muito importante é a BR-470, que saiu agora. Há outra que tem grande significado, que é a Estrada Parque Paraty-Cunha, que passa no Parque Nacional da Serra da Bocaina, em que houve um tensionamento com vários setores. Foi uma guerra. Não foi fácil, porque havia muitos interesses contraditórios, e o licenciamento ambiental acaba tendo que mediar.

Temos, nas demandas, dentro do Profas, 50 mil quilômetros, que estão em regularização, pavimentação e duplicação. Isso é para trás. Para frente, temos uma previsão de expansão de 8 mil km para o período de 2012 a 2015. Após o período de 2015, 8,5 km. São os dados que o Ministério dos Transportes nos forneceu.

Demandas. Uma boa parte do que estava no PAC, com relação ao DNIT, entra nessa modalidade aqui, que o DNIT está operando – é o foco da nossa apresentação de hoje – é o Regime Diferenciado de Contratações. É uma modalidade licitatória aplicável a licitações e contratos necessários às obras do Programa de Aceleração do Crescimento. O DNIT pretende a modalidade na contratação de projetos e obras de empreendimentos rodoviários incluídos no PAC. O diferencial é que agora não se contratam só obras, mas também projetos. Isso traz uma certa especificidade para o nosso licenciamento ambiental, porque o DNIT deverá obter as LPs, e, depois, teremos as LIs em função de quem for ter a concessão ou for fazer a obra.

São 44 empreendimentos sem licença prévia a serem contratados por RDC, dos quais 31 são de competência do Ibama e cerca de 15 serão delegados. Para se ter uma ideia que quais são esses empreendimentos, temos em Minas Gerais, a BR-153, que já tem um TR emitido e está em elaboração. Há obras em Minas Gerais, Bahia. Há a BR-080 no Mato Grosso, que já está com o EIA em elaboração. Temos

também a BR-101, Rio de Janeiro-Ubatuba, entre Rio de Janeiro e São Paulo. São dois trechos, é como se contássemos duas.

Aqui temos a BR-101 em Santa Catarina. Essa é uma discussão histórica porque envolve a transposição do Morro dos Cavalos e toda a relação com algumas questões indígenas, que tem criado uma complexidade muito grande nesse processo de transposição.

Por fim, temos a BR-319, Porto Velho-Manaus, que teve o estudo devolvido em 2009. Existem complementações que precisam ser feitas nesse trabalho.

Vou agora concluir a minha apresentação falando um pouco sobre o licenciamento da BR-319, Senador.

Ela vai de Porto Velho até Manaus. Tivemos os segmentos A, B e C. Esses segmentos aqui (B, C) foram autorizados pelo Ibama via um termo de compromisso, em 2007. É uma forma *sui generis* porque não houve licença, houve uma autorização. Esse não é o procedimento normal que se adota para esse tipo de empreendimento. Então, hoje, o trecho que está em licenciamento é este que está em vermelho, cerca de 655km.

Esta é a situação ali. Temos o limite da BR com o Parque Nacional Nascentes do Lago Jari. Encontramos, nessa área, um grande risco, nesse tipo de empreendimento, na relação com a área de desmatamento. Hoje, nós, no Ibama, temos a grande missão – e temos tido sucesso – de controlar o desmatamento na Amazônia, em articulação, claro, com outros órgãos do Governo Federal e órgãos estaduais. Um exemplo de área que nos tem gerado muita demanda foi o asfaltamento da BR-163. Mudou totalmente a dinâmica de logística a questão dos grileiros e dos interessados em ilícitos nessa região, na região da 163, onde se tem de tomar um grande cuidado com relação a essa situação.

Aqui, um breve histórico. É um trecho sujeito a estudo de impacto ambiental. É uma área sujeita a esses ilícitos e tipos de desmatamento.

Em 2007, há Termo de Acordo e Compromisso entre Ibama e DNIT, definindo licenciamento na rodovia e autorizando obras nos segmentos A, B e C.

Com relação ao outro trecho, o Ibama recebeu duas versões do EIA/Rima, devolvidas ao DNIT pelo não atendimento ao Termo de Referência e ao diagnóstico da fauna da região. Isso em 2008.

Em 2009, houve uma reunião entre o Ibama, MMA e Ministério dos Transportes, estabelecendo prazo de licenciamento e entrega de EIA/Rima revisado ao Ibama. Foi entregue essa terceira versão, em que o Ibama fez algumas observações. Há uma série de deficiências sob o aspecto técnico no estudo que são fundamentais para o trabalho, que é essencialmente técnico, de avaliação das condições ambientais. Com isso, fazer um prognóstico do que possa haver de impactos. Então, há necessidade de dados de campo, questões que precisam ser complementadas, dados incompletos sobre flora, dados de fauna incompletos. E também há toda uma parte socioeconômica que, principalmente para esse tipo de empreendimento, é muito relevante.

As conclusões finais do Ibama sobre o estudo – parecer de 2009.

Após análise das informações ambientais contidas no EIA, verifica-se que não foi possível constatar a viabilidade ambiental da reconstrução da BR-319, devido à insuficiência de vários dados relativos ao diagnóstico ambiental e avaliação dos impactos, informações estas fundamentais para posicionamento definitivo sobre o empreendimento.

Em outro trecho, diz:

(...) *nem todos os impactos foram avaliados, muitos foram subavaliados* (*decorrência da falha do diagnóstico*) *e muitas das medidas mitigadoras propostas são inexequíveis e/ou extrapolam as atribuições do empreendedor.*

Então, são questões preocupantes, porque realmente é uma área que vai precisar de um grande suporte de políticas para sustentar a pressão que vai haver naquela região.

Em 2009, após a analise do EIA, foram solicitadas complementações do estudo.

Em 2010, foram feitas reuniões com o foco mais no Plano de Fauna, e, em março de 2013, houve um novo contato pelo empreendedor para tratar das complementações solicitadas em 2009.

Em função da desatualização e inadequação dos estudos de 2009, para retomada do processo, o empreendedor deverá propor Termo de Referência para atualização de Estudo de Impacto Ambiental. Temos informações que são de quatro ou cinco anos. São defasadas, além das complementações que precisam ser realizadas. E poderão, claro, ser aproveitadas partes dos estudos anteriores que não necessitam atualização – fundamentalmente a parte do físico, que não modifica muito.

O Ibama acompanha e analisa o estudo, promoverá audiência e seguirá aquele procedimento já mostrado anteriormente.

Então, agradeço a atenção, colocando-me à disposição para qualquer esclarecimento.

Obrigado.

O SR. PRESIDENTE (Fernando Collor. Bloco/PTB – AL) – Obrigado ao Sr. Presidente do Ibama, Volney Zanardi Júnior, pela sua explanação.

Antes de passar a palavra a S. Exªs, os Srs. Senadores, gostaria de fazer a leitura de perguntas que nos chegaram.

O SR. VALDIR RAUPP (Bloco/PMDB – RO) – Gostaria de me inscrever, Sr. Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Fernando Collor. Bloco/PTB – AL) – Relembro que todos aqueles ouvintes e telespectadores que queiram participar desta nossa audiência pública poderão fazê-lo pelo endereço do Alô Senado, que é www.senado.gov.br/alosenado, ou pelo telefone, ligação gratuita, 0800-612211, ou ainda pelos perfis do Alô Senado no Facebook ou pelo Twitter@AloSenado.

Gostaria de informar ao Sr. Presidente do Ibama que as perguntas serão feitas todas em conjunto. Ao final, V. Sª poderá respondê-las.

Vou iniciar com a leitura de perguntas que nos chegaram.

A primeira delas:

As obras de responsabilidade do DNIT estão relacionadas, em sua grande maioria, com a implantação de empreendimentos lineares. Constituem, portanto, sistemas de transporte de energia, de passageiros, ou de produtos comercializáveis. Há, nesse conjunto, uma significativa presença de empreendimentos, cuja complexidade socioambiental é bem menor do que de uma usina termonuclear ou de uma usina hidrelétrica, por exemplo. Ainda assim, não raro, os atrasos nas obras de responsabilidade do DNIT são justificados pela demora na emissão das respectivas licenças ambientais. Como V. Sª analisaria essa questão?

Segunda pergunta:

Depois de decorridos mais de 20 anos da promulgação da Constituição Federal de 1988, foi publicada lei que regulamenta o art. 23 da Carta Magna. A Lei Complementar nº 140, de 8 de dezembro de 2011, estabeleceu como competência dos Estados e Municípios um conjunto de atividades associadas ao licenciamento ambiental, que exigem alto grau de conhecimento técnico. Essas atividades eram, até então, de responsabilidade do Ibama ou do ICMBio. O critério adotado pela lei foi o da abrangência do impacto ambiental. Qual a opinião de V. Sª sobre as mudanças introduzidas pela lei? Em que medida esse texto legal impactou o processo de emissão de licenças pelo Ibama?

Uma outra pergunta:

No Brasil, os licenciamentos ambientais de grandes projetos de infraestrutura, em sua maioria, estão sob pesados ataques de membros do Ministério Público. Inquéritos civis, recomendações, termos de ajustamento de conduta e ações civis públicas são alguns dos instrumentos utilizados para esse fim. Não parece haver uniformidade de critérios, pois os membros do MP atuam sem subordinação hierárquica e com completa independência funcional. Podem, assim, defender os seus pontos de vista com muita ênfase, ainda que estes estejam sustentados em argumentos de forte carga subjetiva ideológica. A impressão que se tem é de que, no licenciamento, o aval do Ministério Público é mais importante do que a opinião dos técnicos do Ibama. [Infelizmente, isso é uma verdade. Lamentavelmente.] Como V. Sª analisaria essa judicialização do processo? Está havendo um protagonismo excessivo do Ministério Público? Essa atuação não gera insegurança jurídica, implicando inviabilidade de projetos e atrasos nos cronogramas?

Outras questões: "Qual o número absoluto e percentual das obras do PAC que estão hoje paralisadas em função de intervenção do Ibama?"

Uma outra: "Quando se trata de reconstrução de uma rodovia, por exemplo, esse licenciamento não é automático, já que a rodovia ali está construída e implantada? É necessário um novo pedido de licenciamento?"

São essas as indagações.

Passo, inicialmente, a palavra ao autor do requerimento, S. Exª, o Senador Ministro José Pimentel e, em seguida, a S. Exª, o Senador Valdir Raupp. Em seguida, ao Senador Acir Gurgacz.

Tem V. Exª a palavra, Senador Ministro José Pimentel.

O SR. JOSÉ PIMENTEL (Bloco/PT – CE) – Sr. Presidente, Fernando Collor, Sr. Presidente do Ibama, Sr. Volney, nossos pares Acir Gurgacz e Valdir Raupp, eu queria começar registrando que há uma reclamação nacional pela morosidade do Ibama na condução de uma série de licenças, nos vários âmbitos que ali estão postos.

Sabemos que há um certo trabalho. Hoje, levam-se, em média, dois anos num processo de licenciamento. Em alguns, é possível encurtar-se esse prazo, a exemplo do que foi feito no projeto de interligação das águas do São Francisco, depois de um longo debate que tivemos ali. Mas o fato é que nós temos, sim, um conjunto de ações, cuja lentidão no seu início, de um lado, é atribuída ao Ibama e, ao mesmo tempo, uma cobrança muito forte por parte da sociedade, para que nós possamos agilizar esses processos.

E a consequência de tudo isso é um ajuizamento crescente por parte do Ministério Público Federal contra o Ibama e ora contra a União, em nome da sociedade, querendo a agilidade desses processos. Essa é uma preocupação muito forte, porque ao se judicializar o processo, com a morosidade do próprio Poder Judiciário, estamos entrando num sistema de retardamento do início de obra, de continuidade de obras, de outras

que são iniciadas e, depois, suspensas. Isso, além de trazer forte prejuízo para aquela obra, traz o encarecimento também para a nossa economia.

Foi isso, Sr. Presidente, o que nos motivou, depois de um longo debate aqui nesta Comissão, a convidar V. Sª para nos ajudar nesses esclarecimentos.

O SR. PRESIDENTE (Fernando Collor. Bloco/PTB – AL) – Muito obrigado a S. Exª o Senador Ministro José Pimentel.

Passo, agora, a palavra a S. Exª o Senador Valdir Raupp.

O SR. VALDIR RAUPP (Bloco/PMDB – RO) – Sr. Presidente Fernando Collor, Srªs e Srs. Senadores, Sr. Presidente do Ibama, Dr. Volney Júnior, a primeira pergunta: como se compara o procedimento de licenciamento ambiental realizado em outros países com o nosso, especialmente em relação aos prazos necessários e à quantidade e à qualidade das intervenções de compensação ambiental requerida das obras de engenharia? Nosso procedimento é mais, menos ou igualmente rigoroso em relação ao de países mais desenvolvidos?

Segunda: que aperfeiçoamentos V. Sª poderia recomendar para serem aplicados nas etapas de planejamento das obras de engenharia que permitam a redução do tempo requerido para sua análise e licenciamento? Seria possível que os técnicos do Ibama fizessem a análise prévia durante o planejamento das obras de engenharia de forma que algumas das condicionantes mais onerosas ou complexas sejam já formuladas durante essa etapa e não *a posteriori*, em cima de projetos já finalizados? Procedimentos prévios não evitariam um retrabalho que se tem mostrado dispendioso, tanto em termos de recursos financeiros quanto em relação ao tempo requerido?

Terceira: como conclusão lógica de meus dois questionamentos anteriores, que alterações legislativas V. Sª poderia sugerir com vistas, ao mesmo tempo, a fortalecer o papel do Ibama e reduzir a burocracia nos procedimentos de licenciamento ambiental das obras de engenharia?

Eu queria, agora, por último, fazer um comentário. Não podemos também dizer que a culpa no atraso das obras é só do Ibama e do TCU. É lógico que existem obras em que o culpado é o TCU, que paralisa obras sem uma justificativa plausível. Por suspeita de sobrepreço – não sei se foi o TCU ou o Ministério Público –, há quatro anos o aeroporto de Vitória está paralisado. Será que essa obra vai custar menos ou mais agora? Com certeza, muito mais. O Sr. Presidente falou em uma reunião aqui recentemente que um trecho de obras que foi paralisado teve o preço praticamente dobrado quando a obra foi retomada.

Será que isso é economia?

Mas, no caso do Ibama, eu queria isentar de culpa duas obras importantes do meu Estado: a BR-364, que se arrasta há mais ou menos quatro ou cinco anos. Agora, iniciam-se seus trabalhos, mas ainda muito lentamente, num único trecho, e lá se vai o início do verão. Daqui a pouco, o verão está terminando, e as obras, em alguns trechos, não estão nem iniciadas.

E a BR-425, que é uma novela. E lá não é problema do Ibama, nem do TCU. Acho que é falta de capacidade técnica do DNIT, que faz um procedimento licitatório com planilhas complicadas, e as empresas acabam abandonando. Agora, outras empresas ganharam a licitação e já abandonaram antes do início. Não apresentaram nem documentação. Estão fazendo a última tentativa para uma empresa salvar um trecho, um dos dois lotes da BR-425. Pelo menos um lote, o DNIT está se desdobrando para tentar salvar, com reajustamento de planilha, porque nenhuma empresa, nenhuma, está querendo tocar com o preço do DNIT.

Então, alguma coisa está errada. Quando falei nesta Comissão, dias atrás, que nenhuma empresa de grande porte, como Odebrecht, Camargo Corrêa, Mendes Júnior, CR Almeida, OAS, quer mais entrar em licitação de estrada, seja construção de rodovias novas ou restauração de rodovias antigas. Então, alguma coisa está errada.

Eu encerraria estas considerações falando sobre a BR-319. Ali, realmente, é o Ibama. Eu salvei o Ibama das outras, agora, dessa aí eu não vou salvar, eu não vou isentar, porque desde 2007, já vai para seis anos – seis anos! – para se concluir o licenciamento ambiental.

Então, eu faria esse apelo ao Presidente, para que resolva logo isso. Nós estamos tratando de um Estado que preserva 98% das suas florestas. O Estado do Amazonas é o maior Estado do mundo, é o maior do Brasil, é praticamente um terço do território nacional e preserva 98% das suas florestas.

Então, não vamos dizer que esse traçado, que já foi implantado no passado e, agora, vai ser restaurado, vai impactar tanto o meio ambiente a ponto de comprometer os 98% de preservação ambiental do Estado do Amazonas, que é o maior Estado brasileiro e em que cabem alguns países europeus.

Graças ao Estado do Amazonas, que teve a Zona Franca de Manaus, que contribuiu para essa preservação ambiental, nós temos, na Amazônia Legal, nos nove Estados da Amazônia Legal, 83% de preservação. Apenas 17% da Amazônia Legal estão desmatados.

Então, a Amazônia está contribuindo para a preservação do meio ambiente do Brasil e do mundo. Então, não seria essa estrada, que vai ligar Rondônia e o Brasil a um grande polo industrial, que é Manaus,

com quase três milhões de habitantes e mais de 400 indústrias... No período do verão, nós temos dificuldade de transportar os produtos com as barcaças por causa dos bancos de areia, porque, até hoje, não saiu a dragagem também, não licitaram a dragagem do Rio Madeira. Creio que também não seja problema de licenciamento ambiental esse aí. Então, faço este apelo para a BR-319.

Encerro com algo que não está bem nessa área do transporte, mas que é transporte também, porque é duto, é gasoduto. Eu pediria – eu já estive lá umas duas ou três vezes – para reeditar – não sei se é esse o termo correto – a licença ambiental do nosso gasoduto Urucu-Porto Velho.

Eu fiz um pronunciamento nesta semana, aqui no Senado, falando do custo do nosso gás, do preço do nosso gás.

Empresas brasileiras, antes, iam para a China; agora, estão indo para os Estados Unidos, porque o gás nos Estados Unidos custa três vezes menos que no Brasil.

Nós temos uma jazida de gás ali no Amazonas e está sobrando gás, está queimando gás na atmosfera. Uma parte se reinjeta, mas nunca se reinjetam 100%, então, dia e noite, já há muitos anos, há quase uma década, estamos queimando gás na atmosfera na Bacia do Urucu, lá no Amazonas. Parte desse gás vai para Manaus. Recentemente, foi construído o gasoduto para Manaus, que está abastecendo Manaus, as térmicas de Manaus, e Porto Velho tem um projeto já, há uns 10 anos, para se construir um gasoduto para Porto Velho.

Então, essas indústrias que estão indo para os Estados Unidos e para a China, indústrias brasileiras que estão produzindo lá, poderiam estar produzindo ali em Porto Velho, em Manaus, no Acre, ajudando a nossa indústria nacional.

Era isso, Sr. Presidente.

Muito obrigado.

O SR. PRESIDENTE (Fernando Collor. Bloco/PTB – AL) – Muito obrigado a S. Exª, o Senador Valdir Raupp.

Passo, agora, a palavra a S. Exª, o Senador Acir Gurgacz. Em seguida, a S. Exª o Senador Jorge Viana.

O SR. ACIR GURGACZ (Bloco/PDT – RO) – Sr. Presidente, cumprimento o nosso convidado, Dr. Volney Zanardi.

Fiquei atento, aqui, às explanações do nosso Presidente, com relação às rodovias brasileiras, a BR-101 e a BR-116, no Estado de Santa Catarina, em Porto Alegre, em São Paulo, no Paraná, que eram duplicações de rodovias já existes. São rodovias antigas.

Eu vou tentar não ser indelicado com o Ibama. A vontade seria, mas a impressão que se dá, não é com relação a V. Sª, o Presidente, é de que o Ibama não quer o desenvolvimento do nosso País, e o Brasil precisa dessas rodovias.

Quanto tempo levou para conseguirmos a autorização dessas rodovias, Paraná, São Paulo, Santa Catarina, para fazer essa interligação? E Belo Horizonte. Ela começa em Belo Horizonte, vai a São Paulo, Curitiba, Florianópolis e Porto Alegre. Eu imagino que há mais de 10 anos estão sendo debatidos esses temas.

A colocação é a seguinte: não dá para criar uma regra mínima para as obras de interesse nacional, cuja execução é inevitável, para que não haja esse atraso e o Governo possa fazer uma compensação com relação ao meio ambiente, com relação às questões ecológicas, regra essa ditada pelo Ibama?

É evidente que nós temos de ter cuidado com o meio ambiente, ninguém fala o contrário. Nós temos de ter cuidado com o meio ambiente, mas obras de duplicação da BR-101 e da BR-116 são inevitáveis. Elas precisam acontecer e vão acontecer.

Então, criar uma regra de compensação ambiental não seria a solução?

Com relação à BR-319, eu concordo com o Senador Raupp que nem todas as obras paralisadas o são por culpa do Ibama – sem dúvida, é o caso da BR-425, muito bem citado aqui pelo Senador Raupp –, mas entendo que a BR-319 é uma obra que já existe, não é uma obra nova. O impacto ambiental foi feito em 1970; ela foi inaugurada em 1973. Depois, houve problemas em função da chuva e da falta de manutenção. Enfim, acabou o asfalto da BR-319.

Eu ando por essa BR desde 1980, quando fui conhecer aquela região por estrada, em asfalto de excelente qualidade, Sr. Presidente. De lá para cá, pela falta de manutenção, aconteceu isso. Parece que foi proposital a falta de manutenção, para acabar com a estrada.

Há quem diga que a empresa que foi contratada para fazer a manutenção destruiu a estrada ao invés de dar manutenção. É claro que isso são só suposições. Não podemos nem imaginar que isso possa ter acontecido.

Com relação à BR-319, o senhor falou da preocupação com o desmatamento, mas uma coisa não tem nada a ver com a outra. Se há desmatamento ilegal, é caso de polícia. O desmatamento é possível ser feito através de licença, mas são coisas separadas, não dá para misturar. Não dá para misturar o licenciamento de uma rodovia com a preocupação com o desmatamento. O desmatamento tem fiscalização, tem o Código Florestal, que determina o que se pode e o que não se

pode fazer, e se fiscaliza; agora, deixar de fazer uma ligação de Porto Velho a Manaus, que liga o Estado do Amazonas, Roraima e Venezuela – é uma saída para exportação da produção agrícola do nosso Estado – por uma questão ambiental... Não foi em 2007, mas em 2003 que começou essa tentativa de restauração, de reconstrução da BR-319.

Volto a dizer: já houve o impacto ambiental. Já aconteceu. É outra obra que vai acontecer. O Brasil precisa dessa obra. Se precisa, por que não fazer um acompanhamento do Ibama e fazer um TAC também? Quer dizer, eu não gosto desse termo TAC. TAC, eu acho que é uma sigla que não vem ao caso para Ibama e DNIT, nem para a população. É um acompanhamento da obra e uma compensação ambiental naquilo que houver.

Em relação ao desmatamento, nós temos leis para isso. O que eu acho totalmente desnecessária, e entendo que tem de ser repensada, é atuação do Ibama com relação à paralisação das obras ou à não autorização das obras que são indispensáveis para o nosso País.

Nas obras de interesse nacional, eu entendo que o Ibama, assim como todos os órgãos brasileiros, tem de ter a preocupação ambiental. Isso nós temos de deixar bem claro. Nós não podemos, em função do crescimento, do desenvolvimento, esquecer das questões ambientais.

Eu sei, também, que o Dr. Volney tem trilhado o pensamento, mais ou menos, nessa linha e tem tido dificuldades com alguns técnicos internos do Ibama para seguir nessa linha.

Uma outra questão, uma outra pergunta que eu faço: é fato isso, que alguns segmentos do Ibama, realmente, não querem que haja licenciamento em áreas como, por exemplo, a da BR-319, independentemente de ser importante para o País ou não? Ou seja, dão mais importância às questões relativas às ONGs que ao interesse nacional.

Mas a única pergunta que faço é exatamente essa: não dá para criarmos uma regra, feita pelo Ibama, para as obras de interesse nacional, e um acompanhamento do Ibama para compensação ambiental, e não a paralisação ou atraso dos licenciamentos?

Eram essas as colocações e a única pergunta, Sr. Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Fernando Collor. Bloco/PTB – AL) – Muito obrigado a S. Exª Senador Acir Gurgacz.

Passo agora a palavra a S. Exª Senador Jorge Viana. Em seguida, S. Exª Senador Flexa Ribeiro.

O SR. JORGE VIANA (Bloco/PT – AC) – Sr. Presidente, caros colegas, todos que nos acompanham, eu queria cumprimentar o Volney Zanardi. Sei que você tem uma das missões mais difíceis, que é trabalhar num órgão da maior importância, que mexe com a vida de todos, inclusive a do País.

Eu queria cumprimentar o Presidente Collor e os colegas pela iniciativa desta audiência, que considero da maior importância, uma iniciativa do nosso colega Senador José Pimentel, que procura sempre não só identificar os desafios que temos, mas apontar soluções para esses desafios.

Eu queria fazer uma intervenção em três aspectos. O primeiro deles: nosso País, nos últimos dez anos, saiu de um PIB de US$500 bilhões para US$2.6 trilhões. O Brasil hoje é um gigante no mundo. Multiplicou os investimentos, as obras estão em toda parte, a partir da ação pública ou privada. Eu queria que V. Sª falasse sobre esse gigantismo do Ibama, se também a estrutura do Ibama se adequou a esse novo Brasil? Ou, na sua visão, que mudanças são necessárias no Ibama para que ele possa dar conta dessas demandas todas, que, inclusive, os colegas levantam aqui hoje?

Por que estou falando isso? Porque eu, como engenheiro florestal, que trabalho na área, sei da importância do Ibama, e agrego outro componente, Sr. Presidente Collor: com o Novo Código Florestal, com as demandas novas que o Brasil vivencia e com a evolução da própria sociedade, que exige, agora, uma melhor relação entre as intervenções, seja de obras, seja dos governos, enfim, e a proteção do meio ambiente – uma evolução da nossa sociedade –, nós queremos ter mais respostas, mais segurança na relação da atividade humana e da proteção ambiental. Aliás, esse é um desafio do mundo inteiro. Acho que tem que haver uma mudança na governança de licenciamento, de proteção ambiental, no nosso País, e, ao mesmo tempo, de desenvolvimento florestal.

Considero muito mal colocado o papel do próprio Ibama, hoje, no nosso País. Por isso, ele não vai atender. É adequado o Ibama cuidar só de licenciamento neste País? O ICMBio cuida das unidades de conservação, mas não temos ninguém cuidando da política florestal do País. Ou o Ibama vai querer abraçar o mundo e não dar conta de nada? Porque, com a estrutura que tem, sei que vai ser sempre deficiente essa ação. Eu, particularmente, defendo que o Ibama deva se especializar como algo que cuida do licenciamento, que é algo muito importante para um País que queira ser referência no mundo.

Então, o primeiro aspecto é um comentário de V. Sª sobre essa mudança na estrutura do Ibama para atender a esse País novo que nós temos e as demandas que vêm da sociedade. Isso é um aspecto.

O segundo é que, já há algum tempo, desde a época do embate em que havia a discussão de que o

meio ambiente era o grande entrave para o desenvolvimento do País, eu achava isso equivocado, porque o estabelecimento de cuidados, da precaução, da busca do equilíbrio ambiental, não é uma coisa ruim para a sociedade; é bom para a sociedade. O Presidente Collor mesmo tem uma relação muito forte com essa área e sabe bem do que estou falando. Em qualquer país do mundo, o licenciamento de grandes intervenções – é claro que há exceções de países que desprezam as questões ambientais ainda. É lamentável, mas os países desenvolvidos que são referência no mundo, todos eles, são muito zelosos na hora de dar um licenciamento – leva em conta as demandas da sociedade de hoje e também as garantias para as sociedades que vêm no futuro. Eu entendo que há uma falha grave; por isso V. Sª terá muita dificuldade de responder às demandas dos colegas, porque se colocam obras... O Senador Acir seguiu um caminho do Senador Raupp, que é interessante. Só quero aperfeiçoá-lo com uma ideia que tenho já faz tempo, a ser considerada pela Comissão e pelo próprio Ibama, pelo Governo. Eles falam de obras de interesse nacional. Ora, todas as obras vão ser de interesse nacional – só fazendo, com todo respeito, um pequeno reparo –, só que nós temos obras estratégicas para o País. Aí existe um diferencial. Seja obra pequena, grande ou média, elas são de interesse nacional.

O aperfeiçoamento que faço na intervenção do querido colega Acir é algo que já defendo há algum tempo. O Presidente Fernando Henrique, quando lançou um programa para tentar estimular o crescimento do País, o desenvolvimento do País, criou um grupo especial para trabalhar licenciamento de algumas grandes obras, inclusive vinculadas à Petrobras. Óbvio que alguns vão dizer: "Estão querendo usurpar, estão querendo dar tratamento diferenciado!" Alguns vão dizer: "Todos têm que ter o mesmo tratamento!" Acho que não. Se o Ibama tem estrutura precária, se as condições de pessoal para dar licenciamento a esse novo País são precárias, tem-se pelo menos de – não é de interesse nacional, porque todas as obras são – separar o que são obras estratégicas para o País. São obras que, se não andarem rápido, podem levar a graves problemas sociais, fazer com que o País perca competitividade ou entre em grandes prejuízos. Isso não seria nenhum problema. Cria-se um grupo que não vai atropelar o licenciamento, mas vai dar um tratamento diferenciado para aquilo que merece um tratamento diferenciado, e as outras obras vão seguir o curso normal. Então, esse é o segundo aspecto, para o qual considero muito importante encontrarmos uma solução, ou não vai haver solução fácil.

Veja só, foi levantado aqui o problema da BR-364. Ela é a única rodovia que liga o Estado de Mato Grosso, Rondônia e Acre. Se essa rodovia sofrer um estrangulamento, afeta-se de morte populações de três Estados. Então, essa obra tem que ser vista como uma questão estratégica. Ah, mas há outro ramal de uma estrada que está sendo feita. Então, temos que dar tratamento diferenciado para questões que são diferentes. Se dermos o mesmo tratamento, terminando primeiro uma para depois começar outra...

Eu gostaria de saber, tendo em vista, volto a repetir, a falta de estrutura do Ibama – estrutura essa, que, às vezes, nós é que não damos, na hora do Orçamento – qual o tamanho que o Ibama precisa ter para atender a demanda do licenciamento no tempo razoável que o Brasil demanda? Aproveitando sua presença, esse seria o comentário sobre o segundo aspecto.

O último aspecto, Presidente. Aproveitando a presença do Senador Acir, do Senador Raupp e do meu colega do Acre, Senador Petecão, ontem nós tivemos mais uma notícia ruim em relação à ponte do Rio Madeira, que liga Porto Velho a Rio Branco, a BR-364. Eu gostaria de um comentário de V. Sª se o licenciamento dessa obra está o.k., porque nós estamos tendo um problema grave na licitação dessa obra junto ao Ministério dos Transportes e DNIT. É uma novela que não tem fim, por conta do pouco caso. Eu só queria saber, mas, se não der para responder hoje, porque é uma questão muito específica, que depois nos comunique a quantas anda. Eu já tenho receio de que lá na frente, depois da licitação feita, digam: "Agora não pode começar a obra, porque ainda não foi feito o licenciamento." Então, estou fazendo o questionamento.

Aí, dirijo-me ao Presidente Collor e gostaria que os colegas da região, com quem já tivemos muitas audiências no Ministério dos Transportes juntos ou separados... Presidente, estou entrando com um requerimento, aqui na Comissão, para que possamos trazer a pessoa, do DNIT ou do Ministério dos Transportes, que seja responsável por essa obra, por essa ação ou pela condução da obra aqui para prestar contas, esclarecimentos, e, ao mesmo tempo, nos dar as devidas respostas: por que uma das obras estratégicas, fundamentais, que é essa ponte de mais ou menos 1.2km, 1.200 metros – há 20 anos é uma expectativa da população de Rondônia, especialmente do Acre –, não consegue ser viabilizada?

A notícia, ontem, é que há uma decisão de um juiz anulando, novamente, o processo de licitação da elaboração do projeto. Então, estou buscando informações e vou pedir por requerimento que possamos trazer, Presidente, tendo em vista que envolve a população de dois Estados...

Para que V. Exª tenha uma ideia, nós construímos todas as pontes no Acre: ligando o Brasil com o Peru; o Brasil com a Bolívia; de Rio Branco a Cruzeiro do Sul, foram nove pontes grandes, todas feitas – no Rio Juruá, no Rio Tarauacá, no rio Envira, no Rio Purus –; fora as outras pontes, que também são grandes, em rios secundários. E essa ponte, que fica entre Porto Velho e Rio Branco, em uma estrada de pouco mais de 500km, não acontece.

E o problema é gravíssimo; implica o desabastecimento de Rio Branco, porque o Rio Madeira, agora, vai entrar em um processo de diminuição de águas, novamente – falou-se aqui sobre dragagem –, e há dificuldade no abastecimento das balsas saindo de Manaus até Porto Velho. E a travessia do rio também passa a ser um caso de polícia; chega a haver lá mil caminhões à espera de uma travessia nessa ponte. E, aí, temos o desabastecimento no Acre e a ruptura da ligação com o Pacífico, que nós construímos com tanto sacrifício, ainda no Governo do Presidente Lula, e seguimos agora com a Presidenta Dilma.

Então, estou aqui querendo, inclusive, o apoio dos colegas para que possamos fazer uma audiência aqui; que o Presidente Collor possa, através da sua assessoria, identificar quem seria a pessoa adequada do DNIT e do Ministério dos Transportes para que pudéssemos aqui atender, já que temos um número grande de Senadores do Acre e de Rondônia nesta Comissão, para ver se V. Exª, Presidente, e a Comissão de Infraestrutura nos ajudam a pôr fim a esse descaso, a esse desrespeito que a população do Acre vive e, inclusive, a população de Rondônia, por não se fazer a obra. A BR-364 já faz 30 anos que foi inaugurada, mais de 30 anos, e essa ponte, da maior importância, que faz o estrangulamento da BR, não é sequer trabalhada.

Agradeço a V. Exª a oportunidade de fazer esta intervenção, e hoje ainda farei um pronunciamento, na tribuna do Senado, relatando esse debate que estamos fazendo aqui e fazendo, mais uma vez, essa denúncia, porque há informações de que o dono das balsas – uma mina de ouro – que fazem a travessia do rio, que cobra horrores por travessia de caminhão e de carros de passeio, contratou bancas de advogados e trabalha, persistentemente, para que essa ponte nunca saia. Então, toda vez que há algo, ele vai ao TCU, vai à Justiça, vai ao Ministério dos Transportes, consegue postergar e mantém aberta a sua mina de ouro, que é o ganho absurdo por cobrar... Então, a Antaq precisa vir também. Talvez eu deva incluir a Antaq para ela prestar conta de como é esse serviço, a ineficiência desse serviço, o custo desse serviço, para forçarmos o Ministério dos Transportes a tomar uma decisão de priorizar isso.

Estou no Senado há 2,5 anos, junto com alguns colegas. São 2,5 anos de enrolação, de desculpas esfarrapadas, de descaso com a bancada de Rondônia e a do Acre, que pleiteiam uma condição prioritária da execução da ponte sobre o Rio Madeira, no Abunã, ligando a BR-364, na estrada que se divide entre Rondônia e Acre.

Muito obrigado, Presidente.

O SR. ACIR GURGACZ (Bloco/PDT – RO) – Pela ordem, Sr. Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Fernando Collor. Bloco/PTB – AL) – Muito obrigado a S. Exª, o Senador Jorge Viana. Nós aguardamos a chegada à Mesa do requerimento. A sua assessoria, junto com a Secretaria da Comissão, poderão colaborar nesse sentido. Muito obrigado a V. Exª.

Com a palavra, pela ordem, S. Exª, o Senador Acir Gurgacz.

O SR. ACIR GURGACZ (Bloco/PDT – RO) – Muito obrigado, Sr. Presidente. Quero apenas dar uma explicação ao Senador Jorge Viana.

Quando falamos em interesse nacional, queremos colocar exatamente as obras estratégicas para o Governo, e é evidente que todas as obras são de interesse nacional e praticamente todas elas são estratégicas para o crescimento e o desenvolvimento do Brasil. As obras citadas são: BR-101, BR-116, BR-364, BR-319. E essa ponte do Abunã, ligando, na travessia do Rio Madeira, é altamente estratégica para o desenvolvimento do nosso País.

Agradeço a correção que fez o Senador Jorge Viana, e vamos acrescentar: obras de interesse nacional e estratégicas para o desenvolvimento do brasileiro. Só para concluir, elas têm total apoio nosso. Aliás, Senador Jorge Viana, já houve várias audiências com ministros dos transportes, durante vários anos da Bancada federal de Rondônia, juntamente com a Bancada federal do Acre, para a conclusão, para a execução, o início dessa obra. Chegou ao ponto, nessa obra, Sr. Presidente – só para clarear um pouquinho – ir à licitação; quando estavam no processo licitatório, lembraram que havia sido iniciada a obra das usinas de Jirau e Santo Antônio e que, portanto, haveria o represamento. Se fizesse a ponte com aquele projeto, a ponte estaria com as suas cabeceiras inundadas. Só para ter uma noção de como é preocupante a questão de planejamento, projetos, com relação ao nosso DNIT. Não é uma questão pontual, de agora; isso é coisa de anos passados, não é coisa nova. Há 20 anos, ouvimos falar da construção dessa ponte tão importante, e é uma ponte de interesse nacional, com vistas a questões estratégicas de crescimento e desenvolvimento do nosso País.

Muito obrigado, Sr. Presidente.

O SR. FLEXA RIBEIRO (Bloco/PSDB – PA) – Sr. Presidente, pela ordem.

O SR. PRESIDENTE (Fernando Collor. Bloco/PTB – AL) – Obrigado a S. Exª, Senador. Acir Gurgacz.

Pela ordem, tem a palavra a seguir S. Exª o Senador Flexa Ribeiro, mas, pela ordem, S. Exª o Senador Valdir Raupp.

O SR. VALDIR RAUPP (Bloco/PMDB – RO) – Só para contribuir nessa questão da ponte e das balsas que o Senador Jorge Viana levantou e que o Senador Acir comentou agora. Isso é vergonhoso!

Essas empresas – são nossos amigos, tem um até que é Deputado Federal, aqui, na Câmara Federal – já estão em vários ramos de atividades. Lá em Porto Velho, já ganharam muito dinheiro em Rondônia, mas não querem largar, de maneira nenhuma, essa operação das balsas. Contratam bancas de advogados – não é de agora, o tempo todo – e a população do Acre sofrendo, a população de Rondônia. É a Rodovia do Pacífico. Essa ponte é estratégica, Senador Acir, para o Brasil, não só para Rondônia e Acre. É uma rodovia de integração, binacional, não dá mais! Não quero, aqui, fazer juízo ao juiz que deu essa liminar ontem, suspendendo essa licitação, mas é um negócio vergonhoso! Está ainda em processo de licitação. Se fosse depois da licitação, depois de um superfaturamento, mas não, isso é procrastinação do processo licitatório. Então, não dá mais para aguentar isso aí.

Obrigado, Sr. Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Fernando Collor. Bloco/PTB – AL) – Muito obrigado a S. Exª, Senador Valdir Raupp.

Pela ordem, S. Exª, Senador Sérgio Petecão; em seguida, a palavra será garantida a S. Exª o Senador Flexa Ribeiro.

O SR. SÉRGIO PETECÃO (Bloco/PSD – AC) – Presidente, é no sentido, também, de concordar *ipsis litteris* com o que foi dito aqui pelo Senador Jorge Viana.

Semana passada, estive Peru, em Lima, e fizemos uma visita oficial ao Embaixador brasileiro em território peruano. O Presidente Lula esteve fazendo uma visita ao Peru, nesta mesma semana, e uma das cobranças que o governo peruano faz ao Governo brasileiro é exatamente a construção dessa ponte. O que não se justifica, porque, do lado peruano, Senador Jorge Viana, as pontes que tinham que ser feitas já foram todas feitas. Lá, no nosso Estado, as pontes foram todas feitas. Agora, essa notícia que o senhor traz aqui, de que, mais uma vez, embargaram o projeto, é caso de polícia! Acho que nós, a Bancada de Rondônia, a Bancada do Acre, temos que tomar uma decisão mais radical; radical no sentido de fazer uma manifestação, se for preciso. Inclusive já havia conversado isso com o Senador Raupp e a Senadora Marina, para que pudéssemos ir até aquela ponte, mobilizar a população rondoniense e, principalmente, a população acreana, porque há um pedaço do território – a Vila Extrema e Califórnia – que é Rondônia; mas, isso atinge o povo acreano, eu diria, na coluna vertebral, porque influencia no preço da mercadoria que chega ao Acre de todos os empresários. Há uma boca só; esses caminhões que ficam parados, ali, um, dois, três dias. Agora, como disse o Senador Jorge Viana, vem o verão, quando as águas baixam, e o transporte fica muito mais difícil.

Eu, sinceramente, não sabia dessa posição. Quando o Senador Jorge Viana relatou, eu confirmei aqui com o Senador Raupp e com o Senador Acir, que me disseram ser verdade essa decisão da Justiça em, mais uma vez, emperrar esse processo. Honestamente, eu fico indignado. Acho que temos que tomar uma decisão, tanto a Bancada do Acre quanto a Bancada de Rondônia, para que possamos tomar as providências cabíveis.

Recebo essa notícia com muita indignação. Quero prestar a minha solidariedade ao Senador Jorge Viana e concordar *ipsis litteris* com o que foi dito por ele aqui, para que nós possamos urgentemente tomar uma posição para não deixar que, mais uma vez, esse processo licitatório seja prejudicado.

Obrigado, Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Fernando Collor. Bloco/PTB – AL) – Muito obrigada a S. Exª, o Senador Sérgio Petecão.

Passo agora a palavra a S. Exª, o Senador Flexa Ribeiro.

O SR. FLEXA RIBEIRO (Bloco/PSDB – PA) – Senador Fernando Collor, Sr. Volnei Zanardi Júnior, Presidente do Ibama, Srªs Senadoras, Srs. Senadores, as competentes Bancadas do Acre e de Rondônia monopolizaram a audiência com o Presidente Volnei, mas quero fazer algumas observações em relação ao meu Estado, o Pará, e dizer que sou solidário às reivindicações, tanto do Acre quanto de Rondônia. Acho que é importante, pelo que aqui foi exposto, a conclusão e a construção da ponte que aqui foi defendida.

Dr. Volnei, eu quero aqui dar o meu testemunho. Sou um crítico do Ibama há muito tempo e tenho dito, todas as vezes em que estive com V. Sª, que V. Sª merece um crédito de confiança pela forma como tem gestado o Ibama. Pelo menos V. Exª, diferentemente dos presidentes que o antecederam, permite o diálogo, recebe as partes e abre o diálogo para que nós possamos convencer ou sermos convencidos das necessidades de cada Estado da Federação brasileira.

Acho que o Ibama tem um papel importante, evidentemente, e aqui já foi ressaltado, mas não pode se

comportar como um entrave ao desenvolvimento do País. É preciso caminhar de forma conciliatória entre a questão ambiental e a do desenvolvimento para que o Brasil cresça e haja melhorias das condições de vida de todos os brasileiros.

Na Amazônia – e aqui foi abordada com bastante ênfase –, nós temos uma questão que é maior em relação ao resto do Brasil: temos a visão internacional voltada para a Amazônia. E aí, aqui, eu quero até lamentar porque, às vezes, o Brasil toma decisões que não levam à defesa da soberania do nosso País; toma decisões por pressão internacional em relação à Amazônia.

Eu tenho dito que nós amazônidas, que temos o conhecimento da região e o maior interesse de fazer a manutenção da nossa floresta, porque é uma dádiva que recebemos e vamos deixar para os nossos descendentes, sabemos que ela deve, evidentemente, ser conservada. Não gosto muito da palavra preservar, porque preservar é deixar intocada, Presidente Collor, não mexer. Eu acho que conservar é muito mais correto na Amazônia, e é evidente que as ações que precisam lá ser feitas têm que conciliar a questão do meio ambiente à questão da implantação desses projetos.

Agora mesmo, está sendo implantada, no Estado do Pará, a Usina de Belo Monte, a maior obra, parece-me, do mundo – do PAC, sem sombra de dúvida – e essa obra tem tido dificuldades de andamento. Seja por questões ambientais, seja por questões indígenas, ela caminha e para, caminha e para. E um custo elevado para a sociedade brasileira, porque essa conta, ao final, será repassada ao contribuinte, à União. As empresas que lá estão só fazem os seus cálculos e encaminham o pleito em função das paralisações.

Mas eu quero me ater aqui a duas questões pontuais e a uma mais geral.

A primeira questão pontual, Presidente Volney. Agora mesmo está havendo uma fiscalização do Ibama na BR-163. Eu recebido ao longo da semana passada e tenho recebido desde o início desta semana várias lideranças daquela região com reclamações não da fiscalização do Ibama, mas da forma como ela está se procedendo: com violência. Inclusive, com denúncias de espancamentos, de queima de equipamentos daqueles que estão lá trabalhando há décadas.

E eles pediram a nossa intervenção no sentido de termos uma audiência com V. Sª para podermos esclarecer por que essa forma tão violenta na fiscalização que o Ibama está exercendo – e não é a primeira vez, pelo que me foi dito – ao longo da Santarém-Cuiabá, ali na região do Castelo de Sonhos, dentro da Flona do Jamanxim, um ponto de grande preocupação, para que não haja essa ação tão violenta ou descabida do Ibama. Que fiscalize, sim!

E eles reclamam, Presidente Collor, algo mais importante. Eles não são contra a fiscalização – tem que fiscalizar – mas por que é que o Governo não cumpre a parte que foi prometida do Programa Terra Legal, de regularização fundiária. Porque é disto que a Amazônia precisa, Senador Jorge Viana: fazermos a regularização fundiária daquelas áreas que estão ocupadas por uma ação do Governo da União, há décadas, quando foram levados brasileiros sem terra para terras sem brasileiros, e até hoje essa áreas não foram regularizadas.

Então, o Governo Federal lança programas e o faz de forma midiática. A cada semana, a cada 15 dias, há um lançamento no Palácio do Planalto de um programa nacional, e, ao final, se nós formos verificar, ao cabo de seis meses ou de um ano, o que é que foi efetivamente feito daqueles programas, lamentavelmente não teremos nenhum resultado efetivo, quando nós queríamos muito que todos esses programas dessem certo, porque eles são programas que vêm trazer benefícios à sociedade brasileira.

Então, essa questão da fiscalização era uma consulta pela qual eu queria saber se V. Sª tinha conhecimento da forma como está sendo processada e, depois, agendar uma audiência para que possamos trazer as lideranças da região de Santarém-Cuiabá, para definirmos não só a continuação dessa fiscalização, mas futuras fiscalizações que ocorram de uma forma correta.

Há outra questão pontual sobre a qual já estive conversando com V. Sª várias vezes, mas quero aproveitar esta audiência para que possamos dialogar pela TV Senado, pois tenho certeza absoluta de que é uma questão suprapartidária do interesse do Estado do Pará: é a questão do derrocamento.

O Senador Fernando Collor, que com grande competência preside a Comissão de Serviços de Infraestrutura, está sempre atento a isso, cobrando do DNIT.

Nós estivemos, Presidente Collor, uma semana atrás, com o General Fraxe, no DNIT. Ele já recebeu o projeto, definiu o projeto do derrocamento do Pedral de Lourenço – seria utilizado pelo DNIT o da Universidade Federal do Pará –, e a última notícia, eu quero até atualizar V. Exª, é que ele encaminhou o projeto ao Comando da Marinha, para que ele possa aprová-lo. Em seguida – disse que em mais uns 15 dias, que concluem semana que vem, ele deve ter essa posição da Marinha – vai fazer uma nova reunião com a Bancada do nosso Estado para que defina a data da licitação do RDC para o derrocamento. Espero em Deus que isso, efetivamente, aconteça, mas para isso, Pre-

sidente Volney, é necessário a licença ambiental para a execução da obra.

Então, V. Sª esteve ontem com o Secretário Colares da Secretaria de Meio Ambiente. Há um entendimento com ele de que é possível, efetivamente, esse licenciamento ser feito pela Secretaria de Meio Ambiente do Estado do Pará, por ser não um licenciamento para a hidrovia no Tocantins, mas apenas para uma obra de 45km, localizada no Estado do Pará, no Município de Itupiranga.

Então, eu queria só confirmar com V. Sª se há tratativas nesse sentido, de tal forma que o Secretário possa fazer o encaminhamento do Ofício a V. Sª dizendo da importância, da necessidade e da competência da SEMA para que faça o licenciamento. Queremos caminhar em paralelo para que possamos, tão logo resolvida a questão técnica do projeto, efetivamente, partir para a licitação e para a execução da obra.

E, por último, qual a dificuldade ou a forma de licenciamento ambiental, Presidente Volney, de obras cujo licenciamento é necessário, mas que são obras já implantadas. Há rodovias em que já há em tráfego e que apenas não estão pavimentadas. Então, temos lá a Santarém-Cuiabá, temos a Transamazônica, que são obras que, há décadas, o Pará, e, eu diria, o Brasil, esperam.

A notícia do General Fraxe é a de que a Santarém-Cuiabá deve estar concluída – e eu espero que sim! – a partir do final do primeiro semestre do próximo ano. Mas a Transamazônica está, praticamente, paralisada. Eu diria, lamentavelmente, ela não consegue avançar.

Mas nós temos várias rodovias e eu me refiro, inclusive, à BR-258, que, se não me falha a memória, é a que liga o Pará com o Maranhão pela costa, que é uma rodovia federal. Também está sendo tratado com V. Sª no sentido de que o trecho Bragança-Viseu, que é o primeiro trecho a ser feito, como está dentro do Estado do Pará, ela possa, também, ser licenciada pela Secretaria de Meio Ambiente do nosso Estado. É uma obra que está sendo tratada junto ao DNIT para que ela, efetivamente, seja iniciada.

Então, essas rodovias, que já estão implantadas e que pedem licenciamento apenas para que elas sejam tecnicamente construídas de forma correta e pelo seu asfaltamento, têm que ter um tratamento diferenciado de uma nova rodovia em que se pode vir a ter que abrir a floresta para dar acesso à rodovia. Nesses casos não. Essas rodovias já estão implantadas há bastante tempo sendo utilizada; é apenas para dar segurança no tráfego que essas obras precisam e devem ser feitas.

Eram essas as questões que eu queria levantar para V. Sª.

O SR. PRESIDENTE (Fernando Collor. Bloco/PTB – AL) – Muito obrigado a S. Exª Senador Flexa Ribeiro.

Antes de passar a palavra ao senhor Volney Zanardi Júnior, Presidente do Ibama, eu gostaria de registrar a presença aqui, nesta audiência pública, da Drª Gisela Forattini, que é Diretora de Licenciamento Ambiental do Ibama.

Seja, V. Sª, muito bem-vinda a essa nossa audiência.

Tem a palavra o Dr. Volney Zanardi Júnior.

O SR. VOLNEY ZANARDI JÚNIOR – Obrigado, Sr. Presidente. Queria somente agradecer a grande oportunidade de estar aqui na Comissão e já, de início, me colocar à disposição para voltar, já antes até de falar, porque é fundamental para o Ibama, e não só para o Ibama, estar presente para ajudar a construir um entendimento sobre o papel do licenciamento, sobre questões relacionadas à política ambiental aqui, como o Senador Flexa trouxe.

Queria agradecer a gentil menção à minha pessoa.

Essas questões são importantes e necessitam, realmente, dessa visão mais política, mais estruturada e de uma construção conjunta entre Executivo, o Parlamento, porque várias das questões que os senhores trazem elas têm relação até com essa Casa também. Quer dizer, por exemplo, quando o Ibama opera – e o Senador Acir fala de o Ibama criar um marco específico, principalmente para os projetos estratégicos que o Senador Viana mencionou –, nós temos o espaço da legalidade. E fica muito claro que nós temos alguma flexibilidade, mas há questões que estão postas, não só pelo procedimento da própria política ambiental, como por uma série de legislações.

Se nós pegarmos a questão da Mata Atlântica, nós temos, hoje, depois de fazermos todo um trabalho...

Sr. Presidente, se V. Exª me permitir fazer esta introdução, depois eu vou me ater a todas as perguntas.

Mas nós temos todo um esforço. A Portaria nº 420, que eu mostrei ali, que trata da questão de procedimentos de licenciamentos, tem toda uma visão de simplificação do processo de licenciamento, justamente para poder trabalhar essa visão dos projetos que já existem, que é bem diferente daqueles projetos que são novos projetos. Não podem ser tratados da mesma maneira. Há diferenças entre várias intervenções que podem ser feitas numa rodovia, desde um processo de tapar buraco até uma terceira via e, finalmente, uma segunda via, que modifica as características e que traz impactos adicionais que a própria legislação exige que sejam avaliados.

Então, quando nós pensamos, por exemplo, na Lei da Mata Atlântica, se houver uma intervenção, pelo

que está escrito nessa lei, com qualquer remanescente de vegetação primária ou em estágio secundário avançado de regeneração, tem-se de pedir um EIA/Rima. Isso está na lei. E não há como o Ibama sair da lei. Nós temos de obedecer a esse processo e, se não fizermos isso, estaremos investindo numa ilegalidade e em algo que não vai sustentar uma licença.

Nós temos muito orgulho – e aqui estou com a Drª Gisela – do fato de, nos últimos três anos, o Ibama não ter tido uma licença suspensa. O processo que nós temos desenvolvido, apesar de precisarmos ainda de aperfeiçoá-lo muito, como o Senador Jorge Viana traz aqui, fez com que tenhamos conseguido este mérito de nenhuma das nossas licenças ter sido sustada, ter sido suspensa, ter sido derrubada.

O que não acontece, muitas vezes, infelizmente, com os Estados. Nós temos recebido vários licenciamentos que têm sido questionados nos Estados, e o Ibama, depois de um, dois, três anos de licenciamento estadual, por decisão judicial, é levado a assumir esse licenciamento e praticamente tem o processo de recomeçar. E, no final, o Ibama acaba sendo responsável por um processo que, muitas vezes, começou fora do Ibama e que chega ao Ibama, dois, três anos depois, já com uma série de conflitos que temos de trabalhar e equacionar. Não são poucos esses exemplos.

Aquelas portarias que nós apresentamos no início são justamente na direção do que o Senador Acir fala: de trazer uma simplificação e uma modernização para o licenciamento, porque, na realidade, a qualidade do licenciamento também pode estar ligada à simplificação. Agora, isso tem uma relação fundamental com os projetos e os estudos que chegam ao Ibama.

Há duas vertentes que temos de explorar um pouco nessa discussão da demora e das dificuldades. Uma, é que realmente o procedimento de licenciamento é um procedimento muito estruturado, transparente e público. Talvez seja um dos procedimentos mais publicizados que nós temos aí. E ele é utilizado realmente para fazer a disputa, uma disputa que, muitas vezes, não tem nada a ver com a questão ambiental.

Houve esse caso da ponte que foi falado. O Ibama tem dado toda a atenção, Senador Viana, para a questão da ponte no Rio Madeira. Nós devemos ter uma audiência pública, dia 26 agora, por decisão judicial. Agora, há todo um processo aí de disputa em relação a esse empreendimento, que, às vezes, acaba afetando o licenciamento; outras vezes, não. Dá-se em outro plano até.

Mas isso tem acontecido bastante, e essa é uma preocupação e é uma condição, vamos dizer assim, de um país que está crescendo e que precisa executar obras.

Vocês vêem aquela curva, ali, do licenciamento que eu mostrei. Ela mostra não só um aumento, vamos dizer assim, na demanda do licenciamento federal, mas também demonstra um grande aumento na atividade econômica e de infraestrutura.

Nós passamos, em dez anos, de 100, 200 processos de licenciamento, para 1.700, quase 2.000. Então, nós temos uma curva e uma demanda que está aumentando muito.

Mas, retornando aqui, com a licença do Sr. Presidente, às perguntas que me foram feitas e apresentadas, eu teria alguns comentários

O primeiro aspecto em que a gente tem de ter um certo cuidado é quando se fala na questão da complexidade maior ou menor. O fato de um empreendimento ser linear, como as rodovias, não traz uma complexidade menor do que, necessariamente, uma usina termonuclear como foi lembrado aqui, até porque há diferentes tipos de impactos.

Enquanto na usina térmica há tem um grande problema com acidentes, é o grande medo que se tem – quais são os riscos, o que um acidente de determinadas características pode significar em termos de derramamento de radioisótopos –, um empreendimento rodoviário tem, vamos dizer, impactos que são impactos diretos, em função da sua construção, mas, muitas vezes induz uma série de impactos indiretos e que precisam ser trabalhados; não são necessariamente todos trabalhados no âmbito do licenciamento ambiental, mas que precisam ser tratados.

Existe toda uma perspectivas, muitas vezes, de que áreas sejam abertas, localizem-se novas cidades. E esse processo que determinada rodovia traz não aparece naquela leitura imediata, mas não torna esse processo menos complexo do que, muitas vezes, uma hidroelétrica ou uma rodovia.

Então, é preciso ter esse cuidado. É difícil dizer: "Olha, o reassentamento de 500 pessoas é menos importante do que o problema relacionado a uma determinada população de espécimes animais." Não está no âmbito dizer o que é mais ou menos importante; a gente tenta ali gerenciar e prever esses impactos. Então, essa visão técnica é fundamental para o Ibama, e trabalha dentro desses parâmetros.

Com relação à Lei Complementar nº 140, na realidade, ao contrário do que foi mencionado, não trata mais da abrangência de impacto. Ela acabou com o critério da abrangência de impacto. Abrangência de impacto era um conceito que vinha da Lei nº 237. Ela traz claramente uma série de critérios em seus artigos de dominialidade, de unidade de terra indígena, unidade de conservação federal. Mas a abrangência de impacto caiu e entrou o conceito de tipologia, que

é o que vai ser definido brevemente por meio de um decreto presidencial e que vai deixar claramente as tipologias que deverão ser competência do Ibama. O Ibama vai licenciar hidrovia, vai licenciar termoelétrica. O que o Ibama vai licenciar? Os Estados ficaram com a competência de, através de seus conselhos estaduais, definir o que é impacto local: o que os Municípios licenciam. E o residual ficam aos Estados.

Então, a Lei Complementar nº 140 traz, já como próximo ponto da pergunta, um grande avanço. Vemos que ela consegue trazer essa visão de sistema. E a política nacional é implementada por um sistema, e não pelo Ibama. Então, há essa relação entre os entre os Estados. A própria BR-364 é licenciada pelo Estado; não é um licenciamento do Ibama.

Então, às vezes há um desconhecimento de quem está licenciando o quê. O próprio Senador Flexa menciona aqui a questão do Pedral de Lourenço. Eu queria confirmar que realmente é um entendimento de que é uma competência estadual, *vis-à-vis* o que está na Lei Complementar nº 140. Não é uma delegação de competência, que é outro instrumento que se pode fazer: ou seja, é uma competência do Ibama, mas o Ibama entende que o Estado tem plenas condições, está capacitado e que tem às vezes condições de responder melhor até do que o próprio Ibama em função das prioridades que são definidas.

E, nesse caso, não. É um entendimento de que é uma competência genuína do Estado, e não uma delegação. Então, eu conversava antes com o Secretário Colares, que deverá, até em uma idéia de respaldar todo mundo, consultar o Ibama. E vai dizer: "Olha, entendemos que no âmbito da legislação essa competência já é estadual, não é uma questão de delegação até".

Bom, então, a lei complementar é um grande avanço e esse conceito de abrangência de impacto cai e entra o conceito de tipologia.

Com relação ao papel do Ministério Público Federal, esse papel é fundamental e tem dado sustentação para as políticas, para a transparência do processo. Penso que a questão de transparência, no licenciamento ambiental, é fundamental. Todos, aqueles que são afetados, aqueles que têm interesses nos processos têm que ter acesso e tem que entender o que acontece dentro do licenciamento.

Um dos grandes investimentos que estamos fazendo. Hoje mesmo, nós estamos abrindo um novo sistema de licenciamento de consulta ainda em fase experimental. Para alguns dos nossos usuários cadastrados, estamos abrindo o novo sistema, que está começando a passar por uma fase de teste. Ele vai aprimorar muito todo o que está hoje no Sislic, que, apesar das limitações, é um sistema que tem os nossos pareceres, tem o que está sendo licenciado. Quem quiser saber o que o Ibama está fazendo em licenciamento entra no Sislic e fica sabendo o que o Ibama está fazendo. Isso passa por um processo muito grande agora de aprimoramento com o Siga, que é o nosso sistema que começa hoje uma fase de consulta pública com diversos atores. Eu queria ressaltar a importância da transparência dentro do processo de licenciamento. Isso para nós é fundamental.

O Ministério Público é um ator que tem agido no sentido de proteger a sociedade – a gente endente esse processo. Muitas vezes, temos diferenças conceituais com o Ministério público. Muitas vezes, as demandas que nos são feitas estão muito além do que o licenciamento tem de fazer. Entra, às vezes, em certa perspectiva de construir políticas, que não são da competência do licenciamento. Aí há, realmente, uma falta de entendimento com alguns atores que têm pedido que o licenciamento trabalhe em questões que não têm relação com os impactos ambientais. Para nós, isso é um problema, porque a gente passa grande parte de nosso tempo não só licenciando, mas também explicando por que a gente está fazendo desse jeito. Isso toma muito tempo de nossa equipe, mas é um tempo que tem de ser investido. Como eu disse, nos últimos três anos, nenhuma de nossas licenças foi suspensa. Nós acreditamos muito no trabalho técnico da nossa equipe. O processo de tratamento, especialização, das normas que a gente tem feito, das portarias, vai ajudar muito e atirar essa subjetividade que historicamente afetou em alguns momentos o licenciamento, dar segurança ao nosso servidor e deixar muito claro que há um espaço técnico e há um procedimento de tomada de decisão, que têm de ser respeitados e de forma transparente.

Obras paralisadas no PAC... Não há nenhuma obra hoje que esteja paralisada no PAC no sentido de fiscalização – o Ibama foi lá agiu, houve várias em que tivemos de assinar alguns termos de ajustamento de conduta para corrigir procedimento, mas nenhuma obra paralisada.

O SR. PRESIDENTE (Fernando Collor. Bloco/PTB – AL) – Em função de fiscalização do Ibama não há nenhuma.

O SR. VOLNEY ZANARDI JÚNIOR – Em função de fiscalização do Ibama, nós tivemos que agir, porque, muitas vezes, condicionanentes não estavam sendo obedecidas. Por exemplo, o pessoal deve fazer determinado tipo de drenagem e se não faz aquela drenagem começa a causar erosão. Então, a gente vai e olha. Às vezes há autuação e se faz o processo de correção. Nós temos que zelar pela licença que nós emitimos.

O SR. PRESIDENTE (Fernando Collor. Bloco/PTB – AL) – Isso não paralisa a obra?

O SR. VOLNEY ZANARDI JÚNIOR – Isso não paralisou, quer dizer, hoje não há nenhuma obra, que eu siba, embargada. Existe, claro, um processo de diálogo, de negociação, e, claro, a presença da mão forte, porque também não se pode deixar de cumprir aquilo que já foi definido na licença, que é um documento legal e tem de ser atendido.

Por outro lado, no licenciamento, o que temos?

Temos um processo muito complexo. Já falei aqui de algumas situações. Falei da judicialização, de atores que têm interesses diferentes e usam o licenciamento como uma forma de tentar, judicialmente, trancar. Nós temos questões relacionadas, como já mencionei, com a própria qualidade dos projetos que temos, mas um grande problema hoje...

Há dois problemas, de que eu gostaria de falar, no licenciamento. O primeiro problema é essa relação com os envolvidos. O fato de não termos um amadurecimento mais efetivo de nossas políticas, de forma geral, setoriais...

Aí Senador Viana, não cabe ao Ibama, simplesmente esse mandato da gestão ambiental. A gestão ambiental tem de ser feita nas empresas, nos setores. Esse é o grande diferencial da complexidade que mudou no Brasil nos últimos vinte, trinta anos. Houve uma grande inserção da sociedade e um grande dinamismo econômico, que requerem abordagem integradas, de políticas integradas, que não são setoriais, cada uma dentro da sua caixinha. O setor de petróleo, por exemplo, é um setor que tem avançado muito da construção, da compatibilidade com o ambiental e o econômico, com uma visão, vamos dizer assim, de futuro, estratégica. Outros setores começam a se organizar de uma forma melhor. O setor elétrico, por exemplo, já tem uma visão de planejamento, mas ele está trazendo, está conseguindo criar mecanismos no sentido de trazer uma visão mais integrada das questões ambientais. Isso começa agora no setor de logística com a EPL também. Começa a haver uma visão de médio e longo prazo.

Então há questões – eu sempre brinco até: o grande intercâmbio de ganhos e benefícios se dá no planejamento, não no licenciamento. Coitado do licenciamento; ele distribui, na maioria das vezes, custos. Nós não temos muita coisa para distribuir. Realmente são os impactos, que são geralmente ali locais e alguns regionais, que são impactos normalmente negativos, *vis-à-vis* um intercâmbio com impactos às vezes regionais ou nacionais que são positivos.

Então esse balanço é o que o licenciamento acaba fazendo. Como é que eu minoro o impacto naquela comunidade que sofre a ação do empreendimento, mas garanto que a sociedade tenha esse retorno do serviço de transporte, do serviço de eletricidade, esse tipo de situação. Então o licenciamento trabalha com essa perspectiva, e aí um pouco o que o Senador Flexa traz também.

Existe certa falta de entendimento, e eu acho que essa visão mais integrada de política e de planejamento na sociedade como um todo – não só no Governo, isso passa por toda a sociedade – é que parece que a única agenda legítima na área ambiental é a de preservação. E o Ibama fundamentalmente é um órgão de controle, ele trabalha com licenciamento e autorização. Então a agenda do uso sustentável é a nossa agenda.

A nossa discussão é como se faz a compatibilização. E isso se faz dentro do que a sociedade quer. Ela define leis, e nós temos que construir capacidade para poder aplicar essa legislação de uma forma eficiente e competente. Temos que ter estrutura, claro. Nós mesmos temos aqui no Senado um Projeto de Lei para mil cargos para o Ibama. Nós estamos passando por um processo, agora nos próximos dois anos a dois anos e meio, de 50% dos servidores do Ibama entrarem já em fase de aposentadoria, já podem requerer a aposentadoria.

Então esse é um processo que nós estamos trabalhando com muito cuidado, justamente nessa perspectiva de manter o Ibama focado no que são as agendas estratégicas, o que é Federal e um grande processo que nós estamos desenvolvendo sob a coordenação do Ministério do Meio-Ambiente, da Ministra Izabella, no sentido de cooperar com os Estados. Vocês têm visto aí o esforço, nós estamos vendo na agenda de fauna, os acordos de cooperação de fauna, assinamos com o Pará, assinamos há poucos dias com Minas Gerais, assinamos com Santa Catarina, São Paulo, vários Estados. Nós estamos compartilhando, o Ibama entrando com uma visão de treinamento, capacitação, disponibilização de sistemas, e os Estados fazendo aquele trabalho que é o trabalho de operacionalizar, e que ele está ali com muito mais condições, porque ele está mais próximo até da própria população.

Então é essa visão de aumento de eficiência no Sistema Nacional de Meio-Ambiente e da própria eficácia da política que nós temos que trabalhar, focando os nossos órgãos no que é essencial. Com certeza a sociedade brasileira não quer o servidor do Ibama cuidando de queima de poda de árvore. Muitas vezes somos chamados para isso. A sociedade quer que a gente licencie os grandes empreendimentos, que nós trabalhemos com tráfico de fauna, que é uma questão muito séria no Brasil, que trabalhemos com licenciamento do petróleo *off-shore*, que é estratégico. Noventa

e cinco por cento do petróleo passa pelo licenciamento do Ibama.

Então nós temos essa questão de lembrar que nós estamos dentro de um sistema, da necessidade de cooperar no âmbito do sistema, que é fundamental criar capacidade sistêmica também. A capacidade desenvolvida nos Estados é diferente da capacidade do Ibama, e os Municípios são fundamentais dentro desse processo. Os Municípios têm um papel importantíssimo na gestão ambiental e também na questão do combate ao desmatamento, como o Senador Flexa traz aqui.

(*Soa a campainha.*)

O SR. VOLNEY ZANARDI JÚNIOR – E aí sim. Então eu concluo um pouco esta fase inicial aqui das primeiras perguntas que o Presidente nos trouxe. E logo a seguir – o Presidente me informou que nós vamos fazer um breve intervalo –, eu retorno para completar as intervenções e as perguntas que os Srs. Senadores fizeram.

O SR. PRESIDENTE (Fernando Collor. Bloco/PTB – AL) – Muito obrigado ao Sr. Volney Zanardi Júnior, Presidente do Ibama, pela sua participação. Em seguida ele volta com as respostas às indagações formuladas.

Enquanto isso, nós passamos aqui a esta segunda parte da nossa...

(*Intervenção fora do microfone.*)

O SR. PRESIDENTE (Fernando Collor. Bloco/PTB – AL) –... pauta do dia de hoje.

O SR. JAYME CAMPOS (Bloco/DEM – MT) – Presidente Collor, pela ordem.

O SR. PRESIDENTE (Fernando Collor. Bloco/PTB – AL) – Pela ordem, S. Exª o Senador Jayme Campos.

O SR. JAYME CAMPOS (Bloco/DEM – MT) – Eu gostaria de saber de V. Exª se o nosso Presidente do Ibama, o Dr. Volney, vai retornar aqui.

O SR. PRESIDENTE (Fernando Collor. Bloco/PTB – AL) – Vai. Vai retornar.

O SR. JAYME CAMPOS (Bloco/DEM – MT) – Eu só queria fazer uma pequena indagação ainda, rápida e objetiva.

O SR. PRESIDENTE (Fernando Collor. Bloco/PTB – AL) – Perfeitamente.

É a segunda parte da nossa reunião de hoje o Item 1, de caráter terminativo.

ITEM 1

PROJETO DE LEI DO SENADO
Nº 379, DE 2008
– Terminativo –

Dispõe sobre incentivo à exploração e implantação de centrais de geração a partir de fonte eólica e dá outras providências.

Autoria: Senador Renato Casagrande
Relatoria: Senador Walter Pinheiro (Substituído por *Ad Hoc*)
Relatoria *Ad Hoc*: Senador Acir Gurgacz
Relatório: Pela aprovação

Concedo a palavra a S. Exª o Senador Valdir Raupp, para, como Relator *ad hoc* ler o relatório.

O SR. ACIR GURGACZ (Bloco/PDT – RO) – Só um minutinho.

O SR. PRESIDENTE (Fernando Collor. Bloco/PTB – AL) – Tem V. Exª a palavra.

O SR. ACIR GURGACZ (Bloco/PDT – RO) – Presidente, agora estou numa sinuca ao vivo. Quero pedir vistas desse projeto.

O SR. PRESIDENTE (Fernando Collor. Bloco/PTB – AL) – Ah, quer pedir vistas?

O SR. ACIR GURGACZ (Bloco/PDT – RO) – Vista coletiva.

O SR. PRESIDENTE (Fernando Collor. Bloco/PTB – AL) – Mas tem-se de ler o relatório, para logo em seguida se pedirem vistas.

Então, peço a S. Exª o Senador Acir Gurgacz que funcione como Relator *ad hoc* do Projeto de Lei do Senado nº 379, de 2008, de autoria de S. Exª o Senador Renato Casagrande, que tem como Relator S. Exª o Senador Walter Pinheiro.

Tem V. Exª a palavra para a leitura do relatório.

O SR. ACIR GURGACZ (Bloco/PDT – RO) – Muito bem, Sr. Presidente.

Prazer...

O SR. PRESIDENTE (Fernando Collor. Bloco/PTB – AL) – Se quiser ler o voto diretamente...

O SR. ACIR GURGACZ (Bloco/PDT – RO) – ...em assumir a relatoria *ad hoc*.

Vem para a análise desta Comissão de Serviços de Infraestrutura, em caráter terminativo, o Projeto de Lei nº 379, de 2008.

Peço licença para ir direto ao voto, Sr. Presidente, para o anteciparmos.

O voto do Relator, diante do exposto, é pela aprovação do Projeto de Lei nº 379, de 2008, para ser bastante objetivo, Sr. Presidente.

Se V. Exª me permite falar no Item 3, recebi um pedido do Ministro Garibaldi Alves, mais exatamente da sua Assessoria, para retirá-lo de pauta, para ver se conseguimos ajustar o relatório.

Então, a pedido do Ministério da Previdência, peço a retirada de pauta do Item 3.

O SR. PRESIDENTE (Fernando Collor. Bloco/PTB – AL) – Perfeitamente.

Feita a leitura do relatório do Projeto de Lei do Senado nº 379, de 2008, de autoria de S. Exª o Senador Renato Casagrande, que tem como Relator S.

Exª o Senador Walter Pinheiro. Funcionou como Relator *ad hoc*, na leitura do relatório, S. Exª o Senador Acir Gurgacz.

Passamos para o Item 2; depois voltaremos ao Item 1.

ITEM 2
PROJETO DE LEI DO SENADO
Nº 393, DE 2012
– Terminativo –

Estabelece condições para implantação de microgeração e minigeração distribuídas no sistema de distribuição de energia elétrica e dá outras providências.
Autoria: Senador Cícero Lucena
Relatoria: Senador Lobão Filho

S. Exª o Senador Cícero Lucena pediu à Comissão que o item fosse retirado de pauta até um entendimento, Senador Cícero Lucena, com o Relator, Senador Lobão Filho.

Pedido atendido.

ITEM 3

PROJETO DE LEI DO SENADO
Nº 177, DE 2013 – COMPLEMENTAR
– Não Terminativo –

Dispõe sobre a concessão da aposentadoria especial ao segurado do regime geral de previdência social que exerça as atividades de transportes, de qualquer natureza, em motocicletas.
Autoria: Senador Vicentinho Alves
Relatoria: Senador Acir Gurgacz.

S. Exª acaba de pedir a retirada de pauta em função do entendimento que terá com S. Exª o Sr. Ministro da Previdência Social.

Retirado de pauta, portanto, a pedido de S. Exª o Senador Relator, Acir Gurgacz.

ITEM 4

REQUERIMENTO DA COMISSÃO
DE SERVIÇOS DE INFRAESTRUTURA
Nº 30, DE 2013

Conforme arts. 90, inciso II, e 93, inciso II, do Regimento Interno do Senado Federal, requeremos a realização de audiência pública da Comissão de Serviços de Infraestrutura -– CI, em conjunto com a Comissão de Assuntos Econômicos (CAE), para discutir os avanços do novo marco do pré-sal, aprovado pelo Senado. Sugerimos que, para a mencionada audiência, sejam convidadas as seguintes autoridades e representantes:

• Representante do Ministério de Minas e Energia;
• Diretora-Presidenta da Petrobras;
• Diretora-Presidenta da Agência Nacional de Petróleo – ANP;
• o Sr. Aloísio Araújo, Professor da Escola de Pós-Graduação em Economia da Fundação Getúlio Vargas.

Autoria: Senadora Vanessa Grazziotin

Observação: o requerimento foi lido na reunião do dia 5 de junho de 2013.

Em discussão o requerimento.

As Srªs e os Srs. Senadores que... (*Pausa.*)

Não havendo quem queira discutir, encerro a discussão.

Em votação o requerimento.

As Srªs e Srs. Senadores que o aprovam permaneçam como se encontram. (*Pausa.*)

Aprovado.

ITEM 5
REQUERIMENTO DA COMISSÃO
DE SERVIÇOS DE INFRAESTRUTURA
Nº 31, DE 2013

Nos termos do art. 93, inciso II, do Regimento Interno do Senado Federal, requeiro a realização de audiência pública, no âmbito desta Comissão, com a finalidade de discutir o planejamento integrado de logística no País para rodovias, ferrovias, portos, aeroportos e hidrovias. Para tanto, sugiro o convite ao Sr. Bernardo Figueiredo, Diretor-Presidente da Empresa de Planejamento e Logística S.A (EPL).
Autoria: Senador Sérgio Souza

Em discussão o requerimento. (*Pausa.*)

Não havendo quem queira discutir, encerro a discussão.

Em votação o requerimento.

As Srªs e Srs. Senadores que o aprovam permaneçam como se encontram. (*Pausa.*)

Aprovado.

ITEM 6
REQUERIMENTO DA COMISSÃO
DE SERVIÇOS DE INFRAESTRUTURA
Nº 32, DE 2013

Nos termos do art. 58 da Constituição Federal do Brasil e do art. 93 do Regimento Interno do Senado Federal, requeiro a inclusão do nome do Sr. Paulo Pedrosa, Pre-

sidente da Associação Brasileira de Grandes Consumidores Industriais de Energia e de Consumidores Livres (Abrace), entre os convidados para participar da audiência pública que trata da Resolução nº 3, de 2013, do CNPE, proposta pelo Requerimento nº 23, de 2013 – CI.

Autoria: Senador Delcídio do Amaral.

Em discussão o requerimento. (*Pausa.*)

Não havendo quem queira discutir, coloco em votação.

As Srªs e Srs. Senadores que o aprovam permaneçam como se encontram. (*Pausa.*)

Aprovado.

Voltamos ao item 1 da pauta.

Em discussão o relatório.

O SR. VALDIR RAUPP (Bloco/PMDB – RO) – Eu peço vista, Sr. Presidente. Acho que o Senador Acir quer pedir vista também, vista coletiva.

O SR. ACIR GURGACZ (Bloco/PDT – RO) – É, vista coletiva, Sr. Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Fernando Collor. PTB – AL) – Perfeitamente.

Por solicitação de S. Exªs, os Senadores Valdir Raupp e Acir Gurgacz, concedida vista coletiva ao Projeto de Lei do Senado nº 379, de 2008, item 1 desta pauta.

Voltamos, agora, a S. Sª, o Presidente do Ibama, Sr. Volney Zanardi Júnior para continuarmos a audiência pública.

Obrigado às Srªs e Srs. Senadores.

Audiência pública com o Presidente do Ibama, Sr. Volney Zanardi Júnior, que se faz presente aqui, na Comissão de Serviços de Infraestrutura, por requerimento de S. Exª, o Senador Ministro José Pimentel.

Continua o Sr. Presidente Volney Zanardi Júnior a responder as indagações feitas pelas Srªs e Srs. Senadores.

Tem V. Sª a palavra.

Senador Jayme Campos, se V. Exª quiser, já de agora, fazer a indagação. Todos já fizeram. O Presidente está respondendo.

O SR. JAYME CAMPOS (Bloco/DEM – MT) – A minha pergunta, talvez, não é mais um foco dessa discussão, mas tem muito a ver com o meu Estado do Mato Grosso e, por conseguinte, lá no final, ela também envolve a questão de impacto ambiental em relação às rodovias federais do nosso Brasil.

Presidente Volney, minha indagação a V. Exª é em relação às multas que são aplicadas pelo Ibama. Até R$2 milhões eram julgadas no próprio Estado. Entretanto, nesses últimos tempos...

(*Soa a campainha.*)

O SR. JAYME CAMPOS (Bloco/DEM – MT) – ... essas multas foram puxadas para serem julgadas em Brasília. Ou seja, no Estado, a competência passa a ser até R$500 mil.

Eu gostaria de fazer uma consideração aqui pelo fato de que, para se deslocar de Mato Grosso, muitas vezes, de regiões distantes da capital, o cidadão tem um custo alto para vir a Brasília, e muitas vezes não consegue nem acessar os documentos para fazer, naturalmente, a sua defesa, mas, sobretudo, o que é mais importante, e para o que nós chamamos a atenção, é que estão usando as mesmas pessoas nos Estados. Elas estão vindo para Brasília para fazer esse julgamento. O que indago ao senhor? Isso causa, e, particularmente, tenho essa visão, realmente um transtorno muito sério. Dificulta mais, burocratiza mais, e, com isso, o órgão passa, na opinião pública, por incompetente, Presidente Collor. Então, as atribuições que tinham nos Estados, hoje, foram retiradas, vindas para Brasília.

Segundo, quero indagar ao senhor. Os CARs que os Estados, particularmente, o Mato Grosso, já emitiram, com a edição do CAR federal, vão valer ou não? A preocupação que temos hoje, no Mato Grosso, é que talvez não sejam respeitados pelo Ibama, pelos órgãos do Governo Federal, Ministério do Meio Ambiente. O senhor imagine que as pessoas já gastaram, deram entrada na Sema, e, além disso, para se retirar o CAR, têm algumas dificuldades. Com a edição do CAR federal, indago se esses nossos CARs estaduais vão prevalecer. Não é só o caso do Mato Grosso, mas do Brasil todo.

Vou mais longe. Hoje, o DNIT, por exemplo, que está executando algumas obras, e falo particularmente sobre uma que está no relatório da Comissão de Infraestrutura e que é a da BR-174, que demanda Mato Grosso ao Estado de Rondônia, fez uma exigência de que todos os proprietários, tanto da direita quanto da esquerda dessa rodovia, que foi federalizada, teriam que fazer a doação de parte das propriedades, teriam que ceder áreas das propriedades. Imagino que algumas chegam a 100m dos leitos das estradas para dentro da propriedade do cidadão. Essa área teria que ser doada. O pessoal – claro, é natural – com todo o desejo e esperança, porque essa rodovia foi federalizada, de que as obras aconteçam, está doando, por escrito, registrado, com documento, bem feito, mas, acima de tudo, para que isso se efetive, tem que se fazer o GEO, que vem acompanhado do CAR – primeiro, o CAR; segundo, o GEO. Evidentemente, são duas coisas diferenciadas: o GEO é emitido pelo Incra e o CAR, pelas Secretarias de Meio Ambiente. As coisas

poderão se atrapalhar neste caso. Se esses CARs não prevalecerem, fica muito difícil.

Imagino que seja de bom alvitre que, primeiro, fossem respeitadas todas as emissões dos CARs que foram feitas pelos Governos estaduais. Elas ocorreram dentro de toda legalidade. É um projeto que está dando certo para o Brasil, particularmente, em Mato Grosso, que está regularizando todas as propriedades rurais, sejam pequenas, médias ou grandes, dentro da lei e da ordem, com pagamento de suas contribuições, suas taxas.

Fico muito preocupado. Fui procurado por segmentos da sociedade que, naturalmente, têm essas atividades econômicas, primeiro, em relação à multa, pois foi retirada essa atribuição das superintendências dos Estados e trazida para Brasília – só até R$500 mil se julga lá – e, segundo, em relação à prevalência desses CARs. Essas são minhas indagações a V. Exª.

Muito obrigado, Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Fernando Collor. Bloco/PTB – AL) – Muito obrigado a S. Exª, o Senador Jayme Campos.

Antes de passar a palavra a S. Srª o Presidente do Ibama, eu gostaria de fazer a leitura do requerimento assinado por S. Exª, o Senador Jorge Viana, em função da audiência pública que está em curso. Vou fazer a leitura deste requerimento, nesta reunião, para deliberação na próxima reunião, segundo os atos que normatizam os procedimentos desta Comissão de Serviços de Infraestrutura do Senado Federal.

Nos termos do art. 93, inciso II, do Regimento Interno do Senado Federal, requeiro a realização de audiência pública, no âmbito desta Comissão, com a finalidade de ser discutida a situação das obras da ponte sobre o Rio Madeira, BR-364, no trecho que liga Porto Velho, em Rondônia, a Rio Branco, no Acre, e o sistema de balsas utilizado para fazer a travessia do rio. Para tanto, solicito que sejam convidados os responsáveis pela referida obra no âmbito do Ministério dos Transportes e do DNIT (Departamento Nacional de Infraestrutura de Transportes), bem como representante da Antaq, Agência Nacional de Transportes Aquaviários, para tratar da questão do sistema de balsas.

Lido o requerimento, como já falado, será levado à deliberação na próxima reunião desta Comissão.

O SR. JORGE VIANA (Bloco/PT – AC) – Pela ordem, Sr. Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Fernando Collor. Bloco/PTB – AL) – Pela ordem, S. Exª, o Senador Jorge Viana.

O SR. JORGE VIANA (Bloco/PT – AC) – Mais uma vez, eu queria cumprimentar e agradecer a V. Exª, ao Senador Pimentel e ao Presidente do Ibama, o Dr. Volney Zanardi. Quero também cumprimentar a sensibilidade de V. Exª de entender a gravidade do assunto desse requerimento. V. Exª, de maneira tão eficiente e determinada, já fez a leitura para apressar e agilizar essa eventual audiência pública, que certamente atenderá as bancadas do Acre e de Rondônia, que representam a população do Estado de Rondônia e do Acre, num tema tão importante.

Muito obrigado. Mais uma vez agradeço a eficiente presidência que V. Exª faz na Comissão de Infraestrutura do Senado.

O SR. PRESIDENTE (Fernando Collor. Bloco/PTB – AL) – Eu é que agradeço a V. Exª, Senador Jorge Viana, pela suas generosas palavras. Muito obrigado a V. Exª, que é um bravo representante do povo do Acre e que demonstra, com a sua intervenção, juntamente com a da bancada dos Senadores Valdir Raupp e de S. Exª o Senador Acir Gurgacz, de Rondônia, preocupação com obra de fundamental importância para o plano estratégico rodoviário do Brasil.

Muito obrigado a V. Exª mais uma vez, Senador Jorge Viana.

Passo agora a palavra ao Presidente Volney Zanardi Filho, para continuar respondendo às perguntas feitas por S. Exªs.

O SR. VOLNEY ZANARDI JÚNIOR – Obrigado, Presidente.

Passando aos questionamentos que os Srs. Senadores fizeram, as primeiras observações que aqui tenho são do Senador Raupp, justamente sobre a questão comparativa do licenciamento no Brasil e em outros países. O que nós temos, vamos dizer assim, é que esse processo realmente se diferencia bastante de país para país. Na nossa legislação e na própria dinâmica do País, temos um grande preço para as questões sociais. Esse é um certo diferencial que nós temos com a legislação de outros, como, por exemplo, a Inglaterra, que tem focos mais específicos, muito mais no físico e no biótico e em alguma coisa do ambiente cultural. É bem mais simplificado. Então, existe uma demanda e isso tem uma história.

É muito difícil ficar comparando sistemas. O que a gente sabe também é que esses países desenvolvidos têm um processo de coordenação das suas políticas setoriais, como agricultura, energia, muito mais forte, em que a questão ambiental já está presente desde o início. Então, quando se chega ao licenciamento, grande parte das questões já estão razoavelmente resolvidas, restando menos discussão para o licenciamento, deixando para o licenciamento realmente o que ele tem que fazer, que é o gerenciamento dos impactos, mas não a discussão da inserção daquela atividade dentro da realidade da bacia hidrográfica. Existem coisas que muitas vezes são trazidas hoje para o licenciamen-

to, mas têm a ver com planejamento territorial, com a coordenação de políticas e que vão muito além do que o licenciamento deve e pode fazer. Acho que nós estamos esticando demais esse instrumento de licenciamento ambiental. Existem outros instrumentos que podem ajudar e que são melhores para resolver esses problemas de coordenação de políticas, que muitas vezes a gente vive principalmente em áreas com baixa presença do Estado.

Também o Senador Raupp questiona como a gente podia fazer para aperfeiçoar e se tem como o Ibama fazer um acompanhamento prévio. Eu acho que é justamente esse ponto. Os órgãos setoriais têm que desenvolver suas equipes de meio ambiente e trabalhar, dentro dos seus projetos e do seu planejamento, alternativas. Muitas vezes eu vou para uma audiência pública que vai discutir uma hidrelétrica, mas 80% do tempo a gente passa discutindo porque que não é eólica ou solar. Isso não é uma discussão de licenciamento, isso é uma discussão de matriz energética, de planejamento energético.

Eu estava comentando suas questões Senador Raupp.

Audiência pública não é plebiscito. Audiência pública é um espaço para comunicar o que é o projeto e para receber da comunidade, da população entendimentos – eu faço parte, mas não fui lembrado dentro do estudo de impacto ambiental – para qualificar o processo. Não vamos fazer plebiscito e discutir a política energética, que é o caso de planejamento energético, dentro de uma audiência pública. Eu acho que até o licenciamento tem feito muito. Mais de vinte mil pessoas o ano passado envolvidas em audiências públicas dentro de processo de licenciamento denotam a confiança e a importância dessa ferramenta para dar publicidade.

É essa a visão também para os projetos estratégicos. Eles precisam desse tratamento, e não como projeto, já desde o planejamento da política. Por exemplo, muitas vezes a gente vai fazer uma discussão de rodovia e tem uma hidrovia do lado. Qual é a relação desses dois? Como é que eles se completam? Nós vamos fazer os dois? Nós vamos articular?

É esse tipo de visão integrada de que eu falei, que é o grande desafio que o Brasil enfrenta hoje. Ele não é mais aquela economia de alguns anos atrás, de 500 milhões. É uma economia agora de 3 trilhões. E, atrás disso, vem uma série de aspectos que temos que considerar.

Sobre a questão de legislação, a grande coisa que me preocupa – e talvez fosse algo para se refletir – é uma grande assimetria de legislação entre os Estados. Você vê o jeito que é feito o licenciamento: às vezes, em um Estado é muito diferente do que é feio em outro. Há muitos tipos de licenças ambientais. Quando você quer fazer uma integração de uma base nacional de licenças ambientais, você tem um problema, porque até a taxionomia é diferenciada. O Rio Grande do Sul chama usina hidrelétrica por UHE – usina hidrelétrica. Já o Paraná chama por usina hidrelétrica – UHE. Quando você vai fazer uma busca de sistemas, às vezes há questões que têm o mesmo significado, mas têm sintaxes diferenciadas. Então são problemas que nós vivemos nesse nosso federalismo.

E aí eu vejo assim: federalismo tem muitas vantagens, mas ele precisa de muita coordenação e precisa de certa padronização, senão nós vivemos uma grande dificuldade de juntar um próprio sentimento e entendimento de estatísticas, dados nacionais, para avaliar se as nossas políticas estão sendo efetivas ou não. Talvez um dos poucos exemplos que nós temos agora de um sistema que vai ter essa característica nacional na área ambiental – que o Senador Jayme Campos falou aqui – é justamente o CAR.

Eu acho que o Cadastro Ambiental Rural traz um desafio, traz uma proposta realmente: o grande desafio para área ambiental, no sentido de criar elementos de coordenação e de articulação para a implementação de uma ação nacional. Então o CAR tem essa característica. E é importantíssimo que o CAR tenha sucesso. E, para ele ter sucesso, todos vão ter que trabalhar junto. Não é uma questão de um ou de outro setor – de preservação, de conservação, ou da agricultura. É de todos.

Então eu acho que esse sentimento é muito importante. O Ibama hoje vai disponibilizar… Ficou para ele essa atribuição, esse encargo de, no âmbito do Governo, montar um sistema nacional. Depois eu vou comentar um pouquinho, a seguir, quando chegar aos pontos do Senador Jayme.

Então essa questão da uniformização realmente preocupa um pouco. O federalismo, às vezes, traz… E fica muito difícil de criar capacidade, porque você tem que criar capacidade em um monte de questões que são muito específicas e, às vezes, não se justifica a energia que se coloca, em relação ao resultado que se obtém. Então, um pouco, essa visão até de eficiência do sistema precisa ser trabalhada.

Deixe-me ver se há mais alguma coisa. Eu não tenho o dado aqui… Quanto a essa questão de Urucu-Porto Velho, a informação que eu tenho é que a licença venceu. Mas, assim, não há nenhuma sinalização do Governo de prioridade para esse projeto. E o Ibama tem trabalhado em cima das prioridades que o Governo tem sinalizado para ele. Então nós não temos nenhuma sinalização da viabilidade desse projeto.

O SR. VALDIR RAUPP (Bloco/PMDB – RO) – Há uma carta do Ministro Edison Lobão, das Minas e Energia, pedindo.

O SR. VOLNEY ZANARDI JÚNIOR – Eu desconheço.

O SR. VALDIR RAUPP (Bloco/PMDB – RO) – Há um documento. Há um documento.

O SR. VOLNEY ZANARDI JÚNIOR – É só para dizer assim: o Ibama tem trabalhado em cima das prioridades que o Governo define na área de energia. E essas questões, vamos dizer assim, têm nos pautado. Na medida em que há uma priorização da parte do Governo, nós, claro, damos uma atenção maior. Como vocês viram, a nossa carteira é enorme, e nós temos que andar em cima do que são as prioridades dadas pelo próprio Governo de uma forma geral.

Com relação às observações do Senador Acir Gurgacz, elas trazem muito essa visão das obras, no sentido da BR-319 e das considerações entre obra nova e obra existente.

Aquelas duas portarias, nº 420 e nº 423, procuram diferenciar e criar mecanismos simplificados para as obras existentes e para aquelas obras que não tiveram uma licença e que precisam de uma licença de operação. Até porque a licença de operação define todas as questões de manutenção, de operação da própria… O que evita que a cada momento haja um questionamento.

Até porque o licenciamento hoje não está sendo utilizado só para melhorar projeto. Ele tem sido utilizado muito pelos órgãos de crédito como instrumento de atestar conformidade ambiental. Então, muitas vezes, há questões que nem são necessárias de licenciamento, mas o pessoal – até para se preservar, se precaver de ser acionado pela lei de crimes ambientais – diz: "Olha, está licenciado; não está licenciado."

Então, na questão das estradas – isso já faz algum tempo, uns seis, sete anos atrás – dava-se licença prévia para cinco quilômetros de estrada. E esse é um dos problemas que nós vivemos, principalmente nessa questão de luz, que é a fragmentação dos projetos, porque muitas vezes você tem recurso para fazer um trecho pequeno, quer fazer um licenciamento de cinco quilômetros, porque é o dinheiro que você tem, e vê que, naquele mapa, naquela pizza que mostramos, existe um grande número de percentual de processos de rodovias, não necessariamente porque sejam tantas rodovias, mas porque houve um grande fracionamento dos procedimentos.

Um dos grandes investimentos que o Ibama tem feito hoje tem sido o de unificar uma série de licenças numa licença só. O senhor imagina, Senador, ficar controlando centenas de condicionantes, às vezes numa mesma estrada, numa mesma rodovia? E poderia, daqui a pouco, haver, numa licença, só cinco ou dez condicionantes. Isso dá densidade, isso dá consistência ao trabalho, é um processo de consolidação que temos tentado fazer.

Então, essa questão da obra nova existente é justamente um pouco, não é um pouco, é muito do que temos que fazer hoje na diferenciação e na criação dessas metodologias. Claro que, como eu comentei inicialmente, o Ibama não tem como criar um marco específico a ser operado por ele. Existe um marco legal, ambiental e nós temos esse limite que é dado objetivamente e que temos que seguir. Então, como se diz, não temos também todos os graus de liberdade para tratar dentro desse processo.

Há muito que já está dado na própria legislação e eu mencionei o exemplo da Mata Atlântica, onde não interessa... Se você tiver uma pequena quantidade, uma área com Mata Atlântica, em determinado estágio avançado ou primário de regeneração, você vai ter que se ater a uma legislação que vai te exigir trabalhar de uma forma mais complexa, provando que não há alternativa em relação àquela situação, ou, se houver, que aqueles impactos sejam tratados daquela forma estruturada, como está previsto no estudo de impacto ambiental.

Com relação a 319, o que interessa para o Ibama hoje, tecnicamente, é ter um processo que traga as informações para que possa tomar a decisão. O trabalho do Ibama não é um trabalho ideológico. As nossas equipes têm que trabalhar em cima de critérios técnicos, cada vez mais. O Ibama capacitou 100% do seu pessoal nos últimos dois anos. Então, nós temos uma atividade intensa, embora saibamos que o Ibama, ainda na área de licenciamento, trabalha com déficit de pessoal, até porque a demanda que está prevista para vir é uma demanda crescente de licenciamentos, que já vislumbramos dentro do RDC, do PIL e de várias iniciativas que vão aumentar a capacidade do Governo de produzir projetos, muitas vezes através de concessões. Mas nós não temos como terceirizar o licenciamento. O licenciamento é uma atividade de Estado e vai ter que ter estrutura de Estado, claro que dentro de uma forma eficiente e eficaz para operar. E aí essa questão da Lei Complementar nº 140 é muito importante, porque ela leva aos Estados e aos Municípios as atribuições, deixando para o Ibama fazer aquilo que realmente tenha característica nacional. Então, Senador, é deixar muito claro que o trabalho do Ibama é um trabalho técnico e vai ser um trabalho técnico cada vez mais. Nós vamos trabalhar em cima dessa perspectiva.

O Senador Jorge fala um pouco sobre essa questão do gigantismo do Brasil, do gigantismo do Ibama. Na realidade, o que temos visto, desde 2000, é uma gradativa especialização na Política Nacional de Meio Ambiente. Com a criação da ANA, em 2000, a agenda de água passa para a Agência Nacional de Águas. Em 2003, nós temos a agenda do Serviço Florestal Brasileiro, que é o responsável pela gestão das nossas florestas públicas. Nós tivemos, em 2007, a criação do Instituto Chico Mendes, que era justamente o órgão responsável pela unidade de conservação federal. Então, todas essas são áreas que, historicamente, estavam ligadas de certa forma ao Ibama, mas que hoje estão em órgãos específicos.

O Ibama, com certeza, dentro da perspectiva da Lei Complementar nº 140, terá uma especialização muito grande, um foco muito maior, mas continuamos com essas atribuições que têm a ver com a fiscalização, com o licenciamento, com o acesso aos recursos naturais, com o controle de fauna, que são, vamos dizer assim, aspectos que estão presentes na agenda ambiental.

A questão da governança, que o Senador fala, tem muito a ver com essa questão da coordenação e dos papéis. Parece-me que essa visão de sistema de cooperação é fundamental para que... Não é uma questão de criar órgãos só, separar órgãos. Deve-se dar, deve-se criar uma capacidade sistêmica dentro do processo. E é por isso que essa visão do sistema que implementa a política de meio ambiente e a relação com os outros setores são fundamentais.

O mesmo se aplica a essa discussão de obras de interesse nacional que o Senador mencionou. Deve haver um atendimento, não só no licenciamento, você deve ter um atendimento no seu planejamento. Nós temos hoje várias licenças que estão esperando anuência dos envolvidos. Isso não é uma questão que muitas vezes deveria ser tratada no licenciamento. Você poderia ter marcos legais que facilitassem esse processo de consulta ou de atendimento das necessidades que muitas vezes contaminam o licenciamento de políticas específicas. Então, você tem questões indígenas, questões de patrimônio histórico, você tem questões quilombolas, você tem questões de saúde que muitas vezes não estão ligadas ao licenciamento, mas precisam ter uma resolução, até porque essa licença não sai sem contemplar essa perspectiva. O nosso marco legal traz essa necessidade da consulta e de um claro tratamento dessas questões, nem que seja no licenciamento ambiental, muitas vezes poderiam ter sido tratadas em outros momentos.

Quanto à questão da ponte sobre o Rio Madeira, não sei se chegaram a comentar, mas ela já teve licença de instalação, está sendo construída, temos nova audiência pública, por decisão judicial para 26 de junho, e esperamos que resolvendo-se essas questões judiciais possamos avançar no licenciamento. Mas, sob a ótica do licenciamento, é um projeto que não tem problema.

O Senador Flexa Ribeiro traz essa questão da agenda de preservação e agenda de conservação. Acho que realmente temos que dar uma atenção, ter uma agenda de uso sustentável é fundamental e não podemos ficar reféns de uma visão ideológica. O Ibama opera dentro de uma norma, de uma lei, e a legislação prevê o uso. Então, o fato de você autorizar um determinado empreendimento que vá causar impactos ambientais... Temos que tratar esses impactos ambientais, ver o que está previsto no licenciamento e ver se esses impactos estão dentro do que está definido na legislação. Por exemplo, é impeditivo um determinado empreendimento para o qual seja feito mandado de conservação e aquilo esteja em desacordo com o que está previsto para aquela Unidade de Conservação. Isso é impeditivo, agora, existem outras questões que têm a ver com mitigação. Quer dizer, você faz uma adequação do projeto ou uma compensação desses impactos, faz um gerenciamento desses impactos.

Então, essa agenda do uso é fundamental, porque, se não fosse a agenda do uso, nós não estaríamos aqui, ninguém iria ter roupa, ninguém iria ter luz, ninguém iria ter nada. Nós temos que trabalhar com essa perspectiva e o controle ambiental é isso. Existe uma outra agenda fundamental que define condições de contorno para a agenda do uso, que é a agenda de preservação. Agora, existe um espaço que é como eu faço essa compatibilização e o licenciamento é uma das ferramentas para isso, nós temos outras, como há o monitoramento, a própria fiscalização, esse tipo de instrumento.

O Senador Flexa comenta a questão de fiscalização na BR-163, alega a questão de reclamação sobre truculência do Ibama. Quero deixar todos tranquilos, o Ibama trabalha de uma forma muito civilizada, nossas equipes são extremamente qualificadas. Nós temos naquela região uma situação muito delicada, o Senador reconhece, de grandes ilícitos. Nós pegamos agora uma situação grave de desmatamento promovida por grileiros com pistolagem, com assassinatos. Esse é o dia a dia que o Ibama heroicamente tem enfrentado para conseguir manter esses níveis de taxa de desmatamento anunciados agora há poucos dias, no dia 5, de 4,5 mil quilômetros quadrados. Esse é um trabalho todo feito dentro na legalidade, estamos à disposição para recebermos e para o diálogo, esse é o nosso trabalho.

Constantemente, o Ibama vai acompanhado de Polícia Militar, até da própria Polícia Militar do Pará, às

vezes da Guarda Nacional, que nos tem ajudado nesse processo. Várias vezes recebi acusações de que o Ibama chegou com metralhadora. O Ibama nem tem metralhadora. Então, são tipos de equipamentos que não fazem parte da nossa...

Temos que tomar um pouco de cuidado...

O SR. PRESIDENTE (Fernando Collor. Bloco/PTB – AL) – Nem motosserra.

O SR. VOLNEY ZANARDI JÚNIOR – Nem motosserra.

Então, o trabalho que o Ibama faz é extremamente complexo. Ele procura respeitar a cidadania, mas a gente sabe que em algumas dessas regiões há uma baixa presença do Estado. Existem trabalhadores lá dentro, mas também há muito ilícito, muito problema sério que deve ser combatido, não só com presença, com fiscalização, mas também com inteligência, porque nós temos que desbaratar essas gangues de grileiros e deixar claro que não vai haver regularização dessas áreas. Essas áreas não vão entrar em terra legal, elas não vão ser regularizadas. Percam a esperança! Essa é a mensagem que eu quero passar para os grileiros que estão nessas regiões.

Então, é fundamental a presença do Ibama, o trabalho que o Ibama vem fazendo, a relação de cidadania que nós queremos ter com a população. Eu quero garantir... Eu tenho total tranquilidade em relação à postura dos nossos agentes de fiscalização.

O SR. FLEXA RIBEIRO (Bloco/PSDB – PA) – Pela ordem, Sr. Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Fernando Collor. Bloco/PTB – AL) – Pela ordem, S. Exª o Senador Flexa Ribeiro.

O SR. FLEXA RIBEIRO (Bloco/PSDB – PA) – Presidente Volney, ouvi a explicação de V. Sª, mas ela não bate com as informações que me chegam.

Eu sei que o Ibama não tem armamentos, mas ele pede apoio, como V. Sª colocou, da Polícia Militar, da Força Nacional, para que possa fazer a sua fiscalização.

Já disse e quero repetir aqui: não somos contra a fiscalização nem a favor de grileiros que possam vir a fazer o desmatamento ilegal. Longe disso. Queremos só que a fiscalização se efetue dentro de um clima de legalidade, sem hostilidade, para com aqueles que lá estão e buscam a regularização, porque estão assentados há 30, 40 anos. A Flona foi demarcada depois de eles estarem lá.

Então, é preciso que haja essa revisão. Está avançado o trabalho de revisão dos limites da Flona para que possa atender milhares de famílias que lá estão trabalhando há algum tempo. São essas famílias, pacíficas e ordeiras, que reclamam da forma como isso tem sido feito.

Então, eu vou retomar o contato com eles e falar da oportunidade que tive, nesta audiência pública, de dialogar com V. Sª. E vou solicitar uma audiência para que eles possam vir aqui e a gente analise as reclamações deles e esclareça de que forma podem ser corrigidas, se é que precisam de correção, as novas fiscalizações do Ibama.

O SR. PRESIDENTE (Fernando Collor. Bloco/PTB – AL) – Muito obrigado a S. Exª o Senador Flexa Ribeiro.

Volto a palavra ao Presidente do Ibama, Sr. Volney Zanardi Júnior.

O SR. VOLNEY ZANARDI JÚNIOR – A sua preocupação, Senador, é a nossa preocupação. Qualquer, vamos dizer assim, denúncia que chegue ao Ibama, se for comprovada, vai passar por uma averiguação. Nós somos um órgão de Estado e devemos respeito à cidadania. Então, o senhor pode ter a mais tranquila consciência...

No entanto, toda recomendação que se faz é justamente de respeitar, de saber com quem a gente está lidando, porque a gente também lida com situações muito complexas e que expõem a segurança e a própria vida dos nossos servidores. Há uma preocupação muito grande nesses momentos em que a gente realmente precisa trabalhar para controlar o desmatamento.

Existe o desmatamento legal, que diz respeito à questão do uso. Muitas vezes, o desmatamento autorizado garante a reserva legal, garante a APP. A gente não pensa nisso, porque com esse tipo de desmatamento há um ganho, além de garantir que, naquela área, possa haver uma produção, possa haver um retorno econômico. Mas há também o desmatamento ilegal, que tem que ser coibido a qualquer custo porque é ruim até para quem está na lei. Ele permite a evasão de divisas e está ligado a uma série de outros ilícitos que têm que ser combatidos, desde o trabalho escravo até as questões ambientais.

Então, o senhor pode ter certeza, Senador, de que nós estaremos à disposição. Tudo que for trazido e comprovado nós vamos averiguar.

Em relação ao derrocamento do Pedral do Lourenço, nosso entendimento é de que se trata de competência estadual. Nós já estamos conversando com o Secretário Colares, e isso está plenamente equacionado.

O senhor fala na BR-258. Não é 308?

O SR. FLEXA RIBEIRO (Bloco/PSDB – PA) – 308.

O SR. VOLNEY ZANARDI JÚNIOR – Isso. Porque a 308 já foi delegada. Já foi feito o processo de delegação. Então, o senhor ainda não tinha ciência, mas já foi delegada ao Governo do Estado; foi feito um acordo

de cooperação. E, ontem mesmo, eu conversei com o Secretário Collares sobre essa delegação e sobre como está o processo de licenciamento.

E, por fim, o Senador Sérgio Petecão falou aqui da questão da ponte. Eu não me lembro se havia uma outra questão, mas penso que foi basicamente isso.

As do Senador Flexa eu acho que concluí.

O Senador Jayme traz a questão das multas aplicadas.

Essa é uma tentativa que a gente teve no Ibama de fazer um aperfeiçoamento nos processos de arrecadação. O Ibama, hoje, já tem as suas despesas discricionárias pagas pela sua arrecadação hoje. E não é só a questão das multas, mas nós temos a Taxa de Controle de Fiscalização.

Então, nós temos feito um esforço muito grande de modernização da gestão do Ibama. Hoje, o Ibama tem investido muito na parte de sistemas de informação. Nós somos um órgão que presta serviços, e, para prestar serviços, nós temos que ter procedimentos, organização e sistemas. Então, essa parte de sistemas tem sido um grande investimento.

Nós vamos avaliar essa questão que o Senador traz, o custo efetividade. No nosso levantamento, é um número muito reduzido aquele que estaria nessa faixa entre os 500 mil e os 12 milhões. Contudo, vamos fazer um reestudo. Então, não haveria um grande impacto. E nós estamos tentando, em algum momento, centralizar e dar uma maior uniformidade ao processo, até porque, para um órgão com a dimensão e a presença do Ibama, um grande temor nosso é o tratamento de forma desigual de questões que são as mesmas.

O SR. JAYME CAMPOS (Bloco/DEM – MT) – E, se V. Sª me permite? E uma maior velocidade. O que ocorre? O cidadão é multado, Dr. Volney, entra com o recurso administrativo, na esfera administrativa, e passa dois, três, quatro, cinco anos sem que o Ibama lhe dê uma resposta. Aí, o Ibama ainda quer entrar com um processo contra esse mesmo cidadão, sendo que nem o recurso administrativo foi julgado. Então, como é que se quer processar o cidadão?

Eu acho que o Ibama tem que julgar, primeiramente, os recursos administrativos e, depois, tomar as providências legais, sobretudo em relação àquilo que o cidadão poderia ser penalizado. Agora, repito: não antes de julgar os recursos administrativos.

Essa prática tem sido quase uma constante por parte do órgão. Eu tenho acompanhado e recebido muitas reclamações. Então, eu acho que se, de fato, o Ibama trouxe para Brasília para dar uma maior celeridade aos processos, merece nota 10; mas o que estou vendo e acompanhando é que o Ibama não tem pessoal suficiente aqui, em Brasília, para fazer esse julgamento, e está trazendo pessoal dos Estados – pega cinco de um Estado, seis do outro – para fazer esse julgamento. Eu acho que, com isso, atrapalha-se muito a vida do cidadão que está lá no interior.

V. Sª já imaginou um cidadão que sai lá de Apiacá ou de Alta Floresta? Sabe qual é a distância de lá aqui? Mais de dois mil quilômetros! O cidadão já está mal remunerado na sua propriedade, ao chegar aqui, ele tem que pagar hotel, tem que pagar avião, alimentação, e o pior: não faz nada aqui porque não consegue nada. Volta o pobre do coitado do sitiante, do pequeno fazendeiro, que, muitas vezes, está com muita dificuldade, tem de vender quatro, cinco ou seis vacas para poder vir até aqui. Chega aqui e não é recebido, tem que voltar para trás, sem ter resolvido coisa alguma. Ele fica naquela agonia ali, sofrido, sem ter a quem recorrer. Se vai ao Ibama, encontra dificuldade... Então, eu acho que o governo, nesse caso, tem que ser mais humano.

Outra questão, aproveitando a oportunidade aqui, e vendo que o senhor é um homem sensato. Há de haver critério. Por exemplo, na Região Noroeste do Estado do Mato Grosso, onde estive dias atrás, que corresponde a várias cidades – Juína, Colniza, Aripuanã, Juruena, Cotrigaçu, enfim, são vários Municípios que existem ali –, fui passando, visitando e, quando se reúne os segmentos da sociedade, o que vemos? O Ibama não tem muito critério.

Vou dar um exemplo prático e fácil de entender: o cidadão tem uma propriedade, onde há um pasto formado há mais de vinte, trinta anos. E esse pasto foi formado há trinta anos no machado ou na motosserra. Para ele não avançar na pequena reserva que ainda há e que é obrigatória na região, ele pega o trator e vai leirar, até para reaproveitar melhor a terra, juntando os tocos de pau, e, às vezes, nasce uma ou duas árvores. Então, ele quer limpar, quer gradear; com muito esforço ele consegue comprar um adubozinho, ou um pouco de calcário, porque o calcário mais perto dessas cidades fica a 500km, 600km. É isso aí, porque é muito difícil. Aí, baixa lá o Ibama de helicóptero e suspende, multa, prende, algema. Miséria. Isso eu vi lá. E o pessoal: "Senador Jayme Campos, *Help*! Socorro! Nós já estamos aqui sofridos, nessa região, com dificuldade aqui. E aí? Como é que faz? Onde é que esse pessoal vai pedir socorro? Para quem?".

Então, nesse caso, acho que é questão de bom senso. "Eu tenho a propriedade, Senador, mas não tenho dinheiro para roçar o pasto." Por conseguinte, a vegetação vai regenerando, vai crescendo etc. Aí, um dia ele consegue um dinheirinho e vai limpar, para não derrubar o mato, para ele recuperar. E aí vem pau no cara. Às vezes prende, algema e joga no carro, como

se fosse porco. Então, não é por aí. Eu acho que as coisas têm que ser mais democráticas. Nós temos que dar oportunidade ao cidadão.

Agora, quem está fazendo desmatamento, se não tem licença, se não tem autorização, aí é preso, mas não esse pessoal que está recuperando aquelas áreas já degradadas que regeneraram um pouquinho, e que conseguiu um dinheirinho e está recuperando. Aí vai o poder de polícia. É Polícia Federal, polícia estadual, Ibama. Isso assusta a população. Se o senhor vir o terror... Isso eu vi porque o Ibama está lá. Tem um helicóptero em Alta Floresta. O pessoal fica assustado, com medo, como se fosse época de ditadura militar. Não é por aí.

Eu ia até fazer uma visita, ia para lá com a Ministra Izabella, para ver o que se pode fazer, para minimizar. Ou seja, até fazer uma política mais orientativa, não só punitiva, usando o poder de polícia, de SD-12, de AR-15, de 45 de um lado, de faca de outro lado. É isso aí. Não sou eu falando. É o pessoal que procura a gente e acha que o Senador da República tem o poder para chegar, para resolver. Às vezes, há cinquenta, sessenta, duzentas pessoas aguardando o Senador chegar, ou o Deputado, para fazer reclamação, para ver o que se pode fazer. É o prefeito, é o vereador, presidentes de pequenas associações, produtores. Enfim, é aquele caos e você se sente até impotente e indignado.

Eu queria fazer essa observação ao senhor, que é um homem sensato, até para fazer essa recomendação. Não significa que tem que fazer uma instrução normativa. Mas é chamar o superintendente, orientar.

Olha, temos que ser mais parceiros também. Não podemos agredir a população, o cidadão pobre. Eu digo "pobre" pelo seguinte: você morar naquele mundo de meu Deus lá já é um sacrifício enorme. Se chove, você não tem estrada. Você fica quatro, cinco dias atolado, sem ponte, sem nada. Na época da seca, as estradas não conseguem nem patrolar. Muito mal e parcamente, o cidadão gasta dois dias para andar, às vezes, duzentos quilômetros. O carro dele chega só na carcaça, o resto da carroceria ficou para trás.

Eu falo como simples cidadão, como ser humano, não como Senador. É um apelo que eu faço ao senhor pelo fato de que, na minha percepção, o senhor é um cidadão de bem, um cidadão que tem um mínimo de sensatez. Eu acho que o mínimo que temos que ter é um pouco de sensatez, recomendar à equipe do Ibama, no Mato Grosso, para ser mais ponderada. Já pagamos muito caro lá. O povo está muito sofrido, muita gente desistindo. Há a questão da ampliação de reservas indígenas. Agora saiu uma lá. São quatrocentos proprietários rurais que estão lá há quarenta, cinquenta anos, e estão sendo expulsos da terra. Sabem quanto ampliaram só uma reserva? Mais de um milhão de hectares de terra.

Para onde é que vai este povo, meu deus? Eu vi lá mulher chorando, jovem chorando, produtor chorando. "O que é que nós vamos fazer, Senador? Para onde é que nós vamos? Nós chegamos aqui há 40, 50 anos. O que nós tínhamos no Paraná, em São Paulo, no Rio Grande do Sul, vendemos e viemos aqui por própria indução do Governo Federal. E agora? Para onde nós vamos?".

O negócio é comovente. Você até chora com o cidadão. Eles caem em lágrimas, mas o que é que eu posso fazer?

Muito obrigado pela atenção, uma vez mais. Eu falo isso como cidadão, como um homem que nasci e me criei... já fui governador, três vezes prefeito, senador. Meu irmão foi governador, senador, quatro vezes deputado federal, duas vezes prefeito. Então, a gente tem uma ligação muito grande. A gente se confunde com a história daquele Estado que, sem sombra de dúvida, está dando alegria para o Brasil, com grande produção agrícola, sobretudo de forma sustentável, com alta tecnificação na nossa produção. Entretanto, algumas regiões estão tendo muito pouco retorno. E quem paga caro é o cidadão que está lá, sofrido, naquele sol da Amazônia, 44 graus às duas horas da tarde. Muitas vezes, está pelando até porco que está no chiqueiro lá, de sol, e o cidadão não é respeitado.

Obrigado.

O SR. PRESIDENTE (Fernando Collor. Bloco/PTB – AL) – Muito obrigado a S. Exª, Senador Jayme Campos. Todos nós, aqui, Senador, conhecemos a sua luta, conhecemos o valor da sua experiência política, e as palavras com as quais o senhor traduziu o que o senhor viu, o que V. Exª viu no interior do seu Estado nos deixam a todos, também, comovidos.

Parabéns a V. Exª pela sensibilidade social, também, que, além de outras qualidades, V. Exª possui.

Sr. Volney Zanardi Júnior, com a palavra.

O SR. VOLNEY ZANARDI JÚNIOR – Sr. Presidente, já estou quase perto de concluir minhas intervenções, então, só para reforçar as questões que o Senador Jayme Campos traz.

Realmente, quer dizer, a ideia nossa relacionada às multas é de aumentar uma eficiência desse processo. Além da questão da celeridade, me preocupa muito a questão da padronização e uniformização. Eu acho que isso é um... Nós estamos, agora, também olhando toda essa questão de dosimetria das multas. É um processo que precisa de capacidade técnica, de capacitação, de treinamento, para ter uma grande uniformização.

Talvez a gente esteja passando por um momento de concentrar, para poder botar esses procedimentos de uma forma mais clara e termos um controle mais forte do que está acontecendo, porque a gente sabe que essa é uma área em que o Ibama sempre foi muito criticado, e temos diversos apontamentos do Tribunal de Contas e da Controladoria-Geral no sentido de melhorias que temos de fazer.

Então, a própria inovação... Agora, no dia 20, nós vamos começar já operacionalmente, depois de toda a capacitação, com o auto de infração eletrônico. Então, o auto de infração eletrônico vai ter a capacidade de integrar, por exemplo, com uma série de outros sistemas. Só vai ser autuado aquilo que estiver autorizado dentro do programa de fiscalização, não é como pegar um papel e sair escrevendo. Se não estiver na programação, não tem como fazer a autuação. Quem autua não tem como apagar, está feito o que foi autuado.

Outro aspecto: nós podemos integrar com a questão do CAR, toda a parte de procedimento do CAR, da regularização, do desembargo. Nós devemos, agora, brevemente, lançar uma instrução normativa, que vai definir claramente esse procedimento da relação CAR com desembargo, como isso dialoga com a agenda de fiscalização.

Agora, tem um aspecto para que eu queria chamar a atenção, e depois vou fazer um último comentário sobre uma questão que o Sr. Senador apresentou.

Nós temos, ainda, uma baixa presença dos Estados no controle e isso acaba exigindo do Ibama uma presença em muitas áreas.

O foco do Ibama seria garantir as áreas federais. Hoje, a responsabilidade, por lei, é dos Estados, no entanto, nós temos Estados, aí, com dez fiscais, onze fiscais, e não conseguindo operar a agenda de regularização.

Então, tem muita gente que está irregular não porque onde ele tem, ali, não seja passível de ter um desmatamento, de ser regularizado. É passível, mas o Estado não está conseguindo prover as autorizações e essa uma questão que o Ibama não pode resolver. Os Estados têm de criar capacidade para cumprir com o seu papel também. É aquilo que eu falei de sistema.

O Ibama tem de ter o foco dele, nós temos de nos qualificar, não interessa estar em todo lugar, mas se não fosse o Ibama, hoje, controlando a questão do desmatamento, nós estaríamos, realmente, com taxas muito maiores. Então, é um sacrifício que nós fazemos.

A gente vê, ainda, uma descoordenação desse processo. Nós estamos trabalhando muito com o Secretário José Lacerda, com o Secretário Colares, no sentido de integrar a base de informações, por quê? Porque existem autorizações e desmatamento legal, só que, muitas vezes, isso, na integração, acaba aparecendo como desmatamento ilegal.

Então, nós estamos criando sistemas, hoje – essa é uma outra discussão que a gente pode, mais adiante, depois, trazer ao Congresso –, de, realmente, organizar as informações para a gente saber.

Afinal, não tem nada de errado com o desmatamento que está dentro da legalidade, certo? Mas, hoje, ainda esse processo de falta de integração de base de dados, a baixa capacidade instalada nos Estados de responder a essa agenda de fiscalização... Como se diz, não dá para trabalhar num Estado com dez fiscais, sem carro, sem dinheiro para botar.

Então, o senhor sabe dessas questões e eu acho que nós temos de trabalhar juntos. O Ibama está aberto às entidades, para ouvir e, realmente, construir uma política que é um política nacional, não é uma política federal só. É uma política que tem de ser negociada com os Estados.

No que diz respeito ao CAR, Senador, o que o Ibama vai fazer é aplicar o Código Florestal. O que está lá, no Código Florestal, é o que vai ser pensado.

Existem algumas assimetrias entre as legislações estaduais e a legislação federal que deverão ser corrigidas, até porque, vamos dizer, em Mato Grosso o sistema é estadual.

O que o sistema federal vai fazer? Ele vai buscar as informações que estão previstas na legislação para preencher uma tabelinha ali, automaticamente. Vamos fazer um *web.insert*, e haverá como verificar se a área está ou não regularizada, a partir das informações fornecidas pelo Estado. Então, isso vai ocorrer com Mato Grosso, Bahia, São Paulo. Em cerca de sete ou oito Estados o sistema CAR já está funcionando; no Mato Grosso, não sei se já há uma década, mas há uma grande quantidade de anos, há sete anos. Então, o que vamos fazer é buscar, e a informação que será checada na hora de dar o atestado de reconhecimento de que aquele imóvel preencheu os requisitos é a que está na legislação federal: buscamos e atestamos que há APP, reserva legal, as questões previstas na legislação.

Acho que esse processo de coordenação entre os Estados é muito importante. O que o Congresso definiu na Lei Complementar nº 140 está muito claro, mas não podemos trabalhar com a visão de que o Ibama via conseguir implementar a política sozinho. Isso vai ter de ser feito de forma articulada com os Estados e também com os Municípios. Então, acho que isso se aplica ao licenciamento.

O licenciamento ambiental é uma ferramenta importantíssima, que tem sido utilizada, acho, de forma pouco além do que foi previsto, com a visão de política pública, de apropriação, o que causa certa politização.

Mas eu gostaria de deixar claro que nós vemos o licenciamento como uma ferramenta que tem de ter aprimoramento técnico, especialização nas tipologias que deverão ser licenciadas. Com certeza, teremos ações mais céleres para o licenciamento, até porque grande parte do trabalho também tem de ser feita por quem propõe os projetos; esses projetos têm de chegar de forma consistente e robusta para que haja celeridade.

Quando se fala em simplificação, uma das questões é: esse projeto atende aos critérios de elegibilidade para ser simplificado? Se um projeto for começado sem ter um traçado claro, se for adotado um processo simplificado e ali adiante a gente descobre que há Mata Atlântica ou que passa por terras indígenas, acabou. Vai ter de zerar e começar de novo. Então, o risco da simplificação está relacionado à qualificação da informação do projeto que entra no Ibama. Nós estamos, dentro desse novo sistema, fazendo todo esforço para deixar isso muito mais claro, porque estará tudo georreferenciado. Isso vai criar uma dinâmica que, acho, será virtuosa na relação do licenciamento com os projetos apresentados ao Ibama.

Presidente, eu queria agradecer enormemente a oportunidade de estar aqui. Coloco-me à disposição, coloco o Ibama à disposição para qualquer questão que as Srªs e os Srs. Senadores tenham necessidade de esclarecer.

Obrigado.

O SR. PRESIDENTE (Fernando Collor. Bloco/PTB – AL) – Pergunto a S. Exª Senador Jayme Campos se está satisfeito com as respostas oferecidas.

O SR. JAYME CAMPOS (Bloco/DEM – MT) – Sim.

O SR. PRESIDENTE (Fernando Collor. Bloco/PTB – AL) – Muito obrigado, Senador.

Antes de encerrarmos a presente reunião, eu gostaria de agradecer a todos que participaram da audiência pública pelo sistema Alô Senado, seja pelo telefone 0800-612211, pela Internet, no endereço www.senado.gov.br/senado/alosenado, pelo Facebook ou Twitter @AloSenado.

Gostaria também de agradecer a presença das Srªs e dos Srs. Senadores e, em especial, do convidado da nossa audiência pública de hoje, o Sr. Volney Zanardi Filho, Presidente do Ibama.

V. Sª deve ter percebido o interesse despertado pela sua presença nesta audiência pública, porque é um tema que está muito relacionado com as questões da infraestrutura em nosso País. Mas as suas explanações, as suas explicações, a firmeza e a maneira como V. Sª deu satisfação às perguntas aqui formuladas pelas senhoras e pelos senhores Senadores nos deixam tranquilos de termos consciência de que o Ibama está em muito boas mãos.

V. Sª está de parabéns! Agradecemos a presença de V. Sª junto com a sua equipe, notadamente a da Srª Gisela Forattini, que é Diretora de Licenciamento Ambiental do Ibama.

Por fim, convoco as Srªs e os Srs. Senadores para a nossa próxima reunião a ser realizada na quarta-feira, dia 19 de junho, às 7h30 da manhã, neste plenário, com pauta deliberativa e audiência pública, na qual daremos continuidade à Agenda Investimento e Gestão: desatando o nó logístico do País, com apresentação do 3º Painel, que tratará da infraestrutura rodoviária e da mobilidade urbana, integrando o 2º Ciclo, que é do Financiamento e Gestão de Transportes. Nesta reunião contaremos com os seguintes convidados: Dr. Moacyr Duarte, Presidente da Associação Brasileira de Concessionárias e Rodovias (ABCR) e o Prof. Dr. **Orlando Strambi,** Professor Titular de Transporte Urbano da Escola Politécnica da Universidade de São Paulo (USP).

Agradecendo mais uma vez a presença de todos, dou por encerrada a presente reunião.

Muito obrigado.

(Iniciada às 07 horas e 26 minutos, a reunião é encerrada às 11 horas e 26 minutos.)

COMISSÃO DE SERVIÇOS DE INFRAESTRUTURA

ATA DA 25ª REUNIÃO, EXTRAORDINÁRIA, DA COMISSÃO DE SERVIÇOS DE INFRAESTRUTURA DA 3ª SESSÃO LEGISLATIVA ORDINÁRIA DA 54ª LEGISLATURA, REALIZADA EM 19 DE JUNHO DE 2013, QUARTA-FEIRA, ÀS 7 HORAS E 30 MINUTOS, NA ALA SENADOR ALEXANDRE COSTA, PLENÁRIO Nº 13.

Às sete horas e trinta minutos do dia dezenove de junho de dois mil e treze, na sala de reuniões da Comissão, sob a Presidência do Senhor Senador **Wilder Morais,** reúne-se a Comissão de Serviços de Infraestrutura. Presentes os Senhores Senadores **Delcídio do Amaral**, **Acir Gurgacz**, **Inácio Arruda**, **Clésio Andrade**, **Eduardo Braga**, **Valdir Raupp**, **Sérgio Petecão**, **Cícero Lucena**, **Flexa Ribeiro**, **Blairo Maggi**, **Alfredo Nascimento**, **José Pimentel**, **Vanessa Grazziotin**, **Sérgio Souza**, **Waldermir Moka** e **Ivo Cassol**. Deixam de comparecer os demais Senadores. O Presidente declara a abertura dos trabalhos e submete à Comissão a dispensa de leitura e aprovação da ata da 24ª reunião, que é dada como lida e aprovada. São lidos os Comunicados da Presidência e requerimento do Senador **Flexa Ribeiro**. Tem início a apreciação da pauta. **PRIMEIRA PARTE**: **Audiência Pública**, em atendimento ao **Requerimento nº 01, de 2013 – CI**, de autoria do Senador **Fernando Collor**, aprovado em 27 de fevereiro de 2013, que, "*nos termos*

do art. 58, §2º, incisos II e V da Constituição Federal, combinado com o art. 90, incisos II e V, do Regimento Interno do Senado Federal, requer sejam realizados, por esta Comissão de Serviços de Infraestrutura, ciclos de audiências públicas dentro de uma Agenda específica de debates ao longo do biênio 2013/2014, com renomados especialistas que apresentem depoimentos, análises e informações acerca de propostas setoriais para a infraestrutura, especialmente no que tange à modernização e expansão dos serviços, ao aumento da competitividade, à avaliação da capacidade de crescimento da economia e do bem-estar da população, e ao investimento e gestão como chaves para desatar o nó logístico do país". O Presidente convida a compor a Mesa e a fazer suas exposições os senhores **Moacyr Duarte,** Presidente da Associação Brasileira de Concessionárias e Rodovias (ABCR); e **Orlando Strambi,** Professor Titular de Transporte Urbano da Escola Politécnica de São Paulo (USP). Fazem uso da palavra a Senadora **Vanessa Grazziotin** e os Senadores **Valdir Raupp**, **Cícero Lucena, Alfredo Nascimento**, **José Pimentel**, **Ivo Cassol** e **Sérgio Souza**. Encerrada a Audiência Pública, dá-se início à **SEGUNDA PARTE**: **Item 1 – PROJETO DE LEI DO SENADO Nº 96, DE 2013**, de autoria do Senador **Vital do Rêgo**, que *"altera a Lei nº 7.525, de 22 de julho de 1986, para estabelecer novos critérios para as projeções na plataforma continental brasileira dos limites territoriais dos Estados e Municípios*". Relatoria: Senador **Sérgio Souza**. Resultado: Aprovado. **Item 2 – REQUERIMENTO DA CI Nº 33, de 2013**, de autoria do Senador **Jorge Viana**, que diz: *"Nos termos do art. 93, inciso II, do Regimento Interno do Senado Federal, requeiro a realização de audiência pública, no âmbito desta Comissão, com a finalidade de ser discutida a situação das obras da ponte sobre o Rio Madeira, BR – 364, no trecho que liga Porto Velho-RO e Rio Branco-AC, e sobre o sistema de balsas utilizados para fazer a travessia do rio. Para tanto solicito que sejam convidados os responsáveis pela referida obra no âmbito do Ministério do Transporte e do DNIT – Departamento Nacional de Infraestrutura de Transporte, bem como representante da ANTAQ – Agência Nacional de Transporte Aquaviários, para tratar da questão do sistema de balsas".* Resultado: aprovado. **Item 3 – REQUERIMENTO DA CI Nº 34, de 2013**, de autoria do Senador **Fernando Collor**, que diz:*" Nos termos do art. 58, §2º, incisos II e V, da Constituição Federal, combinados com o art. 90, incisos II, IX e X, do Regimento Interno do Senado Federal, requeremos seja realizada, por esta Comissão, audiência pública para debater o efetivo funcionamento e a conciliação das atividades de fiscalização e controle dos integrantes da Rede de Controle da Gestão Pública, especialmente de sua instância denominada Subgrupo de Auditorias de Obras Públicas, com a presença do Tribunal de Contas da União (TCU), da Controladoria-Geral da União (CGU), do Ministério Público Federal (MPF), do Ministério do Planejamento, Orçamento e Gestão (MPOG) e, como convidados para passar a integrar a Rede de Controle, o Instituto Brasileiro do Meio Ambiente e dos Recursos Naturais Renováveis (Ibama), a Fundação Nacional do Índio (Funai) e o Instituto do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional (Iphan)".* Resultado: aprovado. **Item 4 – REQUERIMENTO DA CI Nº 35, de 2013**, de autoria do Senador **Fernando Collor**, que diz: *"Nos termos do art. 58, §2º, incisos II e V, da Constituição Federal, combinados com o art. 90, incisos II, IX e X, do Regimento Interno do Senado Federal, requeremos seja realizada, por esta Comissão, audiência pública para debater a atuação do Tribunal de Contas da União nos contratos administrativos, especialmente no que tange às obras de infraestrutura, com a presença dos juristas Celso Antônio Bandeira de Mello, Marçal Justen Filho e José dos Santos Carvalho Filho, além de um representante da Associação Brasileira de Infraestrutura e Indústrias de Base (ABDIB)".* Resultado: aprovado. **Item 5 – REQUERIMENTO DA CI Nº 36, de 2013**, de autoria do Senador **Fernando Collor**, que diz: *"Nos termos do art. 58, §2º, incisos II e V, da Constituição Federal, combinados com o art. 90, incisos II, IX e X, do Regimento Interno do Senado Federal, requeremos seja realizada, por esta Comissão, audiência pública para debater e esclarecer sobre o descumprimento de diversas determinações do Tribunal de Contas da União no sentido de promover melhorias nas estruturas física e de pessoal do Departamento Nacional de Infraestrutura de Transportes (DNIT), com a presença do Ministério dos Transportes, do Ministério do Planejamento, Orçamento e Gestão e do Tribunal de Contas da União.".* Resultado: aprovado. Faz uso da palavra o Senador **Flexa Ribeiro**. Nada mais havendo a tratar, a reunião é encerrada às dez horas e trinta e sete minutos, lavrando, eu, Álvaro Araújo Souza, Secretário da Comissão, a presente Ata, que, lida e aprovada, será assinada pelo Presidente e publicada, juntamente com a íntegra das Notas Taquigráficas, no Diário do Senado Federal.

Senador **Wilder Morais, –** Presidente em Exercício

(*Texto com revisão.*)

O SR. PRESIDENTE (Wilder Morais. Bloco/DEM – GO) – Declaro, sob a proteção de Deus, a abertura da 25ª Reunião Extraordinária da Comissão de Serviços de Infraestrutura, da 3ª Sessão Legislativa Ordinária da 54ª Legislatura.

Antes de iniciarmos os nossos trabalhos, proponho a dispensa da leitura e a aprovação da Ata da 24ª Reunião.

As Srªs e os Srs. Senadores que a aprovam permaneçam como se encontram. (*Pausa.*)

Aprovada.

Comunicado da Presidência, em 19/06/2013.

A Presidência desta Comissão informa que recebeu do Tribunal de Contas da União (TCU) o Aviso nº 651, de autoria do Ministro João Augusto Ribeiro Nardes, Presidente do Tribunal, referente ao monitoramento do cumprimento das determinações constantes do Acórdão nº 752, de 2012, que trata da manutenção, conservação e reparo de obras especiais – pontes, viadutos e outros – das rodovias federais, sob responsabilidade do Departamento Nacional de Infraestrutura de Transportes (DNIT).

No referido acórdão, foram estabelecidas as seguintes determinações sumarizadas:

– manter atualizados, de acordo com as normas, os dados do Sistema de Gerenciamento de Obras de Artes Especiais (SGO) ou de sistema que venha a sucedê-lo, para, dessa forma, realizar um adequado planejamento da manutenção preventiva e corretiva dessas estruturas;

– promover, com a urgência requerida pela situação, a recuperação das obras de arte especiais das rodovias federais não concedidas em estado crítico e problemático, mapeadas pelo SGO em 2004, assim como de outras que sejam identificadas na mesma condição;

– encaminhar ao TCU, plano de ação e cronograma para a implementação das determinações contidas nos itens anteriores;

– planejar a recuperação das demais obras de arte especiais, de acordo com a gravidade de seu estado;

– verificar a adequação, em termos de quantidade, disponibilidade e formação técnica, dos recursos humanos existentes nas unidades locais do DNIT para fiscalizar as atividades de inspeção, manutenção e recuperação das obras de arte especiais a elas jurisdicionadas;

– estabelecer e discriminar o nível mínimo de intervenções nas obras de arte especiais no âmbito do Programa de Contratação, Restauração e Manutenção por Resultados (Pro-Crema) 2ª Etapa; e

– condicionar a aprovação dos projetos do Crema 2ª Etapa à realização de inspeções prévias das obras de arte especiais.

De acordo com a ação de monitoramento do TCU, as recomendações constantes do Acórdão n° 752, de 2012, até o momento, foram cumpridas apenas parcialmente.

Alertamos ao DNIT que redobre os esforços para cumprir as determinações exaradas pelo Acórdão do TCU, tendo em vista os riscos que a manutenção inadequada de pontes, viadutos e outras obras de arte especiais impõem aos usuários das rodovias federais.

Também reiteramos nossos apelos ao Ministério dos Transportes e ao Ministério do Planejamento para que dotem o DNIT do quadro funcional e dos recursos necessários para que esse órgão possa cumprir as suas atribuições de forma adequada.

Gostaria, ainda, de fazer uma observação de que o próprio General Fraxe já afirmou que o DNIT não conta com quadro técnico suficiente, então é imprescindível que o Governo fortaleça o DNIT para que a infraestrutura do Brasil avance.

Aviso nº 728

A Presidência comunica, também, o recebimento do Aviso nº 728, de autoria de Aroldo Cedraz, Presidente em Exercício do Tribunal de Contas da União.

O documento encaminha cópia do Acórdão proferido nos autos do processo nº TC 013.895/2012-5, que trata de levantamento realizado, com o objetivo de colher informações e avaliar riscos acerca das providências adotadas pelo Ministério de Minas e Energia e pela Agência Nacional do Petróleo quanto à exploração e produção de petróleo e de gás natural, sob o regime de partilha, em áreas do pré-sal e em áreas estratégicas.

No acórdão, os Ministros do Tribunal de Contas da União determinam ao Presidente do Conselho Nacional de Política Energética que até a data de envio da documentação relativa à primeira licitação do regime de partilha de produção, com vistas ao primeiro estágio de fiscalização, previsto na Instrução Normativa TCU 27/1998, informe ao Tribunal acerca da situação atualizada do planejamento da exploração e produção de petróleo e gás natural e os parâmetros por ele estabelecidos no regime de partilha de produção, em especial quanto à definição do ritmo de contratação previsto no art. 9º, inciso I, da Lei 12.351/2010, ou apresente justificativas à eventual ausência dessas definições.

Os acórdãos estão acompanhados por cópias dos relatórios e dos votos que os fundamentam.

Na forma do Ato nº3-CI, de 2012, os Avisos serão encaminhados à Consultoria Legislativa para análise e, caso cabível, sugestão de iniciativa ou providência a ser adotada no âmbito desta Comissão.

Cópias destes documentos encontram-se à disposição das Srªs e dos Srs. Senadores na Secretaria da Comissão.

Gostaria de aproveitar a oportunidade para falar sobre a missão oficial, da qual fiz parte, que o Ministro da Pesca e Agricultura realizou em Israel.

Israel, apesar do clima desfavorável e a escassez de água, é uma referência mundial na produção de peixes. Eles conseguem, com 1,3kg de ração, fazer com que uma tilápia chitralada consiga ganhar um quilo de peso. Conseguem ainda produzir peixe em alto-mar numa profundidade de 700m. Isso é possível graças a investimento em tecnologia que esse país adota.

A piscicultura precisa receber mais atenção também no Brasil, até porque os estudos indicam que, até o ano de 2030, haverá um déficit mundial de pescado, que será de 30 milhões de toneladas, e o Brasil sozinho é capaz de produzir e suprir esse déficit, já que temos 125 de toda água doce do mundo e uma enorme área de costeira.

Então, entendo que o tema de piscicultura não pode ficar fora dos debates desta importante Comissão.

Leitura do requerimento, solicitado pelo Senador Flexa Ribeiro.

Requeiro, nos termos do art. 93 do Regimento Interno do Senado Federal a inclusão do nome do Sr. Nelson Leite, Presidente da Associação Brasileira dos Distribuidores de Energia (Abradee), entre os convidados para participar de audiência pública destinada à discussão da Resolução nº 3, de 2013, do CNPE, proposta pelo Requerimento nº 23, de 2013.

Antes de iniciar a nossa audiência pública de hoje, gostaria de informar à população que poderá participar de nosso debate enviando perguntas e comentários aos nossos convidados. Para participar, basta ligar gratuitamente para o Alô Senado pelo telefone 0800-612211 ou enviar sua contribuição pela Internet, nos endereços www.senado.gov.br/alosenado, nos perfis do Alô Senado, no Facebook e no Twitter @alosenado, e também na minha página, através do www.facebook.com/wildermorais.

Portanto, qualquer cidadão, ouvinte ou telespectador de nossa audiência pode, desde já, enviar a sua pergunta ou o seu comentário aos nossos convidados acerca do assunto em discussão.

A primeira parte desta reunião destina-se à realização de audiência pública sobre o tema A Infraestrutura Rodoviária e a Mobilidade Urbana – Painel 3 do 2º Ciclo – Financiamento e Gestão de Transportes, parte integrante da Agenda de 2013/2014 – Investimento e gestão: desatando o nó logístico co País, da Comissão de Infraestrutura.

Para proferir as palestras de hoje e participar dos debates foram convidados os especialistas, a quem aproveito e convido para tomar assento à Mesa, Dr. Moacyr Duarte, Presidente da Associação Brasileira de Concessionárias e Rodovias (ABCR), e Dr. Orlando Strambi, Professor Titular de Transporte Urbano da Escola Politécnica da Universidade de São Paulo (USP).

Convido os dois palestrantes a fazerem parte da Mesa. (*Pausa.*)

Informamos aos nossos convidados que o tempo de apresentação inicial será de 20 a 30 minutos, com tolerância de mais dois minutos.

Somente após a exposição dos nossos convidados, dos nossos dois palestrantes, a mesa abrirá as inscrições para as perguntas dos Srs. Senadores.

Então, concedo a palavra ao Dr. Moacyr Duarte, Presidente da Associação Brasileira de Concessionárias Rodoviárias (ABCR).

O SR. MOACYR DUARTE – Bom dia a todos!

Agradeço a oportunidade que a Comissão nos dá de fazer a apresentação da nossa visão sobre os programas de concessão de rodovias.

Eu não pretendo falar nenhuma novidade, mas colocar realmente os problemas que, hoje, são muito discutidos, de modo a permitir uma colocação adequada desses problemas.

A primeira observação que eu tenho de fazer é que, quando se fala em infraestrutura rodoviária, há de se considerar que ela envolve três aspectos que são realmente importantes. Um é o da construção, melhoria e ampliação, que são obras que têm que ser feitas; é a construção da malha. Normalmente, a visão geral, normal, é de que a estrada se resume a essa etapa, ou seja, construir e deixar. É uma visão que vem dos romanos, cujos resquícios das estradas por eles construídas ainda se encontram na Europa e na África.

Todavia, evidentemente, hoje, a infraestrutura rodoviária não se limita somente à construção, à melhoria e à ampliação; ela envolve também a necessidade de manutenção, conservação e, principalmente, a operação.

Como a frota de veículos está aumentando muito, a demanda de rodovias aumenta, e a operação se torna cada vez mais importante. Então, não se pode olhar a infraestrutura rodoviária apenas sob o enfoque da construção. Este é um dos grandes problemas que, por exemplo, são enfrentados quando se quer cobrar pedágio. E isso não é só no Brasil, mas em outros países também.

Quando se quer cobrar pedágio em uma rodovia já existente, o usuário diz: ”Mas, se eu já paguei pela construção da estrada, por que, agora, eu preciso pagar outra vez?” Ele, assim, realmente desconhece ou não está consciente de que você tem de conservar, manter e operar. E isso, hoje, a gente está vendo muito nos Estados Unidos, onde faz 50 anos que foi concebido o plano das *interstates*, que estão exauridas, havendo, pois, a necessidade serem feitas novas. E essa discussão é muito grande. Esse é o primeiro aspecto que importa registrar.

O segundo aspecto da infraestrutura rodoviária é a forma como você financia o setor. Evidentemente, a primeira ideia é que fosse feito com recursos do Orçamento-Geral do Estado, mas nós temos muito poucos exemplos de países que têm uma malha rodoviária adequada sustentada por recursos do orçamento. Isso porque, evidentemente, hoje, as demandas são muito grandes de outros setores, como educação, saúde, justiça, previdência, e essa competição prejudica o investimento no setor.

Isso vem de longa data, tanto que, no Brasil da década de 40, com a Lei Joppert, e nos Estados Unidos, com o programa das *interstates*, tentou-se criar recursos específicos e vinculados. No caso do Brasil, foi o Imposto Único sobre Combustíveis e o Fundo Rodoviário Nacional; nos Estados Unidos, também, o imposto sobre combustíveis. Esses recursos específicos existem em grande parte dos países, e eles, normalmente, decorrem de um imposto sobre combustível, uma vez que ele está um pouco ligado ao uso do veículo. Contudo, há também impostos sobre pneus, bem como impostos sobre licenças de veículos, como seria o IPVA, ou até imposto sobre as vendas a varejo.

Então, existem impostos específicos. Entretanto, o que é que está acontecendo com esse tipo de recursos específicos? Eles estão perdendo a validade, pois os veículos, hoje, consomem menos combustíveis e, hoje, você tem veículos alternativos, com outros sistemas.

E você vê isso claramente nos Estados Unidos, onde os recursos do imposto sobre combustíveis deixaram de ser suficientes para financiar a construção de novas rodovias, a conservação e a melhoria. E o imposto sobre combustível tem, também, um grande problema na hora em que você tem que aumentar. O contribuinte reclama e é muito difícil.

E aí, nós temos, aqui, o exemplo do nosso caso, que é a Cide. Depois de extinto o Imposto Único sobre Combustíveis na Constituição de 1988 e na década de 2000, você restabeleceu a Cide, que não era propriamente igual porque ela tinha outras destinações. E ela era também um valor fixo sobre o litro de gasolina ou de diesel. E quando você tem que aumentar, você enfrenta uma resistência muito grande.

Então, diante desse quadro, a alternativa seria a cobrança pelo uso das rodovias. E esse é, realmente, um sistema que se está ampliando muito no mundo inteiro, desde o Vietnã até os Estados Unidos. E como se faz isso? Faz-se isso através da praça de pedágio, do pedágio de barreira. Você interrompe o tráfego e faz pagar. Esse é um sistema que realmente enfrenta muita resistência. Ele tem um problema ligado à base de pagantes. Você tem que colocar uma praça de pedágio a uma distância razoável, porque não é econômico você colocar uma praça de pedágio a curto prazo, e você leva um efeito sobre a base de pagantes. Então, você não tem todos os usuários pagando pelo uso da rodovia; algumas vezes, uma minoria paga e subsidia os outros.

Então, hoje, está-se evoluindo para o sistema automático, que é o pedágio eletrônico. Hoje, no Brasil, nós já temos implantados vários sistemas, que estão em plena operação. Hoje, no Estado de São Paulo, mais da metade do pagamento de pedágio é feito através de pedágio eletrônico. Só que ele ainda tem um problema: ele está vinculado às praças de pedágio. Portanto, muitos usuários deixam de pagar. Está-se evoluindo, então, para a cobrança pela distância percorrida, o que se chama de *free flow*. Ou seja, você tem um sistema de pórticos. Aí, a cada cinco ou dez quilômetros você faz o sistema. Isso tem implicações que são problemas de não tecnologia. A tecnologia existe, está dominada... São Paulo está fazendo uma experiência nesse sentido, chamada de ponto a ponto, em teste, que está evoluindo, mas o problema é o controle da frota: você ter certeza de que um veículo que não esteja registrado use a rodovia e você não consiga localizá-lo para cobrar. Isso é um problema que tem que ser resolvido, e a expectativa é que se resolva isso com o Sineave.

É isso um pouco do que eu falei.

Nós tivemos um modelo que funcionou da década de 40 até o começo da década de 80, instituído pela Lei Joppert, que criou o Fundo Rodoviário Nacional e o Imposto Único sobre Combustíveis. Ele foi... A partir da década de 80, o Fundo Rodoviário Nacional foi sendo desidratado, deu-se outra destinação aos recursos dele, e, finalmente, a Constituição de 88 extinguiu o Imposto e o Fundo.

Com isso, teve que haver alternativas. Uma delas, então, foi a concessão de rodovias, o que se iniciou em 1993, através de um grupo formado no DNER.

Qual a característica do atual programa brasileiro, o que está em operação? São rodovias existentes, porque você praticamente tinha que trabalhar para melhorar a rodovia que estava degradada. Elas estavam praticamente abandonadas desde 1995 ou 1996; há mais de dez anos que não se faziam investimentos nas rodovias. Então, concentrou-se muito nas rodovias existentes, na operação, na melhoria, e na ampliação. São rodovias abertas. Elas não foram feitas para cobrança. Então, no caso da Dutra, por exemplo, a Via Dutra, ela tem 2 mil acessos. Então, não tem como você controlar, ter uma base de pagantes adequada. Na Dutra, menos de 10% dos usuários pagam pedágio. Então, você tem 10% pagando e subsidiando os

outros 90% que usam sem pagar, que é o problema da base de pagantes.

Tirando a Ponte Rio-Niterói ou a Terceira Ponte, de Vitória, em que cem por cento dos usuários pagam, no resto, a base pagante é menor, e em alguns casos, como na Dutra, ela é muito baixa.

Outra característica do programa de concessão atual é a prestação de socorro médico e mecânico. Isso foi introduzido. A Dersa, em São Paulo, quando inaugurou o Sistema Anchieta-Imigrantes, implantou o sistema, para atender, é claro, o usuário, permitindo que rapidamente ele fosse atendido, e também para que se desobstruísse a via, evitando congestionamento. O programa continuou, então, com a prestação do serviço, o que, hoje, é muito valorizado pelos usuários.

Hoje, considerando a legislação da PPP, há as concessões comuns, que são as concessões autossustentáveis, sem subsídios, sem nada; as concessões patrocinadas, em que parte do recurso é aportada pelo poder concedente; e as concessões administrativas, em que, na realidade, há um contrato de prestação de serviço de longo prazo em que o concessionário é remunerado pelo poder concedente para a prestação do serviço.

A inovação – é um fato para o qual se tem de chamar a atenção – é que, com as concessões de rodovias, o Poder Público se desonerou da obrigação de administrar, transferindo-a para a iniciativa privada, e, ao mesmo tempo, cobra tributos sobre isso. Parte significativa do valor do pedágio arrecadado volta ou para o Governo Federal ou para o Município através de ISS ou através de PIS, de Cofins e de outros impostos. Praticamente, um quinto da receita de pedágio volta para o Governo.

Hoje, na ABCR, há 55 associadas. Está explícito aí o que fazem. Há concessões em nove Estados: Pernambuco, Bahia, Espírito Santo, Minas Gerais, Rio de Janeiro, São Paulo, Paraná, Santa Catarina e Rio Grande do Sul. São 14 concessionárias federais, 40 estaduais e uma municipal, que é a Linha Amarela no Rio de Janeiro. São 4.773 quilômetros de rodovias federais e 10.678 quilômetros de rodovias estaduais, e a Linha Amarela só tem 18 quilômetros. Isso equivale a 7% da malha pavimentada brasileira, mas, realmente, são as principais vias de transporte. Todos os portos brasileiros mais importantes do sul contam com ligação rodoviária operada pela iniciativa privada, assim como os aeroportos.

Posteriormente à Lei das PPPs, houve duas concessões patrocinadas: a MG-050, em Minas Gerais, que foi a primeira, e a Rota dos Coqueiros, em Pernambuco. Parte dos recursos é aportada pelo poder concedente ao Estado de Pernambuco e ao Estado de Minas Gerais.

Esse é um mapa das concessões, como vocês podem ver. Há concessão que vai praticamente de Pernambuco, pelo litoral, passando pela Bahia, até chegar ao Rio Grande do Sul. Há uma concessão em Mato Grosso, mas ela não é associada à ABCR.

Essas são as novas concessões que estão em estudo, essas são as nossas perspectivas. Imagina-se que, hoje, está se cuidando de um novo programa, que é esse programa federal que está em discussão e que é importante. Ele envolve nove lotes de rodovias, 7,5 mil quilômetros, em Estados em que hoje não há concessão, como é o caso de Mato Grosso e de Goiás. Então, é uma malha que está especificada aí. Vocês podem ver que é realmente importante. São 7,5 mil quilômetros, todos para duplicação, o que vai, realmente, ampliar praticamente a malha rodoviária concedida.

Vou falar um pouco agora, então, dos problemas, do que está envolvido nessa discussão.

Acho que o grande problema do programa de concessões de rodovias é o processo de contratação. Hoje, são aplicados dispositivos da Lei de Licitações tradicionalmente que eram destinados a contratar obras e a comprar materiais ou serviços. O problema é que, quando você contrata uma concessão, você está fazendo um contrato para uma prestação de serviço durante 20 anos, 25 anos, 30 anos. Agora, já se está falando de concessões de outros setores de 35 anos. Então, há uma complexidade maior.

Agora, existe uma experiência no mundo inteiro. Como é que se faz isso? Normalmente, usa-se uma metodologia que se chama diálogo competitivo. Na realidade, não é um processo de licitação, em que alguém faz uma oferta, e bateu o martelo, e ganhou por um fator só, que, nosso caso, é a tarifa de pedágio, ou quem dá a maior oferta, quem pede menos no caso de uma concessão patrocinada, ou quem oferece mais, como foi o caso dos aeroportos.

O diálogo competitivo, como é que ele é feito? O Poder Público solicita os interesses, há a apresentação de uma proposta técnica, ele seleciona duas ou três empresas e faz uma negociação com essas duas empresas. Não uma licitação propriamente dita. Ele negocia e, então, escolhe uma das duas.

Quem acompanhou recentemente um processo de privatização dos aeroportos de Portugal viu mais ou menos um exemplo. Uma empresa brasileira, a CCR, competiu com uma empresa francesa, e houve uma negociação no final. As duas ficaram para o final, e houve uma negociação. Infelizmente, ganhou a empresa francesa.

Então, essa é a maneira como se contrata concessão praticamente no mundo todo, com os nossos vizinhos aqui, na Colômbia, no Peru, no México e tudo mais. Mas, no Brasil, por dificuldades que nós temos, pela forma como o administrador público é controlado e treinado, ele não tem espaço para fazer esse tipo de negociação, que implica o diálogo competitivo. Então, você opta por fazer uma licitação, em que você decide por um fator só. Como eu disse, ganha quem deu a menor tarifa, ou ganha quem dá a maior oferta, ou quem pede menos para o Governo. Então, a proposta técnica, a capacidade acaba ficando em segundo lugar. Não quer dizer que ela seja desprezada, mas ela acaba ficando em segundo lugar.

E levou-se isso ao extremo, porque, nas primeiras concessões, você fazia um sistema clássico: a pré-qualificação, escolhia alguns licitantes, fazia a proposta técnica e depois fazia a proposta de preço. Você fazia, então, esse tipo de processo, por etapas, e ia selecionando. Quando se chegou à segunda etapa das concessões federais, chegou-se ao extremo e aplicou-se o sistema inversão de fases. O que é uma inversão de fases? Você abre as propostas de preço e abre a proposta técnica e demais documentos somente do próximo vencedor.

A nossa experiência brasileira mostra que dificilmente você consegue reverter uma decisão da menor oferta. Dificilmente. Por mais que você mostre defeitos na proposta, principalmente quando a diferença é grande, não se consegue alterar. Então, essa metodologia de inversão de fases levou a uma série de problemas que estamos vendo hoje, como as concessões da segunda etapa, os problemas que elas estão vivendo. Vem muito do processo de licitação e dos estudos de viabilidade, como vou mostrar um pouco para frente. O que aconteceu? O Governo também aprendeu com a lição da segunda etapa, mas ele não tem espaço, como voltar ao sistema de pré-qualificação e de proposta técnica. Está-se mantendo a inversão de fases.

Um dos argumentos que se usa muito pela inversão de fases é que ela é rápida. Então, ela permite que rapidamente se decida e tudo mais. A gente vê que isso não é também tão simples assim. Nós tivermos recentemente uma concorrência para uma concessão no Estado do Espírito Santo, em que a proposta foi apresentada em janeiro de 2012, e o contrato foi assinado em abril de 2013, porque houve uma série de impugnações, por essas razões que falei, e acabou atrasando.

O Governo, evidentemente, com isso tudo que aconteceu, inclusive com essa experiência recente do Espírito Santo, fez uma inovação que caminhou um pouco no sentido do diálogo competitivo. O Poder Público, a ANTT, passou a fazer dois procedimentos, além da clássica audiência pública, que era para atender à legislação e tudo mais, mas havia muito mais um aspecto quase simbólico, porque as contribuições normalmente eram analisadas sem muita consideração para o fim do projeto. Então, criaram-se duas metodologias, dois eventos novos: um foi a tomada de subsídios e o outro foi as reuniões participativas. Então, você abria espaço realmente para que os interessados, antes de o edital ser publicado, oferecessem as suas contribuições, mostrassem como eles veem o processo. E isso realmente teve um impacto grande.

Posteriormente, até, em fevereiro, março deste ano, a ANTT realizou uma reunião participativa sobre os sete lotes da terceira fase. E isso também foi muito importante. Recentemente, ela publicou o relatório, em que se vê que ele absorveu muitas das contribuições que foram feitas. Então, essa foi uma forma, que não é realmente a ideal, de se aproximar de um diálogo competitivo. Ou seja, você chama as empresas interessadas, quem tem *know-how* e quem vai apresentar a proposta, e ouve o que eles falam. Isso levou a uma...

(*Soa a campainha.*)

O SR. MOACYR DUARTE – Isso levou a uma mudança significativa nos estudos de viabilidade que estavam sendo feitos e que recentemente foram publicados. Você teve um aumento substancial na tarifa teto, consequência dessas reuniões.

De qualquer maneira, ou de áreas competitivas ou inversão de fases, o que for, o Governo tem que fazer um estudo de viabilidade, porque ele tem que saber o que é que ele tem na mão para contratar. O que fazem os estudos de viabilidade? Primeiro, realmente, a definição dos investimentos que você quer fazer, dos custos desses investimentos e o cronograma de realização desses investimentos. Porque o ideal seria que fossem compatíveis com o fluxo de caixa. Ou seja, eu vou fazer duplicações e terceiras faixas na medida em que o tráfego demanda. Porque o tráfego no nosso sistema é o risco do concessionário. Se o tráfego subir ou cair, é problema do concessionário. Ele ganha mais ou perde. Então, se você define o cronograma dos investimentos sem atá-lo ao fluxo de caixa, você pode criar uma situação para o concessionário de risco mais agressivo. Por quê? Porque, além de ele ser responsável por um tráfego menor, ele ainda vai fazer investimentos que não são necessários porque o tráfego não demanda. Então, é um risco que está embutido no programa. Mas esse é um aspecto.

Outro aspecto importante no estudo de viabilidade é a projeção do tráfego, a projeção do crescimento do tráfego. Porque até para se estimar a receita de uma concessão durante 25, 30, 35 anos, você tem

que fazer uma estimativa da receita e uma estimativa do tráfego. O Governo, inicialmente, quando começou esse programa, com aqueles dois projetos que foram... Quando essas licitações foram canceladas, falava em uma projeção de tráfego de cerca de 5% ao ano durante 25 anos. Estudos da ABCR – mensalmente nós publicamos o índice ABCR – mostram que nos últimos 12 anos o crescimento médio do tráfego é de 3% ao ano. Então, 5% era um valor realmente exagerado. E na hora que você faz isso, você aumenta a receita e, portanto, pode trabalhar com uma tarifa teto menor. No relatório que recentemente a ANTT publicou ela já trabalha com uma projeção de crescimento de tráfego de 3,65%, que eu ainda acho que é otimista, mas que já se aproxima muito mais da realidade.

Finalmente, o problema da TIR (Taxa Interna de Retorno), que é a remuneração que o concessionário vai ter. Trabalhava-se com 5,5%, e o relatório mostra, até com base em estudos feitos pelo Ministério da Fazenda, que se aumentou a TIR para 7,2%. Por que é importante chamar a atenção para esses fatores? Porque eles não são estáticos, não são fixos. Eu faço esse estudo de viabilidade, e ele vale para hoje ou para curto prazo. Porque, realmente, se houver uma defasagem muito grande entre o estudo de viabilidade, a licitação, a contração e a entrada da concessionária no serviço, isso tudo pode ficar superado. Aquele investimento que parecia adequado hoje, daqui a dois anos não é mais, assim como o custo respectivo e o tráfego respectivo. A mesma coisa com a previsão de tráfego. Hoje, eu faço uma projeção de tráfego considerando um PIB, uma perspectiva de PIB e algumas coisas, mas quando chega lá na frente, na hora de eu assinar o contrato, ele pode não corresponder mais.

E finalmente a TIR. Porque a TIR o que é? A TIR é calculada com base nos custos financeiros. A remuneração do capital próprio, os custos dos financiamentos, tudo isso. Esse também é outro fator. Hoje, você já pode ver nos jornais algumas publicações. Apesar de o Governo, a ANTT e o Ministério da Fazenda terem alterado a TIR de 5,5% para 7,2%, já existe uma discussão porque 7,2% também já não é mais válido. Por quê? A Selic aumentou, o dólar está aumentando, a situação mundial. Então, se eu demoro muito para fazer essa contratação, quem sabe o que vai acontecer daqui a um ano, dois anos? Então, isso também é muito importante, para que não haja uma defasagem.

Um dos grandes problemas dos contratos da segunda etapa é que os estudos de viabilidade tinham sido feito cinco, seis, sete anos antes. Apesar de se atualizarem no papel esses estudos, não se refez o tráfego, não se viu o tráfego outra vez, não se viram os investimentos. Então, hoje acontece, a concessionária chega lá – como está acontecendo e vocês devem ter visto no Fantástico outro dia –para fazer um trecho novo de estrada, há um projeto habitacional no local.

Nós temos casos, por exemplo, da BR-101, em Campos, em que, quando se fez o estudo, os estaleiros estavam praticamente desativados; quando chegaram lá para fazer a obra, os estaleiros estavam, como estão hoje, em pleno vapor, trabalhando, e já não podem ser feitos determinados alargamentos da rodovia, duplicação para o lado deles. Então, esse é um aspecto realmente importante.

Outro ponto que é importante nesse programa, e para o qual eu gostaria de chamar a atenção, é problema da modicidade tarifária. O que é a modicidade tarifária? É a tarifa mais baixa possível? Não, não é. A tarifa é módica – isso está na própria lei que criou a ANTT – quando ela corresponde aos benefícios que o usuário vai ter com a ampliação, com a melhoria, com a estrada nova. Então, por isso é importante... E eu acho que é muito mais importante, algumas vezes, o Governo, ao fazer um estudo, por exemplo, para fixar a tarifa teto, mais do que fazer estudos econômicos, por exemplo, para saber quanto é que chega a tarifa, seria ver qual a vantagem do usuário com a melhoria, com a ampliação da rodovia, com a sua conservação boa, com a sua sinalização, com a sua limpeza, com socorro médico, com socorro mecânico; quanto ele vai ganhar em economia de combustível, em tempo de viagem e desgaste do veículo. Aí, essa será a tarifa.

Ao se chegar à conclusão de que a tarifa que é preciso cobrar, pelos estudos de viabilidade, é maior do que o benefício que o usuário vai receber, o que tem que ser feito? Tem que se perceber que não é mais uma concessão comum.

Quer transferir para a iniciativa privada esse trecho, mediante cobrança de pedágio? Faz-se uma concessão patrocinada ou, em extremo, uma concessão administrativa.

Então, eu acho que é importante chamar atenção para esse aspecto que, muitas vezes, não é visto. O estudo de viabilidade é importante para definir qual é a tarifa adequada, mas, para tarifa teto, teria que se trabalhar também a relação custo/benefício para o usuário, porque isso realmente é fator importante. Se isso não for feito, na frente, o concessionário vai ter problema.

Hoje – eu falei muito nas federais –, nós temos alguns programas estaduais importantes em andamento. Na Bahia, vocês devem ter visto, há um estudo em andamento para construir uma ponte ligando Itaparica. No Ceará, existem alguns projetos em andamento. Em Goiás, já há aí três projetos em andamento. Em São Paulo, o Governo está cogitando, na rodovia dos

Tamoios, uma PPP e também no túnel de ligação de Santos com Guarujá.

Normalmente, esses programas estaduais estão andando à base de um outro procedimento que é importante, que é o procedimento de manifestação de interesse. Ou seja, o governo diz: "Eu quero transferir para a iniciativa privada esse empreendimento. Quem é que tem interesse?" E, muitas vezes, é até diferente: o próprio empreendedor privado localiza uma oportunidade de concessão e apresenta para o governo o seu interesse e o seu estudo.

Então, aquilo tudo de que eu falei, dos estudos de viabilidade, da questão da iniciativa privada, fica superado, porque o empreendedor, evidentemente, tem interesse em realizar aquilo porque vai ter lucro e ele faz o estudo.

Normalmente, tirando o caso de São Paulo, da Rodovia dos Tamoios – apesar de que há também um estudo de procedimento –, todos esses trabalhos nos Estados estão sendo feitos via procedimento de manifestação de interesse. E eu acho que isso vai realmente progredir. Nós temos notícias de outros Estados também que estão estudando outros projetos. O próprio Paraná, que já tem um programa de concessões, está estudando algumas PPPs nesse procedimento de manifestação de interesse.

Então, eu vejo o seguinte: nós temos, hoje, a expectativa de um grande programa federal, que são esses nove lotes. Eu acho que o curso do processo está sendo aperfeiçoado, como mostrei, e ele deve ser bem sucedido; bem assim, vários programas estaduais, usando esse procedimento de manifestação de interesse.

Era isso, então, que eu queria colocar.

Fico à disposição para qualquer discussão.

Muito obrigado.

O SR. PRESIDENTE (Wilder Morais. Bloco/DEM – GO) – Agradeço a contribuição do Dr. Moacyr Duarte.

Antes de passar a palavra ao Dr. Orlando Strambi, gostaria de relembrar que a população poderá participar do nosso debate, enviando perguntas e comentários aos nossos convidados.

Para participar, basta ligar gratuitamente para o Alô Senado, pelo telefone 0800-612211, ou enviar a sua contribuição pela Iinternet, por meio do endereço www.senado.gov.br/alosenado, ou ainda, pelos perfis do Alô Senado no Facebook e no Twitter, @AloSenado, e também pela minha página, no endereço www.facebook.com/wildermorais.

Gostaria de conceder a palavra ao Dr. Orlando Strambi, Professor Titular de Transporte Urbano da Escola Politécnica da Universidade de São Paulo (USP).

O SR. ORLANDO STRAMBI – Bom dia!

Gostaria de agradecer a oportunidade do convite da Comissão de Infraestrutura do Senado.

Passo a fazer a minha apresentação.

O tema a mim proposto foi falar sobre uma unidade urbana e a infraestrutura de transporte. Então, o enfoque, agora, passa a ser, não mais o transporte regional, como anteriormente se fez pela apresentação do Dr. Moacyr, mas o transporte urbano, cuja relevância, hoje, não se precisa sequer justificar. Nós estamos aí, mais ou menos, no olho do furacão.

Embora a questão que eu vá tratar, mais ligada à infraestrutura, não seja necessariamente ligada à questão tarifária, ela tem como consequência a questão tarifária, bem como há uma série de outros aspectos envolvidos nesse sentido.

Então, primeiramente vem a pergunta: o que, afinal, seria a infraestrutura urbana? E, aí, a gente pode encontrar algumas definições alternativas, uma delas, como esta, mais próximas da engenharia, mas técnica: o conjunto de sistemas técnicos e de equipamentos e serviços necessários ao desenvolvimento das funções urbanas. Uma definição abrangente, mas, de certa forma, uma visão mais técnica.

Uma visão provocativa, mas de fundo econômico, seria entender a infraestrutura, no seu sentido mais amplo, como tudo que é necessário à reprodução da sociedade no capitalismo, numa economia capitalista, e que não pode, naturalmente, ser produzido pelo mercador e que resulta, então, na necessidade de o Estado assumir a produção de algum mecanismo, diretamente ou por delegação.

Então, são duas definições que buscam caracterizar, afinal, o que seria infraestrutura, em particular, quando estamos pensando em uma área urbana, onde a estrutura física define também a localização das atividades. As cidades se moldam em função da provisão de infraestrutura.

Ao pensar em infraestrutura especificamente para mobilidade urbana, a gente deve lembrar que existe uma lei, recém-aprovada no Brasil, de janeiro do ano passado, a Política Nacional de Mobilidade Urbana, que tem alguns objetivos, dos quais eu destaco algumas palavras que voltarão a nos incomodar ao longo da apresentação.

Primeiro, o objetivo de melhoria da acessibilidade e da mobilidade. Duas palavras cujo contexto eu vou procurar esclarecer. Segundo, contribuir para o acesso universal à cidade. A preocupação com o acesso è em relação à cidade, e não aos sistemas de transportes. Terceiro, reduzir desigualdades e promover a inclusão, o que também é uma missão que acaba sendo atribuída ao transporte, mas, na verdade, ao que

o transporte faz com a cidade ou ao que a cidade faz com os transportes.

Mobilidade e acessibilidade. Rapidamente, dois conceitos.

Mobilidade é a palavra da moda e tem sido usada para representar tudo. Na verdade, parece um *mea culpa* dos engenheiros de transporte ou dos planejadores de transporte, que, não conseguindo tratar adequadamente a questão dos transportes, mudaram o nome do problema para ele se tornar um novo problema. Todavia, a rigor, é o mesmo problema. Uma palavra que pode ser muito simplista, porque a mobilidade implica a capacidade de se locomover; então, basicamente, são ações de transporte que estão por trás disso.

Porem, o conceito mais importante é o de acessibilidade, que é a facilidade de chegar às oportunidades. Eu não quero simplesmente me transportar; eu quero chegar a algum lugar. O benefício vem da atividade que eu vou fazer ao final do meu deslocamento. E aí há vários tipos de ações, não apenas de transportes, mas também de planejamento urbano, de como as cidades são organizadas, e até de tecnologia. Hoje em dia, eu consigo chegar ao meu trabalho através do computador, consigo chegar a um processo educacional através da Internet, consigo chegar ao meu centro de compras através de computadores. Ou seja, são todos fenômenos ainda em escala reduzida, mas são fenômenos crescentes e que vão afetar a nossa vida no futuro, e a organização, a estrutura das cidades.

Lembramos, então, agora, que nós temos a Política Nacional de Mobilidade Urbana, que tem princípios. Um deles é o do desenvolvimento sustentável das cidades. Mas ela fala também numa justa distribuição de benefícios e ônus. No caso do transporte urbano, há diversos beneficiários, e é importante a lei reconhecer isso, porque isso pode ter implicações para o financiamento, que tem sido tratado de uma forma muito convencional, e, na verdade, há outros beneficiários. Basta imaginar uma cidade na qual o transporte foi reduzido ou suspenso por alguma greve ou algo assim. O que acontece nessa cidade? Ela para de funcionar. Ou seja, há benefícios que vão além dos usuários, e a gente não reconhece isso.

Da mesma forma, há custos impostos, em particular, ao transporte público que não são decorrentes simplesmente da atividade do transporte público. Por exemplo, os congestionamentos, pelos quais os automóveis são os principais responsáveis. A gente não consegue nem comparar a quantidade... Em São Paulo, cidade de onde eu venho, fala-se que há sete milhões de veículos, algo assim, enquanto nós temos, talvez, a ordem de dezenas de milhares de ônibus. Ou seja, o congestionamento é provocado principalmente pelos automóveis. Então, ao se provocar o congestionamento, reduz-se a produtividade dos equipamentos de transporte público, em particular os ônibus, aumentando o custo do serviço. Então, parte do custo do serviço do transporte público, em particular por ônibus, é oriundo de um congestionamento provocado pelos automóveis. Então, quem impõe custos ao serviço não é apenas quem está executando a atividade do transporte público.

A gente precisa reconhecer, então, que há diversos beneficiários e há diversas pessoas que estão causando ônus ao custo dos transportes coletivos em particular nas cidades brasileiras.

Há, também, preocupação com a equidade no uso do espaço viário. Talvez este seja um dos pontos centrais da minha apresentação. Não basta infraestrutura, pois é preciso, em particular no caso da infraestrutura de superfície e infraestrutura viária em geral, saber como nós vamos usar esse espaço adicional que nova estrutura viária pode criar.

E o consumo de espaço por diferentes alternativas de transporte é brutalmente diferente. Essa é uma figura clássica que mostra o espaço ocupado por uma certa quantidade de pessoas em automóveis, o espaço ocupado pela mesma quantidade em um ônibus, o espaço ocupado por essas mesmas pessoas em bicicletas, tem fotos que incluem pessoas a pé, outras alternativas, mas, na verdade, o fato é que o automóvel consome uma proporção de espaço viário que é bastante, significativamente maior que outras alternativas, em particular, de transporte público.

A Política Nacional também tem diretrizes que aparecem em um de seus artigos. Ela fala em prioridades. As prioridades estão claramente estabelecidas para os modos não motorizados, o que, no Brasil, significa, basicamente, a caminhada e a bicicleta, e para o transporte coletivo sobre o individual. Há priorização de projetos de transporte coletivo estruturadores e indutores do desenvolvimento urbano. E aí nós começamos a ver a ligação do transporte com o desenvolvimento urbano, que é um fator essencial, e a integração, agora explicitamente, com a política de desenvolvimento urbano. Então, nós vemos uma lei referente a transportes, o uso da palavra mobilidade, que, como já falei, é a da moda, mas não a mais importante, e que migra para a questão do desenvolvimento urbano.

A Lei da Mobilidade Urbana não fala especificamente sobre financiamento, mas dá algumas indicações de coisas que podem ser tratadas. Primeiro, ela reconhece a necessidade de contribuição de beneficiários diretos e indiretos, como eu mencionei há pouco. Existem beneficiários diretos, os usuários que estão utilizando, mas existem beneficiários indiretos. E isso

abre possibilidade para que o financiamento seja dividido, compartido com outros setores da sociedade.

A França tem o exemplo clássico de um imposto sobre o faturamento das empresas que é responsável por cobrir um terço do custo do transporte público na França. Então, há outros exemplos pelo mundo onde o reconhecimento de que há outros beneficiários vem sendo discutido. A nossa legislação tributária não tem facilitado a adoção de medidas como essa.

A identificação de fontes de receita alternativas ou de projetos associados. Está grifada a expressão "projetos associados". Um exemplo de um dos poucos metrôs que são autossustentáveis no mundo é o de Hong Kong e o de algumas outras cidades chinesas, porque as concessionárias receberam o direito de explorar as terras, os terrenos próximos às áreas das estações que recebem um impacto positivo da acessibilidade adicional trazida pelos metrôs, que, com isso, se valorizam. E essa valorização, muitas vezes, é capturada por outro agente, não pelo agente que está promovendo o transporte ou que investiu na melhoria daquela acessibilidade. Então, a ideia dos projetos associados também foi consagrada na nova lei de mobilidade.

Também se abre outra possibilidade: a aplicação de tributos pela utilização da infraestrutura urbana, visando a desestimular o uso de determinados modos. Isso está claramente dirigido, em particular, ao automóvel. E esses tributos, muitas vezes, são o que se costuma chamar de pedágio urbano, que não é um bom nome, mas que já é de conhecimento geral.

E há outro princípio estabelecido na lei vinculando a receita ao transporte público e ao transporte não motorizado. Ou seja, a eventual receita de algo como um pedágio urbano seria destinada ao transporte público e ao não motorizado.

Finalmente, a lei prevê ainda alguns instrumentos de gestão, como medidas de restrição e de controle de acesso e de circulação. Então, a palavra "restrição" também aparece na lei. Políticas de estacionamento também são tratadas como estrutura na lei.

Há ainda a dedicação de espaço exclusivo. Como falei antes, trata-se da questão de como vamos usar o espaço – em particular, o espaço de superfície – para o transporte coletivo e não motorizado.

A lei define quais são as infraestruturas – há um artigo na lei que as define – na mobilidade urbana. E lá há uma longa lista. E não sei se todas elas se enquadrariam naquelas definições do que seria infraestrutura que apresentei inicialmente. Fala-se de vias em geral, das rodovias, em particular, das metrovias, das hidrovias, das ciclovias. Curiosamente, não se fala em pedestrovias, que seriam as calçadas, que, talvez, sejam uma das mais importantes infraestruturas urbanas, às quais não damos atenção e que não aparecem de forma explícita no corpo da lei. Fala-se ainda de estacionamentos, de terminais, de pontos de ônibus ou de outros modos de transporte para embarque e desembarque, de sinalização, de equipamentos e instalações – é algo genérico, não sei exatamente o que é – e de instrumentos de controle, de fiscalização e de difusão de informações. Até os procedimentos ou equipamentos para dar informação aos usuários são tratados como infraestrutura, o que faz sentido.

Agora, a gente precisa reconhecer que, quando se fala em infraestrutura urbana, as necessidades podem ser diferentes. A cidade grande é diferente da cidade pequena. As áreas centrais são diferentes das periferias. Os corredores com alta demanda de transporte são diferentes daqueles de baixa demanda. Eles vão exigir soluções diferentes, porque têm necessidades diferentes.

Agora, acima de tudo, a gente tem de lutar numa batalha contra os preconceitos que prevalecem na área. Primeiro, falo sobre o Brasil e vejo os outros países. Primeiro, soluções que podem servir para uma cidade grande não servem para uma cidade pequena, mas as soluções que servem para uma cidade pequena podem servir para uma região periférica de uma cidade grande, por exemplo. Soluções que, eventualmente, servem para outro país podem não servir para alguma cidade brasileira, mas muitas delas devem ser olhadas com carinho e devem ser estudadas – às vezes, por mero preconceito de achar que o que é dos outros não nos serve, elas acabam sendo deixadas de lado.

Então, o que é que as grandes cidades pelo mundo – vou apresentar agora algumas ideias – têm feito se querem, de fato, contribuir para um futuro sustentável? E não é apenas o transporte que deve ser sustentável; o transporte deve contribuir para a cidade sustentável. É claro que o transporte da cidade sustentável tem de ser um transporte sustentável, mas não basta isso. Ele deve ajudar a moldar, a fazer funcionar, de forma sustentável, uma cidade. Esse é o objetivo principal do sistema de transportes.

E aí vamos encontrar, divididos pelo mundo, alguns exemplos, e estão todos incluídos na nossa lei. Quer dizer, fazer valer a lei não significará nada além de seguir os bons exemplos, que estão embutidos na lei. Há basicamente quatro elementos nas políticas de transporte urbano e de desenvolvimento urbano que a gente tem visto atualmente: primeiro, medidas de desestímulo ao uso do automóvel; segundo, medidas de melhoria do transporte coletivo; terceiro, estímulo ao transporte não motorizado – no caso brasileiro, como falei, é o transporte feito a pé e de bicicleta –; quarto,

finalmente, a integração entre o uso do solo, o desenvolvimento urbano e os transportes.

Então, se olharmos agora a questão dos preconceitos, veremos que essa é uma manchete de 1996, ligada ao tema do desestímulo ao uso do automóvel – o Dr. Maluf foi meu colega, formado na Escola Politécnica da USP vários anos antes de mim –, afirmando que Maluf diz que trânsito é progresso. E ele não está equivocado ao falar isso.

De fato, trânsito significa atividades que estão acontecendo e que estão movimentando a cidade. O equívoco, talvez, esteja naquela declaração: graças a Deus que tem engarrafamento. Bendito engarrafamento.

O engarrafamento e o congestionamento, estes sim, são uma deseconomia urbana. Estes são negativos, não o trânsito em si. Transitar faz parte da vida, faz parte das atividades econômicas, sociais e políticas. Mas o engarrafamento é uma distorção, é um exagero, é uma exceção ao que deveria ser o funcionamento.

Mas será que isso justifica desestimular o uso do automóvel? A primeira coisa contra a qual precisamos lutar é que desestimular não significa proibir, como está apontado aqui. Proibir o uso do automóvel seria a medida mais burra que poderíamos fazer, porque passamos décadas construindo um capital de infraestrutura urbana que prevê a circulação de veículos. Assim, tornar esse capital ocioso seria uma coisa burra.

Se reduzirmos, o que acontece é que veríamos o tráfego fluir. Essa é a ideia principal que está por trás do desestímulo à redução do uso de automóveis. Quem é de São Paulo tem a nítida sensação que em janeiro você é o único trouxa que ficou trabalhando, porque a cidade parece tão vazia. Na verdade, o que houve foi a redução de 10 ou 20% do tráfego, mas aquilo provoca tal diferença que a sensação é que todo mundo foi para a praia e você ficou trabalhando. Isso não é verdade, mas é consequência da engenharia de tráfego que é extremamente cruel com os sistemas que vivem na saturação.

Assim, antes de pensar em desestímulo, por que não ampliar a oferta de sistema viário, particularmente voltado para automóvel, que é o que historicamente a gente tentou fazer e, infelizmente, parece que sem sucesso? Primeiro porque custa muito, já que particularmente as áreas mais congestionadas são as áreas centrais das cidades, onde seria mais caro encontrar espaço para ampliar o sistema viário.

Eu costumo dizer que a melhor forma de resolver um congestionamento é encher de avenidas, ocupar todos os espaços com capacidade viária para os automóveis chegarem. O congestionamento vai desaparecer não porque tenho muito espaço viário, mas porque não tenho nada mais naquele lugar que atraia as pessoas para irem para lá. Está resolvido o problema.

Mas a outra pergunta é: mas resolve ampliar a capacidade viária? Infelizmente, não há relatos – e isso é uma coisa que circula na área dos planejadores de transporte – de cidades que conseguiram resolver o problema de congestionamento através meramente da ampliação da capacidade viária voltada para o automóvel. Não há relatos.

E a terceira pergunta é: afinal, o que queremos fazer com o espaço das cidades? A cidade tem uma superfície que é limitada. Será que queremos fazer isso onde está cidade ou será que queremos viver com esse resto de cidade que tem por aí? Precisamos responder essa pergunta. Queremos o espaço das cidades para ocupar as edificações, as áreas públicas onde vamos fazer as coisas que fazem parte da nossa vida? Ou vamos sair atrás de acomodar o que o automóvel demanda?

Talvez a solução seja, de fato, desestimular até certo nível o uso do automóvel. Como? Qualquer que seja a alternativa é uma medida impopular. Mas curiosamente algumas dessas medidas impopulares têm recebido suporte em outros lugares do mundo uma vez conhecido o benefício.

Essa é uma foto de antes e depois da implantação do tal do pedágio urbano em Estocolmo. A diferença é significativa. Isso, obviamente, era um impacto de um dia para o outro. Londres, que também adotou o pedágio urbano há dez anos, notou o mesmo efeito. E curiosamente os efeitos de Londres e Estocolmo foram os seguintes: em Londres, o prefeito se elegeu com a proposta de implantar um pedágio urbano, cobrança numa área central da cidade. E ele se reelegeu prometendo ampliar a área e aumentar o preço, o que ele fez ao ser reeleito. Ou seja, uma vez conhecidos os benefícios parece que as pessoas apóiam.

Em Estocolmo, mais dramático ainda. Eles implantaram o sistema a um custo elevado. Depois de seis meses de operação, desligaram. Viraram a chave. E fizeram um plebiscito. Qual foi o resultado? Liga o sistema outra vez.

Ou seja, uma vez conhecidos os benefícios, há suporte para isso. Isso quer dizer que devemos ter pedágio urbano nas nossas grandes e congestionadas cidades? Não necessariamente. Mas quer dizer que não podemos evitar o estudo de uma solução como essa, por mais dolorosa que ela seja. Para uma cidade como São Paulo, é um absurdo enfiar a cabeça embaixo da terra e fingir que essa é uma solução que não deve ser considerada – não quero dizer adotada, pois pode ser que a nossa sociedade ache: "Nós preferimos viver com outras formas de restrição; pode ser o próprio

congestionamento que nós mesmos causamos, pode ser o rodízio, pode ser a redução de estacionamento, pode ser qualquer outra medida; mas essa nós não estamos dispostos a pagar".

O que fazer, então, com o espaço viário que nós temos aí? E a questão é a seguinte: construir mais vias, ampliando esse espaço, parece ser a forma menos inteligente de lidar com congestionamento. E, na verdade, o segredo não é reclamar de falta de espaço, mas é decidir que destinação nós vamos dar ao espaço que nós temos e pensar cuidadosamente que espaço adicional a gente precisa colocar nas cidades.

Segundo elemento – o primeiro era desestímulo aos automóveis: melhoria do transporte coletivo. E, mais uma vez, é uma batalha contra o preconceito. Esta é uma frase da Margareth Thatcher, Primeira Ministra da Inglaterra nos anos 80, falecida recentemente,: "Qualquer pessoa que vá de ônibus para o trabalho depois dos 30 anos pode se considerar um fracassado." Essa é a imagem que a gente tem do transporte coletivo em geral, em particular dos ônibus. Isso a gente precisa combater. Isso não precisa ser necessariamente assim.

Como é que o transporte público coletivo pode ajudar a sair do congestionamento?

Em superfície, nós temos hoje em dia alternativas como os Veículos Leves sobre Trilhos, os chamados BRTs, uma tradução, ou melhor, uma sigla do inglês Bus Rapid Transit – transporte de massa rápido com ônibus. Podemos pensar em alternativas elevadas, criando novo espaço viário no espaço aéreo, como são caracteristicamente os monotrilhos, que agora têm sido propostos em algumas cidades brasileiras e estão sendo construídos em São Paulo. É difícil imaginar que vale a pena construir um elevado, que é uma coisa cara, para um ônibus, embora São Paulo tenha o Expresso Tiradentes, que é uma das raríssimas infraestruturas elevadas dedicadas para um corredor de alta capacidade de ônibus.

E podemos também ir para baixo, como o metrô caracteristicamente funciona. Dificilmente valeria a pena pagar o preço de um túnel para colocar ônibus lá embaixo, embora existam alguns pequenos trechos de cidades do mundo com sistemas de ônibus de alta capacidade que recorreram a isso daí. Nós podemos pensar, em alguns cruzamentos importantes, em fazer uma passagem subterrânea, ou, quem sabe, até um viaduto; mas pensar em um sistema totalmente subterrâneo, como se faz com o metrô – que, de fato, tem um nível de capacidade superior –, é algo já que é para ser colocado em dúvida.

Rapidamente, uma visão dessas principais tecnologias.

Corredores de ônibus. Nós já estamos acostumados a ver em algumas grandes cidades brasileiras, operando com ônibus convencionais. Operam na superfície, e eles têm, em geral, uma faixa própria segregada do restante do tráfego. O curioso que há nessa foto é que essa seta vermelha indica a maior invenção dos transportes no último século. É a faixa para ultrapassagem no ponto de parada. Essa coisa extremamente simples e que requer um projeto de ponto de parada adequado, duplica a capacidade dos sistemas de ônibus. Então, isso daí é a maior invenção das últimas décadas, para não dizer do século, porque há 100 anos o transporte é a mesma coisa: é automóvel, é ônibus, é trem, é metrô, e é um bonde moderno ou mais antigo.

Aí estão características do Bus Rapid Transit. Primeiro, tudo tem que ser diferente. Aliás, boa parte dos sistemas que recebem esse tratamento no mundo não são chamados de ônibus. Eles têm um nome: **TransMilenio, Metrobus**, Maxibus, Transmetro. Em São Paulo, chama-se Expresso Tiradentes. Mas todos têm um nome que é para não chamar de ônibus, por causa do preconceito com relação aos ônibus. Mas eles têm imagem diferenciada, operam com veículos de maior capacidade, articulados ou biarticulados, têm central de operações – se o metrô tem, se os trens têm, por que sistemas de ônibus não podem ter? Além disso, há faixas dedicadas, naturalmente, para o tráfego exclusivo desse veículos, como também sistema de informação ao usuário, embarque em nível e estações com pré-pagamento – paga-se para entrar na estação, e não ao entrar no ônibus, o que é um processo que torna mais lenta a entrada nos ônibus; então, o embarque em nível é para acelerar; ninguém sobe um degrau para entrar no metrô; por quê? Porque precisa ser rápida a operação de embarque e desembarque.

Estão aí algumas fotos dos BRTs. Curitiba é reconhecida internacionalmente como a pioneira na criação e implantação desses sistemas. E, na verdade, por outro lado, Bogotá, com o sistema TransMilenio inaugurado há cerca de 10 anos... A primeira versão de Curitiba é de 1974 e Bogotá, em 2002, levou isso ao extremo ao implantar as faixas para ultrapassagem e incorporar essas diversas outras melhorias que mencionei no eslaide anterior.

Então, tornou-se um sistema paradigmático e hoje em dia ele transporta capacidades – vou mostrar um gráfico – próximo a capacidades de metrô.

Aí são os tais veículos leves sobre trilhos, esse em Houston, nos Estados Unidos. É um bonde moderno que tem veículos mais estreitos que os ônibus, segregação também, opera em uma faixa segregada,

operam sobre trilhos e, em geral, alimentados com energia elétrica.

A dificuldade dos VLTs é que eles são mais caros que os sistemas de ônibus, os BRTs, que têm sido propostos e não há registro de operação de VLTs no mesmo nível de capacidade do que, por exemplo, o corredor que mostrei para Bogotá, chamado TransMilenio, baseado em operação de ônibus. Não há nenhum Veículo Leve sobre Trilhos que opere nessa faixa de capacidade e com desempenho que é equivalente. Pode-se obter dos ônibus um desempenho equivalente ao sistema sobre trilhos como esse daí.

Esse é um VLT (Veículo Leve sobre Trilhos) maior, com maior capacidade.

Agora, o metrô que nós conhecemos, veículos longos, muitas portas para embarque e desembarque para distribuir a demanda e fazer um embarque rápido, não fazer uma fila, embora os nossos sistemas tenham operado de uma forma que não é adequada; via exclusiva, naturalmente, ninguém viu um metrô parando na cancela, isso simplesmente não faz parte do conceito do metrô; e, em geral, subterrâneo, embora também alguns trechos em superfície ou elevados.

Um monotrilho, que também está sendo implantado em São Paulo e tem surgido. São sistemas implantados em poucos lugares no mundo, esse é em Sydney, na Austrália. Obviamente, opera em via exclusiva, em geral elevada, com diversas formas de propulsão. O problema dos monotrilhos é que é uma tecnologia ainda pouco implantada, pouco conhecida, que não tem implantações com os níveis de capacidade que estão sendo construídos em São Paulo, aquilo vai ser uma experiência nova, e são sistemas mais caros em geral.

Esse é um gráfico que compara o custo dos sistemas. A gente vê que os metrôs são coisas que variam na ordem de US$100 a US$200 milhões por quilômetro, mas têm capacidades que podem atingir os 70 mil.

Há metrôs operando pelo mundo em faixas muito inferiores de capacidade. Porém, quando a gente fala num metrô de 70 mil, quer dizer um metrô de 70 mil que está absolutamente entulhado, não é que aquele módulo tenha uma capacidade de 70 mil, ele está levando 70 mil porque há 70 mil que se sujeitam a embarcar nas condições em que é possível entrar numa composição de metrô, por exemplo, em São Paulo.

Os corredores de ônibus são coisas muito mais baratas e que podem atingir capacidades – basta uma faixa exclusiva e uma operação adequada – que vão até a faixa dos 15 mil passageiros por hora por sentido, enquanto um corredor do tipo BRT, como o que eu mostrei em Bogotá, já passou dos 40 mil hoje em dia. Claro, estão tão cheios quanto este metrô dos 70 mil, mas eles custam muito menos.

Historicamente, esses sistemas têm sido construídos na faixa dos US$10 milhões a US$15 milhões, mas alguns dos protótipos mais recentes têm atingido até US$30 milhões. Mas nesses custos estão embutidos muitas vezes os custos de toda a recuperação urbana das áreas pelas quais ele vai passar, que ele vai atravessar. Então, não é um custo estritamente do sistema, mas é um custo também de melhoria urbana associada à implantação do sistema.

Então, vemos as tecnologias.

Esses são diferentes tipos de infraestrutura voltados ao transporte público, completando aqui a apresentação daquele segundo elemento. Primeiro, desestímulo ao uso do automóvel; segundo, melhorias no transporte coletivo e vamos passar em seguida ao modo motorizado, mas há ainda uma pergunta. Em São Paulo toda campanha eleitoral das últimas eleições foram feitas em cima da inauguração da nova linha no ano passado do metrô.

Então, toda campanha foi centrada nisso e o metrô se tornou, de fato, o querido dos paulistanos, imaginando que essa vai ser a solução. São Paulo precisa de muito metrô, outras cidades grandes brasileiras precisam também de muito metrô, como precisam de outras coisas. O fato é que metrô custa caro, demora para se implantar e as pessoas estão ali na plataforma como essas aqui, esperando alguma alternativa. Isso não é um dia excepcional, isso é o que acontece, quando não pior, num dia regular. Os sistemas de metrô e os sistemas de trens em São Paulo que estão sendo melhorados estão todos operando no limite, assim como o sistema de ônibus.

Então, será que o metrô é a panaceia que resolverá todos os males? Não sei. Precisamos, na verdade, trabalhar com um leque de soluções. Não tem bala de prata para tratar a questão do transporte nas cidades brasileiras. Nós precisamos combinar soluções diferentes, de forma que haja sinergia, para superar essa fase difícil das nossas cidades. Eu sou um otimista, acho que vamos superar.

Quero destacar que o metrô tem o que poderíamos chamar de benefícios subterrâneos. Na verdade o metrô traz outros benefícios que não são computados. Ao melhorar as condições de transporte, ao poupar tempo das pessoas, ele melhora a produtividade. Há estudos recentes feitos pela Faculdade de Economia da Universidade de São Paulo que indicam ganhos potenciais de R$19 bilhões por ano. Há estudos sobre a redução da poluição e as consequências sobre mortes adicionais evitadas que chegam a estimativas de mesma ordem de grandeza dos benefícios que resultam da existência do metrô. Se o metrô não existisse, a cidade seria mais congestionada, mais poluída, haveria

perda de produtividade e mais mortes por problemas decorrentes da poluição.

Esses benefícios largamente cobririam, se computados economicamente, financeiramente, os investimentos necessários para ampliar fortemente e rapidamente a rede de metrô. O rapidamente é relativo, num ritmo de metrô.

Agora, isso é um ritmo de metrô. Como o metrô cresceu nas diversas cidades do mundo.

Isso é Londres, começando há 150 anos e atingindo o que é hoje em dia a mais elevada das redes, ou era. Porque, se pegarmos Xangai, a penúltima a começar, ao lado de Seul, vejam onde elas começam; tanto Xangai quanto Seul já passaram Londres. Ou seja, é até possível fazer rápido. Isso é impressionante.

Não é apenas metrô. Se olharmos os BRTs, isso é o que aconteceu com os BRTs no mundo: 74 Curitiba; 2002 TransMilenio – cria um novo paradigma em Bogotá, com os seus 40 mil passageiros por hora, e a gente vê isso crescendo nos diversos países. Tem BRT hoje em dia implantado nas cidades dos mais diversos países, dos Estados Unidos a cidades africanas. Joanesburgo, na Copa, foi projetado por brasileiros e, diga-se de passagem, isso é uma área em que os brasileiros são os consultores internacionais. Nós só não fazemos aqui por uma questão de prioridade. Nos outros países são os brasileiros que têm feito. O Rio de Janeiro e Belo Horizonte têm-se destacado agora em implantar. E os BRTs implantados no Rio contam com elevada aprovação da população.

Passando ao transporte não motorizado, mais uma vez o preconceito. Aqui uma tira da Mafalda, que todos conhecem, e vejam que basta passar para a posição de pedestre, ela estava na bicicleta, empresta para a colega dela, e o preconceito se aplica – do ciclista para o pedestre já. Imaginem dos outros modos.

E temos que reconhecer que em uma cidade pequena como São Paulo, e simples como São Paulo, um terço dos deslocamentos urbanos são feitos integralmente, da origem ao destino, a pé. Sem contar que qualquer outro deslocamento, em geral, tem uma parcela sendo feita a pé. É muito importante cuidar dos deslocamentos a pé. Isso é São Paulo. Em outras cidades brasileiras isso pode atingir 40 ou mais, uma porcentagem ainda maior dos deslocamentos feitos nas cidades. Esse é um número que ninguém conhece. Quando eu pergunto, por exemplo, aos alunos ou em alguma outra plateia esses números, as coisas variam de 2% a 10%. Ninguém é capaz de imaginar. Isso não é diferente do resto do mundo, tirando nos Estados Unidos, que é muito pouco, e na Índia e na China, que é muito mais elevado, diferentes continentes, diferentes países apresentam proporções semelhantes a essa.

O que fazer para estimular o transporte não motorizado.

Essa é uma rua de periferia, um espaço na periferia de Bogotá.

O que foi feito? Em vez de chegarmos lá e pavimentarmos uma via que ia ser usada principalmente para automóvel, ia acabar com uma área de lazer das pessoas, que é a rua, e com a segurança das pessoas que andam de bicicleta e a pé, que é o modo de transporte que ela tem acesso nessa região, o que foi feito lá foi isso: espaço para andar a pé, espaço para bicicleta e até para os cachorros passearem.

Ou seja, isso afeta a autoestima dessa população. Essa é um tipo de infraestrutura a mais simples que a gente possa imaginar, mas que tem um efeito de transformação radical, e quem conhece Bogotá há de reconhecer que uma das coisas, um lugar que foi abatido pela guerrilha, por ações que deixaram uma imagem negativa da Colômbia, a melhor surpresa que se pode ter é ir a Bogotá e ver não só uma cidade transformada, com vida e com pessoas que têm orgulho de viverem naquela cidade e de serem colombianas. Isso é um exemplo.

Também podemos fazer isso para os pedestres, pode não ser necessário. Isso é uma ponte, em Londres, para pedestres. É um elemento fantástico de infraestrutura que pode ser necessário em algumas circunstâncias, mas o fato é o seguinte: cuidar dos pedestres, cuidar dos ciclistas é algo elementar. A gente não pode ignorar isso.

Esse é um exemplo de prioridade aos pedestres, talvez o mais conhecido no mundo, mas não passa de uma faixa de pedestres, como quase todas as nossas cidades têm e que não têm sido respeitadas. Brasília é um exemplo nesse sentido, por mais de uma década, certamente, de ter as faixas de pedestre respeitadas. São Paulo fez um esforço nesse sentido recentemente, medianamente bem-sucedido. Porto Alegre tentou e também não conseguiu grande sucesso.

Outra coisa que tem surgido nas cidades pelo mundo e agora chegaram às cidades brasileiras são os sistemas de bicicletas públicas, que é uma forma de facilitar o uso da bicicleta, que é o modo que apresenta vantagem do ponto de ambiental, de saúde, por representar a atividade física, assim como a pé.

Esse é o sistema em Paris, o mais famoso deles, com as bicicletas que se encontram pelas ruas. Hoje em dia, em São Paulo, já há um número crescente de bicicletas públicas, ainda muito restrito, comparado a esse sistema em Paris, que tem cerca de 20 mil bicicletas em 1,5 mil pontos distribuídos pela cidade. Mas Quanzhou, na China, tem um plano de 30 mil a 50 mil bicicletas em expansão. Isso também é uma novidade

nas cidades urbanas, voltada para estimular o transporte não motorizado.

A síntese destes três elementos – desestímulo ao uso do automóvel, melhoria do transporte público e o estímulo ao transporte não motorizado – tem que ser tratada, então, usando equilibradamente o sistema viário, seja ele novo, acrescido na forma de nova estrutura ou não, ou na forma de infraestrutura que se torna disponível pela redução do espaço que usualmente é dedicado ao automóvel, que ocupa a maior parte dos espaços nas vias. Então, esse uso equilibrado tem que reconhecer que a demanda de uso do espaço pelos automóveis, pelos ônibus, pelos caminhões, pelas motos, pelos ciclistas e pelos pedestres, todos esses demandam o espaço viário e temos dedicado uma parcela principal para apenas um desses agentes e que é responsável, no caso de São Paulo, por cerca de... Metade dos deslocamentos motorizados é por auto e metade é por transporte coletivo. Em outras cidades brasileiras, é mais por transporte coletivo, só que o espaço é usado prioritariamente por uma alternativa, que é o transporte privado individual, o automóvel.

Agora, se a gente tirar o espaço do automóvel, o que acontece? Existem estudos pelo mundo, esse é um relatório da Comunidade Europeia que fala em evaporação do tráfego. Em lugares onde foi reduzida a capacidade para os automóveis, a coisa se rearranjou e parte do tráfego de automóveis sumiu. Hoje em dia, é difícil a gente pensar nas cidades brasileiras com sistemas de transporte público da forma como eles estão sobrecarregados, nós pensarmos em empurrar mais gente do automóvel para o transporte público, só que a tendência a longo prazo passará inevitavelmente por isto: melhorias do transporte público e desestímulo ao uso do auto, para que a gente possa encontrar um uso mais equilibrado.

É possível medir esse desequilíbrio, aqui tem alguns números, isso vem da engenharia de tráfego. Se eu pegar aqui uma via com quatro faixas por sentido, com algumas hipóteses ainda favoráveis à capacidade, a gente vai ter 900 autos/hora, em cada faixa, com ocupação de 1,5 pessoas, em média, por veículo, o que é alto, e haveria uma capacidade, então, de 1.350 pessoas/hora por sentido em cada faixa vezes quatro faixas: 5,4 mil seria a capacidade.

Se eu tiver a ideia de construir um elevado e invadir o espaço aéreo, causando degradação nas cidades – este é o Minhocão, em São Paulo, para quem conhece, essa via não tem semáforo, a capacidade é maior –, a gente pode atingir no conjunto uma capacidade de cerca de 13,5 pessoas/hora por sentido. Isso é o que é possível obter com uma faixa dedicada a um sistema de ônibus bem projetado e de boa capacidade.

Essa é a comparação, sete faixas, sendo três elevadas estragando a cidade, a princípio, na maioria dos casos, contra uma faixa de ônibus.

Carros estacionados, qual é a capacidade? Zero. Carro em trânsito, isso em nenhuma faixa com 3,5m de largura, que é a largura convencional ideal de uma faixa de tráfego. Se for para estacionamento, zero de capacidade; se for para carros transitando, 1.350; se for ciclista, uma estimativa de 4.500 por hora; se for pedestre, os mesmos 13.500 que os ônibus. Mas é claro que o conforto que oferece o carro é diferente do conforto que vai oferecer um ônibus para transportar 13.500, assim como esses pedestres, obviamente, não poderão fazer viagens tão longas quanto fazem o carro e o BRT. Mas é bom ter esses números em mente. Em alguns casos, eles são muito importantes, se a gente desconhece esses números básicos da engenharia de transporte.

Este é um exemplo de Déli, na Índia, de como reequilibrar o espaço viário. Vejam aqui, a calçada ocupada como depósito; as pessoas e as bicicletas caminhando em uma das faixas de tráfego; automóveis, ônibus, caminhões, motos, todos misturados. Aí, alguém tem uma visão, elabora um croqui, detalha num projeto e, finalmente, a gente tem algo: os ônibus têm seu espaço para circular numa faixa central; ciclovias, calçadas, e os automóveis, as motos e caminhões continuam na mesma confusão que estavam antes, ou seja, eles ficaram iguais, mas os outros todos se deram bem, no momento em que a gente redividiu o espaço viário.

Outra forma de reequilibrar o uso é transformar o espaço viário em outro tipo de espaço. Eu não sei quem já viu essas fotos. Isso é Seul, num determinado momento, em que havia um elevado usado por 200 mil veículos por dia e que foi demolido e transformado num parque. A cidade preferiu essa infraestrutura. O prefeito que tomou essa decisão foi eleito presidente da Coreia.

Os exemplos de que intervenções positivas nas cidades e nos transportes são medidas que trazem sucesso e que podem melhorar a vida das pessoas são muitos.

Questões chaves da mobilidade urbana, das quais vou destacar duas. Primeiro, a divisão do espaço viário, seja ele novo, seja ele existente. Esse é o cuidado que precisamos tomar. Nós temos simplesmente feito o que fizemos no último século: construímos e damos para o automóvel. Parece que isso chegou ao limite em que a gente já percebeu que não vai ser possível prosseguir assim.

Quanto à questão da distribuição dos benefícios e ônus, a discussão atual sobre o passe livre, os reajustes de tarifa colocam essa questão no olho do fu-

ração, mais uma vez, lembrando o conceito. A gente precisa passar a discutir isso também.

Finalmente, esse último elemento é a integração do uso do solo e transporte. O fato é que é uma área em que o discurso é o mais antigo possível. Todos os engenheiros de transportes, planejadores de transportes, urbanistas falam da necessidade de trabalhar, conjuntamente, o planejamento de transporte e o planejamento das cidades. Infelizmente, esse discurso dificilmente se torna algo concreto na prática. Hoje em dia, há novos elementos que surgem com muita força: a preocupação em equilibrar casa e trabalho, a distribuição das oportunidades; São Paulo em particular, onde os empregos são concentrados em algumas áreas e, em particular, a população mais pobre está distribuída, em geral, longe dos centros de emprego; o conceito de cidades compactas, cidades mais densas, onde as distâncias sejam reduzidas; o conceito de usos mistos urbanos e não simplesmente áreas residenciais estanques de áreas comerciais, estanques de locais de trabalho. Na verdade, fazer uma mistura e que tudo isso possa levar vida.

O que a gente sabe é que o transporte molda as cidades, de fato. Essa aqui é Curitiba, onde um ônibus moldou uma cidade de alta densidade próxima ao transporte, menor densidade e longe do transporte. Ou Houston, no Texas, onde as opções do transporte moldaram a cidade assim.

A gente precisa reconhecer que o transporte tem esse papel e olhar para ele. É preciso olhar além dos transportes e pensar que as intervenções nas cidades devem induzir a transformação da cidade para uma cidade em que a gente queira viver.

E o recado final para os céticos sobre ideias diferentes. Einstein disse que não podemos resolver os problemas com a mesma lógica que usamos para criá-los. É hora de pensar diferente. Esse é o recado principal.

Então, agradeço. Termino a minha intervenção.

Obrigado.

O SR. PRESIDENTE (Wilder Morais. Bloco/DEM – GO) – Agradeço ao Dr. Orlando Strambi a contribuição.

Abro a inscrição aos Senadores e Senadoras que queiram fazer seu questionamento.

Em seguida, vou fazer algumas perguntas que nos foram encaminhadas e também as de nossa autoria.

Eu gostaria de fazer a primeira pergunta ao Dr. Moacyr Duarte: Qual o valor dos recursos que o senhor estima que seria adequado para manutenção das rodovias, das nossas estradas brasileiras?

A segunda pergunta, vou encaminhá-la, para que o senhor possa ter tempo de responder a cada uma delas: Qual o montante que realmente, aplicado na manutenção dessas estradas, deveria ser estimado?

Qualquer tipo de estrada pode ser pedagiada?

Seria viável a construção de estradas totalmente financiadas por pedágios?

Considerando que a obtenção dos recursos para a construção, conservação e operação de rodovias necessitam de amparo legal, o senhor considera que a legislação existente atende a demanda compatível? Que sugestão o senhor faria relacionada a essa questão?

Vou encaminhá-las ao senhor e fazer a pergunta que foi enviada por Rosângela Melo, moradora de Goianésia, Goiás: "Gostaria de saber por que nunca houve investimento na BR-040. A BR foi inaugurada em 1954. Tenho uma empresa que faz esse trajeto e que sofre com várias manutenções de nossas carretas."

Gostaria de agradecer a Rosângela Melo. Concordo com a opinião dela. E caso não consiga essa resposta hoje, vou solicitar à Secretaria da Comissão que solicite informação sobre essa rodovia ao DNIT.

Tem também uma pergunta ao nosso segundo palestrante, Orlando Strambi: "A expansão do sistema de transporte coletivo é guiada pelo crescimento da cidade. Não seria o contrário, a cidade não deveria crescer ao longo dos eixos de transportes coletivos previamente instalados?"

Segunda pergunta: "Não seria necessário investir também em tecnologia que evite a necessidade de viagens urbanas?" Que a pessoa não precise se deslocar de um ponto... (*Pausa.*)

Então, eu gostaria de abrir a lista de inscritos.

A Senadora Vanessa Grazziotin pode fazer sua participação.

A SRª VANESSA GRAZZIOTIN (Bloco/PCdoB – AM) – Muito obrigada, Sr. Presidente.

Infelizmente, perdi a exposição do Dr. Moacyr Duarte, mas assisti com muito entusiasmo a exposição do Dr. Orlando.

Aqui nós temos pelo menos um ex-prefeito que é o Senador Alfredo Nascimento, que dirigiu a cidade de Manaus por oito anos.

Você também – não é, Cícero? – por oito anos.

Eles têm muito mais bagagem e experiência para falar sobre o tema, até mesmo do que eu, que tenho estudado bastante essa questão.

Ouvi o senhor colocar sobre custos. Obviamente, o mais barato é o BRT, depois, na ordem, VLT e o monotrilho; em seguida ao monotrilho, vem o metrô.

Eu pergunto: existe a possibilidade de o BRT ter um custo mais elevado do que o monotrilho, em casos de grande adensamento do local onde o modal devesse ser implantado? Porque, em Manaus, a gente tem essa preocupação, pelo menos é o que dizem, que o

custo das desapropriações para implantar o BRT não compensaria. Essa é uma questão.

Segundo: se o senhor já foi instado em algum momento, alguma vez, a elaborar um projeto Brasil. Sabemos que a mobilidade urbana é um problema das cidades brasileiras, é um problema de cada Município ter autonomia de fazer a sua lei, estabelecer a sua política, mas, assim como o Governo interfere de forma muito contundente na questão, por exemplo, da moradia, com programas de moradia popular, PAC, no sentido de estradas e de infraestrutura, existem duas questões urbanas que eu entendo como as mais urgentes e necessárias para que haja uma intervenção centralizada e ao mesmo tempo descentralizada, com a participação de todos os entes.

Um é o problema dos resíduos sólidos das regiões urbanas. Nós temos uma lei que exige que todas as cidades brasileiras não tenham mais lixões, e, sim, aterros sanitários. E as cidades não têm essa condição. Então não adianta nada o Congresso aprovar uma lei cuja viabilidade prática não se persegue.

E a outra questão, vejo necessidade na mobilidade urbana. Acho que nós perdemos uma grande oportunidade, com a Copa do Mundo, de intervir em pelo menos em 12 grandes cidades brasileiras.

Eu não sei, mas o sentimento que eu tenho é de que essas manifestações que vêm acontecendo Brasil afora, boa parte, se devem a isso, porque, quando a Copa do Mundo foi anunciada no Brasil, junto com as arenas e estádios de futebol, foram anunciadas essas intervenções, chamadas de legado. O legado que fica para as populações locais. A Copa vai embora, mas o legado fica. Que legado seria esse? A infraestrutura urbana, principalmente. Mas nós perdemos. Acho que esse bonde se perdeu.

Na minha cidade, infelizmente, os governantes não tiveram a capacidade sequer de definir o projeto. A polêmica perdura até hoje: se é monotrilho, se é VLT, se é BRT. Enfim, até hoje, perdura, não há uma decisão. Até do sistema da Copa, do modal Copa, o projeto já foi retirado. Eu lamento profundamente.

Então, eu pergunto ao senhor, que é um estudioso, sobre termos um projeto localizado – claro –, mas um projeto estabelecido nacionalmente com alguns critérios. Vamos começar pelas cidades acima de dois milhões de habitantes, acima de um milhão e meio de habitantes e fazer um investimento público pesado, porque do que o Brasil precisa, na minha opinião, é disto: investimento público pesado, forte.

Esse é o questionamento que eu deixo acho que ao Dr. Moacyr. O nosso Presidente, Senador Wilder, já fez vários questionamentos em relação aos quais eu também aguardo resposta.

Obrigada, Senador.

O SR. PRESIDENTE (Wilder Morais. Bloco/DEM – GO) – Obrigado, Senadora. Também concordo com a sua opinião.

Infelizmente, não foi pensado, nesse grande evento em que a gente poderia investir maciçamente em infraestrutura, em deixar esse legado para a população brasileira. Infelizmente, estamos investindo mais em arenas, em estádios, o que, com certeza, foi um investimento que poderia ter sido mais bem aplicado.

Com a palavra, o nosso Senador Valdir Raupp, que está inscrito.

O SR. VALDIR RAUPP (Bloco/PMDB – RO) – Sr. Presidente, senhores convidados, Srªs e Srs. Senadores, uma pergunta ao Dr. Moacyr.

O programa de concessão de rodovias federais, iniciado em 1995, prepara-se para uma nova rodada de concessões prevista para ocorrer ainda este ano. Quais foram, na sua opinião, as principais deficiências apresentadas pelo modelo adotado pelo Governo Federal ao longo desses quase 20 anos de experiência e como evoluíram no período as regras aplicadas às concessões e o que ainda seria necessário aperfeiçoar?

E perguntaria também o que V. Sª acha do programa de duplicação de rodovias.

O Brasil, na minha opinião – faço até um breve comentário –, perdeu uma grande oportunidade nesse período de orçamento um pouco mais robusto, nesses últimos oito ou dez anos. Eu até fiz um desafio à Presidente Dilma, quando ela assumiu o Governo, no primeiro mês, na reunião do Conselho Político, para dobrar, no governo dela, em quatro anos, a malha rodoviária duplicada.

O Brasil tem mais de 60 mil quilômetros de rodovias federais, com apenas, se não me falha a memória, cinco ou seis mil de rodovias duplicadas, o que é uma vergonha para um país do porte do Brasil, que se vangloria de ser a sexta ou sétima economia do mundo.

Sabemos que a rodovia duplicada diminui a quantidade de acidentes, gera economia no transporte, que flui mais rápido. Tudo fica melhor, mais leve com as nossas rodovias duplicadas.

Então, o que o senhor acha também dessa questão da duplicação de rodovias?

Para o Dr. Orlando uma pergunta também. Eu tinha mais perguntas, mas vou fazer só essa. Na maioria das cidades brasileiras, o atendimento às necessidades de deslocamento da população depende fundamentalmente do transporte público por ônibus, sistema que tem seu desempenho operacional e suas possibilidades de expansão comprometidos pela insuficiência de espaço viário, cuja oferta tampouco pode ser ampliada indefinidamente. Essa se constitui uma das mais graves

distorções do modelo brasileiro de mobilidade urbana. Lamentavelmente, onde tudo começou, essa onda de protestos e reivindicações começou justamente no transporte coletivo urbano, pelo preço das passagens.

Então, pergunto se haveria alguma forma de melhorar o sistema de transportes para baixar o custo das passagens.

Eram essas as perguntas.

Obrigado.

O SR. PRESIDENTE (Wilder Morais. Bloco/DEM – GO) – O próximo inscrito é o Senador Cícero Lucena, para fazer as suas perguntas.

O SR. CÍCERO LUCENA (Bloco/PSDB – PB) – Também quero lamentar não ter participado da explanação do Dr. Moacyr e ter assistido apenas parte da explanação do Dr. Orlando.

Como disse Vanessa, eu tive a experiência de ser Prefeito, por oito anos, de João Pessoa, e, realmente, um dos problemas hoje de uma cidade é o transporte. Até participei da eleição passada, mas não tive êxito de retornar à cidade, como teve o Prefeito de Seul, que virou Presidente. Mas é um novo momento político e é por demais compreensível – e sempre o povo tem razão quando escolhe os seus representantes.

Em relação ao Prof. Moacyr, boa parte das perguntas que eu iria fazer já foi feita, tanto pelo Presidente, como pelo Senador Raupp. Estou tendo a possibilidade de relatar, aqui nesta Casa, um projeto que veio da Câmara, aprovado praticamente por unanimidade, sobre um questionamento que existe nas cidades que são cortadas por concessões, o que é considerado um ônus bastante elevado para os moradores das cidades, em termos de deslocamento e, consequentemente, do pagamento dos pedágios.

Então, eu gostaria de saber de V.Sª o que as concessões podem oferecer para amenizar essa demanda, que é real, por parte dos munícipes de cidades que são cortadas pelas concessões.

Ao Prof. Orlando, nós devemos dizer que as alternativas urbanísticas que tive oportunidade de ver na sua explanação, a meu ver, estão completas. Tem que haver uma integração, quer seja do setor imobiliário, com o planejamento da cidade, com o fator transporte, que é preponderante, com a qualidade de vida da população. Temos várias alternativas hoje no mundo. Dizem os grandes urbanistas que cidade ideal é do tamanho de 600 a 800 mil habitantes, jamais poderia passar disso. Temos soluções como a de Barcelona, que tem um projeto de redução da população do centro da cidade, criando núcleos com a visão urbanística que agregue trabalho, até áreas específicas de serviço, com moradias interligadas por veículos de transporte de massa.

Acredito que temos de avançar nisso, lamentando profundamente a falta de financiamento e o custo Brasil que isso representa.

Na explanação de V.Sª, eu só teria uma ressalva. Naquele levantamento de áreas de quilômetros de VLT, ou de VLP, João Pessoa está citada, e João Pessoa não tem um metro – não é um quilômetro, não. Mesmo BRT, João Pessoa não tem um metro. Então, peço para que seja revisto. Eu, inclusive, estava propondo na minha campanha fazer, como todos os candidatos fizeram. Então, quero ressaltar isso.

E voltar ao tema de custo Brasil. Desde julho do ano passado, nós apresentamos um projeto nesta Casa exatamente com a preocupação que havia de elevação dos preços das passagens de transporte coletivo, que, em muitos casos, é prestado com péssima qualidade. Não é apenas por questão de faixa, é pela qualidade do transporte, é pelo dimensionamento e a conivência muitas vezes do setor de transporte com o administrador da cidade que não cobra a quantidade de ônibus suficiente, que não bota as linhas nos pontos devidos e abre um espaço que, embora saudável, coloca o povo para andar mais para poder ter acesso ao ônibus.

Desde julho do ano passado, nós apresentamos um projeto que desonera toda a cadeia do transporte de massa, do trilho ao pneu, ao transporte, ao combustível, aos equipamentos, aos vagões, aos ônibus, ao vidro, ao banco dos ônibus, para que pudéssemos dar uma aparada nesse custo e tentarmos reverter, juntamente com um financiamento que fizesse parte do governo, no sentido de que atinjamos as metas de que necessitamos.

Tecnologia hoje já se tem, projeto precisa ter a decisão de fazer e a decisão política de financiar. Financiam-se tantas coisas absurdas neste País, que, sem dúvida, se houvesse um real compromisso de governo – e não quero colocar a culpa no Governo atual, não quero colocar a culpa em Governo Federal, estadual ou municipal, mas todos nós temos que participar da busca de solução. Está parecendo aquela história do russo, que, ao prenderam o seu vizinho, achou que não tinha nada a ver, porque ele não era comunista e o vizinho era. Depois, prenderam um ateu e ele achou que não tinha nada a ver, porque ele não era ateu. Ai prenderam um outro vizinho, mas também achou que não era com ele, que ele não tinha nada a ver. No dia que o prenderam, não havia mais ninguém para reclamar. Ainda bem que o Brasil está acordando!

O SR. PRESIDENTE (Wilder Morais. Bloco/DEM – GO) – Obrigado, Senador.

Com a palavra o Senador e Ministro Alfredo Nascimento.

O SR. ALFREDO NASCIMENTO (Bloco/PR – AM) – Presidente Wilder, Dr. Orlando, Dr. Moacyr, eu tive oportunidade de ser Prefeito de Manaus, ainda na década de 90, no meu primeiro mandato e, ao me deparar com os problemas de mobilidade da cidade de Manaus, cheguei à conclusão de que eu e a minha equipe precisávamos encontrar uma solução para enfrentar aquele problema, que era muito sério. Eu fui conhecer o projeto do BRT – um nome bonito como se chama hoje –, um projeto de Curitiba. E contratei os técnicos de Curitiba para que esse projeto fosse implantado em Manaus.

Ora, nós estamos lá no norte do País, bem afastados da realidade maior do País, do centro do poder e resolvi implantar esse projeto. Contratei, implantei, projeto muito contestado, porque se dava prioridade ao transporte coletivo, em vez de se dar prioridade ao transporte individual. Isso causou uma série de transtornos para mim, porque alguns retornos, algumas facilidades que o dono de carro particular tinha de parar na porta, pegar no colégio, aquilo tudo ficou interrompido, era um grande corredor para transporte coletivo de pessoas.

O projeto foi implantado, há 15 anos, mas, infelizmente, o projeto está depredado, as paradas de ônibus, os corredores implantados, os terminais de integração, porque, na época, a cidade de Manaus não tinha tarifa única. Pagavam-se várias tarifas e quem morava mais distante, portanto os mais pobres, pagavam uma tarifa muito mais alta do que os que moravam mais próximo do trabalho e do centro do trabalho, com poder aquisitivo maior. Implantei o projeto e, há 15 anos, não se faz um novo investimento na cidade de Manaus, infelizmente.

Veio a Copa. Eu era o então Ministro dos Transportes e participei do Governo, que prometeu levar mobilidade urbana às cidades. E ouvi muito claramente o seguinte: "Não faremos financiamentos de estádios, serão investimentos privados, a iniciativa privada é que tem que fazer esses investimentos, tem que gastar com isso." Onde existe construído é integralmente financiamento do Governo Federal.

Infelizmente as cidades que foram incompetentes não vão deixar, ao concluir a Copa de Mundo de 2014, não vão ficar com absolutamente nada. Infelizmente, a minha cidade, como disse a Senadora Vanessa, não teve competência nem capacidade para deixar para a cidade pelo menos esse projeto de mobilidade urbana. Iniciaram uma briga sobre se seria BRT, se seria monotrilho, se seria não sei o quê... Saiu do projeto da Copa e a única coisa que a Copa vai deixar para nós é um estádio onde, depois, não há time de futebol para jogar. Ponto.

Então, nós estamos vivendo um momento hoje diferente. Um movimento que deixa o País virado de cabeça para baixo. Eu estava vendo agora na televisão, nesses movimentos, existem pessoas que participam do movimento porque a democracia permite, mas há vândalos no meio. A Polícia de São Paulo, vendo lojas sendo saqueadas, bancos quebrados e de braços cruzados porque recebeu a ordem de que não pode combater esse tipo de vandalismo.

A crise que nós estamos vivendo hoje é de mobilidade urbana. O que aconteceu? O País cresceu, o País melhorou, o País se desenvolveu e boa parte da população saiu da faixa da miséria, melhorou de vida, está na classe média, o S. José que mora na periferia da cidade conseguiu comprar um carro e descobriu agora que tem um carro e que não pode andar no carro.

Descobriu também, por ter melhorado de vida, que o sistema de saúde do País está falido, está quebrado, que o sistema de transporte coletivo, que deveria ter sido priorizado ao longo dos anos, não foi priorizado e o sistema de transporte coletivo é lento. Não adianta reclamar, tem que botar mais carro? Não, tem que dar prioridade ao sistema de transporte coletivo no País em todas as cidades brasileiras e sem exceção.

Então, acho que nós todos, nós fazemos política no País, o Governo Federal, o Governo estadual, todos temos que sentar para repensar as cidades. A crise que nós estamos vivendo hoje é uma crise das principais cidades do País, porque não existe mais mobilidade, não existe mais facilidade para o cidadão.

Eu moro em Manaus e, na última sexta-feira, tive que me deslocar da minha casa para fazer um atendimento numa área onde eu tenho um escritório – que, normalmente, eu levo cinco minutos para chegar. E me acostumei mal, sabedor do horário de pico de trânsito no sentido em que pego, aproveitando os horários intermediários para fazer esses deslocamentos na cidade para ganhar tempo. Mas, infelizmente, eu tive que ir num horário de pico e, num percurso que eu gasto cinco minutos fora do pico, eu gastei 52 minutos para chegar ao local que eu deveria chegar e eu fiquei extremamente revoltado.

Só assim eu compreendi o que a população está fazendo hoje, aquelas pessoas que estão envolvidas nesse movimento e que têm boa intenção e que querem um País melhor.

Queria ouvir a opinião dos senhores, mas a minha opinião é que, enquanto nós não encontrarmos uma solução para o problema da mobilidade urbana das cidades, para que essa mobilidade permita acesso aos diversos serviços que são da responsabilidade do Governo, nós não teremos uma vida melhor e uma

população aceitando os serviços que são concedidos pelo Poder Público.

Então, a minha participação é mais como observação. Um, que nós teríamos agora, com a realização da Copa, 12 cidades com o sistema de mobilidade urbana muito bom, e não quero atribuir essa culpa ao Governo Federal só, a culpa, na grande maioria dos casos, é de Prefeitos, de Governadores que não conseguiram fazer projetos, não conseguiram apresentar soluções para as suas cidades no tempo em que deveriam apresentar. Infelizmente.

E a crítica ao Governo Federal é no sentido de que, ao ser lançado esse projeto, estádios de futebol seriam financiados pela iniciativa privada e não pelo Governo. Então, o dinheiro do Governo para se construir um estádio como o de Brasília, de mais de R$1 bilhão, poderia ter sido gasto, perfeitamente, em mobilidade urbana para melhorar a vida da população.

Muito obrigado, Sr, Presidente.

O SR. PRESDIENTE (Wilder Morais. Bloco/DEM – GO) – Obrigado, Senador e Ministro Alfredo Nascimento.

Ainda bem que o seu Estado ainda foi contemplado. O meu não deu nem conta de apresentar projeto.

O SR. ALFREDO NASCIMENTO (Bloco/PR – AM) – O meu Estado foi contemplado, mas não fez absolutamente nada, porque começou uma briga, como disse a Vanessa lá, se seria monotrilho, BRT, cada um tinha um projeto diferente, terminou o prazo, não apresentaram o projeto e nós demos o fora da Copa. Nós só vamos ter como legado da Copa um estádio de mais de R$600 milhões para possivelmente disputarmos um campeonato regional porque que os nossos times não estão nem na quarta divisão da série D do Campeonato Brasileiro. É o que vai ficar de legado para nós da Copa.

Ainda bem que já estava previsto – e não foi por causa da Copa – que o Governo Federal está fazendo uma ampliação e uma reforma do nosso aeroporto, que estava em péssimas condições, e isso vai ficar de legado para a população. Não por causa da Copa, mas por causa da previsão que tinha o Governo Federal desses investimentos.

O SR. PRESIDENTE (Wilder Morais. Bloco/DEM – GO) – Infelizmente, Senador, esses estudos e esses trabalhos que realmente foram feitos não contemplaram e não pensaram até no legado a se deixar. Isso acontece, como V. Exª disse, em um Estado que não tem time, que está na 1ª divisão ou que tenha representação no esporte nacional.

O próximo Senador inscrito é o Senador José Pimentel.

O SR. JOSÉ PIMENTEL (Bloco/PT – CE) – Eu quero dar um bom-dia a todos e registrar que o que estamos fazendo, aqui, hoje, é um diagnóstico de um país que resolveu ser industrial e urbano sem planejamento. Se nós voltarmos a este Brasil, que é a quinta população do Planeta, aos anos 50, em que a nossa população era eminentemente agrária, tomamos uma decisão, após a Segunda Grande Guerra, de nos transformarmos em um país industrial e urbano, para termos mão de obra suficiente e sem uma valorização salarial, àquela época.

Hoje, estamos com 82% da nossa população vivendo nas cidades, em um curto espaço de tempo. E o planejamento que nós temos é de que, daqui a 16 anos, 17 anos, em 2030, nós tenhamos 90% da população brasileira morando nas cidades. Então, essa é a constatação dessa falta de planejamento e, ao mesmo tempo, um processo de urbanização muito forte em um curtíssimo espaço de tempo.

Ao lado disso, uma política voltada para criar mercados de consumo intensos e o acordo das montadoras no final dos anos 50, em que exigiram que o Brasil desativasse todas as suas linhas ferroviárias. Nós somos um dos poucos países do mundo que arrancaram trilho e cobriram trilho com asfalto e somos também o quinto país do mundo em território. É o único país continental onde não há um sistema de transporte ferroviária eficiente. Todos os outros mantiveram os seus sistemas de transporte ferroviário eficientes. E aí pegamos todo o transporte de cargas, que deveria estar no sistema ferroviário e também no sistema de cabotagem, por sermos um país com a costa que temos e com rios navegáveis, e trouxemos tudo para as rodovias com um único objetivo: criar mercado para a indústria automobilística de transporte de cargas e de transporte de pessoas.

Então, essa falta de visão, essa falta de planejamento e esses acordos firmados são os motivos do caos que temos hoje. Um país que é a sexta potência econômica do Planeta, onde, felizmente, os extratos sociais que, até os anos 90, não participavam do setor de serviços, não tinham acesso, não tinham a possibilidade do mundo do conhecimento, nem tampouco de saúde pública... É bom lembrar que, até 1987, até 1990, só havia saúde pública no Brasil para quem tinha carteira de trabalho assinada pelo INAMPS. Foi, em 1990, quando nós extinguimos o INAMPS e aí passamos a estruturar melhor o SUS. Mas, até ali, quem não tinha carteira de trabalho assinada e quem não tinha plano de saúde, que eram pouquíssimos, tinha que estar na Santa Casa de Misericórdia ou na filantrópica. Essa era a realidade deste País, que, felizmente, despertou; as manifestações são bem-vindas – aliás estão vindo

tarde –, porque aprendi que, sem luta social, não há transformação. Então, é esse público que, a partir de 2007, ascende na pirâmide social, num primeiro momento, vai para bens duráveis – a sua moradia, o seu veículo, a sua geladeira –, bens duráveis a que ele teve acesso de 2007 a 2011. Essa parte foi atendida; agora, ele está numa outra demanda: na demanda por conhecimento, que é ter acesso à universidade para os seus filhos, para ele próprio.

O melhor exemplo é pegar o Enem de 2013 agora. Nós tivemos mais de 8 milhões de pessoas se inscrevendo no Enem, que é a porta de entrada para as universidades. Enquanto isso, nós temos em torno de 2 milhões de pessoas que completam 18 anos todos os anos, meninos e meninas. Essa diferença é exatamente essa nova classe média, que, ontem, não tinha nem a possibilidade sequer de pisar a calçada de uma universidade e, agora, vislumbra a possibilidade de chegar lá.

Dentro desse olhar, nós temos hoje de refazer tudo aquilo que nós deixamos de fazer dos anos 50 para cá, com um custo altíssimo, que é a desapropriação urbana e as suas dificuldades.

A Copa foi distribuída em três grandes blocos. Um bloco de responsabilidade do Governo Federal, que são os aeroportos e os portos; um segundo bloco, dos Estados, que foram os estádios e os acessos para os estádios de um modo geral; e um terceiro bloco, sob a responsabilidade dos prefeitos, que é a mobilidade urbana.

Dos três blocos, esse último foi o que menos andou, não porque os prefeitos não quisessem. É o custo da desapropriação, é a dificuldade da desapropriação e é a resistência popular. Isso porque o nosso olhar nesse processo de desapropriação era pegar essas famílias que, de um modo geral, são as mais pobres, e levar para conjuntos habitacionais muito distantes dos locais dos serviços, do trabalho. Basta ver o final dos anos 70 e 80, quando os conjuntos habitacionais eram verdadeiras cidades fora da cidade, com dois objetivos. O primeiro, valorizar os terrenos que ficavam no entorno por onde passavam os serviços para chegar a esse conjunto habitacional. E aí veio a grande especulação imobiliária do final dos anos 70 e início dos anos 80, que quebrou o velho BNH e, consequentemente, acabou a política habitacional.

E ela retorna agora, a partir de 2005, quando o Governo Federal e o Congresso Nacional tomaram uma decisão: vamos refazer toda a legislação. Criamos o programa de desafetação imobiliária para que cada prédio passe a ser uma empresa, uma SPE, e evitar aqueles problemas que aqui em Brasília nós assistimos nos anos 90, que era o indivíduo aplicar sua pequena poupança na aquisição do apartamento ou da casa própria e, em seguida, esse incorporador dava um calote nesse trabalhador e ele ficava sem qualquer proteção.

Houve, entre Brasília e Goiás, 42 mil pequenos poupadores, pessoas que queriam a sua casa própria, ramificados por outras regiões do Brasil, que perderam a sua casa própria.

E aí, com a lei de desafetação imobiliária, que aprovamos em 2005, esse processo mudou e, hoje, não há mais essa possibilidade... Aliás, diminuiu. E, com o programa Minha Casa, Minha Vida... O Brasil, de 1978 a 2005, não tinha mais política habitacional, era especulação imobiliária.

E aí passamos a ter uma nova política habitacional. Há erros, precisamos acelerar, mas já são mais de um milhão de imóveis entregues e deveremos entregar, até 2015, mais dois milhões de imóveis. Ou seja, estamos fazendo, em um curtíssimo espaço de tempo, três milhões de moradias, dentro de um processo de extrema dificuldade.

Então, é com esse olhar que estamos rediscutindo as políticas urbanas, repensando nossas cidades e para quem nós queremos essas cidades. E precisamos agregar outro fator: as nossas famílias estão diminuindo por conta do bônus demográfico.

Portanto, nós, dos anos 40 e 50, estamos vindo de famílias muito numerosas e já temos uma família bem menor. Nossos filhos terão menos filhos do que nós. Hoje, estamos tendo em torno de 1,87 criança por mulher, pelo Censo de 2010. Para repor a população de um país, nós precisamos de 2,1 crianças por mulher.

A partir de 2040, a população brasileira vai cair rapidamente por conta de não haver mais filhos por mulher suficientes para a reposição, com um agravante: somos um dos poucos países do mundo que mata a sua juventude. Estamos matando, em média, 35 mil jovens todos os anos! Se pegarmos qualquer guerra do mundo, em nenhum país se mata tanto.

Há dados, que estamos fechando agora, no sentido de que devemos chegar a 47 mil jovens mortos entre 18 e 29 anos de idade no ano de 2012.

Então, essas questões todas temos de refletir para dar conta desse planejamento e envolver a sociedade.

Felizmente, ela está despertando e, quando ela desperta, a gente constrói saídas. Nós, que ontem tínhamos determinado olhar sobre a forma de mobilização, sobre a forma de organização da sociedade, precisamos abrir nossas mentes para essa nova realidade, sob pena de sermos atropelados na política, no planejamento e no convívio popular.

Por isso, eu sou muito otimista com o que está acontecendo no Brasil. Ficaria triste se a população

estivesse dentro de casa vendo os problemas sem ir às ruas. Quando ela vem para as ruas, ela nos ajuda a resolver os problemas.

O SR. PRESIDENTE (Wilder Morais. Bloco/DEM – GO) – Obrigado, Senador José Pimentel.

Gostaria de relembrar à população que poderá participar do nosso debate, enviando perguntas e comentários aos nossos palestrantes. Para participar basta ligar, gratuitamente, para o Alô Senado, telefone 0800-612211, ou também através da minha página do Facebook, www.facebook.com/wildermorais.

Não havendo mais nenhum Senador inscrito, passo a palavra ao Dr. Moacyr Duarte, para que possa responder às perguntas a ele destinadas.

O SR. MOACYR DUARTE – Eu gostaria de começar, pela ordem, pelo questionamento do Senador Valdir Raupp.

Primeiro, faço uma correção: o programa de concessões federais se iniciou em 1993, com a criação do Procrof dentro do DNER. O primeiro contrato de concessão foi assinado em dezembro de 1994, a Ponte Rio/Niterói.

Realmente, no início dos anos 90, com a extinção do Imposto Único sobe Combustível e o Fundo Rodoviário Nacional, houve uma grande discussão no Ipea e no Geipot, que acabou provocando a criação do Procrof e, em seguida, a estruturação dos programas. Na realidade, a criação de programas é de 1993.

O programa de concessão federal passou por várias etapas. Na primeira etapa, os cinco lotes iniciais tinham uma característica porque todos eles tinham sido pedagiados pelo DNER. Ele tinha cobrado pedágio nessas cinco rodovias, que eram: a Dutra, a Ponte, a Juiz de Fora-Rio, a Rio-Teresópolis e a *freeway* em Porto Alegre.

Então, por falta de recursos, com a extinção do Fundo Rodoviário Nacional, não se tinha muito para onde correr, então se optou por fazer o programa de concessões. Ele foi feito baseado no que o DNER já tinha feito.

O que aconteceu? Evidentemente, ele estava desatualizado em termos de cobrança de pedágio. No processo de licitação, que foi com pré-qualificação, com proposta técnica, para se ter uma ideia, na Via Dutra, os estudos apresentados pelos licitantes, de oito estudos feitos, sete deles indicavam que devia haver oito praças de pedágio e em um, sete. Na hora de fechar a proposta, o DNER preferiu ficar com as praças que ele já tinha operado.

O que acontecia? Elas eram antigas e a localização, desatualizada. Isso levou, por exemplo, no caso da Via Dutra, a que hoje somente menos de 10% dos usuários paguem pedágio, quer dizer, há um desequilíbrio brutal. Você tem 10% dos usuários pagando pedágio e 90% que não pagam.

Então, dizem que o pedágio da Dutra é caro, ele é caro para 10%; para 90% ele não pode ser mais barato, porque é de graça. Por quê? Porque o cidadão circula entre praças de pedágio. Não é nem rota de fuga, nem nada; é problema da localização das praças, que é a questão da base de pagantes.

Eu acho que essa foi a grande discussão. Com a experiência da primeira etapa, viu-se que havia um problema sério, gravíssimo, na Dutra, mas tirando a Ponte Rio-Niterói, onde, evidentemente, 100% pagam, era um problema sério.

Então, a segunda etapa já foi discutida com esse tipo de preocupação. Naquele momento a discussão era esta: aumentar a base de pagante para diminuir a tarifa. O que aconteceu na segunda etapa foi que ela demorou muito. Os estudos começaram no governo Fernando Henrique, a licitação foi feita pelo sistema clássico de pré-qualificação. Houve muita discussão e não se conseguiu completar o processo de licitação. Quando entrou o novo governo, do Presidente Lula, houve uma discussão muito grande, se continuava ou não continuava o processo licitatório; e se resolveu, então, cancelar e recomeçar o processo.

Só que os estudos de viabilidade que estavam sendo feitos, na realidade, eles não foram refeitos em profundidade. Não foram vistos os investimentos, as projeções de tráfego. Isso criou outro problema, que foi a adoção da inversão de fases, sobre a qual tive oportunidade de falar anteriormente, que é um processo simplificado de licitação que realmente não permite a escolha das propostas melhores. Mas houve a preocupação de andar depressa. Aí, saíram os sete lotes com estudos de viabilidade muito desatualizados, o que levou ao que hoje estamos vendo aí: quando chega na hora de fazer o investimento, já há um núcleo habitacional no trecho, e se cria toda uma série de problemas.

Aparentemente, no início da terceira etapa, não havia a preocupação de corrigir esses problemas. Foram feitos estudos de viabilidade, mas acontece que, com o insucesso, com o fato de terem sido canceladas as duas licitações que estavam previstas para o começo do ano, o que aconteceu? Abriu-se espaço para uma renegociação, não se voltou para um processo clássico de licitação, com pré-qualificação, com proposta técnica e proposta de preços, mas abriu-se espaço para a tomada de subsídios e reuniões participativas, que hoje estão refletindo nesses dois lotes que estão sendo anunciados agora e com o relatório feito.

Foram feitas várias correções nesses processos. Então, o custo de viabilidade está mais atualizado, os investimentos estão mais atualizados, o custo de in-

vestimento está mais atualizado, a projeção de crescimento de tráfego foi reduzida para um valor mais baixo. Então, hoje se tem projetos mais conscientes.

Evidentemente, a questão da base de pagantes, a meu ver, não está resolvida. Por quê? Porque a tendência é realmente – até para responder ao Senador Cícero Lucena – deixar as praças de pedágio longe das cidades para não onerar. Aí, vai-se para uma situação parecida com a da Dutra. Quer dizer, há menos gente pagando e, portanto, há tarifa, sendo que a tendência mundial hoje, quando se opta pela cobrança do uso da rodovia pelo usuário, é cobrar de todo mundo, cobrar de 100%. Por quê? Porque, na medida em que se cobra de 100% ou de algo próximo a isso, há tarifas mais baixas, o que vai permitir que se evolua para um sistema de cobrança automática, que é o *free flow*. Por quê? Na medida em que hoje, por exemplo, se deixa muita gente sem pagar pedágio, no dia em que set tiver que evoluir para o *free flow*, que é um sistema pleno de cobrança automática, vai haver muita resistência. Por quê? Porque àqueles que não estão acostumados a pagar vai se ter que dizer: "Olha, mas todo mundo vai pagar menos". Ora, mas, se ele não paga, ele não quer pagar de jeito nenhum.

Então, eu acho que o governo está errando ao não fixar uma base de pagantes mais adequada, até para permitir que se siga a tendência mundial, que é acabar com a praça de barreira e evoluir para um sistema de cobrança totalmente automático. Então, há esse problema.

Assim, acho que esse programa que está em andamento agora evoluiu em relação à segunda etapa no sentido de que abriu mais espaço para os interessados participarem dessas tomadas de subsídios nas reuniões participativas. É assim que eu vejo.

Quanto ao problema da duplicação, que o Senador também levantou...

O SR. VALDIR RAUPP (Bloco/PMDB – RO) – O senhor conhece o sistema das rodovias de Portugal? Depois de entrar na cidade, quando se volta para a estrada, se tem que pagar o pedágio. E isso acontece em todas as cidades.

O SR. MOACYR DUARTE – Eu trabalhei lá. Mas isso foi feito, por exemplo, no trecho Lisboa-Porto. Mas ela foi feita assim, ela foi feita já prevendo que ela tinha pedágio. O que acontece? Ela tem poucos acessos e poucas saídas, já a Dutra tem dois mil acessos. No trecho Lisboa-Porto, há poucos acessos. Claro que é um problema também para o usuário, porque conforme a localização da cidade para onde vá, terá que ir lá na frente e voltar ou sair antes e chegar à cidade por uma estrada secundária. Todos têm os seus problemas.

Então, aparentemente, a evolução não é para uma rodovia fechada, como é em Portugal e em outros lugares. Mas com pórticos com antenas, os veículos têm um SINIAV e eles passam e pagam. Qual é a dificuldade de implantação disso? É ter um controle sobre a frota; é ter certeza de que o veículo passou e vai pagar.

Quanto ao projeto das duplicações, é claro que o ideal é que hoje... Nós temos uma malha rodoviária pavimentada muito pequena. Entre os 20 maiores países desenvolvidos do mundo, o Brasil é o último. O Brasil tem 200 mil quilômetros de rodovias pavimentadas. Isso é 12% das rodovias brasileiras. Existem países que têm 100%, ou 60%, 70%, 80%, 40% da malha.

Então, há dois problemas: uma malha pequena e ainda de pista simples. São dois desafios: ampliar a malha... Esse problema de que o Brasil é um País rodoviariarista, eu brinco sempre que o Brasil não é um país nem rodoviarista, nem ferroviarista, nem hidroviarista; o Brasil não tem infraestrutura nenhuma, nenhuma delas.

Há um livro publicado por um ex-Presidente da ANTT, que se chama *O Mito do Rodoviarismo Brasileiro*, em que ele mostra isso muito claro.

Então, existe uma malha pequena e que não é duplicada e se precisa duplicar. Agora, o problema básico também do ponto de vista do custo, é o seguinte: há um VDM, um volume de veículos, que necessita de duplicação. Então, não se pode fazer antes, porque onera; e, depois, porque cria o problema.

Então, esse foi um dos problemas da segunda etapa, em que se estabeleceu gatilhos. Quando um VDM estiver em tanto, faz-se a duplicação. Isso aparentemente não funcionou, o que levou o governo, nessa terceira etapa, a criar uma obrigação de duplicar tudo em cinco anos. Ora, claro que isso é bom, mas ele tem um custo, que vai ter de ser suportado pelo usuário. Não sei se eu respondi às perguntas do Senador.

Quanto ao Senador Cícero Lucena, a respeito do projeto de lei, eu acho que, do ponto de vista da concessionária, de interesse específico da concessionária, ele está preservado, porque o projeto de lei prevê que a perda de receita vai ser ressarcida através do reequilíbrio. Então, se olhar do ponto de vista só da concessionária, o projeto é neutro. Eu vou receber de alguém ou dos outros usuários, ou do governo, ou através da prorrogação do prazo, enfim, eu vou receber aquela perda de receita que a concessionária vai ter.

Só que isso seria um ponto de vista muito egoísta, só olhando o interesse da concessionária. Do ponto de vista do sistema, o projeto tem vários defeitos. O primeiro é que ele está olhando uma praça de pedágio

rural, numa cidade pequena, que tem poucos veículos e o impacto é pequeno.

Só que isso não é verdade, porque há praças de pedágio em Municípios grandes. Então, esse sistema está na contramão, porque a tendência hoje e que nós precisamos fazer é ampliar a base de pagantes e cobrar menos dos usuários; todos os usuários pagarem e pagarem menos. Isso é o que se vai fazer, para onde se deve evoluir através desse sistema de *free flow* com um sistema automático.

Além disso, não há praça de pedágio só em Município pequeno; há praça de pedágio em Municípios grandes. Há casos, por exemplo, como o da Ponte Rio-Niterói, que vai inviabilizar a construção da Ponte Rio-Niterói, porque, se o morador de Niterói, não pagar, quase 50% dos usuários não vão pagar. Então, teria de se dobrar o pedágio para os demais usuários.

Se considerar que o projeto ainda dá isenção àquela pessoa de outros Municípios que for ter atividades em Niterói, existem especulações, existem estudos de que essa isenção pode chegar... o número de pagantes na Ponte Rio-Niterói vai reduzir de 50% a 80%. Por quê? Porque, na realidade, existem estudos feitos até pela própria ANTT que mostram o seguinte: no caso da Ponte Rio-Niterói, só 20% fazem viagens longas, ou seja, não é nem de Niterói, nem do Rio de Janeiro.

Então, num extremo, só esses 20% pagariam pedágios. Evidentemente, vai-se quintuplicar o pedágio para esses 20? Não é viável. Então, esse é o problema.

No caso da Dutra, por exemplo, que já tem esse defeito congênito de que menos de 10% pagam pedágio, se se isentar a praça de Jacareí e outras praças, isso vai diminuir muito mais ainda. Então, vai chegar a um ponto que realmente inviabiliza.

Na minha visão, o projeto está na contramão da tendência mundial, que é ampliar a base de pagantes, todo mundo pagar menos e cobrar de todos os usuários. Ele está tendo uma visão rural, de Municípios pequenos. Dá para entender, evidentemente, no caso de Santa Catarina, existe a praça de Palhoça, que deu uma discussão muito grande, mas vai criar problemas.

Nós fizemos um primeiro estudo do impacto da lei nessas concessões que estão sem licitação. No primeiro impacto, só considerando os veículos dos Municípios onde existem praças de pedágios, vai se levar a dois milhões de veículos que não vão pagar pedágio nesse sistema novo. Então, a ANTT, nessa licitação que está aí, que ainda vai ser aprovado o projeto, vai ter que rever e vai ter que aumentar a tarifa, porque vai haver um aumento de veículos isentos.

Então, na minha visão, acho que isso que o Senador colocou, que o usuário da cidade pequena que vai trabalhar não pode pagar, é realmente um problema. Mas a questão é que não se vai resolver isentando, mas vai resolver ao contrário, fazendo com que todos paguem e paguem menos.

Outro problema também é que ele está usando uma rodovia, ele não está usando uma avenida. O senhor foi prefeito, e hoje a gente enfrenta muito este problema: a tentativa das prefeituras, por falta de recursos, de transformar as rodovias em vias urbanas. Com isso, evidentemente, o que acontece? Na Rodovia Presidente Dutra, o maior adversário dessa situação são os caminhoneiros, porque eles fazem a viagem longa, eles pagam pedágio, estão subsidiando o automóvel pequeno e esse automóvel ainda provoca congestionamento na estrada. Então, ele paga, subsidia e não consegue usar a rodovia, porque aquele que não paga está usando, já que não há vias urbanas para adequar uma ligação entre cidades. Está sendo feita uma correção, marginais, uma porção de outras coisas.

A minha visão vai um pouco dentro da evolução do programa de concessões. Nós tínhamos que evoluir para ampliar a base de pagantes, e, em seguida, ir para um sistema automático de cobrança de pedágio universal, como já existe nos Estados Unidos e em outras praças, de modo que todos pagassem e pagassem menos, e houvesse uma tarifa módica. Porque hoje a tarifa, muitas vezes, não é módica, porque há poucos que estão pagando uma tarifa muito alta e subsídios.

Não sei se respondi, Senador.

O SR. CÍCERO LUCENA (Bloco/PSDB – PB. *Fora do microfone*.) – Na ótica dos senhores.

O SR. MOACYR DUARTE – Não podia ser outra.

O SR. PRESIDENTE (Wilder Morais. Bloco/DEM – GO) – Agradeço ao Dr. Moacyr.

Eu gostaria de passar a palavra ao Dr. Orlando Strambi, para que faça também as respostas às perguntas a ele enviadas.

O SR. ORLANDO STRAMBI – Vou começar respondendo às questões formuladas pelo Senador Wilder Morais. Primeiro, se a expansão do sistema de transporte coletivo é guiada pelo crescimento da cidade. Isso é uma afirmação, normalmente é assim, ele corre atrás do que acontece com a cidade. Não deveria ser o contrário? A cidade não deveria crescer ao longo dos eixos de transporte coletivo previamente instalados?

Na verdade, algumas das minhas colocações foram exatamente nesse sentido aqui, mostrei inclusive uma foto aérea de Curitiba, em que a cidade se envolveu ao longo de um transporte planejado para promover aquele tipo de desenvolvimento; planejado em conjunto com uma legislação de uso do solo, que estimulava – e restringia, em alguns aspectos – que o desenvolvimento urbano fosse daquela forma.

Acho que uma mensagem importante da minha apresentação é a seguinte: o transporte deve estar a serviço da cidade que nós queremos construir. O problema não é o problema de transporte; ele existe, mas ele tem que ser resolvido com um olho no que ele fará pela cidade; porque nós queremos uma boa cidade, e a boa cidade precisa ter um bom transporte, mas ela é mais do que isso.

Em relação a outra pergunta do Senador, se não seria necessário investir também em tecnologias que evitassem necessidade de viagens urbanas, eu apontei isso também, de certa forma, ao falar que as tecnologias de informação e comunicação têm levado a alguma substituição de viagens, de deslocamentos, por interação feita por meio eletrônico.

Então, se a gente for pensar, educação à distância é um fenômeno crescente de forma explosiva, mais ainda a questão do comércio eletrônico. Hoje em dia, a gente começa a ver as empresas – principalmente em determinados setores, naturalmente – passando a adotar, como um benefício para o trabalhador numa cidade, por exemplo, com alto nível de congestionamento, a possibilidade de trabalhar em casa alguns dias da semana, em esquemas variados, variam os esquemas. Mas tudo isso, sim, está surgindo em função da tecnologia. Ela está disponível para fazer isso hoje em dia e tem sido usada e será ainda mais usada. Ela não resolverá, não substituirá integralmente os deslocamentos. A pessoa que deixa de ir ao trabalho, eventualmente, terá, agora, a disponibilidade para fazer algumas outras coisas, a sua vida muda. E ela fará outras coisas, algumas das quais necessitarão deslocamento também, mas o padrão desses deslocamentos é diferente e talvez não seja tão crítico quanto o daquela viagem para o trabalho na hora de pico da manhã e da tarde.

Rapidamente, falarei sobre as questões da Senadora Vanessa Grazziotin. Primeiramente, sobre a ideia de um Projeto Brasil. Na verdade, nós temos o receituário para um Projeto Brasil. A nossa Política Nacional de Mobilidade Urbana contém todos os elementos para nós cuidarmos da questão da mobilidade e das cidades. Está lá! O resto será detalhamento. Cada cidade terá suas necessidades, mas, se os princípios forem observados, se os princípios constantes na lei forem observados, estaremos seguindo no caminho certo. Nós temos o receituário.

(*Intervenção fora do microfone.*)

O SR. ORLANDO STRAMBI – Perdão. Na Lei de Diretrizes para a Política Nacional de Mobilidade Urbana, que foi promulgada em 3 de janeiro do ano passado. É recente e ainda não pegou, como a gente costuma dizer, mas as cidades são obrigadas, em até três anos, a elaborarem planos diretores, sob pena de não receberem nenhum tipo de auxílio federal para projetos de mobilidade urbana.

Então, alguma coisa deve acontecer nos próximos anos. Vamos saber se aquelas ideias serão adotadas pelas cidades. E são cidades a partir de 20 mil habitantes, não são cidades grandes apenas, mas um conjunto bem amplo de cidades.

Há outra questão que se relaciona com um item trazido, também, pelo Senador Valdir Raupp: o problema em Manaus em que foi alegado que o BRT custaria muito em locais que são densos pelos custos de desapropriação. O Senador trouxe que a possibilidade de atuar com os ônibus fica comprometida por falta de espaço. Às vezes, eu costumo brincar com meus alunos dizendo que para construir uma avenida a gente pode destruir um bairro; para construir uma estação de metrô a gente pode destruir um quarteirão; mas, para fazer uma parada de ônibus adequada para ele operar com alta capacidade, não se pode mexer em nada. Então, existe uma desigualdade no tratamento das diferentes formas de transporte.

A questão do espaço, na verdade, precisa ser renegociada, acho que ela precisa ser renegociada. Está na hora de fazermos algum sacrifício. Ou nós vamos arrumar dinheiro para subsidiar mais as tarifas dos ônibus ou nós vamos arrumar espaço para que os ônibus circulem. As outras tecnologias, como o metrô, são fundamentais para algumas cidades onde a demanda justifique investimentos desse porte, que são elevados, mas, de qualquer forma, são, também, mais lentas. Então, nós vamos precisar uma resposta muito mais rapidamente. E a resposta rápida, na minha visão, depende exclusivamente de tratarmos o problema com ônibus, neste momento. Por alguns anos, vamos depender de ônibus. E a gente vai ter de fazer isso da melhor formar possível.

Alguns lugares, definitivamente, não têm como. Um dos monotrilhos, em São Paulo, por exemplo, está sendo construído em uma região, na zona sul de São Paulo, que é caracterizada por uma topografia bastante montanhosa. Então, é difícil expandir o sistema viário, é difícil fazer qualquer coisa. A solução foi invadir o espaço aéreo e criar... Estão sendo construídos monotrilhos lá porque, realmente, construir na superfície seria ruim. Invadir o espaço aéreo, do ponto de vista urbanístico, é ruim, ele se torna uma coisa extremamente intrusiva na vida das cidades.

O Senador Valdir Raupp levantou também uma outra questão sobre a necessidade de se baixar o custo dos ônibus. Baixar o custo dos ônibus tem um segredo que transcende isenções em diferentes tipos de tributos que incidam sobre ele. O principal segredo,

se a gente pensar no custo da operação dos ônibus, é 70%, 80% dependente da frota que vai operar. Essa frota precisa de tripulação, precisa de local para ser abrigada, para ser mantida. Ou seja, na estrutura de custos das empresas de ônibus, cerca de 70%, 80% são chamados custos fixos e dependem do tamanho da frota para alocar.

O tamanho da frota depende essencialmente das velocidades obtidas na operação. Então, por exemplo, em São Paulo tem se falado que a velocidade média dos ônibus é de cerca de 13km/hora. E se fala que, com a implantação dos corredores de ônibus, com tratamento adequado, pode-se atingir 25. Ao dobrar a velocidade dos ônibus, e isso está dentro da faixa de alcance – pode não ser sempre dobrar, mas está dentro da faixa de alcance possível –, podemos chegar a reduzir necessidades de frota. Não quer dizer que nós vamos, então, manter o mesmo serviço. Nós podemos aproveitar esse potencial de redução de frota e, na verdade, manter uma parcela maior da frota, oferecendo serviço de melhor qualidade, mesmo assim a custos muito inferiores.

A bala de prata existe no caso dos sistemas de ônibus; e essa é a velocidade. E velocidade se dá tirando o ônibus do congestionamento e fazendo-o operar direito – não esperando desnecessariamente no semáforo, não esperando desnecessariamente numa fila num ponto de parada que não foi bem projetado. Esta é a bala de prata no caso dos sistemas de ônibus: velocidade.

O Senador Cícero Lucena trouxe sua experiência de João Pessoa e do seu projeto de desoneração da cadeia de transportes coletivos – vamos chamar assim. Na verdade, isso é um elemento. Mas, como eu falei, a bala de prata, neste momento, eu acredito que seja a questão da velocidade naquelas cidades onde há congestionamento significativo.

O SR. CÍCERO LUCENA (Bloco/PSDB – PB. *Fora do microfone*.) – Mas precisa da arma para disparar.

O SR. ORLANDO STRAMBI – Precisa da arma para disparar, mas o problema é que nós temos disparado pela culatra. Quer dizer, quem tem visto desoneração é a indústria automobilística. Não é menosprezar o papel fundamental da indústria automobilística, não só na economia, como também no imaginário, nos anseios da população. Agora, por outro lado, nós temos que arcar com as consequências disso. Será que parte dos subsídios que têm sido destinados à indústria automobilística ou ao uso do automóvel, uma vez em posse do seu proprietário, não poderiam estar sendo parcialmente transferidos para o transporte coletivo?

Nós vimos, há alguns anos, quando houve uma elevação repentina do preço do petróleo, a Cide, que supostamente tinha sido criada com finalidade de promover mitigação de danos ambientais, acabou sendo destinada a subsidiar para evitar o aumento do preço da gasolina. O.k., há o problema da inflação, precisamos trabalhar nisso também, mas estamos talvez dando um tiro pela culatra.

Há estudos, mas eles são muito embrionários – eu vi alguma coisa nos Estados Unidos –, sobre o potencial econômico da indústria do transporte coletivo. Nós todos conhecemos o potencial econômico na indústria automobilística. Mas desconhecemos que nós temos pelo menos a mesma, mas na verdade mais quantidade de pessoas que estão sendo transportadas pela indústria do transporte coletivo – que é significativa, que gera empregos, que gera receitas. E nós não estamos avaliando isso adequadamente.

O Senador Alfredo Nascimento e também a Senadora Vanessa tinham trazido a questão do legado da Copa. O legado da Copa é uma coisa misteriosa para mim, até certo ponto, e ele tem alguns elementos diferentes. Mas nós temos que reconhecer que essa coisa é extremamente distinta dependendo da cidade.

Uma cidade – não precisa ser pequena, foi dado o exemplo de Manaus pelo Senador – que tem um estádio, que vai ficar como legado, cujo uso não é claramente entendido. Agora, por outro lado, outras obras que poderiam ter sido vistas em função disso não necessariamente vão acontecer. Pode ser que essas obras poderiam trazer diferença significativa na vida de Manaus e, particularmente, na vida de cidades menores que Manaus, que é uma cidade bem grande já. Mas cidades menores poderiam de fato se beneficiar disso.

Por outro lado, em algumas grandes cidades, o chamado legado da Copa é uma coisa curiosa. Digamos que, no estádio de São Paulo, que tem 70 mil lugares e as pessoas precisam ir e voltar desse estádio. São 140 mil pessoas que farão deslocamentos naquele dia. São Paulo desloca diariamente, por transporte público, 100 copas do mundo. Ou seja, a pressão está definitivamente estabelecida. Não precisa nenhuma copa do mundo para colocar mais pressão na necessidade de melhorar o transporte em São Paulo. Então, a gente precisa olhar com uma certa atenção esse discurso todo do legado da Copa. Inclusive, porque agora o que já não está comprometido não se tornará um legado.

Finalmente, eu tenho aqui anotadas as colocações do Senador José Pimentel de o Brasil ter se tornado industrial e urbano sem planejar. Na verdade, agora, não é mais hora de procurar quem tem culpa disso. Na verdade, são gerações de culpados. O momento, agora, é um momento de reconhecer um erro feito por muitos e buscar soluções.

Então, seriam essas as minhas considerações.

O SR. PRESIDENTE (Wilder Morais. Bloco/DEM – GO) – Obrigado, Dr. Orlando.

Eu gostaria de perguntar se o senhor conhece o sistema de transporte que foi implantado pelo consórcio na capital Goiânia e, se o senhor conhecer, qual sua avaliação. Existiam 10 ou 12 companhias e foi criado um sistema de consórcio. Com certeza, houve um debate muito grande, mas houve uma eficiência muito grande também, por haver uma única companhia, ter padronizado a frota, ter unificado os terminais. E isso deu um resultado muito bom para o transporte de Goiânia.

Então, o senhor conhece esse projeto de Goiás?

O SR. ORLANDO STRAMBI – Eu não conheço o projeto de Goiânia, mas Goiânia é uma das cidades reconhecidas, no meio técnico em transporte, como uma cidade que adotou posturas inovadoras e que encontrou algumas boas soluções. Em particular a operação em consórcio... é um consórcio das empresas que existiam? É Isso?

O SR. PRESIDENTE (Wilder Morais. Bloco/DEM – GO. *Fora do microfone.*) – Criou-se uma única empresa.

O SR. ORLANDO STRAMBI – Na verdade, o fato é que obter os ganhos que se apresentaram nesse caso de padronização de frota, de serviços e coisas assim, não necessariamente dependem de haver uma única ou algumas empresas. Isso depende de uma regulamentação e de concessões formuladas adequadamente para a operação de transporte coletivo.

Agora, as cidades têm encontrado soluções diferentes. Como existe algum grau de economia de escala no transporte por ônibus, no transporte urbano por ônibus, às vezes, soluções que são adotadas em consórcio podem apresentar vantagem, sim.

O SR. PRESIDENTE (Wilder Morais. Bloco/DEM – GO) – Com a palavra, o Senador Ivo Cassol.

O SR. IVO CASSOL (Bloco/PP – RO) – Obrigado, Sr. Presidente, Srªs e Srs. Senadores. Quero aqui agradecer a presença dos nossos convidados.

A gente discute aqui no Senado especialmente essa situação que nós vivemos hoje, a manifestação dos nossos jovens, pelos quatro cantos do País. Eu fiz um discurso pesado, ontem, na tribuna do Senado, em que dizia que, na situação que nós vivemos hoje, em boa parte, essa juventude nossa tem razão quando faz manifestação pacífica.

Quando faz o quebra-quebra, eu não pactuo com isso. Portanto, essas pessoas que estão encapuzadas têm que ser punidas.

Ao mesmo tempo, quando a gente fala em transporte urbano, nós temos pela frente preços distorcidos. Por exemplo: no Rio de Janeiro o preço é de R$2,90, com o aumento; em São Paulo, agora, R$3,20; em outro Estado, de repente, três e pouco. Quando o preço dos ônibus é o mesmo, quando nós temos pela frente também os impostos praticamente os mesmos, e a gente vê distorção entre um Estado e outro – uns andam mais, outros andam menos, uma linha é maior, outra é menor.

Além disso, o senhor falou agora há pouco da velocidade dos ônibus, que é importante dentro das capitais, nós assistimos e, infelizmente, nós somos culpados também, o Congresso é culpado, quando o Governo Federal dá incentivos fiscais para garantir emprego às indústrias automobilísticas, esquecendo de que precisa de dinheiro para infraestrutura.

Eu, Senador e empresário, sou contra, sou contra e sou contra a isenção de IPI para quem compra um carro. Quem compra um carro tem dinheiro para comprar. Para ele, não faz diferença pagar R$50 mil, R$55 mil, R$70 mil, R$80 mil, R$90 mil ou R$100 mil. Quem tem dinheiro para comprar um carro não é por causa de R$3 mil ou R$4 mil de desconto que ele vai deixar de comprar. Então, resultado: falta dinheiro para infraestrutura.

E, na infraestrutura, especialmente nas indústrias, nós temos um *lobby* muito forte. Por mais que não apareça aqui, Presidente, todo mundo sabe que o *lobby* é grande, a exemplo das indústrias. Tanto que a de caminhões é a mesma coisa, só muda a carroceria. Ou se bota uma cabine de carroceria ou se coloca uma carroceria de ônibus em cima do mesmo caminhão, do mesmo chassis, porque o chassis é exatamente o mesmo. Isso se vê no Brasil afora. Como estão nossas ferrovias? Infelizmente, ainda estamos atrasados uns 30 anos ou 50 anos.

Aqui em Brasília, para se ter uma ideia, quando o senhor falou da logística do... Se pegarmos um ônibus aqui do eixão para ir ao aeroporto, se vai com duas ou três pistas de um lado, mais quatro no meio. mas, quando se chega no final, perto da baixada, para ir ao Guará – não sei o nome da pista –, fecham-se todas em duas pistas. Não há ônibus que dê conta disso.

Outra coisa: por que até hoje – e aí o senhor não é culpado, ninguém é culpado, mas são culpados os gestores – não construíram metrô do aeroporto para esses pontos fundamentais? Nos grandes centros... Imagine São Paulo hoje se não fosse o metrô feito no passado? Infelizmente, nós temos muita propaganda, muita conversa e pouco investimento em infraestrutura.

Sr. Presidente, eu estive em Dubai, há poucos dias, com minha família, passando uns dias descanso – por conta própria, nenhuma passagem e nada por conta desta Casa, sempre deixo bem claro isso, viajamos com passagem particular –, a estrutura, a lo-

gística urbana, não se vê pessoas nas ruas. Chega-se no aeroporto e há o metrô; se se vai ao *shopping*, há o metrô que passa ali ao lado. Quer dizer: foi planejado! Infelizmente, os nossos gestores aqui no Brasil não planejam direito. Nós sempre estamos correndo atrás do que já está acontecendo errado, e isso é ruim, como vemos o exemplo da Copa do Mundo.

Desculpe a expressão, Sr. Presidente, mas a manifestação, infelizmente, tem sentido, porque a maioria das expectativas com a Copa do Mundo foi frustrada. Não que ela não será boa; ela vai ser ótima, porque nós aqui somos o tal do quebra-galho, pois brasileiro vive do quebra-galho. Mas, gente, nós não podemos admitir cidades que estão capengando e falta estrutura logística em redor. Então, por mais que se criem expectativas, como a que o senhor falou agora: "Olha, não tem de andar 13km por hora, mas 25km por hora... Até 25km/h é lento demais! Deveria ter um corredor em que se pudesse andar muito mais. Mas não se tem! Por quê? Porque deveria haver mais viadutos para se sair de uma avenida e entrar em outra sem precisar de sinalização, para poder desafogar o trânsito. Não é correr a 80km/h ou 100km/h, mas se mantivesse a velocidade de 30km/h, já teríamos a redução de quantos por cento?

Então, é isto o que está faltando no País: parar de dar incentivos para o setor automobilístico, porque os empregos serão também garantidos. O consumo... O de que nós precisamos, Presidente? É só de uma coisa que o consumidor e o empresário brasileiro precisam: ter juro baixo. Com juro baixo, compra-se uma frota nova, compra-se um carro particular bom ou um carro utilitário. Só se precisa de uma coisa: juro subsidiado. Tendo-se juro subsidiado é o suficiente para manter a roda rodando.

Hoje, nós temos incentivo para o setor automobilístico, temos incentivos para isso e aquilo, mas falta dinheiro para a infraestrutura. Estamos superlotando... Quem diria que Brasília ficaria congestionada do jeito que está hoje? Quem diria? No passado, ninguém falava isso! E hoje, infelizmente, está tudo congestionado em Brasília. Para vir de manhã cedo ao Senado, está congestionado; para sair para o almoço, está congestionado; para quem vem do Guará é uma hora ou duas horas para chegar aqui no trabalho. E olha que Brasília foi planejada, mas falta ainda terminar e tirar os gargalos que há.

Portanto, nós esperamos que seja planejado e, ao mesmo tempo, esse dinheiro de incentivo seja utilizado para infraestrutura e que, com certeza, esse setor urbano conseguirá se deslocar e andar muito mais.

Como o Presidente falou de Goiânia aí, uma das coisas que atrapalham os ônibus urbanos, muitas vezes, são os cartéis, não só os urbanos como os interestaduais. Os cartéis são os piores cânceres que existem. Por quê? Porque eles comandam, eles fecham, eles seguram e impõem, muita vez, os preços das passagens e deixando os governantes em uma situação difícil. Eu defendo a concorrência! Imaginem se as esposas de vocês em suas cidades comprassem em um mercado só? Os funcionários desta Casa fossem fazer compras e só houvesse um mercado de um proprietário? Aqui, por exemplo, os donos de postos em Brasília são mais ou menos assim e até já foram denunciados no passado. Isso é ruim, porque quem perde são os consumidores. Então, os cartéis são ruins em todos os lugares.

O SR. PRESIDENTE (Wilder Morais. Bloco/DEM – GO) – Obrigado, Senador Ivo Cassol.

Com a palavra, Senador Sérgio Souza.

O SR. SÉRGIO SOUZA (Bloco/PMDB – PR) – Obrigado, Sr. Presidente. A vida no Senado é bastante dinâmica, diferentemente do que mostram às vezes as grandes mídias brasileiras. Mas aqui se trabalha muito. O dinamismo das Comissões é incrível.

Neste exato momento, há uma reunião na CAS, onde sou relator de um item. Sou relator do primeiro item aqui na Comissão de Infraestrutura. Acontece a sabatina na CCJ, onde sou titular. E há, na sequência, também, a deliberativa. E, às vezes, a nossa refeição é tarde da noite, porque para o almoço normalmente não sobra tempo.

Mas eu não poderia perder a oportunidade de fazer uma breve reflexão sobre este que é um tema que, na minha opinião, impacta diretamente no custo Brasil. O cidadão que levanta três ou quatro horas antes para poder chegar ao trabalho, e o retorno para casa não é diferente, ele perde um pouco do tempo da capacidade produtiva dele, ou de ficar com a família, ou de ter um lazer, ou de trabalhar mais, para ter mais benefícios para si próprio e para sua família.

Então, este é o grande desafio do Brasil: diminuir o seu custo interno, para que o cidadão tenha uma capacidade maior de consumo, de investimento. E não há como fazer isso sem se discutirem vários itens que impactam, em que um deles é a mobilidade urbana.

O tema recorrente hoje é tarifa de ônibus. É lógico, estamos aí tratando do custo de vida do cidadão e também do tempo que ele demora. Agora, o que forma o preço da tarifa não é somente o custo do veículo, do diesel, do motorista. São inúmeros fatores, o congestionamento, realmente, como dito aqui. E às vezes a integração do transporte. Às vezes, um cidadão compra um único bilhete e anda o dia inteiro dentro do ônibus se quiser.

Eu sou de um Estado cuja capital tem uma vanguarda do ponto de vista da mobilidade urbana, em especial os corredores de ônibus, que é Curitiba. Curitiba é percussora disso desde a década de 70. Ainda é muito bom. Está ultrapassado? Não, não está ultrapassado, mas perdeu muito nos últimos anos. Poderia estar melhor, porque se deixou de investir.

Mas há um transporte integrado em Curitiba. O cidadão pega o ônibus lá na porta da sua casa, ou próximo à sua casa, e vai descer em qualquer região da cidade, pagando uma única tarifa, um único bilhete. Isso tem um custo.

Então, a questão da diferença de tarifa, às vezes – na capital tal é x, e na capital y é o dobro, ou é um pouco mais – depende das condições colocadas. Então, cada caso é um caso. Não adianta dizer que a tarifa de São Paulo é cara e que a barata é a de Brasília. A de Brasília parece que é uma das mais baratas, mas eu não vejo terminais e integração de ônibus. Se eu descer aqui no Plano, eu posso ir para outra região sem pagar a mesma tarifa? Não sei. De repente tem que vir até aqui, descer, pegar outro ônibus, e assim por diante.

Então, é mais um comentário. E dentro do que diz respeito às concessões de rodovias, eu acho que isso veio para ficar, não veio para terminar. Algumas concessões vencem no início da década de 20, em 23 ou 24.

No meu Estado, não é diferente. O Paraná tem algumas concessões de rodovias que começaram em meados dos anos 90 – no meu entender, como cidadão paranaense, de forma errada. Uma das tarifas mais caras do mundo, por uma pista simples, de rolamento, cuja duplicação viria no final do contrato. É diferente dos modelos implantados principalmente na Europa, onde se constrói a pista, utiliza e cobra para pagar os investimentos. Onde o governo entra e ajuda a construir aquelas pistas.

Eu acho que nós temos que promover um grande debate para achar o melhor modelo.

Estão vindo aí agora concessões de novas rodovias – o Governo tem pensado nisso, até aumentou a taxa de retorno –, concessões de ferrovias. E se não houver a participação da iniciativa privada, não vai acontecer. Governo nenhum consegue fazer o que sonha fazer: trem-bala São Paulo-Rio de Janeiro; Curitiba-Porto Alegre. Isso é sonho. Pode ser um dia uma realidade, mas não consegue fazer.

Eu só gostaria de fazer, Sr. Presidente, esses comentários e parabenizar os dois expositores, que trazem e agregam valor ao conhecimento dos Senadores desta Comissão e da sociedade como um todo. Parabéns!

O SR. PRESIDENTE (Wilder Morais. Bloco/DEM – GO) – Obrigado, Senador Sérgio Souza, pela participação.

Concedo a palavra ao Dr. Moacyr Duarte, para que faça suas considerações finais, em dois minutos. Logo em seguida, passo para o Dr. Orlando.

O SR. MOACYR DUARTE – Muito obrigado.

Como diz o Senador Sérgio Souza, acho que a construção de rodovias, a cobrança do uso da rodovia do usuário é um fato que está ocorrendo no mundo inteiro e, portanto, veio para ficar. Inclusive, para resolver esse problema de congestionamento hoje, por exemplo, existe muito nos Estados Unidos o que eles chamam de *hotline*, quer dizer, faz-se uma faixa pedagiada ao lado da faixa livre, para pagar e evitar congestionamento.

Gostaria só, complementando essas considerações, de fazer um esclarecimento para o Senador do problema do Paraná. O programa do Paraná foi concebido numa visão de investimento, como o Senador colocou, só que, por questão política, quando ele foi lançado, começou a operar em junho de 1998 e, em menos de um mês em que se estava cobrando pedágio, o Governador Jaime Lerner reduziu a tarifa em 50%. Essa redução ficou valendo por quase dois anos e houve uma renegociação, pela qual houve esse adiamento de investimento que está prejudicando o programa.

Era isso que eu gostaria de esclarecer.

Muito obrigado.

O SR. PRESIDENTE (Wilder Morais. Bloco/DEM – GO) – Concedo a palavra ao Dr. Orlando Strambi, para que faça suas considerações finais.

O SR. ORLANDO STRAMBI – Tanto o Senador Ivo Cassol quanto o Senador Sérgio Souza trouxeram a questão dos diferentes preços de tarifa em diferentes cidades. Na verdade, é uma analogia ao caso do pedágio trazido agora pelo Dr. Moacyr, a questão da base de pagantes.

O transporte coletivo tem um custo e esse custo evolui segundo o preço dos seus insumos. Então, os ônibus são parecidos em cidades diferentes, mas podem ser diferentes; mas, principalmente, as diferenças estão nas velocidades que podem ser obtidas em diferentes cidades, na qualidade do serviço. Se eu quiser oferecer um serviço de melhor qualidade, em termos de um pouco mais de conforto – conforto quer dizer menos desconforto –, isso, obviamente, vai requerer mais recursos. Então, os custos evoluem segundo alguns fatores que são diferentes, segundo alguns elementos de projeto até que são diferentes. Porém, esse custo precisa ser rateado numa base de pagantes. Se a base de pagantes é de 10%, como no caso da Dutra, obviamente um rateio sai muito caro para quem paga.

E o caso do transporte é exatamente igual, e a base de pagantes varia em cada cidade.

Eu posso ter duas cidades que têm custos semelhantes, mas numa o serviço é muito melhor porque as velocidades são melhores ou os ônibus são mais novos, mas ela, por exemplo, tem uma base de pagantes menor. Então, a diferença de tarifas não depende apenas de como são os custos, mas da relação entre o custo e a base de pagantes. Portanto, a política tarifária é formulada levando em consideração não só os custos, mas também a base de pagantes, os elementos dessa política, se as tarifas são iguais, se elas valem para cada viagem, se viaja o dia inteiro, se é preciso pagar ao se transferir para outro modo de transporte ou não. Esse é um elemento importante antes de sair fazendo comparações de tarifas entre cidades diferentes.

Finalmente, apenas sobre a questão de a gente estar sempre correndo atrás dos problemas, existe uma máxima, um ditado, na verdade no livro mais utilizado para planejamento de transporte em todo o mundo os autores falam assim: "Resolver um problema visível de transporte é, por definição, muito tarde". Quer dizer, não é possível. Ou se planeja ou a gente já perdeu a chance.

Obrigado.

O SR. PRESIDENTE (Wilder Morais. Bloco/DEM – GO) – Antes de iniciarmos a segunda parte da nossa reunião, eu gostaria de agradecer aos nossos convidados, Dr. Moacyr Duarte e Dr. Orlando Strambi, pela importante contribuição oferecida.

Peço às Srªs e aos Srs. Senadores que permaneçam, pois iniciaremos, na sequência, a nossa pauta deliberativa. (*Pausa*.)

Dando início à segunda parte da nossa reunião, começamos com a análise do item 1.

ITEM 1
PROJETO DE LEI DO SENADO
Nº 96, DE 2013
– Não Terminativo –

Altera a Lei nº 7.525, de 22 de julho de 1986, para estabelecer novos critérios para as projeções na plataforma continental brasileira dos limites territoriais dos Estados e Municípios.
Autoria: Senador Vital do Rêgo.
Relatoria: Senador Sérgio Souza.
Relatório: pela aprovação.

Concedo a palavra ao Senador Sérgio Souza para proferir seu relatório.

O SR. SÉRGIO SOUZA (Bloco/PMDB – PR) – Obrigado, Sr. Presidente, Srªs e Srs. Senadores.

Vem para a análise desta Comissão de Serviços de Infraestrutura (CI), o Projeto de Lei do Senado (PLS) nº 96, de 2013, de autoria do Senador Vital do Rêgo, que altera a Lei nº 7.525, de 22 de julho de 1986, para estabelecer novos critérios para as projeções na plataforma continental brasileira dos limites territoriais dos Estados e Municípios.

O PLS nº 96, de 2013, foi lido em Plenário no dia 25 de março de 2013 e remetido a esta Comissão. A seguir, será apreciada pela Comissão de Assuntos Econômicos (CAE), em caráter terminativo.

O projeto propõe nova metodologia para a construção das linhas de projeção dos limites entre Estados e entre Municípios no mar, para fins de distribuição de *royalties*, participação especial e demais receitas decorrentes da extração de petróleo, gás natural e outros hidrocarbonetos fluidos.

Não foram apresentadas emendas.

Análise.

Compete à CI, nos termos do art. 104, I, do Regimento Interno do Senado Federal, manifestar-se sobre o mérito do presente projeto de lei, que diz respeito a recursos geológicos. São propostos novos critérios para a construção das linhas de projeção dos limites entre Estados e entre Municípios no mar, para fins de distribuição de *royalties* e participação especial pela extração de petróleo e gás natural, porque o autor considera que a metodologia atual, baseada em linhas geodésicas ortogonais à costa, apresenta sérios problemas de ordem técnica e político-econômica.

Na metodologia proposta, as projeções seguem os paralelos ou meridianos, conforme o Oceano Atlântico encontra o litoral brasileiro a leste ou a norte, o que significa que, uma vez localizada a divisa entre dois Municípios (ou Estados), haverá apenas uma linha de projeção possível. Não há espaço para múltiplas interpretações, como ocorre atualmente com a metodologia de linhas geodésicas ortogonais à costa.

Adicionalmente, a nova metodologia corrige distorções que prejudicam Estados como Paraná e Piauí, onde as atuais linhas de projeção se fecham e dão a esses Estados um mar territorial desproporcionalmente pequeno.

Por fim, os novos critérios permitem uma distribuição mais equitativa das receitas de petróleo, evitando uma forte concentração de receitas em apenas alguns Estados e Municípios.

A proposição tem o mérito adicional de determinar que os novos critérios se aplicam apenas aos contratos firmados a partir da vigência da lei que vier a se originar da proposição. Desta forma, evita-se que alguns Estados e Municípios sejam prejudicados por alterações bruscas nas suas receitas.

Voto.

Em face do exposto, voto pela aprovação do Projeto de Lei do Senado nº 96, de 2013.

O SR. PRESIDENTE (Wilder Morais. Bloco/DEM – GO) – Obrigado a V. Exª, Senador Sérgio Souza, pela leitura do seu relatório.

Coloco em discussão o relatório. (*Pausa.*)

Não havendo quem queira discutir, encerro a discussão.

Em votação o relatório.

As Srªs e os Srs. Senadores que o aprovam permaneçam como se encontram. (*Pausa.*)

Aprovado.

A matéria vai à Comissão de Assuntos Econômicos, cabendo à CAE a decisão terminativa.

Segundo item da pauta.

ITEM 2
REQUERIMENTO Nº 33, DE 2013

Nos termos do art. 93, inciso II, do Regimento Interno do Senado Federal, requeiro a realização de audiência pública, no âmbito desta Comissão, com a finalidade de ser discutida a situação das obras da ponte sobre o Rio Madeira, BR – 364, no trecho que liga Porto Velho-RO e Rio Branco-AC, e sobre o sistema de balsas utilizado para fazer a travessia do rio.

Para tanto, solicito que sejam convidados os responsáveis pela referida obra no âmbito do Ministério do Transporte e do DNIT(Departamento Nacional de Infraestrutura de Transporte), bem como representante da Antaq (Agência Nacional de Transportes Aquaviários), para tratar da questão do sistema de balsas.

Autoria: Senador Jorge Viana

Observações:

Lido na Reunião do dia 12/06/13.

Em discussão o requerimento. (*Pausa.*)

Não havendo quem queira discutir, encerro a discussão.

Em votação o requerimento.

As Srªs e os Srs. Senadores que aprovam permaneçam como se encontram. (*Pausa.*)

Aprovado o requerimento.

Passamos ao item 3 da pauta.

ITEM 3
REQUERIMENTO Nº 34, DE 2013

Nos termos do art. 58, §2º, incisos II e V, da Constituição Federal, combinados com o art. 90, incisos II, IX e X, do Regimento Interno do Senado Federal, requeremos seja realizada, por esta Comissão, audiência pública para debater o efetivo funcionamento e a conciliação das atividades de fiscalização e controle dos integrantes da Rede de Controle da Gestão Pública, especialmente de sua instância denominada Subgrupo de Auditorias de Obras Públicas, com a presença do Tribunal de Contas da União (TCU), da Controladoria-Geral da União (CGU), do Ministério Público Federal (MPF), do Ministério do Planejamento, Orçamento e Gestão (MPOG) e, como convidados para passar a integrar a Rede de Controle, o Instituto Brasileiro do Meio Ambiente e dos Recursos Naturais Renováveis (Ibama), a Fundação Nacional do Índio (Funai) e o Instituto do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional (Iphan).

Autoria: Senador Fernando Collor

Observações: *Lido na Reunião do dia 12/06/13.*

Em discussão o requerimento. (*Pausa.*)

Não havendo quem queira discutir, encerro a discussão.

Em votação o requerimento.

As Srªs e os Srs. Senadores que aprovam permaneçam como se encontram. (*Pausa.*)

Aprovado o requerimento.

Na sequência, item 4 da nossa pauta.

ITEM 4
REQUERIMENTO Nº 35, DE 2013

Nos termos do art. 58, §2º, incisos II e V, da Constituição Federal, combinados com o art. 90, incisos II, IX e X, do Regimento Interno do Senado Federal, requeremos seja realizada, por esta Comissão, audiência pública para debater a atuação do Tribunal de Contas da União nos contratos administrativos, especialmente no que tange às obras de infraestrutura, com a presença dos juristas Celso Antônio Bandeira de Mello, Marçal Justen Filho e José dos Santos Carvalho Filho, além de um representante da Associação Brasileira de Infraestrutura e Indústrias de Base (ABDIB).

Autoria: Senador Fernando Collor

Observações:

Lido na Reunião do dia 12/06/13.

Em discussão o requerimento. (*Pausa.*)

Não havendo quem queira discutir, encerro a discussão.

Em votação o requerimento.

As Srªs e os Srs. Senadores que aprovam permaneçam como se encontram. (*Pausa.*)

Aprovado o requerimento.

Item 5 da nossa pauta.

ITEM 5
REQUERIMENTO Nº 36, DE 2013

Nos termos do art. 58, §2º, incisos II e V, da Constituição Federal, combinados com o art. 90, incisos II, IX e X, do Regimento Interno do Senado Federal, requeremos seja realizada, por esta Comissão, audiência pública para debater e esclarecer sobre o descumprimento de diversas determinações do Tribunal de Contas da União no sentido de promover melhorias nas estruturas física e de pessoal do Departamento Nacional de Infraestrutura de Transportes (DNIT), com a presença do Ministério dos Transportes, do Ministério do Planejamento, Orçamento e Gestão e do Tribunal de Contas da União.
Autoria: Senador Fernando Collor
Observações: *Lido na Reunião do dia 12/06/13.*

Em discussão o requerimento. (*Pausa.*)

Não havendo quem queira discutir, encerro a discussão.

Em votação o requerimento.

As Srªs e os Srs. Senadores que aprovam permaneçam como se encontram. (*Pausa.*)

Aprovado o requerimento.

Antes de encerrar a presente reunião, não posso deixar de agradecer o convite do Presidente Collor para que eu presidisse hoje a reunião desta importante Comissão, o que foi um grande orgulho para mim e com certeza também para o povo de Goiás. Foi um grande desafio substituir o Presidente Collor, tendo em vista todo seu conhecimento, mas tentei fazer o melhor.

Agradeço a presença de todos, em especial dos convidados que aqui estiveram, Dr. Moacyr Duarte, Presidente da Associação Brasileira de Concessionárias de Rodovias (ABCR), e Dr. Orlando Strambi, professor titular de Transporte Urbano da Escola Politécnica da Universidade de São Paulo (USP).

Por fim, convoco as Srªs e os Srs. Senadores para a nossa próxima reunião, a ser realizada na segunda-feira, dia 24 de junho, às 18h, neste plenário, dando continuidade à série de audiências públicas "Investimento e gestão: desatando o nó logístico do País", com apresentação do 4º Painel – Portos e Transportes Aquaviários, que integra o 2º ciclo de audiências, intitulado Financiamento e Gestão de Transportes.

Nessa reunião contaremos com a presença dos seguintes convidados: Dr. Pedro Brito, Diretor-Geral da Agência Nacional de Transportes Aquaviários (Antaq); Dr. Carlos Campos Neto, Pesquisador de Infraestrutura do Instituto de Pesquisa Econômica Aplicada (Ipea); Dr. Luís Cláudio Montenegro, Diretor do Departamento de Sistema de Informação Portuária da Secretaria Especial de Portos.

Obrigado a todos...

O SR. FLEXA RIBEIRO (Bloco/PSDB – PA) – Pela ordem, Sr. Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Wilder Morais. Bloco/DEM – GO) – Pela ordem, Senador.

O SR. FLEXA RIBEIRO (Bloco/PSDB – PA) – Presidente, Senador Wilder Morais, eu vou conversar com o Presidente Fernando Collor. Apresentei um requerimento para que fizéssemos uma audiência pública conjunta da Comissão de Infraestrutura com a Comissão de Meio Ambiente, para discutirmos a opção que o Governo brasileiro fez pela construção de barragens e para geração de energia hídrica a fio d'água e não com reservatórios.

Naquela ocasião, eu apresentei para que fossem convidados o Ministro de Minas e Energia, Edison Lobão, a Ministra do Meio Ambiente e dois técnicos da matéria.

Eu quero combinar, então, com o Presidente Fernando Collor para que nós possamos substituir, a pedido, o Ministro Lobão pelo Secretário Executivo do Ministério de Minas e Energia, e, com isso, possamos efetivamente agendar a data dessa audiência pública, que é da maior importância, para que nós possamos discutir com bases técnicas e científicas essa opção, porque é importante para o futuro do nosso País.

Queria só fazer o registro e vou fazer o contato com o Presidente Collor, quando retornar, para que possamos, então, avançar e marcar efetivamente essa audiência.

O SR. PRESIDENTE (Wilder Morais. Bloco/DEM – GO) – Senador Flexa Ribeiro, eu li o requerimento de audiência de autoria de V. Exª e vamos encaminhar o seu pedido à Mesa.

Como informação, no dia 5 de agosto, já há um convite para que o Ministro venha a esta Comissão.

O SR. FLEXA RIBEIRO (Bloco/PSDB – PA) – Atendendo ao requerimento da audiência?

O SR. PRESIDENTE (Wilder Morais. Bloco/DEM – GO) – Ele está dentro da agenda, mas vamos acatar o seu requerimento para que possamos fazer o seu convite e apresentar...

O SR. FLEXA RIBEIRO (Bloco/PSDB – PA) – Senão, nós faremos a alteração junto com o Presidente Fernando Collor para vinda do Secretário Executivo, tanto que se faça a audiência, que é muito importante para o nosso País.

O SR. PRESIDENTE (Wilder Morais. Bloco/DEM – GO) – Está certo, Senador. Pode passar que vamos acatar o seu requerimento.

Obrigado a todos. Agradeço àqueles que nos acompanharam de casa pela TV Senado e Rádio Senado, em especial aqueles que enviaram suas perguntas para o Alô Senado e também aqueles que deixaram as suas contribuições na página da internet, www.facebook.com/wildermorais e pelo que esse diálogo seja constante,

Declaro encerrada essa reunião.

(Iniciada às 7 horas e 30 minutos, a reunião é encerrada às 10 horas e 37 minutos.)

COMISSÃO DE SERVIÇOS DE INFRAESTRUTURA

ATA DA 26ª REUNIÃO, EXTRAORDINÁRIA, DA COMISSÃO DE SERVIÇOS DE INFRAESTRUTURA DA 3ª SESSÃO LEGISLATIVA ORDINÁRIA DA 54ª LEGISLATURA, REALIZADA EM 03 DE JULHO DE 2013, QUARTA-FEIRA, ÀS 7 HORAS E 30 MINUTOS, NA ALA SENADOR ALEXANDRE COSTA, PLENÁRIO Nº 13.

Às sete horas e dezessete minutos do dia três de julho de dois mil e treze, na sala de reuniões da Comissão, sob a Presidência do Senhor Senador **Fernando Collor,** reúne-se a Comissão de Serviços de Infraestrutura. Presentes os Senhores Senadores **Delcídio do Amaral**, **Walter Pinheiro, Inácio Arruda**, **Valdir Raupp**, **Cícero Lucena**, **Flexa Ribeiro**, **Lúcia Vânia, Wilder Morais**, **Blairo Maggi**, **Vicentinho Alves, Alfredo Nascimento**, **Vanessa Grazziotin**, **Sérgio Souza**, **Waldermir Moka**, e **Jayme Campos**. Deixam de comparecer os demais Senadores. O Presidente declara a abertura dos trabalhos e submete à Comissão a dispensa de leitura e aprovação da ata da 25ª reunião, que é dada como lida e aprovada. São lidos os Comunicados da Presidência. Tem início a apreciação da pauta. **PRIMEIRA PARTE**: **Aposição do retrato** da Senadora **Lúcia Vânia** na galeria de Ex-Presidentes da Comissão de Serviços de Infraestrutura. Convida a Senadora **Lúcia Vânia** para compor a Mesa. Fazem uso da palavra a Senadora **Lúcia Vânia** e os Senadores **Wilder Morais**, **Waldemir Moka** e **Valdir Raupp**. **SEGUNDA PARTE: Audiência Pública**, em atendimento ao **Requerimento nº 01, de 2013 – CI**, de autoria do Senador **Fernando Collor**, aprovado em 27 de fevereiro de 2013, que, "*nos termos do art. 58, §2º, incisos II e V da Constituição Federal, combinado com o art. 90, incisos II e V, do Regimento Interno do Senado Federal, requer sejam realizados, por esta Comissão de Serviços de Infraestrutura, ciclos de audiências públicas dentro de uma Agenda específica de debates ao longo do biênio 2013/2014, com renomados especialistas que apresentem depoimentos, análises e informações acerca de propostas setoriais para a infraestrutura, especialmente no que tange à modernização e expansão dos serviços, ao aumento da competitividade, à avaliação da capacidade de crescimento da economia e do bem-estar da população, e ao investimento e gestão como chaves para desatar o nó logístico do país*". O Presidente convida a compor a Mesa e a fazer suas exposições os senhores **Bernardo Figueiredo**, Diretor-Presidente da Empresa De Planejamento e Logística do Ministério dos Transportes (EPL); **Jean Mafra**, Superintendente de Infraestrutura e Serviços de Transporte Ferroviário de Cargas da Agência Nacional de Transportes Terrestres (ANTT) e **Rodrigo Vilaça**, Presidente-Executivo da Associação Nacional dos Transportadores Ferroviários (ANTF) e Diretor-Executivo da Associação Nacional dos Transportadores de Passageiros sobre Trilhos (ANPTrilhos). Às oito horas e cinquenta e um minutos assume a Presidência o Senador **Alfredo Nascimento**. Fazem uso da palavra os Senadores **Jayme Campos e Wilder Morais**. Às nove horas e quarenta minutos assume a Presidência o Senador **Blairo Maggi**. Fazem uso da palavra os Senadores **Delcídio do Amaral**, **Sérgio Souza**, **Valdir Raupp**, **Walter Pinheiro** e **Flexa Ribeiro**. Registrada a presença do Deputado Federal Wilson Leitão. Às dez horas e vinte e sete minutos assume a Presidência o Senador **Sérgio Souza**. Encerrada a Audiência Pública, dá-se início à **TERCEIRA PARTE**: O Presidente consulta o Plenário sobre a possibilidade de inclusão em pauta do Requerimento do Senador **Flexa Ribeiro** Inclusão aprovada. **Item extrapauta – REQUERIMENTO DA CI Nº 38, de 2013**, de autoria do Senador **Flexa Ribeiro**, que diz: *"Com amparo no art. 58, § 2º, incisos II, III e V, da Constituição Federal, e nos arts. 90, incisos II e III, e 93, inciso II, do Regimento Interno do Senado Federal, requeiro a realização de audiência pública conjunta desta Douta Comissão de Serviços de Infraestrutura (CI) e da Comissão de Meio Ambiente, Defesa do Consumidor e Fiscalização e Controle (CMA), para que sejam prestadas informações a respeito da opção pela construção de usinas hidrelétricas a fio d'água como opção preferencial para a expansão da geração hidrelétrica no Brasil."*. O Senador **Walter Pinheiro**, fazendo uso da palavra, solicita que a Audiência de que trata o Requerimento seja feita em conjunto com a Comissão de Meio Ambiente, Defesa

do Consumidor e Controle e Fiscalização (CMA). Faz uso da palavra o Senador **Inácio Arruda**. Resultado: aprovado. **Item 1 – REQUERIMENTO DA CI Nº 37, de 2013**, de autoria do Senador **Flexa Ribeiro**, que diz: *"Requeiro, nos termos do art. 93 do Regimento Interno do Senado Federal, a inclusão do nome do Sr. Nelson Leite, Presidente da Associação Brasileira de Distribuidores de Energia Elétrica (Abradee), entre os convidados para participar da Audiência pública destinada à discutir a Resolução n. 3, de 2013 do CNPE, proposta pelo Requerimento nº 23 de 2013".* Resultado: aprovado. Nada mais havendo a tratar, a reunião é encerrada às onze horas e treze minutos, lavrando, eu, Álvaro Araújo Souza, Secretário da Comissão, a presente Ata, que, lida e aprovada, será assinada pelo Presidente e publicada, juntamente com a íntegra das Notas Taquigráficas, no Diário do Senado Federal.

Senador **Fernando Collor, –** Presidente da Comissão

(*Texto com revisão.*)

O SR. PRESIDENTE (Fernando Collor. Bloco/PTB – AL) – Há número regimental. Declaro aberta a 26ª Reunião Extraordinária da Comissão de Serviços de Infraestrutura da 3ª Sessão Legislativa da 54ª Legislatura.

Antes de iniciarmos os nossos trabalhos, proponho a dispensa da leitura da ata da reunião anterior e a aprovação da Ata da 25ª Reunião.

As Srªs e os Srs. que as aprovam permaneçam como estão. (*Pausa.*)

Aprovadas.

Comunicados da Presidência.

Panorama da infraestutura na palavra de especialistas:

Um balanço dos investimentos realizados pela União no primeiro semestre deste ano, feito pelo Instituto de Pesquisa Econômica Aplicada (Ipea), com base nos dados fornecidos pelo Sistema Integrado de Administração Financeira (Siafi), revela que, entre janeiro e junho deste ano, o Governo conseguiu executar somente 22,9% de tudo o que reservou para gastar com obras em rodovias neste ano. O orçamento autorizado para 2013 chega a R$13 bilhões, aproximadamente, mas o valor efetivamente gasto pelo Departamento Nacional de Infraestrutura de Transportes (Dnit) só chegou a R$2,99 bilhões no período. De R$13 bilhões aproximadamente previstos para se gastar, só houve desembolso de R$2,99 bilhões no período, em 2013, até o presente momento.

O resultado é inferior ao desempenho verificado no mesmo período do ano passado, quando o Governo conseguiu executar 23,5% do orçamento de R$ 13,7 bilhões. É preciso destacar que, dos desembolsos realizados neste ano, quase 90% referem-se a pagamento de despesas realizadas em anos anteriores, ou seja, somente 10% estão relacionados a novas obras.

A quitação de dívidas antigas também domina os pagamentos nas ferrovias da Valec. A empresa estatal desembolsou R$679,4 milhões no primeiro semestre, o que equivale a 36% do valor total previsto para o ano. Desse montante, porém, quase 97% estão atrelados a restos a pagar, ou seja, praticamente não houve desembolso de novas contratações.

O Coordenador de Infraestrutura Econômica do Ipea, Carlos Campos, lista seis problemas que, historicamente, transformam o orçamento do Ministério dos Transportes em uma "fantasia", segundo ele: primeiro, ajustes frequentes de marcos regulatórios; segundo, projetos e contratos mal elaborados; terceiro, intervenções do Tribunal de Contas da União (TCU); quarto, dificuldades com licenciamento ambiental; quinto, problemas com desapropriações e legislação complexa, que leva a constantes recursos à Justiça.

Aliás, a conclusão a que chegou o Sr. Carlos Campos mais ou menos coincide com as conclusões a que chegamos nós integrantes desta Comissão em pesquisa realizada há algumas reuniões anteriores, da qual foi dado conhecimento a todos desta Casa, a todos os ouvintes da Rádio Senado e a todos os telespectadores da TV Senado.

Segundo o levantamento do Ipea, a situação não é diferente nos desembolsos para os portos e aeroportos ligados à União. Do ano passado para este ano, os recursos autorizados para os portos públicos e suas companhias docas saltaram de R$1,97 bilhão para R$2,38 bilhões. Por outro lado, a execução caiu de R$268,3 milhões verificados entre janeiro e junho de 2012, para apenas R$134,8 milhões neste ano, o que significa usar somente 5,6% de tudo o que está previsto para o ano. Na aviação civil, o orçamento anual manteve-se quase inalterado, com R$2,2 bilhões em caixa para investimentos, mas a execução, que chegou a 21,6% no primeiro semestre de 2012, caiu 12,7% neste ano.

O especialista do Ipea não crê em mudanças no curto prazo. Para ele, "tudo indica que 2013 vai repetir o desempenho do ano passado".

Por outro lado, os investimentos em transporte do setor privado têm apresentado crescimento constante desde 2009, chegando a R$12,2 bilhões no ano passado. Isso significa que, por ano, o Brasil tem alocado um total de R$25 bilhões em infraestrutura logística. Para Campos, "isso é pouco, perto do necessário, pois a Empresa de Planejamento e Logística (EPL) tem afirmado que é necessário investir R$ 100 bilhões por ano para recuperar a malha do país".

Segundo o coordenador do Ipea, o Brasil tem investido 0,6% do Produto Interno Bruto (PIB) no setor de transportes, enquanto os demais países do grupo dos Brics (Rússia, Índia, China e África do Sul) gastam, em média, entre 3,2% e 3,4% do PIB na melhoria logística, enquanto o Brasil gasta, como já vimos aqui, 0,6% do seu PIB.. As novas concessões de rodovias, ferrovias e aeroportos para o setor privado poderão elevar os investimentos em transportes em 2014, avalia o Ipea, com possibilidade de chegar a R$44,5 bilhões. Mesmo assim, de acordo com a avaliação de Campos, "ainda ficaríamos numa média de 1% do PIB. Isso demonstra como ainda temos que caminhar nessa área."

Estudo sobre o cronograma de execução do PAC da Mobilidade revela que, dos R$18 bilhões prometidos em 2011 a obras nas cidades com mais de 700 mil habitantes, apenas 5 dos 42 empreendimentos selecionados tiveram suas obras iniciadas e só 2 têm mais de 10% das obras realizadas. O Ministro das Cidades, Aguinaldo Ribeiro, atribui a demora à falta de estrutura de Estados e prefeituras na elaboração de projetos e cita uma lista de problemas que travam os investimentos após a assinatura de contratos. São estes os entraves: desapropriações, licenciamento ambiental, realocação de redes elétrica e de esgoto, ações dos tribunais de contas e licitações que se transformam em brigas judiciais entre empresas.

Já os gastos com a burocracia estatal – as chamadas despesas com a máquina – cresceram dez vezes mais que as aplicações em obras de infraestrutura. Os gastos com a burocracia estatal, as chamadas despesas com a máquina, cresceram dez vezes mais que as aplicações em obras de infraestrutura! Enquanto os investimentos cresceram 2,3% de janeiro a maio deste ano, somando R$26,8 bilhões, as despesas com o custeio da máquina aumentaram 23,5%, totalizando R$72 bilhões. Porém, na avaliação do Secretário do Tesouro Nacional, Arno Augustin, "daqui por diante os gastos com investimentos vão crescer mais que os gastos com o custeio".

O novo modelo regulatório proposto pelo Governo para o setor de mineração no Brasil, ao adotar o sistema de licitações ou chamadas públicas, "vai na contramão do sistema em uso nos países de tradição mineral (entre os quais os principais produtores mundiais), conhecido como *first come*, *first serve*, ou "leva quem primeiro chegar". A crítica foi feita pela Diretora do Centro Global de Mineração da Consultoria Ernst & Young, Luciana Pires, que discorda da visão do Governo segundo a qual o novo modelo é melhor porque aumentará a arrecadação e ampliará o controle sobre as atividades mineradoras.

Nenhum dos seis países que concentram mais da metade dos investimentos privados em pesquisa – Canadá, Austrália, Estados Unidos, México, Chile e Peru – adota o sistema previsto no projeto de lei enviado pelo Governo ao Congresso no mês passado. Por esse motivo, especialistas do setor temem, caso aprovada a proposta do Governo, um desestímulo à atividade exploratória, fazendo com que o Brasil caia no *ranking* mundial de investimentos privados em pesquisa mineral. Segundo a consultoria Metals Economics, o Brasil ocupava, em 2011, o sétimo lugar em investimentos privados na pesquisa desse setor.

Especialistas e empresários do setor dizem que o emprego do sistema "leva quem primeiro chegar" se deve, entre outras razões, ao baixo índice de sucesso da atividade mineradora: apenas um em cada cem mil pedidos de pesquisa mineral vinga, isto é, transforma-se em mina. O risco é bem menor no setor do petróleo, pois o mineral é encontrado em 25% a 30% dos poços perfurados. Além disso, frisam os especialistas que, no Brasil, o potencial mineral é pouco mapeado, uma vez que menos de 30% do Território Nacional são conhecidos.

Segundo comunicado: Paralisação de obras – Apresentação de novas propostas.

Na reunião do dia 12 de junho passado, apresentei uma série de propostas visando amenizar os problemas da infraestrutura decorrentes das paralisações de obras, especialmente em razão dos excessos na apuração dos órgãos de auditoria, controle e fiscalização.

Assim, foi distribuído, como vista coletiva, um pacote de propostas a todos os integrantes desta Comissão, contendo três emendas ao Projeto de Lei de Diretrizes Orçamentárias, três requerimentos para realização de audiências públicas – estes já aprovados na reunião seguinte, que teve lugar no dia 19 de junho –, e a solicitação de celeridade na tramitação, aqui no Senado, de quatro importantes projetos de lei.

Hoje, apresento e trago ao conhecimento das Srªs e Srs. Senadores mais duas propostas: a primeira delas refere-se a uma nova emenda ao Projeto de Lei de Diretrizes Orçamentárias, a conhecida LDO, visando à responsabilização civil e administrativa de servidores por falhas no procedimento fiscalizatório que acarretem comprovados prejuízos ao Erário pela paralisação ou atraso na execução de obras e serviços.

A segunda proposta é um projeto de lei para condicionar à aprovação do Congresso Nacional a produção de efeitos de medida cautelar do Tribunal de Contas adotada em relação a contratos administrativos.

Assim, a emenda à LDO se juntará às demais anteriormente sugeridas para serem apreciadas em reunião específica, que tratará exclusivamente das

emendas desta Comissão de Serviços de Infraestrutura à Lei de Diretrizes Orçamentárias, antes, ainda, do recesso parlamentar.

Quanto ao projeto de lei proposto, para que ele venha a tramitar com a autoria desta Comissão, designarei, e o faço agora, S. Exª, o Senador Alfredo Nascimento, para relatar e dar o seu parecer e, em seguida, numa reunião seguinte à entrega desse parecer, a matéria será pautada para discussão e deliberação. Se aprovada, daremos entrada na Secretaria Geral da Mesa, para dar início ao trâmite ordinário nesta Casa.

Assim, como no procedimento adotado para as propostas anteriores, essas duas novas sugestões estão sendo distribuídas às S. Exªs, as Srªs e os Srs. Senadores, como vista coletiva, para análise prévia antes da apreciação nas próximas reuniões.

Eu gostaria de repetir quais são essas propostas.

A primeira delas é uma emenda ao Projeto de Lei de Diretrizes Orçamentárias, a LDO, que visa à responsabilização civil e administrativa de servidores por falhas no procedimento fiscalizatório que acarretem comprovados prejuízos ao Erário pela paralisação ou atraso na execução de obras e serviços.

A segunda proposta é um projeto de lei para condicionar à aprovação do Congresso Nacional a produção de efeitos de medida cautelar do Tribunal de Contas adotada em relação a contratos administrativos.

Terceiro comunicado.

Dentro dessa onda que temos presenciado de mobilização e reivindicações da população, gostaria de trazer ao conhecimento das Srªs e Srs. Senadores, trecho de um recente artigo do arquiteto Sérgio Magalhães, que não só espelha, pelo que entendo, salvo melhor juízo, parte das demandas postas nas ruas, mas também aborda alguns dos grandes gargalos da infraestrutura que temos levantado e debatido aqui, nesta Comissão, como a falta de planejamento e a deficiência dos projetos e licitações.

O artigo tem como título: "A rua não quer apito".

Aqui, cito alguns trechos desse artigo:

(...) Investimentos importantes, de largas consequências para as cidades e os cidadãos, são gestados em gabinetes e impostos como fato consumado. Não se compõem em um quadro de planejamento. Logo, não explicitam critérios, tampouco alternativas; não traduzem prioridades, nem se dá transparência às escolhas. São instrumentos de realimentação do poder. Sem planejamento, também os projetos são frutos discricionários de "oportunidades", entre aspas, sejam elas reais ou fictícias, públicas ou privadas.

Assim se faz Brasil afora, agora apoiado em lei que permite licitar obra a partir do anteprojeto (ou seja, sem definições adequadas), o que implica, por óbvio, multiplicar os custos e dividir a qualidade. A justificativa é poder atender os cronogramas exigidos pela Copa, mas a medida se aplica a qualquer obra pública.

Os bilionários estádios, novos ou reformados, estão nesse novo paradigma. As obras são inflacionadas não apenas pela própria inflação, mas, sobretudo, por tais métodos.

Sem planejamento e sem prioridades transparentes, nossas cidades seguem o rumo da inviabilização, tanto na qualidade do espaço urbano como nos serviços públicos não prestados ou mal prestados. Na mobilidade baseada no rodoviarismo, o roteiro escrito há décadas, já vencido, constrói uma verdadeira tragédia quotidiana –, onde o transporte coletivo de alto rendimento, sobre trilhos, é desconsiderado. Assim, nas grandes cidades os governos gastam 14 vezes mais recursos para o funcionamento do sistema de transporte individual do que para o de transporte coletivo, como informa o Relatório da ANTP de 2011.

Nessa prática discricionária não são os interesses do Estado que estão sendo servidos, como se alega; menos ainda o da população.

(...)

A ausência de planejamento [continua o arquiteto], a falta de debate e a decisão discricionária são elementos estruturais de um processo predador dos dinheiros públicos, da qualidade urbana, da energia cidadã, da confiança na política e na democracia.

Ou não estarão as ruas a nos dizer isso?"[indaga o Dr. Sérgio Magalhães].

Aproveito esse texto para voltar ao tema das paralisações e atrasos de obras públicas, pois muito desses problemas vêm como reflexo não só da falta de planejamento e de projetos bem elaborados, mas também dos excessos cometidos nas fiscalizações e suas exigências burocráticas.

O fato é que, no Brasil, hoje a máquina pública está travada, amarrada quando se trata de gerir empreendimentos para o setor de infraestrutura, principalmente as grandes obras, fundamentais para o desenvolvimento do País.

Na prática, o trabalho dos planejadores, dos gestores e executores está ofuscado. O que prevalece é a atuação dos procuradores, dos auditores e dos fiscais. Ou seja, trocamos o conteúdo pela forma, o fim pelo meio, a trena pelo papel. O resultado virou coadjuvante numa cena em que a burocracia é a protagonista. Em nome da eficiência cega, perdemos o rumo da eficácia.

Essa eficácia é que deveria mostrar resultados visíveis, palpáveis pela população, que sente cada vez mais, na definição de políticas públicas, a inversão de prioridades. No fundo, é este talvez o principal motivo da mobilização social a que estamos assistindo: a

ausência de resultados satisfatórios nos serviços públicos, apesar do excesso de encargos e burocracia a que é submetida a população.

Serviços públicos demandam planejamento com visão estratégica. No plano federal, requerem-se da União política de Estado e fixação de diretrizes gerais; no âmbito estadual, normas suplementares e execução de planos regionais; e, na esfera municipal, normas específicas, plano diretor das cidades e a execução de projetos locais. Ou seja, o planejamento urbano, as políticas de mobilidade urbana, incluindo transporte e acessibilidade, constituem competências concorrentes entre a União, os Estados e os Municípios. Portanto, mais do que nunca, torna-se fundamental a unificação de discursos, a definição de prioridades e a conjugação de planejamentos dentro de um amplo pacto de ações entre os governos federal, estaduais e municipais, de modo que a infraestrutura básica das grandes cidades e regiões metropolitanas passe a ser a principal meta.

Porém, tudo isso resvala também na necessidade de uma revisão completa das práticas de fiscalização, de controle e auditagem dos contratos administrativos referentes a obras e serviços públicos voltados para a infraestrutura. São vários os exemplos aqui trazidos que revelam que os prejuízos de uma fiscalização distorcida e mais do que realista, aliados às exigências de licenciamentos e burocracia em excesso, são, muitas vezes, maiores do que aqueles que a continuidade das obras supostamente causaria. Por isso, venho insistindo nesta questão e apelando para que órgãos e tribunais à frente desse processo revejam suas condutas, reavaliem seus conceitos e procurem, sempre que possível, o bom senso e a real noção dos problemas brasileiros nesse setor, a começar pelo reconhecimento das prioridades nacionais.

Contudo, mais uma vez esta Presidência reitera – e tenho certeza, com a anuência dos integrantes da Comissão – não se tratar de um posicionamento contrário à atividade fiscalizadora. Não. Ao contrário, reconhecemos ser ela, mais do que necessária, imprescindível e salutar à correta gestão dos recursos públicos.

O que se tem questionado, repito, são os excessos na apuração, dentro de uma ótica fora da realidade do País e, principalmente, da prática da engenharia e da construção civil. O fato é que as constantes paralisações de obras de grande porte, muitas vezes por motivos de fácil solução, aliadas à retenção de valores legalmente contratados, vêm causando, comprovadamente, prejuízos ao País na ordem dos bilhões de reais.

Por tudo isso, volto a repetir: aquele que levantar a voz por não querer enxergar essa situação, por se preocupar exclusivamente com a letra fria da lei, com a inflexibilidade burocrática e sem o bom senso nas análises, estará – este sim! – levantando a voz contra o Brasil.

Um outro comunicado sobre o ciclo de audiências que vem sendo realizado nesta Comissão de Serviços de Infraestrutura. Faço o relato do primeiro, do tema "Financiamento e Gestão da Infraestrutura de Transportes do Brasil", que faz parte do Ciclo de Audiências "Investimento e Gestão – Desatando um Nó Logístico do País" – esse é um subitem –, que teve a participação do Professor Luiz Afonso dos Santos Senna, Coordenador do Laboratório de Sistemas de Transporte da Universidade Federal do Rio Grande do Sul, e do Sr. Wagner Ferreira Cardoso, Secretário-Executivo do Conselho Temático Permanente de Infraestrutura da Confederação Nacional da Indústria.

O Professor Luiz Afonso dos Santos Senna, coordenador deste 2º ciclo, apresentou os assuntos que serão debatidos nos seis painéis que o compõem.

O palestrante apresentou dados da infraestrutura de transportes brasileira e de sua inserção mundial, destacando que a relação entre a qualidade da infraestrutura de transportes e a competitividade dos países é direta. Nessa linha, chamou a atenção para a posição vexatória do Brasil num universo de 144 países analisados: na questão da infraestrutura geral, a posição do Brasil é a posição 107 entre 144 países; na questão rodoviária, posição 123, em 144; na questão ferroviária, 100; na questão portuária, 135; e na questão aeroviária, 134.

A eficiência do sistema requer, segundo ele, uma lógica estratégica, uma visão de rede e não conduzida por problemas locais atrelados a interesses políticos, que pulverizam os recursos sem aumentar a eficiência do sistema.

A China, citou o palestrante, é comunista, mas tem o maior programa de concessões privadas do mundo. A primeira rodovia autoexpressa da China, inaugurada em 1988, tinha 147 quilômetros. Em 2005, portanto, de 1998 a 2005, eles saíram de 147 quilômetros e passaram, em 2005, a 41 mil quilômetros de autoestradas, e a expectativa é de que tenham 85 mil quilômetros daqui a 30 anos.

A falta de infraestrutura, segundo o professor, faz surgir um paradoxo: por um lado, o governo incentiva o automóvel, com isenção de impostos e outras medidas, e, por outro lado, se vê obrigado a impor restrições ao seu uso, principalmente nos centros urbanos.

Os investimentos em infraestrutura de transportes precisam crescer dramaticamente, alertou o palestrante, pois se na década de 1970 chegaram a quase 2% do PIB, hoje, não chegam a 0,5% do PIB os investimentos em infraestrutura de transportes.

Embora possua uma extensa rede rodoviária, o Brasil não é um país rodoviarista, afirmou o Prof. Senna. Enquanto nos países desenvolvidos 100% das rodovias são pavimentadas (na Argentina, são 26% e na Índia, o pior dos BRICS, o índice é de 40%), no Brasil, apenas 12% das rodovias são pavimentadas e, destas, apenas 40% se encontram em condições consideradas ótimas ou boas.

Na opinião do palestrante, o Regime Diferenciado de Contratação, o conhecido RDC, é um instrumento importante, mas não pode levar a uma queda na qualidade dos projetos em decorrência da premência dos prazos de elaboração. Falta um Projeto Estratégico de Estado, asseverou o Prof. Senna. Deveríamos ter um acervo de projetos prontos, de acordo com o planejamento estratégico, pois o projeto representa apenas cerca de 2% do custo de uma obra, e projeto rápido, normalmente, é projeto ruim.

Quanto à atuação dos órgãos de fiscalização, como Ibama, Ministério Público e Tribunais de Contas, segundo o palestrante, ele entende que há necessidade de uma melhor avaliação do custo-benefício dessas intervenções, pois só se computam os ganhos ou desvios evitados quando há, também, grandes prejuízos decorrentes das paralisações de obras. Essa conta é que não é feita ou que não é mostrada – feita deve ser.

Então, repetindo: quanto à atuação dos órgãos de fiscalização, como Ibama, Ministério Público e Tribunais de Contas, o palestrante entende que há necessidade de uma melhor avaliação do custo-benefício dessas intervenções, pois só se computam os ganhos ou desvios evitados quando há, também, grandes prejuízos decorrentes das paralisações de obras.

Há necessidade de maior transparência e responsabilização pelas irregularidades detectadas e pelas intervenções equivocadas, finalizou o Prof. Senna.

Já o segundo palestrante, Dr. Wagner Ferreira Cardoso, asseverou que a queda da participação da indústria no PIB, que já foi de 36% e, hoje, é de apenas 14%, tem na infraestrutura um de seus principais fatores.

O novo marco legal dos portos, a par de programas de investimentos e concessões de rodovias, ferrovias e aeroportos, permitirá um aumento significativo dos investimentos em infraestrutura, que, hoje, se encontram na casa de 2% do PIB, enquanto a China investe 7%, o Chile, 6% e a Índia, 5%, exemplificou o palestrante. Ainda faltam ser contemplados, na visão da CNI, os setores de gás natural, saneamento básico e cabotagem.

Segundo o palestrante, o Dr. Wagner Ferreira Cardoso, a participação privada deve se dar tanto nos investimentos, quanto na gestão da infraestrutura, e a nova bandeira da CNI, Confederação Nacional da Indústria, será a concessão das administrações dos portos públicos à iniciativa privada.

Aprovado o marco legal, afirmou o Sr. Wagner, alguns passos precisam ser dados no setor: um planejamento estruturado de longo prazo, estimado por ele em 30 anos; prioridade aos acessos terrestres no PAC; profissionalização das administrações portuárias; harmonização e aumento da eficiência dos órgãos públicos intervenientes e solução do problema dos trabalhadores avulsos.

Já no segundo painel, que foi realizado no dia 10 de junho, tratando de "Financiamento e Gestão da Infraestrutura de Transportes do Brasil", tivemos a participação da Srª. Natália Marcassa de Souza, Diretora da Agência Nacional de Transportes Terrestres; do Sr. Fernão Justen de Oliveira, sócio da Justen, Pereira Oliveira & Talamini Advogados; e do Sr Raul Velloso, Diretor da ARD Consultores Associados.

A Srª Natália Marcassa de Souza discorreu sobre o Programa de Investimentos em Logística – PIL, lançado pelo Governo Federal. Para sua implementação foi criada, como sabemos, a Empresa de Planejamento e Logística – EPL, cujo Presidente, Dr. Bernardo Figueiredo, estará hoje participando de audiência pública nesta nossa reunião.

A Srª Natália asseverou que o PIL – Programa de Investimentos em Logística, prevê, em um prazo de 30 anos, investimentos da ordem de R$133 bilhões, sendo R$91 bilhões em ferrovias e R$42 bilhões em rodovias, dos quais, R$79,5 bilhões desse total deverão ser investidos nos primeiros cinco anos do programa. Está prevista a duplicação de 7.500 km de rodovias e a construção de 10.000 km de ferrovias.

Vamos ouvir o Dr. Bernardo hoje sobre estas questões, dentre outras.

Segundo a palestrante, o Programa de Concessões Federais conduzido na década de 90 tinha como premissa a manutenção das malhas rodoviária e ferroviária, com redução dos custos públicos e diminuição do Estado provedor. Já o PIL, Programa de Investimento em Logística, afirmou a Srª Natália, visa à ampliação da capacidade da malha, ao planejamento logístico, à integração entre os modais e ao acesso aos portos.

O segundo palestrante, o Sr Fernão Justen de Oliveira, utilizando-se do caso concreto da BR-116 na Bahia, em que um projeto de parceria público-privada – PPP foi transformado em concessão comum, traçou um paralelo entre as formas de concessão previstas na legislação brasileira. No caso em pauta, frisou o Sr Justen o que seria uma concessão patrocinada (PPP), com tarifa fixa de R$ 3,50 por 100 Km, transformou-

-se em concessão comum com tarifa de R$ 2,212 por 100 Km.

A concessão patrocinada implica outorga de serviço público, mas tem peculiaridades, por exemplo, na contraprestação, que precisa ser pecuniária e compatível com a prestação do parceiro público. A concessão comum, segundo ele, é compatível quando o retorno econômico projetado é positivo.

O projeto é autossustentável quando há suficiência da tarifa paga pelos usuários, sem necessidade de complementação desse valor pelo poder concedente, claro, pois há quantidade suficiente de usuários, e a cobrança pulverizada da tarifa é viável.

São tantas as obviedades e são tantas as contrariedades a essas obviedades que espantam. Esse comentário é meu; não é do Professor.

A concessão de serviços públicos não se destina ao suprimento de caixa do poder concedente, mas ao provimento da infraestrutura necessária e suficiente para a prestação desses serviços, enfatizou o Sr. Justen. O interesse econômico do Poder Público, que se contrapõe ao interesse dos usuários e à necessidade de construção e operação do empreendimento, está posto nos critérios do maior valor da outorga no caso da Lei Geral de Concessões e da menor contraprestação da Administração na Lei das PPP.

O último palestrante, o Sr. Raul Velloso**,** discorrendo sobre o tema "infraestrutura e produtividade", afirmou que, no campo das concessões, o financiamento é o menor dos problemas.

Nos últimos 20 anos, segundo ele, tudo que o Brasil cresceu veio do investimento, a contribuição da produtividade foi zero, e o País não tem uma agenda de produtividade, afirmou. No período, a Coreia do Sul acumulou de contribuição da produtividade algo próximo de 60%,: a Índia em torno de 30%, a China próxima de 50%, e os Estados Unidos, que já vinham cansados de aumentar a produtividade, acima de 10%. A contribuição do Brasil para a produtividade foi de 0%.

Continua o professor: o investimento em infraestrutura, a seu ver, está hoje travado pelo viés eleitoral e ideológico antiprivado, que leva o Governo a preferir e a batalhar pelas menores tarifas imagináveis, inviabilizando investimentos ou produzindo empreendimentos de baixa qualidade.

Não adianta anunciar o programa, segundo ele, tem de haver realização de qualidade. As concessões realizadas em 2007 e 2008, englobando 3,1 mil quilômetros de rodovias, estão todas com problemas, com atraso nas obras. O Governo, após seis anos, acorda e vê que nós não conseguimos melhorar, e agora ameaça com punições e até retomada das concessões. Para ter um ganho de produtividade, as estradas precisam ampliar e melhorar, senão não há ganho.

A mídia, segundo ele, tem enfatizado a situação de terra arrasada de nossa infraestrutura, mas não destaca o *link* crucial entre infraestrutura e produtividade. Como exemplo, citou o aumento dos custos de transporte, que, de 28 dólares por tonelada em 2003, alcançaram 85 dólares por tonelada em 2011, passando a determinar a localização dos empreendimentos, na maioria das vezes ineficientes, que se tornam viáveis por conta do frete.

A última audiência realizada dentro deste ciclo tratando ainda do Financiamento e Gestão de Infraestrutura de Transporte no Brasil teve a participação do Dr. Moacir Duarte, Presidente da Associação Brasileira de Concessionárias de Rodovias, e do Dr. Orlando Strambi, Professor Titular de Transporte Urbano da Escola da Escola Politécnica da Universidade de São Paulo.

O Dr. Moacir Duarte, enfocando a concessão de rodovias, lembrou que a questão da infraestrutura rodoviária contempla três aspectos ou estágios importantes: a construção, melhoria ou ampliação, manutenção e conservação e a operação.

O grande problema da concessão de rodovias, segundo ele, é processo de contratação. Enquanto no mundo todo se usa a metodologia do diálogo competitivo em que o Poder Público seleciona duas ou três propostas técnicas e faz uma negociação com as empresas, no Brasil, a licitação é decidida só pelo valor da tarifa ou da maior oferta, pouco valorizando a proposta técnica e a capacidade da empresa.

Os problemas apresentados nas concessões da segunda etapa decorrem do processo de licitação e dos estudos de viabilidade. Ao inverter as fases do processo, argumentando entre outras coisas a celeridade, extremou-se a valorização do preço em detrimento da técnica, e mesmo essa celeridade não se confirmou, a exemplo de concessão no Espírito Santo, em que a proposta foi apresenta em janeiro de 2012 e o contrato assinado em abril de 2103.

Para a próxima rodada de concessões que envolve duplicação de 7,5 mil quilômetros de rodovias, os Governo introduziu a tomada de subsídios e reuniões participativas que de forma ainda não ideal aproxima o processo de um diálogo competitivo, informou o palestrante.

O segundo expositor desta audiência pública foi o Dr. Orlando Strambi, que discorreu sobre mobilidade urbana e citou a política nacional de mobilidade urbana consubstanciada na Lei 12.587, de 2012, ressaltando dentre os seu objetivos a melhorias da acessibilidade e mobilidade, contribuir para o acesso universal a cidade, reduzir desigualdades e promover inclusão.

Mobilidade é a capacidade de se locomover. Portanto, transporte. Já a acessibilidade é a capacidade de chegar onde se deseja. Portanto, além de transporte, envolve planejamento urbano.

Quando se fala em infraestrutura urbana, as necessidades podem ser diferentes. A cidade grande diferente da cidade pequena, as áreas centrais são diferentes das periferias, os corredores com alta demanda de transporte são diferentes daqueles de baixa demanda e vão exigir soluções diferentes porque têm necessidades diferentes. "O objetivo principal do sistema de transporte é ajudar a moldar, a fazer funcionar de forma sustentável uma cidade", informou o palestrante.

Há nas políticas de transporte urbano e de desenvolvimento urbano que se têm visto pelo mundo basicamente quatro elementos, segundo ele, todos contemplados na nossa lei, visando à sustentabilidade das cidades: primeiro, medidas de desestímulo ao uso do automóvel; segundo, medidas de melhoria do transporte coletivo; terceiro, estímulo ao transporte não motorizado, a pé e de bicicleta; quarto, a integração entre o uso do solo, o desenvolvimento urbano e os transportes, asseverou o Dr. Strambi.

E, finalizando, disse ele que novos elementos de integração do uso do solo e do transporte surgem com muita forma: a preocupação em equilibrar casa e trabalho; a distribuição das oportunidades; o conceito de cidades compactas, cidades mais densas, onde as distâncias sejam reduzidas; o conceito de usos mistos urbanos e não simplesmente áreas residenciais estanques de áreas comerciais e estanques de áreas de locais de trabalho, conclui o Dr. Strambi.

Vamos iniciar a primeira parte da nossa reunião de hoje, destinada à aposição do retrato de S. Exª Senadora Lúcia Vânia na Galeria de ex-Presidentes da Comissão de Serviços de Infraestrutura.

Convido, portanto, para fazer parte e compor a mesa a nossa homenageada de hoje, S. Exª Senadora Lúcia Vânia, do PSDB de Goiás.

Seja V. Exª, como sempre, muito bem-vinda! (*Pausa*.)

O SR. MESTRE DE CERIMÔNIAS – Senhoras e senhores, muito bom-dia!

Tem início a...

O SR. PRESIDENTE (Fernando Collor. Bloco/PTB – AL) – Eu não dei autorização ao cerimonial para iniciar.

O SR. MESTRE DE CERIMÔNIAS – Perdão.

O SR. PRESIDENTE (Fernando Collor. Bloco/PTB – AL) – Peço desculpas.

Eu gostaria, antes do início da fala do Sr. Mestre de Cerimônias, de dar conhecimento a este Plenário, especialmente à Senadora Lúcia Vânia, de carta enviada por S. Exª o Governador de Goiás. Dr. Marconi Perillo.

Diz S. Exª em carta data de 2 de julho de 2013:

Querida Lúcia Vânia, na cerimônia de aposição na Galeria de ex-Presidentes da Comissão de Infraestrutura do Senado do retrato desta brava líder, amiga e parceira de inúmeras travadas em nome e em favor do povo goiano, receba, no abraço carinhoso que lhe dou, o afeto, a admiração e o orgulho que tenho de merecer sua companhia.

Seu trabalho à frente da Comissão de Serviços de Infraestrutura, cujas dificuldades e possibilidades conheci de perto [porque S. Exª o ex-Senador Marconi Perillo e atual Governador de Goiás foi presente desta Comissão. Daí, S. Exª dizer "cujas dificuldades e possibilidades conheci de perto"]*, engrandeceu o Senado ao demonstrar que o Legislativo, imbuído de inteligência e vontade de fazer a coisa certa, pode, sim, produzir muito pelo crescimento econômico e pelo bem-estar de nossa Nação.*

Com meus calorosos cumprimentos,

Marconi Ferreira Perillo Júnior,

Governador do Estado de Goiás.

Então, está transmitida a V. Exª a carta do Governador Marconi Perillo.

Passo, agora, a palavra ao Mestre de Cerimônias, Sr. Renato Coelho.

O SR. MESTRE DE CERIMÔNIAS – Obrigado.

Tem início a cerimônia de aposição de retrato da Senadora Lúcia Vânia na Galeria de ex-Presidentes da Comissão de Serviços de Infraestrutura do Senado Federal.

A Senadora ocupou a Presidência desta Comissão no biênio 2011/2012, período em que realizou inúmeras audiências públicas para tratar de temas como: programa nuclear brasileiro; infraestrutura para os grandes eventos esportivos de 2014 e 2016; *royalties* do petróleo e Programa de Aceleração do Crescimento (PAC)

Em 2012, temas como gratuidade de energia elétrica para consumidores da subclasse residencial baixa renda, viabilidade da implementação do sistema de pré-pagamento de energia elétrica, ~~e~~ rotas aéreas, preços elevados das passagens nas regiões norte e nordeste e concessão dos espaços aeroportuários, também foram discutidos.

Com a palavra, o Presidente da Comissão de Serviços de Infraestrutura, Exmo Sr. Senador Fernando Collor de Mello.

O SR. PRESIDENTE (Fernando Collor. Bloco/PTB – AL) – Exma Srª Senadora Lúcia Vânia, nossa homenageada na manhã de hoje, Exmo Sr. Conselheiro da Embaixada de Cuba, Rafael Hidalgo Fernandes; Exmo

Sr. Vereador da Câmara Municipal de Cromínia, em Goiás, Sr. José Antônio; Exmo Sr. Diretor-Presidente da Empresa de Planejamento e Logística do Ministério dos Transportes, Sr. Bernardo Figueiredo; Sr. Presidente-Executivo da Associação Nacional dos Transportes Rodoviários, Rodrigo Vilaça; Sr. Vice-Presidente da Agetop; Sr. Chefe da Assessoria Especial, General de Exército Darke Nunes de Figueiredo; Srªs e Srs. Parlamentares, Srªs e Srs. integrantes da Comissão de Serviços de Infraestrutura, Sªs e Srs. presentes, é com muita satisfação e grande desvelo que hoje recebemos a ex-Presidente desta Comissão de Serviços de Infraestrutura, a Senadora Lúcia Vânia.

A breve apresentação que acabamos de ouvir não seria capaz de evidenciar em sua plenitude a riqueza do brilhantismo da trajetória pessoal e política de S. Exª.

Particularmente, sinto-me honrado pela representatividade da Senadora Lúcia Vânia à frente desta, que é uma das mais relevantes Comissões do Senado Federal. Sua trajetória política aponta uma *expertise* que poucas, ou poucos, tiveram a honra de acumular na vida pública. Além de desempenhar dois mandatos nesta Casa, como a primeira Senadora eleita por seu Estado, S. Exª a Senadora Lúcia Vânia foi a primeira Deputada Federal eleita pelo povo goiano, cargo que desempenhou por diversos mandatos – três, no total – com destacada proficiência, participando, inclusive, da Assembleia Nacional Constituinte de 1988.

Cabe destacar ainda que S. Exª foi eleita pelo Departamento Intersindical de Assessoria Parlamentar, o Diap, por dois anos consecutivos, 2011 e 2012, como uma das cem cabeças do Congresso Nacional figurando entre os Parlamentares mais atuantes.

Em sua atuação à frente da Secretaria Nacional de Assistência Social, cargo em que pôde demonstrar toda sua disposição e dedicação às causas sociais, operou diferentes atividades que merecem destaque. Entre elas, podemos citar: a implantação de diversas leis, programas e políticas, como a Lei Orgânica de Assistência Social, a Política Nacional do Idoso, o Programa de Erradicação do Trabalho Infantil, o Benefício de Prestação Continuada, o Fundo Nacional de Assistência Social, a nova política de assistência social do País e os conselhos estaduais e municipais de assistência social. Todas essas são obras de S. Exª, a Senadora Lúcia Vânia.

Talvez por isso, sua ação nesta Casa tenha sido marcada pela preocupação permanente com questões sociais, sendo autora de diversos projetos que tratam de questões como o combate ao trabalho infantil, benefícios para pessoas com deficiência, responsabilidade social, entre outros projetos.

Ao longo de seus mandatos no Senado da República, S. Exª a Senadora Lúcia Vânia presidiu, além desta Comissão, as Comissões de Assuntos Sociais, de Desenvolvimento Regional e Turismo e a Subcomissão da Criança, do Adolescente e da Juventude. Além disso, foi Relatora de importantes projetos, como o que deu origem à Lei Maria da Penha, o projeto de lei do Ato Médico e, também, o projeto de lei que recriou a Superintendência de Desenvolvimento do Centro-Oeste.

Outra observação é a forma vanguardista com que se houve à frente desses diversos temas, primando por discussões apropriadas, francas, profundas e, sobretudo, verdadeiras, exemplo do espírito público e democrático com que nos brinda.

Parabéns a S. Exª a Senadora Lúcia Vânia!

Desejo, em nome de todos os seus pares, integrantes desta Comissão, os nossos melhores cumprimentos, portadores dos votos de realizações e felicidades pessoais em sua trajetória vitoriosa na vida pública.

Parabéns! (*Palmas.*)

O SR. MESTRE DE CERIMÔNIAS – Ouviremos, agora, a Exma Srª Senadora Lúcia Vânia.

A SRª LÚCIA VÂNIA (Bloco/PSDB – GO) – Bom dia a todos e a todas aqui presentes!

Cumprimento, com muito carinho, o Presidente desta Comissão, Senador Fernando Collor, a quem agradeço as generosas palavras com que se referiu a mim nesta manhã.

Cumprimento o Senador Waldemir Moka, o Senador por Goiás, Wilder Morais; cumprimento as senhoras e os senhores aqui presentes.

Eu gostaria, para economizar tempo, uma vez que o Presidente Collor é muito exigente com o ritual desta Comissão, que todos aqueles já nominados pelo Presidente Collor se sentissem homenageados por mim nesta manhã.

Sr. Presidente, para o Senado Federal esta Comissão tem uma importância singular, não só porque tem a prerrogativa de sabatinar os indicados pelo Poder Executivo na área de infraestrutura, como também é palco de produção e troca de conhecimento e análises sobre infraestrutura.

Entendemos que uma infraestrutura desenvolvida é fundamental para estimular o crescimento econômico do País. Certos deste entendimento, nós, Senadores que compusemos a Comissão de Serviços de Infraestrutura no biênio 2011-2012, decidimos seguir um plano, cuja base seria, além de reuniões, a promoção de audiências públicas nas quais discutiríamos os problemas da infraestrutura do País. E assim foi feito.

Trouxemos inúmeros especialistas do setor, técnicos representativos dos segmentos econômicos, além de representantes do governo. Assim, a Comis-

são de Infraestrutura analisou os modais de transporte, o projeto do trem bala, o trem de alta velocidade, a infraestrutura portuária e a logística para os grandes eventos esportivos 2014-2016. Também discutimos a matriz energética, passando pela importante questão das concessões de energia elétrica, as agências reguladoras, o Programa de Aceleração do Crescimento, o Programa Nuclear Brasileiro e a infraestrutura de saneamento básico. Para debater esse tema, realizamos 33 reuniões e 11 audiências públicas. Também levamos os assuntos a audiências no Ministério dos Transportes e na Casa Civil da Presidência da República.

Os resultados dos debates dos últimos dois anos foram publicados e encaminhados aos Srs. Senadores em formato de DVD e também em cadernos especiais. Estes, em particular, contaram com a apresentação do Presidente Sarney, a quem, neste momento, dirijo os meus agradecimentos.

As análises que fizemos, no ano passado, nesta Comissão, acentuaram a nossa preocupação em relação à economia brasileira, haja visto que temos perdido cada vez mais espaço no cenário da competitividade internacional.

Em vez de ficarmos à mercê de projeções de crescimento, deveríamos promover as reformas necessárias para passarmos de uma economia baseada no consumo, já superada, para uma economia mais sustentada em mais investimentos, inclusive no setor de infraestrutura.

Sabemos que uma infraestrutura eficiente nos garante a integração dos diferentes modais de transporte, redução de custos, aumento de produtividade e aprimoramento da qualidade dos bens e serviços do setor produtivo.

Esse conjunto de fatores não só garante que investidores não partam para outros mercados, como também assegura o bem-estar de toda a população.

Por fim, ao reiterar meus agradecimentos pela aposição do meu retrato nesta galeria de ilustres colegas que presidiram esta Comissão, quero, em primeiro lugar, agradecer ao ex-Presidente desta Comissão, Governador de Goiás, Marconi Perillo, a quem agradeço pelas generosas palavras enviadas através de carta.

Quero também cumprimentar, com muito carinho, o Presidente Collor pela sua competência e pela eficiência com que conduz esta Comissão.

O Presidente Collor é um exemplo de Senador aplicado, que está aqui, sem dúvida nenhuma, dentro do horário, promovendo reuniões da mais alta importância para esta Casa.

Eu não tenho dúvida, Presidente, de que V. Exª engrandece esta Casa com a sua experiência e, acima de tudo, com a competência com que tem empreendido tudo aquilo a que V. Exª se propõe fazer. Os protocolos, os atos que normatizaram essas Comissões foram da lavra de V. Exª.

Portanto, receba os meus cumprimentos e o meu carinho pela sua atuação.

E a todos os Srs. Senadores e a todos os presentes os meus agradecimentos. (*Palmas.*)

O SR. MESTRE DE CERIMÔNIAS – Nós registramos e agradecemos a presença do Prefeito do Município de Gameleira de Goiás, Exmº Sr. Gilberto Sousa.

Convidamos, para fazer uso da palavra, o Senador Wilder Morais.

O SR. WILDER MORAIS (Bloco/DEM – GO) – Sr. Presidente, Srª Senadora Lúcia Vânia, a quem eu gostaria de parabenizar, quero que Goiás se sente muito orgulhoso por ter no nosso Estado um dos Senadores mais brilhantes.

Eu tive a oportunidade, enquanto eleitor, de reconhecer e acompanhar o trabalho, como a gente fala lá em Goiás, dessa guerreira, uma Senadora municipalista, e fiquei muito contente de chegar ao Senado e participar desta Comissão com a Senadora Lúcia Vânia presidindo.

Então, fico muito orgulhoso de ter esta oportunidade, Senadora, porque Goiás sabe o quanto você ajudou o Estado.

Parabéns, mais uma vez, pela sua trajetória.

Obrigado, Presidente.

O SR. MESTRE DE CERIMÔNIAS – Ainda ouviremos o Sr. Senador Waldemir Moka.

O SR. WALDEMIR MOKA (Bloco/PMDB – MS) – Sr. Presidente Collor de Mello, minha amiga querida Senadora Lúcia Vânia, quero dizer que Mato Grosso do Sul, meu Estado, convive com a determinação, a eficiência e a competência da Senadora Lúcia Vânia há longo tempo. A Senadora era Secretária Nacional de Ação Social e foi a Mato Grosso do Sul nos ajudar a erradicar o trabalho infantil nas carvoarias.

Não sei se V. Exª ainda se lembra disso.

Ela também teve uma atuação muito grande em Campo Grande na época em que o atual Governador, André Puccinelli, era Prefeito de Campo Grande.

Depois, como Deputado Federal, convivi com Lúcia Vânia como Senadora e tive a oportunidade, ao presidir a Comissão Mista de Orçamento, de tê-la como membro da nossa Mesa Diretora.

Então, eu a conheço há longo tempo, mas o País a conhece. Goiás, certamente, adora a Senadora Lúcia Vânia em função... V. Exª leu rapidamente a larga folha de serviços prestados. Eu falo de Goiás, mas, principalmente, porque a Senadora Lúcia Vânia não é uma Senadora só de Goiás. Ela é uma figura nacional, e, certamente, ao se colocar o retrato da Senadora Lúcia

Vânia na galeria dos ex-Presidentes, eu não tenho a menor dúvida de que a foto da Senadora Lúcia Vânia vai engrandecer aqueles Presidentes que passaram e que fizeram a história e a tradição desta Comissão, que V. Exª, hoje, tão bem preside. Tenho certeza de que falo pelo povo sul-mato-grossense.

Mais uma vez, muitíssimo obrigado pela atuação dessa extraordinária Parlamentar, a Senadora Lúcia Vânia.

Muito obrigado, Sr. Presidente.

O SR. MESTRE DE CERIMÔNIAS – Ainda convidamos para fazer uso da palavra o Exmo Sr. Senador Valdir Raupp.

O SR. VALDIR RAUPP (Bloco/PMDB – RO) – Sr. Presidente, Srªs e Srs Senadores, Srª Senadora Lúcia Vânia, Vice-Presidente desta Comissão, que com muito brilhantismo conduziu a sua gestão, eu queria, em nome do meu Partido, o PMDB, parabenizá-la pelos relevantes serviços prestados não só a esta Comissão, mas ao Senado da República, ao Estado de Goiás e, por que não dizer, ao Brasil.

Parabéns a V. Exª! Que Deus possa sempre iluminá-la e os seus passos, para continuar prestando esses serviços relevantes ao Brasil e ao seu querido Estado de Goiás.

Parabéns!

O SR. MESTRE DE CERIMÔNIAS – E, neste momento, nós convidamos as autoridades presentes para descerrar a foto da Exma Srª Senadora Lúcia Vânia, que, a partir deste momento, passa a integrar a galeria de ex-Presidentes da Comissão de Serviços de Infraestrutura.

Agradecemos a presença de todos.

Prefeito do Município de Gameleira de Goiás, Exmo Sr. Gilberto Souza, e Vereador da Câmara Municipal de Cromínia, Goiás, Sr. José Antônio.

(*Procede-se à cerimônia de aposição do retrato da Senadora Lúcia Vânia.*)

(*Palmas.*)

Agradecemos a todos e tenham um ótimo dia.

O SR. PRESIDENTE (Fernando Collor. Bloco/PTB – AL) – Agradecendo mais uma vez a presença de S. Exª a Senadora Lúcia Vânia, na oportunidade em que inauguramos, hoje, o seu retrato na galeria de ex-Presidentes desta Comissão, e mais uma vez reafirmando o testemunho de todos nós, integrantes da Comissão de Serviços de Infraestrutura pela excelência do trabalho que ela realizou como Presidente desta mesma Comissão, desejamos a S. Exª votos de continuado sucesso e êxito em sua vida pública.

Dando continuidade à nossa agenda do dia de hoje e antes de iniciarmos a nossa audiência pública, gostaria de informar a toda a população que poderá participar do nosso debate, enviando perguntas e comentários aos nossos convidados. Para participar, basta ligar gratuitamente para o Alô Senado, pelo telefone 0800612211 ou enviar a contribuição pela Internet no endereço www.senado.gov.br/alosenado, ou ainda nos perfis do Alô Senado, no Facebook ou pelo Twitter@AloSenado.

Portanto, qualquer cidadão ou ouvinte, ou telespectador de nossas audiências, pode desde já enviar a sua pergunta ou seu comentário aos nossos convidados acerca do assunto em discussão.

Como disse, a segunda parte desta reunião destina-se à realização de audiência pública sobre o tema Ferrovias: 4º Painel do 2º Ciclo "Investimento e Gestão: desatando o nó logístico do país", da Comissão de Serviços de Infraestrutura.

Para proferir as palestras de hoje e participar do debate, foram convidados os seguintes especialistas, a quem aproveito e convido para que tomem assento à mesa:

Sr. Bernardo Figueiredo, Diretor-Presidente da Empresa de Planejamento e Logística do Ministério dos Transportes (EPL);

Sr. Jean Mafra dos Reis, Superintende de Infraestrutura e Serviços de Transporte Ferroviário de Cargas da Agência Nacional de Transportes Terrestres (ANTT);

Sr. Rodrigo Vilaça, Presidente Executivo da Associação Nacional dos Transportadores Ferroviários.

Desejando as melhores boas-vindas aos nossos palestrantes, convido-os para tomarem assento à mesa.

Dando início às exposições da manhã de hoje, concedo a palavra ao Sr. Sr. Bernardo Figueiredo, Diretor-Presidente da Empresa de Planejamento e Logística do Ministério dos Transportes (EPL).

O SR. BERNARDO JOSÉ FIGUEIREDO GONÇALVES DE OLIVEIRA – Bom dia, Senador Fernando Collor. Bom dia Senadores, senhoras e senhores.

Primeiramente é um prazer estar aqui na Comissão de Infraestrutura.

Trouxe uma apresentação. O tema que me foi dado a falar é sobre o trem de alta velocidade, que é um projeto conduzido hoje, na licitação, pela ANTT, mas EPL é a empresa encarregada de receber tecnologia e é a investidora no trem de alta velocidade.

Pelo que me informaram, disponho de 20 minutos. Então, vou fazer uma apresentação rápida com algumas informações principais.

Trouxe eslaides sobre trens de alta velocidade de uma forma geral. Observamos, e isso é uma coisa a ser ressaltada, que o trem de alta velocidade é um transporte com muitos atributos positivos. Entre os principais, o primeiro é a segurança. Se pegarmos as estatísticas de acidentes, o número de mortes por bi-

lhão de passageiros/quilômetro transportados é zero, muito próximo de zero, ao contrário dos outros, que têm riscos maiores.

Então, um atributo importante do trem de alta velocidade é a segurança.

Outro atributo importante é que é um transporte limpo. Se pegarmos a emissão de CO_2 por passageiro/quilômetro no trem de alta velocidade é 15% do que é um avião e muito menos do que é o automóvel ou o ônibus. Então, também é uma tecnologia limpa.

Em função desses e de outros atributos, como o conforto que gera para o usuário, a regularidade, a confiabilidade, o mundo inteiro vem investindo, há algum tempo, na implantação de sistemas de trens de alta velocidade, e foi exatamente o ganho de velocidade que permitiu que a ferrovia voltasse a ser um modo de transporte competitivo.

Temos hoje no mundo mais de 20 mil km de linhas de trens de alta velocidade em operação. Nós temos 14 mil em construção e 16 mil em projetos, e em todos os continentes. Na Europa, nós já temos 7 mil km implantados, temos 2,8 mil em construção e 8,3 mil em projetos. Na Ásia, muito em função da *performance* da China, tem projetos de 22 mil km de trens de alta velocidade e tem 9 mil... Hoje a maior rede em operação é a da China. E o impressionante disso é que, em 2008, a China não tinha trens de alta velocidade, exceto uma linha urbana em Xangai. Então a China, em curto espaço de tempo, construiu a maior rede de trens de alta velocidade do mundo. Além disso, tem projeto de mais do que dobrar essa rede, muito em face do projeto de sustentabilidade da China de trocar o transporte de ônibus e avião pelo transporte ferroviário, e o trem de alta velocidade é aquele que dá a melhor possibilidade de competição com o aéreo.

O trem de alta velocidade é o meio que compete muito agressivamente com o transporte aéreo. Observamos isso no mundo inteiro. Eu trouxe dois exemplos: o TGV lá na França, na ligação sudeste/leste. O aéreo, antes do TGV, tinha 31% do mercado, o ferroviário normal, 40%, e o rodoviário, 29%. Com o trem de alta velocidade, o aéreo caiu para 7%, o ferroviário subiu para 72% e o rodoviário caiu para 21%. Fenômeno semelhante se observa na Espanha, no trecho Madri-Sevilha. Na Coreia, o trem de alta velocidade acabou com a ponte aérea. A ligação de Tóquio a Osaka também acabou com a ponte aérea. Então, o trem de alta velocidade é um substituto muito eficiente do transporte aéreo.

Falando do projeto Rio de Janeiro-Campinas, ressalto, como ex-funcionário do Geipot, que talvez esse projeto do trem de alta velocidade Campinas seja o último grande estudo realizado pelo Geipot e, com certeza, é um dos projetos mais bem estudados, porque foi feito pelo Geipot em parceria com a DE-Consult, da Alemanha, e foi um trabalho profundo de análise. Foram dois anos de estudo, foi o último grande trabalho do Geipot e é, com certeza, o projeto mais bem estudado que temos hoje no País.

Esse estudo, concluído em 1999, analisou essa região, analisou as condições socioeconômicas da região e concluiu que o trem de alta velocidade era a melhor solução para equacionar o transporte de alta velocidade nesse eixo.

Em 2007, no lançamento do PAC, o Governo Federal – isso foi imediatamente após a crise dos aeroportos de 2006 – inseriu o trem de alta velocidade no Programa de Aceleração do Crescimento (PAC). Contratamos uma consultoria em parceria com o Banco Interamericano de Desenvolvimento (BID), que selecionou a Halcrow, uma empresa inglesa, com a Sinergia, que é uma empresa brasileira, as quais fizeram um estudo baseado naquele do Geipot. Isso mostra a qualidade do estudo. Isso se deu oito anos depois. O estudo Geipot era a melhor referência e a melhor base para fazer a atualização. Então, o estudo que eles desenvolveram foi fundamentalmente uma atualização desse estudo desenvolvido pelo Geipot em 1999.

O projeto de que nós estamos falando é o que liga o Rio de Janeiro a São Paulo e Campinas. Ele passa no Aeroporto do Galeão, Barra Mansa, São José dos Campos, Guarulhos, Campo de Marte em São Paulo, Viracopos em Campinas. Até pelo impacto da crise aérea, uma das razões de colocar o trem de alta velocidade como prioridade era a sua possibilidade de interligar os principais aeroportos – naquela época o Galeão e Guarulhos e agora Viracopos, que é um aeroporto que tem um potencial grande.

Ao ter um sistema que não só fizesse o atendimento da ligação das duas grandes metrópoles, mas também interligasse os aeroportos, ele permitiria a otimização da malha aérea, usando os aeroportos. Olhando sob o ponto de vista da eficiência do transporte aéreo e da ligação desses aeroportos com os grandes centros urbanos, ele permitira a otimização da utilização da infraestrutura aeroportuária.

Essa região, que é área de influência do TAV, representa 32% do PIB do Brasil, 72% do PIB dos Estados do Rio de Janeiro e São Paulo e 57% do PIB da Região Sudeste. Eu deixei de referir anteriormente que o TAV tem outro atributo importante: permite o reordenamento regional ao longo do eixo em que ele se implanta. A gente observa – eu queria voltar aqui só um pouquinho Senador – que essas regiões de Volta Redonda, Resende, São José dos Campos especialmente, passam a ter possibilidade de desen-

volvimento pelo fato de ter interligação forte com os grande centros, de desenvolvimento mais acelerado e desconcentração urbana nos grande centros do Rio de Janeiro e São Paulo.

Voltando aqui, em termos de população, essa área representa 20% da população do Brasil inteiro, 66% da população do Rio e São Paulo e 47% da população de São Paulo. Então, ao criarmos alternativa para mobilidade nessa região, estamos atendendo à mobilidade das pessoas numa região que tem densidade econômica e populacional que justifica o fato de que não tratar da mobilidade nesse eixo é algo que gera e compromete a sustentabilidade do desenvolvimento econômico do País.

Bom, a projeção de demanda que se fez na atualização, de 2008 até 2044, era de que passaríamos de uma demanda de 7,8 milhões de passageiros, que eram observados em 2008 só no eixo Rio/São Paulo, para uma demanda de 52 milhões de passageiros em 2044. O que se previa, de uma forma que avalio conservadora, que o TAV poderia absorver eram 27 milhões de passageiros. Mas, mesmo o TAV absorvendo 27 milhões de passageiros, o transporte aéreo teria que passar de 7 para 16 e o rodoviário passaria de três para sete milhões. Então, o seguinte: o que se prevê para esse eixo é um acréscimo, em relação a 2014, de 41 milhões de passageiros, movimentando só na ligação direta Rio/São Paulo.

Se distribuirmos essa demanda da forma como ela é distribuída hoje, isso significaria um impacto no sistema rodoviário de 11 mil veículos/dia, que hoje é atendido pela Dutra, que hoje já tem 23 mil veículos e está em condição de tráfego absolutamente deficiente, já se encontra congestionada. Então, fazer o atendimento, absorver a parcela que hoje tem o rodoviário dessa demanda significaria praticamente ter que construir uma nova Dutra e ter que fazer um novo aeroporto no Rio e um novo aeroporto em São Paulo pelo menos, para atender a esse volume de demanda projetado.

Isso significaria o investimento da ordem de R$30,5 bilhões, considerando o custo de se fazer uma nova ferrovia equivalente a Dutra, tomando os parâmetros das últimas grandes construções como Imigrantes, Rodoanel, Tamoio-São Paulo. Considerando que, com o custo por quilômetro de rodovia nesse padrão, teríamos investimento de R$18,5 bilhões e que com o custo de construção de dois aeroportos, no Rio e São Paulo, gastaríamos em R$12 bilhões, vemos que teríamos o equivalente ao que é hoje o investimento da implantação do trem de alta velocidade. Mas há uma vantagem para o trem de alta velocidade: para dobrar-se a capacidade do trem de alta velocidade, a partir daí, basta dobrar a quantidade de trens circulando. Então, o investimento do trem de alta velocidade é um investimento sustentável no longo prazo. Ele amplia a capacidade com investimentos marginais, só na ampliação do número de trens que circulam.

Então, para se dobrar o atendimento dessa demanda nos próximos quarenta anos, teriam que fazer novas rodovias, novos aeroportos, e, no TAV, precisaria apenas comprar mais trens. Tirando a avaliação do mérito da sustentabilidade de se fazerem mais rodovias e mais ferrovias, o TAV tem esse atributo, a ferrovia tem esse atributo de ser de alta capacidade, com potencial de crescimento grande de demanda.

A estimativa que a União Internacional de Operadores de Ferrovia faz é que uma linha de trem de alta velocidade como essa pode atender a até 200 milhões de passageiros. O que a gente observou de 2008 para cá, em termos de utilização do transporte aéreo, é que o nível de projeção que a gente faz da demanda é conservador em relação ao que a gente observa na realidade. Nesses cinco anos, a demanda de passageiros nesse eixo cresceu 68%, e um dado interessante é que a gente observa claramente que há um congestionamento da ponte aérea Santos Dumont-Congonhas e uma migração desses passageiros para outros atendimentos, como Guarulhos-Santos Dumont, que saiu de 37 mil passageiros para 466; e Galeão-Viracopos, que saiu de 191 mil para 917; e Santos Dumont-Viracopos saiu de 5 para 757 mil.

Então, essa necessidade da migração da demanda para os maiores aeroportos que são mais distantes das áreas urbanas e das áreas centrais implica também impor ao usuário um ônus adicional, que é o ônus dos grandes deslocamentos entre os aeroportos e o destino final.

Além do serviço expresso, que é esse atendimento Rio-São Paulo, o TAV também se presta a fazer um atendimento substancial da demanda regional, da demanda de curta distância entre as cidades dessa região.

Eu lembro que o prefeito de São José dos Campos falou que ganharia muito com isso, porque as pessoas iam pagar o IPTU em São José e trabalhar – em geral, o gasto – em São Paulo. Então, existe uma expectativa grande dessas cidades ao longo do eixo de ter um desenvolvimento maior em função da existência do trem.

Bom, nós fizemos um leilão tentando conceder o serviço como um todo, tanto a construção civil quanto a operação do trem, que não foi bem sucedido, não foi possível haver um acordo entre operadores e detentores de tecnologia e empresas de construção civil, então o leilão deu vazio. Nós mudamos a modelagem e dividimos essa nova modelagem em três etapas. A primeira etapa, nós selecionaríamos o operador que será responsável pela prestação do serviço. Ele vai

fornecer o material rodante, a sinalização, e fazer a transferência de tecnologia.

Na segunda etapa, que é um processo que nós já estamos executando, nós vamos fazer o projeto executivo da via, o projeto de engenharia detalhado, para que a gente possa eliminar o risco de orçamentação da obra. Então, nós estamos contratando, este mês já, um consórcio internacional, com empresas nacionais, para fazer o projeto. E na terceira etapa se constrói a infraestrutura.

É importante essa inversão de contratar o serviço e a tecnologia antes, porque a tecnologia e o operador condicionam a configuração que a via deve ter. Então, nessa primeira etapa, nós vamos fazer a concessão, é um processo que a ANTT está conduzindo. O leilão está marcado para 19 de setembro. Então, vai ser outorgado o direito de explorar os serviços públicos. Ele vai fornecer proteção acústica, sistema de sinalização, telecomunicações, segurança e o material rodante, e vai fazer toda a manutenção do sistema ao longo da operação. Todo o reinvestimento nesses itens é encargo também do operador e a EPL vai ser a empresa que vai absorver a tecnologia.

Existe um trabalho do Ministério do Desenvolvimento, Indústria e Comércio Exterior e do Ministério da Ciência e Tecnologia de mapeamento dos centros científicos que existem no País em condições de fazer essa absorção e também das indústrias locais que poderiam absorver e fazer a produção no Brasil. Então, a EPL vai absorver essa tecnologia e vai disseminá-la no mercado.

Sobre o cronograma, nós publicamos o edital em dezembro do ano passado. Ele está, desde essa época, já com os investidores preparando propostas. Agora, nesta semana, fizemos um ajuste para melhorar a atratividade do projeto e o leilão está marcado, então, para o dia 19 de setembro, de forma que possamos assinar o contrato até fevereiro do ano que vem.

O investimento que está previsto na primeira etapa é de quase R$8,4 bilhões, R$8,395 bilhões. Na segunda etapa, que é da infraestrutura, é de R$27,05 bilhões, um total de R$35,445 bilhões. Esse investimento está todo orçado a preços de 2008. É importante ressaltar isto: todos os números financeiros que estão aí estão a preços dessa data.

Nessa primeira etapa, o investimento de R$8,395 bilhões, considerando os benefícios fiscais do Reidi, cai para R$7,672 bilhões. Então, o Governo fará uma renúncia fiscal de R$723 milhões. O BNDES vai financiar R$5,370 bilhões desse investimento e os investidores terão que colocar R$2,3 bilhões. De recursos públicos, a EPL vai ser sócia com 45% dessa SPE que vai operar o trem. Então, nós vamos aportar 45% desse capital, R$1 bilhão, e o Governo está fazendo a renúncia de R$723 milhões.

De recursos privados, há o financiamento do BNDES, que, embora seja BNDES, é um financiamento e vai ser pago pelo concessionário, e o investidor privado investirá R$1 bilhão de recursos próprios na SPE. Na segunda fase, do custo de investimento, que hoje é o encargo público, nós estamos assumindo o compromisso de entregar a infraestrutura a esse operador, é de R$27 bilhões.

Dessa forma, existe sempre uma suspeita sobre o valor desse orçamento, que pode ser maior. Nós fizemos uma tabela comparando o orçamento do TAV no Brasil, transformando em euros para poder comparar com os outros países, e está em €17 milhões por quilômetro. Se pegarmos todos os trens em construção de que tínhamos os dados e os custos desses investimentos, nós teremos um custo médio de €16,8 milhões.

Então, não temos um indicativo de que o orçamento que nós temos para o trem de alta velocidade é um orçamento defasado de uma realidade do que é a construção de trens de alta velocidade no mundo, embora observemos também que há um descolamento muito grande em função das características de cada trem. Não existe um custo/quilômetro padrão e que se possa usar como padrão para todo o mundo. Cada projeto é uma realidade diferente.

Resumindo, nós temos um investimento total de R$35 bilhões, a preço de 2008. O Poder Público participaria com R$28 bilhões e o privado com R$6 bilhões. Só que, nessa concessão que nós estamos fazendo agora, em que mudamos a TIR para 7% de forma a melhorar a atratividade, o acionista terá um retorno. Inclusive, o investimento que a EPL fará nessa SPE também tem esse retorno. Nós estamos trabalhando com um retorno para o acionista em torno de quase 14%.

Esse concessionário assume a obrigação de pagar uma espécie de pedágio por trem que circular na via. Então, esse pedágio pago, ao longo da concessão, se eu descontar esses valores pagos anualmente a uma taxa de 6,32%, que era a TIR antiga do projeto, gera para o Poder Público um valor presente líquido de R$30 bilhões. Então, se nós pegarmos o valor que é da responsabilidade do Poder Público, que são os R$28 bilhões, e o que o Poder Público arrecadaria com o arrendamento da infraestrutura, a gente tem a estimativa de que, no final de contas, o valor líquido colocado pelo Poder Público vai ser negativo. Quer dizer, o Poder Público não terá, na verdade, que aportar recursos públicos. Ele recuperará todo o investimento realizado. Se a gente considerar não os R$6,32 bilhões, que era a tira antiga do projeto, mas considerarmos R$5,25 bilhões, que é o custo que hoje o Tesouro capta

recursos no mercado, esse valor presente do arrendamento seria da ordem de R$38 bilhões.

Nós não estamos considerando aqui a possibilidade de fazer a exploração imobiliária das áreas do entorno das estações, o que pode gerar um ganho estimado pelo BNDES entre R$5 bilhões e R$10 bilhões também para o projeto.

Então, era isso, Senador Fernando Collor, que eu tinha a apresentar. A nossa expectativa, os números e os estudos que a gente tem demonstram que o esforço público, ao contrário do que se anuncia volta e meia, do Poder Público é praticamente zero. E é com isso que nós vamos trabalhar. E nós temos margem de segurança para afirmar que, no final, o esforço público de recursos públicos aplicados no projeto será próximo de zero.

Muito obrigado.

O SR. PRESIDENTE (Fernando Collor. Bloco/PTB – AL) – Muito obrigado ao Dr. Bernardo Figueiredo, Diretor Presidente da Empresa de Planejamento e Logística do Ministério dos Transportes, pela sua explanação, pela sua exposição.

Naturalmente, depois da palavra que será concedida aos demais palestrantes, estarão todos eles à disposição de S. Exªs para responder aos questionamentos que forem pertinentes.

Antes de passar a palavra ao nosso próximo palestrante, Sr. Jean Mafra dos Reis, Superintendente de Infraestrutura e Serviços de Transporte Ferroviário e de Cargas da Agência Nacional de Transportes Terrestres, eu convidaria S. Exª o Senador Ministro Alfredo Nascimento para assumir a Presidência dos trabalhos desta nossa reunião, pedindo licença aos palestrantes para me ausentar por alguns instantes.

Obrigado.

O SR. PRESIDENTE (Alfredo Nascimento. Bloco/PR – AM) – Dando sequência à reunião, concedo a palavra ao Sr. Jean Mafra dos Reis, Superintendente de Infraestrutura e Serviços de Transporte Ferroviário de Cargas da Agência Nacional de Transportes Terrestres.

O SR. JEAN MAFRA DOS REIS – Bom dia a todos. Agradeço o convite da Comissão de Infraestrutura, do Senador Fernando Collor.

Vamos fazer uma breve apresentação sobre a situação do setor transporte ferroviário de cargas, que é regulado pela Agência, especificamente pela Superintendência de Infraestrutura e Serviços de Transporte Ferroviário de Cargas, de que sou atualmente Superintendente.

O que a gente vai buscar apresentar de forma bastante resumida são: as principais atribuições da ANTT em relação ao transporte ferroviário de cargas; o modelo de exploração de ferrovias, como ele foi concebido na década de 90 e já o objetivo do Governo de implementar um novo modelo de exploração de serviço; um contexto do mercado brasileiro de transporte ferroviário de cargas atual, e esse cenário já projetando para o novo modelo, como se pensa no novo modelo nesse mercado ferroviário; uma revisão do marco regulatório que ocorreu em 2011, que foi já uma primeira sinalização do que se pretende para o setor ferroviário de cargas dentro de uma revisão do marco regulatório, considerando os atuais contratos vigentes; o novo modelo que se pretende implantar com o programa de investimento e logística no modal ferroviário e as principais obras atualmente em curso nas concessões vigentes.

Do ponto de vista legal, a ANTT tem, entre as principais atribuições no setor de transporte ferroviário de cargas, administrar os contratos de concessão e arrendamento que foi um modelo posto em curso a partir da desestatização da década de 90, final da década de 90, em que há um contrato de concessão e, em alguns casos, na maior parte da rede, um contrato de arrendamento associado ao de concessão.

É, também, atribuição da Agência publicar editais de licitações para celebrar os novos contratos de concessão. Daí, no programa de investimento em logística em ferrovias, é atribuição da ANTT conduzir esse processo. Obviamente é um trabalho conjunto da ANTT, EPL, Ministério dos Transportes e Valec.

Um outro papel legal da ANTT na parte de ferrovias é regular e coordenar a atuação dos concessionários, disciplinando e orientando, fundamentalmente, as operações de direito de passagem e tráfico mútuo, e buscando, também, equilibrar os interesses e assegurar a neutralidade em relação à atuação dos concessionários, em relação aos usuários, e outros entes envolvidos, como o próprio governo e as concessionárias.

E, por último, uma atribuição que foi colocada recentemente pela Lei nº 12.743, regular os procedimentos e condições de cessão a terceiros de capacidade de tráfico disponível na infraestrutura ferroviária, explorada por concessionários, o que é, na realidade, uma figura que foi criada por essa lei que é um operador ferroviário independente, que é um novo agente no setor, que carece, ainda, nesse momento, de regulamentação.

Do ponto de vista de modelo de exploração de ferrovias, atualmente nós estamos vivendo um modelo chamado vertical, em que uma empresa ferroviária detém tanto a exploração da infraestrutura que lhe foi outorgada, quanto a prestação do serviço de transporte ferroviário de cargas. Então, a mesma empresa atua nas duas ações: manter a infraestrutura que lhe foi concedida e fazer o transporte.

O que se pretende no novo modelo que está em estudo pelo governo, ANTT e outras entidades que eu citei – EPL, Ministério e Valec –, está-se estudando o modelo chamado horizontal, que, basicamente, é um modelo que busca separar a gestão da infraestrutura, por meio de um concessionário que vai cuidar somente da infraestrutura, ou seja, via permanente, os sistemas de licenciamento, dos operadores ferroviários. E esses operadores poderão ser aqueles criados pela lei que nós já citamos, a lei anterior, a Lei nº 12.743, e os atuais concessionários e, eventualmente, usuários de carga própria. Esses serão potenciais operadores que poderão circular nessa futura malha que será concedida nesse modelo horizontal.

A diferença, basicamente, entre os dois modelos: no modelo vertical atual há um menor custo de transporte, há um ganho de escala, pelo fato de haver uma empresa vertical, mas há uma característica natural desse modelo, que é o monopólio. O monopólio natural dos concessionários que detêm essas concessões, e é um modelo que vem sendo adotado já na América do Norte, Austrália, e concessões na década de 90 no Brasil.

O que se pretende fazer nesse modelo horizontal, que é o que está sendo estudado pelo governo, surge, essencialmente, de outros setores, já foi adotado em outros setores, como o de energia e telecomunicação, que é exatamente a separação das várias atividades dentro das indústrias. No caso, da indústria de telecomunicação e energia, esse tipo de separação já ocorreu e ele tem se mostrado eficiente no sentido principalmente de ampliar a competitividade entre os diversos operadores, e é um modelo que vem sendo adotado na Europa.

Então, essa, vamos dizer assim, é a grande mudança que está em curso, do modelo vertical para o modelo horizontal.

As atuais concessões, essas que estão no modelo vertical, hoje, têm uma característica bastante marcante. Primeiro, elas são basicamente voltadas para o mercado externo. Boa parte da produção do transporte ferroviário de cargas atualmente no Brasil é voltado para o mercado exterior, basicamente em exportação de *commodities*, sejam minerais, sejam produtos do agronegócio – grãos, basicamente. Essa forte concentração em produtos minerais e *commodities* faz com que a gente tenha apenas pouco mais de um terço da malha, algo em torno aí de dez a doze mil quilômetros, que estão efetivamente sendo utilizados no sentido de grandes volumes de carga, exatamente para fazer a exportação desses produtos que se concentram para o mercado externo.

Essa forte concentração leva a diversos trechos da malha terem um nível de ociosidade. É isto que também chama a atenção, atualmente, do modal ferroviário no Brasil: uma forte concentração em alguns trechos da malha, do ponto de vista de produção, e uma ociosidade em outra parte da malha.

Além disso, os dados que vimos apurando nos sistemas de acompanhamento da Agência de fiscalização também apontam que há uma baixa conexão entre as diversas concessionárias. Ou seja, há pouca interconexão entre as malhas ferroviárias, entre os diversos concessionários. Isso também é uma preocupação nossa. Deveríamos estimular mais o tráfego mútuo ou mesmo o direito de passagem – essa baixa interconexão acaba levando a um baixo fluxo interno de transporte de cargas ou mesmo os fluxos externos – no sentido de haver essa interconexão entre elas.

Isso aqui ilustra bem a questão desse baixo uso do direito de passagem do trafego mútuo. Vemos que ele representa, hoje, algo em torno de 7%, talvez 8% do total que é transportado em termos de produção, o que denota que nós temos, na realidade, hoje, uma distância média de transporte muito baixa no modal ferroviário no Brasil, quando comparamos com outros sistemas ferroviários no mundo. Esse gráfico mostra exatamente isso. Pela baixa conexão que existe entre a malha ferroviária, a distância média de transporte do Brasil é algo em torno de 500 a 600 quilômetros na ferrovia e, em mercados ferroviários mais maduros, que têm um transporte ferroviário mais intenso, como os Estados Unidos, as distâncias de transporte são na ordem de 1.500 a 2.000 quilômetros, o que é mais natural na ferrovia, exatamente por conta dessa baixa interconexão que existe entre as concessionárias.

Então, o que se busca basicamente, na revisão do marco regulatório das concessões vigentes, que foi feito através de uma revisão no ano de 2011? O que se buscou basicamente ali, em que foram criados alguns dispositivos, dispositivos regulatórios? Estimular a interoperabilidade dos subsistemas, através da interconexão entre as concessionárias, de forma que elas façam o direito de passagem e o tráfego mútuo, ou seja, transitem entre concessionárias; fomentar a competição dentro do setor, que seria permitir que uma concessionária pudesse entrar na malha de outra concessionária – alguns instrumentos foram criados com esse objetivo; e ampliar as possibilidades de financiamento, permitir que, além dos concessionários que já fazem os investimentos na malha ferroviária, também houvesse a figura do usuário fazendo investimento no sistema, como já é também uma prática. Apenas se regulamentou essa prática.

Para permitir atingir aqueles objetivos, a Agência publicou, em julho de 2011, essas três resoluções, que foram um marco divisor em relação ao sistema atual, o sistema dos contratos atuais, com o objetivo de dar um melhor disciplinamento àquelas questões que foram colocadas. Então, foram feitas as regulamentações: regulamentação do usuário de serviço de transporte de cargas, que é, na realidade, uma espécie de regulamento de defesa do usuário; uma regulamentação mais específica agora do direito de passagem e tráfego mútuo, que é a 3.695; e, por último, uma regulamentação das metas de produção, que é exatamente a Resolução nº 3.696, que são metas de produção por trecho e metas de segurança. As atuais concessionárias têm como instrumentos regulatórios para avaliação dos seus contratos de concessão as metas de produção e de segurança.

Então, colocando um pouco mais em detalhe essas três resoluções: a primeira, do direito do usuário, tem como objetivo consolidação dos direitos do usuário do serviço de transporte ferroviário – os seus direitos e deveres, obviamente. Nessa resolução, foi criada a definição de serviço exclusivo, que são aqueles que seriam exclusivamente do concessionário ferroviário e que não poderiam ser delegados a nenhum outro fazer, senão à própria concessionária. Esse serviço exclusivo limitou a atuação da concessionária no sentido de que os demais serviços poderão ser feitos pelo usuário ou por um operador que não concessionário; limitou a esses serviços chamados exclusivos o licenciamento, condução e abastecimento. São os serviços que seriam de competência exclusiva do concessionário. Os demais serviços, como carga, descarga, abastecimento, operações em pátios, tudo isso poderia ser feito pelos demais usuários ou operadores e não exclusivamente pela concessionária. E permitiu também a contratação pelo usuário do transporte, que pode, no modelo dessas resoluções, comprar equipamento, material rodante e circular na malha, mas a circulação se dará por meio do concessionário ferroviário, mas permitir-lhe colocar um equipamento, um trem, à disposição do concessionário, para que pudesse fazer o transporte, ou eventualmente contratar com OTM essa operação.

Outro disciplinamento, também, que foi regulamentado – já havia uma regulamentação anterior – e disciplinado na Resolução nº 3.695 é o disciplinamento do compartilhamento de infraestrutura para o direito de passagem e tráfego mútuo, para que se permitisse uma melhor interconexão entre os concessionários.

Nessa Resolução, surge o conceito de capacidade. A capacidade é quantos pares de trens podem circular em cada trecho ferroviário – a dita instalada; a capacidade vinculada, que é aquela que é contratada pelo concessionário, por meio dos seus contratos de transporte; e a capacidade ociosa.

Por meio dessa Resolução, foi possível, então, vislumbrar, dentro da malha ferroviária, qual efetivamente é a capacidade que está instalada hoje, qual é aquela que é contratada por meio de metas que o concessionário estabelece com a agência, através de pactuação. E permitiu-se avaliar qual é a ociosidade da malha. Na ociosidade da malha é que, eventualmente, o interessado, seja um operador de transporte ferroviário, seja um OTM, poderá entrar na concessão, uma vez que o concessionário não se comprometeu com essa meta.

Então, esta é uma novidade nessa resolução: a possibilidade de um terceiro, que não o concessionário, já circular na malha ferroviária atual – das atuais concessões – na sua ociosidade.

Um cuidado que teve em relação à abrangência do direito de passagem é com relação ao recebimento e entrega das cargas. Por meio dessa abrangência do direito de passagem, ficou, de forma muito clara, definido que é vedado a um operador ferroviário, a uma concessionária, buscar uma carga na origem e destino dentro da malha de uma outra concessionária. Isso é vedado, porque estaria ferindo a exclusividade do contrato de concessão. Mas qualquer outra operação, como buscar uma carga na origem de outra concessionária e entregar numa terceira concessionária, passando-se por ela o não, é permitido – ou na sua origem e destino, em malhas diferentes. Isso garantirá, na nossa visão, uma maior interconexão entre as concessionárias.

A percepção nossa, a partir disso aqui, é a de que, em 2010, nós estávamos com o direito de passagem e tráfego mútuo em torno de 7%, atualmente esse número está em torno de 8% a 9%. Já há uma pequena elevação, passados um ano e meio ou dois desse regulamento.

E o último regulamento é a meta de produção por trecho. Ela surge principalmente por conta daquela concentração que há de trechos onde há um volume de carga ferroviário intenso em detrimento daqueles de baixa ocupação.

Com a meta de produção por trecho, permite-se avaliar, de forma mais pontual, trecho a trecho, onde ocorre o transporte ferroviário.

E a nossa ação regulatória no sentido de pactuação das metas permite que possamos ter uma ação regulatória mais pontual, evitando-se que a concessionária se utilizasse apenas de uma meta global na própria concessão e viesse eventualmente a desassistir a algum trecho que tivesse potencial para transporte ferroviário de cargas.

Então, com essa ação regulatória de metas de produção por trechos, passamos a ter um olhar mais efetivo sobre a malha como um todo, e não apenas uma visão mais global, mas sim uma visão trecho a trecho da malha.

Um outro aspecto importante dessa resolução, que já foi colocada, é a possibilidade de a capacidade ociosa ser disponibilizada ao mercado, na medida em que não é utilizada pelo concessionário, porque ela não colocou isso na sua meta.

E, por fim, as metas de segurança também são objeto de regulamentação dessa norma.

Em função daquele cenário colocado lá atrás, em que se tem uma forte concentração do transporte ferroviário de cargas no sentido de um mercado externo, concentração em alguns segmentos da malha – em um terço apenas – e necessidade de ampliar o sistema ferroviário, o Governo lançou, em agosto de 2012, um programa chamado Programa de Investimento em Logística: Ferrovias, em que se busca implantar um modelo chamado modelo horizontal, como expliquei anteriormente, em que se pretende implementar 11 mil quilômetros de novas linhas férreas já integrados à atual malha ferroviária, com investimentos em torno de R$100 bilhões.

É um financiamento público com essas condições e são basicamente 12 trechos que se pretende implantar.

Um trecho importante já lançado, inclusive tanto em tomada de subsídio quanto em audiência pública, é o trecho Belém-Açailândia, o trecho Uruaçu-Lucas do Rio Verde, o trecho Estrela D'Oeste-Dourados e, recentemente, já está em curso o trecho Maracaju-Bley, o trecho de Mairinque até Rio Grande, Rio de Janeiro--Vitória e outros trechos serão lançados oportunamente.

É um programa que busca, fundamentalmente, integrar o Brasil em termos de ferrovias na bitola larga, é um programa de implantação das ferrovias em bitola larga, integrando aos principais centros e buscando, entre outros aspectos, olhando inclusive pela configuração da Norte-Sul, criar um mercado interno de ferrovias, não apenas um olhar para fora, mas também um mercado interno de ferrovias no transporte de cargas.

É um modelo que tem, entre as suas características principais, uma outorga da União a um concessionário do direito de explorar ferrovia do ponto de vista da sua via e não da prestação do serviço de transporte – ele apenas explora a via férrea, ou seja, constrói uma via férrea e vai mantê-la pelo período de trinta e cinco anos. Constrói em cinco e opera em trinta anos.

Essa concessão se dá por meio de uma outorga e a concessionária constrói essa ferrovia e toda a capacidade que é gerada na concessão dessa ferrovia, é adquirida, é comprada pela Valec. Então, a Valec compra a totalidade dessa capacidade, de forma que essa conta se dá por meio de um tarifa chamada de tarifa de capacidade operacional, que é a conta na totalidade do que foi implantado de capacidade de ferrovia, é comprada pela Valec, que vende essa capacidade ao mercado.

Na visão do governo, à medida que a Valec entra nesse processo, nesse modelo, visa fundamentalmente retirar o risco de demanda do concessionário, na medida em que a sua principal atribuição é construir a ferrovia e mantê-la pelo prazo de 30 anos e o risco de demanda fica mitigado, então, com a atuação da Valec.

(*Soa a campainha*.)

O SR. JEAN MAFRA DOS REIS – E a Valec passa, então, a vender ao mercado essa capacidade, e os usuários passam a comprar essa capacidade diretamente da Valec e, a partir do momento em que ele circula trens dessa malha, paga uma tarifa de utilização dessa malha ferroviária, que é chamada tarifa de fruição.

Os principais marcos regulatórios de implantação do modelo horizontal, que é importante serem regulamentados para que esse modelo se sustente, precisam da regulamentação do operador ferroviário independente, que foi colocado nessa lei; as regras de cessão de capacidade também terão que ser regulamentadas; e os futuros contratos de concessão, que serão estabelecidos entre o concessionário gestor de via com a União, nos seus direitos e obrigações.

Haverá uma convivência por um período – porque as concessões atuais restam em torno de 14 anos, 15 anos de vigência – de um modelo híbrido, de um modelo vertical e um modelo horizontal. Importante, nesse modelo, são as regras de segurança, porque, como estamos falando de um modelo de separação da gestão de via da operação, segurança é um ponto muito importante; a questão da interoperabilidade é outro aspecto importante, temos que garantir a continuidade entre os sistemas, sejam os atuais concessionários com os futuros concessionários que vão surgir, gestores de via, então, há que haver uma integração e uma interoperabilidade entre os diversos sistemas. O regulamento do operador ferroviário independente é fundamental também nesse processo. E as regras de cessão de capacidade operacional – também são importantes o seu regramento e o seu disciplinamento.

Ações de curto prazo. Importante; a Agência carece de ampliar o seu quadro de servidores para poder fazer frente a esses desafios; capacitação dos seus servidores; contratação de consultoria será fundamental para o processo de atingimento desses objetivos

da regulamentação desses diversos normativos; e as parcerias com os demais órgãos.

Aqui, os principais eixos temáticos que são envolvidos na agenda regulatório da Agência, que está nessa resolução e que pode ser facilmente acessada no *site* da Agência e as principais obras que estão em curso, hoje, no sistema ferroviário brasileiro. A malha norte, está praticamente concluído o trecho Alto Araguaia--Rondonópolis, está numa fase já pré-operacional; a malha sul, o que existe aqui é um programa de recuperação da malha, que é importante para reativar trechos que foram abandonados ou foram deixados em baixa condição de utilização. E aí houve uma forte atuação da agência no sentido de recuperação dessa malha através de diversas deliberações feitas no ano passado e neste ano, para a malha sul. A MRS tem um programa forte na região de São Paulo, principalmente pelo compartilhamento da malha que ela tem com a CPTM e a concessionária de transporte da região bem como a duplicação do trecho Santos-Perequê, que também está em um processo de investimento.

A Transnordestina já é um projeto que vem sendo conduzido dentro do governo e vem sendo implementado pela concessionária desde 2006. A FCA tem um projeto, em Belo Horizonte, de retificação e duplicação de um trecho de Horto Florestal e General Carneiro, acabando com um importante ponto de gargalo na malha ferroviária. A Vitória-Minas tem esses investimentos em sua linha atualmente, e Carajás também está em um processo de duplicação da sua malha ferroviária.

Aqui, temos a indicação desses investimentos. Podemos visualizar a situação de cada um desses investimentos, conforme citado.

Obrigado.

O SR. PRESIDENTE (Alfredo Nascimento. Bloco/PR – AM) – Com a palavra, o Sr. Rodrigo Vilaça, Presidente-Executivo da Associação Nacional dos Transportadores Ferroviários.

Informo ao nosso convidado que ele tem tempo destinado de 15 minutos destinado à apresentação. Após a exposição, concederemos a palavra às Srs. e Srs. Senadores para os esclarecimentos que S. Exªs acharem necessários.

O SR. RODRIGO VILAÇA – Muito obrigado, Senador Alfredo Nascimento, pela oportunidade.

Vamos tratar da amplitude do aumento tanto do transporte de cargas como de passageiros no sistema nacional, lastreados pelo que o Dr. Bernardo colocou, ou seja, pela expectativa de termos um trem de alta velocidade o Brasil até próximo de 2010. Da mesma maneira, o Sr. Jean colocou as reformulações que estão sendo feitas e elaboradas por nossa agência reguladora no sentido de darmos um salto de qualidade, um salto de competitividade a um sistema que é mais do que centenário, mas que vem vivendo, desde o seu momento de concessão, algumas transformações necessárias, polêmicas de discussão, naturais de um país democrático. Agora, com a perspectiva muito grande de parceria público-privada, talvez possamos agir com mais celeridade, com mais rapidez, com mais objetividade a fim de atender inclusive às vozes mais recentes do povo brasileiro.

Vele lembrar, Senador Alfredo Nascimento, que estamos vivendo o que chamo de o terceiro para o quarto ciclo para a ferrovia. O primeiro foi nos idos do Barão do Mauá, quando concretizou seus sonhos. O segundo foi quanto estatizamos o sistema da Rede Ferroviária Federal S.A, diga-se de passagem, já carregando déficit operacional e econômico. O terceiro foi mais recentemente, na década de 90, com o plano nacional de desestatização, em que se iniciou, a partir de fins de 1996 a 1999, a concessão de 11 malhas públicas para a mão da iniciativa privada, recuperando algo que estava abandonado há mais de três décadas, completamente destruído e, de certa forma, com pouca utilização como poderemos ver mais na sequência.

Este novo ciclo, este novo momento, Senadores e Senadoras, começa na ideia de transformar este País enorme, grande, continental, numa realidade de carga e de retorno de passageiros, para que todos nós possamos fazer uso mais adequado das riquezas naturais do País na sua movimentação e na mobilidade urbana nos grandes centros brasileiros. Vale lembrar que o objetivo e a responsabilidade do Dr. Bernardo, na condução da EPL, que tem o foco e o objetivo de trazer de volta o planejamento de nosso País no sistema de transporte e de logística, é voltarmos a ter esses resultados mais mensuráveis, mais práticos dentro dessa realidade.

É importante entendermos que, de fato, não observávamos as ferrovias desde os anos de 2004 e 2205. De lá para cá, tornou-se um tema de agenda nacional, uma discussão saudável, bem-vinda. Todos nós, do setor, estamos com a nossa autoestima recuperada e uma indústria ferroviária nova no sistema. Já somos mais de 50 mil trabalhadores no sistema de cargas, 38 mil no sistema de passageiros, mais de 42 mil empregados diretos no sistema da indústria brasileira.

A nossa lógica, como podem observar neste mapa – ele, por si só, valeria a apresentação, – era de utilização da costa brasileira. E aí a lógica era de corredores de exportação. As ferrovias foram criadas nesse sentido, e não de integração entre elas, porque as próprias SRs, as superintendências regionais, não faziam esse tipo de trabalho de forma adequada.

Então, a questão da interoperabilidade tem que ser olhada com o olhar no ano de 2020. Hoje, agência reguladora começa a observar isso, mas desde que possamos ter a Ferrovia Norte-Sul, que vai proporcionar outras transversais para alimentar sete novos portos brasileiros e, aí, sim, criar uma condição sustentável, econômica, produtiva e custo logístico possível e aceitável para os nossos usuários fazerem uso de um sistema mais adequado, combinado, intermodal e, principalmente, econômico. De qualquer forma, temos um tempo para chegarmos a essa situação. Dentro dessa ótica, a ANTF tem levado ao Governo Federal, à EPL, à ANPT e ao Ministério dos Transportes alguns dos pontos que observamos serem fundamentais para que tenhamos avanços reais, de fato, ocorridos.

Lembro que, independentemente de tudo isso, temos a sensação de que fizemos, fizemos, sim, recuperamos, mas há lugares, há deficiências em que temos maiores dificuldades de fazer e de realizadas modificações.

Mas o sistema aumentou. A sua capacidade produtiva aumentou, os seus investimentos já ultrapassam R$50 bilhões, sendo R$16 bilhões de pagamento de tributos, coisa que não era feita pela estatal, e mais de R$7 bilhões que foram pagos, Senadores, no arrendamento da malha. Esses valores não retornaram para o nosso sistema. Agora, temos muito mais o que fazer, temos muito mais o que produzir, e a sensação é de que fizemos pouco mesmo. E há necessidade de um entendimento, de uma colaboração pública e privada para que possamos avançar. Alguns desses pontos estão aqui. Não olhamos na malha existente.

O projeto de expansão é perfeito – vamos ver ali, à frente – mas o fato é que temos gargalos, temos expansão da malha, que será dita, a intermodalidade, que já foi citada pelo Dr. Jean, e temos diversos problemas institucionais da extinta Rede Ferroviária Federal.

Não posso ficar longe, como todo brasileiro, como todo empresariado, na questão que trata da tributação dos fornecedores e da competitividade do sistema. Além disso, temos as questões sociais de sustentabilidade, tecnologia e gente. Estamos implantando sistemas mais modernos. Estamos circulando ainda em uma malha de dois séculos atrás. Há dificuldades e há um custo de investimento muito grande. Em 2003, o Dr. Bernardo fez parte desse processo no plano de revitalização das ferrovias. E temos dificuldades burocráticas, e tivemos de recuperar esses trechos já existentes, com o que perdemos um tempo em que poderíamos ter avançado. De qualquer forma, mudanças ocorreram e o sistema vem evoluindo. E esse ponto é importante. A combinação EPL, ANTP ou futura Empresa Brasileira de Ferrovia vão poder agrupar os responsáveis por esse sistema, e vamos continuar atacando essa ótica de que precisamos dentro do sistema de cargas.

Foi motivo de críticas, mas críticas construtivas, que levamos à agência reguladora, o modelo dessa chamada, o novo marco regulatório, que, sob meu ponto de vista, vai continuar sendo, porque ele já existia. Vale lembrar que ninguém gostaria, àquela época, de ser sócio da Rede Ferroviária Federal quando ela foi levada à iniciativa privada. Duvido que encontrássemos algum sócio que quisesse partilhar com a rede algum tipo de ação conjunta, como hoje temos com a Infraero. Ninguém faria isso, devido ao caos que existia naquela época, fruto de um abandono pleno e total do Poder Público.

Independente disso, mostramos que há uma situação no mundo em que esta modalidade não apresenta referências mundiais e, ao mesmo tempo, colocava dúvidas. E nós levamos ao governo e à agência os nossos pontos de observação, que estão sendo trabalhados, e eu posso dizer isso com muita segurança, através da agenda regulatória da ANTT, elaborada pelo seu corpo técnico, avanços significativos do ponto de vista de discussão de temas, para que tenhamos, sim, essa malha ferroviária que precisa e deve, e que já deveria ser, de 52 mil quilômetros, para que possamos integrar de forma mais objetiva e mais econômica e mais ambientalmente sustentável todo esse sistema.

E aí eu entro no que mais recentemente, há quase um ano, a nossa Presidente lançou, já com estudos – não é, Bernardo? – da própria EPL, o Plano de Expansão da Malha Ferroviária Brasileira. Plenamente correto, extremamente adequado. É disso que nós precisamos. Tenho certeza de que novos trechos irão ser adicionados em breve, o que reflete a necessidade dessa transformação. É dentro dessa ótica que o governo está acertadamente trabalhando e tem tido, ao longo desse último ano, dentro da agência reguladora, cumprido toda a questão burocrática, todos os pontos necessários, independente do atraso. O atraso trará certamente sucesso sob a ótica de empreendimento futuro que nós teremos com a ampliação da malha ferroviária brasileira.

Precisamos combinar – e aí estamos tratando – o novo com o existente. Essas questões são complexas, porque o papel não retrata a realidade quando você vai para a operação. Então, estamos tentando trazer, de ambas as partes, pontos de interesse comuns para que nós possamos evitar surpresas e questões desagradáveis na avaliação do resultado desse trabalho.

É dentro desse objetivo que nós entendemos que o caminho é certo e o que está sendo feito, mais recentemente com o balanço do PAC, é fundamental para que nós tenhamos... finalmente, como todos nós,

profissionais executivos, ficamos nessas três décadas. Ainda na minha cabeça vem que ainda estamos tratando da visão que os nossos governos dos anos 70 tinham. Nós ainda discutimos até mesmo um trem de alta velocidade, a questão da Dutra, a questão de aeroportos, de hidrovias, a ferrovia do aço que é hoje a MRS, que foram feitas naquela época e que hoje ainda discutimos algumas coisas que deveriam estar prontas. Nós precisamos mudar isso, nós passamos um período de duas décadas, 80 e 90, em abandono – o sistema ferroviário e aquaviário, e aeroportuário também – para depois entrar numa necessidade de planos, de projetos, e, finalmente, temos a EPL, que vai olhar esse horizonte lá em 2020 e, melhor, com a atividade e com a participação pública, Senador Alfredo e demais integrantes da Comissão de Infraestrutura.

Só que nós precisamos que esse lado público, aliado à iniciativa privada, que agora vem com uma força maior, com os diversos projetos de infraestrutura, no caso de transportes, possam trazer a melhoria para que nós, de fato, possamos executar projetos de forma célere, confiável, auditada e com muita capacidade para que tenhamos os problemas resolvidos ainda nesta década.

Sem dúvida nenhuma, nós vamos avançar com muita objetividade, se todos nós estivermos envolvidos, se toda sociedade estiver envolvida no ambiente e no trato através das audiências públicas e da participação, para que tenhamos eliminação de dúvidas.

Já o sistema, Senador Alfredo, metroferroviário brasileiro ainda é insuficiente, ele é curto, é pequeno. São apenas 63 médias e grandes cidades ou regiões metropolitanas atendidas pelo sistema sobre trilhos. É pouco. A nossa rede é pequena. Isso tudo é falta de planejamento. E aqui nós temos desassociada a questão de transportes do Ministério das Cidades. Não se trabalha em conjunto. Então eu te peço, Bernardo, traz o Conit para a gente de forma mais efetiva e transparente, pública, para que nós todos, investidores, possamos vir a agir mais rapidamente e com mais segurança. E aí, no caso de passageiros, nós temos o público e o privado já atuando. São situações mistas, mas precisamos crescer muito rapidamente, porque interfere na qualidade de vida do povo brasileiro. A rede é mínima e precisa crescer.

E quais são essas dificuldades? É quase um octógono. Está faltando a questão do planejamento integrado. Nós temos dificuldades na expansão da malha, nós temos difusão do sistema sobre trilhos nas cidades brasileiras. O ponto crítico maior que todos nós do setor de passageiros pedimos é o custo da tarifa e da energia elétrica, a modernização dos sistemas, porque há dificuldade do Poder Público em melhorar mais rapidamente os sistemas ferroviários; implementação do avanço tecnológico – aqui o Dr. Bernardo colocou as questões de um trem de alta velocidade no continente sul-americano –; a questão da tarifa, como eu disse, e de frota que vem sendo recuperada, inclusive com grandes multinacionais no Brasil.

Terminando, Senador, peço a esta Casa, peço a esta Comissão que trabalhe em cima principalmente da tarifa de energia elétrica. O sistema é caro e é através desse modelo que nós poderemos baixar os custos operacionais do sistema. É dessa forma que a redução da tarifa de energia se torna necessária para resgatar não só a questão tarifária, mas a cobrança dos serviços prestados. Assim se consegue, certamente, harmonizar todo o sistema, toda a questão propriamente dita da movimentação de passageiros.

E, por fim, dizer que o Conit é muito importante, que o planejamento que vem sendo feito, projetado e elaborado pelos técnicos da EPL vão, sim, trazer melhorias ao nosso negócio, que o orçamento que nós temos precisa, através desta Casa do Congresso Nacional, estar sempre firme e presente, que nós temos o equacionamento jurídico, ambiental e regulatório, principalmente para os nossos investidores e precisamos ter um Ministério dos Transportes mais forte, de liderança, para executar, definir políticas, gestar e mesmo administrar os diversos projetos de infraestrutura brasileira.

Uma ferrovia não vive sem porto. Portanto, eu sou defensor de que as agências reguladoras e o sistema sejam centralizados.

Muito obrigado, Senador.

O SR. PRESIDENTE (Alfredo Nascimento. Bloco/PR – AM) – Obrigado, Sr. Rodrigo.

A palavra está facultada aos Srs. Senadores que desejarem receber esclarecimentos dos expositores.

Senador Jayme, com a palavra.

O SR. JAYME CAMPOS (Bloco/DEM – MT) – Sr. Presidente, Senador Alfredo Nascimento, senhores convidados, a quem saúdo na pessoa do Dr. Bernardo Figueiredo, colegas Senadores, serei bem prático nas indagações.

Há poucos dias, Bernardo Figueiredo, nós estivemos lá na Casa Civil, e V. Exª estava lá presente, em que foi feita uma apresentação relativa às possibilidades de investimentos nas ferrovias do Brasil. Parece-me que o Senador Sérgio estava conosco, assim como o Senador Blairo Maggi e outros Senadores.

A minha indagação é a seguinte: lá, V. Exª definiu com muita clareza que, no máximo no mês de setembro ou outubro, seriam lançadas as obras relativas à Fico, que liga Goiás ao Estado de Mato Grosso, indo até o

Município de Lucas do Rio Verde, com uma variante até o Estado de Rondônia.

Particularmente, confesso ao senhor que fiquei muito entusiasmado. Todavia, gostaria de saber se de fato o cronograma físico da obra apresentado pelo senhor vai ser cumprido, porque hoje há um sentimento da opinião pública brasileira de que o Governo anuncia muitas obras, e, lamentavelmente, algumas não são nem lançadas e outras não são concretizadas.

Então, pergunto: essa obra está prevista de fato para se iniciar até o mês de setembro ou não? Até pelo fato de que, lá atrás, havia um estudo sendo feito pela ANTT, através da Fundação da Universidade Federal de Santa Catarina, com um levantamento, ou seja, um diagnóstico em relação a essa obra, principalmente no que diz respeito à questão ambiental, sobretudo o traçado que seria feito. E me chamou a atenção porque seria lançado no mês de setembro.

Eu pergunto: está concretizado o projeto, porque a ANTT estava providenciando o projeto executivo da obra, como também a execução feita, como o senhor disse lá, através de parceria entre o Governo Federal e o setor privado.

Então, é uma obra extremamente importante para o nosso Estado, como os senhores sabem, pelo fato de hoje Mato Grosso ser o Estado do agronegócio e ter uma produção invejável, não só na agricultura, como também no próprio rebanho bovino, que é um dos maiores do País, com quase 30 milhões de cabeças. E cria-se uma expectativa. Todas as vezes que eu ando pelo interior do Estado, há a abordagem do assunto: "Olha, vai sair ou não vai sair?". Já foram feitas dezenas de audiências públicas, desde a região do médio e do baixo Araguaia até a região da BR-163, particularmente na cidade de Lucas do Rio Verde, e essa expectativa está gerada.

Então, como Senador da República, eu acho que eu tenho a obrigação de ter as informações necessárias até para levar ao conhecimento da opinião pública do nosso Estado, principalmente dessa área que sonha, já há algum tempo, com a melhoria da questão da logística, sobretudo no transporte intermodal.

E, segundo, eu quero perguntar ao senhor também, à própria ANTT – ao Vilaça, que é Presidente aqui da entidade: nós temos essa obra que está sendo concluída até Rondonópolis, que foi iniciada lá atrás, quando fui até Governador. Iniciamos e lançamos, lá em Santa Fé do Sul, com o Fleury, Pedro Pedrossian, durante o governo Collor de Mello. Era uma obra extremamente importante que foi lançada pelo empresário Olacyr de Moraes, uma obra privada que se sequenciou e chegou até o Estado do Mato Grosso, em Alto Araguaia. E essa obra foi paralisada por muitos e muitos anos. Agora, para nossa alegria, ela está chegando até Rondonópolis.

A minha indagação é a seguinte: ela vai até Cuiabá ou não vai até Cuiabá? Porque esse sonho é da década de 60, da época do Senador Vicente Vuolo, que foi um grande Senador – por sinal, essa ferrovia, se não me falha a memória, leva o seu nome. E, desde aquela época, já se falava – eu era guri; e já estou com 62 anos de idade – que essa obra chegaria a Cuiabá. Por incrível que pareça, Senador Alfredo, até hoje essa obra não chegou a Cuiabá. Eu já estou com 62 anos. Imaginem, eu era guri de 13 anos, 14 anos, já estou com 62 anos e até hoje. Chegou agora a Rondonópolis.

Se essa obra vai prosseguir ou não vai prosseguir? Até pela informação que tenho de que a ALL abriu mão do trecho que demanda Rondonópolis-Cuiabá. Ou seja, com todo respeito que eu tenho pela empresa, parece-me que eles queriam só mamão com açúcar, onde estava fácil de se implantar essa obra. Porque, quando vai demandar para Cuiabá, poderia até haver alguma dificuldade pelo fato de eu, particularmente, não saber para onde vai sair: se ela vai sair pela margem direita da Serra de São Vicente ou se vai sair pela margem esquerda. Indo pela margem esquerda, nós estaríamos na região do Pantanal, passaria por parte do território do Município de Barão de Melgaço e do Município de Santo Antônio. Teríamos algum impacto ambiental? Em termos, sim, até pelo fato de que seria uma área mais difícil para a implantação dessa ferrovia, porque passa por algumas partes que são alagadas, mas sem nenhuma grande dificuldade, pelo que eu vejo, até porque a nossa engenharia brasileira e mundial se modernizaram muito, e eu acho que é factível de ser realizada.

O que nós queremos saber – sobretudo eu que sou da baixada cuiabana, moro ali na região da grande Cuiabá – é sobre essa especulação: vai chegar ou não vai? Quando? Ora, como é que há uma obra que nós estamos reivindicando há mais de 40 anos, 50 anos, e não chegou a Cuiabá, e há uma outra perspectiva de lançarmos essa outra obra que chama Fico, a centro-leste, indo até o Município de Lucas do Rio Verde.

De maneira que são essas indagações que eu faço, até para que possamos ter, de fato, uma resposta positiva. Mas de maneira bem concreta. O que não podemos é passar como mentiroso, ou seja, levar uma informação, que, lamentavelmente, não é concretizada. Digo isso porque há algumas obras em andamento em Mato Grosso, ou outras que já foram anunciadas e, que, lamentável ou infelizmente, não foram concretizadas. Isso deixa a sociedade realmente, e com toda razão, descrente em relação ao próprio Governo Federal, que é quem tem um papel preponderante na implantação

e na implementação dessas obras importantes, não apenas para o Mato Grosso, mas eu imagino que para toda a Região Centro-Oeste do Brasil. E, sobretudo, para que a sociedade possa, Senador Ministro Alfredo Nascimento, acreditar no Governo. Caso contrário, é esse descrédito em ver acontecer o que está acontecendo: a sociedade ir à rua, cobrar os serviços essenciais, sobretudo aqueles serviços de responsabilidade do Governo, como obras como essa, cuja necessidade eu não tenho dúvida alguma, particularmente em relação ao Mato Grosso. Ela tem o retorno assegurado. Os investimentos que têm de se fazer, seja PPP, seja via Governo do Estado, têm garantia absoluta de que o retorno estará assegurado no pagamento, seja quem for investir, de imediato. A nossa produção, não só hoje, é grande e a expectativa é de que, nesses próximos 10 anos, 15 anos, eu imagino, ela vai, pelo menos, dobrar, pelo fato de que nós temos todos os incrementos, os ingredientes suficientes para que o Estado continue crescendo e, sobretudo, sendo um dos Estados que tem mais colaborado com a balança comercial do nosso País.

De maneira que faço essa indagação, de forma muito democrática, mas eu tenho que aproveitar a oportunidade ímpar que nós estamos vivenciando no dia de hoje para ter as informações de V. Sªs como as autoridades que estão trabalhando nessa área de implantação das ferrovias no Brasil.

Muito obrigado, Sr. Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Alfredo Nascimento. Bloco/PR – AM) – Obrigado, Senador Jayme Campos.

Com a palavra, o Senador Wilder Morais.

O SR. WILDER MORAIS (Bloco/DEM – GO) – Obrigado, Sr. Presidente.

Gostaria de fazer algumas indagações ao Bernardo Figueiredo, como Presidente da EPL e também como ex-Diretor Geral da ANTT que foi.

Eu acho que, com relação ao trem-bala, pela justificativa da sua utilização, ficou comprovada a eficiência e tudo. Mas é uma questão de cronologia. Hoje, nós temos menos de 10% das nossas rodovias federais duplicadas. Não seria mais interessante, ou talvez mais produtivo, atacarmos as rodovias? Porque estamos fazendo uma previsão de 2013 a 2044, 31 anos, para atingirmos 20% da população, enquanto os outros 80% da população que hoje utilizam as rodovias.

Então, é o motivo dessa pergunta. Não que o trem-bala não seja importante, mas não seria mais apropriado, neste momento, fazer um investimento na duplicação nas nossas rodovias federais?

Segunda questão: eu acho que o que aconteceu e está acontecendo no País, que foi dito até por Rodrigo Vilaça, é a questão de falta de planejamento. Então, é muito importante estarem sendo feitos os estudos das ferrovias, trem-bala, etc. Inclusive, eu queria saber também do estudo que há sobre Brasília-Goiânia, que é um eixo cuja população está prevista para, até 2030, dobrar. Esse estudo está em andamento, e se tem dito que é o Expresso Pequi, que seria a ligação de Goiânia a Brasília.

A segunda pergunta que eu quero fazer ao Jean é com relação ao andamento das nossas rodovias. Em relação à Norte-Sul, do meu Estado, que tem 26 anos – a Presidenta Dilma esteve lá, o Lula esteve lá, já inaugurando trecho –, e que até hoje não saiu do papel, até por causa de denúncia, e que tem uma previsão de ser inaugurado em setembro. Isso acontecerá em setembro?

Com relação ao Jean também, eu tenho a informação de que essa inauguração não tem operador. Vai inaugurar a ferrovia e depois vai se fazer uma licitação para operador. Não seria conveniente já haver essa licitação ou a ferrovia vai ficar pronta, e não há ninguém operando?

E a terceira eu vou fazer ao Rodrigo Vilaça. Nós chegamos a ter, desde a época do Barão de Mauá, 34.200 km de rodovia. Como o senhor disse, nós temos, hoje, vinte e poucos quilômetros em operação. Esses quase 5 mil quilômetros, cinco mil e poucos quilômetros, estão perdidos? Nós não vamos utilizar mais? Isso foi abandonado?

Então, Sr. Presidente, essas são as perguntas que faço para os palestrantes do dia.

O SR. PRESIDENTE (Blairo Maggi. Bloco/PR – MT) – Muito obrigado, Senador Wilder.

Passo a palavra ao Senador Delcídio do Amaral para as suas considerações.

O SR. DELCÍDIO DO AMARAL (Bloco/PT – MS) – Eu queria cumprimentar o Senador Blairo; cumprimentar o nosso querido Bernardo Figueiredo; o Jean Mafra, da ANTT; e o Rodrigo Vilaça, da ANTF.

Eu gostaria, primeiro, de registrar, parece uma coisa óbvia, mas não é: a iniciativa do Governo Federal de criar a empresa de planejamento e logística. Já há muito tempo, o Brasil precisa de alguém ou de alguma instituição que faça a integração dos vários modais de transporte, e, portanto, essa iniciativa da EPL é muito bem-vinda, especialmente com a EPL sendo comandada por alguém com a competência e com o conhecimento do Bernardo Figueiredo.

Então, eu queria registrar essa iniciativa do Governo Federal de extrema relevância e importância para a infraestrutura do País, que é o maior desafio do Brasil.

E eu queria fazer duas considerações, ou melhor dizendo, três considerações, manifestando um pouco a minha preocupação no que se refere aos modais

ora em licitação, ora em leilão, e os desafios que temos pela frente.

Primeiro, a questão dos leilões de rodovias, especialmente as duplicações. Eu vejo com muita... No cenário que se apresenta com relação a esses leilões, o Governo acertadamente alterou as taxas internas de retorno, e eu não tenho dúvida nenhuma que isso veio ao encontro desse diálogo estabelecido pelo Governo com os empresários interessados. Mas, a partir do momento em que suspendem eventuais correções de pedágio, de tarifas, uma vez que essas concessões todas foram contratadas, eu me preocupo muito com relação à segurança jurídica e à atração de novos investimentos quando um contrato é tratado à luz dos acontecimentos. Não estou dizendo que não deveria ter sido feita alguma coisa. Mas cumprir contrato é absolutamente fundamental. E, nas últimas semanas, abriram-se precedentes, no meu ponto de vista, extremamente perigosos, especialmente com relação a rodovias no Estado de São Paulo.

Volto a dizer: acho que o momento exige diálogo e soluções criativas, mas quebrar contrato ou mudar as regras do jogo ao sabor da política... Sem dúvida nenhuma, nós vamos sofrer reflexos disso. Eu não tenho dúvida nenhuma. Então, essa é a primeira observação que eu gostaria de fazer.

A segunda observação é com relação às ferrovias. Nós vemos com muito otimismo, como disse aqui o Rodrigo Vilaça, a implantação das ferrovias no Brasil. No meu Estado, estão sendo projetadas duas ferrovias: uma que sai do oeste do Paraná, cruza Mundo Novo, chegando até Maracaju; e a outra é uma ramificação da Norte-Sul, pegando o Vale do Ivinhema, chegando até Dourados, e Dourados se transformando, nesse desenho, em um grande concentrador, um polo ferroviário fundamental para o escoamento da nossa produção.

Eu vejo esse programa ferroviário com extremo otimismo, ainda mais depois das seguidas reuniões que tivemos com o Dr. Bernardo Figueiredo, discutindo essas questões. Para Mato Grosso do Sul e para o Brasil, isso é muito importante. E dentro desse desenho que foi apresentado pelo Dr. Rodrigo Vilaça, a Norte-Sul se transforma em uma coluna vertebral de vários ramais, e com alternativas de desembarque de cargas em vários portos brasileiros. Acho que isso é muito importante. Eu espero que, em um País onde é difícil implementar qualquer projeto, projetos com essa envergadura não tenham dificuldades burocráticas, que, para mim, hoje, são o grande problema que o Brasil enfrenta. Aliás, outro dia eu estava brincando que deveriam criar um ministério, o Ministério do "Desenrolation". Seria o ministério mais importante do Brasil, não precisava de nenhum outro. Ou seja, um ministério para que parassem de infernizar quem quer investir, evidentemente respeitando as boas práticas administrativas de um governo republicano e questões ambientais, que todos nós aqui conhecemos.

Mas, hoje, Bernardo, eu vejo esse projeto ferroviário como fundamental para o Brasil. Isso é uma virada de página, inegavelmente, na logística brasileira.

Mas não poderia deixar... O Dr. Bernardo já sabe disso, mas isso eu repito como um mantra, porque um dia a gente vai conseguir encontrar uma saída. É a tal da ALL. Eu posso até admitir que a ALL pode estar executando serviços adequados em outras malhas brasileiras, mas, em Mato Grosso do Sul, é um verdadeiro desastre. É um desastre! Porque lá não é nem privatização, lá é um arrendamento. Aliás, é um arrendamento em que já sucatearam tudo: dormente, trilho, enfim.

É simplesmente uma ferrovia que hoje poderia ter um papel preponderante, inclusive na integração com os países vizinhos. Eu sei que a EPL estuda essa integração também com os países vizinhos, e meu Estado, o Mato Grosso do Sul, é vocacionado para o Pacífico também. Ledo engano que a gente só olhe o Sudeste. Nós temos que olhar também os nossos vizinhos, até porque eu acho que, nos próximos anos, a Bolívia e o Paraguai – e aqui eu ressalto o Paraguai – vão passar por um processo de desenvolvimento grande, intenso. Eu conheço relativamente bem o Paraguai, e vários projetos estão se instalando, ou serão instalados lá, portanto um modal especialmente ferroviário vai ter um papel preponderante. O Senador Blairo Maggi conhece. As terras no Paraguai, especialmente para agricultura, são extraordinárias. Portanto, esse projeto ferroviário é fundamental para o nosso Estado e para o Brasil, e para a integração sul-americana.

Mas a ALL não pode continuar, Dr. Bernardo, como está. Inclusive seria, talvez, uma das ferrovias mais fáceis de implementação, até como uma terceira via, porque já há existe traçado, já existe a rota instalada. E nós chegamos, em alguns trechos que são transitáveis, à velocidade de 30km/h, 40km/h. E olhe lá, 40km/h é um fato relevante. Portanto, eu acho que o Governo tem que tomar alguma providência.

Hoje mesmo, eu vou receber um dos sócios da ALL, exatamente para ele justificar o que eles sempre justificam. Eles falam da Vetria, eles falam da associação com a Vetorial, falam da associação com a Cosan. Aí eu já vi a Cosan denunciando, esta semana, a ALL, que a ALL não cumpre contrato. Só que nesse jogo da Vetria, falta um ator principal, que se chama Companhia Vale do Rio Doce, que, até agora, não deu nenhum sinal de vida.

Foi publicado fato relevante, foi feita uma série de ações. Zero até agora. Zero! E isso é um desestímulo. A despeito das boas notícias dessas duas ferrovias novas, isso para nós é um desestímulo, porque essa ferrovia nossa cruza o Mato Grosso do Sul de oeste a leste, e tem interligação com a ferrovia na Bolívia, que vai a Santa Cruz de la Sierra. Também é uma região riquíssima.

Portanto, eu volto a repetir a minha preocupação com relação à ALL: alguma medida precisa ser tomada.

Eu vi um trabalho que foi feito, primeiro mostrando as ociosidades, mais de 90% – não fomos nós que fizemos, foi lá na EPL que foi feito esse estudo –, o primeiro termo de ajustamento de conduta é para fazer um trechinho lá da mina de Urucum, em Corumbá, até o porto, deve dar um cinco quilômetros.

Acho que nós temos que tomar providência nesse aspecto porque não dá mais. O negócio está tão ruim que, de Campo Grande a Ponta Porá, Senador Blairo Maggi, já tomaram, porque simplesmente a ferrovia não existe mais, tiraram tudo. Fora acidentes, eu não vou entrar nesses detalhes.

Portanto, eu quero aqui registrar mais uma vez a nossa insatisfação com os serviços prestados pela ALL no Mato Grosso do Sul.

E por último, que eu não podia também deixar de destacar, as hidrovias. A hidrovia do Paraguai, importante. Nós somos um Estado mesopotâmico, nós temos o Rio Paraná de um lado e o Rio Paraguai do outro, e, aparentemente, as coisas não caminham.

A Vale do Rio Doce quer explorar minério e não consegue, porque, durante uma parte do ano, como não há dragagem no Rio Paraguai, não passa nenhuma composição.

Portanto, nós não podemos perder essa oportunidade de dispor de um ramal, aliás de um modal, hidroviário extraordinário como é o Rio Paraguai pela integração que tem com os países vizinhos, com o Paraguai, com a Argentina e assim por diante.

O Dr. Bernardo Figueiredo conhece bem. O minério de ferro de Corumbá, que é um dos melhores minérios do mundo, sai em bruto, desce o Rio Paraguai e vai ser reduzido lá na Argentina. Só que a Vale do Rio Doce não consegue produzir mais porque não tem como escoar, porque não tem ferrovia e não tem hidrovia e por caminhão não dá.

Esses são os registros que eu gostaria de fazer, meu caro Presidente e Senador Blairo Maggi, porque sei que esses projetos são importantes.

E quero saudar os expositores pela maneira didática com que aqui expuseram os projetos importantes para o País. A questão do trem de alta velocidade é uma discussão que nós vamos fazer agora ao longo dos próximos meses. Portanto, vou me restringir, basicamente, a essas três questões.

Muito obrigado.

O SR. PRESIDENTE (Blairo Maggi. Bloco/PR – MT) – Muito obrigado, Senador Delcídio do Amaral.

Com a palavra, agora, o Senador Sérgio Souza, Senador pelo Paraná.

O SR. SÉRGIO SOUZA (Bloco/PMDB – PR) – Obrigado, Sr. Presidente, Senador Blairo Maggi; Srs. Senadores; caro Bernardo Figueiredo, Presidente da EPL; Jean Mafra, da ANTT; Rodrigo Vilaça, Presidente Executivo da Associação Nacional de Transportes.

Vou iniciar por onde terminou o Senador Delcídio do Amaral.

O Paraná faz divisa com o Mato Grosso do Sul, nós temos ali uma ferrovia planejada, inclusive com estudos prontos, com cronograma, parece-me que agora para o segundo semestre consulta pública, para dar continuidade à ferrovia Norte-Sul, um pouco desviada do plano original, que deixa de ser totalmente vertical, passa a ser horizontal, entra no Mato Grosso do Sul e depois Maracaju desce novamente, passando por Guairá, Cascavel, e depois desce para Santa Catarina. Mas, ali, ela vai pegar a Ferroeste, parece-me que tem uma ideia, eu gostaria de saber como estão essas conversas, da otimização da Ferroeste, que vai de Cascavel a Guarapuava, e também o cronograma de Guarapuava a Paranaguá, com ramal ferroviário até Pontal do Paraná.

Como dito aqui pelo Senador Wilder, nós tínhamos mais ferrovias há quatro, cinco décadas, em 1930, se imaginarmos assim, do que temos hoje, e as mesmas ferrovias que nós temos hoje ou a maioria delas são daquela época, inclusive a que desce a Serra do Mar, que transporta grande parte da produção agropecuária nacional. Então, foi feita ainda a picareta e a enxadão, túneis e assim por diante. Então, nós podemos imaginar o que é esse modal ferroviário no Brasil e aí podemos até entender por que muitas malhas foram abandonadas e, no Paraná, temos, talvez, milhares de quilômetros de ferrovias abandonados nas últimas décadas.

Tudo isso está muito bem anunciado, muito falado, mas o que a gente vê é que não há velocidade. O plano é grande, o Brasil é gigante, algumas coisas estão acontecendo, e a gente percebe que a população brasileira está extremamente ansiosa, porque ela vê os anúncios grandiosos, os bilhões de reais em investimentos propostos, a médio e longo prazo, os milhares de quilômetros sugeridos para ferrovias – uma dezena, pelo menos –, mas não há velocidade.

De 2004, de 2005 para cá, é que se deu a esse modal de transporte a importância que ele deve ter.

E nós últimos dois anos é que, de fato, ele tem sido planejado, tem havido gestão no Brasil.

A comparação que a sociedade brasileira faz, meu caro amigo Bernardo, é que nós até autorizamos para as PPPs ou para as obras do PAC o RDC. O RDC é utilizado para construção. E inicialmente, num primeiro momento, inaugural, foi utilizado para as obras da Copa. E as obras da Copa o cidadão está vendo, inclusive já tivemos o privilégio de ser campeões agora na Copa das Confederações, e em seis estádios, dos doze, houve jogos. O cidadão vê isso. Até demos um apelido: padrão FIFA. Além de ser de uma qualidade exemplar, a velocidade o é também. Mas se temos o RDC para todas as obras da Copa e se nós temos também o RDC para as PPPs, por que não temos velocidade?

Acho que o que cidadão está querendo, e muito, é transparência, que mostrem o que está acontecendo, onde está essa diferença que ele não sente. Ele foi ao estádio. E uma revista de circulação nacional, dois ou três meses atrás, mostrou que a estagnação ou a morosidade nos modais de transporte do Brasil geraram um prejuízo de 180 bilhões no escoamento da safra somente em 2012, somados ao déficit de armazenagem.

Então eu gostaria de ouvir de V. Sªs a posição com relação a esse assunto. Porque nós temos que pensar o Brasil como o brasileiro está sentindo e dar uma resposta. E esta é uma Comissão apropriada para que V. Sªs, para que os Senadores possam debater temas como esse.

Lá no Paraná, nessas ferrovias do Paraná, o Plano Nacional de Desestatização vai haver, o PND, ou não vai haver? Há alguma previsão nesse sentido?

Para encerrar, acho que por mais, Sr. Presidente Blairo Maggi, que a reunião seja temática, para discutir ferrovias, nós não podemos – eu não sei, eu cheguei um pouco atrasado à reunião, não sei se isso foi falado –, não podemos deixar de tratar do que está acontecendo neste exato momento no Brasil, que é a paralisação dos caminhoneiros, de entender um pouco isso.

Nós vemos, por exemplo, bandeiras com "pedágios zero para caminhoneiros". Impossível. "Impostos zero no diesel", que é o combustível base do transporte. Impossível. Nós sabemos disso. E sabemos que não é isso que querem; querem um custo mais barato, um pedágio mais eficiente e barato.

O caminhoneiro não é contra pedágio, não. O cidadão brasileiro não é contra o pedágio. Ele é contra o pedágio caro. Ele é contra pedágios, por exemplo, como aqueles que foram instalados na década de 90, especialmente no meu Estado, o Paraná. Cortaram por inteiro o Estado e não há como o cidadão se locomover do norte ao sul, do leste a oeste sem pagar pedágio, e pedágio caro, um dos mais caros do mundo, levando em consideração que a rodovia foi construída com dinheiro público, é rodovia de pista simples, está há 15 anos pagando pedágio e a previsão de, talvez, duplicação no final do contrato é totalmente inócua.

É lógico que alguns modelos, do início do milênio, muito mais baratos, em alguns lugares apresentam deficiência porque alguns concessionários não têm conseguido cumprir os contratos.

Outro ponto é a questão da lei recente que obriga a parada dos caminhões em determinado horário. E o Brasil é carente de infraestrutura para a parada dos caminhões.

Será que nós não fizemos a lei ou a obrigação, a implantação da lei antes de ter infraestrutura? Não teria que ser diferente? Quem é que pode fazer a infraestrutura?

Por exemplo, nas rodovias com pedágio, nós sabemos que tudo isso impacta o preço da tarifa. Estamos discutindo, no transporte coletivo, hoje, a planilha da tarifa. Mas qual é a solução que nós podemos dar para o Brasil nesse sentido? Porque o que eu vejo, e sou demandado, e muito, pelas entidades de transporte, é uma indignação. Há o sentimento de que nós poderíamos, sim, ter isso, mas não da forma como foi posto, que foi de uma forma obrigatória, imediata. A legislação entrou em vigor em poucos dias e o Brasil não estava preparado, muito menos as empresas de transporte e a infraestrutura nas rodovias.

Então, Sr. Presidente, eram essas as indagações.

Apresento aqui as minhas sinceras manifestações de apoio, Dr. Bernardo Figueiredo, a V. Sª, que tem se esforçado, e muito, para dar velocidade e tentar trazer para o Brasil o que nós nunca tivemos, que é o planejamento estratégico para elaborar projetos, para mostrar em que direção devemos ir.

Porque o que se tem no Brasil, e é muito claro isso, é muito fácil, são os discursos. Mas quem faz um discurso do que pretende fazer, tem que ter um planejamento, tem que ter um projeto por trás, senão demora muito. E o RDC veio até para ajudar nisso.

Nós Congressistas demos ao Poder Executivo liberdade de utilizar, em grande parte das obras mais importantes do País, essa modalidade de licitação, que permite a elaboração do projeto e a execução da obra simultaneamente. Isso dá velocidade, e é de velocidade que nós precisamos hoje para diminuir o que chamamos de custo Brasil.

Obrigado a todos.

O SR. PRESIDENTE (Blairo Maggi. Bloco/PT – MT) – Muito obrigado, Senador Sérgio Souza.

Eu passo a palavra ao Senador Valdir Raupp, pelo Estado de Rondônia.

O SR. VALDIR RAUPP (Bloco/PMDB – RO) – Sr. Presidente, Senador Blairo Maggi; Srªs e Srs. Senadores; senhores convidados; Dr. Bernardo Figueiredo, Diretor-Presidente da Empresa de Planejamento e Logística; Dr. Jean Mafra dos Reis, Superintendente de Infraestrutura e Serviços de Transporte Ferroviário da ANTT; Dr. Rodrigo Vilaça, Presidente-Executivo da Associação Nacional dos Transportadores Ferroviários.

Eu faço aqui a primeira pergunta. É genérica, qualquer um dos convidados pode responder. O Conselho Nacional de Integração de Políticas de Transporte foi criado pela Lei nº 10.233, de 2001, mas só foi instalado há poucos anos. Como avaliam o papel desse Conselho e até que ponto ele pode assegurar a integração entre os diversos modais de transporte?

Terceira. Essa seria para o Dr. Bernardo. Como a EPL pretende dar conta das atribuições que lhe foram reservadas? Ela priorizará as etapas de planejamento ou de projetos de sistemas de transportes? Quais serão os modos de transporte atendidos em primeiro lugar?

A população tem demonstrado a sua insatisfação com a destinação de recursos públicos para as obras da Copa do Mundo. Até que ponto esse projeto influencia o modelo de concessão do trem de alta velocidade em que o Poder Público financia os juros subsidiados à concessionária e assume o risco de demanda?

Essa é uma preocupação, Dr. Bernardo Figueiredo, decorrente da insatisfação que geraram as obras da Copa do Mundo. Não deveriam. O Brasil é a sétima economia do mundo, disputa ficar entre sexta e sétima economia do mundo, e tem que entrar na era da modernidade, com seus estádios, com seus aeroportos, com o trem de alta velocidade.

V. Exª já explicou ali que a China, a Índia e tantos outros países que não têm a dimensão do Brasil estão construindo trens de alta velocidade. Mas o custo dessa obra poderá gerar polêmica, assim como estão gerando os estádios, até porque o valor poderá chegar a R$50 bilhões, o que daria para duplicar dez mil quilômetros de rodovias, para construir dez mil quilômetros de ferrovias.

É claro que há recursos da iniciativa privada, não só do Poder Público, e aí podem-se encontrar empresas para construir ferrovias, rodovias. Mas há uma preocupação com o custo dessa obra e com o que ela vai atender.

Era isso.

O SR. PRESIDENTE (Blairo Maggi. Bloco/PR – MT) – Muito obrigado, Senador Valdir Raupp. Eu quero registrar a presença aqui do Deputado Federal Nilson Leitão, do Estado de Mato Grosso, da cidade de Sinop, a quem dou boas vindas. Seja bem vindo aqui, Nilson!

Consulto o Senador Walter Pinheiro se deseja fazer algumas considerações.

Depois nós vamos passar, então, às respostas dos nossos convidados.

Com a palavra o Senador Walter Pinheiro.

O SR. WALTER PINHEIRO (Bloco/PT – BA) – Sr. Presidente Blairo Maggi, até por conta das mobilizações da quarta-feira, da CCJ, da CDR e de tudo o mais, acho que é importante salientar a oportunidade desta audiência.

Quero ser muito direto, não quero nem entrar na questão do TAV, mas quero perguntar ao Dr. Bernardo Figueiredo qual é a possibilidade de uma discussão mais ampla ou de revisão do projeto que trata da nova malha ferroviária no Brasil, como é que nós andamos nisso.

No caso específico do trecho Belo Horizonte–Recife, inicialmente passaria por Salvador. Depois de uma contribuição aportada pela própria Secretaria de Infraestrutura do Estado da Bahia, a partir do aborto de um projeto apresentado pela Companhia Vale do Rio Doce, ou pela VLI, melhor dizendo, que opera a FCA, se trabalhou o aproveitamento de outros trechos.

O trecho na altura de Feira de Santana, com a volta da ferrovia para aquela região e até com o processo de integração, no trecho que integra a FCA com a Fiol, na altura da cidade de Brumado, já há operação com minério de ferro, por parte da Magnesita, e também no próprio trecho Salvador–Juazeiro–Aratu.

E me refiro a isso, Dr. Bernardo, porque há uma preocupação nossa, principalmente do Estado da Bahia, com o aproveitamento dessas estradas, ainda que discutamos o processo de bitola, e com o aproveitamento também para outro uso, não só o de carga.

Ainda em 2009, tive oportunidade de participar mais intensamente desse planejamento. Na época, procuramos a FCA, procuramos a VLI e o próprio Governo Federal com o objetivo de aproveitar o trecho para transporte de passageiros na região metropolitana de Salvador. O projeto, inclusive, foi feito, é interessante, era um trecho que já se utilizava há muitos anos, além até da região metropolitana. Mas estou me referindo especificamente à região metropolitana, ou ao trem regional, como na época se planejou, até a cidade de Alagoinhas, que é um dos pontos principais para ramificação ali do trecho Juazeiro e a ramificação do trecho Aracaju.

Portanto, ele hoje integra esse novo projeto apresentado, até porque, ainda que façamos a chamada mudança de rota ali na altura de Conceição da Feira, no sentido de Feira de Santana, obrigatoriamente ele

teria que passar por esse que é um ponto fundamental para você usar as diversas ferrovias existentes hoje, tanto ao norte, caso de Juazeiro, quanto no sentido de Aracaju.

Assim, qual é a possibilidade que a gente tem de efetivamente contribuir para fazer um verdadeiro ajuste aí nessa malha? Porque isso nos interessa de várias maneiras. Primeiro porque, na nossa opinião, esses trechos que eu citei aqui agora vão integrar diversos modais.

Segundo, que eles são trechos importantes para a gente resolver o problema, Senador Blairo – V. Exª é testemunha de que eu venho reclamando aqui há muito tempo –, da oferta de rota de escoamento para a produção de grãos. Essa tem sido, inclusive, uma insistência nossa; disso resultou a MP de portos secos, ou seja, nós não temos armazenagem de grãos no Centro-Oeste brasileiro e nem na Bahia. Portanto, eu estou falando do ponto de vista de resolver um grave problema, porque a gente armazena grão em caminhão: tirou, botou em um caminhão, mete lá no porto para depois criar confusão.

E o terceiro – e é um dos graves problemas que nós temos, Dr. Bernardo – é o fato de a gente não ter um processo mais ajustado de sede logística para a demanda desses portos nossos. Só nessa situação aí eu estou falando de três portos: dois que basicamente já operam e um porto sul, que deve ser o novo porto, deve ser o ponto final da Ferrovia Oeste-Leste.

Então, a ideia é a gente tentar encaixar isso de maneira que se ajuste a esse desejo de resolver os gargalos de logística, e, ao mesmo tempo, que a gente oferte um transporte de passageiros para uma região que tem sérios problemas de oferta de transportes, e que já foi a alternativa principal.

Eu estou lhe falando inclusive de uma região que eu conheço não de ouvir falar; eu conheço de transitar, meus pais moraram nessa cidade. Eu já nasci no subúrbio ferroviário de Salvador e meu pai foi ferroviário nesse trecho, então, eu conheço razoavelmente bem esse trecho. Era o trecho que, até um período ali do início da década de 70, era a alternativa da economia da região metropolitana de Salvador, principalmente para essa movimentação que ainda é intensa.

Para V. Exª ter uma ideia, eu estou falando dessa questão, que é importante, porque o maior ofensor, hoje, por exemplo, do sistema de transporte da cidade de Salvador é a carga que essas cidades da região metropolitana jogam sobre Salvador. Só a cidade de Camaçari – não estou falando do movimento do polo –, só a prefeitura injeta todos os dias em Salvador 45 ônibus transportando estudantes e outros tipos de serviços. Então, esse foi um movimento que, no passado, era feito usando a ferrovia, ainda que em um ponto específico, que era aí a chamada região da calçada.

Hoje, inclusive, temos um problema que estamos até discutindo com a FCA, porque é um negócio meio esdrúxulo: roubaram dez quilômetros de trilhos – eu não sei como é que alguém tira dez quilômetros de trilhos e ninguém vê, é meio difícil –; sumiram lá dez quilômetros de trilhos. Eu até brinco com o pessoal da FCA e digo: roubaram de Fusca e tiraram com alicate de cortar unha. Porque não é possível que ninguém tivesse visto que dez quilômetros de trilhos...

Então, por exemplo, de Mapele, que é ali na altura do Porto de Aratu, até Paripe, que é o ponto mais próximo para chegar em Salvador, portanto, de Aratu para Salvador, o trem não chega. Assim, se a gente não resolver também esse problema, também não adianta nada discutir esse eixo que está no projeto original. E volto a insistir: o projeto original era Belo Horizonte-Salvador e Salvador-Recife.

Então, ainda que a gente queira manter Salvador-Recife, antes de tentar fazer toda essa mexida, nós precisamos resolver os dez quilômetros, porque, efetivamente, esses dez quilômetros colocam Salvador de novo na rota da ferrovia.

O SR. PRESIDENTE (Blairo Maggi. Bloco/PR – MT) – Muito obrigado, Senador Walter Pinheiro.

Antes de passarmos às considerações e às respostas dos nossos convidados, eu tenho aqui três perguntas e uma observação de uma cidadã, chamada Maria de Lourdes de Arruda Silva, do bairro Cordeiro, do Recife, que não faz pergunta, mas uma espécie de reclamação.

Ela diz o seguinte: reclama que o Brasil não precisa de trem bala que atenda apenas a uma pequena parcela da população, mas, sim, de transporte de massa para todos os Estados. Alega que o trem bala é um tipo de transporte que irá custar muito aos cofres públicos e que já nos bastam os gastos com a Copa do Mundo. É só uma reclamação.

Há uma pergunta para o Dr. Bernardo Figueiredo, que é a seguinte: é comum, nas obras de infraestrutura realizadas no Brasil, que o orçamento planejado acabe sendo superado. Como esse risco está sendo tratado pela EPL? Qual tratamento está sendo dado para minimizar isso?

Para o Sr. Jean Mafra: por que as cargas de valor agregado elevado, como automóveis, ou eletrodomésticos, não são transportadas pela ferrovia?

E para o Sr. Rodrigo Vilaça: como o senhor avalia o novo modelo de concessão chamado de horizontal?

Então, eu, na ordem de início das colocações, passo a palavra, para que possa responder aos ques-

tionamentos e fazer as suas considerações, ao Dr. Bernardo Figueiredo.

O SR. BERNARDO JOSÉ FIGUEIREDO GONÇALVES DE OLIVEIRA – Obrigado, Senador Blairo Maggi.

Eu vou começar, na ordem, respondendo ao Senador Jayme Campos.

Sim, está mantido o cronograma. Fizemos a discussão. Inclusive, no caso da ligação de Lucas do Rio Verde, nós estamos adotando o projeto que a Valec tinha desenvolvido, porque já havia um estudo de impacto ambiental, então isso adiantaria o processo de licenciamento e anteciparia as obras.

Tivemos ontem uma reunião com o TCU para acertarmos o cronograma de análises, porque esses projetos têm que passar pelo TCU, necessariamente, mas temos o compromisso do empenho do TCU no sentido de agilizar os processos lá dentro, de forma que possamos cumprir o cronograma. Então, estamos trabalhando para cumprir o cronograma de contratação da concessão ainda este ano. Soltamos o edital – em outubro, não é? – de Lucas do Rio Verde; fizemos as adequações, as discussões, estamos contratando.

Já respondendo aqui antecipadamente a outra pergunta, a Norte-Sul vai ser concedida junto com esse trecho. Assim, vai ser concedida a construção de Lucas do Rio Verde até Campinorte e a sinalização e operação de Palmas até Anápolis junto.

Quanto ao trecho Rondonópolis-Cuiabá – nós temos a mesma idade e, embora eu não seja da região, eu também, 40 anos atrás, trabalhei no Plano Diretor Ferroviário da Região Centro-Oeste, no Geipot, e essa ferrovia já era prevista nesse plano –, eu entendo perfeitamente a angústia do senhor com relação a esses projetos. E é, de certa forma, minha também. Isso talvez me dê um pouco mais, agora, a sensação de velocidade do que o Senador Sérgio Souza apontou, porque eu assisti isso ficar nas gavetas durante 35 anos. Foi anunciado em agosto do ano passado e, um ano depois, estamos contratando. Eu acho que essa é uma velocidade que eu não tinha visto antes, então, a minha sensação é de que nós estamos andando rápido, e não devagar.

Com relação ao trecho Rondonópolis-Cuiabá, fizemos – eu ainda estava inclusive como diretor da Agência – um acordo de cooperação com o Governo para que contratasse a Universidade Federal de Mato Grosso, o que acabou não dando certo. Depois, eu saí da ANTT, mas acompanhei, porque eu tenho contato permanente com o Vuolo e com o Governador e, finalmente, este ano, assinou-se o acordo de cooperação da ANTT, um novo acordo da ANTT com o Governo, e a Universidade de Santa Catarina já está trabalhando no projeto com um prazo de entregá-lo no ano que vem, não só Rondonópolis-Cuiabá, mas Rondonópolis-Cuiabá-Lucas do Rio Verde-Santarém, a ferrovia toda.

Essa ferrovia está no programa lançado pela Presidente no ano passado, em agosto, e está programada para a segunda fase dos investimentos, assim que se concluíssem os estudos. A expectativa é de que esses estudos se concluam no ano que vem e, tão logo se estude, eles vão adotar o mesmo modelo dessas ferrovias.

Então, eu acho que são boas notícias e temos trabalhar para que as coisas não gerem mais atraso.

Eu tenho otimismo hoje, primeiro, porque já concluímos o processo de audiência pública. O TCU está empenhado numa parceria com o Governo para viabilizar esse programa e eu acho que nós vamos ter condição de cumprir o cronograma.

Com relação às perguntas do Senador Wilder Morais, eu acho que têm que fazer a duplicação de rodovias e têm que fazer o trem de alta velocidade.

Eu acho que nós cometemos – eu falo isso talvez como um depoimento pessoal de quem viveu o transporte quarenta anos em todos os seus aspectos; comecei numa empresa de planejamento e estou encerrando, criando uma outra empresa, ou seja, comecei na criação de uma e estou encerrando minha carreira na recriação da mesma empresa –, nós pagamos um preço muito alto hoje por ter deixado de fazer um monte de coisas, e não pelo que nós fizemos. Nós não fizemos metrô quando deveríamos ter feito e hoje reclamamos que não temos metrô. Então, acho que têm que ser duplicadas as rodovias e tem que ser feito também o trem de alta velocidade.

Eu não vejo como concorrentes os projetos, até porque, conforme eu apresentei aqui, o trem de alta velocidade realmente tende a usar nada de recursos públicos.

Quanto ao projeto de Goiânia a Brasília, eu tive ontem uma reunião com a Sudeco e ela me disse que já está contratado estudo de viabilidade e que vai ser realizado. Estive também com o Secretário de Desenvolvimento de Goiás ontem, que disse haver também uma possibilidade de usar a linha, a ferrovia de carga que vai ser construída de Anápolis até Estrela d'Oeste, passando perto de Goiânia. E tem um outro ramo que estamos discutindo com o Governo do Estado: vir de Anápolis, Brasília, para ligar aos portos do Rio e Vitória, Rio e Espírito Santo. Então, há também a possibilidade do aproveitamento da ferrovia de carga para o transporte de passageiros. Acho que temos dois caminhos aí para essa questão.

O SR. WILDER MORAIS (Bloco/DEM – GO) – Bernardo, Presidente Blairo...

O SR. PRESIDENTE (Blairo Maggi. Bloco PR – MT) – Desculpe. Com a palavra o Senador Wilder.

O SR. WILDER MORAIS (Bloco/DEM – GO) – Bernardo, como houve uma pergunta sobre o que está acontecendo hoje, o movimento popular, o que eu disse do trem bala, e que hoje é matéria também da *Folha de S. Paulo*, é que as empresas não estão tendo atratividade com a taxa de retorno de 7%. Não seria interessante.

Eu acho que o trem bala tem que ser feito, como têm que ser duplicadas as rodovias. Mas o que está acontecendo é que o trem bala, se for feito, vai ser financiado, em 80%, com recurso do BNDES.

Não seria interessante que se aumentasse a taxa de retorno e que a gente pudesse captar recursos e deixasse esses recursos que são nossos para duplicar as rodovias, tendo em vista que não vai haver dinheiro para fazer tudo ao mesmo tempo?

O SR. BERNARDO JOSÉ FIGUEIREDO GONÇALVES DE OLIVEIRA – Senador, nós estamos contratando agora a duplicação de 7.500 quilômetros de rodovia, com a concessão... Então acho que tem que se fazer... Não acho que haja essa concorrência de recurso. É só isso que eu queria colocar. Mas acho que é um bom debate e eu estou aberto a fazê-lo, só que o tempo corre aqui e eu tenho...

Senador Delcídio, acho que não houve rompimento de contrato. Acho que esse não é um movimento que estimula; isso gera dúvida. Mas eu vejo, pelas explicações que eu ouvi, que não houve rompimento de contrato, houve um equilíbrio. Eu só acho que esse tipo de instrumento não tem muita possibilidade de ser aplicado várias vezes.

Então acho que, em alguma hora, vai ter que ser reajustado o pedágio mesmo, mas, pelo que eu entendo, isso não caracterizou... Nós temos uma história longa de concessões, sem rompimento de contrato. Acho que o mercado entende isso e não percebe muito isso como um risco, embora o mercado seja nervoso com relação a tudo.

O SR. DELCÍDIO DO AMARAL (Bloco/PT – MS) – Dr. Bernardo, não houve rompimento, houve não cumprimento. É diferente.

O SR. BERNARDO JOSÉ FIGUEIREDO GONÇALVES DE OLIVEIRA – Não, mas nem isso, porque houve compensação. Quer dizer, não se deu reajuste de pedágio, mas deram outras compensações, o que manteve o equilíbrio do contrato. Eu só acho que esse tipo de instrumento não tem várias possibilidades de ser aplicado seguidamente. Então...

O SR. DELCÍDIO DO AMARAL (Bloco/PT – MS) – Aí nós entramos num subjetivismo tremendo. Aquilo que sai do contrato... Aí depende do humor de cada um, não é?

O SR. BERNARDO JOSÉ FIGUEIREDO GONÇALVES DE OLIVEIRA – Mas eu não percebo que o mercado hoje está reticente com relação às concessões por causa disso.

Com relação à ALL, o senhor conhece a minha posição. Eu acho que nós deveríamos levar a bitola larga até Corumbá.

Acho que a hidrovia Paraguai é importante. Nós tivemos discussões com o governo argentino, que tem um projeto de sinalizar e balizar toda a hidrovia do Paraguai, mas acho que não devemos ter como perspectiva para o Brasil exportar o minério e agregar valor lá na Argentina. Temos que criar condições para que ele use os nossos portos e agregue valor aqui.

Então acho que nós estamos retomando alguns trechos da ALL para modernização, São Paulo-Porto Alegre, por exemplo, que é um eixo importante. Acho que esse modelo atenderia o projeto da vetorial, atenderia a Vale e atenderia o Estado – essa é minha opinião pessoal e o senhor sabe disso, pois eu já tive a oportunidade de discutir isso várias vezes.

Com relação à pergunta do Senador Sérgio Souza, está equacionado. Tivemos reunião com o Governo do Paraná, já temos o modelo de parceria para viabilizar a articulação da ferrovia Maracaju-Cascavel-Engenheiro Bley-Paranaguá, com a concessão da Ferroeste. Então, isso está em andamento lá pela ANTT.

Sobre a velocidade do projeto, eu repito o mesmo que eu já disse para o Senador Jayme Campos: pelo fato de estar há 40 anos tentando fazer as coisas, eu acho que, em um ano, fazer o que nós estamos conseguindo significa uma velocidade de cruzeiro muito acima do que a que sempre tivemos. Então, eu tenho a sensação de estar andando rápido, mas eu entendo que a ansiedade que se criou pela falta de investimento durante muito tempo cria essa sensação de que as coisas estão demorando.

Eu queria só citar, aproveitando a oportunidade, uma coisa emblemática: pegar a Norte-Sul, que foi lançada pelo Senador Sarney em 1986, em que, durante 20 anos, foram construídos 200Km. Quando se colocou o dinheiro para fazê-la, não tinha projeto, não tinha licença ambiental e não tinha nem inserção no Sistema Nacional de Viação.

Então, eu acho que, às vezes, o que atrasa as coisas, o que gera a dificuldade, é que a gente não trabalha preventivamente, a gente não prepara as coisas para serem feitas. A ferrovia, há vinte anos, estava no Orçamento da União, e não tinha projeto de engenharia, não tinha licença ambiental. E quando se resolve fazer, tem que começar de um projeto que está, há

vinte anos, praticamente parado. Em vinte anos, foram construídos 200 Km. E quando você, em sete anos, faz 1.500Km, falam assim: "Ah, mas está demorando muito." É uma coisa meio contraditória, mas eu compreendo pela ansiedade e não pela realidade.

Com relação às colocações do Senador Valdir Raupp, eu queria dizer que a Presidenta, em agosto, mudou a feição do Conit, trazendo a participação da sociedade civil também. Nós tínhamos uma reunião com essa nova feição marcada para agosto, mas, em função de agenda dos Ministros que estão envolvidos, ela foi remanejada. Está para ser reagendada. E nós vamos, inclusive, nessa reunião, apresentar um trabalho que a EPL fez.

Eu queria lembrar que a EPL foi criada em setembro do ano passado, ou seja, não tem nem um ano ainda. Assim, várias coisas que se atribuem à EPL, eu entendo a simbologia, não são...

O SR. DELCÍDIO DO AMARAL (Bloco/PT – MS) – Dr. Bernardo, o problema não é a EPL.

O SR. BERNARDO JOSÉ FIGUEIREDO GONÇALVES DE OLIVEIRA – Bom, mas a gente vai apresentar inclusive o trabalho que a EPL fez com o apoio do movimento Brasil Competitivo.

Nós consolidamos todas as percepções de prioridade de 20 relatórios que existiam da iniciativa privada, inclusive CNI, CNA e CNT, e do próprio Governo e vamos apresentar um programa de longo prazo a partir dessas percepções. Então, esse é o trabalho que a gente está fazendo com relação às prioridades, Senador.

Com relação ao TAV, eu entendo as polêmicas. Acho que não houve nenhuma grande obra no Brasil que não fosse cercada de polêmica, e tive oportunidade de escrever recentemente sobre isso. A gente não imagina o Brasil hoje sem a Ponte Rio-Niterói, sem a Usina de Itaipu, sem a Ferrovia do Aço, e, na época, todos achamos que não eram importantes e nem prioritárias. A própria Ferrovia Norte-Sul, que hoje a gente fala que está atrasada, quando foi lançada, foi cercada de polêmicas. As pessoas também achavam que ela não era necessária. Isso é normal.

Nós não temos metrô hoje porque, quando a gente fez um estudo técnico e disse que precisava do metrô, disseram que era um investimento muito caro, que pobre andava de ônibus e não de metrô, que metrô era para rico e, por isso, não se fez o metrô. Então, a gente acaba sempre pagando o preço de deixar de fazer as coisas eventualmente até pelo não enfrentamento da polêmica.

É importante discutir, é importante esclarecer que o TAV não tem o aporte de recursos públicos direto. Para a gente fazer o TAV, não vai gerar recurso para outra obra, porque se está trabalhando, e demonstrei isso aqui, com um volume de recursos públicos mínimo; não há nenhuma indicação.

Eu acho, às vezes, interessante que a gente faz um estudo, demonstra que o orçamento de uma obra é R$27 bilhões e falam que é R$50 bilhões. Se o esforço público é de R$2, R$3 bilhões, falam que é R$50 bilhões. Então, acho que há desinformação em torno do projeto. E esse debate, essa polêmica e essa oportunidade estão aqui. É uma oportunidade de se esclarecer.

Acho que o debate é importante, mas não acho que é o caso, não vai ajudar a resolver. Pelo contrário, vai-se criar outro problema. Daqui a pouco, vamos ver movimentações populares porque o eixo Rio-São Paulo entrou em colapso e nós não fizemos nada. Nós não temos a alternativa de deixar de fazer alguma coisa hoje em dia no País.

Com relação ás colocações do Senador Walter Pinheiro, queria esclarecer que nós vamos remodelar a linha até Aratu. Ela via integrar com o ramal de Camaçari-Aratu. Então, vamos ter uma ligação de Belo Horizonte até Salvador, modernizada, em bitola larga, no padrão moderno de todas as outras ferrovias. Vamos ligar esse sistema a Recife também no mesmo padrão e vamos ligar a Juazeiro e Parnamirim na Transnordestina. Então, faremos tudo o que sempre foi o sonho da Bahia em termos de ferrovia.

Esse processo está entrando em audiência pública, e a oportunidade de discutir a propriedade do projeto é exatamente este momento. Ele está entrando em agosto e, em setembro, os dois projetos para Recife e para Belo Horizonte entrarão em audiência pública. Então, a gente tem a oportunidade de ajustar alguns eventuais problemas que possa haver na proposta encaminhada pela ANTT.

Além disso, esse projeto vai liberar o trecho de Alagoinhas-Salvador, Camaçari-Salvador, e esse sistema até Cachoeira e São Félix vai liberar para transporte de passageiros. E a Vale vai recuperar, a FCA vai recuperar todo o trecho e vai entregá-lo nas condições operacionais que o contrato exige. Então, além de ter a ferrovia moderna, a Bahia terá também a ferrovia antiga para uso de transporte regional, uso de transporte turístico à disposição. Isso vai ser tudo debatido agora nas audiências públicas.

Penso que a pergunta da D. Maria sobre TAV e metrô já respondi. Acho que não são projetos que concorrem, que são dois problemas que têm que ser resolvidos e que se têm que fazer os dois. Não há recurso orçamentário para o TAV que possa resolver o problema do metrô.

Com relação à pergunta sobre como o risco orçamentário deve ser tratado na visão da EPL, queria dizer que precisamos ter bons projetos. E para ter bons

projetos, precisamos ter um tempo adequado de preparação. Para ter o tempo adequado, precisamos ter previsibilidade do que temos que fazer à frente.

Não estamos fazendo só, Senador, esses projetos que a Presidenta lançou em agosto do ano passado. Nós estamos fazendo também os que devem ser lançados no ano que vem e em 2015. E dos que estão mais à frente, teremos tempo de fazer uma preparação adequada, de fazer um projeto detalhado de engenharia, de fazer o licenciamento prévio antes de fazer a obra ou a concessão e acho que isso é que mitiga e acelera. Esse tempo que se perde na preparação ganha-se na execução do projeto. E é essa reversão que é a EPL está trabalhando para fazer na execução do investimento do País.

Muito obrigado pela oportunidade.

O SR. VALDIR RAUPP (Bloco/PMDB – RO) – Sr. Presidente, pela ordem.

O SR. PRESIDENTE (Sérgio Souza. Bloco/PMDB – PR) – Pela ordem, Senador Valdir Raupp.

O SR. VALDIR RAUPP (Bloco/PMDB – RO) – Uma pergunta esqueci de fazer, Dr. Bernardo, sobre a ferrovia Mato Grosso-Rondônia-Vilhena-Porto Velho. É um trecho curto, de 700km, e que tem alta viabilidade. Foram feitos os pré-estudos e foi detectada a viabilidade econômica. Essa obra se poderia fazer rápido, até porque a nossa BR-364 não suporta mais duas, três mil carretas por dia fazendo transporte. São três terminais graneleiros de grandes empresas, da Maggi, da Cargill, da Bunge, em Porto Velho, que fizeram a inversão das cargas para os portos de São Paulo, Paraná, Paranaguá, que estão indo pelo Rio Madeira e pelo Rio Amazonas. Isso ajudou até a desafogar um pouco os portos do Sul. Eu pergunto se esse projeto já está em andamento.

O SR. BERNARDO JOSÉ FIGUEIREDO GONÇALVES DE OLIVEIRA – O senhor sabe que não precisa me convencer da prioridade desse investimento. Ele também está no programa que foi lançado pela Presidente. A Valec já está fazendo o projeto de engenharia e, assim que ficar pronto, vai ser contratado em concessão, no mesmo modelo que as outras ferrovias. Então, isso já está em andamento na Valec e a previsão é ficar pronto no começo do ano que vem e, assim que ficar pronto, estará em condições de ser licitado.

O SR. PRESIDENTE (Sérgio Souza. Bloco/PMDB – PR) – Obrigado, Dr. Bernardo Figueiredo.

Passo a palavra ao Dr. Rodrigo Vilaça, que é Presidente da Associação Nacional dos Transportes Ferroviários.

O SR. RODRIGO VILAÇA – Senador Sérgio, começo por uma colocação do Senador Jayme Campos, que mencionou Rondonópolis e a questão de ir a Cuiabá – o Dr. Bernardo já fez menção a isso –, e ressalto a importância da criação do terminal intermodal de Rondonópolis.

Em Aparecida do Taboado, Alto Taquari, Alto Araguaia, na medida em que a ferrovia ia sendo construída, centros logísticos foram criados para poder minimizar um problema que foi grave nessa safra, que foi o fato da armazenagem. Vejo isso com bons olhos, mas naturalmente está muito aquém do tempo de que precisamos. São obras que levaram três anos efetivamente para serem concluídas – lembro também que temos a Fico, que poderá dar grande avanço nesse setor.

O Senador Wilder Morais me perguntou sobre as questões da malha, lembrando que, em 1958, 39.000km foram associados à Rede Ferroviária Federal. Entre 2006 e 2009, no Plano Nacional de Desestatização, só se levou 28.200km, ou seja, outros 10.000 já estavam sem fundamento. E mais recentemente, em 2011, levamos a agência reguladora, que em 2011 ainda fazia uso da regulamentação para devolução de trechos. Foram cerca de 5.000km.

Melhor ainda: o PIL, agência reguladora, fez trabalhos em quatro trechos que vão ser remodelados dentro dessa conjuntura de entendermos que a nossa malha é centenária e que precisa de reformulação, remodelação porque a aplicação de tecnologias novas não é capaz de fazer movimentos em trechos como no Norte, no Nordeste do Brasil, em fronteiras com outros Estados e países, no limite do Estado de São Paulo com Mato Grosso, o que, de certa forma, deixa a competição com o caminhão completamente desigual.

Temos a perspectiva de chegar, até 2025, em 40.000km de ferrovia, ou seja, estamos chegando próximo do ambiente que todos nós desejamos e queremos.

Senador Delcidio, eu também, como o Bernardo Figueiredo, entendo as suas colocações e reforço duas das que foram feitas: a da segurança jurídica, o que é extremamente necessário não só para nós, atuais concessionários, mas para os futuros; e a questão da burocracia. O senhor usou um termo interessante, e eu me lembrei do meu paraninfo de turma, o Hélio Beltrão, que foi o primeiro e único Ministro da Desburocratização neste País. Entendo as dificuldades da ALL. Entendo o que o Bernardo colocou como correto: criarmos a bitola larga para a situação da Vetria e Mato Grosso. É preciso, sim. A própria ALL está fazendo, de São Paulo, Mafra, Rio Grande – não é isso, Bernardo? –, em termos de ampliação. Isso é necessário.

Também sou favorável, como ele, a não irmos ao Pacífico – temos a Cordilheira dos Andes, sou nacionalista –, mas trazermos aqui para o Oceano Atlântico, ainda lembrando que o Canal do Panamá vai estar duplicado agora em 2014, abrindo um espa-

ço enorme para a Região Norte do Brasil, ou para o norte do continente América do Sul, proporcionando, com aqueles sete novos portos, daquele projeto de expansão do Governo, condições muito boas até para o mercado asiático.

Senador Sérgio, saudações de Londrina, de onde eu também venho com meu tio Otaviano Duarte, seu colega lá da cidade.

Sou a favor da interiorização...

O SR. SÉRGIO SOUZA (Bloco/PMDB – PR) – Londrina exporta talentos!

O SR. BERNARDO JOSÉ FIGUEIREDO GONÇALVES DE OLIVEIRA (*Fora do microfone.*) – Ele era pernambucano até pouco tempo. (*Risos.*)

O SR. RODRIGO VILAÇA – Meu avô é quem foi para lá desbravar aquelas terras maravilhosas com algodão e soja. Hoje, estamos no Mato Grosso, plantando soja e algodão, e sabemos das dificuldades de transportar por caminhão e de transportar por ferrovia. Pior é não ter armazenagem. São várias situações; não é fácil. Poucos conhecem aquela região do Brasil. Mas fomos aventureiros também na grande Londrina, em Jataizinho, Bandeirantes, Ibiporã, em toda aquela região.

De qualquer forma, sou a favor, Senador, da interiorização, como o senhor colocou, do Oeste-Leste, Leste-Oeste. Temos de fazer a ferrovia nova, como o Governo tem planejado no PIL, para dentro. Não sou favorável no litoral, em corredores no litoral, porque já é densamente ocupado em termos populacionais e já tem dificuldades no transporte rodoviário não só de carga, mas também no de pessoas. Mas de alguns trechos pode ser, porque a antiga rede não fazia esse tipo de operação. Então, vejo com bons olhos.

Acho que tem de haver o novo traçado também para Paranaguá. É um bom caminho uma nova ferrovia ali.

Entendo, como o Dr. Bernardo colocou, que a visão do Conit é uma visão de Estado. Agora, eu gostaria muito da centralização.

Entendo que o Ministério dos Transportes é que tem de fazer a política de transportes. Defendo isso neste momento por uma questão de agrupamento das ideias que estavam espalhadas.

Ouvimos aqui dez, vinte anos de história. Mas porque a Valec e as suas obras não andaram? Por que as fiscalizações são mais lentas? Por que o patrimônio da rede ferroviária não é trabalhado como deveria há dezesseis anos, para eliminar os sucessores públicos?

Então, entendo que está na hora de nos agruparmos. E esta é a proposta – o Dr. Jean sabe disso; o Dr. Bernardo sabe disso; o atual Ministro César Borges sabe disso –, no sentido de trazermos esse agrupamento como forma de abraçar a Presidente Dilma, já que ela foi fortíssima ao levar à opinião pública, como foi dito aqui, a realidade dos nossos problemas. Nós temos de fazer isso de uma maneira muito clara.

Entendo que, com a criação da EBF (Empresa Brasileira de Ferrovias), que agrupa a Valec e o Dnit ferroviário, vamos poder ter uma sinalização melhor. Da forma como está, não vejo sinalizações, porque levar dez anos para construir uma ferrovia, e ela não ser concluída, ou só fazer mil, ou quinhentos quilômetros e metade não estar em operação, isso para mim não significa absolutamente nada. Para mim é ineficiência pública, é demonstração clara de desperdício de dinheiro, porque temos que avaliar trilhos, dormentes, obras de infraestrura, todas mal planejadas, todas mal visualizadas. Será que ninguém viu isso no passado? Será que a gestão de vinte anos atrás não viu? Será que esta de dez anos também não viu?

Então, que se mude. Esse é o nosso...

E a ANTT, para mim, é para regular e fiscalizar. São esses os papéis. Que a agência reguladora, aliás, que esta Casa, que esta Comissão definam os diretores, os responsáveis técnicos por isso.

Eu gostaria de lembrar também, Senador Sérgio Souza, que o PIS e a Cofins do diesel, em nosso sistema, são uma carga de 23%, e a energia elétrica, de 40% no sistema de passageiro. Então, entendo que nós temos muito ainda a fazer.

Quanto à pergunta do ouvinte sobre a questão da verticalização, ela é muito clara do nosso lado, porque entendemos que esse modelo ainda precisa de mais avaliações, eliminações técnicas, jurídicas para que na hora em que ele se executar, o que deve ser entre 2018 e 2020, nós possamos ter a competição plena, como é previsto, e a operação sendo feita sem desperdícios.

É isso, Senador Sérgio.

O SR. PRESIDENTE (Sérgio Souza. Bloco/PMDB – PR) – Obrigado, Dr. Rodrigo Vilaça.

Eu questiono o Senador Flexa Ribeiro, que já pede a palavra pela ordem, se quer fazer indagações aos palestrantes.

O SR. FLEXA RIBEIRO (Bloco/PSDB – PA) – Serei breve.

O SR. PRESIDENTE (Sérgio Souza. Bloco/PMDB – PR) – Tem a palavra, pela ordem, o Senador Flexa Ribeiro.

O SR. FLEXA RIBEIRO (Bloco/PSDB – PA) – Senador Sérgio Souza, quero saudar o nosso convidado Bernardo Figueiredo, Presidente da EPL; Dr. Jean Mafra dos Reis, Superintente de Infraestrutura da ANTT; Dr. Rodrigo Vilaça, Presidente Executivo da Associação Nacional dos Transportadores Ferroviários.

Quero lamentar, Dr. Bernardo, não ter podido assistir à audiência por inteiro. Eu estava com outro

compromisso já agendado, em processo de relatoria do indicado ao CNJ na Comissão de Constituição e Justiça.

Mas eu não poderia deixar de passar nesta audiência, que reputo, tenho certeza absoluta, da maior importância, como o próprio requerimento do Senador Fernando Collor, que faz referência a "investimento e gestão, desatando o nó logístico do País". Trata-se de um ciclo de audiências que vêm sendo feitas na Comissão de Serviços de Infraentrutura do Senado Federal.

Eu gostaria apenas de indagar ao Dr. Bernardo Figueiredo sobre a nossa ferrovia, que liga Açailândia ao Porto de Vila do Conde, em Barcarena. Nós já fizemos as audiências públicas, foram encaminhadas à ANTT algumas sugestões de correções de traçado da ferrovia para atender demandas do Estado. Acho que o traçado definido pode ser importante, mas deve estar em consenso com o projeto, com o planejamento do Estado para aquela região por onde vai passar a ferrovia. Quero saber em que pé, em que situação se encontra, quando teremos a licitação e solicitar – farei isso depois oficialmente – uma audiência. O secretário de produção do Estado e os prefeitos da região solicitam uma audiência com V. Exª para que possamos ter uma definição desse traçado, que foi a opção final para efeito da licitação, e também para sabermos todos dos investimentos em nossos portos e aeroportos na região e, em especial, no Estado do Pará.

Eu gostaria que V. Exª pudesse dar uma posição sobre a ferrovia e também sobre esses investimentos no Estado do Pará.

O SR. PRESIDENTE (Sérgio Souza. Bloco/PMDB – PR) – Antes de passar a palavra ao Dr. Jean, vou devolver a palavra ao Dr. Bernardo Figueiredo para responder especificamente a pergunta do Senador Flexa Ribeiro.

O SR. BERNARDO JOSÉ FIGUEIREDO GONÇALVES DE OLIVEIRA – Com muito prazer, Senador Flexa Ribeiro, principalmente quando a gente tem boas notícias para dar.

Foi o primeiro projeto, a primeira discussão – praticamente funcionou como um piloto esse projeto. Foram acatadas todas as colocações feitas tanto pelo Governo do Estado como pelo senhor e pelos empresários. Então, construímos, acho, um projeto de consenso que atende a todas as demandas, inclusive, com a previsão das extensões que possam se justificar para Espadarte e Paragominas já previstas no contrato. Será o primeiro projeto que vai para o TCU. Vai ser apresentado na próxima sexta para o TCU...

ORADOR NÃO IDENTIFICADO (*Fora do microfone.*) – Dezesseis de agosto...

O SR. BERNARDO JOSÉ FIGUEIREDO GONÇALVES DE OLIVEIRA – O TCU, como eu tinha falado antes, está com o compromisso de agilizar o processo de analise dele. Então, a primeira licitação vai ser exatamente desse projeto. Ele está indo para o TCU agora, esta semana. A gente vai apresentá-lo na sexta-feira para a equipe técnica e acho que a ANTT deve agora também dar publicidade às conclusões, ao relatório em que o senhor vai ver que estão contempladas todas as solicitações.

Com relação aos portos, o complexo portuário do Pará foi o primeiro estudado, junto com Santos. E está programado para ser lançado em setembro. Isso mostra o valor que a região tem como alternativa logística e eu acho que há uma unanimidade hoje acerca da necessidade de criação desse corredor para o Norte, de se criar uma alternativa para os portos do Sudeste. Então, isso está na ponta da agulha.

O SR. PRESIDENTE (Sérgio Souza. Bloco/PMDB – PR) – Senador Flexa Ribeiro pela ordem.

O SR. FLEXA RIBEIRO (Bloco/PSDB – PA) – Dr. Bernardo, estou viajando agora à noite, vou a Santarém, onde começará um seminário amanhã sobre o corredor de exportação e sobre a BR. Estou lhe aguardando na quinta-feira. O senhor confirma a ida a Santarém para participar do seminário como expositor? Está na programação.

O SR. BERNARDO JOSÉ FIGUEIREDO GONÇALVES DE OLIVEIRA – Infelizmente eu não vou poder ir por outros compromissos, até porque a gente está fechando e apresentando exatamente na sexta-feira a questão da ferrovia lá para o TCU e é uma logística complicada para ir lá. E a área de portos, infelizmente, é uma área em que eu não estou envolvido diretamente.

Eu acho que a questão fundamental lá é a BR-163. Vai estar lá o DNIT e a questão portuária é ele que está conduzindo. Então eu acho que ele é muito mais competente do que eu, que isso está muito mais na atribuição dele do que na minha.

Quanto à questão portuária, é a SEP que está participando lá com representantes. Conheço um pouco a proposta que estão fazendo lá e acho que é interessante, a do prefeito. E nós estarmos tratando essa ferrovia que chegará até lá já com o conceito que Santarém está pedindo.

Não sei se o senhor estava aqui, mas nós estamos estudando a ferrovia Rondonópolis-Cuiabá-Santarém. A ANTT fez um acordo com o Governo de Mato Grosso e a Universidade de Santa Catarina. Então, está sendo feito esse projeto da ferrovia também, o que vai reforçar Santarém como uma alternativa importante.

O SR. FLEXA RIBEIRO (Bloco/PSDB – PA) – Muito obrigado.

O SR. PRESIDENTE (Sérgio Souza. Bloco/PMDB – PR) – Agora com a palavra o Dr. Jean Mafra, que é Superintendente de Infraestrutura Ferroviária da ANTT.

O SR. JEAN MAFRA DOS REIS – Os principais pontos já foram questionados. Acho que isso foi bem colocado pelo Dr. Bernardo, na medida em que ele é profundo conhecedor, inclusive por ter sido Diretor-Geral da Agência. Ele conhece bem os assuntos e continua tendo um bom conhecimento dos assuntos com que a agência lida no dia a dia.

Só para deixar claro, a Norte-Sul já foi questionada. A Valec tem um cronograma de conclusão, a gente imagina que está em curso, mas, conforme foi colocado pelo Dr. Bernardo, o trecho da Norte-Sul vai estar integrado ao projeto do PIL, no sentido de que, no processo licitatório, ele vai integrar para que haja já um concessionário que vá fazer a complementação dos investimentos necessários à operação da ferrovia na medida em que ela for concluída.

Com relação à ALL no Mato Grosso, conforme foi questionado, há de fato um projeto de Vetria que procura recapacitar a ferrovia naquela região. Além disso, a agência deliberou, neste ano, um trecho da malha oeste, que é como chamamos lá na região do Mato Grosso, para a recuperação. É a deliberação de número 71, que prevê a recuperação de 300km desse trecho. É uma deliberação que se aplica não só, essa 71, à ALL na margem oeste, como há uma deliberação para outros trechos tanto da malha da ALL, da malha sul, quanto da FCA, quanto da TLSA, que é um programa de recuperação de vários trechos da malha que foram abandonados e que foram colocados em condições não de tráfico. E hoje está sendo feito um programa de recuperação por parte das concessionárias por conta dessas deliberações da ANTT.

Com relação à questão do Conit, conforme foi questionado, a gente entende que o Conit é um órgão, sim, institucionalmente falando, integrador dos diversos moldais de transporte. E é importante atuação dele, inclusive, como o Dr. Bernardo colocou agora, com a participação da sociedade no conselho.

Com relação às questões relativas a trechos abandonados na malha da FCA na região de Salvador, isso faz parte também de um estudo não só de recuperação, como de indenização dos danos que a concessionária causou nos trechos dessa malha. Isso faz parte de um ajustamento de conduta que está sendo conduzido entre a ANTT e a concessionária.

E uma pergunta que foi feita exclusivamente sobre por que cargas com valor agregado elevado, como automóveis e eletrodomésticos, não são transportadas por ferrovia, a agência entende, e isso faz parte inclusive da visão que a própria EPL já integra ao sistema, que as cargas de valor agregado ainda não estão, vamos dizer assim, na pauta das ferrovias, entre outros aspectos, por questões relativas a terminais. É preciso ser feitos terminais precisamente de contêineres para poderem efetivamente essas cargas passar a incorporar o sistema ferroviário. Nesse sentido, existem projetos que visam trazer os contêineres para a ferrovia, como é o caso do Projeto Brado, do Projeto Contrail e de diversos projetos que as concessões já vêm fazendo com o setor privado visando trazer essas cargas.

Na nossa visão, o projeto do PIL ferrovias também traz essa possibilidade, na medida em que integra o País de norte a sul. E nós não estamos mais olhando essa ferrovia apenas por um olhar de fora, mas também olhando o mercado interno. Na medida em que se tem um projeto de uma espinha dorsal, que é a Norte-Sul, e a própria revitalização de outros trechos da malha ferroviária, nós entendemos que o mercado interno vai, sim, começar a ressurgir e vai usar a ferrovia como alternativa de transporte. E nesse momento essas cargas de valor agregado certamente vão migrar para a ferrovia; hoje estão na rodovia. Então, a aposta do programa é muito a migração de cargas rodoviárias de valor agregado da rodovia para a ferrovia. Para que isso aconteça, é importante a implantação desses projetos. É isso.

Obrigado.

O SR. PRESIDENTE (Sérgio Souza. Bloco/PMDB – PR) – Muito obrigado, Dr. Jean Mafra.

Antes de iniciarmos a terceira parte da nossa reunião, eu gostaria de agradecer aos nossos convidados: Sr. Bernardo Figueiredo, Sr. Jean Mafra e também Sr. Rodrigo Vilaça, meu conterrâneo paranaense, pela importante contribuição aqui oferecida a esta Comissão de Infraestrutura do Senado Federal.

Muito obrigado. (*Palmas.*)

Considerando as normas e procedimentos adotados por esta Comissão, consulto as Srªs e os Srs. Senadores quanto à possibilidade de incluirmos na pauta de hoje o Requerimento nº 38, de 2013, da Comissão de Infraestrutura, de autoria do Senador Flexa Ribeiro, lido em 10 de abril de 2013, que propõe a realização de audiência pública conjunta desta Comissão e da Comissão de Meio Ambiente, Direito do Consumidor e Fiscalização e Controle (CMA) para que sejam prestadas as informações a respeito da opção pela construção de usinas hidrelétricas a fio d'água como opção preferencial para expansão da geração hidrelétrica no Brasil.

Aqueles que concordam com a inclusão da matéria em pauta na reunião de hoje, permaneçam como se encontram. (*Pausa.*)

Aprovada a inclusão em pauta.

REQUERIMENTO DA COMISSÃO DE SERVIÇOS DE INFRA-ESTRUTURA Nº 38, DE 2013

Com amparo no art. 58, § 2º, incisos II, III e V, da Constituição Federal, e nos arts. 90, incisos II e III, e 93, inciso II, do Regimento Interno do Senado Federal, requeiro a realização de audiência pública conjunta desta Douta Comissão de Serviços de Infraestrutura (CI) e da Comissão de Meio Ambiente, Defesa do Consumidor e Fiscalização e Controle (CMA), para que sejam prestadas informações a respeito da opção pela construção de usinas hidrelétricas a fio d'água como opção preferencial para a expansão da geração hidrelétrica no Brasil
Autoria: Senador Flexa Ribeiro

Tendo em vista o tema a ser abordado, sugiro que, para a mencionada audiência, sejam convidadas as seguintes personalidades: a Drª Izabella Mônica Vieira Teixeira, Ministra do Meio Ambiente; o Sr. Márcio Zimmermann, Secretário-Executivo do Ministério de Minas e Energia; o Dr. Francisco Luiz Sibut Gomide, engenheiro civil, economista, PhD pela *Colorado State University* dos Estados Unidos da América e ex-Ministro de Estado de Minas e Energia; o Prof. Sergio Bajay, do Departamento de Energia da Faculdade de Engenharia Mecânica da Unicamp, São Paulo, especialista em planejamento energético.

Autoria do Senador Flexa Ribeiro.

Coloco em votação o requerimento ora apresentado.

Em discussão.

O SR. WALTER PINHEIRO (Bloco/PT – BA) – Sr. Presidente, eu quero apoiar e até também...

O SR. PRESIDENTE (Sérgio Souza. Bloco/PMDB – PR) – Para discutir, Senador Walter Pinheiro.

O SR. WALTER PINHEIRO (Bloco/PT – BA) – É só para dizer do nosso apoiamento. Já havíamos acertado isso com a Comissão de Meio Ambiente e até apresentei um requerimento nessa mesma direção. Portanto, teríamos depois até, se for possível, de ver no requerimento que nós apresentamos as sugestões, só para incorporá-las.

Eu já havia pedido ao Senador Delcídio do Amaral, que foi o proponente lá na Comissão de Meio Ambiente, havia essa intenção também, para envolver a CAE nesse debate. Mas depois de uma conversa preliminar, nós achamos por bem fazer o debate primeiro na Comissão de Meio Ambiente e na de Infraestrutura. Sobre as condições do ponto de vista econômico, a CAE, num processo posterior, faria esse debate.

O ideal é que nós façamos o debate sob a ótica exatamente do conceito de arquitetura para uma usina hidrelétrica e, ao mesmo tempo, sobre a modalidade escolhida. Todo mundo sabe que ainda há uma divergência muito grande sobre essa questão.

Portanto, eu acho que é importante que nós façamos esse debate aqui.

Apoio integralmente o requerimento, mas quero insistir com V. Exª no sentido de que a gente possa marcar essa audiência em conjunto com a Comissão de Meio Ambiente, Defesa do Consumidor e Fiscalização e Controle. De preferência – esse é um problema, Senador Sérgio, não que a gente exija a presença de Ministros para esse debate –, que os Ministérios convidados possam enviar para cá os que verdadeiramente são responsáveis pela orientação dessa política. Não quero classificar aqui como o primeiro, o segundo, o terceiro, o quarto, o quinto escalão, mas quero solicitar que venha quem efetivamente está no olho do furacão, quem está no núcleo da gestão desses programas, para que a gente tenha a possibilidade de ir ao ponto crucial desse debate.

Portanto, apoio a iniciativa do Senador Flexa, assim como também – volto a frisar – já tínhamos feito essa propositura em conjunto com o Senador Delcídio do Amaral.

O SR. PRESIDENTE (Sérgio Souza. Bloco/PMDB – PR) – Obrigado, Senador Walter Pinheiro.

A assessoria da Presidência me informa que o requerimento de V. Exª já foi aprovado e ele está sendo levado em consideração juntamente com este requerimento aprovado na data de hoje. E a data da audiência está prevista para o próximo dia 14 de agosto. Serão ainda formalizados os convites, os nomes aqui indicados, lógico, analisando a agenda desses convidados também.

Esse é um tema, Senador Walter, Senador Inácio Arruda, da maior importância para o Brasil. Nós temos, na nossa base de eletricidade, a hidroeletricidade, que é a energia mais limpa do Planeta, renovável, e mais barata.

Eu estive, recentemente, lá em Itaipu na semana passada, na última quinta-feira, e pude constatar – em uma visita *in loco*, inclusive as comportas estavam abertas – que estava passando água para gerar mais uma Itaipu, e a Itaipu sozinha gera 17% da energia elétrica do Brasil.

A Itaipu é uma usina a fio d'água, com reservatório relativamente pequeno pelo tamanho do porte, mas o que há para cima da Itaipu, na Bacia do Paraná, são quase três dezenas de hidroelétricas e de reservatórios que fornecem a água para a Itaipu, então é por isso que ela não precisa de reservatório.

Nós temos algumas usinas no Brasil que são de grandes reservatórios e que acumulam a água na época das cheias, e nós podemos transformar energia na época da seca.

O SR. INÁCIO ARRUDA (Bloco/PCdoB – CE) – Sabe, Sérgio, lá no Ceará, a gente chama esse fio d'água aí de mar.

O SR. PRESIDENTE (Sérgio Souza. Bloco/PMDB – PR) – Mar?

O SR. INÁCIO ARRUDA (Bloco/PCdoB – CE) – É.

O SR. PRESIDENTE (Sérgio Souza. Bloco/PMDB – PR) – E no Ceará tem muito mar. Tem muito vento também, não é?

O SR. INÁCIO ARRUDA (Bloco/PCdoB – CE) – Quando a gente vê isso no sertão, olha um fio d'água desse, diz assim: "Eita, marzão danado!".

O SR. PRESIDENTE (Sérgio Souza. Bloco/PMDB – PR) – O que se discute muito aqui é o impacto ambiental. Numa usina de reservatórios, qual é o impacto? Agora, qual é o impacto reverso quando você utiliza gás, petróleo, óleo diesel, para transformar em eletricidade a longo prazo? A gente tem que fazer essas contas.

Então é grande a importância de uma audiência pública como essa.

Concedo a palavra, para discutir, ao Senador Inácio Arruda.

O SR. INÁCIO ARRUDA (Bloco/PCdoB – CE) – Esse é, Senador Sérgio Souza, um debate sobre um assunto que sempre que tem muitas dificuldades no Brasil atual. A produção de energia não é um problema só nosso, é um problema na América do Sul especialmente, porque nós temos ainda um potencial hidrelétrico, na América do Sul, invejável para a produção de uma energia barata, de qualidade, renovável. Então, nós precisamos destrinchar muito mesmo essa questão, porque nós temos problemas na produção de energia hidrelétrica, nós temos problemas na produção de energia eólica, de energia nuclear, na biomassa.

Quanto ao etanol, vemos que é preciso grandes extensões de terra para produção de cana ou de outro produto, por exemplo, na área do biodiesel, de mamona, de girassol. Todas essas variedades precisam de espaço para produzir, assim como a soja.

Então, temos um problema na matriz energética brasileira, mesmo com toda essa potencialidade. Quem olha para o Brasil diz: "Poxa vida, que força nós temos do ponto de vista de produção de energia!"

O desenvolvimento da Região Norte depende de um aproveitamento hidroelétrico mais acentuado.

Nós precisamos debater esse assunto de fato, aliás, até com certo destemor, absorvendo todas as posições, todas as opiniões, mas com a ousadia de que o Brasil precisa para se desenvolver, senão nós não saímos dessas encruzilhadas em que nós vivemos no Brasil, que têm a questão econômica como centro, e, na questão econômica, a questão da matriz energética, da energia, do preço da energia.

Veja que para fazer uma redução praticamente mínima do preço da energia causou-se tumulto no País. Foi uma dificuldade enorme para que nós pudéssemos chegar a uma conclusão aqui no Congresso Nacional.

Então, eu acho que esse tema exige um debate muito aprofundado de nossa parte. É talvez o tema mais estratégico para o desenvolvimento do Brasil a produção de energia e o debate sobre a questão, como disse aqui o nosso colega Walter Pinheiro, da arquitetura da hidroelétrica que nós vamos construir para produzir e aproveitar bem a energia sem desperdício, o que eu acho que é uma questão chave.

E acho que é de bom alvitre que possamos já tratar disso junto com a Comissão de Meio Ambiente. Já temos o requerimento. Eu acho que vamos combinar com o Presidente da Comissão de Meio Ambiente e já fazemos isso em conjunto. Eu acho que o Presidente da Comissão de Meio Ambiente atualmente entende perfeitamente do que nós estamos tratando aqui na Comissão de Infraestrutura.

Agradeço.

O SR. PRESIDENTE (Sérgio Souza. Bloco/PMDB – PR) – Obrigado, Senador Inácio Arruda.

De fato, nós precisamos ter o tripé da sustentabilidade: o ambiental, o econômico e também o social. E audiências públicas como essa servem para nós entendermos a necessidade de promovermos as ações no País, para nos desenvolvermos até o patamar que a sociedade espera, mas sem descuidar da questão ambiental.

Coloco em votação o requerimento.

Aqueles que concordam com o requerimento permaneçam como se encontram. (*Pausa*.)

Aprovado o requerimento.

Segundo item da pauta.

REQUERIMENTO DA COMISSÃO DE SERVIÇOS DE INFRA-ESTRUTURA Nº 37, DE 2013

Requeiro, nos termos do art. 93 do Regimento Interno do Senado Federal, a inclusão do nome do Sr. Nelson Leite, Presidente da Associação Brasileira de Distribuidores de Energia Elétrica (Abradee), entre os convidados para participar da audiência pública destinada a discutir a Resolução n. 3, de 2013 do CNPE, proposta pelo Requerimento nº 23 de 2013.

Autoria: Senador Flexa Ribeiro

Em discussão o requerimento. (*Pausa.*)

Não havendo quem queria discutir, encerro a discussão.

Em votação o requerimento.

As Srªs e os Srs. Senadores que concordam permaneçam como se encontram. (*Pausa.*)

Aprovado o presente requerimento.

O SR. PRESIDENTE (Sérgio Souza. Bloco/PMDB – PR) – Não havendo mais o que discutir, declaro encerrada a presente reunião.

(Iniciada às 7 horas e 17 minutos, a reunião é encerrada às 11 horas e 13 minutos.)

COMISSÃO DE SERVIÇOS DE INFRAESTRUTURA

ATA DA 27ª REUNIÃO, EXTRAORDINÁRIA, DA COMISSÃO DE SERVIÇOS DE INFRAESTRUTURA DA 3ª SESSÃO LEGISLATIVA ORDINÁRIA DA 54ª LEGISLATURA, REALIZADA EM 08 DE JULHO DE 2013, SEGUNDA-FEIRA, ÀS 18 HORAS, NA ALA SENADOR ALEXANDRE COSTA, PLENÁRIO Nº 13.

Às dezoito horas do dia oito de julho de dois mil e treze, na sala de reuniões da Comissão, sob a Presidência do Senhor Senador **Acir Gurgacz,** reúne-se a Comissão de Serviços de Infraestrutura. Presente o Senhor Senador **Wilder Morais**. Deixam de comparecer os demais Senadores. O Presidente declara a abertura dos trabalhos. São lidos dois Requerimentos, um do Senador **Vital do Rêgo** e outro do Senador **Walter Pinheiro**. São lidos os Comunicados da Presidência. Tem início a apreciação da pauta. **Audiência Pública**, em atendimento ao **Requerimento nº 01, de 2013 – CI**, de autoria do Senador **Fernando Collor**, aprovado em 27 de fevereiro de 2013, que, "*nos termos do art. 58, §2º, incisos II e V da Constituição Federal, combinado com o art. 90, incisos II e V, do Regimento Interno do Senado Federal, requer sejam realizados, por esta Comissão de Serviços de Infraestrutura, ciclos de audiências públicas dentro de uma Agenda específica de debates ao longo do biênio 2013/2014, com renomados especialistas que apresentem depoimentos, análises e informações acerca de propostas setoriais para a infraestrutura, especialmente no que tange à modernização e expansão dos serviços, ao aumento da competitividade, à avaliação da capacidade de crescimento da economia e do bem-estar da população, e ao investimento e gestão como chaves para desatar o nó logístico do país*". O Presidente convida a compor a Mesa e a fazer suas exposições os senhores **Marcelo Guaranys**, Diretor-Presidente da Agência Nacional de Aviação Civil (ANAC); **Eduardo Sanovicz**, Presidente da Associação Brasileira das Empresas Aéreas (ABEAR); **Cleveland Prates Teixeira**, Sócio-Diretor da Pezco Microanalysis e **Gilberto Bercovici**, Professor Titular de Direito Econômico da Universidade de São Paulo (USP). Faz uso da palavra o Senador **Wilder Morais**. Nada mais havendo a tratar, a reunião é encerrada às vinte horas e quarenta e dois minutos, lavrando, eu, Álvaro Araújo Souza, Secretário da Comissão, a presente Ata, que, lida e aprovada, será assinada pelo Presidente e publicada, juntamente com a íntegra das Notas Taquigráficas, no Diário do Senado Federal.

Senador **Acir Gurgacz, –** Presidente em exercício da Comissão

(*Texto com revisão.*)

O SR. PRESIDENTE (Acir Gurgacz. Bloco/PDT – RO) – Declaro aberta a 27ª Reunião Extraordinária da Comissão de Serviços de Infraestrutura da 3ª Sessão Legislativa Ordinária da 54ª Legislatura.

Leitura de requerimentos.

REQUERIMENTO N° 39, DE 2013

Com amparo no art. 58, § 2º, incisos II e V, da Constituição Federal, e nos arts. 90, inciso II, e 93, inciso II, do Regimento Interno do Senado Federal, requeiro a realização de audiência pública, no âmbito da Comissão de Serviços de Infraestrutura (CI), para debater sobre os custos e os atrasos ocorridos na construção da ferrovia Transnordestina. Para apresentar informações e esclarecimentos, discutir o assunto e responder aos questionamentos dos Srs. Senadores, sugiro que sejam convidadas para a mencionada audiência as seguintes autoridades: 1. Sr. César Augusto Rabello Borges, Ministro dos Transportes; 2. Sr. Jorge Luiz Macedo Bastos, Diretor-Geral da Agência Nacional de Transportes Terrestres (ANTT), em exercício; 3. Sr. Benjamin Steinbruch, Presidente da Companhia Siderúrgica Nacional (CSN), empresa controladora da Transnordestina Logística S.A. (TLSA).

Autoria: Senador Vital do Rêgo.

Outro requerimento.

REQUERIMENTO N° 40, DE 2013

Requeiro, nos termos do artigo 90, incisos II e III, e do artigo 93, inciso II, do Regimento Interno do Senado Federal, sejam realizadas Audiências Públicas conjuntas das Comissões de Serviços de Infraestrutura – CI, de Assuntos Econômicos – CAE e de Meio

Ambiente, Defesa do Consumidor e Fiscalização e Controle – CMA, com a finalidade de discutir as usinas hidrelétricas "à fio d'água", a segurança energética do Brasil e o desafio do desenvolvimento sustentável". À oportunidade, apresento sugestão no sentido de que sejam convidados para tratar do assunto as seguintes autoridades: – Confúcio Aires Moura – Governador do Estado de Rondônia; – Edison Lobão – Ministro das Minas e Energia; – Mauricio Tolmasquim – Presidente da Empresa de Pesquisa Energética – EPE; – Romeu Donizete Rufino – Diretor-Geral da Agência Nacional de Energia Elétrica-Aneel; – Nelson Hübner – Especialista em Regulação do Setor de Energia; – Paulo Godoy – Presidente da Associação Brasileira da Infraestrutura e Indústrias de Base (Abdib); – Volney Zanardi – Presidente do Instituto Brasileiro do Meio Ambiente e dos Recursos Naturais Renováveis (Ibama).

Autoria: Senador Walter Pinheiro.

Temos, também, alguns comunicados.

Documentos recebidos pela Presidência desta Comissão.

A Presidência comunica o recebimento do Aviso nº 804-Seses-TCU-Plenário, de autoria do Ministro João Augusto Ribeiro Nardes, Presidente do Tribunal de Contas da União, encaminhando cópia do Acórdão proferido nos autos do processo nº TC 041.275/2012-8, que trata de Levantamento de Auditoria realizado com o objetivo de colher informações acerca da indústria do petróleo, do gás natural e dos biocombustíveis, com foco nos aspectos de produção, importação e exportação de petróleo e seus principais derivados e na política de preços dos principais combustíveis (gasolina e óleo diesel). Acompanham o acórdão, Relatório e Proposta de deliberação que o fundamentam.

Na forma do Ato nº3-CI, de 2012, o Aviso será encaminhado à Consultoria Legislativa para análise e, caso cabível, sugestão de iniciativa ou providência a ser adotada no âmbito desta Comissão.

Cópia destes documentos encontra-se à disposição das Senhoras e Senhores Senadores na Secretaria da nossa Comissão.

Outro comunicado.

A Presidência comunica o recebimento do Aviso nº 808-Seses-TCU-Plenário, de autoria do Ministro João Augusto Ribeiro Nardes, Presidente do Tribunal de Contas da União, encaminhando cópia do Acórdão proferido nos autos do processo nº TC 033.039/2012-7, que trata de levantamento de auditoria que teve por objetivo conhecer as ações do DNIT relativas à conservação das rodovias federais. Acompanham o acórdão, Relatório e Proposta de Deliberação que o fundamentam.

Na forma do Ato nº3-CI, de 2012, o Aviso será encaminhado à Consultoria Legislativa para análise e, caso cabível, sugestão de iniciativa ou providência a ser adotada no âmbito desta Comissão.

Cópia destes documentos encontra-se à disposição das Senhoras e Senhores Senadores na Secretaria da Comissão.

Comunicado da Presidência.

Balanço das Atividades no 1º Semestre de 2013 desta Comissão.

A Presidência da Comissão de Serviços de Infraestrutura informa que durante este primeiro semestre, no período de 26 de fevereiro até hoje, 08 de julho de 2013, realizou um total de 27 reuniões regulares e extraordinárias, incluindo-se aí 18 audiências públicas.

Foram apreciadas 53 proposições entre Projetos de Lei do Senado, Projetos de Lei da Câmara, Mensagem do Senado Federal (com realização de sabatina), Requerimentos e Atos da Comissão.

Dentre as Matérias apreciadas destacamos o projeto que obriga a construção e a manutenção de estações de apoio a condutores de veículo de transporte de carga e de transporte público de passageiros, no âmbito das concessões rodoviárias federais; o projeto que altera o Estatuto do Idoso, para dispor sobre a prioridade e a segurança do idoso nos procedimentos de embarque e desembarque nos veículos de transporte coletivo; e o projeto que cria o Regime Tributário para o Incentivo à Modernização e a Ampliação do Transporte Coletivo de Passageiros (Retransp).

Vale também destacar a aprovação de Mensagem da Presidenta Dilma Rousselff, de indicado para exercer o cargo de Diretor da Agência Nacional do Petróleo, Gás Natural e Biocombustíveis – ANP.

Realizamos ainda, dentro da Agenda 2013/2014 – CI intitulada: "Investimento e Gestão: Desatando o Nó Logístico do País", 13 audiências públicas integrantes dos Ciclos: Energia e Desenvolvimento, onde abordamos temas como eletricidade convencional, eletricidade alternativa, petróleo, gás natural e biomassa; e o Ciclo Financiamento e Gestão de Transportes, onde tratou-se de temas como o Atual Cenário da Infraestrutura de Transportes, Mecanismos de Financiamento, Infraestrutura Rodoviária e Mobilidade Urbana, e Aeroportos, que é o nosso tema de hoje.

Nesse contexto – das 18 audiências públicas realizadas tivemos a participação de um total de 41 convidados, dentre diversas autoridades como: Guido Mantega – Ministro da Fazenda; Maria Graça Foster –

Presidente da Petrobrás; Luciano Coutinho – Presidente do BNDES; Volney Zanardi – Presidente do Ibama; Gen. Jorge Ernesto Fraxe – Diretor-Geral do DNIT; Natália Marcassa de Sousa – Diretora da ANTT, e o Sr. Marcelo Guaranys – Diretor Presidente da ANAC, que é o nosso convidado de hoje.

Vale também aqui realçar a aprovação do Relatório Final da Subcomissão Temporária sobre a Aviação Civil.

Assuntos a serem abordados no 2º semestre.

Já no início do 2º Semestre abriremos o 3º Ciclo com a presença do Ministro de Minas e Energia, Edison Lobão, que falará sobre o novo Marco da Mineração no Brasil.

Outros Ciclos que farão parte de nossas discussões no 2º semestre deste ano são: Aviação Civil; Água; Telecomunicações; e Assuntos Transversais de Infraestrutura, todos integrando a Agenda de Audiências Públicas: "Investimento e Gestão: desatando o nó logístico do País".

Esses foram os principais trabalhos realizados por esta Comissão nesse primeiro semestre, pelos quais eu cumprimento o Presidente desta Comissão, Senador Fernando Collor, que faz um excelente trabalho à frente desta Comissão, pautando sempre temas da maior importância para o nosso País e trazendo para esta Casa debates importantes com resultados expressivos como, por exemplo, a audiência pública, que já foi dita, com relação à infraestrutura e a restauração da BR-364, para onde foi aprovada nesta comissão uma diligência de Senadores, juntamente com o General Fraxe, *in loco*, na obra de restauração da BR-364. Pudemos também assistir ao início dessa obra tão importante para o País, mas principalmente para nós no Estado de Rondônia, com relação à BR-364.

Nossa pauta de hoje.

A presente reunião destina-se à realização de audiência pública sobre o tema Aeroportos e Multimodalidade, quinto painel do segundo ciclo Financiamento e Gestão de Transportes, parte integrante da Agenda 2013/2014, Investimento e gestão: desatando o nó logístico do País, da Comissão de Serviços de Infraestrutura.

Para proferir as palestras de hoje e debater o tema, foram convidados os seguintes especialistas, os quais aproveito e convido para que tomem assento à mesa: Dr. Marcelo Guaranys, Diretor-Presidente da Anac; Dr. Eduardo Sanovicz, Presidente da Associação Brasileira das Empresas Aéreas (Abear); Prof. Cleveland Prates, Sócio-Diretor da Pezco Microanalysis; e Prof. Gilberto Bercovici, Professor Titular de Direito Econômico da Universidade de São Paulo.

Convido todos para comporem a Mesa.

Sejam todos bem-vindos a nossa Comissão e ao nosso debate, com um tema importante que é a nossa aviação civil brasileira.

Informo aos nossos convidados que o tempo destinado à apresentação inicial será de 15 minutos para cada um. Não precisamos ser rígidos com o tempo. É apenas um balizamento. Não há problema nenhum de anteciparmos ou ultrapassarmos o tempo.

Após a exposição, concederemos a palavra às Srªs e Srs. Senadores, para os esclarecimentos que S. Exªs acharem necessários.

Então, iniciando os nossos trabalhos, passo a palavra ao Dr. Marcelo Guaranys.

Mais uma vez, seja bem-vindo Dr. Marcelo.

O SR. MARCELO GUARANYS – Obrigado, Senador.

Quero agradecer o convite da Comissão, mais uma vez. É sempre um prazer estar aqui, onde nós começamos. Todos nós somos sabatinados aqui e é sempre importante voltar à Casa para fazer a discussão que necessária for.

Boa noite a todos que estão aqui.

Bom, o tema era aeroportos e multimodalidade, o tema do painel. A gente está, obviamente, focando muito mais em aeroporto e no final eu tento dar um pouco mais de enfoque ao tratamento multimodal, que está muito mais no planejamento que está sendo feito hoje. Então, é uma apresentação um pouco mais longa do que 15 minutos, mas eu vou aproveitar para cortar uns eslaides no meio do caminho e vou passando.

Peço desculpas ao Eduardo Sanovicz, coitado, porque ele já viu essa apresentação acho que umas três ou quatro vezes, vários eslaides desses.

Bom, traz-se um pequeno sumário, dados do setor, transporte aéreo, investimentos em infraestrutura, enfocando, no final, em concessões aeroportuárias, ou seja, o foco aqui é demonstrar em que estamos trabalhando para destravar a necessidade que temos de infraestrutura aeroportuária no País.

Um pouco de dados do setor. É muito importante a gente entender porque estamos na situação em que estamos hoje. Tivemos um desenvolvimento do número de passageiros embarcados no transporte aéreo, do número de passageiros no País muito grande nos últimos dez anos. De 2002 a 2012 tivemos um crescimento de 12,5% ao ano, e de aproximadamente 180% no período, o que equivaleria a dizer que nós temos hoje três vezes mais passageiros do que tínhamos dez anos atrás.

Esse número de 33 passou para 92 no transporte doméstico e no transporte internacional de 3,6 para 9,1, ambos quase triplicando o número. Por que temos isso? Além de termos um crescimento grande

da renda da população brasileira, a regulação do setor ajudou muito. A desregulamentação do transporte aéreo, permitindo que se tivessem novas rotas, e novas empresas atuando com níveis de descontos que antigamente eram proibidos permitiram que se baixasse muito o preço do transporte aéreo.

A Anac recebe as informações dos preços de todas as passagens vendidas no País, o que nos permite fazer essa comparação. Dez anos atrás, a tarifa média cobrada no País era de R$515 e atualmente está em R$293, uma queda de 43%. Ou seja, em 2012, o passageiro pagou menos da metade do valor que ele pagava há dez anos para voar um quilômetro; é o que esse valor aqui demonstra. Então, tivemos uma queda muito grande dos preços, que permitiu um aumento muito grande de passageiros.

Apesar de a gente ter crescido bastante, esse gráfico nos mostra – no primeiro gráfico eu estou mostrando o número de passageiros embarcados; nesse gráfico eu estou mostrando o número de passageiros embarcados e desembarcados, que vai demonstrar o número de passageiros que movimentaram os aeroportos do País – que esse número passou aqui de cerca de 60 milhões, em comparação à nossa população, em 2002, chegando a quase o número da população em 2012; 193 milhões de passageiros embarcados e desembarcados nos aeroportos do País, um crescimento também de 180%.

Mas, aqui, nessa época, eu tinha essa relação de 0,3, ou seja, o número de passageiros embarcados e desembarcados equivalia a 30% da população brasileira. Hoje, dez anos depois, equivale a 100% da população. Estamos englobando cada vez mais brasileiros dentro do número de passageiros voados. Obviamente isso não equivale a um passageiro, cada um é um habitante que está voando, mas significa que mais pessoas estão voando, e mais pessoas estão voando mais vezes.

Quando a gente compara com outros estudos do mundo – esse aí é um estudo da McKinsey realizado em 2009 –, a gente consegue ver que ainda que já tenhamos tido um crescimento muito grande, nós temos um potencial muito maior para crescer. E, em 2009, esse valor que eu mostrei no eslaide anterior, aqui, era cerca de 60% da população brasileira. Comparado com outros países do mundo, ele ainda é bem inferior. Em países com a dimensão parecida com a nossa – Canadá, Estados Unidos e Austrália –, pelo menos três vezes o número de habitantes do País. Então, Austrália, que tem vinte milhões de habitantes, movimenta em seus aeroportos cerca de 100 milhões de passageiros.

Nossa projeção é de contínuo crescimento. A gente continua projetando altas taxas de crescimento, ainda que decrescentes com o passar do tempo, mas o transporte aéreo continua, o número de passageiros no País continua crescendo muito se a gente for pensar em até 2043.

Um grande problema é que tivemos um grande crescimento no número de passageiros, mas a nossa infraestrutura permaneceu mais ou menos a mesma que tínhamos dez anos atrás. Tirando alguns investimentos pontuais, grande parte dos investimentos não conseguiu acompanhar esse avanço do número de passageiros transportados.

Para fazer frente a isso, a gente tem trabalhado em diversas frentes. Primeiro, melhorar a qualidade e a concorrência do que já existe hoje, permitir que mais empresas entrem, que os preços continuem em níveis razoáveis e que a qualidade seja cada vez mais crescente.

O segundo ponto é ampliar a infraestrutura. Com esse crescimento todo de número de passageiros transportados é preciso que haja um crescimento da infraestrutura para dar condições de conforto, condições de qualidade, de níveis de prestação de serviço à população que tem utilizado o transporte aéreo e, mais do que isso, fazer com que o número de passageiros continue crescendo. Para que a gente permita que esse crescimento todo continue ocorrendo é importante que haja investimento na nossa infraestrutura e a sua ampliação.

Passando.

Eu vou falar um pouquinho sobre transporte aéreo. Três pontos que o Governo tem tratado agora.

Primeiro: aviação regional. O Governo percebeu que precisa tratar tanto da aviação doméstica, quanto da aviação internacional e da aviação regional. Para tanto, foi divulgado em dezembro um Programa de Investimentos em Logística (PIL) Aeroportos, com foco nessas três frentes e, principalmente, na aviação regional.

Quais são os pilares desse programa? Integração do território nacional, desenvolvimento dos pólos regionais, fortalecimento dos centros de turismo e garantia de acesso às comunidades da Amazônia.

A intenção é conseguir fazer uma infraestrutura nesses locais, no País inteiro; que a gente consiga ampliar a estrutura necessária hoje para prover o transporte aéreo. Muitas cidades acabam tendo a limitação do transporte aéreo, ou não conseguem ter aeronaves de porte maior fazendo o transporte regular por causa de falta de condição de infraestrutura.

O principal foco da Agência, da Anac, é segurança. Garantir para a sociedade que a aviação civil ocorra

com segurança. Esse é o papel de todos os grandes órgãos de aviação, órgãos reguladores de aviação civil no mundo e com isso a gente gasta 80% do nosso esforço, do nosso tempo. Então, temos que garantir que onde vai haver uma operação aérea, a população vai saber que lá vai haver segurança.

Então, isso passa por diversas questões, desde a qualidade da pista, da extensão da pista, para poder comportar um determinado tamanho de aeronave, até, por exemplo, a necessidade da existência de contra incêndio, de caminhões de bombeiros e infraestruturas. Vários aeroportos do País não têm caminhões de bombeiro nas suas infraestruturas – e, às vezes, até as próprias cidades não têm caminhões de bombeiros. Mas para a gente garantir que o serviço possa ser apresentado para a sociedade é preciso garantir que essa questão de segurança operacional vai ser de fato realizada nessas cidades.

Um exemplo muito claro, muito recente que temos é um voo de São Francisco, no sábado passado, onde a importância do contra incêndio, do caminhão de bombeiro presente e adequado para uma aeronave daquele porte, naquele aeroporto, consegue impedir que os danos sejam maiores em caso de acidentes. É sempre com isso que nos preocupamos: em melhorar a questão de segurança e garantir que a condição de segurança vá ocorrer.

Para permitir então que se expanda a aviação regional, o Governo está preparando um pacote de investimentos em infraestrutura regional, mas, ao mesmo tempo, analisando e colocando em consulta pública, através da SAC. E estou apenas trazendo as informações com que a SAC está trabalhando – a Anac não participa desse programa, apenas com informações –, através de um pacote de isenções e subsídios, isenções para as tarifas aeroportuárias cobradas nos aeroportos de menor porte e subsídios para que empresas aéreas possam prestar esses serviços para esses aeroportos.

A ideia é, alem de dar a infraestrutura adequada para que o transporte regular chegue a essas cidades, também permitir e criar um incentivo para que esse transporte comece a se desenvolver.

A segunda parte, um outro foco que temos atacado no transporte doméstico é a melhoria da qualidade e da concorrência. Então, um grande ponto que temos discutido é a questão de *slots,* principalmente em Congonhas.

Congonhas é um aeroporto com uma infraestrutura bem congestionada em que é necessário que, primeiro, quem esteja operando realmente opere da forma mais adequada, haja um horário naquele aeroporto em que o voo não seja cancelado, que não atrase o voo. Há muita gente que tem por acaso o voo das 8 horas e acaba voando só às 9 horas, então vamos tirar esse voo das 8 horas e passar para outra empresa que queira voar às 8 horas.

Atenção então com a regra de *slots,* que é a gente maximizar a utilização do aeroporto congestionado – Congonhas ou qualquer outro – e, ao mesmo tempo, incentivar a concorrência. Tiro da empresa que está atuando lá e passo para empresas que não estão atuando no aeroporto.

Para isso, a regra prevê a retirada de *slots,* ou seja, a empresa pararia de utilizar aquele *slot* caso não atinja a regularidade, não atinja a pontualidade estabelecida para o aeroporto, não implemente o serviço. Ganhou o *slot* mas não implementou no tempo adequado, da mesma forma perde; e também quando não tenha interesse em utilizar o *slot.*

Distribuiríamos os *slots* por eficiência operacional, ou seja, por regularidade e pontualidade. Leva mais, tem direito a receber *slot* a empresa que tem uma regularidade e uma pontualidade adequada. Não adianta eu tirar de uma empresa que não está prestando para passar para outra empresa que não tem qualidade do serviço. E a ideia é que se permita que mais entrantes entrem em aeroportos lotados, empresas que têm pouca participação de mercado nesses aeroportos passem a ganhar mais.

Sobre qualidade de serviço, alguns números, muito rapidamente. Demonstrando que a gente acompanha atrasos e cancelamentos, todos os dias monitoramos as informações em todos os aeroportos e conseguimos ver que os números têm uma tendência de queda; ou seja, tendemos a aumentar a qualidade do transporte aéreo.

Transporte aéreo é diferente de trem, gente. Trem... A não ser por algum desmoronamento na pista, você não tem uma interrupção ou um atraso daquela prestação de serviço. O transporte aéreo depende do céu. No céu, as condições variam. Às vezes, você tem massas de ar, você tem condições meteorológicas muito ruins ao redor de determinadas infraestruturas e isso impacta no atraso e cancelamento. O importante é a gente conseguir continuar fazendo com que a qualidade seja aprimorada.

Passando um pouquinho.

O que temos trabalhado na questão da qualidade? Principalmente melhorar a qualidade da informação que o passageiro tem. O passageiro, hoje em dia, na hora de comprar uma passagem aérea, ele procura principalmente preço e horário. E precisamos que ele tenha mais informação. Então a Anac já regulamentou isso exigindo que sejam disponibilizadas para o passageiro outras informações acerca dos serviços ofertados.

Assim, hoje, quando você vai comprar uma passagem na Internet, você consegue saber qual é o percentual de atraso e de cancelamento, o histórico que aquele voo oferecido por aquela empresa tem. A intenção é aumentar as informações que o consumidor tem.

Por fim, transporte aéreo internacional. Também temos trabalhado para aumentar nossos acordos de serviços aéreos entre todos os países com os quais nos relacionamos para aumentar a concorrência, para aumentar o número de frequências entre esses países, entre as empresas que prestam esses serviços. E nós já temos diversos resultados: uma maior integração com a América do Sul e mundial, um incremento de oferta, aumento de empresas aéreas, aumentos de voos, diversificação de destinos, novas empresas atuando no País, maior redução dos preços das passagens – a gente tem hoje descontos que eram impossíveis de serem realizados quatro anos atrás, quando ainda eram proibidos pela regulamentação esses descontos –; e isso gera um benefício também para a população que precisa voar internacionalmente; aumentamos o número de acordos.

São só alguns números para mostrar como temos aumentado a capacidade e o número de passageiros transportados no País e internacionalmente nos últimos anos.

Infraestrutura. Um grande foco da gente e também do Governo como um todo é fazer investimento em infraestrutura. Quando a gente pega três anos atrás, o Brasil praticamente fazia investimento através de uma única empresa, era um monopólio de investimentos, a Infraero, que atuava em 66 aeroportos, que correspondiam a 98% do tráfego do País.

Hoje temos várias frentes de investimentos. A ideia, principalmente no começo das concessões, e depois, como plano de investimentos de logística, é você aumentar essa frente de investimento em aeroportos. Então, hoje, a Infraero continua investindo atualmente em 62 aeroportos; daqui a um ano em 60 aeroportos, que vão corresponder a 50% do tráfego no País. Mas temos já, nos grandes aeroportos, vamos ter pelo menos cinco grandes empresas também atuando. Hoje já temos mais três e a expectativa é de ter mais duas com as outras concessões.

Então, com as concessões, pegamos os cinco maiores aeroportos, e o segundo aeroporto de Natal, São Gonçalo do Amarante, passamos para a iniciativa privada, que não só não tem as amarras que o setor público tem, e uma capacidade maior de trazer melhores práticas de operação, mas eles também estão buscando e concorrendo entre si, buscando e atraindo novos investimentos para os seus aeroportos, para os grandes aeroportos do País, que têm capacidade de ser grandes *hubs* domésticos e internacionais.

Complementando isso, além das concessões, convênios com os Estados para permitir que os Estados... O grande pacote de investimentos regionais. O Governo Federal vai investir em 270 aeroportos nessa primeira leva, dando infraestrutura e equipamentos necessários para a operação. Os Estados vão ser responsáveis pela manutenção e operação desses investimentos e incentivados a fazer isso por meio de concessão administrativa. E uma outra frente, ou seja, o Governo Federal continua atuando através da Infraero, temos parceiros privados atuando nas concessões, temos os Estados atuando nos aeroportos mais regionais e permitimos ainda que a iniciativa privada também invista onde entender que é necessário. As autorizações para os aeroportos públicos: a partir de decreto assinado no final do ano passado isso também passa a ser permitido, mas para aeroportos destinados à aviação geral e taxi aéreo.

Um pouquinho dos números da aviação regional. Como o programa é feito? Eu já expliquei um pouquinho. É feito através do Banco do Brasil. Há um modelo padronizado de aeroportos, em parceria com os Estados, com incentivo à concessão administrativa.

Rapidamente, falo das concessões.

Estes são os grandes objetivos: melhorar os níveis de serviço e expandir a infraestrutura, introduzir competição no sistema aeroportuário do Brasil, difundir melhores práticas de gestão aeroportuária. Esses são os nossos grandes incentivos no programa de concessão.

Mostro alguns resultados das concessões atuais. Esses são os projetos que já estão em implantação. Esperamos que haja investimentos obrigatórios para a Copa do Mundo. No terminal de passageiros em Guarulhos, a previsão é de 1,8 mil passageiros internacionais em hora pico, de 1,8 mil passageiros em hora de embarque e de 2,2 mil passageiros durante o desembarque. É previsto investimento em estacionamentos de veículos e na área de pátio, aumentando bastante o número de estacionamentos de aeronaves nesse aeroporto, o que é uma das grandes demandas do aeroporto – falta local para estacionar aeronave durante a noite, num aeroporto com grande demanda de aviação internacional –; e alguns investimentos em infraestrutura de segurança nas pistas.

Em Viracopos, há a mesma coisa, com um novo terminal de passageiros. Na verdade, é um aeroporto completamente novo que Viracopos está realizando. Também há o aumento de número de pátios de aeronaves e a implantação de Resa, para aumentar o nível de segurança na utilização da pista.

Qual a previsão hoje? Em 2011, o tráfego em Viracopos foi de 7,5 milhões de passageiros. O tráfego estimado para 2042 é de 90 milhões de passageiros. Viracopos tem o potencial de se tornar o maior aeroporto do Brasil e o maior da América Latina.

Em Brasília, há a mesma coisa. Esse é quase o desenho final para 2014. Há uma exceção aqui, em que o satélite permanece. Mas, quanto ao resto, quem vai para o aeroporto hoje já vê essas estruturas todas ficando prontas.

(*Soa a campainha.*)

O SR. MARCELO GUARANYS – O investimento estimado para 2037 é para atender a 50 milhões de passageiros. E há alguns investimentos obrigatórios, da mesma forma: terminal, novas pontes de embarque, posições de estacionamento.

As três concessões iniciais foram feitas em um prazo recorde. Desde a decisão da Presidenta à assinatura dos contratos, nós tivemos o prazo de um ano. Ele todos já estão em operação e estão dentro do cronograma de investimento. Nós temos acompanhado isso mensalmente, temos reportes. Eu mesmo visitei os três aeroportos no mês passado. É visível já o crescimento da infraestrutura. E sabemos que, com todos os nossos acompanhamentos, eles estarão prontos no prazo previsto, em abril ou em maio do ano que vem.

Novas concessões nos foram demandadas neste ano. No final do ano passado, veio a decisão. Em Galeão e em Confins, já estamos trabalhando na concessão.

Vou pular um pouco a parte do modelo.

Essas são as grandes características deles. O modelo é muito parecido com o que foi feito nos anteriores, mantendo mais ou menos a mesma estrutura.

Esses são alguns dos valores já previstos, que já temos no estudo que estamos utilizando para elaborar o edital e o contrato.

Quais são as grandes diferenças? O operador aeroportuário deve comprovar experiência no processamento de 35 milhões de passageiros por ano, em um único aeroporto, em pelo menos um ano nos últimos cinco anos. O operador deve ter pelo menos 25% do consórcio. A participação da Infraero é mantida em 49%. Cada consórcio só pode vencer a concessão de um único aeroporto, vedada a participação dos vencedores das concessões dos aeroportos anteriores.

O que significa isso? O Governo passou a exigir uma capacidade maior, uma experiência maior com capacidade dos operadores aeroportuários. A partir de agora, eles têm de apresentar experiência comprovada em aeroportos de 35 milhões de passageiros. E tem de haver um aumento do compromisso deles no consórcio. A participação era de 10% e passou a ser de 25%.

(*Soa a campainha.*)

O SR. MARCELO GUARANYS – Estou encerrando.

O SR. PRESIDENTE (Acir Gurgacz. Bloco/PDT – RO) – A campainha é automática.

O SR. MARCELO GUARANYS – A participação da Infraero está mantida em 49%. O Governo define que quer continuar tendo a Infraero como uma grande sócia desses empreendimentos.

E, quanto ao modelo de concorrência, no processo anterior, ninguém podia ganhar a concessão de mais de um aeroporto. Então, em Brasília, em Guarulhos e em Viracopos, cada aeroporto ficou com um dono. No caso dos próximos, Galeão e Confins, é o mesmo modelo. Ninguém pode ganhar mais de um, e quem já ganhou os outros três não pode ganhar os outros dois. Então, a ideia é a de se manter nesses cinco aeroportos a concorrência total entre os ativos.

Essa é a previsão de operação. Já vamos entrar logo no cronograma.

Isso é muito importante. Isso é parte do modelo. O que estamos buscando com o modelo de concessões? Não só melhorar as amarras que o setor público tem para fazer investimento, trazer um operador melhor e aumentar a concorrência, mas também mudar a lógica de como se investem nos aeroportos. Então, os aeroportos, para fazerem investimento, sempre terão de fazer investimento de acordo com a demanda, ou seja, a capacidade do aeroporto se dará sempre em razão da demanda. Quanto mais a demanda crescer, mais a capacidade vai ter de crescer, para manter níveis de serviço adequados. Nível de serviço, geralmente, significa área em razão do número de passageiros processado naquele aeroporto.

Além disso, têm de se manter indicadores de qualidade. São diversos os indicadores, como o tempo de processamento da fila, limpeza, higiene, grau de oferta de serviços no aeroporto. Isso é captado pelos indicadores, que podem gerar reduções tarifárias nesses aeroportos.

Há alguns investimentos obrigatórios que eles vão ter de fazer também. É a mesma lógica: grandes investimentos em infraestrutura, tanto em embarque, em pontes de embarque, quanto em estacionamentos para aeronaves. Isso deve ser feito em ambos.

Aqui, mostram-se as relações de riscos.

No nosso cronograma, em que fase estamos? A nossa audiência pública, para a sociedade, terminou no dia 30 de junho. Recebemos 780 manifestações mais as que estão em anexo, o que dá pouco mais de mil manifestações. Temos um mês para processar todas as manifestações, para fechar o relatório, para analisar o que pode ser impactado com relação ao que já está preparado, para fazer toda a discussão com o

Governo e para republicar isso. Já fechamos agora o levantamento de todas as informações. Vamos para as próximas fases nas próximas semanas.

Fechado isso, encaminhamos tanto a minuta de edital e de contrato quanto os estudos para o TCU, para a análise deles. Após essa análise do TCU, nós só faremos os ajustes que vierem do TCU e publicaremos o edital. A nossa previsão para o leilão é final de setembro, meados de outubro.

Essa é uma informação sobre a proposta de projeto para o Galeão, que está nos estudos. Só lembro que a estrutura atual é esta aqui. Esses são terminais e pontes de embarque que podem estar previstos. Essa é uma terceira pista, prevista no projeto. O desenho é não obrigatório. Nenhum desses desenhos é obrigatório. É apenas o que ele tem de entregar, ou seja, qualidade, número de pontes, número de estacionamentos. Essa é a nossa previsão.

O SR. PRESIDENTE (Acir Gurgacz. Bloco/PDT – RO) – É a demanda, não é?

O SR. MARCELO GUARANYS – Exatamente. Mas o concessionário tem livre escolha sobre o melhor desenho e, às vezes, faz um desenho muito melhor do que o que a gente conseguiu projetar.

Aqui está Confins, com a estrutura atual e com toda a estrutura nova. Estão duplicando, triplicando, quadriplicando a infraestrutura.

O SR. PRESIDENTE (Acir Gurgacz. Bloco/PDT – RO) – Não tem três pistas, não?

O SR. MARCELO GUARANYS – Não. É a segunda pista.

Então, essas são as projeções para o final dos contratos.

Muito obrigado.

Desculpem-me pela velocidade. Tentei cumprir a exposição num prazo adequado.

O SR. PRESIDENTE (Acir Gurgacz. Bloco/PDT – RO) – Muito obrigado, Dr. Marcelo Guaranys, por suas colocações.

É importante que se diga que, realmente, a quantidade de passageiros que passaram a utilizar o sistema aéreo aumentou muito.

Também é importante que se diga que o Governo, nesse segmento, não precisa fazer investimentos muito pesados, não é, Dr. Marcelo? Quem faz os investimentos é a iniciativa privada. Então, há um crescimento grande nesse setor, e o Governo não precisa fazer os investimentos. Há terceirização na operação, e isso tem ajudado bastante e vai fazer com que o próprio mercado passe a investir. O Governo apenas faz a regulamentação e o acompanhamento, e o faz muito bem. É assim que nós entendemos que realmente deve acontecer nos aeroportos brasileiros.

Passo a palavra, agora, ao Dr. Eduardo Sanovicz, para fazer as suas colocações.

O SR. EDUARDO SANOVICZ – Boa noite a todos!

É um prazer estar aqui, nesta Comissão.

Senador Acir e demais membros da Mesa, vou procurar ser bastante objetivo e construir algumas contribuições que acho que podem ser positivas para este debate aqui.

Nós entendemos que os sistemas ligados à infraestrutura não estão apenas ligados à obra física, mas também estão ligados às condições para tanto e aos cenários econômicos e regulatórios que compõem, que acabam configurando o ambiente no qual nós exercitamos a nossa atividade.

Para atualizar todos, a Abear foi criada em agosto – fará um ano no mês que vem – pelos cinco grupos mais importantes da aviação comercial brasileira. Atualmente, são quatro grupos, pois a Trip juntou-se à Azul. Mas esses números seguem sendo praticamente os mesmos ao longo deste ano.

Cresceu o número de algumas aeronaves. Algumas foram embora. Os números não variam tanto, mas é importante dizer que isso representa 99% do mercado doméstico.

Os impactos da aviação na economia também são conhecidos, mas sempre vale a pena colocar que essa cadeia produtiva representa pouco mais de um milhão de postos de trabalho, mais de 1% do PIB nacional, e tem volumes bastante importantes e expressivos de recolhimentos.

A terceira questão, que sempre me agrada colocar aqui, Senador Gurgacz e colegas, é que, muitas vezes, a aviação é avaliada apenas pelos seus passageiros, só que a outra metade do avião, a parte de baixo do avião é fundamental para que a gente feche a conta.

Ora, no ano passado, entre o que o Brasil importou e exportou, nós somamos quase meio trilhão de dólares. Dez por cento disso entraram e saíram do País de avião, ou seja, 50 bi entraram e saíram do País de avião.

Do ponto de vista do peso, isso é só 0,2% do peso total. Por quê? Porque o *container* de soja vai de navio, mas o pequeno microchip que nós usamos nestes aparelhinhos, aqui, entra e sai de avião, está certo?

Então, isso significa que é sempre importante entendermos a infraestrutura para aviação não apenas sob o ponto de vista do transporte de passageiros, mas também sob o ponto de vista de toda a logística instalada para a entrada e saída de carga deste País, para viabilizar o desenvolvimento econômico deste País e, particularmente, para melhorar a qualidade da inserção comercial do Brasil no mundo, na medida em que são os equipamentos de maior valor agregado, que

compõem uma pauta extremamente importante sob o ponto de vista da tecnologia de nossos relacionamentos, a composição da carga que se transporta por via aérea, particularmente na Amazônia.

O senhor imagine, por exemplo, que nós temos operações, Senador, em que o avião cargueiro sai dos Estados Unidos, baixa sábado de manhã em Manaus, retiram-se desse avião alguns pequenos componentes para telefonia, esse mesmo avião desce e faz Assunção-Viracopos e sobe de volta no domingo à tarde. Ele leva dentro dele, ele recolhe em Manaus o telefone pronto e leva embora para o exterior. Então, esse é apenas um. Eu poderia passar os nossos 15 minutos dando exemplos.

Ora, outra questão são os efeitos indiretos. Na medida em que a aviação se desenvolve, um conjunto de cadeias produtivas vai-se instalando. A indireta, a nossa cadeia produtiva direta, a cadeia produtiva gerada pelo nosso próprio pessoal e as atividades correlatas. A mais visível como sempre é a de turismo. Eu chamei a atenção para as outras duas, que são pouco trabalhadas.

Esses números – o Presidente Guaranys acaba de colocá-los –, para que ninguém ache que nós usamos números diferentes, são apenas um critério técnico. A Anac se utiliza de um conceito de embarque e desembarque, o soma, e isso, tecnicamente, é correto, é apenas uma opção diferente. Nenhum número é melhor ou pior. Nós trabalhamos com o conceito do passageiro embarcado. Então, os números no fim do dia se somam e dão a mesma coisa.

É importante colocar, aqui, o seguinte: em 2002, esses embarques de 38 milhões são triplicados em uma década. O que causa o triplicar desses embarques? A desregulamentação, que significa a liberdade tarifária. Essa é uma grande conquista da aviação brasileira. Dois, essa liberdade tarifária começa, inicia-se, de fato, se pratica em 2003 e vem encontrar um processo de uma década de ascensão da capacidade de aquisição da população, de aquisição de bens e serviços, inclusão de milhões de consumidores.

Na hora em que uma curva encontra a outra, nós chegamos a uma situação na qual, na medida em que o setor passa a ter liberdade de competir entre si, esse é um setor altamente competitivo.

A aviação que nasce neste País, a partir de 2003, é uma aviação completamente distinta daquela que nós vivemos de 1927 até aqui. Por mais que a gente tenha mudanças históricas, isso levaria uma noite inteira para aprofundar, mas a grande componente diferencial é a disputa pelo consumidor, a disputa pelo cliente com base naquele preço que você pode oferecer e, a partir daí, conjugar serviço.

Resultado: em 2002, Senador, ninguém viajou de avião, neste País, por menos de R$100. Em 2012, 16%. Em 2002, 27% dos passageiros pagaram menos de R$300. Em 2012, quase 70% dos passageiros que subiram a bordo pagaram menos de R$300. Esses dados são da Anac.

É importante colocar isso, porque, muitas vezes – é lógico, o consumidor não é obrigado a saber –, você abre um jornal e vê lá: "A pesquisa do fulano de tal disse que a tarifa daqui para lá aumentou ou diminuiu". Isso aqui não é uma pesquisa. Isso aqui não é um dado amostral. Isso aqui são todas as tarifas praticadas em todos os voos, em todos os horários, que periodicamente são repassadas à autoridade reguladora, Anac, e são consolidados.

Aí alguém sempre me pergunta assim: "Puxa vida, mas outro dia eu peguei um preço aqui de R$1,2 mil". Existe? É claro que existe. Existe de R$2 mil. Agora, acima dessa faixa aqui, você está com 1%, ou 0,5%. O problema é que 1% é um milhão de passagens. Então, dá para você colocar o Congresso Nacional inteirinho para viajar o ano inteiro, todo ele acima de R$1 mil, e ainda multiplicar por três que não dá conta dessas passagens todas vendidas.

Sempre me perguntam quem é que usa esse tipo de passagem aqui. É aquela pessoa que marca passagem de última hora. "Olha, preciso viajar amanhã, às 9 horas. Preciso sair daqui para São Paulo. São sete horas". Não sei que horas agora, 6h30min ou 7 horas. Essa marcação de última hora geralmente é a marcação mais alta.

Mas eu gosto de mostrar isso aqui, para a gente entender um pouco qual é o nosso cenário. Também, muitas vezes, o leigo começa a discutir se nós temos muitas ou poucas empresas aéreas, se o preço aqui é caro ou barato, como é isso. Então, os quatro principais mercados mundiais de passageiros domésticos são Estados Unidos, China, Brasil e Japão. Nós três aqui temos quatro companhias aéreas. "Então estamos bem, estamos iguais". Sim, só que o mercado doméstico americano é mais ou menos sete vezes o nosso. O mercado doméstico chinês é mais ou menos quatro vezes e meia, quase cinco vezes o nosso, um pouco menos, está certo? Aqui são cinco, mas American Airlines e US Airways estão virando uma empresa só, são do mesmo grupo. Aqui são quatro e nós temos quatro. O Japão, que é um mercado que vem logo depois da gente, tem duas empresas aéreas. Daqui para cá, em todo o resto do Planeta, nós temos duas empresas aéreas voando no mercado interno ou uma empresa aérea voando do mercado interno.

O SR. PRESIDENTE (Acir Gurgacz. Bloco/PDT – RO) – Muitas estatais ainda.

O SR. EDUARDO SANOVICZ – Muitas estatais. E algumas recentemente quebrando. Por exemplo, o Uruguai não tem mais empresa aérea. E é complicadíssimo. Para um país, não ter uma empresa aérea é quase não ter mais sangue na veia.

Qual é a consequência disso? Você deixa de ter dentro do seu país a decisão estratégica sobre conectividade. Aqui, por mais que a gente debata e discuta, e o jogo de pressões faz parte da democracia, de vez em quando uma delegação sai do Congresso e vai à sala do presidente Marcelo: "Não, a companhia tirou o voo daqui para lá, precisa voltar". Aí ele liga para mim, fica nesse jogo aqui, e a gente acaba pondo o voo de volta.

Isso a gente faz, algumas vezes não faz, às vezes aumenta ou diminui, o preço sobe. Só que estamos num debate dentro do País, porque o centro de decisão está aqui. Imagine se a gente tivesse que discutir com um centro de decisão que estivesse na Alemanha ou nos Estados Unidos. Seria uma coisa bastante complicada.

Mas, do ponto de vista da infraestrutura, que é o tema do nosso debate, Senador, eu queria chamar atenção para essas duas linhas aqui debaixo. O preço do querosene de aviação, que é a nossa gasolina, o combustível que se usa para voar, no Brasil, se você pegar Recife, é o terceiro mais caro do Planeta. Ele é superado por dois países na África, se não me engano, o Chade. Não me lembro agora quais são.

Por que isso? Porque nós temos uma fórmula de precificação do querosene de aviação no País que é a mesma desde os anos 80. Acontece que, nos anos 80, 80% desse querosene de aviação vinham do exterior. Então, a fórmula, que eu já vou mostrar para vocês...

O SR. PRESIDENTE (Acir Gurgacz. Bloco/PDT – RO) – Dr. Eduardo, o senhor me permite, só para perguntar?

O SR. EDUARDO SANOVICZ – Pois não.

O SR. PRESIDENTE (Acir Gurgacz. Bloco/PDT – RO) – Esse é o preço de bomba, de varejo...

O SR. EDUARDO SANOVICZ – O preço de bomba para nós, do varejo

O SR. PRESIDENTE (Acir Gurgacz. Bloco/PDT – RO) – ... Ou para as empresas?

O SR. EDUARDO SANOVICZ – Para as empresas. É, porque só nós consumimos. O querosene de aviação não é vendido fora do aeroporto.

O SR. PRESIDENTE (Acir Gurgacz. Bloco/PDT – RO) – Não, eu sei. Mas não há um contrato com as empresas que tem um preço diferente? Para quem tem um avião particular tem um preço. Para quem tem...

O SR. EDUARDO SANOVICZ – Algumas compras de volume podem se diferenciar um pouquinho.

O SR. PRESIDENTE (Acir Gurgacz. Bloco/PDT – RO) – Porque as empresas aéreas TAM, GOL, Azul, Avianca...

O SR. EDUARDO SANOVICZ – Pagam isso aqui.

O SR. PRESIDENTE (Acir Gurgacz. Bloco/PDT – RO) – É esse o preço.

O SR. EDUARDO SANOVICZ – É isso aqui. É esse o nosso preço. Guarulhos, R$4,91 o galão.

O SR. PRESIDENTE (Acir Gurgacz. Bloco/PDT – RO) – O galão.

O SR. EDUARDO SANOVICZ – É. Não o litro, o galão.

O SR. PRESIDENTE (Acir Gurgacz. Bloco/PDT – RO) – É importante colocar, porque me dá...

O SR. EDUARDO SANOVICZ – Galão.

O SR. PRESIDENTE (Acir Gurgacz. Bloco/PDT – RO) – Galão, só para...

O SR. EDUARDO SANOVICZ – Dólar/galão.

O SR. PRESIDENTE (Acir Gurgacz. Bloco/PDT – RO) – É por isso que eu estava achando bastante caro.

O SR. EDUARDO SANOVICZ – Não, não... Senão não tinha mais avião no ar.

O SR. PRESIDENTE (Acir Gurgacz. Bloco/PDT – RO) – Pois é.

O SR. EDUARDO SANOVICZ – E a segunda questão, além do preço, é a tributação. Esses dois dados são fundamentais para se compreender nossas demandas de infraestrutura. Tanto que isso acaba impactando e vou mostrar logo na frente o porquê. Nós temos um preço aqui caro por conta da fórmula. Costumo sempre contar um caso: nos anos 80, o querosene vinha de fora, então você pegava um referencial dólar, *USS Platts*, e a esse preço se acresciam todos os custos do transporte do petróleo lá do Golfo do México: põe no navio, traz para cá, põe no duto, no duto processa, põe não sei aonde e tal, até chegar ao avião.

Hoje, mais de 80% desse querosene de aviação, quase 90% são produzidos internamente. Recentemente, tomou posse a nova diretora da Revap, a refinaria do Vale do Paraíba, e declarou ao jornal *Valor* que um dos orgulhos que a equipe técnica de lá tem – acho que é para se orgulhar mesmo – é que eles produzem 100% do QAV consumido em Guarulhos. Eu moro em São Paulo, acho que alguns ou todos daqui conhecem o Estado de São Paulo, e não me consta que do Vale do Paraíba a Guarulhos alguém vá de navio, muito menos o querosene de aviação.

Então, é um tema para ser discutido e creio que o Plenário do Senado e acho que esta Comissão são lugares interessantes para isso.

A segunda questão é a tributação. De vez em quando alguns dos senhores vão pegam um avião, embarcam de São Paulo a Fortaleza e dizem: "Meu

Deus do Céu". Algumas passagens, e acontece isso, de São Paulo para Fortaleza são mais caras do que de São Paulo para Buenos Aires e a distância é mais ou menos a mesma.

Por que isso acontece? Acontece? É verdade, acontece. Porque encosta aqui o avião que vai embarcar de São Paulo para Fortaleza e o avião que vai para Buenos Aires. O da Aerolineas e um avião de uma das nossas empresas aéreas, qualquer uma das quatro. O mesmo caminhão que vai colocar combustível aqui vai colocar combustível no outro avião, é o mesmo cara! Não que seja mais um ser humano de outro processo, mas figurativamente a mesma pessoa. Essa é a mesma gasolina, esse é o mesmo combustível. Além do preço, o nosso avião que vai para Fortaleza, no caso de São Paulo, paga 25% de ICMS sobre o preço do querosene de aviação. O outro avião não paga nada, é isento. E por que ele é isento? Porque corretamente o Brasil faz parte dos acordos comerciais internacionais. Como o ICMS, tributação sobre o querosene de aviação, não existe em lugar nenhum do mundo, em lugar nenhum do mundo se paga, portanto os aviões que vêm de fora não podem ser cobrados aqui sobre algo que naquele país não se cobra. Esse é outro tema. E isso vai se somando no custo.

Para se ter uma ideia, só o ICMS que se paga em Guarulhos impacta 10% ou 11% do preço que se tem da passagem final. A média aqui, vocês vão ver aqui, mostro já no final para todo mundo, esse é um pouco a nossa... Muitas vezes o pessoal pergunta como as empresas internacionais funcionam.

A empresa internacional, a empresa europeia – e não quero dizer o nome aqui – que melhor trabalha o seu custo, tem esse custo de centavo para cento/quilômetro. É uma tabela que nós usamos.

Mas não deixar ninguém confuso e correr rapidinho, se amanhã tirássemos essa empresa da Europa e a colocássemos operando aqui, com sede em Brasília, Goiânia, São Paulo, onde quer que fosse, ela custaria 27% mais caro, basicamente por causa de combustível, custos de tarifas, tributação, etc., e um pouco pelos encargos.

Essa é a fórmula que eu falei dos combustíveis: frete, duto, e tem um negócio que pagamos muito simpático, chamado Adicional de Renovação de Frota da Marinha Mercante. Assim, pelo QAV que vem do Vale do Paraíba para Guarulhos pagamos 1,5% de renovação de frota da marinha mercante. No final, temos o preço final do QAV.

E isso aqui é o mapa nacional do ICMS. Muitas vezes as pessoas não sabem isso. Tudo o que está em vermelho é quem cobra 25% de ICMS; 17%, 12%, etc.

Dado interessante. Distrito Federal, Minas Gerais, Paraná, São Paulo e Rio de Janeiro, por conta da história econômica, por conta de seu peso na economia nacional nos últimos 50 ou 60 anos, correspondem a quase 70% dos voos que acontecem no País. Minas Gerais, Paraná e Rio de Janeiro há muitos anos têm a taxa de ICMS no limite mínimo, que é 12%.

O Distrito Federal, há poucos meses, 120 dias, aprovou uma lei aqui, o Governador Agnelo Queiroz assinou a redução para 12%. Em menos de 60 dias, recebeu 56 novos voos nesse aeroporto, porque ele passa a ser competitivo em relação a uma série de outros, em relação ao custo.

Se, por exemplo, o País inteiro decidisse vir para a alíquota mínima de 12%, ou se o País inteiro resolvesse, por uma decisão do Senado da República, a quem cabe a definição dessas alíquotas e onde houve um debate a esse respeito, trazer o ICMS, em cada Estado – ainda que o Estado continue recebendo –, para seis, ou rever isso aqui, a gente estaria fazendo uma revolução na aviação nacional, sob o ponto de vista da competitividade, dos custos e da possibilidade de tráfego.

Isso, para nós, é um debate importante de infraestrutura.

O SR. PRESIDENTE (Acir Gurgacz. Bloco/PDT – RO) – Não querendo atrapalhar e já atrapalhando, Dr. Eduardo, no Estado de Rondônia, do qual sou Senador, o Governo deu isenção de ICMS para as empresas que façam voos regionais.

O SR. EDUARDO SANOVICZ – Correto.

O SR. PRESIDENTE (Acir Gurgacz. Bloco/PDT – RO) – Também, dessa forma, incentivando...

O SR. EDUARDO SANOVICZ – É correto. É uma política correta.

O SR. PRESIDENTE (Acir Gurgacz. Bloco/PDT – RO) – ... a interiorização das companhias aéreas. A empresa tem de fazer pelo menos quatro pousos...

O SR. EDUARDO SANOVICZ – Dentro do Estado.

O SR. PRESIDENTE (Acir Gurgacz. Bloco/PDT – RO) – ...dentro do Estado, para promover o transporte aéreo.

O SR. EDUARDO SANOVICZ – A decisão é correta. Nós saudamos e, inclusive, aplaudimos esse processo.

Vale comentar, Senador, e é muito positivo que o senhor me alerte, aqui, que esses ICMSs que são menores que 12, ou que são zero, ou que são três, só são válidos para voos internos de um Estado, ou seja, se eu voar em dois ou três lugares, internamente, em Rondônia, eu posso ter até zero de ICMS por decisão do Governo do seu Estado, mas se o voo sair de Ron-

dônia para o Amapá, se o senhor tiver abaixo de 12, o Confaz o aciona judicialmente.

Nós temos, hoje, uma ação judicial porque, durante um certo período, o Governo do Rio de Janeiro, há 10 ou 12 anos, praticou uma tarifa menor e, agora, está disputando esse assunto na Justiça, mas existe isso. No Paraná, a gente tem...

(*Soa a campainha*.)

O SR. EDUARDO SANOVICZ – Estou correndo.

Sob o ponto de vista de aeroportos, nós, há alguns meses já, em debate – eu queria fazer, aqui, um testemunho positivo –, quer dizer, nós temos tido um processo muito importante, muito positivo de debate e diálogo, tanto com a Anac, como com a Infraero, com as suas equipes técnicas, com os seus dirigentes, e temos deixado claras algumas posições.

Tem horas em que a gente não gosta muito disso e tem horas em que a gente toma algumas regulamentações que não nos agradam, mas não podemos nos queixar em relação às regras do jogo. É um jogo claro, é um jogo jogado abertamente e as questões são bastante explícitas, particularmente... Ninguém chuta a canela, não. Não tem, não tem, isso é positivo. Eu queria deixa este testemunho aqui, no Senado.

Nós enviamos uma relação dos 72 aeroportos em que nós já operamos, nos quais nós temos interesse em mudanças e melhorias de infraestrutura. Em algum aeroporto precisa melhorar o pátio; em outro, a pista; em outro, o terminal; em outro, os dois; em outro, os três; em outros, questões ligadas à infraestrutura tecnológica.

Só que esta lista, eu acho mais saborosa, e eu trouxe aqui porque, por exemplo, veja aqui, tem Guajará-Mirim, que é no seu Estado. Esses são os aeroportos em que a gente não opera e que demandamos à SAC que sejam os aeroportos centrais no processo de ampliação anunciado nessa lista de 270 aeroportos que o Governo publica.

Por que nós colocamos 61? Nós somos contra os 270? É claro que não. Só significa o seguinte: nós temos uma lista de demanda que é onde entendemos, as quatro empresas, somadas, entendem que são os aeroportos, hoje, mais viáveis, ou mais interessantes sob o ponto de vista do nosso interesse estratégico, do nosso interesse gerencial.

Acontece que a essa lista se somam, e é legítimo, por exemplo, aeroportos que estão em regiões que estão recebendo investimentos importantes, ou que receberão investimentos importantes, ou que são interessantes porque vai haver a construção de alguma coisa naquela região. São coisas que não estão no nosso radar. Está certo? Mas estão no radar de visibilidade de um governo de Estado, de um consórcio de prefeitos ou das lideranças de cada região.

Mas essa é a nossa lista. Ela passa por todos os Estados da União e traz algumas coisas. Por exemplo, minha terra aqui tem um aeroporto do Estado – eu sou de Santos, do Estado de São Paulo –, que é uma base aérea. Nós entendemos que, com algumas medidas de infraestrutura tomadas e se todos esses aeroportos estiverem prontos e recebendo as medidas que nós estamos demandando à SAC, num período ao redor de 90 a 120 dias, começaremos a voar. Pelo menos uma das quatro empresas coloca um voo em cada um desses lugares.

Esse é o nosso potencial para 2020. Ele é muito similar a esses dados que o Presidente Guaranys colocou aqui. Nós entendemos que, em oito anos, é possível dobrar o número de passageiros, o número de aeroportos, o número de rotas; crescer o número de pessoas trabalhando de forma bastante expressiva; e, principalmente, quase dobrar o número de aviões. É importante colocar que isso aqui, Senador, está diretamente vinculado à velocidade e ao volume de investimentos. Está certo? Há um conjunto de investimentos privados que nós prevemos para isso.

O nosso setor é um setor que se planeja em períodos que vão de trienais a quinquenais. Para dar um exemplo bem transparente, ninguém aqui entra na Embraer ou na Boeing e sai pilotando. As pessoas leigas acham, de vez em quando, que é que nem entrar na concessionária de automóveis e sair com o carro. O avião você encomenda e, dependendo da situação – claro que há exceções –, via de regra, leva três, quatro, cinco anos para receber.

Quando você toma a decisão de comprar... Por exemplo, uma das empresas associadas, recentemente, anunciou a compra de 80 boeings. Ela vai vindo. Leva 12 num ano, 15 no outro, etc. Na hora em que você fechou o contrato, o pênalti para você devolver o avião é absurdamente alto. Pelo volume de penalizações comerciais pelo não recebimento do avião, é mais fácil comprar o avião do que pagar a conta. Isso significa o seguinte: o nosso planejamento está sempre vinculado a uma avaliação de cenário econômico, uma avaliação de cenário de infraestrutura. Foi por isso que eu me referi, no início do meu comentário, à importância de olharmos não apenas a obra em si, mas em que cenário nós estamos trabalhando.

Nós crescemos, nesse período de 2003/2009, a índices de dois dígitos. O cenário deste ano e para os próximos dois é um cenário que nós projetamos ainda em crescimento a um dígito. Mas o que nós queremos, Senador, não é anunciar diminuição de oferta e diminuição de rota. Nós gostamos é de comprar avião, de

transportar mais gente e de voar para mais lugares, porque isso é bom, não é? Mas entendemos que, com a atual estrutura que nós temos, vivemos hoje um bom problema, vivemos um bom desafio. Qual é o bom desafio? Com essa estrutura estamos batendo no teto. Para continuar um plano de crescimento consistente, é necessário enfrentar problemas, que são esses apresentados aqui pelo Presidente Guaranys, corretamente, de implementar novos modelos de gestão para os aeroportos, de radicalizar esse modelo no sentido de ampliá-lo, de enfrentar as questões ligadas à estrutura dos aeroportos existentes e, principalmente, de enfrentar essa agenda que eu coloco aqui, qual seja, nós precisamos da questão aeroportuária, da questão ligada à infraestrutura de prestação de serviço.

Embora nós tenhamos índices extremamente baixos de problemas com bagagens, ainda é um tema aberto e hoje as tecnologias já permitem que avancemos. Essa é a segunda questão. Nós também já apresentamos à SAC um documento bastante pormenorizado de propostas para isso.

Terceira, a questão das novas concessões. A nossa proposta inicial para as concessões era diferente da proposta final apresentada pelo governo. Em vez de outorga, nós defendíamos a concessão por menor tarifa.

Quarta, é fundamental enfrentar a necessidade da malha especial para a Copa do Mundo. Eu queria compartilhar um dado com vocês novamente. As pessoas acham que nós vamos ter duas vezes, três vezes o número de passageiros nos megaeventos. Não é fato. Isso não existe.

Recentemente, nós também mostramos à sociedade os dados dos últimos megaeventos: a Copa da Alemanha, a Copa da África, as Olimpíadas. O que nós fazemos é trocar passageiro. O passageiro regular corporativo deixa o avião e é substituído pelo torcedor, por aquela pessoa que vai para o evento. Os números finais – isto é público, está na Internet – nos aeroportos principais nesses três megaeventos, durante a realização dos eventos, são mais ou menos iguais aos números do resto do ano. Por quê? Se há aquela reunião da sua empresa no dia tal e na cidade x e se há jogo, você desmarca a reunião. Isso acontece. São milhares de casos semelhantes.

E, por fim, nós defendemos a implantação imediata – em alguns casos, já estamos nesta trilha – de uma agenda para a equiparação, para a construção da possibilidade de um caminho que coloque a aviação brasileira em patamares internacionais dos pontos de vista tributário, tarifário e regulatório. É claro que cada um desses itens tem 312 desdobramentos, mas há aqueles que chamam mais a atenção, como o preço do QAV. Em média, o QAV, o nosso combustível, representa no Brasil 43% do custo da operação, e a média internacional é de 33%. Portanto, aqui o preço é 30% mais caro.

A segunda agenda é a agenda tributária. Eu me referi ao ICMS. Por exemplo, está em debate nesta Casa a isenção do PIS-Cofins para uma modalidade de transporte. Nós entendemos que é possível debater, Presidente, a extensão disso para a modalidade aérea. É um debate interessante. A sociedade precisa travá-lo.

E, do ponto de vista regulatório, nós temos hoje toda uma agenda tratada por meio de audiência pública com a Anac. Algumas vezes, chegamos a consenso; outras, não. E aí a vida segue.

Creio que, com isso, procurei colocar aqui a contribuição que a aviação tinha a dar, Senador.

Fico à disposição, sempre que necessário, para retornar a esta Casa.

Muito obrigado.

O SR. PRESIDENTE (Acir Gurgacz. Bloco/PDT – RO) – Muito obrigado, Dr. Eduardo Sanovicz, pela sua explanação.

Faço uma pergunta, Dr. Eduardo: a nossa tarifa está ligada diretamente ao dólar? É possível sofrer uma alteração neste momento em que o dólar sobe? Isso é possível?

O SR. EDUARDO SANOVICZ – Sim, senhor. Aproximadamente 60% da tarifa estão dolarizados. Por quê? Porque aproximadamente 60% do nosso custo são dolarizados: 43% são em QAV, e de 16% a 17% – varia um pouquinho...

O SR. PRESIDENTE (Acir Gurgacz. Bloco/PDT – RO) – Em QAV, são 100%.

O SR. EDUARDO SANOVICZ – O QAV é 43% dolarizado. O preço muda todo dia, de acordo com a cotação do dólar. E de 16% a 17%...

O SR. PRESIDENTE (Acir Gurgacz. Bloco/PDT – RO) – São 43% dos custos. Mas é 100% dolarizado o QAV?

O SR. EDUARDO SANOVICZ – Correto, correto. E em torno de 16% a 17% estão vinculados ao *leasing* e aos custos relacionados à manutenção das aeronaves. Isso tudo é dolarizado.

Portanto, muitos me perguntam: "Puxa vida! O avião está cheio, mas, ao abrir o balanço da empresa, vejo que deu prejuízo?" Por quê? De 2003 a 2009 ou a 2010, nós voamos em céu de brigadeiro com o câmbio a R$1,70 a R$1,75. Todo mundo aqui foi para Miami fazer compras feliz da vida! Nós transportamos, muito felizes também, todo mundo. Todo mundo estava ótimo. Quando o câmbio veio para R$2,00, de 2010 para 2011, isso foi positivo para o conjunto da economia brasileira. A maioria dos economistas saudou isso como positivo. E é um fato: para o conjunto da eco-

nomia, isso é positivo. Para nós, isso é um desastre, é uma máxi no meio da testa pouco superior a 15%.

A aviação é como avião: a gente não faz cavalo de pau. Sabe o carrinho que faz cavalo de pau? A gente não o faz. O avião não o faz, e a aviação também não. Então, para nos adaptarmos a um novo cenário, são dois ou três anos de ajuste. E nós pagamos o preço. Não estamos reclamando, não nos estamos queixando. Ninguém entra na aviação sem saber claramente como é que o custo se compõe, porque isso faz parte do jogo.

O SR. PRESIDENTE (Acir Gurgacz. Bloco/PDT – RO) – São as regras do jogo.

O SR. EDUARDO SANOVICZ – É a regra do jogo.

Então, na hora em que estávamos nos adaptando, no primeiro semestre deste ano, com revisão de oferta, com ajuste na estrutura, com revisão de custos etc., veio uma nova máxi: nós fomos de R$2,02 para R$2,25, para R$2,28. Já há gente falando em R$2,30. Isso significa... Vocês põem um sobre o outro e fazem a conta com uma máquina de calcular para ver como é o comportamento dos custos desse setor num período inferior a três anos. Portanto, o cenário do fim do semestre, o resultado é de desolação. Nós estamos com todos os alertas vermelhos ligados para ver como é que vamos enfrentar este segundo semestre. Daí a importância, Senador, de debates como este nesta Casa e de esta Casa estar atenta ao fato, porque creio que daqui podem surgir encaminhamentos, podem surgir atos legais ou debates no sentido de, enfim, debater esses temas de forma ampla.

O SR. PRESIDENTE (Acir Gurgacz. Bloco/PDT – RO) – Sem dúvida. Lembrando que, comparado a outros sistemas de transportes, a aviação não paga ICMS sobre a passagem. Isso já é uma ajuda para o setor.

Outra pergunta: a TAM, nessa associação com a LAN, perde a nacionalidade brasileira ou mantém, sem nenhuma dificuldade...

O SR. EDUARDO SANOVICZ – Não. Mantém tudo.

O SR. PRESIDENTE (Acir Gurgacz. Bloco/PDT – RO) – Mantém tudo.

O SR. EDUARDO SANOVICZ – Precisa gravar, não é?

O SR. PRESIDENTE (Acir Gurgacz. Bloco/PDT – RO) – É, porque essa é uma pergunta que sempre fazem. A população precisa saber.

O SR. EDUARDO SANOVICZ – É uma pergunta recorrente. E é justo que se faça.

Todas as quatro empresas representadas pela Abear são rigorosamente enquadradas na legislação que prevê controle nacional, está certo?

O SR. PRESIDENTE (Acir Gurgacz. Bloco/PDT – RO) – Muito obrigado, Dr. Eduardo.

Passamos, então, a ouvir o Professor Cleveland Prates Teixeira, Sócio-Diretor da Pezco Microanalysis.

O SR. CLEVELAND PRATES TEIXEIRA – Bom, gostaria de agradecer o convite da Comissão de Serviços de Infraestrutura. Eu me sentiria tentado a participar deste debate sobre transporte aéreo também. Existe até uma piada, de péssimo gosto, que é: quer ver você fazer um bilionário um milionário? É só fazê-lo comprar uma companhia aérea. Porque, de fato, é um setor bastante complicado para se trabalhar.

Eu trouxe aqui, muito mais do que uma exposição detalhada, uma agenda para reflexão. Tenho estudado o setor de transporte aéreo, particularmente também o setor de aeroportos, já faz certo tempo. E algumas questões me chamam muito a atenção. Para discutir esses pontos eu criei esta agenda muito mais com base em alguns aspectos que me parecem relevantes.

Eu trago, inicialmente, alguns princípios básicos, que considero importantes sob o ponto de vista econômico, para que possamos discutir os problemas vivenciados hoje.

É importante também – e eu aqui provavelmente serei redundante com relação ao Dr. Marcelo – entender um pouquinho em que estágio nós estamos vivendo. Particularmente, eu acho que é importante nós entendermos o modelo de gestão que existe no Brasil, compará-lo com outros países, o modelo de regulação e o modelo de concessão proposto pelo Governo daqui para frente, o que nós teremos que enfrentar em termos de infraestrutura aeroportuária.

Finalmente, vou fazer uma provocação nesta Comissão com relação a fontes de financiamento, porque essa é uma questão que não vale apenas para o setor aeroportuário, mas eu acho que para todos os setores de infraestrutura. Em que medida precisamos repensar o modelo de financiamento de infraestrutura no País.

Em primeiro lugar, creio que algumas coisas são óbvias em economia e delas não podemos fugir. A primeira delas é: não existe almoço grátis. Todo custo é pago por alguém. Então, a escolha que nós fizermos, nós temos que considerar que alguém vai pagar por isso. Mais do que isso, alocar recursos em um ou em outro setor implica deixar de alocar esses recursos em outros setores. Então, quando o Governo ou alguém decide colocar dinheiro em algum setor, ele provavelmente tem um custo de oportunidade de deixar de investir em outros setores.

Estou trazendo isto porque acho que é importante refletirmos um pouquinho sobre o modelo que nós temos e como resolver o problema de infraestrutura.

A terceira é uma frase que minha mãe costumava me dizer, que a inteligência não está em aprender com os nossos erros, mas simplesmente...

Eu acho que eu estou com o mesmo problema aqui. Como funciona isto?

(*Intervenção fora do microfone.*)

O SR. CLEVELAND PRATES TEIXEIRA – Automaticamente? Obrigado.

A inteligência está em evitar os problemas. Ao invés de eu ter que ficar pensando em resolvê-los, cabe muito mais entender e aprender com o erro dos outros. Particularmente, eu acho que vale a pena pensarmos um pouquinho sob o ponto de vista de experiência internacional. Eu já antecipo que a própria experiência internacional não é algo assim tão claro e direcionada de tal maneira que possamos considerá-la como exemplo definitivo para o nosso caso.

E a quarta questão, sobre a qual acho que vale pensar, é que para a sociedade o que importa de fato é criar um modelo eficiente que implique menor custo, seja de transporte aéreo, seja de preços pagos pelos serviços aeroportuários, e melhor qualidade possível. É claro que não é fácil lidar com esse binômio. Eu sempre tenho que pensar que melhor qualidade eventualmente implica maiores custos e maiores preços.

Dito isso, eu passo a tratar de algumas questões – como eu havia dito, serei um pouco redundante com relação ao Marcelo – que me parecem bastante importantes.

A primeira delas é que nós vivemos, na década de 90, um processo de desregulamentação, e esse processo de desregulamentação do setor aéreo obviamente levaria ao que nós assistimos na década seguinte: a uma crescente demanda por transporte aéreo.

De fato, nós observamos hoje, nas exposições aqui, que o mercado cresceu significativamente. Então, não deveria ser surpresa para ninguém que a infraestrutura aeroportuária deveria considerar esse efeito; e deveria, de fato, estar preparada para atender a essa demanda mais forte.

O que nós observamos de fato é que, ao longo da última década, nós tivemos um baixo nível de investimento na infraestrutura aeroportuária. Obviamente o resultado foi o pior possível. Nós tivemos, inclusive, problemas de gestão e problemas no tráfego aéreo. Todo mundo se lembra do apagão aéreo pelo qual passamos há alguns anos.

Se pegarmos dados internacionais, em termos de comparação, percebam que nós estamos muito malcolocados em termos de infraestrutura de transporte aéreo.

Por exemplo, em 2010/2011, nós estávamos em 93º, num total de 139. Em 2012, em 134º, num total de 144. Ora, obviamente eu não precisava nem colocar este quadro aqui. Quem viaja de avião pelo País sabe que a infraestrutura aeroportuária brasileira é deficitária.

Mais do que isso. Este é um outro quadro que me parece interessante. Se observarmos, os países crescem – alguns, obviamente, decrescem, como é o caso da Venezuela –, e, na medida em que eles crescem, a demanda pelo setor tende a se elevar. Se você não tem crescimento adequado da infraestrutura, o que acontece? Você vai ter uma percepção das pessoas de que a qualidade não tem acompanhado o quê? Não tem acompanhado essa demanda maior.

Observem o seguinte: a economia do Peru cresceu, e houve percepção da melhoria da qualidade da infraestrutura aeroportuária. No caso do Brasil, o Brasil, de fato, cresceu, mas a percepção das pessoas foi o quê? Foi de decréscimo da infraestrutura aeroportuária do País. Obviamente esse é o reflexo do que temos vivido nos últimos anos.

Passo a levantar algumas questões que, de fato, me parecem relevantes.

Como prover esse serviço tão importante? Nós temos a alternativa de continuar com o investimento público, seja ele por meio de empresa estatal ou não; temos a alternativa, na outra ponta, de, ou privatizar, ou realizar concessões, por meio de leilões, como é o que está, de fato, sendo encaminhado agora, de alguma maneira, ou, eventualmente, temos o meio termo, que é a Parceria Público-Privada. Eu chamo a atenção para o caso da Parceria Público-Privada porque a Parceria Público-Privada acontece principalmente naquelas situações em que a concessão não é atrativa suficientemente para que as empresas tenham interesse em operar o aeroporto, no nosso caso, mas que pode ser operado se o Governo entrar com uma contraprestação, com valor que cubra parte da receita necessária para que a empresa opere adequadamente. E a empresa privada pode fazer isso eventualmente de maneira muito mais eficiente que o setor público, dada as menores restrições que tem com relação a isso.

Então, no fundo, nós temos algumas opções que são de constituição da infraestrutura e da própria gerência dessa infraestrutura.

Eu lembro que, no caso particular de concessão e privatização, em geral, particularmente em aeroportos, nós temos que ter uma regulação e mecanismos adequados de garantir a concorrência no mercado.

Este quadro saiu um pouco pequeno, e acho que saiu até cortado. Mas eu vou tentar, de toda forma, falar sobre ele.

No fundo, qual a situação que nós temos? Muito do que se observa no resto do mundo varia. Mais precisamente, há situações em que a propriedade da

infraestrutura aeroportuária é pública, às vezes, ela é privada e, às vezes, ela é parcialmente privada, uma combinação entre empresa pública e empresa privada sendo dona do aeroporto. E a operação pode se dar de uma maneira pública ou pode se dar de uma maneira privada.

Infelizmente, este quadro está um pouco cortado, mas eu vou tentar trazer alguns exemplos na prática para a gente conversar.

Chama-me a atenção o seguinte: se pegarmos Brasil, Portugal, Espanha, Cingapura, o Brasil, até recentemente, trabalhava muito com o modelo de propriedade pública e gestão pública. Se vocês olharem para o lado direito deste eslaide, verão modelos em que a propriedade é pública, mas a operação do aeroporto se dá por meio de concessões, como é o caso do Peru, como são alguns casos da Argentina, Egito e assim por diante. E há, no limite oposto, algumas situações em que a propriedade é transferida totalmente para empresa privada. Temos os casos do Reino Unido, da Austrália e da Nova Zelândia.

O que eu quero dizer com este quadro?

Ora, não existe uma definição única com relação a modelos de propriedade e gestão aeroportuária. Eles diferem substancialmente ao redor do mundo. Isso não dá uma clareza maior sobre o que seria obviamente um consenso geral entre os países. Por isso, eu acho que a gente tem espaço para uma discussão maior.

Sob o ponto de vista regulatório, uma empresa, uma operadora aeroportuária, obviamente, busca retorno. E mais do que buscar retorno, ela quer uma garantia de que as regras serão claras no futuro. Eu só vou entrar num processo de concessão se eu sei quais serão as regras nos próximos 25, 30 anos. Do contrário, obviamente, eu vou me retirar. Ou, então, eu vou exigir um retorno muito maior para operar aquele aeroporto, porque eu posso imaginar que, durante um tempo, eu vou ter uma receita e, no momento seguinte, eu vou ser retirado ou, eventualmente, eu posso não ter a receita que me remunere o capital investido adequadamente.

Eu gostaria de lembrar também que aeroporto não é uma empresa que vende um único produto, um único serviço. O que eu quero dizer com isso? Um aeroporto tem a relação direta com as empresas aéreas, ele cobra por tarifas aeroportuárias, mas ele também tem uma forma de "precificar" diretamente ao consumidor final. Ele monta uma cesta de preços, e esses preços podem ser maiores ou menores em cada ponta, a depender das condições de mercado. Então, a receita que esse operador vai formar depende, em parte, da receita que ele obtém com transporte aéreo e, em parte, com serviços ancilares, serviços adicionais que ele tem aí, por exemplo, estacionamento.

O que eu quero trazer à baila com isso? Ora, dependendo do tipo de aeroporto que eu tenho e da forma como esse aeroporto é gerenciado e da forma como a regulação se dá, eu posso ter um impacto maior de um lado do mercado, sobre companhias aéreas e quem viaja, ou sobre outros serviços adicionais. Tudo isso mostra que eu preciso, como regulador, tomar cuidado com a forma como eu regulo esse mercado.

A boa notícia é que você tem margem de manobra; a má notícia é que, se a gente pegar a experiência internacional, também não há um dado conclusivo sobre qual é a melhor forma. Obviamente, caminha-se cada vez mais – e se você pegar a grande maioria, uma amostra que eu cheguei a pegar – para alguma coisa próxima do que a gente trabalha aqui no Brasil: o modelo de *price cap*, ou preço-teto, com exigência de algum ganho de produtividade para operador portuário. Há possibilidade de se fazerem avaliações? Há. Há vários modelos, há várias mesclas que se tem e que, de fato, podem ser analisados e aplicados.

O que é emblemático é o caso da Austrália, em particular, e da Nova Zelândia, que são aeroportos privados, gestão privada em que não existe propriamente uma regulação sobre tarifas, mas muito mais um monitoramento dos maiores aeroportos e um incentivo a que as empresas aéreas negociem de boa-fé com esses operadores aeroportuários. Ou seja, é um caso diferente que destoa um pouco dos demais modelos. Mas, se a gente pegar de uma maneira geral, grande parte trabalha da mesma forma que se trabalha no Brasil, com o modelo de *price cap*.

Com relação ao que foi colocado aqui pelo Dr. Marcelo, eu gostaria de chamar a atenção para esse novo modelo que, de fato, incorpora, em primeiro lugar, princípios de concorrência ou de defesa da concorrência. Parte-se do princípio de que há possibilidade de haver concorrência entre aeroportos. Essa é uma discussão bastante longa: em que medida aeroportos concorrem com outros aeroportos se não estão na mesma cidade? Isso passa por uma discussão sobre concorrências entre *hubs* e assim por diante, mas não é tão claro qual o tipo de concorrência que se pode ter, por exemplo, no caso brasileiro.

A segunda questão que está posta nesse modelo, como o próprio Dr. Marcelo já sugeriu, é uma exigência de 35 milhões de passageiros/ano, uma comprovação de pelo menos 35 milhões.

A terceira, neste caso – corrija-me se eu estiver errado, Dr. Marcelo –, é o caso de Confins e do Galeão. Parece que houve uma exigência maior de participação do operador aeroportuário dentro do consórcio, não é?

(*Intervenção fora do microfone.*)

O SR. CLEVELAND PRATES TEIXEIRA – Foi de 10 para 25. Exatamente.

E o quarto ponto é a manutenção da Infraero com participação em todos os aeroportos.

O que me vem à mente quando olho esse modelo? E estou falando isso porque já participei de audiências públicas sobre o assunto também e o Dr. Marcelo conhece a minha posição.

A primeira questão é que, quando a gente fala em concorrência, a concorrência não necessariamente precisa ser uma concorrência que aconteça entre aeroportos ou a concorrência no mercado. Essa concorrência pode se dar pelo mercado, ou seja, no momento da entrada da operação pode-se estimular que um maior número de operadores aeroportuários tenha interesse em entrar e que eles concorram para dar o melhor lance. E, em geral, o que a teoria mostra é que você tem uma probabilidade bastante razoável de que o operador mais eficiente acabe levando, porque as contas que ele faz são com base nos custos que ele tem. Então, eventualmente, quando se tem situações em que é pouco provável a concorrência no mercado, o ideal é estimular a concorrência pelo mercado, no momento da entrada, no momento do leilão.

E, aí, o que me chama a atenção é o quanto está sendo exigido hoje nessa consulta pública. Primeira questão: para 35 milhões de passageiros/ano, você deve ter, provavelmente, em torno de 30 aeroportos no mundo que operam com 35 milhões. É pouco se você pensar que a maioria desses operadores aeroportuários não saiu dos seus respectivos países, e pouco provavelmente sairão. Em segundo lugar, se nós pegarmos o caso de Confins e do Galeão, provavelmente, a gente deve ter uma movimentação, hoje, em Confins, de cerca de 7 milhões, se não estou equivocado, e, no Galeão, de algo próximo a 16 milhões. É muito menos que os 35 milhões! Então, parece-me razoável se reduzir esse patamar de 35 milhões para permitir que novos ou que outros operadores possam competir no momento da entrada.

A outra questão posta é que, *a priori*, foi proibido que operadores que já entraram no País participem do leilão. Há um caso, em particular, que me chama a atenção: Campinhas muito pouco provavelmente competirá no mercado com Galeão ou com Confins. Eu acho que são características distintas. Provavelmente, não se terá uma competição direta. E, assim, proibir, *a priori*, que participe um operador que está aqui, que pouco provavelmente competirá com os outros aeroportos, não me parece razoável, dado o cenário que a gente tem.

E há uma outra questão que me chama a atenção – e não se trata de uma crítica às pessoas que trabalham na Infraero, mas uma questão muito mais metodológica, uma questão de definição do modelo –: se você proíbe que o operador de um aeroporto como Viracopos ou Guarulhos, assim por diante, participe do momento da entrada e, ao mesmo tempo, você deixa a Infraero participar de todos os aeroportos, mesmo que seja com 49%, parece-me uma contradição em dois sentidos. O primeiro é que essa mesma Infraero tem direito a veto. O que significa isso? Que decisões que nós chamamos de mercadologicamente relevantes – investimentos, preço e assim por diante – ela pode vetar, e ela pode vetar na medida em que, para ela, possa ser interessante aumentar a receita para que ela tenha mais repasses para poder investir em outros aeroportos. Então, assim, você pode gear um impacto do ponto de vista da concorrência.

E a segunda, que é uma questão teórica na área de defesa de concorrência, é que ela, estando sentada nesse processo de decisão, ela passa a ter acesso a todas as informações relevantes de todos os aeroportos do País e ela pode, de certa forma, facilitar a coordenação entre esses aeroportos, sendo que o princípio básico desse modelo é gerar concorrência entre aeroportos. Então, parece-me uma contradição que precisaria ser repensada e revista.

Por fim, sei que já tomei bastante tempo, mas creio que este ponto é bastante relevante também. Nós estamos falando o tempo todo em fontes de financiamento e na necessidade de expansão – se não me engano – de 270 aeroportos. Foi dito hoje que haveria interesse em 61 aeroportos, e assim por diante.

De novo – eu gostaria de chamar o primeiro eslaide que eu mostrei –: tudo tem custo. Não é de graça. Eu gostaria que houvesse uma reflexão maior se, de fato, nós precisaríamos ter 270 aeroportos regionais sendo investidos, e assim por diante, se é o caso, de fato, se nós vamos ter demanda para tudo isso, porque é recurso que vai colocado, e não é recurso que vem do nada, é recurso que, de alguma forma, vem do consumidor. Ele vai pagar isso de alguma maneira.

Então, em que medida a gente não está exagerando?

O caso espanhol é emblemático porque houve um processo semelhante a este. E quem conhece um pouco a Espanha sabe que há vários aeroportos com baixa demanda e com baixo resultado, e alguém está subsidiando isso. Não há almoço grátis. Então, parece-me que deveríamos repensar um pouco melhor isso, principalmente se nós imaginarmos que, em relação a muitos aeroportos regionais, poderia pensar algum modelo do tipo de PPPs, que estimulassem, inclusive, a entrada de empresas privadas que tivessem como contrapartida uma receita paga por alguns governos.

A outra questão, particularmente com relação aos maiores aeroportos, é que a gente não está falando o tempo todo em investimento privado. Grande parte desses investimentos vem do BNDES. E eu estou chamando o BNDES de dilema de Tostines, por quê? Porque, na realidade, a gente o tempo todo – não é de hoje – vem dizendo o seguinte: "Ora, o BNDES investe ou gera recursos porque não existe um mercado de capitais de longo prazo desenvolvido". Mas, ao mesmo tempo, este BNDES só investe recursos porque retira esses recursos do mercado. Ele tem que captar de alguma forma, seja Tesouro, seja diretamente do mercado. E isso encarece o custo do dinheiro. Portanto, cria-se um círculo vicioso em que o dinheiro se torna cada vez mais caro e, dado o risco do investimento de longo prazo, pode-se ter um custo mais elevado. Então, a gente precisa repensar esse modelo. Será que não está na hora de a gente revisar a forma de financiar esse tipo de projeto, de infraestrutura e criar, de fato, um modelo para infraestrutura de longo prazo?

O fato é que o que a gente tem hoje é algo que, em muito, está melhor do que era no passado. Eu consigo ver, particularmente na figura do Marcelo, uma evolução tremenda sob o ponto de vista regulatório, mas eu acho que a gente ainda precisa repensar mais daqui para frente o modelo de investimento que a gente tem que ter em aeroportos. Vamos pensar um pouco mais em criar um mercado de longo prazo para infraestrutura.

São estas palavras que eu queria deixar. Fico à disposição para eventuais questões.

Obrigado.

O SR. PRESIDENTE (Acir Gurgacz. Bloco/PDT – RO) – Muito obrigado, Prof. Cleveland, por suas ponderações.

Nós passamos agora a palavra ao Prof. Gilberto Bercovici, Professor Titular de Direito Econômico da Universidade de São Paulo – USP.

O SR. GILBERTO BERCOVICI – Boa noite a todos!

Queria agradecer o convite desta Comissão de Serviços de Infraestrutura do Senado. Tentarei ser o mais breve possível dado o adiantado da hora e não vou ficar repetindo o que já foi dito. Eu sei que o "juridiquez" costuma ser mais chato do que o "economez".

Na verdade, eu queria centrar um pouco da minha exposição no ponto mais específico que trata da questão do atual modelo das concessões dos serviços de infraestrutura aeroportuária.

Não vou discutir tanto a opção que foi feita pelo modelo de concessão dos serviços de infraestrutura aeroportuária. Poderia até discutir se a opção foi correta ou não a partir de um próprio dado da realidade, usando um dos elementos desse edital que agora está aberto para concessão do Galeão e Confins. Isso exige, por exemplo, que o operador internacional tenha experiência com 35 milhões de passageiros/ano. Se nós formos analisar, salvo engano, apenas 31 aeroportos no mundo tem essa capacidade. Destes 31 aeroportos, 27 são públicos, são estatais. Então, podemos questionar a opção da concessão ou não? Mas isso é uma opção prévia, não vou questionar isso. O modelo já foi decidido antes, já foi tomada a decisão, então vamos partir do modelo. O Brasil decidiu pelo modelo da concessão da infraestrutura aeroportuária. Então, vamos manter, em tese, a titularidade com a União, que é a titular do serviço pela própria Constituição – art. 21, inciso XII, "c", e art. 22, inciso X – em que a União é titular do serviço de infraestrutura aeroportuária e ela vai conceder. Então, vamos discutir mais um modelo e não vamos discutir então a decisão de conceder para iniciativa privada. Vamos tentar discutir melhorias no processo de concessão. Partamos desse pressuposto.

O que nós vemos dentro dessa questão? Quando se concede um serviço público ou um serviço de infraestrutura, e aí vem talvez um dos principais problemas do atual processo de concessão de infraestrutura aeroportuária, com todo respeito ao trabalho que a Anac vem fazendo, nós nos deparamos com algumas decisões que, aparentemente, não têm fundamento constitucional ou legal. Por exemplo, a restrição, talvez o que mais chama a atenção, de os que são sócios ou integrantes dos consórcios, os que já detém concessão de infraestrutura aeroportuários, os que já são concessionários de infraestrutura aeroportuária, não participem das novas concessões.

Isso infringe uma série de normas, inclusive a própria lógica determinada pela Constituição, que é a lógica do sistema de concessão. Quando a Constituição fala em licitação para concessão no art. 37, inciso XXI, ou no art. 175, o pressuposto da licitação é justamente o da competitividade. É justamente o da ideia de que vai haver o maior número possível de concorrentes, de agentes econômicos que vão se habilitar a concorrer naquele procedimento para que possam ter o direito de concorrer, de contratar com o Poder Público com a vedação explícita de qualquer preferência ou distinção sem fundamento por parte da administração.

A Lei de Licitações de nº 8.666 é explícita nisso; a Constituição é explícita nisso; a Lei de Concessões é explicita nisso. Ou seja, isso contraria a própria lógica do sistema da concessão constitucional e infraconstitucional. E contraria não só na questão da impessoalidade, não só na questão da igualdade, da isonomia dos participantes, mas também a própria Lei de Licitações. Por exemplo, a Lei geral de Licitações uma de suas características é exigir a experiência prévia das

empresas que queiram prestar serviço público ou participar das concorrências públicas. Como é que você vai exigir experiência prévia ou as melhora nas empresas que participem da concorrência se você está vedando a participação delas? A própria Lei nº 8.666, em seu art. 27, inciso II, e art. 30, impõem ao Poder Público uma série de exigências, uma série de características para o licitante ou para o concorrente e, de repente, vem uma restrição sem fundamento.

O fundamento da licitação é a competição, é a competitividade, é trazer o máximo de gente possível para que a administração possa escolher a melhor proposta e, de repente, isto é, sem justificativa, cortado. Isso não é Teoria da Jabuticaba, isso não é uma invenção nova.

Para dar um exemplo de países que têm ordenamento jurídico, nos quais nós nos inspiramos, como a Alemanha, aliás, exemplo muito interessante para esta Casa, que está sempre aperfeiçoando a nossa legislação, as licitações públicas fazem parte da lei da concorrência. A licitação não é uma lei separada. Há um capítulo da lei geral da concorrência no qual estão incluídas as licitações públicas, dado o impacto dessas licitações, dos contratos públicos de uma maneira geral na atividade econômica em geral e na concorrência de maneira particular.

A importância da contratação pública para aspectos de concorrências, para aspectos de organização do mercado é tamanha que se vai dar a ênfase à competitividade, incluindo o tema na própria legislação de proteção à concorrência. Lá inclusive se lê, no § 97, a seguinte expressão, que eu me permito ler: os entes públicos deverão contratar bens, obras e serviços de acordo com os dispositivos seguintes, em condições competitivas e por meio de procedimentos transparentes.

E, na sua regulamentação, diz, expressamente: a concorrência deve ser a regra. É proibida qualquer medida de restrição de acesso a concorrentes nos procedimentos licitatórios nas competições públicas alemãs. Assim é na Espanha, na Itália, na França, nos nossos países vizinhos, tais como México, Argentina, Venezuela. Os exemplos não cessam.

Isso é uma questão, se a gente quiser ser formalista, só isso já poderia gerar tamanhos impasses jurídicos nesse procedimento todo de concessão que geraria a nulidade de todo o processo, seja judicialmente, seja pela análise do Tribunal de Contas da União.

Eu cheguei a afirmar na audiência pública que a Anac fez no Rio de Janeiro, e eu gostaria, então, de deixar registrado nesta Casa para ser pensado como uma contribuição, porque é um problema de cunho formal, que não se pode restringir a licitação, não se pode mantê-la da maneira que está sendo feita.

Não bastasse isso, há outra questão. A nossa Constituição tem um sistema de organização econômica que nos restringe ao capítulo da ordem econômica constitucional. Na verdade, está estruturado em todo o Texto Constitucional em três pilares, vamos dizer assim: o art. 3º, que trata dos objetivos fundamentais da República, entre eles o desenvolvimento nacional, como objetivo maior da República; o art. 170, que são os princípios que estruturam a organização econômica, e o art. 219, também da Constituição – nem sempre lembrado –, que trata da proteção ao mercado interno, ou seja, que é explícito.

O que diz o art. 219 da Constituição?

Art. 219. O mercado interno integra o patrimônio nacional e será incentivado de modo a viabilizar o desenvolvimento cultural e sócio-econômico, o bem-estar da população e a autonomia tecnológica do País, em termos de lei federal.

O que significa isso? Que a atuação do Estado no Brasil deve ser feita no sentido de incentivar o mercado interno, no sentido de incentivar a melhoria do bem-estar da população, das empresas nacionais, da autonomia tecnológica, do desenvolvimento cultural, socioeconômico, todas as políticas de desenvolvimento que nós conhecemos, que nós desejamos.

Todos nós sabemos hoje que o papel do Estado obviamente muda com o decorrer do tempo: agente direto, às vezes indireto, pode ser regulador, atuante diretamente, tanto faz, mas que o procedimento de concessão do setor de infraestrutura é um dos grandes segmentos de incentivo para o desenvolvimento nacional, de crescimento da economia e de incentivo à criação, à geração de empregos, de tecnologia, de fortalecimento do mercado interno, de controle dos centros de decisão econômica, como foi dito aqui em relação à vantagem das companhias aéreas serem nacionais – no caso específico da companhia aérea –, mas nos vários setores.

Qual é a vantagem? Como é que se incentiva um setor, um investimento no setor de infraestrutura, a criação de grandes ou médios investidores ou empresas que atuam no setor de infraestrutura, restringindo a sua atuação, os seus investimentos sem motivação legal ou constitucional? Na verdade, está-se realizando um verdadeiro desincentivo. Fala-se, na retórica, que queremos incentivos; queremos que todos invistam em infraestrutura, e, na prática, cria-se uma série de restrições para que esses investimentos ocorram. O discurso é um; a prática se revela outra.

Ou seja, as empresas que pretendem investir no setor aeroportuário brasileiro, parte delas estarão res-

tritas, mesmo que não sejam as atuais. Vamos esquecer as atuais concessionárias de serviço de infraestrutura aeroportuária, qualquer um que venha, e ganhe eventualmente o leilão de concessão, estará restrito a um aeroporto só, não vai poder investir em outro, se ele quiser, se ele tiver recurso para tanto, estará restrito àquele aeroporto. Ou seja, na verdade, você está criando um desincentivo. Está lá. Suponha que ele queira investir em outros, não pode. Temos toda uma demanda – que não é pouca –, como o próprio Dr. Cleveland disse: "Vamos ficar dependendo sempre da bolsa do BNDES para ampliar os investimentos em infraestrutura no País?"

Então, na verdade, estamos com uma política contrária ao que diz o próprio Texto Constitucional no art. 219,...

(*Soa a campainha.*)

O SR. GILBERTO BERCOVICI – …dando incentivo ao mercado interno, quando restringimos esses projetos de ampliação de infraestrutura, aparentemente sem fundamento legal ou constitucional; ou seja, acaba sendo uma política contraproducente com o próprio projeto nacional, que todos aqui defendemos, de desenvolvimento e de ampliação da infraestrutura do País.

Queria, na verdade, chamar a atenção de todos para que possamos refletir sobre esses temas, porque, sem investimento maciço em infraestrutura, o que ocorre, na verdade, é o travamento de todo o restante da atividade econômica e aí ocorre justamente o que nos mostraram o Dr. Cleveland, o Dr. Marcelo, o Dr. Eduardo, o descolamento, há toda uma demanda não satisfeita do cidadão, dos consumidores, de todos, da indústria, da agricultura, e, mesmo que eles tenham capacidade para ampliar suas atividades, capacidade para poder ter uma maior contribuição para o desenvolvimento do País, não consegue, porque os gargalos estruturais acabam se tornando impeditivos dessa própria ampliação do processo de desenvolvimento...

(*Soa a campainha.*)

O SR. GILBERTO BERCOVICI – ...seja no setor industrial, seja no setor agrícola e até na própria infraestrutura urbana de serviços, como todos estamos vendo hoje nas nossas grandes cidades e na logística de uma maneira geral.

Esses investimentos não virão só, infelizmente, do setor público, terão que vir também do setor privado. Sem atrair esses investimentos – obviamente não é de qualquer jeito que se atrai esses investimentos – não vamos conseguir sair desse nó estrutural para poder desatar o processo de superação do subdesenvolvimento.

Obrigado, Senador.

O SR. PRESIDENTE (Acir Gurgacz. Bloco/PDT – RO) – Muito obrigado, Prof. Gilberto. O senhor coloca a preocupação de limitar a participação de empresas nas licitações. No ritmo que vamos, chegará o momento em que não teremos mais empresas para participar das licitações.

O SR. GILBERTO BERCOVICI – Exatamente.

O SR. PRESIDENTE (Acir Gurgacz. Bloco/PDT – RO) – É mais ou menos nesse aspecto que o senhor...

O SR. GILBERTO BERCOVICI – Exatamente. E eventuais problemas concorrenciais, temos o Cade para poder atuar. O Cade está aí é para isso, aliás, bem atuante.

O SR. PRESIDENTE (Acir Gurgacz. Bloco/PDT – RO) – Muito obrigado, Prof. Gilberto.

Temos algumas perguntas. As farei, primeiramente, ao Dr. Marcelo.

A cidade de São Paulo vai precisar de um novo aeroporto nos próximos 30 anos, Dr. Marcelo?

Quem arcará com o subsídio para a aviação regional? Estamos realmente todos ansiosos para ter esse subsídio, mas de onde vem esse recurso?

As tarifas aeroportuárias são mais caras no Brasil do que em outros países? O preço por quilômetro voado no Brasil é mais caro?

Houve críticas às empresas que venceram as licitações dos aeroportos de Guarulhos, Viracopos e Brasília, em razão da pouca experiência dessas empresas na administração de aeroportos de grande porte. Como o senhor vê essas críticas? E as empresas vencedoras estão cumprindo com seus compromissos que assumiram? Como está a obra de Viracopos? Está em ritmo acelerado?

Por que razão é mantida a participação da Infraero nos aeroportos concedidos ou licitados?

São essas as perguntas, Dr. Marcelo.

O SR. MARCELO GUARANYS – Prefiro responder as perguntas todas de uma vez, porque concentro as respostas. Se fosse responder uma por uma, eu tendo a falar muito e a preocupação e a minha preocupação é me deter por muito tempo em cada pergunta.

A primeira pergunta foi sobre se São Paulo necessitará de um novo aeroporto nos próximos 30 anos. Bom, até antes de começarmos a fazer essas concessões, começou-se uma discussão sobre a necessidade de um quarto aeroporto na região de São Paulo. Qual era a nossa conclusão? A infraestrutura atual está subutilizada, ou seja, não que a capacidade atual seja subutilizada, mas os locais, hoje, onde são aqueles aeroportos, têm capacidade de ter uma exploração maior, ter uma capacidade maior, e é nisso que estamos apostando. Só somando São Paulo mais Campi-

nas, teremos capacidade, naquela região, para 140 milhões de passageiros, daqui a 20, 30 anos.

Imaginamos que a capacidade que está sendo prevista ali, sim, consegue comportar Guarulhos e Campinas, mais Congonhas, o crescimento da população em São Paulo, mas é importante que o Governo já comece a planejar outros locais para aumentar a infraestrutura.

Hoje mesmo, no jornal, estavam os investimentos da Infraero em São José dos Campos, que é um dos sítios prováveis, e é sempre importante continuarmos projetando infraestrutura ali ao redor.

Uma das quatro frentes possíveis de investimentos em infraestrutura, aprovada no plano de investimento em logística, foi a autorização justamente para a iniciativa privada fazer aeroportos públicos. Pode-se ter o seu terreno e, a partir de então, transformar num aeroporto aberto ao público. O Governo regulamentou isso por decreto no final do ano passado.

O SR. PRESIDENTE (Acir Gurgacz. Bloco/PDT – RO) – Os aeroclubes?

O SR. MARCELO GUARANYS – Isso. Mas mais do que aeroclubes, na verdade, há algumas iniciativas ao redor de São Paulo, que são pessoas que têm o seu terreno privado, que querem abrir para exploração pública, mas voltada, principalmente, para a aviação executiva. Então, o Governo regulamentou dizendo que esses aeroportos podem existir, privados, que se transformam em públicos; têm de cumprir toda regulamentação pública, exige muito mais segurança; mas, voltado para a aviação executiva e para táxi aéreo. Não estão podendo, na regulamentação atual, a atual conversão regular.

Mas já entendemos que, através das frentes de investimento, temos capacidade de fazer frente ao crescimento da demanda em São Paulo, mas é importante não só em São Paulo, mas em outras regiões, você já começar a preparar terreno para fazer novos investimentos e para ter novos sítios aeroportuários.

A Secretaria de Aviação Civil (SAC) vai permear algumas das minhas respostas aqui justamente porque ela foi criada dois anos atrás com a seguinte intenção: a Anac, mesmo depois de ter se tornado civil, em 2006, ela até continuava dentro do Ministério da Defesa, mas voltada a... Ou seja, o Ministério da Defesa é algo muito mais voltado a estratégias de defesa nacional, tem outro foco além do da integração logística que a gente está discutindo aqui. A Secretaria de Aviação Civil foi criada já pela Presidente Dilma com a intenção de você deslocar um ministro para cuidar disso: o planejamento dos aeroportos, o planejamento das futuras áreas aeroportuárias, das concessões. E nós trabalhamos juntos, somos vinculados à SAC hoje em dia. A SAC faz toda parte de planejamento, desenhos de política, e nós executamos e fazemos regulação e fiscalização.

O SR. PRESIDENTE (Acir Gurgacz. Bloco/PDT – RO) – Inclusive está na SAC projeto de reconstrução do aeroporto de Ji-Paraná, da pista de Ji-Paraná, para ser analisada – Ji-Paraná, Ariquemes, de Guajará-Mirim, Cacoal, Pimenta Bueno, Vilhena.

O SR. MARCELO GUARANYS – Todos eles estão lá. Na verdade, a SAC é que tem desenhado o plano de investimento. Todos os desenhos de aeroportos regionais e a execução desses projetos estão sendo tocados pela SAC. Nosso papel, como agência reguladora é o de, após feitos os investimentos, verificar se estão O.K. para abrir ao público. Então, verifico se todos os quesitos de infraestrutura são apresentados.

O SR. PRESIDENTE (Acir Gurgacz. Bloco/PDT – RO) – Tenho acompanhado essas avaliações. Há um convênio, se não me engano, da SAC e o Governo Federal com o Estado de Rondônia para o Estado construir, mas tendo de ter a aprovação do projeto na SAC.

O SR. MARCELO GUARANYS – Perfeito.

O SR. PRESIDENTE (Acir Gurgacz. Bloco/PDT – RO) – E isso está sendo feito. Tenho acompanhado semanalmente, porque há uma preocupação grande com o nosso aeroporto de Ji-Paraná, também de Cacoal, de Vilhena; em Porto Velho já conversamos algumas vezes, para que não haja um corte. E houve um corte na quantidade de voos para Ji-Paraná. Nós conversamos esta semana e o representante, o inspetor da Azul esteve lá em Ji-Paraná, juntamente com a equipe do DR do Governo do Estado, para fazer a reforma necessária para que não parem os voos, para que voltem os voos. Isso é um problema para todos nós.

O SR. MARCELO GUARANYS – A contribuição que temos dado é justamente...

O SR. PRESIDENTE (Acir Gurgacz. Bloco/PDT – RO) – Está caminhando bem.

O SR. MARCELO GUARANYS – Maravilha.

Então, a SAC tem feito esse trabalho todo de definição, tanto de planejamento quanto político. A gente auxilia e trabalha junto; muitos da equipe da SAC eram da equipe da Anac, o que facilita muito a integração das conversas.

A segunda pergunta que o senhor colocou é sobre subsídio para a aviação regional, de onde ele vem.

O SR. PRESIDENTE (Acir Gurgacz. Bloco/PDT – RO) – Isso, de onde vêm esses recursos.

O SR. MARCELO GUARANYS – Bom. O modelo de concessão de aeroporto no País foi baseado ao invés de ser em menor tarifa aeroportuária, porque a nossa acessibilidade é se eu reduzo a tarifa, o passageiro sente muito pouco – tarifa aeroportuária hoje é

cerca de R$20,00 dos melhores aeroportos, isso frente a uma tarifa média de R$290,00. Eu reduzi muito isso, passaria de R$20,00 para R$10,00, por exemplo, em 50% de deságio, o passageiro sente muito pouco. A intenção do Governo foi ao invés de cobrar menor tarifa na concessão, vamos cobrar uma maior contribuição ao sistema. Toda essa contribuição para um Fundo, chamado FNAC, Fundo Nacional de Aviação Civil, gerido pela SAC, que é justamente o fundo que permite que todos esses investimentos sejam feitos.

Então, todo o programa de investimento em logística é baseado em recursos do FNAC. Recursos que vêm do sistema, gerados principalmente pelas concessões, vão para esse fundo e são destinados para os investimentos em aeroportos regionais, para os subsídios e para as isenções tarifárias. Essa é a discussão que o Governo está fazendo nesse momento, desenho do subsídio, mas todos os subsídios vindos do FNAC.

Tarifas aeroportuárias e *wild,* comparação mundial. Tenho uma comparação feita, num estudo em 2009. Sanovicz colocou algumas informações aqui sobre custo. A gente vê como há alguns componentes de custo que são mais elevados. Então, se o custo é mais elevado, a tarifa tende a ser mais elevada...

O SR. PRESIDENTE (Acir Gurgacz. Bloco/PDT – RO) – Ele colocou uma diferença de 27% de uma empresa que atua na Europa, mas que se atuasse aqui teria um acréscimo de 27%, é isso?

O SR. MARCELO GUARANYS – Entendi que aquilo era da empresa mais eficiente da Europa atuando no Brasil.

O SR. PRESIDENTE (Acir Gurgacz. Bloco/PDT – RO) – É, exato.

O SR. MARCELO GUARANYS – Provavelmente há empresas que têm um custo mais alto, necessariamente vai ter uma tarifa mais alta, mas a gente percebe que a empresa mais eficiente atuando lá ainda vai ter um custo bem menor do que o da empresa mais eficiente atuando aqui. Essa é uma preocupação, sim. E o preço cobrado por quilômetro voado vai ser a razão direta desse custo.

Então, esse estudo que nós tivemos em 2009 demonstrava que a nossa tarifa por empresa – não tenho por país –, centavos de dólar cobrados por passageiro/quilômetro transportado na TAM eram de cerca de 14 centavos, na Gol, 12. Numa comparação que a gente tem entre dez países, só perdia para a Air France, KLM, que cobravam 16 centavos de dólar. Temos um *wild* um pouco mais alto se compararmos com outras empresas nesse levantamento: Ibéria, British Airways, Canadá, Qantas, United, Delta, Korean, uma série de empresas com as quais estamos comparando, mas, justamente por essa diferença de custo, esse *wild* era muito mais alto, como mostrei na minha apresentação. E agora ele está cerca de 60% mais baixo do que era dez anos atrás.

Sanovicz também mostrou como esse preço para o passageiro tem sido sensivelmente mais baixo. Muito mais tarifas são vendidas com preços abaixo de R$300,00, de 60% a 70%...

O SR. EDUARDO SANOVICZ – Um segundo... Serei bem objetivo.

Em seis anos, a tarifa média praticada no País caiu 46%. Ela vem de aproximadamente R$530,00 para cerca de R$270,00.

Se nós trouxermos esse dado de 2009 para hoje, esse médio caiu aproximadamente 25% a 27% nos últimos três anos.

O SR. MARCELO GUARANYS – Então, reduzimos muito, mas ainda temos algum custo elevado que nos permitiria reduzir mais. Acho que essa apresentação da Abear demonstra isso.

Nós monitoramos essas informações e passamos para quem precisar também, para a elaboração de políticas.

Questão das tarifas aeroportuárias.

Nossas tarifas são – se pegarmos um grande número de tarifas aeroportuárias e fizermos uma comparação mundial – de um nível razoável. Não são nem muito altas nem muito baratas.

Comparando com um levantamento que tenho na mão, em 2009, no mesmo estudo, tarifas aeronáuticas: conjunto de tarifas pagas pelos passageiros. Em 2009 eram US$16 por passageiro, enquanto, por exemplo, na Inglaterra eram US$23, em Paris, US$22, em Bruxelas, US$20, em Frankfurt, US$20, na Espanha, US$15. Então, não é uma tarifa extremamente barata, mas não é uma das mais altas. Existem tarifas, comparativamente, bem mais altas do que no Brasil.

Primeiro, leilão. Posso responder um pouquinho dos pontos deles? Assim coloco tudo na mesma resposta.

O SR. PRESIDENTE (Acir Gurgacz. Bloco/PDT – RO) – Exatamente.

O SR. MARCELO GUARANYS – Então, no primeiro leilão, como eu disse, a Anac é responsável pela elaboração dos contratos e editais, mas nós, na verdade, interiorizamos a discussão no Governo inteiro, pela definição da política de Governo. Muita coisa foi desenvolvida por nós, mas muita coisa é colocada pelos entes que atuam nessa discussão.

Lembro que o DAC nunca fez concessão de aeroportos antes de 2005/2006, e a Anac não tinha nem corpo técnico para isso. Nós começamos a desenvolver isso a partir de 2007/2008, criando uma *expertise* e, para tanto, analisando todos os modelos já feitos no

País. Temos conversado com diversos investidores que tratam de infraestrutura, e eles têm elogiado o avanço dos modelos, tanto a forma do conhecimento de todos os modelos que nós temos de infraestrutura como o que temos avançado no nosso. Por quê? Como somos os últimos a fazer concessões, nós conseguimos analisar as melhores práticas dos outros modelos todos de infraestrutura no País: rodovia, ferrovia, portos, energia elétrica, Telecom. E, particularmente, eu conheço Cleveland há muito tempo, pois ele foi um dos meus chefes na Secretaria de Acompanhamento Econômico, de onde sou originário, do Ministério da Fazenda, e lá a gente sempre estudou e monitorou setores regulados, todos os setores de infraestrutura, o que nos permite ter esse comparativo.

Mais uma vez, a gente consegue com isso comparar e analisar todos os diversos setores, não só o que já foi feito no País como o que já foi feito em outros países. Então os exemplos que o Cleveland citou: Austrália, México, Espanha, Chile, todos esses exemplos fizeram parte do nosso estudo para fazer o aprendizado e chegar ao modelo em que estamos, ou seja, um modelo que buscasse melhorar a qualidade, melhorar a expansão de infraestrutura e aumentar a concorrência.

O SR. PRESIDENTE (Acir Gurgacz. Bloco/PDT – RO) – As empresas que ganharam estão...

O SR. MARCELO GUARANYS – Estão andando.

Como é que a gente fez esse modelo agora?

Tivemos dois exemplos bons de infraestrutura no País: Telecom e energia elétrica. Acho que os dois, em 1996 e 1997, à Telecom coube uma decisão: vamos conceder toda a infraestrutura e vamos privatizar todas as empresas. Para isso, o Governo fez uma decisão política. Qual decisão? Vou formar várias regiões no País e um concorrente não pode ganhar da região do outro, só pode haver um dono em cada região. Vou ter empresas espelhos, que vão ter donos diferentes, justamente para incentivar não só a concorrência que tinha pelo mercado, ou seja, na licitação, com uma concorrência no mercado depois da licitação. Esses são desenhos possíveis de se fazer, justamente porque você teve uma decisão de conceder todos.

Outro: energia elétrica. Você teve uma decisão de formar um modelo, mas foi fazendo concessões e privatizações aos poucos. Concederam-se algumas distribuidoras, alguns empresas geradoras, algumas linhas de transmissão, mas muitas coisas ainda são públicas hoje. É importante a gente fazer essa comparação. São decisões políticas que impactam na definição do modelo.

No nosso modelo, a gente não fez um modelo de Telecom, muito mais um modelo de energia elétrica. Definiu-se fazer concessões de alguns aeroportos na primeira rodada, sem previsão de quais seriam os outros, e, agora, faz-se a concessão de um segundo bloco. A gente está tentando inserir essas duas decisões em um modelo de concessão de aeroportos.

Primeira rodada. Fizemos a concessão, tivemos três vencedores, três grupos separados. Eu tenho as composições dos grupos ali.

Primeiro, respondendo: foram bons? Os contratos todos estão sendo executados, executados no prazo, e todos os contratos estão sendo cumpridos. Os três concessionários têm que entregar a infraestrutura pronta, em abril/maio do ano que vem. Nós fazemos acompanhamento econômico, físico, financeiro de todos esses aeroportos. Visitamos todas as obras e verificamos que as obras, sim, estão andando.

O senhor comentou especificamente Viracopos. Talvez seja a obra mais impressionante de tamanho.

O SR. PRESIDENTE (Acir Gurgacz. Bloco/PDT – RO) – É um dos maiores aeroportos privatizados.

O SR. MARCELO GUARANYS – Exato. Guarulhos é muito grande. A expansão dele é muito grande. A expansão dele quase dobra a capacidade atual. Mas Viracopos, como era um aeroporto muito pequeno, não tem nem ponte de embarque, quando você vê o trabalho que está sendo feito, quem conhece Viracopos, o aeroporto fica do lado de cá, aquela parte baixinha, o aeroporto novo é do outro lado do sítio aeroportuário e estão construindo todos os pisos. Fui lá há um mês e já estão todos os pilares colocados e, agora, só estão plotando as estruturas pré-moldadas. É uma estrutura, realmente, muito grande.

Brasília, a mesma coisa. Optou-se por fazer uma obra na parte operacional do aeroporto, no lado A. Então, a gente até vê mais, sente mais os percalços da operação. As obras estão ali no pátio. Às vezes, a aeronave demora mais para conseguir estacionar, porque está mais restrito o fluxo ali.

O SR. PRESIDENTE (Acir Gurgacz. Bloco/PDT – RO) – Está no meio da operação.

O SR. MARCELO GUARANYS – Exatamente. Então, a gente sabe, porque a gente sente essas reclamações todos os dias. Mas eles também estão executando bem a parte de infraestrutura. Todos estão disponíveis até para esta Comissão visitar. É muito interessante ver o tamanho da obra. Eu já acompanhei alguns projetos, confesso que fiquei impressionado com a velocidade e organização das obras.

De qualquer forma, é nosso trabalho checar isso e verificar se está havendo algum descompasso. Se houver algum descompasso, as multas para descompromisso das cláusulas são a partir de R$150 milhões. Então, o incentivo é muito forte para entregar toda a infraestrutura naquele momento. Além do que a gente

sabe que, quanto mais entregar a infraestrutura, mais vai ter passageiro e mais aumenta a rentabilidade. Isso faz parte do modelo.

O SR. PRESIDENTE (Acir Gurgacz. Bloco/PDT – RO. *Fora do microfone.)* – Diminui-se o custo...

O SR. MARCELO GUARANYS – Exatamente.

Cleveland colocou a questão de modelos diferentes – *single till* e *dual till*. A gente adota um *dual till* misto. Receita não tarifária vai para o concessionário, mas a gente pega uma parte dessa receita não tarifária através da contribuição variável, que volta para o FNAC e permite o incentivo em outros investimentos.

Manutenção da participação na Infraero. Última pergunta que o senhor fez. Na verdade, essa é uma definição política. O Governo resolve: "Estou fazendo a concessão do meu ativo, tenho uma infraestrutura, vou fazer a concessão para a iniciativa privada, estou optando por não concedê-lo inteiro. Estou concedendo 51% dele, mantendo a Infraero".

Qual é a razão técnica disso? Primeiro, é você permitir que a Infraero tenha diversos sócios e parceiros nesses empreendimentos em que ele, na verdade, vai incorporar *know how*, trazer novas tecnologias para operação da própria Infraero em outros aeroportos. Segundo, permite uma transição mais tranquila. Uma grande preocupação do modelo é você ter uma transição onde há uma ruptura. Imagine o aeroporto de Guarulhos ter uma paralisação durante uma semana, durante uma eventual transferência de poder. Isso gera uma preocupação muito grande. Mas, mais do que isso, você tem um incentivo à participação de um novo negócio. Então, os funcionários do grupo que estão trabalhando no aeroporto não são mais da Infraero. A partir do momento que a concessionária passa a operar, ela pode incorporar alguns funcionários que passam a ser da própria concessionária.

Essa é a razão pela qual a gente entende que essa continua sendo a decisão agora.

O SR. PRESIDENTE (Acir Gurgacz. Bloco/PDT – RO) – E mantém...

O SR. MARCELO GUARANYS – E mantém os seus 49%.

O SR. PRESIDENTE (Acir Gurgacz. Bloco/PDT – RO) – E qual a sua opinião sobre a colocação do Professor Gilberto em limitar a participação de empresas em futuros leilões ou licitações, para que elas possam participar.

O SR. MARCELO GUARANYS – Eu tinha perguntado ao Professor Gilberto se eu o conhecia, ele falou que ele estava na audiência pública, quando ele começou a falar, eu lembrei, estava na audiência pública, eu lembro os argumentos que foram colocados.

De novo, é uma definição de um modelo de como a gente está fazendo a concessão. Por isso que eu dei o exemplo de Telecom e de energia elétrica para se entender que a gente não teve uma decisão única de como fazer, estamos desenhando um modelo a partir dos momentos das decisões.

Então, a decisão que se tem é sim, vamos ter cinco grandes operadores no País por enquanto. Isso não significa, em hipótese alguma...

O SR. PRESIDENTE (Acir Gurgacz. Bloco/PDT – RO) – Lá na frente pode mudar.

O SR. MARCELO GUARANYS – ...que as próximas concessões, esses concessionários vão ser vedados de participar. Vai depender da análise de cada condição.

O ponto que os dois colocaram foi o ponto mais questionado nas audiências públicas presenciais que nós vimos e, provavelmente, das mil contribuições que recebemos também deve ser um dos mais questionados.

É importante a gente entender, refletir. Os 35 milhões de experiência em participação já nos foram passado por decisão do Conselho Nacional de Desestatização, nós incorporamos isso na nossa modelagem. O que entendemos é que mesmo que hoje a movimentação desses aeroportos esteja abaixo disso, já se espera que os novos operadores tenham capacidade de operar aeroportos com uma capacidade maior, já sabendo que essa capacidade vai ser alcançada em médio prazo em ambos os contratos. Então, daí se justificaria.

Obviamente, esse processo ainda, de novo, as discussões da audiência pública ainda têm que ser digeridas, discutidas com o Governo...

O SR. PRESIDENTE (Acir Gurgacz. Bloco/PDT – RO) – Isso pode mudar no futuro?

O SR. MARCELO GUARANYS – ...e ainda vai ser discutido no TCU. Não temos nenhuma sinalização. Imaginamos que isso vai continuar com os 35 milhões na capacidade.

Acho que o senhor está perguntando da participação dos outros.

O SR. PRESIDENTE (Acir Gurgacz. Bloco/PDT – RO) – Da participação.

O SR. MARCELO GUARANYS – A participação dos outros também estamos discutindo. É também outro grande questionamento da audiência pública, principalmente de quem já está, recebeu, quem está nos concessionários.

Não entendemos, ao contrário do que o Professor está colocando, não entendo absolutamente que é uma vedação legal, constitucional, a participação. Acho que são dois níveis de concorrência. Concorrência pelo

mercado, que é em que ele está colocando sob a licitação, e concorrência no mercado, o Cleveland já fez a separação entre as duas coisas.

Nós somos economistas e advogados, também estamos tentando equilibrar o *trade-off* entre as duas coisas. Eu posso fazer uma concorrência totalmente irrestrita para a licitação, mas não é isso, nenhuma licitação tem isso, todas as licitações exigem habilitações técnicas, habilitações jurídicas e econômicas, para você dizer que a pessoa que está entrando para ganhar um contrato, tem um determinado nível que é exigido no projeto. Isso não é inconstitucional nem ilegal, faz parte do processo, mas tem que ser justificado tecnicamente. Acho que essa tem sido a cobrança da sociedade, isso está bem evidente porque está sendo cobrado de forma separada.

Já colocamos na audiência, foi respondido, mas vamos continuar respondendo, que também entendemos que os aeroportos concorrem, sim, entre si, o Cleveland colocou que são multisserviços, são vários, tem transporte daquela comunidade, tem *hub* de empresas domésticas, *hub* de empresas internacionais, atração de cargas, sedes de empresas aéreas. Nós sabemos que tem um potencial competitivo grande e estamos trabalhando exatamente na separação desses cinco grupos para desenvolver o potencial competitivo mesmo após a licitação.

Temos pelo menos 30 aeroportos que são habilitados para participar disso. Todos os grupos que participaram do leilão anterior demonstram interesse em participar desse leilão; no leilão anterior foram 11 grupos e todos têm nos procurado e têm buscado informações. Nós sabemos que ainda que não sejam todos os 30 que participam de projetos internacionais, nós sabemos que essa, muitas vezes, é a oportunidade para que algum aeroporto que ainda não atua internacionalmente possa passar a atuar. E muitas vezes – na licitação anterior a gente viu isso – teve gente que veio participar que a gente não esperava, não havia nos procurado.

Nossa agenda está toda aberta para investidores, para tirar dúvida. Eu quero que tenha o máximo de competidores possíveis, justamente para permitir a concorrência na licitação e no período depois. Na licitação, a gente – por vir de um órgão de defesa da concorrência – trabalhou muito no desenho dela, para permitir a maior competitividade possível, para evitar conluio entre os participantes. No leilão anterior, como isso foi feito? Ninguém podia ganhar mais de um, mas todos podiam dar lance em todos ao mesmo tempo.

Para evitar cartel, a gente não pode deixar que ninguém possa ter informação sobre todos os concorrentes. Se você tem informação sobre todos, às vezes você pode combinar. Então a ideia era justamente não dar essa informação. Ninguém sabia quem eram os concorrentes até a hora do leilão. E a gente mesmo só ficou sabendo quem estava participando na hora que vi a lista para acompanhar o resultado. Então, isso permite que os grupos não consigam combinar o jogo. Isso maximiza a concorrência, e isso vemos nos nossos números. Tivemos um número muito grande de ágio no leilão anterior.

Esperamos ter o mesmo nível de concorrência para esse, mesmo com a limitação de não participação dos três grupos anteriores, que só pela limitação em 35 milhões já não poderiam participar atualmente. Mas estamos discutindo eventuais outras limitações. Hoje em dia não entendemos que isso é ilegal, não entendemos que isso é inconstitucional. Entendemos que maximiza a concorrência no mercado, permitindo que haja concorrência pelo mercado.

O SR. PRESIDENTE (Acir Gurgacz. Bloco/PDT – RO) – Uma das grandes reclamações dos usuários hoje, Dr. Marcelo, é o preço cobrado pelas lojas nos aeroportos. Uma água é R$5,00. Eu entendo que é um absurdo, realmente, é uma preocupação grande. E aí dizem que é decorrência do algo preço do aluguel das áreas. E nós temos uns preços realmente bastante altos. É uma reclamação recorrente, que eu já fiz também.

Pois não, Professor.

O SR. GILBERTO BERCOVICI – Eu me lembrei que na audiência pública – até para o Dr. Marcelo, há outra questão – houve até uma manifestação, obviamente interessa à Casa, que representa a população, eu lembrei-me de uma questão que talvez ele pudesse explicar também como a Anac vai lidar, porque, parece-me que em Confins acho que nem tanto, mas, no Galeão, tem o problema da população que vive na Ilha do Governador, na comunidade de Tubiacanga, assim chama a região?

O SR. CLEVELAND PRATES TEIXEIRA – Comunidade de Tubiacanga.

O SR. GILBERTO BERCOVICI – Eu lembro-me que foram alguns representantes reclamar, porque afinal eles seriam atingidos numa eventual terceira pista do Galeão, não é isso?

O SR. PRESIDENTE (Acir Gurgacz. Bloco/PDT – RO) – Dos desenhos possíveis.

O GILBERTO BERCOVICI – Dos desenhos possíveis.

Então, eu queria saber quais seriam, eventualmente, até para que fique registrado, como é que a Anac vai lidar com isso. Como é que fica a questão da desapropriação, tudo isso.

O SR. PRESIDENTE (Acir Gurgacz. Bloco/PDT – RO) – Dr. Marcelo.

Dos alimentos, não tenho muito o que dizer. A reclamação é uma só. Agora, a água a R$5,00 é cara demais. É uma distorção realmente com que não dá para concordar em hipótese alguma.

O SR. MARCELO GUARANYS – Nos aeroportos da Infraero, o Governo tem feito um programa – de novo, também não é papel da Anac, não estamos regulando os preços dos produtos, mas eu posso informar o que o Governo tem feito –, o Governo tem tentado incentivar a concorrência entre as lojas dentro do aeroporto. Então, alguns aeroportos já estão com lojas com preços populares, têm preços fixos em determinados produtos, justamente para levar o preço para baixo, e se colocaram máquinas de produtos, *vending machines*, como chamamos. Caso se queira comprar água, refrigerante, determinada comida, você consegue, e isso baixa de fato o preço da loja.

O SR. PRESIDENTE (Acir Gurgacz. Bloco/PDT – RO) – O que minimizou um pouco a questão da água é que colocaram vários bebedouros, e isso facilitou. Mas é fato.

O SR. MARCELO GUARANYS – Bebedouro, eu acho que é o mínimo.

E nos aeroportos concedidos, o que temos visto? O aeroporto tende a agir como um *shopping center*, e em um *shopping center* se tem um *mix* de lojas, da mais barata à mais cara. E isso, temos percebido, que tende a atender a comunidade, mas, enfim, acho que o Governo tem monitorado isso.

Desapropriação. Um dos eslaides que pulei era justamente da definição dos riscos. Para quem são os riscos? Os riscos do poder concedente e os riscos do concessionário.

Os riscos do poder concedente são bem definidos, são aqueles riscos que são colocados no contrato, os demais são do concessionário. Qualquer um dos nossos riscos sendo alterado, na nossa responsabilidade, isso gera reequilíbrio econômico financeiro. Na concessão anterior já foi feito dessa forma e na concessão atual é assim que temos trabalhado.

Riscos de desapropriação são da iniciativa privada. São do concessionário privado. Por quê? Como o desenho do aeroporto não é um desenho que é vinculativo, ou seja, o projeto que estamos utilizando é apenas um projeto básico, para servir de referência para a definição do preço, fechamento do estudo de viabilidade técnico-econômica, em que eu prevejo quais são os custos quer eu vou ter para fazer investimento no aeroporto de acordo com a minha projeção de demanda, a receita que o aeroporto auferiria do investimento, trago isso tudo ao valor presente e chego a um valor. Eu preciso estimar esse valor. Para estimar esse valor tenho que desenhar o aeroporto, todos os eventuais custos associados inclusive ambientais e sociais. Mas é apenas uma proposta; é uma referência. O estudo está aí para que todo mundo saiba em que estamos nos baseando para fazer o estudo, para apresentar aquele número. Porque aí qualquer um pode pegar aquele estudo, fazer uma correção, ou não, para o seu número privado. A intenção é que a iniciativa privada – a gente sabe que ela também está estudando os sítios aeroportuários e tem soluções às vezes bem diferentes das nossas, e é para isso mesmo que o processo é aberto –; que a iniciativa privada inove naquilo que nós ainda não conseguimos inovar do ponto de vista público.

O caso da desapropriação e de eventuais custos ambientais está neste caso. Os riscos são do privado. Por quê? Pode ser que o desenho seja um desenho completamente diferente daquele que a gente está prevendo. No projeto que eu coloquei no eslaide, a terceira pista avança no mar, então, precisa de um aterramento, de um aterro. Um aterro tem um custo ambiental e, eventualmente, com a pista naquela posição, ele precisa fazer a desapropriação da área. Mas não é o único desenho, o concessionário tem possibilidade de fazer outros desenhos. O que foi levantado na audiência pública é se a gente assumiria algum custo por essa desapropriação. Isso não foi assumido nos anteriores, e a gente sabe que as soluções têm ocorrido. E às vezes é muito mais fácil o concessionário estar lidando com a iniciativa privada, com a comunidade que está sendo afetada na forma de compensação, na forma de incentivo que se dá do que a gente prever previamente. Mas isto também está em discussão por ter sido um ponto de audiência pública.

O SR. PRESIDENTE (Acir Gurgacz. Bloco/PDT – RO) – Muito obrigado, Dr. Marcelo.

Temos algumas perguntas para o Dr. Eduardo.

Dr. Eduardo, existe, realmente, uma concorrência entre as empresas ou essa questão tarifária é combinada entre Tam, Gol e Azul?

O SR. EDUARDO SANOVICZ – A pergunta é pertinente, porque há essa dúvida junto à comunidade e os consumidores.

Eu queria recordar a apresentação que eu coloquei aqui e dois dados que eu coloquei. Primeiro: o quanto as passagens caem desde que nós temos a desregulamentação tarifária e qual é o *share* de mercado que nós temos e o número de empresas voando comparadas com os outros mercados mais importantes do planeta.

Primeiro: é importante ressaltar – é só uma questão conceitual prévia – que, até 2002, como o preço é regulamentado, e essa regulamentação vem de quatro, cinco décadas, a disputa pelo passageiro se dava pelo

serviço que você eventualmente agregava ao produto. Por quê? Porque você podia pegar o voo São Paulo-Rio, para usar um exemplo, segunda-feira, 7 horas da manhã, o mais disputado, um dos mais disputados do mundo, ou na quarta-feira, ao meio-dia, quando quase ninguém voa, e o preço era o mesmo. Não havia diferença, porque não era fixado pelas empresas nem pelo mercado, era regulamentado pelo Governo. Então, o que diferenciava a empresa A da B naquela época? O eventual serviço que você prestava.

Em 2002, quando isso muda, e você tem liberdade de fixação de preço, agregue-se a isso tecnologia. E como é que a coisa acontece hoje de fato? Cada empresa, cada um numa empresa tem um *site* aqui com os preços que os outros estão fazendo. Esse preço é aberto, ele está colocado na Internet. O fulano abaixou aqui para R$192,00, o outro aqui baixa para R$191,00, está certo, existe isso. A grande prova disso é como esses preços vieram decaindo ao longo dos últimos seis anos. Rigorosamente, ao longo dos últimos seis anos, caem, em tarifa média, pela metade.

Então, primeiro, não, os preços não são combinados; segundo, eles disputam na ponta da faca cada percentual de mercado; terceiro, vale a pena agregar aqui, e eu mostrei a vocês. O Brasil tem quatro empresas disputando um mercado de aproximadamente 100 milhões de passageiros. Na China, nós temos quatro empresas disputando um mercado de aproximadamente 260 milhões de passageiros. E, nos Estados Unidos, são cinco – mas agora virando quatro, porque duas estão se juntando –, disputando um mercado de 650 milhões de passageiros. Depois do Brasil, que se tornou em uma década o terceiro maior mercado doméstico do mundo, o Japão, que vem logo atrás da gente, tem duas empresas. E, de lá para frente, todos têm menos que a gente, e têm uma ou duas empresas aéreas.

Quantas empresas existem na Itália? Uma, a Alitalia. E na Espanha? E assim vai. É só puxar a lista aí e a gente vai ver. Existem outras empresas em todos esses países com um *share* de mercado pequeninhos de 0,2, de 0,5. Geralmente são pequenas rotas regionais dentro de uma região ou táxi aéreo.

Portanto, à luz desses números, e é importante colocar isso, o mercado brasileiro é o mais competitivo do planeta. Não há mercado de maior disputa concorrencial entre as empresas do que o mercado brasileiro.

O SR. PRESIDENTE (Acir Gurgacz. Bloco/PDT – RO) – O senhor já colocou para nós qual vai ser mais ou menos o comportamento das companhias com relação à Copa do Mundo. Eu, particularmente, sempre tive uma posição muito clara com relação às obras da Copa. Nós temos de pensar nas obras para o povo brasileiro, não nas obras para um evento de 30 dias. Nós temos de cuidar da população brasileira. Se precisarmos aumentar a frequência, as empresas têm a capacidade de aumentar voos noturnos para atender a um possível aquecimento da demanda em algum momento específico? É específico, serão apenas 30 apenas dias. O senhor colocou muito bem, as empresas vão diminuir as suas reuniões, as viagens diminuem, os turistas vão tomar conta dos aeroportos.

O SR. EDUARDO SANOVICZ – Eu repito, Presidente, a experiência da Copa da Alemanha, da Copa da África e das Olimpíadas de Londres mostra que o volume de voos, o volume de passageiros não muda. Portanto, a infraestrutura aérea está colocada. O que vai mudar? Com certeza, nós vamos ter uma demanda de frequências, por exemplo, para Natal e Cuiabá diferente da demanda cotidiana, porque há um volume de jogos previstos para Natal e Cuiabá que não estão exatamente no eixo das grandes rotas. A isso que me refiro quando eu coloquei uma agenda de cinco temas importantes e um deles é a adaptação da malha sazonal para o evento Copa do Mundo. Não vai se tratar de aumentar oferta de assentos, a história nos mostra que isso não ocorre. Mas vai se tratar, com certeza, de rever a oferta entre destino A, B ou C porque os fluxos devem ser dirigidos de acordo com essa demanda. Agora vejam, vamos pegar um exemplo concreto: Cuiabá, um lugar que tradicionalmente tem uma frequência menor. A frequência maior não vai ter se dar em todos os dias da semana. Na véspera ou no dia jogo vai-se ter um aumento. Sabemos disso com alguma antecedência, porque a venda de pacotes, a venda de ingressos, vem antes. É nesse sentido que a gente está construindo um debate com a Anac.

O SR. PRESIDENTE (Acir Gurgacz. Bloco/PDT – RO) – Nós temos capacidade de aumentar a grade?

O SR. EDUARDO SANOVICZ – Temos. Eu não tenho a menor preocupação com isso. O problema hoje, o desafio que temos hoje para a Copa do Mundo está em terra, não está no ar.

O SR. PRESIDENTE (Acir Gurgacz. Bloco/PDT – RO) – Recentemente, nós acompanhamos as questões de reclamações trabalhistas. Eu acredito que deva ser específico com aquela questão da Webjet. Isso foi resolvido?

O SR. EDUARDO SANOVICZ – A da Webjet foi. Na realidade, isso acabou numa disputa judicial. Hoje, as partes estão discutindo como vão fazer. Acho que o grande tema trabalhista em discussão hoje é um projeto, ele está aqui no Senado, há um semelhante na Câmara, que debate a regulamentação da jornada do aeronauta.

O aeronauta brasileiro – não sei se vocês acompanham isso –, assim como todo aeronauta em todos

os lugares do mundo, cada um no seu país, tem um limite máximo de horas que ele pode voar por ano. Essa regulamentação no Brasil data de 1986. Em 1986, o Brasil definiu, por meio dos agentes que participaram daquele debate, que a jornada do aeronauta brasileiro seria de 850 horas/ano. Ora, isso é correto, há um racional técnico para isso, um debate tecnológico em relação, enfim, ao que precisa ser feito por um aeronauta, toda a segurança envolvida no voo. Nós temos esse limite.

Nos anos 90 houve uma mudança na geração de aviões, nos anos 2000 idem. Em 2013 e 2014, nós vamos começar a voar "com os aviões que são os bisnetos dos aviões dos anos 80". Em alguns países do mundo essa regulamentação foi sendo atualizada em cada geração que se colocou. Então, nos Estados Unidos o limite são de mil horas, na Europa são de 900 horas, no Oriente são de 900 horas, no Canadá são de 1.200 horas, e no Brasil são de 850 horas. Esse é um debate importante hoje colocado aqui, e o que nós defendemos, Senador, é o seguinte: a tecnologia e o avanço das pesquisas criaram outra forma de debatermos o assunto, que é a análise de fadiga. Há todo um instrumental técnico para se analisar qual a fadiga, qual o estresse, o que é demandado de um profissional ao longo da sua jornada. Então, estamos encaminhando um debate nesse sentido.

O SR. PRESIDENTE (Acir Gurgacz. Bloco/PDT – RO) – A evolução do equipamento muda...

O SR. EDUARDO SANOVICZ – Exato, muda a forma de você operar um voo. Então, estamos encaminhando o debate nesse sentido, isso é um assunto candente em aberto e, com certeza, deve ser objeto de encaminhamento por parte da Anac, que acaba definindo a regulamentação. Não há consenso sobre esse tema, mas há um pouco de tentativa de construção de um entendimento unitário.

O SR. PRESIDENTE (Acir Gurgacz. Bloco/PDT – RO) – Muito bem. Muito obrigado, Dr. Eduardo.

Há algumas perguntas para o Professor Cleveland.

Professor, a pergunta é a seguinte: faz sentido o tempo de deslocamento do aeroporto até o centro da cidade ser maior que o tempo de voo de uma cidade para outra?

Vou fazer as três perguntas na sequência, porque uma coisa está ligada com a outra.

O aeroporto pode ser pensado dissociado das soluções de mobilidade urbana?

Qual a sua proposta para os parâmetros dos processos de concessão dos aeroportos?

O SR. CLEVELAND PRATES TEIXEIRA – Obrigado pelas perguntas. Vou só fazer um parêntese, porque me senti tentado a fazer um pequeno comentário sobre a questão de concorrência no setor aéreo.

O SR. PRESIDENTE (Acir Gurgacz. Bloco/PDT – RO) – Por favor.

O SR. CLEVELAND PRATES TEIXEIRA – Vejo as pessoas questionarem muito a suposta ausência de concorrência no setor aéreo. O que me parece é que as pessoas se esquecem que grande parte do problema que se supõe existir deriva exatamente da falta de infraestrutura aeroportuária. Se você tem uma infraestrutura maior, você permite que novas empresas entrem e concorram. Então, acho que grande parte do questionamento que se tem em relação às companhias aéreas deriva de outro segmento de setor, de outro problema. Então, é preciso tomar um pouquinho de cuidado. Vamos atribuir a quem é de direito. Mas, vamos lá.

Com relação à mobilidade, não vejo sentido nenhum em ter que sair da minha casa, numa região de São Paulo, e levar, eventualmente, duas horas e meia para chegar a Guarulhos. Aquele aeroporto, para mim, já não é uma opção. Então, como posso encarar aquele aeroporto como um concorrente de Congonhas? Não existe isso.

De novo, vou relembrar minha apresentação. Vamos pensar sob o ponto de vista de custo de oportunidade. Quanto vai sair o TAV para o Brasil? Qual a possibilidade que eu teria de pegar esse mesmo dinheiro e investir em mobilidade dentro das cidades? Será que isso não me facilitaria ganhar a concorrência entre aeroportos, como o Marcelo disse? Então, vamos pensar um pouquinho sobre isso, vamos refletir um pouquinho mais sobre isso. Não existe outra forma de a gente pensar. Não dá. Quer concorrência? Vamos levar um trem, como existe na Europa, que passe pelos principais aeroportos, nas principais cidades. Você vai para Madri, você vai para Londres, é um excelente exemplo, ou para Paris, você tem opções de se locomover muito rapidamente. Aí, sim, você tem concorrência entre aeroportos na cidade. Isso é fundamental.

Com relação à proposição de modelos – e já falei isso numa audiência pública, o Marcelo sabe disso –, a minha questão não é com relação ao remédio, o meu problema não é que se tenha concorrência. Ao contrário, sou da área de concorrência, estudei isso, gosto de concorrência, quero concorrência; a questão não é o remédio, mas, eventualmente, a dosagem que se dá. Salvo melhor juízo, e, os números que temos estudado, nada indica que 35 milhões é um número razoável para o que a gente tem para concessão no aeroporto do Galeão e para o aeroporto de Confins, não existe uma correlação, aliás, há correlação muito baixa entre operação do número de passageiros e percepção do consumidor com relação à eficiência desse aeroporto.

E mais: acho que a gente precisava pensar que existe uma curva de aprendizado. Se me perguntassem, se for para exigir alguma coisa de operador aeroportuário, eu exigiria um número mais próximo ao aeroporto que eu vou licitar, porque ele entra já conhecendo o tamanho e ele aprende ao longo do tempo, e aí você amplia o número de interessados nesses aeroportos. Essa é a primeira questão.

A segunda questão é, de novo, entendo o ponto do Marcelo, acho bastante louvável. Teoricamente, é plenamente sustentável você pensar sob o ponto de vista de concorrência entre outros serviços. A ideia que o Marcelo está trazendo aqui é muito próxima ao modelo australiano, em que você tem o monitoramento dos vários aeroportos para verificar qual sai, digamos assim, da média do padrão dos demais aeroportos.

É possível ter isso? É possível, mas vamos tomar o cuidado de analisar isso caso a caso. Em que medida, de fato, eu posso ter concorrência entre todos esses aeroportos no País por serviços específicos? Às vezes não. Então, até que me provem o contrário eu ainda acho que especificamente, estou falando no caso específico de Campinas, não dá para enxergar como concorrente o Galeão ou Confins e vice-versa, o perfil é diferente. Mesmo porque eu não acredito que, dada a questão de densidade demográfica, Belo Horizonte se transforme em um *hub* internacional de aeroportos.

Então, são questões muito específicas. Eu não tenho nenhum problema com relação ao remédio. Concordo, em tese, com o Marcelo no aspecto de gerar mais concorrência no mercado também. O meu ponto não é esse, mas vamos analisar com calma e ver qual a dose correta para isso. Só isso. Nada mais.

Desculpe, só um parêntese. Com relação ao modelo de licitação que o Marcelo colocou, eu acho que de fato ele tem toda a razão, eles têm feito um excelente trabalho e obviamente devem ter estudado o caso de Telecom nos Estados Unidos, tem muita proximidade com isso também. Então, eu não tenho dúvida com relação à competência das pessoas que estão lá.

O SR. PRESIDENTE (Acir Gurgacz. Bloco/PDT – RO) – Muito obrigado, Professor Cleveland.

Pergunto ao Professor Gilberto, o senhor acredita que realmente poderá haver judicialização no processo licitatório nos aeroportos? Já estamos sentindo que estamos caminhando nesse sentido, Professor?

O SR. GILBERTO BERCOVICI – Não tenho bola de cristal.

O SR. PRESIDENTE (Acir Gurgacz. Bloco/PDT – RO) – Mas é uma tendência?

O SR. GILBERTO BERCOVICI – É uma tendência, porque afinal, a questão da licitação no Direito Administrativo facilita isso. Inclusive a formalidade no Direito Administrativo facilita esse apelo à judicialização. O fato de não haver uma justificativa, uma fundamentação da decisão facilita extremamente quem não pôde participar. Eventualmente quem perder a concessão usar argumentação da falta de competitividade da licitação como um dos argumentos para poder tentar judicializar o processo.

O Professor Cleveland falou que a gente não tem que evitar, a gente tem que aprender com os erros dos outros. Estamos cansados de ver concessão e licitação terminar e ficar empacado por via de liminar ou por decisão judicial ou no Tribunal de Contas que seja.

Ninguém está questionando o problema da concorrência entre aeroportos. O problema é o seguinte: no caso aqui os argumentos não estão sendo suficientes para demonstrar que essa exclusão prévia é necessária. Ou seja, acho que seria muito mais útil, muito mais producente para o interesse público deixar o maior número de concorrentes possível participar da concessão, com todas essas cautelas que já ocorreram no processo anterior de evitar a participação cruzada, evitar que um saiba do outro, que tenha uma série de cautelas no procedimento, e que se aumente o número de propostas, inclusive pode aumentar os valores oferecidos para a concessão, pode melhorar a proposta oferecida à Administração Pública e evitar ao máximo a judicialização.

Agora, lógico, eu não tenho bola de cristal.

O SR. PRESIDENTE (Acir Gurgacz. Bloco/PDT – RO) – Sem dúvida.

Muito obrigado, professor.

Dr. Eduardo, só para conhecimento, o Projeto de Lei do Senado nº 434, de autoria do Blairo Maggi, está na CAS, onde foi solicitada audiência pública para instruir o projeto de lei, audiência pedida pelos Senadores Vicentinho Alves, Paulo Paim e Vanessa Grazziotin. Portanto, ele ficará sobrestado enquanto não sair essa audiência pública. Só para informação.

Antes de encerrarmos a nossa reunião, agradeço a presença de todos, em especial a dos nossos convidados. Pedimos uma atenção especial ao Marcelo com relação aos aeroportos de Rondônia. Todos os aeroportos do Brasil são importantes, sem sombra de dúvida. Não podemos fazer essa distinção, mas uma atenção especial. Aliás, sempre foi dada; a gente faz isso até por dever, obrigação, Marcelo, mas tenho que colocar que toda vez que nós precisamos tanto da Anac, quanto da SAC, nós sempre fomos muito bem-atendidos e as coisas estão caminhando rapidamente para a solução dos problemas.

Agradeço a presença do Dr. Marcelo Guaranys; Dr. Eduardo Sanovicz; Professor Cleveland Prates e o Professor Gilberto Bercovici.

Por fim, encerrando o semestre, agradeço as presenças das senhoras e dos senhores que participam da nossa audiência púbica, bem como a colaboração daqueles que conosco participaram. Informo o retorno de nossos trabalhos, após o processo do recesso parlamentar, em agosto, quando retomaremos as reuniões deliberativas ordinárias e teremos o início do terceiro ciclo de audiências públicas com o tema: A modernização da legislação mineral, dentro do Programa 2013/2014, Investimento e Gestão: Desatando o nó logístico do País. Quando abriremos a discussão sobre o novo marco da mineração com a presença do Exmo Sr. Ministro de Estado de Minas e Energia, Senador Edison Lobão, Ministro Edison Lobão.

Mais uma vez, obrigado a todos.

Um agradecimento especial ao Presidente desta Comissão, Senador Fernando Collor, que faz um excelente trabalho na administração desta Comissão, que é da maior importância para todo o nosso País.

Agradecendo mais uma vez as presenças de todos.

Declaro encerrada a reunião.

(Iniciada às 18 horas, a reunião é encerrada às 20 horas e 42 minutos.)

COMISSÃO DE SERVIÇOS DE INFRAESTRUTURA

ATA DA 28ª REUNIÃO, EXTRAORDINÁRIA, DA COMISSÃO DE SERVIÇOS DE INFRAESTRUTURA DA 3ª SESSÃO LEGISLATIVA ORDINÁRIA DA 54ª LEGISLATURA, REALIZADA EM 05 DE AGOSTO DE 2013, SEGUNDA-FEIRA, ÀS 18 HORAS, NA ALA SENADOR ALEXANDRE COSTA, PLENÁRIO Nº 13.

Às dezoito horas do dia cinco de agosto de dois mil e treze, na sala de reuniões da Comissão, sob a Presidência do Senhor Senador **Fernando Collor**, reúne-se a Comissão de Serviços de Infraestrutura. Presentes o Senhores Senadores **Lobão Filho**, **Blairo Maggi**, **José Pimentel**, **Pedro Taques**, e **Ricardo Ferraço**. Registra presença como não-membro o Senhor Senador **Antonio Carlos Valadares**. Deixam de comparecer os demais Senadores. O Presidente declara a abertura dos trabalhos e realiza leitura dos Comunicados da Presidência e Documentos. Tem início a apreciação da Pauta: Audiência Pública, em atendimento ao **Requerimento nº 01, de 2013 – CI**, de autoria do Senador **Fernando Collor**, aprovado em 27 de fevereiro de 2013, que, "*nos termos do art. 58, §2º, incisos II e V da Constituição Federal, combinado com o art. 90, incisos II e V, do Regimento Interno do Senado Federal, requer sejam realizados, por esta Comissão de Serviços de Infraestrutura, ciclos de audiências públicas dentro de uma Agenda específica de debates ao longo do biênio 2013/2014, com renomados especialistas que apresentem depoimentos, análises e informações acerca de propostas setoriais para a infraestrutura, especialmente no que tange à modernização e expansão dos serviços, ao aumento da competitividade, à avaliação da capacidade de crescimento da economia e do bem-estar da população, e ao investimento e gestão como chaves para desatar o nó logístico do país*". O Presidente convida a compor a Mesa e a fazer suas exposições o Excelentíssimo Ministro **Edison Lobão,** Ministro de Estado de Minas e Energia (MME), e o Senhor **Carlos Nogueira**, Secretário de Geologia, Mineração e Transformação Mineral do MME. Fazem uso da palavra os Senhores Senadores **Ricardo Ferraço**, **Lobão Filho**, **Blairo Maggi** e **Antonio Carlos Valadares**. Nada mais havendo a tratar, a Reunião é encerrada às vinte horas e quatro minutos, lavrando, eu, Álvaro Araújo Souza, Secretário da Comissão, a presente Ata, que, lida e aprovada, será assinada pelo Presidente e publicada, juntamente com a íntegra das Notas Taquigráficas, no Diário do Senado Federal.

Senador **Fernando Collor, –** Presidente da Comissão

(*Texto com revisão.*)

O SR. PRESIDENTE (Fernando Collor. Bloco União e Força/PTB – AL) – Declaro aberta a 28ª Reunião Extraordinária da Comissão de Serviços de Infraestrutura da 3ª Sessão Legislativa Ordinária da 54ª Legislatura.

Comunicados da Presidência.

Em relação ao II Ciclo de Audiências, realizado na Comissão, relato do 4º Painel.

Dentro do ciclo de audiências públicas, denominado "Investimento e Gestão: desatando o nó logístico do País", esta Comissão de Serviços de Infraestrutura realizou, no dia 31 de julho, o 4º Painel do tema "Financiamento e Gestão da Infraestrutura de Transportes do Brasil", com a participação do Sr. Bernardo Figueiredo, Presidente da Empresa de Planejamento e Logística, do Sr. Jean Mafra dos Reis, Superintendente de Infraestrutura e de Serviços de Transportes Ferroviários de Cargas da ANTT, e do Sr. Rodrigo Vilaça, Presidente-Executivo da Associação Nacional de Transportadores Ferroviários.

O Sr. Bernardo Figueiredo, discorrendo sobre o projeto de trem de alta velocidade, apresentou dados comparativos, mostrando que, enquanto o índice de mortes por bilhão de passageiros por quilômetro é de 17 na rodovia; 0,27, na aviação; e 0,18, na ferrovia, o transporte de alta velocidade tem índice de mortes praticamente zero.

Quanto à emissão de CO^2 por passageiro por quilômetro, enquanto o automóvel emite 180 gramas, o avião, 100 gramas, e o ônibus, 90 gramas, o trem de alta velocidade emite apenas 15 gramas, afirmou o palestrante.

Os atributos de segurança, baixa emissão, conforto, regularidade e velocidade conferem competitividade ao trem de alta velocidade, fazendo com que o mundo tenha voltado a investir fortemente na ferrovia. Existem, hoje, no mundo, segundo ele, mais de 20 mil km de linhas de trem de alta velocidade em operação, 14 mil em construção e 16 mil em projetos, especialmente na Europa e na China, sendo que esta iniciou a sua construção apenas em 2008 e já dispõe da maior rede em operação e projetada. O trem de alta velocidade Rio de Janeiro-Campinas, talvez o último grande estudo pelo Geipot, feito em parceiro com a Ferconsult, da Alemanha, com certeza, é um dos projetos mais bem estudados que temos hoje no País, afirmou o Dr. Bernardo.

Esse estudo, que durou dois anos e foi concluído em 1999, analisou essa região e as suas condições socioeconômicas, concluindo que o trem de alta velocidade era a melhor solução para equacionar o transporte de alta velocidade nesse eixo.

Em 2007, o TAV, como é conhecido, foi incluído no PAC e foi contratada a empresa inglesa, HowCrew. Em parceria com a brasileira Sinergia, fizeram a atualização desses estudos. Ligando as duas grandes metrópoles, Rio e São Paulo, e os Aeroportos de Viracopos, Guarulhos e Galeão, o TAV terá um ganho significativo na movimentação de pessoas, entre os aeroportos e os centros urbanos, e na própria eficiência do transporte aéreo, segundo asseverou o Dr. Bernardo.

Dizendo ainda que a área de influência do TAV representa 32% do PIB do Brasil, 72% do PIB dos Estados do Rio de Janeiro e São Paulo e 57% do PIB da Região Sudeste e que sua implantação permite o reordenamento regional ao longo de seu eixo. Em termos populacionais, essa área representa 20% da população do Brasil, 66% da população do Rio de Janeiro e 47% da população de São Paulo, para a qual o TAV oferecerá uma alternativa de mobilidade e desconcentração urbana – afiançou o Dr. Bernardo Figueiredo.

Além do desenvolvimento que será proporcionado ao longo de seu eixo, a sustentabilidade do TAV, no longo prazo, é evidente, pois, além de evitar o ônus do deslocamento adicional entre o aeroporto e o centro urbano, sua capacidade pode ser aumentada apenas com o acréscimo do número de trens em operação.

A União Internacional de Operadores de Ferrovia estima que uma linha de trem de alta velocidade como esta pode atende até 200 milhões de passageiros por ano.

A concessão será feita em três etapas: na primeira etapa, será selecionado o operador responsável pela prestação do serviço, que vai fornecer o material rodante, a sinalização e fazer a transferência de tecnologia. O leilão está anunciado para 19 de setembro, conduzido pela ANTT.

Na segunda etapa, já em execução, será feito o projeto executivo da via, o projeto de engenharia detalhado, para que se possa eliminar o risco de orçamentação da obra. Ainda neste mês, será contratado um consórcio internacional, com empresas nacionais, para fazer o projeto.

Na terceira etapa, constrói-se a infraestrutura.

É importante essa inversão de contratar o serviço e a tecnologia antes, porque a tecnologia e o operador condicionam a configuração que a via deve ter, explicou o Dr. Bernardo.

O segundo palestrante, o Sr. Jean Mafra dos Reis, discorrendo sobre o transporte ferroviário de cargas, explicou que o modelo de concessão em vigor é vertical. Isto é, uma empresa ferroviária detém tanto a exploração da infraestrutura que lhe foi outorgada, quanto a prestação do serviço de transporte ferroviário de cargas.

Esse modelo, adotado na América do Norte e na Austrália, produz o monopólio do concessionário, gerando baixa interconexão e tráfego mútuo entre os concessionários, fazendo com que apenas um terço da malha brasileira, voltada para a exportação de *commodities*, tenha uso intensivo, e a maior parte seja ociosa.

Pela baixa conexão que existe entre a malha ferroviária, pois o tráfego mútuo representa apenas 8% do total transportado, frisou o palestrante, a distância média de transporte na ferrovia do Brasil é algo em torno de 500 a 600km, quando, em mercados ferroviários mais maduros, as distâncias são da ordem de 1.500 a 2.000km.

A revisão do marco regulatório das concessões, passando ao modelo horizontal adotado na Europa, busca estimular a interoperabilidade dos subsistemas e fomentar a competição dentro do setor, afirmou o Sr. Jean Mafra. É um modelo que busca separar a gestão da infraestrutura, por meio de um concessionário que vai cuidar somente da infraestrutura e dos operadores ferroviários que vão realizar o transporte, a exemplo do que já foi feito nas áreas de energia e telecomunicações.

Lançado em agosto de 2012, o Programa de Investimento em Logística e Ferrovias, o chamado PIL, busca implantar o modelo horizontal, com a construção de 11 mil km de linhas férreas de bitola larga. Constituído de 12 trechos, já integrados à atual malha ferro-

viária, com investimentos na casa de R$100 bilhões, o plano visa a criação de um mercado interno de ferrovias, integrando os principais centros de cargas, informou o Sr. Jean Mafra.

A concessão por 35 anos se dará por meio de uma outorga em que a concessionária, com financiamento público, constrói a ferrovia, num prazo de cinco anos, e opera por mais 30 anos. Toda a capacidade gerada na concessão dessa ferrovia é adquirida pela Valec, através da tarifa de disponibilidade da capacidade operacional, retirando o risco de demanda do concessionário.

A Valec, por sua vez, vende essa capacidade aos usuários que pagam ao operador uma tarifa de fruição pela utilização da ferrovia. Haverá, por um período, um modelo híbrido, uma convivência de um modelo vertical e de um modelo horizontal, porque as concessões atuais ainda têm em torno de 15 anos de vigência, segundo explicou o Sr. Jean Mafra.

O Sr. Rodrigo Vilaça, o último palestrante, afirmou que o setor ferroviário, que teve o seu primeiro ciclo com o Barão de Mauá, um segundo ciclo com a estatização do sistema, através da Rede Ferroviária Federal, e um terceiro com a desestatização, na década de 90, entra em um novo ciclo com a implantação do Programa de Investimento em Logística, o PIL.

Com a concessão de 11 trechos, perfazendo um total de 28.366km, dos quais 22.822km estão em operação, destacou o palestrante que houve recuperação e aumento da malha, com inversão de mais de R$50 bilhões, dos quais R$35 bilhões em investimentos, além de recolhimento de R$16 bilhões em tributos e pagamento de R$7 bilhões em arrendamento.

A movimentação de carga cresceu 90%, e o índice de acidente foi reduzido em 83%. Segundo o palestrante, o Plano de Expansão lançado pelo Governo, com uma ótica de integração da malha, é totalmente adequado e tende a criar uma condição sustentável, econômica, produtiva e de custo logístico possível e aceitável, mas temos gargalos, lembrou o Sr. Rodrigo, como a intermodalidade, problemas institucionais da extinta Rede Ferrovia Federal e, principalmente, a questão que trata da tributação dos fornecedores da competitividade do sistema.

"Estamos implantando sistemas mais modernos circulando ainda em uma malha de dois séculos atrás", enfatizou o palestrante. "A ANTT tem levado ao Governo Federal os pontos que entende fundamentais para que tenhamos avanços reais", afirmou o Sr. Vilaça. O novo modelo proposto, segregado e com acesso aberto, não apresenta referências mundiais. O modelo integrado e sem *open access* é prevalente; já os casos de modelos segregados e com *open access* prevalecem em ferrovias focadas em passageiros e requerem investimentos e operação 100% estatais.

Nós passamos um período de duas décadas, entre 1980 e 1990, em abandono. Os sistemas ferroviário, aquaviário e aeroportuário também, para depois entrar numa necessidade de planos e projetos. Finalmente temos a Empresa de Planejamento e Logística, que deve olhar esse horizonte. "Sem dúvida, nós vamos avançar com muita objetividade se toda a sociedade estiver envolvida no ambiente e no trato através das audiências públicas e da participação, para que tenhamos eliminação de dúvidas", afirmou o Sr. Rodrigo Vilaça. O sistema metroferroviário brasileiro é insuficiente, segundo ele. Das 66 médias e grandes cidades ou regiões metropolitanas, apenas 12 são atendidas por sistemas sobre trilhos. Segundo ele, isso tudo é falta de planejamento.

A questão de transportes está dissociada do Ministério das Cidades, e não se trabalha em conjunto. Há dificuldade de o Poder Público em melhorar mais rapidamente os sistemas ferroviários e implementar o avanço tecnológico, mas o ponto crítico do setor de passageiros é o custo da tarifa e da energia elétrica. "É necessário harmonizar o custo da tarifa quanto à horizontalidade e resgatar o desconto de 75% sobre a tarifa de energia elétrica cobrada dos operadores metroferroviários como forma de incentivar a ampliação de investimentos no setor e aumentar a oferta e a qualidade dos serviços prestados", concluiu o palestrante Dr. Vilaça.

Segundo comunicado: documentos recebidos pela Comissão de Serviços de Infraestrura.

A Presidência comunica o recebimento do Ofício COM LEG GB/SF nº 167/2013, de autoria do Consultor-Geral Legislativo Paulo Fernando Molin e Souza, encaminhando a Nota Informativa 1.667, de 2013.

Trata-se de demanda encaminhada por esta Comissão à Consultoria Legislativa do Senado Federal em razão do recebimento do Aviso nº 495 (Seses/TCU/Plenário), que diz respeito às medidas cautelares no âmbito das quais o TCU determinara a retenção de recursos destinados ao pagamento de obras no trecho de Alagoas da Rodovia BR-101, em virtude de indícios de sobrepreço nos valores pagos pela areia e pela brita a serem utilizadas na construção.

A referida Nota Técnica faz algumas observações, mas conclui com dois parágrafos que dizem respeito diretamente a esta Comissão.

Ao Congresso Nacional, na condição de titular do controle externo, caberia debruçar-se com mais atenção sobre as realizações do Poder Executivo. Surpreende não existir um cadastro unificado das obras

que recebem recursos federais por meio do qual os parlamentares possam acompanhá-las.

Para eliminar a falta de tal instrumento de controle, recomenda-se que por meio de emenda à próxima LDO, se dê prazo ao Poder Executivo para constituir o Cadastro de Obras.

Mesmo no âmbito da Comissão de Serviços de Infraestrutura, seria possível aprimorar infraestrutura, seria possível aprimorar o controle das obras de infraestrutura, principalmente aquelas que estão sendo auditadas pelo TCU. Para esse fim, a Comissão de Infraestrutura deveria ter acesso ao Sistema Fiscobras, que traz os dados das obras com indícios de irregularidades graves, identificadas pelo TCU.Esse acesso já é dado à CMO. (fecho aspas)

Cópias desses documentos encontram-se à disposição das Srªs e Srs. Senadores na Secretaria desta Comissão.

Outro comunicado também referente a documentos recebidos pela Presidência desta Comissão. Este comunicado vai na mesma direção da recomendação constante na nota técnica que acabo de ler. e a Presidência comunica o recebimento do Aviso nº 816, Seses/TCU/Plenário, de autoria do Ministro João Augusto Ribeiro Nardes, Presidente do Tribunal de Contas da União, encaminhando cópia do acórdão proferido nos autos do processo nº TC 016068/2013-0, acompanhado do relatório e do voto que o fundamenta.

Trata-se de demanda encaminhada por esta Comissão ao TCU, em 12 de junho passado, em razão da aprovação do Requerimento nº 28, de 2013, desta Comissão, solicitando que à Comissão de Infraestrutura fosse disponibilizado – exatamente o que diz a nota técnica – o acesso ao sistema Fiscalis, daquele Tribunal, bem como o devido treinamento para o uso do programa a servidores desta Casa Legislativa.

Em atenção à demanda formulada no requerimento, o TCU concedeu o acesso ao Sistema Fiscalis à Comissão de Serviços de Infraestrutura do Senado Federal, da forma já concedida à Comissão Mista de Planos, Orçamentos Públicos e Fiscalização, a CMO, encaminhando ainda orientações sobre o cadastramento de membros e servidores da Comissão para acesso ao sistema.

De acordo com o relatório, uma vez realizado o cadastramento, a consulta abrangerá os seguintes níveis: 1 – acesso ao Fiscalis, execução disponível na aba Congresso Nacional do Portal do TCU. Relatórios com indício de irregularidade grave com recomendação de paralisação ou com recomendação de retenção parcial de valores; 2 – acesso ao aplicativo, consulta a Congresso Nacional, também disponível na aba Congresso Nacional do Portal do TCU. Neste último, as informações exibidas, achados e objetos, referem-se à Fiscobras em curso, são detalhadas as obras que já tenham fiscalização concluída e acordam no que tenham despacho monocrático, a respeito das irregularidades, além daqueles comunicados no exercício anterior, com indícios de irregularidades graves – conclui o ofício do TCU.

Cópia desses documentos, contendo instruções detalhadas para cadastramento de usuários habilitados a acessar o Sistema Fiscalis, encontram-se à disposição das Srªs e Srs. Senadores desta Comissão.

Esse é um passo muito importante, porque, a partir deste momento, os integrantes da Comissão de Serviços de Infraestrutura, que poderão ter acesso a esse sistema Fiscobras, poderão acompanhar, a tempo e a hora, todas as obras que vêm sendo realizadas no Brasil e que, na ótica do Tribunal de Contas da União (TCU), estejam com algum tipo de irregularidade, desde irregularidade grave até irregularidade média, e aquele escalonamento que eles têm. Isso fará com que estejamos sempre com essa possibilidade de acesso imediato a esse tipo de informações.

O comunicado final. Apenas dando ciência de que, antes de iniciarmos a audiência pública de hoje, informar que a população poderá participar do nosso debate, enviando perguntas e comentários ao nosso convidado de hoje. Para participar, basta ligar gratuitamente para o Alô Senado, pelo telefone 0800 612211, ou enviar sua contribuição pela Internet, no endereço www.senado.gov.br/alosenado, ou ainda nos perfis do Alô Senado no Facebook, ou, pelo Twitter, @alosenado. Portanto, qualquer cidadão ouvinte ou telespectador de nossas audiências pode, desde já, enviar a sua pergunta ou o seu comentário ao nosso convidado acerca do assunto em discussão.

Iniciando a nossa presente reunião, que se destina à realização de audiência pública sobre o tema "O Marco Regulatório da Mineração" – Painel do 3º Ciclo – Mineração, Governança e Logística, parte integrante da Agenda 2013/2014, Investimento e gestão: desatando o nó logístico do País, da Comissão de Serviços e Infraestrutura, convido para que tomem assento à Mesa o Exmo Sr. Ministro Edison Lobão, das Minas e Energia, bem como o Sr. Carlos Nogueira da Costa Jr., Secretário de Geologia, Mineração e Transformação Mineral, do Ministério de Minas e Energia.

Desejo, em nome da Comissão de Serviços de Infraestrutura, a S. Exª, o Ministro Edison Lobão, as melhoras boas-vindas a este Plenário e a esta Comissão, que o teve como primeiro presidente.

Seja bem-vindo, Ministro.

Seja bem-vindo, Dr. Carlos. (*Pausa.*)

É com muita satisfação que passo a palavra a S. Exª o Senador Edison Lobão, Ministro de Estado das Minas e Energia, para a sua exposição.

O SR. EDISON LOBÃO – Sr. Presidente Fernando Collor, Srs. Senadores Ferraço e Antônio Carlos Valadares, senhoras e senhores, ainda há pouco, o Senador Valadares me dizia que sente uma certa emoção quando um companheiro seu emprestado a outro Poder, e é o meu caso, volta a esta Casa. Emoção maior, Senador, sinto eu por voltar aqui.

O Presidente Collor nos dá a informação visível de que eu fui o fundador desta Comissão. Já exerço o quarto mandato de Senador da República, para minha honra e alegria, tendo exercido dois mandatos de Deputado Federal, portanto, atuando no Poder Legislativo por longo tempo.

Tenho, assim, uma alegria muito grande em retornar ao Poder Legislativo notadamente atendendo, neste caso, a um convite da Comissão de Infraestrutura, tão bem presidida pelo Presidente Collor.

Senhoras e senhores, em atenção ao honroso convite desta Comissão, aqui compareço, mais uma vez, para discutir e debater com franqueza e espírito público questões da maior relevância para a vida nacional.

O ciclo de audiências públicas do biênio 2013/2014, instituído nesta Comissão por V. Exª, Presidente Collor, é uma importante contribuição para o debate democrático e construtivo sobre o desenvolvimento do País.

A proposta do novo marco legal do setor mineral encaminhada ao Congresso Nacional pela Presidente Dilma Rousseff e objeto desta audiência é, sem dúvida, um dos temas candentes, por envolver a definição sobre a melhor forma de gerir e aproveitar as riquezas do nosso subsolo, que são patrimônio de todo o povo brasileiro, como estabelece a Constituição.

Todos estamos de acordo no reconhecimento de que, em função de uma legislação ultrapassada, burocrática e centralizadora, o Brasil ainda não se beneficia adequadamente de suas riquezas minerais, que hoje respondem por apenas 4% do PIB brasileiro, quando essa participação poderia ser muito mais expressiva.

É verdade que o setor mineral contribui com cerca de 25% das nossas exportações, mas é também verdade que, deste total, o minério de ferro representa 90%, o que mostra a necessidade de diversificar a nossa pauta no mercado internacional.

Ao definir com clareza as atribuições do Estado e a participação na iniciativa privada na exploração desses recursos, a legislação sob exame deverá criar um ambiente muito mais favorável aos investimentos, aumentando a competitividade do setor e gerando mais riquezas para o nosso povo.

É esse, em resumo, o escopo de nossa proposta na elaboração do novo marco da mineração. O Governo agiu e continua agindo de forma democrática e transparente em busca do melhor caminho para o Brasil.

Ouvimos inúmeras vezes agentes econômicos, consultorias independentes e renomados técnicos e cientistas desta matéria. Consultamos as legislações de vários países, participamos de todas as audiências públicas e debates, inclusive nesta Comissão.

Portanto, tudo o que está proposto é resultado de estudos exaustivos, diálogo e profunda reflexão. Nada de voluntarismo ou improvisação. Tudo com responsabilidade, considerando todos os interesses envolvidos, mas, sobretudo, o interesse do Brasil.

A criação do Conselho Nacional de Política Mineral, órgão de assessoramento da Presidência da República, reflete essa preocupação. A exemplo de outros conselhos de áreas estratégicas, como o de política energética, precisamos de um colegiado de alto nível, que formule e avalie as políticas públicas do setor, balizando os interesses dos agentes econômicos e da sociedade, de modo a ampliar e fortalecer a participação da mineração na economia nacional.

Será essa a atribuição superior do Conselho Nacional de Política Mineral. O Código Mineral em vigor estabeleceu um sistema de outorga que refletia as condições político-administrativas da época de sua criação, ou seja, 50 anos passados.

Sob esse sistema, as demandas da sociedade quanto à evolução ou a efetividade dos impedimentos mineiros ficaram submetidas a exigências burocráticas que resultaram em adiamentos e entraves prejudiciais aos melhores e mais legítimos interesses do Brasil.

Para corrigir essa distorção, o marco proposto cria novas formas de acesso a áreas para a atividade de pesquisa e exploração mineral. Alguns dispositivos do novo marco, a exemplo da licitação e da chamada pública, criam efetivamente um ambiente competitivo e de justiça para investidores e empresas voltados às pesquisas e à exploração mineral.

Em seu conjunto, as medidas geram maiores oportunidades de acesso às áreas que apresentam grande potencial para a mineração. A sistemática de concessão para acesso aos títulos minerários terá como principais pontos: 1) a licitação para áreas selecionadas pelo Conselho Nacional de Política Mineral, com títulos de 40 anos renováveis por mais 20 anos sucessivamente; 2) as demais áreas terão procedimento licitatório simplificado; 3) exigência de pagamento de taxa de ocupação e a obrigatoriedade de investimento mínimo na área concedida; 4) Dispensa de licitação para agregados da construção civil, rochas ornamentais e água mineral.

Para combater práticas especulativas e produtivas que comprometem o setor, o projeto de lei mantém a exigência de pagamento pelos titulares de direitos minerários de taxa por ocupação e retenção, admitida sua progressividade.

Devo ressaltar que o projeto de lei contém regras pormenorizadas, visando resguardar as situações legalmente constituídas, de modo a assegurar que a passagem da atual para a nova sistemática regulatória ocorra sem qualquer prejuízo para o agente. Mantemos, assim, a política de governo de respeito aos contratos com regras claras e transparentes.

Srs. Senadores, na elaboração dessa proposta, o Governo dedicou especial atenção à aplicação da compensação financeira pela exploração de recursos minerais, mais conhecida como CFEM (Compensação Financeira pela Exploração de Recursos Minerais). Tivemos o cuidado e a responsabilidade de definir critérios que serão benéficos ao País e também para todos os investidores. Assim, a CFEM, ou seja, o *royalty,* incidirá sobre a receita bruta de venda dos bens minerais, deduzidos os tributos efetivamente pagos sobre a comercialização.

Essa medida simplifica e torna mais objetivo o processo arrecadatório da CFEM. Nesse contexto, retiram-se as alíquotas específicas de cada bem mineral, inserindo um limite superior de alíquota, que será de 4%. Hoje, o limite médio é de 2%. As alíquotas específicas de cada bem mineral serão definidas por meio de regulamento. E por que deixar a fixação das alíquotas, respeitado esse limite para o regulamento? Ora, como todos sabem, os mercados de bens minerais são dinâmicos e voláteis. Portanto, é prudente estabelecer um regime capaz de responder com maior agilidade a mudanças na conjuntura de mercado, capazes também de afetar a competitividade nacional.

O Brasil é um dos poucos países que adotam um sistema de distribuição de recursos diretamente aos Municípios mineradores. Pelo projeto de lei em análise, a distribuição da CFEM permanece inalterada; ou seja, 65% para os Municípios onde ocorrer a lavra, 23% para o Distrito Federal e os Estados no caso de a produção ocorrer em seus territórios, e apenas 12% para a União Federal.

Desde a promulgação do Decreto nº 227, de 67, denominado Código de Mineração, o Departamento Nacional de Produção Mineral desempenha atribuições importantes no âmbito da gestão do patrimônio mineral brasileiro. Com o novo marco da mineração, a partir do DNPM será criado um novo órgão regulador: a Agência Nacional de Mineração. A agência implementará um novo modelo de gestão, regulamentando a atividade mineral, mitigando as imperfeições do mercado, promovendo a gestão das informações e aprimorando os mecanismos de fiscalização, tudo de forma transparente e com maior participação da sociedade.

Gostaria também de ressaltar o papel da Companhia de Pesquisa de Recursos Minerais – CPRM no novo marco da mineração. O aprimoramento e o funcionamento de suas funções serão fundamentais para subsidiar o planejamento setorial e assessorar o Conselho Nacional de Política Mineral, especialmente na definição dos blocos que serão licitados.

Senhoras e senhores, a indústria da mineração é um dos segmentos econômicos que mais crescem no mundo.

O Brasil é um grande produtor mundial, com magníficas reservas mundiais e amplas possibilidades de expansão da produção e agregação de valor. Trata-se de uma atividade que atinge a plenitude de seus resultados em longo prazo. Opera com cenários futuros e depende de regras estáveis para produzir os benefícios econômicos e sociais que dela se esperam.

O marco legal, submetido à apreciação do Congresso Nacional, vai seguramente melhorar o planejamento e a gestão do setor. Além do uso nacional dos nossos recursos minerais, eles refletem as necessidades de um País muito diferente daqueles em que há quase 50 anos foi definida a legislação atual do setor.

Estou certo de que o Congresso Nacional, que representa a sociedade brasileira, dará grande contribuição a proposta do Governo conservando os seus pontos fundamentais, promovendo um ajuste e um aperfeiçoamento do que consensualmente julgar necessário.

Como membro desta Casa, temporariamente licenciado, entendo que o Governo e classe política trabalham com o mesmo objetivo, ou seja, cuidar dos mais legítimos interesses do Brasil.

Neste caso, vamos juntos destravar um dos setores mais importantes da vida econômica brasileira, para que ele possa gerar mais riquezas, empregos e renda para o nosso povo. É o que o Brasil certamente espera de nós todos.

Muito obrigado, Sr. Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Fernando Collor. Bloco União e Força/PTB – AL) – Muito obrigado a V. Exª o Ministro de Minas e Energia, Senador Edison Lobão, pela sua explanação.

Antes de passar a palavra aos Srs. Senadores aqui presentes, tenho algumas indagações, Sr. Ministro, que gostaria de adiantar.

A primeira delas é que há certa preocupação de que a transição para o novo marco legal, especialmente a transformação do Departamento Nacional de Produção Mineral – DNPM – em agência reguladora,

provoque a paralisia do setor de mineração. A Agência Nacional de Mineração terá condição de implantar rapidamente esses novos procedimentos mais complexos do que os atuais previstos no PL 5.807, de 2013? E quais medidas serão tomadas para que as atividades de administração do setor de mineração não sofram solução de continuidade?

O SR. EDISON LOBÃO – Sr. Presidente, nós já estamos atuando no sentido da transição. Estamos hoje liberando alvarás de pesquisa e lavra com um contrato em que o novo agente se compromete a cumprir e a aceitar as regras da nova legislação que será instituída pelo Congresso Nacional.

Enquanto a Agência não estiver funcionando em plenas condições para exercer essa função transcendental para o interesse econômico do Brasil, o DNPM exercerá a função. E isso se tornará mais fácil pelo fato de que o DNPM será transposto para a Agência; não apenas as edificações, as instalações físicas, mas os funcionários, todos, do DNPM, se tornarão funcionários da nova Agência.

Portanto, haverá uma transição normal, legal e indolor.

O SR. PRESIDENTE (Fernando Collor. Bloco União e Força/PTB – AL) – Muito obrigado, Sr. Ministro.

Concedo a palavra a S. Exª o Senador Ricardo Ferraço.

O SR. RICARDO FERRAÇO (Bloco Maioria. PMDB/ES) – Muito obrigado, Sr. Presidente, Senador Fernando Collor, Sr. Senador, Ministro das Minas e Energia, Senador-Ministro Edison Lobão, a quem nós acolhemos com o extraordinário carinho e respeito entre nós. Esta aqui é a sua Casa. V. Exª está Ministro, mas é Senador. E é com esta atenção que nós o recepcionamos aqui na Comissão de Infraestrutura, presidida pelo Senador Collor, que faz um conjunto de debates, dando a esta Comissão um protagonismo muito importante nas áreas que estão relacionadas à infraestrutura brasileira.

Ministro, aquilo que o Governo demorou oito anos para submeter ao Congresso Nacional, para submeter à sua Casa, à Casa de V. Exª, deseja o Governo que nós o façamos em poucos dias. Este projeto está submetido ao Congresso em regime de urgência, já com o prazo inclusive esgotado, trancando a pauta da Câmara Federal, e, ato contínuo, acontecerá o mesmo no Senado.

Não lhe parece conveniente que nós devêssemos construir um pacto na direção de maior prazo? O Poder Executivo teve o tempo para fazer os seus debates, as suas audiências, e assim por diante. Esse tempo não está sendo concedido ao Poder Legislativo. Nós temos, julgo eu, a necessidade de ampliar esse debate para um conjunto muito amplo da sociedade que deseja participar e contribuir para esse que é um dos mais importantes marcos da infraestrutura brasileira.

A primeira pergunta que faço é se V. Exª não considera razoável que o Poder Executivo, enfim, que V. Exª e a Presidente, enfim, que subscreve o regime de urgência, possa retirar essa Espada de Dâmocles que está sobre nós, Parlamentares, até porque o Governo demorou quase uma década para submeter ao Congresso este projeto. Evidentemente, não há razoabilidade em que nós possamos debater por prazo igual. Não, não é isso que propomos. A burocracia legislativa precisa ser enfrentada, e as respostas precisam ser dadas. Mas julgo que um prazo de 90 dias é um prazo muito escasso.

Então, a primeira pergunta que quero fazer a V. Exª é da razoabilidade de este projeto ser deliberado pelo Senado, que é a Casa de V. Exª, com um pouco mais de prazo, para que nós possamos fazer o aprofundamento.

A segunda questão que faço a V. Exª: a meu juízo, o sistema de concessão para exploração de petróleo e gás ia muito bem – aliás, vai muito bem. Durante esse período de 1997 a 2007, a indústria brasileira de petróleo e gás viu a sua importância sair de 2% para 10% do nosso Produto Interno Bruto. Foi durante esse período que o nosso País basicamente produziu toda a nossa necessidade para consumo interno de petróleo. As ações da Petrobras, nesse período, valorizaram-se em mais de 1.200%. Foi um período em que não apenas o Brasil, mas a Petrobras, o seu patrimônio líquido, e assim por diante, viveu dias muito exitosos. Ainda assim, o Governo resolve colocar de pé o sistema de partilha. Cinco anos se passaram, e nós não vimos esse sistema ser implantado. Aguardamos com expectativa – quero crer que, de V. Exª também – agora para outubro, o primeiro leilão sobre o sistema de partilha do poço do Campo de Libra, em que as expectativas não apenas do Brasil, mas do mundo são muito grandes.

De novo, estamos assistindo ao Governo apresentar mudanças no marco regulatório do sistema de mineração, apresentando de certa forma uma visão como se isso fosse uma panaceia para resolver os nossos enormes desafios no campo da mineração.

Preocupa-nos essa expressão, Sr. Ministro, porque nós acompanhamos a luta dos trabalhadores e dos funcionários do DNPM, o atual Departamento Nacional de Produção Mineral, que acumula mais de 150 mil processos em fase de tramitação, de deliberação, de aprovação, uma burocracia que, efetivamente, não tem contribuído para que a mineração brasileira possa ampliar sua participação no Produto Interno Bruto.

A nova proposta encaminhada ao Congresso Nacional tem um viés intervencionista. Ela estabelece critérios discricionários para o Poder Executivo, sobretudo em razão das regulamentações que vão existir por decreto presidencial e não por debate nesta Casa.

Esse viés intervencionista, de certa forma, pode ser observado como ausência de segurança jurídica. Então, a preocupação que fica é a seguinte – esse é o paralelo que quero fazer com o sistema de concessão. Estamos mudando. O que o Governo espera com essas mudanças e que tipo de compromissos e metas o Governo está a oferecer à sociedade brasileira para ganhos, para agilidade, para eficiência e que nós, sinceramente, não temos observado ao longo dos últimos anos? Eu mesmo sou representante de um Estado que padece profundamente por falta de infraestrutura no seu Departamento Nacional de Produção Mineral.

O meu Estado, Espírito Santo, é o principal produtor e exportador de rocha ornamental, e nós estamos padecendo, estamos no calvário, por conta de ausência de infraestrutura. A receita que o órgão arrecada não retorna para sua infraestrutura, para que ele possa otimizar, aperfeiçoar e ter uma presença nacional.

Então, eu fiz o paralelo aqui da mudança de um sistema para o outro porque vejo o Governo apresentar esse novo Código como se ele fosse uma panaceia. Ora, esse marco legal, se não for acompanhado de um conjunto de providências que possam dar infraestrutura a qualquer que seja o órgão... Não importa se vai ser um departamento, se vai ser uma autarquia, ou se vai ser uma agência, porque, se for uma agência sem infraestrutura, de novo, nós estaremos andando de lado. Enfim, mudamos o sistema de concessão para partilha, para produção de petróleo e gás, e há cinco anos o Governo não apresenta um leilão. Estamos mudando o Código de Mineração e temos muitas incertezas com relação ao viés intervencionista dessas mudanças que o Governo apresenta ao Congresso Nacional.

Há outra preocupação que me parece uma profunda contradição, porque o art. 20 da Constituição Federal define *royalty* como compensação. Na questão do petróleo e do gás, Municípios e Estados não produtores estão, de certa forma, compartilhando dessa riqueza. No Código de Mineração, isso não acontece, e a CFEM, que é a compensação, que é o *royalty* para a mineração, fica restrito aos Municípios e aos Estados que produzem.

Qual a visão do Governo para dois pesos e duas medidas, considerando que, se há concentração na exploração do petróleo e do gás, há o mesmo tipo de concentração para a produção mineração mineral?

Talvez nós tenhamos aí Goiás, Minas e Pará concentrando hoje algo muito próximo a 90% da produção mineral brasileira. Por que para petróleo e gás nós precisamos compartilhar com Estados e Municípios que não produzem e, no caso da mineração, essa mesma linha de raciocínio não está sendo seguida.

Eu queria que V. Exª pudesse...

Ao longo dos debates aqui, nós podemos voltar a aproveitar esta excepcional oportunidade de termos aqui o nosso queridíssimo Ministro e o Dr. Carlos Nogueira, para que nós possamos fazer esse debate, que é da maior importância e relevância.

Não visão dos senhores, como os senhores está pensando a existência territorial dessa nova agência? Essa nova agência terá que tipo de capilaridade além da que tem o DNPM?

Quais os critérios para construir a ocupação dessa nova agência que o Governo Federal pretende criar?

Vai ser o critério da tecnocracia, da meritocracia? Será o critério da ocupação partidária?

Essas questões são muito relevantes, porque nós estamos impondo um novo marco a um dos setores mais estratégicos do nosso País, sem considerar que o conhecimento geológico do País não é superior a 30% do nosso território, e nós não estamos considerando o subsolo, não estamos considerando as riquezas da nossa Amazônia azul.

Então, quais são as expectativas efetivas que o Governo, a equipe de V. Exª pode sinalizar para esta Comissão?

Muito obrigado, Sr. Presidente, muito obrigado, Sr. Ministro.

O SR. PRESIDENTE (Fernando Collor. Bloco União e Força/PTB – AL) – Ministro Edson Lobão.

O SR. EDISON LOBÃO – Senador Ricardo Ferraço, comecemos pelo final. Ocupação partidária, essa seria a pior de todas as soluções. Um país que se quer moderno, administrar com esse viés significa não querer administrar. O que nós temos que ter é ocupação pelo mérito, sem o que nós nem iremos a lugar algum.

Segundo, V. Exª aborda um ponto que é significativo, entre tantos: o fato de que, no que diz respeito a petróleo, o *royalty* é distribuído entre todos; a CFEM, que é o *royalty* do setor mineral, não o é entre todos os Municípios. Isso porque a exploração do petróleo é praticamente indolor – vamos usar essa expressão. Está em alto-mar, não causa dano algum. A exploração mineral causa enormes danos ao Município e ao Estado onde isso acontece.

Então, a nós pareceu mais razoável distribuir os *royalties*, portanto a CFEM, apenas para os Municípios e os Estados de onde o minério é extraído. Nós podemos ter uma ideia – eu conheço pessoalmente, estive lá várias vezes – do que é a Mina de Carajás. E os mineiros se queixam com frequência de que, embora

recebendo pouca CFEM, o estrago que fica em Minas Gerais com a exploração mineral é muito grande. Então é razoável, e é por isso que o Município fica com 65% do *royalty*, o Estado com 23%, e a União Federal com apenas 12%.

Bom, voltemos agora ao início das perguntas de V. Exª.

A questão da urgência. Senador Ricardo Ferraço, durante muitas décadas – eu vou de certo modo além de V. Exª –, essa questão ficou estática, em estado letárgico, sendo falado o atraso da legislação pertinente à exploração mineral; porém, nada se fazia no sentido de resolvê-la. Quando fui para o Ministério, há cinco anos, começamos, aí sim, a estudar seriamente a modernização da legislação. Entendíamos que era necessário erguer-se, construir-se um novo código, porque o atual, o vigente, foi editado por um decreto presidencial na época em que o Brasil necessitava desesperadamente exportar, produzir alguma coisa, fosse o que fosse, como fosse e sob que regra fosse, para exportar. Criaram-se, por isso mesmo, as maiores, mais amplas e mais desordenadas facilidades, para que houvesse exploração mineral. Hoje, o Brasil nosso é outro. Não necessita mais desses procedimentos...

O SR. LOBÃO FILHO (Bloco Maioria/PMDB – MA) – Emergenciais.

O SR. EDISON LOBÃO – Obrigado a V. Exª pela contribuição.

O SR. PEDRO TAQUES (Bloco Apoio Governo/PDT – MT) – Emergencial.

O SR. EDISON LOBÃO – Contribuição emergencial.

Então, V. Exª nos informa que há cento e tantos mil processos no DNPM. Sim, foram registrados mais de 100 mil processos no DNPM, pedidos de licença de pesquisa, a maioria das quais concedida. E o que aconteceu? Nós temos funcionando hoje no Brasil apenas 8 mil projetos em andamento. Os demais são processos de pasta, pessoas físicas, sem nenhuma capacidade de exploração de minério, sem a técnica, sem o financeiro, que é importante. Entram numa fila, de madrugada, numa agência do DLBM para se inscrever e obter o alvará de licença de pesquisa e sair com ele, negociando de esquina em esquina. Esse é um procedimento que não pode mais existir no Brasil moderno.

O que nós estamos fazendo, portanto, é modernizar a legislação e colocá-la a serviço dos melhores e mais legítimos interesses nacionais. É isso que nós estamos fazendo. Nada mais do que isso.

V. Exª aborda também a situação do petróleo, falando que o sistema de concessão ao qual faz encômios, elogios, é muito bom. Esse sistema não foi revogado. Ele existe no Brasil. Há uma legislação anterior que foi preservada, que é do sistema de concessão. O sistema de partilha foi adotado apenas para o pré-sal. Por quê? Porque no mundo inteiro é assim e dá certo. Onde o risco é maior, o lucro é menor: concessão. Onde o risco é menor, que é o caso do pré-sal, o lucro é menor, e, portanto, partilha. É isso que nós estamos fazendo.

Haverá interesse? Nós agora estamos realizando um leilão em que se exige, desde logo, para a União Federal, ou seja, para todos os brasileiros, um bônus de assinatura de R$15 bilhões, coisa que nunca se viu no Brasil e creio que no mundo. E haverá interessados? Sim, muitos, dezenas. Portanto, esse sistema não pode estar errado, mas ele é adotado exclusivamente para o pré-sal e já com atraso, porque um terço de todas as reservas do pré-sal já foi entregue pelo sistema de concessão, com grandes lucros para quem obteve essas concessões e menos lucros para quem? Para a União Federal brasileira.

A questão da urgência.

A princípio, imaginou-se que essa nova legislação deveria surgir por medida provisória. Porém, Líderes do Congresso Nacional, inclusive desta Comissão, sugeriram que não se fizesse isso por medida provisória e, sim, por mensagem ao Congresso Nacional, ainda que com a exigência da urgência constitucional, que foi um dispositivo colocado ali por nós, Constituintes; eu, inclusive.

Ora, se ela existe na Constituição, é porque é possível valer-se o Presidente da República dela. E foi o que foi feito. Porém, V. Exª não deixa de ter alguma razão: é um prazo exíguo, 90 dias, sem dúvida nenhuma. Nós estudamos detidamente essa matéria durante cinco anos. Ouvimos, como eu disse aqui – e V. Ex prestou atenção –, técnicos, cientistas, professores universitários, governos estaduais. Ouvimos o maior número de pessoas que podiam dar alguma opinião sobre essa matéria e utilizamos essas informações, esses conhecimentos; lemos a legislação do mundo inteiro e procuramos fazer uma lei moderna, atual para o Brasil. Mas é razoável que o Congresso apresente a sua contribuição, que é sempre valiosa.

Se o Congresso Nacional pedir à Presidenta da República, eu estou convencido de que ela retirará a urgência constitucional. Não estou falando por ela, mas é o meu convencimento pessoal. Por que digo isso? Porque já ocorreu isso com a lei do pré-sal. O Congresso solicitou ao Presidente Lula, e ele retirou a urgência constitucional, porque o Presidente da República sempre poderá voltar com a urgência. Se o Congresso não cumprir a promessa que fizer a esse respeito, o Presidente da República poderá, daqui a

dois meses, três, quatro, cinco, seis, requerer novamente a urgência. O mais difícil é uma coisa que pode ser feita, dependendo, portanto, das lideranças do Congresso Nacional. A Presidenta da República governa democraticamente e com a contribuição valiosíssima e constitucional do Congresso, que, se tiver interesse, seguramente, ela vai considerar.

A regulamentação por decreto. Isso se colocou aqui, Senador, no projeto de lei, para garantir ao interesse nacional mobilidade e presença, rapidez. Se instituirmos na lei coisas que são de regulamento, quando se precisar alterar a alíquota, por exemplo, teremos grande dificuldade de fazê-lo, porque será necessário mandar mensagem ao Congresso Nacional etc., etc., o que leva tempo, ao passo que o decreto é feito na hora pelo Presidente da República. O que o Congresso, no caso, iria fazer é autorizar ou não a Presidência da República a legislar por decreto nesta matéria apenas; ou seja, se o preço do minério está elevado no exterior, há de se ter uma alíquota do CFEM determinada; se o preço cai muito, outra alíquota. Isso tem que ser feito com rapidez. Não pode ser feito ao longo de meses e meses de debate no Congresso Nacional. É um detalhe do funcionamento da lei. Apenas por isso se colocou no projeto essa exigência de regularização por decreto.

O SR. PRESIDENTE (Fernando Collor. Bloco União e Força/PTB – AL) – Muito obrigado a S. Exª o Sr. Ministro Edison Lobão.

Pergunto a S. Exª Senador Ricardo Ferraço se tem alguma consideração a fazer.

O SR. RICARDO FERRAÇO (Bloco Maioria/PMDB – ES) – O Governo, o Ministério, naturalmente, analisou, no Direito Comparado Minerário, outras experiências mundo afora, onde temos uma experiência em que a União, o Poder Central, não se apresenta de forma tão vigorosa à centralização dessas demandas. O modelo minerário australiano, por exemplo, concede a Estados, a outros entes federados, uma autonomia e uma responsabilidade muito maior nesse compartilhamento. Evidentemente que isso é fruto, a meu juízo, de uma deformação da Federação brasileira, e estou me dirigindo aqui não apenas a um Ministro, a um Senador, mas também a um ex-Governador, que conhece o que são as dificuldades e os desafios de governar um Estado dependendo do Poder Central.

O Governo não avaliou a possibilidade de um maior nível de descentralização e o compartilhamento com entes federados, até porque a Constituição dá igualdade de importância aos entes federados, a Constituinte. Se esse modelo de descentralização não foi avaliado e, no caso desse poder discricionário que solicita o Poder Executivo, isso não deveria ser dado ao conselho? Porque teremos um conselho nacional, que, em sendo menos chapa-branca e mais paritário com a sociedade, não seria este conselho o ambiente mais adequado para essas mudanças? Porque concordo com V. Exª que o tempo do Congresso não é o tempo das necessidades e da conjuntura. O Congresso é, de fato, muito lento, pelo próprio processo e natureza da legislação.

Mas essa alteração, também, de forma discricionária pode levar à insegurança jurídica, porque a qualquer momento, em qualquer tempo, o governante de plantão pode alterar esses critérios, e isso gera uma insegurança jurídica em quem faz o seu plano de negócios, estabelece as suas metas, considera os seus custos. A qualquer momento, o Governo ou o Presidente, enfim, pode alterar esses pontos, e isso pode produzir uma determinada insegurança jurídica.

É a consideração que eu faria a V. Exª.

O SR. EDISON LOBÃO – Senador, não há insegurança jurídica alguma na alteração dos juros, por exemplo, bancários – o Banco Central altera no instante que quer. O que não se pode é retroceder à legislação que está sendo editada hoje, mas, caso se faça daqui para a frente, não há insegurança jurídica.

O que ocorre, por exemplo, na Austrália, é o que ocorre nos Estados Unidos: são legislações regionalizadas. Isso se faz também nos Estados Unidos, onde cada Estado legisla sobre pena de morte, sobre isso, aquilo, tal, tal.

A nossa Constituição Federal consagra o princípio da unicidade da legislação. Portanto, o que se fez com a proposta enviada ao Congresso Nacional é seguindo os parâmetros e os ditames da Constituição Federal democraticamente votada por uma Constituinte.

Então, essa legislação setorizada penso que não ajudaria muito. O que se fez foi propor a criação do Conselho Nacional de Política Mineral, que será composto por vários ministros, autoridades de um modo geral, mas será um órgão auxiliar do Presidente da República, consultivo do Presidente da República. Portanto, daria no mesmo dar autonomia ao Conselho, sabendo que ele é apenas consultivo do Presidente da República, embora ele tenha uma composição dessa densidade. E é o que já acontece hoje com o Conselho Nacional de Política Energética, que decide sobre petróleo, que decide sobre energia elétrica, sobre tudo. Não decide; auxilia o Presidente da República, e é assim que funciona. E existe, em outros países, também assim, desse modo.

O que nós estamos fazendo é atualizar a legislação e tentar dar mobilidade a uma repartição que – V. Exª tem razão – se atrasou no tempo, que é o DNPM.

Recordam-se os senhores que os Correios do Brasil, nos anos 60, nos anos 50, eram a pior repartição

brasileira. A partir dos anos 70, transformaram-se os Correios na melhor repartição brasileira e, em seguida, na melhor do mundo – nós já fomos, os nossos Correios. Por quê? Porque ele foi atualizado, modernizado. É o que nós pretendemos fazer com a política mineral do nosso país, para servir, inclusive, ao Espírito Santo, um Estado tão simpático o de V. Exª, riquíssimo em rochas ornamentais. A exposição que se faz no Espírito Santo é uma festa todo ano, da melhor qualidade.

O SR. PRESIDENTE (Fernando Collor. Bloco União e Força/PTB – AL) – Eu indago ao Senador Ricardo Ferraço se gostaria...

Eu concedo a palavra a S. Exª.

O SR. RICARDO FERRAÇO (Bloco Maioria/PMDB – ES) – Ainda, Sr. Ministro, com relação ao prazo para autorização por meio de celebração de termo de adesão, essa modalidade de outorga de direito minerário objetiva minérios para emprego imediato, sobretudo na construção civil. É o caso dos agregados: argilas, fabricação de tijolos, telhas e afins, rochas ornamentais, água mineral, enfim. O projeto prevê prazo de até dez anos, mas que pode ser a critério do governo – poderá; não deverá. Não lhe parece que esse é um prazo muito curto, porque investimento em mineração é investimento que exige muito investimento em pesquisa, um processo de maturação? Não pareceu a V. Exª e à equipe que esse prazo é curto demais e que isso pode não proporcionar atratividade para o investidor?

O SR. EDISON LOBÃO – Senador, nós estudamos isso, meditamos longamente sobre esses prazos e, com os especialistas ouvidos e os exemplos que se recolheram de outros países, chegamos a esta conclusão. Mas, Sr. Presidente, se me permitir, eu pediria ao Sr. Carlos Nogueira que dissertasse um pouco mais sobre essa matéria.

O SR. PRESIDENTE (Fernando Collor. Bloco União e Força/PTB – AL) – Com a palavra o Sr. Carlos Nogueira da Costa Aguiar, que é Secretário de Geologia, Mineração e Transformação Mineral do Ministério de Minas e Energia.

O SR. CARLOS NOGUEIRA DA COSTA AGUIAR – Boa tarde, Sr. Presidente da Comissão, Senador Fernando Collor, demais Senadores.

Continuando a explanação, Senador Ricardo Ferraço, do Ministro Edson Lobão, com relação aos bens minerais que estão categorizados nessa outorga, na autorização de pesquisa, levou-se em conta uma média, porque nós temos grandes pedreiras que já têm então mais de 20, 30, 40 anos, mas há muitas atividade que estão sendo incorporadas – como licenciamento, que vai ser incorporado –, que têm vida útil de menos de dez anos ou, no máximo, uma prorrogação. Isso não é só para essas áreas; por exemplo, no seu Estado, as rochas ornamentais têm minas, têm concessões dadas que não duram o prazo do que nós chamamos de guia de utilização, ou seja, uma própria guia de utilização antes de se tornar um ato concreto, um fato, e deixa de existir a jazida.

O SR. RICARDO FERRAÇO (Bloco Maioria/PMDB – ES) – Às vezes, nem se viabiliza.

O SR. CARLOS NOGUEIRA DA COSTA AGUIAR – Nem se viabiliza, exatamente por isso. Então, em se dar a renovação por dez anos, sucessivamente – está dito isso aí –, nós entendemos que, primeiro, nós estamos garantindo todas as outorgas que aí estão dadas. As grandes pedreiras – com exceção daquelas em que houve um avanço urbano para cima das pedreiras, que terão problemas ambientais –, todas essas continuarão operando. E, no caso dinâmico, que é o caso de rochas ornamentais, no seu Estado, que é um caso muito dinâmico, e serviu muito de base para que nós pudéssemos tomar essa decisão, é um fato. E, ao permitir a sucessividade da renovação, nós acreditamos que estaria atendendo aos critérios, em função do tamanho, do porte, da rapidez com que essas jazidas têm que ser operacionalizadas, da distância do mercado consumidor que essas concessões atendem. Por isso, elas ficaram em outro bloco de decisão para outorga, da autorização de lavra, para que pudesse haver outro dinamismo em relação aos outros bens minerais que necessitam de pesquisa prévia, de todo o procedimento de pesquisa de cubagem – não é o caso desses bens minerais que listamos.

Não se respondi.

O SR. EDISON LOBÃO – Senador, só para concluir a informação. Essa questão da insegurança jurídica é relevante. Nós temos que levar em conta não apenas o que diz respeito à exploração mineral, mas todo o setor da vida nacional. Tudo de que o capital não gosta, qualquer que seja a origem dele – e não se vive no mundo moderno sem o capital, – é a insegurança jurídica. Mas a legislação atual do setor mineral é tão ruim que há pelo menos um caso conhecido em que uma mina inteira, no seu Estado, mudou de lugar, gerando insegurança jurídica. Tudo isso por conta de uma legislação fraca, obsoleta, bolorenta, carcomida, que nós pretendemos substituir por uma legislação moderna e atualizada.

O SR. PRESIDENTE (Fernando Collor. Bloco União e Força/PTB – AL) – Senador Ferraço, qual seria essa mina que mudou de...

O SR. RICARDO FERRAÇO (Bloco Maioria/PMDB – ES) – Eu vou encerrar, até para socializar com os colegas...

O SR. PRESIDENTE (Fernando Collor. Bloco/PTB – AL) – Só uma curiosidade: que mina foi essa que mudou de lugar?

O SR. RICARDO FERRAÇO (Bloco Maioria/PMDB – ES) – Eu não sei. Eu não tenho a menor ideia. Pelos adjetivos que o Ministro elencou aqui, não tenho a menor noção.

O SR. CARLOS NOGUEIRA DA COSTA AGUIAR – Foi uma disputa entre duas pedreiras lá. Houve uma superposição. Depois de 20 anos, descobriu-se que estava superposta. A outra empresa já tinha lavrado. Como é que se recomporia isso? Mostrando a dinâmica...

O SR. EDISON LOBÃO – Falha da lei.

O SR. PRESIDENTE (Fernando Collor. Bloco União e Força/PTB – AL) – Senador Ferraço, posso passar a palavra?

O SR. RICARDO FERRAÇO (Bloco Maioria/PMDB – ES) – Nós vamos socializar para os colegas, mas eu concordo com V. Exª. A legislação é ultrapassada, e assim por diante, mas é preciso que a gente considere que foi com essa legislação que, ainda assim, o setor de mineração ampliou muito a sua importância nos últimos anos.

O SR. EDISON LOBÃO – Senador, eu estou inteiramente de acordo com V. Exª. Ela serviu ao seu tempo. Ela foi feita com esse objetivo, e muito bem feita à época. Hoje, ela desserve. Então, tem que ser substituída.

O SR. PRESIDENTE (Fernando Collor. Bloco União e Força/PTB – AL) – Com a palavra S. Exª o Senador Lobão Filho.

Muito obrigado a S. Exª o Senador Ricardo Ferraço.

O SR. RICARDO FERRAÇO (Bloco/PMDB – ES) – Muito obrigado, Presidente.

O SR. LOBÃO FILHO (Bloco Maioria/PMDB – MA) – Sr. Presidente, Sr. Ministro... Eu tenho o prazer de conviver com o Ministro há quase meio século. E, todos os dias, ele me surpreende. Nosso Senador Ricardo Ferraço, segundo o termo do Senador Pedro Taques, que se ausentou, fez um bocado de perguntas capixabas. Mas o Ministro, realmente...

O SR. RICARDO FERRAÇO (Bloco Maioria/PMDB – ES) – Surpresa seria se eu fizesse pergunta maranhense.

O SR. LOBÃO FILHO (Bloco Maioria/PMDB – MA) – Mas o Ministro realmente pôde dar explicações muito coerentes, muito densas. Eu tenho acompanhado, nesses cinco anos, o esforço do Ministro em mudar uma situação estrutural dentro do seu Ministério. Ele se debruçou sobre dois temas de profunda relevância estratégica para o País – petróleo, gás e mineração –, não mexendo na questão do cotidiano, da rotina, mas mexendo na profundeza da estrutura desses dois elementos tão vitais para a saúde econômica de nosso País, fazendo marcos regulatórios, partindo de um novo modelo, repensando todo o modelo antigo. Primeiro, é preciso muita coragem para fazer isso: tirar tudo o que foi feito – o que regrava – e fazer um novo regramento compatível com nosso País de hoje. É preciso coragem! Segundo, muita dedicação.

Então, eu quero estender os parabéns que faço, como filho do Ministro, à sua equipe – porque eu tenho acompanhado –, que tem, com muita dedicação e muita competência, feito esse trabalho corajoso – volto a dizer –, pois é preciso coragem para quebrar as amarras do passado, pensando no Brasil do amanhã e poder propor para a sociedade brasileira e para este Congresso, preliminarmente, o trabalho fruto desse suor, dessa dedicação e que contribuirá muito para nosso País.

Então, parabéns à equipe de V. Exª e – claro – a quem conduz essa equipe, tanto no marco regulatório do petróleo quanto no marco regulatório da mineração que agora chega a este Congresso.

Eu tenho uma dúvida. Uma dúvida que, apesar de as pessoas estranharem eu não a ter feito em particular, mas eu ainda não tive essa oportunidade. Sou empresário há 31 anos! Trinta e um anos como empresário. Eu sei da importância de regras claras e modernas para conduzir qualquer negócio. É isso o que o Ministério busca hoje. Mas, nessa transição, preocupa-me muito a questão dos contratos temporários que estão sendo feitos no DNPM. Os empresários que estão agora a requerer novas licenças – alvará de pesquisa, alvará de lavra – e que assinam termos condicionais a uma nova legislação que virá; devido ao tamanho do investimento, que nunca é pequeno no setor mineral – são sempre investimentos vultosos –, isso não cria uma incerteza em relação a esse regramento? Como é que eu faço a previsão orçamentária de investimento, de viabilidade econômica do meu investimento se a regra, para mim, está condicionada a um novo regramento futuro? Minha pergunta é: isso não tem impactado junto aos investidores e empreendedores que militam no setor mineral? Há algum estudo em relação a isso? Isso traz uma incerteza e uma insegurança a esse empreendedor ou isso não tem sido nenhum obstáculo para que o empreendedor possa requerer seu alvará, mesmo estando condicionado a uma futura legislação?

O SR. EDISON LOBÃO – Senador, nós estamos tentando promover uma revolução nesse setor; não uma destruição do sistema. Nosso projeto sempre foi feito às claras e debatido com a sociedade claramente. Os interessados foram tomando conhecimento dele,

projeto, dia a dia, hora após hora. Uma vez acabado e enviado ao Congresso Nacional, os interessados também tomaram conhecimento dele. Nenhum empresário, até hoje, rejeitou a ideia de assinar um contrato de emissão de alvará, de licença, com a exigência de que ele terá de subordinar-se à legislação futura. Todos aceitaram tranquilamente e estão de acordo com ela, até porque esse projeto foi debatido com eles, empresários, também: com suas associações e federações. Muitas sugestões deles foram acatadas.

Portanto, o que se está fazendo é uma transição à qual se referiu o Presidente Collor. Estamos fazendo, desde logo, essa transição, em paz, em ordem e de forma legal.

Antes de elaborar o modelo desse contrato de adesão dos empresários, nós ouvimos juristas, ouvimos a Advocacia-Geral da União para saber se aquilo era legal, constitucional. A resposta de todos: "Sim. Sim, é legal, é constitucional."

Por isso, o fizemos.

O SR. PRESIDENTE (Fernando Collor. Bloco União e Força/PTB – AL) – Senador Lobão Filho.

O SR. LOBÃO FILHO (Bloco Maioria/PMDB – MA) – Satisfeito.

O SR. PRESIDENTE (Fernando Collor. Bloco União e Força/PTB – AL) – Muito obrigado a V. Exª.

Com a palavra S. Exª, por ordem de inscrição, o Senador Blairo Maggi; em seguida, o Senador Antonio Carlos Valadares e S. Exª o Senador Ministro José Pimentel.

O SR. BLAIRO MAGGI (Bloco União e Força/PR – MT) – Sr. Presidente, Sr. Ministro, nosso colega Senador Edison Lobão, Dr. Carlos aqui presente. Primeiro, Ministro, eu gostaria de cumprimentá-lo, não só pela presença nesta Comissão, mas tive a oportunidade de, nessa quinta-feira, estar em São Luís, do Maranhão. Eu conhecia o interior do Maranhão, mas não conhecia o Porto de São Luís, Itaqui, e também não conhecia a capital. Quero dizer que fiquei muito bem impressionado com tudo o que vi. Até falei para o Senador Lobão Filho. Primeiro, eu não tinha noção do tamanho daquele porto, Ministro; é uma coisa impressionante como é grande e como é administrado pela Companhia Docas do Maranhão.

O SR. LOBÃO FILHO (Bloco Maioria/PMDB – MA) – Docas do Maranhão, Codomar.

O SR. BLAIRO MAGGI (Bloco União e Força/PR – MT) – Codomar.

Estamos fazendo investimento lá também, minha empresa e outras empresas. Então, eu queria parabenizá-lo porque sei que a construção de um Estado não se faz de um dia para o outro; é de prazo muito longo e por muitas mãos. Quero cumprimentá-lo por tudo o que vi lá.

Em segundo lugar, tenho duas questões sobre o projeto que aqui está e confesso que não me aprofundei ainda, e talvez o que eu venha a perguntar a V. Exª esteja aqui esclarecido.

Uma é mais na questão de observação mesmo. Temos percebido que, ao longo dos anos, o País tem procurado modernizar, como V. Exª mesmo falou da questão dos Correios. Em todas as oportunidades e em cada oportunidade que o País tem de se modernizar, tenta-se agarrar isso para se libertar das burocracias que fomos criando ou da burocracia que formos criando nos últimos anos.

Aqui, na Comissão de Infraestrutura, temos discutido muito com o Presidente Collor e outros colegas, e já se brinca aqui que o Brasil perdeu a guerra para o papel. É tanta burocracia, é tanto controle, formalismo, que não se consegue mais andar, as obras não acontecem, demora-se muito; enfim, perde-se um tempo terrível.

Eu estive em Itacoatiara, um porto que a minha empresa administra, de que cuidamos, de embarque de grãos, e tive a curiosidade de bater uma foto, Presidente Collor. Tenho 44 licenças na parede do escritório no porto para operá-lo, 44 licenças na área ambiental, fora as da Receita e outras coisas. Então, é o fim do mundo. Trabalhar, trabalha-se pouco, mas se preocupar, preocupa-se muito, corre aqui, faz ali.

Digo isso porque, agora, com esse novo marco regulatório, estamos entendendo aqui – está na lei – que vamos acabar com o DNPM e vamos criar uma Agência Nacional de Mineração. A minha pergunta a V. Exª é se os técnicos, se o Ministério, se todo mundo envolvido se preocupou em revogar tudo o que está aqui até agora. Li aqui, na última página da lei, que diz que revoga lei tal, decreto tal, mas a minha pergunta é mais específica: revoga a portaria normativa...? Todos sabemos que tem a lei, depois da lei vem o decreto, vem a normatização do decreto, vêm as portarias, e cada um vai fechando um pouquinho, vai fechando, fechando. E àquele que compete trabalhar no final, isso não é possível, porque todo mundo proibiu tudo; não se consegue mais trabalhar no País.

Então, eu queria perguntar a V. Exª se, com o que estamos terminando aqui, no final, revoga-se tudo; quer dizer, vamos começar da estaca zero? A Agência Nacional vai escrever novamente a legislação, as regras, como vamos fazer? Porque, na Agência Nacional de Transportes Aquaviários, por exemplo, tudo o que existia da Marinha continuou lá.

Veio a agência nova e exigiu um monte de outras coisas. No caso da Anac, tudo que havia da aviação

civil, do antigo DAC, ficou lá; veio a Agência e criou um monte de outras coisas.

Então, a história tem mostrado que a criação de agências tem criado mais burocracia, porque não revogamos o que estava para trás e criamos novas burocracias. Então, essa é uma preocupação que trago aqui na noite de hoje.

A segunda é com respeito à questão dos *royalties* e CFEM: se até 4%, que estão previstos aqui de cobrança, é das duas coisas, da CFEM e dos *royalties,* ou se são coisas separadas.

São essas duas questões que eu gostaria de perguntar a V. Exª, já cumprimentando-o pela tomada de decisão de mandar para o Congresso Nacional esse projeto tão importante.

Ouvi aqui as reclamações do Senador Ferraço, mas também gostaria de dizer que reclamamos ao Governo que não mandasse tantas medidas provisórias; que mandasse, se quisesse, projetos em regime de urgência para que pudéssemos discutir. Estamos dentro dos prazos, vamos trabalhar, vamos discutir. Esperamos que o Governo não retire ou, como disse meu Líder, os Líderes podem pedir a retirada de urgência. Que não façamos isso para discutirmos isso nas comissões, nesta e nas demais comissões, porque temos condições, sim, de construir uma legislação nova, moderna, que dá ao País o direito de competir com os mercados internacionais. Notadamente, os Estados Unidos e o Canadá são países importantes nessa questão mineral, e temos de seguir o mesmo caminho. É uma riqueza que está no solo e que temos de aproveitar.

Muito obrigado.

O SR. EDISON LOBÃO – Senador Blairo Maggi, o cipoal legal brasileiro é realmente monumental. Nós temos em vigor no Brasil cerca de 180 mil leis. Lidar com elas nunca foi fácil. E, por isso mesmo, usava-se o procedimento legislativo segundo o qual, ao final de todas as leis votadas pelo Congresso Nacional e sancionadas pelo Presidente da República, dizia-se: "Revogam-se as disposições em contrário." Era mais fácil. "Revogam-se as disposições em contrário".

Hoje, não se faz mais isso. Mas nós estudamos essa questão para saber que leis teriam de ser examinadas: revogadas umas, absorvidas outras, para que não houvesse conflito nessa matéria. Realmente, a essência do conflito atrapalha muito e acaba judicializando questões, e nem o Poder Público nem o agente têm interesse nessa judicialização. Mas posso garantir a V. Exª que, com a ajuda do computador, da informática, foi possível levantar as leis pertinentes, os regulamentos, as portarias todas, para que não haja superposição nessa legislação.

O Dr. Carlos Nogueira – que insisto em chamar de Marco Antônio, não é que eu tenha um apreço exagerado pelo general Marco Antônio romano; prefiro ao Júlio César –, mas o Dr. Carlos Nogueira nos ajudou muito na elaboração dessa lei. Muito nos têm ajudado; ele é dos que mais ajudaram. Fale um pouco sobre o CFEM para responder à segunda parte.

O SR. PRESIDENTE (Fernando Collor. Bloco União e Força/PTB – AL) – Com a palavra o Dr. Carlos Nogueira da Costa Júnior, Secretário de Geologia, Mineração e Transformação Mineral do Ministério de Minas e Energia.

O SR. CARLOS NOGUEIRA DA COSTA JÚNIOR – Sobre a colocação do Sr. Senador Blairo Maggi, a CFEM, na questão mineral, é o *royalty* da mineração; não é superposição. Quando se trata da CFEM, chamamos de compensação financeira o que tradicionalmente no petróleo é chamado de *royalty*, mas é uma única cobrança. O que estão mudando são os parâmetros. Hoje, a CFEM é calculada sobre o faturamento líquido, descontados o transporte e alguns custos operacionais.

Hoje, nós estamos mudando a regra para o faturamento bruto, descontando-se os impostos pagos inerentes àquela atividade.

Então, é essa a colocação com relação à CFEM, que – entre aspas – "seria o *royalty* da mineração".

O SR. BLAIRO MAGGI (Bloco União e Força/PR – MT) – Deve subir 1%.

O SR. CARLOS NOGUEIRA DA COSTA JÚNIOR – Hoje, é de até 3%. E o Presidente, no projeto de lei, colocou até 4%; o máximo seria 4%. Então, não há insegurança, como se coloca, porque o teto todo mundo sabe que é máximo. Haveria insegurança no regulamento se ele estivesse em aberto, se amanhã pudessem estabelecer 5%, 6%, 7%. Nós estamos estipulando um valor que foi discutido com vários setores e que seria admissível, aceitável, na conjugação dos custos operacionais e na competitividade da indústria mineral brasileira.

O SR. EDISON LOBÃO – A legislação atual fala em até 3%. Uma média de 2% é o que se cobra, sobretudo no que diz respeito a 90% das exportações minerais, como no caso do minério de ferro. Então, esta é a cobrança: 2%. E nós estaremos passando esses 2% para 4%, considerando o faturamento bruto, descontados apenas os impostos.

Hoje, há uma confusão imensa, Senador Ricardo Ferraço, com as grandes mineradoras, sempre judicializando as suas dívidas, porque o DNPM entende que o faturamento líquido é assim, assim, assim, e as mineradoras entendem que é aquilo, aquilo, aquilo.

O SR. RICARDO FERRAÇO (Bloco Maioria/PMDB – ES) – E elas têm perdido.

O SR. EDISON LOBÃO – E elas têm perdido.

Bom, então nós estamos aclarando essa situação. Vamos cobrar sobre o faturamento bruto, excluindo apenas os impostos. O resto é bruto.

O SR. PRESIDENTE (Fernando Collor. Bloco União e Força/PTB – AL) – Muito obrigado a S. Exª o Senador Blairo Maggi.

Passo a palavra a S. Exª o Senador Antonio Carlos Valadares.

O SR. ANTONIO CARLOS VALADARES (Bloco Apoio Governo/PSB – SE) – Sr. Presidente, Sr. Ministro Edison Lobão, Dr. Carlos Nogueira, em primeiro lugar, Ministro, eu quero destacar a importância deste debate sobre o marco regulatório da mineração, uma vez que o Brasil é um país que tem um grande potencial na produção mineral, mas precisa tirar as amarras que contribuem para a queda da produção em determinados Estados e efetivamente aproveitar esse potencial para o próprio desenvolvimento. Por isso, parabenizo o Governo e V. Exª, que, naturalmente, teve uma importância fundamental na elaboração dessa matéria que tramita no Congresso Nacional.

Eu gostaria de me deter sobre um assunto de que nós já falamos pessoalmente antes desta reunião. Sabemos que o Brasil tem a maior reserva de silício do mundo, e o silício é matéria-prima para a produção de componentes de computadores, de células fotovoltaicas; enfim, é uma matéria-prima estratégica que o Brasil tem e que ainda não foi aproveitada devidamente, principalmente por falta de tecnologia adequada para tanto e de recursos financeiros para a sua sustentabilidade na produção.

Entretanto, nós sabemos que, em relação, por exemplo, às células fotovoltaicas, que têm sido muito utilizadas no Brasil, o material provém do silício. Quer dizer, se nós tivermos uma grande produção desse minério, nós vamos baratear, sem dúvida alguma, a energia solar, e também os componentes da energia eólica.

Eu gostaria de saber como vê V. Exª a exploração mineral do silício com esta finalidade: a produção de energia renovável.

Em relação, por exemplo, à energia dos ventos, segundo os especialistas, o nosso potencial é igual ao dobro do potencial de energia elétrica do Brasil, de 143 mil megawatts. Isso representa dez vezes a energia produzida em Furnas. Por isso, eu considero importante que essa regulamentação seja feita, inclusive para facilitar não somente o aproveitamento do serviço como de outros minerais que o Brasil possui. Até no Estado de Sergipe, como V. Exª sabe, temos uma mina de potássio, que é a única da América Latina por enquanto. Mas está em vista a produção de outra no Município de São Cristóvão, a que V. Exª deu todo o apoio, e a empresa privada que ali vai instalar-se deverá investir mais de US$400 milhões.

Eu gostaria que V. Exª também nos desse uma informação sobre a produção de potássio no Brasil, focando principalmente essa nova descoberta no Estado de Sergipe.

No mais, quero dizer a V. Exª que sua presença aqui nos fortalece e mata a saudade.

O SR. EDISON LOBÃO – Muito obrigado, Senador Valadares, um dos meus mestres nesta Casa.

Nós temos, de fato, em Sergipe, uma produção de potássio, uma mina que pertence à Petrobras, que foi arrendada para a Vale do Rio Doce e produz bem. E agora está surgindo uma segunda, também em Sergipe.

O Brasil é o segundo maior produtor de grãos do mundo, e o segundo maior exportador. Necessita desesperadamente de fertilizante. E, todavia, importa mais de 90% do fertilizante que utiliza e do potássio. Precisamos desesperadamente produzir aqui. Há uma mina no Amazonas, que não está em produção e, pelos estudos iniciais realizados, pertence à Petrobras. Talvez seja a maior reserva do mundo em potássio. É um potássio com dificuldades muito grandes de exploração, porque está a mil metros de profundidade. O sal que dali resulta tem que ser despejado no mar, e não temos mar próximo de lá.

O SR. ANTONIO CARLOS VALADARES (Bloco Apoio Governo/PSB – SE) – Sergipe.

O SR. EDISON LOBÃO – Exatamente. Então, tem que ser mandado pelo rio em barcaças, etc. Há uma logística complicada. Porém, é uma reserva importante que está ali. Enquanto isso, estamos explorando as potencialidades de Sergipe e de outros lugares.

Quanto à possibilidade de o Brasil ingressar mais fortemente na energia fotovoltaica, na energia solar, estamos realizando já este ano um leilão específico para energia solar. E é como fizemos com a energia eólica logo que assumi o Ministério. Achei que ia fazer, era uma energia ainda cara naquela época, a eólica – custava R$250,00 o megawatt; hoje está custando R$98,00. Isso tudo com os estímulos que apresentamos à época, e hoje o Brasil é um dos que mais crescem no mundo em produção de energia eólica renovável. Esperamos fazer o mesmo em relação à energia solar.

Esse é um futuro que se abre para o Brasil de maneira radiosa, literalmente.

O SR. PRESIDENTE (Fernando Collor. Bloco União e Força/PTB – AL) – Eu pergunto a S. Exª o Senador Antonio Carlos Valadares se gostaria de fazer algum comentário.

O SR. ANTONIO CARLOS VALADARES (Bloco Apoio Governo/PSB – SE) – Não, somente para que V. Exª, com relação ao silício, uma matéria-prima impor-

tante para o aumento da energia solar, principalmente... Nós temos minas de silício na Bahia e em Pernambuco e em outro Estado que não recordo mais.

Eu gostaria de saber se há entre o Governo Federal, o Governo da União, e esses Estados, como também com empresas privadas, alguma articulação visando ao aproveitamento do silício no Brasil.

O SR. EDISON LOBÃO – Quanto a essa questão de tecnologia avançada, 98% das terras chamadas raras provêm da China. É um país que possui 98% de alguma coisa importante para o desenvolvimento do mundo, e é claro que isso gera certos condicionamentos. Nós estamos agora pesquisando, na costa do Rio Grande do Sul, minérios com grande incidência em terras-raras. Até, certa vez, eu mostrei ao Presidente Collor, no mapa, lá no meu gabinete, onde a CPRM – está aqui o Presidente do CPRM – está com um navio de alta tecnologia, que foi arrendado pelo Ministério de Minas e Energia. Nós estamos pesquisando a quatro mil metros de profundidade no mar, a dois mil metros da costa brasileira, no chamado Alto do Rio Grande, esses minérios todos, inclusive o silício, tudo isso em terras-raras, de um modo geral – cobalto, zinco, minério de ferro e tantos outros. Já extraímos dali algo em torno de duas toneladas. É um navio preparado como se fosse um navio plataforma ou uma sonda, com um braço mecânico. Vai lá, retira o minério, traz e leva para a costa.

Então, nós estamos atentos. E essa legislação moderna que se quer vai ajudar muito neste futuro do Brasil.

O SR. PRESIDENTE (Fernando Collor. Bloco União e Força/PTB – AL) – Algum comentário, Senador Valadares? (*Pausa.*)

Muito obrigado a V. Exª.

Passo a palavra a S. Exª o Senador Ministro José Pimentel.

O SR. JOSÉ PIMENTEL (Bloco Apoio Governo/PT – CE) – Sr. Presidente desta Comissão, Fernando Collor, nosso Ministro Edison Lobão, Dr. Carlos Nogueira, nossos pares, eu quero começar registrando que o encaminhamento do projeto de lei para o Congresso Nacional foi a melhor forma para dialogar nesta Casa. Nós recebíamos sempre como medidas provisórias, com muitas críticas pelos 594 Congressistas. Então, o fato de o Governo ter construído, através de projeto de lei, nos facilita bastante esse debate e, acima de tudo, a urgência constitucional nos obriga, num prazo delimitado, a fazer essa discussão e levá-la a voto.

Quando nós enfrentamos aqui a Medida Provisória dos Portos, a Medida Provisória do Código Florestal, a grande crítica era porque era por MP, tirando o espaço de debate mais franco por parte dos Parlamentares. E veio como projeto de lei, como tem sido a reclamação e o pedido de todos os Líderes, seja da base do Governo, seja da oposição.

O segundo fator é que a construção desse projeto é fruto de um longo debate. Estamos quase há cinco anos nessa construção, dialogando, ajustando e construindo o melhor entendimento que envolva os Municípios ali diretamente vinculados, os governos estaduais, o Governo Federal e, principalmente, a iniciativa privada, que é aquela que, em última instância, faz toda a exploração.

Sou um daqueles, nosso Ministro, que entende que não deveríamos retirar a urgência constitucional, até porque nós estamos ali com o marco regulatório dos *royalties* para a educação e a saúde, e tudo leva a crer que, nesta semana ou no máximo dentro de 15 dias, deveremos construir um entendimento e votá-lo. Em seguida, é exatamente o marco regulatório da mineração.

E temos uma matéria que requer certa atenção por parte das duas Casas, Câmara e Senado, aquela que destina os recursos, R$3 milhões, para os Municípios, para que eles possam fazer frente às suas demandas de caixa de imediato. Uma parcela destinada agora em agosto deste ano e uma segunda parcela em abril de 2014 que deveremos votar. Essa matéria também veio através de urgência constitucional, e uma alteração no Orçamento da União que depende da CMO, em que o Lobinho – a maneira que a gente trata aqui o Lobão Filho – nos enfrenta nesse debate.

Temos conversado com os Líderes, tanto da oposição como da base, que, se porventura tivermos certa necessidade de dar outro rito a essa matéria dos Municípios, nós teríamos outros instrumentos para enfrentá-lo, ou seja, de maneira que não prejudicasse a tramitação do Código de Mineração.

Portanto, estamos atentos à tramitação dessa matéria. Eu acredito que já haja um acúmulo razoável, e nós deveríamos, na minha leitura, concluir 2013 com essa matéria votada e iniciar 2014 com as novas regras. Isso até para que fosse retirada qualquer preocupação sobre o aspecto da segurança jurídica, embora V. Exª deixe muito claro para nós que a forma como foi construída não traz qualquer risco. Mas, para retirar isso da agenda que, uma hora ou outra, a gente vê alguns editoriais de jornais, alguns artigos questionando, nós deveríamos focar para que, tão logo resolvêssemos os *royalties* da educação e da saúde, nós pudéssemos entrar em votação com o Código da Mineração.

Há um acúmulo razoável nas duas Casas. Nesta audiência pública, o nosso Presidente Fernando Collor está se antecipando, está colhendo mais dados. Vamos ter outras pessoas conhecedoras da matéria,

abrindo com V. Exª esse ciclo de debates, de maneira que quando essa matéria chegar ao Senado Federal nós já teremos nos antecipado sobre o seu debate, o seu conteúdo e os seus ajustes, que a Câmara deverá fazer e que aqui nós iremos analisar.

Portanto, a nossa ponderação é de que não retirássemos a urgência constitucional, para que nós pudéssemos, neste 2013, concluir a sua votação e começar 2014 com essa matéria já sancionada.

O SR. EDISON LOBÃO – Senador José Pimentel, V. Exª é o Líder do Governo e é uma peça fundamental no encaminhamento dessa questão. Nós temos urgência na votação da matéria. Quanto mais rapidamente ela for concluída, mais depressa nós iniciaremos uma fase nova nas considerações no que respeita à exploração de minérios no nosso País.

A cobrança da CFEM será rearrumada, reajustada com maiores rendimentos para os Municípios e Estados interessados, além de outras medidas adjacentes que haverão de ser tomadas com a legislação concluída.

Agora, é uma questão em que o Congresso Nacional terá a sua manifestação e o seu interesse. V. Exª fala pela Liderança do Governo; é uma palavra, portanto, importantíssima nesse processo.

O SR. PRESIDENTE (Fernando Collor. Bloco União e Força/PTB – AL) – Senador Ministro José Pimentel, algum comentário mais?

Eu indagaria dos Srs. Senadores se estão satisfeitos. (*Pausa.*)

Com a palavra S. Exª o Senador Ricardo Ferraço.

O SR. RICARDO FERRAÇO (Bloco Maioria/PMDB – ES) – Não há como, Sr. Presidente, nós não aproveitarmos no limite a presença do nosso querido Ministro Edison Lobão e do nosso Carlos Siqueira, que não é Marco Antônio, é Carlos Siqueira.

O SR. EDISON LOBÃO – É Nogueira. (*Risos.*)

O SR. RICARDO FERRAÇO (Bloco Maioria/PMDB – ES) – Sr. Ministro, com a criação das áreas especiais de pesquisa para minerais considerados estratégicos ou de elevado valor econômico, em que somente o Governo poderá pesquisar, essas áreas seriam posteriormente leiloadas à iniciativa privada, sempre lembrando que todos os bens naturais de propriedade da União valem alguma coisa quando são explorados em parceria com o setor privado; a partir da eficiente exploração, evidentemente, respeitando os princípios da sustentabilidade, esses recursos são valorados. Portanto, o melhor ambiente para a atratividade do investimento é fundamental.

Mas esse é um ponto para o qual quero chamar a atenção. Quer dizer, considero este um ponto crítico da proposta do Governo porque, nos anos 70 e 80, a CPRM requereu enormes extensões para pesquisa com propósitos de licitar jazidas, e jazidas encontradas e identificadas, e não fez esses leilões.

A pergunta é se essas áreas que a CPRM já pesquisou, já identificou, serão finalmente levadas a leilões para que possa ser avaliada a viabilidade da exploração, porque a União já dispõe de um conjunto, de um ativo muito grande dessas áreas que foram pesquisadas.

A outra ponderação que faço, aproveitando a presença do nosso Ministro, é com relação às guias de utilização expedidas pelo DNPM. O PL nº 587 estabelece que tais guias serão revogadas num prazo máximo de 180 dias, contados da publicação da respectiva lei, quando for aprovada, evidentemente, e no formato em que for aprovada. A vigorar tal dispositivo, vários empreendimentos podem estar com suas guias vencidas, alteradas ou afetadas, implicando mesmo a paralisação de atividades.

Não se faz necessário um exame mais acurado desse dispositivo, para que os investimentos não sejam de alguma forma submetidos a esse tipo de risco? Porque nós estamos aqui tratando do ambiente de transição. E esse ambiente de transição há de ser um processo muito cuidadoso.

Por fim, eu gostaria de perguntar ao Sr. Ministro que avaliação ele faz, inclusive chamando a atenção do Líder Pimentel, porque nós não estamos falando aqui de um projeto que trata de governo ou de oposição. Nós estamos aqui tratando de um projeto de interesse do Estado brasileiro, de fundamental importância para as gerações futuras. Este não pode ser um debate que vá dividir o Congresso em oposição e situação, porque está acima de todos nós. Nós passamos, e este Código poderá ser de fundamental importância para o futuro do País.

Eu digo isso porque me preocupa que possamos assistir, com o Código, àquilo que assistimos na Câmara, por exemplo, em que aquela Casa alterou a origem do nosso fundo social. O fundo social foi pensado para que nós não pressionássemos o original, e, sim, o rendimento do original, do capital. E a Câmara está comprometendo todo o conceito intergeracional quando inclusive não considera as experiências internacionais bem sucedidas. Se um projeto como este, complexo como é, vai para uma votação em plenário sem esses entendimentos e essas convergências, as possibilidades de nós termos surpresas é muito grande.

Portanto, me parece que, eventualmente, gastando um pouco mais de tempo no debate, mas o projeto indo para votação com o debate esgotado, a preservação de alguns instrumentos aqui é importante. Veja o risco que nós estamos correndo com o projeto do direcionamento dos *royalties* para a educação e a saú-

de. Ou seja, o fundo está sendo completamente desconstruído na sua origem e no seu conceito, a partir do momento em que nós estamos sacando o capital original e não o rendimento.

Nós estamos também propondo aqui, Sr. Ministro, da mesma forma que vamos fazer com os recursos dos *royalties*, que possamos dar esse mesmo direcionamento ao bônus de assinatura. Porque V. Exª falou, e falou bem, na perspectiva de R$15 bilhões para o Campo de Libra, e esses recursos não têm direcionamento carimbado: eles podem ir para qualquer das muitas atividades do Governo. Nós estamos com proposta na Câmara e no Senado nessa mesma direção. Ou seja, se os *royalties* vão para a educação e para a saúde, que também os bônus de assinatura possam ir para esse mesmo objeto. Esse é um projeto que tramita aqui no Senado, por acaso, de minha autoria e de autoria do Senador Cristovam Buarque, para que esses recursos possam ser divididos entre saúde pública infantil e educação básica.

Eu queria ouvir a opinião de V. Exª a respeito desses aspectos.

O SR. EDISON LOBÃO – Senador Ferraço, muitas vezes, também a longevidade do debate em torno de determinadas matérias causa dificuldades. Aí está uma delas. Nós estamos debatendo a questão dos *royalties* do petróleo há muito tempo. A consequência disso é que a Câmara faz a alteração a que se refere V. Exª, mexendo no fundo social e transformando a questão num risco daquilo que mundialmente se chama de maldição holandesa. É por isso que se fez aquilo, também objeto de sua referência. Ou seja, o que se vai tocar, no futuro, é apenas no resultado do fundo social.

O SR. RICARDO FERRAÇO (Bloco Maioria. PMDB – ES) – Nos rendimentos.

O SR. EDISON LOBÃO – Nos rendimentos. E não nele. Nos rendimentos dele, e não nele. Tocar no fundo social pode resultar na maldição holandesa. Mas tudo isso veio em razão do longo debate, interminável debate, em torno da matéria. Nós não trouxemos nenhuma novidade, nenhuma coisa revolucionária, no bom sentido, na época da discussão dos *royalties* do petróleo. Nós trouxemos a experiência do mundo adaptada às necessidades brasileiras. Foi isso que nós fizemos. Mas não. Os Parlamentares resolveram fazer as alterações que fizeram, e nós estamos diante de dificuldades imensas em razão disso.

Quanto às áreas da CPRM, em verdade, a CPRM possui muitas áreas. Mas o fato de serem elas hoje detidas pela CPRM é um bem ou é um mal? É um bem muito grande. Nós poderemos, a qualquer hora, por razões estratégicas do Governo, leiloá-las. E é isso que a CPRM vai fazer, a partir de determinado momento. Já o fez anteriormente, algumas vezes, com bons resultados, excelentes resultados. O que não é bom para a coletividade, portanto, não é bom para a União Federal, para o Brasil, é o sistema vigente da legislação de 1967, porque os louros ficam apenas com aqueles que obtiveram o alvará de pesquisa ou chegaram à lavra, venderam, especularam, e isso não vai para o bolso do povo, e sim de especuladores. O que nós estamos querendo agora é colocar cobro nessa situação deletéria. É isso que nós estamos querendo fazer.

O SR. PRESIDENTE (Fernando Collor. Bloco União e Força/PTB – AL) – Senador Ferraço.

O SR. RICARDO FERRAÇO (Bloco Maioria/PMDB – ES) – Muito obrigado, Sr. Presidente. Cumprimento o nosso queridíssimo Ministro Edison Lobão e o Dr. Carlos Nogueira.

Muito obrigado.

O SR. PRESIDENTE (Fernando Collor. Bloco União e Força/PTB – AL) – Muito obrigado a V. Exª, Senador Ricardo Ferraço. Muito obrigado a todas as Srªs e todos os Srs. Senadores presentes a esta primeira audiência pública de uma série, como bem anotou S. Exª, o Senador Ministro José Pimentel.E nos antecipando, como esta Comissão fez por ocasião da discussão do marco regulatório do pré-sal, o Senado da República, por intermédio da Comissão de Serviços de Infraestrutura, também se antecipa na discussão do novo Código de Mineração ou o marco regulatório da mineração, iniciando, hoje, com a palestra de S. Exª o Senador Edison Lobão, tratando da modernização da legislação mineral.

Daremos sequência, na próxima quarta-feira, às 7h30min da manhã, dia 7 de agosto, com a presença...

Aliás, hoje, tratamos com o Ministro do marco regulatório da mineração em si. A modernização da legislação mineral será objeto da nossa próxima audiência pública, na quarta-feira que vem, às 7h30min da manhã, com os palestrantes: Professor Dr. Valdecir de Assis Janasi, do Departamento de Mineralogia e Geotécnica da USP; Drª Maria Amélia Enríquez, da Secretaria de Estado de Indústria, Comércio e Mineração do Estado do Pará; Sr. José Fernando Coura, Diretor Presidente do Instituto Brasileiro de Mineração (Ibram); e Sr. Elmer Prata Salomão, Presidente da Geos (Geologia para Mineração Ltda.).

Continuando com a outra audiência pública, no dia 12, segunda-feira, também às 18 horas, Caminhos para o Desenvolvimento do Potencial Mineral Brasileiro, com a participação do Dr. Caetano Juliani, do Departamento de Geologia Sedimentar e Ambiental da USP; do Dr. Onildo João Marini, Secretário Executivo da Agência para o Desenvolvimento Tecnológico da Indústria Mineral Brasileira (Adimb); do Dr.

Mário Ernesto Giroldo Valerio, do Departamento de Física da Universidade Federal de Sergipe; e do Dr. Álvaro Toubes Prata, Secretário de Desenvolvimento Tecnológico e Inovação do Ministério da Ciência, Tecnologia e Inovação.

Continuando, no dia 19, segunda-feira, também às 18 horas, a mineração no Brasil é o objeto desta audiência pública, com o Dr. Paulo Guilherme Galvão, Diretor de Planejamento e Desenvolvimento de Mineração do Departamento Nacional de Produção Mineral; o Sr. Manoel Barretto da Rocha Neto, Diretor-Presidente da CRPM – Serviço Geológico do Brasil; e o Dr. Carlos Vilhena, Consultor Jurídico do Instituto Brasileiro de Mineração (Ibram).

Terminando com uma última reunião que servirá de conclusão dos nossos trabalhos no debate sobre o marco regulatório da mineração no Brasil.

Essa é mais uma demonstração do que o Senado da República e o Congresso Nacional oferecem à sociedade brasileira como antecipação dos debates – já iniciados na Câmara dos Deputados – que transcorrerão aqui, tão logo a matéria chegue daquela Casa legislativa ao Senado da República.

Antes de encerrarmos a presente reunião, agradeço a presença de todos, muito especialmente de S. Exª o Senador e Ministro de Minas e Energia, Edison Lobão. Sua presença, Ministro, muito nos honra. Sua foto está ali aposta como o Senador fundador da Comissão de Infraestrutura do Senado. V. Exª, sempre que convidado, não mede esforços para aqui comparecer e prestar os esclarecimentos que seus companheiros, Senadores e Senadoras, desejam ter sobre as atividades do Ministério que V. Exª tão bem conduz.

Agradeço a presença do Sr. Carlos Nogueira da Costa Júnior, Secretário de Geologia e Mineração e Transformação Mineral do Ministério das Minas e Energia.

Por fim, convoco as Srªs e os Srs. Senadores para a nossa próxima reunião, como aqui já dito, a ser realizada no dia 7 de agosto, quarta-feira, às 7h30min da manhã, neste plenário. Trata-se da audiência pública sobre a modernização da legislação mineral, dando continuidade à agenda Investimento e Gestão, desatando o nó logístico do País. Os convidados serão o Professor Dr. Valdecir de Assis Janasi; a Drª Maria Amélia Rodrigues da Silva Enríquez; o Sr. José Fernando Coura; e o Sr. Elmer Prata Salomão.

Agradeço mais uma vez a presença de todos.

Está encerrada a presente reunião.

(Iniciada às 18 horas, a reunião é encerrada às 20 horas e 04 minutos.)

COMISSÃO DE SERVIÇOS DE INFRAESTRUTURA

ATA DA 29ª REUNIÃO, EXTRAORDINÁRIA, DA COMISSÃO DE SERVIÇOS DE INFRAESTRUTURA DA 3ª SESSÃO LEGISLATIVA ORDINÁRIA DA 54ª LEGISLATURA, REALIZADA EM 07 DE AGOSTO DE 2013, QUARTA-FEIRA, ÀS 7 HORAS E 30 MINUTOS, NA ALA SENADOR ALEXANDRE COSTA, PLENÁRIO Nº 13.

Às sete horas e trinta minutos do dia sete de agosto de dois mil e treze, na sala de reuniões da Comissão, sob a Presidência do Senhor Senador **Fernando Collor,** reúne-se a Comissão de Serviços de Infraestrutura. Presentes os Senhores Senadores **Inácio Arruda**, **Clésio Andrade**, **Valdir Raupp, Sérgio Petecão**, **Flexa Ribeiro**, **Wilder Morais**, **Blairo Maggi**, **Vicentinho Alves**, **Alfredo Nascimento**, **José Pimentel**, **Vanessa Grazziotin**, **Sérgio Souza**, **Ricardo Ferraço**, e **Waldermir Moka**. Deixam de comparecer os demais Senadores. Registra a presença como não-membro o Senhor Senador **Eduardo Suplicy** e o Deputado Federal **Arnaldo Jardim**. O Presidente declara a abertura dos trabalhos e submete à Comissão a dispensa de leitura e aprovação das atas das 27ª e 28ª Reuniões, que são dadas como lidas e aprovadas. São lidos os Comunicados da Presidência e requerimento do Senador **Valdir Raupp**. Tem início a apreciação da pauta. **PRIMEIRA PARTE**: **Audiência Pública**, em atendimento ao **Requerimento nº 01, de 2013 – CI**, de autoria do Senador **Fernando Collor**, aprovado em 27 de fevereiro de 2013, que, "*nos termos do art. 58, §2º, incisos II e V da Constituição Federal, combinado com o art. 90, incisos II e V, do Regimento Interno do Senado Federal, requer sejam realizados, por esta Comissão de Serviços de Infraestrutura, ciclos de audiências públicas dentro de uma Agenda específica de debates ao longo do biênio 2013/2014, com renomados especialistas que apresentem depoimentos, análises e informações acerca de propostas setoriais para a infraestrutura, especialmente no que tange à modernização e expansão dos serviços, ao aumento da competitividade, à avaliação da capacidade de crescimento da economia e do bem-estar da população, e ao investimento e gestão como chaves para desatar o nó logístico do país*". O Presidente convida a compor a Mesa e a fazer suas exposições o senhor **Valdecir de Assis Janasi,** Diretor do Instituto de Geociências da Universidade de São Paulo (USP); a Doutora **Maria Amélia Rodrigues da Silva Enríquez**, Doutora em Desenvolvimento Sustentável da Secretaria de Estado de Indústria, Comércio e Mineração do Estado do Pará; o Senhor **José Fernando de Coura**, Diretor-Presidente do Instituto Brasileiro de

Mineração (IBRAM) e o Senhor **Elmer Prata Salomão**, Presidente da GEOS – Geologia para Mineração Ltda e Presidente da Associação Brasileira de Empresas de Pesquisa Mineral (ABPM). Fazem uso da palavra os Senhores Senadores **Ricardo Ferraço**, **Flexa Ribeiro**, **Sérgio Souza**, **Blairo Maggi**, e **Eduardo Suplicy**. O Presidente consulta o Plenário sobre a inclusão, como item extrapauta, do Requerimento de Audiência Pública de autoria do Senhor Senador **Fernando Collor**. Aprovado. **Item Extrapauta – REQUERIMENTO DA CI Nº 41, de 2013**, de autoria do Senador **Fernando Collor**, que diz: *"Nos termos do art. 58, §2º, incisos II e V, da Constituição Federal, combinados com o art. 90, incisos II, IX e X, do Regimento Interno do Senado Federal, requeremos seja realizada, por esta Comissão, audiência pública para debater e esclarecer a situação dos servidores do Departamento Nacional de Infraestrutura de Transportes (DNIT), com a presença dos seguintes convidados: Sr. Sérgio Mendonça – Secretário de Trabalho no Serviço Público do Ministério do Planejamento – MPOG; Sr. Josemilton Costa – Diretor Executivo da Confederação dos Trabalhadores no Serviço Federal – CONDSEF ; Sr. Tarcísio Freitas – Diretor Executivo do Departamento Nacional de Infraestrutura de Transportes – DNIT e Representante da Comissão Nacional dos Servidores Grevistas do DNIT".* Resultado: aprovado. Nada mais havendo a tratar, a reunião é encerrada às onze horas e quarenta e dois minutos, lavrando, eu, Álvaro Araújo Souza, Secretário da Comissão, a presente Ata, que, lida e aprovada, será assinada pelo Presidente e publicada, juntamente com a íntegra das Notas Taquigráficas, no Diário do Senado Federal.

Senador **Fernando Collor, –** Presidente da Comissão

(*Texto com revisão.*)

O SR. PRESIDENTE (Fernando Collor. Bloco União e Força/PTB – AL) – Declaro aberta a 29ª Reunião Extraordinária da Comissão de Serviços de Infraestrutura, da 3ª Sessão Legislativa Ordinária da 54ª Legislatura.

Antes de iniciarmos os nossos trabalhos, eu proponho a dispensa da leitura e a aprovação das Atas da 27ª e 28ª Reuniões.

As Srªs Senadoras e os Srs. Senadores que as aprovam permaneçam como se encontram. (*Pausa.*)

Aprovadas.

Antes de iniciarmos a leitura dos nossos requerimentos e comunicados, eu gostaria de registrar a presença, em nosso plenário, de S. Exª, o Deputado Arnaldo Jardim, que muito nos honra com a sua presença na reunião de hoje da nossa Comissão de Serviços de Infraestrutura.

Seja V. Exª muito bem-vindo, Deputado Arnaldo Jardim.

Autoria do Senador Valdir Raupp.

REQUERIMENTO N° 42, DE 2013

Com fundamento nos I e II do art. 93 do Regimento Interno do Senado Federal, requeiro a realização de audiência pública (Mesa Redonda) ser realizada no Município de Porto Velho, no Estado de Rondônia a fim de ser debater a logística de Transportes do Estado de Rondônia integrando o desenvolvimento da Região Norte, bem como o Sistema Nacional de Viação (composto pela infraestrutura física e operacional dos vários modos de transportes de pessoas e bens, sob jurisdição dos diferentes entes da Federação, estabelecido pela Lei nº 12.379 de 2011), abordando os seguintes temas:

a*) Ferrovia Transcontinental trecho Porto Velho--Vilhena;*

b*) BR-319 – a BR-319 faz ligação Porto Velho--Manaus e foi finalizada no final da década de 70, no contexto de colonização da Amazônia, na década de 90 foi asfaltada, e devido à falta de manutenção se tornou intransitável.*

Hoje a recuperação dos seus 800 quilômetros, está prevista através de recursos do PAC 2 (Programa de Aceleração do Crescimento) do Governo Federal;

c*) Rodovia BR-364 – eixo principal que corta o Estado de Rondônia – de Vilhena a Porto Velho, no Estado de Rondônia (restauração e conclusão das travessias urbanas) – as restaurações na rodovia BR– 364 estão inseridas nas obra do PAC 2, do Governo Federal;*

d*) Rodovias BR-425 restauração e travessias urbanas nos Municípios de Guajará-Mirim e Nova Mamoré/Ponte Brasil – Bolívia (Decreto nº 6.858, de 25 de maio de 2009, que formalizou o acordo celebrado em Brasília, em 14 de fevereiro de 2007, entre o Governo da República Federativa do Brasil e o Governo da República da Bolívia);*

e*) Projeto de Lei 3129/2008 Rodovia BR-080 (acrescenta no trecho da rodovia os Municípios de Buritis, Nova Mamoré e Guajará-Mirim, no Estado de Rondônia);*

f*) Rodovia BR-429, importante rodovia do Estado de Rondônia, inclusa nas obras do PAC, que dá acesso à fronteira com a Bolívia e abrange seis Municípios rondonienses, Presidente Médici, Alvorada do Oeste, São Miguel do Guaporé, Seringueiras, São Francisco do Guaporé e Costa Marques;*

g*) Rodovia BR-421, é uma rodovia federal localizada no Estado de Rondônia, que liga a BR-364, km 516 (trevo de entrada Município Ariquemes) até a cidade de Buritis, passando por Monte Negro e Campo Novo, no Estado de Rondônia, restauração e manutenção incluída no PAC II;*

h*) Rodovia BR-174 (projeto para pavimentação no trecho entre os Municípios de Vilhena, no Estado de Rondônia, e Juína, no Estado do Mato Grosso);*

i*) Rodovia BR-435 federalizada em 2013;*

j*) Transporte hidroviário e a Hidrovia do Rio Madeira;*

l*) Portos;*

m*) Aeroportos (Interdição do Aeroporto de Guajará-Mirim e situação dos demais aeroportos do Estado de Rondônia);*

n*) Sistema Nacional de Viação (SNV).*

Para tanto, serão convidadas as seguintes autoridades:

1) Exmo Sr. César Augusto Rabello Borges – Ministro de Estado dos Transportes;

2) Exmo Sr. Fernando Bezerra Coelho – Ministro de Estado da Integração Social;

3) Exmo Sr. José Leônidas de Menezes Cristino – Ministro de Estado Chefe da Secretaria dos Portos da Presidência da República;

4) Exmo Sr. Moreira Franco – Ministro da Secretaria de Aviação Civil da Presidência da República;

5) Dr. Bernardo José Figueiredo Gonçalves de Oliveira – Diretor-

Presidente da Empresa de Planejamento e Logística;

6) Dr. Josias Sampaio Cavalcante Júnior – Presidente da Valec;

7) Dr. Jorge Ernesto Pinto Fraxe – Diretor-Geral do DNIT e Sr. André Reitz, representante do DNIT/RO;

8) Dr. Tarcísio Gomes de Freitas – Diretor-Executivo do DNIT;

9) Dr. Roger Silva Pêgas – Diretor de Infraestrutura Rodoviária do DNIT;

10) Dr. José Florentino Caixeta – Diretor de Planejamento e Pesquisa do DNIT;

11) Sr. Robson Braga – Presidente Confederação Nacional da Indústria (CNI) e Sr. Denis Baú, representante em Rondônia – Federação das Indústrias do Estado de Rondônia (Fiero);

12) Dr. José Roberto Tadros – Vice-Presidente da Confederação Nacional do Comércio (CNC) e Sr. Raniery Araújo Coelho, representante da Federação do Comércio do Estado de Rondônia– Fecomercio/RO;

13) Sr. Francisco Ferreira Cabral – Presidente da Federação da Agricultura e Pecuária de Rondônia (Faperon);

14) Exmo Sr. Confúcio Moura – Governador do Estado de Rondônia e seu Secretariado;

15) Deputado Edinho Bez – Coordenador de Coordenador de Portos e Vias Navegáveis da Frente Parlamentar Mista em Defesa da Infraestrutura Nacional da Câmara dos Deputados;

16) Além de outros indicados por esta Comissão.

Na justificativa, S. Exª o Senador Valdir Raupp, que diz que o Estado de Rondônia, bem como boa parte dos Estados da Região Norte do País, sofre com a precariedade dos sistemas de transporte modal (rodovias, ferrovias, hidrovias, aeroportos), decorrente da falta de logística no setor, o que pode ser considerado como uma das barreiras para o desenvolvimento econômico e social da região.

Dessa forma, é necessário discutir as diretrizes adotadas pelo Governo Federal a fim de interligar as Regiões Norte e Sul do País, além das alternativas para resolver problemas de infraestrutura ainda existentes que entravam o escoamento da produção agrícola e dificultam a importação e a exportação na região.

A mesa redonda será importante, ainda segundo ele, para discutir o Sistema Nacional de Viação, as obras do Programa de Aceleração do Crescimento (PAC 2), entre as quais se destacam: a restauração da BR-364, que interliga a Região Norte ao Centro-Oeste do País; a restauração da BR-425, construída há mais de 30 anos, que liga Abunã, distrito de Porto Velho, a Guajará-Mirim; a construção das pontes sobre os Rios Madeira e Abunã, que interligam os Estados de Rondônia e Acre, além da pavimentação asfáltica da BR-174, que liga Vilhena, em Rondônia, à divisa com o Mato Grosso, no sentido de Juína (MT); e a inclusão de obras de restauração da BR-080, que interliga os Municípios de Buritis, em Rondônia, Nova Mamoré, também em Rondônia, e Guajará-Mirim, também naquele Estado, na fronteira com a Bolívia; além dos portos e aeroportos do Estado de Rondônia.

Por essas razões, conclui S. Exª, esperamos promover o debate deste tema por meio da aprovação, por nossos pares, deste requerimento.

Trata-se de requerimento lido na reunião de hoje e que será colocado em votação na nossa próxima reunião ordinária.

Comunicados.

Panorama econômico internacional.

O atual panorama econômico internacional mostra que a economia norte-americana dá sinais de recuperação, deixando para trás a crise contra a qual tem lutado desde 2008. Embora ainda fracos, os índices de emprego estão melhorando, assim como a atividade industrial. O consumo tem crescido ligeiramente. O FED (Federal Reserve System), o Banco Central

americano, indica que não deverá continuar por muito mais tempo a operar os programas de *quantitative easing*, a flexibilização monetária que visa a aumentar a liquidez da economia, e a estimular a retomada da atividade econômica. O êxito dessas medidas faz a autoridade monetária dos Estados Unidos preparar-se para terminar as maciças compras de títulos governamentais. Alem disso, se houver a possibilidade de aumento da inflação, o FED deverá elevar as taxas de juros. Essa perspectiva tem levado a uma valorização da moeda americana e à atração de capitais para os Estados Unidos. De outra parte, a economia já se beneficia da diminuição dos custos energéticos propiciados pela exploração do *shale gas* – o gás de xisto, e de inovações tecnológicas como a impressão em 3D. Embora ainda incipiente, esse tipo de impressão em três dimensões terá certamente efeito multiplicador na indústria. Deverá, ademais, valorizar o domínio da tecnologia – marcante característica econômica dos Estados Unidos.

Na Europa, a crise financeira já está controlada e o Banco Central Europeu não aumentou os juros na sua reunião de agosto, e não o fará num futuro previsível. Houve uma mudança de mentalidade dos dirigentes econômicos europeus, até mesmo, embora de forma relutantemente, dos alemães, no sentido de diminuir a ênfase na austeridade. Já se admite que a austeridade, *per se*, não propicia a retomada e que devem ser aceitas medidas de incentivo. O setor industrial, na Alemanha e na França, já dá alguns tímidos sinais de recuperação, por causa das compras ocasionadas pela demanda americana. O Reino Unido também vê alguns indícios, embora pequenos, de recuperação da economia. O Governo britânico mantém as taxas de juros baixas e os estímulos para a economia. No entanto, o desemprego europeu continua alto, principalmente na população mais jovem e nos países do sul como Itália, Espanha, e Portugal, enquanto a situação grega continua gravíssima, mesmo com reiterados socorros recebido.

É importante registrar o início formal das negociações entre os Estados Unidos e a União Europeia. Esse é um fato novo que terá efeitos imediatos aqui na nossa sub-região e no nosso continente. Repetindo. É importante registrar o início formal das negociações entre os Estados Unidos e a União Europeia em 9 de julho, em Washington, da Transatlantic Trade and Investment Partnership. As tratativas para a futura zona de livre comércio entre os Estados Unidos e o bloco europeu têm data marcada para terminar: final de 2014. Existem dificuldades, como as divergências na área da agricultura, pois os europeus resistem aos produtos geneticamente modificados produzidos maciçamente pelos americanos, na liberação de espaço aéreo para as companhias de transporte, na área de propriedade intelectual, e nas regras de proteção aos consumidores. No entanto, o entrelaçamento entre as economias e entre as empresas dos dois lados do Atlântico representa um fator positivo que poderá ser decisivo. Esse mercado comum fortalecerá, de muito, tanto a economia americana quanto a europeia, e as economias adjacentes sofrerão muito com isso.

No que diz respeito à China, assiste-se a uma desaceleração. Deverá crescer 7,5% neste ano, índice elevado para os padrões mundiais, sem dúvida, mas uma diminuição drástica para um país cujo PIB chegou a aumentar mais de 14% em 2007. A China, segunda economia mundial, está passando pela mudança de uma economia exportadora para a ênfase no consumo interno. O Governo chinês está induzindo os investimentos para a infraestrutura urbana, a habitação popular, o transporte e a saúde pública. Os outros membros dos chamados BRICS, Brasil, Rússia, Índia e África do Sul têm apresentado taxas de crescimento decepcionantes. Eram claramente precipitadas as previsões de que seriam, junto com a China, os motores da economia mundial, em uma nova ordem econômica internacional. Os países asiáticos não devem apresentar taxas de crescimento significativas. O Japão, com seu programa de flexibilização monetária já em pleno funcionamento, e obtendo bons resultados, será elemento de ajuda importante para a economia dos países da região.

Embora não se apresente a perspectiva de crescimento significativo da economia mundial no futuro próximo, há uma volta à normalidade, depois da crise de 2008. Os Estados Unidos ensaiam a retomada; a Europa, estabilizada, poderá voltar a ter desempenho positivo no próximo ano; o Japão já se recupera da longa estagnação e a China, mesmo crescendo menos, constitui importante indutor econômico para o mundo.

Essa recuperação internacional encontra o Brasil em situação difícil, sem crescimento adequado do PIB, com problemas no balanço de pagamentos, aproximando-se com concentração das exportações em *commodities*, cujos preços não devem reagir num futuro previsível e sem acordos comerciais vantajosos.

As manifestações de protestos de junho de 2013 refletiram, também, a falta de investimentos na infraestrutura de transportes, de saúde e de educação. Assim, corremos o risco de não estarmos preparados para competir no período pós-crise, em que a economia mundial se reorganiza para voltar a crescer.

Panorama da infraestrutura na palavra de especialistas.

"O Brasil é um país rico em fontes primárias", esta é uma afirmação do Diretor do Centro Brasileiro de Infraestrutura, Dr. Adriano Pires. Diz ele: "O Brasil é um país rico em fontes primárias de energia. No entanto, mesmo com seu grande manancial de água e reserva de gás natural da Região Norte, do enorme potencial de vento no Nordeste, da biomassa no Centro-Oeste e Sudeste e conta também com gás natural e petróleo, e o carvão e o vento da Região Sul, o País tem uma das energias mais caras do mundo e ainda se dá ao luxo de desperdiçar esse bem tão precioso", encerra assim a afirmação o Dr. Adriano Pires, que atribui o alto custo e o desperdício da energia no país a uma política baseada em populismo e ideologia, que acarretam uma exagerada intervenção do Estado e a forte presença de estatais como principais produtoras e investidoras e como braço dos projetos políticos do Governo.

Para ele, um país que quer alcançar o desenvolvimento e assegurar um crescimento econômico sustentado, deve adotar um modelo baseado em energia com preços competitivos. Na sua opinião, tanto o Governo Federal, quanto os Estaduais, em vez de tirar o setor de energia, de usar o setor de energia, melhor dizendo, como um dos principais arrecadadores de impostos, deveriam entender que a energia mais barata gera investimentos, empregos e possibilita, assim, um maior crescimento do PIB.

O especialista entende que o papel do Estado na energia deveria ser mais o de fiscalizador e regulador e menos o de arrecadador. Não faz sentido, segundo ele, que os impostos representem a metade da conta da energia elétrica. Ressalta o Diretor do Centro Brasileiro de Infraestrutura que, no Brasil, a maior parcela da produção e do investimento do setor de energia está na mão de empresas estatais, o que acaba distorcendo a concorrência com as empresas privadas, ao se utilizarem de taxas patrióticas de retorno.

Ele defende a adoção de políticas públicas que incentivem a concorrência, pois esta, ao contrário do monopólio, gera preços competitivos, elimina o desperdício, aumenta a eficiência e protege o consumidor. Um exemplo dos efeitos do monopólio no setor citado pelo especialista é o subsídio que a Petrobrás dá ao preço da gasolina, que cria uma competição desigual com o etanol. Com isso, desperdiçamos um combustível renovável e incentivamos outro, mais sujo e importado.

O mesmo ocorre com o gás natural, setor no qual se exerce um monopólio desregulado pela liberdade que tem de fixar o preço do gás. Segundo ele, isso trava o mercado desse combustível no Brasil e não conseguimos aumentar a produção, e, assim, temos um gás mais caro.

Sua conclusão é de que, enquanto persistirmos no erro de acreditar mais na intervenção do que no mercado, mais no monopólio do que na concorrência, continuaremos desperdiçando, e temos um dos preços mais caros do mundo desse bem precioso que é a energia.

Com relação ao uso de combustíveis no Brasil, estudo feito pela Associação das Empresas Nacionais de Transportes Urbanos prevê que, em 20 anos, 65% dos brasileiros utilizarão o carro particular como meio de transporte caso se mantenha o ritmo atual de vendas de novos veículos e não ocorram investimentos significativos no transporte público, enquanto apenas 35% utilizarão ônibus, trens e metrô.

Em 1990, 75% dos brasileiros usavam o transporte coletivo e apenas 25% o privado. Hoje, a proporção é de 50% para cada tipo de transporte. Para o presidente da Associação Nacional das Empresas de Transportes Urbanos (NTU), Sr. Otávio Cunha, "será o caos total termos 65% da população se locomovendo com veículo particular". Ele ressalta que o ônibus representa 90% do transporte público e cada veículo transporta em média 70 passageiros, enquanto a média por automóvel é de 1,3 passageiro.

Segundo o especialista em transporte Carlos Henrique Carvalho, pesquisador do Instituto de Pesquisa Econômica Aplicada (Ipea), nos últimos anos "houve uma tendência clara de fortalecimento do transporte individual em detrimento do transporte público, o que pode ser constatado nas políticas de incentivo ao consumo de carros, com benefícios fiscais e crédito fácil".

Dados do Ipea revelam que os preços dos carros novos subiram 44% de 2000 a 2012, ante uma inflação de 125% (índice IPCA). A gasolina ficou 122% mais cara e a tarifa do ônibus, 192%. A melhora da renda da população também levou ao deslocamento da demanda do transporte público para o privado.

Essa tendência vai na contramão da "onda de desmotorização" que começa a surgir nos países desenvolvidos, onde especialmente os jovens não querem mais ter automóveis. Segundo Marcelo Cioffi, sócio da consultoria PricewaterhouseCoopers, países como Brasil, China e Índia ainda estão na fase de "motorização" – basta ver o sistema de transporte e o tráfego nesses três países para termos uma noção do que isso significa – e a inversão desse processo dependerá da evolução dos investimentos no transporte público e das políticas de restrição ao uso do carro, que podem definir mudanças na forma de usar o automóvel.

O Presidente da NTU, Otávio Cunha, lembra que não se trata de inibir a compra do automóvel, sonho de muitos brasileiros, mas de mudanças no seu uso: "se tivermos um transporte público de qualidade". Segun-

do ele, "as pessoas não precisarão usar o carro para ir diariamente ao trabalho, mas para lazer e viagens nos fins de semana" [Gostaria de lembrar que esse comportamento é comum nos países desenvolvidos].

Por outro lado, estudo realizado pelo Sindicato Nacional da Indústria de Componentes para Veículos Automotores (Sindipeças) revela que, pela primeira vez, a frota de veículos flex superou a frota movida exclusivamente pela gasolina: 47% dos veículos em circulação no País podem ser abastecidos com álcool ou gasolina ou sua mistura, e 41% apenas com o combustível fóssil. A frota abriga também 9% de veículos a *diesel* e 3% exclusivamente a álcool. Há dez anos, a frota brasileira compunha-se de 72% dos veículos abastecidos a gasolina, 18% com álcool e 10% com *diesel*. Os carros flex chegaram ao mercado em 2003.

O Brasil também avança em pesquisas para extrair etanol de segunda geração – o etanol de celulose (conhecido como 2G), de fontes como o bagaço e palha de cana, sorgo, capim, arroz, mandioca e até o de terceira geração, que é o etanol extraído de microalgas. Segundo a pesquisadora da Embrapa Agroenergia, Drª Sílvia Belém, o etanol de segunda geração permitirá o uso muito mais racional da cana, além de produzir combustível ecológico em locais inapropriados ou proibidos para o cultivo da cana. A pesquisa da Embrapa objetiva tornar o etanol de segunda geração economicamente viável para sua produção em escala industrial, permitindo que o produto chegue aos tanques dos carros de todo o País.

A Professora do Departamento de Bioquímica da Universidade Federal do Rio de Janeiro, Elba Bom, informa que se encontram em andamento no País quatro projetos para desenvolver etanol de segunda geração, em parceria com universidades, no primeiro grande movimento de parceria das universidades com as empresas do setor. Esse é um fato extremamente auspicioso. Segundo a professora, o projeto mais adiantado é o da GranBio, que recebeu R$600 milhões do BNDES para começar a produzir etanol, a partir do bagaço e palha de cana, em Alagoas. O grupo tem convênio com a Ridesa, rede de dez universidades federais, para desenvolver novos tipos de cana. O aproveitamento dos restos de cana aumenta em mais de 40% a produtividade da planta. Uma tonelada de cana pode produzir 80 litros de etanol. O aproveitamento de sua biomassa permite a extração de mais 35 litros do combustível.

Com relação ao modelo de concessão de ferrovias, empresários da indústria de construção pesada acreditam que, se o Governo não fizer uma revisão da estimativa de investimento do programa, os leilões previstos para a construção de vários trechos de ferrovias poderão não ter interessados por parte do empresariado. Eles argumentam que estimativas mais baixas do valor do investimento necessário podem significar, na prática, uma rentabilidade menor para a empresa que assumir a concessão de um empreendimento considerado arriscado.

Um bom exemplo citado pelos empresários do setor diz respeito ao primeiro trecho a ser leiloado em breve, a ferrovia que liga Açailândia, no Maranhão, ao Porto Vila do Conde, no Pará, para o qual o Governo estimou investimento da ordem de R$1,1 bilhão. Porém, nas contas do setor privado, essa obra não sairá por menos de R$4,5 bilhões. A diferença significa uma rentabilidade menor para a concessionária, como se, em vez dos 8,5% fixados como taxa interna de retorno para esse trecho, ela fosse próxima de 6%. Para que o trecho seja atraente, a proposta dos empresários do setor é a majoração da previsão do investimento pelo Governo para que a taxa interna de retorno seja mantida nos 8,5%.

O Diretor da Agência Nacional de Transportes Terrestres, Carlos Fernando do Nascimento, nega que o valor do investimento estimado para a construção do ramal Açailândia-Vila do Conde tenha sido subestimado. Segundo ela, "avaliamos que esse valor é suficiente para o estabelecimento da infraestrutura". Ele afirmou que os valores foram objeto de discussões com o Tribunal de Contas da União e não se detectou o erro das estimativas para cima nem para baixo. Por essa razão, o Ministro da Fazenda, Guido Mantega, pretende apresentar ao Presidente do Sindicato Nacional da Indústria de Construção Pesada, Rodolfo Tourinho, novos mecanismos de garantia para assegurar aos concessionários que o Governo comprará 100% da capacidade de carga das novas linhas, conforme prometido.

Na mesma direção, o ex-Presidente do Banco Central, Henrique Meirelles, em comentário recente, relatou que um presidente de empresa global europeia, com presença industrial importante no Brasil, parou de investir em produção para exportação devido aos custos elevados no País, pois, mesmo no mercado interno, segundo ele, cresce a dificuldade de repasse integral de custos, pois o aumento de preços já afeta a demanda. Tal empresário, segundo o relato, destacou como inibidores do investimento os altos custos logísticos, trabalhistas e tributários, as incertezas com a pouca previsibilidade das políticas macroeconômicas e a situação fiscal inflacionária.

Segundo Henrique Meirelles, a opinião desse empresário resume o que pensa, hoje, sobre o Brasil grande número de investidores e dirigentes de empresas, principalmente no setor industrial. Para o ex-presidente do Banco Central, o problema de logística

em infraestrutura só pode ser enfrentado com uma série de licitações bem-sucedidas que atraiam capital e competência técnica. Para isso, na sua avaliação, serão necessárias taxas de retorno compatíveis com o risco, quando comparadas com o retorno oferecido em outros países do mundo, na opinião dele, as experiências de sucesso passam pelo incentivo a maior concorrência possível para obter assim, claro, o menor custo. Nesse contexto, a fixação de taxa de retorno pelo governo é vista como um grande limitador. Já para os brasileiros em geral, o maior entrave para a abertura de negócios e o crescimento do País é a burocracia. Aliás, esse é um tema que, recorrentemente, temos debatido nesta Comissão.

Pesquisa encomendada pela Confederação Nacional da Indústria, CNI, revela que 73% dos brasileiros – 73% dos brasileiros! – acham que o excesso de procedimentos exigidos para abrir ou fechar uma firma, além da elevada quantidade de informações demandadas, estimula a corrupção, e para 72% da população o mesmo excesso burocrático incentiva a informalidade e o desperdício de recursos públicos. Ou seja, essa percepção é extremamente preocupante: 73% dos brasileiros afirmando que a dificuldade de procedimentos burocráticos exigidos para instalar uma firma é o principal impeditivo para que essa sua iniciativa seja levada a cabo. Isso significa um alto grau de informalidade, que significa uma enorme evasão ou pouca possibilidade de recolhimento de recursos.

Segundo garante o executivo de pesquisa e competitividade da CNI, Renato da Fonseca, para lidar com tantas exigências metade das pessoas contrata despachante. Diante de tantos entraves, 68% dos brasileiros consideram que o governo deveria eleger o combate à burocracia como uma das suas prioridades. Quanto maior a renda familiar, maior a percepção das pessoas quanto ao excesso de burocracia no País. Entre os de renda familiar acima de 10 salários mínimos, o índice é de 98%, daqueles que julgam a burocracia como um grande entrave ao desenvolvimento ao País. E esse índice cai para 72% – que continua sendo um índice extremamente elevado – entre as pessoas com renda familiar de até um salário mínimo.

Na última segunda-feira, nós tivemos a abertura do ciclo de debates nesta Comissão de Serviços de Infraestrutura do tema mineração, do novo marco regulatório do setor mineral. Contamos com a presença na nossa Comissão de S. Exª o Ministro das Minas e Energia, Senador Edison Lobão. Essa audiência pública contou com a participação de diversos Senadores – foi bastante movimentada – abrindo assim o ciclo dessa série de audiências públicas que esta Comissão estará realizando, hoje dando continuidade a ela.

Na próxima reunião eu farei um relato de como foi e de como se expressou o Ministro das Minas e Energia nessa primeira audiência pública de abertura sobre o debate da questão mineral no País e do seu marco regulatório que já está aqui no Congresso Nacional, está na Câmara dos Deputados para discussão; está inclusive trancando a pauta dos trabalhos naquela Casa Legislativa, e o Senado da República, enquanto aguarda a chegada desse projeto aqui, porque o Executivo entendeu ser melhor, em vez de enviar por medida provisória, enviar por projeto de lei com urgência constitucional. Tão logo chegue aqui, o que nós desejamos é que este tema já esteja se não totalmente entendido em todos os seus meandros, mas que a discussão já esteja avançada para o correto entendimento das Srªs e Srs. Senadores e a melhor possibilidade de tomada de decisão quando da sua deliberação em plenário.

Antes de darmos início à reunião do dia de hoje, gostaria de informar mais uma vez que a população poderá participar do nosso debate enviando perguntas e comentários aos nossos convidados.

Para participar, basta ligar gratuitamente para o Alô Senado, pelo telefone 0800-612211, ou enviar sua contribuição pela Internet, no endereço www.senado.gov.br/alosenado, ou ainda nos perfis do alô senado no Facebook ou pelo Twittter@alosenado.

Portanto, qualquer cidadão, ouvinte ou telespectador de nossas audiências, pode, desde já, enviar sua pergunta ou seu comentário aos nossos convidados acerca do assunto em discussão.

A presente reunião destina-se à realização de audiência pública sobre o tema "Modernização da Legislação Mineral", 2º Painel do 3ª Ciclo "Mineração, Governança e Logística", parte integrante da Agenda 2013/2014 (Investimento e Gestão: desatando o nó logístico do País), desta Comissão de Serviços de Infraestrutura.

Para proferir as palestras de hoje e debater o tema, foram convidados especialistas no tema, a quem desejo, em nome de todos os integrantes desta Comissão, as nossas melhores boas-vindas, convidando-os a tomar assento à mesa.

São eles: o Sr. Prof. Dr. Valdecir de Assis Janasi, Diretor do Instituto de Geociências da Universidade de São Paulo (USP); a Srª Drª Maria Amélia Rodrigues da Silva Enríquez, Doutora em Desenvolvimento Sustentável, Secretária-Adjunta de Indústria, Comércio e Mineração do Estado do Pará; o Sr. José Fernando Coura, Diretor-Presidente do Instituto Brasileiro de Mineração (Ibram); e o Sr. Elmer Prata Salomão, Presidente da Geos (Geologia para Mineração Ltda.).

Sejam V. Sªs bem-vindos a esta Comissão!

Dando início à nossa audiência, ouviremos a exposição do Prof. Dr. Valdecir de Assis Janasi, Diretor do Instituto de Geociências da Universidade de São Paulo.

Tem V. Sª a palavra.

O SR. VALDECIR DE ASSIS JANASI – Muito obrigado.

Eu recebi o honroso convite da Comissão de Infraestrutura do Senado, na pessoa de seu Presidente, o Senador Fernando Collor, para colaborar na coordenação dos painéis sobre o novo marco regulatório da mineração.

Como professor e dirigente de uma universidade pública, eu entendo que era meu dever aceitar esse convite e contribuir para o debate sobre políticas públicas, o que é parte fundamental da missão da Universidade brasileira.

Não sendo eu um especialista no tema, fui procurar a ajuda de colegas da USP e de outras universidades brasileiras, de sociedades científicas e de órgãos do setor, a quem desejo expressar, então, o meu agradecimento pela colaboração.

É importante também dar o testemunho de que a programação foi feita em parceria com o próprio Senado, que já desenvolve debates de excelente nível sobre temas relacionados à mineração, e nos enviou sugestões de nomes e sugestões de temas. Portanto, eu agradeço à Comissão de Infraestrutura por todo o apoio recebido.

Procuramos trazer ao Senado os assuntos de maior abrangência e relevância para o tema do novo marco regulatório, através de palestras, ao mesmo tempo, informativas, críticas, opinativas e, em especial, que sejam representativas da diversidade de visões e dos vários setores da sociedade brasileira.

Os palestrantes deste painel de hoje e dos outros dois serão geólogos, engenheiros, economistas, advogados e um físico, vinculados a órgãos de governo, à indústria mineral, à sociedade civil organizada e às universidades e centros de pesquisa.

O objetivo principal dos painéis que se iniciam hoje é oferecer ao Senado subsídios para deliberar sobre um tema que todos reconhecem como de consequências decisivas para a economia do Brasil, para a própria soberania nacional. Sabemos todos que o potencial do setor mineral e sua importância estratégica vão muito além dos 4% ou 5% do PIB nacional que ele representa, um número que por si só já é bastante significativo.

A proposta de criação de um novo marco regulatório de mineração foi enviada pelo Governo Federal ao Congresso Nacional em regime de urgência. Felizmente, pelo que entendemos do pronunciamento do Ministro de Minas e Energia na abertura desses painéis na última segunda-feira, parece que a urgência poderá ser retirada. Isso é importante e permitirá um debate mais aprofundado do tema, condição que nos parece estritamente necessária para que se procure através do diálogo alcançar uma proposta de qualidade num tema tão complexo. O atual Código de Mineração data de 1967, dizem que serviu de referência para códigos similares de nações gigantes na mineração, como Canadá e Austrália. Ao longo de seus 46 anos tem sofrido alterações importantes, mais recente em 1996. Será que ele precisa mudar? O que pode ser melhorado?

Estamos projetando a programação dos painéis, começando pelo terceiro painel, que fala das mudanças que são mais de caráter operacional. Trata-se da substituição do atual DNPM pela Agência Nacional de Mineração, da criação do Conselho Nacional de Política Mineral, da agregação de novas funções ao serviço geológico do Brasil. Embora pareçam menos polêmicas, são mudanças importantes. Elas serão tema deste painel e serão debatidas pelo Diretor de Planejamento e Desenvolvimento de Mineração do DNPM, Dr. Paulo Galvão; pelo Diretor-Presidente do Serviço Geológico, Dr. Manoel Barretto e pelo Dr. Carlos Vilhena, que é consultor jurídico do Ibram.

Vou passar ao próximo.

O segundo painel ocorre na próxima segunda-feira, dia 12 de agosto, e tem uma dimensão técnica. Teremos aqui como palestrantes professores universitários, todos com atuação no setor produtivo, alguns com atuação em órgãos do Governo, que discutirão aquelas bases sobre as quais dever-se-ia assentar a política mineral brasileira.

Perguntas aí são: quais são os caminhos para o desenvolvimento do nosso potencial mineral? Por que, apesar de termos uma geologia comparável à de alguns dos grandes produtores mundiais, não conhecemos jazimentos equivalentes para alguns bens minerais estratégicos? Onde estão os gargalos de infraestrutura que nos limitam? Essas perguntas vão ser endereçadas em duas palestras complementares, uma do Prof. Caetano Juliani, da USP e outra do Prof. Onildo Marini, da UnB e da ADIMB.

Esse segundo painel irá além, discutindo o conceito de minerais estratégicos, fundamental para a decisão das políticas de marco regulatório, depois focalizando num exemplo de grande relevância atual, o caso das terras-raras, bastante emblemático das inter-relações entre questões técnicas, comerciais, ambientais e, em última análise, estratégicas. Essas palestras sobre minerais estratégicos e terras-raras serão proferidas respectivamente pelo físico Mário Ernesto Valério, da Universidade Federal de Sergipe, e pelo engenheiro Alvaro Prata, da Universidade

Federal de Santa Catarina, atualmente Secretário de Desenvolvimento Tecnológico e Inovação do Ministério da Ciência, Tecnologia e Inovação.

Chegamos ao painel de hoje, cuja dimensão é uma dimensão principalmente política. Entre as mudanças mais importantes e polêmicas propostas no texto do novo marco regulatório o Governo quer substituir a forma de exploração de bens minerais para um regime de concessão, passa do regime atual de outorga para um regime de concessão. A mensagem de encaminhamento avalia que os novos dispositivos regulatórios proporcionarão um ambiente propício para o aumento de investimentos nas atividades de mineração.

A mineração é um negócio de alto risco, extremamente dependente de investimentos do setor público e do setor privado. Números divulgados, por exemplo, em relatórios do Ibram, mostram que os investimentos são ainda relativamente baixos no Brasil, na ordem de US$0,04 por quilômetro quadrado de território, contra, por exemplo, US$0,15 a US$0,20 por quilômetro quadrado no Canadá, na Austrália, países de geologia e vocação mineira semelhantes às nossas.

O novo marco, de fato, trará um ambiente propício e ajudará a melhorar os investimentos? Nos diversos debates que têm ocorrido desde o lançamento da proposta, tenho percebido que existem muitas dúvidas a respeito. O fato é que a prolongada gestação da proposta do marco resultou em uma certa paralisia que incomoda todo o setor e responde, até o momento, por perdas ou adiamentos de investimentos que não deveriam se estender por mais tempo.

O desafio do Congresso Nacional é resolver esse entrave imediato, ao mesmo tempo em que olha para o futuro. As novas regras conseguirão atrair os investimentos do setor privado e farão bom uso dos investimentos públicos? Com relação aos investimentos públicos, não parece haver dúvida de que eles não podem perder o foco da geração de infraestrutura. Os levantamentos geológicos e geofísicos, um dos principais limitantes para o desenvolvimento do potencial mineral brasileiro são ainda precários. Os gargalos de processamento e escoamento da produção mineral são amplamente conhecidos.

Paira aqui, portanto, uma dúvida importante: diante dessas enormes demandas de infraestrutura, cabe, também, ao Estado investir recursos significativos diretamente na pesquisa mineral? O modelo proposto não estaria "desincentivando" o pequeno minerador que desempenha um papel importante no panorama atual de exploração e exportação mineral do Brasil e de todos os países mineiros?

A discussão desses e de vários temas caberá aos nossos palestrantes convidados de hoje, que têm fortes vínculos com a história recente da mineração brasileira e, não por coincidência, com os dois Estados da Federação que lideram a nossa produção.

A Profª Maria Amélia Enríquez é economista, Secretária de Indústria, Comércio e Mineração do Estado do Pará e participou ativamente da elaboração do Plano Nacional de Mineração como Assessora do Ministério de Minas e Energia.

Os colegas José Fernando Coura e Elmer Prata Salomão são, ambos, graduados pela Escola de Minas da Universidade Federal de Ouro Preto e honram, com sua trajetória, a tradição mineira do Estado de Minas Gerais. Atuaram, por todo o Brasil, na indústria, em órgãos de Governo, em órgãos da sociedade civil organizada. Conhecem todas as dimensões do assunto.

Concluo, na expectativa de que os painéis cumpram o objetivo de colaborar com o Senado Federal, fortalecendo o diálogo com a sociedade e reforçando as bases técnicas, necessárias para a tomada de decisões; que se alcance o ideal de criar leis vinculadas à realidade e às aspirações do País; e que, deste modo, sejam adotadas pela sociedade, não pelo temor de penalidades, mas por serem reconhecidas como justas.

Muito obrigado (*Palmas.*)

O SR. PRESIDENTE (Fernando Collor. Bloco União e Força/PTB – AL) – As palmas expressam bem a aprovação àquilo que foi dito pelo Professor Dr. Valdecir de Assis Janasi, que é o Coordenador desse nosso círculo de debates. As palmas que não são regimentalmente atendidas, mas que, quebrando o protocolo, foram oferecidas com justiça ao Sr. Professor Dr. Janasi.

Passo a palavra, agora, ao Sr. Dr. José Fernando Coura, Diretor -Presidente do Instituto Brasileiro de Mineração (Ibram).

O SR. JOSÉ FERNANDO COURA – Bom dia, Sr. Senador Fernando Collor. Eu queria cumprimentar os componentes da Mesa, os ouvintes e, particularmente, saudar aqui dois particulares amigos, meu conterrâneo, Senador Ricardo Ferraço, do nosso querido Espírito Santo – sou mineiro, mas sou cidadão capixaba, tive a honra de receber o título do pai do Senador, nosso Theodorico Ferraço –, e o nosso Deputado Arnaldo Jardim, essa brilhante cabeça da Câmara dos Deputados, que é, Senador e companheiros, presidente da Frente Parlamentar Mista em Defesa da Infraestrutura Nacional no Congresso Nacional, que congrega Senadores e Deputados. O Ibram tem tido a honra, no último ano, de hospedar essa Frente Parlamentar, Senador, para debater questões tão vitais e importantes para o País que sonhamos e almejamos.

Muito obrigado, Deputado Arnaldo Jardim.

Senador, basicamente esta Comissão vem trabalhando fortemente e mostrando ao País a necessidade de infraestrutura nesse ciclo de audiências: Investimento e gestão: desatando o nó logístico do País. Eu queria, em nome da mineração brasileira, pedir permissão ao senhor e aos demais companheiros da Mesa para hoje o Ibram ter a oportunidade de mostrar o real retrato da indústria mineral brasileira e da logística.

Tenho certeza, Senador, de que não vamos ficar só nessa audiência. Como diz o professor, o projeto está na Câmara, Deputado Arnaldo Jardim, tem várias emendas, vai sofrer a apreciação do parlamento da Câmara Federal e depois vem ao Senado. E tenho certeza de que o senhor será o primeiro a acompanhar esse projeto de perto quando ao Senado chegar.

Nós queremos ter hoje a oportunidade de fazer um retrato, Senador, do que é a mineração brasileira e sua comparação com o mundo. O que está acontecendo e vem acontecendo há alguns anos. Depois, quero lançar algumas questões relativas ao novo marco.

A mineração hoje. Esse quadro é extremamente importante – e o Ministério de Minas e Energia também tem divulgado, não é Maria Amélia? Esse quadro tem três componentes. O Banco Mundial colocou: países com mais de três milhões de quilômetros quadrados; países com população acima de 140 milhões e países com PIB acima de 900 bilhões. No encontro desses três círculos nós nos encontramos e encontramos Estados Unidos, China, Índia, Rússia e Brasil. Aqui, Senador, o senhor pode ver a grande oportunidade que essa terra brasileira tem. Temos mais de três milhões de quilômetros quadrados, população acima de 140 milhões e PIB acima de US$900 bilhões.

No mundo, esse é o relatório de 2012, a proporção de produção dos diversos bens minerais. O ferro é o grande líder mundial. O aço está presente na nossa vida, na vida moderna, na vida cotidiana em todos os aspectos, do garfo à cirurgia de alta complexidade; depois nós temos o ouro, o cobre, os outros que são os agregados e todos os outros bens minerais.

Passando esse quadro para o Brasil, em 2012, o ferro é o grande carro-chefe da indústria mineral brasileira. Eu gosto de comparar que o minério de ferro está para o Brasil como o cobre está para o Chile, como o ouro está para a África do Sul. Temos outros bens minerais e aqui os outros que são importantes na nossa vida que são os agregados: cerâmica e rochas ornamentais.

Essa visão estratégica é importante ter. E vou deixar a apresentação aqui, Senador, e uma via impressa para o senhor porque mostramos aqui onde somos *global players*, onde somos grandes exportadores. Em nióbio, num trabalho fantástico desenvolvido por 40 anos pela Companhia Brasileira de Mineração e Metalurgia lá em Araxá, que o senhor conhece bem, e tem um carinho especial pela nossa querida Araxá; em minério de ferro somos o segundo; em manganês o segundo; tantalita, grafite e bauxita, nesses nós somos *global players*. Somos exportadores também de níquel, magnesita, caulim, estanho, vermiculita. Somos autossuficientes em calcário, em diamante industrial, talco e titânio; somos importador e produtor de cobre, diatomito, fosfato e zinco e temos uma dependência externa fantástica e que tem potencial geológico e de tecnologia no Brasil para desenvolver, no carvão metalúrgico, no enxofre, no potássio e nas terras-raras.

O ciclo da mineração, como alguns ciclos de *commodities*, ciclos econômicos, Senador Ricardo Ferraço, tem esta complexidade: reduz prospecção, fecha mina, aumenta, reduz oferta, o preço vai em alta. Aí, nós temos mais prospecções, novas minas, aumenta a oferta.

Em 2013, nós estamos aqui. Nós estamos num momento de redução de preços, o que vai, inclusive, impactar a balança comercial brasileira, Deputado Arnaldo Jardim, pela redução de produtos de *commodities* como o ouro e o minério de ferro.

Aqui, Senador, nós tivemos oportunidade de mostrar o que vem acontecendo com algumas substâncias minerais. Fizemos esse trabalho, em conjunto com a Universidade de Wisconsin, com o Serviço Geológico Americano, com o DNPM e o Ibram. Fizemos uma série histórica, de 1930 até 2012. Aqui, o senhor vê quando nós começamos a nossa participação mundial na bauxita, que é o mineral que vai produzir o alumínio, chegamos ao pico de 15 e já caímos, em 2012, para 13. E isso está associado ao preço do alumínio. Olhe a variação recente. Se eu colocar esse gráfico em dez anos, é assustador. A indústria de alumínio no Brasil, Elmer, corre o risco de desaparecer; o custo Brasil na mão de obra, o custo da energia, mesmo com as mudanças feitas, a taxação sobre investimento. Então, é um negócio sério. Nós estamos correndo o risco de ver o fechamento da nossa unidade da Alcoa, em Poços de Caldas, em Minas Gerais.

O minério de ferro, que nós estamos decantando. Esse é o quadro de 30. Tivemos o pico, tivemos as expansões no sistema da Vale em Itabira, em Tubarão, a entrada de Carajás. Chegamos a 20% da produção mundial, Senador Fernando Collor, e, neste momento, nós voltamos para 12%. Nós voltamos à década de 80, a participação brasileira na produção mundial de minério de ferro, Senador Ricardo Ferraço, com jazidas fantásticas, com qualidade, com uma relativa infraestrutura – a infraestrutura de minério de ferro é campeã –, com tecnologia. Toda a tecnologia mineral no Brasil

é desenvolvida no nosso País, bem conhece o Elmer, seja na nossa Fundação Gorceix, em Ouro Preto, no Cetem, no Rio, no Cetec, em Belo Horizonte, seja em outros centros de empresa.

E o minério de ferro vem enfrentando – os senhores estão vendo aí – quedas expressivas de preço. No ano passado, chegou a US$86,00 e acendeu uma luz vermelha. Nos US$100,00, grande parte das minas brasileiras fecham. Esse é o quadro.

Cobre. Nossa participação é insignificante e, hoje, está oscilando 1,26% da produção mundial. Bem sabe o nosso geólogo Elmer, que tanto trabalho fez e tanto trabalho prestou ao Departamento Nacional da Produção Mineral, a potencialidade que nós temos para investir no cobre.

Os preços também estão aí. São preços oficiais do LME (London Metal Exchange), da Bolsa de Metais de Londres.

Estanho. Fomos o campeão mundial. Chegamos ao patamar de 17,85%, hoje 5%. Os preços são deprimidos. Estão aí as quedas apresentadas.

Níquel. Vem sendo constante o nosso crescimento, mas representa, hoje, 2,79% da produção mundial, e o preço desabando.

Ouro. Para mineiro de Ouro Preto, eu e o Elmer, e quem visita Portugal, visita Londres, sabe o que foi o período colonial brasileiro e qual a marca que a própria mineração deixou nos tesouros de Ouro Preto, Diamantina, Tiradentes, São João Del Rei, Congonhas e tantos outros. Fomos o grande líder mundial, Deputado Arnaldo Jardim, e nós chegamos a 4%. Hoje, nós estamos na insignificante casa de 2,55% da produção mundial. Preços em queda e assustando, porque ele baixou aqui, de US$1,3 mil, já começa a chegar a preços que coloca em risco, Elmer, uma série de projetos de ouro no Brasil. Se baixar de US$1 mil, nós não temos competitividade, e o custo Brasil este Senado da República e a Câmara dos Deputados conhecem bem o que é custo Brasil.

Zinco. Temos esse histórico de crescimento, mas hoje também 2,15%. O preço do zinco vem despencando, chegando a US1,834 mil contra US$2,2 mil. Mesmo com essa condição – fizemos um histórico –, o Brasil ainda cresceu. Tivemos crescimento da nossa produção e vemos uma estabilidade, de 1978 até 2002, 2004, 2006, o valor da produção mineral brasileira, estagnada em duas décadas. A partir do *boom* da China e do crescimento de algumas operações, muito puxado pelo minério de ferro e pelo ouro e outros metais como níquel, zinco, cobre e tantos outros, subiu à casa de US$53 bilhões a produção mineral brasileira em 2011; e já em 2012 caímos para US$51 bilhões e estamos preocupados que a queda este ano pode ser maior, em função principalmente porque não há novas minas entrando, e eu vou mostrar o gargalo que é o da logística e da questão ambiental que este Senado debateu no dia 12 de junho em uma audiência com o presidente do Ibama – palavras do senhor mesmo dizendo que esses entraves vão levar o Brasil à paralisia. Nós vamos parar. Não é a mineração. Eu falo aqui como Vice-Presidente da Federação das Indústrias de Minas Gerais: estamos vivendo um momento que temos desindustrialização e temos cada vez mais crescente custo Brasil e gargalos burocráticos. Não é gargalo só ambiental, ele é burocrático.

O próximo gráfico.

Somos otimistas por natureza. Ainda continuamos, Srs. Senadores, Sr. Deputado e companheiros de mesa, ainda o Ibram continua – não quisemos divulgar. Estamos fazendo uma pesquisa, voltando a conversar com as empresas. Tenho certeza de que o colega Elmer vai falar, o professor bem o disse –, desde novembro de 2011, com as outorgas minerais paralisadas. É um desestímulo. Passei as minhas últimas semanas rodando o mundo para mostrar que aqui é um país que tem potencial, tem características. Vamos confiar no nosso País! Mas o Ibram ainda continua apostando nesse investimento recorde de US$75 bilhões no período de 2011 a 2016.

Aqui é o crescimento do consumo *per capita* de diversos bens minerais. Sobre esse tema, Senador Fernando Collor, como bem disse ao senhor, vai ficar aqui esse documento para consulta da própria assessoria do Senado, mas é mais importante mostrar a comparação nossa com alguns países.

No caso do aço – Maria Amélia trabalhou muito bem e sabe que para esse documento foi feito um trabalho muito criterioso pelo Ministério de Minas e Energia –, há o consumo *per capita* de quilo de aço/ano: 427 na China; 267 nos Estados Unidos; 502 no Japão; 323 na Espanha; e no Brasil 137.

Alumínio: 14,2 na China; 22 nos Estados Unidos; 25 no Japão; 28 na Alemanha; no Brasil, 6,9 quilos por habitante/ano o consumo de alumínio.

No cimento, estamos relativamente bem, só perdendo para a China. Agora, é muito importante ressaltar que, enquanto a produção brasileira de cimento teve um recorde espetacular no ano passado de 60 milhões de toneladas, Senador Fernando Collor, a China produziu 1,2 bilhão de toneladas de cimento.

Cobre: China 3,0; Brasil 2,1.

E aí há um dado que nós achamos interessante mostrar: a produção mineral mundial foi de 32 bilhões de toneladas, no último documento feito, e já projeta em torno de 40 bilhões de toneladas, produção de todos os bens minerais. O carvão é fortemente de grande valor

agregado, quer dizer, são 40% energéticos e 60% minerais, dos quais 2/3 são agregados para a construção civil. Temos de lembrar, Senadores, que mineração é casa e comida. Casa porque é brita, areia, cimento, cal, esquadria de alumínio, esquadria de ferro, vidro, cerâmica e é comida, porque é nitrogênio, potássio e fósforo. Temos, no Brasil, a casa de 907 milhões de toneladas. Somos, aproximadamente, 2,5% da produção mundial em volume.

Aqui é o plano do Brasil, a expectativa do Ibram desse crescimento até 2016, fortemente a maior produção brasileira de agregados. Em 2011, foram 673, o ferro em segundo, depois bauxita, manganês, fosfato, cobre, potássio, zinco e tantos outros, com produção de 60 toneladas de ouro, que equivale a 2% da produção mundial.

Queria entrar na questão da estrutura de modal, que é o elemento-chave na produção mineral e na produção agrícola, tanto faz por ferrovia ou por rodovia. Nos bens intermediários, é a rodovia. E o modal tem intensidade energética diferente para cada, mas as produções mineral e agrícola são essencialmente demandante desses modais. Em 2010, 70% da carga modal ferroviária no Brasil foi minério de ferro e carvão mineral. O carvão mineral é importado, vem nos portos ou de Sepetiba ou de Tubarão, para alimentar a siderurgia brasileira integrada.

Quais são os gargalos para o desenvolvimento do setor mineral? Este gráfico foi-nos passado pela CNI, que pediu que o mostrássemos. O Fórum Econômico Mundial, em 2012, fez uma comparação – e nada melhor que trazer esse dado na Comissão de Infraestrutura –, uma posição de portos nos diversos países, onde o Brasil ocupa, em 144 países, a posição 135. Olha a nossa distância da África, da Índia, da China, da Rússia, que são os nossos BRICS.

Aí vem: não teremos mineração no Brasil, independente de marco regulatório A ou B ou C, porque não se consegue abrir minas no Brasil. E esta Comissão tem debatido sobre isso. Elevados custos de estudos ambientais, termos de referência malformulados, órgãos ambientais desaparelhados, imprevisibilidade no prazo de obtenção de licença.

Gosto de repetir, e aprendi com meu pai, que "não" também é resposta, Senador. Não pode ficar dez anos. A minha empresa tem dois projetos, tem dez anos que estamos tentando obter licença ambiental. Quando termina, passa para o Iphan. Quando passa para o Iphan, passa para o Ministério Público, o Ministério Público estadual e o Ministério Público Federal. É Incra...Ninguém aguenta. Dez anos que o meu grupo empresarial, e estou de passagem, não vou fazer, não vamos conseguir.

E outra coisa, imposição de condicionantes. Um projeto da Anglo American, em Minas, tem 358 condicionantes. Tem que fazer estrada, tem que fazer tratamento de água, tem que exercer o poder do País, tem que exercer o poder do Estado. Reformar igreja, dar ambulância, dar carro para a Polícia, dar carro para a fiscalização, dar rádio, tem que fazer tudo. O Elmer sabe bem disso, e nós da mineração, que somos interiorizadores de desenvolvimento – não é, meu querido Elmer? –, é duro, não tem condição.

É preciso que o Senado Federal se debruce, e já começou a se debruçar, essa Frente Parlamentar da Infraestrutura está tratando disso, é importante. Estamos com as eólicas prontas e não há linha de transmissão. Temos estradas que não saem e a Fiol (Ferrovia de Integração Oeste-Leste), Senador Ricardo Ferraço, está lá com aquela dificuldade. Algumas rodovias apontadas pelos Senadores na Comissão estão paralisadas.

Além de tudo, agora tem uma participação não sincronizada, ninguém está aqui falando que tem de... Não tem mais, o símbolo das federações da indústria no Brasil, no período da fundação da CNI, das federações, era uma chaminé soltando fumaça. Hoje, não tem mais espaço para passar o trator por cima. Não tem mais espaço. Mas não podemos continuar com essa participação não sincronizada. Há Iphan, ICMBio, Funai e ainda exigência do Ministério Público de licenciamento, que reduz o papel do órgão de licenciamento ambiental. É um verdadeiro calvário obter licenciamento ambiental no Brasil, e serve para todos os empreendimentos. E nós aqui estamos defendendo empreendimentos com responsabilidade ambiental, com função social e com sustentabilidade.

O Brasil enfrenta uma crise sem precedentes na questão dos transportes de cargas. Nós temos problemas de toda ordem, quem assiste à televisão todo dia vê aquelas imagens de Santos. E os problemas identificados pela CNI: baixo volume de investimentos, elevada deterioração da rede viária terrestre, dificuldade de acesso aos portos – nós fazemos um porto, e o caminhão não chega, a ferrovia não chega –, modelo de gestão ultrapassado e modelo aquaviário subutilizado. Nós temos aí rios importantes, veja o Rio São Francisco! Nós transportamos gesso, Presidente, de Petrolina para a indústria cimenteira no Sudeste de caminhão, tendo o Rio São Francisco cortando de norte a sul, chegando à cidade de Pirapora, onde há um ramal ferroviário. Mas como fazendeiro no São Francisco, em Januária, escuto falar na revitalização do Rio São Francisco, do transporte pelo Rio São Francisco há mais de 30 anos.

Foi feita uma pesquisa no Fórum Nacional da Indústria em 2012 – os índices dão mais de cem, porque podem ter mais de seis opções. Olha o que é que a pesquisa identificou: portos, energia elétrica, transporte ferroviário, licenciamento ambiental, aeroportos, transporte rodoviário, eficiência energética, agências reguladoras fluvial e marítima, planejamento e mobilidade urbana, saneamento básico e água, utilização de recursos e licitações públicas. Esse é o sentimento no Fórum Nacional da Indústria do ano passado. E aí, como é que as áreas são percebidas? À medida que os projetos são mais desenvolvidos, nós precisamos de telecomunicação, energia, aeroportos; os menos desenvolvidos estão muito voltados em portos e saneamento, em rodovias e ferrovias.

A baixa qualidade penaliza custo, todos nós sabemos disso. Estradas de má qualidade, portos ineficientes, cabotagem pequena, falta de ferrovia e áreas de armazenagem – nós estamos vendo o que está acontecendo em Mato Grosso – afetam a indústria e a capacidade de se integrar às cadeias globais de produção.

Portanto, a indústria é síntese do sistema integral de transporte e logística eficientes. O Governo já percebeu que a recuperação do déficit da estrutura depende de efetiva participação do setor privado. Sem essa, Senador, nós não vamos a lugar nenhum, porque o plano logístico lançado – e a Frente Parlamentar teve a oportunidade no Ibram de receber o nosso Bernardo Figueiredo – é fantástico, mas tem que ser nos moldes de respeitar, de não querer definir também quanto é taxa de retorno e garantias, isso é importante, Senador.

Eu faço algumas comparações de investimento que a CNI nos mostra: a China investe 7,3% do PIB em infraestrutura; o Chile, 6,2%; a Índia, em cima do Brasil, 2,1%. Nós deveríamos investir cerca de R$220 bilhões – o Senador Alfredo Nascimento conhece bem essa questão, conhecia, mas continua acompanhando – e temos aí uma média muito baixa de investimentos na infraestrutura nos valores da União. E é um modal ferroviário, do total transportado em 2012 pelas ferrovias brasileiras, você pode ver que o minério de ferro basicamente 80%; quer dizer, nós temos que fazer com que esse modal seja utilizado para todas as cargas, inclusive para transporte de passageiros. E quanto ao principal modal de escoamento – isso não tem novidade nenhuma, é só consultar o MDIC –, o nosso comércio exterior passa necessariamente pelo transporte marítimo, 94,7% do volume de toda a exportação brasileira passa pelo modal marítimo.

Isso é muito interessante. Relacionamos os principais projetos que existem no mundo, em termos de preparação e de gestação, inclusive o trem de alta velocidade. São estes os principais projetos: o aeroporto na China, de Kunming, o trem de alta velocidade brasileiro é o segundo maior projeto, modernização do aeroporto, ferrovia, o Brasil tem a Ferrovia Norte-Sul. Há ainda o metrô de São Paulo, o anel rodoviário e a Ferrovia Transnordestina. Esses são os grandes projetos logísticos no mundo.

O Brasil tem projetos fantásticos: a Hidrovia Tapajós-Teles Pires, a BR-163, a duplicação de Carajás, a Ferrovia Norte-Sul, a Ferrovia Leste-Oeste. Esses grandes projetos logísticos podem dar um salto novo.

E, para a indústria mineral, o investimento em infraestrutura, o investimento nas rodovias e ferrovias tem três componentes, Senador Ricardo Ferraço: no primeiro momento, demanda bens minerais, como brita, areia, cimento, trilho, prego, chapa, todo o material; no segundo momento, reduz o custo Brasil; e, no terceiro momento, propicia a abertura de novas minas às quais não há acesso.

Exemplos de projetos: o projeto da MMX é importante com o superporto do Sudeste, apesar do problema por que o grupo está passando. Esse porto é muito importante.

Estivemos com o governador de Minas. O BNDES deve entender a importância de essa estrutura ficar em mãos de empresas brasileiras e não nas *traders*, porque esse é um sistema fantástico da MRS, constituída pela Linha Centro e pela Ferrovia do Aço, que atende ao quadrilátero ferrífero.

Aqui há vários projetos, como os da Namisa, os da Gerdau, os da CSN que atendem à siderurgia do Rio, à de São Paulo e ao Porto de Itaguaí.

O projeto da Bahia Mineração felizmente recebeu a portaria de lavra, mas estamos aqui com a Ferrovia Fiol (Ferrovia de Integração Oeste-Leste), com o Porto de Ilhéus, que vai atender... Esse é o maior projeto industrial do Estado da Bahia, mas com reflexo direto no norte de Minas, que é uma nova fronteira mineral.

Aí nós temos um projeto da Ferrous, que terá um novo porto no Espírito Santo – não é, Senador Ricardo? –, na cidade de Presidente Kennedy, com um novo terminal logístico utilizando o mineroduto.

A Samarco encontra-se em plena expansão, fazendo o seu quarto projeto. É uma vitória, é um exemplo de capacidade de minérios de baixo teor. Essa importante empresa faz a integração de Minas com o Espírito Santo.

E o Projeto S11D de Carajás é o maior projeto hoje no Brasil, que contempla, na questão logística, a duplicação de 504 quilômetros da ferrovia Carajás e a remodelação de 226 quilômetros de ferrovia.

Dado esse cenário, Senador, o que nós podemos concluir, neste momento, como impactos do novo

marco regulatório para a mineração brasileira? Ali o senhor pode ver.

O Projeto 5.807, iniciado na Câmara dos Deputados, encontra-se em tramitação e recebeu 372 emendas, o que atesta a importância e complexidade do tema e torna difícil alinhar, de forma precisa, seus impactos imediatos. Evidentemente, Senador Clésio, trata-se de um projeto sobre o qual nós precisamos refletir, conforme ressaltei antes. Hoje, há a perda da competitividade brasileira – a mineração brasileira está perdendo espaço – e as questões da logística que bem conhece o Senador Clésio.

Faz-se necessário, numa primeira visão, recorrer à Exposição de Motivos Interministerial, que embasou a proposta.

As mudanças sugeridas são indispensáveis para o desenvolvimento contínuo, estável e sustentável dos investimentos e da produção desse importante setor, que hoje responde por 4% do PIB. Esta participação pode ser ainda maior, principalmente proporcionando impactos sociais e econômicos, devido ao enorme potencial do Brasil, como dissemos antes.

A ausência de instrumentos inovadores e eficientes para a gestão públicas do aproveitamento torna a demanda por um novo marco institucional e regulatório para o setor mineral premente, devido, entre outros fatores, à complexidade, que pode ser traduzida no elevado risco na fase de exploração ou pesquisa mineral, como bem disse o professor, pois sabemos que é importante registrar que cada um que vai pesquisar em cada canto deste País pode transformar num projeto; no longo prazo dos investimentos; e no elevado aporte de investimento inicial.

E, ainda, a mineração é demandada por serviços de vários setores da indústria de transformação de bens. Só para exemplificar, 80% da encomenda do parque metal-mecânico e eletroeletrônico de Minas Gerais, na região de Contagem e Betim, é da indústria mineral.

O propósito de fortalecer a eficiência da ação do Estado por meio de regras e normas que induzam ao melhor aproveitamento, de forma sustentável, estimulando a competitividade entre os agentes e promovendo um maior grau de agregação ao valor do produto mineral.

As alterações buscam aprimorar a forma da CFEM, o que é uma luta – quero dizer que o Senador é um dos baluartes disso – uma luta histórica de Minas Gerais, e, agora, sim, leva. E tenho certeza de que o Governo, o Senado e a Câmara vão trabalhar com propriedade, porque também sabemos que alguns bens minerais precisam ser estimulados na redução e outros... E nós também não podemos comparar uma indústria que agrega valor... Exemplificando, uma empresa que transforma o seu minério em ferro-gusa, em aço não pode ter a mesma CFEM da exportação. Acho que é isso que estamos pedindo. Colocamos uma emenda nesse sentido, e é muito importante que se veja isso, para estimular, porque, senão, nós não faremos o papel de estimular a agregação de valor à mineração do Brasil.

As alíquotas serão definidas pelo poder concedente a partir do objetivo de cada cadeia produtiva.

A base de cálculo da CFEM passa...

(Intervenção fora do microfone.)

O SR. JOSÉ FERNANDO COURA – Evidentemente, Senador, o senhor tem razão. E nós temos uma questão, porque, quando se analisa o projeto – e nós vimos agora –, remete-se à competência do Conselho Nacional de Política Mineral, mas, depois, nas atribuições do Conselho de Política Mineral, ela não está.

Evidentemente que, de 0 a 4, ficam todos os setores e cada um, Senador Clésio, fazendo a sua leitura: o meu vai ser 0,5 ou vai ser 4? Isso é verdade. É evidente que, se for possível, desde já, definir claramente uma regra, é muito melhor, principalmente para não ficar ao sabor de cada... Mas, desde que se constitua o Conselho Nacional de Política Mineral tripartite, com participação do poder público, das empresas e dos trabalhadores, pode-se minimizar esse aspecto.

O SR. RICARDO FERRAÇO (Bloco Maioria/PMDB – ES) – V. Sª considera isso uma insegurança jurídica grave?

O SR. JOSÉ FERNANDO COURA – Não. Não, porque se limitou no 4.

O SR. RICARDO FERRAÇO (Bloco Maioria/PMDB – ES) – Mas "entre 0 e 4" não é uma faixa muito extensa?

O SR. JOSÉ FERNANDO COURA – Evidentemente... Não sei se o Senador quer deixar os debates para depois, mas eu queria aproveitar e responder essa questão, Senador.

O SR. PRESIDENTE (Fernando Collor. Bloco União e Força/PTB – AL) – V. Exª pode continuar e...

O SR. JOSÉ FERNANDO COURA – E depois eu respondo. Está certo.

Então, nós entendemos que a base passa a ser sobre a receita bruta, o que também é uma luta de Minas Gerais antiga, não é, Senador Clésio? Porque é ruim para nós. Hoje, a situação é complicada para o empreendedor e para quem arrecada, porque a lei, apesar de ter sido feita, deixa brechas de entendimento, e isso é muito ruim. O projeto pretende reconhecer e consertar essas questões.

Em síntese, a proposta expressa preocupação com a segurança jurídica do direito concedido, condição imprescindível para atração de investimento. Isso

porque o que nós tínhamos recebido é que seriam revogados todos os alvarás de pesquisa – não é, Elmer? –, seriam cancelados todos os pedidos de pesquisa, e as portarias de lá não seriam concedidas. Pelo menos isso, neste marco, garante uma segurança jurídica do que existe aí. E isso será termo de muita discussão pela frente.

(Intervenção fora do microfone.)

O SR. JOSÉ FERNANDO COURA – É complicado. Acaba com o direito de prioridade. Mas, a princípio, o que queriam, Senador, era cortar, inclusive, todos os alvarás de pesquisas. Os caras não respeitaram nada de direito adquirido. E isso era uma insegurança... Mas, pelo menos, essa mudança houve. E temos absoluta certeza de que a Câmara e o Senado vão aperfeiçoar isso, no que seja de interesse – não podemos separar, têm que estar todos os interesses, Senador Clésio – das empresas, dos trabalhadores, dos Estados e dos Municípios, principalmente.

Então, Senador, aproveitando o espaço-tempo, entendo que esta pode ser uma série de debates. Eu queria fazer esta apresentação, trazer esta visão do que foi esse início e dizer que o Ibram vai estar presente na próxima audiência. Estamos abertos e, toda vez que convidados, com prazer, teremos a oportunidade de trazer aqui a nossa contribuição para que possamos reverter a dificuldade. O País não cresce; e, se o País não cresce, não se gera emprego; se não se gera emprego, geramos insegurança. Na segurança pública, é terrível a situação brasileira. Então, a mineração quer dar a sua contribuição, lembrando que o saldo comercial brasileiro, basicamente, é feito de bens minerais e *commodities* agrícolas.

Deixemos de lado a vergonha de sermos um país, Senador Collor, que tem recursos minerais, recursos energéticos, recursos hídricos, clima, isso, ninguém nos tira, porque uma fábrica de automóvel, Senador Clésio, montamos onde quisermos, mas uma mina de nióbio é onde Deus colocou, e o Brasil é um grande País, 8,5 milhões de metros quadrados, com uma geologia fantástica e com potencial para sermos grandes produtores de bens minerais e alimentando a agricultura com potássio, nitrogênio e fósforo.

Muito obrigado.

Bom dia a todos.

O SR. PRESIDENTE (Fernando Collor. Bloco União e Força/PTB – AL) – Muito obrigado a V. Sª, Dr. José Fernando Coura, Diretor-Presidente do Instituto Brasileiro de Mineração (Ibram). A sua exposição foi realmente bastante abrangente e nos deu pontos para pensar e para debater antes da apreciação por esta Casa do marco regulatório da mineração.

Passo a palavra à Drª Maria Amélia Rodrigues da Silva Enríquez, doutora em desenvolvimento sustentável, Secretária Adjunta de Indústria, Comércio e Mineração do Estado do Pará.

A SRª MARIA AMÉLIA RODRIGUES DA SILVA ENRÍQUEZ – Senador Fernando Collor, é uma honra muito grande estar presente aqui, nesta tribuna, falando de um tema tão caro e tão importante para o Brasil; meus colegas de mesa, Elmer e Fernando Coura, Prof. Valdecir; agradeço a honra do convite, que, na verdade, foi feito ao ex-Secretário Claudio Scliar que, por motivo pessoal, teve que se ausentar do País e me pediu para substituí-lo. Então, recebi esse convite na semana passada e poderíamos ter apresentado uma visão mais ampla, mas foi o que foi possível fazer nesse curto espaço de tempo.

Na verdade, trabalhei com o Prof. Claudio no período de 2008 a 2011. Como foi comentado aqui na mesa, coordenamos os trabalhos do Plano Nacional de Mineração e também tive a missão de coordenar os trabalhos na discussão dos *royalties* da mineração, que vou focar muito mais neste aspecto aqui.

Então, eu só queria fazer uma ressalva que, embora a minha apresentação aqui esteja como Secretária e, na verdade, sou Secretária Adjunta do Governo do Pará da Indústria, Comércio e Mineração, estou falando mais como ex-assessora da época em que trabalhamos esse projeto no Ministério de Minas e Energia e como pesquisadora também. Em minha tese de doutorado, que fiz aqui, na Universidade de Brasília, trabalhei sobre as cidades mineradoras e qual o impacto da mineração nessas cidades. Daí o convite da minha ida para o Ministério que, justamente, estava precisando de uma *expertise* nessa área. Essa experiência que tivemos aqui, durante quatro anos, em Brasília – muito rica por sinal! –, estou levando, agora, para o meu Estado do Pará, onde estamos discutindo o nosso primeiro plano estadual de mineração. O Pará é o segundo Estado minerador brasileiro e, realmente, essa discussão é muito importante para aquela região.

Como foi mostrado pelo Dr. Fernando Coura, dos cinco importantes projetos estruturantes estratégicos, quatro estão no Pará. A questão do eixo logístico hoje é a BR-163, as hidrovias, a expansão dos portos, a duplicação de Carajás, a implantação do S11D, são projetos extremamente estruturantes importantes para o Brasil e que têm um forte impacto na socioeconomia local.

Bom, em primeiro lugar, eu gostaria um pouco de fazer algumas reflexões iniciais dessa experiência no Ministério e, agora, no Governo do Estado, além da minha reflexão como pesquisadora, como acadêmica, a gente precisa fazer essa reflexão.

A primeira grande reflexão que a gente vê nesses diferentes debates é a grande dificuldade de se elaborar uma política pública que contemple os diferentes atores, os diferentes interesses e tem *trade-offs*, tem efeito gangorra importante. Quando se fala do setor mineral, está-se falando de uma fauna muito complexa, aí temos a prospecção, que é o trabalho básico, que é a CPRM, que o serviço geológico faz para identificar alvos potenciais de mineração; estamos falando do pesquisador, do explorador que vai a campo identificar os corpos minerais, as jazidas; estamos falando da atividade de mineração mesmo, que é a extração de bens minerais; estamos falando da transformação. São classes diferentes, o que vale aqui para transformação, como o colega do Ibram colocou, que se pode colocar uma indústria automobilística em qualquer lugar, mas a mineração está onde está, reflete muito bem isso aqui. Para eu transformar os bens minerais, preciso ter também um conteúdo muito grande de ciência e tecnologia, massa crítica, que é estruturante no processo de desenvolvimento.

Para a mineração, preciso ter a competitividade estática, ela está onde está. Aqui, preciso ter a competitividade dinâmica, preciso criar elementos para avançar. E, aqui, preciso facilitar na prospecção e na pesquisa porque isso aumenta a soberania, aumenta o patrimônio nacional. O fato de você conhecer o seu potencial, a dotação de bens minerais é fundamental, tanto para o País quanto para as regiões produtoras. Então, eu diria que temos, aqui, universos e interesses diferentes. E, aí, a gente tem também questões muito diferentes.

O Presidente do Ibram falou da competitividade. Esse setor precisa ser competitivo. Portanto, palavras como eficiência, produtividade, o máximo benefício aos *shareholders*, lucratividade estão nesse ponto, são importantes na elaboração da política pública. Logo, isso não pode ser esquecido ou menosprezado.

Por outro lado, a política pública também tem que dar resposta ao desenvolvimento, tem que dar resposta à sociedade. Igualdade de oportunidade, justiça socioambiental, repartição de benefícios são elementos fundamentais nessa discussão, que tem a ver com o local onde está o Município, onde está a frente de lavra, com o regional, que tem a ver com os Estados – e, muitas vezes, o que vale para o País, o que vale para a localidade, não vale para o Estado –, tem a ver com uma política nacional e tem a ver com a sustentabilidade global, porque a mineração está inserida no universo global, como foi muito bem apresentado na explanação que me antecedeu.

Então, eu diria que a grande complexidade de fazer uma política pública, um marco regulatório para este setor é que ele envolve essa multiplicidade de interesses de atores, essa multidimensionalidade que a política pública precisa fazer o balanço. Ela faz o papel, então, do conciliador desses múltiplos interesses, o que não é fácil. Nesses quatro anos em que tivemos assessorando a Secretaria, fizemos inúmeras reuniões com prefeitos, com governadores, com assessores, com parlamentares, com empresários, e a gente vê que todos têm sua razão. Mas qual é o ponto de equilíbrio e o que é melhor para o País? Então, o que nos inspirou no Ministério foi o interesse da sociedade, o que é melhor para a sociedade, mas, logicamente, considerando a necessidade da competitividade, porque, se não houver competitividade, não se vai ter arrecadação; se não houver arrecadação, não se vai ter distribuição. Então, tem se que atender aos interesses da sociedade, mas levando em consideração a competitividade. É um equilíbrio dinâmico muitíssimo delicado e difícil de fazer.

O segundo ponto das reflexões, e, aí, um pouco na minha volta – vim para Brasília em 2003, fiz o doutorado na UnB, terminei em 2007 e fiquei até 2011, quase uma década aqui em Brasília, tendo essa visão de País –, quando a gente volta para as regiões, para os Estados, principalmente os periféricos, como é o caso do meu Estado, o Estado do Pará, os Estados do Nordeste também, a gente vê a imensa dificuldade das políticas públicas terem uma resposta para aquelas regiões. É aquilo que falei: o que é bom para o País, o que é bom para o equilíbrio macroeconômico nacional não necessariamente é bom para as regiões, devido às imensas assimetrias do nosso País.

Recentemente, o PNUD lançou o Índice de Desenvolvimento Humano. Vocês podem constatar os diferentes países que temos, como nós, lá no Norte, falamos do Sul maravilha, que seriam as Regiões Sudeste, Sul e parte do Centro-Oeste, porque Brasília também faz parte desse índice de desenvolvimento elevado, se vocês observarem, dos 5.565 Municípios do Brasil, dos 10 piores, quatro estão no Pará, o *ranking* do pior Município é Melgaço, na região do Marajó, que está no Estado do Pará.

Então, apesar desse potencial imenso de riquezas minerais, de condições para dar respostas importantes para o custo Brasil de infraestrutura, o Estado não tem meios econômicos, em termos de arrecadação, para atender às demandas sociais. Temos o dobro da pobreza e o dobro da miséria do Brasil, que é uma coisa inaceitável, com um enorme potencial de riqueza.

Por exemplo, a Lei Kandir, que foi tão importante para o País, para o equilíbrio macroeconômico, é péssima para o Estado do Pará, porque retirou do Estado

a sua principal possibilidade de ter arrecadação para atender a essas demandas sociais.

Hoje o Estado do Pará injeta líquido na veia do Brasil divisas de US$16 bilhões que vêm do setor mineral, da mineração, da madeira, do gado, mas, como são produtos básicos, não arrecada ICMS. Um governador falava que era melhor ter um supermercado do que ter um S11D, porque, como a mineração vai ser toda exportada, não vai deixar nenhum saldo de arrecadação por conta da Lei Kandir.

Então, a Lei Kandir, que é boa para a exportação no Brasil, para o equilíbrio macroeconômico, é péssima para o Estado, porque tira dele possibilidade de ter receita tributária para atender às suas demandas e às suas necessidades sociais.

A desoneração do IPI, que foi tão boa nessa conjuntura, é péssima, porque também reduz o repasse para Estados e Municípios. A opção por hidrelétrica, uma energia limpa – quem vai falar contra as hidrelétricas? –, é fantástica para o País, mas péssima para as comunidades indígenas, para os ribeirinhos. E o Estado também tem que dar uma resposta para essas comunidades, entendem?

Então, a matriz de desenvolvimento nacional é extremamente complexa, dadas as assimetrias do nosso desenvolvimento nacional.

Por fim, uma terceira observação: normalmente o foco das nossas políticas é muito voltado para o curto prazo. Carece o País, e durante a minha estada aqui em Brasília o Itamaraty lançou muitas discussões das quais participamos lá no Ministério, de uma visão estratégica, de planos estratégicos para o País. Eu diria que ainda carecemos dessa visão estratégica.

Os Ministérios não dialogam, os Ministérios técnicos elaboram uma proposta pensando em competitividade, mas, quando chega ao Ministério da Fazenda, o que fala mais alto é o equilíbrio macroeconômico das contas externas. Ele passa um rolo compressor em cima dos interesses nacionais e dos interesses regionais; não tem sensibilidade para as questões regionais.

Essas seriam as minhas reflexões durante esse período aqui no Ministério e acho que há grande complexidade, daí as 372 emendas hoje, nesse código.

Então, essa visão estratégica deveria considerar a competitividade. Sem competitividade não há arrecadação, não há repartição de benefícios e não há justiça social. Mas a gente tem que considerar o desenvolvimento, tem que considerar o Pacto Federativo, tem que considerar os interesses dos Estados. E aí eu acho que está a oportunidade.

Vejo que o papel dos Srs. Senadores, dos nossos Deputados, dos nossos Parlamentares na votação desse marco é observar, é identificar essas janelas de oportunidade que contemplem, que tenham essa sinergia, que tenham essa sincronicidade entre o nosso processo de desenvolvimento nacional, que contemplem as regiões no Pacto Federativo, mas que permitam às empresas ter competitividade. Aí está a arte da política pública.

Já foi bastante falado aqui o papel da mineração, a importância dela, não vou me alongar muito. Só queria destacar, por exemplo, a diferença entre o interesse nacional e o dos Estados. No caso brasileiro, 4,2% do PIB, estamos falando de indústria extrativa e indústria de transformação. Se considerarmos só a extrativa, é de 1,8% ou 1,9%; 20% das exportações, também considerando a transformação; 8% dos empregos na indústria. Vejam só que, para o Pará, 85%das exportações vêm desse setor. É mais de 10% do PIB – nós não temos esse dado muito bem depurado –, mas só gera 1,5% de emprego e em torno de 3% de arrecadação, quer dizer, deveria pelo menos ser equivalente à proporção do PIB a participação desse setor. E isso por conta de uma lei nacional, que é interessante para o País, mas fere os interesses dos Estados.

Quanto aos órgãos de controle, o que a gente observou, eu não vou aprofundar este assunto porque, na época em que nós estávamos no Ministério, foi a ideia de que houvesse três projetos de lei: um que mudava o sistema de outorga, que era o Decreto-Lei 227, de 1967; um que mudaria o sistema da compensação financeira; e outro que criaria a agência de mineração e o conselho. Se decidiu, faz quase dois anos que estou afastada do Ministério, se optou por três. Na minha opinião, é uma opção equivocada, porque algumas discussões acabam contaminando outras que são mais relevantes.

Por exemplo, no caso dos *royalties* – vou aprofundar mais o assunto –, que é a compensação financeira pela exploração mineral, a gente não via a compensação apenas como uma compensação, mas também como um instrumento para fazer uma política industrial para o País. E isso está travado pelo Ministério da Indústria e Comércio e pelo Ministério da Fazenda. Mas outros países, como a Austrália, que foi muito citada aqui, fazem isso. A Austrália calibra as alíquotas dos *royalties* de acordo com os interesses da exportação. Então, o mineral granulado, por exemplo, o minério de ferro bruto paga 7,5%. Se há processamento, vai caindo para 5,5%, 4,5%, de acordo com o grau de processamento. Isso a gente levou para a discussão no MDIC e na Fazenda e disseram: "Não, a compensação financeira não pode ser um instrumento de política; vamos usar um imposto de exportação". Só que imposto de exportação, primeiro, não é usado; segundo, não tem

um caráter redistributivo, como tem a compensação financeira. Isso fere o Pacto Federativo.

Os meus colegas que estavam trabalhando na questão do modelo de outorga colocaram – acho que ontem o Ministro esteve aqui e deve ter falado com muita propriedade sobre isso – a falta de instrumento de gestão desse setor que é tão importante para as regiões e para o Brasil. E eu vou dar um exemplo que agora, na frente da Secretaria de Indústria e Comércio, a gente tem discutido lá no Pará, que é o caso de Cachoeira do Piriá. Aliás, Cachoeira do Piriá é o nono Município com o menor IDH do Brasil. É um dos piores do Brasil.

Não obstante a importância do *royalty*... Também falaram do Banco Mundial. O Banco Mundial, fazendo um trabalho para a Libéria, falou que o Brasil tem um dos *royalties* mais baixos do mundo. A Libéria, no pós-guerra, pediu uma consultoria do FMI, que fez um relatório focado no minério de ferro e no ouro e, quando cita o caso brasileiro, vou apresentar isso para vocês, fala que o Brasil tem os mais baixos *royalties* do mundo. Não sou eu que estou falando isso; é o Banco Mundial.

Quero começar mostrando a dificuldade da legislação de atender os interesses da sociedade. Talvez os meus colegas do Ministério possam falar melhor por que isso é possível.

O Município de Cachoeira do Piriá está nessa fronteira com o Estado do Maranhão, na beira de uma BR, fica a duas horas da capital, ou seja, tem uma condição de acessibilidade muito boa, estradas de excelente qualidade, pavimentadas. Muitas vezes se fala que a falta de desenvolvimento é a falta de infraestrutura. Só que o relatório da OCDE também fala que, se a infraestrutura não for acompanhada de condições de desenvolvimento de capital humano e de inovação, pode ser um tiro no pé, é o que chama de efeito vazamento. Como é mais fácil importar e ter coisas de fora, se esvazia a economia aqui e vem tudo de fora se não se fortalece a economia com pessoas capacitadas e inovação para que se possa tirar vantagem da infraestrutura. Esse parece ser o caso de Cachoeira do Piriá, que tem 23 autorizações de pesquisa, 3 concessões de lavra – pasmem! – desde 1948 e nenhuma empresa de mineração extraindo bem mineral. O que impera lá é o garimpo. Esse aqui é o quadro. Eles têm até saúde, segurança. Usam até... Mas há caos em termos de legislação trabalhista, caos em termos de benefício para o Município, caos ambiental. E isso sobra para quem? Para os Estados.

Essa é uma reunião de que participei, onde havia esse tanto de garimpeiro apavorado com a política.

Então, quer dizer, é um marco, é uma legislação que permitiu essas concessões de lavra que existem desde os anos 40, ou seja, há quase 70 anos. Já passaram por 11 titulares, inclusive, eu soube até que o Eike Batista teve uma empresa lá, comercializou papéis sem gerar produção efetiva. Aí a região acaba sendo invadida por garimpeiros, quer dizer, é uma legislação em que, ao invés de gerar ativos, gerar riquezas, acaba negociando títulos a partir de um bem público. Acredito que essa seja uma das razões da mudança do marco regulatório. Não vou me aprofundar nesse assunto, porque não é minha especialidade. Estou colocando essa vivência. Estive nessa reunião com garimpeiros em Cachoeira do Piriá.

Esse aqui é o estudo da Libéria. Ele mostra o *government share*, que seria a parcela que vai das regiões para os governos. A gente vê que essa linha debaixo é a parcela do Brasil, é o caso do Brasil. Eles sugeriam que a Libéria ficasse aqui em torno de 4% de *royalties* e falavam que o Brasil, no minério de ferro, tinha uma das taxas mais baixas do mundo. Aqui para o ouro também; ali, o Brasil o segundo mais baixo, depois da Zâmbia. Esse estudo fez parte da minha tese de doutorado, em 2007; peguei a legislação de países que são considerados importantes.

Um detalhe: sempre se fala muito em Canadá e Austrália. No modelo canadense e australiano, primeiro, que a população desses países não chega a 30 milhões de habitantes; o nível de desenvolvimento humano é altíssimo, não há analfabetismo, é zero; o nível secundário superior quase 70% da população; e o modelo é descentralizado. No Canadá, são as províncias que determinam sua política mineral, de acordo com a dotação de seu território e de acordo com os interesses da sociedade. A mesma coisa na Austrália. o Estado que poderia ser equivalente a Minas Gerais é o Western Austrália, o grande produtor de minério de ferro. Ele também tem uma política, ele determina sua política de acordo com a sua dotação, com seus interesses.

Nós pegamos a legislação da África do Sul, que recentemente fez uma mudança, da Colúmbia Britânica, que tem a Austrália Ocidental, Quebec, Queensland, e do Brasil. Pegamos o relatório da Samarco e da Mineração Rio do Norte, a partir de demonstrativo de resultado de exercícios, e aplicamos como se fosse a legislação desses países.

Vejam que para o caso da bauxita teríamos a segunda menor alíquota, a segunda menor carga tributária, e para o minério de ferro essa diferença enorme aqui, pegando os casos concretos dessas duas empresas que apresentaram, publicaram seus demonstrativos de resultado de exercício. Isso vai reforçar o estudo que o Banco Mundial também fez.

Vou falar rapidamente sobre as principais mudanças, porque vou me aprofundar no marco. Mudanças importantes no sistema de outorga, mudança do sistema de concessão pelo contrato de lavra – essa é uma mudança profunda, porque a concessão teria um prazo até o esgotamento da mina, não teria prazo; agora tem um contrato com pactuações e um prazo de 40 anos –, acesso a essas áreas por meio de licitação chamada pública, inclusão de novos encargos, de bônus de assinatura; introdução de programa exploratório mínimo, acervo técnico considerado parte integrante. Esse ponto é muito importante. Vejam só, o conhecimento geológico do Pará, meu Estado: escala de 1 para 100 mil, segundo os meus colegas da Geologia, é em torno de menos de 2% do território. Mas existem muitas empresas pesquisando e esse acervo depois é perdido, porque não volta para o setor público. Então, no novo marco, se pressupõe que esse acervo técnico, depois, passado o prazo de quarentena, digamos assim, retorna ao setor público. E transferência de titularidade com anuência da agência.

Qual a breve leitura que o nosso grupo rapidamente fez?

Primeiro, uma readequação de investimento importante, com um viés muito forte de reforço a grandes grupos.

A possibilidade de participação da pequena mineração vai ficar na dependência da regulamentação. Por exemplo, assim como há compras públicas em que você dá privilégios a micro e pequenas empresas, eu acho que é preciso atentar na regulamentação para não prejudicar a competitividade da pequena.

A priorização de instrumentos de comando e controle em relação aos instrumentos de mercado – aí eu senti certo reforço a esses instrumentos, o que onera o ente público, exige um efetivo muito grande para acompanhar e fiscalizar quando se pode colocar uma taxa mais alta, pode-se colocar instrumentos econômicos com muito mais custo efetivo.

O aumento do controle estatal se observa na maior parte das discussões e a gente vê uma possibilidade de acomodação às regras a longo prazo, destacando que regras estáveis e claras são favoráveis aos investimentos, desde que haja normalidade de acesso às áreas e às garantias. Acho que isso é muito importante para o investidor.

Quanto à criação do Conselho Nacional de Política Mineral e à transformação do DNPM em agência, não vou entrar nessa discussão. Gostaria de entrar, então, na questão da compensação financeira, que foi realmente o trabalho a que me dediquei.

Com relação à ideia de alteração do art. 20 da Constituição Federal, regulamentado pelas Leis nºs 7.990, 8.001 e o Decreto nº 1 do DNPM, qual era a nossa leitura? Vou colocar um pouco da proposta original do grupo técnico que coordenei no período em que estive no Ministério e comentar um pouco as propostas que saíram no PL.

Por que é necessário mudar a compensação financeira? Primeiro ponto, sabe-se que o mercado de bens minerais é um mercado cíclico, como muito bem colocou o Presidente do Ibram. Preços baixos, saem muitos atores do mercado, preço sobe, facilita a exploração, aumenta a oferta e o preço cai. Se você olha ao longo do tempo, realmente observa esse movimento cíclico conjuntural, mas existe um fundamento: a população global cresce. Hoje temos 7 bilhões de habitantes e a perspectiva mais otimista de estabilidade seria em torno de 9 bilhões em 2050; ou seja, 500 milhões de pessoas a mais por ano da casa à comida, precisando se vestir, transportar, telecomunicações, alimentação, que demanda fortemente bens minerais. Então, a avaliação dos fundamentos em termos de oferta e demanda, o que o mundo tem a oferecer das minas que existem hoje e das potencialidades de crescimento de demanda a partir do crescimento populacional é muito forte.

A legislação vigente da compensação financeira gera muitas judicializações e dificulta a fiscalização, como o próprio Presidente do Ibram reconheceu na sua fala.

As alíquotas hoje vigentes nas Leis nºs 8.001 e 7.990, que variam de 0,2% a 3% do faturamento líquido, não respeitam nem o critério técnico. Então, a nossa ideia era dar alguma racionalidade nessa calibragem. Ela não contribui para agregar valor no Território Nacional, muito pelo contrário, eu acho que o País está na armadilha da *commodities*, ele está promovendo, beneficiando a exportação de *commodities* em detrimento de uma política muito mais estruturante para o desenvolvimento e agregação de valor em Território Nacional. Daí a desindustrialização que estamos vivendo hoje.

Não há incentivo à aplicação de recursos em estratégia de alternativas de desenvolvimento e não se distribui equitativamente a renda mineral.

(Soa a campainha.)

A SRª MARIA AMÉLIA RODRIGUES DA SILVA ENRÍQUEZ – Isso aqui foi o que levantamos de diferentes países: Índia, Estados Unidos, Austrália, que, em 2009, fizeram mudanças recentes, importantes. Por exemplo, na Índia a alíquota, a tributação é sobre a receita bruta dos *royalties*, 10%. Os Estados Unidos, que eram considerados o melhor modelo em termos tributários, incluíram recentemente 5% da receita bruta sobre o ouro. A Austrália, caiu o primeiro ministro, mas ela incluiu o que eles chamam de *Super Profits*

Tax. Além dos *royalties* normais, minas de classe internacional, que geram superlucros, no diferencial do superlucro ficou uma alíquota de 30%. O Chile, pós-terremoto, também ampliou a alíquota dos *royalties* para fazer parte do programa de recomposição do país. Então, na verdade, o Brasil, de acordo com essa relação, estava na lanterna em termos de *royalties* exclusivamente.

Já tocou a campainha, então, não vou me ater em falar aqui sobre o artigo da Constituição Federal que normatiza a questão dos *royalties*, mas quero destacar as palavras "participação" e "compensação". A opção, quando se definiu a legislação dos *royalties*, foi pela compensação e não pela participação. Isso tem implicações importantes.

A Lei nº 7.990, então, define que será de até 3% o faturamento líquido. Essa figura de faturamento líquido foi o que gerou imensos problemas e a gente vê com bons olhos agora a vinda da receita bruta, deduzidos os impostos efetivamente pagos. O que era para a receita, o faturamento líquido? Seria receita bruta, deduzidos os impostos, o seguro e a despesa de transporte. Claro que quem recolhe, quer recolher o menos possível, quem arrecada quer arrecadar o máximo possível e isso gerava realmente muitas disputas. Eu creio que regras mais claras é melhor tanto para quem arrecada quanto para quem fiscaliza.

A Lei nº 8.001 vai determinar a diferença e a gente não viu nenhuma racionalidade. Ouro, por exemplo. Teoricamente, ouro seria um bem supérfluo, digamos assim. Diferente do potássio, que o Brasil importa 90%. É fundamental para o NPK para a produtividade agrícola. O potássio está em 3% e o ouro – teoricamente o bem supérfluo – ficou em 1%. E aí a gente viu que a única diferença disso foi o grupo de pressão no Congresso para definir essa diferente. E a distribuição contemplando fundamentalmente o Município: 23% para os Estados e 12% para a União com as suas diferenças.

Aqui o decreto que regulamentou a implantação da lei e um pouco dos principais indicadores. Os Municípios recebem hoje 65%, os Estados, 23%. Isso foi muito ruim para os Estados. Por quê? Antes da introdução da compensação financeira, nós tínhamos um imposto único sobre minerais, dos quais 70% iam para os Estados. Esses recursos os Estados usavam para os sistemas estaduais de mineração, quando puderam implementar políticas estruturantes da mineração. Não vê apenas a mineração, como diz o nosso Deputado Gabriel Guerreiro, com os olhos da tesouraria. Mas vê a mineração como uma plataforma efetiva de desenvolvimento. Então, quando você tinha esse recurso para os Estados, os Estados podiam estruturar melhor suas políticas minerais para ver como essa mineração se integra na sua estratégia de desenvolvimento. Hoje o olho para a mineração é só: quanto eu posso arrecadar. É só visão de tesouraria. Esquece-se do papel estruturante, do papel de levar o desenvolvimento ao interior, do papel de puxar investimentos de infraestrutura que a mineração tem certamente para as regiões cada vez mais remotas para onde a mineração está avançando.

Aqui um pouco da evolução da compensação financeira. Realmente ela acompanha o que muitos especialistas chamam de superciclo das *commodities*, que começou mais ou menos em 2000 e vai até a crise. Cresceu realmente bastante. Nessa década, vejam só, que o minério de ferro – que é nossa principal *commodity* – era US$15 a tonelada, chegou a alcançar US$180 a tonelada ao longo de menos de uma década. Caiu um pouco. Em termos proporcionais, considerando o valor da produção, isso representa menos de 2% da receita bruta das vendas desses bens minerais.

O grande arrecadador da compensação financeira é o Estado de Minas Gerais seguido pelo Pará. Esse quadro repercute a distribuição da produção mineral brasileira. Chamo atenção para São Paulo, com 3%, por conta da força dos agregados utilizados diretamente na construção civil.

O Brasil, na época que a gente fez esse levantamento, que está no Plano Nacional de Mineração, tinha 2.365 Municípios que recebiam a compensação financeira, embora ela seja extremamente concentrada. Aqui, cinco Municípios respondem por 53% dessa compensação. Parauapebas, no Pará, sede da Vale, de Carajás, é o principal arrecadador do Brasil. Isso gera problemas sérios para a Administração Pública estadual, porque gera desigualdades regionais profundas, em que o Município que tem a frente de lavra recebe todos os benefícios, mas acaba enfraquecendo-se o entorno. Então, quem tem uma visão mais macrorregional é o Estado, só que ele não tem elementos para fazer uma política estruturante.

Sem dúvida, o minério de ferro é o principal arrecadador, com 72%. Desse minério de ferro quase que 85% dele é exportado, portanto, isento de arrecadação de ICMS, de PIS/Cofins. Se está na Amazônia, tem 75% de arrecadação de ICMS, então, aí é um ponto. É preciso separar o joio do trigo. O que é carga tributária excessiva para mineração e o que é carga tributária excessiva do Brasil? Não há dúvida de que o Brasil tem uma carga tributária excessiva, mas é excessiva para quem produz e agrega valor internamente. Quem produz *commodity* e exporta é extremamente beneficiado. E aí é preciso separar quem é quem, porque, senão, você coloca todo mundo no mesmo bolo e acaba fazendo uma política equivocada.

Bom, os destaques. A ideia dos princípios norteadores eram as diretrizes gerais com a política mineral, diferenciação dos bens minerais segundo a função econômica e o que agrega valor internamente, o que é *commodity*, o que é importante para o equilíbrio macroeconômico do Brasil, o que é prospecção. Você precisa separar isso, senão, você vai fazer uma política equivocada. Equidade na partilha e uso sustentável das agendas. Isso aqui é fundamental, porque não adianta você melhorar, aumentar a arrecadação e o prefeito fazer a festa da cebola lá no seu Município. Você tem que ver realmente como uma plataforma estruturante.

O *royalty* mineral é uma ponte entre o recurso não renovável, que ele vai acabar mais cedo ou mais tarde, e uma possibilidade de utilizar isso sabiamente, para criar condições econômicas para o Município, para a região sobreviver depois do esgotamento da mina. Já temos alguns casos disso no Pará, no Município de Oriximiná, onde a frente da lavra está avançando para outro Município. O Município está perdendo arrecadação. A nossa pergunta: "Será que ele estava preparado para perder essa arrecadação que ele está perdendo?" A legislação não contempla isso.

Bom, quais foram os destaques que o nosso grupo original que trabalhou lá no Ministério previu? Mais relevante do que a alíquota – muitas vezes a discussão vai muito em cima da alíquota: é dois, é três, é quatro – é a base, porque você pode ter uma alíquota grande – como, por exemplo, Colúmbia Britânica coloca 25%, mas é sobre o lucro. E, muitas vezes, as empresas não têm lucro. Então, você recolhe zero – ou você pode colocar 5% ou 2% da receita bruta. Se a receita bruta é significativa, 2% é muita coisa. Então, mais importante do que a alíquota é a base. Depois vem a alíquota, a arrecadação, a fiscalização e a cobrança, distribuição dos benefícios e critérios de uso e participação do proprietário.

Bom, da mudança da base de cálculo eu não vou falar. Eu acho que ela atendeu à discussão que nós levantamos. A nossa ideia é que se tem que haver essa calibragem de acordo com a agregação de valor. Então, você estaria dando uma diferenciação para quem agrega valor internamente, que paga outros impostos, e para quem está exportando. Eu acho que o exportador deveria pagar mais, porque quem agrega internamente está demandando conhecimento, demandando serviços bancários, demandando serviços de comunicação, demandando serviços das universidades, técnicos, especialistas, gerando efeitos multiplicadores na economia. E a exportação, não. Está indo embora direto. Então, você tem que ter essa sensibilidade para fazer a diferenciação.

Escalonar de acordo com a agregação de valor, como faz a Austrália. É perfeitamente aceito. A Austrália é tida como um ícone importante no bom desenho da política minerária.

Bom, um ponto que caiu: preço de referência. Preço de referência cria uma insegurança muito grande tanto para quem recolhe quanto para quem fiscaliza. Por exemplo, alguém que extrai calcário, mas não vende calcário, vende cimento. Eu vou cobrar em cima de quê? Qual é o preço do calcário se eu não tenho receita do calcário? Esse é um detalhe que foi omitido, a gente discutiu muito. Quem extrai níquel, mas vende ferro níquel. Eu vou cobrar o *royalty* em cima de quê, se o produto é o ferro níquel? Então, eu teria que ter uma baliza para dizer em cima de qual valor. Isso seria muito simples fazer. O IBGE poderia fazer uma apresentação desses preços de referência, que serviria tanto para quem recolhe quanto para quem fiscaliza. Isso caiu. Eu considero ruim essa queda. Eu acho que os Deputados, Congressistas, Senadores deveriam repensar esse ponto.

Eu não vou entrar em detalhe, porque o meu tempo já está se esgotando, mas há três casos. Por exemplo, quem vende para o exterior, quem agrega internamente, quem vende um produto final. Então, se você tem um preço de referência, você nivela e baliza esse processo. Isso caiu.

As alíquotas. Bom, nós pensamos em ter alíquotas mínimas e máximas. Isto aqui é só um exemplo ilustrativo. A alíquota padrão começaria com 6%, mas, para você dar uma lógica, a ideia seria esta: se é escasso o mineral, por exemplo, o potássio é escasso, então, eu vou rebaixar em um, dois, três pontos percentuais. Se eu tenho muita dependência externa, eu também coloco uma calibragem a menos. Ela é a base para a indústria, importante? Então, eu daria uma redução. ICM Verde? Daria outra redução. Essa lógica caiu, mas fica para a reflexão dos senhores.

Aqui, a fiscalização e cobrança; a transformação de DNPM em agência o.k., ficou a previsão de compartilhamento de informações com a Receita Federal. Eu creio que isso a agência vai fazer. Não vou falar disso, porque meu tempo já está curto.

E aqui um assunto extremamente delicado, que fala da distribuição. Nós propúnhamos a criação do Fundo Especial de Mineração para contemplar o entorno não minerador de regiões mineradoras, mas, pelo aquecimento do petróleo, deve dar muita polêmica e muita discussão. Então, nós havíamos proposto uma redução tanto de Estados, de Municípios afetados, como da União, para a criação desse fundo, para contemplar o entorno não minerador. Isso aqui foi muito

criticado pelo Ministério do Planejamento, e a Fazenda também acha que não há por que criar um novo fundo.

Eu vou deixar aqui para os senhores – não vai dar tempo para explorar – a análise no Estado do Pará, como é que isso funciona. O Município minerador atrai – chamamos de efeito ímã – os benefícios, mas isso acaba esvaziando o entorno, gerando problemas regionais. É muito importante ter essa visão regional, e a mineração, realmente, vai ser uma plataforma de desenvolvimento. Isso caiu.

A participação especial, a exemplo da Austrália, novamente considerada como ícone da boa gestão de tributação para mineração, caiu também. Não foi incluída.

A participação do superficiário, que hoje é de 50%, maior do que Estados, maior do que a União. Apresenta lá 20%. Acho que esse é um fator importante para a competitividade. Ficou, na verdade.

Em síntese, da proposta original ficaram a mudança de base, a mudança de taxa. Foram excluídos o preço de referência, o fundo mineral, que achamos que é muito importante, o uso direcionado da CFEM para uma agenda mais positiva. Hoje, a CFEM não pode ser utilizada para pagar dívida nem pessoal permanente, mas o resto pode. A ideia seria investir em diversificação produtiva para fazer face ao esgotamento. E a participação especial também caiu.

Não vou entrar em detalhes. Aqui era o caso do Pará. Não vai dar tempo. O Senador já está falando que o meu tempo está curto. Eu só quero passar para as sugestões finais. Esta apresentação vai ficar com os senhores.

Bom, em síntese, a mineração tem importância decisiva para o equilíbrio das contas externas do Brasil. Isso ninguém discute, mas o País está refém, na verdade, desse modelo primário exportador. A sua política tributária mineral premia o exportador de *commodities* e pune quem agrega valor no Território Nacional. Nós precisamos inverter essa lógica. É o que faz a China, é o que fazem os países que querem avançar na estratégia de industrialização. Nós reclamamos da industrialização, mas os instrumentos de política promovem a desindustrialização do Brasil. Assim, o crescimento do País está atado na armadilha da *commodity*. Nós precisamos nos desarmar disso aqui. Não é fácil, mas é preciso pensar nisso.

Vejam só essa reportagem que saiu recentemente, no período 2011/2012. Alguns bens aumentaram, como as carnes, outros reduziram em quantidade. Mas olhem o preço! A volatilidade da *commodity* é muito grande.

E aqui é só um exemplo da questão das terras-raras, que foi muito falada. Enquanto a monazita custa US$500, a produção de ímã custa US$36 mil. Mas, para darmos o salto daqui para cá, precisamos investir muito em ciência, tecnologia, adensamento de conhecimento. Acho que precisamos olhar isso aqui, dos nossos bens minerais. Aí teríamos uma política realmente de valorização dos bens minerais e uma estratégia voltada para o Brasil.

Países como Canadá e Austrália são citados como os mais importantes, mas já falamos que eles têm esse problema.

Bom, eu sugeri incluir no PL o fundo mineral, muito importante para as regiões produtoras, incluir o preço de referência. No sistema de outorga, em vez da insistência de instrumentos de comando e controle, insisti em instrumentos econômicos.

Eu queria aproveitar esta ocasião tão rica para debater o modelo econômico do Brasil, qual é realmente o papel do setor mineral, para não se ficar preso na armadilha da *commodity,* como hoje nós estamos.

Desculpem-me eu ter me alongado, porque o assunto é grande e complexo.

Agradeço imensamente a atenção dos senhores.

Muito obrigada.

O SR. PRESIDENTE (Fernando Collor. Bloco União e Força/PTB – AL) – Muito obrigado a Drª Maria Amélia Rodrigues da Silva Enríquez, doutora em desenvolvimento sustentável, Secretária Adjunta de Indústria, Comércio e Mineração do Estado do Pará.

Passamos imediatamente a palavra ao Dr. Elmer Prata Salomão, Presidente da GEOS (Geologia para Mineração Ltda.), Presidente da Associação Brasileira de Empresas de Pesquisa Mineral.

O SR. ELMER PRATA SALOMÃO – Primeiramente quero cumprimentar o Presidente Fernando Collor, Presidente desta Mesa, com quem tive a honra de trabalhar, como Diretor-Geral do DNPM, durante todo o seu governo. Quero cumprimentar os Senadores e Deputados presentes, meus colegas de mesa, as senhoras e os senhores.

O Brasil está, neste momento, diante de uma situação que exige dos Srs. Parlamentares, do Congresso Nacional, uma atenção bastante especial com relação ao nosso novo marco regulatório.

Nós vimos, através das exposições anteriores – dos nossos amigos Fernando Coura e Maria Amélia – a complexidade do assunto. A cada momento em que se coloca uma lente em um desses artigos, descortina-se um panorama detalhado e instigante.

A mineração brasileira sofre de um mal histórico. A visão geral da sociedade para com a mineração é a visão do extrativismo, da colheita natural. É como se nós fossemos ao campo destapar um baú e encontrar lá dentro uma barra de ouro. Na verdade, a mineração

é hoje uma indústria, depende de tecnologia, depende de talento, depende de intenso capital de risco, é de longa duração e, portanto, exige atributos especiais nas legislações que a orientam.

Quero passar imediatamente à apresentação do marco regulatório, não sem antes agradecer a honra e a oportunidade de estar nesta Comissão.

Bom, sobre o novo marco legal vou passar ao largo. Sabemos que ele tem uma característica: ele traz uma nova legislação mineral, um aumento da CFEM e a criação da Agência Nacional e do Conselho de Política Mineral. Concordando com Maria Amélia, eu diria que este "três em um" que veio ao Congresso dificulta enormemente a análise desses assuntos: uma questão regulatória, uma questão administrativa, institucional, e uma questão de tributação ou de taxação. São três assuntos completamente diferentes, embora interligados de alguma forma, mas que necessitam análises específicas. A nossa primeira sugestão, com certeza é no sentido de que nós consideramos que isso, realmente, é uma forma inadequada de apreciar essas questões. Nossa sugestão tem sido, sistematicamente, que esse processo seja aberto, que haja emendas substitutivas que o possam transformar isso em dois ou três. Porque nós poderemos aprovar rapidamente a CFEM, poderemos aprovar rapidamente a criação da Agência Nacional e do Conselho, mas a questão regulatória, com certeza, exigirá uma demanda de trabalho muito grande do Congresso Nacional. Vamos ver por quê.

As primeiras críticas são simples. Primeiro, contrariamente ao que diz o discurso oficial, esse projeto de lei não foi discutido com a comunidade mineral nem com a academia. Ele foi feito a portas fechadas, no Governo. Houve a oitiva das instituições, mas, em nenhum momento, jamais recebemos um documento técnico ou uma minuta de projeto para discutir. Foram feitas audiências e, durante vários anos, esse projeto foi trabalhado em sigilo no Governo. Só depois que vazou a informação de que havia um novo marco em processamento é que as empresas e as instituições se manifestaram e, então, começou a haver um certo diálogo. Mas era um diálogo que, basicamente, não era diálogo, era um monólogo. Nós fomos ouvidos pela Ministra Gleisi, apresentamos as nossas sugestões e pouquíssimas sugestões foram utilizadas.

A estrutura do marco é a mesma que foi dita desde o primeiro momento em que as ideias iniciais foram apresentadas. Nós achamos que esse é um dos fatores que vai dificultar a aprovação desse marco pelo Congresso Nacional.

Outro ponto importante: desde novembro de 2011, o DNPM não executa o Código de Mineração vigente. Ele fez uma revogação branca do Código de Mineração. O DNPM está paralisado. Não há portarias de lavra, não há alvarás de pesquisa. Isso trouxe uma consequência enorme para a indústria mineral brasileira. Projetos foram adiados, projetos foram cancelados, desemprego, toda a infraestrutura de apoio à mineração e à pesquisa mineral, como laboratórios e empresas de sondagem, teve que demitir pessoal, porque não houve o reabastecimento da sequência que vai desde a prospecção até a descoberta de um depósito mineral. As consequências foram muito graves e mais uma vez, no nosso ponto de vista, isso foi feito ao arrepio de uma legislação.

O próprio Ministro Lobão declarou ao jornal *Valor* que deu a ordem para suspender os títulos sem nenhuma base, sem nenhuma portaria, sem nenhum ato formal. E nós achamos que isso trouxe à indústria mineral um grande prejuízo, porque, primeiro, sem um ato formal não há como defender os seus direitos na Justiça. E essa maneira autoritária de cancelar leis em vigor torna extremamente difícil imaginar como um servidor público pode produzir um ato que tem consequências à comunidade sem observar os princípios da moralidade, da publicidade, etc. – os cinco princípios básicos do ato público.

Eles não foram observados e realmente as mineradoras fizeram uma grande judicialização desse problema e vários juízes obrigaram o DNPM a editar os alvarás.

Recentemente, algumas portarias específicas começaram a ser editadas, assim como alguns alvarás, mediante a assinatura de um termo no qual o minerador se comprometia a observar as regras futuras da nova legislação sem conhecer quais regras seriam essas. Isso é algo complicado, mas assinaram porque era a maneira de continuar a conduzir os seus projetos.

Mais uma vez, também ao arrepio do discurso oficial, não há na proposta do Projeto de Lei nº 5.807 nenhuma indicação de que promoverá concorrência ou trará novos investimentos à mineração. Nós vamos demonstrar, ao contrário, na avaliação unânime dos associados da Associação Brasileira de Empresas de Pesquisa Mineral, que o projeto se apoia em fundamentos ideológicos, não tem exequibilidade prática e promoverá um verdadeiro apagão mineral nos próximos anos no País. Vamos ver isso também.

As empresas dedicadas à pesquisa mineral, como as *junior companies*, deixarão de existir. Não haverá espaço para elas nesse novo modelo. Essas são as empresas que hoje respondem por 60% dos investimentos em exploração mineral no mundo, são empresas que se especializaram em ter uma administração ágil, fortemente profissionalizada, com capacidade de

identificar projetos de mineração e, com esses projetos, levantar, mobilizar capitais de risco para executar as pesquisas minerais e para revelar as jazidas que poderão ser exploradas por elas ou negociadas com grandes empresas.

Esse é um modelo que vigora no mundo todo. Existem mais de 120 países onde as *junior companies* atuam. E esse modelo não é compatível com leilões e chamadas públicas. Ninguém dá dinheiro para uma empresa com base no seu talento e na sua equipe se ela não tiver o projeto. Quer dizer, para entrar em leilões certamente isso não acontecerá. Haverá, com certeza, uma redução drástica na exploração mineral brasileira.

Junto com as *junior companies,* pequenas companhias de mineração também terão grandes dificuldades de prover as suas reservas minerais, porque o próprio projeto de lei prevê garantias que, certamente, essas empresas dificilmente conseguirão obter.

Bom, criticamos, também, que haja hoje a possibilidade de que recursos públicos venham a ser aplicados na pesquisa mineral em investimento de pleno risco. É isso que parece que acontece, quer dizer, desloca-se da iniciativa privada o uso do capital de risco para transferi-lo à companhia de pesquisa de recursos minerais que irá selecionar as áreas para leilões e para empresas públicas.

Eu gostaria, inclusive, de saber como vão proceder aos nossos instrumentos de fiscalização e controle, como o Tribunal de Contas da União, Ministério Público e ouvidorias, quando, por exemplo, uma empresa pública gastar US$10 milhões na pesquisa de uma área e, ao leiloá-la, vai leiloá-la por US$500 mil porque não encontrou ali uma jazida dessa dimensão. Ou o contrário, vamos leiloar uma área mal pesquisada porque certamente não haverá como completar a pesquisa dessa área, e nessa área for descoberta uma gigantesca jazida. Quais são as consequências que isso pode trazer para o servidor público que terá que assinar o valor dessa nova área?

Critica-se também o viés discricionário do projeto. Tal como ele está concebido hoje, cria o monopólio sobre os bens minerais do Brasil, exatamente como o petróleo. O acesso aos bens minerais será feito através de licitações ou chamadas públicas a critério do Governo, exatamente o mesmo modelo do petróleo, até os nomes que foram apresentados na emenda são nomes próprios da indústria de petróleo. Isso é uma questão que temos que discutir profundamente porque petróleo é uma única substância mineral, e, a cada bloco leiloado, assinam-se cerca de 150 contratos, uma coisa bem razoável. Agora, só para V. Exªs terem uma ideia, tramitam no DNPM, hoje, 55 mil requerimentos de pesquisa, que, de acordo com o projeto de lei serão feitos através de chamadas públicas. Se o DNPM conseguir fazer, ou a Agência Nacional de Mineração, cinco chamadas públicas por dia, vamos gastar 20 anos para esgotar apenas o estoque hoje represado no Departamento Nacional da Produção Mineral.

Finalmente, como já dissemos, criticamos o formato "três em um" e achamos que o Governo o trouxe com a intenção de usar a CFEM, que é um desejo de todos que seja aprovada, para acelerar a aprovação do marco ou diminuir o nível de discussão sobre a parte regulatória.

Bem, quero trazer, aqui, algumas informações sobre o que é descobrir uma jazida mineral. Acho que a visão que o novo marco regulatório traz é a de que a cada área requerida corresponde uma jazida mineral. E vamos ver como isso funciona no mundo. Quer dizer, na verdade, uma jazida mineral, um depósito mineral econômico é uma anomalia da crosta terrestre, é uma coisa específica, rara, presente em determinados locais da crosta terrestre, e precisamos de muito trabalho e de muita tecnologia para que isso se revele.

De acordo com a Synergy Consulting, que, em 2009, fez uma estatística internacional: para cada mil prospectos identificados – vamos considerar isso como um requerimento de pesquisa –, cem chegam a investigações detalhadas, dez chegam à avaliação, a sondagens de avaliação, e um se transforma em mina.

Essa é uma referência internacional para dizer da dificuldade que é uma jazida mineral.

Nós fizemos os cálculos para o Brasil. No período de 2002 a 2011 – nós excluímos 2012 porque, a partir de 2012, nós não tivemos mais ação no DNPM e, então, essa inclusão iria contaminar a estatística –, foram feitos 217 mil requerimentos de pesquisa no Brasil. Desses, 146 mil se transformaram em alvarás, ou seja, no tempo que o DNPM demorou entre o requerimento de pesquisa e o alvará, o minerador foi à área, fez as primeiras investigações e concluiu que ali não havia uma jazida e, então, desistiu ou perdeu a sua área. Então, 146 mil, ou seja, 66% do total, chegaram à pesquisa mineral. Desses alvarás de pesquisa (146 mil), 12,8 mil tiveram relatório de pesquisa aprovado, ou seja, chegaram ao final da pesquisa, positiva ou negativa, mas chegaram ao final da pesquisa com um potencial de ter uma mina e, desses, três mil se transformaram em portarias de lavra, ou seja, 1,5% dos requerimentos de pesquisa.

Essa é a dificuldade, essa é a estrutura da exploração mineral, e é onde eu quero focar a minha apresentação.

Como descobrir jazidas minerais? Depois que a jazida é descoberta, a mineração deixa de ter risco,

é uma questão de mobilização de capital, de tecnologia e de mercado, mas, até lá, tudo isso aqui é risco.

E o que o novo marco regulatório faz neste momento é afastar desta faixa aqui a exploração mineral, o investimento privado desse risco e atribuir ao próprio governo o papel de selecionar as áreas nas quais se vai pesquisar ou se vai oferecer à iniciativa privada. Corresponde, em termos simples, à estatização do risco. Nós temos realmente que refletir sobre isso.

Vemos como isso atinge a mineração brasileira. A mineração brasileira hoje, o universo analisado... Isso é um trabalho do DNPM de 2012 que analisou um universo de 3.357 minas em produção com *run-of-mine*, ou seja, com volume de minério superior a 10 mil toneladas por ano. Dessas, 70,7% são pequenas minas que não terão como repor as suas reservas; médias minas, 24%; e apenas 4,6% são consideradas grandes minas.

Bem, uma empresa de mineração, para manter o seu valor presente, precisa repor nas suas reservas minerais pelo menos a mesma quantidade de minério que ela produz. É simples como isto: para manter a sua atividade. Se ela produzir sem gerar reservas, ela vai ficar tirando um pedaço do seu próprio lombo até o dia em que a reserva acabar.

Há algumas exceções? Sim: a Vale do Rio Doce, com 20 bilhões de toneladas de minério de ferro, poderá continuar produzindo talvez por mais uma década ou uma década e meia. Mas a lógica da empresa de mineração é repor as suas reservas para que ela não perca valor e também diversificar a sua atuação, se assim for interessante para suprir a questão da senoide do mercado, dos preços que sobem e descem.

Então, essas empresas grandes talvez não tenham grandes dificuldades, mas as pequenas e médias, com certeza, terão grandes dificuldades. E as grandes também, porque elas dependerão de leilões do governo para repor as suas reservas, ou seja, se o governo não estiver alinhado com a governança corporativa da empresa, quem vai dizer que a empresa...

O governo apresenta alguns argumentos importantes: que o atual Código de Mineração é obsoleto, que há especulação com os direitos minerários e que as empresas seguram áreas por décadas. Esses são argumentos que foram apresentados pelo...

O Código brasileiro é um bom código, essa é a verdade. Nós devíamos nos orgulhar do fato de termos uma legislação estável – desde 1934 os fundamentos do Código de Mineração são preservados. O Código foi progressivamente aperfeiçoado, o último grande aperfeiçoamento foi em 1996 e começou no Governo Collor em 1990, quando se iniciaram os contatos com a comunidade para discutir uma modernização. E muita coisa foi modernizada no Código, mais de 40 itens foram modernizados em 1996. É preciso modernizar mais agora.

Nós não temos registro de empresas, nacionais ou estrangeiras, que tenham deixado de investir no Brasil por causa da legislação atual, nenhum registro. Os princípios jurídicos vêm sendo executados com sucesso nos últimos 50 anos, asseguram investimentos crescentes e produção mineral acima dos níveis... E a destacada *performance* que temos hoje na mineração brasileira se ancora em um trio virtuoso: estabilidade política, estabilidade econômica e estabilidade do marco legal.

Neste momento, a estabilidade do marco legal está em cheque, e nós precisamos realmente analisar bastante bem qual é a influência dessa desestabilização no setor. A atualização do Código é necessária, mas nós gostaríamos que fossem preservados os seus princípios básicos.

Isto aqui é uma evolução das concessões de lavra no Brasil. Podemos ver que isso vem bem antes... E há alguns marcos específicos. Quer dizer, isto aqui foi no momento em que o Código de 1967 eliminou a prioridade do proprietário do solo e, então, houve um crescimento enorme das concessões de lavra. Várias dessas concessões de lavra suportam, hoje ainda, a produção mineral brasileira.

Depois veio a Constituição de 1988, que trouxe uma redução violenta; houve aqui a reforma do Código em 1996 – novamente cresceu a portaria de lavra –; e aqui houve a interrupção dos títulos minerários e nós tivemos novamente uma caída grande aqui.

Bom, o Governo diz também que quer modernizar a lei, só que o projeto de lei não é moderno, ele copia o modelo do petróleo, estendendo o monopólio estatal para todos os bens minerais. Ele retira das empresas a iniciativa de prospectar jazidas transferindo essa responsabilidade para o governo. Na prática, corresponde à estatização do risco da pesquisa mineral – nós já falamos sobre isso. Estão aqui os artigos que determinam isso na nova lei.

(Intervenção fora do microfone.)

O SR. ELMER PRATA SALOMÃO – De todos, porque mesmo os bens agregados serão sujeitos à autorização de lavra. Quer dizer, não haverá mais a iniciativa da iniciativa privada, mesmo se tomar a iniciativa... Os bens agregados estão um pouco mais protegidos, mas os bens metálicos estão todos submetidos agora ao controle total do governo. Ele retoma o controle total sobre os negócios de mineração e sobre as empresas. Quer dizer, ele diz o seguinte: o poder concedente poderá permitir – poderá permitir – a cessão da autorização ou do contrato de concessão desde que o novo

concessionário ou autorizatário atenda aos requisitos técnicos, econômicos, jurídicos etc.

"Os atos de cessão de direitos minerários e a cisão, fusão, incorporação ou transferência de controle acionário, direto ou indireto, do titular dos referidos direitos sem a prévia anuência do poder concedente implicará caducidade dos direitos minerários".

Parece-me que aqui há uma visão muito pobre do que é capitalismo. Isso pode funcionar numa sociedade limitada, mas como é que vai haver, por exemplo, o *takeover* de uma empresa de mineração na bolsa de valores se o ato não tem validade sem a anuência prévia do governo? Quer dizer, os sistemas de bolsa de valores ficaram... Nós estamos praticamente impedindo que o Brasil crie um modelo tipo Canadá de fazer com que a mineração seja financiada, o capital de risco seja financiado, por investidores.

Finalmente, se isso ocorrer, a legislação diz que se cancela, caduca-se o título minerário. Quer dizer, isso é algo muito grave.

O Governo diz também que há especulação sobre direitos minerários. Gostaria de mostrar alguns números, porque perguntei ao pessoal do Governo quais são os estudos que eles têm sobre a especulação minerária. Eles têm exemplos, mas não estudos. Nós fizemos alguns estudos.

Em dez anos, nós levantamos quais foram os títulos minerários passíveis de serem transferidos, editados no Brasil. Foram 162 mil – portarias de lavra, registros de licenciamento, permissões de lavra em garimpeiro e alvará de pesquisa.

Pela lei, esses títulos podem ser transferidos com autorização do DNPM. E, no mesmo período, o DNPM aprovou 32.900 transações, ou seja, menos de 20% do total.

Isso não configura, de forma alguma, especulação, mesmo porque uma grande parte dessas transferências são intragrupo, ou seja, vários grupos mineradores têm uma empresa para exploração mineral e outra empresa para mineração. Então, há transferências intragrupos. E os negócios de mineração são normais no mundo todo. É possível fazer. Raramente, há uma mina que não tenha passado por quatro, cinco ou seis concessionários antes.

Bem, se as empresas detêm áreas por décadas, precisamos aparelhar melhor a nossa Agência Nacional de Mineração. Parece-me que não é o que o projeto está prevendo; ele prevê a criação da Agência, praticamente mudando a placa do DNPM, porque é sem aumento de despesas.

O DNPM tem, hoje, 1.329 funcionários, dos quais 1.252 são servidores e 77 são cedidos por outros órgãos. Ainda há mais alguns. Temos mais ou menos 700 ou 800 técnicos do DNPM, do Brasil inteiro, para gerenciar e fiscalizar toda a mineração brasileira.

Isso não é possível. Não há como trabalhar com essa estrutura. Ou seja, o nosso órgão de fiscalização e controle é muito menor do que o tamanho da mineração brasileira. Parece-me que a mineração brasileira é o único segmento econômico que briga, há décadas, para que o seu órgão fiscalizador seja mais forte.

Com esse novo marco, temos de ver onde vamos usá-lo. Nós estamos optando pelos rumos do Cazaquistão, da Indonésia, Mongólia, Guiné, Mali, Gabão, Gana, Angola, Zimbábue, Equador, Bolívia. Todos eles criaram conteúdo nacional, suspenderam outorga, criaram conceito de reserva de interesse estatal, que são as nossas reservas estratégicas, aumentaram *royalties*, imposto de renda, e tiveram foco na estatização e na monopolização.

Deveríamos, na verdade, optar por outros rumos. Canadá, Chile, Estados Unidos, Austrália, México, grandes países mineradores, mantêm o direito de prioridade e estímulos à pesquisa mineral e têm foco na iniciativa privada.

Uma última crítica é no sentido de que os Estados e Municípios têm seu desenvolvimento mineral diretamente relacionado com o potencial do seu território e com as suas políticas amigáveis ao investimento privado.

O projeto de lei concentra nas mãos do Governo Federal o poder político de licitar as áreas em todo o Território Nacional. Gostaríamos de saber como será politicamente usado esse poder.

Infelizmente, os nossos geólogos, mineradores e garimpeiros já estão nas ruas. Em 17/7/2013, lá no Mato Grosso, já houve uma primeira manifestação, na porta do DNPM, e, novamente, as placas das manifestações aparecem e são sistematicamente contra o modelo que está sendo proposto.

Obrigado pela atenção.

O SR. RICARDO FERRAÇO (Bloco Maioria/PMDB – ES) – Sr. Presidente, pela ordem.

O SR. PRESIDENTE (Fernando Collor. Bloco União e Força/PTB – AL) – Muito obrigado ao Dr. Elmer Prata Salomão, Presidente da GEOS (Geologia para Mineração Ltda., Presidente da Associação Brasileira de Empresas de Pesquisa Mineral (ABPM), pela sua exposição.

Passo a palavra, pela ordem, como primeiro orador inscrito, ao Senador Ricardo Ferraço.

O SR. RICARDO FERRAÇO (Bloco Maioria/PMDB – ES) – Sr. Presidente, cumprimentando primeirante V. Exª pela iniciativa preventiva, pois sequer o Código chegou ao Senado, e a Comissão de Infraestrutura se antecipa, colocando luz e explorando a

complexidade e as contradições desta que é uma das mais importantes e estratégicas decisões que o Senado da República brasileiro terá que tomar nos próximos meses. Cumprimento os nossos expositores pela clareza, pela efetividade e objetividade, com que cada uma de nossas entidades se manifestou em relação às suas preocupações.

Estou seguindo, Sr. Presidente, para a Comissão de Constituição e Justiça, em função do horário. Não tenho nenhuma pergunta a fazer, porque tudo o que foi afirmado só eleva ainda mais a nossa preocupação e até a perplexidade, porque tudo o que foi dito aqui é que esse Código foi submetido em regime de urgência constitucional ao Congresso brasileiro, em razão do esgotamento do debate com as entidades e com todos os setores.

Essa primeira audiência deixa claro que este debate foi restrito, limitado, do tipo, "nós com nós mesmos", ou seja, um monólogo. Alguns dos nossos expositores afirmaram isso aqui.

A minha sugestão a V. Exª é que possamos, no decorrer desses ciclos, a que nos estamos antecipando, inclusive com a expectativa de que, hoje, a Presidenta Dilma possa retirar a urgência constitucional – esses são os indicativos, e essa foi uma pergunta que fiz ao Ministro Lobão, na primeira audiência pública, abrindo o ciclo –, até porque não somos e não seremos especialistas num tema tão específico como esse, pois o nosso papel é ter a sensibilidade e buscar recursos nos especialistas, para que possamos conceder ao País o melhor caminho, a fim de que a mineração possa ampliar ainda mais a sua participação e a sua responsabilidade com relação aos nossos desafios.

Em que pese o atual Código estar sendo tratado pelo atual Governo como uma espécie de Geni, foi esse Código que permitiu que, nos últimos dez anos, ampliássemos muito a nossa produção no País. Todos nós temos a consciência, hoje, de que muito mais do que 4%, a mineração pode e deve dar uma contribuição muito importante ao nosso País.

Então, assusta-me um pouco a falta de debate que antecedeu à chegada ao Congresso Nacional, e este, ao meu juízo, não pode furtar-se a esse enfrentamento, pela complexidade e pela responsabilidade desse tema. A minha sugestão a V. Exª é a de que comecemos a pensar em como explorar esses contraditórios, porque o que ouvimos aqui é absolutamente diferente de tudo aquilo que afirmou, por exemplo, o Ministério de Minas e Energia, em audiência pública, na segunda-feira.

Não somos especialistas e não seremos especialistas, mas a exploração desses contraditórios para o enfrentamento dessas questões é fundamental, porque o que nos foi dito aqui, na segunda-feira, é absolutamente diferente de tudo o que estamos ouvindo aqui.

Então, explorar essas contradições, fazer esse contraditório, esse enfrentamento das questões colocadas, parece-me fundamental.

Cumprimento V. Exª pela iniciativa do debate, assim como os nossos expositores, e saio daqui com a certeza e a convicção de que não apenas esta Comissão, mas o Senado deverá ter elevada responsabilidade na decisão que tomará, porque fico com a impressão de que estamos caminhando num ambiente de muita incerteza.

Estamos de novo na contramão daquilo que o mundo moderno, o mundo civilizado, que tem dado certo, tem feito. Parece que optamos pelo pior dos mundos e não podemos efetivamente colaborar, se bem que precisamos fazer o enfrentamento das ideias apresentadas aqui e dar a oportunidade para que os representantes do Governo, que construíram esse marco e não consideraram um conjunto de opiniões, como foi aqui tão bem esboçado pela Drª Maria Amélia, que trabalhou no início da construção. V. Sª não sabe dizer por que, mas muitas das ideias não foram consideradas.

Portanto, a solicitação que faço a V. Exª é que nós possamos trazer o Governo, trazer de novo aqui os nossos especialistas, para que essas perguntas possam... Esses questionamentos serão relevantes na formação do nosso juízo, porque esta será a nossa responsabilidade: votar este marco aqui, depois votar em plenário e entregar ao Brasil um marco que possa ser estável, que possa oferecer toda condição para que o setor mineral possa ampliar a sua participação na economia brasileira.

É a contribuição, a sugestão que faço, cumprimentando-o, mais uma vez, e os nossos expositores, diante de tudo aquilo que ouvimos aqui, que me deixou perplexo, porque vem na contramão de tudo que foi afirmado aqui pelo Ministério das Minas e Energia na segunda-feira.

Muito obrigado a S. Exª.

O SR. PRESIDENTE (Fernando Collor. Bloco União e Força/PTB – AL) – Muito obrigado a V. Exª, Senador Ricardo Ferraço, que vem participando ativamente das nossas audiências públicas, sobretudo especificamente em relação ao novo marco regulatório da mineração.

O que V. Exª coloca é absolutamente procedente e a Mesa acolhe a sua sugestão. Inclusive, ao final dessa série de audiências públicas que estaremos realizando, exatamente para estabelecermos o contraditório e daí retirarmos uma resultante que nos leve a uma correta compreensão do que de fato significa esse novo mar-

co regulatório da mineração, ao final de todas essas audiências públicas, nós faremos uma última, que será aquela das conclusões da Comissão de Serviços de Infraestrutura do Senado Federal, antecipando-se até mesmo à chegada aqui do projeto em si, já que ele se encontra na Câmara dos Deputados, e encaminhando a todos os Senadores e à Mesa Diretora do Senado as sugestões que foram apresentadas, tanto pelos Srs. Senadores, quanto aquelas que foram extraídas das diversas exposições aqui feitas, para que nós possamos aprimorar, para que nós possamos debater, talvez especificamente em relação àqueles pontos mais relevantes que foram levantados aqui, como uma espécie de retrocesso ao que antes era normatizado pelo DNPM.

Então, acolho a sugestão de V. Exª e agradeço, mais uma vez, a sua sempre brilhante participação nos nossos trabalhos.

O SR. RICARDO FERRAÇO (Bloco Maioria/PMDB – ES) – Muito obrigado.

O SR. PRESIDENTE (Fernando Collor. Bloco União e Força/PTB – AL) – Passo a palavra a S. Exª, o Senador Flexa Ribeiro.

O SR. FLEXA RIBEIRO (Bloco Minoria/PSDB – PA) – Presidente, Senador Fernando Collor, senhores convidados para esta audiência, quero cumprimentar todos em nome da Drª Maria Amélia Enríquez, Secretária Adjunta de Indústria, Comércio e Mineração do Estado do Pará.

O Senador Ferraço já levantou a questão e eu quero, também, na mesma linha de S. Exª, cumprimentá-lo, Presidente Collor, por abrir a discussão sobre o novo marco da mineração antes que o projeto chegue ao Senado Federal. Eu acho que essa antecipação vai trazer aos Srs. Senadores a condição de, ao começarmos, efetivamente, o debate oficial do projeto, já termos pelo menos um conhecimento mais aprofundado da proposta.

Nós aguardamos, ansiosamente, esse projeto por longos anos. Outros projetos tramitam aqui, no Senado Federal, e não caminham, ou não caminharam, exatamente porque havia, a cada momento, a expectativa de que o Governo encaminhasse a sua proposta para que fosse, então, debatida.

Com o regime de urgência, acredito, pelo que se ouve falar, que já na Câmara ele vai trancar a pauta brevemente.

O SR. FERNANDO COLLOR (Bloco União e Força/PTB – AL. *Fora do microfone.*) – Está trancada.

O SR. FLEXA RIBEIRO (Bloco Minoria/PSDB – PA) – Já trancou, então, e seria retirada a urgência para que ele pudesse, então, tramitar com uma maior possibilidade de discussão.

Eu acho que nenhum de nós... Eu represento um Estado que tem o maior interesse no novo código de mineração, que é o Estado do Pará. Já foi, aqui, apresentado pelos expositores – e quero parabenizá-los – de que Minas e Pará representam grande parte, quase que 80% da exploração mineral do nosso País. Não quer dizer que outros Estados também não o façam ou não possam ampliar a sua participação. Tenho certeza de que sim, mas esses dois Estados têm um interesse direto na discussão desse código.

Também ninguém discute a necessidade de ele ser revisto. Ninguém discute isso. Um código que tem mais de 40 anos tem necessidade de ser modernizado.

Quanto à forma do "três em um" que foi colocada, concordo com o que a Drª Maria Amélia falou, foi mais de colocar como a cereja do bolo a CFEM, para puxar as outras discussões com relação à questão administrativa e à questão dos regulamentos do código. Mas eu vejo que nós não queremos, em hipótese nenhuma, inviabilizar o setor. Não é esse o sentido dos Parlamentares. Nós queremos que haja um retorno justo para a sociedade. Isso é o que se pretende ter, e queremos que as empresas mineradoras brasileiras tenham competitividade em relação ao resto do mundo, daí por que estamos sempre comparando a taxação das empresas brasileiras com a das do resto mundo, para ver se há uma discrepância de valores na taxação, de tal forma que possa isso trazer algum prejuízo na comercialização.

Com relação à CFEM, nós temos um projeto aqui, na relatoria do Senador Aécio Neves, que se aproxima muito do que o Governo colocou. Há algumas variações, que nós temos de ajustar, porque ele foi feito, inclusive, à luz do que o próprio Governo orientava: vinham ao mercado algumas conversas dos Ministros e a gente, em função disso, encaminhava os projetos.

Não sou favorável – acho que já existem emendas e não faremos emendas aqui, também, no Senado Federal – a que a alíquota seja definida por decreto, ou seja, que ela não venha já definida por lei. Eu acho, no meu entender, que essas alíquotas têm de vir definidas em lei e não por um decreto governamental, porque, aí, ficaria à mercê do Governo em exercício fazer essas mexidas de valores. Colocaria uma insegurança muito grande para o planejamento dos Estados mineradores se houvesse uma mexida na regra.

Preocupa-me também, já na questão da legalidade, da regulamentação – aqui foi falado também e eu gostaria de ouvir dos senhores convidados –, por que o Governo tirou a participação especial. Ele falava, desde o início, que ela viria num projeto encaminhado pelo Governo e, ao final, a peça que aqui chegou tirou a participação especial.

A participação especial nada mais é do que o que existe no petróleo. Não serão todas as minas que terão participação especial, serão aquelas minas que sejam superavitárias, que tenham uma presença importante no setor da mineração. Essas, sim, têm de dar uma resposta além daquela que é da própria CFEM, como a Austrália fez recentemente, taxando – só que o fez taxando em cima do imposto de renda.

O SR. PRESIDENTE (Fernando Collor. Bloco União e Força/PTB – AL) – Do lucro?

O SR. FLEXA RIBEIRO (Bloco Minoria/PSDB – PA) – Do lucro, em cima do lucro da exploração. E essa participação especial seria variável e até poderia ser extinta se a mina não tivesse a continuidade da sua importância no setor.

Outro assunto que diz respeito também a essa questão é que não haveria mais como se manter, como é hoje, uma empresa que consiga um direito de lavra e fique com esse direito por décadas sem que o explore, fazendo maior o valor para negociação, um leilão pessoal. Então, é preciso que haja um tempo, e esse tempo é para ser discutido com as empresas, entre o direito de lavra e a efetiva exploração para que seja mantido. Se não, ela que devolva e entregue ao Governo para que ele faça, como está sendo proposto aqui, uma licitação.

O que me preocupa também, e isso aqui foi muito bem colocado – lamentavelmente não assisti às duas primeiras palestras, mas a Drª Maria Amélia e o representante da associação falaram da questão –, são as empresas juniores, que vão deixar de fazer as pesquisas. Será que o Estado vai ter capacidade de fazer essas pesquisas para que possam, então, a partir delas, fazer o processo de licitação? Desse assunto a gente tem que realmente fazer uma exploração mais detalhada, um debate mais detalhado.

Por último, com esses pontos de partida, como eu diria, estamos iniciando a discussão. Eu não faço, diria, o raciocínio de que o preço, a base de cálculo para a CFEM tem que ser o preço de transferência, o valor da *commodity*. Não há como ser de outra forma. No projeto de Governo, veio o preço de transferência menos os impostos. Então, vamos definir quais são esses impostos porque, na exportação, o imposto se não é zero é perto disso. Que impostos são esses que serão abatidos? Porque se cria, como já foi colocado aqui, um contencioso muito grande. Vai continuar o que existe hoje quando se abate do valor de referência os custos de produção. E nessa redução do custo de produção se judicializam os processos, o que não é bom nem para a empresa mineradora, nem para o Estado.

Acredito, e defendo isso, que nós devemos criar um fundo para que atenda aos Municípios, não só ao Município minerador, onde há uma concentração da carga de arrecadação, mas também aos Municípios do entorno, onde o Estado poderá, com esse recurso, planejar um melhor desenvolvimento regional. Nós temos, já foi mostrado aqui também, um Município, Parauapebas, no Pará, que é o que mais arrecada no Brasil em nível de CFEM. Tem uma receita enorme, enquanto os Municípios vizinhos recebem o impacto, porque nem todos ficam em Parauapebas, também estão nos Municípios vizinhos, e não têm como atender a essas demandas e nem o Estado pode atender por eles.

Quero aqui parabenizá-los e dizer que fico muito feliz de nós estarmos, Presidente Collor, por iniciativa de V. Exª, antecipando o debate. Isso é muito importante. É muito importante que se antecipe o debate e que se acompanhe aquele que está acontecendo lá na Câmara dos Deputados, porque, com os debates que lá acontecem, nós vamos avançar bastante, facilitar bastante os trabalhos que nós vamos ter aqui no Senado.

Meus parabéns!

O SR. PRESIDENTE (Fernando Collor. Bloco União e Força/PTB – AL) – Muito obrigado a V. Exª, Senador Flexa Ribeiro, que é representante do Estado do Pará nesta Casa, 1º Secretário da Mesa Diretora dos trabalhos e de um Estado que diz respeito intrinsecamente àquilo que está sendo debatido, discutido e deliberado proximamente que é o marco regulatório da mineração. A opinião de V. Exª está acolhida por todos os integrantes aqui, os expositores, que farão considerações a respeito em seguida.

Com a palavra S. Exª o Senador Blairo Maggi.

Desculpe.

O SR. FLEXA RIBEIRO (Bloco Minoria/PSDB – PA) – Por ordem de chegada, seria o Senador Sérgio Souza.

O SR. PRESIDENTE (Fernando Collor. Bloco União e Força/PTB – AL) – É verdade. É que o Senador Sérgio Souza tinha saído, e eu não tinha percebido que ele havia voltado. Por ordem de inscrição, tem a palavra – perdoe-me, Senador Blairo Maggi. Com a palavra S. Exª o Senador Sérgio Souza e, em seguida, o Senador Blairo Maggi.

O SR. SÉRGIO SOUZA (Bloco Maioria/PMDB – PR) – Eu agradeço, Sr. Presidente Fernando Collor, a V. Exª e também ao Senador Blairo.

As atribuições nas Comissões fazem com que realmente o tempo não esteja a nosso favor. Neste exato momento, estamos sabatinando uma indicada pelo Supremo ao CNJ e também fazendo uma reunião com votações terminativas na Comissão de Assuntos Sociais, mas fiz questão de aqui voltar, Sr. Presiden-

te, não sou membro-titular desta Comissão mas tenho muito orgulho de dela participar mesmo como suplente.

Nesta Comissão, nós estamos, de fato, debatendo os grandes temas que interessam ao País. Parabenizo V. Exª pela iniciativa e pela firmeza com que tem conduzido as audiências públicas e as reuniões desta Comissão, que tem produzido resultados positivos, inclusive, elas vêm antes mesmo de nós percebemos uma movimentação na sociedade brasileira por um Brasil mais justo, mais igual, mais barato.

O pensamento de V. Exª é muito parecido com o que eu penso também. Acho que nós precisamos ter um Brasil mais otimizado. Vejo aqui o Senador Flexa Ribeiro, representante, assim como a Secretária de Estado de Indústria, do Estado do Pará, dizer: "Olha, nós precisamos de que a CFEM tenha um valor agregado maior, que dê um resultado ao Estado do Pará, de maneira que venha a compensar o que o Estado está fazendo pelo Brasil e pelo mundo". Perfeito.

Eu ouvia antes aqui também, no início, quando o Dr. José Fernando Coura, representante do Ibram, falava sobre o que pensa o Ibram, o Senador Clésio Andrade falar na mesma linha. Eu entendo que nós precisamos, de fato, diminuir o custo. O nosso custo hoje é altíssimo e os modais de transporte são um fator preponderante para nós alcançarmos uma redução substancial no custo.

Semana passada, em um voo do Paraná para Salvador, onde tive um encontro com o Governador Jaques Wagner para tratar de um assunto de interesse do Congresso, sobrevoei o Porto de Paranaguá. Olhei e vi centenas de navios. Contei 132 navios atracados.

No sábado, Senador Blairo, estive na Coamo, num evento esportivo. Coamo é a maior cooperativa agropecuária do Brasil. Ela fatura em torno de RS$7,5 bilhões ao ano, ou seja, mais do que a cidade de Curitiba, que tem dois milhões de habitantes. O Presidente me dizia que está mandando o escoamento da sua safra de milho para o porto de Rio Grande, de caminhão, porque, no Porto de Paranaguá, um navio está ficando 90 dias atracado. Ficar 90 dias atracado um navio para poder descarregar ou carregar quer dizer mais ou menos um custo de US$2,5 milhões de *demourrage*. Agora, analisemos: dependendo do tamanho do navio, custa até mais.

O que está acontecendo? Não adianta nós resolvermos o problema interno se nós não resolvermos lá também, na ponta, a questão portuária da cabotagem. Acho que o Brasil tem pensado nisso, mas não está dando velocidade.

Tive oportunidade, esses dias, de viajar com a Presidente Dilma e disse a ela: "Nós precisamos de duas coisas, Presidente, neste exato momento, no Brasil: diminuir sistematicamente a burocracia e dar velocidade àquilo que o Governo se propôs a fazer". Porque o Governo se propôs a fazer mais ferrovias, e está fazendo em alguns lugares, mas sem pressa. Se propôs a otimizar os portos, se propôs a modernizar, e está acontecendo, os aeroportos, duplicar ou construir algumas rodovias, como a 163, que está bastante adiantada lá na Região Norte, região do Pará, mas não o faz com velocidade.

Então, essa é a reflexão que eu gostaria de fazer aqui com todos os palestrantes, como Senador de um dos Estados que é altamente produtor, que é o Paraná, e altamente consumidor de fertilizantes. Nós sabemos que somos importadores de fertilizantes e 60% dos fertilizantes que nós trazemos ao Brasil, que vêm lá do leste europeu, entram pelo Porto de Paranaguá. Nós podemos otimizar. Inclusive, segundo informações, o Pará, a Região Norte do Brasil tem um potencial enorme de jazidas de potássio e nós precisamos diminuir a burocracia para otimizar a nossa exploração interna, porque aumentou, Senador Blairo Maggi, a produção agrícola nas Regiões Norte e Centro-Oeste nos últimos anos, pegando também o Matopiba, conhecido como região de grande expansão agrícola, assim como a região do norte do Mato Grosso e Rondônia.

Nós podemos diminuir o custo do Brasil, otimizando os modais de transporte e diminuindo a burocracia. Esperar dez anos para ouvir um não ou um sim para uma autorização ambiental para lavrar ou para explorar é um absurdo. Imaginem o custo interno disso! Dez anos mantendo alguém ligando, fazendo o controle de papéis, arquivos! Imaginem o custo para a empresa e a falsa expectativa que gera às vezes!

Acho que se nós reduzirmos a burocracia excessiva no País... Burocracia quer dizer dificuldade. E quando se tem dificuldade, o que vem na sequência? Alguém oferecendo facilidade. Isso é muito comum. Quanto mais dificuldade, quanto mais burocrático é um País, uma cidade, um Estado, mais gente há vendendo facilidade e, por trás disso, alta corrupção. Por isso nós precisamos diminuir a burocracia e assim vamos diminuir gradativamente também a corrupção.

Otimizando os modais de transporte, nós vamos diminuir o custo. E uma vez que você diminui o custo de alguém que vai lá explorar as jazidas de minério vai sobrar mais dinheiro. Se sobra mais dinheiro, Senador Flexa, vão poder pagar mais impostos, poder pagar mais taxas, ficarão no Brasil esses três milhões que se pagam pela ineficiência portuária. Por um único navio que fica atracado, quem paga é o povo brasileiro. O dinheiro não fica aqui, porque ele tem que pagar a estadia, a espera do navio. O dinheiro vai embora, se queima, quando poderia ficar no interior deste País.

Portanto, eu fiz questão, Sr. Presidente, de fazer esta reflexão.

Acho que o Governo Federal, o Governo da Presidente Dilma tem sinalizado projetos importantes. Vi ali inclusive, nas explanações, que, nos grandes projetos de modais no mundo, o Brasil está inserido. No entanto, não temos velocidade. No momento em que a população vai às ruas e faz a comparação: obras da Copa acontecem, que são obras bilionárias, pergunta: por que não acontecem as obras de infraestrutura? Não é por culpa do Congresso, porque este, a pedido do Governo, também votou o RDC para as obras do PAC; essas obras todas são do PAC. Então, onde está o problema? O problema está nos licenciamentos que são demasiadamente demorados. Isso atrasa, e muito, e as licenças são as dezenas necessárias para se conseguir avançar.

Era essa a reflexão.

Parabenizo mais uma vez V. Exª, Sr. Presidente desta Comissão, pela iniciativa, Presidente Collor, e pelas palestras, aquelas que pude ouvir – ouvi um pouco da Maria Amélia e quase a totalidade do Sr. José Fernando –, que só vêm engrandecer o nosso trabalho, a nossa atuação legislativa aqui no Senado Federal.

Muito obrigado.

O SR. PRESIDENTE (Fernando Collor. Bloco União e Força/PTB – AL) – Muito obrigado a S. Exª, Senador Sérgio Souza, pela participação nesta nossa reunião de hoje, em que debatemos a modernização da legislação ambiental.

Com a palavra S. Exª o Senador Blairo Maggi.

O SR. BLAIRO MAGGI (Bloco União e Força/PR – MT) – Obrigado, Sr. Presidente, Fernando Collor. Quero cumprimentar nossos convidados na manhã de hoje, nesta audiência pública extremamente importante para a condução dos trabalhos e que vai levar a um resultado final, a um projeto que será votado aqui no Senado e que terá grande repercussão na vida de muitas empresas e de milhões de brasileiros.

Sei que a discussão está apenas começando no Congresso. Então, ela parece ainda muito quadrada, vamos chamar assim. A impressão é a de que não vai dar para fechar tudo, mas a gente já aprendeu aqui que, ao final, fecha. A gente vai puxando para cá, arrumando para lá, e as questões vão indo para o lugar. As negociações estão apenas começando.

Mas eu queria, na manhã de hoje, não me ater aos fatos que já foram aqui discutidos sobre as questões das licenças. Ouvi V. Sª falar sobre o tempo da licença, de vinte e poucos anos para limpar a pauta do que há no DNPM. Essas são coisas que devem vir para a mesa, para avaliarmos se o projeto que vamos votar desburocratizará a ação ou criará mais confusão.

Disse aqui, na segunda-feira, quando o Ministro Lobão aqui esteve, que ultimamente no Brasil, quando criamos uma nova agência – que é o caso agora, quando se cria a Agência Nacional da Mineração –, chamam-se novas pessoas para começarem esse processo, e elas criam uma burocracia nova e se esquecem de tirar a velha. Então, dobra-se a quantidade da burocracia, o que trava o processo. Tem sido assim. Assim foi na Anac, da aviação, na Antaq, de portos, etc. Em todos os setores em que a minha empresa trabalha e em que foram criadas agências, duplicou-se ou triplicou-se a burocracia, e o processo ficou mais demorado. Então, pedi ao Ministro aqui, na segunda-feira, que observasse isso na revogação das disposições contrárias, mas não só da lei, das portarias, das normativas e não sei mais o quê, que vão enchendo a vida das empresas, de todo mundo.

Mas eu queria me ater aqui a um pequeno comentário sobre o que a Drª Maria disse, e que fala aqui em nome do Estado. Para quem já foi gestor – eu já fui Governador, o Presidente Collor já foi Presidente da República, você hoje é Secretária –, quando nós estamos do lado do público, do outro lado do balcão, nós sentimos muito aquilo que os empresários não querem. O Estado precisa de recursos, precisa de dinheiro para fazer com que a vida das pessoas mude para melhor; precisamos construir mais escolas, mais estradas, casas populares, dar acesso às pessoas a uma série de bens que elas não têm normalmente. Para isso não há outro jeito. Como diz um ditado lá no Rio Grande do Sul: do couro sai a correia. Quer dizer, não tem jeito; é de você mesmo que as coisas vêm.

Então, são dos setores produtivos que o Estado brasileiro e os Estados federados conseguem recursos para tocar, assim como os Municípios. Então, nós não vamos deixar de fazer o debate de arrecadar mais para o Estado. Claro que o gasto com eficiência é outra discussão que a gente faz permanentemente aqui, mas não podemos deixar de lado o abastecimento dos caixas dos Estados e dos Municípios para fazerem frente aos problemas que as estruturas de mineração trazem. Vamos ter de fazer isso.

Na quinta-feira da semana passada, fui visitar, no Estado do Maranhão, o Porto do Itaqui. Tenho um negócio de exportação de soja para aquela região, estamos construindo um porto, e eu fui visitar o Maranhão. Confesso que eu não conhecia o Maranhão do jeito que eu vi. E veio a calhar bem o que a Drª Maria colocou aqui: é um Estado aparentemente rico, com uma estrutura enorme de porto, com grandes fábricas de transformações, que os senhores devem obviamente conhecer, mas, quando se vê o resultado final da arrecadação do Maranhão, dá dó. E as empresas falam o

que eu até acho como empresário: o que temos a ver com isso, se já pago os meus impostos? Mas o Estado não dá conta. E isso acontece com o Pará.

Eu aqui cheguei e comecei fazer algumas pesquisas rápidas na Internet e vi que o PIB do Maranhão e o PIB do Mato Grosso são bem parecidos, só que a renda *per capita* familiar do Pará não é nem a metade da renda *per capita* do Mato Grosso...

O SR. PRESIDENTE (Bloco União e Força/PTB – AL. *Fora do microfone.)* – Do Pará ou do Maranhão?

O SR. BLAIRO MAGGI (Bloco União e Força/PR – MT) – Do Pará. Agora é do Pará. Do Maranhão é um terço, com um PIB 30% menor. Então, se olharmos esses números, veremos que a cadeia produtiva do setor mineral deixa muito pouco desses recursos para a sociedade buscar, diferentemente do Estado do Mato Grosso, que é eminentemente agrícola e cujo PIB vem da agricultura. A agricultura tem uma cadeia mais longa e a sociedade, as pessoas e o comércio conseguem se beneficiar desse processo. É o borracheiro, tem que comprar herbicidas e fertilizantes, tem que ter mão de obra. Enfim, são inúmeras pessoas envolvidas, e a renda acaba sendo capturada e aumentada. Como falei, é o dobro da do Estado do Pará, sendo que a do Estado do Maranhão chega a 30% da renda *per capita* familiar do Mato Grosso.

Então, isso demonstra claramente que algo deve ser feito nessa direção. Nós não podemos ter um Estado como o Maranhão – ao qual aqui me refiro porque lá estive na semana passada –, cujo parque industrial não sei se é dez vezes maior do que o do Estado do Mato Grosso, e ele perde em todos os quesitos em todos os comparativos que fizemos. Fica uma interrogação e uma observação a ser feita: a de que algo nesse processo que vamos discutir aqui dentro do Congresso tem de se direcionar aos Estados e aos Municípios.

Isso aqui foi dito pelo Senador Flexa e pela Drª Maria também na questão de Parauapebas e outros Municípios.

Essa é a realidade, é a pura verdade do que acontece. Nós, como Senadores que representamos os Estados, não vamos poder deixar de discutir isso. Já veio na mensagem um aumento de 1% da CFEM para sair de até 3% para até 4%, mas, talvez, outros mecanismos de compensação tributária entre as regiões, compensações do País a gente deve discutir porque não podemos... Não concordo muito com essa questão de um Estado contribuir muito para o desenvolvimento do País, com a receita da sua balança comercial, e ele não conseguir levar adiante as questões da sua população, do seu povo e da infraestrutura.

Apenas queria dizer que as conversas estão só começando. Então, várias frentes serão debatidas: a questão das licenças, a questão do direito da propriedade, de como será indenizado aquele que fizer a pesquisa e depois, na chamada pública, ficar de fora. Na questão dos portos isso foi feito agora. Tudo tem de ser chamada pública, e estamos começando esse negócio e não o sabemos bem. Quero fazer um porto, mas o meu vizinho também; quem vai fazer? Como vai fazer? É um aprendizado. Acho que a gente não deve ter medo de mudança, mas é um aprendizado. Vamos ter de trilhar esse caminho e aqui, na questão do Código Mineral, isso não será diferente.

Quero cumprimentar, Presidente Collor, V. Exª pela iniciativa mais uma vez de chamar à discussão o assunto. Com certeza, esta não será a última audiência pública que faremos; teremos inúmeras audiências públicas para ouvir todo mundo. As informações que a gente recebe aqui, como disse o Presidente Collor, ao final, são compiladas. De tudo o que foi dito, esta Comissão vai sugerir o rumo a seguir no andamento desse processo de construção interna.

Então, parabéns a todos.

Não se trata de pergunta. São observações que certamente serão feitas aqui no Congresso Nacional, principalmente no Senado.

Muito obrigado, Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Fernando Collor. Bloco União e Força/PTB – AL) – Muito obrigado a S. Exª o Senador Blairo Maggi.

Apenas complementando ou tentando colaborar com o que disse o Senador Blairo Maggi sobre o Município de Parauapebas, lá no Pará, foram recolhidos pela exploração mineral, pela CFEM, R$340 milhões em 2012 e, desse valor total, 80% ficaram no Município de Parauapebas. Quer dizer, como foi discutido aqui, o que significa esse impacto para o Município de Parauapebas e para o entorno de Parauapebas, de que maneira eles podem se beneficiar, se não gera um desnível grande de desenvolvimento entre um Município que tenha isso e outros. E saber sobre o que disse aqui a Drª Maria Amélia: se os Municípios que eventualmente recebem esses recursos fruto da exploração mineral realizada em sua área territorial estão aplicando de forma conveniente esses recursos para o futuro, porque, como toda exploração mineral, um dia acabam e aí vem aquela questão da maldição holandesa em relação ao petróleo.

Esse é um dos inúmeros pontos que aqui hoje foram levantados, Senador Blairo Maggi, em que precisamos de nos deter, nos aprofundar. É isso que a Comissão de Serviços de Infraestrutura do Senado pretende fazer no decorrer do tempo em que venha a chegar aqui o Código de Mineração, o novo marco regulatório da mineração no Brasil.

Muito obrigado a V. Exª, Senador Blairo Maggi.

Com a palavra, S. Exª o Senador Eduardo Suplicy.

O SR. EDUARDO SUPLICY (Bloco Governo/PT – SP) – Prezado Presidente Fernando Collor, primeiramente, parabéns pela audiência sobre o marco regulatório da mineração. Infelizmente eu estava arguindo na Comissão de Constituição, Justiça e Cidadania uma das indicadas para o CNJ. Só há pouco terminei. Terei de ser brevíssimo, pois terei audiências às 11 horas com o Ministro Antonio Patriota.

Pude ouvir, no caminho para cá, boa parte das exposições, inclusive a da Drª Maria Amélia Enríquez. Fiquei com muita vontade de aqui passar um instante para fazer, primeiro, uma pergunta que talvez tenha sido objeto de análise da parte dos senhores, mas não na parte que eu ouvi, relativamente ao nióbio. Eu tenho ouvido comentários de que uma quantidade enorme de nióbio, um minério de que o Brasil dispõe, estaria sendo exportada, levada por navios, muitas vezes até sem o devido registro. É uma riqueza formidável sobre a qual poder-se-iam cobrar os *royalties* devidos, o que não estaria ocorrendo. Agradeço se puderem me dar uma informação sobre esse ponto.

O segundo ponto é que eu gostaria de dar a informação às senhoras e aos senhores de que, em 1999, aqui apresentei um projeto de lei para instituir o Fundo Brasil de Cidadania, aprovado pelo Senado Federal por consenso e em tramitação na Câmara desde então. O projeto leva em conta proposições de Thomas Paine, em 1795, sobre a experiência do Alasca. A senhora mencionou a Austrália e outro país que são considerados ícones...

A SRª MARIA AMÉLIA RODRIGUES DA SILVA ENRÍQUEZ – O Canadá.

O SR. EDUARDO SUPLICY (Bloco Governo/PT – SP) –... no aproveitamento de *royalties* decorrentes da exploração de minérios, mas eu considero muito interessante a experiência do Alasca, que está descrita em meu livro.

Eu gostaria de dar a cada um dos senhores um exemplar do meu livro. Infelizmente, como a minha audiência será daqui a seis minutos, eu não poderei permanecer mais. Então, vou dar-lhes o meu livro e pedir licença, cumprimentando a Comissão de Infraestrutura.

Hoje é um daqueles dias em que nós temos de ser quatro simultaneamente, Sr. Presidente.

Parabéns a todos.

O SR. PRESIDENTE (Fernando Collor. Bloco União e Força/PTB – AL) – É verdade.

Muito obrigado pela participação de V. Exª, Senador Eduardo Suplicy. O que V. Exª afirma é realmente absolutamente verdadeiro. Sobretudo às terças, quartas e quintas-feiras, cada um de nós Senadores temos de nos desdobrar em dois ou três, para que possamos atender às demandas das outras Comissões das quais participamos.

A participação de V. Exª foi muito importante. A sua pergunta será respondida. E espero que, no seu trajeto para a audiência com S. Exª o Ministro das Relações Exteriores, o senhor possa ouvir a resposta.

Passo a palavra, para as considerações finais e respostas às perguntas que foram formuladas pelos Srs. Senadores, ao Sr. José Fernando Coura, Diretor-Presidente do Instituto Brasileiro de Mineração.

O SR. JOSÉ FERNANDO COURA – Muito obrigado, Presidente Collor.

Vou aproveitar e já dizer que, evidentemente, do ponto de vista de empresário e de dirigente do Ibram e da Federação das Indústrias de Minas Gerais, eu desconheço a questão do contrabando, mas entendo a preocupação do Senador Suplicy – se o Senador Collor puder transmitir-lhe. Eu tenho um almoço na terça-feira com o nosso Tadeu Carneiro, Presidente da CBMM. E a CBMM é o exemplo mais importante e seguramente o mais eficiente do Brasil de como construir o mercado através de um produto mineral.

Além disso, Senador, a própria CBMM produz nióbio metálico e ferro– nióbio, ferro-liga. É uma empresa em que o Governo de Minas tem participação; é uma empresa que tem participação expressiva do Governo de Minas. A gente diz dos frutos da mineração, como Ouro Preto, Mariana, Tiradentes, aquelas cidades históricas, e a própria cidade administrativa de Minas foi construída com recursos do nióbio.

Então, acho que nada mais importante, vindo de um Senador como o Senador Eduardo Suplicy, do que eu lhe fazer um convite para ir a Araxá e ter uma exposição. Queria que V. Exª lhe transmitisse isso. Vou acertar com o Presidente da CBMM, para que possa ver, e essas questões possam ser levantadas com responsabilidade e possam ser respondidas.

Em segundo lugar, agradecer fortemente, mas muito mesmo, a oportunidade de estarmos aqui.

Acho que os palestrantes combinaram, e cada um deu uma parte da sua contribuição, não é Elmer? Daqueles US$75 bilhões previstos, de investimento que o Ibram coleta de seus associados, nenhum depende de marco regulatório, não. Mas depende de licença ambiental, depende de concordância dos Estados. Esse é o grande entrave, e depende de logística. Sem a Ferrovia de Integração Oeste-Leste, a Fiol, não há mineração no interior da Bahia e norte de Minas. Não vai ter.

E, em relação a grande parte das questões colocadas pelo nosso Presidente Elmer também, recebemos uma recomendação dele e fizemos um ofício – está

aqui o diretor Marcelo Tunes, do Ibram –, fizemos uma sugestão à Srª Ministra da Casa Civil, que, primeiro, criasse a Agência Nacional de Mineração, até porque tem de ser dito que todos os setores concedidos no plano da economia têm agência: agência de energia elétrica, agência nacional de aviação civil, petróleo, transporte terrestre, portos, todos, comunicações.

Por que a mineração não tem a estrutura de uma agência, nos modelos de uma agência com autonomia administrativa, presença em todo o Território Nacional, dotação orçamentária própria?

E levamos esta sugestão: na medida em que se puder criar agência e dar a ela estrutura legal, estrutura de funcionamento, administrativa e técnica, tudo facilitaria as modificações.

Sobre grande parte das colocações, a gente teve oportunidade de levar a alguns Deputados as emendas para essa questão que muito bem o Elmer levantou. São questões importantes a serem respondidas.

Mas eu entendo, Senador, que o local adequado para discutir – e, felizmente, graças a Deus, não veio por medida provisória, veio por projeto de lei – é o Senado e a Câmara, são as casas que representam o povo brasileiro. Aqui, os interesses diversos, como bem disse a Maria Amélia, que são difíceis de equilibrar, serão discutidos. Eu tenho absoluta certeza de que, ao final desse processo, como bem disse o Senador Blairo Maggi, nós teremos um novo marco da mineração, um novo Código de Mineração. E, voltando aqui ao Elmer, dos investimentos até hoje acontecidos, do crescimento da produção, nenhum – zero! – foi impedido pelo Código atual.

O Código de Mineração não impede investimento. O que impede são outros entraves que eu fiz questão de colocar. Mas espero que, ao final, passado na Câmara e passado no Senado, leve a sanção da Senhora Presidente da República um novo marco, com respeito aos contratos, segurança jurídica e atratividade para a mineração. É isso o que esperamos.

Queremos agradecer e estamos à disposição desta Comissão para o que for necessário. Conte conosco, Senador, porque nós contamos muito com V. Exª também

Muito obrigado e bom dia a todos.

O SR. PRESIDENTE (Fernando Collor. Bloco União e Força/PTB – AL) – Muito obrigado, mais uma vez, ao Dr. José Fernando Coura, Diretor-Presidente do Instituto Brasileiro de Mineração, pela sua valiosíssima participação neste nosso debate.

Passo agora a palavra, para suas considerações finais, à Drª Maria Amélia Rodrigues da Silva Enríquez, doutora em desenvolvimento sustentável, Secretária Adjunta de Indústria, Comércio e Mineração do Estado do Pará.

A SRª MARIA AMÉLIA RODRIGUES DA SILVA ENRÍQUEZ – Obrigada, Senador. Também gostaria de reforçar a excelente oportunidade de expressar um pouco dessa experiência que passamos no Governo Federal e um pouco do sentimento do Estado em relação a esse processo que estamos vivenciando. Creio que a contribuição e a reflexão também dos Senadores que aqui estiveram presentes, Ricardo Ferraço, Flexa Ribeiro, Sérgio Souza, Blairo Maggi e Eduardo Suplicy, só vieram reforçar a importância estratégica desta reunião, de um tema tão relevante para o Brasil.

O Senador Ricardo Ferraço destacou a importância de explorar os contraditórios. A gente colocou no princípio da nossa apresentação que são diferentes atores, diferentes interesses, diferentes dimensões, diferentes escalas. Não se pode usar a mesma régua, a mesma medida, para cada um desses aspectos. Portanto, o Senado, a Câmara, o Congresso Federal, de forma ampla, tem de ter muita sensibilidade para separar o joio do trigo.

O Senador Flexa, que está profundamente envolvido nessa questão, coloca vários aspectos que têm a ver com a questão das alíquotas em lei. Acredito que também, do ponto de vista de Estados, de Municípios e do próprio setor produtivo, vai dar mais segurança saber exatamente quanto se vai arrecadar. No entanto, não fazer um critério de jogar os dados e verificar qual é a alíquota para aquela substância, como é hoje.

O potássio, que é o mineral que nós temos mais escasso no Brasil, tem a maior alíquota. Hoje, a areia tem uma alíquota igual à do níquel. Então, é preciso verificar qual a importância desses bens minerais na cadeia produtiva nacional e ter um critério técnico de definição de alíquota.

Por que caiu a participação especial não sei. Todo mundo fala que o modelo da Austrália é o mais importante, e a Austrália implantou esse modelo. É um modelo justo, porque se haveria uma compensação justa; a parte da compensação, pela redução do patrimônio. A compensação financeira muitas vezes se confunde com compensação ambiental; é uma compensação devida à redução de um patrimônio público; é uma retribuição ao público que deveria ser convertida em outros ativos, para manter o mesmo nível de patrimônio. Se está reduzindo um ativo natural, não renovável, que deveria ser traduzido em outro ativo, em empreendimentos e diversificação produtiva, para se manter o mesmo nível dos ativos da sociedade. Então, é importante essa boa utilização.

E a participação especial seria daquelas minas extremamente lucrativas que, diga-se de passagem,

não significam 99% das minas do Brasil. Teríamos 1% dessas minas realmente superlucrativas, por exemplo, a S11D, de que se está falando aí, que um custo de produção que é menos de US$10,00 por tonelada, e hoje o preço do minério de ferro está em torno de US$120,00. Então, certamente, seria uma mina de superlucro, onde os Estados e a região produtora – principalmente quando se trata de uma região periférica, com enorme dificuldade no seu processo de desenvolvimento – participem dessa distribuição de benefícios. Isso é justo e é necessário.

No entanto, colocando alguns parâmetros de elevar os níveis do desenvolvimento humano regional aos níveis aceitáveis no Brasil. Se queremos ser um país rico, competitivo, desenvolvido, é inaceitável regiões... Aqui temos três ou quatro brasis, com padrões dos piores países da África e padrões da Bélgica, como dizia o Edmar Bacha, dos anos 70.

Hoje, nós nem podemos dizer da Belíndia, porque a Índia também já está bastante elevada; temos padrões piores do que na África no Estado do Pará, Estado extremamente rico, por uma questão das distorções tributárias, conforme notou o Senador Blairo Maggi. Fiquei muito feliz pela sensibilidade de S. Exª em perceber esses indicadores. É essa situação hoje.

No Pará, vivemos uma espécie de neocolonialismo: uma região vista como um almoxarifado, para se pegar energia. Podemos ser a solução do problema logístico do País, mas o País precisa olhar para a Amazônia e particularmente para o Estado do Pará com o devido valor de que o Estado precisa, para poder elevar esse nível à média do Brasil. E a região, com toda a generosidade que ela oferece – seus minérios, seus recursos hídricos, suas divisas – para o desenvolvimento nacional.

O Senador Flexa coloca uma série de questões. Não entendo por que saiu também a participação especial. Seria interessante ouvir do Ministro Lobão ou de quem enviou o projeto para o Congresso. Ficarem sentadas em cima das minas essas jazidas que passam de mão em mão por décadas, isso, segundo os especialistas, é um problema grande, estrutural do atual marco. Daí a necessidade de mudá-lo. Ele também fala do preço de referência. Na minha apresentação, há bastantes detalhes sobre essa questão, que é técnica, mas tem um rebatimento muito importante na arrecadação. É importante dar um foco, colocar uma lupa nisso.

O Senador Sérgio Souza fala do licenciamento ambiental, e aí, uma outra contradição grande que está dentro do marco, porque ele coloca prazos inclusive muito apertados para o empreendedor, mas esqueceu que quem dá os licenciamentos normalmente são os Estados. E, normalmente, os Estados estão desaparelhados para dar essa licença com a celeridade que o marco está colocando. Então, faltou também um diálogo desses prazos com os prazos dos Estados.

Por fim, verifiquei que as questões colocadas aqui dizem respeito à competitividade, à justiça distributiva e ao Pacto Federativo. Acho que, talvez, esse "três em um" precise ser destrinchado para, depois, ser reunido novamente, porque tratar igual vai confundir as discussões.

Agradeço muito a oportunidade e desejo muito sucesso na discussão, daqui para frente, desse marco, que é tão fundamental para o Brasil e indispensável para as regiões produtoras.

Muito obrigada.

O SR. PRESIDENTE (Fernando Collor. Bloco União e Força/PTB – AL) – Muito obrigado à Drª Maria Amélia Rodrigues da Silva, que é doutora em desenvolvimento sustentável, Secretária Adjunta da Secretaria da Indústria, Comércio e Mineração do Estado do Pará.

Passo, agora, a palavra ao Dr. Elmer Prata Salomão, Presidente da Geologia para Mineração Ltda, e Presidente da Associação Brasileira de Empresas de Pesquisa Mineral.

O SR. ELMER PRATA SALOMÃO – Muito obrigado, Sr. Presidente.

Inicialmente, quero agradecer, em especial ao Presidente Fernando Collor, pela oportunidade de discutir essa questão, até em antecipação a sua chegada ao Senado.

Agradeço aos Senadores Ricardo Ferraço, Flexa Ribeiro, Sérgio Souza, Blairo Maggi e Eduardo Suplicy pelas suas manifestações, que foram extremamente complementares, importantes, das apresentações feitas.

Quero fazer alguns comentários sobre as questões do Senador Flexa Ribeiro, inclusive sobre a observação de Cachoeira do Piriá, sobre a questão de as empresas deterem áreas por décadas e fazerem sucessivos negócios. É preciso dizer claramente que esse problema não é um problema do atual Código de Mineração, que contém todos os instrumentos necessários para que essas situações sejam verificadas. Se não forem legais ou não forem de interesse nacional, que elas sejam detidas. O problema é de gestão. Quer dizer, o DNPM não tem instrumentos humanos e de infraestrutura para realizar todo esse trabalho de fiscalizar a mineração brasileira, de fiscalizar a exploração mineral brasileira e, ainda, lidar com um universo que, hoje, no DNPM, significa 174 mil processos ativos em tramitação. Então, não há como lidar, com a pequena estrutura que o DNPM tem, com o pouco treinamento de pessoal, lidar com esse universo. Ou seja, o órgão

que nós temos para conduzir a nossa mineração é muito menor do que a própria mineração.

Então, nós precisamos equiparar em importância esses órgãos. Esperamos que a nova agência possa construir uma nova forma de gerenciar os bens minerais brasileiros.

Fazendo uma ponte do novo marco e com a observação do Senador Blairo Maggi sobre a burocracia, que é realmente uma questão extremamente importante, eu gostaria de lembrar que tramitam no DMPM hoje 70 mil alvarás de pesquisa, áreas que estão em pesquisa mineral já com alvarás concedidos; 55 mil requerimentos de pesquisa, que deveriam se tornar alvarás; 11 mil requerimentos de lavra – isso significa, no total, aproximadamente 140 mil processos, que terão que ser ajustados a essa nova legislação, tal como ela está prevista, Presidente.

Isso significa, então, que o DNPM, com os seus pobres 800 técnicos, tirando o cafezinho, os motoristas e tal, terá que lidar, no curto prazo, com cerca de 130 mil contratos. É impossível! Não há como. Mesmo que 20% desse total apenas cheguem ao final da reta, os mineradores resolvam desistir das áreas etc, mesmo assim nós estamos falando em 30 mil processos. Ou seja, 30 mil contratos! E o DNPM, com a estrutura que tem hoje, não consegue sequer fiscalizar a mineração brasileira e dar andamento às análises técnicas lá.

Então, o aumento da burocracia será gigantesco. Não vejo como será a administração da mineração brasileira nas próximas décadas; com um detalhe adicional: o Fernando Coura mencionou a sugestão de criar primeiro a agência. Pois é, o Governo hoje cria uma nova agência, que precisa de pelo menos dois anos para se estruturar – quem trabalhou no serviço público, o senhor foi Presidente da República, o senhor fez ministérios, o senhor sabe disso –, ao mesmo tempo ele muda toda a legislação mineral. Significa com isso que uma parte fundamental do direito minerário será afastada, que é a parte da jurisprudência. São 50 anos de jurisprudência, que balizam a relação do Poder Público com o poder concedente.

O SR. PRESIDENTE (Fernando Collor. Bloco União e Força/PTB – AL. *Fora do microfone*.) – Isso é um ponto importante.

O SR. ELMER PRATA SALOMÃO –... tanto a jurisprudência legal, como a jurisprudência administrativa. Embora ache muita coisa, isso vai ser tudo elidido, porque não haverá correlação com a nova forma de gestão dos bens minerais.

E cria-se uma agência. E uma outra coisa importante: o DNPM demorou 25 anos. Nós começamos a fazer a informatização no DNPM em 1990, no Governo Collor. Foram 25 anos para estruturar uma informatização capaz de auxiliar a administração dos processos minerais no órgão. Toda essa informatização baseia-se naturalmente na questão da legislação, que será também afastada.

Então, nós teremos a um só tempo: uma agência em implantação, uma nova lei sem nenhuma experiência de execução, a necessidade de uma enorme regulamentação – dois terços dos artigos desse projeto precisam de regulamentação posterior. Então, o caos é o limite.

Eu não sei como será possível gerenciar. Imaginando que, quando foi feito o marco legal do petróleo, que é uma coisa muito mais simples, porque são poucos contratos etc, foram seis anos sem nenhum leilão. Quantos anos demorará a mineração para restabelecer o ciclo normal de atividade? Esse ajuste é um ajuste extremamente difícil. Talvez não haja, por exemplo, como diz o Fernando Coura, problemas com a produção mineral, com os investimentos, mas com a exploração mineral há, e muitos. Nós não vamos gerar depósitos minerais no Brasil por muitos anos.

Isso é uma questão extremamente séria. Mas, como geólogo, este é o universo de trabalho do geólogo. Nós somos preparados para descobrir e avaliar depósitos minerais. Então, nós não temos mais como trabalhar. Ou trabalhamos para o Governo ou não trabalhamos para ninguém, porque as grandes empresas desmontarão as suas equipes de exploração porque não há razão para ficar guardando a equipe de exploração se ele vai ter que esperar um leilão do Governo. As pequenas empresas já foram, já estão indo embora, rapidamente.

Então, o geólogo não tem mais espaço de trabalho no País. Nós vamos ter que ir embora e vamos perder, naturalmente, uma grande competência acumulada durante todos esses anos, com uma quantidade razoável de depósitos minerais descobertos pelas pequenas, médias e grandes empresas no Brasil.

Bem, retornando à questão, apenas para responder a uma questão, acrescentar alguma coisa à questão do nióbio, levantada pelo Senador Eduardo Suplicy. Como geólogo, o que eu posso dizer é o seguinte: o nióbio não é um privilégio do Brasil. O nióbio é uma substância comum em todo o mundo. Há dezenas de depósitos de nióbio no mundo. O que nos coloca numa posição favorável é a qualidade do nosso depósito, com o qual podemos formar um mercado. Se nós elevarmos o preço do nióbio, imediatamente, 10 ou 20 novas minas de nióbio vão aparecer no mundo, com certeza absoluta. O mesmo acontece com as terras-raras. Eu ouvi a Maria Amélia mencionar as terras-raras, que também está no programa da Comissão.

Terras-raras são minerais do futuro. São minerais utilizados em tecnologias sofisticadas, telas de LED, fosforescentes e, principalmente, nos supermagnetos, que são a fonte futura para a melhoria da qualidade de vida da humanidade. Quer dizer, os supermagnetos trabalham com uma força que nós ainda não conseguimos dominar, que é o atrito. O atrito consome 90% da energia do mundo e os supermagnetos permitem que coisas flutuem e funcionem sem atrito. É uma coisa fantástica. Nós, hoje, temos supermagnetos nos motorzinhos de carro, nos limpadores de para-brisa, no vidro que fecha e abre. São pequenos magnetos de alta potência feitos com terras-raras.

A Índia detém 97 % da produção mundial de terras-raras e resolveu subir os preços. Bom, terras-raras nem são terras nem são raras. Quer dizer, nós vamos encontrar... O Ocidente acordou e começa, agora, a produzir terras-raras. Dentro de cinco anos o Ocidente não dependerá mais da China para produzir terras-raras.

(Intervenção fora do microfone.)

O SR. ELMER PRATA SALOMÃO – China! Não dependerá mais.

E o salto da produção de óxidos para a produção dos metais tem cinco estágios tecnológicos extremamente complicados. Só o Japão detém a tecnologia para a produção do metal. Nem os Estados Unidos a detém. E nós vamos ter que desenvolver isso.

Embora seja uma coisa extremamente importante, o mercado mundial de óxidos de terras-raras hoje é da ordem de 120 mil toneladas por ano. É um mercado de pouco mais de US$5 bilhões, US$6 bilhões, US$10 bilhões. Por exemplo, o Governo queria que a Vale do Rio Doce entrasse nisso. A Vale não vai entrar porque está fora do *target*, está fora do nível de faturamento dela. Ela não vai destinar recursos tecnológicos e de gestão para uma coisa que não vai mexer nem no zero da vírgula do faturamento dela.

Então, são essas as questões que esta Comissão terá que discutir.

Por exemplo, falamos muito que somos um país de *commodities*. E muitas vezes se culpa o minerador por não agregar valor ao seu produto. São duas coisas completamente distintas: o minerador produz concentrados minerais e produz produtos intermediários. Quem agrega valor é uma indústria de transformação, que é outro mercado, que é outra visão tecnológica, que é outra governança corporativa. O minerador não tem a obrigação de agregar valor ao seu produto. Ele é um elo da cadeia produtiva. O que nos falta é uma política industrial, para aproveitar os nossos bens minerais e agregar valor a eles. Mas não joguem, por favor, sobre a mineração a culpa por nós sermos um país de *commodities*. Nós somos um país de *commodities* porque nós somos um país que não consome suas *commodities*. Simples como isso. Quer dizer, vamos criar as condições. E vamos continuar a ser um país de *commodities* por uma razão muito simples. Por exemplo, nós exportamos 300 milhões de toneladas de minério de ferro por ano e produzimos seis milhões de toneladas de aço. Não vamos jamais ocupar esse espaço em transformação. E não podemos guardar esse minério no chão, porque a evolução tecnológica e as evoluções de preço transformam esses minérios em terra, sem nenhum valor.

Então, é agora que nós temos que aproveitar mesmo. Tudo que pudermos aproveitar neste momento tem que ser aproveitado, e o instrumento de que o Governo dispõe para proteger as gerações futuras são os fundos soberanos. Os fundos soberanos, sim, vão guardar dinheiro para que as gerações futuras possam se beneficiar das explorações de hoje, porque, se nós não fizermos essas explorações hoje, amanhã, isso pode não valer nada.

Outra coisa: não podemos produzir aço no Brasil. Por quê? Porque não temos carvão metalúrgico. Temos que importar carvão metalúrgico, quantidades enormes de carvão metalúrgico. Não existe essa quantidade enorme de carvão metalúrgico disponível no mundo. O nosso carvão, infelizmente, não é metalúrgico; é um carvão de péssima qualidade, que as indústrias utilizaram durante muitos anos, compulsoriamente. Elas eram obrigadas a comprar o carvão, que nem usavam. E foi no governo do Presidente Collor que isso caiu, trazendo um pouco mais de competitividade à indústria siderúrgica nacional.

Mas, enfim, essas são algumas considerações. E quero dizer que a Associação Brasileira de Empresas de Pesquisa Mineral está muito preocupada com o novo marco, porque ele realmente vai inviabilizar a exploração mineral no Brasil. Nós temos que encontrar um modelo que possa ser um modelo justo. E eu diria, por exemplo, que o modelo que o Governo hoje propõe é ótimo para as áreas protegidas do nosso território. Por exemplo, reservas indígenas mais unidades de conservação, Senador, correspondem a 30% do Território Nacional. É um espaço semelhante ao México, do tamanho do México. Essas áreas são completamente desconhecidas sob o ponto de vista de potencial mineral e mesmo de mapeamento geológico básico. Nunca se entrou nas reservas indígenas ou nas unidades de conservação para se mapear essas áreas, para se verificar o que se pode ter em potencial mineral e o que pode ser aproveitado em benefício das comunidades indígenas e em benefício do fortalecimento dos parques nacionais e reservas nacionais. Isso representa

30% do Território Nacional. Só isso ocuparia o nosso serviço geológico nacional por décadas.

Essa é uma solução que, certamente, deveria ser adotada porque nós não podemos ter, no nosso País, áreas cegas, áreas de que o País não tem nenhum conhecimento. Mesmo que nós não exploremos os bens minerais que estão lá dentro, por razões sociais e por razões econômicas, nós temos que conhecê-los. O País tem que ter o seu inventário de bens minerais feito. Isso é uma coisa importante.

Então, eu sugiro que a CPRM, em vez de se dedicar a selecionar áreas para leilões, se dedique a fazer os levantamentos geológicos básicos para conhecer essa parte ínvia do nosso território.

E quero lembrar que transformar a CPRM numa empresa de pesquisa mineral significa um retrocesso de quase 50 anos. Ela foi criada com esse objetivo. Ela foi criada para ser uma empresa de exploração mineral, para suprir a indústria mineral de novas áreas, de novas jazidas.

Já na década de 90, por demanda da sociedade, ela foi transformada no Serviço Geológico do Brasil, que faz levantamentos geológicos básicos para a sociedade. As áreas de risco das nossas encostas, com moradores morrendo, as áreas de seca, os levantamentos hidrológicos para suprir as áreas de seca, as áreas de fronteira de conhecimento, como o mar territorial, a nossa Amazônia azul, suporte para o ensino e a pesquisa das ciências geológicas no País, levantamentos geológicos, geofísicos e geoquímicos que servem para a indústria mineral, que é um dos usuários, planejamento territorial, etc, tudo isso é função de um serviço geológico nacional, que não pode ser feito sem o prévio conhecimento da geodiversidade do local.

Quando ela se transforma numa empresa de pesquisa mineral, isso não é compatível com o Serviço Geológico do Brasil. O Serviço Geológico do Brasil deixará de existir e nós temos que avaliar profundamente essa questão, porque isso é um retrocesso enorme.

Quando eu falo que não é compatível, agora, só com a notícia do novo marco regulatório, já não está sendo compatível, porque a CPRM não está mais disponibilizando as suas bases de dados para a indústria.

Então, novamente agradecendo ao Presidente Collor e a todos que nos ouviram com muita paciência, eu encerro esta participação dizendo que a ABPM está à disposição de todos com seus dados e suas observações.

Obrigado.

O SR. PRESIDENTE (Fernando Collor. Bloco União e Força/PTB – AL) – Agradeço ao Dr. Elmer Prata Salomão, Presidente da Associação Brasileira das Empresas de Pesquisa Mineral, pela sua participação na reunião de hoje, extremamente produtiva.

E passo a palavra, para finalizar a nossa audiência pública de hoje, em que tratamos da modernização da legislação mineral, dentro do tema de debate que é "O novo marco regulatório da mineração", ao Prof. Dr. Valdecir de Assis Janasi, Diretor do Instituto de Geociências da USP, que é o coordenador desses debates do marco regulatório da mineração que estão sendo realizados na Comissão de Serviços de Infraestrutura do Senado Federal.

O SR. VALDECIR DE ASSIS JANASI – Como coordenador, quero manifestar, primeiramente, a satisfação muito grande, agradecendo e reconhecendo o esforço desta Comissão, do Senador Fernando Collor, numa iniciativa de se antecipar a um tema de extrema relevância. Para nós todos, eu acho que essa primeira experiência, esse primeiro painel revelou a prudência dessa antecipação. Acho que as palestras de hoje e a intervenção dos Senadores mostraram algo que também apareceu como surpresa para mim, que é o fato de que o diálogo com o setor ainda está carente. O Senador Ricardo Ferraço falou em certa perplexidade. É verdade que, muitas vezes, podemos perder a oportunidade de chegar a resultados de grande relevância para o País ou chegar a impasses em função de achamos que o diálogo já está estabelecido, sendo que, na realidade, parece que ele ainda está longe.

Nós teremos, nas próximas audiências, a oportunidade de aprofundá-lo, antecipando algumas dúvidas que eu mesmo achava que não havia. Eu imaginava, como geólogo, como alguém que forma os prospectores, eu imaginava que houvesse muito mais consenso, quando, na realidade, a gente percebe que existe muita dificuldade de compreensão ou, em alguns casos, muitos conflitos de interesses ainda não devidamente resolvidos.

Eu acredito que este é um espaço privilegiado, o espaço do Congresso Nacional, o espaço do Senado, e, em particular, a importância de se retirar o regime de urgência e de fato que se possa fazer a reflexão que esta Casa faz e pode fazer com muita qualidade.

Parece-me que, inclusive, já apareceu uma primeira preocupação com o fato de que seja quase que um agregado de três assuntos em um, alguns deles menos complexos, ou, pelo menos, que já têm o endereçamento, a questão da taxação, da CFEM.

Parece, inclusive, que já há comissões que estão convergindo... Aqui foi citada a Comissão liderada pelo Senador Aécio Neves, que já está trabalhando também. Há alguma convergência, embora me pareça que a Maria Amélia toque em assuntos como algumas iniciativas – falou-se, inclusive, do Fundo – que foram

trabalhadas no âmbito do próprio Ministério e que não chegaram à proposta final. No caso de algumas delas, ficou claro que seria importante resgatar.

Em relação à organização, à criação da agência, à criação do conselho – parece-me que teremos o terceiro painel aqui –, isso será tratado com o pessoal da área, e me parece também que há uma possibilidade de convergência, e ela tende a se chegar a uma melhor forma rapidamente.

O que me chama muito a atenção, não só por ser da área – acho que as manifestações de todos os colegas aqui foram bastante incisivas –, é que a questão da forma de acesso ao subsolo, a questão do marco propriamente ainda está carente de aprofundamento bastante grande. Parece-me que ela precisa de uma reflexão profunda, antes que se tomem iniciativas que sejam irreversíveis.

Já temos uma paralisia, como foi dito aqui, do setor, que é preocupante. O recado que é dado aqui no Senado, claramente, é que ela não deveria se estender por mais tempo, mas já é quase inevitável, porque existe um regime de expectativa. Enquanto não houver uma evolução, uma sinalização clara do marco vai ainda permanecer uma certa paralisia, independentemente de alguns títulos virem a ser concedidos. Mas qual será o princípio norteador? Enquanto ele não estiver aprovado, vai permanecer alguma incerteza aí. Por isso o aprofundamento do debate sobre isso é urgente. E tenho certeza de que nós poderemos, a partir do acompanhamento do que o Congresso Nacional fará, ir passando à sociedade essa percepção de que o tema está sendo tratado com toda a profundidade necessária, sem correria, no sentido de aprovar algo que depois poderíamos perceber que estamos trazendo mais problemas do que soluções para o País.

Eu, em particular, vou, claro, continuar acompanhando as próximas etapas. E quero me colocar também à disposição da Comissão para aquilo que for necessário. Nós temos um grupo de trabalho na Universidade de São Paulo que está acompanhando a evolução. Já temos um colega que virá trazer alguns resultados disso na próxima audiência. E esse grupo também, claro, se amplia no diálogo com demais órgãos. Não só universidades como órgãos da sociedade civil, Ibram**,** como também a Sociedade Brasileira de Geologia e várias sociedades que dão suporte, que estão acompanhando com muita atenção aquilo que está acontecendo.

Nós também damos o testemunho de que, na área, está havendo reuniões em diversos Estados brasileiros, um acompanhamento bastante intenso, sabendo da relevância dos resultados disso para todo o setor mineral do País.

Permaneço, então, à disposição, Senador Fernando Collor, para auxiliar no que for necessário.

Quero, uma vez mais, externar minha plena satisfação com os resultados que tivemos aqui hoje, agradecendo ao Senado e a todos os nossos palestrantes pela qualidade da contribuição que aqui trouxeram.

O SR. PRESIDENTE (Fernando Collor. Bloco União e Força/PTB – AL) – Muito obrigado ao Prof. Dr. Valdecir de Assis Janasi, Diretor do Instituto de Geociências da USP, pela coordenação dos trabalhos que tratam do marco regulatório da mineração, que hoje teve o tema "Modernização da Legislação Ambiental".

Temos aqui proposta de matéria extrapauta.

Considerando o caráter extraordinário envolvendo a paralisação dos servidores do Departamento Nacional de Infraestrutura de Transportes, em mais de 40 dias em todo o País, demandando, assim, nossa atenção, desta Comissão, e considerando as normas e procedimentos adotados por esta Comissão, consulto as Srªs e os Srs. Senadores quanto à possibilidade de incluirmos na pauta de hoje requerimentos de nossa autoria, que requer a realização de audiência pública nesta Comissão para debater e esclarecer a situação dos servidores do DNIT.

Consulto, então, o Plenário – esta consulta já foi feita previamente aos Srs. Senadores, e todos se colocaram de acordo – sobre a possibilidade de incluirmos o referido requerimento na pauta de hoje.

Os Srs. Senadores que concordam com a inclusão da matéria na pauta permaneçam como se encontram. (*Pausa*.)

Aprovado.

É apenas pró-forma, porque essa é uma exigência regimental.

EXTRAPAUTA

ITEM 1

REQUERIMENTO DA COMISSÃO DE SERVIÇOS DE INFRA-ESTRUTURA Nº 41, DE 2013

Nos termos do art. 58, §2º, incisos II e V, da Constituição Federal, combinados com o art. 90, incisos II, IX e X, do Regimento Interno do Senado Federal, requeremos seja realizada, por esta Comissão, audiência pública para debater e esclarecer a situação dos servidores do Departamento Nacional de Infraestrutura de Transportes (DNIT), com a presença dos seguintes convidados: • Sr. Sérgio Mendonça – Secretário de Trabalho no Serviço Público do Ministério do Planejamento – MPOG; •

Sr. Josemilton Costa – Diretor Executivo da Confederação dos Trabalhadores no Serviço Federal – CONDSEF ; • Sr. Tarcísio Freitas – Diretor Executivo do Departamento Nacional de Infraestrutura de Transportes – DNIT e • Representante da Comissão Nacional dos Servidores Grevistas do DNIT.

Autoria: Senador Fernando Collor

As Srªs e os Srs. Senadores que o aprovam permaneçam como se encontram. (*Pausa.*)

Aprovado.

Antes de encerrarmos a presente reunião, e agradecendo mais uma vez a todos os senhores e a da Drª Maria Amélia, especialmente a do nosso coordenador, não somente pela presença, mas sobretudo pela qualidade da exposição que foi aqui feita por cada um, ratifico aquilo que aqui já foi colocado: há uma certa surpresa por parte desta Comissão sobre pontos tão discordantes entre o que está sendo apresentado no marco regulatório da mineração e o que aqui foi dito com tanta percuciência.

É de se notar que um projeto que chega à Câmara dos Deputados, depois de quase oito anos de estudos e de possíveis debates que tenham havido, que esse diálogo não tenha se estabelecido na abrangência e na profundidade que se imaginaria para uma matéria de tamanha relevância.

Mas acredito que a participação dos senhores e a daqueles outros que se seguirão nas audiências seguintes vão servir para nortear o Senado e também a Câmara doso Deputados, os Congressistas em geral, na sua formação de consciência sobre o que significa de fato paro o País esse novo marco regulatório.

O fato que aqui foi colocado pelo Prof. Elmer, em relação à jurisprudência criada nos últimos 50 anos, com um código que vem funcionando, pelo menos até agora, a contento, e chegamos a esses números todos com essa legislação que aí está, é que esse código viesse a aprimorar esses pontos, tornando a nossa exploração mineral mais eficiente, com a participação mais efetiva de investimentos privados. O Estado, na realidade, deve ser mais um regulador do que um participante direto desse processo.

Tudo isso nos faz raciocinar e nos faz refletir sobre a enorme abrangência que esse código, o novo marco regulatório da mineração, vai ter sobre a atividade mineral no nosso País.

As colocações que aqui foram feitas nos deixaram profundamente impactados, e espero que respostas a essa falta de conexão entre o que espera o setor, a sociedade civil e o Governo – e agora com a interveniência do Congresso Nacional – possam ser dirimidas no transcurso da discussão que já se iniciou na Câmara dos Deputados e que deverá se estender por mais algum tempo, até que tenhamos a consolidação dessas posições e a concordância, naturalmente, a boa intenção, a reta intenção do Governo Federal de acolher as sugestões que vierem a ser feitas para modificar alguns pontos desse código.

Portanto, muito obrigado pela participação o Prof. Dr. Valdecir de Assis Janasi, Diretor do Instituto de Geociências da Universidade de São Paulo (USP); da Drª Maria Amélia Rodrigues da Silva Enríquez, doutora em desenvolvimento sustentável, Secretária Adjunta da Indústria, Comércio e Mineração do Estado do Pará; do Dr. José Fernando Coura, Diretor-Presidente do Instituto Brasileiro de Mineração; e do Dr. Elmer Prata Salomão, Presidente da Associação Brasileira de Empresas de Pesquisa Mineral (ABPM).

Por fim, convoco as Srªs e os Srs. Senadores para a nossa próxima reunião, a ser realizada no dia 12 de agosto, segunda-feira, às 18h, neste plenário, dando continuidade à série de audiências públicas "Investimento e Gestão, desatando o nó logístico do País", com a apresentação do nosso terceiro painel "Caminhos para o Desenvolvimento do Potencial Mineral Brasileiro", integrante do ciclo intitulado "Mineração, Governança e Logística".

Nessa reunião, contaremos com os seguintes convidados: Prof. Caetano Juliani, professor do Departamento de Geologia Sedimentar e Ambiental da USP; Sr. Onildo João Marini, Secretário Executivo da Agência para o Desenvolvimento Tecnológico da Indústria Mineral Brasileira (Adimb); Prof. Mário Ernesto, professor do Departamento de Física da Universidade Federal de Sergipe; e Srª Tássia Arraes, Coordenadora de Programas Mobilizadores da Secretaria de Desenvolvimento Tecnológico e Inovação do Ministério da Ciência, Tecnologia e Inovação.

Mais uma vez, agradecendo a presença de todos, dou por encerrada a presente reunião.

(Iniciada às 7 horas e 30 minutos, a reunião é encerrada às 11 horas e 42 minutos.)

COMISSÃO DE SERVIÇOS DE INFRAESTRUTURA

ATA DA 30ª REUNIÃO, EXTRAORDINÁRIA, DA COMISSÃO DE SERVIÇOS DE INFRAESTRUTURA DA 3ª SESSÃO LEGISLATIVA ORDINÁRIA DA 54ª LEGISLATURA, REALIZADA EM 12 DE AGOSTO DE 2013, SEGUNDA-FEIRA, ÀS 18 HORAS, NA ALA SENADOR ALEXANDRE COSTA, PLENÁRIO Nº 13.

Às dezessete horas e cinquenta e oito minutos do dia doze de agosto de dois mil e treze, na sala de reuniões da Comissão, sob a Presidência do Senhor Senador **Fernando Collor**, reúne-se a Comissão de

Serviços de Infraestrutura. Registra presença como não-membro o Senhor Senador **Eduardo Suplicy**. Deixam de comparecer os demais Senadores. O Presidente declara a abertura dos trabalhos e realiza Leitura dos Comunicados da Presidência. Tem início a apreciação da Pauta: Audiência Pública, em atendimento ao **Requerimento nº 01, de 2013 – CI**, de autoria do Senador **Fernando Collor**, aprovado em 27 de fevereiro de 2013, que, "*nos termos do art. 58, §2º, incisos II e V da Constituição Federal, combinado com o art. 90, incisos II e V, do Regimento Interno do Senado Federal, requer sejam realizados, por esta Comissão de Serviços de Infraestrutura, ciclos de audiências públicas dentro de uma Agenda específica de debates ao longo do biênio 2013/2014, com renomados especialistas que apresentem depoimentos, análises e informações acerca de propostas setoriais para a infraestrutura, especialmente no que tange à modernização e expansão dos serviços, ao aumento da competitividade, à avaliação da capacidade de crescimento da economia e do bem-estar da população, e ao investimento e gestão como chaves para desatar o nó logístico do país*". O Presidente convida a compor a Mesa e a fazer suas exposições o Senhor **Onildo João Marini**, Secretário Executivo da Agência para o Desenvolvimento Tecnológico da Indústria Mineral Brasileira (ADIMB); a Senhora **Tássia de Melo Arraes**, Coordenadora de Desenvolvimento Tecnológico e Inovação do Ministério da Ciência, Tecnologia e Inovação; o Professor **Mário Ernesto Giroldo Valério**, do Departamento de Física da Universidade Federal de Sergipe (UFS); e o Professor **Caetano Juliani**, do Departamento de Geologia Sedimentar e Ambiental da Universidade de São Paulo (USP). Faz uso da palavra o Senhor Senador **Eduardo Suplicy**. Nada mais havendo a tratar, a Reunião é encerrada às vinte horas e quarenta e cinco minutos, lavrando, eu, Álvaro Araújo Souza, Secretário da Comissão, a presente Ata, que, lida e aprovada, será assinada pelo Presidente e publicada, juntamente com a íntegra das Notas Taquigráficas, no Diário do Senado Federal.

Senador **Fernando Collor, –** Presidente da Comissão

(*Texto com revisão.*)

O SR. PRESIDENTE (Fernando Collor. Bloco União e Força – AL) – Declaro aberta a 30ª Reunião Extraordinária da Comissão de Serviços de Infraestrutura da 3ª Sessão Legislativa Ordinária da 54ª Legislatura.

Comunicados.

Relato do 1º Painel do 3º Ciclo.

A Comissão de Serviços de Infraestrutura deu início, nesta 2ª feira, ao 3º Ciclo de Audiência Públicas, sobre o Investimento e Gestão: Desatando o Nó Logístico do País. Este 3ª Ciclo aborda o tema da mineração e, para debater o novo marco regulatório da mineração no Brasil, tivemos a presença de S. Exª, o Ministro de Minas e Energia, Sr. Edison Lobão, que se fez acompanhar do Dr. Carlos Nogueira da Costa Júnior, Secretário de Geologia, Mineração e Transformação Mineral daquele Ministério.

Mais uma vez, a Comissão de Serviços de Infraestrutura antecipa o debate, nesta Casa, de temas que aqui serão apreciados e votados. O projeto de lei enviado pelo Governo encontra-se em discussão atualmente na Câmara dos Deputados.

O Ministro Edison Lobão destacou que o novo marco da mineração terá mais competitividade e mais riqueza para o Brasil, porque define com clareza as atribuições do Estado e a participação da iniciativa privada na exploração dos recursos minerais num ambiente favorável para investimentos.

O setor, conforme informou o Ministro, responde por apenas 4% do Produto Interno Bruto brasileiro, quando essa participação poderia ser muito mais expressiva. Segundo ele, o setor mineral contribui com 23,5% das exportações do País, mas, desse total, o minério de ferro, o que mostra a necessidade de diversificar a nossa pauta no mercado internacional.

Ele garantiu que o novo marco regulatório é resultado de estudos exaustivos, muito diálogo e profunda reflexão, tendo sido elaborado com responsabilidade, considerando todos os interesses envolvidos, mas sobretudo o interesse do Brasil.

Refletindo essa preocupação, o Ministro Edison Lobão destacou a criação do Conselho Nacional de Política Mineral, que será um órgão de assessoramento da Presidência da República, por se tratar de um colegiado de alto nível, com o objetivo de formular e avaliar as políticas públicas do setor, balizando os interesses dos agentes econômicos e da sociedade, de modo a ampliar e fortalecer a participação da mineração na economia nacional.

O atual Código da Mineração, em vigor há mais de 50 anos, não mais atende às novas demandas da sociedade, de acordo com o Ministro, enquanto que o novo marco reflete as atuais necessidades do País.

O Projeto de Lei, segundo Lobão, contém regras pormenorizadas, visando resguardas as situações legalmente constituídas, de modo a assegurar que a passagem da atual para a nova sistemática regulatória ocorra sem qualquer prejuízo para o agente.

O Ministro revelou que o Governo dedicou especial atenção a alguns dispositivos do novo marco, como a criação de novas formas de acesso a áreas para atividades de pesquisa e exploração mineral e também como o da licitação e o da chamada pública,

que criarão efetivamente, no seu entender, um ambiente competitivo e de justiça para investidores, voltados à pesquisa e à exploração mineral.

Referindo-se ao novo sistema de concessões, destacou o Ministro Lobão, a licitação para áreas selecionadas pelo Conselho Nacional de Política Mineral, com títulos de 40 anos, renovados por mais 20 anos sucessivamente, ficando as demais áreas sujeitas a procedimento licitatório simplificado.

Outro ponto ressaltado é a exigência de pagamento de taxa de ocupação e obrigatoriedade de investimento mínimo na área concedida, além da dispensa de licitação para agregados da construção civil, rochas ornamentais e água mineral.

Para ele, o novo sistema garante regras claras para os agentes a respeito dos contratos

Dentre esses dispositivos, o Ministro destacou a Compensação Financeira pela Exploração de Recursos Minerais, mais conhecida como CFEM – e equivalente aos *royalties* do petróleo – com o cuidado e a responsabilidade de definir critérios que, sendo benéficos ao País, o sejam também para os investidores.

A CFEM incidirá sobre a receita bruta de venda, deduzidos os tributos pagos incidentes sobre a comercialização. Atualmente, a CFEM incide sobre a receita líquida, dando motivo a interpretações conflitantes, segundo o Ministro. O limite máximo das alíquotas será de até 4%, e alíquotas específicas serão definidas por meio de regulamento. Essa metodologia, na avaliação do Ministro de Minas e Energia, está alinhada com o dinamismo e a volatilidade do mercado e proporcionará um aprimoramento da arrecadação.

A distribuição da CFEM permanece inalterada no novo Marco Regulatório: a) 65% para os Municípios onde ocorrer a lavra; b) 23% para o Distrito Federal e os Estados, no caso da produção ocorrer em seus territórios; e c) 12% para a União.

Outro ponto de destaque do Marco da Mineração, apontado pelo Ministro, é a criação de um novo órgão regulador, a partir do Departamento Nacional de Produção Mineral (DNPM). Trata-se da Agência Nacional de Mineração, a qual, segundo o Ministro, implementará um novo modelo de gestão e regulamentará a atividade mineral, mitigando as imperfeições do mercado, promovendo a gestão das informações e o aprimoramento dos mecanismos de fiscalização, de forma transparente e com maior participação da sociedade.

Referindo-se à preocupação de que a transformação do DNPM em Agência Nacional de Mineração possa provocar a paralisia do setor, e que a criação de agências tem criado mais burocracia, o Ministro informou que o atual Departamento já está atuando numa fase de transição, pois tanto o órgão quanto todos os funcionários serão transferidos para a Agência.

Por fim, ele ressaltou o papel da Companhia de Pesquisa de Recursos Minerais (CPRM), no novo Marco da Mineração, a partir do aprimoramento e do fortalecimento de suas funções, que serão fundamentais para subsidiar o planejamento setorial e assessorar o Conselho Nacional de Política Mineral, especialmente na definição dos blocos a serem licitados.

Quanto aos argumentos de que o caráter de urgência constitucional dado ao Projeto de Lei, que tramita na Câmara – que deverá ser apreciado e votado pelo Congresso Nacional no prazo de 90 dias – venha a impedir o debate mais aprofundado de tema tão importante e vasto, o Ministro Edison Lobão acredita na eventual possibilidade da retirada da urgência, pela Senhora Presidenta da República, no caso de os líderes do Congresso decidirem por solicitá-la.

Relato do 2ºPainel do 3º Ciclo

A Comissão de Serviços de Infraestrutura deu prosseguimento, na última quarta-feira, dia 7 de agosto, ao Terceiro Ciclo de Audiências Públicas da Agenda CI 2013/2014 sobre "Investimento e gestão: desatando o nó logístico do País". Este ciclo trata da "Mineração: Governança e Logística", cujo segundo Painel abordou o tema da Modernização da Legislação Mineral.

Participaram dos debates o Prof. Dr. Valdecir de Assis Janasi, Diretor do Instituto de Geociências da Universidade de São Paulo (USP) – que coordenou os debates deste Terceiro Ciclo; o Dr. José Fernando de Coura**,** Diretor Presidente do Instituto Brasileiro de Mineração – IBRAM; a Drª Maria Amélia Rodrigues da Silva Enríquez, Doutora em Desenvolvimento Sustentável e Secretária-Adjunta de Estado de Indústria, Comércio e Mineração do Estado do Pará; e o Dr. Elmer Prata Salomão, Presidente da Associação Brasileira de Empresas de Pesquisa Mineral – ABPM e Presidente da GEOS – Geologia para Mineração Ltda.

Ao agradecer o convite da Comissão de Serviços de Infraestrutura para coordenar os painéis sobre mineração, o Prof. Dr. Valdecir de Assis Janasi recordou que o texto do Novo Marco Regulatório elaborado pelo Governo contém mudanças importantes e polêmicas se comparado ao atual Código de Mineração, de 1967. Para além da substituição do atual Departamento Nacional de Produção Mineral (DNPM) pela Agência Nacional de Mineração; da criação do Conselho Nacional de Política Mineral; da agregação de novas funções ao Serviço Geológico do Brasil (a Companhia de Pesquisa de Recursos Minerais, CPRM), o Governo quer também substituir a forma de exploração de bens

minerais considerados estratégicos, passando de um regime de outorga para um regime de concessão.

Ressaltou o Professor Janasi que a mineração é um negócio de alto risco, extremamente dependente de investimentos do setor público e do setor privado. Ele disse ter observado, nos diversos debates ocorridos desde o lançamento da proposta, a existência de muitas dúvidas quanto à capacidade do novo Marco em prover um ambiente propício para ajudar a melhorar os investimentos no setor. Ele acredita que a prolongada gestação da proposta resultou em certa paralisia que incomodou todo o setor e responde, até o momento, por perdas de investimentos que não deveriam se estender por mais tempo.

Ele entende que o desafio do Congresso Nacional é o de resolver este entrave imediato, ao mesmo tempo em que olha para o futuro, contribuindo para a criação de leis vinculadas à realidade e às aspirações do País, e que sejam adotadas pela sociedade, não pelo temor das penalidades, mas por serem reconhecidas como justas.

Defende o Professor que os investimentos públicos não podem perder o foco da geração de infraestrutura, uma vez que os levantamentos geológicos e geofísicos – um dos fatores que limitam o desenvolvimento do potencial mineral brasileiro – são ainda precários. Os gargalos de processamento e escoamento da produção mineral são amplamente conhecidos.

Concluindo, indagou o Professor Janasi se, diante dessas enormes demandas de infraestrutura, não caberia também ao Estado investir recursos significativos diretamente na pesquisa mineral? Ele teme que o modelo proposto possa tirar o incentivo do pequeno minerador, que desempenha um papel importante no panorama atual de exploração e explotação mineral do Brasil e de todos os países mineiros.

Em seguida, o Dr. Luís Fernando de Coura mostrou um panorama da real situação da mineração brasileira e sua posição no mundo com relação à produção de bens minerais. Ele falou dos setores nos quais somos *global players* e grandes exportadores: somos o primeiro do mundo em nióbio, com o trabalho "fantástico" que a Companhia Brasileira de Mineração e Metalurgia – CBMM – vem desenvolvendo há 40 anos em Araxá; somos o segundo maior exportador de minério de ferro e de manganês, o segundo de tantalita, grafite e bauxita. Também exportamos níquel, magnesita, caulim e estanho, somos autossuficientes em calcário, diamante industrial, talco e titânio. Somos, ao mesmo tempo, importador e produtor de cobre, fosfato e zinco.

Mas temos uma dependência externa enorme – apesar do grande potencial geológico e de desenvolvimento de tecnologia – de carvão metalúrgico, enxofre, potássio e terras-raras. O Dr. Coura explicou que o ciclo de mineração é complexo, como o de qualquer outra *commodity*: sua operação e sucesso dependem dos preços do mercado internacional. E o setor, hoje, passa por um momento de forte queda dos preços das *commodities* minerais no mundo. Ele acredita que a atual redução dos preços vai impactar a balança comercial brasileira em 2013.

Como exemplo, informou o diretor-presidente do IBRAM que, este ano, nossa participação na produção mundial de bauxita – o mineral que produz o alumínio – está caindo, em virtude da queda preço deste último. Ele avalia que a indústria de alumínio, no Brasil, corre o risco de desaparecer. Isso se deve, segundo o Dr, Coura, ao elevado custo da mão de obra no Brasil, da taxação sobre os investimentos e do alto custo da energia, mesmo após a redução de seus preços. Para ele, corremos o risco de assistir ao fechamento da unidade da Alcoa, na cidade de Poços de Caldas, em Minas Gerais.

Quanto ao ferro, informou o Dr. Coura que o minério vem enfrentando quedas expressivas de preço. O Brasil já foi responsável por 20% da produção mundial, mas, neste momento, voltou para os mesmos níveis da década de 80, com um índice de 12% de participação da produção mundial. A produção de outros minerais, como o cobre, o estanho, o níquel, o ouro, também está em queda. Com o declínio dos preços, afirmou o Dr. Coura que vários projetos estão em situação de risco. Acredita o especialista que o gargalo da logística e especialmente os gargalos burocráticos, além da questão ambiental, são entraves que levarão o Brasil à paralisia. Ele classificou de absurdo e um desestímulo ao setor o fato de as outorgas minerais estarem totalmente suspensas.

O Dr. Coura adverte que não teremos mineração no Brasil independente do texto do novo marco regulatório que venha a ser aprovado, pois não se consegue abrir mina no Brasil. A situação deve ser, segundo ele, por vários fatores: os elevados custos dos estudos ambientais, o desaparelhamento dos órgãos ambientais, a imprevisibilidade de prazos para a obtenção de licenças – espera-se mais de dez anos por um licenciamento –, a imposição de condicionantes muito além dos impactos reais dos projetos, como a exigência de 358 desses condicionantes feitos à Anglo American, em Minas Gerais – ou seja, para a conceder licença para a implementação de um projeto de mineração em Minas Gerais foram colocadas 358 condicionantes –, transferindo-se à empresa, segundo ele, responsabilidades do Estado na localidade onde pretende instalar-se, e a participação não sincronizada de vários órgãos governamentais a deliberar no pro-

cesso de licenciamento, além das inúmeras exigências feitas pelo Ministério Público.

Quanto ao projeto do marco regulatório, ele afirmou que a lei também contém brechas sobre seu entendimento e interpretação, apesar de demonstrar preocupação com a segurança jurídica. O Diretor-Presidente do Ibram está convencido de que o Congresso Nacional irá aperfeiçoar o novo marco, atendendo aos interesses das empresas, dos trabalhadores, dos Estados e principalmente dos Municípios.

Por sua vez, a Profª Maria Amélia Enríquez, que participou ativamente da elaboração do Plano Nacional de Mineração, esse que foi enviado agora ao Congresso, como assessora do Ministério de Minas e Energia, sugeriu a inclusão no projeto do novo marco da mineração do que ela chama de um fundo mineral, a partir de uma melhor distribuição de recursos da CFEM (Compensação Financeira pela Exploração de Recursos Minerais).

Dessa forma, na sua avaliação, a mineração passaria a ser, de fato, um elemento indutor do desenvolvimento regional e não um fator de concentração de renda e de desigualdade intermunicipais.

Outro mecanismo poderia, na opinião da doutora, incluir preços de referência para melhor balizar a fiscalização, o que daria, a seu ver, maior transparência ao processo. Ela entende que, no sistema de outorga e de transferência de titularidade, seria necessário optar por instrumentos econômicos que são mais custo-efetivos, ao invés do excesso de instrumentos de comando e de controle que oneram os cofres públicos e podem comprometer a competitividade, especialmente, segundo ela, na etapa da pesquisa e prospecção.

Ela sugeriu a exclusão da Taxa de Fiscalização federal, pois a parcela da CFEM que cabe à União já serve para esse fim. No seu entender, essa fonte de receita deveria destinar-se aos Estados, uma vez que a União já impôs aos Estados exportadores a Lei Kandir, que impede a esses entes a receita necessária para implementar uma política mineral satisfatória.

Segundo a Drª Maria Amélia, países como Canadá e Austrália são frequentemente citados como exemplos de boa política mineral, todavia, esses países adotam políticas descentralizadas, uma vez que cada estado, província ou região determina qual o melhor modelo a ser adotado. Para um país de dimensão continental como o Brasil e com a diversidade e as disparidades regionais aqui existentes, torna-se necessário, no seu entender, a urgente adoção de um modelo mais descentralizado, sensível às necessidades e especificidades regionais.

Para ela, nos Estados exportadores, a mineração gera pouco emprego direto e tributo, uma vez que a atual política de rendas mineiras concentra benefícios somente no Município minerador – 65% – e não irradia para seu entorno os mesmos benefícios. Ao contrário, expulsa os fatores indesejáveis. A consequência disso, na sua avaliação, é o aumento da desigualdade intermunicipal, o que afeta negativamente os objetivos de desenvolvimento regional.

Entende a especialista que o projeto do novo marco não objetiva maior descentralização do setor, não visa a melhorar a equidade na distribuição dos ganhos. Segundo ela, é mais do mesmo e não está atrelado a uma política de agregação de valor de bens minerais. Em sua opinião, parece que o Estado pretende exercer maior controle do setor mineral, que, atualmente, com exceção de algumas poucas empresas estaduais, é totalmente privatizado.

Concluindo as apresentações, o Dr. Elmer Prata Salomão afirmou que, contrariamente ao discurso oficial, o PL 5.807, de 2013, foi preparado exclusivamente pelos gabinetes governamentais. Segundo ele, não houve diálogo com o setor mineral, apenas oitivas; e nunca foi divulgada nenhuma versão do projeto.

Ele recordou que, desde novembro de 2011, o DNPM deixou de executar o Código de Mineração vigente, cancelando a edição de novas concessões minerais e paralisando o estudo dos processos em andamento. Essa medida, ressaltou, foi tomada com base em determinação verbal, sem embasamento em nenhum ato de ofício.

As consequências desse ato, prossegue o Dr. Elmer Salomão, foram o cancelamento de investimentos, a demissão de técnicos e o atraso inconcebível na geração de jazidas e na implantação de projetos mineiros.

O palestrante afirmou também que, mais uma vez, ao arrepio do discurso oficial, não há, na proposta do PL 5.807, de 2013, nenhum indicação de o novo marco promoverá concorrência ou trará novos investimentos. Ao contrário, disse ele, a avaliação unânime dos membros da Associação Brasileira de Pesquisa Mineral (ABPM) é a de que o projeto se apoia em fundamentos ideológicos, não tem exequibilidade prática e promoverá um verdadeiro apagão mineral no País por vários anos.

Para ele, as empresas dedicadas à pesquisa mineral, como as *junior companies* deixarão de existir, pois não haverá espaço para elas no novo modelo proposto.

Entre as críticas mais frequentes ao novo marco regulatório, ele mencionou o uso de recursos públicos para a execução de pesquisa mineral, como prevê o projeto de lei; o viés discricionário do projeto, que, sem uma declaração transparente, na prática, estabelece o monopólio sobre os bens minerais no Brasil; e, finalmente, o formato três em um dado ao projeto,

abordando aspectos institucionais, como a criação da agência e conselho, arrecadatórios, como a CFEM, e regulatórios, que é o novo marco legal.

Trata-se, no seu ponto de vista, de uma formato inadequado construído com a nítida intenção de usar a CFEM para instar o Congresso a aprovar rapidamente a lei, sem a necessária e democrática discussão. Ao Governo, explicou o Dr. Elmer Salomão, cabe dar competitividade à indústria mineral, além de disciplinar e fiscalizar o bom aproveitamento dos minerais.

Ele recordou os argumentos utilizados pelo Governo ao propor um novo marco regulatório, segundo os quais o atual código de mineração é obsoleto. Na sua avaliação, o Brasil deveria se orgulhar do seu atual código, embora admita que o documento necessite de aperfeiçoamento, como ocorreu em 1996.

O código atual, em sua opinião, tem o grande mérito de ser uma legislação estável e duradoura, como convém a uma lei mineral.

Acredita o Dr. Elmer Salomão que os princípios jurídicos do Código de Mineração vêm sendo exercitados com sucesso nos últimos 50 anos, pois têm assegurado investimentos crescentes e o aumento da produção mineral acima dos índices nacionais de crescimento. Essa destacada *performance*, diz o especialista, ancora-se em um trio virtuoso: estabilidade política, estabilidade econômica do marco legal e a estabilidade democrática.

Segundo informou, o setor mineral concorda quanto à necessidade de atualizar o Código, sem contudo violar seus princípios básicos. Ele não acredita que o novo marco seja moderno, pois copia o modelo do petróleo, estendendo o monopólio estatal para todos os bens minerais e retirando das empresas a iniciativa de prospectar jazidas, transferindo essa responsabilidade, na prática, à estatização do risco da pesquisa mineral, pois o novo marco retoma o controle total sobre os negócios de mineração e sobre as empresas.

O fato de o projeto encarregar a CPRM de pesquisar o Território nacional, selecionando blocos para licitação ou chamadas públicas, não se sabendo qual será o modelo dominante, representa, a seu ver, enorme retrocesso, pois retorna ao formato original da década de 70 do século passado. Ele recordou que, desde 1990, por demanda da comunidade mineral, a CPRM vem atuando como o Serviço Geológico do Brasil, encarregada dos levantamentos geológicos básicos para a sociedade.

Considera o especialista que a nova tarefa de agente de pesquisa mineral do Governo atribuída à CPRM não é adequada e nem compatível com as responsabilidades de um serviço geológico. Ademais, segundo revelou, a empresa não tem condições técnicas e gerenciais de executar a nova tarefa a ela atribuída. Melhor seria, na sua avaliação, aparelhar adequadamente a Agência Nacional de Mineração. Ele afirma que o atual Código já contém os instrumentos necessários à gestão do Estado sobre os recursos minerais.

Concluindo, o especialista referiu-se à apresentação do Exmo Sr. Ministro Edison Lobão nesta Comissão, segundo a qual o Governo pretende, com a nova lei, a atração de investimentos, a modernização e o uso racional dos recursos minerais e benefícios à sociedade. O Dr. Elmer Salomão contra-argumentou que, na realidade, "estamos optando pelos rumos do Cazaquistão, Indonésia, Mongólia, Guiné, Mali, Gabão, Gana, Angola, Zimbábue, Equador e Bolívia, que criaram conteúdo nacional; suspenderam outorga; criaram conceito reserva de interesse estatal; aumentaram *royalties* e imposto de renda, com foco na estatização e no monopólio, ao passo que, em sua opinião, deveríamos manter os princípios do Código em vigor, seguindo o exemplo do Canadá, Chile, Estados Unidos, Austrália e México, que se baseiam no direito de prioridade nos estímulos à pesquisa mineral e com foco na iniciativa privada.

Passando à pauta, a presente reunião destina-se à realização de audiência pública sobre o tema "Caminhos para o desenvolvimento do potencial mineral brasileiro", terceiro painel do 3º Ciclo – Mineração: governança e logística, parte integrante da agenda 2013/2014, Investimento e gestão: desatando o nó logístico do país, da Comissão de Serviços de Infraestrutura.

Para proferir as palestras de hoje e debater o tema, foram convidados os seguintes especialistas, a quem aproveito e convido para que tomem assento à Mesa, desejando-lhes boas– vindas:

1. Prof. Caetano Juliani, Professor do Departamento de Geologia Sedimentar e Ambiental da Universidade de São Paulo – USP;

2. Sr. Onildo João Marini, Secretário Executivo da Agência para o Desenvolvimento Tecnológico da Indústria Mineral Brasileira – ADIMB;

3. Prof. Mário Ernesto, Professor do Departamento de Física da Universidade Federal de Sergipe – UFS; e

4. Sr^{a}. Tássia de Melo Arraes, Coordenadora de Desenvolvimento Tecnológico e Inovação da Ministério da Ciência, Tecnologia e Inovação – Ministério da Ciência, Tecnologia e Inovação.

Sejam, mais uma vez, bem-vindos!

Iniciando o nosso debate da noite de hoje, passo a palavra ao Prof. Dr. Onildo João Marini, Secretário Executivo da Agência para o Desenvolvimento Tecnológico da Indústria Mineral Brasileira (Adimb). Tem V. S^{a} os quinze minutos regulamentares para sua exposição.

O SR. ONILDO JOÃO MARINI – Boa noite a todos. Sr. Presidente, muito obrigado pelo convite. Como temos pouco tempo, na pessoa do Presidente, cumprimento todos aqui presentes.

Mineração, governança, logística, gargalos e soluções. Infraestrutura necessária para o desenvolvimento do potencial mineral brasileiro.

Pré-requisitos fundamentais para o desenvolvimento da mineração. Antes de entrarmos na infraestrutura para o desenvolvimento do potencial, é importante ressaltar que os pré-requisitos básicos para que se desenvolva a mineração em um país são os que estamos colocando aqui:

– potencial mineral elevado. Vamos ver que o Brasil tem esse potencial mineral embora não realizado ou pouco realizado;

– garantia e estabilidade jurídica. No momento, essa é a questão que mais se discute e a questão mais preocupante com o novo marco regulatório. A estabilidade jurídica que está sendo gerada com o novo marco regulatório é altamente questionável;

– legislação mineral amigável. O novo marco regulatório também é muito menos amigável do que o atual. Há uma série de novos encargos, de novos compromissos, de instabilidades, de falta de estabilidade jurídica etc. Então, é muito preocupante, e é esse o pensamento da maior parte da comunidade do setor mineral, da área de exploração mineral. Acerca das questões do novo marco regulatório, a Adimb realizou, na quinta e sexta-feira passadas, o 5º Encontro de Gerentes e Executivos de Exploração Mineral do Brasil do qual participaram 180 pessoas, na maior parte presidentes de empresas de exploração mineral, diretores de exploração mineral. Participaram também os colegas da Secretaria de Geologia, Mineração e Transformação Mineral e uma série de convidados especialistas da área. Foram 18 palestras, cujos eslaides serão disponibilizadas no *site* da Adimb. Discutimos durante dois dias inteiros e, no final das discussões, eu diria que predominou uma grande preocupação de que a proposta que está sendo discutida no Congresso Nacional é, no mínimo, altamente temerária. eu classificaria assim. Outro item é:

– Custo país moderado. Para que seja viável, o custo país tem que ser moderado. Não é o caso nacional porque temos uma das energias mais caras do mundo, mais cara da América Latina. A gasolina e uma série de itens também são caros.

– Boa infraestrutura viária. A nossa estrutura é deficiente – não é o momento de discutir aqui – não só na Amazônia, mas no Brasil mais desenvolvido.

– Acessibilidade às áreas de maior potencial mineral. Isso é fundamental para desenvolver o potencial. Temos sérios problemas de acessibilidade a importantes áreas de províncias minerais brasileiras.

– Boa infraestrutura geológica básica, o País tem de ter; nós temos infraestrutura geológica ainda muito deficiente quando comparamos com a dos países competidores – Austrália e Canadá, principalmente –; e incentivos governamentais, que, no Brasil, nós não temos e nesses outros países existem, não em todos, mas nos que competem conosco existem.

Nós sempre gostamos de comparar e nossa comunidade é acostumada a comparar o Brasil com a Austrália e o Canadá. Comparar com países pequenos e de baixo potencial mineral não faz sentido.

O Brasil, o Canadá e a Austrália têm várias coisas similares: as dimensões em áreas são aproximadas, do mesmo tamanho, são países continentais; são os três países com geologia de escudos pré-cambrianos muito grandes – essas áreas coloridas, aí, em roxo e verde, principalmente.

Em produtividade, divergem, em produtividade mineral: o Canadá tem 3,4 quilos por quilômetro quadrado; a Austrália, 5,7; e o Brasil, 0,9. Aí, começa a diferir.

Os gastos com pesquisa entre 69 e 90, em bilhões de dólares, foram de 4,9 no Canadá; 2,9 na Austrália; e 600 e poucos milhões no Brasil – não dá para ver lá direito. Então, nós temos investido muito pouco no Brasil por quilômetro quadrado. Temos muito que descobrir, mas pouco investimento, daí, dá para dizer que temos um potencial a ser realizado muito grande.

Os dez países líderes em produção mineral no mundo – creio que, talvez, já tenham projetado aqui. São o Canadá e a Austrália os dois maiores, com 19 e 12% dos investimentos em exploração mineral pelo MEG, Metals Economics Group. Isso diz respeito a minerais, a metais-base e metais preciosos – não entram os metais ferrosos.

De qualquer maneira, o Brasil tem 3% desses investimentos globais em exploração mineral, igual à Argentina. A Argentina tinha muito menos que o Brasil.

Na América do Sul, o Peru e o Chile recebem mais investimentos em exploração mineral que o Brasil. Nós deveríamos, insisto, deveríamos estar no nível do Canadá e da Austrália, já que temos geologia e dimensões similares. Então, muito pouco investimento no Brasil.

O esboço geológico do Brasil e da América do Sul permite-nos dizer que, no Brasil, nós temos amplas áreas de terrenos antigos, terrenos pré-cambrianos – esses em verde e marrom. Esses sem cor, aí, esses cinza são bacias sedimentares onde depósitos minerais são raros, mas que têm potencial para óleo e gás.

Nós temos uma grande diferença, na América do Sul, entre o Brasil e o cinturão andino, que bordeja o Pacífico.

O cinturão andino tem geologia recente, pouca erosão – são montanhas, não há selva, praticamente, no cinturão andino – muitos depósitos minerais quase que aflorentes, subaflorentes, que estão sendo descobertos com relativa facilidade.

No Brasil, não. Nós temos terrenos muito antigos, com planaltos e planícies, e nós temos, na Amazônia, a cobertura da grande floresta, que nos dificulta o estudo da geologia.

As áreas de maior potencial, só para simplificar – uma coisa muito simplificada –, no Brasil, são essas em cor avermelhada e em rosa. As avermelhadas têm maior potencial, são os terrenos mais antigos, são aqueles em que existe maior quantidade de pós minerais. Só para exemplificar, tanto o Quadrilátero Ferrífero quanto a área de Carajás estão situados nesses terrenos mais avermelhados, mais escuros.

Há uma área extremamente importante no Amapá e no Pará, com geologia muito similar à da região de Carajás, que é a Reserva do Renca, da qual, depois, falaremos a respeito.

O Brasil tem uma dádiva com relação a uma série de outros países. Nós estamos no que se chama de Domínio Laterítico, essa zona mais escura, que existe também na África Equatorial, em regiões nas Filipinas e na Índia etc.. Praticamente todo o Brasil, exceto a Região Sul, situa-se nessa região. São regiões onde o intemperismo tropical transforma a rocha em solo laterítico, como a gente costuma dizer, onde se formam concentrações secundárias de alumínio, de ouro, de níquel, de manganês, de ferro, de nióbio, de fosfato. Os maiores depósitos minerais brasileiros são deste tipo: depósitos de origem laterítica. E ainda temos muito que descobrir nesse tipo de depósito.

Há restrições ao acesso de certas áreas. Como nós falamos, principalmente na área amazônica, há grandes áreas com restrição ao acesso. Há todas essas áreas coloridas aí. Há áreas indígenas e unidades de conservação. As áreas indígenas são cerca de 25% da Amazônia, às quais não há acesso porque não se regulamentou a exploração mineral em áreas indígenas. Ela não é proibida, mas ainda não foi regulamentada, e não sei quando vamos obter essa regulamentação. Então, este é um gargalo importante: regulamentação das áreas indígenas na Amazônia.

Essa área, desde 1998, está bloqueada. Chama-se Reserva Nacional do Cobre. Metade dela está mais ou menos no Amapá; a outra metade, no Pará, no norte. É uma área com geologia semelhante à de Carajás. Sabe-se que ali existem ocorrências de ouro, de tantalita e de uma série de outros minerais. Desde 1998, ela está paralisada, bloqueada. Só a CPRM pode, teoricamente, trabalhar lá, mas ninguém está trabalhando. O desbloqueio da Reserva Nacional do Cobre é fundamental, pois é uma área altamente potencial, das mais potenciais existentes no País.

A infraestrutura básica para suporte à exploração mineral é de responsabilidade do Governo, do Ministério de Minas e Energia.

Há imageamentos aerotransportados de satélites. Mas, aqui, no caso, não é satélite; aqui, é aerotransportado. Isso é extremamente importante. Nós temos, na Amazônia, esse tipo de imageamento, feito pelo SAR/Sipam, o que é extremamente importante, com imagens muito boas, mas, lamentavelmente, não sei por que razão, ele não é disponibilizado para a iniciativa privada. É uma questão importante. Já se fez isso. São imagens muito melhores do que as outras que temos. A gente costuma chamá-las de o segundo Radam na Amazônia, mas só a Aeronáutica e órgãos do Governo as utilizam.

Há os levantamentos aerogeofísicos. Numa grande área, já houve um grande progresso nesse aspecto. Nessa área, recentemente, nos últimos anos, esse processo evoluiu muito, graças a Deus. Já vamos apresentar algumas figuras.

Há os mapeamentos geológicos regionais. Esse é o grande tendão de aquiles nacional na área dos levantamentos básicos que subsidiam a exploração mineral. Calcula-se que levaremos 50 anos para conhecer o Brasil na Amazônia em escala de reconhecimento e, no restante do Brasil, em escala de semidetalhe 1:100.000, que não é o semidetalhe adequado.

O levantamento geoquímico de sedimento de corrente foi retomado, mas ainda temos muito a fazer nisso aí.

O mapeamento de regolitos, que é o mapeamento daquelas áreas que nós chamamos lá, onde há grandes depósitos minerais que ocorrem em terrenos tropicais, não o temos no Brasil.

A Austrália desenvolveu isso, fez mapeamento do regolito e permitiu com ele a descoberta de uma série de pós minerais. Nós nem iniciamos ainda.

Definição de ambientes metalogenéticos, controles regionais. Um assunto em relação ao qual temos que progredir também, bem como assinaturas dos depósitos minerais.

Este é o avião de radar de abertura sintética, o SAR, do Sipam, com polarizações várias, que mapeou grande parte da Amazônia, e nós gostaríamos muito que as imagens obtidas com esse aparelho fossem disponibilizadas.

Ali, à direita, lá em cima, é uma das imagens obtidas por esse aparelho. Juntamos ali, no colorido, com informações geofísicas, e ambos os dados permitem avançar muito.

Toda esta área colorida já foi voada pelo SAR/Sipam. Ela simplesmente elimina o efeito da floresta e permite, com essas imagens, estudos espetaculares. Teríamos que liberar isso para a iniciativa privada também.

Levantamento aerogeofísico. Evoluiu muito, e a situação atual é mais ou menos esta. Tivemos grandes progressos. A amarela é coisa antiga. Tem que ser refeita, mas o que está em azul foi feito recentemente.

Parabéns ao CPRM por esses levantamentos.

Aqui, os mapeamentos aerogeofísicos. Imagens de gamaespectometria e imagens de magnetometria. Lá, à direita, as duas imagens.

Este aqui é um mapa de integração de dados aerogeofísicos. Não geológicos, mas ele é quase tão rico quanto um mapa geológico. E uma vez que se entenda o que significa cada cor, podemos correlacionar com um tipo de rocha específica e temos um mapa que é um guia importante para exploração mineral. Nisso aí estamos progredindo muito.

Cartografia geológica atual. Um para cem mil, que é um semidetalhe mínimo. É o que nós temos aí. Cartografia histórica em amarelo e azul. Falta muito pouco, mesmo no Leste do Brasil, e na Amazônia só temos muito pontualmente.

Mesma figura de antes. Realmente, nós temos que progredir nisso aí.

O importante é para o futuro, que, segundo vários especialistas, no caso de Brian Skinner, ele defende que nos próximos 50 anos, de 2000 a 2050, nós vamos consumir cinco vezes mais metais do que consumimos até hoje.

Muito obrigado.

O SR. PRESIDENTE (Fernando Collor. Bloco União e Força/PTB – AL) – Muito obrigado ao Prof. Caetano Juliani, do Departamento de Geologia Sedimentar e Ambiental da Universidade de São Paulo, pela sua explanação.

Passo a palavra agora a Srª Tássia de Melo Arraes, Coordenadora de Desenvolvimento Tecnológico e Inovação do Ministério da Ciência, Tecnologia e Inovação.

A SRª TÁSSIA DE MELO ARRAES – Boa noite a todos.

Eu gostaria, primeiramente, de agradecer...

O SR. PRESIDENTE (Fernando Collor. Bloco União e Força/PTB – AL) – Pedindo licença, eu cometi um equívoco. Quem falou agora – me desculpe, Dr. Caetano, me desculpe Prof. Onildo – foi o Prof. Onildo João Marini, Secretário Executivo da Agência para o Desenvolvimento Tecnológico da Indústria Mineral Brasileira (Adimb).

Falará agora a Drª Tássia de Melo Arraes e, em seguida, falará o Dr. Caetano Juliani.

Minhas escusas.

A SRª TÁSSIA DE MELO ARRAES – Bom, então, boa noite a todos.

Eu gostaria, primeiramente, de agradecer ao Presidente desta Comissão, em nome do Secretário de Desenvolvimento Tecnológico e Inovação, Dr. Álvaro Prata, pelo convite e também pela oportunidade de estar aqui hoje tratando de um assunto que é tão importante e estratégico para o País, como o são as terras-raras.

Minha apresentação é falar basicamente sobre a utilização e o valor estratégico das terras raras.

Inicio minha fala, então, mostrando aqui a estrutura do Ministério da Ciência, Tecnologia e Inovação, para destacar que a área de recursos minerais e energia é tratada no âmbito da Secretaria de Desenvolvimento Tecnológico e Inovação, mais especificamente na Coordenação-Geral de Tecnologias Setoriais.

Quando esse assunto, terras-raras, chegou ao MCTI? Chegou em 2010. Essa é uma simplificação. Nesse mesmo ano, foi criado o Grupo de Trabalho Interministerial sobre Minerais Estratégicos, coordenado pelo MME, cujas atividades resultaram num relatório com uma série de recomendações para o Governo Federal. Na sequência, outro evento importante foi a realização do I Seminário Brasileiro de Terras-Raras, em dezembro de 2011, no Rio de Janeiro, organizado pelo Centro de Tecnologia Mineral (Cetem), que é uma unidade de pesquisa do MCTI, em parceria com o MCTI e outros órgãos do Governo. Esse seminário contou com a participação da comunidade científica, de representantes do Governo e de representantes das empresas. Mais recentemente, foi lançada também a Estratégia Nacional de Ciência, Tecnologia e Inovação, que é a nossa política de ciência e tecnologia, em que o assunto minerais estratégicos é tratado dentro dos programas complementares.

Mas que conceito de minerais estratégicos a nossa Estratégia Nacional de Ciência, Tecnologia e Inovação adotou? Ela adotou o conceito do Plano Nacional de Mineração, em que minerais estratégicos são aqueles minerais abundantes e essenciais para o saldo comercial, como é o caso do ferro e do nióbio, elementos de que o País é um importante produtor e exportador; minerais com elevada dependência externa, como é o caso do potássio e do fosfato, em que o País importa, respectivamente, 90% e 50% do que utiliza; e minerais ditos exportadores de futuro, em que se enquadrariam as terras-raras.

É importante ressaltar que, além da Encti e do Plano Nacional de Mineração, o assunto terras-raras

também é tratado dentro do Plano Brasil Maior, que é a nossa política industrial.

Para a Estratégia Nacional de Ciência e Tecnologia, são considerados estratégicos o lítio, o silício, os agrominerais e as terras-raras. Com destaque especial para as terras-raras, em função do cenário mundial.

Bom, o que são terras-raras? Terras-raras são um grupo de 17 elementos químicos, do grupo dos lantanídeos – aqui embaixo –, mais o escândio e o ítrio, que apresentam entre si propriedades físico-químicas e mineralógicas semelhantes. Eles podem ser classificados em elementos terras-raras leves e elementos terras-raras pesados, sendo os pesados aqueles que possuem número atômico inferior ao do gadolínio e os leves aqueles que possuem número atômico superior ao do európio. O nome terras-raras foi dado, lá no século XVIII, pelos primeiros especialistas que estudaram esses elementos. O nome "terras" está relacionado às características dos óxidos, que tinham essa aparência de terrosos; e "raras" porque eram considerados raros. Na verdade, eles não são raros, eles têm uma abundância na crosta terrestre superior à de muitos outros elementos químicos, como a prata e o bismuto, por exemplo, mas, embora esses elementos sejam relativamente abundantes na crosta terrestre, eles raramente se concentram em depósitos de minérios economicamente viáveis.

São catalogados mais de 160 tipos de minerais de terras-raras, que são aqueles minerais que, dentro da sua estrutura, contêm os elementos terras-raras. Mas os mais importantes, do ponto de vista econômico, são a bastnaesita, a loparita, a monazita e a xenotima.

Aqui, eu trouxe um mapa simplificado das principais reservas brasileiras, com destaque para Pitinga, Catalão e Araxá, que são algumas das mais conhecidas. E é importante destacar que a CPRM, que é o serviço geológico brasileiro, tem desenvolvido um projeto, chamado Projeto Terras-Raras, para a identificação de novas áreas potenciais de terras-raras no País.

E as terras-raras são consideradas estratégicas em função da sua aplicação em produtos de alta tecnologia. Então, só para exemplificar, o lantânio é utilizado como catalisador para o craqueamento do petróleo; os *smartphones* vibram em função do neodímio; o európio, térbio e ítrio são utilizados nos bulbos das lâmpadas fluorescentes. O neodímio tem suas propriedades magnéticas essenciais para fabricação de ímãs permanentes, que são utilizados nas turbinas eólicas; e as cores básicas, as cores primárias – o azul, o verde e o vermelho – das telas de LCD de televisão ou computadores são dadas pelos elementos terras-raras, além da tecnologia *touch screen*, que é permitida em função das terras-raras. Além dessas, existem várias outras aplicações em equipamentos para área de saúde, para defesa, *lasers*, diversas outras aplicações de alta tecnologia.

Falando um pouquinho do histórico mundial de terras-raras, é importante destacar que, em 1885, o Brasil era o maior produtor mundial de terras-raras e ocupou essa posição até 1915, quando passou a alternar com a Índia, por 45 anos.

Em 1960, os Estados Unidos assumiram a liderança, com a mina de Moutain Pass. Em 1970, a Austrália se tornou importante produtor, passando a produzir mais de 50% do total mundial de monazita e, em 1980, a Índia surgiu como o gigante do comércio de terras-raras, tanto pelas suas reservas quanto pela sua produção, e baixou os preços do minério exportado, desestimulando a produção no resto do mundo. Então, passou a ser mais economicamente viável comprar da China as terras-raras do que produzir nos outros países.

Em 2010, a China implantou uma política de cota de exportação e elevou os preços internacionais, despertando no mundo inteiro um medo com relação ao risco de suprimento. Então, de 2010 até hoje, tem havido um estímulo à retomada da pesquisa e produção em países como os Estados Unidos, a Austrália e também o Brasil.

Esta figura mostra que a China domina a produção mundial. Até 2010, ela dominava 97% da produção mundial. Esse número caiu um pouco, para 86,8%, principalmente em função da entrada em operação da mina de Mountain Pass, nos Estados Unidos.

Esta figura é interessante e mostra o suprimento da China em azul, o suprimento do resto do mundo em cinza e a demanda interna da China e a demanda do resto do mundo, mostrando que, a partir de 2012, a expectativa é de que novos empreendimentos entrem em operação para atender a demanda mundial, que se apresenta crescente.

O histórico dos preços de terras-raras também reflete essa política de cotas de exportação da China, onde, a partir de 2010, houve um aumento significativo dos preços de óxidos de terras-raras, e, com a entrada em produção de novos empreendimentos, a gente tem observado uma queda que ainda não chegou aos patamares observados antes de 2010.

Esta figura do preço dos óxidos e metais de terras-raras é interessante para mostrar a importância de se desenvolver toda a cadeia produtiva de terras-raras, porque a gente percebe que o valor do metal é muito superior ao do óxido. Então, já há uma agregação de valor e o custo se torna maior, o preço se torna maior.

Aqui estão mostrados os principais projetos com possibilidade de implantação em todo o mundo. São globalmente conhecidos mais de 270 projetos em 28

países, mas a expectativa é de que menos de 10% deles entrem em operação até 2015. E é importante destacar que, aqui no Brasil, nós temos duas empresas que já estão produzindo em escala piloto hidróxido e sulfato de terras-raras – a CBMM – e óxido de terras-raras – a MbAC Fertilizantes.

Aqui está, então, uma ilustração da cadeia produtiva de terras-raras, mostrando as etapas, desde as jazidas, e as principais ocorrências: a lavra, o beneficiamento, a lixiviação, a separação e a redução de óxidos e a obtenção de ligas para a fabricação dos produtos de alta tecnologia.

De maneira geral, o Brasil domina as primeiras etapas da cadeia e tem um domínio apenas parcial das últimas etapas, onde há a maior agregação de valor, sendo que o grande gargalo está na etapa de separação e purificação dos elementos para a produção do óxido.

A Setec contratou o Centro de Gestão e Estudos Estratégicos para desenvolver um estudo sobre usos e aplicações de terras-raras, que apontou, entre outros aspectos importantes, quais as principais cadeias produtivas em que o Brasil deveria investir. Então, foram apontadas as cadeias de imãs permanentes, catalisadores, ligas metálicas, fósforos, pós para polimento e fabricação de vidros e lentes especiais, com destaque para essas três primeiras.

E o que o MCTI tem feito para apoiar o desenvolvimento da cadeia produtiva de terras-raras no Brasil? Quais as principais ações?

Eu destacaria essa encomenda que foi feita ao Cetem/2012, de apoio à retomada da pesquisa, desenvolvimento tecnológico e inovação na área de terras-raras, que está em execução. O Cetem é um centro que já possuía capacidade e recursos humanos para a pesquisa em terras-raras no passado. Então, a ideia é resgatar isso. Ainda mais: esse estudo de usos e aplicações de terras-raras, que eu comentei anteriormente, que está em fase de finalização e deve ser publicado no *site* do CGEE para *download* nos próximos dias; e também dois editais. Na verdade, nesse edital de 2010, foi inserida uma linha de pesquisa de apoio a PDI para a cadeia produtiva de terras-raras; e, mais recentemente, foi aprovado, no âmbito do Comitê Gestor do Fundo Setorial Mineral, o CT-Mineral, o apoio ao desenvolvimento tecnológico de processos para produção e uso de elementos terras-raras, que deverá ser lançado agora, muito provavelmente em setembro.

Então, gostaria, para finalizar, de destacar que as terras-raras são consideradas estratégicas e prioritárias para o Ministério da Ciência, Tecnologia e Inovação. O nosso interesse é de que seja desenvolvida toda a cadeia produtiva, desde a extração até a produção do produto final, e que sejam retomadas as pesquisas e a competência que o País já teve. Assim, o MCTI tem apoiado a formação de recursos humanos, a capacitação laboratorial e o desenvolvimento tecnológico para que seja desenvolvida toda a cadeia produtiva.

Com isso, termino a minha apresentação, agradecendo, mais uma vez, a oportunidade. Ficam aqui os nossos contatos.

O SR. PRESIDENTE (Fernando Collor. Bloco União e Força/PTB – AL) – Nossos agradecimentos à Srª Tássia de Melo Arraes, Coordenadora de Desenvolvimento Tecnológico e Inovação do Ministério da Ciência, Tecnologia e Inovação.

Passo a palavra ao Professor Mário Ernesto, do Departamento de Física da Universidade Federal de Sergipe.

O SR. MÁRIO ERNESTO GIROLDO VALÉRIO – Boa noite, Sr. Presidente, a quem agradeço a oportunidade. Em nome do Presidente, saúdo os colegas participantes desta reunião.

Eu, como sou acadêmico, professor universitário, e não trabalho na área geológica – na verdade, sou um pesquisador em materiais –, então, coube a mim o tema "Minerais estratégicos: definição, utilização e comercialização". E, como eu não entendo nada de comercialização, eu obviamente não vou falar do que não sei; vou deixar para quem sabe tratar do assunto.

Então, para localizar todos os presentes, trata-se da visão de uma pessoa de dentro da academia, que trabalha com física de materiais e propriedade de materiais já desde a iniciação científica.

Então, eu vou começar com a definição do que é mineral estratégico. O interessante foi perceber, quando fui buscar as informações sobre a definição, que o Brasil já teve uma definição, dada em 1992, nesse estudo do Cetem chamado *Minérios Estratégicos: Perspectivas*.

Então, não é, digamos assim, um assunto negligenciado pelo País há muito tempo. Tudo bem que ele pode ter ficado esquecido, mas isso também não é uma propriedade do Brasil, porque muitos países no mundo negligenciaram a questão dos recursos estratégicos. Nós vamos ver que a história, na verdade, é bastante recente.

Nesse estudo de 1992, a primeira página, que tem o título *O que é "ser estratégico?*, tem uma frase interessante dizendo que as discussões em torno do tema têm sido as mais variadas e enfocadas sob ângulos político-sociais, econômicos, técnicos, etc. E o documento, na verdade, termina não fornecendo uma definição, digamos assim, brasileira, mas admite que para os minerais estratégicos na escala, digamos assim, mundial, pudesse ser usada a definição dos países desenvolvidos, digamos assim. Àquela época os principais eram o cromo, o cobalto, o manganês, o

molibdênio, o germânio e o nióbio, e, metais do grupo da platina, o tântalo, o tungstênio, o titânio e o vanádio. Em outros documentos de outros países a gente encontra mais ou menos a mesma descrição.

Uma questão que eu acho importante é como a gente define o que é um mineral estratégico. Eu vou chegar, depois, ao estudo do Plano Nacional de Mineração. O que é interessante é que, se a gente faz uma pesquisa sobre o assunto, a gente vê... Tem aqui um ato do Congresso americano, bastante recente – veja que é de fevereiro e a primeira publicação é de julho de 2013. Ou seja, é bastante recente. E nessa apresentação, também de um pessoal da Espanha, associado a todo o estudo da União Europeia que vou mostrar em seguida, tem uma questão que é colocada questionando se o nome "minerais estratégicos" é correto ou se, na verdade, seria "minerais críticos". Depois de estudar um pouquinho, eu achei mais interessante chamá-los de minerais críticos, porque em vários locais os minerais estratégicos, na verdade, são confundidos com os de uso militar e de defesa, enquanto que os minerais críticos têm uma definição um pouco mais ampla, que são minerais que têm uma ameaça potencial ao fornecimento e pode gerar prejuízo a um determinado país. De forma que nem todo mineral crítico é estratégico, mas todo mineral estratégico, nessa definição, é crítico. Então, parece-me ser um pouco mais interessante.

Na verdade, essa ideia de mineral crítico que a União Europeia usou nesse estudo, que também não é muito antigo – a versão final foi publicada em 30 de julho de 2010 e colocada à disposição dos diversos órgãos da União Europeia... Na verdade, eles discutem uma metodologia para definir, então, o que é um recurso natural, de modo geral, crítico.

É um estudo bastante grande, com vários apêndices, e apresenta uma metodologia bastante sólida que eu acho interessante a gente conhecer para chegar à nossa definição e, talvez, repensar ou usar algumas ideias interessantes.

Eu vou copiar partes em inglês, porque é um documento da União Europeia... Então, eles começam dizendo que analisaram 41 minerais e metais e, na verdade, o que eles tentaram foi fazer o estudo da criticalidade relativa entre eles. Então, primeiro, definir a criticalidade, ou seja, qual é o índice, o quão crítico é cada mineral. Se a gente pega os apêndices, tem todo um estudo detalhado de como eles chegaram aos índices de cada um desses 41 minerais. Mas, em linhas gerais, no sumário executivo do documento, eles dizem que consideram o material crítico um recurso natural, um material de partida, digamos assim, crítico quando há um risco de você ter uma redução na demanda, e que o impacto na economia seria muito maior do que comparado com outros minerais. Então, na verdade, a questão é você estabelecer um *ranking* de importância dentro dos diferentes minerais que você utiliza na vida do País.

Para considerar os dois riscos que foram considerados, eu vou me ater mais a este aqui porque, na verdade, é este primeiro que vai definir quais vão ser os minerais críticos que esse estudo apontou.

Este primeiro aqui, que é o que se chama de risco de fornecimento, leva em conta exatamente o nome, quer dizer, o fornecimento. Então, onde é que estão os recursos; se existe alguma estabilidade ou instabilidade político-econômica dos países produtores; o nível de concentração da produção – se é muito concentrada –; e o potencial de substituição e a taxa em que você pode reciclar esses minerais.

O segundo risco é um risco, do ponto de vista ambiental, que é igualmente importante – o documento chama a atenção –, mas ele, para se fazer uma definição do recurso natural crítico, a gente vai ver que não é muito importante.

Então, basicamente, o que eles fizeram foi ranquear os 41 minerais ou materiais considerados e colocar num gráfico como esse, em que eles consideraram duas variáveis: a importância econômica para a União Europeia e o risco que eles chamam de risco de fornecimento.

Quando esse gráfico foi feito, eles definiram, então, três regiões, basicamente, e essa região aqui é a que foi eleita como a região que compõe os catorze materiais críticos que a União Europeia vai considerar na sua política. Então, todas as recomendações que há, ao final do documento, estão relacionadas na verdade nesses elementos aqui.

O grupo de 14 minerais considerados críticos são os que estão na parte de cima aqui do diagrama, que, então, têm importância econômica relativa e risco razoavelmente alto. E eles dizem que o risco ambiental, digamos assim, não muda muito esse quadro quando você considera.

E não é à toa que o de maior risco são as terras-raras, mas o de maior importância econômica é o nióbio. Então, é interessante ver que dois desses aqui estão elencados dentro dos minerais estratégicos que o Brasil colocou.

Bom, então aqui está a lista dos 14 itens. As terras-raras estão aqui, e o nióbio está aqui, está certo?

Uma coisa para a qual eles chamam a atenção é que o que mais pesou para definir esses como materiais críticos é que o risco de fornecimento está, na verdade, concentrado em poucas áreas ou em poucos países, e eles listam especificamente: a China, esses todos aqui e as terras-raras; a Rússia, que detém a

parte dos minerais da platina; a República Democrática do Congo, que tem o cobalto e o tântalo; e o Brasil, que tem o nióbio e o tântalo.

Então, esses foram o que eles dizem ser o motivo principal, o que pesou bastante em todo o cômputo do índice de risco, porque o índice de risco leva em conta uma série de variáveis. Aí há toda a metodologia feita.

Bom, uma coisa para a qual é chamada a atenção também no documento é que toda essa classificação, na verdade, pode mudar rapidamente. Basta que uma nova tecnologia se apresente e que substitua algum material ou que demande uma quantidade bastante grande de um determinado material, de forma que essa classificação de risco tenha que ser atualizado. E é sugerido no documento que a cada cinco anos tem que ser refeito o estudo, exatamente para levar em conta a rápida difusão que novas tecnologias podem ocasionar nesse balanço.

Aqui, eles apresentam uma evolução de alguns índices. Esse indicador é, basicamente, a razão daqui para cá, a demanda e a produção, e como esses índices evoluem de 2006 para a estimativa de 2030. Então, nessa lista de recursos aqui toda, vemos que há um incremento no indicador para 2030. Isso, supondo as tecnologias que estão disponíveis atualmente. Ou seja, qualquer nova tecnologia que se apresente pode mudar esse quadro.

Isso está disponível na página, inclusive com o mapa de quem são, onde estão localizados os 14 caracterizados pela União Europeia.

Uma consequência que percebi, lendo esses documentos todos, é que a definição de quais são os minerais ou recursos naturais críticos depende de cada país. Então, para a União Europeia, aquele é o conjunto de dados, mas isso vai depender do risco de acesso, que depende, na verdade, de como cada país trabalha os seus recursos naturais, de como é a relação com outros possíveis fornecedores e da importância econômica, que são os dois indicadores do gráfico. A importância econômica tem a ver com como a economia usa esses diferentes minerais.

Então, na União Europeia, que é um bloco em que a tecnologia é bastante importante – há indústrias de alto consumo tecnológico, digamos assim –, há itens que são bastante importantes por conta dessa importância econômica. O indicador, então, aumenta.

A lista de minerais críticos de um determinado país também varia no tempo. Isso aqui é também uma questão importante, porque vai depender do avanço tecnológico, global e nacional, e depende das relações comerciais desse país com os seus possíveis fornecedores, caso ele não tenha os recursos que precisa para desenvolver os produtos.

(*Soa a campainha.*)

O SR. MÁRIO ERNESTO GIROLDO VALÉRIO – No Plano Nacional de Mineração, existem, basicamente, três itens considerados para definir o que são os minerais críticos ou estratégicos: é um bem mineral do qual o Brasil depende de importação em alto percentual para o suprimento dos setores vitais; minerais que deverão crescer em importância, nas próximas décadas, devido a produtos de alta tecnologia; e aqueles em que o País apresenta vantagens comparativas, em determinados recursos minerais.

Então, considerando cada um deles. Bem mineral do qual o Brasil depende de importação em alto percentual: são, basicamente, os recursos minerais utilizados na fabricação de fertilizantes. Como a Tássia já comentou, o Brasil tem uma dependência na ordem de 90% para potássio, 70% para nitrogênio e 50% para fósforo.

Minerais que deverão crescer, ou seja, materiais... Eu coloquei "portadores de futuro" porque podem ser portadores de futuro para o País, mas todos eles, as terras raras já estão aí. Ninguém está fazendo protótipo de celular; nós já o usamos. Tablet não é protótipo, e lá dentro se usa muita terra-rara. Então, alguém, no mundo, está produzindo isso. Alguém está pegando a terra-rara, que é produzida nas minas, e convertendo-a nesses produtos em que o valor por quilo é algumas ordens de grandeza maior do que o que estamos acostumados. Então, multiplica-se, facilmente, por um fator mil, 10 mil, às vezes 100 mil, o valor, simplesmente porque já há o produto pronto para a aplicação.

Essa, na verdade, foi a estratégia da China. Em 1980, eles começaram a entrar no mercado de terras raras e começaram, ao mesmo tempo, a importar e produzir cérebros, e trazer para dentro do País as indústrias que pudessem produzir. Porque, se, até hoje, eles só fossem fornecedores de terras raras, eles nunca poderiam ter cortado o suprimento, porque a economia dependeria disso. Eles podem cortar, porque podem usar internamente, nas suas indústrias, para vender agora o produto final, que é o que o Japão, por exemplo, não quer. Então, essa é uma experiência que temos de aprender.

Ao mesmo tempo em que a gente desenvolve o recurso mineral, tem que desenvolver também os produtos que se podem gerar com ele, de preferência toda a cadeia de produtos. E aquelas em que o País apresenta vantagens são o minério de ferro e o nióbio, com mais de 90% das reservas do mundo.

Eu acho que eu já encerrei. Estou estourando o meu tempo, então vou passar rapidamente algumas utilizações. Por exemplo, se a gente pega um telefone celular, temos todo esse tipo de diferentes produtos.

Então, eu tenho cerâmicas de titanato de bário... Veja, não é o titânio metálico, não é o dióxido de titânio, é o titanato de bário. Então, se você vende o óxido de titânio, alguém vai produzir o titanato de bário e vai lhe vender por dez vezes o preço, para você montar o aparelho celular. Acho que essa é a questão que a gente tem que... A mesma coisa as terras-raras, que também são cerâmicas que têm chaves magnéticas. O dióxido de titânio é usado em capacitores cerâmicos para miniaturização. O óxido de índio-estanho, que é chamado de ITO, é fundamental para os *displays* de cristal líquido e assim por diante.

Outro exemplo interessante é que, se a gente pega a história dos computadores, em 1980, basicamente você usava 12 elementos para um computador; em 1990, eram 16; e, atualmente nos anos 2000, são 12, mais quatro, mais 45. Ou seja, daqui a pouco você tem a tabela periódica toda preenchida com elementos que se usam dentro de um computador. Está certo?

Bom, o nióbio tem vários usos. Eu vou passar aqui um exemplo interessante. Se você tem um aço com um pouquinho só de nióbio... Por exemplo, nessa ponte que liga a Suécia à Dinamarca houve uma economia de US$25 milhões na construção, porque você reduziu o peso da estrutura o suficiente. Há outro exemplo também na França.

Eu queria terminar dizendo que a gente, quando vai olhar a questão dos minerais críticos, os materiais críticos ou estratégicos no Brasil, não pode olhar só o lado dos minerais, mas temos que olhar também para que o País tem um plano de ciência e tecnologia, o que a Tássia já comentou, porque tem esse estudo do CGE que é um plano de materiais avançados até 2022 e levantou oito demandas que o País precisa resolver.

Bom, se você tem oito demandas e vai produzir materiais avançados para defesa e segurança, para eletrônica, obviamente, isso aqui vai depender dos insumos. Então, nós vamos precisar dos elementos químicos que estão na tabela periódica para produzir essas coisas. Acho que é uma questão importante quando a gente vai decidir o que é estratégico no curto, no médio e no longo prazo. Não podemos esquecer que temos um plano de desenvolver a tecnologia do País, ou seja, seria muito bom que pudéssemos desenvolver a tecnologia contando com todos os recursos produzidos dentro do próprio País, que seria a melhor...

Bom, eu agradeço a atenção de todos.

(*Intervenção fora do microfone.*)

O SR. MÁRIO ERNESTO GIROLDO VALÉRIO – Que seria melhor que a gente tivesse, dentro do País, a cadeia toda, desde a extração até a produção de materiais intermediários, dos compostos mais críticos de maior pureza até o produto final. Obviamente, só dá para fazer isso com aqueles que a gente tem reservas. Mas, na pior das hipóteses, pelo menos quanto a esses que a gente tem reserva possamos dominar tudo, o que mais ou menos a China está fazendo com as terras-raras.

Daqui a pouco, você não vai mais comprar óxido de terras-raras da China, vai comprar o produto final, o imã, o fósforo que vai para a tela do LCD, que vai para a tela do seu celular; você vai comprar os capacitores cerâmicos, a menos que você produza em outro local.

Muito obrigado.

O SR. PRESIDENTE (Fernando Collor. Bloco União e Força/PTB – AL) – Muito obrigado, Prof. Mário Ernesto, do Departamento de Física da Universidade Federal de Sergipe.

Passo agora a palavra ao Prof. Caetano Juliani, que é do Departamento de Geologia Sedimentar e Ambiental da Universidade de São Paulo, para sua explanação.

O SR. CAETANO JULIANI – Boa noite a todos.

Inicialmente, agradeço ao convite efetuado a nossa instituição. Nós vamos falar alguma coisa sobre o que nós temos de potencial para desenvolver no território brasileiro.

Em primeiro lugar, vamos ver qual é o significado da produção global de metais. Vejam que, em 2005, tivemos uma produção de cerca de US$250 bilhões no mundo. Em 2010, essa produção, na mina, passou para cerca de US$620 bilhões – isso sem considerar o valor que vai ser agregado depois na indústria da transformação. Só em 2005, para vocês terem uma ideia, se nós acrescentarmos agora parte dos minerais energéticos, como o carvão e o urânio, o valor de produção dessa indústria foi, no mundo, de US$910 bilhões, que, se nós fôssemos atualizar para 2010, significaria, sem contar o petróleo e o gás, aproximadamente US$2,2 trilhões. Então, esse é o potencial em que nós temos que buscar a nossa parcela, enquanto território, para participarmos mais ativamente desse jogo.

Se nós olharmos uma economia desenvolvida, como nos Estados Unidos, que tem uma produção interna de bens minerais da ordem de US$76 bilhões, agregada à reciclagem, à importação e à exportação de materiais, essa indústria mineral gera, em sua transformação, cerca de US$700 bilhões. Quando esses US$700 bilhões desses produtos minerais tratados entram no sistema produtivo, da produção de materiais mais avançados, isso gera cerca de US$2,4 trilhões, que significa uma parcela grande dentro da economia do Produto Interno Bruto dos Estados Unidos. Então, é o que foi discutido um pouco aqui: se nós aumentarmos o tratamento, a produção, agregarmos valor à

produção mineral, nós temos um potencial econômico enorme na indústria mineral.

Essas são as principais minas que ocorrem no mundo. Nós olhamos assim e pensamos que ela tem uma distribuição mais ou menos aleatória em todo o Planeta, mas de fato as grandes minas são relativamente restritas a algumas áreas. Podemos observar, por exemplo, o cinturão andino, o oeste dos Estados Unidos, com uma grande quantidade de minas, o Canadá, também com uma grande quantidade de minas, a Austrália e a África. Curiosamente, como já foi chamada a atenção pelo Prof. Marini, nós não temos tantas minas aqui como esperaríamos em termos da geologia do Brasil.

Notem também que, depois de 2000, a descoberta de minas ao redor do mundo tem se tornado cada vez mais difícil, a custos mais elevados, e os minérios têm teores cada vez menores. Ou seja, traduzindo: está cada vez mais difícil se conseguir os bens minerais, mesmo aqueles que nós consideramos abundantes, como o ferro, por exemplo.

Nós observamos um outro cenário interessante em termos de mineração. Se nós olharmos aqui a Europa, nós vamos ver que a quantidade de minas vai decrescendo ao longo dos anos, ou seja, praticamente as reservas são esgotadas, e não há um incentivo à indústria mineral nessa região. Nos Estados Unidos, nós vemos esse crescimento na década de 30 até 50, e novamente uma tendência de redução do número de suas minas. Quem está desenvolvendo seu território, desenvolvendo as suas economias com base na indústria mineral, são os BRICS. Aqui há uma pequena queda, mais recentemente. Nós temos também aqui a antiga União Soviética, e principalmente a Austrália e a China, também, com grande desenvolvimento, porque esses são materiais essenciais para o desenvolvimento econômico dos países.

Notem também que está cada vez mais difícil se encontrar as minas em função da profundidade. Aquelas minas que se encontravam próximas à superfície já foram descobertas. Então, as grandes descobertas hoje estão ocorrendo a profundidades da ordem de 200 até 800 metros. Isso, naturalmente, vai exigir uma tecnologia muito mais avançada – está exigindo – do que a que nós temos agora. Isso basicamente mostra que estão rareando os bens minerais na escala planetária. De fato, se nós formos observar as grandes minas no mundo, veja que os grandes depósitos minerais são raros, e ocorrem em circunstâncias, em regiões relativamente restritas. Os bens minerais têm uma distribuição geopolítica. Eles não estão aleatoriamente distribuídos por todos os territórios. Aqui, no caso nós temos basicamente a Vale com as grandes minas no Brasil.

O interessante é que nós temos uma atividade mineral importante aqui no Brasil, mas se olharmos esse gráfico, o tamanho das bolas aqui indica a participação dessa produção mineral na economia. Mas quando olhamos aqui o nosso território, veremos que a nossa produção mineral é baseada, é fundamentada essencialmente na produção de ferro. Então, por que no nosso País, que tem uma dimensão grande, uma geologia variada, a economia mineral depende praticamente só do ferro? Veja que a geologia da Amazônia, a geologia do Quadrilátero Ferrífero é muito semelhante à geologia do norte dos Estados Unidos e do Canadá, nós temos praticamente as mesmas coisas com as mesmas idades. A mesma coisa na África do Sul e na Austrália, que são os grandes países produtores de bens minerais. Então o que nos falta efetivamente em termos de desenvolvimento?

Se nós olharmos essa mesma área do Canadá, podemos ver aqui centenas de minas de diversos produtos, diversos metais, diversos materiais, enquanto a nossa mesma geologia fica restrita a três ou quatro pontos. Então, alguma coisa está ocorrendo e precisa ser melhorada em nosso País. A mesma coisa nós poderíamos citar em relação à Austrália e a outros países também. Veja que uma geologia idêntica à do Quadrilátero Ferrífero, idêntica à de Carajás, idêntica a outras áreas, no Canadá tem mais de 300 depósitos minerais, e a nossa mesma geologia aqui tem poucas unidades, no máximo uma dezena de minas aqui.

Então o que falta de fato é conhecermos mais efetivamente a geologia de nosso País. O exemplo aqui do Quadrilátero Ferrífero. Vejam que em amarelo nós temos os depósitos de outro, as estrelas pretas, depósitos de manganês e de ferro, mas apesar de todos esses pequenos depósitos, essas ocorrências conhecidas, temos pouquíssimas minas em atividade.

O Brasil tem um território bastante variado. Nós podemos destacar aqui a região de Carajás, com as produções importantes, depósitos de classe mundial de cobre – muito embora as reservas de cobre no Brasil proporcionalmente sejam muito pequenas –, de ferro, de níquel, de manganês, nós temos aqui o estanho, na região oeste do País, em Rondônia. Nós temos em Goiás algumas unidades, agora com produção de cobre e principalmente de ouro, o Quadrilátero Ferrífero, com a produção de ouro, principalmente aqui, de ferro e de manganês também, e algumas outras ocorrências. Mas de fato nós não temos uma quantidade de minas tão significativa. Nós temos, na verdade, uma quantidade significativa de minas, mas são minas principalmente

de bens materiais industriais, materiais que são utilizados na construção civil essencialmente.

O número de minas voltadas para essa variedade de produtos que nós temos é relativamente insignificante no Brasil. Carajás naturalmente é uma área muito potencial, mas mesmo para toda a extensão dessa área, há poucas minas em desenvolvimento nessa região, o que sugere que o nosso potencial ainda não foi totalmente utilizado.

Um aspecto muito interessante é que em todas as regiões... Veja que os vulcões ao longo do mundo se distribuem em determinadas zonas específicas, o chamado Anel de Fogo, e onde há esse tipo de vulcanismo recente, há também uma grande quantidade de depósitos minerais. Estou destacando os principais depósitos. A fonte do cobre do mundo praticamente vem toda dessa região, e nós vamos ver, por exemplo, que onde há vulcanismo há cobre; vulcanismo, o cobre. A mesma coisa aqui na Indonésia. Mas esses terrenos antigos também têm mineralizações de cobre do mesmo tipo, e em nossos terrenos semelhantes praticamente nada, apenas essa ocorrência em Goiás.

O curioso é que nós temos rochas vulcânicas no Brasil cobrindo cerca de 1,2 milhão de quilômetros quadrados, que são análogas, são idênticas àquelas que estão associadas com esse tipo de vulcanismo aqui. Essas rochas, que têm poucos milhões de anos, no nosso caso do Brasil são rochas que têm cerca de 2 bilhões de anos. E, curiosamente, os estudos que temos feito na Universidade de São Paulo mostram que essas rochas têm uma quantidade, um potencial enorme para a ocorrência de depósitos de cobre, depósitos de ouro e depósitos de molibdênio também, do mesmo tipo daquele pórfiro de que estávamos falando. Esse é um excelente exemplo, é um dos pórfiros que nós caracterizamos de ouro, no Tapajós, um pórfiro pequeno, um exemplo importante que mostrava a transição do garimpo para uma atividade industrial na Amazônia. Infelizmente, essa mina também acabou fechando.

Aqui, nós podemos ver, dentro dessa mesma mina, os veios de cobre. Todo esse amarelo são minerais de cobre com teores muito altos. Pouca gente sabe que existe cobre no Tapajós. Sempre falam que o Tapajós tem apenas ouro, mas temos uma quantidade muito grande de ocorrências que precisam ser estudadas, tanto de cobre quanto de molibdênio e de ouro também.

Outro aspecto muito interessante para pensarmos, em termos de potencial, é que o Brasil é um País agrícola, produz muitas *commodities* agrícolas, e a produção de insumos – no caso, aqui representados pelos fosfatos, insumos para a indústria agrícola – está praticamente estável desde os anos 80. Existe um aumento da produção pela China, mas, essencialmente, existe uma redução dos principais produtores de insumos para a agricultura; a sua produção mineral está diminuindo, o que leva a supor que nós poderemos ter problemas no futuro, caso a gente não descubra mais depósitos minerais para a indústria agrícola.

Mais uma curiosidade: na nossa surpreendente Amazônia, agora, há pouco menos de dois anos, a empresa Itafós/MbAC descobriu um corpo raríssimo. Esse é o único corpo desse tipo antigo descoberto no mundo em um depósito de fosfato na Amazônia razoavelmente grande, num contexto geológico absolutamente desconhecido, absolutamente diferente, que acho que resume bem qual o potencial inexplorado que temos para a mineração no Brasil.

Uma característica muito interessante é que vemos que o produto...

O SR. EDUARDO SUPLICY (Bloco Governo/PT – SP) – Se o senhor puder mencionar em que lugar da Amazônia, que é tão grande, seria interessante, por favor.

O SR. CAETANO JULIANI – É na parte sudeste do Pará, próximo de Santana do Araguaia.

O SR. EDUARDO SUPLICY (Bloco Governo/PT – SP) – Obrigado.

O SR. CAETANO JULIANI – O que é muito interessante, em termos da demanda pelas *commodities* minerais, é que, quando a renda *per capita* de um país aumenta, ocorre também um aumento da taxa de urbanização. A população se transfere mais para as cidades, e, quando a população se transfere mais para as cidades, como ocorreu na China, representando aqui o cobre, existe um rápido incremento do consumo de bens minerais *per capita*. Como há uma previsão de que a nossa população aumente mundialmente... Em 2040, aproximadamente, deveremos ter cerca de nove bilhões de pessoas no mundo, e, desses nove bilhões de pessoas, nós teremos cerca de 60% dessas pessoas com capacidade financeira para consumir produtos eletrônicos, veículos, etc, o que demanda uma produção mineral mais efetiva...

Se nós compararmos, por exemplo, os anos 50, onde 13% da população tinham acesso a esses bens, isso significa que nós teremos uma pressão muito forte na demanda pelos bens minerais no futuro. O mesmo nós podemos falar em relação ao Brasil, prevendo, aqui, para 2030, uma população passando para quase 240 milhões de habitantes, mas com uma renda *per capita* mais do que dobrada, o que significa que nós precisaremos de mais recursos minerais para o desenvolvimento do nosso País.

Vejam que já está sendo destacado que os insumos mais básicos para a indústria de fertilizantes po-

dem acabar no futuro. Se olharmos aqui, mesmo dos bens comuns, como o zinco, por exemplo, nós tínhamos reservas para pouco mais de 150 anos e hoje nos restam menos de 25 anos para produzirmos zinco; os nossos depósitos estão acabando. Então, nós temos áreas novas para desenvolver.

Há um consenso entre as grandes empresas de mineração de que nós temos que desenvolver novas províncias minerais, como a Amazônia, por exemplo, ou desenvolver novos modelos exploratórios em províncias conhecidas. Precisamos de tecnologias cada vez mais avançadas. Precisamos também da aerogeofísica, que o Prof. Marini levantou. Temos, hoje, quase 97% do território coberto, o que vai desenvolver, vai propiciar a descoberta de novos depósitos minerais no Brasil. O Tapajós é um exemplo disso. As áreas de expansão, onde a indústria mineral pode se desenvolver, são essas áreas verdes e principalmente a área azul, portanto, parte do Centro-Oeste, Nordeste e a Região Norte, a região Amazônica são as áreas mais potenciais mais desconhecidas para serem trabalhadas. Precisamos de infraestrutura, pois não adianta encontrarmos um grande depósito mineral, porque sem energia e sem uma rede de transporte, não vamos viabilizar esses depósitos economicamente. E qual é a importância deste nosso setor?

A indústria de transformação mineral no Brasil gera cerca de US$130 bilhões e corresponde a 28% do PIB. Facilmente poderíamos expandir, pelo menos dobrar isso nos próximos anos, desenvolvendo a geologia, que é também importante na produção do saldo comercial, embora seja basicamente o ferro que produz esse saldo comercial, com cerca de US$30 bilhões em 2012.

Ela gera empregos. Cada emprego na indústria mineral gera três empregos. Em 2011, a indústria mineral gerou quase cerca de 2,5 milhões de empregos no Brasil. Então, esse é um potencial adicional que temos que desenvolver no nosso País.

E veja que investimos muito pouco. Em termos de recursos por quilômetro quadrado, se o Brasil investe um, o Canadá investe mais de quatro, a Austrália mais de cinco, dólares, milhares de dólares por quilômetro quadrado. O Peru investe 15, o Chile investe 18. Então, é isso que nos falta para o melhor desenvolvimento da indústria mineral.

O investimento no setor mineral no Brasil estava continuamente aumentando, tínhamos previsões otimistas para o próximo ano. Mas quem é que desenvolve, quem é que encontra essas minas? Essencialmente as empresas pequenas. No mundo todo, são as pequenas empresas que vão conseguir gerar esses depósitos que, depois, serão repassados para as grandes empresas que vão explotar esses depósitos minerais.

Esse novo marco regulatório parece criar um problema exatamente aqui. Estamos atacando a base do sistema que pode nos trazer recursos importantíssimos para as próximas décadas, tanto recursos financeiros como de desenvolvimento do Brasil.

Veja essa frase de uma grande consultora das empresas de mineração, e não está em discussão ainda o marco regulatório no Brasil. Mas ela diz assim: enquanto o potencial mineral é muito importante, o impacto das políticas governamentais pode ser mais significativo ainda no sentido de incentivar ou dissuadir a atividade mineral, que é exatamente o que está acontecendo agora.

Essa mesma empresa define um índice mundial de potencial político que incorpora diversos fatores. E veja que antes do marco regulatório a posição do nosso País está aqui embaixo. Pouco mais... Cerca de 40% é o nosso índice. Então, não é um índice favorável para as empresas de mineração por razões diversas, incluindo infraestrutura, falta do mapeamento geológico básico e mais uma série de coisas.

Se tivermos agora um cerceamento, se dificultarmos a ação da base da pirâmide no desenvolvimento do produto mineral, certamente vamos diminuir esse potencial. E países produtores – isso é uma província do sul da Austrália – fazem exatamente o inverso, ou seja, investem dinheiro público para incentivar essas pequenas empresas a desenvolver a pesquisa, porque esses países dependem fortemente da indústria mineral. Falta um pouco disso também para o nosso País.

Concluindo, o Brasil tem um potencial geológico excelente e ainda inexplorado. Há áreas muito pouco conhecidas geologicamente e os trabalhos feitos por vários colegas, inclusive as equipes da USP, têm mostrado surpresas muito positivas. Temos um potencial muito grande para coisas que nem imaginávamos. Mas ainda há um baixo investimento de pesquisa mineral por quilômetro quadrado.

Felizmente, como já foi destacado aqui, os levantamentos aéreo-geofísicos que já foram feitos desde a década de 70 nesses países que produzem muitos minérios, somente agora, no ano 2012/2013, que estão sendo concluídos aqui no Brasil a sua primeira versão.

Os mapeamentos ainda estão atrasados, mas estão avançando. Temos capacidade técnica na indústria, no Estado e nas universidades. Temos um mercado nacional e internacional extremamente favorável para a indústria mineral. O que precisamos, então? Precisamos exatamente de uma legislação estável e atrativa para o capital de risco. O investimento daquelas

pequenas empresas é capital de risco puro, com uma chance de sucesso muito pequena.

Portanto, temos que incentivar esse capital para desenvolvermos essa indústria e temos que incentivar de um modo geral as pesquisas na exploração mineral, pois cremos que aqui há um potencial muito grande econômico para o País, em especial para incentivar as empresas pequenas e também apoiar as universidades. Mas infelizmente, com a proposta de criação do marco regulatório, houve, na verdade, um desestímulo muito grande às pequenas empresas, inclusive várias delas fechando e abandonando as pesquisas em nosso País.

Por fim, agradeço novamente o convite e transmito a posição de nosso diretor de que o Instituto de Geociências se coloca à disposição do Senado, desta Comissão e do País para contribuir com o que for necessário para o desenvolvimento do setor mineral brasileiro.

Obrigado.

O SR. PRESIDENTE (Fernando Collor. Bloco União e Força/PTB – AL) – Muito obrigado, Prof. Caetano Juliani, do Departamento de Geologia Sedimentar e Ambiental da Universidade de São Paulo.

Teríamos aqui algumas indagações a fazer aos nossos palestrantes no dia de hoje antes de passar a palavra a S. Exª o Senador Eduardo Suplicy.

Para a Drª Tássia de Melo Arraes, a pergunta é: qual seria a expectativa do Ministério da Ciência e Tecnologia e Inovação com relação à produção de óxido de elementos de terra-rara no Brasil? Há um prazo estabelecido para que isso aconteça?

Para o Sr. Onildo Marini, segundo o Governo Federal, o atual Código de Mineração favorece a especulação. V. Sª concorda com essa afirmação? O atual Código de Mineração não possui instrumentos para coibir a especulação?

Para o Prof. Mário Ernesto Giroldo Valério, V. Sª destacou a importância econômica de agregar valor aos recursos naturais. Como aproximar universidades e empresas para alcançar o desenvolvimento tecnológico necessário aqui no Brasil?

E para o Prof. Caetano Juliani, o que se vem fazendo nas universidades brasileiras para desenvolver tecnologias de prospecção mineral, contando com o Código hoje em vigor, sem olharmos para o marco regulatório que chegou para ser debatido aqui no Congresso Nacional?

Começaria ouvindo V. Sª, Prof. Onildo João Marini.

O SR. ONILDO JOÃO MARINI – Se o atual Código favorece a especulação e se com ele se dispõe de instrumentos para coibir.

Especulação é uma palavra muito vaga. Há especulação boa e especulação má. Enfim, há especulação de tudo quanto é tipo.

No sistema capitalismo, em qualquer ramo do negócio, eu entendo que sempre existe especulação. Sem ela, não progride o sistema. Qualquer código sempre vai ter especulação.

O que tem sido acusado é que muitas pessoas, pessoas físicas e pessoas jurídicas, requerem áreas e se sentam em cima delas. Essa é a palavra que tem sido usada.

Na realidade, o País inteiro está requerido por alguém. Em algum lugar onde havia alguma possibilidade de um recurso mineral, alguém chegou lá e requereu. Isso é assim em qualquer lugar do mundo inclusive. A pessoa requer, começa os primeiros estudos e acaba passando para uma empresa que tenha meios de prosseguir os estudos. Isso é usual e creio que sempre vai ser assim.

Mesmo que se impeça que uma pessoa física requeira, como a nova proposta quer, vai haver uma empresa pequena que vai fazer um estudo inicial e passar para uma maior antes de abrir a mina necessariamente, porque as escalas de necessidade de investimentos entre a fase inicial e a fase final de pesquisa dos depósitos e depois a abertura de uma mina, são com vários zeros a mais. Portanto, só as grandes empresas abrem grandes minas. Assim, podemos dizer que tudo que ocorre antes é especulação.

O Caetano não falou aqui, mas ele estuda a região do Tapajós, na Amazônia. O Tapajós foi uma área onde a garimpagem explorou todo o ouro solto no chão durante décadas, chegou à rocha dura, onde o garimpeiro não tem condição, porque precisa de tecnologia, e as empresas juniores estavam lá, até recentemente, explorando o inicial.

É uma região onde, inclusive, pela lei das grandes empresas, o geólogo de empresa grande não desce, porque elas, a Rio Tinto, a Anglo American, a Vale, etc, impedem, proíbem seus geólogos de andarem em aviões monomotores e, nos campos de pouso existentes em toda essa região da Amazônia, não desce bimotor nenhum. Chamar aquilo de campo é uma temeridade. Então, não podemos eliminar... Esse pessoal que está levantando a mina do Palito e uma série de outras que o Caetano bem conhece, sem o serviço deles, que é chamado de especulação, a empresa grande não entrará lá e não vai explorar, porque o Governo não vai abrir um campo de aviação para bimotor, não vai abrir uma estrada de ferro, só depois de descobrir um depósito de minerais.

Então, essa especulação de que tanta onda se faz é, para mim, muito boa e necessária. O mau espe-

culador, se é que existe – deve existir, claro –, é que tem que ser coibido.

Agora, se existe, e é fato, uma quantidade muito grande de pedido de pesquisa nas mãos de muitas pessoas físicas ou jurídicas é porque o órgão regulador é ineficiente. E não adianta criar um novo órgão, fechar o DNPM e criar a Agência Nacional de Mineração. Se não mudar a cabeça ou a maneira como funciona, não adianta mudar de nome. O que acontece é que, com o Código atual, poderia ser inibida a quantidade de projetos de pesquisa em nome de uma mesma pessoa, física ou jurídica. Mesmo com o Código atual. Isso não está ocorrendo.

O SR. PRESIDENTE (Fernando Collor. Bloco União e Força/PTB – AL) – Obrigado, Prof. Onildo Marini.

Agora, passo a palavra à Srª Tássia de Melo Arraes, Coordenadora de Desenvolvimento Tecnológico do Ministério da Ciência, Tecnologia e Inovação.

A SRª TÁSSIA DE MELO ARRAES – Foram duas perguntas. A primeira: qual a expectativa do MCTI com relação à produção de óxidos de terras-raras no Brasil?

O Ministério tem, realmente, fomentado a pesquisa e o desenvolvimento tecnológico desde 2010 e a nossa expectativa é de que exista um avanço com relação a esses gargalos que existem para a produção dos óxidos.

Com relação ao prazo, é complicado falar, mas esse último edital tem a previsão de duração de quatro anos – ele se encerra em 2016 – e a nossa expectativa, é claro, é de que tenha havido um avanço depois da implementação desse edital.

O SR. PRESIDENTE (Fernando Collor. Bloco União e Força/PTB – AL) – Agradeço à Srª Tássia de Melo Arraes.

Com a palavra, novamente, o Sr. Onildo João Marini.

O SR. ONILDO JOÃO MARINI – Creio que posso contribuir um pouco para essa discussão.

A questão das terras-raras no Brasil, segundo três das empresas que estão com reservas cubadas medidas e devem entrar em produção, já está equacionado para a demanda interna. Nós temos a MbAC Araxá, que, segundo o Antenor Silva, que é ex-professor do IPT na USP, vai produzir a quantidade de terras-raras leves necessária para o País, e, além da CBMM, de que você falou, nós temos a Mining Ventures, que tem um depósito, aqui, no norte de Goiás, que vai produzir, segundo eu ouvi numa palestra deles, a quantidade de terras-raras pesadas necessária para o Brasil.

Eu chamo a atenção também para o fato de que – eu converso muito com pessoal de empresas grandes e pequenas – várias empresas grandes que ensaiaram entrar nas terras-raras desistiram, porque é um negócio muito pequeno, em termos de dinheiro, e extremamente perigoso, por causa da... A China, a qualquer momento que quiser, baixa o preço das terras-raras e quebra uma série de minas e produtores. Entraram no mercado, de novo, os Estados Unidos, a Austrália e o Canadá. Nós vamos entrar lá pequenininhos. Por isso mesmo, o Antenor diz que não pensa em exportar terras-raras porque não vai aguentar a concorrência e vai produzir o que é consumido no Brasil.

Obrigado.

O SR. PRESIDENTE (Fernando Collor. Bloco União e Força/PTB – AL) – Muito obrigado pela colaboração, Prof. Onildo João Marini.

Com a palavra, novamente, a Drª Tássia de Melo Arraes.

A SRª TÁSSIA DE MELO ARRAES – Só para acrescentar que essas empresas estão produzindo ainda em escala piloto. Então, elas passaram pela escala experimental, do laboratório, e estão produzindo ainda em escala piloto.

O SR. PRESIDENTE (Fernando Collor. Bloco União e Força/PTB – AL) – Muito obrigado.

Agora, com a palavra o Prof. Mário Ernesto, do Departamento de Física da Universidade de Sergipe.

O SR. MÁRIO ERNESTO GIROLDO VALÉRIO – Bom, a questão é como agregar valor. Vou começar com as terras-raras, para fazer um gancho com a discussão.

Produzir a terra-rara no País significa produzir com que pureza os materiais? Porque, se a gente produz com 60% de pureza, isso custa, R$1,00 a dúzia – não é esse o valor, obviamente, mas... Se eu produzo com 90%, isso vai para R$ 100,00; se eu produzo a 99%, isso vai a R$10 mil; e assim vai. Então, isso que eu acho que é a questão de como a gente agrega valor ao produto. Então, quando a gente olha a terra-rara em si, o negócio é pequeno em termos de mina e para escala a que se está acostumado, mas o que pode ser agregado em cima do produto é bastante grande, muito grande. Os produtos mudam, a escala de preço muda várias ordens de grandeza.

Eu sei porque a gente tentou comprar isso da China exatamente para uma empresa de Sergipe em que a gente está desenvolvendo pigmento cerâmico. Quando a gente ia pedir as diferentes purezas, a gente viu que, mesmo da China, a escala de preços é bastante grande. O que tem por trás é uma química fina e uma indústria de transformação e um desenvolvimento tecnológico em que a China decidiu investir e fazer e produzir dentro das suas fronteiras.

Então, eu acho interessante o caso das terras-raras. E não é à toa que foi depois da crise das terras-raras que os Estados Unidos e a União Europeia acordaram

para a questão dos minerais estratégicos. Então, se vocês olharem, se a gente vai buscar as informações, as datas são muito recentes depois dessa crise, porque se percebeu que a estratégia que a China adotou é uma estratégia correta. Você aprende a minerar, você aprende a usar em várias escalas e produz desde o material mais cru possível até o de maior pureza possível. Quando você domina essa escala toda, você faz o que quiser com o preço. É muito simples, porque, se você domina tudo, você consegue produzir tudo. Se, no início, você conseguiu que os grandes países que produziam terras-raras fechassem suas minas e assumiu o controle desse produto, você pode realmente jogar. Então, isso é uma questão de estratégia.

O exemplo das terras-raras é usado pelos pesquisadores dos órgãos de defesa americanos para ilustrar a frase de um imperador chinês, cujo nome eu esqueci agora, que dizia que a virtude não é ganhar cem guerras perdendo só cem homens, mas, sim, ganhar todas elas sem precisar jamais ter ido à guerra. Então, é usar a inteligência, vencer todas as batalhas sem precisar jamais ter ido à guerra. Eu acho que essa é a questão que está colocada.

No Brasil, como é que a gente incorpora valor a qualquer produto? A gente precisa desenvolver tecnologia. Para desenvolver tecnologia, você tem que ter ciência básica e tecnologia sendo feita com alta qualidade.

O Brasil conseguiu retomar, com os últimos investimentos, o financiamento à pesquisa básica, a infraestrutura que existia nos principais centros de pesquisa do Governo Federal, do MCT, nas universidades. Então, acho que as condições estão dadas, mas a gente precisa romper dois problemas principais: o primeiro deles é que precisamos começar a se convencer de que na universidade não formamos só pesquisador, mas também empreendedor. A maior parte das empresas de alta tecnologia no mundo surgiu do que a gente chama de *spin-off companies* de laboratórios, de pequenas empresas e nunca de grandes empresas. Os casos de grandes empresas que incorporam novas tecnologias desde o início são muito poucos.

Ouvindo os colegas relatarem como é feita a pesquisa mineral, parece com isso. O estágio inicial de desenvolvimento de um produto normalmente vem nessas empresas que saem... pequenas empresas. Então, o papel das incubadoras é importante. Precisamos de um lado investir na formação de empreendedores, ou seja, que os nossos jovens com formação de pós-graduação, mestrado e doutorado tenham essa possibilidade e comecem a ser incentivados a usar o seu conhecimento adquirido, inclusive financiado pelo Governo brasileiro, para pegar o que eles aprenderam, desenvolver em tecnologia e dar condições para que eles sobrevivam um certo tempo.

Do outro lado, a gente precisa estimular as empresas para que montem centros de pesquisa. Contamos nos dedos das mãos as grandes empresas do Brasil que têm centro de pesquisa. E, normalmente, os centros de pesquisa, mesmo os maiores, não têm o porte de nenhum dos grandes centros de pesquisa das maiores empresas do mundo. Há empresa em que o centro de pesquisa é maior do que a própria linha de produção, porque o cara vende a ideia. O caro é a ideia, o conceito. Então, o centro de pesquisa consegue produzir um produto e isso agora pode ser repassado para comercialização por alguém, mas eu domino como faz. Essa lógica precisa começar a ser também incentivada dentro do País.

O SR. PRESIDENTE (Fernando Collor. Bloco União e Força/PTB – AL) – Muito obrigado, Prof. Mário Ernesto, professor do Departamento de Física da Universidade Federal de Sergipe.

Por fim, passo a palavra ao Prof. Caetano Juliani, do Departamento de Geologia Sedimentar e Ambiental da Universidade de São Paulo.

O SR. CAETANO JULIANI – A participação das universidades no Brasil na geração de tecnologia aplicada ao desenvolvimento mineral é realmente bastante ampla e variada. Nós podemos citar até um exemplo de uma mina de fosfato que existe em São Paulo, em Jacupiranga. Esse fosfato mineral chamado apatita era considerado um mineral que se sabia que tinha fósforo, mas sem nenhuma utilidade para se fazer o fertilizante. O problema disso era como extrair essa apatita de dentro da rocha que possuía esse mineral disperso.

O Prof. Paulo Abib, da Escola Politécnica da USP, foi o primeiro que desenvolveu um processo tecnológico e aplicou um processo de flotação que viabilizou a extração econômica da apatita. Esse processo não só colocou em produção essa mina de Jacupiranga, como também foi adotado no mundo todo, principalmente nos países do leste europeu, para produção de fosfato.

Nós poderíamos citar, por exemplo, outro trabalho de uma colega da USP, que demonstrou que a formação dos minérios de zinco na região de vazante era um processo completamente diferente daquele admitido mundialmente. Em todo o mundo, ninguém havia imaginado que o processo era completamente diferente.

Essa descoberta, que foi publicada e laureou a pesquisadora com prêmio internacional de melhor trabalho produzido na área, no ano que, se não me engano, foi 2000, passou a promover pesquisas desenvolvidas em várias regiões do mundo e novos depósitos de zinco foram também encontrados.

Um dos aspectos que eu levantei foi da necessidade que temos de suprir os bens materiais para a população nos próximos anos. Precisa-se pensar modelos novos, não só para como buscar um corpo que está a 800 metros de profundidade ou a 600 metros de profundidade, ou seja, aquele corpo que não aparece próximo da superfície. Então, isso não só exige uma tecnologia mais avançada – e várias instituições estão fazendo isso – como também pensar os modelos novos.

Eu poderia citar exatamente os trabalhos que temos feito no Tapajós, uma área sempre tida como potencial apenas para depósitos de ouro. Todas as grandes empresas sempre pensaram apenas em depósitos de ouro. E hoje é demonstrado cientificamente que tem um potencial enorme para ocorrência de depósitos não apenas de ouro de grande porte, mas de cobre.

Se formos ver, por exemplo, temos uma grande produção de cobre pela Vale, mas o País detém 0,2% das reservas de cobre do mundo. Significa que quando a exportação da Vale encerrar em Carajás, voltaremos à situação de dependência da importação novamente.

Então, o modelo teórico mostra que existe um potencial enorme para cobre, em toda aquela área de mais de um milhão de quilômetros quadrados; mas existe também potencial para chumbo, zinco, molibdênio. Nós somos totalmente dependentes do molibdênio.

São modelagens teóricas que estão sendo feitas em diversas regiões. Existem modelos, também trabalhos que estão sendo feitos. Eu poderia citar um em desenvolvimento na Universidade de São Paulo, que busca facilitar a descoberta das regiões anômalas em áreas como, por exemplo, na floresta tropical.

Curiosamente, nós estávamos no campo, em Tapajós, agora em julho, e um dos objetivos desse trabalho de campo foi justamente testar essa metodologia, que está sendo desenvolvida por pesquisadores da Austrália, dos Estados Unidos, e pesquisadores aqui do Brasil. E pudemos verificar que é um trabalho experimental em termos mundiais. Mas obtivemos resultados significativos de correspondência na identificação do que chamamos zonas de alteração hidrotermal, que é onde se formam os depósitos minerais – pelo menos uma categoria deles – justamente processados utilizando imagens geradas por satélites e usando esses levantamentos aerogeofísicos feitos pelo serviço geológico do Brasil.

Então, desde a caracterização da produção do minério e desenvolvimento de modelos, acho que temos um parque bastante diversificado, não só nas universidades mas também nos institutos de pesquisa estaduais e federais, bastante apto para trabalhar nessa área e com muitas soluções bem inovativas.

A própria proposta de descoberta dessas rochas fosfáticas no Pará, assim como esse tipo de depósito naquele Estado, são novidades internacionais. São descobertas que jamais se imaginou que poderiam existir em algum lugar. E elas existem. Estão aí.

O SR. PRESIDENTE (Fernando Collor. Bloco União e Força/PTB – AL) – Muito obrigado, Prof. Caetano Juliani, do Departamento de Geologia Sedimentar e Ambiental da Universidade de São Paulo.

Passo a palavra a S. Exª o Senador Eduardo Suplicy.

O SR. EDUARDO SUPLICY (Bloco Apoio Governo/PT – SP) – Meus cumprimentos, Presidente Senador Fernando Collor, por mais esta audiência, que representa grande oportunidade de aprendizado para nós e para todos que acompanham os trabalhos da Comissão de Infraestrutura.

Eu não pude estar aqui desde o começo porque estava em sessão plenária. Mas agradeço se os Srs. Mário Ernesto Giroldo Valério, Tássia de Melo Arraes, Onildo João Marini e Caetano Juliani puderem fazer reflexões sobre o que vou dizer e perguntar, se nós levarmos em conta a questão de a quem pertence a riqueza mineral do Brasil.

Acredito que houve diversos estágios. Primeiro, quando ainda não haviam sido descobertos por Pedro Álvares Cabral, a quem pertencia o que se achava? Aos indígenas? E como utilizavam a riqueza mineral que então existia? O que faziam com a mesma? Daí, vieram os portugueses e tivemos a presença de espanhóis, franceses e holandeses, que também estavam muito interessados nas nossas riquezas minerais, nas pedras preciosas, no ouro. Então, que critérios houve ao longo da história sobre a quem pertence a riqueza mineral? E até hoje como isso evoluiu?

Se temos hoje um marco regulatório para a riqueza mineral, será que ele coloca, de maneira clara, suficiente e justa para os 194 milhões de brasileiros e brasileiras que somos hoje, uma participação na riqueza comum que existe em nosso País, seja na hora de definirmos o que fazer com os *royalties* decorrentes da exploração do petróleo, da nova fase das descobertas do pré-sal, seja com cada um dos minérios sobre os quais as senhoras e os senhores falaram?

Tendo em conta a experiência de outros países, aquilo que está hoje definido no marco regulatório é algo adequado e justo? Os senhores falaram que o marco regulatório de alguma maneira pode significar entraves quem sabe à competitividade das empresas que se interessam por mineração. Será isso mesmo? Se formos levar em conta como outros países definem qual a participação da destinação dos *royalties* decorrentes da exploração dos recursos minerais e dos re-

cursos naturais, como se compara hoje o Brasil com respeito a esses outros países?

Há países que têm procurado garantir às suas populações uma participação muito significativa na riqueza comum, porque uma coisa foi o tempo em que chegaram os portugueses e outros, e mesmo brasileiros que foram achando minérios aqui e acolá, e quem descobria pedras preciosas, quem descobria ouro pegava e os utilizava para si. Mas, hoje, nós temos alguma coisa que define que afinal essa riqueza, às vezes lá no fundo da terra ou até à flor da terra, quem descobriu deve ter um mérito e uma retribuição pelo direito de ter descoberto e explorado, as grandes companhias de mineração, a Vale do Rio Doce e assim por diante... Mas qual é a proporção justa que deveria caber ao conjunto da população e em que medida isso deve ser definido para aqueles que moram no Município onde é feita a extração do minério? Ou do Estado, ou da Nação como um todo? E que critérios deveríamos utilizar?

Os senhores e as senhoras conhecem bem melhor do que eu esses critérios, mas eu gostaria de saber. Mais e mais os países estão definindo que uma proporção significativa dos rendimentos decorrentes da exploração dos minérios, do petróleo e do ouro deve ser canalizada em benefício de toda população. Então, uma pergunta: em que medida a população brasileira do Município ou do Estado deve merecer compartilhar da riqueza gerada pela exploração desse minério? Que exemplos têm as senhoras e os senhores para ilustrar e até definir, seja o exemplo da Noruega, o da Austrália, ou o do Canadá.

O Presidente Collor sabe que eu, por exemplo, acho muito interessante o que existe no Alasca. A senhora do Ministério de Ciência, Tecnologia e Indústria conhece bem a experiência do Alasca, por exemplo?

(*Intervenção fora do microfone.)*

O SR. EDUARDO SUPLICY (Bloco Apoio Governo/PT – SP) – Não? Eu acho importantíssimo que a senhora conheça, e os senhores também. Eu pergunto aos senhores se também conhecem bem. O senhor conhece? *(Pausa.)*

(*Intervenção fora do microfone.)*

O SR. EDUARDO SUPLICY (Bloco Apoio Governo/PT – SP) – Conhecem bem?

Se me permitem, eu vou fazer um breve resumo, Presidente. V. Exª conhece bem, já que eu tenho falado.

Certo dia, o prefeito de pequena vila de pescadores, Bristol Bay, observou que de lá saía uma grande riqueza na forma da pesca. Boa parte da população era, ainda, pobre. "Vamos criar um imposto de 3% sobre o valor da pesca para instituir um fundo que pertencerá a todos." "Mais um imposto! Sou contra." Enorme resistência.

Demorou cinco anos para persuadir a comunidade. Uma vez instituído, deu tão certo que, dez anos depois, ele se tornou governador do Estado do Alasca: Jay Hammond, eleito em 1974.

O Alasca, tal como nós no Brasil, havia descoberto enorme reserva petrolífera na Baía de Prudhoe, ao norte. Em 1976, ele diz aos seus 300 mil concidadãos: "Precisamos não apenas pensar na geração presente, mas na futura. Vamos separar pelo menos 25% dos *royalties*, decorrentes da exploração do petróleo e outros recursos minerais, para instituir um fundo que pertencerá a todos. E quero que haja debate e votação".

E 76 mil disseram sim, 38 mil, não. Venceu dois para um. Os 25% dos *royalties* passaram a ser investidos em US *bonds*, títulos de renda fixa, ações de empresas do Alasca, contribuindo para diversificar a sua economia, dos Estados Unidos, internacionais e inclusive das 30 empresas mais rentáveis do Brasil, inclusive Vale do Rio Doce, Petrobras, Itaú e Bradesco. Podem ver no *site* do Fundo Permanente do Alasca, o que significa que nós contribuímos para que isso exista lá: empreendimentos imobiliários.

O fundo passou de US$1 bilhão no início dos anos 80 para US$45,5 bilhões atualmente. Cada pessoa residente no Alasca entre 1º de janeiro e 31 de março escreveu uma página, um *application form*: "Sou Tássia de Melo Arraes, moro em tal endereço, trabalho no Ministério da Ciência, Tecnologia e Inovação..." Não precisa declarar seu rendimento ou patrimônio, porque é igual para todos; preenche para as suas crianças até 18 anos, que por elas receberá. Poucas perguntas adicionais. Tem que explicar que esteve lá residindo no último ano. Se fosse aqui no Brasil e já tivesse aprovado a ideia, se já estivesse em prática... Então, teria dito que no ano passado foi até o Alasca verificar o que o Senador Suplicy explicou, se funciona mesmo. Se funciona, agora já está aplicado no Brasil e também tenho esse direito. Duas pessoas testemunham se a declaração é verdadeira, que a conhecem e, se assim tivesse agido desde o início dos anos 80 teria recebido a cada ano, primeiro, 300, depois 400, pouco mais de 500, e, em 2008, o ano em que mais se pagou, porque o preço do petróleo foi lá para cima, US$3.269 – pai, mãe, três crianças, uma família de cinco, por exemplo, seriam pouco mais de US$16 mil, pelo direito de todos partilharem da riqueza da Nação.

Qual foi a consequência? Hoje, é considerado suicídio político para qualquer liderança do Alasca propor o fim desse sistema, tão bem aceito que é.

Estive lá para verificar por sete dias, em 1995, e continua sendo tão positivo. Hoje, há três livros re-

centes publicados, propondo que o Alasca seja um exemplo para todos os demais países e graças a se distribuir anualmente hoje – são 700 mil habitantes – um dividendo igual para todos.

O Alasca tem hoje um coeficiente de Gini, de desigualdade, de 0,40, o mais baixo dos 50 Estados norte-americanos. Nos Estados Unidos, o coeficiente de Gini de desigualdade é de 0,47 e, no distrito de Columbia, o mais desigual, onde fica a cidade de Washington, é de 0,533, um pouco acima do último coeficiente de Gini do Brasil, que foi 0,519, o mais recente. Conheci o Alasca e recomendo que faça uma visita e verifique isso.

Tenho mais uma pergunta. Creio que foi o Sr. Mário Ernesto que falou a respeito do nióbio como um dos exemplos de minério em que o Brasil tem muita potencialidade em relação ao mundo. E aqui dá exemplos de uma ponte entre a Suécia e a Dinamarca, construída com aço, contendo uma proporção 0.22 de nióbio e a Millau Valley Bridge, uma ponte no sul da França, que também contém no aço 0.25 de nióbio. Em ambos os casos, houve uma redução muito significativa dos custos de construção, não é isso?

Tenho recebido questões sobre como é possível que o nióbio brasileiro tenha sido vendido por um preço relativamente bem menor do que o que efetivamente é pago no mercado internacional e que estaria havendo a exportação de nióbio por formas que não são devidamente registradas. O senhor ou a senhora tem conhecimento disso? Que providências têm de ser tomadas para haver o devido compartilhamento daquilo que julgarem adequado para a população brasileira também participar da riqueza, por exemplo, desse minério?

A minha questão geral refere-se a todas as riquezas minerais.

Muito obrigado, Sr. Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Fernando Collor. Bloco União e Força/PTB – AL) – Muito obrigado, Senador Eduardo Suplicy.

Começamos as considerações a respeito das formulações aqui colocadas por S. Exª o Senador Eduardo Suplicy pelo Prof. Mário Ernesto, da Universidade de Sergipe, do Departamento de Física daquela instituição.

O SR. MÁRIO ERNESTO GIROLDO VALÉRIO – Bom, eu talvez não seja a melhor pessoa para falar de preço, de como o nióbio é comercializado. Talvez os colegas possam dar mais detalhes sobre isso.

O fato que eu conheço é que uma parte do nióbio é produzido, inclusive as ligas metálicas de nióbio, pela CBMM. Se eu não estou enganado, uma boa fração já sai do Brasil na forma de ligas de determinadas composições. De novo, provavelmente isso representa o maior valor, não tenho os valores, não sei por quanto é vendido. De qualquer forma, o que sei é que o Brasil detém mais de 90% do mercado de nióbio, então, acredito que seja uma coisa similar ao que acontece com terra-rara. O Brasil poderia definir qual seria o preço que ele gostaria de ter, digamos assim. Por isso é um recurso estratégico. É considerado um recurso estratégico porque tem esse domínio.

Agora, uma questão importante é que, como todos os outros recursos minerais brasileiros, no final, na ponta, os produtos de mais alta tecnologia ainda não são produzidos no Brasil, como é o caso do nióbio. Então, várias cerâmicas, vários produtos finais que usam nióbio ainda são produzidos. Por exemplo, se procurarmos, veremos que há empresas na China que anunciam produtos de alta tecnologia envolvendo nióbio. Ora, esse nióbio vem de onde? De alguma forma saiu do Brasil, porque 90% da produção são brasileiros. Então, dispositivos especiais de niobato de lítio, por exemplo, que é um sistema oscilador, um dobrador de frequência usado para *laser*, para gerar luz de diferentes comprimentos de onda, o Brasil não produz; produz em escala de laboratório, mas não em escala de produção. Mas isso em algum é feito. Por exemplo, na China e no Japão é produzido, e com o nióbio brasileiro. Então, os valores propriamente ditos eu não teria, mas o que a gente conhece é que isso acontece.

É de novo o problema de o Brasil aprender a agregar valor a qualquer um dos seus recursos minerais, que pode ser enorme ou pequeno. A qualquer deles que se agregar valor, ganha-se muito. Acho que esta é a questão: é passar a dominar um determinado mercado de um determinado produto estratégico para certos produtos da vida moderna.

O SR. EDUARDO SUPLICY (Bloco Apoio Governo /PT – SP) – Obrigado.

O SR. PRESIDENTE (Fernando Collor. Bloco União e Força/PTB – AL) – A Srª Tássia de Melo Arraes, representante do Ministério da Ciência, Tecnologia e Inovação.

O SR. EDUARDO SUPLICY (Bloco Apoio Governo /PT – SP) – Gostou do exemplo do Alasca?

A SRª TÁSSIA DE MELO ARRAES – Gostei do exemplo do Alasca. Vou procurar saber mais sobre o assunto.

Complementando o que o Prof. Mário Ernesto colocou, o Brasil é um grande produtor de nióbio, detém mais de 90% da produção mundial. A questão do nióbio é: por que ele tem um preço relativamente baixo? Por que o Brasil não coloca o preço do nióbio mais alto, se ele é o maior produtor mundial? É porque o nióbio tem elementos substitutos. Então, se o

Brasil jogar o preço lá em cima, os outros países vão passar a comprar os elementos substitutos do nióbio.

Isso não acontece com as terras-raras. Até agora não existem elementos substitutos para as terras-raras que tenham um desempenho semelhante. É basicamente essa a questão.

Com relação ao que se reverte da exploração mineral para a sociedade, eu posso citar o nosso Fundo Setorial do Setor Mineral, que é o CT-Mineral, cujos recursos são provenientes de 2% da Compensação Financeira pela Exploração Mineral. Então, as empresas pagam pela exploração mineral e, desse valor, revertem-se 2% para o Fundo Setorial do Setor Mineral, que tem como objetivo financiar e fomentar a pesquisa, o desenvolvimento tecnológico e a inovação para o setor mineral brasileiro, com exceção apenas do petróleo e gás, que têm fundo específico, o CT-Petro.

O SR. EDUARDO SUPLICY (Bloco Apoio Governo /PT – SP) – Muito obrigado.

O SR. PRESIDENTE (Fernando Collor. Bloco União e Força/PTB – AL) – Agora passo a palavra ao Sr. Onildo João Marini, que é o Secretário Executivo da Agência para o Desenvolvimento Tecnológico da Indústria Mineral Brasileira.

O SR. ONILDO JOÃO MARINI – Senador, admirado com a questão do Alasca, não é? Que bom se nós pudéssemos ter uma situação similar aqui!

Ocorre-me uma situação que tive também lá no Ártico, mas no Ártico russo, na Sibéria.

O SR. EDUARDO SUPLICY (Bloco Apoio Governo /PT – SP) – Sim. Deve ser um exemplo tão bom quanto.

O SR. ONILDO JOÃO MARINI – Mas é interessante porque une a questão do extremo norte com a questão do nióbio.

Fiz uma visita, com um grupo pequeno, à Sibéria asiática, em Mirny, no Círculo Polar Norte, onde há os grandes depósitos de diamante da Rússia, da Almazy Rossii – *almazy* em russo é diamante. Fiquei admirado porque o presidente da empresa Almazy Rossii, um semideus na região, recebeu-nos por três horas. Enrolou, enrolou, enrolou e, ao final, ele queria vir a Araxá, queria que a gente viabilizasse a vinda dele a Araxá, porque ele tem um depósito muito grande de nióbio chamado Thor, que fica a uns 800 quilômetros ao norte do Círculo Polar Ártico. Quer dizer, lá no meio do gelo, lá no inferno.

Eles vieram para cá. Eu estava no Departamento Nacional de Produção Mineral e fui com eles a Araxá, conversaram lá, deu quase uma guerra entre os dois grupos. Eles queriam entrar no negócio de nióbio junto com a CBMM, fazendo um monopólio entre Rússia e Brasil.

O SR. EDUARDO SUPLICY (Bloco Apoio Governo/PT – SP) – Sei.

O SR. ONILDO JOÃO MARINI – Não saiu negócio, eles disseram que iam produzir, mas até hoje não produziram.

Quer dizer, temos que ter um depósito bom em condições estratégicas de energia, transporte, de tipo de rocha. Eles têm um ótimo depósito, mas em uma região onde é impossível retirar a preços econômicos de lá.

Mas, acerca da sua questão global, Senador, eu realmente gostaria que a nação brasileira, o povo brasileiro usufruísse – e que usufrua sempre – o máximo possível das benesses dos recursos minerais. A questão toda é saber qual é esse máximo. Qual é o máximo que permite o Brasil ainda ter competitividade com seus concorrentes.

O SR. EDUARDO SUPLICY (Bloco Apoio Governo/PT – SP) – O que seria de bom senso na sua avaliação?

O SR. ONILDO JOÃO MARINI – Toda a questão está aí, a questão dos *royalties*, porque hoje a maior parte de uma mina fica no Município (cerca de 60%); cerca de vinte e poucos por cento vão para o Estado e dez, doze por cento para o governo federal. Qual é o máximo? É muito difícil de dizer. Depende do minério, do depósito mineral, da qualidade, da infraestrutura do depósito mineral, da distância de onde estamos vendendo.

No caso do ferro, muitas tentativas de abrir novas minas por aí existem, de baixo teor, mas, sem infraestrutura, não vão abrir. Vão abrir Carajás, Serra Sul, grandes depósitos. Mas, no caso do ferro, podemos cobrar *royalties* maiores? Quanto maior? Eu não saberia dizer, e é muito complexo isso.

O SR. EDUARDO SUPLICY (Bloco Apoio Governo/PT – SP) – Hoje é de quanto?

O SR. ONILDO JOÃO MARINI – Hoje, ele é de 2%. O que se está insinuando é que iria para 4%, para até 4%, mas do preço bruto, então, seria um pouco mais. Até 4%. Esse "até 4%" eu diria que foi uma medida sábia, e não definir 4%, porque 4% poderia ser demais e tornaria o Brasil não competitivo com a Austrália. Ela produz minério parecido com o nosso, mas está lá pertinho do comprador, que é a China, o grande comprador.

Então, depende. É caso a caso. Em rigor, deveria ser estudado caso a caso, minério a minério com relação ao comprador, à distância do comprador, aos nossos portos, nosso preço de transporte interno, marítimo. E também há o tipo de mina. Uma coisa é uma mina a céu aberto de alto teor. Aí pode ser cobrado um *royalty* bem pesado, eu diria'

Uma mina subterrânea de um teor baixo é um problema. Estou me lembrando do que vai acontecer – eu me pergunto, Senador – com Arapiraca. Arapiraca, no Nordeste (Caraíba, na Bahia)

(*Intervenção fora do microfone.*)

O SR. ONILDO JOÃO MARINI – Exatamente, o depósito se chama Arapiraca e fica no Município de Caraíba. É um depósito que tem cobre e ouro, um pouco de ferro, mas tem cobre e ouro em teores baixos. Se estabelecermos para o cobre o *royalty* subir para tanto, aquele depósito vai se tornar economicamente inviável. Então, são várias variáveis. Mas é importante considerar, no meu entender, Senador Suplicy, que, na situação atual – e o Código que vem vai aumentar bônus e custos disto e daquilo – o Brasil está atraindo pouquíssimos investimentos para exploração mineral. Repito: já na situação atual. Se agravarmos essa situação em termos de custos ao explorador, ele vai para outros países.

Lembro-me da Votorantin, que é uma empresa 100% nacional, sempre foi. Nos últimos anos, ela foi para o Peru, está no Canadá e está na Argentina.

Zinco no Peru. Eu estava conversando com o diretor técnico deles, que me disse: "A energia no Peru é duas vezes e meia mais barata que no Brasil, além de outros fatores". Então, nós temos que ser competitivos, com o máximo possível de *royalties* para o nosso povo.

O SR. EDUARDO SUPLICY (Bloco Apoio Governo/PT – SP) – Muito obrigado.

O SR. PRESIDENTE (Fernando Collor. Bloco União e Força/PTB – AL) – Com a palavra, o Prof. Caetano Juliani, do Departamento de Geologia Sedimentar e Ambiental da Universidade de São Paulo.

O SR. CAETANO JULIANI – Obrigado pela pergunta, Senador Suplicy.

Eu diria que a quem pertencem os recursos minerais está na Constituição: pertencem à Nação. Agora, as formas como esses recursos são explorados são definidas também em lei, inclusive nesse novo marco regulatório que está sendo proposto.

Claro que há uma remuneração, esse imposto que já foi discutido aqui. Então, o pagamento da CFEM, que, se não me engano, em 2012, foi de cerca de R$1,9 bilhão – não me lembro do número agora.

Mas existe um problema bastante interessante nessa questão, porque todos conhecemos as minas que estão em funcionamento, não aquelas que ainda não foram descobertas, obviamente. Então, o potencial mineral se traduz no que se pode produzir num determinado território com uma determinada geologia, e, para isso, se tem que investir um capital de risco bastante grande, que é a parte essencial que estamos discutindo. Quem é que descobre esse tipo de depósito? Não são mais as grandes empresas, como foi há algumas décadas; quem faz isso é a pequena empresa, que recebe um capital de risco das bolsas, principalmente de Toronto, Vancouver e Londres, e eles vão aplicar. É um jogo de "acredito naquela geologia, penso naquilo, vou ver", e a chance de sucesso, se se começa a trabalhar em uma área em que há uma pequena anomalia, a chance de chegar a uma mina é menos do que uma em mil. Então, dá para se ter uma ideia de quanta gente perderá dinheiro nesse processo ou está se arriscando. É claro que, se se encontrar uma coisa boa, a remuneração é interessante também.

Se nós não incentivarmos a parte do risco, nunca vamos saber qual é o potencial mineral da nossa Nação. E, se nós não soubermos qual é o potencial mineral, se nós não descobrirmos as minas, eu diria que todos nós perdemos. Perdeu a sociedade, perdeu o povo, perdeu quem mora no Município, todos perderam, porque, se não houver essa miniprodução, nada foi descoberto. Não é como o peixe que está na baía do Alasca.

Por outro lado, eu trabalho nessas regiões bastante níveas na Amazônia, e nota-se um fenômeno muito interessante: primeiro, toda vez que uma pequena mina se desenvolveu, o IDH do Município cresce. Aliás, os Municípios produtores de bens minerais se destacam positivamente em termos de benefícios para a população. Em segundo lugar, em todo o local em que se começa a se desenvolver um projeto de mineração e se vê aquela situação de miséria total em diversas regiões, a empresa, mesmo as juniores, ou principalmente as juniores, vai estabelecer alguns critérios de como contratar esse pessoal, vai pagar um salário digno, vai registrar, vai dar material de segurança, ele vai passar a exigir que o mercadinho do lado emita uma nota fiscal para ele prestar contas do seu empreendimento, o que, na verdade, vai ser avaliado pelos investidores dessa empresa também, e o fenômeno é muito interessante. Se passamos nessas vilas na Amazônia com uma miséria absoluta, com um índice de violência absurdo, toda vez em que há uma empresa trabalhando, nota-se uma melhora significativa.

Então, eu poderia dizer que, se tivéssemos mais empresas juniores trabalhando e desenvolvendo projetos de pesquisa – veja que uma, talvez, em mil dessas, vira uma mina efetivamente –, já teríamos um benefício também para a população.

Naturalmente, se tivermos, como foi bem discutido pelo Mário Ernesto e pela Tássia, se se agrega valor a sua produção mineral, como mostrei naquele eslaide dos Estados Unidos e poderíamos mostrar isso em qualquer outro país... As terras-raras são um bom exemplo. Quanto custa aquela quantidade de

terras-raras contida num celular proporcionalmente ao minério que existe lá? Então, é uma necessidade, e seria muito importante que o País se desenvolvesse, também agregando valor a sua produção mineral. Mas isso também não é tranquilo, não é fácil.

A própria questão do nióbio. Se você disser dizer: "Olha, nós somos os detentores da maior produção e vamos elevar o preço do nióbio". O Japão não compra. Aliás, o aproveitamento do nióbio se atrasou muito ao longo dos anos, das últimas décadas, justamente por haver praticamente apenas um fornecedor no mundo. Por que eu vou adaptar minha linha de produção, minha siderurgia, gastar dinheiro para isso, se depois eu não vou ter garantia? Eu posso ter um preço maior do que aquele que eu estou prevendo para o uso. E o mercado internacional vai funcionar exatamente desse modo. Por que nós temos, por exemplo, produção de cobre de Carajás e não temos os *smelters* para fazer o cobre metálico? Como eu disse, nós temos 0,2% da reserva mundial de cobre. Até que ponto valeria a pena desenvolvermos uma indústria? Isso são números, é economia. Até que ponto valeria a pena nós verticalizarmos, produzirmos o cobre metálico, se as nossas reservas conhecidas agora são tão pequenas?

Há um outro fator muito interessante, para pensarmos em termos do valor: o preço do minério e o que se pode lucrar – a sua mina pode ser lucrativa ou entrar em prejuízo – é atualizado diariamente. A oscilação do mercado é que vai determinar o quanto se pode retirar de uma mina e até que ponto aquilo vai. Você pode funcionar no limite, no vermelho ou no azul.

E o problema final, que eu gostaria de destacar, como eu mostrei, é que as minas estão ficando cada vez mais profundas. Estão mais difíceis de serem encontradas. O gasto para se encontrar as minas é muito alto. O gasto para se produzir o minério, cada vez mais difícil, é muito alto. Mas eu não destaquei um aspecto: os teores estão caindo brutalmente, internacionalmente, o que significa que, há 30 anos, nós beneficiávamos minérios de cobre com 12% ou 15% de cobre. E hoje, nós estamos trabalhando com 0,4% ou 0,5% de cobre. A margem de segurança para alguém ter lucro com 10% de cobre ou com 0,4% muda drasticamente.

Então, nesses empreendimentos, se se acrescentam mais custos a essa produção, facilmente você pode inviabilizar um projeto. Mas não chegaria nem à questão de inviabilizar o projeto. Eu chegaria à questão mais essencial daquele eslaide que eu apresentei sobre a questão da legislação, porque se eu tiver uma legislação atrativa... Às vezes, conversando com gerentes de pesquisas internacionais, o pessoal fala assim: "Nós gostaríamos muito de investir aqui nesta área. É uma área de fronteira. Nós podemos ter um grande prêmio se nós investirmos aqui. Mas eu estou com este projeto do Uzbequistão, estou com este projeto do Peru, estou com este projeto..." Aonde eu, empresa, vou? A quem me oferece mais atratividade.

Então, eu acho que, na verdade, esse conjunto de coisas é que determina o valor da produção mineral. E ela só vai existir quando ela for efetivamente descoberta. Eu acredito que, facilmente – eu acredito, é crença minha –, com o investimento certo, a promoção certa, nós poderíamos, em 20 a 30 anos, triplicar a produção mineral brasileira. Quem ganharia com isso? Eu acho que é o povo, a Nação brasileira e a população.

O SR. EDUARDO SUPLICY (Bloco Apoio Governo/PT – SP) – Muito bem. Muito obrigado.

O SR. PRESIDENTE (Fernando Collor. Bloco União e Força/PTB – AL) – Muito obrigado aos nossos palestrantes.

O que temos observado ao longo dessas audiências públicas promovidas pela Comissão de Serviços de Infraestrutura do Senado Federal, nos antecipando ao debate que será feito nesta Casa Legislativa quando aqui chegar o projeto que hoje se encontra na Câmara dos Deputados, é que uma pergunta precisa ser respondida: o novo marco regulatório da mineração incentiva, induz o investimento? Ou ele inibe o investimento? Essa é uma pergunta.

A segunda pergunta: o novo marco regulatório da mineração gera uma maior estabilidade jurídica ou diminui o grau de estabilidade jurídica? As regras estarão bem estabelecidas e bem claras, para que haja o incentivo e a crença nos investidores, de que estarão investindo em algo sem que as regras venham a ser modificadas.

Então, essas questões são aquelas que vêm sendo suscitadas de forma recorrente nas nossas audiências públicas. E eu acredito que são respostas a essas perguntas que não somente nós, no Senado, mas também na Câmara dos Deputados, deveremos poder oferecer ao mercado, sobretudo aos investidores em mineração, já que a taxa de risco é altíssima, diferentemente do petróleo. Não podemos aplicar as mesmas regras que aplicamos para exploração do petróleo para a exploração de minérios.

Então, isso é algo que vai demandar – acredito eu – algum tempo, mais do que 90 dias, para que possamos decidir com clareza, com consciência e com a certeza de que estamos decidindo pelo que há de melhor para o setor mineral do Brasil nos próximos anos.

Antes de encerrarmos a presente reunião, agradeço a presença, em nome da Comissão de Serviços de Infraestrutura do Senado, de todos os nossos palestrantes, em especial o Prof. Caetano Juliani, do Departamento de Geologia Sedimentar e Ambiental

da Universidade de São Paulo; o Sr. Onildo João Marini, Secretário Executivo da Agência para o Desenvolvimento Tecnológico da Indústria Mineral Brasileira (ADIMB), o Prof. Mário Ernesto, do Departamento de Física da Universidade de Sergipe e a Srª Tássia de Melo Arraes, Coordenadora de Desenvolvimento Tecnológico e Inovação do Ministério da Ciência, Tecnologia e Inovação.

Por fim, convoco as Srªs e os Srs. Senadores para a nossa próxima reunião, a ser realizada imediatamente após o encerramento desta reunião. A reunião que se seguirá destina-se à realização de audiência pública para debater a situação dos servidores do Departamento Nacional de Infraestrutura de Transportes (DNIT), com a presença dos seguintes convidados: Sr. Tarcísio Gomes de Freitas, Diretor Executivo do Departamento Nacional de Infraestrutura de Transportes; Sr. Sérgio Eduardo Arbulu Mendonça, Secretário de Relações de Trabalho no Serviço Público do Ministério do Planejamento, Orçamento e Gestão; Sr. Sérgio Ronaldo da Silva, Secretário de Imprensa e Comunicação da Confederação dos Trabalhadores no Serviço Público Federal (Condsef), Sr. Luiz Heleno Albuquerque Filho, Representante da Comissão Nacional dos Servidores do DNIT.

Agradecendo a todos pela participação, está encerrada a presente reunião.

Está encerrada a presente reunião.

(Iniciada às 17 horas e 58 minutos, a reunião é encerrada às 20 horas e 45 minutos.)

COMISSÃO DE SERVIÇOS DE INFRAESTRUTURA

ATA DA 31ª REUNIÃO, EXTRAORDINÁRIA, DA COMISSÃO DE SERVIÇOS DE INFRAESTRUTURA DA 3ª SESSÃO LEGISLATIVA ORDINÁRIA DA 54ª LEGISLATURA, REALIZADA EM 12 DE AGOSTO DE 2013, SEGUNDA-FEIRA, IMEDIATAMENTE APÓS A 30ª REUNIÃO, NA ALA SENADOR ALEXANDRE COSTA, PLENÁRIO Nº 13.

Às vinte horas e quarenta e seis minutos do dia doze de agosto de dois mil e treze, na sala de reuniões da Comissão, sob a Presidência do Senhor Senador **Fernando Collor**, reúne-se a Comissão de Serviços de Infraestrutura. Registra presença como não-membro o Senhor Senador **Eduardo Suplicy**. Deixam de comparecer os demais Senadores. O Presidente declara a abertura dos trabalhos. Tem início a apreciação da Pauta: Audiência Pública, em atendimento ao **Requerimento nº 41, de 2013 – CI**, de autoria do Senador **Fernando Collor**, aprovado em 07 de agosto de 2013, que, "*Nos termos do art. 58, §2º, incisos II e V, da Constituição Federal, combinados com o art. 90, incisos II, IX e X, do Regimento Interno do Senado Federal, requeremos seja realizada, por esta Comissão, audiência pública para debater e esclarecer a situação dos servidores do Departamento Nacional de Infraestrutura de Transportes (DNIT), com a presença dos seguintes convidados: Sr. Sérgio Mendonça – Secretário de Trabalho no Serviço Público do Ministério do Planejamento – MPOG; Sr. Josemilton Costa – Diretor Executivo da Confederação dos Trabalhadores no Serviço Federal – CONDSEF ; Sr. Tarcísio Freitas – Diretor Executivo do Departamento Nacional de Infraestrutura de Transportes – DNIT e Representante da Comissão Nacional dos Servidores Grevistas do DNIT*". O Presidente convida a compor a Mesa e a fazer suas exposições o Senhor **Luiz Heleno Filho**, Representante da Comissão Nacional dos Servidores do DNIT; o Senhor **Sérgio Ronaldo da Silva**, Secretário de Imprensa e Comunicação da Confederação dos Trabalhadores no Serviço Público Federal (CONDSEF), representando o Senhor Josemilton Maurício da Costa, Secretário-Geral da CONDSEF; o Senhor **Tarcísio Gomes de Freitas**, Diretor-Executivo do Departamento Nacional de Infraestrutura de Transportes (DNIT); e o Senhor **Sérgio Eduardo Arbulu Mendonça**, Secretário de Relações de Trabalho no Serviço Público do Ministério do Planejamento, Orçamento e Gestão (MPOG). Faz uso da palavra o Senhor Senador **Eduardo Suplicy**. Nada mais havendo a tratar, a Reunião é encerrada às vinte e duas horas e vinte e cinco minutos, lavrando, eu, Álvaro Araújo Souza, Secretário da Comissão, a presente Ata, que, lida e aprovada, será assinada pelo Presidente e publicada, juntamente com a íntegra das Notas Taquigráficas, no Diário do Senado Federal.

Senador **Fernando Collor, –** Presidente da Comissão

(*Texto com revisão.*)

O SR. PRESIDENTE (Fernando Collor. Bloco União e Força/PTB – AL) – Declaro aberta a 31ª Reunião Extraordinária da Comissão de Serviços de Infraestrutura, da 3ª Sessão Legislativa Ordinária, da 54ª Legislatura.

A presente reunião destina-se à realização de audiência pública em atendimento ao Requerimento nº 41, de 2013, desta Comissão, de autoria do Senador Fernando Collor, aprovada em 7 de agosto passado, para debater sobre a situação dos servidores do Departamento Nacional de Infraestrutura de Transportes (DNIT).

Para debater o tema foram convidados os seguintes especialistas e interessados, a quem aproveito e convido para que tomem assento à mesa:

– Sr. Luiz Heleno Albuquerque Filho, representante da Comissão Nacional dos Servidores do DNIT;

– Sr. Sérgio Ronaldo da Silva, Secretário de Imprensa e Comunicação da Confederação dos Trabalhadores no Serviço Público Federal (Condsef);

– Sr. Tarcísio Gomes de Freitas, Diretor Executivo do Departamento Nacional de Infraestrutura de Transportes (DNIT); e

– Sr. Sérgio Eduardo Arbulu Mendonça, Secretário de Relações de Trabalho no Serviço Público do Ministério do Planejamento, Orçamento e Gestão.

Sejam bem-vindos a esta Comissão, e peço-lhes que tomem assento à mesa.

Iniciando a nossa audiência, passo a palavra ao Sr. Luiz Heleno Albuquerque Filho, representante da Comissão Nacional dos Servidores do DNIT.

O SR. LUIZ HELENO ALBUQUERQUE FILHO – Obrigado.

Em nome dos servidores do DNIT, eu gostaria de agradecer, na presença do Presidente da Comissão de Infraestrutura, o espaço aberto aqui nessa importante Comissão para tratar de um problema grave que está acontecendo que é a greve nacional dos servidores do DNIT.

É uma pena que a gente não possa estar ao vivo agora na TV Senado... Nem sei se o está... Está. Que bom! Porque nós queremos dialogar mesmo é com a sociedade brasileira, que é efetivamente quem usufrui e utiliza os serviços produzidos por nossa autarquia.

Antes de a gente falar do problema efetivamente da greve em si e o porquê ela foi deflagrada, eu gostaria que a sociedade conhecesse um pouco um pouco do que é o Departamento Nacional de Infraestrutura de Transportes. Na verdade nós somos um órgão responsável por 75 mil quilômetros aproximadamente de rodovias, sendo 55 mil pavimentados; somos responsáveis pelo patrimônio de 25 mil quilômetros de ferrovias, hoje concedidas a diferentes empresas; responsáveis por 27 mil quilômetros de vias navegáveis; 96 portos interiores. No nosso orçamento, a previsão desse ano é de trabalhar algo em torno de quase R$14 bilhões em execução financeira. Com uma carteira de contratos de aproximadamente R$22,5 bilhões. O que totaliza, possivelmente se tudo corresse na sua normalidade uma carteira de contratos de até R$40 bilhões no início do ano que vem.

O DNIT é estruturado em uma sede Brasília, onde se concentram a maior parte dos seus servidores, mas também 23 superintendências regionais e 122 unidades locais, onde se localizam servidores responsáveis pela fiscalização de todas essas obras. Esse tamanho todo de atribuições e de contratos, e de obras é, hoje, executado por apenas 2.500 servidores, sendo que 800 já estão com abono permanência e conseqüentemente sujeitos a aposentadoria. É importante destacar que, segundo lotaciograma da própria criação do órgão junto com os próprios servidores advindos do DNER, hoje nós precisaríamos ter pelo menos 4.800 servidores.

Em termos de atribuição, o DNIT tem uma responsabilidade vital porque, além da gestão de contratos, ele é responsável pela execução propriamente das obras e contratação; ele responsável pela normatização de praticamente todas as normas rodoviárias no Brasil através do Instituto de Pesquisa Rodoviárias. Ele é responsável também como autoridade de trânsito e também é um órgão arrecadador em função das multas advindas das rodovias federais do País.

Mesmo com essa importância e crescimento ao longo dos últimos anos em termos de investimento, na verdade o número de servidores do DNIT com as aposentadorias ocorridas tem diminuído; então, na verdade aumenta-se a atribuição, a importância, reduz-se o número de servidores.

Para vocês terem uma ideia, o DNIT hoje, em termos do Orçamento Geral da União, é responsável por aproximadamente 20% de toda a execução financeira do governo federal.

No caso da infraestrutura de transporte, ele responde hoje por 75% de todos os investimentos em infraestrutura na área de transportes do País.

Segundo dados do Sinduscon, para cada um milhão investido no setor de construção civil, são gerados 65 empregos diretos, indiretos e induzidos. Por conta direta da execução financeira do DNIT, nós estamos falando de um potencial de quase um milhão de empregos gerados. Os induzidos, principalmente a pavimentação das nossas rodovias e a melhoria da qualidade das vias, estimulam o crescimento das cidades e, consequentemente, induzem o próprio mercado local.

Algumas obras aqui. São só alguns dados, para os senhores terem uma ordem de grandeza. Por exemplo, nos programas Crema 1ª e 2ª etapa, nós estamos falando em cerca de 40 mil quilômetros previstos de cobertura de malha. Isso significa, para o usuário que está nos ouvindo, qualidade de rodovia.

(Intervenção fora do microfone.)

O SR. LUIZ HELENO ALBUQUERQUE FILHO – Eu vou explicar. O Crema é um programa que envolve tanto obras de restauração quanto de manutenção da via. Nós estamos falando de vias com garantia de qualidade e segurança ao longo de cinco anos, no caso do Crema 2º etapa. Isso, para o usuário da rodovia, é muito interessante, porque ele vai ter uma rodovia de excelente qualidade, e pública, sem pedágio.

Temos também alguns outros contratos de Crema 2ª etapa, também, só para destacar o aporte que está sendo destinado e o quanto o DNIT vai aumentar sua carteira de contratos.

Além disso, nós temos uma série de programas de segurança viária, como o BR Legal, que vai praticamente revolucionar toda a parte de segurança viária nas rodovias brasileiras. Alguns lotes já contratados, outros em licitação, e alguns ainda em elaboração de anteprojeto.

Por que demonstrar tudo isso? Para a sociedade entender qual o peso do DNIT. Na verdade, as rodovias brasileiras têm continuamente melhorado seu desempenho. Isso é atestado por diferentes índices. E nós queremos fazer muito mais. Então, a sociedade conhecer o DNIT é importante até para justificar o nosso pleito e a importância da nossa carreira.

Para vocês terem uma ideia, por exemplo, previsto até março de 2014, nós estamos falando em quase R$20 bilhões em obras a serem contratadas. Por região, para vocês terem uma ideia, vou falar só dos principais investimentos em cada região. Na Região Norte, nós temos obras como a BR-163, Pará, e a BR-230, famosa Transamazônica. Temos a perspectiva de concluir, até o ano que vem, vários lotes dessa rodovia fundamentais para o escoamento de soja na região de Mato Grosso.

Na Região Nordeste, nós temos a duplicação da BR-101, reivindicação histórica da região, que representa muito, visto que quase todas as capitais do Nordeste se encontram no litoral. Então, a ideia é duplicar a BR-101 no Nordeste inteiro, inclusive passando próximo a Salvador.

Na Região Centro-Oeste, a BR-163, Mato Grosso, que também é muito importante. Na verdade, Cuiabá – Santarém. Falei no tramo norte e estou falando agora na Região Centro-Oeste. Além disso, a duplicação da BR-060. Em pouco tempo, possivelmente, você vai poder trafegar de Brasília a Cuiabá em via duplicada.

Na Região Sudeste, talvez a principal obra dessas que vão ser licitadas seja a duplicação da BR-381, Belo Horizonte – Valadares, conhecida como Rodovia da Morte, grande anseio da população mineira há muito tempo.

Na Região Sul, além da duplicação da BR-101 Sul, que se desenvolve e está em fase final, nós temos ainda a BR-116, duplicação Porto Alegre – Pelotas. Temos também a BR-470, em Santa Catarina, obras fundamentais também para o desenvolvimento dessa região.

Dito isso, na minha última transparência, e não precisarei mais do que isso, nós queremos argumentar com a sociedade se é justo um profissional com essa responsabilidade e essas atribuições estar posicionado dessa forma nas carreiras estratégicas do Estado brasileiro.

Como salário de referência, nós pegamos o salário de engenheiro, que é a atribuição fim do DNIT, para demonstrar a disparidade em relação a outras carreiras. Essa distorção nas carreiras do DNIT provoca perda contínua de profissionais, evasões significativas da área administrativa, tanto da engenharia quanto da área administrativa, e, principalmente, pouca atratividade em concurso.

Para os senhores terem uma ideia, o DNIT fez um concurso no ano passado para 1,2 mil vagas e nós só vamos conseguir preencher 860, dada a pouca atratividade da carreira em relação a outras carreiras que o Estado trata como estratégicas.

O nosso pleito principal é este: que o Governo Federal reconheça a importância e os esforços desses servidores para desenvolver essa matriz tão importante e que sejam valorizados como outras carreiras são. O nosso pleito não é discussão de inflação a mais ou a menos, o quanto houve de ganho. Nós queremos ser enquadrados como uma carreira estratégica do Estado, já que as nossas atribuições são estratégicas. Então, se as nossas atribuições são estratégicas, nada mais justo que o Estado nos valorize como tal.

Então, para essa primeira intervenção, o que eu queria falar era basicamente isso.

Os servidores vieram aqui, nós estamos em greve há 49 dias completados. Isso compromete brutalmente uma série de investimentos do Governo Federal. A área de infraestrutura, hoje... os próprios colegas aqui na audiência anterior falaram da necessidade de infraestrutura também para escoamento das terras-raras etc e de outros minerais. Nós estamos inseridos nesse contexto e nós precisamos ser valorizados para tal.

O DNIT está há 49 dias em greve. Temos tido alguma dificuldade para negociar patamares que julgamos razoáveis com o Governo Federal. Então, os servidores presentes, tanto aqui nesta plenária 13, quanto na plenária 9 – é importante que se diga que a outra plenária foi aberta para receber os colegas que vieram inclusive de boa parte do Brasil, para fazer um apelo à sociedade brasileira e aos Parlamentares que aqui estão e todos os telespectadores –, nós não queremos continuar em greve por mais 30 dias. Nós queremos que a solução ocorra. E para a solução ocorrer, o Governo Federal deve ver com sensibilidade e carinho a situação do DNIT.

O nosso pleito é histórico. Nós já estamos há muito tempo reivindicando essa readequação e essa recolocação salarial, não é de hoje. Inclusive esse fardo nem pode ser colocado nas costas do Sérgio Mendonça. Ele é novo nisso. Essa discussão do DNIT é anterior a tudo isso. E desde a nossa criação, nós estamos buscando isso, valorização profissional. E é

isso que os colegas que estão aqui presentes esperam, e é esse o objetivo de eles terem vindo aqui mostrar a cara para a sociedade.

Nós somos servidores "do bem". Não somos uma carreira grevista por natureza, não é nosso perfil. Nós estamos falando de mestres, doutores de excelente qualificação técnica, que estão sendo "canibalizados" por outras carreiras, como por exemplo as agências, que em termos de atribuição, não é papel meu dizer quem é mais ou menos importante. Uma certeza eu tenho: nós não somos menos importantes do que as agências. Não posso dizer que sejamos mais, mas menos também não somos. Então, o que está sendo colocado é isso. Essa evolução salarial ilustra bem a necessidade de recolocação do DNIT entre as carreiras estratégicas do Estado.

Agradeço a oportunidade. Sei que o tempo está curto, até porque a audiência anterior se prolongou um pouco mais. E se houver espaço em algum outro momento, posso fazer algum outro apontamento.

Agradeço a oportunidade. Obrigado. *(Palmas.)*

O SR. PRESIDENTE (Fernando Collor. Bloco União e Força/PTB – AL) – Agradecendo ao Sr. Luiz Heleno Albuquerque Filho, representante da Comissão Nacional dos Servidores do DNIT, passo agora a palavra ao Sr. Sérgio Ronaldo da Silva, Secretário de Imprensa e Comunicação da Confederação dos Trabalhadores no Serviço Público Federal.

O SR. SÉRGIO RONALDO DA SILVA – Boa noite a todos e todas, Senador Fernando Collor; Luiz Heleno; Dr. Sérgio Mendonça, do Ministério do Planejamento; Tarcísio, Diretor Executivo do DNIT; demais companheiros e companheiras que estão acompanhando esta audiência pública.

Corroborando o que o Luiz apresentou, nós da Confederação vimos tentando há um tempo chegar a um bom termo no conflito que está instalado com relação ao DNIT. Nós costumamos dizer que perdemos a oportunidade, agora recentemente, no mês passado, quando o Papa esteve aqui no Brasil, e nós só faltamos consultar o Papa, para tentar resolver esse problema, porque com exceção da Ministra do Planejamento, Drª Miriam Belchior, e da Presidenta da República, Presidenta Dilma, nós já recorremos a todas as autoridades que poderiam e podem resolver o problema. Então, já estivemos com o Ministro dos Transportes, já estivemos em audiência pública na Câmara, n reuniões no Ministério do Planejamento, mas a solução não se apresenta.

É verdade que, em alguns momentos, o outro lado que está negociando tenta passar, tanto para a sociedade como para os trabalhadores, que o DNIT está querendo tratamento diferenciado.

Mas não é esse o pleito do DNIT. Aliás, o DNIT nunca quis um tratamento diferenciado; ele quer um tratamento idêntico aos outros setores que agem nas mesmas atribuições dele. Não tem essa de o DNIT querer tratamento diferenciado.

Até parece que, no Brasil, as autoridades gostam de greves e longas, greves prolongadas. Estamos chegando a quase 50 dias na greve do DNIT. No ano passado, em 26 setores, foram 72 dias de greve. Só para dar um exemplo, em 2010, no Ministério do Trabalho e Emprego, foram quase seis meses de greve. A quem interessam esses planos tão longos de greve sem que as autoridades busquem solucionar os problemas? A nós, trabalhadores, não! Inclusive, nós costumamos dizer que dá mais trabalho do que estar no dia a dia, na rotina laboral das suas ações. Dá muito mais trabalho!

Agora, é evidente que a judicialização, da forma como está se dando a greve, no nosso conceito, não está resolvendo o problema, nem tampouco a intimidação na questão do corte do ponto. Aliás, há decisões do Supremo Tribunal Federal – vou até ler aqui um agravo de instrumento que foi julgado pelo Ministro Dias Toffoli – Agravo de Instrumento nº 853.275, que considerou abusivo o desconto dos dias parados quando não existe decisão judicial de greve, que foi até em cima de um caso que aconteceu com os trabalhadores da Faetec, do Rio de Janeiro, e colocou como repercussão geral a questão do desconto dos dias parados.

Mesmo sem ter sido julgada ilegal a greve do DNIT, ele está descontando os dias parados, o que para nós significa assédio moral. Entraram no STJ, inclusive com o último pedido querendo que voltassem 100% da força de trabalho – não há sentido em haver greve com 100% trabalhando. A Ministra Eliana Calmon manteve a mesma decisão, no mérito, da primeira que tinha tomado, que era 50%, a qual estamos cumprindo literalmente. Ganhamos várias liminares nos Estados, mas, em contrapartida, a direção do DNIT exige... Nós estamos cumprindo o que o STJ determinou, porque não somos fora da lei, e, em contrapartida, não se cumprem as decisões liminares que são para devolver o que estão retirando dos trabalhadores porque eles estão em greve.

Então, são dois pesos e duas medidas. Temos liminares aqui no DF, temos liminares em Rondônia, Sergipe e São Paulo, e estão saindo outras. Há a exigência de que cumpramos, e é evidente que estamos cumprindo, a decisão da Ministra Eliana Calmon com relação à manutenção dos 50%, mas o DNIT não cumpre a determinação das liminares, porque está recorrendo. Se é dever de ofício recorrer, tudo bem, mas, enquanto não derruba, tem que cumprir a decisão da

Justiça. Utilizam um instrumento para pressionar os trabalhadores a voltarem, que é o corte do ponto, que, inclusive, está sob repercussão geral, e, evidentemente, não cumpre as decisões das liminares. É isso que a gente estranha, para tentar pressionar os trabalhadores a voltarem.

Tivemos uma reunião, Senador Collor e Senador Suplicy, na semana passada, na qual foi formalizada uma proposta, desta vez oficialmente, porque anteriormente era somente verbalizada, mas essa proposta formalizada já foi literalmente rejeitada no ano passado por quatro oportunidades. Então, o que os trabalhadores do DNIT querem é que o tratamento que foi dado a outros setores, de 2008 até agora, seja também dado a eles. E o que foi ofertado agora, pelo que conseguimos levantar, até antes de vir para cá, a categoria está mantendo a mesma posição, que é a de tentar buscar o mesmo tratamento que foi dado a outros setores, da mesma forma como o Luiz apresentou.

De toda forma, acho que nós vamos ter dificuldade, diante do que foi apresentado e que, evidentemente, já foi rejeitado pelos trabalhadores. Nós não vamos chegar a um bom termo nem a um ponto de equilíbrio com relação à proposta que foi formalizada na semana passada.

Mas, de toda forma, eu queria, já finalizando, dada a escassez do tempo, deixar aqui, para reflexão, que também é agenda dos servidores do DNIT o processo gritante de terceirização no órgão. Só para dar um exemplo, o DNIT tem 2.537 servidores ativos, na sua força ativa de trabalho, e a força terceirizada hoje no DNIT é de 2.752. Portanto, maior do que a força de trabalho ativa.

Pasmem: se hoje existe uma reivindicação justa dos trabalhadores... Só para dar um exemplo, o que ganha hoje um engenheiro, que tem 30, 35 anos, alguns até ultrapassaram essa barreira dos 35 anos, é pago em dobro para a empresa que contrata os terceirizados. O DNIT, hoje, paga para a empresa que contrata o terceirizado R$20.721,00, para contratar um engenheiro, e, na ponta, esse engenheiro só recebe R$7.776,00. Isso significa dizer que a empresa está levando dois terços, explorando a força de trabalho, e o órgão não tem a capacidade de combater a terceirização para melhorar a remuneração desses trabalhadores, bem como as condições de trabalho. Prefere dar dinheiro para a empresa a melhorar e atender o pleito dos trabalhadores, que é justo, mais do que justo. Como exemplo claro também, para um consultor, o DNIT paga para a empresa R$32.900,00, enquanto ele na ponta só recebe R$10.582,00. Então, na verdade, a empresa leva dois terços de recursos públicos. E é um fato real.

Fez concurso para 1.200, mas só 800 aceitaram e, daqui a pouco, 30, 40% vão embora, porque a evasão é grande, já que a remuneração não é atrativa.

(*Soa a campainha.*)

O SR. SÉRGIO RONALDO DA SILVA – Finalizando, eu acho que, diante de como o Governo vem tratando a greve do DNIT, ele quer fazer da mesma forma que fez com as greves do ano passado, 2012, que chegaram a 30, 60, 90 dias, sem resolver e tentar vencer no cansaço.

Então, por isso, eu iniciei essa minha fala – e já estou finalizando – porque só faltou irmos até o Rio de Janeiro pedir ajuda ao Papa, porque conseguimos falar com todas as autoridades e não encontramos ainda um ponto de equilíbrio de como chegar a uma solução da greve do DNIT.

Espero que, depois dessa audiência pública daqui, consigamos encontrar um ponto de equilíbrio e sensibilizar os gestores, tanto do DNIT como do Governo, para que façamos com que esse órgão volte a fazer o que fez até 2012, que foi cumprir com suas metas, com suas obrigações, acreditando no processo de negociação e nas promessas que foram feitas, de que seriam resolvidos os problemas desses trabalhadores de forma geral.

Muito obrigado. (*Palmas.*)

O SR. EDUARDO SUPLICY (Bloco Apoio Governo/PT – SP) – Permita-me, Sr. Presidente, fazer uma sugestão?

O SR. PRESIDENTE (Fernando Collor. Bloco União e Força/PTB – AL) – Muito obrigado ao Sr. Sérgio Ronaldo da Silva, Secretário de Imprensa e Comunicação da Confederação dos Trabalhadores no Serviço Público Federal.

Pela ordem, com a palavra, S. Exª o Senador Eduardo Suplicy.

O SR. EDUARDO SUPLICY (Bloco Apoio Governo/PT – SP) – Sr. Presidente, parece-me que os outros Senadores não chegarão aqui, eu sugiro que, como há pelo menos 12 lugares vagos aqui e há diversas pessoas em pé, elas possam ocupar para eu não me sentir tão sozinho. (*Palmas.*)

O SR. PRESIDENTE (Fernando Collor. Bloco União e Força/PTB – AL) – Eu pensei que estivessem em pé por desejo próprio, mas, por favor, há lugares aqui. Não sei se há para todos, mas os lugares vagos podem ser ocupados pelas senhoras e pelos senhores.

O SR. EDUARDO SUPLICY (Bloco Apoio Governo/PT – SP) – Pelo menos os mais idosos podem sentar, por favor.

Obrigado, Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Fernando Collor. Bloco União e Força/PTB – AL) – Obrigado a S. Exª o Senador Eduardo Suplicy.

Alguns ainda ficarão de pé.

O SR. EDUARDO SUPLICY (Bloco Apoio Governo/PT – SP) – Já melhorou, Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Fernando Collor. Bloco União e Força/PTB – AL) – Há mais um lugar aqui na frente, se quiserem...

Muito bem!

Continuando a nossa audiência, passo a palavra ao Sr. Tarcísio Gomes de Freitas, Diretor Executivo do Departamento Nacional de Infraestrutura de Transportes, o DNIT.

O SR. TARCÍSIO GOMES DE FREITAS – Obrigado.

Exmº Sr. Senador Fernando Collor, Presidente da Comissão de Serviços de Infraestrutura do Senado, em nome de V. Exª cumprimento todos os Senadores da Comissão; Exmº Sr. Senador Eduardo Suplicy, colegas aqui na Mesa, Luiz Heleno, Sérgio Mendonça, Sérgio Ronaldo, colegas servidores, gostaria de falar alguma coisa sobre a situação do DNIT. Acho que está bem claro já para os membros desta Comissão, para o Sr. Presidente inclusive, o quanto esta reunião é importante e o quanto isso representa para os servidores, face às calorosas salvas de palmas para as falas do Luiz Heleno e do Sérgio Ronaldo. Isso sintetiza um pouco o sentimento dos servidores do DNIT, a ansiedade que os servidores têm ao buscarem um pleito que é histórico.

Vamos falar uma pouco da situação que nós encontramos no DNIT em 2011, quando chegamos. Nós assumimos em setembro de 2011 e encontramos um quadro envelhecido, um quadro de falta de servidores. O Luiz Heleno destacou isso aqui. São apenas 2.537 servidores. Muitos deles em faixas etárias avançadas. Então, temos praticamente 900 servidores recebendo abono permanência. E se a gente pegar a curva de aposentadoria, mais da metade desse efetivo vai se aposentar até 2015. Então, são servidores que vêm do DNER, que prestaram seus serviços durante muitos anos e que hoje integram os nossos quadros, e o grosso da nossa fiscalização, a maioria dos nossos engenheiros são esses servidores antigos do DNER.

Só para o senhor ter uma ideia, nós temos um instituto de pesquisa, o Instituto de Pesquisa Rodoviária, nós temos lá 90 servidores, mais de 70 hoje já em condições de aposentadoria.

Outra coisa é o quadro desbalanceado em relação às tarefas ou em relação à atividade nossa. Nós temos uma predominância de servidores da área-meio, de nível intermediário, 51%, contra apenas 29 da área-fim, nível superior. E a área-fim, nível intermediário, 12%.

Na questão do salário, além de haver uma defasagem para as outras carreiras do Executivo, nós temos também uma discrepância interna, o que, do ponto de vista do clima organizacional, é muito ruim. Então, observem a diferença que existe entre o analista de infraestrutura de transportes e o analista administrativo, duas carreiras criadas na Lei nº 11.171, de 2005. Então, há uma diferença bastante grande, bastante expressiva, e isso também contribui negativamente para o clima organizacional. São ambos servidores de nível superior, concursados, e essa visão, essa divisão área-fim e área-meio é uma visão extremamente antiquada. Todos contribuem para a infraestrutura, todos contribuem para o atingimento de metas, para o atingimento de objetivos.

A engenharia hoje é essencialmente multidisciplinar e não se chega ao objetivo, não se faz nada na área-fim sem o apoio da área-meio.

Faltava – desculpem-me – a regulamentação da progressão. Então, a carreira nova foi criada em 2005, e, até 2012, esses servidores não haviam progredido. Estavam estacionados no primeiro nível da carreira.

Faltava a regulamentação da gratificação de qualificação, e havia uma deficiência na estrutura de cargos, no organograma, principalmente nas pontas.

Pasmem, Senadores, Sr. Presidente: nas superintendências regionais, nós temos apenas um DAS 4, para o superintendente regional, e dois DASs-1, para chefe de serviço de engenharia e para o chefe de serviço de administração e finanças. Nós não temos mais nenhum cargo. Hoje as nossas unidades locais são virtuais. Elas não existem formalmente. Não existe cargo para as unidades locais. Então, isso prejudica, obviamente, o desempenho das funções.

O que foi feito nessa caminhada aí? A gente tem dito, sempre, que o grande problema do DNIT são Recursos Humanos; não é projeto, isso é miopia, não é questão de engenharia, a nossa deficiência é RH.

Primeiro, concurso público, que foi autorizado pelo Planejamento, foram autorizadas 1.200 vagas. Estas 1.200 vagas, Dr. Sérgio Ronaldo, para combater, justamente, a questão da terceirização. E, aí, é um cuidado que eu faço, é que nas contas que são apresentadas não se esqueça de que nós adotamos uma tabela de consultoria, os engenheiros que são contratados, são contratados de acordo com essa tabela, e não se pode fazer comparação, salário *versus* valor pago à empresa, porque o que é pago à empresa acrescenta aí impostos, encargos sociais e o próprio lucro da empresa. Está certo?

Nós temos uma tabela. Tudo que é feito no DNIT é feito com parâmetros de custos.

Nós temos a questão da progressão funcional, que foi regulamentada por uma Portaria de nº 240, do Ministério dos Transportes, em função do Decreto nº 7.629. Observe que isso aqui saiu por causa de um pleito desta direção. A progressão funcional, o decreto contemplava quatro carreiras. Na época, estava parado no Ministério de Minas e Energia. Nós corremos atrás disso. Solicitamos empenho da Ministra do Planejamento. Ela se prontificou a ajudar. Isso foi para a Casa Civil e se tornou uma realidade. Em dezembro de 2012, a progressão funcional foi implantada nos contracheques.

A gratificação de qualificação também foi outro pleito nosso. Foi regulamentada pelo Decreto nº 7.922, de 18 de fevereiro de 2013, e vai estar implantado nos contracheques em dezembro de 2013. Isso, obviamente, se isso não entrar no bojo das negociações nos modos do que está sendo feito nas Agências Reguladoras.

Tivemos uma saída aqui para a deficiência de estrutura do DNIT, que é a transformação de funções: FC-3 em DAS em FC-6 DNIT, o que eu chamo, assim, de "milagre da multiplicação dos cargos". Ou seja, sem nenhum impacto financeiro, nós conseguimos dotar o DNIT de mais cargos – nós saímos de 680 cargos para 720 cargos –, distribuindo esses cargos, prioritariamente, nas superintendências regionais.

Então, por essa medida, nós teremos os servidores das regionais que assumem responsabilidade nas diversas unidades locais, com seus cargos, com a sua função comissionada, equivalente ao DAS hoje. Então, uma superintendência que tenha uma configuração de ter um DAS-4 e dois DAS-1, ela vai passar a ter um DAS-4 Superintendente; um FC-DNIT-3, Chefe de Serviço de Engenharia; um FC-DNIT-3, Chefe de Serviço de Administração e Finanças; esses cargos FC-DNIT equivalentes, com o mesmo ganho do DAS; uma chefia de Divisão de Manutenção; uma Divisão de Construção; uma Divisão de Operações; uma Divisão de Cadastro e Licitação; uma Divisão de RH; uma Divisão de TI; e todas as unidades locais contempladas com cargos.

E, aí, peço o apoio de V. Exª, porque isso foi enviado recentemente para o Congresso Nacional. Refiro-me ao Projeto de Lei nº 6.053, de 2013, que vai passar, agora, pela Comissão de Constituição e Justiça.

(Intervenção fora do microfone.)

O SR. TARCÍSIO GOMES DE FREITAS – Então, isso aqui – não, está na Câmara dos Deputados –, isso aqui é uma verdadeira revolução no que diz respeito à distribuição do DNIT, ao organograma do DNIT, e isso vai dar autonomia às superintendências regionais, e autonomia está intimamente relacionada à agilidade.

Então, de vários déficits, de vários problemas que nós tínhamos na área de RH, todos foram sendo resolvidos, tivemos medidas para todos. Infelizmente, não conseguimos chegar, ainda, a bom termo no reposicionamento da carreira, que é um pleito antigo, que é a equiparação com as Agências Reguladoras.

O DNIT foi criado na mesma lei que as Agências, a Lei nº 10.233, de 2001. O Projeto de Lei que criou o DNIT passou dois anos tramitando aqui no Congresso. Ele veio para cá em 1999 e, na época, o cenário era um cenário que contemplava... Era um cenário de Estado mínimo, era um cenário onde se contemplavam as concessões, a estadualização de rodovias. O DNIT não foi protagonista no debate, ele ficou à parte. O que realmente foi muito discutido naquela época era se se criava uma super Agência Reguladora – a Agência Nacional dos Transportes –, ou duas Agências Reguladoras – a Agência Nacional dos Transportes Terrestres e a Agência Nacional dos Transportes Aquaviários –, que foi a visão que acabou prevalecendo.

Então, fomos criados na mesma lei, mas ficamos para trás em termos de salário.

Aqui nós temos o resultado do concurso. O DNIT nos contemplou com 1.200 vagas, e essas 1.200 vagas são para substituir 1.107 servidores terceirizados que executam a atividade-fim. Então, está na conta do Sérgio Ronaldo – 2.752 –, você está considerando terceirização regular e terceirização irregular. Então, a terceirização de vigilância, a terceirização de secretariado etc. não entra nesta conta. Então, nós temos 1.107 servidores terceirizados irregulares.

O SR. PRESIDENTE (Fernando Collor. Bloco União e Força/PTB – AL) – Qual é a diferença entre regular e irregular?

O SR. TARCÍSIO GOMES DE FREITAS – Eu vou explicar a diferença entre terceirizado regular e irregular.

Os terceirizados regulares são aqueles que estão nas atividades de apoio, na atividade de limpeza, na atividade de vigilância, na atividade de secretariado executivo. Os terceirizados irregulares são aqueles que hoje executam atividade-fim do órgão. São aqueles que estão na atividade de projetos. Hoje temos terceirizados nos ajudando a fazer e analisar projetos tanto de Crema I, Crema II, dentro da nossa área de projetos, dentro da nossa área de infraestrutura rodoviária, então, executando realmente atividade de engenheiro e de...

O SR. PRESIDENTE (Fernando Collor. Bloco União e Força/PTB – AL) – Por que são chamados irregulares?

O SR. TARCÍSIO GOMES DE FREITAS – Porque se entende que isso é uma burla ao concurso públi-

co, que estaríamos contratando por meio de licitação servidores que executam atividade-fim, quando, na verdade, esses camaradas deveriam estar trabalhando e serem admitidos por meio de concurso público. Então, na visão do Tribunal de Contas da União, na visão do Ministério Público do Trabalho, trata-se de terceirização irregular.

Então, estas 1.200 vagas de concurso têm por objetivo eliminar 1.107 terceirizados irregulares.

Nós tivemos 1.513 aprovados homologados; aprovados nas vagas 871, e nós temos possibilidade, caso o Planejamento nos autorize, chamar até 1.051 candidatos aprovados nesse concurso.

A progressão funcional foi implantada na folha de dezembro. Os servidores que não progrediam desde 2006 progrediram. Aqui estão os regulamentos que tratam da matéria.

A mesma coisa é a gratificação de qualificação. Ela foi regulamentada recentemente, em fevereiro de 2013, e a própria regulamentação prevê a implantação, na folha de dezembro de 2013, para pagamento a partir de janeiro de 2014.

E o desafio? O desafio é tentar aliar a estratégia, aliar e integrar os ativos intangíveis, no caso o capital humano, como o principal ativo intangível, com a nossa principal estratégia; diminuir a lacuna entre necessidade de capital humano e o estado de prontidão de servidores; melhorar e garantir a retenção de talentos.

O Luiz Heleno foi muito feliz quando colocou a grande evasão que existe em nossos quadros.

Então, nós temos um engenheiro qualificado que faz um concurso e entra ganhando, hoje, R$8.872,00 e, quando tem os 100 pontos de qualificação, ele faz o concurso para o TCU, passando a ganhar R$14 mil, inicialmente, e chega com certa predominância nas nossas instalações, com certa altivez, uma certa, por que não dizer, arrogância.

E, como segmento de infraestrutura, se posicionará no Executivo, incluindo a política salarial como mecanismo de combate ao canibalismo estatal? Esta é a grande questão e o grande pleito dos servidores.

Nós partimos aqui de um trabalho, que foi desenhar o mapa estratégico do DNIT. Então, o DNIT, hoje, tem estratégias, tem objetivos estratégicos, tem indicadores de desempenho. Por traz de cada "caixinha" dessas há uma série de iniciativas um série de objetivos, uma série de indicadores de desempenho. E entre os objetivos estratégicos estão: a implantação da gestão por competência e o desenvolvimento do capital humano.

No processo de avaliação do grau de prontidão – e esse debate já tivemos na Segep, no Ministério do Planejamento – procuramos identificar competências necessárias, que saem lá do mapa estratégico, para que fossem executados cada um dos processos críticos.

Então, nós procuramos identificar as funções estratégicas, definir perfis de competências, que são as especificações de cada cargo. Hoje, nós temos uma dificuldade enorme de constituir dirigentes. Nós temos grandes competências técnicas. E temos, às vezes, dificuldades de ter pessoas que queiram assumir as responsabilidades, em função até das cobranças que nós sofremos como órgão de controle. Depois, nós avaliamos a prontidão da estratégia e fazemos o nosso relatório de prontidão do capital humano e tentamos, a partir daí, desenvolver um programa de capital humano, que vou mostrar daqui a pouco.

Identificamos funções estratégicas nas áreas de gestão socioambiental, estudos e projetos de engenharia e fiscalização, gestão física e financeira de obras e serviços, promoção e inovação. Temos de ressuscitar a nossa atividade de pesquisa, que ficou parada, ao longo do tempo, e temos um quadro bastante envelhecido no Instituto de Pesquisas Rodoviárias, que produziu todo o normativo e todo o acervo rodoviário que temos hoje no Brasil; a integração de sistemas de informação, que é fundamental – não se faz gestão de qualidade, hoje, sem integração de TI –; gestão de compras e fornecedores e gestão de pessoas.

E, aqui, as áreas onde essas funções estratégicas estão colocadas.

Definimos o perfil de competências, baseado em conhecimentos, habilidades e valores, para cada uma das funções estratégicas, dos cargos estratégicos. E, quando partimos para a avaliação da prontidão do capital humano, verificamos uma lacuna de prontidão, uma baixa prontidão. E isso se deve, realmente, ao fato de termos uma evasão muito alta, e essa evasão está também muito relacionada à questão do salário.

Entre aquilo que é possível fazer internamente, temos aqui as nossas políticas e diretrizes para desenvolvimento do capital humano. Hoje, temos uma política de educação corporativa, com critérios e diretrizes. Estamos fechando, este ano, no que diz respeito à Pós-Graduação, em turma fechada, com MBA Executivo em Gestão Pública, com ênfase em projeto. São 200 vagas para cursos de MBA a distância, porque o nosso intuito é formar gestores, é formar aqueles que vão nos suceder. Nunca houve isso na história do DNIT. E a ideia de colocar o MBA *on-line* é para que aqueles que estão na ponta da linha possam executar a Pós-Graduação.

O mestrado profissional em Gestão Econômica e Ambiental, que é um problema sério que enfrentamos, hoje, na obtenção das nossas licenças e é um

gargalo das nossas atividades: 40 vagas em parceria com a UnB.

Temos uma especialização em Planejamento e Gestão de Infraestrutura de Transportes, também com a UnB: 40 vagas. Isso tudo já contratado, já empenhado.

Turmas abertas na Enap em Gestão Pública; disponibilização de vagas para Pós-Graduação *lato sensu*.

Temos o programa de formação continuada já desenhado, as trilhas de aprendizagem; um programa de capacitação em idiomas; programa de atualização profissional; o desenvolvimento gerencial, que vai ser feito em parceria com a Esaf – procuramos a Esaf para fazer o nosso concurso, e não foi à toa, mas porque íamos agregar aí o pacote de desenvolvimento gerencial –; o incentivo à primeira graduação; e o desenvolvimento de competências.

Para os senhores terem ideia, nunca executamos o orçamento todo da área de capacitação. Temos aí já valores expressivos: em 2013, uma previsão de R$8 milhões, quatro vezes mais do que a média histórica de capacitação no DNIT, chegando a R$8 milhões este ano, sendo que, destes R$8 milhões, já executamos, já empenhamos R$3.745,00 milhões. Então, é o maior número, o maior investimento em capacitação da história do DNIT. Temos um aumento de verba, em relação ao ano passado, já da ordem de 221%, isso, descontados os gastos com deslocamentos, o custeio para essas atividades.

Agora, a questão em que não temos governança é a questão do reposicionamento, ou seja, temos, em um primeiro patamar, no Executivo, as carreiras da AGU, no patamar inicial, de quase R$15 mil; passando para as carreiras fiscais, de Polícia Federal, em um patamar de 13 e pouco, 14. Na sequência, o ciclo de gestão – Banco Central, a carreira de finanças e controle, Ipea, MDIC, analista de planejamento e orçamento –; as carreiras de regulação, que têm um inicial da ordem de R$11.400,00; e a carreira de infraestrutura, no caso do engenheiro, com um inicial de R$8.870,00. Então, o ideal para a carreira seria fazer, pelo menos, esse pulo. Isso não está na nossa governança. Houve um empenho grande, por parte da direção, na sensibilização do Planejamento. O Planejamento, por sua vez, está muito sensível. Agora, temos questões de ordem econômica, temos questões fiscais, que estão preponderando nessa discussão. O Governo enfrenta uma situação difícil, em que a palavra de ordem tem sido austeridade fiscal. E aí fica difícil conseguirmos fazer esse movimento este ano.

Agora, observem, do que o Governo ofereceu para a categoria, que são os 15,8%, havia a possibilidade, e há a possibilidade, de fazer esse aumento diferenciado, ou seja, considerar os 15,8 de impacto na folha, em vez de, simplesmente, fazer os 15,8 lineares. E aí, obviamente, seria possível privilegiar determinadas classes, determinados padrões em determinadas carreiras.

Fizemos algumas simulações. Em uma delas, por exemplo, poderíamos tirar o salário do engenheiro, do analista de infraestrutura, de R$8.872,00 para R$12.118,00, o que daria 37% de aumento. Obviamente, escalonando isso até o patamar dos R$15.800,00 a nível final.

É a maneira que temos hoje de trabalhar com um cobertor curto. É o ideal? Não é o ideal! É o possível. É o que temos hoje para trabalhar. Obviamente, se houver o entendimento, a possibilidade de se ofertar alguma coisa a mais, ótimo, vamos comemorar isso! Hoje, dentro da limitação que temos, o que foi possível trabalhar é o aumento diferenciado. E poderíamos ter algumas categorias, algumas classes, com um aumento bastante expressivo da ordem de 35%, 40%.

Haverá distorções? Sem dúvida! Agora não me parece razoável acreditarmos que é possível concertar todos os problemas que remontam lá da origem da criação do DNIT, que é de 2001, num só movimento, numa só mesa de negociação. Queríamos muito acreditar nessa possibilidade. Não enxergamos essa possibilidade.

O SR. PRESIDENTE (Fernando Collor. Bloco União e Força/PTB – AL) – Obrigado, Dr. Tarcísio Gomes de Freitas, Diretor Executivo do Departamento Nacional de Infraestrutura e Transporte (DNIT).

Passo a palavra ao Dr. Sérgio Eduardo Arbulu Mendonça, Secretário de Relações de Trabalho no Serviço Público, do Ministério do Planejamento, Orçamento e Gestão.

O SR. SÉRGIO EDUARDO ARBULU MENDONÇA – Muito obrigado.

Queria cumprimentar o Senador Collor, agradecer o convite desta Comissão de Infraestrutura. É um prazer grande estar aqui, podendo fazer esse debate da situação do DNIT.

Cumprimentar o Senador Eduardo Suplicy aqui presente, todos os servidores do DNIT, dirigentes, assessores, e também os meus colegas debatedores: Luiz Heleno, representante da Comissão de Servidores do DNIT; o Sérgio Ronaldo, dirigente da Condsef, e o Tarcísio Gomes, Diretor Executivo do DNIT.

Senador, meu papel aqui é um pouco tentar contextualizar essa discussão pelo Ministério do Planejamento, por meio da Secretaria de Relações do Trabalho, num plano mais amplo em relação ao que estamos enxergando agora no DNIT.

De fato, temos uma crise, um conflito instalado, uma greve de 49 dias. Acho que nem do lado dos

servidores, nem do lado de qualquer Governo, uma greve é bem-vinda. É evidente que temos que saber lidar com ela, faz parte do processo de diálogo, mas os dois lados tomam suas atitudes que acham corretas dentro do processo de diálogo e do cumprimento da lei. Afinal de contas, os gestores públicos cumprem e são orientados a cumprir toda a legislação. Então, queria rapidamente passar ali em que contexto estão as discussões do DNIT.

Primeiro dizer que o Governo Federal, desde 2003, portanto, desde o primeiro mandato do Presidente Lula, estabeleceu como diretriz um processo de negociação permanente com todas as categorias do Poder Executivo Civil. Essa é uma diretriz que o Presidente Lula estabeleceu em 2003, que permaneceu no seu segundo mandato, e que permanece no atual mandato da Presidenta Dilma. Nestes 11 anos de Governo, fizemos 112 termos de acordo – que é aquela barra mais alta –, sendo que, em 2012, no ano passado, concluímos 32 termos de acordo.

Ao longo desse período, foram esses os impactos – estou me referindo apenas ao Poder Executivo civil –, mas, se olharmos toda a folha de pagamento, incluindo o Poder Legislativo, o Poder Judiciário e as Forças Armadas – são aproximadamente dois milhões de servidores, entre ativos e inativos –, basicamente houve a manutenção da relação entre despesas de pessoal e encargos e o PIB, nesses 11, 12 anos, num momento em que o PIB brasileiro cresceu muito acima da média, que foi um crescimento médio, um crescimento real da ordem de 4% que agora caiu, nos últimos dois anos; mas, até 2010, tínhamos um crescimento médio de 4% mais a inflação, logo o PIB nominal; ou seja, houve um claro investimento por diretrizes de governo nos servidores públicos federais. Não há dúvida sobre isso. Tanto investimento em recuperação dos salários, quanto investimento – como foi dito especificamente no caso DNIT – na ampliação do quadro de servidores por meio de concursos públicos,

Para o senhor ter uma ideia, Senador Collor, tivemos 150 mil novas vagas abertas de 2003 para cá em concursos públicos, para repor as aposentadorias naturais. Nós temos muitas aposentadorias. Há uma estimativa de que mais de 200 mil servidores vão se aposentar nos próximos quatro a cinco anos, em um total de 600 mil servidores ativos. Logo, é permanente essa necessidade. Então, esse investimento – digamos assim, para além de falar em despesas no serviço público federal – foi muito grande, por uma diretriz muito clara de Governo, através de um processo de diálogo, que é a Mesa Nacional de Negociação Permanente.

Eu, honestamente, não sei dizer... Houve, de fato, nesses momentos, e acho que o grande momento aqui os servidores do DNIT fazem menção... Em 2008, houve um ciclo bastante intenso de recuperação dos salários de diversos órgãos. Houve esse investimento nas agências reguladoras e em vários outros segmentos, autarquias, fundações, setores do Governo Federal em que houve um avanço muito significativo. Também houve no DNIT, mas não a ponto de igualá-los à remuneração das Agências.

No entanto, qual foi a diretriz que nós estabelecemos mais recentemente? Mais recentemente, nós estabelecemos uma diretriz segundo a qual, uma vez recuperados os salários, como foram recuperados nesses últimos anos... Eu posso afirmar para os senhores, Senador Collor, Senador Suplicy, que o Governo Federal hoje paga, com certeza, os melhores salários que existem no País. Não há nenhuma dúvida. Se vocês compararem situações equivalentes...

(Manifestação da platéia: "Ah...!")

O SR. SÉRGIO EDUARDO ARBULU MENDONÇA –... e compararem inclusive com o setor privado, com empresas privadas –, nós temos hoje, nos salários das diversas carreiras, as chamadas carreiras típicas de Estado, os melhores níveis salariais. Tanto é que, hoje, quando se faz um concurso para uma carreira típica de Estado, nós temos volumes de inscrições muito significativos.

Mas, de qualquer forma, o que eu quero dizer é o seguinte: a partir do Governo da Presidenta Dilma, estabelecida essa visão de que havia ocorrido uma grande recuperação dos salários dos servidores públicos federais, se estabeleceu, a partir de diretrizes macroeconômicas, de diretrizes fiscais, a necessidade de você ter estável essa despesa de pessoal. Então, o que fizemos no ano passado? Uma negociação para três anos, estabelecendo um patamar aproximado de inflação, olhando para frente – 2013, 2014 e 2015 –, que é esse famoso 15,8%, que já foi citado aqui, que, na verdade, é o acumulado de três anos de 5%, que chega a um índice de 15,76%, que, arredondado, dão 15,8%. E esse patamar nós conseguimos negociar.

Foi um período difícil. O ano passado foi de vários conflitos. Mas nós conseguimos, mesmo assim, estabelecer 32 termos de acordo com 97% dos servidores públicos federais, representados por suas entidades representativas, e ficamos com cinco segmentos sem fazer acordo no ano passado, um dos quais o DNIT. Mas foram o DNPM – o senhor estava conduzindo aqui uma audiência com a área da mineração, e também com o DNPM nós ficamos sem uma negociação concluída em 2012; a Polícia Federal – um pedaço da Polícia Federal –: os agentes, escrivãs e papiloscopistas –; os peritos federais agrários do Incra e os servidores das agências reguladoras.

Nós estamos tentando, neste mês, concluir esses cinco processos de negociação. Estamos em várias mesas, tivemos várias rodadas de negociação com os servidores do DNIT, e ainda não concluímos a negociação. Espero que, até as próximas duas semanas, a gente tenha espaço para os dois lados, vendo as possibilidades. Como eu disse, o Governo Federal, diante dessas diretrizes, que são também diretrizes macroeconômicas e diretrizes fiscais... Porque o senhor sabe que a despesa de pessoal é a segunda despesa da União. Só é maior que a despesa de pessoal a despesa da Previdência Social. Também há a despesa de juros, mas ela é contabilizada de outra forma. De modo que o Governo, diante da responsabilidade fiscal e dos compromissos que tem em relação à macroeconomia, também olha para a despesa de pessoal como um valor estratégico para suas propostas em relação aos servidores.

Qual é a nossa dificuldade hoje? Estamos com uma proposta de 15,8 para os servidores do DNIT, e ela é igual à proposta que fizemos para a imensa maioria dos servidores no ano passado, e que concluímos 32 termos de acordo, mas há uma expectativa legítima dos servidores do DNIT de que eles sejam igualados aos salários das Agências Reguladoras, pela própria proximidade com ANTT, que é uma Agência Reguladora próxima ao DNIT.

Agora, o Governo Federal não está orientado nesse momento e nesse processo por essa discussão de igualar salários em relação a outros setores, porque, como eu disse, o nosso diagnóstico é de que muito já foi feito e muito se fez em relação à recuperação dos salários.

O Luiz Heleno fez uma menção aqui de que não se compara em relação à inflação, mas se olharmos o que foi feito, o DNIT é basicamente um órgão, não só o DNIT, mas o DNIT que tem oito grandes cargos, na verdade tem muito mais, mas quando olhamos o PEC – Plano Especial de Cargos –, tanto na área-meio, de nível superior, quanto na área-fim, se olharmos todas essas tabelas, o que vamos ver é que, seja em relação a 2002, que é a inflação que temos de 76%, seja em relação a 2005, porque vários cargos do DNIT foram criados em 2005, portanto, temos uma inflação de 44%, tivemos reajustes dos cargos finalísticos de nível superior, de nível médio, dos cargos administrativos de nível superior e de nível médio muito superiores a essa inflação do período.

Então, se é verdade que os salários do DNIT estão abaixo dos salários das Agências Reguladoras, isso não posso negar, são dados inquestionáveis, também é verdade que, apesar disso e dessa expectativa, muito foi feito em relação à recuperação dos salários do DNIT, inclusive com casos limites de reajustes que chegam a 436%, 362%, 340%, 344%. São diferenciados reajustes, e todos muito acima da inflação. Por exemplo, no período mais recente, 100% para o cargo de Técnico em Infraestrutura, comparado a uma inflação de 44%; 119% ou 104% também comparado a uma inflação de 46%, e assim vai.

O Governo Federal não tem como não olhar para isso. Qualquer negociação salarial, quem conhece negociações sindicais e salariais, tem como referência básica a recomposição do poder aquisitivo em relação à inflação.

Aqui no Governo Federal se desenvolveu, perdão, na União, uma visão de que é necessário igualar salários em diversos setores, em diversas autarquias e fundações. É uma opção dos servidores fazer esse pleito, não nego a legitimidade dele, mas do ponto de vista do Governo não necessariamente todos os salários têm de ser igualados. Até porque teria muito mais força se nós disséssemos: "Bom, de fato, o DNIT foi abandonado do ponto de vista dos salários", o que o DNIT não foi é igualado a outros setores, mas o DNIT não foi abandonado do ponto de vista dessas negociações, do ponto de vista da recuperação dos salários.

Então, são esses os pontos, Senador, que trago aqui para o nosso debate, para nossa reflexão. Estamos absolutamente tranquilos em relação à política que fizemos nesses últimos 12 anos, em relação a todo o serviço público federal, por diretriz, como eu disse, do Presidente Lula e, depois, da Presidenta Dilma, de não deixar esses salários serem corroídos, ao contrário, foram corrigidos, mas também, como eu disse, enquadrados nessa visão de limites que são importantes para política macroeconômica, para política fiscal e também de recuperação dos salários.

Como eu disse, as portas não se fecharam, estamos conversando, estamos negociando com os servidores do DNIT, temos prazos, provavelmente no final do mês de agosto, se for aprovada a LDO, vamos trabalhar com o mesmo prazo do ano passado, 31 de agosto. Espero que consigamos, nas próximas reuniões, chegar a um termo de acordo que, de fato, como foi dito aqui pelo Diretor Tarcísio, acho que a expectativa que esta colocada hoje na mesa está muito além das possibilidades que o Governo pode oferecer em relação a essa negociação. Não só em relação ao DNIT, quero lhe dizer que em relação também aos outros quatro setores que eu citei aqui, nós estamos trabalhando com o mesmo parâmetro com a Polícia Federal, com os peritos federais agrários do Incra, com os servidores das Agências Reguladoras e com os servidores do DNPM. E trabalhamos também com esses parâmetros na grande maioria dos 32 termos de

acordos que fizemos no ano passado. Achamos que esse é um parâmetro justo, correto nesse momento diante do que havia sido feito entre 2003 e 2010, que foi um processo intenso de recuperação.

Então, quero agradecer o seu convite pela oportunidade de, nesta Comissão, fazer esse esclarecimento e, evidentemente, ficar à disposição do nosso debate.

Obrigado.

O SR. PRESIDENTE (Fernando Collor. Bloco União e Força/PTB – AL) – Muito obrigado ao Dr. Sérgio Eduardo Mendonça, Secretário de Relações de Trabalho do Serviço Público do Ministério de Planejamento, Orçamento e Gestão.

O que eu gostaria de colocar para os nossos convidados do debate do dia de hoje e para aqueles que aqui se encontram é que, como o Presidente da Comissão de Infraestrutura já pela segunda vez, graças à honrosa indicação de meus pares, eu tenho tido a oportunidade de acompanhar muito de perto a evolução de como caminha ou de como estão os investimentos feitos em infraestrutura em nosso País nos últimos sete anos.

Desde o início, quando foi lançado o primeiro PAC, até o presente momento sempre acompanhando com que desenvoltura os diversos órgãos envolvidos nas obras constantes desses programas vem se havendo. E uma verdade, nós temos que ratificar, até por ser algo que salta aos olhos. E esse é o depoimento que eu poderia oferecer: de todos os órgãos envolvidos na questão da infraestrutura do País, algo hoje de fundamental importância para o desenvolvimento do Brasil, nós não podemos imaginar crescer a taxas compatíveis com as nossas necessidades sem o investimento maciço na nossa infraestrutura, o que o Governo Federal vem demonstrando e vem fazendo. Mas, para isso, nós precisamos ter um corpo técnico minimamente preparado e salarialmente recompensado pelo esforço e pela dedicação que oferecem a esse serviço, a esse trabalho, a essa meta, a essa missão. E, de todos esses órgãos envolvidos, como dizia, o que sempre me chamou a atenção por ser o mais desassistido e o mais desaparelhado é o DNIT. De todos. De todos. *(Palmas.)*

Eu tenho a certeza de que também a minha opinião é compartilhada pelos entes governamentais, que têm ciência disso, até porque eu já ouvi de um diretor-geral do DNIT da falta de capacidade dele, como diretor-geral, em atender a certas demandas, as mais fáceis possíveis de serem resolvidas, não digo no aspecto salarial, mas no aspecto de resposta a indagações, a formulações, pedidos de informações que são solicitados. Chama a atenção o número de contratações terceirizadas. Isso é absolutamente, na minha cabeça, por exemplo, eu que já fui Prefeito. Governador, Presidente da República, essa questão de terceirizar serviços como esses, daí a pergunta que eu fiz ao Dr. Tarcísio o que significa irregulares? Ou seja, o próprio Governo tem a noção exata de que aquilo não é algo confortável, para dizer o mínimo. Porque a própria referência de contratações irregulares já diz tudo.

Então, ter mais terceirizados do que efetivos e algo muito estranho. Até porque 70% dos recursos que são aplicados nas obras terrestres são, todos eles, de responsabilidade do DNIT. E como que a aferição de trechos, a mediação, o trabalho de topografia, disso e daquilo, vai ser feito por terceirizados? Sem colocar suspeitas em momento algum sobre o trabalho deles, ao contrário, eu acredito que vêm prestando o melhor serviço como cidadãos brasileiros à Nação, mas de qualquer maneira, não se coaduna, não são convergentes as atividades de terceirizados com as atividades de órgãos privados que estão executando obras licitadas pelo Governo. Há uma incompatibilidade nisso. Há mesmo algo mais sério a ser considerado com tudo isso.

Eu tenho a certeza absoluta de que não é interesse do Governo Federal de manter esse estado de coisas. Realmente não tenho a menor dúvida disso.

Mas acredito que seja o momento de se colocar na balança o que realmente importa no momento. As outras categorias que estão também reivindicando, como disse aqui o Dr. Sérgio, e é verdadeira a política de recuperação salarial implementada pelo governo Lula desde o início da sua gestão e continuada pela Presidenta Dilma, sem dúvida, é inegável que isso vem acontecendo. Algumas falhas existem? Existem. Alguns equívocos cometidos? Existem. Mas não é a regra geral. A regra geral e do atendimento naquilo que é de justiça às demandas salariais que são feitas.

Então, voltando ao que eu estava dizendo, eu acho que é o momento, também talvez de abrirmos aí uma exceção, porque a questão da Polícia Federal, a questão do DNPM, a questão das Agências Reguladores, dos funcionários e o pessoal do Incra não estão hoje lidando com a carga de responsabilidade como aquela que pesa sobre os ombros daqueles que fazem o DNIT. *(Palmas.)*

Então, eu acredito que por um sentimento de justiça, que faz parte intrinsecamente do modo de governar tanto do ex-Presidente Lula como da atual Presidenta Dilma Rousseff, eu acredito que não haverá de faltar sensibilidade para o atendimento de uma solicitação, senão na sua integralidade, mas de melhorar um pouco, de encontrar uma fórmula que leve um pouco mais perto da demanda dos servidores daquilo que é possível a União fazer face.

É importante nesse momento, porque aqui, como Presidente da Comissão de Infraestrutura, eu ouço as diversas reclamações que são feitas a cada audiência pública ou a cada reunião ordinária desta Comissão dos próprios Senadores da base do Governo e da oposição também reclamações da falta do andamento de obras, da falta da obediência ao cronograma físico-financeiro. Isso, muitas vezes, não tem nada a ver com a disponibilidade dos recursos, porque o Governo disponibiliza os recursos, mas aí nós temos outras dificuldades em relação aos agentes fiscalizadores, que estão fazendo da fiscalização um verdadeiro cabo de guerra. Fiscalizar a aplicação dos recursos, sem dúvida alguma, a que se fiscalizar. Agora, o que não se pode fazer é interditar obras, como acontece. E o DNIT é vítima disso seguidas vezes por uma ação excessiva, exacerbada daqueles que estão aí querendo mostrar serviço, tão somente mostrar serviço. Que fizesse isso talvez de forma até mais cuidadosa, sem dúvida, e com menos estardalhaço. Por que a cada hora em que uma obra do DNIT é paralisada, é dada a notícia como algo estarrecedor? E aí vem sempre aquela questão: "Não, está havendo corrupção? A obra está superfaturada? A obra está isso, a obra está aquilo?", criando um clima que recai também sobre o DNIT, e que não é verdadeiro, porque várias e várias vezes, e eu tenho aqui n exemplos, n exemplos de obras do DNIT, como, por exemplo, a BR-101, não digo nem em Alagoas, mas em Pernambuco, houve um caso interessantíssimo. Os números são mais ou menos esses, não são exatos, mas uma obra licitada, já sendo executada pelo DNIT e por aquele que ganhou a licitação, orçada pela empresa que ganhou a licitação em R$130 milhões. Aí veio o Tribunal de Contas da União e disse: "Não; esta obra aqui tem R$5 milhões de gordura", eles chamam assim o excesso. E aí chegou para o empresário e disse: "Olha, você tem de reduzir em R$5 milhões o valor da sua obra". Ele disse: "Eu não posso fazer isso, porque se eu fizer isso eu vou ter prejuízo. Eu já participei de uma licitação que foi muito concorrida. E eu entrei com o preço mínimo do mínimo". Aí vem o TCU e diz: "Não, se é assim, então, você não pode continuar na obra". Ele disse: "Muito bem, então, eu desisto".

Aí veio a ocasião em que o RDC – Regime Diferenciado de Contratação –, em função das obras da Copa, fizeram, pelo RDC, nova chamada para aquela obra da BR-101, trecho lote 7, referida anteriormente.

Feita a primeira chamada, não apareceu ninguém. Feita uma segunda chamada, o preço mínimo de cento e cinquenta e tantos milhões. Vinte e tantos milhões a mais do que aquele anterior. Ela ganhou e está fazendo a obra.

Eu pergunto: e essa diferença, quem paga? Todos nós. E a questão da honra, do brio do Departamento, quem vai pagar isso que ficou afetado em função da suspeita que foi levantada de que o Departamento estaria participando de alguma coisa que não fosse lícita? Quem vai ressarcir isso? Quem vai ressarcir?

Por isso que eu entrei com um projeto de lei, colocando o seguinte: é claro que todos os agentes fiscalizadores têm o direito e o dever de fiscalizar a correta aplicação dos recursos públicos. Mas aquele agente que paralisar uma obra e algum tempo depois o motivo pelo qual ele a paralisou for verificado como motivo insuficiente para que aquela obra fosse paralisada, ele vai ter que civilmente e penalmente com aquele ato. É isso que está apresentado aqui no Senado da República. (*Palmas.*)

Então, são questões que vocês percebem, os senhores e as senhoras percebem, que são intrinsecamente ligadas. O DNIT e o Governo Federal são parceiros nesse empreendimento, são parceiros nesse projeto. Sem vocês, sem o DNIT, sem a participação dos servidores do DNIT – falo dos efetivos do DNIT, sobretudo, não vamos também desconhecer que o trabalho dos terceirizados de alguma maneira conta para isso, mas é algo que vai ter que ser resolvido rapidamente, eu tenho certeza de que as autoridades a quem cabe resolver essa questão estão atentas a esse problema – são parceiros nesse processo. O Governo não pode apresentar resultados em relação às obras do Programa de Aceleração do Crescimento, que são, volto a repetir, indispensáveis para atender às necessidades de crescimento do País, se o DNIT não estiver bem aparelhado e bem assistido.

Então, o meu entender, salvo melhor entendimento, salvo melhor juízo, é que deve se dar prioridade no presente momento, dentre essas cinco categorias, se dizer a eles: "Olhem, vocês têm toda a razão, a demanda de vocês é correta, é justa, como todas as outras, mas temos que eleger prioridade". Governar é eleger prioridades. E eleger prioridades significa que não é possível atender a todos ao mesmo tempo. Mas entendo que é prioridade agora avançarmos com essas obras do PAC. Nós precisamos resolver essa questão da 163 o quanto antes. Nós precisamos resolver essa questão da BR-101 o quanto antes. Nós precisamos resolver a questão da 425 o quanto antes. Nós precisamos avançar, nós precisamos resolver a questão da rodovia Porto Velho-Manaus. Precisamos concluir essa obra, que é uma obra que já existe. É uma rodovia que já existe, o seu traçado está todo pronto e a gente sabe que impedimentos dos órgãos que aí estão fiscalizando ou de alguma forma analisando o impacto ambiental vêm atrasando essas obras.

Então, nós precisamos ter um DNIT ágil, satisfeito, feliz, completo nas suas aspirações, nas suas reivindicações, se não inteiramente completo, mas pelo menos verificando aquilo que o Governo Federal está tendo para com todo o funcionalismo público federal, que é consideração e atenção. Falta apenas agora esse item, que é dar prioridade.

Como Presidente da Comissão de Infraestrutura, eu deixo aqui ao Dr. Tarcísio, ao Dr. Sérgio esta ponderação, que eu acredito seja de todos os que compõem esta Comissão de Serviços de Infraestrutura, no sentido de que vamos agilizar, vamos tocar para frente o quanto antes essas obras todas que estão sofrendo algum retardo em função desses empecilhos que não são de ordem financeira, porque o Ministério do Planejamento vem destinando esses recursos a tempo e a hora. Infelizmente não se pode pagar alguma coisa que não foi feita, e não foi feita porque foi paralisada por um excesso, uma extravagância no momento de fazer a fiscalização.

Vamos priorizar o DNIT neste momento. É o apelo que deixo como Presidente da Comissão de Infraestrutura à Senhora Presidenta Dilma Rousseff, à Srª Ministra Miriam Belchior e àqueles que aqui estão representando a União neste momento e que fizeram exposições tão percucientes, mostrando que estão querendo resolver o problema. Eu entendi, na fala do Dr. Sérgio, entendi, na fala do Dr. Tarcísio, a vontade que eles têm de resolver essa questão. Então, se é para resolver, vamos resolver isso, vamos resolver a questão do DNIT. Digo isso e falo aqui da Infraestrutura porque diz respeito diretamente à Infraestrutura. Se nós não tivermos resolvida a questão do DNIT, nós não teremos condições de fazer com que essas obras do PAC avancem o mínimo que necessitamos para poder atender às demandas da população.

Fica sendo essa a minha solicitação.

Pergunto se o Senador Eduardo Suplicy gostaria de falar alguma coisa nesta audiência pública. Depois ouviremos também o nosso companheiro Luiz Heleno, representante da Comissão Nacional dos Servidores do DNIT.

Senador Suplicy.

O SR. EDUARDO SUPLICY (Bloco Apoio Governo/PT – SP) – Presidente Fernando Collor, V. Exª, no início da reunião, perguntou se eu queria presidi-la. Mas V. Exª o fez de uma maneira que eu considero de excepcional qualidade.

Quero compartilhar com o que V. Exª disse. Eu acho que os representantes dos trabalhadores do DNIT, Luiz Heleno Filho e Sérgio Ronaldo da Silva... O senhor também trabalha, mas como Diretor Executivo, Sr. Tarcísio Gomes de Freitas, o senhor fez uma exposição interessante e que, de alguma maneira, reconheceu os pontos que foram expressos por ambos, Luiz Heleno e Sérgio Ronaldo da Silva e que, de alguma maneira, foram reconhecidos, sim.

Sérgio Eduardo Arbulu Mendonça – não está ali escrito –, mas eu o conheço há anos e convivi com ele quando ele era diretor técnico do Dieese. Do ponto de vista dos trabalhadores, era quem os assessorava para transmitir pontos de vista que ele agora ouve do outro lado. (*Palmas.*) É verdade! Essa é uma das razões por que eu acho que o Sérgio, embora às vezes esteja em uma situação difícil, corresponde a uma pessoa que tem extraordinária experiência de negociação com respeito às aspirações, necessidades dos trabalhadores.

Então, quando o Luiz Heleno e o Sérgio colocaram que há diferenças entre pessoas, como os engenheiros e outros que trabalham de maneira semelhante, pelo que pude entender, do que aqueles que trabalham em agências e realizam trabalho de igual responsabilidade, experiência e tudo, fica evidente de que se trata de uma aspiração justa.

Portanto, o apelo que V. Exª faz à Presidenta Dilma, à Ministra Miriam Belchior para que, num prazo exíguo, se chegue a uma solução e com a boa vontade que o Diretor Executivo e o Secretário de Relações de Trabalho aqui tiveram para ouvir as partes acho que tudo caminha numa direção segundo a qual acredito que esta audiência... Eu aqui cheguei para ouvir problemas e características da mineração e vi tantos que estão aqui por perto aguardando a audiência que V. Exª muito generosamente marcou para ouvir as aspirações dos representantes do DNIT. Estamos aqui até esse horário. Então, eu quero cumprimentar a todos.

Ressalto uma coisa mais que me veio à mente. O que está acontecendo com o DNIT é algo muito importante do ponto de vista daquilo que constitui uma responsabilidade nossa, a falta de uma legislação que vai regulamentar – e nós temos sido chamados a atenção pelo próprio Supremo Tribunal Federal – a greve no setor público. Há projetos, salvo engano, Senador Aloysio Nunes, por exemplo, para a regulamentação. Foi aqui citado, acho que o Sr. Sérgio Ronaldo mencionou, a certa altura, que 50% dos servidores estão trabalhando. É isso? Foi uma decisão da Justiça, mas isso não está ainda perfeitamente regulamentado em lei.

Essa vivência prática da greve no setor público é algo tão importante! É importantíssimo, conforme V. Exª mencionou, Presidente Fernando Collor, para o objetivo do desenvolvimento brasileiro que as obras de infraestrutura não sofram nenhuma paralisação. Isso hoje é fundamental! Portanto, resolver a questão do DNIT, bem como dos quatro outros setores, é algo da maior

urgência para o objetivo do bom crescimento e desenvolvimento da infraestrutura e da economia brasileira.

Meus cumprimentos a todos, inclusive por ficar até esse horário nos ouvindo. Aprendemos muito com o depoimento de todos os que aqui estiveram. Parabéns! (*Palmas.*)

O SR. PRESIDENTE (Fernando Collor. Bloco União e Força/PTB – AL) – Muito obrigado a S. Exª o Senador Eduardo Suplicy pelas suas palavras e pela sua participação sempre muito ativa e absolutamente de acordo com os objetivos de nossas audiências públicas.

Passo a palavra ao Luiz Heleno Albuquerque Filho, representante da Comissão Nacional dos Servidores do DNIT.

O SR. LUIZ HELENO ALBUQUERQUE FILHO – Eu gostaria de agradecer a presença de todos, agradecer – sinceramente – a maturidade com que o gestor da nossa gestão, o diretor do DNIT, tratou a questão dos servidores. A diretoria do DNIT reconhece que o nosso pleito é justo. Quero agradecer também a maturidade com que o Sérgio Mendonça colocou as questões. Claro que o Governo tem que enxergar a coisa sob uma determinada ótica.

Na verdade, a recomposição salarial que vem ocorrendo tanto no governo Lula quanto no Governo Dilma é real, a gente reconhece. Na verdade, em 2008, a correção que foi feita para várias carreiras é um pedido que a gente faz; que possa ser feita no DNIT agora. Nunca é tarde para a gente corrigir. A própria Presidenta da República recentemente – nesse final de semana inclusive –, a exemplo do que aconteceu com os médicos, apresenta a possibilidade de importar servidores para a área de infraestrutura, importar engenheiros para o País, principalmente espanhóis e portugueses – foram os que ela citou. Gente, se nós temos servidores hoje que já executam atividades tão importantes quanto aquelas que os servidores do DNIT executam, acho que, antes de trazer gente de fora, nós temos que valorizar quem está aqui dentro e já faz isso no dia a dia, faz com competência, faz com dedicação. Nós somos servidores... Honestamente, financeiramente, igual foi colocado, na verdade, o serviço público pode ser interessante para algumas carreiras; para a engenharia não, a área fim do DNIT. Na verdade, o nosso salário, comparado ao salário do mercado, está muito defasado.

Então, apelo também para a sociedade, para a própria Ministra Miriam Belchior, para a Presidenta da República que reconheçam a intervenção do Senador Suplicy, do Senador Collor sobre a justiça do nosso pleito. Estamos aqui hoje plenamente conscientes de que o que estamos pedindo aqui hoje é justo. Nós não estamos extorquindo o Estado nem queremos ser mais uma carreira de marajás dentro da estrutura do Executivo. Não é isso. Nosso pleito é reconhecimento por um trabalho que nós já fizemos. Nós não estamos pedindo algo que poderemos fazer. O ano de 2012 mostra o quanto o comprometimento dos servidores do DNIT, mesmo com uma estrutura precária, pode produzir em termos efetivos para o País. Nós queremos trabalhar, queremos encerrar essa greve, mas queremos que o Governo reconheça a justiça do nosso pleito. Só isso que estamos pedindo.

Obrigado a todos e a todos os que estão nos assistindo. (*Palmas.*)

O SR. PRESIDENTE (Fernando Collor. Bloco União e Força/PTB – AL) – Muito grato ao Luiz Heleno, representante da Comissão Nacional do Servidores do DNIT.

Encerrando, se os senhores e as senhoras concordarem, o Dr. Sérgio Mendonça pediu a palavra apenas para fazer menção ao que S. Exª o Senador Eduardo Suplicy falou em relação a sua atuação no setor. (*Risos.*)

Tem a palavra.

O SR. SÉRGIO EDUARDO ARBULU MENDONÇA – Eu queria dizer que o Senador tratou do tema da greve. De fato, é um problema complicado. E nós estamos empenhados, no Governo Federal, Senadora, em fazer uma discussão não só sobre a regulamentação da negociação coletiva, como também na regulamentação do direito de greve, para evitar, como o senhor falou, que de fato hoje quem de decide sobre um conflito desse tipo é a Justiça. E a Justiça, claro, tem seus parâmetros, ela vem acumulando jurisprudência, mas ela pode decidir sem um parâmetro legal, hoje usando até a lei do setor privado. E não é razoável que a gente tenha... Acho que nem os servidores do DNIT, tenho certeza, gostam de ficar numa greve tão longa. Todos nós conhecemos esses movimentos e sabemos que é mais difícil terminar uma greve do que começar. É uma situação complexa. E uma greve de 49 dias não é boa para o Brasil, não é boa para os servidores do DNIT, não é boa para o Governo Federal.

Acho que essa regulamentação a que o senhor fez menção, Senadora, é superimportante e nós estamos empenhados.

E também, como o Senador Fernando Collor colocou, não terminou a negociação. Então, nós estamos nesta audiência aqui, vou relatá-la à Ministra Miriam Belchior, a quem estou subordinado, para que a gente veja em que medida consegue dar um passo e solucionar essa negociação. O Diretor Tarcísio tem nos ajudado muito, o Coronel... perdão, o General Fraxe – já estou rebaixando o General; ele vai ficar bravo comigo aqui. O General Fraxe tem nos ajudado mui-

to. A direção do DNIT e temos um diálogo, apesar do conflito, de alto respeito também com os servidores e a representação dos servidores.

Então, nós vamos nos empenhar nas próximas semanas para tentar terminar essa ação, Senador.

Agradeço mais uma vez o seu convite para fazer esse debate.

Obrigado.

O SR. PRESIDENTE (Fernando Collor. Bloco União e Força/PTB – AL) – Muito obrigado ao Dr. Sérgio. Tenho certeza de que o resultado desta audiência pública, na noite de hoje, como disse o Dr. Sérgio, será levada à Ministra Miriam Belchior para que haja uma reflexão, em conjunto com os servidores do DNIT, para que nós, até o dia 31 de agosto, tenhamos uma definição. Se não o atendimento pleno das reivindicações que estão sendo, pelo menos um avanço grande naquilo que foi oferecido.

Eu gostaria de registrar, antes de encerrar a nossa audiência, a presença do Sr. João Bosco de Oliveira, que está aqui representando o Deputado Federal Zoinho, membro da Comissão de Viação e Transporte da Câmara dos Deputados, para acompanhar os nossos trabalhos.

Encerrando a presente reunião, agradeço a presença de todos, em especial dos nossos convidados: Luiz Heleno Albuquerque Filho, representante da Comissão Nacional dos Servidores do DNIT; Sr. Tarcísio Gomes de Freitas, Diretor Executivo do DNIT; Sr. Josemilton Maurício da Costa, Secretário-Geral da Confederação dos Trabalhadores no Serviço Público Federal (Condsef); e Sr. Sérgio Toledo Mendonça, Secretário de Relações do Trabalho no Serviço Público, do Ministério do Planejamento, Orçamento e Gestão.

Por fim, convoco as Srªs e os Srs. Senadores para nossa próxima audiência a realizar-se no dia 14 de agosto de 2013, quarta-feira, às 7h30 da manhã neste plenário, quando teremos audiência pública, em atendimento ao Requerimento nº 38, de 2013, desta Comissão, para debater a opção pela construção de usinas hidrelétricas a fio d´água, para expansão da geração hidrelétrica no Brasil.

Nessa reunião contaremos com os seguintes convidados: Márcio Pereira Zimmermann, Secretário Executivo do Ministério de Minas e Energia; Volney Zanardi Júnior, Presidente do Instituto Brasileiro do Meio Ambiente e dos Recursos Naturais Renováveis (Ibama); Francisco Gomide, Professor de Engenharia de Recursos Hídricos da Universidade Federal do Paraná e ex-Ministro de Minas e Energia; e Sérgio Bajay, Professor da Universidade Estadual de Campinas (Unicamp).

Lembramos ainda que, nessa próxima quarta-feira, em segunda audiência pública, haverá reunião desta Comissão para discutir e votar as emendas da Comissão de Serviços de Infraestrutura à Lei de Diretrizes Orçamentárias (LDO), Projeto de Lei nº 2, de 2013-CN, para 2014, a serem apresentadas à referida CMO, Comissão Mista de Planos, Orçamentos Públicos e Fiscalização.

Agradecendo a presença de todos, desejo uma boa noite.

Está encerrada a reunião. (*Palmas.*)

(Iniciada às 20 horas e 46 minutos, a reunião é encerrada às 22 horas e 25 minutos.)

COMISSÃO DE SERVIÇOS DE INFRAESTRUTURA

ATA DA 14ª REUNIÃO CONJUNTA DAS COMISSÕES PERMANENTES, REALIZADA PELA COMISSÃO DE SERVIÇOS DE INFRAESTRUTURA (32ª REUNIÃO) E PELA COMISSÃO DE MEIO AMBIENTE, DEFESA DO CONSUMIDOR E FISCALIZAÇÃO E CONTROLE (24ª REUNIÃO), DA 3ª SESSÃO LEGISLATIVA ORDINÁRIA DA 54ª LEGISLATURA, REALIZADA EM 14 DE AGOSTO DE 2013, QUARTA-FEIRA, ÀS 7 HORAS E 30 MINUTOS, NA ALA SENADOR ALEXANDRE COSTA, PLENÁRIO Nº 13.

Às sete horas e trinta minutos do dia catorze de agosto de dois mil e treze, no Plenário nº 13 da Ala Senador Alexandre Costa, sob a Presidência dos Senadores **Fernando Collor, Blairo Maggi** e **Delcídio do Amaral,** reúnem-se as Comissões de Serviços de Infraestrutura e de Meio Ambiente, Defesa do Consumidor e Fiscalização e Controle. Presentes os Senadores **Acir Gurgacz, Alfredo Nascimento, Cícero Lucena, Clésio Andrade, Flexa Ribeiro, Inácio Arruda, José Pimentel, Lobão Filho, Ricardo Ferraço, Rodrigo Rollemberg, Romero Jucá, Sérgio Petecão, Sérgio Souza, Valdir Raupp, Vanessa Grazziotin, Vicentinho Alves** e **Wilder Morais**. Deixam de comparecer os demais Senadores. O Presidente, Senador **Fernando Collor**, declara a abertura dos trabalhos e submete à Comissão a dispensa de leitura e aprovação das atas das 29ª, 30ª e 31ª Reuniões da Comissão de Serviços de Infraestrutura, que são dadas como lidas e aprovadas. São lidos os Comunicados da Presidência e um requerimento do Senador **Ricardo Ferraço**. Tem início a apreciação da pauta: **Audiência Pública**, em atendimento ao **Requerimento nº 38, de 2013 – CI**, de autoria do Senador **Flexa Ribeiro**, e ao **Requerimento nº 43, de 2013 – CMA**, de autoria do Senador **Flexa Ribeiro** e outros, para "*debater a opção pela construção de usinas hidrelétricas a fio d'água para a expansão da geração hidrelétrica no Brasil*". O Presidente

convida a compor a Mesa e a fazer suas exposições os senhores **Márcio Pereira Zimmermann**, Secretário-Executivo do Ministério de Minas e Energia; **Volney Zanardi Júnior**, Presidente do Instituto Brasileiro do Meio Ambiente e dos Recursos Naturais Renováveis – IBAMA; **Francisco Gomide**, Professor de Engenharia de Recursos Hídricos da Universidade Federal do Paraná e Ex-Ministro de Estado de Minas e Energia; e **Sérgio Bajay**, Professor da Universidade Estadual de Campinas – Unicamp. O Senador **Ricardo Ferraço** solicita a apreciação extrapauta de requerimento de sua autoria, lido no início da Reunião. Submetida ao Plenário, a solicitação é aprovada. A Presidência da Reunião é assumida pelo Senador **Blairo Maggi** às nove horas e vinte e sete minutos, e reassumida pelo Senador **Fernando Collor** às nove horas e trinta e nove minutos. Após as exposições dos palestrantes, fazem uso da palavra os Senadores **Acir Gurgacz, Flexa Ribeiro, Blairo Maggi, Delcídio do Amaral, Lobão Filho** e **Ricardo Ferraço**. Às dez horas e quarenta e sete minutos o Senador **Delcídio do Amaral** assume a Presidência. É apreciado, como item extrapauta, o **Requerimento da Comissão de Serviços de Infraestrutura nº 43, de 2013**, de autoria do Senador **Ricardo Ferraço**, que requer, "*nos termos do art. 93, I e II, do RISF, seja realizada audiência pública, na Comissão de Serviços de Infraestrutura, com a presença dos Excelentíssimos Senhores Dr. César Borges, Ministro dos Transportes, Dr. Jorge Bastos, Diretor-Geral da Agência Nacional de Transportes Terrestres – ANTT, para esclarecer a modelagem adotada na concessão das Rodovias BR 262 e BR 050, cujo edital foi publicado no dia 01 de agosto de 2013.* **Resultado:** Aprovado. Nada mais havendo a tratar, a reunião é encerrada às onze horas e vinte e nove minutos, lavrando, eu, Álvaro Araújo Souza, Secretário da Comissão de Serviços de Infraestrutura, a presente Ata, que, lida e aprovada, será assinada pelo Presidente e publicada, juntamente com a íntegra das Notas Taquigráficas, no Diário do Senado Federal.

Senador **Fernando Collor, –** Presidente da Comissão

(*Texto com revisão.*)

O SR. PRESIDENTE (Fernando Collor. Bloco União e Força/PTB – AL) – Declaro aberta a 14ª Reunião Conjunta das Comissões Permanentes, 32ª Reunião Extraordinária da Comissão de Serviços de Infraestrutura e 24ª Reunião Extraordinária da Comissão de Meio Ambiente, Defesa do Consumidor e Fiscalização e Controle, da 3ª Sessão Legislativa Ordinária, da 54ª Legislatura.

Antes de iniciarmos os nossos trabalhos, proponho a dispensa da leitura e aprovação das atas das 29ª, 30ª e 31ª Reuniões da Comissão de Serviços de Infraestrutura.

As Srªs e os Srs. Senadores que as aprovam permaneçam como se encontram. (*Pausa.*)

Aprovadas.

Leitura de informações e requerimentos.

Ofício encaminhado por S. Exª o Senador Wellington Dias, Líder do PT e do Bloco de Apoio ao Governo:

Sr. Presidente, nos termos regimentais, indico a Senadora Lídice da Mata como membro suplente na Comissão de Serviços de Infraestrutura, em substituição ao Senador Rodrigo Rollemberg, em vaga destinada ao Bloco de Apoio ao Governo.

Em nome da Comissão de Serviços de Infraestrutura, damos as boas-vindas a S. Exª a Senadora Lídice da Mata.

Requerimento de autoria de S. Exª o Senador Ricardo Ferraço:

Requeiro, nos termos do art. 93, incisos I e II, do Regimento Interno do Senado Federal, seja realizada audiência pública na Comissão de Serviços de Infraestrutura, com a presença dos Exmºs Srs. Dr. César Borges, Ministro dos Transportes e Dr. Jorge Bastos, Diretor-Geral da Agência Nacional de Transportes Terrestres, ANTT, para esclarecer a modelagem adotada na concessão das rodovias BR-262 e BR-050, cujo edital foi publicado no dia 01 de agosto de 2013.

Justificação.

O edital publicado revelou ao público uma série de erros na modelagem da concessão, erros esses que estão sendo questionados por especialistas e que precisam ser corrigidos para garantir o sucesso do processo de concessão e de melhoria em infraestrutura rodoviária nacional. Especialmente, cabe destacar quatro aspectos que poderão inviabilizar o processo de concessão e de operação adequada das rodovias: a cobrança de tarifas com subsídio cruzado; a duplicação do trecho do território capixaba com recursos do PAC e gerenciamento do DNIT; a eliminação de obras fundamentais para a qualidade da via, com o objetivo de reduzir o custo de investimentos; e a imposição de taxa interna de retorno de 7,2% aos investidores.

Comunicados.

Eu peço que se dê por lido o relatório do 5º Painel do 2º Ciclo de Audiências, em que tratamos do tema "Financiamento e Gestão da Infraestrutura de Transportes no Brasil", que contou com a participação do Dr. Marcelo Guaranys, diretor-presidente da Anac, Agência Nacional de Aviação Civil; do Dr. Eduardo Sarnovski, presidente da Associação Brasileira de Empresas Aéreas, ABA; do Prof. Cleveland Prates Teixeira, sócio diretor da **Pezco Microanalysis**; e

do Prof. Gilberto Bercovici, professor titular de Direito Econômico da Universidade de São Paulo, USP.

Para as Srªs e os Srs. Senadores que tiverem interesse em conhecer o relatório do 5º painel do 2º Ciclo de Audiências, em que tratamos de "Financiamento e Gestão da Infraestrutura de Transportes no Brasil", o documento encontra-se à disposição na Secretaria desta Comissão.

Segundo comunicado.

Dentro do ciclo de audiências públicas denominado "Investimento e Gestão: desatando o nó logístico do País", esta Comissão de Serviços de Infraestrutura realizou, na segunda-feira, dia 12 de agosto, o 3º Painel do tema "Mineração: governança e logística", com as participações do Sr. Onildo João Marini, Secretário-Executivo da Agência para o Desenvolvimento Tecnológico da Indústria Mineral Brasileira (ADIMB); do Prof. Caetano Juliani, do Departamento de Geologia Sedimentar e Ambiental da Universidade de São Paulo; do Prof. Mário Ernesto Valério, do Departamento de Física da Universidade Federal de Sergipe (UFS); e da Srª. Tássia de Melo Arraes, Coordenadora de Desenvolvimento Tecnológico e Inovação do Ministério da Ciência, Tecnologia e Inovação.

O Sr. Onildo João Marini citou, como pré-requisitos fundamentais para o desenvolvimento da mineração, o potencial mineral elevado; a garantia e a estabilidade jurídica; a legislação mineral amigável; o custo país moderado; a boa infraestrutura viária; e a acessibilidade às áreas de potencial.

Embora pouco realizado, o Brasil tem potencial mineral, mas, na opinião da maior parte da comunidade do setor, o novo marco regulatório é muito menos amigável do que o atual e é altamente questionável a estabilidade jurídica por ele gerada, afirmou o palestrante. Além da sabida deficiência da infraestrutura viária, e do alto valor da energia e dos combustíveis que onera o custo Brasil, temos sérios problemas de acessibilidade a importantes áreas de províncias minerais brasileiras, complementou o Sr. Onildo.

O Brasil, o Canadá e a Austrália são países continentais, similares em dimensões e com geologia de escudos pré-cambrianos muito grandes. Os gastos com pesquisa, entre 1969 e 1990, foram de US$4,9 bilhões no Canadá, US$2,9 bilhões na Austrália, e pouco mais de US$600 milhões no Brasil. Enquanto a produtividade mineral do Canadá é de 3,4 quilos por quilômetro quadrado e a da Austrália é de 5,7, e a do Brasil de 0,9 por quilômetro quadrado. Na América do Sul, o Peru e o Chile investem mais em exploração mineral que o Brasil, daí termos muito por descobrir e um potencial a ser realizado muito grande.

Principalmente na Amazônia há grandes áreas indígenas e unidades de conservação com restrição de acesso. Nas áreas indígenas, que são cerca de 25% da Amazônia, a exploração não é proibida, mas ainda não foi regulamentada, o que é um gargalo importante, afirmou o palestrante. A Reserva Nacional do Cobre, entre o Pará e o Amapá, é uma área com geologia semelhante à de Carajás, onde se sabe que existem ocorrências de ouro, de tantalita e de uma série de outros minerais. Paralisada desde 1998, seu desbloqueio é fundamental, pois é uma das áreas de maior potencial existente no País, alertou o Sr. Onildo.

Na Amazônia, temos o imageamento feito pelo SAR/Sipam (Radar de Abertura Sintética do Sistema de Proteção da Amazônia), que é extremamente importante, com imagens muito boas, mas, lamentavelmente, não é disponibilizado para a iniciativa privada. O grande problema nacional na área dos levantamentos básicos que subsidiam a exploração mineral são os mapeamentos geológicos regionais, explicou o expositor.

Calcula-se que levaremos 50 anos para conhecer a Amazônia em escala de reconhecimento e o restante do Brasil em escala de semidetalhe 1:100.000 (de um para cem mil), que não é o semidetalhe adequado. O mapeamento de regolitos, que é o mapeamento daquelas áreas onde há grandes depósitos minerais que ocorrem em terrenos tropicais, nós nem iniciamos ainda no Brasil. Concluindo, disse que a Austrália desenvolveu o mapeamento do regolito, o que permitiu a descoberta de uma série de pós minerais.

Discorrendo sobre a utilização e o valor estratégico das terras-raras, a Drª Tássia de Melo Arraes explicou que a Estratégia Nacional de Ciência, Tecnologia e Inovação adotou o conceito do Plano Nacional de Mineração, que considera estratégicos três tipos de minerais: (1) aqueles abundantes e essenciais para o saldo comercial, como é o caso do ferro e do nióbio, elementos de que o País é um importante produtor e exportador; (2) minerais com elevada dependência externa, como é o caso do potássio e do fosfato, em que o País importa 90%, no caso do potássio, e 50%, no caso do fosfato, do que utiliza; e (3) minerais ditos portadores de futuro, em que se enquadram as terras-raras.

Terras-raras são um grupo de 17 elementos químicos, do grupo dos lantanídeos, mais o escândio e o ítrio, que apresentam entre si propriedades físico-químicas e mineralógicas semelhantes e aplicação em produtos de alta tecnologia. Juntamente com o lítio, o silício e os agrominerais, são considerados estratégicos, em função do cenário mundial e, embora sejam relativamente abundantes na crosta terrestre,

eles raramente se concentram em depósitos de minérios economicamente viáveis, informou a palestrante.

O Brasil foi o maior produtor mundial de terras-raras de 1885 até 1915, quando passou a rivalizar com a Índia. Em 1960, os Estados Unidos assumiram a liderança, que, a partir de 1970, foi tomada pela Austrália que passou a produzir mais de 50% do total mundial de monazita. Na década de 80 a China surgiu como o gigante do comércio de terras-raras, tanto pelas suas reservas quanto pela sua produção, baixando os preços do minério exportado e desestimulando a produção no resto do mundo. Em 2010, explicou a Drª Tássia, a China implantou uma política de cota de exportação e elevou os preços internacionais, despertando no mundo inteiro um medo com relação ao risco de suprimento, o que estimulou a retomada da pesquisa e produção em países como os Estados Unidos, a Austrália e também o Brasil.

O Brasil domina as primeiras etapas da cadeia e tem um domínio apenas parcial das últimas etapas, onde há a maior agregação de valor, sendo que o grande gargalo está na etapa de separação e purificação dos elementos para a produção do óxido. Estudo desenvolvido pelo Centro de Gestão e Estudos Estratégicos (CGEE) apontou, entre outros aspectos importantes, as cadeias de ímãs permanentes, catalisadores, ligas metálicas, fósforos, pó para polimento e fabricação de vidros e lentes especiais, como as cadeias mais adequadas para o Brasil investir.

As terras-raras são consideradas estratégicas e prioritárias para o Ministério da Ciência, Tecnologia e Inovação. O nosso interesse, segundo a palestrante, é de que seja desenvolvida toda a cadeia produtiva, desde a extração até a produção do produto final, e que sejam retomadas as pesquisas e a competência que o País já teve. Assim, o Ministério tem apoiado a formação de recursos humanos, a capacitação laboratorial e o desenvolvimento tecnológico para que seja desenvolvida toda a cadeia produtiva, finalizou a Drª Tássia.

O Prof. Mário Ernesto Giroldo Valério, discorrendo sobre a definição de minerais estratégicos, observou que o termo 'estratégico' é mais voltado para os usos militares e de defesa, concluindo como mais adequada a terminologia adotada em estudo da União Europeia, datado de 2010, que os classifica como minerais críticos.

A questão, disse o Prof. Mário Ernesto, é estabelecer um *ranking* de importância dentro dos diferentes minerais que são utilizados na vida do País. A criticidade é medida sob dois aspectos básicos: minerais que têm uma ameaça potencial ao fornecimento, chamado de risco de fornecimento; e materiais que podem gerar prejuízo ao país, o risco econômico.

A definição de quais são os minerais ou recursos naturais críticos depende de cada país e também varia no tempo, observou o palestrante. Trata-se também de uma questão importante, porque vai depender do avanço tecnológico, global e nacional, e depende das relações comerciais desse país com os seus possíveis fornecedores, caso ele não tenha os recursos de que precisa para desenvolver os produtos.

Essa classificação, na verdade, pode mudar rapidamente. Basta que uma nova tecnologia se apresente e que substitua algum material ou que demande uma quantidade bastante grande de um determinado material, de forma que essa classificação de risco tenha que ser atualizada. O que é sugerido no documento da União Europeia, é que a cada cinco anos deve ser refeito o estudo, exatamente para levar em conta a rápida difusão que novas tecnologias podem ocasionar nesse balanço, afirmou o palestrante.

Em 1980 os chineses começaram a entrar no mercado de terras– raras e começaram, ao mesmo tempo, a importar e produzir cérebros, e a trazer para dentro do País as indústrias do setor. Se, até hoje, os chineses fossem apenas fornecedores de terras-raras, eles nunca poderiam ter cortado o suprimento, porque a economia – claro – dependeria disso. Eles podem cortar porque podem usar, internamente, nas suas indústrias para vender depois o produto final.

Essa é uma experiência que precisamos aprender. Ao mesmo tempo em que a gente desenvolve o recurso mineral, tem que desenvolver também os produtos que a gente pode gerar com ele, de preferência toda a cadeia de produtos. E aquelas em que o País apresenta vantagens são o minério de ferro, como aqui já dito, e o nióbio, este com mais de 90% das reservas do mundo, concluiu o palestrante.

O último expositor, Prof. Caetano Juliani, observou que, embora significativa, a nossa produção mineral é fundamentada essencialmente na produção de ferro. A geologia da Amazônia, a geologia do Quadrilátero Ferrífero é muito semelhante à geologia do norte dos Estados Unidos e do Canadá; nós temos praticamente as mesmas coisas com as mesmas idades. O mesmo ocorre na África do Sul e na Austrália, que são os grandes países produtores de bens minerais. Então, o que falta é conhecermos mais efetivamente a geologia de nosso País.

Os vulcões ao longo do mundo se distribuem em determinadas zonas específicas, e a fonte do cobre mundial praticamente toda vem dessa região. Nós temos rochas vulcânicas no Brasil cobrindo cerca de 1,2 milhão de quilômetros quadrados, que são análo-

gas, são idênticas àquelas que estão associadas com esse tipo de vulcanismo, asseverou o Prof. Juliani. Estudos que temos feito na Universidade de São Paulo têm mostrado que essas rochas têm uma quantidade, um potencial enorme para a ocorrência de depósitos de cobre, depósitos de ouro e também depósitos de molibdênio. A produção mundial de insumos (fosfatos) para a indústria agrícola está praticamente estável desde os anos 80. O Brasil é um país agrícola – diz ele – e produz muitas *commodities* agrícolas, e, caso a gente não descubra mais depósitos minerais para a indústria agrícola, poderemos ter problemas no futuro. Há pouco menos de dois anos, informou o professor, a empresa Itafós/MBAC descobriu, na nossa surpreendente Amazônia, um corpo raríssimo: um depósito de fosfato razoavelmente grande, num contexto geológico absolutamente desconhecido e diferente, que resume bem o potencial inexplorado que temos para a nossa mineração.

Para 2030, temos previsão de uma população de quase 240 milhões de habitantes, com uma renda *per capita* mais do que dobrada, o que significa que precisaremos de mais recursos minerais. Há um consenso entre as grandes empresas de mineração de que temos de desenvolver novas províncias minerais, como a Amazônia, por exemplo, ou desenvolver novos modelos exploratórios em províncias conhecidas. Precisamos de tecnologias cada vez mais avançadas, de aerogeofísica. Precisamos de infraestrutura, pois não adianta encontrarmos um grande depósito mineral, porque, sem energia e sem uma rede de transportes, não vamos viabilizar esses depósitos economicamente, asseverou o palestrante. O investimento no setor mineral no Brasil estava continuamente aumentando, tínhamos previsões otimistas para o próximo ano. Mas quem desenvolve e quem encontra essas minas são essencialmente as pequenas empresas. No mundo todo, são as pequenas empresas que vão conseguir gerar esses depósitos minerais que, depois, serão repassados para as grandes empresas; essas, sim, vão explorá-los.

Esse novo marco regulatório... Refere-se ele ao novo Código de Mineração, que, recentemente, chegou ao Congresso Nacional e encontra-se na Câmara dos Deputados, encaminhado via projeto de lei, com pedido de urgência feito pela Presidenta Dilma, pedido de urgência este que será hoje retirado. Já está portanto aqui. É a isso que ele se refere, sobre o marco regulatório. Esse novo marco regulatório parece criar um problema exatamente aqui. Estamos atacando a base do sistema que pode nos trazer recursos importantíssimos, tanto financeiros como de desenvolvimento do Brasil, para as próximas décadas, afirmou o prof. Juliani.

O Brasil tem um potencial geológico excelente e ainda inexplorado. Há áreas muito pouco conhecidas geologicamente, e os trabalhos feitos por vários colegas têm mostrado surpresas muito positivas. Temos um potencial muito grande para coisas que nem imaginávamos. Mas ainda há um baixo investimento de pesquisa mineral por quilômetro quadrado. Temos capacidade técnica na indústria, no Estado e nas universidades. Temos um mercado nacional e internacional extremamente favorável para a indústria mineral. De que precisamos, então? – indaga ele. Respondendo ele próprio à pergunta feita: Precisamos exatamente de uma legislação estável e atrativa para o capital de risco. O investimento daquelas pequenas empresas é capital de risco puro, com uma chance de sucesso muito pequena. Portanto, temos que incentivar esse capital para desenvolvermos essa indústria, bem como fomentar de um modo geral as pesquisas na exploração mineral, pois cremos que aqui há um potencial econômico muito grande para o País. Mas, infelizmente, com a proposta de criação do marco regulatório, houve, na verdade, um desestímulo muito grande às pequenas empresas, inclusive várias delas fechando e abandonando as pesquisas em nosso País, concluiu o professor.

Terceiro comunicado. Panorama Econômico internacional.

A exportação de produtos agrícolas e minerais não-industrializados, ou com baixo grau de processamento, tem dominado grande parte da pauta de exportações do Brasil. O esforço de industrialização, e de substituição de importações, das décadas de 1950 e 1960, buscou diversificar nossas vendas para o exterior. Os termos de trocas tradicionalmente desfavoráveis para os produtos primários mostravam que era muito arriscada a concentração das exportações em *commodities*. A industrialização deu bons resultados, principalmente na substituição de importações. Mas, hoje, em 2013, continuamos dependentes de produtos primários para equilibrar nossas contas.

Os preços das *commodities* que, em termos reais, caíram até o fim da década de 1990, passaram a subir no começo dos anos 2000, em parte por causa da fase de crescimento internacional, e também pelo enorme crescimento da China. Com um modelo econômico essencialmente exportador, a China passou a ser um dos principais consumidores mundiais de produtos de base, contribuindo de forma decisiva para a alta das mercadorias agrícolas e minerais. A balança comercial Brasil-China mostra que vendemos produtos básicos como minério de ferro e soja e adquirimos produtos industrializados, padrão do qual tentávamos fugir ao optarmos pela industrialização.

Os preços dos produtos primários tiveram pico de alta em 2008, período em que a crise financeira internacional teve início nos Estados Unidos, e em seguida se aprofundou e espraiou-se, levando à recessão não só os Estados Unidos, mas também a Europa. A crise, que em seu começo era apenas financeira, tornou-se econômica e provocou a desaceleração da economia internacional, que somente agora dá sinais de recuperação, embora tímida.

A economia chinesa, que chegou a crescer mais de 14% ao ano, deverá ter aumento do PIB em torno de 7% este ano, o que representa uma desaceleração importante, embora não se verifique o chamado "pouso forçado"– uma parada brusca no seu crescimento. Ao crescer menos, e ao mudar o foco de um modelo exportador para a ênfase no consumo interno, a China já tem diminuído suas compras de *commodities* brasileiras, como o minério de ferro.

Ademais, a retomada da economia americana ainda é tímida, a do Japão apenas começou, e a Europa se estabiliza, mas só deve começar a recuperar o crescimento no próximo ano. Há claramente um quadro de demanda por *commodities* muito pior, e dificilmente se repetirão os anos de bonança em que a economia do Brasil beneficiou-se da grande procura e dos altos preços de seus produtos primários no mercado internacional.

Esse cenário de uma economia internacional sem dinamismo, embora já não recessiva, coincide com uma situação pouco favorável do Brasil, que não se aproveitou do *boom* de seus produtos primários para investir na infraestrutura. Temos deficiências gravíssimas no armazenamento, no transporte, nos portos. Agora, pretende-se iniciar a solução desses problemas com a nova Lei dos Portos, recentemente aprovada pelo Congresso Nacional, por esta Casa. Há deficiências também na área energética, na tecnologia, no ensino. Nossa infraestrutura deteriorou-se. Há uma perda de competitividade tanto no setor industrial quanto nos produtos de base. Será, portanto, muito difícil para o País recuperar o tempo perdido.

Cumpre, assim, à Comissão de Serviços de Infraestrutura alertar o Brasil para essa realidade, na qual, quanto mais tempo se deixar passar, mais difícil será conseguirmos uma adequada e soberana inserção brasileira no mercado mundial.

Faço outro comunicado: o adiamento do leilão do trem-bala.

Por intermédio dos Ministérios dos Transportes, o Governo decidiu adiar a licitação para a contratação da tecnologia e operação do Trem de Alta Velocidade, também conhecido como trem-bala, que ligará o Rio de Janeiro, São Paulo e Campinas. O leilão do trem-bala deveria ter ocorrido, inicialmente, em dezembro de 2010. Porém, foi adiado para abril e, logo em seguida, para julho de 2011. A falta de interesse por parte de empresas de consórcios levou o Governo a mudar o modelo da licitação. O novo prazo de entrega de propostas foi, então, alterado para o dia 13 de agosto, e o leilão, marcado para o dia 19 de setembro.

Dos consórcios interessados no projeto, o francês, por meio da empresa Alstom, era o único confirmado para o certame. Os outros dois, o espanhol Renfe e o alemão Siemens, pediram um prazo maior para a entrega da proposta. Assim, o adiamento baseou-se em uma tentativa de evitar uma concorrência para um único participante, o que demandaria controvérsia, ponderou o Ministro César Borges. Também de acordo com o Ministro, a prorrogação do prazo consiste apenas em elevar a competitividade das obras, afirmando que, para obter melhores resultados, é necessário contar com um maior número de participantes. A previsão é a de que o leilão ocorra no segundo semestre de 2014, após as eleições. No entanto, asseverou o Ministro, o prazo para que o TAV, o Trem de Alta Velocidade, entre em operação foi mantido para 2020.

Segundo o Presidente da Empresa de Planejamento e Logística, Bernardo Figueiredo, esse adiamento não vai interferir na data de início das operações do Trem de Alta Velocidade, uma vez que as empresas responsáveis pela infraestrutura do projeto serão definidas apenas na segunda fase do leilão, mantida para o início de 2015.

Em nota, a Ministra do Desenvolvimento da Espanha, Ana Pastor, demonstrou satisfação com o adiamento, justificando o pedido por ser um projeto de alto custo, ressaltando que – abro aspas – "a Espanha não concorre para fazer as obras das plataformas, o nosso foco é a superestrutura, os trens, a tecnologia, a operação, e, portanto, o que é preciso fazer é adaptar essa operação à infraestrutura" – fecho aspas.

O Ministro dos Transportes garantiu que as empresas que pediram o adiamento confirmaram participação na próxima licitação daqui a um ano. Inclusive, a prorrogação do prazo possibilita a participação de outras empresas, como as coreanas e as japonesas, no processo.

Lançado em 2008, o projeto vem despertando as mais variadas opiniões. Além do custo elevado da obra, que, atualmente, gira em torno de R$38 bilhões, podendo chegar a R$50 bilhões, pelas contas de empresários, as recentes manifestações de rua, pautadas principalmente na melhoria do transporte coletivo urbano, fortaleceram o questionamento da real necessidade de um trem-bala, uma vez que os respectivos

recursos poderiam ser direcionados a obras do metrô, por exemplo.

O trajeto do trem-bala está estimado em aproximadamente 511 quilômetros, com tempo máximo previsto entre as duas metrópoles de 99 minutos, numa viagem sem paradas. Além da rapidez e do conforto, algumas das vantagens apontadas pelo relatório final de benefícios econômicos do projeto, essa tecnologia acarretará reduções significativas do número de acidentes nas rodovias.

Último comunicado: audiência sobre a paralisação dos servidores do DNIT.

Em virtude da paralisação dos servidores do DNIT, que vem desde o dia 25 de junho, a Comissão de Serviços de Infraestrutura sentiu-se no dever de trazer o assunto ao debate nesta Casa, afinal, trata-se de uma categoria de servidores cujo trabalho está intimamente ligado aos objetos de nossas análises e deliberações. Tanto é assim que, além dos diretores das agências reguladoras que aqui são sabatinados e cujas indicações são submetidas à nossa aprovação, apenas um outro órgão tem seu diretor-geral apreciado pela Comissão de Serviços de Infraestrutura: exatamente o do DNIT. Isso prova a relevância das atribuições desse órgão e sua equivalência hierárquica e administrativa em relação ao conjunto das agências nacionais de regulação. É, portanto, aspecto que deve ser efetivamente considerado no acordo trabalhista.

Como é sabido, a qualidade, o bom andamento e principalmente a garantia de continuidade das grandes obras de infraestrutura são de importância ímpar ao desenvolvimento econômico e social do País, em especial no atual momento de necessidade de incremento nos investimentos e de afirmação brasileira como uma das principais economias do mundo. Nesse contexto, não há como deixar de ouvir as justas reivindicações de equiparação salarial e carreira dos quadros de profissionais que compõem o DNIT, órgão que é hoje responsável por quase totalidade das obras públicas nos diversos modais do setor de transporte terrestre. Somente no PAC, o DNIT responde por 75% de sua execução em transportes. Trata-se, portanto, de uma questão de prioridade, que o Governo, tenho certeza, irá abarcar na análise e condução do assunto.

Assim, participam da audiência os Srs. Sérgio Eduardo Mendonça, Secretário de Relações do Trabalho no Serviço Público do Ministério do Planejamento, Orçamento e Gestão; Tarcísio Gomes de Freitas, Diretor Executivo do DNIT; Josemilton Maurício da Costa, Secretário-Geral da Confederação dos Trabalhadores no Serviço Público Federal; e Luiz Heleno Albuquerque Filho, representante da Comissão Nacional dos Servidores do DNIT.

Pelos resultados positivos do debate, e, diga-se, no mais alto nível de consciência, maturidade e respeito, bem como das colocações postas por todos os representantes na audiência, saímos com a plena convicção de que, até o dia 31 de agosto próximo, tanto o Governo Federal, dentro de suas restrições legais e orçamentárias, quanto os servidores do DNIT vão avançar em suas propostas e reivindicações de modo a se chegar a um ponto de convergência nas negociações que seja satisfatório, justo e coerente para os dois lados.

Esse é também o desejo e a expectativa da Comissão de Serviços de Infraestrutura do Senado Federal, que aqui se mantém atenta, na torcida para que tudo seja resolvido a contento. Sempre esta Comissão estará à disposição no que for necessário para que essa negociação chegue a bom termo.

Antes de iniciar a pauta do dia de hoje, gostaríamos de comunicar a todos, como sempre fazemos nas audiências públicas, que a população poderá participar do nosso debate enviando perguntas e comentários aos nossos convidados. Para participar, basta ligar gratuitamente para o Alô Senado pelo telefone 0800-662211 ou enviar sua contribuição pela Internet, no endereço www.senado.gov.br/alosenado, ou ainda nos perfis do Alô Senado, no Facebook ou pelo twitter@alosenado. Portanto, qualquer cidadão, ouvinte ou telespectador de nossas audiências pode, desde já, enviar sua pergunta ou seu comentário para nossos convidados acerca do assunto em discussão.

A presente reunião destina-se à realização de audiência pública conjunta das Comissões de Serviços de Infraestrutura e Meio Ambiente, Defesa do Consumidor e Fiscalização e Controle, em atendimento ao Requerimento nº 38, de 2013, desta Comissão, e ao Requerimento nº 43, de 2013, da Comissão de Meio Ambiente, Defesa do Consumidor e Fiscalização e Controle, de autoria de S. Exª o Senador Flexa Ribeiro, para debater a opção pela construção de usinas hidrelétricas a fio d'água para a expansão da geração elétrica no Brasil.

Para debater o tema, foram convidados os seguintes especialistas e autoridades, a quem aproveito e convido para que tomem assento à mesa: Ministro Márcio Pereira Zimmermann, Secretário-Executivo do Ministério de Minas e Energia; Dr. Volney Zanardi Júnior, Presidente do Instituto Brasileiro do Meio Ambiente e dos Recursos Naturais Renováveis (Ibama); Dr. Francisco Gomide, Professor de Engenharia de Recursos Hídricos da Universidade Federal do Paraná e ex-Ministro de Estado de Minhas e Energia; e Dr. Sérgio Bajay, Professor da Universidade Estadual de Campinas (Unicamp).

Sejam V. Exªs e V. Sªs bem-vindos a esta Comissão.

O SR. ACIR GURGACZ (Bloco Apoio Governo/PDT – RO) – Pela ordem, Sr. Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Fernando Collor. Bloco União e Força/PTB – AL) – Posso dar assento aos convidados?

O SR. ACIR GURGACZ (Bloco Apoio Governo/PDT – RO) – Por favor.

O SR. PRESIDENTE (Fernando Collor. Bloco União e Força/PTB – AL) – Em seguida, passaremos a palavra a S. Exª o Senador Acir Gurgacz. Agora vamos receber os nossos convidados do dia de hoje.

O SR. ACIR GURGACZ (Bloco Apoio Governo/PDT – RO) – Enquanto os nossos convidados se assentam à mesa, Sr. Presidente, vou usar a palavra para cumprimentar V. Exª pelos debates feitos nos últimos meses nesta Comissão, principalmente o último, com relação à greve do DNIT, que realmente tem trazido um desconforto e, com certeza, muitos prejuízos ao nosso País, principalmente à Região Norte, pois estamos com a nossa BR-364 em andamento e a BR-319 paralisada. Enfim, para cumprimentá-lo pela audiência, por esse tema que é da maior importância a todos nós. E, com certeza, a audiência que ora começa também é muito importante para o nosso Estado de Rondônia.

Lembro apenas, Sr. Presidente, que colocamos uma emenda na LDO, na Comissão Mista de Orçamento, com relação à duplicação da BR-364. Entendo que, assim que terminar a restauração, a duplicação se faz necessária. Estamos trabalhando, junto com a Bancada do Estado de Rondônia, a fim de conseguir esse feito, que é importante para o nosso Estado.

Muito obrigado, Sr. Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Fernando Collor. Bloco União e Força/PTB – AL) – Muito obrigado a S. Exª o Senador Acir Gurgacz. E, mais uma vez,...

O SR. RICARDO FERRAÇO (Bloco Maioria/PMDB – ES) – Pela ordem, Sr. Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Fernando Collor. Bloco União e Força/PTB – AL) – Pela ordem, S. Exª o Senador Ricardo Ferraço.

O SR. RICARDO FERRAÇO (Bloco Maioria/PMDB – ES) – Sem querer interrompê-lo, pedindo desculpas a V. Exª,...

O SR. PRESIDENTE (Fernando Collor. Bloco União e Força/PTB – AL) – Por favor.

O SR. RICARDO FERRAÇO (Bloco Maioria/PMDB – ES) – Apenas para fazer uma consulta, antes de iniciarmos os nossos debates.

Encaminhei requerimento à Mesa da Comissão de Infraestrutura solicitando convite, no âmbito desta Comissão, a S. Exª o Sr. Ministro dos Transportes, César Borges, e, de igual forma, ao Dr. Jorge Bastos, Diretor-Geral da Agência Nacional de Transportes Terrestres, para um diálogo a respeito da concessão da rodovia 262, que corta o Estado do Espírito Santo e o Estado de Minas Gerais. Trata-se de uma concessão cheia de controvérsias.

A consulta que faço a V. Exª, sem me esticar no argumento agora, é se há a possibilidade de nós aprovarmos, extrapauta, esse requerimento nesta reunião, em algum momento, ao fim dos debates com os nossos convidados.

O SR. PRESIDENTE (Fernando Collor. Bloco União e Força/PTB – AL) – O requerimento de V. Exª foi lido logo no início dos nossos trabalhos e, de acordo com os atos e normas da Comissão, que V. Exª conhece, será votado em termos normais na próxima reunião. Mas se V. Exª tem pressa de que seja apreciado por esta Comissão, eu colocarei em deliberação do Plenário e, assim sendo, poderemos incluir extrapauta ao final dos nossos trabalhos.

O SR. RICARDO FERRAÇO (Bloco Maioria/PMDB – ES) – A justificativa, Sr. Presidente, Srªs e Srs. Senadores, é que essa concessão está marcada para o dia 18 de setembro, então, nós estamos na antevéspera desse leilão. E essa rodovia, em princípio, foi adotada pelo Governo Federal como uma rodovia incluída no PAC, portanto, financiada e suportada pelo Governo Federal. Surpreendentemente, o Governo Federal envolve o trecho do Espírito Santo junto com o trecho de Minas Gerais, e uma rodovia que não teria pedágio passa a ter pedágio. Nós estamos aí diante de um novo elemento, um subsídio cruzado que está trazendo uma enorme preocupação a todos nós, capixabas. Portanto,...

O SR. PRESIDENTE (Fernando Collor. Bloco União e Força/PTB – AL) – Perfeitamente. Eu acredito que há motivos para se requerer a urgência e a inclusão extrapauta do requerimento apresentado por S. Exª o Senador Ricardo Ferraço e coloco-o à deliberação do Plenário.

As Srªs Senadoras e os Srs. Senadores que estiverem de acordo com a inclusão extrapauta do requerimento hoje lido no início dos nossos trabalhos, de autoria de S. Exª o Senador Ricardo Ferraço, convidando S. Exª o Sr. Ministro dos Transportes para aqui comparecer, permaneçam como se encontram. (*Pausa.*)

Aprovado.

Portanto, Senador Ricardo Ferraço, ao final desta reunião, levaremos à deliberação do Plenário o requerimento que V. Exª apresentou.

O SR. RICARDO FERRAÇO (Bloco Maioria/PMDB – ES) – Agradeço a V. Exª.

O SR. PRESIDENTE (Fernando Collor. Bloco União e Força/PTB – AL) – Obrigado a V. Exª.

O SR. RICARDO FERRAÇO (Bloco Maioria/PMDB – ES) – Muito obrigado, Srs. Senadores.

O SR. PRESIDENTE (Fernando Collor. Bloco União e Força/PTB – AL) – Para iniciar os debates do dia de hoje, convido para usar da palavra o Sr. Sérgio Bajay, Professor da Universidade Estadual de Campinas (Unicamp).

O tempo estimado é de 15 minutos para cada expositor.

O SR. SÉRGIO BAJAY – Senhoras e senhores, bom dia. É um prazer retornar a esta Comissão, em mais uma audiência pública, desta feita para tratar do assunto da diminuição da capacidade de regularização dos reservatórios das usinas hidrelétricas no sistema elétrico nacional e algumas ideias do que fazer a respeito.

Eu começaria, rapidamente, lembrando aos senhores que, na realidade, toda usina hidrelétrica possui um reservatório e, quando essa usina possui regularização, esse reservatório tem duas partes: o chamado volume morto, que, como o próprio nome indica, não possibilita o armazenamento, ou seja, o volume da água fica cheio o tempo todo; e o volume útil, em que realmente existe a capacidade de armazenamento. E a diferença de cota que define esse volume útil fica entre o nível de água mínimo do reservatório e o nível de água máximo.

Aqui é uma outra figura que representa também, de uma forma esquemática, uma usina hidrelétrica. E para o que eu chamaria a atenção aqui é que nós temos a afluência, quer dizer, a vazão que chega ao reservatório, e nós temos aqui a defluência, que é a vazão que sai após a passagem pela barragem. Então, essa água – imaginando a usina como um caixa preta – que chega e que passa adiante ou é turbina, ou seja, passa pelas turbinas, ou é vertida, que é aquele excesso de água que, na época das cheias, não pode ser turbinada. E existem também algumas perdas por evaporação e por infiltração no solo.

Há algumas definições importantes para o nosso debate de hoje. A primeira é que, como já mencionei, todas as usinas hidrelétricas têm reservatório, pelo menos com o chamado volume morto.

As usinas cujos reservatórios só possuem esse volume morto são chamadas a fio da água. Então, nesses reservatórios, as vazões defluentes, as que saem, são iguais às vazões afluentes menos as perdas de água por evaporação e infiltração.

Já as usinas que possuem um volume útil podem regularizar as vazões afluentes em ciclos diários, semanais, sazonais ou plurianuais. Então, no ciclo diário, na hora da carga maior, eu turbino mais, e, na hora que a carga diminui, de madrugada por exemplo, eu turbino menos.

Ciclo semanal: no final de semana, eu consumo menos energia elétrica, então, eu turbino menos e deixo para turbinar mais fortemente durante os dias úteis.

Regularização sazonal significa que, na época das cheias, eu armazeno; na época da seca, eu utilizo então essa água, eu turbino essa água.

Finalmente, reservatório plurianual é aquele em que, nos anos secos, eu utilizo a água que eu armazenei em anos úmidos.

Então, essa capacidade de regularização pode ser usada só para aumentar a chamada – usando o jargão – "energia firme" ou "energia garantida" de um parque gerador de energia elétrica, ou, então, ela também pode ser usada para produzir benefícios em outros usos da água, como é o suprimento de água para as cidades, irrigação, controle de cheias, navegação fluvial, recreação, e, nesses casos, eu digo que esses reservatórios são de uso múltiplo.

Por que, nas últimas duas décadas, praticamente, só usinas hidrelétricas a fio d'água foram construídas? Bom, como boa parte dos senhores sabe, uma parte significativa dos impactos ambientais e sociais negativos associados à construção de usinas hidrelétricas é proporcional à área alagada pelo reservatório. E, como o Brasil tem uma tradição na construção de usinas hidrelétricas, que constituem a maior parte do nosso parque gerador, existe um movimento ambientalista, tanto dentro do País como pressões vindas do exterior, contra a construção desse tipo de usina, diferente, sim, do que acontece com outros tipos de usina, contra as quais a oposição ambientalista é bem menor.

Então, dada essa realidade, o setor elétrico começou, a partir praticamente da década de 80, o que se intensificou na década de 90, a propor a construção de usinas a fio d'água, que têm uma área alagada menor, com a esperança de que isso facilite o licenciamento ambiental dessas obras e que, politicamente, essas obras se tornem, digamos, mais viáveis em termos de aceitação popular e pelos grupos ambientalistas.

A maior parte do potencial hidrelétrico remanescente no Brasil se localiza na Região Amazônica, cuja topografia, no geral, não é muito favorável à construção de grandes reservatórios, principalmente os de regularização plurianual. Então, isso tem sido apresentado, desde a década de 90, como a principal justifica para a manutenção dessa verdadeira cultura, que existe nos últimos 20 anos, de só se propor usinas a fio d'água.

No entanto, mesmo na Região Amazônia, há alguns sítios – poucos, mas há – favoráveis à construção de reservatórios de regularização. Eu menciono

rapidamente alguns: Altamira, no Rio Xingu; Chacorão, no Rio Tapajós; Guajará-Mirim, no Rio Madeira, que, obviamente, são sítios que podem causar potenciais contenciosos, alguns deles até com países vizinhos, mas são sítios favoráveis à construção de hidrelétricas. E, obviamente, em outras regiões do Brasil, onde o potencial hidrelétrico é menor, onde existem também sítios favoráveis.

O problema que nós temos hoje e que, realmente, é um grande desafio para o planejamento energético – agora e já, mas, principalmente, no médio prazo – é que, como não se tem construído mais usinas hidrelétricas com reservatórios de regularização, tem havido uma redução na capacidade de regularização do sistema interligado nacional, o que provoca uma queda na eficiência no uso dos recursos hídricos, um despacho frequente de usinas termoelétricas, com elevados custos operacionais, quer dizer, as usinas termoelétricas que nós temos aí, possíveis de serem acionadas, pelo menos boa parte delas, têm custos operacionais elevados. É claro que um maior acionamento de usinas termoelétricas implica o aumento de emissão de gases de efeito estufa, uma preocupação hoje de praticamente quase todos os governos do mundo, inclusive o brasileiro, e a elevação nos custo de geração, que, neste ano, está sendo motivo de grandes discussões, inclusive de medidas práticas por parte do Governo Federal.

Queria falar algumas palavras sobre a questão do uso múltiplo da água dos reservatórios de usinas hidrelétricas no Brasil. Nunca houve, realmente, em nenhum governo, uma política clara de fomentar esse tipo de reservatório de uso múltiplo. Eu, particularmente, na academia, tenho sido um crítico, ao longo dessas décadas, de que isso deveria ser feito por várias razões que nos debates a gente pode, depois, explorar.

O que aconteceu é que ações pontuais foram adotadas, no caso de alguns reservatórios, mas sem articulação com setores econômicos que fazem uso desses serviços. Então, apesar dessa falta de articulação, nós temos algumas histórias de sucesso em termos de uso múltiplo. Então, no Rio São Francisco algumas usinas hidrelétricas, no caso reservatórios, elevaram a área irrigada em 320 mil hectares no Polígono das Secas. Então, a empresa responsável pela irrigação, que tem uma história, evidentemente, muito menos de sucesso do que a Chesf, aos trancos e barrancos, digamos assim, conseguiu, de qualquer forma, ao longo de muitos anos, um sucesso que eu estou reportando aqui.

A Usina Hidrelétrica de Furnas, o reservatório de Furnas também proporcionou a realização de diversos projetos na área de esportes aquáticos, turismo e lazer, o que trouxe benefícios para a economia local, que é relativamente pouco desenvolvida. Então, são 34 Municípios ribeirinhos beneficiados.

O último exemplo, a eclusa agregada à Usina de Barra Bonita, além de ser uma atração turística regional, assumiu um importante valor econômico por viabilizar a hidrovia Tietê-Paraná.

São histórias de sucesso que aconteceram por iniciativa de empresários, por iniciativas, às vezes, de governos estaduais, mas nunca houve uma política realmente deliberada, por parte do Governo Federal, para incentivar esses reservatórios de usos múltiplos.

Quando nós discutimos reservatórios, falamos sobre usinas hidrelétricas e outras alternativas para crescer o nosso parque gerador.

Um dos principais motivos para esta audiência pública é que existem, então, resistências de caráter socioambiental, construção de novas usinas hidrelétricas de médio e grande porte, inclusive sem reservatórios de regularização, como foi o caso de Belo Monte e o caso das usinas do Madeira, que são histórias recentes.

Usinas a gás dependem da disponibilidade e preço do gás. Quer dizer, o atual preço do gás e a própria disponibilidade ainda não são muito favoráveis a pensarmos em ter esse tipo de usina como o grande vetor de desenvolvimento nos próximos anos. O pré-sal talvez mude esse quadro, mas os números sobre a disponibilidade de gás e, principalmente, o preço que esse gás vai ter ainda não são conhecidos.

No caso da produção de álcool e açúcar no País, como nós sabemos, estamos atravessando certo período de crise... Então, essa crise tem que ser resolvida para que esse aumento da cogeração com bagaço de cana e injeção de excedentes na rede, de fato, o que está nos planos decenais, se torne uma realidade.

No caso do carvão mineral, nós precisamos de uma redução de custos das tecnologias que permitam redução de custo e também um baixo impacto ambiental.

No caso de usinas nucleares, a terceira e a quarta gerações ainda estão em desenvolvimento e o envolvimento do Brasil nisso, pelo que eu sei, ainda é relativamente pequeno, até porque isso não foi priorizado em momento algum dentro da nossa política energética.

E resíduos urbanos, industriais e agrícolas, que são muito mal aproveitados no Brasil, comparando com outros países, para a geração de energia elétrica, constituem outro nicho, mas, novamente, não vai ser nenhuma tábua de salvação em termos de novas tecnologias.

E, finalmente, vários dos meus colegas e eu somos entusiastas de diversas formas de geração distribuída, incluindo fotovoltaicas, células de combustível,

mas os custos unitários disso ainda são elevados e não há uma expectativa de que, a curto ou mesmo, talvez, médio prazo, essas tecnologias estejam disponíveis. É claro que, a longo prazo, a tendência é aumentar o espaço dessas tecnologias.

Complementação térmica: no Brasil, nós temos uma complementação de geração hidrelétrica e cogeração com bagaço de cana do período de safra, do período seco, que permitem certa complementação, e a geração eólica, principalmente no Nordeste, também tem uma certa relação de complementação com a geração hidroelétrica. Então, isso é uma coisa favorável que nós já estamos aproveitando há algum tempo.

Só que tanto a geração eólica como a geração com o bagaço de cana, que é sazonal, precisam ser firmadas. Isso acontece com as usinas a fio d'água. Então, como fazer para firmar essa energia? Firmar essa energia significa que, quando falta, porque não tem vento ou porque está fora do período da safra, tem que ter alguma outra forma de geração.

A própria energia solar, que ainda está pouco desenvolvida no Brasil, tem sido motivo de grandes discussões para fomentar isso, também requer.

Para firmar essa energia, não tem jeito. Sobre isso eu até apresentei na última audiência pública. Ou eu volto a construir reservatório de regularização, no que for possível, em sítios ainda disponíveis, ou tenho que construir usinas de complementação térmica que atendam à base da curva de carga.

Alguns desafios estão pendentes no planejamento energético brasileiro.

Nós tivemos avanços grandes nos últimos anos. Isso é absolutamente inegável, mas, por exemplo, algo que recentemente está sendo modificado é que o modelo *new wave* não representava as restrições como o operador nacional de sistema colocava. Isso causava uma série de distorções, que estão sendo corrigidas. A modificação do *new wave* estava em debate em audiência pública recentemente.

O procedimento que a Empresa de Pesquisa Energética (EPE) usa para calcular o índice custo/benefício, para classificar os projetos candidatos para os leilões, a forma como têm sido montados esses índices, as simulações, tem privilegiado tipos de usinas que operam relativamente por pouco tempo, mas com elevados custos operacionais. Isso justificou, inclusive, que esse tipo de usina acabasse sendo contemplado em diversos leilões, como as termoelétricas.

Então, usinas que operam na base, como é o caso do carvão, das usinas nucleares, com esse procedimento, ficaram prejudicadas. Isso é uma coisa que eu próprio já apresentei para a diretoria da EPE há algum tempo. Eu não sei se alguma modificação está sendo feita nesse sentido.

Um aspecto que trouxe na última audiência pública é a necessidade de leilões específicos para usinas que operam na base da curva de carga, que tenham baixos custos operacionais e que sirvam, então, para firmar essa energia de fontes intermitentes, que são as usinas a fio d'água, mas também é o caso de usinas eólicas e o próprio bagaço de cana pela sua sazonalidade.

Encerrando as minhas contribuições para esse debate, eu queria tecer algumas considerações sobre novas usinas hidrelétricas com reservatórios de regularização.

A construção de novas usinas hidrelétricas, e aí tanto faz com ou sem reservatórios de regularização, tem que ser analisada, discutida e avaliada pela sociedade brasileira, *vis-à-vis* as alternativas disponíveis. Outras tecnologias que também sejam fontes intermitentes, como a eólica, não são uma solução. Então, na realidade, ou eu construo termoelétricas que operem na base com baixo custo operacional ou volto a construir reservatórios de regularização.

Como os senhores sabem muito bem, a regulamentação de condições de construção de usinas hidrelétricas, e aí tanto faz, novamente, com ou sem reservatório de regularização, em terras indígenas, precisa ser urgentemente estabelecida pelo Congresso Nacional. Isso tem sido apontado por diversos especialistas, e eu faço coro com eles.

Eu queria deixar bem claro, como um dos especialistas no assunto, que os sítios tecnicamente mais favoráveis para a construção de grandes reservatórios de regularização plurianual já foram utilizados, ou, então, estão viabilizados do ponto de vista econômico, que já há atividade econômica intensa e cuja desapropriação ficaria proibitiva do ponto de vista econômico, ou problemas ambientais sérios. Mas isso não significa, e nesse ponto talvez eu tenha divergência com os colegas do Governo, que não haja ainda sítios favoráveis para a construção, sobretudo de reservatório de regularização sazonal, inclusive na Amazônia. São grandes reservatórios de regularização plurianual, provavelmente poucos sítios ainda disponíveis sejam viáveis. Mas regularização sazonal ajudaria bastante, não seria a tábua de salvação, não resolveria completamente o problema que apresentei, mas ajudaria a resolver.

Minha última mensagem para esse debate é: antes tarde do que nunca. No passado, a meu ver, erramos ao não privilegiarmos reservatórios de uso múltiplo, como os Estados Unidos fizeram com o Tennessee Valley Authority, na década de 30, para desenvolver

aquela região que era subdesenvolvida. Mas temos ainda muitas regiões subdesenvolvidas no Brasil, com potencial para reservatório, então antes tarde do que nunca, fica a proposta de voltarmos a pensar nisso.

Muito obrigado pela atenção.

O SR. PRESIDENTE (Fernando Collor. Bloco União e Força/PTB – AL) – Ouvimos o Dr. Sergio Bajay, professor da Universidade Estadual de Campinas (Unicamp).

Passamos a palavra ao Dr. Francisco Gomide, professor de engenharia de recursos hídricos da Universidade Federal do Paraná e ex-Ministro de Estado das Minas e Energia.

O SR. FRANCISCO LUIZ SIBUT GOMIDE – Bom dia, senhores. À guisa de introdução, gostaria de ler um pequeno trecho que faz a defesa da entidade barragens e reservatórios ao longo de milhares de anos.

Barragens e reservatórios têm sido utilizados na administração de eventos hidrológicos extremos há quatro mil anos. Riscos hidrológicos relacionados a enchentes e estiagens têm sido efetivamente mitigados através do uso inteligente do armazenamento provido por reservatórios. Até a última quarta parte do século XX, os responsáveis pela construção de barragens e implantação de reservatórios, os empreendedores, os gestores públicos, os engenheiros e os investidores eram reconhecidos e elogiados pelos benefícios decorrentes de suas obras: suprimento de água, agricultura irrigada, controle de cheias, melhores condições de navegação fluvial e geração hidrelétrica, considerada, na época, energia limpa e inequivocamente renovável.

Ao cabo dos últimos 30 a 40 anos, um grande consenso foi atingido relativamente à necessidade de proteção ambiental e adequada preservação dos sistemas naturais. Sem dúvida, a formação desse consenso foi, ao lado do notável desenvolvimento tecnológico, um dos processos mais importantes das décadas recentes. No entanto, junto com esse processo, infelizmente, surgiram grupos alarmistas e organizações equivocadas declarando, com óbvio exagero, que obras de infraestrutura em geral e barragens e reservatórios em particular causam sérios e intoleráveis impactos ambientais.

Desde os anos 80, certas organizações têm sido bem-sucedidas no exercício de pressão sobre instituições multilaterais de crédito, como o Banco Mundial, com vistas à drástica redução do apoio técnico e financeiro para construção de usinas hidrelétricas. Pode-se apontar a pressão sobre o Banco Mundial como o exato início de um processo objetivando a criminalização dos reservatórios. De acordo com grupos radicais e algumas organizações equivocadas, hidroeletricidade não seria limpa e não poderia se considerada renovável por causa do reservatório. Assim sendo, reservatórios também não seriam aceitáveis para regularização do suprimento de água, para o controle de cheias, para irrigação etc.

Queria pedir licença para mostrar nove transparências que ilustram essa pressão de entidades no mundo inteiro. É uma discussão da qual o Brasil não participou nos últimos 30 anos e, talvez agora, em decorrência dela, seja uma das principais vítimas.

Um salto de quatro mil anos na história de reservatórios começa com a história do Imperador Yu, o Grande, que ganhou o reino da China, diretamente do rei, que abdicou em seu favor, criou a primeira dinastia da China, a dinastia Xia, viveu 2.200 a. C. e essa fama cantada em prosa e verso há quatro mil anos decorre exatamente da sua habilidade da implantação de reservatórios em defesa do Vale do Rio Amarelo contra as enchentes.

O impacto de enchentes na vida e na economia chinesa foi tão grande nos últimos quatro mil anos que tem reflexos da própria linguagem chinesa. Segundo John Briscoe, que fala essa língua, este símbolo significa isoladamente rio. Este símbolo, isoladamente, significa dique ou pequena barragem. E estes dois símbolos juntos, justapostos significa ordem política. Essa é a importância que reservatórios e obras hidráulicas exerceram nos últimos quatro mil anos.

Dando um salto agora para quatro mil anos na frente, continuamos com falta de reservatório no País para regularizar a água das nossas estiagens. Esta é uma foto de um jornal do Paraná, *Gazeta do Povo de Curitiba*, mostrando a última seca no Nordeste. Lembro Asa Branca, Luiz Gonzaga, que fala, na última estrofe:

Que braseiro, que fornalha
Nem um pé de plantação
Por falta d'água perdi meu gado
Morreu de sede meu alazão

Temos quatro mil anos de história de reservatório, ou contendo enchentes, ou regularizando a vazão para evitar as estiagens. No entanto, há entidades que se insurgiram contra reservatórios nos últimos 30 a 40 anos. Para citar algumas, International Rivers Network faz uma campanha internacional contra grandes centrais hidroelétricas. Há anos tem *lobbies* do Banco Mundial, talvez eu seja o úlltimo brasileiro que tenha assinado um contrato de financiamento com o Banco Mundial do setor elétrico brasileiro, nos idos de 1984. Como presidente da Copel, assinamos o projeto para eletrificação rural do Paraná e, desde então, não consegui, como profissional do setor elétrico, nunca mais, financiamento do Banco Mundial para obras hidrelétricas, porque o *lobby* não deixa.

Propaganda paga, US$1 milhão, em uma revista semanal americana chamada *Newsweek*: a justaposição de uma lápide de cemitério em cima de uma obra hidráulica de um cânion do rio Colorado, dizendo que o verdadeiro custo de uma barragem não aparece no balanço da empresa.

Recentemente, esta semana, no Brasil, uma guerra nos jornais e na imprensa, onde a organização Greenpeace faz este anúncio de uma página inteira e nos jornais nacionais, chamando que hidroelétrica com reservatório é uma fonte de ilusão e colocando, em uma escala gráfica de figuras, carvão como a pior opção, à direita, em vermelho, e do lado, hidroelétrica. E as acusações à hidroelétrica são: impactos à população e às florestas. Esse é o argumento. No meio do texto, ofendem todos os professores de hidráulica e hidrologia, como eu, dizendo que as hidroelétricas não garantem a segurança energética que o sistema precisa para não sofrer com as secas provocadas pelas variações climáticas. Exatamente essa é a definição do reservatório. Se não tiver reservatório, não poderá fazer esse papel.

No entanto, houve uma reação ao cabo de 30 anos e ao próprio Banco Mundial, reconhecendo que essa pressão não era aceitável. Em 2004, estive presente nesse simpósio na China, promovido pelas Nações Unidas, apresentando um trabalho sobre hidroeletricidade no Brasil, a convite dos organizadores do simpósio. Nessa ocasião, o Banco Mundial anunciou que, de forma consistente com o entendimento atingido no encontro de 2002 de desenvolvimento sustentável em Joannesburgo. E de acordo com o entendimento da Conferência de Bonn, o Banco Mundial considera toda a hidroeletricidade inequivocamente como energia renovável e apoiará hidroeletricidade e desenvolvimento hidroelétrico em todas as escalas, não só de pequenas centrais hidrelétricas, não banindo a BIGHydro. Isso foi uma reação.

Esse anúncio do Greenpeace da semana passada foi uma reação a esse anúncio da Fiesp, chamando para o encontro de energia, ocorrido agora nos dias 5 e 6 de agosto, e, de uma maneira muito chocante, puseram fatos da vida muito claramente numa propaganda, dizendo: "Meus brasileiros, hidrelétrica custa R$85 por megawatt/hora. Solução a óleo combustível é sete vezes mais cara". Os senhores sabem disto? É sete vezes mais cara, mas estamos abrindo mão da opção mais barata porque não queremos construir reservatórios.

Essa é a escala que a Greenpeace plagiou para fazer a sua escala, jogando hidrelétrica bem à direita, ao lado de carvão. Na escala da Federação das Indústrias de São Paulo, eles põem quem produz e quem emite mais CO_2. A emissão de CO_2 em hidrelétrica é quatro quilos por megawatt/hora. De carvão é mil e um quilos por megawatt/hora.

Esse é o problema tipicamente brasileiro. Já vi muitos colegas meus engenheiros perderem discussão na televisão em um debate porque o interlocutor diz habilmente: "O senhor admite que hidrelétrica também emite CO_2?" E o meu colega engenheiro irônica e timidamente diz: "Admito". O fato de ser 250 vezes menor fica absolutamente pouco importante e ele perde o debate.

Voltando ao meu texto que é de cinco fatos da vida hidrológica, eu queria comentar com os senhores que o volume de água fresca superficial da terra é de apenas 0,0075% do total global de água: 104.620 km^3, sendo 90.990 km^3 em lagos naturais; 11.510 km^3 em pântanos e 2.120 km^3 em todos os rios do planeta somados.

Só nos Estados Unidos têm 19.000 km^3 de lagos naturais e o país que mais tem lago artificial, somando todos os lagos artificiais, dá 810 km^3, contra 19.000 km^3 que a mãe natureza colocou nos Estados Unidos.

Quando a mãe natureza coloca 19.000 km^3 de lagos naturais, é sabedoria da natureza. Quando os engenheiros constroem 810 km^3, isso é um erro ecológico.

O serviço prestado pelo capital natural, que são esses lagos, pântanos e rios, através de sistemas ecológicos, como regularização de invasões, suprimento de água e regulação de perturbações, digamos, controle de cheias, tem sido corretamente apreciado. Pois bem, a ideia por trás dos reservatórios feitos pelos homens é oferecer exatamente esses novos serviços: mais geração hidrelétrica, irrigação, navegação melhorada e maiores oportunidades de recreação.

Nos Estados Unidos, há 75 mil barragens com idade superior a 50 anos. Não há evidências que suportem a assertiva de que construí-las foi um erro. Os benefícios da operação de seus reservatórios excedem e muito os eventuais impactos ambientais.

Qual seria, então, a motivação para a oposição irracional a barragens e reservatórios? Permanece sendo um mistério. Como justificar a oposição ao serviço ecológico de regularização de vazões? Como justificar a oposição ao serviço ecológico de suprimento de água? Como desprezar a proteção proporcionada pelo reservatório no amortecimento das cheias? Como atacar reservatórios artificiais sem lamentar a existência de lagos naturais? Como justificar a substituição de energia renovável como a hidrelétrica por energia térmica proveniente da combustão de carvão ou de derivados de petróleo? Como enxergar mais riscos ambientais em hidrelétricas que em centrais termonucleares?

Aparentemente, a oposição a barragens e reservatórios é consequência de duas negações. A primeira consiste em negar que, para fazer frente à mudança no equilíbrio ecológico decorrente da intervenção humana, existem medidas remediais que facilitam o ajustamento das espécies biológicas ao novo – e frequentemente melhor – ambiente ecológico. A segunda negação contesta que, do ponto de vista do mais alto interesse público, em muitos casos, a realocação de população instalada em locais inapropriados pode e deve ser contemplada e que isso pode ser feito de forma a melhorar a vida dessas populações sob todos os pontos de vista.

Proteção ambiental é uma obrigação moral da humanidade e isso é reconhecido. A canção é boa, mas nem todos os cantores são bons. A oposição irracional a barragens e reservatórios facilitou a adoção da bandeira ambiental por pessoas e organizações insinceras para uso como mero instrumento de relações públicas, *marketing* e propaganda enganosa.

Para ser racional, o debate teria que ser conduzido no contexto de comparação de alternativas e de análises de *trade off*. Particularmente, no Brasil, a aplicação equivocada do princípio da precaução transformou o processo de construção de barragens em uma sucessão de longas e cansativas batalhas jurídicas. Enquanto isso, a crescente demanda por eletricidade tem sido suprida por usinas térmicas, queimando combustíveis fósseis, com impactos ambientais mais perniciosos que os da hidrelétrica evitada.

Esses investimentos em infraestrutura são indispensáveis para o desenvolvimento sustentado e para a erradicação da pobreza. Desenvolvimento sustentável implica na conversão ótima de recursos naturais em benefícios para a humanidade, tanto para a atual quanto para as futuras gerações. A erradicação da pobreza requer ações concretas como obras de infraestrutura que assegurem acesso universal à água e à eletricidade.

A oposição irracional a barragens, reservatórios e outras obras de infraestrutura condenaram o século XX a terminar com 850 milhões de pessoas sem acesso adequado à água, 1,6 bilhão de pessoas sem acesso à eletricidade e quase 3 bilhões de pessoas tentando sobreviver com renda inferior a US$2,00 por dia.

Os países ricos estão desfrutando das conveniências de serviços providos pela infraestrutura implantada no século passado, que prossegue envelhecendo. Enquanto isso, discursando para os países pobres, defendem um caminho de desenvolvimento sem infraestrutura nunca antes trilhado.

A América do Sul é chamada de "continente água". Poucas pessoas que se insurgem contra reservatórios e barragens sabem porque a América do Sul é chamada de "continente água". É que nela ocorre mais de 25% do fluxo total de água do Planeta. O deflúvio médio anual global é de 47 mil quilômetros cúbicos e da América do Sul é de 12,2 mil km³. O deflúvio médio anual brasileiro – significa a totalidade de chuva de água dos rios brasileiros – é de 5.667 km³, mais do que o triplo do que o deflúvio médio anual americano.

As três maiores concentrações de potenciais hidrelétricos do Planeta estão na América do Sul, duas delas no Brasil. O setor elétrico brasileiro é, e espera-se que continue sendo, basicamente hidráulico. Graças à hidreletricidade, a matriz energética brasileira é uma das mais limpas e mais livres de carbono do mundo. A maior parte do armazenamento de água fresca em reservatórios artificiais brasileiros, no entanto, pertence a aproveitamentos hidrelétricos: 653 km³ e 724 km³.

Assumindo que o armazenamento total de água fresca em reservatórios americanos é de 810 km³, nota-se que ele é evidente a 165 dias de vazão média. Comparativamente, o armazenamento total de água fresca em reservatórios brasileiros é pequeno: 47 dias. Se desconsiderássemos a opção que o setor elétrico fez por hidroeletricidade, se não tivéssemos a hidroeletricidade, o armazenamento brasileiro despencaria para o equivalente a menos de cinco dias.

Aquela primeira nota, ali, do quanto chove na América do Sul, sempre que eu inauguro um curso de Hidrologia, meus alunos alegam que é um erro de datilografia, é um erro de tipografia da apostila.

Se em todos os outros continentes chove menos do que 800 milímetros – 740 na África; 740 na Ásia; 756 na América do Norte; 790 na Europa; 791 na Austrália –, quanto chove na América do Sul? Mil e seiscentos milímetros. E no Brasil? Mil e oitocentos milímetros. E na Amazônia? Dois mil e quatrocentos milímetros.

É completamente diferente de todos os outros continentes, por isso é chamado de "continente água".

Em resposta ao Greenpeace, eu diria que existe uma coisa que os engenheiros civis estudam, chamada curva de regularização, que relaciona o volume do reservatório com a quantidade de energia que queremos firmar. Falou o professor, há pouco, sobre a necessidade de firmar inclusive outras formas de energia.

Quando se fala em energia eólica e em energia solar, que não podem ser armazenadas, aumenta a responsabilidade dos reservatórios e aumenta a necessidade de reservatórios, porque há mais energia afluente não reservada.

Enfim, reservatórios não são apenas úteis, eles são indispensáveis.

Certamente, reservatórios afetam o equilíbrio ecológico em um primeiro momento, mas as evidên-

cias de adaptação ao novo, e frequentemente melhor, ambiente ecológico são abundantes.

O requerimento do Senador Flexa Ribeiro pedindo esta reunião é um fenômeno de síntese.

Essa transparência sintetiza o requerimento do Senador, que sintetiza o problema como ele se apresenta com brilho.

Ele reconhece que a geração de eletricidade a partir de energia hidráulica tem vantagens relativas, especialmente pelos múltiplos usos que os reservatórios desse tipo de usina podem proporcionar. Ele reconhece que, graças à hidroeletricidade, as matrizes elétrica e energética do Brasil estão entre as mais sustentáveis do mundo. Ele reconhece os aspectos socioambientais positivos, entende que os negativos podem ser identificados, mitigados ou compensados, ele aponta a atuação de grupos de pressão contra hidrelétricas dotadas de reservatórios como algo que torna o sistema brasileiro subaproveitado e manifesta uma preocupação à luz da nossa necessidade de energia, uma vez que ele estima que vamos precisar de pelo menos oito usinas do porte de Itaipu nas próximas duas décadas.

Uma vez, eu mesmo escrevi um artigo para o jornal dizendo que, na minha conta, nós precisamos de 12 usinas como Itaipu nos próximos 25 anos.

A pergunta que se faz à sociedade brasileira é: quanto disso será térmico? Quanto disso será sete vezes mais caro que a hidroelétrica, porque nós estamos nos refreando no aproveitamento da nossa grande riqueza?

A pergunta é: isso é verdade? O projeto da expansão do setor elétrico está se autolimitando por pressão de entidades que não conseguem defender, de forma racional, a sua posição?

Eu diria que o discurso oficial é pouco preciso. Ouvindo pessoas que representam o Governo, eu noto uma enorme confusão entre geração térmica na base e geração térmica complementar.

O público fica com a impressão de que precisamos e queremos substituir hidroelétricas por térmicas. Eu já ouvi uma autoridade do Governo dizer que nós não podemos ficar na dependência de São Pedro e isso uma maneira de induzir a população a que nós queremos usinas térmicas e não usinas hidrelétricas.

O caráter renovável fica completamente desprezado porque as pessoas não fazem conta. Esse dado é uma conta que tem que ser feita.

O atual consumo brasileiro de eletricidade (460 milhões de megawatts/hora por ano) vale quase dois milhões de barris equivalentes de petróleo por dia. Se não tivéssemos optado – cabeças brilhantes do Brasil optaram – na década de 50 pela hidroeletricidade e hoje estivéssemos gerando energia elétrica de forma térmica, nós consumiríamos as reservas prováveis da Petrobras em 23 anos. E, em vez disso, vamos estar, em 23 anos, em, todo o parque hidrelétrico, continuando a gerar energia elétrica. Não fica claro para o público que o reservatório de regularização não precisa estar no local da usina. Esse é outro erro de engenharia civil, é outro erro de hidrologia, de engenharia de recursos hídricos.

As pessoas pensam que, na tomada d'água, tem que ter o reservatório e que, se a região é plana, não se pode fazer o reservatório, ficando sem o reservatório. O reservatório não precisa estar no local conhecido. Itaipu tem um dos maiores armazenamentos do País, que está no Rio Grande, Paranaíba, e é o somatório de todos os reservatórios, que regulariza a água que vai escoar por Itaipu, e ela não tem reservatório que seja útil para efeito de regularização da vazão. Tecnicamente, Itaipu pode ser chamada de uma usina fio d'água. Mas todo o armazenamento da Região Sudeste está à montante. É um fenômeno de demonstração clara de que o armazenamento não está no local de captação. Então, não se pode dizer: "não pode, porque a Amazônia é plana, e não se podem fazer reservatórios".

O que é triste é que até mesmo o potencial hidrelétrico brasileiro está sendo subestimado, pois alternativas promissoras têm sido descartadas prematuramente pelas entidades de planejamento do Governo e por impressões equivocadas de organizações ambientalistas e indigenistas. As pessoas dizem: "aqui não vão deixar", e, por isso, nem chegam a avaliar o potencial. Hoje, estamos em uma situação em que o Brasil não conhece seu próprio potencial.

Encerrando, faço uma menção no sentido de que os Srs. Senadores são privilegiados pela qualidade das suas assessorias. Há textos para discussão, produzidos pelo núcleo de estudos e pesquisas do Senado, da mais alta qualidade. Recomendo, em particular, a leitura do Texto para Discussão nº 128, de maio de 2013, intitulado "Por que o Brasil está trocando as hidrelétricas e seus reservatórios por energia mais cara e poluente?" O próprio título já é uma grande síntese. Faço aqui uma homenagem ao Senado e aos seus servidores, aos seus pesquisadores, que estão subsidiando as suas decisões, que certamente serão as melhores e mais acertadas. Muito obrigado.

O SR. PRESIDENTE (Fernando Collor. Bloco União e Força/PTB – AL) – Ouvimos o Dr. Francisco Gomide, Professor de Engenharia de Recursos Hídricos, da Universidade Federal do Paraná e ex-Ministro de Estado das Minas e Energia.

Passo a palavra ao Dr. Volney Zanardi Júnior, Presidente do Instituto Brasileiro do Meio Ambiente e dos Recursos Naturais Renováveis, Ibama.

O SR. VOLNEY ZANARDI JÚNIOR – Sr. Presidente, bom dia. Eu gostaria de saudar os colegas de mesa, saudar o Presidente da Comissão de Meio Ambiente, Senador Blairo Maggi; o autor do requerimento, Senador Flexa Ribeiro. Registro também a presença da nossa Diretora de Licenciamento Ambiental, Drª Gisela Forattini. Agradeço o convite para participar dessa discussão extremamente importante, que tem a ver fundamentalmente com uma perspectiva do planejamento energético brasileiro. Com certeza, o Dr. Zimmermann vai tratar, depois de mim, dessa discussão.

Embora no nosso requerimento a pergunta se dê no âmbito do projeto, a resposta acerca do que é melhor entre hidrelétrica fio d'água ou hidrelétrica com reservação está no nível do planejamento. Não está no nível do projeto, porque, em função da própria situação de onde é feita uma hidrelétrica, nem sempre essa discussão "menor é melhor e maior é pior" é verdadeira. Podemos ter situações, embora, às vezes, vá contra o senso comum. Todos falam que as PCHs são fontes que não causam nenhum impacto, mas pode ter muito bem cinco PCHs de 20 megawatts produzindo muito mais impacto do que uma de 100 megawatts, quando se olha para a quantidade de energia gerada.

Então, essa discussão tem que ser feita com muito cuidado, porque não é uma discussão simplesmente ideológica, ela tem de ser baseada na ciência, na técnica, na experiência e em uma profunda discussão de nossas políticas públicas. Basicamente, quando se monta uma matriz energética ou se montam cenários de matriz energética, está-se jogando com diferentes efeitos tanto da dimensão ambiental, social, econômica e cultural, como se está jogando com esses efeitos no tempo; pode-se ter impactos de curto, médio e longo prazos. Por exemplo, uma discussão: até que ponto os impactos globais, como o efeito estufa, têm de ser pesados, sopesados, em relação aos impactos regionais de reassentamentos ou de deslocamentos de pessoas por causa, vamos dizer, da mineração, que também causa impactos de reassentamento?

Essa discussão tem que ser feita com muito cuidado, porque a própria significância dos impactos não é simplesmente uma questão legal ou científica, ela tem a ver com o que a sociedade quer. Esse papel é do planejamento, no caso energético, que tem de trabalhar com esta visão de garantir a segurança energética, sopesando as dimensões de outros impactos positivos, que podem ser justamente potencializados dentro de uma perspectiva de planejamento, e a questão dos usos múltiplos é uma delas. Os usos múltiplos não caem do céu, precisam ser pensados, articulados, integrados com as políticas públicas, discutidos com os Estados, com os Municípios, não é só uma questão do Governo Federal. Mas também a discussão das opções da matriz energética dialoga com esses impactos, com esses efeitos que podemos ter no ambiente, no território.

Queria concordar parcialmente – ou discordar parcialmente – com o Ministro Gomide: não cabe ao licenciamento simplesmente identificar os aspectos negativos; os aspectos negativos têm de estar identificados já no planejamento. Sempre digo que o licenciamento é o lugar mais caro para fazermos intercâmbios, porque grande parte das decisões já foi tomada e o licenciamento vai tratar de algumas questões no âmbito do projeto que não necessariamente conseguir melhorar uma condição de contorno que está dado pelo planejamento.

Então, essa retificação do processo de licenciamento tem de ser tomada com muito cuidado, porque o fato de termos uma maior complexidade no processo de licenciamento, o que, muitas vezes, os reservatórios de maior dimensão causam, porque têm mais interferência com comunidades, com território, a maior complexidade não quer dizer que o impacto seja ruim, trazemos no âmbito da técnica uma discussão moral. Não é esse o papel do licenciamento, ou seja, se tiver um reservatório maior ou menor, o licenciamento será feito. Agora, com certeza, aquele empreendimento que tiver maior complexidade vai ter que ser tratado, dentro da devida dimensão, e, com certeza, a fase do planejamento será muito importante para facilitar o processo de licenciamento.

Por quê? Hoje, uma das grandes complexidades, uma das grandes dificuldades que vivemos no licenciamento é fazer uma série de compatibilizações de políticas públicas, que têm a ver com segurança, educação, saneamento, e que, muitas vezes, são tratadas dentro do licenciamento e deveriam ter sido tratadas antes. Não precisamos ter 100% de tratamento de esgoto para uma determinada cidade que está ao lado do reservatório, se olharmos para a qualidade da água, e que, muitas vezes, uma parcela seria o importante. Mas, muitas vezes, se traz uma discussão de saneamento, de segurança, de educação toda para dentro de um projeto. E não é só hidroelétrica, temos isso com rodovias, com portos, com todos os empreendimentos.

Uma certa... Vamos dizer assim, não é uma debilidade porque o setor hidroelétrico é o que tem a maior tradição de planejamento no País, mas temos uma grande necessidade de trazer essa dimensão do planejamento de uma forma mais, vamos dizer assim, ampliada, mais acessível à comunidade, porque essa

discussão... Todas as opções vão ter impactos, só que, muitas vezes, o que vai diferir é quem vai ganhar, quem vai perder, quem vai sofrer esse impacto, quem vai ganhar os benefícios. Essa é a grande discussão. E não é uma discussão do licenciamento. Essa é uma discussão da política, do planejamento.

Eu iniciaria, assim, consensualizando um pouco essa questão, porque acho muito importante esse processo e a complexidade que a sociedade brasileira tem. O Brasil tem se transformado muito nos últimos anos, tanto no aspecto institucional, a estrutura de Estado, o papel do Parlamento, o papel do Judiciário, quanto das demandas que estão sobre a sociedade, porque a sociedade, as demandas do Estado brasileiro, são cada vez maiores, e necessitam essa visão de políticas integradas, essa visão de transparência, de controle social, que não se resolve simplesmente dizendo "você é contra", "você é a favor". Existe outro tipo de discussão que vem sendo demandado pela sociedade e a gente não pode fazer cortes tendenciosos.

Se eu quero valorizar um determinado tipo de geração, digo que o impacto global é mais importante. Se eu quero vilanizar, digo que o impacto local é mais importante. Todas elas terão impactos nas mais diversas dimensões e no tempo, e nós devemos fazer essa discussão de uma forma transparente; as opções têm de ser claras para todos, bem como porque nós estamos tomando essas decisões.

O fato de não fazer essa discussão hoje necessariamente trará um custo mais adiante, e o licenciamento, vou dizer para vocês, não será o espaço para resolver esses problemas, com certeza.

Eu vou procurar fugir um pouco dessa discussão do que é melhor, do que é pior, mas queria dar alguns exemplos que nós temos hoje. Pela informação que tive aqui da nossa Diretoria de Licenciamento, nós temos 90 projetos de aproveitamento hidrelétrico em desenvolvimento, temos 43 PCHs e pelo Plano Decenal de Energia Elétrica 2021 temos cerca de umas 20 hidrelétricas que estão nesse horizonte 2017-2021, já em processo de licenciamento. Várias delas, uma grande parte localiza-se no Norte, mas também temos várias no Sul, Sudeste, Centro-Oeste. Então, nós temos uma divisão, uma distribuição dessas hidrelétricas, desses projetos pelo território do Brasil como um todo.

Eu acho importante... Poderia entrar aqui numa discussão do que uma impacta, o que outra impacta, mas não é bem isso que eu queria dizer. Queria mostrar, um pouco, como esse processo de conhecimento dos próprios projetos, como a qualificação e a experiência que a gente tem tido, do Ibama, de boas práticas e da melhora dos projetos de uma forma geral, tem sido importante.

Uma das questões que, às vezes, poucas vezes aparece, é a questão, por exemplo, da regra de operação de uma hidrelétrica, e isso é muito importante, principalmente para essas hidrelétricas que têm esse papel de reservação.

Nós vivemos hoje, sempre, um tensionamento muito grande aí. Por exemplo, acho que é Sobradinho – não é, Zimmerman? – que seguidamente tem uma discussão – "passa de 1,3 mil metros cúbicos por segundo para 1,1 mil" –, tem toda uma discussão de compatibilização com navegação, com captação de água. Então, todo ano acontece isso.

Nós estamos tendo agora o licenciamento, por exemplo, de Belo Monte. Tem vindo já com estudos de muitos anos da hidrologia e da dinâmica, da hidrodinâmica, em que nós poderemos trabalhar uma maior aproximação da operação da hidrelétrica com, vamos dizer assim, o fluxo normal daquele rio sem a hidrelétrica.

Isso é muito importante, porque essa dinâmica hidrológica afeta fundamentalmente os ecossistemas. E aí você tem o efeito não só na ictiofauna, como tem toda uma dependência aí entre, por exemplo, as épocas em que você tem alagamentos. Isso tem dinâmicas com a fauna, a flora, e tem todo um processo integrado que, hoje em dia – antigamente não conseguia ser contemplado –, começa a entrar nessa perspectiva de um maior conhecimento e de um tratamento mais técnico e científico para esses projetos. E aí, sim, trabalhando nessa perspectiva de minimizar, mitigar, e, quando for necessário, até, compensar esse impacto, porque se souber quais são os impactos, ficará mais fácil dimensionar e qualificar esse tipo de situação.

Deixe-me ver se há mais alguma questão que seria relevante, de que eu tomei nota, porque fiz um resumo da minha apresentação.

Então, eu queria concluir justamente procurando fugir um pouco dessa discussão do que é melhor e do que é pior. Essa discussão da usina hidrelétrica como reservatório a fio d'água tem sua relevância e é importante sob o aspecto do projeto em si, mas para a pergunta que está sendo feita aqui, a resposta não está no âmbito do projeto, está no âmbito do planejamento energético. E essa identificação – eu nem falo de impactos, mas de efeitos da nossa matriz energética – tem que ser avaliada. Nós temos que tomar decisões, porque se o Brasil tem compromissos de emissão de gás do efeito estufa, por exemplo, que assumiu voluntariamente, onde nós queremos usar para suprir ou dar condições para a nossa sustentação econômica? Nós queremos consumir isso no transporte? Na geração de energia? Onde? No combate ao desmatamento? Todos esses estão interligados.

Agora, nós temos outras discussões que têm a ver com os impactos locais e regionais e de curto e médio prazo, que também são relevantes e são hoje os grandes elementos que têm causado instabilidade nos processos de licenciamento, devido à quantidade de recursos, a quantidade de – vamos dizer assim – disputas judiciais que se estabelecem a partir de interesses que são contrariados, porque muitos são legítimos e deveriam ter sido minimizados já antes no planejamento. Sobre tudo o que pudermos tratar antes, quer dizer, a compatibilização com a questão indígena, a questão ambiental, os aspectos relacionados a políticas públicas de forma geral, cada vez mais nós vamos ter uma exigência de um tratamento mais estratégico desse processo.

Então, eu queria agradecer, mais uma vez, a oportunidade. E me coloco à disposição para qualquer esclarecimento.

Obrigado.

O SR. PRESIDENTE (Fernando Collor. Bloco União e Força/PTB – AL) – Ouvimos o Dr. Volney Zanardi Júnior, Presidente do Instituto Brasileiro do Meio Ambiente e dos Recursos Naturais Renováveis (Ibama).

Eu gostaria de fazer o registro da presença, no plenário desta Comissão, da Diretora de Licenciamento Ambiental do Ibama, Drª Gisela Forattini. Seja muito bem-vinda a nossa audiência do dia de hoje.

Também quero comunicar aos nossos ouvintes e telespectadores que, se quiserem participar deste debate, podem fazê-lo gratuitamente por intermédio do Alô Senado, pelo telefone 0800612211, ou enviar pela Internet o seu questionamento, a sua opinião a respeito do que está aqui sendo debatido, pelo endereço senado.gov.br/alosenado, ou ainda nos perfis do Alô Senado, no Facebook, ou pelo Twitter @alosenado.

Passo a palavra agora a S. Exª o Sr. Secretário Executivo do Ministério de Minas e Energia, Dr. Márcio Pereira Zimmermann.

O SR. MÁRCIO PEREIRA ZIMMERMANN – Bom dia a todos. Eu gostaria de saudar os Presidentes das Comissões, o Presidente Fernando Collor, Presidente da Comissão de Infraestrutura, e o Presidente da Comissão de Meio Ambiente, Senador Blairo Maggi; todos os colegas da mesa que estão participando desse importante debate, que soa como música para quem lida nesse setor de energia elétrica do Brasil; e todos os Senadores aqui presentes, muitos que batalham esses sistemas e já tiveram uma boa participação nesse aspecto da discussão das soluções energéticas do Brasil do futuro.

Senhores, acho que, conforme falei, é música escutar um debate como esse. E até já partindo para uma segmentação, eu, particularmente, já começo a ficar muito feliz quando se tem uma discussão e se forma uma mesa em que todo mundo é a favor da hidrelétrica. Todo mundo reconhece a importância da hidroeletricidade para um País como o nosso. Eu confesso que passei a minha vida inteira ou trabalhando em empresas que lidavam com hidrelétricas, ou então – estou aí há um tempo – no Ministério de Minas e Energia. Então, é claro que a hidroeletricidade é o caminho natural.

Nas grandes discussões que nós tivemos, principalmente na fase depois que eu vim para o Ministério, fomos entender aquilo que sentíamos no final de 2012, quando estávamos com 49 obras de hidrelétricas, quarenta e poucas hidrelétricas simplesmente paradas, sem licença prévia, sem nada, sem andar. O Brasil estava parado em termos de implantação de hidrelétricas. Eu fico muito satisfeito porque, só na Amazônia, estamos construindo em torno de dez hidrelétricas hoje.

Quando nós falamos em hidroeletricidade, eu vou lembrar uma coisa muito importante. No Brasil, na época, década de 80, a Eletrobras tinha, em nível de Eletrobras e grupos de planejamento, inventariados em torno de 260 mil megawatts. E quando se colocava esses potenciais, é claro que você tinha uma grande parte desse potencial não aproveitado na Região Amazônica. E, por outro lado, você começava a ser assustar... Eu me lembro que, quando você pegava o mapa da Amazônia, você identificava um queijo suíço. Na verdade, foi criada toda uma série de restrições em cima daqueles potenciais que nós tínhamos na Amazônia. Restrições dos mais variados tipos. Foram criadas terras indígenas, foi criada floresta nacional, foram criadas reservas extrativistas estaduais, municipais, federais. Na verdade, o planejamento, que foi tão citado aqui, passou a trabalhar com esse cenário. Nós tínhamos um queijo suíço na Amazônia com relação a onde você vai explorar.

Paralelo a isso, eu gostaria de citar outro ponto que nós sentimos, muito forte, por exemplo: em 2004, a rejeição que a Ministra de Minas e Energia da época, que era a Presidente Dilma, enfrentou na Alemanha. Havia o conceito mundial de que só eram renováveis pequenas hidrelétricas. Isso era um conceito forte, em 2004, na Europa. É aquilo que o Gomide e o Bajay falaram. A rejeição...

E era engraçado que a gente comentava. Você tem na Alemanha a exploração de 100%. Grande parte da rejeição vinha da Alemanha. Aí, você tinha: 80% do potencial hidrelétrico da França foi aproveitado; 100% da Alemanha; 60% dos Estados Unidos. E o Brasil tinha explorado só vinte e pouco e tinha virado... Eu me lembro que o Ministro Gomide, na época... Eu estava na Eletrobras e me lembro que, naquela época, em

que a gente estava discutindo se saía Belo Monte ou não, Altamira tinha uma rua com escritórios de representação – o Senador Flexa deve lembrar bem – de diversas ONGs do mundo inteiro. Ficaram vários anos, porque Belo Monte era uma usina que ia sair, ia sair, ia sair... Então, havia uma trava internacional tremenda.

É por isso que eu comemoro. Comemoro nós estarmos falando que hidrelétricas são uma solução para o País, e eu posso dizer hoje, com muita tranquilidade, que o Governo comemora o fato de estar implantando Belo Monte, de estar implantando Jirau e Santo Antônio. Só essas juntas são vinte e poucos mil megawatts.

Aí, às vezes me perguntam: "Mas Belo Monte é uma usina a fio d'água?". Primeiro, eu vou à defesa da hidroeletricidade. Depois, há características de projeto. A Belo Monte foi, e sempre será, naquele ponto, uma usina com fio d'água. Isso é engenharia. Não há ideologia nisso.

A única coisa que Belo Monte fez de diferente é que, em 1993, o projeto antigo da Eletrobras era Kararaô-Babaquara. E, na verdade, Belo Monte era uma usina que inundava a aldeia Paquiçamba, uma aldeia pequena, com quarenta e poucos índios. Inundava. Como os senhores sabem, pela Constituição brasileira, não se regulamentou ainda o art. 231, com relação à ocupação de terras indígenas. Em 1993, foi estudada aquela alternativa dos canais, que reduziu. Aquela usina de fio d'água, que inundava 1.200km^2, não tinha reservatório de regularização ali, para um reservatório de quinhentos e poucos quilômetros quadrados, mantendo a mesma característica técnica da usina. Continua o fio d'água, sem regularização, como era de projeto. É aquilo que foi falado aqui, no sentido de que ela é uma usina de ponta que é fio d'água e sempre vai ser. É como Itaipu.

Em outro dia, eu tive uma discussão, porque houve um determinado senhor que disse: "Mas como você está dizendo que Itaipu é uma usina fio d'água?" É fio d'água! Foi falado aqui que o que está regularizado é lá, o montante. Nas bacias do Paranaíba, do Grande – até nasce aqui próximo a Brasília a do Paranaíba –, imaginem a área de drenagem que há e a quantidade de reservatórios que foram construídos nessas duas grandes bacias, que estão no melhor lugar para se fazer reservatório no Brasil, a Região Sudeste, pelas características naturais que ela tem. Isso permite que Itaipu, apesar do volume de 29 bilhões de metros cúbicos, seja uma usina fio d'água, com baixa capacidade de regularização.

Usinas do Rio Madeira: no projeto antigo da Eletrobrás, era uma usina de 40 metros de queda, sem regularização nenhuma. Era um eixo só, a linha Porto Velho, e eram 40 metros de queda. Ela sempre foi usina fio d'água, mas havia um problema que, na época, não foi detectado: o Rio Madeira tem muito sedimento. Então, a melhor alternativa para enfrentar esse aspecto do Rio Madeira, como foi falado aqui: se eu fizesse 40 metros, teria isso aqui de volume morto. Então, eu teria uma sedimentação violenta e um assoreamento do lago muito rápido. O que se fez nesse projeto? Dois eixos: Jirau e Santo Antônio, a mesma potência que era prevista naquela época, mas com turbina de fundo, bulbo. O que significa isso? O tempo de residência da água no reservatório é pequeno, a velocidade superficial é pequena, e não precisou haver desperdício, se tivesse aquela queda de 240, muita descarga de fundo, até para não assorear muito fortemente o reservatório. Colocaram-se as turbinas bulbo, que ficam no leito, no fundo do rio. Você não canibalizou nenhum projeto com o Belo Monte ou com o Madeira.

Eu vi que foi citada aqui Guajará-Mirim. Ótimo, é uma binacional, não é uma usina em território brasileiro e que depende de haver uma discussão com a Bolívia, que até foi muito contrária ao empreendimento do Madeira, apesar de ela estar no montante, chegando a levar o Brasil ao Tribunal de Águas. Havia uma série de ONGs estrangeiras atuando lá.

Quando olhamos o potencial que tem a América do Sul, você está falando em algo de 600 mil megawatts. Se o Brasil tem 260, a América do Sul tem de 550 a 600 mil megawatts, e você vê o quanto está sendo aproveitado na América do Sul. O movimento internacional contrário à hidroeletricidade é forte, e quem passou pelo Ministério – o Bajay, que foi Diretor do Departamento Energético, e o Gomide – sabe disso. O pessoal do Ibama sabe que existe um movimento forte, mas o Brasil, pode-se dizer, que, no planejamento energético, e o Volney falou muito que, se você pegar os planos decenais feitos nos últimos anos, nós colocamos a expansão brasileira ancorada em hidrelétricas, mas é claro que os requisitos da sociedade brasileira cresceram e muito. Então, eu vou colocando em leilão. Por exemplo, neste ano: o que temos para leilão? Sinop? Sabe quanto é Sinop? 400 megawatts. Talvez no segundo semestre, nós vamos ter São Manoel. E aí você vai dizer que é culpa do Ibama? Não, nós temos uma legislação que obriga. Por exemplo, nós vamos conseguir fazer as audiências públicas de São Manoel, que é chave para que se consiga licenciar, para se ter a LP para o leilão. E por que precisa ter a LP, a licença-prévia, para o leilão? Porque o Brasil cansou de... Em 2003, havia quarenta e poucas usinas paradas sem licença. Hoje, pelo menos, nós podemos nos orgulhar de que nos últimos anos implantamos mais de 30 mil megawatts e não canibalizamos nenhum potencial, isso é importante.

A usina com reservatório – e aí passo para essa segunda parte – é claro que é música. Se eu conseguir implantar, se eu tiver condições de implantar e características de engenharia que indiquem um reservatório, como foi citado, Chacorão... Em Chacorão tenho um problema, faço uma usina, é um excelente lugar para fazer usina com reservatório. É, só que eu tenho terra indígena ali, eu tenho que regulamentar a 231, eu tenho que ter uma discussão mais forte. Não é simplesmente: "Ah, se o Ministério botar no Planejamento sai." Não é assim, isso é muito mais complexo.

Quando falo em Guajará-Mirim, a outra que foi citada... Quando eu olho para o entorno da Amazônia: "Ah, eu posso fazer a usina com reservatório que seria muito bom. A montante de Belo Monte, ótimo, seria muito bom." Seis mil quilômetros quadrados, era o projeto anterior da própria Usina de Altamira. Qual é a capacidade de regularização? Seria uma regularização anual. Quando eu olho, por exemplo, Tucuruí – o Senador Delcídio foi gerente lá da Usina de Tucuruí – sabe quantos quilômetros quadrados tem Tucuruí? Dois mil, oitocentos e cinquenta quilômetros quadrados. É um reservatório grande? É, muito grande. É regularização plurianual? Não, é regularização anual, ele enche, ele verte e esvazia todo ano. O que significa isso? Que na Amazônia, se eu quiser regularizar, tenho que ter reservatórios muitas vezes e talvez para conseguir no máximo regularização anual. O Ministério é contra, como muitas vezes aparece aquela polêmica... Por isso que comecei falando: "Vamos defender a hidrelétrica." Se o projeto, o inventário indicar com reservatório, vamos fazer. Isso é engenharia, é técnica. Vamos batalhar, fazer um movimento da sociedade de reconhecer a importância da hidroeletricidade, mas não vamos deixar de defender a hidroeletricidade. E lembrar que quando faço o inventário do rio posso ter usinas com reservatório, posso ter usinas com reservatório de regularização anual, aí entra como o Bajay falou: diária, semanal, anual, plurianual. Ótimo, inventário detecta tudo isso. Agora, vou fazendo aquilo que é factível. Então, não se está canibalizando.

Lembro que houve uma discussão uns anos atrás, num dos grandes reservatórios que teriam uma importância para regularização plurianual...

(*Soa a campainha*.)

O SR. MÁRCIO PEREIRA ZIMMERMANN – ... lembro-me que aqui, na Região Centro-Oeste o próprio reservatório de Ipueiras, que deu uma discussão enorme, porque ele produzia muito pouca energia – claro, era uma usina de cabeceira – e inundava mil e poucos quilômetros quadrados. Havia um conceito errado de querer medir produtividade de hidrelétrica pelo quilowatt instalado por quilômetro inundado e não é assim, um reservatório desses de cabeceira multiplica aquele metro cúbico que saiu lá de cima e passa por várias usinas – é o que ocorre em Itaipu – ele valoriza muito.

Então, essa foi uma discussão que acabou... A área de energia acabou perdendo e prevaleceu a ideia de não fazer Ipueiras, mas está lá a área. Na hora em que for decidido, que houver um movimento nesse sentido de defender as vantagens, tenho certeza de que está lá e se faz o aproveitamento, assim como em outros lugares.

Outro ponto que acho que é bastante importante, já tive oportunidade de comentar com o Senador Delcídio e ele, quando entrou aqui, já comentou que vai bater de novo naquilo... Há uma característica citada no início de que realmente temos limitações das áreas remanescentes do Brasil por causa da topografia. Então, nós tivemos a experiência – sempre falo isso – primeiro Balbina, que é um reservatório que pegou uma região muito plana e inundou milhares de quilômetros com meio metro d'água. Isso é terrível, cria um banhadão que é um emissor – aí sim, maior que uma térmica – em termos de gases de efeito estufa por causa do gás metano. Nós podemos, então, ter essa cautela e olhar muito em termos de engenharia efetivamente, onde vou fazer, porque numa topografia de planície preciso de áreas enormes para regularizar.

Os rios da Amazônia têm uma característica interessante: eles têm um pico. Por exemplo, Madeira vai a 30 mil, 40 mil metros cúbicos e depois cai para mil. O mesmo caso ocorre em Belo Monte: chega a vinte e poucos mil, trinta mil, mas, em períodos hidrológicos bem definidos, cai para mil. Então, é preciso uma capacidade muito grande para guardar isso. É por essa razão que, em Belo Monte, para haver uma regulamentação anual, estimava-se aquele reservatório de Altamira de 6 mil quilômetros quadrados. Mesmo assim, numa primeira parte, ele escapa, mas depois extravasa e fica numa área grande de planície. Então, ele vai ter um determinado custo.

Para finalizar, Presidente, eu gostaria de fazer um comentário. Vamos defender a hidroeletricidade, vamos defender a engenharia brasileira, que hoje é uma das que mais se desenvolveu na implantação de hidrelétrica, sendo exemplo para o mundo. O Brasil tem trabalhado de forma muito clara no planejamento energético ao considerar que a melhor opção para a sociedade brasileira é a hidrelétrica. Que seja aquela hidrelétrica que o projeto indica dentro das boas técnicas que o Brasil desenvolveu ao longo do tempo, uma usina com maior capacidade ou menor capacidade de regularização. E que nós possamos continuar implantando, já que vamos chegar a 100 mil *megawatts* de hidroeletricidade com as usinas em construção.

Há muito ainda a fazer, e nós temos uma vantagem da qual eu acho o Brasil jamais deve abrir mão. Refiro-me às dimensões de país continental, onde há diversidade hidrológica entre regiões, o que motivou um modelo de sucesso para se conseguir uma energia que pode trazer esse benefício à sociedade brasileira e dar-lhe uma vantagem comparativa. Além disso, é necessário enfrentar e discutir seriamente esses aspectos do crescimento dos requisitos ambientais, o que não é fácil.

Muitas vezes, ao longo do tempo, na própria convivência com o Meio Ambiente, nós tivemos muitas discussões, mas lembrem que o Brasil tem uma legislação, que foi feita pelo Parlamento brasileiro e que aumentou as exigências. Se alguém não a seguir, o Ministério Público está sempre pronto para enquadrar os órgãos ambientais. Não existe milagre nesse sentido.

Então, eu acredito que, ao enfrentar o aspecto da hidroeletricidade, o Brasil vai ter uma grande evolução a partir do momento em que encarar friamente esses requisitos ambientais. É preciso lembrar que, hoje, para se construir uma linha de transmissão, os requisitos ambientais cresceram muito num determinado período – hoje o Meio Ambiente está tentando mudar isso –, mas nós chegamos a ter requisitos iguais aos de uma usina hidrelétrica.

Portanto, eu acho que, com os requisitos ambientais exigidos, com um Ministério Público atuante, com decisões muito fortes, cria-se um desafio para todos nós em qualquer área. Então, o que se busca, na verdade, é continuar implantando nessas hidrelétricas linhas de transmissão necessárias ao menor custo possível.

Quero comentar ainda que há soluções energéticas para um país como o nosso, em que se trabalha com a necessidade de implantar, nos próximos 15 anos, algo da ordem de 100 a 120 mil *megawatts*. É tudo aquilo que o Brasil implantou desde o início da história da hidroeletricidade até agora. Nós estamos hoje com 120 mil *megawatts* e precisamos implantar mais 120 mil. E os desafios foram colocados aqui. Qualquer um que esteja sentado no planejamento energético, esteja sentado no Ministério sabe que isso é um desafio para o País. E não é sonho!

Um país que tem um consumo *per capita* de 2,4 mil quilowatts-hora/ano, metade do consumo de energia da África do Sul, um terço da Europa, um sexto dos Estados Unidos, um quarto, um quinto dos Estados Unidos. Ele tem um desafio hercúleo. Que fontes ele vai contar para atingir? Já foi falado aqui: pensar que vou resolver tudo com eólica? Não. Eólica é uma fonte complementar; deve participar? Deve. Mas é complementar, não pode ser carro-chefe de expansão. É uma fonte a que chamo rebelde, ela gera quando quer, não é quando você quer. Ela não tem condições, como foi dito, de armazenar energia. A solar vai evoluir no Brasil? Vai. Quando? Em médio e longo prazos. Curto prazo? Não. Não tem condições.

Biomassa. Estamos com a expectativa de que volte a preços que possam comportar dentro do setor nesse próximo leilão. As inscrições aumentaram.

Nuclear. É uma discussão que a sociedade brasileira vai ter que fazer também. O Brasil tem grandes reservas de urânio, domina o ciclo de enriquecimento de urânio para fins energéticos, então é uma discussão necessária. E precisa começar agora porque entre eu pôr o primeiro megawatt depois que eu retomar um programa nuclear vai de oito a dez anos.

Carvão mineral. Tem esse aspecto. O Brasil tem reservas no Sul, no Rio Grande do Sul principalmente, 90% estão lá. Nesse leilão nós estamos admitindo, mas é o que foi dito, sempre se olhando com o aspecto de Copenhagen. E o desafio desse sistema, independentemente de como evoluir, é continuar sendo o sistema hidrotérmico. A concepção do sistema brasileiro, baseado no modelo canadense da década de 70, já era um sistema hidrotérmico. No começo a térmica participando menos, depois foi aumentando para dar a tal segurança energética.

Senhores, em linhas gerais, era isso o que eu teria a comentar. Fico à disposição.

Muito obrigado, Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Blairo Maggi. Bloco União e Força/PR – MT) – Muito obrigado, Dr. Márcio Zimmermann, que é Secretário-Executivo do Ministério de Minas e Energia.

Agradeço aos demais participantes e passo a palavra ao Senador Flexa Ribeiro, que é o autor desse requerimento, para que ele possa fazer as considerações e as perguntas que porventura achar necessárias.

O SR. FLEXA RIBEIRO (Bloco Minoria/PSDB – PA) – Presidente Senador Blairo Maggi, Srs. Senadores, nossos convidados, Dr. Sergio Bajay, professor da Faculdade de Engenharia Mecânica da Universidade Estadual de Campinas (Unicamp); Dr. Francisco Luiz Gomide, professor titular de hidrologia da Universidade Federal do Paraná e ex-Ministro de Minas e Energia; Dr. Márcio Pereira Zimmermann, Secretário-Executivo do Ministério de Minas e Energia; Dr. Volney Zanardi Júnior, Presidente do Ibama, aqui representando a Ministra de Estado e Meio Ambiente, Drª Izabella Teixeira, Deus é muito generoso. Quis ele que quando estivéssemos participando desta audiência ouvíssemos o Hino Nacional sendo cantado aqui em algum espaço do Senado Federal. É exatamente isso que queremos ter nesta audiência. Ver, ouvindo o Hino Nacional, aquilo que é melhor para o nosso País, para as gerações futuras.

Não podemos estar presos, por uma questão que resolvida me parece, sem uma discussão científica, sem o aprofundamento, apenas por pressões que vêm de fora para dentro e definem o modelo que o País vai usar agora, mas que vai trazer resultados que poderão – Deus queira que não – ser prejudiciais para nossa sociedade num futuro próximo. Por que não fizemos assim? Por que fizemos usina a fio d´água e não com reservatório?

Essa audiência que foi por mim solicitada pelo requerimento não é somente minha, é de todos os Senadores, e aqui do nosso Senador Delcídio do Amaral, que é o nosso mestre na área energética, porque nós ficamos discutindo o porquê.

E eu quero aqui – já foi feito pelo Ministro Gomide – parabenizar também a assessoria, a Consultoria do Senado Federal, e dizer, Presidente Collor, que V. Exª poderia encaminhar, e o Senador Blairo Maggi, a cada um dos membros da Comissão de Infraestrutura e de meio Ambiente o trabalho *Texto para Discussão 128,* feito por Marcio Tancredi e Omar Alves Abbud. É importante a leitura desse trabalho, que dá subsídio para que nós possamos pensar no que fazer no futuro.

Temos aqui duas vertentes – vamos dizer dessa forma. O Secretário, Dr. Márcio Zimmermann, foi feliz quando disse que ficava satisfeito porque todos são a favor da hidroeletricidade. A discussão aqui é se fazemos a geração a fio d'água ou a geração com reservatório. Discutiu-se Itaipu. Itaipu é a fio d'água, mas a reservação de Itaipu é feita à montante, quer dizer, ela é a fio d'água, mas funciona com reservação. Agora, por que também não se faz?

É lá na Amazônia – nós vimos isso em levantamentos feitos pelo Governo, Presidente, Senador Fernando Collor – que hoje está o potencial de geração hídrica. E foi provado aqui, por dados, que os índices pluviométricos da Amazônia são infinitamente superiores àqueles outros registrados não só no Brasil, como na América do Sul e em outros continentes.

Senador Delcídio, V. Exª vai, junto com o Senador Blairo Maggi, com certeza, fazer os questionamentos. Nós fazermos parte de uma subcomissão da Comissão de Meio Ambiente, presidida pelo Senador Blairo Maggi, de acompanhamento da implantação da Usina de Belo Monte. Já fomos este ano, fomos no ano passado, vamos retornar lá o acompanhamento da implantação da usina e das condicionantes. E aí, talvez, por isso tenhamos esses questionamentos a serem feitos.

Há estudos da EPE (Empresa de Pesquisa Energética) que dizem que, se todos os potenciais hidráulicos localizados na Amazônia forem construídos, a área inundada não representará mais do que 0,16% do bioma Amazônia – 0,16%, se todas as potencialidades forem utilizadas.

Quero aqui sempre registrar que é o Dr. Volney é o Presidente do Ibama que, diferentemente dos que o antecederam, está aberto ao diálogo. Pode até não chegar à execução, mas, pelo menos, ele está aberto ao diálogo para que a gente possa fazer o contraponto. Isso é muito importante. Então, tem ajudado nas soluções.

Foi dito também que essa pressão é de fora. Altamira tinha uma rua em que estavam lá todas as ONGs, financiadas por recursos de fora, contra os interesses do nosso País. E o Governo se curva, lamentavelmente, a isso. O aumento de 50% para 80% da área de reserva na Amazônia foi feito em função de uma pressão externa naquele momento, sem nenhum estudo que levasse a essa decisão. Havia uma pressão externa. Havia, naquela altura, a visita de um chefe de Estado, e aí se resolveu fazer: vamos aumentar de 50 para 80%. E está até hoje dessa forma lá, na Amazônia.

Mas eu perguntaria a V. Sªs: em recentes audiências públicas aqui, o Secretário de Energia do Ministério de Minas e Energia tem defendido a opção por usinas a fio d'água, alegando que os reservatórios realmente importantes para a regularização dos rios já teriam sido construídos e que não se justificaria a construção de reservatório na Planície Amazônica, pois o alto custo ambiental não seria compensado pelos ganhos energéticos associados.

Eu queria perguntar ao Ministro Gomide e ao Dr. Sérgio Bajay se eles concordam com essa opinião do Secretário de Energia, que tem colocado em audiências públicas a sua posição em favor das usinas a fio d'água.

Não há na legislação brasileira qualquer restrição à construção de hidrelétrica com reservatório de acumulação, nenhuma restrição. Pelo contrário, a Constituição Federal define os potenciais de energia hidráulica como bens da União, patrimônio de todos os brasileiros. Construir usinas sem reservatórios, as chamadas usinas a fio d'água é uma forma de destruir parte de uma riqueza inestimável para o povo brasileiro, mas, na última década, as poucas hidrelétricas que o País tem conseguido colocar em operação não têm reservatório de acumulação. Trata-se de decisão que não pode ser mudada no futuro, decisão tomada hoje não pode ser alterada à frente. Pode ser lamentada, mas não alterada.

Estamos renunciando a uma riqueza de inestimável valor para esta e para as futuras gerações. Por que, Dr. Márcio Zimmermann, o Ministério de Minas e Energia está optando por usinas a fio d'água? Qual a motivação, se as políticas públicas definidas neste

Congresso Nacional obrigam o Poder Executivo a renunciar aos reservatórios?

E que ações, Dr. Volney, mitigadoras o Ministério de Meio Ambiente vislumbra para que a construção de usinas com reservatório de acumulação seja viável do ponto de vista socioambiental?

Porque V. Exª colocou aí a sua opinião. Parece-me, pelo que entendi, não contrária às usinas de acumulação, mas dizendo que apenas, no momento do planejamento, verificar a forma a ser usada e as ações mitigadoras. Mas aí o Ministério de Meio Ambiente tem de pelo menos funcionar como sendo um colaborador para poder viabilizar o planejamento da usina e não se colocar em uma posição contrária também por ações externas de pressão sobre o IBAMA que, na realidade, é o órgão que viabiliza as licenças.

Por último, o Senador Blairo Maggi vai falar nesse assunto. Vou deixar para ele detalhar com mais precisão.

Na última visita, Ministro Zimmermann, que fizemos a Belo Monte, lá nos foi dito pelos técnicos da Norte Energia e do Consórcio Belo Monte que se os diques de contenção fossem afastados, abertos até próximo do limite da reserva indígena, sem atingir a reserva indígena, era possível aumentar a capacidade de geração de Belo Monte, sem custos adicionais, da ordem de três mil megas, três mil megas a mais.

Eu gostaria de saber se isso tem fundamento, a informação que nos foi repassada lá na visita que fizemos a Belo Monte.

Obrigado, Presidente Collor.

O SR. PRESIDENTE (Fernando Collor. Bloco União e Força/PTB – AL) – Muito obrigado a S. Exª o Senador Flexa Ribeiro, autor do requerimento da audiência pública que hoje realizamos em conjunto com a Comissão de Meio Ambiente, Fiscalização e Controle, presidida por S. Exª o Senador Blairo Maggi, a quem já ofereci a presidência reiteradas vezes, mas S. Exª prefere ficar no Plenário.

Muito obrigado a V. Exª, Senador Blairo Maggi. E passo a palavra agora a V. Exª, como segundo orador inscrito.

O SR. LOBÃO FILHO (Bloco Maioria/PMDB – MA) – Sr. Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Fernando Collor. Bloco União e Força/PTB – AL) – Pela ordem S. Exª o Senador Lobão Filho.

O SR. LOBÃO FILHO (Bloco Maioria/PMDB – MA) – Eu perguntaria a V. Exª se nós faremos perguntas em bloco, em bloco de quantos e qual seria a ordem dos inscritos.

O SR. PRESIDENTE (Fernando Collor. Bloco União e Força/PTB – AL) – A ordem dos inscritos: Senador Flexa Ribeiro foi o primeiro como autor do requerimento; o segundo, Senador Blairo Maggi; terceiro, Senador Delcídio do Amaral; quarto, Senador Lobão Filho. Esse seria o bloco dos quatro primeiros Senadores.

O SR. RICARDO FERRAÇO (Bloco Maioria/PMDB – ES) – Peço a minha inscrição, Sr. Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Fernando Collor. Bloco União e Força/PTB – AL) – E a inscrição de S. Exª o Senador Ricardo Ferraço.

O SR. RICARDO FERRAÇO (Bloco Maioria/PMDB – ES) – Peço minha inscrição, Sr. Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Fernando Collor. Bloco União e Força/PTB – AL) – Inscrição de S. Exª o Senador Ricardo Ferraço.

Com a palavra S. Exª o Senador Blairo Maggi, Presidente da Comissão de Meio Ambiente, Fiscalização e Controle e copresidente da reunião que hoje realizamos em conjunto com a de Infraestrutura.

Tem V. Exª a palavra, Senador Blairo Maggi.

O SR. BLAIRO MAGGI (Bloco União e Força/PR – MT) – Obrigado, Presidente.

Primeiro, Presidente, antiguidade é posto. O senhor está no posto, eu estou chegando agora, portanto é merecedor da cadeira.

Quero cumprimentar a todos aqui presentes, começando pelo Professor Sérgio que foi o primeiro a fazer uso da palavra nesta Comissão, depois o Sr. Francisco Gomide, o Volney, que é Presidente do IBAMA, e também o Dr. Márcio Zimmermann, que é o Secretário Executivo, além dos nossos colegas Senadores. Cumprimentar o José Aparecido, Cidinho, como meu suplente de Senador, que já atuou como Senador aqui na Casa durante quatro meses e gostou tanto que está me pedindo para tirar outra licença. Ele gostou e quer voltar para cá.

Presidente, eu gostei muito das colocações, porque nós sempre fizemos as discussões nesta Comissão e reclamamos, como disse o Senador Flexa junto com outros Senadores desta Comissão, que estamos perdendo no Brasil oportunidades de gerar energia hidráulica e elétrica, a partir da hidráulica, com custos mais baratos, de forma ambientalmente mais correta do que em outros países. E todos nós de fato reclamamos muito da interferência das ONGs, de todo esse movimento de pessoas ligadas aos índios, ora à floresta, ora aos montes, ora à água. Tudo é defeito para a gente não fazer as coisas.

E acho que nós, o Governo e a sociedade, que está à frente do Governo, temos que fazer os enfrentamentos. Não tem jeito.

Quanto ao Presidente do Ibama, Dr. Volney, até agora não vi nenhuma obra não sair em função do licenciamento. Demora, demora, demora, mas sai. Eu,

pelo menos, não vi nenhuma de que se dissesse: olhe, esqueça, isso nunca mais vai ser feito. Acaba que um dia se arruma, faz-se um arranjo, como foi explicado aqui pelo Dr. Mário Zimmermann, de engenharia que acaba permitindo que se faça essa hidrelétrica.

Então eu acho que o planejamento do Ministério, Dr. Márcio, tem que insistir sempre pelo maior potencial, pelo melhor e mais racional potencial que podemos usar. Os enfrentamentos ocorrerão de qualquer maneira, então, já que temos que brigar, já que temos que perder tempo ou trabalhar por muito tempo, vamos trabalhar pela maior capacidade, porque o preço da energia é ditado em função de quanto é gerado. Acho que todos conseguem entender: quanto mais se gera numa unidade, mais barata fica a energia; portanto vai ficar mais barata para o consumidor brasileiro.

Sobre esse aspecto, nós temos feito muitas discussões aqui. Outro dia, numa reunião, eu fiz uma referência aqui, para explicar para quem está a nós assistindo em casa ou nos ouvindo na Rádio Senado, porque muitas vezes não entendem o que é um reservatório, esse tipo de fala mais técnica sobre as usinas, e fiz uma comparação bem simples: uma usina fio d'água é como se o consumidor de casa, que consume água da rede que fornece, consumisse a água que vem direto do cano para a torneira dele, sem ter caixa d'água. Se faltar água lá na concessionária, vai faltar água para ele, dentro de casa. Então ele tem que ter o reservatório, que é a caixa d'água. E, se nós não confiarmos muito no sistema de distribuição de água da cidade, ainda faremos uma cisterna. Quer dizer, se eu não confiar que a chuva é mais regular, eu tenho que aumentar esse reservatório.

Então, se nós queremos ter energia barata, segurança nessa geração e o consumidor tranquilo, nós temos, sim, que fazer barragens, fazer reservatórios nas usinas.

Também sabemos – e eu comentava isso com o Dr. Márcio, quando assumi um pouco a Presidência – que temos um pequeno problema, Dr. Volney, nas PCHs. Por esse conceito de não se fazer lago nem grande nem pequeno, as PCHs têm diminuído a sua queda livre para não aumentar o lago. Aí você perde a queda, perde geração de energia. Então, no mesmo lugar em que se está fazendo uma PCH, uma pequena central hidrelétrica que poderia gerar 15 megas, às vezes, está gerando 12 ou, às vezes, 10, para não fazer o enfrentamento com o meio ambiente.

Esse é um aspecto sobre o que os empreendedores e o próprio Ibama deveriam chegar a um consenso. Esses pequenos lagos que são formados nas PCHs não têm impacto ambiental e normalmente estão em locais, Presidente Collor, de onde não se tem que desalojar ninguém, não se tem que tirar ninguém. São pequenas furnas, pequenas quedas, em lugares mais ermos que poderiam ser aproveitados para fazer essas pequenas centrais hidrelétricas. Então, nós precisamos, de certa forma, entender isso e chegar ao melhor equilíbrio.

Hoje é assim. Em função do medo, do tempo, da demora que há para se conseguir um licenciamento lá no Estado, acaba-se reduzindo a capacidade de geração daquela PCH, para tentar ganhar tempo. O que é um erro. É um pecado você jogar fora queda livre que se poder ter para fazer energia hidrelétrica.

Na questão de Belo Monte, que o Senador Flexa colocou, de fato, nós ouvimos isso lá e eu gostaria também de uma explicação sobre esse assunto, porque Belo Monte tem instalados em torno de 11 megas, com uma produção líquida de 4, e, segundo nos disseram naquele dia, Senador Flexa, com um pequeno arranjo, sem afetar as terras indígenas, nós poderíamos ter uma geração de mais 3, firme, quer dizer, nós iríamos para 7, de 11 para 4 ou de 11 para 7.

O preço da energia lá em Belo Monte. O consórcio que ganhou está vendendo, se não me engano, a R$63,00 o *megawatt* para o Sistema, vendendo a R$63,00, com uma geração firme de 4. Agora, imagina se vender, na geração firme, de 7, cairia para R$30,00 ou R$32,00, R$33,00 o *megawatt*. Então, pelas contas, a gente vê que quanto maior a geração de energia numa unidade, mais barata ela fica.

Se isso procede, Dr. Márcio, e se procede... E mais, ele nos disse o seguinte: que ainda há tempo, ainda há tempo, não é, Senador Flexa?. Com pequena modificação na cota do lago, ele consegue ter energia, mais energia firme disponível no final do ano.

Eu gostaria de entender um pouco a relação, qual é o estudo que há sobre isso.

Muito obrigado, Sr. Presidente.

E parabéns a todos que se manifestaram aqui.

O SR. PRESIDENTE (Fernando Collor. Bloco União e Força/PTB – AL) – Muito obrigado a S. Exª, Senador Blairo Maggi.

Passo a palavra a S. Exª, o Senador Delcídio do Amaral.

O SR. DELCÍDIO DO AMARAL (Bloco Apoio Governo/PT – MS) – Sr. Presidente, Fernando Collor, Presidente Blairo também, cumprimentar os integrantes da Mesa começando pelo Márcio Zimmermann, velho companheiro do setor elétrico, e um profissional competente, digno; cumprimentar nosso querido Gomide, também um dos melhores quadros do setor de energia do País, com uma folha de serviços prestados ao Brasil, como presidente de empresa, como ministro de Estado, como pensador do setor elétrico

também; cumprimentar o Volney, Presidente do Ibama – e ao mesmo tempo também dizer, Sr. Presidente, que o Volney é um dos poucos presidente do Ibama que conheceram o Pantanal, porque o Ministério do Meio ambiente só fala de Amazônia, o único bioma existente para o Ministério do Meio Ambiente é a Amazônia, não existe ouro bioma no Brasil, cerrado, pantanal, isso não existe, o Ministério do Meio Ambiente só conhece a Amazônia. E nós tivemos a honra de receber duas visitas, um verdadeiro milagre, do Dr. Volney, agora ao Pantanal sul-mato-grossense, para olhar o drama do Taquari, o maior acidente ambiental do Brasil –; e ao mesmo tempo também cumprimentar o Bajay.

Sr. Presidente, esta mesa é muito qualificada e o tema também muito importante, e aqueles que me antecederam aqui, o Senador Flexa, o Senador Blairo, nós que acompanhamos as obras de Belo Monte e, sem dúvida nenhuma, a subcomissão agora está preparando uma agenda forte para o segundo semestre, além das visitas que o próprio Senador Flexa aqui relatou.

Eu acho que há um consenso entre todos nós de que a alternativa hidrelétrica é absolutamente imbatível. Eu acho que apesar dessas dificuldades que o Márcio explicou muito bem aqui, hoje há uma posição consolidada com relação à geração de energia hídrica.

O Brasil tem um potencial extraordinário. Esses fatos ocorridos na Europa, especialmente na Alemanha, que o Márcio citou, na verdade são aquela velha cantilena que assistimos com relação a uma série de alternativas energéticas que se apresentam. E, logo em seguida, menos por razões ambientais e mais por razões comerciais, econômicas, começam os questionamentos. Então hoje acho que isso é uma página virada e o Brasil, evidentemente, terá uma matriz energética predominantemente hídrica, graças a Deus.

E eu acho que isso vem ao encontro também, acho que o próprio Márcio disse, de uma tecnologia que o Brasil desenvolveu. O Brasil não deve nada para ninguém sob o ponto de vista de hidroeletricidade. Não só na questão ambiental, mas na questão de engenharia, de obras civis, de montagem eletromecânica, de equipamentos. É uma indústria consolidada no Brasil.

Portanto, é uma riqueza que o Brasil levou anos para conquistar. E levou anos para formar profissionais, que têm competência para trabalhar em qualquer lugar do mundo em função de tudo aquilo que nós viemos a implementar. Acho que esse processo hídrico sofreu ao longo do tempo. Nós aprendemos muitas coisas. Eu acho que o reflexo das políticas hoje adotadas de certa maneira repercutem o que vivemos em outros projetos hidrelétricos.

Eu sou testemunha do que enfrentamos em Tucuruí. Eu fui o primeiro chefe da usina de Tucuruí. E eu vejo Belo Monte, com esses movimentos todos. Eu assisti isso em preto e branco lá atrás, nos idos de 1979, de 80, 81, 82. Balbina também, aqui citada, é um banheirão. Isso que o Márcio fala de maneira generalizada, o que não é, mas no caso de Balbina é, e no caso de alguns sítios na Amazônia também. Balbina é um reservatório gigante, Balbina tem mais de 3, 4 mil quilômetros quadrados, para 250 megawatts de potência instalada, unidades kPa. Depois, Samuel, que é outro banheirão também, lá em Rondônia. Eu tive oportunidade de acompanhar a implementação desses projetos todos, por isso eu falo com tranqüilidade sobre esses projetos.

Evidentemente, na região Sudeste, os principais empreendimentos já foram implementados, o que segue uma lógica de custo marginal de geração, e os principais projetos já foram implantados, projetos esses com reservatório. Vários deles.

O Sul, pelo perfil do Sul – e aqui o Márcio é do Sul e o Gomide também –, talvez com algumas possíveis exceções, de que não me lembro, a maioria são usinas encaixadas e usinas que operam... Não há quase reservatório.

Então evidentemente as soluções passam pela Região Centro Oeste e passam pela Amazônia.

Eu não podia deixar aqui de destacar, Sr. Presidente, a questão das PCHs. O Governo precisa rever a sua posição com relação às PCHs. As PCHs começaram a disputar leilões com outros segmentos, ou com outras fontes, e acho que as PCHs são extremamente importantes para o País. São projetos extremamente importantes para o País. São projetos pequenos, com impactos ambientais reduzidos, com um tempo de implantação muito rápido e que vêm ao encontro daquilo que a gente chama de geração distribuída. Quer dizer, em várias regiões do País serão instaladas pequenas centrais e, com isso, nós poupamos transmissão. Porque, praticamente, essas PCH's vão ser construídas para atender aos Municípios vizinhos;.a instalação dessas pequenas centrais

Eu acho que merece uma avaliação mais aprofundada do Governo esse programa de PCH's, que foi um programa exitoso enquanto durou o Proinfa. Mas, depois, esse programa das PCH's foi deixado de lado, quando não foi tratado em iguais condições – como o Volney falou aqui, ou o Márcio, talvez – dos grandes projetos hidrelétricos.

Assim, nós precisamos retornar com isso, porque as PCH's podem cumprir um papel importante no sentido de dar segurança energética para o País. Agora, é evidente, como foi dito aqui pelo Senador Flexa, pelo Senador Blairo, que nós precisamos avaliar bem

essa questão dessas usinas a fio d'água e das usinas com reservatório.

O Senador Flexa testemunhou, e eu já havia dito isso ao Márcio em um outro debate de que participamos. Nós, lá em Belo Monte, discutindo com os técnicos... a Consultoria do Senado também nos acompanhou. Eles próprios, com o conhecimento que têm... o Márcio acha que isso aí é vocação de barrageiro que quer aumentar reservatório, gerar mais energia. Mas nós ficamos sensibilizados com os argumentos que eles apresentaram. E, eventualmente, buscando uma solução sem nenhum impacto, principalmente sobre terras indígenas, que foi uma preocupação grande na implantação da usina de Belo Monte.

Não quero aqui deixar de destacar o projeto de engenharia extraordinário que é Belo Monte. Belo Monte é um projeto fantástico sob o ponto de vista de engenharia até para mitigar os efeitos ambientais. Mas acho que a gente precisa fazer uma discussão ampla sobre isso, sob o risco de perder bons aproveitamentos, até porque, respeitando os argumentos aqui apresentados, Sr. Presidente, eu acho que nós nos intimidamos um pouco para fazer um debate mais amplo sobre essa questão de grandes reservatórios, ou médios reservatórios, se é que a gente pode falar assim, e usinas a fio d'água. Acho que estamos gradualmente levando essas discussões para o mais simples, ou seja, o que é que mitiga reações? Ah, é fio d'água. Então vamos fazer tudo usina fio d'água, e fica o dito pelo não dito.

E aí eu entro, eu queria entrar em outra questão, apesar de entender como legítimas essas preocupações, que são fruto até de dificuldades que nós enfrentamos lá atrás. Isso não apareceu à toa, não foi só por pressão, foi por erros também que o setor elétrico cometeu lá atrás, quando o País era outro, como foi dito aqui pelo Márcio. Hoje não; hoje é diferente. Hoje você tem que dialogar sistematicamente com a sociedade. Então, não é simples hoje, mas é estimulante para o País.

Agora, diante dessa realidade, Presidente, nós temos que acabar também – como todos nós entendemos que a prioridade é hidroeletricidade – com a hipocrisia de questionar usina termelétrica. Não há como não fazer usina termelétrica no Brasil, não há como. Se as usinas tendem a ser a fio d'água, e mesmo com as sazonalidades diferentes de regiões, nós precisamos de usinas termelétricas, sim! Precisamos de usinas termelétricas, porque elas é que vão garantir a segurança energética.

Foi o que aconteceu recentemente. Eu estive com a Presidenta Graça, agora na Petrobrás, pouco tempo atrás. E no dia em que eu estive com ela – ela tem lá um painel que acompanha todos os números da Petrobras –, nós estávamos gerando 8.000 MW de termelétricas; 8.000! Se se usar um fator de carga de 0,5, é quase uma usina de 16.000 MW; uma hidrelétrica. Então, a termoeletricidade veio para ficar.

Agora, cabe a nós avaliar qual é a melhor alternativa sob o ponto de vista da termoeletricidade. São as usinas a gás, que eu acho um programa pertinente? Vamos deixar de lado o diesel ou o BPF, o óleo pesado; algumas usinas que queimam o diesel, por exemplo, na Região Nordeste? As nucleares? Estão construindo Angra 3. Angra 2 tem um desempenho absolutamente excepcional. A Usina de Angra 2 é impecável, sob o ponto de vista operacional. Temos os problemas que a produção nuclear traz, a geração nuclear traz, inegavelmente, como outros países também o têm, e o Governo está trabalhando nesse sentido para buscar várias alternativas, como o próprio Almirante Othon me explicou na última visita que fiz a Angra, com outros Senadores, inclusive.

E as usinas a carvão. O Brasil é rico em carvão, principalmente na Região Sul, no Rio Grande do Sul, em Santa Catarina. Será que nós vamos deixar essa riqueza de fora? A China coloca 60 mil megawatts de carvão/ano, e nós intimidados ou envergonhados com o carvão nacional. Hoje, já existem tecnologias extremamente eficientes com relação à instalação de usinas a carvão. Eu mesmo visitei usinas na Alemanha com tecnologia com baixíssimo impacto, sob o ponto de vista ambiental. Então, nós temos de enfrentar isso com coragem e com todo respeito.

Quando vejo aqui algumas discussões sobre a eólica, eu vejo que a eólica é importante, mas não é a solução. Esse é um discurso "sonhático", é um discurso lindo, maravilhoso, para se falar em banquetes, em grandes convenções, mas não é por aí o negócio. Não é por aí o negócio, mesmo com transmissão. É um segmento importante na matriz energética? Perfeitamente, mas não é a solução, a nossa solução é hídrica, e com segurança energética olhando a termoeletricidade. E a energia solar nem pensar, outro discurso também maravilhoso, belíssimo. É lindo falar disso. Na academia o pessoal bate palma, acha o máximo, mas a vida é dura. Então, eu acho que esse debate é importante porque traz à baila a questão da termoeletricidade sendo entendida como necessária, e a gente não deve ter mais vergonha de assumir isso porque essa é a realidade, em função de tudo isso que foi aqui colocado.

Para concluir, uma coisa que também, Márcio, chamou-me a atenção nesses últimos dias é a questão da transmissão. O presidente Collor falou aqui que as eólicas no Nordeste, algumas delas, estão sem transmissão. Nós estivemos agora em Belo Monte, vimos

uma obra, Sr. Presidente, espetacular, que é a linha de transmissão que sai de Tucuruí e vai até Manaus. Aquilo enche de orgulho qualquer brasileiro. São torres de 290 metros de altura atravessando o rio Amazonas. Eu, que acompanhei, fiz linhas de transmissão na Amazônia, digo que essas vão acima, as torres estão acima da copa das árvores. Aí fizeram um esforço enorme, energizaram a linha algumas semanas atrás e Manaus não pode receber energia de Tucuruí porque Manaus não se preparou. As subestações, o sistema de Manaus não se preparou para interligar Tucuruí. Ainda bem que não chegou a Macapá, senão ia ser mais um vexame. O outro lado... Eu também não entendi, queria até aproveitar você, Márcio, que é do ramo, conhece o assunto, para saber o que aconteceu nessa questão da transmissão, essa incompatibilidade dos sistemas de proteção, se é que essa é a devida razão entre as usinas de Santo Antônio e Jirau.

Fizeram a geração, cinco mil megawatts, um projeto extraordinário, máquinas bulbo, uma delas já está com quase 20 máquinas operando, acho, na gambiarra entrando pelo sistema Porto Velho; fizeram lá uma gambiarra, entraram por Porto Velho, porque não tinha transmissão, e agora, quando vem a transmissão, diz-se que tem incompatibilidade. Não vou falar de incompatibilidade de gênios, mas parece que há alguma dificuldade entre as duas usinas. Como não entendi direito, vi matérias inclusive no jornal falando que as turbinas iam queimar. Eu nunca vi turbina queimar na minha vida, turbina hidráulica, se ela opera dentro d'água; mas ouvi até colunistas conhecidos falando que as turbinas iam queimar. Eu nunca vi um negócio desses! Turbina hidráulica queimar. Eu vi gerador já, inclusive lá em Tucuruí mesmo.

Portanto, Sr. Presidente, eu queria, para concluir definitivamente, o posicionamento daqueles que fazem parte desta mesa, a questão da termeletricidade, as prioridades que entendo como importantes, o programa de PCHs. E, por último, se já há uma decisão – a despeito da topografia da Amazônia, descrita pelo Márcio,– do Governo de efetivamente considerar que fio d'água é o padrão a ser desenvolvido daqui para a frente, ou há espaço para que a gente faça uma discussão mais ampla, em função do que isso representa para o abastecimento da energia elétrica no Brasil. É basicamente isso. Eu estou achando que já virou um dogma esse negócio de usina fio d'água. E ninguém mexe mais.

O SR. PRESIDENTE (Fernando Collor. União e Força/PTB – AL) – Muito obrigado a S. Exª o Senador Delcídio Amaral.

Com a palavra S. Exª o Senador Lobão Filho.

O SR. LOBÃO FILHO (Bloco Maioria/PMDB – MA) – Sr. Presidente, Srs. Senadores, eu fico triste de ter perdido a exposição dos Professores Bajay e Gomide, porque as duas exposição a que eu assisti já quebraram um monte de paradigmas na minha cabeça.

Eu fui testemunha, quando o Ministro Lobão assumiu o Ministério, de um embate terrível do Ministério com o Meio Ambiente. Tínhamos dezenas de usinas paradas no País por questões de licenciamento ambiental. Eu presenciei uma decisão radical do Ministro quando procurou o Presidente da República, o Ministro Zimmermann é testemunha, propondo como solução energética para o País a separação da avaliação ambiental do Ministério de Minas e Energia para o resto do País. Que o Ministério do Meio Ambiente cuidasse do licenciamento do País todo, mas quem cuidaria do licenciamento ambiental do Ministério seria uma equipe interna. Isso como forma única e exclusiva de resolver os impasses e embates que estavam ocorrendo naquela época. Com a interferência do Presidente Lula, essa questão foi pacificada; o Ministério do Meio Ambiente deu uma nova celeridade à avaliação dos projetos e a gente tem com consequência dezenas desses projetos hoje em pleno andamento. Mas teve que haver vamos chamar de comoção interna para que isso ocorresse.

Eu escutei atentamente a exposição do Ministro Márcio Zimmermann e fiquei muito impressionado, porque ele declarou loas e amores ao meio ambiente, o que mostra uma maturidade, uma maduração dessa relação conturbada entre esses dois Ministérios. Senador Delcidio, eu inclusive fiquei surpreso em o Ministro Zimmermann afirmar que o Ministério do Meio Ambiente não tem modificado o termo de referência das usinas, que é uma coisa na qual eu sempre acreditei. Eu sempre imaginei que os projetos tivessem sido alterados com um reservatório para fio d'água por conta de impedimentos ou dificuldades que o Ministério do Meio Ambiente tivesse imposto.

Eu sempre acreditei que vários projetos grandes do Ministério tivessem sido reduzidos na sua capacidade de geração de energia por imposição radical do Ministério do Meio Ambiente. E hoje o Ministro Zimmermann me clareou completamente essa questão e com muita felicidade eu vejo isso. É uma preocupação permanente nossa, aqui no Senado, que tenhamos nossos reservatórios, nosso potencial energético sendo diminuído por questões radicais de preocupações ambientais pequenas, às vezes deixando o ser humano, a sociedade, a economia, o aspecto financeiro do empreendedor em posição subalterna, para se preocupar com um macaquinho, com um peixinho, enfim, com algo que não deveria ter tanta relevância se comparadas a esses itens que eu acabei de citar.

Então, isso me tranquilizou demais, somado ao fato – e isso eu sempre tenho ouvido falar no mercado – do posicionamento do Presidente Volney ser bem mais afável e menos radical do que o de seus antecessores.

Vejo que nós estamos evoluindo. Eu sempre olhei com muita preocupação esses radicalismos para com o meio ambiente, inclusive já fiz vários discursos sobre isso, como empreendedor.

Sr. Presidente, eu acredito piamente que a grande dificuldade do meio ambiente às vezes não é o "sim" ou o "não", que foi um termo inclusive que o Presidente Volney citou na fala dele, mas a grande preocupação, e aí eu falo não só como político, mas como empreendedor também, às vezes não é o "sim" ou o "não", é o nada. É o excesso de prazo para a análise de qualquer projeto ambiental.

Imaginem um empreendedor que tem prazo bancário, que sofre pressões do mercado, que tem perda de *time*r em investimento, ser impedido de construir por conta de falta de licença, porque, às vezes, os meios ambientais não dizem nem "sim" nem "não", simplesmente não dizem nada.

Então, eu penso que isso deve ser uma preocupação, Presidente Volney, do órgão em estar preocupado com prazos. Eu acho que vocês não deveriam se ater apenas à preocupação ambiental, mas também à preocupação social, à preocupação do empreendedor, ao *timer* de mercado, todos esses itens que compõem a execução de uma obra, a execução de um feito, o benefício para uma sociedade. Então, a preocupação com o tempo é fundamental.

Também vejo com muita preocupação, e aí vai a minha pergunta: o Ministério foi criticado demais, por todos os veículos de imprensa em relação aos parques eólicos. Eu cansei de ver aqueles parques eólicos imensos, fato inclusive citado pelo Senador Delcídio, aliás, eu cheguei a sobrevoar esses parques. Mas, aí, o povo não entende por que órgãos públicos tipo Chesf, Furnas, ou quem quer que seja, que são responsáveis nos leilões pelas linhas de transmissão, não conseguem fazer as linhas de transmissão e ficam aqueles parques – e isso é recorrente na imprensa – imensos e o Governo pagando por eles, com a energia parada lá sem ser fornecida. Quem são os responsáveis? As empresas públicas de energia que ganharam no leilão o direito de fazer as linhas de transmissão. E o brasileiro não entende aquilo. Como é que pode sujeito fazer a torrezinha dele, o ventiladorzinho dele lá e não tem com quem conectar porque não tem linha de transmissão? E aí vem o outro lado. Isso foi consequência de dificuldades no licenciamento ambiental? Porque os depoimentos que eu vi na imprensa, dos Presidentes da Chesf e das outras empresas públicas responsáveis pelas linhas de transmissão foi: "Nós temos o dinheiro em caixa, planejamos, ganhamos o leilão, mas não conseguimos fazer as linhas de transmissão". E aí? Perceba o prejuízo brasileiro e da sociedade, e de imagem inclusive, se nós autorizarmos tardiamente, mas autorizou do mesmo jeito, então, por que não autorizou lá atrás, logo? Ou então por que não impediu de vez o projeto? "Não, você não vai botar o ventiladorzinho aí, porque não vai ter linha de transmissão que eu não vou aprovar".

Agora deixa o sujeito construir as torres, não aprova em tempo as linhas de transmissão e vai aprovar anos depois, com um prejuízo enorme para a sociedade, e aprovou de qualquer jeito. É preciso haver um bom-senso aí. É preciso haver uma consciência ambiental de que precisamos dar celeridade nisso, para que o brasileiro não pague a conta financeira e socialmente.

Então, a pergunta que faço ao Presidente Volney é especificamente em relação a essas linhas de transmissão. O que foi que aconteceu? Vamos ser claros, porque a imprensa não se aprofunda no assunto, entra num viés crítico de Governo, mas não expõe as verdadeiras razões do porquê de aquele laboratório, digamos assim, aquele evento, que inclusive ainda submete o brasileiro a pesados fardos financeiros, por que esse evento ocorreu?

Então, eu queria uma explicação, inclusive com a participação do Ministro Márcio Zimmermann para que a gente possa definitivamente aclarar essa situação que tem sido posta de forma recorrente pela imprensa e sempre no viés crítico ao Governo.

Obrigado.

O SR. PRESIDENTE (Fernando Collor. Bloco União e Força/PTB – AL) – Muito obrigado a S. Exª o Senador Lobão Filho.

E agora, respondendo aos questionamentos feitos por S. Exªs os Srs. Senadores, passo a palavra a S. Exª o Secretário Executivo do Ministério de Minas e Energia, Dr. Márcio Zimmermann.

O SR. MÁRCIO PEREIRA ZIMMERMANN – Bom, senhores, foram muito importantes essas indagações. Penso que é uma excelente oportunidade de a gente debater assunto tão importante, ainda mais com os Srs. Senadores.

Começando pelo Senador Flexa, eu desconheço – e fui Diretor da Eletrobrás em 2001/2002; fui Diretor do Centro de Pesquisa em 2003/2004; Secretário de Planejamento Energético a partir do começo de 2005; no Executivo a partir de 2008; em 2010 fui Ministro; em 2011 e até agora Secretário Executivo de novo – qualquer política de Governo que fosse vinculada à usina fio d'água. Isso, para mim, começou a parecer um processo de ideologização como se um projeto

de hidrelétrica fosse... "Ah não, eu sou do partido fio d'água; eu sou do partido reservatório". Não existe esse conceito!

Na verdade, o que temos é que quando se desenvolve um inventário do trecho de um rio, lá você vai classificar o tipo de usina. Essa aqui é característica de reservatório; aquela é de fio d'água; essa aqui está regularizando tais e tais rios. Então, você faz o projeto e defini ali o inventário que será aprovado pela Aneel. É isso que ocorre. A partir disso, você, no planejamento, vai considerar as usinas que vai conseguir.

O que o Senador comentou, que é importante, é que determinadas usinas... Por exemplo, o Senador Delcídio comentou que no Sul – e falou com razão – se implanta usina desde o início do século passado; aquelas pequenas e tal. Qual é a característica da região? Não comporta, não tem características de usinas com reservatório e, se tem, é de capacidade de regularização que entra na característica se é semanal, se é mensal, se é anual, mas aquela plurianual não é uma característica. Há poucos reservatórios lá. Talvez Passo Fundo – o Laércio naquele dia citou – tivesse uma regularização mais plurianual, pois é uma usina de 200MW. Mas é uma característica natural.

As duas principais bacias, o Uruguai e o Iguaçu, que são dois cânions, com área de captação pequena, são bacias hidrográficas pequenas, então não foi feito. Você aproveita realmente... Uma usina daquela, por exemplo, Salto Santiago, a energia média que ela poderia produzir, se fosse uma usina isolada, seria em torno de trezentos e poucos megawatts/média. Quando eu a coloco – ela é uma usina de 1.400 – no sistema interligado, operando, aproveitando a diversidade hidrológica, ela vai para setecentos e poucos megawatts/média. A energia garantida dela é essa. Então, o Sul ganhou muito ao se integrar como uma região de reservatório.

Então, o que eu quero dizer é isso: despolitizar o assunto. E não existe política de Governo de fazer fio d'água ou não. O que existe é que em determinados aproveitamentos – o Brasil cresce a uma taxa média do consumo de energia elétrica –, quando eu não tenho a opção da hidreletricidade, tenho que usar outras fontes. Mas o que não posso fazer é deixar de atender esse crescimento da demanda. Então, muitas vezes projetos ficam mais maduros naquele inventário àquela usina que, de repente, eu resolvendo Madeira e resolvendo Belo Monte resolvi um período maior de expansão, e elas estavam mais fáceis de resolver a partir do momento que o próprio Presidente da República na época se envolveu.

Eu acho que esse aspecto de Belo Monte... Por exemplo, Belo Monte, o projeto que é igual ao de 1993, eu desconheço essa...

Eu desconheço essa... A única coisa diferente que existe é que, nas condicionantes ambientais que foram dadas na licença, exigiu... Porque você tem a volta grande do Xingu, que são 200 quilômetros. Poder-se ia, se fizesse o projeto puramente sem... Na época, aquele estudo que trouxemos, do Ministro Gomide, havia uma vazão sanitária – sanitária é aquela que mantém a volta grande do Xingu operando – da ordem de 600m^3 por segundo, se não me engano. O mínimo mensal ali era 400. O que ocorreu ali? Houve uma exigência maior num determinado patamar, porque, senão, afetar-se-iam 200 quilômetros do rio, que ficaria mais seco. Já havia colocado aquela casa de força com turbinas bulbos, mas deixaria mais seco. Então, houve uma exigência, um requisito. Com isso, a energia média, que o senhor falou em 4 mil e que poderia chegar a 4,7, 4,8, caiu para 4 mil. Agora, quanto a otimizações que foram comentadas de mais 3 mil, eu confesso que – acompanho Belo Monte há muito tempo já, desde a Eletrobrás – nunca vi isso, nem na escolha do barramento no estudo de inventário, nem em todo histórico, já que foi a usina mais estudada no Brasil, eu desconheço esse estudo. E nunca foi levantado. E olha que é uma usina que é estudada na década de 80, com a Kararaô e Babaquara.

O SR. PRESIDENTE (Delcídio do Amaral. Bloco Apoio Governo/PT – MS) – Ministro Márcio, eles estão dizendo, para esse aumento – desculpe, Presidente –, que eles projetam o barramento adicional a montante, que poderia levar a usina a esses 7 mil megawatts que o Senador Flexa...

O SR. MÁRCIO PEREIRA ZIMMERMANN – Ah, o barramento a montante. Aí sim. Aí é aquele reservatório de Altamira, que seria colocado a montante. Mas isso aí é outra coisa. Como você não canibalizou... Senador Blairo Maggi, nenhum desses grandes aproveitamentos está canibalizado. Está sendo feito dentro do que o inventário previu. Em qualquer reservatório – como foi citado: Chacorão, Guajará-Mirim –, nada impede que seja feito. Acho que a discussão é importante, é saudável.

Só para tranquilizar, Senador, não existe a politização do aspecto do partido do reservatório e do sem reservatório. No inventário, quando se faz um trabalho sério tecnicamente, identificam-se todas as usinas. O fato de implantar uma antes de outras, é questão de opção, de momento. Mas, essas grandes hidrelétricas que estão sendo colocadas não foram canibalizadas. Se, um dia, a sociedade brasileira resolver fazer esses reservatórios, isso pode ser feito a qualquer momento,

porque não atrapalhou. Cada eixo seguiu a sua posição e não atrapalhou o outro.

O Senador Blairo Maggi fez um comentário que acho importante. Muitas vezes, para ser caracterizado – aí é um problema da legislação – como PCH ela tem que ter uma área inundada até um determinado valor e ter as vantagens que existem na transmissão etc. Muitas vezes, o próprio empreendedor força. Primeiro, se era de 35, ele deixa em 30, para que continue sendo PCH. E a área alagada... Às vezes é o próprio empreendedor; às vezes não é só o aspecto ambiental de afetar uma cidade, de afetar uma determinada propriedade ou coisa assim.

Quanto ao aspecto dos 3 mil, eu não conheço, acho que o Delcídio explicou. O ganho de energia firme, de energia garantida que haveria em Belo Monte é em função de uma maior regularização a montante. É isso, não é? Na época – até já foi comentado –, quando saiu a resolução do CNPE, era uma das condicionantes para sair, era que evitasse mexer na área a montante. De qualquer forma, se um dia resolver reestudar, é outra discussão.

O Senador Delcídio, com toda a sua experiência no setor como engenheiro, como gerente, como diretor e como ex-Ministro, fala com muita... Até eu fiz um comentário de que, na verdade, em relação ao nosso sistema, na parte energética do Brasil, nós copiamos muito dos canadenses. E nós aprendemos a trabalhar a parte energética do Brasil com um modelo hidrotérmico. Isso sempre foi. Se, em determinado momento, nós fomos fracamente térmicos, eram só aquelas térmicas do Sul e mais alguma a óleo ali de Santa Cruz, Igarapé e mais alguma coisa, mas, na verdade, o nosso conceito era esse. Os próprios modelos de otimização que nós desenvolvemos no início foi muito, sempre, trabalhar térmica. Quando você olha que tem 120 mil megawatts, você vai expandir algo em torno, nós próximos 15 e 20 anos, e isso não é sonho ufanista, isso é lógica. Se um país consome 2,4 mil quilowatts/ano, vem melhorando as condições econômica do país, vem melhorando as condições, redistribuindo renda é natural que nós vamos chegar a um patamar igual ou maior do que a África do Sul, que são de 4,7 mil. Então, isso não tem...

Por isso que essas decisões energéticas são importantes, porque todo o ano nós temos leilão. Não é como um país europeu, um país americano em que, lá, o consumo está estabilizado. A população... Lá não tem necessidade nem desafio. Você pode passar o dia pensando: "Ah, será que aquela minha térmica ali é mais poluente e eu pôr um painel solar ou eu vou pôr uma eólica. Eu posso e eu tenho tempo para pensar isso. Eu posso licenciar uma linha". Aliás, existe uma linha na Suíça que está há 15 anos para ser licenciada. Por quê? Porque não tem necessidade. Agora o Brasil, não? O Brasil está correndo atrás todo o ano... Por que se implantou este sistema de leilões nos atuais modelos? Porque você precisa cinco anos antes assumir a importância de você iniciar uma usina para que ela possa atender àquela demanda que vai ocorrer.

Então, uma das maiores certezas que nós temos no Brasil e que cria esse desafio enorme é justamente isso. Eu sei que o consumo *per capita* – e não pensem que só eficiência energética resolve isso –, no Brasil, vai aumentar? Vai. Eu vou precisar implantar muitas usinas? Vou. Eu vou fazer eficiência energética? Vou. Que todas as fontes são necessárias? Sim. Eu não posso abrir mão, porque nenhuma fonte sozinha vai atender tudo. Terão as complementares, em determinado momento a eólica assumir um papel; ela está sendo complementar, ela é uma fonte que ajuda. A solar pode vir a ser no médio e longo prazos, como já foi falado pelo Srs. Senadores, mas nós temos sempre esse desafio. O Brasil a cada ano precisa implantar e planejar cinco anos à frente, fazer leilão, porque vai precisar. Então, eu acho que esse é um aspecto importante.

O maior problema hoje de térmica, quando o Brasil resolveu contratar a térmica por disponibilidade, e foi até o próprio modelo que se usou já na época do racionamento, era a térmica por disponibilidade, aquelas térmicas emergenciais que foram contratadas. Depois foram implantados, nos leilões, determinados números de térmicas e térmicas com CVU alto, que pode ser solução econômica para 15 anos de contrato de uma térmica. Mas, por outro lado, no ano que ela precisa gerar, ela causa um problema financeiro forte. Então, em termos econômicos, ela pode ser solução; em termos financeiros, ela pode criar uma crise no setor elétrico.

Então, já há dois ou três anos, nós limitamos o CVU, o Custo Variável Unitário, que tem um peso forte, o combustível, nós limitamos em R$100,00, R$105,00, R$110,00, para evitar isso. Mas não significa – e aí eu concordo plenamente Senador Delcídio – que a termoelétrica pode ter um papel, como tem no mundo. No mundo, com quantos por cento de termoelétrica os senhores acham que o mercado de energia é atendido? Com quantos por cento de termoelétrica? Provavelmente de 80% a 90%.

O mundo atende quase metade da sua necessidade de energia com quase 50% de térmica a carvão; a China, 70% da sua energia é atendida com térmica a carvão.

Qual é o combustível que pode fazer a transição até vir uma nova fonte de energia totalmente diferente no mundo, dito pela Agência Nacional de Energia?

Provavelmente o carvão mantém as maiores reservas do mundo espalhadas.

Então, têm discussões aí que, eu acho, a sociedade brasileira tem que enfrentar muito seriamente e atentar, porque, muitas vezes, já foi citado aqui, eu não posso ficar preso a modelos de fora que acham: "Ah não, o Brasil não deve fazer hidroelétrica; talvez o interesse comercial porque eu não tenho mais a indústria da hidroeletricidade lá nesse país, mas o Brasil tem que...", até porque a Amazônia é brasileira, ninguém tem dúvida disso, nós brasileiros, mas lá fora tem gente que tem.

Então, o fato do Brasil pensar em implantar usinas na Amazônia, tipo usinas-plataforma, que estamos trabalhando agora no Rio Tapajós, o que significa isso? A hidrelétrica, no Brasil inteiro, cumpriu um papel ao longo dos anos, que era o de desenvolver regiões. Todas as cidades brasileiras que tiveram uma hidrelétrica próxima ou foram afetadas ela, ao longo do tempo, eu as comparo com uma região que não teve, de condições similares de ponto de partida. Hoje o IDH, o índice de desenvolvimento econômico, nessa região que teve, é maior, e desenvolveu a região. Cria o pico da época da obra e, depois, estabiliza num patamar que é melhor do que a que não teve.

Quando nós pensamos na Amazônia, nós temos que pensar diferente. Eu não posso transformar em polos de desenvolvimento aquelas regiões tipo Tapajós, que já têm áreas de preservação, floresta nacional – são quase 100 mil quilômetros quadrados.

O que posso fazer lá é aproveitar o potencial hidrelétrico. A sociedade brasileira precisa. E sem entrar no detalhe de usina a fio d'água, plataforma. Não estou entrando nisso. Até porque foi feito o inventário, e lá, em termos de engenharia, se mostrou qual é a melhor opção para aquele trecho de aproveitamento. Mas lá é muito claro. Isso vai ser um fator que não vai induzir o crescimento. A usina instalada lá vai ser um fator indutor de preservação daquele entorno, que já é de reservas, florestas nacionais, etc. Eu vou evitar. Crio o impacto na época em que constrói a usina, mas, depois, desmonto o canteiro e deixo as áreas de floresta nacional e preservo aquilo.

Então, a hidrelétrica vai ajudar a preservar. E isso é o que se pensa. E aí o Brasil tem modelos para mostrar muito melhor do que qualquer lugar do mundo. E, por outro lado, esses modelos, o Brasil começa a despertar o interesse de outros países. A África, você não vai desenvolver se não for com hidroeletricidade. É ilusão de quem pensa em desenvolver a África colocando painel solar. Lá precisa de obras estruturantes, como a hidrelétrica, que pode ser um excelente fator, em regiões que permitem aí esse lado. Mas é a forma de conciliar.

O Senador Delcídio está dando uma oportunidade excelente com relação ao GC de Jirau e Santo Antônio. Isso saiu na mídia, o Ministério teve a oportunidade de responder. Foi um aspecto até interessante – até, Senador Delcídio, que é do ramo, para V. Exª entender, quando é feita uma usina qualquer, tem-se que seguir os procedimentos de rede e planejar o seu projeto de proteção, de supervisão e controle da usina. Então, quando a gente faz um edital de leilão, o que é? É isso: o sujeito tem que se adequar aos procedimentos de rede. Por quê? Porque, nos procedimentos de rede têm requisitos para ele se ligar eletricamente no sistema. E, para isso, ele tem que projetar o seu sistema. Nessa matéria que saiu, colocava como se isso tivesse que sair no leilão, o projeto do sistema de supervisão, controle e proteção. É uma loucura isso. O leilão você faz do projeto e aí bota:"Olha, você tem que se ligar no sistema, ter ligado naquele ponto", e segue o manual lá, os procedimentos de rede, que é aprovado pela Aneel, o do ONS; estão todos os requisitos técnicos para fazer isso.

Bom, se fosse uma usina pequena, normal, não sei quê, o sujeito já sabia, sabia as proteções que ia precisar para fazer a supervisão, o Sistema Scada, para fazer supervisão, dimensionar direitinho a proteção: vou me ligar numa linha de 500kv, que tem as características, tal e tal.

Bom, lá nós fizemos leilão, em 2007, a primeira usina e, em 2008, a segunda, e o corrente contínua em 2008. O corrente contínua, sempre que você faz o corrente contínua, você sabe, precisa o *master control*. Um controle mestre, você já licita, isso já tem dentro, até porque, senão, não consegue operar um corrente contínua.

Nesse caso das usinas, elas, em 2010, detectaram o tipo de proteção que eles teriam que adequar, até porque eles têm que conversar com corrente contínua. Mas isso é deles. E aí eles estão aí discutindo e vendo qual é a melhor forma de fazer. Aí foi colocado que isso está causando restrição. Não tem restrição nenhuma. Até porque eles disseram que já está no Brasil o equipamento, e eles estão implantando aí, parece que mais 30 dias ou coisa assim. E pela quantidade de máquina que está entrando, não tem, não vai ter restrição. Não tem, porque se ele entrar em outubro, não tem nenhuma restrição.

Então, foi feito aí um carnaval e sem lógica, sem sentido. Quem é do setor sabe que é uma matéria maluca.

Com relação ao aspecto do atraso da transmissão de Manaus, para quem atua na Região Amazôni-

ca sabe que construir linhas daquelas dimensões na Amazônia é um desafio muito grande. Quando fizemos o leilão, em 2008, era para o linhão entrar em 2011, em novembro de 2011, se não me engano. Foram dados três anos. Havia todos os desafios, como conseguir o licenciamento, porque a linha passava por determinadas florestas nacionais.

Quando a gente fala em licenciamento, nesse aspecto que eu gostaria de comentar, muitas vezes – eu comentei aqui mesmo –, antigamente se achava que era muita coisa vinculada ao meio ambiente, mas, na verdade, muitas vezes a gente tem que atender condicionante que é a Funai que vai dar ou é o Iphan, se não, ele não pode... Então, há vários aspectos; há coisas do meio ambiente, mas também há coisas que a legislação brasileira exige.

Nesse caso especificamente, você faz a linha e aquela empresa, a Amazonas Energia, tem que se adequar à característica de entrar para o sistema interligado. Você lembra que lá era basicamente um sistema térmico. Então, poucas linhas e muitas usinas térmicas atendendo àquela carga.

O que ocorre? Ocorre que a Manaus tinha que fazer um sistema novo de transmissão para receber isso. E havia um descasamento. Então, não havia sentido você considerar interligado onde estava passando meia dúzia de megawatts. Não tem sentido. Lá existe uma carga de mil e poucos megawatts. Na verdade, entra a linha, mas ainda há essas obras que estão complementando agora nessa época.

Com relação à topografia da Amazônia, acho que já se falou bastante. O estudo técnico, o inventário, é que mostra o que é possível e o que não é.

Com relação ao aspecto levantado pelo Senador Lobão Filho, acho que ele tocou num ponto importante. Nós temos um sistema de leilões de linhas de transmissão, disputados por empresas públicas, empresas privadas, estatais, consórcios, associados, etc. Houve alguns parques, até porque eram regiões que precisavam dessa infraestrutura que tinha sido licitada... As empresas que foram lá "bidaram" o leilão, assumiram o compromisso de executar e não conseguiram por diversas razões – pode ter sido o Iphan, pode ter sido a Funai, pode ter sido a própria gestão do projeto ou a estimativa errada do que iria conseguir. Isso levou a esse atraso. Ela garantiu ao Ministro, ainda outro dia, que vai normalizar agora nesse semestre.

Não esquecer que o licenciamento de linha no Brasil teve uma grande mudança a partir de 2007; foi quando saiu aquele PPBio do Ministério de Ciência e Tecnologia, que foi adotado pelos órgãos ambientais. O que é o PPBio? O conhecimento da biodiversidade no Brasil. Isso levou...

Houve vários atrasos daquelas linhas que foram licitadas entre 2007 e 2012, justamente por causa das exigências. Consideravam que construir uma linha tinha um impacto igual ao da construção de uma hidrelétrica. Então, você tinha que conhecer a fauna, a ictiofauna. Se a linha passasse em cima do rio, a gente tinha que pesquisar a ictiofauna. O Meio Ambiente está fazendo todas as ações de forma a evitar isso.

Acho que, em linhas gerais, era isso, Senador.

Muito obrigado.

O SR. PRESIDENTE (Delcídio do Amaral. Bloco Apoio Governo/PT – MS) – Pergunto ao Dr. Francisco Gomide se gostaria de fazer algum comentário sobre a fala dos quatro primeiros Senadores que aqui usaram da palavra.

Eu gostei, porque o Márcio, elegantemente, saiu da conversa de Manaus.

O SR. MÁRCIO PEREIRA ZIMMERMANN – Falei. O Senador é que não estava prestando atenção. (*Risos.*)

O SR. PRESIDENTE (Delcídio do Amaral. Bloco Apoio Governo – MS) – Eu estava. É para não despachar mais. Aí tem que adequar o sistema e tal.

O SR. MÁRCIO PEREIRA ZIMMERMANN– Não, não é despachar.

O SR. PRESIDENTE (Delcídio do Amaral. Bloco Apoio Governo – MS) – Só que Manaus atrasou mesmo.

O SR. MÁRCIO PEREIRA ZIMMERMANN – Posso comentar?

O SR. PRESIDENTE (Delcídio do Amaral. Bloco Apoio Governo – MS) – Pode.

O SR. MÁRCIO PEREIRA ZIMMERMANN – O Sistema de Manaus, na verdade, é um sistema isolado. É um sistema todo atendido por carga, por geração térmica da próxima carga. Então, nos últimos tempos, até se alugava um motorzinho, um gerador de um ou dois megawatts. Na verdade, está-se fazendo um sistema novo para poder interligar aquilo. E é isso o que está ocorrendo. E você sabe que, construir dentro de uma cidade às vezes significa enfrentar dificuldades maiores. É isso que a Amazonas Energia enfrentou e que fez atrasar cinco ou seis meses...

O SR. PRESIDENTE (Delcídio do Amaral. Bloco Apoio Governo/PT – MS) – Márcio, a nossa pergunta é a seguinte: o cara puxa uma linha de 500 kv de Tucuruí até Manaus atravessando o Rio Amazonas e, quando chega a Manaus, não consegue colocar a energia de Tucuruí? É esquisito!

O SR. MÁRCIO PEREIRA ZIMMERMANN – Não, há uma coisa mais grave. Vocês estão em São Paulo, e esses leilões têm dado vazios lá... Está cada vez mais difícil chegar com linha próximo a capital. Você não consegue viabilizar, então isso...

O SR. RICARDO FERRAÇO (Bloco Maioria/PMDB – ES) – Presidente, não ficou claro para mim: com relação a Jirau e Santo Antônio, o Dr. Márcio está dizendo que os problemas, que estão relacionados por amplas matérias, não existem?

O SR. MÁRCIO PEREIRA ZIMMERMANN – Não. E o Ministério respondeu isto: não existe, não existe.

O SR. RICARDO FERRAÇO (Bloco Maioria/PMDB – ES) – Os prejuízos, os atrasos, a falta de planejamento na compatibilidade...

O SR. MÁRCIO PEREIRA ZIMMERMANN – Não existe. E o Ministério divulgou uma nota colocando, inclusive, os anexos e editais que criaram uma situação que não existe.

O SR. RICARDO FERRAÇO (Bloco Maioria/PMDB – ES) – Pelo em ovo!

O SR. MÁRCIO PEREIRA ZIMMERMANN – É.

O SR. PRESIDENTE (Delcídio do Amaral. Bloco Apoio Governo/PT – MS) – Eu acho até estranho, Senador Ferraço, porque isso que o Márcio está dizendo aqui é correto. Quando você faz o leilão, você faz o leilão de geração, e o cara que ganhou o leilão ajusta o sistema de proteção, o sistema supervisor, às regras vigentes. Então, é muito estranho um negócio desse. Houve colunista que escreveu que as turbinas iriam queimar, um negócio maluco, um negócio completamente... Eu, pelo menos, nunca vi turbina de hidrelétrica queimar. Se alguém descobrir uma, não é, Márcio... Mas esse seu argumento relativo a Manaus está difícil de engolir, viu, Márcio? É dura essa...

O SR. MÁRCIO PEREIRA ZIMMERMANN – Não, mas atrasou...

O SR. PRESIDENTE (Delcídio do Amaral. Bloco Apoio Governo/PT – MS) – Pois é, mas a linha está ligada, não é? A linha está em vazio, não é?

O SR. MÁRCIO PEREIRA ZIMMERMANN – Não. Está passando 100MW e vai, gradativamente, mês a mês, aumentando...

O SR. PRESIDENTE (Delcídio do Amaral. Bloco Apoio Governo/PT – MS) – E Macapá é a mesma coisa depois, não é?

O SR. MÁRCIO PEREIRA ZIMMERMANN – Em Macapá a linha não está pronta.

O SR. PRESIDENTE (Delcídio do Amaral. Bloco Apoio Governo/PT – MS) – É, não está pronta, mas quando chegar...

O SR. MÁRCIO PEREIRA ZIMMERMANN – A previsão é que chegue em novembro/dezembro.

O SR. PRESIDENTE (Delcídio do Amaral. Bloco Apoio Governo/PT – MS) – Meu caro Gomide.

O SR. FRANCISCO GOMIDE – Eu me sinto na obrigação de fazer alguns comentários de natureza mais técnica, porque eu acho que a nossa audiência não feriu um aspecto absolutamente fundamental, que é a interligação dos sistemas.

O que faz o sistema elétrico brasileiro ser tão sinérgico, como você disse, e tão excepcional frente aos demais sistemas elétricos do mundo é exatamente o que chamamos de diversidade hidrológica. Porque as bacias hidrográficas têm comportamentos hidrológicos diferentes é que nós interligamos os sistemas e, mais do que interligar, nós queremos integrar os sistemas operando como se fosse um só. Isso é que é o bonito e o notável do setor elétrico.

Essa visão de conjunto não está sendo focada nesta audiência. Não cabe – e eu tenho insistido nesse ponto – a expansão do setor elétrico apontada pelo Governo atual, que mereceu essa acusação fraterna de que se está fazendo a fio d'água, como se não houvesse reservatórios. Ela é decorrente do fato – lendo os planos de expansão percebemos – de que há um menor nível de regularização.

Níveis de regularização significa: eu tenho, para a proporção da energia afluente, a somatória de todos os sistemas – Sul, Sudeste, Centro-Oeste, Norte e Nordeste –, eu tenho menos reservatórios. E a pergunta que se faz é: por que eu estou deixando diminuir o nível de regularização? Porque isso significa menos energia garantida, ou energia assegurada.

Para ilustrar isso com uma discussão que apareceu aqui na audiência por alguns momentos: foi exatamente a nossa dificuldade de olhar o conjunto. Não é possível discutir energia elétrica sem olhar o grande quadro, mas a tendência normal das pessoas é olhar o pequeno quadro. E nós estamos fazendo isso agora mesmo – a pergunta que fazem os senhores. Senadores – em relação a Belo Monte: perguntou-se se não seria possível, em vez de 4 mil MW, ser 7 mil, com algum armazenamento a montante. A pessoa está raciocinando como se fosse só aquela bacia, quando, na verdade, não é isso. É muito mais fácil. O Ministro Goldemberg dizia, do Meio Ambiente, dizia "Energia elétrica é uma coisa diabólica", porque nem precisa estar o volume do armazenamento a montante do lugar que vou usar. Ele pode estar até em outra bacia; e para isso é que tenho o sistema de transmissão. Essa visão aqui se perdeu.

Então, o fato concreto é que nós estamos realmente expandindo o setor elétrico com menos armazenamento do que devíamos produzir. As melhores técnicas de projeto de exploração do sistema elétrico pedem que, já que estou pondo mais energia do que capacidade instalada, eu devo não deixar esse nível de armazenamento cair e devo providenciar, sim, reservatórios. O fácil e o bonito disso, em termos de en-

genharia, é que não é preciso estar necessariamente ali, mas eu tenho de providenciar reservatório.

Confesso que, para isso, tenho de resolver um problema não resolvido tecnicamente a gosto de o povo em geral entender, que é o conceito de energia assegurada. Ele está mal compreendido. Podemos fazer um reservatório bem a montante sem nenhuma turbina, sem nenhuma motorização. Esse reservatório tem uma energia garantida. Nós não temos legislação, nem sistemática para ratear essa energia distribuída de acordo com o mérito da cascata. Isso cria essa dificuldade e daí as pessoas ficam dizendo: "Poxa, mas se eu tivesse mais armazenamento a montante de Belo Monte, eu poderia, daí, levantar a média de Belo Monte." Não interessa. Interessa a média dos sistemas interligados. Essa visão de conjunto se perdeu.

E essa mania nossa de olhar cada empreendimento de *per si* é que é terrivelmente errado. E por razões, por exemplo, absolutamente incompreensíveis, o Conselho Nacional de Política Energética se comprometeu com algumas organizações não governamentais de este ser o único empreendimento da Bacia, por razões absolutamente incompreensíveis.

Então, de fato, nós temos um problema. Essa visão de conjunto é tão importante que – daí, respondo o meu querido Senador Delcídio, amigo e colega do setor elétrico de tantas décadas – não há nada, não há ninguém que seja contra a térmica. O que precisamos é ter o cuidado de usar a expressão certa, que é a seguinte: a térmica é complementar. De fato, se eu for ligar a térmica na base 100% do tempo, ela é sete vezes mais cara. Ninguém aguenta. Ela só existe, porque existe a hidrelétrica. E a lógica é a seguinte: na medida em que vou baixando o nível do reservatório, vou aumentando o risco de déficit e vou ligando as térmicas. É tão simples quanto isso.

Antes de termos tantos modelos de computadores tão sofisticados, nós tínhamos a velha curva-guia, que ia ligando a térmica, na medida em que baixava o reservatório. Nesse ponto, quando criticamos a térmica, este País, com esta riqueza hídrica, não deve ter térmica que seja um naco do mercado e esteja funcionando 100% do tempo. É contra essa térmica que nós nos insurgimos.

É claro que, para quem está olhando o Brasil de fora, essa matriz elétrica é tão maravilhosa, é tão verde, é tão renovável, que vamos sujá-la muito antes de a opinião pública internacional notar isso, porque o resto do pessoal queima combustível fóssil. O problema real contra o qual essas ONGs não se insurgiram ou se insurgiram e fracassaram é o controle da emissão do nível de CO^2 e de gases do efeito estufa.

Ironicamente, o único país que está diminuindo o seu nível de emissão de CO_2 é o país que não assinou o Protocolo de Kyoto e se chama Estados Unidos, porque ele queimava carvão e está substituindo geração térmica a carvão por geração térmica a *shale oil*, essa nova tecnologia, que não tem mais do que 2 anos de idade.

Então, essas coisas mudam muito rapidamente e só podem ser vistas nesse contexto do grande quadro, do que eu chamo de grande quadro.

O SR. PRESIDENTE (Delcídio do Amaral. Bloco Apoio Governo/PT – MS) – Muito obrigado, Gomide.

Eu passo a palavra para o nosso querido e desenrolado Presidente do Ibama, Volney.

O SR. VOLNEY ZANARDI JÚNIOR – Senador Delcídio, obrigado. Bom, vou ser muito direto aqui nas respostas.

O Senador Flexa faz uma consideração, em relação ao Ministério do Meio Ambiente, incluindo todos os órgãos do Ministério do Meio Ambiente, nessa visão do olhar para a política energética. Acho que o Ministério do Meio Ambiente tem todo o interesse em contribuir. Temos órgãos como a Agência Nacional de Águas, que tem toda uma responsabilidade em relação à própria questão de segurança hídrica, esse processo dialoga também com a discussão dos reservatórios; temos o próprio Ministério do Meio Ambiente, que tem espaços relacionados à biodiversidade, à gestão de recursos hídricos, que também podem contribuir para essa discussão da política energética; e o *locus* onde se desfaz essa discussão é justamente o CNPE, Conselho Nacional de Política Energética, no qual o Ministério do Meio Ambiente tem assento e onde se pode, vamos dizer assim, fazer essa discussão mais estratégica.

Com relação às observações do Senador Blairo, basicamente ele puxou a questão das PCHs. Hoje, no Ibama, temos cerca de 40 PCHs, sendo que 26 estão no estágio inicial de licenciamento. Grande parte das PCHs é de competência dos Estados. Acho que o próprio Secretário Executivo Zimmermann, explicou as questões que levam à mudança no projeto, que tem, às vezes, muito mais a ver com questões de enquadramento, no conceito de PCH, do que propriamente com as questões ambientais.

De toda forma, eu queria chamar atenção, porque acho que essa questão de PCH precisa de um pouco mais de atenção. Nós trabalhamos aí... Quando a gente olha para uma bacia hidrográfica, temos 70, 80, 90, 100 PCHs sendo implementadas. Não é só a questão, vamos dizer assim, dos reservatórios que preocupa e gera impactos ambientais, mas também a fragmentação dos ecossistemas hídricos, que tem relevância no sentido de dinâmica, de biodiversidade, questões

relacionadas a espécies que, muitas vezes, têm características de endemismo – essas PCHs, muitas vezes, estão ligadas a áreas de cabeceira. Então, são questões específicas que têm que ser tratadas, muitas vezes, no projeto, uma a uma, mas que, no olhar da bacia hidrográfica, poderiam ser tratadas com uma visão mais estratégica, uma visão mais de escala. Então, PCH é uma alternativa. Como fio d'água tem sua especificidade, reservatório tem sua especificidade, PCH também tem suas especificidades e terão que ser tratadas de forma adequada.

Com relação às considerações do Senador Delcídio, o primeiro aspecto que acho importante chamar atenção é que todo aquele processo da linha de transmissão Tucuruí-Manaus foi exigência do Ibama: aquelas torres com 290 metros de altura, justamente olhando para a complexidade do projeto em relação à implementação, naquela região de alta vulnerabilidade e sensibilidade, com uma relação muito forte com questões, por exemplo, como desmatamento, que são importantíssimas para o Brasil, para os compromissos assumidos pelo Brasil, pelo Governo brasileiro. Parece-nos que o tratamento do projeto foi extremamente adequado: hoje temos uma linha de transmissão já construída, que atendeu aos critérios ambientais, e hoje serve ao seu objetivo, que é fazer esse processo que o Ministro Gomide fala, da integração, do importante processo de integração desse sistema brasileiro.

Em relação à questão da termoelétrica, já passei um pouco essa perspectiva. Não temos como discutir fontes de forma isolada; nós temos que discutir a matriz. E a matriz pode ter vários cenários, e, nesses cenários, pode ter maior ou menor presença de termoelétricas. Acho que temos uma agenda importante dessas renováveis, como eólica, solar, que não podem sair do nosso radar. Elas têm um papel de investimento, de inovação tecnológica e poderão compor, dentro de uma perspectiva de política, de matriz energética. Não se pode nem "vilanizar" a termoelétrica, nem, também, dizer que toda eólica e solar serve para qualquer situação.

Acho que essa é uma discussão que tem uma característica técnica, mas têm de ficar claros quais são os intercâmbios, os *straight offs* que se têm ao adotar tais cenários. Têm a ver tanto com o aspecto de segurança, de soberania energética, com impactos globais e efeitos regionais. Não é uma questão trivial. O importante é que seja feito de uma forma aberta.

Respondendo um pouco ao próprio Senador Lobão Filho, o Ministério do Meio Ambiente e o Ministério de Minas e Energia já, há algum tempo, têm traçado um diálogo em um nível muito mais estratégico do que propriamente os projetos. No próprio Governo, a perspectiva do PAC ajudou muito o processo de coordenação. Como o Secretário Zimmermann falou aqui, vários aspectos são ligados às questões do físico-biótico, que é o que está mais no espaço do Ibama, do órgão ambiental. Mas tem uma série de questões que são institucionais, de articulações políticas, que precisam ser tratadas e que não estão na governabilidade do licenciamento ambiental. Eu acho que ao se perceber isso...

Nós temos muita preocupação com a questão do prazo, também respondendo ao Senador Lobão Filho. A questão do prazo não é uma questão que nós parece seja hoje a única. Nós temos orgulho de todas as licenças que o Ibama deu hoje, nenhuma foi derrubada na Justiça. Quando nós damos uma licença ela fica em pé. Então, não se procuram simplificações, atalhos. É um processo técnico, um processo baseado na melhor prática. Nós temos trabalhado de forma muito intensa, e articulada com os mais diversos setores do Governo, no aprimoramento dos procedimentos.

Até há pouco tempo, 4, 5 anos, os grandes elementos que pautavam o licenciamento ambiental eram a Resolução nº 0186 do Conama e a Resolução 237, de 1997. De lá para cá, houve uma série de aprimoramentos no sentido de atender as especialidades dos procedimentos, dos estudos necessários à linha de transmissão, à rodovia, à hidrelétrica. Há, por exemplo, todo um processo de integração, que nós estamos fazendo hoje, do licenciamento das usinas nucleares. Nós vamos ganhar uma grande governabilidade sobre todo esse processo, integrando diversas condicionantes e procedimentos que estavam espalhados em diversos instrumentos de autorização. Esse processo é um processo que não é trivial, é um processo que exige uma grande qualificação do órgão e exige, também, uma grande coordenação do Governo para poder fazer com que diferentes atores se sentem à mesa e achem soluções. Uma agenda para a qual acho importante se chamar a atenção é a agenda do petróleo, onde nós estamos tendo grandes avanços metodológicos, não só na parte dos licenciamentos, mas nos próprios estudos que visam às licitações das áreas que a ANP coloca para os novos blocos, as rodadas de licitações. Todo esse processo de estudos – em no momento mais no planejamento – tem gerado informações, tem gerado um entendimento sobre a maior ou menor complexidade, a maior ou menor sensibilidade. São questões que dão segurança jurídica, depois, para quem vai "bidar" com um bloco desses.

Então, nós temos muito claro hoje aquele ponto que tínhamos mencionado inicialmente sobre essa visão integrada. A questão ambiental não está isolada de uma estratégia de desenvolvimento do País, de uma estratégia de como dialoga com a questão social

e econômica. Agora, nós precisamos, realmente, aprimorar, avançar, nesses instrumentos, nesses espaços, que viabilizem essa integração da política ambiental, da dimensão ambiental, no tempo. Não se faz isso de uma hora para a outra. Esse processo precisa de um alto grau de coordenador e capacidade técnica.

Então, acho que a questão... No caso é importante também ressaltar que esse licenciamento das linhas de transmissão, com relação ao Nordeste – e parece-me que o Senador Lobão Filho chamou a atenção – não é de responsabilidade do Ibama, é de responsabilidade do Estado. Então, não tenho aqui mandato para falar sobre aquilo que não está sob a minha governabilidade. Mas, sob o que está na minha governabilidade, entendemos que temos atendido de uma forma muito responsável essa preocupação com a celeridade e os prazos. Por outro lado, a nossa preocupação fundamental é fazer um trabalho de boa qualidade, um trabalho que seja reconhecido e respeitado por todos.

Acho que seriam essas as questões, Senador.

O SR. PRESIDENTE (Delcídio do Amaral. Bloco Apoio Governo/PT – MS) – Muito obrigado, Presidente do Ibama, Volney.

Com a palavra, Prof. Bajay.

O SR. SÉRGIO BAJAY – Bom, eu tenho aqui alguns comentários sobre observações feitas pelos Senadores Flexa Ribeiro e Delcídio do Amaral.

Não só nessa audiência pública, como na anterior, da qual eu participei poucos meses atrás aqui nesta mesma Casa, nesta mesma Comissão de Infraestrutura, eu mencionei que há um novo desafio dentro do planejamento energético nacional que é decorrente do fato dessa perda de capacidade de regularização. Isso nos coloca, hoje, ao tentar reverter esse quadro, voltando a construir reservatórios de regularização, claro que o potencial para essa construção hoje é muito mais limitado do que 10, 20 anos atrás, mas, conforme foi objeto de intervenção de vários palestrantes, ainda há potencial disponível. A gente não deve desprezar isso.

Mas a outra possibilidade para nós enfrentarmos esse novo problema é buscarmos termoelétricas que tenham um custo de operação menor do que do elenco atual de termoelétricas que nós temos disponíveis. E termoelétricas, essas que não vão necessariamente ter que operar 100% do tempo, podem ser enquadradas, tecnicamente, como operando na base da curva de carga.

Pelo meu sentimento e pelo meu conhecimento também como planejador energético, a solução ideal seria um *mix* dessas duas alternativas: voltar a construir alguns reservatórios de regularização muito bem selecionados e, ao mesmo tempo, procurar termoelétricas de baixo custo operacional.

Então, as possibilidades técnicas são bastante claras. Eu apresentei isso na audiência pública anterior e rapidamente hoje também.

Em termos de fontes renováveis de energia, hoje, nós temos uma participação do bagaço de cana, através da cogeração, importante, mas que só ocorre no período da safra. Tecnicamente é possível nós termos geração o ano inteiro de diversas maneiras – não vem ao caso discutir agora as opções tecnológicas. Mas não existe hoje um incentivo para que isso ocorra. Mas essa é uma possibilidade de geração – vamos dizer entre aspas – "na base", usando fontes renováveis.

A outra possibilidade ambientalmente muito interessante é o gás natural. Só que o gás natural hoje está caro – usando o ciclo combinado. Então nós temos que ter um gás natural mais barato, como o *shale gas* nos Estados Unidos, para termos essa solução ambientalmente bastante interessante.

As demais alternativas são as tradicionais, térmicas a carvão – que, vamos dizer assim, para os impactos ambientais locais, nós temos hoje soluções tecnológicas interessantes, que já foram mencionadas por alguns palestrantes; ou a geração nuclear – que tem toda essa discussão de impactos completamente distintos das térmicas convencionais ou das hidrelétricas, que constituem também uma alternativa.

Então, resumindo, as térmicas de baixo custo operacional, que nós teríamos que buscar, pertencem a uma dessas quatro categorias. E eu acho que é importante que essa alternativa da construção de reservatórios em sítios bem-selecionados seja analisada *vis-à-vis* essas alternativas. É esta visão sistêmica que vários dos palestrantes hoje comentaram.

Nós temos que fazer essa discussão olhando o conjunto e as alternativas. Inclusive, a própria legislação ambiental exige, durante o processo de licenciamento, que se analisem alternativas. E, na prática, por várias razões, isso, às vezes, acaba não acontecendo. Então, eu acho que precisamos relembrar esse ponto que a própria legislação prevê.

E o último ponto – que eu tenho também trazido sempre que eu tenho essa oportunidade de comparecer aqui e trazer algumas reflexões – é que o licenciamento de usinas hidrelétricas, de uma forma geral, mas particularmente no caso de reservatório de regularização, ficaria muito mais fácil se esse reservatório tivesse usos múltiplos, conforme foi comentado não só por mim, mas por vários outros colegas, porque aí eu tenho um conjunto de benefícios locais que, em grande parte, compensa os impactos ambientais e sociais negativos, que também são locais.

Agora, por que essa coisa de reservatório de uso múltiplo – isso é minha interpretação – não pegou no

Brasil, diferentemente de outros países? É que nós temos um setor elétrico muito bem-organizado no País há décadas, e os outros setores que utilizam a água para suprimento das cidades, irrigação, navegação são muito menos desenvolvidos. E nenhum Governo Federal até hoje conseguiu colocar esses vários segmentos juntos para trabalharem em projetos realmente de maior magnitude de uso múltiplo.

Esse é um desafio que está, há várias décadas, colocado e que nós não soubemos – eu sempre aproveito o momento, porque esse é um dos papeis da academia que eu aqui represento – resolver esse desafio.

Então, em linhas gerais, são essas as respostas que eu tento trazer aos comentários e indagações dos Senadores Flexa Ribeiro e Delcídio do Amaral.

O SR. PRESIDENTE (Delcídio do Amaral. Bloco Apoio Governo/PT – MS) – Muito obrigado, Professor Bajay. Algum Senador gostaria de fazer comentários? Senador Blairo, Senador Wilder?

O último inscrito é o Senador Ferraço. *(Pausa.)*

(*Intervenção fora do microfone.*)

O SR. PRESIDENTE (Delcídio do Amaral. Bloco Apoio Governo/PT – MS) – Mas eu estou vendo os óculos dele ali. Então, marca posição, deixo paletó aí, e sai. *(Risos.)*

O SR. BLAIRO MAGGI (Bloco União e Força/PR – MT) – Presidente, me permite?

O SR. PRESIDENTE (Delcídio do Amaral. Bloco Apoio Governo/PT – MS) – Meu caro Senador Blairo Maggi, futuro Governador de Mato Grosso.

O SR. BLAIRO MAGGI (Bloco União e Força/PR – MT) – Não. Muito obrigado pelo "futuro". Eu já faço parte do passado nessa função.

Eu quero fazer uma pergunta ao Presidente do Ibama, fora do assunto aqui, rapidamente. Eu, quando era Governador do Estado, insisti muito com a Secretaria de Meio Ambiente, para que nós tivéssemos procedimentos padrões em licenciamentos, aqueles licenciamentos que são repetitivos e todo mundo conhece qual é o efeito que têm sobre o meio ambiente. Posso dar alguns exemplos. A construção de um armazém, por exemplo, para guardar granéis, soja, milho, etc. Todo mundo sabe qual é o problema que ele traz e os benefícios, mas cada vez que você vai licenciar é aquela "renca", é aquela confusão, é aquele negócio. Você vai fazer um programa de avicultura no Estado, todo mundo sabe qual é o problema, se é que há problema em implantar aviários em alguma região, mas, de novo, vamos lá – é EIA, é RIMA, não sei o quê, e a gente via perdendo tempo, e o Brasil vai perdendo a guerra para o papel. O papel tomou conta. Nós gastamos mais tempo hoje, e não é só no Ibama, nós gastamos mais tempo para resolver os problemas dos papeis – licenças e tudo mais – do que propriamente a obra.

Então, não há como o Ibama pensar numa normatização dessas atividades repetitivas. Acho que isso deveria ser feito, inclusive, pela Internet. O tomador do serviço, o detentor da obra tem que assumir o compromisso dentro das regras que estão estabelecidas e dizer geograficamente onde é essa obra. Depois, o fiscal passa lá e, se não encontrar as coisas conforme ele se propôs a fazer e aceitou as regras, aí sim, o Ibama deve agir com rigor e tudo mais, cancelar a obra, licença, mas a nossa lógica é invertida. A gente tem que batalhar, brigar, para fazer um porto, um estaleiro, um negócio. Olha, chega dá um desânimo. Eu, sinceramente, como empresário, penso muitas vezes, durante o dia, se vale a pena continuar, porque é uma briga, é um negócio louco. Veja bem, eu opero um porto em Itacoatiara, no Amazonas, que só transfere soja e milho – tira da barcaça, põe no navio, etc. Eu tenho 44 licenças – eu fui lá outro dia e bati foto, está aqui no meu celular – na parede para poder operar o porto, 44 licenças. Quer dizer, é uma loucura! Tu pensas nesse troço vencendo durante o ano inteiro, quanta gente envolvida, quanto tempo a gente perde. Então, a pergunta é assim, depois da choradeira, é: não dá para fazer um negócio mais claro, mais rápido e que as pessoas sejam responsabilizadas por aquilo que eles dizem que querem fazer? Se o senhor puder me responder.

O SR. PRESIDENTE (Delcídio do Amaral. Bloco Apoio Governo/PT – MS) – Eu só queria – até para encaminhar os trabalhos – passar a palavra para o Senador Ferraço que é o último inscrito.

O SR. RICARDO FERRAÇO (Bloco Maioria/PMDB – ES) – Eu vou declinar, porque temos ainda uma pauta ordinária da Comissão, temos que aprovar o parecer da LDO, temos alguns requerimentos. Eu vou declinar e agradeço a V. Exª a costumeira delicadeza.

O SR. PRESIDENTE (Delcídio do Amaral. Bloco Apoio Governo/PT – MS) – Mas nós estamos aguardando V. Exª aqui. *(Risos.)* O Senador Blairo fez até uma pergunta... V. Exª deixou os óculos aí, deixou o *tablet*...

O SR. RICARDO FERRAÇO (Bloco Maioria/PMDB – ES) – Eu agradeço, com mais veemência ainda a delicadeza de V. Exª, mas vou declinar para que possamos concluir nossos trabalhos. Em função do esgotamento do tema.

O SR. PRESIDENTE (Delcídio do Amaral. Bloco Apoio Governo/PT – MS) – Mais um governador. Governador Blairo, mais um Governador. Esse do Espírito Santo... Veja que ele não negou... *(Risos.)*

Então, eu vou passar a palavra ao Dr. Volney para encerrar esta audiência pública, pois nós temos ainda uma pauta rápida na Comissão de Infraestrutura.

Com a palavra, Dr. Volney.

O SR. VOLNEY ZANARDI JÚNIOR– Senador Blairo, queria agradecer essa pergunta, porque acho que é a que todos têm curiosidade de entender um pouco mais como é esse processo com relação à questão do licenciamento.

Acho que há duas ou três perspectivas que, rapidamente, vou apresentar aqui. A primeira perspectiva é no sentido de que eu concordo totalmente com sua observação no sentido de padronizar o licenciamento ambiental. E nós temos um problema sério nisso. Um pouco de minha fala anterior foi justamente nesse esforço que o Governo Federal tem feito em adotar procedimentos específicos para tipologias. Então,o Secretário Zimmermann falou aqui das questões relacionadas às linhas de transmissão, nós acabamos de fazer toda revisão. Por exemplo, antigamente se tratava uma estrada que já estava construída e uma estrada nova de forma igual. Hoje em dia, nós temos todos os procedimentos federais para tratar da questão de regularização, que é uma coisa totalmente diferente de uma nova rodovia.

Então, essa questão do procedimento, ela está... Na questão do petróleo também. Então, separam-se as áreas de maior acessibilidade das áreas que estão a 300 quilômetros da costa e que não tenham interferência com o pescador artesanal e se tem outro processo que simplifica as questões socioeconômicas. Então, é um aprendizado e avanço que estamos fazendo. A própria questão da informatização, como o senhor falou, em que o próprio Ibama, até dezembro, terá um novo sistema de licenciamento que será muito mais transparente, agregando qualidade à Sislic, que já existe hoje. Quem quiser saber o parecer de qualquer dos licenciamentos que o Ibama está fazendo, é só entrar Sislic e se tem acesso a ele. Sabe a situação em que está esse licenciamento e qual foi o parecer. Mas, nós precisamos fazer isso de forma mais sistemática e organizada e estamos nos preparando para isso.

Existem, claro, outros aspectos. Nós vivemos em um sistema federativo, não é unitário. Então, muito dos procedimentos... Existem autonomias nos Estados e nos próprios Municípios para atuarem de forma suplementar, até sob aspecto normativo, legislativo. Então, nós temos aí uma necessidade, acho que não é só na área ambiental, de trabalhar uma visão mais integrada desses processos autorizativos, porque, muitas vezes, eles se sobrepõem, se conflitam. Acho que nós vivemos agora um momento muito importante que é o da regulamentação da Lei Complementar nº 140, aprovada agora há um ano aqui no Congresso, que trata das atribuições dos Governos Estaduais e do Governo Federal no âmbito da gestão ambiental. Acho que isso vai dar um ganho ao definir mais claramente os papeis, portanto, vai dar um ganho de escala dentro desse processo.

Há, por último, outro elemento também, Senador – depois me coloco à disposição para –, que é a qualidade do que entra para ser licenciado. Há muita intenção chegando para licenciamento. Aí você não precisa de muita informação, mas precisa ter uma clareza se o projeto vai ser aqui ou se vai passar por ali, pois eu preciso do projeto para saber como é que o coloco no território e identifico o que será gerenciado no âmbito do licenciamento. E, às vezes, isso não vem! E não vem, claramente. Então, há toda essa questão dos procedimentos.

A gente vê hoje em vários Ministérios – como o próprio Senador Lobão falou – em que existem espaços, diretorias, gerências de meio ambiente que facilitam muito esse processo de garantia à qualidade do que sai do empreendedor e chega ao licenciamento. Então, é uma série de iniciativas que estão avançando.

Eu acho que essa questão que o senhor traz desse processo de sobreposição às vezes de autorizações e de coordenação no âmbito federativo tem que ser pensado. E acho que é uma coisa até para esta Casa, o Congresso, pensar como é que a gente trabalha esse tipo de articulação, porque o licenciamento ambiental hoje acaba, no limite, por falta às vezes de um tratamento prévio, fazendo uma série de articulações de políticas sociais que não estão no âmbito do licenciamento.

Eu sempre digo: tratem essas questões, que são relevantes, têm mérito, mas não têm nada a ver com os impactos ambientais do projeto, fora do licenciamento. O que tem que estar dentro do licenciamento é aquilo que tem relação com os estudos ambientais, com os impactos ligados ao projeto.

Eu não posso fazer o empreendedor pagar uma conta que, muitas vezes, é de políticas públicas. E eu não tenho nem governabilidade para fazer isso dentro do licenciamento. Eu não tenho mandato para isso.

Então, essas são questões que nós estamos aprimorando. E sabemos que precisamos dessa coordenação sob o aspecto dos empreendimentos e também dessa coordenação na ótica da relação federativa.

Obrigado, Senador.

O SR. PRESIDENTE (Delcídio do Amaral. Bloco Apoio Governo/PT – MS) – Muito obrigado, Dr. Volney.

Antes de encerrar a audiência pública, eu vou votar aqui, em caráter extraordinário, o Requerimen-

to nº 43, de 2013, da Comissão de Infraestrutura, do Senador Ferraço.

EXTRAPAUTA

ITEM 1
REQUERIMENTO DA COMISSÃO DE SERVIÇOS DE INFRAESTRUTURA Nº 43 DE 2013

Requeiro, nos termos do art. 93, I e II, do RISF, seja realizada audiência pública, na Comissão de Serviços de Infraestrutura, com a presença dos Exmos Srs. Dr. César Borges, Ministro dos Transportes, Dr. Jorge Bastos, Diretor-Geral da Agência Nacional de Transportes Terrestres – ANTT, para esclarecer a modelagem adotada na concessão das Rodovias BR-262 e BR-050, cujo edital foi publicado no dia 1º de agosto de 2013

Autoria: Senador Ricardo Ferraço

Em discussão o requerimento. *(Pausa.)*

Não havendo quem queira discutir, encerro a discussão.

Em votação o requerimento.

As Srªs e os Srs. Senadores que o aprovam permaneçam como se encontram. *(Pausa.)*

Aprovado o Requerimento nº 43, do Senador Ferraço.

Antes de encerrarmos a presente reunião, agradeço a presença de todos, em especial a dos nossos convidados Márcio Zimmermann, Secretário Executivo do Ministério de Minas e Energia; Volney Zanardi Júnior, Presidente do Instituto Brasileiro do Meio Ambiente e dos Recursos Naturais Renováveis – Ibama; Dr. Francisco Gomide, Professor de Engenharia de Recursos Hídricos da Universidade Federal do Paraná (UFPR) e ex-Ministro de Estado do Ministro de Minas e Energia; Sérgio Bajay, Professor da Universidade Estadual de Campinas – Unicamp.

Por fim, convoco as Srªs e os Srs. Senadores para a nossa próxima reunião, a ser realizada imediatamente após o encerramento desta, para deliberar sobre as emendas a serem apresentadas pela Comissão de Serviços de Infraestrutura ao Projeto de Lei do Congresso Nacional nº 02, de 2013, LDO (Lei de Diretrizes Orçamentárias).

Em instantes darei início à próxima reunião, para aprovar as emendas à LDO, Projeto de Lei do Congresso Nacional nº 02, de 2013.

Agradeço, mais uma vez, a excelente exposição dos convidados, e agradecer-lhes também pela paciência.

Está encerrada a presente reunião.

(Iniciada às 07 horas e 30 minutos, a reunião é encerrada às 11 horas e 29 minutos.)

SUBSECRETARIA DE APOIO ÀS COMISSÕES PERMANENTES

COMISSÃO DE SERVIÇOS DE INFRAESTRUTURA

ATA DA 33ª REUNIÃO, EXTRAORDINÁRIA, DA COMISSÃO DE SERVIÇOS DE INFRAESTRUTURA, DA 3ª SESSÃO LEGISLATIVA ORDINÁRIA, DA 54ª LEGISLATURA, REALIZADA EM 14 DE AGOSTO DE 2013, ÀS 11 HORAS E 30 MINUTOS, NO PLENÁRIO Nº 13 DA ALA SENADOR ALEXANDRE COSTA.

Às onze horas e trinta minutos do dia quatorze de agosto de dois mil e treze, no Plenário da Comissão, sob a Presidência do Senador **Delcídio do Amaral**, reúne-se a Comissão de Serviços de Infraestrutura, com a presença dos Senadores **Acir Gurgacz, Inácio Arruda, Clésio Andrade, Lobão Filho, Valdir Raupp, Sérgio Petecão, Cícero Lucena, Flexa Ribeiro, Wilder Morais, Fernando Collor, Blairo Maggi, Vicentinho Alves, Alfredo Nascimento, José Pimentel, Vanessa Grazziotin, Sérgio Souza, Ricardo Ferraço** e **Waldemir Moka.** Deixam de comparecer os demais Senadores. O Presidente declara aberta a reunião, propondo a dispensa da leitura e aprovação da ata da 32ª Reunião, que é dada como lida e aprovada. Em seguida, dá-se início à deliberação das Emendas a serem apresentadas pela Comissão de Serviços de Infraestrutura ao **Projeto de Lei do Congresso Nacional nº 02, de 2013**, que "dispõe sobre as diretrizes para a elaboração e execução da Lei Orçamentária de 2014 e dá outras providências". O Relator das Emendas na Comissão, Senador **Francisco Dornelles**, faz a leitura do relatório. O Senador **Waldemir Moka** faz uso da palavra. É aprovada a apresentação das seguintes emendas de inclusão de meta: **1 – Programa**: 2075 – Transporte Rodoviário; **Ação**: 7S29 – Adequação de Trecho Rodoviário – Trecho Entroncamento BR-060/GO – Entroncamento BR-365 (A) (Xapetuba/MG) – na BR-452 – No Estado de Goiás; **Acréscimo de Meta**: 300. **2 – Programa**: 2072 – Transporte Ferroviário; **Ação**: NOVA – Ampliar o sistema ferroviário nacional, em bitola de maior capacidade, de forma integrada com os demais modos de transporte; **Acréscimo de Meta**: 1. **3 – Programa**: 2072 – Transporte Ferroviário; **Ação**: 7S26 – Construção de Trecho Ferroviário – Trecho Maracaju (MS) – Cascavel (PR) – na EF-484 (Ferroeste) – Nacional; **Acréscimo de Meta**: 100. **4 – Programa**: 2072 – Transporte Ferroviário; **Ação**: 116X – Construção da Ferrovia Norte-Sul – Palmas/TO – Uruaçu/GO;

Acréscimo de Meta: 6. **5 – Programa**: 2075 – Transporte Rodoviário; **Ação**: NOVA – Duplicação da BR-364 – trecho Vilhena/RO – Porto Velho/RO – até divisa com o Acre; **Acréscimo de Meta**: 900. É aprovada a apresentação das seguintes emendas ao texto da lei: **6 – Tipo**: Aditiva; **Referência**: Corpo da lei – Artigo 94 Parágrafo 4. **7 – Tipo**: Aditiva; **Referência**: Corpo da lei – Artigo 59. **8 – Tipo**: Modificativa; **Referência**: Corpo da lei – Artigo 98 Parágrafo 1. **9 – Tipo**: Aditiva; **Referência**: Corpo da lei – Artigo 9. **10 – Tipo**: Aditiva; **Referência**: Corpo da lei – Artigo 13 Parágrafo 2. O Presidente propõe a dispensa da leitura e aprovação da ata da presente Reunião, que é dada como lida e aprovada. Nada mais havendo a tratar, a Reunião é encerrada às onze horas e trinta e seis minutos, lavrando eu, Álvaro Araujo Souza, Secretário da Comissão, a presente Ata que, após lida e aprovada, será assinada pelo Presidente, e publicada no Diário do Senado Federal, juntamente com a íntegra das notas taquigráficas.

Senador **Delcídio do Amaral. –** Presidente em Exercício

(Texto com revisão.)

O SR. PRESIDENTE (Delcídio do Amaral. Bloco Apoio Governo/PT – MS) – Declaro aberta a 33ª Reunião Extraordinária da Comissão de Serviços de Infraestrutura da 3ª Sessão Legislativa Ordinária da 54ª Legislatura.

Antes de iniciarmos os nossos trabalhos, proponho a dispensa da leitura e aprovação da ata da 32ª Reunião.

Os Senadores e as Senadoras que concordam permaneçam como estão. *(Pausa.)*

Aprovada.

Pauta.

ITEM 1

– Não terminativo –

Deliberação sobre as emendas a serem apresentadas por esta Comissão de Serviços de Infraestrutura ao Projeto de lei do Congresso Nacional nº 02, de 2013 (PLDO/2014), que dispõe sobre as diretrizes para elaboração e execução da Lei Orçamentária para o ano de 2014, e dá outras providências, de autoria da Presidenta da República.

Relatoria: Senador Francisco Dornelles.

O relatório do meu querido Senador Francisco Dornelles é pela inadmissibilidade, tendo em vista a legislação pertinente das Emendas ao Anexo de Metas e Prioridades nºs 3, 8, 15, 16, 19, 20 e 21.

II – Pelo acolhimento integral, no mérito, das Emendas ao Anexo de Metas e Prioridades nºs 4, 7, 11, 14 e 18.

III – Pela rejeição, no mérito, das Emendas ao Anexo de Metas e Prioridades nºs 1, 2, 5, 6, 9, 10, 12, 13 e 17.

IV – Pelo acolhimento integral, no mérito das Emendas de Texto nºs 22, 23, 24, 25 e 26.

Concedo a palavra ao Senador Ministro Francisco Dornelles, para proferir o seu relatório.

O SR. FRANCISCO DORNELLES (Bloco Maioria/PP – RJ) – Sr. Presidente, Srªs e Srs. Senadores, o relatório já foi amplamente divulgado. Então, se V. Exª permitir, vou para a conclusão.

O SR. PRESIDENTE (Delcídio do Amaral. Bloco Apoio Governo/PT -MS) – Sempre de uma forma bastante objetiva, meu caro Senador Dornelles.

O SR. FRANCISCO DORNELLES (Bloco Maioria/PP – RJ) – Em razão de todo o exposto, pela inadmissibilidade, tendo em vista a legislação pertinente das Emendas nºs 3, 8, 15, 16, 19, 20 e 21.

Pelo acolhimento integral, no mérito, das Emendas ao Anexo de Metas nºs 4, 7, 11, 14 e 18.

Pela rejeição, no mérito, das Emendas de Anexo nºs 1, 2, 5, 6, 9, 10, 12, 13 e 17.

E pelo acolhimento integral, no mérito, das Emendas nºs 22, 23, 24, 25 e 26.

Esse é o parecer, Sr. Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Delcídio do Amaral. Bloco Apoio Governo/PT – MS) – Muito obrigado, meu caríssimo e objetivo Senador Francisco Dornelles.

Em discussão o relatório. *(Pausa.)*

O Senador Moka quer discutir o relatório do Senador Dornelles?

O SR. WALDEMIR MOKA (Bloco Maioria/PMDB – MS) – Quero discutir para agradecer o acolhimento de uma emenda que tem uma importância muito grande para o nosso Estado, Senador Delcídio. Na verdade, nessa área de infraestrutura, o nosso Estado tem carência. Então, agradeço. Sei que o critério adotado é em função da necessidade mesmo, não é? Ninguém ousa, aqui no Senado, divergir ou discordar do Senador Dornelles.

De forma que eu vim aqui, humildemente, para aprovar, mesmo que a minha emenda não tivesse sido contemplada, Senador.

O SR. FRANCISCO DORNELLES (Bloco Maioria/PP – RJ) – Eu queria dizer a V. Exª que, às vezes, a gente toma decisões com a razão e com o coração. Com a razão, porque a emenda era pertinente; com o coração, por ser uma emenda do Senador Moka, numa reunião presidida por V. Exª.

O SR. PRESIDENTE (Delcídio do Amaral. Bloco Apoio Governo/PT -MS) – Muito obrigado, Senador Dornelles.

Em votação o relatório.

As Srªs e os Srs. Senadores que o aprovam permaneçam como se encontram. (*Pausa.)*

Aprovado.

As emendas serão encaminhadas à Comissão Mista de Planos, Orçamentos Públicos e Fiscalização para as devidas providências.

Antes de encerrarmos a presente reunião, e desde já agradecendo a presença de todas as Srªs Senadoras e os Srs. Senadores, convoco nossa próxima reunião, que se realizará no dia 19 de agosto de 2013, segunda-feira, às 18 horas, neste plenário, dando continuidade à série de audiências públicas, "Investimento e Gestão: Desatando o Nó Logístico do País", com a apresentação do quarto painel: "A Mineração no Brasil, integrante do ciclo intitulado Mineração: governança e logística".

Nessa reunião, contaremos com os seguintes convidados: Dr. Paulo Guilherme Galvão, Diretor de Planejamento e Desenvolvimento de Mineração do Departamento Nacional de Produção Mineral, DNPM; Sr. Manuel Barretto Rocha Neto, Diretor-Presidente da CPEM Serviços Geológicos do Brasil; Dr. Carlos Vilhena, sócio da Pinheiro Neto Advogados, especialista em Direito Mineral.

Por fim, proponho a dispensa da leitura e aprovação da ata da presente reunião, que nós analisamos as emendas à LDO.

As Srªs e os Srs. Senadores que aprovam permaneçam como se encontram. (*Pausa*.)

Aprovada.

Declaro encerrada esta reunião de hoje, de mais esse encontro da Comissão de Infraestrutura.

Uma boa-tarde a todos!

(Iniciada às 11 horas e 30 minutos, a reunião é encerrada às 11 horas e 36 minutos.)

ATA DA 18ª REUNIÃO EXTRAORDINÁRIA, DA COMISSÃO DE DESENVOLVIMENTO REGIONAL E TURISMO, DA 3ª SESSÃO LEGISLATIVA ORDINÁRIA DA 54ª LEGISLATUA, REALIZADA EM 10 DE JULHO DE 2013, QUARTA-FEIRA, ÀS 10 HORAS, NA SALA DE REUNIÕES Nº 07 DA ALA SENADOR ALEXANDRE COSTA, ANEXO II DO SENADO FEDERAL.

Às nove horas e três minutos do dia dez de julho do ano de dois mil e treze, na sala de reuniões número sete da Ala Senador Alexandre Costa, Anexo II do Senado Federal, sob a Presidência do Senador Antonio Carlos Valadares, reúne-se a Comissão de Desenvolvimento Regional e Turismo com a presença dos Senadores: Wellington Dias, Inácio Arruda, João Durval, Lídice da Mata, Ana Amélia, Ruben Figueiró, Maria do Carmo Alves, Vicentinho Alves, Vital do Rêgo e Cícero Lucena. Deixam de comparecer os Senadores: Romero Jucá, Ricardo Ferraço, Ciro Nogueira, Benedito de Lira, Kátia Abreu, Aloysio Nunes Ferreira e Armando Monteiro. Havendo número regimental, é declarada aberta a Reunião, dispensando-se a leitura da Ata da Reunião anterior, que é dada como aprovada. A Presidência esclarece que, conforme Pauta previamente distribuída, a presente reunião se divide em duas partes: A **1ª Parte, destinada a realização de Audiência Pública**, em atendimento ao RDR 23/2013, de autoria do Senador Inácio Arruda, para: "Discutir sobre alternativas para o desenvolvimento da Região Nordeste, que está sendo proposto pelo Movimento Integra Brasil: Fórum Nordeste no Brasil e no Mundo, uma iniciativa do setor produtivo brasileiro para reduzir as desigualdades regionais", em atendimento ao Requerimento nº RDR 23/12, de autoria do Senador Inácio Arruda. A Audiência Pública é realizada com a presença dos seguintes convidados: Carlos Prado – Vice-Presidente da Federação das Indústrias do Estado do Ceará, (em representação à Sra. Tânia Bacelar de Araújo – Professora da Universidade Federal do Pernambuco – UFPE); Vivian Nicolle Barbosa de Alcântara, Presidente do Centro Industrial do Ceará – CIC, Armando Avena, Professor da Universidade Federal da Bahia, e Albertino Leal de Barros Filho Superintendente da Federação das Indústrias do Estado do Maranhão – FIEMA (representante de: Edilson Baldez das Neves). Após a exposição dos convidados, usam da palavra os Senadores membros da Comissão: Inácio Arruda e Lídice da Mata, e, também, o Senador não membro da Comissão, José Pimentel. A **2ª Parte da Reunião**, **destinada à deliberação de proposições**: **ITEM 1 – REQUERIMENTO DA COMISSÃO DE DESENVOLVIMENTO REGIONAL E TURISMO nº 27, de 2013**, que: "Na forma regimental e, em aditamento ao Requerimento nº. 26 de 2013-CDR, solicito que seja também incluído o senhor Ueze Zahran – Presidente da Copagaz, empresário do setor de gás com vasta experiência no ramo, como convidado para a Audiência Pública a ser realizada por esta Comissão de Desenvolvimento Regional e Turismo – CDR, em data oportuna, que contará com a presença da Sra. Maria das Graças Silva Foster, Presidente da Petróleo Brasileiro S.A. (Petrobras), para discutir e aprofundar os investimentos da empresa nas Regiões Centro-Oeste, Nordeste e Norte do País e, em especial, no Estado do Mato Grosso do Sul". **Autoria**: Senador Ruben Figueiró. **Resultado**: Aprovado. **EXTRAPAUTA: ITEM 2 – REQUERIMENTO DA COMISSÃO DE DESENVOLVIMENTO REGIONAL E TURISMO nº 28**, de 2013,

que: "Requeiro, nos termos regimentais, o apoio desta Comissão à organização e realização de visita técnica e Seminário: 'Novo Programa de Regionalização do Turismo: erros e acertos do desenvolvimento turístico regional no Brasil', a ser realizado em parceria com as Comissões de Turismo e Desporto (CTD) e de Viação e Transportes da Câmara dos Deputados, no Centro de Eventos da Estância Ecológica SESC Pantanal, localizada entre os Municípios de Poconé e Barão de Melgaço, Estado de Mato Grosso. Requeiro, ainda, que sejam destacados para assessorar os Parlamentares que participarão do Seminário/Visita Técnica um Consultor Legislativo do Senado Federal, que possa auxiliar na preparação de relatórios, estudos e outras tarefas correlatas, assim como de um servidor da Secretaria da Comissão de Desenvolvimento Regional e Turismo, que participará diretamente na organização do evento." **Autoria**: Senador Antonio Carlos Valadares.**Resultado:** Aprovado. **ITEM 3 – REQUERIMENTO DA COMISSÃO DE DESENVOLVIMENTO REGIONAL E TURISMO nº 29**, de 2013, que: **"**Requeiro, nos termos regimentais, a realização de audiência pública por esta Comissão de Desenvolvimento Regional e Turismo, para discutir as questões relativas à MOBILIDADE URBANA, tendo como convidado o Ministro das Cidades, senhor Aguinaldo Velloso Borges Ribeiro." **Autoria:** Senador Rodrigo Rollemberg. **Resultado**: Aprovado. **ITEM 4 – REQUERIMENTO DA COMISSÃO DE DESENVOLVIMENTO REGIONAL E TURISMO nº 30**, de 2013, que: **"**Requeiro, nos termos do art. 93, inciso II, combinado com o art. 113 do Regimento Interno do Senado Federal, a realização de Audiência Pública na Comissão de Desenvolvimento Regional e Turismo – CDR, conjunta com a Comissão de Educação, Cultura e Esporte – CE e com a Comissão de Ciência, Tecnologia, Inovação, Comunicação e Informática – CCT, para debater a importância da realização do 'WORLDSKILL' na cidade de São Paulo, no ano de 2015, e a contribuição do Sistema 'S' para a educação profissional, devendo ser convidados o Sr. Robson Braga de Andrade – Presidente da Confederação Nacional da Indústria – CNI; o Sr. Rafael Lucchesi – Diretor Geral do SENAI e Diretor de Educação e Tecnologia da CNI; Sr. José Henrique Paim Fernandes – Secretário Executivo do Ministério da Educação e o Sr. Luiz Antonio Rodrigues Elias – Secretário Executivo do Ministério da Ciência, Tecnologia e Inovação." **Autoria:** Senador Antonio Carlos Valadares. **Resultado**: Aprovado. **ITEM 5 – REQUERIMENTO DA COMISSÃO DE DESENVOLVIMENTO REGIONAL E TURISMO nº 31, de 2013**, que: **"**Requeiro, nos termos regimentais, que esta Comissão possa participar dos Workshops e Mesa Redonda que estão sendo realizados com iniciativa do 'Movimento Integra Brasil – Fórum Nordeste no Brasil e no Mundo' conforme calendário a seguir: Workshops: – Situação atual e transformações recentes – Salvador/BA em 15.07.2013; – Aspectos estratégicos do desenvolvimento – Recife/PE em 26.07.2013; e – O Nordeste visto de fora – Rio de Janeiro/RJ em 13.08.2013. Mesa Redonda: – As desigualdades intrarregionais na economia nordestina: soluções e encaminhamentos – Campina Grande em 18.07.2013." **Autoria:** Senador Inácio Arruda. **Resultado:** Aprovado. Nada mais havendo a tratar, encerra-se a reunião às onze horas e quarenta e seis minutos, lavrando eu, Selma Míriam Perpétuo Martins, Secretária da Comissão, a presente Ata que, lida e aprovada, será assinada pelo Senhor Presidente e publicada no Diário do Senado Federal, juntamente com a íntegra das notas taquigráficas.

Senador **Antonio Carlos Valadares,** Presidente da Comissão de Desenvolvimento Regional e Turismo – CDR.

(*Texto com revisão*.)

O SR. PRESIDENTE (Antonio Carlos Valadares. Bloco/PSB – SE) – Havendo número regimental, declaro aberta a 18ª Reunião Extraordinária da Comissão de Desenvolvimento Regional e Turismo da 3ª Sessão Legislativa Ordinária da 54ª Legislatura.

Antes de iniciarmos os nossos trabalhos, proponho a dispensa da leitura e a aprovação da Ata da 17ª Reunião da Comissão.

Os Senadores e Senadoras que aprovam permaneçam como se encontram. (*Pausa*.)

A ata está aprovada e será publicada no *Diário do Senado Federal*, juntamente com as notas taquigráficas.

Srs. Senadores, Srªs Senadoras, eu gostaria de aproveitar esta oportunidade para relatar que, entre os dias 2 e 7 de julho deste ano, na qualidade de Presidente da Comissão de Desenvolvimento Regional e Turismo e membro da Comissão de Educação, Cultura e Esporte, participei da 42ª edição da WorldSkills Competitions, na cidade de Leipizig, Alemanha.

A ideia do evento WorldSkills surgiu em 1946, por iniciativa do então Diretor-Geral da Organização de Trabalhadores Espanhóis, Antonio Elola Olaso, que percebeu que era preciso criar um sistema eficaz de capacitação profissional. A partir da ideia, realizou-se o primeiro concurso nacional em Madrid, capital espanhola, reunindo quatro mil aprendizes.

Devido ao sucesso, os idealizadores queriam promover mais torneios que salientassem competições, revelando os diferentes níveis de habilidade e capacidade de pessoas de outros países. Por haver maior afinidade, países latino-americanos foram convidados para criar uma competição internacional, mas somente Portugal se interessou. Foi o pontapé inicial para que

em 1950, com 12 jovens qualificados de Portugal e Espanha, ocorresse a 1ª WorldSkills, primeira competição internacional de formação profissional.

De lá para cá, o evento reúne, a cada dois anos, jovens com até 21 anos, de mais de 50 países das Américas, Europa, Ásia e África, que simulam desafios das profissões, que devem ser cumpridos dentro de padrões internacionais de qualidade.

Desde 1983, o Brasil é representado no evento pelo Serviço Nacional de Aprendizagem Industrial (Senai). Nesse período, já acumulou 55 medalhas e 77 certificados de excelência.

Os estudantes que representam o Brasil no WorldSkills estão entre os melhores do mundo em sua profissão. Para chegarem à disputa mundial, os alunos do Senai e do Serviço Nacional de Aprendizagem Comercial (Senac) passam pelas etapas interescolares, estadual e nacional, da Olimpíada do Conhecimento. Os primeiros e os segundos colocados nessa competição fazem ainda um desempate. O vencedor é o finalista brasileiro. Mas antes de carimbar o passaporte, eles enfrentam duas provas simuladas, nas quais precisam confirmar as notas mínimas exigidas.

Vemos, então, que é um concurso bastante exigente e é árdua a tarefa dos estudantes que querem competir.

Neste ano, o Brasil participou com 37 estudantes do Senai e 4 estudantes do Senac. Do total, 26 são representantes do Sudeste, 8 do Sul, 5 do Nordeste e 2 do Centro-Oeste. Os estudantes foram selecionados na Olimpíada do Conhecimento, realizada em novembro de 2012, com mais de 600 estudantes que passaram por cursos de aprendizagem ou qualificação industrial ou formação técnica de nível médio. Trata-se da maior delegação já formada pelo País para o torneio desde 1983, que marcou o início – como eu falei – da participação brasileira.

Na 42ª edição da WorldSkills, mais de mil competidores em 46 ocupações participaram, fazendo desta a maior competição já realizada no mundo. O Brasil encerrou sua participação no evento conquistando 12 medalhas. A delegação brasileira levou quatro medalhas de ouro, cinco de prata e três de bronze, além de 15 diplomas de excelência.

O País disputou em 37 das 46 ocupações do torneio. No *ranking* das 53 nações que participaram do torneio WorldSkills, o Brasil ficou em quinto lugar em número de medalhas, com 52 pontos atrás da Coreia, da Suíça, de Taiwan e do Japão.

Eu gostaria de parabenizar e, em nome desta Comissão, reconhecer o sucesso da participação de toda delegação brasileira na competição. Faço apenas uma menção especial aos medalhistas brasileiros, citando-os nominalmente e mencionando suas respectivas modalidades: Richard Souza da Silva, 18 anos, medalha de ouro em Polimecânica; Henrique Baron, 20 anos, e Maurício Zangali Toigo, 20 anos, medalhas de ouro em Mecatrônica; Henrique da Silva Santana, 20 anos, ouro em Fresagem CNC; Ricardo Calvi Vivian, 20 anos, medalha de ouro em *Design* Gráfico; Paulo Kazuo Inoue, 20 anos, medalha de prata em *Design* de Engenharia Mecânica; Leonardo Felix Gajardo, 18 anos, medalha de prata em TI-Soluções de *Software;* Rafael Wenderson Morais Pereira, 20 anos, medalha de prata em Soldagem; Renata da Silva Santos, 17 anos, medalha de prata em Joalheria; Kleber da Silva Santos, 20 anos, medalha de prata em Caldeiraria; Felipe Barbosa Benício, 22 anos, medalha de bronze em Mecânica de Refrigeração; Nagella Araújo, 21 anos, medalha de bronze em Vitrinismo; Caíque Ferreira de Faria, 19 anos, medalha de bronze em Eletricidade Industrial.

Ressalto que todos os 41 estudantes brasileiros merecem nossas homenagens, afinal chegar lá já é uma grande conquista e representar o Brasil no exterior é uma grande honra, além de uma rica experiência de vida.

A importância da formação profissional. Depois de vivenciar nesses dias, na cidade de Leipzig, a competição, e me aprofundar nas peculiaridades da Alemanha, posso afirmar que o modelo de formação profissional alemão e de muitos países que participaram do torneio é um modelo que deve ser seguido por todos os países em desenvolvimento, como é o Brasil.

No país germânico, cerca da metade dos jovens, após concluir o equivalente ao ensino fundamental do Brasil – a 8ª série –, aprende um dos 350 ofícios reconhecidos pelo estado por meio do sistema dual, que combina atividades na escola e na empresa.

Ao longo da semana, o estudante passa três ou quatro dias como aprendiz em uma empresa. Nos demais dias, um ou dois, tem aulas teóricas específicas na escola profissionalizante. O curso pode durar de dois a três anos e meio, conforme a profissão escolhida pelo jovem.

De acordo com o centro de informações do Governo alemão, a formação é financiada pelas empresas, que pagam remuneração aos aprendizes, e pelo estado, responsável pelos custos da escola profissionalizante.

O serviço público e os profissionais liberais oferecem formação profissionalizante para os jovens. Mais de 80% das vagas são oferecidas por médias e pequenas empresas. E graças a esse sistema, a percentagem de jovens de 15 a 19 anos desempregados ou sem vaga num curso profissionalizante é de 4,2%

naquele país, Alemanha. Apenas 4,2% de desemprego entre os jovens de 15 a 19 anos.

A união de teoria e prática garante a alta qualificação dos artesãos e operários alemães. Esta formação é também a porta de entrada para uma carreira, indo do aperfeiçoamento profissional até a obtenção do certificado de mestre de ofício. Uma novidade, na Alemanha, é a possibilidade de, por meio de cursos de especialização, qualificar-se até concluir um curso de *master* em uma escola superior.

No Brasil e na maioria dos países em desenvolvimento ou desenvolvidos, a educação profissional tem um papel relevante no combate ao desemprego e na abertura de postos de trabalho para jovens talentosos. Essa é a realidade do Brasil. Dos 24 milhões de jovens brasileiros, apenas quatro milhões vão para a universidade. Por isso, precisamos avançar na inclusão do jovem no ensino profissional.

Atualmente, apenas 6,6% dos jovens brasileiros estão matriculados em cursos de educação profissional. É preciso, então, que avancemos. O percentual é muito inferior à média dos países industrializados, onde, conforme dados da Organização para a Cooperação e Desenvolvimento Econômico (OCDE), 35% dos jovens nos países industrializados optam pela educação profissional.

Na Alemanha e na Finlândia, cerca de 50% optam pela educação profissional e fazem cursos técnicos. E na França, em torno de 58% dos jovens optam pela educação profissional, enquanto no Brasil são 6,6%. É uma disparidade; uma diferença que precisa ser resolvida. E se não fosse a atuação do Sistema S – Sesc, Sesi, Senac e Senai –, sob a coordenação da CNI, nós estaríamos numa situação bastante fragilizada no Brasil em relação à educação profissionalizante.

A formação profissional é indispensável para aumentar a competitividade das empresas. Pesquisas da Confederação Nacional da Indústria confirmam que a escassez de mão de obra qualificada está entre os principais problemas das empresas brasileiras. Conforme a pesquisa Sondagem Industrial, a falta de trabalhador qualificado foi o quinto principal problema enfrentado pelos empresários, no primeiro trimestre deste ano.

De acordo com o mapa do trabalho industrial, entre 2012 e 2015 a indústria brasileira vai precisar, pelo menos, de 7,2 milhões de profissionais com formação técnica e profissionalizante. E do total, 1,1 milhão serão vagas para jovens em busca do primeiro emprego.

Em comparação com o estudo de 2008, houve o aumento de 24% na demanda por profissionais qualificados. A necessidade apontada para o período de 2008 a 2011 foi de 5,8 milhões.

Não basta o ensino acadêmico. Não basta aprender a ler, a escrever e a contar, é preciso ter preparo tecnológico, é preciso o exercício de uma profissão para ter um emprego decente.

Inclusive, no WorldSkills houve um espaço para palestrantes vindos de vários países. Do Brasil, Lula estava presente. Líderes mundiais falaram sobre as suas experiências nos seus próprios países e Lula foi enfático ao dizer que era operário e aprendeu muito no Senai. E graças a essa aprendizagem, a essa educação profissionalizante, ele, integrante de uma família de oito filhos, em tom de orgulho e ao mesmo tempo de brincadeira, afirmou: "Eu fui o único filho dessa família de oito filhos que teve a sua primeira televisão, a sua primeira geladeira, o seu primeiro carro e, dentre os oito filhos, eu fui o único Presidente da República".

Também, é demais querer que uma só família tenha dois presidentes! Mas está de parabéns o Lula, que fez o Senai, formou-se, trabalhou, construiu uma família, construiu uma profissão e se tornou Presidente da República. Essa é uma prova de que o País é democrático e a formação profissionalizante ajuda o cidadão a crescer e a se desenvolver.

Então, essa pesquisa a que me referi mostra que a demanda pela capacitação de 7,2 milhões de profissionais estará distribuída em 177 ocupações diferentes.

Quero convidar o Senador Inácio Arruda, que é o nosso Vice-Presidente, para ficar aqui ao meu lado. Eu ficarei mais bonito, mais simpático e mais prestigiado.

São profissões procuradas principalmente pela indústria de alimentos, têxtil, automotiva, da construção civil, eletrônica, entre outros setores. A necessidade vai desde formações de média qualificação, como operadores de máquinas pesadas e mecânicos de manutenção de máquinas industriais e de veículos automotores, até cursos que exigem mais tempo de preparação, como técnicos de controle de produção em eletrônica.

No que diz respeito à empregabilidade dessas pessoas, um outro estudo do Senai mostrou que um ano depois de obterem o diploma, os trabalhadores de nível técnico formados na instituição Senai conseguem aumentar sua renda em 24%. O levantamento acompanhou metade dos quase 40 mil que terminaram os cursos em 2010.

Desse total, 72% conseguem trabalho no primeiro ano depois de se formarem. Esses alcançaram renda média de 2,6 salários mínimos, cerca de R$1,6 mil na época. Os que atuam em áreas relacionadas às de formação são 73% dos que estão ocupados, e a renda média deles é 19% maior que a dos ocupados em outras áreas.

Já estou encerrando.

O exemplo da cidade de Leipzig e a próxima edição na cidade de São Paulo. A 42ª edição do WorldSkills foi realizada na cidade de Leipzig, localizada no leste da Alemanha, a 150 quilômetros de Berlim. Fundada no século XII, a cidade é há séculos famosa por sua relação com a música clássica. Atualmente, ela também nos impressiona por sua infraestrutura urbana e moderna.

Desde os primórdios do comércio de longa distância, Leipzig se beneficiou de sua posição privilegiada dentro da rede de transportes. A localização da cidade no cruzamento de duas rotas comerciais continentais fez com que surgisse a Feira de Leipzig há mais de 800 anos. Eu constatei pessoalmente, não só em Leipzig como também em Berlim, que o transporte urbano é de ótima qualidade. A mobilidade urbana é orgulho daquele povo.

Lá, transitando para os encontros, pude andar de VLT, andar de trem, um transporte cômodo, rápido e barato, no qual você pode se locomover por toda a cidade, disputando com ônibus a preferência dos passageiros. O ônibus tem um sistema lá atrás em relação ao VLT, em relação a esse transporte que começou a vigorar, a existir, na Alemanha não no ano passado, mas no ano de 1920. Isto é, há quase 100 anos as cidades da Alemanha utilizam o transporte através de trilhos para a melhoria da qualidade de vida da população.

Hoje em dia, no alvorecer do século XXI, estradas, ferrovias e rotas aéreas estão sendo melhoradas para atender às necessidades futuras. Ligações de transportes eficientes e uma rede integrada de meio de transporte são fatores-chaves para o desenvolvimento econômico de toda a região.

Em 2015, ocorrerá a 40ª edição do WorldSkills na cidade de São Paulo. Temos desafios pela frente. Em primeiro lugar, o de prepararmos nossos jovens para participarem da competição em todas as suas modalidades, tarefa que vem sendo levada a cabo com eficiência pelo Sistema S. Será uma oportunidade de mostrarmos o potencial da nossa formação profissional e dividirmos experiências que, com certeza, vão incrementar o nosso modelo educacional. Em segundo lugar, o nosso desafio é que, quem sabe, inspirados na experiência de Leipzig, possamos ter construído em nossas cidades uma infraestrutura urbana mais eficiente, notadamente uma rede de mobilidade urbana integrada que atua em prol do desenvolvimento econômico social dos moradores da cidade, das regiões que se integram aos nossos centros urbanos.

(Interrupção do som.)

O SR. PRESIDENTE (Antonio Carlos Valadares. Bloco/PSB – SE) – Conforme pauta previamente distribuída, a presente reunião está dividida em duas partes, sendo a primeira destinada à realização de audiência pública em atendimento ao Requerimento nº 23/2013-CDR, de autoria do Senador Inácio Arruda, destinada a discutir sobre alternativas para o desenvolvimento da Região Nordeste, que está sendo proposto pelo Movimento Integra Brasil. É um fórum nordestino no Brasil e no mundo, uma iniciativa do setor produtivo brasileiro para reduzir as desigualdades regionais.

A segunda parte é destinada à deliberação de várias proposições.

Vamos, então, à primeira parte, que diz respeito ao requerimento de autoria do Senador Inácio Arruda.

Para tanto, convido a participar da Mesa: Carlos Prado, Vice-Presidente da Federação das Indústrias do Estado do Ceará, em representação à Srª Tânia Bacelar de Araújo, Professora da Universidade Federal de Pernambuco; Vivian Nicolle Barbosa de Alcântara, Presidente do Centro Industrial do Ceará (CIC); Armando Avena, Professor da Universidade Federal da Bahia; e Albertino Leal de Barros Filho, Superintendente da Federação das Indústrias do Estado do Maranhão (Fiema) em representação a Edilson Baldez das Neves, Presidente da Fiema.

Bem-vindos a esta Comissão! É um prazer recebê-los.

Em primeiro lugar, como sempre, nós homenageamos as mulheres. Por isso, a primeira a ser ouvida, e terá direito de fazer a sua palestra pelo prazo de 15 minutos, será Vivian Nicolle Barbosa de Alcântara, Presidenta do Centro Industrial do Ceará, a quem concedo a palavra, com muito prazer.

A SRª VIVIAN NICOLLE BARBOSA DE ALCÂNTARA – Bom dia a todos!

Cumprimento a Mesa na pessoa do Senador Antonio Carlos Valadares, a quem agradeço a acolhida neste momento; cumprimento os Senadores presentes na pessoa da Senadora Maria do Carmo; agradeço ao Senador Inácio Arruda, autor do requerimento desta audiência pública que discutirá o projeto Integra Brasil; e registro ainda a presença da imprensa do Estado do Ceará aqui representada pelos jornais *Diário do Nordeste* e *O Povo.*

Integra Brasil – Fórum Nordeste no Brasil e no Mundo. A motivação desse fórum é que há muito no Nordeste vêm sendo realizados importantes seminários, que sempre terminam em algum livro nas bibliotecas e sem muita ação prática. Em 1981, o Centro Industrial do Ceará fez um grande seminário chamado Nordeste no Brasil: Avaliação e Perspectivas, com a presença de grandes lideranças públicas, políticas e empresariais, além de estudiosos do desenvolvimento regional. Naquele seminário, a principal conclusão foi que a solução para a questão do desenvolvimento do Nordeste

estaria no campo político. Em razão desse fato, esta audiência de hoje é algo extremamente importante para o Nordeste, pois estamos na Casa política e na Casa da Federação. Essa foi a motivação do fórum.

Dentro de tudo o que a gente já estudou, nós pegamos todos esses seminários que já aconteceram e deles aproveitamos os dados que foram retirados e o transformamos em diagnóstico. O principal, o que nos chama a atenção, é a evolução do PIB *per capita* da Região Nordeste em relação ao PIB *per capita* do Brasil. Aquela linha de baixo, a vermelha, mostra que, desde 1939, sequer atingimos metade do PIB nacional. Outra linha que nos chama atenção é essa azul, que tem esse elevado crescimento, que é a Região Centro-Oeste. A primeira linha lá é da Região Sudeste e a outra é do Sul. A do Norte é essa verdinha aí também maior. Então, a gente vê, com isso, que o Nordeste mudou, mas continua o mesmo em número de crescimento em relação ao PIB nacional.

O que se quer com esse fórum?

Pode passar para a próxima.

O que nós queremos, diante desse quadro que vimos agora do PIB é extrairmos uma meta síntese, que é, em 20 anos, aumentar em 20 pontos percentuais o crescimento do PIB do Nordeste, que iria para aproximadamente 70%.

Algumas premissas também nortearam o nosso fórum: o Nordeste visto por suas potencialidades e não por suas vulnerabilidades. Queremos abandonar aquele discurso do Nordeste coitadinho, do Nordeste da seca, porque sabemos que temos grandes potencialidades que são mal-aproveitadas. Uma delas é a localização estratégica. Nós estamos bem próximos da Europa, bem próximos da África, bem próximos dos Estados Unidos e, com a abertura do Canal do Panamá, também vamos estar bem próximos da Ásia.

A redução das desigualdades regionais por meio de uma integração mais virtuosa do Nordeste com todo o Brasil e também com o mundo.

As lições da União Europeia, que depois o Vice-Presidente Carlos Prado vai falar. A União Europeia é uma região que aprendeu muito a trabalhar essa questão da integração. O Carlos depois falará disso com mais detalhes.

Outra premissa nossa é que o Nordeste sempre é visto como um problema, como uma região problemática. Mas, em cima das nossas potencialidades, nós vimos que podemos ser uma parte importante para a solução do desenvolvimento do Brasil.

Esse seminário cria uma metodologia inovadora diferente dos outros porque nós vamos, com todos esses dados que vimos, fazer *workshops* para complementar essa sistematização de dados ainda dessa parte do diagnóstico. Tudo isso irá gerar relatório, informação e análise que irão nortear o seminário grande. Serão quatro *workshops*, uma já aconteceu em Fortaleza, outro irá acontecer ainda no Rio de Janeiro, Salvador e Recife e uma mesa-redonda, porque, caminhando nesses Estados do Nordeste, a gente sentiu e foi cobrado também para discutir a questão da desigualdade intrarregional.

Eu queria só voltar àquela tela que tem os nomes dos... Essa. Pronto.

Vai ser, então, em Salvador, dia 15 de julho, sobre o tema: "Nordeste: situação atual e transformações recentes." No dia 13 de agosto: "O Nordeste visto de fora." Esse vai acontecer no BNDES. "Aspectos político-institucionais" aconteceu dia 4 de junho, em Fortaleza e, no dia 26 de julho, "Aspectos Estratégicos do Desenvolvimento do Nordeste." A mesa-redonda, com o tema "Desigualdades intrarregionais na economia nordestina: soluções e encaminhamentos", acontecerá em Campinas Grande, na sede da Federação das Indústrias de Campinas Grande, no dia 18 de julho.

Além desse seminário grande que vai acontecer de 27 a 29 de agosto em Fortaleza, teremos também uma exposição com mostra das 20 maiores empresas e também uma exposição institucional dos governos e das entidades que estão nos apoiando.

Durante o seminário, vamos ter os seguintes painéis: "A reorientação da economia", e entra aí o agronegócio, a indústria, o turismo, o comércio, serviços, atividades inovadoras. Discutiremos também a questão da infraestrutura que é uma grande problemática para o nosso desenvolvimento, transformação social urbana e ambiental; educação, ciência, tecnologia, inovação e cultura; a questão político-institucional e estratégia do desenvolvimento.

Tudo isso, depois desse seminário que acontecerá em agosto, vai gerar um plano estratégico de ação política. Daí a importância de estar aqui nesta Casa, também estaremos dia 8 com a Bancada Federal do Nordeste. Nesta Casa, esse projeto vai ganhar vida e forma na mão dos senhores. Então, vamos sair com o plano estratégico. O nosso trabalho vai começar mesmo na operacionalização, trazendo esse projeto para dentro destas Casas.

Essa é uma iniciativa de todo o setor produtivo do Nordeste. Estão unidos aí a agricultura, o comércio, a indústria. Esses são os nossos patrocinadores, CNI, Fiep, as federações de todo o comércio, da indústria, da agricultura, a Comissão de Planejamento e Coordenação. É bom lembrar que, em cada Estado, vamos usar essa massa de pensadores do desenvolvimento regional. Nós temos, em Salvador, Armando Avena, em Pernambuco, a Tânia Bacelar, em Pernambuco,

o Nilson Holanda. Somam-se à nossa comissão, do Ceará, Cláudio Ferreira Lima, Firmo de Castro, que foi Deputado Constituinte, Lima Matos, Carlos Prado.

Gostaria de terminar com esta apresentação do Celso Furtado, que diz: "Devemos pensar o Nordeste na qualidade de brasileiros, de cidadãos de uma Nação soberana, e não como habitantes de uma região dependente, cujo destino se decide alhures". Essa foi uma frase que ele disse no seminário de 1981.

Essas são as nossas redes sociais do Integra Brasil.

Com isso, termino a minha apresentação, Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Antonio Carlos Valadares. Bloco/PSB – SE) – Agradeço a minha amiga Vivian Nicolle Barbosa de Alcântara, Presidente do Centro Industrial do Ceará, por sua contribuição.

Agora passo a palavra a Carlos Prado, Vice-Presidente da Federação das Indústrias do Estado do Ceará, que aqui representa a Professora da Universidade Federal de Pernambuco Tânia Bacelar de Araújo.

Com a palavra V. Sª, por 15 minutos.

O SR. CARLOS PRADO – Bom dia a todos!

Meus cumprimentos à Mesa em nome do Senador Antonio Carlos Valadares; meus cumprimentos aos Senadores cearenses Inácio Arruda, José Pimentel e aos demais aqui presentes, Senadora Maria do Carmo, de Sergipe.

Nós ouvimos as palavras da Nicolle, que é Presidente do Centro Industrial do Ceará, que é o braço político da Federação das Indústrias do Ceará. Nessa fala mansa e suave, atrás dessa fala mansa e suave, se esconde realmente uma grande guerreira. Nós tivemos uma reunião na qual debatemos os destinos da Região Nordeste no ano passado e, nessa reunião, se relembrou esse seminário que foi citado aqui realizado em 1981, que acabou determinando uma série de mudanças na política do Estado do Ceará. O Ceará passou a experimentar realmente uma fase muito interessante de desenvolvimento. Nessa ocasião em que se debatia o Nordeste, Cláudio Ferreira Lima, aqui presente, economista ilustre lá do Ceará, sugeriu que se realizasse novamente um seminário mais agora de âmbito regional para tratar do Nordeste.

Vocês podem estar estranhando o meu sotaque. Eu sou paulista de nascimento, mas vivo no Ceará há 40 anos e fui recentemente agraciado com o título de Cidadão Cearense, título que devo receber no próximo dia 6 de setembro, com muito orgulho. Tenho uma vivência longa ali no Nordeste com atividades desenvolvidas no Semiárido do Piauí, no Semiárido da Bahia, no Semiárido do Ceará. Nessas experiências, com esses 40 anos de luta naquela região, naturalmente que pudemos aprender um bocado sobre o potencial daquela região e aprender um bocado também sobre tudo o que se discute sobre o Nordeste, em termos de seminário, desenvolvimento etc.

Nesses anos todos, como a Nicolle mostrou naquele gráfico, são 73 anos em que não se consegue elevar o PIB *per capita* em relação ao PIB *per capita* médio nacional. Então, se isso acontece há mais de 70 anos, alguma coisa deve estar errada.

E houve ali a criação do Banco do Nordeste, da Sudene, da Codevasf, de uma série de órgãos para desenvolver o Nordeste. E o que vemos até hoje? Essa relação, essa desigualdade, que mostra que alguma coisa está errada.

Só que todas as iniciativas que aconteceram... Inclusive, Senador Antonio Carlos Valadares, nesta mesma Comissão, exatamente há 20 anos, o Senador Beni Veras, do Ceará, liderava um trabalho para discutir...

O SR. JOSÉ PIMENTEL (Bloco/PT – CE) – Projeto Áridas.

O SR. CARLOS PRADO –... – Projeto Áridas – o desenvolvimento regional brasileiro. Foi um trabalho exaustivo. Neste ano de 1993, várias publicações foram feitas, mostrando essa desigualdade. Mas esse foi um trabalho mais em nível de Parlamento. E há outros trabalhos, como agora faz o Ministério da Integração Regional, que faz a Conferência Nacional de Desenvolvimento Regional. Então são trabalhos ou de iniciativa governamental ou de iniciativa parlamentar.

E o que vimos é que precisamos reagir, em termos de sociedade, e começar a nos movimentar para tentar, usando os diagnósticos e relatórios, que já existem aos montes, começar a pegar todos os dados, selecioná-los e ver o que o Nordeste teria de potencial, para que a gente possa pensar realmente numa integração que justifica o nome deste seminário, que se chama Integra Brasil.

Os senhores devem ter recebido esse folheto, que mostra duas peças de um quebra-cabeça. Com essas duas peças, o que estamos tentando mostrar é que nós precisamos nos movimentar, fazendo uma nova abordagem com relação ao Nordeste. O que o Nordeste tem de potencial e de valor que pode ser colocado em uma mesa de negociação?

Vemos ali naquele símbolo que está na tela – volte, por favor – um Brasil estilizado. Aquela cor mais escura é o Nordeste; os traços arredondados é o nosso Globo e ali estão as demais regiões do Brasil. O Nordeste ali aparece, e é este sentido que a gente precisa colocar na mesa sem pensar em mudar essa Unidade Federativa, mas, pelo menos em planos de negociação, nós temos de começar a pensar no que seria o Nordeste se ele fosse uma Região à parte, se

ele não fosse Brasil. Se ele fosse mais mundo que Brasil, o que seria?

Hoje, quando compramos um automóvel, se estamos no Nordeste e compramos esse automóvel, ele já chega carregado de impostos, que, na arrecadação do Governo Federal, aparecem como arrecadação feita pelo Sudeste do Brasil, onde estão os maiores fabricantes desse produto. Só que, na verdade, quem paga os impostos é quem compra, é o consumidor final que acaba arcando com essa diferença.

O que seria se essa região estivesse com autonomia suficiente para fazer a compra do mesmo produto em outro país, como nos Estados Unidos ou na China, onde muitas vezes pode ser pela metade do preço? Então, o que vemos é que uma região como a Região Nordeste tem funcionado como mercado cativo, e mercado cativo sabemos que tem valor. Qualquer empresário sabe quanto vale o seu cliente, sabe o quanto vale o seu mercado. Então, esse é um fator, é uma moeda de troca para negociação.

Pensando na integração brasileira, quanto vale esse mercado para as demais regiões, para que as demais regiões não julguem uma região como essa simplesmente como uma região recebedora de esmolas ou recebedora de ajuda pura e simplesmente? É uma região que oferece alguma coisa em troca e que muitos países gostariam de ter como mercado cativo também e concorrer por esse mercado.

Então é sob essa ótica, de forma pragmática, que a gente precisa colocar ama questão como essa.

Por favor, adiante.

Nós vemos, por exemplo, no comércio inter-regional do Brasil, qual é o déficit comercial do Nordeste em relação a outras regiões. Com relação ao Sudeste, o déficit comercial do Nordeste é de R$22 bilhões, em 2006, último dado que conseguimos. Se nós transportarmos esse dado para o dia de hoje, veremos que o valor seria muito mais expressivo. Desse total, São Paulo, por exemplo, está com 50%; o Sul com 20%; e Centro-Oeste com 5,2%.

Então, nós vemos que o Nordeste não tem superávit nenhum. Ele só tem déficit nessas relações comerciais, caracterizando bem esse mercado cativo.

O seguinte, por favor.

Ali nós vemos, por exemplo, a participação das regiões nas contas do financiamento bancário no Brasil. Quando se trata de empréstimos para a agricultura, a área agrícola do Nordeste recebe 6,22% enquanto o Sudeste, 36,1%; pecuária 11% contra 27%; agroindustrial 5% contra 57%; industrial 4,87% contra 79,6%. Então, fica bem caracterizado como são distribuídos os recursos de modo geral.

Nós vemos aí que o setor imobiliário, por exemplo, recebe 10,5% e 65%. Só que, quando nós vemos a nossa Constituição, nós vemos que a Constituição prevê, em um dos seus artigos, que muito da distribuição dos seus recursos – o seguinte, por favor – oficiais deveria respeitar o critério populacional. Assim, como muitas coisas que estão sendo descobertas com essas manifestações que estão ocorrendo neste momento no Brasil, nós vemos que esse é um dos pontos da Constituição que não vem sendo cumprido.

A dívida pública por regiões. Ali nós vemos que o Sudeste tem 68,86% enquanto o Sul tem 14,98%, e o Nordeste, 7,4%.

Seguinte.

Os ganhos do Sudeste. Voltando um pouco no tempo, há alguns anos, no Nordeste, nós tínhamos vários bancos – bancos estaduais, comerciais, de desenvolvimento. Hoje, esses bancos estão todos com matrizes na Região Sudeste. Então, quando fazemos um depósito bancário, seja como pessoa física, seja como pessoa jurídica, eletronicamente, esses recursos, imediatamente, são transferidos para as matrizes que estão no Sudeste. Se forem transferidos para cá, naturalmente esses depósitos constam como depósitos da região. Quando retornam para lá, como empréstimo, por exemplo, estabelece-se uma diferença, e essa diferença é muito grande; dependendo do ano, ela pode chegar até oito vezes o saldo do FNE, que é o nosso fundo de desenvolvimento regional. Se a gente se basear na mídia, veremos que parece que, através do FNE, o Sudeste está ajudando o Nordeste, está mandando recursos para o Nordeste, mas, em número, em matemática pura, vendo essa diferença, nós vemos o que está ocorrendo, porque o capital sempre vai aonde há mais viabilidade econômica, e onde há mais viabilidade econômica, naturalmente, é no Sudeste. Então, é natural que haja essa atração. Então, esse também é um dos pontos de negociação.

Seguinte.

Que modelo a gente poderia utilizar para ver como as outras regiões, com outros modelos, trabalham essas diferenças regionais?

Seguinte, por favor.

Pegamos o exemplo da União Europeia, que passa atualmente por uma crise.

A União Europeia foi formada, inicialmente, por 16 países. E ela sempre teve como lógica o seguinte: ao um país ser incorporado à União Europeia, a primeira coisa que se faz é um grande investimento para que o PIB *per capita* daquela região suba de uma tal forma para que o povo daquele país que está aderindo à União Europeia não fuja para os países líderes da região e que estão com uma economia mais avançada.

Destacamos dois países daqueles que aderiram mais recentemente à União Europeia. Um deles é a Bulgária, que aderiu em 2007. Em 2007, o PIB da Bulgária era 38% do PIB da União Europeia; em 2011, quatro anos depois, já era 46%, quase o dobro. A Romênia entrou em 2007, muito recentemente; no ano 2000, ela tinha 26% em relação ao PIB da região e, em 2011, 49%.

Então, nós notamos que os países entram em uma comunidade – e ali é uma confederação – ao passo que nós temos uma Federação.

O SR. PRESIDENTE (Antonio Carlos Valadares. Bloco/PSB – SE) – Mas a Grécia caiu...

O SR. CARLOS PRADO – A Grécia caiu em função da crise, mas sempre manteve o nível de 80% do PIB da região, sempre um nível elevado. Enquanto nós, em mais de 70 anos, não conseguimos fazer com que o Nordeste tivesse mais de 50% do PIB médio *per capita* brasileiro – sempre o PIB *per capita*.

Então, se não conseguimos até agora, alguma coisa tem de ser mudada. E sabemos que o local para mudanças naturalmente é o caminho político, é o Parlamento. Só que o Parlamento, para reagir e para cumprir as demandas da sociedade, naturalmente tem de receber os trabalhos já prontos, para que se possa dar andamento à parte parlamentar. Assim, conforme já foi mostrado, esses *workshops* que estão sendo realizados, cada dia em uma região, como preparação para um seminário final, para que em cada uma dessas regiões...

(*Soa a campainha*.)

O SR. PRESIDENTE (Antonio Carlos Valadares. Bloco/PSB – SE) – Falta muito?

O SR. CARLOS PRADO – Não falta muito; talvez um pouco mais de três minutos.

Então, é preciso que, em cada uma dessas regiões, os pensadores econômicos de Salvador, Recife, Rio de Janeiro... Por que o Rio? Para a gente avaliar o Nordeste visto de fora, por pensadores econômicos de fora do Nordeste. É preciso que cada um desses temas seja explorado o suficiente, para que esse seminário, que será realizado em agosto, reunindo o trabalho de todos esses pensadores econômicos, acabe resultando em um trabalho conjunto e que possamos sair dali com as recomendações e com material suficiente para abastecer os Parlamentares brasileiros, para que eles possam realizar o seu trabalho de adequação das leis e que algo possa ser mudado em relação a essa desigualdade regional.

O que nós sabemos, pela histórica econômica, é que não se sustenta uma Unidade Federativa com tanta desigualdade. Sustentou-se até agora pelo silêncio, pela acomodação não só dos brasileiros de modo geral, mas da própria região. A lição que chega agora, depois de iniciarmos esse trabalho no ano passado, com essas manifestações, é a de que realmente há uma inconformação muito grande. E temos de lutar para que a igualdade seja conseguida. Se não a igualdade ideal, pelo menos naquele índice que está como meta-síntese: que deixe de ser 50% do PIB médio *per capita* nacional e que a gente passe a pelo menos 70%, o que não é uma aspiração tão grande.

Nós precisamos tratar a população daquela região com o respeito que ela merece, mas fazendo uma abordagem bem pragmática: o que o Nordeste pode oferecer em uma mesa de negociação, partindo de uma situação negocial? Abandonar o pires na mão e passar a uma situação de troca, para fazer com que a gente consiga progredir junto.

Esse é o objetivo principal. A nossa esperança é a de que consigamos, ao final, pelo menos dar início a uma nova abordagem, a uma nova forma de pensar essa relação do Nordeste com o restante do País.

O Nordeste forte é a solução; Nordeste forte é o Brasil integrado. Daí o nosso nome Integra Brasil. Esperamos desta Casa que a gente venha a ter todo apoio, todo prestígio político possível, para que a gente possa atrair cada vez mais adesões para esse trabalho que está sendo realizado por alguns abnegados, com o apoio de todas essas instituições que nos acompanham.

Muito obrigado.

O SR. PRESIDENTE (Antonio Carlos Valadares. Bloco/PSB – SE) – Agradeço ao Dr. Carlos Prado pelas informações fornecidas a esta Comissão.

Eu gostaria que os convidados que trouxeram essas informações as passem para a nossa Secretaria, a fim de que possamos fazer não só um arquivo, mas um instrumento de consulta dos nossos Parlamentares a respeito da situação do Nordeste.

Convido o Sr. Armando Avena, Professor da Universidade Federal da Bahia para fazer o seu pronunciamento.

O SR. ARMANDO AVENA – Bom dia a todos!

Eu gostaria de cumprimentar o Senador Antonio Carlos Valadares, o Senador Inácio Arruda, a Senadora Maria do Carmo e os todos os demais Senadores presentes.

Cumprimento a Dr. Nicolle Barbosa, do CIC, que está fazendo um trabalho de colocar novamente a discussão da questão regional em pauta, o que é um trabalho muito importante; o Vice-Presidente da Federação das Indústrias do Estado do Ceará; e todos os componentes da Mesa.

Vou falar aqui mais tecnicamente de alguns problemas da situação do Nordeste, porque acho que

esse momento é especial para que possamos dar um salto nessa Região.

Como sei que o nosso tempo é curto, eu gostaria de, rapidamente, colocar algumas coisas importantes com relação à Região Nordeste.

O Nordeste atual significa crescimento e inclusão, mas, com a manutenção das desigualdades regionais, houve coisas muito boas: crescimento do PIB, industrialização, modernização da agropecuária, redução da pobreza, mas o PIB *per capita* continua bem abaixo da média nacional. Temos um baixo rendimento domiciliar médio, temos baixa escolaridade, e a industrialização e modernização são delimitadas a determinadas áreas.

Os avanços da última década são importantes. Vou dar alguns exemplos aqui: o PIB do Nordeste vem crescendo mais do que o PIB nacional, em média, pelo menos na maioria dos anos. E isso é um bom sinal, porque mostra o dinamismo desta região. O Nordeste não mais de ficar, como disse o nosso representante da Fiec, de pires na mão. É uma região que tem um potencial monumental. É preciso apenas que, nas políticas, nos sejamos prioridade.

Vou dar um exemplo do dinamismo. A expansão industrial se deu com a ampliação e consolidação dos parques industriais de porte nas principais capitais da região; a modernização da agropecuária se deu com a incorporação da fronteira agrícola – essa é a sigla de Maranhão, Piauí, Tocantins e Bahia; Tocantins não é Nordeste, mas está no conjunto do Cerrado – e o crescimento da agricultura irrigada; ampliação do comércio e serviço, através dos programas de transferência de renda e pelo Programa Minha Casa, Minha Vida, que dá dinamismo ao setor da construção civil. Mas apesar disso, apesar de o Nordeste ter-se industrializado, quando a gente olha o valor de transformação industrial da região, a gente vê que, embora tenha crescido – e cresceu bem: de 5,7% para 9,3%; o Sudeste cai –, a participação do Nordeste na indústria nacional, apesar de todo esforço da Sudene e de outros instrumentos, cresce em percentual menor do que as demais regiões. Ou seja, ainda precisamos olhar mais para a região. É isso que eu quero dizer com as próximas telas.

O emprego industrial também cresce, mas ele não cresce na proporção necessária para viabilizar a mão de obra regional que precisa de emprego. E ele não cresce, em alguns casos, na mesma proporção das demais regiões. Eu queria mostrar, por exemplo, que esse crescimento do Nordeste se dá de forma um pouco espacializada. Eu chegaria a dizer, Srs. Senadores, que há o que eu não chamaria ilhas de modernidade, mas de espaços de modernidade. Por exemplo: a modernização da agropecuária nordestina é nítida, especialmente no âmbito da fruticultura irrigada e da produção de grãos, mas esses segmentos estão em territórios ou em biomas espacialmente localizados, já que o semiárido regional permanece atrasado e se caracteriza por baixa produtividade e pelo fenômeno da seca, que periodicamente desorganiza a produção regional.

É importante a gente perceber que há uma coisa que une o Nordeste de todas as formas: é o imenso Semiárido, que não conseguiu ainda se integrar ao desenvolvimento e que precisa de uma política regionalizada.

Isso se mostra muito claramente nesses indicadores agropecuários. Apesar do crescimento, que foi importante, já que várias regiões do Nordeste cresceram muito, ainda perdemos posição no valor da agropecuária. De 18,3% para 14,7%, foi o valor da produção agropecuária entre 1970 e 2010. Ou seja, mais de 50 anos de políticas públicas e o Nordeste ainda não conseguiu dar o salto. E um dos motivos – como vou dizer aqui posteriormente –, eu insisto, é a questão da necessidade de uma política para o Semiárido, entre outras coisas.

A produção de grãos, o efetivo bovino, o pessoal ocupado, tudo mostra que, embora crescendo, o Nordeste ainda permanece atrasado.

As transferências diretas de renda e o aumento do salário mínimo foram muito importantes para a Região e impulsionaram a economia do Nordeste. Posso dizer para os senhores que a seca que houve agora seria muito pior se não houvesse os programas de transferência de renda.

Houve um caso interessante. Não há mais aquela coisa que víamos na época das secas porque há uma renda mínima. Embora haja essa renda mínima, que dá certo suporte, ela não conseguiu ainda ser transformadora, e é esse o nosso grande desafio.

O Bolsa Família, por exemplo, é muito importante para o Nordeste. Esse programa fez uma coisa que considero muito interessante: a nossa desvantagem, que era ter muitos pobres, tornou-se a nossa vantagem. O Nordeste hoje tem 52% do Bolsa Família. Vou dar um dado mais recente: 51% do Bolsa Família é no Nordeste. Isso significa R$6,5 bilhões para toda a região. É importantíssimo para uma região que tem poucos recursos. É uma boa transferência de renda, mas sozinha não resolve. Sozinha, sem novos programas de impacto na base produtiva, não resolve. Ajuda, evita uma situação pior, mas não resolve; como aconteceu em vários países também. Por quê? Porque grande parte da renda desses programas é destinada a consumo de bens duráveis e vaza para o Sudeste. Vaza em que sentido? Por que tudo é comprado no Sudeste? Porque é o polo produtor de bens finais. Embora, é pre-

ciso registrar, que esses programas dinamizem muito a produção de alimentos e dinamizem muito o setor terciário. Ou seja, o que eu quero colocar é que esses programas são fundamentais e melhoram a situação, mas ainda não são transformadores para conseguir a meta que a nossa Drª Nicolle colocou de elevar o PIB *per capita* do Brasil.

Olhem aqui: isso mostra claramente a razão entre o PIB *per capita* das macrorregiões e o PIB *per capita* brasileiro. No PIB *per capita* brasileiro, que está aqui, vocês veem onde está o Nordeste. O Nordeste não chega a 60% do PIB *per capita* da região. Nesse ritmo, a gente só alcançaria a meta em 2074.

Então, é preciso continuar crescendo, mas mais rapidamente. Esta é talvez a coisa mais importante que o Integra Brasil tem a dizer: que nós precisamos crescer mais do que estamos crescendo.

Em resumo, houve crescimento da economia nordestina, mas, apesar disso, a participação no PIB permanece baixa em relação à sua população e o PIB *per capita* permanece bem inferior à média nacional.

Vou dizer aos senhores por que isso acontece na nossa visão. Aqui estou repetindo que o Nordeste sai de 13%, em 2002, para 13,5%. Ele cresce. Isso é muito bom, mas ainda é pouco em relação...

O SR. PRESIDENTE (Antonio Carlos Valadares.Bloco/PSB – SE) – Se pensarmos na disparidade anterior.

O SR. ARMANDO AVENA – Perfeitamente.

O SR. INÁCIO ARRUDA (Bloco/PCdoB – CE) – Em português a gente pode falar que é muito pouco.

O SR. ARMANDO AVENA – É muito pouco. Exatamente, Senador. Então, este é o nosso desafio: crescer mais do que estamos crescendo.

Posso dizer aqui que, frente a esse quadro, surge a pergunta básica que estamos fazendo nos nossos seminários: quais os principais fatores, em que pesem as várias políticas, os mecanismos e a atuação dos organismos regionais, que explicam a persistência das desigualdades entre o Nordeste brasileiro e as demais Regiões? Eu vou tentar responder isso; sei que o nosso tempo é curto, mas vou tentar responder isso com dez fatores recentes, tirando os condicionantes históricos que os senhores todos conhecem.

Dez fatores recentes impedem o crescimento mais acelerado: a manutenção do hiato educacional; a manutenção do hiato na renda domiciliar; um processo de desregionalização das políticas públicas; a inexistência de política nacional de desenvolvimento regional, o que termina gerando a guerra fiscal; o esvaziamento da representação política do Nordeste, que gera o paradoxo da guerra fiscal, sobre a qual vou falar um pouquinho adiante; a ocorrência de secas recorrentes que desorganizam a produção regional; um processo crescente de reconcentração dos recursos públicos da União – a Constituição de 1988 desconcentrou, mas, a partir de então todos os governos reconcentraram, especialmente a partir dos governos seguintes –; a concentração dos financiamento do BNDES no Sul e Sudeste do País; a concentração da malha urbana no Sul e Sudeste do País, e o foco dos investimentos em infraestrutura, o que mantém a lógica da concentração, além da concentração dos investimentos em infraestrutura, pesquisa e desenvolvimento.

Sobre esse foco, eu gostaria de fazer só um comentário. Há um foco nas agências, compreensível. Fui Secretário de Planejamento da Bahia durante quatro anos. E eu mesmo terminava com esse foco. Na hora em que a gente levava os programas para o BNDES, um programa, por exemplo, de uma ferrovia ou de uma estrada, ele dizia: "Sim, mas não tem carga, é economicamente inviável". Ora, não tem carga. Se essa for a justificativa para não fazer a estrada, nunca vai ter. Não tem carga porque não tem a estrada. É um círculo vicioso. E esse círculo vicioso leva todos os investimentos para onde já exista infraestrutura. Então, essa é uma coisa que a gente tem que realmente trabalhar num sistema como o Integra Brasil, que é uma ideia de integrar o País.

Esse hiato educacional melhorou muito. É preciso que a gente veja que o Nordeste tem melhorado – não há dúvida quanto a isso –, mas não na rapidez necessária. Vejam, por exemplo, aqui, os anos de estudo. Ainda estamos bem abaixo da média nacional. Não vou me estender nisso. Podíamos discutir mais, mas, em relação ao rendimento, é a mesma coisa. Melhorou muito, está crescendo, mas ainda está muito abaixo da média nacional.

Também não vou me estender muito – isso aí daria muitas discussões, mas eu prefiro dar uma geral – nesse quadro importante, pois é aqui que está a grande pobreza da região, no rendimento menor, especialmente no Nordeste oriental e nessas regiões. É aí que a gente precisa trabalhar o nosso plano de desenvolvimento.

O dinamismo regional é localizado e os programas de transferência de renda não são capazes de transformar a base produtiva. O dinamismo econômico do Nordeste está nas ilhas de modernidade, concentradas nas capitais e regiões metropolitanas. Vou dar um exemplo para os senhores que, ao mesmo tempo, mostra a importância dos programas de transferência de renda e a incapacidade de resolverem a transformação global. Dos 417 Municípios da Bahia, pelo menos metade deles não vive sem o Bolsa Família e sem o programa de previdência social. O programa de pre-

vidência social é fundamental para esses Municípios, porque é uma renda que chega e que ajuda.

Aqui eu queria colocar uma coisa que eu acho que deixou de estar na agenda nossa e precisa voltar, que é a questão da seca, porque, quando se desregionaliza a política pública, se desregionaliza um problema que é essencialmente regional, que é a seca. As secas se sucedem periodicamente, desorganizam a produção regional, esterilizam o capital, reduzem a capacidade de investimento e aumentam o nível de endividamento e são responsáveis pela manutenção dos baixos índices de produtividade agrícola.

A solução hidráulica não resolveu, o Etene?/// de algumas delas não foi implementado e nunca houve um efetivo programa de convivência com a seca. As ações em curso são importantes, como a transposição do Rio São Francisco, mas falta um plano estratégico. Vou dar um exemplo do que aconteceu na Bahia, em 2012, com todo o esforço dos Governos, ambos, tanto Estadual quanto Federal. Olhem o que acontece: as perdas com a seca na Bahia, em 2012, elevaram-se a R$4,6 bilhões, segundo a Federação de Agricultura, que elaborou as tabelas acima.

As perdas são muito maiores se contabilizadas com o efeito do comércio, ou seja, precisamos de uma política nacional regional para a seca definitivamente, porque isso desestrutura toda a política, temos que começar de novo. Senhores, levam quase cinco anos ou mais para recompor as perdas da seca. É isso que a gente precisa.

Eu quero mostrar esse gráfico, e vou ser bem mais rápido agora, porque eu acho que meu tempo já está esgotando, não é, Senador? Por exemplo, se a gente for ver a participação do Nordeste no PIB brasileiro e fizer uma correlação com a seca – esse dado aqui, por exemplo, é da seca de 1970 –, constatará que o PIB cai quando a seca é mais forte, porque a seca desestrutura a economia regional. E não só a seca no período, mas a seca como vai seguindo.

Vou ser bem mais rápido agora. Tenho muitos quadros ainda que mostram que a desregionalização da política transforma a seca em apenas mais um problema quando, na verdade, trata-se de um problema regionalizado que une os Estados sob a mesma bandeira. É o Semiárido. O Semiárido nos une. Precisamos de uma política nacional para o Semiárido.

Outra coisa é a reconcentração dos recursos públicos. Eu queria mostrar esse quadro aos senhores. Isso aqui vem desde antes de 2000. As receitas compartilhadas, aquelas que são divididas com os Estados, saem de 24% para 67%, e as não compartilhadas caem de 76% para 33%.

O SR. PRESIDENTE (Inácio Arruda. Bloco/PCdoB – CE) – É o contrário.

O SR. ARMANDO AVENA – É o contrário. Exatamente. Ou seja, os Estados estão perdendo recursos por conta da concentração nas contribuições. Agora mesmo, as desonerações foram muito mais focadas em impostos que são compartilhados. Isso tem uma coisa que vale a pena lembrar, vou passar esse quadro: a Constituição de 1988, no seu art. 165, § 7º, diz – isso é constitucional, mas tem sido letra morta – que os recursos dos planos e dos orçamentos precisam ser regionalizados de acordo com a redução das desigualdades interregionais, segundo o critério populacional. Adotando-se o critério populacional, a Região Nordeste teria cerca de 28% dos recursos orçamentários. Não é uma coisa fácil, eu sei, mas é algo para o Parlamento brasileiro discutir, porque está na Constituição que o Nordeste teria de receber recursos no montante de 28% do Orçamento.

Sobre a lógica da concentração já falei.

Isto aqui é algo muito importante: a concentração regional dos investimentos em ciência e tecnologia. O Nordeste é esse vermelhinho. Está crescendo. Registro que tudo o que eu tenho falado significa que tem melhorado, mas precisa melhorar muito mais. Essa é a essência.

Concentração da malha urbana no Sul e Sudeste do País. Vou dizer uma coisa para os senhores que é muito importante: quantas cidades médias têm, por exemplo, o Estado de Minas Gerais, cidades com mais de 500 mil habitantes? Provavelmente dez. São cidades como Juiz de Fora e outras. Quantas cidades com mais de 500 mil habitantes tem o Estado da Bahia? Só uma: Salvador e depois Feira de Santana, que é quase Salvador, Senador. Poderíamos até chamá-la de região metropolitana. Não existem cidades médias que deem apoio à produção, e não só na Bahia, mas no Nordeste inteiro.

Precisamos de uma política, novamente digo isso, nacional, que fortaleça os centros médios, as cidades médias, que fixe o homem no interior, com acesso à produção, porque a produção se realiza no interior, nas cidades do interior. É lá que se vende, é lá que se compra.

Então, é preciso melhorar a malha urbana, fortalecer as cidades médias na Bahia – Vitória da Conquista, Petrolina, Caruaru, enfim –, todas as cidades médias. E isso aí mostra claramente o gráfico – eu já estou terminando –, a concentração das grandes cidades. Aqui, tirando o litoral, há um vazio.

Novamente: a distribuição da infraestrutura é desequilibrada. Tem melhorado – e vou mostrar isso rapidamente aqui –, mas ainda está desequilibrada. Olhem

aqui: toda a infraestrutura rodoviária está concentrada no Sudeste e isso é uma desvantagem competitiva para a Região Nordeste. Ocorre o mesmo com a ferrovia. Frente a esse quadro, é preciso colocar um viés regional, mas tenho que fazer um registro: a bem da verdade, o PAC tem tentado mudar essa coisa da concentração, porque, no período de 2007 a 2010, vocês veem que o aumento dos investimentos no Nordeste em infraestrutura tem sido maior. Então, ele tem tentado reverter a lógica, mas o PAC é só uma parte dos investimentos. A maioria deles ainda se concentra no Sudeste do País, vejamos o trem-bala e uma série de outros. Se a gente olhar todo o contexto, verá que o Centro-Sul do País ainda concentra grande parte dos investimentos.

Aqui está um exemplo da importância desses investimentos em infraestrutura. Esse quadro – e agora estou terminando realmente – mostra que se nós não fizermos essas obras – aqui está a Transnordestina, aqui está a Ferrovia Oeste-Leste –, essas ferrovias – muitas delas andam devagar, teriam de andar muito mais próximas –, se essas obras ferroviárias, por exemplo, não se integrarem com a linha central de escoamento da produção, o Nordeste oriental vai ficar completamente isolado. É por isso que a gente tem que agilizar a Transnordestina, agilizar a Fiol. Tem sido feita uma tentativa nesse sentido, mas é preciso avançar mais, para que esse corredor de exportação tenha o Porto de Suape, o Porto de Aratu, o Porto de Pecém, o Porto de Itaqui, viabilizando o escoamento. E isso para tudo. Dei o exemplo de ferrovia, mas nós precisamos trabalhar a infraestrutura nesse sentido.

Então, para eu terminar – perdoem-me por ter avançado no tempo, fui até rápido demais para poder explicar o que eu queria aqui –, do que a gente precisa? É preciso uma nova forma de pensar o Nordeste que leve em conta, entre outros, os seguintes fatores: uma política nacional com viés regional; uma política setorial de infraestrutura e creditícia com viés regional; a regionalização efetiva dos orçamentos da União; uma implantação de estratégia de longo prazo de convivência com a seca; estancar a reconcentração de recursos da União; implantar uma política regional com viés de integração regional e nacional. Nós não queremos ser mais o Nordeste pedinte, até porque já somos uma região industrializada. Mas isso só será possível através da ação de política e do fortalecimento dos fóruns regionais.

É preciso ação política desta Casa, do Congresso Nacional, o restabelecimento da identidade nacional. O Semiárido une o Nordeste, o Semiárido nos une numa política comum. A Bahia, somente a Bahia tem dois Cearás e meio de Semiárido; só a Bahia. Já me disseram: "Não, a Bahia já se desenvolveu". A Bahia tem 4,5 milhões de pessoas vivendo no Semiárido. E o Nordeste inteiro tem milhares de pessoas vivendo no Semiárido. Então, o Semiárido, ao invés de nos separar, nos une. Precisamos de uma política regional para o Semiárido. Naturalmente, o Fundo Nacional de Desenvolvimento; a regionalização dos orçamentos.

Eu queria terminar dizendo que eu vejo o Nordeste hoje como uma Região de muito futuro, que vem crescendo, mas que precisa ser chacoalhada no sentido de que o País tem que perceber que o Nordeste tem que ser visto de uma outra maneira, de uma maneira em que ele seja prioridade não só regional, mas prioridade na política nacional. Eu acho que, se isso for feito, a gente tende a avançar e chegar à meta de aproximar-se do PIB *per capita* nacional muito mais rapidamente.

Muito obrigado.

O SR. PRESIDENTE (Inácio Arruda. Bloco/PCdoB – CE) – Muito bem, Armando. Vocês perceberam que o Armando estourou bastante o tempo, mas foi muito importante a sua exposição.

Quero passar, de imediato, ao Superintendente da Federação das Indústrias do Estado do Maranhão, Albertino Leal de Barros Filho, para que faça sua apresentação. Em seguida, vamos dar a palavra aos Srs. Senadores que estão participando da nossa audiência.

O SR. ALBERTINO LEAL DE BARROS FILHO – Senador Inácio Arruda, que preside esta reunião, em nome de quem eu saúdo todos os demais Senadores, os membros desta Casa, os funcionários, os parceiros do Integra Brasil, senhoras e senhores, primeiro, os números são inquestionáveis. Quando a gente vê esses números e passa a refletir sobre eles, vê a força que tem e a importância de a gente se integrar.

Vou falar um pouco sobre o caso do Maranhão. Depois de tudo o que a gente ouviu, vou falar um pouquinho sobre o Maranhão.

O movimento Integra Brasil, no nosso entendimento, é um grande esforço para se pensar o Nordeste como uma unidade regional e não mais como um problema regional. Representa o esforço de mobilização de todas as forças vivas – empresas, Governos, sociedade civil organizada – num movimento unidirecional não simplesmente para discutir a questão regional, que foi já debatida à exaustão, mas para encontrar uma estratégia de desenvolvimento includente, sustentável e duradouro. Buscam estratégia de desenvolvimento regional, mas em escala nacional. Nesse sentido, a 1ª Conferência Nacional de Desenvolvimento Regional pode ser considerada o primeiro passo importante ao discutir abertamente várias diretrizes.

Há que se reconhecer que o Nordeste não é só um grande mercado consumidor – como foi mostrado aí – captador e consumidor, mas uma rede de oportunidades econômicas que não têm sido adequadamente aproveitadas para a geração de efeitos multiplicadores de renda e de dinâmica econômica. Aí estão os complexos industriais e portuários do Maranhão – como foi mostrado –, do Ceará, de Pernambuco, da Bahia, como exemplos que poderiam ser dinamizados se não contassem com limitações de infraestrutura e mão de obra qualificada.

Uma estratégia de desenvolvimento regional em escala nacional pressupõe um novo aparato político-institucional e novo modelo de seu funcionamento em que as regiões menos favorecidas não sejam penalizadas com o vazamento contínuo de rendas para as regiões mais adiantadas. É necessário reverter as desigualdades inter-regionais, evitar a reconcentração econômica ou a proliferação de regiões dentro de regiões, como foi falado aqui e como acontece atualmente.

No caso particular do Maranhão, é inquestionável o papel estratégico atual pela localização em que o Maranhão se encontra, seja para o desenvolvimento regional, seja para o nacional, com um aproveitamento de suas potencialidades naturais na formação de grandes eixos potenciais de desenvolvimento.

Também, nesse particular, é uma porta de oportunidades para reduzir as desigualdades espaciais de infraestrutura que se têm no Brasil. Basta lembrar que as rodovias de melhor qualidade, com pista dupla, por exemplo, 61% estão localizadas no Sudeste; 16%, no Sul. Isto é, 77% das vias distribuídas em sete Estados. No Nordeste, com nove Estados, estão apenas 12% das vias. No Maranhão, para se sair de São Luís, que detém dois terços da produção industrial, só existe uma pista: mão, contramão, e uma ponte. Você tem que, muitas vezes, para ir para o Ceará, descer para Teresina – está, mais ou menos, nesse sentido. A gente desce 450km para subir. O litoral não é ligado, então é um absurdo.

A boa infraestrutura portuária – terminais privados e públicos – e ferroviária – a Estrada de Ferro Carajás, com alta produtividade operacional –, o desempenho agropecuário – em termos de cana-de-açúcar, milho, soja, carne bovina, arroz –, a expansão industrial – notadamente da construção civil – e dos serviços têm contribuído para que o Maranhão se mantenha como a quarta economia do Nordeste, com índices de crescimento superiores aos da Região e do País. E, assim, contribui para o desenvolvimento nacional. Consideramos investimentos previstos, já implantados, em implantação ou programados até 2020, no valor superior a R$100 bilhões, que, infelizmente, não ficam lá. Os investimentos são feitos, mas as empresas não são contratadas lá, 10% dos investimentos ficam no Estado do Maranhão.

O Maranhão passará por transformações econômicas e sociais que repercutirão no Nordeste e no Brasil, ampliando o poder de integração nacional e sua inserção na economia internacional. Desse ponto, projetos de produção de gás natural, várias alternativas energéticas, papel e celulose, alimentos e bebidas, ampliação e melhoria da infraestrutura portuária, complexo avícola, produção de cimento, refinaria *premium* e siderurgia. O crescimento do Maranhão é um crescimento regional, mas, para isso, é preciso, que se superem alguns gargalos ainda existentes. Gargalos comuns em vários Estados, notadamente em termos de infraestrutura e logística, já identificados e mapeados, como foi hoje aqui, em recente estudo realizado por nós na Fiema, através da empresa Macroplan. E esperamos se consolidem importantes eixos de desenvolvimento. Na concepção dessa empresa, da macrologística, considerando-se os volumes de carga projetados para 2020, formar-se-iam nove eixos prioritários de investimento, num total de 83 projetos, englobando-se todas as principais mesorregiões produtoras do Nordeste e alcançando os seus principais portos.

Nesse conjunto, aparece como fundamental a construção do eixo ferroviário da Transnordestina, como foi mostrado aqui, por seu alto potencial para a geração de desenvolvimento regional, a geração de emprego e de arrecadação tributária, reduzindo o impacto ambiental. Esses projetos teriam um prazo de *payback* inferior a cinco anos. Independentemente disso, todavia, é mister que se faça a recuperação e manutenção permanente de toda a malha rodoviária, de modo a assegurar trafegabilidade regular econômica em toda a região nordestina; que se recupere e se amplie a atual malha ferroviária da região, visando à redução de custos de distribuição; que se orientem os investimentos do PAC para as funções econômicas das cidades e suas áreas de influência imediata.

É sabido que a pobreza tem diminuído em números absolutos e relativos, principalmente em função dos fluxos de transferências governamentais, que é uma solução – como foi dito aqui –, mas é um problema também, porque a gente está investindo em apenas consumo, nós temos que investir também na indústria, na industrialização, na formação de pessoas. Esse avanço social não se sustenta se não for acompanhado de uma desconcentração regional mais efetiva da capacidade produtiva. Se as regiões menos dinâmicas não ampliarem e reestruturarem seus parques produtivos, os fluxos de renda criados pela política social e pelos investimentos em grandes obras

de infraestrutura serão naturalmente drenados para as regiões mais dinâmicas, notadamente o Sudeste, que é o grande supridor, e, desse modo, não se expandirá a capacidade de gerar e acumular poupanças locais.

Isso é marcante no Maranhão. Apesar de ser a quarta economia do Nordeste, importa-se quase tudo: hortifrutigranjeiros, a gente come alface de São Paulo, e nem imagine; frango e ovos; laticínios; arroz, até arroz, de que éramos o maior produtor há algum tempo; vestuário, praticamente não se produz; calçados; embalagens; mobiliário; máquinas e equipamentos; insumos industriais etc. Em 2012, nossas importações interestaduais, internacionais somaram R$32 bilhões. Está projetado, para este ano, um PIB de R$55 bilhões. Ter-se-ia que, mais da metade do esforço produtivo maranhense estaria sendo drenado para fora de seus limites geográficos.

Ademais, não se pode falar em desenvolvimento e muito menos ainda em redução de desigualdades interespaciais e sociais, se não houver priorização efetiva para a educação – como o Prof. Carlos falou aqui –, tanto na vertente dos ensinos fundamental e médio, quanto, e principalmente, na formação e qualificação técnica e profissional – como nós vimos há pouco, no início da reunião em que o Senador Antonio Carlos disse que apenas 6,6% dos brasileiros fazem ensino técnico, enquanto que em outros países, mais de 60% a população entre 15 e 21 anos, têm ensino técnico –, se não se adequarem as estruturas curriculares das universidades às necessidades do sistema produtivo, se não se ampliarem e fortalecerem as instituições de pesquisa e desenvolvimento tecnológico, gerando novos conhecimentos e processos produtivos inovadores.

Por fim, as desigualdades refletem estruturas produtivas. Regiões de maior força econômica apresentam base produtiva diversificada, com segmentos industriais dinâmicos, com elevado nível de competitividade sistêmica, enquanto, nas menos dinâmicas, preponderam as dependências, as estruturas pouco diversificadas, de baixo poder de competição. Para romper esse círculo é necessário que a redução das desigualdades se faça em um ritmo muito mais forte do que o que se verifica atualmente. Do contrário, apenas se manterão as distâncias relativas, e se acentuarão as distâncias sociais inter-regionais, como foi colocado aqui.

Muito obrigado.

O SR. PRESIDENTE (Inácio Arruda. Bloco/PCdoB – CE) – Muito bem.

Albertino Leal de Barros Filho, agradecemos a sua contribuição.

Esse é um debate muito vivo, muito importante para nós do Nordeste brasileiro. Esta é uma Comissão que tem essa responsabilidade, e eu posso dizer que foi criada, a partir do debate sobre o Nordeste, a Comissão de Desenvolvimento Regional e Turismo do Senado Federal. E nós temos que responder a essa indagação. Você imagina, em 70 anos, nós nos mantemos numa média pequena, quer dizer, cresceu, mas o crescimento é tão pequeno que, às vezes, na curva, você nem nota que você teve esse crescimento. E é um esforço muito grande, eu acho que o Governo atual, o Governo Federal tem buscado olhar para essa realidade, fazer investimentos na infraestrutura dessa região, e, talvez, estejamos precisando dessa liga para poder dar o salto na nossa região.

A Comissão vai realizar, no dia 9 de agosto, um encontro em Sergipe. É um encontro também de todo o Nordeste.

Eu já queria me antecipar aqui ao Presidente, que está participando de reunião da Comissão de Constituição, Justiça e Cidadania (CCJ). Agora nós estamos em concorrência com a nossa Comissão de Constituição e Justiça, que não só tem prioridade nos dias de hoje, embora a nossa reunião tenha sido transmitida para todo o Brasil, mas a CCJ também concentra os Senadores, porque as questões discutidas na Comissão de Justiça são muito estratégicas. E o nosso Presidente foi obrigado a ir para lá porque precisa defender uma emenda dele. Se ele não for defendê-la, possivelmente ninguém o fará. Então, ele precisou se deslocar para a Comissão de Justiça. Mas, no dia 9 de agosto, vamos realizar essa reunião em Sergipe, Aracaju. É muito importante a participação do movimento patrocinado pelo CIC, envolvendo as federações de indústria e demais federações de produção, digamos assim, da área produtora do Nordeste. Acho que é muito importante a presença de vocês nesse dia, lá em Sergipe, em conjunto com a nossa Comissão.

Eu queria passar a palavra para os nossos colegas Senadores, porque todos também estão nesse movimento. Vocês já perceberam que entramos e saímos o tempo inteiro, porque há três, quatro comissões funcionando simultaneamente neste horário de quarta-feira.

Então, eu queria passar, inicialmente, a palavra para o Senador Pimentel e, em seguida, para a Senadora Lídice da Mata. Vamos fazer um bloco dos dois para fazerem indagações ou colocarem suas opiniões em relação a essa realidade. Os dados foram muito bem trabalhados, muito bem postos.

Nós estamos numa Comissão com Parlamentares que também discutem essa questão há algum tempo. Aqui foi citado o caso do nosso Senador Beni Veras. Quando ele tratou dessa questão aqui no Senado, nós éramos Deputados Federais, eu e o Senador Pimen-

tel. A Senadora Lídice, provavelmente nessa época, estava governando...

O SR. JOSÉ PIMENTEL (Bloco/PT – CE) – Era prefeita.

O SR. PRESIDENTE (Inácio Arruda. Bloco/PCdoB – CE) –... a cidade de Salvador. Então, o problema regional estava diretamente na sua mão.

Lembro-me de que eu o Senador Pimentel tratávamos, na Câmara de, uma CPI que tratou também da questão regional. Tratava do BNB, mas era uma questão regional que efetivamente estávamos discutindo naquela quadra. Então, há aqui uma turma, digamos assim, de Senadores que têm muita relação com esse debate do desenvolvimento regional e muito compromisso com essa questão.

Por isso, passo a palavra ao Senador Pimentel, um dos que, nesta Casa, desde a Câmara dos Deputados, têm discutido a questão regional muito intensamente.

Senador Pimentel.

O SR. JOSÉ PIMENTEL (Bloco/PT – CE) – Eu quero saudar o nosso Presidente Inácio Arruda, a nossa Senadora Lídice da Mata, os nossos expositores e, em nome da Nicolle, como nós a tratamos em Fortaleza, no nosso Ceará, saudar todos os expositores e registrar que esse trabalho do grupo que se iniciou no Ceará e se ramifica por todo o Nordeste envolvendo o setor produtivo é muito importante, porque sensibiliza, motiva e cria um ambiente para que possamos superar algumas amarras.

Eu sou um daqueles que compreendem que, sobre diagnóstico e também alternativas, nós temos já uma produção significativa. O que nós precisamos é priorizar e analisar quais dessas ações podem desencadear as outras ações.

E, aqui, nem todas as exposições chamam a atenção para a questão da formação e da educação. Eu acho que esse é o primeiro grande eixo que nós podemos trabalhar, até porque estamos aprovando o Plano Nacional de Educação para os próximos dez anos e podemos, dentro dele, enfrentar esse debate.

Há uma decisão do Governo Federal de interiorizar os institutos federais de educação e as universidades públicas. E, quando analisamos a exposição do Armando Avena, nosso Professor, fica muito claro isso. Há uma presença muito forte do ensino, da graduação, da especialização nas Regiões Sul e Sudeste e na região praiana da Região Nordeste, mas, no interior, onde existe aquele grande vazio econômico de industrialização e dos processos de transformação, há também o vazio do conhecimento.

Esse projeto prevê que, até 2015, todas as cidades do Brasil com mais de 50 mil habitantes terão um Instituto Federal de Educação ou um *campus* de uma universidade pública ou particular.

Sr. Presidente Inácio Arruda, eu acredito que seria interessante se nós, aqui na Comissão, focássemos isso para que, com a coordenação do movimento junto ao MEC, pudéssemos mapear as cidades-polo que já existem em toda a Região Nordeste e, a partir daí, verificar aquelas em que já há um Instituto Federal de Educação, assim como a economia da macrorregião e o tipo de mão de obra que estamos formando para dar conta dessa resposta. E, ao mesmo tempo, o que nós precisamos fazer para interiorizar os *campi* e as universidades públicas federais.

Se observarmos, na Bahia havia uma universidade pública, mas hoje são cinco no interior da Bahia – a de Pernambuco atende aos dois Estados, e existem quatro outras.

No Ceará, havia uma universidade pública, e estamos hoje com mais duas e vários *campi* instalados.

Estou citando esses dois Estados porque são os que eu conheço. Não estou tratando do Maranhão ainda porque eu não fiz um acompanhamento mais de perto. Mas eu acredito que esse olhar para a interiorização do conhecimento deveria ser uma das ações que nós poderíamos priorizar com o acompanhamento da Comissão.

No seminário, em agosto, Inácio, poderíamos fazer um diagnóstico e pedir à nossa Assessoria, aqui no Congresso Nacional, que nos ajudasse nesse desenho. Se fosse possível, levaríamos alguém do MEC, com um convite, para tratar dessa rede e dizer o que nós precisaríamos fazer no Orçamento de 2014, indicando as nossas ações aqui como Senadores e Senadoras para priorizar isso, de maneira que toda cidade do Nordeste com mais de 50 mil habitantes contasse com a presença da União através dos Institutos Federais de Educação ou das universidades.

Essas são cidades-polo naquele sentido da exposição feita para que nós pudéssemos ter um olhar para esse setor.

A segunda questão que eu acho que nós precisamos aprofundar é o modelo de incentivo. Se nós voltarmos ao final dos anos 50, aos anos 60 e parte dos anos 70, antes da grande crise do petróleo – o nosso amigo Claudio Ferreira Lima fez um estudo muito profundo sobre isso, o nosso BNB, e o Projeto Áridas consolidou esse debate –, nós vamos ver que os nossos incentivos para a indústria eram dirigidos para inovação tecnológica, aquisição de equipamentos e maior produtividade.

Por conta da crise dos anos 70 do petróleo, houve a necessidade de irmos ao Fundo Monetário Internacional – fomos quatro vezes, até 2002 –, e foi proibido

no Brasil fazer incentivo nessa área em razão das imposições do Fundo Monetário Internacional.

Os nossos gestores estaduais não podiam ficar aguardando essa superação, porque não havia data certa para terminar, e aí partiram para a guerra fiscal, com o incentivo na comercialização e não mais na produção. Esse incentivo na comercialização terminou beneficiando indústrias de baixo valor agregado, de baixa tecnologia, sem inovação tecnológica e sem mão de obra qualificada. Eram as chamadas empresas temporárias. O melhor exemplo do Ceará é a Yamacon, que chegou ao nosso Estado em 1993. Quando terminou o período do incentivo fiscal na comercialização, a empresa sumiu, e toda aquela estrutura do chamado Maciço de Baturité, que é uma grande região, foi retomada agora com a ida da universidade federal para lá, a Unilab. Por incrível que pareça, os galpões dessa indústria estão sendo utilizados hoje como salas de aula para quatro mil alunos, enquanto construímos outro prédio.

Esse projeto do incentivo fiscal na comercialização, ou seja, no ICMS levou o Supremo Tribunal Federal a declará-lo inconstitucional. Com isso, nós estamos com a nossa economia em aberto na Região Nordeste, numa crise sem precedente, aguardando a decisão do Supremo Tribunal Federal. Acho que esse é outro tema que precisamos colocar no papel para dar segurança jurídica aos incentivos que foram feitos, realizando a sua validação e, em consequência, dando tranquilidade à nossa economia regional e urbana, principalmente. Acho que esse é outro tema que requer um acúmulo razoável sobre isso nesse debate do diferencial de alíquota do ICMS interestadual, que nós não chegamos a bom termo, mas deu para fazer um levantamento muito profundo e uma série de alternativas.

O terceiro eixo – aqui já foi abordado bastante – é essa questão da infraestrutura e o incentivo fiscal passarem a ser, na inovação tecnológica, na melhoria da produtividade e, consequentemente, numa indústria que não seja uma indústria temporária, por conta do modelo que nós fomos obrigados a desenvolver nos anos 80 e 90, não por opção, mas porque tínhamos impedimento internacional. Hoje, felizmente, resolvemos isso.

Por último, a questão da partilha dos tributos. Nós precisamos fazer dois grandes debates aqui. Um deles envolve o aumento da carga tributária. Em 1997, resolvemos tirar dos armários os esqueletos de dívidas e consolidá-los, para dar um novo rumo para a nossa economia, resolvendo, saneando o sistema financeiro privado, que a dívida passou a ser pública. O que a Europa está fazendo hoje, o que os Estados Unidos fizeram em 2008, nós fizemos em 1996 e 1997. O Banco Econômico, o Nacional, o Bamerindus e tantos outros, nós pegamos essa dívida privada para evitar a crise sistêmica e a transformamos em dívida pública. E aí tivemos que pagar. Pegamos os bancos estaduais e, de acordo com o tamanho do banco estadual, maior a dívida. Um exemplo é o Banespa, entre outros. Federalizamos a dívida, pegamos um conjunto de outras dívidas que os Estados tinham e não podiam pagá-las e fizemos o refinanciamento da dívida dos Estados.

O fato é que nós saímos de 28,5% da carga tributária, em 1997, e fomos para 34,5% em 2012. Essa carga tributária cresceu na proporção em que a dívida pública externa e a dívida pública interna também cresceram. Por isso é que não havia partilha. Hoje, a dívida pública externa está resolvida e temos um saldo razoável de reserva internacional, e a dívida pública interna, que chegou a 59% do PIB, em 2002, hoje está 35,5% do Produto Interno Bruto.

O grande debate que nós estamos fazendo e a sociedade cobra – e nas ruas isso apareceu – é: essa carga tributária, com a queda da dívida pública, nós vamos devolver para a sociedade, que foi para o sacrifício, de 1997 até hoje, ou nós vamos partilhar em que condições? Para custeio dos Estados e Municípios o Pacto Federativo? Se for esse o debate, nós sabemos a consequência.

De 2003 a 2012, nos Municípios, nós tivemos 86% de crescimento da quantidade de funcionários. É verdade que, nesse período, cresceu saúde, cresceu educação, um monte de coisas. E é o debate que estamos fazendo nesta semana com os prefeitos. Se nós entendermos que queremos dar mais competitividade a nossa economia e precisamos reduzir a carga tributária, porque na hora do sacrifício a sociedade ajudou – e aquele dado que o Prof. Armando apresenta isso fica muito claro – o rumo é outro. Ou vamos fazer um sistema misto, que é o que nós estamos fazendo. Nós estamos devolvendo carga tributária, neste 2013 vamos devolver R$62 bilhões para o setor produtivo.

Eu acho que o erro que nós estamos cometendo, Inácio e Lídice, nessa devolução é porque não estamos vinculando a outras políticas nesse setor incentivado. Ou seja, estamos fazendo incentivo, a produtividade desse setor está melhorando, mas nós não temos uma visão sistêmica. É isso que nós estamos discutindo aqui. A questão regional não está presente na devolução da carga tributária, e nós estamos devolvendo linearmente. Logo, ao devolver linearmente, você dá mais competitividade a indústrias onde há grande infraestrutura, Sul e Sudeste, e as indústrias das Regiões Norte e Nordeste ficam menos competitivas.

Eu acho que aqui nós precisaríamos também de olhar, de uma ajuda, até para que a gente possa

apresentar. Eu acho que é a muita coisa para o dia 9, mas que nós pudéssemos trabalhar até o final do ano. O grupo que aqui está poderia nos ajudar nessa questão. Eu me dirigi ao Claudio porque é meu companheiro bancário e a gente dialoga muito, para que o BNB e o Etene pudessem nos ajudar. Acho que aqui há uma falha grande.

E, por último, para não cansar tanto, é a questão das obras do PAC. Nós precisamos entregar, com mais rapidez, nas Regiões Norte e Nordeste do que nas outras regiões. Está acontecendo o contrário. Estamos entregando com mais rapidez nas regiões que já têm certa infraestrutura e retardando a entrega dessas obras das Regiões Norte e Nordeste.

Muito obrigado.

O SR. PRESIDENTE (Inácio Arruda. Bloco/PCdoB – CE) – Muito bem.

Vamos agora, então, passar para uma Senadora com uma visão nacional, mas municipalista, digamos assim, por uma trajetória marcada pela sua liderança na cidade de Salvador, na Bahia. Mas é uma liderança que tem muito conhecimento e muito preparo em relação ao debate nacional, a Senadora Lídice da Mata.

Eu vou anotando aqui os pontos. Não significa que nós vamos deliberar sobre eles. É apenas para o efeito de encaminhamento. E já vou fazer o requerimento, Senadora Lídice, propondo que a nossa Comissão acompanhe os debates, os seminários e as audiências do Reintegra, porque eles estão muito próximos do que nós também estamos realizando aqui, em relação à Região Nordeste e às outras Regiões.

Então, com a palavra, a Senadora Lídice da Mata.

A SRª LÍDICE DA MATA (Bloco/PSB – BA) – Muito obrigada, Senador Presidente Inácio Arruda. Eu quero saudar todos da Mesa, saudar a Vivian Nicolle, como mulher, e saudar Armando, como baiano, saudar todos, os outros também, e o Líder. E pedir desculpas. Ainda ouvi uma parte da fala do Dr. Carlos, na vinda, porque eu estava numa atividade fora daqui, por uma solicitação, que eu não pude negar, do Senador Rodrigo Rollemberg, desde muito cedo. Acho que só perdi a fala, integralmente, de Nicolle, infelizmente.

Primeiro, quero ressaltar esse esforço do Integra Brasil, que acho extremamente importante. No ano passado, nós também fizemos, aqui, na CDR, esse esforço de debate até temático. Fomos ao Piauí, ao Ceará. Em cada um destes Estados, nós debatemos um tema. Ficou em aberto o tema da Bahia. No fim do ano, estávamos no tema da Bahia e houve impedimento aqui e o tema da Bahia, proposto por mim, era justamente a educação.

Eu acho, caro Presidente Inácio, que nós deveríamos retomar esse tema na Bahia, voltar a fazer a única audiência pública que não pôde ser realizada no ano passado, e fazer uma grande audiência com essa ideia do Senador e nosso Líder, Pimentel, de fazermos uma radiografia mesmo, um diagnóstico do Nordeste no que diz respeito à educação.

Mas eu queria também ressaltar algumas coisas. Primeiro, a ideia de que nós pudéssemos retomar a discussão do Nordeste, como Região Nordeste, unificando as nossas ações e unificando também, integrando as ações dos setores produtivos e acadêmicos com o setor político, que aqui já se organiza. Acho que a única frente que tem, há muitos e muitos anos, um nível de participação semanal e se mantém estruturada é a Frente do Nordeste. Termina que o Senado fica um pouco afastado dela por conta da forma de organização e de funcionamento do Senado, diferente da Câmara, mas os Deputados a mantém. No entanto, eu acho que a gente precisa, de tempos em tempos, dar uma chacoalhada – termo usado por Armando – nessa nossa organização e redefinir objetivos mais pragmáticos, eu diria.

No ano passado, o Governo Federal fez a 1ª Conferência Nacional de Desenvolvimento Nacional e de lá saiu a nova Política Nacional de Desenvolvimento Regional, que deve chegar aqui ao Senado, imagino, até o próximo ano – imagino ainda este ano! –, e sobre ela nós devemos nos debruçar para interferir de forma mais definitiva, até porque essas conferências têm certa tendência a uma visão de integração do Brasil. Juntam-se profissionais de diversos segmentos que têm posições sempre inovadoras, mas nem sempre com foco na questão regional.

E nós, do Nordeste, vamos ficando chatos, porque vamos ficando repetitivos nessa história de políticas que visem a não sermos iguais, ou seja, não termos medidas que nos tornem iguais, no sentido de que essas medidas sejam para todos. Precisamos usar do velho ditado, ou da velha fórmula de nosso querido Rui Barbosa de que não se tratam desiguais de forma igual.

E aí, dessa conferência, tive conhecimento na época, algumas políticas saíram, políticas de recursos hídricos, todas de integração nacional; com isso, vinham mudanças da Codevasf, que passa a ter uma função específica. O Dnocs praticamente acaba ou tem outras funções. Isso tudo pensado num nível de integração nacional. Mas termina que nós deixamos de fazer com que esses órgãos, hoje já existentes, funcionem mais focados numa política mais integradora ainda regional. Por exemplo, eu continuo achando que acabar com o Dnocs não é uma solução para nada. Nós deveríamos reformular o Dnocs aproveitando o que ele tem de história, de massa crítica e de operacionalidade para fazer com que ele possa render mais. O Dnocs na

Bahia, hoje, – eu já fiz essa denúncia trezentas vezes – está completamente sucateado, não tem condição para nada. Basta olhar os salários diferenciados do Dnocs em relação à Superintendência da Codevasf, por exemplo. O superintendente ou diretor do Dnocs, no Estado, tem um salário em torno de R$5 mil; o da Codevasf vai para um salário de R$16 mil, R$17 mil. Então, isso demonstra a força.

Precisamos repensar isso, e repensar como um todo.

Outra questão que eu queria colocar e que não vi nessa observação feita inclusive por Armando, que me chama a atenção, é o papel dos governos, do funcionário público, dos salários do funcionalismo na economia regional. Temos uma renda domiciliar menor e nós temos uma massa salarial que, no Nordeste, os governos têm importância e são decisivos. Chegar a uma cidade do interior que tem o grupo de funcionários públicos daquela cidade, estadual, eles têm importância no comércio da cidade, porque são funcionários permanentes, tem um salário um pouco mais alto do que o do Município, e é importante que a gente possa também pensar uma política salarial conjunta, do conjunto do funcionalismo dos Estados do Nordeste brasileiro. O conjunto de funcionários públicos na cidade de Salvador, por exemplo, ele tem influência determinante na vida da cidade. Em todas as capitais eu imagino que seja assim.

Em São Paulo é muito diferente. O número de funcionários do Estado, de funcionários da prefeitura frente ao conjunto da economia do Estado, não tem um valor maior. Acho que sobre isso nós precisávamos também pensar. Iniciativas que tivemos aqui no Senado e que foram para a Câmara e que continuam paradas lá, que era importante que os senhores pudessem se apropriar e trabalhar nessa direção, que é a mudança, por exemplo, da tributação do comércio eletrônico. Isso é fundamental para os Estados nordestinos, e nós precisaríamos que os representantes das federações de indústria do Nordeste pudessem interferir diretamente nas Bancadas nordestinas para fazer com que isso ande. Aí, de repente, nós temos manifestações de rua, muda-se a pauta do Congresso Nacional, da Câmara e do Deputado para pautas mais políticas, digamos assim, e a pauta do Nordeste volta a ser esquecida lá no canto.

Que essas questões, no Senado, tenham a possibilidade de andar mais, porque nós temos uma representação igualitária de todos os Estados, quando chegamos à Câmara elas começam a andar em passos de cágado, porque lá é uma representação proporcional. Juntam-se quatro grandes Bancadas do Sul e Sudeste e se dá uma parada naquela ação.

Então, essa pauta precisa constar desse trabalho nosso, porque ela pode nos ajudar enormemente nesse trabalho de impedir que nós continuemos sangrando as nossas riquezas na direção do Sul e do Sudeste do Brasil.

O comércio eletrônico é fundamental para que nós possamos estancar a sangria financeira dos nossos Estados do Norte e do Nordeste, especialmente do Nordeste brasileiro.

Acho que essa pauta deveria ser incluída por vocês no sentido de mobilização.

Eu queria ouvir a opinião de vocês sobre o esforço que nós fizemos há um ano e meio, tanto eu quanto o Senador Inácio, esta própria Comissão, e que ontem nós conseguimos aprovar, que foi o esforço de facilitação das ZPEs, no sentido de que nós possamos ter o Nordeste brasileiro incluído nesse esforço de implantação das Zonas de Processamento de Exportação. Esse é um debate no Congresso Nacional. Nós votamos ontem, claro que com um voto, principalmente de São Paulo, contrário. E sei que isso vai ser uma nova batalha, importante batalha dentro da Câmara dos Deputados. E eu queria ouvir a opinião de vocês.

A opinião do Sul e do Sudeste é de que nós já temos um desenvolvimento complexo da indústria nacional e que não se justificaria, portanto, uma medida que, aliás, fui caracterizada como neocolonialista pelo projeto da ZPE. Até achei bonitinho.

O SR. PRESIDENTE (Inácio Arruda. Bloco/PCdoB – CE) – Vai ser uma inversão, porque agora você vai colonizar São Paulo, depois das bandeiras.

A SRª LÍDICE DA MATA (Bloco/PSB – BA) – Vai ser uma coisa engraçada, interessante.

Novamente, voltando para uma pauta que foi destacada pelo Armando, mais objetiva, que é o problema da infraestrutura do Nordeste que não pode fazer com que nós nos percamos da integração da economia nacional, porque o Brasil pode se desenvolver, pode se integrar, como está se integrando a economia mundial, e não necessariamente levar o Nordeste para isso. O Nordeste pode continuar lá com uma economia muito menor, porque medir o crescimento só da economia nordestina, medir o seu crescimento industrial, o seu crescimento de empregos etc. não nos basta, do ponto de vista sistêmico, até porque nós estávamos muito abaixo. Então, a tendência é de que para desenvolver nós tenhamos de crescer muito mais do que os níveis de crescimento, que já são médios, do Sul e Sudeste.

Precisamos, portanto, de um impulso de crescimento muitas vezes maior para que isso tenha um significado de integração real do Nordeste no conjunto da economia brasileira.

Penso que nós devemos nos concentrar no esforço das ferrovias, num esforço de integração da economia do Nordeste. E olhe que não está sendo fácil. Eu estive com o Ministro César Borges dos Transportes, baiano, e sei do total compromisso que ele tem. Ele afirmou tem buscado botar para funcionar a Ferrovia de Integração Oeste-Leste (FIOL) da Bahia, que foi, por muitas vezes, sabotada. No seu próprio projeto dentro do Parlamento, cujo trajeto foi modificado, sempre no sentido de impedir que ela possa se integrar efetivamente com os portos de escoamento da produção do País, ou seja, são os portos do Sudeste, Rio e São Paulo, se defendendo da possibilidade de crescimento dos portos do Nordeste brasileiro. Então, a Transnordestina e a Fiol são esqueletos fundamentais para a nossa musculatura se sustentar, a musculatura da nossa economia se sustentar. Então, nós não podemos abrir mão dela.

Uma outra articulação de transporte que eu queria ressaltar é a aeroviária. Nós hoje temos uma grande dificuldade no Nordeste de nos comunicarmos como região. É mais fácil o Nordeste se comunicar com o Sudeste, é mais fácil pegar um avião de Fortaleza, de Salvador para ir até o Rio de Janeiro e até São Paulo do que ir de Salvador a Fortaleza, de Salvador a São Luís. A nossa comunicação interna, do ponto de vista aeroviário, que é hoje indispensável, é muito fragilizada, e acho que nós precisamos pensar uma política regional para isso. Não dá para nós ficarmos praticando novamente a guerra fiscal, desonerando ICMS na Bahia, desonerando ICMS em Fortaleza, em São Luís, para viabilizar que voos possam se dirigir para essas cidades, facilitando, portanto, toda uma movimentação tanto do turismo como mesmo de comunicação da nossa região. Nós temos que ter uma política regional para isso, uma política unificada, senão nós não vamos ter capacidade de competitividade. Nós vamos competir com diferenças regionais, intrarregionais. Nós vamos ter essas disputas intrarregionais que terminarão nos sufocando e sendo impeditivas na nossa integração com o todo. Então, acho que essa questão é muito importante, porque nós temos um vetor da economia que surge para o Nordeste com grande possibilidade, que é o turismo, que necessita profundamente desse tipo de articulação. E acho que nós deveríamos, portanto, voltar a ter uma posição sobre isso.

A outra coisa é dizer dos nossos organismos. Não tenho dúvida: a Sudene foi criada, mas completamente recriada, completamente esvaziada. Nós fizemos um esforço grande, criamos o fundo novamente, mas ela continua esvaziada. Alguém ouve falar de uma reunião da Sudene. "Ah, à reunião da Sudene vão os governadores todos, lá se reúnem, a pauta já está pronta, a Presidente vai lá e anuncia ações da seca na reunião da Sudene, anuncia outras ações em outros momentos..."

O SR. PRESIDENTE (Inácio Arruda. Bloco/PCdoB – CE) – Aliás, na reunião que tratou da seca, que foi no Estado do Ceará, com a reunião da Sudene, com os governadores e a Presidente, o DNOCS nem foi para a mesa, que é o órgão que trata da seca.

A SRª LÍDICE DA MATA (Bloco/PSB – BA) – No geral, a Presidente já vai... Não é uma culpa da Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Inácio Arruda. Bloco/PCdoB – CE) – Claro.

A SRª LÍDICE DA MATA (Bloco/PSB – BA) – Pelo contrário, há um mérito nesses dez anos de tentativa de repor isso, mas a própria existência nossa e os nossos esforços de repensar o Nordeste fora da Sudene é a clara demonstração de que ela não existe como esteio principal do pensamento do planejamento do Nordeste.

Portanto, eu quero propor que a gente inicie agora, para que em 2014, em que vai haver Copa do Mundo e em que vai haver tantas outras coisas, vai haver também o centenário de Rômulo Almeida, nós possamos concentrar o nosso esforço. Esta CDR seja transformada toda no ano de discussão do planejamento. Nós precisamos retomar a ideia do planejamento como ferramenta essencial para repensar a nossa existência, repensar do Brasil, e Rômulo incorpora isso tudo, porque ele foi o primeiro planejador do Brasil e do Nordeste brasileiro, o primeiro a fazer o esforço de planejamento de um Estado.

Então, nós precisamos – ao recuperar e ao homenagear a figura de Rômulo, em 2014, no seu centenário – incorporar todo esse processo de planejamento de novo e moderno planejamento do Nordeste, porque aí nós estaremos vinculando o que foi pensado no passado e integrando a uma renovação do pensamento e do planejamento nordestino. Todo esse esforço que nós fazemos, é claro, nós fazemos, porque somos discriminados, porque quem se mobiliza é quem está na necessidade de superação. Eu fico olhando o Nordeste, pensando, mais ou menos, como um movimento de mulheres, em que nós fazemos um esforço para ver se, em 2020, a gente consegue crescer um pouquinho mais – todo o esforço que fizemos até agora, crescemos 1% a cada ano, 2% e, para chegar à paridade, certamente não conseguiremos nos marcos disso que está imposto.

Então, no caso do Nordeste, igualmente, se nós não tivermos uma concentração de esforço, como com uma força-tarefa, uma concentração obsessiva no planejamento e na obsessão de apresentar, em todos os níveis, sempre uma ideia de compensação para o Nordeste, nós não vamos conseguir superar, não adianta.

Nós estamos, tudo bem, com universidades novas. A Bahia saiu de uma universidade – em 64 anos da Universidade Federal da Bahia, nós passamos agora, quando vamos fazer em três ou quatro anos, a quatro novas universidades: a Universidade Federal do Recôncavo, que se está implantando, e criamos mais duas.

Então, temos um pedacinho – cinco e meia –, porque temos um pedacinho da Unilab, que se vai instalar na região metropolitana de Salvador; temos uma parte da Universidade do Vale do São Francisco também; e mais duas universidades novas, criadas agora, a Universidade do Oeste da Bahia e a Universidade do Sul da Bahia. Mas, se nós criarmos a universidade igual, com o mesmo modelo com que nós criamos a Universidade Federal da Bahia há 68 anos, nós não vamos alcançar esse patamar de que nós precisamos. Nós precisamos criar universidades com modelos diferentes, porque nós temos pressa, nós não podemos andar no mesmo.

Mesmo os institutos federais precisam ser repensados, na sua integração com o ensino, em cada local, senão nós não teremos condição de superar o hiato educacional que o Nordeste tem em relação às outras Regiões do País. E, aí, eu quero só falar um segundinho sobre isso. Quando a gente está falando em 50% dos *royalties* do petróleo e colocando isso como um grande trunfo, os prefeitos logo dizem – muitos prefeitos, não foram poucos, os que me procuraram para dizer: "Senadora, eu discordo disso. Nós precisamos é na saúde, porque, na educação, nós estamos resolvidos. Na minha cidade, todos os meninos estão na escola. Eu estou começando a fazer, inclusive, escola em tempo integral." Aí, o prefeito vai lá, faz três, quatro escolas de tempo integral, acha que está com o seu dever cumprido.

Eu digo: "Sim, prefeito, agora tudo bem. Eu quero que o senhor me traga o resultado da sua escola, os índices da sua escola." "Não, mas a minha escola cresceu um pouco o Ideb." "Sim, mas nós não precisamos crescer um pouco, nós precisamos crescer profundamente o Ideb nos nossos Municípios."

Então, o Brasil planeja educação de cima para baixo. Não há jeito, é uma tradição do País, nós não conseguimos pensar: fortalecer a escola básica, depois o ensino médio, e depois a universidade. Nós crescemos de cima para baixo, não há jeito.

Eu acho que nem há mais como reverter. Mas nós precisamos fazer isso de maneira integrada. Eu creio que o modelo da Universidade do Sul, pensada de forma a constituir os colégios universitários, a constituir um nível que é o novo – Inácio, você não pôde participar do seminário, semana passada, com Naomar, na Comissão de Educação. Quando nós criamos uma universidade nova, a disputa é igual no Brasil inteiro.

Então, para os cursos "mais importantes", entre aspas, como Engenharia e Medicina, todos os estudantes do Brasil inteiro concorrem. Então, nós abrimos o curso na Bahia, mas vão concorrer todos os estudantes do Sul e do Sudeste que não conseguiram passar nas escolas desejadas. A Escola de Medicina da Bahia vai ter 30% da nossa Região e 70% de outras Regiões, ali comparados. Na Universidade Federal do Sul da Bahia, isso está pensado de maneira diferente: você preenche a vaga de acordo com a necessidade de cada Município, com a demanda de cada Município.

Nós precisamos pensar um novo modelo de universidade, porque senão vamos repetir o investimento no Nordeste – eu me sinto até numa situação diferenciada. A Escola de Medicina da Universidade Federal de Sergipe deve ter mais de 50% de baianos, porque acabam as vagas na Universidade Federal da Bahia, todo estudante que tentou e perdeu vai tentar na Universidade Federal de Sergipe. Então, vamos transferindo, digamos assim...

O SR. PRESIDENTE (Inácio Arruda. Bloco/PCdoB – CE) – Já lhe digo que, no caso do Ceará, não deu certo. Nós ocupamos quase todas as vagas.

A SRª LÍDICE DA MATA (Bloco/PSB – BA) – O Ceará fica mais longe.

O SR. PRESIDENTE (Inácio Arruda. Bloco/PCdoB – CE) – Não deve ser por isso, não. Foi na média da nota.

A SRª LÍDICE DA MATA (Bloco/PSB – BA) – Mas é um pouco isso. Na Universidade do Estado da Bahia, o curso de Medicina da Universidade do Estado da Bahia de Santa Cruz, que é um dos melhores do nosso Estado, tem apenas 20% a 30% de estudantes da Região – da Região Sul há menos. Refiro-me a estudantes da Bahia, porque há de Brasília, de Minas, do Espírito Santo, do Rio de Janeiro, de todos que têm interesse naquela vaga.

Então, o nosso investimento em educação também precisa ser repensado na direção disso. Precisamos pensar modelos que possam integralizar a nossa demanda por ensino público, e não simplesmente abrir e universalizar a disputa para todos, porque novamente estaremos drenando recursos de investimento do Nordeste para outras Regiões.

Então, eu queria aproveitar... Fui convidada por Armando para ir ao Integra, na Bahia, na próxima semana, mas estou com uma dificuldade: a Bancada da Bahia marcou, no mesmo horário, uma ida à Petrobras, para discutir a redução dos investimentos da Petrobras na Bahia, e não poderei deixar de estar presente nesse evento, infelizmente. Mas estou com vocês aqui hoje

e tenho toda a disposição para acompanhar a caminhada de vocês.

O SR. PRESIDENTE (Inácio Arruda. Bloco/PCdoB – CE) – Vou propor que um sergipano acompanhe o evento na Bahia.

A SRª LÍDICE DA MATA (Bloco/PSB – BA) – Se você puder.

O SR. PRESIDENTE (Inácio Arruda. Bloco/PCdoB – CE) – Vou propor ao nosso Presidente, que já está ali pertinho: ele dá um pulo na Bahia e não vai ter dificuldade, embora não haja transporte regional.

A SRª LÍDICE DA MATA (Bloco/PSB – BA) – Creio que coloquei algumas coisas dispersas, muito mais para destacar alguns pontos. Continuo achando isso em todas as áreas. Na área de cultura, a cultura do Nordeste também precisa trabalhar unificada, e a cultura do Semiárido termina sendo completamente subjugada à cultura litorânea do nosso Nordeste, em todos os Estados, e nós temos uma cultura riquíssima – e a cultura é matéria-prima para o desenvolvimento da indústria de entretenimento, da indústria de turismo, da indústria de lazer, da indústria criativa, em que o Nordeste tem muito a contribuir em todo o País. Então, creio que precisamos realmente pensar no nordestino mais unificado e menos na disputa entre os Estados.

O SR. PRESIDENTE (Inácio Arruda. Bloco/PCdoB – CE) – Muito bem! A Senadora Lídice da Mata já acumulou o tempo de Prefeita, de Deputada e de Senadora, nesse pronunciamento que mostra a compreensão da realidade regional, não como um problema para o Brasil, mas como condição para a gente ajudar muito o Brasil. Tenho levantado aqui, Nicolle, Carlos Prado, Armando e Albertino, no debate na nossa Comissão e no Senado, que não podemos ser enxergados nem nos enxergar como um problema. Ao contrário, temos uma riqueza, um potencial, precisamos enfrentar esse problema.

O Nordeste, digo aqui para os nossos colegas Senadores, é como uma China brasileira, pelo potencial que temos de crescimento e desenvolvimento para a nossa Região. Esse atraso que se transformou num atraso secular temos que aproveitá-lo, para resolver o problema do Nordeste e do Brasil. Nós ajudaremos muito o Brasil se invertermos essa linha de retorno e de sangramento das Regiões, via Região Sudeste.

Temos de convencer essas Regiões, mostrar para essas Regiões, e isso só será feito se tivermos não apenas a força política, mas se convencermos também a Presidência da República de que, ao investir no Nordeste, está transformando o Brasil. Não é uma transformação nordestina, é uma transformação do Brasil. Acho que temos condições para isso.

E acho que deveríamos aproveitar, Nicolle, esse momento que vamos viver, no próximo ano, e começar este ano. Nós tratamos há pouco do centenário de grandes figuras do Brasil. Inclusive, recentemente, nós tivemos os 250 anos de José Bonifácio de Andrada e Silva, o Patriarca da Independência – era um homem de grande visão que atuou na indústria, atuou na agricultura e atuou nas ciências; era membro das principais academias de ciência do mundo na sua época, na Europa e nos Estados Unidos. A grande academia americana era a Academia da Filadélfia, e ele era membro dessa Academia da Filadélfia.

No próximo ano– alerta-nos a Senadora Lídice da Mata –, é o centenário de Rômulo de Almeida, que atuou nessa ideia de que teríamos que planejar o desenvolvimento da nossa Região, com esse sentido do Integra, no sentido da integração. Acho que poderíamos puxar o Rômulo de Almeida na nossa mão, sem que ele saiba, e pô-lo no centro dessa nossa movimentação do Integra Brasil. Acho que podemos fazer um forte movimento que vai desaguar no ano de 2014, que é o centenário de Rômulo de Almeida, mas, sobretudo, é o ano em que, na eleição presidencial, o debate tem que ganhar fôlego da nossa Região.

Todo esse programa de integração da infraestrutura, de transporte da nossa Região, que parece que é um investimento que alguém está mandando como favor para nós, não pode nunca parecer como isso – é o contrário, não pode. A dificuldade para estabelecer...

Há pouco, discutimos com o Ministério dos Transportes e com o Ministério da Integração Nacional, porque a atuação era conjunta, em relação a essa questão da duplicação das vias que cortam o Brasil de leste a oeste. Nós temos as vias litorâneas, estamos tentando duplicar essas vias de acesso litorâneas, mas ainda é limitado, como disse o Albertino, porque não chegamos a fechar o nosso litoral ou alargar todas as vias de acesso ao litoral, que tem um potencial de riqueza turística extraordinário, de culinária extraordinária, e tudo isso é desenvolvimento.

Mas, ao debater essa questão da integração da malha ferroviária e rodoviária no Nordeste, o pessoal perguntava: "Mas e a viabilidade econômica?" A viabilidade econômica, Armando, diga-me, por favor, se há viabilidade ou se não há viabilidade. Eu digo: "Como é que você está me perguntando se há viabilidade integrar a malha ferroviária e rodoviária entre regiões?"

Uma é megaprodutora de grãos, que é o oeste baiano, o sul do Maranhão e do Piauí, com o Centro-Oeste brasileiro, alargando essas vias, duplicando essas vias, estabelecendo a malha ferroviária, tendo o Porto de Itaqui, de um lado, o Porto de Pecém no meio, o Porto de Suape, o Porto de Aratu, toda uma

estrutura portuária, e você está me perguntando se precisa entregar um vasto documento mostrando a viabilidade econômico-financeira? Essas estruturas não precisam estar integradas? Eu preciso mostrar que a movimentação de carga hoje, só a movimentação de carga hoje, entre essas regiões, saindo do Maranhão para o Ceará e do Ceará para a Bahia, buscando a ligação entre essas unidades portuárias, é gigantesca – porque também não há transporte de cabotagem – entre essas regiões.

Ficou gigantesca, porque a malha rodoviária era estreita. Então, o caminhão fica um atrás do outro, um atrás do outro, naquela filazinha – uma verdadeira desgraça a que temos assistido nas nossas estradas, no Nordeste brasileiro! Então, não há discussão de viabilidade, é só você olhar – claro, fora os quebra-molas – e você enxerga a viabilidade.

Não é preciso colocar números financeiros, quantas pedras de granito tenho que colocar em cima dos trens, para mostrar que há viabilidade de explorar granito no Ceará, no Piauí, na Bahia, em vastas regiões, oferecendo um produto melhor, levando para as nossas indústrias, agregando valor nesse produto. Você tem o potencial, está ali, mas você fica com essa ideia sobre se há viabilidade. Se fosse preciso discutir essa questão da viabilidade financeira, se já houvesse uma região com tal dinamismo que bastasse colocar no papel: "Tenho tantos bilhões sendo gerados ali, em salitre, perto do Piauí, de Pernambuco e do Ceará, bem pertinho da Bahia", porque, de Pernambuco para a Bahia, é um pulo –ali já está tudo pronto.

E, se já está tudo pronto, não se precisa discutir mais nada com ninguém, já está resolvido o assunto. Estou dizendo que existem ali as condições, o potencial está demonstrado, e eu preciso fazer o investimento. Quem puxa o investimento, nesta questão, é o Poder Público. O setor privado entra quase como um grande associado, porque é ele que vai desenvolver esse potencial econômico, mas o investimento, na logística, na infraestrutura, quem puxa – aqui, nos Estados Unidos, na Europa inteira, no Japão, na Índia, na China, na Rússia, na Indonésia e no Oriente Médio – é o Poder Público.

Se ele não tiver essa compreensão, se sempre tiver que mostrar um calhamaço com 500 consultores, para explicar a viabilidade, não sai. Quando você pede quatro a dez consultorias, para dar informação, significa que você não quer que ande esse programa. Então, a nossa Comissão, Nicolle, Carlos, Armando e Albertino, tem todo o interesse.

Esse debate de hoje está sendo enviado para todo o Brasil. Todo o Brasil já está com as imagens de vocês, mostrando que vocês estão num empreendimento que não é um empreendimento de um Estado, de um Município ou de uma instituição empresarial, é um movimento do Nordeste brasileiro, mostrando a capacidade de integração com o Brasil. Por isso, já fiz um requerimento, na segunda parte da reunião: encerrada a nossa audiência pública, vamos votar três ou quatro requerimentos importantes da Comissão, entre eles um que vai permitir que a nossa Comissão acompanhe todas as atividades do movimento Integra Brasil, não só no Nordeste, como fora do Nordeste.

Aonde vocês forem, queremos estar presentes, com um Senador, pelo menos, acompanhando, ouvindo, dando opinião e se integrando. Porque grande parte das questões que vocês levantaram, como disse o Carlos Prado, vão desaguar na nossa Comissão. E nós fazemos, na nossa Comissão, uma espécie de dever de casa: um levantamento para vocês de todas as matérias que estão tramitando que dizem respeito à questão regional e ao interesse do nosso – já vou logo me enquadrando aqui – movimento, digamos assim.

Passo a palavra para uma resposta de vocês às indagações que foram feitas, àqueles que queiram responder sobre as questões levantadas pela Senadora Lídice da Mata e Senador José Pimentel. Inicialmente, passo a palavra ao Dr. Carlos Prado; em seguida, Armando; Albertino; e vamos encerrar com a Nicolle. Vamos determinar um tempo de três a cinco minutos para que a gente possa concluir os nossos trabalhos.

O SR. CARLOS PRADO – Senador, a propósito do seu pedido de uma opinião a respeito de ZPE, o trabalho que está sendo feito aqui é realmente muito importante. Eu sou conselheiro da ZPE Ceará, a primeira do Brasil que está entrando em funcionamento. É o tipo do investimento, conforme disse o Senador, em que você entra com o investimento público, primeiro, para depois acontecerem as realizações.

Então, hoje, nós já temos, na ZPE do Ceará, a Companhia Siderúrgica do Pecém, em implantação. A Vale do Rio Doce, já com uma empresa ali também, porque vai ser uma das fornecedoras. Já temos uma empresa, um grupo do Ceará, Durametal, que também começa a se integrar nesse primeiro bloco, também da área metalúrgica – e já em negociações, várias outras, que só se interessaram ao verem que, realmente, a estrutura já está aí, já existe, já foi alfandegada.

Quer dizer, já está em funcionamento, já há um corpo funcional trabalhando e recebendo cargas, recebendo o pessoal, as cargas que chegam pelo porto ali, já passando e cumprindo todo aquele ritual. Então, mostrando, sempre, que investimentos em logística, etc., têm que acontecer, porque, senão, nós não conseguimos deflagrar nenhum processo de desenvolvimento acelerado. Eu, na minha infância, no interior

de São Paulo, acostumei-me a ver que todas as cidades começavam a progredir à medida que a ferrovia ia chegando – a ferrovia chegava e aí começava todo o processo.

Então, enquanto nós não enxergarmos isso, dificilmente a gente vai ter essa ferramenta de desenvolvimento. Por outro lado, já existem alguns setores do Nordeste – e eu falo da Bahia, por exemplo...

(*Soa a campainha.*)

O SR. CARLOS PRADO – No seu pronunciamento, havia a citação de 417 Municípios na Bahia. Nós temos um investimento, ali no Município, que é de número 403, Ribeira do Amparo. Em Ribeira do Amparo, havia água no subsolo, havia redes de energia elétrica passando por ali, havia estrada, havia o solo e havia mão de obra disponível. Então, juntando tudo isso, o que faltava? Faltava tão somente a gestão.

Com isso, nós estamos produzindo um produto lá que é o melão, melão-rei, esse que vem na redinha. E deixe-me aproveitar, para fazer o meu comercial, e, por favor, comprem, porque estou precisando de ajuda. Mas é um produto, hoje, reconhecido no mercado nacional, e é produzido em um Município que, hoje, se verificado o IDH de Ribeira do Amparo, certamente, já subiu, porque não é nada, não é nada, dá emprego a 600, 700 pessoas, durante um bom período do ano. E há outra coisa, 660, 700 pessoas que, ao serem admitidas, não tinham nem carteira de trabalho, porque nunca tiveram um emprego registrado.

Então, isso mostra que há um potencial em vários pontos, conforme já foi mostrado aqui. Mas é preciso olhar com um olhar de quem quer, realmente, realizar e se integrar. Essa integração também se faz mais completa em termos de Brasil, porque é produto de lá que se vende, que começa a inverter aquela balança deficitária que foi mostrada aqui, logo no início dos trabalhos.

O SR. PRESIDENTE (Inácio Arruda. Bloco/PCdoB – CE) – Muito bem.

Prof. Armando, nosso Secretário, com a palavra também por três minutos. Se precisar, como o Armando já consumiu...

O SR. ARMANDO AVENA – Pode ser menor.

O SR. PRESIDENTE (Inácio Arruda. Bloco/PCdoB – CE) – (*Risos.*) É, pode ser menor.

O SR. ARMANDO AVENA – Eu queria apenas registrar, aqui, primeiro, a importância de uma reunião como esta, para colocarmos essas discussões. Depois, gostaria de referenciar que a Senadora Lídice colocou pontos importantíssimos, como a questão educacional e também para que a universidade não fique naquele modelo tradicional – ela tem um efeito de maior integração com a região. Eu acho isso fundamental, e não há dúvida de que o crescimento das universidades federais na Bahia foi muito importante para a economia baiana e para a Bahia como um todo.

Eu queria registrar, também, uma coisa que eu não mencionei e a Senadora colocou muito bem que é a importância do turismo. A gente tem que repensar o turismo, também, sob uma perspectiva mais regionalizada, de uma maior facilidade, inclusive, de a gente visitar os Estados nordestinos. É mais fácil, realmente, ir para São Paulo que ir a Fortaleza.

O SR. PRESIDENTE (Inácio Arruda. Bloco/PCdoB – CE) – Muito mais fácil!

O SR. ARMANDO AVENA – É muito mais fácil. Então, é preciso a gente verificar isso também. Creio que são pontos importantíssimos!

Eu queria terminar, rapidamente, com uma coisa que o Senador Pimentel colocou. É preciso que as obras do PAC para o Nordeste sejam realizadas o mais rapidamente possível, mais até do que as do Sudeste, porque, por exemplo, a Transnordestina – eu estava conversando com o Cláudio – está indo muito devagar. A Fiol, agora, avançou um pouco, mas também está com o primeiro trecho com problemas.

Então, essas obras, se a gente não tiver a rapidez necessária, quando a linha Norte-Sul estiver pronta, nós vamos ficar para trás, se ela já não estiver com o porto e com a ferrovia. É só reiterar isso e dizer que eu acho que é uma oportunidade muito boa de a gente discutir. Estou sempre à disposição, aqui com Nicolle e dos Senadores. Muito obrigado!

O SR. PRESIDENTE (Inácio Arruda. Bloco/PCdoB – CE) – Obrigado, Armando, foi um prazer.

Com a palavra, Albertino.

O SR. ALBERTINO LEAL DE BARROS FILHO – Só para reforçar que a gente volta para o Maranhão com a bagagem mais cheia. Quero agradecer, Senador Inácio, agradecer, Senadora Lídice, suas palavras, que foram muito interessantes, porque V. Exª pontuou vários aspectos, indo da cultura aos investimentos na infraestrutura.

E, só para corroborar com o que V. Exª falou com relação à questão aeroviária, no Maranhão, a maior parte dos nossos aeroportos não são homologados pela Anac. Há situações no turismo, como a gente acabou de ouvir, pela importância que tem para os Estados do Nordeste, em que cidades como Barreirinhas, que é um pólo turístico, assim como nos Lençóis Maranhenses, o aeroporto passou anos sem a homologação da Anac. Então, os voos terminam sendo clandestinos, ou não vão.

Nesse caso, para se fazer uma viagem de Teresina a São Luís é uma dificuldade! Até três anos atrás, não havia voos entre as duas cidades. Três empresas

entraram e, agora, está praticamente só uma novamente – então é muito difícil!

Eu queria referendar, também, a questão das universidades como modelos diferentes e lembrar que nós temos o ensino técnico-tecnológico. Hoje, no Sesi-Senai, nós temos uma situação complexa: nós temos dificuldade de colocar o jovem no contraturno, já no ensino médio, recebendo essa formação para a profissionalização. Ele pensa muito na graduação, entretanto, muitas vezes, o ensino técnico-tecnológico emprega, dá sustentabilidade, para que o aluno vá para a graduação, e dá salários, muitas vezes, maiores do que o universitário possui.

Era isso. Eu agradeço a atenção de todos.

O SR. PRESIDENTE (Inácio Arruda. Bloco/PCdoB – CE) – Agradecemos, Albertino, sua presença na nossa Comissão. Vai abrilhantando o movimento, que, acredito, vai ganhar uma força muito grande no Nordeste inteiro e no Brasil!

Com a palavra a Srª Nicolle, Presidente do Centro Industrial do Ceará. Digamos que ela é uma das responsáveis em movimentar e mobilizar o setor empresarial, os governantes e as instituições de educação, de ensino, de pesquisa no Nordeste brasileiro, para compreender bem que nós temos que retomar o esforço praticado pelas grandes figuras que aqui foram citadas, como Rômulo de Almeida e como o nosso paraibano, Celso Furtado. Podemos, também, citar Inácio Rangel – eles foram as grandes figuras que, nem sempre, tinham opiniões convergentes, no mesmo sentido, em termos de como desenvolver a economia da nossa Região, mas essas três grandes figuras se emprenharam, intensamente, na questão do desenvolvimento da nossa Região.

Acho que é nossa obrigação. E esta responsabilidade recaiu sobre os seus ombros, Nicolle, de movimentar a nossa turma, digamos assim, em torno do objetivo e do desenvolvimento da nossa região Nordeste. A Srª Nicolle tem a palavra, para que possamos, então, encerrar a nossa audiência pública.

A SRª VIVIAN NICOLLE BARBOSA DE ALCÂNTARA – Senador Inácio Arruda, eu quero agradecer muito o seu apoio, o seu requerimento para esta audiência pública, que, com certeza, é um grande marco no projeto Integra Brasil! Agradeço, ainda, a iniciativa de a Comissão de Desenvolvimento Regional acompanhar de perto, com participação ativa no nosso movimento. Deixo, também, o nosso agradecimento ao Senador Antonio Carlos Valadares, pela acolhida, e agradeço a presença da Senadora Lídice da Mata, do Senador Pimentel, que deram importantes sugestões que serão acatadas pelo movimento Integra Brasil.

Foi uma alegria muito grande estar aqui hoje, obrigada!

O SR. PRESIDENTE (Inácio Arruda. Bloco/PCdoB – CE) – Agradeço a presença de todos. Nós vamos dar por encerrada esta parte da nossa audiência pública. Quero fazer referência, mais uma vez, à presença do nosso amigo Cláudio Ferreira Lima, que nos tem ajudado bastante no Senado Federal e no Congresso Nacional, acompanhando, também, a nossa Comissão, o grupo de Deputados que se organiza em torno da questão nordestina; o Sr. Flávio Saboya, da Federação da Agricultura do Estado do Ceará, que acompanhou quase toda a nossa reunião; também a nossa Senadora Maria do Carmo, do Estado de Sergipe, e o Senador Rubem Figueiró, que esteve aqui conosco, que é, também, um homem voltado para esse debate regional do Estado do Mato Grosso do Sul.

Então, agradeço a presença dos senhores e suspendo por trinta segundos a nossa reunião, para que a gente possa se despedir dos nossos colegas convidados.

(Iniciada às 09 horas e 04 minutos, suspensa às 11 horas e 38 minutos, a reunião é reaberta às 11 horas e 39 minutos.)

O SR. PRESIDENTE (Inácio Arruda. Bloco/PCdoB – CE) – Retomando a nossa reunião, passamos à segunda parte, que é a deliberação de propostas.

Requerimentos. Há sobre a mesa, os seguintes requerimentos.

Requerimento de autoria do Senador Antonio Carlos Valadares:

REQUERIMENTO DA COMISSÃO DE DESENVOLVIMENTO REGIONAL E TURISMO Nº 28, DE 2013

Requeiro, nos termos regimentais, o apoio desta Comissão à organização e realização de visita técnica e Seminário: "Novo Programa de Regionalização do Turismo: erros e acertos do desenvolvimento turístico regional no Brasil", a ser realizado em parceria com as Comissões de Turismo e Desporto (CTD) e de Viação e Transportes da Câmara dos Deputados, no Centro de Eventos da Estância Ecológica SESC Pantanal, localizada entre os Municípios de Poconé e Barão de Melgaço, Estado de Mato Grosso. Requeiro, ainda, que sejam destacados para assessorar os Parlamentares que participarão do Seminário/Visita Técnica um Consultor Legislativo do Senado Federal, que possa auxiliar na preparação de rela-

tórios, estudos e outras tarefas correlatas, assim como de um servidor da Secretaria da Comissão de Desenvolvimento Regional e Turismo, que participará diretamente na organização do evento.
Autoria: Senador Antonio Carlos Valadares

Requerimento de autoria do Senador Rodrigo Rollemberg:

REQUERIMENTO DA COMISSÃO DE DESENVOLVIMENTO REGIONAL E TURISMO Nº 29, DE 2013

Requeiro, nos termos regimentais, a realização de audiência pública por esta Comissão de Desenvolvimento Regional e Turismo, para discutir as questões relativas à MOBILIDADE URBANA, tendo como convidado o Ministro das Cidades, senhor Aguinaldo Velloso Borges Ribeiro.
Autoria: Senador Rodrigo Rollemberg

Requerimento de autoria do Presidente Valadares:

REQUERIMENTO DA COMISSÃO DE DESENVOLVIMENTO REGIONAL E TURISMO Nº 30, DE 2013

Requeiro, nos termos do art. 93, inciso II, combinado com o art. 113 do Regimento Interno do Senado Federal, a realização de Audiência Pública na Comissão de Desenvolvimento Regional e Turismo – CDR, conjunta com a Comissão de Educação, Cultura e Esporte – CE e com a Comissão de Ciência, Tecnologia, Inovação, Comunicação e Informática – CCT, para debater a importância da realização do "WORLDSKILL" na cidade de São Paulo, no ano de 2015, e a contribuição do Sistema "S" para a educação profissional, devendo ser convidados o Sr. Robson Braga de Andrade – Presidente da Confederação Nacional da Indústria–CNI; o Sr. Rafael Lucchesi – Diretor Geral do SENAI e Diretor de Educação e Tecnologia da CNI; Sr. José Henrique Paim Fernandes – Secretário Executivo do Ministério da Educação e o Sr. Luiz Antonio Rodrigues Elias – Secretário Executivo do Ministério da Ciência, Tecnologia e Inovação.
Autoria: Senador Antonio Carlos Valadares

Requerimento, para incluir na pauta:

REQUERIMENTO DA COMISSÃO DE DESENVOLVIMENTO REGIONAL E TURISMO Nº 31, DE 2013

Requeiro, nos termos regimentais, que esta Comissão possa participar dos Workshops e Mesa Redonda que estão sendo realizados com iniciativa do "Movimento Integra Brasil – Fórum Nordeste no Brasil e no Mundo" conforme calendário a seguir: Workshops: – Situação atual e transformações recentes – Salvador/BA em 15.07.2013; – Aspectos estratégicos do desenvolvimento – Recife/PE em 26.07.2013; e – O Nordeste visto de fora – Rio de Janeiro/RJ em 13.08.2013. Mesa Redonda: – As desigualdades intrarregionais na economia nordestina: soluções e encaminhamentos – Campina Grande em 18.07.2013.
Autoria: Senador Inácio Arruda, Senadora Lídice da Mata, Senador José Pimentel

Que são os Senadores que acompanharam essa audiência pública.

Aprovada a inclusão dos requerimentos. Os requerimentos receberão os nºs 28, 29, 31, respectivamente, e serão deliberados ao final desta reunião.

Solicito, então, aos Srs. Senadores que estiverem de acordo com a inclusão na pauta que permaneçam como se encontram. (*Pausa.*)

Aprovado.

O SR. PRESIDENTE (Inácio Arruda. Bloco/PCdoB – CE) – Item 1 da pauta:

ITEM 1

REQUERIMENTO DA COMISSÃO DE DESENVOLVIMENTO REGIONAL E TURISMO Nº 27, DE 2013
– Não Terminativo –

Na forma regimental e, em aditamento ao Requerimento nº. 26 de 2013-CDR, solicito que seja também incluído o senhor Ueze Zahran – Presidente da Copagaz, empresário do setor de gás com vasta experiência no ramo, como convidado para a Audiência Pública a ser realizada por esta Comissão de Desenvolvimento Regional e Turismo – CDR, em data oportuna, que contará com a presença da Sra. Maria das Graças Silva Foster, Presidente da Petróleo Brasileiro S.A. (Petrobras), para discutir e aprofundar os investimentos da empresa nas Regiões Centro-Oeste, Nordeste e Norte do País e,

em especial, no Estado do Mato Grosso do Sul.

Autoria: Senador Ruben Figueiró

Os Srs. Senadores que estiverem de acordo permaneçam como se encontram. (*Pausa.*)

Aprovado.

Item extrapauta.

A minha proposta, se os Srs. Senadores concordarem, pelo que estou percebendo, todos estão de acordo, que a gente vote em globo os Requerimentos nºs 28, 29, 30 e 31.

Os Srs. Senadores que estiverem de acordo permaneçam como se encontram. (*Pausa.*)

Aprovados.

Nada mais havendo a tratar, declaro encerrada a presente reunião, que tivemos em duas partes: audiência pública, para tratar da questão do movimento Integra Brasil, e a votação dos requerimentos que foram aprovados e que proporcionarão novas audiências, novos debates sobre a questão regional e o desenvolvimento do Brasil.

Está encerrada a reunião.

(Iniciada às 09 horas e 04 minutos e suspensa às 11 horas e 38 minutos, a reunião é reaberta às 11 horas e 39 minutos e encerrada às 11 horas e 43 minutos.)

ATA DA DÉCIMA NONA REUNIÃO EXTRAORDINÁRIA DA COMISSÃO DE DESENVOLVIMENTO REGIONAL E TURISMO, DA 3ª SESSÃO LEGISLATIVA ORDINÁRIA DA 54ª LEGISLATURA, REALIZADA EM QUATORZE DE AGOSTO DE 2013, QUARTA-FEIRA, ÀS 9 HORAS, NA SALA DE REUNIÕES Nº 7 DA ALA ALEXANDRE COSTA, ANEXO II DO SENADO FEDERAL.

Às nove horas e um minuto do dia quatorze de agosto do ano de dois mil e treze, na sala de Reuniões número 7 da Ala Alexandre Costa, Anexo II do Senado Federal, sob a Presidência do Senador Antonio Carlos Valadares, reúne-se a Comissão de Desenvolvimento Regional e Turismo com a presença dos Senadores Inácio Arruda, João Durval, Lídice da Mata, Ana Amélia, Benedito de Lira, Ruben Figueiró, Maria do Carmo Alves, Armando Monteiro, Vicentinho Alves, Rodrigo Rollemberg, João Alberto Souza e Wilder Morais. Deixam de comparecer os Senadores Wellington Dias, Romero Jucá, Ricardo Ferraço, Ciro Nogueira, Kátia Abreu e Aloysio Nunes Ferreira. Havendo número regimental, é declarada aberta a Reunião, dispensando-se a leitura da Ata da Reunião anterior, que é dada como aprovada. Dando prosseguimento, a Presidência esclarece que, conforme pauta previamente distribuída, a presente Reunião tem por objetivo a discussão e a votação das Emendas da Comissão ao Projeto de Lei de Diretrizes Orçamentárias – PLDO/2013 (PL nº 02/2013-CN) a serem apresentadas à Comissão Mista de Planos, Orçamentos Públicos e Fiscalização. Em seguida a Presidência passa a palavra ao Relator das Emendas, Senador Inácio Arruda, para proferir o seu parecer sobre as emendas e as suas considerações. O Relator explana que foram apresentadas 44 (quarenta e quatro) Emendas ao PL nº 02/13-CN de autoria dos Senadores Wilder Morais, Lídice da Mata, Romero Jucá, Ruben Figueiró, Lúcia Vânia, Inácio Arruda, Eduardo Braga e Antonio Carlos Valadares, sugerindo a aprovação de todas as Emendas de Texto, as quais possuem os números 4, 9, 12, 13, 14, 15 e 16, e a aprovação das Emendas de Inclusão de Metas agrupadas em cinco grupos conforme o número de Emendas de Inclusão de Metas possíveis na LDO. Primeiro grupo as Emendas de números 03, 07, 18, 22, 26, 29 e 42, segundo grupo a Emenda de número 06, terceiro grupo as Emendas de números 01, 05, 17, 27 e 43, quarto grupo a Emenda de número 37, quinto grupo as Emendas de números 11, 21 e 39. Após a sua explanação, usa da palavra para discutir o Senador Ruben Figueiró. Não havendo mais quem queira discutir, colocadas em votação, a Comissão aprova as seguintes Emendas de Metas: **Emenda nº 01 – Programa 2076 – Turismo / Ação 10V0 – Apoio a Projeto de Infraestrutura Turística – Quantidade/Meta: 100.000; Emenda nº 02 – Programa 2048 – Mobilidade Urbana e Trânsito / Ação 10T2 – Apoio a Projeto a Acessibilidade para pessoas com Restrição de Mobilidade e Deficiência – Quantidade/Meta: 300; Emenda nº 03 – Programa 2054 – Planejamento Urbano / Ação 1D73 – Apoio a política Nacional de Desenvolvimento urbano – Quantidade/Meta: 100.000; Emenda nº 04 – Programa 2058 – Política Nacional de Defesa / Ação 14N1 – Apoio a Comunidade Afetadas por desastres ou calamidades – Quantidade/Meta: 200; Emenda nº 05 – Programa 2076 – Turismo / Ação 4590 – Qualificação e certificação de profissionais, equipamentos, serviços e produtos para o desenvolvimento do turismo – Quantidade/Meta: 100.000;** e as seguintes Emendas ao Texto: **Emenda nº 06 – Corpo da Lei artigo 87,inciso IV, letra "d", (Acrescenta critério para financiamento do BNDS) (Modificativa); Emenda nº 07 – Corpo da Lei artigo 4, (Inclui a Política Nacional de Desenvolvimento Regional – PNDR no rol de prioridades e metas da administração pública federal para o exercício financeiro de 2014) (Modificativa); Emenda nº 08 – Corpo da Lei artigo 53, § 2º, (Vincula a execução de despesa de entidades privadas sem fins lucrativos à utilização de cartão**

de pagamento) (Aditiva); Emenda nº 09 – Corpo da Lei artigo 54, incisos I, II, III e IV, (Vincula a execução de despesa de entidades sem fins lucrativos à utilização de cartão de pagamento) (Aditiva); Emenda nº 10 – Corpo da Lei artigo 57, incisos I e XIII (Vincula a execução de despesa de entidades sem fins lucrativos à utilização de cartão de pagamento) (Aditiva); Emenda nº 11 – Corpo da Lei artigo 57, § 6º, inciso III (Vincula a execução de despesa de OSCIPS à utilização de cartão de pagamento) (Aditiva); Emenda nº 12 – Corpo da Lei artigo 42, § 2º (Autoriza edição de Portaria Min. da Integração, alteração de grupos de despesa decorrentes da abertura ou reabertura de créditos extraordinários destinados, despesas relativas à calamidade pública) (Modificativa); Emenda nº 13 – Corpo da Lei artigo 4 (Embrapa às ações de pesquisas e transferências) (Modificativa); Emenda nº 14 – Corpo da Lei artigo 59 (Projeto básico previamente aprovado – SICONV) (Aditiva). Em seguida, a Presidência comunica que nos termos do art. 87, combinado com o art. 44, inciso I da Resolução nº 01/2006-CN, as Emendas deverão ser enviadas à Comissão Mista de Planos, Orçamentos Públicos e Fiscalização, juntamente com a Ata da Reunião que as aprovou. Neste sentido, o Presidente propõe a dispensa da leitura da Ata e a submete a aprovação. **A Ata é aprovada**. Nada mais havendo a tratar, encerra-se a reunião às dez horas e três minutos, lavrando eu, Valter Simões dos Santos, Secretária da Comissão Adjunto, a presente Ata que, lida e aprovada, será assinada pelo Senhor Presidente e publicada no Diário do Senado Federal, juntamente com a íntegra das notas taquigráficas.

Senador **Antonio Carlos Valadares,** Presidente da Comissão de Desenvolvimento Regional e Turismo – CDR

(*Texto com revisão.*)

O SR. PRESIDENTE (Antonio Carlos Valadares. Bloco Apoio Governo/PSB – SE) – Havendo número regimental, declaro aberta a 19ª Reunião da Comissão de Desenvolvimento Regional e Turismo, extraordinária, da 3ª Sessão Legislativa da 54ª Legislatura.

Antes de iniciarmos nossos trabalhos, proponho a dispensa da leitura e aprovação da ata da reunião anterior da Comissão de Desenvolvimento Regional e Turismo.

As Srªs e os Srs. Senadores que as aprovam permaneçam como se encontram. (*Pausa.*)

A Ata será publicada no *Diário do Senado Federal* juntamente com as notas taquigráficas.

Esta Comissão de Desenvolvimento Regional e Turismo, de acordo com requerimento aprovado, realizou no dia 9 de agosto seminário, em Aracaju, capital de Sergipe, no Centro de Convenções do Hotel Radisson. Os temas ali abordados foram os seguintes: a contribuição das entidades representativas do turismo para o desenvolvimento dos Municípios; turismo e desenvolvimento – a experiência do turismo em Sergipe; oportunidades para o desenvolvimento do turismo no Nordeste; principais desafios para o desenvolvimento do turismo na região.

O evento contou com a presença dos Ministros Fernando Bezerra, da Integração Nacional; e Gastão Vieira do Turismo. Também estiveram presentes o nosso Governador em exercício, Jackson Barreto; o Secretário de Turismo, Elber Batalha; e o Prefeito da capital, João Alves.

Nós participamos de eventos os mais importantes, que irão contribuir para o desenvolvimento do Estado de Sergipe.

O Ministro do Turismo, Gastão Vieira, assinou, durante o evento, um convênio com o Governo de Sergipe para ampliação e reforma do centro de convenções, uma obra estimada em R$20 milhões, recursos do PAC do Turismo. Com a obra, o Governo de Sergipe pretende ampliar a capacidade do local atualmente existente para incentivar, cada vez mais, a vinda de grande eventos para o Estado.

Esse centro de turismo foi construído em dois governos: no governo de João Alves e no governo de Antonio Carlos Valadares.

O Canal de Xingó: além do convênio para o centro de convenções, o Ministro da Integração Nacional, Fernando Bezerra, assinou autorização para realização de licitação de estudos de viabilidade do Canal de Xingó, a maior obra da infraestrutura hídrica de Sergipe e a maior obra da história do nosso Estado.

Esse canal, que terá uma extensão de 305km, começando no Estado da Bahia e penetrando no Estado de Sergipe, vai proporcionar, durante a sua construção, a abertura de mais de 12 mil empregos e, durante a sua utilização, nós vamos ter uma forte contribuição para o aumento da irrigação no Estado de Sergipe, também proporcionando água potável a milhares de sergipanos que sofrem durante as secas que ali acontecem, no Semiárido de Sergipe.

A primeira etapa foi assinada pelo Ministro e terá uma extensão de 130km. Vai custar aos cofres públicos aproximadamente R$2 bilhões, a primeira etapa. Essa obra é da maior significação para o desenvolvimento do nosso Estado, resolvendo, de uma vez por todas, a falta de água potável para o ser humano e também para a dessedentação animal.

O Estado de Sergipe, conforme nós assinalamos naquele evento, é um Estado que se destaca no cenário turístico nacional.

Houve crescimento na divulgação do destino sergipano em relação a outros Estados, com a participação efetiva do Governo em feiras e exposições de turismo em todo o País.

O Estado de Sergipe vem-se destacando como uma excelente opção para negócios, como também para o lazer. Segundo a ECTur, o fluxo turístico na rede hoteleira sergipana, entre 2007 e 2012, cresceu 59,8%, passando de 588.576 turistas para 940.562.

Outro dado importante é o crescimento do fluxo de passageiros no aeroporto da cidade de Aracaju, que cresceu 98,57% entre 2007 e 2012, passando de 691.640 passageiros. Esse aeroporto vai sofrer uma grande ampliação e a sua licitação já foi feita pelo Governo Federal, com a participação do Governo do Estado.

A principal razão que leva o turista ao Estado de Sergipe, como em todo o Brasil, é o lazer, apontado como motivo de viagem para 43% dos visitantes. Negócios e trabalho atraem 21% dos visitantes. Em 2012, repete-se o perfil iniciado em 2011, pois até então, historicamente, a principal motivação que trazia os turistas a Sergipe era a viagem de negócios e trabalho.

Com a melhoria da infraestrutura hoteleira, a construção de novos restaurantes, a oferta de obras de lazer e a melhoria da infraestrutura de mobilidade urbana, o Estado de Sergipe tornou-se um importante gerador de empregos, tendo o número de postos de trabalho passado de 734 para 2.308 entre 2007 e 2012. Portanto, houve um acréscimo de 214% de empregos na área de turismo, conforme dados do Ministério do Trabalho e Emprego.

Esta comissão aproveita a oportunidade para agradecer ao governo do Estado, através do Governador Jackson Barreto, e da sua Secretaria de Turismo, através do Secretário Elber Batalha, pelo apoio que deu à realização deste evento, que repercutiu enormemente no nosso Estado. Assim também, agradeço ao Governo da Presidenta Dilma, através dos Ministérios da Integração e do Ministério do Turismo, que se fizeram presentes por intermédio do seu Ministro Fernando Bezerra, da Integração, e Gastão Vieira, do Turismo.

Conforme pauta previamente distribuída na presente reunião, teremos a discussão e votação das emendas da Comissão de Desenvolvimento Regional e Turismo ao Projeto de Lei nº 2, de 2013, que dispõe sobre as diretrizes para a elaboração da Lei Orçamentária de 2014 (LDO) e dá outras providências.

A Comissão recebeu 44 emendas. Foi designado, como Relator das emendas, o Senador Inácio Arruda. Como não se encontra presente o nosso querido Vice-Presidente Relator, eu gostaria de pedir ao Senador Ruben Figueró que fizesse um resumo das emendas que foram apresentadas e que foram aprovadas pelo Relator.

Agradeço a V. Exª porque se trata de matéria de suma importância uma vez que muitas 'ações do Governo Federal só poderão ser realmente efetivas com a aprovação da LDO. E o Senado Federal não pode omitir-se. Tem que apresentar emendas, sugestões ao Governo Federal no sentido de implementar ações e projetos que venham em benefício de todo o Brasil, abrangendo todos os Estados da Federação brasileira.

Com a palavra, o Senador Ruben Figueró.

O SR. RUBEN FIGUEIRÓ (Bloco Minoria/PSDB – MS) – Com muito prazer, Sr. Presidente, aceito a incumbência de V. Exª para ler o relatório de autoria do eminente Senador Inácio Arruda, Vice-Presidente...

(*Falha na gravação.*)

O SR. PRESIDENTE (Antonio Carlos Valadares. Bloco Apoio Governo/PSB – SE) – ...Ruben Figueró.

A Assessoria do Senador Inácio Arruda acaba de me informar que resolveu fazer umas alterações substanciais nesse relatório que nos enviou em primeira mão.

Então, vamos aguardar um pouco. Ele já está chegando.

Por favor, ligue para o Senador Inácio Arruda e diga que a reunião já foi iniciada e que o relatório dele precisa ser lido imediatamente. Do contrário, vamos perder esta oportunidade de termos a participação desta Comissão na elaboração da LDO.

Eu quero franquear a palavra ao Senador Ruben Figueiró se S. Exª desejar manifestar-se.

O SR. RUBEN FIGUEIRÓ (Bloco Minoria/PSDB – MS) – Sr. Presidente...

O SR. PRESIDENTE (Antonio Carlos Valadares. Bloco Apoio Governo/PSB – SE) – Então, eu agradeço a V. Exª e vamos aguardar um pouco a vinda do nosso Relator, que está com umas alterações que considera importantes.

O SR. RUBEN FIGUEIRÓ (Bloco Minoria/PSDB – MS) – V. Exª deseja, então, interromper esta reunião enquanto se aguarda a presença do Senador Inácio?

O SR. PRESIDENTE (Antonio Carlos Valadares. Bloco Apoio Governo/PSB – SE) – Não, eu abri a palavra, se for o caso, para... V. Exª nos fez o pedido de presença da Presidência da Petrobras aqui.

O SR. RUBEN FIGUEIRÓ (Bloco Minoria/PSDB – MS) – Perfeitamente.

O SR. PRESIDENTE (Antonio Carlos Valadares. Bloco Apoio Governo/PSB – SE) – Então, eu gostaria que V. Exª anunciasse porque considera importante a vinda da Presidenta da Petrobras a esta Comissão.

O SR. RUBEN FIGUEIRÓ (Bloco Minoria/PSDB – MS) – Sr. Presidente, eu agradeço o acicate de V.

Exª, uma provocação amável, para que eu dê as razões pelas quais solicitei que esta Comissão convocasse ou solicitasse a presença da Srª Presidente da Petrobras a esta Comissão.

V. Exª e todos os Senadores aqui presentes, assim como o Senador Inácio Arruda – S. Exª acaba de chegar – devem recordar-se de que a convocação dela decorre de um anseio do meu Estado, Mato Grosso do Sul, de que houvesse, no trecho ao longo do Gasoduto Bolívia-Brasil, que atravessa o meu Estado por mais de 600 quilômetros, uma usina separadora do gás natural que vem do país vizinho e amigo Bolívia.

Hoje, no nosso País existem 44 usinas separadoras do gás natural, nenhuma em meu Estado. Implantada essa usina, Mato Grosso do Sul seria beneficiado não só pelo gás de cozinha que vem do metano e do propano, mas também da ureia, essencial principalmente para o meu Estado, um Estado agrícola, para a elaboração de fertilizantes.

Essas razões foram levantadas há muitos anos, quando se implantou o Gasoduto Bolívia-Brasil, através de solicitações ao então Presidente da República, Fernando Henrique Cardoso, que aceitou a ideia e autorizou a Petrobras a elaborar um estudo percuciente a respeito. Infelizmente, o Presidente da Petrobras na ocasião, Sr. Francisco Grossi, deixou a Presidência e o projeto permaneceu sem decisão, diríamos até que ficou engavetado numa das repartições do edifício da Petrobras.

Posteriormente, o apelo foi feito ao Presidente Luís Inácio Lula da Silva, que também se sensibilizou com a ideia e a encaminhou a Petrobras, e o assunto permaneceu também no esquecimento.

Quando da minha presença já aqui no Senado da República e nesta Comissão, eu apresentei ao Plenário do Senado um requerimento de informações à Presidência da Petrobras através do Ministério da Justiça, Ministro então o nosso colega Edison Lobão.

A Petrobras respondeu às indagações feitas, mas não da forma que se desejava. Foi muito evasiva nas declarações. Em razão disso e não satisfeito com as explicações apresentadas, eu solicitei, nesta Comissão, que fosse convocada a Srª Presidente da Petrobras para prestar os esclarecimentos que se fazem necessários. Além disso, que ela possa afirmar qual é realmente a posição da Petrobras com relação ao assunto.

O requerimento foi aprovado, e agora estou sabendo que V. Exª, Sr. Presidente, já determinou o convite à Srª Presidente da Petrobras para que aqui compareça no dia 4 de setembro, em uma das nossas reuniões ordinárias. E esse convite foi estendido ao Sr. Ueze Zahran, Presidente do conglomerado Copagaz, que tem origem no meu Estado, que trata especificamente dessa questão de distribuição do gás por todo o Território nacional. A Copagaz hoje é uma empresa que atinge 13 Estados do Brasil, portanto, o Sr. Ueze Zahran é uma pessoa absolutamente habilitada para dar as razões a esta Comissão do porquê e da importância da utilização do gás de cozinha através de uma usina separadora no meu Estado.

Posso acrescentar a V. Exªs que, se a Petrobras decidir pela implantação dessa usina separadora, não somente Mato Grosso do Sul será beneficiado pelo projeto, mas, sim, os Estados do Centro-Oeste: Mato Grosso, Goiás e até a Capital Federal.

Poderia dizer a V. Exªs que a implantação dessa usina separadora poderá, no futuro, permitir que o gás de cozinha, para os consumidores do Distrito Federal, tenha uma redução da ordem de 50%, que diria, evidentemente, para os demais Estados do Centro-Oeste.

São essas, Sr. Presidente, as razões fundamentais que me levaram – e tive o apoio de V. Exªs, principalmente de V. Exª, Sr. Presidente –, a diligenciar a convocação da Srª Presidente da Petrobras para que nos esclareça realmente qual é a política dessa empresa nacional com relação à implantação de usinas separadoras.

Creio, Sr. Presidente, que, através dessas breves palavras, pude transmitir à Comissão as razões fundamentais que me levaram a propor esse requerimento de convocação da Srª Presidente da Petrobras. Espero que tenha esclarecido convenientemente V. Exªs.

Muito obrigado pela provocação amável que me fez para esclarecer o assunto.

O SR. PRESIDENTE (Antonio Carlos Valadares. Bloco Apoio Governo/PSB – SE) – V. Exª é um Senador aplicado, interessado no desenvolvimento regional. Por essa razão é que já encaminhamos à Presidenta da Petrobras Maria das Graças Silva Foster o seguinte ofício:

Convido V. Sª para participar como expositora debatedora da audiência pública que esta Comissão realizará no dia 4 de setembro de 2013, às 9 horas, na sala de reuniões nº 7, da Ala Alexandre Costa, Senado Federal, em atendimento ao Requerimento nº 26, de 2013, CDR, aditado pelo Requerimento nº 27, de 2013, ambos de autoria do Senador Ruben Figueiró, para discutir os investimentos da Petrobras nas Regiões Centro-Oeste, Nordeste e Norte do País, em especial no Estado do Mato Grosso, conforme cópia do referido expediente que segue anexo.

Para que a Secretaria da Comissão possa realizar todos os procedimentos administrativos em tempo hábil, nós solicitamos a confirmação da Presidenta no sentido de atender a este convite.

Eu quero aproveitar este espaço...

O SR. RUBEN FIGUEIRÓ (Bloco Minoria/PSDB – MS) – Sr. Presidente, sou muito grato a V. Exª pela providência que acaba de proclamar, mas gostaria que V. Exª fizesse uma emenda de redação. V. Exª mencionou Mato Grosso, e é Mato Grosso do Sul.

O SR. PRESIDENTE (Antonio Carlos Valadares. Bloco Apoio Governo/PSB – SE) – Quem foi que errou aí? A assessoria. Boa observação de fato. Por favor, corrijam este ofício. É Mato Grosso do Sul, e não Mato Grosso.

Aqui realmente tem "em especial no Estado do Mato Grosso do Sul". A nossa assessoria não errou não.

O SR. RUBEN FIGUEIRÓ (Bloco Minoria/PSDB – MS) – Perdoe-me V. Exª. Eu confesso que eu não ouvi bem. Lá há uma disputa se é Mato Grosso ou Mato Grosso do Sul.

O SR. PRESIDENTE (Antonio Carlos Valadares. Bloco Apoio Governo/PSB – SE) – É tudo Brasil.

O SR. RUBEN FIGUEIRÓ (Bloco Minoria/PSDB – MS) – Não está aqui o Senador Jayme Campo; senão ele iria protestar.

Mas muito grato e nossas escusas a assessoria. O lapso foi meu.

O SR. PRESIDENTE (Antonio Carlos Valadares. Bloco Apoio Governo/PSB – SE) – Obrigado.

Também a pedido do *trade* turístico que esteve lá em Sergipe, nós vamos apresentar um requerimento para a convocação das empresas aéreas para comparecerem a uma audiência pública nesta Comissão.

Há uma reclamação generalizada, tanto dos passageiros, de pessoas que fazem turismo interno como também de pessoas que vêm de fora, do atendimento das empresas aéreas, da alteração das tarifas sem nenhum aviso prévio. As empresas aéreas também precisam justificar essas falhas e aqui mostrarem também as dificuldades por que estão passando. Será uma oportunidade que iremos dar, de forma democrática e transparente, tanto aos representantes da área turística quanto aos representantes das empresas aéreas, que alegam dificuldades de logística neste momento, inclusive no setor de combustíveis.

Por exemplo, hoje no jornal *O Globo*, na área de economia, estamos lendo a seguinte notícia: "GOL tem sexto trimestre seguido de perdas e prejuízo atingem R$2 bilhões – Aéreas querem mudar forma de reajuste para preço de combustível". Esta matéria é de Danielle Nogueira:

A Gol registrou prejuízo de R$433 milhões de abril a junho deste ano. É o sexto trimestre consecutivo de perdas da empresa. Ao longo de um ano e meio, a Gol acumulou perdas de R$ 2,008 bilhões. No segundo trimestre, o desempenho foi afetado pelo dólar e pelo preço do combustível.

Segundo a Gol, 77% das perdas foram resultado da variação cambial [...]

Se, por um lado, há a reclamação inteiramente justificável dos turistas, do outro lado há a reclamação de perdas das empresas. Então, vamos ouvir as duas partes nesta Comissão, em debate aberto e sincero, a fim de considerarmos a ajuda que esta Comissão pode dar, inclusive no intuito de sensibilizar os Governos estaduais para a redução do ICMS cobrado do querosene, o combustível utilizado pelas aeronaves.

Por exemplo, aqui no Distrito Federal, houve uma baixa do ICMS e, apesar dessa redução, ao invés de o ICMS cair no montante de arrecadação, aumentou, porque houve também um acréscimo, um *plus* no número de turistas que aqui vieram participar de eventos, ocupando hotéis e indo aos restaurantes. Enfim houve um aumento substancial da arrecadação com a redução do ICMS.

Então, é preciso que nós sensibilizemos os governadores para que atentem para essa situação. Com a redução do ICMS haverá também a redução das tarifas, o que leva ao acréscimo do turismo nos Estados. Precisamos incluir não apenas as empresas aéreas como também convidar alguns governadores para que venham a esta Comissão debater assunto tão palpitante e de interesse nacional.

O SR. INÁCIO ARRUDA (Bloco Apoio Governo/PCdoB – CE) – Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Antonio Carlos Valadares. Bloco Apoio Governo/PSB – SE) – Eu pergunto ao Senador Inácio Arruda se já está pronto para apresentar o seu relatório, referente às emendas.

O SR. INÁCIO ARRUDA (Bloco Apoio Governo/PCdoB – CE) – Vamos apresentar aqui uma proposta de relatório. Até ontem à noite, nós recebemos emendas, porque tinha um prazo...

O SR. PRESIDENTE (Antonio Carlos Valadares. Bloco Apoio Governo/PSB – SE) – Inclusive minhas.

O SR. INÁCIO ARRUDA (Bloco Apoio Governo/PCdoB – CE) – Inclusive de V. Exª.

O SR. PRESIDENTE (Antonio Carlos Valadares. Bloco Apoio Governo/PSB – SE) – E agradeço por V. Exª ter-se debruçado sobre elas.

O SR. INÁCIO ARRUDA (Bloco Apoio Governo/PCdoB – CE) – Muito boas, por sinal. Aliás, todas as emendas muito boas, com sentido muito positivo.

O SR. PRESIDENTE (Antonio Carlos Valadares. Bloco Apoio Governo/PSB – SE) – De âmbito nacional.

O SR. INÁCIO ARRUDA (Bloco Apoio Governo/PCdoB – CE) – Nacional, e algumas regionais.

O SR. PRESIDENTE (Antonio Carlos Valadares. Bloco Apoio Governo/PSB – SE) – Claro.

O SR. INÁCIO ARRUDA (Bloco Apoio Governo/PCdoB – CE) – Mas todas têm o objetivo de ajudar o povo brasileiro a resolver problemas cruciais na área do turismo, na área da defesa civil e da infraestrutura hídrica, na área da mobilidade urbana, inclusive na área da mobilidade das pessoas com deficiência. E nós decidimos acolher parte dessas emendas, porque só podemos fazer cinco emendas que estabeleçam metas, embora seja possível fazer emendas de textos à vontade, mas essas que são as fundamentais... Nessas aqui, os Senadores se debruçaram.

Então, a primeira questão, ligada diretamente à mobilização que a Comissão está realizando é uma emenda ligada à questão da infraestrutura turística. Essa emenda acolhe sugestões do Senador Wilder Morais, da nossa colega Lídice da Mata, do nosso Senador Romero Jucá, do nosso Senador Ruben Figueiró, da Senadora Lúcia Vânia, do Senador Valadares, que está, digamos assim, fazendo uma caminhada pelo Brasil

O SR. PRESIDENTE (Antonio Carlos Valadares. Bloco Apoio Governo/PSB – SE) – Apresentei cinco emendas, e V. Exª acatou três.

O SR. INÁCIO ARRUDA (Bloco Apoio Governo/PCdoB – CE) – Por enquanto.

O SR. PRESIDENTE (Antonio Carlos Valadares. Bloco Apoio Governo/PSB – SE) – Obrigado.

O SR. INÁCIO ARRUDA (Bloco Apoio Governo/PCdoB – CE) – Não terminei ainda. V. Exª está se adiantando...

Também apresentei, nessa ação e nesse programa relativo a turismo, uma emenda de minha autoria. Então, essa emenda é ligada à questão do turismo e apoio a projetos de infraestrutura turística. Então, acolhemos aqui essas emendas; todas atendem esse objetivo. Então, ampla parte da Comissão já está sobejamente atendida nessa questão.

Tínhamos pensado em aproveitar uma emenda da Senadora Lídice e do Senador Romero, que trata da divulgação do turismo interno. Isso é um problema, porque ela ficou meio contaminada no tempo em função de eventos, que são muito importantes para os Municípios, mas em torno dos quais houve uma contaminação quase midiática.

Imaginem uma promoção turística em torno do evento do dia 2 de setembro, em Juazeiro do Norte, que reúne milhares e milhares de brasileiros. Quer dizer, está contaminado. O tribunal de contas se imiscui nisso, entra nessa questão, complica, e muitas vezes o pessoal abusa do uso dos recursos. E o tribunal, corretamente, criou uma espécie de barreira em relação a essa questão, e o próprio Governo também, e o Ministro fica com dificuldades de realizar ações nesse sentido. São muito importantes, mas, digamos, estão contaminadas, e resolvemos não acolher, embora tenhamos consciência de que o tema é muito importante.

Mas, da mesma autoria, acolhemos uma emenda muito importante, ligada ao debate de hoje, de amanhã, que é a Copa do Mundo, e, na sequência, que são exatamente as Olimpíadas, que é o problema da qualificação e certificação de profissionais, equipamentos, serviços, produtos, para o desenvolvimento do turismo. Esse é um debate muito importante dentro do Ministério do Turismo, também muito importante na Empresa Brasileira de Turismo, que faz a propaganda do nosso turismo no exterior e diz lá fora que estamos muito bem preparados. Então, se diz lá fora que estamos muito bem preparados, temos de estar de fato e precisamos investir nessa questão. Então, acolhemos essa emenda, que também é de autoria da Senadora Lídice da Mata e do Senador Romero Jucá, acho que muito corretamente.

O SR. PRESIDENTE (Antonio Carlos Valadares. Bloco Apoio Governo/PSB – SE) – Relativas à divulgação interna...

O SR. INÁCIO ARRUDA (Bloco Apoio Governo/PCdoB – CE) – Não, a divulgação tivemos de tirar por conta das restrições...

O SR. PRESIDENTE (Antonio Carlos Valadares. Bloco Apoio Governo/PSB – SE) – Não foi possível.

O SR. INÁCIO ARRUDA (Bloco Apoio Governo/PCdoB – CE) – Quer dizer, não há restrição legal. Apenas...

O SR. PRESIDENTE (Antonio Carlos Valadares. Bloco Apoio Governo/PSB – SE) – Há bloqueios...

O SR. INÁCIO ARRUDA (Bloco Apoio Governo/PCdoB – CE) –...o abuso do uso desses recursos, pois foram identificados pelo tribunal de contas inúmeros desvios. Então, houve muito abuso e se criou uma barreira.

O SR. PRESIDENTE (Antonio Carlos Valadares. Bloco Apoio Governo/PSB – SE) – Senador, e se fizéssemos uma previsão de uma ação de publicidade através da Embratur e não através dos Estados, seria viável?

O SR. INÁCIO ARRUDA (Bloco Apoio Governo/PCdoB – CE) – Seria viável, mas eu não poderia...

O SR. PRESIDENTE (Antonio Carlos Valadares. Bloco Apoio Governo/PSB – SE) – Haveria barreira também do Tribunal de Contas?

O SR. INÁCIO ARRUDA (Bloco Apoio Governo/PCdoB – CE) – Pode haver, o problema é que é uma contaminação política.

O SR. PRESIDENTE (Antonio Carlos Valadares. Bloco Apoio Governo/PSB – SE) – O Flávio Dino, Presidente da Embratur, esteve aqui e se referiu a esse assunto com muita ênfase.

O SR. INÁCIO ARRUDA (Bloco Apoio Governo/PCdoB – CE) – Claro.

O SR. PRESIDENTE (Antonio Carlos Valadares. Bloco Apoio Governo/PSB – SE) – A divulgação interna.

O SR. INÁCIO ARRUDA (Bloco Apoio Governo/PCdoB – CE) – Claro, mas, nesse caso, nós teríamos que encontrar um meio de fazer a divulgação externa maior. Por exemplo, no Ceará – e tenho certeza de que em Sergipe, em Alagoas –, nós precisamos divulgar mais ainda.

O SR. PRESIDENTE (Antonio Carlos Valadares. Bloco Apoio Governo/PSB – SE) – Também. Através, inclusive, da Embratur.

O SR. INÁCIO ARRUDA (Bloco Apoio Governo/PCdoB – CE) – Devemos divulgar mais ainda no exterior, principalmente na África, na Austrália, no Oriente Médio, etc. Mas há essa contaminação. Então, é melhor nos protegermos.

Eu aproveitei que... Não é nem puxando do saco da Presidência, mas, como nessa questão da qualificação e certificação estão Romero Jucá, Lídice da Mata e Valadares, acho que é melhor colher essa, porque já amplia o leque de Senadores que vão ser atendidos. Também é muito positiva.

Mais na frente, nós vamos encontrar um meio de resolver o problema do turismo interno, porque nós não podemos ficar sem uma divulgação interna em função de que ela foi contaminada por desvios. Então, estamos acolhendo essa emenda que é muito significativa, é muito importante.

Uma terceira emenda é na área da questão da mobilidade humana, na área da questão, principalmente, do planejamento, de você se antecipar. Isso é tão importante. Agora, na infraestrutura, está tendo um debate sobre a questão energética. Nós não podemos ficar lá e cá, mas é um debate extraordinário e mexe com a questão urbana, que mexe com a questão da distribuição de energia.

Nós fizemos a linha de Tucuruí até Manaus. Quando chegamos com a linha de transmissão de Tucuruí e Manaus, nós nos demos conta de que não havia rede de distribuição para receber a energia. Quer dizer, as estações rebaixadoras não estavam prontas para receber. Então, você não teve o planejamento adequado. Então, aqui, a questão do planejamento urbano é muito importante. Na questão urbana, é muito importante a questão do planejamento para você ter um bom desenvolvimento na questão da política urbana.

Aqui nós atendemos uma emenda, não uma, mas uma emenda também, mais uma vez, do Senador Wilder Morais, da Senadora Lídice da Mata, do Senador Romero Jucá, da Senadora Lúcia Vânia, atentos a esse debate nacional, que se espalhou pelo Brasil, em relação à questão da mobilidade urbana brasileira.

Dentro da mobilidade urbana, já num outro programa de mobilidade urbana e trânsito, acolhemos uma emenda que tem muita sensibilidade e acho que é muito correta, apresentada pela Senadora Lídice da Mata, que trata do apoio a projeto de acessibilidade para pessoas com restrição de mobilidade e deficiência. Essa é uma questão muito exigida. Você vê que agora, na matriz da Copa do Mundo, todas as cidades tiveram que readequar os seus estádios e ter espaço adequado para as pessoas que têm restrição de mobilidade. E os espaços agora, já estou vendo, são insuficientes, demonstrando que nós temos muitas pessoas que têm deficiência, que querem usar o equipamento público e querem ir aos estádios, e os estádios não estavam preparados para receber as pessoas. A Senadora Lídice da Mata, muito atenta, apresentou essa emenda que nós acolhemos, que é muito significativa.

Depois, nós temos algumas emendas do Senador Wilder Morais, também da Senadora Lídice, do Romero Jucá, da Lúcia Vânia, que são relativas à questão de saneamento para as cidades de pequeno porte, até 50 mil habitantes, mas são da área da saúde, na verdade, estão ligadas à questão da Funasa e devem ser apreciadas na Comissão de Assuntos Sociais. Então, nós já encaminhamos para lá essas emendas.

Há outra emenda do Senador Ruben Figueiró, muito importante, porque está ligada à questão que nós debatemos, aqui na nossa Comissão, que é o problema do desassoreamento e recuperação da Bacia do Taquari, no Estado do Mato Grosso do Sul. As emendas de metas, nós até podemos apresentá-las, mas elas vão ter uma restrição muito grande, porque são exclusivas para um Estado, não conseguem abarcar uma região sequer. Então, nós iremos fazer uma restrição grande.

O Senador Eduardo Braga, Senador Ruben Figueiró, apresentou a Emenda nº 37, que é uma emenda para política de defesa nacional na área de defesa civil. Ela trata, exatamente, do apoio a comunidades afetadas por desastres ou calamidades.. E nós podemos considerar o assoreamento do Rio Taquari como um grande desastre. Foi um desastre ambiental que se materializou ali, naquela região. Nós discutimos isso aqui intensamente com o pessoal da Embrapa e com várias outras pessoas. Acho que isso está correto.

Eu queria considerar acolhida a Emenda nº 24, do Senador Ruben Figueiró, na Emenda nº 37, do Senador Eduardo Braga. Então, essa seria a quinta emenda de meta nossa, que é uma emenda ampla. O próprio Senador Eduardo Braga apresentou uma emenda para a Amazônia Legal. Não é que não pudéssemos fazê-lo.

Não há restrição legal nem regimental para se acolher essa emenda do Senador Eduardo Braga. Mas essa é mais ampla.

Então, a emenda do Senador Eduardo Braga sobre a Amazônia Legal; uma emenda de minha autoria sobre a questão do Nordeste, que é ligada à questão de recursos hídricos também; e a emenda do Senador Ruben Figueiró, eu as considero acolhidas dentro da emenda do Senador Eduardo Braga, que é a mais ampla, que pode recepcionar todas as outras e que está ligada à questão da defesa civil e à questão dos desastres. E há também o desastre ambiental, pois, se você deixar aquele rio assoreado do jeito que está, você vai criar um problema cada vez mais crucial para a região.

Então, essas são as cinco emendas de metas que apresento para V. Exª e para os nossos colegas Senadores, para que possamos acolhê-las e mandá-las para o Relator geral, para que ele possa apreciá-las imediatamente.

O SR. PRESIDENTE (Antonio Carlos Valadares. Bloco Apoio Governo/PSB – SE) – Então, Senador Inácio Arruda, fazendo uma síntese...

O SR. INÁCIO ARRUDA (Bloco Apoio Governo/PCdoB – CE) – As de texto nós acolhemos todas, porque são todas positivas, boas e importantes.

O SR. PRESIDENTE (Antonio Carlos Valadares. Bloco Apoio Governo/PSB – SE) – Fazendo uma síntese das cinco emendas, V. Exª poderia relacionar sinteticamente só o título?

O SR. INÁCIO ARRUDA (Bloco Apoio Governo/PCdoB – CE) – O título?

O SR. PRESIDENTE (Antonio Carlos Valadares. Bloco Apoio Governo/PSB – SE) – A primeira emenda, a segunda, a terceira, a quarta e a quinta.

O SR. INÁCIO ARRUDA (Bloco Apoio Governo/PCdoB – CE) – A Emenda nº 1 trata de apoio a projetos de infraestrutura turística. O.k.! São vários os autores.

O SR. PRESIDENTE (Antonio Carlos Valadares. Bloco Apoio Governo/PSB – SE) – Correto!

O SR. INÁCIO ARRUDA (Bloco Apoio Governo/PCdoB – CE) – Está certo?

A Emenda nº 2 trata de qualificação e certificação de profissionais, de equipamentos, de serviços e de produtos para o desenvolvimento do turismo, o que é importantíssimo para nós, diante dos eventos que nós temos adiante.

A Emenda nº 3 trata de apoio à Política Nacional de Desenvolvimento Urbano. Também há um leque grande de autores.

A Emenda nº 4 trata de mobilidade urbana e de trânsito, com apoio a programas de acessibilidade para pessoas com restrição à mobilidade e com deficiência.

A Emenda nº 5 trata da Política Nacional de Defesa, com apoio a comunidades afetadas por desastres ou calamidades.

Essas são as cinco emendas que apresento para a discussão do nosso distinto auditório.

O SR. PRESIDENTE (Antonio Carlos Valadares. Bloco Apoio Governo/PSB – SE) – Senador Inácio Arruda, quero agradecer a V. Exª, em nome desta Comissão, a eficiência com que se houve na apresentação desse relatório e nos estudos que fez, de forma adequada, para contemplar todos os Senadores que compõem esta Comissão e para apresentar ao Relator da LDO algo de consistente em defesa daquilo que nós pregamos em nossos Estados: mobilidade urbana, saneamento básico etc.. Conforme V. Exª...

O SR. INÁCIO ARRUDA (Bloco Apoio Governo/PCdoB – CE) – E atendemos, neste caso, a três áreas que têm relação direta conosco: a área de integração nacional...

O SR. PRESIDENTE (Antonio Carlos Valadares. Bloco Apoio Governo/PSB – SE) – A de integração nacional e turismo...

O SR. INÁCIO ARRUDA (Bloco Apoio Governo/PCdoB – CE) – E a área de mobilidade, que, de qualquer maneira, está ligada à nossa...

O SR. PRESIDENTE (Antonio Carlos Valadares. Bloco Apoio Governo/PSB – SE) – Está ligada à nossa finalidade, que é o desenvolvimento regional.

O SR. INÁCIO ARRUDA (Bloco Apoio Governo/PCdoB – CE) – Exatamente!

O SR. RUBEN FIGUEIRÓ (Bloco Minoria/PSDB – MS) – Sr. Presidente...

O SR. PRESIDENTE (Antonio Carlos Valadares. Bloco Apoio Governo/PSB – SE) – Pois não, Senador Ruben.

Quero colocar em discussão o relatório, o parecer do nosso Senador Inácio Arruda.

O SR. RUBEN FIGUEIRÓ (Bloco Minoria/PSDB – MS) – Peço a palavra para discutir a matéria, Sr. Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Antonio Carlos Valadares. Bloco Apoio Governo/PSB – SE) – V. Exª tem a palavra, Senador Ruben Figueiró.

O SR. RUBEN FIGUEIRÓ (Bloco Minoria/PSDB – MS) – Sr. Presidente, inicialmente, dou meus cumprimentos ao Senador Inácio Arruda, pelo consciente relatório que fez a respeito das emendas apresentadas pelos membros desta Comissão, para inseri-las como orientação desta Comissão na elaboração da LDO.

Eu gostaria apenas, Senador Inácio Arruda, ao agradecer a V. Exª a inclusão da minha emenda na do Senador Eduardo Braga, a Emenda nº 36, de fazer um esclarecimento.

V. Exª afirmou que a minha emenda atingiria ou beneficiaria apenas o Estado de Mato Grosso do Sul. Permita-me concluir. Quero dizer a V. Exª que, com o deserto aquático que o assoreamento do Rio Taquari provocou, essa não é uma medida apenas de interesse do meu Estado. Há até aspectos internacionais, porque ele prejudica a navegabilidade do Rio Paraguai, que é um rio considerado internacional para o tráfego de navios; no passado, até navios de grande calado. Ele prejudica o Estado do Mato Grosso do Sul também, como território, porque o Pantanal mato-grossense tem dois trechos que pertencem a Mato Grosso do Sul e um trecho ao irmão, o Estado de Mato Grosso.

Portanto, apenas esse esclarecimento a V. Exª, porque já me sinto feliz por V. Exª ter contemplado, na emenda do Senador Eduardo Braga, a minha pretensão, mas quero esclarecer a esta Comissão que a proposta tem caráter nacional e internacional.

Sou muito grato a V. Exª porque é um prêmio que V. Exª está dando ao meu Estado, à República do Paraguai, à República da Bolívia e ao nosso Estado-irmão de Mato Grosso.

O SR. INÁCIO ARRUDA (Bloco Apoio Governo/PCdoB – CE) – Sr. Presidente, as observações apresentadas pelo Senador Figueiró são corretíssimas. Apenas a restrição foi colocada somente no texto da emenda, mas agora corrigida de forma muito adequada pelo Senador Figueiró, que mostra que não estava restrita apenas a Mato Grosso do Sul. Apenas o assoreamento é maior no Mato Grosso do Sul. Repercute em Mato Grosso e repercute no Paraguai, é verdade.

Então, a emenda de V. Exª tem caráter realmente regional, nacional e internacional. É tão ampla que poderia até acolher a do Eduardo Braga, nesse caso. Ser a primeira, e a do Eduardo Braga seria a segunda.

O SR. EDUARDO BRAGA (Bloco Maioria/PMDB – AM) – Se V. Exª quiser, eu lhe agradecerei muito.

O SR. INÁCIO ARRUDA (Bloco Apoio Governo/PCdoB – CE) – Se considerarmos o aspecto internacional. Como nós temos que nos restringir pelo menos ao aspecto nacional, então nós não vamos acolher a do Senador Eduardo Braga. Acho que estaria bem-contemplado e dá para trabalharmos bem.

A nossa Comissão, Presidente, tem muito compromisso com o Senador Figueiró em relação a essa questão. Eu mesmo conduzi aqui uma reunião, por ordem de V. Exª, que foi a audiência pública que tratou da questão do Rio Taquari. E foi muito bem-explanada, muito bem-explicada por todos os técnicos que aqui estiveram a realidade daquela região. Eu espero que, na próxima viagem da nossa Comissão, eu possa estar presente, em missão oficial, que é para sairmos naquela lista de gastos em missão oficial, lá no Rio Taquari, em Mato Grosso, porque acho que merece, sim, o empenho nosso. É uma região que tem desenvolvimento econômico, é a agricultura, é a pesca, é a navegação e é o turismo. Então, acho que temos vários aspectos ligados à questão do Rio Taquari, aos quais devemos dar toda a atenção, e acho que a emenda do Senador Eduardo Braga ajuda bastante a resolver o problema do Taquari.

Agradeço a V. Exª.

Muito obrigado.

O SR. PRESIDENTE (Antonio Carlos Valadares. Bloco Apoio Governo/PSB – SE) – Agradeço a V. Exª.

Quero colocar em votação as emendas sugeridas pelo nobre Relator, Senador Inácio Arruda.

As Senadoras e os Senadores que estiverem de acordo permaneçam como se encontram. (*Pausa*.)

As emendas estão aprovadas.

Eu quero comunicar a esta Comissão que recebi lá no encontro de Sergipe, em Aracaju, um documento que foi assinado pelo Dr. Alberto Jorge do Nascimento Feitosa, Secretário de Turismo de Pernambuco e Presidente da Fundação CTI Nordeste, que fala da crise atual do setor aéreo. Esse documento também foi enviado ao Ministro Wellington Moreira Franco, que é o Ministro-Chefe da Secretaria Nacional de Aviação.

Em resumo, o que visa esse documento?

Como gestores do setor oficial do turismo em todos os Estados, estamos sentindo os efeitos da equação que estabelece a redução da oferta e simultaneamente o aumento dos preços das passagens aéreas. Este é um problema que afeta hoje não apenas o setor do turismo, mas principalmente o usuário. O transporte aéreo é uma concessão pública, que tem como personagens o Poder Concedente, os Concessionários e os Usuários.

O nosso alerta é principalmente em defesa dos passageiros, os nossos turistas, que estão cada vez mais afastados da possibilidade de uma viagem doméstica pelo valor proibitivo dos bilhetes aéreos.

Grave também é a perda de competitividade internacional por conta da diminuição dos assentos comercializados no exterior com destino ao Brasil e os preços que estão sendo praticados, reduzindo as nossas vantagens competitivas com relação a destinos concorrentes, o que só agrava o nosso déficit comercial no item turismo.

Este documento foi aprovado em reunião realizada pela Fornatur. Nele, o Presidente da Fundação CTI/NE aponta:

Entre os pontos prioritários, que precisam de uma ação imediata do Poder Concedente, destacamos:

1. O problema gerado pelo cancelamento por decisão unilateral das empresas aéreas [de fato, há

um cancelamento unilateral, em todos os Estados, de voos da TAM, da Gol e da Avianca, um cancelamento paulatino e massificante em todos os Estados da Federação] *de voos de importantes destinos turísticos, especialmente do Norte e Nordeste. A redução desses voos tem reflexos diretos na oferta turística, diminuindo a competitividade e promovendo um aumento de preços. O paradoxo é que, as mesmas companhias que cancelam de forma unilateral esses voos, precisam, na implantação, de autorização da Anac. Na hora do cancelamento o concessionário precisa apenas comunicar a agência. Os cancelamentos destes voos deveriam gerar a perda do slot do aeroporto de origem, geralmente de grande fluxo emissor, os estados destinos não ficariam vulneráveis.*

2. Incentivar a retomada dos voos noturnos, com tarifas diferenciadas, dirigidas ao desenvolvimento do turismo.

3. Estabelecer um critério de reciprocidade, objetivo de contrapartida das empresas aéreas, com relação aos incentivos que estão sendo dados ou solicitados ao setor aéreo, como desoneração da folha, redução do ICMS, entre outros.

4. Publicar nos sites de reservas o número de assentos disponíveis por faixa tarifária, ou seja, a abertura do yeld management. O passageiro passa a ter direito a saber os percentuais de assentos/tarifas realmente oferecidos.

5. Criar percentuais de descontos reais para incentivar as viagens da terceira idade e dos passageiros com mais de 65 anos no período da baixa estação turística.

6. Estabelecer como compromisso a promoção internacional do Brasil no exterior às concessionárias de bandeira das nossas rotas internacionais. As companhias internacionais estão atuando prioritariamente no exportativo, agravando o déficit da nossa balança comercial.

7. Reativação do Brazil Air Pass, que permite ao visitante de outro continente viajar por um preço fixo no território nacional. O modelo anterior permitia a viagem de 3 a 4 cupons, democratizando o acesso do visitante internacional a outros destinos domésticos e aumentando a permanência média do estrangeiro. Essa medida torna o Brasil mais competitivo.

8. Incentivar os voos fretados domésticos, com redução de tarifas aeroportuárias e de ICMS sobre combustíveis.

9. Incentivar os voos fretados e de companhias estrangeiras que consigam ter, no mix de passageiros, majoritariamente estrangeiros.

10. Dentro da política de Céus Abertos [isso a que V. Exª ia se referir aqui, Senadora Lídice da Mata], *estabelecer condições legais e administrativas para abrir os céus do Brasil ao mercado internacional para assegurar uma maior competitividade.*

Estava lendo aqui, Senadora Lídice da Mata, um documento importantíssimo que me foi entregue pelo Secretário de Turismo de Pernambuco, lá em Sergipe, Alberto Jorge do Nascimento Feitosa, que também é presidente da Fundação CTI Nordeste, em que fala de vários problemas atinentes às condições aéreas do Brasil, tanto para o estrangeiro como para o turista interno do nosso País, propondo adoção de várias medidas ao Ministro Wellington Moreira Franco no intuito de barateamento das passagens e também da possibilidade da apresentação de novos voos – que foram cancelados –, nos mais diferentes Estados e, também, a possibilidade de uma política de céus abertos.

Foi V. Exª – não foi, Senadora Lídice da Mata? – que, juntamente com o Senador Inácio Arruda, propôs essa questão do programa de céus abertos, para estabelecer condições legais e administrativas para abrir os céus do Brasil ao mercado internacional.

Este documento está nos sugerindo também que façamos uma audiência pública, convocando o Ministro Wellington Moreira Franco...

A SRª LÍDICE DA MATA (Bloco Apoio Governo/PSB – BA. *Fora do microfone.*) – Eu acho que isso já está aprovado, Sr. Presidente.

O SR. INÁCIO ARRUDA (Bloco Apoio Governo/PCdoB – CE) – Não sei se há uma sugestão da própria Senadora Lídice da Mata...

A SRª LÍDICE DA MATA (Bloco Apoio Governo/PSB – BA. *Fora do microfone.*) – Eu acho que isso já está aprovado.

O SR. INÁCIO ARRUDA (Bloco Apoio Governo/PCdoB – CE) – Eu acho que nós deveríamos agregar...

O SR. PRESIDENTE (Antonio Carlos Valadares. Bloco Apoio Governo/PSB – SE) – Queremos saber se há algum requerimento já aprovado por esta Comissão...

O SR. INÁCIO ARRUDA (Bloco Apoio Governo/PCdoB – CE) – Sr. Presidente, se V. Exª permitir...

O SR. PRESIDENTE (Antonio Carlos Valadares. Bloco Apoio Governo/PSB – SE) – Com a palavra, Senador Inácio Arruda.

O SR. INÁCIO ARRUDA (Bloco Apoio Governo/PCdoB – CE) – Nós deveríamos agregar uma luta antiga de todos nós, que é o problema das linhas regionais. Essa é uma questão grave, porque sempre que se estabelece uma empresa, digamos que de Aracaju ou então de Salvador, que queira fazer só aquele trecho ali do Nordeste, de três Estados... "Eu só quero transportar passageiros entre três Estados, digamos que de Pernambuco, Alagoas, Sergipe." Pronto! Essa empresa fica quase impedida...

O SR. PRESIDENTE (Antonio Carlos Valadares. Bloco Apoio Governo/PSB – SE) – Senador Inácio Arruda, não querendo interromper V. Exª, o Wellington Moreira Franco foi convidado, através de um requerimento da nossa autoria, para se fazer presente e discutir a questão dos eventos, dos megaeventos. Então, nós vamos aproveitar o ensejo e falar sobre esses assuntos aqui.

O SR. INÁCIO ARRUDA (Bloco Apoio Governo/PCdoB – CE) – Deveríamos agregar estas questões: transporte aéreo regional e essa onda que as empresas criaram, imitando as americanas e a própria LAN, que se associou à TAM e que também tem esse mecanismo, de vender assentos chamados prioritários mais caros, assento conforto. E ainda diz que a porta de emergência é assento conforto! Como é que pode ser conforto um canto que é de emergência? Isso é um desconforto total! A mesma coisa é o assento da primeira fileira. Como se fosse conforto estar na primeira fila. Qual é o conforto que há na primeira fila? A cadeira é mais estreita, há uma tábua na frente que se fica chutando; alguém da minha altura, para esticar o pé ali, bate naquela tábua, aquela tabuleta deles na frente, estreita. Qual é o conforto que há ali? E quando há uma pessoa que tenha algum tipo de deficiência motora ou de qualquer natureza, ou uma pessoa conduzindo uma criança de colo e que tem que amamentar etc., o assento prioritário é na frente e ele é vendido como conforto. Quer dizer, é uma coisa absolutamente estúpida e é admitida, sem reclamação nenhuma, no Brasil. Uma coisa absolutamente estúpida e aceita normalmente! "Não, pode vender mais caro." Que absurdo isso existir no Brasil!

E a outra companhia, que são as duas monopolistas, resolveu que, em vez de a tripulação cuidar dos passageiros, ela deve cuidar de fazer negócios, de vender alimentos, vender comida. Eu acho que, daqui a pouco, nós poderemos levar também uma cesta de frutas; do Nordeste, a gente leva uma parte das frutas nordestinas; e do Sul, a gente também vai levar umas frutas, para vender no avião, para concorrer com a tripulação, que fica vendendo alimento. Ou vamos levar a velha latinha com farofa e carne assada, o que a gente fazia muito nas viagens de ônibus,...

O SR. PRESIDENTE (Antonio Carlos Valadares. Bloco Apoio Governo/PSB – SE) – Uma marmita, que é maior.

O SR. INÁCIO ARRUDA (Bloco Apoio Governo/PCdoB – CE) – ... vindo de Fortaleza para Brasília ou indo para São Paulo. Fiz muito isso e acho que a gente deve voltar a esse prática, agora dentro dos aviões. Farofa...

O SR. PRESIDENTE (Antonio Carlos Valadares. Bloco Apoio Governo/PSB – SE) – Leva rapadura lá do Ceará...

O SR. INÁCIO ARRUDA (Bloco Apoio Governo/PCdoB – CE) – É, rapadurinha...

Isto é o que está acontecendo na aviação brasileira: uma querendo extorquir os passageiros vendendo "assento conforto", que não tem conforto nenhum. E o outro, em vez de cuidar dos passageiros, a tripulação é levada a fazer negócios dentro do avião, como se fosse um grande voo internacional, de seis, oito horas de duração, em que a tripulação tivesse tempo disponível para vender bugigangas dentro do avião.

Então, eu acho que poderíamos inserir, aí, também a solicitação de providência nessa área.

A SRª LÍDICE DA MATA (Bloco Apoio Governo/PSB – BA) – Sr. Presidente, só para lembrar o seguinte...

O SR. PRESIDENTE (Antonio Carlos Valadares. Bloco Apoio Governo/PSB – SE) – Senadora Lídice da Mata, com prazer.

A SRª LÍDICE DA MATA (Bloco Apoio Governo/PSB – BA) – ... nós tivemos o Requerimento nº 21, já aprovado por nós, com a finalidade de debater o transporte aéreo e analisar as mudanças no sistema de gestão aeroviária, com a presença dos: o Presidente da Associação Brasileira das Operadoras de Turismos (Braztoa), Marco Ferraz; o Presidente do Sindicato de Empresas de Turismo do Estado de São Paulo (Sindetur), Eduardo Vampré; o representante da Agência Nacional de Aviação Civil (Anac); e um representante da Empresa Brasileira de Infraestrutura Aeroportuária (Infraero).

Eu acho que nós poderíamos incorporar isso aí...

Pronto; ainda tem um do senhor.

O SR. PRESIDENTE (Antonio Carlos Valadares. Bloco Apoio Governo/PSB – SE) – O nosso Requerimento, o de nº 9, é no sentido de convidar o Ministro; e o da Senadora é o de número...

A SRª LÍDICE DA MATA (Bloco Apoio Governo/PSB – BA) – É o de nº 21, está lá atrás. Eu acho que esse requerimento de V. Exª, convidando o Ministro, é prioritário, uma vez que o Ministro deve ser ouvido sozinho...

O SR. PRESIDENTE (Antonio Carlos Valadares. Bloco Apoio Governo/PSB – SE) – Isso; é uma tônica no nosso procedimento, em obediência ao Regimento.

A SRª LÍDICE DA MATA (Bloco Apoio Governo/PSB – BA) – Exatamente. Depois, a gente faz um debate com essas entidades, em outro dia.

O SR. PRESIDENTE (Antonio Carlos Valadares. Bloco Apoio Governo/PSB – SE) – Pois não, Senadora. Eu agradeço a sua sugestão.

Vamos ouvir, primeiramente, o Ministro da Aviação Civil e, em seguida, nós atenderemos ao seu requerimento, oportunidade em que haverá um grande debate sobre essas questões aqui relacionadas pelo Presidente da CNT.

A SRª LÍDICE DA MATA (Bloco Apoio Governo/PSB – BA) – Muito obrigada.

O SR. PRESIDENTE (Antonio Carlos Valadares. Bloco Apoio Governo/PSB – SE) – Eu que agradeço.

Nos termos do art. 87, combinado com o art. 44, inciso II, da Resolução nº 1, as emendas deverão ser enviadas à Comissão Mista de Planos, Orçamento Público e Fiscalização, juntamente com a ata da reunião que as aprovou.

Nesse sentido, proponho a dispensa da leitura e a aprovação da reunião corrente, contendo as emendas destacas e aprovadas.

As Srªs e os Srs. Senadores que a aprovam permaneçam como se encontram. (*Pausa.*)

Aprovadas as emendas.

A ata está aprovada e será publicada no *Diário do Senado Federal*, juntamente com as respectivas notas taquigráficas.

Encerro a presente reunião, convocando outra para a próxima quarta-feira.

Obrigado.

(Iniciada às 09 horas, a reunião é encerrada às 10 horas e 03 minutos.)

ATA DA 15ª REUNIÃO (EXTRAORDINÁRIA) DA COMISSÃO DE AGRICULTURA E REFORMA AGRÁRIA, DA 3ª SESSÃO LEGISLATIVA ORDINÁRIA, DA 54ª LEGISLATURA, REALIZADA DIA 4 DE JULHO DE 2013.

Às oito horas e trinta e três minutos do dia quatro de julho de dois mil e treze, no Plenário 15, da Ala Senador Alexandre Costa, sob a Presidência do Senador **ACIR GURGACZ**, reúne-se a Comissão de Agricultura e Reforma Agrária, com a presença dos seguintes Senadores: **DELCÍDIO DO AMARAL, EDUARDO SUPLICY, CLÉSIO ANDRADE, SÉRGIO SOUZA, ANA AMÉLIA, WALDEMIR MOKA, RUBEN FIGUEIRÓ, JAYME CAMPOS e VALDIR RAUPP**. Deixam de comparecer, os Senadores Zeze Perrella, Casildo Maldaner, Ivo Cassol, Benedito de Lira, Kátia Abreu e Gim. Justifica a ausência, o Senador Cyro Miranda, em missão política e cultural na cidade de Leipzig – Alemanha, nos termos do Ofício nº 422/2013-GSCM (Requerimento (RQM) nº 316, de 2013, da Mesa do Senado)**.** O Senador Antonio Russo entrou de licença por 180 dias, a partir de 22.01.2013, nos termos do art. 43, inciso I, do Regimento Interno, conforme Requerimento nº 1/2013, aprovado no dia 30.01.2013. Havendo número regimental, é declarada aberta a reunião, dispensando-se a leitura da Ata da reunião anterior, que é dada como aprovada. Antes de iniciar a pauta de deliberação, o Senhor Senador Acir Gurgacz, em breve introdução, aborda assuntos como a paralização dos caminhoneiros, que reivindicam menor preço do óleo diesel, pedágios mais baratos e mudanças na Lei do Descanso dos motoristas que entrou em vigor no ano passado; falta de investimento em infraestrutura: melhores rodovias, a construção de ferrovias e a viabilização de hidrovias; e solicita que a Comissão de Agricultura e Reforma Agrária encaminhe ofício aos ministérios com pedido de informação quanto andamento do compromisso assumido aqui pelo Ibama e o DNIT na audiência pública realizada no dia 13/06/2013. A Senadora Ana Amélia e o Senador Ruben Figueiró fazem considerações sobre os assuntos abordados pelo Senador Acir Gurgacz. O Senhor Presidente dá inicio à Pauta de deliberação: **ITEM 1: REQUERIMENTO DA COMISSÃO DE AGRICULTURA E REFORMA AGRÁRIA Nº 36, de 2013 – ASSUNTO:** Requer, nos termos do art. 93, II, do Regimento Interno do Senado Federal, audiência pública, na Comissão de Agricultura e Reforma Agrária do Senado Federal, com a finalidade de discutir e analisar a cadeia produtiva do pescado, tendo a presença do Exmo. Sr. Ministro de Estado da Pesca e Aquicultura, Sr. Marcelo Crivella, a realizar-se no dia 11 de julho do corrente ano. **Autoria:** Senadores Benedito de Lira, Ana Amélia e Waldemir Moka. No encaminhamento, os Senadores Waldemir Moka, Ruben Figueiró, Ana Amélia e Eduardo Suplicy fazem uso da palavra para tecer comentário. Colocado em votação, o Requerimento é aprovado por unanimidade. **Resultado: Aprovado**. **ITEM 2: REQUERIMENTO DA COMISSÃO DE AGRICULTURA E REFORMA AGRÁRIA Nº 37, de 2013 – ASSUNTO:** Requer a realização de Ciclo de Palestras e Debates no âmbito da Comissão de Agricultura e Reforma Agrária do Senado Federal, na cidade de Guajará-Mirim, no estado de Rondônia, no dia 30 de agosto de 2013, às 14 horas, para debater os investimentos e parcerias que estão sendo realizados pela Superintendência da Zona Franca de Manaus – SUFRAMA na região, bem como as intervenções para aprimorar as estruturas de escoamento de produtos agroindustrializados na Área de Livre Comércio de Guajará-Mirim – ALCGM, administrada pela SUFRAMA, com a presença dos seguintes convidados: Superintendência da Zona Franca de Manaus – SUFRAMA; Associação Comercial e Industrial de Guajará-Mirim; Federação do Comércio de Bens, Serviços e Turismo do Estado do Estado de Rondônia – FECOMERCIO; Empresa Brasileira de Pesquisa

Agropecuária – EMBRAPA; Associação de Assistência Técnica e Extensão Rural do Estado de Rondônia – EMATER; Instituto Nacional de Colonização e Reforma Agrária – INCRA; e Sr. Evandro Padovani – Secretário de Estado da Agricultura, Pecuária e Regularização Fundiária de Rondônia/RO – Seagri. **Autoria:** Senador Acir Gurgacz e Valdir Raupp. No encaminhamento, o Senador Valdir Raupp, que sugere a inclusão do Sr. Evandro Padovani, Secretário de Agricultura do Estado de Rondônia, e do INCRA como convidados para o Ciclo de Palestras e Debates da CRA, e o Senador Acir Gurgacz fazem uso da palavra para tecer comentário. **Resultado: Aprovado o Requerimento com o adendo do Senador Valdir Raupp**. O Senhor Presidente, Senador Acir Gurgacz, concede a palavra aos senhores senadores para abordagem de assuntos de seus interesses. A Senadora Ana Amélia traz para debate a liberação da exportação de carne brasileira diretamente para os Estados Unidos e os Senadores Waldemir Moka, Ruben Figueiró, Acir Gurgacz, Valdir Raupp, Jayme Campos e Sérgio Souza, em seus comentários sobre o tema, fazem menção a assuntos correlatos como competitividade; escoamento da produção; e falta de investimento em infraestrutura: rodovia, ferrovia e hidrovia. Nada mais havendo a tratar, encerra-se a reunião às dez horas e quatro minutos, lavrando eu, Marcello Varella, Secretário da Comissão de Agricultura e Reforma Agrária, a presente Ata que, lida e aprovada, será assinada pelo Senhor Presidente e publicada no Diário do Senado Federal, juntamente com a íntegra das notas taquigráficas. – **SENADOR ACIR GURGACZ,** VICE-PRESIDENTE DA CRA NO EXERCÍCIO DA PRESIDÊNCIA.

(Texto com revisão.)

O SR. PRESIDENTE (Acir Gurgacz. Bloco/PDT – RO) – Declaro aberta a 15ª Reunião da Comissão de Agricultura e Reforma Agrária do Senado Federal, da 3ª Sessão Legislativa Ordinária, da 54ª Legislatura.

Requeiro a dispensa da leitura da ata da reunião anterior, que, com a anuência do Plenário, é dada como aprovada.

A presente reunião destina-se à deliberação de requerimentos.

Saúdo os nossos Senadores, a nossa Senadora Ana Amélia, sempre presente conosco, no início dos nossos trabalhos.

Srªs e Srs. Senadores, as manifestações que ocorreram em nosso País chegaram à agricultura brasileira. Temos acompanhado com atenção a paralisação dos caminhoneiros, que reivindicam um menor preço do óleo diesel e pedágios mais baratos no nosso País. Defendem também mudanças na Lei do Descanso dos motoristas que entrou em vigor no ano passado.

Nessas manifestações, observamos que, enquanto grupos são a favor da flexibilização das regras para aumentar o tempo de direção, outros querem a permanência da lei aprovada no Congresso.

Ontem, uma Comissão da Câmara dos Deputados propôs uma alteração na lei, passando de onze para oito horas o tempo de descanso. Esse assunto é delicado e temos que ouvir todos que estão envolvidos nessa questão, pois essa é a obrigação do Parlamento.

O fato é que o prejuízo com a paralisação nas rodovias é muito grande para a agricultura. Vimos que produtores não estão conseguindo entregar o leite, o frango, o suíno para o abate, e o Governo tem que agir rapidamente, pois as indústrias estão tendo prejuízos e os agricultores também, pois não conseguem entregar o seu produto para poder obter a sua renda, e as indústrias não conseguem receber esse produto para poder trabalhar nas suas agroindústrias.

Com prazer, ouço a Senadora Ana Amélia.

A SRª ANA AMÉLIA (Bloco/PP – RS) – Bom dia, Presidente, Srªs e Srs. Senadores, telespectadores da TV Senado e ouvintes da Rádio Senado.

É muito oportuna – e eu queria cumprimentá-lo por isso – a abertura da reunião tocando nesse assunto, Presidente.

Nós temos aí nessa cadeia produtiva, que é bastante complexa – V. Exª conhece perfeitamente bem a natureza dessa atividade econômica, como o Senador Figueiró, do Mato Grosso do Sul –, um impacto na vida do País, no setor produtivo. Ela vai ter impacto direto, como disse V. Exª, não só para o fornecedor do leite ou do frango, ou da verdura ou do legume, que já estão faltando em algumas mesas, mas também sobre o consumidor. E o intermediário também paga, de certa forma, a conta, porque verduras e legumes que saíram de São Paulo para o Nordeste, por exemplo, já chegaram lá em condições péssimas. Há uma perda em função de serem produtos perecíveis, como tomate, como repolho e assim sucessivamente, e por terem ficado paralisados na estrada sem a devida e adequada refrigeração e acondicionamento; chegam lá com perdas significativas.

O distribuidor vai pagar essa conta, que vai repassar para o consumidor. E aí nós vamos ter também um impacto disso sobre a inflação, que já estava sob controle e, agora, de novo, isso pode ter um reflexo, a chamada inflação de demanda. Isso acontece com frequência.

Então, é preciso, como disse V. Exª na apresentação, na abertura dos nossos trabalhos, um diálogo.

Ontem, pela primeira vez, eu vi um posicionamento enérgico, e eu diria até duro, da Presidente da República, de que o Governo não aceitará uma impo-

sição paralisante do País. Porque também há greve dos caminhoneiros, de que a gente não discute o mérito; a gente apenas combate as ações violentas e o vandalismo, quando se destroem pedágios, estradas, cria-se um problema destruindo empresas, empresas pequenas às vezes, um prejuízo total, como aconteceu em Porto Alegre e em outras cidades. Isso, todos nós condenamos. Nós somos a favor sempre do aconteceu ontem com os médicos, que se manifestaram, em várias cidades brasileiras, de maneira absolutamente ordeira, pacífica, civilizada, democrática, republicana, como se queira qualificar. Mas não podemos aceitar violência. E a Presidente ontem foi muito dura, inclusive revelando o número de contratos que a própria cooperativa dos caminhoneiros possui com a Petrobras. Os números foram divergentes nas colocações feitas pelo líder da Cooperativa dos Caminhoneiros Autônomos, mas, de qualquer maneira, eu acho que esse é um ponto sobre o qual esta Comissão deve se debruçar.

Eu quero cumprimentá-lo novamente pela abordagem desse tema, que é de nossa responsabilidade também. Agradeço ainda a Presidência por já haver agendado, para o início de agosto, lá em Porto Alegre, na Assembleia Legislativa, a realização de um debate, de iniciativa de V. Exª quando presidiu esta Comissão, Senador Acir Gurgacz, descentralizando, levando aos Estados dos Senadores que assim o requererem aqueles debates, às sextas-feiras, aproveitando um momento importante, com transmissão pela TV Senado e toda a equipe da TV Senado, para discutir temas atuais.

No caso do Rio Grande do Sul, será debatida a dívida agrícola, que ainda é um passivo não resolvido, apesar das demandas e dos esforços feitos por agricultores e também pela área do governo.

Então, mais uma vez, cumprimento V. Exª pela iniciativa.

O SR. PRESIDENTE (Acir Gurgacz. Bloco/PDT – RO) – Muito obrigado, Senadora Ana Amélia.

Com relação à paralisação dos caminhoneiros, fiquei um pouco preocupado, Senadora Ana Amélia, Senador Moka, Senador Figueiró, pois me parece que o tratamento dado aos caminhoneiros é diferente do tratamento dado aos grevistas das cidades. Enquanto os caminhoneiros fazem uma paralisação pacífica, já houve uma ação judicial, de pronto, contra esses caminhoneiros. Em contrapartida, nas cidades, onde está havendo atos de vandalismo, eu não vejo nenhum movimento do Judiciário contra esses vândalos que estão atrapalhando a vida nas nossas cidades. Isso é realmente preocupante!

Em que pese sermos contra essas paralisações, porque atrapalham o nosso País, entendo que há um rigor maior contra os caminhoneiros, Senador Moka, enquanto, nas cidades, não vejo o Judiciário atuar fortemente contra as ações de baderneiros. O Judiciário está calado quanto a esses movimentos nas cidades, mas, contra os caminhoneiros, já há uma ação com a imposição de multa contra a paralisação e tudo mais.

É fato que, além do transtorno para a vida de todos nas cidades, ocorrem também acidentes, como o de hoje de manhã, em que uma *van*, que transitava pela BR, acabou colidindo com um caminhão cujo condutor estava na paralisação. Ali morreram quatro pessoas e várias ficaram feridas.

Assim, a situação é realmente preocupante, ainda porque as ações de paralisação têm de ter critério e segurança para todos os que estão no movimento e para os demais que acabam por se envolver ou por participar diretamente dessas paralisações.

Neste final de semana, o jornal *O Globo* trouxe uma reportagem que mostra o desmonte da estrutura de planejamento dentro dos governos nos últimos 30 anos. Essa situação levou à falta de estoque de projetos, o que não permite uma velocidade adequada de investimentos por parte do Governo Federal. Não é somente a falta de planejamento em longo prazo, mas também o excesso de burocracia, principalmente nos órgãos de controle.

Muitas obras fundamentais para o desenvolvimento do País e para a melhoria das condições de vida da população atravessam décadas e governos sem que sejam executadas, por conta de projetos mal elaborados, feitos às pressas e que, pelo excesso de normas, precisam do parecer de diversos órgãos de controle, como o Ibama, o Instituto do Patrimônio Histórico, o Instituto Chico Mendes, a Funai, o Ministério Público e o TCU, entre outros.

Estamos falando de obras de infraestrutura para todos os setores da economia. Dessa forma, se tivéssemos melhores rodovias, certamente, os caminhoneiros teriam maior rentabilidade na sua atividade e não estariam bloqueando as nossas rodovias neste momento.

Neste contexto, a construção de ferrovias e a viabilização de hidrovias seriam alternativas para o transporte da nossa produção agrícola, mas, aí, retornamos ao nó logístico que encontramos no Brasil. Só para citar um exemplo, há muito tempo falamos da ferrovia Transcontinental, ligando o Atlântico ao Pacífico e o Rio de Janeiro ao Acre, em Território Nacional. No entanto, somente agora é que começamos a elaborar os projetos.

A licitação para a elaboração do estudo de viabilidade técnica, econômica e ambiental ocorrerá no dia 29 de julho. A partir daí, a empresa vencedora terá o prazo de 25 meses, Senador Figueiró – dois anos e um mês – para entregar os referidos estudos ao custo

de R$50 milhões, apenas para estudos de viabilização técnica, econômica e ambiental, projeto este que incluímos no PPA 2012/2015.

Esse projeto, no entanto, não é suficiente para a liberação da licença ambiental prévia para início das obras, mas apenas de termo de referência para a contratação do Estudo de Impacto Ambiental, que certamente necessitará de mais alguns anos para a conclusão.

Ainda, exemplificando, temos a nossa BR-319, que liga Porto Velho a Manaus, que há sete anos aguarda o licenciamento ambiental para iniciar a reconstrução de um trecho de 400 km de rodovia. Sei que estou sendo repetitivo, mas essa obra é importante. É uma obra que já existe, precisa ser apenas asfaltada novamente. Não se trata de abertura, não há impacto ambiental novo, já é uma rodovia antiga, dos anos setenta.

Inclusive Sr. Presidente, ficou acertado na audiência pública que fizemos aqui na Comissão, uma agenda comum entre o Ibama e o DNIT, para resolverem as pendências e divergências entre os dois órgãos, visando o licenciamento definitivo da reconstrução da estrada. Portanto, solicito à Secretaria da nossa Comissão oficiar aos ministérios competentes um pedido de informação da Comissão de Agricultura, quanto andamento do compromisso assumido aqui pelo Ibama e o DNIT.

S. Presidente, são muitos os brasileiros que vivem no meio rural, e precisamos proporcionar ao homem e a sua família que vive no interior do Brasil condições de deslocamento, acesso a postos de saúde, enfim, infraestrutura para viver com conforto.

Neste momento, discutimos com a sociedade novos conceitos para a aplicação de políticas públicas para o homem do campo. Fizemos um debate na última sexta feira, com a professora Tânia Bacelar, coordenadora do Projeto Repensando o Conceito de Ruralidade no Brasil, desenvolvido pelo Instituto Interamericano de Cooperação para a Agricultura (IICA). Na oportunidade, ela disse que, de acordo com a sua avaliação e com base em critérios diferentes dos utilizados pelo IBGE, a Cepal concluiu que 36,2% dos brasileiros vivem no meio rural, em contraste com os 18,8% estimados pelo instituto brasileiro, e ainda que 89% dos municípios brasileiros possuem menos de 50 mil habitantes e são basicamente rurais.

Esses números nos transferem a responsabilidade de proporcionar à população rural melhores condições de vida, com políticas claras de fomento às atividades agropecuárias, como o crédito rural, assistência técnica, conexão rápida à internet, educação, saúde, segurança, infraestrutura para a produção e escoamento da safra, como a construção e pavimentação de estradas vicinais.

Precisamos inverter a lógica dos investimentos em nossos Municípios para manter o homem no campo. A família do agricultor precisa de boas escolas, postos de saúde perto de casa, acesso com banda larga à Internet e estradas pavimentadas para viver com conforto e segurança na zona rural.

Com base nos dados do IBGE, o que temos hoje é uma concentração de investimentos públicos nas áreas urbanas das grandes cidades. Nossa missão é implantar um modelo que não expulse as pessoas do campo.

Precisamos criar um programa nacional de estradas vicinais para transformar, de uma vez por todas, a imagem preconceituosa que ainda fazem do meio rural. Vias sem pavimentação, os atoleiros, as pontes de madeira só contribuem para a manutenção da imagem negativa que se constrói do campo e são de fato uma dificuldade para o desenvolvimento do meio rural.

O Estado de Rondônia, que é 100% rural, também sofre com a falta de políticas públicas que contemplem essa realidade. Municípios rondonienses como Jí-Paraná, Vilhena, Jaru, Cacoal e Ariquemes, todos com mais de 50 mil habitantes, são considerados urbanos pelo IBGE; no entanto, possuem suas economias baseadas na agropecuária. Eles acessam com mais facilidade recursos do Ministério das Cidades, para saneamento ou infraestrutura urbana, mas não existe uma política pública federal para melhoria das condições do meio rural.

Enfim, Sr presidente, vamos nos antecipar a uma paralisação ou manifestação mais extremada do agricultor brasileiro. Se o campo parar de produzir alimentos, entraremos numa crise sem volta, e, aí, de nada adiantará aprovar projetos no Congresso ou promover plebiscito.

Para que isso não aconteça, vamos cuidar com o devido respeito do nosso agricultor brasileiro, para que ele permaneça no campo, com a sua família, produzindo alimentos para todos os brasileiros, para que possamos ter uma vida melhor também nas nossas cidades.

Com prazer, passo a palavra ao Senador Ruben Figueiró.

O SR. RUBEN FIGUEIRÓ (Bloco/PSDB – MS) – Senador Acir Gurgacz, nosso Presidente, Senadora Ana Amélia e Senador Waldemir Moka, V. Exª, Sr. Presidente, apontou, na exposição que acaba de fazer, dois assuntos, entre outros, que me deixaram uma viva impressão. V. Exª focalizou aí a questão da greve dos transportadores, o chamado *lockout*.

Creio que esta seja realmente uma reivindicação justíssima dos caminhoneiros. Os preços que

hoje oneram o transporte são altíssimos e eles não conseguem, por causa da concorrência, transferi-los para o consumidor. O Governo, em vez de reprimir em forma de ameaça, deveria ouvir as razões fundamentais dos caminhoneiros, sem tentar combatê-los nos seus propósitos.

Eu não sei as razões maiores da questão, mas penso que o fundamento é a questão dos resultados econômicos e financeiros que eles não estão auferindo. A posição, portanto, do Governo seria a que ele tem mantido com outros setores da nossa economia: conhecer as razões fundamentais da sua revolta, da sua paralisação e tentar resolver da forma mais razoável, mais prudente possível.

Outra questão que V. Exª mencionou aí, Senador Gurgacz, que eu acho que V. Exª deveria, sinceramente, levar a cabo, é o Plano Nacional de Estradas Vicinais.

Nós, que representamos os Municípios do nosso imenso interior, conhecemos perfeitamente a questão das estradas vicinais. Aliás, nós não temos estradas vicinais, nós temos estradas boiadeiras, que realmente não atendem às necessidades mínimas do produtor rural.

A questão das pontes. Não existem... As pontes continuam, na sua grande maioria, sendo de madeira, cuja existência depende muito do ritmo das águas. Elas são permanentemente erodidas e, vez por outra, nós temos a queda delas, com sérios prejuízos ao tráfico dos ruralistas que produzem e que transitam as suas produções através delas.

Eu cumprimento V. Exª pela oportunidade dessas duas observações e manifesto o meu estímulo a V. Exª para que lance em nível nacional essa ideia de um plano para a construção, com recursos federais, de estradas vicinais. Sei que elas são de competência municipal ou estadual, mas, se não houver um aporte de recursos para os Estados e para os Municípios, será muito difícil a implantação de estradas vicinais em nosso País.

Meus cumprimentos, portanto, por esses dois aspectos que V. Exª levantou com tanta propriedade e inteligência.

O SR. PRESIDENTE (Acir Gurgacz. Bloco/PDT – RO) – Muito obrigado, Senador Ruben Figueiró.

Já conversamos com o Ministro Pepe Vargas sobre avançarmos nessa questão de termos, Senador Moka, um plano para manutenção das estradas vicinais brasileiras. Como temos vários planos feitos pelo Governo Federal, fazer um plano específico para as estradas vicinais, começando com o asfaltamento de algumas estradas vicinais, com o apoio do Governo Federal, envolvendo o MDA, Governo do Estado e prefeituras municipais.

A prefeitura entra com um valor correspondente ao da manutenção que faz nas suas estradas no dia a dia, todos os anos. Vem a chuva e estraga a estrada e aí conserta. Todo ano tem que cascalhar, arrumar a estrada. Então, as prefeituras entrariam com esse valor, o Estado com uma participação e a União com outra participação para que haja o asfaltamento das estradas vicinais. Seria uma estrada mais estreita, com uma base com uma espessura menor, com um custo menor, evidentemente, porque o trânsito é mais leve. Nós não precisamos de estradas feitas com grandes estruturas, grandes infraestruturas, mas seria importante não só para trazer conforto ao nosso agricultor, como para proporcionar uma economia muito grande para as prefeituras e para os Estados. Porque, hoje, quem faz a manutenção dessas estradas vicinais são as prefeituras, juntamente com os Estados. Se nós tivermos o asfalto, essa manutenção diminui muito. Esse é o nosso intuito.

Só para conhecimento de V. Exª, Senadora Ana Amélia, o seu Projeto de Lei nº 330, de 2011, que fala do contrato de integração da produção agropecuária e dos produtores já está com o relatório pronto. Nós vamos enviá-lo à Comissão para que a gente possa votá-lo na próxima semana. Já ouvimos todas as indústrias, vários produtores, por intermédio das suas associações e sindicatos, e chegamos a um bom termo, juntamente com V. Exª. Entendo que é um projeto muito importante, que precisa ser votado. É importante para o agricultor e também para as agroindústrias brasileiras. Nós conseguimos chegar a um bom termo...

A SRª ANA AMÉLIA (Bloco/PP – RS) – Dos dois lados.

O SR. PRESIDENTE (Acir Gurgacz. Bloco/PDT – RO) –... dos dois lados.

A SRª ANA AMÉLIA (Bloco/PP – RS) – A lei boa é essa, não é, Presidente?

O SR. PRESIDENTE (Acir Gurgacz. Bloco/PDT – RO) – Ontem foi a última reunião.

A SRª ANA AMÉLIA (Bloco/PP – RS) – Que bom!

O SR. PRESIDENTE (Acir Gurgacz. Bloco/PDT – RO) – Tivemos uma reunião ontem... Só para comunicar-lhe que nós não estamos parados; estávamos tentando achar um consenso, e conseguimos, ontem, na última reunião, resolver em parte. A gente não consegue agradar 100%, mas chegamos perto de 90%, o que é muito bom...

A SRª ANA AMÉLIA (Bloco/PP – RS) – Neste momento político, é um feito. Eu o cumprimento.

O SR. PRESIDENTE (Acir Gurgacz. Bloco/PDT – RO) – É um índice altíssimo.

A SRª ANA AMÉLIA (Bloco/PP – RS) – Altíssimo. Eu queria cumprimentá-lo e agradecer...

O SR. PRESIDENTE (Acir Gurgacz. Bloco/PDT – RO) – Então, na semana que vem nós colocaremos em votação.

A SRª ANA AMÉLIA (Bloco/PP – RS) –... não pela autoria, mas mais pela necessidade do País, para dar uma segurança jurídica nesse setor, que é fundamental. Hoje, praticamente toda a produção da suinocultura, da avicultura, dos laticínios também, que hoje já trabalham muito com integrados... Isso protege o pequeno, que é a grande... Muitas empresas quebram e esse pequeno fornecedor, seja de suínos, aves ou leite, fica desassistido do ponto de vista do seu patrimônio, com os passivos que ficam.

Então, é uma proteção, sobretudo aos pequenos, porque os grandes têm condição de suportar quando acontece um fato dessa natureza. Então, eu queria cumprimentá-lo pelo esforço feito. Sei que essa é uma matéria bastante complexa, mas fico animada com essa decisão. Será votada nesta Comissão, na Comissão de...

O SR. PRESIDENTE (Acir Gurgacz. Bloco/PDT – RO) – Nesta Comissão, inicialmente, e depois nós passaremos...

A SRª ANA AMÉLIA (Bloco/PP – RS) – Na próxima semana.

O SR. PRESIDENTE (Acir Gurgacz. Bloco/PDT – RO) – Na próxima semana. Eu vou pedir ao Presidente para colocar em pauta para que a gente possa debater e aprovar.

A SRª ANA AMÉLIA (Bloco/PP – RS) – Eu agradeço muito a V. Exª.

O SR. PRESIDENTE (Acir Gurgacz. Bloco/PDT – RO) – E nas outras Comissões eu vou pedir, se houver possibilidade, para que possa relatar...

A SRª ANA AMÉLIA (Bloco/PP – RS) – Manter a relatoria. Exatamente.

O SR. PRESIDENTE (Acir Gurgacz. Bloco/PDT – RO) –... em função do trabalho que já fizemos com todos para que a gente possa...

A SRª ANA AMÉLIA (Bloco/PP – RS) – No que precisar do meu apoio, também estou a sua disposição, Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Acir Gurgacz. Bloco/PDT – RO) – Muito obrigado, Senadora.

Passamos, então, à pauta.

ITEM 1
REQUERIMENTO DA COMISSÃO DE AGRICULTURA E REFORMA AGRÁRIA
Nº 36, DE 2013
– Não Terminativo -

Requer, nos termos do art. 93, II, do Regimento Interno do Senado Federal, audiência pública, na Comissão de Agricultura e Reforma Agrária do Senado Federal, com a finalidade de discutir e analisar a cadeia produtiva do pescado, tendo a presença do Exmo. Sr. Ministro de Estado da Pesca e Aquicultura, Sr. Marcelo Crivella, a realizar-se no dia 11 de julho do corrente ano.
Autoria: Senador Benedito de Lira e Senadora Ana Amélia.

Nosso Presidente Benedito de Lira está ausente em função de compromissos fora de Brasília.

Em votação o Requerimento.

O SR. WALDEMIR MOKA (Bloco/PMDB – MS) – Sr. Presidente, só para…

O SR. PRESIDENTE (Acir Gurgacz. Bloco/PDT – RO) – Pois não. Senador Moka, com a palavra.

O SR. WALDEMIR MOKA (Bloco/PMDB – MS) – Aproveitando o Requerimento, a que, naturalmente, votarei favoravelmente, eu quero dizer que o Ministro Crivella, nosso colega Senador aqui, realmente deu outra dimensão para a questão da piscicultura. Eu tenho acompanhado o trabalho do Senador Crivella, que, para minha surpresa positiva, tem alavancado... Ele vai ao meu Estado de Mato Grosso do Sul em breve para anunciar já um edital em que vai ser beneficiado um número muito grande de pescadores e, ao mesmo tempo, também, a parte industrial. Hoje, em nosso Município de Aparecida do Taboado, isso aumenta a economia. É uma coisa realmente importante esse trabalho.

Ele diz o seguinte que o trabalho que ele está fazendo se assemelha a uma reforma agrária, só que na água, e muito mais fácil de ser feita. E realmente seria muito importante reconhecer aqui esse trabalho. E eu acredito que essa audiência pública será importante exatamente para que ele possa dizer, a exemplo de Mato Grosso do Sul, o que está acontecendo no País inteiro.

Então, quero hipotecar o apoio. Tenho certeza de que será uma audiência muito produtiva.

O SR. PRESIDENTE (Acir Gurgacz. Bloco/PDT – RO) – Muito obrigado, Senador Moka.

O SR. RUBEN FIGUEIRÓ (Bloco/PSDB – MS) – Sr. Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Acir Gurgacz. Bloco/PDT – RO) – Senador Ruben Figueiró.

O SR. RUBEN FIGUEIRÓ (Bloco/PSDB – MS) – Em abono ao que disse o eminente Senador Waldemir Moka, eu posso dizer a V. Exª que também a ação do Ministro Crivella tem merecido o nosso reconhecimento e aplausos.

Eu tenho conhecimento de que, além desse projeto de Aparecida de Taboado, existem outras iniciativas do Ministério da Pesca na região do cone sul do

meu Estado. E agora, mais recentemente, um ambicioso projeto que ele está lançando no Município de Corumbá, na fronteira com a Bolívia, onde, segundo informações que obtive, Senador Moka, será aplicado cerca de R$10 milhões.

Esta informação me veio ao conhecimento através do superintendente da pesca em Mato Grosso do Sul, que, por sinal, é meu primo, Luiz Davi Medeiros Figueiró, e que está, por orientação do Ministério, exercendo uma atividade que merece também os nossos encômios no sentido de divulgar, cada vez mais, a aquicultura no meu Estado.

Ainda recentemente, o Senador Moka e eu tivemos o prazer de receber aqui representantes do Município de Figueirão, que fica no leste do Estado, uma região que não é muito apropriada para a pesca. Entretanto, existem razões lá que justificam a implantação de projetos para pequenos produtores, porque há fontes d'água suficientes em todo o Município com um potencial necessário a essa atividade, que representa um abono maior à atividade dos pequenos produtores.

Portanto, eu me somo às palavras do Senador Moka e cumprimento V. Exª e os autores do requerimento, Senadora Ana Amélia e Senador Benedito de Lira, pela oportunidade da convocação do Ministro da Pesca.

O SR. PRESIDENTE (Acir Gurgacz. Bloco/PDT – RO) – Muito bem. Em votação o requerimento.

Senadora Ana Amélia, por favor.

A SRª ANA AMÉLIA (Bloco/PP – RS) – Eu queria apenas agradecer as referências dos Senadores.

Eu endosso os elogios ao desempenho do Ministro Marcelo Crivella, que honra o Senado Federal. E também pela inovação que ele introduziu no Ministério da Pesca, dando o espaço que essa área merece em nosso País. Então, eu queria, endossando o requerimento do nosso Presidente, Benedito de Lira, agradecer as referências feitas ao Ministro Marcelo Crivella, todas merecidas.

Estaremos aqui na audiência pública, Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Acir Gurgacz. Bloco/PDT – RO) – Para quem não sabia colocar a minhoca no anzol, o Ministro está-se saindo muito bem, faz realmente um bom trabalho à frente do Ministério.

O SR. WALDEMIR MOKA (Bloco/PMDB – MS) – Eu queria permissão para, juntamente com a Senadora Ana Amélia e o Presidente, subscrever o requerimento.

O SR. PRESIDENTE (Acir Gurgacz. Bloco/PDT – RO) – Muito bem, assim será feito.

Em votação.

O SR. EDUARDO SUPLICY (Bloco/PT – SP) – Sr. Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Acir Gurgacz. Bloco/PDT – RO) – Senador Eduardo Suplicy com a palavra.

O SR. EDUARDO SUPLICY (Bloco/PT – SP) – Eu gostaria de informar que já, desde o ano passado, tenho sugerido ao Ministro da Pesca e Aquicultura, Marcelo Crivella, que faça uma visita aos pescadores artesanais do litoral norte de São Paulo e tenha com eles um diálogo. A reunião que sugeri a ele poderá se realizar na Vila de Picinguaba, que é uma vila tradicional de pescadores, e ali poderiam se reunir inclusive com o Prefeito de Ubatuba, possivelmente com o Secretário de Estado do Meio Ambiente, Bruno Covas, para tratar de inúmeros assuntos e também das preocupações dos pescadores artesanais do litoral norte de São Paulo. Isso também poderá ser objeto de diálogo na exposição que ele aqui virá realizar.

Muito obrigado.

O SR. PRESIDENTE (Acir Gurgacz. Bloco/PDT – RO) – Muito bem.

Em votação o requerimento.

As Srªs e os Srs. Senadores que concordam permaneçam com se encontram. (*Pausa.*)

Aprovado.

Segundo requerimento.

ITEM 2

REQUERIMENTO DA COMISSÃO DE AGRICULTURA E REFORMA AGRÁRIA Nº 37, DE 2013 – Não Terminativo -

Requer a realização de Ciclo de Palestras e Debates no âmbito da Comissão de Agricultura e Reforma Agrária do Senado Federal, na cidade de Guajará-Mirim, no estado de Rondônia, no dia 30 de agosto de 2013, às 14 horas, para debater os investimentos e parcerias que estão sendo realizados pela Superintendência da Zona Franca de Manaus – SUFRAMA na região, bem como as intervenções para aprimorar as estruturas de escoamento de produtos agroindustrializados na Área de Livre Comércio de Guajará-Mirim – ALCGM, administrada pela SUFRAMA, com a presença dos seguintes convidados: Superintendência da Zona Franca de Manaus – SUFRAMA; Associação Comercial e Industrial de Guajará-Mirim; Federação do Comércio de Bens, Serviços e Turismo do Estado do Estado de Rondônia – FECOMERCIO; Empresa Brasileira de Pesquisa Agropecuária – EMBRAPA; Associação de Assistência Técnica e Extensão Rural do Estado de Rondônia – EMATER; Instituto Nacional

de Colonização e Reforma Agrária – INCRA; e Sr. Evandro Padovani – Secretário de Estado da Agricultura, Pecuária e Regularização Fundiária de Rondônia/RO – Seagri.

Autoria: Senador Acir Gurgacz e outros

Observações:

O Senador Valdir Raupp sugere a inclusão do Sr. Evandro Padovani, Secretário de Agricultura do Estado de Rondônia, e do INCRA como convidados para o Ciclo de Palestras e Debates da CRA.

A pedido do Senador Valdir Raupp, já incluímos no requerimento, que peço que o Senador Raupp subscreva juntamente comigo, representante do Incra, que já parte do nosso requerimento, e do Sr. Evandro Padovani, Secretário de Agricultura do nosso Estado de Rondônia.

V. Exª poderia subscrevê-lo, para que possamos fazer essa audiência em Guajará-Mirim.

O SR. WALDEMIR MOKA (Bloco/PMDB – MS. *Fora do microfone.*) – O Senador Ivo Cassol também gostaria de subscrever esse requerimento.

O SR. PRESIDENTE (Acir Gurgacz. Bloco/PDT – RO) – Com certeza, ele estará presente e vai dar uma grande parcela de contribuição para fazermos uma grande audiência pública.

Com a palavra o Senador Valdir Raupp.

O SR. VALDIR RAUPP (Bloco/PMDB – RO) – Obrigado, Senador Acir Gurgacz.

Srªs e Srs. Senadores, aceito a subscrição e parabenizo-o, ao mesmo tempo, pela iniciativa de levar a Comissão de Agricultura do Senado Federal a Guajará-Mirim, cidade sofrida, que tem 94% das suas áreas em reservas florestais e que merece todo apoio do Governo Federal. Essa ida da Suframa, da Embrapa, do Incra ...

O SR. PRESIDENTE (Acir Gurgacz. Bloco/PDT – RO) – Da Emater, da Embrapa, da Associação Comercial...

O SR. VALDIR RAUPP (Bloco/PMDB – RO) – ...da Federação do Comércio, com certeza, vai criar um novo ânimo na população de Guajará-Mirim.

O SR. PRESIDENTE (Acir Gurgacz. Bloco/PDT – RO) – Principalmente a ida da Suframa.

O SR. VALDIR RAUPP (Bloco/PMDB – RO) – A Suframa tem uma dívida.

Eu já convidei, há alguns meses, a equipe da Suframa. Toda equipe da Suframa esteve lá, mas é bom que vão novamente para reafirmar o compromisso de investir alguma coisa na área de livre comércio de Guajará-Mirim.

Parabéns a V. Exª.

O SR. PRESIDENTE (Acir Gurgacz. Bloco/PDT – RO) – De fato, a Suframa tem uma dívida muito grande com Guajará-Mirim. Guajará-Mirim precisa do apoio da Suframa para levar o desenvolvimento e a geração de emprego ao nosso Estado.

Em votação o requerimento.

As Srªs e os Srs. Senadores que concordam permaneçam como se encontram. (*Pausa.*)

Aprovado.

Senadora Ana Amélia, há algum tema para abordarmos, já que temos ainda algum tempo? (*Pausa.*)

Um tema que entendo ser da maior importância é a liberação da exportação de carne brasileira diretamente para os Estados Unidos.

A partir do mês de agosto, Rondônia exportará carne bovina diretamente para os Estados Unidos. A informação é do Superintendente Federal do Ministério da Agricultura e Pecuária (MAPA) no Estado, Sr. Valterlins Marcelino.

Com isso, a qualidade da carne rondoniense, com a certificação Boi Verde, ou seja, criado exclusivamente no pasto, será reconhecida mundialmente, uma vez que, até então, era exportada para o Chile, de onde seguia para outros países. Havia um entreposto; agora, nós podemos exportar diretamente para os Estados Unidos.

Rondônia, em junho deste ano, Senador, ultrapassou o Rio Grande do Sul em receita e em volume embarcado de carne bovina, ficando entre os cinco maiores exportadores de carne bovina do País e o primeiro da Região Norte. Neste mês de junho, os embargos de Rondônia alcançaram 8,5 mil toneladas de carne.

A exportação de carne de Rondônia diretamente para os Estados Unidos é resultado das ações de fiscalizações do Estado, num trabalho conjunto do Idaron e do Fefa, no sentido de melhorar a qualidade da produção, com a erradicação da aftosa e de outras doenças que possam comprometer o consumo.

Temos, ainda, alguns frigoríficos que não estão autorizados, como o frigorífico do nosso amigo, Irmãos Gonçalves. O Sr. João Gonçalves, de Jaru, está com o seu processo aqui no Ministério e não avança.

É incrível! Parece que só os frigoríficos grandes, Senador Moka, conseguem pegar essa liberação para exportação direta. Os frigoríficos menores, que é o caso... Menores para o País, mas para Rondônia é um grande frigorífico, o frigorífico Irmãos Gonçalves, que o Senador Raupp conhece tão bem, talvez melhor do que eu, pelo fato de ter sido Governador e ter tido um acompanhamento naquela época, no início – não é, Senador Raupp? – da implantação desse frigorífico no Estado.

Eles não conseguem, Senadora Ana Amélia, a liberação para exportar direto, enquanto os frigorífico

maiores, cujo nome prefiro não citar aqui, Senador Moka...

A SRª ANA AMÉLIA (Bloco/PP – RS) – Para não fazer propaganda.

O SR. PRESIDENTE (Acir Gurgacz. Bloco/PDT – RO) – Para não fazer propaganda também, exatamente, mas é uma pena. Eu tenho acompanhado esse processo no Ministério, pessoalmente, para que haja liberação.

A qualidade da carne é a mesma. Eu diria que a qualidade da industrialização do frigorífico Irmãos Gonçalves – aqui, não quero puxar a brasa para a sardinha do nosso colega – pode até ser de melhor qualidade do que a de outros frigoríficos maiores, mas não sei por que não anda o processo deles.

Eu vou, hoje, novamente, ao Ministério, para verificar em que departamento está paralisado esse processo de autorização do frigorífico Irmãos Gonçalves.

A SRª ANA AMÉLIA (Bloco/PP – RS) – Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Acir Gurgacz. Bloco/PDT – RO) – Ouço, com prazer, a Senadora Ana Amélia e, depois, o Senador Moka.

A SRª ANA AMÉLIA (Bloco/PP – RS) – O seu Estado está ganhando duplamente, não só em volume de exportação de carne bovina, mas pelo fato de exportar valor agregado. O senhor está exportando carne industrializada.

O SR. PRESIDENTE (Acir Gurgacz. Bloco/PDT – RO) – Sem dúvida.

A SRª ANA AMÉLIA (Bloco/PP – RS) – O Rio Grande do Sul está exportando animais vivos, então, não há valor agregado no processamento, porque o animal vai ser abatido no Oriente Médio.

Então, há um ganho para o País, quando sempre se agrega valor, em impostos, em empregos, em toda a cadeia produtiva.

O SR. PRESIDENTE (Acir Gurgacz. Bloco/PDT – RO) – Em divisas para o Estado, enfim.

A SRª ANA AMÉLIA (Bloco/PP – RS) – Em divisas para o Estado. Então, isso, realmente, tem um peso importante.

Só espero que forças ocultas, Senador Acir Gurgacz, não estejam funcionando para impedir essa unidade frigorífica de também se valer do benefício da exportação, que, hoje, com o dólar como está, é uma grande alternativa para o setor exportador, especialmente numa área tão estratégica como essa, porque o Brasil já está posicionado como o segundo maior produtor e exportador de carne bovina.

Então, parabéns aos rondonienses que estão fazendo esse trabalho, o dever de casa.

O SR. PRESIDENTE (Acir Gurgacz. Bloco/PDT – RO) – Muito obrigado, Senadora Ana Amélia.

Com prazer, ouço o Senador Moka.

O SR. WALDEMIR MOKA (Bloco/PMDB – MS) – Senador Acir Gurgacz, eu, realmente, não sou um especialista no assunto, mas eu digo que esse assunto precisa ser discutido... o assunto de que o Governo resolveu aportar recursos não só nessa área de carne, ele escolheu algumas empresas.

Eu até, Senador Acir, entendo as razões. Numa economia globalizada, nós temos de ter grandes empresas para competir num mercado globalizado. Só que como é que o Governo pode escolher?

Agora, temos uma empresa que está em dificuldade e quem é um dos principais parceiros? É o Governo Federal. São recursos públicos que estão aí.

Isso aconteceu, também, na questão da carne. Então, eu entendo que esse é um assunto sobre o qual o Senado, não hoje, deve fazer uma audiência pública com setores do Governo que tenham por finalidade... Eu acho até que a vontade, o objetivo é compreensível, o de tornar empresas brasileiras grandes empresas internacionais, para competir nesse mercado internacional globalizado, só que, ao fazer isso, nós já discutimos isso, no caso da carne, ele provocou distorções enormes. Em muitos pequenos Municípios foram fechados, em função da concorrência. Imagina quem pode competir com essas grandes empresas! Não tem como! Nós dois fomos ao Cade protocolar – e eu continuei aquilo até o final, hoje tem ação nossa lá – porque chegaram ao ponto de comprar, com recursos ou pelo menos com parceria de recursos públicos, pequenas plantas e deixá-las fechadas. Isso aconteceu no País inteiro. É um absurdo esse tipo de... É um equívoco muito grande.

Eu temo que, no futuro, investimentos nessa ordem, como eu estou vendo agora em uma dessas empresas, o Governo brasileiro, o Tesouro possa ter um prejuízo enorme, primeiro, ao interferir no mercado privado e fazer investimento. E por que a empresa A, B, ou C? Qual o critério? Por que não outras empresas? O Governo escolhe a empresa com que ele vai fazer parceria?

É um equívoco!

O SR. PRESIDENTE (Acir Gurgacz. Bloco/PDT – RO) – Como V. Exª coloca muito bem, disputar mercado com empresa grande não é o problema; o problema é disputar mercado com empresa que tem dinheiro público, do Tesouro. Dinheiro que não se sabe se vai ou não ser pago, e se for pago, com juros subsidiado e tudo o mais. Aí fica difícil para as empresas, sejam elas pequenas ou grandes, competir com essas empresas que têm acesso a esse dinheiro, Senador Ruben Fi-

gueiró. Como é vai competir com dinheiro subsidiado? Não há como.

E acontece o que aconteceu no Brasil: vários frigoríficos em todo o Brasil, em várias partes do nosso País, a exemplo do Mato Grosso do Sul, do Mato Grosso, do Estado de Rondônia, que fecharam as suas plantas em detrimento dessas empresas que têm acesso a dinheiro público.

Com prazer, ouço o Senador Ruben Figueiró.

O SR. RUBEN FIGUEIRÓ (Bloco/PSDB – MS) – Sr. Presidente, eu sou testemunha disto: a força dos grandes sobre os pequenos.

A minha família participou em pequena proporção, mas participou, de um empreendimento pioneiro em Campo Grande, Mato Grosso do Sul, no início da década de 50, construindo lá, em Campo Grande, o maior frigorífico do Centro-Oeste na ocasião, o Frima Frigorífico Matogrossense. E ele teve de ceder no curso do tempo a grandes empresas frigoríficas localizadas no Estado de São Paulo.

Esse fenômeno que aconteceu na década de 50, início da década de 60, naturalmente está ocorrendo lá no seu Estado com os Irmãos Gonçalves. Isso faz parte de uma política de *dumping* de grandes empresas sobre aquelas que estão em processo de crescimento.

V. Exª pode estar certo de que, nessa questão, há a mão do gato. Alguém está lá Ministério da Agricultura e em outros órgãos da República, tentando obstaculizar a ação dos Irmãos Gonçalves. A questão é a capacidade de resistir.

Eu tenho a certeza de que, com a força política de Rondônia e pela expansão, sobretudo, da pecuária naquele Estado e a representação dele aqui no Senado, por intermédio de V. Exªs, eu tenho a certeza absoluta de que a liberação há de vir.

Mas V. Exª, em sua exposição, fez uma declaração que me causou curiosidade. Esse frigorífico dos Irmãos Gonçalves exportava carne para o Chile por onde? Via aérea? Porque não há rodovias nem hidrovias para o Chile. É uma curiosidade que me ocorre agora. Para mandar para os Estados Unidos temos o Rio Madeira, o Rio Amazonas, viagem atlântica, aviões...

O SR. PRESIDENTE (Acir Gurgacz. Bloco/PDT – RO) – Vem por rodovia até os portos do Sul e do Sul embarcam nos navios e seguem até o Chile. Essa é a rota.

O SR. RUBEN FIGUEIRÓ (Bloco/PSDB – MS) – A longa rota...

O SR. PRESIDENTE (Acir Gurgacz. Bloco/PDT – RO) – Pela BR-364, chegando até Paranaguá, ou Espírito Santo ou Porto de Santos.

Essa é a nossa rota, por isso a nossa eterna defesa da BR-364, que é a única ligação que nós todos temos. O Senador Jayme sempre tem trazido aqui a preocupação pela duplicação de Cuiabá-Rondonópolis, o trecho que tem um acúmulo muito grande de caminhões e atrapalha o trânsito em toda a rodovia.

Estamos em Rondônia, mas preocupados com esse trecho do Mato Grosso, porque toda a nossa produção passa por ali. Quando chega a Cuiabá para Rondonópolis, para tudo. E um trecho de 200 e poucos quilômetros, em que se levaria três horas, leva-se, às vezes, oito horas de viagem em função do trânsito e das péssimas condições das estradas.

Então, é esse o caminho que é feito com toda a produção do Estado de Rondônia. E nós estamos trabalhando agora, colocamos no PPA 2012/2015 a elaboração do projeto da ferrovia Porto Velho até Vilhena, que vai interligar Lucas do Rio Verde e vai interligar a malha ferroviária brasileira.

Eu explicava há pouco, Senador Raupp, que esse trabalho, não do projeto, só para ver a viabilidade econômica e ambiental, levará 25 meses e terá um custo de R$50 milhões, Senador Jayme Campos. Serão R$50 milhões e 25 meses para fazer não o licenciamento, só o levantamento técnico, econômico e ambiental. Isso não quer dizer que vai ter autorização. Depois teremos a autorização ambiental e o projeto, enfim, da ferrovia. Serão 25 meses só para ver a questão ambiental e a viabilidade econômica.

São essas questões que temos colocado aqui, não somente eu, mas todos os Senadores, sobre a nossa preocupação com a burocracia que existe hoje no Brasil. Estamos falando de uma ferrovia que já foi projetado há muitos anos, eu diria que há 50 anos, e que agora vamos colocar no papel. Mas, para iniciar o processo, levaremos 25 meses para estudar a viabilidade econômica e ambiental. Depois, faremos o projeto executivo. É uma coisa que não tem explicação.

Senador Raupp, por favor.

O SR. VALDIR RAUPP (Bloco/PMDB – RO) – Posso dar uma contribuição. O Bernardo Figueiredo, que é o Presidente da EPL (Empresa de Pesquisa e Logística), esteve ontem na Comissão de Infraestrutura e nos garantiu que esse projeto estaria pronto para licitação e leilão no ano que vem.

Quer dizer, eles não se entendem nem nos prazos. Porque o responsável é o Bernardo Figueiredo. Esse projeto da ferrovia, segundo ele, já está em estudo, já está em projeto e que ficaria pronto no ano que vem. Mas o Acir já tem a informação de 25 meses, de mais de dois anos para ficar pronto o projeto.

Mas, respondendo a indagação do Senador Figueiró, de Rondônia ao Chile são 1.700 quilômetros por Guajará-Mirim, fazendo até um trecho por estrada de chão. Há asfalto até Ribeira Alta, na Bolívia, e

de Ribeira Alta a La Paz não há asfalto, é estrada de chão. Depois, logo abaixo de La Paz é o Porto de Arica e de Iquique, no Chile. Portanto, Rondônia não está tão distante do Chile assim. Infelizmente, como não há asfalto em um trecho de estrada na Bolívia, ainda temos que dar toda essa volta pelo mar. Mas, se for em linha reta, dá em torno de 1.700 ou 1.800 quilômetros de Rondônia até o Chile.

O SR. RUBEN FIGUEIRÓ (Bloco/PSDB – MS) – É o que eu imaginava. Mas queria dar uma sugestão a V. Exªs que estão lutando por essa ferrovia que sai de Rondônia e vai até Lucas do Rio Verde, em Mato Grosso.

Não se esqueçam de lembrar aos projetistas que o façam em dupla bitola: a bitola larga e a bitola estreita, porque se fizerem em bitola estreita, daqui a pouco ela vai ficar também desatualizada. Isso é muito importante.

O SR. PRESIDENTE (Acir Gurgacz. Bloco/PDT – RO) – Sem dúvida, é uma questão importante. Mas o projeto já prevê a bitola larga para essa ferrovia, que é uma ferrovia transcontinental. Ela já está preparada para o volume de grandes cargas dos nossos vagões e trens.

Senador Jayme Campos, discutimos aqui a questão da nossa rodovia, a BR-364, cuja importância V. Exª sempre destaca, e da nossa ferrovia e a situação dos caminhoneiros paralisados, que receberam um tratamento diferenciado. Já há uma ação de multa contra os caminhoneiros. Mas não estou vendo esse mesmo tratamento do Judiciário com relação às badernas que acontecem nas cidades. Ou seja, há um tratamento diferenciado. Os caminhoneiros são pessoas iguais a todos nós. Têm o direito de fazer a sua manifestação. Eram esses os assuntos que tratamos agora pela manhã.

Com a palavra o Senador Jayme Campos.

O SR. JAYME CAMPOS (Bloco/DEM – MT) – Sr. Presidente, Senador Acir Gurgacz, demais Senadores e Senadoras aqui presentes, só quero fazer algumas pequenas observações quando se falava da indústria frigorífica dos Irmãos Gonçalves, lá em Rondônia. Tem toda a razão.

Lamentavelmente, no Brasil, se formou um cartel da carne. O Brasil quer se globalizar em relação a determinadas atividades econômicas, mas às custas do erário público. Não sou contra, mas desde que o cidadão aporte recursos próprios. O que está ocorrendo no Brasil, só para dar um exemplo, Senador Acir Gurgacz... Nós tínhamos 740 plantas frigoríficas no Brasil de pequenos, médios e grandes indústrias frigoríficas. No decorrer do tempo, isso foi diminuindo pelo fato de que quase a maioria quebrou. O setor lamentavelmente foi quebrando e os grandes grupos que surgiram, não vou citar o nome porque não interessa, foram adquirindo a preço de banana alguns e, por incrível que pareça, fazendo reserva de mercado com outros.

Há frigoríficos aqui, grandes grupos, que estão chegando ao cúmulo do absurdo de, em determinadas regiões, alugar ou comprar e largar fechado. O coitado do pecuarista, porque a maioria absoluta hoje mal aguenta dar o sustento a sua família e manter a sua propriedade. Assim, estão em estado precário, porque a manutenção das propriedades rurais, hoje, dependendo do seu valor, custa no mínimo 2% do seu valor venal.

Pois bem, Senador Ruben Figueiró, montou-se um cartel que fez com que, infelizmente, o pecuarista passasse a ser refém desses grandes grupos. Ele coloca o preço e coloca a escala do dia que ele quer; e o pecuarista é obrigado a se sujeitar. Ele paga o que ele quer e marca o dia que quer embarcar o seu produto, o seu boi.

Então, temos que fazer uma inversão no Brasil urgentemente. E o que me chama atenção é que esse mesmo grupo que detém hoje 63% do mercado interno da atividade bovina está em outros setores só com o dinheiro do BNDES, Senador Sérgio Souza. Só isso aí.

Você acabou de acompanhar a inauguração de uma indústria há poucos dias, uma fábrica de celulose em Mato Grosso do Sul, com R$6 bilhões. Mas eu pergunto a V. Exª: de onde saiu esse dinheiro? 99.9% do BNDES.

Por incrível que pareça, neste instante, há um grupo quebrando no Brasil e o furo que está dando no caixa do Governo Federal através do BNDES também é enorme. Os senhores sabem a quem eu estou me referindo, não é? É um rombo estrondoso. Eu imagino que deve ser de mais de R$15 bilhões pelo fato de que não é só dinheiro só do BNDES. Ali também tem dinheiro do Banco do Brasil, que é outra instituição financeira; e tem dinheiro da Caixa Econômica Federal; se não tiver também do Banco da Amazônia, do Basa.

Temos que dar um basta em tudo isto. Temos que incentivar o pequeno empresário e o médio empresário. Por incrível que pareça, eles estão tendo dificuldades, haja vista, Senador Suplicy, V. Exª que é da base do Governo, com o Sérgio e outros aqui, o FCO, que é o Fundo de Desenvolvimento do Centro-Oeste, lamentavelmente o banco contratou e agora não tem o dinheiro para liberar para o empresário. Isso está acontecendo no Mato Grosso, no Mato Grosso do Sul, em Goiás e aqui no Distrito Federal. Como o Governo contrata, o cidadão faz compromisso com esse financiamento e não é liberado?

Agora a nossa luta é junto à bancada federal. O Senador Ruben Figueiró esteve lá, o Senador Moka, a

Senadora Lúcia Vânia, que conseguiram liberar R$1,5 bilhão para o setor rural. Todavia, para o setor industrial e empresarial não está sendo liberado um centavo sequer.

O cidadão iniciou a construção de uma indústria, de um hotel, contratou R$10 milhões, liberaram R$3 milhões e os R$7 milhões agora não são liberados. E a obra do cidadão ficou pela metade, está paralisada.

Estão acontecendo alguns fatos no Brasil que têm que ser mudados e revistos. O conceito da aplicação do dinheiro público, os financiamentos e os empréstimos precisam ser revistos.

Quando V. Exª fala aqui da dificuldade que temos na exportação, inclusive ficou até perplexo com a exportação da carne de Rondônia para o Chile. V. Exª tem toda a razão. Mas temos outro porto bem mais fácil para exportar, que é a hidrovia Paraguai-Paraná, e a produção que viesse de Rondônia não precisaria ser deslocada para Paranaguá, para o Porto de Santos, para o porto do Espírito Santo, mas poderia parar ali, ao longo da 364, entrar por Morrinhos ou Guaporé e ser exportada. Sabem o quanto há de milha marítima? Algo em torno de sete mil quilômetros. É uma obra importante para o Mato Grosso a Hidrovia Paraguai-Paraná, que já foi explorada num passado bem recente através da Bacia do Prata. O senhor deve se lembrar muito bem de que, em 1950, 1960, ela era explorada. Hoje, está paralisada porque o Governo Federal não toma providências. Já foi lá, já levantou.

Essa hidrovia melhoria, sobremaneira, o transporte não apenas para o Estado de Rondônia, mas também para Mato Grosso, na região oeste e, sobretudo, na região metropolitana da grande Cuiabá. Haveria apenas o descolamento de 220km para atingir esse porto. Hoje, nós andamos, de determinada região, 1.750km de rodovia.

O Senador Valdir Raupp falou aqui do Porto de Arica, do Porto de Iquique, que eu conheço. Eu tive a honra, a satisfação de conhecer aquela região quando fui governador do Estado do Mato Grosso.

(*Intervenção fora do microfone.*)

O SR. JAYME CAMPOS (Bloco/DEM – MT) – Via Santa Cruz. Nós fomos por ali, saindo na divisa de Mato Grosso, em Porto Esperidião. Você atravessa ali e chega lá. Tanto o Porto de Iquique como o de Arica estão hoje ociosos, com 70% da capacidade disponível para atender à demanda.

Mas nós temos alguns problemas, como a barreira sanitária, etc. Precisamos de pequenos recursos para financiar – imagino que a Bolívia não teria – e fazer essa integração via Porto de Arica e Porto de Iquique.

Complementando, ontem esteve aqui o Ministro Bernardo Figueiredo falando das obras que o Governo eventualmente vai fazer, como hidrovias, ferrovias, etc. etc – uma mentirada deslavada, desculpe-me o Senador Eduardo Suplicy. O Sérgio Souza é testemunha.

Com todo o respeito, ele nos disse – eu estava presente – que, em setembro ou outubro, no máximo, a obra da Ferrovia Fico, que é a ferrovia Centro-Oeste, ligando Campinorte, em Goiás, a Lucas, com variante para Rondônia, já estaria encaminhada. Ontem mesmo eu perguntei para ele, aproveitando a oportunidade: "Meu caro Bernardo Figueiredo, está de pé? De fato vai acontecer a obra?" Ele falou: "Não. Não é bem assim. Nós ainda estamos fazendo o estudo, o diagnóstico, etc. etc. E a concessão possivelmente vai ser licitada no ano que vem. Pode ser um projeto de PPP."

Eu não quero passar mais por mentiroso. Ele falou dessa ferrovia, Sérgio Souza, em vários eventos. Já houve doze audiências públicas em Mato Grosso. Estiveram lá também Paulo Passos e Alfredo Nascimento, com todo o respeito que tenho por eles; Dr. Pagot foi 400 vezes. Em toda véspera de eleição para prefeito, iam lá; para governador, iam lá. "Olha, vem vindo a ferrovia!" Isso gera uma expectativa, uma esperança, que, depois, vai por terra. O cidadão faz das tripas coração para melhorar a propriedade, para plantar, achando que vai ter um transporte mais barato, etc., e nada acontece.

Como disse aqui o Senador Acir Gurgacz, agora são necessários 25 meses para fazer o estudo e o diagnóstico. Quando cheguei aqui, já estavam fazendo esse diagnóstico, através da Fundação da Universidade Federal de Santa Catarina. O meu mandato vai para o sétimo ano, está-se concluindo agora, e até hoje coisa nenhuma aconteceu.

Então, o Governo tem que ser mais sério, mais inteligente; não pode brincar, sobretudo com a esperança do cidadão brasileiro que está lá no longínquo Estado do Mato Grosso produzindo.

Eu quero convidar o Eduardo Suplicy, o Sérgio Souza e o Moka – são meus convidados – para irem a algumas regiões lá e verem que são regiões prósperas. Naquele oco de mundo – daqui até lá são 1.300km –, há um Brasil diferente, Suplicy. É um Brasil diferenciado de São Paulo, do Paraná. Os brasileiros que foram para lá – paulistas, paranaenses – implantaram uma civilização moderna no eixo da BR-163, no eixo da BR-158. Mas, lamentavelmente, eles não têm condições de escoar a sua produção, que está lá. Nós estamos sem armazéns. Não há armazém para guardar o milho. Vai ser uma supersafra. Dá alegria ver um hectare de terra produzir 140 sacos de milho – um hectare de terra. A Ucrânia, uma das melhores terras do Planeta, não produz 140 sacos. Agora, não há nem armazém; a produção está ao relento, sujeita ao sol e à chuva.

O Governo Federal precisa ser mais sério. Não pode brincar com as pessoas, brincar com aqueles que estão produzindo, trabalhando, construindo a Nação brasileira. De maneira que, concluindo aqui, nós temos que nos preocupar muito, Senador Acir Gurgacz, pelo fato de que hoje se montou uma máfia no Brasil em relação à carne.

É inconcebível hoje estar pagando em Mato Grosso, em algumas regiões, R$83,00 a arroba do boi. Todavia, sabe quanto é em São Paulo a mesma arroba do boi? Está hoje em R$105,00. E aí, porque nós não temos para onde correr. Compraram tudo lá. Lá dois grupos fecharam: você fica nessa região e eu fico para cá. Limparam a praça. Todos os pequenos quebraram. Não existe alternativa a não ser correr.

Então, o Governo Federal não pode continuar passando dinheiro do BNDES, do Banco do Brasil e facilitando. O pobre coitado daquele frigorífico médio que faz a competitividade foi excluído do mercado. Eles o quebraram, faliram. Por quê? Ele não aguenta competir com as grandes empresas, na medida em que chega a determinado momento, ele paga uma arroba de boi a 85 e o pequeno não aguenta pagar 84. Entre 84 e 85, vende primeiro a 85. Para quê? Para quebrar o cara. Quebra. Limpou o Mato Grosso, infelizmente.

Sabe quantas plantas estão fechadas em Mato Grosso, Sérgio Sousa? Algumas compradas e fechadas, outras alugadas, 26 plantas. São 26 plantas, Senador Suplicy. Sabe quantos empregos, mais ou menos, que dão 26 plantas? Trinta e cinco a quarenta mil empregos que limparam do mercado lá. Fechado. Chegaram à Várzea Grande, minha cidade, e alugaram uma lá esses dias. Fechada. Sabe quantos eles pagam de aluguel? R$350 mil. Sabe quantos funcionários havia nessa planta sem a indústria lá dentro? Havia 750. São 700 desempregados diretos e, no mínimo, mais 750 indiretos, porque é o transportador, é o cara que corta a lenha, etc., etc., etc.

Essa é a minha opinião. Acho que algo tem que ser feito, Senador Acir Gurgacz. As dificuldades estão criadas e o Governo Federal tem o papel de ser, com certeza, o grande maestro de tudo isso, pelo menos encaminhar de forma democrática, transparente, para que não penalize mais os pequenos e médios empresários deste País.

Muito obrigado.

O SR. PRESIDENTE (Acir Gurgacz. Bloco/PDT – RO) – Muito obrigado, Senador.

Só para colaborar, Senador Jayme, no próximo dia 29 de julho haverá a licitação para elaboração do estudo de viabilidade técnica, econômica e ambiental. A partir daí, a empresa vencedora terá o prazo de 25 meses para entregar os referidos estudos dessa ferrovia que liga o Rio de Janeiro ao Acre. Parte existe, parte não existe, mas é de toda a ferrovia que nós estamos falando, que é a Transcontinental, num valor aproximado, estimado de R$50 milhões. Mas 25 meses, isso não quer dizer que é o projeto que está autorizado, não. É só o estudo de viabilidade técnica, econômica e ambiental. São 25 meses, 2 anos e um mês.

Nós sempre comparamos o Brasil com a China. Imagine se a China vai levar tanto tempo para fazer um estudo de viabilidade técnica, econômica e ambiental? Quer dizer, talvez não haja nem esse trabalho a ser feito nas ferrovias dos países desenvolvidos.

Com prazer ouço o Senador Sérgio Souza.

Nós falávamos aqui, Senador Sérgio Souza, além do que V. Exª escutou, da questão dos nossos caminhoneiros, que estão fazendo paralisações com relação às estradas, ao diesel e, principalmente, aos pedágios. V. Exª, no seu Estado, tem um dos pedágios mais caros do mundo. Essa é, realmente, uma situação delicada para os nossos caminhoneiros brasileiros.

Com a palavra, o Senador Sérgio Souza.

O SR. SÉRGIO SOUZA (Bloco/PMDB – PR) – Obrigado, Senador Acir Gurgacz, meus caros colegas.

O Brasil é um País realmente jovem. Nós temos que analisar o Brasil do ponto de vista de redemocratização, 25 anos. A constituição é de 1988. Todos nós vivemos momentos, na década de 80, começo da década de 90, turbulentos, com a economia totalmente instável, a inflação altíssima, que chegava a dois dígitos. Quando se falava em dois dígitos, não é 12, não, é 80% ao mês. Uma moeda que mudava e cortavam-se zeros a cada ano. Eu já nem me lembro de quantas moedas o Brasil teve nos últimos 50 anos, mas eu me lembro muito bem de que, há 25 anos, não isso, mas há 21, 22 anos, nós temos uma mesma moeda – e uma moeda forte –, que se valorizou muito nos últimos anos.

O Brasil avançou ao ponto de ser a sexta maior economia do Planeta. Com redes sociais, com Internet, o brasileiro passou a ter um salário melhor, a adquirir mais bens e a ter mais informações. E hoje o Brasil começa a fazer comparações como essa com a China, faz comparação com o Paraguai, vai lá comprar... Se for ao Paraguai, numa hora dessas, na divisa com Foz do Iguaçu, há algumas dezenas de milhares de brasileiros comprando, neste exato momento. É uma loucura aquilo. Você não consegue andar.

Você vai aos Estados Unidos com o pretexto de um passeio, mas paga a viagem com as compras que faz. Não é diferente no restante do mundo. Nós sabemos quanto custa um caminhão no Brasil, um trator no Brasil, e quanto custa esse mesmo trator – vamos falar de Mercosul – na Argentina, no Uruguai. É a metade do preço, e ele é fabricado no Brasil. Então, nós

chamamos tudo isso de custo Brasil. Nosso custo interno é muito grande. E por quê? Porque nosso Brasil é burocrático.

Estou ouvindo V. Exªs reclamarem aqui do tempo que se leva para fazer um projeto, um estudo de viabilidade de uma ferrovia, de uma rodovia. Imaginem de uma obra pequena, num pequeno Município... Tudo é burocrático. Quanto mais burocrático, ou seja, quanto mais dificuldade, mais aparece gente para vender facilidade. Aí se torna um país corrupto. É, o Brasil é assim, muito corrupto.

A nossa carga interna de custo Brasil está na burocracia, na corrupção e na ineficiência dos modais de transporte, porque, nesses últimos 50 anos, não se investiu adequadamente. Nós tínhamos mais ferrovias no Brasil na década de 30, com o Barão de Mauá, do que temos hoje. Tínhamos uns 40% a mais de quilômetros de ferrovias na década de 30 do que temos hoje. O que temos de malha ferroviária abandonada neste País pelas concessões feitas a empresas que só viam a parte econômica e abandonaram outras regiões é enorme. Agora, alguma coisa disso está sendo recuperada.

Eu li uma entrevista, numa revista de circulação nacional, há uns dois meses, que mostrava a ineficiência no escoamento da safra. Pegando dois mil quilômetros do Mato Grosso até o porto de Paranaguá ou Santos, não me lembro agora, pegando Iowa nos Estados Unidos até o porto de New Orleans, e pegando uma cidade do interior da Argentina até o porto de Buenos Aires, mostrou-se que o Brasil está muito atrasado e é muito caro. E sabe qual é a diferença que o Brasil perde por ano? Cento e oitenta bilhões só no escoamento da safra e no déficit de armazenagem. Tudo bem, estamos atrasados.

Eu sou da Base do Governo, como é o Senador Suplicy, como é o Senador Acir, como tantos. O Senador Moka é da Base do Governo, e defendemos as ações do Governo. Eu fui ao Palácio do Planalto em todos os lançamentos dos planos de modais, todos eles. Fiquei maravilhado! O cidadão brasileiro escuta isso no dia a dia: "Vamos fazer e vai ser rápido porque o Senado, o Congresso Nacional autorizou agora também o regime diferenciado de contratações para todos os grandes projetos do PAC". Inicialmente, era só o PAC da Copa e aí começam a fazer a comparação, porque o estádio saiu. A que preço, todos nós imaginamos, mas e o restante? Por que não sai? Por que está demorado? É mais ou menos da mesma época!

No ano passado, nós autorizamos também, através da MP 575, de que fui o Relator, o RDC para PPPs, que é a parceria público-privada, inclusive de aportes do Governo Federal, com permissão de aportes antes do início das obras para que houvesse as obras de infraestrutura no Brasil.

Então, meu caro Presidente, Senador Acir Gurgacz, a reflexão que devemos fazer neste momento é de que nós somos acomodados. O Brasil é um País de acomodados.

Eu apresentei o Projeto de Lei, no início de 2012, nº 2, de 2012, no primeiro dia útil do ano. Eu queria que fosse o nº 1, foi o primeiro protocolado, mas, por um erro da secretaria, autuaram como nº 2, que é para a inclusão de disciplinas de cidadania moral e ética no ensino fundamental; ética social e política no ensino médio. Isso há dois anos. Por que fiz isso? Porque nós precisamos preparar um cidadão que saiba fazer uma leitura de jornal, interpretar o que é a opinião pública e o que é a opinião publicada, um cidadão que saiba os seus direitos e os seus deveres, saiba exigir, saiba votar e ser votado. Agora, só vamos conseguir isso, do jeito que está o Brasil, em gerações.

Eu pensava assim e, de repente, neste ano, fui tomado pela surpresa de que o cidadão brasileiro não é mais alienado ou não está alienado. Ele estava acomodado e, de repente, falou: "Não aguento mais porque é tudo muito mais caro no Brasil. O meu salário não é ruim". O cidadão pensa assim: "O meu salário hoje, mesmo que seja o salário mínimo, vale US$350, só que o poder de compra dele não é bom".

Os juros no Brasil ainda são muito altos e as prestações. Ele vai pegar o salário dele, 30% está em empréstimo consignado, mais 30% está na compra de uma casa, não sobra para ele. Por que não sobra? Porque o custo das coisas é barato. Você pega um celular como esse, olha que é feito na China, compra em Paris por 1/3 do que se paga num shopping em São Paulo, em Brasília, no Mato Grosso ou no Paraná. Então, há essa diferença toda que deixa o cidadão indignado e está também, meu caro Senador Jayme Campos, na ineficiência dos modais. Tudo isso empata. Está também na ineficiência da mobilidade urbana, porque a hora em que o cidadão levanta da sua casa às quatro da manhã para chegar às oito no trabalho, ficou quatro horas para conseguir chegar para trabalhar, Senador Ruben Figueiró, e não é diferente na volta, ele fala assim: "Eu passo mais tempo dentro de um transporte coletivo do que trabalhando, ou do que com minha família, ou do que dormindo". Então, precisamos rever alguns conceitos do que é realmente este País.

Qual é o nosso papel aqui no Congresso Nacional? O papel de trazer aqui nas Comissões de mérito as autoridades que fazem gerir este País e cobrar deles, Senador Jayme Campos, como V. Exª bem falou agora. E chegar a dizer... Eu vi aqui um Presidente de uma Comissão esses dias rasgando um documento,

na televisão, ao vivo, para todo o Brasil: "O cara me mandou uma coisa que é mentira." Esteve aqui e falou... me mandou outra... e nós temos que chamar a atenção, porque normalmente é o Poder Legislativo que o cidadão acha que não faz nada.

O cidadão brasileiro olha e diz: "Não, político é tudo vagabundo". Ao Legislativo, então, é ao cubo. Não estou generalizando para todos, mas normalmente é assim. Se você fizer uma pesquisa... E saiu agora, esses dias, na *Folha de S. Paulo,* uma pesquisa só com os paulistanos e eles fazem assim. Qual a credibilidade do Governo Federal? Poder Executivo caiu de 50 e poucos para 20 e poucos em dez anos. O Poder Judiciário caiu de 60 para 30 e alguma coisa, credibilidade. E do Legislativo, é o contrário, não fala em credibilidade, aqueles que não acreditavam no Poder Legislativo era 30 e foi para 70.

Veja só como é: a própria pesquisa induz a dizer que o Poder Legislativo é menor que os outros poderes. Então, temos que resgatar essa nossa dignidade e somos Parlamentares diretamente representantes do povo ou das nossas unidades federativas, e trazer para dentro das discussões a seriedade que o povo brasileiro quer. E a seriedade que o povo brasileiro quer, meu Presidente, é um custo de vida equiparável, porque o povo brasileiro sabe o quanto custa, no Paraguai, no Uruguai, na Argentina, na Europa ou nos Estados Unidos. Eles sabem quanto é o custo de vida, quanto custa um carro, um telefone e assim por diante. Ele quer equiparação e nós, Congressistas, temos o dever de fazer um pouco com que isso aconteça em algum momento no Brasil.

Muito obrigado, Sr. Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Acir Gurgacz. Bloco/PDT – RO) – Obrigado, Senador Sérgio Souza.

Coloquei no início da minha fala, Senadores Sérgio Souza, Figueiró, Jayme Campos e Eduardo Suplicy, que essa falta de investimento acontece há 30 anos. Não é uma coisa nova, não é uma coisa da Presidenta Dilma, do Presidente Lula, do Presidente Fernando Henrique Cardoso. É uma ação do Governo ao longo dos últimos 30 anos em que não houve investimentos em infraestrutura. E quando a população vai às ruas e diz que é preciso uma reforma política, é uma reforma dos investimentos do Brasil, não uma reforma eleitoral como se está pensando, como se está falando.

Não é uma questão de discutirmos o suplente do Senador, não é uma questão de coligação partidária. A população não quer discutir isso, a população quer discutir o investimento do Governo Federal em melhorias das ações do Governo para que isso venha a se reverter em qualidade de vida para a população brasileira. Essa é a verdadeira reforma política que a população quer.

Talvez passe por uma reforma eleitoral, talvez passe para dar uma peneirada, como diz o Senador Sérgio Souza, na classe política, tentar separar aqui o joio do trigo, talvez sim. Entendo que isso é necessário, com certeza é necessário. Mas a reforma política que a população quer é dos investimentos que o Brasil faz, que o Governo faz, tanto o Governo quanto nós Parlamentares, que indicamos os gastos através do orçamento que nos chega para votarmos, para discutirmos, debatermos, através da LDO, através dos relatórios setoriais, depois o relatório geral.

Enfim, é uma ação conjunta do Executivo com o Legislativo para que possamos atender a necessidade da população, lembrando apenas que não é uma questão momentânea. É um problema que já se arrasta há 30 anos e a população agora resolveu dar o seu recado.

O SR. EDUARDO SUPLICY (Bloco/PT – SP) – Sr. Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Acir Gurgacz. PDT – RO) – Com prazer, ouço o Senador Eduardo Suplicy.

O SR. JAYME CAMPOS (Bloco/DEM – MT) – Senador Suplicy, por favor, só um minuto para fazer um adendo aqui, se me permite, pois vou a uma reunião.

O SR. EDUARDO SUPLICY (Bloco/PT – SP) – Só vou fazer um convite a V. Exª.

O SR. JAYME CAMPOS (Bloco/DEM – MT) – Pois não.

O SR. EDUARDO SUPLICY (Bloco/PT – SP) – Relacionado ao que o Presidente Acir Gurgacz está nos falando sobre como se realizarão os investimentos na infraestrutura, na indústria, daqui a instantes, na Comissão de Relações Exteriores, teremos a presença do Ministro Fernando Pimentel, do Desenvolvimento, Indústria e Comércio Exterior, para nos falar sobre esse tema.

Então, só faço aqui um convite a todos.

O SR. JAYME CAMPOS (Bloco/DEM – MT) – Obrigado.

O SR. PRESIDENTE (Acir Gurgacz. PDT – RO) – Obrigado, Senador Suplicy.

Sr. Jayme, por favor, com a palavra.

O SR. JAYME CAMPOS (Bloco/DEM – MT) – Só quero fazer um adendo. V. Exª foi perfeito na medida em que o foco não é tanto a questão da reforma política, se é coligação, se tem suplente.

O SR. PRESIDENTE (Acir Gurgacz. PDT – RO) – Isso é reforma eleitoral, não é reforma política. Vamos separar as coisas.

O SR. JAYME CAMPOS (Bloco/DEM – MT) – Eleitoral. Então, o que pessoal quer, na verdade, é a solução para a questão da saúde, a questão do trans-

porte, a questão da mobilidade urbana, dos portos brasileiros, enfim, da educação, etc.

O Senador Sérgio fez um comentário em relação à nossa falta de competitividade. Se você vai ao Paraguai, você compra um telefone bem mais barato. Você vai a Paris, aos Estados Unidos, é bem mais barato. Aqui os nossos preços são caros. E vamos mais longe, Senador Sérgio.

Você sabe o que o Governo Federal está pleiteando? Cobrar IPVA de tratores. Todos os produtores rurais deste País vão ter que emplacar trator e pagar IPVA. Existe hoje um projeto já em curso para que não só tratores como também qualquer proprietário de aeronave neste País aqui tenha que pagar IPVA. Há uma proposta do Governo para arrecadar mais, pelo fato de ter feito alguma desoneração de PIS/Pasep, etc. Agora quer cobrar IPVA de trator e IPVA de avião. Você imagina, o cidadão anda numa aerovia, ou seja, lá em cima, vai ter que pagar IPVA. E o trator de pneu, que está nas propriedades rurais... É, São Pedro que deveria cobrar IPVA de avião. E cobrar também IPVA de trator.

Essa matéria não pode passar. Isso é um absurdo, um latrocínio contra os produtores rurais deste País, sobretudo pequenos produtores rurais, que têm um trator velho ou conseguiu com muita dificuldade, por financiamento através do Pronaf ou através dos bancos. E agora vão ter que pagar IPVA de trator de pneu, de trator de esteira. Isso é um escárnio, um absurdo. Essa é a proposta do Governo Federal, Senador Sérgio. Isso está nos jornais, está sendo anunciado. Pelo fato de o Governo estar fazendo algumas reduções da carga tributária de determinados setores, agora quer passar a cobrar IPVA para fazer a compensação daquilo que eventualmente está perdendo em termos de receita.

É um absurdo. Particularmente sou contra. Já quero manifestar aqui, de antemão...

O SR. SÉRGIO SOUZA (Bloco/PMDB – PR) – Mas o IPVA é um imposto estadual.

O SR. JAYME CAMPOS (Bloco/DEM – MT) – Mas a proposta é do Governo Federal, até porque quem controla o espaço aéreo brasileiro é o Governo Federal. Todas as taxas você paga para quem? Para Anac, para a aviação civil, quando é pouso e decolagem, você paga para a Infraero. Vai cobrar agora IPVA. E o trator de pneu vai ser cobrado via Governo Federal, para fazer uma compensação daquilo que eventualmente estiver perdendo com a redução de determinados fundos ou determinados impostos.

Talvez isso seja novidade para V. Exª, mas estou acompanhando faz dias. E essa matéria já foi publicada em alguns jornais de circulação nacional.

O SR. PRESIDENTE (Acir Gurgacz. PDT – RO) – Muito bem. Agradeço ao Senador Jayme.

Cabe a nós avaliarmos e acompanharmos esse projeto para que não deixemos que avance. Vamos interrompê-lo aqui, no Senado Federal, para que não avance essa questão do IPVA. Não estou preocupado com os aviões, mas com os tratores, sim. Aí é uma preocupação grande nossa e temos que estar atentos a essa questão.

Ontem, a *Folha de S. Paulo* trouxe uma reportagem que informa que o gasto da União com mobilidade é só um quarto da verba anunciada para o setor e fala da dificuldade em gastar os recursos de mobilidade. Apenas um quarto do que foi anunciado consegue-se, realmente, aplicar, em função da burocracia, e, muitas vezes, Senadores, burocracia criada no Parlamento. É bom que se diga que muitas dessas burocracias nascem aqui, no Parlamento. Algum Parlamentar traz uma ideia para fiscalizar, para acompanhar as obras, e tudo mais, aumentamos a burocracia e as coisas não andam, as coisas não acontecem. Dessa forma, nós temos um atraso grande na execução das nossas obras.

Com prazer, ouço o Senador Ruben Figueiró.

O SR. RUBEN FIGUEIRÓ (Bloco/PSDB – MS) – Sr. Presidente, eu apreciei muito essa reunião, foi altamente produtiva para todos nós. Eu ouvi duas vozes aqui. Uma, com aquela explosão natural do homem do campo, que é a do Senador Jayme Campos, e a outra voz, do intelectual, do homem ponderado também. Não obstante ser da Base do Governo, fez um discurso aqui de autêntico oposicionismo, com o qual eu me solidarizo integralmente, como me solidarizo com o Senador Jayme Campos.

Eu queria dizer a V. Exªs que, realmente, a política do Governo parece aquela política de Nero: pão e circo. Quer nos engambelar com essas medidas que se lançaram aí, como se nós estivéssemos vivendo numa outra situação. O que o povo quer é uma vida digna, ele procura vida digna, assim proclamou nas ruas.

Mas tenho um foco principal, Sr. Presidente. Quando o Senador Valdir Raupp nos explicou aqui qual é a via de transporte entre Rondônia e o Chile, mencionou um trajeto via Bolívia, até o Porto de Arica. Mas nós temos outra via que, se fosse explorada, seria muito menor, aliás, que a referida pelo Senador Jayme Campos, que é aquela através da Bacia Paraguai-Paraná. Os rios vitais ali são o Paraguai e o Paraná.

Eu quero dizer a V. Exªs – e vou fazê-lo rapidamente – que no ano de 1986, eu, Deputado Federal, levei uma sugestão ao Presidente Sarney, com base no encontro que eu tive, participando de uma delegação parlamentar brasileira, na antiga União Soviética, em que tive a oportunidade de sugerir ao governo soviético a recuperação do Rio Paraguai, o desassoreamento do Rio Paraguai, a partir de Cáceres até Palmira, lá no

Uruguai. Aquela obra, se fosse feita, permitiria hoje o tráfego de toda a produção de Rondônia, adentrando até Cáceres e, de Cáceres, embarcada até o Mar del Plata. Essa proposta foi aceita pelo Presidente Sarney, que encarregou o Ministro Rubens Ricupero de manter contato com as autoridades paraguaias. Sabe qual foi a resposta do governo paraguaio à época? Não negociamos com país comunista. Resultado: tudo paralisou.

Então, o problema não é só o brasileiro não. O problema é dos nossos coirmãos da Bolívia e do Paraguai. Estou citando isso porque, talvez, essa estrada que V. Exªs defendem, de Guajará-Mirim até Arica, tem algum dedo ideológico. É a conclusão a que chego.

O SR. PRESIDENTE (Acir Gurgacz. Bloco/PDT – RO) – Muito bem. Muito obrigado, Senador Figueiró, pelas suas colocações.

É importante que se diga, Senador Jayme, que nós temos que reconhecer o avanço que o Brasil teve com esse atual Governo, com o Governo da Presidenta Dilma; também o avanço que teve com o governo do Presidente Lula; e também o avanço que teve com o Presidente Fernando Henrique Cardoso. Houve uma sequência de governos. O que aconteceu é que há uma continuidade de ações muito parecidas.

Se nós olharmos a ação do Governo atual e a do governo anterior do PSDB, é um governo continuado, é um governo com pouca diferença de atuação, Senador Jayme. Isso é um fato, nós não podemos negar.

Houve avanços grandes, tanto em um governo quanto em outro governo, mas a burocracia não diminuiu, a burocracia continuou igual e com ascendência, dentro da proporção que houve nos últimos 30 anos no nosso País.

Então, nós temos que repensar essa questão política nacional, sem deixar de reconhecer os avanços que houve e o trabalho positivo que faz a nossa Presidenta Dilma, neste momento, com projetos novos, com ideias novas de PPPs para rodovias, ferrovias, no setor elétrico, no setor de comunicações. É realmente um momento diferente que nós estamos vivendo para que a população e para que a iniciativa privada possam investir nessas questões meramente públicas, mas que precisam da atuação da iniciativa privada porque entendemos nós, também – todos entendemos –, que a capacidade de investimento e de gerenciamento da iniciativa privada é muito mais eficiente do que a pública. Não só hoje, mas há muito tempo nós falamos sobre isso. E a necessidade de termos através da iniciativa privada não somente investimentos, mas gerenciamento, dessa forma trazendo uma melhoria de qualidade de vida para a população brasileira.

Ouço com prazer o Senador Jayme Campos.

O SR. JAYME CAMPOS (Bloco/DEM – MT) – V. Exª tem toda a razão, Senador Acir Gurgacz. O Brasil precisa ter segurança jurídica também, pelo fato de que se afugentaram os investimentos até privados, haja vista, Senador Ruben, que o setor elétrico brasileiro vinha num avanço enorme, sobretudo com participação de grupos empresariais internacionais que estão investindo aqui.

Entretanto, depois da nova regulamentação feita pela Presidente da República, afugentaram-se investimentos, e o Governo Federal, os governos estaduais são impotentes para resolver as demandas que estão reprimidas.

Agora, quando se abre a participação do setor privado nos investimentos em determinados setores, como é o caso de rodovias, como é o caso dos aeroportos, a coisa vai acontecer. Para onde você vai e foram licitadas as obras de PPPs nos aeroportos, porque estou acompanhando, como em Guarulhos, aqui em Brasília mesmo, lá no Mato Grosso – lá ainda é recurso próprio –, a coisa está acontecendo.

Se nós não tivermos essa visão de que nós temos que chamar o setor privado para participar desses grandes investimentos, nós vamos continuar sempre pequenos e não vamos acompanhar a demanda reprimida dos problemas que nós temos no País, pelo fato de que o Governo tem pouco ou quase nada para investimento.

Se você olhar, sabe quanto foi investido do Ministério dos Transportes dos R$18,6 bilhões até agora? Dos R$18,6 bilhões, no ano de 2013, foram investidos até a semana passada R$3,6 bilhões, ou seja, não se investiram nem 20% praticamente. E o ano está acabando. Nós já estamos no mês de julho, Senador Acir Gurgacz. V. Exª foi feliz quando falou sobre a questão dos entraves, da burocracia.

Hoje, você tem que se sujeitar – desde os tribunais de contas, AGU, CGU, etc. E a coisa não acontece no Brasil. A coisa é muito lenta, muito devagar. E nós aqui temos o papel, naturalmente, de destravar essa burocracia. Nós temos a obrigação. O Congresso Nacional é que faz as leis. Para tanto, nós temos que tomar algumas providências. Caso contrário, nós vamos continuar nesse mesmo marasmo que estamos vivenciando.

Onde é que está havendo a participação do Governo Federal? No setor privado está acontecendo. Em Mato Grosso, particularmente, Senador Ruben, existem algumas obras em ritmo acelerado. As usinas ao longo do Rio Juruena, ao longo do Rio Teles Pires, agora, vão produzir energia em abundância, mas com um fato inusitado. Por incrível que pareça, essa energia está sendo transportada em linha de transmissão para

outros grandes centros consumidores e está deixando de abastecer o Mato Grosso, em algum ponto estratégico, porque não há ainda as linhas alimentadoras ou rebaixadoras para atender a algumas demandas que existem hoje.

Na semana passada, estiveram alguns prefeitos comigo, que me perguntaram: "Senador, nós não estamos entendendo. Nós estamos em Itaporá, que é uma cidade ao longo da BR–163, próspera, crescendo, e não há energia". Para melhorar o quê? A agroindústria, a transformação da produção, que é gigantesca lá, pelo fato de que é transportada e não fica dentro do mercado interno.

E o Governo brasileiro também. A carga tributária é excessiva. V. Exª é empresário e sabe. Dando apenas um exemplo aqui, como é no Pará, sabe quanto é cobrado por dentro quando você paga energia elétrica no Mato Grosso? Você paga por dentro 42% de ICMS. Telefone, 42%. O senhor sabe quanto é cobrado do etanol no Estado? Vinte e cinco por cento de ICMS. Óleo diesel, 17%. Cabe imposto. Por isso, onera tudo.

Quando o senhor pondera aqui dos coitados dos caminhoneiros deste Brasil, eu digo coitados porque, no Brasil – eu sou empresário, lido com muitos motoristas da área lá, que atendem a demanda da nossa empresa lá –, muito mal e porcamente um caminhoneiro consegue sobreviver, pessoalmente ou com a família, e, de vez em quando, fazer uma pequena reforma nos seus caminhões.

O Brasil é detentor de uma das maiores frotas de caminhões velhos do mundo, porque o cidadão não tem como renovar, ou seja, comprar um novo caminhão, pelo fato da remuneração paga. Quando ele faz essa manifestação, é justo. Eles não têm nem lugar de descanso. O índice de assalto aos caminhoneiros neste Brasil é enorme, Senador Acir Gurgacz. O senhor não imagina quantos assaltos acontecem todos os dias nas rodovias brasileiras, seja estadual ou federal. Então, eles têm toda razão de manifestar da forma como estão manifestando, não atrapalhando, é evidente, aqueles que querem ir e vir, sobretudo alguns serviços essenciais, mas têm toda razão de manifestar, solicitando que o Governo Federal reveja a política que hoje, lamentavelmente, é praticada em relação ao transporte de carga em nosso Brasil. Setenta e tantos por cento da nossa produção nacional são transportadas pelo transporte em cima de pneus. E isso tem acontecido... Na época da safra, agora, o senhor viu o que aconteceu: inflou-se, chegou-se a cobrar 130% a mais do que era praticado no mercado. Acabou-se a safra, diminuiu o preço. Por quê? Foi o momento que ele teve para tentar recuperar o perdido lá atrás.

Esse é um ponto de vista que tenho. Eu conheço parte do setor e vejo as dificuldades muito grandes que vivenciam, com certeza, os transportadores, particularmente os motoristas que trafegam nas rodovias federais ou estaduais deste imenso País.

O SR. PRESIDENTE (Acir Gurgacz. Bloco/PDT – RO) – Muito obrigado, Senador Jayme Campos.

Eu agradeço aos Senadores que proporcionaram a todos nós um debate de alto nível. A Comissão tinha apenas dois requerimentos, mas pudemos fazer um bom debate com a Senadora Ana Amélia e os Senadores que participaram da nossa audiência, dos nossos trabalhos na Comissão de Agricultura e Reforma Agrária.

Não havendo mais nada a tratar, declaro encerrada esta reunião.

Muito obrigado a todos os Senadores.

(Iniciada às 8 horas e 33 minutos, a reunião é encerrada às 10 horas e 04 minutos.)

SUBSECRETARIA DE APOIO ÀS COMISSÕES PERMANENTES

COMISSÃO DE AGRICULTURA E REFORMA AGRÁRIA

ATA DA 16ª REUNIÃO (EXTRAORDINÁRIA) DA COMISSÃO DE AGRICULTURA E REFORMA AGRÁRIA, DA 3ª SESSÃO LEGISLATIVA ORDINÁRIA, DA 54ª LEGISLATURA, REALIZADA DIA 8 DE AGOSTO DE 2013.

Às oito horas e trinta minutos do dia oito de agosto de dois mil e treze, na Ala Senador Alexandre Costa, Plenário nº 15, Anexo II, Senado Federal, sob a Presidência do Senador **BENEDITO DE LIRA**, reúne-se a Comissão de Agricultura e Reforma Agrária, com a presença dos seguintes Senadores: **EDUARDO SUPLICY, CLÉSIO ANDRADE, SÉRGIO SOUZA, CASILDO MALDANER, ANA AMÉLIA, KÁTIA ABREU, CYRO MIRANDA, RUBEN FIGUEIRÓ, JAYME CAMPOS, FLEXA RIBEIRO E CÍCERO LUCENA**. Deixam de comparecer os Senhores Senadores Delcídio do Amaral, Zeze Perrella, Acir Gurgacz, Ivo Cassol, Waldemir Moka e Gim. O Senador Antonio Russo entrou de licença por 180 dias, a partir de 22.01.2013, nos termos do art. 43, inciso I, do Regimento Interno, conforme Requerimento nº 1/2013, aprovado no dia 30.01.2013, prorrogada por 90 dias a partir de 21.07.2013, conforme Requerimento nº 832/2013, aprovado no dia 16.07.2013. Havendo número regimental, é declarada aberta a reunião, dispensando-se a leitura da Ata da reunião anterior, que é dada como aprovada. O Senador Benedito de Lira comunica o recebimento de respostas do Ministro de

Estado da Fazenda, Sr. Guido Mantega, do Presidente do Banco Central do Brasil, Sr. Alexandre Tombini, e do Advogado-Geral da União, Sr. **Luís Inácio Lucena Adams**, aos Requerimentos de Informações (RQS) nº 1152, 1153 e 1154, de 2012, respectivamente, e do Ministro de Estado da Agricultura, Pecuária e Abastecimento, Sr Antônio Andrade, ao Requerimento de Informações (RQS) nº 310, de 2013. O Senhor Presidente informa que a presente reunião se destina à Audiência Pública, em cumprimento ao Requerimento nº 7, de 2013, de autoria da Senadora Ana Amélia e do Senador Jayme Campos, com a finalidade de discutir a concentração do mercado de sementes no Brasil, com a presença dos seguintes convidados: **Sr. Pedro Lyra –** Chefe de Gabinete da Superintendência Geral do Conselho Administrativo de Defesa Econômica – **CADE** (representante de: Sr. Vinícius Marques de Carvalho); **Sr. Márcio Santos –** Diretor de Gerenciamento de Produto da Monsanto do Brasil – **MONSANTO/ BRASIL** (representante de: Sr. Rodrigo Santos); **Sr. Maurício Antônio Lopes –** Presidente da Empresa Brasileira de Pesquisa Agropecuária – **EMBRAPA**; **Sr. Reginaldo Minaré –** Assessor da Presidência da Confederação da Agricultura e Pecuária do Brasil – **CNA** (representante de: Senadora Kátia Abreu); **Sr. Décio Lauri Sieb –** Assessor da Secretaria de Política Agrícola da Confederação Nacional dos Trabalhadores na Agricultura – **CONTAG** (representante de: Sr. Alberto Ercílio Broch); **Sr. Paulo Eduardo de Campante Santos –** Assessor da Diretoria da Associação Brasileira de Sementes e Mudas – **ABRASEM** (representante de: Sr. Narciso Barison Neto). Após a exposição dos Senhores convidados, fazem uso da palavra para tecer comentário sobre os assuntos abordados, as Senhoras e os Senhores Senadores Ana Amélia, Jayme Campos, Eduardo Suplicy, Kátia Abreu, Blairo Maggi e Benedito de Lira. Nada mais havendo a tratar, encerra-se a reunião às onze horas e cinquenta minutos, lavrando eu, Marcello Varella, Secretário da Comissão de Agricultura e Reforma Agrária, a presente Ata que, lida e aprovada, será assinada pelo Senhor Presidente e publicada no Diário do Senado Federal, juntamente com a íntegra das notas taquigráficas.

Senador **Benedito de Lira,** Presidente da CRA

(Texto com revisão.)

O SR. PRESIDENTE (Benedito de Lira. Bloco Maioria/PP – AL) – Declaro aberta a 16ª Reunião da Comissão de Agricultura e Reforma Agrária, do Senado Federal, da 3ª Sessão Legislativa da 54ª Legislatura.

Requeiro a dispensa da leitura da Ata da reunião anterior, que, com anuência do Plenário, é dada como aprovada.

Antes de iniciarmos os nossos trabalhos, comunico à Comissão o recebimento das seguintes respostas a requerimentos de informações aprovados por esta Comissão:

Aviso nº 192, do Ministério da Fazenda.

O Exmº Sr. Ministro de Estado da Fazenda, Guido Mantega, encaminha memorando elaborado pela Secretaria do Tesouro Nacional e Procuradoria-Geral da Fazenda Nacional, em resposta ao Requerimento de Informações nº 37, de 2012, desta Comissão; a Requerimento nº 1.152, de 2012, que trata do Acórdão do Tribunal de Contas da União, o qual determinou à Secretaria do Tesouro Nacional o início da inscrição no cadastro de crédito de inadimplentes, cadastro informativo de créditos não quitados do setor público (Cadin), de todos os inadimplentes por multas aplicadas pelo Tribunal, relativamente às sanções impostas até a data da publicação da nova decisão normativa pelo TCU, no prazo de 30 dias da ciência do acórdão.

Aviso nº 79, subscrito pelo Presidente do Banco Central do Brasil, Alexandre Tombini, o qual encaminha respostas elaboradas pelo Diretor de Fiscalização do Banco Central sobre a inscrição no Cadastro Informativo de créditos não quitados do Setor Público.

Da mesma forma, Ofício nº 94, da AGU, subscrito pelo Advogado-Geral da União, por Fernando Luiz Albuquerque Faria, o qual encaminha informações referentes ao Requerimento nº 39, de 2012, da CRA, e o Requerimento nº 1.154, de 2012, também sobre a inscrição no Cadastro informativo de créditos.

Ofício nº 362, de 2013, do Ministério da Agricultura, subscrito pelo Ministro de Estado da Agricultura, Pecuária e Abastecimento, Antônio Andrade, o qual encaminha informações elaboradas pela Empresa Brasileira de Pesquisas Agropecuárias (Embrapa), sobre terras indígenas, referente ao Requerimento nº 15, de 2013.

Comunico que esta Presidência encaminhará os expedientes lidos aos gabinetes dos membros desta Comissão de Agricultura e Reforma Agrária.

Srs. Senadores, esta reunião destina-se à audiência pública, em cumprimento ao Requerimento nº 7, de 2013, de autoria da Senadora Ana Amélia e do Senador Jayme Campos, que tem por finalidade, nos termos do disposto no art. 93, inciso II, do Regimento Interno do Senado Federal, a realização de audiência pública para discutir a concentração do mercado de sementes no Brasil, com a presença dos seguintes convidados:

Dr. Maurício Antônio Lopes, Presidente da Empresa Brasileira de Pesquisa Agropecuária (Embrapa); – à proporção que eu for anunciando, eu gostaria que o anunciado tomasse assento à mesa –; Sr. Pedro Lyra,

Chefe de Gabinete da Superintendência-Geral do Conselho Administrativo de Defesa Econômica (Cade); Sr. Márcio Santos, Diretor de Gerenciamento de Produtos da Monsanto no Brasil; Sr. Reginaldo Minaré, Assessor da Presidência da Confederação da Agricultura e Pecuária do Brasil; o Sr. Décio Lauri Sieb, Assessor da Secretaria de Política Agrícola da Confederação Nacional dos Trabalhadores na Agricultura (Contag); Sr. Eduardo de Campante Santos, Assessor do Diretor da Associação Brasileira de Sementes e Mudas (Abrasem).

Eu perguntaria, em primeiro lugar, se os Senadores subscritores do presente requerimento desejam fazer qualquer tipo de manifestação antes que os nossos convidados façam suas respectivas exposições.

A SRª ANA AMÉLIA (Bloco Maioria/PP – RS) – Pela ordem.

O SR. PRESIDENTE (Benedito de Lira. Bloco Maioria/PP – AL) – Pois não. Um momentinho, Senadora.

Gostaria também de informar que, para cada um, uma média de 20 minutos está bom.

A SRª ANA AMÉLIA (Bloco Maioria/PP – RS) – Acho que 10 minutos.

O SR. JAYME CAMPOS (Bloco Minoria/DEM – MT. *Fora do microfone.*) – É muito, Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Benedito de Lira. Bloco Maioria/PP – AL) – É muito?

A SRª ANA AMÉLIA (Bloco Maioria/PP – RS) – É.

O SR. JAYME CAMPOS (Bloco Minoria/DEM – MT. *Fora do microfone.*) – Quinze está de bom tamanho. Está faltando a Kátia ainda.

O SR. PRESIDENTE (Benedito de Lira. Bloco Maioria/PP – AL) – Tudo bem, 15. Se for necessário daremos mais alguns minutos de prorrogação. Dá para fazer a exposição, Presidente? Prorrogação por mais alguns minutos para concluir, logicamente, suas exposições.

Concedo a palavra à Senadora Ana Amélia, por favor.

A SRª ANA AMÉLIA (Bloco Maioria/PP – RS) – Quero aproveitar a oportunidade, Presidente Benedito de Lira, para, como autora do requerimento, agradecer imensamente a presença de todos os palestrantes, especialmente do Dr. Maurício Lopes, Presidente da Embrapa, e dos demais. Por intermédio dele, agradeço a presença de todos os representantes das entidades e das empresas que aqui comparecem nesta audiência pública. Ela é decorrente de demanda vinda do setor produtivo da agropecuária brasileira, especialmente do setor da produção agrícola, em especial da produção de sementes.

Então, agradeço antecipadamente, como requerente desta audiência pública. Agradeço a iniciativa de V. Exª, como Presidente, por ter agendado para esta manhã este debate.

Muito obrigada.

O SR. PRESIDENTE (Benedito de Lira. Bloco Maioria/PP – AL) – Com a palavra o Senador Jayme Campos para breve comunicação.

O SR. JAYME CAMPOS (Bloco Minoria/DEM – MT) – Sr. Presidente, senhoras e senhores convidados, apenas quero me associar às palavras da ilustre e valorosa Senadora Ana Amélia. Esta audiência é meritória pelo fato de que teremos a oportunidade ímpar de esclarecer, com certeza, alguns questionamentos, sobretudo algumas demandas que o setor da agricultura e da agropecuária brasileira têm.

Cumprimento V. Exª e espero que esta audiência seja proveitosa e sobretudo esclarecedora em relação aos pontos sobre os quais todos nós, Senadores, teremos oportunidade de fazer as nossas indagações.

Muito obrigado.

A SRª ANA AMÉLIA (Bloco Maioria/PP – RS) – Presidente, um adendo ainda de V. Exª. Um dos idealizadores e inspiradores desta iniciativa foi o Deputado Federal do meu Partido, do nosso Partido, com muita honra, Presidente Benedito de Lira, Luiz Carlos Heinze. Ele sofreu um acidente automobilístico, teve que fazer uma cirurgia na mão e no braço, está ainda em licença médica por conta desse acidente. Esse é o motivo, imagino, da ausência do Deputado Luiz Carlos Heinze neste debate.

Então, faço questão de fazer a justificativa.

Obrigada.

O SR. PRESIDENTE (Benedito de Lira. Bloco Maioria/PP – AL) – Iniciando nosso debate, concedo a palavra, em primeiro lugar, para o Sr. Maurício Antônio Lopes, Presidente da Embrapa.

Com a palavra, Dr. Maurício.

O SR. MAURÍCIO ANTÔNIO LOPES – Bom dia a todos e a todas, cumprimento o Senador Benedito de Lira, Presidente da Comissão de Agricultura e Reforma Agrária do Senado; cumprimento também a Senadora Ana Amélia e o Senador Jayme Campos, que são autores do requerimento para esta audiência pública que discute a concentração no mercado de sementes do Brasil. Também cumprimento os colegas do Cade, da Monsanto, da CNA, da Contag, da Abrasem aqui presentes neste debate.

Senador Benedito de Lira, eu gostaria de fazer uma apresentação bastante rápida com alguns eslaides, porque acho que nos facilita transmitir mensagem de maneira mais objetiva.

Eu gostaria de inicialmente falar algumas palavras sobre a importância desse segmento de genéti-

ca, de melhoramento da indústria de sementes para a agricultura brasileira.

Eu sempre gosto de mostrar esse eslaide quando me perguntam quais foram os grandes avanços que permitiram essa revolução fantástica que aconteceu na agricultura brasileira nos últimos 40 anos. Costumo dizer que são três grandes avanços: o Brasil conseguiu transformar grandes extensões de solos pobres e ácidos em solos férteis; o Brasil conseguiu acessar recursos genéticos das mais variadas partes do mundo; e, através da genética, do melhoramento e da sua indústria de sementes, conseguiu criar uma base extremamente eficiente de cultivares, de tropicalização de cultivos. Além disso, o Brasil conseguiu desenvolver uma plataforma de práticas sustentáveis com uma fixação biológica de nitrogênio, o plantio direto e, mais recentemente, a integração lavoura-pecuária-floresta. Aqui está a base dessa grande revolução que o País construiu nos últimos 40 anos.

Em genética e melhoramento, vejam somente o impacto da tropicalização de cultivos, a tropicalização da soja, que, nos anos 60, estava concentrada só na parte sul do País por ser uma espécie de clima temperado, e rapidamente ela se expandiu por todo o País, tornando o Brasil um grande produtor, um grande exportador dessa oleaginosa.

O milho, que, nos anos 60, no Brasil, tinha três metros de altura. Vejam lá onde estava a espiga do milho nos anos 60, 70. Também com grande esforço de genética, de melhoramento, importação de recursos genéticos e tropicalização do milho, hoje nós temos o milho mais moderno do mundo, competindo com o milho produzido em qualquer outra parte do Planeta.

A maçã. O Brasil era importador de maçã nos anos 60, 70, e nós nos tornamos rapidamente grandes exportadores graças a um trabalho extremamente eficiente de desenvolvimento de novos recursos genéticos e melhoramento genético.

O café, com resistência a doenças, plantas mais adequadas, mais adaptadas; e um sem-número de outras espécies, como a uva, o guaraná, a mandioca, uma espécie tão simbólica para o Brasil, e o algodão colorido, produtos bastantes inusitados da nossa agricultura.

Então, a primeira coisa que eu gostaria de dizer, a primeira mensagem que eu deixo aqui para este debate é que, quando falamos na indústria de sementes e quando falamos nesse mercado, nós costumamos falar em algodão, arroz, milho, trigo, soja. Na verdade, esse segmento no Brasil vai muito além dessas *commodities*. Somente a Embrapa tem 80 programas de melhoramento genético. Eu listo todos eles aqui: cenoura, centeio, melancia, melão.

O setor público, as universidades, os institutos de pesquisa têm um papel absolutamente fundamental em garantir o avanço brasileiro nas mais variadas culturas. Somente de hortifruti, nós temos 70 espécies no Brasil.

Então, primeiro ponto: não podemos concentrar só na discussão de milho, soja e algodão, que são as grandes *commodities*, o grande peso da agricultura brasileira, mas temos que lançar um olhar mais inteligente para a indústria de sementes no Brasil, imaginando esse conjunto muito amplo de espécies e de cultivo que estão na base do agronegócio no Brasil e da agricultura brasileira. Essa é a minha primeira mensagem, Senador Benedito de Lira.

O mercado de sementes, então, vai muito além dessas *commodities*. É fundamental a gente pensar como esse mercado evolui, como a gente cria um balanço entre o público e o privado, porque muitas dessas espécies dificilmente serão tratadas pelo setor privado. São espécies com menor valor no mercado, menor valor agregado. Se nós não tivermos universidades, institutos públicos operando com eficiência, certamente a nossa agricultura não será atendida do ponto de vista de nova genética, novos cultivares.

Mas nós temos também que lançar um olhar inteligente para as mudanças que estão acontecendo nesse mercado e que são substanciais. Eu tento localizá-las aqui em três dimensões, as grandes mudanças que nós observamos no chamado mercado de sementes e no mercado de genética e cultivares nos últimos 10, 15 anos.

Nós tivemos uma mudança drástica no arcabouço legal que está relacionado a esse mercado; nós tivemos uma mudança tecnológica extrema nos últimos 10, 15, 20 anos; e nós tivemos uma mudança muito drástica também nas estratégias mercadológicas, na maneira como as empresas operam nesse mercado. Eu gostaria de falar muito rapidamente das mudanças nessas três dimensões que afetaram tremendamente o mercado de cultivares e o mercado de sementes no Brasil.

Do ponto de vista do arcabouço legal, tivemos no final da década de 90 a aprovação da nova lei de patentes no Brasil, aprovação da lei de proteção de cultivares, a lei de biossegurança que, depois, foi revisada em 2005. Esse novo arcabouço legal teve um impacto muito grande na conformação do mercado de sementes no Brasil.

Tivemos, também, com o advento da nova biotecnologia, os transgênicos, as novas ferramentas da biologia moderna, o surgimento do mercado das cultivares transgênicas, que trouxeram uma quebra de paradigma para esse mercado, trouxeram uma mudança no comportamento das empresas e na conformação dos diversos atores que operam nesse mercado.

A combinação entre os dois primeiros fatores, a mudança no arcabouço legal e a mudança tecnológica geraram também uma mudança nas estratégias mercadológicas. Nós tivemos um processo muito forte de incorporação de empresas nas últimas duas décadas – isso é no mundo, não estou falando no Brasil. Houve um processo de incorporação extremamente forte em todo o mundo, isso não foi diferente no Brasil. Esse processo está muito centrado em aquisição e proteção de conhecimento, a chamada propriedade intelectual, e também uma mudança mercadológica, em que esse mercado começou a operar na lógica da integração vertical, na integração de soluções.

Quando falo em integração vertical – estou falando para as pessoas entenderem com facilidade –, é algo como se fosse um pacote da Microsoft. Quando você compra um pacote da Microsoft, você compra o Word, o PowerPoint, o Excel, vem tudo junto. Então, se você comprou um, vai acabar usando os outros. Essa é mais ou menos a lógica da integração vertical que se usa nesse mercado e em outros mercados.

Um ponto importante para discussão também é que os altos custos do processo de desregulamentação e viabilização comercial de produtos da transgenia, os chamados transgênicos, tendem a manter um pequeno número de empresas nos mercados que são intensivos nessas tecnologias. E a razão é simples, é o custo de desregulamentação, o custo de desenvolvimento dessas tecnologias é extremamente alto. Obviamente, permanecerão no mercado aquelas empresas que têm a capacidade econômica, que têm a estrutura, que têm o modelo de negócio que comporta esses custos e essa complexidade.

A indústria tende a proteger as suas invenções. Ela tem que protegê-las.É natural que as grandes empresas que fazem grandes investimentos lancem mão de estratégias para proteger o seu investimento e para garantir o retorno a esse investimento, e elas usam praticamente dois modelos de proteção: um modelo fortemente centrado em proteção da propriedade intelectual, com a combinação de proteção de cultivares e patentes, e também usa uma estrutura contratual baseada na integração vertical. E essa combinação permite a essas empresas buscarem o retorno para o seu investimento. Não há absolutamente nada errado com isso. As empresas estão absolutamente certas em buscar mecanismos que garantam a ela o retorno do grande investimento que fazem.

Acho importante também trazer para essa discussão, Senadora Ana Amélia, uma estratégia que as grandes corporações têm usado para aumentar a meia vida das suas tecnologias. Elas têm trabalhado muito em associação. As grandes *players* desse mercado, as grandes empresas têm lançado mão dessas estratégias de licenças cruzadas. Elas desenvolvem uma tecnologia, licenciam muitas vezes para o seu concorrente. Empresas que estão em litígio por causa de uma determinada questão estão colaborando e cooperando no mercado. Aqui é um caso típico de "*coopetition*", empresas que estão ao mesmo tempo cooperando e competindo. Então isso está se tornando muito comum nesse mercado.

Essa é uma forma de as empresas protegerem o capital intelectual que têm, a proteção intelectual que têm, e criarem um novo mecanismo de relacionamento entre os competidores. Obviamente isso faz também com que se torne um pouco mais difícil para outros atores entrarem e participarem nesse mercado, porque aqui é um jogo de atores pesados, com uma capacidade econômica muito forte.

Então essa realidade tem um peso na forma como esse mercado se configura e na forma como esse mercado evolui.

Um pouquinho de preocupações para o futuro. Acho que são questões importantes para trazer aqui para essa discussão.

Nos mercados dinâmicos das grandes *commodities* – aqui estou falando de soja, algodão e milho – há uma tendência, por tudo isso que eu tentei mostrar aqui, rapidamente, em alguns eslaides, de concentração em um pequeno número de corporações, que são aquelas que têm capacidade de lidar com a escala de investimentos, os modelos de negócios dominantes, que são intensivos em propriedade intelectual e intensivos em integração vertical. Não é toda empresa que consegue transitar nesse ambiente. Então, há uma tendência natural de concentração.

O equilíbrio público privado, que é importante nesse mercado, nesse segmento de genética, de recursos genéticos, de melhoramento, fica comprometido, obviamente. Há o rápido desaparecimento de pequenas e médias empresas e de algumas grandes empresas. Estamos falando aqui do desaparecimento de grandes corporações nesse processo de integração. Por exemplo, a Agroceres, uma empresa tradicional do Brasil, desapareceu nesse processo. Então, há empresas de sementes em todo o mundo se tornando rarefeitas no mercado. O elo entre o setor público e o setor privado se enfraqueceu e, muitas vezes, desapareceu.

É importante lembrarmos aqui o seguinte: empresas públicas não levam as suas cultivares diretamente ao mercado. A Embrapa não comercializa sementes. A Embrapa comercializa genética, licencia seus ativos para empresas privadas, que, aí sim, os levam ao mercado.

Quando empresas privadas desaparecem ou quando o mercado se torna muito rarefeito, o setor público perde o seu elo com o setor produtivo. Esse é um fato que está ocorrendo não só no Brasil, mas também está acontecendo em várias outras partes do mundo.

Esse equilíbrio público privado comprometido é uma preocupação que temos que colocar no nosso radar. São enormes os desafios para implementação, no âmbito do setor público, de modelos de negócios compatíveis com a dinâmica, com a competitividade desse novo mercado de sementes. Quando nós temos um mercado rarefeito, com poucas empresas e/ou pouca ou nenhuma presença do Estado, nós, então, produzimos vulnerabilidades.

(*Soa a campainha.*)

O SR. MAURÍCIO ANTÔNIO LOPES – Eu já vou terminando.

E temos que lembrar o seguinte: o Brasil é um País complexo, diverso, plural. Por consequência, a nossa agricultura é complexa, diversa e plural. Manter a diversidade de alternativas é absolutamente necessário para uma agricultura como a nossa. Há o risco, por exemplo, de redução e eventual eliminação na oferta de materiais genéticos, que são importantes para uma agricultura que ainda está em transição.

Eu mostro esse mapa aqui, da produtividade do milho no Brasil. A produtividade média, hoje, é em torno de quatro mil quilos por hectare, e nós temos áreas que produzem oito, dez, doze toneladas. Então, há um espaço enorme ainda para avanço, para transição dos agricultores de uma situação ainda de baixo uso tecnológico para alto uso tecnológico. Nós temos que ter muitas alternativas, uma grande oferta de soluções tecnológicas que atendam todo esse grupo de agricultores.

E temos também mercados novos: o mercado de orgânicos, os agroecológicos, mercados alternativos. Seria importante ter escolhas para esses demandantes. A retirada do setor público aqui pode levar a vulnerabilidades, e eu cito algumas. Programas públicos, usualmente, investem em pesquisa de maior risco, de médio e longo prazo, procuram antever e responder a oportunidades, a desafios que estão, muitas vezes, longe no tempo cinco, dez, quinze anos adiante.

Eu cito aqui mudanças climáticas, segurança biológica, melhoramento preventivo. Nós temos que começar a fazer melhoramento genético, agora, para pragas que podem chegar ao Brasil, em cinco, dez, quinze anos adiante. O setor privado, dificilmente, vai fazer esse investimento. Nós temos que garantir que um setor público bem organizado e eficiente esteja antevendo riscos e novas oportunidades e trabalhando na busca de alternativas, para que tenhamos respostas quando esses problemas chegarem.

Que alternativas nós temos? Quando o mercado é pouco desenvolvido, nós temos que pensar políticas públicas para desenvolvê-lo. E quando o mercado acumula distorções, nós temos que pensar políticas públicas para modular esse mercado.

Eu não estou aqui criticando as empresas. Eu acho que as empresas são extremamente importantes para o Brasil. As grandes corporações são extremamente importantes, trouxeram contribuições fundamentais para o avanço da agricultura brasileira. A questão aqui é de balanço, é de equilíbrio. Eu acho que não seria interessante para ninguém ter uma situação de grande concentração num segmento que é tão importante e tão crítico para a agricultura brasileira, que se tornou pilar da nossa economia. Nós temos que pensar em alternativas como essa que a Embrapa está buscando desenvolver.

Nós iniciamos, agora, um empreendimento com a Unicamp para desenvolver no Brasil o autóctone de um *pipeline* de desenvolvimento de ativos de base biológica, novos genes, novos promotores, que vão dar condições ao Brasil de ser um *player* nessa área de desenvolvimento tecnológico, da biologia moderna, da moderna biotecnologia. E a Embrapa também está buscando lançar mão de novos mecanismos. Exemplo disso é Projeto de Lei do Senado nº222, que nos permite criar a Embrapatec, uma subsidiária integral da Embrapa, para que ela possa operar nesses mercados, muito dinâmicos e muito competitivos, com maior grau de liberdade, com maior eficiência. Assim, poderemos trabalhar em inovação aberta com as grandes empresas, dialogando de igual para igual, e poderemos lidar com modelos complexos de contratos, propriedade intelectual.

O setor público precisa lançar mão desses novos mecanismos, precisa aprimorar os seus mecanismos, se quisermos ter um setor público funcional, competitivo, dando contribuições para que o Brasil tenha uma situação, digamos, mais equilibrada nesse segmento extremamente fundamental para o futuro da agricultura brasileira.

A minha mensagem aqui é que, sim, as grandes corporações são importantes, os avanços da biotecnologia são extremamente importantes, mas nós temos de trabalhar equilíbrios e balanços, porque isso também é importante para o futuro da agricultura brasileira.

Quero de novo agradecer a oportunidade, Senador, de participar dessa importante discussão no dia de hoje.

Muito obrigado.

O SR. PRESIDENTE (Benedito de Lira. Bloco Maioria/PP – AL) – Agradecemos ao Dr. Maurício pela sua concepção e excelente exposição.

Dando sequência ...

A SRª ANA AMÉLIA (Bloco Maioria/PP – RS) – Presidente, eu só não deixaria passar, como requerente, ao destacar a excelência da exposição do Dr. Maurício, que o Dr. Maurício por duas vezes falou que temos de dar um olhar mais inteligente sobre o panorama genético das cultivares e das sementes, dizendo que não precisamos nos concentrar em milho, soja e algodão, que são as *commodities* de peso na economia.

A brincadeira que não posso deixar de fazer: foi pouco inteligente chamá-los aqui para tratar dessa questão, Dr. Maurício, porque penso que a exposição que V. Sª fez abriu um entendimento melhor sobre o assunto. Abriu sim. Então, espero que o motivo não tenha sido pouco inteligente.

O SR. MAURÍCIO ANTÔNIO LOPES – Não, absolutamente não, Senadora. Se foi essa a impressão que eu passei, esclareço que não foi absolutamente a minha intenção dizer que a ideia do debate é pouco inteligente. O que eu quis dizer, na verdade, é que o debate, hoje, não só no Brasil, mas no mundo como um todo, está muito centrado em algumas poucas opções, em algumas poucas *commodities.* Muito centrado aí.

Sempre que discutimos esse assunto, vem à tona a questão da moderna biotecnologia, das grandes *commodities*, e, na minha visão, esse não é o caminho mais inteligente de se tratar a questão. Temos de lançar um olhar mais amplo a todo esse segmento, olhar recurso genético, biotecnologia, melhoramento genético, numa visão mais ampla desse segmento. Mas, por favor, não entenda que eu tenha caracterizado este debate aqui como um debate pouco inteligente ou uma ideia pouco inteligente.

A SRª ANA AMÉLIA (Bloco Maioria/PP – RS) – Muito obrigada.

O SR. MAURÍCIO ANTÔNIO LOPES – Aliás, muito inteligente a ideia de trazer esse debate para o Senado. Eu a parabenizo pela iniciativa.

A SRª ANA AMÉLIA (Bloco Maioria/PP – RS) – Obrigada.

O SR. PRESIDENTE (Benedito de Lira. Bloco Maioria/PP – AL) – Muito obrigado, Senadora Ana Amélia, pela intervenção.

Concedo a palavra, dando sequência, ao Sr. Reginaldo Minaré, Assessor da Presidência da Confederação da Agricultura e Pecuária do Brasil. O que é mais interessante é que a presidenta se encontra no plenário.

O SR. REGINALDO MINARÉ – Bom dia, Senador Benedito de Lira. Agradeço a oportunidade e cumprimento, em nome de V. Exª, os Senadores que compõem esta Comissão; cumprimento também os colegas que estão participando desta audiência pública. Procurarei ser um pouco breve na minha apresentação, porém de uma forma mais pragmática e talvez até um pouco árida para tratar desse assunto.

A semente melhorada é uma ferramenta da revolução verde, fundamental para o desenvolvimento da agricultura, como bem colocou o Presidente da Embrapa e também para o trabalho dos agricultores. O agricultor depende efetivamente da semente, depende do fertilizante, depende do defensivo agrícola, de máquinas, depende de mão de obra.

Então, ele lança mão de uma série de ferramentas que não desenvolve. Ele é um usuário desse complexo, desse aparato que lhe é oferecido para produzir dessa ou daquela maneira. Então, ele faz a opção por produzir determinada cultura, faz a opção por produzir utilizando determinado método, podendo ser uma tecnologia transgênica, a tecnologia convencional, a tecnologia orgânica. Ele tem essa liberdade de atuação e de escolha de acordo com as suas planilhas de custos e a sua vocação de trabalho.

Não faz muito tempo esse mercado de sementes especificamente foi regulamentado, e não foi uma regulamentação que se iniciou por vontade específica do Governo brasileiro. Foi uma regulamentação que veio para adaptar a estrutura normativa do Brasil aos compromissos internacionais que o Brasil assumiu.

Então, num primeiro momento temos o tratado de propriedade intelectual, TRIPs, e nesse tratado está dito que os membros concederão proteção a variedades vegetais, seja por meio de patentes, seja por meio de um sistema *sui generis* eficaz, seja por meio de uma combinação de ambos. Especificamente para a proteção das cultivares o Brasil optou por um sistema *sui generis*. Para regulamentar o TRIPs, a Lei de Propriedade Industrial, a Lei nº 9.279, de 1996... Coloquei-a aqui porque ela terá uma relação quando se tratar dos transgênicos. Então, em 96 houve essa regulamentação, já em 1997, houve a Lei de Proteção de Cultivares, que seguiu o compromisso internacional que o Brasil firmou mediante a UPOV, na sua versão de 1978.

A Lei de Proteção de Cultivares prevê a isenção para uso próprio das sementes. Ela diz que: "não fere o direito de propriedade sobre a cultivar protegida aquele que reserva e planta semente para uso próprio".

A Lei de Propriedade Industrial não tem essa previsão. Nesse caso específico, a inovação tecnológica ia introduzir um elemento que, embora legítimo, desperta certa resistência perante a cultura de diversos agricultores.

O agricultor, em geral, até o advento da biotecnologia moderna, comprava a semente no mercado e, após a sua colheita, poderia reservar parte dos grãos que colheu para plantar a sua lavoura no ano seguinte. E, diante dessa situação, a lei o isentava de recolher os *royalties* para os obtentores. A Lei de Patentes não serve para proteger as cultivares. Até a biotecnologia moderna, utilizava-se apenas a Lei de Cultivares. Com a biotecnologia moderna, usa-se a tecnologia para fazer a transformação genética daquela variedade. A variedade é desenvolvida como uma variedade convencional, depois coloca-se a tecnologia genética. Pode ser dessa forma. A Lei de Patentes não prevê essa isenção para uso próprio. Então, o agricultor que estava acostumado a plantar soja e não ir posteriormente ao mercado comprar a semente usava sua semente, o grão que ele salvou. E, aí, a produtividade vai da escolha do agricultor: se ele quer uma semente mais produtiva ou não. Então é a planilha de custos dele que vai determinar. Com o advento da tecnologia moderna, mesmo ele salvando aquelas sementes, não está isento de pagar os *royalties* para o proprietário da patente daquela tecnologia que ele está utilizando na sua lavoura.

Muito bem, a CNA tem trabalhado de forma muito enfática em defesa do direito de propriedade, principalmente direito de propriedade da terra, diante de situações que estão ocorrendo no Brasil já de longa data. Então, não é coerente que a CNA relativize também o direito de propriedade. Com a mesma ênfase que defende o direito de propriedade da terra, a CNA está defendendo o direito de propriedade.

Porém, tanto o direito de propriedade da terra quanto o direito de propriedade individual tem algumas limitações legais. Como direito de propriedade da terra temos a questão relacionada ao uso social da terra; temos a questão ambiental, que exige que o agricultor deixe de utilizar a área de sua propriedade para fins de conservação. Por exemplo, na Lei de Proteção de Cultivares há um mecanismo que, no caso de abuso do uso dessa propriedade intelectual, permite ao usuário lançar mão do Cade para dirimir essa controvérsia.

No art. 36 da Lei 12.526 estão as ações que constituem infração de ordem econômica. Então, ocorrendo esses casos específicos, o Brasil tem essa ferramenta à disposição para recorrer ao Cade caso seja necessário. Então, a estrutura normativa está aí, assim como na Lei de Patentes também há a previsão da licença compulsória.

Portanto, a estrutura normativa de que dispomos hoje está concentrada para essa área de semente na Lei de Proteção de Cultivares e na Lei de Patentes com essas ferramentas que limitam o excesso, o abuso do direito do uso da propriedade.

A CNA tem trabalhado com a linha do entendimento, da negociação nesse caso do estabelecimento, especificamente, de precificação dessas tecnologias. A CNA tem buscado o entendimento para não judicializar essas questões, até porque não é o mercado de semente o único mercado concentrado nessa área de agricultura.

Situação semelhante temos na área de agrotóxicos; situação pior temos na área de fertilizantes; e situação pior ainda temos na área do pós-porteira – área de distribuição dos supermercados, área de frigoríficos. Então, é uma característica não só do mercado de sementes, mas também de todo o segmento. Se for judicializar, efetivamente ficará o corpo da CNA praticamente destinado a promover ações judiciais.

Então, de um lado, busca-se o entendimento; do outro, busca-se estudar não casos concretos dessa ou daquela empresa, dessa ou daquela tecnologia, mas, sim, a estrutura do mercado que hoje temos, assim como se fez a estrutura no caso da Lei do Meio Ambiente, do Código Florestal; assim como recentemente se estudou a estrutura da Lei dos Portos e não apenas essa ou aquela ação de determinado terminal portuário.

A CNA vem propondo as suas alternativas, embora não dependa da instituição o estabelecimento dessas alternativas, porque tudo passa por um conjunto de normas e depende do Poder Executivo, depende do Poder Legislativo. Em boa medida, a CNA vem sendo atendida nessas áreas que ela já estudou atentamente e em que já propôs as suas alternativas.

Na área de agrotóxicos, a CNA já tem um trabalho bastante avançado, já tem uma posição definida, e a solução também não depende especificamente da CNA. A solução que se proporá depende do Poder Executivo e também dependerá do Parlamento.

O mercado de sementes é globalizado e competitivo, semelhante ao dos produtos fitossanitários e fertilizantes. E aqui há uma peculiaridade que também atinge essas outras áreas. Obter, multiplicar e distribuir sementes é uma atividade complexa e cara e exige um investimento fabuloso.

Temos a informação de que uma empresa de semente investiu na região de Catalão R$2 bilhões, aproximadamente, para a construção de uma planta de produção de sementes, para a construção de uma única planta de semente. É quase o orçamento anual da Embrapa. A Embrapa nunca teve um aporte semelhante para desenvolver determinada tecnologia. Pesquisei os orçamentos da Embrapa e não há nada parecido na história, pelo menos no Siafi não encontramos.

Então, o mercado exige mão de obra especializada, laboratório, área experimental para desenvolvimento de linhagens, área para a seleção da variedade e multiplicação das sementes na escala necessária, estrutura de divulgação e venda, rede de distribuição, assistência técnica, e financiamento ao produtor. Isso é o que há hoje na estrutura de mercado de sementes. Então, não é uma área que, pela sua característica, permite que pequenas empresas iniciem e tenham sucesso.

Para desenvolver uma variedade convencional, colocá-la no mercado, registrar, multiplicar, vão-se aí, na melhor das hipóteses, cinco anos, seis anos. E a pessoa ter o aporte financeiro para manter a despesa de uma empresa até começar a gerar lucros dentro dessa estrutura e competir com grandes empresas é praticamente inviável. Acho que nenhum empreendedor, em sã consciência, vai aportar o seu capital nesse mercado. Por isso, como muito bem falou o Presidente da Embrapa, é um mercado para grandes corporações.

Por outro lado, uma empresa que tem condições de desenvolver uma variedade e nela introduzir uma transformação genética, por que iria colocar no mercado uma variedade convencional também?

Então, além da questão da estrutura de produção, você tem a outra tecnologia, que é a biotecnologia moderna. As empresas que investem em biotecnologia moderna querem vender sementes que contenham a biotecnologia moderna. Pedir para que não seja dessa forma é como chegar para a Apple e falar: coloque o seu iPhone no mercado brasileiro, mas não queremos com esse ou aquele componente tecnológico para diminuir custos ou facilitar o acesso. Não é recomendável esse tipo de situação. No mercado, cada empresa tem o seu perfil e desenvolve os seus produtos dentro daquilo que quer ofertar ao mercado. O agricultor e qualquer outro consumidor são livres para escolher essa ou aquela situação.

Então, o mercado efetivamente é um mercado concentrado, semelhante a outros mercados de insumos para agricultura. Aí temos algumas reflexões ao longo das quais vamos estudando a estrutura desse mercado.

A Embrapa é uma empresa de excelência na área de obtenção de variedade. Ela precisa ter padrão de excelência semelhante para ser inserida em um mercado tão competitivo. A marca da Embrapa já está consolidada no mercado. Interessa ao Brasil a criação de uma empresa de capital misto ou não para distribuir e vender produtos desenvolvidos pela Embrapa? É uma questão em que o Brasil tem que pensar. Não é só, como o Presidente da Embrapa falou, a questão da soja, do milho. Você tem toda essa área de olericultura, tem uma série de outros universos da agricultura que necessitam desse insumo de boa qualidade para competir no mercado.

Há uma fatia no mercado a que chamamos de mercado de butique da agricultura, a que o Brasil pouco tem acesso. São frutas de qualidade, exportação de grande qualidade, forma de produção, conceito de regularidade na produção.

Em uma viajem aos Estados Unidos perguntei em diversos restaurantes por que não havia o peixe da Amazônia no cardápio. O dono de um restaurante me respondeu de forma bastante inteligente. Ele falou: gostaria muito de ter o peixe da Amazônia no meu cardápio, mas eu tenho que desenvolver um prato e colocá-lo no cardápio e tê-lo sempre que o cliente vier ao meu estabelecimento para adquirir. Eu não tenho fornecedor regular.

Então, esse conceito de regularidade é fundamental para ocupar esse nicho de mercado que poderia ser chamado de mercado de butique, que é muito promissor e tem uma fatia bilionária para ser explorada.

Interessa ao Brasil o fortalecimento de instituições como a Coodetec, Fundação Mato Grosso, Instituto Mineiro de Agropecuária, para competir nesse mercado? E aí volta a seguinte questão. A Embrapa é uma empresa de excelência na área de obtenção de variedade convencional, todavia não tem condições de competir com as multinacionais no campo da biotecnologia moderna. Interessa ao Brasil que a Embrapa desenvolva essa competência?

E não sou eu que estou criticando a Embrapa. Basta olharmos as atas de trabalho da comissão técnica nacional de biossegurança que aprova os eventos de transformação genética que não vamos ver a presença da Embrapa com frequência colocando produtos para a CTNBio avaliar seu uso comercial. É sinal de que a Embrapa não tem esses produtos, senão, estariam lá.

Então, analisando isso, vemos perfeitamente que a Embrapa é uma grande competidora, mas, nessa parte de biotecnologia, ela não chega ao pódio. E com esse orçamento que ela tem não chegará nunca. Ela tem pesquisadores brilhantes, conheço vários, sou amigo de vários, porém eles têm essas limitações. Como falei, para a construção de uma planta aqui em Catalão para produzir semente, uma multinacional investiu R$2 bilhões. A Embrapa nunca teve esse recurso para desenvolver uma linha efetiva de tecnologia.

O Brasil, nesse caso da biotecnologia moderna, precisa também fazer o mea-culpa. Não pode satanizar quem desenvolveu essas tecnologias. O próprio setor político e o Governo brasileiro foram lentos para tomar decisão. O partido que hoje está no Governo foi radicalmente contra o investimento do Brasil nessa área. O governo que estava atuando foi frágil na sua

firmeza de aportar recursos da Embrapa para que, lá no ano de 94/95, ela tivesse recursos para competir e produzir tecnologia competitiva, não ficando atrás no mercado como está hoje. Então, temos essas reflexões também nos estudos que elaboramos sobre essa área.

A CNA está desenvolvendo estudos sobre os mercados de insumos no Brasil. Todavia, uma mudança na configuração de mercados consolidados exige atuação do Estado, que precisa definir objetivos políticos, realizar as distribuições de competências adequadas, de forma clara, e fazer a alocação orçamentária necessária.

Poderíamos dizer que, para esse campo da agricultura, cabe para agrotóxicos, fertilizantes e diversos outros insumos, inclusive para mão de obra. Hoje, para pilotar, trabalhar com uma colheitadeira de precisão, não dá para ter só o ensino médio, não dá para a pessoa assinar o nome e subir numa colheitadeira. Vemos determinadas situações que assustam. O agricultor, às vezes, tem ciúmes de deixar a camioneta de R$140 mil para um funcionário dirigir, ou até para a sua esposa e filho, mas ele contrata alguém que não tem qualificação para dirigir uma colheitadeira que vale mais de cinco vezes aquela camioneta.

Então, toda essa estrutura, penso, estaria dentro de uma política agrícola que não se resume em crédito. Crédito é um pequeno apêndice, um pequeno capítulo do que seria uma estrutura de política agrícola. Nós temos uma política, hoje, que é do período do Presidente Fernando Collor. É muito conceitual, não é uma lei pragmática, não é uma lei prática, não está efetivamente atualizada e, pelo que temos visto, pelo menos para a área de insumos, ela não contribuiu muito.

Essa discussão, Senadora Ana Amélia, relacionada à concentração de mercado é fundamental que esta Comissão faça estudos profundos e proponha, efetivamente, ações não para prejudicar ou inibir determinado desenvolvimento tecnológico, mas, sim, para conseguir colocar o mercado brasileiro numa posição de equilíbrio estratégico.

Nesse universo, não dá para não deixar de pensar nos bancos de germoplasma. A Embrapa precisa de um aporte de recursos fantástico. Hoje em dia, banco de germoplasma é capital, é capital seguro. Então, a Embrapa precisa ter esses aportes. A estrutura da política agrícola brasileira precisa mudar profundamente, especificamente no caso dos insumos.

Era essa a minha contribuição. Eu agradeço a oportunidade.

O SR. PRESIDENTE (Benedito de Lira. Bloco Maioria/PP – AL) – Nós agradecemos a manifestação do representante da Confederação Nacional da Agricultura.

Dando seguimento, eu concedo a palavra, agora, ao Sr. Márcio Santos, Diretor de Gerenciamento de Produtos da Monsanto.

Tem a palavra.

O SR. MÁRCIO SANTOS – Bom dia, Senador Benedito de Lira. Antes de tudo, eu gostaria de agradecer pelo convite, pela presença; à Senadora Ana Amélia, pelo requerimento, e, em sua pessoa, cumprimento todas as demais autoridades e convidados presentes aqui.

Eu gostaria de me apresentar. Como foi dito pelo Senador, eu represento a Monsanto, mas sou engenheiro agrônomo de formação. Minha família tem uma profunda ligação com a agricultura há muitas décadas. Eu também sou produtor rural.

Eu acredito que o Dr. Maurício e todo o pessoal que me antecedeu falou muito bem sobre a estrutura de mercado, o marco regulatório, as leis. O que eu quero trazer aqui é uma visão muito rápida da introdução de tecnologias ao longo dos últimos anos, o que isso trouxe para a sociedade brasileira e onde acreditamos que, respeitosamente, se encaixa e qual o nosso papel dentro desse negócio todo.

Eu queria começar fazendo uma reflexão. Eu não vou entrar em todos os detalhes. O material vai estar disponível para todos.

Esse mercado, do início dos anos 90 para cá, até hoje, mudou bastante. Vou colocar ênfase na cultura da soja como exemplo. Acredito, como disse o Dr. Maurício, que precisamos ter um olhar mais amplo, mas aqui, se vocês me permitirem, quero pegar uma cultura como exemplo e trazer o que aconteceu ao longo dos últimos anos.

Saímos de um mercado onde a gente tinha poucas variedades, um produto de qualidade produtiva menor, uma estrutura de produção completamente diferente do que é hoje, com mais plantas por hectare, uma área menor, uma produtividade menor e chegamos hoje a uma produtividade maior, a uma área que triplicou nos últimos 30 anos, o que fez, como dito antes já pelos que me antecederam, o Brasil se tornar uma potência nessa cultura soja, assim como em várias outras, como é do conhecimento de todos.

Mas o que aconteceu ao longo desses anos e que condicionou a isso? Eu não vou entrar, como disse, na estrutura de mercado, no marco regulatório todo, mas eu queria trazer alguns dados para oferecer um ponto de vista sobre essa discussão da estrutura ou concentração ou não de mercado.

Uma primeira mudança essencial que existiu no mercado – e eu trago aqui um dado de uma consultoria pública, a Kleffmann –, ao longo dos últimos anos, o que vocês podem notar na primeira barra da

esquerda, são as empresas que existiam no mercado há 13 anos, na safra 1999/2000. Todas que estão em azul eram as empresas que estavam no mercado. Se olharmos 13 anos depois, as empresas que estavam no mercado são responsáveis hoje por menos da metade do mercado, ou seja, um grupo muito grande de empresas entrou nesse mercado a partir da melhor estruturação e de todo aquele marco regulatório que foi colocado pelos que me antecederam. Saímos de 12 para 30 empresas presentes nesse mercado hoje em dia. Com isso, cresceu o número de variedades oferecidas ao produtor.

O produtor hoje saiu de um volume muito limitado de variedades, de variedades adaptadas a poucas regiões do País para um número muito grande de variedades. Nas barras que vão da esquerda para a direita, V. Sªs podem observar que saímos de um mercado que, entre 99 e 2001, tinha 100 variedades para, nos últimos dois anos, um lançamento de mais de 300 variedades. E o detalhe: a metade desses produtos, como pode ser visto nas barras em tons de preto, é oferecida por empresas que não estavam no mercado há dez. As empresas que estavam no mercado são das barras azuis para baixo; as empresas em tons de cinza não estavam no mercado, ou seja, são novos entrantes, são novas empresas, trazendo novas opções, mais alternativas para o produtor.

Ao longo desse tempo, tivemos também, como já foi mencionada pelos que me antecederam, a introdução da biotecnologia. E a introdução da biotecnologia no Brasil, quando a Monsanto trouxe a biotecnologia, em parceria com vários elos dessa cadeia, isso foi feito na forma de um mercado aberto, de um licenciamento amplo, o que fez com que mais empresas pudessem entrar na mesma plataforma tecnológica e aumentassem opções para o produtor. Isso fez com que o produtor pudesse comparar os sistemas produtivos e ele, produtor, livremente, adotar a tecnologia que lhe conviesse. O direcionador desse mercado como um todo é o produtor, e isso fez com que o mercado adotasse as novas tecnologias muito rapidamente, por enxergar os benefícios dessas tecnologias.

Por conseqüência – e aqui temos representantes de várias entidades, inclusive da indústria de semente – o número de variedades de sementes aumentou muito em todas as tecnologias. Se a gente compara a barra azul claro do lado esquerdo do eslaide (variedades com a biotecnologia) com a barra azul escura (variedades convencionais) notamos que, ao longo dos anos, a oferta das duas plataformas vem sendo feita de maneira consistente, o que traz uma consequência, que é uma renovação mais rápida das variedades no mercado. Ou seja, estão sendo lançados mais produtos. Adotados mais rapidamente pelo produtor, esses produtos têm saído mais rápido do mercado, o que faz com que o produtor tenha mais opções. Essa é a consequência.

Há dez anos, o ciclo de vida médio de uma variedade era de doze anos; ao longo dos últimos anos, chegou a cinco anos, porque o produtor troca mais rapidamente, tendo mais opções.

Esses outros dados, nos dois eslaides que seguem – e pretendo fechar bastante rapidamente a minha participação – são também divulgados pela consultoria Céleres que mostram os benefícios obtidos por toda a cadeia com a introdução da moderna biotecnologia, como foi falado.

Este é um dado do ano passado: o acumulado até 2012 dos benefícios gerados pela biotecnologia ultrapassava US$18 bilhões. E o ponto importante é que, desses US$18 bilhões, 80% ficou com o produtor, sendo 50% através de ganhos de produtividade e 30% de redução de custo de produção. E os 19% remanescentes foram distribuídos para os diversos elos da cadeia, que o colega da CNA, muito brilhantemente, apresentou, que vão desde a produção, a multiplicação, a distribuição, o financiamento ao produtor rural.

Isso se traduz também num benefício para toda a sociedade, através de um benefício para o meio ambiente, seja em redução do volume de água utilizado na agricultura, do CO_2 – e imagino que a maioria desses dados vocês conheçam –; são benefícios extremamente significativos para o nosso País que a agricultura, mais uma vez, está trazendo – esse dado também foi trabalhado pela Consultoria Céleres.

Para tentar sumarizar, os benefícios permeiam toda a cadeia.

O produtor teve uma redução de custo de produção, teve um aumento da produtividade, tem mais opções hoje na sua mão.

O consumidor teve um abastecimento na sua indústria, seja na indústria humana, seja na indústria animal.

Com relação aos preços, houve um impacto significativo, que eu vou mostrar num eslaide mais à frente.

Alimentos mais nutritivos: para toda a economia, a produtividade beneficiou, e para o meio ambiente, como eu acabei de falar.

Isso é um sumário do que aconteceu.

E eu queria trazer uma visão do que ainda está pela frente.

Eu não tenho a pretensão de que vocês entrem em todos os detalhes deste quadro, mas que peguem o conceito dele: cada linha dessas é um evento da moderna biotecnologia submetido para a avaliação da CTNBio.

Na segunda coluna, as empresas que estão submetendo esses eventos. Vocês podem notar que há, ao longo dos últimos anos, um aumento; as marquinhas em verde mostram que, ao longo dos anos, está havendo um aumento não só de eventos submetidos, mas de participantes desse mercado, trazendo moderna biotecnologia. Isso significa estrutura de mercado, que esse mercado se organizou e, como bem colocado antes, viabilizou investimento, e agora está trazendo esse investimento que, no fim do dia, vai se reverter em mais opções para o produtor rural.

Isso aí é público, é da CTNBio, e reflete a situação que nós temos hoje. Hoje são mais de 12 produtos em avaliação pela CTNBio.

Por consequência, houve um investimento maciço, como foi citado também agora há pouco, no desenvolvimento da estrutura, para que esses produtos da biotecnologia cheguem ao produtor.

Esse é um exemplo das estações de desenvolvimento de variedades. De germoplasma de soja, em 2000 – são dados públicos das empresas –, o Brasil contava com 15 estações de melhoramento. Hoje são 49 estações de melhoramento dispostas em todas as fronteiras agrícolas do País, por todas as empresas, como a gente pode notar. Foram citadas aqui as diversas empresas que estão nesse mercado fazendo um investimento extremamente significativo para desenvolver variedades, para trazer mais opções para o produtor rural que, no fim do dia, é quem dita o que as empresas vão fazer. Porque a empresa não vai produzir aquilo que o seu cliente não quer comprar.

Por consequência disso tudo, nós nos tornamos essa potência em soja, saímos de 15 milhões de toneladas em 82/83 para 80 milhões de toneladas. Como foi falado, um somatório de fatores, fertilizantes, máquinas, estrutura de mercado, tudo isso contribuiu – e a semente se encaixa dentro disso, respeitosamente, como uma parcela. Foram 460% de aumento, com 70% de aumento na produtividade, fazendo com que o Brasil se tornasse o que se tornou em soja.

E também nesse exemplo da soja, assim como diversos outros alimentos – esse é um dado da consultoria MB Associados –, esse é o índice soja na linha pontilhada, e o índice da cesta de alimentos está na linha em verde. Como vocês podem notar, a soja, assim como outros produtos, auxiliou na redução do custo do alimento para o consumidor.

Então, o que eu gostaria de trazer e deixar para vocês é isso. Acreditamos que a estrutura de mercado tem viabilizado opções ao produtor. O produtor rural no Brasil hoje tem adotado essas opções livremente, por entender que essas opções trazem um benefício para ele. E, quando não trazem, ele simplesmente não adota. Essa estrutura de mercado fez com que saíssemos de um ambiente de poucas empresas, poucas opções, dificuldade no manejo da cultura, alto consumo de insumos, custo de produção elevado e custo para o consumidor mais elevado para o cenário que temos hoje, com pluralidade de empresas, com disponibilidade de opções para o produtor, com a biotecnologia com mais uma ferramenta para facilitar e ajudar o produtor a trazer menor consumo, melhorar a sua rentabilidade e trazer, por conseqüência, menor custo para o consumidor.

Senadores, autoridades, Senador Benedito de Lira, Senadora Ana Amélia, era isso que eu gostaria de expor.

Agradeço mais uma vez, em nome da Monsanto, imensamente a oportunidade de participar deste momento aqui.

O SR. PRESIDENTE (Benedito de Lira. Bloco Maioria/PP – AL) – Nós gostaríamos de agradecer a exposição do Diretor de Gerenciamento e Produtos da Monsanto. E, dando sequência, concedo a palavra ao Sr. Pedro Lira, Chefe do Gabinete da Superintendência-Geral do Conselho de Administração e Defesa Econômica.

O SR. PEDRO LYRA – Bom dia a todos. Gostaria, primeiramente, de agradecer à Comissão de Agricultura e Reforma Agrária do Senado Federal por convidar o Cade para participar desta audiência.

O tema é importantíssimo e não é fácil, porque hoje estamos lidando com discussão de tecnologia e fronteira da tecnologia relacionadas ao insumo básico para a sociedade em geral, que são alimentos e agricultura. Então, é um tema que tem preocupado bastante o Cade nos últimos anos e, por isso, é importante estar aqui hoje, uma vez que a discussão no Cade, em geral, se limita a questões mais técnicas, com a participação de advogados, de representantes das empresas que estão nos processos do Cade. Ouvir a sociedade para entender essas preocupações é uma das coisas que têm motivado a discussão atualmente no Cade.

Serei muito breve. Realmente o meu objetivo hoje é mais de ouvir, levar as preocupações para os conselheiros, para o tribunal e para a superintendência do que realmente apresentar uma opinião do Cade a respeito do tema, até porque, como vou expor agora, a opinião do Cade está longe de ser sedimentada. Só vou fazer um apanhado da discussão e de como ela se encontra hoje com relação ao licenciamento de tecnologia na produção de sementes. Esse é o objeto dos processos que mais têm aparecido no Cade ultimamente, principalmente no controle prévio das estruturas de mercado em atos de concentração.

Essa discussão começou sob a égide da lei anterior, Lei nº 8.884, e adquiriu agora um contorno mais premente na Lei nº 12.529, quando o Cade começou a fazer o controle prévio de atos de concentração, o que quer dizer que as empresas não podem realizar o negócio, concretizar o negócio sem antes obter a aprovação do Cade.

Com relação aos licenciamentos que têm sido submetidos ao Cade, eles têm se revestido de um caráter não exclusivo. Em razão desse caráter de licenciamento de sementes, o Cade tem aprovado esses atos, por entender, baseado nas discussões que atualmente foram feitas no País e nas discussões feitas pelas autoridades europeias, americanas, enfim, por outras autoridades antitruste, que eles têm um caráter pró-competitivo, principalmente porque não há transferência de ativos ou controle societário. Pelo fato de não serem exclusivos, não há impedimento para a participação, para que as empresas que recebem esse licenciamento adquiram tecnologia de outras fontes e também produzam as suas próprias tecnologias de forma independente.

A discussão mais premente no Cade é se esses casos devem ou não ser apresentados ao Cade. A esse respeito, chamamos de conhecimento. Quer dizer, esses casos são de apresentação obrigatória ao Cade ou não? Essa discussão começou há alguns anos e tem havido posições divergentes dentro do Conselho. Tanto que, na sessão de ontem, o Conselho se dividiu novamente com relação às operações, se devem ser conhecidas ou não.

Aqueles que defendem que elas não devem ser conhecidas argumentam que o licenciamento não exclusivo seria como a venda do produto ou serviço e, portanto, não deveria estar submetido a apreciação prévia. Porque, tendo em vista que as empresas só podem concretizar a operação após a aprovação do Cade, isso geraria uma demora sem ganhos substantivos para a sociedade na análise, no início dessa pesquisa pelas empresas que recebem o licenciamento.

Por outro lado, esses atos têm sido objeto de avocação desde o ano passado pelo tribunal administrativo do Cade, em razão de preocupações bastante legítimas dos conselheiros quanto à necessidade de o Cade conhecer esses atos e identificar se eles podem levar a condutas anticompetitivas.

A situação que se coloca é a seguinte: tratando-se de produtos que estão na fronteira da tecnologia e havendo uma grande assimetria de informação, à medida que o Cade não os conhece, ele deixa de acumular informação, conhecimento sobre mercado, conhecimento que poderia levar para julgar condutas anticompetitivas ou para analisar atos, para impedir ou impor restrições a atos de concentração a esses licenciamentos quando se entender que eles podem limitar o desenvolvimento tecnológico ou consolidar o poder de mercado das empresas já estabelecidas.

Um aspecto bastante considerado a esse respeito é justamente o fato de que são, como foi levantado aqui, investimentos milionários, é uma área muito sensível cujas mudanças são muitos rápidas e, se o órgão deixar de analisar no momento em que elas estão acontecendo, pode ser que se efetive um dano que, depois, não será possível recuperar a sociedade, com extração de rendas para aquelas empresas que detêm poder de mercado.

Então, é um tema que está em discussão dentro do Cade hoje. Não há uma solução definitiva. O que se entendeu e tem se entendido até o momento, em prol da liberação dessas licenças não exclusivas, é que eventuais condutas anticompetitivas, como a transferência de poder de mercado em elos da cadeia, a criação de dependência através desses licenciamentos não exclusivos entre a empresa licenciadora e as licenciadas, impedindo o desenvolvimento de tecnologias próprias ou criando formas de expandir o poder de mercado de um elo de uma cadeia para outra, pode ser examinada através de processos para apuração de condutas anticompetitivas. E não se justificaria impedir o licenciamento na fase de aprovação de um ato de concentração pela simples análise, uma vez que as condutas, quando se efetivam pela simples análise dos contratos que são apresentados em atos de concentração – normalmente, isso não seria possível de se perceber, não em todos os casos; e é justamente isto que os conselheiros que defendem o conhecimento sempre alegam: é preciso conhecer caso a caso e não em geral –, não se efetivam nos contratos, mas se efetivam na prática de mercado. E para prática de mercado, a análise posterior ao ato, ou seja, análise via controle de conduta, seria a mais adequada.

Como eu disse, este é um tema um tanto recente e que não é tão difundido, então, o Cade recebe algumas denúncias – não é um número significativo – relativas a esses contratos de licenciamento ou a prática de venda de sementes pelas empresas que detêm essa tecnologia. Mas, normalmente, grande parte dos casos que o Cade recebe hoje tem problemas mais contratuais do que realmente anticoncorrenciais.

Então eles têm sido mais resolvidos no âmbito privado do que como uma questão de política pública. Mas no Cade, até o momento, não houve um caso realmente robusto, no qual isso pudesse ser discutido em profundidade, o que esperamos que aconteça nos próximos anos. Daí a importância de acumular

conhecimentos e de discussões como esta que estamos tendo hoje, aqui.

Basicamente era esse o apanhado que eu queria fazer de como está a discussão hoje no Cade sobre licenciamento não exclusivo de sementes. E fico à disposição.

Obrigado.

O SR. EDUARDO SUPLICY (Bloco Governo/PT – SP) – Pela ordem, Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Benedito de Lira. Bloco Maioria/PP – AL) – Com a palavra V. Exª.

O SR. EDUARDO SUPLICY (Bloco Governo/PT – SP) – Prezado Senador Benedito de Lira, quero cumprimentar todos os depoentes pelos esclarecimentos. Estou aprendendo mais do setor, mas quem sabe o representante do Cade, Sr. Pedro Lyra, se não outro dos que conhecem bem, pudesse nos dizer, porque é importante para o tema, nas últimas três décadas, quantas empresas havia, quantas empresas existem hoje, que empresas nacionais existiam, que empresas foram absorvidas. Quem sabe o Cade tenha um quadro evolutivo que possa enriquecer a informação para nós. Se tiver, eu agradeço. Se puder dar uma breve informação sobre isso.

É apenas isso, Sr. Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Benedito de Lira. Bloco Maioria/PP – AL) – Quero dizer ao nobre Senador Suplicy que a pergunta de S. Exª está feita, e, no momento do debate, eles responderão.

Dando sequência, concedo a palavra ao Assessor da Secretaria de Políticas Agrícolas da Confederação Nacional dos Trabalhadores na Agricultura, Sr. Décio Lauri Sieb. (*Pausa.*)

Não veio?

O SR. DÉCIO LAURI SIEB – Bom dia, Senador Benedito de Lira. Em sua pessoa, cumprimento todos os homens aqui presentes e, em nome da Senadora Ana Amélia, que é requerente da audiência, quero cumprimentar todas as mulheres aqui presentes.

Nós vamos procurar falar um pouco sobre a questão social nesse processo, na questão da produção, porque se fala muito em competitividade, produção, renda, mas há pessoas por trás desse processo de construção e de produção na agricultura, em especial na agricultura familiar.

Quando se fala de agricultura, temos mais de quatro milhões (4,3 milhões) de agricultores familiares, de estabelecimentos familiares que estão no processo de produção nas diversas áreas. E o setor de sementes é fundamental nesse processo.

Só para exemplificar a questão da concentração, vamos pegar alguns exemplos de outras áreas, o que tem ocorrido. Então, Senadora Ana Amélia, um exemplo do meu Estado, o Rio Grande do Sul.

Lá no meu Município, que tem quase 800 estabelecimentos, sendo mais de 90% familiares, há vinte e poucos anos, existiam mais de 700 estabelecimentos que atuavam na suinocultura. Hoje este mesmo Município tem sete granjas. Pergunte quantos agricultores familiares ainda estão nesse setor. Nenhum. Todos saíram.

Então não é uma simples questão de processo de mercado, que o mercado se ajusta. Tem que haver um processo de trabalho, de políticas públicas.

Como está o setor da avicultura? Temos agricultores familiares, mas está concentrado. Agora estamos discutindo isso na Câmara Setorial do Leite, inclusive houve uma audiência ontem.

É um espaço onde a agricultura familiar ainda está resistindo. Está resistindo onde há mais de um milhão de agricultores familiares nesse setor. Mas por quanto tempo será? Por quanto tempo ainda haverá esse milhão de agricultores familiares? A gente sabe muito bem que a estratégia é reduzir para cem, duzentos mil estabelecimentos que fornecerão um volume maior de leite para o mercado, para otimizar a questão de rentabilidade.

A rentabilidade e a competitividade são importantíssimas, são fundamentais. Mas há pessoas por trás desse processo. E para essas pessoas têm que haver políticas públicas, tem que haver um trabalho de elas serem mantidas no mercado. Então, esse foco é fundamental também de ser analisado nesta audiência, nesta discussão, e não só alta produtividade, como bem o Maurício Lopes da Embrapa colocou.

A diversidade é muito grande no País, a produção. Da nossa agricultura familiar de 4,3 milhões de estabelecimentos, mais da metade está no Nordeste. A gente sabe que o foco principal é a questão das sementes transgênicas, mas temos outras sementes. São outras questões que têm que ser discutidas. Apesar de já haver umas políticas que beneficiam a agricultura familiar, nós temos que pensar a médio e longo prazo, senão vai acontecer um processo cada vez mais de concentração, de exclusão dessa agricultura familiar.

O exemplo das sementes crioulas: nós conseguimos, com muita luta, muito trabalho, incluir no processo da legislação as sementes crioulas, as sementes tradicionais. Houve um avanço nesse processo. Hoje não há necessidade de registro dessas sementes, mesmo porque não haveria condições. A semente crioula, que é reproduzida anualmente pelo próprio agricultor familiar, tem o seu papel fundamental, e tem o seu papel fundamental na questão do banco genético e do País. E o que está acontecendo? Por exemplo, a área do

milho, fora as sementes tradicionais que a agricultura familiar preserva, está se concentrando, sim, na mão de poucas empresas; cada vez mais, poucas empresas estão tendo domínio, e vão ter o domínio desse mercado.

E como bem colocou o Maurício, a questão da produção. A diversidade é muito grande no Brasil. Há agricultores, inclusive familiares, que trabalham com alta tecnologia, produzem 10 toneladas de milho por hectare. Mas há agricultores familiares em diversas realidades, diversas situações no País. E precisa ser preservada essa cultura, essa tradição local, regional, porque a questão da renda é muito relativa também. Falar que entre produzir oito mil toneladas ou quatro mil toneladas, oito mil toneladas vão dar mais lucro, mais renda. Mas vai dar para quem? É muito relativo, porque você produz mais, mas qual o custo dessa tecnologia? Quanto você paga hoje por uma saca de sementes de milho geneticamente modificadas, da soja? Estou falando das principais cultivares.

Se nós pegássemos simplesmente o agricultor familiar tradicional, que produzia antes de forma tradicional, com tecnologia mais baixa, veríamos que ele produzia menos, mas tinha um custo bem menor do que tem hoje. Agora, é claro que isso impacta no mercado, no desenvolvimento do País. Porque, entre produzir uma tonelada ou produzir três toneladas, sabemos que essas três toneladas vão agregar muito mais, agrega quatro, cinco, seis vezes, e gira no mercado essa agregação de renda. Mas, para o agricultor familiar, como é que fica essa agregação? Então, o resultado, muitas vezes, não muda muito. E nós temos que ter essa preocupação.

Além das sementes crioulas, as sementes tradicionais, nós temos a preocupação com essa produção dos orgânicos, agroecológicos. Todo mundo sabe que a Contag defende a conversão para produção orgânica, agroecológica, estimula essas culturas. E a Embrapa tem um papel fundamental nesse processo, de fazer esse trabalho – os órgãos públicos, as empresas de pesquisa pública, as Embrapas estaduais –, de avançar nesse processo de produção orgânica, agroecológica, para aumentar a produção de alimentos mais saudáveis e diminuir o uso de agrotóxicos, que hoje é muito grande.

Se nós formos ver a questão dos trabalhadores rurais, que também representamos, o problema de intoxicação com agrotóxicos é muito grande. Esse é um debate que aparentemente não afeta, mas afeta a produção, a concentração da produção dos transgênicos.

A produção de sementes convencionais é outra questão que foi colocada.

Eu acho que as empresas de pesquisa têm o papel fundamental de ser mantenedoras desses bancos genéticos, de manter essas sementes convencionais, porque a agricultura familiar usa muito. E sabemos que há empresas mantenedoras que chegam a um ponto em que não lhes interessa mais, economicamente, manter as sementes convencionais. Elas simplesmente retiram do mercado, e o agricultor familiar fica à mercê desse processo.

Então, há necessidade, sim, Ana Amélia, de o Governo investir nas empresas públicas – na Embrapa e nas empresas estaduais, as UEPAs – para manter esses bancos genéticos, mesmo que talvez não seja economicamente viável o custo de se manter, mas é fundamental para a agricultura, para as regiões, pelas suas características regionais, para o seu cultivo. Não se pode pensar só na questão econômica do processo, no lucro para a empresa que o mantém. Por isso, tem que ser estimulada a empresa pública, para manter esses bancos genéticos e facilitar o processo da agricultura familiar, ao manter esses bancos, através das suas cooperativas. Então, é preciso melhorar a Lei de Sementes, a Lei nº 10.711, de produção de cultivares, simplificando o processo para que a agricultura familiar também possa manter esses bancos genéticos, para que se tornem sementes de uso público e para que se possa manter essa diversidade cultural, que é fundamental no campo brasileiro.

A diversidade é muito grande. Não podemos comparar regiões como a Região Amazônica e a Região Nordeste. São características diferentes do Centro-Oeste, do Sul e do Sudeste, que já estão mais na linha da produção das principais *commodities.* Temos que verificar essas realidades locais.

É um exemplo bem colocado. Não é só a questão das *commodities*, das principais *commodities*. Existem n outros cultivares que hoje estão sendo negligenciados ou poucos trabalhados, porque não oferecem um resultado econômico grande para as empresas, mas são fundamentais para a agricultura familiar.

Esses são focos fundamentais para serem trabalhados.

Em geral era isso. A preocupação não deve ser só econômica. Tem que se trabalhar com a preocupação social, com os reflexos sobre a agricultura familiar, o que hoje está acontecendo, como está acontecendo nos outros setores.

Vai haver uma exclusão cada vez maior da agricultura familiar se não houver essa diversificação, essa liberação de bancos de sementes, porque a concentração hoje é forçada cada vez mais pelo mercado. Nesse sentido, é fundamental que o Estado realmente atue e faça o equilíbrio desse processo.

Obrigado.

O SR. PRESIDENTE (Benedito de Lira. Bloco Maioria/PP – AL) – Obrigado ao Presidente da Contag.

Concedo a palavra ao último expositor, e o deixei por último realmente, porque ele é Assessor da Diretoria da Associação Brasileira de Sementes e Mudas. Ele ouviu as manifestações anteriores.

Então concedo a palavra ao Assessor da Diretoria da Associação Brasileira de Sementes, Sr. Paulo Eduardo de Campante Santos.

O SR. PAULO EDUARDO DE CAMPANTE SANTOS – Obrigado, Senador.

Em nome da Abrasem, quero agradecer à Senadora Ana Amélia, ao Senador Benedito de Lira e saudar a todos nesta plenária para termos essa discussão bastante pertinente.

A Abrasem tem se preocupado com esse tema desde a sua criação. Vou falar hoje um pouquinho sobre o que é a Abrasem e alguns números que talvez ajudem os senhores a visualizar melhor como está.

Desde já, coloco a Abrasem, Associação Brasileira de Sementes, à disposição para qualquer informação que os senhores desejem em relação às empresas que estão no mercado, dados de informações das empresas, quem participa, porque, como diz o Dr. Maurício Lopes, a Abrasem é muito mais do que sementes de soja e milho; nós representamos todo o setor de sementes. Então, a gente tem uma série de informações – são informações públicas – que poderíamos passar a qualquer um dos senhores que desejem.

A Abrasem tem 40 anos, completados no ano passado, e, nesses longos anos na Abrasem, a gente fez um esforço tremendo para reunir todo mundo debaixo do mesmo guarda-chuva do setor de sementes. No começo da Abrasem, éramos produtores de sementes e, hoje, reunimos desde o pessoal que trabalha com melhoramento genético (empresas que trabalham com melhoramento genético no País) com pessoal que trabalha na produção e comercialização de sementes. A ideia da missão da Abrasem é justamente reunir todo mundo, todos esses setores, todos os elos da cadeia de sementes em prol da sustentabilidade do setor sementeiro nacional.

Bom, esse aqui é o panorama de como funciona a Abrasem, Maurício. Acho que é mais ou menos como estamos hoje: somos 13 associações, diferentes associações, como a Braspov, a associação das empresas que trabalham com melhoramento genético vegetal, são 23 empresas entre Embrapa, Iapar, Monsanto, Syngenta, multinacionais, empresas privadas, empresas púbicas – estão todas aqui dentro –, cana, forrageiras, que trabalham com melhoramento genético vegetal. Além disso, ligadas à Abrasem, são membros da Abrasem, há associações estaduais de produtores de sementes: associação de Minas, Goiás, Santa Catarina. As associações estaduais de produtores de sementes estão ligadas à Abrasem, são membros da Abrasem e, dentro dessas associações, claro, há empresas associadas às associações.

Funcionamos muito mais como se fosse uma confederação do que uma associação dentro da Abrasem. São 13 associadas.

Dentro da Abrasem, nós temos desde melhoramento genético vegetal, com a Braspov, até o pessoal de forrageiras, que trabalha com sementes de forrageiras, tropicais; o pessoal da Unipasto; o pessoal da ABCSEM, que trabalha basicamente com semente de olerículas. Temos uma variedade muito grande de associados à Abrasem, de empresas trabalhando com diferentes espécies vegetais, com melhoramento, com comercialização, com produção e etc.

Temos ainda também a Abrates junto com a gente, que são as pessoas que trabalham com tecnologia de sementes. Dentro da Abrates, nós temos a maioria de professores universitários, pesquisadores que trabalham na área de semente, que trabalham com tecnologia de sementes.

Então, a gente tem, na verdade, debaixo desse guarda-chuva da Abrasem, um escopo, uma estrutura muito grande de todo o setor, de todos os elos da cadeia de sementes.

Como associação nacional de sementes, a gente representa o setor de sementes no Brasil e também em fóruns internacionais. A Abrasem é membro da International Seed Federation (ISF), a associação internacional de sementes. Um dos nossos diretores está no *board* da ISF, entre os diretores da ISF. Somos membros também da Seed Association of Americans, que representa todas as associações nacionais de sementes, desde o Canadá, Estados Unidos, México, Brasil, Argentina, Paraguai; nós somos vice-presidente dessa associação.

Hoje, propriedade intelectual e todos os assuntos relativos às questões de propriedade intelectual, tratamento de sementes, *low level presence*, assuntos relativos a sementes passam por essas duas associações.

E somos associados também a Felas, que é a Federação Latino-Americana de Sementes.

Então, como os senhores podem ver, na verdade, nós estamos muito bem representados como setor de sementes, tanto na parte global, como aqui nas Américas.

Talvez seja um pouco árduo o que eu vou falar, porque são mais números do que outras pessoas já apresentaram. Eu me foquei nos mercados de soja e milho, que foi a proposta enviada para gente na Co-

missão, mas é claro que a gente tem dados de outros mercados dentro da Abrasem. Todos os dados que vou apresentar aqui são dados públicos, são dados retirados do Registro Nacional de Cultivares, do Ministério da Agricultura; são dados do Zoneamento Agrícola, do Ministério da Agricultura; são dados públicos que qualquer um dos senhores podem obter também.

Antes de entrar no mercado, vou mostrar o que é o setor e como funciona esse setor, porque esse eslaide a gente sempre apresenta quando a gente vai fazer alguma palestra da Abrasem, porque talvez represente muito bem como funciona esse mercado e quem são os atores desse mercado.

Quando a gente olha esse gráfico, muitas vezes a gente tem a impressão de que quem determina o que vai para o mercado é o pessoal da pesquisa e, na verdade, quem gera a demanda é justamente o contrário, é o produtor de sementes. Essa pessoa, esse elo da cadeia aqui é que demanda certa terminologia. Pode ser uma praga, uma *Helicoverpa*, por exemplo, que entrou agora. Pode ser uma região de adaptação agrícola nova, por onde o agricultor está indo e precisa de novas cultivares para serem colocadas lá. Então, quem determina o que vai para o mercado é justamente quem está no final dessa cadeia.

E digo mais: quem determina isso aqui é o consumidor final. Não é nem o produtor agrícola, é o consumidor lá na ponta que define se ele quer comer um mamão mais doce ou menos doce ou se ele vai querer um determinado tipo de produto, como uma soja orgânica, convencional ou transgênica.

Na verdade, na Abrasem, a gente não faz essa distinção.

Quem define o que vai ser produzido pelo mercado é o produtor agrícola, que é o consumidor final. Ele demanda tecnologia e a pesquisa tem o papel de gerar tecnologia; daí a importância de todos esses institutos de pesquisa. E a gente vai reforçar muito a questão da Embrapa. A gente tem a Embrapa como um instituto fundamental na área de pesquisa na área de sementes.

A Embrapa tem um papel fundamental. A gente falou muito em concentração ao redor de todo mundo, de outros países. Nós temos uma situação bastante peculiar de ter a Embrapa participando desse mercado e tendo um papel fundamental. E temos que reforçar isso cada vez mais.

Poucos países têm institutos da grandeza e com a *expertise* que Embrapa tem hoje. Então, na Abrasem, a gente sempre coloca que a Embrapa é fundamental dentro desse processo.

A pesquisa gera tecnologia e o produtor de semente, que é a área em que atuamos, multiplica essa tecnologia, ele pega a tecnologia que foi feita pela pesquisa e multiplica. Vale lembrar que entre a demanda aqui e a geração da tecnologia – acho que o Minaré colocou ou o Dr. Maurício Lopes –, vamos ter oito, dez anos até que essa tecnologia esteja presente no mercado. Não é uma coisa de dois anos. Até que se gere uma semente para que seja colocada no mercado, estamos falando de oito a dez anos de mercado.

Como isso é sustentado? A pesquisa licencia os produtores de sementes para poder multiplicar o que a Embrapa faz, Dr. Maurício. A Embrapa não coloca as cultivares no mercado, ela licencia as empresas, as fundações de pesquisa que estão ligadas à Embrapa e a fundações de pesquisa colocam aquelas cultivares no mercado.

Esse produtor de semente vende a semente ao produtor agrícola, que vai utilizar as sementes e vai gerar os benefícios todos, tanto para o produtor quanto para a sociedade. Agora, se a gente ficasse só nessa parte do gráfico, ficaria muito complicado, porque não se tem a pesquisa sendo irrigada. E como é que esse gráfico volta? O produtor compra a semente, remunera o produtor de semente, remunera quem fez a multiplicação de sementes – isso é extremamente necessário e funciona para todas as espécies, não é para milho e para soja. É assim que funciona para todas as espécies.

O produtor de sementes remunera a pesquisa através dos *royalties*, através de propriedade intelectual.

Como o Minaré falou, a Abrasem defende muito fortemente a questão da propriedade intelectual. A base do nosso negócio é a propriedade intelectual. Nós defendemos tanto propriedade privada quanto a propriedade intelectual. A base de qualquer modelo de negócio que temos hoje é fundamentada em propriedade intelectual.

Vou falar um pouco de números porque acho que pode ajudar um pouco depois nas discussões.

Aqui são dados do Ministério da Agricultura, dos registros de cultivares nos últimos anos, uma evolução dos registros.

Aqui é o número de empresas que estão entrando no mercado, em vermelho, empresas mantenedoras, desde 1998 a 2013. A gente vê um crescimento contínuo de novas empresas entrando no mercado. Vou falar de soja e, depois, de milho – empresas mantenedoras de soja. E aí eu falo em empresas mantenedoras. A empresa, para colocar uma cultivar em comercialização no Brasil, tem que estar, claro, cadastrada no Ministério da Agricultura, no Renasem, ela tem que ter um número de Renasem. E a cultivar, para estar habilitada para comercialização, tem que ter um registro, que é feito no Ministério.

Se qualquer um dos senhores for à página do Ministério e buscar as informações relativas às cultivares que estão sendo lançadas, vai ser mais ou menos um gráfico como este, e a evolução das empresas também.

Aqui é a evolução de empresas de soja no mercado. E aqui a evolução das cultivares que foram introduzidas no mercado durante os anos.

Esse segundo gráfico, na verdade, é a evolução das empresas e o número de lançamentos de cultivares por ano.

É interessante porque sempre que a gente olha esse gráfico a gente tem que descartar esse valor de 261 no início de 1998 porque, quando o Registro Nacional de Cultivares foi criado, havia já as cultivares existentes no mercado. Essas cultivares foram automaticamente registradas dentro dos sistemas do Ministério da Agricultura. Então, na verdade, essas 261 cultivares registradas no ano de 98 são cultivares antigas, que já estavam lá e que, na verdade, ao criar o sistema de informações do Ministério, automaticamente ganharam um número de registro e foram colocadas.

Depois, de 1999 a 2000, o que vemos é um número oscilante – claro, depende da pesquisa, depende das demandas – de cultivares no mercado. Um número interessante de observarmos e para o qual chamo a atenção é que, quando falamos de cultivares geneticamente modificadas e cultivares transgênicas em soja, vemos que, em 2003, temos a aprovação dos eventos, as cultivares começando a entrar, as cultivares transgênicas começaram a entrar no mercado.

Em 2003, 2004 e 2005, ainda era muito pouco o número de cultivares registradas com eventos transgênicos. Por quê? Basicamente eram aquelas primeiras empresas que tinham avanços tecnológicos já para botar no mercado.

Acho que o Maurício colocou bem quando disse que o define o mercado são as normas que estamos colocando, o arcabouço legal, a questão das inovações tecnológicas que estão surgindo no mercado e os modelos de estratégia das empresas. Nesse caso da soja, em 2003, a empresa detentora da tecnologia optou pelo modelo de licenciamento. É um modelo bastante interessante, que, na verdade, dá oportunidade a que outras empresas tenham aquele determinado gene, ou tenha aquela determinada característica em suas cultivares. É por isso que, a partir de 2006, você tem um número expressivo de cultivares sendo lançadas. Na verdade, esse número expressivo de cultivares sendo lançadas nos últimos anos são a entrada de cultivares de outras empresas, que não a detentora de tecnologia, entrando nesse mercado.

Aqui são dados muito parecidos com os dos registros, mas são dados do zoneamento agrícola. Para as empresas ofertarem a cultivar no mercado e para terem acesso ás políticas de Governo com relação a crédito, seguro, elas têm de necessariamente indicar aquelas cultivares dentro do zoneamento agrícola agropecuário. E, quando buscamos os números dentro do zoneamento agrícola, o que percebemos é que, pelo menos nas últimas safras – e eu tirei uma safra de 2011 e 2012 – de soja, a maioria das regiões estão muito bem servidas com relação à questão das cultivares.

E aqui eu separei Grupo 1, Grupo 2 e Grupo 3. São justamente cultivares precoces, cultivares médias e cultivares tardias. Então, quando olhamos um gráfico desse de soja, a disponibilidade de cultivares que estão sendo ofertadas no mercado, parece-me, é bastante satisfatória com relação ao mercado de soja.

Aqui um outro dado do Registro Nacional de Cultivares, onde vemos a evolução dos registros de soja convencional e a evolução dos registros de soja transgênica no decorrer do tempo.

Esses números aqui, de 98, são registros de cultivares que já existiam no mercado e que apenas foram represados, e, quando se criou o registro, o sistema do Ministério incorporou aqueles registros que já utilizavam. Por isso, essa média muito grande de registro naquele ano.

(Soa a campainha.)

O SR. PAULO EDUARDO DE CAMPANTE SANTOS – Com relação ao restante dos números, aqui vemos que a média de cultivares convencionais lançados antes do período de transgenia, em 2003, eram 25 cultivares convencionais por ano.

De 2003 a 2012, é a mesma média: 25 cultivares convencionais por ano são lançadas no Registro Nacional de Cultivares pelas empresas que participam desse mercado.

E, é claro, se o mercado está indicando uma alta taxa de utilização de biotecnologia, as empresas investem em tecnologia, em biotecnologia, e a média de cultivares geneticamente modificados lançados por ano fica em 41 cultivares por ano.

Aqui, com o milho é uma situação muito parecida. Você tem aqui a evolução do número de empresas que estão atuando nesse mercado, a somatória dessas empresas. Diferente do Márcio, eu não coloquei as empresas que estão saindo. Na verdade, esse é um compêndio de todas as empresas que estão no mercado, E aqui são a evolução dos registros das cultivares de milho no Brasil. Então, hoje, você tem por volta de duas mil e alguma coisa cultivares registradas de milho. Claro que várias dessas cultivares não estão mais presentes no mercado e são cultivares antigas, mas mesmo assim você tem um número de cultivares bastante efetivo dentro do mercado.

Aqui são os lançamentos de cultivares anuais.

Aqui vocês veem um lançamento.dos cultivares de milho. Então, até nos eventos de transgenia, da mesma forma que acontece com a soja, temos uma taxa oscilando por volta de 50 cultivares. Acerca dos eventos transgênicos, a aprovação dos primeiros eventos de biotecnologia em milho foi em 2007. Em 2008 você tinha os primeiros cultivares. Então, o lançamento da biotecnologia em milho fez com que um número muito grande de cultivares fossem registrados naquele momento. E depois você tem um número expressivo desses cultivares aqui.

Então, disponibilidade de semente, oferta de semente, variedade de semente temos bastante grande no Brasil.

A mesma coisa que eu fiz para a soja fiz para milho com relação ao zoneamento agrícola. Como temos milho inverno e milho verão (milho safrinha e milho verão) coloquei dois gráficos. Mas a quantidade de materiais é bastante expressiva para as principais regiões produtoras do Brasil.

Aqui é a safra inverno e depois a safra verão. De novo. Grupo 1, Grupo Precoce, Grupo Médio e Grupo Tardio. Claro que, dependendo da região, temos muito mais cultivares de Grupo Precoce ou Grupo Médio sendo utilizado do que Grupo Tardio. A preferência hoje, claro, para o agricultor é fazer duas safras, e ele geralmente utiliza a soja precoce e depois o milho.

Da mesma forma que eu fiz para a soja acerca da evolução com relação ao convencional e ao transgênico, fiz para milho.

Aqui são registros do Ministério da Agricultura para o milho. De novo, 1998 não poderíamos considerar, são registros represados. Temos, na verdade, aqui, de 1999 a 2007, basicamente as cultivares convencionais. Não tínhamos transgenia no mercado ainda. Eram 46 cultivares lançados por ano em milho. Depois dos eventos geneticamente modificados, esses números aumentam um pouquinho: 54 cultivares, por ano, convencionais são lançados no mercado. E 106 cultivares transgênicas são lançados no mercado.

Vale a pena ressaltar dois pontos interessantes com relação à questão dos geneticamente modificados e convencionais. Sessenta e cinco por cento das variedades transgênicas têm a sua versão convencional no mercado. É extremamente interessante para as empresas terem as duas versões, tanto a convencional quanto a transgênica para atender aos diferentes níveis de agricultores e para aquilo que o mercado está apontando, para aquilo que vai ser utilizado.

Pois não.

A SRª KATIA ABREU (Bloco Maioria/PSD – TO) – São aprovados 106 cultivares/ ano, transgênicos ?

O SR. CARLOS EDUARDO DE CAMPANTE SANTOS – Sim. Registram.

A SRª KATIA ABREU (Bloco Maioria/PSD – TO) – Registram.

O SR. CARLOS EDUARDO DE CAMPANTE SANTOS – Registrados no Ministério da Agricultura.

A SRª KATIA ABREU (Bloco Maioria/PSD – TO) – CTNBio?

O SR. CARLOS EDUARDO DE CAMPANTE SANTOS – Não, não, na CTNBio, não. Todos aqui são dados do Ministério da Agricultura. Deixe-me explicar.

A SRª KATIA ABREU (Bloco Maioria/PSD – TO) – Eu não entendi.

O SR. CARLOS EDUARDO DE CAMPANTE SANTOS – Cultivares com o mesmo evento.

A SRª KATIA ABREU (Bloco Maioria/PSD – TO) – É o mesmo evento?

O SR. CARLOS EDUARDO DE CAMPANTE SANTOS – O mesmo evento, de empresas diferentes, sendo aprovados.

A SRª KATIA ABREU (Bloco Maioria/PSD – TO) – Ah! Porque do jeito que está aqui fica parecendo que se produzem 106 todos os anos. E não é isso.

O SR. CARLOS EDUARDO DE CAMPANTE SANTOS – Não, na verdade são registros ...

A SRª KATIA ABREU (Bloco Maioria/PSD – TO) – É uma raridade produzida.

O SR. CARLOS EDUARDO DE CAMPANTE SANTOS – São registros nacionais de cultivares, registros dentro do Ministério da Agricultura são por empresa, por cultivar. Então, se a empresa tem uma cultivar transgênica e um convencional, são dois registros diferentes, mesmo que tenham o mesmo evento.

A SRª KATIA ABREU (Bloco Maioria/PSD – TO) – É o mesmo evento que já cumpriu patente, e as empresas começam a registrar. Mas é o mesmo evento, é o mesmo produto.

O SR. CARLOS EDUARDO DE CAMPANTE SANTOS – Sim.

A SRª KATIA ABREU (Bloco Maioria/PSD – TO) – RRBT.

O SR. CARLOS EDUARDO DE CAMPANTE SANTOS – Isso! RR da Brasmax, RR da Embrapa, RR da Monsanto. Então, é o mesmo evento.

A SRª KATIA ABREU (Bloco Maioria/PSD – TO) – Caiu patente.

O SR. PAULO EDUARDO DE CAMPANTE SANTOS – Não caiu patente. Na verdade, são produtos que foram registrados após a avaliação da CNTBio. A avaliação da CTNBio deu parecer favorável. Aquilo, para nós da área de sementes, é semente como qualquer outra. Então, a partir da avaliação de biossegurança da CTNBio, as empresas estão passíveis de registrar

as cultivares dentro do Registro Nacional de Cultivares do Ministério da Agricultura.

Bom, era isso que eu tinha para apresentar para os senhores. De novo, coloco a Abrasem à disposição. Coloco-me à disposição para responder às perguntas que forem necessárias. E, com relação aos dados, temos os dados disponíveis, são públicos. Para qualquer informação adicional, estamos à disposição, Senador.

Muito obrigado.

O SR. PRESIDENTE (Benedito de Lira. Bloco Maioria/PP – AL) – Nós agradecemos ao representante da Associação Brasileira de Sementes.

Gostaria de registrar a presença do Presidente da Associação Brasileira dos Produtores de Sementes de Soja, Sr. Elton Hamer.

E agora vamos abrir o debate.

Em primeiro lugar, concedo a palavra à Senadora Ana Amélia, a primeira subscritora do requerimento para convocação desta audiência pública.

Com a palavra, o Senador...

O SR. EDUARDO SUPLICY (Bloco Apoio Governo/PT – SP) – Pela ordem. Em virtude de ser Relator de um item que vai se iniciar na CRE daqui a um instante, eu preciso me ausentar. Já deixei a minha pergunta e agradeço se puder ser considerada.

O SR. PRESIDENTE (Benedito de Lira. Bloco Maioria/PP – AL) – Eu já havia registrado a inscrição de V. Exª.

O SR. EDUARDO SUPLICY (Bloco Apoio Governo/PT – SP) – Muito obrigado. Cumprimento a todos.

O SR. PRESIDENTE (Benedito de Lira. Bloco Maioria/PP – AL) – Está feita a justificativa.

Com a palavra, a Senadora Ana Amélia.

Vou inscrever o Senador Blairo.

O SR. CASILDO MALDANER (Bloco Maioria/PMDB – SC) – Pela ordem.

O SR. PRESIDENTE (Benedito de Lira. Bloco Maioria/PP – AL) – Com a palavra.

O SR. CASILDO MALDANER (Bloco Maioria/PMDB – SC) – Eu sou Relator de uma MP na Comissão de Orçamento e também daquele empréstimo para os Municípios que a Presidente tem prometido liberar a primeira parcela agora, em agosto, aquele 0,5%. E eu vou me ausentar, infelizmente, mas quero deixar meus cumprimentos a V. Exª e aos que aqui compareceram, meus colegas.

O SR. PRESIDENTE (Benedito de Lira. Bloco Maioria/PP – AL) – Está bom! Agradeço a V. Exª pela presença.

Com a palavra, a Senadora Ana Amélia.

A SRª ANA AMÉLIA (Bloco Maioria/PMDB – RS) – Caro Presidente Benedito de Lira; caros colegas Senadores; Senadora; Senadora Kátia Abreu, Presidente da CNA; Senador Blairo Maggi, que hoje é um especialista e cuja presença aqui é muito importante para esta matéria; Senadores Casildo e Eduardo Suplicy, que me antecederam; Senadores Sérgio Souza, Cyro Miranda, Jayme Campos, meus cumprimentos.

Eu quero homenagear um conterrâneo meu, representante comercial, que mandou uma mensagem com uma frase emblemática: "O que acontece com a terra acontece com os filhos da terra". Acompanhava um debate, ele, que é representante comercial – faço questão de citar o nome: Renato Zornitta, que nasceu em Lagoa Vermelha, minha cidade natal, próxima de Sananduva, que também fica na região nordeste do Rio Grande do Sul, também produtora de soja, trigo e milho.

Eu queria elogiar a qualidade das exposições feitas, mas evidentemente fiquei com algumas preocupações.

Dr. Maurício, Presidente da Embrapa, na exposição, o senhor disse que a Embrapa não comercializa a sua pesquisa, mas gera pesquisa e repassa para uma empresa que produz e faz a comercialização e distribuição. Eu quero saber como é esse processo e, quanto à Embrapa, que também fez investimentos públicos, como é essa remuneração que tem que ser feita para esse trabalho. Como é essa parceria? Essa é a primeira questão.

A outra questão é se nós temos condições – e há um ambiente favorável hoje – de ampliar essa subsidiária para entrar no campo dos bancos genéticos e especialmente da tecnologia propriamente dita, se o investimento e o orçamento da Embrapa estão adequados às novas exigências do mercado, porque se viu, na exposição do Reginaldo Minaré, que uma empresa fez um investimento de 2 bilhões em Catalão, o que é maior do que o orçamento da própria Embrapa. Qual é a garantia que temos? A Embrapa, empresa de 40 anos pela qual eu tenho um enorme respeito, pode atender a essa demanda cada vez maior.

Na mesma linha, que política específica se adota, porque o Décio Sieb, da Contag, falou muito da necessidade de apoio e suporte? Os agricultores familiares não estão nesse mercado convencional da competição. Eles estão num mercado – eu diria – marginal em que a renda é importante, mas a infraestrutura é deficiente para todos, não só para o pequeno, mas para o médio e grande. E também como é que a Embrapa, nesse caso particular, opera para dar – digamos – uma atenção específica de política pública para uma proteção maior à questão do setor da agricultura familiar?

Dr. Mauricío, a Embrapa pode ter uma média de produtividade de milho, já que essa é uma cultura das mais importantes, porque é de consumo humano e tem, na região Nordeste e no meu Estado, um papel

relevante. Quando é que a média de produtividade vai aumentar? Hoje o senhor tem, como mostrou bem no seu gráfico, um pico de produtividade pequeno, agricultura familiar, talvez com o cultivar muito tradicional e uma superprodutividade da agricultura de alta precisão, como acontece lá no meu Estado, na região de Não-Me-Toque, por exemplo. Então, queria saber isso, quais as dificuldades que a Embrapa eventualmente tem quando se junta a empresas multinacionais para fazer o processamento dessas tecnologias e como é que isso acontece.

Ao representante do Cade, Pedro Lyra, informo que fiquei um pouco em dúvida sobre a sua exposição. O senhor falou que há uma discussão interna no Cade hoje. No caso especialmente da biotecnologia, da biociência ou dos produtos modificados geneticamente, eles precisam ser submetidos à CTNBio. E a CTNBio é muito rigorosa, ela avalia tecnicamente as novas cultivares. Pelo que o senhor disse, há uma discussão interna no Cade para saber se aquilo que foi aprovado tem de ser submetido ao Cade, porque aí é um problema de concorrência, de disputa concorrencial, de submeter também ao Cade para que ele possa liberar, dar a licença, para que essa cultivar ou essa semente entre no mercado e possa ser comercializada. Não sei se entendi bem, se foi exatamente isso, exatamente essa a discussão que se impõe, na medida em que seria um atraso, do ponto de vista da agilidade com que acontecem essas transformações na pesquisa, esperar um ano, dois anos para liberar uma licença para entrar no mercado, período em que já estará avançando outra pesquisa, com outro produto melhor do que aquele. Aí o investimento seria perdido. Esse é um problema do custo burocrático de mais uma etapa a vencer na nossa já custosa burocracia estatal.

Ao Paulo Eduardo: o senhor foi um equilibrista, pois representa aí todos os lados; o senhor é um equilibrista mesmo. Queria saber se a Embrapa pode ser, na visão da Abrasem, um poder moderador para equilibrar a demanda do mercado, desse mercado cada vez mais concentrado, com uma política de alcance social para atender a questão da agricultura familiar. Ela que vai fazer isso? Ela tem condições, hoje, de suprir essas necessidades?

Dr. Reginaldo, o senhor abordou com bastante propriedade toda a concentração e falou muito sobre a questão de que a entidade procura um entendimento sempre para evitar a judicialização. Tem sido feliz nesse esforço de buscar um entendimento para evitar a judicialização? Recentemente, houve uma demanda da CNA e dos produtores com a Monsanto especificamente sobre *royalties*. Houve sucesso nesse processo? O senhor lembrou bem que o caso dos fertilizantes é mais grave. A concentração é pior no setor de fertilizantes. Como é que a gente consegue... Pelo que o senhor disse, a entidade está fazendo estudos estratégicos para ver planos e sugerir algumas medidas ao Governo para que a gente consiga sair dessa dependência, que é prejudicial, no caso de fertilizantes ou de defensivos agrícolas, já que a entidade, aqui, brilhantemente, com a Senadora Kátia Abreu, tratou da questão dos portos, que já foi aqui submetida ao Senado Federal nesse caso específico, porque o caso dos fertilizantes afeta a todos, pequenos médios e grandes.

Ao Dr. Márcio Santos queria também repetir essa questão relacionada à convivência desse processo do uso da semente para o agricultor. Como é que empresa que detém as tecnologias pode fazer uma fiscalização? Como é que ela opera para saber se ele está usando aquela semente para uso próprio ou comercializando aquela semente que, eventualmente, tenha sido produzida ou desenvolvida pela Monsanto? Como é que, nesse momento, está a relação, que foi bastante conflituosa e conflitada, entre a empresa detentora dos *royalties* de soja modificada geneticamente com os produtores rurais neste momento? Ainda há demandas judiciais ou etapas a serem vencidas?

Então, em princípio, são essas as minhas questões para permitir um debate maior.

Muito obrigada, Sr. Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Benedito de Lira. Bloco Maioria/PP – AL) – Em um primeiro momento, vamos fazer assim, como há três Senadores inscritos, eu consultaria à Mesa o seguinte: eu vou ouvir os três Senadores e os senhores ficarão à vontade para responder às perguntas de uma só vez.

Concedo a palavra a essa extraordinária Senadora e Presidente da Confederação Nacional da Agricultura, Kátia Abreu.

A SRª KÁTIA ABREU (Bloco Maioria/PSD – TO) – Obrigada, Sr. Presidente.

Quero aqui reiterar o que disse a Senadora Ana Amélia a respeito das exposições, da maior categoria, do elevado o debate.

O SR. BLAIRO MAGGI (Bloco União e Força/PR – MT) – Senadora Kátia, V. Exª me permite, por favor?

A SRª KÁTIA ABREU (Bloco Maioria/PSD – TO) – Pois não.

O SR. BLAIRO MAGGI (Bloco União e Força/PR – MT) – Eu só queria anunciar a presença do Secretário do Meio Ambiente, José Lacerda, de Mato Grosso. Ele está conosco na audiência, mas precisa sair. Então, antes que saia, eu queria fazer o registro da presença dele aqui.

Muito obrigado, Senadora. Desculpe.

A SRª KÁTIA ABREU (Bloco Maioria/PSD – TO) – Imagine.

Seja bem-vindo, Sr. Secretário de Meio Ambiente do Estado de Mato Grosso!

Eu acho que são bastante esclarecedoras todas as participações. Quero louvar a Senadora Ana Amélia pela iniciativa.

Em primeiro lugar, eu gostaria de falar a respeito dessa concentração. Ela já me preocupou mais há alguns anos. Então, como nós não temos mecanismos para evitá-la, temos que aprender a conviver com ela. Isso acontece em toda parte do mundo, em todos os setores, não só na agricultura, mas nos determinados segmentos econômicos. Principalmente depois da globalização, as empresas estão se unido cada vez mais para garantir a sua *performance* e a sua produtividade. Então, o importante não é o produto inteiramente feito em determinado lugar; é lutar para que a gente faça parte de um pedaço daquele produto que deverá ser produzido em toda parte do mundo, finalmente chegando ao consumidor. Nesse aspecto, a regulação é que tem que ser a nossa obsessão, fazer com que a regulação funcione, com que nós possamos fortalecer cada vez mais o Cade e tentar estabelecer conselhos de negociações. Não há outra alternativa. Judicializar só vai beneficiar os mais fracos em termos de instrumentos, que são os produtores, que são aqueles que usam o produto.

Não preciso dizer que a Justiça brasileira é morosa, é demorada. Então, temos o exemplo dos conselhos, Consecana, Conseleite, nós estamos caminhando para o Consebov, Consecitrus, que são conselhos que não obrigam ninguém a fazer, mas são uma forma de constranger publicamente o excesso, principalmente pelo lado dessas empresas, e de tornar públicas essas negociações. Então, os conselhos de acordos de preços podem ser um fórum de negociação transparente e de constrangimento a abusos – não há outra forma –, como, por exemplo, o que ocorreu aqui, perguntado pela Senadora Ana Amélia, com relação à Monsanto e a semente transgênica, demanda que começou com muita competência no Mato Grosso, que é o Estado que produz 10% da soja do mundo. A Federação da Agricultura entrou com esse processo e está sendo vitoriosa. Mas, no meio do caminho, nós temos muitos produtores que não são grandes, produtores pequenos de soja que não têm a mesma condição financeira dos grandes produtores de Mato Grosso e de outras partes do Brasil, como do meu Tocantins, de Goiás, de Mato Grosso, de bancar uma ação na justiça. Então, nós conseguimos, sem perder nenhum direito por parte dos produtores, um acordo para que os pequenos e médios voluntariamente entrem na Justiça ou não sem perder a sua condição.

Toda essa questão precisa, cada vez mais, ser aperfeiçoada. Lutar contra a maré da concentração é muito difícil e, praticamente, desanimador. Precisamos de regulação em toda a situação.

Por trás da Monsanto, por cada transgenia, especialmente a desenvolvida pela Monsanto, pela Basf, pela Syngenta, o que ocorre – e temos que estar atentos a isso? Existe, hoje, uma luta comercial muito forte entre Europa e Brasil e Estados Unidos. Quer dizer, como é que se explica duas regiões tão desenvolvidas, especialmente a Europa, que é milenar em termos de conhecimento, em termos de segurança, ter uma rejeição tão grande por parte dos transgênicos e Estados Unidos, na mesma condição tecnológica, apoiar a transgenia e ter praticamente 100% dos seus produtos transgênicos? Por trás dessa luta, há algum negócio. Ela não é tão inocente assim, apenas uma resistência da saúde humana. Eu desconfio muito dessas práticas.

O subsídio, a subvenção europeia propõe aos seus produtores o combate à transgenia, e os ajuda a fazê-lo, porque os Estados Unidos e o Brasil, sem a transgenia no milho, sem a transgenia na soja, sem a transgenia no algodão são extintos do mercado – nós não temos subvenção suficiente para bancar o não uso da transgenia, como podem os produtores europeus. Então, por trás disso tudo, há, na verdade, um interesse comercial de pequenos produtores europeus. E essa subvenção no bolso do cidadão europeu não significa nada. Então, essa aversão construída de forma inteligente na Europa é insana, é uma forma de proteger os seus produtores, porque sabem que esses dois grandes países não resistem, não sobrevivem sem a transgenia, do ponto de vista do custo de produção.

Se nós não tivermos a transgenia no algodão... Ela faz com que o algodão exista no Brasil e nos Estados Unidos, porque 50% do custo de produção, por exemplo, nessa área, é economizado com o uso desse produto. E o que tem a transgenia a ver com a economia de defensivos? A transgenia impõe a resistência a pragas. Então, o produtor vai gastar menos com esses defensivos, com esses agroquímicos e, portanto, vai ficar competitivo.

Então, a união nossa com os Estados Unidos, que são, na verdade, nosso concorrente, é muito importante para esclarecer isso. A Europa é uma formadora de opinião para o resto do mundo. Então, essa resistência aos transgênicos contamina a China, contamina o Japão, contamina todos os países, no sentido de criar e seguir a linha europeia de comportamento.

Eu recebi, na semana passada, o ministro da agricultura americano, com vários senadores. Justamente

discutimos esta questão: "Ah, vocês são da bancada da Monsanto." Eu acho que eu estou com muita idade para aqui defender empresa A ou B. Eu não tenho o menor constrangimento em falar isso. Quisera que houvesse várias monsantos para produzir produtos de biotecnologia, que fazem tanto bem a todos nós!

Eu queria reconhecer aqui o trabalho do Dr. Reginaldo Minaré, que nos ajuda há anos e foi um dos criadores, quem formou a CTNBio no Brasil, e eu tive o prazer de poder interferir e melhorar a *performance* da transgenia no País, com a mudança da CTNBio no quórum de votação, com o apoio e todo o trabalho feito pelo Dr. Reginaldo Minaré.

Mesmo com essa mudança na CTNBio, que nós conseguimos fazer ainda quando eu era Deputada – Aldo Rebelo foi de fundamental importância, como Presidente da Câmara –, mesmo assim, nós estamos anos luz atrasados em relação à biotecnologia americana. Enquanto nós estamos no BR1, BRBT, eles já estão lá na frente, juntando BR com BT mais um e mais dois, e nós ficando ainda para trás. É um rescaldo da ideologia e do preconceito ideológico puro e simples contra a biotecnologia.

Vou dar um exemplo mortal para a sua região, Presidente Benedito de Lira. Nos Estados Unidos, a Monsanto, em Saint Louis, já está praticamente com a pesquisa pronta do milho resistente à seca, que é uma demanda do Nordeste brasileiro principalmente. E nós precisamos superar essas dificuldades, pegar essa pesquisa já pronta nos Estados Unidos e tentar adaptá-la, superar as regulações e as leis, e trazer urgentemente esse elemento para cá, esse evento de milho resistente à seca, superando burocracias infundadas, para que os produtores e o Brasil possam se beneficiar dessa tecnologia o mais rápido possível. Podemos apenas fazer os testes locais. A agricultura nos Estados Unidos, o ambiente agronômico, nos Estados Unidos, é diferente? É. Simplificaria muito mais apenas fazer essas considerações e autorizar rapidamente a produção do milho resistente à seca aqui em nosso País.

Eu gostaria muito de saber a opinião do Presidente da Embrapa a respeito, e do Dr. Reginaldo Minaré.

Com relação à exposição da Contag, na verdade, ele colocou aqui um ponto muito importante e verdadeiro. Às vezes as pessoas falam: "Os pequenos agricultores precisam ter o acesso à inovação e à tecnologia de ponta." Eles precisam ter o conhecimento. Eles precisam ter acesso ao fato de que ela existe, precisam ter o conhecimento a respeito dela, para depois decidir se vão usá-la ou não.

Eliseu Alves, que é praticamente o primeiro presidente da Embrapa – nós devemos muito a esse cidadão, um mineiro –, disse: "Kátia, a tecnologia, a ciência é do tamanho do bolso do produtor." O representante da Contag disse bem: eu preciso democraticamente conhecer a tecnologia, mas não necessariamente eu serei um produtor inferior por não usar aquela determinada tecnologia, porque ela pode custar tão alto que vai interferir na minha renda e não vai permitir que ela aconteça.

Então, é o mesmo – para dar um exemplo a todos que nos ouvem neste momento e que não têm tempo para se aprofundar nesse tema – em relação à moda. São lançados os desfiles, as coleções de moda pelo mundo afora, mas nem todo cidadão do mundo pode usar uma marca daquela coleção. Mas pode comprar nos magazines, que copiam essas coleções com um preço mais barato, para todos estarem na moda usando não a mesma marca, mas a coleção da hora. Então, a tecnologia é exatamente isto: eu preciso conhecê-la, mas necessariamente não posso comprar essa marca famosa, porque eu ficaria sem dinheiro para comprar outras coisas de primeira necessidade.

Nós precisamos de inovação para os pequenos produtores, assistência técnica e recursos, para que possamos formar uma grande classe média rural brasileira – na verdade, ela está cada dia mais sendo enfraquecida.

Eu gostaria de chamar a atenção também para a questão dos agroquímicos, que muitos gostam de chamar, ideologicamente e preconceituosamente, de agrotóxicos. Se fosse assim, nós teríamos que instituir também os "humanotóxicos", porque os remédios também são drogas, mas são chamados de medicamentos; poderiam ser chamados de "humanotóxicos". Os agrotóxicos, na verdade, são medicamentos para a agricultura e a pecuária, que nós devemos chamar de agroquímicos.

É nocivo o medicamento em excesso? Sim. São nocivos os agroquímicos em excesso? Sim. Então, nós temos que dar o remédio e o agroquímico no ponto e na medida certa, para que não mate o doente e não mate a planta. E cada vez mais procurar inovação, para que os remédios possam interferir cada vez mais em outras áreas do corpo humano, assim como os agroquímicos precisam também de inovação e tecnologia, para interferir o mínimo possível na vida e na saúde de um cidadão.

Acho que essa discussão do preconceito ideológico, dessas fachadas e desses clichês que são criados no mundo faz apenas com que o debate seja rebaixado a um nível medíocre, o que o Brasil não pode mais conceber.

Um ponto importante, Dr. Maurício, que eu também gostaria de abordar, para terminar a minha con-

sideração, é com relação aos produtos que precisam de restrição de uso para a pesquisa eficiente. Por exemplo, o Dr. Reginaldo Minaré disse que nós temos uma legislação, graças a Deus, que permite ao produtor comprar e usar uma semente e guardá-la para o ano seguinte – é um direito que ele tem. No caso da patente, ele pode guardar essa semente, mas vai ter que pagar para quem tem a patente, o *royalty*.

Nós temos um caso muito específico em que o produtor não pode guardar para usar. Em que caso? Nos casos em que vamos fazer pesquisas novas. Por isso, nós precisamos da restrição de uso desse específico evento. Por exemplo, eu preciso pesquisar um evento com relação à madeira, a um eucalipto que precisa ter mais ou menos lignina para que a madeira seja mais dura ou mais mole, dependendo da demanda do setor. Eu não posso fazer isso hoje, mas a Argentina pode. A Argentina está produzindo alfafa que combate a diabete. Então, eu não posso deixar livre a produção desse evento e plantá-lo sem regulação e sem restrição, porque eu posso contaminar a lavoura ou a produção de um vizinho que só quer a madeira dura e não quer a madeira mole.

Existe um projeto, há anos, de minha autoria, na Câmara dos Deputados, tentando restringir o uso de alguns produtos especificamente para a pesquisa, para que possamos desenvolver pesquisa com cana-de-açúcar, com madeira. Existem vários eventos que estão precisando ser pesquisados, mas essa lei de cultivares não permite que, para esse caso de pesquisa única e exclusivamente, possamos fazer. Quer dizer, nós estamos criando barreiras para inovação e tecnologia, com clichês que são desvirtuados para o tema, de acordo com a cabeça e o interesse de alguns.

Então, eu gostaria de dizer da importância desse debate. Que possamos cada vez mais ter consenso nas cadeias da carne, do frango, do porco, do milho, da soja, enfim, de todos os produtos, uma negociação clara, através de conselhos, e que possamos também fortalecer cada vez mais o Cade. A nossa convivência deve ser saudável, mas também a parte comercial é forte. A Monsanto não é mole; ela quer lucro, e quer o lucro cada vez maior. Cabe-nos dizer que existem limites. Vamos com calma! Devemos fortalecer quem pesquisa, que precisa ter seu núcleo de volta, mas não pode exorbitar e fazer mal à cadeia como um todo. Todo mundo tem que ganhar um pouquinho. Um só não pode ganhar tudo ao mesmo tempo.

Obrigada.

O SR. PRESIDENTE (Benedito de Lira. Bloco Maioria/PP – AL) – Muito obrigado, Senadora Kátia Abreu.

Concedo a palavra, como último Senador inscrito, a S. Exª o Senador Blairo Maggi.

O SR. BLAIRO MAGGI (Bloco União e Força/PR – MT) – Muito obrigado, Sr. Presidente Benedito de Lira.

Cumprimento os convidados desta reunião, que foi pedida pela Senadora Ana Amélia e também, como signatário, o Senador Jayme Campos. Parabéns à Senadora e ao Senador.

Também quero cumprimentar o Elton, que é de Mato Grosso, da Aprosmat e também da Abrass (Associação Brasileira dos Produtores de Semente de Soja), uma nova associação que surge para defender os interesses do produtor de soja, de semente de soja. É importante que isso aconteça.

Eu gostaria de, inicialmente, dizer, Senadora Ana Amélia, que o debate foi bom, importante. Cada vez mais precisamos desmistificar uma série de coisas com respeito à agricultura, transgenia, agrotóxicos, etc.

O setor primário é sempre visto como patinho feito do conjunto, mas é o que sustenta. A gente tem uma idéia, quando falam em setor primário, de que ele é secundário, fica lá atrás. Não; ele é primário porque é o primeiro. Quer dizer, é o mais importante de todas as cadeias, sem o qual todo mundo sabe que as cidades não existiram e nem nós estaríamos aqui vivendo em plena democracia, porque democracia significa barriga cheia, em primeiro lugar. Quer dizer, o campo é de extrema importância para as relações humanas e também para os regimes de todos nós.

Para mim, a transgenia – eu nunca fui contra a transgenia, a biotecnologia – eu sempre considerei uma nova técnica que vem como mais uma ferramenta para os agricultores e são eles que vão definir onde, quando e quanto vão usar dessa tecnologia. Se ela for mais cara e não houver renda para o produtor, não vai se usar; buscarão uma de segunda linha, ou o que quer que seja, de segunda e terceira linha, para fazer o equilíbrio entre custo e benefício, decidirão se dá ou não dá para fazer. Então, dentro desse critério, para mim, a biotecnologia vem neste sentido: é mais uma ferramenta para os agricultores.

Isso não significa que o que eu usei na fazenda este ano será repetido no ano que vem. Por exemplo, no ano passado, em determinadas áreas de produção agrícola, foram 100% de transgênicos. Este ano não haverá um pé de transgênico dentro da fazenda – por motivos econômicos, em função da rotação de cultura, da supressão de pragas que já existiram, enfim, há uma série de coisas que são levadas em conta na hora de eu escolher qual variedade e qual tecnologia vou usar. Isso para mim é bem tranquilo, porque as empresas que detêm a biotecnologia têm que estar olhando para o produtor. Aqui foi dito na Mesa: ninguém vai fazer

ou propor uma biotecnologia se o produtor não quiser comprar, seria prejuízo para empresa, são bilhões ou são milhões que estão ali investidos. Então, o mercado é mais ou menos livre e soberano, não tenha dúvida de que ele é soberano.

Nesse aspecto, entra a preocupação do Décio, que vem aqui representando a Contag e faz uma ligação direta com a questão da Monsanto. A Monsanto foi... Aliás, me desculpem, não é a Monsanto, estou falando da Monsanto e olhando para o Presidente da Embrapa, me desculpem. As duas coisas são ligadas porque, enquanto as empresas privadas são listadas em bolsas e têm que dar resultados etc. e tal, são pressionadas nesse sentido, a nossa empresa pública desempenhou o papel extremamente importante no passado de nos colocar no mapa da agricultura brasileira – se não fosse a Embrapa, nós não estaríamos aqui com toda certeza. Mas isso faz parte do passado. Há um velho ditado que diz assim: "Faça a fama e deite na cama". Só que, depois, também tem de levantar de novo, não dá para ficar eternamente lá, e a Embrapa está atrás de novos instrumentos.

Eu sou relator, a propósito, de um projeto de lei aqui no Senado que vai dar à Embrapa – nós estamos fechando isso com o Presidente Maurício e os demais para depois trazer às colegas e aos colegas Senadores na Comissão – instrumentos para ela poder competir nesse meio. Nós não podemos dizer à Monsanto que não faça, não podemos dizer à Bayer que não faça, não podemos dizer à Ciba não faça. Não, todo mundo tem que fazer, mas a nossa empresa pública também tem que fazer para vir ao encontro daquilo que o Décio está colocando.

E como ficam os pequenos agricultores, aqueles mais marginalizados, os da agricultura familiar? Nós queremos todos juntos, nas mesmas condições, até porque, quando o produto chega à prateleira, ninguém pergunta se é da agricultura familiar, do médio produtor ou do grande; ele chegou e está disponível para o consumidor. Então, você vê que há uma relação muito próxima entre as duas coisas.

A única coisa que me incomoda, e aí é mais em relação à Monsanto, porque só temos uma multinacional aqui – não me dirijo especificamente a você, Márcio, mas é que você está aqui representando as demais; não representando, mas é a única empresa que está no nosso meio –, é a forma como nós fizemos isso, como vocês fazem isso. Se o mercado é livre, deve andar sozinho, o agricultor deve escolher, e não deve ser pressionado ao ponto de não encontrar no mercado a variedade B, com a tecnologia B, com o preço mais barato de que precisa. Esse, acho, é o maior ponto que temos que discutir, porque, da forma como vêm sendo conduzidos os programas...

A Monsanto fez isso com muita propriedade anos atrás. E eu fui um dos que muito reclamou desse sistema, porque, quando você licencia, Senadora Ana Amélia... Eu sou produtor de semente, então eu quero fazer tecnologia da Fundação Mato Grosso, outro quer fazer tecnologia lá da Coamo ou lá das cooperativas do Paraná, que também têm tecnologias, então, para entrar no programa da Monsanto, eu tenho que assinar com ela um acordo de que farei 70% da semente disponível do meu sementeiro, da minha capacidade – eu tenho que fazer 70% ou 60% ou 80% – com o que ela está disponibilizando. Isso reduz a oferta no mercado das demais e tira do mercado as demais.

Então, acho que esse é o processo, esse é um acordo que o Cade tem que acompanhar, porque, senão, você vai criando as condições para um determinado programa ir se afastando, afastando. Daqui a pouco, vão ficar só as grandes multinacionais no processo, os pequenos não poderão ficar – as fundações e coisa e tal –, porque eles não têm mais multiplicador. Uma coisa é você fazer pesquisa e outra coisa é você ter o sistema que multiplica essas sementes para chegar aos milhões de sacas de que nós precisamos para disponibilizar para o produtor. Então, essa é a questão que se liga àquilo que o Décio, da Contag, está colocando. Se nós não olharmos isso com um pouco mais de profundidade, poderemos chegar, daqui a algum tempo, a ficar sob o domínio – não quero dizer que seja da Monsanto – de um, dois ou três grandes conglomerados que fecharam o sistema via autorização para os outros produtores de semente fazerem as multiplicações. Isso é um fato, vem acontecendo.

Eu até chamei a atenção da Senadora Ana Amélia para um fato que apareceu nos registros. Podem ver que, nos últimos anos, a quantidade de semente transgênica produzida é muito maior do que a não transgênica. Em Mato Grosso, acontece de, em alguns momentos, o produtor procurar semente não transgênica, e não achar. Ele não acha porque o sementeiro não conseguiu fazer, porque o contrato que ele tem com as grandes do setor o obriga a fazer volume pequeno.

Esse era o ponto para o qual eu gostaria de chamar a atenção. E gostaria de que, depois, o Maurício, da Monsanto, pudesse...

A SRª ANA AMÉLIA (Bloco Maioria/PP – RS) – O Maurício é da Embrapa. É o Márcio.

O SR. BLAIRO MAGGI (Bloco União e Força/PR – MT) – O Márcio. É que estou sem os óculos. Desculpe-me, Márcio. Gostaria de que o Márcio pudesse fazer, então, uma explanação de como vocês estão atuando nesse mercado. Eu não sou contra as

empresas montarem as suas estratégias. Isso faz parte do negócio. Agora, o outro lado precisa reagir também. E aqui quem tem de reagir é o setor público. O setor público tem de dizer: "Espere, aí; do jeito que está eu vou para as cordas".

Nós sempre falamos que, como agricultor – não temos nada contra os integrados de frango; eles têm uma cadeia e trabalham –, não queremos ser um integrado, como é o integrado de frango, que não controla nada. Vem tudo controladinho e só vem, no final, um preço, se é quase um terceirizado no processo. Queremos participar efetivamente. Então, essa é uma preocupação que eu coloco na mesa para discussão.

Mais uma vez, Presidente Lira, quero dizer que a Embrapa é de fundamental importância para que fiquemos um pouco livre desse assunto. Não será com um milhãozinho que nós vamos resolver o problema da Embrapa. Aí tem de haver os bilhões que a Monsanto tem, que a Bayer tem. São bilhões; bilhões de reais. Se eu fosse Presidente da República, não teria medo algum de mandar colocar os bilhões necessários, porque isso significa a independência de um país, significa a autonomia e a tranquilidade de uma população.

Muito obrigado.

O SR. PRESIDENTE (Benedito de Lira. Bloco Maioria/PP – AL) – Agradeço a manifestação de V. Exª.

Eu falava, antes de iniciarmos este debate – como bem disse o nobre Senador Blairo, falar setor primário, como é tratada a agricultura, significa dizer que está na aprendizagem, está no começo, por isso é o primeiro –, eu dizia, Kátia, ao Presidente da Embrapa que eu lamento profundamente que, em um País que tem uma vocação eminentemente agrícola, os investimentos do Ministério da Agricultura são pífios em relação ao tamanho e à importância que tem esse setor para o seu desenvolvimento. Enquanto todos os outros índices sempre resultam negativos, a sustentabilidade vem por meio do agronegócio. E a Embrapa realmente é uma empresa que orgulha não só aqueles que produzem, mas o Brasil todo. E nós precisamos cuidar muito bem dessa jovem, porque, com 40 anos, ela já produziu extraordinários avanços, mas precisa ir muito além.

Agora há pouco eu mostrava ao Presidente da Embrapa a informação de que a Monsanto e a Basf investem no desenvolvimento do milho, como falou V. Exª, e ainda está em um processo de melhoramento; não tem ainda uma produção de mercado.

O Presidente possivelmente fará alguma manifestação a respeito das observações de V. Exª, Kátia. Mas eu gostaria, na sequência, de conceder a palavra, em um primeiro momento, ao Presidente da Embrapa, para responder...

A SRª KÁTIA ABREU (Bloco Maioria/PSD – TO) – Pela ordem, Sr. Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Benedito de Lira. Bloco Maioria/PP – AL) – Pois não, Senadora.

A SRª KÁTIA ABREU (Bloco Maioria/PSD – TO) – Eu gostaria apenas de acrescentar mais uma pergunta principalmente à Embrapa.

Até 2011, o orçamento da Embrapa não poderia ser contingenciado. A partir de 2011, mudou-se a norma e agora pode. Esse é um ponto que nós precisamos...

O SR. PRESIDENTE (Benedito de Lira. Bloco Maioria/PP – AL) – Rever.

A SRª KÁTIA ABREU (Bloco Maioria/PSD – TO) – ... discutir nesta Comissão.

O SR. PRESIDENTE (Benedito de Lira. Bloco Maioria/PP – AL) – Perfeito.

A SRª KÁTIA ABREU (Bloco Maioria/PSD – TO) – A segunda pergunta, Presidente Maurício, é com relação ao orçamento da Embrapa. Sinceramente, eu não acompanho os detalhes, apenas defendo no geral, nós gostaríamos, eu gostaria de receber, de forma detalhada, a expectativa de um orçamento real da Embrapa. O que precisaríamos para produzir sementes transgênicas no País com patente nacional e "embrapiana"?

Então acho que atrairia muito mais a força do Congresso se nós pudéssemos ver esse orçamento aberto, porque cada Parlamentar representa uma Região. E para uma Região vai interessar mais determinado produto. Nós ficaríamos mais fortes no orçamento se nós pudéssemos ver a expectativa da Embrapa em termos de recurso para fazer esse tipo de pesquisa.

Obrigada.

O SR. PRESIDENTE (Benedito de Lira. Bloco Maioria/PP – AL) – Eu gostaria só de pedir permissão a V. Exª para fazer um adendo à sua proposta: que o Presidente da Embrapa, em vez de encaminhar individualmente, encaminhe à Comissão, e a Comissão faz a distribuição. É interessante que nós tenhamos conhecimento desses detalhes.

O SR. MAURÍCIO ANTÔNIO LOPES – Sr. Presidente...

O SR. PRESIDENTE (Benedito de Lira. Bloco Maioria/PP – AL) –Com a palavra.

O SR. MAURÍCIO ANTÔNIO LOPES – Muito bem. Gostaria de cumprimentar a Senadora Kátia Abreu, o Senador Blairo Maggi, novamente cumprimentar a Senadora Ana Amélia e rapidamente tentar cobrir alguns pontos que foram colocados – talvez não individualmente os pontos colocados por cada um de V. Exªs, mas tentando fazer uma análise mais geral de pontos importantes que foram colocados aqui.

Eu acho importante a gente trazer uma discussão aqui para a Casa: o entendimento do que é o setor público nesse ambiente de inovação. Nós entendemos o papel do setor público, num primeiro momento, quando tudo está por ser feito, como que de uma locomotiva limpa-trilhos, que vai à frente, abrindo espaços, removendo as limitações, para que, atrás, venha a locomotiva do setor privado, fazendo investimentos e ocupando espaço. E assim foi nesse segmento.

A Embrapa, na sua primeira fase, funcionou muito como essa locomotiva limpa-trilhos; importou germoplasma, fez programas de melhoramento para as mais variadas espécies no Brasil – como eu disse, nós temos 80 programas de melhoramento genético. A Embrapa, até o final dos anos 90, tinha cerca de 60% do mercado de cultivares de soja. Nós chegamos a ter 30% do mercado de cultivares de milho.

Obviamente, quando as limitações foram removidas – as limitações do ambiente, as limitações legais –, veio o setor privado, fez investimento, ocupou espaço. E é absolutamente natural que – nós temos que encarar isso –, quando ocorre essa evolução, o setor público retraia – essa retração é natural – e o setor privado ocupe espaço.

Na nossa visão, não faz absolutamente nenhum sentido a Embrapa estar fazendo esforço, investimento de recursos públicos, para competir com empresas que estão cumprindo bem o seu papel. A nossa visão tem que ser de integração, de sinergia e de complementação; e não de competição. Esse eu acho que é um ponto muito importante. E é importante que o setor público incorpore e perceba o seu papel nos diferentes momentos – no momento em que está tudo por ser feito e no momento em que você tem grandes operadores no mercado e empresas atuando com eficiência.

O que não pode acontecer, em absoluto, é o setor público ser completamente eliminado desse segmento de inovação. Isso já aconteceu no mundo inteiro. Nenhum país – talvez com exceção da China ou da Índia – tem instituições como a Embrapa ou instituições públicas operando nesse mercado. Em todos os outros lugares do mundo, inclusive, os grandes produtores agrícolas praticamente desmantelaram todas suas instituições. O ARS, que é a instituição irmã da Embrapa nos Estados Unidos, praticamente não tem mais programa de melhoramento, não gera novas cultivares.

Portanto, nós estamos bem nesse sentido, porque nós temos uma estrutura e uma capacidade de operar nesse segmento no Brasil que é inigualável. Poucos países as têm. E é importantíssimo que a gente mantenha isso. O setor público não pode se afastar. Nós temos que operar e manter um espaço para sermos essa garantia e esse balanço, como uma cunha nesse mercado, garantindo o posicionamento estratégico do Estado, para que a gente evite desbalanços e riscos nesse segmento tão importante. Então eu acho que esse é um ponto crítico.

Muitos perguntam por que a Embrapa não tem mais 60% do mercado de soja. Não terá mais. É importantíssimo que a gente tenha uma parte desse mercado, que a gente aprenda e saiba lidar com esse mercado, inclusive com as inovações disruptivas que estão chegando.

A Senadora me pergunta como é que a Embrapa atua e como é que se dá a remuneração.

Outra coisa importante: não existem instituições públicas vendendo semente aos produtores. Isso não existe. Muitos acham que isso acontece, que a Embrapa produz, ensaca e entrega a semente aos produtores. Isso não acontece.

As instituições públicas precisam de operadores privados com os quais elas operem, elas atuem em sinergia, em parceria, para que as suas inovações cheguem ao mercado. Daí o risco de, tendo poucos operadores privados, as instituições públicas perderem o elo, perderem o caminho para o mercado de sementes. Essa é uma realidade. Nós temos então que manter certa diversidade de empresas no mercado, operadores que possam trabalhar com o setor público fazendo fluir para o mercado as inovações que o setor público gera. Do contrário, o setor público não terá braço e perna para chegar ao fim da linha, ao produtor. Essa é uma realidade. Então garantir a diversidade de operadores é absolutamente fundamental para que tenhamos o balanço entre o público e o privado nesse segmento.

Outro ponto importante. Foi falada aqui muito a questão do orçamento, se a Embrapa tem orçamentos adequados para operar, se a Embrapa tem orçamentos adequados para nos ajudar a dar novos saltos. Eu, sinceramente, gostaria de trazer, antes da questão orçamentária, outra discussão que é extremamente importante que venha para esta Casa, que é a discussão dos mecanismos. Antes de discutirmos o orçamento que é necessário para as instituições públicas ocuparem espaço, é absolutamente necessário que discutamos que mecanismos são necessários para que o setor público possa participar, possa ser um ator importante nesse mercado.

A nossa certeza é de que, com os mecanismos que temos, com as limitações que temos, nós não conseguiremos ser operadores competitivos nesse mercado.

Nós precisamos dar ao setor público mecanismos de agilidade, de competência, de negociação, para lidar com as ferramentas e os conceitos de negócio que são dominantes aqui nesse mercado. E estamos fazendo

isso. O Senador Blairo Maggi mencionou o PLS 222, para abertura de uma subsidiária da Embrapa, uma SA, que seria inteiramente controlada pela Embrapa e que nos daria o grau de liberdade e flexibilidade para negociar com o setor privado, para lidar com contratos extremamente sofisticados e complexos, para elevar nossa capacidade de operar no mercado e em interação com o setor público em igualdade de condições. Do contrário, nós temos que reconhecer, nós temos a Lei nº 8.666, nós temos contingenciamento de recursos. Nós temos que trabalhar mecanismos para nos livrarmos dessas amarras ou para que consigamos abrandar o mal que essas amarras nos trazem. Aí está uma grande oportunidade.

Então nós estamos muito mais empenhados agora, Senadora Ana Amélia, em trabalhar mecanismos, em discutir que mecanismos uma instituição como a Embrapa, a maior empresa de pesquisa agropecuária na América Latina, precisa ter para que ela seja uma operadora eficiente, competitiva, profissional, rápida nesse mercado, que é isto tudo: eficiente, rápido, competitivo. Se nós não tivermos os mecanismos, dificilmente vamos conseguir operar, mesmo tendo orçamentos muito bons.

Então, a questão orçamentária, na nossa visão, no momento é... Obviamente é sempre importante discutir orçamento, é sempre importante ressaltar a necessidade de se investir mais numa instituição como a Embrapa, mas, no momento, a discussão importante é de mecanismo.

Nós inauguramos, recentemente, uma iniciativa totalmente nova e inédita, acho que poucos sabem. A Embrapa e a Unicamp estão desenvolvendo um novo empreendimento, chamado Umip, unidade mista de pesquisa, inédito no Brasil, uma unidade compartilhada entre a Embrapa e a Unicamp. O que estamos fazendo? Tentando desenvolver um *pipeline* de desenvolvimento de ativos de base biológica, novos genes, novos promotores, novos ativos que possam fluir para o mercado e viabilizar uma maior diversidade de atores e de operadores aqui no Brasil.

O Brasil precisa ter essa capacidade autóctone. As empresas são bem-vindas, deram uma contribuição importantíssima, estão dando uma contribuição importantíssima, estarão aqui por muito tempo, e é muito bom que estejam, mas é importante que o Brasil tenha uma capacidade autóctone. Nós precisamos ter a capacidade aqui dentro do nosso País, com instituições brasileiras, Embrapa, universidades, de desenvolver um *pipeline* próprio, nosso. Isso é possível. A Embrapa está dando mostras de que é possível. Nós somos praticamente a única instituição pública no Brasil que está transitando nesse mercado. Nós estamos num sistema de inovação aberta com a Basf, lançando no próximo ano uma soja transgênica. Nós fomos capazes de desenvolver a nossa própria soja transgênica de maneira autônoma, o feijão, com uma tecnologia extremamente nova, que vai ser lançada em 2015.

Agora, isso é suficiente? É com essa velocidade que nós vamos competir? Não. Nós precisamos de outros mecanismos. Nós precisamos desenvolver no Brasil um *pipeline* capaz de gerar essas inovações e esses ativos e nós precisamos ter um braço de operação no mercado que nos permita dialogar, interagir, ter contratos e relações com os nossos parceiros privados num outro grau de profissionalismo, de velocidade e de rapidez.

Então, antes de dizer que precisamos de R$3 bilhões ou de R$5 bilhões, o que eu estou dizendo aqui é que nós precisamos de mecanismos. E é importante que essa discussão venha aqui para a Casa. Essa discussão do PLS 222 virá. A discussão do *pipeline* que estamos fazendo com a Unicamp nós já estamos levando para o BNDES, porque nós temos que dar a isso uma visão de empreendimento. É um empreendimento público entre uma universidade e uma instituição de pesquisa, mas as duas têm transito e sabem como fazer isso. E nós temos que ter a coragem de mostrar para o mundo que nós também sabemos fazê-lo. É possível desenvolver no Brasil um *pipeline* semelhante ao que a Monsanto tem, que a Basf tem ou que a Bayer tem.

Eu acho que isso o Brasil deve conquistar em função do tamanho, da dimensão e da importância estratégica da nossa agricultura. Nós não podemos abrir mão de construir essa capacidade, assim como não podemos abrir mão de trabalhar interações e relações produtivas com todas as empresas. Estamos fazendo isso com sucesso. Nós temos casos de inovação aberta da Embrapa com as empresas que são casos de sucesso. Agora, nós queremos fazer mais.

Eu acho que temos que pensar seriamente na questão dos mecanismos. Esta é a mensagem importante que eu trago, aqui falando pelo setor público, pela maior empresa de pesquisa agropecuária do Brasil, e eu acho que falo também pelos nossos parceiros: há necessidade de pensarmos, modelarmos e viabilizarmos mecanismos para que o setor público seja um *player* importante nesse mercado. Isso é importante para o Brasil. Isso é importante para a nossa agricultura.

Há outros pontos que a Senadora colocou, por exemplo, a questão da agricultura familiar, essa diversidade. O Brasil é complexo, é plural, é diverso. Nós não podemos trabalhar com esse conceito de uma solução só para todos. O Brasil precisa de muitas soluções

para a agricultura. Essa diversidade de alternativa, a diversidade de escolha é extremamente importante.

Outra coisa que eu vi discutida aqui foi que nós falamos muito em número de empresas. Eu tenho dúvidas se analisar essa questão na perspectiva do número empresas é uma maneira adequada. Nós temos que analisar na perspectiva do número de alternativas tecnológicas que estão permeando esse mercado. De repente, nós temos muitas empresas, mas se pode perguntar: empresas trabalhando com que alternativas tecnológicas? Pode ser um número enorme de empresas, mas um conjunto muito restrito e pequeno de alternativas tecnológicas. Eu acho que o desafio aqui é pensar muito mais a ampliação das alternativas tecnológicas, a ampliação de escolhas do que necessariamente a ampliação do número de empresas, porque a concentração pode-se dar aí também. A concentração não se dá necessariamente pela restrição no número de empresas. Ela pode se dar pela restrição nos modelos de negócio e nas alternativas tecnológicas disponíveis.

Então, visualizar esse conjunto de necessidades... O Brasil precisa ter alternativas para agricultura orgânica, um mercado fantástico, em crescimento. Nós precisamos ter melhoramento genético, empresas de sementes fornecendo e atendendo a esse imenso mercado, que vai crescer tremendamente.

Frutas. Eu acho que o Minaré falou sobre os mercados mais sofisticados, de alto valor agregado, que precisam ser ocupados. A gente precisa lançar um olhar para esse segmento e perguntar: nós temos a indústria que está olhando para essas oportunidades, para essas possibilidades e dando o apoio, o suporte que é necessário? Não sei. Nós precisamos olhar também para essas alternativas.

Foi nesse sentido, Senadora Ana Amélia, que eu falei, no início, em lançar um olhar, digamos, mais criativo – não vou usar de novo essa... Porque as possibilidades vão muito além desse segmento e dessas questões que nós estamos avaliando aqui agora.

Paro por aqui, Senador, para não monopolizar muito a discussão e dar oportunidade também aos colegas de se manifestar.

Obrigado.

O SR. PRESIDENTE (Benedito de Lira. Bloco Maioria/PP – AL) – Sr. Márcio Santos, da Monsanto.

O SR. MÁRCIO SANTOS – Muito obrigado, Senador; muito obrigado, Senadores, pelas questões levantadas, pelas colocações feitas.

Vou-me limitar a três pontos que foram levantados, o primeiro, pela Senadora Ana Amélia, sobre um assunto que eu particularmente, nós da Monsanto gostamos até de falar, que é muito convergente com a exposição brilhante que a Senadora Kátia Abreu fez a respeito de buscar soluções negociadas.

V. Exª fez uma pergunta sobre como estamos hoje. Houve um ruído, uma discussão foi criada, e eu acredito que hoje a minha resposta para V. Exª é que nós estamos felizes com a solução que nós encontramos. Esse é o nosso sentimento. E a razão desse sentimento é que nós entendemos que essa solução traz um benefício para o nosso cliente, que é o nosso maior ativo. O nosso maior ativo, na verdade, não são os nossos produtos. O resultado da nossa empresa não é a soma dos nossos produtos. Aquele resultado que foi citado por alguns, o nosso resultado é a soma do que os nossos clientes decidem usar dos nossos produtos. Esse é o nosso maior ativo.

Foi divulgado, foi colocado que a gente teve uma questão grande com o pessoal do Mato Grosso. Imagino que o Senador Blairo tenha acompanhado isso. E ao longo dos últimos meses, nós construímos uma solução de consenso capitaneada pela CNA e outras federações, outras entidades, inclusive do Rio Grande do Sul. Nós chegamos a uma solução de consenso que pacificava essa questão e, ao longo dos últimos meses, discutimos muito com o pessoal do Mato Grosso e, por último, agora, conseguimos inclusive ampliar o que tinha sido discutido antes e chegamos a uma solução de consenso também com o pessoal do Mato Grosso. Isso foi divulgado há duas semanas.

Então, hoje a gente está muito contente com isso que vem sendo construído ao longo dos últimos meses pela via da negociação, e respeitamos que em alguns momentos se judicialize. Até entendo que, em alguns momentos, isso é necessário, mas a gente acredita muito na solução negociada e hoje a gente tem uma solução para essa questão que foi levantada. Isso esgota...

A SRª KÁTIA ABREU (Bloco Maioria/PSD – TO) – Um aparte, Sr. Presidente, apenas para considerar que essa negociação não foi também tão cândida e santa assim. Porque os produtores ganharam na Justiça por duas vezes, vocês vieram para a negociação. Isso não tem importância. A vida é assim. Judicializa, se negocia. Eu só acho que poderia ter sido facilitado, não deveria ter chegado ao extremo que chegou para essa negociação. Então, essa foi uma experiência ruim em que a Monsanto se negou a negociar e foi preciso os produtores gastarem energia, gastarem dinheiro, enfrentar o estresse, desviando sua concentração da produção para enfrentar a Monsanto.

Obrigada.

O SR. MÁRCIO SANTOS – Eu não quero contrapô-la, Senadora. Acho que a senhora colocou muito bem a questão. Na verdade, a gente vem de conversas

que se iniciaram em abril do ano passado, e muitos acompanharam isso antes da judicialização. Mas, enfim, o ponto é onde estamos hoje. Acho que, infelizmente, para todos, a gente conseguiu uma solução.

Por outro lado, isso não extingue totalmente as discussões, as judicializações. Há outros casos que vão continuar existindo e que nós respeitamos, mas a gente vai sempre buscar uma solução que atenda ao nosso cliente.

O segundo ponto que eu queria comentar é a respeito do que o Senador Blairo colocou sobre os contratos e as limitações, os direcionamentos em relação a volumes dessa ou de outras cultivares ou variedades. Senador, talvez esteja havendo, de novo, alguma lacuna na comunicação, mas eu gostaria de afirmar a V. Exª e a todos os presentes que – e aqui nós temos representantes da indústria de sementes, tanto a Abrasen e, como V.Exª mencionou mesmo, o Presidente da Abrass – isso não existe por parte da Monsanto. Então, eu preciso respeitosamente pedir para fazer esta consideração: isso não existe.

Como produtor rural que sou, assim como V. Exª e imagino que muitos outros, eu também gostaria de deixar ciente que, se isso existisse, não funcionaria, porque o produtor rural tem a opção de salvar semente para o uso próprio. No fim do dia, se eu não encontrasse o produto que eu quisesse, em última análise, eu iria produzir para mim mesmo e essa norma não surtiria efeito.

Voltando à primeira parte, respeitosamente, eu só gostaria de fazer esse comentário de que isso não existe.

O SR. BLAIRO MAGGI (Bloco União e Força/PR – MT) – Márcio, nós não vamos ficar discutindo isso aqui.

O SR. MÁRCIO SANTOS – Sem dúvida.

O SR. BLAIRO MAGGI (Bloco União e Força/PR – MT) – Mas, depois, no particular, nós podemos tratar do assunto.

O SR. MÁRCIO SANTOS – Podemos. Sem sombra de dúvida. Agradeço.

O terceiro ponto é com relação às opções que foram faladas. Eu gostaria só de mencionar – de novo, não gostaria muito de trazer só para a questão da Monsanto, mas, como estou aqui, preciso colocar isso – que nós acreditamos que o produtor precisa ter opções. E nós, neste momento, inclusive, estamos lançando uma nova opção, uma nova tecnologia, e o produtor vai optar se usa ou não; é uma decisão dele.

Em alguns momentos, os produtores vão querer usar nova tecnologia, a Intacta, e não vão encontrar semente disponível. Isso está acontecendo. A gente vive, inclusive, essa angústia. Muita gente fala: "Olha, eu gostaria de usar." Não tem. Isso também acontece com alguma variedade de RR e também com alguma variedade convencional. Isso é fruto de... O processo produtivo de semente depende do clima. É um processo que depende da natureza. Você pode ter oscilações e, às vezes, o produtor não vai conseguir encontrar semente.

O que nós acreditamos, como corporação, é que nós temos de dar opção ao produtor. E nós somos uma das únicas três empresas neste momento que estão oferecendo ao produtor as três opções. O produtor encontrará variedade da Monsanto no mercado com a tecnologia convencional, com a tecnologia RR, que não é mais cobrada, e com a tecnologia Intacta. Só três empresas no mercado têm essas três. Muitas já estão, inclusive, virando para a última plataforma, mas nós, não. Nós continuamos oferecendo as três opções para o produtor.

Esses eram meus comentários.

Mais uma vez, gostaria de agradecer pela oportunidade de estar aqui.

O SR. BLAIRO MAGGI (Bloco União e Força/PR – MT) – Sr. Presidente, pela ordem.

O SR. PRESIDENTE (Benedito de Lira. Bloco Maioria/PP – AL) – Com a palavra, o Senador Blairo.

O SR. BLAIRO MAGGI (Bloco União e Força/PR – MT) – Não quero deixar passar em branco o reconhecimento à Monsanto, já que também fiz críticas. Devo fazer o reconhecimento dessa questão da Intacta. Vocês já tinham o registro aqui no Brasil para vender na Europa e nos Estados Unidos. E a China, nosso maior comprador, não havia se manifestado, não tinha dado ainda o o.k. para receber essa tecnologia. A Monsanto, por dois ou três anos, retirou do mercado, assumiu grandes prejuízos e não deixou essa semente ir para a segunda etapa, ir para a mão dos produtores, para não contaminar o mercado e, de repente, os exportadores sofrerem com a não aceitação de navios na China, principalmente na China, que é nosso comprador.

Então, queria só também aqui deixar registrada a atitude e a responsabilidade que a empresa tem ao colocar uma tecnologia nova no mercado. Não significa só conseguir, através da CTNBio e dos órgãos brasileiros, autorização para produzir aqui. Ainda é preciso autorização para consumir lá e, como eles não conseguiram, sustentaram isso por dois ou três anos, recolhendo semente no mercado, não deixando que, com isso, contaminassem a agricultura ou as lavouras em si.

Queria deixar esse registro e parabenizar a Monsanto pela atitude que teve, porque acompanhei de perto esse assunto e sei que foram alguns milhões e até bilhões de prejuízo com esse negócio**.**

O SR. MÁRCIO SANTOS – Agradeço Senador, Senadores. E faço um pequeno comentário, já que o

senhor tocou no assunto. Essa biotecnologia a que o Senador Blairo Maggi se refere é a primeira biotecnologia lançada por uma multinacional para um mercado fora dos Estados Unidos e é o primeiro produto de biotecnologia lançado no Brasil, então, é um investimento significativo para um mercado que não os Estados Unidos e que nos trouxe tudo isso.

Muito obrigado mais uma vez pela oportunidade.

O SR. PRESIDENTE (Benedito de Lira. Bloco Maioria/PP – AL) – Na sequência, Dr. Reginaldo Minaré.

O SR. REGINALDO MINARÉ – Com relação ao questionamento da Senadora Ana Amélia sobre se a CNA tem sido feliz na busca pelo entendimento, Senadora, eu procuro sempre analisar as questões não com o olhar do arquiteto – admiro muito o trabalho do arquiteto –, mas gosto sempre de olhar o desenvolvimento das ações com o olhar do engenheiro calculista, porque permite que se desenhem grandes projetos, mas, para colocar aquele projeto de pé, é necessário que haja um efetivo cálculo e se acerte na prática.

Então, analisando a situação de uma forma mais abrangente, essas questões, os ruídos que ocorreram, as ações judiciais que ocorreram nesse início de introdução da biotecnologia moderna, tudo foi até muito pequeno diante da complexidade do tema, por si só, e da pouca experiência de atuação que se tinha nesse ponto. Então, discutiu-se judicialmente a validade, qual era o prazo máximo de cobrança de *royalties* com relação à questão da tecnologia RR. Provavelmente, outras ações judiciais terão início. Com relação a essa questão do limite das datas, de quando começa e termina uma patente, devido à estrutura da Lei de Patentes, que é nova, há até uma ação no Supremo. Então, é uma situação abrangente.

No que diz respeito à negociação, eu vejo que sempre se caminhou de alguns extremos para um entendimento. Por outro lado, a gente trabalha também com a questão, como coloquei anteriormente, da inovação no processo de regulação. Por exemplo, as cobranças de *royalties* têm ora um valor quando o agricultor afirma que está usando aquela tecnologia, ora outro valor quando o agricultor não informa e é identificado na moega, vamos dizer assim.

Então, eu vejo que o pano de fundo para essa falta de comunicação do agricultor e até essa cultura que se criou, antes da introdução da biotecnologia moderna, era que se guardava grãos para plantar e, assim, se estaria isento do pagamento de *royalties* por aquele específico caso da proteção da variedade que não tinha a biotecnologia moderna. Hoje, a biotecnologia moderna não tem essa possibilidade de guardar para uso; sempre terá que se pagar esse direito de propriedade. Então, essas questões culturais também têm que ser trabalhadas no universo dessas discussões, pois nem sempre um ou outro agricultor têm essa visão ou alguém explicou a ele como, de fato, é esse emaranhado normativo que existe e com o qual a gente precisa conviver.

Alternativas no caso de uma falta, por exemplo, de opção para o agricultor. No início, eu também disse que o agricultor pode optar; que ele não precisa comprar essa ou aquela tecnologia, essa ou aquela semente. Agora, se ele não encontra alternativas de sementes no mercado, ai, como o Senador Blairo Maggi colocou, já é um problema de concorrência.

E há ainda outra questão: manter uma diversidade de empresas no mercado. Manter essa diversidade de empresas no mercado é algo extremamente complicado de se pensar quando a gente imagina aquela estrutura que uma empresa tem que ter para competir nesse mercado. Então, se uma empresa começa a trabalhar e, amanhã ou depois, a soja, na bolsa de Chicago, vai muito mal, o agricultor pode não plantar a soja e plantar o milho. Daí, aquela empresa que produziu todas aquelas sementes para abastecer o mercado terá que vendê-las como grão; e, aí, o preço é totalmente diferente, sendo que o custo que ela teve foi muito grande. Então, é um mercado que exige uma competência, um aporte e uma capacidade financeira muito grande, com planejamento e tudo mais.

Então, como manter? Quando eu falei do aporte de recursos para a Embrapa, para as empresas públicas regionais, eu o fiz pensando criar um elemento de equilíbrio de concorrência. Se porventura está acontecendo essa supremacia de uma determinada tecnologia sobre as demais, não por uma opção deliberada dos usuários, mas por uma questão de guerra comercial, o Poder Público, tendo essa estrutura, poderia lançar mão dela para equilibrar o mercado. Esse seria um outro instrumento além do Cade. Mas, para isso, é preciso ter a estrutura; é preciso ter o banco de germoplasma e tudo mais.

Com relação aos fertilizantes, a CNA está trabalhando no estudo dessa cadeia, e temos já uma sinalização de mudança do Código de Mineração, o que é importante, pois se uma empresa tem uma área de mineração que é necessário desenvolver para ofertar aquele mineral ao agricultor, que o faça e não fique tempos sem explorar, apenas administrando o seu mercado. Então, esse Código de Mineração pode ser uma excelente ferramenta para estruturar.

Por outro lado, nós temos alternativas na área de biotecnologia. Por exemplo, o Brasil é um país rico na biodiversidade de microorganismos. A Embrapa, a Seropédica, se não me engano, tem uma série de linhagens desenvolvidas para a fixação de nitrogênio

na terra, mas encontra dificuldades. Conversei com pesquisadores da Embrapa e eles me disseram ter dificuldades em colocar essa tecnologia no mercado. Como a Embrapa não tem o braço de venda do produto, ela precisa de empresas parceiras no mercado, e essas empresas nem sempre têm... Não é até o interesse; elas têm medo, porque a contrapropaganda de quem vende ureia é grande. Assim, terá também de haver uma mudança no perfil da mão de obra do produtor. De repente, ele precisará operar uma mudança no seu manejo, no seu processo de cultivo para utilizar essa nova tecnologia. E ele, de repente, não tem um vizinho com quem ele comente se deu certo ou não na sua lavoura. Como ele não sabe se na dele dará certo, pode não querer arriscar. Essa é a problemática da introdução dessas novas tecnologias principalmente para culturas de menor proporção.

Então, eu vejo que esse incentivo às empresas públicas na linha de terem ou um braço para levar essa tecnologia, ou uma capacidade maior de fazer parceiras com empresas, dentro de uma visão mais participativa do Poder Público, eu acredito que seria um caminho interessante.

Estamos trabalhando essas duas linhas de solução no químico e no biológico. Não é um assunto que já está fechado, como, por exemplo, os agrotóxicos, mas temos já um desenho da estrutura de mercado e algum desenho do que poderia ser proposto como solução.

O SR. PRESIDENTE (Benedito de Lira. Bloco Maioria/PP – AL) – Dando sequência, concedo a palavra agora ao representante da Abrasem, Dr. Paulo Eduardo de Campante.

O SR. PAULO EDUARDO DE CAMPANTE SANTOS – Senador, com relação aos questionamentos, foi-me dirigida uma indagação de como a Abrasem enxerga o papel da Embrapa.

Eu acho que o Maurício já colocou com muita propriedade – e nós compartilhamos 100% de seu pensamento – o papel da Embrapa hoje para o setor, e não só para o setor, mas para o Brasil, como instituição de pesquisa.

A Abrasem, nos últimos dois ou três anos, funciona através dos comitês de diferentes espécies. No comitê de soja da Abrasem, nós fizemos inúmeras reuniões com fundações de pesquisa, que são os braços da Embrapa com relação a sementes, produtores de semente, que fazem esse papel de trazer a genética Embrapa e colocar essa genética no mercado, nós fizemos muitas reuniões com eles exatamente para verificar como é que nós podemos oxigenar esse processo junto com as fundações; como é que as fundações poderiam participar mais ativamente do processo. Então, a gente vê o papel da Embrapa como muito importante em todo esse processo relativo a sementes.

A gente até sugeriu, num documento à Embrapa, que ela capitaneasse uma rede nacional de pesquisa, com as fundações, com os institutos públicos de pesquisa, o que é muito parecido com o que o Maurício coloca, que é a Embrapa ter esse braço, ter esse papel forte de atuação. Ela teve um papel importantíssimo de limpa-trilhos, mas ainda tem um papel fundamental no setor, e a gente acredita que é importantíssimo a Embrapa estar atuante, estar presente nesse mercado.

Muito obrigado.

O SR. PRESIDENTE (Benedito de Lira. Bloco Maioria/PP – AL) – Agora, com a palavra o Dr. Pedro Lyra, representante do Cade.

O SR. PEDRO LÚCIO LYRA – Eu gostaria, novamente, de agradecer as contribuições dos Senadores, que foram bastante densas, bastante bem informadas e só reforçam o aspecto que eu mencionei no início, qual seja a importância de o Cade estar presente e poder receber um pouco dessa experiência dos senhores, que têm um contato bem mais amplo com a sociedade do que nós, infelizmente; enfim, felizmente para o Senado e para a democracia.

Eu ouvi os produtores, os agricultores, os setores afetados e queria fazer um pedido. Até em razão desse contato que venho tendo principalmente com os assessores econômicos ou advogados das empresas interessadas nos processos no Cade, a gente acaba falando um pouco o jargão. Por isso, devo ter confundido um pouco, não fui bastante claro quando falei dos processos de licenciamento no início, da questão que a Senadora Ana Amélia colocou.

Só para esclarecer, a aprovação na CTNBio é um dado prévio. Apenas após essa aprovação é que o Cade vai analisar. Inclusive, a Secretaria de Direito Econômico, que era o órgão que antes instruía os processos do Cade, antes da mudança da lei no ano passado, tinha assento na CTNBio. Então, a gente sabe que a CTNBio é bastante rigorosa e realmente os processos levam um tempo razoável para serem aprovados.

Também gostaria de ressaltar a preocupação com o tempo. Hoje, um processo de aprovação no Cade, quando é simples, sumário – como os casos de licenciamento não exclusivo têm sido –, demora menos de 20 dias para ser aprovado na superintendência. É um prazo bastante razoável. A preocupação é que esses licenciamentos, na verdade, não são licenciamentos para uso da semente, são o licenciamento da empresa que é detentora da tecnologia para outras empresas fazerem desenvolvimento tecnológico em cima. É o caso mencionado na apresentação do Dr. Maurício, da

Monsanto, para a Bayer, para a Syngenta; esse tipo de relação que está em discussão. Então, na verdade, não é para aprovar o uso da semente, isso é com a CTNBio mesmo.

A SRª ANA AMÉLIA (Bloco/PP – RS. *Fora do microfone.*) – (*Ininteligível.*)

O SR. PEDRO LÚCIO LYRA – Isso, exatamente. Só para esclarecer, o critério para obrigar as empresas a apresentarem um ato para o Cade: empresas que faturem de uma das partes R$700 milhões e outra parte pelo menos R$70 milhões. Então, como são empresas gigantes, Syngenta, Monsanto, acabam sendo apresentadas e a discussão de hoje é se esses atos de licenciamento não exclusivos devem ser apresentados, porque, até o momento, o Cade tem aprovado todos, sem restrições. Então, aparentemente, não há preocupações concorrenciais maiores com relação a eles.

O Senador Suplicy havia perguntado a respeito do levantamento do número de empresas. Eu não tenho esse número aqui. O Cade avalia casos concretos e acho que não temos estudo de mercado sobre mercados mais abrangentes. Podemos levantar esses dados a partir dos casos que nós temos. A única coisa que eu pediria é que a Comissão enviasse um ofício questionando isso, só para restringir qual é a pergunta. Porque o número de empresas atuantes no mercado é um pouco a dúvida que eu tenho com relação ao gráfico que o Dr. Márcio apresentou, o número de empresas que hoje atuam, qual mercado ele está considerando, porque o Cade considera um mercado concreto, específico. Então, uma discussão que se teria: mercado de sementes é um mercado só? Não sei se aquele gráfico considerava todas as sementes. Então, convencionar as transgênicas para milho, para algodão e para soja. Isso é tudo a mesma coisa? A gente tem que segmentar? Segmenta-se por Estados? Segmenta dependendo do tipo de praga que se está querendo combater? A discussão sobre o número de empresas, na verdade, para o Cade, discute-se no caso concreto, o número de empresas que de fato podem oferecer para o agricultor a semente que ele quer. Alguém precisa definir um pouco qual é o mercado para passar uma estimativa de número de empresas.

De fato, a missão do Cade é lidar com desvios de conduta relativos ao abuso de poder econômico, conforme está estabelecido na Constituição. Normalmente se costuma dizer: "Ah não, a agricultura é muito pulverizada." Esse não é um setor pulverizado. O setor de tecnologia intensiva pode apresentar problemas e por isso a nossa preocupação com ele hoje. Mas em outras políticas, como o Dr. Reginaldo estava mencionando, para estimular, de fato, o Cade meramente aplica a lei. Talvez outras políticas para estímulo tenham que ser definidas pelo Ministério da Agricultura, pela Embrapa, pelos órgãos competentes.

Com relação a estabelecimento de conselhos para acordos de preço, a única coisa que me preocupa um pouco – embora eu entenda neste caso que o Cade tenha entendido que quando há uma negociação coletiva em razão de serem justamente empresas com muito poder de mercado e consumidores desagregados ou pulverizados como os agricultores, é um mecanismo importante –, nossa única preocupação é que não sejam definidos preços que limitem a concorrência ou que prejudiquem o consumidor final, estabelecendo um aumento artificial de preços. Então, sempre preocupa. Há um conselho que se reúne para que se tomem os cuidados e isso não vire contra o consumidor ou contra o próprio agricultor, como nos casos de empresas beneficiadoras, que são em número menor, que se juntam para definir um preço de compra, por exemplo, o problema que tivemos no cartel dos frigoríficos, há uns anos – o Cade julgou acho que em 2007 –, que eram justamente frigoríficos concentrados definindo preços para a compra ao produtor, gerando prejuízos para ele.

Temos diversos processos que já tramitaram no Cade – sei que um ainda está tramitando – relativos aos beneficiadores de leite, por exemplo. Há empresas pequenas e consumidores desagregados, então, há um poder de mercado grande. Se houver algum movimento entre as empresas beneficiadoras de estabelecer um benefício único, isso provavelmente será uma infração à ordem econômica e deverá ser punido com multas pesadas pelo Cade.

Preocupou-me muito a colocação do Senador Blairo Maggi sobre os contratos que obrigariam os agricultores a terem uma determinada produção de semente apenas da empresa Monsanto – no caso que mencionou – para se ter acesso à tecnologia. Isso pode ser um problema concorrencial grave e, certamente, preocupa o Cade. Claro que vamos ter que avaliar se a Monsanto tinha o poder de mercado efetivo nessa situação, se isso foi feito de maneira clara, se realmente consta nos contratos ou se, aparentemente, pelo que o Dr. Márcio falou, não é uma prática da empresa. Agora, precisa-se avaliar se não é uma prática de fato. Da mesma forma, o argumento de que: "Olha, isso não teria efeito para o agricultor" também deve ser avaliado, porque pode haver diversas formas de pressão, ações judiciais, recusa de venda, fornecimento, justamente para obrigar o agricultor, pressionar o agricultor a aderir a esse programa. Se isso for configurado, realmente demandará uma investigação do Cade, é bastante preocupante.

Enfim, eram essas considerações que tinha a fazer.

O SR. PRESIDENTE (Benedito de Lira. Bloco Maioria/PP – AL) – Finalmente, concedo a palavra ao representante, Sr. Décio Lauri Sieb.

O SR. DÉCIO LAURI SIEB – Eu queria começar com o exemplo que o Senador Blairo Maggi colocou aqui sobre a questão dos integrados de frango, um exemplo típico que vivemos hoje. O agricultor familiar lá integrado, o papel dele hoje é simplesmente fornecer a mão de obra e alugar o galpão onde são criados os frangos. Esse é o papel que ele faz hoje. Todo processo, toda ração, os insumos, o material, a tecnologia, tudo é das empresas. É uma realidade a que se chegou hoje na produção de frangos. Nossa preocupação é: onde vai parar esse processo na questão da produção de sementes.

Essa questão de a produção de sementes ser da mantenedora da Embrapa, das OEPAs tem que ser de fato fortalecida. Não podemos ficar reféns de duas ou três empresas que serão as mantenedoras, as produtoras das sementes básicas para depois distribuir para reproduzir. Isso é fundamental.

Sobre a questão das sementes que o agricultor pode salvar, há limite. Porque, depois da produção da semente S2, não há mais garantia, não há mais seguro quando se vai fazer financiamento. Você é obrigado a voltar e buscar novamente sementes básicas. Então, isso não resolve o nosso problema. Sabemos que, na questão das produções tradicionais, de sementes crioulas, temos a garantia de que não se precisará do registro, há a cobertura; mas as sementes comerciais não têm esse processo.

O que o Blairo Maggi colocou muito bem nesse sentido? Que precisamos democratizar esse processo da produção de sementes no País, ter mais empresas pesquisadoras, ter empresas que produzam, desenvolvam as sementes, mas também empresas pesquisadoras, como colocou o representante da Embrapa.

Outro ponto diz respeito à questão da produtividade, da tecnologia. Nós não somos contra a tecnologia; ao contrário. Nós queremos que seja desenvolvida a tecnologia.

Na área da assistência técnica, como disse a Senadora Kátia Abreu, hoje está se construindo a Anater, uma construção conjunta entre a sociedade e as entidades de representação, entre a sociedade e o Governo, para haver uma agência nacional de assistência técnica que possa cobrir uma assistência técnica de qualidade e em quantidade para o nosso público, porque nós queremos explorar o potencial das cultivares tanto crioulas como tradicionais, convencionais.

Muitos agricultores familiares estão hoje nos transgênicos. Nós sabemos dessa realidade, mas realmente precisa haver uma assistência técnica de qualidade para explorar esse potencial.

Também precisamos desenvolver a produção de sementes orgânicas. Hoje, praticamente não existem sementes orgânicas no mercado. Então, quem vai desenvolver? Nenhuma empresa se interessa, porque não gera lucro, e isso precisa ser desenvolvido. Então, se as empresas não desenvolvem, quem vai desenvolver? Precisamos de um estímulo do Estado, de políticas públicas para desenvolver as sementes orgânicas, para que realmente esse espaço seja mais bem ocupado.

Em função disso, a questão da... Para nós, o que é preciso? Primeiro, aumentarmos a produção de alimentos saudáveis para a sociedade; e, segundo, tirarmos essa pecha de que o País, hoje, é um dos maiores consumidores de agrotóxicos. A Senadora Kátia colocou que não é agrotóxico, mas basta olhar o rótulo das embalagens que verá escrito bem claro: produto tóxico. Então, para a agricultura é agrotóxico, porque é um produto tóxico.

E outro ponto, para finalizar, é a questão da criação do conselho. Eu concordo plenamente com a Senadora Kátia Abreu. Precisamos criar um conselho para discutir, aprofundar o assunto, com a representação da sociedade civil, das entidades de representação de classe e do governo. É necessário criar um conselho em nível nacional para discutir política e tecnicamente esse processo e também criar os conselhos estaduais para que o nosso público, lá nos Estados, lá nas nossas regiões, possa participar dessa discussão, que é fundamental para o País.

Inclusive ontem estivemos em uma audiência com o Deputado Alceu Moreira para discutir a questão do leite. Hoje, nós temos a Câmara do Leite. É fundamental que nós criemos também um conselho dessa área, um conselho do leite, para discutir politicamente com as entidades de representação. Hoje, as comissões, as câmaras que existem muitas vezes são totalmente desfavoráveis às entidades que participam. Há apenas uma representação de uma categoria e dez representações de outras. Então, é preciso construir um regimento de participação igualitária em que todos os setores possam ser representados e aprofundar essa discussão para realmente avançar nesse processo, a fim de que não tenhamos, cada vez mais, essa concentração que hoje está acontecendo.

O SR. PRESIDENTE (Benedito de Lira. Bloco Maioria/PP – AL) – Bom, só nos resta agora agradecer à Senadora Ana Amélia pela iniciativa da proposição para que nós pudéssemos fazer, através da Comissão, esta audiência pública. E também agradeço aos Senadores que participaram ativamente desta audiência pública.

Queria agradecer, finalmente, aos nossos convidados: Pedro Lyra, representante do Cade; Dr. Márcio, da Monsanto; nosso prezado companheiro Maurício Lopes, da Embrapa; Reginaldo Minaré, da Confederação Nacional da Agricultura; o Sr. Décio Lauri Sieb, da Contag; e o Paulo Eduardo, da Abrasem.

Eu queria apenas fazer aqui uma observação. Nós percebemos, Maurício, o que representa e o que significa esse setor. A audiência pública vai completar três horas e meia, Senadora Ana Amélia. Por quê? Por conta da riqueza do setor, da riqueza de informações que nos trouxeram.

É lógico que há um sentimento, na Comissão de Agricultura, de que possamos aperfeiçoar, melhorar não só o setor agrícola do País, mas também as instituições que cuidam dessa atividade.

A agricultura familiar, realmente, como bem disse o Eduardo, tem tido hoje uma importância significativa para a produção de alimentos no País. Tem sido tratada também com olhos benevolentes, é lógico, diferentemente do passado, quando o agricultor familiar praticamente não existia. Ele sobreviveu em função da capacidade de trabalho de cada um que vive no campo.

Então, nós queremos, ao terminar a nossa gestão nesta Comissão, deixar um legado importante para o setor. Há um fato interessante aqui: a maioria dos Senadores ou praticamente todos que compõem esta Comissão são oriundos, originários do setor primário, do setor agrícola, do setor do agronegócio ou têm uma dependência exclusiva desses setores. Foi feito um trabalho para que pudéssemos escolher aqueles que realmente têm conhecimento profundo do que significa a agricultura no País.

E vou repetir, para encerrar: um país como o nosso, que tem água, sol e solo da melhor qualidade do mundo, tem que ser o primeiro em tudo, e vamos trabalhar para que possamos ser aquilo que todos dizem: o Brasil será o celeiro de produção de alimento para abastecer o mundo. Ainda não é. Precisamos chegar a isso, Presidente Maurício, porque ainda há muita gente passando fome, morrendo de fome, porque falta alimento. Se nós tivermos essa capacidade e essa visão... A iniciativa privada e o Poder Público têm que fazer com que as coisas aconteçam.

Então, Senadora, mais uma vez, muito obrigado a V. Exª, que tem nos proporcionado momentos de muita alegria no que diz respeito a esse setor, que realmente contamina todos nós.

Uma pessoa que não gosta de fazer agricultura, não gosta de agricultura logicamente vai passar a comer isopor, porque é através desse setor que nós produzimos alimentos que abastecem o Brasil e o mundo.

V. Exª tem a palavra.

A SRª ANA AMÉLIA (Bloco Maioria/PP – RS) – Eu queria, Presidente, apenas ratificar os seus agradecimentos aos expositores, todos da melhor qualidade, e fazer um convite. Amanhã, às 14 horas, na Assembleia Legislativa do Rio Grande do Sul, esta Comissão de Agricultura e Reforma Agrária – e queria lhe agradecer novamente – promoverá um debate público sobre o endividamento agrícola voltado à Região Sul do País e também contará com uma participação popular. Agradeço a participação da assessoria desta Comissão na pessoa do Marcelo e também da área de comunicação da TV Senado, que transmitirá a audiência para todo o Brasil, com interatividade, perguntas. Esse tem sido um espaço muito importante de debate dos problemas que afetam e afligem os agricultores brasileiros.

Renovando o agradecimento, hoje foi uma manhã extremamente rica, uma verdadeira aula sobre um assunto crucial do qual depende o presente e o futuro do nosso País em relação a uma produção agrícola com sustentabilidade, com qualidade. Essa produção, cada vez mais, projeta o Brasil como protagonista mundial na produção de alimentos.

Agora já se sabe que, mais do que os ativos de especulação, os papéis imobiliários ou quaisquer outros, o grande ativo do mundo está na produção de alimentos, na reserva de água e, em todas essas áreas, na produção de agroenergia, de biocombustível. E o Brasil, em todos esses aspectos, tem um papel extraordinário.

Precisamos, como disse o Presidente Maurício Lopes, criar um ambiente favorável, com os instrumentos que facilitem a este maravilhoso País andar muito mais rápido do que pode. Já fez muito, mas pode muito mais.

Obrigada, Presidente Benedito de Lira.

Renovo o agradecimento a todos os excelentes expositores.

O SR. PRESIDENTE (Benedito de Lira. Bloco Maioria/PP – AL) – Muito obrigado a V. Exª.

Eu queria, para encerrar, agradecer às pessoas, aos assessores, à imprensa, a todos os que participaram deste encontro do político e do empresário com a agricultura brasileira.

Muito obrigado.

Declaro encerrada a reunião e convoco a próxima.

(Iniciada às 8 horas e 30 minutos, a reunião é encerrada às 11 horas e 50 minutos.)

COMISSÃO DE AGRICULTURA
E REFORMA AGRÁRIA

ATA DA 17ª REUNIÃO (EXTRAORDINÁRIA) DA COMISSÃO DE AGRICULTURA E REFORMA AGRÁRIA, DA 3ª SESSÃO LEGISLATIVA ORDINÁ-

RIA, DA 54ª LEGISLATURA, REALIZADA DIA 14 DE AGOSTO DE 2013.

Às quatorze horas e cinqüenta e um minutos do dia quatorze de agosto de dois mil e treze, na sala 15, da Ala Senador Alexandre Costa, sob a Presidência do Senador **BENEDITO DE LIRA,** reúne-se a Comissão de Agricultura e Reforma Agrária, com a presença dos Senadores: **DELCÍDIO DO AMARAL, ACIR GURGACZ, SÉRGIO SOUZA, CASILDO MALDANER, ANA AMÉLIA, WALDEMIR MOKA, RUBEN FIGUEIRÓ e ANTONIO CARLOS VALADARES**. O Senador Antonio Russo entrou de licença para tratamento de saúde por 180 dias, a partir de 22.01.2013, nos termos do art. 43, inciso I, do Regimento Interno, conforme Requerimento nº 1/2013, aprovado no dia 30.01.2013, prorrogada por 90 dias a partir de 21.07.2013, conforme Requerimento nº 832/2013, aprovado no dia 16.07.2013. O Senhor Presidente da Comissão, Senador Benedito de Lira, propõe a dispensa da leitura da Ata da reunião anterior, que é aprovada. A presente reunião tem a finalidade de apreciar as Emendas da Comissão de Agricultura e Reforma Agrária – CRA ao **PROJETO DE LEI Nº 2, DE 2013-CN – PLDO 2014**. O Senhor Relator, Senador Waldemir Moka, profere a leitura do relatório que, colocado em discussão e votação, é aprovado. São as seguintes emendas aprovadas pela Comissão de Agricultura e Reforma Agrária – CRA: **Emenda nº 1-CRA/2013 (METAS E PRIORIDADES):** Ementa: Apoio ao Pequeno e Médio Produtor Agropecuário – Programa 2014: Agropecuária Sustentável, Abastecimento e Comercialização – Ação 8611: Apoio ao Pequeno e Médio Produtor Agropecuário – Acréscimo de meta: 50.000.000 – Produto: Projeto apoiado (unidade); **Emenda nº 2-CRA/2013 (METAS E PRIORIDADES):** Ementa: Pesquisa e Desenvolvimento de Tecnologias para a Agropecuária (Embrapa) – Programa 2042: Inovações para a Agropecuária – Ação 20Y6: Pesquisa e Desenvolvimento de Tecnologias para a Agropecuária – Acréscimo de meta: 950 – Produto: Pesquisa desenvolvida (unidade); **Emenda nº 3-CRA/2013 (METAS E PRIORIDADES):** Ementa: Embrapa – Transferência de Tecnologia – Programa 2042: Inovações para a Agropecuária – Ação 8924: Transferência de Tecnologias Desenvolvidas para a Agropecuária – Acréscimo de meta: 180 – Produto: Tecnologia transferida (unidade); **Emenda nº 4-CRA/2013 (METAS E PRIORIDADES):** Ementa: MDA – Assistência Técnica e Extensão Rural para Agricultura Familiar – Programa 2012: Agricultura Familiar – Ação 210O: Assistência Técnica e Extensão Rural para Agricultura Familiar – Acréscimo de meta: 150.000 – Produto: Agricultor assistido (unidade); **Emenda nº 5-CRA/2013 (METAS E PRIORIDADES):** Ementa: PESCA – Apoio a implantação da infraestrutura Aquícola e Pesqueira – Programa 2052: Pesca e Aquicultura – Ação 20Y0: Fomento à Produção Pesqueira e Aquícola – Acréscimo de meta: 12.000 – Produto: Iniciativa de fomento implementada (unidade); **Emenda nº 6-CRA/2013 (TEXTO):** ANEXO V – DESPESAS QUE NÃO SERÃO OBJETO DE LIMITAÇÃO DE EMPENHO, NOS TERMOS DO ART. 9º, § 2º, DA LRF, POR CONSTITUIREM OBRIGAÇÕES CONSTITUCIONAIS OU LEGAIS DA UNIÃO – 66. Recursos orçamentários destinados à sanidade animal e vegetal dentro das ações Fiscalização de Atividades Agropecuárias, Programa 20ZX e Promoção da Defesa Agropecuária, Programa 20ZW; **Emenda nº 7-CRA/2013 (TEXTO):** Art. 4º As prioridades da Administração Pública Federal para o exercício de 2014, atendidas as despesas contidas no Anexo III e as de funcionamento dos órgãos e das entidades que integram os Orçamentos Fiscal e da Seguridade Social, correspondem às ações relativas ao Programa de Aceleração do Crescimento ¿ PAC e ao Programa Brasil sem Miséria ¿ PBSM, bem como às ações de pesquisas e transferências de tecnologias do Programa 2042 Inovações para a Agropecuária, vinculadas às subfunções Desenvolvimento Tecnológico e Engenharia e Difusão do Conhecimento Científico e Tecnológico, as quais terão precedência na alocação dos recursos no Projeto e na Lei Orçamentária de 2014, não se constituindo, todavia, em limite à programação da despesa.; **Emenda nº 8-CRA/2013 (TEXTO):** Inclua-se no Anexo III – Despesas que não serão objeto de limitação de empenho, nos termos do art. 9º, § 2º, da LRF, por constituírem obrigações constitucionais ou legais da União. – 62. Despesas com ações de pesquisas e desenvolvimento e de transferências de tecnologias vinculadas ao Programa 2042 – Inovações para a Agropecuária relacionadas às subfunções Desenvolvimento Tecnológico e Engenharia e Difusão do Conhecimento Cientifico e Tecnológico. Nada mais havendo a tratar, encerra-se a reunião às quinze horas e dez minutos, lavrando eu, Marcello Varella, Secretário da Comissão de Agricultura e Reforma Agrária, a presente Ata que, lida e aprovada, será assinada pelo Senhor Presidente e publicada no Diário do Senado Federal, juntamente com a íntegra das notas taquigráficas.

Senador **Bendito de Lira, –** Presidente da CRA (*Texto com revisão.*)

O SR. PRESIDENTE (Benedito de Lira. Bloco Maioria/PP – AL) – Havendo número regimental, declaro aberta a 17ª Reunião da Comissão de Agricultura e Reforma Agrária do Senado Federal da 3ª Sessão Legislativa Ordinária da 54ª Legislatura.

Requeiro a dispensa da leitura da ata da reunião anterior. (*Pausa.*)

Com a anuência do Plenário, é dada como aprovada.

A presente reunião, Srs. Senadores, destina-se à discussão e votação das emendas da Comissão de Agricultura e Reforma Agrária do Senado Federal ao Projeto de Lei nº 02, de 2013, do Congresso Nacional, que dispõe sobre as diretrizes para elaboração e execução da Lei Orçamentária de 2014 e dá outras providências. (Mensagem nº 27, de 2013-CN; nº153/2013, na origem.)

Esclareço à Comissão que foram apresentadas 50 emendas à LDO/ 2014, sendo 38 de inclusão de meta e 12 ao texto da Lei, conforme os quadros que se encontram sobre as bancadas.

Este projeto tem como relator o eminente Senador Waldemir Moka.

Com a palavra o Senador Waldemir Moka, para fazer a leitura do seu relatório.

O SR. WALDEMIR MOKA (Bloco Maioria/PMDB – MS) – Inicialmente, Sr. Presidente, agradeço a designação de V. Exª para relatar as emendas da Comissão de Agricultura e Reforma Agrária ao Projeto de Lei de Diretrizes Orçamentárias do Congresso Nacional para o ano de 2014.

Relatório.

Conforme disposto no art. 166 da Constituição Federal e da Resolução nº 01, de 2006, do Congresso Nacional, encontra-se em tramitação no Congresso Nacional o Projeto de Lei nº 02, de 2013-CN, da LDO/2014, que dispõe sobre as diretrizes para elaboração e execução da Lei Orçamentária de 2014 e dá outras providências. A Lei de Diretrizes Orçamentárias para 2014 (LDO/2014) compreenderá as metas e prioridades da Administração Pública federal, orientará a elaboração da Lei Orçamentária de 2014 (LOA), disporá sobre as alterações na legislação tributária e estabelecerá a política de aplicação das agências financeiras oficiais de fomento, de acordo com as normas de tramitação do Projeto da LDO/2014, cujos fundamentos são lançados pela já citada Resolução nº 01, de 2006, do Congresso Nacional e pelo parecer preliminar de que tratam os arts. 85 e 86 dessa Resolução. E a Comissão de Agricultura tem competência para propor emendas ao Projeto, devendo fazê-lo na condição de autor de emenda coletiva.

Considera-se emenda de texto a que propõe alteração das seguintes partes do Projeto da LDO/2014:

Texto do Projeto (*págs. 3 a 71 do Volume I do Avulso*)*;*

Anexo I: relação dos quadros orçamentários consolidados (*pág. 72, Volume I do Avulso*)*;*

Anexo II: relação das informações complementares do Projeto de Lei Orçamentário de 2014 (*pág. 73 a 74 do Volume I do Avulso*)*;*

Anexo III: despesas que não serão objeto de limitação de empenho (*págs. 78 a 80 do Volume I do Avulso*)*;*

Anexo IV.1A – Anexo de Metas Anuais 2014/2016 (*pág. 87 do Volume I do Avulso*)*;*

Anexo IV.13 – demonstrativo da margem de expansão das despesas obrigatórias de caráter continuado (*págs. 523 e 524 do Volume II do Avulso*).

Não há limite ao número de emendas de texto.

O Anexo de Metas e Prioridades será elaborado por meio de ementas de inclusão de ações constantes da LOA 2012/2013, bem como de ações decorrentes de iniciativas constantes do Plano Plurianual 2012/2015. A apresentação de emenda para elaboração do Anexo de Metas e Prioridades deve observar o limite máximo de cinco emendas por Comissão Permanente da Câmara dos Deputados ou do Senado Federal.

Encontram-se em análise por esta Comissão 50 propostas de emendas apresentadas pelos Senadores Acir Gurgacz, pela Senadora Ana Amélia, pelos Senadores Cyro Miranda, Benedito de Lira, pela Senadora Kátia Abreu, pelos Senadores Romero Jucá, Ruben Figueiró e Waldemir Moka, sendo 12 de emendas ao texto e 38, relativas ao anexo de metas e prioridades da LDO/2014.

Passo à Análise, Sr. Presidente. As emendas propostas são restritas às competências regimentais, além de atenderem às disposições constitucionais. O mérito de cada emenda será devidamente avaliado, no momento oportuno, pela Comissão Mista de Planos, Orçamentos Públicos e Fiscalização. Aqui, evidentemente, não se trata de analisar o mérito das emendas, e, sim, de propô-las à LDO.

Voto.

Somos pela apresentação por esta Comissão das Emendas de Texto nº 39, do Senador Ruben Figueiró, nela aglutinada a Emenda nº 44, do Senador Waldemir Moka, pela inclusão no Anexo III das despesas, e não serão objeto de limitação de empenho dos recursos orçamentários destinados à sanidade animal e vegetal dentro das ações, fiscalização de atividades agropecuárias (Programa 20-ZX), e promoção da defesa agropecuária (Programa 20-ZW). Essa emenda, Sr. Presidente, justifica-se só por uma maneira: esses são recursos, e essas são atividades que têm de ser preventivas. Não há como contingenciar recursos, no tocante a essa parte de vigilância sanitária.

O ilustre Senador Antonio Russo foi autor de um projeto de lei que está tramitando aqui, que proíbe o contingenciamento. Enquanto isso não virar lei, temos

de, a cada ano, na LDO, evitar o contingenciamento desses recursos no tocante à vigilância sanitária.

Emenda nº 41, da Senadora Ana Amélia, nela aglutinadas as Emendas nº 37, do Senador Ruben Figueiró, nº 43, do Senador Waldemir Moka, nº 46, da Senadora Kátia Abreu, e nº 49, do Senador Benedito de Lira, pela inclusão no art. 4º, entre as prioridades da Administração Pública federal para o exercício de 2014 das ações de pesquisa e transferências de tecnologia de Programa 2042 – Inovações para Agropecuária, vinculadas às subfunções desenvolvimento tecnológico, engenharia e difusão do conhecimento científico e tecnológico.

Emenda nº 42, do Senador Waldemir Moka, nela aglutinadas as Emendas nº 38, do Senador Ruben Figueiró, nº 40, da Senadora Ana Amélia, nº 45, da Senadora Kátia Abreu, nº 50, do Senador Benedito de Lira, das despesas que não serão objeto de limitação de empenho das despesas com ações de pesquisa e desenvolvimento e de transferência de tecnologias, vinculadas ao Programa 2042 – Inovações para a Agropecuária, relacionadas às subfunções desenvolvimento tecnológico, engenharia e difusão do conhecimento científico e tecnológico. Ficando assim atendidas todas as propostas apresentadas relativas ao texto, nós aproveitamos todas, uma vez que não havia limite de número de emendas de texto.

Somos também pela apresentação por esta Comissão das emendas ao Anexo de Metas e Prioridades da LDO/2014 nº 2, do Senador Cyro Miranda, no Programa Agropecuária Sustentável, Abastecimento e Comercialização – Ação e Apoio ao Pequeno e Médio Produtor Agropecuário; nela aglutinada a Emenda nº 12, do Senador Romero Jucá, nº 18, do Senador Ruben Figueiró, no Programa Inovações para a Agropecuária – Ação, Pesquisa e Desenvolvimento de Tecnologia para a Agropecuária; nela aglutinada a Emenda nº 20, da Senadora Ana Amélia, nº 26, do Senador Waldemir Moka, nº 35, da Kátia Abreu, e nº 37, do Senador Benedito de Lira.

Emenda nº 21, da Senadora Ana Amélia, no Programa Inovações para a Agropecuária – Ação, Transferência de Tecnologia Desenvolvida para a Agropecuária; nela aglutinada a Emenda nº 19, do Senador Ruben Figueiró, nº 27, do Senador Waldemir Moka, nº 36, da Senadora Kátia Abreu, e nº 38, do Senador Benedito de Lira.

Emenda nº 30, do Senador Waldemir Moka, no Programa Agricultura Familiar – Ação, Assistência Técnica e Extensão Rural para a Agricultura Familiar, nela aglutinadas a Emendas nº 8, do Senador Cyro Miranda, e nº 10, do Senador Romero Jucá.

Emenda nº 31, do Senador Waldemir Moka, no Programa Pesca e Aquicultura – Ação, Fomento e a Produção Pesqueira e Aquícola, ficando as demais propostas de emenda rejeitadas, em razão do limite de apenas cinco emendas a serem apresentadas pela Comissão.

O critério foi exatamente o das emendas que mais se repetiram, de maior convergência, aquelas que achamos conveniente apresentá-las como emenda desta Comissão, mas ficando muito claro que todos os Senadores que colocaram emendas, de uma forma ou de outra, foram contemplados.

Quero aqui, Sr. Presidente, permitir-me ainda dizer que uma das coisas de que, particularmente, orgulho-me muito no Senado é do nível técnico da consultoria desta Casa. O nosso consultor, sem dúvida, fez um brilhante trabalho – isso é importante que se registre. Quero também agradecer à Érica, que é minha funcionária de muito tempo. Quero agradecer a ela pelo denodo e pela dedicação e ao nosso consultor, o Sr. Lacerda, porque a votação do parecer preliminar da LDO atrasou, e estamos aprovando as emendas num tempo muito pequeno, embora todos os Senadores tivessem sido avisados do prazo de apresentação das emendas.

Sr. Presidente, é o relatório que apresento.

O SR. PRESIDENTE (Benedito de Lira. Bloco Maioria/PP – AL) – Quero agradecer ao Senador Waldemir Moka pelo seu brilhante relatório. Quando o Marcelo me consultava a respeito de quem poderia ser relator desta matéria, sem pestanejar, indiquei o Senador Waldemir Moka, por ele ser um membro dedicado da Comissão, um ser profundamente do setor agropecuário brasileiro e uma pessoa da maior dedicação, no que diz respeito ao agronegócio. Queria cumprimentar o Senador Waldemir Moka, os assessores que V. Exª acabou de citar: a Érica, que realmente presta bons serviços a V. Exª. Como V. Exª disse, também sou daqueles que pugna que a assessoria técnica do Senado não deixa nada a desejar para lugar nenhum – é uma assessoria da melhor qualidade, e todos os diversos ramos da atividade têm prestado relevantes serviços ao processo legislativo do nosso País.

Concluindo o relatório e o voto, a matéria está em discussão.

Com a palavra o Senador Ruben Figueiró.

O SR. RUBEN FIGUEIRÓ (Bloco Minoria/PSDB – MS) – Sr. Presidente, o meu testemunho vem em favor do eminente Senador Waldemir Moka. Lá no meu Estado, S. Exª é tido como um dos mais proeminentes representantes de Mato Grosso do Sul, nesta Casa. Estou aqui há aproximadamente seis meses, convivendo com V. Exªs, e pude testemunhar a atividade

proficiente do Senador Moka nas áreas em que mais se dedica: na Comissão de Assuntos Sociais, na Comissão de Agricultura.

O SR. PRESIDENTE (Benedito de Lira. Bloco Maioria/PP – AL) – Senador Ruben Figueiró, desculpe-me, mas gostaria de fazer um parêntese: o Senador Moka se notabilizou como um dos grandes defensores do agronegócio nacional. Mas, ele, como Presidente da Comissão de Assuntos Sociais, está cada vez mais se notabilizando também como defensor intransigente das ações sociais deste País. Então, queria cumprimentar V. Exª por fazer essas referências.

Muito obrigado.

O SR. RUBEN FIGUEIRÓ (Bloco Minoria/PSDB – MS) – Eu as recebo como uma excelente contribuição ao meu testemunho. Mas, pelo relatório apresentado pelo Senador Moka, nesse magnífico parecer, sintético, conciso, ele deu oportunidade a que todas as áreas do agronegócio, da agricultura, da ciência tecnológica destinada à agricultura fossem absolutamente contempladas no seu parecer e no seu voto. O sistema de aglutinação que ele preconizou, com a colaboração dos seus valiosos auxiliares, dentre os quais me permita destacar, Dr. Marcelo, a figura da Érica, cujo prestígio já conhecia lá nos rincões do meu Mato Grosso do Sul – V. Sª tem uma grande qualidade, além da altura; V. Sª faz parte daquele meu grupo e do grupo do Senador Benedito de Lira; V. Sª tem a altura ideal, e não quero dizer que os outros sejam exagerados.

Mas, Sr. Presidente, quero parabenizar o eminente conterrâneo, amigo e companheiro de tantas lutas políticas e ideológicas, o Senador Waldemir Moka, pela excelência do seu parecer, que contempla todos os ângulos que esta Comissão deve defender perante a LDO. Fica aqui, portanto, Sr. Presidente, o meu registro e o meu apoio, com aplausos intensos, ao parecer apresentado pelo Senador Waldemir Moka.

O SR. PRESIDENTE (Benedito de Lira. Bloco Maioria/PP – AL) – Continua em discussão. (*Pausa.*)

Não havendo mais quem queira discutir a matéria, encerro a discussão.

Em votação.

As Srªs e os Srs. Senadores que a aprovam permaneçam como se encontram. (*Pausa.*)

Aprovada.

Aprovada, Srªs e Srs. Senadores, requeiro a dispensa da leitura da ata da presente reunião e a coloco em votação.

As Srªs e os Srs. Senadores que a aprovam permaneçam como se encontram. (*Pausa.*)

Aprovada.

Aprovada a ata, esta será encaminhada ao Diário do Senado Federal para publicação.

Não havendo mais nada a tratar, declaro encerrada a atual reunião e convocada para amanhã na hora regimental e ordinariamente.

(Iniciada às 14 horas e 51 minutos, a reunião é encerrada às 15 horas e 10 minutos.)

COMISSÃO DE CIÊNCIA, TECNOLOGIA, INOVAÇÃO, COMUNICAÇÃO E INFORMÁTICA

ATA DA 23ª REUNIÃO, EXTRAORDINÁRIA, DA COMISSÃO DE CIÊNCIA, TECNOLOGIA, INOVAÇÃO, COMUNICAÇÃO E INFORMÁTICA DA 3ª SESSÃO LEGISLATIVA ORDINÁRIA DA 54ª LEGISLATURA, REALIZADA EM 11 DE JULHO DE 2013

Às nove horas e trinta e nove minutos do dia onze de julho de dois mil e treze, na sala treze da Ala Senador Alexandre Costa, sob a Presidência Eventual do Senhor Senador Anibal Diniz, com a presença dos Senhores Senadores Zeze Perrella, Luiz Henrique, Lídice da Mata e Flexa Ribeiro, reúne-se a Comissão de Ciência, Tecnologia, Inovação, Comunicação e Informática, com a participação da Subcomissão Temporária para Elaboração de Projeto de Lei do Marco Regulatório da Mineração e da Exploração de Terras Raras no Brasil. Deixam de comparecer os Senhores Senadores Angela Portela, Walter Pinheiro, João Capiberibe, Lobão Filho, João Alberto Souza, Valdir Raupp, Ciro Nogueira, Sérgio Petecão, Aloysio Nunes Ferreira, José Agripino, Gim, Alfredo Nascimento e Eduardo Amorim. O Presidente submete à Comissão a dispensa da leitura das Atas das reuniões anteriores, que são dadas como aprovadas. Prosseguindo, a Presidência inicia a presente reunião, convocada na forma de Audiência Pública, atendendo aos **Requerimentos nº. 03 de 2013-CCT e n.º 01 de 2013-CCTSTTR**, de autoria dos Senhores Senadores Luiz Henrique e Vital do Rêgo, que requerem "... nos termos do art. 58, § 2º, incisos II, V e VI da Constituição Federal e dos arts. 90 e 93, II do Regimento Interno do Senado Federal, realização de audiências públicas, no âmbito da Comissão de Ciência, Tecnologia, Inovação, Comunicação e Informática, em conjunto com a Subcomissão Temporária para elaboração de Projeto de Lei do Marco Regulatório da Mineração e da Exploração de terras-raras no Brasil, com a finalidade de discutir ações para os minerais estratégicos para o País, com a criação de um novo marco regulatório, que possibilite o desenvolvimento de uma cadeia produtiva para o setor". Comparecem à audiência, na qualidade de expositores, os Excelentíssimos Senhores José Fernando Iasbech, General de Brigada do Exército Brasileiro – EB; Jeová Moreira da Costa, Prefeito do Município de Araxá – MG; Maurides Rodrigues Nascimento, Prefeito do Município de Minaçu

– GO; e Pedro Jorge Cherene Júnior, Prefeito do Município de São Francisco de Itabapoana – RJ. Justifica a ausência o Excelentíssimo Prefeito do Município de Presidente Figueiredo –AM, Senhor Neilson da Cruz Cavalcante. Findas as apresentações, o Presidente franqueia a palavra aos Senhores Senadores. Usa da palavra o Senhor Senador Luiz Henrique. Prosseguindo, o Presidente agradece a todos pela presença e, nada havendo mais a tratar, encerra a reunião, às onze horas e dois minutos, determinando que eu, **Égli Lucena Heusi Moreira, Secretária da Comissão de Ciência, Tecnologia, Inovação, Comunicação e Informática,** lavre a presente ata, que, após lida e aprovada, será assinada e publicada, no Diário do Senado Federal, juntamente com a íntegra das notas taquigráficas.

Senador **Anibal Diniz,** Presidente Eventual da Comissão de Ciência,Tecnologia, Inovação, Comunicação e Informática

(Texto com revisão.)

O SR. PRESIDENTE (Anibal Diniz. Bloco/PT – AC) – Havendo número regimental, declaro aberta a 23ª Reunião da Comissão de Ciência, Tecnologia, Inovação, Comunicação e Informática, conjunta com a 6ª Reunião da Subcomissão Temporária de Elaboração do Marco Regulatório da Mineração em Terras-Raras no Brasil, ambas da 3ª Sessão Legislativa Ordinária da 54ª Legislatura, que se realizam nesta data, 11 de julho de 2013.

Submeto à apreciação do Plenário a dispensa da leitura e a aprovação das atas das reuniões anteriores.

As Srªs e os Srs. Senadores que concordam permaneçam como se encontram. (*Pausa*.)

As atas estão aprovadas e serão publicadas no *Diário do Senado Federal*, juntamente com as notas taquigráficas.

Damos, então, início aos trabalhos da nossa reunião conjunta, que é realizada em atendimento aos Requerimentos de nº 3, de 2013, da Comissão de Ciência e Tecnologia, e nº 1, de 2013, da Subcomissão Temporária de Terras-Raras, ambos da autoria do Exmº Sr. Senador Luiz Henrique da Silveira, Relator da Subcomissão, para discutir ações para os minerais estratégicos para o País com a criação de um novo marco regulatório que possibilite o desenvolvimento de uma cadeia produtiva para o setor.

Convidamos, então, à mesa, os Exmºs Srs. José Fernando Iasbech, General de Brigada do Exército Brasileiro e gerente do Projeto Proteger; Neilson da Cruz Cavalcante, Prefeito do Município de Presidente Figueiredo, Estado do Amazonas; Sr. Jeová Moreira da Costa, Prefeito do Município de Araxá, Estado de Minas Gerais; Sr. Maurides Rodrigues Nascimento, Prefeito do Município de Minaçu, Estado de Goiás; Pedro Jorge Cherene Júnior, Prefeito do Município de São Francisco de Itabapoana, no Rio de Janeiro. Temos outros dois convidados representando prefeituras, a quem convidamos a tomar assento mais à frente.

Srªs e Srs. Senadores, esta é a nossa última audiência pública destinada a reunir informações, elementos e sistematizar alguns conhecimentos que vão ser úteis na construção do relatório que será preparado pelo Senador Luiz Henrique – e temos o prazo até o 30 de agosto para apresentarmos esse relatório.

Exatamente por ser a última das nossas audiências públicas, eu pedi que nós construíssemos um memorial de tudo que foi feito até agora, de tal maneira que a gente possa, além da apresentação dos expositores convidados de hoje, fazer uma memória de tudo o que foi realizado nas outras audiências públicas até aqui.

Srªs e Srs. Senadores e demais presentes, previamente às exposições pelos nossos ilustres convidados, faremos um breve apanhado sobre as atividades desta Subcomissão até a data de hoje.

Com esta quinta audiência de hoje, encerramos – na realidade, hoje é a sexta audiência – o ciclo de debates proposto pelo Senador Luiz Henrique da Silveira, nosso Relator, para a instrução da Subcomissão. Com vários e ricos debates, desde a sua instalação, em 2 de abril último, foram seis reuniões desta Subcomissão. Já contabilizando os convidados ora presentes no dia de hoje, foram 23 expositores, entre empresários, autoridades públicas ligadas aos órgãos do Executivo, Prefeitos, especialistas e juristas, além da participação das Embaixadas do Japão e da Austrália.

A amplitude das temáticas abordadas serviu para que nós, Senadores e Senadoras membros desta Subcomissão de Terras-Raras, tivéssemos mais conhecimento e uma ampla visão sobre o assunto. Todos os expositores tiveram oportunidade de apresentar os pontos de vista pessoais e das respectivas representações, e ainda houve, durante o curso do nosso ciclo, o anúncio pelo Governo Federal do envio da proposta de Marco Regulatório da Mineração para o Congresso Nacional.

Todo esse cenário fortalece ainda mais os nossos trabalhos e reforça a convicção de que o aperfeiçoamento do arcabouço legal em torno do setor de mineração é uma premissa necessária e essencial ao desenvolvimento do País.

Destacarei algumas passagens que refletiram a dimensão dos debates neste Plenário. Abre aspas para o Secretário de Geologia, Mineração e Transformação Mineral, do Ministério de Minas e Energia, Sr. Carlos Nogueira:

> *"Os bens minerais como um todo integram um setor que abarca o conhecimento em es-*

pecial da Geologia para que tenhamos uma mineração forte, uma mineração competitiva, tecnologicamente responsável. Temos que ter o conhecimento geológico do nosso território. [...]

As nossas diretrizes, ter uma governança pública, eficaz, que promova a utilização dos bens minerais extraídos para o interesse nacional, agregação do valor e promoção da sustentabilidade em todas as etapas da cadeia produtiva" – fecha aspas.

O Secretário de Desenvolvimento Tecnológico e Inovação, do Ministério da Ciência, Tecnologia e Inovação, Sr. Alvaro Toubes Prata, declarou que – abre aspas:

"*A cadeia produtiva dos minerais de Terras-Raras envolve diferentes processos trabalhosos que requerem conhecimento extremamente especializado e o Brasil tem condições de dominar cada uma dessas etapas da cadeia produtiva de Terras-Raras"* – fecha aspas.

Já o Diretor do Centro de Tecnologia Mineral, Sr. Fernando Antonio Freitas Lins, nos alertou que – aspas: "Os riscos são aqueles que nós brasileiros já conhecemos, da descontinuidade. O risco é haver uma desarticulação, ou seja, os governos, os entes governamentais não se articularem e a indústria não se articular" – fecha aspas.

Ainda na linha da questão do processo produtivo, o Superintendente Geral da Fundação Certi, Sr. Carlos Alberto Schneider, apresentou a seguinte afirmação – aspas: "Considera-se que o Brasil tem jazidas superiores à China hoje. O que nós temos que fazer é implementar esse processo produtivo" – fecha aspas.

Pelos representantes das indústrias de mineração, destacamos a posição apresentada pela empresa Mineração Serra Verde, que, pelo seu Diretor, o Sr. Paulo de Tarso Serpa Fagundes, novamente presente hoje em nossa audiência, declarou especial preocupação com – aspas – "a suspensão das novas outorgas para lavras e a retenção do processo de licenciamento que se arrastam desde 2011 e vêm penalizando muito esse setor tão estratégico para a nossa economia" – fecha aspas.

A questão do monopólio da CNEN em relação à extração e manuseio de materiais radioativos foi levantada a partir da exposição do Sr. Alair Veras, representante da Indústrias Nucleares do Brasil.

Na audiência realizada no dia 6 de junho, tivemos uma mesa eclética e abrangente. Destacamos várias posições, tais como, pelo Ibram, foi-nos passada uma visão ampla sobre todo o setor de mineração no Brasil, apontando que os minerais estratégicos devem ocupar posição relevante e específica dentro do nosso Plano Nacional de Mineração; pelo Sr. Paulo César Ribeiro Lima, especialista e consultor da Câmara dos Deputados, foi-nos destacada a questão da pesquisa e desenvolvimento da cadeia produtiva ao setor de alta tecnologia como sendo a saída e o caminho para o fortalecimento dessa indústria e que isso também deverá passar por uma decisão política; o Dr. Adriano Cançado Trindade nos trouxe uma visão voltada aos aspectos jurídicos da discussão, ressaltando que o aprimoramento do marco regulatório deve estabelecer um campo ainda mais amplo, que é o estabelecimento de uma política mineral integrada que fortaleça a exploração dos recursos em minerais, inclusive aqueles considerados estratégicos como os elementos de terras-raras.

Vimos também a exposição pelo Prof. José Farias de Oliveira, pela COPPE, que nos apresentou o Projeto do Trem de Levitação Magnética, como sendo uma das novas aplicações para o superímãs.

Foram muitas as contribuições. De tudo isso, podemos destacar, então, como premissa necessária e mais importante para a continuidade desta discussão, a de que não cresceremos somente fortalecendo a indústria de mineração, pois, além do fato de não serem os elementos de terras-raras exatamente raros, a oferta mundial de matéria-prima tende a aumentar. A tendência é que, daqui para frente, a indústria de transformação e de alta tecnologia desenvolva ainda mais as aplicações de produtos a partir dos elementos de terras-raras.

Por isso é que poderemos extrair como conclusão mais forte desses debates a de que o Brasil deve investir em toda a cadeia produtiva de forma articulada e perene, pois a evolução para o setor exige, como em qualquer processo inovativo, um bom ciclo de anos até a sua consolidação.

Foram citadas algumas indústrias, tais como a de ímãs e geradores eólicos, catalisadores, produtos para a indústria do petróleo, aplicações em equipamentos de alta tecnologia e até aplicações para as futuras baterias para os veículos elétricos.

Mesmo ante esse cenário amplo, é essencial, contudo, que as nossas mineradoras estejam fortalecidas no processo extrativo e que possam garantir o fornecimento da matéria-prima a uma indústria nacional em atividade.

Os movimentos registrados pela atuação irregular da China no bloqueio da exportação dos elementos de terras-raras nos deixam este alerta: não podemos permitir e investir no desenvolvimento de uma indústria que fique à mercê do fornecimento mundial desses minerais, quando temos aqui, no Brasil, talvez uma das maiores jazidas do mundo.

Daí a importância de partirmos de um marco regulatório consolidado para o setor de mineração como um todo e com especial atenção aos minerais estratégicos.

A proposta que sairá desta Subcomissão trará uma visão especializada sobre os elementos de terras-raras e contemplará as necessidades para o setor, mas servirá de embrião para uma discussão voltada aos minerais estratégicos, aí incluídos os elementos de terras-raras.

Durante a tramitação do marco regulatório da mineração, certamente haverá a junção das discussões, aperfeiçoando-se ainda mais o debate e os resultados. E tenho certeza, Senador Luiz Henrique, de que, com as contribuições todas que recebemos, ao longo dessas audiências, V. Exª terá todas as condições de dar uma grande contribuição para fazer com que esse marco regulatório seja o mais atento possível a essa necessidade de tratamento especial aos minerais de terras-raras.

A Subcomissão de Terras Raras entrará agora no processo de discussão e análise de todo o conteúdo produzido durante as nossas audiências públicas.

O prazo inicialmente estabelecido para a conclusão dos trabalhos é 30 de agosto próximo, mas ficará a cargo do nosso eminente Relator a evolução dos trabalhos, inclusive pela realização de eventuais novas diligências.

Feito esse apanhado dos trabalhos, passaremos agora à exposição pelos convidados, cada um com o tempo inicial de 15 minutos, podendo ser acrescido, caso seja necessário, para as suas exposições.

Além do Exército, temos aqui os Prefeitos de Municípios produtores dos elementos de terras-raras, que poderão nos passar a sua experiência e abordar também as questões de natureza ambiental ligadas ao assunto.

Eu gostaria, para começar os debates de hoje, de passar a palavra ao Sr. Neilson da Cruz Cavalcante, Prefeito de Presidente Figueiredo.

Há uma justificativa da ausência do Sr. Neilson da Cruz Cavalcante, que teve um problema de saúde e não pôde se fazer presente.

Então, passo a palavra ao Sr. Jeová Moreira da Costa, Prefeito do Município de Araxá.

Sr. Jeová, V. Exª tem a palavra.

O SR. JEOVÁ MOREIRA DA COSTA – Bom dia a todos! Quero agradecer a oportunidade de participar deste momento, que, para nós, de Araxá, é histórico, e dizer que estou aqui como Prefeito de Araxá pela terceira vez, Prefeito este que busca nas suas ações aquilo que é a razão de toda a nossa vida: desejar ao próximo uma sobrevivência com dignidade.

Araxá é uma cidade que podemos dizer que hoje é um paraíso de 100 mil habitantes. Temos lá uma riqueza mineral fantástica, alicerçada na exploração do nióbio, explorada pela Companhia Brasileira de Mineração (CBMM), que é um exemplo de excelência da excelência. Hoje, 70% da nossa arrecadação é graças à produção mineral da CBMM.

Por outro lado, nós tivemos, na década de 70, um investimento fantástico na nossa cidade, com a exploração de outra riqueza mineral, que é o fosfato. Hoje, essa exploração é feita pela Vale Fertilizantes, que a gente entende que é um dos eixos estruturantes do agronegócio brasileiro.

Recentemente, fomos informados da existência de terras-raras dentro do rejeito da exploração do nióbio e dentro também da exploração do fosfato.

Então, nós, Prefeitos, estamos aqui – e entendo que esse é o sentimento de todos os prefeitos de municípios aqui presentes – para sensibilizar o nosso Exmº Sr. Senador Luiz Henrique, Relator desse marco regulatório da exploração de terras-raras, no sentido de fazer com que possamos colocar nos nossos Municípios o conhecimento, entendendo que é necessário o Brasil avançar e trazer o conhecimento para explorar essas riquezas.

Dentro desse programa, o nosso Governo municipal tem idealizado a Cidade Tecnológica. É dentro desse cenário que estou aqui hoje, para a gente defender essa tese. Quero aproveitar a oportunidade para agradecer ao Senador Zeze Perrella, que está contribuindo para que a gente avance nesse projeto. Então, a Cidade Tecnológica que estamos desenhando para Araxá é justamente alicerçada nessa excelência de tecnologia que hoje é explorada pela CBMM do nióbio. Para o conhecimento dos senhores, hoje, somos responsáveis por 95% da exploração de nióbio do mundo. Como bem disse o nosso Presidente da CBMM, José Tadeu, lá eles não vendem a pedra de nióbio, eles vendem a tecnologia, informando como fazer ali um produto de excelência e um produto de eficiência para a humanidade.

Então, a Cidade Tecnológica que estamos querendo desenhar está pautada dentre todos os objetivos desta audiência pública, que é a capacitação de mão de obra, a participação das universidades e dos centros de pesquisa, a cooperação internacional, e fazer essa cadeia produtiva. Como Araxá está localizada no centro do País, nós entendemos que lá existe espaço para a gente instalar um centro de pesquisa para avançar no Brasil em termos de pesquisa e conseguirmos novos produtos com essas riquezas minerais existentes no nosso País.

O que Araxá já fez? Nós já desapropriamos um prédio antigo, o Instituto Colombo, que vai estar ligado com a Universidade Federal do Triângulo Mineiro, para instalar um intercâmbio com as universidades internacionais. Então, vamos ter alojamentos para receber os professores e os estudantes internacionais, assim como também os nossos estudantes brasileiros para irem às universidades internacionais. Lá, haverá, com a Internet, uma sala virtual, onde vão acontecer a comunicação e os debates em tempo real.

Nós desapropriamos uma área na 262, onde vamos instalar o Centro de Pesquisa; conseguimos, com o Governo de Minas, uma receita de R$10 milhões e a prefeitura está entrando com R$7 milhões.

Entramos em contato com a Universidade Federal do Triângulo Mineiro, que já é realidade, que vai implantar um braço na nossa cidade. Nós já temos Cefet lá há mais de dez anos, com cursos de ensino superior. Entramos em contato com outras universidades internacionais, que se dispuseram a fazer contratos e a participar dessa ideia, que estamos lançando, de fazer uma cadeia produtiva dentro dos minerais existentes em nosso Município.

Estamos, ao mesmo tempo, como Araxá é uma cidade que está no centro do Triângulo Mineiro, no Alto Paranaíba e noroeste de Minas, onde o agronegócio é muito fortalecido, estamos estabelecendo contatos com as câmaras de comércio de Israel, da China e da Costa do Marfim. O Instituto Colombo é aquele prédio que fica na Bacia do Barreiro, que desapropriamos, com recursos da prefeitura, e onde vai funcionar o cérebro da Cidade Tecnológica.

Aqui é um pátio da Expominas, onde estamos fazendo um trabalho junto com o Governo do Estado de Minas Gerais, através da Codemig, para se implantar ali a Universidade Federal do Triângulo Mineiro. Essas são as localizações, dentro da topografia do Município de Araxá, da CBMM, da Vale Fertilizantes, da MbAC, uma empresa canadense que está com um projeto de explorar as terras-raras em nosso Município.

São as outras empresas que estão dispostas a fazer essa parceria com o Município de Araxá.

Estamos trabalhando no sentido de buscar a cadeia de produção dos minerais existentes em nosso Município. Repetindo, as parcerias com as quais estamos entrando em contato e que estão dispostas a entrar nesse projeto que estamos desenhando.

Era isso o que eu gostaria de deixar aqui registrado.

O nosso entendimento como Prefeito, como pessoa que está ali ao lado do cidadão, é de que o Congresso Nacional, através desse Marco Regulatório da Exploração de Terras-Raras, tem a possibilidade de fortalecer os Municípios. O que gostaria de deixar registrado é que se deve estabelecer um *royalty* para os Municípios mineradores para que possamos instalar ali essa cadeia de produção e ter ali alicerçado o nosso futuro e o das novas gerações em cima do conhecimento, e que a gente não fique, daqui a anos, com essa mesma situação que observando da realidade nos Municípios mineradores.

No mais, estamos abertos a perguntas, abertos a outras colocações.

O SR. PRESIDENTE (Anibal Diniz. Bloco/PT – AC) – Obrigado, prefeito Jeová Moreira, da cidade de Araxá.

Passamos a palavra agora ao Prefeito do Município Minaçu, Maurides Rodrigues Nascimento.

O SR. MAURIDES RODRIGUES NASCIMENTO – Bom dia a todos e a todas. Para mim é um prazer muito grande estar aqui fazendo parte desta audiência e vendo o tamanho da discussão sobre esse minério que temos o privilégio de possuir em nosso Município.

Sabemos nós que o Brasil passa por um momento delicado na área da economia. O País encontra dificuldade para crescer por conta de uma série de aspectos importantes, como cenário externo conturbado, problema de infraestrutura, alta carga tributária, além de outros fatores. É fundamental que o País continue avançando em questões fundamentais para o desenvolvimento de nossa economia, mas é importante que essas leis não afetem a competitividade dessas empresas; caso contrário, elas podem optar por investir em outros países.

Há, em Minaçu, um projeto em curso que pode revolucionar não apenas o nosso Município, mas o País.

A Mineração Serra Verde, uma empresa do Grupo Mining Ventures Brasil assinou com o Governo de Goiás um protocolo de intenções para construção de uma planta destinada ao aproveitamento de uma jazida de terras-raras, conjunto de elementos químicos utilizados em diversas indústrias na cidade de Minaçu.

O documento prevê que a empresa fará investimento entre R$300 milhões e R$600 milhões para instalar uma unidade de extração e beneficiamento, que produzirá concentrado de terras-raras para o mercado nacional e internacional a partir dos minérios encontrados no local.

A primeira etapa do projeto depende da implantação e operação da planta piloto, ainda em 2013, cuja guia de autorização será ainda pelo Departamento Nacional de Produção Mineral (DNPM). Uma segunda etapa do projeto com aplicação de mais de R$600 milhões de investimentos, entre 2018 e 2023. Será o processamento em Minaçu o concentrado para obter a sua separação em terras-raras e individuais, com teor de pureza de 99,99%.

Atualmente, a única fornecedora desses materiais é a China. Para o Brasil é fundamental atrair investimentos e incentivar empreendedores para que essa segunda etapa do processamento das terras-raras seja feito no País. Com isso, o Brasil deixará de ser um mero exportador de matérias-primas neste importante setor de mineração para colocar-se na vanguarda do domínio dessa tecnologia de ponta, com amplos benefícios para sua economia.

Com o início da operação prevista para 2016, o projeto em Minaçu, da Mineradora Serra Verde, será o primeiro a produzir terras-raras críticas com baixo custo de classe mundial no Brasil.

O Congresso está discutindo o marco regulatório de mineração que chegou em junho. É importante que esse debate seja feito com muita cautela para não comprometer investimentos já anunciados e em curso no País.

Na verdade, vemos hoje que nós, Prefeitos, enfrentamos as dificuldades com a comunidade. Sei que é um trabalho de muita responsabilidade e, às vezes, depende muito de leis, mas assim como nós Prefeitos estamos reivindicando a liberação dessas mineradoras, também estamos prontos para fiscalizar.

O que queremos é que os senhores tenham mais uma atenção voltada para o aceleramento desses processos para que, na verdade, consigamos pôr em prática esses produtos que são bons para nossos Municípios, para nossos Estados e para a Nação.

Colocamo-nos à disposição, Minaçu está aberta para colaborar e não podemos negar que temos um grande desejo de que essa mineradora instale-se com urgência, porque, na verdade, o nosso Município recebeu duas represas e trouxe muitos trabalhadores e concluiu a obra. Estamos lá com uma população precisando de emprego e vemos hoje que essa mineradora é uma solução para nosso Município.

Peço aos senhores que ajudem o nosso Município que tem o privilégio de ter esse minério. Também deixamos claro que sabemos do impacto ambiental que essas mineradoras trazem, mas estamos lá para fazer justiça, para fiscalizar.

Essas são as minhas palavras, deixo aqui o meu agradecimento a todos.

Meu agradecimento a todos.

O SR. ZEZE PERRELLA (Bloco/PDT – MG) – Pela ordem, Sr. Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Anibal Diniz. Bloco/PT – AC) – Obrigado Sr. Prefeito Maurides Rodrigues.

Pela ordem...

O SR. ZEZE PERRELLA (Bloco/PDT – MG) – Queria apenas me justificar porque estou presidindo uma comissão do lado, da CCT, junto com a Relações Exteriores, onde estamos tratando do tema dos grampos.

Só queria cumprimentar os Srs. Prefeitos, General Iasbech, nosso Presidente Anibal Diniz, meu querido amigo Jeová Moreira, Prefeito da nossa querida Araxá e Pedro Jorge, Prefeito de São Francisco.

Os senhores me desculpem, mas realmente tenho que sair, porque estou presidindo lá. Quero dizer a vocês da tranquilidade que ficamos quando vemos uma comissão importante como essa sendo presidida por um Senador do quilate do Senador Anibal, que conhece o tema, preocupado com o tema e a relatoria do nosso papa das relatorias do Senado, que é o Senador Luiz Henrique.

Então, para tranquilidade dos senhores, estão em muitíssimas boas mãos. Vamos ajudar no que for necessário para que realmente essa coisa saia do papel. Vamos para as ações.

Um abraço a vocês.

Desculpe.

O SR. PRESIDENTE (Anibal Diniz. Bloco/PT – AC) – Obrigado Senador Zeze Perrela, que é o nosso Presidente da Comissão de Ciência, Tecnologia e Inovação, justificando a sua não presença a esta audiência pública.

Pergunto ao Sr. Tasso Mendonça Júnior se gostaria de complementar alguma informação relacionada à cidade de Minaçu.

O SR. TASSO MENDONÇA JÚNIOR – Gostaria de cumprimentar o Senador, demais membros da Mesa e as pessoas que estão no plenário, o que gostaríamos de complementar, como chefe de gabinete da gestão da mineração, que seria uma secretaria executiva da área de mineração em Goiás, que o Município de Minaçu e o próprio Estado de Goiás têm a característica de ser bastante rico em minerais e minerais estratégicos.

Minaçu, por exemplo, é o único portador de amianto crisotila do Brasil e uma das duas únicas do mundo que produz. No entanto, o Município sofre com dificuldades, como o Prefeito tem citado, e o Estado de Goiás tem procurado apoiar a cidade e o próprio Estado no desenvolvimento tecnológico e mineral do Município.

Ele sofre com as ações para banimento do amianto, que é uma campanha eminentemente mercadológica, que tenta tirar do mercado uma fibra perfeitamente utilizável, haja vista que se procurou no Município vítimas do amianto, e em todas as certidões de óbito não se encontrou uma única vítima. Por outro lado, agora, ao desenvolver jazidas de terras-raras, a companhia sofre ainda em obter autorização para que tenha guia de utilização para iniciar a lavra experimental do elemento terras-raras, por uma questão de marco regulatório, em relação ao qual solicitamos aos Senadores e

autoridades parlamentares que agilizem essa questão do marco regulatório.

Como estava conversando com os Prefeitos, acreditamos que o patrimônio mineral é um patrimônio a ser desenvolvido. Penso que sofremos da síndrome da exploração portuguesa do nosso ouro, que veio, tirou o nosso ouro e levou embora. Na verdade, esses bens estratégicos são bens a serem desenvolvidos. Debaixo do chão, eles valem muito.

Então, temos que valorizar o que temos entre as orelhas, ou seja, o nosso cérebro. Então, a nossa campanha do Governo do Estado de Goiás junto com o Município de Minaçu é no sentido de que possamos agilizar essa exploração de uma forma viável, de uma forma que traga benefício para o Município, para o Estado e para o País. Mas a nossa preocupação hoje com o marco regulatório é de que o Governo, após discutir quatro anos esse marco, que acreditamos que foi com pouca transparência, chega ao Congresso e sofre 370 emendas, ou seja, parece-me que foi pouco discutido para que tenha tido tantas emendas.

O SR. LUIZ HENRIQUE (Bloco/PMDB – SC) – Só lembraria ao ilustre visitante que o Código Florestal, de que fui relator, teve 1.787 emendas, quer dizer, o número de emendas ao Código Mineral é menor do que eu imaginava.

O SR. TASSO MENDONÇA JÚNIOR – Eu até explico isso, Senador, porque até o nosso Código hoje é bom, o Código em vigor é bom. Penso que ele é mal gerido. Então, a nossa preocupação é exatamente essa, porque o Código chegou e vai precisar ser regulamentado. E também porque essa ação está paralisando a atual atividade, ou seja, a emissão de guias, a emissão de portarias.

Então, é um apelo que o Governo de Goiás, juntamente com o Município de Minaçu, faz ao Congresso, para que nós agilizemos esse novo marco, assim como o Código Florestal, que acredito esteja eivado de sucesso em sua implementação. Que possamos democraticamente discutir esse Código, com uma visão bastante desenvolvimentista para a mineração, porque acredito que a questão mineração seja tão representativa quanto a questão do Código Florestal, porém o impacto ambiental dela é bem menor, porque é localizado.

Então, o nosso apelo é que possamos discutir com muita responsabilidade e agilidade essa questão de que depende o desenvolvimento dos Municípios e dos Estados.

É isso que eu tinha a colocar.

O SR. PRESIDENTE (Anibal Diniz. Bloco/PT – AC) – Obrigado, Sr. Tasso Mendonça Júnior.

Agora passo a palavra ao Sr. Pedro Jorge Cherene Júnior, representante do Município de São Francisco de Itabapoana.

O senhor tem a palavra.

O SR. PEDRO JORGE CHERENE JÚNIOR – Bom dia a todos.

Em primeiro lugar quero agradecer o convite a oportunidade de participar desta audiência pública. Estou Prefeito do Município de São Francisco pela primeira vez.

O Município se localiza no extremo norte do Estado do Rio, já na divisa com o Estado do Espírito Santo, ao lado de dois Municípios milionários, que são Campos dos Goytacazes e São João da Barra, onde há hoje o grande empreendimento do Porto do Açu e, ao lado do Espírito Santo, Município de Presidente Kennedy. Mas, apesar de estar cercado por Municípios produtores de petróleo, o nosso Município de São Francisco é considerado limítrofe, com 63km de litoral, com extensão territorial de 1.111km^2, fazendo o Município ser o terceiro maior em extensão territorial do Estado do Rio. A população é estimada em, mais ou menos, 42 mil habitantes, com o segundo pior IDH do Estado do Rio.

Então, nós temos um grande desafio, desde quando assumi o mandato, em 1º de janeiro, de realmente transformar a realidade, melhorando, acima de tudo, a qualidade de vida da nossa população.

Nós temos no Município de São Francisco uma unidade da INB, na localidade de Buena, onde, há cerca de 70 anos, há a extração da monazita, sendo que, mais ou menos, há cerca de um ano, houve a suspensão dessa extração. Eles hoje comercializam a monazita estocada para a China. Assim que eu assumi, preocupado com perspectiva, de que sempre a gente ouve falar no Estado do Rio, de um possível fechamento da unidade da INB, na localidade de Buena, eu logo procurei e tive uma agenda com a Presidente da INB na cidade do Rio de Janeiro, até para aprofundar um pouco mais.

Fiz algumas solicitações de pesquisa na área do Município de São Francisco. Na oportunidade fui muito bem recebido e já fui atendido na minha solicitação. Eu havia solicitado naquele momento que uma equipe de técnicos da própria INB fosse ao Município e fizesse o levantamento de áreas com monazita a serem exploradas, até preocupado com o impacto social, porque é a única indústria do Município, que tem como principal fonte econômica a agropecuária. Estava muito preocupado com o impacto do desemprego, já que muitas famílias dependem da atividade da unidade no Município.

Há mais ou menos 20 dias essa solicitação foi atendida. A equipe de técnicos já esteve no Município fazendo um estudo e levantamento de possíveis áreas a serem exploradas na extração da monazita. Esses relatórios serão repassados à Prefeitura, mas como isso foi há apenas 20 dias, ainda estou no aguardo desses relatórios. Espero ter uma boa notícia para o Município, que INB continue atuando por alguns anos.

Ao que me foi informado, ela continua no Município numa meia-vida de oito anos, mesmo não tendo outras áreas para serem exploradas. Pelo menos haverá uma permanência de oito anos na unidade aberta no Município de São Francisco.

Da mesma forma fui informado, até pela própria INB, de que a gente não se enquadra muito na questão da exploração de terras-raras, até porque na área de São Francisco o que há e o que se explorou, ao longo desses anos, foi a monazita, havendo hoje sete mil toneladas estocadas, que estão sendo comercializadas pela China.

Quero agradecer mais uma vez a oportunidade e o convite e dizer que venho aqui hoje com o principal objetivo de aprender e levar conhecimentos. Tenho certeza de que, com a explanação que ouvi de colegas Prefeitos e os da própria plenária, que vai poder falar, vou levar conhecimentos para colocarmos em prática e ajudando na parceria no Município de São Francisco.

Mais uma vez agradeço o convite e a oportunidade de estar aqui hoje participando desta audiência pública.

Bom dia a todos.

O SR. PRESIDENTE (Anibal Diniz. Bloco/PT – AC) – Obrigado, Sr. Prefeito Pedro Jorge Cherene Júnior.

Passamos, imediatamente, a palavra ao General de Brigada José Fernando Iasbech, gerente do projeto estratégico Proteger e que representa nesta audiência o Exército Brasileiro.

Com a palavra, o Sr. General .

O SR. JORGE FERNANDO IASBECH – Exmo Sr. Senador Diniz, Senador Luiz Henrique e Senadora Lídice da Mata, sejam as nossas primeiras palavras também de agradecimento. É uma oportunidade que muito honra o Exército poder estar com os senhores participando desse intercâmbio de ideias.

Um general nosso amigo certa feita comentou uma fábula antiga: se dois viajantes se cruzassem na estrada, cada um carregando um pão e trocassem os pães, cada uma sairia com um pão; se cada um trouxesse uma ideia e houvesse o intercâmbio, cada um levaria consigo duas ideias.

Eu tenho a oportunidade especial de aprender com os senhores e de aplaudir o esforço de todos os senhores nesse trabalho hercúleo. Imagino quanto trabalho não deu ao senhor, Senador, essa relatoria, toda a articulação aqui envolvida. Nós vemos a vibração, o brilho nos olhos dos Prefeitos que trabalham por suas comunidades. Desejamos votos de muito sucesso, desde o início.

O Exército se solidariza com os esforços da sua população e busca se capacitar para melhor servir ao nosso País. Nesse sentido, fui distinguido com a oportunidade de ser o gerente de um projeto estratégico do Exército chamado Proteger.

Peço paciência a todos para passarmos um pequeno vídeo, que nos situará no contexto do projeto.

(*Procede-se à exibição de vídeo.*)

O SR. JORGE FERNANDO IASBECH – Agradeço muito a todas as senhoras e os senhores pela atenção.

Vamos, então, discorrer sobre o projeto Proteger em si, serei bem breve para não cansá-los.

Vamos trabalhar num roteiro simples sobre o conceito do projeto, atividades desenvolvidas e alguma coisa que poderíamos, considerando o fórum que aqui se debate de mineração, o que o Exército tem podido apoiar, embora muito modestamente, e poderá ampliar o apoio com o tempo. Assim pretendemos: contagiar uma informação.

Sobre o conceito do projeto, a finalidade é que, assim como os senhores desenvolvem um esforço muito grande para que a nossa capacidade de produção cresça, o Exército, como os senhores viram no filme, busca transformar-se, porque o País cresce em ritmo acelerado. Nenhuma Força Armada tem o direito de querer ser maior do que o país, mas não pode ser menor do que o país a que serve, deve estar à altura da potência estratégica que o Brasil já é hoje, para poder acompanhar o desenvolvimento da sua sociedade.

Nesse sentido, o Exército deve capacitar-se para oferecer uma cooperação entre agências que seja permanente – hoje ela é episódica – e que amplie, com isso, a capacidade de proteção à sociedade. Os países em verde já têm um sistema unificado no nível nacional, e, dos BRICS, apenas o Brasil ainda não o possui. Há iniciativas isoladas. Nós conversávamos com o Dr. Jeová, o Prefeito de Araxá, sobre a força da integração, e é isso que nós buscamos.

O projeto reconhece, como todos sabemos, que nenhuma instituição é tão forte quanto todas juntas. Nós buscamos exatamente capacitar o Exército, para que sirva de mais um instrumento de integração aos inúmeros Ministérios que se esforçam já nesse sentido e as várias instituições governamentais que trabalham nessa área.

E o Exército interpreta que ele tem capacidade de exatamente apoiar bem, porque, quando nós analisamos o histórico das operações recentes – são centenas de operações/ano, hoje o Exército está de-

senvolvendo 57 operações no País, Quando temos um trabalho conjunto, voltado para a segurança ou defesa, esse é o percentual de tropas do Exército envolvidas nas operações. Isso porque o Exército é a força mais numerosa e porque os maiores desafios do País – nós reconhecemos – estão em terra. E ele é a força terrestre. Quando nós observamos as atividades desenvolvidas, o projeto nasceu no seu conceito em 2011; em 2012, foi apresentado ao Governo Federal, que iniciou alguns trabalhos; e as atividades que podemos desenvolver no período já nos deram bastante aprendizado, enriqueceram bem o conceito; oficiais trabalharam meses remapeando a infraestrutura crítica do País ou estrutura estratégica, como queiramos chamar.

Partimos de um trabalho muito bem elaborado pela Presidência da República, capitaneado pelo Gabinete de Segurança Institucional da Presidência da República, que elenca, num mosaico de segurança institucional, 368 estruturas. No nosso remapeamento, consideramos que, embora de menor importância, mas pela interdependência que possuem, haveria outras 276 que necessitariam ser monitoradas.

O exemplo da interdependência fica muito claro no evento de Itaberá, em 2009: quando houve o curto na subestação de Itaberá, caiu Itaipu. Eram aproximadamente 0h25 da noite. Itaberá é uma subestação pequena, mas o curto derrubou Itaipu, e, quando caiu Itaipu, também caiu Angra, porque não se sustentou. Duas horas depois, a primeira turbina de Itaipu já estava ligada; cinco horas depois, todo o sistema estava religado; 36 horas depois, ainda faltava água em São Paulo e Rio.

Então, a interdependência do sistema é que nos chamou a atenção: como é importante que todos os pontos sejam monitorados e como é fundamental aquilo que nós comentamos: a integração, que todos trabalhemos juntos. É por isso que o Exército busca capacitar-se para poder oferecer uma pronta resposta de melhor qualidade ao País.

O conceito se desenvolveu a partir de trabalhos que o Exército historicamente já desenvolvia, com base na sua distribuição territorial. Cada um desses símbolos é uma unidade do Exército espalhada pelo País. Em todo o Território Nacional, nós já temos o planejamento subdivido em áreas de proteção integrada, cada área de proteção integrada tem, como primeira subdivisão, as subáreas de proteção integradas, sob responsabilidade de um general de duas estrelas, um general de brigada; essa subárea se subdivide ainda em setores de proteção integrada sob a responsabilidade de batalhões, regimentos, grupos, unidades do Exército, que já têm todas as infraestruturas da sua área mapeadas e uma parte delas já inclusive reconhecida *in loco*.

Criamos, com isso, uma base de dados: são 36 mil campos de informação sobre a nossa infraestrutura crítica, com todo georreferenciamento correspondente, que é, digamos assim, a primeira base de inteligência para o futuro centro que foi apresentado no filmete, que esperamos implantar no próximo ano.

Também identificamos e ampliamos a nossa capacidade de contraterror. Esse é o retrato da participação dos militares do Exército agora na Copa das Confederações, conduzindo as atividades de contraterror do País, sempre sob a coordenação do Ministério da Defesa – nós somos uma das forças coordenadas pelo Ministério da Defesa.

Falando um pouquinho sobre aquele centro, que é o Sistema de Coordenação de Operações Terrestres Interagências, a finalidade dele é exatamente integrar esforços dos vários setores, desde os grandes eventos que o Brasil sediará, como o meio ambiente, como a nossa infraestrutura crítica, para que, trabalhando juntos, consigamos ter o intercâmbio de informações com sistemas de apoio à decisão que nos permitam antecipar ações e oferecer uma pronta resposta.

Já há uma área pronta no Exército disponível para isso. A ideia é também que ela se capilarize pelas unidades móveis do Exército, que terão toda a base para integração com as agências locais, apoiando essas agências.

Como um comentário adicional, dentro do arcabouço de inteligência e informação concebido no projeto, há um incremento do que nós chamamos, no campo militar, de geoinformação, uma parte da qual pode apoiar as atividades de mineração, porque a primeira cartografia básica é encargo legal no País ser desenvolvida pelo Exército.

Se nós tivermos a orientação de demanda e os recursos necessários, poderemos trabalhar preparando toda essa base para que depois se faça exatamente a prospecção daquilo que realmente temos de disponibilidade. Já temos alguma coisa mapeada, os Municípios são testemunha disso, mas, pelo que temos lido nos relatórios, Senador Luiz Henrique, ainda não se tem a segurança de ter mapeado todo o País. Estaríamos longe, ainda, disso.

Para que se faça o mapeamento geológico é preciso ter, primeiro, a cartografia básica, para poder se ganhar muito em tempo nessa exploração e na inteligência, a fim de se fazer a prospecção com uma inteligência prévia.

Então, essas são algumas imagens geradas pelo sistema de cartografia do Exército.

Esperamos não tê-los cansado muito com a nossa apresentação e nos colocamos à disposição para as perguntas ou orientações que o senhor tiver, Senador.

Muito obrigado.

O SR. PRESIDENTE (Anibal Diniz. Bloco/PT – AC) – Obrigado, General José Fernando Iasbech.

Registramos aqui também a presença da Senadora Lídice da Mata, que muito nos honra estando conosco nesta audiência.

Passo a palavra imediatamente ao Exmo Sr. Senador Luiz Henrique da Silveira, que é o Relator desta Subcomissão Temporária de Terras Raras.

O SR. LUIZ HENRIQUE (Bloco/PMDB – SC) – Bom dia a todos.

Sr. Presidente, Senador Anibal Diniz, Srª Senadora Lídice da Mata, nossos ilustres convidados, o objetivo fundamental da criação desta Subcomissão também presidida pelo Senador Anibal Diniz é o de fazer com que o País tenha uma política de desenvolvimento científico na área mineral relativa aos 17 elementos de terras-raras.

O Brasil já perdeu a grande oportunidade de hoje dividir com a China a liderança nesse processo não apenas de mineração, mas também de industrialização, passando por todas as fases, desde a seleção, a concentração, porque o Brasil adotou uma decisão de submeter-se ao mercado.

A China desenvolveu grandes jazidas, como a de Baotou, uma grande oferta, barata, de matéria-prima nessa área.

O que fez o Brasil? Fez o mesmo que os Estados Unidos. Os Estados Unidos fecharam a sua grande jazida Mountain Pass, e o Brasil praticamente abdicou da continuidade no processo de domínio da tecnologia. Os Estados Unidos tinham razões estratégicas para isso, porque estavam estabelecendo relações econômicas muito fortes com aquele país, deslocando as indústrias americanas que perderam competitividade para o leste asiático. Mas o Brasil não tinha nenhuma razão política, estratégica, diplomática para fazê-lo. O Brasil simplesmente tomou a seguinte decisão: "Isso está tão barato, para que nós vamos gastar dinheiro investindo nisso?" Essa foi a decisão, decisão equivocada; aliás, a segunda decisão equivocada que nós adotamos. A outra foi nos anos 40 e 50, quando nós nos tornamos exportadores de *commodities* de minerais estratégicos como o tório e o urânio e abdicamos, embora tivéssemos uma massa crítica de cientistas muito importantes, embora tivéssemos centros de excelência já desenvolvidos, mais que os italianos, que, no entanto, foram capazes de, na Via Panisperna, desenvolver o processo de desaceleração do átomo, comandado pelos físicos Enrico Fermi e Ettore Majorana... Mas nós, não; nós vamos exportar monazita, vamos exportar tório e urânio e ainda não temos o submarino nuclear, embora estejamos loucamente necessitando deles, posto que, na Guerra das Malvinas, por exemplo, se os argentinos tivessem um submarino nuclear não teriam sido derrotados no conflito.

Pois bem. O objetivo, então, é este: fazer com que o Brasil tenha uma decisão política de investir no desenvolvimento científico e tecnológico nessa área. E dentro dessa decisão política, o Brasil tem que integrar a iniciativa pública com a iniciativa privada. Nós não podemos continuar deixando o setor privado fora de participação no manuseio e na elaboração de produtos radioativos, que hoje é um monopólio da CNEN. Então, esse é um assunto que o Brasil precisa resolver, até porque os elementos de terras-raras, em sua grande maioria, aqueles que foram já identificados no País estão associados com minerais radioativos.

A primeira questão é a autonomia científica e tecnológica. A segunda, estabelecer uma possibilidade de integração de esforços entre o setor público e o setor privado, eliminando esse monopólio paralisante do manuseio de elementos minerais radioativos. O terceiro objetivo é fazer com que o setor de mineralogia, e aí entra o setor de terras-raras que é sobremaneira estratégico, tenha um marco regulatório que permita a sua expansão no sentido de ser progressivamente exportador de produtos de valor agregado e reduzidamente exportador de produtos *in natura*, de *commodities* minerais.

O grande desafio brasileiro hoje é continuar com grande presença no comércio exterior na venda de minerais e de produtos agrícolas, mas sem renunciar, pelo contrário, buscando desesperadamente agregar valor aos produtos para que nós tenhamos uma equação, no mínimo, de 50% por 50%.

Sou de um Estado onde dois terços das exportações são de produtos industrializados de valor agregado. Mas essa é uma exceção. Santa Catarina é uma exceção ao Brasil. O Brasil exporta dois terços de *commodities* e quando se refere ao *commodity* mineral isso se torna efetivamente muito mais grave, até porque se sabe que uma tonelada de um mineral *in natura* vai valer mais, vai valer igual, às vezes, há alguns centigramas de matéria-prima beneficiada.

Nesse ponto, eu tenho entusiasmo com algumas iniciativas do setor privado e também agora do Governo nessa área. O Ministro Raupp criou um grupo especial para desenvolver o projeto de produção de imãs de terras-raras a partir dos elementos de terras-raras. O projeto prevê, dentro da visão ortodoxa da

política brasileira, uma iniciativa pública que gere um processo de produção de imãs de terras-raras através da construção de um laboratório-indústria.

Quando aqui esteve o diretor da CBMM, ele nos disse que, a partir da constatação de uma grande quantidade de cério, lantânio e outros minerais raros no nióbio, que aquela empresa lá em Araxá está desenvolvendo um projeto para a produção de uma planta industrial a partir daqueles minerais já existentes em depósitos da empresa; ou seja, ela já tem depósitos de minerais que foram separados do nióbio na produção industrial. É uma empresa mundial, é um *case* mundial a empresa araxaense – ela tem, se não me engano, filial em Cingapura, nos Estados Unidos, na China –, e com poder de rapidamente passar por uma produção industrial em escala. Então, eu raciocinei aqui: por que o Governo vai fazer isoladamente esse laboratório-indústria? Por que não se associa com a companhia brasileira localizada em Araxá para fazê-lo com menos dispêndio de dinheiro público e mais eficácia?

O nióbio é um exemplo a ser seguido no Brasil. O Brasil tem mais de 90% das reservas mundiais, mas não vende *commodity* de nióbio. Houve muito contrabando, foi denunciado no passado; na verdade, nós vendemos produtos beneficiados, fundamentais hoje para as novas ligas de aço, para as novas ligas da indústria aeronáutica, espacial e para todos esses elementos que nos apoiam nas nossas atividades. Então, o caminho que a gente tem é a partir do que já foi separado do nióbio que está lá depositado.

Outro caminho que nos deixa muito entusiasmado é o exemplo da Mineração Serra Verde, em Minaçu. Gozado, foi um vaqueiro... Ninguém prestava atenção naquela pedra verde e um vaqueiro, um tal de José Cerqueira, disse: "Isto aqui é minério importante." Isso resultou, após exame laboratorial em São Paulo, nesse projeto que eu acredito que vá desenvolver, a partir de terras-raras, sem presença de mineral radioativo. Essa é a vantagem da usina de Baotou, na China. Há grande perspectiva de encontrarmos, no Norte, Nordeste e no Centro-Oeste, grandes jazidas de mineral de terras-raras sem ou com pouca presença de tório e urânio.

Ora, o General Iasbech centrou num ponto fundamental, que vai possibilitar o nosso desenvolvimento científico e autonomia nessa área: a cartografia. Nós não sabemos o que temos, o que possuímos. Então, o Brasil – e o Projeto Proteger pode ser a grande alavanca disso – tem que unir esforços dos Estados e dos Municípios – hoje nós temos uma vantagem fantástica, que são as imagens de satélites e os novos sistemas digitais, como o GPS e tal – para poder ter o mais rapidamente o conhecimento do que nós possuímos de minerais estratégicos.

Eu descobri recentemente que o Monte Everest é uma homenagem ao cartógrafo-chefe do rei. O que fizeram os inglês na Índia, no Paquistão, no que era a Grande Índia? Cartografaram todo o país. Foi um dos projetos prioritários do vice-reinado da Inglaterra na Índia. E o chefe desse grupo de cartografia chamava-se Everest, George Everest. Então, vejam, a importância da cartografia: a maior montanha do mundo recebe o nome do chefe da equipe que fez a cartografia.

Uma das coisas fundamentais efetivamente é inventariar o que nós temos. E quem pode fazer isso são os cartógrafos brasileiros.

Eu fiquei muito satisfeito com a visão que os nossos prefeitos têm desse processo, aliás, uma decisão que o Senador Anibal e eu tivemos foi chamar os prefeitos, porque eles que estão com a mão na massa, eles que estão ali sentindo os problemas. Evidentemente que toda mineração tem um resíduo ambiental, toda. Não há mineração que não gere um resíduo ambiental. E essa é outra questão a ser bem definida no marco regulatório, de modo a fazer com que a política ambiental seja um suporte da mineração e não um entrave a ela, dentro de uma visão de desenvolvimento sustentável.

Eu queria, então, fazer esses comentários, cumprimentar o Senador Anibal Diniz pela visão geral que ele já deu dos trabalhos aqui desenvolvidos e dizer que tão logo nós providenciemos aquilo que vamos chamar de rascunho, anteprojeto do anteprojeto do marco regulatório sobre essa matéria, nós enviaremos a todos os senhores que estiveram aqui nos prestigiando com as suas informações, com os seus conhecimentos.

Nós aprendemos muito nessas audiências e agradecemos a presença dos senhores e gostaríamos que se possível nos ajudassem essa tarefa que o Congresso quer fazer e precisa desenvolver nessa área.

O País apresenta hoje um hiato entre a sociedade e as instituições, há um hiato, há um descrédito em relação às instituições há um agravamento de questões críticas na saúde, na segurança, na infraestrutura, na educação e uma das razões é que em geral nós já temos uma sociedade digital e governos analógicos. Há um descompasso entre o setor público e a sociedade, tanto que é tão grande a presença dos instrumentos digitais nas mãos do povo, que essas manifestações não tiveram líder e foram simplesmente interconectadas pela Internet.

Então, partindo do quadro geral para o quadro da mineração que é um dos setores fundamentais

para o nosso desenvolvimento para o futuro desse país, para o futuro da geração de emprego, posto que o Brasil todo pode se considerar uma das superjazidas minerais mais importantes do mundo, diversas, nós não temos apenas diversidade biológica, a maior diversidade biológica do mundo, a maior diversidade mineral do mundo, também, talvez uma das maiores.

Então, dentro disso é que nós queremos trabalhar.

Muito obrigado.

O SR. PRESIDENTE (Anibal Diniz. Bloco/PT – AC) – Obrigado Senador Luiz Henrique.

Eu consulto aos senhores expositores se alguém gostaria ainda de usar a palavra para alguma consideração? (*Pausa.*)

Se todos se dão por satisfeito, eu gostaria de reafirmar aqui, Senador Luiz Henrique, o quanto me senti honrado em ter sido convidado por V. Exª para presidir esta Subcomissão de Terras Raras, fundamentalmente voltada para o estudo e o entendimento de algo que, para mim, era completamente desconhecido. Esses momentos que tivemos juntos aqui ao longo dessas seis audiências públicas, para mim, foram extremamente enriquecedores.

Então, quero agradecê-lo aqui de público perante todos os presentes pela oportunidade que V. Exª me proporcionou. Sinto-me cada vez mais admirador da boa política e vejo que V. Exª, como um decano da boa política brasileira, age com a energia de um jovem completamente entusiasmado em produzir coisas boas para o Brasil.

Então, V. Exª para mim é um exemplo a ser seguido e quero dizer que me senti muito honrado em poder ter compartilhado contigo esses momentos. E tenho certeza de que esse marco, essa proposição, esse anteprojeto, esse esboço, esse rascunho que V. Exª coordenará daqui para frente, será algo muito interessante e, certamente, vai dar o ponto de partida para essa definição desse marco regulatório. Eu tenho certeza de que isso vai ser muito importante para o Brasil.

Agradeço muito a contribuição de cada um dos expositores, os que estiveram aqui presente hoje e os que também participaram das outras audiências públicas, desta audiência pública de hoje e os trabalhos dessas audiências públicas porque esta foi a última audiência desta Subcomissão de Terras Raras.

Então, muito obrigado a todos, muito obrigado a todos os presentes.

E assim declaramos encerrada a presente audiência pública.

(Iniciada às 09 horas e 39 minutos, a reunião é encerrada às 11 horas e 02 minutos.)

COMISSÃO DE CIÊNCIA, TECNOLOGIA, INOVAÇÃO, COMUNICAÇÃO E INFORMÁTICA

ATA DA 25ª REUNIÃO EXTRAORDINÁRIA, DA 3ª SESSÃO LEGISLATIVA ORDINÁRIA DA 54ª LEGISLATURA, REALIZADA EM 06 DE AGOSTO DE 2013.

Às nove horas e vinte e três minutos do dia seis de agosto de dois mil e treze, na sala sete da Ala Senador Alexandre Costa, sob a Presidência do Senhor Senador Zeze Perrella, Presidente da Comissão de Ciência, Tecnologia, Inovação, Comunicação e Informática, com a presença dos Senhores Senadores Angela Portela, João Capiberibe, Anibal Diniz, João Alberto Souza, Valdir Raupp, Sérgio Petecão, Aloysio Nunes Ferreira, Flexa Ribeiro, Alfredo Nascimento, Rodrigo Rollemberg, Cristovam Buarque, Ricardo Ferraço e Ivo Cassol, reúne-se a Comissão de Ciência, Tecnologia, Inovação, Comunicação e Informática. Deixam de comparecer os Senhores Senadores Walter Pinheiro, Lobão Filho, Luiz Henrique, Ciro Nogueira, José Agripino, Gim e Eduardo Amorim. Havendo número regimental abrem-se os trabalhos. O Senhor Presidente, Senador Zeze Perrella, submete à Comissão a dispensa da leitura da Ata da Reunião anterior, que é dada como aprovada. Prosseguindo, a Presidência inicia a deliberação da Pauta. **Item 1: Projeto de Lei do Senado n.º 199, de 2013**, de caráter não terminativo, de autoria do Senador Mário Couto, que "Institui a política de prevenção e combate aos desastres decorrentes de chuvas intensas e dá outras providências." O relator designado é o Senador Anibal Diniz e o relatório é pela rejeição do Projeto, tornando-se prejudicada a Emenda nº 01-T. A deliberação da Matéria é adiada. **Item 2: Projeto de Lei do Senado n.º 72, de 2009**, de caráter terminativo, de autoria do Senador Gilvam Borges, que "Acrescenta dispositivos ao art. 16 da Lei nº 9.612, de 19 de fevereiro de 1998, para permitir a formação de redes por emissoras de radiodifusão comunitária localizadas na Amazônia Ocidental para a transmissão de programação exclusivamente jornalística ou educativa." O relator designado é o Senador Alfredo Nascimento e o relatório é pela aprovação, nos termos do substitutivo que apresenta. A Matéria é retirada de pauta, a pedido do Relator, para reexame. **Item 3: Projeto de Lei do Senado n.º 461, de 2012**, de caráter terminativo, de autoria do Senador Valdir Raupp, que "Altera o § 1º do art. 106 da Lei nº 9.279, de 14 de maio de 1996, a fim de ampliar para até um ano o prazo de sigilo do pedido de registro de desenho industrial." O relator designado é o Senador José Agripino e o relatório é pela aprovação do Projeto. A deliberação da Matéria é adiada. **Item 4: Turno Suplementar do Substitutivo**

oferecido ao Projeto de Lei do Senado n.º 490, de 2009, de caráter terminativo, de autoria do Senador Raimundo Colombo, que "Institui o Centro de Prevenção de Desastres Climáticos." O relator designado é o Senador Rodrigo Rollemberg e o relatório é pela aprovação do Projeto, nos termos do Substitutivo que apresenta. Em 04/06/2013, após a leitura do relatório, foi concedida Vista ao Senador Luiz Henrique pelo prazo regimental de 05 (cinco) dias. A Matéria já foi apreciada pela Comissão de Meio Ambiente, Defesa do Consumidor e Fiscalização e Controle, com Parecer pela rejeição do Projeto. Em 02/07/2013, na 20ª Reunião Extraordinária, foi aprovado o Substitutivo Integral ao PLS nº 490, de 2009. De acordo com o art. 282 do Regimento Interno do Senado Federal, a Matéria é submetida a Turno Suplementar. A deliberação da Matéria é adiada. **Item 5: Requerimento n.º 27, de 2013-CCT**, de caráter não terminativo, de autoria do Senador Anibal Diniz, que requer, "...nos termos do art. 58, § 2º, II e V, da Constituição Federal, e do art. 90, II e V, do Regimento Interno do Senado Federal, a realização de audiência pública na Comissão de Ciência, Tecnologia, Inovação, Comunicação e Informática, com a finalidade de discutir o Projeto de Lei da Câmara nº 63, de 2011, que pretende modificar os fusos horários do Estado do Acre e de parte do Estado do Amazonas, tendo como convidados os Senhores Governadores dos respectivos Estados." A deliberação do requerimento é adiada. **Item 6: Projeto de Decreto Legislativo n.º 380, de 2012**, de caráter terminativo, de autoria da Comissão de Ciência e Tecnologia, Comunicação e Informática (CD), que "Aprova o ato que outorga permissão à P1 SERVIÇOS DE COMUNICAÇÃO LTDA. para explorar serviço de radiodifusão sonora em frequência modulada na cidade de Corumbaíba, Estado de Goiás." O relator designado é o Senador Ricardo Ferraço e o relatório é pelo sobrestamento do projeto nos termos do art. 335 do Regimento Interno do Senado Federal, e pela aprovação de Requerimento de Informação dirigido ao Ministro de Estado das Comunicações (item 7). **Item 7: Requerimento de Informação n.º 24, de 2013-CCT**, de caráter não terminativo, de autoria do Senador Ricardo Ferraço, que requer "..., nos termos do disposto no art. 50, § 2º, da Constituição Federal e nos arts. 215, inciso I, e 216 do Regimento Interno do Senado Federal, requeiro sejam solicitadas ao Senhor Ministro de Estado das Comunicações informações sobre o processo de outorga de permissão à P1 SERVIÇOS DE COMUNICAÇÃO LTDA para explorar serviço de radiodifusão sonora em frequência modulada na cidade de Corumbaíba, Estado de Goiás, em vista de denúncias veiculadas pela imprensa acerca da idoneidade da mencionada empresa." O Requerimento de Informação é aprovado. **Item 8: Projeto de Decreto Legislativo n.º 22, de 2011**, de caráter terminativo, de autoria da Comissão de Ciência e Tecnologia, Comunicação e Informática (CD), que "Aprova o ato que outorga permissão à XARAÉS COMUNICAÇÕES LTDA. para explorar serviço de radiodifusão sonora em frequência modulada na cidade de Água Clara, Estado de Mato Grosso do Sul." O relator designado é o Senador Alfredo Nascimento e o relatório é pela aprovação do Projeto. O projeto é aprovado por 10 (dez) votos favoráveis. **Item 9: Projeto de Decreto Legislativo n.º 88, de 2013**, de caráter terminativo, de autoria da Comissão de Ciência e Tecnologia, Comunicação e Informática (CD), que "Aprova o ato que outorga autorização à ASSOCIAÇÃO COMUNITÁRIA DO POVOADO DE LUCAIA para executar serviço de radiodifusão comunitária na cidade de Planalto, Estado da Bahia." O relator designado é o Senador Alfredo Nascimento e o relatório é pela aprovação do Projeto. O Projeto é aprovado por 10 (dez) votos favoráveis. **Item 10: Projeto de Decreto Legislativo n.º 59, de 2013**, de caráter terminativo, de autoria da Comissão de Ciência e Tecnologia, Comunicação e Informática (CD), que "Aprova o ato que renova a permissão outorgada à RÁDIO SANTANENSE FM STEREO LTDA. para explorar serviço de radiodifusão sonora em frequência modulada na cidade de Santana do Livramento, Estado do Rio Grande do Sul." A relatora designada é a Senadora Ângela Portela e o relatório é pela aprovação do Projeto. O Projeto é aprovado por 10 (dez) votos favoráveis. **Item 11: Projeto de Decreto Legislativo n.º 74, de 2013**, de caráter terminativo, de autoria da Comissão de Ciência e Tecnologia, Comunicação e Informática (CD), que "Aprova o ato que outorga autorização à ASSOCIAÇÃO COMUNITÁRIA ALDEIA TINGUATIBA para executar serviço de radiodifusão comunitária na cidade de Antônio Cardoso, Estado da Bahia." A relatora designada é a Senadora Ângela Portela e o relatório é pela aprovação do Projeto. O Projeto é aprovado por 10 (dez) votos favoráveis. **Item 12: Projeto de Decreto Legislativo n.º 93, de 2013**, de caráter terminativo, de autoria da Comissão de Ciência e Tecnologia, Comunicação e Informática (CD), que "Aprova o ato que outorga permissão à EMPRESA DE COMUNICAÇÕES JATOBÁ LTDA. para explorar serviço de radiodifusão sonora em frequência modulada na cidade de Perolândia, Estado de Goiás." A relatora designada, ad hoc, é a Senadora Ângela Portela e o relatório é pela aprovação do Projeto. O Projeto é aprovado por 10 (dez) votos favoráveis. **Item 13: Projeto de Decreto Legislativo n.º 443, de 2010**, de caráter terminativo, de autoria da Comissão de Ciência e Tecnologia, Comuni-

cação e Informática (CD), que "Aprova o ato que outorga permissão à CAMPO GRANDE COMUNICAÇÃO LTDA. para explorar serviço de radiodifusão sonora em frequência modulada na cidade de Angélica, Estado de Mato Grosso do Sul." A relatora designada, ad hoc, é a Senadora Ângela Portela e o relatório é pela aprovação do Projeto. O Projeto é aprovado por 10 (dez) votos favoráveis. **Item 14: Projeto de Decreto Legislativo n.º 57, de 2013**, de caráter terminativo, de autoria da Comissão de Ciência e Tecnologia, Comunicação e Informática (CD), que "Aprova o ato que outorga autorização à INSTITUIÇÃO MISSIONÁRIA VIDA NOVA para executar serviço de radiodifusão comunitária na cidade de Salvador, Estado da Bahia." A relatora designada, ad hoc, é a Senadora Ângela Portela e o relatório é pela aprovação do Projeto. O Projeto é aprovado por 10 (dez) votos favoráveis. **Item 15: Projeto de Decreto Legislativo n.º 46, de 2013**, de caráter terminativo, de autoria da Comissão de Ciência e Tecnologia, Comunicação e Informática (CD), que "Aprova o ato que outorga permissão à FUNDAÇÃO CULTURAL SÃO JUDAS TADEU para executar serviço de radiodifusão sonora em frequência modulada na cidade de Alvorada do Tocantins, Estado do Tocantins." A relatora designada, ad hoc, é a Senadora Ângela Portela e o relatório é pela aprovação do Projeto. O Projeto é aprovado por 10 (dez) votos favoráveis. **Item 16: Projeto de Decreto Legislativo n.º 71, de 2013**, de caráter terminativo, de autoria da Comissão de Ciência e Tecnologia, Comunicação e Informática (CD), que "Aprova o ato que outorga autorização à ASSOCIAÇÃO COMUNITÁRIA DE MORADORES DE DOIS IRMÃOS DO TOCANTINS para executar serviço de radiodifusão comunitária na cidade de Dois Irmãos do Tocantins, Estado do Tocantins." O relator designado é o Senador Flexa Ribeiro e o relatório é pela aprovação do Projeto. O Projeto é aprovado por 10 (dez) votos favoráveis. **Item 17: Projeto de Decreto Legislativo n.º 105, de 2013**, de caráter terminativo, de autoria da Comissão de Ciência e Tecnologia, Comunicação e Informática (CD), que "Aprova o ato que renova a concessão outorgada à TELEVISÃO GOYÁ LTDA. para explorar serviço de radiodifusão de sons e imagens na cidade de Goiânia, Estado de Goiás." O relator designado é o Senador Flexa Ribeiro e o relatório é pela aprovação do Projeto. O Projeto é aprovado por 10 (dez) votos favoráveis. **Item 18: Projeto de Decreto Legislativo n.º 61, de 2013**, de caráter terminativo, de autoria da Comissão de Ciência e Tecnologia, Comunicação e Informática (CD), que "Aprova o ato que renova a permissão outorgada à RÁDIO JORNAL DE UBATÃ LTDA. para explorar serviço de radiodifusão sonora em frequência modulada na cidade de Ubatã, Estado da Bahia." O relator designado, ad hoc, é o Senador Flexa Ribeiro e o relatório é pela aprovação do Projeto. O Projeto é aprovado por 10 (dez) votos favoráveis. **Item 19: Projeto de Decreto Legislativo n.º 62, de 2013**, de caráter terminativo, de autoria da Comissão de Ciência e Tecnologia, Comunicação e Informática (CD), que "Aprova o ato que outorga autorização ASSOCIAÇÃO CULTURAL RÁDIO COMUNITÁRIA FM TIO HUGO para executar serviço de radiodifusão comunitária na cidade de Tio Hugo, Estado do Rio Grande do Sul." O relator designado, ad hoc, é o Senador Flexa Ribeiro e o relatório é pela aprovação do Projeto. O Projeto é aprovado por 10 (dez) votos favoráveis. **Item 20: Projeto de Decreto Legislativo n.º 65, de 2013**, de caráter terminativo, de autoria da Comissão de Ciência e Tecnologia, Comunicação e Informática (CD), que "Aprova o ato que outorga permissão ao SISTEMA DE COMUNICAÇÃO VALE DAS VERTENTES S/C LTDA. para explorar serviço de radiodifusão sonora em frequência modulada na cidade de Carmo da Mata, Estado de Minas Gerais." O relator designado, ad hoc, é o Senador Flexa Ribeiro e o relatório é pela aprovação do Projeto. O Projeto é aprovado por 10 (dez) votos favoráveis. **Item 21: Projeto de Decreto Legislativo n.º 83, de 2013**, de caráter terminativo, de autoria da Comissão de Ciência e Tecnologia, Comunicação e Informática (CD), que "Aprova o ato que outorga autorização à ASSOCIAÇÃO DE COMUNICAÇÃO E CULTURA DE TREVISO para executar serviço de radiodifusão comunitária na cidade de Treviso, Estado de Santa Catarina." O relator designado é o Senador João Alberto Souza e o relatório é pela aprovação do Projeto. O Projeto é aprovado por 10 (dez) votos favoráveis. **Item 22: Projeto de Decreto Legislativo n.º 16, de 2013**, de caráter terminativo, de autoria da Comissão de Ciência e Tecnologia, Comunicação e Informática (CD), que "Aprova o ato que outorga permissão à SAN MARINO RADIODIFUSÃO LTDA. para explorar serviço de radiodifusão sonora em frequência modulada na cidade de Planalto, Estado do Paraná." O relator designado, ad hoc, é o Senador Sérgio Petecão e o relatório é pela aprovação do Projeto. O Projeto é aprovado por 10 (dez) votos favoráveis. **Item 23: Projeto de Decreto Legislativo n.º 73, de 2013**, de caráter terminativo, de autoria da Comissão de Ciência e Tecnologia, Comunicação e Informática (CD), que "Aprova o ato que outorga autorização à ASSOCIAÇÃO PRÓ CULTURA DE ITAPIPOCA – APROCI para executar serviço de radiodifusão comunitária na cidade de Itapipoca, Estado do Ceará." O relator designado, ad hoc, é o Senador Sérgio Petecão e o relatório é pela aprovação do Projeto. O Projeto é aprovado por 10 (dez) votos favoráveis. **Item 24: Pro-**

jeto de Decreto Legislativo n.º 49, de 2013, de caráter terminativo, de autoria da Comissão de Ciência e Tecnologia, Comunicação e Informática (CD), que "Aprova o ato que outorga autorização à ASSOCIAÇÃO COMUNITÁRIA AMIGOS PRATENSE para executar serviço de radiodifusão comunitária na cidade de Nova Prata do Iguaçu, Estado do Paraná." O relator designado, ad hoc, é o Senador Sérgio Petecão e o relatório é pela aprovação do Projeto. O Projeto é aprovado por 10 (dez) votos favoráveis. **Item 25: Projeto de Decreto Legislativo n.º 35, de 2013**, de caráter terminativo, de autoria da Comissão de Ciência e Tecnologia, Comunicação e Informática (CD), que "Aprova o ato que outorga autorização à ASSOCIAÇÃO DOS MORADORES DEPUTADO LUÍS EDUARDO MARON DE MAGALHÃES – ALEM para executar serviço de radiodifusão comunitária na cidade de Salvador, Estado da Bahia." O relator designado, ad hoc, é o Senador Sérgio Petecão e o relatório é pela aprovação do Projeto. O Projeto é aprovado por 10 (dez) votos favoráveis. **Item 26: Projeto de Decreto Legislativo n.º 78, de 2013**, de caráter terminativo, de autoria da Comissão de Ciência e Tecnologia, Comunicação e Informática (CD), que "Aprova o ato que outorga permissão à RÁDIO NOVA PRINCESA FM DE PITANGA LTDA. para explorar serviço de radiodifusão sonora em frequência modulada na cidade de Pitanga, Estado do Paraná." O relator designado é o Senador Sérgio Petecão e o relatório é pela aprovação do Projeto. O Projeto é aprovado por 10 (dez) votos favoráveis. **Item 27: Projeto de Decreto Legislativo n.º 119, de 2013**, de caráter terminativo, de autoria da Comissão de Ciência e Tecnologia, Comunicação e Informática (CD), que "Aprova o ato que outorga autorização à ASSOCIAÇÃO DE DIFUSÃO COMUNITÁRIA "VALE DAS TERMAS" para executar serviço de radiodifusão comunitária na cidade de Santo Amaro da Imperatriz, Estado de Santa Catarina." O relator designado, ad hoc, é o Senador Valdir Raupp e o relatório é pela aprovação do Projeto. O Projeto é aprovado por 10 (dez) votos favoráveis. **Item 28: Projeto de Decreto Legislativo n.º 104, de 2013**, de caráter terminativo, de autoria da Comissão de Ciência e Tecnologia, Comunicação e Informática (CD), que "Aprova o ato que renova a concessão outorgada à RÁDIO E TELEVISÃO MARAJOARÁ LTDA. para explorar serviço de radiodifusão de sons e imagens na cidade de Belém, Estado do Pará." O relator designado é o Senador Valdir Raupp e o relatório é pela aprovação do Projeto. O Projeto é aprovado por 10 (dez) votos favoráveis. **Item 29: Projeto de Decreto Legislativo n.º 92, de 2013**, de caráter terminativo, de autoria da Comissão de Ciência e Tecnologia, Comunicação e Informática (CD), que "Aprova o ato que outorga autorização à ASSOCIAÇÃO CULTURAL ARAUCÁRIA DE PINHAL DA SERRA para executar serviço de radiodifusão comunitária na cidade de Pinhal da Serra, Estado do Rio Grande do Sul." O relator designado, ad hoc, é o Senador Valdir Raupp e o relatório é pela aprovação do Projeto. O Projeto é aprovado por 10 (dez) votos favoráveis. . Nada mais havendo a tratar, a presidência encerra a reunião, às dez horas e vinte minutos, determinando que eu, **Égli Lucena Heusi Moreira, Secretária da Comissão de Ciência, Tecnologia, Inovação, Comunicação e Informática** lavrasse a presente ata, que após lida e aprovada, será assinada pelo Senhor Presidente e publicada, no diário do Senado Federal.

Senador **Zeze Perrella,** Presidente da Comissão de Ciência, Tecnologia, Inovação, Comunicação e Informática

(*Texto com revisão.*)

O SR. PRESIDENTE (Zeze Perrella. Bloco Governo/PDT – MG) – Havendo número regimental, declaro aberta a 25ª Reunião da Comissão de Ciência, Tecnologia, Inovação, Comunicação e Informática, da 3ª Sessão Legislativa Ordinária da 54ª Legislatura, que se realiza nesta data, 6 de agosto de 2013.

Submeto à apreciação do Plenário a dispensa da leitura ...

(*Interrupção do som.*)

O SR. PRESIDENTE (Zeze Perrella. Bloco Governo/PDT – MG) – As Srªs e os Srs. Senadores que concordam permaneçam como se encontram. (*Pausa.*)

A ata está aprovada e será publicada no *Diário do Senado Federal*, juntamente com as notas taquigráficas.

Alguns comunicados.

A Empresa Brasileira de Pesquisa Agropecuária, Embrapa, disponibilizou à CCT um exemplar do *Relatório de Atividades 2012* da Embrapa, o monitoramento por satélite.

O referido documento encontra-se à disposição das Srªs e dos Srs. Senadores na Secretaria desta Comissão.

Esta Presidência, antes da abertura dos trabalhos de nossa reunião deliberativa, apresenta ao Plenário e aos demais presentes o Relatório de Atividades da CCT para o primeiro semestre desta Sessão Legislativa.

O Relatório já foi entregue às Srªs e aos Srs. Senadores e estará publicado na página da Comissão para acesso por todos.

Apenas apresentando um panorama das atividades, temos o seguinte: foram realizadas, no primeiro semestre, 24 reuniões, sendo 12 deliberativas e 12 audiências públicas. Foram apreciadas 139 proposições, entre projetos de leis e requerimentos da Comissão.

O Ministério das Comunicações e o da Ciência, Tecnologia e Inovação se fizeram presentes em nossas audiências públicas, representados pelos respectivos Ministros, Paulo Bernardo e Marco Antonio Raupp, em que foram apresentadas informações relevantes sobre as atividades de interesse de nossa Comissão.

Além das autoridades e Ministros que a CCT recebeu, foram debatidos em nossas audiências públicas outros temas de igual relevância, como estratégia nacional de Ciência, Tecnologia e Inovação; Internet; Anatel; células-tronco; TV digital em face dos 700 MHz; segurança e sigilo na Internet, em decorrência das denúncias de espionagem por agências de inteligência americanas; terras-raras. Devemos dar uma atenção especial e destacar o tema terras-raras, pois, logo no início das atividades da CCT neste ano, esta Presidência instalou a subcomissão para tratar especificamente desse assunto, que vem sendo brilhantemente presidida pelo Senador Anibal Diniz e seu vice, Senador Aloysio Nunes, e que tem como relator o eminente Senador Luiz Henrique.

Foram realizadas seis reuniões da subcomissão, sendo cinco audiências públicas conjuntas com a CCT, com 23 expositores do mais alto gabarito e especialidade. Estiveram aqui, presentes, representantes de empresas mineradoras, órgãos do Governo brasileiro, cientistas, prefeitos, e também do Exército. Destacamos, também, a colaboração das Embaixadas do Japão e da Austrália, que enviaram representantes e informações sobre o assunto.

Todo esse trabalho gerou uma massa crítica de informações da mais alta relevância, de forma que poderão os membros da CCT e da subcomissão e o seu relator apresentar uma proposta qualificada ao final dos trabalhos, inicialmente com previsão de término para este mês, no final de agosto.

Esses números são resultados do empenho da CCT e de seus Senadores membros e, certamente, daremos continuidade a uma agenda igualmente repleta de assuntos relevantes no segundo semestre.

Em seguida, agora, os trabalhos da nossa reunião. (*Pausa.*)

Para que possamos ganhar tempo, sugiro às Srªs e aos Srs. Senadores que possamos ir lendo...

Os Relatores presentes podem ler os textos, pois assim ganharíamos tempo. Se estiverem de acordo...

Assim, seriam o PDL nº 22, de 2011, e os itens 10 e 11. Com a palavra, a Senadora Angela Portela.

A SRª ANGELA PORTELA (Bloco Governo/PT – RR) – Muito obrigada, Sr. Presidente, é sempre uma satisfação.

Estamos no retorno do segundo semestre de atividades e eu gostaria de parabenizá-lo. Dei uma olhada no relatório de atividades do primeiro semestre e vi grandes resultados. Sem dúvida nenhuma, o mérito é de V. Exª, de todos os Senadores que compõem a Comissão de Ciência e Tecnologia e, obviamente, também de toda a equipe, da Égli e de todos os que compõem a assessoria desta Comissão. Portanto, gostaria de parabenizá-lo pela condução dos trabalhos nesse primeiro semestre.

Sabemos que no segundo semestre que se inicia hoje teremos muitas atividades, muitos projetos a serem relatados, debatidos e aprovados. Além disso, também teremos muitas audiências públicas em que iremos discutir temas de grande relevância para o nosso País.

O SR. PRESIDENTE (Zezé Perrella. Bloco Governo/PDT – MG) – Sou eu quem agradeço, Senadora.

A SRª ANGELA PORTELA (Bloco Governo/PT – RR) – Portanto, quero parabenizá-lo por isso.

O SR. PRESIDENTE (Zeze Perrella. Bloco Governo/PDT – MG) – V. Exª é uma presença constante e importante desta Comissão. Obviamente, esta Presidência conta sempre com o seu apoio e com o seu conhecimento, que são muito importantes para nós.

Muito obrigado.

A SRª ANGELA PORTELA (Bloco Governo/PT – RR) – Muito obrigada.

Vamos ao item 10 da pauta. Como todos os Parlamentares que compõem a Comissão e estão aqui presentes já têm o relatório e a análise, eu gostaria de ir direto ao voto.

Trata-se do Projeto de Decreto Legislativo nº 59, de 2013, que aprova o ato que renova a permissão outorgada à Rádio Santanense FM Stereo Ltda. para explorar serviço de radiodifusão sonora em frequência modulada na cidade de Santana do Livramento, Estado do Rio Grande do Sul.

Tendo em vista que o exame da documentação que acompanha o PDS n° 59, de 2013, não evidenciou violação da legislação que disciplina a matéria, e não havendo reparos quanto aos aspectos de constitucionalidade, juridicidade e de técnica legislativa, opinamos pela aprovação do ato que renova a permissão outorgada à *Rádio Santanense FM Stereo Ltda.* para explorar serviço de radiodifusão sonora em frequência modulada na cidade de Santana do Livramento, Estado do Rio Grande do Sul, na forma do Projeto de Decreto Legislativo originário da Câmara dos Deputados.

Vamos ao item 11 da pauta.

O item 11 é o Projeto de Decreto Legislativo nº 74, de 2013, que aprova o ato que outorga autorização à Associação Comunitária Aldeia Tinguatiba para executar serviço de radiodifusão comunitária na cidade de Antônio Cardoso, Estado da Bahia.

Tendo em vista que o exame da documentação que acompanha o PDS n° 74, de 2013, não evidenciou violação da legislação pertinente, e não havendo reparos quanto aos aspectos de constitucionalidade, juridicidade e técnica legislativa, opinamos pela aprovação do ato que outorga autorização à Associação Comunitária Aldeia Tinguatiba para executar serviço de radiodifusão comunitária na cidade de Antônio Cardoso, Estado da Bahia, na forma do Projeto de Decreto Legislativo originário da Câmara dos Deputados.

Esses são os votos, Sr. Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Zeze Perrella. Bloco Governo/PDT – MG) – Muito obrigado, Senadora.

Voltamos então ao item 8 e 9 da pauta. A relatoria é do Senador Alfredo Nascimento, a quem concedemos a palavra.

O SR. ALFREDO NASCIMENTO (Bloco União e Força/PR – AM) – Sr. Presidente, está também sob a minha responsabilidade a relatoria do item 2, item que gostaria de solicitar a retirada de pauta para uma melhor análise.

O SR. PRESIDENTE (Zeze Perrella. Bloco Governo/PDT – MG) – O.k.

(É o seguinte o item retirado de pauta**:**

ITEM 2
PROJETO DE LEI DO SENADO
Nº 72, DE 2009
– Terminativo –

Acrescenta dispositivos ao art. 16 da Lei nº 9.612, de 19 de fevereiro de 1998, para permitir a formação de redes por emissoras de radiodifusão comunitária localizadas na Amazônia Ocidental para a transmissão de programação exclusivamente jornalística ou educativa.
Relatório: Pela aprovação nos termos do substitutivo
Relatoria: Senador Alfredo Nascimento
Autoria: Senador Gilvam Borges)

O SR. ALFREDO NASCIMENTO (Bloco União e Força/PR – AM) – Quer me ajudar manusear aqui, porque estou...

Sr. Presidente, cabe-me a relatoria do Item 8 da Comissão de Ciência, Tecnologia, Comunicação e Informática, em caráter terminativo, Projeto de Decreto Legislativo nº 22, de 2011, da Câmara dos Deputados que aprova o ato que outorga permissão à Xaraés Comunicações Limitada, para explorar serviço de radiodifusão sonora em frequência modulada na cidade de Água Clara, Estado do Mato Grosso do Sul.

Tendo em vista que o exame da documentação que acompanha o PDL nº 22 não evidenciou violação da legislação pertinente e não havendo reparos quanto aos aspectos de constitucionalidade, juridicidade e de técnica legislativa, opinamos pela aprovação do ato que outorga permissão à Xaraés Comunicações Ltda., para explorar serviço de radiodifusão sonora em frequência modulada na cidade de Água Clara, Estado do Mato Grosso do Sul, na forma do projeto de decreto legislativo originário da Câmara dos Deputados.

Item 9.

Em caráter terminativo, o Projeto de Decreto Legislativo nº 88, de 2013, da Câmara dos Deputados, que aprova o ato que outorga autorização à Associação Comunitária do Povoado de Lucaia para executar serviço de radiodifusão comunitária na cidade de Planalto, no Estado da Bahia.

Tendo em vista que o exame da documentação que acompanha o PDS nº 88, de 2013 cumpre a legislação vigente, somos pela aprovação do projeto, Sr. Presidente.

É o meu voto.

O SR. PRESIDENTE (Zeze Perrella. Bloco Governo/PDT – MG) – Vamos passar, então para o Item 21, com a relatoria do Senador João Aberto Souza.

Com a palavra o Senador João Alberto.

O SR. JOÃO ALBERTO SOUZA (Bloco Maioria/PMDB – MA) – Sr. Presidente, nesta Comissão, em caráter terminativo, sobre o Projeto de Decreto Legislativo nº 83, de 2013 (667/2012, na Câmara dos Deputados), que aprova o ato que outorga autorização à Associação de Comunicação e Cultura de Treviso para executar serviço de radiodifusão comunitária na cidade de Treviso, Estado de Santa Catarina.

Voto.

Tendo em vista que o exame da documentação que acompanha o PDS nº 83, de 2013, não evidenciou violação da legislação pertinente e não havendo reparos quantos aos aspectos de constitucionalidade, juridicidade e de técnica legislativa, opinamos pela aprovação do ato que outorga autorização à Associação de comunicação e Cultura de Treviso para executar serviço de radiodifusão comunitária na cidade de Treviso, Estado de Santa Catarina, na forma do projeto de decreto legislativo originário da Câmara dos Deputados.

É o voto, Sr. Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Zeze Perrella. Bloco Governo/PDT – MG) – Muito obrigado, Senador João Alfredo.

O SR. JOÃO ALBERTO SOUZA (Bloco Maioria/PMDB – MA) – João Alberto.

O SR. PRESIDENTE (Zeze Perrella. Bloco Governo/PDT – MG) – Desculpe, João Alberto. Mate o homem, mas não erre o nome. Desculpe, Senador.

Vamos passar, então, ao Item 26.

Com a palavra o Senador Sérgio Petecão.

O SR. SÉRGIO PETECÃO (Bloco Maioria/PSD – AC) – Sr. Presidente, o Item 26 tem um relatório de nossa autoria.

Eu também não poderia deixar de parabenizar essa Presidência.

Recebi o relatório de atividades do 1º semestre. Quero parabenizar o nosso Presidente e o nosso Vice-Presidente, que está presente também, pela condução dos trabalhos desta Comissão, e me colocar à disposição para que possamos, neste 2º semestre, dar continuidade ao trabalho que vem sendo realizado nesta Comissão.

Voto.

Tendo em vista que o exame da documentação que acompanha o PDS n° 78, de 2013, não evidenciou violação da legislação pertinente, e não havendo reparos quanto aos aspectos da constitucionalidade, juridicidade e de técnica legislativa, opinamos pela aprovação do ato que outorga permissão à Rádio Nova Princesa FM de Pitanga Ltda. para explorar serviço de radiodifusão sonora em frequência modulada na cidade de Pitanga, Estado do Paraná, na forma do Projeto de Decreto Legislativo originário da Câmara dos Deputados.

Esse é o nosso voto, Sr. Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Zeze Perrella. Bloco Governo/PDT – MG) – Obrigado, Senador Petecão.

O SR. ALFREDO NASCIMENTO (Bloco União e Força/PR – AM) – Sr. Presidente, pela ordem.

O SR. PRESIDENTE (Zeze Perrella. Bloco Governo/PDT – MG) – Com a palavra o Senador Alfredo Nascimento.

O SR. ALFREDO NASCIMENTO (Bloco União e Força/PR – AM) – Sr. Presidente, mais uma vez, esta Comissão não consegue quórum suficiente para aprovar matérias de interesse do País.

Certamente atribui-se a isso a existência de um ato desta própria Comissão que proíbe os Parlamentares, nos Estados, de fazerem relatoria de projetos de concessões nos seus Estados de origem.

Ora, quando o Senador tem a responsabilidade de fazer a relatoria de algum projeto do seu Estado, em primeiro lugar, em vantagem em relação aos outros, ele conhece a Região, conhece os projetos, e se daria uma agilidade maior à aprovação destes projetos, e certamente não teríamos problema de quórum.

Então, gostaria de levantar essa questão e submeter aos componentes desta Comissão que voltássemos a apreciar e discutir esse assunto. Eu sei que o objetivo deste ato foi dar isenção na participação, que, possivelmente, algum Parlamentar teria interesse em conceder a essa ou àquela rádio, renovar essa ou aquela concessão em seus Estados, mas isso não funcionou, em função da inexistência de quórum.

Hoje, não existe mais interesse de se participar disso, mas, certamente, se alguma concessão deve ser feita para o Estado de Roraima, certamente a Senadora Angela Portela vai interessar-se, primeiro, em conhecer o problema, saber onde vai ser feita essa concessão, se é concessão comunitária, se está rigorosamente dentro da lei e vai-se dar a essa decisão uma solução muito mais acertada e melhor para o País.

Então, quero sugerir a V. Exª que, numa próxima oportunidade, com um quórum maior, se volte a discutir esse assunto, sob pena de esta Comissão não conseguir aprovar mais nada.

Existem outras Comissões, em horários conflitantes, nesta Casa. Normalmente, a preferência se dá a outras Comissões, em função de o Parlamentar, o Senador, "não ter interesse" ou não ter conhecimento suficiente, para aprovar – eu, por exemplo, que sou do Amazonas – uma rádio lá no Estado de V. Exª, em Minas Gerais.

Eu posso fazer isso. Eu faço a relatoria. Isso se tornou uma praxe: cumpre-se a lei ou não. Porém, não temos a possibilidade de, *in loco*, verificar se essa concessão é realmente necessária e boa para a sociedade à qual vai ser autorizada essa concessão.

A minha proposta é no sentido de que, numa próxima oportunidade, voltemos a discutir esse assunto na Comissão, porque, se revogado esse ato, certamente teremos número de parlamentares para discutir as matérias interessantes para o País.

Obrigado, Sr. Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Zeze Perrella. Bloco Governo/PDT – MG) – Obrigado, Senador Alfredo Nascimento.

Com a palavra a Senadora Angela Portela.

A SRª ANGELA PORTELA (Bloco Governo/PT – RR) – Sr. Presidente, gostaria também de participar desse debate.

O Senador Alfredo Nascimento coloca uma preocupação, que é compartilhada por diversos membros da Comissão de Ciência e Tecnologia, com relação à ausência da participação maior dos membros desta Comissão nas reuniões. Ele atribui isso, a falta, a esse ato que foi aprovado na presidência anterior que impede que os Senadores de relatarem proposta de outorgas de rádios que sejam do próprio Estado.

Eu considero importante revermos essa situação. Primeiramente, porque nós temos de apostar, de acreditar que os Senadores, ao analisarem a outorga de uma rádio, têm muito mais conhecimento sobre a realidade local, sobre as condições as condições

técnicas e financeiras da empresa para instalar rádio. Enfim, de tudo aquilo que envolve, das exigências legais para concessão de uma rádio comercial para o seu Estado de origem. Então, acredito que é uma proposta interessante e que, no momento em que a nossa Comissão estiver com um número maior de participantes da reunião, causará um bom debate, e a gente poderá definir o retorno da possibilidade de nós podermos também relatar propostas de concessão de rádios dos nossos Estados.

Temos debatido aqui, em reuniões anteriores, o uso indevido de rádio por Senadores e por Deputados em nossos Estados. A gente tem denunciado e combatido o uso para promoção pessoal dessas concessões de rádio. Aqueles políticos que têm concessão de rádios têm visibilidade maior, têm uma condição de divulgar melhor a sua atuação parlamentar, e aqueles que não têm concessão de rádio obviamente são prejudicados porque não existe, em nível de disputa, uma condição de igualdade para fazer a divulgação do trabalho parlamentar. Isso foi algo de intenso debate nas reuniões desta Comissão.

De repente, é interessante trazer, Senador Alfredo Nascimento, esse debate aqui, para que a gente definir se vamos rever essa decisão ou se vamos manter a decisão de não podermos relatar concessão de rádios em nossos Estados. Mas, de todo modo, concordo com o Senador Alfredo Nascimento, que vai ser, sem dúvida nenhuma, uma possibilidade de termos maior participação dos Senadores da Comissão de Ciência e Tecnologia.

Era isso, Sr. Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Zeze Perrella. Bloco Governo/PDT – MG) – Muito obrigado, Senadora Angela.

Particularmente, eu tenho uma opinião bastante parecida com a dos Srs. Senadores, porque nós, que representamos os nossos Estados ficarmos impedidos de relatar matéria de interesse dos nossos Estados acho que é, no mínimo, uma incoerência. Obviamente, a gente respeita o ato. Motivos há. Há controvérsias. Pode-se falar que um Senador ou outro pode querer que não aconteça uma concessão ou outra, mas isso é um voto de desconfiança para nós que fomos eleitos e que temos um papel muito mais importante do que nós preocupar se essa ou aquela rádio terá a concessão. Acho que é um voto de desconfiança em nós mesmos. Obviamente, essa decisão será tomada por todos nós, democraticamente, pela maioria, mas eu particularmente acho que o ato foi um equívoco e que não deveríamos colocar sobre nós mesmos esse tipo de restrição.

O SR. ALFREDO NASCIMENTO (Bloco Governo/PR – AM) – Pela ordem.

Acho que V. Exª, como Presidente da Comissão, poderia sugerir colocar em votação, pelos membros desse conselho, um ato que revisasse essa posição, até porque por ele nós, que somos Senadores, não podemos nos manifestar sobre um assunto de interesse dos Estados que representamos por desconfiança. Se é esse o objetivo, somos maiores de idade, somos responsáveis pelos atos que praticarmos. Então, se porventura esse ou aquele praticar qualquer ato que desabone a conduta como Senador que seja punido por isso. Acho que não é esse o objetivo. Se tratarmos de todos os interesses dos nossos Estados, por que somos impedidos nesse segmento de tratar dos interesses dos nossos Estados?

Eu não tenho rádio, não quero ter. Não é esse o objetivo, mas quero que esta Comissão tenha uma produção muito maior e possa fazer um trabalho para contribuir mais para o País. E até discutir aqui divergências, divergências políticas, o assunto levantado pela Senadora Ângela, desse ou aquele político, que tem essa ou aquela concessão, que a gente possa aqui discutir se isso está sendo utilizado de forma correta.

Então, a minha sugestão é no sentido de que V. Exª, como Presidente, apresente uma proposta para ser discutida e votada por nós todos, Senadores que representamos esta Comissão.

Como é uma votação muito importante, que isso fosse colocado em uma reunião, e todos os componentes da Comissão fossem avisados, no sentido de comparecerem para discutir este assunto.

Muito obrigado, Presidente.

O SR PRESIDENTE (Zezé Perrella. Bloco – PDT/MG) – Vamos procurar pautar, Senador Alfredo, para semana que vem, que temos a reunião deliberativa... (*Pausa*.)

Vamos ao Item 6, Relatoria do Senador Ricardo Ferraço, e também ao Item 7.

Com a palavra, o Senador Ricardo Ferraço.

O SR. RICARDO FERRAÇO (Bloco Maioria/PMDB – ES) – Sr. Presidente, conforme determina o Regimento Interno do Senado Federal , nos termos do seu art. 104, c, cumpre a esta Comissão opinar acerca das proposições que versem sobre comunicação, imprensa, radiodifusão, televisão, outorga e renovação de concessão, permissão e autorização para serviços de radiodifusão sonora e de sons e imagens. Por se tratar de distribuição em caráter exclusivo, incumbe-lhe pronunciar-se também sobre os aspectos de constitucionalidade, juridicidade e técnica legislativa.

O processo de exame e apreciação dos atos do Poder Executivo que outorgam ou renovam concessão, permissão ou autorização para que se executem serviços de radiodifusão sonora e de sons e imagens, nos termos do art. 223 da Constituição Federal, orienta-se, nesta Casa do Legislativo, pelas formalidades e pelos critérios estabelecidos na Resolução n° 3, de 2009, do Senado Federal.

A matéria é de competência exclusiva do Congresso Nacional, sendo o projeto de decreto legislativo o instrumento adequado, conforme preceitua o art. 213, II, do Regimento Interno do Senado Federal.

A proposição oriunda da Câmara dos Deputados, destinada a aprovar o ato do Poder Executivo sob exame, atende aos requisitos constitucionais formais relativos à competência legislativa da União e às atribuições do Congresso Nacional, nos termos dos arts. 49, XII, e 223 da Constituição. Constata-se que o referido projeto não contraria preceitos ou princípios da Lei Maior, nada havendo, pois, a objetar no tocante à sua constitucionalidade material.

No entanto, consideramos necessário obter informações mais detalhadas acerca da P1 Serviços de Comunicação Ltda., tendo em vista denúncias que colocam em dúvida a idoneidade da empresa.

De fato, reportagem da *Folha de S.Paulo*, de 3 de dezembro de 2012, dá conta de que a Polícia Federal suspeita de que o grupo organizado por Paulo Vieira, ex-diretor da Agência Nacional de Águas (ANA), envolvido na operação Porto Seguro, tenha utilizado a rádio outorgada para lavagem do dinheiro obtido com o tráfico de influência em órgãos da União.

Ante essas denúncias, tendo em vista que o Decreto nº 52.795, de 31 de outubro de 1963, que estabelece exigências para que uma empresa possa explorar serviço de radiodifusão comercial, tais como qualificação econômico-financeira, regularidade fiscal e jurídica, concluímos pela apresentação de requerimento para que informações sobre o processo de habilitação da proponente sejam repassadas ao Senado Federal antes de um posicionamento final da Casa sobre o Projeto de Decreto Legislativo nº 380, de 2012.

Em face do exposto, Sr. Presidente, voto pela aplicação do disposto no art. 335 do Regimento Interno do Senado Federal para sobrestar, temporariamente, o exame do Projeto de Decreto Legislativo nº 380 até o recebimento das informações solicitadas ao Ministério das Comunicações.

É como relato, Sr. Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Zeze Perrella. Bloco Governo/PDT – MG) – Muito bem, Senador.

ITEM 7

REQUERIMENTO DA COMISSÃO DE CIÊNCIA, TEC., INOV., COM. E INFORMÁTICA Nº 24, DE 2013

Autoria: Senador Ricardo Ferraço

Nos termos do disposto no art. 50, § 2º, da Constituição Federal e nos arts. 215,inciso I, e 216 do Regimento Interno do Senado Federal, requeiro sejam solicitadas ao Senhor Ministro de Estado das Comunicações informações sobre o processo de outorga de permissão à P1 SERVIÇOS DE COMUNICAÇÃO LTDA para explorar serviço de radiodifusão sonora em frequência modulada na cidade de Corumbaíba, Estado de Goiás, em vista de denúncias veiculadas pela imprensa acerca da idoneidade da mencionada empresa

Em votação o requerimento de informações.

As Srªs e os Srs. Senadores que concordam permaneçam como se encontram. (*Pausa.*)

Aprovado o requerimento de informação de autoria do Senador Ricardo Ferraço, vai à Mesa para prosseguimento de sua tramitação.

O SR. RICARDO FERRAÇO (Bloco Maioria/PMDB – ES) – Ficando sobrestada a matéria até que a Comissão receba as informações pertinentes do Ministério das Comunicações. É isso, Sr. Presidente?

O SR. PRESIDENTE (Zeze Perrella. Bloco Governo/PDT – MG) – Isso.

O SR. RICARDO FERRAÇO (Bloco Maioria/PMDB – ES) –Agradeço a V. Exª.

O SR. PRESIDENTE (Zeze Perrella. Bloco Governo/PDT – MG) –Passamos para os itens 16 e 17, com relatoria do Senador Flexa Ribeiro.

Com a palavra, o Senador Flexa Ribeiro.

O SR. FLEXA RIBEIRO (Bloco Minoria/PSDB – PA) – Sr. Presidente, Senador Zezé Perrella, Srª Senadora, Srs. Senadores, o item 16 trata da aprovação do ato que outorga autorização à Associação Comunitária de Moradores de Dois Irmãos do Tocantins para executar serviço de radiodifusão comunitária na cidade de Dois Irmãos do Tocantins, Estado do Tocantins.

O exame da documentação, Sr. Presidente, Srªs Senadoras, Srs. Senadores, que acompanha o PDS n° 71, de 2013, não evidenciou violação da legislação pertinente.

Não havendo reparos quanto aos aspectos de constitucionalidade, juridicidade e técnica legislativa, opinamos pela aprovação do ato que outorga autorização à Associação Comunitária de Moradores de Dois Irmãos do Tocantins para executar serviço de radiodifusão comunitária na cidade de Dois Irmãos do Tocantins, Estado do Tocantins, na forma do Projeto de Decreto Legislativo originário da Câmara dos Deputados.

Item 17.

O item 17 aprova o ato que renova a concessão outorgada à Televisão Goyá Ltda. para explorar serviço de radiodifusão de sons e imagens na cidade de Goiânia, Estado de Goiás.

Da mesma forma, a documentação que acompanha o PDS n° 105, de 2013, está de acordo com a legislação que disciplina a matéria e não há reparos quanto aos aspectos de constitucionalidade, juridicidade e de técnica legislativa. Dessa forma, Sr. Presidente, opinamos pela aprovação do ato que renova a concessão outorgada à Televisão Goyá Ltda. para explorar serviço de radiodifusão de sons e imagens na cidade de Goiânia, Estado de Goiás, na forma do Projeto de Decreto Legislativo originário da Câmara dos Deputados.

São os votos, Sr. Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Zeze Perrella. Bloco Governo/PDT – MG) – Para os PDLs dos itens 12, 13, 14 e 15, indicamos Relatora *ad hoc* a Senadora Angela Portela.

A SRª ANGELA PORTELA (Bloco Governo/PT – RR) – Item 12.

Projeto de Decreto Legislativo nº 93, de 2013, que aprova o ato que outorga permissão à Empresa de Comunicações Jatobá Ltda. para explorar serviço de radiodifusão sonora em frequência modulada na cidade de Perolândia, Estado de Goiás.

Voto.

Tendo em vista que o exame da documentação que acompanha o PDL n° 93, de 2013, não evidenciou violação da legislação pertinente e não havendo reparos quanto aos aspectos de constitucionalidade, juridicidade e de técnica legislativa, opinamos pela aprovação do ato que outorga permissão à *Empresa de Comunicações Jatobá Ltda.* para explorar serviço de radiodifusão sonora em frequência modulada na cidade de Perolândia, Estado de Goiás, na forma do Projeto de Decreto Legislativo originário da Câmara dos Deputados.

O item 13 é o PDL nº 443, de 2010, que aprova o ato que outorga permissão à Campo Grande Comunicação Ltda. para explorar serviço de radiodifusão sonora em frequência modulada na cidade de Angélica, Estado de Mato Grosso do Sul.

Voto.

Tendo em vista que o exame da documentação que acompanha o PDS n° 443, de 2010, não evidenciou violação da legislação pertinente e não havendo reparos quanto aos aspectos de constitucionalidade, juridicidade e de técnica legislativa, opinamos pela aprovação do ato que outorga permissão à *Campo Grande Comunicação Ltda.* para explorar serviço de radiodifusão sonora em frequência modulada na cidade de Angélica, Estado de Mato Grosso do Sul, na forma do Projeto de Decreto Legislativo originário da Câmara dos Deputados.

O item 14 também, Sr. Presidente?

O SR. PRESIDENTE (Zezé Perrella. Bloco Governo/PDT – MG) – Sim; os itens 14 e 15, Senadora.

A SRª ANGELA PORTELA (Bloco Governo/PT – RR) – O Item 14 é o Projeto de Decreto Legislativo (SF) nº 57, de 2013, que aprova o ato que outorga autorização à Instituição Missionária Vida Nova para executar serviço de radiodifusão comunitária na cidade de Salvador, Estado da Bahia.

Voto.

Tendo em vista que o exame da documentação que acompanha o PDS n° 57, de 2013, não evidenciou violação da legislação pertinente e não havendo reparos quanto aos aspectos de constitucionalidade, juridicidade e técnica legislativa, opinamos pela aprovação do ato que outorga autorização à Instituição Missionária Vida Nova para executar serviço de radiodifusão comunitária na cidade de Salvador, Estado da Bahia, na forma do Projeto de Decreto Legislativo originário da Câmara dos Deputados.

O Item 15 é o Projeto de Decreto Legislativo nº 46, de 2013, que a*prova o ato que outorga permissão à* Fundação Cultural São Judas Tadeu *para* executar serviço de radiodifusão sonora em frequência modulada na cidade de Alvorada do Tocantins, Estado do Tocantins*.*

Voto.

Tendo em vista que o exame da documentação que acompanha o PDS nº 46, de 2013, não evidenciou violação da legislação pertinente e não havendo reparos quanto aos aspectos de constitucionalidade, juridicidade e de técnica legislativa, opinamos pela aprovação do ato que outorga permissão à *Fundação Cultural São Judas Tadeu* para executar serviço de radiodifusão sonora em frequência modulada, *com fins exclusivamente educativos*, na cidade de Alvorada do Tocantins, Estado do Tocantins, na forma do Projeto de Decreto Legislativo originário da Câmara dos Deputados.

São esses os votos, Sr. Presidente

O SR. PRESIDENTE (Zezé Perrella. Bloco Governo/PDT – MG) – Obrigado, Senadora.

Para os itens 18, 19 e 20, designamos Relator *ad hoc* o Senador Flexa Ribeiro.

O SR. FLEXA RIBEIRO (Bloco Minoria/PSDB – PA) – O item 18, Sr. Presidente Zezé Perrella, Srªs Senadoras, Srs. Senadores, é o PDS nº 61, DE 2013, que aprova o ato que renova a permissão outorgada à Rádio Jornal de Ubatã Ltda. para explorar serviço

de radiodifusão sonora em frequência modulada na cidade de Ubatã, Estado da Bahia.

O voto, Sr. Presidente.

Tendo em vista que o exame da documentação que acompanha o PDS n° 61, de 2013, não evidenciou violação da legislação que disciplina a matéria e não havendo reparos quanto aos aspectos de constitucionalidade, juridicidade e de técnica legislativa, opinamos pela aprovação do ato que renova a permissão outorgada à Rádio Jornal de Ubatã Ltda. para explorar serviço de radiodifusão sonora em frequência modulada na cidade de Ubatã, Estado da Bahia, na forma do Projeto de Decreto Legislativo originário da Câmara dos Deputados.

O Item 19 é o PDS nº 62, de 2013, que aprova o ato que outorga autorização Associação Cultural Rádio Comunitária FM Tio Hugo para executar serviço de radiodifusão comunitária na cidade de Tio Hugo, Estado do Rio Grande do Sul.

O voto também é pela aprovação, desde que a documentação não evidenciou nenhuma violação da legislação pertinente e está de acordo com a constitucionalidade, juridicidade e técnica legislativa.

Então, o voto é pela aprovação do ato que outorga autorização à Associação Cultural Rádio Comunitária FM Tio Hugo para executar serviço de radiodifusão comunitária na cidade de Tio Hugo, Estado do Rio Grande do Sul.

Item 20.

Trata-se do PDS nº 65, de 2013.

Aprova o ato que outorga permissão ao Sistema de Comunicação Vale das Vertentes S/C Ltda. para explorar serviço de radiodifusão sonora em frequência modulada na cidade de Carmo da Mata, Estado de Minas Gerais.

Estado que V. Exª tão bem representa aqui no Senado Federal.

O voto, Sr. Presidente, da mesma forma que os anteriores, é pela aprovação, já que a documentação não evidenciou violação da legislação pertinente. De acordo. Não há reparos quanto à constitucionalidade, juridicidade e técnica legislativa.

Então, o voto é pela aprovação do ato que outorga permissão ao Sistema de Comunicação Vale das Vertentes S/C Ltda. para explorar serviço de radiodifusão sonora em frequência modulada na cidade de Carmo da Mata, Estado de Minas Gerais.

O último item é o item 21, PDS nº 83, de 2013, que aprova o ato que outorga autorização à Associação de Comunicação e Cultura de Treviso para executar serviço de radiodifusão comunitária na cidade de Treviso, Estado de Santa Catarina.

Igualmente, como nos anteriores, o voto é pela aprovação. A documentação está dentro da legalidade e não há reparos quanto aos aspectos de constitucionalidade, juridicidade e técnica legislativa.

Então, o voto é pela aprovação do ato que outorga autorização à Associação de Comunicação e Cultura de Treviso para executar serviço de radiodifusão comunitária na cidade de Treviso, Estado de Santa Catarina.

Esses são os votos, Sr. Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Zeze Perrella. Bloco Governo/PDT – MG) – Só para deixar registrado, Senador Flexa, o item 21 já tinha sido lido pelo Senador João Alberto.

Então, vamos para os itens 22, 23, 24 e 25, com o Senador Sérgio Petecão como Relator *ad hoc*. Com a palavra o Senador Sérgio Petecão.

O SR. SÉRGIO PETECÃO (Bloco Maioria/PSD – AC) – Tendo em vista que o exame da documentação que acompanha o PDS nº 16, de 2013 não evidenciou violação da legislação pertinente e não havendo reparo quanto aos aspectos da constitucionalidade, juridicidade e técnica legislativa, opinamos pela aprovação.

Esse é o item 22, Presidente.

O nosso parecer é pela aprovação.

Item 23, Presidente.

Nosso voto.

Tendo em vista que o exame da documentação que acompanha o PDS n° 73, de 2013, não evidenciou violação da legislação pertinente, e não havendo reparos quanto aos aspectos de constitucionalidade, juridicidade e técnica legislativa, o nosso voto é pela aprovação do ato que outorga autorização à Associação Pró Cultura de Itapipoca – APROCI para executar serviço de radiodifusão comunitária na cidade de Itapipoca, Estado do Ceará, na forma do Projeto de Decreto Legislativo originário da Câmara dos Deputados.

Sr. Presidente, se V. Exª me permitir, eu gostaria de voltar à leitura do item 22, pulei a rádio.

O nosso voto no item 22 também é pela aprovação do ato que outorga permissão à San Marino Radiodifusão Ltda. para explorar serviço de radiodifusão sonora em frequência modulada na cidade de Planalto, Estado do Paraná, na forma do Projeto de Decreto Legislativo originário da Câmara dos Deputados.

Vamos agora ao item 24, Presidente.

Tendo em vista que o exame da documentação que acompanha o PDS n° 49, de 2013, não evidenciou violação da legislação pertinente, e não havendo reparos quanto aos aspectos de constitucionalidade, juridicidade e técnica legislativa, opinamos pela aprovação do ato que outorga autorização à Associação Comunitária Amigos Pratense para executar serviço de radiodifusão comunitária na cidade de Nova Prata do

Iguaçu, Estado do Paraná, na forma do Projeto de Decreto Legislativo originário na Câmara dos Deputados.

Esse é o item 24.

Passo agora ao item 25, Sr. Presidente.

Tendo em vista que o exame da documentação que acompanha o PDS n° 35, de 2013, não evidenciou violação da legislação pertinente, e não havendo reparos quanto aos aspectos de constitucionalidade, juridicidade e técnica legislativa, opinamos pela aprovação do ato que outorga autorização à Associação dos Moradores Deputado Luís Eduardo Maron de Magalhães – ALEM – para executar serviço de radiodifusão comunitária na cidade de Salvador, Estado da Bahia, na forma do Projeto de Decreto Legislativo originário da Câmara dos Deputados.

Lido o relatório, Sr. Presidente, quero apenas ser solidário ao Senador e à Senadora em apoio à proposta do colega Senador sobre essa discussão.

Por exemplo, acabei de relatar aqui quatro projetos a respeito de rádios do Paraná e da Bahia, matérias que já tramitam aqui nesta Comissão há muitos anos. Se fossem rádios do meu Estado, com certeza eu teria muito mais segurança para elaborar um parecer e não estaria – não sei se estou – cometendo injustiça. No meu Estado, 90% das rádios estão nas mãos de alguns grupos políticos. Nesses casos, eu não sei. Estou proferindo um parecer e posso até estar cometendo uma injustiça, dando mais forças para alguns políticos lá do Paraná ou da Bahia e, às vezes, sacrificando outros políticos que não têm a oportunidade de obter o mesmo espaço.

Então, eu queria também ser solidário à proposta da minha querida Senadora e também do amigo Senador para que possamos discutir a possibilidade de os Parlamentares desses Estados estarem aqui relatando em favor da liberação dessas rádios em seus Estados.

Obrigado, Sr. Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Zeze Perrella. Bloco Governo/PDT – MG) – Pois não, Senador Petecão.

Vamos, então, aos itens 27, 28 e 29.

O Senador Valdir Raupp é o Relator do item 28, e nós o indicamos também como Relator *ad hoc* dos itens 27 e 29.

Com a palavra, o Senador Valdir Raupp.

O SR. VALDIR RAUPP (Bloco Maioria/PMDB – RO) – Sr. Presidente, Srªs e Srs. Senadores, o serviço de radiodifusão comunitária encontra disciplina específica na Lei 9.612, de 19 de fevereiro de 1998, regulamentada pelo Decreto n° 2.615, de 3 de junho de 1998.

A proposição oriunda da Câmara dos Deputados, destinada a aprovar o ato do Poder Executivo sob exame, atende aos requisitos constitucionais formais relativos à competência legislativa da União e às atribuições do Congresso Nacional, nos termos dos arts. 49, XII, e 223 da Constituição. Constata-se que o referido projeto não contraria preceitos ou princípios da Lei Maior, nada havendo, pois, a objetar no tocante à sua constitucionalidade material. Sob o aspecto de técnica legislativa, observa-se que o projeto está em perfeita consonância com o disposto na Lei Complementar nº 95, de 26 de fevereiro de 1998.

O exame da documentação que acompanha o PDS n° 119, de 2013, não evidenciou violação das formalidades estabelecidas na Lei n° 9.612, de 1998.

Tendo em vista que o exame da documentação que acompanha o PDS n° 119, de 2013, não evidenciou violação da legislação pertinente, e não havendo reparos quanto aos aspectos de constitucionalidade, juridicidade e técnica legislativa, opinamos pela aprovação do ato que outorga autorização à *Associação de Difusão Comunitária "Vale das Termas"* para executar serviço de radiodifusão comunitária na cidade de Santo Amaro da Imperatriz, Estado de Santa Catarina, na forma do Projeto de Decreto Legislativo originário da Câmara dos Deputados.

Esse é o voto do 27, Sr. Presidente.

Item 28.

A exposição de motivos do Ministro das Comunicações ao Presidente da República, documento que integra os autos, informa que a presente solicitação foi instruída em conformidade com a legislação aplicável, o que levou ao seu deferimento.

O referido projeto foi aprovado pela Comissão de Ciência e Tecnologia, Comunicação e Informática da Câmara dos Deputados, que seguiu o parecer favorável de seu relator. Na Comissão de Constituição e Justiça e de Cidadania daquela Casa, o projeto foi considerado jurídico, constitucional e vazado em boa técnica legislativa.

Voto.

Tendo em vista que o exame da documentação que acompanha o PDS nº 104, de 2013, não evidenciou violação da legislação que disciplina a matéria, e não havendo reparos quanto aos aspectos de constitucionalidade, juridicidade e de técnica legislativa, opinamos pela aprovação do ato que renova a concessão outorgada à Rádio e Televisão Marajoara Ltda. para explorar serviço de radiodifusão de sons e imagens na cidade de Belém, Estado do Pará, na forma do Projeto de Decreto Legislativo originário da Câmara dos Deputados.

Item 29.

Vamos direto ao voto.

Opinamos pela aprovação do ato que outorga autorização à Associação Cultural Araucária de Pinhal da Serra para executar serviço de radiodifusão

comunitária na cidade de Pinhal da Serra, Estado do Rio Grande do Sul, na forma do Projeto de Decreto Legislativo originário da Câmara dos Deputados.

É o voto, Sr. Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Zeze Perrella. Bloco Governo/PDT – MG) – Obrigado, Senador Valdir Raupp.

Vamos à votação.

Seguem os itens a serem votados:

ITEM 8
PROJETO DE DECRETO LEGISLATIVO
(SF) Nº 22, DE 2011
– Terminativo –

Autoria: Comissão de Ciência e Tecnologia, Comunicação e Informática (PERMANENTE).
Aprova o ato que outorga permissão à XARAÉS COMUNICAÇÕES LTDA. Para explorar serviço de radiodifusão sonora em frequência modulada na cidade de Água Clara, Estado de Mato Grosso do Sul.
Relatório: Pela aprovação
Relatoria: Senador Alfredo Nascimento

ITEM 9
PROJETO DE DECRETO LEGISLATIVO
(SF) Nº 88, DE 2013
– Terminativo –

Autoria: Comissão de Ciência e Tecnologia, Comunicação e Informática (PERMANENTE).
Aprova o ato que outorga autorização à ASSOCIAÇÃO COMUNITÁRIA DO POVOADO DE LUCAIA para executar serviço de radiodifusão comunitária na cidade de Planalto, Estado da Bahia.
Relatório: Pela aprovação
Relatoria: Senador Alfredo Nascimento

ITEM 10
PROJETO DE DECRETO LEGISLATIVO
(SF) Nº 59, DE 2013
– Terminativo –

Autoria: Comissão de Ciência e Tecnologia, Comunicação e Informática (PERMANENTE).
Aprova o ato que renova a permissão outorgada à RÁDIO SANTANENSE FM STEREO LTDA. para explorar serviço de radiodifusão sonora em frequência modulada na cidade de Santana do Livramento, Estado do Rio Grande do Sul.
Relatório: Pela aprovação
Relatoria: Senadora Angela Portela

ITEM 11
PROJETO DE DECRETO LEGISLATIVO
(SF) Nº 74, DE 2013
– Terminativo –

Autoria: Comissão de Ciência e Tecnologia, Comunicação e Informática (PERMANENTE).
Aprova o ato que outorga autorização à ASSOCIAÇÃO COMUNITÁRIA ALDEIA TINGUATIBA para executar serviço de radiodifusão comunitária na cidade de Antônio Cardoso, Estado da Bahia.
Relatório: Pela aprovação
Relatoria: Senadora Angela Portela

ITEM 12
PROJETO DE DECRETO LEGISLATIVO
(SF) Nº 93, DE 2013
– Terminativo –

Autoria: Comissão de Ciência e Tecnologia, Comunicação e Informática (PERMANENTE). *Aprova o ato que outorga permissão à EMPRESA DE COMUNICAÇÕES JATOBÁ LTDA. para explorar serviço de radiodifusão sonora em frequência modulada na cidade de Perolândia, Estado de Goiás.*
Relatório: Pela aprovação
Relatoria: Senador Anibal Diniz (Substituído por *Ad Hoc*)
Relatoria *Ad Hoc*: Senadora Angela Portela

ITEM 13
PROJETO DE DECRETO LEGISLATIVO
(SF) Nº 443, DE 2010
– Terminativo –

Autoria: Comissão de Ciência e Tecnologia, Comunicação e Informática (PERMANENTE).
Aprova o ato que outorga permissão à CAMPO GRANDE COMUNICAÇÃO LTDA para explorar serviço de radiodifusão sonora em frequência modulada na cidade de Angélica, Estado de Mato Grosso do Sul.
Relatório: Pela aprovação
Relatoria: Senador Cícero Lucena (Substituído por *Ad Hoc*)
Relatoria *Ad Hoc*: Senadora Angela Portela

ITEM 14
PROJETO DE DECRETO LEGISLATIVO
(SF) Nº 57, DE 2013
– Terminativo –

Autoria: Comissão de Ciência e Tecnologia, Comunicação e Informática (PERMANENTE).

Aprova o ato que outorga autorização à INSTITUIÇÃO MISSIONÁRIA VIDA NOVA para executar serviço de radiodifusão comunitária na cidade de Salvador, Estado da Bahia.
Relatoria: Senador Ciro Nogueira (Substituído por *Ad Hoc*)
Relatoria *Ad Hoc*: Senadora Angela Portela

ITEM 15
PROJETO DE DECRETO LEGISLATIVO
(SF) Nº 46, DE 2013
– Terminativo –

Autoria: Comissão de Ciência e Tecnologia, Comunicação e Informática (PERMANENTE).
Aprova o ato que outorga permissão à FUNDAÇÃO CULTURAL SÃO JUDAS TADEU para executar serviço de radiodifusão sonora em frequência modulada na cidade de Alvorada do Tocantins, Estado do Tocantins.
Relatório: Pela aprovação
Relatoria: Senador Eduardo Amorim (Substituído por *Ad Hoc*)
Relatoria *Ad Hoc*: Senadora Angela Portela

ITEM 16
PROJETO DE DECRETO LEGISLATIVO
(SF) Nº 71, DE 2013
– Terminativo –

Autoria: Comissão de Ciência e Tecnologia, Comunicação e Informática (PERMANENTE).
Aprova o ato que outorga autorização à ASSOCIAÇÃO COMUNITÁRIA DE MORADORES DE DOIS IRMÃOS DO TOCANTINS para executar serviço de radiodifusão comunitária na cidade de Dois Irmãos do Tocantins, Estado do Tocantins.
Relatório: Pela aprovação
Relatoria: Senador Flexa Ribeiro

ITEM 17

PROJETO DE DECRETO LEGISLATIVO
(SF) Nº 105, DE 2013
– Terminativo –

Autoria: Comissão de Ciência e Tecnologia, Comunicação e Informática (PERMANENTE).
Aprova o ato que renova a concessão outorgada à TELEVISÃO GOYÁ LTDA. Para explorar serviço de radiodifusão de sons e imagens na cidade de Goiânia, Estado de Goiás.
Relatório: Pela aprovação
Relatoria: Senador Flexa Ribeiro

ITEM 18
PROJETO DE DECRETO LEGISLATIVO
(SF) Nº 61, DE 2013
– Terminativo –

Autoria: Comissão de Ciência e Tecnologia, Comunicação e Informática (PERMANENTE).
Aprova o ato que renova a permissão outorgada à RÁDIO JORNAL DE UBATÃ LTDA. para explorar serviço de radiodifusão sonora em frequência modulada na cidade de Ubatã, Estado da Bahia.
Relatório: Pela aprovação
Relatoria: Senador Gim (Substituído por *Ad Hoc*)
Relatoria *Ad Hoc*: Senador Flexa Ribeiro

ITEM 19
PROJETO DE DECRETO LEGISLATIVO
(SF) Nº 62, DE 2013
– Terminativo –

Autoria: Comissão de Ciência e Tecnologia, Comunicação e Informática (PERMANENTE).
Aprova o ato que outorga autorização ASSOCIAÇÃO CULTURAL RÁDIO COMUNITÁRIA FM TIO HUGO para executar serviço de radiodifusão comunitária na cidade de Tio Hugo, Estado do Rio Grande do Sul.
Relatório: Pela aprovação
Relatoria: Senador Gim (Substituído por *Ad Hoc*)
Relatoria *Ad Hoc*: Senador Flexa Ribeiro

ITEM 20
PROJETO DE DECRETO LEGISLATIVO
(SF) Nº 65, de 2013
– Terminativo –

Autoria: Comissão de Ciência e Tecnologia, Comunicação e Informática (PERMANENTE).
Aprova o ato que outorga permissão ao SISTEMA DE COMUNICAÇÃO VALE DAS VERTENTES S/C LTDA. para explorar serviço de radiodifusão sonora em freqüência modulada na cidade de Carmo da Mata, Estado de Minas Gerais.
Relatório: Pela aprovação
Relatoria: Senador Ivo Cassol (Substituído por *Ad Hoc*)
Relatoria *Ad Hoc*: Senador Flexa Ribeiro

ITEM 21
PROJETO DE DECRETO LEGISLATIVO
(SF) Nº 83, DE 2013
– Terminativo –

Autoria: Comissão de Ciência e Tecnologia, Comunicação e Informática (PERMANENTE).
Aprova o ato que outorga autorização à ASSOCIAÇÃO DE COMUNICAÇÃO E CULTURA DE TREVISO para executar serviço de radiodifusão comunitária na cidade de Treviso, Estado de Santa Catarina.
Relatório: Pela aprovação
Resultado: Aprovado o Projeto
Relatoria: Senador João Alberto Souza

ITEM 22
PROJETO DE DECRETO LEGISLATIVO
(SF) Nº 16, DE 2013
– Terminativo –

Autoria: Comissão de Ciência e Tecnologia, Comunicação e Informática (PERMANENTE).
Aprova o ato que outorga permissão à SAN MARINO RADIODIFUSÃO LTDA. Para explorar serviço de radiodifusão sonora em frequência modulada na cidade de Planalto,
Estado do Paraná.
Relatório: Pela aprovação
Relatoria: Senador João Capiberibe (Substituído por *Ad Hoc*)
Relatoria *Ad Hoc*: Senador Sérgio Petecão

ITEM 23
PROJETO DE DECRETO LEGISLATIVO
(SF) Nº 73, DE 2013
– Terminativo –

Autoria: Comissão de Ciência e Tecnologia, Comunicação e Informática (PERMANENTE).
Aprova o ato que outorga autorização à ASSOCIAÇÃO PRÓ CULTURA DE ITAPIPOCA – APROCI para executar serviço de radiodifusão comunitária na cidade de Itapipoca, Estado do Ceará.
Relatório: Pela aprovação
Relatoria: Senador José Agripino (Substituído por *Ad Hoc*)
Relatoria *Ad Hoc*: Senador Sérgio Petecão

ITEM 24
PROJETO DE DECRETO LEGISLATIVO
(SF) Nº 49, DE 2013
– Terminativo –

Autoria: Comissão de Ciência e Tecnologia, Comunicação e Informática (PERMANENTE).
Aprova o ato que outorga autorização à ASSOCIAÇÃO COMUNITÁRIA AMIGOS PRATENSE para executar serviço de radiodifusão comunitária na cidade de Nova Prata do Iguaçu, Estado do Paraná.
Relatório: Pela aprovação
Relatoria: Senadora Lídice da Mata (Substituído por *Ad Hoc*)
Relatoria *Ad Hoc*: Senador Sérgio Petecão

ITEM 25
PROJETO DE DECRETO LEGISLATIVO{
(SF) Nº 35, DE 2013
– Terminativo –

Autoria: Comissão de Ciência e Tecnologia, Comunicação e Informática (PERMANENTE).
Aprova o ato que outorga autorização à ASSOCIAÇÃO DOS MORADORES DEPUTADO LUÍS EDUARDO MARON DE MAGALHÃES – ALEM para executar serviço de radiodifusão comunitária na cidade de Salvador, Estado da Bahia.
Relatório: Pela aprovação
Relatoria: Senador Rodrigo Rollemberg (Substituído por *Ad Hoc*)
Relatoria *Ad Hoc*: Senador Sérgio Petecão

ITEM 26
PROJETO DE DECRETO LEGISLATIVO
(SF) Nº 78, DE 2013
– Terminativo –

Autoria: Comissão de Ciência e Tecnologia, Comunicação e Informática PERMANENTE).
Aprova o ato que outorga permissão à RÁDIO NOVA PRINCESA FM DE PITANGA LTDA. para explorar serviço de radiodifusão sonora em frequência modulada na cidade de Pitanga, Estado do Paraná.
Relatório: Pela aprovação
Relatoria: Senador Sérgio Petecão

ITEM 27
PROJETO DE DECRETO LEGISLATIVO
(SF) Nº 119, DE 2013
– Terminativo –

Autoria: Comissão de Ciência e Tecnologia, Comunicação e Informática (PERMANENTE).
Aprova o ato que outorga autorização à ASSOCIAÇÃO DE DIFUSÃO COMUNITÁRIA "VALE DAS TERMAS" para executar serviço de radiodifusão comunitária na cidade de Santo Amaro da Imperatriz, Estado de Santa Catarina.
Relatoria: Senador Sérgio Souza
Relatório: Pela aprovação

ITEM 28
PROJETO DE DECRETO LEGISLATIVO
(SF) Nº 104, DE 2013
– Terminativo –

Autoria: Comissão de Ciência e Tecnologia, Comunicação e Informática (PERMANENTE).
Aprova o ato que renova a concessão outorgada à RÁDIO E TELEVISÃO MARAJOARÁ LTDA. para explorar serviço de radiodifusão de sons e imagens na cidade de Belém, Estado do Pará.
Relatoria: Senador Valdir Raupp
Relatório: Pela aprovação

ITEM 29
PROJETO DE DECRETO LEGISLATIVO
(SF) Nº 92, DE 2013
– Terminativo –

Autoria: Comissão de Ciência e Tecnologia, Comunicação e Informática (PERMANENTE). *Aprova o ato que outorga autorização à ASSOCIAÇÃO CULTURAL ARAUCÁRIA DE PINHAL DA SERRA para executar serviço de radiodifusão comunitária na cidade de Pinhal da Serra, Estado do Rio Grande do Sul.*
Relatoria: Walter Pinheiro
Relatório: Pela aprovação

Como vota o Senador Ivo Cassol?

O SR. IVO CASSOL (Bloco Maioria/PP – RO) – Voto com os relatores.

O SR. PRESIDENTE (Zeze Perrella. Bloco Governo/PDT – MG) – Obrigado, Senador.

Como vota a Senadora Angela Portela?

A SRª ANGELA PORTELA (Bloco Governo/PT – RR) – Com os relatores.

O SR. PRESIDENTE (Zeze Perrella. Bloco Governo/PDT – MG) – Como vota o Senador Anibal Diniz?

O SR. ANIBAL DINIZ (Bloco Governo/PT – AC) – Voto com os relatores, Sr. Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Zeze Perrella. Bloco Governo/PDT – MG) – Senador Valdir Raupp?

Senador Sérgio Petecão?

O SR. SÉRGIO PETECÃO (Bloco Maioria/PSD – AC) – Com o relator.

O SR. PRESIDENTE (Zeze Perrella. Bloco/PDT – MG) – Senador Flexa Ribeiro?

O SR. FLEXA RIBEIRO (Bloco/PSDB – PA) – Com os relatores.

O SR. PRESIDENTE (Zeze Perrella. Bloco/PDT – MG) – Como vota o Senador Cristovam Buarque?

O SR. CRISTOVAM BUARQUE (Bloco Governo/PDT – DF) – Sim.

O SR. PRESIDENTE (Zeze Perrella. Bloco Governo/PDT – MG) – Muito bem, Senador.

O SR. VALDIR RAUPP (Bloco Maioria/PMDB – RO) – Sr. Presidente, pela ordem.

O SR. PRESIDENTE (Zeze Perrella. Bloco/PDT – MG) – Com a palavra, o Senador Valdir Raupp.

O SR. VALDIR RAUPP (Bloco Maioria/PMDB – RO) – Eu não estava aqui na hora da discussão de que os relatórios para aprovações de rádios fossem feitos pelos Senadores dos seus respectivos Estados. E eu também concordo. Na época em que votamos, no calor da emoção, das discussões, nós votamos no sentido de que os Senadores não relatassem os projetos de rádio de seus Estados. Mas como já foi dito aqui pelo Senador Petecão, de uma forma ou de outra, muitas dessas emissoras acabam caindo na mão de grupos políticos. E nós que estamos aqui trabalhando, aprovando esses projetos, acabamos ficando à margem, sem nenhum mérito na questão desses projetos.

Então,eu acho que eu sou favorável também. A gente tinha que discutir, claro. Podemos até realizar algumas audiências públicas para essa questão e para amadurecer a discussão, mas eu, a princípio, também seria favorável a voltar ao princípio do que era antes: que os Senadores dos seus Estados pudessem relatar. Porque fica até muito constrangedor, estando aqui na Comissão um Senador de um Estado, um Senador de outro Estado que não tem nada a ver com aquele projeto relatar aquele projeto. Então, eu seria favorável também.

O SR. PRESIDENTE (Zezé Perrella. Bloco Governo/PDT – MG) – Eu já dei a minha opinião, Senador Valdir Raupp, V. Exª não estava aqui. Eu acho que, na verdade, esse ato foi um voto de desconfiança em cima dos próprios Senadores. Como bem disse V. Exª, de repente, votado no calor...

Eu acho que nós somos legítimos representantes dos nossos Estados. Se nós representamos os nos-

sos Estados em assuntos, com todo respeito a esse tema, muito mais relevantes e importantes, nesse a gente abriu mão pelo simples fato de ser uma concessão de rádio. Eu acho que é abrir mão de nossa prerrogativa. Ninguém conhece a realidade do seu Estado, os empresários que estão naquela rádio ali pleiteando aquilo, do que a gente que está lá dentro. A gente acaba votando situações, aprovando coisas, na verdade, sem conhecer. A verdade é essa. Se não há nada contra, se não houve nenhuma denúncia, nós aprovamos e ponto. E, às vezes, a gente sabe que a coisa é um pouquinho diferente disso aí.

Eu dei a minha opinião também. Obviamente, nós temos que abrir esse debate. Acho que nós deveríamos fazer isso com a unanimidade da Comissão, e acredito que essa unanimidade vai ser conseguida porque acho que todos comungam com esse pensamento, que é também o pensamento desta Presidência.

Como vota o Senador João Capiberibe?

O SR. JOÃO CAPIBERIBE (Bloco Governo/PSB – AP) – Com o Relator.

O SR. PRESIDENTE (Zezé Perrella. Bloco Governo/PDT – MG) – Muito bem, Senador.

Declaro aprovados os PDS do item 8 ao 29.

Nada mais havendo a tratar, agradeço a presença dos nobres Senadores.

Está todo mundo liberado.

Está encerrada a reunião.

(Iniciada às 9 horas e 23 minutos, a reunião é encerrada às 10 horas e 20 minutos.)

COMISSÃO DE CIÊNCIA, TECNOLOGIA, INOVAÇÃO, COMUNICAÇÃO E INFORMÁTICA

ATA DA 26ª REUNIÃO EXTRAORDINÁRIA, DA 3ª SESSÃO LEGISLATIVA ORDINÁRIA DA 54ª LEGISLATURA, REALIZADA EM 13 DE AGOSTO DE 2013.

Às nove horas e trinta e oito minutos do dia treze de agosto de dois mil e treze, na sala sete da Ala Senador Alexandre Costa, sob a Presidência do Senhor Senador Zeze Perrella, Presidente da Comissão de Ciência, Tecnologia, Inovação, Comunicação e Informática, com a presença dos Senhores Senadores Angela Portela, João Capiberibe, Anibal Diniz, João Alberto Souza, Valdir Raupp, Luiz Henrique, Sérgio Petecão, Flexa Ribeiro, José Agripino, Alfredo Nascimento, Rodrigo Rollemberg, Lídice da Mata, Benedito de Lira e Sérgio Souza, reúne-se a Comissão de Ciência, Tecnologia, Inovação, Comunicação e Informática. Deixam de comparecer os Senhores Senadores Walter Pinheiro, Lobão Filho, Ciro Nogueira, Aloysio Nunes Ferreira, Gim e Eduardo Amorim. Havendo número regimental abrem-se os trabalhos. O Senhor Presidente, Senador Zeze Perrella, submete à Comissão a dispensa da leitura da Ata da Reunião anterior, que é dada como aprovada. Prosseguindo, a Presidência inicia a deliberação da Pauta. 1ª parte, Apreciação do Ato nº 1, de 2013, de autoria do Senador Zeze Perrella, que "Revoga o Ato nº 1, de 2011 – CCT, que disciplina os procedimentos a serem observados nas designações de relatoria dos Projetos de Decreto Legislativo de outorga e renovação de concessão, permissão e autorização para o serviço de radiodifusão sonora e de sons e imagens". O relator designado é o Senador Alfredo Nascimento e o relatório é favorável. O Ato é aprovado. 2ª parte, Pauta Deliberativa. **Item 1: Projeto de Lei do Senado n.º 199, de 2013**, de caráter não terminativo, de autoria do Senador Mário Couto, que "Institui a política de prevenção e combate aos desastres decorrentes de chuvas intensas e dá outras providências." O relator designado é o Senador Anibal Diniz e o relatório é pela rejeição, tornando-se prejudicada a Emenda nº 01-T. Após a leitura do relatório, encerrada a discussão, colocado em votação, a Comissão aprova a Comissão aprova o relatório, que passa a constituir o Parecer da CCT, contrário ao Projeto, tornando-se prejudicada, em consequência, a Emenda nº 01-T. **Item 2: Projeto de Lei do Senado n.º 133, de 2013**, de caráter não terminativo, de autoria do Senador Vital do Rêgo, que "Altera a Medida Provisória nº 2.186-16, de 23 de agosto de 2001, para simplificar o acesso a componente do patrimônio genético existente no território nacional, na plataforma continental e na zona econômica exclusiva, e ao conhecimento tradicional associado ao patrimônio genético." O relator designado é o Senador Aloysio Nunes Ferreira e o relatório é pela aprovação do Projeto. A deliberação da Matéria é adiada. **Item 3: Projeto de Lei do Senado n.º 461, de 2012**, de caráter terminativo, de autoria do Senador Valdir Raupp, que "Altera o § 1º do art. 106 da Lei nº 9.279, de 14 de maio de 1996, a fim de ampliar para até um ano o prazo de sigilo do pedido de registro de desenho industrial." O relator designado é o Senador José Agripino e o relatório é pela aprovação do Projeto. A deliberação da Matéria é adiada. **Item 4: Turno Suplementar do Substitutivo oferecido ao Projeto de Lei do Senado n.º 490, de 2009**, de caráter terminativo, de autoria do Senador Raimundo Colombo, que "Institui o Centro de Prevenção de Desastres Climáticos." O relator designado é o Senador Rodrigo Rollemberg e o relatório é pela aprovação do Projeto, nos termos do Substitutivo que apresenta. Em 04/06/2013, após a leitura do relatório, foi concedida Vista ao Senador Luiz Henrique pelo prazo regimental de 05 (cinco) dias. A Matéria já foi apreciada pela Comissão de Meio Ambiente, Defesa do

Consumidor e Fiscalização e Controle, com Parecer pela rejeição do Projeto. Em 02/07/2013, na 20ª Reunião Extraordinária, foi aprovado o Substitutivo Integral ao **Projeto de Lei do Senado** nº 490, de 2009. De acordo com o art. 282 do Regimento Interno do Senado Federal, a Matéria será submetida a Turno Suplementar. Anunciada a Matéria, encerrada a discussão, não tendo sido apresentadas emendas, o Substitutivo é dado como definitivamente adotado. **Item 5: Requerimento n.º 27, de 2013-CCT**, de caráter não terminativo, de autoria do Senador Anibal Diniz, que requer "..., nos termos do art. 58, § 2º, II e V, da Constituição Federal, e do art. 90, II e V, do Regimento Interno do Senado Federal, a realização de audiência pública na Comissão de Ciência, Tecnologia, Inovação, Comunicação e Informática, com a finalidade de discutir o Projeto de Lei da Câmara nº 63, de 2011, que pretende modificar os fusos horários do Estado do Acre e de parte do Estado do Amazonas, tendo como convidados os Senhores Governadores dos respectivos Estados." O requerimento é retirado pelo autor. **Item 6: Projeto de Decreto Legislativo n.º 102, de 2013**, de caráter terminativo, de autoria da Comissão de Ciência e Tecnologia, Comunicação e Informática (CD), que "Aprova o ato que outorga autorização à ASSOCIAÇÃO DE DIFUSÃO COMUNITÁRIA DE BARÃO para executar serviço de radiodifusão comunitária na cidade de Barão, Estado do Rio Grande do Sul." O relator designado é o Senador Alfredo Nascimento e o relatório é pela aprovação do Projeto. Após a leitura do relatório, encerrada a discussão, colocado em votação, a Comissão aprova o Projeto por 11 (onze) votos favoráveis, nenhum voto contrário e nenhuma abstenção. **Item 7: Projeto de Decreto Legislativo n.º 100, de 2013**, de caráter terminativo, de autoria da Comissão de Ciência e Tecnologia, Comunicação e Informática (CD), que "Aprova o ato que outorga concessão à REDE MUNDIAL DE RÁDIO E TELEVISÃO LTDA. para explorar serviço de radiodifusão de sons e imagens na cidade de Santo Ângelo, Estado do Rio Grande do Sul." A relatora designada é a Senadora Ângela Portela e o relatório é pela aprovação do Projeto. Após a leitura do relatório, encerrada a discussão, colocado em votação, a Comissão aprova o Projeto por 11 (onze) votos favoráveis, nenhum voto contrário e nenhuma abstenção. **Item 8: Projeto de Decreto Legislativo n.º 103, de 2013**, de caráter terminativo, de autoria da Comissão de Ciência e Tecnologia, Comunicação e Informática (CD), que "Aprova o ato que outorga autorização à ASSOCIAÇÃO SERRA DO CAMARÁ para executar serviço de radiodifusão comunitária na cidade de São Miguel, Estado do Rio Grande do Norte." O relator designado, ad hoc, é o Senador Luiz Henrique e o relatório é pela aprovação do Projeto. Após a leitura do relatório, encerrada a discussão, colocado em votação, a Comissão aprova o Projeto por 11 (onze) votos favoráveis, nenhum voto contrário e nenhuma abstenção. **Item 9: Projeto de Decreto Legislativo n.º 115, de 2013**, de caráter terminativo, de autoria da Comissão de Ciência e Tecnologia, Comunicação e Informática (CD), que "Aprova o ato que outorga autorização à ASSOCIAÇÃO COMUNITÁRIA DE RADIODIFUSÃO DE CAJAZEIRAS para executar serviço de radiodifusão comunitária na cidade de Pio IX, Estado do Piauí." O relator designado, ad hoc, é o Senador Luiz Henrique e o relatório é pela aprovação do Projeto. Após a leitura do relatório, encerrada a discussão, colocado em votação, a Comissão aprova o Projeto por 11 (onze) votos favoráveis, nenhum voto contrário e nenhuma abstenção. **Item 10: Projeto de Decreto Legislativo n.º 99, de 2013**, de caráter terminativo, de autoria da Comissão de Ciência e Tecnologia, Comunicação e Informática (CD), que "Aprova o ato que renova a concessão outorgada à RÁDIO PRINCESA DA MATA LTDA. para explorar serviço de radiodifusão sonora em ondas médias na cidade de Muriaé, Estado de Minas Gerais." O relator designado, ad hoc, é o Senador Benedito de Lira e o relatório é pela aprovação do Projeto. Após a leitura do relatório, encerrada a discussão, colocado em votação, a Comissão aprova o Projeto por 11 (onze) votos favoráveis, nenhum voto contrário e nenhuma abstenção. **Item 11: Projeto de Decreto Legislativo n.º 101, de 2013**, de caráter terminativo, de autoria da Comissão de Ciência e Tecnologia, Comunicação e Informática (CD), que "Aprova o ato que outorga autorização à ASSOCIAÇÃO CAIBATEENSE DE COMUNICAÇÃO, CULTURA E CIDADANIA para executar serviço de radiodifusão comunitária na cidade de Caibaté, Estado do Rio Grande do Sul." O relator designado, ad hoc, é o Senador Benedito de Lira e o relatório é pela aprovação do Projeto. Após a leitura do relatório, encerrada a discussão, colocado em votação, a Comissão aprova o Projeto por 11 (onze) votos favoráveis, nenhum voto contrário e nenhuma abstenção. **Item 12: Projeto de Decreto Legislativo n.º 89, de 2013**, de caráter terminativo, de autoria da Comissão de Ciência e Tecnologia, Comunicação e Informática (CD), que "Aprova o ato que outorga autorização à ASSOCIAÇÃO BENEFICENTE DE VEREDA para executar serviço de radiodifusão comunitária na cidade de Vereda, Estado da Bahia." O relator designado, ad hoc, é o Senador Benedito de Lira e o relatório é pela aprovação do Projeto. Após a leitura do relatório, encerrada a discussão, colocado em votação, a Comissão aprova o Projeto por 11 (onze) votos favoráveis, nenhum voto contrário

e nenhuma abstenção. **Item 13: Projeto de Decreto Legislativo n.º 52, de 2013**, de caráter terminativo, de autoria da Comissão de Ciência e Tecnologia, Comunicação e Informática (CD), que "Aprova o ato que outorga autorização à ASSOCIAÇÃO ASSISTENCIAL E CULTURAL BARAUNENSE para executar serviço de radiodifusão comunitária na cidade de Baraúna, Estado do Rio Grande do Norte." O relator designado, ad hoc, é o Senador Alfredo Nascimento e o relatório é pela aprovação do Projeto. Após a leitura do relatório, encerrada a discussão, colocado em votação, a Comissão aprova o Projeto por 11 (onze) votos favoráveis, nenhum voto contrário e nenhuma abstenção. **Item 14: Projeto de Decreto Legislativo n.º 94, de 2013**, de caráter terminativo, de autoria da Comissão de Ciência e Tecnologia, Comunicação e Informática (CD), que "Aprova o ato que outorga autorização à ASSOCIAÇÃO COMUNITÁRIA, CULTURAL E DE RADIODIFUSÃO DE TRÊS ARROIOS – ACERATRES para executar serviço de radiodifusão comunitária na cidade de Três Arroios, Estado do Rio Grande do Sul." O relator designado é o Senador Sérgio Petecão e o relatório é pela aprovação do Projeto. Após a leitura do relatório, encerrada a discussão, colocado em votação, a Comissão aprova o Projeto por 11 (onze) votos favoráveis, nenhum voto contrário e nenhuma abstenção. **Item 15: Projeto de Decreto Legislativo n.º 136, de 2013**, de caráter terminativo, de autoria da Comissão de Ciência e Tecnologia, Comunicação e Informática (CD), que "Aprova o ato que outorga permissão à OCAN COMUNICAÇÃO DIGITAL SE LTDA. para explorar serviço de radiodifusão sonora em frequência modulada na cidade de Canaã dos Carajás, Estado do Pará." O relator designado é o Senador Valdir Raupp e o relatório é pela aprovação do Projeto. Após a leitura do relatório, encerrada a discussão, colocado em votação, a Comissão aprova o Projeto por 11 (onze) votos favoráveis, nenhum voto contrário e nenhuma abstenção. Nesse momento, o Senhor Senador Zeze Perrella requer, oralmente, a inclusão extrapauta de Requerimento com o que todos concordam. **Extrapauta, Item 16: Requerimento n.º 29, de 2013-CCT**, de caráter não terminativo, de autoria do Senador Zeze Perrella, que "Em aditamento ao Requerimento CCT no 06/2013, e nos termos regimentais, pelo presente, requeiro a inclusão de expositor para a Audiência Pública que debaterá o tema "GOVERNANÇA DA INTERNET NO BRASIL", e outros assuntos correlatos, com convite ao Sr. Marcelo Bechara de Souza Hobaika, membro do Conselho Diretor da Agência Nacional de Telecomunicações – ANATEL, e membro titular, em representação daquela Agência, no Comitê Gestor da Internet no Brasil – CGI.br. Ao propormos o presente requerimento, na expectativa da sua aprovação, contamos com o apoio dos demais Senadores e Senadoras membros nesta Comissão." O requerimento é aprovado. Nada mais havendo a tratar, a presidência encerra a reunião, às dez horas e nove minutos, determinando que eu, **Égli Lucena Heusi Moreira, Secretária da Comissão de Ciência, Tecnologia, Inovação, Comunicação e Informática** lavrasse a presente ata, que após lida e aprovada, será assinada pelo Senhor Presidente e publicada, no diário do Senado Federal juntamente com a íntegra do registro taquigráfico.

Senador **Zeze Perrella,** Presidente da Comissão de Ciência, Tecnologia, Inovação, Comunicação e Informática.

(*Texto com revisão.*)

O SR. PRESIDENTE (Zeze Perrella. Bloco Apoio Governo/PDT – MG) – Havendo número regimental, declaro aberta a 26ª Reunião da Comissão de Ciência, Tecnologia, Inovação, Comunicação e Informática da 3ª Sessão Legislativa Ordinária da 54ª Legislatura, que se realiza nesta data, 13 de agosto de 2013.

Submeto à apreciação do Plenário a dispensa da leitura e aprovação da ata da reunião anterior.

As Srªs e Srs. Senadores que concordam permaneçam como se encontram. (*Pausa.*)

A ata está aprovada e será publicada no *Diário do Senado Federal*, juntamente com as respectivas notas taquigráficas.

A primeira parte é para apreciação de ato da CCT.

APRECIAÇÃO DO ATO Nº 1, DE 2013

Finalidade:

Apreciação do Ato nº 1, de 2013, que revoga o Ato nº 1, de 2011 – CCT, que disciplina os procedimentos a serem observados nas designações de relatoria dos projetos de decreto legislativo de outorga e renovação de concessão, permissão e autorização para o serviço de radiodifusão sonora e de sons e imagens.

Relatoria: Senador Alfredo Nascimento

Com a palavra, o Senador Alfredo Nascimento.

Ato nº 1, Senador.

O SR. ALFREDO NASCIMENTO (Bloco União e Força/PR – AM) – Presidente, o Ato nº 1, de 2011, foi editado em um ambiente politicamente conturbado por denúncia de uso de "laranjas" em licitações para outorga de serviço de radiodifusão realizadas pelo Ministério das Comunicações.

Naquele momento, cerca de 30 proposições em tramitação no Senado Federal, que já haviam sido aprovadas pela Câmara dos Deputados, retornaram ao Ministério das Comunicações com requerimentos de informações adicionais que fossem capazes de

demonstrar a legalidade do ato e do processo que resultaram na outorga.

Desde então, a CCT tem acompanhado mais atentamente a tramitação dos atos de outorga e de renovação das concessões, permissões e autorizações de rádio e TV, bem como dos avisos que comunicam transferências diretas ou indiretas do controle das empresas de radiodifusão aprovadas pelo Poder Executivo.

Em reunião recente com o Ministro das Comunicações, o Presidente da CCT, representando os anseios de vários membros desta Comissão, acordou a constituição de uma base de dados eletrônicos que contenha informações...

(*Interrupção do som.*)

O SR. ALFREDO NASCIMENTO (Bloco União e Força/PR – AM) – ... incluindo a composição do capital social, de forma que se torne mais transparente à sociedade a informação sobre quem, efetivamente, controla as rádios e televisões do País.

Em relação à restrição imposta pelo Ato nº 1, de 2011, contudo, a experiência demonstrou que a intenção do legislador não se traduziu em medida efetiva de controle de eventuais ilícitos.

Afastar da relatoria Senadores que pertençam ao mesmo Estado em que a rádio ou televisão irá operar reduz, ao invés de aumentar, a probabilidade de se detectarem problemas, afinal, o interesse e a necessidade de acompanhar atentamente fatos relevantes nos seus respectivos Estados – e a outorga de meios de comunicação é, indubitavelmente, fato politicamente relevante – torna cada Parlamentar mais apto a receber informações e denúncias relativas a pessoas físicas e jurídicas que serão titulares de rádio e televisão naquele Estado.

Nesse sentido, julgamos sábia a proposta de revogar a restrição imposta pelo Ato nº 1, de 2011, permitindo novamente que Senadores relatem as proposições legislativas que irão aprovar ou rejeitar atos de outorga de serviços de radiodifusão envolvendo Municípios e entidades em seus respectivos Estados de origem.

É o meu voto, Sr. Presidente.

Ante o exposto, opinamos pela aprovação do Ato nº 1, de 2013.

O SR. PRESIDENTE (Zeze Perrella. Bloco Apoio Governo/PDT – MG) – A matéria está em discussão. (*Pausa.*)

Não havendo quem queira discutir, vamos colocar em votação o ato.

As Srªs e os Srs. Senadores que concordam com o relatório permaneçam como se encontram. (*Pausa.*)

A Comissão aprova o Ato nº 1, de 2013, da CCT.

Será comunicada à Presidência da Casa a aprovação do respectivo ato, que vai à publicação.

ITEM 4
TURNO SUPLEMENTAR DO SUBSTITUTIVO OFERECIDO AO PROJETO DE LEI DO SENADO Nº 490, DE 2009
– Terminativo –

Institui o Centro de Prevenção de Desastres Climáticos.
Autoria: Senador Raimundo Colombo
Relatoria: Senador Rodrigo Rollemberg
Relatório: Pela aprovação nos termos do substitutivo
Observações:

1) Em 04/06/2013, após a leitura do relatório, foi concedida Vista ao Senador Luiz Henrique pelo prazo regimental de 05 (cinco) dias. 2) A Matéria já foi apreciada pela Comissão de Meio Ambiente, Defesa do Consumidor e Fiscalização e Controle, com Parecer pela rejeição do Projeto. 3) Em 02/07/2013, na 20ª Reunião Extraordinária, foi aprovado o Substitutivo Integral ao PLS nº 490, de 2009. De acordo com o art. 282 do Regimento Interno do Senado Federal, a Matéria será submetida a Turno Suplementar; 4) Não sendo oferecidas emendas até o encerramento da discussão, o Substitutivo será dado como definitivamente adotado sem votação, nos termos do art. 284 do R.I.S.F. 5) A matéria constou na pauta da reunião do dia 06/08/2013.

A matéria está em discussão. (*Pausa.)*

Não havendo quem queira discutir, encerro a discussão.

Não havendo sido oferecidas emendas, no turno suplementar, ao substitutivo, ele é dado como definitivamente adotado, nos termos do art. 284, do Regimento Interno do Senado Federal.

Por solicitação do Senador Anibal Diniz, estamos retirando da pauta o Item 5.

(É o seguinte o item retirado:

ITEM 5
REQUERIMENTO DA COMISSÃO DE CIÊNCIA, TEC., INOV., COM. E INFORMÁTICA Nº 27, DE 2013

Requeiro, nos termos do art. 58, § 2º, II e V, da Constituição Federal, e do art. 90, II e V, do Regimento Interno do Senado Federal, a realização de audiência pública na Comissão de Ciência, Tecnologia, Inovação, Comunicação e Informática, com a finalidade de discutir o Projeto de Lei da Câmara nº 63, de 2011, que pretende modificar os fusos horários do Estado do Acre e de parte do Estado do Amazonas, tendo como con-

vidados os Senhores Governadores dos respectivos Estados.
Autoria: Senador Anibal Diniz
Observações: *A matéria constou na pauta da reunião do dia 06/08/2013.)*

Vamos para o item 6.

A relatoria é do Senador Alfredo Nascimento, o relatório é favorável.

Com a palavra, o Relator Alfredo Nascimento.

O SR. ALFREDO NASCIMENTO (Bloco União e Força/PR – AM) – Da Comissão de Ciência, Tecnologia, Inovação Comunicação e Informática, em caráter terminativo.

Relatório.

Análise.

Voto.

Tendo em vista que o exame da documentação que acompanha o PDS n° 102, de 2013, não evidenciou violação da legislação pertinente, e não havendo reparos quanto aos aspectos de constitucionalidade, juridicidade e técnica legislativa, opinamos pela aprovação do ato que outorga autorização à Associação de Difusão Comunitária de Barão para executar serviço de radiodifusão comunitária na cidade de Barão, Estado do Rio Grande do Sul, na forma do Projeto de Decreto Legislativo originário da Câmara dos Deputados.

É o voto, Sr. Presidente. (*Pausa*.)

O SR. PRESIDENTE (Zeze Perrella. Bloco Apoio Governo/PDT – MG) – Vamos aguardar a Senadora Angela Portela para apreciar o item 7.

Temos do item 8 ao item 15.

Senador Luiz Henrique, V. Exª relataria, *ad hoc*, os itens 8 e 9?

O SR. LUIZ HENRIQUE (Bloco Maioria/PMDB – SC) – Sr. Presidente, Srªs e Srs. Senadores, trata-se projeto relatado pelo Senador Anibal Diniz, relativo ao Decreto Legislativo nº 103, que outorga autorização à Associação Serra do Camará.

O projeto é revestido de todas as condições de constitucionalidade, juridicidade e técnica legislativa.

No mérito, opinamos pela aprovação do projeto.

Da mesma forma, Sr. Presidente, idêntico parecer nós estamos oferecendo, como Relator *ad hoc*, ao relatório elaborado pelo Senador Cícero Lucena relativa à outorga Associação Comunitária de Radiodifusão de Cajazeiras.

O nosso voto é pela aprovação do projeto.

O SR. PRESIDENTE (Zeze Perrella. Bloco Apoio Governo/PDT – MG) – Vamos aos itens 10, 11 e 12.

Indicamos como Relator *ad hoc* o Senador Benedito de Lira.

Senador, itens 10, 11 e 12.

O SR. BENEDITO DE LIRA (Bloco Maioria/PP – AL) – Da Comissão de Ciência, Tecnologia, Inovação, Comunicação e Informática, em caráter terminativo, sobre o Projeto de Decreto Legislativo n° 115, de 2013 (n° 788, de 2012, na Câmara dos Deputados), que aprova o ato que outorga autorização à Associação Comunitária de Radiodifusão de Cajazeiras para executar serviço de radiodifusão comunitária na cidade de Pio IX, Estado do Piauí.

O SR. PRESIDENTE (Zeze Perrella. Bloco Apoio Governo/PDT – MG) – Senador, o senhor está lendo o item 9, que já foi relatado.

São os itens 10, 11 e 12.

O SR. BENEDITO DE LIRA (Bloco Maioria/PP – AL) – Item 10.

Comissão de Ciência, Tecnologia, Inovação, Comunicação e Informática, em caráter terminativo, sobre o Projeto de Decreto Legislativo n° 99, de 2013, e (nº 736, de 2012, na Câmara dos Deputados), que aprova o ato que outorga a concessão outorgada à Rádio Princesa da Mata Ltda para explorar serviço de radiodifusão sonora em ondas médias na cidade de Muriaé, Estado de Minas Gerais.

A mesma concessão e outorga para a Associação Caibateense de Comunicação, Cultura e Cidadania para executar serviço de radiodifusão comunitária na cidade de Caibaté, Estado do Rio Grande do Sul.

E a mesma instituição de informática, em caráter terminativo, sobre Projeto de Decreto Legislativo (SF) nº 89, de 2013 (nº 630, de 2012, na Câmara dos Deputados), que aprova o ato que outorga autorização à Associação Beneficente de Vereda para executar serviço de radiodifusão comunitária na cidade de Vereda, Estado da Bahia.

Tendo em vista, Sr. Presidente, que o exame da documentação que acompanha o PDS 89 e os outros citados, de 2013, não evidenciou violação da legislação pertinente, e não havendo reparo quanto aos aspectos de constitucionalidade, juridicidade e técnica legislativa, opinamos pela aprovação do ato que outorga autorização à Associação Beneficente de Vereda para executar serviço de radiodifusão comunitária na cidade de Vereda, Estado da Bahia, na forma do Projeto de Decreto Legislativo da Câmara dos Deputados.

Esse é o voto.

Voto do item 11.

Tendo em vista que o exame da documentação que acompanha o PDS n° 101, de 2013, não evidenciou violação da legislação pertinente, e não havendo reparos quanto aos aspectos de constitucionalidade, juridicidade e técnica legislativa, opinamos pela aprovação do ato que outorga autorização à Associação Caibateense de Comunicação, Cultura e Cidadania

para executar serviço de radiodifusão comunitária na cidade de Caibaté, Estado do Rio Grande do Sul, na forma do Projeto de Decreto Legislativo originário da Câmara dos Deputados.

Voto do item 10.

Tendo em vista que o exame da documentação que acompanha o PDS n° 99, de 2013, não evidenciou violação da legislação...

O SR. PRESIDENTE (Zeze Perrella. Bloco Apoio Governo/PDT – MG) – Senador Benedito de Lira, temos de ler agora o item 12. O item 10 V. Exª já leu.

O SR. BENEDITO DE LIRA (Bloco Maioria/PP – AL) – Então, já foi.

O SR. PRESIDENTE (Zeze Perrella. Bloco Apoio Governo/PDT – MG) – Está faltando agora o 12, por favor. (*Pausa*.)

O SR. BENEDITO DE LIRA (Bloco Maioria/PP – AL) – Voto do item 12.

Tendo em vista que o exame da documentação que acompanha o PDS n° 89, de 2013, não evidenciou violação da legislação pertinente, e não havendo reparos quanto aos aspectos de constitucionalidade, juridicidade e técnica legislativa, opinamos pela aprovação do ato que outorga autorização à Associação Beneficente de Vereda...

Esse já foi lido, Sr. Presidente, da Associação Beneficente de Vereda.

O SR. PRESIDENTE (Zeze Perrella. Bloco Apoio Governo/PDT – MG) – É o item 13.

O SR. BENEDITO DE LIRA (Bloco Maioria/PP – AL) – Ah, é o 13.

O SR. PRESIDENTE (Zeze Perrella. Bloco Apoio Governo/PDT – MG) – V. Exª já leu o 10, o 11 e o 12.

Minha assessoria falhou aqui, Senador. Desculpe.

O SR. BENEDITO DE LIRA (Bloco Maioria/PP – AL) – Já foi lido. O de Vereda já foi lido.

Pela aprovação dos três itens, Sr. Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Zeze Perrella. Bloco Apoio Governo/PDT – MG) – Vamos voltar, então, para o item 7, de relatoria da Senadora Angela Portela.

Concedo a palavra à Senadora Angela Portela.

A SRª ANGELA PORTELA (Bloco Apoio Governo/PT – RR) – Pois não, Sr. Presidente. Trata-se do Projeto de Decreto Legislativo n° 100, de 2013, que aprova o ato que outorga concessão à Rede Mundial de Rádio e Televisão Ltda para explorar serviço de radiodifusão de sons e imagens na cidade de Santo Ângelo, Estado do Rio Grande do Sul.

Tendo em vista que o exame da documentação que acompanha o PDS n° 100, de 2013, não evidenciou violação da legislação pertinente, e não havendo reparos quanto aos aspectos de constitucionalidade, juridicidade e de técnica legislativa, opinamos pela aprovação do ato que outorga concessão à Rede Mundial de Rádio e Televisão Ltda para explorar serviço de radiodifusão sonora de sons e imagens (televisão) na cidade de Santo Ângelo, Estado do Rio Grande do Sul, na forma do Projeto de Decreto Legislativo originário da Câmara dos Deputados.

Esse é o voto. Sr. Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Zeze Perrella. Bloco Apoio Governo/PDT – MG) – Vamos, então, ao item 13. O Relator é o Senador João Capiberibe, e o Relator *ad hoc* é o Senador Alfredo Nascimento.

O SR. ALFREDO NASCIMENTO (Bloco União e Força/PR – AM) – No item 13, vou direto ao voto.

Tendo em vista que o exame da documentação que acompanha o PDS n° 52, de 2013, não evidenciou violação da legislação pertinente, e não havendo reparos quanto aos aspectos de constitucionalidade, juridicidade e técnica legislativa, opinamos pela aprovação do ato que outorga autorização à Associação Assistencial e Cultural Baraunense para executar serviço de radiodifusão comunitária na cidade de Baraúna, Estado do Rio Grande do Norte, Estado em que nasci, na forma do Projeto de Decreto Legislativo originário da Câmara dos Deputados.

Esse é o meu voto, Sr. Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Zeze Perrella. Bloco Apoio Governo/PDT – MG) – Muito bem, Senador Alfredo Nascimento.

Vamos, então, ao item de número 14, de relatoria do Senador Sérgio Petecão.

Com a palavra S. Exª.

O SR. JOÃO ALBERTO SOUZA (Bloco Maioria/PMDB – MA) – (*Intervenção fora do microfone*.)

O SR. PRESIDENTE (Zeze Perrella. Bloco Apoio Governo/PDT – MG) – O item 12 já foi lido. V. Exª não estava. Foi relatado *ad hoc*.

O SR. SÉRGIO PETECÃO (Bloco Maioria/PSD – AC) – Sr. Presidente, tendo em vista que o exame da documentação que acompanha o PDS n° 94, de 2013, não evidenciou violação da legislação pertinente, e não havendo reparos quanto aos aspectos de constitucionalidade, juridicidade e técnica legislativa, opinamos pela aprovação do ato que outorga autorização à Associação Comunitária, Cultural e de Radiodifusão de Três Arroios – Aceratres para executar serviço de radiodifusão comunitária na cidade de Três Arroios, Estado do Rio Grande do Sul, na forma do Projeto de Decreto Legislativo originário da Câmara dos Deputados.

Pela aprovação, Sr. Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Zeze Perrella. Bloco Apoio Governo/PDT – MG) – Muito bem, Senador Petecão. Vamos, então, para o item de número 15, cuja relatoria é do Senador Valdir Raupp.

Com a palavra S. Exª.

O SR. VALDIR RAUPP (Bloco Maioria/PMDB – RO) – Sr. Presidente, Srªs e Srs. Senadores, tendo em vista que o exame da documentação que acompanha o PDS n° 136, de 2013, não evidenciou violação da legislação que disciplina a matéria, e não havendo reparos quanto aos aspectos de constitucionalidade, juridicidade e de técnica legislativa, opinamos pela aprovação do ato que outorga permissão à Ocan Comunicação Digital SE Ltda. para explorar serviço de radiodifusão sonora em frequência modulada na cidade de Canaã dos Carajás, Estado do Pará, na forma do Projeto de Decreto Legislativo originário da Câmara dos Deputados.

É o voto, Sr. Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Zeze Perrella. Bloco Apoio Governo/PDT – MG) – Vamos à votação.

Como vota a Senadora Angela Portela?

A SRª ANGELA PORTELA (Bloco Apoio Governo/PT – RR) – Com os Relatores.

O SR. PRESIDENTE (Zeze Perrella. Bloco Apoio Governo/PDT – MG) – Como vota o Senador João Alberto Souza?

O SR. JOÃO ALBERTO SOUZA (Bloco Maioria/PMDB – MA) – Com os Relatores.

O SR. PRESIDENTE (Zeze Perrella. Bloco Apoio Governo/PDT – MG) – Senador Valdir Raupp?

O SR. VALDIR RAUPP (Bloco Maioria/PMDB – RO) – Com os relatores.

O SR. PRESIDENTE (Zeze Perrella. Bloco Apoio Governo/PDT – MG) – Senador Luiz Henrique.

O SR. LUIZ HENRIQUE (Bloco Maioria/PMDB – SC) – Com os Relatores, Sr. Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Zeze Perrella. Bloco Apoio Governo/PDT – MG) – Senador Sérgio Petecão. (*Pausa.*)

Senador Alfredo Nascimento.

O SR. ALFREDO NASCIMENTO (Bloco União e Força/PR – AM) – Com os Relatores, Sr. Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Zeze Perrella. Bloco Apoio Governo/PDT – MG) – Senador Benedito de Lira.

Como vota, Senador Benedito de Lira?

O SR. BENEDITO DE LIRA (Bloco Maioria/PP – AL) – Voto com os Relatores.

O SR. SÉRGIO PETECÃO (Bloco Maioria/PSD – AC) – Presidente, só para ficar registrado, porque eu estava ao telefone, que voto com os Relatores.

O SR. PRESIDENTE (Zeze Perrella. Bloco Apoio Governo/PDT – MG) – Muito bem. (*Pausa.*)

Estamos precisando de mais um voto para completar o quórum. (*Pausa.*)

O SR. JOÃO ALBERTO SOUZA (Bloco Maioria/PMDB – MA. *Fora do microfone.*) – No livro nós já temos mais que 11.

O SR. PRESIDENTE (Zeze Perrella. Bloco Apoio Governo/PDT – MG) – No livro nós temos, mas precisamos da presença de mais uns Senadores. No livro nós já temos mais que 11. (*Pausa.*)

O ideal seria que pudesse votar por procuração, Senador Valdir Raupp. Aí, resolveríamos o problema do quórum. (*Pausa.*)

Como vota o Senador Flexa Ribeiro, que salvou a nossa reunião?

O SR. FLEXA RIBEIRO (Bloco Minoria/PSDB – PA) – Com os Relatores.

O SR. PRESIDENTE (Zeze Perrella. Bloco Apoio Governo/PDT – MG) – Como vota o Senador João Capiberibe?

O SR. JOÃO CAPIBERIBE (Bloco Governo/PSB – AP) – Com os Relatores, Sr. Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Zeze Perrella. Bloco Apoio Governo/PDT – MG) – Pronto.

(São os seguintes os itens aprovados:

ITEM 6
PROJETO DE DECRETO LEGISLATIVO
(SF) Nº 102, DE 2013
– Terminativo –

Aprova o ato que outorga autorização à ASSOCIAÇÃO DE DIFUSÃO COMUNITÁRIA DE BARÃO para executar serviço de radiodifusão comunitária na cidade de Barão, Estado do Rio Grande do Sul.
Autoria: Comissão de Ciência e Tecnologia, Comunicação e Informática (PERMANENTE)
Relatoria: Senador Alfredo Nascimento
Relatório: Pela aprovação.

ITEM 7
PROJETO DE DECRETO LEGISLATIVO
(SF) Nº 100, DE 2013
– Terminativo –

Aprova o ato que outorga concessão à REDE MUNDIAL DE RÁDIO E TELEVISÃO LTDA. para explorar serviço de radiodifusão de sons e imagens na cidade de Santo Ângelo, Estado do Rio Grande do Sul.
Autoria: Comissão de Ciência e Tecnologia, Comunicação e Informática (PERMANENTE)
Relatoria: Senadora Angela Portela
Relatório: Pela aprovação.

ITEM 8
PROJETO DE DECRETO LEGISLATIVO (SF) Nº 103, DE 2013
– Terminativo –

Aprova o ato que outorga autorização à ASSOCIAÇÃO SERRA DO CAMARÁ para executar serviço de radiodifusão comunitária na cidade de São Miguel, Estado do Rio Grande do Norte.
Autoria: Comissão de Ciência e Tecnologia, Comunicação e Informática (PERMANENTE)
Relatoria: Senador Anibal Diniz
Relatório: Pela aprovação.

ITEM 9
PROJETO DE DECRETO LEGISLATIVO (SF) Nº 115, DE 2013
– Terminativo –

Aprova o ato que outorga autorização à ASSOCIAÇÃO COMUNITÁRIA DE RADIODIFUSÃO DE CAJAZEIRAS para executar serviço de radiodifusão comunitária na cidade de Pio IX, Estado do Piauí.
Autoria: Comissão de Ciência e Tecnologia, Comunicação e Informática (PERMANENTE)
Relatoria: Senador Cícero Lucena
Relatório: Pela aprovação.

ITEM 10
PROJETO DE DECRETO LEGISLATIVO (SF) Nº 99, DE 2013
– Terminativo –

Aprova o ato que renova a concessão outorgada à RÁDIO PRINCESA DA MATA LTDA. para explorar serviço de radiodifusão sonora em ondas médias na cidade de Muriaé, Estado de Minas Gerais.
Autoria: Comissão de Ciência e Tecnologia, Comunicação e Informática (PERMANENTE)
Relatoria: Senador Flexa Ribeiro
Relatório: Pela aprovação.

ITEM 11
PROJETO DE DECRETO LEGISLATIVO (SF) Nº 101, DE 2013
– Terminativo –

Aprova o ato que outorga autorização à ASSOCIAÇÃO CAIBATEENSE DE COMUNICAÇÃO, CULTURA E CIDADANIA para executar serviço de radiodifusão comunitária na cidade de Caibaté, Estado do Rio Grande do Sul.
Autoria: Comissão de Ciência e Tecnologia, Comunicação e Informática (PERMANENTE)
Relatoria: Senador Gim
Relatório: Pela aprovação.

ITEM 12
PROJETO DE DECRETO LEGISLATIVO (SF) Nº 89, DE 2013
– Terminativo –

Aprova o ato que outorga autorização à ASSOCIAÇÃO BENEFICENTE DE VEREDA para executar serviço de radiodifusão comunitária na cidade de Vereda, Estado da Bahia.
Autoria: Comissão de Ciência e Tecnologia, Comunicação e Informática (PERMANENTE)
Relatoria: Senador João Alberto Souza
Relatório: Pela aprovação.

ITEM 13
PROJETO DE DECRETO LEGISLATIVO (SF) Nº 52, DE 2013

– Terminativo –

Aprova o ato que outorga autorização à ASSOCIAÇÃO ASSISTENCIAL E CULTURAL BARAUNENSE para executar serviço de radiodifusão comunitária na cidade de Baraúna, Estado do Rio Grande do Norte.
Autoria: Comissão de Ciência e Tecnologia, Comunicação e Informática (PERMANENTE)
Relatoria: Senador João Capiberibe (Substituído por *Ad Hoc*)
Relatoria *Ad Hoc*: Senador Alfredo Nascimento
Relatório: Pela aprovação.

ITEM 14
PROJETO DE DECRETO LEGISLATIVO (SF) Nº 94, DE 2013
– Terminativo –

Aprova o ato que outorga autorização à ASSOCIAÇÃO COMUNITÁRIA, CULTURAL E DE RADIODIFUSÃO DE TRÊS ARROIOS – ACERATRES para executar serviço de radiodifusão comunitária na cidade de Três Arroios, Estado do Rio Grande do Sul.
Autoria: Comissão de Ciência e Tecnologia, Comunicação e Informática (PERMANENTE)
Relatoria: Senador Sérgio Petecão
Relatório: Pela aprovação.

ITEM 15
PROJETO DE DECRETO LEGISLATIVO
(SF) Nº 136, DE 2013
– Terminativo –

Aprova o ato que outorga permissão à OCAN COMUNICAÇÃO DIGITAL SE LTDA. para explorar serviço de radiodifusão sonora em frequência modulada na cidade de Canaã dos Carajás, Estado do Pará.
Autoria: Comissão de Ciência e Tecnologia, Comunicação e Informática (PERMANENTE)
Relatoria: Senador Valdir Raupp
Relatório: Pela aprovação.)

Estamos encerrando a reunião e vamos, agora, apreciar as emendas.

Desculpem-me, pois há um requerimento a ser aprovado.

Requerimento de 2013, da CCT, extrapauta:

ITEM 16
REQUERIMENTO DA COMISSÃO DE CIÊNCIA, TEC., INOV., COM. E INFORMÁTICA Nº 29, DE 2013

Em aditamento ao Requerimento CCT no 06/2013, e nos termos regimentais, pelo presente, requeiro a inclusão de expositor para a Audiência Pública que debaterá o tema "GOVERNANÇA DA INTERNET NO BRASIL", e outros assuntos correlatos, com convite ao Sr. Marcelo Bechara de Souza Hobaika, membro do Conselho Diretor da Agência Nacional de Telecomunicações – ANATEL, e membro titular, em representação daquela Agência, no Comitê Gestor da Internet no Brasil – CGI.br. Ao propormos o presente requerimento, na expectativa da sua aprovação, contamos com o apoio dos demais Senadores e Senadoras membros nesta Comissão.
Autoria: Senador Zeze Perrella

Em discussão. (*Pausa.*)

Aprovado.

Esta reunião da governança na Internet só será realizada na semana que vem, na nossa próxima reunião. (*Pausa.*)

O SR. PRESIDENTE (Zeze Perrella. Bloco Apoio Governo/PDT – MG) – Vamos colocar em votação o Item 1 da pauta, o que não havia acontecido em razão da ausência do Senador Anibal Diniz.

Com a palavra, o Senador Anibal Diniz.

É o Projeto de Lei do Senado nº 199, de 2013. Não terminativo.

O SR. ANIBAL DINIZ (Bloco Apoio Governo/PT – AC) – Obrigado, Sr. Presidente.

Este projeto é da iniciativa do Senador Mário Couto e pretende instituir a política de prevenção e combate aos desastres decorrentes de chuvas intensas.

Para tanto, o projeto define a ocorrência de chuvas intensas bem como de desastres delas decorrentes como "sinistro"; estabelece que os Municípios em estado de calamidade pública ou em situação de emergência, decretados em razão de chuvas intensas, terão prioridade nas ações e medidas de que trata a lei proposta; fixa as competências da União para a consecução dos objetivos previstos; prevê a elaboração de convênios de cooperação com os Municípios para o desenvolvimento de atividades, projetos e obras voltados para a prevenção e o combate a desastres decorrentes de chuvas intensas; e estimula a promoção de eventos de conscientização e de campanhas preventivas voltados para a educação sanitária e ambiental.

Este projeto, Sr. Presidente, na realidade, trata de um assunto que já é abordado por vasta legislação. Exatamente por isso, ante o exposto, ainda que reconheça o mérito da proposição, voto no sentido da rejeição do PLS nº 199, de 2013, considerando prejudicada, em consequência, a emenda dirigida à proposição. Pela rejeição do presente projeto, Sr. Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Zeze Perrella. Bloco Apoio Governo/PDT – MG) – A matéria está em discussão. (*Pausa.*)

Em votação o relatório do Senador Anibal Diniz.

As Srªs e Srs. Senadores que concordam com o relatório permaneçam como se encontram. (*Pausa.*)

Aprovado o relatório, que passa a constituir o Parecer da CCT, contrário ao projeto, tornando-se prejudicada, em consequência, a emenda dirigida à proposição.

A matéria vai à Comissão de Meio Ambiente, Defesa do Consumidor e Fiscalização e Controle, em decisão terminativa.

Nós vamos, agora, reabrir a reunião para discutir as emendas da LDO, as emendas de Comissão.

Não havendo mais nada a tratar, está encerrada a presente reunião.

(Iniciada às 9 horas e 38 minutos, a reunião é encerrada às 10 horas e 9 minutos.)

COMISSÃO DE CIÊNCIA, TECNOLOGIA, INOVAÇÃO, COMUNICAÇÃO E INFORMÁTICA

ATA DA 27ª REUNIÃO EXTRAORDINÁRIA DA COMISSÃO DE CIÊNCIA, TECNOLOGIA, INOVAÇÃO, COMUNICAÇÃO E INFORMÁTICA DA 3ª SESSÃO LEGISLATIVA ORDINÁRIA DA 54ª LEGISLATURA, REALIZADA EM 13 DE AGOSTO DE 2013.

EMENDAS AO PROJETO DE LEI DE DIRETRIZES ORÇAMENTÁRIAS 2014

Às dez horas e doze minutos do dia treze de agosto de dois mil e treze, na sala 07, Ala Senador Alexandre Costa, sob a Presidência do Senhor Senador Alfredo Nascimento, Vice-Presidente no exercício da Presidência Comissão de Ciência, Tecnologia, Inovação, Comunicação e Informática, com a presença dos Senhores Senadores Angela Portela, Zeze Perrella, João Capiberibe, Anibal Diniz, Valdir Raupp, Luiz Henrique, Sérgio Petecão, Flexa Ribeiro, José Agripino, Rodrigo Rollemberg, Lídice da Mata, Benedito de Lira e Sérgio Souza, reúne-se a Comissão de Ciência, Tecnologia, Inovação, Comunicação e Informática. Deixam de comparecer os senhores Senadores Walter Pinheiro, Lobão Filho, João Alberto Souza, Ciro Nogueira, Aloysio Nunes Ferreira, Gim e Eduardo Amorim. Havendo número regimental, abrem-se os trabalhos. A Presidência dispensa a leitura da Ata da reunião anterior, que é dada como aprovada. A seguir, o Senhor Vice-Presidente, no exercício da Presidência, informa que o objetivo da reunião é de discutir e aprovar as emendas da Comissão de Ciência, Tecnologia, Inovação, Comunicação e Informática ao Projeto de Lei n.º 02, de 2013 – CN, que "Dispõe sobre as diretrizes para a elaboração e execução da Lei Orçamentária de 2014 e dá outras providências". Neste momento, o Senhor Vice-Presidente, no exercício da Presidência, passa a palavra ao Senador Zeze Perrella, relator das Emendas ao Projeto de Lei de Diretrizes Orçamentárias nesta Comissão de Ciência, Tecnologia, Inovação, Comunicação e Informática, para proferir seu parecer. Prosseguindo, a Comissão analisa e aprova 5 (cinco) emendas de metas e prioridades ao PL nº 02/2013 – CN**: Emenda n.º 01**: NOVA **– "**Missão Antártica**"**, quantidade de meta: 1, apresentada pelos Senadores Valdir Raupp e Rodrigo Rollemberg. **Emenda n.º 02:** 0901 **– "**Concessão de Bolsas de Formação e Qualificação de Pesquisadores e Profissionais para C, T & I**"**, quantidade de meta: 50.000, apresentada pelos Senadores Lídice da Mata e Zeze Perrella. **Emenda n.º 03:** 8961 – "Apoio à criação e ao Desenvolvimento de Museus e Centros de Ciência e Tecnologia", quantidade de meta: 80, apresentada pelos Senadores Lídice da Mata e Zeze Perrella. **Emenda n.º 04**: 14LW **– "**Implantação do Sistema de Defesa Estratégico ASTROS 2020**"**, quantidade de meta: 9, apresentada pelos Senadores Angela Portela, Valdir Raupp e Gim. **Emenda n.º 05**: 20UT **– "**Estímulo a Pesquisa, Desenvolvimento e Inovação em Tecnologias da Informação e da Comunicação**"**, quantidade de meta: 5, apresentada pelo Senador Zeze Perrella. Prosseguindo, a Comissão analisa e aprova 3 (três) emendas de texto ao PL nº 02/2013 – CN: **Emenda n.º 06**: "Referência: Item 61. Tipo da Emenda: Aditiva. Texto Proposto: "Seção II – xx. Despesas com a aquisição do blindado Guarani do Exército". Autoria: Senadores Angela Portela e Zeze Perrella. **Emenda n.º 07:** "Referência: Item 61. Tipo da Emenda: Aditiva. Texto Proposto: "Seção I – XX. Os projetos estratégicos decorrentes das necessidades impostas pelo Decreto nº 6.703, de 18 de dezembro de 2008 (Estratégia Nacional de Defesa)". Autoria: Senadores Angela Portela, Valdir Raupp, Gim e Zeze Perrella. **Emenda n.º 08**: "Referência: Item 61. Tipo da Emenda: Aditiva. Texto Proposto: "Seção II – xx. Despesas com a implantação do Sistema de Defesa Estratégico ASTROS 2020". Autoria: Senadores Angela Portela, Valdir Raupp e Gim. Finda a discussão e deliberação das Emendas da Comissão ao PL nº 02/2013 – CN, o Senhor Vice-Presidente no exercício da Presidência submete à Comissão a dispensa da leitura da presente Ata, que é dada como aprovada, e determina que as Notas Taquigráficas sejam anexadas para a devida publicação. Nada mais havendo a tratar, a Presidência encerra a reunião, às dez horas e vinte minutos determinando que eu, **Égli Lucena Heusi Moreira, Secretária da Comissão de Ciência, Tecnologia, Inovação, Comunicação e Informática** lavrasse a presente Ata, que após lida e aprovada, será assinada pelo Senhor Vice-Presidente no exercício da Presidência e publicada no Diário do Senado Federal.

Senador **Alfredo Nascimento,** Vice– Presidente, no exercício da Presidência, da Comissão de Ciência, Tecnologia, Inovação, Comunicação e Informática

(Texto com revisão.)

O SR. PRESIDENTE (Alfredo Nascimento. Bloco União e Força/PR – AM) – Srªs e Srs. Senadores presentes, havendo número regimental, declaro aberta a 27ª Reunião da Comissão de Ciência, Tecnologia, Inovação, Comunicação e Informática do Senado Federal da 3ª Sessão Legislativa Ordinária da 54ª Legislatura, que se realiza hoje, 13 de agosto de 2013.

Conforme pauta previamente distribuída, a presente reunião destina-se à discussão e votação das emendas da Comissão de Ciência, Tecnologia, Inovação, Comunicação e Informática apresentadas ao Projeto de Lei 02/2013, CNPLDO, que dispõe sobre as diretrizes para elaboração e execução da Lei Orçamentária de 2014 e dá outras providências.

A Comissão recebeu 31 emendas. Foi designado Relator das emendas o Senador Zeze Perrella.

Concedo a palavra ao Senador Zezé Perrella, para fazer a leitura do seu parecer e as suas considerações.

O SR. ZEZE PERRELLA (Bloco Apoio Governo/PDT – MG) – Obrigado, Presidente.

Vamos ao relatório.

No prazo estabelecido pela Comissão de Ciência, Tecnologia, Inovação, Comunicação e Informática – CCT, foram apresentadas 31 propostas de emenda ao Projeto de Lei nº 2, de 2013 – CN, que dispõe sobre as diretrizes para elaboração e execução da Lei Orçamentária de 2014 e dá outras providências.

Dessas propostas, 22 buscam incluir ações no Anexo de Metas e Prioridades e as 9 referem-se ao texto do projeto.

O parecer preliminar aprovado pela Comissão Mista de Planos, Orçamentos Públicos e Fiscalização prevê que cada Comissão poderá apresentar até cinco emendas destinadas à criação do Anexo de Metas e Prioridades à LDO de 2014. Quanto à quantidade de textos que cada Comissão temática pode apresentar, o referido parecer não estabelece o número máximo. As emendas a serem apresentadas pela Comissão devem ser acompanhadas da ata da reunião que as definir.

As 22 propostas de emendas ao Anexo de Metas e Prioridades apontam para 15 ações distintas, voltadas para o Ministério da Defesa e o Ministério da Ciência, Tecnologia e Inovação. Diante do fato de que a Comissão poderá apresentar apenas cinco emendas, decidimos priorizar ações voltadas para a formação de pesquisadores; o desenvolvimento e a inovação em tecnologia da informação e da comunicação; o desenvolvimento de museus e centros de ciência e tecnologia; a Missão Antártica e o Sistema de Defesa Estratégico – Astros 2020.

Em face do caráter estratégico dos investimentos em capacitação e infraestrutura tecnológica em nosso País, condição para se garantir competitividade econômica e crescimento sustentável, propomos que esta Comissão apresente emendas que incluam as ações Nova Missão Antártida, propostas dos Senadores Valdir Raupp e Rodrigo Rollemberg; concessão de bolsas de formação e qualificação de pesquisadores e profissionais, propostas dos Senadores Lídice da Mata e Zezé Perrella; a implantação do Sistema de Defesa Estratégico Astros 2020, proposta dos Senadores Angela Portela, Valdir Raupp e Gim Argello; estímulo à pesquisa, desenvolvimento e inovação em tecnologia da informação e da comunicação, proposta também deste Relator; apoio à criação e ao desenvolvimento de museus e centros de ciência e tecnologia, proposta dos Senadores Lídice da Mata e deste Relator.

Entendemos que as propostas são as que melhor sintetizam as indicações de prioridades encaminhadas pelos Senadores a esta Comissão, garantindo a participação de pelo menos uma indicação desses Parlamentares na relação escolhida.

Diante do exposto, votamos no sentido de que esta Comissão delibere pela apresentação das seguintes emendas:

1. Ao Anexo de Metas e Prioridades, pelo maior valor proposto para as metas.

1.1 Nova – Missão Antártica – Propostas nºs 12 e 22

1.2 0901 – Concessão de Bolsa de Formação e Qualificação de Pesquisadores e Profissionais para C,T & I– Propostas nºs 8 e 27

1.3 8961 – Apoio à criação e ao desenvolvimento de museus e centros de ciência e tecnologias – Propostas nºs 06 e 24.

1.4 14LW – Implantação do Sistema de Defesa Estratégico Astros 2020 – Propostas nºs 5, 14 e 19.

1.5 Estímulo à pesquisa, desenvolvimento, inovação e tecnologias da informação e da comunicação – Proposta de nº 26.

2. Ao texto, todas as propostas indicadas serão acolhidas, o que representa, na prática, a apresentação de três emendas distintas à Seção II, do Anexo III, do PLDO 2014.

Era o que eu tinha para relatar, Sr. Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Alfredo Nascimento. Bloco União e Força/PR – AM) – Em discussão o parecer e as considerações do Senador Zeze Perrella. (*Pausa*.)

Não havendo mais quem queira discutir, coloco em votação.

Os Senadores que concordam com as emendas sugeridas pelo nobre Relator permaneçam como se encontram. (*Pausa*.)

Aprovado.

Nos termos do art. 87, c/c art. 44, inciso I, da Resolução nº 1/2006-CN, as emendas deverão ser enviadas à Comissão Mista de Planos, Orçamentos Públicos e de Fiscalização, juntamente com a ata da reunião que as aprovou.

Neste sentido, proponho a dispensa da leitura e aprovação da ata da reunião corrente, contendo as emendas destacadas e aprovadas.

As Srªs Senadoras e os Srs. Senadores que concordam queiram permanecer como se encontram. (*Pausa*.)

Aprovado.

A ata está aprovada e será publicada no *Diário do Senado Federal* juntamente com as respectivas notas taquigráficas.

Nada mais havendo a tratar, declaro encerrada a reunião.

Tenham um bom dia.

(Iniciada às 10 horas e 12 minutos, a reunião é encerrada às 10 horas e 20 minutos.)

SENADO FEDERAL
Secretaria Especial de Editoração e Publicações
Subsecretaria de Edições Técnicas

Legislação Eleitoral e Política



Nova Edição, agora acrescendo as Leis nºs 9.504/97, 4.737/65 e 9.096/95, a Lei Complementar nº 64/90, todas imprescindíveis à compreensão do processo eleitoral brasileiro.

Código de Trânsito Brasileiro



Este trabalho apresenta o Código de Trânsito Brasileiro, Lei nº 9.503/1997, acrescido da Lei nº 11.705/2008 e do Decreto nº 6.489/2008, normas disciplinadoras da comercialização de bebidas alcoólicas em rodovias federais.

Conheça nossa livraria virtual, acesse:
www.senado.gov.br/livraria

Secretaria Especial de
Editoração e Publicações – SEEP

SENADO
FEDERAL